

# **XIX** ENCONTRO de **PESQUISADORES**

PESQUISA CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO

## 13 e 14 de novembro de 2018

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca



**ANAIS  
E-BOOK**

**ISBN  
978-85-5453-011-2**

Realização



[www.unifacef.com.br](http://www.unifacef.com.br)

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

**XIX ENCONTRO DE PESQUISADORES**  
**Pesquisa Científica e Desenvolvimento**

**ANAIS**

Silvio Carvalho Neto  
Marinês Santana Justo Smith  
Paulo de Tarso Oliveira  
(Orgs.)

ISBN  
978-85-5453-011-2

FRANCA-SP

2018

© 2018 dos autores

Direitos de Publicação

Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

[www.unifacef.com.br](http://www.unifacef.com.br)

Os textos submetidos são de responsabilidade dos autores.

E46e ANAIS do XIX Encontro de Pesquisadores: Pesquisa Científica e Desenvolvimento / Silvio Carvalho Neto; Marinês S. J. Smith; Paulo de Tarso Oliveira (Orgs.). – Franca: Uni-FACEF, 2018.  
1700p.

ISBN: 978-85-5453-011-2

1. Interdisciplinar - Encontro. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Desenvolvimento Humano/Social. 4. Políticas Públicas. 5. Educação. 6. Tecnologia. 7. Pesquisa. II.T.

CDD 050

*TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos do autor (lei 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal. Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.*

*Editora Uni-FACEF Centro Universitário de Franca  
Associada à ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos*

**Promoção:** Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional  
GEDE - Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento

**Comissão Organizadora:**

Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)  
Profa Dra. Marines S. J. Smith (Uni-FACEF)  
Profa Dra. Raquel Cristina R. J.C. de Mello P. Ferreira (Uni-FACEF)  
Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira (Uni-FACEF)

**Comissão Científica:**

Profa Dra. Barbara Fadel (Uni-FACEF/ UNESP)  
Profa Dra. Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)  
Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra (Uni-FACEF)  
Profa Dra. Sheila F. Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)  
Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto (Uni-FACEF)  
Prof. Dr. Daniel F. Pires (Uni-FACEF)  
Prof. Dr. Fernando C. de Almeida (FEA/USP)  
Profa Dra. Marta L. Pomim Valentim (UNESP)  
Profa Dra. Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)  
Prof. Dr. Hélio Braga Filho (Uni-FACEF)  
Profa Dra. Helena Carvalho De Lorenzo (UNIARA)  
Prof. Dr. Célio Bertelli (Uni-FACEF)  
Profa Dra. Maria Zita Figueiredo Gera (Uni-FACEF)  
Profa Dra. Patricia do Espirito Santo (UFPA)

**Organização Executiva:**

Alba Valéria Penteado Orsolini  
Alexandre Pereira  
Ângela Cristina Basílio de Freitas  
Ângela Tornatore Nogueira  
Daniela Cristina Raiz Raymundo  
Noemia Lopes Toledo  
Welton Roberto Silva

**Apoio:**



**SUMÁRIO**

(Ordem Alfabética de Títulos dos Artigos)

30 anos da Constituição: uma análise de sua efetividade sob a perspectiva das medidas provisórias e da reforma trabalhista	9
A abordagem sistêmica de Políticas Públicas Ambientais: uma proposta de pesquisa	19
A Ambiência Inovadora: O comportamento empreendedor de gestores de Pequenas Empresas do interior de São Paulo	26
A competência em informação e a igualdade de gênero nas organizações competitivas: uma perspectiva baseada nos elementos socioculturais	37
A concepção do tempo na atualidade e o seu papel na construção do significado da vida por adolescentes em fase de escolha profissional: um estudo qualitativo	48
A Constituição Federal Brasileira de 1988 como marco para os Direitos Humanos no Brasil: O Direito a Vida e a diminuição do número de mortes de recém nascidos após a CF/88	58
A contribuição do estágio supervisionado na construção da identidade profissional em Serviço Social	71
A Criminalidade no Município de Passos: Perspectivas dos Estudantes Universitários da UEMG	85
A diferença jurídica entre migrante e refugiado	100
A dignidade da mulher e a aplicação da decisão do HC 143.641: estudo empírico no TJ/SP	105
A dinâmica da cultura organizacional na Administração Pública Brasileira	111
A economia / O preço da economia global: reflexões sobre o trabalho análogo à escravidão e o hiperconsumismo	120
A extensão universitária como possibilidade de afirmação profissional na educação infantil	129
A formação em ação, dos professores: reflexão e formação por meio de práticas interdisciplinares nas HTPCs	138
A gestão escolar implementando as políticas educacionais	149
A gestão pública escolar sobre a perspectiva empreendedora	159
A gestão social na política de educação: o trabalho do assistente social na divisão de creches do município de Franca/SP	166
A importância da análise financeira: um estudo de caso na associação dos médicos	179
A Importância da Leitura e da Filosofia para o Pensar Crítico e Reflexivo	194
A Importância da Psicologia Jurídica e a Aplicação de Laudo Psicológico como motivação de Decisões judiciais no Direito de Família Brasileiro	205
A importância do cuidado humanizado na Unidade de Terapia Intensiva: O sentimento do paciente	220
A importância do estudo epidemiológico para o desenvolvimento da saúde regional e planejamento de políticas públicas	228
A importância do ritual no processo mimético e aprendizagem cultural	235
A importância do tesouro para a estrutura sistêmica informacional: uma análise comparativa através do Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira	246
A Importância do Vínculo entre Alunos e Cuidadores como um Canal Facilitador no Ambiente Escolar: um relato de experiência	257
A imprensa e a avaliação de políticas públicas: um estudo a partir das notícias veiculadas no acompanhamento do CENTRO POP na cidade de Franca (SP)	268
A Indústria 4.0 e o reordenamento das esferas de controle e domínio da produção social no século XXI	279
A influência da motivação na satisfação dos vendedores do comércio varejista de Guaira - SP	291
A informação como recurso estratégico para as micro e pequenas empresas	298
A informação como recurso estratégico no contexto da Cultura e Gestão no Agronegócio	310

A judicialização da internação voluntária do dependente de álcool	321
A Judicialização da Questão Social	327
A participação feminina nas estruturas formais de poder: Estatísticas, cotas e movimentos informais	336
A perspectiva histórica e os desdobramentos da terceirização no Brasil	350
A pesquisa envolvendo seres humanos nas ciências humanas e sociais: lutas e resistências na construção da Resolução CNS Nº 510 DE 2016	359
A Política Nacional de Crimes Ambientais e a Eficácia da Intervenção Judicial	375
A política de responsabilidade social empresarial e a incorporação do trabalho voluntário em suas ações: será essa mais uma forma de precarização do trabalho?	386
A psicologia jurídica e as instituições: um relato de experiência do trabalho desenvolvido no CREAS – centro de referência especializado de assistência social	395
A pós-graduação em serviço social no Brasil	405
A Reforma Trabalhista e os Impactos da Medida Provisória n. 808/17	415
A relevância e os desafios do setor extrativista mineral para o desenvolvimento regional	425
A subjetividade na atualidade: Desafios para a Psicologia na atenção à População em situação de rua	434
Acessibilidade em bibliotecas, um questão de dignidade humana: análise cientométrica da produção científica de países do MERCOSUL	450
Adolescentes Autores de Atos Infracionais: Que São Esses Meros Desconhecidos?	463
Ambiente escolar como campo para promoção da saúde de crianças e adolescentes em uma escola pública do interior paulista – relato de experiência	470
Análise da Cultura Organizacional como fator estratégico para melhorias organizacionais: um estudo em uma organização pública de saúde	477
Análise da política de desenvolvimento de coleções da biblioteca da UNESP de Bauru: uma nova proposta	492
Análise das estratégias de operações adotadas por uma indústria de bebidas	503
Análise dos riscos e rentabilidade nas aplicações em fundo de investimento	513
Aplicabilidade da educação à distância na formação de professores de educação física: uma revisão de literatura	528
Aplicação da Lei de Newcomb-Benford na Identificação de Fraudes: o caso do Banco Panamericano	536
As ciências sociais: desafios para a atualidade	548
Atendimento integral da adolescência: as políticas de saúde, educação e o Programa Saúde na Escola	564
Aumento da qualidade de vida de uma paciente pós correção cirúrgica e intervenção fisioterapêutica no pé cavo decorrente da doença de Charcot-Marie-Tooth: estudo de caso	575
Avaliação do grau de inovação: Um estudo das Micro e Pequenas empresas atendidas pelo Programa Agente Local da Inovação Franca/Barretos	582
Avaliação e implantação de práticas pedagógicas em curso profissionalizante de farmácia e laboratório: bases da construção profissional do indivíduo	589
Cabeça Dinossauro e Nheengatu: Refração do contexto histórico e social de um país	597
Circo do Povo Enquanto Estratégia de Proteção Social para Crianças e Adolescentes	603
Colorindo a diversidade sexual de adolescentes acolhidos: uma perspectiva do trabalho profissional	608
Comparativo conceitual entre Gestão da Informação e do Conhecimento versus Organização da Informação e do Conhecimento	617
Competência em informação e disrupção digital na indústria 4.0	631
Competência em informação em educação: um aspecto fundamental para os Direitos Humanos	639
Complexidade da Informação: um aporte à gestão do conhecimento organizacional	654
Conflito entre garantias fundamentais: Direito de Imagem versus Liberdade de Expressão	660

Conflitos normativos e ponderação no novo Código de Processo Civil: problemas teóricos, conceituais e metodológicos	671
Consumo Sustentável e Pensamento Complexo	682
Contribuições para políticas florestais na bacia hidrográfica do Sapucaí-Mirim/Grande a partir do SICAR e do SIGRH: um foco no município de Franca	597
Contribuições da teoria da complexidade com o arcabouço teórico da competência em informação	701
Criptomoedas: conceitos, negociação e pontos de vista	713
Cultura Organizacional e sua aplicação no setor agroindustrial	728
Cultura Organizacional em Serventias Extrajudiciais, com ênfase em um Tabelionato de Notas	736
Cultura Organizacional: um encontro de Schein e Senge	749
Cultura Organizacional: um olhar sob as organizações públicas brasileiras	756
De Eva a Lilith: a figura feminina no teatro e no cinema expressionista	776
Desafios do profissional graduado, iniciante na docência no ensino médio profissional, sem formação para o exercício no magistério	779
Desenvolvendo competências para liderança em empresas juniores	788
Desenvolvimento de sistema web para gerenciamento de finanças pessoais	799
Desenvolvimento e Validação de um Aplicativo Móvel para Auxiliar Deficientes Visuais na Identificação de Cédulas Monetárias	811
Direitos humanos entre a universalidade, o relativismo cultural e o princípio da igualdade	823
Direitos dos trabalhadores no Meio Ambiente do Trabalho: concretizando princípios	832
Diretrizes para preservação da memória organizacional mediante a valorização do capital intelectual e da gestão do conhecimento	841
Dissemination of knowledge and scientific production in professionalizing courses: a report of experience	854
Documento fotográfico como subsídio para a construção da memória institucional	862
Economia e cidades: um estudo comparativo entre cidades do interior paulista	871
Educação e políticas públicas no contexto de bibliotecas híbridas: um estudo baseado no conceito de autonomia em Kant	886
Entre as discriminações e os desafios: estudo das abordagens utilizadas para explicar a sub-representação das mulheres negras nos cargos de liderança	898
Estratégias de marca pós-fusões e aquisições: As decisões para a marca corporativa em diferentes empresas e setores	908
FAFAMI pesquisa: condições de vida dos usuários do CCI Amélia Rodrigues	922
Gerenciamento de Projeto como ferramenta de Construção e Gestão de Conhecimento no contexto da Engenharia Civil: Uma análise preliminar	931
Gestão financeira: O processo de decisão da Pequena e Média empresa	946
Gestão transformadora: A educação pela perspectiva da gestão	957
Gestão da Cultura Organizacional como alavanca na qualidade de prestação de serviço: o caso de uma Clínica Nefrológica	965
Gestão de pessoas e comportamento: sob a perspectiva da cultura organizacional	977
Gestão do Conhecimento e Fluxos Informacionais nas Micro e Pequenas Empresas	986
Grupoterapia infantil: a evolução de um atendimento em uma clínica escola	1001
Homoparentalidade: a socioafetividade em casais homoafetivos	1011
Humanizando O Homem: Drogas, Álcool E Uma Perspectiva De Futuro: Um Relato De Experiência	1023
Há um direito subjetivo a prestações materiais? A eficácia dos direitos sociais e a teoria do mínimo existencial	1031

Importância da atuação do gestor esportivo em projetos sócio-desportivos de leis de incentivo ao esporte	1037
Infecções Sexualmente Transmissíveis e Políticas públicas de Saúde no Municípios de Ituiutaba- MG: uma aproximação ao tema	1045
Judicialização da saúde pública: Legitimidade do Poder Judiciário na Efetivação do Direito à Saúde	1055
Lawtechs e Legaltechs: As Startups a serviço do Direito que estão revolucionando os ambientes jurídicos	1070
Lei de acesso à informação e os limites da apropriação	1080
Livro, leitura, literatura e bibliotecas: possíveis relações com os sistemas abertos	1096
Ludicidade como estratégia para promoção da saúde e emponderamento de idosos em uma instituição de longa permanência do interior paulista – relato de caso	1111
Marketing Subliminar: Um Estudo Das Influências Externas Como Fator Determinante Na Decisão De Compra Do Consumidor	1122
Matemática: A Complexidade Desmistificada Pela Harmonização Entre os Conhecimentos Formal e Informal	1136
Mediação da informação na área da saúde: reflexões sobre a atuação do profissional bibliotecário	1150
Medida Provisória e Decreto-Lei: Análise crítica à luz da Separação De Poderes	1161
Mercado editorial do livro e as estratégias de comercialização: um estudo comparativo entre o Brasil e os Estados Unidos	1171
Mãe preta, estudo sobre o índice de violência obstétrica entre as mulheres negras	1180
Neoliberalismo: A definição do conceito, ascensão e consolidação do paradigma	1188
O direito à saúde: o direito de acesso aos medicamentos e as políticas públicas de acesso a medicamentos	1204
O fenômeno da comutatividade nos contratos de seguros com o advento do Código Civil de 2002	1212
O Impacto da Educação Empreendedora no Curso de Administração de Empresas do IFSULDEMINAS - Campus Passos: Observações da percepção do aluno não concluinte	1222
O mercado de trabalho para os arquivistas: uma análise das vagas de trabalho do setor privado	1231
O modelo VRIO e as implicações competitivas dos recursos internos de uma empresa de e-commerce no setor alimentício	1242
O olhar dos gestores escolares em relação á orientação sexual dos alunos	1257
O papel do gestor na pós-modernidade:uma análise a partir da teoria da complexidade	1263
O papel do Procon na defesa qualificada dos interesses dos consumidores – uma análise do Projeto de Lei n° 5196/13	1274
O papel do psicopedagogo institucional com formação em biblioteconomia: uma proposta de incentivo à leitura em salas de leitura e bibliotecas escolares	1282
O poder judiciário e a justiça restaurativa no Brasil: a formação do “facilitador”, na perspectiva do acesso à justiça	1291
O serviço social nas universidades públicas do estado de São Paulo	1300
O significado do estágio na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS) no processo de formação profissional do Serviço Social	1308
O Trabalho dos/as Assistentes Sociais com adolescentes em situação de acolhimento institucional: processo de desligamento em virtude da maioridade	1317
O trabalho psicossocial na Atenção Básica à Saúde: uma análise a partir da dimensão educativa	1327
O uso da Governança Corporativa na geração de lucros dos projetos: Um estudo de caso de caso de empresa de leilão de cavalos	1337
O Uso de Substâncias Psicoativas na Geração:Aprendizagem e Atuação Docente	1346
O uso do critical thinking na conformação da mediação implícita da informação	1360
O uso do Instagram sob a perspectiva da gestão da informação e da competência em informação em bibliotecas públicas	1375
Organização, Sistemas e Métodos	1389



Orientação de trabalho de conclusão de curso na educação a distância: um relato de experiência	1396
Os "invisíveis sociais" e a naturalização da desigualdade: um retrato da classe menos favorecida	1405
Papel das atividades complementares no ensino superior: um estudo em cursos de graduação em Direito	1420
Políticas Educacionais para educação infantil: um olhar para os documentos oficiais	1427
Políticas públicas em arquivos: a importância da legislação municipal	1437
Prevenção ao suicídio: A Importância das Políticas Públicas e da Psicologia na Proteção ao Direito à Saúde	1446
Procedimentos metodológicos na Organização do Conhecimento: análise de conteúdo em artigos sobre "web semântica" no GT2 do ENANCIB	1458
Produtividade do CNPq na área de Ciência da Informação, atuantes nas temáticas em "Design de Informação" e "Curadoria Digital": uma análise cientométrica no período de (2012-2016)	1468
Programa de monitoria acadêmica: vivência e visão de estudantes monitores na participação ativa no processo de ensino e aprendizagem – relato de experiência	1481
Projeto FAFAMI – falar de família é familiar: uma abordagem social e interventiva	1489
Projeto de extensão universitária "Caminhos da Justiça": Democratizando conhecimento e acesso à justiça	1499
Prática docente no ensino superior: a importância do planejamento	1508
Práticas Sociais e processos educativos: desenvolvimento e educação	1519
Quanto vale, ou é por quilo? Mulheres na balada e (falta de) educação para os direitos humanos	1528
Reflexão sobre o envelhecimento no Brasil: marcos históricos internacionais e conferências nacionais	1539
Reflexões sobre a competência da Instituição Militar para apuração de crimes contra vida de civil	1546
Reflexões sobre a Possibilidade do Reconhecimento da Paternidade Socioafetiva de Crianças e Adolescentes	1561
Regimes de Guarda e o ECA	1573
Relato de experiência de estágio em uma escola pública no município de Franca/SP: contribuição da psicologia escolar e promoção da saúde	1584
Responsabilidade Social Empresarial: um estudo de caso sobre seu comprometimento para o desenvolvimento social local	1593
Revisitando o clássico Frankenstein: a repercussão da obra sobre a ciência moderna	1606
Sesi: Uma rede criativa como modelo dinamizador da cultura	1614
Trabalho infantil: uma análise legislativa e a política pública do PETI (programa de erradicação do trabalho infantil)	1622
Tratamento para dependência de álcool e outras substâncias e Direitos Humanos	1632
Turismo como aporte para o desenvolvimento regional e local	1638
Um mundo colorido: Arte na Educação Infantil	1645
Um olhar sobre o contexto histórico das relações de consumo e o Direito do Consumidor	1657
Uma reflexão teórica da importância do terceiro setor no fomento de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional	1665
Valor da Informação: em foco a gestão da informação e do conhecimento para competitividade organizacional	1676
Vendas: um estudo dos desafios enfrentados pelos vendedores de produtos bancários na era digital	1686

**30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO: UMA ANÁLISE DE SUA EFETIVIDADE SOB A PERSPECTIVA DAS  
MEDIDAS PROVISÓRIAS E DA REFORMA TRABALHISTA**  
*30 YEARS OF CONSTITUTION: AN ANALYSIS OF ITS EFFECTIVENESS UNDER THE  
PERSPECTIVE OF PROVISIONAL MEASURES AND LABOR REFORM*

Área temática 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas. Subárea: 1.4 Direito, Trabalho e Serviço Social

MICHÉIAS, Mayara Paschoal  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – FCHS- UNESP/Franca  
Mestranda em Direito Constitucional pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) – UNESP – Campus de Franca.  
Graduada em Direito pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) – UNESP – Campus de Franca.  
Advogada

PAULA, Giovanna Gomes de<sup>1</sup>.  
Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”  
Pós- graduanda em Direito do Trabalho.  
E-mail: giovanna.unesp.adv@gmail.com

ZANQUETTA, Ana Carolina Alberganti  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – FCHS- UNESP/Franca  
Mestranda em Direito Constitucional pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) – UNESP – Campus de Franca.  
Graduada em Direito pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) – UNESP – Campus de Franca.  
Advogada  
carolzanquetta94@gmail.com

### Resumo

Com 30 anos de vigência da Constituição Federal de 1988, Carta que representa um marco na redemocratização do Brasil, importante tecer análise crítica sobre a mesma. Para a realização de tal estudo, foram escolhidos 3 focos: uma análise do contexto destes 30 anos de vigência; uma análise do instituto das medidas provisórias, e uma análise à luz da recente reforma trabalhista. Realizou-se, assim, reflexões sobre sua efetividade, concretização de seus direitos e a busca pela afirmação do novo cenário democrático pós os mais de 20 anos de regime ditatorial. As medidas provisórias são um instrumento fundamental para compreender a dinâmica entre os Poderes, pois foram instituídas para substituir o antigo decreto-lei, instrumento muito utilizado ao longo do período ditatorial. A reforma trabalhista, recente, exige atenção e reanálise à luz da Constituição. Assim, teve-se por objetivo realizar uma análise crítica do cenário atual, tendo em vista as alterações realizadas ao longo da vigência da CF/88. Para a realização deste estudo, utilizou-se, sobretudo, o método da revisão bibliográfica, somado à técnica da análise documental, que permitiu atingir as conclusões críticas buscadas.

**Palavras-chave:** Constituição Federal, medidas provisórias, reforma trabalhista

### Abstract

With 30 years of the Federal Constitution of 1988, text that represents an important moment on Brazilian redemocratization process, it is important to develop a critical analysis about it. To engage in this study, 3 focuses were chosen: an analysis of the context among these 30 years; an

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

analysis of the provisional measures and an analysis facing the labor law reform. Therefore, it was performed reflections about its efficiency, the materialization of the rights it establishes and the search for affirming a new democratic scenario after more than 20 years of dictatorial regimen. The provisional measures are a fundamental instrument to comprehend the dynamic between the Powers, considering they were established in order to replace the former decree-law, instrument used during the dictatorial period. The labor law reform, recently done, demands attention and a reanalysis in sight of the Constitution. Therefore, the objective of this study was to perform a critical analysis of the current scenario, concerning the Amendments enacted throughout these 30 years. In order to do that, the method of bibliographic revision was used added to the documental analysis technique, what made it possible to achieve the conclusions aimed.

**Keywords:** Federal Constitution, provisional measures, labor law reform.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para uma análise crítica da CF/88 30 anos após sua edição, foram escolhidos 3 focos de análise: uma consideração inicial sobre os principais acontecimentos ocorridos durante esses 30 anos de sua vigência, a análise da reforma trabalhista com o enfoque de entender mediante o texto constitucional e o instituto das medidas provisórias.

O estudo desses focos se deu através da técnica da análise documental, somada à revisão bibliográfica, o que, somado à um juízo crítico, permitiu atingir as conclusões destacadas.

### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE TODO O CONTEXTO DOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a Constituição Brasileira completa em 2018 seus 30 anos. A atual Carta representou um marco de redemocratização no país, após o intenso período do regime militar. Na época em que foi promulgada, o cenário brasileiro era de reabertura política. Ao se considerar toda a história da República brasileira, a Constituição de 1988 é a primeira com a qual os brasileiros poderão comemorar um período extenso de vigência de um texto constitucional.

Com uma estrutura diferente das demais constituições existentes na história do Brasil, a Constituição de 1988 possui nove títulos que cuidam: (a) dos princípios fundamentais; (b) dos direitos e garantias fundamentais; (c) da organização do Estado; (d) da organização dos poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário; (e) das funções essenciais da justiça; (f) da defesa do Estado e das instituições democráticas; (g) da tributação e do orçamento; (h) da ordem econômica e financeira; (i) da ordem social e (j) das disposições gerais. Foi então denominada por Ulysses Guimarães, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, como a “Constituição Cidadã”, visto ter tido grande participação popular em sua elaboração e também por conta de ter como um dos principais objetivos a plena realização da cidadania (SILVA, 2013, p. 92).

Além de parlamentares do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, cidadãos e entidades representativas tiveram uma participação muito importante para delinear os principais aspectos da nova Constituição. A atual Constituição representa a disputa de forças políticas e socioeconômicas existentes na sociedade brasileira da época de sua elaboração, visto que ao estabelecer como fundamento da república a livre-iniciativa, com a valorização do trabalho, além de proteger o direito de propriedade, a nova Carta tinha como finalidade pautar seus atos no pluralismo, fosse ele político, cultural ou econômico. O objetivo era desfazer as amarras unilaterais advindas com os mais de 20 anos de ditadura militar.

Vale destacar, que a Constituição de 1988 foi a que mais demorou para ser elaborada, além de possuir o mais longo número de dispositivos constitucionais, sendo classificada como uma constituição analítica: texto constitucional que possui um grande número de artigos e não se limita a estabelecer o esqueleto do Estado em que se insere, avançando principalmente em prever as políticas sociais. No entanto, apesar da Constituição de 1988 ser extensa, muitas vezes até prolixa, e com um vasto conteúdo programático, ele é reflexo do contexto social e político do povo brasileiro que buscava a concretização de uma democracia, fugindo das mazelas causadas pelo período ditatorial.

O Brasil, que já era República, continuaria a ser uma República presidencialista, entretanto teria novamente a possibilidade de eleições livres e diretas para presidente da República,

governador, prefeito, deputado, senador e vereador. O novo texto constitucional também acabou com a censura à imprensa e estabelece o direito à liberdade de expressão.

Pode-se considerar a Constituição de 1988 como sendo um texto constitucional forte. Ela enfrentou dois processos de impeachment, quais sejam o do Collor (1992) e o da Dilma (2016). Perseverou por crises econômicas mundiais sérias, além de problemas institucionais e políticos graves, como questões de corrupção no mais alto escalão do Poder Público, como Mensalão e Lava-Jato.

Houve também outro momento de grave risco da estabilidade deste texto constitucional, ocorrido durante os governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC) em que houve grande influência de teorias neoliberais, juntamente com processos de privatização e desestatização. Diante deste cenário, surgiram ideias de flexibilização de direitos trabalhistas e enfraquecimento da Justiça do Trabalho.

Naquele momento, o fato da Constituição de 1988 ter um texto estável e rígido foi de primordial importância para evitar que essas mudanças no contexto dos direitos trabalhistas fossem efetivadas. Entretanto, alguns anos depois, em 2017, e sob a égide da mesma Constituição, foi aprovada a reforma trabalhista, pautada principalmente na questão de se ter mais flexibilidade nos direitos trabalhistas, com um objetivo ainda incerto de se desenvolver a economia. Como se explica o fato de um mesmo texto constitucional ter coibido em um dado momento que houvesse essa flexibilização dos direitos trabalhistas e em outro momento ser o pilar de construção de uma reforma trabalhista radical?

Além da reforma trabalhista, que representa uma grande mudança com relação aos direitos sociais dos trabalhadores, ainda convive-se com uma iminente reforma da Previdência, que vem prometendo radicalizar também a ordem social relacionada à seguridade social. E ainda assim ela resistiu, mostrando-se como um texto que estava intimamente ligado ao meio social e político em que se inseria, mostrando-se flexível para abarcar as mais diferentes realidades do país. Mas será que está cumprindo com esse papel ainda nos dias atuais?

Mesmo diante de uma reforma trabalhista impactante e na iminência de uma reforma previdenciária radical, a Constituição de 1988 estaria ainda em busca dos ideais de justiça, democracia, cidadania e igualdade que pautaram seu nascimento? Estar-se-ia, portanto, diante de uma mudança interpretativa da Constituição no auge de seus trinta anos? Será que ao se concretizar como um texto constitucional adulto, maduro, ele teria mudado os rumos ideológicos que os fizeram nascer?

Não se pode negar que durante seus trinta anos de existência, a Constituição Federal de 1988 mostra-se como uma constituição forte por ter conseguido consolidar um Estado Democrático de Direito, apesar de todas as adversidades, sem necessitar se socorrer da violência. Pelo contrário, para tentar contornar todos os obstáculos, o texto constitucional foi se reformulando.

Em trinta anos, a Constituição sofreu 105 emendas. Enquanto alguns acreditam que isso causaria instabilidade, outros defendem que a atualização do documento se faz necessária conforme a sociedade em que está inserida passa por mutações. Dentre essas mudanças, as mais significativas, foram a administrativa, a trabalhista e a do Judiciário (com a Emenda n. 45 de 2004). Talvez as principais reformas que ainda necessitam serem feitas são as relacionadas à política e à tributação.

No que tange à mudança relacionada ao Poder Judiciário, podemos destacar que desde o texto original da Constituição de 1988, o papel que o Judiciário passou a ter no cenário nacional sofreu um grande destaque. O novo texto constitucional previu diversas garantias fundamentais, isto é, instrumentos para assegurar a efetividade dos direitos fundamentais, como o habeas corpus, o mandado de segurança e a ação popular. A independência do Judiciário foi enfatizada com a manutenção da previsão de garantias dos magistrados, descritas no artigo 93 da CRFB/88, tais como vitaliciedade, irredutibilidade e inamovibilidade, atreladas a um organizado controle concentrado de constitucionalidade e à independência financeira-orçamentária que fizeram com que se confirmasse na esfera do Poder Judiciário a instalação de seu autogoverno. O clímax desse destaque judiciário foi atingido com a Emenda Constitucional n. 45 de 2004 teve suma importância.

Primeiramente, essa emenda trouxe a previsão de o Poder Judiciário, por meio de seu tribunal supremo, formular súmulas com efeitos vinculantes em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como atribuindo eficácia vinculante às decisões definitivas em ação direta de inconstitucionalidade (art. 102, §2º). Há ainda a criação do Conselho Nacional de Justiça, com a finalidade de ser um órgão interno do Poder Judiciário, responsável pelo controle administrativo desse poder. Diante disso,

durante todos esses anos, vê-se um crescimento exponencial do Poder Judiciário como um dos protagonistas no cenário político brasileiro.

Além das transformações ocorridas formalmente ao texto constitucional, é importante destacar que muitas modificações significativas trazidas ao texto constitucional estão hoje em dia sendo realizadas por meio da interpretação constitucional feito pelo Supremo Tribunal Federal. Aproveitando o apontamento do protagonismo judiciário, o STF, por meio da chamada mutação constitucional, acaba por modificar a interpretação ao texto constitucional sem alterá-lo formalmente por meio de emendas.

Além dessa expansão do protagonismo do Judiciário, também podemos destacar uma importante atuação do Poder Executivo: a elaboração de medidas provisórias. O instituto das medidas provisórias foi instituído no Brasil pela primeira vez na Constituição vigente, sendo objeto de muitas discussões e Projetos de Emendas Constitucionais, tendo sido alterado pela EC 32/2001. Trata-se de tema que ainda hoje suscita discussões no ambiente acadêmico, de modo que relevante sua análise.

A medida provisória teve como objetivo inicial, conciliar a efetividade com a democracia, visto que para que ela se transformasse em lei, depois de ter sido editada pelo Poder Executivo, seria necessário o aval do Legislativo. Ao contrário, por exemplo, do que acontecia anteriormente com os decretos-lei, que ao serem promulgados, tinham imediato status de lei. Acontece que as medidas provisórias, que deveriam ser excepcionais, acabaram sendo utilizadas de uma maneira desenfreada, além de serem constantemente reeditadas. Com essa reedição, perdeu-se a intenção de controlar o poder legiferante desmedido do Executivo. Essa problemática também será objeto de análise pelo presente trabalho.

Deve-se dar destaque às grandes mudanças relacionadas aos direitos sociais durante todo esse tempo de vigência da atual Constituição. Em 2016, o atual governo, pós impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, promulgou a Emenda Constitucional n. 95, congelando os gastos sociais por vinte anos. No entanto, a Constituição de 1988 pautou-se principalmente em dar maior importância aos direitos sociais, como educação, transporte, trabalho, saúde, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, além de outros. Como já vimos, houve uma reforma trabalhista, há uma iminente reforma previdenciária, além desse congelamento de gastos, implicando, conseqüentemente, num sucateamento do investimento nesses direitos.

Como bem salienta Araújo,

A natureza dos direitos sociais, por exigir historicamente uma prestação material do Estado, em oposição à concepção meramente liberal, trouxe sérias dúvidas a sua natureza normativa, com a conseqüente caracterização como meras normas programáticas, sem providências imediatas para tornar possível sua realização [iv]. Para contornar esse quadro, a Constituição Federal estabeleceu a aplicabilidade imediata dos direitos e garantias fundamentais (ARAÚJO, sem data).

Os direitos sociais, exigem para isso, uma atuação positiva do Estado, ao passo que necessita implementar políticas públicas para efetivar tais direitos. No entanto, na tentativa de reduzir o Estado, com a já mencionada reforma administrativa, proposta pelo Ministro Bresser Pereira, culminou na ideia de descentralização dos chamados serviços públicos não exclusivos, ocasionando na prática, a delegação ao setor privado de direitos como saúde e educação (ARAÚJO, sem data).

Portanto, diante de todo o que se expos, se há algo a se ressaltar durante esses 30 anos de vigência da atual Constituição é o fato de que, apesar de ter nascido cheia de boas intenções e com um cunho altamente social e voltado para a igualdade por meio da efetivação de direitos e pela concretização da democracia por meio da cidadania, hoje o que se vê são interesses outros interferindo nesses objetivos e dificultando cada vez mais que se continue seguindo fielmente um Estado Democrático de Direito.

## **2. MEDIDAS PROVISÓRIAS NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

### **2.1. Histórico das medidas provisórias**

Durante os debates constitucionais que culminaram na promulgação da Constituição Federal de 1988, como uma constituição que visou reestruturar o país após um período ditatorial, muito se discutiu a respeito da instituição ou não das medidas provisórias, como instrumento que viria substituir o decreto-lei, tendo em vista a busca de limitações ao Poder Executivo.<sup>2</sup>

É possível observar que nos debates considerou-se até mesmo a completa eliminação (e não a substituição) do instituto, em razão das arbitrariedades por ele permitidas na ordem constitucional anterior, mas este não foi o posicionamento principal dos constituintes, que entendiam que era esse um instrumento necessário seguindo as tendências mundiais do momento.<sup>3</sup>

Os decretos-lei, ao serem promulgados, tinham imediato status de lei, podendo o Congresso aprová-lo ou recusá-lo em sua íntegra, e, não o fazendo, ocorreria aprovação tácita do texto, que se converteria em lei imediatamente.

Em sentido oposto, desde sua criação original, as medidas provisórias apenas se converteriam em lei se fossem aprovadas pelo Congresso, ou seja, ante a não análise teríamos uma rejeição tácita.

A medida provisória tentou, a princípio, conciliar a efetividade com a democracia, de forma que, para que se transformasse em lei, seria necessário o aval do Legislativo, o que a tornaria um instrumento democrático sem perder a celeridade necessária, já que ela começaria a vigor assim que publicada, mas apenas se tornaria lei se aprovada pelo Congresso.<sup>4</sup>

No texto original da CF de 1988, as medidas provisórias estavam previstas da seguinte forma:

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.

Parágrafo único. As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes. (BRASIL, 1988- texto anterior à EC 32/2001)

Observa-se que no texto original algumas diferenças substanciais com relação ao decreto-lei foram estabelecidas: no lugar da aprovação tácita, há perda de eficácia tácita; a perda de eficácia tácita se dá com efeitos *ex tunc*; e em vez de “interesse público relevante”, utilizou-se das expressões “relevância e urgência”.

Como é possível observar, o constituinte não se preocupou em limitar as matérias sujeitas ao tratamento por meio de medidas provisórias, apenas estabelecendo limites circunstanciais que seriam a relevância e a urgência, conceitos abertos que também não se preocupou em definir.<sup>5</sup> Como

<sup>2</sup> Ao estudar o diário da constituinte, notamos que alguns, como Adylson Motta ou Nelson Gibson, demonstravam-se fortemente contrários à instituição das medidas provisórias, alegando que esta nada mais era do que uma “continuidade do decreto-lei”, enquanto outros, como Egídio Ferreira Lima, defendiam sua instituição através de referências ao direito italiano ou espanhol, ou, como o fez Nelson Jobim, destacavam sua essencialidade. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/anais-da-assembleia-nacional-constituente](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/anais-da-assembleia-nacional-constituente)>

<sup>3</sup> “Ao analisar os discursos proferidos durante a Assembleia Constituinte, constata-se que, embora a retirada do decreto-lei fosse ponto pacífico, poucos constituintes se opuseram à inclusão na nova Carta Magna de poderes legislativos emergenciais e extraordinários do Executivo. Uma tendência mundial de dotar os executivos de instrumentos desse tipo aliada à preocupação com a agilidade do Congresso contribuíram para o novo desenho institucional.” (OLIVEIRA, 2009, p.22)

<sup>4</sup> “O argumento é o seguinte: no mundo moderno, o governo é chamado a desempenhar múltiplas e crescentes funções, pois cada vez mais se vê confrontado com situações imprevisíveis em que é preciso agir de forma rápida e ágil. Assim, para evitar as crises motivadas pela incapacidade de ação do governo e para impedir que ele se veja paralisado por conflitos internos, cumpre dotar o Executivo de poderes legislativos excepcionais. Além disso, nos países latino-americanos, em especial o Brasil, com sistemas partidários fragmentados e de fraca disciplina interna, é por intermédio desses poderes que o Executivo pode aumentar a capacidade de implementar uma agenda de governo.” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001, p.125)

<sup>5</sup> No que tange à urgência, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, como no julgamento da ADInMC 1.753-2-DF e a ADInMC 2.398-9-DF, admitiu a possibilidade de aplicar-se critérios objetivos

destacam Figueiredo e Limongi (1999,p. 141) “na prática, o Congresso deixou ao Executivo a definição unilateral da urgência e relevância”.

Importante aspecto das medidas provisórias em seu formato originário era a prática da reedição, que se dava do modo descrito na Súmula 651 do Supremo Tribunal Federal: “A medida provisória não apreciada pelo Congresso Nacional podia, até a EC 32/2001, ser reeditada dentro do seu prazo de eficácia de trinta dias, mantidos os efeitos de lei desde a primeira edição”.

Esse aspecto, dentre outros, fez com que o instrumento das medidas provisórias gerasse vários problemas no ordenamento pós-88, como será observado.

## **2.2 Problemas envolvendo as medidas provisórias**

No Brasil, desde o início da vigência da atual Constituição, o instrumento das medidas provisórias foi utilizado de forma indiscriminada por todos os Presidentes da República. Além de serem editadas em números consideravelmente altos (pois próximos ao das Leis Ordinárias)<sup>6</sup>, por não haver a priori limites materiais, as medidas provisórias eram reeditadas (o que ocorreu por permissão do próprio Legislativo) constantemente para que, no decurso do prazo sem análise por parte do Legislativo, não perdessem sua eficácia.

Com a reedição, perdeu-se a intenção do constituinte de diferenciar a medida provisória do decreto-lei por meio da necessária participação do Legislativo antes de se converter em lei, visto que, reeditando sucessivamente uma medida não analisada no prazo, teria ela não só a força de lei, mas também teria a vigência da lei, ou seja, por tempo indeterminado.

Em alguns anos, como 1999 e 2000, as reedições foram superiores a 1000. Essa quantidade superava até mesmo o número de leis ordinárias editadas, de forma que ficava evidente o quanto estava no plano subsidiário à atuação legislativa do próprio Congresso.

Havendo tantas reedições, ficou demonstrada a inércia do Legislativo que não atuava como deveria no controle da atividade normativa do Presidente da República. O instituto foi desvirtuado, e o órgão que deveria realizar o controle político de sua utilização nada fazia.

Observava-se à época um verdadeiro controle da agenda do Legislativo por parte do Executivo, que editava, revogava e reeditava medidas, moldando a atuação do Congresso Nacional conforme seus interesses.

Buscando solucionar a problemática envolvida, inúmeras foram as tentativas de mudança no contexto das medidas provisórias. Logrou êxito a PEC 472/97, que resultou na Emenda Constitucional nº 32 de 2001, a qual trouxe mudanças tanto materiais com relação às medidas provisórias, ao elencar quais matérias seriam passíveis de tratamento por medidas provisórias<sup>7</sup>, quanto procedimentais<sup>8</sup>.

Contudo, mesmo após a edição de tal EC, ainda existem diversos problemas que envolvem as medidas provisórias, tal como o desequilíbrio causado pelo trancamento de pautas entre Legislativo e Executivo. O trancamento é a regra, e não a exceção, o que faz com que o Presidente tenha hoje tanta capacidade de controlar a agenda do Congresso quanto tinha antes da EC 32/2001.

A EC 32/2001 foi uma importante mudança, principalmente por ter encerrado a prática de reedições e por instituir limites materiais às medidas provisórias. No entanto não foi capaz de atingir todos os objetivos a que se propôs e, por esse motivo, não foi eficaz. Assim, é necessário que se

---

para demonstrar se havia ou não de urgência, como no caso de tratar de matérias tributárias, por exemplo. Entretanto, claro o caráter político de ambos critérios, urgência e relevância.

<sup>6</sup> Nos anos de 1994 e 2001, observa Amaral Júnior (2004, p. 204-208), o número de medidas provisórias (consideradas as reedições) teria superado o número de leis ordinárias editadas. Ademais, comparando com o número de reiteração de decretos-legges, instituto italiano que teria inspirado o surgimento das medidas provisórias em nosso ordenamento, o número de reedições de medidas provisórias no Brasil se mostrou superior.

<sup>7</sup> “O novo texto constitucional optou por elencar um a um os assuntos que não poderão ser objeto de medida provisória, ao invés de transcorrer, como muitos parlamentares sugeriram, sobre quais matérias poderiam versar o referido instituto. Nesse sentido, o novo texto impôs limitações materiais expressas para a edição de medidas provisórias.” (OLIVEIRA, 2009, p. 35)

<sup>8</sup> “Outra inovação introduzida pela EC n. 32/01 determina que a apreciação de uma medida provisória seja iniciada pela CD, cabendo à uma Comissão Mista de Deputados e Senadores proceder o juízo de admissibilidade, antes de serem apreciadas, em sessões separadas, pelos respectivos Plenários. As medidas provisórias deixaram a pauta do Congresso para integrar a pauta de cada um dos Plenários das Casas” (OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 35).

pense em um novo regramento das medidas provisórias, por exemplo, com a busca de alternativas no direito comparado.

Portanto, no cenário dos 30 anos da Constituição Federal de 1988, o que se observa é que a instituição das medidas provisórias foi responsável por inúmeros problemas que, mesmo após a importante EC 32/2001, ainda são motivo de preocupação. Diante disso, mesmo após uma longa vigência, ainda tem-se muitas questões que demandam estudos para serem solucionadas.

## 5 A REFORMA TRABALHISTA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Conforme disposto até o presente o momento, embora a Constituição Federal de 1988 tenha surgido com a promessa de trazer mais direitos e garantias ao indivíduo, protegendo assim a dignidade da pessoa humana, o exacerbado número de direitos e deveres trazidos pela Carta muitas vezes carecem de efetividade no plano concreto em razão da desobediência à hierarquia das normas no ordenamento jurídico brasileiro. Este é o contexto em que se insere a recente alteração legislativa conhecida como “Reforma Trabalhista”, a qual alterou substancialmente o contexto laboral a partir da vigência da Lei 13.467/17. Assim,

Toda lei se sujeita à Constituição de um país. Em nosso caso, a Constituição de 1988 estabelece como “direitos dos trabalhadores”, dentro do Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), todo o rol do artigo 7º, além dos artigos 8º a 11º. O *caput* do artigo 7º refere que o conjunto de direitos ali estabelecidos não exclui “outros que impliquem melhoria da condição social” de quem trabalha. (SEVERO; MAIOR, p. 23)

Com o objetivo de fomentar a economia a partir da flexibilização dos direitos para manter empregos, a Reforma Trabalhista estabeleceu diversos conflitos com direitos fundamentais abarcados pela Constituição Federal, levando assim, a um futuro de precarização do trabalho em larga escala. Exemplos disso se destacam com a possibilidade de negociação de tempo de trabalho, normas de saúde e segurança do trabalhador, entre muitos outros, conforme se destaca:

A flexibilização de inúmeras regras jurídicas concernentes à jornada de trabalho e aos intervalos trabalhistas estimula o elevado crescimento da duração do trabalho, com inevitável prejuízo às diversas dimensões da vida da pessoa humana. Isto é, esse novo direcionamento normativo compromete a saúde, o bem-estar e a segurança dos indivíduos inseridos no mundo do trabalho, além de comprometer as igualmente imprescindíveis dimensões familiar, comunitária e cívica que são inerentes a qualquer ser humano. (DELGADO; DELGADO, 2017, p.43)

Neste sentido, a terceirização de serviços, por mais que tenha como objetivos a produtividade, a competitividade e todos os ditames da livre iniciativa, não pode ser admitida nos termos em que se encontra (GARCIA, 2017), contrariando o valor do trabalho e a dignidade humana. “Trata-se, lamentavelmente, de típica Lei de Precarização do Trabalho, gravemente dissociada do papel civilizatório que cabe ao Direito em uma Democracia.” (DELGADO; DELGADO, 2017, p.57)

De modo geral, a Lei 13.467/17 desrespeitou diversos preceitos inseridos na ótica da hierarquias das normas, tanto materialmente, no conteúdo que afronta princípios constitucionais, como na forma, visto que foi sancionada em tempo recorde e utilizou-se do instituto da medida provisória para sua criação. Neste sentido:

Cumprir verificar, entretanto, que, nos termos do Artigo 62 da Constituição, as medidas provisórias são reservadas a situações de relevância e urgência, o que impede sua utilização de forma generalizada, e obviamente não há previsão de proibição de sua adoção no caso em questão porque o legislador pressupôs a vigência da ordem constitucional. Ou seja, o legislador não poderia mesmo sequer prever que se chegaria ao ponto de o Poder Legislativo abdicar do seu dever de legislar e requerer, ele próprio, que o Executivo o sub-rogasse em tal tarefa. Esse “acordo”, portanto, só serve para revelar o estágio de ruptura democrática que se instaurou no



país para atender à vontade do poder econômico, que tem recebido o beneplácito de algumas instituições. (SEVERO; MAIOR, p. 22)

Destaca-se que os reflexos desta alteração abrupta no contexto laboral, sem uma profunda análise dos aspectos constituições já estão causando insegurança jurídica e dúvidas sobre a interpretação das normas no plano da concretização da lei pelos magistrados, neste sentido, explica Guilherme Guimarães Feliciano Simpósio promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), em maio de 2018:

O magistrado lembrou ainda a insegurança jurídica trazida pela reforma trabalhista, que é objeto de mais de 20 ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), entre elas duas da Anamatra. Nesse ponto, também citou a Medida Provisória 808/2017 que, em sua tramitação, recebeu quase mil emendas e não foi convertida em lei. “Agora somos nós, juízes, procuradores, indagados sobre, afinal, qual Direito vai reger esses contratos firmados antes, durante e depois da MP. E a promessa da reforma era a de segurança jurídica...” (ANAMATRA, 2018, online)

Quanto os princípios constitucionais marginalizados pela Reforma, destacam-se o princípio da norma mais favorável, o qual fora substituído pela premissa do “negociado pelo legislado”; o princípio da continuidade da relação de emprego em detrimento da facilidade trazida em novas formas de acordo de demissão, pelo instituto do trabalho temporário e ainda, pela terceirização da atividade-fim; e o princípio da irredutibilidade salarial, possibilitado por negociações e pelas novas formas de (sub)contratação. Neste sentido,

Esse largo rol de princípios constitucionais humanísticos e sociais, além do importante grupo de princípios justralhistas individuais e coletivos constitucionalizados, tudo estabelece balizas e limites inegáveis para a norma jurídica infraconstitucional na ordem jurídica brasileira. Esses limites constitucionais enfáticos devem estar presentes ao intérprete conclusivo do Direito em seu desafio de bem interpretar novos diplomas e regras jurídicas aprovados na realidade institucional do País. (DELGADO; DELGADO, 2017, p. 32)

A Constituição Federal, em especial em seu artigo 7º, estabelece o mínimo de garantia aos trabalhadores, abaixo do qual nenhuma lei pode atuar. (SEVERO; MAIOR). Portanto,

Note-se que a Constituição de 1988 tem o zelo de explicitar o caráter de essencialidade que emana desses direitos fundamentais da pessoa humana, ao estatuir, em seu art. 60, § 4º, IV, que não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir: “IV - os direitos e garantias individuais”. (DELGADO; DELGADO, 2017, p. 32)

Nesta linha, de acordo com a diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Luciana Conforti, em Seminário promovido pela OAB/ES, ressaltou que, não obstante todas as ofensas promovidas pela Reforma Trabalhista à Carta Maior, vive-se agora um momento de reflexão e bom senso, no qual a Constituição Federal e as normas estabelecidas pelas Convenções Internacionais devem ser priorizadas, para não se perder a essência do Direito do Trabalho (ANAMATRA, 2018, online). Assim, a busca pela qualidade e produtividade nunca terá fim, devendo ser freada pelos direitos fundamentais e pelas políticas públicas que assegurem a fiscalização e concretização destes preceitos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se completar seus 30 anos de vigência, a Constituição Federal Brasileira de 1988 traz à tona algumas reflexões sobre sua efetividade, concretização de seus direitos e a busca pela afirmação do novo cenário democrático pós os mais de 20 anos de regime ditatorial. É importante se analisar como, a primeira constituição republicana brasileira a vigor por tanto tempo concretamente, causou verdadeiros impactos no cenário político e econômico brasileiro.

O presente trabalho teve o condão de tentar entender alguns dos obstáculos pelos quais a atual Constituição percorreu, demonstrando aspectos históricos, políticos e econômicos, além de aspectos jurídicos propriamente ditos. O recorte jurídico que decidiu-se analisar circunde à recente reforma trabalhista, bem como à inflação legislativa causada pela elaboração de medidas provisórias, medidas essas instituídas pela primeira vez com a própria Constituição de 1988, na tentativa de substituir o antigo decreto-lei.

A atual Constituição representa a disputa de forças políticas e socioeconômicas existentes na sociedade brasileira da época de sua elaboração, visto que ao estabelecer como fundamento da república a livre-iniciativa, com a valorização do trabalho, além de proteger o direito de propriedade, a nova Carta tinha como finalidade pautar seus atos no pluralismo, fosse ele político, cultural ou econômico.

No que tange às medidas provisórias, a sua instituição com a Constituição de 1988 acabou por disseminar uma série de problemas que, mesmo após uma emenda constitucional que tratava do tema, ainda persistem. A inflação legislativa advinda com a elaboração de diversas medidas provisórias, ao invés de trazer celeridade e solução rápida para algumas questões, acaba não trazendo a eficiência que deveria, além de muitas vezes gerar uma insegurança jurídica que não condiz com o ideal de Estado Democrático de Direito advindo com o nascimento da Constituição de 1988.

Com relação à reforma trabalhista, ao se flexibilizar as relações de trabalho fazendo com que se privilegiasse que elas fossem resolvidas numa esfera particular entre empregadores e empregados, o ideal de protagonismo dos direitos sociais, como os direitos trabalhistas, acaba sendo mitigado. Acontece que numa Constituição que nasceu para tentar dirimir as desigualdades sociais e trazer uma maior igualdade de oportunidade a todos, a reforma trabalhista, bem como a iminente reforma da previdência, acaba por tornar a efetivação dos direitos sociais cada vez mais distante de ser plenamente implementada.

Após os 30 anos de vigência da atual Constituição, apesar de se perceber avanços significativos na afirmação dos direitos fundamentais, na concretização do princípio democrático e da cidadania, ainda há lacunas a serem preenchidas e que, na contramão da concretização social, vêm cada vez mais alargando as desigualdades sociais e a ineficácia de muitas instituições que exercem um papel protagonista na sociedade atual. A redemocratização ocorrida com a Constituição de 1988 foi importante para o desenvolvimento social do Brasil, entretanto há ainda uma grande necessidade de uma reforma política eficaz que concretize ainda mais o Estado Democrático de Direito no qual se baseou o seu nascimento.

## REFERÊNCIAS

AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do. **Medida provisória e sua conversão em lei**: a Emenda Constitucional no. 32 e o papel do Congresso Nacional. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências. Emenda Constitucional n. 000032 de 11 de setembro de 2001. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 12set. 2001. Seção 1, p.1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2001/emendaconstitucional-32-11-setembro-2001-395730-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 jan. 2016

DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A Reforma Trabalhista no Brasil**: com os comentários à Lei n. 13.467/2017. São Paulo: LTr, 2017.

FIGUEIREDO, Argelina C. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional** / Argelina

Cheibub Figueiredo e Fernando Limongi. 2ª ed. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2001.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Terceirização- trabalho temporário, cooperativas de trabalho**. Salvador: Ed. JusPODIVM, 2017.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova**, São Paulo, n. 44, p. 81-106, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010264451998000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451998000200005&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 20 Agosto 2016.

MACIEL, Viviane Dias. Anamatra debate impactos da reforma trabalhista nos direitos sociais. **Anamatra**. Disponível em: [https://www.anamatra.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=27007:anamatra-debate-impactos-da-reforma-trabalhista-nos-direitos-sociais&catid=2:noticias](https://www.anamatra.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=27007:anamatra-debate-impactos-da-reforma-trabalhista-nos-direitos-sociais&catid=2:noticias). Acesso em 25 set. 2018.

MACIEL, Viviane Dias. Simpósio debate os efeitos da reforma trabalhista no Brasil. **Anamatra**. Disponível em: [https://www.anamatra.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=26528:simposio-debate-os-efeitos-da-reforma-trabalhista-no-brasil&catid=2:noticias](https://www.anamatra.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26528:simposio-debate-os-efeitos-da-reforma-trabalhista-no-brasil&catid=2:noticias). Acesso em 25 set. 2018.

OLIVEIRA, Magali Carvalho Alves de. **Medidas provisórias e a relação Executivo x Legislativo: uma visão do sobrestamento de pauta**. Monografia (Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Brasília, DF, 2009.

SEVERO, Valdete Souto; MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Manual da reforma trabalhista: pontos e contrapontos**. (orgs: Afonso Paciléo Neto, Sarah Hakim; Prefácio Lívio Enescu). São Paulo: Sensus, 2017.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37ª ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2014.

**A ABORDAGEM SISTÊMICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS:  
UMA PROPOSTA DE PESQUISA**

*THE SYSTEMIC APPROACH OF ENVIRONMENTAL PUBLIC POLICIES:  
A RESEARCH PROPOSAL*

Área temática: Desenvolvimento Ambiental/ Sustentável

CAVALCANTI-BANDOS, Melissa Franchini  
Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca  
Doutora em Administração pela FEA-USP  
[melissafcb@gmail.com](mailto:melissafcb@gmail.com)

PAUCAR-CACERES, Alberto  
MMU- Metropolitan Manchester University  
Phd pela Metropolitan Manchester University  
[A.Paucar@mmu.ac.uk](mailto:A.Paucar@mmu.ac.uk)

## Resumo

A abordagem sistêmica de políticas públicas tem Easton (1965) como um de seus precursores, concebendo as políticas públicas como um sistema aberto. Os *inputs* são as demandas sociais e os *outputs* são as ações práticas. Nesse contexto, existem mudanças e obstáculos relacionados a sustentabilidade ambiental, dessa forma são necessárias políticas públicas para guiar ações e resolver problemas. Assim, é objetivo central desse artigo apresentar uma proposta de pesquisa que concilia a abordagem sistêmica e as políticas públicas ambientais, com o propósito de esclarecer: como a perspectiva sistêmica auxilia na análise de políticas públicas ambientais? Assim, por meio de uma pesquisa exploratória, baseada exclusivamente em dados secundários foram apresentados os principais elementos a serem considerados nesse contexto de pesquisa.

**Palavras-chave:** Abordagem sistêmica. Políticas públicas. Sustentabilidade.

## Abstract

The systemic approach to public policy has Easton (1965) as one of its precursors, conceiving public policy as an open system. The inputs are social demands and the outputs are practical actions. In this context, there are changes and obstacles related to environmental sustainability, so we need public policies to guide actions and solve problems. The central objective of this article is to present a research proposal that conciliates the systemic approach with the environmental public policies, with the purpose of clarifying: how does the systemic perspective help in the analysis of environmental public policies? Thus, through an exploratory research, based exclusively on secondary data, the main elements considered in this research context were presented.

**Keywords:** Systemic approach. Public policy. Sustainability.

## 1 INTRODUÇÃO

A abordagem sistêmica das políticas públicas tem Easton (1965) como um de seus precursores, concebendo a política pública como um sistema aberto, a partir de uma relação de formulação, resultados e meio ambiente. As entradas são as demandas sociais e as saídas são as ações. O autor concebe a vida política como um processo no qual o sistema político pode interferir positivamente em suas relações com o meio ambiente, uma vez que tem a capacidade de produzir soluções de adaptações às pressões. O conceito de equilíbrio sistêmico é resumido nas relações de fluxos entre o sistema e seu ambiente (SOUZA, 2007).

Nesse contexto, existem desafios e obstáculos no caminho da sustentabilidade ambiental, portanto, há necessidade de políticas públicas para orientar ações e solucionar problemas.

O Programa Município Verde Azul (PMVA), criado em 2007 pelo Governo do Estado de São Paulo, foi proposto para fazer uma análise sistêmica de uma política pública ambiental, com o objetivo de medir e apoiar a eficiência gestão ambiental, visando atender a agenda dos municípios.

A adesão dos municípios de São Paulo ocorre voluntariamente, por meio da assinatura de um Termo de Adesão, com o objetivo de elaborar e executar suas políticas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo.

As ações propostas por este programa incluem dez diretrizes da agenda ambiental local: Tratado de Esgoto, Manejo de Água, Resíduos Sólidos, Cidade Sustentável, Biodiversidade, Florestas Urbanas, Educação Ambiental, Qualidade do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho Ambiental, avaliando anualmente o município e criando um "Ranking Ambiental". A partir dessa avaliação, foi criado o Indicador de Avaliação Ambiental - (Indicador de Avaliação Ambiental - IAA).

A participação do Município é um pré-requisito para a liberação de recursos do Fundo Estadual de Controle da Poluição - FECOP, controlado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Nesse contexto, esse artigo tem como objetivo apresentar uma proposta de pesquisa que concilia a abordagem sistêmica e as políticas públicas ambientais. Pretende-se com essa pesquisa compreender as políticas públicas ambientais por meio de uma perspectiva sistêmica, analisando o Programa Município Verde Azul do Estado de São Paulo.

É importante mencionar que esta pesquisa está focada em um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (15ª - Vida em Terra), que tem importância crítica para a humanidade e para o planeta. Assim, após essa introdução, é apresentado um referencial teórico, os procedimentos metodológicos, a discussão, as considerações finais e as referências.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Abordagem Sistêmica e as Políticas Públicas

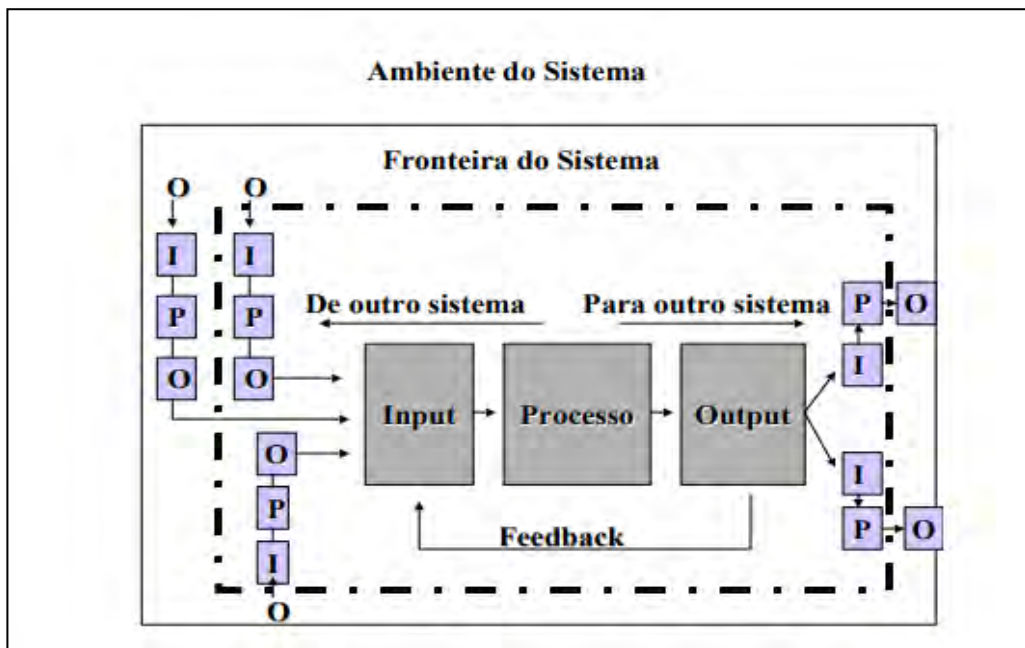
A abordagem sistêmica surge como uma necessidade de organização da complexidade do mundo (CAVALCANTI; PAULA, 2012). Mundo esse, repleto de sistemas, entendidos como "um grupo de elementos dinamicamente relacionados de acordo com um padrão coerente" (BEER, 1979, p.7).

Easton (1965) contribuiu com a área de políticas públicas ao defini-la como um sistema, isto é, "como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente" (SOUZA, 2007, p.68). Para Easton, "as políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos" (SOUZA, 2007, p.68).

Verifica-se que Easton, está concebendo a política pública, a partir das influências recebidas do ambiente, que também pode ser explicada pelo ciclo de políticas públicas (*policy cycle*) (HOWLET et al 2013), a partir do processo de elaboração de políticas públicas (*policy-making process*) (SECCHI, 2010). Entende-se política pública, a partir de Secchi (2010, p. 2) "diretriz elaborada pra enfrentar um problema público".

Nesse contexto, faz-se necessário compreender o diagrama de sistemas (figura 1) e o ciclo de políticas públicas (figura 2) compreendendo a sua relação.

Figura 1 – Diagrama de Sistemas

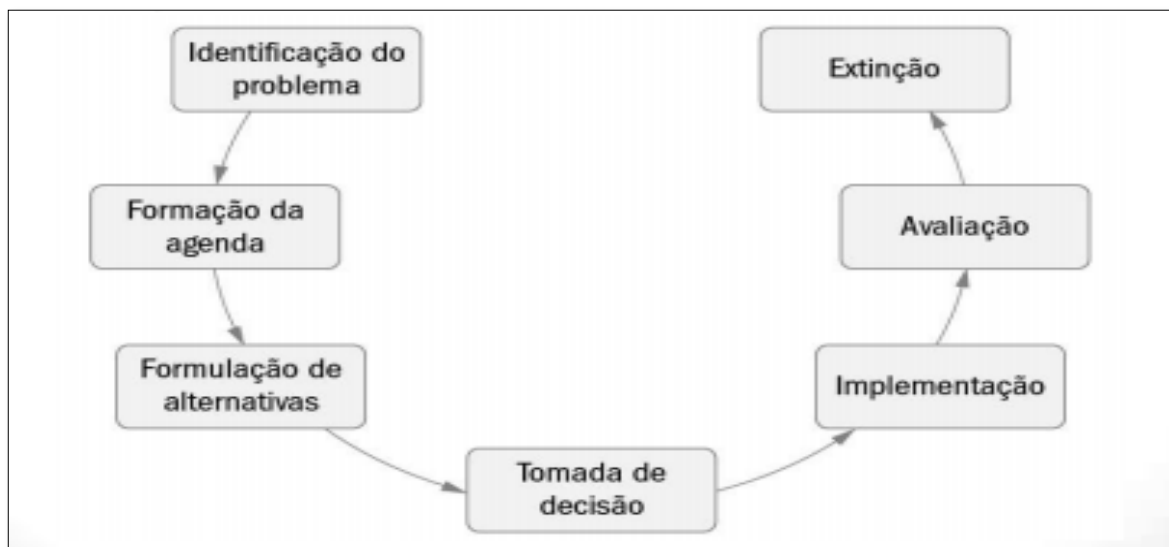


Fonte: Schoderbek et al. (1990; apud CAVALCANTI, PAULA, 2012, p.7)

Verifica-se no diagrama de sistemas proposto por Schoderbek et al. (1990) a presença de *inputs*, representados no diagrama pela letra "I", que devem ser entendidos como as entradas de um sistema, isto é, sua força inicial; constata-se os processos, representados pela letra "P" que transformam as entradas em saídas, e os *outputs*, representados pela letra "O", que são as saídas dos sistemas, seus resultados. O *feedback* é importante elemento de um sistema que permite a retroalimentação do *output* no *input*, criando a dinâmica do sistema.

Por meio do diagrama também é possível compreender importantes elementos de um sistema: os objetos, os relacionamentos, os atributos e o todo (CAVALCANTI; FREITAS, 2012). São objetos, os elementos do sistema; os relacionamentos, as fronteiras entre objetos; os atributos, são as características dos objetos e relacionamentos; o ambiente, o que está fora do sistema e o todo, apresentado como os elementos agregados formando uma estrutura independente (CAVALCANTI; FREITAS, 2012).

Figura 2 – Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Secchi, 2010, p. 33

O ciclo de políticas públicas conforme esclarece Secchi (2010, p.33-34) apesar de “raramente refletir a real dinâmica ou vida de uma política pública” [...] “tem uma grande utilidade: ajuda organizar as ideias, faz que a complexidade de uma política pública seja simplificada”.

Secchi (2010) apresenta sete elementos no ciclo de políticas públicas: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção.

Os autores (2010, p. 34) esclarecem que “um problema é a discrepância entre o *status quo* e uma situação ideal possível. Um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que gostaria que fosse a realidade pública”. A formação da agenda é a etapa em que um conjunto de problemas relevantes passam a fazer parte do planejamento do governo e a formulação de alternativas são as sugestões levantadas para solucionar o problema, contudo o enfrentamento do problema público ocorre com a tomada de decisão e efetiva implementação da ação. Após essa fase, faz necessário a avaliação da política pública e caso seja solucionado o problema, sua eventual extinção.

O ciclo, conforme se vê na figura 2, tem um aspecto sistêmico, é composto por elementos, alinhados um após o outro, organizando o “sistema” da política pública, apresentando seus relacionamentos. Verifica-se que o *output* de um é o *input* do próximo elemento e assim acontece sucessivamente.

Dessa forma, as políticas públicas ambientais podem ser compreendidas como um sistema aberto, em que o entendimento entre seus *inputs* (formulação) e seus *outputs* (resultados), bem como sua relação com o ambiente ampliam a visão do todo.

## 2.2. As Políticas Públicas Ambientais e o Programa Município Verde Azul Paulista

Santos e Chaves (2015, p.51) abordam que a “complexidade da relação homem-natureza, atinge padrões, que algumas vezes, foge da compreensão humana”, citam Cunha e Guerra, ao mencionar o caráter dinâmico do meio ambiente. Santos e Chaves (2015, p.51) ainda, reforçam que a busca por equilíbrio e harmonia para sustentar a relação homem/natureza parecem estar “menos

palpáveis”.

Souza (2007), esclarece que o equilíbrio sistêmico é como nas relações de fluxos entre o sistema e seu ambiente. Sistema esse que pode ser compreendido como a Política Pública Ambiental, que para fins dessa pesquisa é o Programa Município Verde Azul (PMVA), do governo do Estado de São Paulo.

O Programa Município Verde Azul foi criado para suprir a falta de planejamento sistemático urbano e ambiental no estado de São Paulo, na busca do equilíbrio sistêmico, que, embora seja o estado mais desenvolvido do Brasil, é colocado em um país com muitas complexidades políticas e geográficas. Da mesma forma, o sistema em que os brasileiros estão inseridos resulta em diversos problemas para a sociedade, como: aterros irregulares; desmatamento; desagregação de encostas; contaminação de nascentes superficiais e subterrâneas, falta de abastecimento de água entre outros (SANTOS; CHAVES, 2015), causando danos sistêmicos.

O PMVA possui um site (PMVA, 2018) que esclarece as principais informações em torno do programa, contudo uma pesquisa em profundidade, a partir de dados primários, se faz necessária para esclarecer e elucidar melhor as questões de pesquisa.

Verificou-se que trata-se de um programa, iniciado em 2007, pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, com o “propósito de medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental com a descentralização e valorização da agenda ambiental nos municípios” (PMVA, 2018). Dentre os principais objetivos do programa está o estímulo e o auxílio às prefeituras paulistas na elaboração de suas políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo.

Visando atingir seu objetivo no contexto do PMVA há a capacitação técnica aos interlocutores indicados pelos Municípios e o escalonamento dos municípios ao final de cada ano em um o “Ranking Ambiental dos municípios paulistas”. O ranking é resultado da avaliação dos Municípios gerando um Indicador de Avaliação Ambiental (IAA) que norteia a formulação e aprimoramento de políticas públicas municipais, além de outras ações. As ações propostas por este programa incluem dez diretrizes da agenda ambiental local: Tratado de Esgoto, Manejo de Água, Resíduos Sólidos, Cidade Sustentável, Biodiversidade, Florestas Urbanas, Educação Ambiental, Qualidade do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho Ambiental.

Assim, pesquisar o Programa Município Verde Azul, sob uma perspectiva sistêmica, apresenta-se como um estudo relevante no contexto das políticas públicas ambientais brasileiras, pois incentiva os municípios a terem planejamento urbano e ambiental sustentável, utilizando métricas concretas de avaliação.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para responder as principais questões do problema investigado: como a perspectiva sistêmica auxilia na análise de políticas públicas ambientais? e de maneira específica: quais contribuições e críticas advêm da análise sistêmica ao compreender o Programa Município Verde Azul? Inicialmente, foi escolhida uma pesquisa qualitativa, como o método mais adequado para esse tipo de proposição.

A pesquisa qualitativa difere em princípio da quantitativa porque não utiliza instrumentos estatísticos como base do processo de análise de um problema, justificando-o como uma forma adequada de compreender a natureza de um fenômeno social (RICHARDSON, 1999).

O estudo qualitativo, inicialmente, será desenvolvido por meio de pesquisa exploratória, com base em dados secundários, que podem conduzir o pesquisador ao tema investigado por meio de uma ampla revisão bibliográfica. Os dados secundários seriam extraídos de livros, periódicos, artigos científicos, dissertações, teses, bem como dados das políticas públicas escolhidas. Em um segundo momento, por meio de um questionário semi estruturado, serão coletadas informações a partir de dados primários do Município de Franca, entrevistando seus interlocutores do PMVA, visando ter um estudo de caso Yin (2005).

A pesquisa está centrada em três etapas definidas: a) a abordagem teórica do tema, trazendo a bibliografia atual para a discussão: abordagem sistêmica das políticas públicas e o ciclo das políticas públicas; b) uma pesquisa qualitativa inicial, baseada nos dados secundários extraídos do Programa Município Verde Azul do Governo do Estado de São Paulo; c) uma pesquisa em campo na



cidade de Franca (SP) com os interlocutores do Programa Município Verde Azul.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propõe-se, portanto, nesse artigo uma pesquisa que busque investigar abordagem sistêmica e as políticas públicas ambientais, com o propósito de esclarecer: como a perspectiva sistêmica auxilia na análise de políticas públicas ambientais? Assim, por meio de uma pesquisa exploratória qualitativa, baseada, inicialmente em dados secundários e, posteriormente, primários, será feita a investigação de políticas públicas ambientais sob o prisma sistêmico, analisando o caso do PMVA da cidade de Franca (SP).

Para o desenvolvimento da pesquisa deve-se apresentar uma discussão teórica detalhada abordando o ciclo de políticas públicas sob o prisma sistêmico, considerando os *inputs* e *outputs*. Após, deve-se detalhar o PMVA, a partir de suas dez diretrizes: Tratado de Esgoto, Manejo de Água, Resíduos Sólidos, Cidade Sustentável, Biodiversidade, Florestas Urbanas, Educação Ambiental, Qualidade do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho Ambiental. Compreender o IAA e sua correlação com o Fundo Estadual de Controle da Poluição - FECOP, controlado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente. E ao final, focar no PMVA da cidade de Franca (SP), buscando a interpretação de um caso concreto na aplicação da política pública ambiental em um município do estado de São Paulo.

Nessa análise deve-se buscar contextualizar o ambiente, isto é, o município de Franca (SP), que a política pública está situada, compreender os *inputs* do sistema. Dessa forma, deve-se compreender o papel do PMVA, principalmente na interlocução com as demandas sociais. Ao relacionar com o ciclo das Políticas Públicas, deve-se investigar como as demandas estão passando pelo filtro do Governo, afetando a priorização de interesses. Além disso, avaliar as alternativas de solução ao aplicar o PMVA e compreender na prática a avaliação da política pública implementada (via feedback), isto é, qual o IAA da cidade de Franca (SP).

Assim, sob um enfoque sistêmico, verificar se o PMVA tem sido uma boa escolha para abordar os problemas ambientais. Dessa maneira, a pesquisa pretende abordar as políticas públicas ambientais, usando o enfoque sistêmico e o ciclo de políticas públicas, por meio do PMVA buscando um amplo olhar ao todo.

#### REFERÊNCIAS

BEER, S. Cibernética e administração industrial. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. (Tradução de: Cybernetics and Management. 2. ed. Londres: The English Universities Press Ltd., 1967).

CAVALCANTI, M. F.; PAULA, V. F. De. Teoria Geral De Sistemas I. In: Martinelli, D. P et al.(org) Teoria Geral Dos Sistemas. São Paulo: Saraiva, 2012.

EASTON, D. A Framework for Political Analysis. Englewood Cliff: Prentice Hall, 1965.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. Política Pública: seus ciclos e subsistemas. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

PMVA. Programa Município Verde Azul Paulista. Disponível em < [verdeazuldigital.sp.gov.br](http://verdeazuldigital.sp.gov.br) > Acesso em julho. 2018

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social – Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, D. P.; CHAVES, M. R.; "Planejamento E Políticas Públicas Ambientais: Uma Análise Do Programa Município Verde Azul Na Cidade De Franca(SP)", p. 45-60 . In: Seminário de Pesquisa, Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais. Anais [livro eletrônico] / Neves (orgs) et al. São Paulo: Blucher, 2015.

SECCHI, L. Políticas Públicas. Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo:

Cengage Learning, 2010.

SOUZA, C. Estado da Arte em Políticas Públicas. In: Hochman, G. et al, Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2007.

YIN, R. K. Estudo de Caso – planejamento e casos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

**A AMBIÊNCIA INOVADORA: O comportamento empreendedor de gestores de Pequenas Empresas do interior de São Paulo**

THE INNOVATIVE ENVIRONMENT: The entrepreneurial behavior of managers of Small enterprises of the interior of São Paulo

Área temática: Desenvolvimento e Integração Regional Gestão Organizacional e Empreendedorismo

CARVALHO, C Nádia  
Faculdade Barretos  
Mestre em Administração  
[nadiaccarvalho@gmail.com](mailto:nadiaccarvalho@gmail.com)

ROCHA, R. Mariana  
Sebrae ALI / CNPQ  
Graduada em Engenharia de Produção  
[marianar.rocha@hotmail.com](mailto:marianar.rocha@hotmail.com)

SATURI, M Evandro  
Faculdade Barretos  
Mestre em Administração  
[emsaturi@gmail.com](mailto:emsaturi@gmail.com)

NOGUEIRA, C Lucas  
Sebrae ALI / CNPQ  
Engenheiro Mecânico  
[lucascarnio@live.com](mailto:lucascarnio@live.com)

**Resumo**

O desenvolvimento econômico e social das nações está intimamente relacionado à existência de líderes empreendedores, e por isso, o tema vem sendo cada vez mais discutido a fim de determinar características e razões de sucesso nos negócios. Este estudo tem como objetivo geral identificar o perfil empreendedor de gestores do segmento de indústrias gráficas, de micro e pequeno porte, instaladas na cidade de Franca- SP atendidas pelo programa ALI, e analisar como a criação de um ambiente favorável influencia no grau médio de inovação da empresa. Para tal, utilizou-se a aplicação do Radar da inovação e um questionário adicional para as 14 empresas componentes da amostra. Os resultados reafirmaram dois conceitos importantes na definição de empreendedorismo pela vertente comportamental, defendida por McClelland e a econômica, representada por Schumpeter. As principais motivações para a abertura do negócio estão relacionadas à percepção de uma oportunidade e a necessidade de autorrealização. Além disso, a evolução das empresas em seu grau médio de inovação, com ações planejadas e estruturadas, demonstrou forte relação com a criação de um ambiente favorável, em que se valoriza a interação interna e externa à empresa. Isto demonstra, especialmente no segmento gráfico, que enfrenta hoje um momento de reestruturação imposto pelos novos meios de comunicação digital e as questões de sustentabilidade, a importância do fomento e existência de entidades e políticas de apoio ao processo de inovação nas micro e pequenas empresas para promover o crescimento, lucratividade e competitividade.

**Palavras-chave:** Comportamento empreendedor, Ambiente inovadora, Pequena e Média Empresa

**Abstract**

The economic and social development of nations is closely related to the existence of entrepreneurial leaders, and as such, the subject is being increasingly discussed to determine characteristics and reasons for business success. The objective of this study is to identify the entrepreneurial profile of managers in the micro and small size industries, installed in the city of Franca, SP, assisted by the ALI program, and to analyze how the creation of a favorable environment influences the average degree of innovation. For this, the Radar application of the innovation and an additional questionnaire were used for the 14 sample companies. The results reaffirmed two important concepts in the definition of entrepreneurship by the behavioral strand, defended by McClelland and

the economic one, represented by Schumpeter. The main motivations for opening the business are related to the perception of an opportunity and the need for self-actualization. In addition, the evolution of the companies in their average degree of innovation, with planned and structured actions, demonstrated a strong relationship with the creation of a favorable environment, in which the internal and external interaction of the company is valued. This demonstrates, especially in the graphic segment, that today faces a moment of restructuring imposed by the new digital media and sustainability issues, the importance of promoting and existence of entities and policies to support the innovation process in micro and small companies to promote growth, profitability and competitiveness.

**Keywords:** Entrepreneurial behavior, Innovative ambience, Small and Medium Enterprise

## 1 INTRODUÇÃO

A importância do empreendedor e seu papel no cenário econômico e social tem feito com que o empreendedorismo, o perfil ideal e as razões que levam à abertura de uma empresa sejam tema constante de estudo. A cada dia novos modelos teóricos são criados com base em diversos tipos de empreendedores, razões de sucesso nos negócios e variáveis que influenciam nesse processo.

Segundo Crespam, Fonseca e Grohmann (2009), entre a maioria dos estudiosos é consenso que o perfil do empresário é fator determinante para o sucesso ou fracasso de um empreendimento. Entretanto, para Druker (2002) o que todos os empresários bem-sucedidos parecem ter em comum não é um tipo específico de personalidade, mas o esforço dirigido para a prática sistemática da inovação.

Um estudo realizado pelo SEBRAE (2013) aponta que a taxa de sobrevivência das empresas constituídas em 2007, com até dois anos de atividades, foi de 75,6%. Isto indica que aproximadamente uma a cada quatro empresas encerra suas atividades antes de completar dois anos.

Diante deste cenário, Almeida e Benevides (2005) defendem a existência de uma cultura equivocada de que para ser um empreendedor de sucesso não é necessário possuir muitas habilidades e conhecimentos, ignorando que as complexidades das organizações atuais exigem treinamento e desenvolvimento de habilidades específicas, o que faz com que estas empresas, sejam levadas, muitas vezes, ao fracasso de forma rápida.

A aplicação do Diagnóstico Empresarial e do Radar da Inovação às empresas de pequeno porte atendidas pelo Programa ALI na cidade de Franca- SP apontam evidências de que empresários motivados pessoal e profissionalmente, abertos ao conhecimento, com uma consciência clara de suas limitações, tendem a buscar apoio e conhecimentos através de pessoas, instituições e entidades que direta ou indiretamente apoiam e incentivam a mudança e a inovação dentro da empresa como um todo.

Corroborando com esta ideia, o Manual de Oslo (1997) defende que as atividades inovadoras de uma empresa dependem em parte da variedade e da estrutura de suas interações com as fontes de informação, conhecimentos, tecnologias, práticas e recursos humanos e financeiros.

Considerando a importância da liderança e as multifunções dos empresários de MPEs, o estudo tem como objetivo geral identificar o perfil empreendedor de gestores do segmento de indústrias gráficas, de micro e pequeno porte, instaladas na cidade de Franca- SP atendidas pelo programa ALI, e analisar como a criação de um ambiente favorável influencia no grau médio de inovação da empresa.

Entre os objetivos específicos destacam-se: a) identificar as características sociodemográficas do grupo em estudo; b) identificar as motivações empreendedoras, objetivos e limitações pessoais relativas ao negócio; c) Identificar possíveis padrões ou características predominantes dentro do grupo em estudo.

O problema de pesquisa abordado pelo artigo busca questionar: Qual é o perfil inovador de empreendedores de pequenas empresas do segmento gráfico atendidas pelo Programa ALI na cidade de Franca?

## 2 REFERENCIAL

Neste subitem do artigo, tem-se como objetivo desenvolver conceitos de empreendedorismo, perfil empreendedor e sua relação com a inovação. Neste tópico apresentam-se também as metodologias aplicadas no artigo, tabulação dos dados, análise e discussões dos resultados.

## 2.1 EMPREENDEDORISMO

O termo empreendedorismo vem sendo cada vez mais citado e discutido, dado que, o desenvolvimento econômico e social está intimamente relacionado à existência de líderes empreendedores.

O conceito do termo, de acordo com estudo de Fillion (1999), é descrito de forma diferente ao longo dos séculos. De origem francesa, no século XII, a palavra *entrepreneur* era associada a “aquele que incentivava brigas”. No século XVI, o termo descrevia uma pessoa que assumia a responsabilidade e dirigia uma ação militar. Apenas no final do século XVII e início do século XVIII que o termo foi utilizado para referir-se à pessoa que criava e conduzia projetos ou empreendimentos.

Entretanto, o empreendedorismo se difundiu a partir dos estudos do economista austríaco Joseph A. Schumpeter, nos quais o autor descreve o empreendedor como um agente de mudança, que utiliza os recursos, dentro ou fora da organização, de forma a gerar transformações e agregar valor, independente de ser o proprietário da empresa. Sendo assim, como afirmou Cordeiro e Melo (2006), Schumpeter foi o responsável por implantar o papel da inovação no processo empreendedor e a figura do empresário inovador como fenômeno fundamental para o desenvolvimento econômico, onde, o que ele denominava “destruição criativa”, ocorreria quando produtos e métodos produtivos são destruídos e substituídos por novos, impulsionando a evolução da dinâmica da economia.

Por outro lado, uma contribuição importante ao tema refere-se à concepção comportamentalista, referenciada pelos estudos de David C. McClelland (1972), no qual ele identificou entre os empreendedores bem-sucedidos um elemento psicológico crítico, denominado por ele de motivação da realização ou estímulo para melhorar (CAVALCANTE *et. al.*, 2015). Ele caracteriza o empreendedor como uma pessoa movida a sucesso, reconhecimento, poder e controle. Contribuindo com esta visão, um estudo realizado por Basic, Baldeon e Almeida (2003) no Brasil sobre empreendedorismo, indicou que a principal motivação para iniciar um empreendimento é a autorrealização.

A despeito do caráter multidisciplinar gerar definições variadas, há uma convergência em indicar que o empreendedorismo consiste tanto no fenômeno da criação de uma empresa, quanto a expansão de alguma já existente (DEGEN, 1989).

De acordo com o Global Entrepreneurship Monitor (GEM), o empreendedorismo pode ainda ser classificado em duas categorias: empreendedores por oportunidade e por necessidade. Esta última categoria, segundo Meza (2008), é fruto da década de 90, composta principalmente por recém-formados e desempregados, que por não conseguirem oportunidades no mercado de trabalho, foram forçados a criarem seus próprios negócios, e, portanto, não são movidos pela inovação e não seriam considerados empreendedores no sentido mais aceito do termo. Já os empreendedores por oportunidade, seriam aqueles mais propensos à inovação e a exercer o papel de motor do sistema econômico, como sugeriu Schumpeter.

Neste debate, Kantis (2012), introduz a questão cultural como fator determinante. Em sua pesquisa comparativa entre empreendedores latinoamericanos e asiáticos, foi identificado o desejo de independência mais forte nos primeiros. Ele ressalta que a dinâmica cultural norteamericana exerce forte influência sobre os latinoamericanos, em oposição aos asiáticos que convivem em um meio cultural isento do traço individualista.

Neste contexto, os brasileiros são vistos por muitos autores como potenciais empreendedores. A cultura do Brasil é a do empreendedor espontâneo (BAGGIO; BAGGIO, 2014). Entretanto, de acordo com Cavalcante *et. al.* (2015), as características empreendedoras e a vontade de abrir um negócio próprio não são suficientes para se tornar competitivo e se manter no mercado. É aí que se encontra o papel da inovação.

### 2.1.1 INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

No atual contexto sócio-político-econômico, em que a comunicação, a complexidade e a incerteza são grandes, os ciclos de mercado estão cada vez mais curtos e seus movimentos cada vez mais radicais, o sucesso e longevidade dos empreendimentos são conquistados através do exercício e gestão da inovação.

Neste cenário, como afirmam Bressant e Tidd (2009), muitas pequenas e médias empresas fracassam porque não veem ou não reconhecem a necessidade de mudança. Habitadas aos velhos procedimentos e soluções, e ocupadas em apagar seus próprios incêndios e lidar com a crise atual, se esquecem de preocupar com as possíveis tempestades que possam surgir e quando chegam a entender que é preciso mudar, pode ser tarde demais.

A inovação é um conceito que a maioria das pessoas tem consciência da importância e

necessidade, no entanto, pra que ela ocorra de maneira efetiva, é necessário gerenciar o processo (BRESANT; TIDD, 2009).

Os mesmos autores defendem que para que a inovação aconteça é indispensável: (1) Liderança e direção estratégicas bem definidas, bem como o emprego de recursos que a viabilizem; (2) Uma empresa inovadora, em que estrutura e ambiente de trabalho permitam que as pessoas explorem sua criatividade e compartilhem seu conhecimento, de forma a propiciar mudanças; (3) Canais proativos através de limites dentro da empresa e com agentes externos que possam colaborar no processo de inovação como fornecedores, clientes, financiadores e patrocinadores, conhecimento técnico especializado e outros. A inovação do século XXI, definitivamente não é uma atividade solo, mas sim um jogo com múltiplos participantes.

### 2.1.2 AMBIÊNCIA INOVADORA

O termo “Ambiência Inovadora” surge, por entender-se que um clima organizacional propício à inovação é pré-requisito importante para uma empresa moderna e competitiva.

Segundo Bachmann e Destefani (2008), uma forma de avaliar a Ambiência Inovadora de uma empresa é medir a fração da equipe que é composta por mestres e doutores, ou seja, profissionais com formação voltada à pesquisa. Entretanto, com exceção das que surgiram em universidades, essa não é uma realidade comum nas MPEs. Outro aspecto que caracteriza as empresas com disposição a inovar é a existência de mecanismos formais de coleta de ideias dos colaboradores, o que, devido ao tamanho reduzido das equipes, muitas vezes o incentivo existe, porém não é formalizado e documentado, o que dificulta o levantamento de evidências.

Por outro lado, acordos de transferência de tecnologias originados de licenças de direitos de exploração de patentes e uso de marcas, aquisição de outros tipos de conhecimentos técnico-científicos de terceiros, além do uso de recursos de órgãos de fomento à inovação, tal como a FINEP e Fundação Araucária ou incentivos fiscais são evidências importantes da existência de processos inovadores.

Além disso, o conhecimento da existência e principalmente a utilização de recursos como o Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT) e a participação em concursos de inovação são indícios de um ambiente adequado. Ainda que não seja comum em MPEs, a existência de alguma proteção intelectual, como registro de patente ou modelo de utilidade e o conhecimento de ferramentas do processo de criação tais como *brainstorm* e prototipagem são demonstrações de valorização da inovação e do processo de criação (BACHMANN; DESTEFANI, 2008).

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada é quantitativa, descritiva e longitudinal (VIANNA, 2001). Os dados foram coletados a partir da aplicação dos diagnósticos em reuniões presenciais com os empresários, que ocorreram entre junho/ 2015 e março/ 2017, dos quais foram selecionadas quatorze empresas do segmento gráfico.

Optou-se neste artigo pela utilização do Radar da Inovação aplicado na metodologia ALI, além de um questionário adicional elaborado para atingir os resultados esperados do artigo. A análise levou em conta o T0, momento da aplicação do primeiro diagnóstico, e T1, etapa da empresa ao final do estudo, dado que o objetivo é analisar a influência do ambiente inovador no segmento estudado, considerando-se a progressão temporal e sua evolução geral.

O Radar da Inovação tem como objetivo medir o grau de inovação das empresas e, de acordo com Prado e Mañas (2009, p. 4), “pode ajudar a organização a determinar como sua atual estratégia de inovação neutraliza os movimentos estratégicos dos competidores (...) a organização pode então identificar oportunidades e priorizar em quais dimensões focar seu esforço”. Baseado no trabalho do professor Mohanbir Sawhney, diretor do Center for Research in Technology & Innovation, da Kellogg School of Management, o radar reúne quatro dimensões principais:

1. As ofertas criadas
2. Os clientes atendidos
3. Os processos empregados
4. Os locais de presença usados

Entre essas, são apontadas mais oito dimensões – plataforma, marca, soluções, experiência do cliente, agregação de valor, organização, cadeia de fornecimento e rede– que devem ser observadas. Mais tarde, Bachmann e Destefani (2008) acrescentaram uma dimensão denominada “Ambiência inovadora”, pelos motivos destacados no referencial teórico.

Para o estudo do artigo optou-se pela dimensão Ambiência inovadora para avaliar o quanto

um ambiente favorável reflete na inovação como um todo.

Diversos estudos indicam que a inovação exige um ambiente com algumas características específicas, tal como uma cultura de aceitação de erros, ousadia em testar novos produtos e processos, relacionamento com fontes de conhecimento externas à organização, valorização do conhecimento adquirido ou desenvolvido, conhecimento sobre fontes de financiamento para a inovação e prática da experimentação como ferramenta de trabalho (SEBRAE, 2015). Sendo assim, no radar, a dimensão Ambiência inovadora é composta por 4 questões que abordam os fatores descritos, divididos em: Fontes externas de conhecimento – I; Fontes externas de conhecimento – II; Fontes externas de conhecimento - III e Coleta de ideias.

Para uma medição objetiva, foi desenvolvida uma escala reduzida para 3 situações, visando classificar as empresas em “Pouco ou nada inovadoras”, “Inovadoras ocasionais” e “Inovadoras sistêmicas”, às quais são atribuídos os scores 1, 3 e 5, respectivamente.

O questionário complementar foi composto por 10 questões referentes ao perfil sociodemográfico (gênero, escolaridade, faixa etária, escolaridade), perfil da empresa (faixa de faturamento, número de funcionários e idade), motivações para a abertura da empresa, objetivos pessoais e limitações relativas ao negócio.

A análise descritiva que identificou a hierarquia de motivações e objetivos dos empresários para a abertura do negócio e as dificuldades enfrentadas pelas empresas tomou como base os itens utilizados no estudo de Carrão, Johnson e Montebelo (2007), referência para este trabalho.

#### **4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A amostra consiste em 14 empresas do segmento gráfico, sendo 6 delas focadas em comunicação visual e exercem paralelamente o serviço de instalação. Deve-se destacar que uma das empresas da amostra possui produção terceirizada, dedicando-se diretamente apenas à comercialização. As empresas são de micro e pequeno porte, sendo que dez delas empregam até 5 pessoas, três têm entre 5 e 10 empregados, e uma tem mais de 10 empregados.

Em termos de idade das empresas, a média obtida é de 15,1 anos com desvio padrão de 6,9 anos, o que significa que há uma grande variabilidade do tempo de atuação das empresas da amostra, tendo a mais velha 23 anos e a mais nova 4 anos de atuação. Um olhar mais acurado sobre a variável idade indica que, no grupo estudado, as empresas mais novas são focadas em comunicação visual. Tal fato ilustra de forma geral a visão de Fábio Sarge, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Gráficas, que em 2015, em entrevista, afirmou que a comunicação visual se destaca, com crescimento positivo em relação a outros segmentos da indústria gráfica.

Quanto aos entrevistados foi possível identificar que 12 deles são os fundadores da empresa, um deles sócio posterior à fundação e outro, sucessor da segunda geração. Seis das empresas são compostas por mais de um sócio, e dentro de todo o grupo de proprietários há apenas duas mulheres, indicando a predominância de empreendedores do sexo masculino neste segmento. No que se refere à idade, a média do grupo é de 42,4 anos com desvio padrão de 2,4 anos, o que indica uma predominância de empresários de meia idade. Com relação à escolaridade, 10 entrevistados possuem curso superior completo, enquanto 4 possuem Ensino Médio ou técnico completo.

O questionário referente a motivações para a abertura da empresa, objetivos pessoais e limitações relativas ao negócio foi aplicado a 12 empresas da amostra, dado que duas foram desligadas do programa por motivos externos. Foram sugeridos conjuntos de opções, às quais os empresários deveriam assinalar as mais representativas de sua experiência. A soma da pontuação final de cada uma das alternativas gerou um resultado global que foi classificado hierarquicamente em ordem decrescente.

Entre as motivações para a abertura da empresa, destacaram-se a percepção de oportunidade de negócio e o desejo de enfrentar desafios, como apontaram 67% dos entrevistados. Destacam-se também a realização profissional (50%), a conquista de riqueza/ ganhos econômicos (42%) e a criação de algo novo (42%). Tais resultados reforçam a teoria comportamental apresentada por McClelland (1972) quanto à autorrealização como maior fonte de motivação empreendedora e demonstram a predominância de empreendedores por oportunidade.

<b>Motivações</b>	<b>%</b>
Percepção de oportunidade de negócio	67%
Desejo de enfrentar desafios	67%
Realização pessoal	50%
Conquista de riqueza/ ganhos econômicos	42%
Criação de algo novo	42%
Sensação de independência pessoal	42%
Segurança profissional	25%
Busca de melhor posição social	8%
Frustração com trabalho anterior	8%
Situação política	0%
Necessidade de poder	0%

Tabela1 – Hierarquia das motivações para a abertura do negócio  
 Fonte: Elaboração própria

Quanto aos objetivos pessoais relacionados ao negócio, percebe-se que a obtenção de um bom nível de renda (67%) sobrepôs-se à realização de um trabalho de agrado pessoal (58%), o que indica que, para a amostra em estudo, além da oportunidade de negócio, os ganhos econômicos foram fatores importantes para a decisão de empreender. Por outro lado, a garantia de estabilidade no emprego (25%) teve menor representatividade na hierarquia de objetivos, o que se explica pelo forte desejo de enfrentar desafios do grupo estudado.

<b>Objetivos pessoais</b>	<b>%</b>
Obtenção de um bom nível de renda	67%
Realização de trabalho de agrado pessoal	58%
Aumento do patrimônio pessoal	50%
Garantia de estabilidade do emprego	25%

Tabela 2 – Hierarquia dos objetivos pessoais relacionados ao negócio.  
 Fonte: Elaboração própria

No que se refere às principais limitações ao sucesso das empresas analisadas, verifica-se que assim como no estudo de Carrão, Johnson e Montebelo (2007), os empresários da amostra tendem a enfatizar as limitações impostas pelo ambiente externo: carga tributária (92%), taxa de juros elevada (75%) e dificuldades para repassar custos aos clientes (58%) e subestimar aquelas que advêm de dificuldades com o exercício da gestão, embora 42% tenham identificado dificuldades relativas à experiência em planejamento financeiro.



Limitações relativas ao negócio	%
Carga tributária	92%
Taxa de juros elevada	75%
Dificuldades para repassar custos aos clientes	58%
Disponibilidade de recursos financeiros	42%
Experiência em planejamento financeiro	42%
Qualidade da mão de obra	33%
Custos dos insumos	33%
Concorrência nacional	33%
Mudança nas leis e regras do negócio pelo Governo	33%
Crescimento da economia	33%
Custos salariais	25%
Custos da energia elétrica e dos combustíveis	25%
Programas insuficientes de apoio às pequenas empresas	25%
Administração de fluxo de caixa	25%
Relacionamento com funcionários	17%
Disponibilidade de mão de obra	17%
Experiência administrativa	17%
Controle de qualidade	8%
Acesso a informações de mercado	8%
Propaganda	0%

Tabela 3 – Hierarquia das dificuldades enfrentadas  
 Fonte: Elaboração própria

Analisado o perfil comportamental, chega-se à análise do Radar da Inovação e da influência da Ambiência inovadora no grau médio de inovação das empresas da amostra.

A tabela abaixo apresenta as estatísticas básicas das dimensões da inovação das 14 empresas obtidas a partir dos questionários aplicados no ciclo 0, diagnóstico inicial, anterior às ações e acompanhamento do Programa ALI.

Dimensões	Média	Máximo	Mínimo
Oferta	2,6	4,2	1,0
Plataforma	4,7	5,0	1,0
Marca	3,4	5,0	1,0
Clientes	2,7	4,3	1,0
Soluções	2,0	5,0	1,0
Relacionamento	3,4	5,0	1,0
Agregação de valor	1,3	2,0	1,0
Processos	1,8	3,7	1,0
Organização	2,1	3,0	1,0
Cadeia de fornecimento	1,3	3,0	1,0
Presença	1,2	2,0	1,0
Rede	3,6	5,0	1,0
Ambiência inovadora	2,2	3,0	1,3
Média global	2,5	3,2	1,7

Tabela 4 - Estatísticas das dimensões da inovação média.  
 Fonte: Elaboração própria

Podemos observar que a média global é de 2,5, o que indica que o grupo em estudo caracteriza-se por empresas inovadoras ocasionais. Pode-se identificar que o único destaque é a dimensão Plataforma, com score médio de 4,7. Isto ocorre porque ela é composta por dois itens: Sistema de produção e Versão de produtos, e para o segmento, os recursos físicos e de

conhecimento para produção servem a mais de uma família de produtos – exemplo: cartão de visitas e talões de pedido, fachadas e envelopamentos – e o mesmo produto pode ser oferecido ao cliente em diversas versões de cores, design e material.

Por outro lado, as dimensões que obtiveram scores mais baixos foram Agregação de valor, Cadeia de fornecimento e Presença, o que indica dificuldades em gerar receita por meio das instalações e recursos disponíveis e por meio de parcerias, a não redução de custos com transporte e estoques de materiais, além da não criação de novos canais e de intermediação de vendas.

A dimensão Ambiência inovadora, por sua vez, objeto de estudo do artigo, obteve um score médio de 2,2, e está classificada em um patamar intermediário entre “Pouco ou nada inovadoras” e “Inovadoras ocasionais”. Tal fato se justifica em parte pelo fato de que nenhuma das empresas possui a Fonte de conhecimento IV, relativa à aquisição de informações pagando taxas ou *royalties* por invenções patenteadas ou know-how ou competências; e nem Propriedade intelectual, referente à patente de invenção ou modelo de utilidade. Os dois itens exigem investimento, e tal cenário demonstra a dificuldade das MPEs em arcar com os custos da inovação.

Outro fator importante é que por se tratar de pequenas equipes, muitas vezes com baixo nível de escolaridade, não existe um incentivo formal à criação e coleta de ideias. Dessa forma, a Ambiência inovadora fica limitada a Fontes externas de conhecimento I (consultorias ou apoio de entidades como SEBRAE, SENAI, universidades, empresas junior, SBRT); Fontes externas de conhecimento II (informações e tecnologias em eventos, associações técnicas ou empresariais); Fontes externas de conhecimentos III (conhecimentos ou tecnologias com fornecedores, correntes ou clientes) e Financiamento da inovação (programas de apoio financeiro subsidiado para atividades inovadoras).

Durante o período de junho/ 2015 a março/ 2017, as empresas desenvolveram ações acompanhadas pela agente no que tange ao desenvolvimento gerencial e inovador. Conforme a metodologia ALI, a partir de 3 ações concluídas, o ciclo é migrado e avalia-se a evolução da empresa no Radar da Inovação.

Das 14 empresas amostradas, denominadas de E1 a E14: seis empresas encontram-se no ciclo 2, tendo executado no mínimo 6 ações cada; quatro empresas encontram-se no ciclo 1, com ao menos 3 ações concluídas; e quatro empresas não foram migradas, motivo pelo qual não foi possível obter-se o comparativo.

Abaixo é possível verificar a evolução média do grupo em cada uma das 13 dimensões:

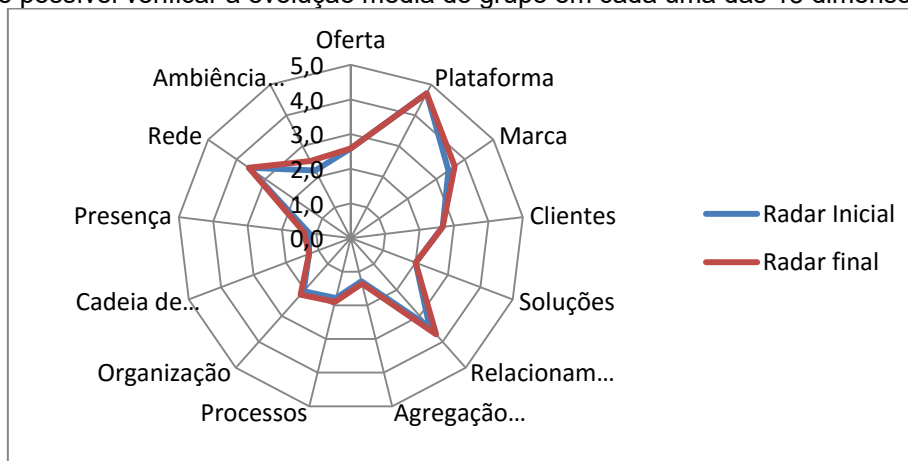


Gráfico 1 - Evolução do Radar da Inovação médio das empresas da amostra  
 Fonte: Elaboração própria

Todas as ações implementadas individualmente em cada empresa, tiveram impacto geral nas dimensões Marca, Relacionamento, Agregação de valor, Processos, Organização, Presença e Ambiência Inovadora, tendo esta última, a maior evolução.

De acordo com Ketokivi & Ali-Yrkkö (2010) ações de inovação têm um impacto em múltiplas dimensões do radar, mas de forma distinta para cada empresa. Os autores defendem que independe da origem da inovação, haverá um incremento das 12 dimensões. Entretanto a propagação do impacto entre as dimensões tem efeito distinto em cada empresa, sobretudo em empresas de setores distintos.

Ao analisar a evolução de cada empresa em particular, observa-se um padrão. Todas as empresas que tiveram evolução no grau médio de inovação, obtiveram simultaneamente uma

evolução na dimensão Ambiência Inovadora, como pode ser visto no Gráfico 2:

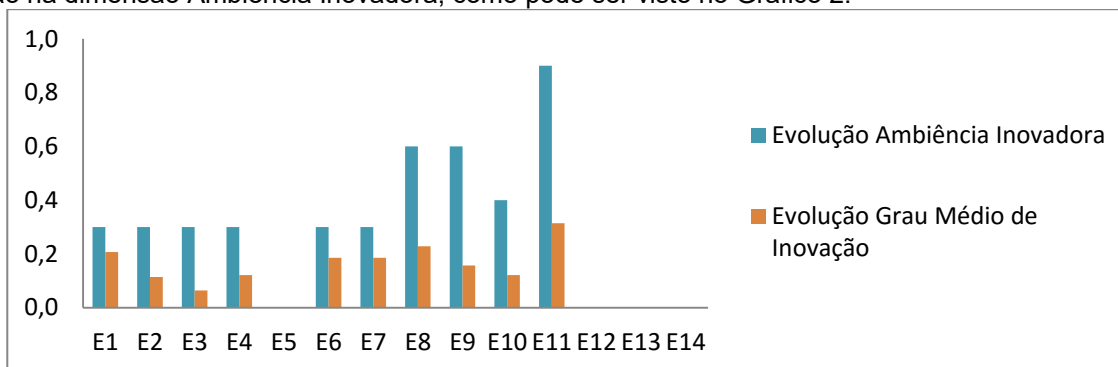


Gráfico 2 – Evolução da Ambiência Inovadora e do Grau médio de Inovação da amostra  
 Fonte: Elaboração própria

Entre as ações concluídas destacam-se: a criação de setor comercial externo, de planejamento estratégico e de sistema de metas e bonificações; melhoria dos controles financeiros, da gestão de pessoas, da presença nas mídias sociais, do arranjo físico e layout, do visual merchandising e da gestão de vendas; formulação de estratégia CRM; implantação de canal pós venda e estabelecimento de estratégia de marketing.

Todas estas ações contaram com apoio de fontes externas de conhecimento. Isto indica que para a conclusão de ações bem planejadas e estruturadas, é essencial a interação interna e externa à empresa, criando um ambiente favorável à inovação. Mais ainda, demonstra a importância do fomento e existência de entidades e políticas de apoio ao processo de inovação nas micro e pequenas empresas.

A criação do ambiente propício faz aflorar o empreendedorismo por oportunidade defendido por Schumpeter (1982), que tem como característica básica a inovação como fator primordial para impulsionar a economia e gerar possibilidades de crescimento e lucratividade nas empresas, e consequentemente, competitividade para as nações (GEM, 2017).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados apresentados, é possível traçar o perfil empreendedor dos gestores das 14 empresas estudadas. A amostra indica empreendedores que perceberam no segmento gráfico uma oportunidade de negócio e foram motivados principalmente pela necessidade de autorrealização, como defendido pela teoria comportamentalista. É parte da personalidade dessas pessoas a propensão a assumir riscos e o desejo de enfrentar desafios, o que exerce estímulo a melhorar. Paralelamente, a obtenção de um bom nível de renda destaca-se na hierarquia de objetivos pessoais, o que se justifica levando em conta que assumir riscos, especialmente em um segmento que exige considerável investimento, pressupõe uma contrapartida financeira vantajosa.

A análise das limitações aponta para a necessidade da existência de políticas públicas voltadas às MPEs e seu desenvolvimento. Por outro lado, a aplicação dos diagnósticos e as evidências coletadas, algumas vezes divergem da visão dos empresários que talvez tenham dificuldades de perceber e assumir as fraquezas internas da empresa, o que impede a atuação em pontos que poderiam ser melhorados.

A análise da influência da Ambiência inovadora aponta a relevância de iniciativas como o Programa ALI na difusão de conhecimento, incentivo e criação de um ambiente favorável e estimulante à inovação, já que nota-se que a implementação do processo de gestão da inovação frequentemente é barrada pela falta de conhecimentos, tecnológicos ou não. Contudo, grande parte das informações necessárias está disponível, a baixo custo, no chamado Sistema de Inovação. Entidades como o SEBRAE, SENAI, universidades, centros de pesquisa e centros tecnológicos podem oferecer ajuda para a solução de problemas identificados pelo empresário. Logo, é importante que o empreendedor aprenda a se relacionar com essas entidades (SEBRAE, 2015).

O segmento gráfico exerce um papel importante na sociedade e economia. Segundo o Estudo Setorial da Indústria Gráfica no Brasil (2009), os empreendimentos de micro e pequeno porte representam 88% das mais de 20 mil empresas gráficas no Brasil, empregam 32% da mão de obra e foram responsáveis por 21% do faturamento em 2008.

É fato que o ambiente gráfico vive uma pressão e um momento de reflexão em virtude,

principalmente, do advento de novos meios de comunicação digitais e pelas questões de sustentabilidade. Por outro lado, não há dúvidas de que o meio impresso irá perdurar ainda por um bom tempo. Cabe ao segmento, portanto, adequar-se às novas demandas sociais e reinventar-se para permanecer como um negócio viável.

De acordo com Costa (2010), o desafio do gráfico é procurar ampliar a sua visão daquilo que ele pode fornecer aos seus clientes e não se restringir somente ao material impresso. Seu desafio é entender as necessidades do cliente em termos de comunicação, documentação, estoque ou logística e ajudá-lo neste sentido. Para isso, tem de fazer a transição para as novas mídias, entender seu funcionamento, adotá-las e ajustá-las na medida do possível à sua própria oferta.

Sendo assim, a Ambiência Inovadora mais que nunca é chave para uma reformulação do empreendedor e do empreendimento, para se ajustar à nova realidade flexível, sustentável e digital.

## 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. R.; BENEVIDES, T. M. Perfil do micro e pequeno empresário que busca desenvolver a cultura empreendedora – o caso de um município baiano. Anais do XXIX ENANPAD, Brasília, 2005.

BACIC, M. J.; BALDEON, N. T.; ALMEIDA, C. Empreendedorismo x cooperativismo: um estudo de caso das cooperativas incubadas pela incubadora tecnológica de cooperativas populares/Unicamp. In: III ENCONTRO DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE. Anais do EPAC: São Paulo, 2003.

BACHMANN, D. L. e DESTEFANI, J. H.. Metodologia para estimar o grau das inovações nas MPE. Curitiba, 2008.

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 25-38, jan. 2015. ISSN 2359-3539. Disponível em: <<https://seer.imes.edu.br/index.php/revistas/article/view/612/522>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

BRESSANT, JHON; TIDD, JOE. Inovação e empreendedorismo. São Paulo: Bookman, 2009.

CAVALCANTE, Thiago Nascimento; DANTAS, Anderson de Barros; ARAÚJO, Richard Medeiros de; NETO, Pedro José Steiner; MENDONÇA, Andrea Torres Barros Batinga. Comportamento empreendedor de micro e pequenos empresários de uma capital do nordeste brasileiro. Revista UNIABEU Belford Roxo: v.8, n. 18, janeiro-abril de 2015.

CORDEIRO, A. T.; MELLO, S. C. B. Rupturas, Permanências e Ressignificações na Estrutura Discursiva do Empreendedorismo. Anais do XXX ENAMPAD, Salvador, 2006.

CRESPAM, Cristina Ceribola; FONSECA, Juliara Lopes da; GROHMANN, Márcia Zampieri. Evidências empíricas do perfil empreendedor: um estudo do Modelo de Motivações Empreendedoras. IV Encontro de Estudos em Estratégia. Recife, 2009.

DEGEN, Ronald. O Empreendedor : Fundamentos da iniciativa empresarial. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

DRUCKER, Peter F. The discipline of innovation. Harvard Business Review, 2002. Tradução e adaptação: Leopoldo Antonio de Oliveira Neto.

FILION, L. J. (1999). Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Revista de Administração da Universidade de São Paulo, 1999.

GEM – Global Entrepreneurship Monitor, 2007. **Programa Empreendedorismo**. Disponível em: <http://www.gembrasil.org.br> Acesso em: 06 fev. 2017.

HAMILTON TERNI COSTA. Qual o futuro da gráfica? Revista Abigraf, ed. 250, nov.- dez. 2010. São Paulo. Disponível em: [https://issuu.com/abigraf/docs/revista\\_abigraf\\_250](https://issuu.com/abigraf/docs/revista_abigraf_250). Acesso em: 02 mai. 2017.

KANTIS, Hugo. Entrepreneurship in emerging economies: The creation and development of news firms in Latin America and East Asia. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2002.

KASZNAR, I. K.; GOLÇAVES, B. M. L. Regressão múltipla: uma digressão sobre seus usos. Disponível em: < [http://www.ibci.com.br/Regressao\\_Multipla.pdf](http://www.ibci.com.br/Regressao_Multipla.pdf)> Acesso em: 11 abril 2017.

MEZA, Maria Lucia Figueiredo Gomes de; RISSETE, César Reinaldo; CUNHA, Siéglinde Kindl da; MACHADO, Joana Paula; JUNIOR, Paulo Alberto Bastos; GRECO, Silmara Maria de Souza. O perfil do empreendedorismo nos países Latino Americanos na perspectiva da capacidade de inovação. Revista da Micro e Pequena Empresa, Campo Limpo Paulista, v.2, n.2, p.58-75, 2008.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Manual de Oslo, 1997.

PRADO, Fábio Lúcio, MAÑAS, Antônio Vico. Uma análise métrica das principais tipologias de inovação: o caso da operadora de telecomunicações de São Paulo. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2009.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Sobrevivência das empresas no Brasil. Coleção estudos e pesquisas. Brasília, 2013.

SERVIÇOS DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ - SEBRAE/PR. Guia para inovação: Instrumento para a melhoria das dimensões da inovação. 2ª ed. Curitiba, 2015.

SCHUMPETER, J. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. EPU, 2001.

**A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E A IGUALDADE DE GÊNERO NAS ORGANIZAÇÕES  
COMPETITIVAS: UMA PERSPECTIVA BASEADA NOS ELEMENTOS SOCIOCULTURAIS**

*THE INFORMATION LITERACY AND GENDER EQUALITY IN COMPETITIVE ORGANIZATIONS:  
A PERSPECTIVE BASED ON SOCIOCULTURAL ASPECTS*

Área temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

OTTONICAR, Selma Leticia Capinzaiki  
UNESP

Doutoranda do departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC)  
selma.leticia@hotmail.com

BENEDITO, Beatriz de Oliveira  
FATEC

Graduanda em Gestão Empresarial pela Faculdade de Tecnologia de Garça  
beatriz.benedito@outlook.com.br

NASCIMENTO, Natália Marinho do  
UNESP

Doutoranda do departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC)  
natalianascimento\_@hotmail.com

**Resumo**

Algumas empresas utilizam-se de estratégias para reforçar a cultura machista predominante. Devido a isso, as mulheres que trabalham nesses ambientes enfrentam desafios e situações de desigualdade no contexto profissional. Dessa maneira, o problema que embasa este trabalho é de que maneira a competência em informação pode contribuir com a igualdade de gênero perante os elementos socioculturais de uma empresa? O objetivo consiste em demonstrar e discutir como a competência em informação aplicada aos elementos socioculturais de uma empresa pode ajudar as mulheres a atuarem em um contexto de equidade. Este trabalho justifica-se pela temática inovadora na área da Ciência da Informação e da Gestão Empresarial. A metodologia envolve uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa do tipo descritiva focando nos temas: competência em informação, igualdade de gênero e elementos sociocultais das organizações. No que tange o levantamento realizou-se uma busca nas principais bases de dados da área de Ciência da Informação, tais como a *Scopus*, Portal de Periódicos da CAPES, BRAPCI e *Web of Science*. Os resultados demonstraram que se faz necessário maiores investigações e discussões teóricas a respeito da temática, além disso, evidenciou-se que a competência em informação não está associada ao gênero, mas a maneira como se busca e usa a informação. Portanto, quando a competência em informação é aplicada aos processos socioculturais de trabalho pode contribuir consideravelmente para a construção de conhecimento crítico e ético nas organizações, contribuindo para a igualdade entre os gêneros.

**Palavras-chave:** competência em informação, igualdade de gênero, elementos socioculturais.

**Abstract**

Some companies have used strategies to reinforce the sexist culture which is predominant in our society. Because of that, women have faced challenges and situations of inequality in the professional context. This paper has the following research problem: How can information literacy contribute to gender equality to improve the sociocultural aspects of a company? The purpose of this paper is to demonstrate and discuss how information literacy applied in the sociocultural aspects of a company can help women to work in a context of equity. The research is fundamental to Information

Science and Business Management because it emphasizes a new discussion for both fields. The methodology involves a bibliographic research about information literacy, gender equality and sociocultural aspects of organizations. A research was developed in the main databases of Information Science, such as Scopus, Portal de Periódicos of CAPES, BRAPCI and Web of Science. The results demonstrated that this theme is innovative for both Information Science and Business Management, so it demands new theoretical investigations to be applied in practice in the future. The conclusions show that the information literacy applied to the socio-cultural labor processes contributes to the construction of critical and ethical knowledge in the organizations. The knowledge constructed need to be focused on equality between the genders.

**Keywords:** information literacy, gender equality, sociocultural aspects.

## 1 INTRODUÇÃO

Diante do contexto de que nunca houve tanta informação em todos os níveis da sociedade como atualmente, acredita-se que a competência em informação (Colnfo) é o que vai ajudar os indivíduos a lidarem com esse ambiente inerente de complexidade. Além disso, a Colnfo contribui para que os indivíduos se tornem cidadãos conscientes e se preocupem com as questões sociais, políticas, econômicas e culturais que envolvem o acesso e uso a informação. O uso da informação permite que as pessoas aprendam durante a vida nos diversos contextos em que atuam. Essa competência também se faz relevante para a igualdade de gênero nas organizações, dado o seu potencial transformador do conhecimento.

As mulheres ainda enfrentam desigualdades para atuar nos ambientes organizacionais, isso se faz perceptível pelos salários menores em cargos/funções iguais a de homens, pelo fato de que podem engravidar, encontrando dificuldades de promoção e reconhecimento por esse fato e muitos outros fatores que serão apresentados no decorrer desse trabalho. Algumas empresas estão utilizando inclusive o desenvolvimento de estratégias para resolver essas situações que na maioria das vezes são injustas com as mulheres.

Diante dos desafios existentes para as mulheres nas organizações infere-se que há a necessidade de uma mudança sociocultural a fim de que a prática dos processos se desenvolva por meio da ética e da igualdade entre os funcionários. Portanto, as organizações empresariais precisam modificar sua cultura, voltada ao acesso, avaliação e uso da informação para construir conhecimento sobre essa situação e realizar ações nesse sentido.

O problema deste trabalho consiste em analisar de que maneira a Colnfo pode contribuir com a igualdade de gênero perante os elementos socioculturais de uma empresa? O objetivo é demonstrar e discutir como a competência em informação aplicada aos elementos socioculturais de uma empresa pode ajudar as mulheres a atuarem em um contexto de equidade. Destaca-se a inovação do trabalho, tendo em vista que com o levantamento do material analisado, pouco se trabalhava sobre a temática, além disso, relaciona-se a Ciência da Informação com a Gestão Empresarial.

Para alcançar o objetivo, aplicou-se a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa do tipo descritiva, cujo as palavras-chave definidas para o levantamento foram: competência em informação, igualdade de gênero e elementos socioculturais das organizações. O levantamento foi realizado nas principais bases de dados da área de Ciência da Informação, tais como a *Scopus*, Portal de Periódicos da CAPES, BRAPCI e *Web of Science*.

Este tema tem caráter social e por isso, necessita ser estudado a fim de que haja alterações no pensamento machista que ainda domina a sociedade. Diante disso, esse trabalho contribui para ressaltar a importância dos direitos iguais dos indivíduos, bem como para o desenvolvimento de um estudo interdisciplinar entre duas áreas do conhecimento.

Nesse sentido, a gestão empresarial precisa desenvolver soluções para diminuir os problemas de desigualdade nas organizações. Tendo em vista que esta desigualdade possui impactos negativos nas organizações, influenciando consequentemente seus objetivos, bem como na própria atuação dos funcionários. No que tange a Ciência da Informação percebeu-se poucos estudos sobre o feminismo, principalmente referente a questão de igualdade de gênero nas empresas. Portanto, o presente estudo também demonstra a possibilidade de construção de conhecimento interdisciplinar entre ambas áreas científicas.

## 2 IGUALDADE DE GÊNERO

Em 2015, inúmeros líderes de diversos países se encontraram em Nova York na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) e desenvolveram a Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual elenca 169 metas e 17 objetos para serem cumpridos até 2030. Um de seus objetivos reafirma a importância de “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, seja nas esferas sócias ou nos âmbitos de trabalho.

Para as organizações a relevância da igualdade de gênero diz respeito ao aumento de lucratividade é o que evidencia a investigação do *Peterson Institute for International Economics*, o qual analisou 21.980 empresas de 91 países. A pesquisa constatou que as empresas que possuem mulheres na liderança, conseguem obter maior lucratividade, pois de 21.980 organizações entrevistadas, apenas 30% possuíam mulheres na liderança, sendo que estes 30 pontos percentuais de empresas alcançaram 15% a mais de lucro. No entanto, mesmo que a igualdade entre homens e mulheres seja rentável, o ambiente empresarial ainda é composto por inúmeras desigualdades entre os gêneros deixando a igualdade longe de ser alcançada.

Além disso, é importante destacar que a luta pela igualdade de gênero não é atual, uma vez que teve origem no século XIX e ganhou destaque no século XX por meio dos movimentos feministas. Ao longo de sua história, os movimentos feministas tinham como principal objetivo alcançar a igualdade entre homens e mulheres. Nesse sentido, as feministas lutaram contra sua condição de subordinação, reivindicaram o direito ao voto, buscaram sua expressão de liberdade frente as culturas machistas e lutaram também por direitos trabalhistas igualitários entre homens e mulheres.

Pinto (2010, p. 15) explica que as ações feministas foram constituídas por três ondas: a) a primeira é marcada pela luta pelo sufrágio, que quer dizer o direito ao voto conquistado, no Reino Unido em 1918 e no Brasil em 1932; b) a segunda refere-se a busca pelas igualdades sociais e jurídicas, que garantem a proteção das mulheres e, por fim; c) a terceira é a do feminismo que se alastrou até a atualidade e diz respeito a busca dos objetivos que não foram alcançados na primeira e segunda onda do feminismo. Como consequência, destes movimentos as mulheres conquistaram progressos em seu cotidiano, um espaço na Constituição de 1988 e contribuíram “[...] no processo de democratização do Estado produzindo, inclusive, inovações importantes no campo das políticas públicas” (CARNEIRO, 2003, p. 117).

Nas relações de trabalho, o feminismo garantiu a licença maternidade para as gestantes, a “[...] proibição de demissão de mulheres grávidas, o não trabalho noturno e descansos de meia hora para as mulheres em períodos de amamentação” (ROCHA et al. 2013, p. 81), além disso, também conquistou a proibição do assédio, o direito a salários iguais e oportunidades de promoção sem discriminação de sexo. No entanto, mesmo com as lutas feministas as mulheres ainda se encontram em desvantagem quando comparadas a valorização que é dada aos homens, pois elas estão sub-representadas nos cargos de liderança, são as maiores vítimas de desemprego, passam pelas desigualdades salariais, ainda sofrem assédio dentro das organizações e enfrentam discriminações em razão de seu sexo.

## 3 DESIGUALDADES DE GÊNERO

A entrada das mulheres no mercado de trabalho tornou-se um tema de inúmeras reflexões no âmbito acadêmico. A amplitude desta temática possibilitou a construção de pesquisas que envolvem assuntos sobre a inserção das trabalhadoras femininas nas relações laborais (ASSIS; ZANUSSO, 2009), igualdade de gênero nas organizações e até mesmo pesquisas voltadas para as desigualdades de gênero nas organizações, dentre as quais incluem conteúdos que variam entre desigualdades salariais (MADALOZZO; ARTES; 2017; MATTEI; BAÇO, 2016; CANTANTE, 2014) de gênero (CAZOTTI; OLIVEIRA; MIRANDA, 2010), os conflitos entre carreira e maternidade (NETO CARVALHO; TANURE; ANDRADE, 2010), a ausência de diversidade nos ambientes corporativos e muitas outras investigações.

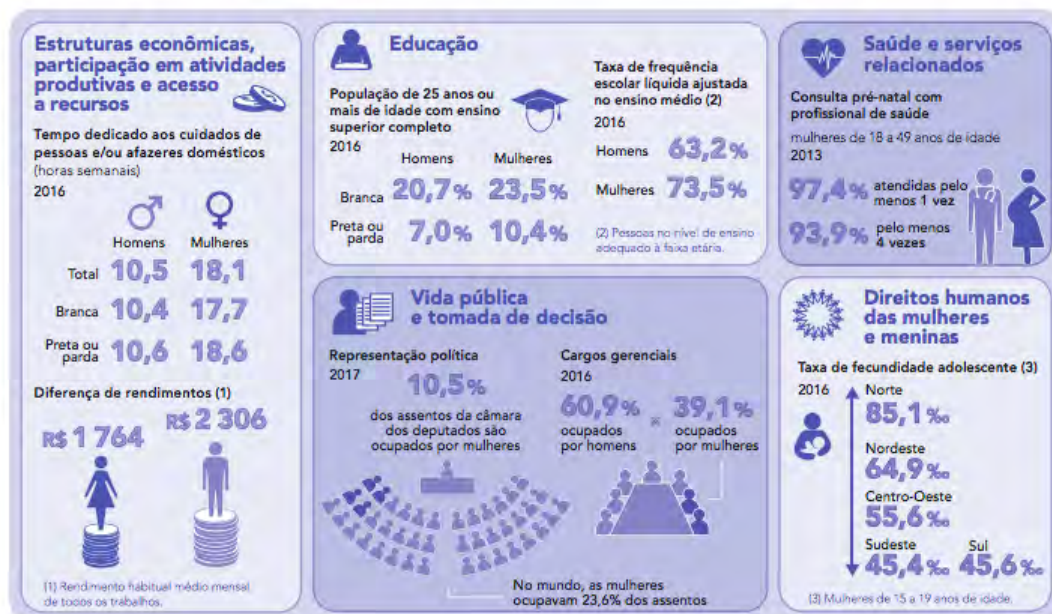
Estas temáticas possibilitaram a construção de reflexões que mostram as distintas maneiras da participação das mulheres no mercado de trabalho em especial, as discussões sobre as desigualdades de gênero. Uma vez que, a inserção das mulheres é baseada na divisão sexual horizontal no universo de trabalho, que segundo Yannoulas (2002, p. 15) refere-se na concentração da população feminina em atividades tradicionalmente atribuídas culturalmente as mulheres. Além disso, a autora expõe que as desigualdades vivenciadas pelas mulheres também são resultados de três formas de discriminação: I) direta ou manifesta: refere-se na exclusão de um grupo social específico em função da raça/etnia, sexo/gênero, religião, idade, entre outras características; II)



indireta ou encoberta: são práticas neutras que constroem desigualdades entre os grupos sociais em razão de suas características e por fim; III) auto discriminação: que consiste em “mecanismos internos de repressão que modelam nossos desejos, expectativas, anseios e motivação”, sendo que esta discriminação é baseada na manifestação encoberta ou indireta.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, no que diz respeito ao rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos, por sexo, entre 2012 e 2016 tem-se que as mulheres ganham, em média, 75% do que ganham os homens, assim, as mulheres possuem rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos o valor de R\$1.764 e os homens R\$2.306. Abaixo pode-se observar outras diferenças relacionadas a Educação, Saúde, Vida pública e tomada de decisão, Direitos humanos e Estruturas econômicas (participação em atividades produtivas e acesso a recursos).

**Figura 1 – Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.**



**Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – 2018.**

Como consequência desse contexto tem-se uma grande concentração de mulheres em funções de pouco prestígio e baixos rendimentos. Além disso, outros efeitos das três formas de discriminação são as barreiras invisíveis ou mais conhecidas como efeito *Glass Ceiling* (MANGANELLI, 2012; STEIL, 1997) (Teto de Vidro), esta metáfora dificulta a ascensão profissional das mulheres no topo da hierarquia organizacional (mesmo elas tenham mais anos de estudos que seus colegas „masculinos“) o que permite que os cargos de liderança sejam monopolizados por homens, evidenciando a baixa presença das mulheres nos ambientes corporativos.

Outra consequência, das manifestações das três formas de discriminação são os obstáculos que impedem as mulheres de conseguirem empregos, estes impedimentos provocam altas taxas de desempregos entre as mulheres. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2016, p. 9) em muitas regiões do Brasil, o desemprego feminino tende a ser mais elevado, pois as mulheres tem “menos oportunidades de participarem do desemprego” (OIT, 2016, p. 9), seja em razão da distribuição desigual das atividades domésticas não remuneradas ou pelo simples fato de muitos empregadores terem resistência para contratar uma mulher, uma vez que ela pode, por exemplo, engravidar e isso geraria custos às empresas no que tange a contratação e ensino de outra funcionária. Além disso, as disparidades salariais, isto é, quando homens e mulheres exercem as mesmas funções dentro das empresas, mas recebem diferente. Estes também são efeitos das formas de discriminação, pois esta é uma das desigualdades que está longe de diminuir, para a OIT (2016, p.9) as disparidades de gênero levando em consideração as mudanças baseando-se na sociedade atual demorariam aproximadamente 70 anos para serem extintas.

#### 4 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

A competência em informação é fundamental para a sociedade porque possibilita a construção do conhecimento voltado a cidadania e a ética nas organizações. Coutinho (2011, p.13) baseando-se em Delors (1999) apresenta que existem quatro pilares no qual a educação deve estar ancorada e que faz parte da Colnfo se analisarmos o conceito: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos e; aprender a ser. O autor explana os quatro pilares da seguinte maneira:

- Que o aprender a conhecer, pode ser caracterizado como uma aprendizagem que tem como finalidade a aquisição de saberes codificados, que permitem compreender melhor o meio social e seus diversos aspectos, visando o desenvolvimento do senso crítico e reflexivo frente às situações vivenciadas. Esta aprendizagem pressupõe antes de tudo, o aprender a aprender, através do exercício da atenção, memória e pensamento crítico, atributos necessários para que o indivíduo possa se posicionar frente as inúmeras informações instantâneas difundidas pelos meios de comunicação social.
- Aprender a fazer, é uma aprendizagem que não se prende somente à formação de capital humano para realizar determinadas tarefas, pelo contrário, apregoa um modelo de aprendizagem que tem como base o desenvolvimento de competências e habilidades, com o propósito de tornar os indivíduos aptos a enfrentarem inúmeras situações, bem como a desenvolverem a capacidade do trabalho em equipe. Pode-se então dizer, que aprender a conhecer e aprender a fazer são indissociáveis, por estabelecerem entre si uma relação simbiótica em que um coexiste a partir da existência do outro.
- Aprender a viver juntos, é a capacidade de estabelecer vínculos sociais através da compreensão do outro, respeitando o pluralismo cultural, bem como na capacidade de gerir possíveis conflitos.
- E por fim, aprender a ser, que pressupõe uma aprendizagem que tem como objectivo criar estratégias de ensino que proporcionem aos indivíduos o desenvolvimento da auto-regulação do seu processo de aprendizagem, com autonomia, discernimento e responsabilidade social. (COUTINHO, 2011, p.13).

Isto significa que, quando o indivíduo está em contato com esses quatro pilares que também Colnfo ele perceberá os vínculos sociais, as mudanças da sociedade e se adaptará a elas compreendendo e respeitando o outro e as diferenças culturais etc. Dudziak (2003, p.28) apresenta que a Colnfo é entendida como “[...] processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida”.

É possível inferir nesse contexto apresentado que em uma sociedade que evoluiu e evolui constantemente cujo os indivíduos ainda são diferenciados por seus gêneros muito ainda tem que ser aprendido sobre a competência em informação.

A temática da competência em informação vem sendo utilizada no contexto da igualdade de gênero e do feminismo recentemente. Algumas organizações internacionais têm liberado documentos internacionais a fim de discutir essas ideias, demonstrando sua relevância para a ciência e sociedade. A *Association of College and Research Libraries* (ACRL) trouxe estudos em que esta competência foi aplicada nos cursos de ensino superior a fim de empoderar as mulheres por meio da educação. O nome desse projeto é *Research Agenda for Women and Studies Librarianship*<sup>1</sup>. O objetivo é que os estudantes desenvolvam conhecimento ético sobre a questão.

Sendo assim, “o interesse de um enfoque pela competência é que ele permite concentrar a atenção sobre a pessoa mais do que sobre o posto de trabalho e possibilita associar as qualidades requeridas do indivíduo e as formas de cooperação intersubjetivas, características dos novos modelos produtivos” afirma Hirata (1997, p.30), por isso, em um ambiente de atuação onde as mulheres desempenham as mais distintas funções e que já há algum tempo está ocupado por elas, a competência em informação vem evidenciar que os indivíduos no geral devem buscar aprender e se aperfeiçoar para responder aos avanços e inovações constantes que marcam os ambientes organizacionais independente do gênero que possuem e além disso, a Colnfo vem enfatizar também que quando ela é trabalhada nas organizações o sujeitos (homens/mulheres) se tornam mais evoluídos no sentido de compreender que todos os indivíduos são iguais e, portanto, devem possuir direitos e deveres iguais.

#### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Aplicou-se a pesquisa bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2013) de natureza qualitativa do tipo descritiva, cujo as palavras-chave definidas para o levantamento foram: competência em

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://libr.org/wqss/committees/research/resagenda.html>>. Acesso em 28 ago. 2018.

informação, igualdade de gênero e elementos socioculturais das organizações. No que tange a busca foi realizado nas principais bases de dados da área de Ciência da Informação, tais como a *Scopus*, Portal de Periódicos da CAPES, BRAPCI e *Web of Science*. Essa busca demonstrou que ainda existem poucos artigos publicados pela área e, portanto, faz-se necessário o desenvolvimento de mais pesquisas acerca do tema. A área da Gestão Empresarial tem estudado a temática da igualdade de gênero nas empresas ainda de uma maneira bastante tímida. Esse fato também contribui para justificar a temática em ambas áreas do conhecimento.

O método bibliográfico foi escolhido baseado em Gil (2002, p. 45) ao justificar que: “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. A figura 1 demonstra as etapas metodológicas realizadas na construção da pesquisa bibliográfica, conforme segue.

**Figura 2 – Etapas do método do trabalho.**



**Fonte: Elaborado pelas autoras – 2018.**

#### **4 DISCUSSÕES**

A competência em informação contribui para que o profissional acesse, avalie e use a informação nas organizações. Esse uso ocorre para auxiliar na tomada de decisão, na geração de inovação e resolução de problemas (OTTONICAR, 2016; YAFUSHI, 2015; BELLUZZO; ZUCCARI, 2014; SANTOS, 2015; SILVA et. al, 2015). O uso eficaz e inteligente também se estende para os valores culturais das organizações e, portanto, os gestores precisam compreender as dificuldades que as mulheres encontram no contexto do trabalho.

Os desafios enfrentados pelas mulheres vão desde o descaso quando estão grávidas, a atribuição de salários menores em funções iguais a dos homens, dificuldades em serem promovidas, cobrança pela aparência, discriminação até o assédio sexual. Esses desafios podem ser superados por meio da aprendizagem a partir de informações confiáveis, bem como um trabalho assíduo da ColInfo nas organizações. Cabe aos gestores e sujeitos organizacionais a implementação de políticas internas de valorização de gênero.

A igualdade de direitos e deveres de mulheres e homens nas organizações também envolvem a dimensão ética da ColInfo. Segundo Pellegrini e Vitorino (2018, p. 127): “[...] As práticas, atitudes, regras e ações do indivíduo no ambiente de trabalho geram consequências que devem estar voltadas para a justiça e o bem coletivo”. Belluzzo (2007) explica que esta competência propicia ao indivíduo utilizar a informação de maneira ética, respeitando a propriedade intelectual e patentes.

Desse modo, defende-se que a igualdade entre os funcionários é também uma questão de ética, a medida que valoriza as pessoas da mesma forma, seja ela legal, jurídica ou cultural. A competência em informação não está associada ao gênero das pessoas, mas, segundo Belluzzo e Feres (2015) as capacidades em saber como usar a informação de maneira inteligente. Além disso como experienciá-la (DEMASSON; PATRITDGE; BRUCE, 2016) em diversos contextos, por exemplo, o político, tecnológico, religioso, social (OTTONICAR; VALENTIM; FERES, 2015) e inclusive profissional (LLOYD, 2007; OTTONICAR, 2016; YAFUSHI, 2015; SILVA et. al, 2016).

Não se pode dissociar a questão da resolução de desigualdades do ambiente de trabalho sem considerar a cultura organizacional das empresas. Portanto, é preciso iniciar a mudança a partir da base de valores e elementos que determinam o comportamento e o modo de trabalho dos funcionários. De acordo com Dias (2003) a cultura organizacional é composta pelas crenças, valores,

normas, sanções, símbolos, idioma e tecnologia. Para Schein (2009) existem alguns elementos socioculturais que influenciam na atuação dos profissionais na organização, como a distribuição de poder e status, as punições e Recompensas, os comunicados orais ou escritos, a linguagem compartilhada, a definição das fronteiras e identidade do grupo e a fixação e transmissão da cultura. Esses elementos foram explicados e inter-relacionados com a competência em informação no contexto da desigualdade de gênero no quadro 1, conforme segue.

**Quadro 1 – A influência da competência em informação nos elementos socioculturais das empresas voltados à igualdade de gênero.**

Elementos Socioculturais	Competência em Informação	Incidência na Igualdade de Gênero
Distribuição de poder e status	A informação necessita ser entendida como elemento fundamental para o respeito ao próximo. Informação é poder e constrói conhecimento.	O compartilhamento de informação sobre a importância da discussão de gênero na empresa e políticas de equidade salarial.
Punições e recompensas	O uso da informação de maneira ética. Aplicar punições por utilizar desinformação e recompensar a avaliação da fonte da informação.	Desenvolver mecanismos de punições para atitudes machistas e criar recompensas para que mulheres possam ocupar cargos mais altos.
Comunicados orais ou escritos	Valorização da comunicação de maneira inteligente, ou seja, clara e objetividade. Valorizar a competência em informação nos processos comunicacionais.	Compartilhar informação a respeito da situação de desigualdade na sociedade e como a empresa está aplicando novas políticas para melhorar o problema.
Linguagem compartilhada	Demonstrar a importância da importância da informação e do conhecimento como inerentes a linguagem compartilhada.	Valorizar os mesmos vocabulários para os gêneros e se utilizar da linguagem como ferramenta de compartilhamento de ideias de respeito e ética.
Definição das fronteiras e identidade do grupo	Percepção da identidade do grupo por meio do tipo de informação e fontes que utilizam. Valorização do conhecimento, da ética e da igualdade entre as pessoas.	Criar estratégias para que as pessoas se reconheçam em um grupo diferenciado em relação a outras empresas a medida que valorizam os diferentes gêneros.
Fixação e transmissão da cultura	Demonstrar esses valores por meio de comportamentos éticos e baseado nos direitos humanos de gênero.	Se comportar nas normas e políticas de igualdade estabelecidas pela empresa e rejeitar qualquer ato que venha a prejudicar alguém devido ao seu gênero.

**Fonte: Elaborado pelas autoras – 2018.**

A distribuição de poder e status está relacionada com a influência do poder distribuído na empresa (SCHEIN, 2009). A informação é poder dentro das organizações, pois determina os rumos futuros das mesmas. Dessa maneira, precisa ser entendida como elemento de construção de conhecimento sobre o respeito aos diferentes gêneros. O compartilhamento de informação sobre a importância da discussão de gênero na empresa demonstra como a instituição compreende o problema social. Além disso, a empresa deve implementar políticas de equidade salarial.

A recompensa e a punição reforçam os comportamentos dentro da cultura, por isso, as políticas internas são meios de aplicações desses valores. A atualização dessas sanções é eficiente para demonstrar novos valores culturais (SCHEIN, 2009). É necessário incluir punições e recompensas voltadas ao uso da informação de maneira ética. Aplicar punições por utilizar desinformação e recompensar a avaliação da fonte de informação. Além do mais, desenvolver

mecanismos de punições para atitudes machistas e criar recompensas para que mulheres possam ocupar cargos mais altos.

Os comunicados orais e escritos contribuem para disseminar a ideologia, principalmente aos novos contratados. Esses indivíduos precisam se familiarizar com a cultura organizacional por meio dos rituais, pressupostos e crenças (SCHEIN, 2009). Desse modo, há a necessidade de valorização da comunicação de maneira inteligente por meio da competência em informação nos processos de trabalho. Além disso, é fundamental compartilhar informação a respeito da situação de desigualdade na sociedade e como a empresa está aplicando novas políticas para melhorar o problema.

Schein (2009) explica que a linguagem compartilhada possibilita a comunicação entre os funcionários e também ajuda na troca de experiências. É importante demonstrar o valor da informação e do conhecimento como inerentes a linguagem compartilhada. Não obstante, valorizar os mesmos vocabulários para os gêneros e se utilizar da linguagem como ferramenta de compartilhamento de ideias de respeito e ética.

Os critérios de inclusão e exclusão permitem aos funcionários observar a identidade do grupo, diferenciando-o dos demais grupos. Há a percepção da identidade por meio do tipo de informação e fontes que utilizam. Ressalta-se a valorização do conhecimento, da ética e da igualdade entre as pessoas. Nesse sentido, é fundamental criar estratégias para que os indivíduos se reconheçam em um grupo diferenciado em relação a outras empresas a medida que percebam os diferentes gêneros.

A fixação da cultura significa fortalecer a ideologia, o uso dos valores, crenças e mitos e praticar os rituais organizacionais. Portanto, os membros devem demonstrar esses valores por meio de comportamentos éticos e baseado nos direitos humanos de gênero e, assim, respeitar as normas e políticas de igualdade estabelecidas pela empresa rejeitando qualquer ato que possa prejudicar alguém por conta do seu gênero.

A partir de tais interlocuções, desenvolveu-se a figura 2 que ilustra as dimensões da ColInfo voltadas para a igualdade de gênero no contexto do trabalho, conforme segue.

**Figura 2 – Dimensões da Competência em Informação voltada à Igualdade de Gênero**



**Fonte: Elaborado pelas autoras – 2018.**

A figura demonstra que a competência em informação no contexto da igualdade de gênero nas empresas é baseada na dimensão do respeito, da ética, da igualdade e de oportunidades. Portanto, os funcionários necessitam saber como acessar, avaliar e usar a informação voltada aos valores e políticas institucionais. Esses valores e políticas necessitam estar vinculados ao respeito entre as pessoas e suas diferenças, com ética, valorizando o ser humano e os modos de trabalho variados, a igualdade entre os funcionários por meio da equitação salarial, bem como de oportunidades iguais de cargos e crescimento profissional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade enfrentou muitas mudanças e avanços, mas mesmo com estes avanços alguns problemas continuam existindo, um deles, por exemplo, é a diferença entre os gêneros, que consequentemente afeta os ambientes organizacionais no que diz respeito a vários fatores: às diferenças salariais para indivíduos que desempenham as mesmas funções, porém com sexos diferentes; dificuldade de promoção para as mulheres; assédio e muitos outros.

Diante da importância social que esse tema apresenta para a sociedade percebeu-se com o desenvolvimento da pesquisa que pouco se tem discutido e refletido a cerca da diferença de gênero nas organizações nas áreas de Ciência da Informação e Gestão Empresarial. Dessa maneira, este trabalho não teve a intenção de suprir essa falta, mas de contribuir para levantar alguns pontos de discussão e trazer relações possíveis que podem diminuir esses problemas nos ambientes organizacionais.

Acredita-se que a Ciência da Informação e a Gestão Empresarial possuem inúmeras inter-relações que podem ser exploradas de maneira que as áreas contribuam uma para a outra gerando benefícios para a sociedade.

Portanto, apresenta-se como possibilidade de superação do grande desafio da diferença de gênero nas organizações trabalhar a Colnfo nos indivíduos, pois é por meio da aprendizagem, busca por novos conhecimentos e competências/habilidades que o indivíduo entende a complexidade dos problemas da sociedade e se relaciona de uma melhor maneira com o outro. A Colnfo também possibilita que o indivíduo use a informação e o conhecimento de maneira ética, respeitando a veracidade e os créditos da informação e do conhecimento, bem como, a mudança da cultura organizacional.

Também é importante a criação pelos gestores de políticas de gêneros que efetivamente enfoquem os problemas existentes no âmbito das organizações e de fato que a implantação dessas políticas seja cobrada.

Pelo fato de as organizações não possuírem em muitos casos indivíduos competentes em informação ocorrem os problemas de diferenças entre os gêneros e uma cultura organizacional ainda machista que precisa ser superada pelo fato de que atualmente é grande o espaço (tanto no que tange a quantidade como na qualidade e benefícios) que a mulher ocupa nesses ambientes.

Sendo assim, trabalhar com a Colnfo nos ambientes organizacionais para buscar diminuir a desigualdade entre os gêneros pode ser uma saída para conseguir aproximar os elementos: respeito, ética, igualdade para gerar as oportunidades sem as diferenças ainda existentes que são resultantes de uma cultura machista possibilitando aos indivíduos, além de tudo, que eles saibam buscar, usar e interpretar informações e conhecimentos e tragam resultados competitivos para as organizações.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, R. H. de; ZANUSSO, R. C. G. S. de. **A inserção da mulher no mercado de trabalho**. VI CONVIBRA - Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 2009.

ASSOCIATION of College and Research Libraries Women and Gender Studies Section. **Information Literacy and Women and Gender Studies in Higher Education**. October 2012. Disponível em: <[http://libr.org/wgss/committees/research/resagenda\\_files/infoliteracy.html](http://libr.org/wgss/committees/research/resagenda_files/infoliteracy.html)>. Acesso em: 01 set. 2018.

BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G. Competência em informação, redes de conhecimento e as metas educativas para 2021: reflexões e inter-relações. In: BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G.; VALENTIM, M. L. P. (Orgs.). **Redes de conhecimento e competência em informação: interfaces da gestão, mediação e uso da informação/organização**. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. 414p.; p.1-35.

CANTANTE, F. **Desigualdades de gênero no topo dos ganhos salariais em Portugal**. Disponível em: <<http://wp.me/P4h6tu-p3>>. Acesso em: 01 set.. 2018.

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008)>. Acesso em: 01 set. 2018.

CAVAZOTTE, F. de S. C. N.; OLIVEIRA, L. B. de; MIRANDA, L. C. de. **Desigualdade de gênero no**

**trabalho:** reflexos nas atividades das mulheres e em sua intenção de deixar a empresa. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 70-83, jan./fev./mar. 2010.

COUTINHO, C.; LISBÔA, E. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. *Revista de Educação*, v. 18, n. 1, p. 5-22, 2011. Disponível em: <[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/14854/1/Revista\\_Educa%C3%A7%C3%A3o%2cVolXVIII%2cn%C2%BA1\\_5-22.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/14854/1/Revista_Educa%C3%A7%C3%A3o%2cVolXVIII%2cn%C2%BA1_5-22.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2018.

DEMASSON, A.; PARTRIDGE, H.; BRUCE, C. *Information literacy and the serious leisure participant: variation in the experience of using information to learn*. *Information Research*, vol. 21 no. 2, Jun., 2016. Disponível em: <[http://www.informationr.net/ir/21-2/paper711.html#.WX83\\_4jyviU](http://www.informationr.net/ir/21-2/paper711.html#.WX83_4jyviU)>. Acesso em: 31 jul. 2018.

DIAS, R. **Cultura organizacional**. Campinas: Alínea, 2003.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, 2003.

HIRATA, H. Os mundos do trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudança dos paradigmas produtivos. In: CASALI et alii (Orgs.). **Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho**. São Paulo: EDUC-PUC/Rhodia, 1997.

IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2008. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf)> Acesso em: 12 set. 2018.

MANGANELLI, A. **A mão invisível do teto de vidro**. Porto Alegre, 2012. 123f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento - Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, PUCRS.

MADALOZZO, R.; ARTES, R. **Escolhas profissionais e impactos no diferencial salarial entre homens e mulheres**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 47, n. 163, p. 212-221 jan./mar. 2017.

MATEI, T. F.; BAÇO, F. M. B. **Análise das desigualdades salariais entre homens e mulheres no estado do Paraná**. V Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas, out. 2016.

NETO CARVALHO, A. M. de; TANURE, B.; ANDRADE, J. **Executivas: carreira, maternidade, amores e preconceitos**. *RAE-eletrônica*, v. 9, n. 1, Art. 3, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=5275&Secao=ARTIGOS&Volume=9&Numero=1&Ano=2010>>. Acesso em: 01 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho. **Mulheres no trabalho tendências 2016**. **Genebra, 2016**. [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms\\_457096.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_457096.pdf).

OTTONICAR, S. L. C. **Análise teórico-descritiva da competência em informação de gestores como fator de competitividade das indústrias de eletroeletrônicos da cidade de Garça/SP**. 271 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.

PELLEGRINI, E.; VITORINO, E. V. A dimensão ética da competência em informação sob a perspectiva da Filosofia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.23, n.2, p.117-133, out./dez. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2953>>. Acesso em: 01 set. 2018.

PETERSON Institute for Internacional Economics. Is gender diversity profitable? Evidence from a global survey. Disponível em: <<https://piie.com/publications/wp/wp16-3.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2018.

PINTO, C. R. J. **Feminismo, história e poder**. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

ROCHA, A. C. et al. **A evolução dos direitos trabalhista da mulher ao longo dos tempos.** Cadernos de Graduação, v. 1, n. 17, p. 77-84, 2013.

SCHEIN, Edgar H. **Cultura organizacional e liderança.** São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, E. da.; BASSETTO, C. L.; OTTONICAR, S.L.C; YAFUSHI, C. A. P. O processo de inteligência competitiva e sua relação com indicadores de inovação e competência em informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 6, 2016. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/19537>>. Acesso em: 22 Maio 2018.

STEIL, Andrea Valéria. **Organizações gênero e posição hierárquica-compreendendo o fenômeno do teto de vidro.** Revista de Administração, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 62-69, jul./set. 1997.

YAFUSHI, C. A. P. **A Competência em informação para a construção de conhecimento no processo decisório: estudo de caso na Duratex de Agudos (SP).** 232 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

YANNOULAS, S. C.. **Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho.**

Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002. Disponível em:

<<http://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/dossiepprgmt.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2018.



**A CONCEPÇÃO DO TEMPO NA ATUALIDADE E O SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO DA VIDA POR ADOLESCENTES EM FASE DE ESCOLHA PROFISSIONAL: UM ESTUDO QUALITATIVO**

*THE CONCEPTION OF TIME NOWADAYS AND THEIR ROLE IN CONSTRUCTION OF MEANING OF LIFE BY ADOLESCENTS IN PROFESSIONAL CHOICE STAGE: A QUALITATIVE STUDY*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

ANDRADE, Beatriz Orlando Navarro de<sup>I</sup>

<sup>I</sup> Graduanda de Psicologia (Uni-FACEF) Bolsista PIBIC/CNPq  
biazinhaorlando@gmail.com

OLIVEIRA, Paulo de Tarso<sup>II</sup>

<sup>II</sup>Phd em Psicologia (USP) Professor do Uni-FACEF e Coordenador do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF  
ptarsoliveira@gmail.com

**Resumo**

A contemporaneidade é um período permeado por inúmeras transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas. O tempo tem sido concebido de várias maneiras ao longo da história, neste sentido este artigo visa retratar uma pesquisa qualitativa que busca compreender como o tempo tem sido concebido na pós-modernidade por adolescentes em fase de escolha profissional, de 16 e 17 anos, da rede pública e privada de Franca-SP. Objetiva-se compreender como a concepção do tempo tem influenciado os comportamentos, escolhas, e significado atribuído a vida destes adolescentes. O referencial teórico foi elaborado através de leituras de autores como Bauman (1998), Frankl (2008) Aguiar (2006), e Martins e Bicudo (2005). Através de entrevistas semiestruturadas, os dados foram colhidos e submetidos a análise de acordo com a perspectiva fenomenológica, através do levantamento de categorias temáticas que permitiram uma discussão integrada e enriquecedora em termos de relevância científica e social, visando assim, compreender aspectos sociais e pessoais do que foi abordado. Os resultados obtidos revelaram uma percepção acelerada do tempo, bem como, imprevisibilidade e irreversibilidade do tempo percebido, demonstrando uma grande influência na forma dos adolescentes em fase de escolha profissional conceberem a vida. Foi observada também a sua influência nos anseios, motivações e comportamentos destes adolescentes, contribuindo assim, com a compreensão da importância das relações: tempo-espaco; sujeito-sociedade; história-cultura na formação de significado e influência nas escolhas e comportamentos frente à vida dos adolescentes.

**Palavras-chave:** tempo, adolescentes, escolhas.

**Palavras-chave:** 3 palavras-chave, separadas por vírgula.

**Abstract**

Contemporaneity is a period permeated by various social, economic, political and technological transformations. Time has been conceived in several ways throughout history, in this sense, this article aims to portray a qualitative research that seeks to understand how time has been conceived in contemporaneity by adolescents in the stage of professional choice, 16 and 17 years, of the public and private network of Franca-SP. It aims to understand how the conception of time has influenced their behaviors, choices, and meaning attributed to their lives. The theoretical review was elaborated through readings by authors such as Bauman (1998), Frankl (2008) Aguiar (2006), and Martins and Bicudo (2005). Through semi-structured interviews, the data were collected and submitted to analysis according to the phenomenological perspective, through the thematic categories that allowed an integrated and enriching discussion in terms of scientific and social relevance, in order to understand social and personal aspects of the which was addressed. The obtained results revealed an

accelerated perception of the time, as well as, unpredictability and irreversibility of the perceived time, demonstrating a great influence in the form of the adolescents in phase of professional choice to conceive the life. Their influence in the anxieties, motivations and behaviors of these adolescents was also observed, thus contributing, with the understanding of the importance of the relations: time-space; subject-society; history-culture in the formation of meaning and influence in the choices and behaviors before the life of the adolescents.

**Keywords:** time, adolescents, choices.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca retratar a concepção do tempo de adolescentes em fase de escolha profissional, da rede pública e privada da cidade de Franca-SP, buscando compreender qual o papel desta visão na construção do significado da vida, colaborando com a compreensão de suas escolhas, anseios e comportamentos.

A pós-modernidade é um período caracterizado por um fluxo constante de mudanças, aceleração e imprevisibilidade que, para Bauman (1998), gera sensação de incerteza, destacando o aspecto da fluidez e liquidez dos novos tempos. Este cenário é caracterizado como um espaço de fluxos por Hall, Louro e Silva (2014), que consideram que a globalização é a representação da compressão dos horizontes espaço-tempo, que resulta em um mundo de instantaneidade e superficialidade.

Compreendendo a adolescência como uma fase permeada por mudanças de caráter biológico, psicológico e social, Davidoff (2001) considera que é neste período quando se busca o reconhecimento de si na transição de uma identidade infantil para uma identidade adulta, possibilitando a consolidação da estrutura básica de personalidade, exercendo importância em sua formação, em sua maturação.

Com base nas características expostas sobre a pós-modernidade, é possível visualizar que, em um período permeado por tantas mudanças, a fase de desenvolvimento da adolescência merece um olhar diferenciado, para compreensão das necessidades e impressões que este cenário tem causado em sua construção de identidade e significado da vida.

O objetivo geral da pesquisa é investigar qual a concepção de tempo de adolescentes em fase de escolha profissional e qual o seu papel no modo de enxergar e construir o significado da vida desses adolescentes.

Como objetivos específicos destacam-se a elucidação dos fatores que contribuem com a formação da personalidade e afirmação do papel no mundo destes adolescentes na contemporaneidade. Propiciar a compreensão e instigar propostas de ação para tornar o “estar no mundo” destes adolescentes mais congruente, conhecendo o significado atribuído ao tempo, crenças, angústias e interesses em relação a vida, dando protagonismo para as questões que dão mais importância.

O estudo faz-se necessário para que se possibilite a integração destes indivíduos em seu contexto, objetivando torná-la mais congruente e saudável. Sentir-se ouvido e levado em consideração, em meio a fase de transição vivida, traz impactos positivos, não apenas individualmente, mas de maneira sistêmica, refletindo em sua dinâmica escolar, familiar e de relações interpessoais e intrapessoais desse sujeito em seu meio social.

O estudo é estruturado, inicialmente, com a apresentação de levantamento bibliográfico que busca elucidar os aspectos das diferentes concepções de tempo ao longo da história, de acordo com o momento vivenciado em cada período, com enfoque na pós-modernidade. Esta revisão bibliográfica objetiva também a compreensão da fase de desenvolvimento da adolescência, especialmente, a fase direcionada à escolha profissional. Objetivando-se, também, o entendimento dos aspectos fenomenológicos envolvidos na construção e atribuição de significado a vida, bem como, são elucidadas as questões relacionadas com a frequente sensação de falta de sentido trazida pelos indivíduos na contemporaneidade. Autores como Frankl (2008), Bauman (1998) e Aguiar(2006) são utilizados para uma construção de um referencial que propiciou uma ampliação da compreensão do tema estudado e coerência com os dados obtidos.

Para a estruturação de uma metodologia que fosse condizente com os objetivos da pesquisa, uma abordagem fenomenológica foi utilizada, baseada em Martins e Bicudo (2005), e na leitura de artigos que apresentaram as etapas de coleta, organização e interpretação de dados e

análise.

Foram realizadas entrevistas com quatro adolescentes, da rede pública e privada da cidade de Franca-SP, objetivando compreender qual a concepção do tempo destes jovens e seu papel na construção do significado da vida, escolhas, motivações e comportamentos por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada composto por catorze itens. As entrevistas foram transcritas na íntegra e submetidas a leituras exaustivas para possibilitar a compreensão e organização dos dados colhidos, de maneira pertinente, para interpretação e integração com o referencial utilizado.

Este artigo divide-se em 5 capítulos, sendo o primeiro, a presente introdução. O segundo capítulo é voltado para a concepção do tempo e embasado por autores como Bauman (1998) e Solé (2009). O capítulo 3 é direcionado para a adolescência e os aspectos relacionados às escolhas e ao sentido da vida, sendo utilizados autores como Davidoff (2001), Frankl (2008), Kehl (2009) e Aguiar (2007). Este levantamento bibliográfico é seguido do detalhamento da metodologia do estudo, dos resultados, sua análise e considerações finais, que apontam a necessidade de mais estudos direcionados ao tema e aos sujeitos, demonstrando que a concepção do tempo tem influenciado na administração do tempo, nas formas de estabelecer prioridades, se relacionar e conviver com outros.

## **2 O TEMPO DE SER**

Com a revolução científica, o tempo tornou-se objeto de rigorosa medida, sendo mensurável e, também, abstrato. A mensuração do tempo é uma construção do homem para que se situe no mundo. Sendo o relógio, calendário e cronologia, criações para ajudar o homem a estruturar-se e viver em sociedade, para que seja comum a todos (SOLÉ, 2009).

Solé (2009) descreve o tempo físico como mensurável em horas, dias, meses, anos e séculos. Pontua que é imaterial e demanda do processo de aprendizagem para ser apreendido, acrescentando que existem vários tipos de tempo: tempo pessoal; tempo físico; tempo social; tempo psicológico e tempo histórico. Considerando que, por exemplo, o tempo pessoal pode-se mostrar, perceptivamente, mais lento ou mais acelerado para um indivíduo, de acordo com as circunstâncias e situações vividas. Situações que despertam sensações mais agradáveis, neste sentido, poderiam parecer, perceptivamente, mais aceleradas em relação a situação que despertam sensações desagradáveis, como dor e medo, que podem dar a sensação de um tempo que passa mais devagar.

O conceito de tempo foi abrangido por vários filósofos, sendo que a ideia de um tempo linear, surgiu com os hebreus e foi incorporada pelo cristianismo, vários estudiosos defendem a ideia de que o senso de tempo está relacionado a memória, sendo a memória responsável pelo armazenamento de informações de ordem cronológica (BARCELOS, 2009).

Barcelos (2009) relata que os horários fazem parte da vida prática das pessoas, que relatam, entretanto, não considerarem o tempo que têm suficiente para realizar todas as suas tarefas.

Neste sentido, compreende-se que o levantamento dos aspectos da contemporaneidade é pertinente para a compreensão dessa noção de um tempo acelerado e insuficiente. Para Bauman (1998), este cenário gera uma sensação de incerteza que relaciona-se a uma tentativa de constante adaptação a uma futura configuração de mundo, em que nunca se sabe qual a maneira mais adequada de se viver, sendo os critérios de “certo” e “errado” modificados velozmente, há a ausência de referências que perdurem ao longo do tempo e apresentem fidedignidade e solidez para que seja possível construir uma identidade segura e estável. Para Lehman (2009) este cenário de imprevisibilidade requer adaptabilidade e multifuncionalidade

Notam-se os desafios relacionados ao cenário apresentado. Neste sentido, Bauman (1998) questiona sobre de qual modo, em meio a tanta inconstância e mudanças, é possível um indivíduo se preparar para a sua vocação da vida, em um contexto em que habilidades recém-adquiridas, podem ser descartadas em instantes.

O próximo tópico diz respeito a adolescência e as escolhas, bem como elas caracterizam o sentido de suas vidas, associando a pós-modernidade a uma construção de sentido.

### 3 A ADOLESCÊNCIA E O SENTIDO DAS ESCOLHAS

A passagem da infância para a idade adulta é marcada pela adolescência, um processo de transição biopsicossocial em que fatores históricos e culturais interferem diretamente em seu desenvolvimento. A adolescência é considerada um processo estruturante da identidade corporal, social, sexual e afetiva do indivíduo. As influências externas contribuem com modificações e reformulações de fatores psicológicos internalizados dos adolescentes (ÁVILA, 2005).

Na adolescência o indivíduo convive com sentimentos ambíguos, sendo que há um desejo de autonomia e liberdade e uma insegurança que está ligada a perda da condição infantil, ou seja do amor incondicional, da proteção, dependência e papéis estabelecidos mais claramente para o indivíduo pelos pais (ÁVILA, 2005). A conquista da satisfação desses desejos é fundamental para a motivação desses jovens em estabelecer independência e construir uma identidade mais sólida e congruente para a vida adulta (DAVIDOFF, 2001).

O meio externo, social e cultural no qual um indivíduo está inserido pode facilitar ou dificultar o seu desenvolvimento. O ser humano nasce com potencialidades que só podem concretizar-se se o meio assegurar condições propícias para isso (BOCK, 2007).

A viabilidade de realização atividades direcionadas a satisfação das necessidades dos indivíduos consegue realizar modificações e criar novos anseios e maneiras de agir (AGUIAR, 2006). Neste sentido Aguiar (2006) considera que é a motivação que vai impulsionar e orientar o sujeito para suas escolhas. Vygotsky (1991), como citado pelo autor, considera as escolhas um processo fundamental para as funções psicológicas superiores, sendo que, para que haja a apreensão de seu processo, é necessário compreender todas as mediações históricas e sociais envolvidas nele.

A busca individual por um sentido é a motivação primária da vida. Este sentido é exclusivo e específico de cada indivíduo, sendo este o requisito para que este sentido assuma a importância necessária para a satisfação da busca de sentido (FRANKL, 2008).

Para Frankl (2008) esta busca pode gerar uma tensão interior no indivíduo, que mostra-se indispensável para a sua saúde mental. Assim, não há nada que colabore de maneira mais efetiva para a sobrevivência como a consciência de que vida de cada um possui um sentido.

Para o autor, o sofrimento nem sempre mostra-se um fenômeno patológico, pontua que, o sofrimento pode ser uma realização humana, especialmente se resultar em frustração existencial.

Em um estudo intitulado “Ansiedade em vestibulandos: um estudo exploratório” Rodrigues e Pelisoli (2008), apresentam uma pesquisa realizada com vestibulandos, que verifica a prevalência de ansiedade em alunos de cursos pré-vestibulares, em Porto Alegre. Os autores relatam que, independentemente da idade, e de quão confiantes acerca de sua escolha profissional, a ansiedade mostrou-se um fator predominantemente presente no processo de preparação para o vestibular. Sendo a importância dada a esta etapa, pelos adolescentes, considerada como um momento decisivo em sua vida. Neste sentido, pode-se fazer a associação desse aspecto à sensação de maior ansiedade dessa amostragem.

A compreensão do sentido da vida é importante para um “estar no mundo” mais saudável e coerente do indivíduo, o seu propósito deve permear sua existência.

Frankl (2008) relata que vários de seus pacientes tem demonstrado uma sensação de extrema falta de sentido, trazendo queixas de profundo vazio existencial, manifestado, fundamentalmente, em um estado de tédio. O autor relata que tem uma variedade de casos de suicídio relacionados à essa sensação de vazio, sendo que, fenômenos como a depressão, agressividade e vícios não podem ser entendidos sem que se relacione a problemática do vazio.

Os depressivos podem dar continuidade a suas tarefas e conviver com os outros indivíduos, sem retirar-se fisicamente deste convívio, porém retiram-se emocionalmente, vivendo assim num simulacro de normalidade que, em si, carregam uma vida “morta”, sem existência de expectativas e de que o futuro se torne desejável (KEHL, 2009).

A liquidez da contemporaneidade precisa ser superada para que seja possível a construção de uma identidade mais integrada com alicerces mais fortes e possibilidade de uma visão mais profunda do significado do tempo, da vida e do próprio sentido de viver.

#### 4 METODOLOGIA

O estudo foi realizado, inicialmente, por meio de uma revisão bibliográfica para construção de um referencial teórico pertinente ao tema pesquisado, assim como uma metodologia coerente para obtenção de dados que possibilitassem uma análise relevante buscando contribuir significativamente com o estudo realizado. Para a coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas.

##### 4.1 PARTICIPANTES

Conforme os objetivos propostos, foram convidados a participar da pesquisa, através de uma amostragem de conveniência, 4 adolescentes em fase de escolha profissional, com idades entre 16 e 17 anos, da rede pública e privada de ensino, do 2° e 3° ano do Ensino Médio, da cidade de Franca – SP.

Tabela 1 – Caracterização da amostra em função de origem escolar, sexo, idade e série escolar

ADOLESCENTE	ORIGEM ESCOLAR	SEXO	IDADE	SÉRIE
A	PÚBLICA	FEM	16	2°
B	PARTICULAR	MAS	17	3°
C	PÚBLICA	FEM	17	3°
D	PARTICULAR	FEM	16	2°

A coleta de dados foi realizada, de acordo com os padrões éticos inerentes a qualquer investigação científica de natureza psicológica.

##### 4.2 INSTRUMENTOS

Para a realização do estudo foi estruturada uma entrevista semiestruturada composta por 12 itens. As entrevistas possibilitaram que os participantes discorressem sobre os tópicos abordados, apresentando suas perspectivas e significações referentes ao tema. Após as suas transcrições na íntegra, as entrevistas foram submetidas a leitura exaustiva para uma visualização mais ampla dos conteúdos presentes nos dados obtidos.

##### 4.3 PROCEDIMENTOS

###### 4.3.1 Coleta de dados

O projeto, foi avaliado, inicialmente, pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Municipal de Franca e, com o parecer favorável, a coleta de dados foi iniciada.

Objetivando-se o número de quatro participantes para a realização das entrevistas, houve o recrutamento dos participantes por meio de amostragem de conveniência. Com a obtenção das assinaturas dos termos referentes aos procedimentos éticos, as entrevistas foram agendadas e realizadas em local reservado para resguardo das informações. As entrevistas foram realizadas entre o mês de abril e maio de 2018, em dias diferentes, sempre aos finais de semana, visto que, por razão das atividades escolares e extracurriculares dos participantes, o agendamento para dias úteis mostrou-se inviável.

###### 4.3.2 Análise de dados

Os relatos dos participantes, coletados por meio das entrevistas, foram submetidos a análise através de uma abordagem qualitativa, sendo uma discussão com a literatura referente aos aspectos abordados ao longo da pesquisa.

A metodologia da análise apresenta uma perspectiva fenomenológica baseada em autores como Martins e Bicudo (2005).

Graças (2000) é autora de um artigo chamado “Pesquisa qualitativa e a perspectiva

fenomenológica: fundamentos que norteiam sua trajetória”. A autora apresenta como referências autores como: Martins e Bicudo, Merleau-Ponty, Fini, Husserl, Heidegger e Forghieri.

A proposta da abordagem fenomenológica é uma condução ao sentir e pensar de indivíduos que experienciaram uma situação específica contribuindo para a visualização da condição ontológica do ser humano que, partindo dessa vivência, atribui à ela significados (GRAÇAS, 2000).

Graças (2000) pontua que são nas descrições dos sujeitos que buscar-se-á a elucidação e indagação sobre o que se quer apreender, e de onde serão extraídos os significados que levarão à compreensão do fenômeno. A autora salienta que para chegar a esta compreensão, é preciso que haja três momentos na trajetória do pesquisador: a descrição, a redução e a compreensão fenomenológica. Enfatiza a responsabilidade do pesquisador com os participantes e pontua que a interpretação fenomenológica deve manter-se fiel às ideias do discurso trazido pelos participantes, em sua totalidade.

Para que haja o delineamento da estrutura do estudo é necessária a revisão das proposições reveladoras de todos os discursos trazidos pelos participantes, assim, o pesquisador estabelece comparações, procurando divergências, convergências e idiosincrasias dos discursos coletados, sem que haja repetição ou que se faça oposição às demais proposições sobre os temas comuns. Por meio deste confronto, é possível a realização do agrupamento das unidades e formação de categorias, que serão refletidas na construção dos resultados (GRAÇAS, 2000).

#### 4.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo apresentado no presente artigo possibilitou a investigação e compreensão da concepção do tempo de quatro adolescentes em fase de escolha profissional do Ensino Médio, do segundo e terceiro ano, com idades entre 16 e 17 anos, da rede pública e privada de Ensino da cidade de Franca-SP.

Com os dados obtidos, foi possível realizar uma análise do conteúdo presente no discurso dos quatro participantes visando conhecer as semelhanças, diferenças e idiosincrasias das concepções expostas pelos adolescentes.

A revisão bibliográfica, realizada na elaboração do estudo foi crucial para uma análise integrada, associando os dados obtidos à uma literatura pertinente ao tema estudado.

Alguns dos temas extraídos do discurso colhido são: significado do tempo; aceleração do tempo percebido; administração do tempo; valorização do tempo; planos para o futuro/projeto de vida; significado da vida; anseio por mais tempo; reflexões sobre a vida.

O primeiro tópico é referente à descrição do tempo pelos participantes do estudo. As adolescentes A e D descrevem o tempo como finito, sendo concebido pelas adolescentes como individual. As participantes salientam que o tempo serve para cronometrar, contar e ditar os dias e horas, sendo quantificável e uma forma de se situarem sobre “o que” e “quando” fazer.

*“Bom, para cada um o tempo é diferente, mas para mim... Como eu posso dizer? A coisa que nós jamais podemos correr atrás, que nós não vamos ter de novo é o tempo e a vida também. Porque se ela acabar, já era. São um pouco parecidos para mim” (ADOLESCENTE A).*

*“Todo mundo tem um tempo, na vida... e um dia esse tempo vai acabar, então, eu olho como uma questão de cronômetro. O significado do tempo para mim é... Não sei, essa questão de dia, noite, horários, essas coisas... Isso, de ter uma coisa exata” (ADOLESCENTE D).*

O adolescente B diz que “tempo é dinheiro” e associando o tempo a algo que se almeja mais que o próprio dinheiro. Considerando o tempo, como vital, assim como um órgão que deve ser cuidado.

*“Olha, tem aquela velha frase, que fala: “tempo é dinheiro”. E se a gente for pegar essa frase hoje em dia, ela se torna bem nítida. Porque eu vejo que, hoje em dia o que falta não é dinheiro, sabe? Mas sim, tempo (...) Eu vejo ele como se fosse um órgão dentro da gente, é algo que a gente tem que cuidar bem dele, sabe? É algo que a gente tem que manter bem saudável e*

*ele é vital, sabe?” (ADOLESCENTE B).*

O adolescente, entretanto, demonstra uma ambiguidade de sentimentos ligados ao tempo, dizendo sentir ódio do tempo algumas vezes. Assim pode-se perceber o tempo para o adolescente B como: desejável/indesejável; vital/inimigo. O adolescente B chega a conclusão de que o tempo é responsável pela imprevisibilidade e surpresas da vida, considerando-o é “insano”. Esta afirmação reforça a ideia exposta por Bauman (1998), sobre a existência de um fluxo veloz e constante de objetos e pessoas que entram e saem da vida das pessoas fazendo com que as experiências vividas tenham um prazo de duração ao residir a memória dos indivíduos, até que surjam novas experiências, como uma forma de adaptação.

A adolescente C diz que o tempo é “veloz”, relatando gostar das memórias trazidas pelo tempo. A adolescente C salienta que é uma pessoa tranquila, mas que, com a percepção da velocidade do tempo atualmente, ela tem se sentido ansiosa e assustada ao perceber que está cada vez mais próxima da maioridade e do ingresso na faculdade.

Todos os participantes da pesquisa relataram a sensação de um tempo, cada vez mais acelerado. Demonstrando um forte desejo por terem mais tempo.

Tonelli e Mello (2002) consideram que, com a evolução das tecnologias de informação e sua evolução, o ambiente e as relações de trabalho sofrem transformações. A noção de virtualidade tem sido inserida nesses espaços, permitindo que haja a separação de tempo e espaço, possibilitando inúmeras possibilidades de alcance diversas ofertas do que deve “ser” e “ter”, sendo a rapidez e a velocidade imperativos vigentes.

A adolescente A relata não compreender se o tempo parece mais rápido pela quantidade de atividades que realiza, ou por sua duração, mas diz que parece que “*ele está voando cada vez mais*”.

O adolescente B conta que esta velocidade acelerada do tempo funciona como uma motivação para a que realize suas atividades porque não se pode ficar parado em cima do tempo, considerando que, não usar o tempo a seu favor pode acarretar em prejuízos.

As adolescentes C e D relataram que a sensação de que o tempo passou de maneira mais veloz na adolescência. Esta noção de tempo acelerado ou mais lento, quando relacionada a circunstâncias específicas é defendida por Solé (2009) no que tange ao tempo pessoal. A adolescente D conta que o fato de conseguir perceber as mudanças em seu corpo, decorrentes das mudanças que acontecem na fase da adolescência, bem como conseguir perceber essa mudança nas outras pessoas ao seu redor, seguindo seu crescimento, envelhecimento e, em alguns casos, até sua finitude.

Os quatro participantes chamaram atenção para a importância da administração do tempo, para uma condução mais efetiva das atividades, por eles realizadas, em prol de seus objetivos profissionais.

Os adolescentes A e B demonstraram organizar bem o próprio tempo. As adolescentes C e D disseram que, mesmo reconhecendo a importância da organização do tempo para alcance de suas metas, elas não conseguem seguir um cronograma, relatando já terem realizado tentativas de algo que se assemelhasse, entretanto, sem sucesso.

Os participantes concordaram que a forma de utilização do tempo influencia diretamente em suas metas.

O desejo de ter mais tempo está relacionado ao almejo de maior dedicação e realização de atividades que sejam direcionados para os planos que estão implícitos no âmbito profissional, como cursos preparatórios para o vestibular e cursos de inglês.

Os adolescentes A, B, C e D demonstraram ter planos profissionais para o futuro. Os participantes concordam que o tempo é algo que não se pode voltar atrás, portanto, o presente reflete no futuro e a não priorização do que deve ser valorizado hoje, pode resultar em consequências negativas e arrependimento.

Os adolescentes A e B apresentam preocupação com o projeto de vida profissional, considerando as atividades e o uso de tempo para os estudos e preparação para o vestibular como uma postura que vai beneficiá-los posteriormente. Os participantes demonstraram forte anseio por mais tempo para realização de mais atividades voltadas para as metas voltadas para a fase de escolha profissional.

A adolescente A demonstrou desejo de estudar, se formar e trabalhar como veterinária, adicionando que não tem planos futuros apenas no que tange o âmbito emocional, como construir uma família, por exemplo.

A adolescente D considera que valoriza mais os aspectos voltados para o lazer e a família, ao invés dos estudos, demonstrando acreditar que se não os priorizar no momento, modificando sua rotina efetivamente, futuramente não conseguirá conquistar o que deseja.

*“Eu acho que eu valorizo meu tempo na parte relacionada a família, eu dedico muito tempo meu, para minha família, agora eu não sinto que eu estou valorizando ele na questão dos estudos, essas coisas...”*

*Eu acho que eu deveria ter a mesma responsabilidade, entendeu? Como eu tenho com meus familiares eu ter com meus estudos, né? Porque uma hora isso, querendo ou não vai acabar, então eu acho que eu deveria mudar isso” (ADOLESCENTE D).*

A adolescente C, relação aos anseios futuros, também acredita que não valoriza o seu tempo, relatando que, os momentos de descanso, que em um primeiro momento são considerados importantes para ela, acabam resultando em uma sensação de desvalorização do próprio tempo e uma distância maior do atingimento de suas metas no âmbito profissional.

*“Às vezes a gente fala: “vou dar uma cochilada”, mas depois eu me arrependo. Eu poderia ter estudado, eu poderia ter feito tal coisa, mas depois eu fico de certa maneira a desperdiçar o tempo. Mas na hora ali parece que vai ser valorizado, mas depois acaba em arrependimento” (ADOLESCENTE C).*

Aos planos para o futuro, além do desejo de uma carreira, as adolescentes C e D demonstraram almejar constituir uma família, viajar e ser feliz.

O adolescente B relatou que planeja, após se formar na faculdade, mudar-se do país, enfatizando, entretanto, o quanto e como o tempo pode influenciar suas escolhas, podendo mudar de opinião.

A adolescente A expôs que, quando se nasce, não se sabe exatamente o que se quer, mas que, com a passagem do tempo, as paixões, as diversões e os gostos vão direcionando o que se quer, pontuando que a vida significa fazer o que se quer.

A adolescente D apresenta uma percepção semelhante a respeito do significado da vida, dizendo que significa “curtir” e sentir as coisas sensíveis, e insensíveis, como as emoções.

O adolescente B diz que acredita que a vida possui um sentido, mas que ainda não o encontrou e considera que o significado da vida está relacionado às crenças e ideologias, e no modo que o tempo, atualmente, tem sofrido tantas mudanças, e como esse significado tem se adaptado ao tempo e com o que se vive com a sua passagem.

A adolescente C considera estranho pensar sobre o sentido da vida e relata que a percepção de um tempo, cada vez mais acelerado, causa receio de não conseguir realizar tudo o que deseja e que isso influencia em sua forma de pensar sobre o sentido da vida, mas que deixa que as coisas aconteçam naturalmente.

No que tange às reflexões sobre a vida e a frequência que os participantes costumam pensar sobre o assunto, a adolescente A relata que não pensa tão frequentemente, deixando as coisas “rolarem”, realizando suas atividades, entretanto, pontuando que no período que teve que conviver com a depressão não conseguia, inclusive, enxergar perspectivas de futuro.

*“Algumas vezes, na época que minha depressão era extremamente forte, posso assim dizer, hoje em dia até que estou bem, antigamente estava um caco. Naquela época eu refletia demais sobre vida e morte, que eu acho que era bem normal, no meu estado, eu refletia o que é que eu estava fazendo, porquê eu estava fazendo aquilo, como vai ser meu futuro, se eu teria um futuro, o que na época era bem pouco provável, que eu tivesse um futuro do jeito que eu estava” (ADOLESCENTE A).*

O adolescente B relatou que pensa sobre a vida com bastante frequência e considera que as reflexões sobre a vida podem influenciar de maneira significativa sobre as opiniões e ideologias que ele pode adquirir no futuro.

A adolescente C diz que tem o costume de refletir sobre o significado da vida e sobre



o tempo quando pessoas, como sua avó, instigam sua reflexão, contando que, nestes momentos, ela sente novamente a sensação de que o tempo está passando de uma maneira muito acelerada, gerando ansiedade.

A adolescente D relata que tem um costume maior de refletir sobre a morte, já que a vida está sendo vivida, expondo que se questiona se haverá ou não uma vida depois de sua concretização.

Os resultados evidenciam, desta maneira, perspectivas que demonstram uma ligação entre a concepção do tempo destes adolescentes e sua visão e ação frente a vida, influenciando pensamentos e motivações, reflexões e sentimentos que são afetados pela sensação de constante aceleração. Os conteúdos do discurso trazido pelos participantes mostraram-se convergentes e divergentes, havendo também discursos singulares que apresentaram uma realidade única sobre o fenômeno tempo, que partindo deste estudo podem ser consideradas em termos gerais, mas não universalmente. Possibilitando uma visualização ampliada do cenário observado colaborando com a compreensão de seu impacto no significado da vida, comportamentos e crenças sobre o tempo, observando os aspectos fundamentais para a construção da identidade destes adolescentes.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo retratado buscou investigar qual a concepção do tempo de adolescentes, em fase de escolha profissional, de Franca-SP, da rede pública e privada, com idades de 16 e 17 anos. Com a sua realização, foi possível compreender os aspectos que mais influenciam em seus comportamentos, suas motivações, pensamentos e desejos em relação ao futuro, bem como, a noção que possuem sobre o mundo e sobre os papéis por eles desempenhados.

O levantamento bibliográfico possibilitou uma apreensão geral da fase de desenvolvimento da adolescência, do sentido da vida e das escolhas, do tempo e de sua ligação com a pós-modernidade. Servindo de alicerce para a estruturação do estudo e norteando seus resultados, discussões e conclusões.

Visualiza-se que os participantes apresentam posicionamentos que demonstram relação entre a sua concepção do tempo e suas formas de conceber a vida e se portar diante dela. Exercendo influência em seus pensamentos e motivações, reflexões e sentimentos gerados pelo tempo notado como excessivamente acelerado, por todos os participantes do estudo.

A ansiedade eliciada pela fase de escolha profissional destes adolescentes, requer uma atenção cuidadosa, em vista que, o período vivenciado na atualidade, marcado por mudanças contínuas, num espaço de fluxos, instantaneidade e imprevisibilidade, como destacado por Bauman (1998). A ausência deste olhar impossibilita o entendimento da relevância da integração dos conteúdos internos e externos gerados pelo tempo e pela vida com seus significados e sentidos próprios. Sem esta significação, e a possibilidade de olhar adiante, Kehl (2009) afirma que o futuro se torna um lugar sem perspectivas no que tange ao imaginário e impossibilita a realização e os sonhos, que são o material fundamental e determinante da busca de sentido estudada por Frankl (2008), que considera que este sentido funciona como uma motivação para viver.

Observou-se que o olhar para o futuro é frequente, bem como ao relógio, já que ele é descrito como o responsável para cronometrar as atividades dos adolescentes participantes do estudo, que demonstraram o desejo de colocar em ação o projeto de vida através de seus esforços e de suas motivações, levando em consideração a importância da valorização do hoje, tanto para o alcance de seus objetivos, quanto para o impedimento de consequências negativas, em razão da noção de irreversibilidade do tempo, exposta pelo referencial e reforçada pelos adolescentes por meio de seu discurso.

Os resultados obtidos atingiram os objetivos propostos delimitados pela pesquisa, entretanto, as considerações obtidas por meio do estudo reforçam a necessidade de realização de novas investigações direcionadas para a compreensão do sentido da vida e do tempo, para adolescentes em fase de escolha profissional, que vivenciam um período permeado por inúmeras mudanças, intrínsecas e extrínsecas, levando em consideração também o período da pós-modernidade, que exigem um olhar mais atento para o estímulo das motivações ligadas ao sentido da vida destes indivíduos.

As perspectivas explicitadas contribuem com o entendimento da importância das relações ligadas ao tempo e espaço, ao sujeito e a sociedade, à história e à cultura na construção de significado e interferência nas escolhas e comportamentos dos adolescentes.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, W. M. J. *A escolha na orientação profissional: contribuições da psicologia sócio-histórica*. Psicol. educ., São Paulo, n. 23, p. 11-25, dez. 2006. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752006000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752006000200002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 10 out, 2017.
- ÁVILA, S. F. O. *A adolescência como ideal social*. In: Simpósio Internacional do adolescente, v. 2., São Paulo. 2005. Online. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000082005000200008&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200008&lng=en&nrm=abn)>. Acesso : 23 out. 2017.
- BARCELOS, B. S. *A relação sociedade X tempo X trabalho: como o uso do tempo e a dedicação ao trabalho podem influenciar a vida pessoal e social do ser humano contemporâneo*. (Monografia de Final de Curso, Departamento de Arte) - UFF, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/a-relacao-sociedade-x-tempo-x-trabalho-como-o-uso-do-tempo-e-a-dedicacao-ao-trabalho-podem-influenciar-a-vida-pessoal-e-social-do-ser-humano-contemporaneo/36389/>> Acesso em: 25 jun. 2018.
- BAUMAN, Z; *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998
- BOCK, A. M. B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *ABRAPEE*. v.11 n.1. p.63-76 jan/jun, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v11n1/v11n1a07.pdf>> Acesso em: 23 out. 2017.
- DAVIDOFF, L. L. *Introdução à psicologia*. 3 ed. São Paulo: Makron Books, 2001
- GRAÇAS, E. M. Pesquisa qualitativa e a perspectiva fenomenológica: fundamentos que norteiam sua trajetória. *Rev. Min. Enf.* Belo Horizonte. v. 4, n. 1/2, p. 28-33, 2000. Disponível em <[www.reme.org.br/exportar-pdf/826/v4n1a06.pdf](http://www.reme.org.br/exportar-pdf/826/v4n1a06.pdf)> Acesso em: 25 de maio de 2018
- HALL, S; LOURO, G. L; SILVA, T.T. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- KEHL, M. R. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*, São Paulo: Boitempo, 2009.
- MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. *A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos*. 5ªed. São Paulo: Editora Centauro, 2005.
- MELLO, D. H; TONELLI, M. J. Tempo é dinheiro? A construção do tempo na administração contemporânea. In: *ENANPAD*, Salvador, v.26, p.1-15, 2002.
- RODRIGUES, D. G.; PELISOLI, C. Ansiedade em vestibulandos: um estudo exploratório. *Rev. Psiq. Clin.* São Paulo. v. 35. n. 5. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-60832008000500001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832008000500001)> Acesso em: 28 jun.2018.

**A CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988 COMO MARCO PARA OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: O DIREITO A VIDA E A DIMINUIÇÃO DO NUMERO DE MORTES DE RECEM NASCIDOS APÓS A CF/88.**

*THE BRAZILIAN FEDERAL CONSTITUTION OF 1988 AS A FRAMEWORK FOR HUMAN RIGHTS IN BRAZIL: THE RIGHT TO LIFE AND THE DECREASE IN DEATH OF NEWBORN*

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas. Direito, Trabalho e Serviço Social.

SILVEIRA, Cássio Eduardo Borges Silveira  
Uni-FACEF  
Mestrando em Desenvolvimento Regional  
cassioeduardo@yahoo.com.br

BORGES, Donaldo de Assis  
Uni-FACEF  
Doutor  
donaldo.borges@gmail.com

## Resumo

O presente trabalho de pesquisa científica tem por finalidade analisar o impacto da promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, que encerra o ciclo de supressão de Direitos que vigorou durante a Ditadura Militar instalada no Poder de 1964 a 1985. Promulgada por Ulisses Guimarães, chamada de Constituição Cidadã, o documento propõe a implementação de políticas públicas sociais e de saúde, no que diz respeito à valorização da vida, e a conseqüente necessidade de diminuição do índice de mortalidade infantil de recém nascidos. O “Direito a Vida” é o mais elementar Direito Humano, e foi elevado à condição de Direito Humano básico e vital pela Constituição de 1988. A democracia como fator essencial de suporte a implementação aos Direitos Humanos. O referencial teórico utilizado na pesquisa tem ascendência nos estudos do Prof. Amartya Sen, onde o Desenvolvimento está intimamente ligado as questões da Liberdade e da Igualdade, o dever do estado em prover políticas públicas para a diminuição dos índices de óbito em recém nascidos é a cristalização do Direito a Igualdade, pois ao nascer todos devem ter as mesmas chances e condições de cuidados de saúde, e ter uma vida digna. Posteriormente esse cidadão irá exercer outro Direito “básico” proposto pelo Prof. Sen, Direito à Liberdade. A metodologia utilizada no estudo está calcada nos conceitos de uma pesquisa descritiva, exploratória, quali/quantitativa, que traz à luz os números de óbitos de recém nascidos anteriores a promulgação da Constituição Federal de 1988 e compara com o período posterior, após a promulgação da Carta Magna. Os resultados indicam forte ligação entre a elevação do Direito a vida promulgado na Constituição como Direito Humano básico e a diminuição dos índices de óbito de recém nascidos.

**Palavras-chave: Democracia, Direitos Humanos, Desenvolvimento.**

## Abstract

The purpose of this research work is to investigate the impact of the Brazilian Federal Constitution of 1988, promulgated by Ulisses Guimarães, called the Citizen Constitution, in the practical implementation of public social and health policies, regarding the need to reduce mortality rate of newborns. The right to life is the most elementary human right, and the basic law condition was elevated by the Constitution of 1988. The theoretical reference used in the research has ascendancy in the studies of Prof. Amartya Sen, where Development is closely linked to the issues of Freedom and Equality, the State's duty to provide public policies for the reduction of death rates in newborns is

the crystallization of the Right to Equality, since at birth all have the same chances of revenge and have a dignified life, to later exercise the other Basic Law proposed by Prof. Sen, Right to Freedom. The methodology used in the study is based on the concepts of a descriptive, exploratory, qualitative / quantitative research that brings to light the numbers of newborn deaths in the 5 years prior to the enactment of the 1988 Federal Constitution and compares with the 5 year period after the promulgation of the Constitution. The result indicates a strong link between the elevation of the right to life enacted in the Constitution as a Basic Human Right and the reduction of the death rates of newborns.

**Keywords: Democracy, Human Rights, Development.**

## 1 INTRODUÇÃO

"É difícil pensar que o desenvolvimento possa realmente ser visto independentemente de seus componentes econômicos, sociais, políticos ou jurídicos", Amartya Sen.

O economista e ganhador do prêmio Nobel, esforçou-se e fez escola ao incorporar a liberdade e a igualdade, como componentes necessários ao processo de desenvolvimento. Reconhece que o capitalismo não emergiu e se estruturou até que o direito evoluísse e ocorresse a aceitação jurídica e prática do direito de propriedade, de forma a tornar possível uma economia baseada na propriedade privada. O início dos elementos constitutivos de uma ordem jurídica, por exemplo, a elaboração de uma Constituição, não deve ser um empecilho ao processo de desenvolvimento. "Os principais fatores que devem e podem ser levadas em consideração para elaboração de Normas, Leis e Regras devem ser os seguintes: 1) Regras claras e previsíveis; 2) Tratamento equitativo dos cidadãos; 3) Participação democrática e eficiência do judiciário. Direito e Desenvolvimento: Análise da ordem jurídica brasileira sob a ótica do desenvolvimento Welber Barral (org) Editora Singular, 2005."

Dessa forma podemos iniciar as considerações a respeito da influência do Direito no processo de desenvolvimento, sendo que para Cardoso e Faletto (1970, p. 16) "[...] o desenvolvimento é em si mesmo um processo social; mesmo seus aspectos puramente econômicos deixam transparecer a trama de relações sociais subjacentes". "O desenvolvimento advém de aumentos constantes do produto e da renda (crescimento econômico), gerando uma maior satisfação das necessidades humanas e uma conseqüente melhora nos índices sociais." Assim o estabelecimento de regras claras, objetivas e previsíveis é uma condição "*sine-qua-non*" para que a sociedade inicie um processo de organização interna, definindo papéis sociais valores que serão protegidos pelas regras, bens valiosos para aquela sociedade e demais condições para resolução de conflitos de forma ordeira, pacífica e sistemática. O próprio corpo jurídico, as regras e leis de uma sociedade, demonstram claramente qual o estágio de desenvolvimento aquele povo se encontra.

A definição de direitos e deveres pressupõe um pacto social anterior aquele momento de criação e definição dos ditames legais, dessa forma verificou que se há uma coesão social em torno do que está sendo posto, conseqüentemente há uma adesão voluntária ao cumprimento das normas. O cumprimento espontâneo das normas de direito anteriormente definidas, pressupõe uma coesão social forte em torno das regras, o que nos leva a perceber que o nível de desenvolvimento daquela sociedade é mais elevado do que uma sociedade onde, para o cumprimento das regras de direito terem que ser levadas a cabo, através da imposição de penalidades pelo não cumprimento voluntário das mesmas, é um sinal iminente de atraso social em que se encontra aquela sociedade. Devemos levar em consideração que o estabelecimento das regras foi, pelo menos a princípio, definido pelos próprios integrantes daquele corpo social e o cumprimento deve ser obrigação de todos, haja visto que o desenvolvimento social é um norte para todos os integrantes daquele tecido social. As relações entre os participantes se desenvolvendo de forma justa e seguindo regras pré-estabelecidas, direcionam para a estabilização social, gerando a produtiva "paz social".

Onde não existem regras definidas, impera o caos, e no caos não há desenvolvimento, só aleatoriedades, não existindo formas claras de estabelecer parâmetros o desenvolvimento não ocorrerá. A interligação entre o Direito e o Desenvolvimento é profunda, pois para que o desenvolvimento inicie seu acontecimento se faz necessário que as regras estejam postas.

Diante da complexidade social, apenas estabelecer regras não pacifica o tecido social, as exigências vão mais a fundo, impondo que as regras, não sejam apenas leis promulgadas, mas as

normas têm que ser claras, transparentes, límpidas, que sejam de fácil compreensão pelos integrantes daquele povo, daquele local. As regras tem que ser claras, devendo se fazer entender pela população em geral, essa é uma necessidade muito importante no processo de atribuição do corpo jurídico legal de uma população. O corpo social precisa entender de forma simples e clara o que são as regras e para que elas servem, devendo ter uma forma semântica objetiva e que descreva a lei de forma simples e mais objetiva possível.

A clareza na constituição das normas é também um fator elucidativo do grau de desenvolvimento da sociedade que está elaborando aquele corpo de leis. O desenvolvimento econômico, social, político e jurídico, estão diretamente atrelados à qualidade e clareza das regras de convivência social que estão disciplinando aqueles indivíduos.

Com relação à objetividade das leis e normas e sua influência no processo de desenvolvimento, a conexão se faz, quando a norma é objetiva e não deixa margens para interpretação subjetiva, pois quanto mais subjetividade na interpretação das regras, maior é a possibilidade daquela regra ser utilizada para estabelecer privilégios e situações de preponderância de um grupo sobre outro. A lei deve ser objetiva, não deixando margens para subjugação de integrantes do tecido social, ao ser clara e objetiva, a lei cumpre seu papel no processo de desenvolvimento, estabelecendo formas de solução de conflitos eficazes, onde os envolvidos no conflito de interesses, e os integrantes da sociedade como um todo, já sabem, de antemão, quais serão as regras para resolução da lide. Não há nada mais prejudicial ao desenvolvimento do que conflitos sociais mal resolvidos, onde há descontentamento com as regras, existe terreno fértil para resolução de conflitos pelo uso da força, onde aquele que pode mais subjuga o que pode menos, está aqui o caminho para o caos social e para o retrocesso ao desenvolvimento. O exemplo mais claro desse paradigma é o que vem acontecendo nas comunidades de baixa renda instaladas nos morros cariocas, nas favelas. A falta de pacto social estabelecido por regras claras e objetivas, emanadas por um poder legitimamente constituído, abre espaço para o domínio dessas comunidades por traficantes de drogas e milicianos, que impõem regras próprias a sociedade local, estabelecendo a disciplina social através do uso da força, criando um processo contrário ao desenvolvimento, é a inversão de valores, onde o valor privado criminoso se sobrepõe ao valor social coletivo.

A previsibilidade das regras é outro fator de suma importância para o desenvolvimento, ser previsível, quer dizer que todos os casos similares ou iguais ao que esteja acontecendo, será decidido resolvido da mesma forma. A segurança que advém da previsibilidade das normas é um dos pilares da já citada “paz social”, esse sistema social é a forma de convivência perseguida por todas as sociedades humanas, na paz social, é que acontece o processo de desenvolvimento, possibilitando aos agentes situados no tempo histórico a que estão submetidos, buscarem incessantemente essa situação de clareza, objetividade e previsibilidade das regras sociais que disciplinam a vida coletiva, para então, com esses pré-requisitos iniciais darem início ao longo e áspero processo de desenvolvimento, nas suas mais diversas esferas.

O direito assume um papel fundamental no processo de desenvolvimento, pois começa a definir o norte e as normas que guiarão aquele tecido social, soberanamente e independentemente, rumo ao estabelecimento de quais serão os princípios básicos que servirão de parâmetros para a resolução de conflitos e direcionamento dos esforços coletivos para a melhoria nas condições econômicas, sociais e ambientais daquele povo.

Os estudos ligados ao processo de desenvolvimento regional são relativamente recentes, e não abordam especificamente a questão do Direito ou de regras locais, as teorias que discorrem sobre o desenvolvimento regional já partem do princípio que regras claras, objetivas e previsíveis já estão implantadas, e de acordo com Oliveira e Lima (2003), partem da idéia de uma força motriz, exógena que por meio de reações em cadeia influencia as demais atividades econômicas. Ao se tratar do desenvolvimento regional, deve-se ter em mente a “[...] participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação, do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento”. (OLIVEIRA e LIMA, 2003 p. 31). As teorias do desenvolvimento regional servem para dar suporte às políticas econômicas que alavancam a sociedade regional. Cavalcante (2008) considera difícil definir quem foi o primeiro teórico a discorrer sobre as aglomerações como sendo um fator de atração locacional. O autor considera que Marshall (1996), se não o primeiro, foi um dos mais importantes teóricos a tratar do assunto. Desse modo, os anos 50 foram profícuos no que se refere a expansão ou ao surgimento das novas teorias sobre o desenvolvimento regional. Grandes foram os debates e, no caso da América Latina, a CEPAL contribuiu de forma muito eficaz na divulgação, bem como, na discussão dessas teorias. Para Cavalcante (2008), até a efetivação dos impactos da terceira revolução industrial nas teorias de desenvolvimento regional, as correntes de pensamento

predominantes sobre o assunto dividiam-se em: teorias desenvolvidas a partir dos trabalhos de Von Thünen em 1926 e de Isard em 1956, que priorizavam o fator localização; teorias que evoluíram da abordagem de Marshall em 1890 e Keynes em 1936 cujos principais representantes foram Perroux (1967), Myrdal (1965) e Hirschman (1961), que enfatizavam o desenvolvimento através da industrialização. As teorias de Perroux, Myrdal e Hirschman entraram em voga e passaram a inspirar políticas públicas que buscavam o desenvolvimento regional. A contribuição desses autores, no que se refere ao tema, de acordo com Cavalcante (2008), introduziu a interdisciplinaridade na abordagem de questões que tinham um viés exclusivamente econômico, possibilitando a abertura para que mais campos do conhecimento dêem sua contribuição ao tema, gerando mais discussões e conhecimento sobre o tema.

A despeito da maioria dos teóricos do desenvolvimento regional dar maior destaque, anteriormente, as questões ligadas ao aspecto econômico, atualmente percebemos um aumento da valoração das questões ligadas ao desenvolvimento, sob o prisma do desenvolvimento social, e neste ponto que há a intersecção com o Direito, que se aglutina ao processo, e possibilita o início do caminho a ser percorrido para que aconteça o desenvolvimento regional em todos os seus aspectos. E o estabelecimento de regras de direito é fundamental para o início do processo.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 é a retomada dos valores ligados aos Direitos Humanos, colocando fim, de maneira jurídico-legal, ao período ditatorial brasileiro, que teve início com o Golpe Militar de 1964 e teve fim em 1985 com o início do Governo José Sarney, que assumiu o lugar de Tancredo Neves, Presidente eleito pelo voto indireto do colégio eleitoral. Por motivos de saúde o eleito não conseguiu assumir a cadeira, vindo a óbito antes de tomar posse. Durante o Regime ditatorial militar, os Direitos Humanos foram suprimidos, não havendo como cobrar ou exercer esses direitos básicos da população brasileira, como por exemplo, o Direito ao contraditório, ampla defesa, devido processo legal e até o direito a vida, já que existiram inúmeros casos comprovados de violação ao direito a vida.

A promulgação, edição e decretação de regras claras e objetivas não são o ponto final nessa questão do direito como pilar do desenvolvimento. Outra questão de grande importância e que foi apontada pelo Professor Sem, é a de que temos que tratar todos os membros da sociedade da mesma forma, isso está ligado a equidade no tratamento jurídico e no estabelecimento de regras entre os membros da coletividade.

A equidade no tratamento dos cidadãos é uma das formas mais claras e objetivas de propagação dos princípios do desenvolvimento, está ligada principalmente a Justiça, Imparcialidade, Equivalência e Igualdade.

O tratamento equânime<sup>1</sup> dos integrantes de uma sociedade possibilita o nascimento de um senso de justiça e igualdade, que dificilmente é encontrado em outro valor social, é uma das forças mais importantes no cumprimento das regras de direito que foram pré-estabelecidas pelo tecido social, tem ligação muito estreita com a educação da sociedade através do exemplo.

Na trilha do desenvolvimento social de uma nação o respeito e o cumprimento as regras deve ser um dos pré-requisitos ao se perseguir a trilha do desenvolvimento, e o direito, as regras, são importantes balizadores da forma de atuação social.

Outro fator de suma importância levantado pelo pensador Amartya Sen coloca luz sobre a participação democrática da sociedade na escolha de seus membros dirigentes, esse processo deve ser efetivado através de eleições livres, diretas e periódicas. A realização de eleições diretas é uma forma de expressão popular que coloca no poder governantes com o devido respaldo popular, dando-lhes legitimidade para governar e administrar as questões sociais.

O desenvolvimento é um processo que caminha historicamente de forma lenta, com progressos e regressos quanto à expansão dos direitos básicos garantidos pelo corpo de leis daquela sociedade, e a inclusão na pauta social do tema dos direitos humanos, é sem dúvida nenhuma um avanço considerável.

---

<sup>1</sup>É o respeito pelo direito de cada pessoa, adequando a norma ao caso concreto, pelo que se considera justo. É a apreciação e julgamento justo em virtude do senso de justiça imparcial, visando à igualdade no julgamento. Utiliza-se a equidade para auxiliar no julgamento imparcial. Fundamentação: Artigo 212, §3º, da Constituição Federal, Artigos 413; 479; 928 parágrafo único; 944, parágrafo único; e 953, parágrafo único, todos do Código Civil Artigo 140, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Os direitos humanos<sup>2</sup> tomam forma e assumem um papel de protagonistas nas discussões sociais após a 2ª guerra mundial, principalmente após o massacre de milhões de judeus nos campos de concentração da Alemanha nazista, fator que provocou a sensibilização mundial, dando inclusive força para a criação do Estado de Israel no Oriente Médio.

Dessa forma o respeito e adesão aos direitos humanos dão a medida da sociedade perante os índices de Desenvolvimento econômico, social, político, jurídico e ambiental, e os índices de mortalidade de recém-nascidos podem nos servir de embasamento para definir o nível de desenvolvimento de uma região em comparação com outra.

Não há discussão quando se coloca o Direito a Vida como o direito humano mais básico e importante para a sociedade, dessa forma os índices de mortalidade de recém-nascidos<sup>3</sup> serve ao estudo do desenvolvimento regional como um balizador do nível de desenvolvimento alcançado por cada região.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Democracia, o direito, a liberdade, a igualdade e o desenvolvimento. A democracia, surgida na Grécia clássica, tem como significado “o poder do povo, para o povo e com o povo”, fundamentado na noção de participação popular nos processos decisórios políticos e na universalização de direitos humanos e princípios jurídicos como a liberdade, igualdade e dignidade humana. O regime político democrático baseia-se em três pressupostos básicos: o assentimento que o povo dá ao poder e aos ocupantes dos cargos públicos, através do sufrágio direto e universal; a igualdade de manifestação da liberdade de todos os cidadãos que integram aquele tecido social; e a garantia da legalidade das decisões e obrigações impostas pela organização constitucional dos três poderes.

Diante de tais conceitos e caracterização, uma democracia sem igualdade e liberdade para todos, seria um fenômeno contraditório, não podendo ser classificada como Democracia. Porém, no mundo contemporâneo, percebemos que a conquista de liberdade e igualdade reivindicada pela democracia pode ser somente ilusória. Simone Goyard-Fabre (2003, p.275) destaca que:

[...] é preciso convir que, por um lado, a democracia não pode ser reduzida a um esquema simples e unitário; por outro lado, marcada pela essencial ambigüidade da natureza humana, ela mesma fabrica, em meio às suas conquistas, as armadilhas nas quais se enreda.

A democracia tem como ponto fundamental a exigência da igual liberdade entre os integrantes daquela sociedade, cidadãos, sendo preciso proteger as liberdades individuais contra toda forma de arbitrariedade estatal. A definição ideal e pura das democracias modernas, baseadas nos princípios liberais, é de “governo da liberdade”. Ocorre que, o poder democrático está eivado de uma crise de falta de reconhecimento do povo em seu soberano, ou seja, há uma crise de identidade na democracia onde os indivíduos e os grupos não reconhecem mais suas aspirações e motivações nas instâncias que criaram e na legislação que deveria ser a expressão de sua vontade.

A Constituição Federal de 1988 vem colocar um ponto final no regime de exceção e supressão dos Direitos humanos mais básicos, esse período da história contemporânea brasileira, se iniciou com o “Golpe Militar de 1964”, quando os comandantes militares das forças armadas brasileiras, derrubaram o Governo Jango, que tinha sido devidamente eleito como vice do Presidente Jânio Quadros, que havia renunciado ao cargo máximo da nação. Com o Golpe Militar, o Brasil viveu mais de 30 anos de período de exceção de Direitos e igualdades entre os cidadãos.

---

<sup>2</sup> Os direitos humanos são comumente compreendidos como aqueles direitos inerentes ao ser humanos. O conceito de Direitos Humanos reconhece que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos humanos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de qualquer outro tipo, origem social ou nacional ou condição de nascimento ou riqueza. Os direitos humanos são garantidos legalmente pela lei de direitos humanos, protegendo indivíduos e grupos contra ações que interferem nas liberdades fundamentais e na dignidade humana. Fonte: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>

<sup>3</sup> Recém-nascidos são maioria na taxa de mortalidade infantil. As mortes de recém-nascidos refere-se a bebês com até 28 dias de vida. Fonte: <http://portalms.saude.gov.br/>

Essa crise de identidade e de valores ligados a Justiça e ao Direito, provocada pelo Golpe Militar e reconhecida nas atuais democracias ocidentais, é decorrente da falta de consenso relativo aos ideais políticos, aos interesses sociais e aos valores éticos. As sociedades modernas, com sua competitividade individualista, criaram uma incongruência entre os sistemas de valores tradicionais da democracia e a prática da democracia, resultando no livre curso da irracionalidade e egoísmo.

Temos então a defesa do Estado Providência, cuja responsabilidade é responder à maioria das reivindicações individuais e coletivas, os princípios de autonomia das vontades e da responsabilidade dos sujeitos de direito, sobre os quais repousa a democracia. Esse Estado-Providência transforma-se numa sociedade que provê seguridade e é regida pelo “direito de necessidade”, sendo realmente importante que o Estado transforme seu dever-ser num dever-fazer aplicado e obedecido. Duas correntes propõem-se a discutir o pensamento democrático, buscando inverter a situação problemática já narrada: a corrente liberalista e a corrente comunitarista.

A corrente liberalista apoiada na filosofia de Locke, considera que, na democracia não deve haver ingerência do público na esfera individual privada. Dessa forma, tal tória se opõe a qualquer tendência socializante, chegando até a pregar a desobediência civil como meio de salvar a individualidade das pessoas, a intimidade da vida privada e a radicalidade da liberdade.

Já a corrente comunitarista defende uma sociedade dos indivíduos, que, em nome da justiça distributiva, propõe que os poderes públicos do Estado sejam encarregados de administrar tanto a esfera privada dos indivíduos como os assuntos públicos. Para essa corrente, as políticas democráticas liberais são responsáveis pela atual decomposição social, cultural e moral, porque são vítimas da hipocrisia com a qual invocam, de maneira puramente abstrata e especulativa, os valores universais da humanidade.

Ocorre que a prática da democracia no mundo contemporâneo nos mostra que, nos países em que se instalou o modelo da social-democracia, o Estado-Providência provou que os tributos sociais são pesados e que, na democracia o privado não se contrapõe ao público em nome do liberalismo, assim como tampouco o público se contrapõe ao privado em nome do socialismo. Para Habermas (1984, p. 180):

Com a “fuga” do Estado para fora do Direito Público, com a transferência de tarefas da administração pública para empresas, estabelecimentos, corporações, encarregados de negócios semi-oficiais, mostra-se também o lado inverso da publicização do Direito Privado, ou seja: a privatização do Direito Público. Os critérios clássicos do Direito Público tornam-se caducos uma vez que a administração pública se utiliza de meios do Direito Privado mesmo em suas funções de distribuir, prover e fomentar.

Dessa forma, Habermas conclui que a socialização do Estado ou a estatização da sociedade não pode ser entendida nem como sendo puramente privada, nem genuinamente pública, sendo assim os sistemas do Estado liberal ou do Estado-Providência deixou de ser pertinente.

## **PARÂMETROS DE IGUALDADE E LIBERDADE – DIREITO A VIDA**

Apesar de existirem teorias diferentes e conflituosas entre si, todas parecem ter uma característica em comum, que é a exigência de igualdade de algo, que seja o valor humano mais trivial, a vida (Amartya Sen, 2001).

O motivo das teorias buscarem a igualdade é para se sustentarem, para possuírem plausibilidade. A ausência da igualdade faz uma teoria ser discriminatória e desentendida, sendo que a exigência é que exista um raciocínio ético acreditável ao ponto de vista dos outros. A questão é que, ser igualitário não significa serem “todos iguais”. Existem várias diferenças entre os seres humanos que devem ser consideradas, diferenças substantivas que fazem com que as pessoas desiguais sejam tratadas desigualmente.

Para Amartya Sen (2001, p.47), “[...] exigir a igualdade num espaço pode fazer com que seja antiigualitário em algum outro espaço, cuja importância comparativa na avaliação global tem de ser apreciada criticamente”.

Percebe-se a igualdade como em um espaço, que pode contribuir com a desigualdade em outro, justificando-se dentro de um sistema ético. Os seres humanos são diferentes uns dos outros, tanto nas características externas quanto nas circunstanciais. Diferenciamo-nos quanto ao ambiente, à comunidade, características pessoais, entre outras, sendo que todas essas diferenciações resultam



em variáveis para avaliação da igualdade.

As diferenças de foco são particularmente importantes devido à diversidade humana generalizada. Fossem todas as pessoas exatamente similares, a igualdade em um espaço tenderia ser congruente com a igualdade entre outros, uma das conseqüências da “diversidade humana” é que a igualdade num espaço tende a andar, de fato, junto com a desigualdade noutro. (Amartya Sen, 2001, p.51).

Para efetuar-se o parâmetro de percepção quanto a desigualdade em determinados casos, é correta, boa, aceitável ou tolerável, necessita-se de razões que a defenda, de forma a mostrar que essa desigualdade é a conseqüência de uma igualdade em algum outro espaço mais importante. Além disso, é importante fixar o espaço e o contexto sobre o qual será analisada a igualdade, os valores de quem a analisa também influenciam em sua ponderação.

O fato é que a ética da igualdade deve levar em conta adequadamente nossas diversidades generalizadas, que afetam as relações entre os diferentes espaços. A pluralidade das variáveis pode fazer uma grande diferença devido à diversidade dos seres humanos, tais diversidades não podem ser descartadas, sob pena de simplificar o exercício de análise da igualdade, o que incorre na ignorância das diferenças existentes entre os analisados.

Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 458) assim se posiciona acerca da igualdade e diferença:

Provavelmente todas as comunidades culturais, ou pelo menos as mais complexas, distribuem os indivíduos e os grupos sociais segundo princípios de vínculo hierarquizado e, portanto, segundo concepções rivais de igualdade e de diferença. A hermenêutica diatópica pressupõe a aceitação do seguinte imperativo transcultural: temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.

Quando as diferenças são desconsideradas, ocultadas, ou são consideradas ausentes, somos levados a ignorá-las o que prejudica o resultado da igualdade e gera diferentes abordagens que poderiam ser positivas na melhoria do bem-estar e da liberdade. No mesmo sentido afirma Günther Frankenberg (2007, p. 252): [...] para o tratamento igualitário de todos os indivíduos, trata-se não somente de igualdade de chances formal, mas, também, de material, de recursos e de capacidades sociais.

A importância da igualdade se contrasta freqüentemente com a de liberdade. O problema da igualdade aparece imediatamente como um complemento da afirmação da importância da liberdade. As exigências libertárias de liberdade incluem tipicamente características importantes de “liberdade igual”, a crença na liberdade não pode estar em conflito com a importância da promoção da igualdade.

Não é acurado nem útil conceber da diferença em qualquer dos casos em termos de “liberdade versus igualdade” [...] elas não são alternativas. A liberdade está entre os possíveis campos de aplicação da igualdade, e a igualdade está entre os possíveis padrões de distribuição da liberdade. (Amartya Sen, 2001, p.54).

Paulo Bonavides (apud Siqueira Castro, 2005, p.361) afirma que:

O centro medular do Estado social e de todos os direitos de sua ordem jurídica é indubitavelmente o princípio da igualdade. Com efeito, o materializa a liberdade da herança clássica. Com esta compõe um eixo ao redor do qual gira toda a concepção estrutural do Estado contemporâneo.

Não há que se falar em liberdade que não possa ser exercida em um espaço que tenha condições de igualdade, privilegiar um ou outro seria abrir mão da dignidade humana. Assim como é

impossível dissociar igualdade e liberdade de democracia, não há que se falar em igualdade e liberdade sem um Estado democrático que os proteja.

Apesar da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão ter proclamado em seu artigo 1º o postulado da igualdade, tal fato jamais foi impeditivo da ocorrência de desigualdades materiais inerentes ao capitalismo. O liberalismo exige apenas o igual tratamento jurídico para os iguais, ou seja, para quantos estejam na mesma circunstância fática descrita pela norma do direito. Ocorre que, o Estado individualista e liberal embutiu a idéia da igualdade no ideal prevalente da liberdade, de modo a exigir do Estado uma atitude de omissão ou parcimônia na regulação da economia, que deveria organizar-se com a lei natural do “*laissezfaire, laissezpasser*”.

Dessa forma, Celso de Albuquerque Mello (apud Siqueira Castro, 2005, p.358) entende o princípio da igualdade:

O princípio da igualdade aliado ao da liberdade vão caracterizar, no plano do Direito, o que se denominou individualismo jurídico. A liberdade de contratar, aliada à idéia de igualdade política, consagra o capitalismo do século XIX com a exploração das massas operárias.

Carlos Roberto Siqueira Castro (2005) afirma que a regra de que “todos são iguais perante a lei”, ou que “todos merecem o mesmo tratamento e proteção”, traduz a exigência de simples tratamento legislativo diverso para idênticas ou assemelhadas situações, impedindo que o legislador trate desigualmente os iguais. Dworkin defende que o homem tem o dever moral de obedecer essas leis, porém esse dever não é absoluto pois as leis podem ser injustas:

Em uma democracia, ou pelo menos em uma democracia que em princípio respeita os direitos individuais, todo cidadão tem um dever moral geral de obedecer a todas as leis, mesmo que ele queira que algumas delas sejam modificadas. Mas este dever geral não pode ser um dever absoluto, porque mesmo em uma sociedade em princípio justa pode produzir leis injustas (Dworkin, 2007, p. 287).

Possíveis questões relativas a discriminação, devem ser corrigidas ou minimizadas, mediante a implantação de políticas legislativas, igualitárias, protecionistas e recuperadoras da inferioridade social que foi determinada pela história ou pela cultura, que estão enraizadas na sociedade. Urge então que sejam criadas medidas compensatórias, com projetos de inclusão social para substituir a não-discriminação formal (de inspiração liberal e burguesa, complacente com as desigualdades oriundas da estrutura econômica) pela não-discriminação material. As ações positivas despontam como um mecanismo da justiça distributiva destinado a compensar inferioridades sociais, econômicas e culturais, associadas a dados de natureza e nascimento dos indivíduos.

A ação afirmativa consiste em um instrumento ou um conjunto de instrumentos utilizado para promover a igualdade de oportunidades no emprego, na educação, no acesso à moradia e no mundo nos negócios, onde se busca, através de prevenção, alcançar uma sociedade inclusiva, aberta à participação do indivíduo, garantindo-se o tratamento justo independente de raça ou gênero (Abdias Nascimento, apud Siqueira Castro, 2005, p. 363).

É necessário que o desenvolvimento do processo democrático legislativo, tenha a perspectiva histórica e seja utilizado para eliminar ou diminuir as desigualdades reais entre os homens, legislar importa em classificar, e classificar significa discriminar, destacar as situações fáticas para atribuir certas conseqüências jurídicas.

Resta evidenciado que o princípio da igualdade apresenta uma margem de relatividade que varia segundo as opções legislativas em distinguir dentre as inumeráveis e heterogêneas situações da vida, à guisa de uma interminável análise combinatória, para atribuir a elas tratamento normativo ora semelhante, ora dessemelhante, a critério das decisões políticas prevaletentes em cada tempo e lugar (Siqueira

Castro, 2005, p. 382).

Daniel Sarmento (2010) afirma que dentro da teoria constitucionalista a igualdade é uma meta a ser perseguida pelo Estado, justificando políticas públicas de cunho redistributivo, ela deixa de ser vista como um dado convertendo-se em objetivo que, na prática, depende de garantias para os excluídos das condições materiais de liberdade, sendo que a pessoa humana deve ser livre não só da opressão exercida pelo Estado, mas também daquela que é presente dentro da própria sociedade.

Tratar todos como se fossem iguais perante a lei de forma absoluta resulta em cerceamento do exercício do poder normativo do Estado para enfrentar as desigualdades sociais e econômicas. A lei serve de suporte à incidência do ato normativo, ela dispõe regras de conduta para as situações de forma hipotética, cabendo ao ato normativo aplicá-la a situação concreta. Para Dworkin (2007) o Estado deve buscar sempre o equilíbrio entre o bem-estar geral e os direitos individuais, dando a cada um o que lhe é devido, assim conquista-se a justiça social.

E a igualdade, quanto a ser assegurado o Direito a Vida, a todos os cidadãos da Nação, se faz mister para alcançar a Justiça e a Paz Social. O Direito a Vida é o mais elementar de todos os Direitos Humanos, sem ele não podem se concretizar todos os outros Direitos decorrentes da vida humana em toda sua plenitude. A construção e a valoração dos Direitos Humanos, pós Segunda Guerra Mundial, se deu em larga escala pela supressão do Direito a Vida de milhões de judeus que foram encaminhados para o extermínio em massa pelo exército alemão. Iniciando de forma mais contundente e com o apoio da opinião pública mundial, a necessidade de elevação do Direito a Vida como a forma mais elementar e basilar do exercício de direitos pelos seres humanos.

O período de exceção do regime democrático contemporâneo brasileiro implantou um sistema de Governo Autoritário Ditatorial Militar, pelo período de mais de 30 anos, teve início com o Golpe de 1964 e foi encerrado com a posse do presidente José Sarney. Em termos estruturais o Brasil sofreu grandes mudanças no período, houve crescimento econômico, período do chamado “Milagre Brasileiro” que ocorreu no início dos anos 70, onde houve um crescimento acelerado na economia do país. Mas da mesma forma que houve ganhos significativos na economia, também houve um período de forte baixa dos ativos nacionais, desaguando na chamada “Década perdida” que foram os anos 80.

Um dos únicos fatores que perduram durante todo o regime de exceção foi a supressão aos Direitos Humanos, já que é inerentes aos regimes ditatoriais, esse tipo de conduta quanto aos direitos daqueles que não concordam com a forma de condução daqueles que exercem o poder.

O caminho que percorremos com a presente pesquisa é justamente o de fazer uma intersecção entre a supressão entre os direitos humanos e a taxa de mortalidade de recém nascidos, demonstrando através de números oficiais do Ministério da Saúde, que a promulgação da Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição Cidadã, e a elevação dos valores da Igualdade e Liberdade, presentes no regime democrático de governo, foram fatores fundamentais para a diminuição do número de óbitos de recém nascidos no Brasil e nas cinco grandes regiões. Os princípios democráticos da igualdade, liberdade e o direito a vida, quando elevados a condição de Direitos Humanos, contribuem de forma decisiva para o desenvolvimento em sua forma mais ampla.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia aplicada a pesquisa visou explorar, descrever e subsidiar as conclusões explanadas, tendo em vista que os números foram analisados a falta de perspectiva quanto a elevação dos direitos humanos a categoria que lhes cabe, sendo negligenciado no período ditatorial militar, fazendo com que o direito a vida, em suas mais diversas formas fosse renegado a um plano inferior, se traduzindo na falta do devido cuidado e investimentos que essa área merece.

O fato da mortalidade neonatal se tornar o principal componente da M.I. (Mortalidade Infantil) no Brasil aproxima o país, na atualidade, do perfil de mortalidade de países desenvolvidos, onde é também o mais importante. Entretanto, a magnitude da M.N. (Mortalidade Neo Natal) no Brasil, ainda, é alta (14,2/1000 em 2005), quando comparada com outros países como os EUA (4,6/1000 em 2004) e o Chile (5,6/1000 em 2000) e a velocidade de queda das taxas de M.N. no Brasil tem sido lenta, levando-se em consideração a disponibilidade de conhecimento, recursos tecnológicos, desenvolvimento econômico e oferta de serviços no país (Victoria & Barros, 2001; OECD, 2007; Gonzales et al., 2006; RIPSAs, 2008a). Acresce-se a isto os grandes diferenciais na MN no país,

inclusive regionais. Enquanto no Brasil a taxa de MN em 2005 era 14,2/1000, no Nordeste era 20,7/1000 e no Sul 9,4 (RIPSA, 2008a).

**Taxa de mortalidade infantil precoce (por mil nascidos vivos)**

Regiões	1980	1985	1991	1997	2000	2004
Brasil	62,8	42,9	18,5	15,6	13,5	11,5
Norte	59,4	40,8	16,1	16,5	14,8	12,8
Nordeste	97,6	43,6	18,3	21,0	19,7	17,6
Sudeste	47,0	32,6	16,4	12,3	9,5	7,6
Sul	48,9	29,5	11,5	8,6	8,6	7,4
Centro-este	59,6	37,1	12,9	12,4	10,7	9,2

**Brasil e grandes regiões, 1980, 1985, 1991, 1997, 2000 e 2004.**

Fonte: Ministério da Saúde/SVS – Sistema de informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Sistema de Informações sobre Mortalidade e Censo demográfico 1940-1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1997; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992-1993, 1995. Rio de Janeiro: IBGE, v. 15-17, 1997.

Analisando criticamente a tabela acima exposta, e tendo em conta a questão da necessidade do respeito às normas jurídicas, especificamente os preceitos do Direito, para a persecução do atingimento dos objetivos ligados ao desenvolvimento econômico, social e político, percebe-se que após a reabertura política proporcionada pelo fim da ditadura militar, que se instalou e governou o Brasil com mão de ferro por mais de 20 anos, há uma gradativa e persistente melhoria nos índices de mortalidade de recém-nascidos.

Indicando assim que o processo de desenvolvimento é um fenômeno que se processa no tempo, e é dependente de inúmeros outros fatores externos, como por exemplo, o próprio amadurecimento do tecido social para o entendimento do que tem mais valor. E o direito a vida foi eleito como um dos primordiais para o acontecimento do desenvolvimento.

**4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa que foi efetivada para a elaboração desse artigo, atuou em três campos do conhecimento, seguindo a tendência de se servir da interdisciplinaridade. O desenvolvimento econômico, social e político, passa necessariamente pelo viés da economia, analisando e apontando números através da análise de gráficos e tabelas, os quais foram apresentados em forma de planilha para demonstrarmos que houve redução significativa no número de óbitos de recém nascidos, após a retomada da forma democrática de governo e da promulgação da Constituição Federal de 1988, onde os Direitos Humanos e principalmente o Direito a Vida, foi elevado à cláusula pétrea<sup>4</sup>.

A abordagem do tema continua na perspectiva do Direito, tendo em vista a promulgação da Constituição Federal de 1988, enquanto norma maior, topo da pirâmide legal brasileira. Que se serviu do princípio da Recepção normativa para que todas as outras normas infraconstitucionais fossem adequadas para recepcionar a Constituição e não ficar em desacordo com os mandamentos do documento fundante da República Federativa Brasileira. O Direito em conjunto com o tema do

<sup>4</sup> Cláusula pétrea: Dispositivo constitucional que não pode ser alterado nem mesmo por Proposta de Emenda à Constituição (PEC). As cláusulas pétreas inseridas na Constituição do Brasil de 1988 estão dispostas em seu artigo 60, § 4º. São elas: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais. Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/clausula-petrea>

Desenvolvimento, é regulador e impulsionador da Igualdade e Liberdade entre os membros da sociedade, qualquer desvio desses princípios causa um desbalanceamento entre os integrantes do tecido social, provocando problemas que podem gerar uma descrença generalizada quanto a importância e poder da Democracia como forma de governo.

Além da intersecção entre Desenvolvimento econômico social e Direito, tendo a democracia como forma de governo, trouxemos a perspectiva histórica como fio condutor do artigo. A atual democracia brasileira vigora desde 1985, quando assumiu o cargo de presidente da república José Sarney. O período ditatorial militar assumiu o governo com o golpe de 1964, se apoderando do Estado e exercendo o governo por mais de 30 anos. No que tange aos Direitos Humanos e suas garantias básicas, o período de exceção foi especialmente perverso, pois além de não garantir que os Direitos fossem exercidos pela população, o próprio regime fez uso da força e do desaparecimento e extradição de pessoas que fossem contrárias ao governo militar, sendo público e notório os abusos cometidos pelos Militares.

É especialmente pertinente essa discussão tendo em vista principalmente o momento atual brasileiro, que vem vivendo desde fins de 2013, uma crise econômica e social de gigantescas proporções. A investigação iniciada pela Operação Lava Jato, no estado do Paraná, explicitaram de maneira formal como são conduzidas as negociações políticas e econômicas, sempre alimentadas por pagamentos de propinas aos políticos envolvidos, independente do partido a que estão filiados, seria uma forma de negociação geral, onde há superfaturamento de valores de obras e serviços que são contratados pelo Poder Público ou por empresas públicas de grande expressão, no caso a Petrobras. A divulgação maciça pela mídia dos meandros da corrupção que se instalou no alto escalão governamental, sem dúvida é positiva. Mas tem o efeito de provocar também uma descrença de valores de forma generalizada, que enfraquece em grande medida a democracia, pois gera uma falsa impressão que não há necessidade do exercício dessa instituição e que os políticos são eleitos e ao invés de lutarem e votarem temas relevantes ao Desenvolvimento do Brasil pensam e agem somente guiados por interesses escusos e que tencionam enriquecer as custas do trabalho dos milhões de trabalhadores que contribuem para a manutenção do Estado via recolhimento de tributos. Gerando uma descrença nos valores da democracia como forma de governo.

O recente período democrático brasileiro, haja vista na história do Brasil a democracia ser exceção e não regra completou recentemente 30 e poucos anos, o que deveria reforçar a necessidade de solidificação e fortalecimento das instituições que dão suporte ao regime democrática e infelizmente não é o que tem acontecido.

O resultado da pesquisa, através da comparação no tempo dos números de óbitos de recém nascidos, indicam com grande ênfase, que a ascensão do regime democrático de direito e a conseqüente valorização e adesão aos mandamentos dos Direitos Humanos, foram decisivos para a diminuição significativa do número de mortes de recém nascidos em todas as regiões brasileiras, com uma exceção no Nordeste brasileiro no início dos anos 90, mas que logo após volta a indicar queda acentuada nos índices, comprovando que a Democracia serve como, quase uma Política Pública de saúde, para diminuição da mortalidade infantil, em um ritmo muito acelerado.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sem sombra de dúvidas houve ganhos significativos e extraordinários na diminuição da mortalidade infantil no Brasil, principalmente após a volta da Democracia em 1985 como sistema de governo e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que alçaram os Direitos Humanos a condição de Direitos básicos, principalmente das camadas menos favorecidas da população. Mas há enormes desafios ainda para superarmos, como por exemplo, com relação a exclusão social de parcelas significativas da população. A manutenção das desigualdades sociais e regionais tem sido um forte obstáculo a reduções mais significativas na mortalidade infantil. Neste sentido, o fato da redução recente ser determinada por uma combinação destas ações básicas de saúde traz algumas inquietações em função da crise fiscal do Estado brasileiro. O diferencial de mortalidade infantil entre os distintos extratos sociais, que eram altos durante as décadas de 70 e 80, quer quando se considera a renda, educação ou saneamento básico, mantêm-se ainda elevados na contemporaneidade. É o que deixa transparecer, quando se calcula a mortalidade por anos de estudo da mãe. A mortalidade infantil das mulheres sem instrução ou pouca instrução chega a ser dez vezes superior à das mais instruídas.

Atacar estes problemas é de fundamental importância para garantir sustentabilidade à

manutenção da intensidade do declínio de mortalidade observado no Brasil inteiro, mas especialmente para o Nordeste durante os últimos anos e condição necessária para garantir a homogeneidade na mortalidade infantil entre todas as regiões brasileiras, uma vez que a resistência a mudanças estruturais na sociedade brasileira tem impedido a criação de condições sociais e econômicas saudáveis, não só de ganhos mais significativos na luta contra a mortalidade, mas impossibilita, num período curto de tempo, atingir aqueles níveis hoje prevalentes nos países mais estruturados econômica e socialmente. “Esta situação é tão mais grave quando se observa no País o reaparecimento de doenças que se pensava já eliminadas, como é o caso da cólera, da dengue; e de outras grandes endemias (Chagas, malária, etc.).

Estas medidas de ação pública, quando não acompanhadas por melhorias adequadas nas condições de vida das populações mais expostas, podem estar propiciando apenas a postergação da morte, principalmente a infantil, assegurando a sobrevivência de contingentes populacionais com doenças crônicas (Simões, Oliveira, 1997).

Outros fatores ligados a saneamento básico, cuidados com a saúde, exames mais refinados e precisos, foram de fundamental importância. Mas o próprio acesso a esses serviços de saúde decorrem do exercício da cidadania e da amplitude dos Direitos Básicos garantidos pela Democracia, que sobe o nível de exigência e engajamento da população. Fatores médicos têm influência decisiva na diminuição desse índice terrível e mórbido, mas não podemos deixar de apontar de considerar os números, que sofreram forte redução, pós Constituição de 88.

A desigualdade no acesso aos serviços básicos proporcionados pelo “estado de bem estar social”, criado principalmente após a Constituição Federal de 1988, é obstáculo a superação e minimização dos números de óbitos infantis, que indica o respeito ao princípio mais basilar dos Direitos Humanos, que é o próprio Direito a Vida. O Fortalecimento das instituições democráticas, o renascimento dos valores sócias no seio da sociedade brasileira contemporânea, é de fundamental importância na condução de outros fatores indicativos do caminho do Desenvolvimento, a Educação básica deve ser observada muito de perto pela sociedade, para trilhar os mesmos resultados positivos e significativos que o país conseguiu com relação a redução da mortalidade infantil de recém nascidos, o que sinaliza uma evolução dos valores sociais e uma elevação a patamares mais altos de exigência e cobrança do posicionamento do poder público. Neste sentido, as reduções futuras na mortalidade infantil no País estão cada vez mais dependentes do que possa vir a ocorrer com o próprio regime Democrático de Governo, principalmente quando se sabe dos obstáculos impostos pelas condições sociais e econômicas de suas populações à obtenção de reduções mais consistentes nos níveis da mortalidade e no acesso a políticas públicas efetivas para geração de emprego e renda para a camada menos favorecida da população brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, J.A. Lindgren. Os direitos humanos na pós-modernidade. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BRASIL: pesquisa nacional sobre demografia e saúde 1996. Rio de Janeiro: BENFAM, 1997. 182 p.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1940-1991-2000-2010. Rio de Janeiro : IBGE, 1950-2010.
- COMPARATO, Fábio Konder. Afirmção histórica dos direitos humanos, São Paulo: Saraiva, 2016.
- DOUZINAS, Costas. O fim dos direitos humanos. São Leopoldo: Unisinos, 2009.
- ESTATÍSTICAS DA SAÚDE: assistência médico-sanitária 1980-1990. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5-15, 1981-2010.
- LEITE, Valéria Motta. Brasil: estudo da mortalidade por sexo e grupos de idade durante o período de 1950-1970. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 34, n. 135, p. 435-464, jul./set. 1973.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1992-1993, 1995. Rio de Janeiro: IBGE, v. 15-17, 1997.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. A mortalidade infantil na transição da mortalidade no Brasil: um estudo comparativo entre o Nordeste e o Sudeste. Belo Horizonte, 1997. 197 p. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Federal de Minas Gerais: CEDEPLAR, 1997.

**A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

*THE CONTRIBUTION OF THE SUPERVISED STAGE IN THE CONSTRUCTION OF PROFESSIONAL IDENTITY IN SOCIAL WORK*

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

WALHERS, Maicow Lucas Santos Walhers  
UNESP/Franca

Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) Campus Franca. Mestre em Serviço Social pela UNESP/Franca. Especialista em Gestão de Organização Pública de Saúde – CEAD/UNIRIO. Membro integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS) e Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Dimensão Socioeducativa no Trabalho Social (GEDUCAS). Assistente Social no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) no município de Cássia (MG). E-mail: <maicow.assistentesocial@live.com>

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva  
UNESP/Franca

Docente do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca. Membro do GT – Grupo de Trabalho da Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (PNE/ABEPSS). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS). E-mail: <cirleneoliveira@terra.com.br>.

**Resumo**

Objetivamos com este trabalho, apresentar algumas reflexões acerca da pesquisa realizada no Mestrado no Programa de pós-graduação em Serviço Social da UNESP/Franca, no período de 2014 a 2016, onde investigou sobre a contribuição do estágio supervisionado em Serviço Social na construção da identidade profissional. Destacamos que o estágio curricular obrigatório, adquire um novo patamar na formação a partir das Diretrizes Curriculares de 1996, sendo considerado como espaço de efetivação do compromisso ético-político com a categoria profissional, através dos princípios emancipatórios construídos coletivamente pela categoria nas décadas anteriores, principalmente na de 1980, com o processo de redemocratização do país. O estágio dessa forma, configura-se como espaço de desenvolvimento de habilidades e competências para o exercício profissional, sendo colocado na vanguarda dos debates e produções científicas do Serviço Social. Contraditoriamente, a sua efetivação conforme preconizada pela categoria, encontra diversos desafios frente as mudanças no mundo do trabalho, que tem aprofundado as contradições e desigualdades sociais, mostrando a face mais perversa do capital, na busca pela garantia da sua lógica de acumulação ilimitada, baseada na sua expansão em escala mundial. Este cenário tem desafiado o Serviço Social na defesa da qualidade da formação profissional e nela compreendida o estágio supervisionado frente o processo de reestruturação do capital, principalmente da política educacional, que tem colocado novas modalidades de ensino, sob uma lógica tecnicista e utilitarista. Partimos da análise crítica das Diretrizes Curriculares, da Política Nacional de Estágio e demais normativas que reafirmam o compromisso da categoria profissional com o estágio supervisionado em Serviço Social.

**Palavras-chave:** Formação Profissional, Identidade profissional, Estágio Supervisionado.

**Abstract**

The objective of this work is to present some reflections about the research carried out in the Masters Program in the Graduate Program in Social Work of UNESP / Franca, from 2014 to 2016, where he investigated the contribution of supervised internship in Social Work in the construction of identity professional. We emphasize that the compulsory curricular stage acquires a new level in the formation from the 1996 Curricular Guidelines, being considered as a space for effecting the ethical-



political commitment with the professional category, through the emancipatory principles constructed collectively by the category in the previous decades, mainly in 1980, with the process of re-democratization of the country. The stage of this form, is configured as a space for the development of skills and competences for professional practice, being placed at the forefront of debates and scientific productions of Social Work. Contradictionally, its effectiveness as advocated by the category, finds several challenges facing the changes in the world of work, which has deepened social contradictions and inequalities, showing the most perverse face of capital, in the search for the guarantee of its logic of unlimited accumulation, based in its worldwide expansion. This scenario has challenged the Social Service in defense of the quality of professional training and in it understood the supervised stage before the process of capital restructuring, mainly of educational policy, which has put new modalities of teaching, under a technician and utilitarian logic. We start with a critical analysis of the Curricular Guidelines, the National Internship Policy and other regulations that reaffirm the commitment of the professional category to the supervised internship in Social Work.

**Keywords:** Vocational Training, Professional Identity, Supervised Internship.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo trazer para o debate, alguns elementos relacionados com a pesquisa realizada no mestrado do programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - campus de Franca/SP no ano de 2014-2016, onde procurou através da pesquisa bibliográfica e entrevista com os sujeitos partícipes do processo de supervisão – estagiário, supervisor de campo e supervisor acadêmico, analisar se o estágio contribui para a construção da identidade profissional e como esta identidade é compreendida por estes sujeitos.

O estudo da temática da identidade profissional partiu do amadurecimento e aprofundamento teórico realizado durante o curso de Graduação enquanto pesquisador da centralidade do estágio supervisionado no processo de formação profissional em Serviço Social. Através dessa aproximação, percebemos que existe certo consenso na categoria profissional e nas referências bibliográficas sobre sua importância na profissão por contribuir na construção da identidade profissional a partir da inserção do estudante no campo de estágio.

O estágio supervisionado em Serviço Social sempre esteve presente no processo de formação profissional, desde as primeiras escolas no Brasil, adquirindo uma nova dimensão e importância a partir do movimento de reconceitualização em Serviço Social tornando-se necessária a construção de um perfil de formação profissional conciliada com o compromisso ético-político frente aos desafios postos a categoria profissional a partir do agravamento da questão social e suas expressões no mundo do trabalho.

Diante da necessidade de criar um perfil profissional crítico, propositivo e criativo, alicerçado no compromisso com a classe trabalhadora, a categoria profissional articulada coletivamente através de suas entidades representativas - conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), como protagonista – construiu coletivamente as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social em 1996. A referida construção culminou no compromisso de intentar um novo patamar na formação profissional em todo território nacional, através de uma nova lógica curricular procurando superar a fragmentação dos conteúdos e currículos.

As Diretrizes Curriculares do curso da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), trazem um perfil de formação profissional alicerçado em princípios, competências e habilidades necessárias para a formação profissional e o estágio ganha expressiva relevância diante do caráter interventivo e investigativo da profissão.

Segundo Oliveira (2003), o estágio é compreendido como um dos elementos centrais da formação profissional ao propiciar ao estudante a relação entre o conhecimento apreendido na universidade com as experiências vivenciadas no campo de estágio. A partir dessa compreensão é considerado componente curricular obrigatório, devendo ser realizado através de supervisão sistemática do assistente social, supervisor de campo e do docente, supervisor acadêmico.

Dessa forma, o estágio supervisionado caracteriza-se enquanto mediação necessária no processo de ensino-aprendizagem em Serviço Social. A partir dessa configuração, compreende-se que o estágio é um dos elementos centrais na construção da identidade profissional a partir de uma maior aproximação do estagiário com o campo de estágio.

Partindo dessa premissa, procuramos através dos sujeitos integrantes do processo de ensino-aprendizagem – supervisores de campo, estagiários e supervisores acadêmicos, compreender a identidade profissional em Serviço Social e como que o estágio contribui (ou não) para a sua construção.

Partimos do referencial teórico para a compreensão do estágio supervisionado enquanto um dos momentos centrais na formação profissional diante da dimensão interventiva da profissão e de sua contribuição na construção da identidade profissional, que conforme nos coloca Buriolla (1995, p. 13):

O estágio é concebido como um espaço de treinamento, um espaço de aprendizado do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações de atividades de aprendizagem profissional se manifesta para o estagiário, tendo em vista a sua formação. O estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejada gradativa e sistematicamente.

Já em relação à concepção de identidade profissional, compartilhamos com Martinelli (2007), onde a analisa como uma categoria histórica, que permita o profissional apreender tanto a profissão, como sua prática profissional a partir do mundo capitalista, tomando-as como contraditório e complexo.

Devemos analisá-las a partir da historicidade do movimento do real, das suas contradições e antagonismos que determina e condiciona a constituição do Serviço Social no mundo do trabalho, enquanto profissão inserida na dinâmica da sociedade capitalista. É a partir da perspectiva de totalidade que buscamos apreender a constituição da identidade profissional em Serviço Social e a contribuição do estágio supervisionado nesse processo. É “[...] a categoria da totalidade, o domínio universal do todo sobre as partes constituem a essência do método que Marx recebeu de Hegel e transformou de maneira original no fundamento de uma ciência inteiramente nova.” (LUKÁCS, 2003, p. 105).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 – As bases sócio-históricas da identidade profissional em Serviço Social

Inicialmente partimos do entendimento da identidade profissional como uma categoria histórica, conforme nos coloca Martinelli (2007), e que está em constante construção, não sendo algo pronto e acabado, mas vinculada organicamente com a dinâmica da realidade social, estando atrelada a própria constituição da profissão no mundo do trabalho, suas contradições, antagonismos e luta de classes.

Dessa forma, concordamos com Iamamoto (2008), que parte da compreensão da profissão enquanto especialização do trabalho coletivo inserida na divisão social e técnica do trabalho, como expressão das contradições da sociedade capitalista. Sendo um dos veios analíticos referendados por alguns segmentos da categoria profissional a partir do movimento de reconceitualização na década de 1980, que “[...] considera o Serviço Social como uma *especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, participe do processo de produção das relações sociais.*” (IAMAMOTO, 2008, p. 83-84, grifo da autora).

A partir desse referencial, o assistente social é considerado enquanto trabalhador, que historicamente, sendo considerado enquanto profissional liberal, por possuir relativa autonomia profissional – tendo a lei de regulamentação da profissão e o Código de Ética como norte para o exercício profissional, que diante da sua inserção nas políticas sociais, sendo demandado pelo Estado e pelo mercado de trabalho, se vê compelido a vender sua força de trabalho para garantir sua reprodução social, procurando dar respostas frente às expressões da questão social, que são oriundas do processo de exclusão social, das contradições e antagonismos das classes sociais no bojo da sociedade capitalista.

Inserido no mundo do trabalho e nas relações sociais de produção, o Serviço Social se configura como uma resposta do Estado, da Igreja e da burguesia diante do agravamento da questão social e do rebatimento de suas mazelas na vida social da classe trabalhadora. No Brasil, o surgimento e desenvolvimento da profissão se particularizam no estágio de desenvolvimento monopolista do capital através de grande endividamento externo no período desenvolvimentista. Período este de transição da economia agrícola para o processo de industrialização do país, onde se verifica as contradições oriundas diante da crise cafeeira e a necessidade de inserir o país no processo de expansão do capital pelo mundo.

A transição para a década de 1930 foi permeada pelo contexto de insatisfação popular das duas primeiras décadas do século XX, com a crise cafeeira e um enorme contingente da população dirigindo-se ao meio urbano, aliado às dificuldades de nossa burguesia em se constituir enquanto classe dirigente. Em meio à crise da aliança oligárquico-burguesa até então constituída, com uma sociedade mais complexa e moderna, foi imprescindível a passagem do modelo produtivo agroexportador para a construção das bases de industrialização no país, com a recomposição da elite dominante, mais uma vez “pelo alto”. Tal processo proporcionou novos rumos ao tratamento da “questão social”, à política educacional brasileira, ao ensino superior, e, por fim, possibilitou o surgimento das primeiras ESSs no país. (DAHMER PEREIRA, 2007, p. 96).

Observa-se que a constituição da profissão no cenário brasileiro, se realiza em um contexto sociopolítico marcado pelo reordenamento das forças sociais no terreno da luta de classes, onde diversos atores se articulam procurando garantir sua hegemonia política, levando a cabo a luta pela garantia dos seus interesses e dos seus projetos societários.

A construção da identidade não é um processo linear, mas dialético, através do processo de negação e superação e de interação do sujeito com a sociedade em que está inserido, sendo assim relacional, produto das relações sociais e sua constituição enquanto um processo dialético, determinado por condições objetivas e históricas, inscritas na divisão sociotécnica do trabalho coletivo e das determinações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Desse ponto de vista, a identidade nada mais é que o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos e socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem instituições. (DUBAR, 2005, p. 136).

Para Martinelli (2007) a identidade está relacionada com a tomada da consciência crítica dos assistentes sociais a partir de condições históricas determinadas. A consciência crítica é formada pela constituição da classe trabalhadora enquanto coletivo, onde passa de “classe em si” para “classe para si”, tornando-se um sujeito coletivo que reconhece a sua função social no mundo do trabalho enquanto classe revolucionária, na qual o assistente social é integrante. Daí a importância da compreensão do processo de constituição da identidade da profissão a partir da apreensão da forma como os sujeitos sociais se articulam no mundo do trabalho, procurando viabilizar seus projetos societários enquanto classe. A autora destaca, ao analisar o processo histórico a partir da década de 1970, de busca de ruptura com o Serviço Social tradicional, a constituição da identidade profissional.

Tal identidade por certo não poderia ser encontrada no “deserto da essência” a que se referiu Hegel, nem sequer nas estruturas organizacionais em que o Serviço Social estava inserido, e muito menos no emaranhado de interesses contidos no projeto de hegemonia da classe dominante. Era na realidade concreta, no movimento da luta de classes, no conjunto de relações, diferenças, interações e contradições que sua construção poderia consolidar-se, ganhando materialidade, concretude

histórica e movimento interno incessante. A tomada de consciência dessa nova e fecunda dimensão da identidade determinava um novo percurso para a caminhada da categoria profissional, pois colocava como um verdadeiro imperativo a busca de aproximação com as classes populares. Estas, enquanto usuárias de seus serviços, eram parceiras indispensáveis na tarefa de construção de identidade. (MARTINELLI, 2007, p.147).

A partir das diretrizes curriculares, o estágio supervisionado ganha nova visibilidade no debate na categoria, sendo considerado central na formação ao contribuir com a construção da identidade profissional a partir de uma maior aproximação com a realidade social. Também é um momento de síntese teórico-práticas, ao possibilitar o exercício da mediação, onde apreendemos a totalidade dos fenômenos sociais a partir das particularidades que ligam o singular ao universal.

## **2.2 – Os elementos constitutivos do estágio supervisionado e sua contribuição na construção da identidade profissional**

O estágio supervisionado adquire um novo patamar com as Diretrizes Curriculares, sendo considerado o lócus privilegiado de construção da identidade profissional em Serviço Social e espaço de mediação e efetivação da práxis profissional, diante do caráter interventivo e investigativo da profissão.

A partir da concepção definida pelas diretrizes curriculares aprovadas nos fóruns da ABEPSS, a temática do estágio supervisionado na formação profissional deve constituir-se em aprofundamento permanente e constitutivo da formação profissional, e de competência das unidades de ensino no processo formativo.

Nessa direção o tratamento dado ao estágio deve ser pauta constante dos fóruns da ABEPSS, no sentido de antecipar-se de forma articulada e organizada, na defesa do projeto ético-político da profissão, do ensino da formação de qualidade; pressupostos das diretrizes [...]. (ABRAMIDES, 2004, p. 16).

Destacamos a importância da supervisão de estágio no processo de ensino-aprendizagem em Serviço Social, ao realizar a síntese teórico-práticas através da apreensão crítica da realidade social numa perspectiva de totalidade, num processo de mediação, instrumentalizada por uma vertente teórica crítica, que permita contribuir para a construção da identidade profissional. Percebemos que esta atividade, é eminentemente educativa devendo ser referenciada pelos princípios ético-políticos da profissão.

## **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Por se tratar de uma pesquisa de natureza qualitativa, cujo objetivo era apreender os significados dos sujeitos sobre o tema estudado, foi realizado um aprofundamento teórico através da pesquisa bibliográfica sobre o assunto relacionado às produções científicas produzidas pela categoria nos últimos anos, principalmente nas décadas de 1960 a 1980, período que ocorre o processo de reconceitualização da profissão. Realizamos esse recorte temporal, porque nesse momento histórico, a profissão revê suas bases sociopolíticas e procura novos referenciais para o embasamento do seu exercício profissional.

Enquanto procedimentos metodológicos foram realizados a pesquisa de campo com os sujeitos significativos da pesquisa: supervisores acadêmicos, supervisores de campo e estagiários, onde o universo da pesquisa caracteriza pelo vínculo desses sujeitos ao Núcleo de Estágio em Serviço Social (NESS) da universidade pública do Estado de São Paulo, campus de Franca. Com os estagiários, foi proposta a aplicação do questionário com os estudantes do quarto ano de Serviço Social, matriculados numa Universidade Pública, do período diurno e noturno, com o objetivo de analisar como concebiam o Serviço Social quando iniciaram o curso e se houve alguma mudança durante o processo de formação profissional, principalmente com o estágio supervisionado e qual o lugar que este ocupa no processo de ensino-aprendizagem.

Diante dos desafios enfrentados pela classe trabalhadora na contemporaneidade, do processo de contrarreforma do Estado, de precarização das relações de trabalho e seus rebatimentos nas políticas públicas, entre elas, a de educação e suas particularidades no ensino superior público. Frente ao avanço do ideário neoliberal e toda a conjuntura sociopolítica da crise do capital principalmente a partir da década de 1990, culminou na atualidade, em um período de refração dos direitos sociais e de luta da classe trabalhadora e de resistência dos seus diversos segmentos, entre eles o de estudantes e profissionais que tem vivenciado de forma direta e/ou indiretamente os impactos do processo de reestruturação do capital e busca pela garantia do processo de acumulação.

Tal situação culminou num período de greve dos estudantes, funcionários e docentes da universidade lócus da pesquisa, sendo uma greve considerada extensa, sobretudo em decorrência do movimento paralista dos estudantes que foi iniciado antes da deflagração da greve pelos três segmentos da Universidade, trazendo reflexos na realização da pesquisa de campo, já que esta coincidiu com o momento de desenvolvimento desta. Diante dessa conjuntura sociopolítica, foi necessário um redimensionamento do instrumental de pesquisa, sendo aplicado com os estudantes do terceiro ano, no segundo semestre.

Esse redimensionamento foi realizado para aproveitarmos a inserção do estudante no campo de estágio e ter certa experiência e acúmulo para tratar da temática. Acharmos oportuna a escolha desse ano do curso para aplicarmos o questionário na disciplina de supervisão acadêmica, por ser o espaço onde o estágio é tratado na grade curricular<sup>1</sup>. No período diurno, obtivemos 12 respostas ao questionário e no período noturno 22 respostas, totalizando 34. Na época da pesquisa, de acordo com informações da Seção de Graduação da faculdade em que foi realizada a pesquisa, são 35 estudantes matriculados no diurno e 40 no noturno.

É importante destacar que no dia da aplicação do questionário, a docente responsável pela disciplina não pode comparecer devido a necessidade de realizar um procedimento de saúde, sendo substituída por dois professores que revezaram no período diurno e no noturno. A aplicação do questionário teve o consentimento da responsável pela supervisão acadêmica.

Uma das docentes que assumiu a disciplina no diurno mencionou que a supervisão acadêmica estava no currículo, mas não tem espaço na grade curricular do curso e que os estudantes do terceiro e quarto ano atualmente tem a disciplina de supervisão através do espaço cedido por professores de outra disciplina. Somente a partir do do ano seguinte, que a supervisão acadêmica teria espaço na grade curricular.

Esta situação reflete decisivamente no processo de formação profissional e nos faz refletir sobre os desafios enfrentados para a realização do estágio conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares e pela Política Nacional de Estágio. Por não estar presente na grade curricular, os estudantes não se apropriam desse espaço, sendo que segundo a supervisora acadêmica, são poucos os estudantes que frequentam esse espaço, apresentando muitas faltas.

Após a apropriação dos questionários, foram avaliadas as respostas dos estudantes e optamos pela utilização das categorias analíticas, que permite utilizar determinados conceitos, eixos de análise que representam a fala dos sujeitos entrevistados, sem perder o significado e a essência das falas dos entrevistados, contribuindo para atribuição de significados para facilitar a compreensão de sua utilização na pesquisa. Concordamos com Minayo (2004), que as falas dos sujeitos são portadoras de significados, revelando o pensamento os valores, normas e formas de pensamento de determinados grupos em condições sócio-históricas e culturais específicas.

O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas. (MINAYO, 2004, p. 110).

A partir desse referencial, realizamos entrevistas semi-estruturadas com os supervisores de campo e acadêmicos, com o objetivo de uma aproximação inicial em relação ao nosso objeto de estudo. Foram aplicadas seis entrevistas com supervisores de campo com no mínimo quatro anos de exercício da supervisão e que estivessem supervisionando no período da realização da pesquisa, esse critério foi utilizado diante da necessidade de experiência significativa e de acúmulo em relação a supervisão. As entrevistas foram norteadas por um roteiro orientador.

Diante da importância do sigilo profissional na pesquisa, os nomes dos sujeitos que participaram das entrevistas foram trocados por nomes fictícios. Em relação aos estudantes, foram colocados nomes genéricos, por não ter identificação nos questionários aplicados.

Dos seis supervisores de campo entrevistados, selecionamos três que atuam na política de saúde e três na política de assistência social. Escolhemos essas áreas, pois historicamente a política de saúde foi a que mais demandou a atuação do assistente social, principalmente no pós-guerra, na década de 1945. Atualmente com a consolidação da assistência social enquanto política pública e direito social garantido a partir da promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742 de 1993 (BRASIL, 1993), esta passa a ser a área de maior atuação profissional. Em relação aos supervisores acadêmicos, foram entrevistados dois supervisores acadêmicos iniciados pelo Núcleo de Estágio em Serviço Social (NESS) da faculdade. Destacamos que dos seis supervisores de campo, quatro são trabalhadores da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Franca.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A realização da pesquisa nos permitiu construir algumas categorias analíticas em relação ao nosso objeto de estudo. Percebemos que efetivamente o estágio tem contribuído para a construção da identidade profissional, sendo espaço de consolidação do compromisso com a profissão. A pesquisa também apontou a centralidade do estágio supervisionado na formação profissional sendo muitas vezes, espaço de identificação da profissão ou de sua negação. Também foi elucidado pela pesquisa, o caráter histórico e dialético da identidade profissional, sendo que esta passou por intensas transformações a partir do contexto sócio, político e cultural que atravessava o país. Desde a constituição da identidade atribuída, até a construção de uma identidade alicerçada nos princípios da profissão e no compromisso ético-político com a classe trabalhadora. Os sujeitos também elucidaram que o processo de sua constituição inicia-se na graduação e percorre por toda a vida profissional, sendo algo dinâmico e dialético.

percebemos que a identidade profissional está dentro dos temas considerados “mal ditos” (mal compreendido) na categoria profissional, sendo pouco pesquisado e problematizado, e muitas vezes, compreendido de forma enviesada e distorcida. Assim, compreendemos a importância do estudo da temática no Serviço Social e sua apreensão crítica a partir do próprio movimento da história e da realidade social.

O Serviço Social no Brasil surge na década de 1930, em um momento histórico marcado pelo início da inserção do país no processo de industrialização tardia, a partir do incentivo dos países desenvolvidos, em especial dos Estados Unidos que buscava se expandir e garantir a sua legitimidade, diante do fim da ameaça comunista e da necessidade de globalização do capital.

Assim, em 1936 temos a criação da primeira Escola de Serviço Social em São Paulo. O Serviço Social surge enquanto uma das estratégias da articulação da Igreja, Estado e burguesia frente o agravamento da questão social, e esta configuração se caracteriza como base da identidade profissional, pois esta deu a sua materialidade por intervir historicamente nas expressões da questão social. A identidade profissional passa a ser atribuída pelos interesses da classe dominante. Assim, “[...] a ausência de identidade profissional **fragiliza a consciência social** da categoria profissional, determinando um percurso alienado, alienante e alienador de prática profissional.” (MARTINELLI, 2007, p. 17, grifo nosso).

Percebemos dessa forma que a formação da identidade da profissão está atrelada a própria constituição da consciência da classe trabalhadora, na cena política da realidade brasileira. A formação dos primeiros assistentes sociais foi realizada pela Igreja Católica, através do pensamento baseado na doutrina de São Tomás de Aquino, conhecida como doutrina tomista.

Fetichizado misticamente como uma prática a serviço da classe trabalhadora, o Serviço Social era, pois, na verdade, um importante instrumento da burguesia, que tratou de imediato de consolidar sua identidade atribuída, afastando-a da trama das relações sociais, do espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que as engendram e são por ela engendradas. (MARTINELLI, 2007, p. 67).

Diante desse processo de constituição da identidade profissional ao longo do processo histórico, e a busca de ruptura com a identidade atribuída, trouxe algumas dificuldades para sua

compreensão pelos profissionais na contemporaneidade. A visão em relação à identidade profissional ser uma incógnita, está presente em um dos discursos dos sujeitos entrevistados, sendo elucidada pela supervisora de campo Laura. Acreditamos que esta questão ocorra por dois motivos: por ser uma profissão relativamente nova, como vimos, sua gênese data de 1930, que em termos de período histórico é algo ainda muito recente comparada com as outras profissões com a Medicina e o Direito. Também merece destaque a escassa produção teórica relacionada com a temática da identidade profissional.

Esta constituição ontológica e orgânica da profissão nos marcos da sociedade capitalista e o seu desenvolvimento nas décadas seguintes, levaram a profissão, diante das contradições e antagonismos da sociedade a um movimento de negação e superação da identidade atribuída a partir da década de 1970, através da articulação política e coletiva da categoria que ficou conhecido como Movimento de Reconceituação.

Este será o substrato político que permitirá o rompimento da categoria com identidade atribuída e a construção de uma nova identidade que tem como traço principal a ampla defesa dos movimentos sociais e dos direitos da classe trabalhadora, fundados numa postura profissional comprometida com a afirmação e efetivação dos direitos sociais e de uma nova sociabilidade, firmada em valores éticos comprometidos com a emancipação política e humana.

A partir do momento vivido no Brasil, de modo predominante ao longo das décadas de 70 e 80, em que conseguiram se identificar com um grupo portador de um projeto profissional comum, construído com base em uma consciência coletiva do papel que desempenhavam, e que deveriam desempenhar, na totalidade do processo social, os agentes colocavam-se em condições de ingressar no universo da “classe para si” do movimento operário, superando sua própria consciência burguesa e participando da prática política da classe operária. A contradição básica entre alienação e crítica, entre prática conservadora e prática política, revolucionária, se não totalmente resolvida, ao longo do tempo tornaram-se uma contradição consciente e assumida. A própria identidade, no curso desse processo dialético, deixou de ser encarada como algo estático, imóvel e definitivo. Posta em seu lugar no cerne do movimento, envolvida por múltiplas forças contraditórias, a identidade começou a ganhar uma nova dimensão de força viva, de movimento permanente, de construção incessante. (MARTINELLI, 2007, p. 147).

Conforme nos coloca Martinelli (2007), a construção da identidade profissional é algo permanente, está em constante movimento com a própria dinâmica da realidade social e está organicamente vinculada com a consciência coletiva da classe trabalhadora e seu projeto societário mais amplo. Essa dimensão da identidade profissional pode ser percebida nos relatos dos diversos sujeitos da pesquisa:

A identidade profissional está em constante construção, ela pode ser modificada, como tudo no mundo, a mudança ela é fundamental, ai você vai mudando conforme a necessidade, a experiência profissional (Laura supervisora de campo).

A supervisora de campo Marcela relata que a identidade profissional é algo processual, que inicia na faculdade e vai se alterando através das vivências e experiências profissionais e de amadurecimento do assistente social, que o curso seria o seu desencadeador:

É um processo que acontece cotidianamente, acho que não é fechado, nem estático, você vai se identificando. Eu creio que quando sai da faculdade, quando está no estágio, você tem esse processo de identificação de um jeito, com o tempo isso vai amadurecendo, seu processo de identificação, seu processo de identidade com a profissão, que é construído (Marcela, supervisora de campo).

Em relação aos elementos que contribuem para a construção da identidade profissional, a supervisora de campo Heloisa traz uma importante categoria de análise para a sua compreensão: a legitimidade. Essa legitimidade, segundo a entrevistada, se dá a partir das requisições profissionais na sociedade capitalista, ou seja, sua função social que corresponde à necessidade da profissão no mundo do trabalho. É importante compreendermos que essa função social é oriunda das contradições da sociedade capitalista e a inserção do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho, o que exige que as respostas profissionais atendam demandas tanto do capital quanto do trabalho, sendo uma dimensão ontológica do trabalho do assistente social:

A gente tem uma identidade, que nos caracteriza perante a sociedade, que as pessoas tem uma ideia qual é a atribuição do Serviço Social, qual a identidade dele. É isso que legitima a existência e a prática, nesse processo de identificação. Eu acredito que é construída pelo processo de identificação com a profissão, com a nossa prática, no dia a dia, nas situações que a gente vive no trabalho (Heloisa, supervisora de campo).

A legitimidade é uma importante categoria tratada por Oliveira (2000), através da maior aproximação do estagiário com o campo de estágio, onde ele poderá afirmar a identidade que está sendo construída ao longo do curso ou negá-la e ao mesmo tempo se identificar com a profissão a partir desta identidade. Caso tenha uma experiência negativa, que não vá de encontro com os princípios propostos pelas Diretrizes Curriculares, poderá ocorrer uma negação dessa identidade e conseqüentemente uma não identificação com a profissão. Ao abordar a importância da legitimidade enquanto elemento importante na discussão do estágio supervisionado a autora coloca:

Compreende-se que este tem significativo papel no processo de formação profissional, pois representa essencialmente ao estagiário uma possibilidade de aproximação à realidade cotidiana dos indivíduos sociais, alicerçada na apropriação de conhecimentos teórico-metodológicos que orientam o exercício profissional, se configurando assim como elemento síntese na relação teoria-prática. (OLIVEIRA, 2000, p. 102).

Já para a supervisora Laura, o reconhecimento é outro importante elemento para a compreensão da identidade profissional, destacando no processo histórico da profissão a busca pela construção da identidade profissional e do reconhecimento da profissão no mundo do trabalho:

Essa situação de perdido, de ser um profissional meio perdido. Parece que você não sabe qual o seu lugar no mundo, é o assistente social. Ai teve essa questão da busca: nós somos uma profissão, vamos buscar uma identidade, vamos buscar um reconhecimento. Mais do que a identidade, eu acho que o assistente social busca um reconhecimento, porque nós trabalhamos com pessoas que ninguém quer trabalhar. São pessoas que a sociedade não está nem aí para elas. Então, como você fosse um profissional, que está ali só para esconder a sujeira da sociedade (Laura, supervisora acadêmica).

Em sua compreensão em relação à identidade profissional a supervisora acadêmica Marta, destaca que ela se configura como o modo de ser da profissão, construída historicamente, embasando sua análise no projeto ético-político, nos fundamentos da profissão e nos valores contidos no Código de Ética profissional, dando materialidade a identidade profissional, através do compromisso com o projeto ético-político. Consideradas outras importantes categorias para a sua consolidação:

Para mim a identidade diz respeito ao modo de ser, a conduta, ao compromisso que a profissão tem. Então como é que eu compreendo a identidade profissional: a partir de uma construção histórica que a profissão foi estabelecendo... Mediante a sua intervenção toda a sua construção teórica e metodológica, ético-política e técnico-operativa... Eu compreendo a identidade a partir da intervenção, daquilo que a caracteriza como



compromisso ético e político com a população. Diz respeito ao modo de ser dessa profissão, que é uma inserção direta com a população e que possibilita o profissional um trabalho efetivo na garantia, na busca dessa dignidade da vida humana e conseqüentemente até uma transformação social. Em síntese, a identidade diz respeito a esse modo de ser da profissão que nasce hoje de um compromisso com a classe trabalhadora, um compromisso tendo como parâmetro, como referência da sua atuação, esse compromisso ético-político a partir de um referencial teórico-metodológico que lhe dá sustentação para discutir essa realidade e intervir nessa realidade de modo...é...qualitativo, viabilizando condições de vida para essas pessoas com as quais a profissão se propõe a trabalhar. (Marta, supervisora de campo).

Nos relatos das supervisoras de campo e acadêmico percebemos que esta identidade atribuída ao Serviço Social ainda permanece, na visão da instituição que contrata o profissional e nas equipes que trabalham em conjunto com o Serviço Social. É necessário que o profissional tenha clareza do seu posicionamento ético-político e se aproprie do conhecimento apreendido na universidade e das referências éticas e técnicas do Serviço Social para que não reforce essa identidade conservadora que ainda é presente no bojo profissão:

Quando eu entrei aqui, fui trabalhar no ambulatório e eu percebi assim, que as pessoas e a equipe via o Serviço Social como o profissional que ia, por exemplo, a criança tá com piolho, está aparentemente higienizada de forma precária e vinha para o atendimento. A equipe tinha que o assistente social que tinha que organizar, verificar, investigar... Investigar é a palavra, aquela família e muitas vezes elas cobravam que a gente tinha que acionar o Conselho tutelar para aquela família, que na concepção da equipe, era negligente. Então era muito daquela coisa do assistente social ser um policial de investigar, de achar que a mãe está mentindo que dá a mediação, que dá a dieta, que ela está mentindo que ela deu o banho e que era caso de denúncia. Então era muito requisitado para essa questão da denúncia no conselho tutelar. E desconstruir isso foi muito difícil, muito difícil mesmo. Foi muito tenso, muito conflituoso. Não a instituição, mas a equipe de trabalho acreditava que o profissional não era eficiente, não era competente porque tinha uma postura muito de complacência com essas questões, que no entendimento da equipe eram situações passíveis de ser acionada, de retirar a criança, de acolher, de abrigar. Então era bem dessa perspectiva. Com o tempo - foi difícil, foi conflituoso, foi tenso, mas a gente conseguiu desconstruir essa perspectiva e trabalhar numa outra, da equipe saber que as condições materiais da família não permitia muita coisa, que a orientação era necessária em vez desse processo punitivo, investigativo, era mais a da orientação. (Heloisa, supervisora de campo).

As bases que referenciam a identidade profissional em Serviço Social estão materializadas no projeto ético-político. Mas a supervisora de campo Heloisa coloca que este apesar de ser hegemônico no Serviço Social, não possui um consenso na categoria profissional, sendo um grande desafio atual. Considera que muitos profissionais não se identificam com o projeto ético-político, afirmando a presença do conservadorismo ainda no seio da profissão, através de práticas reiterativas e pragmáticas. Esta análise também é realizada pela supervisora Gabriela, que também defende que o conservadorismo permanece na profissão:

Eu acho que cada profissional, tem seu referencial, sua linha, mas eu vejo muitos colegas de trabalho que são extremamente conservadores ainda. Acredito que existe até na atuação, do dia a dia, eu falo de profissionais que está no dia a dia, e eles tem uma postura muito conservadora, muito assistencialista. (Gabriela, supervisora de campo).

Percebemos que um dos elementos que contribuem para a influência do conservadorismo no Serviço Social está na falta de apropriação e aprofundamento da teoria social crítica, alicerçada nos fundamentos do pensamento marxiano, pela categoria.

O estágio é um dos momentos centrais na construção da identidade profissional, sendo que esta inicia-se no curso e percorre ao longo da vida do assistente social. Sendo um processo dialético, que acompanha o movimento do real. O estágio um desses espaços de contribuição deve ser realizado de forma que contribua para a formação profissional, alicerçada nos princípios ético-políticos e nas Diretrizes Curriculares.

A importância do estágio na identificação com a profissão pode ser percebida através da pesquisa realizada com os estudantes do curso de Serviço Social, onde em sua maioria, explicita que foi ter uma maior clareza da profissão através da realização do estágio. Encontramos essa visão em relação à profissão e da identidade na maioria dos relatos dos estudantes, ao serem questionados qual a visão que se tinham da profissão ao iniciar o curso:

Na verdade, conheci o curso de Serviço Social e a profissão no segundo semestre do meu 3º ano do Ensino Médio, em 2013, e antes disso não fazia ideia de qual profissional realizava a função do assistente social, mesmo ainda sem conhecer muito a profissão e ainda com um pensamento mais conservador, que é comum se ter antes de entrar numa universidade pública, achava que o Serviço Social tinha um caráter mais de caridade e não de conquista de direitos e quebra com a questão social. (Estudante diurno).

Esta visão da profissão também é destacada na fala de outra estudante:

Antes de começar o curso de Serviço Social, eu não tinha uma visão ampla da profissão, também não tinha nenhum olhar crítico. Antes da faculdade o Serviço Social me trazia aquela questão da caridade. Eu via a profissão no mesmo olhar que chegou ao Brasil. (Estudante noturno).

Percebemos dessa forma, que o estágio configura-se através das entrevistas realizadas e do da pesquisa bibliográfica relacionada a temática, como locus de construção da identidade profissional, através do estabelecimento de uma relação horizontal entre os sujeitos envolvidos propiciando um espaço de desenvolvimento da autonomia, do estabelecimento de competências e habilidades necessárias ao exercício profissional e no fortalecimento do compromisso ético-político.

Outro aspecto que a supervisora coloca é a legalidade do estágio supervisionado que contribui para a sua efetivação enquanto processo de ensino-aprendizagem. Para Oliveira (2000, p. 100) a legalidade é um dos elementos constitutivos do estágio supervisionado, “[...] que explicita o significado, o objetivo, as normas e exigências pertinentes ao desenvolvimento do estágio supervisionado curricular.”

A legalidade institui as normas, os princípios, as diretrizes para a realização do estágio supervisionado em consonância com o projeto profissional. Entre eles destacamos: as Diretrizes Curriculares, a lei de regulamentação da profissão – Lei 8.662, o Código de Ética, a Resolução CFESS n. 533 (CFESS, 2008) que trata da supervisão direta de estágio e a construção coletiva da Política Nacional de Estágio – PNE que traz parâmetros para a realização do estágio supervisionado, que abordaremos mais adiante. A legalidade defende a qualidade da formação profissional e do estágio supervisionado e norteia a sua realização em âmbito nacional. Sua importância ganha vulto principalmente na contemporaneidade diante da precarização do mundo do trabalho e seus rebatimentos na educação, transformando-a em mercadoria.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Procuramos com este trabalho, trazer alguns elementos da pesquisa realizada no mestrado no programa de pós-graduação em Serviço Social, procurando contribuir para o debate sobre a formação profissional e nele, o estágio supervisionado, procurando preservar a qualidade da formação profissional alicerçada no projeto ético-político da profissão.

Percebemos que a construção da identidade profissional em Serviço Social no Brasil se realiza ao longo do processo histórico de constituição e desenvolvimento da profissão nos marcos da sociedade capitalista tardia no seu estágio monopolista. Dessa forma, a sua constituição só pode ser compreendida a partir das mudanças vivenciadas no mundo do trabalho e seus rebatimentos na classe trabalhadora, enquanto respostas dos setores dominantes da sociedade frente ao agravamento da questão social e suas expressões na vida social da classe trabalhadora.

A identidade atribuída no início da profissão tem sua base no pensamento doutrinário da Igreja Católica, conferindo aos profissionais uma postura moralizante e de ajustamento do indivíduo à sociedade, concebendo a questão social como um problema de ordem individual e moral. Essa “ilusão de servir”, conforme nos coloca Martinelli (2007), era realizada pelas ações de instituições e de pessoas ligadas a emergente burguesia, tendo sua maior representatividade, às mulheres ligadas às ações da Igreja.

Nas décadas posteriores, principalmente a partir de 1960, inicia-se o esgotamento do padrão de acumulação fordista/keynesiano produto das contradições do modo de produção capitalista que o levou a mais uma crise econômica que trouxe reflexos para a classe trabalhadora. Verifica-se o agravamento das lutas sociais no país através do movimento da classe trabalhadora em busca pela efetivação dos seus direitos e do processo de redemocratização do país diante do recrudescimento da ditadura militar.

Esse momento histórico foi significativo para o Serviço Social rever suas bases sociopolíticas e ontológicas, instaurando no seio da profissão um processo de busca pela renovação e de questionamento da identidade atribuída à profissão.

Conhecido como Movimento de Reconceituação, ele contribuiu para que o Serviço Social firmasse o compromisso com a luta da classe trabalhadora e se identificasse enquanto membro dessa classe, construindo o compromisso ético-político articulado na luta da classe trabalhadora em direção de uma sociabilidade justa e igualitária.

O amadurecimento da profissão nas décadas seguintes, contribuiu para a construção coletiva pela categoria das diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social, procurando garantir um patamar único na formação profissional.

O estágio supervisionado adquire uma nova dimensão na formação profissional diante do caráter interventivo da profissão sendo considerado um dos momentos centrais ao propiciar uma maior aproximação do estagiário com a realidade social através do campo de estágio, contribuindo para a construção da identidade profissional.

Esse avanço também evidenciou diversos desafios para a realização do estágio supervisionado conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares, como a efetivação da relação entre a teoria e a realidade social, considerado como um dos entraves no processo formativo, frente à práxis profissional.

Percebemos pela pesquisa realizada, que os sujeitos entrevistados não possuem uma clareza do que seja a identidade profissional, aproximando no máximo da compreensão do Serviço Social enquanto trabalho, mas não evidencia sua vinculação com a categoria trabalho e nem do debate contemporâneo em relação a sua constituição.

Os sujeitos da pesquisa conseguem identificar os elementos que compõem essa identidade, como o projeto ético-político, o Código de Ética, a lei de regulamentação da profissão e destaca principalmente, ganhando grande expressividade, a importância do conhecimento tanto o apreendido na faculdade e a visão de homem e de mundo que norteia a profissão, como o vivenciado no exercício profissional. A importância do fortalecimento enquanto sujeito coletivo é outro elemento importante na luta pela emancipação política e humana.

É inegável nos depoimentos dos sujeitos a importância do estágio supervisionado na construção da identidade profissional e sua centralidade na formação em Serviço Social. Sendo unânime o reconhecimento do estágio enquanto momento de síntese e da relação entre teoria e prática. O estágio é colocado como um dos importantes elementos para a identificação do estudante com a profissão, mas considera pelos relatos, que quando desenvolvido sem a qualidade devida e exigida na formação profissional, esta identificação poderá não ocorrer, provocando frustração no educando ou até mesmo o abandono da profissional.

Destacamos que é necessário que a categoria aproprie-se da identidade em Serviço Social, pois é ela que norteia o exercício e a formação profissional, balizado pelas competências, habilidades e atribuições profissionais, para que o assistente social consiga defender a profissão nos seus espaços de trabalho, desenvolva com qualidade e aprimoramento profissional suas prerrogativas em consonância com o projeto ético-político, rompendo com a visão messiânica e

fatalista e com o conservadorismo, construindo e consolidando a identidade profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais e percebe que a luta se realiza cotidianamente não somente nas instituições públicas e privadas, mas também enquanto sujeito coletivo articulado com seus órgãos representativos e com os movimentos sociais e de outras categorias.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social – ABEPSS. In: CRESS 9ª REGIÃO (Org.). **Legislação brasileira para o serviço social: coletânea de leis, decretos, e regulamentos para a instrumentação da(o) assistente social.** 3. ed. rev., atual., até dez. 2007. São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS.** Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss\\_maior2010\\_corrigeida.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maior2010_corrigeida.pdf)>. Acesso em: 4 fev. 2015

ABESS. CEDEPSS. Proposta Básica Para o Projeto de Formação, Novos Subsídios Para o Debate. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 7, p.15-58, 1997.

ABRAMIDES, M. B. C. **O ensino do trabalho profissional: o estágio na formação profissional.** Palestra proferida pela Profª Maria Beatriz Costa Abramides – Vice Presidente da ABEPSS – Região Sul II – Gestão 2003-2004. Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://d.yimg.com/kq/groups/14216906/896963811/name/Palestra+Prof+Bia+Abramides+Est%C3%A1gio.doc>>. Acesso em: 4 fev. 2015

ABREU, M. M. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. assistência social e das outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 dez. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm)>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BURIOLLA, M. A. F. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis.** São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. **O estágio supervisionado.** São Paulo: Cortez, 1995.

CAPUTI, L.; OLIVEIRA, C. A. H. S. Precarização da educação e os rebatimentos no serviço social. **Serviço Social & Saúde**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 91-104, jan./jun. 2015.

CARDOSO, P. F. G. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil.** Campinas: Papel Social, 2013.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina.** Trad. José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CFESS. Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 out. 2008. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=107&data=01/10/2008>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Resolução CFESS nº 273, 13 de março de 1993. Institui o código de ética do/a assistente social e das outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 out. 2007. Disponível em: <[www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 15 de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 mar. 2002. Disponível em: <[www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_diretrizes\\_cursos.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes_cursos.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Código de Ética do Assistente Social: Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. In: CRESS 9ª REGIÃO (Org.). **Legislação brasileira para o serviço social**: coletânea de leis, decretos, e regulamentos para a instrumentação da(o) assistente social. 3. ed. São Paulo, 2007.

CRESS 9ª REGIÃO (Org.). **Legislação brasileira para o serviço social**: coletânea de leis, decretos, e regulamentos para a instrumentação da(o) assistente social. 3. ed. rev., atual., até dez. 2007. São Paulo, 2007.

DAHMER PEREIRA, L. **Política educacional brasileira e serviço social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD no Brasil: análise da tendência à desqualificação profissional. In: \_\_\_\_\_; ALMEIDA, N. L. T. (Org.). **Serviço Social e educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

DUBAR, C. A. **Construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 2003.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social**: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. L. 1. v. 1. t. 1. (Os economistas).

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985. L. 1. v. 1. t. 1. (Os economistas).

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **A questão Judaica**. 6. ed. Trad. São Paulo: Centauro, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

OLIVEIRA, C. A. H. S. **O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social**: desvendando significados. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 25, n. 80, p. 59-81, nov. 2004.

OLIVEIRA, C. A. H. S. **A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social**. 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2003.

\_\_\_\_\_. Estágio supervisionado curricular em serviço social: elementos para reflexão. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 1, n. 1, , p. 99-110, jan./jun. 2000.

**A CRIMINALIDADE NO MUNICÍPIO DE PASSOS: PERSPECTIVAS DOS ESTUDANTES  
UNIVERSITÁRIOS DA UEMG**

*THE CRIMINALITY IN THE MUNICIPALITY OF PASSOS: PERSPECTIVES OF THE POPULATION*

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

OLIVEIRA, Elisa  
Bacharel em Direito pela  
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) polo de Passos  
Pós Graduando em Direito Militar e Direitos Humanos e Ressocialização pela  
Rede Futura de Ensino Dom Alberto – Santa Cruz do Sul  
E-mail- elisa.oliveira.oliveira@hotmail.com.

OLIVEIRA, Zaíra Garcia  
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) polo de Passos  
Doutoranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela  
Universidade de Araraquara, Mestra em Desenvolvimento Regional /UNIFACEF  
E-mail- oliveiraadv.zaira@yahoo.com.br.

**Resumo**

O presente artigo tem por intuito apresentar os resultados da pesquisa intitulada “A Criminalidade no Município de Passos: Perspectivas dos Estudantes Universitários da UEMG”. Faz-se presente cada vez mais a veiculação em todos os meios de comunicação, notícias de atos delituosos praticados por crianças e adolescentes, com esse aumento na criminalidade juvenil, a sociedade fica mais insegura, passando a cobrar do Estado uma solução para este crescente problema. O objetivo geral do presente artigo foi mapear a criminalidade no município de Passos/MG, identificando os locais de maior incidência de práticas criminosas no município e traçando um perfil do agente criminoso e também ver quais são as perspectivas dos estudantes universitários da UEMG. E os objetivos específicos visaram compreender o papel do Estado enquanto responsável pela segurança pública; descrever e analisar as discussões e perspectivas citadas na literatura sobre o assunto; contribuir para o desenvolvimento das atividades de pesquisa do curso de Direito e propiciar aos estudantes da graduação condições de aprimorar sua qualificação acadêmica. Para a consecução dos objetivos propostos partimos da utilização dos recursos da pesquisa documental, as quais foram feitas em normas constitucionais e legais que tratavam das questões relativas à segurança pública e estudos da criminalidade, além de pesquisa documental, foi utilizada pesquisa de campo com a realização de entrevistas semiestruturadas, tendo como fundamento a busca por diferentes significados de experiências vividas, proporcionando uma fiel compreensão do indivíduo em seu contexto.

**Palavras-chave:** Criminalidade; segurança pública; sociedade.

**Abstract**

The purpose of this article is to present the results of the research entitled "Criminality in the Municipality of Passos: Perspectives of Population". It is increasingly present in all media, news of criminal acts committed by children and adolescents, with this increase in juvenile crime, society becomes more insecure, starting to charge the state a solution to this growing problem. The general objective of this article was to map out criminality in the municipality of Passos / MG, identifying the sites with the highest incidence of criminal practices in the municipality and drawing a profile of the criminal agent and also to see the perspectives of the population. And the specific objectives sought to understand the role of the State as responsible for public security; describe and analyze the discussions and perspectives cited in the literature on the subject; contribute to the development of research activities of the Law course and provide the students of the conditions to improve their

academic qualification. In order to achieve the proposed objectives, we used the resources of documentary research, which were made in constitutional and legal norms that dealt with issues related to public security and crime studies, in addition to documentary research, field research was used of semi-structured interviews, based on the search for different meanings of lived experiences, providing a faithful understanding of the individual in its context.

**Keywords:** Crime; public security; society.

## 1 INTRODUÇÃO

Um assunto que constantemente tem tido foco em todo Brasil é a segurança pública, pois cada vez mais a sociedade vem se tornando refém da criminalidade.  
O doutrinador José Afonso da Silva:

(...) segurança pública é manutenção da ordem pública interna.  
(...) ordem pública será uma situação de pacífica convivência social, isenta de ameaça de violência ou de sublevação que tenha produzido ou que supostamente possa produzir, a curto prazo, a prática de crimes (SILVA. 2009, p. 635)

E ainda aduz que:

(...) a segurança pública consiste numa situação de preservação ou restabelecimento dessa convivência social que permite que todos gozem de seus direitos e exerçam atividades sem perturbação de outrem, salvo no gozo e reivindicação de seus próprios direitos e defesa de seus legítimos interesses (SILVA. 2009, p.635).

É necessário que o Estado invista mais em segurança pública, para que a sociedade tenha seu desenvolvimento efetivamente propiciado, além de meros preceitos legais, também se faz necessário que políticas públicas sejam criadas para controlar criminalidade, mas como podemos propor políticas públicas eficazes se não sabemos os pontos focais da criminalidade.

Então frente à realidade que o município de Passos se encontra, fez-se necessário mapear a criminalidade no município, apontando os locais de maior incidência, bem como o perfil dos agentes.

O presente artigo buscou contribuir para os estudos sociais e jurídicos a respeito do tema, A Criminalidade no Município de Passos: Perspectivas dos Estudantes Universitários da UEMG e contribuindo para a propositura de políticas públicas que consigam atender de forma efetiva o problema do município.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 69 acadêmicos, sendo estes do curso de Direito e Serviço Social da UEMG / Passos, o intuito ao realizar as pesquisas com os estudantes foi de trazer a comunidade acadêmica para dentro do projeto, e assim ver como os que residem na cidade e os que vêm de fora, seja apenas para estudar, trabalhar e estudar, trabalhar ou a passeio, e assim saber como estes se sentem em relação a segurança do município.

Também foi realizada uma entrevistas com o Capitão Marley de Oliveira Pinto do 12º Batalhão da Polícia Militar, responsável pela seção de inteligência da instituição, onde este forneceu dados a respeito da criminalidade, locais e horários de maior incidência, idade dos criminosos, entre outros dados.

### 2.1 MUNICÍPIO DE PASSOS

O primeiro nome da cidade hoje conhecida como Passos foi Capoeiras, este nome foi dado devido ao fato de que na época em tela, o município ficava situado dentro de uma densa capoeira.

O segundo nome foi Vila Formosa do Senhor Bom Jesus dos Passos o qual foi dado ao antigo arraial das Capoeiras em virtude de o alferes João Pimenta de Abreu, devoto do Senhor Bom Jesus dos Passos, haver erguido o primeiro templo nesta cidade em cumprimento de uma promessa, tendo por devoção aquele santo.

Algum tempo depois o nome foi simplificado para Passos. Os primeiros desbravadores da região foram os alferes João Pimenta de Abreu e seus parentes, os quais ali se fixaram, atraídos, sobretudo, pela topografia, fertilidade do solo e existência do ouro às margens do rio Grande.

Em 1823, já era grande o povoado, quando Domingos Vieira de Souza e Joaquim Lopes da Silva construíram as suas fazendas, concorrendo poderosamente para a formação do arraial. Com o correr dos anos e a chegada de novos mineradores o povoado se alargou, tornando-se conhecido em toda a província de Minas Gerais pelo nome de Arraial da Capoeira.

Pela Provisão de 11 de dezembro de 1835 foi a primeira capela elevada à categoria de capela curada, que foi inaugurada em 20 de março de 1836, tendo por orago São Bom Jesus dos Passos.

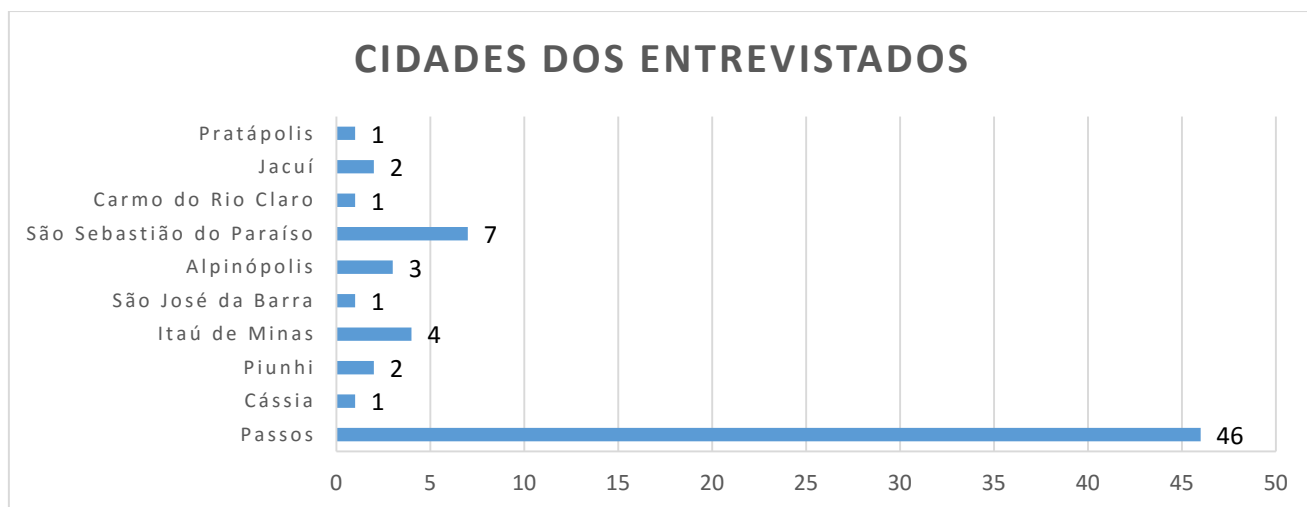
Passos está situada no estado de Minas Gerais, e fica situada na meso região sul/sudeste, formada por uma área territorial de 1338,070, esta foi emancipada em 14 de maio de 1848.

O município de Passos é um polo regional, que se constitui como uma das mais importantes cidades do sudoeste mineiro, sua economia é baseada na indústria de confecções e móveis, no agronegócio, além de possuir um setor de serviços considerável, estando situada numa posição estratégica.

Conforme dados do IBGE a população no município de Passos em 2017 está estimada em 114.458 mil habitantes, deste total 100.842 residem na área urbana.

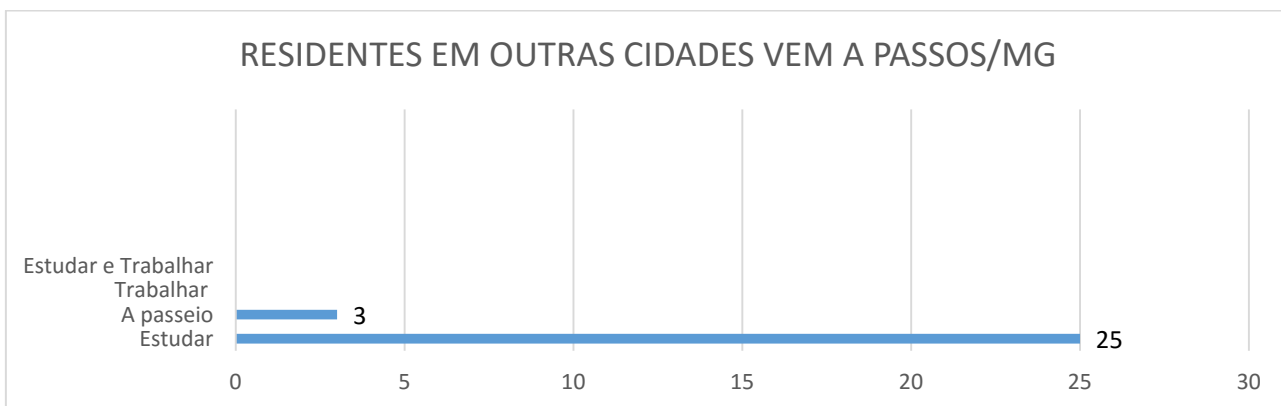
## 2.2- ENTREVISTAS COM ACADÊMICOS

1- Em qual cidade você reside?

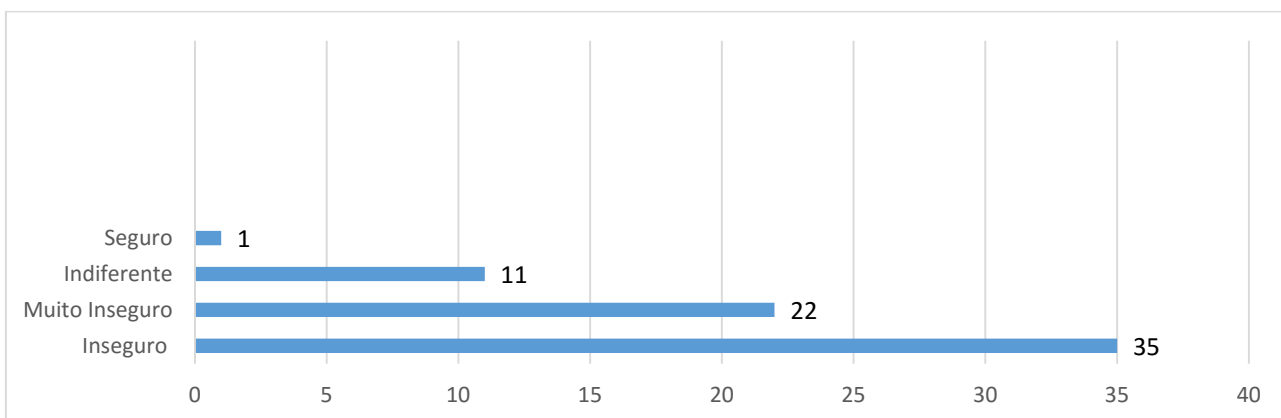


2- Reside em outra cidade vem a Passos para:

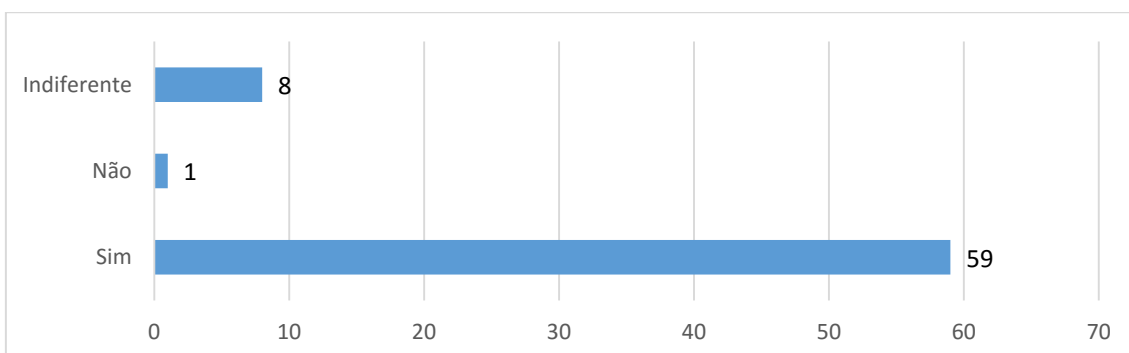




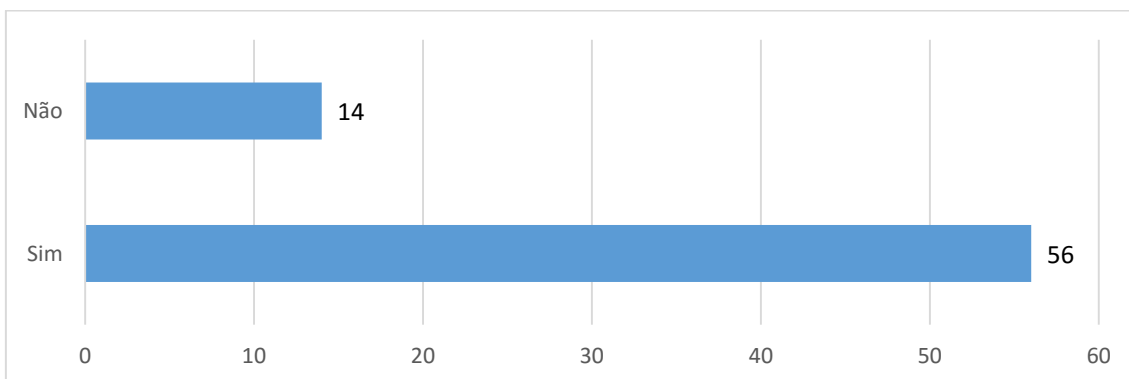
3- Como se sente referente a segurança na cidade de Passos?



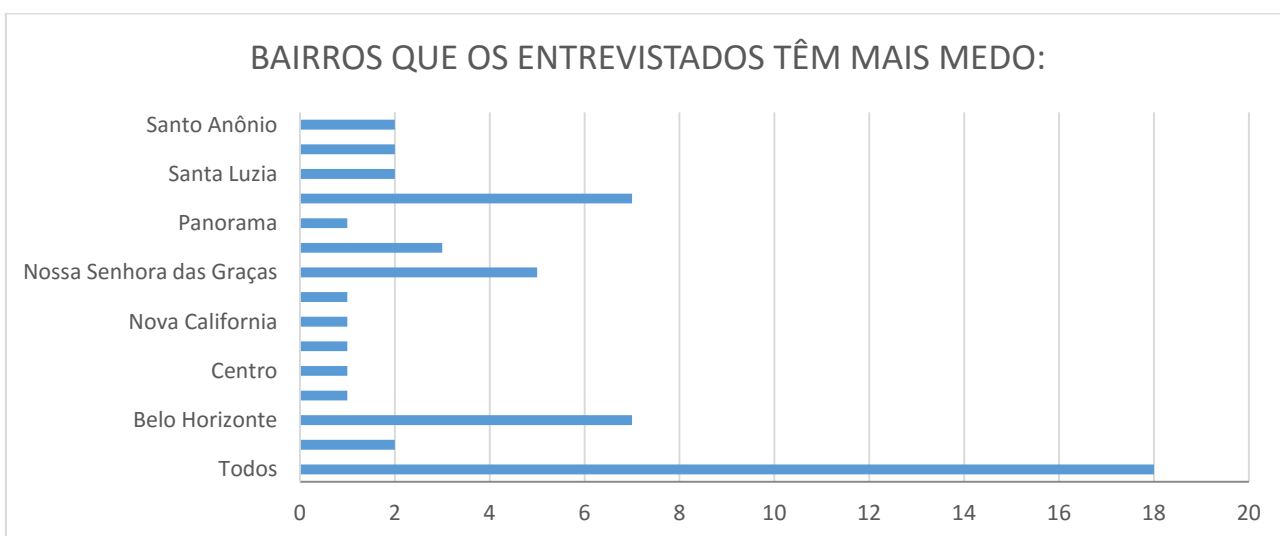
4- Você acha que a criminalidade no município de Passos tem aumentado?



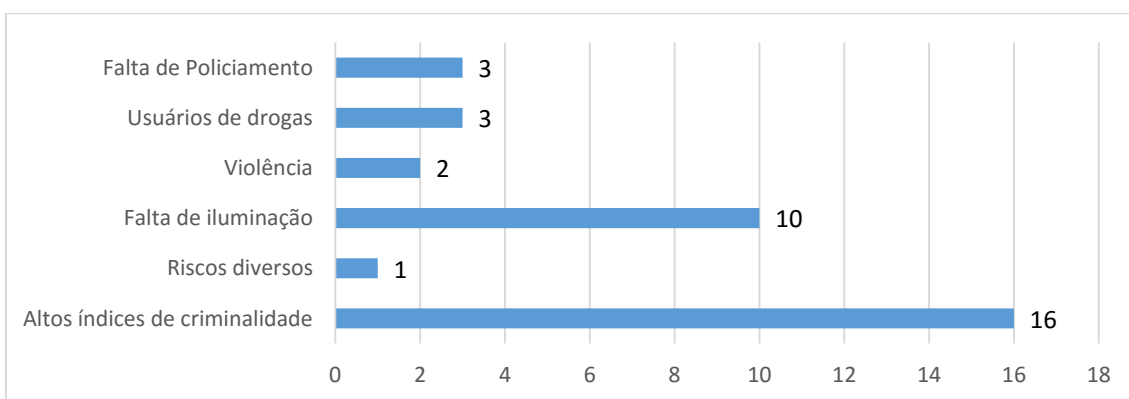
5- Você sente medo de andar em algum bairro?



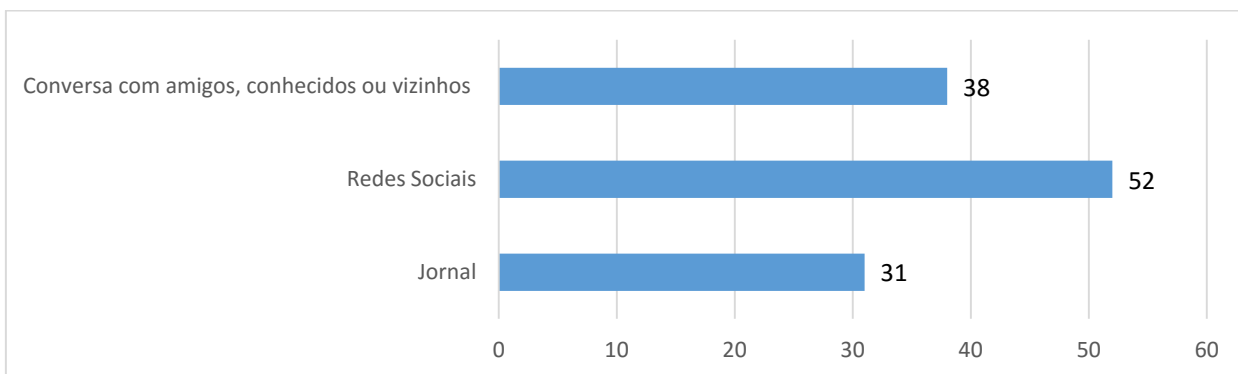
5.1- Qual bairro?



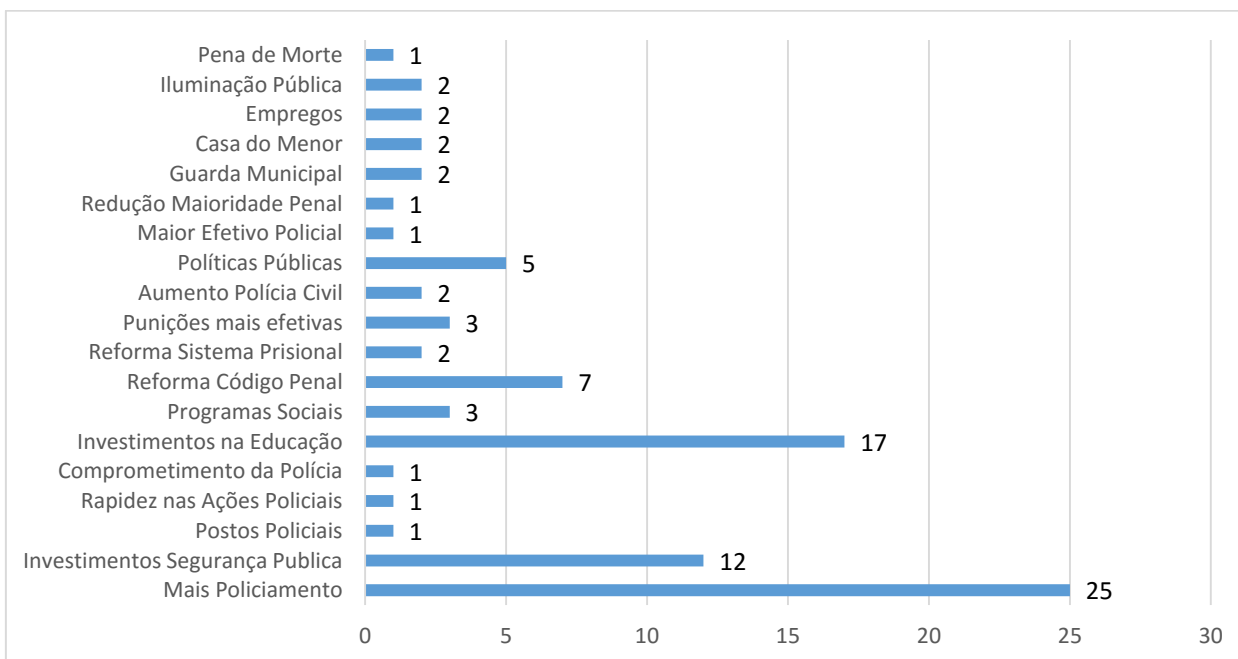
5.2- Porque os entrevistados têm mais medos desses bairros:



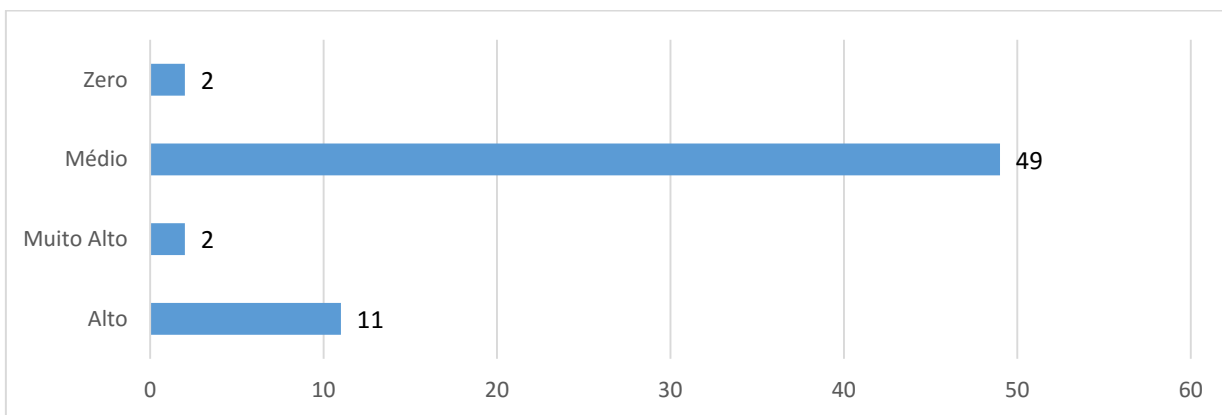
6-Como você toma conhecimento dos crimes acontecidos na cidade?



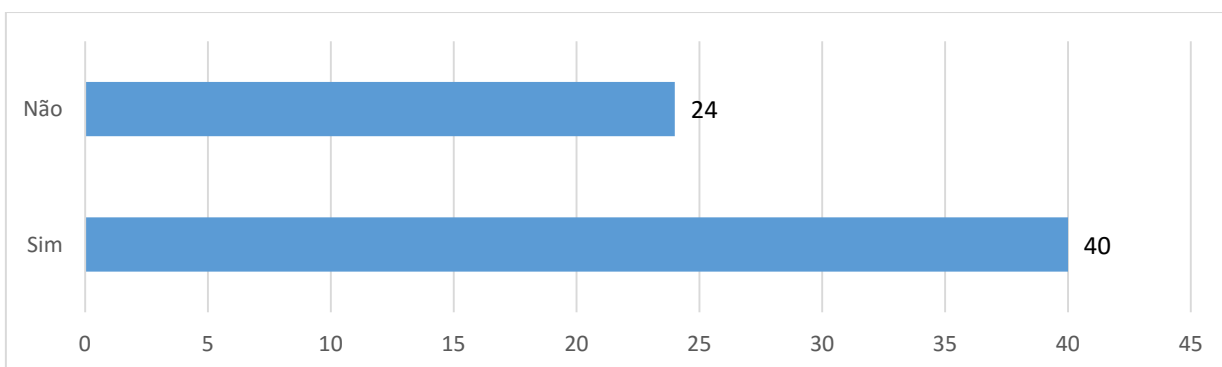
7- Na sua opinião o que seria necessário para diminuir a criminalidade?



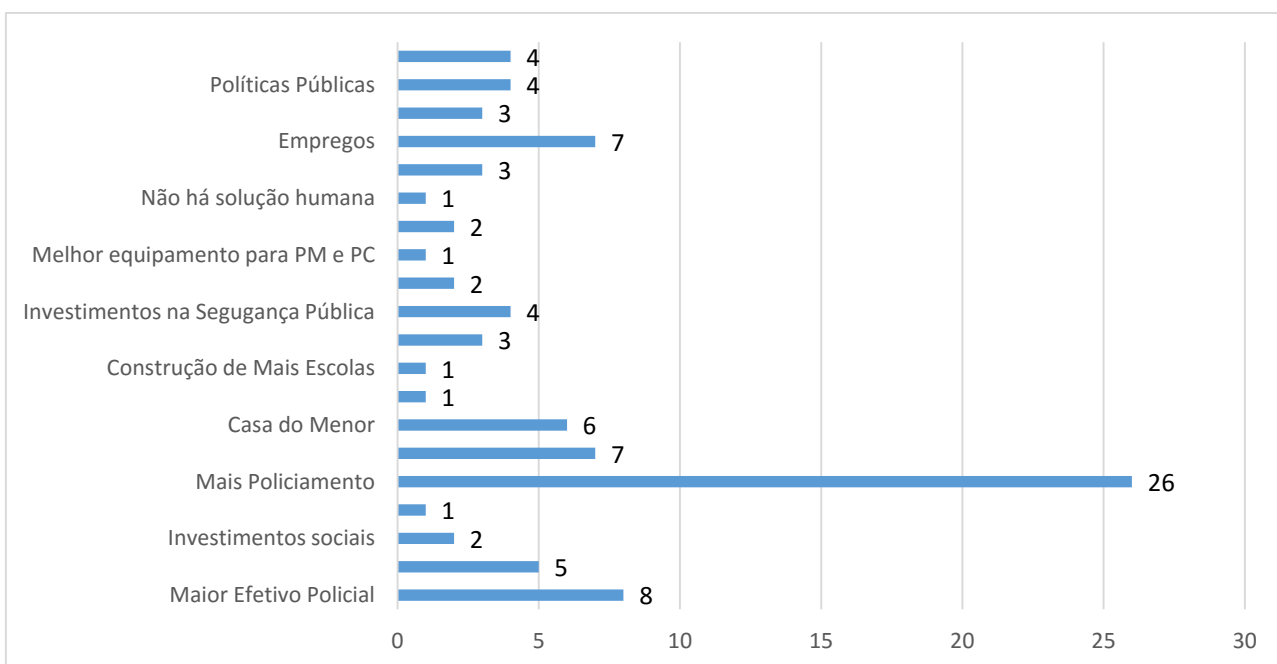
8- Onde você reside qual o índice de criminalidade?



9- Hoje se tivesse a oportunidade de mudar de cidade, a criminalidade no município seria um fator decisivo?



10- Quais suas sugestões para melhorar e/ou resolver o problema da criminalidade em Passos/MG?



**2.3- ENTREVISTA COM CAPITÃO DA POLÍCIA MILITAR RESPONSÁVEL PELO SETOR DE DADOS E INTELIGÊNCIA**

1- Qual é maior causa da criminalidade no município de Passos?

A população Passense estava acostumada com uma cidade pacata que era antigamente e com a evolução da criminalidade a população não evoluiu tornando alvo fácil para os crimes.

2- Quais são os crimes mais comuns?

NATUREZAS	%
FURTO	41,57
AMEAÇA	12,21
ROUBO	7,05
LESÃO CORPORAL	5,69
VIAS DE FATO / AGRESSÃO	4,64
DANO	3,39
TRAFICO ILÍCITO DE DROGAS	3,18
ESTELIONATO	2,44
PERTURBAÇÃO DO TRABALHO OU DO SOSSEGO ALHEIOS	2,25
CONDUZIR VEICULO SOB INFLUENCIA DE ÁLCOOL/SUBST. P	1,52
PERTURBAÇÃO DA TRANQUILIDADE	1,47
INJURIA	1,20
DIREÇÃO PERIGOSA DE VEICULO/EMBARCAC NA VIA/AGUA P	1,05
USO E CONSUMO DE DROGAS	1,05

**Fonte:** Seção de Inteligência do 12º BPM

3- Em quais bairros são registrados os maiores índices de crimes?

BAIRROS	%
CENTRO	9,72
BELO HORIZONTE	6,71
ACLIMAÇÃO	3,44
BELA VISTA	3,37
SÃO BENEDITO	2,76
COHAB 3	2,56
PENHA	2,46
MARIO MAGALHÃES	2,37

SANTA LUZIA	2,30
CANDEIAS	2,17
NOVO HORIZONTE	2,12
JARDIM SATÉLITE	1,85
SERRA DAS BRISAS	1,64
RECANTO DA HARMONIA	1,63
NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	1,59
POLIVALENTE	1,59
CANJERANUS	1,58
JARDIM COLÉGIO DE PASSOS	1,54

**Fonte:** Seção de Inteligência do 12º BPM

4- Qual a incidência de crimes em Passos por dia da semana?

DIAS DA SEMANA	%
Domingo	5,45
Segunda-feira	14,84
Terça-feira	13,23
Quarta-feira	14,43
Quinta-feira	14,01
Sexta-feira	13,69
Sábado	14,36

**Fonte:** Seção de Inteligência do 12º BPM

5- Quais são os maiores alvos de crime?

ALVOS DE CRIMES	%
MORADOR / VISITANTE DE RESIDENCIA	17,92
BENS/VALORES DE MORADOR / VISITANTE DE RESIDE	15,82
BENS/VALORES DE TRANSEUNTE	7,69
BENS/VALORES DE PROP. / FUNC. DE ESTABELECIMENTOS	7,55
TRANSEUNTE	6,62
VEICULO OU EMBARCAÇÃO (ESPECIFICAR NA ABA VEI	6,11
BENS/VALORES DE ESTABELECIMENTO/PESSOA JURÍDICAS	4,64
OUTROS BENS/VALORES EM OUTRO LOCAL	4,27
PREENCHIMENTO OPCIONAL	4,27
BENS/VALORES EM INTERIOR DE VEICULO	3,88

BENS/VALORES DE MOTORISTA/PASSAGEIRO VEIC.PART.	2,78
OUTROS TIPOS DE PESSOA(DISCRIMINAR NO HISTÓRICO)	2,42
BENS/VALORES DE CLIENTE/VISITANTE ESTABELECIMENTO	2,39
PROPRIETÁRIO / CONDUTOR DE VEICULO	1,91
PROPRIETÁRIO / FUNCIONÁRIO DE ESTABELECIMENTO	1,91

**Fonte:** Seção de Inteligência do 12º BPM

6- Quais são os meios mais utilizados para prática crimes?

MEIO UTILIZADO	%
FALA	13,50
ARROMBAMENTO/ROMPIMENTO DE OBSTACULO	13,28
MEIO DESCONHECIDO	12,42
AGRESSÃO FÍSICA SEM EMPREGO DE INSTRUMENTOS	7,88
ARMAS DE FOGO	4,67
VEICULO	3,84
ABUSO DE CONFIANÇA	3,52
IGNORADO	3,47
INST.CONTUNDENTE/CORTANTE/PERFURANTE (ARMA BR	3,17
TRAFICAR DROGAS	3,12
ESCALADA	2,68
EMPREGO DE CHAVE FALSA / MICHA / GAZUA	1,80
CONHECIMENTO TÉCNICO ESPECIFICO	1,52
FRAUDE	1,47
MEIO ELETRÔNICO (INTERNET OU SMS)	1,03

**Fonte:** Seção de Inteligência do 12º BPM

7- Quais são os horários com mais incidência de crimes?

HORÁRIO	%
De 00:00 as 00:59	3,79
De 01:00 as 01:59	3,00
De 02:00 as 02:59	2,49
De 03:00 as 03:59	2,24
De 04:00 as 04:59	2,44
De 05:00 as 05:59	1,88
De 06:00 as 06:59	1,36

De 07:00 as 07:59	3,37
De 08:00 as 08:59	3,78
De 09:00 as 09:59	4,69
De 10:00 as 10:59	5,45
De 11:00 as 11:59	4,73
De 12:00 as 12:59	4,71
De 13:00 as 13:59	4,86
De 14:00 as 14:59	5,15
De 15:00 as 15:59	6,32
De 16:00 as 16:59	5,42
De 17:00 as 17:59	5,32
De 18:00 as 18:59	5,27
De 19:00 as 19:59	5,10
De 20:00 as 20:59	5,12
De 21:00 as 21:59	5,00
De 22:00 as 22:59	4,03
De 23:00 as 23:59	4,51

**Fonte:** Seção de Inteligência do 12º BPM

8- Quais as faixas etárias de quem comete os crimes?

IDADE	%
17	5,98
16	4,66
21	4,19
34	3,85
19	3,82
20	3,67
18	3,60
22	3,38
27	3,27
15	3,05
23	3,05
28	2,86
25	2,83



24	2,79
14	2,61
30	2,61
26	2,57
35	2,53
31	2,50
29	2,35
33	2,35
32	2,24
36	2,24
39	2,17
38	2,06

Fonte: Seção de Inteligência do 12º BPM

9- O Senhor tem conhecimento dos dados de Passos em comparação com outras cidades de aproximadamente 100 mil habitantes em Minas?

Até mesmo na nossa região como Pouso Alegre, Poços de Caldas, Alfenas.

MUNICÍPIOS	%
POCOS DE CALDAS	34,30
PASSOS	26,11
POUSO ALEGRE	26,08
ALFENAS	13,51

Fonte: Seção de Inteligência do 12º BPM

10- O uso de drogas influencia o aumento da criminalidade?

Sim. Muitos usuários de drogas precisam praticar delitos para sustentar seu próprio vício.

11- É favorável a posse de armas de fogo por cidadãos comuns?

Não.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a consecução dos objetivos propostos foi utilizado o processo lógico dedutivo, e as técnicas de pesquisa constituíram de pesquisa documental, sendo elas em normas constitucionais e legais.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após analisar as entrevistas feitas com os acadêmicos e com o Capitão da Polícia Militar, o qual é responsável pela seção de inteligência da PM, pode ser visto que existem alguns desencontros entre o que os entrevistados acham, os locais aos quais têm medo, da real situação que foi apresentada pela PM através de dados estatísticos.

Através dos dados da PM podemos ver que no município o bairro que tem mais ocorrência de crimes é o Centro, enquanto nas entrevistas realizadas o bairro a que mais se referiram se encontra em segundo lugar.

Tivemos também a oportunidade de analisar que o crime mais praticado no município é o furto, tem este maior incidência entre as quinze horas e quinze e cinquenta e nove, e para o cometimento desses crimes o meio mais utilizado é a abordagem pessoal, e em segundo lugar com uma pequena diferença na porcentagem vem o arrombamento, o dia da semana ao qual estão ligados maior porcentagem de crimes é o domingo, os crimes por sua vez são mais frequentes em residência tendo por vítimas seus moradores e visitantes da mesma.

Já as idades de quem pratica os crimes ou atos infracionais na cidade variam bastante, as idades vão entre 14 e 39 anos.

Fato muito relevante durante o estudo das entrevistas foi que muitos dos entrevistados tomam conhecimento dos crimes acontecidos no município através de redes sociais, sendo seguido por conversa com amigos, conhecidos e vizinho, o que causa preocupação devido ao fato que quando se passa uma notícia não formal esta pode ser disseminada de forma equivocada fazendo com que possa trazer uma maior sensação de insegurança a sociedade.

Também chamou a atenção o fato dos entrevistados terem medo de alguns bairros devido a falta de iluminação, sendo este um problema de responsabilidade do município, conforme art. 30, inciso V da Constituição Federal de 1988.

Os entrevistados também demonstram com suas respostas que o aumento da criminalidade seria fator decisivo na decisão de mudança para outras cidades, caso recebem alguma proposta.

Ao questionarmos quais medidas os entrevistados acham viável para a redução da criminalidade em um contexto nacional, encontramos varias sugestões, das mais extremas como pena de morte, as mais plausíveis como mudança na legislação, maior efetivo policial, mais policiamento, investimentos na educação entre outros.

E ao final pedimos sugestões para melhorar e/ou resolver o problema da criminalidade em Passos/MG, e tivemos muitas sugestões dos mais variados tipos como; maior efetivo policial, mais policiamento, investimentos na educação, geração de empregos, mudança na legislação, mais operações policiais, melhorias na iluminação pública, projetos sociais, políticas pública, entre outros, no entanto um dos entrevistados responde que não haja mais solução humana capaz de reduzir a criminalidade. Todas as sugestões de certa forma tem sua validade, no entanto cada uma delas precisa ser analisada e assim ver a melhor forma de aplicá-las, o encaminhamento destas para o setor responsável para que esta possa ser aplicada também é muito importante, mais a sociedade precisa entender que para que seja possível ver resultado na aplicação destas medidas demora certo tempo, pois além de demandar tempo para que estas sejam cumpridas ou implantadas, e ainda se faz necessário uma adaptação, para assim surtir efeito a médio e longo prazo.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final do presente artigo observamos que o município de Passos/MG vem passando por um momento delicado em relação à criminalidade, e a sociedade clama por medidas imediatas para a diminuição dos crimes, acreditamos que a falta de políticas públicas destinadas à prevenção contribui para este resultado.

O município de Passos/MG conta com uma rede de atendimento do Sistema de Garantia de Direitos completa, no entanto esta não funciona e isso acontece devido a muitas deficiências, como falta de políticas públicas, a falta de opções de lazer, projetos sociais, investimentos na educação, emprego, falta acima de tudo um serviço efetivamente integrado.

A união de todos os setores do sistema de garantia de direitos com base em um protocolo de atendimento é muito importante para que não aconteça a duplicidade de atendimento, atendimento maior em uma determinada região em detrimento de outra com necessidades iguais, e até mesmo o não atendimento em determinados locais.

No entanto, a sociedade frisa muito que a responsabilidade para que essa diminuição ocorra é da Polícia Militar, o que não é verdade. Não se pode deixar de salientar que a cobrança que existe

por parte da sociedade com a polícia acontece de forma geral em todos os Estados, no entanto não se pode esquecer que a responsabilidade inclui todos os setores da sociedade, incluindo a sociedade civil.

O clamor por mais policiamento nas ruas, o aumento do efetivo é muito grande, e o Estado tem tomado providências referente a esse apelo, isso se dá por meio da abertura de novos concursos para o ingresso na Polícia Militar, no entanto o Estado se esquece de que para que esses profissionais atendam as demandas da sociedade com maior presteza e rapidez estes precisam de condições de trabalho apropriadas, como viaturas e condições dignas e armamento de boa qualidade, visto que infelizmente cada vez mais os criminosos tem armamento superior ao da polícia.

As medidas para que se reduza a criminalidade deve ser advinda de um conjunto de fatores, sendo, Políticas Públicas, investimentos na área da educação, geração de empregos, projetos sociais, todas estas medidas trarão resultados a médio e longo prazo. Mudanças na legislação também se fazem necessárias para garantir a “sociedade vítima” que, aqueles que praticarem crimes ou atos infracionais, sejam responsabilizados, apenados e paguem a justiça pelos seus atos.

O clamor por mais policiamento nas ruas, o aumento do efetivo é muito grande, e o Estado tem tomado providências referente a esse apelo, isso se dá por meio da abertura de novos concursos para o ingresso na Polícia Militar, no entanto o Estado se esquece de que para que esses profissionais atendam as demandas da sociedade com maior presteza e rapidez estes precisam de condições de trabalho apropriadas, como viaturas e condições dignas e armamento de boa qualidade, visto que infelizmente cada vez mais os criminosos tem armamento superior ao da polícia.

A sociedade também precisa de maior conscientização referente à forma de tomar conhecimento dos crimes ocorridos, pois por diversas vezes as notícias são disseminadas de forma equivocada, e com isso a sensação de insegurança se torna cada vez maior, acarretando às vezes até maiores problemas com injustiça.

A segurança pública é parte fundamental para que a sociedade se sinta protegida, mas para que essa se eficaz é preciso que a sociedade também colabore, fiscalizando, ajudando a combater os crimes através de denúncia, apresentando ao poder públicos seus anseios e também propondo soluções.

É essa comunicação entre sociedade e os órgãos responsáveis que poderá trazer de uma forma mais rápida melhorias ao município mas tudo isso com comprometimento, responsabilidade e cautela.

Resta ao final do presente artigo mostrar que sem investimentos e sem um serviço efetivamente integrado de todos os órgãos responsáveis, não será possível diminuir a criminalidade, visto que se a sociedade receber apoio, incentivo e tiverem a oportunidade de seguir por caminhos adversos ao do crime tendo melhores condições de vida, os índices poderão sofrer quedas significativas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Z. M. M. (org.) **Diálogos Metodológicos sobre Prática de Pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, p.149-150, 1998.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz, et al. **A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã**. São Paulo em Perspectiva, n. 18, p. 119-131, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2014.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) > Acesso em 01 dez. 2017.

CANO, Ignácio. **Políticas de Segurança Pública no Brasil: Tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime**. SUR - REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Número 5 • Ano 3 • 2006.

CRISTIANO, Chaves de Farias; ALVES, Leonardo Barreto Moreira; ROSENVALD, Nelson. **Temas Atuais do Ministério Público**. 4ª Ed. Salvador. Editora JusPodvm. 2013.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**. 1ª Ed. São Paulo: Wmfmartinsfontes, 2015.

IBGE. **Brasil / Minas Gerais / Passos**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/passos/panorama> > Acesso 10 nov. 2017.

IBGE. **Brasil / Minas Gerais / Passos**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/passos/historico> > Acesso 10 dez. 2017.

- MEDEIROS, Alexsandro M. **Políticas Públicas**. Disponível em: < <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ci%C3%A9ncia-politica/politicas-publicas/> > Postado em 2013: Acesso 10 dez. 2017.
- MINAS GERAIS. **Prevenção social à criminalidade**: a experiência de Minas Gerais. 2009. Disponível em: <http://www.institutoelo.org.br/site/files/arquivos/658ac7a521cdb2312bf50e94720138cc.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- MINAYO. Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. 4.ed. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1996.
- MINAYO. Maria Cecília de Souza e SANCHES, Odécio. Quantitativo e Qualitativo: oposição ou complementaridade? Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, vol.9, no. 3, 10p,1993.
- Passos. In: **ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE**, 1959. v. 26, p 283-290. Disponível em: < [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_26.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_26.pdf). > Acesso em: 10 nov. 2017.
- RODRIGUES, João Gaspar. **Segurança pública e comunidade: alternativas à crise**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2009.
- RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011. (Coleção Folha Explica).
- Secretaria do Estado de Minas Gerais - SEDS. **Territórios de Desenvolvimento: A situação Econômica e Social de Minas Gerais – Perfil Municipal**. Disponível em: < <http://www.numeros.mg.gov.br/QvAJAZZfc/opendoc.htm?document=MapaResultados.qvw&host=QVS%40vm13532&anonymous=true> > Acesso em 13 nov. 2017.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**. São Paulo: Malheiros, 2009.
- SILVA, Leonardo Rabelo de Matos. A criminologia e a criminalidade. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 8, n. 66, 1 jun.2003. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/4137>>. Acesso em: 14 dez. 2017.
- ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **Manual de direito penal brasileiro – Parte Geral**. Vol. 1. 8ª ed. São Paulo: RT, 2009.

***A DIFERENÇA JURÍDICA ENTRE O MIGRANTE E O REFUGIADO***

***THE LEGAL DIFFERENCE BETWEEN MIGRANTS AND REFUGEES***

ÁREA TEMÁTICA: DIREITO, TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL

AMORIM, JOÃO VÍTOR LOPES

Faculdade de Direito de Franca.

[joãovitorlamorim@gmail.com](mailto:joãovitorlamorim@gmail.com)

**RESUMO:** O trabalho em questão se justifica em razão da grande quantidade de refugiados atraídos pelo território brasileiro em busca de satisfação de suas necessidades básicas e respeito aos seus direitos fundamentais. Tal fato demonstra a importância do Brasil como pátria responsável pelo acolhimento de refugiados, principalmente após o cenário estabelecido pela Nova Lei de Migração. Para tanto, deve ser esclarecida a diferença entre os termos "migrante" e "refugiado" estabelecida pela legislação internacional e nacional, a fim de serem elencados os direitos e ônus referentes às pessoas incluídas em ambas as categorias. Ressalta-se, portanto, a necessidade de discussão do acolhimento social dessas pessoas que pretendem aproveitar novas oportunidades em meio aos brasileiros. O trabalho apresenta como métodos de redação a pesquisa de referência bibliográfica crítica e a pesquisa documental, obtidas na legislação brasileira e estrangeira, artigos publicados e doutrina referente ao tema, bem como notícias encontradas em jornais e periódicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Migração. Refúgio. Acolhimento.

**ABSTRACT:** The referred paper justifies itself due to the great amount of refugees attracted to the Brazilian territory searching for fundamental rights fulfillment. Such fact demonstrates how important Brazil is considered as a homeland to reception needing refugees, mainly after the New Migration Law validity. Therefore, the difference between "migrant" and "refugee" should be stated clearly, in order that the rights and onuses referring to the people in both categories can be well known. For that reason, the necessity to discuss the social reception practiced in Brazilian cities is a fact, so people who enter the country in such conditions can enjoy new opportunities amongst Brazilian citizens. The paper was produced utilizing referential bibliographic research in combination with documental research, obtained in international and Brazilian legislation, published articles and doctrine on the theme, as well as news found in newspapers and periodics.

**KEY WORDS:** Migration. Refuge. Hosting.

## **INTRODUÇÃO**

A presença dos conflitos armados na História humana é notória, ainda que caracterizados por guerras e perseguições, políticas ou religiosas. Fato é que, frequentemente, tais conflitos resultam na perseguição de grupos minoritários e violação generalizada dos direitos humanos. Assim, depreende-se ser a migração um fenômeno datado, diferentemente de como apontam os meios de comunicação atuais, percebendo-se, um grande aumento do contingente populacional durante e após o término da 2ª Guerra Mundial, visto que, nesse cenário, as pessoas buscavam abrigo em outros Estados menos atingidos pelo conflito.

Por consequência, a relevância do tema tratado é estabelecida de maneira autônoma: o Brasil é responsável pela atração de um grande contingente de refugiados para o seu território, ainda que receba menos migrantes que outros Estados localizados em centros de fluxo. Isoladamente, no ano de 2017, os pedidos de refúgio no Brasil aumentaram em 228% se comparados ao ano anterior, representando um total de 33.865 refugiados requerendo auxílio brasileiro (ARCOVERDE, 2018). Para tanto, faz-se necessário o trabalho de delimitar quais as determinações nacionais e internacionais aplicadas a essas pessoas em busca de serem identificados quais direitos e obrigações que, apesar de estarem em posição positiva, não têm sua eficácia garantida.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Logo de início, como demonstra o recorte escolhido para o tema da migração internacional, deve-se ficar bem estabelecida a diferença entre migrantes e refugiados. Para tanto, a Organização Internacional para Migrações estabelece de forma mais clara o significado do termo “migrante”:

O termo migrante compreende, geralmente, todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo em questão, por razões de “conveniência pessoal” e sem a intervenção de fatores externos que o forcem a tal. Em consequência, este termo aplica-se, às pessoas e membros da família que se deslocam para outro país ou região a fim de melhorar as suas condições materiais, sociais e possibilidades e as das suas famílias (OIM, 2009).

Consequentemente, pode-se entender que o migrante representa um gênero de pessoas que se deslocam, ainda que dentro do mesmo território, na esperança de encontrar condições econômicas ou sociais mais favoráveis para estabelecer sua vida e de sua família, conforme João Brígida Bezerra Lima:

As migrações apresentam causas diversas, como tortura, grave e generalizada violação de direitos humanos, opressão política, transformações econômicas, aperfeiçoamento educacional e reunião familiar, que sinalizam aos países, sejam de origem, trânsito e destino, que os encaminhamentos são convergentes e que potencializam a cooperação internacional (LIMA, 2017. p. 24).

Todavia, em razão das diversas motivações que levam as pessoas a migrar, foram criadas subclassificações que definem exatamente os tipos de migrantes. Assim, percebe-se a motivação espontânea de deslocamento – devido à presença de um fator de repulsão no território atual do indivíduo; ou também de um fator de atração no território para o qual a pessoa pretende migrar – ou por uma motivação forçada, no caso de os indivíduos serem compelidos a sair de seus territórios originais por ameaças de vida, na forma de desastres naturais, escassez de recursos financeiros ou conflitos armados.

Especificamente no contexto da migração forçada, constatou-se, até o fim de 2016, o total de 65,6 milhões de pessoas deslocadas ao redor do globo em razão de perseguição, conflito, violência ou violação dos direitos humanos (UNHCR, 2016). É precisamente nesse contexto que se encontram os refugiados, definidos, de forma simplificada, como os indivíduos que vivem fora de seus países de origem que não podem ou não querem para eles retornar devido ao perigo de conflitos armados ou perseguições (ACNUR, 2015).

Dessa forma, após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) foi criado com a finalidade de assegurar os direitos daqueles em situação de migração forçada. À época, ficaram delimitados os objetivos da Agência, sendo eles promover e implementar convenções internacionais que garantam a proteção dos refugiados; melhorar a situação de vista destes e diminuir o número de pessoas nessa situação; auxiliar a repatriação voluntária; estimular a integração dos refugiados no país de destino; incentivar o reconhecimento da condição de refugiados pelos Estados; estabelecer contato com os governos e organizações, intergovernamentais ou privadas; investigar a quantidade, a situação e a existência de leis referentes à essa população; entre outros (ACNUR, 1996).

Portanto, na busca de soluções para os indivíduos refugiados, o ACNUR foi incumbido da responsabilidade de formular uma Convenção entre os países de maior influência, denominada Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, assinada em 1951. Posteriormente, a Convenção passou pela atualização fornecida pelo Protocolo de 1967, com a novidade de abranger novos fluxos de refúgio, sem a anterior restrição de data e espaço geográfico. Ambos os documentos são considerados os principais instrumentos de legislação internacional a ser utilizados como guia para o tratamento de refugiados nos diversos territórios por assegurar, a qualquer pessoa, o direito de procurar refúgio em outro Estado e dele usufruir.

Por conseguinte, a Convenção de 1951 declara os princípios básicos que os Estados devem assegurar aos refugiados que nele se encontram, garantindo direitos como a educação, emprego,

habitação, segurança, documentação e liberdade de circulação àqueles que se encontram em tal condição. Contudo, mostra-se necessário que o indivíduo que busca a classificação de refúgio comprove sua situação de risco para que possa usufruir de tais proteções.

Destarte, o conceito de “refugiado” encontra-se descrito no artigo 1º da Conferência de Plenipotenciários das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas de 1951, sobre o qual comenta Washington Araújo:

Os refugiados são em larga escala, aqueles que não foram e que também não se sentiram protegidos por documentos solenes e portentosos como a Declaração Universal da Pessoa Humana e se sentiram indefesos ante a violação cabal de seus direitos humanos mais comezinhos e que foram objeto de mais de uma centena de tratados, acordos e protocolos internacionais visando, de forma direta e indireta, protegê-los (ARAÚJO, 2003. p. 33-44).

Ademais, a Declaração de Cartagena, elaborada em 1984 durante um colóquio sobre a Proteção Internacional dos Refugiados, é outra importante legislação utilizada na questão em pauta. Na referida Declaração, fica estabelecido um novo conceito de “refugiado”, ainda mais amplo que os anteriores:

Deste modo, a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (DECLARAÇÃO DE CARTAGENA, 1984).

No contexto brasileiro, a Lei n.º 9.474, de 22 de julho de 1997, criada sob os moldes da Declaração de Cartagena, tem a função de delimitar a categoria dos refugiados no país. Dessa forma, seu artigo 1º, I, declara, de início:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

[...]

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, 1997).

Fica claro, portanto, a intenção do legislador em abranger ainda mais o conceito de “refugiado”, o qual passou também a considerar aqueles que não necessariamente são perseguidos, mas sofrem, com a violência criada pela aproximação de grupos radicais religiosos ou terroristas.

Recentemente, ainda, constata-se no Brasil o início da vigência da Nova Lei de Migração (Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017), considerada um grande avanço em relação à situação do estrangeiro em território brasileiro, bem como uma inovação em se tratando da legislação internacional atual. A aclamação percebida advém do fato de que a nova lei deixa de lado os paradigmas estabelecidos pelo Regime Militar brasileiro, no revogado Estatuto do Estrangeiro (Lei n.º 6.815 d, 19 de agosto de 1980), em relação à extrema segurança das fronteiras, praticamente ignorando os direitos humanos dos migrantes. Passa o estrangeiro, dessa forma, a ser considerado alguém que, apresentando interesse, pode participar da construção da sociedade brasileira.

Outrossim, deve-se ressaltar a abordagem infraconstitucional de diversos institutos já presentes na Constituição Federal de 1988 proporcionada pela nova legislação, tais como a permissão da participação política do estrangeiro, bem como a atribuição de direitos sindicais e de manifestações políticas no território nacional. Nesse sentido, a lei confirma o repúdio à xenofobia, ao racismo e diversas outras formas de discriminação, garantindo, também, acesso às políticas públicas para aqueles que migram para o Brasil.

## **MATERIAL E MÉTODO**

O presente trabalho foi realizado como forma de aprofundamento no programa de Iniciação Científica realizado por intermédio da Faculdade de Direito de Franca. Apresenta, portanto, somente resultados parciais de pesquisa. Os métodos utilizados para sua formulação, por consequência, são a pesquisa de referência bibliográfica crítica e pesquisa documental, através de informações obtidas na legislação brasileira e estrangeira, artigos publicados e doutrina referente ao tema, bem como notícias encontradas em jornais e periódicos.

## **ANÁLISES E DISCUSSÕES**

Deve-se considerar que, por mais reconhecido que seja o vínculo entre direitos humanos e a proteção dos refugiados, esta se dá apenas dentro dos Estados, que definem individualmente as regras e soluções que abrangem esses indivíduos, de tal forma que são colocados em conflito a soberania do país e o atendimento das necessidades das pessoas em risco. Consequentemente, é frequente que a soberania seja responsável pela construção de consequências negativas aos fluxos de entrada dos refugiados, como o fechamento de fronteiras e a hostilidade no controle da entrada desses migrantes. Assim, as decisões individuais de cada nação, bem como aquelas tomadas internacionalmente, acabam por apresentar motivações majoritariamente políticas do que normativo legais. Em conformidade com tal afirmação, comenta Haddad:

[...] uma abordagem realista dos direitos dos refugiados deve, portanto, reconhecer existência do atual sistema de Estados e tentar formular uma „ética viável“ da prática de refugiados dentro dela - uma „aliança global“ que procure acomodar a diversidade e imperfeição humanas enquanto tenta defender a humanidade comum. Assim como a segurança talvez não seja „um bem em si mesma, mas apenas em relação àquilo que ela protege“, a política de refugiados deve ser vista não como um bem em si, mas em relação à sociedade de Estados em que ela se insere. Advogar a justiça global e abrir fronteiras num mundo de Estados é idealista - e, claro, num mundo ideal e justo, o refugiado não existiria, e portanto, tal abordagem também é irrelevante para os reais problemas mundiais que enfrentamos“ (HADDAD, 2016, p. 203-204 - tradução própria).

Deve-se mencionar, ainda, a complexidade representada pelo recebimento de um montante de indivíduos estrangeiros dentro de um país sem um planejamento específico para tanto, de forma que os fluxos migratórios de crise levantam questões como a prática da xenofobia, o controle rígido das fronteiras, o preconceito reafirmado pela mídia, a criminalização da migração, o acolhimento precário dos migrantes e a privação de seus direitos humanos.

O refúgio é, portanto, uma categoria jurídica que remete às relações entre os indivíduos e o Estado, definido por dois momentos de igual importância: o “anterior” ao estabelecimento da condição de refugiado, definido pelas situações que levam o indivíduo a abandonar o país de origem; e o “posterior”, no cotidiano do indivíduo no país de acolhida, na fase de proteção. Diante dessas considerações, torna-se válido o argumento de Celso Antônio Bandeira Mello:

O respeito à dignidade humana, estampado nos direitos sociais, é patrimônio de suprema valia e faz parte, tanto ou mais que algum outro, do acervo histórico, moral, jurídico e cultural de um povo. O Estado, não pode amesquinhá-lo, corroê-lo, dilapidá-lo ou dissipá-lo (MELLO, 1982).

## **CONCLUSÕES PARCIAIS**

Tendo em vista que a redação do presente trabalho representa parte incompleta de pesquisa realizada por meio da Faculdade de Direito de Franca em seu programa de Iniciação Científica, as conclusões aqui apontadas ainda devem ser consideradas parciais. De maneira geral, portanto, depreende-se que a preocupação única e exclusiva com a positivação de direitos fundamentais não é suficiente diante das situações anteriormente referidas, sendo preciso que tais direitos apresentem eficácia garantida. Ainda há um longo caminho a ser percorrido, na questão dos refugiados, no sentido de necessidade de amadurecimento do tema no meio social dos nativos de cada Estado para que despertem a vontade individual de auxílio para com essas pessoas, ao mesmo tempo em que as



medidas públicas cabíveis são tomadas para que sejam garantidos, a elas, seus direitos mais mezinhos.

## REFERÊNCIAS

ACNUR. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. **Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o estatuto de refugiado**. Lisboa: ACNUR, 1996. Disponível em: <[http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual\\_de\\_procedimentos\\_e\\_crit%C3%A9rios\\_para\\_a\\_determina%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_condi%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_refugiado.pdf](http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual_de_procedimentos_e_crit%C3%A9rios_para_a_determina%C3%A7%C3%A3o_da_condi%C3%A7%C3%A3o_de_refugiado.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2018.

ACNUR. **Refugiado ou migrante? o ACNUR incentiva a usar o termo correto**. UNHCR/ACNUR Brasil, 2015. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>>. Acesso em: 26 set. 2018.

ARAÚJO, Washington. O desafio de ser refugiado. In: MILESI, Rosita. (Org.). **Refugiados, realidade e perspectiva**. Brasília: Loyola, p. 33-44. 2003.

ARCOVERDE, Leo; SOUSA, Viviane; ARAÚJO, Paula. **Brasil registra número recorde de solicitações de refúgio em 2017**. Globonews, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/brasil-registra-numero-recorde-de-solicitacoes-de-refugio-em-2017.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Declaração de Cartagena**, 1984. Disponível em: <[http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Declaração\\_de\\_Cartagena.pdf](http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaração_de_Cartagena.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 6.815, ago. 1980. **Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração**. Brasília, DF, ago. 1980. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm)>. Acesso em: 27 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 9.474, 22 de jul. de 1997. **Define mecanismos para a implementação do estatuto dos Refugiados de 1951 e determina outras providências**. Brasília, DF, jul. 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm)>. Acesso em: 27 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 13.445, 24 mai. 2017. **Institui a Lei de Migração**. Brasília, DF, mai. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm)>. Acesso em: 27 set. 2018.

HADDAD, Emma. **The Refugee in International Society: Between Sovereigns**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

LIMA, João Brígido Bezerra et al. **Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sócio demográficos dos refugiados (1998-2014)**. Brasília: Ipea, 2017. p. 24. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=30866](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30866)>. Acesso em: 27 set. 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de A. **A eficácia das normas constitucionais sobre justiça social**. In *Revista de Direito Público*, n. 57/58. p. 248. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/download/2239/1160>>. Acesso em: 27 set. 2018.

OIM. Glossário sobre migração. **Direito Internacional sobre Migração**, n.22. Genebra. OIM, 2009. Disponível em: <<http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2018.

UNHCR, Global Trends: **Forced Displacement in 2016**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/globaltrends2016/#>>. Acesso em: 27 set. 2017.

**A DIGNIDADE DA MULHER E A APLICAÇÃO DA DECISÃO DO HC 143.641: ESTUDO EMPÍRICO  
NO TJ/SP**

*THE DIGNITY OF WOMEN AND THE APPLICATION OF THE DECISION OF THE HC 143.641:  
EMPIRICAL STUDY IN THE TJ/SP*

Área temática: Direito. Trabalho e Serviço Social.

RAVAGNANI, Christopher Abreu  
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Mestre em Direito  
car.advogado@hotmail.com

NEVES, Bruno Humberto  
Faculdade Dr. Francisco Maeda  
Graduado em Direito  
bhn.advogado@hotmail.com

RAVAGNANI, Mariana Spaggiari Alcantara  
Faculdade de Direito de Franca  
Graduada em Direito  
ma\_alcantara@hotmail.com

ITO, Josielly Lima  
Faculdade Dr. Francisco Maeda  
Graduanda em Direito  
josielly\_limaito@hotmail

OLIVEIRA, Larissa Cristina Moraes de  
Faculdade Dr. Francisco Maeda  
Graduanda em Direito  
larissajovemap@hotmail.com

VILELA, Danilo Gusson  
Faculdade Dr. Francisco Maeda  
Graduando em Direito  
dan\_vilelasom@yahoo.com.br

**Resumo**

O presente trabalho caracteriza e discute a decisão do Supremo Tribunal Federal no Habeas Corpus número 143.641 e sua aplicabilidade e efetividade nos tribunais de instâncias inferiores, levando-se em consideração as demais normas existentes que abordam a mesma matéria. Para tanto, utilizar-se-á o método dedutivo de pesquisa, mediante estudo de caso no Tribunal de Justiça de São Paulo. A determinação imposta pelo Supremo Tribunal Federal é que todos os Juízes, de ofício, concedam prisão domiciliar para as gestantes, puérperas, ou mães de crianças até 12 anos de idade sob sua guarda. Contudo, os resultados da pesquisa demonstram que referida decisão não está sendo devidamente cumprida pelos juízes de instância inferiores, que demonstram relutância em dar cumprimento à decisão.

**Palavras-chave:** dignidade da pessoa humana, gestantes, cárcere.

**Abstract**

The present work characterizes and discusses the decision of the Federal Supreme Court in Habeas Corpus number 143.641 and its applicability and effectiveness in the courts of lower instances, taking into consideration the other existing norms that address the same matter. To do so, the deductive method of research will be used, through a case study at the Court of Justice of São Paulo. The determination imposed by the Federal Supreme Court is that all Judges, ex officio, grant

house arrest for pregnant women, puerperal women, or mothers of children and the handicapped under their care. However, the results of the survey show that this decision is not being properly complied with by lower court judges, who are reluctant to comply with the decision.

**Keywords:** dignity of the human person, pregnant women, prison.

## 1 INTRODUÇÃO

No dia 20 de fevereiro deste ano, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por maioria de votos, conceder Habeas Corpus coletivo para determinar a substituição da prisão preventiva por domiciliar de mulheres presas, em todo o território nacional, que sejam gestantes ou mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência. Estendeu a ordem de ofício para as adolescentes sujeitas a medidas socioeducativas em idêntica situação. Em tais casos haverá a aplicação das medidas alternativas previstas no artigo 319 do Código de Processo Pena.

Desse modo, a decisão foi comunicada aos presidentes dos tribunais estaduais e federais, incluindo a Justiça Militar estadual e federal, para que no prazo de 60 dias fossem analisadas e implementadas as determinações da Suprema Corte.

A prisão preventiva, ao confinar mulheres grávidas em estabelecimentos prisionais precários, tira delas o acesso a programas de saúde, pré-natal, assistência regular na gestação e no pós-parto, e ainda priva as crianças de condições adequadas ao seu desenvolvimento, ocasionando um transferência da pena da mãe para o filho, constituindo-se em tratamento desumano, cruel e degradante, que infringe os postulados constitucionais relacionados a individualização da pena, a vedação de penas cruéis e ainda ao respeito a integridade física e moral da presa. (TONHATI, 2018, p. 07).

No que diz respeito as grávidas encarceradas, o feto absorve todas as sensações vivenciadas pela mãe, não apenas as condições físicas, mas também os movimentos psíquicos, emocionais e os estímulos do ambiente externo (SANTOS, 2017). Todavia, o ambiente prisional pode tornar-se uma ameaça constante à saúde mental da mãe presa, devido seu caráter tenso e normatizador. O estresse da prisão, somado aos abalos emocionais intrínsecos à gravidez, produzem uma desestabilização psicológica na mãe (FERREIRA; ARAÚJO; FERREIRA, 2013).

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste artigo, utilizou-se da metodologia dedutiva de pesquisa, através de estudo empírico no Tribunal de Justiça de São Paulo, bem como a partir de referências bibliográficas a respeito do tema.

Neste sentido, foi utilizado como recorte da pesquisa o mês de julho de 2018. Assim, foram analisados 40 recursos de Habeas Corpus que tramitaram no Tribunal de Justiça de São Paulo, requerendo a aplicação de prisão domiciliar a gestantes e mães de crianças de até 12 (doze) anos de idade, conforme a determinação do HC 143.641 do Supremo Tribunal Federal.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A prisão não é um ambiente propício ao convívio de uma grávida, ou de um bebê e ou de uma criança pois é um ambiente insalubre, com doenças contagiosas, violência, falta de respeito por parte dos agentes penitenciários e superlotada. Os filhos de mulheres encarceradas apresentam maiores vulnerabilidades no desenvolvimento, nas reações de separação e apego inseguro, atrasos cognitivos e problemas de comportamento. (BARBOSA, 2015, p. 11).

Nos primeiros anos de vida, o desenvolvimento da criança acontece em diversos âmbitos e a presença materna é de extrema importância nessas fases iniciais, pois é a partir do relacionamento mãe e filho que se formará a personalidade da criança. Caso ocorra uma separação nos primeiros meses de vida isto poderá provocar desde de uma depressão infantil precoce a hospitalização. As crianças poderão apresentar perturbação no sono e apetite, reagirem com gritos e choro e apresentarem rigidez facial recusando-se a qualquer contato. (OLIVEIRA, 2014, p.19).

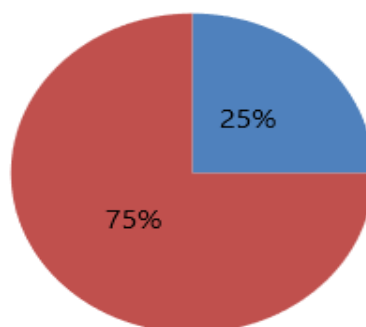
Com efeito, cerca de 49% das unidades prisionais femininas não possuem espaço próprio para acomodar gestantes, 90% das unidades prisionais mistas não têm celas adaptadas a maternidade e 86% de tais unidades também não possuem berçário. (CASADO; CANCIAN, 2018, p. 05).

Contudo, apesar do parecer favorável do Supremo Tribunal Federal há casos em que o crime praticado pelas presas não possibilita sua prisão domiciliar, tais casos são: crimes praticados mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício. Caso haja o descumprimento da decisão do Supremo, a ferramenta adequada a ser utilizada é o recurso, conforme já foi informado na ADPF 347. (LORDELO, 2018, p. 04).

Desse modo, a fim de verificar a efetividade da decisão do Habeas Corpus nº 143.641 do Supremo Tribunal Federal, foi realizado estudo de caso no Tribunal de Justiça de São Paulo, utilizando-se como recorte da pesquisa o mês de julho de 2018, analisando-se o número de recursos ingressados nesse período, visando a concessão de prisão domiciliar as presas gestantes, mães de crianças de até 12 anos e de pessoas com deficiência.

O gráfico abaixo demonstra o número de pedidos deferidos e indeferidos dos recursos que foram impetrados a favor das presas, no período de julho de 2018. Verificou-se um total de 40 (quarenta) recursos de Habeas Corpus, sendo 30 (trinta) indeferidos e apenas 10 (dez) pedidos deferidos.

**Gráfico 01 - Percentual de julgados do mês de julho de 2018 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no que se refere a decisão do HC nº 143.641 do Supremo Tribunal Federal.**



■ Pedidos deferidos ■ Pedidos indeferidos

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores com informações retiradas do site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Após a análise do Gráfico 01, pode-se fazer um estudo mais aprofundando sobre cada fundamentação das decisões dos pedidos indeferidos. Conforme consta no gráfico a baixo, foram analisados 40 (quarenta) recursos e dez recursos foram deferidos. Os recursos que foram negados tiveram a seguinte fundamentação: cometimento de crime grave ou com ameaça a terceiro (12), casos excepcionais/imprescindibilidade da presença da mãe (15) e outros casos (3), conforme o gráfico a seguir.

**Gráfico 02 - Percentual de recursos impetrados perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no que se refere a decisão do HC nº 143.641 do STF e análise dos casos indeferidos.**



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores com informações retiradas do site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Como se vê, conforme os dados analisados no recorte da presente pesquisa, o indeferimento dos pedidos Habeas Corpus visando a efetividade da decisão do HC 143.641, em que pese possuir força cogente, é regra no Tribunal de Justiça de São Paulo, utilizando-se os magistrados de fundamentações abstratas e retóricas para o indeferimento dos pedidos, em total divergência com a decisão da Suprema Corte.

Os magistrados que analisam os pedidos das presas estão exigindo provas de que a criança precisa dos cuidados da mãe presa, como se fosse necessário comprovar a imprescindibilidade dos cuidados de uma genitora ao filho, portanto, uma verdadeira presunção *juris et de jure*, isto é, absoluta, que se quer admite prova ao contrário, por tal fato ser público e notório.

Desse modo, a maternidade dentro do cárcere tem efeitos negativos, envolvendo questões tais como a separação da família, do lar, financeira e principalmente, posteriormente, a separação da criança de sua mãe. (STELLA, 2009, p.100).

Com efeito, anterior ao Habeas Corpus coletivo deferido pelo Supremo Tribunal Federal, já existiam outras medidas que poderiam ser executadas pelos juízes e tribunais em benefícios das gestantes, lactantes e mulheres com filhos até 12 anos, tais alternativas que poderiam ser aplicadas são: as Regras de Bangkok, Estatuto da Primeira Infância, o Pacto de São José da Costa Rica, o artigo 318 do Código de Processo Penal, entre outras, que poderiam substituir a prisão carcerária pela domiciliar.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Supremo Tribunal Federal ao conceder o Habeas Corpus nº 143.641, com efeito erga omnes, ou seja, para todas as mulheres gestantes e mães de crianças (até doze anos de idade incompletos), nada mais fez senão decidir em consonância com os objetivos da Constituição Federal, promulgada sob os ditames do Estado Democrático de Direito, com fundamento na dignidade da pessoa humana.

Observa-se que de acordo com os dados apresentados no trabalho, embora o Supremo Tribunal Federal seja a mais alta instância do Poder Judiciário brasileiro e suas decisões, quando possuam efeito cogente, como a ora analisada, têm o dever de serem cumpridas, contudo, os magistrados de instâncias inferiores e subordinados ao Supremo não vêm dando cumprimento ao

Habeas Corpus nº 143.641, demonstrando relutância em conceder o benefício as presas, fundamentando as denegações em hipóteses abstratas, fora das orientações imposta.

A sociedade e significativa parcela do Judiciário, conforme demonstra o caso estudado, querem que as mulheres que estejam encarceradas fiquem nas piores condições possíveis, pois de acordo com suas visões desumanas a prisão domiciliar seria uma espécie de impunidade para o delito praticado - logo na prática do crime não pensaram em seus descendentes -, porém a presença materna é indispensável a subsistência e criação dos filhos, máxime nos casos em que a figura paterna é ausente.

O objetivo da decisão preferida pelo Supremo é evitar a transferência da pena das mães para os filhos, o que é inadmissível no ordenamento brasileiro. A gravidez sob custódia torna-se uma gravidez de risco, especialmente pela deficiência nos cuidados pré e pós-natal.

Portanto, existe uma ordem e não uma mera sugestão, recomendação ou aconselhamento emanada da Suprema Corte. A determinação é de que todos os juízes, de ofício, apliquem a decisão proferida no Habeas Corpus número 143.641 e garantam as presas gestantes e mães de crianças o direito de criar seus filhos, dispondo o Estado de medidas cautelares diversas da prisão para eventual fiscalização e acompanhamento da pena imposta.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Euzimara Gonçalves. **O impacto emocional na criança: a mãe no ambiente prisional.**

Disponível em:

<<http://repositorio.faema.edu.br:8000/bitstream/123456789/604/1/BARBOSA%2c%20E.%20G.%20%20O%20IMPACTO%20EMOCIONAL%20NA%20CRIAN%20C3%87A..%20A%20M%20C3%83E%20NO%20AMBIENTE%20PRISIONAL.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Regras de Bangkok:** Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. 2018. Disponível em:

<<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/a858777191da58180724ad5caafa6086.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Anexo. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941.** Disponível em: <

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm)>. Acesso em: 23 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 8.858, de 26 de setembro de 2016.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8858.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8858.htm)>. Acesso em: 23 ago. 2018.

CASADO, Leticia; CANCIAN, Natália. **Entenda a decisão do STF de habeas corpus coletivo para presas grávidas:** gestantes e mães de crianças de até 12 anos poderão cumprir prisão domiciliar. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/entenda-a-decisao-do-stf-de-habeas-corporus-coletivo-para-presas-gravidas.shtml>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. **Comentários à Lei 13.257/2016 (Estatuto da Primeira Infância).** 2018. Disponível em: <<https://www.dizerodireito.com.br/2016/03/comentarios-lei-132572016-estatuto-da.html>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

FERREIRA, T. C. Bispo; ARAÚJO, Ezequiel Ferreira Neto. FERREIRA, Jandiroba Jemyma. **Gestar e parir na prisão: difíceis caminhos. VII Jornadas Santiago Wallace de Investigación em Antropología Social.** Sección de Antropología Social. Instituto de Ciencias Antropológicas. Facultad de Filosofía y Letras, UBA, Buenos Aires, 2013. Disponível em: <<https://www.academica.org/000->

063/187.pdf>. Acesso em: 06 set. 2018.

LORDELO, João. **O habeas corpus coletivo na jurisprudência do STF: comentários ao julgamento do HC nº 143.641**. 2018. Disponível em: <<https://www.joaolordelo.com/single-post/2018/03/03/O-habeas-corpus-coletivo-na-jurisprud%C3%Aancia-do-STF-coment%C3%A1rios-ao-julgamento-do-HC-n%C2%BA-143641>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

OLIVEIRA, Sônia Leite de. **A importância da construção de vínculos afetivos para o desenvolvimento integral da criança**. 43 f. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4028/1/PDF%20-%20S%C3%B4nia%20Leite%20de%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2018.

PÚBLICOS, Associação Nacional das Defensoras e Defensores. **SP: Um mês após determinação do STF, Defensoria obtém liberdade processual para mães e gestantes presas**. 2018. Disponível em: <<https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=36753>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

SANTOS, Marcos Davi dos et al. **Formação em pré-natal, puerpério e amamentação: práticas ampliadas**. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2014. (Coleção primeiríssima infância; v. 3). Disponível em: <[http://agendaprimeirainfancia.org.br/arquivos/caderno\\_03\\_web\\_cor.pdf](http://agendaprimeirainfancia.org.br/arquivos/caderno_03_web_cor.pdf)>. Acesso em: 06 set. 2018.

STELLA, Claudia. O impacto do encarceramento materno no desenvolvimento psicossocial dos filhos. **Revista da educação**. Cascavel, Vol.3, Nº 8. 2009. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/818/2812>>. Acesso em: 06 set. 2018.

TONHATI, Wendy. **18 mulheres se apoiam para exercer a maternidade atrás das grades**: em Campo Grande, são dois bebês vivendo no presídio. 2018. Disponível em: <<https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2018/em-ms-18-mulheres-vivem-a-maternidade-no-carcere-e-enfrentam-desafios-se-ajudando/>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

**A DINÂMICA DA CULTURA ORGANIZACIONAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA**

**THE DYNAMICS OF ORGANIZATIONAL CULTURE IN THE BRAZILIAN PUBLIC  
ADMINISTRATION**

**Desenvolvimento e Integração Regional: Gestão Pública**

ROCHA, Juliano Gomes da  
Uni-FACEF

Mestrando em Desenvolvimento Regional, bacharel em Administração-Comércio Exterior (2005), licenciado em Matemática (2006) e em Administração (2010) e Pós-graduado em Finanças (2013)  
[julianorochasjb@hotmail.com](mailto:julianorochasjb@hotmail.com)

SMITH, Marinês Santana Justo  
Uni-FACEF

Doutora em Ciência da Informação pela UNESP- Marília-SP (2013), profa. Docente Titular no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional  
[marinessmith@facef.br](mailto:marinessmith@facef.br)

**Resumo**

Cada vez mais há discussões sobre a eficiência da Administração Pública em prestar um serviço que atenda as demandas da sociedade brasileira, como saúde, educação, segurança, uma vez que os recursos necessários à administração e investimentos são oriundos da arrecadação de tributos e de taxas pagas pela própria sociedade. A gestão destes recursos depende de competência técnica, mas também de valores para estabelecer prioridades e procedimentos. Neste contexto, indaga-se a possibilidade da cultura organizacional, em ambientes de gestão pública, ter sua estrutura modificada em cada diferente governo. Assim, em busca de compreensão do problema citado, este artigo tem como objetivo refletir sobre a dinâmica da cultura organizacional no ambiente de Gestão Pública Brasileira frente às diferentes demandas da sociedade de cada época. Para tanto, o percurso teórico caracteriza esta pesquisa em bibliográfica com o intuito da compreensão das características que marcaram cada modelo de administração e que permaneceram de uma época para outra até serem enraizadas no presente modelo de gestão pública. E, como resultado foi possível apresentar uma síntese dos aspectos culturais que se mantiveram enraizados na atuação prática da Administração Pública Brasileira. O estudo contribui no sentido de divulgar a discussão dos pontos positivos e pontos negativos, na estrutura de valores, que precisam ser trabalhados para melhorar a eficiência da gestão pública na construção de “novas Eras” mais produtivas para atender as demandas da sociedade.

**Palavras-chave:** Gestão Pública, Cultura Organizacional, Transformações Sociais.

**Abstract**

Increasingly there are discussions about the efficiency of the Public Administration in providing a service that meets the demands of Brazilian society, such as health, education and security, since the resources needed for administration and investments come from the collection of taxes and fees by society itself. The management of these resources depends on technical competence, but also on values to establish priorities and procedures. In this context, it is questioned the possibility of the organizational culture, in environments of public management, to have its structure modified in each different government. Thus, in order to understand the problem mentioned, this article aims to reflect on the dynamics of organizational culture in the Brazilian Public Management environment facing the



different demands of society in each era. In order to do so, the theoretical course characterizes this bibliographical research with the purpose of understanding the characteristics that marked each administration model and which remained from one time to another until being rooted in the present model of public management. And, as a result, it was possible to present a synthesis of the cultural aspects that have remained rooted in the practical practice of the Brazilian Public Administration. The study contributes to the discussion of the positive and negative points in the value structure that need to be worked on to improve the efficiency of public management in the construction of more productive "new Ages" to meet the demands of society.

**Keywords:** Public Management. Organizational culture. Social Transformations

## 1 INTRODUÇÃO

A questão da modernização das práticas de gestão e o impacto da cultura organizacional podem ser percebidos na Administração Pública desde as primeiras alterações em seu modelo institucional ocorridas após a Velha República, conhecida como República Café com Leite. O desejo da sociedade em transformar a máquina administrativa em uma fonte de recurso de suma importância para a sociedade brasileira, contrário às correntes governantes que a enxergam como um mecanismo de interesses regidos somente por grupos exclusivos, tem motivado vários estudiosos a investigar com mais profundidade os aspectos culturais e técnicos que envolvem esse processo.

Atualmente se discute cada vez mais sobre a eficiência da Administração Pública em prestar um serviço que atenda plenamente, ou pelo menos o básico, às demandas da sociedade brasileira, como saúde, educação, segurança, uma vez que os recursos necessários à administração e investimentos destas entidades são oriundos da arrecadação de tributos e de taxas pagas pela própria sociedade.

A percepção que a sociedade tem, cada vez mais, destaca fatos relacionados ao mau uso dos recursos físicos, financeiros ou de poder da máquina administrativa para fins de interesses próprios por parte de funcionários e agentes políticos, ou seja, uma pequena minoria se desfruta das benesses que o aparelho estatal promove em detrimento ao atendimento das necessidades sociais de toda uma coletividade nacional. Assim a gestão dos recursos públicos depende de competência técnica, mas também de valores para estabelecer prioridades e procedimentos.

Neste contexto, indaga-se a possibilidade da cultura organizacional, em ambientes de gestão pública, ter sua estrutura modificada em cada diferente governo. Assim, em busca de compreensão do problema citado, este artigo tem como objetivo refletir sobre a dinâmica da cultura organizacional no ambiente de Gestão Pública Brasileira frente às diferentes demandas da sociedade de cada época. Para tanto, o percurso teórico caracteriza esta pesquisa em bibliográfica com o intuito da compreensão das características que marcaram cada modelo de administração e dos pontos positivos e negativos que permaneceram de uma época para outra até ser enraizado no presente modelo de gestão pública.

O trabalho está estruturado em 4 seções, sendo a primeira a introdução; a segunda seção apresenta discussões conceituais da cultura organizacional; a terceira seção destaca as peculiaridades da gestão pública e sua relação com a cultura Organizacional; na quarta seção são apresentadas características da cultura organizacional que marcaram os modelos de gestão da Administração Pública e que permaneceram de uma época para outra até serem enraizadas no presente modelo. O estudo contribui no sentido de divulgar a discussão dos pontos positivos para maximizar a administração de recursos públicos, assim como chamar atenção aos pontos negativos que precisam ser trabalhados para melhorar a eficiência da gestão pública na construção de "novas Eras" mais produtivas para atender as demandas da sociedade.

## 2 CULTURA ORGANIZACIONAL TECENDO VALORES E PROCEDIMENTOS

A cultura é algo que está presente na vida das pessoas de forma dinâmica, sendo desempenhada e recriada continuamente a partir de interações sociais (SCHEIN, 2009).

Para Hofstede e McCrae (apud Carbone, 2000) a cultura é definida como "uma programação mental coletiva que distingue um grupo ou uma categoria de pessoas, de outro".

Segundo Chiavenato (1997, p. 602) o nome cultura organizacional origina-se do modo de vida próprio que cada organização desenvolve em seus participantes, pois a mesma repousa sobre um

sistema de crenças e valores, tradições e hábitos, dentro de uma forma aceita e estável de interações e de relacionamentos sociais típicos de cada organização.

Segundo Schein (apud Chiavenato, 1999, p. 139): a cultura organizacional é um padrão de assuntos básicos compartilhados que um grupo aprendeu como maneira de resolver seus problemas de adaptação externa e integração interna, que funciona bem a ponto de ser considerado válido e desejável para ser transmitido aos novos membros como a maneira correta de perceber, pensar e sentir em relação àqueles problemas.

Para Fleury (apud Crozatti, 1998, p.09), “A cultura, concebida como um conjunto de valores e crenças compartilhados pelos membros de uma organização, deve ser consistente com outras variáveis organizacionais como estrutura, tecnologia, estilo de liderança. Da consistência destes vários fatores depende o sucesso da organização”. Assim, pela análise destes conceitos de cultura organizacional depreende-se facilmente a inter-relação desta variável do ambiente empresarial com a eficácia do sistema empresa.

Apesar de suscitar uma ampla variedade de definições, há diversos elementos que são recorrentemente observados nas conceituações de cultura, como as noções de sistema informal, valores comuns e de coletividade. Nesse sentido, Schein (2009, p. 16) explica que ela pode ser entendida como “um padrão de suposições básicas compartilhadas, que foi aprendido por um grupo à medida que solucionava seus problemas de adaptação externa e de integração interna”.

As autoras Smith e Fadel (2018) afirmam que a Cultura Organizacional é de enorme complexidade visto que sofre influência tanto dos fundadores, da liderança, dos grupos de pessoas que trabalham na organização, assim como da cultura do país em que são sediadas.

A função da cultura nas empresas seria servir como instrumento de reforço do sistema de valores vigente, diferenciando uma organização de outra qualquer (PIRES E MACEDO, 2006). Para Silva e Fadul (2010, p.4), “cultura organizacional deve abranger um conjunto de valores que refletem e se refletem em artefatos visíveis, que se alteram em função de fatores internos e/ou externos à própria cultura organizacional”. Neste sentido, Fleury e Fischer (apud Pires, Macedo, 2005) propõem que:

*A cultura é concebida como um conjunto de valores e pressupostos básicos expresso em elementos simbólicos, que em sua capacidade de ordenar, atribuir significações, construir a identidade organizacional, tanto age como elemento de comunicação e consenso, como oculta e instrumentaliza as relações de dominação.*

Sendo a organização empresarial considerada um conjunto delimitado de interações humanas para que ocorra a transformação da organização em uma cultura é necessário tempo, posto que essa transformação é processual e ocorre a partir das interações internas e externas gerando características passíveis de identificação como sendo as da cultura (TAVARES, 1999).

Já nas organizações públicas, o ponto principal da cultura organizacional si dá na luta de forças entre o novo modelo e o velho de gestão, isto é, nas transformações e inovações das organizações no mundo e seus impactos sobre as instituições públicas no propósito das mesmas atingir seus objetivos, promovendo serviços eficientes à sociedade (PIRES, MACEDO, 2002).

### **3 MODELOS DE GESTÃO PÚBLICA: UMA LUTA DE VALORES ENTRE O NOVO E O VELHO**

Historicamente o serviço público teve seu início oficial e jurídico na França, no início do século XIX. No entanto, pode-se buscar uma primeira noção na Grécia antiga, onde o serviço era prestado pelos detentores de grandes fortunas em forma de imposição honrosa, e não pelo poder organizado em forma de estado.

Quanto ao aspecto objetivo, “Administração Pública é o complexo de órgãos aos quais se confiam funções administrativas, é a soma das ações e manifestações da vontade do Estado, submetidas à direção do chefe do Estado, no caso o poder Executivo”. Quanto ao aspecto subjetivo, a Administração Pública pode ser considerada como “um conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado” (DI PIETRO, 2008).

Analisando os princípios e dispositivos constitucionais comentados, pode-se verificar que a finalidade primeira da Administração Pública deve ser prestar com qualidade, eficácia e democracia, os serviços e atender às demandas que lhe são legalmente requeridas pela sociedade, em benefício da cidadania e da dignidade da pessoa humana, pois o objetivo das organizações públicas é prestar serviços à sociedade no qual está inserida.

Dias (1998) afirma que:

*As organizações públicas têm como objetivo prestar serviços à sociedade. As mesmas podem ser consideradas como sistemas dinâmicos, extremamente complexos, interdependentes e inter-relacionados coerentemente, envolvendo informações e seus fluxos, estruturas organizacionais, pessoas e tecnologias.*

Para os modelos de gestão da Administração Pública, Bresser-Pereira (2001) define os três modelos: Estado Patrimonial, ou Patrimonial-Mercantil, até 1930; Estado Burocrático, ou Burocrático-Industrial, entre 1930 e 1995; e Estado Gerencial, ou Gerencial-Pós-Industrial, a partir de 1995.

As primeiras instituições públicas oficiais brasileiras surgiram com a vinda de D. João VI em 1808 para o Brasil, conforme relatado por Gomes (2011) que antes, as mesmas eram referenciadas apenas pelos soldados portugueses e pelos cobradores de impostos, sem nenhuma característica de cunho social. Com o passar do tempo e por consequência das mudanças de estruturas políticas as Administrações Públicas sofreram processos de evolução em seus modelos de gestão.

O Patrimonialismo foi o primeiro modelo de gestão da Administração Pública no Brasil e tinha como base o ordenamento jurídico, o poder público do Estado como protetor, defensor e mediador dos conflitos e justificava o seu papel de agente administrativo do “poder” público do Estado. Ayres (2006, p.1) afirma que o princípio de submissão hierárquica ao campo político e o princípio de respeito à prescrição jurídica determinava a ação administrativa do papel do Estado.

Para Bresser-Pereira (2001) a formação da Administração Pública do Brasil se deu também por consequência de uma nova sociedade de classe média que emergia no país. Uma classe de burocratas patrimonialistas que apropriava do excedente econômico no seio do próprio Estado e não diretamente através da atividade econômica, como afirma Swedberg, op. cit. p. 123. (apud Bresser-Pereira, 2001)

*Os serviços patrimoniais eram pagos pelo próprio governante, em geral com recursos provenientes de sua despesa ou de seu tesouro. Quanto maiores os recursos do governante, tanto maior poderia ser sua equipe administrativa; e a tendência do regime patrimonial era, conseqüentemente, o crescimento da equipe administrativa.*

Outro ponto fundamental desse modelo era que o poder do soberano não se restringia somente ao poder jurídico. Um dos grandes aspectos desse período foi o que se definiu pela indistinção entre a administração de bens públicos e bens particulares, ou seja, tudo que existia nos limites territoriais de seu “reinado” era tido como domínio do soberano, que podia utilizar livremente os bens privados e públicos sem qualquer prestação de contas à sociedade, o Estado, a nação, e tudo que nela havia era visto como propriedade do soberano, no caso, o príncipe regente.

#### **Quadro 01 – Aspectos culturais do modelo Patrimonialista**

- Confusão entre propriedade pública e privada
- Impermeabilidade à participação social-privada
- Endeusamento do soberano
- Corrupção e nepotismo
- Caráter discricionário e arbitrário das decisões
- Ausência de carreiras administrativas
- Desorganização do Estado e da Administração Pública
- Cargos denominados prebendas ou sinecuras
- Descaso pelo cidadão e pelas demandas sociais
- Poder oriundo da tradição/hereditariedade no cargo

Fonte: Adaptado de Paludo ( 2013, p. 51)

Mais do que pensar em promover o bem comum aos cidadãos brasileiros o modelo Patrimonialista tinha como objetivo garantir emprego e sobrevivência da classe média desempregada oriunda de uma elite política letrada e conservadora. O emprego público, embora não garantisse plena estabilidade, dada a prática das “derrubadas” quando mudavam ministérios de um partido para o outro, era o único emprego possível para uma ampla classe média desempregada. Dela se recrutava a elite política (BRESSER-PEREIRA, 2001).

O segundo modelo de gestão da Administração Pública, o Burocrático, ocorreu entre os anos de 1936 e 1995. Embora em 1889 o Brasil proclamou sua república, substituindo a sua forma de

governo imperialista, o modelo de gestão Patrimonialista foi ainda predominante até os anos 1936, rompendo somente após o golpe de Getúlio Vargas, que promovendo o Estado Novo, um ideal de modelo administrativo voltado para a industrialização e para a eficiência da máquina pública abria um novo caminho para a administração pública.

Na visão de Resende (2004), até 1930 o Estado Brasileiro era um verdadeiro mercado de troca de votos por cargos públicos; uma combinação de clientelismo e patrimonialismo.

O processo de industrialização, o surgimento de organizações de grande porte e a demandas sociais emergentes forçaram os governos a adotar um novo modelo de gestão, capaz de responder tanto aos anseios dos comerciantes e industriais, quanto aos da sociedade (PALLUDO, 2013).

A gestão da Administração Pública sofre um processo de racionalização (baseado nas teorias de Max Weber) que se traduziu no surgimento das primeiras carreiras burocráticas e na tentativa de adoção do concurso como forma de acesso ao serviço público.

A esse segundo modelo de gestão baseado em conceitos da administração europeia, ficou conhecido como o Modelo Burocrático e seu objetivo principal era extinguir o nepotismo, que provocava impasse na gestão pública privilegiando uma pequena elite.

Segundo Marcelino, apud Pires; Macedo (2006), foi no período entre 1930 e 1945 que se desenvolveram ações de renovação e inovação do poder governamental. As premissas fundamentais eram a reforma do sistema de pessoal, a implantação e simplificação de sistemas administrativos e das atividades de orçamento, para promover eficiência à administração pública.

#### **Quadro 02 – Aspectos culturais do modelo Burocrático**

- Apego exagerado às regras e regulamentos internos
- Formalismo exagerado e excesso de papelório
- Resistência à mudanças
- Desconsideração à pessoa do servidor: ênfase no cargo
- Rigidez e falta de flexibilidade
- Desconsideração do cidadão
- Decisões distantes da realidade

Fonte: Adaptado de Paludo, 2013, p. 62 e 63

Um dos pontos fundamentais para essa mudança foi a criação do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público). Através desta instituição a modernização da gestão da Administração Pública começa a dar os primeiros passos no sentido de atender a sociedade. Passa a promover o ingresso no serviço público por concurso, promovendo o mérito e o conhecimento técnico, critérios gerais e uniformes de classificação de cargos, organização dos serviços de pessoal e de seu aperfeiçoamento sistemático, administração orçamentária, padronização das compras do Estado e a racionalização geral de métodos.

O terceiro e último modelo de gestão da Administração Pública, o Gerencial, também conhecido como a Nova Gestão Pública surge em meados da década de 1990. Este modelo emerge no final do século XX, como resposta, de um lado, à expansão das funções econômicas e sociais do Estado, e, de outro, ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial (PDRAE, 1995).

Para Bresser-Pereira (1997):

*Nos anos 90, se verificou a inviabilidade da proposta conservadora de Estado mínimo, estas reformas revelaram sua verdadeira natureza: uma condição necessária da reconstrução do Estado - para que este pudesse realizar não apenas suas tarefas clássicas de garantia da propriedade e dos contratos, mas também seu papel de garantidor dos direitos sociais e de promotor da competitividade do seu respectivo país.*

Segundo Fábio Gomes (2006), em face da grave crise econômica dos anos 1970, onde a estagnação e a inflação se agravam, as correntes liberais passaram a acusar o Estado de ser o grande vilão da depressão. Para Fernando Peregrino (2009), “do ponto de vista administrativo, sua implantação encontrou um Estado profundamente centralizado, burocrático e formalista, contendo restrições constitucionais à descentralização e aos mecanismos gerenciais”.

Rezende (2009) reforça que a busca por modelos flexíveis de governança pública emerge como resposta aos processos de ampliação da democracia política nas sociedades contemporâneas. As crescentes demandas por democratização e participação social na gestão pública, passam exigir

dos sistemas tradicionais de autoridade uma maior complexidade decisória, maior abertura aos conflitos gerados pela inclusão e da competição política e, mais atentos a questões relativas à eficiência. Descentralização, controles sociais, flexibilidade, e inclusão social passam a ser valores ensejados pelas sociedades democráticas e conflitantes com modelos burocráticos tradicionais que não colocam o desempenho e a produtividade gerencial como tema central.

#### **Quadro 03 – Aspectos culturais do modelo Gerencial**

- Orientação da ação do Estado para o cidadão-usuário ou cidadão-cliente
- Ênfase no controle dos resultados através dos contratos de gestão
- Fortalecimento e aumento da autonomia da burocracia estatal
- Separação entre secretarias realizadoras e unidades executoras
- Transferência para o setor público não estatal dos serviços sociais competitivos
- Terceirização das atividades auxiliares ou de apoio

Fonte: Adaptado de Paludo, 2013, p. 66 e 67.

A cultura organizacional gerencial se moldou pela definição clara dos objetivos para cada unidade, pela descentralização do poder, pela mudança de estruturas organizacionais rígidas e pela adoção de valores e de comportamentos modernos. (*Caderno Mare* nº 01).

Rezende (2009) reforça que a busca por modelos flexíveis de governança pública emerge como resposta aos processos de ampliação da democracia política nas sociedades contemporâneas. As crescentes demandas por democratização e participação social na gestão pública, passam exigir dos sistemas tradicionais de autoridade uma maior complexidade decisória, maior abertura aos conflitos gerados pela inclusão e da competição política e, mais atentos a questões relativas à eficiência. Descentralização, controles sociais, flexibilidade, e inclusão social passam a ser valores ensejados pelas sociedades democráticas e conflitantes com modelos burocráticos tradicionais que não colocam o desempenho e a produtividade gerencial como tema central.

#### **4 ASPECTOS CULTURAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: HERANÇA DE ERA PARA ERA**

O desenho organizacional público, na realidade brasileira, normalmente é com formas bastante complexas e níveis hierárquicos múltiplos. Essa estrutura demonstra um paternalismo que gera um alto controle de movimentação de pessoal e da distribuição de empregos, cargos e comissões dentro da lógica dos interesses políticos dominantes (PIRES, MACEDO, 2005, p.20)

Embora houve grandes avanços na Administração Pública procurando desenvolver um modelo de gestão que estivesse mais próximo às demandas sociais, Carbone (2000), afirma que a administração pública no Brasil, reflete o “nosso” comportamento, pois o Estado não é diferente da nação, de seu povo e não se pode imprimir uma lógica nova negando-se a lógica antiga. Há que se aceitar os nossos vieses culturais e planejar a mudança dentro de rituais legitimados pela própria cultura, como demonstra o Quadro 04, que retrata os traços herdados dos modelos anteriores.

Para Pires e Macedo (2005):

*A cultura de organizações públicas leva essas mesmas organizações a burocracias públicas tradicionais que além de terem se tornado complexas, com características centralizadoras e estruturas rígidas, não têm sido orientadas para o atendimento das necessidades dos cidadãos, ou para a eficácia e efetividade. Para tanto, difundem-se no setor público inovações consideradas exitosas no setor empresarial, sem que se considerem objetivos e valores predominantes na administração pública.*

**Quadro 04** – Elementos ainda predominantes na Administração Pública

Modelo de Gestão	Elementos
<b>PATERNALISMO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Excessivo controle de procedimentos, gerando uma administração engessada, complicada e desfocada das necessidades do país e do contribuinte;</li> <li>• Autoritarismo: excessiva verticalização da estrutura hierárquica e centralização do processo decisório;</li> <li>• Permanente vingança em relação ao opressor, tirando vantagem da coisa pública;</li> <li>• Alto controle da movimentação de pessoal e da distribuição de empregos, cargos e comissões, dentro da lógica dos interesses políticos dominantes.</li> </ul>
<b>BUROCRÁTICO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Excessivo controle de procedimentos, gerando uma administração engessada, complicada e desfocada das necessidades do país e do contribuinte;</li> <li>• Ausência de comportamento empreendedor para modificar e se opor ao modelo de produção vigente;</li> <li>• Desconsideração dos avanços conquistados, descontinuidade administrativa, perda de tecnologia e desconfiança generalizada;</li> <li>• Corporativismo como obstáculo à mudança e mecanismo de proteção à tecnocracia.</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Carbone, 2000, p.3

Segundo Silva (2017) em todo sistema social existem dois tipos de políticos e funcionários, os “patrimonialistas” e os “institucionais”, no qual os primeiros ao invés de servir à sociedade, servem-se delas, e o segundo sendo aqueles que de fato lutam por uma instituição mais eficiente em busca de atender aos anseios e necessidades da população.

As reformas gerenciais partem do pressuposto de fazer a burocracia pública “funcionar melhor, a um menor custo”. Uma nova Administração Pública construída a partir de um modelo com flexibilidade gerencial, descentralização, autonomia, e novas formas de gerenciamento são indispensáveis à elevação da performance REZENDE (2009).

No Brasil, os trabalhadores de organizações públicas sempre necessitam possuir habilidades diplomáticas nas suas relações de trabalho, para não provocarem divergências com a administração pouco competente dos gestores. Nas organizações públicas, são as relações de estima e os jogos de influência os verdadeiros indicadores de poder no Brasil, CARBONE (2000)

Segundo Dussault (1992, p.13):

*As organizações de serviços públicos dependem em maior grau do que as demais do ambiente sociopolítico: seu quadro de funcionamento é regulado externamente à organização. As organizações públicas podem ter autonomia na direção dos seus negócios, mas, inicialmente, seu mandato vem do governo, seus objetivos são fixados por uma autoridade externa.*

Segundo Castor e José (apud Pires, Macedo 2005), a história da gestão da Administração Pública Brasileira é uma repetição monótona da luta entre duas forças: de um lado, uma burocracia formalista, ritualista, centralizadora, ineficaz e adversa às tentativas periódicas de modernização do aparelho do Estado, aliada aos interesses econômicos retrógrados e conservadores, embora politicamente influentes; de outro, as correntes modernizantes da burocracia e seus próprios aliados políticos e empresariais.

Enquanto a velha gestão se baseia num modelo centralizador, burocrático e estático, voltado aos interesses de uma elite oligárquica e política, a nova gestão se aproxima dos modelos liberalistas, industriais e inovadores, como se verificam ainda hoje, os sinais da cultura patrimonialista se estenderem além das repartições públicas. José Maria Alves Silva (2017) relata que sindicatos, associações, cooperativas, ONGs e outras instituições sociais que, embora possam ostentar estatutos com as mais nobres missões, acabam tendo um fim e si mesmo, e nas quais sempre é possível identificar grupos de comando que se se assemelham mais a proprietários do que a líderes.

Enquanto a primeira força quer perpetuar seu controle social e seus privilégios por meio da

centralização burocrática, de natureza conservadora e imobilista. As forças modernizantes, por seu turno, industrializadas e abertas ao exterior, exigindo novas missões para o Estado, principalmente na área de ampliação da infra-estrutura econômica e social, hoje apontam para a globalização e o liberalismo.

Barreto (2003) relata que a cultura é a responsável por viabilizar a transformação da natureza no qual explica as diferenças existentes entre os povos, onde por meio das suas elaborações culturais, invenções e diferentes formas de encaminhar e resolver os problemas, especialmente em termos de ciência, tecnologia e inovação, é que os países buscam avançar em termos econômicos, sociais e políticos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do Brasil ainda enfrentar enormes dificuldades econômicas e sociais, as mudanças em sua forma de gerenciar as atividades públicas têm passado por grandes transformações relevantes dentro do processo de democratização o país. Exemplo claro disso são as instituições de polícia e justiça federal na luta contra os crimes do colarinho branco, uma vez que esses crimes têm como base a tradição histórica na forma de coronelismo, clientelismo e corporativismo e que vivem embrenhados nas atividades governamentais públicas de todas as esferas (federal, estadual e municipal), corrompendo políticos e funcionários por conta de interesses próprios em detrimento dos interesses coletivos de toda uma nação.

Neste sentido, foi demonstrada a possibilidade da cultura organizacional, em ambientes de gestão pública ter sua estrutura modificada por consequência dos avanços e retrocessos ocorridos em cada modelo de gestão, de era para era. Tanto a Administração Pública quanto a sociedade foram se ajustando, se moldando, se aproximando mais um do outro. Daquele primeiro modelo que tinha com base no Poder Público, como “poder” no sentido de ordenamento, de policiamento ou de regras impostas, hoje enxerga-se um “Poder Público” no sentido de capacidade de atender às necessidades sociais, aos anseios da população no que diz respeito a educação, saúde, transporte público ou segurança e justiça pública.

As novas ferramentas de políticas públicas de responsabilidade social, governança transparente e gestão da qualidade total voltadas à prática da administração pública têm promovido grandes mudanças na cultura nos gestores da Administração Pública, pois aquele pensamento, que começou com uma visão de servir à nobreza, passou pelo de servir a si mesmo, agora percebe-se no modelo gerencial uma preocupação de proporcionar um melhor retorno à sociedade em forma de prestação de serviços de qualidade.

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando L. “O impacto do modelo gerencial na Administração Pública. Um breve estudo sobre a experiência internacional recente.” In: Caderno Enap, nº 10, 1997.
- AMARAL, H. K. “Desenvolvimento de competências de servidores na administração pública brasileira.” In: Revista do Serviço Público, Brasília: 2006.
- BRAGA, Lamartine “O papel do governo eletrônico no fortalecimento do setor público”. In: Revista do Serviço Público. Brasília, Enap, jan-mar.2008.
- BRAGA, DG. “Conflitos, eficiência e democracia na gestão pública” [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998. 193 p. ISBN 978-85-85676-53-1.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos “Do Estado Patrimonial ao Gerencial”. In Pinheiro, Wilhelm e Sachs (orgs.), Brasil: Um Século de Transformações. S.Paulo: Cia. Das Letras, 2001: 222-259.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos “1934 - A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle”. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1)
- CARBONE, Pedro Paulo “Cultura organizacional do setor público brasileiro: desenvolvendo uma metodologia de gerenciamento e cultura”. In: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro FGV, jan. 2000.
- CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoal: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.

13ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

\_\_\_\_\_. Introdução à Teoria Geral da Administração, 5ª Ed., São Paulo, Makron Books, 1997.

CROZATTI, Jaime, Modelo de Gestão e Cultura Organizacional – Conceitos e Interações, Caderno de Estudos, São Paulo, FIECAFI, v.10, n. 18, p. - , maio/agosto 1998

DIAS, Taciana de Lemos “Análise das funções da Organização Pública e de suas Necessidades Informacionais sob a Ótica de Sistemas Viáveis”, UFMG, 1998.

DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella "Direito administrativo I." - 29.ed. Rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2016.

DUSSAULT, Gilles, A Gestão dos Serviços Públicos de Saúde: Características e exigências. Rev. Adm. públ., Rio de Janeiro, 26 (2):8-19, abr./jun. 1992

GOMES, Laurentino Gomes “1808”, São Paulo, editora Planeta, 2008.

GOMES, Fábio G., “Conflito social e Welfare State: Estado e desenvolvimento social no Brasil.” In: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro FGV, mar-abr,2006.

HOFSTEDE, Geert; MCCRAE, Robert R. “Personality and culture revisited: linking traits and dimensions of culture.” Cross-Cultural Research, v. 38, n. 1, p. 52-88, 2004.

JUSTEN, Mônica Spezia “A noção de serviço público no direito europeu.” São Paulo: Dialética, 2003.

PALUDO, Augustinho “Administração Pública” – 3ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2013.

PDRAE, “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

PEREGRINO, Fernando Otávio de Freitas "Uma Nova Administração Pública no Brasil (1995/2009). Uma Avaliação do Modelo de Organização Social na área da Ciência & Tecnologia / Fernando Otávio de Freitas Peregrino. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2009.

PIRES, José C. S.; MACEDO, Kátia B. “Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil.” Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 81-105, 2006.

REZENDE, Flávio da Cunha “Desafios gerenciais para a reconfiguração da administração burocrática brasileira”, Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 344-365

SILVA, Lindomar P.; FADUL, Élvia. “A produção científica sobre cultura organizacional em organizações públicas no período de 1997 a 2007: um convite à reflexão.” Revista de Administração Contemporânea, v. 14, n. 4, p. 651-669, 2010.

SILVA, José Maria Alves “Da, Administração Pública e cultura patrimonialista”. Revista Práticas de Administração Pública, Santa Maria, vol. 1 jan/abr 2017, pag. 25-41.

SCHEIN, Edgar H. “Cultura organizacional e liderança.” São Paulo: Atlas, 2009.

SMITH, Marinês Santana Justo, FADEL, Barbara “Cultura, Sistemas e Desenvolvimento Regional” (Material de sala de aula) 2018.

TAVARES, Maria das Graças P. “Cultura Organizacional: Uma Abordagem Antropológica da Mudança.” Rio de Janeiro: Qualimark, 1999.



**O PREÇO DA ECONOMIA GLOBAL: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO E O HIPERCONSUMISMO**

*THE PRICE OF THE GLOBAL ECONOMY: REFLECTIONS ON LABOR ANALOGUE TO SLAVERY AND HYPERCONSUMMISM*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Direito, Trabalho e Serviço Social

MARCHETTO, Patrícia Borba  
Doutora em Direito pela Universidade de Barcelona.  
Professora do curso de Administração Pública da FCLAR- Unesp e professora do programa de pós-graduação em Direito da FCHS, Unesp.  
patricia.marchetto@unesp.br

ROCHA, William Albano  
Mestrando em Direito (FCHS/UNESP) e especialista em Direito Constitucional (Complexo-CERS).  
Bolsista CAPES.  
williamtruce@hotmail.com

## **Resumo**

Empresas transnacionais buscam em países emergentes menores custos de produção com o intuito de lucrarem o máximo que puderem pouco se importando com as necessidades e até mesmo com a dignidade de seus trabalhadores que laboram em condições análogas à escravidão. Enquanto estes sujeitos vivem à beira da miséria, questiona-se a grande desproporcionalidade quando se trata do consumo ocidental, pois nestes casos o consumo de produtos vai além do que é considerado necessário à vida, ou seja, os consumidores compram além do necessário (supérfluo), com o intuito de cada vez mais preencherem um “vazio” emocional e individual. A desigualdade latente nas condições de vida no sistema global, o trabalho análogo à escravidão, bem como a exploração do poder mercantil em face dos países emergentes - que de forma direta influenciam negativamente no crescimento econômico e social destes países - serão abordados ao longo do estudo, sobre uma perspectiva ética, social e econômica.

**Palavras-chave:** Consumismo. Globalização. Trabalho análogo à escravidão.

## **Abstract**

*Transnational companies are seeking in emerging countries lower production costs in order to make the most of what they can care little for the needs and even the dignity of their workers who work in conditions analogous to slavery. While these subjects live on the edge of misery, the great disproportionality is questioned when it comes to Western consumption, because in these cases the consumption of products goes beyond what is considered necessary to life, ie consumers buy beyond what is necessary (superfluous ), with the intention of increasingly fulfilling an emotional and individual "void". Latent inequality in living conditions in the global system, work analogous to slavery, as well as the exploitation of mercantile power in the face of emerging countries - which in a direct way negatively influence the economic and social growth of these countries - will be addressed throughout the study , from an ethical, social and economic perspective.*

**Keywords:** Consumerism. Globalization. Work analogous to slavery.

## 1 INTRODUÇÃO

A Globalização, atualmente, é norteadada pelas grandes multinacionais. Desta forma, grandes corporações se instalam em países subdesenvolvidos em busca de matéria-prima abundante e mão de obra barata que possa ser vantajoso aos seus interesses capitalistas. Neste sentido, o trabalhador por falta de alternativas acaba se sujeitando a receber salários muito baixos, o que ocasiona uma insuficiência para sua sobrevivência, configurando uma das causas que contribuem para a miséria em todo mundo.

O mundo e a sociedade atual encontram-se condicionados pelo sistema da globalização econômica; diversas realidades se conectam, gerando uma exorbitância de escolhas derivadas de novas situações que ocorrem no dia a dia do mundo contemporâneo.

Destaca-se que nos últimos tempos os mecanismos de redistribuição econômica que passam basicamente pelos níveis de salários e pela tributação das empresas e dos indivíduos, são mecanismos que ao invés de contribuir para uma redistribuição igualitária está contribuindo em sentido contrário, ocasionando uma maior desigualdade na sociedade contemporânea.

No que tange ao hiperconsumismo e o trabalho análogo à escravidão, será utilizado como referência o acidente do colapso do edifício Rana Plaza em Bangladesh que resultou em mortes de muitos trabalhadores. Analisar-se-á também a atuação e os impactos das empresas transnacionais aos trabalhadores e aos países emergentes, relacionando como o hiperconsumismo influencia e agrava essa situação ao redor do globo.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O levantamento de dados da pesquisa utilizado foi o bibliográfico. O método de análise crítica da realidade abordada, então, será feito com a pesquisa bibliográfica amparada em livros, doutrinas, legislação, artigos, bem como qualquer tipo de bibliografia pertinente para o trabalho. O raciocínio utilizado na pesquisa pauta-se no dedutivo. Isto é, partindo-se do geral, analisa-se o particular.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1 UMA ANÁLISE SOBRE A GLOBALIZAÇÃO E A ECONOMIA

O cenário global atual possui uma contradição, tendo em vista a crescente demanda do intercâmbio entre nações das mais diversas formas, o que encontra forte influência no intercâmbio econômico. As fronteiras entre Estados vêm demonstrando grande importância, surgindo zonas de livre comércio, embora o intercâmbio de pessoas não necessariamente encontre abertura nestes aspectos.

A globalização possui uma forma mais marcante quando se trata de seus efeitos negativos, fenômeno conhecido pelas crescentes relações de troca a nível mundial de relações, informações e mercadorias, que geralmente transpassam fronteiras.

Um ato realizado por um Estado, uma corporação, uma instituição ou uma empresa pode ter reflexos e impactos nos mais diversos cantos do mundo. Ulrich Beck (1999, p. 46), define o termo globalização com a tarefa de se *pregar pudim na parede*: “Globalização é, com toda certeza, a palavra mais usada – e abusada- e a menos definida dos últimos e dos próximos anos; é também a mais nebulosa e mal compreendida, e a de maior eficácia política.”

O autor ressalta os perigos da globalização, entre um deles o seu caráter subordinador, que acaba por orientar toda uma sociedade a agir de acordo com os liames das diretrizes econômicas:

O globalismo é subordinador, a ponto de exigir que uma estrutura tão complexa [...] ou seja, o Estado, a sociedade, a cultura, a política externa – seja dirigida como uma empresa. Temos aqui, neste sentido, um imperialismo da economia, no qual as empresas impõem as condições sob as quais ela poderá otimizar suas metas (BECK, 1999, p.28).

Não se pode ater à limitada concepção do globalismo, mas expandir-se no entendimento das

mais diversas dimensões e localidades da globalização pelo mundo, cada qual comportando suas próprias particularidades, exclusões, interesses. Neste sentido, Ericson Crivelli (2010, p.14) observa que “há um caráter dialético e contraditório na globalização: o local e o universal mantêm relações complexas de interferências mútuas em nítido contraste com os processos sociais de feição unidirecional”.

No que concerne a lógica de mercado, bem como a gradativa facilidade de transposição de barreiras dos Estados-nação frente ao plano comercial, a globalização possibilita a expansão da possibilidade de se buscar os menores custos de produção em âmbito global.

Um produto, por exemplo, não necessariamente deve ser produzido num mesmo local, ou seja, pode ser produzido em regiões e países distintos, tudo irá depender dos interesses e benefícios que cada localidade possui ou que proporcionará às empresas transnacionais.

De acordo com Milton Santos:

Com a globalização e por meio da empiricização da universalidade que ela possibilitou, estamos mais perto de construir uma filosofia das técnicas e das ações correlatas, que seja também uma forma de conhecimento concreto do mundo tomado como um todo e das particularidades dos lugares, que incluem condições físicas, naturais ou artificiais e condições políticas. As empresas, na busca da mais-valia desejada, valorizam diferentemente as localizações. Não é qualquer lugar que interessa a tal ou qual firma. A cognoscibilidade do planeta constitui um dado essencial à operação das empresas e à produção do sistema histórico atual (SANTOS, 2004, p.33).

Cabe-se lembrar que a desterritorialização acaba sendo consequência, quando se trata das condições menos onerosas de produção, assim ocorre à fragmentação no qual uma parte será feita na China, outra na Malásia e outra na Turquia, por exemplo; visando sempre à otimização dos custos da produção. Neste contexto, é interessante apresentar um exemplo de Ulrich Beck:

São vinte e uma horas e dez minutos; no aeroporto berlinense de Tegel, uma voz amável e impessoal anuncia aos passageiros já cansados pela espera que sua aeronave com destino a Hamburgo finalmente pousou na pista. Quem fala é Angelika B., que está na Califórnia, sentada diante de seu teclado. O serviço de comunicação do aeroporto berlinense é transmitido online desde a Califórnia depois das dezoito horas locais, por razões tão simples quanto evidentes: em primeiro lugar, lá não se paga adicional por serviço noturno, e em segundo, os custos salariais (indiretos) desta atividade são muito inferiores aos da Alemanha. A telecomunicação torna tudo isso possível. Dissolve-se uma premissa aparentemente imprescindível do sistema de trabalho das sociedades industriais: a necessidade de se trabalhar conjuntamente num mesmo lugar para produzir bens ou serviços perdeu sua validade (BECK, 1999, p.43).

Neste sentido, visa-se diminuir os custos da produção no intuito de deixá-los mais baratos. Esta busca por menores custos de produção resulta em transferir gastos com a força de trabalho para países e territórios amplamente reconhecidos por ofertar mão de obra a preços extremamente baixos, resultando em condições deploráveis ao trabalhador que se submete a tais condições de trabalho.

### **3.2 O ELO MAIS VULNERÁVEL: O CASO DE BANGLADESH**

Em relação aos países de destino da dinâmica da desterritorialização, encontra-se um sensível desequilíbrio: muitas vezes, o próprio desenvolvimento econômico do país está condicionado a esta maneira de exploração, contudo não há incentivo quanto às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e melhores condições de trabalho, afetando os países emergentes em relação ao seu desenvolvimento frente ao comércio internacional.

Em 2013 em Savar, cidade suburbana de Daca, foi presenciada a desumanidade com que se

tratam os trabalhadores de Bangladesh, na qual foi escancarada tal situação através do colapso do edifício Rana Plaza que resultou em mortes de trabalhadores e outros gravemente feridos. Sem receber nenhum tipo de providência ficavam a depender se sua família que em muitos casos dependia da fonte de renda deste trabalhador para sobreviverem.

A grande maioria das empresas que se utilizavam dos serviços de Bangladesh – grandes corporações donas de marcas extremamente conhecidas mundialmente negaram qualquer tipo de responsabilidade. Para Josep Burgaya:

*La paradoja de este proceso es que los consumidores de Occidente que se benefician de esta moda asequible gracias a los bajos salarios de Bangladesh son aquellos a quienes justamente los trabajadores de Bangladesh están dejado sin trabajo en sus países. Nadie en el mundo occidental trabajaría por salarios taninsuficientes e indignos, pero nos beneficiamos de que otros lo hagan, ya que ellos no se pueden permitir el lujo de decir que no. Quizá podamos continuar comprando algunas prendas de moda baratas, mientras nuestro Estado del Bienestar no haya sido liquidado y continuemos cobrando las prestaciones por desocupación. ¡Triste perspectiva! (BURGAYA, 2015, p.20).*

Cabe salientar que a falta de contratos de trabalho e a liberdade para demitir permitem pouca consideração em relação a horários decentes e requisitos de descansos. Gerando um ambiente desumano e precário para estes trabalhadores.

Para alguns líderes de Bangladesh, consideram muita hipocrisia das empresas - que compravam os seus produtos - requererem melhorias nas condições de trabalho e, ao mesmo tempo exigir preços baixos. Fica bastante evidente o absurdo econômico e social deste sistema.

São evidentes as condições degradantes que os trabalhadores devem se submeter a fim de dar um sustento a sua família, que por sinal é bem ínfimo. Para alguns defensores do sistema de produção, não há espaço para manifestações ou greves de trabalhadores, muito menos de melhorar as condições de trabalho e salário.

Grandes partidos políticos visam à proteção da indústria têxtil no país, tornando-se reféns de quem realmente “governa o país”: os grandes proprietários agrícolas e os exportadores industriais.

Atualmente Bangladesh é o segundo maior exportador de vestuário, ficando atrás somente da China, mas ainda permanece como o segundo mais pobre do mundo, depois do Haiti. Irônico, não! (BURGAYA, 2015, p.22).

Há um grande crescimento econômico dos países de primeiro mundo que através de suas corporações industriais usufruem dos recursos dos países emergentes através de um sistema degradante e miserável, no qual estes, a cada dia, empobrecem e enfrentam situações precárias, não obtendo condições necessárias para proporcionarem uma vida digna aos seus cidadãos.

### **3.3 HIPERCONSUMISMO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

O consumo atua dentro e fora do sujeito, assim, em uma sociedade liberal marcada pelo individualismo cada pessoa busca uma satisfação e promove várias mudanças em busca de algo contemporâneo, atual. Para Livia Barbosa:

*O consumo induz as pessoas à imitação, à competição por status como um dos principais modos de relações sociais, ao individualismo, ao consumo conspicuo e a sua exibição em detrimento de outras formas de sociabilidade e, por fim, apregoa que a sociedade de consumo é mais hedonística do que outras formas de sociedade (BARBOSA, 2004, p. 59-60).*

Os anseios dos sujeitos atualmente não estão nas ostentações ou nas exibições como forma de diferenciação de classe. A busca pelos objetos não é mais para se exibir ou mostrar uma posição social, mas para viver e satisfazer desejos emocionais e estéticos, que as diferencia dos demais.

O que sustenta à dinâmica consumista é a busca das felicidades privadas que se apoiam nos recursos corporais e relacionais, em uma saúde ilimitada e uma conquista de espaço-tempo que identificam à pessoa.

Segundo Lipovetsky:

Passa-se para o universo do hiperconsumo quando o gosto pela mudança se difunde universalmente, quando o desejo de “moda” se espalha além da esfera indumentária, quando a paixão pela renovação ganha uma espécie de autonomia, relegando ao segundo plano as lutas de concorrência pelo status, as rivalidades miméticas e outras febres conformistas (LIPOVETSKY, 2010, p.44).

O consumo parece conseguir trabalhar cada vez mais na identidade dos indivíduos do que a política, religião e até mesmo nas tradições de cada um. Assim, “na corrida às coisas e aos lazeres, o *homo consumericus* esforça-se mais ou menos conscientemente em dar uma resposta tangível, ainda que superficial, à eterna pergunta: quem sou eu? (LIPOVETSKY, 2010, p. 45).

Numa sociedade do hiperconsumo, o consumidor, em busca da sua felicidade, consome, enquanto o fornecedor, em busca da sua felicidade, ou seja, sua maximização de lucros promete a felicidade almejada pelo consumidor, e produz o consumo. De acordo com tal sociedade Weschenfelder:

[...] No sistema individualista/mercantilista, na sociedade do hiperconsumo, produz-se e alguém tem de consumir. O sistema de produção, para maximizar os lucros, existe e vive na razão direta do consumismo quando deveria ser suficiente a produção para o consumo. Para haver o consumismo, cria - se o desejo e a necessidade de adquirir produtos e serviços, mesmo sem precisar, tudo para buscar felicidade. Passa - se ao consumidor a ideia – que ele aceita a introjeta como norma absoluta e inviolável de conduta, individual e social – de que não é o consumo, mas o consumismo de produtos e serviços que é fator de felicidade da pessoa (WESCHENFELDER, 2010, p. 110).

Ressalta-se que hiperconsumismo dá-se em vários níveis, como por exemplo, em nível global no qual o consumo é prejudicial ao meio ambiente em todo globo; em nível regional a preferência para produtos que são produzidos em outras regiões ajuda a desequilibrar os comércios entre países de uma relação comercial, seja ela total ou parcial; no âmbito cultural as expressões culturais modificam-se de tal forma que os jovens de hoje já estão preparados a fim de consumirem em excesso, a exemplo temos os produtos e mercadorias; até mesmo no âmbito familiar, atualmente as famílias consomem além do necessário comprando coisas supérfluas que poderiam ser evitadas.

Bauman (1999, p.91) afirma que os consumidores “precisam ser mantidos acordados e em alerta sempre, continuamente expostos a novas tentações, num estado de excitação incessante – e, também, com efeito, em estado de perpétua suspeita e pronta insatisfação”, segundo diz Ruscheinsky e Cargaro:

Na atualidade, o objetivo da vida é a felicidade, isto é, o prazer máximo, definido como satisfação de todo os desejos ou necessidades subjetivas que alguém possa sentir, e isso se dá através do consumo de mercadorias que possam suprir nossas tristezas e depressões. Lamentavelmente, os indivíduos, no mundo moderno e globalizado, parecem incapazes de compreender a transcendência de uma sociedade que não esteja centrada na competição, no consumo, na desigualdade e na avidez. Vive - se numa sociedade aquisitiva, na qual desejar, adquirir, possuir e obter lucro são direitos tidos como sagrados, intransferíveis e inalienáveis, dentro do corolário de ideologia capitalista-utilitarista. (RUSCHEINSKY; CALGARO 2010, p. 54).

Hoje é evidente que tanto os jovens quanto os adultos das novas classes buscam consumir uma marca e não um produto. Cabe salientar que o desejo de ser reconhecido socialmente não deixou de existir, mas o que prevalece no novo mundo contemporâneo está ligado principalmente a imagem, bem como a satisfação do preenchimento emocional que o hiperconsumo ilude proporcionar..

### 3.4 O TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO

O trabalho escravo existe em meio à humanidade desde tempos antigos, sendo até mesmo a base produtiva em algumas. Neste contexto, descreve Binka Le Breton:

A escravidão é tão antiga quanto o próprio homem. Ela começou a aparecer no antigo Egito, floresceu sob o sistema de castas do sul da Ásia, foi institucionalizada por gregos e romanos, usada pelos colonizadores como método de recrutamento de mão-de-obra para as plantações no Caribe, na América do Sul e, mais tarde, no Congo Belga e, para a vergonha de todos nós, ainda existe nos dias de hoje. E continuará a existir enquanto houver, de um lado, disponibilidade de pessoas terrivelmente pobres e, do outro, gente pronta a explorar sua miséria (LE BRETON, 2002, p. 73).

Cabe ressaltar que a escravidão mais conhecida dentre a história e que por consequência gerou grandes seqüelas. A escravidão no mundo ocidental contemporâneo é aquela que se desenvolveu a partir do sistema mercantilista/capitalista, com o tráfico de negros às colônias de diversos países europeus.

No final do século XVII, a escravidão passou aos poucos a ser condenada e ilegalizada em vários ordenamentos jurídicos de diversos países, até que, passou a ser considerada uma afronta aos direitos fundamentais do ser humano, ferindo inclusive, a dignidade da pessoa humana, pois os negros eram tratados como animais pelos senhores à época. Ressalta-se que o último país do ocidente a abolir a escravidão foi o Brasil, através da famosa Lei Áurea, em 1888.

Destaca-se que este sistema de escravatura, surgido nas colônias, inclusive a brasileira, ainda nos dias atuais persiste na cultura de produção.

[...] a história da sociedade brasileira tem raízes profundas na escravatura. Ela influenciou decisivamente o modo pelo qual se organizaram as diversas esferas da sociedade. Desde os começos da época colonial até fins do período monárquico, marcou não só a economia, mas também a política e a cultura. Muito do que tem sido a sociedade brasileira no século XX ressoa a influência do escravismo (IANNI, 1988, p. 11).

Para a Organização Internacional do Trabalho – OIT, o conceito de trabalho escravo define-se como:

[...] toda a forma de trabalho escravo é trabalho degradante, mas o recíproco nem sempre é verdadeiro. O que diferencia um conceito do outro é a liberdade. Quando falamos de trabalho escravo, falamos de um crime que cerceia a liberdade dos trabalhadores. Essa falta de liberdade se dá por meio de quatro fatores: apreensão de documentos, presença de guardas armados e “gatos” de comportamento ameaçador, por dívidas ilegalmente impostas ou pelas características geográficas do local, que impedem a fuga (OIT - Projeto de combate ao trabalho escravo no Brasil, 2010).

Em relação ao papel das Nações Unidas na atuação e erradicação dos trabalhos análogos a escravidão no Brasil, tem-se o seguinte posicionamento:

No âmbito do sistema internacional de proteção dos direitos humanos, mecanismos de direitos humanos têm acompanhado a situação de direitos humanos no Brasil, em especial no que diz respeito ao trabalho escravo, e emanado uma série de recomendações a esse respeito. O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em 2009, notou com preocupação o grande número de brasileiros submetidos à condições análogas à escravidão, à trabalhos forçados e à outras condições de exploração e

recomendou a adoção de medidas para pôr fim à todas formas de exploração do trabalho (Relatório do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. E/C.12/BRA/CO/2, p. 15).

Salienta-se que o trabalho escravo que perdura nos dias atuais, está relacionado à rede de exploração clandestina de seres humanos para obtenção do lucro, movida, sobretudo pela ambição de lucros desmedida e pela expectativa de impunidade do explorador (RAMOS FILHO, 2008, p. 269-298).

Wilson Ramos Filho (2008, p. 270-272) observa que a expressão “condição análoga à de escravo” é utilizada para que não se confunda com a “escravidão histórica”. De acordo com o autor, a escravidão contemporânea nem sempre se dá naquele modelo encontrado no pré-capitalismo. Segundo Binka Le Breton, há grandes diferenças entre o escravo de ontem e o trabalhador em condições análogas à de escravo encontrado:

Os escravos negros eram ligados à casa ou à plantação, mas os escravos atuais não pertencem a lugar algum. Os escravos negros eram possuídos e usados, os escravos de hoje são dominados e usados. No sistema feudal, os escravos negros faziam parte de uma ordem social estabelecida, reconhecida e reforçada pela coroa e pela igreja. No sistema capitalista, os “escravos brancos” são recrutados de acordo com as necessidades, postos para trabalhar tanto quanto possível, e descartados assim que expira sua utilidade (LE BRETON, 2002, p.222).

A escravidão contemporânea é uma realidade clandestina, contudo muito presente. É bastante complexa a luta pela sua erradicação. Neste sentido, a quem se deve culpar pelas condições miseráveis em que os seres humanos do mundo contemporâneo estão sujeitos quando tratamos de escravidão?

“Se habla a veces de desencantamiento ético: con esta expresión se alude al supuesto de que vivimos en sociedades libres de pecado y de culpa, en sociedades en las que los individuos tienden cada vez más a actuar con independencia de juicios morales sobre sus propios actos, atentos sólo a la funcionalidad de éstos respecto de sus opciones 'egoístas'(CAPELLA, 1993, p.37).

Há de se comentar que a indústria têxtil, de vestuário e calçados, tem sido palco de várias violações aos direitos dos trabalhadores ainda nos dias atuais. O *sweating system*, termo em inglês que traduzido significa “sistema do suor”, apresenta esta dinâmica de produção e ainda continua na indústria têxtil contemporânea, limitando e impossibilitando as condições mínimas de dignidade e segurança aos seus trabalhadores.

Neste sentido Renato Bignami (2011, p.77) relata que o *sweating system* é um sistema no qual “os locais de trabalho confundem-se com as residências, nos quais os obreiros trabalham sob condições extremas de opressão, por salários miseráveis, jornadas demasiadamente extensas e exaustivas, e precárias ou inexistentes condições de segurança e saúde”.

Por fim, cabe frisar as palavras de Eduardo Galeano:

Em um mundo às avessas, a liberdade oprime: a liberdade do dinheiro exige trabalhadores encarcerados pela prisão do medo, que é a prisão de todas as prisões. O deus do mercado ameaça e castiga; e bem o sabe qualquer trabalhador, em qualquer lugar. O medo do desemprego, que serve aos empregadores para reduzir seus custos de mão de obra e multiplicar a produtividade, é, nos dias de hoje, a fonte de angústia mais universal (GALEANO, 2001, p.4).

O trabalho análogo à escravidão ainda existente nos dias atuais, não só “rasga” os tratados internacionais que versam sobre os direitos humanos, mas vai além, destroem lares, sonhos, vidas. As grandes empresas industriais se apoderaram da economia e atrelaram a ela a possibilidade de

sempre buscar a maximização de seus produtos e o menor custo através de países emergentes.

Vivemos numa economia totalmente desigual, corroída pelas indústrias, onde o lucro e o menor preço são os interesses principais, pouco se importando com as condições degradantes e desumanas que seus trabalhadores vivem.

Um mundo às avessas, no qual a soberba e o poder corrompem uma parcela de trabalhadores que lutam diariamente contra a fome, a miséria; o cansaço, a tristeza, a fim de obterem um mínimo de condição humana para sua família; enquanto a outra parcela consumista cada dia mais tenta satisfazer seus desejos comprando incansavelmente a fim de buscar a felicidade. Absurdo, tal economia!

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obsessão econômica agravada pela globalização aumenta esta atual situação de desigualdade entre países, transformando a maneira que as cadeias de produção estão organizadas. Países com uma estrutura precária inserem-se na cadeia econômica de maneira a não possibilitar a tutela dos direitos fundamentais de seus cidadãos.

Assim, esta globalização econômica vem gerando um mundo mais desigual e inseguro, na qual uma pequena parcela possui o controle de mais da metade da riqueza do mundo; ocasionando sociedades desiguais que mantêm o cenário do comércio atual.

No cenário urbano, as graves violações de direitos humanos no âmbito do trabalho persistem; tal sistema permite a produção em massa e menores custos de produção – estas situações ainda vêm ocorrendo e sendo recorrentes ao redor do globo; como por exemplo, o país de Bangladesh considerado um dos maiores exportadores de vestuário do mundo, porém um dos mais pobres.

A pós-modernidade possui uma tendência pelo descarte; ou seja, nada deve durar muito, pois o que é durável, não é novo e conseqüentemente não traz interesse aos consumidores contemporâneos. As coisas devem durar pouco a fim de que o consumismo possa “injetar” um sentimento de preenchimento emocional e satisfação pessoal aos indivíduos, no que tange suas escolhas.

As questões que envolvem o problema da escravidão contemporânea não se restringem apenas ao território brasileiro, nem mesmo nos países considerados emergentes. A legislação vigente nos próprios países ainda é insuficiente para a extinção deste problema e a falta de fiscalização nacional e global abre muitas “brechas” para este tipo de exploração desumana e clandestina ao redor do globo.

É importante combater tais situações de forma urgente e imediatista, se fazendo necessária a atuação e fiscalização das organizações internacionais e nacionais, a fim de estabelecer condições mínimas de trabalho aos trabalhadores, no sentido de viabilizar acordos com as empresas multinacionais, com intuito de que estas assegurem os direitos fundamentais aos seus trabalhadores.

#### REFERÊNCIAS

BARBOSA, Livia, 1949. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECK, Ulrich. **O que é Globalização? Equívocos do globalismo**: resposta à globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BIGNAMI, Renato. **Trabalho Escravo Contemporâneo: o Sweating System no Contexto Brasileiro como Expressão do Trabalho Forçado Urbano**. In: NOCCHI, Andrea S. P. et alii (coord.) **Trabalho Escravo Contemporâneo: o Desafio de Superar a Negação**. 2ª Ed. São Paulo: LTr, 2011.

BURGAYA, Josep. **La economía del absurdo**. Cuando comprar más barato contribuye a perder el trabajo. Barcelona: Ediciones Deusto, S.A, 2015.

CAPELLA, Juan Ramon. **Los Ciudadanos Siervos**. 2ª ed. Valladolid: Editorial Trotta, 1993.

CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do Trabalho Contemporâneo**. São Paulo: LTr, 2010.



GALEANO, Eduardo. **Los derechos de los trabajadores**: ¿un tema para arqueólogos? El Pais, Espanha, 07 maio 2001.

IANNI, Octavio. **Metamorfoses do escravo**: apogeu e crise da escravatura meridional. 2ª ed. rev. e. aum. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia et Labor, 1988.

LE BRETON, Binka. **Vidas Roubadas**: A escravidão moderna na Amazônia brasileira. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**. São Paulo, SP: Companhia das letras, 2010.

OIT, ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, **Resumo do Projeto de combate ao trabalho escravo no Brasil** – 2010. Disponível em : < <http://www.oit.org.br>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

RAMOS FILHO, Wilson. **Trabalho degradante e jornadas exaustivas**: Crime e Castigo nas relações de Trabalho neo-escravistas. In: Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9. Região, v. 61, p. 269-298, jul./dez. 2008.

**Relatório do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. E/C.12/BRA/CO/2.

RUSCHEINSKY, Aloísio; CALGARO, CLEIDE. **Sociedade de consumo**: globalização e desigualdades. In: PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; HORN, Luiz Fernando Del Rio (Org.). Relações de consumo: globalização. Caxias do Sul: Educs, p. 29-56, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

WESCHENFELDER, Paulo Natalicio. **A instrumentalidade jurídica da publicidade no código de defesa do consumidor**. In: PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; HORN, Luiz Fernando Del Rio (Org.). Relações de consumo: consumismo, Caxias do Sul: Educs, p. 103 - 18 2010.

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO POSSIBILIDADE DE AFIRMAÇÃO PROFISSIONAL NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL**

**UNIVERSITY EXTENSION COURSE AS POSSIBILITY OF PROFESSIONAL AFFIRMATION IN  
CHILDHOOD EDUCATION**

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento

MARTINS, Andressa de O.  
Universidade Federal de São Carlos – Programa de Pós-Graduação em Educação  
Doutoranda em Educação (PPGE/UFSCar), Mestre em Educação (PPGE/ UFSCar, Pedagoga  
(UFSCar)  
martinsandressa27@yahoo.com.br  
SOMMERHALDER, Aline  
Docente da Universidade Federal de São Carlos – Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas  
- Programa de Pós-Graduação em Educação  
Doutora em Educação Escolar (UNESP), Pedagoga (UNESP).  
sommeraline1@gmail.com  
MALTA, Deise Ap. Silva  
Universidade Federal de São Carlos – Programa de Pós-Graduação em Educação  
Doutoranda em Educação (PPGE/ UFSCar), Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas  
(UNESP), Pedagoga (UNIFRAN)  
deisemalta@hotmail.com

**Resumo**

Este texto decorre de uma pesquisa acadêmica concluída e realizada em um Projeto de Extensão Universitária. Foi desenvolvida em uma Instituição de Educação Infantil de um município do interior de São Paulo. O Projeto visava à formação permanente e em contexto de profissionais que atuam com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses. O presente estudo caracteriza-se enquanto uma pesquisa de abordagem qualitativa que objetivou levantar e descrever aspectos referentes à participação (estar em formação) dessas profissionais, nesse Projeto. Participaram da pesquisa 16 educadoras (professoras, merendeira, diretora) envolvidas no Projeto. Para a coleta de dados foi utilizado como instrumento o grupo focal. A análise dos dados ocorreu por meio da análise de conteúdo e à luz do referencial teórico. Neste texto, apresentamos parte dos resultados com foco na Desvalorização das profissionais e nos processos de ensinar e de aprender na Educação Infantil/ necessidade de afirmação profissional. Os resultados apresentados revelaram a desvalorização social e profissional das educadoras da Educação Infantil, bem como evidenciaram a importância da formação permanente para o desenvolvimento profissional, para o reconhecimento das especificidades de atuação e para valorização profissional.

**Palavras-chave:** Educação Infantil, Formação de Professores, Valorização Profissional.

**Abstract**

This text arise from a concluded academic research carried in an University Extension project. It was implemented in a Childhood Education Institution of a municipality in the interior of São Paulo. This project aimed the permanent qualification in a context of professionals who act with children between 0 and 5 years and 11 months. The present study is characterized as a qualitative approach research that aimed to raise and describe different aspects regarding the participation (being in qualification) of these professionals in the project. Sixteen educators (teachers, school cooks, principal) involved in the project participated in the research. For data collection it was used focal group as instrument. In this text we presented part of the results focusing on devaluation of the professionals and on the process of teaching and learning in Childhood Education and the need of professional affirmation. Presented results revealed social devaluation of Childhood Education professionals, as well as highlighted the importance of permanent qualification for recognition of the acting specificities and for professional

valorization. Keywords

**Keywords:** Childhood Education, Teachers Qualification, Professional Valorization

## 1 INTRODUÇÃO

O presente texto é parte de uma pesquisa acadêmica concluída com financiamento capes. A pesquisa teve como contexto um Projeto de Extensão Universitária de formação para profissionais que atuam na Educação Infantil, em um município do interior de São Paulo. O Projeto de Extensão resulta da parceria entre universidade e rede de ensino, defendendo a ideia de um processo de formação permanente, colaborativa e em contexto para as educadoras que atuam com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses.

Acreditando na construção coletiva e na parceria entre escola e universidade, a atividade formativa buscou levantar discussões e reflexões sobre a ausência de valorização e reconhecimento social e profissional destinada às profissionais de Educação Infantil no Brasil (KRAMER, 2011; KISHIMOTO, 2010; BONDIOLI; MANTOVANI, 1998).

Infelizmente, estudos mostram que as profissionais que atuam nessa etapa educativa são vistas socialmente como educadoras natas, tias, cuidadoras, professorinhas, que realizam suas atividades por dom, amor aos pequenos, caridade, benevolência, sacerdócio, incapacidade de saber lecionar em outros níveis de ensino (LOURO, 2006; ASSIS, 2007; KISHIMOTO, 1999).

A Educação Infantil, pelo fato de se dirigir ao atendimento de bebês e crianças pequenas, muitas vezes é vista pela sociedade e também pela legislação como uma profissão que não necessita de formação de qualidade. Assim, pensa-se que basta ser mulher e gostar de crianças para trabalhar na Educação Infantil, não sendo reconhecida a importância da formação profissional qualificada e do preparo equivalente aos outros docentes que atuam nas demais etapas educativas (KISHIMOTO, 1999). Isso faz com que a professora de Educação Infantil não seja vista como profissional, pois na visão do senso comum, a mulher é mãe, educadora e cuidadora nata, assim, tem características vocacionais para trabalhar com bebês e crianças pequenas (ROSEMBERG, 1984; ASSIS, 2007).

Sobre isso Kramer (2005, p. 125) esclarece que:

As atividades do magistério infantil estão associadas ao papel sexual, reprodutivo, desempenhado tradicionalmente pelas mulheres, caracterizando situações que reproduzem o cotidiano, o trabalho doméstico de cuidados e socialização infantil.

Essa ideia sobre a Educação Infantil e sobre a profissional que atua nesta etapa educativa corrobora para a visão de que para ser professora de bebês e crianças pequenas não é preciso formação, gerando a desvalorização dessa profissional, que reflete nos baixos salários, na dificuldade de afirmação profissional e nas condições precárias de trabalho.

Com relação a esta desvalorização, Assis (2007) aponta que existe uma política de exclusão destas educadoras, pois a atuação junto à bebês e crianças pequenas envolve práticas de cuidado. Essa exclusão se atenua ainda mais com relação às professoras de creche, considerando que as crianças de 0-3 anos necessitam de maiores cuidados físicos, como troca de fraldas, banho, alimentação, entre outros cuidados específicos dessa faixa etária (GUIMARÃES, 2005).

Considerando essa desvalorização, Campos (1994, p. 33) destaca que “[...] quanto menor a criança, menos o „status“ de seu educador.” Isso evidencia a desvalorização social da criança pequena e das práticas de cuidado. Assim, as professoras que trabalham na Educação Infantil, por terem sua prática pautada no cuidar/educar, somada a falta de exigências formativas específicas para o desempenho dessas funções, têm menor visibilidade com relação a sua atuação, fazeres e saberes, considerando que as atividades de cuidado são menos valorizadas do que as intituladas educativas (ROSSETTI-FERREIRA, 2003).

O fato de a Educação Infantil não estar pautada na forma tradicional de ensino e aprendizagem (aulas, conteúdo, escrita...) a concepção dos pais, da sociedade e também de alguns professores/as é de que nessa Etapa Educativa não existem aprendizagens efetivas, partindo da ideia errônea de que somente se aprende quando existe produção material.

Nesse cenário, se faz fundamental o entendimento de que o trabalho em creches e pré-escolas não se reduz ao ensino de conteúdo, mas implica, conforme aponta Cerisara (1999, p. 16) “[...] trabalhar com as crianças pequenas em diferentes contextos educativos, envolvendo todos os

processos de constituição da criança em suas dimensões intelectuais, sociais, emocionais, expressivas, culturais, interacionais.”

Reconhecendo as peculiaridades da Educação Infantil e da atuação profissional nessa Etapa Educativa, afirmamos a necessidade de uma formação que reconheça a especificidade da infância e do cuidar/educar. Defendemos uma formação permanente que ocorra em colaboração e que esteja relacionada as realidades de trabalho. Destacamos ainda que essa formação deve ter como locus privilegiado as instituições de Educação Infantil, de modo a promover a troca de conhecimentos entre os pares e o reconhecimento das instituições enquanto espaço de produção de conhecimento, possibilitando a reflexão e ressignificação do trabalho educativo.

Salientamos a importância dessa formação para o desenvolvimento e afirmação profissional dessas professoras. Esta formação deve contemplar o verdadeiro papel dessas profissionais, que têm sua atuação diferenciada dos demais docentes, considerando que seu trabalho é fortemente marcado pelo cuidar/educar crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, que estão no início de seu desenvolvimento. Essa formação deve também contribuir para que a visão meramente assistencialista da Educação Infantil seja superada, objetivando a valorização e o reconhecimento dos saberes que são construídos por essas profissionais, por meio das diferentes práticas das quais participam.

A partir desses apontamentos, defendendo a formação permanente, colaborativa e em contexto e a necessidade de abordar, nessa formação, discussões e reflexões sobre a ausência de valorização e reconhecimento social e profissional destinada às profissionais de Educação Infantil no Brasil, esse artigo objetivou levantar e descrever aspectos referentes à participação (estar em formação) dessas profissionais, nesse Projeto.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, considerando que segundo Minayo (1994), o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo. De acordo com essa autora e Bogdan e Biklen (2010) a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como um estudo detalhado de determinado fenômeno social que busca informações para explicar em profundidade as características e significados desse fenômeno.

Na presente pesquisa, a partir da abordagem qualitativa, foi realizado um estudo de caso. Segundo Yin (2001) o estudo de caso é utilizado quando o foco da pesquisa está na compreensão de fenômenos sociais complexos que se inserem em contexto de vida real. De acordo com a autora, os estudos de caso permitem uma investigação que preserve as características desses eventos da vida real.

Segundo André (2013) na pesquisa qualitativa em educação, o estudo de caso objetiva “[...]focalizar um fenômeno particular, levando em conta seu contexto e suas múltiplas dimensões. Valoriza-se o aspecto unitário, mas ressalta-se a necessidade da análise situada e em profundidade.” (ANDRÉ, 2013, p.3).

A autora aponta ainda que o conhecimento resultante dos estudos de caso é um conhecimento “[...] mais concreto, mais contextualizado e mais voltado para a interpretação do leitor.” (ANDRÉ, 2013, p. 3), considerando que esse conhecimento é resultado de uma determinada realidade, de um determinado evento.

Nessa pesquisa, trabalhamos com o estudo de um caso específico, focalizando apenas um evento: um Projeto de Extensão Universitária. A pesquisa sobre esse Projeto se constitui enquanto um estudo de caso, pois o Projeto é uma situação particular, exclusiva e contextualizada.

O Projeto é desenvolvido desde o ano de 2012 em um Centro Municipal de Educação Infantil de uma cidade do interior de São Paulo. É resultante da aproximação entre universidade e profissionais de Educação Infantil em exercício, para compartilhamento de expectativas e anseios, visando colaborar nesse campo de formação e atuação profissional, promovendo ações conjuntas de formação.

As inquietações das participantes dessa extensão convergem para o fortalecimento de políticas públicas que compreendam que a Educação Infantil é de extrema importância para o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos e 11 meses e que, portanto, a profissional que atua nessa etapa educativa deve ter condições estruturais, profissionais e salariais compatíveis com o trabalho a ser desenvolvido. Nesse sentido, a proposta deste Projeto destaca a questão da ausência de reconhecimento e valorização profissional das educadoras que atuam com bebês e crianças pequenas.

As atividades do Projeto são divididas em momentos de leitura de textos, discussões, reflexões, atividades em grupos, apresentação de casos de ensino, realização de oficinas, vivências de sensibilização, dinâmicas, filmes, documentários, etc. O Projeto conta ainda com atividades não presenciais, como a produção de diários e memorial/ portfólio.

Nessa direção, as atividades desenvolvidas no Projeto trazem à tona o que é ser professora de bebês e crianças pequenas, as dificuldades e desafios, os saberes construídos ao longo da carreira e as necessidades de formação dessas profissionais. São momentos de aprendizagem, troca de saberes e reflexão, por meio do diálogo, da problematização, do pensar crítico e de tomada de consciência.

Foram sujeitos da pesquisa todas as 16 educadoras envolvidas no Projeto, sendo 13 professoras de Educação Infantil, 1 professora que atua como Educadora Física na Educação Infantil, 1 diretora e 1 merendeira.

Como instrumento de coleta de dados utilizamos o grupo focal (GATTI, 2005), considerando as possibilidades que essa técnica abre para a coleta das informações necessárias à realização da pesquisa, principalmente pelo fato de que partimos do pressuposto que as participantes do Projeto compreendem um grupo social.

Para a natureza da pesquisa realizada, o grupo focal permite, conforme aponta Gatti (2005), a interação entre as participantes da pesquisa para discutir e comentar o objeto de estudo, possibilitando que essas tragam para a discussão elementos provenientes de suas experiências.

A moderação do grupo focal foi realizada pela pesquisadora. O espaço escolhido para as sessões de grupo focal foi o CEMEI onde é desenvolvido o Projeto de Extensão. Foram realizadas 6 sessões de grupo focal. Para o registro dos dados foi utilizada gravação em vídeo com áudio e imagem, com transcrição posterior. Gibbs (2009) aponta que a transcrição é um processo importante, considerando que “Escutar as gravações com cuidado e ler e conferir a transcrição produzida faz com que você se familiarize com o conteúdo. Inevitavelmente você começa a gerar novas ideias sobre os dados.” (GIBBS, 2009, p. 33).

Considerando as questões éticas para o desenvolvimento da pesquisa, as participantes foram informadas sobre o foco, riscos, benefícios e destino dos dados da pesquisa. As educadoras tiveram a opção de escolha de participação, bem como de desistir a qualquer momento. A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos, sob parecer n. 1.096.045.

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2008) e a luz do referencial teórico escolhido. Considerando que esse artigo contempla aspectos de uma pesquisa de mestrado concluída, apresentamos parte dos resultados, com ênfase na “Desvalorização das profissionais e dos processos de ensinar e aprender na Educação Infantil/ necessidade de afirmação profissional.”

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As participantes da pesquisa apontaram a desvalorização das profissionais e dos processos de ensinar e aprender na Educação Infantil e evidenciaram a necessidade de afirmação profissional das educadoras que atuam nessa Etapa Educativa.

Em uma das sessões de grupo focal, na temática sobre as contribuições do Projeto, a professora Ana trouxe como contribuição a necessidade de afirmação enquanto professora. A fala da professora Ana evidenciou a questão da desvalorização social das práticas de cuidados desenvolvidas na Educação Infantil, associando a função dessas educadoras a de cuidadoras e/ou babás. A professora Ana relatou que é fundamental que a professora de Educação Infantil se assuma enquanto professora, para que seja reconhecido o papel educativo das creches e pré-escolas.

Professora Ana – Eu acho também que assim, dá um norte para a gente tentar se afirmar enquanto professoras mesmo. Teve uma palestra que para mim assim, foi a que mais marcou, que era a da... Eu não lembro o nome da pessoa, mas que ela falou assim que a gente recebe os pais, os pais nos recebe assim ... Ah, meu filho comeu? Meu filho bebeu? Meu filho...?... Não! Seu filho também pintou, seu filho também fez... Isso para mim foi muito forte assim, sabe? Fez eu pensar mesmo o quanto é complexo. Porque é uma pequena inversão na sua fala, mas ela é muito complexa sabe. A gente, né? Porque eu acho que o professor tem essa dificuldade de se assumir enquanto professor...

Professora Fernanda – O professor de Educação Infantil principalmente!

Professora Ana – Principalmente...

Professora Fernanda – Eu sinto isso. Quando as pessoas me perguntam qual sua profissão... Ah, professora?... Que ano você leciona?... Eu leciono para criança pequena ou trabalho na creche, assim... Na creche? (fazendo careta)... Como quem diz assim, nossa, tem certeza?

Professora Karina – Trabalha?

Professora Fernanda – Na creche você não é professor, você é babá. A gente não transmite conteúdo, a gente só cuida, para a maioria dos pais, para a maioria das pessoas, familiares mesmo, você da Educação Infantil não passa de uma mera babá, de um cuidador, né? Então é essa fala (aponta para Professora Ana).

(Grupo focal n. 2).

A questão da necessidade de afirmação profissional apareceu em outra sessão de grupo focal, quando as professoras falaram sobre os significados do participar e do estar no Projeto. A professora Ana apontou a importância da Atividade de Extensão Universitária proporcionar a troca entre as integrantes do grupo e ouvir as vozes de quem atua na escola. Essa professora trouxe também a questão do reconhecimento das participantes desta Extensão Universitária, enquanto professoras.

Professora Ana – Eu acho que através do grupo sabe? De proporcionar essa troca, de trazer as coisas de fora, mas também de dar voz para quem está dentro da sala de aula, e essa questão da gente ser e se reconhecer enquanto professor mesmo, né? e a importância que isso traz para a gente mesmo. Eu acho que esse é o principal ponto assim do Projeto.

Grupo fica em silêncio.

Alguns participantes abaixam a cabeça, outras se olham.

(Grupo Focal n. 3).

As falas dessas profissionais revelaram que, socialmente, a profissão de professor é desvalorizada e que isso se atenua ainda mais quando se refere à educadora que atua na Educação Infantil, pelo fato dessa etapa educativa envolver práticas de cuidado e higiene associadas a alimentação, banho, troca de fraldas, etc, considerando que “O ato de cuidar aparece relacionado a uma tarefa menor, sem prestígio ou reconhecimento.” (NASCIMENTO et al., 2005, p.57).

De acordo com esses autores e Tiriba (2005), na concepção social, existe a dicotomia entre corpo e mente, conservação da vida e cognição, partindo do entendimento de que cuidar se refere apenas a assistência, corpo e higiene. Sobre essa dicotomia comumente existente, Campos (1994) afirma que é fundamental considerar a criança de forma integrada, sem privilegiar um processo de desenvolvimento em detrimento ao outro. Essa questão é reforçada também nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) que apontam a indivisibilidade da dimensão afetiva, cognitiva, linguística, sociocultural, ética, estética e expressivomotora da criança.

Pensando nessas questões, autores como Nascimento et al. (2005), Tiriba (2005) e Sommerhalder (2015) defendem que não é possível educar sem cuidar e que a necessidade de cuidado não está apenas na Educação Infantil, mas essa é uma necessidade humana, uma vez que “O cuidado possui uma dimensão ontológica que entra na constituição do ser humano. Desde o nascimento até a morte, não há ser humano sem cuidado.” (TIRIBA, 2005, p. 79). Kishimoto (2005) acrescenta ainda que cuidar e educar são dimensões que se fazem presentes por toda a vida.

Para Tiriba (2005), na Educação Infantil, principalmente o trabalho desenvolvido em creches (0-3 anos de idade) envolve atividades de cuidados específicos dessa faixa etária, por conta da situação de dependência física de bebês e crianças pequenas em relação aos adultos. Assis (2004) anuncia que as ações de cuidado, nesta etapa educativa, são fundamentais, pois sem essas ações não é possível ensinar e aprender. O educativo está vinculado às atividades de cuidado do humano.

Nos Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009) encontramos que:

A atenção à saúde das crianças é um aspecto muito importante do trabalho em instituições de educação infantil. As práticas cotidianas precisam assegurar a prevenção de acidentes, os cuidados com a higiene e uma

alimentação saudável, condições para um bom desenvolvimento infantil nessa faixa etária até seis anos de idade. (BRASIL, 2009, p. 48)

Assim, nos respaldando em Sommerhalder (2015) entendemos que essas atividades específicas desenvolvidas na Educação Infantil, não objetivam meras práticas assistencialistas, mas relacionam-se ao desenvolvimento integral da criança, satisfazendo as necessidades vitais e proporcionando momentos de relação humana entre adultos e crianças, partindo do pressuposto que “Educar é um processo integrado, que envolve saúde, afetos e valores morais.” (NASCIMENTO et al., 2005).

Considerando o modo como ocorre o educar na Educação Infantil, pelo fato das práticas não estarem pautadas no modo tradicional (leitura, escrita, letras, números), muitas vezes, conforme revelam as participantes da pesquisa, na visão social, permanece a ideia de que nessa etapa educativa nada se ensina e nem se aprende, atribuindo a essa etapa um caráter meramente assistencialista e a essas profissionais a função de babá, cuidadora, tia, professorinha.

Sobre isso, em uma das sessões de grupo focal, professora Fernanda afirmou que o professor de Educação Infantil transmite conteúdo e que isso ocorre por meio do lúdico. A professora Fernanda relatou que, muitas vezes, os pais não conseguem compreender o caráter educativo da Educação Infantil, enxergando a professora de bebês e crianças pequenas como babá e as creches e pré-escolas apenas como um lugar seguro para deixar a criança, desconsiderando os processos de ensinar e de aprender que ocorrem nesse espaço.

Professora Fernanda - Então eu acho que a vivência de cada professor, é a busca por novas atividades, por novas coisas, por conteúdos novos também, né? Eu acho que tudo, eu acho que o professor de Educação Infantil ele transmite muito conteúdo, ele passa muita coisa através do lúdico. Tem muito pai eu acho que não consegue enxergar isso, que vê o professor de Educação Infantil mais como babá ou um local, a escola de Educação Infantil como um local em que possa deixar a criança de uma forma segura, mas não que a criança vá aprender ou ganhar algum conteúdo. O professor é... eu acho que é a vivência mesmo de cada um.  
(Transcrição de Grupo Focal n. 2).

Corroborando com os resultados da pesquisa no que diz respeito a baixa visibilidade dos processos educativos da Educação Infantil, Ostetto (2011) destaca que os momentos de aprendizagem, nesta etapa educativa, não são reconhecidos. Na visão social, no âmbito escolar, os momentos de aprender e ensinar estão relacionados às práticas de escolarização, assim, são reconhecidas como práticas educativas aquelas que envolvem formas tradicionais e formais de ensino e de aprendizagem. Isso evidencia, conforme destaca Oliveira et al. (2014) que não se reconhece que em todas as trocas e interações humanas ocorrem processos educativos e que o ser humano aprende por meio da relação com o outro e com o mundo e na Educação Infantil, acrescentamos ainda as aprendizagens por meio da prática social de brincar (NONO, 2015; KOBAYASHI, 2015; ASSIS, 2004).

Segundo as participantes da pesquisa, muitas vezes, as práticas desenvolvidas cotidianamente passam despercebidas. Para essas profissionais, ainda não existe o reconhecimento dos pais e da sociedade de que as práticas desenvolvidas em creches e pré-escola, junto a bebês e crianças pequenas, promovem o cuidar e o educar de forma indissociável.

A ausência do reconhecimento social com relação aos processos educativos presentes na Educação Infantil resulta, conseqüentemente, na desvalorização da profissional que trabalha em creches e pré-escola. Pensando nessa profissional, Nono (2015, p.41) lança algumas questões: “Quando pensamos no profissional que atua na docência na Educação Infantil, qual é a imagem que se forma em nosso pensamento? Quais as práticas que imaginamos que esse profissional está desenvolvendo com as crianças pequenas?”

Como apontaram as participantes da pesquisa, mesmo as creches e pré-escolas sendo consideradas como ambientes educativos, ainda hoje, há a visão de que a docência na Educação Infantil é algo fácil, simples, que se respalda apenas em práticas assistenciais, que podem ser realizadas por qualquer pessoa.

Partindo dessa visão social e da questão da desvalorização profissional, os relatos das educadoras participantes da pesquisa revelaram a necessidade de colocar em evidência o caráter

educativo das atividades realizadas, dando visibilidade as práticas desenvolvidas nesta etapa educativa pois, muitas vezes, conforme revelaram os dados, os pais se preocupam com as práticas de cuidado em detrimento das práticas educativas “Ah, meu filho comeu? Meu filho bebeu? Meu filho...?” (Professora Ana).

As educadoras participantes da pesquisa acrescentaram ainda a importância da formação permanente para a afirmação do professor enquanto profissional, pois, essas educadoras relataram a dificuldade da professora de Educação Infantil se afirmar de fato como professora, como profissional. Pensando nessa questão, nos respaldamos em Freire (1998), quando o autor apresenta um questionamento realizado por uma professora: “Em que medida certas *professoras* querem mesmo deixar de ser *tias* para assumir-se como *professoras*? Seu medo a liberdade as conduz à falsa paz que lhes parece existir na situação de *tias*, o que não existe na aceitação plena de sua responsabilidade de *professora*.” (FREIRE, 1998, p. 13).

Ser professora envolve compromisso ético e político. Para afirmação enquanto professora é necessário assumir a responsabilidade profissional, uma vez que “Ensinar é profissão que envolve certa tarefa, certa militância, certa especificidade em seu cumprimento.” (FREIRE, 1998, p.11).

A formação permanente se concretiza enquanto espaço privilegiado para essa militância, pois de acordo com Freire (1998) a responsabilidade profissional do professor faz parte da sua exigência política por formação permanente. A formação permanente possibilita rever a prática, formar-se em coletividade, refletir, de modo que as professoras podem se engajar, lutar de forma democrática, uma vez que essa não é uma luta individual, mas ocorre em colaboração, assim requer o coletivo (FREIRE, 1998).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados revelaram a ausência de reconhecimento por parte da sociedade e mais especificamente dos pais com relação a profissional que atua na Educação Infantil e também com relação às práticas de cuidado/educação desenvolvidas junto a bebês e crianças pequenas. Sobre isso, consideramos que é necessário investigar junto aos pais/ comunidade como se estabelecem essas relações com a escola/ educadoras, buscando compreender melhor essa visão sobre a instituição de Educação Infantil e suas profissionais.

Entendemos que a formação permanente se constitui enquanto espaço privilegiado, conforme evidenciado pelas participantes da pesquisa, para as educadoras anunciarem, afirmarem e compartilharem saberes (IMBERNÓN, 2009). Nesse sentido, Nono (2015) aponta a importância de escutar as vozes das profissionais de Educação Infantil, pois suas vozes revelam a singularidade, especificidade e complexidade das práticas desenvolvidas em creches e pré-escolas, bem como revelam o modo como a docência nesta etapa educativa vem se constituindo. Possibilitar que professores divulguem suas práticas, colocando-os como protagonistas é fundamental para valorização da Educação Infantil e do trabalho docente.

A aproximação entre universidade e creches e pré-escolas, por meio do Projeto aqui investigado, possibilitou a formação em contexto desse grupo de profissionais de Educação Infantil, uma vez que essa Atividade de Extensão se constituiu, conforme revelaram os dados da pesquisa, enquanto espaço de colaboração, diálogo, reflexão, aprendizagem, troca de conhecimentos e experiências e também como espaço para afirmação profissional e reconhecimento de saberes.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013
- ASSIS, M.S.S. Professor de educação infantil: uma profissão em construção. In: PEREZ, M.C.A. **Educação: Políticas e Práticas**. São Carlos: Suprema, 2007, p.62-73.
- ASSIS, M. S. S. de. **Representações de professores**: elementos para refletir sobre a função da instituição escolar e da professora de educação infantil. Dissertação (Mestrado em Ciência Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, 2004. 226 f.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2008. 281p.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e



aos métodos. Maria João Alvarez; Sara Bahia dos Santos; Telmo Mourinho Baptista (Trad.) Porto: Porto, 2010. 336 p.

BONDIOLI, A.; MANTOVANNI, S. **Manual de Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=9769&Itemid](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9769&Itemid)>. Acesso em: 15/01/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

CAMPOS, M. C. A legislação, as políticas nacionais de educação infantil e a realidade: desencontros e desafios. In: MACHADO, M. L. de A. (org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 27-33.

CAMPOS, M. M. Educar e Cuidar: Questões Sobre o Perfil do Profissional de Educação Infantil. In: BRASIL. **Por uma política de formação do Profissional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/ SEF/ COEDI, 1994.

CERISARA, A. B. Educar e Cuidar: Por onde anda a Educação Infantil? **Perspectiva**. Florianópolis, v. 17, n. Especial, p. 11-21. jul./ dez. 1999.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, Olho d'Água, 1998.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humana**. Brasília: Liber Livro, 2005. 77. (Série Pesquisas em Educação; 10).

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

GUIMARÃES, J. L. O financiamento da educação infantil: quem paga a conta? In: MACHADO, M. L. de A. (org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 43-56.

IMBERNÓN, F. **Formação Permanente do Professorado**: Novas tendências. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009b.

KISHIMOTO, T.M. **Brinquedos e brincadeiras na Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2010. Texto de Consulta Pública.

KISHIMOTO, T. M. Encontros e desencontros na formação dos profissionais de educação infantil. In: MACHADO, M. L. de A. (org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 107-115.

KISHIMOTO, T. M. Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior. **Educação e Sociedade**, ano XX, No. 68, p. 61-75, Dezembro. 1999.

KOBAYASHI, M. C. Brincar como linguagem privilegiada no trabalho pedagógico com a criança. In: SOMMERHALDER, A. (Org.). **A Educação Infantil em perspectiva**: fundamentos e práticas docentes. 1ª. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2015, v.1, p. 81-99.

KRAMER, S. **Educação Infantil**: enfoques em diálogo. Campinas: Papyrus, 2011.

KRAMER, S. Formação de profissionais da educação infantil: questões e tensões. In: MACHADO, M. L. de A. (org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 117-132.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. D. (org); BUSSANEZI, C. (coord. De textos). **História das mulheres no Brasil**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 9-29.

NASCIMENTO, A.; FIGUEIREDO, F.; GIOVANNINA, P.; VAGENS, P.; KRAMER, S. Educar e Cuidar: muito além da rima. In: KRAMER, S. (org.). **Profissionais da Educação Infantil: Gestão e Formação**. São Paulo: Ática, 2005, p. 54-65.

NONO, M. A. A docência na Educação Infantil: singularidade, identidade e especificidades das práticas educativas. In: SOMMERHALDER, A. (Org.). **A Educação Infantil em perspectiva: fundamentos e práticas docentes**. 1ª. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2015, v.1, p. 39-59.

OLIVEIRA, M. W.; SILVA, P. B. G.; GONÇALVES JUNIOR, L.; MONTRONE, A. V. G.; JOLY, I. Z. L. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: OLIVEIRA, M. W.; SOUSA, F. R. (Orgs). **Processos Educativos em Práticas Sociais: pesquisas em educação**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

OSTETTO, L. Ser professor de educação infantil entre busca além dos hábitos de pensar e fazer. In: PINTO, S. Z. (org.). **Formação de Educadores: Dilemas contemporâneos**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 155-167.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. A necessária associação entre educar e cuidar. In: **Pátio Educação Infantil**, ano 1 n. 1, Abr/ Jul 2003.

SOMMERHALDER, A. Educar/ Cuidar na Educação Infantil: construir a indissociabilidade dos fazeres docente. In: SOMMERHALDER, A. (Org.). **A Educação Infantil em perspectiva: fundamentos e práticas docentes**. 1ª. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2015, v.1, p. 9-38.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.

***A FORMAÇÃO EM AÇÃO, DOS PROFESSORES: REFLEXÃO E FORMAÇÃO, POR MEIO DE PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NAS HTPCS***

*THE TRAINING IN ACTION OF TEACHERS: REFLECTION AND TRAINING, BY INTERDISCIPLINARY PRACTICES IN HTPCS*

Área temática: Educação e Desenvolvimento.

SILVA, Sebastião Donizeti  
UNESP-Universidade Estadual Paulista – Campus de Franca  
Doutorando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social.FCHS/UNESP/Franca  
tiaozinhoedu2009@hotmail.com

**Resumo**

Este trabalho foi construído a partir dos resultados obtidos em pesquisa realizada com o objetivo de demonstrar a importância da organização do trabalho escolar para a formação de professores, nas reflexões e discussões, nos horários de atividades de trabalho pedagógico coletivo, momento em que os docentes se reúnem, discutir práticas pedagógicas, definir novos rumos para a concretização dos objetivos político-pedagógicos. A pesquisa se fundamenta, principalmente, em DOWBOR (2006), PARO (1986), MORAN (2000), VEIGA (2001), dentre outros. Optou-se por uma metodologia mista, com pesquisa bibliográfica e de campo onde foi possível obter informações pela observação das práticas de organização das ATPCs-Atividades de Trabalho Pedagógico Coletivo numa escola pública que atende o Ensino Básico (EF II-Ensino Fundamental e EM-Ensino Médio). Durante a pesquisa constatou-se que a estrutura proposta pela escola demonstra preocupação com o trabalho coletivo, a discussão e a reflexão de temas específicos relacionados com o currículo escolar e práticas significativas para a aprendizagem. A escola, tem potencial organizativo que indicou hipóteses de influência da gestão e assinalou posicionamentos éticos dos docentes, notadamente com estímulos para a pesquisa da própria prática, um aspecto que denota a melhoria da qualidade e eficácia na aprendizagem dos estudantes. Outro resultado observado é a preocupação dos docentes em se preparar para a aparente evolução da sociedade atual, informação deverá ser a marca do século XXI. Concluiu-se que a forma de organizar o trabalho escolar, a estrutura da ação pesquisada-as HTPCs, compõem um quadro vantajoso e propício para a formação continuada dos docentes.

**Palavras-chave:** tecnologia educacional, formação de professores, organização escolar.

**Abstract**

This work was based on the results obtained in a research carried out with the objective of demonstrating the importance of the organization of school work for the formation of teachers, in the reflections and discussions, in the schedules of activities of collective pedagogical work, at which time teachers gather, discuss pedagogical practices, define new directions for the achievement of political-pedagogical goals. The research is based mainly on DOWBOR (2006), PARO (1986), MORAN (2000), VEIGA (2001), among others. We chose a mixed methodology, with bibliographical and field research where it was possible to obtain information through the observation of the practices of organization of the ATPCs-Collective Pedagogical Work Activities in a public school that attends Basic Education (EF II-Elementary School and EM- High school). During the research it was verified that the structure proposed by the school demonstrates concern with the collective work, the discussion and the reflection of specific themes related to the school curriculum and significant practices for the learning. The school has organizational potential that indicated hypotheses of management influence and pointed out ethical positions of teachers, especially with stimuli for the research of the practice itself, an aspect that denotes the improvement of the quality and effectiveness in student learning. Another result observed is the concern of teachers to prepare for the apparent evolution of current

society, information should be the mark of the 21st century. It was concluded that the way to organize school work, the structure of the action studied - the HTPCs, constitute an advantageous and favorable framework for the continuing education of teachers.

**Keywords:** educational technology, teacher training, school organization

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi realizado a partir dos resultados obtidos na pesquisa realizada com o o objetivo de demonstrar a importância da organização do trabalho escolar a fim de promover a formação, em ação, de professores, considerando as reflexões e discussões praticadas durante o trabalho, nos horários de atividades de trabalho pedagógico coletivo, momento em que o coletivo docente se reúne para estudar, discutir práticas pedagógicas e definir novos rumos para a concretização dos objetivos político-pedagógicos definidos pela escola.

Justificamos o presente TCC cujo tema “*A formação de agentes educacionais, em ação - Reflexão e formação, em serviço, por meio de ações didáticas interdisciplinares nas HTPCs*”, partindo do princípio da análise diagnóstica da realidade escolar apresentada no Capítulo II, onde constatamos situação de desmotivação para a pesquisa científica, bem como para a produção de conhecimentos novos que gera quadro de insatisfação e desinteresse dos alunos. Citamos PADILHA (2001) que ratifica a necessidade de planejar de forma que o processo de ensino-aprendizagem esteja conforme a política educacional determinada pela gestão pública. De maneira que se compreende que a intencionalidade política da utilização da HTPC é favorável ao desenvolvimento coletivo da pesquisa e da fundamentação teórica e também da prática criativa de novas ações didático-pedagógicas a serem aplicadas na sala de aula, buscando ainda, uma reorganização do espaço-tempo escolar.

Lembramos que realizar planos e planejamentos educacionais e escolares significa exercer umas atividades engajadas e intencionais, científicas, de caráter político e ideológico e isento de neutralidade. Planejar, em sentido amplo é um processo que visa a dar respostas a um problema, através do estabelecimento de fins e meios que apontem para a sua superação, para atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro, mas sem desconsiderar as condições do presente e as experiências do passado, levando-se em conta os contextos e os pressupostos filosófico, cultural, econômico e político de quem planeja e de com quem se planeja”. (PADILHA, 2001, p.63).

No final do ano letivo de 2005, mês de outubro, inicia-se o curso de Formação de Gestores Escolares, as ideias e desejos de promover a construção de uma identidade escolar fundamentada em princípios democráticos e de participação coletiva, bem como a promoção de uma formação continuada de docentes em ação, eram latentes. As expectativas de adquirir e produzir conhecimentos novos pelo estímulo e incentivo à pesquisa da própria prática docente, geraram a esperança de que, seria possível organizar ação formativa continuada para os docentes por meio da implantação de uma agenda temática durante o ano letivo como intuito de discutir temas curriculares, refletir sobre as práticas pedagógicas e compartilhá-las por meio das Horas de trabalho pedagógico coletivo que acontecem durante o período de trabalho, em horários contrários, incluindo ainda orientações para a utilização das tecnologias da informação e da comunicação disponíveis na escola.

No primeiro momento, ao iniciar a formação continuada iniciaram-se reflexões acerca de um assunto que, há muito tempo, faz parte das discussões em reuniões cotidianas – o *currículo escolar*. A partir daí começou a se formar a identidade do curso, seus objetivos e metas explicitados a cada nova agenda. As observações a respeito da necessidade de discutir e refletir sobre o *currículo* trabalhado, até então, justificam-se pelas rápidas mudanças sociais e tecnológicas com que deparamos neste início de século XXI.

Falamos no começo de tudo porque é necessário estabelecer um elo entre nossas expectativas e o tema deste trabalho – *a formação do professor, em ação*, utilizando o espaço pedagógico da HTPC, enquanto momento de reflexão coletiva.

Para realizar este trabalhmos escolhemos o tema citado abordando os diversos aspectos do currículo escolar, destacando os conteúdos de todas as áreas do conhecimento, bem como a formação acadêmica do docente com abrangência na realização de estágios profissionais, a

ampliação da formação pelo método da ação x reflexão x ação; buscando fundamentações teóricas nos textos que os próprios professores sugeriam na agenda de discussão, em leituras de autores diversos que tratam do tema, discussões nos fóruns, pesquisas e avaliações sistêmicas e institucionais internas sistematizadas por meio de questionários e demonstradas em gráficos, com análise dos indicadores apresentados nos anexos deste trabalho.

Conforme a ideia de ARROYO (1999), é importante lembrar que a formação dos docentes se dá na ação, ou seja, na prática que conduz o processo de ensino-aprendizagem.

Há um outro tipo de questão que aflora na prática: em que sentido podemos dizer que os professores e as professoras estão se formando como novos profissionais na medida em que participam da reestruturação do sistema escolar, de sua lógica seriada e se inserem em um processo de construir outra lógica estruturante de seu trabalho? (ARROYO, 1999, p. 46)

O tema que propusemos para a pesquisa tem sua justificativa pela conclusão da análise dos indicadores de rendimento obtidos em avaliação na escola pesquisada e a busca pela melhoria da qualidade do ensino que passa pela avaliação sistêmica do trabalho docente, sua formação e atuação em sala de aula, bem como o cuidado que dedica às pesquisas e reflexões sobre os resultados alcançados pelo seu trabalho, conforme PARO (1998).

Muito se tem falado, nos últimos anos, sobre qualidade do ensino e produtividade da escola pública. O discurso oficial, sustentado inclusive por argumentos de intelectuais que até pouco tempo atrás faziam sérias críticas ao péssimo atendimento do estado em matéria de ensino, assegura que já atingimos a quantidade, restando, agora, apenas buscar a qualidade, como se fosse possível a primeira sem a ocorrência da segunda. (PARO, 1998, p.23)

Objetivamos assim, a propositura de mudança de rotas pelos próprios docentes que, conscientes do seu importante papel na produção de novos conhecimentos e mediante os indicadores alcançados, implementem, coletivamente, ações que proporcionem o estabelecimento de novas atitudes no cotidiano das salas de aulas, buscando alcançar novos índices de excelência.

Atitudes que visem tais metas têm alcance e relevância social, uma vez que o docente, ao explicitar mitos e tabus, toma consciência de uma nova cultura que promove rupturas pedagógicas, mas também a descoberta de novas rotas e perspectivas de ações didáticas voltadas aos interesses dos discentes, tornando a escola mais atrativa e adequada às transformações tecnológicas de hoje.

## 2 DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO

### 2.1 Início e organização da ação pedagógica

No primeiro ano de funcionamento da escola - 2005, não havia professores efetivos, somente OFAs - Ocupantes de Função Atividade que não continuaram no ano de 2006, o que gerou uma dificuldade quanto à organização de um trabalho efetivo em relação à formação dos agentes educacionais, mormente os docentes.

No segundo ano da escola – 2006 chegaram docentes efetivos, o que fez com que o trabalho pode ser melhor organizado, com tentativas de implementar ações formativas durante as HTPCs. Nesse sentido, os docentes, juntamente com a coordenadora pedagógica, participaram do Projeto Ensino Médio em Rede da SEE-SP tendo acesso a um curso sobre a parte formativa, enquanto agentes educacionais. O curso teve como objetivo promover a formação continuada do docente, em ação, por meio de trabalhos em grupo, estudos de fundamentação teórica, compreensão da política educacional da secretaria de estado.

Esse projeto foi desenvolvido por meio de um roteiro e uma agenda curricular objetivando:

- organizar o trabalho coletivo nas HTPCs por meio de um cronograma;
- elaborar, com o grupo de professores(as), um contrato pedagógico;
- retomar o programa de formação do professor no ensino médio (2005), vivência formativa e vivência educadora;
- explicar como o programa se desenvolveria no ano de 2006;
- planejar o trabalho de cada mês – vivência formativa
- analisar as atividades planejadas para os professores no momento 1 da vivência formativa;
- acompanhar e auxiliar os professores representantes de área em todas as suas

atividades;

- participar dos fóruns a serem organizados num sistema de rede social;
- organizar as sínteses dos professores e publicar no sistema;
- avaliar junto com os professores todo o processo de desenvolvimento da vivência

formativa.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **3.1 A HTPC – Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo e seu contexto.**

A Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo é um tempo destinado à formação continuada e tem seu contexto própria e organizado, incluída no PPP – Projeto Político-Pedagógico da escola, se baseia nos seguintes preceitos e fundamentos:

##### **Fundamento Legal – SEE-SP**

A HTPC é instituída por lei e regulamentado pelos seguintes dispositivos legais: Portaria CENP nº 01/96; L.C. nº 836/97 – Plano de Carreira para o Magistério; Instrução DRHU nº 03 de 13/06/97 – Especificando a HTPC na U.E. com maior nº de aulas; Comunicado Conjunto CENP/COGSP/CEI de 26/02/02, D.O. de 27/02/02 – Poderão ser consideradas as HTPCs, as horas de atividade realizadas pelos professores enquanto participantes do PEC/Formação Universitária.

Sua finalidade legal, portanto, é compor a jornada do professor com atividades didático-pedagógicas, ampliando seu tempo que será dedicado à elaboração de atividades para trabalho direto com o aluno, devendo ser desenvolvido na unidade escolar juntamente com o Professor Coordenador.

##### **Fundamento didático-pedagógico**

No que se refere à questão didático-pedagógica, a HTPC é um horário de trabalho realizado coletivamente com os seguintes objetivos:

- construir e implementar o projeto pedagógico da escola;
- articular as ações educacionais desenvolvidas pelos diferentes segmentos da escola, visando a melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- identificar as alternativas pedagógicas que concorrem para a redução dos índices de evasão e repetência;
- possibilitar a reflexão sobre a prática do professor;
- favorecer o intercâmbio de experiências;
- promover o aperfeiçoamento individual e coletivo dos educadores;
- acompanhar e avaliar, de forma sistemática, o processo ensino-aprendizagem.

##### **Preceitos da HTPC**

Nesse sentido, são definidas suas finalidades:

- articular os diversos segmentos da escola para a construção e implementação do seu trabalho pedagógico;
- fortalecer a unidade escolar como instância privilegiada do aperfeiçoamento de seu projeto pedagógico;
- (re)planejar e (re)avaliar as atividades de sala de aula, tendo em vista as diretrizes comuns que a escola pretende imprimir ao processo ensino-aprendizagem;
- estimular as atividades coletivas na unidade escolar.

##### **Contexto formativo do docente**

Numa perspectiva de - Ensinar x aprender x ensinar, considerando o trabalho da docência, principalmente na escola pública, o seu papel tem sido aquele de tentar despertar a consciência

crítica sobre a importância de cada cidadão enquanto transformador da sociedade em que vive, a partir da prática leitora de textos reais e de ficção, refletindo sobre as representações denotadas e inferidas. Os resultados alcançados são diversos, variam conforme a experiência pessoal e única de cada aluno. Há aqueles que aprendem, desenvolvem evoluindo para níveis mais elevados; aqueles que aprendem e não desenvolvem, permanecendo no mesmo nível.

Quando se depara com tais sujeitos pode-se refletir sobre a importância e a necessidade da elaboração de projetos interdisciplinares, a implementação de ações pedagógicas transdisciplinares, a introdução de temas transversais no currículo, a diversificação de didáticas. O oposto também é refletido: a falta de criatividade, o isolamento da escola e a comunidade, a desorganização do espaço escolar tornando-a menos agradável e atraente.

Refletimos ainda sobre a questão - O que os alunos serão quando crescer? A abrangência da educação escolar comprometida com o presente na construção do futuro dependerá da forma, da intencionalidade, do sentido político, das transformações que pretendemos, da disponibilização de recursos para a continuidade do processo ensino-aprendizagem.

Finalmente, ao refletir sobre o nosso trabalho já realizado conclui-se que se deve planejar para implantar com segurança as várias hipóteses de construção de uma escola que contribua para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante disso, a HTPC é um espaço que tem sido usado para promover uma formação continuada por meio de orientações técnicas disponibilizadas pela Oficina Pedagógica da Diretoria de Ensino de Franca. O espaço-tempo da HTPC é fundamental para a implementação do projeto de formação docente em ação e tem como fundamento:

- organizar o trabalho coletivo nas HTPCs por meio de estudo do material fornecido (textos, atividades de reflexão e discussão sobre os mesmos)
- elaborar com o grupo, um contrato pedagógico;
- estudar textos de fundamentação teórica para vivência formativa e vivência educadora;
- acompanhar e auxiliar os professores representantes de área em todas as suas atividades em sala de aula, estimulando a implementação de ações didáticas diferenciadas do currículo comum;
- avaliar junto com os professores todo o processo de desenvolvimento da vivência formativa, sistematizando tarefas diagnósticas.

### **3.2 Análise: pontos positivos e negativos**

As HTPCs são desenvolvidas conforme cronograma e pautas elaboradas, coletivamente, onde constam ações a serem desenvolvidas.

Durante a realização das reuniões ocorrem situações que deixam claro a necessidade de implementar momentos de reflexão sobre os seguintes procedimentos formais da HTPC.

a) a HTPC deve ser planejada pelo conjunto dos professores, sob a orientação do Diretor e do(a) Professor(a)-coordenador(a), de forma a:

- identificar o conjunto de características, necessidades e expectativas da comunidade escolar;
- apontar e priorizar os problemas educacionais a enfrentar;
- levantar os recursos materiais e humanos disponíveis que possam subsidiar a discussão e a solução dos problemas;
- propor alternativas de enfrentamento dos problemas levantados;
- propor um cronograma para a implementação, acompanhamento e avaliação das alternativas selecionadas;

b) a HTPC deve ser sistematicamente registrada pela equipe de professores e coordenação, com o objetivo de orientar o grupo quanto ao replanejamento e a continuidade do trabalho;

c) a HTPC deve ser realizada:

- na própria unidade escolar, e preferencialmente, durante duas horas consecutivas;
- eventualmente, na Oficina Pedagógica ou num outro espaço educacional, previamente definido, através da utilização de parte ou do total de horas previstas para o mês em curso.

d) a HTPC deve ser programada através de reuniões entre professores de uma série, ciclo, área ou disciplina, bem como entre professores de todas as séries e/ou componentes curriculares.

Destacamos, assim, **alguns pontos positivos** na organização da HTPC, na escola pesquisada:

- as reuniões de HTPC têm contemplado o coletivo que sempre está reunido;
- o planejamento do conteúdo das reuniões atende as expectativas e preceitos citados anteriormente;
- a maioria das reuniões é realizada na própria unidade escolar;
- a coordenação pedagógica, juntamente com os docentes, promove registros sistemáticos dos resultados das discussões e reflexões;
- os docentes têm participado ativamente, propondo a implementação de ações para desenvolvimento do currículo comum;

Destacamos, ainda, **alguns pontos negativos**:

- professores não efetivos não participam das HTPCs em função da necessidade de ministrar aulas em outras U. E., por força da carga horária que lhes é atribuída;
- os docentes, em geral, não demonstram habilidade e disponibilidade para pesquisa científica, manipulação das tecnologias disponíveis na U. E. para melhoria do ensino;
- falta conhecimento da disponibilidade de recursos de tecnologia da informação e da comunicação, que podem ser usados;
- há um baixo nível de leitura para fundamentação teórica durante o processo ensino-aprendizagem;
- há um baixo nível de uso dos indicadores: SARESP, ENEM, SAEB para análise de problemas de aprendizado e busca de soluções;
- alguns projetos ficam sem avaliação contínua, sendo que no dia-a-dia ainda é feito uso de avaliação somativa e classificatória;

### **3.3 Reflexão e uso dos indicadores para intervenção no processo ensino-aprendizagem por meio da HTPC-Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo.**

O aspecto avaliativo evidenciado na HTPC ocupa espaço insatisfatório quanto ao uso de recursos sistematizados de avaliação. A proposta que nos remete à intencionalidade política, neste trabalho, é a construção de uma cultura de formação continuada em que o processo ensino-aprendizagem seja continuamente avaliado por meio de instrumento sistematizado, trazendo os resultados para a reunião do coletivo docente e analisados de maneira que se possam formar novas consciências.

Segundo as ideias de CAVALCANTI (2006), a base fundamental da geração de novas consciências são as informações obtidas pelo processo avaliatório e consideradas na reflexão em busca de novos caminhos e recursos para uma aprendizagem significativa.

- Não é resumo do que foi feito, mas oportunidade de mostrar como a prática contém teoria, e teoria pode provocar um estranhamento sobre o que se pratica;
- Pode ser capaz de elevar nossa consciência do estar na prática e do estar no mundo;
- (re)visão de sentidos, (re)significação das nossas práticas e do nosso estar no mundo, (re)visão de rumos. (CAVALCANTI, 2006, p.33)

O instrumento sistematizado a ser elaborado deve estar inserido no contexto do comentário acima para que possa conduzir os docentes ao despertar da consciência científica que promove a produção de conhecimentos novos. Além disso, a propositura das novas rotas, a partir da revisão de sentidos, e resignificação das práticas conduzem à ampliação do alcance dos conhecimentos já adquiridos pelos alunos. Nesse aspecto, os indicadores obtidos são os elementos fundamentais na re(tomada) de decisões.

### **3.4 Plano de ação para implementar a agenda das htpcs**

Considerando a formação inicial dos docentes, bem como propostas de formação continuada fundamentadas em MARTINS et alii (2003), um dos grandes interesses que beneficiam a melhoria do ensino é a geração de novas competências docentes por meio da reflexão da própria prática.

A formação terá como objetivo geral desenvolver competências necessárias para pôr em uso o conhecimento disponível e saber buscar novos conhecimentos necessários para responder aos desafios colocados



no exercício da profissão. Não modelos homogeneizados, enciclopédicos, centrados na transmissão de informação, pois não seria possível a interlocução, mas a reflexão sobre a prática torna-se um estudo, vindo a ser uma das principais estratégias para o trabalho. (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP - Erika Moreira Martins, Estevon Nagumo, Flávia Leila da Silva, Luciana Leandro da Silva, Marcela Pergolizzi Moraes de Oliveira, Patrícia Del Corso Pedroso, Wislayne Ivelize de Oliveira (2003, p. 43)

### 3.5 Processo de criação do Plano de Ação

O processo de criação deste Projeto Pedagógico parte de princípios de organização escolar coletiva e participativa, conforme VEIGA, In PAIVA, (2002)

Para VEIGA (2001, p. 11) a concepção de um projeto pedagógico deve apresentar características tais como:

- a) ser processo participativo de decisões;
- b) preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições;
- c) explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo;
- d) conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica;
- e) explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

A execução de um projeto pedagógico de qualidade deve, segundo a mesma autora:

- a) nascer da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem;
- b) ser exequível e prever as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação;
- c) ser uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola;
- d) ser construído continuamente, pois com produto, é também processo. (PAIVA, 2002, p.15) (BAFFI, Maria Adelia Teixeira. Projeto Pedagógico: um estudo introdutório. In.: BELLO, José Luiz de Paiva. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2002. <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/gppp03.htm>. Acesso em: *dia mes ano.*)

Considerando como princípio a participação democrática e coletiva, este plano tem a participação direta de gestores e comunidade escolar a partir da avaliação institucional realizada com a participação de funcionários, alunos, docentes, pais, parceiros da comunidade.

Dessa avaliação, concluímos que alguns aspectos do processo ensino-aprendizagem devem ser rediscutidos durante o ano letivo seguinte com o coletivo escolar, daí a opção por implementar um grande projeto, utilizando a HTPC, uma vez que os docentes concluíram que é o melhor momento para realizar tal discussão e reflexão.

A propositura do plano acontece em momento propício, durante a avaliação de final de ano, em reunião do Conselho de Classe/série.

### 3.6 Desenvolvimento do processo de criação

Foi proposta uma ação para aplicação das TICs-Tecnologias da Informação e da Comunicação com incentivo à pesquisa, que aconteceu conforme as propostas dos docentes direcionando para o reconhecimento da significância do seu trabalho ao organizar as práticas pedagógicas.

Nesse sentido, corroboramos com AMARAL (2003) que confirma a necessidade de formação continuada acompanhada por discussão e reflexão a respeito dos recursos didáticos necessários para o trabalho docente.

A formação continuada é considerada um dos elementos essenciais no

desenvolvimento profissional do professor. Todavia, suas formas usuais de realização têm sido alvo de diversas objeções, tais como:

- Promover a separação entre a teoria e a prática, em suas diversas manifestações no processo pedagógico, desenvolvendo um academicismo exagerado e enfatizando isoladamente a teoria ou a prática.
- Alheiar-se ou distanciar-se das concepções e da prática pedagógica do professor.
- Tratar a prática pedagógica como simples operacionalização da teoria.
- Tratar o trabalho pedagógico independentemente das suas condições de produção
- Tratar o professor como simples executor de políticas educacionais e aplicador de modelos curriculares e recursos didáticos.
- Utilizar técnicas tradicionais, predominantemente as expositivas e demonstrativas, até mesmo quando o alvo do processo é a inovação metodológica.
- Confundir métodos com técnicas de ensino, adotando uma visão instrumental da metodologia do ensino.
- Omitir as concepções de ciência, ambiente, conhecimento, educação e sociedades subjacentes a qualquer proposta educacional, apresentando-a de forma neutra, desideologizada e historicamente descontextualizada.
- Promover a dicotomia entre: a formação inicial e a continuada; a formação do professor e o seu desenvolvimento profissional; o conhecimento específico das disciplinas e o conhecimento pedagógico; o conhecimento acadêmico e o saber escolar; as Ciências Físicas e Naturais e as Ciências Humanas e Sociais; o ensino e a pesquisa. (AMARAL, 2003, p. 43)

Na linha de pensamento de AMARAL (2003) acredita-se que a ação proposta neste Plano contempla, em sua aplicação, uma solução viável para os problemas diagnosticados conforme Capítulo III, Item 3.

A atuação positiva dos docentes foi relevante para a propositura da agenda sob o aspecto da participação coletiva que consta no PPP-Projeto Político Pedagógico da escola.

### **3.7 Interesse em utilizar recursos tecnológicos como apoio à educação**

A unidade escolar possuía recursos tecnológicos de informação e comunicação que já foram utilizados no segundo semestre de 2006, com resultados positivos alcançados. O corpo docente decidiu implementar projetos para a sua utilização em 2007, entretanto há a necessidade de criar métodos de trabalho a fim de melhorar o aproveitamento por parte dos docentes quanto a certas habilidades não detectadas.

A partir da sua formação, o docente devia iniciar um processo de busca de aperfeiçoamento profissional durante a ação da prática pedagógica por meio da investigação científica, registros, análise de dados estatísticos, avaliação contínua da relação docente x discente. A prática docente será planejada e contextualizada conforme a realidade psicossocial e cognitiva vivenciada. Tal contextualização envolveu a mediatização do processo ensino-aprendizagem pelas novas Tecnologias da Informação e Comunicação. A unidade escolar disponibiliza, através do gestor, os recursos tecnológicos possíveis que serão usados na incrementação dos projetos pedagógicos.

### **3.8 Recursos mais utilizados**

Recursos tecnológicos disponibilizados pela unidade escolar: sala ambiente de informática com 11 computadores ligados em rede e com internet banda larga; televisores, aparelhos de DVD, projetor multimídia (data show), aparelhagem sonora completa, tela de projeção, recursos bibliográficos em CD-ROM e livros na biblioteca.

Acreditamos que também devem ser utilizados recursos de ponta que sendo disponibilizados para o aluno e trabalhados em conjunto com os docentes e alunos monitores, o processo ensino-aprendizagem terá melhorias e os resultados esperados serão mais positivos.

### 3.9 Administração da metodologia e didática para a formação continuada

Sob a orientação da Coordenação pedagógica da unidade escolar, tendo como referencial o plano de trabalho os docentes atuarão com autonomia na criação, execução e redirecionamento das ações durante o desenvolvimento do plano. Por meio da didática de Freinet, conforme lembra SILVA (2005) numa tentativa de buscar a autonomia didática, criadora e executora, numa perspectiva de auto avaliação; este plano de trabalho proporcionou novos caminhos aos docentes, utilizando espaços-tempo, não ocupados e experimentados.

Num caminho crítico-reflexivo, o coletivo docente se propôs a e explicitar mitos, tabus e bloqueios em relação ao uso da tecnologia, num esforço de compartilhar saberes para aprender novas habilidades que ainda não desenvolveram em relação à utilização das tecnologias que a escola dispunha. Durante a realização do plano de trabalho os docentes oportunizaram momentos para cumprir tal propositura numa tentativa de também usar os espaços-tempo disponíveis no entorno da unidade escolar.

A fim de se sentirem essenciais agentes no processo educacional escolar, os docentes devem buscar ultrapassar as barreiras dos seus bloqueios para que possamos alcançar a autonomia criadora, executora e de tomada de decisão para mudança de rotas durante o processo.

### 3.10 Aprendizagem – expectativas e resultados esperados

Outra proposta no contrato pedagógico efetivado foi, no processo ensino-aprendizagem, buscar a continuidade da sua formação considerando o processo ação x reflexão x ação.

As expectativas para os resultados foram definidas como:

- despertar de consciência crítica formadora de opiniões;
- formar atitude planejadora de acordo com os métodos científicos;
- realização de estudos comparativos para definição de rotas;
- formação de cultura avaliatória formativa;
- criação de cultura de formação docente na própria escola, nos HTPCs.;

Nesse contexto verificou-se que despertou o interesse e a consciência coletiva para o desenvolvimento de uma nova cultura que passou do senso comum ao pensamento científico. Na análise feita, neste item, considerou-se ainda outro ponto: docentes que não desenvolveram pensamento científico tinham tendência de agir conforme o senso comum e não conseguiam ampliar sua formação.

Na reflexão de BRUNER (2001) conforme citação a seguir, ratificou-se a necessidade mudança, texto que foi discutido pelo coletivo.

„Vivemos em um mar de histórias, e como os peixes que (de acordo com o provérbio) são os últimos a enxergar a água; temos nossas próprias dificuldades em compreender o que significa nadar em histórias. Não que não tenhamos competência em criar nossos relatos narrativos da realidade – longe disso, somos, isso sim, demasiadamente versados. Nosso problema, ao contrário, é utilizamos o termo „educadores“ como sinônimo de „profissionais da educação“ tomar consciência do que fazemos facilmente de forma automática.“ (Bruner, 2001, p.140)

Num possível processo de desprofissionalização, onde o docente deixa de atuar cientificamente, pesquisando, sistematizando seu trabalho de desenvolvimento da ciência, é necessária a promoção de uma nova cultura – customizar o trabalho docente de maneira a buscar novas perspectivas para a produção e apropriação de conhecimentos que promovam a evolução da ciência, desperte o interesse dos educandos da escola e incentive a comunidade a implementar novos projetos socioeducativos para a busca da satisfação das suas necessidades sociais.

### 3.11 Rupturas Pedagógicas – resistências e possibilidades

Na realidade desta Unidade Escolar, trabalhada em 2005 e 2006, notaram-se posturas tradicionalistas e progressistas. Aqueles tradicionais mantêm-se em dúvida quanto às propostas de mudança ocorridas nestes tempos, sentindo que novas rotas significam desalojar, sair do lugar comum onde estavam para outras posições e tomadas de atitudes diferentes, o que os leva a buscar adquirir novas habilidades e competências que não demonstram. Outros, no entanto, sabem e aceitam a propositura de novas rotas porque acreditam que a educação escolar deve

ser contextualizada e que as práticas didáticas satisfaçam as expectativas dos alunos do século XXI, tornando a escola mais atraente e possa ser apropriada às características da comunidade em que está inserida.

“Através da relação educação e tecnologia no trabalho pedagógico, espera-se que haja um rompimento de concepções educacionais consideradas “arcaicas”. Para isso, torna-se necessário a ocorrência de ações no sentido de se romper com paradigmas teóricos, metodológicos e didáticos”. (Carla Fabiani Tenani, 2002).

A possibilidade de alterar rotas, no momento, é por meio da utilização do espaço-tempo da HTPC. No nosso plano de ação, abaixo, contemplamos momentos de discussão e reflexão sobre a ação pedagógica realizada.

### **3.12 Descoberta – vislumbrando novas rotas e perspectivas em relação ao Plano de Ação**

Na utilização das novas TICs, o professor se defronta com obstáculos a transpor e desafios diversos. O sentimento de obsolescência tecnológica pode significar perda do poder em relação à experiência que o aluno traz, por isso é preciso planejamento prévio para a preparação das aulas com a utilização das TICs.

Uma metodologia a ser adotada na prática docente é a aplicação dos conteúdos pela organização de projetos de trabalho a partir do levantamento de problemas, seguindo os passos do pensamento científico. Deve, ainda, promover o protagonismo infanto-juvenil pela formação de alunos monitores através de um projeto específico.

Os comentários já feitos, a respeito do princípio coletivo e participativo deste Plano nos remetem a visualizar perspectivas definidas para a utilização das HTPCs como momentos fundamentais para o estudo da fundamentação teórica e para a reflexão sobre a prática no processo ensino-aprendizagem:

- suscitar novas propostas e possibilitar a implementação das mesmas durante as reuniões nas HTPCs, em 2007;
- treinar docentes para o uso das tecnologias disponíveis na U. E. a fim de aprimorar;
- organizar as HTPCs conforme as proposições constantes do contrato pedagógico.

### **3.13 Avaliação no e da HTPC**

Foi definido, como princípio avaliativo, a adoção de um instrumento avaliativo que proporcione a construção de uma cultura de avaliação formativa dentro dos seguintes aspectos:

- sua característica essencial é a de ser integrada na ação de “formação”, de ser incorporada no próprio ato de ensino;
- tem por objetivo contribuir para melhorar a aprendizagem em curso, informando o professor sobre as condições em que está a decorrer essa aprendizagem e o instruindo sobre seu próprio percurso, os seus êxitos e as suas dificuldades.
- tem como funções gerais a segurança para consolidar a confiança do aluno em si próprio;
- a assistência: marcar as etapas, dar pontos de apoio para progredir;
- o feedback: dar o mais rapidamente possível, uma informação útil sobre as etapas vencidas e as dificuldades encontradas;
- o diálogo: alimentar um verdadeiro diálogo entre professor /aluno;

Dentre outras questões, a avaliação no e do HTPC proporciona elementos para a mudança de rota por meio da determinação dos pontos de estrangulamento, identifica elementos endógenos e exógenos na execução do processo ensino-aprendizagem, permite aos executores “a suposição de outros agentes que possam contribuir no desenvolvimento do currículo” (ARRETCHE, 2002).

A avaliação durante todo o ano letivo de 2007 será formativa, tanto nas HTPCs como nos trabalhos. Continuamente, após o término de cada ação pedagógica, projetos pedagógicos, os docentes procederão à avaliação sistematizando-a por meio de registros em relatórios, tabelas e gráficos de indicadores que serão expostos e trabalhados em sala de aula por alunos e em reuniões com os pais dos alunos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o pouco tempo de existência da Unidade Escolar estudada – dois anos - os resultados das pesquisas efetuadas indicaram hipóteses de influência das políticas adotadas pelos gestores públicos, que marcaram sobremaneira posturas éticas profissionais docentes, notadamente, de desmotivação para a investigação científica, fator preponderante na melhoria da qualidade e eficácia do processo ensino-aprendizagem.

Destacamos aqui que o Plano de Ação sempre é modificado a fim de acompanhar as exigências dos resultados obtidos nas avaliações bimestrais, deixando margem para estudos específicos e que demandas a resolução de problemas demonstrados nos resultados do processo avaliatório.

Diante dos resultados obtidos na pesquisa, refletimos sobre os diversos contextos culturais imbricados no processo de ensino-aprendizagem, gerando conflitos e demandas pedagógicas apropriadas em cada situação de aprendizagem proposta nos planos de ensino construídos pelos docentes.

Há que se promover uma discussão ampla, bem como a explicitação dos mitos e tabus que cerceiam o trabalho docente, neste início de século, preparando-se para o advento da sociedade da informação que, possivelmente, deverá marcar o século XXI.

Além das observações anteriores, registram-se as posturas radicalizadas nas práticas tradicionais, convencionais que, entretanto não provocaram resistências tais que pudessem impedir a realização da ação proposta. Sobre esse aspecto, ainda ficam pensamentos que levam a outros formatos de organização do trabalho escolar, planos de reestruturação das bases filosófico-pedagógicas adotadas na escola.

Finalizamos com a certeza de que a organização de uma agenda formativa e de um contrato pedagógico trouxeram mudanças que promoveram a geração de um clima organizacional e de um ambiente de trabalho propício e profícuo.

#### 5 REFERÊNCIAS

AGUILAR, Luiz Enrique – **Exerpto de texto apresentado no III, Congresso Latino Americano de Administração da Educação** – julho de 1997 – Universidade Estadual de Campinas

BAFFI, Maria Adelia Teixeira. **Projeto Pedagógico: um estudo introdutório**. In.: BELLO, José Luiz de Paiva. *Pedagogia em Foco*, Rio de Janeiro, 2002. <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/gppp03.htm>. Acesso em: *dia mes ano*.)

CAVALCANTI, Paula Arcoverde, **O Conceito de Avaliação de Políticas, Programas e Projetos**, Teleduc, UNICAMP, Campinas: 2006.

DOWBOR, Ladislau - *São Paulo, Agosto 2001; "Kit De Ensino - Folha De S.Paulo 30/01/2006 - "Prefeituras De SP Tercerizam A Educação"* - Daniela Tófoli (Reportagem Local);

MORAN, José Manuel; BEHRENS, M.MASSETO, M.T. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000. – págs.133-172.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo, Cortez : Autores Associados, 1986.

\_\_\_\_\_. Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo, Ática, 1997b.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 23.ed.Campinas:Papirus,2001.

**A GESTÃO ESCOLAR IMPLEMENTANDO AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

*SCHOOL MANAGEMENT IMPLEMENTING EDUCATIONAL POLICIES*

Área temática: Educação e Desenvolvimento.

SILVA, Sebastião Donizeti  
UNESP-Universidade Estadual Paulista – Campus de Franca  
Doutorando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social.FCHS/UNESP/Franca  
[tiaozinhoedu2009@hotmail.com](mailto:tiaozinhoedu2009@hotmail.com).

DAVID, Célia Maria  
UNESP-Universidade Estadual Paulista – Campus de Franca  
Doutora do Programa de Pós Graduação em Serviço Social. FCHS/UNESP/Franca  
[cmdavid48@gmail.com](mailto:cmdavid48@gmail.com)

**Resumo**

Este trabalho é um recorte da pesquisa em andamento no Programa de Doutorado em Serviço Social na FCHS/UNESP/Franca. Propõe-se analisar a gestão escolar na implementação das políticas educacionais em uma escola pública estadual na cidade de Franca/Sp. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e do tipo “estudo de caso”, apoiado em Bogdan; Biklen (2004), Sampieri (2010), Amado (2019), Minayo (1994), Severino (2013). Objetiva-se compreender as concepções dos gestores escolares sobre os fundamentos teóricos que embasam as políticas educacionais definidas pelos Governos Federais e Estaduais, identificar os desdobramentos das formas gestoras e averiguar como os sujeitos escolares operacionalizam os recursos disponíveis: equipamentos, material didático e verbas para aquisição dos insumos necessários para a prática pedagógica. Os dados estão sendo coletados por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas com os sujeitos escolares: gestores(as), docentes, estudantes, pessoal da secretaria, agentes de organização escolar, serventes e merendeiras nas seguintes dimensões: gestão administrativo-burocrática, de pessoas, financeira, patrimonial, pedagógica. Espera-se com o resultado formatar um quadro referencial para a gestão escolar com o intuito de contribuir para a melhoria desse processo, propondo inovações na prática da gestão escolar, a interação entre os sujeitos escolares numa perspectiva democrático-participativa. Justifica-se, esta pesquisa pela necessidade de demonstrar as práticas gestoras na escola e a intencionalidade política dos sujeitos escolares ao organizar o trabalho e o uso dos recursos disponíveis.

**Palavras-chave:** gestão escolar, políticas educacionais, inovação educacional.

**Abstract**

This work is a review of the ongoing research in the PhD Program in Social Work at FCHS / UNESP / Franca. It is proposed to analyze school management in the implementation of educational policies in a state public school in the city of Franca / Sp. of a research with a qualitative and "case study" approach, supported by Bogdan; Biklen (2004), Sampieri (2010), Amado (2019), Minayo (1994), Severino (2013). The objective is to understand the conceptions of the school managers on the theoretical foundations that underpin the educational policies defined by the Federal and State Governments, to identify the unfolding of the management forms and to investigate how the school subjects operate the available resources: equipment, didactic material and funds for acquisition of the necessary inputs for the pedagogical practice. The data are being collected through questionnaires and semi-structured interviews with the school subjects: managers, teachers, students, secretarial staff, school organization agents, waiters and cooks in the following dimensions: administrative and bureaucratic management, financial, patrimonial, pedagogical. The result is expected to form a

framework for school management with the aim of contributing to the improvement of this process, proposing innovations in the practice of school management, the interaction between school subjects in a democratic-participatory perspective. This research is justified by the need to demonstrate management practices at school and the political intentions of school subjects when organizing work and the use of available resources.

**Keywords:** school management, educational policies, educational innovation.

## 1 INTRODUÇÃO

Pretende-se, com esta pesquisa fazer uma análise do desempenho do papel da gestão escolar na implementação das políticas sociais definidas pela gestão pública. O que a justifica é a importância de se demonstrar as práticas gestoras na escola, considerando a necessidade de refletir sobre a intencionalidade política que os sujeitos escolares imprimem na organização do trabalho escolar, bem como ao usar os recursos necessários para o desenvolvimento do currículo prescrito pela política educacional no processo ensino-aprendizagem.

Os anos de trabalho na docência da Educação Básica, somados com outros na Gestão Escolar Pública trouxeram experiências que mostram um quadro de referência, o objeto de pesquisa deste trabalho, caminho que perpassou pelas várias especializações, uma organização do trabalho escolar centrada na perspectiva de gestão democrático-participativa, projetos pedagógicos, parceria com instituições universitárias públicas e particulares que trouxeram benefícios para a escola em geral, com o objetivo de contribuir para a melhoria do Ensino Público em São Paulo. Todo o trabalho gerou projetos de pesquisa-ação como por exemplo, com a UNESP de Franca, como o de “Novas tecnologias e ensino de história; uma relação possível e necessária” organizada com o auxílio da tecnologia da informação e da comunicação pela rede social do facebook com estudantes e professores de uma escola pública no município de Franca.

O interesse pela abordagem do tema desta pesquisa surgiu a partir da análise dos indicadores de rendimento obtidos em avaliações institucionais consultadas – os dados apresentados no SARESP – Sistema de Avaliação de Rendimentos na Educação do Estado de São Paulo, mormente na escola onde atuávamos como Gestor, comparando esses dados com as demais escolas da Diretoria de Ensino da Região de Franca – SP, pois os mesmos influenciam na gestão da estrutura dos sistemas e das práticas educacionais realizados pela gestão das escolas, mediante as determinações das políticas públicas educacionais. Percebeu-se que o tipo de gestão, desde sua autorização legal para funcionamento até a organização do processo educativo escolar, cotidianamente, não convergem em resultados positivos estabelecidos pelas políticas, considerando ainda o cuidado que se deve dedicar às formas de gestão nas dimensões da estrutura escolar, ou seja: administrativas de controle, de pessoas, de finanças, de patrimônio e das práticas pedagógicas em geral. Tais avaliações são intencionais, mostram o resultado das políticas implementadas, bem como a situação das organizações institucionais da educação escolar, sendo também consideradas como avaliação sistêmica e têm sua intencionalidade fundada na busca pela melhoria da qualidade do ensino passando ainda pela avaliação do trabalho docente, sua formação e atuação em sala de aula, bem como o cuidado que se dedica às pesquisas e reflexões sobre os resultados alcançados pelo seu trabalho.

A pesquisa se desenvolve a partir da verificação dos indicadores de rendimento obtidos em avaliações institucionais realizada pelos sistemas educacionais definidos pela gestão das políticas públicas em educação escolar, onde se percebe que a gestão escolar passa por situações cotidianas que, às vezes, não atendem às proposições de metas definidas na política de responsabilização que a gestão escolar deve se submeter, bem como no cuidado que deve ter quanto às formas de gestão da organização do trabalho escolar, nos seguintes aspectos: práticas administrativas de controle, na gestão de pessoas, das finanças, do patrimônio e das práticas pedagógicas.

Nesse sentido, LIBÂNEO et al (2012) pontuam de forma clássica que

[...] O modo de produção capitalista requereu, inicialmente, um mercado livre, auto regulável, em uma sociedade aberta, em que prevaleceria a livre competição. Já nesse momento, eficiência e qualidade de produtos e serviços eram indicadas como germes ou critérios para reger a concorrência do mercado e definir o grau de competitividade de cada empresa. (LIBÂNEO et al, 2012, p.104,05).

Considera-se, ainda, um contexto onde se conforma um cenário de busca da qualidade do processo educativo escolar por meio da implementação de programas e projetos que exigem dos gestores escolares uma postura proativa e democrática, numa dinâmica de descentralização em busca da autonomia gestora – administrativa e pedagógica, sempre inovando e procurando aplicar os investimentos governamentais na disponibilização de recursos didáticos que proporcionem possibilidades de criação didática por parte de professores na melhoria da aprendizagem dos estudantes.

Nesse sentido, apresentamos a proposta de análise das políticas educacionais implementadas a partir de 2001, considerando-se o modo como a gestão da escola analisa as diretrizes que determinam as ações para organizar o trabalho educativo escolar, como elas planejam a utilização dos recursos destinados pelas políticas. Em síntese busca-se destacar o papel da escola na implementação das políticas a partir da concepção da gestão democrática e participativa definida nos textos legais que direcionam a ação escolar, tendo-se em conta as particularidades culturais que permanecem latentes no seu cotidiano e que podem ser demonstradas pelas formas com que as unidades escolares se organizam, tanto em termos de didáticas adotadas como pelas teorias pedagógicas que as próprias políticas educacionais direcionam.

Nessa direção, CAPANEMA (2004) destaca, em seu trabalho, que

[...] é inegável que grandes e rápidas mudanças, nas últimas décadas, vêm conferindo uma nova feição a este mundo globalizado, é também indispensável que, ao processar suas reformas, cada nação assimile as inovações com a preservação de sua identidade cultural [...] (CAPANEMA, 2004, p. 36)

Definimos como objetivos geral, a propositura da análise do contexto da implementação das políticas educacionais para a compreensão e demonstração do papel da gestão escolar nessa ação, na forma que lhe compete, desdobrando-se nos seguintes objetivos específicos:

- conhecer as formas de organizar do trabalho escolar frente as diretrizes políticas e legais;
- conhecer e analisar os indicadores da escola;
- analisar indicadores gerais resultantes das avaliações institucionais e sistêmicas para compreender o papel da gestão escolar na implementação das políticas educacionais;

Os pressupostos que estimularam a pesquisa se referem, especificamente, à busca de respostas para compreender e demonstrar a forma de gestão. A partir da necessidade despertada durante a trajetória de estudos teóricos, cabe-nos questionar a trajetória da gestão na escola pesquisada, propondo os seguintes questionamentos:

- Em que a escola mudou após o resultado idesp de 2010 em diante no que se refere a sua atuação na implementação das políticas educacionais?
- Quais as políticas educacionais implementadas?
- Quais as ações realizadas pelas escolas a partir da organização do seu trabalho?
- Quais os recursos tecnológicos e financeiros disponibilizados pelas políticas educacionais e utilizados no desenvolvimento do trabalho educativo escolar?
- Como são os ambientes de aprendizagem criados pelas gestões escolares?
- Como a gestão tem sido organizada e praticada para o cumprimento da implementação das políticas formuladas?

A pesquisa em curso estimula na busca do formato de gestão escolar que se empreende a partir dos recursos que se disponibilizam na funcionalidade gestora que envolve toda a estrutura política, bem como sua intencionalidade.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Frente aos objetivos nossa tese é de que a gestão da escola é o ponto essencial para que a mesma consiga atingir as metas estipuladas pela política educacional. A gestão, enquanto elemento que direciona, administra, provê recursos para que as práticas pedagógicas sejam significativas, se constitui o instrumento principal para que o coletivo escolar tenha uma práxis na conformidade dos objetivos e metas que ele próprio define para si, por meio da construção coletiva do PPP- Projeto Político-Pedagógico, numa perspectiva de uma gestão democrático-participativa.

Nessa perspectiva, conforme PARO (2012) é possível a construção de uma escola pública que seja lócus de uma ação participativa onde todos os sujeitos da comunidade que a envolve atuem com objetivo comum de atender as necessidades de formação integral dos educandos, considerar a escola como ambiente de aprendizagem significativa.



Toda vez que se propõe uma gestão democrática da escola pública básica que tenha efetiva participação de pais, educadores, alunos e funcionários da escola, isso acaba sendo considerado como coisa utópica. Acredito não ser de pouca importância examinar as implicações decorrentes dessa utopia. A palavra *utopia* significa o lugar que não existe. Não quer dizer que não possa vir a existir. Na medida em que não existe, mas ao mesmo tempo se coloca como algo de valor, algo desejável do ponto de vista da solução dos problemas da escola, a tarefa deve consistir, inicialmente, em tomar consciência das condições concretas, ou das contradições concretas, que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola. (PARO, 2012, p.13)

A concepção que temos é que a escola deve servir para a transformação social, promover a construção de uma autonomia na administração dos recursos necessários para as práticas pedagógicas definidas no seu projeto político-pedagógico. Tal concepção vem ao encontro de uma questão que, segundo PARO (2012, p. 196) após a “compreensão da natureza conservadora da teoria e da prática da Administração Escolar vigente e examinar o caráter específico do processo pedagógico escolar” é necessário tratar a reflexão sobre uma administração escolar voltada para o compromisso de desenvolver uma gestão que promova a transformação social em todos os seus aspectos, assumindo a responsabilidade social nos moldes das necessidades de formação que os dias atuais exigem dos sujeitos que a demandam.

Com fundamentos nas pesquisas e conclusões de LUCK (2009), em nossa tese, a gestão democrático-participativa configura-se como forma de promover um trabalho escolar dentro das políticas educacionais, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Art. 3º. Inciso VIII), e na Constituição Federal (Art. 206, inciso VI). Luck (2009) indica as seguintes competências para o diretor-gestor nessa gestão:

34. Lidera e garante a atuação democrática efetiva e participativa do Conselho Escolar ou órgão colegiado semelhante, do Conselho de Classe, do Grêmio Estudantil e de outros colegiados escolares.
35. Equilibra e integra as interfaces e diferentes áreas de ação da escola e a interação entre as pessoas, em torno de um ideário educacional comum, visão, missão e valores da escola.
36. Lidera a atuação integrada e cooperativa de todos os participantes da escola, na promoção de um ambiente educativo e de aprendizagem, orientado por elevadas expectativas, estabelecidas coletivamente e amplamente compartilhadas.
37. Demonstra interesse genuíno pela atuação dos professores, dos funcionários e dos alunos da escola, orientando o seu trabalho em equipe, incentivando o compartilhamento de experiências e agregando resultados coletivos.
38. Estimula participantes de todos os segmentos da escola a envolverem-se na realização dos projetos escolares, melhoria da escola e promoção da aprendizagem e formação dos alunos, como uma causa comum a todos, de modo a integrarem-se no conjunto do trabalho realizado.
39. Estimula e orienta a participação dos membros mais apáticos e distantes, levando-os a apresentar suas contribuições e interesses para o desenvolvimento conjunto e do seu próprio desenvolvimento.
40. Mantém-se a par das questões da comunidade escolar e interpreta construtivamente seus processos sociais, orientando o seu melhor encaminhamento.
41. Promove práticas de co liderança, compartilhando responsabilidades e espaços de ação entre os participantes da comunidade escolar, como condição para a promoção da gestão compartilhada e da construção da identidade da escola.
42. Promove a articulação e integração entre escola e comunidade próxima, com o apoio e participação dos colegiados escolares, mediante a realização de atividades de caráter pedagógico, científico, social, cultural e esportivo. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Art. 3º. Inciso VIII)

Segundo afirma PEREZ (2010) a pesquisa tem relevância sob o aspecto da necessidade de compreensão dos resultados das avaliações que mostram se as políticas educacionais têm surtido efeito ao serem implementadas pela gestão das escolas.

[...]é importante dedicar-se a examinar a implementação das políticas, assim como reexaminar o que foi implementado e deu certo e o que de fato funciona. Também é importante investigar sob que condições as diversas políticas educacionais são implementadas e como elas funcionam e se são exitosas. (PEREZ, 2010, p.1179)

A gestão escolar pública, no nosso caso, compreende uma organização tanto física como teórica a partir da política prescrita, suas diretrizes e preceitas que corroboram com a administração pública e que leva a efeito a gama de ações propostas pela comunidade escolar na construção do seu Projeto Político-Pedagógico.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo por meio de estudo de caso, fundamentada em BOGDAN E BIKLEN (1999), que nos traz concepção apropriada para o desenvolvimento desse tipo de pesquisa.

Tal como a definimos, a investigação qualitativa possui cinco características.[...]

1 – na investigação qualitativa a fonte direta é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal;

2 – a investigação qualitativa é descritiva;

3 – os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos;

4 – os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva;

5 – o significado é de importância vital na abordagem qualitativa. [...] (BOGDAN e BIKLEN, 1999, p.47 a 51)

Fundamentamos também, segundo YIN (2015) que nos traz um estudo completo sobre as questões peculiares do Estudo de Caso como método de pesquisa e afirma que

Como método de pesquisa, o Estudo de Caso é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados. Naturalmente o Estudo de Caso é um método comum na psicologia, antropologia, assistência social, administração, educação, enfermagem e planejamento comunitário. [...]

Seja qual for o campo de interesse, a necessidade diferenciada da pesquisa de Estudo de Caso surge do desejo de entender fenômenos sociais complexos. Em resumo, um Estudo de Caso permite que os investigadores foquem um “caso” e retenham uma perspectiva holística e do mundo real – como nos estudos dos ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos, a mudança de vizinhança, o desempenho escolar, as relações internacionais e a maturação das indústrias. (YIN, 2015, p.4)

Buscamos ainda em CHIZZOTTI (2010) mais esclarecimentos para fundamentar nossa opção pelo Estudo de Caso como método de pesquisa, bem como para definirmos nossas estratégias para analisar os dados coletados.

O estudo de caso é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avalia-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora.

O caso é tomado como unidade significativa do todo e, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno quanto propor uma intervenção. É considerado também como um marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação. (CHIZZOTTI, 2010, p. 102)

Ainda conforme LÜDKE et ANDRÉ (1986) asseveram

O estudo de caso é o estudo de um caso, seja ele simples e específico, como o de uma professora competente de uma escola pública, ou complexo e abstrato, como o das classes de alfabetização (CA) ou do ensino noturno. O caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ter um interesse próprio, singular. Segundo Goode e Hatt (1968), o caso se destaca por se constituir uma unidade dentro de um sistema mais amplo. O interesse, portanto, incide naquilo que ele tem de único, de particular com outros casos ou situações. Quando queremos estudar algo singular, que tenha um valor em si mesmo, devemos escolher o estudo de caso. (LÜDKE et ANDRÉ, 1986, p.17)

Escolhemos 01 escola pública, que atende do 6º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio onde trabalharemos para a identificação do processo de gestão realizado, dos recursos utilizamos conforme as políticas educacionais definem na forma legal.

Serão analisadas as seguintes categorias: gestão administrativo-burocrática, gestão de pessoas, gestão financeira, gestão patrimonial, gestão pedagógica.

Intencionamos a realização das seguintes ações:

- identificar e registrar as ações de gestão escolar por meio da consulta inicial nos Projetos Políticos Pedagógicos;
- participar de reuniões de planejamento, bem como ATPC-Atividades de Trabalho Pedagógico Coletivo para a observação e registro das formas de organização e discussão dos temas nessas reuniões;
- analisar as atividades planejadas pela escola no que se refere à organização dos órgãos de cogestão e na utilização dos recursos disponibilizados pelas políticas educacionais;
- participar de fóruns de discussão e orientações técnicas que são disponibilizadas às escolas pelos órgãos dirigentes;
- organizar as sínteses das informações obtidas por meio de tabelas, quadros e gráficos;
- comparar as formas de gestão realizadas pelas escolas com as diretrizes das políticas formuladas;
- acompanhar, de forma alternada, os gestores na rotina do dia a dia da escola, bem como as atividades didáticas, na implementação de ações que visem ao cumprimento do currículo comum e diversificado;
- averiguar como os sujeitos escolares operacionalizam os recursos disponíveis: equipamentos, material didático e verbas para aquisição dos insumos necessários para a prática pedagógica

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa é desenvolvida, considerando a realidade escolar no bojo dos pressupostos da política social que se concretiza através da realização das fases:

- agenda: que se constitui na geração de situações problematizadora de uma determinada realidade;
- formulação: reunião de informações sobre a agenda estabelecida, análise dos dados, planejamento e escolha de recursos, tomada de decisão sobre formas de implementação;
- implementação: colocar em prática as decisões tomadas, os planos de ação que são realizados por meio de programas e seus projetos específicos;
- avaliação: acompanhamento, verificação, controle e levantamento de informações sobre os resultados obtidos nas ações implementadas, análise dos dados, retomada de decisões, de rumos.
- a escola pesquisada não tem obtido os índices satisfatórios, nas últimas avaliações realizadas pelo sistema educacional.

Dessa forma, considerando que a escola é um organismo que tem o papel de desenvolver as ações de implementação das políticas educacionais, temos a intenção de pesquisar essa fase, propriamente dita, uma vez que a implementação tem a ver com a prática da organização do trabalho escolar, com a constituição do ambiente onde o ensino e a aprendizagem se desenvolvem e buscam alcançar a satisfação das demandas dos sujeitos escolares.

Os resultados da análise dos indicadores de rendimento obtidos em avaliações institucionais

e sistêmicas nos levam a crer que a busca pela melhoria da qualidade do ensino passa pela avaliação do trabalho do docente, sua formação e atuação em sala de aula, bem como o cuidado que dedica às pesquisas e reflexões sobre os resultados alcançados pelo seu trabalho, conforme PARO (1998)

Muito se tem falado, nos últimos anos, sobre qualidade do ensino e produtividade da escola pública. O discurso oficial, sustentado inclusive por argumentos de intelectuais que até pouco tempo atrás faziam sérias críticas ao péssimo atendimento do estado em matéria de ensino, assegura que já atingimos a quantidade, restando, agora, apenas buscar a qualidade, como se fosse possível a primeira sem a ocorrência da segunda. (PARO, 1998, p.95)

Na gestão escolar, conforme APPLE (2000, p.58), ao tratar da questão da implementação de currículos mais adequados para a melhoria da qualidade do ensino, aqueles que a política educacional estabelece, nos incita a assumir atitudes que visem ao alcance e relevância sociais, uma vez que o trabalho docente organizado pela gestão escolar “deveria engajar-se em um trabalho mais exigente e mais excitante”; ao explicitar mitos e tabus, coletivamente, toma consciência de uma nova cultura que promove rupturas pedagógicas, mas também a descoberta de novas rotas e perspectivas de ações didáticas voltadas aos interesses dos estudantes, tornando a escola mais atrativa e adequada às transformações tecnológicas de hoje.

Conforme MARÇAL (2001, p.42) a gestão escolar compreende as seguintes dimensões: Gestão Pedagógica; Gestão de Pessoas; Gestão de Serviços de apoio; Gestão de recursos físicos e financeiros; Gestão de Resultados. As políticas educacionais atuais estabelecem que todos os sistemas educacionais devem ser avaliados para a produção de indicadores em cada uma dessas dimensões e que proporcionarão elementos de reflexão e compreensão da realidade estudada, bem como dos fenômenos metodológicos evidenciados nessas avaliações. Tais ideias compõem a estrutura do campo de pesquisa pretendido neste projeto –

Quanto ao elemento motivador deste projeto de pesquisa – a gestão escolar na implementação dessas políticas para a criação de um ambiente de aprendizagem – numa via de mão dupla, dialógica, coletiva, democrática e participativa onde professores(as) e estudantes possam atuar, protagonizando suas ações.

Um programa de formação de professores contextualizado na realidade da escola e na prática pedagógica, cujo foco é a reflexão sobre as ações de formação e sobre as atividades de uso do computador que os professores em formação realizam com seus alunos e analisam com o grupo em formação, com apoio e orientação dos formadores, favorece a aprendizagem do professor, a mudança educacional e o resgate dos valores humanos na escola. (ALMEIDA, 2006, p.29).

Quanto à questão da utilização de tecnologias apresentaremos análise e discussão sobre a dimensão da gestão onde tais recursos podem ser implantados para a melhoria dos resultados, bem como das formas didáticas adotadas pelos (as) professores (as) no desenvolvimento curricular.

Nessa direção, ALMEIDA (2005) mostra a necessidade de mudanças na gestão escolar para atendimento de sujeitos que demandam novas necessidades sociais e econômicas, portanto a busca por um mercado de trabalho que propicie melhores condições de vida.

Uma visão atualizada da Administração Educacional requer que se faça uma análise do presente estágio dessa função em nossas escolas e isso implica colocar no centro de nossas considerações o modelo de escola que temos hoje, tanto do ponto de vista estrutural, organizacional, como também do ponto de vista funcional, isto é, a forma como a escola desempenha sua função e os fundamentos em que se apoia.

De outro lado, é importante ter em mente como pano de fundo o cenário que identifica o momento histórico que vivemos da “sociedade pós-industrial”, segundo alguns a “pós-modernidade”

(ALMEIDA, 2005, p.25)

Numa ótica globalizada onde as comunidades internacionais são conduzidas a um processo de desfronteirização para o cumprimento de metas estabelecidas em acordos que englobam todas as dimensões, as políticas educacionais devem ser revistas em função das diversas mudanças e inovações tecnológicas que exigem da escola uma organização adequada a esse contexto.

Conforme ALMEIDA (2005) a sociedade atual tem características diferenciadas que promovem distinções da sociedade do passado.

[...] – não existem verdades absolutas, tudo é provisório, gerando incerteza;

- o ambiente é instável, as situações e os problemas que serão enfrentados são imprevisíveis e as soluções terão de ser encontradas rapidamente pelas pessoas: portanto, de nada valem as receitas do passado, as fórmulas existentes;
- a competitividade é uma marca dessa sociedade: a disputa é muito grande, vence o melhor, o mais preparado, o mais ágil, o mais criativo;
- não basta “saber” – o conhecimento no abstrato -, é necessário que ele esteja atrelado ao “fazer”, ou seja, o conhecimento só é importante se tiver utilidade e levar ao desenvolvimento de habilidades que permitam resolver os problemas concretos;
- as informações estão em toda parte e são acessíveis a todos; a escola é apenas um dos locais onde se aprende, se adquirem informações; logo, é necessário rever a sua função, redefinir o seu trabalho considerando essa nova realidade social;
- o trabalho em equipe é importante, é fortalecedor em todos os níveis; deve, pois, ser aprendido e incentivado;
- a educação é um trabalho cada vez mais complexo que envolve toda a sociedade; portanto é impossível imaginar a escola trabalhando sozinha, isolada. [...] (ALMEIDA, 2005, p.27, 28)

Discutiremos neste trabalho de pesquisa, os papéis da escola nesta sociedade, neste contexto diverso e mutável de forma rápida como acontece hoje.

Segundo LIBÂNEO (2013) afirma que se distinguem duas concepções nos processos de organização e gestão escolares: a concepção científico-racional e a concepção sócio crítica.

Na concepção científico-racional prevalece uma visão mais burocrática e tecnicista de escola. A escola é tomada como uma realidade objetiva e neutra que deve funcionar racionalmente e, por isso, pode ser planejada, organizada e controlada, de modo a alcançar melhores índices de eficácia e eficiência.

Na concepção sócio crítica, a organização escolar é concebida como um sistema que agrega pessoas, destacando-se o caráter intencional de suas ações, a importância das interações sociais no seio do grupo e as relações da escola com o contexto sociocultural e político. (LIBÂNEO, 2005, p102)

Este é um trabalho que demanda uma análise estrutural da escola, lócus da pesquisa, entretanto não pretendemos esgotar o assunto mas, tão somente mostrar um contexto de aplicação das diretrizes políticas educacionais, dos preceitos legais para a educação numa perspectiva de gestão participativa, levando em conta as características culturais do coletivo escolar.

A partir do objetivo apresentado acima, o resultado final pretendido, apresentar um quadro de referência em gestão escolar pública a partir da análise das políticas educacionais implementadas desde 2001 até 2015 e do modo como a gestão da escola pesquisada considera as determinações políticas para organizar o trabalho escolar, bem como devem planejar o processo de organização escolar e a utilização dos recursos destinados pelas políticas.

Até no momento da construção deste artigo, os resultados se mostram satisfatórios, sendo registrados: levantamento da estrutura física da escola pesquisada, apresentação e respostas aos questionários de pesquisa que buscam informações sobre a visão dos sujeitos escolares a respeito do processo de gestão realizado no período indicado na pesquisa.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A trabalho de pesquisa, ratificamos, está em andamento, entretanto constatamos que há uma concordância entre pesquisador e escola pesquisada no que se refere à importância da pesquisa para a possibilidade de redirecionar a trajetória da gestão escolar numa busca incessante de aperfeiçoar as práticas pedagógicas com o incremento de recursos sempre atualizados e que favoreçam e estimulam uma aprendizagem significativa para todos os sujeitos escolares.

Ao propor e construir o projeto de pesquisa, o pesquisador pode reconstruir e redirecionar sua trajetória de pesquisa, inserindo e definindo novos procedimentos metodológicos de acordo com os objetivos propostos, permitindo assim, o aperfeiçoamento da metodologia adotada, bem como buscando novas referências que ampliam as conceitualização sobre o estudo de caso ora realizado.

A gestão escolar tem função e responsabilidade social que se materializa no cotidiano das práticas pedagógicas, do controle administrativo, na busca de participação ativa da comunidade em que está inserida, na parcerias com as demais instituições sociais, numa perspectiva interdisciplinar e sempre voltada para a interação social e formativa.

A escola, centro de formação integral, por excelência, deve sempre retratar postura aberta para análise científica de fatos e atos sociais, estudos, da epistemologia que deve pautar a organização escolar, objetivando que seu fundamento institucional é a educação científica que redonda na formação integral do cidadão. A gestão escolar levar a organização do coletivo a refletir sobre o nosso trabalho, na organização da gestão física, da gestão teórica e pedagógica que possa nos levar ao sucesso.

Outra faceta da gestão escolar é o estímulo à participação da comunidade, o que implica em trazer para o chão da sala, uma reflexão sincera, aberta. A função social e a responsabilidade social da escola não se pode confundir com meras manifestações de cerceamento da liberdade de ensinar. Não ensinar para o que está posto, tradicionalmente, mas estimular uma aprendizagem de compreensão do fenômeno social na medida da sua forma mais profunda e científica. A ciência da interpretação dos fenômenos está nos conteúdos curriculares, de forma politicamente instituída e que devemos implementar com uma gestão democrático-participativa.

Além dos resultados já citados, esperamos possibilitar o repensar da agenda das atividades pedagógicas, do diálogo entre os pares docentes, entre os pares discentes, entre os pares comunitários, elevando a escola e o trabalho profissional docente ao mais alto patamar, como sujeito da ciência. Formas de gestão da escola como um todo, da sala de aula, da coordenação pedagógica, devem ser, sim, repensadas e traduzidas num plano ético-científico.

Trazemos uma reflexão qualitativa, além do quantitativo que pode ser incluído em nosso trabalho. A finalização deste texto, recorte da pesquisa, nos posiciona num plano de epistemológico em que os postulados científicos sejam a base dos currículos escolares, prescritos pelas políticas educacionais que a gestão tem a função de implementar.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Elizabeth Biaconcini de. **Inclusão digital do professor: formação e prática pedagógica**. São Paulo: Editora Articulação, 2006.
- \_\_\_\_\_. VIEIRA, Alexandre Thomaz; ALONSO, Myrtes. Orgs. **Gestão Educacional e Tecnologia**. São Paulo: Avercamp, 2003.
- ANDERSON, P. **Balanco do Neoliberalismo**. In SADER, E; GENTILI, P. (Org.). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial : O Estado num mundo em transformações**. Washington: Banco Mundial, 1997.
- BOGDAN, Roberto C., BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto Editora, Porto, Portugal, 1994.
- BRASIL. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: < [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) >. Acesso em: 20 fev. de 2004.
- CAPANEMA, Célia de Freitas. In BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de. Orgs. **Gestão e Políticas da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- CONNEL, R. W. **Pobreza e Educação**. In: GENTILI, P. (Org.). Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Tradução: Vania Paganini Thurler; Tomaz Tadeu da Silva. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção Estudos Culturais em Educação) p. 11-42.
- CORAGGIO, J. L. **Propostas do Bando Mundial para a educação : sentido oculto ou problemas de concepção?** In DE TOMMASI, L.; WARDE M. J. ; HADDAD, S. O Banco Mundial e as políticas educacionais. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 75-124.
- COUTINHO, C.P. **Paradigmas, metodologias e métodos de investigação**. In: Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2014. p. 9-46
- DE TOMASSI, L. **Financiamentos do Banco Mundial no setor educacional brasileiro : os projetos em fase de implementação**. In DE TOMMASI, L.; WARDE M. J. ;
- FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985 (Os Economistas).
- FRIGOTTO, G. **Educação crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento : teorias em**

**conflito.** In: \_\_\_\_\_. (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. (Coleção Estudos Culturais em Educação). p. 25-54.

\_\_\_\_\_. **Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática.** In: GENTILI, P. ; SILVA, T. T. da (Orgs.). Neoliberalismo, qualidade total e educação : visões críticas. Tradução cap. 4: Vânia Paganini Thuler; Tradução cap. 3 e 5: Tomaz Tadeu da Silva. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 31-92.

\_\_\_\_\_. **Políticas para o ensino técnico-profissional.** In: OLIVEIRA, M. N. (Org.). As políticas educacionais no contexto da globalização . Ilhéus: Editus, 1999a. p. 131-145.

GENTILI, P. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário.** In: GENTILI, P. (Org.). **Escola S.A. : quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.** Brasília: CNTE, 1996, p. 9-49.

\_\_\_\_\_. GENTILI, P. **Educar para o desemprego : a desintegração da promessa integradora.** In:

\_\_\_\_\_. **Adeus à Escola Pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias.** In: GENTILI, P. (Org.). Pedagogia da exclusão : crítica ao neoliberalismo em educação. Tradução: Vania Paganini Thurer; Tomaz Tadeu da Silva. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção Estudos Culturais em Educação) p. 229-252.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 6. ed. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2012.

LÜDKE, H. Alves; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986

MANACORDA, M. A. **História da Educação : da antiguidade aos novos dias.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARÇAL, Juliane Corrêa. **Progestão : Como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola?**, módulo III / Juliane Corrêa Marçal, José Vieira de Sousa ; coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. -- Brasília : Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

MINAYO, C.S. (organ), FERREIRA, Deslandes S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu; Petrópolis, RJ Vozes, 1994.

OLIVEIRA, D. A. **Educação básica : gestão do trabalho e da pobreza.** Petrópolis: Vozes, 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** 4ª ed. Rev. São Paulo: Cortez, 2016.

\_\_\_\_\_. **Administração escolar: introdução crítica.** 17ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **Por dentro da escola pública.** 4ª ed.rev. São Paulo : Cortez, 2016.

PETRAS, J. **Os fundamentos do neoliberalismo.** In: RAMPINELLI, V. J.; OURIQUES, N. D. (Orgs.). No fio da navalha : crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997. p. 15-38.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil .** 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SAMPIERI, R.H.; Collado, C.F.; Lucio, M.P.B. **Os enfoques quantitativos e qualitativos na pesquisa científica.** In: **Metodologia de pesquisa.** 5ª. Ed. Porto Alegre,RS.: Penso, 2010. p.28-48.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa.** Tradução: Marco Aurélio de Moura Matos; revisão técnica: Ricardo Tolipan. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** 5ª ed. Trad. Cristhian Matheus Herrera. Porto Alegre: Bookman, 2015.

***A GESTÃO PÚBLICA ESCOLAR SOBRE A PERSPECTIVA EMPREENDEDORA.***

***THE PUBLIC SCHOOL MANAGEMENT ON THE ENTREPRENEURS 'PERSPECTIVE.***

**Área: Educação e Desenvolvimento**

PASSOS, Joelcy Rita  
Centro Universitário Municipal de Franca  
Mestranda no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional  
[joelcyritadospassos@yahoo.com.br](mailto:joelcyritadospassos@yahoo.com.br)

SMITH, Marinês Santana Justo  
Centro Universitário Municipal de Franca  
Professora Doutora no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional  
[marinesssmith@unifacef.br](mailto:marinesssmith@unifacef.br)

**Resumo**

As políticas públicas, são constantemente discutidas como programas e ações desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, visam assegurar determinado direito de cidadania, para os diversos seguimentos social, cultural, étnico ou econômico. A educação faz parte das estruturas elementares das Políticas Públicas. Todavia, é necessário atitude dos diretores envolvidos para aplicação eficiente das políticas publicas na gestão escolar, fato que suscita a questão de pesquisa no entorno da qualidade do empreendedorismo na gestão escolar municipal, no que desperta a curiosidade intelectual dos indivíduos para compor a solução da própria realidade e transformá-la. Diante desta indagação, o objetivo geral deste trabalho é refletir sobre como as atitudes, com características empreendedoras, de diretores de escolas corroboram para o desenvolvimento social. Para tanto, iniciar-se-á com uma discussão teórica sobre políticas públicas voltadas para escola pública municipal e sobre as características empreendedoras que destacam as práticas educativas e ações emancipadas que podem promover agilidade no setor público, o que contribui com a própria comunidade, garantindo a ela o bem-estar e uma melhor qualidade de vida. E, para conhecer a realidade do tema, foi realizada uma pesquisa de campo, com a diretora de uma escola municipal da cidade de Miguelópolis, estado São Paulo, com o intuito de olhar a gestão pública escolar sobre a perspectiva empreendedora na sua prática diária. A escolha desta escola foi devido ao seu destaque empreendedor junto à comunidade., o que a caracteriza com o maior número de ações e de procura por vagas.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Gestão Escolar, Empreendedorismo.



## Abstract

Public policies are constantly discussed as programs and actions developed by the State directly or indirectly, with the participation of public or private entities, aim at ensuring a certain right of citizenship, for the various social, cultural, ethnic or economic segments. Education is part of the basic structures of Public Policies. However, it is necessary to have an attitude of the directors involved in the efficient application of public policies in school management, a fact that raises the question of the quality of entrepreneurship in municipal school management, in which the intellectual curiosity of the individuals to compose the solution of the own reality and transform it. In the face of this inquiry, the general objective of this work is to reflect on how attitudes, with entrepreneurial characteristics, of school principals corroborate to social development. To do so, it will begin with a theoretical discussion on public policies aimed at municipal public schools and on the entrepreneurial characteristics that highlight educational practices and emancipated actions that can promote agility in the public sector, which contributes to the community itself, ensuring to its well-being and a better quality of life. In order to know the reality of the subject, a field research was conducted with the director of a municipal school in the city of Miguelópolis, state of São Paulo, with the aim of looking at public school management about the entrepreneurial perspective in its daily practice. The choice of this school was due to its entrepreneurial prominence in the community, which characterizes it with the greatest number of actions and search for vacancies.

**Keywords:** Public Policies, School Management, Entrepreneurship.

## 1 INTRODUÇÃO

A gestão pública deve trabalhar a favor do interesse público e dos direitos e interesses dos cidadãos através da busca, elaboração e aplicação de políticas públicas, ou seja, de programas e ações desenvolvidas pelo estado, com a participação de entes públicos e privados que visam assegurar direitos de cidadania a todos.

A educação faz parte das estruturas elementares das Políticas Públicas. Todavia, é necessário atitude dos diretores envolvidos para aplicação eficiente das políticas públicas na gestão escolar, fato que suscita a questão de pesquisa no entorno da qualidade do empreendedorismo na gestão escolar municipal, no que desperta a curiosidade intelectual dos indivíduos para compor a solução da própria realidade e transformá-la.

Diante desta indagação, o objetivo deste trabalho é refletir sobre como as atitudes, com características empreendedoras, de diretores de escolas corroboram para o desenvolvimento social. Para tanto, iniciar-se-á com uma discussão teórica sobre políticas públicas voltadas para escola pública municipal e sobre as características empreendedoras que destacam as práticas educativas e ações emancipadas que podem promover agilidade no setor público, o que contribui com a própria comunidade, garantindo a ela o bem-estar e uma melhor qualidade de vida.

E, para conhecer a realidade do tema, foi realizada uma pesquisa de campo, com a diretora de uma escola municipal da cidade de Miguelópolis, estado São Paulo, com o intuito de lançar um olhar à gestão pública escolar sobre a perspectiva empreendedora na sua prática diária. A escolha desta escola foi devido ao seu destaque empreendedor junto à comunidade., o que a caracteriza com o maior número de ações e de procura por vagas e maior satisfação dos profissionais envolvidos.

A vivência no ambiente de gestão escolar e as observações dos acontecimentos dentro e fora do ambiente escolar despertaram, na pesquisadora, um olhar curioso para conhecer os meandros da gestão de um diretor empreendedor e suas características empreendedoras.

O trabalho busca contribuir com a análise e discussão da complexidade no entorno da efetiva aplicação das políticas públicas, sendo necessário identificar as características, valores, atitudes e procedimentos necessários para adequada e aplicação eficiente em uma gestão escolar empreendedora no ambiente público, diante da significância do gestor escolar na aprendizagem e no ambiente educacional.

O presente trabalho está estruturado em mais quatro seções além desta introdução, a segunda apresenta discussões conceituas sobre Políticas Públicas voltadas para a educação a nível municipal, a terceira seção discute de forma conceitual as características empreendedoras que

podem promover a efetiva busca e aplicação de políticas públicas para a gestão escolar sob o olhar de diversos autores do tema. A quarta seção apresenta o resultado da pesquisa de campo realizada com a diretora de uma escola municipal e „quinta e ultima seção apresenta as considerações finais do presente estudo.

## **2 Políticas Públicas Educacionais na espera municipal**

As políticas públicas de educação são programas ou ações que são criadas pelos governos para colocar em prática medidas que garantam o acesso à educação para todos os cidadãos.

Além de garantir a educação para todos também é função das políticas públicas educacionais avaliar e ajudar a melhorar a qualidade do ensino do país. Essas políticas são ligadas a todas as medidas e decisões que são tomadas pelo governo em relação ao ensino e à educação no país.

De acordo com Marinho (2017), a criação de políticas educacionais pertence ao grupo das políticas públicas sociais do país e foram instrumentos importantes de implementação dos movimentos e referenciais educacionais que se fizeram presentes através da Legislação Educacional Nacional.

Com isso, para o autor, as políticas educacionais são propostas, estudadas e criadas a partir de leis que são votadas pelos membros Poder Legislativo (deputados federais e estaduais, senadores e vereadores) em cada uma das esferas de governo: federal, estadual e municipal.

O Ministério da Educação (MEC) disponibiliza vários programas de políticas públicas de educação existente no país, que atinge a espera municipal.

Porém, Teixeira (2002) completa dizendo que a autonomia municipal está atrelada à execução das ações – principalmente das políticas públicas, porém, muitas dessas políticas são adesões a programas federais, em que há repasse de verbas que dependem do cumprimento de vários critérios para que esse repasse seja realizado – restringindo assim a autonomia dos municípios.

São os principais programas: Brasil Alfabetizado; EJA (Educação Jovem e Adulto); Pronatec (educação tecnológica e profissionalizante); Escola Acessível (propõe melhorar o aprendizado de estudantes com necessidades especiais) entre outros.

## **3 CARACTERÍSTICAS EMPREENDEDORAS NA PROMOÇÃO DA QUALIDADE NA GESTÃO ESCOLAR**

Nos últimos tempos, muito se tem ouvido falar em empreendedorismo, várias são as definições e atribuições relacionadas ao empreendedor, porém ainda existem algumas lacunas a serem estudadas e explicadas acerca do tema.

O interesse pela temática pode ser interpretado por vários fatores e situações que levam as pessoas a optarem por empreender novos negócios como: a falta de emprego, salários baixos, independência profissional, melhoria da qualidade de vida, fatores relacionados à personalidade, necessidade ou oportunidade (DORNELAS, 2008).

Na visão de Barreto (1998), a palavra empreendedorismo foi traduzida do inglês entrepreneurship, que, por sua vez, deriva do latim imprehendere, tendo seu correspondente empreender, surgido na língua portuguesa no século XV.

Dolabela (1999) infere que essa palavra passou a indicar o indivíduo que criava e conduzia projetos e empreendimentos. Para Barreto (1998) empreendedorismo é a habilidade de conceber algo partindo de pouco ou quase nada.

O referido autor considera que a capacidade de empreender não é uma característica de personalidade, mas sim um comportamento dirigido para a construção e desenvolvimento de um negócio que visa resultados positivos.

O empreendedor é aquele que faz as coisas acontecerem, antecipa-se aos fatos e apresenta uma visão futura da organização, introduz inovações com a intenção de aproveitar uma oportunidade (MUNIZ, 2008).

A criação de novas possibilidades além contribuir com a geração de renda, estimula o crescimento econômico do país. De acordo com Gerber (1996), pode-se dizer que o indivíduo

empreendedor desempenha um papel importante junto à sociedade, pois, com seu espírito inovador, transforma a condição mais insignificante em uma oportunidade excepcional.

Dolabela (2008), uma das referências sobre empreendedorismo no Brasil, principalmente no que se refere educação para o empreendedorismo, conceitua o empreendedor, agente do empreendedorismo, como um ser social, produto do meio em que vive, ou seja, época e lugar.

Ele ressalta que se aprende a ser empreendedor por meio da convivência com outros empreendedores e que os empresários de sucesso são influenciados por empreendedores do seu círculo de relações, assim, pessoas tomadas como modelo, família, amigos ou por líderes ou figuras importantes diz Dolabela (2008).

Podem ser empreendedores o pesquisador, o funcionário público, o empregado de empresa privada, os políticos, os governantes, o artista, o escritor, o poeta, os voluntários, desde que tenham motivação para empreender, argumenta Dolabela (2008). A questão é explorar novas ideias e colocá-las em ação, independente do setor de atuação.

Dessa forma, Dolabela (2008) frisa que, embora o termo empreendedorismo tenha a sua origem em um contexto empresarial e, por isso, ganhou essa conotação voltada à criação de negócios, em qualquer área, pode-se e deve-se praticar o empreendedorismo a questão é explorar novas idéias e colocá-las em ação, independente do setor de atuação, pois o empreendedor é muito mais que isso, é um ser social, produto do meio em que vive.

A proposta da educação para o empreendedorismo na educação básica tem provocado também polêmicas sob a alegação de que educação básica, na proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394 de 1996, tem por finalidade desenvolver a formação comum no indivíduo, formação esta indispensável para o exercício da cidadania.

Luck (2000) traz a tona que o papel fundamental de um do ator no processo de políticas públicas educacional é o diretor de escola. O diretor que apresenta um espírito empreendedor e dinâmico, caminha na contramão da morosidade, própria de um sistema burocrático, o qual as escolas públicas estão submersas. Com esse perfil, o ator principal fará toda diferença. Entretanto, os atores têm o papel importante de sensibilizar a sociedade e a opinião pública sobre os problemas de relevância coletiva.

Um diretor de escola é um gestor da dinâmica social, um mobilizador e orquestrador de atores, um articulador da diversidade para dar-lhe unidade e consistência. Tudo isso na construção do ambiente educacional e promoção da formação de seus alunos. Com isso, presta atenção a cada evento, circunstância e ato, como parte de um conjunto de eventos, circunstâncias e atos, considerando-os globalmente, de modo interativo e dinâmico (LUCK, 2000).

### **3 PESQUISA DE CAMPO: MUNDO REAL, MUNDO DE SIGNIFICADOS**

As vivências de pesquisa nada mais é que a aquisição de saberes significativos a fim de estabelecer um patamar de conhecimento das comunidades escolares acerca do tema e, posteriormente, propor ações, por meio de um Plano de Ação, para subsidiar uma prática sistemática efetiva em pesquisa escolar.

Para José Filho (2006, p. 64), “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”.

A pesquisa científica possui aspectos teóricos, metodológicos e pesquisa de campo, que propõe a redução do empirismo. Em José Filho (2006), a realidade é interpretada, a partir de um embasamento teórico, sem a pretensão de desvendar integralmente o real, e possui um caminho metodológico a percorrer com instrumentos cientificamente apropriados. Assim, para a realização dessa pesquisa foram utilizados métodos qualitativos que por serem, por vezes, menos estruturados, proporcionam um relacionamento mais longo e flexível entre o pesquisador e os entrevistados, e lidam com elementos e informações mais subjetivas, vastas e com maior prosperidade de detalhes do que os métodos quantitativos.

Luna (1989, p. 71) referem-se à pesquisa como “uma atividade de investigação capaz de oferecer e, portanto, produzir um conhecimento novo a respeito de uma área ou de um fenômeno,

sistematizando-o em relação ao que já se sabe”. Assim, para especificar como ocorreram essas entrevistas, é relevante primeiramente entender e conceituar a técnica de entrevista dentro de um trabalho de pesquisa de campo. Nesse contexto, as entrevistas são técnicas bastante utilizadas por pesquisadores para a coleta de dados: O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação com algo.

No caso específico do objeto deste artigo, delimitamos a pesquisa, em primeiro momento, os principais pontos/características que constitui a diretora entrevistada com relação ao aspecto empreendedor. Em segundo momento, quais os elementos essenciais para que a escola de ensino fundamental básico, séries iniciais, tivesse uma aceitação muito relevante na comunidade local, aja vista que o é a escola com maior número de lista de espera para matrícula de novos alunos; uma grande porcentagem dos profissionais da educação almejam uma oportunidade de vaga para trabalhar nesta Unidade Escolar; a comunidade ao seu entorno exerce um papel participativo e voluntário, trazendo benefícios e parcerias privadas para fortalecer o ambiente educacional.

Para conhecer a realidade do tema, foi realizada uma pesquisa de campo, com a diretora de uma escola municipal da cidade de Miguelópolis, estado São Paulo, com o intuito de olhar a gestão pública escolar sobre a perspectiva empreendedora na sua prática diária. A escolha desta escola foi devido ao seu destaque empreendedor junto à comunidade, o que a caracteriza com o maior número de ações empreendedoras e de procura por vagas, além de maior satisfação dos funcionários envolvidos.

Para coleta de dados foi utilizado um questionário com perguntas abertas e algumas apenas como direcionamento do tema, todavia ao decidir o teor da entrevista que seria feita com a diretora escolhida, houve um cuidado em buscar no problema e objetivo de pesquisa subsídios para construir as perguntas mais pertinentes para a realidade, vivência e experiência local.

A pesquisa de campo descrita nesta seção propõe uma integração das teorias e estudos obtidos por pesquisa bibliográfica com os dados obtidos com a entrevista com a diretora efetiva da citada escola municipal.

Assim, para a análise dos dados foi utilizado método qualitativo que, por serem dados individuais e menos estruturados, proporcionam um relacionamento mais longo e flexível entre o pesquisador e o entrevistado, e lidam com elementos e informações mais subjetivas, vastas e com maior prosperidade de detalhes do que os métodos quantitativos.

Luna (1989, p. 71) referem-se à pesquisa como “uma atividade de investigação capaz de oferecer e, portanto, produzir um conhecimento novo a respeito de uma área ou de um fenômeno, sistematizando-o em relação ao que já se sabe”.

A pesquisa de campo aqui apresentada tem a finalidade de ouvir a pessoa mais envolvida no processo de desenvolvimento dessa pesquisa no âmbito escolar: o gestor escolar.

Para isso, foi selecionado como piloto um local para coleta de dados sendo: uma escola municipal de ensino fundamental I, séries iniciais, que fica localizada em um bairro na periferia do centro. Bairro bem localizado e a população próxima no entorno desta escola é de classe média, na sua maioria. A cidade conta com dez escolas municipais de ensino fundamental.

Como a cidade tem apenas uma escola particular nesse segmento de ensino e, a cidade mais próxima fica há 30 km aproximadamente, a escola pública selecionada é a opção da grande maioria da população com filhos em idade escolar. A escola hoje tem em média 260 alunos com idade de 6 a 12 anos.

Os dados serão analisados, por meio de abordagem qualitativa, considerando experiências, vivências, apontamentos sobre benefícios e empecilhos para a condução do processo.

O resultado da análise subsidiará a elaboração de um plano de ação junto ao departamento de educação do município que possibilitará uma conduta pedagógica para o viés de investimento em formação continuada, que acolha as necessidades da comunidade escolar, na formação de diretores empreendedores.

A análise dos dados, ou, análise do conteúdo tem por objetivo apresentar uma consideração crítica de análises de conteúdo, como uma forma de tratamento em pesquisas qualitativas e quantitativas.

Bardin (2011) afirma que a análise do conteúdo inicia-se na prática e cita alguns exemplos que a ilustram como segura e objetiva: análise de entrevista, análise lexical e sintática de uma amostra e análise temática de um texto. Então, conceitua entrevista como um método de investigação específico e a classifica como diretas ou não diretas, ou seja, fechadas e abertas.

De acordo com Leopardi (2001), as questões de uma entrevista devem obter informações sobre o problema em si, a partir das variáveis existentes em seu estudo. Assim, antes da entrevista, foram coletadas informações orais, da formação e trajetória na área educacional da diretora.

Assim, antes da entrevista, foram coletadas informações orais, da formação e trajetória na área educacional da diretora.

Após a coleta dos dados da pesquisa em questão, foi realizada uma pré-análise do material que compõe o corpus da pesquisa, com o intuito de apreender e organizar de forma ainda não estruturada, mas que haja uma maior aproximação com o texto, deixando fluir impressões e orientação, aspectos relevantes para as próximas fases: a formulação de hipóteses e elaboração de indicadores que nortearam a interpretação final.

Foi possível observar que a atividade de pesquisa é uma responsabilidade em parceria com a gestão pública local, a qual nos concedeu autorização para tal ato.

O convite para diretora escolhida aconteceu pessoalmente, assim como a entrevista e foi possível perceber a surpresa e um pouco de constrangimento inicial, demonstrando assim, o medo de expor suas idéias e especialmente, medo do julgamento do pesquisador.

Para iniciar, o pesquisador pediu para que a diretora comentasse um pouquinho da sua formação, experiência profissional e área que atua. Observa-se, que desde muito cedo a mesma ingressou na área da educação e logo passou em concurso público para professora da rede municipal e sempre colocou muito amor em tudo o que faz na profissão e nunca parou de investir na sua formação continuada. O convite para assumir a direção como cargo de confiança do prefeito já ultrapassou mais de um mandato. Este fato demonstra a competência no cargo, já que a maioria das diretoras das outras escolas sempre volta para suas respectivas salas de aulas após o mandato de quatro anos do governo em vigência.

O conteúdo de uma comunicação, não obstante a fala humana, e tão rica e apresenta uma visão valiosa, que notadamente permite ao pesquisador qualitativo uma variedade de interpretações. Talvez o maior “nó” em relação à abordagem desses conteúdos está em como visualizá-lo no campo objetivo, a princípio mais palpável; e no campo simbólico, ou seja, naquilo que não está aparente na mensagem (CAMPOS, 2004, p. 612).

Em um segundo momento a questão em pauta foi como definiria um profissional na área da educação com características empreendedoras e quais pessoas a diretora tem como referência profissional e conseqüentemente, o que mais admira na sua personalidade: “Um profissional que busca inspirar os alunos a vontade de empreender, fazendo com que eles desenvolvam suas habilidades e vontade de aprender sempre mais e a parceria com pais e vizinhos da escola demonstra uma visão empreendedora. O que mais admiro nas minhas referências são pessoas que tem força de vontade, nunca desistir de sempre buscar conhecimento, determinação e dedicação.”

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desenvolvimento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta, faz parte do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos (FREIRE, 1996, p. 32).

Ao indagar sobre o tema gestão escolar empreendedora e abranger o aspecto de identidade pessoal e sobre ações empreendedoras que faz a diferença, a diretora se mostrou muito tranqüila em responder com situações pontuais e reais do seu dia a dia, demonstrando assim, que sua essência, suas atitudes e visão de mundo, perpassam pelo empreendedorismo e essa peculiaridade faz toda diferença no seu entorno, de maneira positiva.

Assim, a análise da gestão educacional pode se realizar por meio de vários recortes e planos. Uma perspectiva importante implica não reduzir a análise das políticas e da gestão educacional à mera descrição dos seus processos de concepção e/ou de execução, importando, sobremaneira, preendê-las no âmbito das relações sociais em que se forjam as condições para sua proposição e materialidade. Tal perspectiva implica detectar os tipos de regulação subjacentes a esse processo. Para Barroso (2006a, p. 13), o conceito de regulação, em que pesem os diferentes significados possíveis, pode ser utilizado “para descrever dois tipos diferenciados de fenômeno, mas interdependentes: os modos como são produzidas e aplicadas às regras que orientam a ação dos atores; os modos como esses mesmos atores se apropriam delas e as transformam”.

Por fim, o diálogo foi conduzido para a questão de como são efetivadas as parcerias que a unidade escolar escolhida para análise, já que uma escola pública está sujeita a toda burocracia que norteiam o desenrolar das ações em prol das necessidades reais que estão presentes no

cotidiano escolar.

Dessa forma, associa Vivaldo (2009), é comum que as políticas educacionais para o referido nível de ensino e as ações delas decorrentes sejam elaboradas sem a participação dos profissionais da educação básica, cujo trabalho é impactado diretamente por essas políticas.

Em outras palavras, refletir sobre a importância de se pensar e, ao mesmo tempo, concretizar políticas públicas educacionais que objetivem despertar no sujeito o desejo de lutar por uma sociedade justa e democrática, na qual a igualdade de oportunidades, a valorização das diferenças humanas e a fraternidade sejam praticadas cotidianamente, afirma Cury (2002).

Além disso, que seja uma luta imbuída de princípios e valores formativos do ser humano, construída na relação social com o/a outro/a e que expresse, livremente, sentimentos e interesses advindos da reflexão individual e coletiva, conforme relata Cury (2002).

Assim, para Vivaldo (2009) é importante ressaltar a necessidade de se construir políticas públicas de educação que possibilitem o acesso a todos especialmente para aqueles que historicamente têm tido menos poder na sociedade e se encontram reprimidos, submetidos, excluídos ou silenciados na vida cotidiana e nos processos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Sim, são feitos acordos com os programas propostos e da política de uso e privacidade pela empresa. Particularmente, a escola ganha com essas parcerias, pois o setor público nem sempre supra as necessidades imediatas por causa da burocracia. As famílias também são aliadas e parceiras estando presente sempre que possível, especialmente nas datas comemorativas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A qualidade educacional define-se pelo objetivo de formar um cidadão capaz de participar eficazmente das atividades produtivas da nação, assim como para sua própria auto-realização e estima para seu bom convívio na sociedade.

Para que esses direitos de uma educação significativa sejam efetivamente assegurados são necessárias políticas públicas consistentes. Há uma grande dificuldade, entretanto, de implementação dessas políticas em seus respectivos ambientes. Isso se deve em grande parte pela falta de interlocução entre os entes federados e, também, pela escassez de ações efetivas.

A educação faz parte das estruturas elementares das Políticas Públicas todavia a burocracia também é regularmente apontada como variável de morosidade e insucesso na implantação de políticas públicas que favoreçam a erradicação do analfabetismo ou melhora na qualidade da aprendizagem no ambiente educacional no ensino fundamental, objeto de interesse no presente estudo.

Assim, o diretor de escola que apresenta um espírito empreendedor e dinâmico, tem melhores chances de vencer a morosidade, própria de um sistema burocrático o qual as escolas públicas são submetidas. São os diretores de escola que têm o papel importante de sensibilizar a sociedade e a opinião pública sobre os problemas de relevância coletiva.

A pesquisa de campo realizada através de entrevista, constatou que a gestora escolar com características empreendedora realmente faz toda diferença no ambiente escolar e quem ganha são os alunos, a equipe gestora, as famílias e toda a comunidade escolar.

Enfim, conclui-se que a solução é investir na educação das pessoas, torná-las empreendedoras, por meio de uma educação empreendedora. A educação empreendedora deve começar na mais tenra idade, porque enraizar valores e costumes diz respeito à cultura que tem o poder de induzir ou de inibir a capacidade empreendedora.

#### **5 REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Renato Fonseca de; TORKOMIAN, Ana Lúcia Vitale. Fatores de influência na estruturação de programas de educação empreendedora em instituições de ensino superior. In: II ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. Anais do II EGEPE. Londrina, 2001, p. 299-311

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 60. ed. Lisboa. Portugal, 1977.

BARROSO, J. O Estado e a educação: a regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. In: BARROSO, J. (Org.). A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e atores. Lisboa: Educa, 2006b. p. 41-70.

CAMPOS, CJG. Método de análise do conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília - DF 2004 set/out;57(5):611-4. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>. Acesso em setembro de 2017.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, n.116, p.245-262, jun. 2002.

DOLABELA, Fernando. *Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza*. São Paulo: Cultura, 1999.

DOLABELA, Fernando Celso. *Empreendedorismo: uma forma de ser*. Brasília: AED, 2003a.

DOLABELA, F. *Oficina Empreendedora*. Rio de Janeiro: Sextante, 2008a.

DORNELAS, J. C. A. *Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GIOVANNI, Geraldo Di, AS ESTRUTURAS ELEMENTARES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, Caderno de pesquisa N° 82, 2009,

GERBER, M.E. *O mito do empreendedor*. São Paulo: Saraiva, 1996.

GOBERT, MULLER In, VAZ., L.G.D.; Políticas públicas. *Revista nova Atenas de educação e tecnologia*. Revista eletrônica do departamento. Acadêmico de ciência da saúde Educação física e esportes – Biologia – Segurança do trabalho. Vol. 10, nº. 01, jan./jun./2007, p. 47.

FERREIRA, F.W. *Planejamento: sim e não*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LUCK, H. *Perspectiva da Gestão escolar e implicações quanto à Formação de seus Gestores*. Em *Aberto*, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11- 34, junho 2000.

JOSÉ FILHO, M. *Pesquisa: contornos no processo educativo*. In: JOSÉ FILHO, M; DALBÉRIO, O. *Desafio da pesquisa*. Franca: Unesp – FHDSS, p.63-75. 2006.

LUNA, S. V. *O falso conflito entre as tendências metodológicas*. In: FAZENDA, I. (ORG.) *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.

LEOPARDI, M.T. *Metodologia da pesquisa na saúde*. Santa Maria: Pallotti, 2001.

MARINHO, Iasmin C. (2017). *Políticas Educacionais*. Educação. Infoescola. 2017. Disponível em Consultado em 18/12/ 2017.

MUNIZ, C. N. S. *Atitude empreendedora e suas dimensões*. Dissertação de Mestrado em Administração. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>, acesso: 01/10/2015.

TEIXEIRA, A. *Mestres de amanhã*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 92, p.10-19, out./dez. 1963.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. In: Políticas Públicas – O Papel das Políticas Públicas: AATR, Bahia, 2002.

VIVALDO, E. V. Educação em Direitos Humanos: abordagem histórica, a produção e experiência brasileira. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

#### **WEBGRAFIA**

BRASIL, Ministério da Educação. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em 30 de setembro de 2018.



**A GESTÃO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA DIVISÃO DE CRECHES DO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP**

*SOCIAL MANAGEMENT IN EDUCATION POLICY: THE WORK OF THE SOCIAL WORK IN THE CRECHES DIVISION OF THE MUNICIPALITY OF FRANCA / SP*

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

FIGUEIREDO, Alessandra Ferreira  
CREAS – Monte Alto/SP

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca. Assistente Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS – do município de Monte Alto/SP.

E-mail: alessandraferreirafigueiredo@gmail.com

SILVA, Daniela Aparecida da  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca

Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP – Franca. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a dimensão educativa no trabalho social – GEDUCAS –, do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas para Infância e Adolescência – GEPIA – e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais – GEPPS.

E-mail: daniela\_silvas@yahoo.com.br

SANTOS, Élica Batista dos

Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca.

E-mail: lksantos8@gmail.com

FERREIRA, Larissa Gonçalves

Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a dimensão educativa no trabalho social – GEDUCAS – e do Grupo de estudo sobre gestão socioambiental e a interface com a questão social – GESTA.

E-mail: larissa.goferreira2@hotmail.com

TOMASCHITZ, Luana Rosada Vieira

Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca.

E-mail: luana-rosada@hotmail.com

MORAES, Natyellen Casimiro de

Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca.

E-mail: natyellen-moraes-@hotmail.com

ALBINO, Silmone de Lima

Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca

E-mail: silmonelima@hotmail.com

**Resumo**

Este artigo trata de uma reflexão que irá analisar como vem ocorrendo a atuação do(a) profissional do Serviço Social enquanto gestor de políticas, com ênfase no trabalho desenvolvido pelo(a) assistente

social na gestão da Política Educacional. Objetiva-se compreender o processo de apropriação de princípios da gestão para a realização do trabalho do(a) assistente social na Política Educacional, em especial na educação infantil. A pesquisa realizou-se por meio de estudo teórico, documental, e caráter exploratório, além de uma entrevista com a assistente social responsável pela Divisão de Creches do município de Franca, interior de São Paulo, objetivando assim, evidenciar os fundamentos da gestão que devidamente apropriados, contribuem para a realização do trabalho profissional na esfera da Política Educacional.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Gestão, Política Educacional

#### **Abstract**

This article deals with a reflection that will analyze how the Social Work professional has been acting as a policy manager, with emphasis on the work developed by the social worker in the management of Educational Policy. The objective is to understand the process of appropriation of management principles to carry out the work of the social worker in Educational Policy, especially in the education of children. The research was carried out by means of a theoretical, documentary, and exploratory study, in addition to an interview with the social worker responsible for the Nurseries Division of the municipality of Franca, in the interior of São Paulo, in order to demonstrate the management's fundamentals, which duly appropriate, contribute to the accomplishment of professional work in the sphere of Educational Politics.

**Keywords:** Social Work, Management, Educational politics.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este artigo foi construído para subsidiar a reflexão acerca da atuação do Serviço Social na gestão da política educacional, como espaço sócio-ocupacional da profissão, com vista a reconhecer este campo enquanto meio de possibilidades de universalização de direitos, através de uma perspectiva de gestão democrática e participativa.

Para tanto traz uma breve discussão a respeito da história da Educação no Brasil, dando destaque para a educação infantil, além de contextualizar a inserção do Serviço Social na gestão da política educacional. Também, será discutido aspectos da Gestão, buscando compreender o processo de apropriação de princípios da gestão para a realização do trabalho do(a) assistente social desta política.

Com vista a conhecer melhor o trabalho do (a) assistente social enquanto gestor de políticas públicas, foi realizado uma entrevista com a assistente social responsável pela Divisão de Creches do município de Franca, interior do estado de São Paulo. Para tanto foi necessário a autorização da secretária de Educação da respectiva cidade. A entrevista ocorreu dentro das mediações do prédio da Secretaria Municipal de Educação, onde encontra-se, também, a Divisão de Creches. Os apontamentos da assistente social, serão destacados ao longo do presente texto.

A trajetória histórica do Serviço Social brasileiro, desde seu surgimento na década de 1930, é marcada por transformações, acompanhando as mudanças estruturais ocorridas na sociedade brasileira. Após o período do Regime Militar, marcado pela resistência à repressão e opressão violenta aos movimentos que lutavam pela redemocratização no país, profissionais do Serviço Social começaram a movimentar-se para a construção de estratégias de intervenção.

É notório a participação da categoria do Serviço Social no processo de redemocratização do país, contribuindo, também, para a visibilidade da profissão, assim como para o salto na qualidade do trabalho do profissional. O Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, a Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão, bem como as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, expressam o compromisso da categoria com a construção de uma nova ordem societária, mais justa, democrática e garantidora de direitos universais.

Diante do cenário complexo de disputas históricas sociais e políticas (da ditadura militar à redemocratização e a construção da Constituição Federal de 1988, e por fim a elaboração do Código de Ética do Serviço Social), os(as) assistentes sociais passam à assumir – e estão cada vez mais assumindo – cargos de gestão. O profissional passa a atuar, também, nas áreas de administração, planejamento, acompanhamento e avaliação de programas sociais.

A inserção do Serviço Social na educação, se dá nesse contexto de ampliação dos espaços

sócio-ocupacionais na luta pela garantia e efetivação dos direitos sociais e educacionais. O documento “Serviço Social na Educação”, organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) no ano de 2001 pontua que,

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de riscos, etc. Estas constituem-se em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta seja por diferentes profissionais (Educadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando conseqüentemente uma ação mais efetiva (CFESS, 2001, p.12).

Nesse sentido, a presença do(a) assistente social nos espaços educacionais visa contribuir para o acesso e a permanência dos estudantes nas instituições de ensino. É importante destacar que o trabalho desenvolvido pelo profissional não deve ser confundido com o trabalho dos educadores. O trabalho do Serviço Social na educação deve ser desenvolvido em conjunto com os educadores e demais profissionais que atuam na política educacional. A atuação do profissional do Serviço Social é voltada para o fortalecimento das relações sociais e do acesso a serviços sociais, além de lutar pela ampliação e consolidação dos direitos sociais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Educação no Brasil**

Considera-se a educação um dos campos de maior importância para que haja um bom desenvolvimento em uma nação. Somente a partir do conhecimento é que um país terá crescimento, aumento de renda e qualidade de vida. Não se pode negar que houve um grande avanço no Brasil nas últimas décadas, porém, ainda há muito a se conquistar.

Foi a partir da Constituição de 1988 e da implementação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional brasileira nº 9394/96 (LDB), na qual se constituiu normas e dispositivos legais que organizou a política de educação, fato que trouxe um avanço para a educação no Brasil, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Esse avanço se deu por meio de dois documentos legais que se pautaram na proteção do direito público subjetivo à educação e do comprometimento do poder público estatal em assegurar este direito social. A Carta Magna de 1988 inova a Constituição anterior, pois adiciona dois novos dispositivos constitucionais, um estabelece o acesso ao ensino obrigatório e gratuito que se torna um direito público subjetivo, o outro se refere que o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou sua oferta irregular implicará necessariamente na responsabilidade da autoridade competente.

Nota-se que a partir de 1988 há um progresso no que diz respeito à proteção ao direito social. A educação inova na definição e concepção do direito, o acesso ao ensino fundamental obrigatório e gratuito se torna um direito público, portanto, um dever do Poder Público Estatal em oferecê-lo.

Essa realidade aprimora e aperfeiçoa a Legislação Educacional Brasileira, cria condições para a elaboração e formulação da LDB, que amplia e aprofunda as conquistas obtidas em 88 sobre a educação, preza pela melhoria da qualidade do ensino nacional, pela valorização do profissional e pela evolução de um sistema educacional moderno e eficaz.

### **2.2 Educação infantil**

As creches surgiram na França em 1770, com caráter assistencialista e tinham o intuito de abrigar crianças pobres e abandonadas. No Brasil, essas organizações foram criadas apenas no início do século XX. Esse caráter assistencialista das creches está relacionado à política da assistência social da época, que se caracterizava pela bondade da sociedade destinada às classes mais pobres (SOARES; GIAQUETO, 2010).

Conforme Kuhlmann Jr. (2001, apud SOARES e GIAQUETO, 2010, p. 3),

Quando, na década de 1970, as creches e pré-escolas iniciaram seu processo mais recente de expansão, a crítica à educação compensatória trouxe à tona o seu caráter assistencialista, discriminatório. As concepções educacionais vigentes

nessas instituições se mostravam explicitamente preconceituosas, o que acabou por cristalizar a ideia de que, em sua origem, no passado, aquelas instituições teriam sido pensadas como lugar de guarda, de assistência, e não de educação.

Segundo o autor, ao se destinarem a uma classe social pobre, essas instituições acabam representando uma “educação assistencialista”, caracterizada pela baixa qualidade no atendimento e por retirar a criança da rua.

Ainda, segundo Soares e Giaqueto (2010), o papel das creches era “guardar” as crianças, visando os cuidados com a higiene e alimentação e aconselhar as mães a respeito do cuidado com o lar, marido e filhos. Assim, de maneira moralizadora objetivava evitar e prevenir a desorganização familiar.

A partir da Constituição de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), as creches perdem, em tese, seu caráter assistencial, passando a fazer parte do sistema de educação.

Soares e Giaqueto (2010), observam que passa-se a rejeitar o termo “guardar” e começa-se a utilizar o termo “cuidar”. As autoras citam Rosemberg (1999) que explica esse novo termo de maneira ampla, um “cuidado” que objetiva a proteção física da criança e oferece um serviço complementar para a família, bem como revela o caráter educador da creche. Portanto, os objetivos da creche passam a ser, cuidar e educar, mas sem escolarizar a criança.

Com os avanços das discussões acerca da importância da educação no Brasil criou-se normas, parâmetros e leis com o objetivo de orientar e melhorar o sistema educacional brasileiro. Inclusive para a educação infantil, como, a exigência de que se construa um projeto pedagógico coletivo com um número mínimo de profissionais capacitados, entre outros.

### **2.3 O Serviço Social na política de educação**

O Serviço Social é uma profissão que tem como característica uma visão crítica, uma prática interventiva e um caráter sociopolítico, além disso, atua sobre o conjunto de desigualdades sociais por meio da socialização de informações e acesso a direitos. A área de atuação do(a) Assistente Social é ampla, sendo: saúde, previdência, habitação, lazer, assistência social, sociojurídico, educação, entre outras.

A educação é uma dimensão complexa e histórica da vida social que perpassa pelo setor público, privado, comunitário, econômico e ideológico. A política educacional é um meio de luta social que visa reivindicar uma educação pública, universal e de qualidade enquanto um direito social em processo de conquista. O problema que aqui se instaura é o fato de que a educação brasileira ainda não é considerada como um direito social efetivo e totalmente garantido, além disso, alguns fenômenos acabam dificultando o acesso e a permanência dos jovens na educação, como, a falta de incentivo à educação pelo Estado, a necessidade de trabalhar para ajudar à família, o não reconhecimento da importância do estudo, a precariedade na educação e o sistema educacional desatualizado.

É nesse contexto que o Serviço Social se insere na área da educação, sendo cada vez mais uma necessidade socioinstitucional para contribuir com o acesso e a permanência de crianças e jovens e ao mesmo tempo incluir aqueles que não puderam concluir ou até mesmo iniciar os estudos. Além de garantir o acesso e a permanência na educação, a ação profissional tem o papel de ampliação da educação pública como um direito social, saindo da abordagem individual e entrando em contato com as famílias, professores e sociedade.

É importante ressaltar que o acesso à escolarização pública universal está longe de ser um direito social, pois as desigualdades existem e o Estado não se coloca como o único responsável pelas estratégias de ampliação a educação e divide esta função com setores da sociedade civil e com o empresariado, este que reforça a sociabilidade burguesa, redirecionando o fundo público para gerar lucro por meio de incentivos fiscais ao setor privado, como: educação a distância, crédito para financiamento, entre outros.

A inserção dos(as) Assistentes Sociais na educação visa trabalhar diretamente com programas e projetos de assistência estudantil na esfera pública e na organização e execução das políticas na esfera privada. Os interesses sociais e institucionais podem ser antagônicos e por este motivo cabe ao profissional uma competência teórica e política para realizar as estratégias e lidar com a contradição da política educacional.

A atuação profissional do(a) assistente social deve buscar garantir uma educação de qualidade numa perspectiva que contribua para o aspecto de emancipação do ser humano. A

qualidade da educação, além de desenvolver conteúdo para desenvolvimento e formação intelectual também engloba valores referentes aos debates para a construção de ideias a respeito da diversidade humana e direitos humanos.

Segundo o documento intitulado Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação do conjunto CFESS-CRESS:

[...] Trata-se do reconhecimento da educação como terreno de formação dos sujeitos e do posicionamento em favor da garantia dos direitos dos (as) usuários (as), da socialização das informações com aqueles (as) que compartilham do espaço da educação e do fortalecimento do espaço da escola como lugar de exercício da democracia, do respeito à diversidade e de ampliação da cidadania (CFESS-CRESS, 2013, p. 58).

É importante pensar a inserção e atuação dos(as) assistentes sociais no âmbito da educação, na perspectiva de fortalecer os sujeitos políticos, pois estes são necessários para a construção de um processo democrático, ou seja, um trabalho coletivo entre assistentes sociais, participantes da política e demais profissionais.

## 2.4 Gestão e Gestão Social

A administração/gestão teve sua ascensão pela Revolução Industrial – período este que compreende o século XVIII –, no qual houve grandes mudanças econômicas e sociais proporcionadas pelas invenções das máquinas (máquina a vapor) que tinham como objetivo aumentar a produção pela substituição do trabalho humano. Com o sucesso das máquinas inventadas muitas fábricas/empresas foram criadas de forma desenfreadas e a administração ascendeu como forma de suprir as consequências da Revolução Industrial, pois as fábricas/empresas estavam se tornando complexas e necessitavam de uma estruturação.

Os principais autores da administração são: Jules Henri Fayol que fundou a teoria clássica da administração, Frederick Winslow Taylor que é considerado o pai da administração e pioneiro da administração científica, Max Weber que desenvolveu a Teoria da Burocracia, Elton George Mayo que criou a Teoria das Relações Humanas, entre outros.

Segundo Maximiano (1995, p. 60), administração é “um processo inerente a qualquer situação em que haja recursos que procuram atingir algum tipo de objetivo”, desta forma, a gestão ou administração é um processo administrativo que visa alcançar os objetivos das organizações ou instituições, ou seja, é um processo composto pela tomada de decisões para atingir objetivos. A administração tem como finalidade a garantia da eficiência e da eficácia pelas organizações.

A administração/gestão é composta de quatro funções, conforme pontua Maximiano (2000, p. 26-27) apud Filho e Gurgel (2016, p. 205) “administração [...] compreende quatro processos principais interligados: planejamento, organização, direção e controle”. Desta maneira, didaticamente iremos separá-los para conceituá-los, mas eles estão em consonância.

Na função **planejamento** definem-se os objetivos que a instituição pretende alcançar num determinado prazo, bem como quais são os recursos (humanos, financeiros e materiais) necessários para a efetivação dos objetivos pretendidos neste planejamento.

A função **organização** é entendida como o processo de definição e detalhamento das atividades a serem realizadas na instituição, bem como a distribuição das responsabilidades às pessoas envolvidas no processo (divisão de tarefas) e dos recursos disponíveis para que se alcance o que foi definido no planejamento, ou seja, juntar pessoas e recursos para que a finalidade seja alcançada.

Já a função **direção** está relacionada ao processo de mobilização das pessoas para realizarem suas tarefas propostas na organização, de forma que os objetivos sejam atingidos. As ações que são realizadas para essa condução/mobilização envolvem coordenar e direcionar as atividades das pessoas.

No **controle** busca-se verificar se os objetivos firmados e os recursos previstos estão sendo efetivados, no intuito de identificar possíveis necessidades de mudanças e corrigi-las. Além disso, a função controle constitui também de duas dimensões, o monitoramento e a avaliação.

O monitoramento caracteriza-se como o processo de controle que visa acompanhar a execução do planejamento proposto. Já a avaliação consiste no processo de coleta de informações sobre as ações, as características e os resultados de algum programa ou projeto social que se objetivou no planejamento, no intuito de recomendar melhoria ou correção. É importante ressaltar que

alguns autores pontuam que a gestão possui 5 funções, pois consideram a avaliação uma função separada da função controle.

Para compreender a gestão da política educacional, no âmbito da educação infantil (creches) que é objeto de estudo neste artigo precisamos aproximar-se do conceito de gestão social, pois este percorre pela concepção do Estado social de direito, ou seja, os temas estão intrinsecamente interligados, visto que a gestão social compreende a gestão de políticas sociais.

Conforme Carvalho (2014), a gestão social tem significados muito amplos:

Refere-se fundamentalmente à governança das políticas sociais e programas sociais públicos; a qualidade de bem-estar ofertada à nação e à cultura política impregnada ao fazer social. Opera a partir das prioridades inscritas na agenda política, garantindo processos de adesão dos sujeitos sociais implicados, bem como qualificando os processos de tomada de decisão e implantação de políticas e programas sociais (CARVALHO, 2014, p.33).

Desta maneira, a gestão social na contemporaneidade ganha novos caminhos que perpassam pelo controle social e pela participação dos sujeitos que utilizam as políticas sociais, ou seja, por meio das conferências e dos conselhos municipais a população participa da gestão das políticas sociais implicando em uma gestão democrática e participativa.

Já na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 198, 204 e 206, perpassa-se pela origem da criação dos conselhos de políticas públicas, respectivamente, na esfera das políticas de saúde, assistência social e educação, nas três instâncias de governo, assim, por meio da Constituição abrem-se caminhos para criação de novos conselhos de políticas sociais, além dos já propostos na Carta Magna.

É necessário pontuar que compreendendo as políticas sociais como o Estado em ação, a partir da década 1990 com o avanço do neoliberalismo no Brasil, a gestão social sofre grandes mudanças que perpassam pela desresponsabilização do Estado, ou seja, a gestão social no âmbito público-estatal passa para o âmbito privado. Esse deslocamento das esferas se justifica pelas parcerias, transferências e privatizações entre Estado e empresa/sociedade civil/terceiro setor.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 A gestão da Política de Educação infantil no município de Franca/SP**

O município de Franca/SP recebe orçamento das quatro instâncias, como estabelece a Constituição de 1988 em seu artigo 211, “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino” (BRASIL, 1988), e possui também o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que investe na educação infantil, fundamental e ensino médio.

No referido município os trabalhos desenvolvidos nas creches são feitos através de convênios com instituições privadas filantrópicas, possuindo 48 creches conveniadas com o município, 36 escolas de ensino básico (EMEBs), 33 escolas de educação infantil (EMEI) e 27 escolas particulares que são conveniadas com o Programa “Mais Creches” (NASCIMENTO; SANTIAGO; SOUZA, 2014, p. 04).

A Secretaria de Educação de Franca possui duas equipes que contém o profissional de Serviço Social, a primeira é a Gestão de Programas e Projetos Sociais contendo três assistentes sociais; a segunda é a Divisão de Creches que conta com seis profissionais, sendo uma diretora de divisão.

#### **3.2 Entrevista com a Assistente Social da equipe de Divisão de Creches**

No dia 30 de Maio de 2017, após prévio agendamento, foi realizada uma entrevista com uma assistente social que pertence a equipe de Divisão de Creches. Tal equipe é responsável pela gestão do trabalho realizado nas creches, incluindo: monitoramento, acompanhamento do atendimento aos usuários, das atividades desenvolvidas pelo setor pedagógico, da qualidade dos serviços prestados, da formação dos profissionais e do número de funcionários - verificando se as instituições conveniadas estão pagando o piso salarial legalmente estabelecido aos/as educadores/as.

De acordo com a entrevistada, os convênios são feitos por meio de chamamento público

realizado pela prefeitura, esta que faz algumas exigências para as instituições que têm interesse, como: mínimo de dois anos de experiência na área de educação infantil/creche; ter toda a documentação organizada; personalidade jurídica, ou seja, CNPJ; ter uma equipe de profissionais exigida pela Secretaria de Educação.

Segundo a entrevistada:

Para fazer a gestão nas creches nós temos um check list. Nós fazemos as visitas mensalmente nas creches e lá nós temos toda uma sequência do que nós precisamos observar. Se ela tem CEBAS, se possui permissão do corpo de bombeiros, se ela tem o número de funcionários necessários, se as crianças estão tendo um atendimento adequado, se as refeições estão sendo servidas corretamente, a higiene desses espaços, se os espaços estão adequados, tudo isso a gente faz esse monitoramento e a verificação (informação verbal).

Eu sou responsável por 13 creches ... a gente é meio que o elo entre a secretaria de educação e a instituição, então desde os materiais que eles precisam até tudo, tudo passa pela divisão de creches. E o gestor, no caso eu como gestora social dessas creches, fico responsável por dar retorno e providências de todas essas creches em funcionamento (informação verbal).

É importante analisar que para uma mesma profissional existem várias atribuições e competências no sentido da gestão, pois são realizadas visitas institucionais, reuniões, monitoramento, acompanhamento das instituições em todos os aspectos e requisitos pré-estipulados, atendimento de demandas espontâneas que chegam cotidianamente, atendimento social – pois como as creches não possuem assistente social, quando verificada a necessidade, é realizado um encaminhamento para as assistentes sociais da secretaria –, dentre vários outros acontecimentos que perpassam a realidade das 13 creches pelas quais ela é responsável e podendo ir muito além, pois a realidade é dinâmica e complexa.

### 3.3 Programas e Projetos da Divisão de Creches

Dentro da gestão, a equipe de Divisão de Creches também é responsável pela realização de inúmeros Programas e Projetos, sendo alguns deles:

- Programa Gestão de Creches: Projeto Cadastramento, Credenciamento, Conveniamento e Monitoramento; Projeto Implantação de Creches; Projeto Formação Continuada;
- Programa Mais Creche;
- Programa Família na Creche: Projeto Trocando Saberes; Projeto Construindo a Paz; Projeto Plantão Social; Projeto Creche... Onde Tudo Começa.

Em virtude do tempo limitado, não foi possível explicar profundamente sobre todos os Programas e Projetos, sendo selecionados apenas aqueles de que a entrevistada faz parte.

Nós temos o projeto “creche... onde tudo começa”, que é um projeto interdisciplinar com as pedagogas, onde fazemos encontros com as famílias, fazendo uma transparência do que o município investe, como ocorre o trabalho nas creches, mostrando que as creches são direito e não caridade. Nesse projeto é passada a proposta pedagógica, em que os pais fazem as atividades como se eles fossem as crianças. Tudo muito participativo, com o envolvimento de todos, um lugar de trocas (informação verbal).

Este projeto busca dar visibilidade às famílias, explicando como a creche funciona e visualizando os receios e expectativas que as famílias têm sobre a creche e como seus/suas filhos/as estão sendo tratados/as.

Outro projeto é o com reuniões temáticas. A creche que tem um assunto que gostaria que o Serviço Social conduzisse, faz uma solicitação e a gente prepara, fala sobre violência, violência doméstica, direitos da criança e do adolescente, a relação creche e família, são várias temáticas montadas e trabalhadas quando solicitadas (informação verbal).

Este Projeto é intitulado Trocando Saberes e se realiza a partir de demandas que as creches visualizam no cotidiano escolar, desta forma, solicitam que as profissionais do Serviço Social da Secretaria Municipal de Educação do município de Franca/SP montem oficinas temáticas para

abordar determinados assuntos.

Há também a Central de Vagas, que de acordo com a entrevistada:

O número de crianças atendidas em creche hoje é de: 6.757 crianças. Mas a demanda é grande, por isso foi criada a central de vagas em creches - pela equipe de Serviço Social - que iniciou em 2015 com o objetivo de tornar esse direito a creche mais organizado, em relação a distribuição das vagas em creches, e centralizado no município, com a gestão dada pela secretaria. Porque antes as creches que faziam a seleção, então as pessoas se inscreviam e as creches faziam a seleção e a secretaria de educação não tinha uma noção dessa demanda, dos locais que precisavam construir mais creches, quantas creches precisariam, quantas crianças estão fora das creches... (informação verbal).

Deste modo, as inscrições para as creches ficaram centralizadas no site da prefeitura que tem um sistema próprio que analisa a situação familiar e atribui determinada nota a família. As famílias mais pontuadas são encaminhadas para as creches que dispõe de vagas.

Como o direito à creche está preconizado no art. 208, inciso 4º, da Constituição Federal de 1988, as famílias que não conseguirem vagas aos seus/suas filhos/as devem recorrer a Defensoria Pública e fazer uma solicitação judicial. Após verificarem que o número de solicitações judiciais estava aumentando e o número de vagas permanecia o mesmo, foi criado um Programa paralelo intitulado Mais Creches, o qual estabelece um convênio com escolas particulares e o município compra algumas vagas para atender os casos de demandas judiciais. Entretanto, após avaliarem o programa, a equipe sentiu a necessidade de fazer uma reorganização e no momento não estão fazendo encaminhamentos para as escolas particulares.

### **3.4 As funções da gestão e o trabalho do Serviço Social na Divisão de Creches**

A entrevistada informou que a gestão na Secretaria de Municipal de Educação no município de Franca/SP apresenta um caráter hierárquico, com divisão de poderes, cargos bem definidos, atuação racionalizada, regulamento estabelecido e possui organograma que apresenta a estrutura organizacional verticalizada.

Compreendendo a gestão como processual e de caráter cíclico, ela pontuou que o planejamento é previamente elaborado, mas que em virtude de avaliações feitas no decorrer das atividades ele pode ser constantemente modificado para que atinja os objetivos de forma plena. Outro ponto destacado são as demandas que surgem no dia-a-dia, estas que não estão no planejamento, mas devem ser executadas e inseridas nesse ciclo da gestão.

A função organização, responsável pelo detalhamento do planejamento, ocorre de forma interdisciplinar e visa atingir os objetivos gerais e específicos que foram planejados.

A direção, função que requer um líder para coordenar as ações da equipe envolvida, existe na Divisão de Creches e é desempenhada por uma diretora, que numa perspectiva hierárquica e em um organograma vertical, está localizada acima das demais pessoas.

O controle, também entendido como monitoramento, é a tarefa mais desempenhada pela equipe da Divisão de Creches, tendo em vista que para a realização da gestão das creches no município é preciso que esses profissionais realizem um monitoramento de todas as instituições conveniadas, a fim de garantir qualidade e efetiva prestação dos serviços.

Já a avaliação, compreendida como função que visa garantir a eficiência e a eficácia organizacional, se faz necessária no ciclo da gestão, pois por meio dela é possível identificar falhas e corrigi-las. Durante a entrevista foi pontuado que as avaliações ocorrem semestralmente e anualmente, entretanto, quando a equipe verifica que algo não está sendo desenvolvido de maneira efetiva, ela se reúne e realiza uma avaliação, ou seja, o processo avaliativo na Divisão de Creches é feito de maneira contínua, junto com todos os profissionais que desenvolveram as atividades.

Quando questionada acerca da avaliação de si mesma, a entrevistada pontuou que sempre se avalia, está inserida em um grupo de estudo sobre educação da UNESP, acredita na formação continuada como instrumento importante do Serviço Social, pois a realidade está em constante mudança.

A formação dos profissionais é uma coisa muito preponderante. Os profissionais que estão nessa área precisam, a cada tempo, estar buscando, conhecendo melhor as legislações e aprofundando mais (informação verbal).

A respeito da participação ela apontou que a equipe tem caminhado para a construção de



espaços participativos e democráticos, notando diferença de como a Divisão de Creches era formada antigamente e como está nos dias atuais. Entretanto, pontuou que mesmo as famílias sendo informadas de que creches constituem um direito, ainda há uma visão assistencialista que perpassa e ultrapassa a concepção de direito, sendo isso um dos obstáculos que não efetivam a participação.

Eu sinto que a educação hoje é um espaço onde as pessoas têm o direito à participação. Agora, eu falo que o Serviço Social tem uma contribuição muito grande nesse processo, porque é um direito, mas nem sempre as pessoas têm conhecimento desse direito, nem sempre se envolvem nesse direito, então o Serviço Social tem um papel fundamental nisso, ajudar nessa democratização, nessa participação popular nos espaços escolares (informação verbal).

Alegou que os Conselhos são também instâncias de participação democrática e não devem ser vistos com mera formalidade, pois o que se resolve nesses espaços deliberativos é de interesse de todos/as.

Hoje existe toda uma legislação na educação que fala do processo de democratização. Nesse processo de democratização as famílias são chamadas a participar. Por exemplo, nas escolas têm os conselhos escolares, essas famílias participam, inclusive as crianças. Participam na hora de fazer a avaliação, participam na elaboração do plano pedagógico (informação verbal).

Ela destacou que as maiores dificuldades dentro da Divisão de Creches são referentes à falta de vagas em creches, tendo em vista que por meio do sistema foi possível identificar uma demanda de mais de 3.000 crianças sem acesso a educação infantil. Outros pontos destacados dizem respeito à insuficiência dos recursos repassados; a equipe ser pequena diante da quantidade de trabalho existente e a necessidade de tornar as creches municipais, para garantir concurso público, melhores condições de trabalho, dentre outros.

As facilidades dizem respeito ao trabalho interdisciplinar realizado de maneira competente, a equipe é unida o que possibilita a troca de conhecimentos, e a diretora é aberta ao diálogo.

Em suma, o grande desafio ao Serviço Social inserido na Divisão de Creches é garantir e prezar pela qualidade no atendimento a criança, esta que deve ser vista como protagonista da educação infantil.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação do Serviço Social durante o processo de elaboração e execução das políticas sociais é entendida como um espaço importante e privilegiado para a atuação do assistente social. Tendo como base os princípios teórico e práticos da gestão, os instrumentos utilizados para a realização do trabalho do profissional, podem auxiliar no desenvolvimento técnico-operacional dos assistentes sociais inseridos no processo de formulação e implementação dos serviços públicos. Nesse sentido, esses instrumentos tornam-se estratégia e recurso legal no enfrentamento das demandas apresentadas ao assistente social no ambiente educacional.

Considerando as funções da gestão (planejamento, organização, direção e controle), em conjunto com as competências e habilidades do profissional do Serviço Social, os instrumentos elaborados para a atuação do(a) assistente social se tornam importantes na construção de uma prática propositiva, capaz de superar as contradições postas pelo sistema vigente e consolidar os valores e princípios fixados no projeto ético-político da profissão.

Assim, ao considerar que estes instrumentos favorecem na construção de planos de trabalho nas diferentes etapas de operacionalização e implementação da Política Educacional, o(a) assistente social, na perspectiva de um melhor desempenho do seu trabalho, deve incorporar os fundamentos da gestão no cotidiano de trabalho, tendo em vista que os instrumentos de gestão podem colaborar para o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. O Serviço Social e a Política Pública de Educação. **A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais**. Belo Horizonte-Minas Gerais, 2005. Disponível em: <[http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisao\\_estagio/documents/13\\_ServicoSocialnaEducacao.pdf](http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisao_estagio/documents/13_ServicoSocialnaEducacao.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2017.

CFESS. **Gestão Tempo de Luta e Resistência. Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** CFESS, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2017.

BRASIL. **Lei n. 13.019, de 31 de Julho de 2014.** Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm)>. Acesso em: 16 mai. 2017.

CARVALHO, M. C. B. Novos contornos da gestão social contemporânea. **Gestão Social e Trabalho Social: desafios e percursos metodológicos.** São Paulo: Cortez, p. 33-56, 2014.

CFESS. **Serviço Social na Educação.** Grupo de Estudos sobre Serviço Social na educação. CFESS. Brasília, 2001. Disponível em <[http://www.cfess.org.br/arquivos/SS\\_na\\_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)>. Acesso em 10 jun. 2017.

COLLYER, F. R. S. **Muito além da Revolução: os aspectos políticos e sociais da maior revolução a idade moderna.** Disponível: <<https://jus.com.br/artigos/31268/muito-alem-da-revolucao>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

ENTREVISTADA. **Entrevista.** [Mai. 2017]. Entrevistadoras: Alessandra Ferreira Figueiredo, Daniela Aparecida da Silva, Élica Batista dos Santos e Larissa Gonçalves Ferreira. Franca, 2017. 1 arquivo .mp3 (60min.) Entrevista concedida em cumprimento às exigências da disciplina “Serviço Social: organização e gestão do trabalho profissional II”, do Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP, campus de Franca.

FILHO, R; GURGEL, C. Orientações gerais para a intervenção técnico-operativa. **Gestão Democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica.** São Paulo: Cortez, p. 195-231, 2016.

MADRIGAL, A. **Os Conselhos de Políticas Públicas à luz da Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/40415/os-conselhos-de-politicas-publicas-a-luz-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à Administração.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

NASCIMENTO, G. J. J.; SANTIAGO, R. C. C.; SOUZA, S. M. A. **O Serviço Social na Gestão de creches do município de Franca/SP.** Franca/SP. 2014.

NASCIMENTO, G. J. J.; SANTIAGO, R. C. C.; SOUZA, S. M. A. **Creche... onde tudo começa.** Franca/SP. 2014.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Administração em um contexto histórico.** Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/administracao-em-um-contexto-historico/31399>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

PORTAL DE PESQUISA TEMÁTICAS E EDUCACIONAIS. **Educação no Brasil.** Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/educacaobrasil>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

RABELO, J. **A evolução administrativa na Revolução Industrial.** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/academico/a-evolucao-administrativa-na-revolucao-industrial/94659/>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

SAPIO, G. **A LDB e a constituição brasileira de 1988: os dois pilares da atual legislação educacional nacional.** Disponível em: <[http://www.iunib.com/revista\\_juridica/2010/11/19/a-ldb-e-a-constituicao-brasileira-de-1988-os-dois-pilares-da-atual-legislacao-educacional-nacional/](http://www.iunib.com/revista_juridica/2010/11/19/a-ldb-e-a-constituicao-brasileira-de-1988-os-dois-pilares-da-atual-legislacao-educacional-nacional/)>. Acesso

em: 13 jun. 2017.

SILVA, A. S. A gestão social na virada do século: entre a política pública e a estratégia de mercado. **Gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado**. 3. ed. São Paulo: Cortez, p. 31-53, 2010.

SOARES, N; GIAQUETO, A. EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES E PRÁTICAS. **CAMINE: Caminhos da Educação**, Franca, v. 2, n. 1, dez. 2010. Disponível em:  
<<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/173>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

**A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE FINANCEIRA: UM ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS**  
*THE IMPORTANCE OF FINANCIAL ANALYSIS: A CASE STUDY IN THE DOCTORS 'ASSOCIATION*

Área temática: Outras áreas temáticas.

DURIGAN, Felipe Aparecido  
Centro universitário de Santa Fé do Sul, UNIFUNEC  
Graduando em Administração  
felipe100.2010@gmail.com  
TIOSSI, Fabiano Martin  
Centro Universitário de Santa Fé do Sul, UNIFUNEC  
Doutorando em Administração  
fmartintiozzi@yahoo.com.br

**Resumo**

Considera-se os índices financeiros como forma de obtenção de informações para gestão das empresas em geral, uma ferramenta valiosa, que auxilia os administradores a avaliar a situação da organização, comparar com períodos anteriores, além de criar e implementar planejamentos estratégicos, visando objetivos futuros. O objetivo geral dessa pesquisa é apresentar a importância da análise financeira para as empresas em geral e dessa forma, esta pesquisa foi desenvolvida por meio de um estudo de caso tendo como base pesquisas bibliográficas. A empresa a ser estudada é a Associação dos Médicos, localizada em Fernandópolis-SP, que forneceu o seu balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício dos anos de 2016 e 2017 para realizar a pesquisa. Na análise, foi identificada uma redução significativa nos resultados dos índices, que refletem direta e indiretamente em diversos fatores da organização o que evidencia a relevância da análise por meio dos índices financeiros. Porém, para afirmar a importância da análise por índices financeiros, propõem-se o desenvolvimento de novas pesquisas na Associação dos Médicos futuramente e em outras organizações, para mérito de comparação e avaliação dos resultados.

**Palavras-chave:** Análises. Finanças. Índices.

**Abstract**

Financial indices are considered as a way of obtaining information for corporate management in general, a valuable tool that helps managers to assess the situation of the organization, compare with previous periods, and create and implement strategic planning for future objectives. The general objective of this research is to present the importance of the financial analysis for the companies in general and in this way this research was developed through a case study based on bibliographical researches. The company to be studied is the Association of Physicians, located in Fernandópolis-SP, which provided its balance sheet and income statement for the years 2016 and 2017 to conduct the research. In the analysis, a significant reduction in the results of indexes was identified that reflects directly and indirectly in several factors of the organization what evidences the relevance of the analysis by means of the financial indexes. However, in order to affirm the importance of the analysis by financial indexes, it is proposed the development of new research in the Association of Physicians in the future and in other organizations, for merit of comparison and evaluation of the results.

**Keywords:** Analyzes. Finance. Indexes.

**1 INTRODUÇÃO**

A administração financeira está presente em todas as entidades, não só para controle ou processos burocráticos, mas também para a tomada de decisão, avaliação da situação da empresa, projeções e planejamentos futuros, uma análise bem elaborada pode garantir aos gestores um planejamento mais concreto, onde se cria possibilidades de maximização dos resultados e o sucesso

do empreendimento. Dessa forma o intuito desse trabalho é apresentar a importância da análise financeira no processo de gestão de uma organização para os gestores da Associação dos Médicos, executar uma análise financeira e um relatório minucioso dos resultados obtidos, visto que, muitas empresas não dão o devido valor e atenção para essa prática atualmente.

A análise financeira fornece vários dados para medir e controlar diversos pontos de uma organização, desde os períodos de estocagem, cobrança e pagamento, até os índices de endividamento, que consiste em mostrar a parcela de capital de terceiros que está sendo usada pela empresa, com os resultados é possível encontrar os problemas e solucioná-los, comparar com os resultados esperados que foram elaborados anteriormente, além de criar planejamentos estratégicos para o futuro.

Este trabalho está dividido em 5 partes. Na 1ª parte é realizado o levantamento bibliográfico sobre o assunto a ser pesquisado, para a criação de um suporte onde a pesquisa será apoiada e dando ênfase as informações mais relevantes pertinentes ao estudo. Na 2ª parte se inicia o estudo de caso na Associação dos Médicos, onde é realizada a coleta de dados financeiros e contábeis para a execução da análise através dos índices financeiros. Na 3ª parte é feito o cálculo dos índices financeiros usando os dados do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício. Na 4ª parte é elaborado a discussão e análise dos resultados. Por fim a conclusão, expondo todos os pontos importantes da pesquisa, os resultados obtidos e frisar a importância da análise financeira para as organizações.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O processo de gestão empresarial

A gestão empresarial é o processo de criar, implementar e acompanhar toda a estrutura lógica da empresa, desde a parte de vendas, marketing, finanças, estoque, gestão de pessoas, logística, produção entre outros. Esse planejamento, quando bem elaborado garante à empresa uma estabilidade maior, solidez e vantagens estratégicas perante seus concorrentes e isso resultará no alcance do seus resultados e bom desempenho da organização como um todo.

O administrador de empresas precisa dominar as cinco competências básicas de um profissional da área, que corresponde: planejar, organizar, liderar, executar e controlar. Maximiano define as competências básicas de um administrador da seguinte forma:

Quadro 1 - Competências básicas de um administrador

Competências	Descrição
Planejar	Planejar é uma ferramenta usada pelos administradores para criar projeções de onde a empresa pretende estar em um período pré-determinado.
Organizar	Organizar para administrador é saber criar layouts, divisões e sistemas ordenados que deixe a execução das atividades o mais fáceis o possível para ganhar tempo.
Liderar	Liderar para um administrador é saber delegar funções aos seus colaboradores e colegas de equipe, analisando quais funções cada colaborador se assemelhe mais para executar da melhor forma o possível. É importante acrescentar que o administrador ético e que usa do bom senso nunca delega funções aos seus colaboradores que ele mesmo não consegue executá-las. Faz parte da liderança o gestor saber motivar a equipe, se comunicar e coordenar as atividades.
Executar	Executar é fazer algum tipo de atividade que foi previamente planejada utilizando energia física ou intelectual, ou seja, o administrador deve colocar em prática os planejamentos e processos criados.
Controlar	Controlar se resume em comparar a execução das atividades com o que foi planejado com o intuito de atingir os objetivos, ou seja, o administrador deve acompanhar todos os processos da empresa a fim de que eles sejam executados como o planejado.

Fonte: MAXIMIANO, 2011.

O administrador possuindo essas competências está apto a gerenciar uma empresa eficazmente, e uma parte muito importante de qualquer organização é a área financeira que fornece

informações concretas de como estão as partes da empresa, através dessas informações o gestor consegue avaliar a situação da organização com relação aos planejamentos feitos no passado e criar novos planejamentos para o futuro.

### 2.1.1 O processo de planejamento financeiro

O planejamento para ter bons resultados deve ter um acompanha

6 78 —

s”

a gestão empresarial está em sintonia direta com as análises e planejamentos financeiros dentro das empresas, sendo uma complementar a outra para os gestores, empresários, líderes e administradores.

Para executar um planejamento financeiro, o gestor de finanças deve primeiro fazer a coleta de dados para a análise rigorosa, aplicar as técnicas criadas pelos autores renomados da administração, obtendo assim informações valiosas traduzidas em relatórios objetivos para os gestores da organização.

#### 2.1.1.1 O profissional de finanças: características e atribuições

O profissional da área de finanças dele além de dominar as características de um administrador deve ter a habilidade de analisar dados e traduzi-los em relatórios para os gestores das organizações tomarem as melhores decisões com relação aos objetivos da empresa, controle financeiro e planejamentos futuros. Ele deve saber aplicar e gerir muito em os ativos da empresa e por outro lado controlar os passivos. O profissional de finanças tem uma abrangência muito grande de atuação segundo Wernke (2008) desde empresas de pequeno porte até as de grande porte, do ramo industrial, varejista, comercial, prestadora de serviços, as que visão ou não o lucro, todas as empresas exigem uma organização de todas as suas entrada e saídas, para que essa movimentação tenha controle e conseguindo alcançar os objetivos da organização.

As funções do administrador financeiro segundo Wernke (2008) são: gestão do caixa, concessão de crédito, administração da cobrança, captação de recursos, decisão de investimentos, planejamento e controle financeiro, gestão de custos e preços, mensuração do desempenho econômico-financeiro. Cabe também a tarefa de tomar decisões com relação à aplicação e captação de recursos financeiros.

#### 2.1.1.2 Análise financeira e sua validade para as empresas

A análise financeira para as empresas tem bastante relevância principalmente na elaboração de estratégias competitivas, diagnóstico da saúde da empresa, sobrevivência da mesma no mercado atual, obter vantagens competitivas perante os seus concorrentes entre outros.

A análise financeira elabora e traduz dados em informações para controlar as mais variadas informações da empresa, sabendo assim, muitos parâmetros para criar as estratégias. A análise financeira tem interesse por parte dos acionistas em conhecer o nível de rentabilidade do negócio, aos credores que querer identificar se a empresa possui capacidade para pagar suas obrigações e por parte dos administradores que precisam conhecer os resultados reais para a partir desses resultados criar estratégias para a organização.

Souza (2010) conceitua a análise financeira como uma avaliação do desempenho passado da empresa comparado com o atual e assim fornecendo informações para as estratégias futuras. Na execução da análise financeira os administradores devem estar sempre controlando o desenvolvimento do planejamento, para que obtenha o melhor resultado possível, caso não esteja tomando o devido rumo, deve-se o quanto antes tomar as devidas providências e para que se necessário precisar fazer uma intervenção, o planejamento precisa ser bastante flexível e maleável.

G 1 11 : —A  
envolvimento constante com a análise e o planejamento financeiros, as principais atividades dos administradores financeiros são tomar decisões de in ento”.

É responsabilidade do administrador financeiro de acordo com Souza (2010) fazer a análise, planejamento e controle financeiro, decidir quais investimentos fazer e financiamentos e as decisões relacionadas com a área operacional, que envolve a parte de compra e venda além das habilidades

especiais que o administrador deve ter são: saber colocar em prática as ferramentas e técnicas da administração, visualizar e solucionar problemas, saber se comunicar, ter criatividade, ousadia e proatividade, saber liderar equipes, isso tudo com responsabilidade e profissionalismo.

A análise financeira por índices é constituída pelos seguintes tipos de análise segundo Gitman (2010): análise vertical, horizontal e de corte transversal, também fazem parte da análise financeira os índices liquidez que por sua vez constitui nos índices de liquidez corrente e seca, atividades que constitui o giro do estoque, período médio de recebimento e pagamento e o giro do ativo total, o índice de endividamento que constitui o endividamento geral, índice de cobertura de juros e o índice de cobertura de juros, o índice de rentabilidade que constitui a margem de lucro bruto, operacional e líquido e por fim o valor de mercado.

## 2.2 A análise financeira em micro e pequenas empresas

As micro e pequenas empresas segundo o Sebrae (2017) representavam 99% dos 6,4 milhões de estabelecimentos no Brasil e eram responsáveis por mais da metade dos empregos, sendo assim, elas são de grande importância para a nação. Muitas dessas micro e pequenas empresas não são administradas por profissionais, por esse motivo muitas vezes são criadas por impulso ou necessidade e o fundador não tem o conhecimento necessário para atuar em uma área estratégica de tomada de decisão, ele certamente usará o seu conhecimento empírico e não o científico para administrar o negócio.

Para se executar uma análise financeira, não só em micro e pequenas empresas, é necessário que os gestores tenham conhecimento e dominem as virtudes de um administrador, para que possa elaborar um planejamento sólido e bem estruturado, organizar os processos a serem seguidos, dirigir a equipe delegando funções compatíveis com cada colaborador e controlar a execução dos processos para que seja o mais próximo o possível do resultado esperado no final.

## 2.3 Índices financeiros e suas utilidades

Gitman (2010 p. 51), um dos maiores autores da área conceitua sobre a análise financeira da seguinte maneira: "uma análise financeira adequada inclui, no mínimo, a demonstração de resultado do exercício anterior"

A análise através dos índices financeiros pode ser feita pela série-temporal que considera a avaliação dos resultados obtidos de uma empresa ao longo do tempo, a análise de corte-transversal (crosssectional) é uma comparação com outras empresas em um determinado período, ou seja, uma comparação com a concorrência e a análise combinada é aquela que compara duas ou mais empresas em períodos de tempo não sequenciados.

Para obter dados concretos que ajude na análise da empresa é necessário que elabore os cálculos dos seguintes índices: liquidez, atividade, endividamento, lucratividade e valor de mercado. A análise financeira através dos índices financeiros proporciona uma visão mais precisa sobre a empresa, onde se consegue mensurar diversos parâmetros com objetivo de criar planejamentos estratégicos para obter vantagens competitivas.

Os índices financeiros dão suporte ao gestor de modo que ele consiga obter dados valiosos para a criação e execução de planejamentos estratégicos, porém existem outras maneiras de se analisar uma empresa, como a análise vertical e horizontal. Segundo Chiavenatto (2014, p. 96) diz que "a análise horizontal seja, ela faz uma comparação entre um ou mais itens ao longo do tempo. Já a análise vertical segundo Chiavenatto (2014) define como uma forma de facilitar a análise dos resultados do ativo e do passivo do balanço patrimonial, ou seja, ela faz a comparação dos itens do ativo e do passivo com o total.

### 2.3.1 Índices de liquidez

O índice de liquidez segundo Gitman (2010) exibe a solvência que a empresa tem a liquidar as suas obrigações correntes e não correntes, sendo ela dividida em liquidez corrente, seca e o capital de giro. A liquidez corrente demonstra a capacidade da empresa em pagar suas obrigações a curto prazo, a liquidez seca descarta o estoque, visto que, ele é um ativo menos líquido, e o capital de giro exibe em dias a quantidade de vezes que o capital gira no ano.

### 2.3.2 Índices de atividade

O G 1 53 — q

contas se convertem em vendas ou caixa — as” E :  
estoque, período médio de cobrança ou recebimento, período médio de pagamento e o giro do ativo total. O giro do estoque serve para medir quanto tempo o estoque fica parado até ser vendido em dias. O período médio de recebimento e de pagamento, corresponde ao tempo em que a empresa leva para receber dos seus clientes e para pagar as suas dívidas respectivamente. O giro do ativo

$$G = \frac{1}{54} \text{ — } \hat{e} \text{ q z}$$

### 2.3.3 Índice de endividamento

O índice de endividamento corresponde a quantidade de dinheiro de terceiros aplicado na sua empresa, ou seja, alavancagem. A respeito da alavancagem financeira Gitman (2010, p.55) fala que o financiamento a custo fixo, como

— s” O :  
de cobertura de juros e índice de cobertura de obrigações fixas. O endividamento geral mostra a proporção de financiamento do O — 57

h juros” G 1 57  
cobertura de obrigações engloba todos as obrigações e mostra a capacidade da empresa de pagar elas.

### 2.3.4 Índice de rentabilidade

O G 1 57 —  
medidas permitem aos analistas avaliar os lucros da empresa em relação a um dado nível de vendas, um dado nível de ativos ou o inve s” O

margem de lucro bruto, margem de lucro operacional, margem de lucro líquido. A margem de lucro bruto é a receita subtraída dos custos das mercadorias vendida, a margem de lucro operacional desconsidera todos os custos e despesas e a margem de lucro líquido exhibe o lucro descontando todos os custos e juros, é o que realmente sobra para a empresa.

## 2.4 Cálculo de índices financeiros

Os índices são calculados através de fórmulas matemáticas, que tem o intuito de transformar números em informações para a mensuração da saúde da organização e criação de novas estratégias. Segue o quadro com as fórmulas para o cálculo dos índices financeiros de acordo com Gitman (2010).

Quadro 2 - Fórmulas para calcular os índices financeiros.

Nome	Descrição	Fórmula
<b>Capital de giro ou capital circulante líquido</b>	É calculado através da subtração do passivo circulante sobre o ativo circulante.	$CCL = AC - PC$
<b>Índice de liquidez corrente</b>	É calculado através da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.	$ILC = \frac{AC}{PC}$
<b>Índice de liquidez seca</b>	É calculado através da divisão do ativo circulante subtraindo o estoque pelo passivo circulante.	$ILS = \frac{AC - ESTOQUE}{PC}$
<b>Giro do estoque</b>	É calculado através da divisão do CPV sobre o estoque e seu resultado é sempre apurado em vezes por ano (vezes/ano).	$GE = \frac{CPV}{ESTOQUE}$
<b>Índice médio de estoque</b>	É calculado através da divisão de 365 pelo resultado do GE e o resultado sempre é em dias.	$PME = \frac{365}{GE}$
<b>Período médio de pagamento</b>	É calculado através da divisão das duplicatas a pagar pela divisão de 0,7 multiplicado por CPV por 365 e seu resultado será em dias.	$PMP = \frac{DUPL. A PAG.}{\frac{0,7 \times CPV}{365}}$



<b>Período médio de cobrança ou de recebimento</b>	É calculado através da divisão das duplicatas à receber pela divisão das vendas anuais dividida por 365 e seu resultado será em dias	$PMC = \frac{DUPL. A REC.}{\frac{VENDAS ANUAIS}{365}}$
<b>Giro do ativo total</b>	GAT é calculado pela divisão das vendas pelo ativo total e seu resultado é sempre apurado em vezes por ano (vezes/ano).	$GAT = \frac{VENDAS}{ATIVO TOTAL}$
<b>Índice de endividamento geral</b>	É calculado pela divisão do passivo total pelo ativo total e seu resultado é sempre em porcentagem.	$IEG = \frac{PASSIVO TOTAL}{ATIVO TOTAL}$
<b>Índice de cobertura de juros</b>	É calculado através da divisão de lucro antes dos juros de imposto de renda pelos juros e sua resposta sempre é em vezes.	$ICJ = \frac{LAJIR}{JUROS}$
<b>Margem bruta</b>	É calculado pela divisão da receita subtraída do CMV dividido pelas vendas e seu resultado é sempre em porcentagem.	$MB = \frac{RECEITA - CMV}{VENDAS}$
<b>Margem operacional</b>	É calculado pela divisão do lucro operacional pelas vendas e seu resultado é sempre em porcentagem.	$MO = \frac{LUCRO OPER.}{VENDAS}$
<b>Margem líquida</b>	É calculado através da divisão do lucro líquido pelas vendas e seu resultado é sempre em porcentagem.	$ML = \frac{LUCRO LÍQ.}{VENDAS}$

Fonte: GITMAN, 2010.

Cada índice possui as suas variáveis para ser calculada e transformar números em informações valiosas para o diagnóstico da situação da empresa e a criação de estratégias futuras, além de servir como parâmetro para comparações com períodos anteriores e até mesmo com outras entidades.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A execução da pesquisa será feita de acordo com as seguintes etapas:

1- Levantamento bibliográfico: nessa etapa, foi feita a pesquisa bibliográfica em livros, artigos, revistas, sites e outras fontes de informações fornecidas por autores renomados para formação de dados relevantes para a pesquisa, tendo como tema a análise financeira, a importância, os benefícios e as principais definições. Severino (2007) conceitua sobre a pesquisa bibliográfica dizendo que é aquela pesquisa onde o autor usa como base os registros criados a partir de pesquisas anteriores, em diversos formatos, como livros, artigos, teses e revistas.

2- Estudo de caso: nessa fase, foi executado o estudo de caso na Associação dos Médicos. De imediato, foi feita uma entrevista estruturada com o gestor da empresa para arrecadar dados suficientes para a execução dos cálculos dos índices financeiros e informações pertinentes à pesquisa. Após a coleta de dados, foi feita a análise junto do orientador e a exposição dos resultados obtidos na pesquisa em forma de tabelas, gráficos e relatórios.

Onde a Associação dos Médicos forneceu o seu Balanço Patrimonial e sua Demonstração do Resultado do Exercício dos anos de 2016 e 2017.

De acordo com Gil (2008, p.57) — O z  
 exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, os”.

Severino (2007) conceitua o estudo de caso como uma pesquisa que visa estudar um caso em particular, da mesma forma que a pesquisa de campo, a escolha do caso deve ser significativo e com algo a representar, com o intuito de sanar um problema, uma situação e contribuir para a sociedade. Os dados coletados devem ser analisados e apresentados em forma de relatórios.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Breve histórico da empresa Associação dos Médicos

A Associação dos Médicos situada a na cidade de Fernandópolis no estado de São Paulo, atua na área de prestação de serviços médicos, formada por dois sócios. O porte dela é empresa de pequeno porte limitada, sendo assim, sua receita anual segundo o SEBRAE (2018) deve ser maior do que R\$360.000,00 e menor que R\$4.800.000,00 e por ser uma sociedade por responsabilidade limitada, cada sócio possui uma porcentagem definida de acordo com a contribuição para a fundação e funcionamento da empresa.

É de suma importância dizer que os demonstrativos exibidos abaixo não apresentam os valores reais, que não foram lançados todos os dados que realmente foram obtidos da venda de seus serviços, que foram manipulados por interesses internos. Com base na literatura, nota-se que a empresa sempre trabalha visando o lucro, e que se dividir a receita anual em meses, considerando que a Associação dos Médicos é uma sociedade, percebe-se que os rendimentos foram muito baixos, levando em consideração esses parâmetros de análise, dessa forma presumimos que nem todos os lucros obtidos e gastos foram expostos nos demonstrativos apresentados nessa pesquisa.

### 4.2 Apresentação dos resultados

Este relatório financeiro tem como objetivo apresentar os resultados econômico-financeiro da Associação dos Médicos. Para tal é considerada a análise do tipo temporal, ou seja, aquele que avalia a empresa ao longo do tempo, o período em análise são os anos de 2016 e 2017. É feita uma apresentação dos resultados separada por grupos visando a melhor visualização dos resultados e explicação. Realizando a análise horizontal dos índices financeiros observamos a variação em percentual de cada índice para então compreender melhor quais os motivos foram responsáveis pelos resultados obtidos.

Quadro 4 - Representação gráfica da análise horizontal

Grupo	Índice	Análise	Gráfico						
Índice de liquidez	Capital de giro	Considerando-se o processo de liquidez, demonstra que o capital de giro da empresa apresenta uma evolução no período de 9,81%, o que é bastante positivo, pois exibe que está restando mais capital para a empresa investir e aumentar a sua liquidez para os próximos períodos.	<table border="1"> <caption>Dados para CCL</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2016</td> <td>10.200,00</td> </tr> <tr> <td>2017</td> <td>11.200,00</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Valor	2016	10.200,00	2017	11.200,00
	Ano	Valor							
2016	10.200,00								
2017	11.200,00								
Índice de liquidez corrente	Nota-se uma evolução de 215,70%, o que é extremamente positivo, e se dá principalmente pela redução do seu passivo.	<table border="1"> <caption>Dados para ILC</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2016</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>2017</td> <td>6</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Valor	2016	2	2017	6	
Ano	Valor								
2016	2								
2017	6								

Índice de atividade	<b>Período médio de cobrança</b>	No grupo de atividade que visa mensurar a rapidez com que as contas se convertem em caixa ou vendas, o seu período médio de cobrança passou de 2 dias em 2017 para 10 dias em 2018, o que mostra um aumento de 400% negativo e isso é reflexo do aumento no valor das duplicatas a receber e redução das vendas anuais.	<table border="1"> <caption>PMC</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2016</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>2017</td> <td>10</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Valor	2016	2	2017	10
	Ano	Valor							
2016	2								
2017	10								
Índice de endividamento	<b>Índice de endividamento geral</b>	O grupo de endividamento que mostra a utilização de capital de terceiros para aumentar o seu capital e os ganhos, onde o índice de endividamento geral no período obteve uma queda de 223,67%, o que é muito positivo, pois a Associação dos Médicos em 2017 usou menos capital de terceiros para geral renda e capital próprio.	<table border="1"> <caption>IEG</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2016</td> <td>50,00%</td> </tr> <tr> <td>2017</td> <td>15,00%</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Valor	2016	50,00%	2017	15,00%
	Ano	Valor							
2016	50,00%								
2017	15,00%								
Índice de lucratividade	<b>Margem bruta</b>	No grupo lucratividade que apresenta os resultados finais das operações considerando suas rendas brutas de vendas, a sua margem bruta no período obteve um aumento de 1,78%, que é boa, mas nada expressivo ou surpreendente.	<table border="1"> <caption>MB</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2016</td> <td>84,00%</td> </tr> <tr> <td>2017</td> <td>82,80%</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Valor	2016	84,00%	2017	82,80%
	Ano	Valor							
2016	84,00%								
2017	82,80%								
	<b>Margem operacional</b>	A margem operacional no período teve uma queda de 10,24%, que apresenta um resultado bem abaixo do que se esperava	<table border="1"> <caption>MO</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2016</td> <td>78,00%</td> </tr> <tr> <td>2017</td> <td>70,00%</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Valor	2016	78,00%	2017	70,00%
Ano	Valor								
2016	78,00%								
2017	70,00%								

	<b>Margem líquida</b>	A margem líquida também teve uma queda de 10,06% quando se comparado com o período anterior, mas apesar dessas quedas, ainda assim o lucro líquido de ambos os períodos ficaram próximos dos 70%.	<table border="1"> <caption>Margem Líquida (ML)</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>ML (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2016</td> <td>77,63%</td> </tr> <tr> <td>2017</td> <td>69,82%</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	ML (%)	2016	77,63%	2017	69,82%
Ano	ML (%)								
2016	77,63%								
2017	69,82%								

Fonte: Do próprio autor.

O quadro 4 demonstra de uma forma mais clara os resultados obtidos através da análise por meio dos índices financeiros realizada na Associação dos Médicos, exibindo em percentual o quão positivo ou negativo cada parâmetro de comparação se comportou no período analisado. Dessa forma os gestores possuem informações valiosas para gerir a organização. Através desses gráficos os gestores possuem as variações de cada índice para analisarem onde estão os problemas e de que forma vão agir para reparar esses pontos.

#### 4.3 Análise e discussão dos resultados

O quadro a seguir apresenta de forma mais nítida e explicativa os reflexos gerais de cada índice, exibindo a variação horizontal dos índices em percentual para o entendimento dos resultados da Associação dos Médicos.

Quadro 5 - Variação dos resultados

Índice	Ano		Variação	Reflexos gerais para empresa
	2016	2017		
<b>CCL</b>	10.213,97	11.216,47	9,81%	Favorável
<b>ILC</b>	1,91	6,03	215,70%	Favorável
<b>PMC</b>	2	10	400,00%	Desfavorável
<b>IEG</b>	52,37%	16,18%	-223,67%	Favorável
<b>MB</b>	84,38%	82,90%	-1,78%	Desfavorável
<b>MO</b>	78,08%	70,08%	-10,24%	Desfavorável
<b>ML</b>	77,63%	69,82%	-10,06%	Desfavorável

Fonte: Do próprio autor.

No que se refere aos resultados obtidos pela Associação dos Médicos, quando comparado o período de 2016 e 2017, a redução prevaleceu na maioria dos índices, pois o período de 2016 foi bem mais positivo do que 2017, onde é importante frisar também que de 2016 para 2017 a receita anual reduziu 57,61%, mais da metade do lucro obtido no período anterior.

O capital de giro aumentou em 9,81%, isso se dá principalmente pela redução expressiva de 80,17% do passivo circulante no período, mesmo que de 2016 para 2017 os resultados reduziram pela metade, ainda assim, se considerar os percentuais relativos, 2017 foi melhor que 2016.

O índice de liquidez corrente da Associação dos Médicos obteve um aumento de 215,70%, justificado também pela diminuição do passivo, como visto anteriormente no capital de giro, onde no ano de 2017 com o seu ativo circulante de R\$13.443,14 cumpriu com as suas obrigações não

correntes de R\$2.226,67, restando ainda mais de 500% do ativo circulante.

O período médio de cobrança aumentou de 2 dias para 10 dias, isso é reflexo das duas variáveis que compõem o cálculo do índice, tanto as duplicatas a receber aumentaram, quanto a receita anual diminuiu, e isso impacta diretamente no período de recebimento, pois se as duplicatas aumentam e a receita diminui, logo os clientes demoraram mais para pagar suas compras, porém isso pode ser reflexo da economia, onde para a organização não perder o cliente, necessita oferecer opções mais vantajosas e atrativas de pagamento aos clientes.

A margem bruta no período obteve uma redução de 1,78%, isso se dá pela redução drástica da sua receita bruta, que refletiu nos resultados obtidos, juntamente com a margem bruta, está a margem operacional, que também reduziu 10,24% sobre a receita bruta e a margem líquida, que encolheu mais 10,06%, caindo de 77,63% para 69,82%. Mas apesar dessas reduções, ainda assim os resultados obtidos com o lucro final líquido foram considerados excelentes, pois no geral, a Associação dos Médicos obteve um lucro líquido de quase 70% das suas vendas, e esse resultado é considerado bom e acima do padrão para as empresas em geral. É importante frisar também que de 2016 para 2017 a receita anual reduziu 57,61%, mais da metade do lucro obtido no período anterior.

O giro de capital juntamente do índice de liquidez corrente seguem na mesma sintonia, pelo fato de mensurar a liquidez da organização, dessa forma, ambos seguiram o mesmo ritmo de evolução, pelo fato do passivo circulante ter minimizado expressivamente, porém, ainda assim os números, no que se refere às margens, não seguiram o mesmo caminho, certamente pelo fato de que a receita obtida pelas vendas caiu pela metade praticamente, mesmo com as deduções sobre a receita bruta menores do que as do período anterior, não conseguindo assim suprir essa diferença, causando esse resultado. Como a Associação dos Médicos não trabalha com ativo e nem passivo não circulante, o índice de endividamento geral, segue o mesmo ritmo do capital de giro, mostrando uma evolução favorável e bastante significativa em virtude do seu passivo total novamente, que reduziu de R\$11.229,17 em 2016 para R\$2.226,67 em 2017, evidenciando assim essa diminuição de 80,17% do passivo total.

Em um contexto geral dos resultados da análise de 2016 comparada com 2017 da Associação dos Médicos, deve se levar diversos fatores em consideração, a análise realizada nessa pesquisa revela que os resultados foram negativos quando se compara os anos de 2016, com 2017, onde a receita e o lucro líquido reduziram drasticamente, e que isso pode refletir nos próximos anos se não tomar devidas providências. A minimização dos resultados pode ser explicada por diversos fatores, dentre eles: econômicos, políticos, ambientais, culturais. Como sabemos, o país está passando por uma crise política e econômica, onde as entidades estão dando o máximo de empenho para obter lucro e se manter.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve como objetivo exibir a importância da análise por meio dos índices financeiros, partindo desse objetivo além da pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica do assunto foi realizada um estudo de caso na Associação dos Médicos para exibir os benefícios e a importância de se usar essa ferramenta para a gestão das organizações em geral.

Vemos que o declínio dos resultados foi evidenciado nos dados obtidos pelos cálculos dos índices, onde mesmo com a redução dos custos a Associação dos médicos não conseguiu obter maximização do lucro líquido, que reduziu de R\$ 391.674,02 para R\$ 149.316,14 no período, uma queda de 61,88%, isso é reflexo da diminuição da receita em 57,61%.

A análise por índices financeiros realizada na Associação dos Médicos evidencia a importância da utilização dessa ferramenta pelos administradores na gestão de suas organizações. Diante desses resultados os gestores da Associação dos Médicos possuem suporte para realizar as devidas mudanças evitando o declínio a curto prazo, além de criar projeções futuras visando a potencialização dos resultados da organização em geral.

Concluímos que a relevância da análise financeira no processo de gestão de uma organização faz com que o gestor consiga diagnosticar quais são os gargalos e fatores que precisam ser corrigidos para aumentar a eficiência dos processos e além de criar parâmetros para comparações futuras a fim de avaliar o desenvolvimento dos planejamentos criados a partir das necessidades.

A prática de realizar análise financeira precisa se tornar rotina dentre as organizações, sendo elas micro, pequena, média, grande empresa, ou microempreendedor individual, pois todas necessitam ter controle e planejamento para se manter no mercado atual. Sendo assim, como

sugestão, propõem-se o desenvolvimento de novos estudos na Associação dos Médicos futuramente para avaliar o desempenho da empresa e em outras organizações, com intuito de comprovar a importância da análise por meio dos índices financeiros. Como auxílio, espera-se que essa pesquisa seja útil para gestores e discentes da área e que demonstre a importância dessa ferramenta.

#### REFERÊNCIAS

- BULGACOV, S. – : A 6
- CHIAVENATO, I. 3 eri, SP : Manole, 2014.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GITMAN, L. J.; **Princípios da administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- MAXIMIANO, A. C. A. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- SEBRAE. **Pequenos negócios em números**. Disponível em:  
<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 07 abril de 2018.
- SEBRAE. **Lei geral das micro e pequenas empresas**: Entenda as diferenças entre microempresa, pequena empresa e MEI. Disponível em:  
<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 17 jul. 2018.
- SEVERINO, A. J.; **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

**ANEXOS**

Tabela 1 - Balanço patrimonial da Associação dos Médicos do período de 2016 e 2017.

<b>Ativo</b>	<b>Saldo anterior</b>	<b>Saldo atual</b>
<b>Ativo</b>	21.443,14	13.759,57
<b>Ativo circulante</b>	21.443,14	13.759,57
<b>Disponibilidades</b>	13.473,47	6.934,26
<b>Caixa geral</b>	5.300,50	5.279,50
<b>Caixa matriz</b>	5.300,50	5.279,50
<b>Depósitos bancários à vista</b>	8.172,97	1.654,76
<b>Banco conta movimento no país</b>	8.172,97	1.654,76
<b>Créditos</b>	7.969,67	6.825,31
<b>Adiantamentos</b>	5.828,00	0,00
<b>Outros adiantamentos</b>	5.828,00	0,00
<b>Duplicatas à receber</b>	2.141,67	5.609,02
<b>Duplicatas à receber - oper. com par</b>	2.141,67	5.609,02
<b>Tributos a recuperar</b>	0,00	1.214,13
<b>Outros impostos e contr. A recuperar</b>	0,00	1.214,13
<b>Tributos a compensar</b>	0,00	2,16
<b>IR retido na fonte (IRRF)</b>	0,00	2,16
<b>Passivo</b>	<b>Saldo anterior</b>	<b>Saldo atual</b>
<b>Passivo</b>	21.443,14	13.759,57
<b>Passivo Circulante</b>	11.229,17	2.226,67
<b>Obrigações do circulante</b>	11.229,17	2.226,67
<b>Benefícios e encargos sociais- circulante</b>	2.112,00	1.874,00q
<b>Salários e remunerações a pagar</b>	1.566,40	1.667,67
<b>INSS a recolher</b>	545,60	206,14
<b>Fornecedores circulante</b>	310,50	352,67
<b>Fornecedores opera. com parte não</b>	310,50	352,67
<b>Obrigações fiscais</b>	8.806,67	0,00
<b>PIS a recolher circ.</b>	142,83	0,00
<b>COFINS a recolher circ.</b>	659,04	0,00
<b>Tributos munic. a recolher- circulante</b>	181,50	0,00
<b>Outro tributos – circ.</b>	7.823,30	0,00
<b>Patrimônio líquido</b>	10.213,97	11.532,90
<b>Capital social</b>	7.000,00	7.000,00
<b>Capital realiz. de res no país</b>	7.000,00	7.000,00
<b>Capital subscrito de domiciliados e resi.</b>	7.000,00	7.000,00
<b>Outras contas do patrimônio líquido</b>	3.213,97	4.532,90
<b>Outras contas do patrimônio líquido</b>	3.213,97	4.532,90
<b>Lucros acumulado - ou saldo a disposição</b>	3.213,97	4.532,90

Fonte: Do próprio autor.

Tabela 2 - Demonstração do lucro do resultado da Associação dos Médicos do período de 2016.

<b>Resultado líquido 2016</b>	
<b>Receita bruta</b>	504.509,12
<b>Receita da prestação de serviços no mercado interno</b>	504.509,12
<b>Outras receitas operacionais das atividades em geral</b>	42,25
<b>Outras receitas financeiras</b>	42,25

<b>Deduções da receita bruta</b>	78.811,10
(-) COFINS sobre receita bruta	15.135,28
(-) PIS/PASEP Sobre receita	3.279,30
(-) ISS	21.640,08
(-) Demais impostos e contrib. Incidente sobre vendas e serviços	38.756,44
<b>Despesas operacionais das atividades em geral</b>	31.750,91
(-) remuneração a dirigentes e a conselho de administração	21.120,00
(-) outros serviços prestados por pessoa física ou jurídica	6.406,91
(-) encargos sociais – previdência social	4.224,00
<b>Outras despesas operacionais das atividades em geral</b>	2.317,32
(-) outras despesas financeiras	1.890,53
(-) outras despesas operacionais	426,79
<b>= lucro</b>	391.672,04

Fonte: Do próprio autor.

Tabela 3 - Demonstração do lucro do resultado da Associação dos Médicos do período de 2017.

<b>Resultado líquido 2017</b>	
<b>Receita bruta</b>	213.857,93
<b>Receita da prestação de serviços no mercado interno</b>	213.857,93
<b>Outras receitas operacionais das atividades em geral</b>	15,93
<b>Outras receitas financeiras</b>	15,93
<b>Deduções da receita bruta</b>	36.555,99
(-) COFINS sobre receita bruta	0,01
(-) PIS/PASEP sobre receita bruta	0,04
(-) ISS	582,70
(-) Demais impostos e contribuições incidentes sobre vendas e serviços	35.973,32
<b>Despesas operacionais das atividades em geral</b>	27.410,71
(-) remuneração a dirigentes e a conselho de administração	22.488,00
(-) outros serviços prestados por pessoa física ou jurídica	4.922,71
<b>Outras despesas operacionais das atividades em geral</b>	591,13
(-) outras despesas financeiras	591,13
<b>= Lucro</b>	149.316,03

Fonte: Do próprio autor.

Tabela 4 - Execução dos cálculos da análise de 2016.

<b>2016</b>		
<b>Índice</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Calculo</b>
<b>Capital de giro</b>	$CCL = AC - PC$	$CCL = 21.443,14 - 11.229,17 = 10.213,97$
<b>Análise</b>	A Associação dos Médicos, com o seu ativo circulante consegue quitar todas as suas dívidas e ainda restaria R\$10.213,97 disponíveis.	
<b>Índice de liquidez corrente</b>	$ILC = \frac{AC}{PC}$	$ILC = \frac{21.443,14}{11.229,17} = 1,91$
<b>Análise</b>	A Associação dos Médicos com o seu ativo consegue quitar 100% de suas dívidas restando ainda 91% de capital de giro.	



<b>Período médio de cobrança</b>	$PMC = \frac{DUP. \dot{A} REC.}{VENDAS ANUAIS} = \frac{\quad}{365}$	$PMC = \frac{2.141,67}{504.509,12} = 1,54 = 2$
<b>Análise</b>	O tempo que a Associação dos Médicos leva para receber de seus clientes é de 2 dias em média.	
<b>Índice de endividamento geral</b>	$IEG = \frac{PASSIVO TOTAL}{ATIVO TOTAL}$	$IEG = \frac{11.229,17}{21.443,14} = 0,52 = 52,37\%$
<b>Análise</b>	A Associação dos Médicos com o seu ativo consegue cobrir todas as suas despesas e dívidas e mantendo ainda 52,37% do seu ativo total.	
<b>Margem Bruta</b>	$MB = \frac{RECEITA - CPV}{VENDAS}$	$MB = \frac{504.509,12 - 78.722,10}{504.509,12} = 0,84 = 84,38\%$
<b>Análise</b>	A Associação dos Médicos consegue cobrir todas as suas despesas de produção e ainda restam 84,38% de lucro sobre a receita total.	
<b>Margem operacional</b>	$MO = \frac{LUCRO OPER.}{VENDAS}$	$MO = \frac{393.947,11}{504.509,12} = 0,78 = 78,08\%$
<b>Análise</b>	A Associação dos Médicos consegue cobrir todas as suas despesas operacionais e ainda restam 78,08% de lucro sobre a receita total.	
<b>Margem líquida</b>	$ML = \frac{LUCRO LÍQ.}{VENDAS}$	$ML = \frac{391.672,04}{504.509,12} = 0,77 = 77,63\%$
<b>Análise</b>	A Associação dos Médicos consegue cobrir todas as suas despesas e ainda restam 77,63% de lucro sobre a receita total.	

Fonte: Do próprio autor.

Tabela 5: Execução dos cálculos da análise de 2017.

<b>2017</b>		
<b>Índice</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Calculo</b>
<b>Capital de giro</b>	$CCL = AC - PC$	$CCL = 13.443,14 - 2.226,67 = 11.216,47$
<b>Análise</b>	A Associação dos Médicos, com o seu ativo circulante consegue quitar todas as suas dívidas e ainda restaria R\$11.216,47 disponíveis.	
<b>Índice de liquidez corrente</b>	$ILC = \frac{AC}{PC}$	$ILC = \frac{13.443,14}{2.226,67} = 6,03$
<b>Análise</b>	A Associação dos Médicos com o seu ativo consegue quitar todas as suas dívidas restando ainda mais de 500% do seu capital de giro.	
<b>Período médio de cobrança</b>	$PMC = \frac{DUP. \dot{A} REC.}{VENDAS ANUAIS} = \frac{\quad}{365}$	$PMC = \frac{5.609,02}{213.857,93} = 9,57 = 10$
<b>Análise</b>	O tempo que a Associação dos Médicos leva para receber de seus clientes é de 10 dias em média.	
<b>Índice de endividamento geral</b>	$IEG = \frac{PASSIVO TOTAL}{ATIVO TOTAL}$	$IEG = \frac{2.226,67}{13.759,57} = 0,16 = 16,18\%$
<b>Análise</b>	A Associação dos Médicos com o seu ativo consegue cobrir todas as suas despesas e dívidas e mantendo ainda 83,82% do seu ativo total.	
<b>Margem Bruta</b>	$MB = \frac{RECEITA - CPV}{VENDAS}$	$MB = \frac{213.857,93 - 36.555,99}{213.857,93} = 0,82 = 82,90\%$

<b>Análise</b>	A Associação dos Médicos consegue cobrir todas as suas despesas de produção e ainda resta 82,90% de lucro sobre a receita total.	
<b>Margem operacional</b>	$MO = \frac{LUCRO\ OPER.}{VENDAS}$	$MO = \frac{149.891,23}{213.857,93} = 0,70 = 70,08\%$
<b>Análise</b>	A Associação dos Médicos consegue cobrir todas as suas despesas operacionais e ainda restam 78,08% de lucro sobre a receita total.	
<b>Margem líquida</b>	$ML = \frac{LUCRO\ LÍQ.}{VENDAS}$	$ML = \frac{149.316,03}{213.857,93} = 0,69 = 69,82\%$
<b>Análise</b>	A Associação dos Médicos consegue cobrir todas as suas despesas e ainda restam 69,82% de lucro sobre a receita total.	

Fonte: Do próprio autor.

**A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E DA FILOSOFIA PARA O PENSAR CRÍTICO E REFLEXIVO**

*THE IMPORTANCE OF READING AND PHILOSOPHY FOR CRITIC AND REFLEXIVE THINKING*

Área 1: Educação e Desenvolvimento

ARAÚJO, Leda Maria  
Universidade Estadual Paulista  
Doutoranda em Ciência da Informação  
le-araujo@hotmail.com

ALVES, Rosemari Pereira dos Santos  
Universidade Estadual Paulista  
Doutoranda em Ciência da Informação  
rosebiblio@hotmail.com

**Resumo**

Trata-se de revisão de literatura acerca dos temas *Leitura e Filosofia* que tem como objetivo demonstrar, por meio de uma exposição argumentativa, a importância da Filosofia na Educação Básica e como ela influencia o processo de leitura. Justifica-se por se opor à tendência, que tem se solidificado por discussões e dispositivos legais aprovados pelo Poder Legislativo, de a Filosofia ter sua relevância como disciplina escolar ofuscada por uma nova política pedagógica. Conclui que a Filosofia constitui como um instrumento importante para formar um leitor competente, capaz de compreender o que lê, aprender a ler também o que não está escrito, identificar o que está implícito, contextualizar o material lido, estabelecer relações entre o texto que lê e outros textos já lidos, entender que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto, justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos.

**Palavras-chave:** Filosofia, Leitura, Educação.

**Abstract**

This paper consists in a literature review of the themes *Reading and Philosophy* with the objective of demonstrate, through argumentation, the importance of Philosophy in the Basic Education (Primary and Secondary Educations) and how it influences the process of reading. The research is justified for opposing the tendency in which Philosophy might have its relevance as a school subject hindered by a new brazilian pedagogical policy, which has been solidified by discussions and legal devices approved by the Legislative Power. Concludes that Philosophy is an important instrument to prepare competent readers, capable of comprehending what is read, learn to read what is not written, identify what is implicit, contextualize the material of reading, establishing relationships between the text in question with other texts already read, understand that many meanings can be attributed to a single text, justify and validate the reading by localizing the discursive elements.

**Keywords:** Philosophy, Reading, Education.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2017, com a aprovação da Lei 13.415, foram suprimidas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação dois dispositivos legais que garantiam a presença obrigatória da Filosofia e da Sociologia na Educação Básica (mais especificamente no Ensino Médio): o inciso IV do CAPUT artigo 36 e o inciso III do parágrafo primeiro do mesmo artigo (BRASIL, 2017). Antes da modificação, circulavam rumores que previam o fim da presença das duas disciplinas no Ensino Médio. Apesar de as disciplinas não terem desaparecido, a revogação da menção expressa de sua obrigatoriedade é um grande passo em direção a um caminho que pode culminar no desaparecimento.

Com esse problema em mente, o presente artigo pretende argumentar a favor da importância de uma das disciplinas ameaçadas, a Filosofia, para a formação de cidadãos por meio da Educação Básica. Para tanto, realizará um revisão de literatura, relacionando a Filosofia à Leitura, a fim de argumentar como a Filosofia é tão importante quanto a Leitura (cuja relevância, como habilidade integrada nas disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura, não tem sido colocada em dúvidas pela reforma educacional) para integrar a grade curricular do Ensino Médio e como aquela, na verdade, acaba influenciando esta.

Inicialmente, será realizada uma reflexão acerca da Leitura, seguida pela da Filosofia, para depois proceder às considerações que, comparando-as, advogue a importância da última.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A Importância da Leitura

Não podemos deixar de conceber que o processo de aquisição da **base alfabética** das crianças começa muito cedo e antecede a alfabetização. Por base alfabética, entende-se o conjunto de saberes e habilidades que são, mesmo que inconscientemente, esperadas da criança durante a alfabetização, como por exemplo o simples conhecimento de que um signo impresso pode representar um fonema. Diante da diversidade de meios e oportunidades que a sociedade contemporânea oferece, as crianças começam a construir seus conhecimentos por meio de leitura simbólica que constrói do mundo à sua volta e a relação que estabelece com seu meio social.

As crianças não aprendem através da instrução, elas aprendem através do exemplo, e aprendem atribuindo significado a situações essencialmente significativas (...) as crianças aprendem desde o momento em que vêm ao mundo. Uma criança aprende ouvindo conversa de sua mãe, dentro e fora de casa (...). Ela sempre aprende com o objetivo de atribuir significado a alguma coisa, e especialmente quando existe um exemplo, um modelo a ser seguido (SILVA, 1986, p. 55-56).

Diante da prática pedagógica, observa-se que as crianças interagem com o mundo letrado em suas comunidades através de experiências diárias, religião, sua cultura, situações econômicas e experiências linguísticas, isto é, de seu ambiente alfabetizador, sendo capazes de interagir mesmo estando em sua fase pré-leitora. Sendo a escola<sup>1</sup> um espaço formal onde ocorre sistematicamente o processo de construção do conhecimento, faz-se relevante que os professores desde cedo incentivem em seus alunos o hábito de leitura.

O livro pode fazer parte da vida da criança muito antes dela aprender a interpretar textos. Segundo Paulo Freire (1988, p. 20), a “leitura do mundo precede a leitura da palavra, e a leitura desta implica sempre a continuidade da primeira”. Silva (1986, p. 48) reforça esse pressuposto quando analisa que

a leitura constitui-se na principal dieta nutricional para o crescimento criativo de um indivíduo (...) Optar pela leitura consciente e crítica de uma determinada obra já significa um desejo de sair da rotina robotizante, da pressão conformista que a sociedade de consumo tenta nos impor a todo o momento.

Analisando com cuidado a nossa realidade (Brasil), especialmente a de algumas escolas públicas, o único letrado que podemos encontrar nestas comunidades é o professor. Entretanto, a escola tem papel fundamental na formação de um indivíduo letrado, já que, gradativamente, vem assumindo maiores responsabilidades no ato de educar. Por outro lado, a família também pode ser um elo facilitador deste processo e na formação do hábito de leitura das crianças, sendo otimizada quando trabalha junto com a escola. Vale lembrar, segundo Silva (1986, p. 60) que

---

<sup>1</sup> Organizada dentro dos parâmetros ditados pelo Estado, a escola se coloca como a instituição responsável pela formação de homens de modo que estes adquiram os meios necessários para a vida em sociedade (SILVA, 1986, 26)

na sociedade brasileira sempre houve uma carência de estimulação sócio-cultural para a leitura e os fatos do momento presente transformam as circunstâncias desta área não só em precipício, mas num intenso abismo. Segundo a vertente histórica, podemos facilmente constatar que a grande massa da população brasileira sempre esteve marginalizada do processo de fruição da cultura letrada – o acesso a este tipo de registro da cultura se constitui em mais um privilégio das elites dominantes.

Contudo, com o avanço e o crescimento de cobranças de escolaridade, nos últimos anos tem aumentado o número de crianças matriculadas no ensino fundamental. De qualquer forma, dentro desse processo, a escola ao se organizar pode incentivar e orientar os pais nesta tarefa. Estes podem, por exemplo, contar histórias para seus filhos, introduzi-los em obras selecionadas e, principalmente, se portarem como leitores para servir de exemplo.

Preocupada com essa realidade, a legislação educacional brasileira, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, observa que o trabalho com leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes e, conseqüentemente, a formação de escritores, pois a possibilidade de produzir textos eficazes tem sua origem na prática de leitura, espaço de construção da intertextualidade e fonte de referências modelizadoras. A leitura, por um lado, nos fornece a matéria-prima para a escrita: o que escrever. Por outro, contribui para a constituição de modelos: como escrever. (PCNs Língua Portuguesa, 1999, p. 48.)

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc. Não se trata simplesmente de extrair informação da escrita, decodificando a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão na qual os sentidos começam a ser constituídos antes da leitura propriamente dita. Qualquer leitor experiente capaz de analisar sua própria leitura constatará que a decodificação é apenas um dos procedimentos que utiliza quando lê: a leitura fluente envolve uma série de outras estratégias como seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível rapidez e proficiência. É o uso desses procedimentos que permite controlar o que vai sendo lido, tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, arriscar-se diante do desconhecido, buscar no texto a comprovação das suposições feitas, etc. (PCNs Língua Portuguesa, 1999, p. 48)

Um leitor competente é alguém que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre os trechos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua. Que consegue utilizar estratégias de leitura adequada para abordá-los de formas a atender a essa necessidade. Formar um leitor competente supõe formar alguém que compreenda o que lê; que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto; que consiga justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos. Um leitor competente só pode constituir-se através de uma prática constante de leitura de textos de fato, a partir de um trabalho que deve organizar-se em torno da diversidade de textos que circulam socialmente. Esse trabalho pode envolver todos os alunos, inclusive aqueles que ainda não sabem ler convencionalmente. (PCN Língua Portuguesa, 1999, p. 21).

É preciso superar algumas concepções sobre o aprendizado inicial da leitura. A principal delas é a de que ler é simplesmente decodificar, converter letras em sons, sendo a compreensão consequência natural dessa ação. Por conta desta concepção equivocada a escola vem produzindo grande quantidade de "leitores" capazes de decodificar qualquer texto, mas com enormes dificuldades para compreender o que tentam ler (PCNs Língua Portuguesa, 1999, p. 24).

O conhecimento atualmente disponível a respeito do processo de leitura indica que não se deve ensinar a ler através de práticas centradas na decodificação. Ao contrário, é preciso oferecer aos alunos inúmeras oportunidades de aprenderem a ler usando os procedimentos que os bons leitores utilizam. É preciso que antecipem, que façam inferências a partir do contexto ou do conhecimento prévio que possuem, que verifiquem suas suposições — tanto em relação à escrita, propriamente, quanto ao significado. É disso que se está falando quando se diz que é preciso "aprender a ler, lendo": de adquirir o conhecimento da correspondência fonográfica, de compreender a natureza e o funcionamento do sistema alfabético, dentro de uma prática ampla de leitura. Para aprender a ler, é preciso que o aluno se defronte com os escritos que utilizaria se soubesse mesmo ler — com os textos de verdade, portanto. Os materiais feitos exclusivamente para ensinar a ler não

são bons para aprender a ler: têm servido apenas para ensinar a decodificar, contribuindo para que o aluno construa uma visão empobrecida da leitura. (PCNs Língua Portuguesa, 1999, p. 24).

De certa forma, observa-se a necessidade de agir como se o aluno já soubesse aquilo que deve aprender. Entre a condição de destinatário de textos escritos e a falta de habilidade temporária para ler autonomamente é que reside a possibilidade de, com a ajuda dos já leitores, aprender a ler através da prática da leitura. Trata-se de uma situação na qual é necessário que o aluno ponha em jogo tudo que sabe para descobrir o que não sabe, portanto, uma situação de aprendizagem. Essa circunstância requer do aluno uma atividade reflexiva que, por sua vez, favorece a evolução de suas estratégias de resolução das questões apresentadas pelos textos. (PCNs Língua Portuguesa, 1999, p. 24).

Essa atividade só poderá ser realizada com a intervenção do professor, que deverá colocar-se na situação de principal parceiro, agrupar seus alunos de forma a favorecer a circulação de informações entre eles, procurar garantir que a heterogeneidade do grupo seja um instrumento a serviço da troca, da colaboração e, conseqüentemente, da própria aprendizagem, sobretudo em classes numerosas nas quais não é possível atender a todos os alunos da mesma forma e ao mesmo tempo. A heterogeneidade do grupo, se pedagogicamente bem explorada, desempenha a função adicional de permitir que o professor não seja o único informante da turma (PCNs Língua Portuguesa, 1999, p. 24). Afinal

livros não fazem milagres, mas um profissional habilitado, competente interessado em criar situações de confronto, de transformação, contribuindo para a qualidade do ensino publico ou privado, do qual se beneficia todos sem distinção, fará com que o educando se interesse pela leitura (BARROS, 1994, p. 06)

Para aprender a ler, portanto, é preciso interagir com a diversidade de textos escritos, testemunhar a utilização que os já leitores fazem deles e participar de atos de leitura de fato; é preciso negociar o conhecimento que já se tem e o que é apresentado pelo texto, o que está atrás e diante dos olhos, recebendo incentivo e ajuda de leitores experientes.

E o professor formador de leitores necessita ele próprio ter desenvolvido suas estratégias de leitura, necessita ter domínio de teorias lingüísticas e cognitivas do ato de ler para poder nortear suas atividades didático-pedagógicas (FREGONESI, 2003, p. 67)

A leitura, como prática social, é sempre um meio, nunca um fim. Ler é resposta a um objetivo, a uma necessidade pessoal. Fora da escola, não se lê só para aprender a ler, não se lê de uma única forma, não se decodifica palavra por palavra, não se responde perguntas de verificação do entendimento preenchendo fichas exaustivas, não se faz desenho sobre o que mais gostou e raramente se lê em voz alta. Isso não significa que na escola não se possa eventualmente responder perguntas sobre a leitura, de vez em quando desenhar o que o texto lido sugere, ou ler em voz alta quando necessário. No entanto, uma prática constante de leitura não significa a repetição infundável dessas atividades escolares (PCNs Língua Portuguesa, 1999, p. 24).

Uma prática constante de leitura na escola pressupõe o trabalho com a diversidade de objetivos, modalidades e textos que caracterizam as práticas de leitura de fato. Diferentes objetivos exigem diferentes textos e, cada qual, por sua vez, exige uma modalidade de leitura. Há textos que podem ser lidos apenas por partes, buscando-se a informação necessária; outros precisam ser lidos exaustivamente e várias vezes. Há textos que se pode ler rapidamente, outros devem ser lidos devagar. Há leituras em que é necessário controlar atentamente a compreensão, voltando atrás para certificar-se do entendimento; outras em que se segue adiante sem dificuldade, entregue apenas ao prazer de ler. Há leituras que requerem um enorme esforço intelectual e, a despeito disso, se deseja ler sem parar; outras em que o esforço é mínimo e, mesmo assim, o desejo é deixá-las para depois (PCNs Língua Portuguesa, 1999, p. 24).

Ademais, uma prática constante de leitura na escola deve admitir várias leituras, pois outra concepção que deve ser superada é a do mito da interpretação única, fruto do pressuposto de que o significado está dado no texto. O significado, no entanto, constrói-se pelo esforço de interpretação do leitor, a partir não só do que está escrito, mas do conhecimento que traz para o texto. É necessário que o professor tente compreender o que há por trás dos diferentes sentidos atribuídos pelos alunos

aos textos: às vezes é porque o autor "jogou com as palavras" para provocar interpretações múltiplas; às vezes é porque o texto é difícil ou confuso; às vezes é porque o leitor tem pouco conhecimento sobre o assunto tratado e, a despeito do seu esforço, compreende mal. Há textos nos quais as diferentes interpretações fazem sentido e são mesmo necessárias: é o caso de bons textos literários. Há outros que não: textos instrucionais, enunciados de atividades e problemas matemáticos, por exemplo, só cumprem suas finalidades se houver compreensão do que deve ser feito (PCNs Língua Portuguesa, 1999, p. 22).

E para conseguir trabalhar essa prática pedagógica que estimule a leitura e que permita instrumentalizar os alunos (educandos) a ler nas entrelinhas é preciso não esquecer que

desde o começo, na prática democrática e crítica, a leitura do mundo e a leitura da palavra estão dinamicamente juntas. O comando da leitura e da escrita se dá a partir de palavras e de temas significativos à experiência comum dos alfabetizados e não de palavras e de temas apenas ligados à experiência do educador (FREIRE, 1988, p. 29).

E na verdade, uma disciplina que contribui de forma significativa para que possamos ter essa visão é a Filosofia. Dessa forma, vamos pontuar no próximo tópico a sua importância para tornar a leitura uma atividade reflexiva.

## 2.2 A Filosofia

Filosofia é uma das áreas mais antigas do pensamento humano, tendo historicamente englobado outras disciplinas do saber: filósofos antigos eram físicos, biólogos, químicos, oradores, linguístas, historiadores, etc. Payne (2015) define Filosofia como todo o pensamento racional que não é classificado como Ciência. Ou seja, para o autor, ela seria o complemento (emprestando o termo da Teoria dos Conjuntos) da Ciência. Russel (1998), por sua vez, identifica a Filosofia como a tentativa de responder perguntas cuja resposta não pode ser obtida por meio de procedimentos dogmáticos ou científicos, como, por exemplo, sobre a natureza e o limite do conhecimento. Além dos problemas epistemológicos (os referentes ao conhecimento), também são incluídas nessa categoria de perguntas aquelas de natureza Ética, Política, Estética, Metafísica e muitas outras.

Como a Filosofia estuda a Estética e a Metafísica, acaba englobando o *corpus* da Arte e da Religião. É nesse sentido que, anteriormente, fora mencionado que ela é o —complemento— da Ciência. Na Teoria dos Conjuntos, *universo* é o termo que se refere a todos os elementos existentes no espaço analisado. Dentro do universo, é possível delimitar *conjuntos* (com base em inúmeros critérios, como a paridade dos números, que dá origem ao Conjunto dos Números Pares). Ao descrever esse universo, os elementos contidos por um determinado conjunto são identificados pelo nome de tal conjunto, enquanto todos os elementos não contidos por ele são denominados seu *complemento*. Assim, complemento é tudo o que está fora, estando a Filosofia, para autores como Payne (2015) nessa situação em relação à Ciência.

Solomon e Higgins (2010) afirmam que a Filosofia é a tentativa de entender quem somos e o que pensamos, apontando para grandes filósofos que, ao serem estudados, revelam que estavam tentando entender suas vidas, a sociedade em que estavam inseridos e o tempo em que viviam. Os pré-socráticos, filósofos que antecederam Sócrates (portanto anteriores ao Século IV a.C), aventuraram-se entender a materialidade física daquilo que estava em sua volta. Sócrates tentou entender como os cidadãos de Atenas mergulhavam em más concepções éticas, desenvolvendo o método socrático para levá-los a enxergar a realidade sob uma perspectiva mais crítica. Platão tentou entender como a sociedade poderia ser mais eficiente e justa abandonando a democracia que teria matado seu mentor para se sujeitar a uma aristocracia de governadores filósofos. E, assim, inúmeros pensadores em diversos tempos e espaços tentaram entender a realidade que viviam com indagações ousadas, que se dirigiam a questões fundamentais.

Nagel (2001), nesse mesmo sentido, afirma que, enquanto o historiador se pergunta —“que aconteceu” em determinado tempo e o matemático se atenta a entender a relação entre os números, o filósofo pergunta —“que é tempo?” e —“que é número?”. Portanto, a Filosofia enfrenta questões elementares, que a Ciência emprega em sua metodologia sem se preocupar em definir. Nos casos em que um cientista reserva parte de sua pesquisa para explicar tais conceitos fundamentais, essa parte do trabalho é encarada como a —seção filosófica— da pesquisa.

Assim, fica evidente a ortogonalidade do pensamento filosófico. Ortogonalidade é um

conceito muito importante para a matemática que descreve uma dimensão (ou um eixo) cujo espaço gerado é completamente independente do espaço gerado pelas demais dimensões. Um exemplo seria *altura*, *comprimento* e *profundidade*. Essas três dimensões se intersectam em pontos bem específicos, que são descritos com coordenadas formadas pelas três componentes. Sem a *profundidade*, perde-se um espaço tão significativo que entra em colapso (esse colapso pode ser visualizado ao se imaginar um cubo que, ao perder a profundidade, é reduzido a um quadrado). O espaço gerado pela Filosofia é independente das ciências, artes e religiões porque, como já fora exemplificado, quando estas se prestam a enfrentar questões fundamentais, estão de que entraram no terreno da Filosofia. Sem esta, o conhecimento humano entra em colapso, sendo reduzido a uma dimensão anterior, assim como, no exemplo, o cubo vira um quadrado.

Outro aspecto importante da Filosofia é o *conceito*. Não o conceito de Filosofia (que tem-se tentado ilustrar com todas essas definições), mas a própria noção de conceito, que é uma construção filosófica. Solomon e Higgins (2010) ensinam que o conceito é uma unidade básica do pensamento filosófico, dando forma à experiência, tornando identificáveis os objetos que se encontram no mundo e permitindo que se articulem ideias.

Para Walter Ong (1998), a articulação de ideias é um privilégio de sociedades letradas, capazes de condensar sequências de sons efêmeros em signos duradouros, que podem ser abstraídos e sujeitificados, a fim de se conceber pensamentos ainda mais complexos. Esse traço fica evidente no contraste causado pelo uso predominante de conjunções aditivas (especialmente a conjunção “e”) por sociedades orais e a adoção de conjunções de diversos tipos para coordenar e subordinar orações em discursos de sociedades letradas. Porém, esse fenômeno não é puramente linguístico, pois a atividade de refletir sobre questões complexas (no caso, orações coordenadas e subordinadas) é um desdobramento da atividade indagativa que a Filosofia introduziu à humanidade.

Um exemplo básico de conceito oferecido por Solomon e Higgins (2010) é o de “cachorro”. Uma criança, ao ver um animal quadrúpede sendo chamado de cachorro, constrói um conceito de cachorro cuja propriedade característica é as quatro patas. Isso leva a criança a chamar gatos, vacas e cavalos de cachorro. Ao ser corrigida, ela aprende a reconhecer o latido, o tamanho médio, o balançar da cauda e todas as características que tornam preciso o conceito de cachorro. Em seguida, aprende a distinguir raças de cachorro, a identificar se são hostis ou não, se estão doentes ou saudáveis e, assim, o conceito é enriquecido na medida em que a criança, agora talvez adulta (talvez, inclusive, zoóloga ou veterinária), busca saber mais. Isso permite que as pessoas troquem informações relacionadas a cachorro, sem a necessidade de mostrar um cachorro. O poder do conceito reside, portanto, na possibilidade de condensar, em uma única palavra, uma imensidão de informações, dentro da qual uma parte é comum tanto ao emissor quanto ao receptor do diálogo em que o conceito é invocado.

A consideração de Ong (1998) sobre as sociedades letradas evidencia ainda mais o poder do conceito, pois em vez de representar uma entidade física, tangível e material, como o cachorro, em uma palavra, é possível condensar eventos, definições, listas de características e inúmeras outros formatos de informação. O caso das orações subordinadas e/ou coordenadas serem condensadas pode ser verificado na redação do presente artigo. Ao resgatar o parágrafo dedicado ao pensamento de Ong com o simples termo —“consideração de Ong”, foi possível tratar todo aquele bloco de texto como o sujeito do verbo —“evidenciar” e, assim, chegar a conclusões mais complexas sobre as implicações do pensamento ongiano. Esse é o poder do conceito. A Filosofia, extrapolando esse poder, com o conceito de *moral*, por exemplo, condensa em um único termo o que é tratado por milhares de páginas impressas em diversos livros ao longo de milênios (lembrando que a discussão da moral vem desde a Idade Antiga até a Contemporânea).

Outra contribuição da Filosofia para a humanidade é a lógica. Solomon e Higgins (2010) explicam que a Filosofia consiste em ideias articuladas pela fala ou escrita que são fundamentadas em argumentos. O processo por meio do qual essa articulação ocorre é denominado *lógica*. Nela, encontram-se diversos tipos de argumentos, como o *argumento por exemplo* (que trata de um caso particular) e o *argumento por analogia* (que compara duas situações parecidas, ou —“análogas”). A partir da argumentação, é possível associar proposições lógicas ao *status* de —“verdade” ou —“falsidade”. Por causa disso, quando sistemas computacionais utilizam operações booleanas para realizar testes que retornam os valores —“verdadeiro” e —“falso”, cientistas da computação e da informação se referem a tais processos como —“testes lógicos”.

Há duas categorias gerais de argumentos lógicos: a dedução e a indução. A dedução parte de *axiomas* (proposições amplamente aceitas como verdadeiras e que, portanto, não precisam ser provadas) e do fato de cada proposição necessariamente ser *verdadeira* ou *falsa* para inferir novas



proposições. Geralmente, ela ocorre com uma *premissa* (verdade anteriormente estabelecida) garantindo uma *conclusão* (cuja veracidade prevalece sob pena de a própria premissa ser equivocadamente tratada como verdadeira). Solomon e Higgins (2010) relatam que os argumentos dedutivos mais famosos são os *silogismos*, que se apresentam no seguinte formato: todo filósofo é sábio (primeira premissa); Sócrates é filósofo (segunda premissa); logo, Sócrates é sábio (conclusão).

Argumentos indutivos, por outro lado, não garante a veracidade de suas conclusões. Ele é mais bem representado pela *generalização*, por meio da qual a observação em um caso específico leva a uma conclusão geral, que extrapola o caso. Um exemplo apresentado por Solomon e Higgins (2010) é a de um animal com dentes afiados sendo avistado comendo carne. O observador desse evento teria um argumento indutivo para afirmar que todo animal com dentes afiados é carnívoro. Porém, um dos maiores dentes carnívoros (se não for o maior) do Reino Animal pertence ao hipopótamo, que é um herbívoro. Portanto, o argumento indutivo, apesar de ser muito útil, especialmente para a lógica aplicada nas ciências, não garante a veracidade da conclusão (valendo a pena mencionar que a argumentação empregada neste parágrafo do presente artigo foi *dedutiva por exemplo*, visto que utilizou um caso concreto, o do hipopótamo, para refutar a garantia de veracidade da indução).

Com base nessas reflexões, fica evidente que a Filosofia, ao ser exposta ao educando, permite que ele pense em uma dimensão ortogonal ao senso comum, à Ciência, à Religião e à Arte, sendo ampliada sua capacidade cognitiva. Ademais, isso permite que ele se situe na sociedade, com um conhecimento que as disciplinas de História e Geografia sozinhas não são capazes de construir. Corroborando este entendimento, foi promulgada em 2008 a Lei 11.684, que adicionou à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) o inciso IV do CAPUT do artigo 36, que prescreveu a inclusão da Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio” (BRASIL, 2008).

Como pode ser verificada no Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal do Piauí (2018), a Filosofia como disciplina escolar pretende trabalhar não só com um conhecimento específico, que atende o problema de se responder questões não analisável por outro meio, porém acaba contribuindo com habilidades mais gerais, como a hermenêutica textual e a argumentação, complementando, assim, a Leitura e o proveito que o educando tem de interações sociais mais conflituosas, como o embate de ideias antagônicas em um diálogo. Essa complementação, vale lembrar, não é apenas um “reforço” do que o aluno aprende nas disciplinas de Língua Portuguesa, Literatura e outras, mas consiste em uma nova dimensão, ortogonal ao modo de pensar que o educando possuía antes do contato com a Filosofia. Trata-se, portanto, de uma ferramenta única na formação dele.

Sendo o objetivo dessa seção apenas apresentar a Filosofia, sem entrar no mérito de sua importância para a educação (que foi reservado para os resultados), proceder-se-á para a explicação dos procedimentos metodológicos.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico adotado foi a revisão de literatura com abordagem qualitativa, que consiste em uma pesquisa bibliográfica. Conforme Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia publicada sobre determinado tema, colocando o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi escrito, dito ou filmado. Naturalmente, o trabalho ilustrado por essa definição foge do escopo da presente pesquisa, portanto prefere-se referir à sua metodologia como revisão de literatura, que compreende-se ser uma busca não exaustiva pela literatura do tema, mas suficiente para fundamentar os argumentos levantados para resolver o problema.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida predominantemente a partir de livros e artigos científicos. O presente trabalho buscou livros recomendados pela bibliografia de ementas de cursos de introdução à filosofia e recuperou artigos de periódicos eletrônicos, pesquisando em bases como o Portal da Capes, Brapci, Scielo, Google Acadêmico, Stanford Enciclopedia of Philosophy, Repositório Digital Teses e Dissertações da PUC e da FMG.

A análise qualitativa foi escolhida por investigar uma realidade que não quantificável. Esse tipo de análise trabalha com o universo de significados, valores, crenças e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalizações variáveis (MINAYO, 2001).

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura nos informa, nos ensina, nos leva a pensar, a refletir a sermos críticos. Dessa forma, a Filosofia tem um papel importante nesse processo de ensinar a aprender. Ao mencionarmos a palavra *ensinar*, temos por preocupação não só aprender as técnicas amparadas na pedagogia, ou em outras disciplinas que tem como função nos capacitar a alfabetizar, mas também contribuir para a formação de um cidadão crítico. Sendo assim, a Filosofia trás em seu arcabouço uma série de conhecimentos que permite aprender e ensinar a pensar o mundo, a vida e os fatos de forma profundamente analisadora e questionadora, na procura das razões primeiras de tudo. Desenvolvendo no indivíduo habilidades necessárias ao exercício da verdadeira cidadania, com competência não só para entender o mundo e os fatos, mas também para influenciar e participar ativamente das necessárias reconstruções sociais. Aprender Filosofia é aprender a olhar o mundo e os fatos com mais cuidado e mais responsabilidade, procurando analisar os seus porquês. (ANDERSEN, 2004, p. 02).

A Filosofia está longe de ser apenas uma diversão de espírito para o educador. Ao contrário, é a própria base sobre a qual se assentam as possibilidades de um verdadeiro progresso para o ensino. Enquanto o educador não se torna filósofo, ele é simplesmente um instrumento inconsciente, quase que como um autômato controlado pelas leis da Educação que, por sua vez, estão entregues à mercê de forças históricas as quais muitas vezes, sob o disfarce do desenvolvimento tecnológico, podem não ser mais do que a expressão de instintos primitivos da natureza, da simples luta pela sobrevivência, em vez de uma verdadeira busca de uma plena realização do homem. (ANDERSEN, 2004, p. 02). À medida que o educador aprende a conhecer a Filosofia e a utilizar no seu cotidiano de trabalho em sala

a questão moral, a questão da finalidade humana, individual e coletiva; a questão da sociedade justa, por ser a educação um processo eminentemente voltado para a coletividade e por ela incentivado; a questão do sentido do outro eu e do mundo, dos quais depende o desempenho educativo- estreita a reciprocidade entre teoria e prática, entre as exigências e possibilidades, entre realização e desafio (GILES, 1983, p. 30)

Possibilita, assim, uma educação onde as pessoas desenvolvam o pensamento crítico, solidário, criativo, que saibam distinguir argumentos, fundamentar posições e tomar decisões, habilidades necessárias ao mundo prático, visto que

educar é levar o educando a consciência de poder ser mais, a reconhecer que é chamado a ser um verdadeiro eu-no-mundo-com-o-outro, num empreendimento comum e solidário. Não foi sem percalços, recuos, idealismos estéreis e práxis desnorteadas que se fez e se faz a evolução do processo educativo desde os tempos mais remotos da história humana até a época atual (GILES, 1983, p.108)

Levando em conta a ortogonalidade e a complementariedade da Filosofia, em relação às demais esferas do saber humano (explicada na Secção 2), sem a educação filosófica, o sistema de ensino brasileiro não é capaz de formar cidadãos completos. A Falta de filosofia é comparável à falta de Ciência e à falta de Arte.

Por outro lado, é com a Filosofia que se desenvolve o poder de conceitualização, aquele capaz de condensar grandes quantidades de informação em simples palavras, empregadas para atingir um patamar mais elevado de abstração e conduzir pensamentos mais complexos, com conclusões mais ricas e proveitosas.

Para reforçar ainda mais a importância da disciplina, apesar de estudantes de ensino básico ser expostos ao pensamento lógico na Matemática e nas Ciências, é na Filosofia que eles têm a oportunidade de realmente entender o que é Lógica e como ela pode ser aplicada na situação concreta da vida de cada aluno, fundamentando suas ideias com argumentos bem articulados.

Outra contribuição para a formação básica do cidadão é de natureza psicológica, podendo combater neuroses presentes em grande parte da população brasileira, neuroses que afloram em hostilidades durante períodos de intenso confronto de ideias, como os períodos eleitores. Essas neuroses são oriundas do que Bertrand Russell (1912) chama de “complexo do lençol da segurança”.

Payne (2015) sumariza esse complexo lembrando como os seres humanos tendem a se apegarem a explicações que lhes trazem segurança. Assim, cada indivíduo constrói um mundo privado de verdades que, cedo ou tarde, está destinada a ser arruinada pela vida em sociedade. Quem estuda Filosofia aprende a conviver com a incerteza e a insegurança, não procurando se enrolar em um —lenço que o proteja do mundo.

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (2018), a taxa da mortalidade no Brasil em 2016 foi de 6.5 (sendo a média global 10.6 e a média regional, no continente americano, de 9.8). Seria preciso um estudo para determinar que parte dessa taxa compreenda pessoas chocadas com a realidade ao verem seus mundos privados (construídos sob os metafóricos —lençois” de Russell) arruinados. Porém, é razoável esperar que parte do número se deva a isso, o que implicaria no aumento da taxa se a Filosofia deixasse de integrar a grade curricular do Ensino Médio.

Assim, compreende-se a educação filosófica como capaz, entre outros aspectos, de formar pessoas que exercitem um pensamento criterioso, que desenvolvam semioticamente interpretantes afetivos solidários, que aprimorem a criatividade na inteligibilidade e intervenção sobre os eventos dos quais tomam parte, que saibam distinguir argumentos ponderando os diversos elementos neles envolvidos e sua articulação orgânica, fundamentar posições em bases conceituais mais sólidas e tomar decisões por conta própria nas diversas esferas do mundo da vida.

Considerada deste modo, a Filosofia possibilita desenvolver a capacidade geral de compreender os conhecimentos em suas complexidades, permitindo inteligir de maneira mais precisa tanto as elaborações humanísticas quanto tecnológicas e de criticá-las, formando certas bases valiosas à própria elaboração científica, uma vez que desenvolve a habilidade em manejar estruturas de pensamento, em realizar análises e sínteses, reimplantando os conhecimentos produzidos em horizontes mais amplos e orgânicos, possibilitando ordenar logicamente problemas complexos e de organizar a sua resolução (MANCE, 1998, p. 11).

Não se trata somente de apreender conteúdos tecnológicos já elaborados, mas desenvolver a capacidade de compreendê-los, criticá-los e de produzir ciência. Trata-se de manejar estruturas de pensamento e resolver problemas, formando as condições básicas para o pensar em todos os campos, inclusive o tecnológico.

Melhor do que apenas não aceitar doutrinas que neguem a liberdade de outrem, injuriando a dignidade humana e engendrando a barbárie, é, além disso, promover uma reflexão filosófica que afirme a liberdade eticamente exercida de outrem, que suporte conceitualmente o ético exercício da liberdade humana, contribuindo com a afirmação da cidadania. Assim, ao lado da crítica que desvenda mecanismos alienadores e opressivos afirmam-se elementos filosóficos que permitem considerar a construção de novas relações humanas que ampliem as liberdades de todos (MANCE, 1998, p. 10).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a reflexão a ser feita consiste que a realização e aprendizado da atividade da leitura apenas de efetiva com a intervenção do professor, que deverá colocar-se na situação de principal parceiro, agrupar seus alunos de forma a favorecer a circulação de informações entre eles, procurar garantir que a heterogeneidade do grupo seja um instrumento a serviço da troca, da colaboração e, conseqüentemente, da própria aprendizagem. Dessa forma, a Filosofia deve objetivar com que os alunos sejam capazes de enfrentar o mundo pedagógico na busca de soluções que ofereçam saídas novas. Enfrentar, neste sentido, é poder interferir conscientemente num processo, comprometido com a realidade histórica a que está inserido. Assim entendido no sentimento de Paulo Freire: "*O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas 'águas' os homens verdadeiramente comprometidos ficam 'molhados', ensopados*" (Freire, apud Bello, 1979, p. 19).

Dessa forma, a Filosofia que é a interrogação, o questionamento radical e implacável, a golpes de machado (Nietzsche apud GILES, 1983, p.108) será sempre o de contestar aquilo que é, mas também contestação daquilo que poderá vir a ser. Por isso a Filosofia se constitui como um instrumento importante para formar um leitor competente supõe formar alguém que compreenda o que lê; que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto; que consiga justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos, ou seja, um leitor competente só pode constituir-se através de uma prática constante de leitura de textos de fato, a partir de um trabalho que deve organizar-se em torno da

diversidade de textos que circulam socialmente.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSEN, Roberto. Por que precisamos de Filosofia e Sociologia? Disponível em: <<http://maquiavelbaltasargracian.blogspot.com/2008/06/por-que-precisamos-de-filosofia-e.html>>. Acesso em: 22 de agosto de 2018.
- BARROS, Manoel de. **O livro das ignoranças**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994 [1993].
- BELLO, José Luiz de Paiva. O que é filosofia. **Pedagogia em Foco**, Vitória, 1994. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/filos01.htm>>. Acesso em: 22 de agosto de 2006.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F., 23 dez. 1996. Seção 1, p.27833.
- BRASIL. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F., 3 jun. 2008. Seção 1, p.1.
- BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F., 17 fev. 2017. Seção 1, p.1.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro, DP&A, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>. Acesso em: 10 junho 2018.
- FREGONESI, Durvali Emilio. **O professor, a escola e a leitura**. Londrina, Ed. Humanidades, 2003,
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1988
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GILES, Thomas Ransom. **Filosofia da educação**. São Paulo: EPU, 1983
- MANCE, Euclides André. O Filosofar como Prática de Cidadania. IFIL, outubro de 1998. Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/filosofar.htm>>. Acesso em: 22 de agosto de 2018.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARTINS, Vicente. Como ensinar Português. Sobral-CE. Disponível em: <<http://www.ondeir.rec.br/vicentemartins/vicente9.htm>> . Acesso em: 22 de ago. de 2018.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- NAGEL, Thomas. **Uma breve introdução à filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ONG, Walther Jackson. **Oralidade e Cultura Escrita**. Trad. Enid Abreu Dobránsky. São Paulo: Papyrus, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Global health observatory (GHO) data**: suicide rates per (100 000 population), by WHO regions, 2016. 2018. Disponível em: <[http://www.who.int/gho/mental\\_health/suicide\\_rates\\_crude/en/](http://www.who.int/gho/mental_health/suicide_rates_crude/en/)>. Acesso em: 29 set. 2018.

PAYNE, W. Russ. **An introduction to philosophy**. Disponível em: <<https://commons.bellevuecollege.edu/wp-content/uploads/sites/125/2017/04/Intro-to-Phil-full-text.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2018.

RUSSEL, Bertrand. **The problems of philosophy**. London: Oxford University Press, 1912. Disponível em: <<http://www.ditext.com/russell/russell.html#pref>>. Acesso em: 29 set. 2018.

SILVA, Ezequiel Theodoro. **Leitura & realidade brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

SOLOMON, Robert; HIGGINS, Kathleen. **The big questions**: a short introduction to philosophy. Disponível em: <[http://elibrary.bsu.az/books\\_400/N\\_17.pdf](http://elibrary.bsu.az/books_400/N_17.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Projeto político-pedagógico do curso de licenciatura em filosofia**. Disponível em: <<http://www.leg.ufpi.br/subsiteFiles/cc/arquivos/files/filosofia.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2018.

**A Importância da Psicologia Jurídica e a Aplicação de Laudo Psicológico como motivação de Decisões judiciais no Direito de Família Brasileiro**

*The Importance of Legal Psychology and the Application of a Psychological Award as a motivation for Judicial Decisions in Brazilian Family Law*

Área temática: Outras áreas temáticas  
(Psicologia e Direito)

GRACIOLI, Sofia Muniz Alves  
UNIFACEF

Doutoranda na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto - USP,  
Mestre pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP,  
Professora concursada no IMESB e UNIFACEF.  
E-mail: [sofiagracioli@yahoo.com.br](mailto:sofiagracioli@yahoo.com.br)

PALUMBO, Livia Pelli.  
IMESB

Doutoranda em Direito Constitucional - Faculdade de Direito de Bauru,  
Mestre em Direito Constitucional - Faculdade de Direito de Bauru,  
Professora concursada no IMESB (Instituto Municipal de Ensino Superior).  
E-mail: [livia.ppalumbo@gmail.com](mailto:livia.ppalumbo@gmail.com).

**RESUMO**

A psicologia jurídica é uma consequência da interdisciplinaridade entre o direito e a psicologia, sendo utilizada para embasar as decisões dos magistrados em questões que exigem estudos psicológicos das pessoas envolvidas e como forma de atingir a decisão mais adequada àquele caso. Trata-se de uma disciplina ainda em construção, mas que tem expandido, sendo cada vez mais utilizada nos meios jurídicos, em especial na Vara de Família. Este estudo buscou, por meio de revisão bibliográfica, mostrar a importância do trabalho conjunto do Direito e a Psicologia, para a produção e utilização do laudo pericial psicológico, como fundamento das decisões judiciais nos conflitos que envolvem o Direito de Família. Devido às mudanças no conceito de instituição familiar ocorridas nos últimos tempos, o Poder Judiciário tem sido acionado, cada vez mais, em especial neste campo do Direito, e a Psicologia tem sido de grande efeito para a solução desses conflitos como por exemplo, questões de regulamentação de guarda de filhos, apoio às crianças envolvidas em divórcios, àquelas sofrem a alienação parental, as que estão em procedimento de adoção e, ainda, em questões sucessórias. Desta feita, demonstra-se que é de suma importância o papel do psicólogo, pois a aplicação de suas avaliações tem papel significativo na solução de conflitos, em especial no Direito de Família.

**Palavras-chave:** Psicologia Jurídica. Laudo Psicológico. Direito de Família.

**ABSTRACT**

Legal psychology is a consequence of the interdisciplinarity between law and psychology, being used to support judges' decisions on issues that require psychological studies of the people involved and as a way of reaching the most appropriate decision in that case. It is a discipline still under construction, but has expanded, being increasingly used in legal circles, especially in the Family Court. This study sought to show, through a bibliographic review, the importance of the joint work of Law and Psychology, for the production and use of the psychological expert report, as a basis for judicial decisions in the conflicts involving Family Law. Due to the changes in the concept of family institution that have occurred in recent times, the Judiciary has been increasingly used in this field of Law, and Psychology has been of great effect for the solution of these conflicts, such as issues of child custody regulations, support for children involved in divorce, parental alienation, adoption procedures and succession issues. This time, it is demonstrated that the role of the psychologist is of paramount importance, since the application of his evaluations plays a significant role in the resolution of conflicts, especially in Family Law.

**Keywords:** Juridical Psychology. Psychological report. Family right

## 1 INTRODUÇÃO

A psicologia jurídica trata do campo comum das duas áreas do conhecimento, o Direito e a Psicologia, com o intuito de preencher lacunas jurídicas, em que há necessidade de conhecimento técnico daquela ciência às soluções judiciais. Por meio de pareceres técnicos, são emitidos laudos psicológicos acerca do que foi avaliado, a fim de que o magistrado fundamente sua decisão.

O Direito e a Psicologia são ciências distintas que, no entanto, vêm caminhando juntas há tempos. Atualmente, apesar de ainda existir resistência de aplicação da Psicologia por parte de alguns aplicadores do direito, essa ciência vem ganhando cada vez mais espaço, por atuar de maneira a demonstrar por outra ótica as reais necessidades para a solução de cada conflito.

Esta pesquisa teve por objetivo mostrar a importância da união entre as duas ciências, bem como a utilização do laudo pericial psicológico, que é o documento final por eles emitidos, elaborado a partir de avaliações investigativas, no direito de família.

O tema foi escolhido devido à recorrente necessidade da atuação dos profissionais de psicologia em tribunais, na solução de guardas de filhos, do trabalho em conjunto para avaliações acerca de adoção de crianças abandonadas, dentre outros, que vêm ocorrendo nas Varas de Família.

Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica, para reconstruir o percurso que permeou o surgimento das duas ciências até a sua união, além de também jurisprudências, a fim de demonstrar que o uso dos laudos psicológicos teve papel importante na aplicação as decisões dos magistrados.

Passa-se à análise dos conceitos de Direito e de Psicologia, bem como a relação entre as das áreas do conhecimento, a evolução histórica das duas ciências, mostrando onde surgiram, e os caminhos percorridos até se fundirem formando a Psicologia Forense, ou Psicologia Jurídica.

Importante a união das duas áreas do conhecimento em razão dos benefícios alcançados após a introdução da Psicologia ao Direito. Ainda, os ramos nos quais ambas atuam juntas, motivando as decisões dos juízes, a fim de alcançarem o fim buscado, qual seja, a aplicação das leis de maneira adequada às necessidades de cada indivíduo, em especial, nas relações de família que reclamam intervenção do Poder Judiciário. Na sequência, aborda-se o laudo psicológico, abordando os conceitos aplicados a esse documento, sua elaboração, e o funcionamento da convocação do psicólogo chamado a elaborar esses pareceres. Trata também dos métodos e técnicas utilizados por esses profissionais ao serem instituídos a atuar nos litígios, e as diversas áreas nas quais ele é ou pode ser utilizado. Por fim, traz a maneira como estes laudos são aplicados pelos juízes ao proferirem as sentenças.

Ao final, apresenta-se a atuação da Psicologia Jurídica e a aplicação do laudo psicológico no Direito de Família, com destaque para a sua influência na convicção do juiz e sua decisão nos casos de processos que discutem a alienação parental, na investigação da escolha de guarda dos filhos, ao tratamento a ser aplicado às crianças após a separação dos pais, além da interferência do psicólogo em ações de sucessão, e em ações de reconhecimento de paternidade, com apresentação de decisões baseadas nos laudos psicológicos.

## 2 PSICOLOGIA JURÍDICA: APLICAÇÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA

O sentido fundamental da palavra Direito é dar às pessoas, através da lei, a possibilidade de praticar determinados atos, não esquecendo de ressaltar que essas práticas devem limitar-se de acordo com as normas coletivas. A palavra Direito originou-se numa junção latina: *dīs* (muito, intenso) mais *rectum* (reto, justo); sendo então *disrectum* que significa muito reto, o que é justo. No latim clássico, “direito” é qualificado por *ius* (ou *jus*) que é originado do sânscrito *iás*, que era o recinto sagrado onde se ministrava a justiça. O Direito é a ciência disciplinadora de toda a atividade humana, cujo objetivo é o controle social e, por meio de regras, serve para conter os impulsos individualistas do homem, e deve acompanhar as transformações sociais.

Para se conceituar o Direito, é necessário construir um conceito suficientemente grande, que entenda a relação e o domínio do ser humano sobre bens imóveis, estudo que nos leve a entender os institutos e as práticas utilizadas atualmente, existindo, portanto, inúmeras maneiras de se conceituá-lo. Segundo Maciel; Aguiar (2010, p.16), “os estudos dogmáticos do direito são aqueles que partem de uma “verdade” inquestionável e preestabelecida, preocupando-se especialmente com ações que busquem a solução de controvérsias jurídicas”. Já para Castro (2007), a ciência do Direito vem dos

Romanos, e a palavra Direito significa ser justo, o que tem justiça:

Entende-se, em sentido comum, o Direito como sendo o conjunto de normas para a aplicação da justiça e a minimização de conflitos de uma dada sociedade. Estas normas, estas regras, esta sociedade não são possíveis sem o Homem, porque é o ser Humano quem faz o Direito e é para ele que o Direito é feito (CASTRO, 2007, p.2).

Assim, entende-se que o homem é inerente ao Direito, pois inexistindo o homem não haveriam conflitos que do Direito necessitem, pois o Direito advém do ser humano, que é também um ser cultural. Nascimento (2006) afirma que o Direito não tem como essência somente a moral, mas também questões materiais, e que toda a sociedade almeja condições satisfatórias e essenciais para que se haja equilíbrio e harmonia entre os homens.

Assim sendo, entende-se que para o Direito os costumes não são seus únicos meios norteadores, mas também o são os interesses materiais da sociedade em si, em que a aplicação do ordenamento jurídico busca regular uma vivência entre todos. É importante entender que o Direito, assim como a sociedade a que atende, está sempre em constante evolução, de modo que o direito não pode se desvencilhar de suas origens, para que se possa compreender a sociedade atual. Não se pode conhecer uma legislação sem antes conhecer sua história. Salienta-se que conceitos atuais como a igualdade das mulheres, direitos e dignidade do trabalho, direitos e dignidade do indivíduo na sociedade entre outros, são conceitos advindos de costumes e tradições antigas, influenciadas pelo direito e suas origens históricas (NASCIMENTO, 2006).

A Psicologia também pode ser definida de diversas formas, mas todas que levam a um mesmo entendimento, ou seja, é a ciência que auxilia o comportamento humano, de modo a tentar entender e adequar o ser humano a suas vivências em sociedade e também consigo mesmo.

Para Todorov (2007), a definição mais conhecida de Psicologia é como sendo o estudo da mente. Outros a definem como o estudo da vida mental. Outros a conceituam como o estudo do comportamento. Ou seja, é a ciência da vida mental, ou o que quer que venha a ser vida mental.

Para Bock; Furtado; Teixeira (2001), a Psicologia busca entender e modificar o cotidiano a partir de seus estudos sistemáticos. Segundo Fiorelli; Mangini (2015, p. 7), “a psicologia trabalha com a realidade psíquica, elaborada pelo indivíduo a partir dos conteúdos armazenados na mente”. Para o autor, As técnicas utilizadas na Psicologia servem para que o ser humano identifique elementos até então desconhecidos por eles. Portanto, a psicologia atua de maneira a auxiliar o ser humano no entendimento de suas relações pessoais, através de estudos psíquicos.

Segundo López (2005), a psicologia atual vai além disso, é uma ciência que objetiva oferecer eficiência e garantias, com seriedade, assim como as demais ciências biológicas.

Trindade (2014), afirma que a psicologia tem um longo passado, mas com uma breve história, sendo ainda uma disciplina muito recente.

Acredita-se que surgimento da Psicologia seja advindo de uma experiência de curiosidade (VILELA; FERREIRA, PORTUGAL, 2005). Alguns autores apontam para seu surgimento a partir do século XVI, unindo-se à necessidade do conhecimento de si, da interioridade do ser humano, tornando-a necessária para o aprendizado nas relações do homem consigo e com os demais. Historicamente, a Psicologia trata de técnicas na busca por conhecimento de si mesmo. Ela é entendida como um plano de reflexão de interioridade, em que cada vivência é atrelada a uma experiência de primeira pessoa.

No Brasil, a Psicologia se instaurou em meados do século XIX, na tentativa de tornar o país uma nação moderna, por meio de projetos políticos, sociais e culturais e, como profissão, passou a ser regulamentada em 1962, pela Lei 4.119 (TARTARI, 2011). Para isso, era necessário que se consolidasse um saber que proporcionasse uma concepção de homem e de sociedade.

No que diz respeito à união entre Direito e Psicologia, buscando a compreensão da mente e as ações humanas em sociedade, essas duas ciências têm se unido cada vez mais, para que haja uma maior compreensão desses aspectos e uma busca pelo equilíbrio social e jurídico. Essa união busca entender melhor a mente humana e aplicar à vida social normas a serem seguidas de modo que haja um melhor convívio em sociedade.

Segundo Miranda (2012), historicamente, a Psicologia foi aproximada do Direito no século XIX, surgindo então a “psicologia do testemunho”. Seu objetivo era, através de estudos, verificar processos psicológicos, os sujeitos envolvidos nos processos jurídicos e, através de práticas psicológicas voltadas para a realização de perícias, exames criminológicos e pareceres psicológicos, instruir livramentos condicionais, comutações penais, indultos e principalmente avaliar se o detento poderia sair da cadeia ou não. Estudos revelaram que grande parte desses laudos eram



preconceituosos, estigmatizantes e pouco ou nada científicos. Eles eram a repetição dos conceitos que a sociedade tinha com relação a criminosos. Há os que afirmam ser impossível a formulação psicojurídica, pois acreditam que as ciências pertencem a mundos opostos, sendo a Psicologia, ligada ao mundo do ser, e o Direito, ao mundo do dever ser. Mas a sociedade atual não pode ser encerrada apenas por pontos de vistas, pois tais necessidades transcende a soma das partes. Como formula Trindade (2011, p. 32) [...] “é preciso estar disposto a interligar conhecimentos e fazer conexões, e não esquecer que a ciência da pós-modernidade se produz mais por ligações do que por isolamentos”.

Desta forma, mesmo sendo disciplinas distintas, sua a união só tem a acrescentar no nosso ordenamento brasileiro ao tentar entender e regular o comportamento humano, tornando cada vez mais corretas apropriadas as decisões aplicadas pelos magistrados às pessoas que de alguma forma necessitam da justiça. No início do uso da psicologia jurídica, os Psicólogos eram chamados, muitas vezes, no intuito de desvendar ações criminosas que não tinham um motivo aparente ou que cujos suspeitos era pessoas com características que não se encaixavam nos quadros de loucura, nem tinham um motivo considerável para tal (LEAL, 2008).

Atualmente, a Psicologia jurídica atua nos campos em que os litígios deixaram de ser assunto exclusivo dos foros e tribunais, sendo necessárias informações que levem ao entendimento sobre o ser humano e sua vivência em sociedade (VIANNA, 2008). Constata-se então, que ambas as ciências possuem uma finalidade em comum, pois tratam do comportamento humano, sendo que um trata da compreensão do comportamento humano, e o outro é um conjunto de regras que tem por intuito regular esse comportamento.

Miranda (2012), afirma que o Conselho Federal de Psicologia, no ano de 2000, adotou como uma subárea da Psicologia, a Psicologia Jurídica, tendo essa ciência a função de auxiliar as organizações judiciárias nos âmbitos que lhes forem necessárias. Atualmente, os aplicadores do Direito apesar de relutantes, entenderam a necessidade de se utilizar do trabalho do Psicólogo jurídico, que vem atuando no desenvolvimento de atividades, avaliações e acompanhamentos psicológicos, além de desenvolverem atividades voltadas aos juizados (TARTARI, 2011).

Trindade (2014) observa que a comunicação entre o Direito e a Psicologia é cada vez mais necessária, para se entender as ações humanas ao que diz respeito aos aspectos legais e afetivo-comportamentais. Segundo Maia (2015a), a Psicologia jurídica vem ganhando cada vez mais espaço entre os operadores do Direito nos litígios relacionados às Varas de família, devido às mudanças no conceito de família, o que tem trazido ao Sistema Judiciário grandes litígios. Para Silva (2016), a integração da Psicologia junto ao Direito vem cada vez mais trazendo contribuições à melhor compreensão do ser humano junto ao Poder Judiciário e a sociedade, para que sejam cada vez mais adequadas e aperfeiçoadas as decisões para os litigantes, através das técnicas utilizadas, para que os documentos elaborados possam ser mais precisos para a solução dos casos.

Afirma Brandão (2007), que para atuar nessa área, é necessário que o psicólogo tenha conhecimento dos códigos jurídicos reguladores do conceito de família no nosso país. Devendo conhecer os critérios utilizados para nortear as decisões de guarda ou os deveres parentais.

Para que exista a atuação do profissional da Psicologia junto ao Direito é preciso que haja estudos acerca do comportamento humano junto a justiça, devendo o profissional que deseja atuar nesta área, estar em constante aprendizado, para que possa acompanhar cada vez mais a abrangência da psicologia junto ao direito.

Segundo Fiorelli; Mangini (2015), a intervenção da Psicologia dá-se através de perícias técnicas, em que são analisados os personagens do litígio, avaliados através de entrevistas, testes psicológicos, observação dos mesmos, auxiliando os juizes em suas decisões. A atuação do psicólogo é regulada pela resolução CFP n° 008/2010, que além das determinações, inclui também vedações no que tange ao psicólogo que atue simultaneamente como perito assistente ou psicoterapeuta das pessoas por ele atendidas. Rege-se também pelo Estatuto da Criança e Adolescente, em seus artigos 150 e 151, que fala sobre a atuação de equipes interprofissionais, que prestam serviço a justiça, auxiliando e encaminhando ao Poder Judiciário.

A perícia psicológica no âmbito jurídico ainda é pouco explorada, mas é importante a utilização da psicologia, por meio de instrumentos específicos, de modo a analisar cada indivíduo e buscar entender a individualidade e afetividade de cada um, e também a motivação de estarem ali litigando. Os laudos periciais não têm o poder de decidir um litígio, busca-se de maneira técnica mostrar a verdade, que muitas vezes pode não ser completa. O trabalho do psicólogo jurídico não é provar algo, mas sim indicar a situação familiar ali presente, que norteará a atuação do advogado, do promotor e do juiz (SILVA, 2016).

O artigo 471 do CPC permite que, em comum acordo, as partes podem se utilizar de um perito para esclarecer questões relativas a tutela, adoção, curatela, pedido de guarda.

Muitas são as áreas de atuação da psicologia no direito, sendo o exame pericial compulsório (determinado pelo juiz), ocorrendo diversos tipos de desconfianças por parte do periciando, devendo haver maneiras específicas para superá-las. Os fatores sociais e jurídicos de cada periciando é que vão dizer a forma a ser abordada pelo psicólogo jurídico, junto com o entendimento do caso examinado. Os exames têm o intuito de responder de forma eficaz às questões colocadas pelo juiz, buscando a solução do conflito em questão. Além dos exames deve-se estudar o fato jurídico, aplicando então o enquadre forense na conclusão do laudo (SILVA, 2016).

Uma das áreas na qual a Psicologia jurídica mais tem atuado é o Direito de Família. Regido pelo Direito Civil, essa área do Direito tem convivido com mudanças nas esferas familiares, o que tem gerado cada vez mais a procura pelo Judiciário para solução de conflitos. Nessa área, o psicólogo deve analisar se houve algum tipo de prejuízo emocional decorrente de algum evento traumático, além de dar seu parecer a respeito de disputas de guarda, tratar da paternidade sócioafetiva, de sucessões, podendo até mesmo prestar assistência, caso necessário, às pessoas relacionadas aos processos.

Para a atuação do psicólogo em Varas de Família, exige-se que esse profissional tenha conhecimento jurídico dos códigos, pois não adianta somente o conhecimento de seu campo e desconhecer os critérios jurídicos usados para nortear as decisões do juiz (GONÇALVES; BRANDÃO, 2011).

Nas Varas da Criança e Adolescente, onde predominam perícias em casos onde há questões relacionadas a práticas de adoção, violência sexual contra crianças, entre outros, é necessário que o profissional tenha, também, conhecimento do Estatuto da Criança e Adolescente. Nos casos em que não se trata, a princípio, de ausências ou prejuízos da capacidade mental, ou então algum tipo de periculosidade, o juiz trabalhará sobre as alegações feitas pelas partes, e será por tais alegações que se norteará as investigações, formulando então o perito uma verdade sobre os sujeitos da ação.

A Psicologia Judiciária baseia-se em toda prática psicológica realizada a mando e a serviço da justiça, faz parte da Psicologia forense, ela atuará sempre conforme a autoridade judiciária lhe especificar. Assim, o trabalho do psicólogo prestado a mando da justiça exercendo a função de perito. Trata-se da atuação do Judiciário. Maia (2015a), conceitua as atribuições dadas aos psicólogos que atuam junto ao direito, sendo elas assessorar na formulação, revisão ou aplicação de leis, atua como colaborador na implantação de políticas de cidadania, avalia as condições emocionais de crianças, adolescentes e adultos que estejam envolvidos em litígios, trabalha desenvolvendo pesquisas para melhoramento da atuação do psicólogo junto ao direito, também atua junto as Varas cíveis, criminal, da infância e juventude, justiça do trabalho, exercendo a função de perito, resolvendo questões em Varas de Família, dentre muitas outras funções atribuídas a este profissional.

Assim, vemos que a função do Psicólogo e da Psicologia jurídica se alinham às próprias raízes do Direito, de servir a sociedade conforme suas necessidades. No âmbito que nos propomos a estudar, o Direito de Família, tais mudanças sociais são imperativas no uso de outras ciências no auxílio para o alcance da justiça, que é o objetivo do campo comum entre Direito e Psicologia.

### 3 LAUDO PSICOLÓGICO

O laudo psicológico é o relatório final feito pelo perito. Nele são colocadas todas as informações e juntados os documentos colhidos com todas as técnicas de averiguação utilizadas. É o parecer final do perito, contendo todas as observações feitas por este durante as diligências. É, portanto, o documento em que o profissional dará seu parecer técnico acerca de suas avaliações, não empregando a ele juízo de valores, nem opiniões a respeito do caso.

O laudo é o documento principal emitido pelo psicólogo nas demandas judiciais e a não observância pode gerar denúncia do profissional ao CRP, assim como prejuízo aos envolvidos no litígio, tornando-o nocivo caso não atenda aos princípios éticos, científicos e técnicos.

O laudo é um documento de valor científico, no qual são descritas situações e condições psicológicas determinadas por estudos psicológicos no decorrer de cada processo (SILVA; ARCHIERI, 2011). Conforme orientação do Conselho Federal de Psicologia,

A palavra laudo é originária do idioma latino, do genitivo *laud-is* e significa originalmente mérito, valor, glória. É um documento conciso, minucioso e abrangente, que busca relatar, analisar e integrar os dados colhidos no processo de avaliação psicológica tendo como objetivo apresentar diagnóstico e/ou prognóstico, para subsidiar ações, decisões ou encaminhamentos

(CFP, 2002, p.8).

Dessa forma, tem-se que, embora deva ser conciso, baseado em dados científicos, o laudo dará ao magistrado melhores condições de tomar suas decisões.

Na visão de Preto; Fajardo (2015, p.41), “o laudo psicológico pode ser entendido como uma forma de comunicar o resultado final de um trabalho de avaliação psicológica, apresentando de forma sistemática como esta foi realizada”. Segundo Silva (2016), o laudo psicológico pode ser entendido sob dois aspectos, na materialização do trabalho pericial que o perito desenvolveu ao longo dos estudos feitos, e pela própria prova pericial, servindo para suprir qualquer deficiência sobre conhecimentos técnicos ou científicos dos magistrados. Dessa forma, tendo como objetivo comunicar ao juiz o trabalho do julgamento do profissional de Psicologia, o magistrado pode aceitá-lo como tal, ou ainda como uma prova pericial.

Ao transcrever um laudo psicológico, o profissional não pode dar nenhum parecer jurídico acerca do caso, mas em conjunto com o laudo social ele passa a ser a principal fonte para que o juiz profira sua sentença, sendo o laudo a fonte mais confiável. Ainda é possível que o psicólogo peça, caso necessário, que seja feito tratamento psicológico ou psiquiátrico dos participantes do processo (SILVA; FERREIRA, 2013).

O laudo psicológico é um instrumento de grande importância, com o intuito de, através de diferentes tipos de avaliações, descrever com linguagem apropriada, aspectos específicos de pessoas ou grupos, dando um parecer acerca do caso ao julgador, ajudando-lhe na aplicação de melhores soluções a cada caso isoladamente.

### 3.1 A elaboração do laudo psicológico e como funciona

Por ser um documento com valor probatório, ao ser elaborado, o laudo psicológico deverá obedecer a normas e princípios que são regidos por CFPs e resoluções, seguindo princípios éticos e técnicos. O laudo deve conter o esclarecimento de todas as questões levantadas pelo juiz. É regulamentado pela Resolução da CFP nº 07/2003, que institui o Manual de Elaboração de Documentos com o objetivo de orientar o profissional no que diz respeito aos documentos produzidos por ele, partindo de suas avaliações. Nele é conceituado o laudo, seus critérios de utilização técnicos e éticos e é oferecido um modelo obrigatório do documento que deverá ser juntado aos autos. A não observação desses quesitos implica em punição (SILVA; ARCHIERI, 2011).

Os princípios éticos e técnicos dizem respeito aos princípios a serem observados no Código de Ética Profissional do Psicólogo e nos objetos utilizados nos procedimentos, seguindo determinações históricas, sociais, econômicas e políticas. Ao produzir os laudos, o psicólogo deve basear-se nos instrumentos técnicos, estudos e interpretações de informações a respeito da pessoa ou grupo atendidos (CFP, 2002).

Segundo a Resolução CFP Nº 07/2003, a confecção do laudo deve conter as características do autor do laudo (nome do psicólogo que realizou a avaliação psicológica, juntamente com seu número de inscrição no Conselho Regional de Psicologia-CRP, quem solicitou o laudo (nome do autor do pedido, associado a órgãos e/ ou entidades) e o assunto e a finalidade do laudo (motivo do pedido). De acordo com Trindade (2014) o laudo deve trazer detalhadamente, com clareza e objetividade aspectos como: Dados do sujeito; os motivos de consulta; breve história do problema; as provas psicodiagnósticas realizadas; as pontuações obtidas; a interpretação e a valoração final; respostas às perguntas do Juiz, do Ministério Público e das partes (autor e réu).

De acordo com o Código de Processo Civil (2015), em seu artigo 473:

O laudo pericial deverá conter:

I - a exposição do objeto da perícia;

II - a análise técnica ou científica realizada pelo perito;

III - a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou;

IV - resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público.

§ 1º No laudo, o perito deve apresentar sua fundamentação em linguagem simples e com coerência lógica, indicando como alcançou suas conclusões.

§ 2º É vedado ao perito ultrapassar os limites de sua designação, bem como emitir opiniões pessoais que excedam o exame técnico ou científico do objeto da perícia.

§ 3º Para o desempenho de sua função, o perito e os assistentes técnicos podem valer-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder da parte, de terceiros ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com planilhas, mapas, plantas, desenhos, fotografias ou outros elementos

necessários ao esclarecimento do objeto da perícia.

O laudo pericial deve descrever situações e condições as quais foram submetidas a avaliações no decorrer do processo, e tem por finalidade relatar a evolução do caso, estabelecer prognóstico, orientar e/ou solicitar proposta terapêutica e diagnósticos. Devem constar nele cinco itens relacionados à identificação, à descrição da demanda, ao procedimento, à análise e à conclusão. Sendo entregue posteriormente o resultado final em documento específico.

Não cabe ao psicólogo julgar e nem dar seu posicionamento quanto as partes, pois seu trabalho é unicamente o de transcrever o resultado de suas avaliações quanto aos prejuízos emocionais decorrentes de algum evento traumático, auxiliando o magistrado (SILVA; FERREIRA, 2013). Nesse sentido, deve então o psicólogo despir-se de preconceitos e expressar-se somente com relação ao que foi proposto pelo juiz.

Todos os testes utilizados ao longo das investigações juntamente com o laudo devem ser arquivados de maneira segura, e seus prazos de arquivamentos devem variar de acordo com as previsões legais de cada caso, mas o prazo mínimo para o arquivamento é de cinco anos (SILVA; ARCHIERI, 2011).

Ao concluir o laudo, o profissional deve tecer suas considerações a respeito das investigações realizadas nas avaliações, devendo constar no campo final indicação do local, data de emissão, assinatura do psicólogo e seu número de inscrição no CRP, rubricando as demais folhas (PRETO; FAJARDO, 2015).

É indicado que os profissionais que atuam na área, devem estar em constante aperfeiçoamento, havendo sempre ética e o cumprimento rigoroso dos princípios e sempre sob supervisão, devendo ser feito da melhor forma possível, pois estão cumprindo um mandato ético. Sempre ao responder quesitos jurídicos, traduzi-los para categorias jurídicas, conceitos e terminologias de natureza puramente psicológicas (TRINDADE, 2014).

O laudo deve, então, responder a todas as questões levantadas pelo juiz e pelas partes, e o prazo para entrega em cartório do laudo pericial é fixado pelo juiz, devendo ser entregue até 20 dias antes da audiência de instrução e julgamento.

Assim, percebe-se que para a elaboração de um laudo, é necessário que os parâmetros estabelecidos sejam seguidos, de forma a padronizar as informações que o juiz receberá, podendo conhecer desde o processo de ~~que~~ elaboração até a finalização do documento. Deve seguir um padrão pois é um documento técnico que deve ser entendido pelo magistrado que não tem conhecimentos sobre Psicologia e, justamente, por isso, precisa ter seus julgamento assessorado nesse sentido.

### **3.2 Quem pode pedir um laudo psicológico e como funciona a execução**

Para a elaboração de laudos psicológicos, os peritos são nomeados pelo juiz, podendo ocorrer impedimento ou suspeição. A atuação do psicólogo é requerida pelo Poder Judiciário, e ter por finalidade indicar a verdade ou nortear as decisões a serem tomadas pelo magistrado.

Segundo o artigo 156 do Código de Processo Civil (BRASIL, CPC, 2015), “o juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico: § 1º. Os peritos serão nomeados entre os profissionais legalmente habilitados e os órgãos técnicos ou científicos devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado”.

O laudo também pode ser pedido pelo advogado, objetivando obter-se uma assistência técnica. Devendo ser entregue a quem o solicitou, e ter o intuito de esclarecer questões envolvidas ao litígio. As atribuições serão fixadas pela instituição judiciária em portarias e provimentos de cada localidade.

Segundo Trindade (2014) a decisão será sempre pelo juiz ou tribunal, pois só o juiz detém jurisdição para proferir sentença, podendo até desconsiderar as conclusões dadas pelo psicólogo, mas sempre a decisão judicial deve ser fundamentada.

O laudo psicológico vem cada vez mais sendo utilizado nas decisões, sendo apontado como indicador da verdade, não sendo dispensado a devida importância de sua confecção.

### **3.3 Quais os métodos de avaliação utilizados para a execução de um laudo psicológico**

A Psicologia, como todas as ciências, precisa sempre utilizar-se de métodos que possam comprovar-se verdadeiros. É no processo que serão coletados dados acerca dos estudos para

avaliações sobre indivíduo investigado e a maneira como ele se relaciona em sociedade. Essas informações são articuladas por meio de técnicas, estratégias e métodos psicológicos.

O uso de testes psicológicos tem por finalidade ajudar a avaliação psicológica jurídica e contribuir na confecção do laudo. Deverá ser observada a escolha dos meios que melhor serão aplicados, devendo se buscar sempre a maneira mais eficaz de aplicar estes testes de acordo com cada necessidade.

Trindade (2014) conceitua que a avaliação psicológica define-se como um processo integrado de investigações sobre o fenômeno psicológico, estruturando-se metodologicamente, ou em suas dimensões conceituais, também através da ética e relacional, utilizada para auxiliar na tomada de decisões, utilizando-se de um conjunto de estratégias que permitem ao psicólogo colocar em prática os processos através dos testes psicológicos, que respondem por uma demanda específica e tem por finalidade medir as características ou condições do comportamento humano. Cada técnica tem sua especificidade, sendo necessário explicitá-la de maneira coerente para a comprovação de sua veracidade.

Existem autores que sistematizaram os procedimentos psicológicos, como O campo e Arzeno, que se utilizam da entrevista, e têm por objetivo uma análise específica do perfil de cada paciente, abordando aspectos presentes (diagnóstico atual) e futuros (prognósticos).

Já o modelo compreensivo, desenvolvido por Trinca, é muito utilizado por psicólogos brasileiros, utiliza-se de práticas psíquicas para compreender a personalidade (ARAUJO, 2007).

Os principais meios de avaliação psicológicas no âmbito jurídico são: testes psicológicos, observação e entrevista.

### 3.3.1 Testes psicológicos

Os testes psicológicos consistem na aplicação de testes, escolhidos de acordo com cada caso em estudo, usado na observação e registro de comportamentos e respostas da pessoa avaliada, descrevendo suas características emocionais, afetivas, inteligência, personalidade, suas motivações, percepção, atenção dentre outras, através de padrões definidos pela construção dos instrumentos e tem a função de verificar as diferenças entre pessoas ou as reações da mesma, auxiliando na compreensão do caso estudado, auxiliando na confecção de laudos e facilitando as decisões a serem tomadas (MACHADO; MORONA, 2007).

Existem ainda, segundo Araújo (2007), outros tipos de testes aplicados, estes menos estruturados, utilizados em crianças, que consiste no “jogo de rabiscos”, a técnica de desenhar e contar histórias e a hora do jogo. Dispõe, ainda, que o “jogo de rabiscos” é uma técnica de comunicação entre o profissional e a criança, onde o psicólogo se senta junto a criança em uma mesa e vai fazendo rabiscos e pede que a criança crie algum desenho em cima do rabisco, deixando-a livre para escolher o que quer fazer, fazendo com que a criança não perceba que está sendo avaliada. Araújo (2007), argumenta que na técnica de desenhar e contar histórias, o psicólogo senta-se também a mesa junto a criança, pedindo-lhe que faça um desenho aleatório e conte uma história a respeito do desenho, dando a criança liberdade para criar livremente histórias, desenhos, devendo o profissional anotar detalhadamente tudo a respeito da história, dos desenhos, da maneira que a criança narra os fatos.

Por fim, a hora do jogo, que consiste na observação da forma como a criança utiliza-se de brinquedos para externar de modo inconsciente desejos, medos, angústias de maneira simbólica. Nesse teste, deve-se analisar o desenvolvimento emocional da criança, suas inibições e também suas evoluções. Os testes devem seguir um padrão e serem submetidos à realidade social do país em que está sendo realizado.

### 3.3.2 Observação

A observação é o primeiro método de avaliação aprendido pelo profissional da psicologia, sendo essencial que haja uma capacitação por parte do profissional, para que suas afirmações sejam claras e exatas. É o ato de avaliar o comportamento da pessoa a ser avaliada através do que é exposto, de seu comportamento, suas reações ao ser estimulado, ao conversar, testando sua atenção, senso de percepção, sua memória e também a aparência, modo de se vestir, seus movimentos corporais entre outros (ARAUJO, 2007).

### 3.3.3 Entrevista

A entrevista é uma conversa que tem por finalidade a avaliação, oferecendo subsídios técnicos ao profissional a avaliar, com relação a pessoa avaliada, devendo ser adequada ao perfil do examinado, para que se atinja o objetivo da avaliação. Devendo se observar, durante a coleta dos dados, o modo de comunicação estabelecida entre profissional e o cliente, levando em consideração que existem outras formas de se comunicar além da verbal, como os gestos, o olhar, as tonalidades da voz (ARAÚJO, 2007).

Após serem aplicados os testes passam por uma avaliação, devendo seguir todos os requisitos elencados no manual e guardados de maneira adequada e sigilosa.

Todas as informações colhidas devem ser correlacionadas com o histórico do indivíduo e de sua família, junto com o registro contratransferencial do profissional, devendo-se unir todos os dados colhidos através das avaliações (testes, entrevistas, dinâmicas), exigindo muito treino e competência do profissional que realiza este trabalho (MACHADO; MORONA, 2007).

Atualmente, existem inúmeras práticas diagnósticas acerca da avaliação psicológica, utilizando-se ou não de instrumentos e técnicas diferentes para cada caso a ser analisado, elaborando laudo pericial que indica as conclusões acerca de cada avaliação realizada, para que se acompanhe, cada vez mais, as demandas psicológicas que tem surgido com o crescimento da psicologia.

## 4 LAUDO PSICOLÓGICO E O DIREITO DE FAMÍLIA

Com as mudanças sofridas atualmente nas características familiares, o direito de família tem exigido cada vez mais a atuação de interprofissionais para solucionarem litígios no âmbito judicial.

Segundo Trindade (2014), historicamente as mulheres na maioria das vezes foram detentoras da guarda dos filhos, cabendo ao homem o buscar o sustento da família. Após a revolução feminista, no entanto, esses papéis foram mudando, a mulher começou a buscar outras atividades, o que levou a um aumento considerável das dissoluções de casamentos.

Com essas mudanças, e também com os novos conceitos de instituição familiar, o psicólogo tem se tornado peça cada vez mais recorrente devido à necessidade de se entender melhor esse contexto familiar e as consequências dessas mudanças. Isso porque, devido às mudanças sociais, o Direito não tem como solucionar todas as lides sem que tome emprestado de outras ciências saberes para total conhecimento acerca de determinado assunto, de forma que uso isolado das leis não é suficiente para solucionar todas as lides.

Desta forma, segundo Fiorelli; Mangini (2015), o psicólogo pode colaborar, de modo a auxiliar e dar o suporte necessário às famílias naquele momento de conflitos, respondendo a quesitos interpostos pelas partes litigantes e não fazendo de juízo de valores. O laudo proferido pelo profissional de psicologia deverá responder somente questões pertinentes ao processo, este não julga quem é ou não a pessoa ideal no litígio, nem da opinião pessoal sobre o que constatou. Para o autor, é de extrema importância a perícia psicológica, pois é ela quem norteia a dinâmica familiar de cada família e a interação entre os membros desta, com o intuito de auxiliar os magistrados nas decisões. O psicólogo atuante nas varas de família tem suas propostas de trabalho voltadas ao judiciário, não à psicologia, ou seja, ele deve trabalhar as questões jurídicas que estão sendo abordadas, sem deixar de levar em conta os aspectos emocionais, para que possa ser atingido o objetivo do trabalho interdisciplinar.

O profissional deve, segundo Maia (2015b), avaliar os aspectos psicológicos dos envolvidos no litígio, levando em consideração os aspectos afetivo-comportamentais da dinâmica familiar, auxiliando o magistrado, de modo a aplicar uma melhor decisão atendendo às necessidades de cada sujeito envolvido no litígio, garantindo o bem-estar e os direitos da criança e adolescente.

O psicólogo atuará em audiências nas Varas de Família em questões que envolvam violência familiar, que necessite de atendimentos terapêuticos e na elaboração de laudos psicológicos, que auxiliarão o juiz nas tomadas de decisões, ao atuar como perito, respondendo a questões formuladas pelos advogados e Ministério Público. O profissional atua também na avaliação e investigação, sobre as pessoas que buscam o auxílio da justiça como meio de solucionar diversos problemas.

Dentre os problemas cuja solução pode ser buscada na justiça e deverá ter a avaliação psicológica, podemos citar: alienação parental; efeitos do divórcio sobre os filhos; escolha da guarda dos filhos; psicologia sucessória; reconhecimento de paternidade; adoção.

Fiorelli Mangini (2015) conceitua que todos os casos elencados são de grande importância,

considerando os fatores emocionais e outros aspectos psicológicos que afetam os envolvidos, pois são muitas as questões levadas em consideração.

#### **4.1 Alienação parental**

Trata-se do ato de induzir os filhos a terem sentimentos negativos em relação a um dos seus genitores, rejeitando aquele que não tem guarda da criança após a separação.

Segundo Fonseca (2006), a alienação parental ocorre com bastante frequência. O guardião cria barreiras no momento das visitas, ou desconstrói a imagem que o filho tem do genitor, afastando-os de uma vivência familiar. Tais ações podem desencadear na criança a síndrome da alienação parental, que são as sequelas emocionais ocorridas às vítimas.

Pode caracterizar alienação parental, ainda, a falta de informações acerca do cotidiano da criança, fazer críticas sobre presentes ou passeios feitos pelo genitor não guardião, obrigando a criança a escolher entre um dos dois genitores, lembrar fatos que fizeram com que a criança tenha se aborrecido com o genitor alienado, dentre muitas outras características, todas estas condutas são encontradas no condutor alienante, tratando-se de um comportamento abusivo.

É importante ressaltar que a falta de um tratamento adequado pode deixar na criança sequelas que poderão manter-se quando adulto, fazendo com que a rejeição que a criança sente pelo genitor alienado acabe por romper os vínculos existentes e, com o passar do tempo, esses laços sejam totalmente desfeitos. Essa prática pode trazer muitos malefícios à criança como depressão, transtornos de imagem e identidade, comportamento hostil, sentimento de isolamento, e em casos mais extremos pode levar até ao suicídio (TRINDADE, 2014).

Entende-se, então, que a parte alienante busca nesse tipo de prática, fazer com que a criança esqueça os laços criados entre ele e o genitor alienado, afastando-se cada vez mais dele, não levando em conta o mau que está causando a criança, pois seu único intuito ao alienar os filhos, é fazer com que o alienante padeça dos mesmos sentimentos de abandono aos quais o alienador passou. Para Fiorelli; Mangini (2015), a detecção e indicação da alienação parental por meio de laudo psicológico é de grande importância, já que as consequências ao alienante podem ser muito graves. O profissional de psicologia deve saber interpretar os relatos, não fazendo julgamentos pessoais. Essa análise deve ser seguida por uma análise crítica pelos operadores do direito, em tempo hábil para que os danos possam ser impedidos e/ou sanados.

Portanto, o profissional ao elaborar o laudo deverá saber diferenciar a realidade vivida pelo alienante das falsas memórias criadas, para que consiga uma melhor vivência familiar. Cita-se como exemplo a ação julgada pelo Magistrado Milton Gomes Baptista Ribeiro, no processo nº 1001956-61.2016.8.26.0038, em o juiz deu como improcedente o pedido de cessação de guarda dos filhos por parte do genitor, acusando a genitora que o mesmo respondia processo criminal. Foi comprovado pela parte contrária, com base no laudo psicológico, não ter sido encontrado nenhum indício de alienação parental ou prejuízo às crianças por parte do genitor, sendo assim, decidiu o juiz por manter a guarda para a genitora (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, 2017a).

#### **4.2 Efeitos do divórcio sobre os filhos**

Após a mulher deixar o estigma de dona de casa e buscar novas áreas onde pudesse atuar, o homem passou a colaborar mais com os afazeres domésticos e a criação das crianças. Desse modo, quando há o fim da união, o progenitor passou a requerer a guarda dos filhos, ou direito a um convívio maior com eles com maior frequência. É palpável a realidade de que o ex casal coloca os filhos como meios de disputa, com o intuito de atingir uns aos outros, fazendo com que eles sintam-se culpados pela separação dos pais.

Após a separação, é comum que a família se sinta perdida, e o que para os adultos é uma passagem difícil, torna-se ainda mais difícil para o entendimento de uma criança. Elas, muitas vezes, têm dificuldades para se ajustarem às mudanças, tanto econômica, quanto de mudança de residência e, não encontrando apoio na família, acabam por ter uma diminuição da capacidade parental (GONÇALVES; BRANDÃO, 2009). Trindade (2014) explana que o Juiz deverá analisar todos os fatos, incluindo a avaliação psicológica quando ela for necessária. No caso de haver discordância entre os aplicadores do direito e os profissionais da psicologia e, nesse caso, esta deverá demonstrar a melhor aplicação do exercício do direito. Essa demonstração pode ser, por exemplo, via apoio às crianças, que se depararam com conflitos no âmbito familiar, sendo os envolvidos que mais necessitam desse tipo de assistência, pois podem adquirir problemas ocasionados pelas brigas,

como ansiedade, sentimento de abandono, sentimento de impotência por não conseguir reparar os problemas enfrentados.

Desse modo, o direito tem a árdua tarefa de se utilizar dos meios possíveis, para que seja feito um trabalho buscando ser o mais correto possível, com o propósito de auxiliar as pessoas, principalmente as crianças envolvidas. Assim sendo, a atuação do profissional da Psicologia tem por intuito auxiliar na aplicação do Direito, ajudando a minimizar o sofrimento das crianças envolvidas nesses litígios, contribuindo, assim, para a solução dos conflitos.

#### **4.3 Guarda dos filhos**

Ocorrendo a separação do casal, o juiz decide-se por uma das partes a guarda dos filhos e dá ao outro o direito/ dever do convívio familiar, tendo este último direito a visitas regulamentadas.

As modalidades de guarda são definidas conforme cada situação, são elas guarda unilateral, alternada, compartilhada e institucional.

Nesse contexto, devido às brigas ocorridas entre os casais, o Judiciário interfere nesta questão, decidindo, com base nos conhecimentos da psicologia jurídica, pois ao psicólogo cabe a função de identificar o genitor ideal a constituir a guarda dos filhos e aplicando a cada caso, a guarda que melhor se adequa aquela família. Para Trindade (2014), a interação entre psicologia e direito é nortear acerca do que diz respeito a escolha da guarda dos filhos, pois tratam da matéria que busca o melhor interesse da criança e a sua proteção integral. Tenta-se, desse modo, um meio de se dividir as responsabilidades dos filhos, fazendo com que interajam uns com os outros mesmo separados.

A intenção das duas ciências ao unir-se é tornar menos degradante a separação entre a família de modo que os filhos sejam cada vez menos prejudicados neste contexto, podendo conviver com seus genitores. É o caso, por exemplo, do julgado de nº 0041269-54.2016.8.26.0100, em que o juiz Bruno Henrique Di Fiore Manuel decidiu por improcedente o pedido de guarda compartilhada feita pelo requerente, estipulando amplo convívio familiar entre ele e os filhos (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, 2017c).

#### **4.4 Psicologia sucessória**

Segundo Fiorelli; Mangini (2015), no direito das sucessões, o intuito do psicólogo é avaliar a capacidade de testar de uma pessoa administrar seus bens e a própria vida, fazendo uma busca pela esfera cognitiva, podendo, se necessário, a pedido do advogado, efetuar a perícia. O psicólogo questionará temas objetivos relacionados ao cotidiano da pessoa, tais como com quem o cliente vive, como é a relação deste com sua família, se ele acredita na possibilidade de prejudicar alguém com suas decisões, ou se alguém deseja lhe prejudicar.

Já para Trindade (2014), trata-se de reações emocionais ocorridas a pessoas que perderam algum ente querido, chamada dor psíquica, assumindo uma dimensão existencial, que põe em questão o sentido da própria vida. São opiniões divergentes, onde uma atua na sucessão ainda em vida, a fim de resguardar as capacidades mentais do testador acerca de suas escolhas. Já a outra trabalha com os danos causados referentes a perda de familiares, causando transtornos aos que sobreviveram, de modo a se perder o total sentido da vida devido ao luto adquirido com esta perda.

Pode-se falar também em psicologia sucessória, em casos das empresas familiares, através de investigações psicológicas demonstrando as dificuldades, busca-se então o entendimento das complexidades enfrentadas pelas famílias (SILVA, 2012). Portanto, são ramos diferentes da psicologia sucessória, buscando auxiliar as pessoas, cada uma a seu modo, seja ao escolher o sucessor a dirigir empresa familiar, ou ao tratar a perda de entes, ou até mesmo avaliando as capacidades mentais das pessoas, v. g. processo de nº 1020321-74.2016.8.26.0003, em que a juíza Ana Paula Mendes Carneiro, que decidiu, no, a acolher parcialmente o pedido de um filho, pela interdição de sua genitora, após constatado através de laudo psicológico e médico, a existência de síndrome que incapacita a genitora de gerir seus bens, dando a filha sua curatela. Esta obtém, portanto, o direito de gerir os bens patrimoniais e negociais da genitora e ao requerido o direito de tutela da genitora (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, 2017b).

#### **4.5 Reconhecimento de Paternidade**

O reconhecimento de paternidade vem trazendo mudanças no âmbito jurídico, devido às mudanças sociais, e a aplicação da psicologia jurídica neste instituto é um meio de se adequar a tais



mudanças para que se aplique da melhor maneira as normas.

Para Fiorelli; Mangini (2015), a ação do psicólogo é atuar em conjunto com os servidores da Vara de Família, em projetos que estimulem o reconhecimento da paternidade e maternidade responsável. É assegurado o reconhecimento psicológico, social e presencial da figura paterna, além do reconhecimento psicológico e jurídico. Dessa forma, demonstra-se que não somente o assentamento do nome do genitor no registro é necessário, mas uma assunção responsável, que é necessária para o desenvolvimento emocional da criança.

Assim sendo, a psicologia atua no reconhecimento de paternidade, demonstrando aos pais, a importância não somente do registro pelo nome, mas do afeto, da convivência, que pode ser de suma importância para o desenvolvimento dos filhos que não sejam fruto de relação matrimonial.

Para Trindade (2014), o reconhecimento da paternidade socioafetiva foi um dos maiores exemplos da evolução sociológica e a mudança da legislação contemporânea, adequou as transformações ocorridas através dos institutos familiares. A relação de pai e filho, no entanto, não condiz somente com filiação jurídica e biológica, ela acontece ao se estabelecer uma relação de afeto entre ambos. Portanto, não se reconhece a paternidade somente através dos ditames da lei. Ela está muito além disso, pois só ocorre essa assunção quando se passa a vivenciá-la, v. g., processo de nº 0016770-50.2010.8.26.0606, em que o genitor pede investigação de paternidade do menor, juntamente com sua guarda após a comprovação por exame biológico. Após comprovada a paternidade, o juiz utilizou-se de laudo psicológico e social que comprovaram através do Ministério Público a procedência do pedido, dando então o juiz Alexandre Muñoz Vistos, ao requerente a guarda definitiva da criança (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, 2017d).

#### **4.6 Adoção**

Além do Direito e da Psicologia, a união do Serviço Social às duas ciências que este trabalho discute é de extrema relevância para a adoção, pois ela interage com o intuito de auxiliar no rompimento do vínculo familiar. Na internação de crianças e adolescentes em entidades ou programas de acolhimento familiar, deve haver avaliações destas entidades a cada seis meses, sendo o prazo máximo para a estadia das crianças ou adolescentes abandonadas no período de até dois anos (FIORELLI; MANGINI, 2015).

Essas três ciências dão o suporte necessário às crianças e adolescentes que acabam por ter que conviver com o abandono.

Trindade (2014) afirma que é através da adoção que a criança tem a oportunidade de reviver vínculos afetivos familiares. Apesar de ser ainda tema visto com preconceito, a adoção é definida como um processo em que se leva uma criança a uma vivência no seio familiar por pessoas que não são seus pais biológicos, mas que são reconhecidos como tais pela lei. Ela está regida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e, pode ser vista como uma situação traumatizante, mas que, de certa forma, minimiza o sofrimento da criança, que pode passar a sentir-se mais amada e querida.

No processo de nº 0002778-35.2012.8.26.0191, pode-se ver um exemplo de adoção, no qual o juiz André Forato Anê Vistos, baseado na investigação psicológica realizada nos pais, proferiu sentença favorável ao pedido de adoção de uma menor, já sob a guarda dos requerentes, após juntada aos autos laudo psicológico e social favorável a eles, dando-lhes a guarda provisória, até a concretização da sentença (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, 2016).

Pode-se perceber, portanto, que os laudos psicológicos são de significativa importância nas decisões dos juízes das Varas de Família, primeiramente pelo fato de os psicólogos avaliarem as questões emocionais que implicam crianças e seu crescimento sadio. Além disso, a avaliação emocional e psicológica da condição de um e/ou outro genitor em relação às possibilidades de criação dos filhos é fundamental para que o juiz possa ter a segurança de fazer a melhor escolha para o menor pelo ponto de vista do Direito.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A interdisciplinaridade entre áreas científicas, em destaque o Direito e Psicologia, faz-se extremamente necessária para uma melhor compreensão da complexa estruturação social, sendo sua união imprescindível para o bom funcionamento dos assuntos referentes à Justiça.

Cada vez mais, questões voltadas para a importância de tratamentos de casos isolados e repletos de particularidades, requerem uma maior preocupação nos meios de abordagem. Nesse contexto, a Psicologia Jurídica surge como modo de buscar intensificar o estudo de cada caso como

único, com o interesse em criar um ambiente em que se minimize o conflito e o desconhecimento, a desinformação para o julgamento de casos e de processos judiciais, a fim de que efetivamente solucione cada caso com da forma mais adequada.

Para tanto, a figura do psicólogo é extremamente importante no resultado da decisão do caso concreto, assim, exige-se dele atuação como observador do que ocorreu ou ocorre naquele caso que analisa, a fim de criar um panorama de entendimento do caso estudado e de isenção no seu parecer.

Na atuação com o Direito de Família, a Psicologia Jurídica utiliza-se destes instrumentos como meio de auxílio nos conflitos, sendo a utilização de laudos psicológicos é de grande importância nas decisões judiciais, pois este tem o dever de transparecer o que se apurou acerca das avaliações realizadas junto aos interessados nos litígios, não fazendo juízo de valores entre as partes, sendo importante a união das duas ciências para que se tenha noção do que acarretou tais conflitos e poder aplicar soluções adequadas de modo a prejudicar o mínimo possível os envolvidos.

Portanto, de extrema importância o papel da Psicologia no âmbito jurídico e a importância e necessidade do olhar mais apurado para uma melhor compreensão dos casos em suas particularidades e variações para o alcance da solução mais adequada ao caso concreto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. F. Psicologia aplicada ao Direito de Família. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 7, n. 55, 1 mar. 2002. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/2740>>. Acesso em: 3 set. 2018.

ALTOE, S. **Psicologia, Microrrupturas e Subjetividades**. Rio de Janeiro: E-Papares, 2003.

ARAUJO, M. F. **Estratégias de Diagnóstico e Avaliação Psicológica**. 2007. p. 134-137. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1938/193818620008.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BRASIL. Código de Processo Civil. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Brasília, DF, 16 mar. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)>. Acesso em: 15 set. 2018.

BOCK, A. M. B.; FURTADO O.; TEIXEIRA M. L. T. **Psicologia: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

CASTRO, F. L. **História do direito geral e Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2007.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução 017/2002**. Brasília, DF.: 2002. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/05/resolucao2002\\_2.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/05/resolucao2002_2.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2018.

COSTA, J. Paternidade Socioafetiva. **Revista Jurídica**, Blumenau, v. 13, nº 26, p. 127 - 140, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://gorila.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/1889/1254>>. Acesso em: 29 set. 2018.

COSTA, J. B.; MOURA, S. S. L.; ESTEVAM, I. D.; FORMIGA, N.S. A prática do psicólogo no atendimento a crianças envolvidas em litígio de guarda. Juiz de Fora, **Estação Científica** (FESJF. Online), v. 01, p. 01-26, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932000000200004&script=sci\\_arttext&tIng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932000000200004&script=sci_arttext&tIng=es)>. Acesso em: 02 set. 2018.

EÇA, Antonio José. **Roteiro de Psicopatologia Forense**. 2. ed. Editora Forense: São Paulo, 2002.

FIORELLI, J. O.; MANGINI, R. C. R. **Psicologia Jurídica**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2015.

FONSECA, P. M. P. C. **Síndrome de Alienação Parental**. São Paulo, 2006.

GONÇALVES, H. S.; BRANDÃO, E. P. **Psicologia Jurídica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2009.

GONÇALVES, H. S.; BRANDÃO E. P. **Psicologia Jurídica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2011. p.15-16, 73.

MACIEL, J. F. R.; AGUIAR, R. **Historia do direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MACHADO, A. P.; MORONA, V. C. **Manual de avaliação psicológica**. Curitiba: 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Alunos/Downloads/165.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

MAIA, C. Y. M. **A psicologia jurídica no direito da infância e da juventude**. Cabedelo, PB.: IESP, s.n., 2015a. Disponível em: <http://www.iesp.edu.br/newsite/assets/2012/11/1.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

MAIA, C. Y. M. **A psicologia jurídica atuando junto ao direito de família**. Cabedelo, PB.: IESP, s.n., 2015b. Disponível em: <http://www.iesp.edu.br/newsite/assets/2012/11/2.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

MANGINI, C. G. **Laudo psicológico e a tutela jurisdicional**. São Paulo: Jurídico Certo, 2014. Disponível em: <https://juridicocerto.com/p/galvesmangini/artigos/laudo-psicologico-e-a-tutela-jurisdicional-430>. Acesso em: 29 set. 2018.

MARQUES, I. A. **A influência dos laudos psicológicos nas decisões judiciais**. 2015. Disponível em: <https://psicologado.com/atuacao/psicologia-juridica/a-influencia-dos-laudos-psicologicos-nas-decisoes-judiciais © Psicologado.com>. Acesso em: 29 set. 2018.

NASCIMENTO, W. V. **Lições de história do direito revista e aumentada**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 3-10, 23, 199.

NASCIMENTO, D. M.; BERNARDI, D. C. F.; BRITO, L. T. (elab.) **Referências técnicas para atuação do psicólogo em varas de família**. Brasília: 2010. Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2011/01/ReferenciaAtua%C3%A7%C3%A3oVarasFamilia.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

PENNA, P. D. M. **A perícia psicológica e o direito de família**. Disponível em: <file:///C:/Users/Alunos/Downloads/A%20per%C3%ADcia%20psicol%C3%B3gica%20e%20o%20Direito%20de%20Fam%C3%ADlia.pdf>. Acesso em: 02 set. 2017.

PRETO, C. R. S.; FAJARDO, R. S. Laudo psicológico no Brasil: revisão da literatura com foco em estruturação e conteúdo. 2015. **Archive of health investigation**. Disponível em: <http://archhealthinvestigation.com.br/ArchI/article/view/888/1177>. Acesso em: 29 set. 2018.

RIGONATTI, S. P.(Coord.). **Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica**. São Paulo: Vetor Editora, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, A. M.; **Valores familiares e Processo Sucessório na Perspectiva Psicológica: o caso de uma empresa familiar gaúcha do setor de plásticos**. 2012. 92f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Ijuí. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1895/Alan%20Murilo%20da%20Silva.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 set. 2018.

SILVA, D. M. **Psicologia jurídica no processo civil brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SILVA, F. H. V. C.; ALCHIERI J. C. **Laudo Psicológico: Operacionalização e Avaliação dos Indicadores de Qualidade**. 2011. p. 521.

SILVA, L. R. N.; FERREIRA S. N. **A Influência do Laudo Psicológico nas Disputas de Guarda**.

2013. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-influencia-do-laudo-psicologico-nas-disputas-de-guarda/110526/>>. Acesso em: 29 set. 2018.

SOBRAL, M. A. **Os efeitos do reconhecimento da paternidade sócio-afetiva**. Boletim Jurídico, 2010. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/m/texto.asp?id=2146&gt;>>. Acesso em: 29 set. 2018.

TARTARI, L. **Psicologia Jurídica: Suas Interligações com o Direito e Algumas Especificidades**. Psicologado artigos, 2011. Disponível em: <<https://psicologado.com/atuacao/psicologia-juridica/a-psicologia-juridica-suas-interligacoes-com-o-direito-e-algumas-especificidades>>. Acesso em: 29 set. 2018.

TELES, M. L. S. **O que é Psicologia: Primeiros Passos**. Brasília: São Paulo: Editora Brasiliense, 2017. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=9mgvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=o+que+%C3%A9+psicologia&ots=rTKI\\_xlSRt&sig=sR9Wk8H9JczfOlzMwFzvyrVxtyk#v=onepage&q=o%20que%20%C3%A9%20psicologia&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=9mgvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=o+que+%C3%A9+psicologia&ots=rTKI_xlSRt&sig=sR9Wk8H9JczfOlzMwFzvyrVxtyk#v=onepage&q=o%20que%20%C3%A9%20psicologia&f=false)>. Acesso em: 29 set. 2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Procedimento comum. Requerente: Talita Daniela Rodrigues dos Santos. Requerido: Bruno da Silva Rodrigues. Magistrado: Juiz Milton Gomes Baptista Ribeiro. Araras, 31 de agosto de 2017. **Lex**: jurisprudência do TJ, São Paulo, 2017a. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br>>. Acesso em: 29 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Procedimento Comum. Requerente: José Carlos de Oliveira Santana. Requerida: Edelizeita Cunha de Santana. Magistrado: Juíza Ana Paula Mendes Carneiro. Jabaquara, 15 de setembro de 2017. **Lex**: jurisprudência do TJ de São Paulo, São Paulo, 2017b. Disponível em: <<<https://esaj.tjsp.jus.br>>>. Acesso em: 29 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Cumprimento Provisório de Decisão. Guarda. Requerente: José Renato Franco Pereira. Requerida: Sandra Valéria Pereira. Magistrado: Juiz Bruno Henrique D Fiore Manuel. Tietê, 05 de setembro de 2017. **Lex**: jurisprudência do TJ de São Paulo, São Paulo, 2017c. Disponível em: <<<https://esaj.tjsp.jus.br>>>. Acesso em: 29 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Adoção. Adoção de Criança. Requerentes: Jeane Maria Santos Lopes e outro. Magistrado: Juiz André Forato Anê Vistos. Ferraz de Vasconcelos, 9 de março de 2016. **Lex**: jurisprudência do TJ de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<<https://esaj.tjsp.jus.br>>>. Acesso em: 29 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Procedimento Comum. Investigação de Paternidade. Requerente: Wellington Junior de Sousa. Requerido: Wellington de Oliveira Sousa Filho. Magistrado: Juiz Alexandre Muñoz Vistos. Suzano, 26 de janeiro de 2017. **Lex**: jurisprudência do TJ de São Paulo, São Paulo, 2017d. Disponível em: <<<https://esaj.tjsp.jus.br>>>. Acesso em: 29 set. 2018.

TODOROV, J. C. A Psicologia como o estudo de interações. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 23, n. spe, p. 57-61, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722007000500011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722007000500011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 set. 2018.

TRINDADE, J. **Manual de psicologia jurídica para operadores do direito**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014. p. 30-32, 327.

VILELA, A. M. J.; FERREIRA A. A. L.; PORTUGAL F. **História da psicologia**. Rio de Janeiro: Nau, 2005. p. 9, 13-15, 159.

VIANA, I. **Psicologia Jurídica**. Psicologado artigos, 2008. Disponível em: <<https://psicologado.com/atuacao/psicologia-juridica/psicologia-juridica@Psicologado.com>>. Acesso em: 29 set. 2018.

***A importância do cuidado humanizado na Unidade de Terapia Intensiva: o sentimento do paciente.***

*The importance of humanized care in the Intensive Care Unit: the patient's feeling.*

Área 1: Desenvolvimento social e políticas públicas  
1.3: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

Lima, Radmila Verissimo  
Universidade de Franca, Unifran  
Graduada em Fisioterapia.  
[rad\\_veri16@hotmail.com](mailto:rad_veri16@hotmail.com)

Silva, Yara Borges Genari  
Universidade de Franca, Unifran  
Graduada em Fisioterapia e Pós-Graduada em Fisioterapia Ortopédica pela Universidade Claretiano de Batatais.  
[yarag\\_borges@hotmail.com](mailto:yarag_borges@hotmail.com)

Resumo:

**Introdução:** Na atenção à saúde, a humanização organiza-se em torno dos direitos dos pacientes, nesse sentido, um ambiente de cuidado requer que sejam criadas condições favoráveis à saúde, promovendo um ambiente saudável e construtivo. Na UTI a luta pela vida é uma constante, e a humanização é tão importante quanto a medicação. **Objetivo:** Identificar os sentimentos que ocorrem com os pacientes internados em UTI ao receberem tratamento humanizado. **Método:** Revisão sistemática, cuja as bases de dados consultadas foram: Scielo, BVS, MEDLINE e Google Acadêmico. Com os seguintes descritores científicos: UTI; Humanização e Paciente. **Resultados/Discussão:** Foram selecionados nove artigos. Foi evidenciado que os sentimentos mais exacerbados que atingem os pacientes são, o medo e a insegurança, estresse e ansiedade, isolamento e solidão a fé e religiosidade e que o tratamento humanizado além de ser valorizado pelos profissionais de saúde e pelas instituições, é a direção para amenizar tais sentimentos. **Conclusão:** O tratamento humanizado se diferencia do tratamento comum para amenizar sentimentos exacerbados.

**Palavras-chave:** UTI, Humanização, Paciente.

Abstract:

**Introduction:** In health care, humanization is organized around the rights of patients. In this sense, an environment of care requires the creation of favorable conditions for health, promoting a healthy and constructive environment. In the ICU, the struggle for life is a constant, and humanization is as important as medication. **Objective:** To identify the feelings that occur with ICU patients receiving humanized treatment. **Method:** Systematic review, whose databases were: Scielo, BVS, MEDLINE and Google Scholar. With the following scientific descriptors: ICU; Humanization and Patient. **Results/Discussion:** Nine articles were selected. It was evidenced that the most exacerbating feelings that affect patients are fear and insecurity, stress and anxiety, isolation and solitude of faith and religiosity, and that the humanized treatment, besides being valued by health professionals and institutions, is the direction to soften such feelings. **Conclusion:** The humanized treatment differs from the common treatment to ameliorate exacerbated feelings.

**Keywords:** ICU, Humanization, Patient.

## INTRODUÇÃO

Um ambiente de cuidado envolve múltiplas dimensões de proteção e abrange um conjunto de elementos que o integram, levando em conta o todo que envolve as partes, assim como as partes que envolvem o todo. O termo “Humanização”, descreve este contexto, apesar da difícil conceituação, pois apresenta características subjetivas e complexas. O que é humanizado para uma pessoa pode não ser para outra (BACKES, et.al, 2015; CALEGARI, et.al; 2015).

Na atenção à saúde, a humanização organiza-se em torno da defesa dos direitos de cidadania e da ética. Relaciona-se com a luta pelos direitos dos pacientes e fundamenta-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pelas Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Este modelo de atenção à saúde é conhecido como, modelo biopsicossocial e espiritual, que olha para o indivíduo como um ser integrado, um ser de múltiplas relações sociais, potencializadas pelo meio, ambiente natural e social (BACKES, et.al, 2015; CALEGARI, et.al, 2015).

Nesse sentido, um ambiente de cuidado requer que sejam criadas condições favoráveis à saúde, promovendo um ambiente saudável e construtivo e com relações interpessoais harmônicas, vitalizadoras e potencializadoras, que apontam a importância de (re) significar a assistência prestada ao sujeito, visando a um cuidado multidimensional e integral capaz de proporcionar um ambiente mais confortável e propício para a saúde humana (BACKES, et.al, 2015).

A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é o ambiente destinado à assistência especializada a indivíduos em situações graves que necessitam de cuidados permanentes, com uma dinâmica complexa, na qual a concentração de recursos humanos e tecnológicos são necessários para o monitoramento contínuo, como também, para intervenções em situações de emergência. A UTI é um local onde se luta pela vida, e o risco de morte é uma constante. É considerada por muitos, como um dos locais mais ofensivos e traumatizantes, tanto para pacientes e seus familiares, quanto para profissionais. (CABRAL, et.al, 2016).

Caracterizada pelo sofrimento dos pacientes, e por ser um acontecimento estressante e peculiar por conta da incerteza quanto ao tratamento e à recuperação, a UTI é acrescida de ansiedade, tristeza, e sensação de impotência. Portanto, a humanização neste ambiente tem sido alvo de muitos estudos, objetivando uma mudança de atitude e postura de toda a equipe multiprofissional intensivista, para melhorar os complexos sentimentos que cercam o paciente durante sua internação, particularmente no tratamento de pacientes críticos, a humanização é tão importante quanto a medicação (CAETANO, et. al, 2007; ABRÃO, et.al, 2014; NUNES, et.al, 2017). Resgatar a humanidade nas UTIs, talvez seja voltar a refletir mais conscientemente, sobre o que é o ser humano, humanizar neste ambiente é voltar a refletir sobre o ser humano, começando pela própria vida dos nossos parceiros, da nossa equipe e, conseqüentemente, dos nossos pacientes. Sobretudo é necessário, se abrir espaço para discussão sobre a morte e o morrer. Humanizar não é uma técnica ou artifício, mas, sim, um processo vivencial a permear toda atividade dos profissionais no intuito de realizar e oferecer o melhor tratamento ao ser humano, dentro das circunstâncias peculiares vividas em cada momento do hospital (CAETANO, et.al, 2007).

Assim, calor humano, privacidade, individualidade, respeito ao pudor das pessoas, preservação do conforto, bem-estar físico e mental, proximidade entre pacientes e familiares, possibilidade de acesso às informações, de ser ouvido e sentir-se participante do esquema terapêutico proposto são alguns dos elementos que se fundem para atenuar o ambiente inóspito das UTIs (CAETANO, et al, 2007).

Frente ao exposto, o presente estudo visa identificar os sentimentos que abrangem os pacientes internados, e o benéfico efeito quando o cuidado humanizado é demonstrado aos mesmos.

## OBJETIVO

Identificar os sentimentos que ocorrem com os pacientes internados em UTI ao receberem tratamento humanizado.

## METODOLOGIA

O trabalho baseia-se em uma revisão sistemática da literatura, de estudos científicos publicados no período de 2012 a 2017, indexados nas bases de dados Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), BVS (Biblioteca Central da Saúde) MEDLINE (*Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*) e Google Acadêmico.

Com os seguintes descritores científicos: UTI; Humanização; Paciente.

Foram incluídos apenas os artigos narrativos, originais e relato de experiência referentes à humanização, e excluídos os artigos publicados em resumo e aqueles cujo o termo principal não se referia a UTI.

Inicialmente 87 artigos foram encontrados, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados nove artigos mais relevantes, além disso, foi realizada a verificação das referências citadas nos artigos selecionados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Título	Autor	Ano	Objetivo	Conclusão
Sentimentos do paciente durante a permanência em Unidade de Terapia Intensiva	Abrão, F.M.S	2014	Descrever os sentimentos do paciente relacionados à permanência em unidade de terapia intensiva.	Neste estudo, foi possível ver as diversas expressões de sentimentos nos pacientes, como o medo da morte e a insegurança relacionados ao estigma do termo UTI,
Relações e interações no ambiente de cuidados em Unidade de Terapia Intensiva.	Backes <sup>a</sup> , M.T.S	2012	Discutir as relações e interações do ambiente de cuidados em Unidade de Terapia Intensiva (UTI).	Considera-se necessário compreender o ambiente de UTI a partir de uma visão sistêmica
O ambiente vivo, dinâmico e complexo de cuidados em Unidade de Terapia Intensiva.	Backes, M.T.S	2015	Compreender o significado do ambiente de cuidados em Unidade de Terapia Intensiva Adulto,	Confirmou-se a tese de que “o ambiente de cuidados em Unidade de Terapia Intensiva é um ambiente vivo, dinâmico e complexo que sustenta a vida dos pacientes nela internados”.

O Cuidado Intensivo oferecido ao paciente no ambiente de Unidade de Terapia Intensiva	Backes <sup>b</sup> , M.T.S	2012	Como se dá o cuidado intensivo oferecido ao paciente no ambiente de Unidade de Terapia Intensiva	Conclui-se que o cuidado intensivo requer um cuidado integral com os pacientes, que vai além do cuidado técnico e inclui as dimensões física, emocional, espiritual e social do ser humano.
Estresse dos profissionais de enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva (UTI)	Cabral, J.V.B	2016	A utilização das tecnologias, a necessidade de agilidade e precisão nas ações e tomadas de decisão	Verificou-se que a ocorrência do estresse no enfermeiro e na sua equipe na UTI é um tema complexo, presente no seu cotidiano, entretanto, passível de modificação
Cuidado Humanizado em Terapia Intensiva: Um estudo reflexivo.	Caetano, J.A	2007	Objetivou-se neste estudo conhecer o significado da assistência humanizada prestada a pacientes em tratamento intensivo.	Conclui-se que o processo de cuidar humanístico leva os profissionais a refletir acerca das suas posturas pessoais e acadêmicas, fortalecendo sempre o trabalho em equipe.
Humanização da assistência à saúde na percepção de enfermeiros e médicos de um hospital privado	Calegari, R.C	2015	A autonomia do paciente é uma das principais preocupações da ética	O significado do termo humanização para enfermeiros e médicos está relacionado ao respeito, ao acolhimento e à empatia.



Manejo da dor em pacientes sob palição na Unidade de Terapia Intensiva adulto.	Gonçalves, D.V	2016	Este artigo visa conhecer o manejo da dor nos pacientes sob palição em unidade de terapia intensiva adulto.	É de suma importância que os profissionais que atuam em UTI reconheçam os agentes causadores de dor em pacientes em cuidados paliativos e saibam utilizar métodos para o manejo da dor proporcionando conforto e melhor qualidade de vida.
O outro lado da terapia intensiva – percepções no pós alta	Nunes, E.C.D.A	2017	Desvelar os aspectos positivos da internação em UTI eleitos pelos indivíduos que vivenciam tal experiência em estado de consciência preservado.	O estudo alcançou o objetivo ao desvelar que o processo de internação em UTI gera uma mudança na visão sobre o ambiente, desmitificando os temores ao ressignificar suas percepções numa perspectiva, agora, de vida e cuidado.

De acordo com Morin(2005), a expectativa de uma melhora nas relações humanas entre as pessoas e consigo mesmas requer a civilização da própria mente humana e um avanço em direção ao pensamento complexo/sistêmico, compreendido como um pensamento multidimensional (BACKES, et.al, 2012<sup>a</sup>). Isso depende, no entanto, de cada ser humano, e na UTI especialmente, dos profissionais em aceitar esta mudança e lutar para que isso aconteça, e também da habilidade e da capacidade de potencializar as múltiplas relações e interações que se processam de forma dinâmica, contínua, circular e sistêmica (BACKES, et.al, 2012<sup>a</sup>).

Compreendemos a UTI como uma rede de apoio, um conjunto de conexões ou um conjunto de elementos interconectados que se fazem necessários diante do atendimento aos pacientes críticos, no qual devem ocorrer trocas constantes e singulares, não basta apenas a convergência dos fios para formar o "nó" do cuidado, mas é preciso que a rede ou o ambiente/sistema como um todo seja integrado e (re)alimentado pelas trocas/informações, que envolvem os diferentes atores, processos, serviços e setores relacionados ao cuidado e recuperação dos pacientes (BACKES, et.al, 2012<sup>a</sup>; BACKES, et.al, 2012<sup>b</sup>).

Foi evidenciado que a humanização é valorizada pela instituição e pelos trabalhadores que a orientação religiosa é percebida como fator que favorece o tratamento cuidadoso do ser humano. Foi referido que tratar bem pacientes e funcionários faz parte dessa cultura e que, quando os funcionários são bem tratados, eles são estimulados a tratar bem o outro (CALEGARI, et. al. 2015).

Ambiente marcado pela alta complexidade, a UTI revela o convívio constante com certezas e incertezas. Em um estudo realizado com 11 pacientes que receberam alta da UTI, após permanecerem por pelo menos dois dias conscientes e orientados durante a internação, notou-se percepções satisfatórias e insatisfatórias em relação ao período de internação. As percepções satisfatórias dizem respeito aos aspectos favoráveis durante a internação, como a atenção e dedicação dos profissionais, o tratamento diferenciado, a possibilidade de vida e cura e a importância

da religiosidade. Já as percepções insatisfatórias estão relacionadas a sensações desagradáveis ou desfavoráveis, tais como: a solidão e a saudade da família, a sensibilidade emocional, o receio de procedimentos e da dor, a vergonha de expor o corpo, a falta de autonomia, a contenção física no leito, a desorientação no tempo, a dificuldade para comunicar-se, o barulho, o fato de presenciar o sofrimento dos outros pacientes, a insegurança e o medo da morte (BACKES, et.al, 2012<sup>a</sup>; BACKES, et.al, 2012<sup>b</sup>).

Neste sentido os sentimentos mais exacerbadores que atingem os pacientes são, o medo e a insegurança, estresse e ansiedade, isolamento e solidão a fé e religiosidade. O medo e a insegurança trazem o significado do início do fim para o paciente, o afastamento da família e a influência que o estigma do nome UTI carrega consigo, revela-se a insegurança do desconhecido. O estresse e ansiedade é devido principalmente, à insatisfação relacionada ao ambiente gerador de ruídos e ao comportamento da equipe, em especial a de enfermagem, há também aspectos que demonstram momentos saudosos da família e deixam transparecer a permanência na UTI, despertando a ansiedade. O isolamento e a solidão, demonstram o sentimento de passar a maior parte do tempo sozinho, principalmente durante a noite e tendo que conviver com profissionais desconhecidos. A fé e a religiosidade representam para os pacientes a esperança de recuperação e da assistência prestada, sendo a crença fator primordial para o sucesso do tratamento na UTI (ABRÃO, et.al, 2014).

Portanto acerca da compreensão sobre humanização prestada ao paciente, três categorias se destacam para minimizar esses sentimentos, são elas: conforto emocional, conforto físico e compromisso profissional. Como conforto emocional atenção, cortesia, delicadeza, prontidão, solicitações e comunicação efetiva está bem clara nos discursos como determinantes de necessidade do paciente, aproximar-se dos pacientes através de conversas amigáveis que levam à facilitação do trabalho prestado, tornando-o mais confiante, funcionando como uma alternativa terapêutica, facilitando a prescrição e a administração da terapia medicamentosa (CAETANO, et.al, 2007).

Os fatores estressantes como o medo, a ansiedade, insegurança e a depressão podem reduzir, ou mesmo anular, os efeitos benéficos do tratamento intensivo. A maioria delas, no entanto, podem ser evitadas se a equipe da UTI se mantiver atenta, identificando as causas que as determinam e procurando eliminá-las, contudo, é necessário cuidar do paciente com carinho, dedicação, respeitá-lo como ser humano, considerando suas crenças, valores, desejos e expectativas quanto à internação e evolução do estado de saúde. Desenvolver o cuidado com a responsabilidade de minimizar o quadro de depressão e angústia instaladas no paciente em virtude da sua permanência na UTI mediante estabelecimento de um diálogo, quando possível, levando palavras de incentivo e fé no intuito de conquistar a confiança do paciente e do familiar (CAETANO, et.al, 2007).

O conforto físico se define como comodidade ou a sensação de bem-estar físico, ausência de sensações desagradáveis, na esfera física corporal, entende-se conforto como o não-aparecimento de dor ou qualquer outra situação desconfortante. No ambiente de terapia intensiva a dor está associada principalmente ao quadro de gravidade dos pacientes e aos procedimentos que são realizados para o seu tratamento. Avaliar a presença de dor é algo complexo pois envolve uma avaliação sistemática verificada através dos relatos do paciente, 63% dos internados em UTI relatam dor moderada a intensa. Este auto relato muitas vezes não é possível e faz-se necessário a avaliação do quadro clínico do paciente, dos sinais e sintomas, como: expressão facial, gemidos, entre outros (CAETANO, et.al; 2007; GONÇALVES, et. al, 2016).

A analgesia pode ser feita com administração intermitente ou infusão contínua de opióides (morfina, fentanil) associada a analgésicos não opióides. Durante a realização de procedimentos que promova dor (ex.: troca de drenos/sondas, mudança de decúbito, aspiração traqueal) uma dose suplementar de outro analgésico de curta duração pode ser adicionada. Algumas doenças em fase terminal (ex.: tumores com metástases ósseas), tem a necessidade de analgesia crescente. A escolha e quantidade de medicação, vai depender do estado do paciente e do grau de dor que ele apresenta. Pela complexidade da dor, existe a necessidade da participação de outros profissionais, ou seja, uma equipe multiprofissional que possa abordar os múltiplos aspectos da dor daqueles pacientes, como por exemplo o fisioterapeuta que utiliza recursos como: acupuntura, liberação miofascial, mobilização precoce e aparelhos para alívio de dor (GONÇALVES, et.al; 2016).

Por fim, o compromisso profissional é onde a equipe pode desempenhar um papel fundamental e buscar a excelência no atendimento para melhorar a qualidade de vida do paciente internado, a assistência humanizada precisa ser uma forma de compromisso com a profissão. Os profissionais da UTI criam um mecanismo de adaptação ao trabalho e acabam, muitas vezes, não se sensibilizando mais com o sofrimento e a condição de saúde dos pacientes. Além disso, podem começar a cuidar

dos pacientes de modo rotineiro, mecanizado e muito técnico, priorizando a dimensão biológica e esquecendo das demais dimensões do ser humano (CAETANO, et. al, 2017; BACKES<sup>b</sup>, et.al; 2012).

Dessa maneira, o paciente na UTI às vezes é visto e tratado como um objeto de trabalho por parte dos profissionais que, frequentemente, se preocupam mais com o fazer técnico do que com o próprio paciente que está ali, seja pelo acúmulo de serviço, seja pela falta de organização, má vontade e/ou falta de ética, conforme a fala a seguir (BACKES<sup>b</sup>, et.al; 2012). A disponibilidade de condições trabalhistas abrange aspectos importantes para o exercício da atividade a ser desempenhada. Entre estas, mencionamos: o profissional deve dispor de ambiente adequado, com estrutura física programada para atender os doentes; de equipe multidisciplinar, a fim de prover atenção dinâmica e sistematizada; de materiais e equipamentos sofisticados; de medicação suficiente para suprir a demanda do serviço; de equipamentos de proteção individual para efetivar o cuidado; de conhecimento científico e técnico, com vistas a atuar com base em razões científicas; e de recompensa financeira para satisfação profissional (CAETANO, et.al; 2007).

Portanto, os profissionais de saúde devem contemplar seu cotidiano na busca de caminhos que vislumbrem o alcance de novas perspectivas do fazer. O exercício da profissão é um compromisso com o paciente em estar presente sempre que possível, atendendo às suas indagações e inquietações. É a contínua dedicação ao ato do fazer inesgotável, na vontade de superar a morte, apoiando-se na solidariedade e na ética (CAETANO, et.al; 2007).

## CONCLUSÃO

O tratamento humanizado se diferencia do tratamento comum, mecanizado que visa somente a restauração biológica do ser humano, ele contribui diretamente para amenizar sentimentos exacerbados como o medo, insegurança, stress, ansiedade e dor, que surgem durante a internação em UTI. O diálogo, atenção, cortesia, delicadeza, prontidão, solicitações e comunicação efetiva, diminuem a incerteza do desconhecido, prestar informações do verdadeiro quadro do paciente e do tratamento administrado, alivia a sensação de impotência, que a internação por si só causa.

Através da revisão realizada foi constatado que a interação da equipe intensivista com os pacientes é considerada positiva, o que desperta a responsabilidade dos profissionais que atuam neste ambiente, o profissional deve sempre prestar cuidado com carinho, dedicação, respeitar o paciente como ser humano e aliviar a dor causando sensação de bem-estar físico, além disso a fé e religiosidade se mostrou fator primordial na recuperação dos pacientes, sendo a crença motivo de digno respeito dos profissionais e da instituição.

Como dificuldades na realização da pesquisa, notamos uma escassez sobre o assunto nos últimos 5 anos, principalmente no que diz respeito à UTI, apesar do grande movimento acadêmico com o termo “Humanização”.

## REFERÊNCIAS

- 1- Abrão, F.MS; Santos, E.F; Araújo, R.A; et, al. Sentimentos do paciente durante a permanência em Unidade de Terapia Intensiva. **Rev.enferm UFPE online.**, Recife, 8(3):523-29, mar., 2014.
- 2- Backes<sup>a</sup>, M.T.S; Backes, D.S; Erdmann, A.L. Relações e interações no ambiente de cuidados em Unidade de Terapia Intensiva. **Acta paul. Enferm.** São Paulo, 2012, vol: 25, nº: 5.
- 3-Backes, M.T.S; Erdmann, A.L; Buscher, A. O ambiente vivo, dinâmico e complexo de cuidados em Unidade de Terapia Intensiva. **Rev. Latino-Am. Enfermagem.** Maio-jun. 2015; 23 (3):411-8.
- 4- Backes<sup>b</sup>, M.T.S, Erdmann, A.L, Buscher, A. O Cuidado Intensivo oferecido ao paciente no ambiente de Unidade de Terapia Intensiva.Revista **Esc. Anna Nery.** vol.16 no.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2012.
- 5-Cabral, J.V.B; Neves, S.C; Oliveira, F.H.P. Estresse dos profissionais de enfermagem em Unidade

de Terapia Intensiva (UTI). **Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos”**. v. 11, nº 2, p. 33-42, Jul-Dez, 2016.

6-Caetano, J.A; Andrade, L.M; et.al. Cuidado Humanizado em Terapia Intensiva: Um estudo reflexivo. **EscAnna Nery R Enferm.** 2007 jun; 11 (2): 325 - 30.

7-Calegari, R.C; Massarollo, M.C.K.B; Santos, M.J. Humanização da assistência à saúde na percepção de enfermeiros e médicos de um hospital privado. **Rev. Esc. Enferm. USP.** 2015; 49; pag: 42-47.

8- Gonçalves, D.V; Souza, L.C.B.M.; Amaral, J.B. **Manejo da dor em pacientes sob palição na Unidade de Terapia Intensiva adulto.** Pós-graduação bahiana. 2016. [INTERNET] Disponível em:<[https://www.repositorio.bahiana.edu.br:8443/jspui/bitstream/bahiana/750/1/Manejo-da-Dor-em-Pacientes-Sob-Paliacao-na-UTI\\_Driely-Vaz\\_Ludmila-Cedraz.pdf](https://www.repositorio.bahiana.edu.br:8443/jspui/bitstream/bahiana/750/1/Manejo-da-Dor-em-Pacientes-Sob-Paliacao-na-UTI_Driely-Vaz_Ludmila-Cedraz.pdf)>.

9- Nunes, E.C.D.A; Lima, S.F.I; Reis, S.O; Teixeira, P.B. O outro lado da terapia intensiva – percepções no pós alta. **Rev.enferm UFPE online.** Recife, 11(Supl. 12):5252-8, dez., 2017.

**A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE REGIONAL E PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

*THE IMPORTANCE OF THE REGIONAL EPIDEMIOLOGICAL STUDY FOR THE DEVELOPMENT OF POPULATION HEALTH AND PUBLIC POLICY PLANNING*

Área temática: 1.6. Outras áreas temáticas

NAKAMURA, Fernanda de Castro.  
Universidade Estadual “Júlio Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Doutorado em Serviço Social, Mestra em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela UNESP Franca. Bolsista Doutorado CAPES DS\* e Vice-Líder do Grupo de Pesquisa DeMuS (Estudos em Direito e Mudança Social). \*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

E-mail: fernandanakamuraadv@gmail.com

ALMEIDA JR, Silvio de  
UNIVERSIDADE DE FRANCA / EURO ANGLO  
Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da Universidade de Franca. Docente/Pesquisador pela Euro Anglo Cursos Profissionalizantes, atuando na divisão de cursos profissionalizantes nas áreas de Saúde e Bem-Estar. Biomédico habilitado em Patologia Clínica e Microbiologia. \*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

E-mail: silvioalmeidajr@yahoo.com.br

**Resumo**

O presente artigo tem por objetivo a discussão sobre a importância do estudo epidemiológico regional para o desenvolvimento de políticas públicas que visem atender as pessoas, de modo a promover a universalidade e integralidade nas ações e serviços de saúde pública. A metodologia utilizada consistiu em uma revisão da literatura sobre o tema, a fim de situar os principais questionamentos sobre a efetivação do direito à saúde em âmbito regional e local. Como conclusões, o estudo apresentou que a epidemiologia é essencial para a formulação e execução das políticas de saúde, alocação de recursos públicos na área e o desenvolvimento social regional e local.

**Palavras-chave:** Epidemiologia, Saúde, Políticas Públicas.

**Abstract**

This article aims to discuss the importance of the regional epidemiological study for the development of public policies aimed at serve people, in order to promote universality and integrality in public health actions and services. The methodology consisted in a literature review on this theme, in order to locate the main questions about the realization of the right to health at regional and local level. As conclusions, the study presented that epidemiology is essential for the formulation and execution of health policies, allocation of public resources in the area and regional and local social development.

**Keywords:** Epidemiology, Health, Public Policies.

**1 INTRODUÇÃO**

A epidemiologia é considerada um dos pilares da saúde pública, uma vez que visa prestar informações e dados sobre a saúde de um determinado local. Dada a sua importância, é fácil aferir que, em um país de dimensões continentais como é o Brasil, ela se afigura como ciência fundamental para a configuração do acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e para a alocação de recursos, fundamental ao planejamento de políticas públicas regionais de saúde.

Tem-se assim que, a consideração das particularidades regionais se presta como instrumento essencial para o acesso universal à saúde, uma vez que promove a saúde regional de uma

determinada população, refletindo nas estratégias de planejamento dos serviços públicos essenciais, além de garantir o acesso à saúde com qualidade à população de acordo com as suas necessidades.

Sob esse prisma, o presente artigo visa traçar linhas gerais sobre a importância do estudo epidemiológico para o desenvolvimento da saúde populacional, bem como no que se refere ao planejamento de políticas públicas, de forma a garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde pública.

Como metodologia, foi utilizada uma revisão da literatura sobre o tema de forma a subsidiar o estudo e promover reflexões sobre a necessidade de verificação das particularidades regionais para a formulação de políticas públicas na saúde.

Dessa forma, o artigo foi estruturado primeiramente para tratar sobre a questão do direito constitucional à saúde, para depois ser levantado o tema a respeito do estudo epidemiológico e sua importância e, por último, sobre a relevância de sua utilização para o planejamento das políticas públicas regionais de saúde visando atender os princípios constitucionais do SUS.

## 2 O DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE

O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 traz o direito à saúde como parte do rol dos direitos sociais (BRASIL, 1988), que deve ser estendido a todos os cidadãos como meio de garantia à vida com dignidade, sendo um importante instrumento para o desenvolvimento socioeconômico do país.

O conceito e o redimensionamento da saúde no contexto de redemocratização no Brasil alinham-se aos preceitos instituídos em documentos internacionais como a Constituição da Organização Mundial de Saúde e a Declaração de Alma-Ata:

A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade. Gozar do melhor estado de saúde que é possível atingir constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem distinção de raça, de religião, de credo político, de condição econômica ou social (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, Constituição da Organização Mundial de Saúde, 1946, Preâmbulo).

1) A Conferência enfatiza que a saúde - estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade - é um direito humano fundamental, e que a consecução do mais alto nível possível de saúde é a mais importante meta social mundial, cuja realização requer a ação de muitos outros setores sociais e econômicos, além do setor saúde (ALMA-ATA, Conferência Internacional sobre cuidados primários de saúde, 1978).

Como parte de sua essência, o direito à saúde é dependente de programas governamentais que visem à redução do risco de doença e outros agravos, devendo o acesso aos serviços ser garantido de forma universal e igualitária (BRASIL, 1988, art. 196).

Sob esse prisma, a saúde, por fazer parte do rol dos direitos sociais, foi inserida no contexto das normas programáticas que são, segundo Bonavides (2008, p. 245-246):

Dentre as normas jurídicas, sujeitas todas ao inevitável influxo do desenvolvimento histórico, a programática é a que melhor reflete o conteúdo profundo dos valores em circulação e mudança na Sociedade, sendo por isso mesmo aquela cujo caráter técnico-jurídico mais fraco e impreciso se mostra. Aliás, um dos constitucionalistas da República de Weimar atentou indiretamente para esse aspecto das normas programáticas, ao asseverar que, em relação ao conteúdo espiritual dos direitos fundamentais, a baixa consistência do significado técnico-jurídico desses direitos faz com que nele se operem mudanças de fundamentos espirituais bem mais rápidas e desimpedidas do que em qualquer ramo do Direito Constitucional. Não se deve por outro lado esquecer que a programaticidade das normas constitucionais nasceu abraçada à tese dos direitos fundamentais. Os direitos sociais, revolucionando o sentido dos direitos fundamentais, conferiu-lhes nova dimensão, tendo sido inicialmente postulados em bases programáticas.

Nesse ponto, tem-se que a garantia de supremacia constitucional no que se refere à dimensão que é dada aos direitos fundamentais. A programaticidade das normas relativas ao direito à

saúde só reforça o compromisso constitucional que foi atribuído ao Poder Público para efetivá-las de forma plena e eficaz (NAKAMURA, 2015).

Isso porque, a saúde é vista como essencial para o desenvolvimento sadio da população, e na garantia do direito à vida com dignidade, sendo primordial para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Em face dessa característica atribuída à saúde no pós 1988, o projeto político da época a colocou no tripé da Seguridade Social, oportunidade em que se delimitaram diversos parâmetros vislumbrados pela Reforma Sanitarista (PEREIRA, 2002). Neste diapasão, a autora destaca:

Não por acaso, a saúde ganhou na Constituição uma seção mais detalhada no Capítulo da Seguridade Social do que as suas congêneres. Nessa seção estão contidas muitas das bandeiras defendidas pelo Movimento da Reforma Sanitária, a saber: concepção da saúde como direito de todos e dever do Estado; acesso universal e igualitário às ações e serviços; relevância pública da política; comprometimento do Estado com a sua regulamentação, fiscalização e controle; integração das ações compondo um sistema único de atendimento; descentralização das decisões e ações da esfera federal do governo para a estadual e municipal, com comando único em cada esfera; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade na formulação e controle da política. (PEREIRA, 2002, p. 40).

No entanto, apesar da previsão dos princípios da universalidade e integralidade das ações e serviços da saúde no contexto do pós 1988, a saúde passa a conviver, na década de 90, com a lógica capitalista que permeia as ações governamentais da época.

A previsão universal do direito à saúde não consegue abarcar as especificidades regionais do Brasil, fazendo com que o direito chegue de forma multifacetada e sucateada, por conta da falta de investimentos e planejamento das ações do SUS.

Essa conjuntura faz com que o projeto político da saúde se perca em sua essência. Isso se deve ao fato de que ao colocar a saúde na lógica capitalista, o avanço do mercado alavancou o sucateamento dos investimentos e malversação das ações e serviços.

Dessa forma, com a retração dos investimentos, a saúde apesar de ser universal, constitucionalmente, começa a ser seletiva, no sentido de abarcar os indivíduos que são incapazes de adentrar no mercado dos planos de saúde.

Com base nessas fundamentações, verifica-se a necessidade de um aprimoramento regional da saúde, visando à integração das ações e serviços de forma a resgatar os princípios constitucionais do SUS.

Neste ponto, o estudo epidemiológico regional aparece como instrumento de organização dos recursos públicos para a realização das ações e serviços, além de abranger o planejamento das políticas públicas e o desenvolvimento da saúde regional e local, de acordo com as suas necessidades reais.

### **3. O ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO REGIONAL E SUA RELEVÂNCIA PARA O PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Para realização de um estudo epidemiológico se faz necessário o delineamento experimental bem programando antes de iniciar qualquer tipo de atividade. Essa ação faz com que se economize tempo de coleta de dados, melhora o direcionamento da pesquisa a ser realizada e abrange a necessidade conforme o proposto nos objetivos. É visível a quantidade de trabalhos realizados dentro do meio científico, no qual a proposta foge do contexto por má condução de coleta de dados.

Quanto ao significado, o dicionário Michaelis (2018) traz:

Ramo da medicina que pesquisa as diferentes epidemias, suas causas, sua natureza, seus sintomas e formas de propagação, sua frequência, seu desenvolvimento e meios de tratamento e prevenção.

Ou seja, a epidemiologia é o estudo de diferentes fatores que intervêm na propagação de doenças, assim como sua frequência e distribuição por locais. Avalia ainda, evolução, profilaxia e métodos de diagnósticos. Em aplicação prática, quando essas atividades passam a ser aplicados a meios públicos, deve ser conduzido por profissionais habilitados, visto que a partir de estudos epidemiológicos, é possível direcionamento de verbas públicas e criação de programas e políticas na

intenção de prevenir ou promover a saúde de determinada área necessária. Nessa intenção, a prevenção é caracterizada como:

Preparar, chegar antes de, impedir que se realize; exige ação antecipada, baseada no conhecimento da história natural da doença para tornar seu progresso improvável; implica o conhecimento epidemiológico para o controle e redução do risco de doenças; Projetos de prevenção e educação baseiam-se na informação científica e recomendações normativas. (CZERESNIA, 2003)

Enquanto promoção de saúde é classificado como:

Impulsionar, fomentar, originar, gerar; refere-se a medidas que não se dirigem a doenças específicas, mas que visam aumentar a saúde e o bem-estar; implica o fortalecimento da capacidade individual e coletiva para lidar com a multiplicidade dos determinantes e condicionantes da saúde. (CZERESNIA, 2003)

A organização da formulação das políticas públicas depende de uma alocação eficaz dos recursos públicos a ser inseridos nas ações e serviços de uma determinada região. Assim, o estudo epidemiológico, além de promover a realização de um retrato social regional, permite a configuração de um plano eficiente na área da saúde pública.

Como exemplo dessa necessidade de conhecimento do perfil epidemiológico para o desenvolvimento da saúde regional, destaca-se a questão da formulação da política de distribuição gratuita de medicamentos pelos SUS.

A esse respeito, tem-se que:

Identifica-se, também, a insuficiência de estudos epidemiológicos de base populacional destinados a traçar diagnósticos nacionais da situação de saúde da população brasileira. Nos últimos anos, inquéritos nacionais vêm sendo conduzidos por iniciativa do MS (Ministério da Saúde – grifo nosso), em parcerias com outras instituições acadêmicas e de serviços, a exemplo do Inquérito Domiciliar sobre Comportamentos de Risco e Morbidade referida de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis, Estudo de Soroprevalência de Infecção Chagásica e Hepatites Virais, dentre outros. Estas experiências deverão ser ampliadas para outras áreas relacionadas a problemas de saúde pública relevantes para o país, como o da violência doméstica e urbana, ou para áreas contempladas por programas especiais como a Rede Nacional de Saúde do Trabalhador, que está sendo implantada em todo o território nacional, ou o Programa de Humanização do SUS. (Revista brasileira de epidemiologia, 2005).

Por ser uma das áreas que mais demanda atenção do SUS, em face da intensa demanda social por tratamentos de saúde. Neste caso, o estudo epidemiológico regional ajuda a descobrir as reais necessidades das pessoas a fim de que se faça a compra correta dos medicamentos que irão atender àquela população, evitando-se desperdícios e mau uso do dinheiro público.

Esse fator denota a importância de conexão entre a academia e os serviços públicos, sendo aquela destinada a fornecer subsídios para a formulação de políticas regionais e locais. A título de exemplo, a especificação dos problemas envolvendo a epidemiologia regional são relacionados a:

## **2. Práticas epidemiológicas - Análise de situação de saúde**

### **2.1 Problemas identificados**

- 2.1.1 Insuficiência da formação dos profissionais de saúde para a utilização de métodos de análise apropriados a pequenos números, tais como estudo da situação de saúde em níveis local e distrital, e etnias específicas, entre outras;
- 2.1.2 Pouca disseminação do uso dos Sistemas de Informação Geográfica, SIG e técnicas de análise de distribuição espacial nos serviços de saúde nas três esferas de governo;
- 2.1.3 Incipiente desenvolvimento da avaliação de desempenho de programas, ações e serviços de saúde, sendo raros o uso de indicadores de processo, ou a estimativa e divulgação de resultados preliminares que permitam introduzir modificações em etapas oportunas de desenvolvimento das atividades;
- 2.1.4 Insuficiente avaliação e o monitoramento de desigualdades sociais em saúde;



- 2.1.5 Dificuldades de cooperação permanente entre universidades e serviços de saúde para o desenvolvimento de pesquisas operacionais;
- 2.1.6 Pouca valorização e uso insuficiente de estudos descritivos e ou de desenho ecológicos na análise da situação de saúde;
- 2.1.7 Limitações na divulgação e comunicação dos resultados de estudos e intervenções em saúde para a mídia e a sociedade em geral. (Revista brasileira de epidemiologia, 2005).

Como se pode bem perceber, a epidemiologia regional na área da saúde pública afigura-se como vertente essencial para a configuração dos princípios constitucionais do SUS. As ações de enfrentamento aos problemas verificados regionalmente configuram-se em:

## **2.2 Ações propostas**

- 2.2.1 Apoiar a realização de uma oficina a ser promovida pela Comissão de Epidemiologia da ABRASCO com o objetivo de sistematizar e avaliar os vários métodos utilizados na análise de dados de pequenas populações
- 2.2.2 Apoiar o desenvolvimento de estratégias de divulgação de resultados de estudos voltadas para as secretarias estaduais e municipais de saúde;
- 2.2.3 Apoiar a capacitação de profissionais para o desenvolvimento de aplicativos (softwares livres) e o uso de Sistemas de Informação Geográfica, SIG, visando a incorporação e disseminação da análise de distribuição espacial no âmbito dos serviços de saúde;
- 2.2.4 Promover oficinas para o desenvolvimento de estratégias de construção e análise de indicadores de avaliação de desempenho para o monitoramento de intervenções e o seu uso como instrumento de gestão nos diversos níveis do Sistema Único de Saúde;
- 2.2.5 Implementar estratégias de análise e aplicativos para avaliação de desigualdades em saúde;
- 2.2.6 Promover estratégias de articulação das redes de formação de Vigilância em Saúde e os pólos de educação permanente e outras instâncias existentes nos Estados para o fortalecimento da cooperação permanente entre serviços e universidades;
- 2.2.7 Capacitar os gerentes de sistemas e profissionais técnicos de Epidemiologia e Vigilância em Saúde para o uso de dados disponíveis para o monitoramento e a tomada de decisão;
- 2.2.8 Capacitar profissionais de saúde para a comunicação social da informação epidemiológica. (Revista brasileira de epidemiologia, 2005).

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) citada em uma das ações propostas apresenta inúmeras iniciativas na área da saúde pública, de modo a melhorá-la e torná-la universal. Nesse sentido, a apresentação das ações envolvendo essa instituição serve de instrumento para o bom delineamento das políticas públicas regionais. Nesse campo, especificamente, os problemas e ações apresentados pela instituição foram:

## **6. Inserção da epidemiologia nas políticas intra e intersetoriais**

### **6.1 Problemas identificados**

- 6.1.1 Insuficiente implantação de políticas intersetoriais de intervenção sobre condicionantes e determinantes de doenças e agravos à saúde das populações;
- 6.1.2 Falta de aprofundamento na discussão do modelo de Vigilância em Saúde em implementação no país e suas interfaces intra e intersetoriais;
- 6.1.3 Insuficiente articulação intra-setorial com as áreas da atenção à saúde, ambiental, saúde do índio e outros programas de foco específico;
- 6.1.4 Insuficiente entrosamento com áreas que desenvolvem políticas prioritárias de governo como o Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente e outros.

### **6.2 Ações propostas**

- 6.2.1 Estímulo às iniciativas de constituição de grupos de trabalho intersetoriais que possibilitem uma atuação articulada e integrada no enfrentamento de problemas com múltiplas determinações e resolução multisetorial como forma e maior efetividade e racionalidade dos custos;
- 6.2.2 Realizar oficina para aprofundamento do modelo de Vigilância em Saúde em

implementação no país e suas interfaces intra e intersetorial;

6.2.3 Estímulo de criação de grupos de trabalho matriciais intra-setoriais entre as áreas: atenção à saúde, vigilância ambiental, saúde do índio e programas para áreas específicas;

6.2.4 Implementação da política de promoção de saúde do Ministério da Saúde calcada na mudança do modelo assistencial e na construção de modos de vida saudáveis. (Revista brasileira de epidemiologia, 2005).

A articulação entre os entes federativos e a comunidade científica são meios importantes de aferição para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a saúde regional e local. Além do mais, é cediço que a falta de previsão quanto à utilização das verbas públicas na saúde acarretam na intensificação de ações judiciais, uma vez que na falta de um direito atendimento, o indivíduo não tem alternativa, a não ser entrar na via judicial com o intuito de ter seu direito satisfeito.

Com fundamento nessas questões, é fácil perceber que a detecção dos problemas de saúde regional e o planejamento das políticas públicas além de melhorar a questão da alocação dos recursos públicos, visa o aprimoramento das ações e serviços de saúde, com a finalidade de se atender a população de uma forma satisfatória e, conseqüentemente, universal.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de se esgotar a discussão sobre a universalidade do direito à saúde a formulação de políticas públicas, é fato que os problemas diagnósticos no âmbito regional remetem-se à necessidade de se conhecer a saúde da população local, a fim de programar as ações e destinar verbas públicas a cada local.

A formulação das políticas públicas, nesse sentido, são tomadas em uma direção do micro para o macro, o que significa a aferição das demandas em cada região, visando o bom atendimento à saúde, além de representar a correta destinação de verbas públicas.

Dado um país de dimensões continentais como o Brasil, esse conhecimento local e regional é essencial para a programação dos recursos a serem destinados à saúde pública da população regional e local.

Pois, muito além de se afigurar como um direito essencial ao ser humano, por proporcionar dignidade e o direito à vida, a saúde é importante fator de desenvolvimento social, merecendo a atenção necessária de acordo com as especificidades regionais e locais.

## REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 23. ed . São Paulo, Malheiros, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em agosto de 2018.

CZERESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre promoção e prevenção (versão revisada e atualizada do artigo "The concept of health and the difference between promotion and prevention Cadernos de Saúde Pública, 1999). *In*: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Org) **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões e tendências**. Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz, 2003 (p.39-53). Disponível em [http://143.107.23.244/departamentos/social/saude\\_coletiva/AOconceito.pdf](http://143.107.23.244/departamentos/social/saude_coletiva/AOconceito.pdf). Acesso em setembro de 2018.

**Dicionário MICHAELIS online**. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em setembro de 2018.

Epidemiologia nas políticas, programas e serviços de saúde. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo , v. 8, supl. 1, p. 28-39, 2005 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-790X2005000500004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2005000500004&lng=en&nrm=iso)>. access on 29 Sept. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2005000500004>.

NAKAMURA, Fernanda de Castro. **Constituição, Democracia e Judicialização dos direitos sociais**. *In*: 8º Congresso de Extensão Universitária da UNESP – “Diálogos da Extensão: do saber acadêmico à

prática social”. Franca, 2015. **Anais**.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Constituição da Organização Mundial da Saúde**. Nova Iorque, 1946. Disponível em:  
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundialda-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em agosto de 2018.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A saúde no sistema da seguridade social brasileiro. **Ser Social**, Brasília, n. 10, p. 33-56, 2002.

**A IMPORTÂNCIA DO RITUAL NO PROCESSO MIMÉTICO E APRENDIZAGEM CULTURAL**

**THE IMPORTANCE OF RITUAL IN MIMETIC PROCESS AND CULTURAL LEARNING**

Área temática: outras áreas temáticas.

VIEIRA, Karina Limonta  
UEMG e Universidade Livre de Berlim  
Doutora em Educação Escolar  
[kalimonta@gmail.com](mailto:kalimonta@gmail.com)

**Resumo**

Esse trabalho tem como objetivo mostrar a importância do ritual no processo mimético e aprendizagem cultural. Por isso, procura responder o seguinte questionamento: Qual a importância do ritual no processo mimético e aprendizagem cultural? Esse trabalho, então, tem como objetivo apresentar e discutir de maneira original e atual a *mimesis* e o ritual na abordagem teórica da antropologia educacional histórico-cultural alemã. Proponho aqui a realizar um estado da pesquisa das principais obras da antropologia educacional histórico-cultural alemã atual com o desafio de mapear e discutir a teoria que vêm sendo desenvolvido sobre *mimesis*, processo mimético, ritual e aprendizagem cultural. Esse trabalho, então apresenta os seguintes elementos nessa discussão: *Mimesis*: definição e história, *Mimesis* na educação, Ritual: definição, conceitos, categorias e funções e Aprendizagem cultural e *mimesis*. Os resultados apontam que os rituais são importantes para a aprendizagem cultural nos processos miméticos, logo pertencem à cultura do cotidiano. Os processos miméticos desempenham um papel importante no bom êxito do agir ritual, e é um processo referente ao comportamento e ação de outras pessoas no mundo, constitutiva de ação social e aprendizagem cultural.

**Palavras-chave:** *mimesis*, ritual, aprendizagem cultural.

**Abstract**

This work aims to show the importance of ritual in mimetic process and cultural learning. Therefore, one searches for answering the following question: which importance of ritual in mimetic process and cultural learning? This work aims to show and to discuss from an original and current way the *mimesis* and ritual in the German Historic-cultural Educational Anthropology theoretical approach. Here, I propose to perform a research state of main works of the current German Historic-cultural Educational Anthropology theoretical approach with challenge of mapping and discussing the current theory on *mimesis*, mimetic process, ritual and cultural learning. Accordingly, this work shows the following elements: *mimesis*: definitions and history, *mimesis* in education, ritual: definition, concepts, categories and functions, and, finally, cultural learning and *mimesis*. The results point out the rituals are important for cultural learning in mimetic processes, so rituals belong to daily life culture. The mimetic processes play an important role in good success of ritual action, and mimetic process is regarding behavior and action of other people in world, constitutive of social action and learning of culture.

**Keywords:** *mimesis*, ritual, cultural learning.

## 1 INTRODUÇÃO

Ritual e *mimesis* são temas atuais nas pesquisas em antropologia da educação na Alemanha. Ambos têm papel fundamental na gênese da educação do ser humano no que diz respeito à ação prática e social de apropriação de seu mundo. E, em certa medida, aprendizagem cultural é aprendizagem mimética, pois se estende à comunidade social e aos bens culturais, cuja vitalidade é garantida pela produção de materiais simbólicos de sua comunidade cultural.

Esses estudos se encontram na área da antropologia educacional histórico-cultural alemã, cuja abordagem se mostra aberta e multifacetada. Uma teoria de construção crítica e reflexiva que há mais de sete décadas vem se desenvolvendo na Alemanha. O assunto da antropologia educacional é o ser humano, a sua educação e as suas condições de educação. A abordagem antropológico-educacional consiste em compreender a educação das pessoas, a formação humana, a socialização e a compreensão das disposições educacionais do ser humano. A área da Antropologia Educacional é uma área de pesquisa inter ou transdisciplinar, inter ou transcultural cujos limites se alteram dinamicamente, ligados pelo que é comum, o estudo do ser humano, nas pesquisas em toda sua diferença histórica, cultural, metodológica e teórica.

A Antropologia educacional histórico-cultural alemã tem como base epistemológica as imagens humanas na educação, as dimensões educacionais e os paradigmas da antropologia. Essa base teórica e epistemológica possibilita refletir sobre as problemáticas da educação que lidam com o ser humano, sua condição no mundo e suas relações com mundo, levando a pensar a educação não apenas ontologicamente, mas no fazer educacional, ou seja, na simultaneidade entre ação e reflexão. Também contribui para pensar o ser humano em si e em sua educação.

Esse trabalho é a continuidade e desdobramento da pesquisa realizada sobre a construção do conhecimento em antropologia da educação no Brasil publicado em 2017 – *Antropologia da Educação: levantamento, análise e reflexão no Brasil*. O principal objetivo dessa pesquisa realizada entre os anos de 2012 a 2016 foi responder ao seguinte questionamento: Qual conhecimento tem sido construído em antropologia da educação no Brasil? O resultado dessa pesquisa mostrou uma antropologização da escola e um determinismo teórico, metódico e formativo antropológico em relação às teorias e problemáticas educacionais, destacando a necessidade de abordagens teóricas atuais para o avanço nessa área do conhecimento e o reconhecimento da área da educação como um campo científico de produção e reflexão.

Esse trabalho tem como objetivo mostrar a importância do ritual no processo mimético e aprendizagem cultural. Por isso, procura responder o seguinte questionamento: Qual a importância do ritual no processo mimético e aprendizagem cultural? . Esse trabalho, então, tem como objetivo apresentar e discutir de maneira original e atual a *mimesis* e o ritual na abordagem teórica da antropologia educacional histórico-cultural alemã. Proponho aqui a realizar um estado da pesquisa das principais obras da antropologia educacional histórico-cultural alemã atual com o desafio de mapear e discutir a teoria que vêm sendo desenvolvido sobre *mimesis*, processo mimético, ritual e aprendizagem cultural. Esse trabalho, então, apresenta os seguintes elementos nessa discussão: *Mimesis*: definição e história, *Mimesis* na educação, Ritual: definição, conceitos, categorias e funções e Aprendizagem cultural e *mimesis*. Os resultados apontam que os rituais são importantes para a aprendizagem cultural nos processos miméticos, logo pertencem à cultura do cotidiano. Os processos miméticos desempenham um papel importante no bom êxito do agir ritual, e é um processo referente ao comportamento e ação de outras pessoas e mundo, constitutiva de ação social e na aprendizagem cultural.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A *mimesis* e o processo mimético, aprendizagem cultural e ritual são teorias que têm sido desenvolvidas por muitas décadas na Alemanha e tem como referência a pesquisa de Christoph Wulf do Centro de Antropologia Histórica/ Universidade Livre de Berlim na área da Antropologia Educacional. Seis trabalhos sobre *mimesis*, ritual e aprendizagem cultural são relevantes: 1) *Mimese: cultura, arte, sociedade*, 2) *A Mimesis Social*, 3) *As bases miméticas do aprendizado cultural*, 4) *Mimesis*, 5) *Performative Welten: Einführung in die historischen, systematischen und methodischen Dimensionen des Rituals* e 6) *Towards a Historical Cultural Anthropology of Education: The Berlin Ritual Study*.

O livro *Mimese: Cultura, arte e sociedade* é um estado da arte da *mimesis* na cultura, na

estética e no mundo social apresentado em três capítulos. O primeiro capítulo (Mimesis na cultura) discute o conceito de *mimesis* a partir de Platão até Derrida. O capítulo (Mimesis na estética) discute a relação entre *mimesis* e estética, relacionando o belo e a visualidade na literatura. O terceiro capítulo discute *mimesis* como um conceito das ciências sociais, o fundamento mimético do agir social e a relação entre jogos, linguagem e corpo. Em seu livro, Gebauer e Wulf (2005), defendem que *mimesis* não deve ser compreendida como um conceito estético ou mera imitação, mas como criação humana de ação social, conhecimento de ação prática e aprendizagem cultural e social.

A *Mimesis social* é a terceira parte do livro *Antropologia da Educação* e está dividida em três capítulos. O capítulo *Mimesis na Educação* discute a noção de *mimesis*, apropriação do mundo, por meio da *mimesis* e trabalho mimético com imagens. O capítulo *Mimesis, gesto e ritual* discute a *mimesis* como um termo antropológico, como imitação criativa, como *mise en scène* e representação performativa por meio de gestos e rituais. O capítulo *Imagem e imaginação* discute imaginação como uma representação e simulação interior do mundo da representação. Os capítulos são importantes para o desenvolvimento do processo mimético e aprendizagem cultural.

O capítulo *As bases miméticas do aprendizado cultural* do livro *Antropologia: história, cultura, filosofia* discute aprendizagem mimética como um processo na relação do comportamento e ação do outro no mundo, e como ação social constitutiva. Essas ações sociais requerem uma observação do comportamento prático da cultura e sociedade, corpo e imaginação em encenações e performances da rotina diária.

O capítulo *Mimesis* do livro *Handbuch Pädagogische Anthropologie* discute o processo mimético a partir da perspectiva antropológica, no qual contribui para a educação e para a formação do ser humano, criação e aquisição do conhecimento prático e social.

O capítulo *Performative Welten: Einführung in die historischen, systematischen und methodischen Dimensionen des Rituals* do livro *Die Kultur des Rituals* é um estado da arte do ritual. O autor apresenta o ritual em quatro momentos: uma reconstrução sistemática histórica do conceito de ritual, funções do ritual, considerações metodológicas, bem como novas tendências de pesquisa ritual.

O capítulo *Towards a Historical Cultural Anthropology of Education: The Berlin Ritual Study* do livro *Anthropologies of Education: a Global Guide to Ethnographic Studies of Learning and Schooling* fornece cinco descobertas centrais sobre os estudos de rituais na educação. Essas descobertas são: rituais e ritualizações desempenham um papel central na pedagogia, na educação e na socialização de crianças do ensino fundamental; as práticas pedagógicas como rituais e ritualizações funcionam em todos os campos da socialização; partes importantes da vida cultural entre as crianças ocorrem por meio de processos miméticos; a performatividade das práticas sociais e formas miméticas de aprendizado desempenham um papel importante na educação; e etnografia e métodos qualitativos são úteis para a investigação de rituais e ritualizações, da performatividade de práticas pedagógicas, assim como de processos de educação miméticos e interculturais.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse trabalho faz um estado da pesquisa e tem como ponto de partida, a obra *Antropologia da educação: levantamento, análise e reflexão no Brasil* publicado em 2017. Esse trabalho faz uma crítica à antropologia da educação, no que diz respeito à escolarização das pesquisas e aos determinismos antropológicos existentes nessa área. O tópico escolhido para investigação são três elementos importantes da Antropologia educacional histórico-cultural alemã: *mimesis*, ritual e aprendizagem cultural como maneira de promover um avanço na área da antropologia da educação no Brasil. Por isso, busca na literatura científica pesquisas, respostas não respondidas e/ou temas que precisam de mais investigação. O estado da pesquisa busca na literatura científica os problemas das pesquisas, de que forma as respostas a esses problemas foram tratadas (que métodos foram usados) e os resultados alcançados. O que se pretende não é uma exaustão dessa literatura, mas uma conexão com os problemas e temáticas que estão sendo desenvolvidos apresentando o suporte teórico para a investigação pretendida que represente um avanço na área da antropologia da educação no Brasil (VIEIRA; QUEIROZ, 2018, no prelo).

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussão sobre a importância do ritual no processo mimético e aprendizagem cultural mostram a importância de desenvolver os seguintes tópicos: *Mimesis*:

definição e história, A *mimesis* na educação, Ritual: definição, conceitos, categorias e funções na educação e Aprendizagem cultural e *mimesis*. O debate e aprofundamento dessa temática na educação mostra que os rituais e o processo mimético produzem o social e formam campos e comunidades educacionais no âmbito e na cultura do qual os seres humanos se desenvolvem.

#### 4.1 *Mimesis*: definição e história

A definição e noção de *mimesis* apresentam várias facetas, mas antes de tudo, significa “imitação”. A *mimesis* significava imitação direta do aspecto físico, dos atos, dos propósitos dos seres humanos e dos animais pelo discurso, pelo canto e/ou dança. Enfim, significava a reprodução de um quadro ou de uma imagem de uma pessoa ou de uma coisa em sua forma material. Depois, passou a significar “fazer uma representação de alguma coisa”. Para atualmente, exprimir apropriação do mundo. A definição e história da *mimesis* está baseada na obra *Mimese: Cultura, arte e sociedade* de Gebauer e Wulf.

A *mimesis* para Platão descreve a geração de fenômenos e aparência no sentido de imitar, representar e expressar para criar semelhanças. O objetivo do processo mimético é a aspiração de ações-modelo, ou seja, homem-modelo para o cumprimento de suas tarefas. Logo, significa a incapacidade de produção de coisas e relaciona-a à imagem das coisas no sentido estético, porque na obra *A República*, Platão destaca que a dimensão educativa da *mimesis* é representar fenômenos, ou seja, a aparência do fenômeno.

Aristóteles possibilita considerar a *mimesis* como força constitutiva de um mundo estético autônomo da aparência, mas limitada ao mundo da arte, da poesia e da estética. No domínio da arte não se trata de imitar a *natura naturata*, mas a *natura naturans*, isto é, a arte deve imitar a força da natureza, pois, imitar significa a produção de uma imagem. Em Platão e Aristóteles, os fenômenos nunca foram abordados na perspectiva social.

A *mimesis*, no século XVII, tornou-se essencialmente um princípio de representação do poder político. Os artistas, enquanto, geradores do mundo mimético são chamados para contribuir na produção do retrato do rei, do seu ser simbólico e da representação de sua essência. O historiógrafo, Louis Marin, mostra nas suas narrativas a imagem do rei como o homem mais poderoso do mundo. Nesse caso, o rei é o agente ideal e único de seu tempo que não é empírico, mas é representado. Já no século XVIII, a *mimesis* é usada como instrumento de poder, no qual a burguesia exige o comando social e participa na formação do bom gosto e dos sentimentos nobres. Essa formação acontece por meio do teatro que oferece aos espectadores modelos de auto-representação e interpretações comportamentais.

No século XIX, a *mimesis* é redescoberta como um bem humano fundamental, como decorrência da crítica à repressão das relações miméticas que estavam sempre ligadas à escrita, à arte e à linguagem. Para Benjamim, a *mimesis* é muito mais que uma semiótica, é uma capacidade antropológica fundamental, pois é o encontro da criança com o seu meio e correspondências não sensíveis entre objetos, significados e o passado. No entanto, Benjamim não mostrou como a criança se apropria do mundo por meio de gestos e performance.

Por outro lado, Adorno e Horkheimer esboçam um tipo de fundamentação antropológica de uso dos símbolos por meio do processo mimético. Em *Dialética do Esclarecimento*, Adorno utiliza o conceito de *mimesis* para descrever a ambigüidade da relação do homem com a natureza, o externo e o interno para permitir o surgimento da libertação da dominação. As obras da arte representam na modernidade uma possível revisão ou neutralização do domínio da natureza. A *mimesis* estética forma um tipo de molde que reflete as relações externas da sociedade, as assimetrias, as cisões, rupturas e divisões da *práxis* social.

Gebauer e Wulf (2004) em crítica os trabalhos anteriores apresenta que as relações entre dois mundos são pontos centrais da *mimesis* social. O primeiro mundo é tomado ou postulado como existente, em que o eu é considerado, assim como a parte interna do ser humano. O segundo mundo mimético existe em um meio de comunicação real, sensível e corporal. Ele é gesto, som, escrita, execução, pintura, ação representativa, ritual, etc. Esse mundo é criado em um meio de comunicação através de uma ação social em que ocorre a apropriação do mundo e constituição do sujeito por meio de práticas ritualísticas.

#### 4.2 A *mimesis* na educação

Os processos miméticos têm um papel fundamental na formação e na educação, na criação e

na transmissão da poesia, da arte e da música, bem como na aquisição de um saber social prático. Segundo Wulf (2005), existem quatro temáticas de investigação da importância dos processos miméticos para a constituição e formação do ser humano na educação: a) apropriação do mundo, b) constituição psicológica da criança, c) a relação com o outro e d) a apreensão das imagens.

Na apropriação do mundo, a criança desenvolve a capacidade mimética de se apropriar da significação dos objetos, das formas de exposição e da ação, no qual cria um vínculo com o mundo exterior e com o outro. Walter Benjamin em *Infância em Berlim por volta de 1900* explicita que “a criança experimenta o mundo de modo mimético, estabelece semelhanças entre si e o mundo exterior e lê o mundo, criando correspondência entre ela e o mundo” (WULF, 2005, p. 87).

Na constituição psicológica, a criança mantém uma relação mimética com o adulto que representa aquilo que ela está determinada a se tornar, isto é, a se transformar no que o adulto já é.

a criança imita o outro porque ainda não sabe distinguir o outro de si mesma. Não há nem percepção, nem sentimento de si; deixa-se absorver completamente pelo outro e pelos objetos. O adulto mostra à criança, que está em busca de si mesma e sente uma falta, o que ela é e o que ela pode tornar-se. Sozinha, a criança não se encontrará jamais. O adulto lhe mostra com se encontrar: a criança encontra seu próprio desejo por meio da mimese do desejo do adulto (WULF, 2005, p. 94).

O adulto, então, torna-se a referência para a criança no processo mimético de aprendizagem cultural.

Na relação com o outro, remete ao que é diferente de nós mesmos, por exemplo, a natureza, o corpo, a imaginação, o desejo, os sentimentos. “Pode-se dizer que a mimese serve de ponte para ele. Ela permite a imitação da aparência do outro, isto é, seu aspecto físico, seu modo de falar e agir e de fazer dele uma parte de si mesmo [...] A percepção e a compreensão do outro são centrais no processo mimético” (WULF, 2005, p. 95)

E, a apreensão das imagens mostra que o indivíduo examinando e reproduzindo a imagem assimila e amplia seu mundo interior imagético.

A assimilação mimética de imagens visa à apropriação de sua característica imaginária, que é dada antes, com e depois de cada interpretação. Uma vez introduzida no mundo interior dos indivíduos, as imagens constituem um ponto de partida de partida para efetuar interpretações. Independentemente das interpretações, a confrontação mimética com as imagens significa um ato de apropriação do mundo, até mesmo de conhecimento [...] ele deve fixar a imagem tal como ele a percebe, se abrir a seu caráter simbólico e se abandonar a um “prazer desinteressado” (WULF, 2005, p. 97).

O exercício dessa capacidade mimética conduz ao desenvolvimento do mundo interior de imagens e à formação da imaginação.

A *mimesis* é importante para a educação, instrução e socialização do ser humano, por isso, Wulf (2005, p. 98-101) explica que alguns elementos ensejam a abertura da reflexão para novas perspectivas. 1) a *mimesis* é diferente de imitação e simulação, no qual a sua noção remete a um mundo exterior em que o indivíduo se aproxima, assimila e se mantém diferente dele; 2) processos miméticos são atividades ligadas à corporalidade da criança e contribuem para a gênese psíquica, social e pessoal da criança. O impacto é forte e estão ligados aos primeiros processos da constituição corporal; 3) antes do pensamento e da linguagem, a criança vive o mundo, o outro e si mesma, já de forma mimética e sua capacidade mimética depende de seus diferentes sentidos; 4) os processos miméticos despertam o desenvolvimento do desejo sexual. A identidade sexual do indivíduo se forma ao mesmo tempo em que ele reconhece sua própria diferença sexual; 5) os processos miméticos mantêm o caráter policêntrico do ser humano e se estendem até as esferas da natureza corporal, da sensualidade e do desejo; 6) na família, na escola e na empresa, as crianças, os adolescentes e os adultos interiorizam por meio dos processos miméticos, valores, opiniões e normas simbolizadas por essas instituições; 7) a personalidade do educador exerce uma forte influência sobre os alunos, isso é o efeito do educador sobre os alunos; 8) as memórias de Benjamin mostraram a que ponto a apropriação mimética dos lugares, das coisas, da casa e dos objetos são importantes na formação da criança, logo a criança assimila o seu entorno um mundo histórico e culturalmente determinado; 9) os



objetos, as instituições, os personagens imaginários e os atos práticos fazem parte da sociedade, da qual os valores são também transmitidos por assimilação; 10) processos miméticos são ambivalentes, pois faz com que o ser humano evolua e se forme em confronto com o mundo; 11) perante o processo mimético pode ocorrer a aproximação com um outro ser humano de modo não instrumental e; 12) no movimento mimético, o indivíduo, fechado num mundo produzido por símbolos, interpreta uma realidade que já foi interpretada.

#### 4.3 Ritual: definição, conceitos, categorias e funções na educação

As obras *Performative Welten: Einführung in die historischen, systematischen und methodischen Dimensionen des Rituals*, *Towards a Historical Cultural Anthropology of Education: The Berlin Ritual Study* e *Mimesis Social* apresentam os conceitos, as categorias e as funções do ritual na educação. Essas referências contribuem para o entendimento do ritual e a sua relação com o processo mimético e a educação.

Ritual é um conjunto de gestos, palavras e formalidades, geralmente imbuídos de um valor simbólico, cuja performance é usualmente prescrita e codificada por uma religião ou pelas tradições da comunidade. De acordo com o dicionário Michaelis: Ritual *adj.* 1) pertinente ou relativo aos ritos, 2) que contém os ritos. *subs. m.* 1) livro que contém os ritos, ou a forma das cerimônias de uma religião, 2) cerimonial, 3) conjunto das regras a observar, etiqueta, praxe, protocolo. O ritual acontece em concomitância de sujeitos, tempo e espaço. Necessita também de objetivos, procedimentos, técnicas, instrumentos e objetos. Os propósitos dos rituais são variados e podem incluir: a concordância com obrigações religiosas ou ideais, satisfação de necessidades espirituais ou emocionais dos praticantes, fortalecimento de laços sociais, demonstração de respeito ou submissão, estabelecendo afiliação, obtenção de aceitação social ou aprovação para certo evento. Podem incluir vários ritos de adoração e sacramentos de religiões organizadas e cultos, mas também, os ritos de passagem de certas sociedades, como coroações, posses presidenciais, casamentos e funerais, eventos esportivos e outros.

De acordo com Wulf e Zirfas (2004), os rituais são ações sem palavras e expressas por gestos e é um movimento corporal com começo e fim. São processos corporais codificados por símbolos que criam realidades sociais, as interpretam, as mantêm e as modificam. Os rituais ocorrem no espaço, são realizados por grupos, obedecem normas que são inscritas no corpo por meio do comportamento ritual. As ritualizações, enquanto *mise en scène* simbólicas, são diferentes das apresentações teatrais, da ópera, porque elas são especialmente realizadas por e pelos indivíduos presentes.

Na antropologia, explicita Wulf e Zirfas (2004), quatro focos sistemáticos de pesquisa ritual podem ser distinguidos. O primeiro se concentra no estudo de rituais relacionados à religião, mito e cultura (Herbert Spencer, James Frazer, Rudolf Otto e Mircea Eliade). O segundo foco está nos rituais para analisar as estruturas e valores da sociedade, é, também, delineada a conexão entre os rituais e a estrutura social (Emile Dürkheim, Arnold van Gennep e Victor Turner). No terceiro foco, os rituais são lidos como texto e o objetivo é a decodificação da dinâmica cultural e social da sociedade (Clifford Geertz, Marshall Sahlins). A atenção centra-se na importância dos rituais de simbolização cultural e comunicação social. É aqui que a pesquisa mais recente sobre a compreensão de rituais e ritualizações começa (Catherine Bell, Ronald Grimes, Victor Turner, Hans-Georg Soeffner, entre outros). O quarto enfoque enfatiza o lado prático e o encenado, performativo dos rituais e o foco desta abordagem são as formas de ações rituais que permitem às comunidades gerar, restituir e editar suas diferenças (Stanley Tambiah; Richard Schechner, Pierre Bourdieu; Christoph Wulf, et al).

Mas, é importante pensar na seguinte questão: Como se constitui a relação do processo mimético com o ritual? As reflexões que Wulf (2005) apresenta estão relacionadas ao 3º domínio e trata de mostrar que os rituais são fenômenos de *mimesis social* e isso abre novas perspectivas para a compreensão dos rituais, das ritualizações e do comportamento ritual. Como a *mise en scène* corporal e imaginária das relações sociais, os rituais são parte importante do domínio da pesquisa em antropologia educacional histórico-cultural alemã. É preciso compreender que a comunidade não é uma estrutura social regida por normas e regras fixas, a comunidade se articula e se desenvolve espontânea e imediatamente, por meio de rituais e ritualizações, assim a comunidade se articula. Logo, a vida em sociedade é transitória e ocorrem mudanças. Por meio da *mimesis*, os modos de expressão são captados, compreendidos e transmitidos. A comunidade se exprime, se mantém, se transforma auxiliada pelos rituais

Os rituais e ritualizações desempenham um papel central na pedagogia, educação e

socialização das crianças, porque estruturam a vida das crianças e apóiam sua integração em uma ordem social, explica Wulf (2012). Os rituais moldam as transições entre os campos da socialização e das instituições e facilitam a aprendizagem social e cultural. Devido à sua performatividade, os processos educacionais funcionam como rituais e ritualizações em outros campos da ação social. A forma como as crianças executam seu comportamento, seja sozinha ou em conjunto com adultos, pode ser vista como a performatividade de suas ações. Aspectos importantes da aprendizagem cultural ocorrem por meio de processos miméticos. Neste, imagens, esquemas, expectativas dos outros, situações sociais, ocorrências e ações são incorporadas ao mundo das imagens mentais de um indivíduo. Esse conhecimento prático permite que as crianças aprendam e ajam juntas, a viver e a ser.

Em *Towards a Historical Cultural Anthropology of Education: The Berlin Ritual Study* são expostos os resultados da descoberta da importância dos rituais na educação e descreve as categorias centrais dos rituais na educação (WULF, 2012, p. 9-10):

1. Rituais e ritualizações desempenham um papel central na pedagogia, educação e socialização de crianças do ensino fundamental. Eles estruturam suas vidas e ajudam na sua integração em uma ordem social, bem como em trabalhar construtivamente com ela. Os rituais projetam transformações entre campos de socialização, bem como entre instituições, e facilitam a aprendizagem social, que é vital nas aulas.

2. Devido à sua performatividade, práticas pedagógicas como rituais e ritualizações funcionam em todos os campos da socialização. A performatividade das ações torna-se aparente na maneira como as crianças realizam seu comportamento e ações, seja por si mesmas ou em conjunto com os adultos. O caráter performativo das práticas pedagógicas e sociais refere-se à sua corporeidade.

3. Partes importantes da vida cultural entre as crianças ocorrem por meio de processos miméticos. Estes facilitam a incorporação de imagens, esquemas e imaginações de outras pessoas, situações sociais, eventos e ações e os integram em um mundo mental de imagens. As crianças adquirem, assim, um conhecimento prático que lhes permite aprender, agir, viver e estar juntos.

4. Diante da globalização e da europeização, a pedagogia e a educação na Europa assumiram uma tarefa intercultural, para a qual, rituais e ritualizações, gestos pedagógicos e sociais, a performatividade de práticas sociais, assim como formas miméticas de aprendizagem, desempenham um papel importante.

5. Etnografia e métodos qualitativos são úteis para a investigação de rituais e ritualizações, da performatividade de práticas pedagógicas, assim como de processos de educação miméticos e interculturais. Observação participante, observação baseada em vídeo, vídeo-performance e foto-análise, bem como entrevistas e discussões em grupo estão entre os métodos de pesquisa mais importantes; eles podem ser combinados e se complementarem. Essa diversidade de métodos é particularmente adequada para fornecer resultados de pesquisa complexos e metodicamente transparentes.

Além das categorias centrais do ritual na educação, o ritual preenche funções centrais na educação e na complexidade das estruturas e atividades rituais e seu importante papel na antropologia cultural histórica da educação, no que diz respeito à performance e ao lado prático e corporal dos rituais e práticas educacionais ritualizadas. Quais são essas funções dos rituais no processo educacional? Vejamos as funções centrais do ritual na educação (WULF, 2012, p.13-20):

1. Os rituais criam relações sociais na educação, pois comunidades educacionais e sociais são formadas em práticas ritualizadas que são a causa, a ação e o efeito dos rituais. O conteúdo simbólico e performativo das práticas rituais cria e estabiliza sua identidade, cria estruturas de ordem e dão a eles sentimento de segurança. Essa estrutura ritual cria a familiaridade das práticas da vida cotidiana. As comunidades são formadas em atividades rituais como comunidades performáticas.

2. Durante o arranjo performativo dos rituais, uma nova realidade social e educacional é criada. Tomando rituais anteriores como base, todo arranjo performático na educação cria uma nova realidade ritual e uma nova comunidade ritual. O arranjo performativo dos rituais na educação faz com que algo se torne visível que antes não podia ser visto.

3. O caráter performativo produz seu efeito pleno no arranjo e encenação performativa dos rituais na educação. O termo encenação, neste caso, refere-se ao modo como a cena ritual é definida na educação e pode assumir muitas formas, como por exemplo, as manifestações espontâneas de rituais na educação, nos quais a encenação e o desempenho coincidem amplamente. Especialmente em tais casos, surge a questão de quem está encenando o ritual educacional - quem é o agente e quem é o agente de seu desempenho? É uma tradição, um grupo, uma pessoa ou um imaginário

coletivo e um conhecimento prático que emerge do ritual?

4. Ao discutir a encenação e a realização de rituais na educação, os corpos dos participantes estão implicitamente envolvidos. Como isso aparece em um ritual? Como eles tomam o seu lugar na cena? O que o arranjo deles no ritual nos diz sobre a comunidade, os indivíduos e sua cultura? Os movimentos e práticas dos corpos requerem nossa atenção. Como o espaço ritual é medido em termos de corpos e que ritmo eles seguem? A distância entre os corpos e a maneira pela qual eles se aproximam e mantêm distância é significativa. Quais posições eles tomam? Eles estão em pé ou sentados? Quais movimentos eles fazem quando dançam em uma apresentação escolar ou em atividades de grupo de pares? As figurações dos corpos são simbolicamente codificadas e são usadas para comunicar mensagens, como por exemplo, por meio de gestos icônicos e simbólicos, que podem ser entendidos como linguagem sem palavras. Para que o desempenho dos rituais resulte em processos formadores de comunidades, as crianças precisam experimentar o fluxo de energias e força entre as pessoas - um processo físico e psicológico que ocorre nos confins da nossa consciência.

5. Hierarquias sociais e estruturas de poder são encenadas e colocadas em contexto nas performances rituais. As estruturas de poder ritual nem sempre são tão fáceis de reconhecer e a repetição ritual é uma das estratégias sociais mais eficazes para estabelecer e assegurar estruturas de poder na educação.

6. Os rituais na educação e socialização estão ligados ao tempo e ao espaço e suas condições culturais e históricas são experimentadas sob essas condições. A articulação do espaço real, virtual, simbólico e imaginário com os movimentos corporais dos participantes desempenha um papel importante no desenvolvimento das atividades rituais.

7. Além do espaço, o tempo é a outra condição constitutiva da atividade ritual na educação e socialização. Há duas visões complementares que são importantes para a maneira pela qual os humanos lidam com o tempo. Primeiro, os rituais desempenham um papel vital na introdução das crianças à maneira como o tempo é ordenado na sociedade. Segundo, aprende a apreciar o tempo que é o resultado de processos de aprendizagem cultural e os rituais com seu caráter repetitivo inscreve a ordem do tempo no corpo que então se torna estruturado pelo tempo, servindo para garantir a presença da comunidade e para reafirmar sua ordem e potencial de transformação através dessa repetição.

8. Entre o início e o fim de um ritual na educação, existem diferentes sequências de atividade ritual, nas quais diferentes práticas são esperadas e conduzidas. A adesão às regras da atividade ritual está intimamente ligada ao seu caráter seqüencial. As práticas rituais seguem uma ordem que também é uma ordem cronológica. O processo de rituais cria períodos de tempo que diferem da uniformidade da vida cotidiana e tornam-se momentos importantes da vida.

9. Os rituais desempenham um papel importante no tratamento e tratamento das diferenças e alteridades na educação e no contexto multicultural das escolas do centro da cidade, elas são importantes para a interação entre crianças de diferentes etnias.

10. Os aspectos sincrônicos e diacrônicos dos processos miméticos são vitais para o sucesso das práticas rituais na educação. Durante a realização de rituais e práticas rituais, os participantes relacionam-se imediata e diretamente com as ações de outros participantes. Isso acontece de maneira bastante mimética, usando os sentidos, os movimentos do corpo e o entendimento comum de palavras, sons, linguagem e música. A dimensão sincrônica dos processos miméticos se relaciona com a importância dos processos miméticos na execução real dos rituais na educação, a dimensão diacrônica se relaciona com os aspectos históricos dos rituais. A dimensão histórica é uma condição básica dos rituais em que ações rituais envolvem referências miméticas a rituais anteriores. Elas criam uma "impressão" de performances anteriores do ritual que é então adaptada para se adequar ao contexto atual e criar um elo mimético entre o mundo atual e o mundo anterior e assegura a continuidade histórica da educação, que legitima a atual atividade ritual, mesmo sendo diferente da anterior.

11. Rituais na educação e socialização permitem a aprendizagem do conhecimento prático necessário para as práticas rituais, pois permite que as crianças desenvolvam as habilidades necessárias para os rituais, evolui a partir da participação real ou imaginária em atividades rituais. Os rituais conectam o passado, o presente e o futuro. Eles criam continuidade e permitem mudanças históricas e culturais. Os rituais na educação não são estáticos, são dinâmicos e tem potencial para implementar ou impedir mudanças sociais e culturais.

12. Os rituais mais monolíticos que abrangem diferentes áreas da vida diminuiriam de importância e parecem estar se tornando menos importantes para as crianças. Eles estão sendo

substituídos por rituais menores que se relacionam com áreas específicas da vida e que mudam de acordo com a instituição e o contexto. Como a maioria das crianças e adultos vive em vários segmentos da sociedade, eles participam de diferentes rituais e ritos, dos quais alguns só são reconhecidos como tais em sua área específica de vida. Crianças e adultos precisam de rituais e atividades rituais mais do que nunca para a criação performativa de comunidades parciais; muitos rituais evoluem que são válidos apenas em um contexto limitado, mas que são indispensáveis.

#### 4.4 Aprendizagem cultural e *mimesis*

Aprendizagem cultural é aprendizagem mimética, essencial em inúmeros processos de formação e de autoformação. Essa aprendizagem,

se estende ao outro, à comunidade social e aos bens culturais, cuja vitalidade é garantida por tal aprendizagem. A aprendizagem mimética, fundamentada no corpo e nos sentidos, permite a aprendizagem das imagens, dos esquemas, dos movimentos que dizem respeito à ação prática. Ela ocorre de maneira amplamente inconsciente, o que induz efeitos duradouros em todos os campos da evolução cultural (WULF, 2016, p.557).

As importantes formas de comportamento e ação cultural e social fazem parte da aprendizagem mimética, explica Wulf (2016). Aprendizagem mimética não designa simplesmente imitação ou cópia, mas um processo de aprendizagem mimético referente ao comportamento e ação de outras pessoas e mundos como extensão da própria visão de mundo. Aprendizagem mimética é produtiva e está relacionada ao corpo, de modo que conecta indivíduos com o mundo e outras pessoas, fornece um saber prático e é, portanto, constitutiva da ação social, artística e prática. Aprendizagem mimética é aprendizagem cultural e, como tal, é essencial para a educação e para a formação humana.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As obras citadas no referencial teórico contribuem para compreender a importância do ritual no processo mimético e aprendizagem cultural. A *mimesis* é redescoberta como um bem humano fundamental de conexão com a vida e nova interpretação do mundo ligado ao comportamento, ao corpo, à percepção de si e do outro, à imitação criativa, à ação social do homem, a um saber de ação prática e a um aprendizado social e cultural. E o ritual tem um papel central educação das crianças, porque estruturam a vida delas e apóiam sua integração em uma ordem social, explica Wulf (2012). Os rituais moldam as transições entre os campos da socialização e das instituições e facilitam a aprendizagem social e cultural.

Embora uma das abordagens da *mimesis* esteja relacionada ao mundo social, sob a perspectiva antropológica, ainda há muitos estudos ligados à estética, à escrita e à linguagem, reprimindo, desse modo, as relações miméticas existentes no mundo social, como afirma Wulf e Gebauer (2004). Nesse sentido, Wulf (2014) afirma que a *mimesis* não deve ser compreendida como conceito de estética ou como mera imitação, mas como capacidade humana criativa de ação social, saber de ação prática e aprendizado social e cultural. Logo, envolve crianças e adultos.

Os processos miméticos estão orientados principalmente para outras pessoas. Segundo Wulf (2013, p. 52), “bebês e crianças pequenas se relacionam com pessoas com as quais convivem; pais, irmãos mais velhos, outros parentes e conhecidos”. Nessa relação com outras pessoas as crianças adquirem “a capacidade de racionalizar e usam-a para transformar o mundo exterior em imagens por meio de processos miméticos e incorporá-los a seu mundo de imagens internas” (WULF, p. 344, 2014). Essa habilidade mimética permite aos indivíduos a formação ativa de realidades culturais.

Por que o estudo de *mimesis*, *ritual e aprendizagem cultural* são relevantes para a área da educação? Nesse sentido, a abordagem alemã sobre *mimesis* tem muito a contribuir para a área da Educação, porque mostra que a “aprendizagem mimética é um processo referente ao comportamento e ação de outras pessoas e mundo, constitutiva de ação social” (WULF, 2014, p. 249), logo, é aprendizagem cultural.

A aprendizagem cultural nos processos miméticos é, muitas vezes, baseada nos rituais e nas ritualizações, explica Wulf (2016), logo os rituais pertencem à cultura do cotidiano. Os processos miméticos desempenham um papel importante no bom êxito do agir ritual.

Durante a representação dos rituais, os participantes referem-se simultânea e diretamente ao que fazem os outros participantes. As coisas ocorrem de maneira essencialmente mimética, por meio dos sentidos, dos movimentos do corpo, de uma relação comum com as palavras, os sons, a língua e a música. Uma ordenação ou um acontecimento total só pode existir se a coordenação e a regulação minuciosa de todas as ações rituais tiverem sido bem orquestradas. A encenação é a condição *sine qua non*. Mas o elemento decisivo é a representação, na qual todas as ações rituais devem ser coordenadas. Se faltar essa coordenação, produz-se um efeito cômico, e o ritual não dá certo. Em nome da harmonia, as ações devem estar em uma relação mimética umas com as outras. Se isso ocorrer, cria-se um fluxo de energias entre os participantes, e a experiência é sentida como intensa, agradável e criadora de união. Como acontece na dança ou na sedução, nos rituais o controle racional das ações tem seus limites. (WULF, 2016, p. 562).

Para o sucesso do ritual há uma harmonia criada, por mimetismo, entre os corpos, os movimentos e os gestos. O evento mimético está na origem dos sentimentos de pertença e de comunidade e, ao mesmo tempo, na base da experiência do sagrado.

Esse texto faz surgir novos questionamentos: Como pesquisar o ritual e o processo mimético na cultura brasileira? Quais métodos e procedimentos utilizar? Como seria a pesquisa sobre *mimesis* e ritual na área da educação no Brasil? Como considerar os corpos e gestos dos participantes no ritual? O que o arranjo desses corpos e gestos no ritual nos diz sobre a comunidade, os indivíduos e sua cultura? São essas questões que nos levam a refletir sobre a importância do ritual no processo mimético e na educação, tendo em vista, os poucos trabalhos que se tem desenvolvido sobre a dinamicidade e a transformação na educação.

A antropologia educacional histórico-cultural alemã é uma área que leva em consideração, tanto a historicidade quanto a culturalidade de seu objeto e de seus próprios métodos e perspectivas de pesquisa e, portanto, tem um significado fundamental na educação e nas pesquisas em educação. Quanto ao seu conteúdo, não há limites. Os rituais e o processo mimético produzem o social e formam campos e comunidades educacionais no âmbito e na cultura do qual os seres humanos se desenvolvem. Eles são indispensáveis na família, na escola, na cultura infantil e juvenil, bem como na mídia. Para instituições e organizações, há uma importância constitutiva. Os rituais e o processo mimético têm funções salvaguardadas, mas também evolutivas, até mesmo inovadoras, na educação. Por muito tempo, a dinâmica social dos rituais tem sido obscurecida, e é só agora que novas perspectivas começam a surgir.

## REFERÊNCIAS

GEBAUER, G.; WULF, C. **Mimese na cultura: agir social, rituais e jogos, produções estéticas**. Tradução de Eduardo Triandopolis. São Paulo: Anablume, 2004.

WULF, C. Mimesis social. In: \_\_\_\_\_. **Antropologia da Educação**. Campinas: Alínea, 2005.

\_\_\_\_\_. Towards a Historical Cultural Anthropology of Education: The Berlin Ritual Study. In: ANDERSON-LEVITT, K. (ed.). **Anthropologies of Education. A global Guide to Ethnographic Studies of Learning and Schooling**. New York and Oxford: Berghahn Books, 2012.

\_\_\_\_\_. As bases miméticas do aprendizado cultural. In: **Antropologia. História, Cultura, Filosofia**. São Paulo: Anablume, 2014.

\_\_\_\_\_. Mimesis. In: WULF, C.; ZIRFAS, J. (Orgs.). **Handbuch Pädagogische Anthropologie**. Berlin: Springer, 2014.

\_\_\_\_\_. Aprendizagem cultural e mimese: jogos, rituais e gestos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, nº 66, jul./ set. 2016, p.553-568.

WULF, C; ZIRFAS, J. Performative Welten. Einführung in die historischen, systematischen und methodischen Dimensionen des Rituals. In: \_\_\_\_\_. **Die Kultur des Rituals Inszenierungen, Praktiken, Symbole**. München: Wilhelm Fink Verlag, 2004.

VIEIRA, K. A. L. VIEIRA, K.A.L. **Antropologia da Educação: levantamento, análise e reflexão no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017.

\_\_\_\_\_; QUEIROZ, G. M. **Métodos de pesquisa qualitativa: obtenção e análise de dados**. (no prelo, 2018).

**A IMPORTÂNCIA DO TESAURO PARA A ESTRUTURA SISTÊMICA INFORMACIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ATRAVÉS DO TESAURO DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR BRASILEIRA**

*THE IMPORTANCE OF THESAURUS FOR AN INFORMAL SYSTEM STRUCTURE: A COMPARATIVE ANALYSIS THROUGH THE THESAURUS OF FOLKLORE AND BRAZILIAN POPULAR CULTURE*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: outras áreas temáticas

NOVAES, Fernanda Carolina Pegoraro  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Marília  
Aluna do curso de Mestrado em Ciência da Informação do  
Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)  
E-mail: [fernanda\\_pegoraro@outlook.com](mailto:fernanda_pegoraro@outlook.com)

MORAES, Isabela Santana de  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Marília  
Aluna do curso de Doutorado em Ciência da Informação do  
Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)  
E-mail: [isabela.santanademoraes@hotmail.com](mailto:isabela.santanademoraes@hotmail.com)

SILVA, Amanda Mendes  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Marília  
Aluna do curso de Graduação em Biblioteconomia  
E-mail: [mandsmendes98@gmail.com](mailto:mandsmendes98@gmail.com)

MOREIRA, Walter  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Marília  
Doutor em Ciência da Informação e Livre Docente do  
Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)  
E-mail: [walter.moreira@unesp.br](mailto:walter.moreira@unesp.br)

## Resumo

O tesauro se competente a recuperar a informação utilizando termos específicos, facilitando a recuperação, possibilitando o controle terminológico para tratamento, organização e recuperação da informação, pois o termo, denota o conceito, isto é, mesmo isolado carrega um significado. Com isto, o mesmo oferece atributos para o controle linguístico e através de sua estrutura, especialmente em nível hierárquico, de relevância e associativo, faz com que um sistema informacional seja mais preciso, oferecendo confiabilidade da informação disseminada, eliminando ambiguidades terminológicas. Desta forma, enfatiza-se a importância deste tipo de estrutura em um sistema informacional, para que haja melhor organização, disseminação e recuperação da informação. Levando-se em consideração esses aspectos, esse artigo traz uma análise bibliográfica e comparativa de tesauro monolíngue demonstrado no Tesauro de Folclore e Cultura Popular Brasileira. Seu objetivo geral é retratar a importância dos sistemas de organização que modelam e relacionam uma estrutura sistêmica, a partir da escolha dos termos e pelas relações conceituais estabelecidas; permitindo orientar a postura do usuário frente a determinados assuntos. Deste modo, permite-se justificar este estudo enfatizando o enriquecimento e contribuição à comunidade científica. A Ciência da Informação por ser uma área interdisciplinar e aplicada, permite estabelecer diálogos com outras ciências da área do conhecimento.

**Palavras-chave:** Organização do Conhecimento, Linguagem Documentária, Tesauro.

## Abstract

The thesaurus is competent to retrieve the information using specific terms, facilitating

retrieval, enabling terminological control for treatment, organization and retrieval of information, as the term denotes the concept, ie even isolated carries a meaning. With this, it provides attributes for linguistic control and through its structure, especially at a hierarchical level, of relevance and associative, it makes an information system more precise, offering reliability of the disseminated information, eliminating terminological ambiguities. In this way, the importance of this type of structure in an informational system is emphasized, so that there is better organization, dissemination and information retrieval. Taking these aspects into account, this article presents a bibliographical and comparative analysis of the monolingual thesaurus demonstrated in the Thesaurus of Folklore and Brazilian Popular Culture. Its general objective is to portray the importance of organizational systems that model and relate a systemic structure, from the choice of terms and established conceptual relationships; allowing you to guide the user's posture towards certain subjects. In this way, it is possible to justify this study emphasizing the enrichment and contribution to the scientific community. The Science of Information as an interdisciplinary and applied area, allows to establish dialogues with other sciences of the area of the knowledge.

**Keywords:** Knowledge Organization, Documentary Language, Thesaurus.

## 1 INTRODUÇÃO

Na Ciência da Informação (CI), especificamente na linha de Organização e Representação do Conhecimento, há discussões sobre o que é dado, informação e conhecimento. Tal abordagem possui relevância, pois devido a estas discussões e seus resultados é possível distinguir vias de comunicação e assim elaborar estudos específico relacionados aos conteúdos transmitidos e desenvolver mais campos voltados ao âmbito da CI. Em alguns casos, utilizam-se o tratamento dos três termos (dado, informação e conhecimento) como sinônimos. Brascher e Café (2008) retratam de maneira não ambígua a terminologia de informação e conhecimento baseando-se em autores como Burke (2003), Capurro e Hjørland (2003), Fernandez-Molina (1994), Fogl (1979) e Sager (1990). As autoras mencionam Sager (1990) com o objetivo de salientar que em se tratando de terminologia, há uma estrutura conceitual que representa conceitos e abrange um domínio específico. Por esta razão, organiza as delimitações semânticas, diminui e até mesmo evita alguns ruídos na comunicação científica. Fernandez-Molina (1994) indica que para o conteúdo ser inserido no contexto desejado de maneira correta, é necessária a relação dos conceitos às suas funções e também a distinção dos mesmos a outras concepções parecidas. Desta forma, Brascher e Café (2008) diferenciam:

Os dados são informação potencial, que somente são percebidos por um receptor se forem convertidos em informação e esta passa a converter-se em conhecimento no momento em que produz uma modificação na estrutura do conhecimento do receptor.

Considerando-se isto e citando Burke (2003), Brascher e Café (2008) atribuem à informação característica prática e designada como "cru"; conhecimento, por sua vez, é algo "cozido", pois necessita de uma sistematização do pensamento. Brascher e Café (2008) utilizam Fogl (1979), para extrair da informação três elementos: conhecimento (conteúdo), linguagem (instrumento de expressão de comunicação) e suporte (via comunicativa). Assim, a informação possui emergência da cognição humana e conhecimento, pois o objeto é algo em constante transformação e avaliação. Para melhor compreendê-la, estabelece-se a divisão de nível semântico e pragmático. Em nível semântico, define-se o "juízo de valores" empregados no conteúdo informativo; subjetivo e tornando-se relativo ao seu interpretante. Assim, "a perspectiva cognitiva tem como premissa básica que em ambos extremos de um sistema de comunicação (emissor e receptor) se produzem processos cognitivos" (FERNANDEZ-MOLINA, 1994, p. 323).

Em se tratando de nível pragmático, Brascher e Café (2008) mencionam Capurro e Hjørland (2003) para exemplificarem, que neste, a informação se relaciona ao problema em que a mesma deve atender; "a informação depende do contexto e das limitações da realidade". Neste sentido, Fogl (1979, p.22) retrata a questão do pragmatismo informacional como: "a utilidade dos itens de conhecimento e dos juízos de valor registrados na informação para o sujeito que avalia a informação". Há outros pesquisadores da área da Ciência da Informação que discutem tal questão terminológica e semântica. Para melhor conceituar os dados, Lima e Alvares (2012) utilizam Le Coadic (2004) e Meadow, Boyce e Kraft (2000) e os relacionam a informação codificada a partir de um processamento eletrônico permitindo ser alfanumérico. Contudo um dado é considerado pragmático sob a



perspectiva da linha da tecnologia da informação, pois possuindo um conjunto, há a possibilidade de extrair-se significado e posteriormente conhecimento.

Conforme Lima e Alvares (2012), a organização do conhecimento é interdisciplinar e permite ser aplicada em demais áreas; esta se caracteriza por se dispor em assuntos e promulgar uma determinada sistematização. Dahlberg (2006, p.12) diferencia os conceitos de organização da informação (OI) e organização do conhecimento (OC). Retrata OC como: “a ciência que estrutura e organiza sistematicamente unidades do conhecimento (conceitos) segundo seus elementos de conhecimento (características) inerentes e a aplicação desses conceitos e classes de conceitos ordenados a objetos/assuntos”. Hjørland (2003) especifica organização do conhecimento como descrição, indexação e classificação; com o propósito de organizar o conhecimento amplo atendendo a um objetivo, promulgando mediação entre sistema de informação e usuário. Com isto, o autor divide a OC em duas classes: organização intelectual do *conhecimento (sistemas conceituais)* e *organização social do conhecimento* (organização perante um domínio específico, exemplo: profissões).

Posteriormente, Hjørland (2006) aponta a evolução do conhecimento permitida através da CI em cinco tópicos: 1. classificação e indexação; 2. documentação; 3. armazenamento e recuperação da informação; 4. bibliometria; 5. texto completo, hipertexto e internet. Com isto, permite-se representar e sistematizar o conhecimento. Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) são, de acordo com Schiessl e Shintaku (2012), representações em forma de “[...] classificação, dicionários, ontologias, taxonomias, tesouros, redes semânticas, entre outros”. Entre outras funções, visam a melhorar a precisão da representação e da busca, eliminando-se a ambiguidade terminológica. Há várias denominações para SOC; Hjørland (2008), por exemplo, os define como ferramentas semânticas. Já Schiessl e Shintaku (2012) apud Vickery (2008), classificam-no da seguinte forma:

- a) era da pré-coordenação: estruturas estáticas que atendem às necessidades dos sistemas manuais de organização e recuperação da informação, como índices e catálogos;
- b) era da pós-coordenação: mais dinâmicos, possibilitam que cada um de seus elementos seja manipulado de forma independente para representar os assuntos de cada documento, como vocabulários controlados e tesouros;
- c) era da internet: classificações hierárquicas que orientam o usuário na escolha do termo que melhor expressa sua questão de busca, como taxonomias;
- d) era da web semântica: são projetados por agentes inteligentes, como ontologias.

Para descrever os Sistemas de Informação do Conhecimento, é necessário, inicialmente, discorrer sobre teorias. O termo teoria é muito utilizado no âmbito filosófico e científico se opondo a correntes, como o positivismo, permitindo possuir diferentes significados. Teorias são aplicadas em dois níveis: cientistas estudam usuários, mediadores e produtores da informação e quando cientistas estudam informações, sistemas de informação e usuários de informação. Encontram-se teorias e posições teóricas. Uma teoria é descrita como uma hipótese ou um conceito ainda não verificado em um sistema organizado do conhecimento aplicado em variadas circunstâncias, para explicar fenômenos, crença, comportamento e entre outros. Tendo isto, teorias são corpos de informação sobre um domínio particular; são declarações explícitas, cujo o conhecimento é implícito, utilizando fatos para solidificar-se em teorias. Conceitos são blocos de construção do sistema de informação do conhecimento e também, são blocos de construção de teorias, havendo estudo, relação e comparação entre um e outro. Deste modo, conceitos são identificados como teorias em miniatura de um domínio particular (HJORLAND, 2015).

Saussure (1975) define linguagem como um fenômeno existente entre vários indivíduos, obedecendo a uma época específica e permitindo representação de conceitos. A língua, por sua vez, trata-se de sistemas sociais, convenções, utilizada para a comunicação em um grupo de indivíduos. Tendo isto, a Ciência da Informação (CI) utiliza a linguagem para realizar o tratamento de suas representações. Em se tratando de organização documental, a mesma é inserida para promulgar inserção, representação e recuperação de dados; de forma que a informação seja precisa tanto para o profissional em atuação, quanto para o usuário.

Quando menciona-se linguagem documentária (LD), compreende-se a distinção de linguagem natural (LN) e vocabulário controlado. A LN é pertencente a um código aberto, pois após a socialização do saber, há um sistema de signos, transformado posteriormente em códigos; permitindo convenção comunicativa. Com isto, conforme Schiessl e Shintaku (2012) entende-se que a LN, é uma

expressão livre, considerada como discurso comum diário. Permitida através das formas: oral e escrita, exprime, com o propósito de viabilizar a comunicação, distintos valores; podendo haver diferentes interpretações entre indivíduos, considerando que cada qual possui sua própria concepção de mundo induzida por meio cultural.

Em se tratando de um sistema informacional, para prevenir inúmeras interpretações de um significado, é inserido um controle de vocabulário (vocabulário controlado); promulgando padronização de linguagem a fim de extinguir ambiguidade linguística. “Portanto, vocabulários controlados são estruturados para possibilitar a visualização de diferentes tipos de relacionamento entre termos que eles contêm” (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012).

Um tipo de LD essencial para a organização documental, em se tratando de recuperação informacional, é o tesouro. Este, de acordo com Cavalcanti (1978), é uma lista estrutural que permite a disposição da informação de maneira em que o usuário obtenha papel em sua formalização para atender às suas necessidades e estabelecer o mesmo diálogo. Assim como a taxonomia, o tesouro também é semântico e dinâmico; permitindo abranger diversos domínios e conceitos. Tendo isto, para Schiessl e Shintaku (2012):

- tesouro é uma ferramenta voltada para a organização e recuperação de informação;
- atende aos usuários: ao indexador que estabelece e define os termos e seus relacionamentos que representam documentos e ao consulente que busca informação auxiliado pela ferramenta;
- é um tipo de vocabulário controlado expresso em linguagem documentária que formaliza os termos simples ou compostos e os relacionamentos entre eles;
- a estrutura dos tesouros permite a organização lógica e semântica de um domínio;
- a mesma estrutura também permite que os significados dos termos sejam limitados de forma unívoca;
- essa restrição aos significados dos termos visa neutralizar a sinonímia, a polissemia e outras características comuns à linguagem natural;
- tesouro oferece uma representação da estrutura conceitual de um domínio do conhecimento.

Sendo assim, o tesouro se competente a recuperar a informação utilizando termos específicos, facilitando a recuperação, possibilitando o controle terminológico para tratamento, organização e recuperação da informação, pois o termo, no tesouro, denota o conceito, isto é mesmo isolado o termo carrega um significado. Estabelecer o conceito por ele designado é um passo fundamental para a estruturar os relacionamentos dos termos no tesouro. Os conceitos podem ser organizados de maneira sistemática dentro do tesouro, facilitando o seu mapeamento, por meio de uma organização hierárquica ou ontológica. Os dois tipos de relação estabelecem uma inter-relação formando assim um sistema, as relações podem ser: lógicas, esta relação vai produzir a relação hierárquica incluindo termos genéricos e termos específicos e ontológica, que inclui as relações partitivas e associativas.

Levando-se em consideração esses aspectos, esse artigo traz uma análise de tesouro monolíngue demonstrado no Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira, tendo como objetivo geral retratar a importância dos sistemas de organização que modelam e relacionam uma estrutura sistêmica, a partir da escolha dos termos e pelas relações conceituais estabelecidas; permitindo orientar a postura do usuário frente a determinados assuntos. Deste modo, permite-se justificar esta pesquisa enfatizando o enriquecimento e contribuição à comunidade científica. A Ciência da Informação por ser uma área interdisciplinar e aplicada, permite estabelecer diálogos com outras ciências da área do conhecimento. A cultura é pertencente a arte, que é considerada uma grande classe da ciência; seu estudo e registro possui produção científica, o que emerge a necessidade de tratamento informacional. Desta forma, é de total relevância para a área, a elaboração de estudos e discussões abordando a temática.

## **2 TESAURO**

O tesouro segundo Moreira e Moura (2006), surgiu da necessidade de manipulação de grandes quantidades de documentos especializados, onde é preciso trabalhar com vocabulários mais específicos e uma estrutura mais articulada e integrada. Fazendo relações hierárquicas, associativas, equivalência e homografia, entre termos, onde essas associações conferem uma multiplicidade de usos, como na indexação e na recuperação da informação. Na indexação são feitos processos, a

análise do documento, a identificação do conteúdo, e a tradução para os termos do tesouro de acordo com a política de indexação, já na recuperação da informação o tesouro é utilizado na escolha dos termos que o usuário faz para melhorar a busca.

Conforme a definição apresentada na norma ISO 25964, um tesouro é “um vocabulário controlado e estruturado no qual os conceitos são representados por termos e organizados de modo que as relações entre tais conceitos sejam explicitadas e os termos preferidos sejam acompanhados por termos de entrada para os sinônimos ou quase sinônimos” (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2011, p. 12, tradução livre). A norma NISO Z39.19 (2010), explica que o tesouro é um vocabulário controlado organizado em uma ordem preestabelecida e estruturado de modo que os relacionamentos entre os termos de equivalência, homografia, hierarquia e associação, sejam indicados claramente e identificados por identificadores de relacionamento padronizados. Os tesouros também são considerados instrumentos de controle terminológico que são utilizados para traduzir a linguagem natural dos documentos, indexadores e usuários, para uma linguagem sistêmica mais contida.

Os tesouros são construídos de uma área específica do conhecimento, sendo assim, não existe tesouro geral, apenas tesouros que cobrem vários assuntos. Além disso o tesouro deve incorporar as mudanças que a linguagem utilizada sofre no caminho de seu desenvolvimento sem abrir mão dos conceitos, mas em atitude aberta a seu próprio desenvolvimento, um exemplo bastante comum a esse respeito é a inserção do termo “homossexualismo” como subordinado à “doenças”, como registrou por um longo tempo a classificação decimal de dewey (OLSON, 2002). A própria expressão “homossexualismo”, aliás, já não é considerada adequada, pois a organização mundial de saúde (OMS) retirou em 1990 o termo homossexualismo da lista de doenças mentais, declarando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”.

UNESCO (1973, p. 2), que define o tesouro segundo sua estrutura: “um vocabulário controlado e dinâmico de conceitos (termos) que possuem entre si relações hierárquicas e associativas, e que abrange de maneira exaustiva um campo específico do conhecimento”. Guinchat e Menou (1994, p.146) apontam que: “As vantagens do tesouro são sua especificidade, maleabilidade e capacidade de descrever as informações de forma completa. Os tesouros auxiliam o indexador a localizar o conceito num campo semântico e o usuário a identificar assuntos relacionados que podem ser de interesse na busca. O emprego das novas tecnologias da informação possibilita diferentes formas de apresentação, mais amigáveis e compreensíveis para orientar os usuários na navegação, ampliando ou restringindo sua busca”.

Os tesouros são classificados de acordo com as línguas que englobam, em monolíngue e multilíngue, contendo também conceitos de macrotresouros (representam conceitos mais amplos) e microtesouros (representam conceitos específicos), e também tem uma abrangência temática, que podem ser multidisciplinares ou de disciplina específica. Como finalidade o tesouro controla os termos, padroniza os termos em uma instituição ou numa rede cooperativa, limita o número de termos necessários à explicitação dos conceitos expostos pelos autores de uma área, auxilia a tarefa de recuperação da informação fornecendo termos adequados para a estratégia de busca.

O objetivo do tesouro é levar ao indexador e ao usuário a possibilidade de encontrar o termo mais adequado, mesmo desconhecendo o nome específico para a ideia ou conceito oferecendo vários termos oportunos para a recuperação da informação. Defendendo a ideia da necessidade do tesouro, foi criada a norma ISO - NISO Z39.19, que consistem em explicar para o que é o tesouro e seu uso, e também as normas ISO 2788 (1986) ISO 5964 (1985), no caso de tesouro multilíngue ANSI / NISO Z39.19-2003, que define diretrizes de construção e formatação de tesouros. Demais diretrizes e manuais de elaboração de tesouros, disponíveis também em língua portuguesa.

## **2.1 Estrutura do Tesouro**

A estrutura de um tesouro diz respeito aos relacionamentos, às ligações e vinculações existentes entre os conceitos representados por termos. os relacionamentos podem ser diversos, como: hierárquicos, ontológicas.

As relações hierárquicas se dão por reunirem conceitos que têm características em comum que são os subordinados e as coordenadas essa relação se dá, pois o conceito subordinado tem uma característica a mais que o superordenado. No sistema de conceitos, o conceito subordinado é chamado, também, de conceito específico e o conceito superordenado, de conceito genérico. Segundo Miranda (1990), os Tesouros apresentam três tipos de relações:

- a) Relação de equivalência: estabelece-se entre termos que representam o mesmo conceito,

ou seja, entre termos sinônimos ou equivalentes. Esses termos são incluídos no Tesouro, mas apenas um deles será o descritor, os outros termos serão considerados não-descritores. Essa relação é expressa pelos símbolos, na língua inglesa, USE e UF (usado para).

b) Relação hierárquica: demonstra os graus de superordenação e subordinação entre os conceitos. O termo superordenado (termo genérico - BT) representa o conceito mais abrangente, do qual o termo subordinado (termo específico - NT) é uma parte ou tipo. Representa-se esta relação através dos símbolos, na língua inglesa, BT e NT.

c) Relação associativa: ocorre entre termos que não são equivalentes nem formam uma hierarquia, mas são tão associados que se deve tornar esta ligação explícita no tesouro para auxiliar na recuperação da informação. O símbolo RT, na língua inglesa, representa esta relação.

Deste modo, compreende-se que no tesouro, são designados, respectivamente, como Termo Específico (TE) e Termo Genérico (TG) antecedendo o termo. As relações coordenadas se dão de conceitos subordinados a um mesmo conceito, ou seja, conceitos coordenados; são conceitos 'irmãos'. A formação das relações coordenadas é determinada pelas características, e pode ser explicitada na parte sistemática dos tesouros pela característica de divisão. Na parte alfabética dos tesouros não há codificação para os termos coordenados.

As relações ontológicas são dadas pelo ponto de vista do objeto, portanto se analisa as características e funções de um objeto, nas relações ontológicas temos as relações partitivas e associativas.

As relações partitivas se dão por meio de três critérios não mutuamente exclusivos: funcionalidade, homeomericidade e separabilidade, na funcionalidade as partes se restringem a sua localização espacial ou temporal; na homeomericidade manifesta-se sob duas modalidades: homeômera, na qual parte e todo são de mesma natureza, não-homeomeria, na qual parte e todo são de natureza diversa; na separabilidade manifesta-se sob duas modalidades: as partes podem ser separados do todo ou não.

As relações associativas se dão por meio da continuidade no tempo, quando um objeto dá origem a outro, ou quando um processo ou fenômeno desencadeia outro processo ou fenômeno. Permite-se exemplificar com as relações existentes entre objetos em um escritório: lápis e borracha; em nível conceitual não possuem atributos em comum, porém, estão próximos na mesa do escritório, podendo assim gerar a relação „inter facetada“.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é qualitativa, descritiva e possui levantamento bibliográfico, na qual para a sua análise propõe utilizar uma leitura sistemática das bibliografias utilizadas na área da Ciência da Informação. A análise bibliográfica, de acordo com Quintella e Bogado (2004), envolve a temática abordada por esta pesquisa, no caso a discussão sobre tesouro e sua estrutura sistêmica (categorias). De tal modo, há a comparação dos dados recuperados com o Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira, tornando este estudo também comparativo. A análise comparativa está relacionado em verificar diferenças e semelhanças entre teorias que de certa forma tem o mesmo propósito de chegar a um determinado resultado. Neste sentido, essa análise possibilita verificar a teoria que melhor satisfaz um resultado de pesquisa.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objeto utilizado para demonstração desse estudo é o Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira. O mesmo foi escolhido como modelo para representar uma estrutura hierárquica e associativa, por ser o primeiro tesouro realizado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pertencente ao Ministério da Cultura. A elaboração deste foi patrocinado pela Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) e é totalmente significativa para a memória e organização cultural brasileira, pois abrange o acervo da Biblioteca Amadeu Amaral e do Museu de Folclore Edison Carneiro em sua estrutura sistêmica (COELHO et al, 2004).

A Biblioteca Amadeu Amaral, de acordo com Coelho et al (2004), comporta aproximadamente 200 mil documentos, sendo estes “livros, periódicos, registros sonoros e visuais, recortes de jornais, folhetos de cordel [...] (COELHO et al, 2004, p.4-5). Já o Museu de Folclore Edison Carneiro conta com um acervo obtendo mais de 14 mil objetos provindos de diversas culturas. Com isto, após a análise representativa terminológica das duas instituições, a primeira versão do Tesouro (emergida no ano de 2004) obteve 2.092 termos em sua composição, contendo as categorias: *Alimento*, *Artefato*, *Associação*, *Atividade produtiva*, *Atividade ritual*, *Indivíduo* e *Matéria-prima* (COELHO et al,

2004). Atualmente, conta com uma modificação em sua estrutura sistêmica, com a adição das categorias *Literatura oral*, *Medicamento*, *Construção artesanal*, *Sistema de crença*, *Lugar* e *Tempo* e das subcategorias *Atividade musical*, *Atividade narrativa*, *Prática religiosa* e *Farmacopéia popular*, pertencentes às categorias *Atividade ritual* e *Atividade produtiva* (COELHO et al, 2004). Para a formação de tais divisões, foi necessário identificar domínios através de categorias, partindo da Teoria da Classificação Facetada, que de acordo com Coelho et al (2004, p.8), “trata o domínio de forma policotômica, ou seja, várias árvores taxonômicas ligadas como uma rede”.

Observe abaixo, no Quadro 1, a demonstração dos termos gerais (principais categorias) e termos específicos (categorias subsequentes) componentes do Tesouro.

**Quadro 1 – Relação Hierárquica**

<b>Termos Gerais</b>	<b>Termos Específicos</b>
Alimento	Alimento votivo, azeite, bebida, camarão defumado, camarão seco, carne-de-sol, charque, comida, farinha, queijo, rapadura e tucupi.
Artefato	Arma, insígnia, instrumento sonoro, meio de transporte, mobiliário, objeto artesanal, objeto de adorno, objeto lúdico, objeto sagrado, petrecho (caça e pesca), utensílio e vestuário.
Associação	Comunidade, grupo e instituição.
Atividade produtiva	Agricultura, caça, comércio, culinária, extrativismo, farmacologia popular, mutirão, pecuária, pesca artesanal, reciclagem, tapeçaria e técnica artesanal.
Atividade rural	Atividade musical, atividade narrativa, baile, brincadeira, cerimônia, circo, cortejo, dança, espetáculo de rua, festa popular, folguedo, jogo, medicina popular, prática religiosa, rito e teatro popular.
Construção artesanal	Barraco, cerca e palafita.
Expressão popular	Apelido, frase feita e gíria.
Indivíduo	Animal, divindade, espírito, mineral, personagem, pessoa, planta (botânica) e ser mitológico.
Linguagem popular	Linguagem gestual e linguagem regional.
Literatura popular	Adivinha, anedota, caso, conto popular, lenda, literatura de cordel, parlenda, pasquim, poesia popular, provérbio e romanceiro.
Lugar	Arraial junino, casa de engenho, cemitério, curral de boi, fazenda, feira popular, galpão, lugar sagrado, mercado, olaria, quadra da escola de samba e tapiri.
Matéria prima	Adobe (construção artesanal), algodão, alho, arruda, babaçu, bambu, bananeira, cacauzeiro, cafeeiro, cajueiro, cebola, coqueiro, dendezeiro, erva-mate (planta), guaraná, janaúba, mamoeiro, mandioca, milho, pau-brasil, pimenta e tabaco.
Medicamento	Garrafada e unguento.
Sistema de crença	Batuque (crença), candomblé, catolicismo popular, espiritismo kardecista, jurema, pajelança, tambor-de-mina, umbanda, xangô (sistema de crença).
Tempo	Atividade produtiva e atividade ritual.

**Fonte:** Autores, com base na Parte Sistemática do IPHAN (2004).

Após a observação do Quadro 1, permite-se afirmar que a estrutura terminológica do Tesouro compõe 15 classes principais caracterizadas como Termos Gerais (TG) e 131 subclasses descritas como termos específicos (TE), construindo uma relação hierárquica. Percebe-se que, alguns termos são acompanhados por qualificadores entre parênteses, que permitem que homônimos (palavras com a mesma grafia, mas com o significado distinto), sejam compreendidos de acordo com o conceito que o sistema necessita. Um bom exemplo para o caso é o termo “batuque”; o mesmo está inserido na classe “Sistema de Crença”. De imediato, um usuário poderia compreender “batuque” como um método de percussão para executar um som musical; porém, no contexto do sistema, tal termo representa um tipo de crença.

Essa compreensão do “real” sentido apenas foi absorvida por a presença de um qualificador que acompanha o termo; cujo qual é esclarecido por uma nota explicativa que descreve exatamente o

que o conceito exprimi. De acordo com Coelho et al (2004, p.10), as notas explicativas possuem duas naturezas: “[...] Notas de Definição: são notas onde está expressa a definição mais apropriada para o termo em questão; Notas de Indexação: são notas onde se apresentam questões relacionadas ao uso do termo dentro de um contexto institucional”.

Além da presente relação hierárquica, nota-se a relação entre termos, caracterizada como relação de equivalência. Observe o exemplo no Quadro 2, a seguir:

**Quadro 2 – Relação de Equivalência**

<b>Termos Gerais</b>	<b>Termos Associados</b>	<b>Utilizado Por</b>
Alimento	Culinária.	
Atividade produtiva	Atividade Rural, Canto de trabalho, Olaria e Tempo.	Trabalho.
Atividade rural	Atividade produtiva e Tempo.	
Construção artesanal	Adobe (construção artesanal).	
Literatura popular	Atividade narrativa.	Literatura oral.
Medicamento	Farmacopéia popular e medicina popular.	
Sistema de crença	Cerimônia religiosa, pessoa religiosa e prática religiosa.	

**Fonte:** Autores, com base na Parte Sistemática do IPHAN (2004).

Após a observação do Quadro 2, nota-se a existência da categoria “utilizado por”. No tesouro, é empregada em uma relação de equivalência presentes entre termos que são sinônimos, ou quase sinônimos – onde são utilizadas as expressões USE e UP. Demonstra-se tal com o exemplo do termo “trabalho”; se um usuário realizar a busca no Tesouro a partir do mesmo, o sistema o direcionará para a utilização de outro termo, no caso “atividade produtiva”, considerado mais apropriado. Desta maneira, será conduzido através de “USE”, a empregar outra palavra em sua pesquisa para obter o resultado de busca que deseja. Isto ocorre, também, com “UP”, onde no Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira é representado através de “utilizado por”. No caso, ao pesquisar “atividade produtiva”, será demonstrado ao indivíduo que para este termo, também se emprega “trabalho”. É outro modo de direcionamento terminológico realizado pelo sistema, para ilustrar ao usuário, que um termo também permite ser pesquisado por outra palavra representativa – ambos a partir de uma relação de equivalência conduzirão um indivíduo a um mesmo resultado de busca. Para melhor demonstração deste exemplo, observe a Figura 1, abaixo:

**Figura 1 – Relação de Equivalência**

<b>Atividade produtiva</b>
Atividade de ordem econômica, social e/ou cultural que se configura pela produção de bens ou utilidades para satisfazer as necessidades humanas.
<b>Usado por</b>
▶ <a href="#">Trabalho</a>
<b>Termos Específicos</b>
▶ <a href="#">Agricultura</a>
▶ <a href="#">Caça</a>
▶ <a href="#">Comércio</a>
▶ <a href="#">Culinária</a>
▶ <a href="#">Extrativismo</a>
▶ <a href="#">Farmacopéia popular</a>
▶ <a href="#">Mutirão</a>
▶ <a href="#">Pecuária</a>
▶ <a href="#">Pesca artesanal</a>
▶ <a href="#">Reciclagem</a>
▶ <a href="#">Tapeçaria</a>
▶ <a href="#">Técnica artesanal</a>
<b>Termos Associados</b>
▶ <a href="#">Atividade ritual</a>
▶ <a href="#">Canto de trabalho</a>
▶ <a href="#">Olaria</a>
▶ <a href="#">Tempo</a>

**Fonte:** IPHAN (2004).

Percebe-se também, a existência de outra categoria, “termos associados”, que na estrutura do tesouro, é conhecida como “relação associativa”. O sistema, depois de descrever a parte conceitual do termo e estabelecer diferentes tipos de relações, como já mencionado, permite realizar associações de termos com conceitos distintos, porém parecidos. Diferentemente da relação de equivalência que se encontra termos sinônimos, em relação associativa, o usuário ao buscar um termo, pode se interessar por outro diferente de temática parecida. Neste processo, exemplificando com “atividade produtiva”, aparecem como termos associados: “atividade rural”, “canto do trabalho”, “olaria” e “tempo”. Como “atividade produtiva” é também representado por “trabalho”, como já demonstrado, um indivíduo ao buscar tal termo, pode se interessar por “canto de trabalho” – apesar de obter um conceito diferente, estabelece uma relação temática. Observe a Figura 2 para melhor demonstração.

**Figura 2 – Relação Associativa**

**Canto de trabalho**

Atividade musical vocal de caráter funcional. É praticada por trabalhadores para ritmar seus movimentos e minorar o esforço.

**Termo Genérico** ▶

- ▶ **Atividade musical**

**Termos Específicos**

- ▶ [Aboio](#)
- ▶ [Cântico de voga](#)
- ▶ [Canto de pedinte](#)
- ▶ [Pregão](#)
- ▶ [Vissungo](#)

**Termos Associados**

- ▶ [Atividade produtiva](#)

**Fonte:** IPHAN (2004).

Partindo do termo “atividade produtiva” para “canto de trabalho”, é demonstrado ao usuário as associações que esta outra terminologia recebe. Porém, como exibido pela Figura 2, ainda é presente no sistema, uma remissiva para “atividade produtiva” como “termos associados”, caso o indivíduo queira retornar a busca anterior, ou apenas ter ciência de direcionamento de sua pesquisa.

É importante enfatizar que para cada termo empregado em qualquer tipo de relação estrutural no tesouro, o mesmo sempre é acompanhado por uma nota explicativa; para a demonstração do conceito terminológico, como já mencionado anteriormente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando discute-se cultura, algo multidisciplinar, envolve uma barreira linguística e interpretativa e com isto, em se tratando de sistemas informacionais, há a necessidade de um controle terminológico para a precisão da compreensão da linguagem e promulgar a recuperação informacional de modo que tanto o usuário, quanto o profissional que utilizam o próprio sistema obtenham fácil acesso.

A linguagem documentária oferece atributos para o controle linguístico e através da estrutura do tesouro, especialmente em nível hierárquico, de relevância e associativo, faz com que um sistema informacional seja mais preciso, oferecendo confiabilidade da informação disseminada, eliminando ambiguidades terminológicas. Desta forma, enfatiza-se a importância deste tipo de estrutura em um sistema informacional, para que haja melhor organização, disseminação e recuperação da informação.

## REFERÊNCIAS

- BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DA PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.
- BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- CAPURRO, R.; HJORLAND, B. The concept of information. **Annual Review of Information Science & Technology**, v. 37, cap.8, p. 343-401. 2003.
- CAVALCANTI, C. R. **Indexação e tesouro**: metodologia e técnica. Brasília: ABDF, 1978.
- COELHO, M. C. et al. **Tesouro do folclore e cultura popular brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, 2004.
- DAHLBERG, I. **Knowledge organization**: a new science? *Knowledge Organization*, v. 33, n. 4, p. 11-19, 2006.
- FERNANDEZ-MOLINA, J. C. Enfoques objetivo y subjetivo del concepto de información. **Revista Española de Documentación Científica**, v. 17, n. 3, 1994, p. 320-331.
- FERREIRA, C. M. **Tradições culturais: uma instituição com dinâmica própria: pontos para uma longa e complexa discussão**. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 1999.
- GUINCHAT, C.; MENO, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2a ed. Brasília: FBB e IBICT, 1994. 540 p.
- FOGL, J. Relations of the concepts 'information' and 'knowledge'. **International Fórum on Information and Documentation**, The Hague, v.4, n.1, p. 21-24, 1979.
- HJORLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. In: TRAVIESO, Crispulo. **Tendencias de investigación en organización del conocimiento**. Salamanca: Ed. Universidad de Salamanca, 2003.
- HJORLAND, B. Core concepts in library and information science. **Royal School of Library and Information Science**, Denmark, 2006.
- HJØRLAND, Birger. What is knowledge organization (KO)? **Knowledge organization. International journal devoted to concept theory, classification, indexing and knowledge representation**, 2008.
- HJORLAND, B. **Historiography of knowledge organization**. 2006. Disponível em: <<http://www.iva.dk/bh/lifeboat> Jto/HISTORY%20&o20THEORY/historiography\_of\_knowledge\_organization.htm>. Acesso em: 13 out.2011.
- HJORLAND, B. Theories are knowledge organizing systems (KOS). **Knowledge Organization**, v. 42, n. 2, p. 113-128, 2015.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 25964**: information and documentation: thesauri and interoperability with other vocabularies - part 1: thesauri for information retrieval. Genebra, 2011.
- IPHAN. **Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira**. Disponível em: <<http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/>>. Acesso em: 27 set. 2018.



LANGRIDE, D. **Approach to classification: for students of librarianship**. London: Clive Bingley, 1973.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2004.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4, 2012. p. 21-48.

MEADOW, C. T.; BOYCE, B. R.; KRAFT, D. H. **Text information retrieval systems**. 2 ed. San Diego, CA: Academic Press, 2000.

MIRANDA, L. M. C.; MEDEIROS, M. B.; SUJII, M. K. **Elaboração de tesouros utilizando-se o programa de elaboração de tesouros em microcomputador** (Tecer). Bibliotecon. Brasília, v. 18, n. 2, 1990. Disponível em: . Acesso em: 29 maio 2010.

MOREIRA, M. P.; MOURA, M. A. Construindo tesouros a partir de tesouros existentes: a experiência do TCI -Tesauro em Ciência da Informação. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, v.7, n.4, ago, 2006.

NISO (Org.). Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. **National Information Standards Organization Baltimore**, Maryland, p.1-184, 2010.

SAGER, J. **A practical course in terminology processing**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1990.

SCHIESSL, M; SHINTAKU, M. Sistemas de Organização do Conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012. 248 p. Capítulo 2, p. 49-118.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

UNESCO. **Diretrizes para a elaboração e desenvolvimento de thesauri monolíngues destinados à recuperação de informações**. Tradução: Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Departamento de Biblioteconomia da Faculdades de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, 1973.

NISO (Org.). Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. **National Information Standards Organization Baltimore**, Maryland, p.1-184, 2010.

VICKERY, B. **A note on knowledge organization**. 2008. Disponível em:

<[http://www.iva.dk/bh/lifeboat\\_ko/CONCEPTS/Vickery\\_a\\_note\\_on\\_knowledge\\_organisation.htm](http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/Vickery_a_note_on_knowledge_organisation.htm)>. Acesso em: 14 set. 2011.

**A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO ENTRE ALUNOS E CUIDADORES COMO UM CANAL FACILITADOR NO AMBIENTE ESCOLAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

*THE IMPORTANCE OF THE LINK BETWEEN STUDENTS AND CAREGIVERS AS A FACILITATING CHANNEL IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: A REPORT OF EXPERIENCE*

Área temática: Educação e Desenvolvimento

PEREIRA JUNIOR, Luciano Aparecido  
Universidade de Franca  
Graduado em Psicologia, Mestrando em Promoção da Saúde  
E-mail: lucianojuniorpereira@gmail.com

FLAUSINO, André dos Reis  
Universidade de Franca  
Graduado em Pedagogia, Pós-graduando em Psicopedagogia  
E-mail: andreflausino1@hotmail.com

**Resumo**

O cuidado é um processo que demanda atenção, carinho e disposição ao se atender o outro. O Cuidador Escolar é uma profissão nova, que surgiu com a demanda advinda da inclusão escolar de pessoas portadoras de deficiência, e que vem superando cada vez obstáculos e quebrando paradigmas diante de um processo dialógico e vinculativo. Esta pesquisa objetiva-se em conhecer e comparar o sentido do cuidado e a importância do Cuidador tanto pelo viés teórico, quanto pela prática através do relato de experiência. Assim, esta pesquisa torna-se importante por trazer em foco a realidade de quem cuida e de quem é cuidado, tanto do ponto de vista teórico, quanto do prático, ampliando e aumentando os estudos sobre essa nova profissão. A metodologia foi baseada na pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, além do relato de experiência, que posteriormente foram comparados e contrastados. Os dados e informações foram analisados, observando-se a demanda por referenciais teóricos sobre o tema, a profissão ser recente, a importância do Cuidador Escolar para o educando, como ferramenta essencial no processo de autonomia, estímulo, diálogo, necessidades básicas (ir ao banheiro, locomoção e alimentação) e facilitação, mantendo sempre relação com a família e a escola, fomentando e formando uma rede de cuidado.

**Palavras-chave:** Cuidador Escolar, Educação Inclusiva, Pessoas portadoras de deficiência.

Care is a process that demands attention, affection and willingness to meet the other. The School Caregiver is a new profession that has arisen with the demand that comes from the school inclusion of people with disabilities and who has overcome obstacles and breaking paradigms in the face of a dialogical and binding process. This research aims at knowing and comparing the care sense and the importance of the Caregiver as much by the theoretical bias as by the practice through the experience report. Thus, this research becomes important because it brings into focus the reality of caregivers and caregivers, from both the theoretical and the practical points of view, broadening and increasing the studies about this new profession. The methodology was based on the exploratory, bibliographical and documentary research, besides the experience report, which were later compared and contrasted. The data and information were analyzed and compared, observing the demand for theoretical references on the subject, the profession being recent, the importance of the School Caregiver for the student, as an essential tool in the process of autonomy, stimulation, dialogue, basic needs (going to the toilet, transportation and food) and facilitation, always maintaining relationship with the family and the school, fomenting and forming a network of care.

**Keywords:** School Caregiver, Inclusive Education, People with disabilities.

**INTRODUÇÃO**

O desenvolvimento humano perpassa por diversas fases e possui um ciclo, a partir do desenvolvimento cognitivo, físico e psíquico, além de se atentar ao indivíduo enquanto um sujeito biopsicossocial (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2013). Crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência sempre tiveram dificuldades dentro do ambiente escolar, visto a existência de questões

que extrapolavam o preconceito, pois não eram pautados na importância da inclusão e na capacitação e disponibilidade de cuidadores individuais para eles (SOUZA, 2013).

Ao longo do tempo, mudanças na área da educação e nas diretrizes básicas da educação nacional, abriram espaço para um novo olhar sobre a demanda das pessoas com deficiência dentro do ambiente escolar, deliberando sobre o projeto de Lei nº 228, de 2014 (BRASIL, 2014) que transita no Senado, tendo sido aprovado o texto pela Câmara dos Deputados, o qual considera que o educando portador de alguma deficiência ou qualquer limitação, mesmo que seja temporária, tanto em estabelecimentos públicos ou privados, garantindo assim o seu ingresso no ensino regular, fazendo-se cumprir o que se estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, quanto o direito à educação (BRASIL, 1990).

Os cuidadores possuem importante papel afetivo na relação entre educando e escola, visto que este se torna um facilitador e um apoiador para que o ambiente escolar se torne o mais acolhedor possível às demandas e necessidades da criança e do adolescente (SANTOS, 2015). A questão afetiva e do cuidado, afeta diretamente outros processos como a aprendizagem, as relações e interações sociais com os demais alunos (TASSONI; LEITE, 2013).

Os fatores que influenciam a relação cuidador e educando perpassam por várias questões tanto de ordem pessoal, quanto diante de questões sociais e culturais, além da estrutura familiar e suas relações, e as questões econômicas e políticas (CÂMARA et. al., 2016), no que tange o acesso à escola e a este tipo de profissional.

### **Contexto histórico**

O processo de inclusão social principia pelo processo de uma educação inclusiva e que viabilize o acesso de cada pessoa ao ambiente escolar, e neste caso especificadamente, de crianças e adolescentes, e neste sentido chegará um ponto em que este sujeito conhecerá a exclusão, para além da escola, o que possibilita compreender que a importância do cuidador vai para além do ambiente escolar, facilitando a comunicação, a identificação, atendendo as especificidades de cada indivíduo nesta relação (CAMARGO, 2017).

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabelece em seu artigo 208 a importância da educação e descreve o acesso a educação através da gratuidade, da universalidade e da equidade, em que todos os indivíduos possuem o direito de estarem matriculados no ensino regular, o que inclui os portadores de deficiência, com um atendimento educacional especializado.

A inserção do cuidador na escola é recente, embora sua demanda seja antiga. As leis foram se adequando e se adaptando ao longo do tempo. Assim, a Lei 7.853 de 1989 (BRASIL, 1989), dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, posteriormente, ressalta-se a Declaração Mundial de Educação Para Todos de 1990 (UNESCO, 1998).

O Estatuto da Criança (BRASIL, 1990), vem em cumprimento do que estabelece a Constituição Federal, garantindo a crianças e adolescentes o direito a educação, de maneira indistinta e equitativa, atendendo a todas as necessidades específicas e peculiares a cada indivíduo. Em 1994 (BRASIL, 1994) estabelecem-se as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Dentro do contexto histórico, o Brasil também se destaca como signatário de tratados internacionais de atendimento as pessoas com deficiência no âmbito escolar como foi promulgada pelo decreto nº 6.949 de 2009 (BRASIL, 2009), diante da Conferência Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em Nova York, no ano de 2007.

Em 1999 (BRASIL, 1999) há o estabelecimento da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Já em 2001, há o estabelecimento do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001) e atentando-se a questões mais recentes sobre o tema, observa-se o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (BRASIL, 2007) e o Plano Nacional de Educação com princípios de universalidade e alfabetização atendendo a todos de maneira equitativa (BRASIL, 2014).

### **O sentido do cuidado**

O cuidar vai além do sentido de cuidado, possibilitando ao outro a autonomia, frente à deficiência (CÂMARA et. al., 2016). Assim, o cuidador vai desempenhar ações de auxílio e proteção ao educando dentro do ensino regular e do ambiente escolar, favorecendo a participação social e a interação com os demais alunos, além de determinantes essenciais como o carinho, escuta, compreensão, facilitação e viés emocional (MASUCHI; ROCHA, 2012).

Relações afetivas podem ser estabelecidas como a amizade, no que tange o trabalho desenvolvido pelo profissional, sendo uma atitude de doar-se ao outro o tempo, o afeto, a escuta e o

cuidado constantemente e de maneira vigilante, frente às demandas que podem surgir, colocando-se de maneira importante para a outra pessoa (MASUCHI; ROCHA, 2012). Neste sentido, ainda como destacam as autoras Masuchi e Rocha (2012) o cuidado está sempre entrelaçado na relação com o outro, no contato e no estar com este sujeito que se apresenta com duas necessidades, e ainda ressalta que o trabalho esteve sempre entrelaçado a figura feminina, embora mudanças tenham acontecido a respeito desta questão. O cuidador tem um papel essencial para a pessoa que está sendo cuidada, e não é diferente no ambiente escolar, onde este também deve zelar pela higiene, autonomia e privacidade, sendo um suporte ao educando (MASUCHI; ROCHA, 2012).

O ato de cuidar está na vivência e nas experiências possibilitadas neste acontecimento, visto que o cuidado, demanda por zelo, atenção e a troca mútua de experiências e diálogos entre cuidador e indivíduo cuidado, principalmente quando estes são crianças e adolescentes com muitos sonhos, desejos, vontades e fantasias, havendo um intenso relacionamento afetivo, de atenção, responsabilidade e preocupação, possibilitando que o outro manifeste o que há de melhor em si, seus potenciais (DAMAS; MUNARI; SIQUEIRA, 2004).

As famílias colocam no papel do cuidador um ponto de referência de confiança e cuidado para com o educando dentro do ambiente escolar, sendo que o grupo de pessoas com necessidades especiais são heterogêneas e as demandas variadas, pensando também o fato de que o cuidador também desempenha um papel de saúde, ao favorecer a sensação de bem-estar da pessoa que está sendo cuidada (BRACCIALLI, et. al., 2012). Diante disso, destaca-se a importância do cuidador para o educando no processo de ambientação escolar e relação de afetividade e vinculação.

Assim, este estudo se justifica por buscar referenciais teóricos que abordem os Cuidadores Escolares, sendo esta uma profissão atual, discutindo a respeito de suas funções, do sentido do cuidado e de como este é visto dentro do ambiente escolar e pelos familiares dos educandos. Destacando ainda, as diferentes nomenclaturas abordadas para este profissional, e os requisitos para ser um profissional Cuidador Escolar, além do relato de experiência de um profissional, objetivando contrastar teoria e prática a respeito das diversas funções deste profissional.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A educação é um espaço amplo para se trabalhar o sentido do cuidado, pensando-se a escola como aquele espaço onde a criança iniciará seu processo de alfabetização e o desenvolvimento de outros processos como aprendizagem, pensamento, raciocínio e socialização (SANTOS, 2015).

Ao se referir ao cuidador neste cenário os pais vivem a dicotomia do preparo ou despreparo de escolas e profissionais para receberem seus filhos e atenderem as demandas destes no ambiente escolar, mas é essencial que estes sejam ativos dentro do ambiente escolar, possibilitando a troca de informações essenciais sobre seus filhos facilitando o processo de cuidado (ARAUJO; LIMA, 2011). Assim, tanto pela família, educando, cuidadores, professores e demais profissionais, a escola deve ser um espaço de convívio social e onde relações sociais são formadas, através de vínculos importantíssimos no processo de aprendizagem, socialização (SANTOS, 2015) e afetividade.

Há uma demanda por se pensar a escola e um ensino de maneira circular, voltado para o ser humano e o processo de humanização (SANTOS, 2015), dando sentido às relações e ao processo de inclusão social. Com destaca Santos (2015), é nesse processo de voltar-se para o ser humano que o cuidado demanda um foco para o sujeito em si e para suas relações e interações com meio, num processo de socialização e vinculação afetiva. Mediante isto, o cenário de inclusão gera ainda incertezas no Cuidador Escolar, além de ansiedades e preocupações (ARAUJO; LIMA, 2011), que vão sendo delineadas a partir do momento que vai se construído o sentido deste profissional para o aluno e para a escola.

A inclusão social e escolar é um processo de mudança social, familiar e de todos os profissionais que estarão envolvidos com crianças e adolescentes dentro do ambiente escolar, lidando diretamente com as demandas e necessidades dos educandos (ARAUJO; LIMA, 2011). É nesse sentido que Santos (2015) ressalta a importância da reflexão sobre o ensinar, aprender e construir o conhecimento, compreendendo as vinculações, interações e relações humanas. Pontua-se que cada relação se dá de uma maneira única e específica, num processo de empatia e confidencialidade.

Como salienta Santos (2015, p.1333), “todo o processo de ensinar, aprender e conhecer inclui riscos, pois modifica a todos, uma vez que articula quem ensina, quem aprende e o conteúdo” e vai mais além, envolve os demais profissionais da escola e o Cuidador Escolar, como aquele que viabiliza um papel importante para a criança e adolescente dentro do ambiente escolar. O ensino está

diretamente vinculado ao ambiente (SANTOS, 2015), assim, com a presença do Cuidador e de um ambiente saudável e propício, o aprendizado e o desenvolvimento de relações sociais e afetivas podem ser alcançados.

O ato de educar, também é um ato de cuidar (SANTOS, 2015), assim, é essencial que o Cuidador Escolar, mais do que uma pessoa capacitada, seja um profissional com formação em pedagogia, ampliando o auxílio ao educando.

Assim, o ato de cuidado é um encontro, que pode ser desenvolvido de diversas maneiras, tendo em cena que tanto o cuidador quanto o educando cuidado possui uma dinâmica relacional e um processo de empatia e vinculação (SANTOS, 2015). O Cuidador e o aluno podem construir uma relação facilitadora para um desenvolvimento amplo do indivíduo num processo de humanização, saúde e aprendizagem.

### **O ambiente escolar: o espaço vinculativo entre o cuidador e educando cuidado**

Dentro da educação inclusiva, o cuidador possui um papel importante, visto que os espaços e ambientes devem estar disponíveis e acessíveis a todos os alunos, cada qual mediante suas necessidades e demandas.

A escola é um ambiente que propicia o desenvolvimento humano e processo de aprendizagem, assim, uma escola que possui cuidadores, sendo aqueles que exercem o cuidado, principalmente, quando existem crianças e adolescentes portadores de alguma deficiência e que demandam por uma atenção especial (SANTOS 2015). Como descreve Santos (2015), o cuidado vai além da relação entre o cuidador e aquele que é cuidado, tomando um rumo ainda mais ampliado, sendo que o ambiente escolar exige diversas ações por parte daquele que cuida e do educando, sendo escola base não somente para o desenvolvimento intelectual, quanto no desenvolvimento emocional, social e moral do indivíduo. A escola é uma rede social e cuidado é parte dela, em que todos os atores devem estar inseridos (SANTOS, 2015), o que inclui a participação ativa do Cuidador Escolar.

A inclusão das crianças tem gera tanto para elas quanto para seus familiares incertezas, visto que pode haver um despreparo e a demanda para que os cuidadores sejam profissionais da pedagogia e educadores, em que a criança não deve ser vista como totalmente dependente da família, mas como um indivíduo que deve possuir autonomia, a ser resgatada através do trabalho desempenhado pelo cuidador, assim, a entrada na escola é vista com certo receio, mas no decorrer do processo e da existência de cuidadores, há um intermédio de facilitação (ARAUJO; LIMA, 2011).

Uma escola inclusiva deve basear tanto o processo de aprendizagem quanto a preparação do ambiente, voltados para o atendimento do educando e suas necessidades, assim tanto os métodos de ensino, quanto a pessoa responsável por este cuidado, deverão estar preparados para esta recepção, e o profissional, ser capacitado (POKER; CARDOSO, 2017).

No ambiente escolar o papel do cuidador é dar apoio aos alunos com uma função de suporte, como a locomoção, alimentação, higienização, diálogo e socialização, o que podem influenciar e comprometer o processo de escolarização, além de poder facilitá-lo (POKER; CARDOSO, 2017).

É preciso que haja uma evolução e um esclarecimento no que de fato é a função do Cuidador Escolar, visto que esta é uma nova profissão, que tem sido vista como importante dentro do ambiente escolar, no que tange a influência no processo de ensino-aprendizagem para os alunos com necessidades especiais (SANTOS; PEREIRA; FARIAS, 2016). O cuidador se coloca numa posição de cuidar e cuidado, no entanto, o seu trabalho é um ir além do que se estabelece nessa significação, indo de encontro com outras funções ligadas a questões fisiológicas e locomotoras, sendo essencial que o cuidador seja um profissional com formação em pedagogia ou outra área de docência (SANTOS; PEREIRA; FARIAS, 2016).

### **Os cuidadores: desenvolvendo um trabalho em função do outro**

A importância do Cuidador Escolar nasce através das Leis que asseguram aos educandos portadores de deficiência a atenção deste profissional. Como estabeleceu a Lei 9.394 de 1996, sobre as Diretrizes Básicas da Educação Nacional (BRASIL, 1996), traz em seu capítulo 5 à garantia de direitos importantes em que descreve a educação especial dentro do ensino regular a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, ponderando um apoio especializado, com o papel do cuidador, atendendo as demandas do indivíduo, como garante a Constituição e os deveres do Estado.

Como destaca Cordeiro (2017), o Cuidador Escolar é titulado com Tutor, tendo este a função de cuidar do aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) auxiliando o aluno de inclusão,

mas sem ter características funcionais de babá, cuidador, enfermeiro, vindo a ter outros significados e importâncias nessa relação Tutor e educando, como a autora propõe.

Os alunos em inclusão são partes essenciais do desenvolvimento enquanto seres humanos deles mesmos e dos profissionais que estão ali em função do seu cuidado, assim, ao compreenderem-se as diferenças age-se diante de uma estabilidade emocional e auxilia o conhecimento intelectual (CORDEIRO, 2017).

A inclusão de crianças nas escolas requer mudanças tanto sociais quanto escolares, e inclusive profissionais, visualizando como se dá o trabalho do cuidador e até mesmo as cobranças que incidem sobre este profissional, principalmente na relação com a família, sendo o tema inclusão escolar pouco abordado pelo ponto de vista da família e do cuidador escolar (ARAUJO; LIMA, 2011).

Dentro da escola inclusiva o importante é que todas as crianças possam aprender juntas, independente das diferenças, reconhecendo as diversas necessidades existentes, atendendo-as prontamente em suas peculiaridades, para que haja educação de qualidade, e principalmente, um ambiente escolar que promova bem-estar e qualidade de vida, através de uma atitude e parâmetros inclusivos, o que envolve o Cuidador Escolar (CORDEIRO, 2017).

Mudanças são necessárias na relação entre o Cuidador, o educando e o ambiente escolar, e ainda, na questão da inclusão escolar, visando o funcionamento das escolas, a formação humanitárias dos professores, as relações familiares, escolares, sociais (CORDEIRO, 2017) e ainda com o próprio cuidador. Como destaca Cordeiro (2017, p. 13) “a equipe escolar precisa estar apta a receber as crianças com NEE, favorecer a coletividade, o dinamismo e a flexibilidade para a sua aprendizagem atingindo o objetivo final da equipe escolar, que é a inclusão”. Dentro do processo de inclusão, a função do Cuidador Escolar, apresenta-se de maneira muito importante, principalmente, nas vinculações e relações que devem ser estabelecidas.

O cuidado vai de encontro com o que não é possível, partindo em direção do que o outro precisa, priorizando o bem-estar e o autocuidado, através do suporte e do apoio, assim, o cuidar é um constante negociar com o educando, a cada tarefa que precisar ser desenvolvida, pensando que o indivíduo não é passivo na relação, mas tão ativo quanto o cuidador no processo do desenvolvimento cognitivo, emocional e afetivo (SANTOS, 2015).

O cuidado não tem a ver com repreensão, mas com acalento, nutrição, aproximação, alimento e interação, intervindo diretamente na realidade das pessoas que se apresentam e demandam pelo cuidado, num processo em que o Cuidador Escolar é essencial (SANTOS, 2015). A relação cuidador e a pessoa cuidada devem ser pautadas no que pode ser feito, levando em conta o que é desejável e a vontade do outro, em que cada intervenção é uma nova experimentação, sendo uma experiência que abre uma gama de possibilidades para o educando cuidado e seu cuidador, viabilizando que o autocuidado e o incentivo a este se tornem base do suporte emocional do indivíduo (SANTOS, 2015).

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa baseou-se em métodos qualitativos, através da pesquisa bibliográfica, explorando artigos e livros já publicados sobre o tema em que vários autores já contribuíram (GIL, 2008) e a pesquisa documental, em que os referenciais teóricos foram explorados através de documentos oficiais (GIL, 2008), que foram comparados e analisados.

O trabalho também se destacou pela pesquisa exploratória, buscando-se conceitos e informações através de levantamento bibliográfico e documental a respeito do tema aqui proposto (GIL, 2008) e o relato de experiência destacando as experiências diárias enquanto profissional.

O Relato de Experiência foi comparado com os dados bibliográficos coletados, tendo como problemática a teoria e a prática do Cuidador dentro do ambiente escolar e na relação com o educando em inclusão. Desta maneira, a teoria foi comparada com a prática, apontando pontos convergentes e divergentes a respeito dos referenciais teóricos em um comparativo com a rotina daquele que exerce a função do cuidado e do apoio a educandos em educação inclusiva.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Dentro da pesquisa bibliográfica foram buscadas várias fontes dentro das bases de dados, que abordassem o tema sobre Cuidadores Escolares, no entanto, poucos foram os artigos encontrados que abordassem essa nova profissão, ficando assim o trabalho focalizado em alguns autores e no relato de experiência de um profissional Cuidador, num processo de construção de sentido a esta profissão e ao seu desenvolvimento dentro do ambiente escolar (POKER; CARDOSO, 2017).

O trabalho do Cuidador Escolar, além de receber nomes distintos como Tutor (CORDEIRO, 2017), distingue-se também quanto ao desenvolvimento de suas funções, em que Santos, Pereira e Farias (2016) trazem que o cuidador deve auxiliar diretamente no processo educacional, enquanto Poker e Cardoso (2016) abordam que este profissional deve ter uma formação mínima e técnica em enfermagem ou cuidados, não cabendo a este desenvolver atividades pedagógicas visto que, não possuem formação para desempenhar tal função. Assim, é fundamental compreender quem é o Cuidador e qual a sua função dentro do ambiente escolar e na relação com o educando portador de deficiência.

O cuidado pode ter várias significações, o que irá variar de autor para autor, no entanto, diante do relato de experiência, este pode ser exemplificado como aquele que possibilita ao aluno frequentar o ensino regular, além de facilitar a vida escolar deste. É uma obrigação zelar pelo bem estar do aluno, cuidar de sua higienização, alimentação e locomoção. O cuidador é um facilitador e ao mesmo um mediador entre as diversas situações que podem se apresentar no dia-a-dia, vendo o cuidador através da relação entre este e o educando, e de ambos com o ambiente (SANTOS, 2015). Assim, até mesmo o ato de educar deve ser um ato de cuidado (SANTOS, 2015).

Ainda, conforme o relato, este deve estar presente em todo momento quando necessário, porém ao mesmo tempo deve incentivar a autonomia. Ser cuidador é amar o próximo independente de qualquer coisa. É o coletivo escolar que deve ter a função do cuidado, numa espécie de rede, pois o cuidado envolve diversos atores (SANTOS, 2015), incluindo o Cuidador Escola, como pessoa referência aquele indivíduo inserido no ensino regular e no ambiente escolar.

Poker e Cardoso (2016) destacam que o trabalho do Cuidador na escola é diferente do cuidado em saúde, embora, o objetivo seja o mesmo, que é cuidar e apoiar o indivíduo em todas as suas demandas e necessidades. É preciso, que ao cuidar, sejam consideradas várias possibilidades e devendo o cuidado ser construindo constantemente, num processo de constante interação (SANTOS, 2015). Assim, o profissional será as pernas, braços, olhos e voz de quem não pode ter. É uma responsabilidade imensa, deve-se haver muita dedicação e amor pela profissão, pois esta ajudará diretamente a formar conceitos básicos para a vida de quem está recebendo os cuidados. O que salienta este constante processo de construção e de vinculação que deve ser estabelecido e cultivado no espaço escolar.

O cuidado carece da atenção e da especificidade, além das possibilidades e a prática e desenvolvimento de atividades, priorizando a consulta e o discurso, o diálogo entre as pessoas envolvidas nessa relação e interação, pautadas na empatia e na escuta (SANTOS, 2015). Há então um caminho a percorrer, que nem sempre possui facilidades, mas também dificuldades. O Cuidador Escolar tem um papel essencial na inserção no educando num processo de educação inclusiva (SANTOS; PEREIRA; FARIAS, 2016).

As dificuldades e facilidades são existentes, no que tange a realidade e o dia-a-dia da rotina escolar. Como destaca o relato, como facilidades é possível observar a disposição do profissional em exercer o cuidado, pois não é fácil atuar nessa área, porém eu diria que é gratificante enquanto ser humano saber que estou sendo importante na aprendizagem e na criação de autonomia de uma criança portadora de necessidades especiais. Neste sentido há um processo de gratificação e disponibilidade em função do outro e das demandas do outro, sabendo que, a qualquer momento podem surgir novos eventos, com o qual deve estar preparado para lidar (SANTOS, 2015).

As dificuldades podem ser observadas visto que existe uma confusão muito comum nas escolas, confundem o trabalho do cuidador com o do professor auxiliar, não é necessário ser formado em pedagogia para ser cuidador, enquanto que para aplicar atividades pedagógicas, se faz necessário a apresentação do diploma em licenciatura na pedagogia. Portanto, não é dever do cuidador ensinar conceitos pedagógicos em sala, muitos professores pedem e até se incomodam pelo fato do cuidador não realizar essas atividades com o aluno e permanecer em sala apenas quando necessário para a locomoção, higienização ou alimentação (dar água). Esse mal entendendo pode gerar conflitos com a escola. Assim, a inclusão social não é algo rápido e fácil de ser estabelecido (SANTOS; PEREIRA; FARIAS, 2016).

Através da fala do Cuidador, é válido voltar à questão de que a função do Cuidador, não possui caráter pedagógico, pois ele não está ali com a função de ensinar, mas sim “garantir um ambiente acessível ao aluno, de acordo com suas necessidades, visando apoiá-lo na realização de tarefas como alimentação, locomoção, higiene, entre outras (...)” (POKER; CARDOSO, 2017, p. 7). Diante disso, o aluno pode participar de todos os ambientes e atividades de aprendizagem, no tempo em que estiver dentro do ambiente escolar (POKER; CARDOSO, 2017).

O Cuidador Escolar pode ser visto como uma ferramenta para facilitar e minimizar os

impactos do processo de inclusão tendo um olhar especial e inclusivo, frente às necessidades educativas especiais, a rotina, as capacidades e as limitações existentes (SANTOS; PEREIRA; FARIAS, 2016).

O cuidado e o Cuidador partem do princípio da perseverança, além da fluidez e adaptação deste processo inclusivo, afetivo e educacional, no que concerne a facilitação e a autonomia, além de profissionais sensíveis e abertos para o aprendizado e capacitações (SANTOS, 2015). Assim, como ressalta Santos (2015, p.1337) é preciso “tornar o profissional um constante experimentador de seu próprio trabalho”. Ele auxilia, cuida, compartilha, constrói, possibilita e experimenta através da gratificação, o sentido de ser um Cuidador Escolar.

A entrada do educando portador de deficiência e do Cuidador no ambiente escolar é possibilitada através da educação inclusiva, e da inclusão do aluno no ensino regular. A educação deve ser vista com cuidado, e a escola como um ambiente que deve desenvolver o cuidado (SANTOS, 2015). A educação especial possui diversos desafios a serem superados, principalmente em situações que os alunos especiais se encontram diante de atividades, das quais, possuem limitações e capacidades físicas e intelectuais para desenvolvê-las, sendo que o processo de inclusão exige um ensino e atividades adaptadas para atender estes alunos (SANTOS; PEREIRA; FARIAS, 2016).

De acordo com a fala aqui relatada, a educação inclusiva é vista diante do fato de que infelizmente os professores não são devidamente preparados para receber o aluno portador de deficiência. Percebe-se falta de capacitação, fazendo com que o aprendizado seja comprometido, em alguns casos, o aluno possui o cognitivo perfeito, porém recebe o estímulo da maneira errada, atrasando seu desempenho escolar. Destaco que apesar dessa dificuldade, estar presente na sala de aula comum é um direito de todos, independente de suas deficiências, por isso é dever da escola garantir vaga em sala de aula para estes alunos. Mediante isso, ressalta-se que a educação é um fator importante na transformação de indivíduos, devendo a mesma ter qualidade a fim de que possa atender as necessidades especiais de cada aluno, garantindo a inclusão e a correta inserção escolar do educando (CORDEIRO, 2017).

O desenvolvimento da criança com deficiência depende de uma estimulação precoce, de um ambiente rico em estímulos e com pessoas incentivadoras e que possa dar atenção, carinho, amor e cuidado necessários, possibilitando e facilitando um constante desenvolvimento (CORDEIRO, 2017). Espera-se uma educação inclusiva capaz de atender todos os alunos portadores de deficiência com adaptações as grades curriculares, as salas de aula, ao prédio escolar, a fim de promover a escolarização e socialização do educando (CORDEIRO, 2017). Dentro do processo de inclusão escolar, nenhuma escola deve negar matrícula no ensino regular por nenhum motivo no que tange as diferenças e necessidades humanas (CORDEIRO, 2017).

Como destaca Cordeiro (2017, p. 16), “o grande desafio para que ocorra a inclusão é oferecer oportunidades, é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais”. É preciso e necessário um processo de humanização e formação humanitária de professores e demais profissionais inseridos no ambiente escolar, incluindo os Cuidadores Escolares.

Dois pontos importantes da execução do cuidado são a família e a escola. Estas exercem papel crucial no trabalho do Cuidador Escolar, visto o despreparo dos profissionais da educação e os anseios dos familiares frente ao fato do ingresso dos educandos no ensino regular (ARAUJO; LIMA, 2011). Assim, além de investimento no sistema educacional e na estruturação curricular adaptada para estes alunos, é preciso que profissionais sejam formados e capacitados para a recepção destes alunos, e que a família, colabore de maneira participativa e informativa com a escola, assim, forma-se uma rede de cuidado, que conta com a referência do Cuidador Escolar como mediador deste processo (ARAUJO; LIMA, 2011).

Através do relato descreve-se o contato com a família através da recepção e entrega do aluno, deve-se haver o cuidado de quando necessário, conversar apenas coisas relacionadas à sua função, por exemplo: O aluno tossiu muito, teve algum engasgamento e etc. Assuntos da sala de aula e envolvendo seu aprendizado é de responsabilidade dos professores da sala e da direção escolar. A função do Cuidador está para uma atenção direcionada ao educando em seus aspectos físicos e emocionais, não adentrando o processo de aprendizagem, o que não cabe a sua função (POKER; CARDOSO, 2017).

Dentro do ambiente escolar existe a confusão de tarefas do cuidador e do professor auxiliar. O cuidador deve seguir o procedimento segundo suas funções atribuídas pela empresa contratada, respeitando suas regras e condições, além disso, deve seguir o regimento da escola, pois apesar de



ser um funcionário terceirizado, deve sempre respeitar as hierarquias existentes em seu local de trabalho. Embora alguns autores tenham pontuado como tarefa do cuidador a questão pedagógica (SANTOS; PEREIRA; FARIAS, 2016), as autoras Poker e Cardoso (2016) salientam que esta não é uma função atribuída ao Cuidador Escolar. Dar ao profissional mais uma tarefa são retirar do educando atendida a atenção a outras demandas, que são de ordem fisiológica e psicológica (POKER; CARDOSO, 2017), cabendo observarem-se as diretrizes da educação inclusiva e o que ela propõe a este respeito.

Os pais como principais cuidadores ficam preocupados com a inserção do filho do ambiente escolar, e o distanciamento destes por um período, priorizando a educação e o ingresso ao ensino regular da criança (ARAUJO; LIMA, 2011). As preocupações e anseios também se fazem presente para os cuidadores, dentro do contexto da inclusão, sendo importante que tais dificuldades possam ser conhecidas e mudanças realizadas no processo de inclusão, tanto em benefício do aluno, quanto do Cuidador Escolar (ARAUJO; LIMA, 2011).

Uma educação inclusiva só pode ser nomeada desta maneira quando se torna uma educação de qualidade, abrangendo a todos os alunos independente de suas diferenças e quebrando diversos paradigmas pré-estabelecidos, demandando um empenho de educadores e profissionais da educação para esse atendimento, e a participação constante e ativa de Cuidadores Escolares neste processo (CORDEIRO, 2017). A inclusão demanda uma mudança de atitudes frente ao ser humano, necessitando de novos olhares para a educação e sua importância, em que o indivíduo possa ser amado e respeitado por todos os integrantes do sistema escolar (CORDEIRO, 2017).

A autora Cordeiro (2017, p. 16) nomeia o Cuidador Escolar como um Tutor, dando a ele também características de influência no processo de aprendizagem, ela destaca que é preciso que este “supervisione de forma adequada o seu caso, já que a integração com a sociedade passa a ser mais fácil no ambiente escolar e com este benefício o aluno com necessidades educativas especiais teria um maior estímulo às atividades motoras e psíquicas”. Abordamos aqui o termo Cuidador Escolar, buscando compreender o sentido desta função e a execução de suas tarefas, num processo vinculativo e relacional com o educando.

A contratação do Cuidador deve ser feita desde o início do ano letivo, para que este já seja inserido na relação e no ambiente desde o começo, visando o fato de que a relação com o aluno, demanda por uma questão afetiva e empática (CORDEIRO, 2017). A presença do Cuidador Escolar é viabilizar a um grupo de pessoas a possibilidade de serem incluídos no ensino regular, tendo todo suporte necessário para que haja a aprendizagem, demandando por um projeto pedagógico inclusivo (POKER; CARDOSO, 2017). O Cuidador Escolar ou Tutor (CORDEIRO, 2017) deve manter ativa a sua relação e diálogo com a escola e a família, criando uma rede de apoio integrada em favor do aluno atendido no ambiente escolar.

A inserção do educando portador de deficiência e do cuidador é uma mudança paradigmática, pautada em uma nova maneira de se compreender e entender o ambiente escolar, além do sentido de educação e aprendizagem, sendo uma mudança que caminha aos poucos, mas que tem feito muitas diferenças e progressos (POKER; CARDOSO, 2017).

Os cuidadores são conhecedores das necessidades de suas crianças e adolescentes, são os atores principais que viabilizam ou não informações a respeito da rotina deste na escola, e dos eventos que discorrer durante o período de estudo, sendo importante e essencial a parceria entre familiares e cuidadores, mesmo diante das dificuldades existentes por ser um processo novo para ambos os atores envolvidos, a começar pelo educando e pelo Cuidador Escolar (ARAUJO; LIMA, 2011).

O número de crianças portadoras de deficiência fora da escola ainda é grande, e o desconhecimento do profissional Cuidador, auxilia neste número, e estes profissionais se preocupam com aqueles que ainda não ingressaram no ensino regular (ARAUJO; LIMA, 2011). Destaca-se como necessário um espaço de diálogo, onde os familiares possam conversar com os professores sobre suas dúvidas, anseios e informações a respeito da inclusão, e ainda, a criação de grupos de cuidadores que propiciem estudos, formações, troca de experiências e um espaço conversacional construtivo para novas ideias e mudanças necessárias (ARAUJO; LIMA, 2011).

O ato de cuidar e se aproximar diante do outro é essencial no que tange o trabalho do Cuidador Escolar, sendo um encontro contínuo com o educando que se apresenta e as suas necessidades e demandas, através de novas possibilidades e imprevistos, possibilitando um espaço de troca afetiva e construtiva, através da escuta, autonomia e diálogo (ARAUJO; LIMA, 2011).

No sentido de estar com o outro é que se criam as possibilidades e abre-se um leque de ações, através do contato e da participação integrativa e empática dentro do ambiente escolar, onde

uma rede cuidadora pode ser formada e possibilita tendo como principal fato a atenção direcionada para o aluno e suas necessidades (SANTOS, 2015). Assim, destaca-se novamente que ser cuidador é amar o próximo independente de qualquer coisa, uma entrega em favor do cuidado com o outro.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do Cuidador é essencial e importante no processo de inclusão da criança e do adolescente portador de deficiência no ambiente escolar. Para sua inserção é necessária uma mudança estrutural, pedagógica e social, além da capacitação e formação de professores e demais profissionais para uma visão mais humanista e inclusiva.

Exercer o cuidado não é uma tarefa simples, mas que demanda empenho, atenção, carinho, diálogo, troca, mediação e negociação, num processo de relação com o educando, a família e a escola. A família deve estar ciente do dia-a-dia do aluno, assim como, deve informar a escola sobre qualquer nova informação e demanda do mesmo. A escola deve ser facilitadora criando um ambiente acolhedor e estimulando professores e profissionais para desenvolverem o processo inclusivo, de maneira empática, concisa e acolhedora.

O Cuidador Escolar é uma ferramenta essencial no auxílio ao educando, favorecendo as relações sociais, a autonomia e as necessidades básicas (ida ao banheiro, alimentação e locomoção), num processo que influencia afetivamente e emocionalmente o outro, criando uma vinculação e relação, que pode vir a influenciar também, no processo de aprendizagem, mesmo que esta não seja uma função do Cuidador.

Existe uma demanda essencial para que professores tenham uma formação mais humanizada e os Cuidadores Escolares uma melhor capacitação, e que estes processos sejam contínuos frente às constantes dificuldades e adversidades que se apresentam na rotina e nas relações que são formadas tanto com o educando, quanto com sua família, os professores, a escola e as empresas quando o trabalho é desempenhado de forma terceirizada.

Sendo assim, é através do cuidado que novos mundos se criam que a criatividade se propaga, e as relações e vinculações se estabelecem. É no educando que se concentra o cuidado e todas as demandas, e é na relação que Cuidador e aluno formam uma dupla para todo um ano letivo, num processo de contínua construção e troca de diálogos, atenção, carinho, cuidado, cautela, autonomia, estímulo, motivação e na perseverança. O cuidado é possibilitar ao outro o voo, mas com todo o aparato e apoio possível para que este ocorra da melhor maneira, e o pouso se concretize, evitando qualquer risco de queda.

### REFERÊNCIAS

ARAUJO, D. A.; LIMA, E. D. R. de P. Dificuldades enfrentadas pelo cuidador na inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 281-304, 2011.

BRACCIALLI, L. M. P. et. al. Qualidade de Vida de Cuidadores de Pessoas com Necessidades Especiais. *Rev. Bra. Ed. Esp.*, Marília, v.18, n.1, p. 113-126, 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 02 de set. de 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência Física. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm)>. Acesso em 03 de set. de 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em 02 de set. de 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei 10.098, de 23 de março de 1994*. Estabelece Normas Gerais e Critérios básicos para a

promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10098.pdf>>. Acesso em 02 de set. de 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece Diretrizes Básicas da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em 03 de set. de 2018.

\_\_\_\_\_. *Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Regulamenta a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)>. Acesso em 03 de set. de 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em 03 de set. de 2018.

\_\_\_\_\_. *Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007*. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm)>. Acesso em 04 de set. de 2018.

\_\_\_\_\_. *Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em 04 de set. de 2018.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei nº 228, de 2014. Assegura ao educando com deficiência a assistência de cuidador na escola. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4031143>>. Acesso em 04 de set. de 2018.

CÂMARA, F. dos S. et. al. Perfil do Cuidador de Pessoas com Deficiência. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, João Pessoa, v. 20, n.4, p. 269-276, 2016.

CAMARGO, E. P. de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. *Ciênc. Educ.*, Bauru, v. 23, n.1, p. 1-6, 2017.

CORDEIRO, C. M. O Papel do Tutor no Contexto da Educação Inclusiva: Formação e Dificuldades. *Revista Educação em Foco UNISEPE*, Amparo, v. 9, 2017. Disponível em: <[http://unifia.edu.br/revista\\_eletronica/revistas/educacao\\_foco/artigos/ano2017/003\\_papel\\_tutor\\_contexto\\_educacao.pdf](http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/educacao_foco/artigos/ano2017/003_papel_tutor_contexto_educacao.pdf)>. Acesso em 05 de set. de 2018.

DAMAS, K. C. A.; MUNARI, D. B.; SIQUEIRA, K. M. Cuidando do cuidador: reflexões sobre o aprendizado dessa habilidade. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, Goiânia v. 06, n.02, p. 272-278, 2004.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas da Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MASUCHI, M. H.; ROCHA, E. F. Cuidar de pessoas com deficiência: um estudo junto a cuidadores assistidos pela estratégia da saúde da família. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 89-97, 2012.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. *Desenvolvimento Humano*. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

POKER, R. B.; CARDOSO, B. C. O Cuidador na Escola Inclusiva: estudo de uma rede municipal de ensino do interior do Estado de São Paulo. *IV Congresso Nacional de Educação*, João Pessoa, 2017. Disponível em: <[https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV073\\_MD1\\_SA10\\_ID3683\\_18082017180951.pdf](https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA10_ID3683_18082017180951.pdf)>. Acesso em 05 de set. de 2018.

SANTOS, D. C. C. dos. O Cuidado no Espaço Escolar: ampliando as possibilidades de cuidar. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 1329-1344, 2015.

SANTOS, W. dos; PEREIRA, L. G.; FARIAS, A. L. P. de. A Importância do Cuidador Escolar na Educação de Alunos com Necessidades Educativas Especiais: da educação especial no modelo segregado a perspectiva da educação inclusiva. *II Congresso Internacional de Educação Inclusiva*, Campina Grande, 2016. Disponível em: <[https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO\\_EV060\\_MD4\\_SA6\\_ID3817\\_23102016201137.pdf](https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD4_SA6_ID3817_23102016201137.pdf)>. Acesso em 05 de set. de 2018.

SOUZA, F. F. de. *Políticas de educação inclusiva: análise das condições de desenvolvimento dos alunos com deficiência na instituição escolar*. UNICAMP: Campinas, 2013. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/250860/1/Souza\\_FlaviaFaissalde\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/250860/1/Souza_FlaviaFaissalde_D.pdf)>. Acesso em 06 de set. de 2018.

TASSONI, E. C. M.; LEITE, S. A. da S. Afetividade no processo de ensino-aprendizagem: as contribuições da teoria walloniana. *Educação*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 262-271, 2013.

UNESCO. *Declaração Mundial de Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien, 1990. UNESCO: 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em 04 de set. de 2018.

***A IMPRENSA E A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: um estudo a partir das notícias veiculadas no acompanhamento do CENTRO POP na cidade de Franca (SP)***

*THE PRESS AND THE PUBLIC POLICY EVALUATION: a study based on the news published in the follow-up of CENTRO POP in the city of Franca (SP)*

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas

NASSIF D'ARCO, Leandro  
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF  
Bacharel em Publicidade pelo Mackenzie  
leandroarco@gmail.com

CAVALCANTI-BANDOS, Melissa  
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF  
Doutora em Administração pela FEA-USP  
melissafcb@gmail.com

**Resumo**

O artigo tem o objetivo de apresentar a mídia como um ator de políticas públicas e seu papel na avaliação de uma política pública a partir do acompanhamento de notícias publicadas na imprensa sobre o Centro Pop na cidade de Franca (SP). Dessa forma, por meio de uma pesquisa exploratória baseada em dados secundários, coletados inicialmente para compor o referencial teórico e posteriormente para compor a pesquisa prática, esse estudo se concentrou exclusivamente no levantamento de notícias veiculadas na internet pela imprensa. A escolha desse meio de comunicação se deu pela interação que ele proporciona entre a notícia e o público, por meio da postagem de comentários e da possibilidade de compartilhamento da notícia. Nesse levantamento foram identificadas notícias sobre o Centro Pop nos seguintes sites das empresas de imprensa que atuam na cidade de Franca (SP): GCN, G1, TIOODA, Portal Hertz, Diário da Franca, Rede Record (vídeo publicado no youtube), Diário da Franca, Observa Franca, Jornal da Franca, Estagiário da Franca. O papel da mídia como ator de políticas públicas ficou aparente, por meio do acompanhamento de notícias da imprensa, uma vez que a pesquisa histórica demonstrou a interação entre o veículo de comunicação e o poder público local, além de possibilitar o acompanhamento acerca da avaliação que ela imprimiu sobre essa política pública de atendimento à população de rua, na cidade de Franca.

**Palavras-chave:** Centro POP Franca, Políticas Públicas, Imprensa.

**Abstract**

The article aims to present the media as an actor of public policies and its role in the evaluation of a public policy from the follow up of news published in the press about the Pop Center in the city of Franca (SP). Thus, through an exploratory research based on secondary data, collected initially to compose the theoretical reference and later to compose the practical research, this study focused exclusively on the collection of news published on the internet by the press. The choice of this means of communication was due to the interaction that it provides between the news and the public, through the posting of comments and the possibility of sharing the news. In this survey, news about the Pop Center was identified on the following websites of press companies operating in the city of Franca (SP): GCN, G1, TIOODA, Portal Hertz, Diário da Franca, Rede Record (video published on youtube), Diário da Franca, Observatório da Franca, Jornal da Franca, Estagiário da Franca. The role

of the media as a public policy actor became apparent through the monitoring of press reports, since historical research demonstrated the interaction between the vehicle of communication and local public power, as well as making it possible to follow up on the evaluation that she printed about this public policy of attending to the homeless population in the city of Franca.

**Keywords:** Centro POP Franca, Public Policy, Press

## 1 INTRODUÇÃO

Para muitos a função da imprensa é social, para outros, é levar informações suficientes ao público, para que este possa fazer suas próprias interpretações sobre os acontecimentos. Eles orientam a vida em sociedade por meio de veiculações da notícia e, conseqüentemente, influenciam na formação de opinião pública. É também proporcionado a imprensa o papel de analista de política pública. Segundo Secchi (2016):

Um jornalista bem capacitado com os elementos analíticos da política pública pode produzir reportagens investigativas, documentários, séries ou filmes para relatar um problema público ou apontar uma solução de política pública. Neste caso, mais que apresentar o fato jornalístico, ele é solicitado a analisar os fatos e a sua valoração normativa. (SECCHI, 2016, p.20)

Da mesma forma, a participação da população é de extrema importância no acompanhamento de uma política pública. A esse acompanhamento cabe fiscalizar, identificar problemas e melhorias em relação a uma determinada Política Pública (PP). Dias e Matos (2017), destacam que “A participação das comunidades em assuntos que lhe dizem respeito é uma parte essencial do desenvolvimento humano como um todo”. (DIAS, MATOS, 2017, p.160). Na atualidade, com a ampliação do acesso à internet e a facilidade de acesso a notícia temos a oportunidade de observar por diversas vezes o impacto direto causado por uma publicação, tendo em vista a possibilidade de interação com o público proporcionado por esse meio.

É objetivo desse artigo apresentar a mídia como um ator de políticas públicas e seu papel na avaliação de uma política pública a partir do acompanhamento de notícias publicadas na imprensa sobre o Centro Pop na cidade de Franca (SP).

O Centro Pop - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua -, objeto desse estudo, é parte da Política Nacional para População em Situação de Rua no Brasil, sob gestão do Ministério de Direitos Humanos, isto é, no tocante a acompanhamento, desenvolvimento e avaliação e está sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social, que tem nos municípios a sua implantação e que conta com instalação física e equipe local para sua execução. Trata-se da prestação de um serviço que tem levantado bastante polêmica tendo em vista a percepção de parte da sociedade, que ele cumpre papel contrário à sua finalidade, que é de auxiliar no processo de ressocialização das pessoas que se encontram nessa situação. Dessa forma, justifica-se a pesquisa verificando a importância da imprensa, como importante ator no acompanhamento de PP.

Esse artigo, encontra-se dividido por essa introdução, na sequência um referencial teórico, os procedimentos metodológicos, os resultados, considerações finais e referências.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Direitos Humanos e Políticas Públicas

Partindo do artigo 25.(1), da Declaração Universal dos Direitos Humanos 1 (1948) **tem-se que:**

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida que lhe assegure, para si mesmo e para sua família, saúde e bem-estar, incluindo alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, bem como o direito à

segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Verifica-se ao analisá-lo que todas as pessoas têm direito a um padrão de vida,  ~~muito~~ distante ainda, da realidade de muitos no Brasil. Segundo o IPEA<sup>1</sup>, dados de 2015 dão conta que o Brasil possuía em torno de 100 mil pessoas vivendo nas ruas.

Segundo Secchi (2010, p.4), “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Ainda, Secchi (2016, p.5) cita: “O problema público é um conceito intersubjetivo, ou seja, ele só existe se incomoda uma quantidade ou qualidade considerável de atores”.

A população em situação de rua passa a ter destaque na agenda pública brasileira quando em 2009, foi instituída pelo Decreto nº 7.053, a Política Nacional para População em Situação de Rua. Em 2011, em decorrência da instituição deste decreto é publicado o documento “Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua” com a finalidade de orientar, em todo o território nacional, a gestão do Centro POP e a oferta qualificada do Serviço. Como citou a Secretaria Nacional de Assistência Social à época (05/2010 a 01/2011), Denise Ratmann Arruda Colin (2011), “sua formulação resulta de um processo de amadurecimento do Estado brasileiro no que diz respeito às políticas públicas para população em situação de rua.”

A Política Nacional para População em Situação de Rua - PNPR, tem no Ministério dos Direitos Humanos (MDH), a responsabilidade pelo seu acompanhamento, desenvolvimento e avaliação. Entre os objetivos propostos pela PNPR está a implantação dos Centros POP para o atendimento a esse segmento no âmbito da política de assistência social, que tem a coordenação e prestação de serviços sob responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS.

No campo legislativo, com a aprovação da alteração da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS<sup>2</sup> e da Lei do Sistema Único de Assistência Social - SUAS<sup>3</sup>, as pessoas em situação de rua passaram a ser definitivamente reconhecidas como sujeitos de direitos uma vez que passaram a ter acesso a serviços sociais específicos. – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (2011).

## 2.2 Ciclo de PP e Atores

Observando a teoria dos Ciclos ou Processos de políticas públicas, se consegue caracterizar as fases pelas quais comumente passam as políticas públicas. Conforme Dias e Matos (2017, p. 63), “os ciclos ou processos de políticas constituem um modelo de análise que decompõe a política pública em uma série de etapas que formam uma sequência lógica [...]”. As cinco fases mais utilizadas segundo Dias e Matos (2017) são: identificação de um problema, formulação de soluções, tomada de decisões, implementação e avaliação da política pública. Essas fases em muito se assemelham ao ciclo de vida de gerenciamento de projeto, muito utilizado no meio empresarial, objeto inclusive de currículos de cursos de especialização.

No estudo dos documentos de normatização do Centro POP, em especial o Perguntas e Respostas – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (2011), é possível identificar claramente cada uma dessas fases ao longo deste documento em específico. Sobre a identificação do problema:

De acordo com o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, trata-se de grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular.

<sup>1</sup> O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros.

<sup>2</sup> Lei nº 11.258/2005 que alterou o art. 23 da Lei nº 8742/93, incluindo na LOAS a previsão expressa de programas para população em situação de rua na política de Assistência Social.

<sup>3</sup> Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

(Perguntas e Respostas – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, 2011 – pág.12)

Fica caracterizado nessa citação acima, a situação problema enfrentada nacionalmente.

Sobre a fase de formulação de soluções, o mesmo documento apresenta um resgate em ordem cronológica, de algumas normativas que tratavam sobre o tema da População em Situação de Rua, como:

- Política Nacional de Assistência Social – PNAS. A PNAS reconheceu a atenção à população em situação de rua no âmbito do SUAS. De acordo com a PNAS (2004), “no caso da proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos” (p.37).
- Lei nº 11.258 de 2005, que incluiu, no parágrafo único do Artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a prerrogativa de que, na organização dos serviços da Assistência Social, deverão ser criados programas destinados às pessoas em situação de rua.
- Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006 – instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MDS, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua. [...]

(Perguntas e Respostas – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, 2011 – pág.10)

Relativo a fase de tomada de decisões, podemos citar “a criação do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP, previsto no Decreto Nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socio assistenciais”. A criação do Centro POP é uma das tomadas de decisão que dão concretude a PP, uma vez que tem ação direta junto à população.

Sobre a implementação, o documento traz na pergunta 11 (p. 18), “Quais etapas devem compor a implantação do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua”?, elencando 16 itens que devem ser respondidos para realização do diagnóstico socioterritorial que permitirá identificar a demanda, a relevância ou não, para instalação do Centro POP, além de também orientar na indicação do melhor local para sua implementação.

A última fase, da avaliação, acompanhamento e monitoramento da Política Nacional de Pessoas em Situação de Rua - PNPR, cabe ao Ministério de Direitos Humanos (MDH).

Após essa referência a teoria dos ciclos de Dias e Matos (2017), também é importante destacar os diversos atores envolvidos na elaboração das políticas públicas. São inúmeros atores, formais e informais, individuais e coletivos, públicos e privados, fundamentais, partidos políticos, equipes de governo, corpo técnico, juízes, mídia, empresas, sindicatos e associações profissionais, organizações do terceiro setor, atores do conhecimento, escritórios de assessoramento legislativo, institutos vinculados a partidos políticos, organismos internacionais, centros de pesquisa, organizações não governamentais com unidades de pesquisa, unidades de pesquisa de empresas e corporações, grupos de pressão, movimentos sociais e associações comunitárias, como classificam Dias e Matos (2017, p. 41).

Verificou-se, portanto, a mídia como um dos atores no processo de formulação e acompanhamento de políticas públicas na medida que ela exerce influência na formação de opinião da sociedade e por consequência da classe política.

Seu papel de controle sobre a esfera política e a atuação da administração pública é feito através de reportagens, denunciando a corrupção e valorizando as melhores práticas, aumentando a transparência e responsabilizando seus representantes pelas suas ações.[...] (DIAS E MATOS, 2017 – p.50)

Além do seu papel de controle por meio da comunicação, a mídia é capaz de mobilizar os demais atores uma vez que a sua informação acaba por atingir a todos sem distinção. Tanto que não é incomum pedidos de resposta relativos a determinadas publicações, ou então a continuidade ou mesmo novas publicações tendo em vista o surgimento de novos dados, fatos ou elementos suficientes para manter o assunto em pauta e o público consumidor de notícias atualizado.

Sua capacidade de mobilização é importante e têm a capacidade de mobilizar outros



atores. Seu papel é manter a sociedade informada, contribuir para que a cidadania exerça controle social sobre a atuação da administração pública. (SEBRAE, 2005, p.17 apud DIAS E MATOS, 2017 – p.50).

A mídia cabe ainda o papel de avaliação das políticas públicas. Políticas públicas podem surgir a partir do clamor público amplamente noticiado pelos veículos de comunicação, assim como, o acompanhamento de políticas já implementadas, tem na mídia a exposição dos seus resultados e da sua performance, mexendo com a opinião pública e sobretudo mobilizando por vezes a classe política.

[...] as informações sobre o desempenho da administração pública e das políticas públicas são importantes para tomada de decisão dos eleitores, dos políticos e dos governantes. Desse modo, a mídia desempenha um papel de construção de consensos em torno da continuação, correção ou extinção de uma política pública. (SECCHI, 2010 – p. 90 apud DIAS E MATOS, 2017 – p.51).

É foco desse artigo verificar o acompanhamento da mídia sobre a PP que envolve o Centro POP de Franca, portanto, na sequência será abordado o Centro POP enquanto PP.

### **2.3 O Centro POP enquanto Política Pública**

O Centro POP é uma unidade pública voltada para o atendimento especializado à população em situação de rua com o objetivo de ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, que realiza atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social das pessoas em situação de rua. O Centro POP deve representar espaço de referência para o convívio social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Essa unidade também funciona como ponto de apoio para pessoas que moram e/ou sobrevivem nas ruas. Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação. O endereço do Centro Pop pode ser usado como referência do usuário. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL<sup>4</sup>, 2015).

Todas as pessoas que vivem nas ruas, sejam elas jovens, adultos, idosos e famílias, são públicos dos Centros POP. Crianças e adolescentes só podem ter acesso a esse serviço quando acompanhados de familiar ou responsável. O acesso ao Centro se dá na medida da necessidade da pessoa, não havendo uma regra para o seu acesso.

O serviço pode ser acessado de forma espontânea pela pessoa em situação de rua, a qualquer momento. Pode também ser acessado por encaminhamento de outras frentes do Serviço de Assistência Social do Município.

## **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **3.1 Tipo de Pesquisa**

Foi utilizado o método de pesquisa exploratória.

### **3.2 Objetivo e problema de Pesquisa**

O artigo tem o objetivo de apresentar a mídia como um ator de políticas públicas e seu papel na avaliação de uma política pública a partir do acompanhamento de notícias publicadas na imprensa

<sup>4</sup> Definição obtida no site do Ministério de Desenvolvimento Social - <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-pop>

sobre o Centro Pop na cidade de Franca (SP). Esse artigo foi construído a partir do seguinte problema de pesquisa: Qual o papel da imprensa em uma Política Pública? Por meio do acompanhamento de notícias é possível verificar a avaliação da imprensa acerca de determinada PP? Para responder essas perguntas foram acompanhadas as notícias entre o período de 2013 a início de 2018.

### 3.3 Coleta de Dados

Essa pesquisa se baseou na coleta de dados secundários em três momentos. No final do ano de 2017, no mês de novembro. Em um segundo momento, no mês de agosto de 2018 e mais recentemente nesse mês de setembro. Na primeira coleta realizada em 2017, para as duas últimas, houve o fechamento de um dos veículos de imprensa, o Diário da Franca, que teve suas atividades encerradas em dezembro de 2017, após 44 anos de funcionamento. Tendo em vista o seu fechamento, perdemos também o conteúdo de 2 notícias desse veículo que antes estavam compondo o primeiro levantamento feito.

Dessa forma, esse artigo traz notícias veiculadas na internet relativas a 9 veículos da imprensa: GCN, G1, TIOODA, Portal Hertz, Diário da Franca, Rede Record (vídeo publicado no youtube), Observa Franca, Jornal da Franca, Observa Franca e Estagiário da Franca.

Por se tratar de uma pesquisa exploratória, a partir de dados secundários, a análise dos dados consumiu parte importante do tempo destinado ao estudo.

Na tabela abaixo seguem os links de todas as matérias encontradas, com a data, nome do veículo, formato da informação (vídeo ou texto), além da quantidade de comentários diretamente relacionados ao assunto, onde se adotou a seguinte: POSITIVA, NEGATIVA, ou NEUTRA.

A classificação “POSITIVA” foi usada para classificar as notícias que traziam posições favoráveis ao centro POP. Para se enquadrar nessa classificação a notícia não podia trazer nenhuma conotação negativa sobre a unidade. A classificação de “NEGATIVO”, identificou as notícias que trouxeram citações negativas independentemente se a notícia era imparcial. Na classificação “NEUTRO”, foram classificadas todas as notícias que trouxeram assuntos com caráter mais informativo sobre o Centro POP, sem atribuir valor ou peso as informações veiculadas.

Os resultados estão na seção Resultados e discussão

### 3.4 Contexto da Pesquisa

A cidade de Franca possui de acordo com o censo do IBGE em 2017, cerca de 347 mil habitantes. Há na cidade um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, chamado de Centro POP, que por vezes é alvo de manifestações a favor e contrária à sua presença e atuação. Nesse contexto, a imprensa desempenha papel de propagação dessas informações.

A imprensa tem uma função social, de levar informações ao público, para que este possa fazer suas próprias interpretações sobre os acontecimentos, no contexto das PP, verificou-se que os meios de comunicação influenciam a opinião pública, além de papel importante ao entender os problemas públicos, suas causas e limites. (SECCHI, 2010). “Quanto ao papel de avaliação, a mídia atua como propagadora de interpretações de sucessos ou fracassos das políticas públicas. Informações sobre o desempenho da administração pública e das políticas públicas são importantes para a tomada de decisão dos eleitores, dos políticos e dos governantes”. (SECCHI, 2010, p. 91).

Franca inaugurou seu Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, em 2013, no governo do Prefeito Alexandre Ferreira (PSDB). Ainda hoje a unidade está localizada na Av. Dr. Hélio Palermo, 3354, no bairro da Estação, região residencial, mas também com forte presença do comércio. Em 2015, a unidade atendia 90 pessoas por dia e no mês em torno de 380 pessoas em situação de rua. Dados do início de 2017, apresentam a unidade com 13 servidores e um orçamento mensal de R\$32.000,00 (trinta e dois mil reais), sendo que R\$13.000,00, eram

custeados pelo Governo Federal, ficando a diferença a maior, R\$19.000,00 (dezenove mil reais) sob responsabilidade do município. Na última matéria publicada pelo site GCN na internet, no dia 23 de agosto de 2018, com o título “Moradores de Rua: Fim do Centro POP volta a ser discutido”, em Reportagem de Priscilla Sales junto ao então secretário de ação social Vanderlei Tristão, trouxe que o centro estava atendendo uma média de 70 pessoas por dia, ou seja, 20 pessoas a menos que em 2017.

Assim, para verificar a influência da mídia nas políticas públicas de Franca foi realizada uma pesquisa a partir de notícias publicadas na internet pelas empresas de comunicação do município e da região. A pesquisa abrangeu os anos de 2013, ano de inauguração do Centro POP da cidade até junho de 2018.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No período pesquisado foram encontradas 15 publicações por meio do buscador do Google, que, segundo matéria publicada no site da Exame.com, de 20 de junho de 2017, continua sendo o site mais acessado no Brasil e no mundo. Vale destacar que esse volume de notícias foi encontrado já na segunda página de dados levantado pelo buscador. A partir da terceira página, já não encontramos mais notícias sobre o Centro POP de Franca.

Importante mencionar que apesar do grau de subjetividade uma vez que contempla apenas a opinião e análise dos pesquisadores responsáveis por essa pesquisa, considera-se que na sua grande maioria os comentários deixados na internet normalmente vêm junto com um posicionamento, contra ou a favor um dado assunto / imagem / publicação. Em relação aos comentários e visualizações, das 13 publicações ainda ativas (excluindo as 2 notícias do Diário da Franca), tivemos um total de 37 comentários, emitidos em 9 notícias, sendo que a mais comentada foi uma notícia publicada pelo GCN em 12/09/13, com um total de 32 interações. Foram 12 comentários positivos, 1 neutro e 28 negativos.

Quando olhamos para as visualizações, nos deparamos com um total de 410 visualizações, número esse gerado pelo site *YOUTUBE* que deixa seus contadores de visualização disponíveis para consulta de qualquer internauta. Analisando apenas as notícias, chegamos na seguinte concentração, relativa ao volume de notícias geradas por período:

#### **Grafico no. 1 - Notícias Veiculadas na internet sobre o Centro POP de Franca – 2013 a 2018**



Por mais que os números encontrados na pesquisa realizada a partir de publicações sobre o tema Centro Pop em Franca, não apresentem um peso estatístico levando em consideração a população da cidade, por exemplo, nota-se uma movimentação política. Em 6 notícias publicadas e que compuseram essa amostra, existe manifestação por parte do Poder Executivo. A Câmara de Vereadores motiva a criação direta de pelo menos 2 notícias, além de 2 notícias que divulgam elaboração de um “abaixo assinado” por parte dos moradores e comerciantes da região no entorno do Centro POP.

Interessante também destacar como a mídia acompanha o “aquecimento” do assunto no tempo. Observando o gráfico acima, identificou-se uma concentração de notícias no primeiro trimestre de 2017. Aprofundando o olhar, esse mesmo período é marcado pelo início do novo Prefeito, após as eleições de 2016. Durante esse primeiro trimestre de 2017, três notícias levantadas nessa pesquisa, apontavam sobre a possibilidade de descontinuação do espaço. Nesse período em que se identificou um aumento de publicações na mídia, foi publicado no site da Prefeitura ([www.franca.sp.gov.br](http://www.franca.sp.gov.br)), no dia 14 de fevereiro de 2017, ofício assinado pela presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Ernestina Maria de Assunção Cintra que dava parecer final contrário ao fechamento do Centro POP. Nota-se que após esse período de maior concentração de notícias, o volume de publicações sobre o tema volta a números já observados em anos anteriores.

**Quadro no. 1 – Relação de notícias veiculadas do Centro POP entre 2013 a 2018**

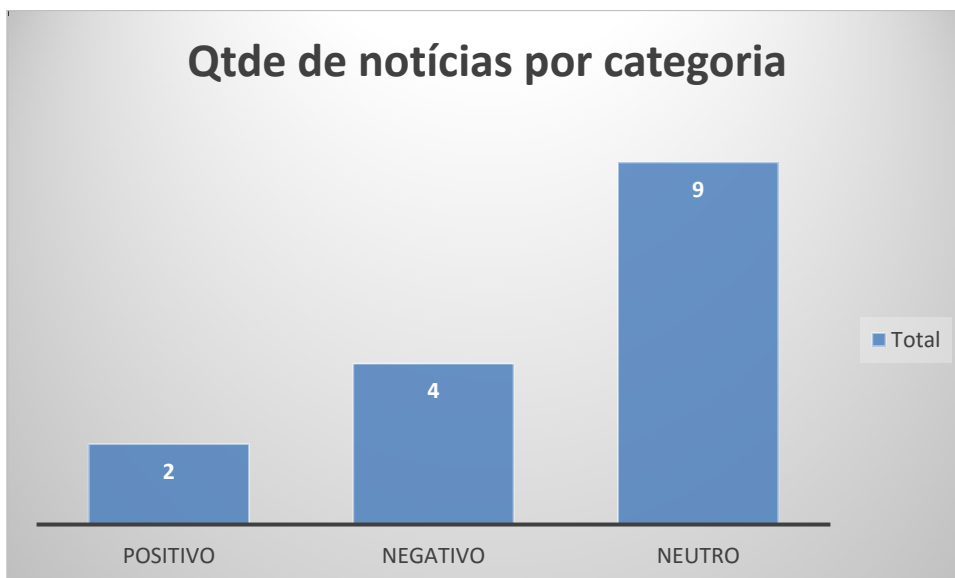
# XIX ENCONTRO de PESQUISADORES

PESQUISA CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO

Nome do veículo responsável pela publicação	Data da notícia	Link	Classificação
GCN	12/09/2013	<a href="http://gcn.net.br/noticias/223875/franca/2013/09/mendigos-tem-casa-de-r-31-mil-mensais-conheca-o-centro-pop">http://gcn.net.br/noticias/223875/franca/2013/09/mendigos-tem-casa-de-r-31-mil-mensais-conheca-o-centro-pop</a>	NEUTRO
GCN	04/10/2013	<a href="http://gcn.net.br/noticias/226516/franca/2013/10/mas-de-150-mendigos-ja-passaram-pelo-centro-pop-de-franca-veja">http://gcn.net.br/noticias/226516/franca/2013/10/mas-de-150-mendigos-ja-passaram-pelo-centro-pop-de-franca-veja</a>	POSITIVO
GCN (publicado no youtube)	22/01/2014	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=-2Y10TbTwxw">https://www.youtube.com/watch?v=-2Y10TbTwxw</a>	NEGATIVO
G1	29/01/2014	<a href="http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2014/01/comerciantes-fazem-abaixo-assinado-para-retirada-de-abrigo-em-franca-sp.html">http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2014/01/comerciantes-fazem-abaixo-assinado-para-retirada-de-abrigo-em-franca-sp.html</a>	NEGATIVO
TIOODA	07/02/2015	<a href="http://tiooda.com.br/index.php/administracao-publica/prefeitura-de-franca/4865-prefeitura-de-franca-gastou-mais-de-r-350-mil-com-o-centro-pop-para-moradores-de-rua">http://tiooda.com.br/index.php/administracao-publica/prefeitura-de-franca/4865-prefeitura-de-franca-gastou-mais-de-r-350-mil-com-o-centro-pop-para-moradores-de-rua</a>	NEUTRO
Portal Hertz	21/08/2016	<a href="http://hertznoticias.com.br/2016/08/02/prefeitura-centro-pop-e-guarda-municipal-tiram-moradores-de-rua-das-pracas-e-ruas-de-franca/">http://hertznoticias.com.br/2016/08/02/prefeitura-centro-pop-e-guarda-municipal-tiram-moradores-de-rua-das-pracas-e-ruas-de-franca/</a>	NEUTRO
GCN	10/01/2017	<a href="http://gcn.net.br/noticias/341984/franca/2017/01/secretario-estuda-fim-do-centro-pop">http://gcn.net.br/noticias/341984/franca/2017/01/secretario-estuda-fim-do-centro-pop</a>	NEUTRO
GCN	17/01/2017	<a href="https://gcn.net.br/noticias/342576/franca/2017/01/ve-readores-pedem-a-extincao-do-centro-pop">https://gcn.net.br/noticias/342576/franca/2017/01/ve-readores-pedem-a-extincao-do-centro-pop</a>	NEGATIVO
Diário da Franca	02/02/2017	<a href="http://www.diariodafranca.com.br/2017/02/depois-de-muita-polemica-centro-pop-vai-mudar-de-lugar/">http://www.diariodafranca.com.br/2017/02/depois-de-muita-polemica-centro-pop-vai-mudar-de-lugar/</a>	NEGATIVO
Rede Record (vídeo publicado no youtube)	07/02/2017	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=yrsxk_5WQww">https://www.youtube.com/watch?v=yrsxk_5WQww</a>	NEUTRO
Diário da Franca	10/02/2017	<a href="http://www.diariodafranca.com.br/2017/02/encontro-garante-manutencao-do-centro-pop/">http://www.diariodafranca.com.br/2017/02/encontro-garante-manutencao-do-centro-pop/</a>	NEUTRO
Observa Franca	22/03/2017	<a href="https://observafranca.wordpress.com/2017/03/22/numeros-enganosos-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua-em-franca-centro-pop-numeros-enganosos-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua-em-franca-cen/">https://observafranca.wordpress.com/2017/03/22/numeros-enganosos-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua-em-franca-centro-pop-numeros-enganosos-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua-em-franca-cen/</a>	NEUTRO
Jornal da Franca	01/06/2017	<a href="http://www.jornaldafranca.com.br/15-pessoas-atendidas-pelo-centro-pop-participarao-do-time-do-emprego-em-franca">http://www.jornaldafranca.com.br/15-pessoas-atendidas-pelo-centro-pop-participarao-do-time-do-emprego-em-franca</a>	POSITIVO
Estagiário da Franca	21/10/2017	<a href="https://estagiariodafranca.com.br/tag/centro-pop/">https://estagiariodafranca.com.br/tag/centro-pop/</a>	NEUTRO
GCN	23/01/2018	<a href="https://gcn.net.br/noticias/369536/franca/2018/01/fim-do-centro-pop-volta-a-ser-discutido-">https://gcn.net.br/noticias/369536/franca/2018/01/fim-do-centro-pop-volta-a-ser-discutido-</a>	neutro

O quadro acima traz o nome dos veículos da imprensa, a data de publicação das notícias, link para acesso as 13 notícias e os dois vídeos disponibilizados no *YOUTUBE*, além da classificação dada a cada uma das publicações, já explicadas anteriormente. No gráfico a seguir temos a qtde de notícias de acordo com a classificação dada a cada uma delas:

**Gráfico no. 2 – Quantidade de notícias sobre o Centro POP de Franca de acordo com a classificação – 2013 a 2018**



Esse gráfico apresenta uma tendência mais informativa por parte da mídia. Analisando os conteúdos de cada notícia, identificou-se que aquelas classificadas como tendo características negativas estavam relacionadas a situações que envolviam atores externos ao Centro POP. Nos 4 casos citados esses atores eram a comunidade do entorno e vereadores da cidade. Por outro lado, as notícias classificadas como sendo positivas, abordaram resultados obtidos junto a população usuária do Centro POP. Essas duas notícias "positivas" retratam bem parte do papel a ser cumprido por essa PP e que tem relação com o desenvolvimento regional. A que foi publicada logo no início do Centro POP de Franca, pelo site GCN, no dia 4 de outubro de 2013, sem identificação do jornalista, três semanas após a inauguração, apontava para a alta procura que o espaço teve naquele curto período, quando já havia prestado atendimento a 150 pessoas. A notícia também trouxe o relato de alguns frequentadores, como o caso de um paulistano de 23 anos, vindo de São Paulo há pouco mais de um mês naquela época e que mencionou o quanto o Centro estava dando estabilidade a cada um dos que estavam frequentando. A outra notícia publicada no site do Jornal da Franca no dia 01 de junho de 2017, sob o título "15 pessoas atendidas pelo Centro Pop participarão do Time do Emprego em Franca", sem identificação do autor, informou sobre a seleção de 15 usuários do centro para participação no programa estadual de auxílio e orientação a população para busca de um emprego compatível com os interesses, habilidades e qualificações profissionais dos interessados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se por meio dessa pesquisa apresentar a mídia como um ator de políticas públicas e seu papel na avaliação de uma política pública a partir do acompanhamento de notícias publicadas na imprensa sobre o Centro Pop na cidade de Franca (SP) e responder o problema de pesquisa: Qual o papel da imprensa em uma Política Pública? Por meio do acompanhamento de notícias é possível verificar a avaliação da imprensa acerca de determinada PP?

Foi possível observar nesse estudo que a mídia desempenha um papel informativo, de investigação e também de busca de isenção, quando são analisadas as notícias coletadas sobre o Centro POP na cidade de Franca. Ao mesmo tempo que ela se coloca na divulgação ela também proporciona um acompanhamento histórico, sobre a evolução ou não da política pública estudada. Foi possível evidenciar a conexão que ela promove entre os diferentes atores dessa política pública destacando o poder executivo, legislativo, grupos de moradores, comerciantes e também manifestações individuais, feitas por meio dos comentários deixados em algumas das notícias.

Foi observado na prática, após a pesquisa o papel desempenhado pela mídia como ator de PP, no levantamento e divulgação de informação para sociedade, auxiliando no conhecimento das políticas públicas relacionadas a ela. A mídia por esse estudo se mostrou como um importante ator em meio a política pública do Centro POP. Esse estudo também proporcionou a observação do papel da mídia na divulgação e no fomento a manifestação dos demais atores envolvidos na PP como a participação da comunidade, vereadores, funcionários do Centro POP e atores de poder executivo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas. Conceitos, esquema de análise, casos práticos - São Paulo: Cengage Learning, 2010

SECCHI, Leonardo. Análise de Políticas públicas. Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções - São Paulo: Cengage Learning, 2016

DIAS, Reinaldo e MATOS, Fernanda. Políticas Públicas, Princípios, Propósitos e Processos - São Paulo: Atlas, 2017

RICHARDSON, Roberto Jarry e Colaboradores. Pesquisa Social. Métodos e Técnicas. – São Paulo: Atlas, 1999.

**A Indústria 4.0 e o reordenamento das esferas de controle e domínio da produção social no século XXI.**

**Industry 4.0 and the reordering of the spheres of control and domination of social production in the 21st century.**

Área temática: Tecnologia e Sistemas

Rodrigues, Victor César Fernandes  
Universidade Estadual Paulista (UNESP – Franca)  
Doutorando em Serviço Social  
victor.rotciv\_@hotmail.com

**Resumo**

O presente artigo tem a pretensão de situar algumas das tendências abertas pela Indústria 4.0 no marco do reordenamento das esferas de controle e dominação da produção social. Pretendemos situar brevemente o histórico temporal no qual tem vigência a chamada Quarta Revolução Industrial ou Indústria 4.0, para em seguida problematizarmos alguns dos recursos tecnológicos abertos por esta inovação, em se tratando de suas possíveis consequências humano-societárias para o presente século. Julgamos pertinente a tentativa de analisar os fenômenos circunscritos a Indústria 4.0 por duas razões principais, quais sejam: ela aponta para o recrudescimento das dimensões de concorrência intercapitalista e para o reordenamento das esferas de controle da produção pelo capital no século XXI. Tomaremos algumas notas explicativas a respeito de alguns dos recursos tecnológicos situados e tentaremos demonstrar a maneira com que determinados interesses políticos de nações hegemônicas estão redesenhando a forma da produção mercantil, mas também apontando sérias consequências para o conjunto da humanidade.

**Palavras-chave:** Indústria 4.0, Controle, Concorrência Intercapitalista.

**Abstract**

The present article intends to situate some of the tendencies opened by Industry 4.0 within the framework of the reordering of the spheres of control and domination of social production. We intend to situate briefly the temporal history in which the Fourth Industrial Revolution or Industry is valid, and then we will discuss some of the technological resources opened by this innovation, in terms of its possible human-societal consequences for the present century. We deem it pertinent to attempt to analyze the phenomena circumscribed to Industry 4.0 for two main reasons, namely: it points to the intensification of the dimensions of inter-capitalist competition and to the reordering of the spheres of production control by capital in the 21st century. We will take some explanatory notes on some of the technological resources in place and try to demonstrate how certain political interests of hegemonic nations are redrawing the shape of commodity production but also with serious consequences for the whole of humanity.

**Keywords:** Industry 4.0, Control, Intercapitalist Competition.

**1 INTRODUÇÃO**

No último Fórum Econômico Mundial de Davos em 2016, na Suíça, tematizou-se a Quarta Revolução Industrial ou Indústria 4.0.<sup>1</sup> Neste artigo pretendemos situar brevemente alguns dos rebatimentos esperados para as relações sociais contemporâneas no século XXI, destacando a modalidade segundo a qual alguns dos recursos tecnológicos da indústria 4.0 prometem *radicalizar* as esferas de controle da produção social e apontam para consequências dramáticas no futuro.

---

<sup>1</sup> Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-01/quarta-revolucao-industrial-e-tema-do-forum-economico-mundial-em-davos>



Muitas das inovações tecnológicas projetadas para o futuro já dão sinais destas transformações em latência a que passarão as relações humanas no século XXI, o exemplo de óculos conectados virtualmente,<sup>2</sup> que cedo ou tarde se converterá no padrão de relacionamento humano baseado nos *status* referentes aos usuários cadastrados, à disseminação teleguiada de recursos automobilísticos autônomos,<sup>3</sup> que promete extinguir uma série de empregos no setor de transportes e distribuição de mercadorias, aos complexos exoesqueletos adaptados à operários fabris<sup>4</sup>, que apontam precisamente para a nova ideologia de *ciborgues* proletários da nova indústria, da tecnologia do grafeno<sup>5</sup>, que promete incrementar a modalidade de relação com as mercadorias, etc., demonstram como vem sendo *veloz* e aparentemente *irreversível* o grau e o alcance destes dispositivos tecnológicos para as relações humanas no presente século.

Programas como o Siri da Apple oferecem um vislumbre da capacidade de uma subárea da IA (Inteligência Artificial) que está em rápido avanço: os assistentes inteligentes. Os assistentes pessoais inteligentes começaram a surgir há apenas dois anos. *Atualmente, o reconhecimento de voz e a inteligência artificial progredem em uma velocidade tão rápida que falar com computadores se tornará, em breve, a norma, criando algo que os tecnólogos chamam de computação ambiental; nela, os assistentes pessoais robotizados estão sempre disponíveis para tomar notas e responder às consultas do usuário.* Cada vez mais, nossos dispositivos se tornarão parte de nosso ecossistema pessoal, nos ouvindo, antecipando nossas necessidades e nos ajudando quando necessário — mesmo que não tenhamos pedido.” (SCHWAB. K. 2016. p. 17. Grifo nosso)

Não é difícil imaginar o rebatimento que a universalização deste dispositivo acima apontado provocará em profissões como o Serviço Social, por exemplo, mas não apenas nesta área, mas em diversas outras dependentes de uma relação profissional *direta* com os usuários. O princípio, portanto, da *interconectividade* entre as pessoas via “assistentes inteligentes” aponta para um cenário radicalmente abstrato de relação interpessoal, em cuja tendência circunscreve uma transformação qualitativa nas relações humano-máquina e nas modalidades com que diversas profissões deverão ser substituídas ou simplesmente extintas. Mas esta não é a única consequência prevista.

---

<sup>2</sup> O *Google Glass* é um dispositivo semelhante a um par de óculos, que fixados em um dos olhos, disponibiliza uma pequena tela acima do campo de visão. A pequena tela apresenta ao seu utilizador: mapas, opções de música, previsão do tempo, rotas de mapas, e além disso, também é possível efetuar chamadas de vídeo ou tirar fotos de algo que se esteja a ver e compartilhar imediatamente através da internet. Não é difícil imaginar, porém, serem também utilizados para compras via *QR-CODE* ou mediante implantes via lentes de contatos. Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=P42H8iOxW0E>

<sup>3</sup> Já estão sendo testadas em diversas regiões carros inteiramente autônomos, uma espécie de “internet de bordo”. Maiores informações, ver em: <https://tecnoblog.net/178274/carros-autonomos-google-ruas-california/>. Não é difícil imaginar o quanto esta tecnologia modificará radicalmente o design de estradas, incluída a mobilidade urbana, além da extinção gradativa de empregos no setor de transporte e distribuição..

<sup>4</sup> Maiores informações, ver em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/fiat-indica-futuro-do-trabalho-com-uso-de-exoesqueletos/>

<sup>5</sup> “O Grafeno [...] já é conhecido como um dos elementos que vão revolucionar a indústria tecnológica como um todo devido a sua resistência, leveza, transparência e flexibilidade, além de ser um ótimo condutor de eletricidade” Fonte: <https://canaltech.com.br/produtos/grafeno-conheca-o-material-que-vai-revolucionar-a-tecnologia-do-futuro-25436/>

Isto é, a Indústria 4.0 não inaugura estes fenômenos, ela simplesmente sintetiza uma gama imensa de variáveis tecnológicas abertas para o século XXI, que por sua vez ratifica o elemento aparentemente *incontrolável* destas inovações no cenário atual. Iremos pontuar, a seguir, um breve itinerário temporal para contextualizarmos a vigência da Indústria 4.0 no marco das três revoluções industriais do passado.

Resumidamente, as três revoluções industriais do passado; a primeira por volta de 1760 e 1840, motivada pelo empenho em tecnologias de engenharia mecânica, máquinas a vapor e ferrovias; a segunda, no fim do século XIX e início do século XX, que combinaram o avanço da eletricidade e o desenvolvimento do motor de combustão interna, pela invenção do telégrafo e da telefonia e pela fundição eficiente do aço; a terceira, iniciada durante a Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento da eletrônica e, em meados da década de setenta, com a revolução da tecnologia da informação, tendo como substrato a microeletrônica, os computadores e as telecomunicações, as quais integram o binômio informática/robótica e que se desenvolveu a ponto de constituir as redes informacionais do cyberspaço; e a chamada Quarta Revolução Industrial ou Indústria 4.0, particular do século XXI, que segundo Klaus Schwab se diferencia da terceira revolução industrial, não sendo mera continuação desta, por três motivos, segundo o autor:

[...] Três razões, no entanto, sustentam minha convicção da ocorrência de uma quarta - e distinta - revolução: Velocidade: ao contrário das revoluções industriais anteriores, esta evolui em um ritmo exponencial e não linear. Esse é o resultado do mundo multifacetado e profundamente interconectado em que vivemos; além disso, as novas tecnologias geram outras mais novas e cada vez mais qualificadas. Amplitude e profundidade: ela tem a revolução digital como base e combina várias tecnologias, levando a mudanças de paradigma sem precedentes da economia, dos negócios, da sociedade e dos indivíduos. A revolução não está modificando apenas o “que” e o “como” fazemos as coisas, mas também “quem” somos. Impacto sistêmico: ela envolve a transformação de sistemas inteiros entre países e dentro deles, em empresas, indústrias e em toda sociedade. (SCHWAB. K. 2016. p. 12)

A Indústria 4.0, portanto, não constitui um mero desdobramento da terceira revolução industrial, pois a *velocidade* com que vem sendo prognosticada pelos países centrais, dentre os quais se podem destacar: Alemanha, Estados Unidos, China e Japão, para o século XXI, traz consigo uma variedade tão ampla de modificações substanciais a ponto de inclusive realçar seu aspecto *diversificado*, razão pela qual evoluirá flexivelmente e de maneira ampla e irrestrita, sem que tenha necessariamente um só país como seu único empreendedor, ao contrário das demais. Com efeito, não se trata de mera hipótese futurista, trata-se de uma realidade multifacetada de inovações circunscritas sobre a Indústria 4.0 que apontam para uma *nova fase na maneira como se produz e distribui mercadorias* e na *forma social do padrão de acumulação* e controle social a ela associado. Assim sendo, profundas modificações na natureza do capitalismo contemporâneo e na modalidade dos *sistemas sociais* estão sendo operadas e prognosticadas para os próximos anos, como aponta o gráfico abaixo.

**Tabela 1**  
**Pontos de inflexão esperados até 2025**

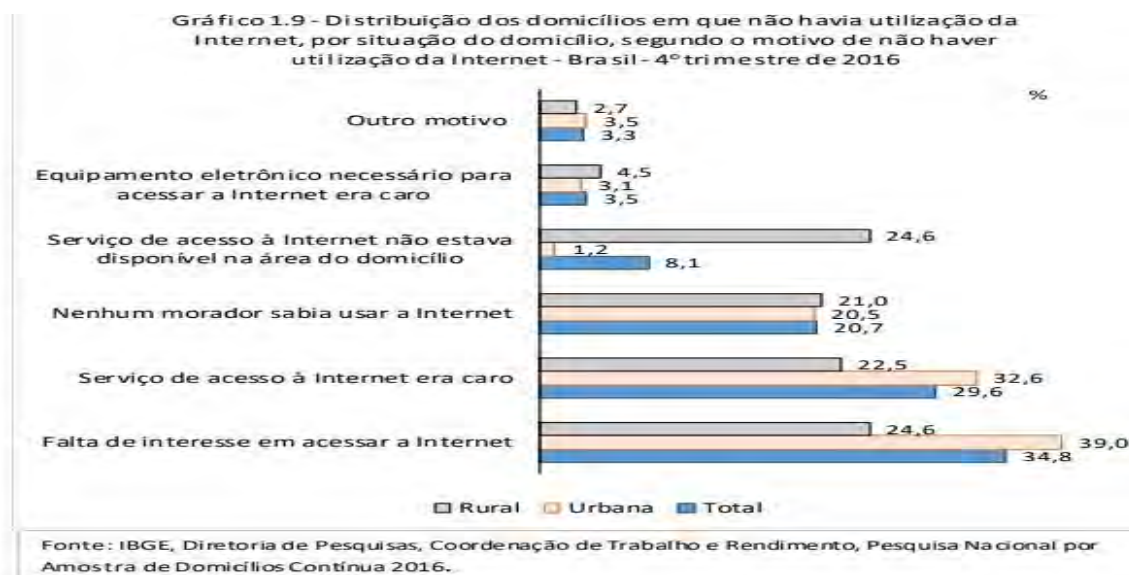
10% das pessoas com roupas conectadas à internet	91,2%
90% das pessoas com armazenamento ilimitado e gratuito (financiado por propagandas publicitárias)	91,0%
1 trilhão de sensores conectados à internet	89,2%
O primeiro farmacêutico robótico dos EUA	86,5%
10% de óculos de leitura conectados à internet	85,5%
80% das pessoas com presença digital na internet	84,4%
Produção do primeiro carro impresso em 3D	84,1%
O primeiro governo a substituir o censo por fontes de <i>big-data</i>	82,9%
O primeiro telefone celular implantável e disponível comercialmente	81,7%
5% dos produtos aos consumidores impressos em 3D	81,1%
90% da população com <i>smartphones</i>	80,7%
90% da população com acesso regular à internet	78,8%
Carros sem motoristas chegarão a 10% de todos os automóveis em uso nos EUA	78,2%
O primeiro transplante de um fígado impresso em 3D	76,4%
30% das auditorias corporativas realizadas por IA	75,4%
Primeira arrecadação de impostos através de um <i>blockchain</i>	73,1%
Mais de 50% do tráfego da internet voltado para os utilitários e dispositivos domésticos	69,9%
Globalmente, mais viagens/trajetos por meio da partilha do que em carros particulares	67,2%
A primeira cidade sem semáforos com mais de 50.000 pessoas	63,7%
10% do produto interno bruto mundial armazenado pela tecnologia <i>blockchain</i>	57,9%
A primeira máquina de IA de um conselho de administração	45,2%

Fonte: *Deep Shift – Technology Tipping Points and Societal Impact*, Global Agenda Council on the Future of Software and Society, Fórum Econômico Mundial, set. 2015.

Algumas destas estimativas colocadas no espaço figural de tais inovações ratificam o conteúdo aparentemente vanguardista e cosmopolita da 4<sup>o</sup> Revolução Industrial, porém, sem que as *consequências humano-societárias* sejam colocadas com rigor e sem que sejam problematizadas o estatuto geopolítico *desigual* de suas implementações para o resto dos países da periferia geopolítica. Ora, em que condições a implementação em larga escala de impressoras 3D<sup>6</sup>, por exemplo, para a indústria manufatureira como um todo nos países centrais reproduziria como efeito nas periferias geopolíticas do capital senão o recrudescimento da concorrência desigual e combinada, as quais intensificariam o atraso ou obrigariam a adequação subalternizada às inovações esperadas? Este é um problema extremamente importante, pelo fato de expressar que a velocidade da implementação destas inovações da indústria 4.0 parece não levar absolutamente em consideração contextos industriais de países atrasados, como o Brasil, por exemplo, precisamente pelo fato de ser uma nova —reestruturação produtiva—, a qual *todos os países* deverão acompanhar se quiserem —competir— com os novos *designs* tecnológicos e de sistemas para o presente século.

<sup>6</sup> “[...] A tecnologia possui uma ampla gama de utilizações, desde as grandes (turbinas eólicas) até as pequenas (implantes médicos). No momento, seu uso limita-se principalmente às indústrias automotivas, aeroespaciais e médicas. Ao contrário dos bens manufaturados produzidos em massa, os produtos impressos em 3D podem ser facilmente personalizados. Conforme as restrições atuais em relação a tamanho, custo e velocidade são progressivamente superadas, a impressão em 3D irá se tornar mais difundida e incluirá componentes eletrônicos integrados, tais como placas de circuito e até mesmo células e órgãos humanos. Os investigadores já estão trabalhando em 4D, um processo que criaria uma nova geração de produtos capazes de fazer modificações em si mesmos de acordo com as mudanças ambientais, como calor e umidade. Essa tecnologia poderia ser usada nas roupas ou nos sapatos, bem como em produtos relacionados à saúde, por exemplo, implantes projetados para se adaptarem ao corpo humano.” (SCHWAB. Klaus; *“A Quarta Revolução Industrial”*, 2016, Ed. Edipro. p. 25)

Em um país desigual como o Brasil em relação ao acesso à Internet, para citar apenas um exemplo, além da assimetria evidente entre campo e cidade e o descompasso decorrente entre as condições de acesso a equipamentos que tornem permissíveis o ingresso na “sociedade da informação”, há ainda o agravamento da *alienação* e conseqüente atraso do setor empresarial brasileiro em relação à 4ª Revolução Industrial, muito menos enquanto *possibilidade* real e muito mais enquanto “promessa” externa, isto é, meramente apologética.<sup>7</sup>



Por tais razões estruturais, por outro lado, qualquer expectativa “utópica” acerca das habilitações necessárias para o presente século; investimento em capacidades cognitivas, sistemas de informações, técnicas de gestão, etc., que não leve em consideração a circunstância específica dessa *nova fase* do capitalismo mundial e conseqüentemente deste cenário industrial revolucionário estará fadada a cometer os maiores disparates; relativizando a *mercantilização* 4.0 das relações humanas e enviesando o discurso do capitalismo mediante *apologia fetichista* refém de um materialismo tosco acrítico e anti-humanista, a peculiaridade desta revolução e a forma de seu rebatimento no Brasil passa ao largo das análises empresariais e político-partidárias, como se estivessem “desconectados”. Creio ser este um elemento extremamente problemático na apreciação deste tema, também pela razão de que não esteja sendo levado em consideração atualmente como relevante, e segundo, por ratificarem que a propulsão veloz destas inovações tecnológicas promete *arrastar* os países que não derem o passo necessário para acompanhá-la. Entretanto, há uma promessa “solta no ar” em matéria destas inovações sistêmicas, mas existe pelo menos a “sensação” de que durante os próximos vinte anos estaremos entrando em uma *nova fase* industrial?

<sup>7</sup> “Pesquisa mostra que 32% das empresas não ouviram falar do tema. [...] Segundo a pesquisa, realizada pela Fiesp em parceria com o Senai-SP, somente 41% das indústrias utilizam o *lean manufacturing*, ou sistema de produção enxuta. E 32% dos entrevistados não tinham ouvido falar em quarta revolução industrial, Indústria 4.0 ou Manufatura Avançada, nomes diferentes para a mesma mudança na forma de produzir, com base em tecnologia e dispositivos autônomos que se comunicam entre si ao longo da cadeia de valor.” Fonte: <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-identifica-desafios-da-industria-4-0-no-brasil-e-apresenta-propostas/>

## 2) RESULTADOS E DISCUSSÃO

Há um cenário desafiador para os países de baixa renda, isto é, saber se a quarta revolução industrial levará a uma grande —migração” das fabricantes mundiais para as economias avançadas, algo bastante possível caso o acesso a baixos salários deixe de ser um fator de competitividade das empresas. [...] Caso esse caminho se feche, muitos países terão de repensar seus modelos e estratégias de industrialização. Se e como as economias em desenvolvimento podem aproveitar as oportunidades da quarta revolução industrial será uma questão importantíssima para o mundo; é essencial que sejam feitas mais pesquisas e reflexões para compreendermos, desenvolvermos e adaptarmos as estratégias necessárias. (SCHWAB. K. 2016. p. 38)

Assim, o tema da 4ª Revolução Industrial aparece pela boca desses entusiastas estrangeiros, os quais entoam um hino particularmente conhecido, qual seja; o de afirmarem que as dramáticas inovações tecnológicas à nossa espera produzirão um certo efeito “mágico” nas relações humanas<sup>8</sup>, reduzirá o custo dos produtos,<sup>9</sup> estimulando maior demanda do consumidor e consequentemente novos mercados surgirão, novos empregos aparecerão, novas relações sociais e coisas que tais. Na verdade, é o velho procedimento idólatra dos economistas e líderes empresariais; ao capitalismo tudo o que estiver ao alcance e à humanidade o que restar dos escolhos da concorrência intercapitalista, que é o que na verdade reveste o fundamento destas inovações. Mais exatamente, mantenhamos a todo o custo o —místico véu de névoa”<sup>10</sup> envolvido nas próprias coisas que se erguem diante dos seres humanos e da própria natureza como fantasmas sugadores de sua vitalidade mais íntima e radicalizemos de forma visceral toda e qualquer condição de perpetuação e manutenção desse sistema, ainda que tenhamos de apelar para a construção da paisagem esperançosa de um mundo —ovo” com maiores comodidades, que, porém, mantenha a estrutura da desigualdade entre os países natural e o estatuto da propriedade privada intocável, dada a finalidade de incremento da taxa de lucratividade entre as grandes potências como métrica para a retomada do crescimento para sair da crise tornada estrutural. Todavia, é certo que esta inovação não virá desprovida de catástrofes, a julgar pelo acirramento competitivo entre os países que prometem tais inovações. Assim, na esteira deste discurso, os avanços relacionados à Indústria 4.0 realizam com a mais autêntica veracidade o quanto a irreversibilidade emergente deste processo ameaça sucumbir uma quantidade imensa de empregos e modificar substancialmente nossas relações sociais a ponto disto de nenhuma maneira ser considerado do ponto de vista do *controle consciente e planejado* de tal inovação, tal o nível da abstração automática que a *forma social* da produção mercantil 4.0 requer para sua manifestação e consequente publicidade; *mistificar*, com novo estilo, a tecnologia como *resultando* do capital e não herdeira de *força humana* acumulada por milhares de gerações.

<sup>8</sup> “A premissa deste livro é que a tecnologia e a digitalização irão revolucionar tudo, fazendo com que aquela frase tão gasta e maltratada se torne verdadeira: “desta vez será diferente.” (SCHWAB. K. 2016. p. 15)

<sup>9</sup> Não é difícil imaginar o quanto as impressoras 3D terão um impacto extremado nesta direção, em que pese a possibilidade de imprimir desde órgãos; ver aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=4kYtsfkIrOk> às armas de última geração; e aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=w1UNdh-3vuU>

<sup>10</sup> [...] *o reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer quando as relações cotidianas da vida prática se apresentam diariamente para os próprios homens como relações transparentes e racionais que eles estabelecem entre si e com a natureza. A configuração do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente e planejado.*” (MARX, *Op. cit.*, p. 154. Grifo meu).

### 3) REFERENCIAL TEÓRICO

A ciência, que força os membros inanimados da maquinaria a agirem adequadamente como autômatos por sua construção, não existe na consciência do trabalhador, mas atua sobre ele por meio da máquina como poder estranho, como poder da própria máquina. [...] O processo de produção deixou de ser processo de trabalho no sentido de processo dominado pelo trabalho como unidade que o governa. Ao contrário, o trabalho aparece unicamente como órgão consciente, disperso em muitos pontos do sistema mecânico em forma de trabalhadores vivos individuais, subsumido ao processo total da própria maquinaria, ele próprio só um membro do sistema, cuja unidade não existe nos trabalhadores vivos, mas na maquinaria viva (ativa), que, diante da atividade isolada, insignificante do trabalhador, aparece como organismo poderoso. Na maquinaria, o trabalho objetivado se contrapõe ao trabalho vivo no próprio processo do trabalho como o poder que o governa, poder que, de acordo com sua forma, o capital é como apropriação do trabalho vivo. A assimilação do processo do trabalho como simples momento do processo de valorização do capital também é posta quanto ao aspecto material pela transformação do meio de trabalho em maquinaria e do trabalho vivo em mero acessório vivo dessa maquinaria, como meio de sua ação (MARX, K. p. 938. 2011.)

Essa constatação de Marx, nos *Grundrisse*, acerca da *redução* do trabalho vivo a —meio acessório vivo da maquinaria”, torna, por um lado, bastante evidente que o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, mas, ao contrário, deve intensificar e ampliar as condições pelas quais se *utiliza* da produtividade do trabalho de modo a extrair maiores quantidades de *sobre-trabalho* em tempo cada vez mais reduzido. Por isto, a ciência e a tecnologia, sob o comando do capital materializado na maquinaria, no trabalho morto, *funcionam* como um poder que se ergue diante do trabalho vivo, como o *meio* de sua ação. Por outro lado, a própria ciência, sob o comando do capital, por —forçar os membros inanimados da maquinaria a agirem adequadamente como autômatos por sua construção, não existe na consciência do trabalhador, mas atua sobre ele por meio da máquina como poder estranho, como poder da própria máquina”. Desse modo, a ciência e a tecnologia, lideradas e comandadas pelo capital, só mantêm funcionalidade com o trabalho vivo por manter-se prisioneira da necessidade da criação incessante de mercadorias. Juntas, não têm nenhuma existência independente, por mais que *apareçam* ao trabalhador como autômatos, estão em íntima relação com este, dadas à necessidade imperiosa pela qual se restringe, em funcionar tão somente como —organismo poderoso”, e como *unidade* que governa o trabalho vivo. Por isto o caráter —participatório” de Marx, já nos *Grundrisse*, escritos em 1857, acerca das querelas vigentes no debate acerca do —fim do trabalho” ou daquilo que se poderia denominar de autonomização da ciência no processo de criação do valor. Portanto, a Indústria 4.0 não promete eliminar o trabalho do processo de produção, como a primeira vista se supõe, mas *adequá-lo* e *instrumentalizá-lo* a uma nova *forma social* inscrita no marco da acumulação e expansão do capital pela via destas inovações tecnológicas e sistêmicas que tornem viável este estatuto. Caso contrário o sistema entra em colapso.

Assim, por mais que sejam extintas profissões, a viabilidade das inovações previstas na Indústria 4.0 deve levar em conta que o capitalismo *depende estruturalmente* do trabalho criador de valor, sem o qual não é possível a circulação de capital via consumo e distribuição. Fica a pergunta, portanto, como as pessoas irão fazer girar a produção se não possuem condições de comprar?

Sem trabalho, como o sistema poderá funcionar? Assim vem sendo manifestadas atualmente algumas das —sidas” do capitalismo perante tais inovações; a chamada —renda mínima universal”,<sup>11</sup> que tem ganho diversos adeptos, os quais estão motivados nesta direção justamente pelos impactos previstos nas relações sociais contemporâneas com o advento da Indústria 4.0.

Um dos recursos tecnológicos mais expressivos, a Internet das Coisas (IoT), salta aos olhos, no que tange a Indústria 4.0. Basicamente se refere a possibilidade de conectar objetos físicos de qualquer natureza a um bando de dados, inclusive pessoas.<sup>12</sup> Progressivamente tem sido impulsionada pelo desenvolvimento e uso massivo de sensores conectados que realçam o aspecto sensível-suprassensível tematizado por Marx quando analisou detidamente o fetichismo da forma-mercadoria.<sup>13</sup> Porém, o máximo a que pôde vislumbrar Marx acerca do caráter misterioso da forma-mercadoria, que consistia no fato dela refletir aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas, se *realiza* definitivamente na Internet das Coisas (IoT). Isto é, nesta inovação temos a consubstanciação do elemento fantasmagórico que assume as relações humanas como relação entre coisas. Como salienta Netto a respeito;

As formulações sobre o fetichismo, nesta ótica, deixam de ser pertinentes a *mistérios* singulares (o enigma da mercadoria, do dinheiro, etc.) para se converterem no recurso heurístico do mistério macroscópico: a positividade como pseudo-objetividade posta pelo capitalismo tardio. Elas passam a constituir os *requisitos de uma análise genética* (a transformação progressiva do fetichismo da mercadoria para as formas de *todas as instâncias e agências sociais*, com a *mercantilização geral da vida*) e sistemática (o *modus operandi* pelo qual as manifestações reificadas se estruturam na pseudo objetividade da positividade) da cultura da sociedade burguesa constituída. (NETTO. J. 1981. p. 89)

Assim sendo, a possibilidade de conectar as mercadorias em um banco de dados virtual reitera essa dimensão fetichista inscrita na forma-mercadoria, como também instrumenta sua *radicalização* no fato de sua *autonomização* e *design* interespecífico, os quais *necessariamente* farão com que as pessoas se subordinem a um relacionamento mercantil ainda mais autonomizado, também pela razão do incremento da velocidade da produção tornada autonomizada pelas coisas.

---

<sup>11</sup>Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/02/por-cao-de-robos-ideia-de-renda-basica-universal-ganha-mais-adeptos.shtml>

<sup>12</sup> O uso de microchip em pessoas no intuito de identificá-las às bases de dados não apenas reafirma a reificação das pessoas e personificação das coisas, como também demonstra o agravamento do fetichismo no âmbito da Internet das Coisas (IoT), ver em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/empresa-belga-chama-atencao-por-implantar-chips-em-funcionarios/#>

<sup>13</sup> *O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais. [...] Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias* (MARX, *Op. cit.*, p. 148. Grifo nosso).

Entretanto, esta não é uma constatação —*tenófoba*”; os *efeitos sociais que estas coisas* autônomas e inteligentes irão produzir como *portadoras das relações humanas radicaliza* o poder social *alienado e personificado* nelas. As pessoas passarão a se relacionar umas com as outras mediante a interconectividade das coisas, convertendo-se em mero suporte dos circuitos materiais destas mesmas coisas. As mercadorias, por fim, ganhariam —*ida própria*”.

O Google engoliu quase todas as empresas de robótica e aprendizado de máquina. Ele comprou a *Deep Mind* por US \$ 650 milhões e construiu a equipe do *Google Brain* para trabalhar com inteligência artificial. Também contratou Ray Kurzweil, o futurista que previu que os humanos estão a 28 anos da —*singularidade*” — *o momento em que a capacidade da superinteligência artificial supera a inteligência humana, e os humanos se fundirão com a inteligência artificial para criar seres híbridos*. Ray Kurzweil prevê que até 2030, seremos ciborgues. Nano robôs do tamanho das células sanguíneas curam nossos corpos por dentro — conectando-nos ao neo-córtex sintético na nuvem e à realidade virtual e aumentada. —*Se somos mais engraçados, mais musicais, mais sábios*”, disse.<sup>14</sup>

Algumas destas expectativas em voga que se jactam seus defensores, a exemplo do futurista Ray Kurzweil, que em seu cântico de louvor pela —*honra e glória*” do Vale do Silício norte-americano e seus —*feiticeiros*” entusiastas esconde, é que o futuro ambicionado, —*lepo de sutilezas metafísicas e artifícios teológicos*” (MARX. K. 2013) promovido pela Inteligência Artificial (IA) consiste em *transcender* o humano como sendo um *obstáculo* para o futuro previsto pelo capital no século XXI; a *singularidade* constituiria a expressão das tendências políticas e culturais que vem se desenhando no horizonte do capitalismo. Parecendo preocupados com o —*futuro da humanidade*” *no capitalismo* e bradando de forma apologética —*não haver alternativas*” para este sistema social, tomam a Inteligência Artificial (IA) e a isolam de suas determinações de *classe*, abstraindo-a de suas *formas sociais*, não percebendo que os cientistas do Vale do Silício nos EUA estão empenhados em investigações desta monta porque *representam interesses políticos e econômicos* extremamente poderosos e decisivos.

Fizessem um escrutínio detalhado da Inteligência Artificial (IA) no marco da *relação social de produção capitalista* abertas para o século XXI, perceberiam que este recurso tecnológico *não aparece* com a promessa de oferecer um futuro civilizatório para a humanidade porque o capital agoniza seus últimos suspiros expansionistas e se converteu, este sim, em uma *ameaça* para a humanidade, tendo encontrado seus *limites absolutos de expansão*. Sendo que esta tendência expõe a *natureza* da relação-capital em meio à *crise estrutural* de acumulação e expansão no século XXI, que tem na Internet das Coisas (IoT) e na Inteligência Artificial (IA) uma base para fenômenos relacionados. O capitalismo está *redesenhando* sua base de controle e dominação, e a Indústria 4.0 aponta precisamente para o *agravamento* das esferas do fetiche, no sentido de estarem se apresentando como se pudessem manifestarem-se nos robôs pensantes e nas coisas inteligentes. Isto é, as —*mediações de segunda ordem da relação-capital*” (MESZÁROS. 2011) estão *corporificando-se* nas próprias coisas e nos robôs; representando a absoluta *personificação da alienação das capacidades humanas*.

<sup>14</sup> Fonte: <http://www.kurzweilai.net/vanity-fair-elon-musks-billion-dollar-crusade-to-stop-the-ai-apocalypse>  
(Tradução nossa)



Assim se referiu um dos mais ilustres físicos norte-americanos, Stephen Hawking, acerca das descobertas no âmbito da Inteligência Artificial (IA), que segundo ele, representa o —fim da humanidade”.<sup>15</sup> Esta reflexão também é compartilhada pelo professor de filosofia Nick Bostrom, da Universidade de Oxford, que afirma que a IA<sup>16</sup> aponta para —um futuro carregado de milagres tecnológicos, mas que não há mais pessoas, uma espécie de —Disneylandia sem crianças.”<sup>17</sup> Admitimos ser bastante sintomático que as versões destes prognósticos talvez digam respeito ao fato de que para estes, o capitalismo —foi longe demais”. Mas é curioso que este sentimento fatalista se restrinja tão somente a um dos recursos tecnológicos inscritos na chamada Indústria 4.0 e não aos objetivos fetichistas da produção capitalista no século XXI. Mas ainda que despertem emoções fatalistas em suas declarações, é interessante a tese segundo a qual o capitalismo entrou em uma fase *suicida*, e que junto de sua morte entrópica seremos todos levados junto, ou não.

Não é difícil imaginar um robô programado para cumprir a —tarefa” de exterminar afegãos, por exemplo, em virtude de haverem *interesses políticos e econômicos* no solo ocupado por estes, iria querer sempre aprimorar este extermínio, assassinando cada vez mais pessoas com o fenótipo afegão a que fora programado, aprimorando-se constantemente nesta tarefa. Tudo o que este robô faria seria exterminar pessoas com as qualidades e características de seu programa e assim, cedo ou tarde transformaria o mundo inteiro em um palco de destruição em massa para *atender* aos interesses de seus —criadores”, que, porém, cedo ou tarde se transformariam em —*los*” por algum —*alto qualitativo*” na assimilação dos algoritmos destes mesmos robôs.

#### 4) PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo ora apresentado visa a maturação crítica das reflexões a respeito da Indústria 4.0 e também dos rebatimentos materiais previstos para as relações sociais no século XXI. Via de regra, nosso referencial pretende extrair as condicionantes *desiguais* de implementação da Indústria 4.0 no cenário mundial, assim como pretende apontar, em caráter antecipatório, as profundas modificações políticas e culturais previstas no cenário da Inteligência Artificial (IA) plenamente desenvolvida sobre o eixo da *singularidade* e do *transhumanismo*, que constituem basicamente a *mudança de paradigma* científico aguardado para os próximos anos.

---

<sup>15</sup> “O desenvolvimento da inteligência artificial completa poderia significar o fim da raça humana. [...] Não podemos saber exatamente o que acontecerá se uma máquina exceder nossa própria inteligência, por isso não podemos saber se seremos infinitamente ajudados por ela, ou ignorados por ela e marginalizados, ou concebivelmente destruídos por ela.” In: <https://www.bbc.com/news/technology-30290540> (Tradução nossa).

<sup>16</sup> “Na lista de cenários apocalípticos que poderiam acabar com a raça humana, os robôs assassinos superinteligentes têm uma alta taxa na consciência pública. E nos círculos científicos, um número crescente de especialistas em inteligência artificial concorda que os seres humanos eventualmente criarão uma inteligência artificial capaz de pensar além de nossas próprias capacidades. Esse momento, chamado de singularidade, poderia criar uma utopia na qual robôs automatizam formas comuns de trabalho e os humanos relaxam em meio aos recursos abundantes. Ou poderia levar a inteligência artificial, ou IA, a exterminar qualquer criatura que considere como competidores pelo controle da Terra - que seriam nós.” (Tradução nossa) In: <http://time.com/3614349/artificial-intelligence-singularity-stephen-hawking-elon-musk/>

<sup>17</sup> Fonte: <http://time.com/3614349/artificial-intelligence-singularity-stephen-hawking-elon-musk/> (Tradução nossa)

Estamos convencidos da necessidade de um debate criterioso deste tema nas ciências humanas, razão pela qual pretendemos oferecer um aporte possível para seu tratamento. O estudo se baseará nas publicações de artigos, revistas científicas e dissertações a respeito, para extrair deles alguns dos elementos os quais submeteremos análise criteriosa. Com efeito, nosso estudo se esforça por *complementar* algumas das muitas análises feitas sobre a Indústria 4.0, porém nosso diferencial consiste em encará-las a luz da teoria crítica marxista.

## 5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em um mundo em rápida transformação. Algumas das promessas da Indústria 4.0 para os próximos anos ratificam este postulado. Estamos convencidos de que uma abordagem analítica satisfatória deste fenômeno deve priorizar as condições geopolíticas de sua implementação e principalmente, as consequências humano-societárias esperadas para o conjunto da humanidade. Ainda que sejam propagandeadas como uma nova revolução industrial distinta das demais e ainda que seu exame seja capaz de postular materialmente onde vem sendo experimentada<sup>18</sup>, há alguma suspeita de que sejam processos que ainda estão sendo pensados a luz das circunstâncias *nacionais* de efetuação. A julgar pelo acirramento da concorrência intercapitalista entre as grandes empresas, que molda o cenário aberto no presente século e abre um precedente extraordinário em matéria do que espreitam os interesses em jogo nestas inovações. O capitalismo vem projetando nestas inovações um *reordenamento* de suas esferas de controle e domínio da produção social. E neste aspecto, tais recursos tecnológicos sinalizam para um futuro carregado de circunstâncias profundamente situadas na equação entre a busca por ampliar as esferas de acumulação e expansão de capitais e os obstáculos humanos colocados para o sistema.

Já existem os drones que voam e atuam durante o dia, mas também à noite (**soldados do futuro** atuando 24 horas diárias e 7 dias por semana), pois enxergam os inimigos com luz infravermelha, lançam mísseis contra os alvos cirúrgicos definidos pela Inteligência Artificial da inteligência militar. O fabricante do **drone TIKAD** diz que conseguiu desenvolver uma tecnologia de estabilização que permite ao robô assassino TIKAD absorver o recuo das armas poderosas. É um drone projetado para matar. O agente 007 já pode se aposentar e morrer em paz, pois seus substitutos serão bem mais poderosos e imortais.<sup>19</sup>



<https://www.technologyreview.com/the-download/608609/octocopter-drones-now-with-added-guns/>

<sup>18</sup> Como se pode observar o modelo de empresa automatizada: [https://www.valor.com.br/video/5561016011001/robos-transformam-o-setor-de-logistica?utm\\_source=Facebook&utm\\_medium=Social&utm\\_campaign=Timeline](https://www.valor.com.br/video/5561016011001/robos-transformam-o-setor-de-logistica?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=Timeline)

<sup>19</sup> Fonte: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/570726-robos-sapiens-assassinos>

## 6) REFERÊNCIAS

A cruzada de bilhões de dólares de Elon Musk para parar o apocalipse da IA. Disponível em: <<http://www.kurzweilai.net/vanity-fair-elon-musks-billion-dollar-crusade-to-stop-the-ai-apocalypse>> Acesso em: 10/08/2018

Carros Autônomos nas ruas da Califórnia. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/178274/carros-autonomos-google-ruas-california/>> Acesso em: 08/09/2017

Empresa Belga chama atenção por implantar chips em funcionários. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/empresa-belga-chama-atencao-por-implantar-chips-em-funcionarios/#> > Acesso em: 12/02/2018

Fiat indica futuro do trabalho com exoesqueletos. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/fiat-indica-futuro-do-trabalho-com-uso-de-exoesqueletos/>> Acesso em: 08/01/2018

Fiesp identifica desafios da indústria 4.0 no Brasil e apresenta propostas. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-identifica-desafios-da-industria-4-0-no-brasil-e-apresenta-propostas/>> Acesso em: 09/12/2017

Grafeno. Conheça o material que vai revolucionar a tecnologia do futuro. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/produtos/grafeno-conheca-o-material-que-vai-revolucionar-a-tecnologia-do-futuro-25436/>> Acesso em: 08/12/2017

IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Inteligência Artificial e a singularidade. Disponível em: <<http://time.com/3614349/artificial-intelligence-singularity-stephen-hawking-elon-musk>> Acesso em: 15/08/2018

MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, J. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

Por causa de robôs, ideia de renda básica universal ganha mais adeptos. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/02/por-causa-de-robos-ideia-de-renda-basica-universal-ganha-mais-adeptos.shtml>> Acesso em: 09/11/2017

Quarta Revolução Industrial é tema do fórum econômico mundial em Davos. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-01/quarta-revolucao-industrial-e-tema-do-forum-economico-mundial-em-davos>> Acesso em: 07/09/2018

Robôs transformam o setor de Logística das empresas. Disponível em: <[https://www.valor.com.br/video/5561016011001/robos-transformam-o-setor-de-logistica?utm\\_source=Facebook&utm\\_medium=Social&utm\\_campaign=Timeline](https://www.valor.com.br/video/5561016011001/robos-transformam-o-setor-de-logistica?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=Timeline)> Acesso em: 17/03/2018

Robôs Sapiens Assassinos. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/570726-robos-sapiens-assassinos>> (A imagem do TIKAD foi tirada deste sitio virtual). Acesso em: 13/09/2018

SCHWAB, Klaus; *–A Quarta Revolução Industrial*’, 2016, Ed. Edipro

Tecnologia e Inteligência artificial. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/technology-30290540>> Acesso em: 15/10/2017

**A INFLUÊNCIA DA MOTIVAÇÃO NA SATISFAÇÃO DOS VENDEDORES DO COMÉRCIO  
VAREJISTA DE GUAÍRA-SP**

*MOTIVATION'S INFLUENCE ON SATISFACTION OF RETAIL SELLERS FROM GUAÍRA-SP*

Área temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

SORATI, Ricardo de Sousa  
Faculdade Barretos  
Bacharel em Administração de Empresas  
[rsorati1@gmail.com](mailto:rsorati1@gmail.com)

MIRANDA, Fabrício Perico de  
Faculdade Barretos  
Bacharel em Administração de Empresas  
[perico0406@gmail.com](mailto:perico0406@gmail.com)

CARVALHO, Nádia Castro de  
Faculdade Barretos  
Mestre em Administração de Empresas  
[nadiaccarvalho@gmail.com](mailto:nadiaccarvalho@gmail.com)

REZENDE, Fabiana Faria  
Faculdade Barretos  
Doutora em Psicologia  
[fabiana.faria@unibarretos.com.br](mailto:fabiana.faria@unibarretos.com.br)

**Resumo**

Atualmente, a motivação tem tido um papel importante na vida do trabalhador e das empresas, sendo esta consequência do entrosamento entre as partes. O presente artigo visa discutir alguns fatores que podem favorecer a motivação organizacional e, conseqüentemente, os impactos tanto para os profissionais quanto para suas empresas. Para a realização deste artigo foi elaborado um questionário utilizando a escala Likert, composto por 14 questões fechadas e 1 questão aberta, que teve por objetivo analisar as opiniões dos entrevistados acerca do tema motivação. Foi aplicado em 36 colaboradores do comércio varejista da cidade de GUAÍRA-SP. Percebeu-se que para a maioria dos entrevistados, isto é, 81%, a motivação em relação ao seu trabalho é oriunda de ter oportunidade de crescimento profissional. Sendo assim, é de suma importância a motivação dos profissionais para as organizações, uma vez que o sucesso desta depende do nível de satisfação e motivação dos seus colaboradores. Portanto, percebe-se que, diante o presente estudo, a maioria dos profissionais ligados ao comércio varejista da cidade de GUAÍRA-SP está motivada em suas funções, mas que sobretudo cabem às empresas e aos gestores saberem lidar com tal questão, afim de proporcionar meios para que a motivação seja um processo contínuo na vida do profissional.

**Palavras-chave:** motivação, organizações, comércio varejista.

**Abstract**

Nowadays, the motivation has had an important role on the workers and companies lives, being a consequence of their good rapport. This paper aims to discuss some factors which can favor the organizational motivation and, consequently, the impacts to workers and their companies. In order to develop this paper, it was elaborated a questionnaire using a Likert scale, composed by 14 closed questions and 1 open question, which had as purpose to assess the interviewer's opinion concerning the theme motivation. It was applied in 36 collaborators of the retail trade from the city GUAÍRA-SP. It was noted that the interviewer's majority, that is, 81%, considers that the motivation in their work has origin in the opportunity of professional improvement. Given that, the motivation of its workers is really important for the companies, because their success relies on the satisfaction and motivation levels of its collaborators. Therefore, given the current research, it is noted that the majority of workers associated with the retail trade from GUAÍRA-SP city is motivated in its functions, but it is a responsibility of companies and its managers to know how to deal with that matter, in order to proportionate means to maintain motivation as a continuous process in the worker's life.

**Keywords:** motivation, organizations, retail trade.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa discutir sobre o tema motivação laboral, ou seja, trata-se de um assunto muito discutido e pertinente no mundo dos negócios. Um indivíduo, quando inserido em uma empresa, está ali por alguma razão e, por isso, sua motivação deve ser sempre trabalhada pelos gestores, que podem incluir políticas de desenvolvimento pessoal e profissional.

Percebe-se que as teorias existentes no tocante à motivação propõem meramente uma linha de raciocínio, por isso, às vezes, impreciso para explicar como e por que o indivíduo corre atrás de seus objetivos e metas (BERGAMINI, 1990). Chiavenato (2005) escreve que as pessoas passam um grande tempo de suas vidas no interior de uma empresa, direta ou indiretamente. Em outras palavras, o nível de motivação das pessoas é muito importante para a sobrevivência da organização, uma vez que a equipe motivada sempre dará seu máximo para que tanto seus objetivos, quanto da empresa sejam logrados com sucesso. No entanto, quando um profissional esteja com seu nível de motivação em baixa, trará consequências não apenas a si, como desinteresse pela atividade, estresse, depressão, faltas injustificadas, mas também aos demais colaboradores e, por fim, à organização, que sofrerá com todo este processo. É neste contexto que se deve conhecer quais fatores motivacionais, suas necessidades, o que satisfaz para que não perca oportunidades frente às constantes mudanças no mercado de trabalho, sempre volátil.

Para alguns autores da Administração, o indivíduo é movido por desejos, que podem ser satisfeitos de várias formas, o que os levarão a passar para outro nível, até que todos sejam alcançados, porém isto é um ciclo. Enfim, há inúmeras teorias motivacionais. No entanto, este artigo limitar-se-á apenas àquelas mais importantes para o tema em questão, isto é, a motivação do trabalhador relacionado à área de vendas. Para tanto, foram utilizados como métodos a pesquisa documental e pesquisa exploratória, com a utilização de questionário que tem como opções de respostas uma escala Likert.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Motivação

Ao procurar entender que a organização é composta por indivíduos que são dotados de desejo e motivações, faz-se necessário entender que é de suma importância mantê-los motivados, fato este comprovado pelo surgimento nas décadas passadas de várias teorias motivacionais (BERGAMINI, 1990). Este leque de teorias motivacionais é de grande ajuda para as organizações e, sobretudo, a seus gestores. Conhecê-las, todavia, é fator primordial para sua competitividade. Entretanto, as pessoas não são exatamente iguais umas às outras, sendo que cada uma possui perspectivas diferentes, que as fazem permanecer nesta ou naquela empresa. Na visão de Hogue apud Bergamini (1990, p. 18):

“Muito frequentemente é esquecido como o indivíduo fundamentalmente funciona. Esquece-se que, no interior de cada uma de suas atividades, a pessoa, como um todo, põe em jogo todas as suas capacidades individuais e responde a necessidades específicas. Ela adota, então, um modo pessoal de funcionar, que lhe é próprio e a distingue daquele que é típico do vizinho.”

De fato, um dos principais pontos sobre o comportamento dentro das empresas está relacionado ao motivo pelo qual os trabalhadores se portam e sua maneira de agir nas posições as quais estão alocados nas empresas (BOWDITCH; BUONO, 2006). Para Bergamini (2005, p. 138), “não estar motivado a seguir a direção alguma pode ser muito confortável para os outros, mas nunca o será para o indivíduo que, por isso, abdicou a alegria de estar vivo”. Segundo a autora, estar motivado é além de possuir alegria de viver dentro das organizações é fonte de sucesso e crescimento, isto é possível porque o indivíduo motivado se envolve com a empresa, fortalecendo-a, assim, ambos, crescem juntos.

### 2.2 Definição do conceito de motivação

Tejada (2013) divide a palavra motivação em duas partes, didaticamente: “Motivo” e “Ação”. Segundo Tejada (2013, p.11), “motivo é algo que objetivamos, ou seja, algo que pretendemos atingir, algo a fazer, algo que está em nossa mente, enfim um objetivo, uma meta [...]. Ação significa colocar a „mão na massa“[...]”. Portanto, motivação é saber onde chegar, agindo para que se concretize o objetivo. A motivação é a maneira como algum comportamento é estimulado para que os objetivos

das empresas sejam alcançados, isso significa dizer que um indivíduo possui motivação no exato momento que direcionar suas forças para que o objetivo seja almejado (DUBRIN, 2003).

### 3 TEORIAS MOTIVACIONAIS

Há inúmeras teorias quando o assunto é motivação. Isso significa que tais teorias devem ser interpretadas e percebidas como um meio de reconhecer o que proporciona para a pessoa, enquanto trabalhador, satisfação, isto é, dentro da organização; de uma forma mais específica, tais meios tendem a ser notados tanto na própria pessoa, como, também, no seu trabalho ou na junção dos dois aspectos (TAMAYO; PASCHOAL, 2003). Aqui, serão descritas apenas as teorias mais discutidas no meio organizacional, isto é, as mais relevantes.

As teorias motivacionais são classificadas em:

- Teorias de Conteúdo;
- Teorias de Processo;
- Teorias de Reforço.

No que diz respeito às duas primeiras, Silva (2001, p. 228) diz que:

“As teorias de conteúdo focalizam geralmente as necessidades humanas de algum tipo; a força das necessidades e o modo específico como uma pessoa deseja satisfazê-las são usualmente aprendidos pelas teorias de processo.”

Há outro tipo de teoria, que auxilia os gestores a compreender o porquê de certos comportamentos das pessoas, dizendo que são influenciados pelos estímulos ambientais. São as teorias de reforço.

Por fim, dentro de cada tipo de teoria, existem subtipos, descritos a seguir:

#### *Teorias de conteúdo*

- Teorias da hierarquia das necessidades;
- Teoria ERC;
- Teoria dos dois fatores;
- Teoria das necessidades adquiridas.

#### *Teorias de processo*

- Teoria da expectativa;
- Teoria da definição de objetivos;
- Teoria da Equidade.

#### *Teorias de reforço*

- Teoria de Skinner.

### 3.1 Teorias de conteúdo

#### 3.1.1. Hierarquia das necessidades de Maslow

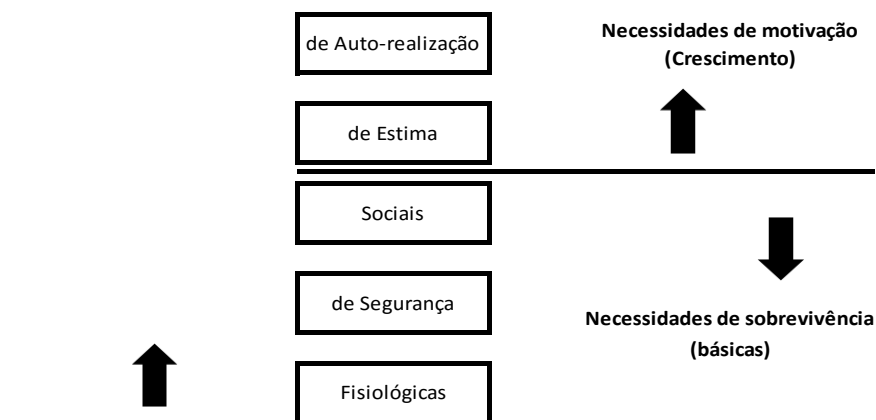
Bowdith e Buono (2006, p. 50) escrevem que essa teoria é “um dos modelos mais bem conhecidos e atraentes de motivação [...]”. Segundo Gustavo (2013), esta teoria é tida como uma das mais relevantes entre as teorias. Ela é alicerçada na hierarquia de necessidades, isto é, Abraham Maslow (1908 – 1970) criou a ideia que as necessidades humanas podem ser dispostas hierarquicamente. Bergamini (2011, p.147) escreve que:

“Maslow, por sua vez, propõe em 1948, um tipo de classificação ou hierarquia dos motivos humanos; em primeiro nível coloca as necessidades corporais ou fisiológicas, seguidas da busca do atendimento das necessidades de segurança, e propõe a seguir os incentivos, que denomina de incentivos de ego, caracterizados pelo domínio do conhecimento ou auto-estima, isto é, abrange necessidades verdadeiramente psicológicas, da mesma forma como ocorre no último nível, no qual aparece a busca do atendimento das necessidades de auto

realização.”

Esta teoria foi desenvolvida a partir do pensamento de que a motivação é gerada por meio da satisfação de algumas necessidades (FRANÇA, 2006).

### Esquema 1 – A hierarquia das necessidades de Maslow



Fonte: Silva, 2001.

#### 3.1.2 Teoria ERC

Esta teoria, uma das variantes da teoria de Maslow, criada por Clayton Aldefer, possui apenas três pontos, no que diz respeito à motivação dos colaboradores. Para Daft (2005), Aldefer criou a teoria ERC, em contraponto à de Maslow, a fim de argumentar à posição quanto a falta de constatação empírica. A seguir, breve explicação desta teoria:

- ✓ Necessidade de Existência: Caracteriza-se pela vontade tanto bem-estar fisiológica, quanto às de material;
- ✓ Necessidade de Relacionamento: Para Maximiano (2012, p.197), “compreende as necessidades de relações pessoais significativas e as necessidades de estima de Maslow”. Em outras palavras, são as vontades de atender as necessidades de relacionamentos (SILVA, 2001);
- ✓ Necessidades de Crescimentos: Referem-se às necessidades do indivíduo se desenvolver, tendo a vontade de crescimento, ou seja, de auto realizar-se.

Existe uma discordância entre Aldefer e Maslow, uma vez que aquele considera que não é continuação a realização das necessidades, entretanto, paparelo. Para Maximiano (2012), o embasamento da teoria de Aldefer é oriundo de suas fontes:

- ✓ Há a possibilidade de mais de uma das necessidades agirem conjuntamente;
- ✓ Caso alguma necessidade de nível acima continue sem ser satisfeita, haverá um acréscimo na vontade de eliminar aquela de nível mais baixo. Para Chiavenato (2005), enquanto a teoria de Maslow possuem cinco níveis de necessidades, na de Aldefer, há somente três necessidades.

#### 3.1.3 Teoria dos dois fatores

Frederick Herzberg foi o criador desta teoria, que afirma que a causa da motivação é resultado do trabalho. Para Maximiano (2012, p.200), “a teoria explica, por exemplo, por que certos profissionais dão mais importância à atividade que realizam do que a possíveis vantagens materiais que ela possa trazer”. Ela é composta por dois fatores:

- ✓ Fatores Higiênicos: Caracteriza-se pelo ambiente em que os indivíduos estão cercados, quanto ao trabalho, podendo ser citados, aqui, o salário, o relacionamento entre líderes e liderados; na verdade, integram os elementos que as empresas usam para motivar sua equipe (CHIAVENATO, 2005).
- ✓ Fatores Motivacionais: São os fatores relacionados à ocupação, ao cargo e às

funções do cargo em si mesmo. No entanto, “[...] se os fatores de motivação não existem, não provocam satisfação, que é a condição básica para a motivação na visão de Herzberg” (SILVA, 2001, p.233).

### 3.1.4 Teoria das Necessidades adquiridas de McClelland

Para David McClelland, há indivíduos que possuem uma imensa vontade de realização, em contrapartida, outras não possuem esta qualidade. Esta teoria, por isso, é conhecida por teoria da realização; isto quer dizer que os indivíduos aprendem e adquirem da sociedade três necessidades, ou seja:

- ✓ Necessidade de realização: Segundo Silva (2001, p.238), “[...] é uma necessidade de desafio para a realização pessoal e para o sucesso em situações competitivas”. Em outras palavras, há indivíduos que nascem para vencer, por isso querem a realização para si acima da própria recompensa propriamente dita (CHIAVENATO, 2005).
- ✓ Necessidade de afiliação: é a necessidade de o indivíduo manter relações próximas, com o intuito de afastar os conflitos, mantendo laços de amizades estabelecidas. De fato, é a vontade de cultivar uma convivência harmoniosa, próxima em relação aos demais (DUBRIN, 2008).
- ✓ Necessidade de poder: pode-se dizer que está relacionada à necessidade de ter autoridade sobre os demais, influenciando-os sob suas vontades. Em outras palavras, estes três itens acima descritos, isto é, a necessidade de realização, a necessidade de associação e a necessidade de poder, de fato, têm um papel fundamental na explicação da motivação (ROBBINS, 2002).

## 3.2 Teorias de Processo

### 3.2.1 Teoria da equidade

Chiavenato (2005) afirma que dentre as teorias do processo de motivação, considera-se esta como sendo a primeira a ser trabalhada dentro da empresa. Desenvolvida por Adams, sua fundamentação está na analogia com que os indivíduos fazem acerca de sua ajuda e retribuição dos demais. Para tanto, Chiavenato (2005) escreve que há três situações disponíveis, sendo elas:

- ✓ Equidade;
- ✓ Iniquidade negativa;
- ✓ Iniquidade positiva.

Maximiliano (2012) escreve que a síntese desta teoria é a percepção que para todos os indivíduos a recompensa tem que ser exatamente igual ao esforço; isto é, que se um colaborador faz a mesma coisa que outro colaborador, tanto para um quanto para outro a recompensa deverá ser de forma igualitária. O que se pode aprender com esta teoria é que tanto as recompensas, sejam realistas, sejam absolutas tendem a prejudicar a motivação dos próprios colaboradores.

### 3.2.2 Teoria da definição de objetivos

De acordo com esta teoria, desenvolvida por Locke, um trabalhador concentra todas suas forças para que seus objetivos sejam alcançados. Segundo Robbins (2002, p.162), “as pessoas trabalham melhor quando têm feedback em relação ao seu progresso, pois isto ajuda a perceber as discrepâncias entre o que têm feito e aquilo que precisa ser realizado para o alcance do objetivo”.

Para motivar os colaboradores de acordo com a teoria da definição dos objetivos, Chiavenato (2005) escreve que há quatro modos de fazê-lo:

- ✓ Dinheiro: não pode ser somente o grande agente que motiva o trabalhador, entretanto, deve ser aplicado com os demais modos;
- ✓ Diferenciar as funções dos colaboradores, para que possam ter maior responsabilidade e serem cada vez mais desafiadores;
- ✓ Estabelecimento de objetivos propriamente ditos; e
- ✓ Cooperação tanto quanto forem tomar decisões quanto for definir os objetivos.

### 3.2.3 Teoria da Expectância

Considera-se como uma das teorias mais aceitas quando se trata de motivação. Seu criador, Victor Vroom, a demonstrou como sendo uma possibilidade para as teorias de conteúdo (Silva, 2005). Esta teoria parte do pressuposto que os colaboradores são motivados quando creem que são capazes de terminar uma tarefa, isto é, que as recompensas são superiores do que o próprio esforço empregado (CHIAVENATO, 2005).



### 3.3 Teorias do reforço

#### 3.3.1 Teoria de Skinner

Desenvolvida por B. F. Skinner, esta teoria propõe que o modelo de agir de um indivíduo é regido em decorrência deste; em outras palavras, Silva (2005) escreve que este comportamento é percebido através das experiências sejam positivas, sejam negativas. Portanto, ele será formado por dois quesitos, sendo-os reforço e punição, respectivamente. Para tanto a teoria de Skinner “[...] representa um contraponto à teoria da definição de objetivos” (CHIAVENATO, 2005, p. 262). Portanto, cabe aos gestores conhecer a correlação existente entre modos de agir e as consequências, para comportamentos adequados sejam esperados e desestimulem os que sejam prejudiciais às empresas (SILVA, 2005).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

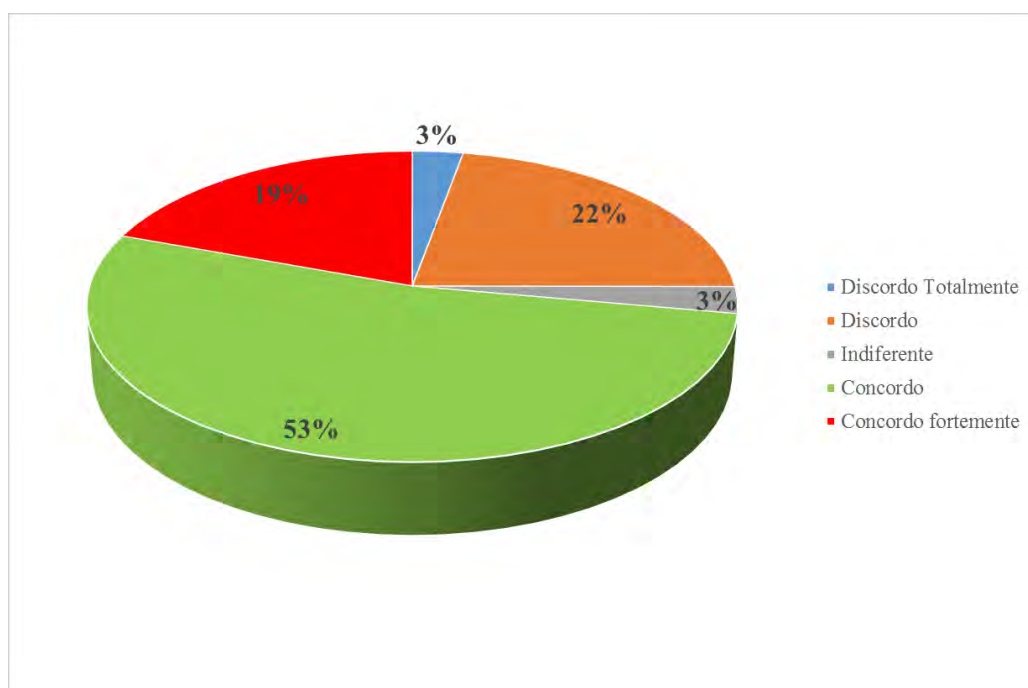
Foram entregues 50 questionários na cidade de Guaíra, localizada no interior do estado de São Paulo. No entanto, foram coletados 36 questionários. O público-alvo da pesquisa são os vendedores que estão inseridos no comércio local. Foi visitado um total de 11 estabelecimentos do ramo varejista, sendo lojas de confecções, calçados, eletrodomésticos, joalherias, perfumarias e suprimentos de informática.

Para a composição deste artigo, foi utilizado um questionário contendo 15 perguntas, sendo 14 delas fechadas, utilizando a escala Likert e apenas uma aberta, tendo como objetivo buscar identificar opiniões dos entrevistados a respeito do que pensam sobre motivação, de forma que visem uma melhoria em relação ao seu ambiente de trabalho.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De um modo geral, pode-se observar que:

**Gráfico 1 - Satisfação quanto à realização profissional**



Fonte: Os Autores

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todos os setores das organizações, principalmente aqueles ligados às vendas, é de suma importância para o sucesso que os colaboradores estejam motivados e satisfeitos em relação à função desempenhada, isso porque as constantes variações do mercado e as incertezas requerem que os indivíduos sejam não só tecnicamente capacitados, mas sobretudo que saibam lidar com estes acontecimentos. Para a empresa, manter em seu rol colaborador com um alto nível de motivação é certamente gratificante, pois tudo isso é consequência de um projeto bem centrado e desenvolvido, seja com treinamentos, palestras, cursos, enfim; em contrapartida, para os vendedores, estar motivado significa que ele encontrou no seu emprego algo que realmente lhe satisfaça, porque isso trará não só benefícios como também garantias, refletindo em sua dedicação para com a empresa.

Sabe-se, pois, que a motivação organizacional é muito discutida atualmente e que ela tem grande influência na convivência com os demais colaboradores da organização. Em se tratando de motivação, percebe-se que a satisfação em relação ao seu reconhecimento profissional é fator determinante para a motivação organizacional, uma vez que sendo o profissional reconhecido no que faz, este tende a dar mais de si para a realização da tarefa desempenhada. No entanto, cabe às empresas discutir formas de dar ao colaborador chances de executar seu trabalho, além, claro, de criar um ambiente propício para isso.

## REFERÊNCIAS

- BERGAMINI, C. W. **Motivação**. 3.Ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- BOWDTCH, J. L.; BUONO, A. F. **Fundamentos de comportamento organizacional**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- DAFT, R. L. **Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- DUBRIN, A. J. **Fundamentos do comportamento organizacional**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- FRANÇA, A. C. L. **Comportamento organizacional: conceitos e práticas**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GUSTAVO, L. A teoria das hierarquias das necessidades. **Administradores.com**, João Pessoa, 16 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/producao-academica/a-teoria-da-hierarquia-das-necessidades/5266/>>. Acesso em 15 maio 2017.
- ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional**. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- SILVA, R. O. da. **Teorias da administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

***A INFORMAÇÃO COMO RECURSO ESTRATÉGICO PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS***

*THE INFORMATION AS A STRATEGIC RESOURCE FOR MICRO AND SMALL ENTERPRISES*

Área temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

JORGE, Carlos Francisco Bitencourt  
Unesp / Faculdade Católica Paulista  
Pós-Doutorando / Docente do curso de Administração  
E-mail: [bitencourt@gmail.com](mailto:bitencourt@gmail.com)

CAZANE, Ana Lúvia  
Faculdade Católica Paulista  
Docente do curso de Administração  
E-mail: [alcazane@yahoo.com.br](mailto:alcazane@yahoo.com.br)

RIBEIRO, Evelin Rocha  
Faculdade Católica Paulista  
Bacharelada em Administração  
E-mail: [evelinrr1@gmail.com](mailto:evelinrr1@gmail.com)

MELO, Fernando Gustavo Alves de  
Faculdade Católica Paulista  
Bacharelado em Administração  
E-mail: [fernandolinkin0@gmail.com](mailto:fernandolinkin0@gmail.com)

**Resumo**

A informação é um elemento essencial para a criação, implementação e avaliação de qualquer estratégia (BEAL, 2004, P.75). As empresas de micro e pequeno porte desempenham um papel central na economia, como fonte geradora de renda e riqueza, além de representar um percentual elevado sobre o nível de emprego na economia, porém necessitam de melhorias em termos de informação e estratégia. Vale ressaltar que muitas médias e pequenas empresas (MPEs) não sobrevivem nos seus anos iniciais de vida. Este fenômeno ocorre porque empresas jovens podem apresentar falta de conhecimento do mercado, dificuldade de gerenciamento, falta de experiência e problemas financeiros dos novos empreendedores (STINCHCOMBE, 1965). Destaca-se que as informações podem se tornar importantes recursos para as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) devido a sua disponibilidade e custo para sua obtenção. Essas informações devem ser analisadas sob o olhar das necessidades organizacionais e podem propiciar maior consistência e segurança na busca de alternativas frente a realidade das MPEs, uma vez que estas, em sua grande maioria, possuem limitação de recursos financeiros e tecnológicos e podem encontrar no uso da informação uma maior competitividade. Este artigo buscou justamente entender essas intersecções, para isso foi realizado o levantamento de informações sobre os temas Informações, Gestão das informações e Micro e Pequena Empresa por meio de pesquisa bibliográfica, após o levantamento das informações, os temas foram analisados e relacionados.

**Palavras-chave:** Informação; Estratégia; Micro e Pequenas Empresas (MPEs).

**Abstract**

The information is an essential element for the creation, implementation and evaluation of any strategy (BEAL, 2004, p. 75). Micro and small enterprises play a central role in the economy as a source of income and wealth, as well as representing a high percentage of employment in the economy, but they need improvements in terms of information and strategy. It is noteworthy that many small and medium-sized enterprises (SMEs) do not survive in their initial years of life. This phenomenon occurs because young companies may present lack of market knowledge, management

difficulty, lack of experience and financial problems of the new entrepreneurs (STINCHCOMBE, 1965). It should be noted that information can become important resources for Micro and Small Enterprises (MSEs) due to their availability and cost to obtain them. This information should be analyzed under the perspective of organizational needs and can provide greater consistency and security in the search for alternatives to the reality of MSEs, since these are mostly limited financial and technological resources and may find in use greater competitiveness. This article sought to understand these intersections, so it was carried out the collection of information on the topics Information, Information Management and Micro and Small Business through bibliographic research, after the information was collected, the topics were analyzed and related.

**Keywords:** Information; Strategy; Micro and Small Enterprises (SMEs).

## 1 INTRODUÇÃO

No ambiente empresarial, o cenário atual demonstra que a informação vem assumindo crescente importância estratégica, independente do mercado ou área de atuação da organização. Isso ocorre tanto pela globalização dos mercados quanto pela rapidez com que as informações circulam e as mudanças ocorrem.

A informação é um elemento essencial para a criação, implementação e avaliação de qualquer estratégia. Sem o acesso a informações adequadas a respeito das variáveis internas e do ambiente onde a organização se insere, os responsáveis pela elaboração da estratégia não têm como identificar os pontos fortes e fracos, as ameaças e oportunidades, os valores corporativos e toda variedade de fatores que devem ser considerados na identificação de alternativas e na tomada de decisões estratégicas. (BEAL, 2004, P.75).

A Gestão Estratégica da Informação vem sendo trabalhada por muitos autores, que ressaltam sua importância para um bom desempenho gerencial. Moraes et al. (2004) destacam que, com o clima de incerteza e turbulência que se encontram os mercados, os profissionais são estimulados a buscarem constantemente uma tecnologia adequada que ofereça possibilidade de realizar uma gestão estratégica da informação.

As Micro e Pequenas Empresas (MPEs) nem sempre se apropriam da informação com recurso estratégico. Isso ocorre pelo fato de seus processos e atividades serem mais enxutos, compactos e simples (IGBARIA et al., 1997). Por outro lado, pequenas empresas, de diversos setores, compartilham com as empresas de grande porte a necessidade de bem administrar sua informação, mas nem sempre se adaptam ao mesmo tipo de sistema de gestão e apoio à decisão.

A realidade brasileira tem mostrado que a cada ano aumenta o número de micro e pequenas empresas que nascem e morrem nos primeiros anos de atividade. De acordo com Krafta e Freitas (2008), estes pontos deficitários podem ser melhorados através de uma melhor gestão da informação, com base em dados que muitas vezes já estão dentro da empresa e não são explorados de forma adequada para proporcionar crescimento, evitando a estagnação ou, até mesmo, a um prematuro encerramento de suas atividades.

Ao longo desse artigo destaca-se que gestão da informação deve se basear à medida das necessidades da empresa, exercendo um papel de apoio na articulação dos vários conjuntos que a integra, efetuando o processamento de dados provenientes de múltiplas fontes, elaborando informação útil e em tempo real à gestão e à tomada de decisão na empresa, com finalidade de criar vantagens competitivas.

Fica claro, portanto, como a informação é um componente intrínseco e imprescindível, sendo por meio dela, a capacidade de a organização desenvolver vantagens competitivas. Dessa maneira, cabe a organização independente de sua área considerar a informação como insumo em suas atividades organizacionais, tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo.

Quanto à metodologia, foi realizado o levantamento de informações sobre os temas Informações, Gestão das informações e Micro e Pequena Empresa por meio de pesquisa bibliográfica, após o levantamento das informações, os temas foram analisados e relacionados. Ao relacionar os conceitos e reflexões encontradas dos conceitos na pesquisa bibliográfica foi possível construir novas reflexões quanto a importância da informação enquanto ferramenta estratégica para as micros e pequenas empresas.

Assim, como resultado da pesquisa observamos que as informações podem se tornar importantes recursos para as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) devido a sua disponibilidade e custo para sua obtenção. Essas informações devem ser analisadas sob o olhar das necessidades organizacionais e podem propiciar maior consistência e segurança na busca de alternativas frente a

realidade das MPEs, uma vez que estas, em sua grande maioria, possuem limitação de recursos financeiros e tecnológicos e podem encontrar no uso da informação uma maior competitividade.

A valorização e gestão das informações nas MPEs são capazes de proporcionar uma maior competitividade, afinal, por meio delas essas organizações constroem novos conhecimentos e passam a tomar decisões de maneira mais assertiva.

O artigo está estruturado da seguinte forma: Primeiramente apresentaremos o Referencial Teórico que discute os temas “Informação”, “Micro e Pequenas Empresas” e “A informação e sua gestão como estratégia em micro e pequenas empresas”. Na sequência temos os procedimentos metodológicos, as considerações parciais e, por fim, as referências utilizadas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. Informação**

Desde a pré-história acumulamos informações e conseqüentemente conhecimentos, evoluindo nossas necessidades em função de novas demandas. Nessa perspectiva pode-se constatar que a informação sempre esteve presente em nosso contexto social, sendo a encarregada por propiciar o conhecimento, que por sua vez, é o principal responsável por inovações em diferentes âmbitos e vieses do corpo social.

A definição de informação pode ser considerada um tanto complexa e ampla, sendo necessário analisar a conexão entre os dois componentes que se ligam a ela: “dado” e “conhecimento”. Conforme Davenport e Prusak (1988), dados são as observações sobre o estado do mundo; informação, como os dados com relevância e propósito, propriedades atribuídas aos dados pelos seres humanos; e conhecimento, como a informação a qual foi dado um contexto, um significado, uma interpretação.

Ao se considerar que a informação é o elemento intermediador para a construção de conhecimento, observa-se uma relação de dependência entre o indivíduo e a informação, sendo a informação, portanto, a propulsora de mudanças na sociedade.

Dentro dessa perspectiva, a informação assume atualmente uma importância crescente, chegando até mesmo ser considerada um ativo organizacional, tendo em vista que permite um uso eficaz e eficiente dos recursos disponíveis, maximizando os resultados adquiridos e, desse modo, definindo o futuro da organização.

#### **2.1.1 A informação no contexto das organizações**

Desde o advento da globalização, as fronteiras de negócios estão sumindo gradativamente, transformando o mundo em um só mercado e conseqüentemente instaurando a competitividade global. Devido a isso, a busca por uma ferramenta que seja capaz de fornecer as melhores condições de desenvolvimento em meio a um mercado vasto e hegemônico aos padrões de consumo, é considerado uma questão de sobrevivência mediante a extensa rede competitiva.

Nesse viés, a informação entra como a força motriz dentro do ambiente organizacional, direcionando o posicionamento da empresa frente a um mercado mutável e turbulento. A maneira como conduzida tem o potencial de levar a organização à liderança no segmento que atua, assim como abaixo. As mudanças são contínuas, ter a capacidade de se adaptar aos diferentes contextos é o que garante a vantagem competitiva, que uma vez adquirida a questão torna-se a mantê-la.

Bel (2004) aludi o papel da informação como influenciadora no crescimento e desenvolvimento da organização:

A informação é um elemento essencial para a criação, implementação e avaliação de qualquer estratégia. Sem o acesso a informações adequadas a respeito das variáveis internas e do ambiente onde a organização se insere, os responsáveis pela elaboração da estratégia não têm como identificar os pontos fortes e fracos, as ameaças e oportunidades, os valores corporativos e toda variedade de fatores que devem ser considerados na identificação de alternativas e na tomada de decisões estratégicas. (BEAL, 2004, p.75).

Assim como a informação tem poder de influenciar o desenvolvimento das atividades da empresa, a falta dela ou seu uso errôneo tem capacidade de conduzir os gestores a tomarem decisões não estruturadas e consistentes, desestabilizando por fim os objetivos pretendidos. Segundo Stair (1998), a informação para ser valiosa para os gestores tem que ser precisa, completa, econômica, flexível, confiável, relevante, simples, em tempo e verificável.

De fato, a confiabilidade das informações é a ferramenta que proporciona identificar as oportunidades e ameaças no cenário do mercado atual. Contudo, saber filtrar as informações que é considerado uma tarefa complicada, visto que somos rodeados por tal recurso, se torna difícil considerar o que é realmente relevante. Por esse motivo, o gerenciamento sistemático e dinâmico das informações se torna essencial a fim de controlar o fluxo e as fontes de informações.

Desse modo, monitorar tanto as informações internas quanto externas é um elemento fundamental, pois a mesma serve de suporte para o gerenciamento nas operações. De acordo com Choo (2003), os colaboradores das organizações são as suas fontes de informações mais valiosas. Ele classifica as fontes de informação do ambiente organizacional em quatro categorias: internas e pessoais, internas impessoais, externas e pessoais, e externas e impessoais. A tabela 1 a seguir demonstra a classificação proposta por esse autor:

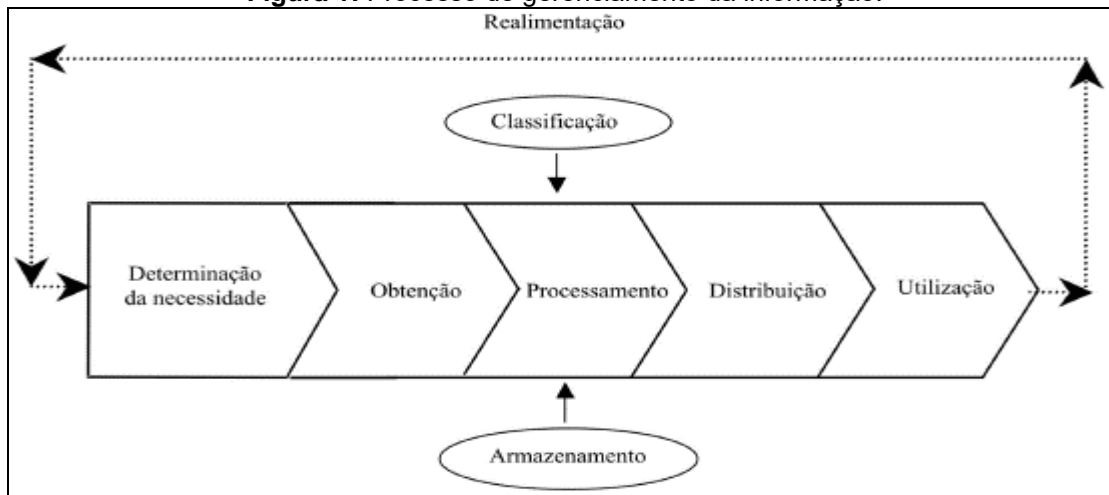
**Quadro 1:** Exemplos de fontes de informação.

	<b>PESSOAIS</b>	<b>IMPRESSOIS</b>
<b>EXTERNAS</b>	-Clientes -Concorrentes -Contatos comerciais/profissionais -Funcionários de órgãos governamentais	-Jornais e periódicos; -Publicações governamentais; -Rádio e televisão; -Associações Comerciais e Industriais; Conferências e Viagens.
<b>INTERNAS</b>	-Superiores e subordinados hierárquicos -Equipe de funcionários	-Memorandos e circulares internos -Relatórios e estudos internos -Biblioteca da organização -Serviços de informações eletrônicas

**Fonte:** Adaptado de Auster e Choo (1994).

Perante a vultosa capacidade e pluralidade das fontes de informação, para se estabelecer uma boa gestão é preciso processar minuciosamente a fonte requerida, sendo monitorada, coletada, analisada, disseminada e por fim utilizada. A partir disto, fica evidente o fato que a informação por si só não basta, faz se necessário saber manusear tal insumo, no sentido de torná-la uma atividade eficiente no processamento de decisão.

**Figura 1:** Processo de gerenciamento da informação.



**Fonte:** Adaptada de Davenport e Prusak (1998).

Segundo McGee e Prusak (1994), as etapas relacionadas ao processo de gestão da informação, conforme ilustradas na figura 2 podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- Etapa 1: determinação da necessidade de informação – compreensão das variadas fontes e tipos de informação necessárias para uma melhor performance, bem como suas peculiaridades, fluxos e necessidades.
- Etapa 2: obtenção – visa explorar as informações.
- Etapa 3: processamento – compreende as atividades de classificação e

armazenamento.

- Etapa 4: distribuição e apresentação - optar entre os diferentes dispositivos de interface a fim de estabelecer uma conexão entre o usuário e os responsáveis pela distribuição da informação.
- Etapa 5: utilização - Processo no qual através da informação há a formulação da estratégia.

Após a última etapa, todo o procedimento de gerenciamento da informação é reiniciado, uma vez que um processo para ser estratégico tem que ser contínuo.

Mirar somente nos processos produtivos, leva o gestor a tampar os olhos para os frutos e ignorar todas as ferramentas e técnicas existentes para otimizar e torná-lo ainda mais lucrativo. O processo de gestão empresarial te leva a conhecer o negócio além do operacional, mostrando o que funciona bem e o que ainda pode ser melhorado. Ele possibilita alinhar a produção com as estratégias gerenciais para se obter os resultados desejados de maneira mais rápida, continuando a manter uma qualidade.

Além de favorecer a retenção de custo da operação, melhorar o tempo e a qualidade da produção, o sistema de gestão empresarial possibilita que o gestor tenha uma visão mais ampla do mercado tendo soluções mais criativas e inovadoras. O olhar compenetrado, não apenas no ambiente operacional, permite a visualização do quadro geral do negócio juntamente com as oportunidades e ameaças neles contidos. Nesse contexto, a informação é usada para determinar diferentes fins, pensando sempre em atingir a vantagem competitiva, como:

- Diminuição de custos operacionais.
- Diferenciação de produtos/serviços oferecidos.
- Adaptação de produtos /serviços oferecidos.
- Foco em nichos específicos de mercado.
- Aproximação com clientes/fornecedores.

Como visto, a gestão da informação deve se basear à medida das necessidades da empresa, exercendo um papel de apoio na articulação dos vários conjuntos que a integra, efetuando o processamento de dados provenientes de múltiplas fontes, elaborando informação útil e em tempo real à gestão e à tomada de decisão na empresa, com finalidade de criar vantagens competitivas.

Fica claro, portanto, como a informação é um componente intrínseco e imprescindível, sendo por meio dela, a capacidade de a organização desenvolver vantagens competitivas. Dessa maneira, cabe a organização independente de sua área considerar a informação como insumo em suas atividades organizacionais, tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo.

## **2.2. Micro e Pequenas Empresas (MPEs)**

As empresas se distinguem em variados aspectos, apresentando diferenças significativas em relação à tamanho, crescimento, faturamento e indicadores de desempenho econômico.

A heterogeneidade das firmas, em especial das pequenas empresas, pode ser considerada como consequência de processos decisórios que envolvem diferentes capacidades gerenciais, capacidades empreendedoras, de efeitos da economia, bem como do posicionamento em relação ao mercado (STOREY, 1994).

De acordo com Penrose (1995) as possibilidades e limitações de crescimento das firmas estão focadas na habilidade gerencial, fatores do mercado e na relação de risco e incerteza, o que causaria variabilidade de desempenho econômico.

Hoje no Brasil existem algumas limitações básicas para que uma empresa seja considerada micro ou pequena (MPEs) e como consequência, aproveitar algumas vantagens desse status como por exemplo, a inclusão no Simples Nacional, que é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Atualmente, há pelo menos três definições utilizadas para limitar o que seria uma micro ou pequena empresa, a definição mais comum e mais utilizada, é a que está na Lei Geral para Micro

e Pequenas Empresas, LCP 123/2006, em que considera-se microempresa a empresa que aufera receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) por ano e empresa de pequeno porte, aquela que aufera receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) (BRASIL, 2006; SEBRAE, 2018). Existe ainda a classificação segundo o BNDES, que segue o mesmo padrão da LCP 123/2006, como é apresentado na tabela abaixo:

**Quadro 2:** Porte da empresa de acordo com o Faturamento Anual.

CLASSIFICAÇÃO	RECEITA OPERACIONAL BRUTA ANUAL OU RENDA ANUAL
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 360 mil
Pequena empresa	Maior que R\$ 360 mil e menor ou igual a R\$ 4,8 milhões
Média empresa	Maior que R\$ 4,8 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
Grande empresa	Maior que R\$ 300 milhões

**Fonte:** BNDES (2018).

Outra definição vem do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A instituição limita as MPEs pelo total de colaboradores que elas possuem, e funciona da seguinte forma:

**Quadro 3:** Porte da empresa de acordo com o número de colaboradores.

MICROEMPRESAS	
COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	SETORES INDUSTRIAIS OU DE CONSTRUÇÃO
Máximo de 9 colaboradores	Máximo de 19 colaboradores
PEQUENAS EMPRESAS	
COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	SETORES INDUSTRIAIS OU DE CONSTRUÇÃO
No mínimo 10 e no Máximo 49 colaboradores	No mínimo 22 e no Máximo 99 colaboradores

**Fonte:** Adaptado de Sebrae (2018).

As empresas de micro e pequeno porte desempenham um papel central na economia, como fonte geradora de renda e riqueza, sendo responsáveis por uma parcela considerável do PIB na maioria dos países, além de representar um percentual elevado sobre o nível de emprego na economia. Segundo Deakins apud Vieira (2002), no processo de desenvolvimento de uma nação é expressiva a contribuição que elas prestam ao gerarem oportunidades para o aproveitamento de uma grande parcela de força de trabalho e ao estimularem o desenvolvimento empresarial.

No primeiro semestre de 2017 as micro e pequenas empresas registraram a geração de 211.225 novos postos de trabalho, em comparação com o mesmo período de 2016, fica evidente o crescimento das ofertas de emprego nas micro e pequenas empresas, e apesar da diminuição do fechamento de vagas, as médias e grandes empresas ainda estão no negativo, mostrando que as atividades industriais e comércio estão sendo seriamente afetadas desde o início da recessão econômica em 2015 as empresas de média e grande porte vem se desfazendo de grande parte dos colaboradores, cortando gastos em todos os setores, gerando um alto nível de desemprego em escala nacional, é perceptível também que os pequenos negócios têm sido fundamentais para a geração de empregos no Brasil, sendo os principais responsáveis pelos resultados positivos totais registrados no primeiro semestre de 2017.

Desde os anos 90, grandes empresas instaladas no Brasil, acompanhando uma tendência mundial, incentivaram o processo de terceirização de áreas que não são consideradas essenciais



para o seu negócio. Assim, começaram a surgir empresas de segurança patrimonial e de limpeza geral. Além disso, outras empresas menores, tentando fugir dos encargos trabalhistas altíssimos do País (um funcionário chega a custar 120% a mais que seu salário mensal), e optaram por dispensar seus funcionários e contratar micro e pequenas empresas. O Estatuto da Micro e Pequena do Brasil, de 1998, já começou a facilitar essa política empresarial. Além disso, o desemprego brasileiro, que atualmente gira em torno de 13,7 milhões de desempregados, segundo a metodologia do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que contribuiu para que surgissem mais MPes

Vale ressaltar que muitas médias e pequenas empresas (MPes) não sobrevivem nos seus anos iniciais de vida. Este fenômeno – conhecido na literatura organizacional como desvantagem de ser jovem – ocorre porque empresas jovens podem apresentar falta de conhecimento do mercado, dificuldade de gerenciamento, falta de experiência e problemas financeiros dos novos empreendedores (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [SEBRAE-SP], 2018; STINCHCOMBE, 1965).

No contexto brasileiro, utilizando dados do SEBRAE-SP, Mizumoto, Artes, Lazzarini, Hashimoto e Bedê (2010) encontram três fatores que influenciam a taxa de sobrevivência de empresas: práticas gerenciais, que se referem à utilização de ferramentas no processo de gestão que auxiliam na tomada de decisão; capital humano, definido como a formação intelectual e a experiência do empreendedor; e capital social, envolvendo conexões existentes com familiares e outras organizações.

### **2.3. A Informação e sua Gestão como estratégia em Micro e Pequenas Empresas**

Compreender a informação como um recurso organizacional torna-se ponto de partida para compreensão de sua importância no cenário das micro e pequenas empresas (MPes). Muitas vezes esse recurso não é percebido, principalmente pelas empresas de menor porte, uma vez que essas organizações não dispõem de suportes que possibilitam um melhor uso desses recursos.

Mesmo que de maneira não muito estruturada em departamentos, qualquer empresa, independentemente de seu segmento possui funções básicas (em muitos casos opta-se pela terceirização com a intenção de reduzir custos) como: compras, vendas, contas a pagar, contas a receber, estoque, tecnologia da informação (TI), contabilidade, operações, marketing entre outras que variam de acordo com o segmento da organização. É possível observar que essas funções básicas são responsáveis por gerar informações o tempo todo e independente de seu registro a é instanciada dentro do contexto da organização e trafega dentro de fluxos informacionais a todo instante.

Ao observarmos as funções básicas de uma micro e pequena empresa, encontramos importantes informações geradas por elas dentro de seu ambiente. Dessa maneira, identificamos que a informação está contida nas organizações em sua totalidade, isto é, em seus segmentos/departamentos e, até mesmo, no mercado em que a organização está inserida. Como observa Valentim (2006, p.12-14) destacando que as organizações possuem distintos ambientes informacionais e evidenciando os tipos de informações que podem ser encontrados em tais ambientes:

- Informação estratégica, que apoia o processo de tomada de decisão e possibilita à alta administração da organização definir e planejar as estratégias de ação de médio e longo prazo;
- Informação voltada ao negócio, que possibilita ao nível tático da organização definir ações de curto prazo, bem como observar oportunidades e ameaças para o negócio corporativo;
- Informação financeira, que apoia as atividades desenvolvidas pelos profissionais da área financeira para que processem estudos de custos, lucros, riscos e controles;
- Informação comercial, que subsidia as pessoas da área comercial nos processos relacionados à exportação e/ou importação de materiais, produtos e serviços; que subsidia também as pessoas da área jurídica no que diz respeito à legislação do país no qual se estabelece determinada transação comercial;
- Informação estatística, que subsidia várias áreas da organização, por meio de séries históricas, estudos comparativos, apresentando percentuais e/ou números relacionados ao negócio da organização;

- Informação sobre gestão, que atende as necessidades dos gerentes e executivos da organização no planejamento e gerenciamento de projetos, na gestão de pessoas etc.;
- Informação tecnológica, que tanto subsidia as pessoas da área de pesquisa e desenvolvimento (P&D) na criação e no desenvolvimento de produtos, materiais e processos, por meio do monitoramento da concorrência referente às inovações de produtos, materiais e processos, como apoia a implantação dos sistemas de qualidade no ambiente organizacional;
- Informação geral, que subsidia todas as áreas da organização, possibilitando aos profissionais, que nela atuam, atualização constante;
- Informação „cinzenta” de qualquer natureza, para qualquer área e com qualquer finalidade de uso; esse tipo de informação não é detectado em buscas formais, podendo-se citar, como exemplo, colégio invisível, documentos confidenciais em difícil acesso, redes de relacionamento etc.

Tendo em vista as informações encontradas nos ambientes informacionais destacadas por Valentim (2006), evidencia-se que no contexto da micro e pequena empresa não existe a falta de informações, e sim a falta de percepção da importância dessas informações. Tais informações são importantes porque têm a finalidade de subsidiar as organizações e os indivíduos em diferentes atividades desempenhadas. Choo (2003, p.27) ressalta o uso da informação sob três aspectos:

- Uso da informação para dar sentido às mudanças do ambiente externo (criação de significado);
- Uso estratégico da informação (construção de conhecimento);
- A informação como subsídio para a tomada de decisão.

**Quadro 4: Modos de uso da informação – Choo.**

<b>Modo</b>	<b>Ideia Central</b>	<b>Resultados</b>	<b>Principais Conceitos</b>
<b>Criação de significado</b>	Organização interpretativa: Mudança ambiental → Dar sentido aos dados ambíguos por meio de interpretações. A informação é interpretada.	Ambientes interpretados e interpretações partilhadas para criar significado.	Interpretação, seleção, retenção.
<b>Construção de conhecimento</b>	Organização aprendiz: Conhecimento existente → Criar novos conhecimentos por meio da conversão e da partilha dos conhecimentos. A informação é convertida.	Novos conhecimentos explícitos e tácitos para a inovação.	Conhecimento tácito. Conhecimento explícito. Conversão do conhecimento.
<b>Tomada de decisões</b>	Organização racional: Problema → Buscar e selecionar alternativas de acordo com os objetivos e preferências. A informação é analisada.	Decisões levam a um comportamento racional e orientado para os objetivos.	Racionalidade limitada. Premissas decisórias. Regras e rotinas.

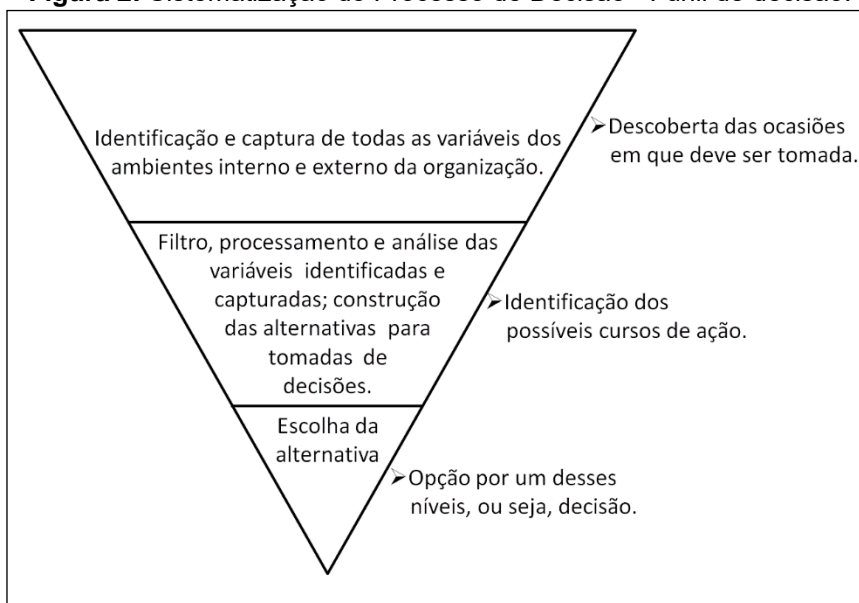
**Fonte:** Choo (2003, p.46).

Observa-se que os três modos destacados por Choo (2003) estão inter-relacionados, existindo certa dependência entre eles. No primeiro modo, quanto ao uso da informação para dar sentido às mudanças do ambiente externo, cria-se significado em relação ao contexto organizacional, auxiliando assim os processos de mudança. Destaca-se a dinamicidade que as organizações necessitam ter no ambiente incerto em que estão inseridas, assim, precisam garantir suprimentos, recursos e energia de maneira confiável que, por sua vez, possibilitam à organização se adaptar de maneira rápida e precisa aos movimentos do mercado; ressalta-se que esse processo só é possível com o uso de informações.

Quanto ao uso estratégico da informação, Choo (2003, p.28) destaca que esse processo é realizado quando a organização “[...] cria, organiza e processa a informação de modo a gerar novos conhecimentos por meio do aprendizado”. O autor também destaca que, ao realizar o processo, a organização adquire novos conhecimentos possibilitando assim o desenvolvimento de novas capacidades, criando e aperfeiçoando produtos e serviços, além de melhorar os processos organizacionais existentes. Destaca a finalidade de uso da informação, porquanto é utilizada para a geração de conhecimento que, por sua vez, está associada às respostas rápidas do mercado, ou

seja, ao uso da informação para dar sentido às mudanças do ambiente externo, além de seu uso como subsídio para o processo decisório.

**Figura 2:** Sistematização do Processo de Decisão - Funil de decisão.



**Fonte:** Araujo e Jorge (2016, p. 254).

A informação como subsídio para a tomada de decisão, refere-se ao modelo de uso da informação mais aplicado e influente nas organizações competitivas. Choo (2003, p.29) destaca que, [...]toda decisão deve ser tomada racionalmente, com base em informações completas sobre o objetivo da empresa, alternativas plausíveis, prováveis resultados dessas alternativas e importância desses resultados para a organização.

Tarapanoff (1995, p.14), salienta que, a tomada de decisões como processo envolve questões como, “[...] o estabelecimento de objetivos; medição do desempenho para determinar quando os objetivos não foram alcançados (identificação de problemas); seleção do problema a ser resolvido; desenvolvimento de alternativas; e implementação da solução”. Corroborando com as questões apontadas por Tarapanoff (1995), Simon define (1972, p.14) as principais fases de uma decisão são:

1. Descoberta das ocasiões em que deve ser tomada;
2. Identificação dos possíveis cursos de ação;
3. Opção por um desses níveis, ou seja, decisão.

A primeira fase procura identificar no ambiente organizacional situações que necessitam de decisões. Nessa primeira fase a atividade é responsável por coletar dados, atividade fundamental para o processo estruturado de tomada de decisão. Com isso evidencia-se a necessidade de as organizações fazerem uso das informações. Destacamos que para as MPEs as informações passam a ter um maior peso, afinal, as informações são recursos disponíveis e sem grandes custos para essas organizações, uma vez que a grande maioria das informações do ambiente externo estão disponíveis na internet e nos ambientes que estão inseridas, enquanto que as informações do ambiente interno são produzidas pela própria organização.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizado o levantamento de informações sobre os temas Informações, Gestão das informações e Micro e Pequena Empresa por meio de pesquisa bibliográfica, sendo assim, a pesquisa é do tipo exploratória. Gil (2002, p. 44), aponta que, a pesquisa bibliográfica é:

[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum

tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

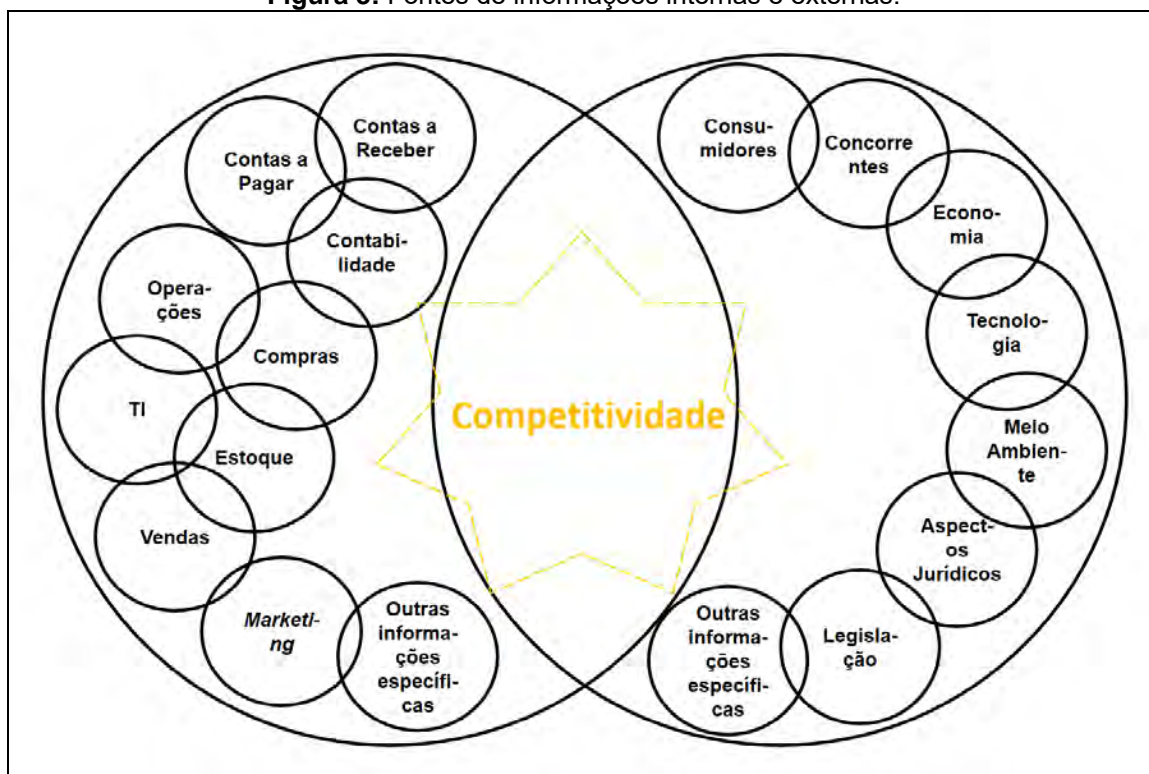
Após o levantamento das informações mencionadas sobre os temas, estes foram analisado e relacionados. Ao relacionar os conceitos e reflexões encontradas dos conceitos na pesquisa bibliográfica foi possível construir novas reflexões quanto a importância da informação enquanto ferramenta estratégica para as micros e pequenas empresas.

#### 4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As informações podem se tornar importantes recursos para as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) devido a sua disponibilidade e custo para sua obtenção. Essas informações devem ser analisadas sob o olhar das necessidades organizacionais e podem propiciar maior consistência e segurança na busca de alternativas frente a realidade das MPEs, uma vez que estas, em sua grande maioria, possuem limitação de recursos financeiros e tecnológicos e podem encontrar no uso da informação uma maior competitividade.

Atualmente as limitações tecnológicas vêm sendo superada com as inúmeras plataformas que trabalham com informações gratuitas na internet. É importante destacar que se por um lado existe essas ferramentas responsáveis por conceder suporte a gestão da informação, por outro lado essas plataformas exigem de um maior comprometimento das pessoas dessas organizações, uma vez que estas não estarão integradas e por serem gratuitas terão limitações de funcionalidades e recursos.

**Figura 3:** Fontes de informações internas e externas.



**Fonte:** Desenvolvido pelos autores.

Independente dessas limitações, a valorização e gestão das informações nas MPEs são capazes de proporcionam uma maior competitividade, afinal, por meio delas essas organizações constroem novos conhecimento e passam a tomar decisões de maneira mais assertiva. Outro ponto já mencionado e que merece um maior destaque consiste na disponibilidade das informações, uma vez que as informações são geradas internamente dentro das funções organizacionais dessas MPEs, como é possível observar na figura abaixo. As informações externas são facilmente monitoradas por meio da internet, afinal, existem inúmeras informações sobre consumidores, concorrentes, questões econômicas, tecnologia, meio ambiente, aspectos jurídicos, legislações e outras informações

específicas do segmento disponíveis de maneira gratuita.

A presente pesquisa sugere que, para um melhor uso da informação as MPEs necessitam desenvolver em sua cultura organizacional atividades que valorizem o uso da informação, além de conceder as informações o status de recurso dentro de suas atividades e processos. Após a mudança de perspectiva da informação em seu cenário, essas organizações devem se apropriar de métodos, ferramentas e estratégias estruturadas que possibilitam o uso da informação de maneira plena.

Sugere-se que em um primeiro momento trabalhem com a Gestão da Informação e Inteligência Competitiva e posteriormente a Gestão do Conhecimento. Recomenda-se o aprofundamento das pesquisas, incluindo pesquisas aplicadas em MPEs com enfoque em Gestão da Informação, Inteligência Competitiva e Fluxos Informacionais. Com isso será possível a construção de parâmetros voltados para um melhor aproveitamento da informação enquanto recurso no universo abordado na presente pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. S.; JORGE, C. F. B. **ANÁLISE ESPACIAL COMO ESTRATÉGIA PARA TOMADAS DE DECISÕES ORGANIZACIONAIS**. In: FADEL, B. Fadel; CARVALHO, S. (Org.). Perspectivas do Desenvolvimento. 1ed.Franca/SP: Editora Uni-Facef, 2016, v. 1, p. 249-258.

AUSTER, E.; CHOO, C. W. **CEOs, information, and decision-making: scanning the environment for strategic advantage**. Library Trends, v. 43, n. 2, p. 206-225, Fall 1994. Disponível em: <[https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/7959/librarytrendsv43i2e\\_opt.pdf?sequence=1](https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/7959/librarytrendsv43i2e_opt.pdf?sequence=1)>. Acesso em 08 de ago. de 2018.

BEAL, A. **Gestão estratégica da informação**. São Paulo: Atlas, 2004.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Classificação de porte dos clientes**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/porte-de-empresa>>. Acesso em 10 de ago. de 2018.

BRASIL. **LCP nº 123, de 14 de Dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm)>. Acesso em 08 de ago. de 2018.

CHOO, C. W. **A Organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: SENAC Editora, 2003. 426p.

DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. São Paulo: Futura, 1998. 316p.

KRAFTA, L.; FREITAS, H. **Ação comercial baseada na gestão da informação de uma pequena empresa de TI**. JISTEM J.Inf.Syst. Technol. Manag. (Online), São Paulo, v. 5, n. 3, p. 483-504, 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1807-17752008000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-17752008000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 28 set. 2018.

MCGEE, J.; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MIZUMOTO, F. M., Artes, R., Lazzarini, S. G., Hashimoto, M., & Bedê, M. A. (2010). **A sobrevivência de empresas nascentes no estado de São Paulo: Um estudo sobre capital humano, capital social e práticas gerenciais**. Revista de Administração da USP, 45(4), 343-355. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/S0080-2107\(16\)30466-6](http://dx.doi.org/10.1016/S0080-2107(16)30466-6)>. Acesso em 08 de ago. de 2018.

MORAES, G. D.; TERENCE, A. C. F.; Escrivão Filho, E. **A Tecnologia da Informação como Suporte à Gestão da Informação na Pequena Empresa**. Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação, v.1, n.1, 2004, p.28-44.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IGBARIA, M.; ZINATELLI, N.; CRAGG, P.B; CAVAYE, A. L. M. **Personal Computing Acceptance Factors in Small Firms: a Structural Equation Model**. MIS Quarterly, September 1997, p.279-305.

TARAPANOFF, K. **Técnicas para tomada de decisão nos sistemas de informação**. Brasília: Thesaurus, 1995.

SIMON, H. A. **Capacidade de decisão e de liderança**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1972.

STAIR, R. M. **Princípios de sistemas de informação**. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

STINCHCOMBE, A. L. (1965). **Social structure and organizations**. In J. G. March (Ed.), Handbook of organizations (pp. 142-193). Chicago: Rand McNally.

STOREY, D. J. **Understanding the small business sector**. London, Routledge, 1994, 355 p.

PENROSE, E. **The Theory of the Growth of the Firm**. New York: Oxford University Press, 1995, 304 p.

VALENTIM, M. L. P. **Processo de inteligência competitiva organizacional**. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. 2.ed. Marília: FUNDEPE Editora, 2006.

**A INFORMAÇÃO COMO RECURSO ESTRATÉGICO NO CONTEXTO DA CULTURA E GESTÃO NO AGRONEGÓCIO**

*INFORMATION AS A STRATEGIC RESOURCE IN THE CONTEXT OF CULTURE AND MANAGEMENT IN AGRIBUSINESS*

Área temática: Cadeias Produtivas e Desenvolvimento.

JORGE, Carlos Francisco Bitencourt  
Unesp / Faculdade Católica Paulista  
Pós-Doutorando / Docente do curso de Administração  
E-mail: [bitencourt@gmail.com](mailto:bitencourt@gmail.com)

MACHADO, João Guilherme de Camargo Ferraz  
Unesp  
Docente do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento  
E-mail: [jg.machado@unesp.br](mailto:jg.machado@unesp.br)

STECCA, Rodrigo da Silva  
Unesp  
Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento  
E-mail: [rodrigostecca@gmail.com](mailto:rodrigostecca@gmail.com)

KHALIL, Walid  
Unesp / Faculdade Católica Paulista  
Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento /  
Docente do curso de Ciências Contábeis  
E-mail: [walidk@bol.com.br](mailto:walidk@bol.com.br)

**Resumo**

Com o mercado cada vez mais competitivo, em decorrência do elevado número de informações disponíveis para empresas e consumidores envolvidos em um mundo globalizado e cada vez mais tecnológico, é necessário que se tenha cautela na utilização da informação para os processos de decisão nas empresas. Por isso, esse artigo procurou analisar as ferramentas estratégicas de informações, conceituar os fluxos informacionais, o gerenciamento da informação, a inteligência competitiva, a cultura informacional adotada pelas empresas rurais e a importância da integração de ferramentas e estratégias de informação para geração de competitividade em organizações do agronegócio. A pesquisa teve uma abordagem exploratória e utilizou, como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica com foco nos temas relacionados à utilização da informação no agronegócio. Com isso, foi identificado que o aproveitamento da informação não depende somente do volume de informações que a empresa possui, mas da qualidade da informação, da capacidade de análise e filtragem que os profissionais da organização possuem para lidar com o dado que está sendo acessado. Dessa forma, foi possível perceber que a utilização e o aproveitamento das informações obtidas por meio da gestão da informação e da inteligência competitiva depende do uso consciente dessas ferramentas, cujo resultado pode atuar diretamente de maneira estratégica no contexto do agronegócio.

**Palavras-chave:** Agronegócio, Inteligência Competitiva, Gestão da Informação.

**Abstract**

With the market increasingly competitive, due to the high number of information available to companies and consumers involved in a globalized and increasingly technological world, it is necessary to exercise caution in the use of information for decision making processes in companies. Therefore, this article sought to analyze strategic information tools, to conceptualize information flows, information management, competitive intelligence, the information culture adopted by rural companies and the importance of integrating tools and information strategies to generate competitiveness in agribusiness organizations. The research had an exploratory approach and used, as a methodological

procedure, the bibliographical research with focus on the themes related to the use of the information in agribusiness. Thus, it was identified that the use of information depends not only on the volume of information the company has, but on the quality of the information, the analysis and filtering capacity that the organization's professionals have to deal with the data being accessed. Thus, it was possible to perceive that the use and exploitation of the information obtained through the management of information and competitive intelligence depends on the conscious use of these tools, the result of which can act directly strategically in the agribusiness context.

**Keywords:** Agribusiness, Competitive Intelligence, Information Management.

## 1 INTRODUÇÃO

O agronegócio está inserido em um mercado cada vez mais competitivo e envolve uma série de operações que abrangem a produção, a comercialização, os fluxos de capitais financeiro e humano. Neste mercado, a competitividade é marcada pela necessidade de gestão plena e eficiente das informações geradas nos processos e entre seus os agentes.

Por se caracterizar em um segmento dinâmico que busca garantir a segurança alimentar por meio de inovações tecnológicas, as empresas são vistas como organizações geradoras de riquezas, que se destacam e mantem-se no mercado pela capacidade em gerar diferencial competitivo. Assim, a competitividade só é alcançada pelo uso da inteligência, caracterizada pela capacidade de reduzir incertezas na tomada de decisões, contribuindo para uma gestão plena e eficiente.

A inteligência é um produto do acúmulo de conhecimentos resultantes de informações advindas dos fluxos informacionais ou da troca de informações, que ligam processos e agentes no ambiente do agronegócio e, assim, representam importante ferramenta estratégicas para a gestão das empresas envolvidas.

Gerir a informação é de grande importância para uma empresa que pretende formular ou organizar estratégias e buscar uma posição de evidência junto ao mercado. A informação e sua adequação ao ambiente externo destacam-se como fontes de impacto cultural no avanço do agronegócio.

Por isso, questiona-se sobre a possibilidade das empresas do agronegócio conquistarem posições competitivas sem valer-se da informação como recurso estratégico, bem como utilizar e integrar ferramentas e estratégias de gestão. Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo principal analisar a importância das informações como recurso estratégico e fator de vantagem competitiva, justificando a importância da gestão da informação e dos fluxos informacionais como ferramenta de alcance de vantagem competitiva. O presente artigo tem, ainda, o objetivo de demonstrar aspectos estratégicos da informação e o seu uso frente a um universo tão complexo como o agronegócio.

Este trabalho contempla, além da introdução, a seguinte estrutura: o referencial teórico, aborda as ferramentas estratégicas de informação no contexto das organizações rurais, incluindo os fluxos informacionais, a gestão da informação e a inteligência competitiva, a cultura informacional, e finalizando com a importância da integração das ferramentas e estratégias de informações para o contexto rural. No item 3, são descritos os procedimentos metodológicos e, por fim, no item 4, são apresentadas as considerações finais do estudo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Ferramentas Estratégicas de Informações no contexto das Organizações

A percepção de muitos gestores que estão inseridos em organizações é que a implantação de uma tecnologia ou um conjunto de tecnologias, com a finalidade dinamizar os processos, atividades e tarefas organizacionais, é suficiente para se realizar a gestão da informação (GI). É importante ressaltar que muitos outros elementos são fundamentais para se implementar a gestão da informação como, por exemplo, a cultura organizacional/cultura informacional, a comunicação organizacional/comunicação informacional, a estrutura (formal e informal), a racionalização (fluxos e processos) e as redes de relacionamentos, entre outros (VALENTIM, 2007).

#### 2.1.1. Fluxos Informacionais



A competitividade tem exigido cada vez mais uma gestão plena e eficiente das informações geradas nas organizações e representa, assim, um papel primordial na sustentação do crescimento das organizações. Qualquer tipo de organização precisa aproveitar as informações visando buscar uma maior competitividade perante o mercado ao qual se relaciona. Valentim e Teixeira (2008, p.18), apontam que a informação é “[...] ao mesmo tempo, objeto e fenômeno, visto que pode ser destacada e analisada por si mesma e, também, pode ser parte de um processo”.

Para Tarapanoff (2001), as organizações devem identificar e potencializar os recursos informacionais gerados dentro das organizações, em busca de adaptações às mudanças do ambiente externo. Esses recursos informacionais são trocados constantemente gerando um fluxo de informação que, segundo Barreto (1998, p.122), pode ser entendido como “uma sucessão de eventos, de um processo de mediação entre a geração da informação por uma fonte emissora e a aceitação da informação pela entidade receptora”, requerendo, também, um emissor e um receptor de informações.

Para Valentim (2018), os fluxos informacionais são espelhos naturais dos ambientes que pertencem, afinal, seu conteúdo e forma seguem as características do ambiente interno e externo, sendo fundamentais no ambiente da informação, dada a enorme dependência entre a informação e os fluxos informacionais.

Nesse sentido, figura-se a importância de mapear e monitorar os fluxos informacionais, afinal, é por meio deles as informações, formais e informais transitam, sendo ponte entre emissor e receptor, independentemente de seu suporte. Garcia e Fadel (2010) apontam que os fluxos informacionais,

[...] são de vital importância para a organização e seus grupos de indivíduos sejam alimentados precisa e tempestivamente por informações alinhadas aos seus objetivos. São as informações que subsidiam o processo de maior relevância no cotidiano organizacional, o decisório, e por isso, são necessários canais adequados para que elas fluam adequadamente (GARCIA; FAFEL 2010, p.218).

Com isso, é possível observar que para que a organização possua uma gestão eficiente de suas informações é imprescindível que a mesma consiga mapear e monitorar todos os seus fluxos informacionais. De acordo com Valentim (2006), os fluxos informacionais podem ser segregados em fluxos formais e fluxos informais dentro de um ambiente organizacional (Figura 1).

**Figura 1- Ambientes Organizacionais.**



**Fonte:** Valentim (2006, p.14)

Nesta representação, destacam-se os fluxos informacionais alimentando tanto a estrutura física da organização, entendido como o organograma e seus processos, quanto a estrutura humana, revestida pelo capital intelectual (VALENTIN,2006).

Os fluxos informacionais formais, por serem registrados e conhecidos em relação aos processos, atuam diretamente na estrutura física, ou seja, é a informação agregando o produto em si. Já os fluxos informacionais informais são aqueles decorrentes de informações não registradas, intangíveis, pertencentes a atributos essenciais do capital humano, mas que de alguma forma podem impactar os processos e os resultados das organizações. São tidos como conhecimentos intangíveis que fazem a diferença nos processos pelas atitudes, porém são de difícil condição de registro

(VALENTIN,2006). A gestão dos fluxos informacionais, bem como das informações que compõem esse fluxo decorrem das estratégias, ferramentas e métodos que atuam diretamente na gestão da informação.

### 2.1.2. Gestão da Informação

Compreender a informação como insumo para qualquer atividade é ponto de partida, tanto no âmbito acadêmico quanto no âmbito empresarial. A possibilidade de geração de novos conhecimentos somente é possível quando a informação é apropriada pelo indivíduo ou pela instituição por meio das relações cognitivas (SANTOS et al., 2014).

Diariamente as grandes organizações estão em contato com uma grande quantidade de informação, o que pode prejudicar a o planejamento e o desenvolvimento de suas atividades, bem como de seus processos de trabalho, caso não haja um plano de logística e gestão dessa informação. Em um cenário de concorrência acirrada, com clientes cada vez mais exigentes e com baixo grau de fidelização, a informação é capaz de influenciar a totalidade dos setores da organização, ganhando um espaço cada vez maior no contexto empresarial, ao se tornar um recurso estratégico de valor (SANTOS; MARTINS DAIAN, 2017).

Nesse sentido, é necessário que ocorra um processo de filtragem, ou a Gestão da Informação (GI) das informações disponibilizadas constantemente para as empresas, cuja filtragem deve ocorrer para que seja direcionado o que deve ser informação interna ou externa para a empresa (RODRIGUES; BLATTMANN, 2014).

Para Choo (1998), a GI consiste em um ciclo de atividades informacionais inter-relacionadas a serem planejadas, desenvolvidas e coordenadas, onde visões mais tradicionais são complementadas, como gestão da tecnologia da informação e gestão dos recursos informacionais. Valentim (2004) descreve a GI como:

[...] um conjunto de estratégias que visa identificar as necessidades informacionais, mapear os fluxos formais de informação nos diferentes ambientes da organização, assim como sua coleta, filtragem, análise, organização, armazenamento e disseminação, objetivando apoiar o desenvolvimento das atividades cotidianas e a tomada de decisão no ambiente corporativo.

Amaral e Azevedo (2007) destacam a importância da forma como os dados e informações são gerenciados no processo de GI, uma vez o correto ou o incorreto gerenciamento pode afetar todos os níveis hierárquicos da organização (alta e média gerência e nível operacional), incluindo os diversos departamentos da organização, perpassando pelos focos administrativos (estratégico, tático e operacional). Salientam a que a correta e eficiente GI é de extrema importância, uma vez que cada nível hierárquico, departamento e foco administrativo tem sua necessidade de informação específica.

Uma organização não teria como atuar sem informações de diferentes tipos e naturezas, isso se dá devido a influência da revolução informacional, que possui como características principais a velocidade e a competitividade. Para que se obtenha informação de qualidade, confiável, com valor agregado e no momento certo, é essencial a correta GI para o estabelecimento de ações estratégicas organizacionais (SANTOS; VALENTIM, 2015).

Para Machado, Jorge e Santos (2017), a GI é um modelo de gestão responsável por todos os elementos inseridos no contexto da informação e é possível notar que, no contexto organizacional, a GI consiste em um processo que vai além do âmbito dos sistemas de tratamento de dados, que basicamente possui os elementos entrada, armazenamento, processamento e saída dos dados em forma de informação. Os autores destacam, ainda, a necessidade de investimento em tecnologia para adoção de GI, fato que é de suma importância para sucesso no processo de tomada de decisão e que possibilita agregar valor às estratégias implementadas, bem como maior dinamização nas ações.

Faléco e Jorge (2017) enfatizaram que a GI é de extrema importância para uma empresa que pretende formular ou organizar estratégias, sendo necessário verificar a veracidade das informações, evitando assim a desinformação. O desenvolvimento de estratégias de sucesso de uma empresa depende das informações e da forma que essas informações internas e externas são gerenciadas.

A partir das mudanças no mundo dos negócios e da crescente utilização das tecnologias da informação e comunicação nas organizações, as empresas passaram a executar atividades mais complexas devido às modificações nos meios de produção e comunicação com seus *stakeholders*, exigindo uma atualização tecnológica, principalmente pela GI para gerar conhecimento, não permitindo que a organização permaneça conectada à métodos e técnicas de produção e

comercialização ultrapassadas (BELUZZO, 2017).

### 2.1.3. Inteligência Competitiva

A preocupação com a gestão da informação levou ao destaque um tipo específico de monitoramento, que analisa o ambiente externo às organizações e tem se destacado cada vez mais: a inteligência, que faz parte da gestão da informação de uma organização e quando aplicada ao ambiente de negócios se preocupa com o ambiente externo (DAVENPORT, 1998).

Para Schweig e Slongo (2009), a informação advinda do ambiente externo é uma importante fonte de diferenciação para toda e qualquer empresa, que ao ter maior conhecimento acerca do ambiente externo, essas empresas podem agir mais eficazmente frente aos desafios e incertezas, uma vez que a informação adequada facilita a formulação de melhores estratégias.

Em mercados cada vez mais competitivos, as organizações só sobrevivem quando apresentam uma habilidade para processar dados, transformando-os em informações que poderão gerar conhecimentos para a tomada de decisão (STAREC, 2012). Maróstica (2014) ressalta que dentre as ferramentas de gestão disponíveis, a Inteligência Competitiva (IC) vem sendo utilizada pelas organizações como estratégia para a transformação das informações obtidas por meio do monitoramento do ambiente externo, voltadas à tomada de decisão.

Por isso, Fachinelli et al. (2010), citados em Andrade (2014), apontam que um dos desafios da IC é identificar as informações essenciais às organizações, considerando o fenômeno contemporâneo de crescimento dos fluxos e do volume de informações. Em função desse volume de informações, a IC pode transformá-las em vantagem competitiva, pois segundo Marco (1999), ao utilizar a inteligência, uma organização demonstra sua habilidade em utilizar as informações melhor que os concorrentes, impactando nos resultados de vendas ou oferecendo novos produtos primeiro ao mercado, por exemplo.

As organizações precisam, então, compreender os elementos do processo de IC para serem capazes de gerenciá-los. Na literatura existem inúmeros modelos de IC, porém essa pesquisa utilizou o modelo de Miller (2001), intitulado "ciclo de inteligência", que consiste em quatro etapas: (i) identificação das necessidades, (ii) coleta das informações, (iii) análise e síntese das informações e (iv) disseminação da inteligência. De maneira resumida, deve-se primeiro compreender as necessidades de inteligência dos sujeitos organizacionais, em seguida prospectar e coletar as informações do ambiente externo relacionadas à organização, identificando fontes e suportes para o monitoramento. A terceira etapa refere-se à análise e à síntese das informações colhidas, destacando a necessidade de compreender a organização como um todo e a necessidade da inteligência no contexto geral, materializando a inteligência em relatórios, boletins e outras formas de suportes. Finalmente, para viabilizar a inteligência aos tomadores de decisão, é necessário compartilhá-la, disseminando àqueles que apontaram a necessidade de inteligência.

As decisões tomadas a partir do uso da inteligência diminuem as incertezas, contribuindo para que a organização conquiste uma maior vantagem competitiva. Tarapanoff (2006) afirma que em uma organização, a informação, o conhecimento e a inteligência estão presentes nos processos de gestão que alimentam a tomada de decisão e o planejamento estratégico.

O processo de inteligência competitiva resulta na análise de informações que embasarão a tomada de decisão, pois gera recomendações que consideram eventos futuros e não somente relatórios para justificar decisões passadas. [...] A essência da IC é apoiar a análise estratégica dos negócios, ajudando a responder questões sobre as quais os decisores são confrontados no dia a dia (GOMES; BRAGA, 2017, p.3-4).

O reconhecimento e uso da informação enquanto recurso para as organizações, independentemente de sua aplicação faz com que a mesma mereça ser incorporada e trabalhada de maneira cultural nos ambientes organizacionais. Nesse sentido torna-se fundamental que a organização desenvolva uma abordagem voltada para o trabalho desse recurso a nível cultural nessas organizações.

## 2.2. Cultura Informacional

Considera-se a cultura informacional como um conjunto de valores que influenciam na maneira como as pessoas lidam com a informação e o conhecimento no contexto das organizações.

Marchand (1994, p.6) define a cultura informacional como “o conjunto de valores, atitudes e comportamentos que influenciam a forma como a pessoa avalia, apreende, recolhe, organiza, processa, comunica e utiliza a informação”. Segundo Alves (2011, p. 36), a cultura informacional:

[...] é composta por processos, ações e elementos assimilados, reconhecidos e aplicados de forma institucional por meio do estímulo, reforço e prática de normas, regras, princípios, valores e crenças que promovem a dinamização das relações por meio da ação positiva, da integração e das trocas de experiências entre os membros da organização.

A ideia é reforçada por Woida e Valentim (2007, p. 41), que mencionam que a construção da cultura informacional é construída

[...] por meio de alianças estratégicas, isto é, os indivíduos aliam-se a pessoas que possuem comportamento positivo em relação à construção, socialização, compartilhamento e uso de dados, informação e conhecimento. Assim, a interação se dará de forma mais efetiva, com os indivíduos que compartilhem os mesmos princípios e valores, as mesmas angústias e as mesmas expectativas.

Sendo assim, a cultura informacional determina como o indivíduo desenvolve as suas habilidades em relação ao uso e compartilhamento da informação e do conhecimento. Ao se estabelecer um padrão de comportamento e atitudes que expressam a orientação informacional de uma organização, a cultura informacional assume um papel fundamental dentro da organização, pois ela molda as ideias sobre quais informações ou conhecimentos são importantes, além da percepção das interações daqueles que buscam o compartilhamento da informação e do conhecimento.

A cultura informacional pode ser compreendida como a imagem do modo como os integrantes da empresa buscam, utilizam e disseminam no contexto organizacional. Oliveira (2003, p. 157) ressalta que as “culturas de informação podem ter impacto diferente de cada função, departamento e equipe”. Dessa maneira, cada nível organizacional apresenta uma cultura informacional e um comportamento informacional diferente em departamentos específicos.

Com as organizações passando por constantes mudanças no que se refere à tecnologia, surgem novos meios para trabalhar a informação dentro do ambiente organizacional. A interação entre usuários e informações são essenciais para a construção do conhecimento com foco em inovação, resultando em estratégias para as empresas, existindo uma dependência da flexibilidade à mudança para que ocorra a construção de uma cultura informacional capaz de mudar conforme as necessidades da organização, exigências do ambiente e tempo. Para Woida (2008, p. 112), “pressupõe-se que a mudança realizada com rapidez e sucesso caracteriza uma organização voltada à cultura informacional, lembrando que é informacional por uma questão de relação com a informação e com as tecnologias de informação e comunicação”.

Nesse sentido, a cultura deve dar suporte para a implantação da GI, da IC e das demais estratégias que possuem a informação como recurso, permitindo que a organização desempenhe melhor as suas atividades. Cavalcante (2010, p. 24) reforça esse pensamento, ao mencionar que a organização deve possuir ou desenvolver uma cultura positiva para o “compartilhamento da informação e do conhecimento pelos atores organizacionais em todos os níveis organizacionais”. Com isso, a cultura informacional passa ser componente estratégico para as organizações que pretendem fazer uso da informação como componente estratégico em suas atividades.

### **2.3. A importância da integração das ferramentas e estratégias de informações para o contexto do agronegócio**

No ambiente do agronegócio, os fluxos informacionais estão presentes nos processos de uma cadeia produtiva, constituindo um fluxo operacional que envolve diferentes de agentes. Essas operações são compreendidas como resultados de todas as atividades inseridas na produção, distribuição e comercialização do produto final, incluindo desde o planejamento, compras, distribuição, até a disponibilização aos clientes, envolvendo assim, uma complexa gestão de processos (ZUIN; QUEIROZ, 2006).

Nesse sentido, torna-se fundamental realizar a gestão dessas informações, uma vez que se trata de um recurso necessário para ligar as atividades, atores e recursos desse cenário, bem como para construir conhecimento e tomar decisões. Davenport e Prusak (1998) confirmam essa afirmação, apontando que os processos promovem trocas de informações, que podem ser formais ou informais

e, por isso, identificar a origem e todo o processo dessas informações permite que a organização seja capaz de tirar melhor proveito desse recurso.

O agronegócio caracteriza-se como um segmento dinâmico, cujos ambientes se modificam o tempo todo e, por isso, torna-se necessário que essas organizações acompanhem e monitorem essas mudanças. Nesse sentido, a informação e seus fluxos são importantes ferramentas estratégicas para a gestão das atividades agropecuária e/ou industrial neste setor, uma vez que atuam como recursos responsáveis por ligar os processos. No Quadro 1 é possível verificar as relações das diferentes fases do agronegócio com os seus agentes, indicadores de desempenho, informações geradas e a origem das mesmas.

**Quadro 1:** Fases do Agronegócio e sua relação com as informações.

<b>Fases do Agronegócio / Agentes e/ou atividades desenvolvidas</b>	<b>Indicadores de desempenho</b>	<b>Origem das informações / Tipos de informações</b>
<b>Antes da Porteira:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fornecedores;</li> <li>• Financiamento;</li> <li>• Mão-de-obra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade e custos envolvidos;</li> <li>• Pontualidade;</li> <li>• Capacitação dos colaboradores;</li> <li>• Capacidade de endividamento.</li> </ul>	<b>Ambiente Externo</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fornecedores;</li> <li>• Mercado Financeiro;</li> <li>• Economia;</li> <li>• Mercado do produto a ser produzido ou do serviço a ser prestado;</li> <li>• Tecnologia;</li> <li>• Meteorologia;</li> <li>• Mercado de recursos humanos;</li> <li>• Legislação;</li> <li>• Qualidade dos insumos de entrada.</li> </ul>
<b>Dentro da porteira:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção agrícola;</li> <li>• Produção pecuária;</li> <li>• Prestação de serviços.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sequência operacional econômica;</li> <li>• Identificação de gargalos;</li> <li>• Redução de desperdícios;</li> <li>• Padronização e normatização.</li> </ul>	<b>Ambiente Interno</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tipo de Produção;</li> <li>• Recursos humanos;</li> <li>• Recursos financeiros;</li> <li>• Tecnologia;</li> <li>• Metas e objetivos;</li> <li>• Cultura;</li> <li>• Processos e atividades;</li> <li>• Indicadores de produtividade;</li> <li>• Outras informações.</li> </ul>
<b>Após a porteira:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cotação de preços;</li> <li>• Comercialização;</li> <li>• Logística.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Parcerias;</li> <li>• Operações comerciais dentro do princípio “ganha / ganha”;</li> <li>• Credibilidade mercadológica.</li> </ul>	<b>Ambiente Externo</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consumidores;</li> <li>• Mercado Financeiro;</li> <li>• Economia;</li> <li>• Mercado do produto produzido, ou do serviço;</li> <li>• Tecnologia;</li> <li>• Legislação.</li> </ul>

**Fonte:** Adaptado de Araújo (2009) e Machado, Jorge e Santos (2017).

Ao analisar o Quadro 1 é possível observar que, todos os processos no contexto do agronegócio, independente se dentro ou fora da porteira, geram importantes informações que, quando bem trabalhadas, podem gerar valor para essas organizações, sendo capazes de modificar os seus ambientes internos e gerar impactos no ambiente externo.

Com a integração das ferramentas, a efetividade e valorização do uso da informação proporciona vantagem competitiva, principalmente nas atividades relacionadas ao agronegócio. Dessa maneira, o mapeamento dos fluxos informacionais proporciona às organizações a identificação das fontes e fluxos informacionais dentro e fora da empresa, possibilitando, assim, um rápido resgate capaz de subsidiar a GI e o processo de IC.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa teve uma abordagem exploratória e utilizou, como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica com foco nos temas agronegócio, informações e os processos

de gestão da informação, fluxos informacionais, inteligência competitiva e cultura informacional. Para Malhotra et al. (2005), a pesquisa exploratória é conduzida em busca de uma melhor compreensão do problema enfrentado pelo pesquisador, com o objetivo de proporcionar uma maior familiaridade com o mesmo, visando torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

Segundo Gil (2007), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Marconi e Lakatos (2007) enfatizaram que a pesquisa bibliográfica tem a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito, dito ou filmado acerca de um determinado tema, proporcionando uma análise do assunto sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

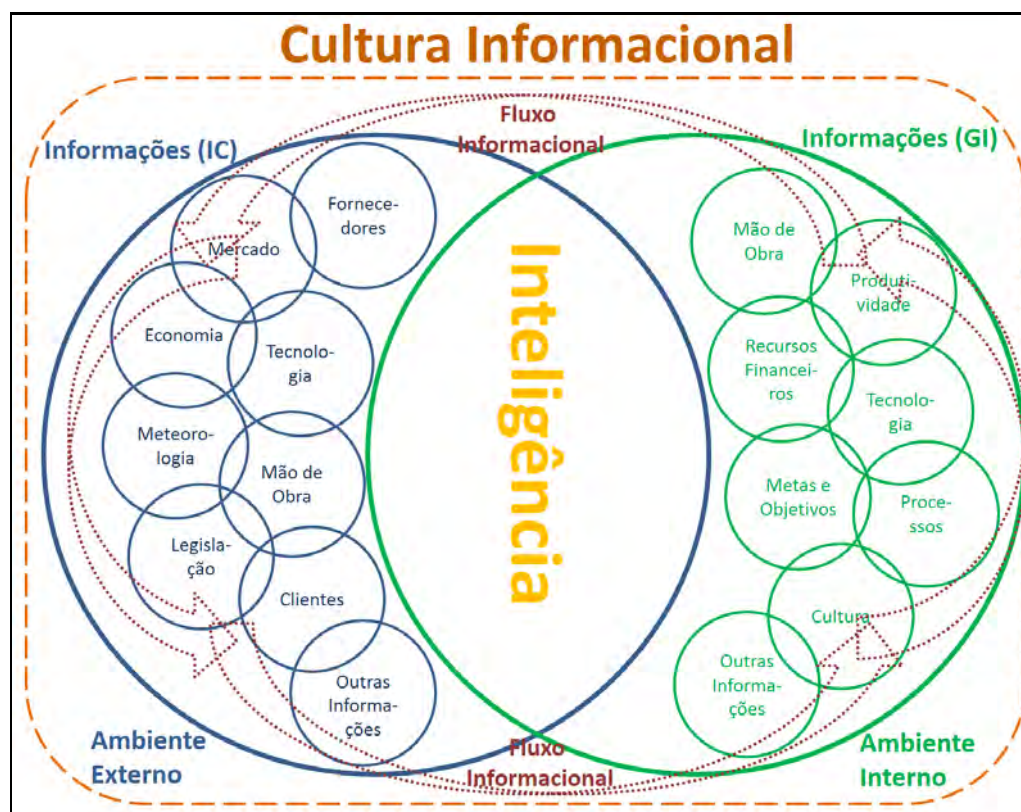
Assim, este artigo é fruto de ampla pesquisa bibliográfica sobre o tema, a partir de referências teóricas publicadas por meios impressos e eletrônicos, como livros e artigos científicos, pesquisados nas principais bases de dados nacionais e internacionais, páginas de *web* e *sites* sobre o assunto. Os assuntos tratados na pesquisa foram analisados e relacionados, de forma a possibilitar importantes reflexões acerca dos temas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

O tempo todo, os ambientes do agronegócio utilizam algum tipo de informação em seus procedimentos, independentemente se essa informação trafega no fluxo formal ou informal. Quando se observa o ambiente rural é possível identificar que o mesmo precisa evidenciar a cultura do uso e valorização da informação em seus ambientes. Dessa forma, entende-se que os profissionais desse segmento já realizam os processos de prospecção e mapeamento de fluxos informacionais, a GI e o processo de IC, porém, de maneira não estruturada.

Essa afirmação é baseada na análise do fluxo proposto por Araújo (2009), contemplando o „antes da porteira“, o „dentro da porteira“ e o „fora da porteira“, sendo possível observar a existência de processos e atividades realizadas que são fontes de informação e fluxos informacionais, tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo dessas organizações. Um exemplo dessa situação consiste na previsão do tempo, informação que fornecida por um terceiro, oriunda do ambiente externo, que provoca impacto substancial no ambiente interno dessas organizações. Neste caso, o sujeito identifica fontes informacionais sobre meteorologia, monitora e coleta informações dessa fonte, e usa as informações no processo de tomadas de decisões, realizando o processo de IC, de forma não estruturada. A Figura 2 ilustra um modelo inicial de IC para o agronegócio.

**Figura 2:** Modelo inicial de inteligência competitiva para o agronegócio.



Fonte: Adaptado de Machado, Jorge e Santos (2017).

A partir dessa constatação, sugere-se que as organizações do agronegócio devam desenvolver uma cultura voltada para a valorização da informação enquanto recurso estratégico, focando no melhor uso da informação. Acredita-se que, com isso, essas organizações passariam a se apropriar de métodos, ferramentas e estratégias estruturadas que possibilitem o uso da informação de maneira plena. Assim, recomenda-se o aprofundamento das pesquisas no contexto do universo analisado, com temáticas voltadas para cultura informacional, GI, IC e fluxos informacionais, possibilitando a construção de modelos, ferramenta e métodos voltados para o desenvolvimento de produtos e serviços informacionais voltados para as organizações do agronegócio.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, A. Colaboração e compartilhamento da informação no ambiente organizacional. 2011. 206 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2011. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-8LAKT7/dissertacao\\_alessandra\\_alves\\_final\\_2011.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-8LAKT7/dissertacao_alessandra_alves_final_2011.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 12 mar. 2016.
- AMARAL, S. A. do; AZEVEDO, C. E. de. Gestão da informação, inteligência competitiva e marketing em shopping centers do distrito federal. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 8., 2007, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/355?show=full>>. Acesso em: 22 set. 2018.
- ANDRADE, S. F. DE. Desenvolvimento de inteligência competitiva no setor vitivinícola. 2014. 178 f. **Dissertação** (Mestrado em Administração). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/handle/11338/862>. Acesso em: 14 mar. 2017.
- ARAUJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**: 4 ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- BARRETO, A. de A. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica.

**Ciência da informação**, v. 27, n. 2, p.122-127, 1998. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/2729803.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2018.

BELLUZZO, R. C. B. Bases teóricas de gestão da informação: das origens aos desafios na sociedade contemporânea. **Palavra Chave** (1666-2938), out. 2017. V. 7, n. 1, p. 1–12. Disponível em:

<<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=lih&AN=126341266&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 22 set. 2018.

CAVALCANTE, L. de F. B. Gestão do comportamento informacional apoiada na cultura organizacional e em modelos mentais. 2010. 240 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93626>>. Acesso em: fev. 2017.

CHOO, C. W. Perception and use of information sources by chief executive in environmental scanning. **Library & Information Science Research**, v. 16, n. 1, p. 23-40, 1994. Disponível em :

<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/074081889490040X>>. Acesso em: 22 set. 2018.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

FALÉCO, L. L.; JORGE, C. F. B. O uso da informação e sua aplicação como insumo estratégico para o agronegócio. **Revista Inteligência Competitiva**. V. 7, n. 3, 2017. Disponível em:

<<http://www.inteligenciacompetitivarev.com.br/ojs/index.php/rev/article/view/267>>. Acesso em: 22 set. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, E. B. P.; BRAGA, F dos R. **Inteligência competitiva em tempos de big data**: analisando informações e identificando tendências em tempo real. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017. 160p.

MACHADO, J. G. C. F.; JORGE C. F. B.; SANTOS C. E. M. **A gestão da informação e o processo de inteligência competitiva na produção rural: uma discussão preliminar**. Disponível em:

<<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.7/8390.pdf>> Acesso em: 22 set. 2018.

MALHOTRA, N. K. et al. **Introdução à Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MARCHAND, D. A. A cultura da informação de cada empresa. São Paulo, **Mastering Management**, n. 6, 1994.

MARCO, S. A. de. **Inteligência competitiva**: definições e contextualização. **Transinformação**:

Campinas, v.11, n.2, 1999. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/viewFile/1553/1526>>. Acesso em: 02 set. 2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARÓSTICA, E. (Org.) **Inteligência de mercado**. São Paulo: Cengage Learning, 2014. 192p.

MILLER, J. P. O milênio da inteligência competitiva. In: MILLER, J. P. **O milênio da inteligência competitiva**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas de Informações Gerenciais**, 16. Ed., São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, C. D.; VALENTIM, M. L. P. As interconexões entre a gestão da informação e a gestão do conhecimento para o gerenciamento dos fluxos informacionais. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, n.2, p. 19-33, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/114790>>.



Acesso em: 22 set. 2018.

SANTOS, C. D.; VALENTIM, M. L. P. Gestão da informação em ambientes organizacionais: em foco o setor têxtil e de vestuário. **Informação@Profissões**, Paraná, v. 4, n. 1, p. 56-81, 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/23542>>. Acesso em: 22 set. 2018.

SANTOS, B. R. P. dos; MARTINS DAIAN, I. P. A gestão da informação e a competência em informação: subsídios para o âmbito empresarial. *Palavra chave*, Ensenada, v. 7, n. 1, p. 00, out. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1853-99122017000200003&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-99122017000200003&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 22 set. 2018.

SCHWEIG, C.; SLONGO, L. A. Inteligência estratégica e orientação para o mercado: conceitos equivalentes, distintos ou complementares? In: II ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO (EnADI), 2009. **Anais...** Recife-PE, 21 a 23 de junho de 2009.

STAREC, C. A mandala da informação no universo corporativo. In: STAREC, C. (Org.) **Gestão da informação, inovação e inteligência competitiva**: como transformar a informação em vantagem competitiva nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2012. P.35-56.

TARAPANOFF, K. (Org.) **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001

TARAPANOFF, K. Informação, conhecimento e inteligência em corporações: relações e complementaridade. In: TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006. P.19-35. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001469/146980por.pdf>><<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001469/146980por.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

TARAPANOFF, K. Processo de inteligência competitiva organizacional. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. Marília: FUNDEPE Editora, 2006. p. 9-24.

VALENTIM, M. L. P. Em busca da vantagem competitiva. Londrina: **Info Home**, 2004. Disponível em: <[http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=87](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=87)>. Acesso em: 22 set. 2018.

VALENTIM, M. L. P. Gestão da informação e gestão do conhecimento em ambientes organizacionais: conceitos e compreensões. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.1, n.1, 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000016104/471e1a118bad6d5349bd92bf4020338b/>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

VALENTIM, M. P; TEIXEIRA, T. M. Fluxos de informação e linguagem em ambientes organizacionais. **Informação e sociedade**, João Pessoa, v.22 n.2, p. 151-156, 2012,2012. Disponível em: <<http://www.periódicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10651/7764>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

ZUIN, L.F.S.; QUEIROZ, T.R. (Org.). *Agronegócios, Gestão e Inovação*. São Paulo: Saraiva, 2006.  
WOIDA, L. M.; VALENTIM, M. L. P. Cultura organizacional/cultura informacional: a base do processo de inteligência competitiva organizacional. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). (Org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. 2ed. Marília: FUNDEPE Editora, 2007, v. 278, p., p. 25-44.

WOIDA, L. M. Cultura Informacional Voltada à Inteligência Competitiva Organizacional no setor de calçados de São Paulo. 2008. 255 f. **Dissertação (Mestrado)** - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/woida\\_Im\\_me\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/woida_Im_me_mar.pdf)>. Acesso em: fev. 2016.

**A JUDICIALIZAÇÃO DA INTERNAÇÃO VOLUNTÁRIA DO DEPENDENTE DE ÁLCOOL**

*THE JUDICIALIZATION OF THE VOLUNTARY INTERVENTION OF THE ALCOHOL*

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

GALERANI, Thiago da Silva.  
Universidade Federal de São João Del-rei  
Advogado e Professor. Especialista em Direito da Tecnologia da Informação. Especialista em Educação Empreendedora. Pós-graduando em Mídias na Educação. Bacharelado em Filosofia.  
E-mail thiago@galerani.com.br

**Resumo**

O presente estudo investiga a judicialização como possível caminho para a efetivação do acesso à saúde nos casos em que o Estado nega-se a promover a internação voluntária de pessoas dependentes de álcool. Por meio de pesquisa bibliográfica, legislativa e jurisprudencial, são analisados e discutidos os aspectos materiais e processuais que envolvem a internação voluntária de pessoas dependentes de álcool no contexto do Sistema Único de Saúde.

**Palavras-chave:** Internação voluntária. Sistema Único de Saúde. Alcoolismo.

**Abstract**

This study investigates the judicialization as a possible way to achieve access to health in cases where the government refuses to promote the voluntary hospitalization of people dependent on alcohol. Through bibliographic, legislative and jurisprudential research, the material and procedural aspects that involve the voluntary hospitalization of alcohol dependent persons in the context of the Unified Health System are analyzed and discussed.

**Keywords:** Voluntary internment. Health Unic System. Alcoholism..

**1 INTRODUÇÃO**

A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece o alcoolismo como doença desde 1967. O alcoolismo, caracterizado do uso nocivo e desenfreado do álcool em razão de dependência, pode ensejar inúmeros prejuízos físicos, mentais e sociais.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a saúde é um direito de todos e sua promoção é um dever do Estado, instituindo como mecanismo para sua efetivação o Sistema Único de Saúde.

Do texto constitucional têm emanado políticas públicas e normas jurídicas voltadas para a efetivação do direito à saúde – inclusive no que tange à prevenção e tratamento de pessoas dependentes de álcool.

Infelizmente, apesar da intenção do legislador constituinte, muitas vezes o Estado descumpra seus deveres quanto à promoção do acesso da saúde, inclusive em situações que envolvem o acesso de pessoas dependentes do álcool ao efetivo tratamento.

Em casos mais graves, o tratamento da dependência alcoólica inclui a necessidade de tratamento em regime de internação. A internação, em qualquer de suas modalidades, envolve custos com os quais o paciente em situação de pobreza não tem possibilidade de arcar, advindo daí a necessidade de buscar socorro junto ao Estado. O Estado, por sua vez, com orçamento e recursos limitados, muitas vezes não concretiza a internação de que o paciente precisa, deixando-o abandonado à própria sorte.

O presente estudo visa investigar a judicialização como possível caminho combater à inércia do Estado e para a efetivação do acesso à saúde nos casos em que o Estado nega-se a promover a internação voluntária de pessoas dependentes de álcool.

## 2 MÉTODO

O presente estudo assenta-se em pesquisa bibliográfica, normativa e jurisprudencial.

A pesquisa bibliográfica realizada consistiu no levantamento e análise de material bibliográfico (livros, artigos e monografias) relacionados ao tema da pesquisa.

A pesquisa de normas jurídicas foi realizada junto aos repositórios eletrônicos de normas jurídicas mantidos pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados. Após levantamento, os textos normativos foram interpretados à luz do material bibliográfico acima referido.

A pesquisa de precedentes judiciais foi concretizada junto aos repositórios eletrônicos de decisões judiciais mantidos pelo Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Estaduais.

## 3 O ALCOOLISMO E O DIREITO À SAÚDE

O artigo 196 da Constituição Federal garante ao cidadão a universalização do direito à saúde, consagrando a promoção da saúde como um dever do Estado. A organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), por sua vez, encontra-se disciplinada pela Lei nº 8.080/1990.

O art. 6º, inciso I, alínea “d” da Lei 8.080/1990 incluem, no âmbito de atuação do Sistema Único de Saúde a execução de ações “*de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica*”. Isso significa que o cidadão brasileiro tem direito ao tratamento de saúde em sua plenitude, abrangendo tanto a saúde física quanto a saúde mental.

O art. 43 da Lei 8.080/90 preconiza que “*a gratuidade das ações e serviços da saúde fica preservada nos serviços públicos e privados contratados, ressalvando-se as cláusulas dos contratos ou convênios estabelecidos com as entidades privadas.*” Logo, é direito do cidadão ter acesso à saúde no âmbito do serviço público, diretamente ou por meio de convênios entre o Estado e instituições privadas.

Barros (2008) assevera que o alcoolismo é um grave problema de saúde pública, responsável por parcela significativa dos óbitos evitáveis.

Cappelletti e Andrade (2016), destacam que a Constituição Federal de 1988 elencou, em seu art. 6º, o direito à saúde dentre os direitos sociais, o que inaugura no direito brasileiro a sua caracterização como um direito fundamental.

Os precedentes analisados indicam que atualmente a saúde é reconhecida, de fato, como um direito fundamental do cidadão. A consequência prática desse reconhecimento é o ônus estatal de arcar com o custeio da promoção do direito à saúde, condicionado, no entanto, a dois requisitos: comprovação da necessidade do tratamento e comprovação da hipossuficiência financeira do paciente. Logo, no caso do paciente alcoólico que necessite de internação voluntária, o Estado, por meio do Sistema Único de Saúde, estará obrigado a custear o tratamento, desde que sejam comprovadas a necessidade de internação voluntária e a insuficiência financeira do paciente, a exemplo do precedente judicial oriundo da 12ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, cuja ementa segue transcrita:

REEXAME NECESSÁRIO. SAÚDE. INTERNAÇÃO VOLUNTÁRIA. Necessidade de internação comprovada - Dever do Poder Público de prestar assistência integral. Hipossuficiência financeira do demandante caracterizada. Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO.

(TJ-SP 00013091420148260213 SP 0001309-14.2014.8.26.0213, Relator: Isabel Cogan, Data de Julgamento: 16/10/2017, 12ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 16/10/2017)

No precedente acima referido, o Tribunal de Justiça de São Paulo reconheceu que deveria ser mantida a Sentença proferida na Comarca de Guará-SP, na qual o Município foi condenado a custear ao paciente, que sofria de alcoolismo, o tratamento na forma de internação voluntária. A decisão assenta-se na premissa de que a saúde é um direito fundamental, nos moldes preconizados pelo art. 196 da Constituição Federal. Assim, não dispondo o cidadão recursos financeiros para custear a internação e tratamento de que necessita, incumbe ao Estado fornecê-los, gratuitamente e

na medida da comprovada necessidade, sob estrita prescrição médica.

Integram o Sistema Único de Saúde a União, os Estados da Federação, o Distrito Federal e os Municípios. A responsabilidade pelo atendimento, no contexto do Sistema Único de Saúde, é solidária entre o Governo Federal, Estadual e Municipal. Isso significa que o cidadão pode demandar contra um ou contra todos os integrantes do SUS.

A responsabilidade solidária entre a União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para cuidar da saúde e assistência pública advém do artigo 23, inciso II, da Constituição Federal. A jurisprudência também é pacífica quanto a natureza solidária da responsabilidade na promoção da saúde pública, conforme indica a ementa abaixo transcrita, oriunda de decisão prolatada pelo Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE ENTES FEDERATIVOS. LEGITIMIDADE PARA COMPOR O PÓLO PASSIVO EM CONJUNTO OU ISOLADAMENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 568/STJ. FORNECIMENTO DE FÁRMACO. IMPRESCINDIBILIDADE DA MEDICAÇÃO NÃO INCORPORADA AO SUS. REVISÃO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015. II - É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual o funcionamento do Sistema Único de Saúde é de responsabilidade solidária da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo qualquer deles, em conjunto ou isoladamente, parte legítima para figurar no polo passivo de demanda que objetive a garantia de acesso a medicamentos adequados para tratamento de saúde. III - A decisão recorrida está de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior, firme no sentido de que é possível o fornecimento de medicamentos não incorporados ao SUS mediante Protocolos Clínicos, quando verificada a necessidade do tratamento prescrito. IV - A Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida. V - Agravo Interno improvido.

(STJ - AgInt no REsp: 1629196 CE 2016/0256874-2, Relator: Ministra REGINA HELENA COSTA, Data de Julgamento: 21/03/2017, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 29/03/2017)

No precedente acima referido, a Ministra Regina Helena Costa, do Superior Tribunal de Justiça, reafirma que é pacífico o entendimento jurisprudencial quanto à responsabilidade solidária da União, Estados, Distrito Federal e Municípios no que tange ao Sistema Único de Saúde.

Assim, desde que preenchidos os pressupostos autorizadores (hipossuficiência econômica e necessidade do tratamento), o paciente vítima de alcoolismo poderá demandar contra os entes integrantes do Sistema Único de Saúde, em conjunto ou isoladamente, dada a natureza de direito fundamental conferida à saúde pelo texto constitucional vigente.

#### **4 A JUDICIALIZAÇÃO DO ACESSO À INTERNAÇÃO VOLUNTÁRIA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

A efetivação do direito à saúde, *prima facie*, compete ao Poder Executivo. No entanto, até mesmo o Poder Executivo está subordinado aos limites legis. Assim, conforme ensina Aith (2017, p. 124), “a amplitude de competências decisórias estatais do Poder Executivo no que se refere ao direito à saúde não afasta a possibilidade de que essas decisões sejam objeto de apreciação pelo Poder Judiciário”

No sistema processual civil vigente no Brasil, não basta ao paciente alegar que sofre de alcoolismo e que, por ser pobre, necessita de internação: é preciso demonstrar tais fatos. Isso porque

o ônus da prova incumbe ao autor da ação quanto ao fato constitutivo de seu direito, nos termos do art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil.

O paciente deverá demonstrar, nos processos judiciais que envolvam a pretensão à internação voluntária custeada pelo Sistema Único de Saúde, os seguintes requisitos: sua *hipossuficiência financeira e necessidade do tratamento médico na forma de internação*. Esses requisitos, portanto, são os elementos constitutivos do direito do paciente ao tratamento na forma de internação voluntária.

Verifica-se que a demonstração da hipossuficiência financeira do paciente é frequentemente realizada juntando-se ao processo cópia de comprovantes de rendimentos, tais como recibos de pagamento de salário, recibos de proventos previdenciários e assistenciais, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Declaração de Imposto de Renda, extratos bancários, etc. Não existe uma norma jurídica que exija ao paciente comprovar, para que tenha acesso ao tratamento de saúde, pobreza ou miserabilidade. A jurisprudência firmou um entendimento pacífico quanto a ser necessária, tão somente, a demonstração da incapacidade de arcar com os custos do tratamento, nos termos do Acórdão relatado pelo Ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial nº 1657156.

São indicadores da insuficiência de recursos do paciente para o custeio do tratamento, por exemplo, fatores como desemprego, baixa renda ou endividamento.

Quanto à necessidade de tratamento médico na forma de internação, tal fato precisa ser objetivamente demonstrado pelo paciente por meio de laudo médico ou declaração médica expedida por profissional regularmente inscrito. Ao teor do Acórdão proferido pelo Ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial nº 1657156, cabe ao paciente *“a comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade”* do tratamento.

A ementa abaixo transcrita, extraída de Acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ressalta a importância da prova quanto à imprescindibilidade da internação no tratamento de alcoolismo e drogadição:

**APELAÇÃO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER.** Internação compulsória. Toxicômano. Parte autora legitimada a propor a ação. Complexidade do feito desconforme ao rito dos Juizados Especiais. Inteligência do artigo 98, I, da Constituição Federal e artigo 10 da Lei nº. 12.153/09. Precedentes. Sentença mantida. Necessidade da medida extrema atestada por profissional habilitado. Dependente químico que se recusa a se submeter a abordagem e internação voluntárias e tem baixa adesão a tratamentos convencionais. Prova de hipossuficiência. Imprescindibilidade do provimento jurisdicional efetivamente demonstrado. Apelo desprovido.

(TJ-SP 00007702920158260111 SP 0000770-29.2015.8.26.0111, Relator: Bandeira Lins, Data de Julgamento: 29/11/2017, 8ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 29/11/2017)

O precedente acima transcrito refere-se à Apelação/Reexame Necessário nº 0000770-29.2015.8.26.0111, processo judicial no qual a Prefeitura Municipal de Cajuru-SP e a Fazenda do Estado de São Paulo insurgiam-se contra Sentença condenatória na qual o familiar do paciente dependente químico buscava a internação involuntária, já que o paciente não respondia satisfatoriamente a outros meios de tratamento. O Acórdão em questão destaca o fato de que a autora fez prova da necessidade da medida extrema (internação do paciente), mediante circunstanciado laudo médico, no qual restou consignada a baixa adesão do paciente a tratamentos convencionais. Assim, foi mantida a condenação aos entes públicos quanto a custear o tratamento do paciente.

Havendo provas da impossibilidade do paciente em arcar com os custos da internação e da imprescindibilidade do tratamento, é possível a imposição, pelo Poder Judiciário, de multa cominatória para determinar, como obrigação de fazer, que o Poder Público promova o tratamento em regime de internação - inclusive a título de Tutela de Urgência, conforme autoriza o artigo 300 do Código de Processo Civil.

## 6 CONCLUSÃO

O alcoolismo é um grave problema de saúde pública, cujos efeitos – de ordem física e mental – refletem não apenas sobre o paciente, mas em relação à sociedade na qual ele está inserido. A saúde, em contrapartida, é um direito fundamental, assim reconhecido por força do texto constitucional de 1988.

Ao consagrar a saúde como um direito fundamental, o legislador constituinte deu um enorme passo rumo à humanização da saúde no Brasil. Ao dar esse passo, o Estado atraiu para si uma gigantesca responsabilidade: a de promover o acesso à saúde a todo cidadão.

A promoção da saúde de forma integral envolve elevados custos.

A estruturação do Sistema Único de Saúde implica na mobilização dos entes públicos, bem como na adoção de providências complexas de ordem orçamentária e administrativa.

Embora a saúde seja inequivocamente um dever do Estado, é notória a ineficácia estatal para promover gratuitamente e suficientemente o acesso à saúde para todo e qualquer cidadão. Porque a saúde é um dever jurídico atribuído do Estado, a insuficiência de recursos estatais não justifica a inércia do Poder Público para atender as demandas dos cidadãos, ou seja, a responsabilidade estatal existe e é exigível pelo paciente.

Quando o Estado permanece inerte ante ao apelo do cidadão que necessita do tratamento de saúde, nasce para o paciente a legitimidade para judicializar a questão: quando provocado, o Poder Judiciário deverá intervir, dando efetividade ao direito que tenha sido comprovadamente violado pelo Estado.

O tratamento do alcoolismo, especialmente a internação voluntária, porque refere-se ao direito expresso no art. 196 da Constituição Federal, também está sujeito à judicialização.

Por meio de revisão de literatura, pesquisa legislativa e análise de precedentes judiciais, a presente pesquisa demonstra que o cidadão, ao judicializar o acesso ao tratamento de alcoolismo na forma de internação voluntária, deverá demonstrar de forma inequívoca sua própria *hipossuficiência financeira e a imprescindibilidade da internação*.

A hipossuficiência financeira traduz-se em insuficiência de recursos para custear, ou seja, não significa necessariamente pobreza ou miserabilidade.

A imprescindibilidade da internação demonstra-se mediante laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido pelo profissional de medicina que assiste o paciente.

O atendimento e assistência à saúde são intrínsecos à preservação da vida humana. A vida, por sua vez, é inviolável e cabe ao Estado protegê-la. Assim, para forçar o cumprimento das decisões judiciais que determinem o custeio do tratamento de alcoolismo pelo Poder Público, o Poder Judiciário poderá valer-se da imposição de multas – inclusive fixando multas e outras providências coercitivas em relação ao próprio Estado.

Nota-se que o Poder Judiciário intervirá somente quando provocado pelo interessado, forçando, observados os limites da lei e oportunizando ao Poder Público o exercício da ampla defesa. A judicialização da pretensão à internação voluntária do paciente dependente de álcool não significa necessariamente êxito ou imposição automática de obrigações ao Estado, eis que a fruição desse direito está atrelada à inequívoca demonstração dos requisitos autorizadores acima referidos.

## REFERÊNCIAS

AITH, F. M. A Efetivação do direito à saúde em seus múltiplos caminhos. Novas institucionalidades para a solução de conflitos em saúde. In: Maria Paula Dallari Bucci; Clarice Seixas Duarte. (Org.). Judicialização da Saúde: a visão do Poder Executivo. 1ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2017, v. 1, p. 114-135.

BARROS, M. B. A. et al. Perfil do consumo de bebidas alcoólicas: diferenças sociais e demográficas no Município de Campinas, Estado de São Paulo, Brasil, 2003. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 17, n. 4, p. 259-270, dez. 2008. Disponível em <[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742008000400003&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742008000400003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 30 set. 2018.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 30 set. 2018

BRASIL. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm)>. Acesso em: 30 set. 2018

BRASIL. LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm)>. Acesso em: 30 set. 2018

CAPPELLETTI, P.; ANDRADE, M. A questão da judicialização da saúde na realidade jurídica pátria: um reflexo da omissão do Estado no seu dever de garantir este direito fundamental. Revista Thesis Juris, 5 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.revistartj.org.br/ojs/index.php/rtj/article/view/169>>. Acesso em: 30 Sep. 2018.

TJ-SP. REEXAME NECESSÁRIO: 0001309-14.2014.8.26.0213 SP . Relator: Desembargadora Isabel Cogan. DJ: 16/10/2017. JusBrasil, 2017. Disponível em: <<https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/510448243/13091420148260213-sp-0001309-1420148260213/inteiro-teor-510448262?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 30 set. 2018.

STJ. AGRAVO INTERNO: RgInt no REsp 1629196 CE 2016/0256874-2. Relator: Ministra Regina Helena Costa. DJ: 29/03/2017. JusBrasil, 2017. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/450534786/agravo-interno-no-recurso-especial-agint-no-resp-1629196-ce-2016-0256874-2/inteiro-teor-450534796?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 30 set. 2018.

STJ. RECURSO ESPECIAL: REspt 1657156 RJ 2017/0025629-7 . Relator: Ministro Benedito Gonçalves. DJ: 25/04/2018. STJ, 2018. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=82809752&num\\_registro=201700256297&data=20180504&tipo=41&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=82809752&num_registro=201700256297&data=20180504&tipo=41&formato=PDF)>. Acesso em: 30 set. 2018.

TJ-SP. APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO: 0000770-29.2015.8.26.0111 SP. Relator: Desembargador Bandeira Lins. DJ: 29/11/2017. JusBrasil, 2017. Disponível em: <<https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/526899209/7702920158260111-sp-0000770-2920158260111/inteiro-teor-526899260?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 30 set. 2018.

**A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL**

*THE JUDICIALIZATION OF THE SOCIAL QUESTION*

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

CANAVEZ, Luciana Lopes  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca  
Doutora em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade de Franca. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Franca. É professora na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP Campus Franca/SP, nos cursos de Graduação e Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito. Vice coordenadora do conselho de curso de graduação e vice supervisora da Unidade Auxiliar do Centro Jurídico e Social da Unesp/Franca  
E-mail: lcanavez@gmail.com

CORDIOLI, Hiago Andrioti  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca  
Graduando em Direito pela UNESP/Franca. Estagiário da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social da UNESP/Franca. Integrante do Projeto do Grupo Caminhos da Justiça.  
E-mail: hiago.cordioli@gmail.com

JUNIOR, Euripedes da Silva Cintra  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca  
Graduando em Serviço Social pela UNESP/Franca. Estagiário da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social da UNESP/Franca. Integrante do Projeto FAFAMI – Falar de família é familiar –, do Grupo Caminhos da Justiça, e do Grupo Construindo a Cidadania.  
E-mail: juninho.ec22@gmail.com

ONYILIAGHA, César Augusto Chidozie  
Graduando em Direito pela UNESP/Franca. Estagiário da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social da UNESP/Franca. Integrante do Projeto do Grupo Construindo a Cidadania.  
E-mail: augustochidozie@gmail.com

**Resumo**

O presente trabalho de estudo tem, por objetivo, analisar e expor os dados sociais coletados nos atendimentos realizados pela Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (CJS) da UNESP-Franca, no período de 2016 a 2017, estudados sob a ótica da judicialização da questão social. Os dados aqui apresentados partiram de uma reunião dos quadros socioeconômicos elaborados sobre os usuários do CJS da UNESP, de forma a realizar uma análise quantitativa e qualitativa dos que procuram e são atendidos pelos serviços prestados pela Unidade Auxiliar, nas áreas do Direito, Serviço Social e Psicologia. Com isso, pôde-se formular um estudo sobre a judicialização da questão social a partir de dados práticos das ordens social e econômicas da população francana.

**Palavras-chave:** judicialização, questão social, Centro Jurídico Social.

**Abstract**

This study work has, as objective, to analyze and expose the social data collected at the attendances operated by the Auxiliary Unity Legal and Social Center of UNESP-Franca, at the years 2016 and 2017, studied under the optical of the judicialization of the social question. The data here presented comes from a reunion of the socioeconomic frame made about the CJS's users, in order to make a quantitative and qualitative analysis of those who search and are attended by the services provided by



Auxiliary Unity, at the areas of Law, Social Service and Psychology. Thereby, it could be made a study about the judicialization of the social question from practical data of the social and economic orders of Franca's population.

**Keywords:** judicialization, social question, Legal and Social Center.

## 1 INTRODUÇÃO

A questão social em cada país tem sua história e trajetória, no Brasil tem as suas particularidades, tendo em vista a sua construção histórica, e a rápida inserção do trabalho escravo para o “trabalho livre”, ocasionando historicamente um dos pilares do que temos hoje. A atual questão social é reflexo de um passado na qual estão inseridos quadros políticos, econômicos, culturais e ideológicos, que tiveram e têm uma classe dominante como protagonista.

O fenômeno da judicialização vem se tornando cada vez mais latente na realidade brasileira à medida que os Poderes Executivo e Legislativo negligenciam as demandas sociais para a garantia dos direitos básicos e fundamentais, fazendo com que a procura pelo Judiciário para a conquista destes direitos, via decisões judiciais.

Como expressão prática da questão social e da judicialização, foram reunidos dados colhidos nos atendimentos realizados com a população carente, que procurou a Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social da UNESP Franca a fim de conseguir assistência judiciária gratuita, relativos a renda familiar, grau de escolaridade, configuração familiar e as principais demandas que movem o CJS a acionar o Poder Judiciário.

Com estas informações, foi possível traçar um parâmetro real e específico de como a questão social e a judicialização estão servindo à população francana para solucionar os constrangimentos que a falta de tutela pelos Poderes Executivo e Judiciário proporciona.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Contextualização da questão social

O Brasil tem como marco de sua construção histórica, política, econômica de todas as décadas do seu “descobrimento”, no quesito de direitos sociais implantados a Constituição Federal 1988 ou Constituição Cidadã consolidando e universalizando direitos a todos os cidadãos, marcando um período histórico e revolucionário, de todas as 7 constituições consolidadas em períodos anteriores, sendo a mais abrangente e inclusiva de todas constituições.

Com o avanço do neoliberalismo, que defende um estado mínimo, tornando-se mínimo somente para a área social e apoiando um estado ampliado para a livre iniciativas do mercado, frente a esse sistema, temos um Estado que não está a favor da classe trabalhadora. Sistema este, implementado durante os anos 90, juntamente com a implantação do Plano Real, (criado durante o governo Itamar Franco e implementado no governo Fernando Henrique Cardoso ) privatizando várias estatais, interferindo á primeira vista de uma forma positiva na economia brasileira, naquele primeiro momento o real foi comparado ao nível do dólar, ocasionando por parte da população grandes expectativas. Estas medidas em um primeiro momento deram a impressão de resolver a situação econômica no país, mas em um curto espaço de tempo esse plano real foi o pano de fundo para instalação desse novo processo de exploração na qual os trabalhadores estão inseridos, tendo como palavra chave que faz parte do pacote neoliberal é a flexibilização.

Na atual conjuntura econômica de crise que atinge em cheio países periféricos de capital dependente, uma classe social se emerge com expressões mais vivas da questão social, que surge do antagonismo de classe capital e trabalho, segundo lamamoto que evidenciam de várias formas o pauperismo ascendente na classe trabalhadora. Classe essa que é a base econômica de toda sociedade onde o modelo capitalista é implantado, sendo os principais protagonistas nessa construção histórica. A classe trabalhadora, detentora somente da sua força de trabalho que não possui os meios de produção são escravizados na atual conjuntura de uma forma tão agudizada onde se extrai sua mais valia, em países periféricos, Marx usa o termo de mais valia absoluta, estágio do modelo capitalista onde mais se acumula riquezas, sendo a classe trabalhadora explorada até em seu último suspiro.

Marx não é contra o trabalho, pelo contrário ele defende, a questão que Marx aborda é quais são as condições desse trabalho nesse sistema capitalista. Marx defende o trabalho, pois o trabalho

além de manter as suas necessidades seu sustento é fonte desenvolvimento de suas potencialidades. A questão a ser observada está na ideologia construída de como o trabalho é desenvolvido em um sistema desigual que privilegiou historicamente e ainda privilegia o homem branco, ou seja o homem branco nesse sistema está um passo na frente dos demais, ainda mais em países colonizados que possuem diversas etnias na sua composição populacional.

Tendo em vista que grupos populacionais não partem e do mesmo ponto em relação as oportunidades de emprego e estudo, exemplo disso são as cotas raciais, . Tendo em vista que na formação histórica do país o negro foi sempre silenciado, inferiorizado, não tendo oportunidade alguma e esta é a primeira oportunidade mesmo que tardia para esta parcela da população, ter acesso a faculdade e mostrar que possuem potencial e capacidade , por outro lado é muito triste pois mesmo com essa política, muitos não conseguem o acesso devido a dificuldades financeiras, sendo uma minoria nas faculdades, tendo em vista que esse povo que construiu a sociedade com a força de seus braços, teria que ser a maioria nas faculdades, e não teria nada mais digno ter estudo de fácil acesso a todos . Nessa visão quem não é branco, ” tem que correr atrás”, ou seja se você não nasce branco e não tem uma família que tenha condições de pagar um estudo, dificilmente o povo negro consegue uma ótima qualificação profissional. Ressalto aqui que toda regra tem sua exceção, a grande maioria não consegue concluir nem o ensino médio devido a grande jornada de trabalho (nossos avós são exemplo disso), diferente realidade de famílias que têm avós brancos que na maioria das vezes foram ou são proprietários de fazendas, engenhos, latifúndios etc. O povo negro está em desvantagem nesse sistema que emprega a meritocracia, que nesse sistema vigente se enquadra em uma meritocracia sem mérito, pois não são todos que partem da mesmas condições. A de se fazer um outro recorte aqui pois esse sistema desfavorece e oprime outras classes como mulher, mulher negra, homossexuais, travestis, lésbicas dentre outros gêneros que por tal ideologia dominante são sujeitos a trabalhos ainda mais precários e automaticamente sendo a categoria mais atingida pela questão social.

Vemos tais acontecimentos se materializar na atual conjuntura brasileira que está acometido de uma crise econômica que atinge em cheio a população com um alto índice de desemprego que somam 13,1% ou seja mais de 13 milhões de desempregados e automaticamente ocasionando uma inserção do trabalho informal, sobre um alto índice de vulnerabilidade.

Com o alto índice de desemprego a classe trabalhadora brasileira fica sujeita a aceitar qualquer forma de trabalho, sendo o marco da atualidade o sistema da flexibilidade.

Com tal flexibilidade imposta pelo capitalismo na contemporaneidade, várias áreas da vida cotidiana da sociedade, são afetadas segundo Ohno Taiichi em seu livro Sistema Toyota de produção a flexibilidade perpassa por várias áreas, dentre elas a “flexibilidade em face a demanda”, “flexibilidade incessante da oferta”, “flexibilidade dos valores éticos” e por último a flexibilidade nas relações trabalhistas”

Esse sistema de flexibilidades favorecem somente a classe que detém os meios de produção, a classe rica. Essa ideologia da flexibilização é um xeque-mate em meio a crise, mantendo a classe dominante no topo e causando ao trabalhador a sensação de ter alguma “autonomia” pois flexibilizando as relações sendo disseminado tal ideologia que é materializada no senso comum com frases , “mais vantagens” você faz o seu salário”, pensamentos esses que permeiam o senso comum da população, sendo essa flexibilidade muito usado pela terceirização, ou por trabalhadores autônomos, trabalhadores que trabalham por peça em indústria calçadista, vemos com tendência a cidade de Franca e de muitos outros municípios atuarem como prestadora de serviços.

Segundo Karel Kosik em seu livro Dialética do Concreto, o senso comum que é produzido e que muitas vezes conduz a vida das pessoas vivendo em sociedade, faz parte de uma estrutura do real, não sendo o real verdadeiro, sendo o senso comum um campo fértil para inúmeras ideologias que se expressam no cotidiano. Segundo a autora se aproxima do real, aquele que atinge a essência do objeto, ou da questão a ser analisada e para atingir esse nível de entendimento é preciso fazer o caminho reverso ou seja fazer mediações para entender os processos que levam essas frases se materializaram no real. Analisando toda essa questão chegando na essência ou seja o que está por trás do trabalho flexível, terceirização do senso comum que muitas vezes a população reproduz “achando que é o melhor”, temos por trás uma classe detentora de riquezas que não querem sair do poder usá de diversos mecanismos ideológicos para conseguir tal façanha, de dominação e alienação. As ideologias reforçam todo esse sistema na qual os direitos sociais são implantados ocasionando um recorte e definição sobre qual classe de pessoas a serem mais atingida pela questão social.

Nesse contexto ao analisarmos como é, e o porque a questão social atinge todas as classes mas com maior força certas classes da sociedade, nos deparamos com a construção histórica do

Brasil, pelo fato da Constituição Federal de 1988, ser implantada tardiamente no país em vista de outros países de capitalismo avançado e sofrer influência do Consenso de Washington que contribuiu para o neoliberalismo, praticamente se instaurou junto com a constituição. Com esse fato implementou-se no Brasil as políticas sociais Beveridgianas, que são um conjunto de políticas sociais universais, seletivas, contributivas e não contributivas.

Esse conjunto de políticas sociais que no Brasil tem suas particularidades tem a saúde como um direito universal, não tendo critérios para ser atendido pelo serviço, a assistência social é um direito seletivo, pois é destinada a população pobre, não é contributiva mas para se ter acesso tem como mecanismo de averiguação o fator socioeconômico, a previdência social é seletiva e contributiva. Essas políticas sociais garantem somente a proteção social não garantem trabalho, alimentação, habitação. deixando a margem um grande percentual da população.

## 2.2 O fenômeno da judicialização

Um fenômeno que vem ocupando cada vez mais espaço no Direito brasileiro e vem atraindo a atenção dos juristas e aplicadores da Lei, devido à sua crescente importância, é a judicialização. Este fenômeno, observado em diversas partes do mundo e em diferentes épocas, consiste na apreciação e resolução de demandas sociopolíticas pelo Poder Judiciário, em vez de pelos Poderes instituídos para tal.

O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luis Roberto BARROSO (2009) define:

Judicialização significa que algumas questões de larga repercussão política ou social estão sendo decididas por órgãos do Poder Judiciário, e não pelas instâncias políticas tradicionais: o Congresso Nacional e o Poder Executivo – em cujo âmbito se encontram o Presidente da República, seus ministérios e a administração pública em geral. Como intuitivo, a judicialização envolve uma transferência de poder para juízes e tribunais, com alterações significativas na linguagem, na argumentação e no modo de participação da sociedade.

BARROSO (ibidem) aponta que, apesar da grande força que o fenômeno está adquirindo no Brasil, diversas cortes constitucionais no mundo foram protagonistas envolvendo temas de amplo alcance político, implementação de políticas públicas ou escolhas morais em questões controversas da sociedade, cuja ação vem contribuindo para a fluidez da fronteira entre política e justiça no mundo contemporâneo.

Ao propor a divisão dos poderes, Montesquieu estabeleceu uma divisão clara entre as funções que o Governo deveria exercer para melhor atender às necessidades da população: o Poder Legislativo deve criar leis para reger a vida em sociedade, seja proibindo ou autorizando; o Poder Executivo deve agir de forma a garantir a execução destas leis e criar ações positivas para atingir o bem-estar social; e o Poder Judiciário aprecia as deficiências dos outros Poderes e dos que estão sob sua tutela, ou seja, o descumprimento dos deveres por parte dos cidadãos ou quando seus direitos garantidos pelo ordenamento jurídico são lesionados.

Na falta de uma posição definitiva que atenda às expectativas sociais por parte dos poderes Executivo e Legislativo, cujas funções originais seriam as de observar e atuar conforme as mudanças socioculturais a que estão sujeitas as sociedades a que obedecem, cabe ao Judiciário, a partir de seu poder de aplicar o Direito por ações positivas e de seu contato direto com as demandas sociais pelas provocações dos processos que lhe são encaminhados, atender a essas expectativas.

Juntamente com o fenômeno da judicialização, ocorre um outro, o do “ativismo judicial”, que consiste em uma consequência do primeiro, estando intimamente conectados. Explica o Ministro Luís Roberto BARROSO (ibidem):

A ideia de ativismo judicial está associada a uma participação mais ampla e intensa do Judiciário na concretização dos valores e fins constitucionais, com maior interferência no espaço de atuação dos outros dois Poderes. A postura ativista se manifesta por meio de diferentes condutas, que incluem: (i) a aplicação direta da Constituição a situações não expressamente contempladas em seu texto e independentemente de manifestação do legislador ordinário; (ii) a declaração de inconstitucionalidade de atos normativos emanados do legislador, com base em critérios menos rígidos que os de patente e ostensiva violação da Constituição; (iii) a imposição de condutas ou de abstenções ao Poder Público, notadamente em matéria de políticas públicas.<sup>k</sup>

O autor afirma que o Judiciário brasileiro tem mantido uma postura claramente ativista recentemente, e dá justamente o exemplo da distribuição de medicamentos e determinação de terapias mediante decisão judicial. Ele aponta que este tema não foi contemplado pelo Supremo Tribunal Federal, mas que nas Justiças estadual e federal em todo o país há um crescente número de

decisões que condenam a União, o Estado e o Município a custear medicamentos e terapias que não constam nas listas e protocolos do Ministério da Saúde ou Secretarias Estaduais e municipais, e muitas vezes os tratamentos que movem os processos são experimentais ou devem ser realizados no exterior.

BARROSO (ibidem), ainda sobre o ativismo judicial, expõe:

O fenômeno tem uma face positiva: o Judiciário está atendendo a demandas da sociedade que não puderam ser satisfeitas pelo parlamento, em temas como greve no serviço público, eliminação do nepotismo ou regras eleitorais. O aspecto negativo é que ele exhibe as dificuldades enfrentadas pelo Poder Legislativo – e isso não se passa apenas no Brasil – na atual quadra histórica. (...) Decisões ativistas devem ser eventuais, em momentos históricos determinados. Mas não há democracia sólida sem atividade política intensa e saudável, nem tampouco sem Congresso atuante e investido de credibilidade.

Dessa forma, conclui-se que o Judiciário exerce seu papel de criador do Direito positivo ao atender as expectativas sociais que não são contempladas pelos outros dois poderes e garante que os direitos dos cidadãos que não são satisfeitos por interpretações, formalidades ou burocracia do Direito formal, o sejam por decisões judiciais. Contudo, como disse o autor, não há a conquista definitiva e universal dos direitos dos cidadãos sem que haja a adesão das demandas sociais pelos poderes que lhes competem contemplar, o Executivo e principalmente o Legislativo, legitimamente eleitos para que cumpram com a expectativa de mudanças sociais que lhes é depositada.

O sociólogo português Boaventura de Sousa SANTOS (2003), ao analisar a postura do Direito como instrumento de emancipação social, afirma que

(...) se as duas grandes estratégias para a criação da moderna transformação social – o reformismo jurídico e a revolução – se encontram em crise – o direito abunda, mas pelos vistos, não para fins de reforma social, enquanto a revolução pura e simplesmente desapareceu –, é legítimo perguntar se não devemos procurar novas concepções para que a transformação social faça sentido, se é que esta vai continuar a servir-nos como modo de descrever as grandes mudanças da nossa vivência individual e colectiva.

A Constituição de 1988 foi promulgada ao fim do regime ditatorial do Brasil, e teve como objetivos proteger os cidadãos contra as violações dos direitos humanos dessa época. Como o autor português afirma no excerto acima, o direito encontra-se em abundância quando comparado às Constituições anteriores. Contudo, não serve ao seu propósito de transformação social e de afirmação dos preceitos constitucionais de universalidade e garantia de existência mínima da pessoa humana.

Podemos dizer, portanto, que, se as vias comuns de atendimento das demandas que surgem juntamente com o caminhar humano no espaço-tempo estão obstruídas porque seus entes principais, os Poderes Legislativo e Executivo, estão desviando o olhar para as expectativas sociais, a direção natural de quem está sendo prejudicado por esta deficiência destes dois Poderes é procurar o terceiro, o Judiciário, que tem por função original, além de apreciar direitos que estão sendo lesados, fiscalizar o trabalho dos outros dois.

O Ministro Luís Roberto BARROSO (2007) também discorre sobre a judicialização excessiva e estabelece uma série de críticas. Uma delas diz respeito ao fato de que as normas constitucionais estão positivadas na forma de normas programáticas, ou seja, a Constituição entrega a garantia de determinados direitos fundamentais aos órgãos executores de políticas públicas. O Ministro cita o exemplo do artigo 196 da Magna Carta, que estabelece que a garantia do direito à saúde deve se dar por meio de políticas sociais e econômicas, não por decisões judiciais.

Em outra, o Ministro aponta que as políticas públicas devem ser instrumento de redução das desigualdades sociais. Contudo, diz ele, “quando o Judiciário assume o papel de protagonista na implementação dessas políticas, privilegia aqueles que possuem acesso qualificado à Justiça, seja por conhecerem seus direitos, seja por poderem arcar com os custos do processo judicial”.

Por último, o Barroso ainda aponta o problema técnico da Judicialização: o Poder Judiciário não tem o conhecimento específico para instituir políticas de garantia dos direitos fundamentais. Segundo ele, “o juiz é um ator social que observa apenas os casos concretos, a micro-justiça, ao invés da macro-justiça, cujo gerenciamento é mais afeto à Administração Pública”.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o presente estudo, utilizou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa descritiva, que se baseia na descrição de características de determinada população ou fenômeno conforme apresenta GIL (1999), e a pesquisa técnico-dogmática para entender o fenômeno da judicialização,

conforme BITTAR (2001, p.140-141). Como método, foi feita uma coleta de dados através da análise de 504 prontuários de usuários da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social, na UNESP Franca – SP, mantendo-se o sigilo ético. A coleta dos dados foi realizada segundo os seguintes descritores: configuração familiar, renda familiar, grau de escolaridade e região da cidade em que habitam, além dos dados relativos à motivação do processo judicial e expressão da questão social. Após a coleta dos dados, estes foram tabulados e transformados em gráficos para serem analisados individualmente.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A unidade auxiliar Centro Jurídico Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp, campus de Franca (FCHS Unesp Franca), observando o tripé da universidade, pesquisa, ensino e extensão atua há mais de 25 anos nas áreas cível e previdenciário atendendo às necessidades jurídicas da população carente englobada pela comarca de Franca, o CJS como é popularmente conhecido, possibilita aos alunos do 4º e 5º ano de Direito e alunos de 3º e 4º ano de Serviço Social, a inserção através do estágio, a prática profissional e o contato com a população através dos atendimentos, palestras, oficinas, seminários e orientação jurídica inclusive com a utilização de veículo adaptado, a Carreta Móvel pelo qual o CJS vai a outras localidades prestar atendimento jurídico e dar informações sobre direitos e deveres aos que mais precisam.

O artigo 6º da Constituição Federal diz que:

São direitos sociais : a educação, a saúde, a alimentação o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social., a proteção da maternidade e infância, a assistência aos desempregados na forma desta Constituição.

Como diz o texto da Carta Magna, estes são os direitos que todo cidadão brasileiro tem direito, entretanto, muitos destes não possuem a capacidade financeira necessária para arcar com todos estes direitos, portanto é dever do Estado e de seus entes públicos garantir o acesso a estes direitos, através de políticas públicas e investimentos adequados.

Entretanto, em um levantamento dos casos abertos em 2017 mostrou a maioria das ações iniciadas estão na seara do Direito Civil, mais precisamente, 67% das ações.

**Gráfico 1: Áreas de Atuação no Direito pelo CJS**



Fonte: Elaborado por Elisa Kimie Miyashiro, 2018.

Entretanto, adentrando nestes casos, podemos perceber que às obrigações de fazer totalizam 19% dos casos abertos ano passado. Estas ações são movidas em face do poderes públicos estadual e municipal, e versam em 3 áreas, vaga em creche, fornecimento de remédio de alto custo e tratamento médico especializado.

**Gráfico 2: Processos da área de Direito Civil**



Fonte: Elaborado por Elisa Kimie Miyashiro, 2018.

Estes dados comprovam que há um mau gerenciamento dos recursos destinados a educação e a saúde, e isto em causado com que os mais necessitados fiquem desassistidos tendo que recorrer ao Poder Judiciário para garantir a efetivação dos seus direitos, entretanto isso para muitos soa impossível pois às custas processuais e a contratação de um advogado para a sua representação em juízo comprometeria de maneira grave a sua subsistência.

**Gráfico 3: Demandas na área cível: obrigações de fazer**



Fonte: Elaborado por Hiago Andriotti Cordioli, 2018

O gráfico comprova que quase 80% das ações das obrigações de fazer movidas em face dos entes públicos são referentes a saúde, em sua maioria, medicamentos de alto custo, isso revela como a maioria de nossos usuários não dispõe de recursos financeiros para arcar com os custos. Portanto nestes casos em que o indivíduo não consegue prover o seu sustento, o Estado com seu tamanho e capacidade deve garantir e fornecer estes direitos, entretanto não é o que tem acontecido

nos últimos anos.

Desde de o ano de 2014 e mais agravado ainda após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 o país sofre com os efeitos de uma recessão e a atuação de um congresso com tendências mais conservadora, isso tem como consequências uma diminuição dos valores dirigidos a Educação e a Saúde, além disso vemos um crescimento de manifestações contrárias pedindo o fim de projetos que visam a manutenção de programas sociais que atendem os mais necessitados, como o Bolsa Família dentre outros.

A PEC 241, mais conhecida como PEC do teto dos gastos públicos, proposta pelo governo de Michel Temer tem por objetivo limitar os gastos dos três poderes por 20 anos, entretanto, observando o orçamento do governo federal, mais de 40% do orçamento é consumido pela Previdência, que são direitos adquiridos que não podem sofrer alteração ou redução, portanto ficaram de fora do ajuste fiscal, entretanto o alvo passa a ser os outros cinquenta e poucos por cento do orçamento federal, que englobam os recursos destinados a saúde e educação e outros setores essenciais a nação.

Em síntese o governo federal sugere que o orçamento anual somente receba ajuste para repor a inflação anual, na prática, não há um aumento real, e além disso o projeto prevê uma revisão após dez anos para ajustar os valores, o que é muito grave, pois seriam no mínimo dez anos de investimentos comprometidos, sabendo-se que estas crises econômicas cíclicas do sistema capitalista teme que haja um congelamento de no volume de recursos destinados a estas áreas, em um possível momento de prosperidade da nação e que haja novos cortes em caso de nova recessão.

O cenário possível, com a manutenção desta PEC é preocupante e desolador, pois quem terá que arcar com os efeitos destas decisões é a população mais carente, a aprovação da PEC gerará um “efeito cascata” que será seguido pelos governos estaduais e municipais, com isso o fenômeno da judicialização tem grande probabilidade de se intensificar nos próximos anos.

A PEC 241 é um sintoma de algo crescente no Brasil. a sensação de que investimento em direitos sociais é um fardo para o Estado e que por isso o Estado deveria se livrar dessa carga para libertar-se e ser menor, permitindo se maior espaço para a livre iniciativa, tal afirmação além de ser falsa, é perigosa, pois sem a PEC 241, as ações de Obrigação de Fazer já eram a segunda maior em número de ações na área cível do CJS, com a implantação da PEC e a taxa elevada de desempregados, mais famílias poderão ser afetadas gerando um aumento de número de ações de Obrigação de Fazer em face dos entes públicos,

É tétrico também ver o distanciamento e descolamento da classe política da realidade, recentemente o deputado federal da situação Carlos Marun, do MDB, oriundo do Rio Grande do Sul, sugeriu em um carta ao candidato a presidência da República de seu partido o fim da gratuidade do Sistema Único de Saúde, defendendo a adoção de uma taxa mínima de cobrança e que aqueles que são realmente pobres estariam isentos isso segundo matéria veiculada pela Folha de São Paulo. no dia 22/07/2018

Vejam que se tal medida for levada a cabo criaria dificuldades maiores ainda para às pessoas de baixa renda, pois, além de receber um serviço público deficitário, ainda poderão sofrer com a burocracia para comprovar que são realmente necessitados e serem isentos de pagar por um direito que lhes é devido pela Constituição agravando problemas em relação a saúde

Muitas críticas são feitas ao fenômeno da judicialização, para muitos o Judiciário tem exercido um papel maior do que deveria, mas não é levado em conta o descrédito dos poderes Legislativo e Executivo tem tido em face da população atualmente, que o Poder Judiciário não pode se abster de julgar casos que são trazidos a ele, trazidos por aqueles que necessitam desta efetivação do direito fundamental a educação e a saúde para a sua sobrevivência. Max Stirner, filósofo alemão, disse que o Estado chama a sua violência de lei, pois bem, é verdade, pois esta PEC 241 viola de maneira gravíssima, os direitos sociais, já tão afetados por outras medidas e que ainda sofrem com novos projetos legislativos que ameaçam o seu alcance e efetividade .

A educação é outro ponto que requer atenção , não admitir ou fazer vista grossa ao fato de há crianças fora da rede escolar pública por falta de vagas em creches e escolas, é um crime sem tamanho, O Brasil tem desempenho desastroso em relação a índices educacionais internacionais, o mais recente, em um ranking da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) divulgado em fevereiro do ano passado mostra que o Brasil amarga a 35ª posição em um ranking composto por 36 países, e mesmo com este cenário desolador e preocupante, fala se em cortes numa área essencial para o desenvolvimento do país.

É preciso inculcar a ideia da abrangência destes direitos, que sem estes, em um país de dimensões continentais muitos daqueles que não reúnem as condições necessárias para arcar com às custas poderão padecer. É um cenário preocupante, pois como é cediço, o serviço público fornecido nas áreas de saúde e educação são deficitários, há falta de vagas em creches, pacientes

esperam por meses às vezes até anos por procedimentos cirúrgicos. Estas ações não ocupam o segundo lugar por acaso, demonstram o descaso do poder público com áreas essenciais e a tendência é com aprovação de projetos semelhantes a PEC 241. é certo que haja um aumento de ações de obrigação de fazer em face do entes públicos no Judiciário.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social da UNESP Franca, com o projeto “Construindo a Cidadania”, alinhados com o tripé universitário de “Ensino, Pesquisa e Extensão”, proporcionou uma maior proximidade entre os alunos dos cursos de Direito e Serviço Social para com a realidade dos cidadãos francanos e suas necessidades sociais, econômicas e políticas. Ao analisar o quadro de usuários do CJS, podemos concluir quais são as principais demandas da população mais carente que procura os serviços da assistência judiciária gratuita, que envolvem, em sua maioria, ações de obrigação de fazer contra o Estado e ações previdenciárias por auxílio-doença.

Este grande volume de ações contra o Estado e seu teor, demonstram uma falha nos poderes Executivo e Legislativo em providenciar a garantia de direitos fundamentais para seus cidadãos, o que implica na procura do Poder Judiciário para sanar esta deficiência, caracterizando o fenômeno da judicialização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasil. **Taxa de desemprego sobe para 13,1%, diz pesquisa do IBGE**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-04/taxa-de-desemprego-sobe-para-131-diz-pesquisa-do-ibge>>. Acesso em 20 set. 2018.

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. In: **Revista Atualidades Jurídicas**, n. 4, jan-fev de 2009, Brasília: OAB Editora. Disponível em: <[https://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso\\_para\\_Selecao.pdf](https://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso_para_Selecao.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial**. Relatório de Pesquisa. Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/estudobarroso.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia da pesquisa jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa da Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

El País. **Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida**. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574\\_221053.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html)>. Acesso em: 27 set. 2018.

Folha de São Paulo: **Articulador de Temer propõe tribunal acima do STF, anistia ao caixa 2 e SUS pago**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/articulador-politico-de-temer-propoe-tribunal-acima-do-stf-anistia-ao-caixa-2-e-sus-pago.shtml>. Acesso em 27 de setembro de 2018

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. NEVES, Célia; TORÍBIO, Alderico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

Ohno, Taiichi, **O Sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala**. Porto Alegre, Bookman, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Poderá o direito ser emancipatório? In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 65, mai. 2003.



***A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS ESTRUTURAS FORMAIS DE PODER: Estatísticas, cotas e movimentos informais***

***FEMININE PARTICIPATION IN THE FORMAL STRUCTURES OF POWER: Statistics, Quotas and Informal Movements***

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Direito, trabalho e serviço social

MARCICO, Bianca

Bacharel em Direito - UNESP

Escrevente Técnico Judiciário –Vara do Júri, Exec. Criminais e Infância e Juventude da Comarca de Franca – SP – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

biancamarico1@gmail.com

**Resumo**

O presente trabalho consiste em uma pesquisa analítica sobre a participação das mulheres nas estruturas formais de poder, no âmbito da política brasileira. Para tanto, buscou-se, a priori, traçar um breve panorama sobre os movimentos feministas e a conquista, pela mulher, do direito de voto. Perpassado esse panorama histórico, foi realizada uma compilação de dados estatísticos colhidos pelo IBGE e TSE, que demonstram a existência de uma disparidade entre a proporção de pessoas de cada sexo que compõe a população brasileira, face a mesma perspectiva dos que ocupam posições de poder. Face a disparidade, se buscou demonstrar a importância das legislações inclusivas que buscam um discriminação positiva e a sua efetividade prática na redução da desigualdade representativa. O trabalho demonstra relevo ao se observar a discrepância da sobre ocupação de cargos públicos por homens, e, como consequência, a dificuldade do acesso às mulheres, muito embora o interesse das mulheres por política seja facilmente aferível quando analisadas as formações de grupos sociais informais e coletivos, com a finalidade de propor, influenciar e implementar políticas públicas voltadas às suas pautas específicas. Não obstante, verificou-se que existem políticas públicas, efetivadas por meio de legislações inclusivas, porém, elas não são efetivas em virtude de uma cultura patriarcal arraigada na sociedade, que impõe às mulheres um papel de submissão.

**Palavras-chave:** Mulher. Poder. Participação.

**Abstract:** This article consists on an analytical research on the participation of women in the formal structures of power, in the scope of Brazilian politics. In order to do so, the author, firstly, aimed to present a brief overview of feminist movements and women's conquest of the right to vote. Through this historical overview, a compilation of statistical data collected by the IBGE and TSE was carried out, demonstrating the existence of a disparity between the proportion of people of each sex that composes the Brazilian population, in the same perspective as those in positions of power. Considering the disparity, the article aims to demonstrate the importance of inclusive legislation that seeks a positive discrimination and its practical effectiveness in reducing representative inequality. This article demonstrates the discrepancy between the over-occupation of public positions by men and the difficulty of access to women, even though the women's interest in politics is easily discernible when analyzing the formations of informal social groups, with the purpose of proposing, influencing and implementing public policies focused on their specific guidelines. Nonetheless, it has been found that there are public policies, implemented through inclusive legislation, but they are not effective because of a patriarchal culture rooted in society, which imposes a role of submission on women.

**Keywords:** Woman. Power. Participation.

**1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho visa analisar a ocupação, pelas mulheres, de estruturas formais de poder, com enfoque principal na questão das candidaturas políticas, com a análise da efetividade concreta do dispositivo contido na Lei n. 9.504/97, o qual determina seja garantida a proporção mínima da ocupação das candidaturas nas eleições proporcionais de 30% e 70% para cada um dos sexos.

Realizou-se uma breve análise histórica dos movimentos feministas, especialmente no âmbito brasileiro, e os reflexos produzidos na sociedade, no tocante ao atendimento das reivindicações das mulheres na equiparação de seus direitos aos dos homens e a possibilidade de participação política, com a garantia do exercício das cidadanias ativa e passiva.

Após esse rascunho histórico, logrou-se fazer uma análise de dados colhidos no âmbito de organismos institucionais, a fim de se perquirir a efetiva participação das mulheres nas estruturas formais de poder, tanto no âmbito político, quanto no âmbito econômico e laboral formal. Os dados coletados foram comparados com as prescrições legais das cotas de gênero, a fim de se verificar a necessidade real de aplicação da legislação discriminante, como meio de garantia de uma democracia representativa real, com a inclusão de todos os setores da sociedade.

Ao se verificar a existência de obstáculos à concretização da participação feminina na política, buscou-se, por meio de uma análise histórico-dogmática de alguns excertos da legislação civil pátria, perscrutar a atribuição de capacidades jurídicas à mulher durante a nossa construção histórica, e as suas influências nos papéis de gênero.

Também foram feitas referências aos movimentos sociais informais e orgânicos que subsistem enquanto órgãos de resistência das mulheres, quando lhes são fechadas as portas institucionais para o exercício pleno da democracia. Tal fato demonstra a vontade de atuação política das mulheres, que é obstaculizada pela estrutura social construída ao longo do tempo, com a perpetuação de sua colocação em um espaço secundário, como a responsável pelo lar e pela família, sendo o campo político e econômico, um encargo masculino.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como referenciais teóricos foram utilizadas fontes oficiais de estatísticas, artigos de periódicos e bibliografia comparada sobre a temática, além da complementação através de meios informais de produção de conhecimento, com a inclusão de notícias jornalísticas e fontes de coletivos fundadas em sítios eletrônicos e redes sociais<sup>1</sup>, a fim de se conciliar a perspectiva acadêmica com a realidade social.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico utilizado foi a elaboração, através de um estudo bibliográfico, de uma perspectiva sobre a construção social das diferenciações de gênero e dos papéis históricos atribuídos aos sexos em relação à criação e existência dos movimentos feministas.

Realizou-se uma compilação de dados produzidos no âmbito de pesquisas empíricas, realizadas por institutos oficiais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, doravante denominado IBGE e o Tribunal Superior Eleitoral, doravante denominado TSE, sobre os indicadores sociais que demonstram a posição de cada um dos sexos biológicos nas estruturas formais de poder, em face a composição da população brasileira.

Em seguida, através do método analítico-dogmático, logrou-se realizar uma breve explanação sobre alguns diplomas normativos, revogados e vigentes, a fim de se perscrutar o papel atribuído à mulher, bem como a existência, ou não de disparidades nos direitos que lhe foram conferidos. Assim, foi feita uma comparação entre a influência dos direitos conferidos às mulheres e sua participação dentro do corpo político.

Por fim, buscou-se a comparação entre a influência das legislações obstativas do pleno exercício dos direitos pelas mulheres, com a dificuldade de seu acesso aos cargos de poder e a representação feminina existente em movimentos sociais informais, através de notícias jornalísticas e consultas em redes sociais. Ressalta-se que as fontes informais derivam de um trabalho de coleta de informações em meios dinâmicos que podem representar a diversidade populacional, sem as barreiras impostas pelos mecanismos formais.

---

<sup>1</sup> Twitter e Facebook.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Feminismo e a ocupação dos espaços formais de poder

Desde a Grécia Antiga<sup>2</sup> a mulher sempre esteve submetida a um papel secundário no exercício do poder. Em Roma, um dos berços da civilização ocidental, era submetida ao poder masculino, esteve sob a tutela de seu pai ou seu marido<sup>3</sup>, situação, inclusive, que foi vivenciada em nosso país até a sobrevivência do estatuto da mulher casada, o qual conferiu à mulher autonomia para se autodeterminar no âmbito civil<sup>4</sup>.

Nesse aspecto traz-se à baila a informação de que nas culturas ancestrais poder-se-ia considerar a existência de uma sociedade matrilinear, a qual foi sobreposta por uma cultura patriarcal, no período histórico das invasões bárbaras na Grécia.<sup>5</sup> Aventa-se a hipótese de que essa subjugação poderia ser derivada de um *backlash*<sup>6</sup> promovido nas sociedades antigas, obviamente dentro dos padrões da época, como forma de contestação à inegável evidência empírica da maternidade. Assim, muito embora a mulher seja senhora da vida, a ela é negado o direito de interferir nos rumos da sociedade, através dos mecanismos formais de poder.<sup>7 8</sup>

Ao longo do tempo construiu-se um ideal de gênero que pode ser percebido com a indicação de comportamentos e atribuições de papéis sociais a serem esperados de cada um dos sexos biológicos. Às mulheres, o papel de esposa e mãe, senhora do lar, calma, ponderada, delicada e submissa. Aos homens, o papel de provedor, o macho alpha que cuida da prole e protege a mulher, sendo ele o responsável pela sobrevivência do corpo familiar, em razão da força física, a priori, e depois em razão do status social ou poder econômico. Ao homem, portanto, conferiu-se o poder de gerir esse núcleo. Conjugam-se estas ideias com a constatação e aceitação social de ser o homem o dono e gerador da vida e a mulher, a mera nutriz.<sup>9</sup>

<sup>2</sup> Aristóteles, por exemplo, atribuía à mulher um papel secundário na geração da vida, considerando-a um ser humano acidental, sendo o homem, o exemplar perfeito do espécime. ARISTOTLE. GENERATION OF ANIMALS. 715a-716a, 726b-727b – passim. With an English translation by A. L. PECK, M.A., Ph.D. fellow of Christ's College, Cambridge, and University Lecturer in Classics. p. 15-16, 169-181, passim. London: William Heinemann Ltd. CAMBRIDGE, MASSACHUSETTS: Harvard University Press, MCMXLHI.

<sup>3</sup> BONFANTE, P. Istituzioni di diritto romano. Ristampa della X Edizione. Torino: G. Giappichelli (editor) - Stabilimento Poligrafico Editoriale (S.P.E.) di C. Fanton, 1957. p. 57-165, passim.

<sup>4</sup> O referido diploma legal conferiu às mulheres a capacidade civil plena, todavia, não lhes conferiu a igualdade no âmbito doméstico familiar, ao declarar que a chefia da sociedade conjugal era do marido.

<sup>5</sup> GIMBUTAS, Marija Alseikaitė. The living goddesses. Edited and supplemented by Miriam Robbins Dexter. Berkeley e Los Angeles - California: University of California Press, 2001. London – England: University of California Press Ltd., 2001 – Passim p. 181 -194.

<sup>6</sup> . Tradução livre - Significado: um forte sentimento de um grupo de pessoas em reação a uma recente mudança nos eventos políticos ou sociais; o movimento dos anos 60 contra o materialismo burguês, o movimento contra o feminismo. Meaning: a strong feeling among a group of people in reaction to a change or recent events in society or politics: the 60s backlash against bourgeois materialism; the backlash against feminism. CAMBRIDGE DICTIONARY. © Cambridge University Press 2018. Disponível em: < <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/backlash> > Acesso em 30 set. 2018.

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Rosalina. Em nome da mãe: o arquétipo da Deusa e sua manifestação nos dias atuais. In. Revista Ártemis. ISSN – 1807-8214. NÚMERO 3 – Dezembro de 2005. . Disponível em: <[http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article /view File /2 200/1939](http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/200/1939)> Acesso em 19 jun. 2018. Passim p. 5-7.

<sup>8</sup> SILVA, Maria de Fátima. A tradição grega em Simone de Beauvoir, Le deuxième sexe. The Greek tradition in Le deuxième sexe by Simone de Beauvoir. Belo Horizonte: Sapere Aude, v. 2, n. 3, Junho. 2011 – ARTIGO. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15538/1/A%20tradi%C3%A7%C3%A3o%20grega%20em%20Simone%20de%20Beauvoir.pdf>> Acesso em 25 jun. 2018.

<sup>9</sup> BEAUVOIR, S. de. O Segundo Sexo: Fatos e Mitos. Tradução Sérgio Milliet. 4 ed. Librairie Gallimard, Paris. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. p. 29-30, passim.

O ideário feminista, como forma de resistência às opressões sofridas pelo gênero feminino, pode ter seu germen inicial apontado em consonância com os ideais do movimento iluminista, ainda que à época não tenha sido esse o nome dado ao movimento. A priori, não se buscava, necessariamente a inserção nos mecanismos formais de poder, mas sim a visualização da mulher como um ser completo de per si e autônomo em seus direitos, como expoente desta época, pode-se citar a publicação do livro “A Vindication of the Rights of Woman”<sup>10</sup>, de Mary Wollstonecraft, como uma resposta à Declaração dos Direitos do Homem e Cidadão.

A primeira onda do feminismo propriamente dito refere-se ao movimento originado na Inglaterra, no final do século XIX, quando as “*suffragettes*” foram às ruas para lutar pelo direito ao voto, direito que foi conquistado em 1918, naquele país. No Brasil, aponta-se a liderança de Bertha Lutz, cientista que estudou ano exterior e ao voltar para o Brasil em 1910 trouxe consigo o ideário da luta pelo voto feminino, direito alcançado em 1932, com a promulgação do Código Eleitoral.

A segunda onda do movimento feminista pode ser delineada na década de 1960 em conjunto com o contexto do movimento hippie dos EUA e o maio de 68, quando estudantes de Sorbonne protestaram sobre o modelo de ensino vigente. Não obstante a invenção da pílula anticoncepcional proporcionou a emancipação sexual das mulheres, que podiam experimentar o prazer sem o encargo da maternidade.

Lado outro, o Brasil nos anos sessenta experienciava o regime ditatorial militar que suspendeu inúmeros direitos de liberdade e expressão. Nesse contexto de censura o movimento feminista brasileiro da época pautou-se especialmente numa luta pela democracia. Em que pese essa vinculação aos movimentos esquerdistas, a luta efetivada pelas mulheres ao pegarem em armas e irem para a guerrilha lado a lado dos homens também se converteu em um processo de emancipação de papéis, pois ao se lutar em pé de igualdade a submissão já não é mais possível.

O movimento nacional de anistia, o qual sagrou-se vitorioso em 79, obteve importante contribuição do Movimento Feminino pela Anistia, encabeçado por Zerbini. Com a reabertura democrática ocorreu, ainda que de forma diminuta a criação de Conselhos e Centros Institucionais voltados à promoção de estudos e análises sobre os direitos das mulheres.<sup>11</sup>

Importante observar que à estas atuações institucionais tem-se a mixagem de culturas sociais de mulheres pertencentes a diversas classes, efetivadas no período pós-ditatorial sob os auspícios do movimento católico da teologia da libertação. Esse movimento congregou as classes sociais e as diversas mulheres em torno de pautas voltadas à uma acessibilidade social que fosse palatável à todas, com enfoque nas questões de escolas, melhorias de infraestruturas, violência doméstica, influenciando, inclusive o que promoveu a criação de delegacias especializadas para o atendimento de mulheres.<sup>12</sup>

Paralelo aos movimentos feministas elencados, a legislação civil brasileira também passou por inúmeras reformas a fim de se adequar às perspectivas sociais.

A priori, em um contexto de sociedade patriarcal, composto por uma família em que a divisão de papéis de gênero se encontrava bastante definida, aliada ao fato da indissolubilidade do casamento, destacam-se as limitações impostas pela lei à autodeterminação da mulher em relação ao seu patrimônio e meios de subsistência, bem como, na questão de guarda dos filhos. O cenário é corroborado pela sistemática negativa de acesso à educação formal.<sup>13</sup>

No diploma normativo a capacidade civil da mulher resta limitada, quando esta é casada, no que se consolida que o homem é declarado como o chefe da sociedade conjugal<sup>14</sup>, sendo pertencentes a ele os poderes de administração do patrimônio, inclusive o patrimônio particular da mulher, além de poder decidir sobre o exercício profissional de sua esposa.<sup>15</sup>

<sup>10</sup> Tradução Livre: Reinvidicação dos direitos das mulheres.

<sup>11</sup> pinto - p. 03 ou 17

<sup>12</sup> pinto - p. 03 ou 17

<sup>13</sup> MARIANO, L. Commentario á Lei do Casamento Civil: (Dec. N. 181 de 24 de janeiro de 1890). 1 ed. Rio de Janeiro: Officina de Obras do Jornal do Brasil – Gonçalves Dias 54, 1898. p. 124.

<sup>14</sup> “Art. 2. de *Todo homem é capaz* direitos e obrigações na ordem civil.[...] Art. 6. *São incapazes*, relativamente a certos atos (art. 147, n. 1), ou à maneira de os exercer: [...] II. *As mulheres casadas*, enquanto subsistir a sociedade conjugal. BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071.htm)> Acesso em 20 jun. 2018.

<sup>15</sup> Art. 233. *O marido é o chefe da sociedade conjugal*. Compete-lhe:I. A representação legal da família.II. A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adaptado, ou do pacto antenupcial (arts. 178, § 9º, nº I,

Pode-se, então, comprovar o papel subalterno e díspar que é conferido à mulher, ao não se lhe confiar a tutela de negócios tidos como importantes, tais como a instrução dos filhos, ou a gerência de patrimônio, o que acaba por construir um ordenamento jurídico e uma cultura social com características que se sobrepujam à autonomia da vontade e à livre expressão dos direitos femininos.

Não obstante, próprio exercício do direito de voto, conquistado pelas mulheres em 1932, estava condicionado à autorização do marido, em razão da necessidade de realizar procedimentos formais e jurídicos de solicitação de alistamento eleitoral<sup>16</sup>. Em uma posição jurídica que a sua capacidade era relativa e subordinada ao seu cônjuge, questiona-se a possibilidade do exercício da cidadania passiva, pois a sua atuação representativa estaria necessariamente condicionada à vontade de seu marido.<sup>17</sup>

Muito embora o estatuto da mulher casada houvesse conferido à mulher a capacidade jurídica, o seu poder dentro do âmbito doméstico somente se equiparou ao do homem, com o advento do código civil de 2002, com a menção de que ambos os sexos possuem igualdade na condução da vida familiar.

Desse modo, ressalta-se que a mera criação de uma lei de cotas a ser cumprida pelos partidos, quando não acompanhada de qualquer sanção, não passa de mera falácia, pois a mudança social que atribui à mulher unicamente a função maternal e de gerente do lar, não é sobreposta através de meras diretrizes indicativas. Há a necessidade de se policiar a aplicação da política de cotas e a construção de uma análise prática sobre a sua real efetividade.

O movimento feminista deve ser pensado dentro de um contexto diferenciado de outros movimentos de minorias, pois como aduz Beauvoir<sup>18</sup> a diferenciação de sexos é uma alteridade a priori, pois os sexos sempre coexistiram, o que não ocorre com outras alteridades, como a questão da raça, da religião, etc. Assim, o movimento feminista possui uma barreira ainda maior que os outros movimentos de minorias, pois inserido em um contexto de co-dependência entre oprimido e opressor. Essa co-dependência, manifesta uma hegemonia ainda maior, pois o opressor sabe que não pode viver sem a presença do oprimido, então não é possível negar-lhe a existência, portanto, nega-se-lhe a voz.

Em consequência, a participação da mulher nas estruturas formais de poder, com foco no âmbito legislativo e executivo, perpassa necessariamente pela efetividade dos mandamentos constitucionais de construção de uma sociedade livre, justa e igualitária. A democracia efetiva somente pode ser alcançada quando todos participam dos espaços de poder, na medida de sua proporção social. A mera declaração legislativa de que às mulheres é conferido espaço dentro das instituições não supre as desigualdades materiais existentes no âmbito das relações domésticas e sociais que foram perpetuadas durante séculos.

#### 4.2 Alguns apontamentos numéricos

Em consonância com a alegação de que as estruturais formais de poder não são ocupadas pelas mulheres na mesma proporção que pelos homens, cumpre colacionar os dados colhidos nas pesquisas realizadas em 2016, pelo IBGE e os registros de 2018, obtidos no TSE, os quais demonstram a assimetria persistente na sociedade no âmbito comparativo dos sexos.<sup>19</sup>

---

c, 274, 289, nº I, e 311). III. direito de fixar e mudar o domicílio da família (arts. 46 e 233, nº IV). IV. O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do tecto conjugal (arts. 231, nº II, 242, nº VII, 243 a 245, nº II, e 247, nº III). V. Prover à manutenção da família, guardada a disposição do art. 277. Ibidem.

<sup>16</sup> BRASIL. Decreto n. 21.076, de 24 de Fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. Publicação Original - Legislação Informatizada. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>> acesso em 30 set. 2018.

<sup>17</sup> “Art. 2. de *Todo homem é capaz* direitos e obrigações na ordem civil.[...] Art. 6. *São incapazes*, relativamente a certos atos (art. 147, n. 1), ou à maneira de os exercer: [...] II. *As mulheres casadas*, enquanto subsistir a sociedade conjugal. In: BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071.htm)> Acesso em 20 jun. 2018.

<sup>18</sup> BEAUVOIR, S. de. Id. p. 14.

<sup>19</sup> A fim de se evitar repetições desnecessárias anota-se que todas as estatísticas informadas neste subtítulo se encontram disponíveis nos sítios eletrônicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE), respectivamente:

Nas eleições do ano corrente foram registradas 29.101 candidaturas ao todo, dentre este número, 9.211 são de candidatas mulheres, ou 31,65% e 19.890 são de candidatos homens, ou 68,35%. Observa-se, portanto que há uma gritante diferença entre o número de candidaturas por sexo, sendo a realidade símile à proporção legalmente exigida.

Vige em nosso Estado o sistema democrático representativo<sup>20</sup>, no qual o povo exerce a soberania por meio de seus representantes, além das hipóteses de exercício direto. No ano de 2018 a quantidade de eleitores existentes no país, registrados até a data da eleição, era de 77.047.366, ou, 52,30% de Mulheres e 69.694.781, ou 47,31% de Homens, excluídas as pessoas que não informaram o gênero-sexo. Observa-se, portanto, que as candidaturas não perfazem uma fiel representação da população representada.

Outrossim, a falta de representatividade de mulheres candidatas não demonstra uma ausência de paridade existente somente nas candidaturas eleitorais, mas sim, pode-se elencar outras diferenças de atribuições aos papéis esperados de cada gênero dentro da sociedade, como o cuidado com as crianças e idosos e a manutenção financeira do lar.

Pode-se elencar, a título ilustrativo, a diferença entre as horas semanais que os sexos dedicam à afazeres domésticos, ou ao cuidado de pessoas, todos não remunerados, sendo de 10,1 horas para os homens e 18,1 horas para mulheres, dentre aqueles que desempenham também uma atividade profissional. A corroborar esta constatação, existe ainda a pesquisa sobre a porcentagem de pessoas ocupadas, que habitam domicílios, nos quais existe pelo menos uma criança de até 3 anos. No caso dos homens a variante de existir ou não uma criança represente apenas uma diferença de 4,4% dos que manifestaram trabalhar, já em relação às mulheres a diferença é 3 vezes maior, saltando para 12,2%.

Nesse mesmo sentido, pode-se apontar a diferença entre o exercício de atividade laboral na condição de empregador, ou seja, de detentor de meios de produção, entre homens e mulheres. Das pessoas entrevistadas, 5% dos homens se declararam empregadores, enquanto, apenas 2,6% de mulheres, fizeram o mesmo. Não obstante, a ocupação de cargos gerenciais é composta por mulheres em apenas 39,1%, dos casos. Em contraponto, as mulheres ganham dianteira, quando se analisam os dados de ocupações informais, cargos em que elas detêm 40,1% de ocupação, face 34,9% da população masculina.

Não obstante estes indicadores de salários e cargos, anota-se que a proporção de mulheres com ensino superior é de 17,2% e de homens é 14,6%, na população de 25 a 44 anos. Mas a superioridade numérica de mulheres com maior ensino não se reflete em maiores salários, pois elas apenas 73,7% da remuneração paga aos homens.

A questão das posições de poder reflete não somente no aspecto financeiro, mas também no aspecto que exigiria, em tese, maior firmeza, como a ocupação em cargos policiais, os quais, em 2016, as mulheres somavam apenas 13,4% do efetivo, dentre as polícias civis e militares. Como título ilustrativo cumpre ressaltar o recente concurso público para o cargo de policial do estado do Paraná o qual incluiu em um dos requisitos do edital que o candidato deveria apresentar caracteres de masculinidade, o qual é descrito no edital como “capacidade de o indivíduo em não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades, não emocionar-se facilmente, tampouco demonstrar interesse em histórias românticas e de amor”. O texto somente foi modificado após ampla repercussão midiática, e republicado em 13/08/2018 às 19h50min, para substituir o caractere masculinidade, por enfrentamento como sendo a: “Capacidade de o indivíduo em não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades e de não se emocionar facilmente”<sup>21</sup>.

---

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>> e

<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>> . Acesso em 25 set. 2018.

<sup>20</sup> Artigo 1º, Parágrafo Único e Art. 3º, I. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em 14 jun. 2018.

<sup>21</sup> O texto original contido no edital, publicado em 30 de julho de 2017, não está mais disponível porém, os portais de notícias G1 e Estadão lograram êxito em copiar a imagem do edital, com os dizeres ora reproduzidos, antes de sua republicação. Aline Pavaneli e Helena Barreto, G1 PR e RPC Curitiba. Concurso da PM do Paraná tem 'masculinidade' como critério em avaliação psicológica. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2018/08/13/concurso-da-pm-do-parana-tem-masculinidade-como-criterio-em-avaliacao-psicologica.ghtml>>. Publicado em 13 agosto 2018. Acesso em 25 set. 2018. E Katna Baran, O Estado de S.Paulo. Após polêmica, PM do Paraná retira termo

Evidente, in casu, a perpetuação institucional da cultura segregacionista de gêneros e a atribuição de papéis sociais baseados no sexo biológico.

Destes indicadores pode-se inferir, portanto, que os cuidados com as crianças ainda permanecem a cargo das mulheres, bem como as posições gerenciais e de maior autonomia são ocupadas pelos homens. Nítida a perpetuação da ideia de que aos homens deve-se atribuir as funções superiores, de gestão dos negócios e de responsáveis pelo sustento da família, enquanto às mulheres atribui-se o papel de cuidadora do lar e da prole. Constata-se, pois, que um século após a promulgação do código civil de 1916, os impactos de sua estrutura de poder formal, a qual alijou as mulheres de direitos sobre a condução autônoma de sua vida profissional e financeira, reflete nos indicadores sociais da atualidade.

Não obstante, anota-se que o direito é uma estrutura de poder elaborada por aqueles que detém o *status quo* ao se alijar as mulheres da participação política, enquanto legisladoras, perpetua-se esse ordenamento que lhe obsta direitos.

A mera garantia do direito ao voto, sem a capacidade jurídica autônoma de se lhe possibilitar o seu exercício, é a garantia de um direito condicionado à vontade de um terceiro. Sobretudo, mesmo após a atribuição de capacidade civil à mulher, anota-se que os indicadores sociais ainda refletem a existência de uma discrepância econômica e de ocupação dos espaços de poder, o que inviabiliza a criação de políticas públicas necessárias à equiparação da atuação social dos sexos. Assim, o sistema é autopoiético, enquanto mantenedor da perpetuação do poder.

### 4.3 Legislações inclusivas e sua efetividade

As legislações inclusivas e de políticas de cotas visam a criação de um discrimine positivo, com o fito de igualar as oportunidades e condições de acesso a determinado espaço público, entre os diversos grupos sociais. Busca-se a reparação de discriminações históricas que impediram minorias de concorrer em igualdade de condições, com os detentores do poder.

A ONU, através do Parlatino, declarou a necessidade da efetivação de políticas públicas inclusivas, a fim de garantir a participação das mulheres em postos de poder eletivos, a fim de se garantir a paridade de representação entre os gêneros e alcançar a efetiva democracia.

As cotas de gênero no ordenamento jurídico brasileiro, aparecem pela primeira vez em 1995, com a Lei n. 9.100-95, a qual indicada a necessidade de ao menos vinte por cento das vagas de cada partido ou coligação serem preenchidas por candidaturas de mulheres.<sup>22</sup>

Em 1997, houve uma modificação na lei, para aumentar para 30% esse percentual. Todavia, a redação da lei foi modificada, para constar o verbo “reservar” em lugar de “preencher”. Tal mudança gerou o reflexo de as candidaturas não serem preenchidas, em razão das alegações partidárias de que as vagas estariam reservadas, todavia, não eram preenchidas por desinteresse das candidatas.<sup>23</sup>

Em 2009 foi realizada nova reforma legislativa, estando atualmente o seguinte teor legal:

*“Art. 10 [...] § 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.”*

---

„masculinidade” como requisito para concurso. Publicado em: 13 Agosto 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,apos-polemica-pm-do-parana-retira-termo-masculinidade-como-requisito-para-concurso,70002449348>> Acesso em 25 set. 2018.

ESTADO DO PARANÁ - POLÍCIA MILITAR. DIRETORIA DE PESSOAL. CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO. EDITAL nº 02-CADETE PMPR-2019. RETIFICAÇÃO DO EDITAL nº 01-CADETE PMPR-2019. Publicado em: 13/08/2018 às 19h50min. Disponível em <<http://portal.nc.ufpr.br/PortalNC/PublicacaoDocumento?pub=138>> Acesso em 25 set. 2018.

<sup>22</sup> BRASIL. Lei n. 9.504 de 30 de setembro de 1997 - Publicação Original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9504-30-setembro-1997-365408-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 26 set. 2018.

<sup>23</sup> Idem.

Outra regulamentação legislativa que merece destaque é, para além da indicação de candidaturas mínimas, faz-se necessário que as campanhas sejam dotadas de recursos financeiros e horário reservado à propaganda eleitoral gratuita.

Em 2015, foi promulgada nova legislação<sup>24</sup> a fim de se regulamentar a reserva financeira do fundo partidário, a qual determinou aos partidos a reserva de no mínimo 5% (cinco por cento) e no máximo 15% (quinze por cento) do montante do Fundo Partidário, a fim de ser destinado ao financiamento das campanhas eleitorais femininas. Tal excerto foi questionado através da ADIN n. 5.617, a qual declarou inconstitucional o artigo, pois, na prática, às mulheres era reservado apenas 5% dos valores disponíveis, conferindo-se às campanhas masculinas 95% dos recursos.

Nesse sentido, colaciona-se excerto do voto do ministro relator da ADIN:

*“Em virtude do princípio da igualdade, não pode, pois, o partido político criar distinções na distribuição desses recursos exclusivamente baseadas no gênero. Assim, não há como deixar de reconhecer como sendo a única interpretação constitucional admissível aquela que determina aos partidos políticos a distribuição dos recursos públicos destinados à campanha eleitoral na exata proporção das candidaturas de ambos os sexos, sendo, em vista do disposto no art. 10, § 3º, da Lei de Eleições, o patamar mínimo o de 30%.”<sup>25</sup>*

Importa mencionar que em 2017 houve nova reforma eleitoral<sup>26</sup> no tocante à distribuição dos valores do fundo partidário e do tempo reservado às propagandas eleitorais gratuitas, o que ensejou o questionamento proposto por um conjunto suprapartidário de mulheres ao TSE.<sup>27</sup> No mesmo sentido da ADIN n. 5.617, a presidenta do TSE, Ministra Rosa Weber, declarou resposta afirmativa, da qual colaciono excerto abaixo:

*“Diante do exposto, a consulta deve ser respondida afirmativamente, nos seguintes termos: a distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), previsto nos artigos 16-C e 16-D, da Lei das Eleições, e do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, regulamentada nos arts. 47 e seguintes do mesmo diploma legal, deve observar os percentuais mínimos de candidatura por gênero, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97, na linha da orientação firmada na Suprema Corte ao exame da ADI 5617. No caso de percentual superior de candidaturas, impõe-se o acréscimo de recursos do FEFC e do tempo de propaganda na mesma proporção.”<sup>28</sup>*

Deve-se considerar que as políticas de cotas visam, sobretudo, a quebra de barreiras existentes em ambientes que eram compostos precipuamente por atores masculinos, e que buscam a garantia de sua homogeneidade. Há um sentido de violação do *status quo* e a necessidade de os

<sup>24</sup> Ibidem. Lei n. 13.165, de 29 de setembro de 2015 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm)> Acesso em 26 set. 2018.

<sup>25</sup> FACHIN, Edson. Voto proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade N. 5.617 do Distrito Federal, p. 35. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/voto-relator-ministro-fachin-fundo.pdf>> Acesso em 27 set. 2018.

<sup>26</sup> BRASIL. Lei n. 13.487 de 6 de outubro de 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13487.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13487.htm)>. Acesso em 20 set. 2018.

<sup>27</sup> Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/parlamentares-tse-tempo-verba-candidatas.pdf>>. Acesso em 20 set. 2018.

<sup>28</sup> WEBER, Rosa. Voto Proferido na CONSULTA Nº 0600252-18.2018.6.00.0000 (PJe) - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL Relatora: Ministra Rosa Weber Consulente: Vanessa Graziotin e outras Advogados da Consulente: Luciana Christina Guimarães Lóssio e outros. P. 23. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/voto-rosa-weber-consulta-publica.pdf>>. Acesso em 20 set. 2018.



homens, donos por direito daquele espaço, de aprenderem a conviver com as diferenças impostas pela alteridade de gênero.

Não obstante as políticas de cotas existentes desde 1995, no período de 2010 a 2014 registrou-se no parlamento brasileiro a ocupação de 9,9% das cadeiras por mulheres na Câmara dos Deputados e 14,8% no Senado Federal, números que subiram, ainda que timidamente em 2017, computando-se, respectivamente, 10,5% e 16%. A proporção é ainda menor quando se trata dos cargos ministeriais, compostos por indicação do executivo, que eram preenchidos em 2017, apenas na proporção de 7,1% por mulheres, no qual vigia o sistema de indicação pelo Presidente da República e não há política de cotas.

Verifica-se, portanto que, a uma, a política de cotas pode promover um aumento na representatividade dos gêneros na política, vide a diferença de ocupação nos cargos entre o executivo e o legislativo federal, a duas, em que pese a sua capacidade de aumentar a participação, está ainda é incipiente, pois mesmo com as cotas determinando a ocupação de no mínimo 30% das candidaturas por pessoas do sexo feminino, as mulheres ainda são menos eleitas que os homens.

À essa questão, da eleição de mulheres ser menos recorrente do que a de homens, pode-se responder através da teoria das candidaturas fantasma, ou candidaturas laranja. Nessas candidaturas mulheres que não tem intenção de concorrer ou mesmo se eleger, emprestariam os seus nomes aos partidos políticos a fim de que eles cumpram a necessária cota de gênero. Assim, essas candidaturas seriam mera fachada, não sendo objeto de divulgação sequer para o círculo mais próximo dessas mulheres, além de ter votação inexpressiva. Na realidade, observa-se na literatura o crescimento de candidaturas femininas, após a reforma da legislação de cotas, contudo, no mesmo teor observa-se o crescimento de candidaturas que obtiveram menos de 5 votos. Relativamente às candidaturas masculinas, essa ocorrência é bem menor.<sup>29</sup>

A título de exemplo, colaciona-se o estudo de Marlene do que se destaca as conclusões de que a participação das mulheres na política no Brasil, cresceu acima da média mundial, cerca de 87% entre janeiro de 1990 e 2016, resultando em 6% a mais do que a média do crescimento mundial no mesmo período. Todavia, caso mantenha esse ritmo de crescimento, o Brasil irá atingir a igualdade de gênero na ocupação do Parlamento Federal no ano de 2080, atualmente o Brasil apresenta números da média mundial de 1990.<sup>30</sup>

Em seu estudo Marlene, sobre os números das eleições federais de 2014, obteve os seguintes dados: Cerca de 85% das mulheres candidatas ao Senado não foram eleitas, na Câmara dos Deputados o número atinge a marca de 97% candidatas, já no caso das candidaturas ao parlamento estadual, cerca de 91% das mulheres candidatas não foram eleitas. Os valores são preocupantes, especialmente quando se verifica que o número de candidatas a deputadas federais que obtiveram menos de 10 votos nominais corresponde à 3,42% das candidaturas e as que obtiveram zero votos, ou seja, nem elas mesmas votaram em si, corresponde à 2,51%. Quanto às deputadas estaduais os valores são de 10,02% (menos de 10 votos) e 3,54% (zero votos), respectivamente. Em números absolutos de candidatas com zero votos, anota-se que das candidatas a deputadas federais, foram computadas 70 candidaturas com zero votos e 80 com apenas 10 votos, no caso das deputadas estaduais 152 com zero votos e 398, com menos de 10 votos.<sup>31</sup>

Chega-se ao absurdo de computar 222 mulheres que se candidataram a um cargo no parlamento, no ano de 2014, que sequer foram votar em si mesmas.

Observa-se, por esses números que muitas das candidaturas femininas são meras candidaturas “laranja” a fim de se cumprir a cota legal, todavia, sequer são apoiadas pelas próprias candidatas e algumas, apenas por seu pequeno círculo, ou seja, sem divulgação ou apoio.

A fim de elucidar melhor a questão, cumpre colacionar trecho de Xavier<sup>32</sup>, sobre a questão:

*“[...] É possível que candidaturas fantasmas acabem recebendo um número de votos maior que zero, causados por enganos ao votar ou por fantasmas que*

<sup>29</sup> XAVIER, Henrique. Candidaturas fantasmas nas eleições brasileiras. Disponível em: <http://www.fma.if.usp.br/~hsxavier/analises/fantasmas.html>. Acesso em: 24 set. 2018.

<sup>30</sup> MACHADO, Marlene Campos. RANKING DE PRESENÇA FEMININA NO PARLAMENTO 2017: Passado, presente e perspectivas para o futuro da participação da mulher na política, no Brasil e no mundo. Disponível em: <http://www.marlenecamposmachado.com.br/documentos/pequisa-presenca-feminina-no-parlamento.pdf> Acesso em 25 set. 2018. p. 162/166.

<sup>31</sup> Idem, p. 162-167.

<sup>32</sup> XAVIER, Henrique. Idem.

*resolveram "passar ao mundo dos vivos", mencionando sua candidatura a pessoas próximas. [...] A principal diferença é que a distribuição das candidaturas com poucos votos tornou-se mais larga e seu pico foi deslocado para idades mais baixas após 2009, na contramão da hipótese de aumento de expectativa de vida, por exemplo. Dessa maneira, concluímos que a distribuição de idades das candidaturas fantasmas é mais próxima da distribuição da população brasileira, enquanto que as candidaturas reais em geral apresentam uma idade mais concentrada ao redor de 45 anos. A idade média das candidaturas fantasmas é de 40 anos, enquanto que a das candidaturas femininas com mais de cinco votos é de 44. Na sociedade brasileira em geral (e não apenas na política), espaços e cargos de destaque, prestígio, poder e de alta remuneração são ocupados, via de regra, por pessoas mais velhas, do sexo masculino, brancas, e oriundas de famílias de classe média ou alta. Nesse contexto, vimos que os fantasmas apresentam características associadas a poder e privilégios reduzidos se comparados com as candidaturas que obtém mais de cinco votos: elas são na maioria femininas e, em média, mais negras, mais jovens e com menor escolaridade. Essas características, embora não sejam exatamente iguais, são similares às de candidaturas reais com poucos votos."*

Pode-se, portanto, concluir que a mera implementação de uma legislação de cotização da representação política dos gêneros não cumpre o papel de efetivar uma democracia paritária de per si. A mulher esteve durante a maior parte da história excluída da vida pública e relegada à um papel submisso e sem poder. Existe uma autopercepção de que a elas, esse espaço não é possível, o que é reforçado pelas práticas machistas de nossa sociedade, como por exemplo o fato de até 2016 o Senado Federal não possuir um banheiro feminino, num claro arranjo espacial de afirmação hegemônica de poder.

Soma-se a esse fato as questões familiares de empoderamento em dissonância com as expectativas de seus parceiros e familiares sob a expectativa do papel exercido pela mulher como esposa e mãe. A ocupação de um cargo no congresso nacional, sem dúvidas exige dedicação temporal fora dos limites das jornadas regulares de trabalho, além da necessidade de inúmeras viagens para o trato de questões políticas, situações incompatíveis com o papel tradicional da esposa e mãe que ordena e comanda o lar.<sup>33</sup> A questão do casamento é corroborada pelas estatísticas obtidas no TSE<sup>34</sup>, as quais indicam que, das mulheres candidatas, 59,79% não possuem parceiro(a), enquanto os homens candidatos, na mesma situação somam apenas 39% dos candidatos.

Como forma de se combater a persistência do machismo estrutural e a ocorrência de candidaturas fantasma, em 2015 foi Proposta uma Emenda Constitucional, a fim de se assegurar cadeiras legislativas na Câmara dos Deputados, a serem obrigatoriamente preenchidas, em percentual mínimo, a fim de se diminuir a disparidade entre os sexos.<sup>35</sup> Atualmente a proposta

<sup>33</sup> CARVALHO, Daniela Dantas. YASUDA, Thais Guedes. A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA EM FACE DAS INOVAÇÕES DEMOCRÁTICAS LEGISLATIVAS. VirtuaJus – Belo Horizonte, v.13 - n.1, p.363-383– 1º sem. 2017. ISSN: 1678-3425, p. 376.

<sup>34</sup> \_\_\_\_\_ . Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Estatísticas eleitorais de 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>> . Acesso em 25 set. 2018.

<sup>35</sup> "Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 101: "Art. 101. É assegurado a cada gênero, masculino e feminino, percentual mínimo de representação nas cadeiras da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e das Câmaras Municipais, nas 3 (três) legislaturas subsequentes à promulgação desta Emenda Constitucional, nos termos da lei, vedado patamar inferior a: I – 10% (dez por cento) das cadeiras na primeira legislatura; II – 12% (doze por cento) das cadeiras na segunda legislatura; e III – 16% (dezesseis por cento) das cadeiras na terceira legislatura. § 1º Caso

encontra-se com votação suspensa em razão da intervenção Federal decretada no Estado do Rio de Janeiro, porém, o seu último andamento legislativo foi a aprovação na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 134-A, de 2015, do Senado Federal, que "acrescenta art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reservar vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais, nas 3 (três) legislaturas subsequentes", e apensadas ( PEC13415 )

Parecer da Relatora, Dep. Soraya Santos (PMDB-RJ), pela aprovação desta, com emendas, e pela rejeição da PEC 371/2013, e da PEC 205/2007, apensadas<sup>36</sup>

#### 4.4 Movimentos informais

Conforme os dados apresentados, verificou-se que as mulheres, muito embora componham mais da metade da população brasileira, ainda representam um número incompatível com esse dado quando se trata da ocupação de posições em estruturas formais de poder, especialmente no tocante à ocupação de cargos eletivos.

Não obstante existam vozes que possam indicar a questão de que a mulher não participa destes espaços por mera ausência de vontade, considera-se que tal afirmativa não passa de mera falácia, pois com a proliferação de redes sociais e ferramentas agregadoras observou-se, nos últimos anos, uma enorme mobilização de mulheres em torno da promoção de mudanças estruturais na sociedade.

Tais movimentos são orgânicos e possuem um crescimento horizontalizado, pois perpassam por inúmeras localidades do país e confluem diversas culturas com a mescla de mulheres de todas as classes sociais.

Como exemplos dessas construções informais é possível elencar o movimento iniciado na rede social "Facebook", através do grupo "Mulheres Unidas Contra Bolsonaro". Tal grupo agregou, até o final da elaboração do presente artigo cerca de 4 milhões de mulheres, unidas em prol de um objetivo suprapartidário de barrar a candidatura à Presidência da República do Candidato Jair Bolsonaro, em razão de declarações, por elas consideradas, machistas e misóginas, além de desrespeito a outras minorias<sup>37</sup>. O grupo, criado no Facebook, foi alvo de um ataque cibernético efetivado por criminosos<sup>38</sup>, o que culminou na visibilidade mundial da pauta política, através da Hashtag #elenão, na rede social "Twitter"<sup>39</sup>. Manifestações nas ruas contra bolsonaro<sup>40</sup> em 26

---

o percentual mínimo de que trata o caput não seja atingido por determinado gênero, as vagas necessárias serão preenchidas pelos candidatos desse gênero com a maior votação nominal individual dentre os partidos que atingiram o quociente eleitoral. § 2º A operacionalização da regra prevista no § 1º dar-se-á, a cada vaga, dentro de cada partido, com a substituição do último candidato do gênero que atingiu o percentual mínimo previsto no caput pelo candidato mais votado do gênero que não atingiu o referido percentual. § 3º Serão considerados suplentes os candidatos não eleitos do mesmo gênero dentro da mesma legenda, obedecida a ordem decrescente de votação nominal." Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação." Autor: Soraya Santos - PMDB/RJ. Apresentação: 08/11/2016.  
<[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=545EFAE6C2758925EB7796E362301D3C.proposicoesWebExterno1?codteor=1386083&filename=PEC+134/2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=545EFAE6C2758925EB7796E362301D3C.proposicoesWebExterno1?codteor=1386083&filename=PEC+134/2015)>. Acesso em 30 set. 2018.

<sup>36</sup>Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2116338>> Acesso 30 set. 2018.

<sup>37</sup> POMPEU, Ana. As frases polêmicas de Jair Bolsonaro. Publicado em: 05 ago. 2017 - 8:20. Última Atualização 04 ago, 2017 - 20:01. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/as-frases-polemicas-de-jair-bolsonaro/>> Acesso em 30 set. 2018.

<sup>38</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/apos-ataque-de-hackers-grupo-de-mulheres-contra-bolsonaro-e-reativado.shtml>> Acesso em 30 set. 2018.

<sup>39</sup> Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537989018\\_413729.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537989018_413729.html)> Acesso em 30 set. 2018.

<sup>40</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/09/29/manifestantes-fazem-atos-a-tarde-contra-e-favor-de-bolsonaro.ghtml>> Acesso em 30 set. 2018.

estados brasileiros, além de manifestações em diversos países do mundo<sup>41</sup> expressão do eleano na internet<sup>4243</sup>

Afora esses eventos de crescimento orgânico e quase sem estruturação formal, somam-se os diversos coletivos estruturados através de carta de intenções, com pautas feministas definidas, como por exemplo o coletivo #merepresenta<sup>44</sup> e a revista “azmina”<sup>45</sup> e o mais recente, chamado #votenas<sup>46</sup>.

Percebe-se, assim, que as mulheres não deixam de participar da vida política da nação, não obstante os inúmeros entraves impostos à sua plena realização. O aumento desses movimentos sociais somente demonstra que em caso de não ser possível a ocupação dos espaços formais de poder, essa ocupação ocorrerá através de mecanismos informais. Tal ponto corrobora que não somente há mulheres dispostas a participar da política, bem como, que elas encontram resistência na concretiza de seus legítimos interesses democráticos, ante a persistência de uma cultura patriarcal e machista que exclui a mulher de sua vivencia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O confronto entre os índices colhidos pelas pesquisas do IBGE combinados com os registros de candidaturas no TSE demonstra uma clara discrepância entre a ocupação de posições formais de poder por mulheres, em relação à sua representação no quociente populacional.

Não somente observa-se essa discrepância no tocante à ocupação de figuras de poder dentro das instituições estatais, como também, percebe-se a sua menor inserção no mercado de trabalho formal, bem como, quando inserida, apesar de deter maior nível de ensino em geral, a mulher percebe um salário menor. Soma-se a isso, que às mulheres atribui-se maior carga de trabalho não remunerado e o encargo dos cuidados com a prole.

Percebe-se que consoante os movimentos feministas lutaram pela equiparação dos direitos e conquistas de espaços dentro do corpo social, as pesquisas ainda demonstram indicadores de que estes papéis desiguais ainda não foram superados.

A importância da participação das mulheres na política, seja por meio de cotas, ou outras discriminações positivas se perfaz com a finalidade de se extirpar os preconceitos sociais que atribuem os papéis esperados de cada gênero, a fim de que se possa realizar a igualdade de oportunidades entre os sexos.

Nesse sentido a elaboração de políticas públicas voltadas ao empoderamento do público feminino, tais como a questão da violência de gênero, a igualdade salarial, o incentivo à pesquisa, além de políticas de inserção de ampliação de creches e escolas de período integral, atenção ao

<sup>41</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/09/29/eua-reino-unido-portugal-e-outros-paises-tem-manifestacoes-contra-bolsonaro.ghtml>> Acesso em 30 set. 2018.

<sup>42</sup> Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537989018\\_413729.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537989018_413729.html)>. Acesso em 30 set. 2018.

<sup>43</sup> Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/29/politica/1538242801\\_920341.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/29/politica/1538242801_920341.html)> Acesso em 30 set. 2018.

<sup>44</sup> O #MeRepresenta é uma ONG formada por coletivos de mulheres, pessoas negras e LGBTQ+ que buscam promover igualdade de gênero, luta antirracista e respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero na política. Somos resultado da união entre Rede Feminista de Juristas (DeFEMde), #VoteLGBT, Blogueiras Negras e Fundação Cidadania Inteligente. Disponível em: <<https://merepresenta.org.br/sobre>> Acesso em 30 set. 2018.

<sup>45</sup> AzMina é uma instituição sem fins lucrativos cujo objetivo é usar a informação para combater os diversos tipos de violência que atingem mulheres brasileiras. Realizamos consultorias, palestras e debates para aprofundar a discussão sobre os direitos da mulher. Também somos autoras e coautoras de campanhas de conscientização nas redes sociais como a #CarnavalSemAssédio e #MamilLivre. Já a Revista AzMina é uma publicação online e gratuita para mulheres de A a Z. Nela, há jornalismo investigativo acessível, de qualidade. Disponível em: <<https://azmina.com.br/sobre/quem-somos/> - <https://azmina.com.br/sobre/quem-somos/>> . Acesso em 30 set. 2018.

<sup>46</sup> Somos um coletivo que nasce do desejo de mudar o cenário de sub representação das mulheres no Congresso Nacional. Movidas pela indignação e vontade de transformar essa realidade criamos uma campanha nacional por mais mulheres na política. Disponível em: <<http://votenas.com.br/>> Acesso em 30 set. 2018.

parto e resposta à violência obstétrica, combate às culturas do estupro e do assédio, podem ser melhor geridas e concebidas, por aquelas que sofrem as opressões.

## REFERÊNCIAS

Aline Pavaneli e Helena Barreto, G1 PR e RPC Curitiba. Concurso da PM do Paraná tem 'masculinidade' como critério em avaliação psicológica. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2018/08/13/concurso-da-pm-do-parana-tem-masculinidade-como-criterio-em-avaliacao-psicologica.ghtml>>. Publicado em 13 agosto 2018. Acesso em 25 set. 2018.

ARISTOTLE. GENERATION OF ANIMALS. 715a-716a, 726b-727b – passim. With an English translation by A. L. PECK, M.A., Ph.D. fellow of Christ's College, Cambridge, and University Lecturer in Classics. London: William Heinemann Ltd. CAMBRIDGE, MASSACHUSETTS: Harvard University Press, MCMXLHI.

BEAUVOIR, S. de. O Segundo Sexo: Fatos e Mitos. Tradução Sérgio Milliet. 4 ed. Librarie Gallimard, Paris. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. p. 29-30, passim.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em 14 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 21.076, de 24 de Fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. Publicação Original - Legislação Informatizada. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>> acesso em 30 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071.htm)> Acesso em 20 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.504 de 30 de setembro de 1997 - Publicação Original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9504-30-setembro-1997-365408-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 26 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.165, de 29 de setembro de 2015 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm)> Acesso em 26 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.487 de 6 de outubro de 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13487.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13487.htm)>. Acesso em 20 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Estatísticas de Gênero e Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>> . Acesso em 25 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Estatísticas eleitorais de 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>> . Acesso em 25 set. 2018.

BONFANTE, P. Istituzioni di diritto romano. Ristampa dela X Edizione. Torino: G. Giappichelli (editor) - Stabilimento Poligrafico Editoriale (S.P.E.) di C. Fanton, 1957.

CAMBRIDGE DICTIONARY. © Cambridge University Press 2018. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/backlash>> Acesso em 30 set. 2018.

CARVALHO, Daniela Dantas. YASUDA, Thais Guedes. A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NA

POLÍTICA BRASILEIRA EM FACE DAS INOVAÇÕES DEMOCRÁTICAS LEGISLATIVAS. VirtuaJus – Belo Horizonte, v.13 - n.1, p.363-383– 1º sem. 2017. ISSN: 1678-3425, p. 376.

ESTADO DO PARANÁ - POLÍCIA MILITAR. DIRETORIA DE PESSOAL. CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO. EDITAL nº 02-CADETE PMPR-2019. RETIFICAÇÃO DO EDITAL nº 01-CADETE PMPR-2019. Publicado em: 13/08/2018 às 19h50min. Disponível em <<http://portal.nc.ufpr.br/PortalNC/PublicacaoDocumento?pub=138>> Acesso em 25 set. 2018.

FACHIN, Edson. Voto proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade N. 5.617 do Distrito Federal, p. 35. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/voto-relator-ministro-fachin-fundo.pdf>> Acesso em 27 set. 2018.

GIMBUTAS, Marija Alseikaitė. The living goddesses. Edited and supplemented by Miriam Robbins Dexter. Berkeley e Los Angeles - California: University of California Press, 2001. London – England: : University of California Press Ltd., 2001

Katna Baran, O Estado de S.Paulo. Após polêmica, PM do Paraná retira termo „masculinidade“ como requisito para concurso. Publicado em: 13 Agosto 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,apos-polemica-pm-do-parana-retira-termo-masculinidade-como-requisito-para-concurso,70002449348>> Acesso em 25 set. 2018.

MARIANO, L. Commentario á Lei do Casamento Civil: (Dec. N. 181 de 24 de janeiro de 1890). 1 ed. Rio de Janeiro: Officina de Obras do Jornal do Brasil – Gonçalves Dias 54,1898.

MACHADO, Marlene Campos. RANKING DE PRESENÇA FEMININA NO PARLAMENTO 2017: Passado, presente e perspectivas para o futuro da participação da mulher na política, no Brasil e no mundo. Disponível em: <http://www.marlenecamposmachado.com.br/documentos/pequisa-presenca-feminina-no-parlamento.pdf> Acesso em 25 set. 2018.

OLIVEIRA, Rosalina. Em nome da mãe: o arquétipo da Deusa e sua manifestação nos dias atuais. In. Revista Ártemis. ISSN – 1807-8214. NÚMERO 3 – Dezembro de 2005. . Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/200/1939>> Acesso em 19 jun. 2018

POMPEU, Ana. As frases polêmicas de Jair Bolsonaro. Publicado em: 05 ago. 2017 - 8:20. Última Atualização 04 ago. 2017 - 20:01. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/as-frases-polemicas-de-jair-bolsonaro/>> Acesso em 30 set. 2018.

SILVA, Maria de Fátima. A tradição grega em Simone de Beauvoir, Le deuxième sexe. The Greek tradition in Le deuxième sexe by Simone de Beauvoir. Belo Horizonte: Sapere Aude, v. 2, n. 3, Junho. 2011 – ARTIGO. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15538/1/A%20tradi%C3%A7%C3%A3o%20grega%20em%20Simone%20de%20Beauvoir.pdf>> Acesso em 25 jun. 2018.

XAVIER, Henrique. Candidaturas fantasmas nas eleições brasileiras. Disponível em: <http://www.fma.if.usp.br/~hsxavier/analises/fantasma.html> . Acesso em: 24 set. 2018.

WEBER, Rosa. Voto Proferido na CONSULTA Nº 0600252-18.2018.6.00.0000 (PJe) - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL Relatora: Ministra Rosa Weber Consulente: Vanessa Grazziotin e outras Advogados da Consulente: Luciana Christina Guimarães Lóssio e outros. P. 23. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/voto-rosa-weber-consulta-publica.pdf>> . Acesso em 20 set. 2018.

**A PERSPECTIVA HISTÓRICA E OS DESDOBRAMENTOS DA TERCEIRIZAÇÃO NO BRASIL**  
*THE HISTORICAL PERSPECTIVE AND THE BREAKDOWN OF THE OUTSOURCING IN BRAZIL*

Área temática 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas. Subárea: 1.4 Direito, Trabalho e Serviço Social

ALMEIDA, Victor Hugo de.  
Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”  
Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – Largo São Francisco (FADUSP). Mestre pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP). Docente de Direito do Trabalho (Graduação e Pós-Graduação) da UNESP - Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filholl – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca (FCHS/UNESP). Membro Pesquisador do Grupo de Pesquisa (CNPQ) “A transformação do Direito do Trabalho na sociedade pós-moderna e seus reflexos no mundo do trabalho” da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP). E-mail: victorhugo@franca.unesp.br

DADALTO, Guilherme Augusto de Assis.  
Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”  
Graduando em Direito.  
e-mail: guilhermeadadalto@gmail.com

PAULA, Giovanna Gomes de<sup>1</sup>.  
Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”  
Pós- graduanda em Direito do Trabalho.  
E-mail: giovanna.unesp.adv@gmail.com

## Resumo

A terceirização trabalhista não é um fenômeno recente. Sua concepção remonta a sociedade moderna e interliga-se diretamente ao desenvolvimento da globalização da economia mundial. Não obstante seu longo período de existência, o instituto recebeu novos contornos no Brasil com as recentes e substanciais alterações legislativas, que ficou conhecida por “Reforma Trabalhista”, ocorridas no ano de 2017 (Lei nº 13.429/2017 e Lei nº 13.467/2017). Neste sentido, para a compreensão do contexto atual faz-se necessário analisar a terceirização em uma perspectiva histórica, bem como seu desenvolvimento legislativo. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar a terceirização em um contexto amplo para então chegar à análise de sua inserção Brasil. Para isso, será realizado o método de levantamento por meio de pesquisa bibliográfica em materiais publicados, e, como método de abordagem, o dedutivo, buscando-se analisar as alterações da terceirização no Brasil, sob a ótica dos direitos fundamentais dos trabalhadores, para então se compreender as bases da atual Reforma Trabalhista pelos principais impactos jurídicos e sociais da legislação sobre o tema recentemente aprovada.

**Palavras-chave:** terceirização do trabalho, reforma trabalhista, análise histórica.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

### **Abstract**

Outsourcing is not a recent phenomenon. Its conception goes back to modern society and is directly linked to the development of the globalization of the world economy. In spite of its long period of existence, the institute has received new contours in Brazil with the recent and substantial legislative changes, known as "Labor Reform", occurred in 2017 (Law 13,429 / 2017 and Law 13,467 / 2017) In this sense, in order to understand the current context, it is necessary to analyze outsourcing in a historical perspective, as well as its legislative development. In this way, the present work aims to analyze the outsourcing in a broad context to reach the analysis of its insertion Brazil. To do this, the method of survey will be carried out through bibliographical research on published materials, and as a method of approach, the deductive, seeking to analyze the outsourcing changes in Brazil, from the standpoint of the fundamental rights of the workers, for then if you understand the basis of the current Labor Reform. by the main legal and social impacts of legislation on the recently adopted topic.

**Keywords:** outsourcing of labor, labor reform, historical analysis.

## **1 INTRODUÇÃO**

Desde a Revolução Industrial, a concepção de trabalho sofreu, e ainda sofre constantes modificações para alcançar a demanda da economia. Nota-se que, ao migrarem para as cidades em busca de melhores condições de vida, camponeses e comerciantes encontraram jornadas exaustivas, acidentes de trabalho, condições insalubres, perigosas e, principalmente, contato com inúmeras doenças que transformavam o meio ambiente de trabalho em um espaço propício para a diminuição da qualidade de vida do trabalhador, retomando, assim, o conceito de dor e sofrimento da época feudal.

Com o passar do tempo, as novas formas de produção demandaram novos métodos de trabalho e, visando ao aperfeiçoamento da produção, surgiram formas de organização do trabalho, como, por exemplo, taylorismo, o fordismo e o toyotismo, os quais, em linhas gerais, a partir da perspectiva trazida pelo primeiro modelo, parcelaram significativamente o trabalho e mutilaram a subjetividade do trabalhador (ALMEIDA, 2016). Nesses sistemas, todos os estudos voltaram-se especificamente à busca pelo aumento da produção maior e, conseqüentemente, dos lucros, em detrimento da saúde e do bem-estar dos trabalhadores.

No encaço dessas transformações organizacionais do trabalho, instaurou-se, no final de década de 1990, a Revolução das Tecnologias da Informação e da Comunicação, responsável por diversas mudanças labor-ambientais, causando grande impacto no trabalhador. Neste ínterim, o instituto da terceirização surge para amplificar os impactos causados e perdurá-los até os dias atuais.

Nesse sentido, é o estudo do passado que possibilita a melhor compreensão do desenvolvimento dos institutos jurídicos (MARTINS, 2018). Afinal, todos os juristas devem considerar o contingente histórico para poder entender e analisar as instituições jurídicas do presente (FERREIRA, 1962)

Por este motivo, o presente artigo busca analisar, o fenômeno da terceirização em uma perspectiva histórica, bem como seu desenvolvimento legislativo a partir do método de levantamento por meio de pesquisa bibliográfica em materiais publicados, bem como pelo método de abordagem, o dedutivo, buscando-se analisar as alterações da terceirização no Brasil, sob a ótica dos direitos fundamentais dos trabalhadores, para então se compreender as bases da atual Reforma Trabalhista. pelos principais impactos jurídicos e sociais da legislação sobre o tema recentemente aprovada.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Como método de procedimento, foi empregado o método de levantamento através da técnica de pesquisa bibliográfica, visando à coleta de conceitos, informações e dados acerca da história e dos impactos na terceirização no Brasil. Tal técnica consiste no contato direto da bibliografia já tornada pública em relação ao tema, o que propicia o exame sob nova abordagem, permitindo o reforço paralelo na análise da pesquisa e a manipulação de informações (LAKATOS; MARCONI, 2003). Assim, foram utilizados materiais publicados, como, por exemplo, doutrinas, legislação, jurisprudência, artigos, dissertações, teses, matérias publicadas em jornais/revistas/sites (impressos



e/ou digitais), entre outras fontes de pesquisa.

Como método de abordagem, se utilizou o método dedutivo, a fim de se extrair particularidades de premissas gerais relacionados ao fenômeno em estudo (FONSECA, 2009); ou seja, a partir da análise do instituto, dos regimentos considerados e dos dados levantados acerca da terceirização, buscar-se-á evidenciar os contratos e semelhanças entre a Súmula nº 331 do TST e a Lei nº 13.429/2017 e da Lei nº 13.467/2017, bem como os principais impactos jurídicos e sociais da legislação sobre o tema recentemente aprovada.

### **3 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA TERCEIRIZAÇÃO**

Com a Revolução Industrial, as novas formas de produção demandaram novos métodos de trabalho e, visando ao aperfeiçoamento da produção, surgiram formas de organização do trabalho, tais como taylorismo, fordismo e toytismo, os quais, em linhas gerais, a partir da perspectiva trazida pelo primeiro modelo, parcelaram significativamente o trabalho e mutilaram a subjetividade do trabalhador (ALMEIDA, 2016); em outras palavras, “quanto mais a ciência é incorporada no processo de trabalho, menos o trabalhador compreende o processo de forma mais ampla” (COHN; MASIGLIA, 1993, p. 64). Nestes sistemas, todos os estudos voltaram-se especificamente à busca pelo aumento da produção e, conseqüentemente, dos lucros, em detrimento da saúde e do bem-estar dos trabalhadores. Assim, esclarece Navarro (2006, p. 54) sobre os modelos de produção:

De forma sintética, podemos dizer que o taylorismo/fordismo é um modelo de regulação da produção e do processo de trabalho desenvolvido originalmente nos Estados Unidos que se propagou e se tornou predominantemente na grande indústria capitalista do século XX. Marcam esse modelo a fragmentação e a simplificação de tarefas, a separação entre concepção e execução, o controle rígido dos tempos e movimentos, a existência de grandes unidades fabris concentradas e verticalizadas, uma classe operária numerosa e em certa medida homogênea e a produção e o consumo em massa.

A busca pela acumulação do capital é determinada por dois fatores: o controle do processo de trabalho e o incremento da produtividade do trabalho, de forma que o primeiro é obtido separando-se as tarefas de concepção das tarefas de execução, desqualificando o trabalhador e reduzindo-o à função de apenas operar as máquinas. Já o incremento da produtividade se dá pelo desenvolvimento dos instrumentos de trabalho, a partir das novas tecnologias. Diante destes fatores, é possível analisar os diferentes processos de trabalho desenvolvidos no modo de produção capitalista, bem como a divisão e organização do trabalho utilizada em cada período (COHN; MASIGLIA, 1993).

Historicamente, a organização científica do trabalho surge para contribuir com o acelerado aumento na produção do século XIX e, com o mesmo propósito, surge a terceirização. Nesta linha, estudar as formas de organização científica torna-se o alicerce da compreensão dos moldes instaurados pela terceirização, não só pelo objetivo principal de aumento de lucro, como também nas conseqüências que tais alterações levaram ao trabalhador.

Dessa forma, salienta-se a necessidade de estudar, ainda que de maneira concisa, as principais formas de estruturação do trabalho e organização social do século XX, destacando-se, portanto: o taylorismo, o fordismo, o toyotismo e o regime de acumulação flexível.

#### **3.1 Taylorismo**

Historicamente, o taylorismo foi concebido e imposto na indústria norte-americana no fim do século XIX, para racionalizar o conteúdo das ordens relativas à realização do trabalho dos assalariados e pôr fim à resistência que os operários do meio opunham à execução dessas ordens. Ele foi, portanto, uma via privilegiada para “fazer passar” a condição salarial, em face das populações que continuavam marcadas pela tradição das corporações profissionais. (ZAFIRIAN, 2006, p.158).

Em sua teoria, Taylor propõe a ideia de uma gerência científica que determinasse dos ditames da execução do trabalho, do modo que o padrão estabelecido resultasse na melhor equação possível entre tempo e movimento (RIBEIRO, 2015). Neste modo de produção prevalece o ideal implícito de “comunicação zero”, trazido por Philippe Zarifian (2006), transformando o operário em

“empregado de execução”. De acordo com tal perspectiva, o ideal baseia-se em dois fatores principais: a eficiência da produção industrial e a concepção autoritária do controle social.

A eficiência da produção determina-se pela visão de que o ato de comunicar não gera produção alguma, sendo assim, uma perda de tempo, que contribui para a degradação da produtividade do trabalho (ZAFIRIAN, 2006). No mesmo sentido, a formação da gerência capaz de planejar todo o processo do trabalho está intimamente ligada ao controle social, que se insere para determinar que todo discurso pode ser utilizado como elemento de subversão da ordem, motivo pelo qual o taylorismo busca descartá-lo.

Além disso, diante deste método se insere uma das principais características da proposta de Taylor, retirando-se do trabalhador seu principal diferencial como ser humano - a expropriação do saber do trabalhador e a divisão entre execução e concepção (RIBEIRO, 2015). Neste mesmo sentido, esclarecem Cohn e Marsiglia (1993, p. 68):

Tal como defende Taylor, a organização do trabalho deve obedecer parâmetros científicos e técnicos, estabelecendo o tempo padrão, o melhor método de trabalho pelo estudo de tempos e movimentos, seleção e treinamento dos trabalhadores de acordo com os padrões então definidos.

As formas de expressão e de intercomunicação no ambiente de trabalho quase inexistem, persistindo apenas o ato unilateral da imposição de tarefas, não considerado como um “diálogo autêntico” (ZAFIRIAN, 2006)<sup>2</sup>.

A partir do momento que os trabalhadores passam de seres racionais para meros operadores alienados, sem compreensão de qualquer raciocínio técnico, o controle social é garantido pela gerência e o custo da força de trabalho se reduz (RIBEIRO, 2015). Neste diapasão, o homem passa a ver sua condição de trabalho como única possível, haja vista a dificuldade de garantia de emprego, conforme segue:

A contrapartida do silêncio do operário “produtivo” residia no contracheque e, então, na promessa de uma melhora permanente de seu nível de vida. Esse compromisso, por mais simplista que possa parecer, é, ainda hoje, plenamente presente, mais ainda nos países onde o nível médio dos salários é baixo e o desemprego elevado. O operário que tem a “sorte” de ter um emprego e de ter acesso a um salário, que, comparativamente à situação do mercado de trabalho pode ser considerado como bom, deverá dedicar-se às tarefas produtivas materiais que ele deve realizar. (ZAFIRIAN, 2006, p. 154).

Com isso, Taylor visa, ao mesmo tempo, quebrar e proteger a autonomia dos operários (ZAFIRIAN, 2006), haja vista que proíbe a expressão dentro da empresa, porém, não demanda nada ao emprego além de trabalhar. Assim, fora da fábrica, há liberdade de pensamento suficiente para que, durante o trabalho, todos se concentrem na execução para que se torne mais rápida e intensa no ambiente silencioso. A intenção do modelo de produção é, a todo o momento, otimizar o tempo para aumentar a produção, controlando não só suas formas de expressão como todo tipo de vadiagem do trabalhador que pudesse reduzir as chances de lucro.

### 3.2. Fordismo

Simultaneamente à consolidação do taylorismo, Henry Ford cria uma nova proposta de organização na produção e no trabalho, ou melhor, aperfeiçoa a visão de Taylor unindo a mecanização com o objetivo de aumentar a produção de sua indústria automobilística e diminuir o custo de seu produto para adequar ao consumo de massa. Sua proposta de gestão baseava-se na linha de montagem.

O modelo fordista foi articulado ao Estado regulador. Baseava-se no pleno emprego, tendo como um dos pilares da organização do trabalho o trabalho formal, assalariado e de tempo integral,

---

<sup>2</sup> Zafirian (2006) entende “comunicação autêntica” como o processo de compreensão recíproca no qual os sujeitos são levados a assumir ações juntos ou de maneira convergente e, neste sentido, a expressividade mostra-se como condição inevitável na relação.

contribuindo assim para a ideia de que a construção da identidade do homem se dava pela incorporação ao trabalho. (NEVES, 1997).

Surge com Ford a noção de operário-massa (GRAMSCI, 1976 apud RIBEIRO, 2015) o qual insere no modo de vida o excessivo consumismo que leva o trabalhador a produzir sempre mais para atingir níveis salariais capazes de adquirir a vasta gama de bens disponíveis na cultura de massa impulsionada pela globalização. No entanto, de início, as jornadas extenuantes de trabalho repetitivo foram recebidas com grande revolta pelos trabalhadores, fato que levou à implementação de medidas para conquistar a classe, e, paralelamente, auxiliar o consumo, com o aumento de salários.

Ford, ao introduzir um novo modo de pensar o consumo, faz com que o silêncio na fábrica, iniciado no processo de organização de Taylor (ZAFIRIAN, 2006), se torne algo espontâneo para que a linha de montagem não se perca. Agora, o trabalho é visto como sinônimo de capital não só pelo empregador, mas também pelo operário, inserido no contexto o consumo desenfreado (RIBEIRO, 2015).

No final do século XX, o capitalismo alterou profundamente o mundo do trabalho com as inovações organizacionais e a incorporação da robótica, microeletrônica e informática, afetando de forma direta o mundo do trabalho (NEVES, 1997). Contudo, nesta mesma época, mais precisamente no pós-guerra, uma crise se instaura gerando uma brusca diminuição da produtividade que leva à decadência da era do fordismo/taylorismo. Após anos de trabalho intenso, a classe trabalhadora encontrava-se desgastada e revoltada com a exploração a que era condicionada, fato que deu início a inúmeras lutas pelos direitos dos trabalhadores e por melhores condições de trabalho e de vida. (NAVARRO, 2006).

Inicia-se o declínio do modelo produtivo que se articulava com o Estado de Bem Estar Social: o modelo taylorista-fordista à medida que a microeletrônica rompe a rigidez deste modo de organização do trabalho, estabelecendo a flexibilização e a integração da cadeia produtiva de forma rápida e ágil (NEVES, 1997).

### 3.3 Toyotismo

O toyotismo, como o próprio nome remete, é um modelo de organização do trabalho que nasceu na Toyota, no Japão do pós-45, e que, muito rapidamente se propaga para as grandes companhias daquele país, além de consolidar a expansão japonesa (RIBEIRO, 2015). Esta técnica tentou combinar qualidade e quantidade através da rotação de tarefas e do trabalho em grupo. Nesta fase, a produção é realizada de forma pré-determinada, na quantidade e no momento exatos (*“just in time”*) para que o lucro não seja reduzido pelo excesso de produção. Sobre este momento histórico, esclarece Navarro (2006, p. 55):

O novo padrão de acumulação do capital é marcado, pois, pela intensificação da exploração da força de trabalho obtida através de inovações tecnológicas incorporadas aos processos produtivos, de novas formas de organização e controle dos processos de trabalho e da desregulamentação das relações de trabalho que se tornaram mais “flexíveis” e “elásticas”.

Tais características foram largamente inseridas no mundo ocidental, principalmente nos Estados Unidos, onde, somada ao modelo de acumulação fordista, dá início à acumulação flexível que remetem à possibilidade de alteração de salário, terceirização e subcontratação (RIBEIRO, 2015), sendo encontradas até hoje em diversas organizações do trabalho.

### 3.4 Regime de acumulação flexível

A partir da análise realizada, conclui-se que o modelo de acumulação flexível incorpora, em certa medida, todos os modelos em si para que o objetivo maior do capitalismo não se perca. O período atual, embora com inúmeras inovações tecnológicas, tem permitido novas formas de exploração e fiscalização por trás da ideia de conforto e flexibilidade que remonta tempos sombrios de inexistência de aparato legal. Neste sentido, compreender suas características básicas mostra-se como ponto de partida para a análise do contexto labor-ambiental ao qual os trabalhadores integram.

Neste sentido, Paulo Ricardo Silva de Moraes (2008) afirma que o regime de acumulação

flexível é a forma de comportamento da sociedade após as crises estruturais do capitalismo do século XX, especialmente após a crise do petróleo de 1973. Desta forma, o processo de racionalização e intensificação do controle de trabalho, aliado às mudanças tecnológicas e aceleração do capital de giro, culminou em uma reestruturação social e econômica que se materializou em um novo regime social, conhecido como acumulação flexível.

É nesse contexto de flexibilização da sociedade que Rodrigo Lacerda Carelli (2003) aponta que a fragmentação excessiva criou o conceito de empresas rede, onde a atividade-fim das empresas mantém-se de forma centralizada, porém, as demais atividades acabam por serem repassadas a empresas satélites, culminando no objeto de pesquisa do presente trabalho que é a “terceirização”.

#### **4 A TERCEIRIZAÇÃO NO BRASIL**

No ordenamento jurídico brasileiro, o fenômeno da terceirização, é consequência de um processo incisivo da implementação do toyotismo como modelo de produção industrial no país (DELGADO, 2005). Assim, é seguindo o modelo toyotista que as fábricas se disseminaram e se desenvolveram em grande escala, por isso, a terceirização da linha de produção foi uma técnica muito bem aceita pelos empresários e tomou grande proporção na sociedade brasileira. (MAIOR, 2004).

No âmbito empresarial a terceirização é uma realidade. Afinal, o instituto tem sua origem na necessidade do empresário em aperfeiçoar suas atividades produtivas, e constitui uma importante ferramenta de administração e estratégia, sendo um processo de gestão da organização empresarial (MARTINS, 2018).

##### **4.1 Conceito de terceirização**

De maneira ampla, a terceirização se mostra como o instituto pelo qual o trabalhador será inserido no processo produtivo da empresa tomadora sem que seja abrangido pelos laços justralhistas. Este modelo trilateral que é a base da terceirização se choca diretamente com a visão clássica bilateral da relação tutelada pelo Direito do Trabalho. Assim, essa distorção nessa nova relação de emprego acaba por trazer profundos desajustes aos objetivos e finalidade das leis trabalhistas já positivadas pelo ordenamento brasileiro (DELGADO, 2005). Na perspectiva de Viana (2017, p. 34):

Quando externa, fragmenta cada empresa em múltiplas “parceiras”, espalhando também os trabalhadores – mas dessa vez sem o risco de antes, pois as novas tecnologias viabilizam o controle e a distância. É assim que a empresa consegue produzir sem reunir. Quando interna, divide em cada empresa os trabalhadores, opondo terceirizados a não terceirizados, na medida em que uns e outros ora se invejam, ora se em ou se desprezam, dependendo da posição que eventualmente ocupam-degradando o próprio grupo, enquanto classe. Afinal, o empregado efetivo de hoje pode se tornar o terceirizado de amanhã, e assim ambos se disputam – ao menos em potência- o bem valioso e escasso que é o emprego mais seguro e valorizado socialmente. É desse modo que a empresa consegue reunir sem unir.

No mesmo sentido, Homero Batista da Silva (2017), afirma que instituto da terceirização ainda mantém a fama de grande insegurança jurídica no ordenamento jurídico brasileiro. Segundo o autor, após muitos anos de lacuna legislativa, onde a terceirização se respaldava quase que unicamente na Súmula nº 331 do TST, no ano de 2017, houve duas grandes mudanças em sequência, sendo a Lei nº 13.429/2017 e a Lei nº 13.467/2017.

##### **4.2 Evolução legislativa**

No campo legislativo, em 1974, foi editada a Lei 6.019, que instituiu o Trabalho Temporário para suprir as demandas provisórias das empresas, com regras rígidas e curtos períodos de contratos. Após, criou-se a Lei n. 7.102 de 1983, prevendo a vigilância bancária e o transporte de valores, desta vez, sem limitação no período contratual. Ainda, como o aumento das privatizações na

década de 90, o setor de telefonia foi amparado pela Lei 9.472/97 que autorizava a terceirização para a atividade fim daquele setor (LIMA; LIMA, 2018).

Assim, a partir do desenvolvimento empresarial da prática de terceirizar parte da linha de produção, a jurisprudência trabalhista trouxe uma diretriz à temática no ordenamento jurídico brasileiro. É nesse contexto que o Tribunal Superior do Trabalho editou duas súmulas de uniformização da jurisprudência, a Súmula nº 256 do TST e a Súmula nº 331 do TST, em Dezembro de 1993 (DELGADO, 2009). No caso, a Súmula nº 331 revisou a Súmula nº 256 e foi até o ano de 2017 a maior base legal da terceirização no Brasil, quando o tema foi legislado pela Lei nº 13.429/2017 e a Lei nº 13.467/2017, também conhecida como Reforma Trabalhista.

### 4.3 Comentário sobre a Reforma Trabalhista

Como visto, a história do trabalho, principalmente após a Revolução Industrial remonta a ideia principal de que para atingir maior produtividade o trabalhador é utilizado como ora instrumento de produção, ora como consumidor do próprio produto, fazendo com que seu anseio por maior tempo de trabalho torne-se espontâneo à medida que seu poder de compra aumenta.

Na mesma linha, observa-se ainda que as organizações científicas do trabalho a todo momento contribuíram para que a legislação visse a se tornar o que se encontra no contexto atual, ou seja, com flexibilizações para aumentar a economia e, neste íterim insere-se o instituto da terceirização. Portanto, o instituto da terceirização mostra-se como um aglomerado de ideias pré-estabelecidas, conforme se explica:

Quando falamos em terceirização, nem sempre percebemos sua real complexidade. Ao contrário do que às vezes parece, não se trata de um fenômeno isolado, muito menos de simples questão jurídica. Há todo um conjunto de tendências que pressionam em sua direção. Daí por que o discurso é mesmo forte. (VIANA, 2017, p. 36)

Portanto, ao tratar do fenômeno da terceirização, voltam à tona as ideias de força humana como mercadoria, instrumentalização do trabalhador, “comunicação zero”, distanciamento na relação padrão-empregado, entre tantas outras que, empregadas desde os primórdios da Revolução Industrial, trazem ao contexto laboral o medo do desemprego, o aumento dos acidentes de trabalho, a perda do sentimento de pertencimento do trabalhador com seu meio ambiente do trabalho, enfim, a precarização fundada na flexibilização. Nestes termos,

Pensando de forma mais ampla, considerando-se o movimento da classe trabalhadora, talvez a anestesia se deva ao fato de que os trabalhadores já se viam, na realidade, atingidos pelas condições precárias de trabalho, como a jornada de doze horas ou mais, sem intervalo, a terceirização, os baixos salários, as remunerações “por fora”, o trabalho sem carteira assinada, a necessidade de acumular empregos para poder pagar as dívidas, sempre distanciados dos sindicatos e temerosos com a possibilidade de perder a fonte de renda. (SEVERO;MAIOR, 2017, p. 14)

Hoje em dia, a terceirização se mostra como um reflexo da própria sociedade, cada vez mais fragmentada, pragmática e versátil. Neste contexto, sentindo-se inseguro com os mesmos impactos econômicos, políticos e culturais que a empresa sofre, conforma-se com o que lhe é oferecido e aceita a condição que lhe é determinada. “Assim, enquanto nos preocupamos com a flexibilização do Direito, é também o sujeito que se flexibiliza” (VIANA, 2017, p. 38) e, com isso, se precariza, marginalizando direitos conquistados ao longo da história.

Nesse sentido, a Reforma Trabalhista trouxe grandes mudanças ao instituto da terceirização no Brasil, onde destaca-se a possibilidade da terceirização irrestrita, também conhecida como a terceirização da atividade-fim, bem como a possibilidade de distinção salarial entre empregados terceirizados e empregados comuns que realizem a mesma função laboral (DELGADO, 2017).

É diante desse cenário que se encontra na prática a flexibilização dos direitos trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Portanto, a sociedade brasileira atual não deve tolerar que ideias ultrapassadas e de grande discriminação social, sejam mantidas, como no caso da Reforma Trabalhista referente a terceirização, onde a pessoa humana foi levada a níveis retrógrados

de estratificação sócio-trabalhista (DELGADO, 2017).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou abordar a terceirização trabalhista sob um viés histórico de seu desenvolvimento, desde a sua criação até a base cronológica da legislação quanto ao instituto no Brasil. Desta forma, o trabalho trouxe a base da criação da terceirização pela sociedade global e o conceito do instituto até a atual redação legislativa.

O fato é que não se pode negar que a terceirização é um fenômeno inerente da sociedade moderna, sendo um instituto que afeta diretamente a tradicional relação bilateral de emprego entre empregado e empregador. Afinal, conforme o próprio nome sugere, a terceirização acaba por ser a inserção de um novo elemento na relação de emprego, o que altera toda a dicotomia jurídica em que se desenvolveu o direito do trabalho.

Nesse sentido, pelo fato da terceirização alterar a ótica entre a relação de emprego clássica, o instituto da terceirização acaba por ser uma ferramenta com grande potencial ofensivo aos direitos do trabalhador, principalmente quando praticada de maneira desenfreada e apenas sob o viés de desenvolvimento das linhas de produção.

Sendo assim, cabe ao direito do trabalho legislar sobre o tema para que sua regulamentação esteja de acordo com o princípio da proteção ao trabalhador, bem como o princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais historicamente adquiridos.

Assim, o presente estudo apontou ser a terceirização um mecanismo presente na história do trabalho que auxiliou na maior estratificação trabalhista, onde a mão de obra acaba por ser comercializada entre duas empresas, o que, via de regra, traz a ideia de objetificação da pessoa humana, fato que tende a se perpetuar com a promulgação da nova legislação dada ao instituto no ano de 2017 no Brasil.

Portanto, a análise história da terceirização trabalhista é de extrema relevância no cenário atua, para que sua nova regulação seja repensada e interpretada de forma que respeite os direitos dos trabalhadores, conquistados durante décadas e assim, seja preservada a dignidade da pessoa humana e o equilíbrio no local onde o indivíduo passa a maior parte de sua vida: no meio ambiente do trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Victor Hugo de. Os impactos das novas tecnologias de informação e comunicação no direito e no processo do trabalho. **Pensar**, Fortaleza, v. 21, n. 2, p. 779-807, maio/ago. 2016.

BELTRAN, Ari Possidonio. **Dilemas do Trabalho e do emprego na atualidade**. São Paulo: LTr, 2001.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 mar. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm#art1)>. Acesso em: 6 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm)>. Acesso em: 6 abr. 2017.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **Terceirização e intermediação de mão-de-obra: ruptura do sistema**

trabalhista, precarização do trabalho e exclusão social. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

COHN, Amélia; MARSIGLIA, Regina G. Processo e Organização do Trabalho. In: ROCHA, Lis Esther; RIGOTTO, Raquel Maria; BUSHINELLI, José Tarcísio Penteadó (orgs). **Isto é trabalho de gente? Vida, Doença e Trabalho no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1993.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho** 4. ed. São Paulo: LTr, 2005.

\_\_\_\_\_. **Curso de Direito do Trabalho** 8. ed. São Paulo: LTr, 2009.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica**. São Paulo: Boitempo, 1999.

FERREIRA, Waldemar. História do direito brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1962.

FONSECA, Maria Hemília. **Curso de metodologia na elaboração de trabalhos acadêmicos**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Francisco Meton Marques de; LIMA, Francisco Péricles Rodrigues Marques de. **Terceirização total: entenda ponto por ponto**. São Paulo: LTr, 2018.

MARTINS, Sergio Pinto; Terceirização no direito do trabalho/ Sergio Pinto Martins. 15º ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MORAES, Paulo Ricardo Silva. Terceirização e precarização do trabalho humano. **Revista TST**, Brasília, v. 74, n. 4, out./dez. 2008.

NAVARRO, Vera Lucia. Trabalho, saúde e tempo livre sob os domínios do capital. In: PADILHA, Valquiria (org.). **Dialética do Lazer**. São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, Magda de Almeida. As transformações no mundo do trabalho: crises e desafios. **Revista TRT - 3ª R**, Belo Horizonte, n. 27, jul./dez. 1997.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 65-79, jul./dez. 2015.

SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários a reforma trabalhistas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

SEVERO, Valdete Souto; MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Manual da reforma trabalhista: pontos e contrapontos**. (orgs: Afonso Paciléo Neto, Sarah Hakim; Prefácio Lívio Enescu). São Paulo: Sensus, 2017.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A terceirização sob uma perspectiva humanista. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 70, p. 119-129, 2004.

VIANA, Marco Túlio. **Para entender a terceirização**. 2 ed. São Paulo: LTr, 2017.

ZARIFIAN, Philippe. Comunicação e Subjetividade nas Organizações. Trad. José Roberto Gomes da Silva. Revisão Técnica. Antônio Colbari. In: DAVEL, Eduardo; VERGARA, Sylvia Constant (Orgs). **Gestão com pessoas e subjetividade**. São Paulo: Atlas, 2006.

***A PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS:  
lutas e resistências na construção da Resolução CNS Nº 510 de 2016.***

*RESEARCH INVOLVING HUMAN BEINGS IN HUMAN AND SOCIAL SCIENCES: struggles  
and resistance in construction of Resolution CNS Nº 510 of 2016.*

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

CARVALHO NETO, Cacildo Teixeira de.  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
Doutor em Serviço Social  
cacildoneto37@gmail.com

ENGLER, Helen Barbosa Raiz.  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Unesp Campus Franca/SP  
Doutora em Serviço Social  
helenraiz@hotmail.com

**Resumo**

O presente texto é parte da tese intitulada “A transversalidade da ética na Pós-Graduação em Serviço Social” apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Unesp Campus Franca/SP. O debate proposto para esse texto é do processo de elaboração à promulgação da Resolução CNS nº 510 de 2016 que dispõem normas aplicáveis às pesquisas envolvendo seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais e seus pressupostos éticos. O texto está consubstanciado no método dialético; o percurso metodológico nas pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Mas para além de uma análise da própria Resolução, compartilharemos com os leitores a apreensão dos sujeitos participantes da pesquisa – docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da referida Faculdade. Consideramos que a análise construída elucidada o conhecimento dos processos histórico e social, de sujeitos coletivos, que perpassaram todo o debate, lutas e resistências até a promulgação da Resolução. Entende-se que é necessária sua aplicabilidade nos diversos cenários, só assim desmistificar-se-ão os nós ideológicos e epistemológicos entre os pesquisadores e pareceristas e da própria Resolução.

**Palavras-chave:** ética, pesquisa, Ciências Humanas e Sociais, Resolução CNS nº 510.

**Abstract**

The present text is part of the thesis entitled "The transversality of ethics in Post-Graduation in Social Work" presented to School of Humanities and Social Sciences, São Paulo State University. The proposed debate for this text is from the drafting process to the promulgation of Resolution CNS 510 of 2016 that establish norms applicable to the research involving human beings in the Human and Social Sciences and their ethical presuppositions. The text is embodied in the dialectical method; the methodological course in bibliographical, documentary and field research. But apart from an analysis of the Resolution itself, we will share with the readers the apprehension of the subjects participating in the research - teachers and students of the Graduate Program in Social Work of said Faculty. We consider that the constructed analysis elucidates the knowledge of the historical and social processes, of collective subjects, that went through all the debate, struggles and resistances until the promulgation of the Resolution. It is understood that its applicability is necessary in the different scenarios, only in this way will the ideological and epistemological nodes between the researchers and referees and the Resolution itself be demystified.

**Keywords:** ethics, research, Human and Social Sciences, CNS Resolution 510.



## 1 – INTRODUÇÃO

O presente texto é parte da tese intitulada “A transversalidade da ética na Pós-Graduação em Serviço Social” apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Unesp Campus Franca/SP. O recorte ao qual elucidamos traz à tona o processo de debate e elaboração da Resolução CNS nº 510 de 2016 que dispõem normas aplicáveis às pesquisas envolvendo seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais e seus pressupostos éticos. Mas para além de uma análise da própria Resolução, consubstanciada pelas pesquisas bibliográfica e documental, compartilharemos com os leitores a apreensão dos sujeitos participantes da pesquisa de campo, docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da referida Faculdade, no que tange o conhecimento sobre o processo histórico e social, de sujeitos coletivos, que perpassou todo o debate, lutas e resistências até a promulgação da Resolução.

A história nos conta que a bioética no Brasil tem seu marco na década de 1990 quando o avanço em pesquisas com seres humanos, seus procedimentos e a dimensão ética, passam a ter maior visibilidade internacional e nacional. Especificamente no ano de 1995, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) define a criação de um Grupo Executivo de Trabalho para a revisão da Resolução CNS nº 1 de 1988. O referido grupo tinha a missão de criar uma nova diretriz para as pesquisas com seres humanos no Brasil que estivesse condizente com o avanço biotecnológico e o debate profícuo de âmbito internacional sobre a ética nas pesquisas.

Em 1996, o referido Conselho promulga a Resolução CNS nº 196 para parametrizar diretrizes e normas reguladoras de pesquisas envolvendo seres humanos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1996), revista em 2012, na Resolução CNS nº 466. A promulgação desta Resolução é o marco divisório nas pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, cabendo ressaltar que, apesar das tensões e críticas sob sua direção teórica e epistemológica, feitas principalmente pelos pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais, a presente Resolução promoveu uma direção ética, política e legal para amparar os sujeitos participantes das pesquisas em todo território brasileiro.

Propomos a tecer uma análise crítica sobre a construção da Resolução CNS nº 510, pois vários pesquisadores de todas as áreas do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais se debruçaram sobre esse debate, objetivando uma diretriz condizente com as metodologias e métodos utilizados por essas ciências. Ressalta-se que este debate perpassa a virada do século XX para XXI.

## 2 – A RESOLUÇÃO CNS Nº 510 DE 2016 E SEUS PRESSUPOSTOS ÉTICO, POLÍTICO E TEÓRICO.

Da elaboração a promulgação da Resolução CNS nº 510, em abril de 2016, que dispõem normas aplicáveis às pesquisas envolvendo seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais e seus pressupostos éticos, se fez presente o engajamento do coletivo das Ciências Humanas e Sociais (CHS) na luta pela promulgação dessa Resolução enquanto expressão ética e dos seus fundamentos científicos, calcados nas dimensões ético-política e teórico-metodológica que abarcam as pesquisas e a construção do conhecimento, com vistas à promoção da dignidade humana e científica no enfrentamento das desigualdades sociais e da miséria humana (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

Com a promulgação da Resolução CNS nº 466, em que está disposto no item XIII.3 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013) que “As especificidades éticas das pesquisas nas ciências sociais e humanas e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas serão contempladas em resolução complementar, dadas suas particularidades”, intensificou-se o diálogo para que a Resolução contendo as especificidades das CHS fosse materializada.

Em junho de 2013, concomitante ao Fórum das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, aconteceu uma primeira reunião entres as diferentes Associações de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação dessas áreas. Essa teve por objetivo propor a criação de um Conselho de Ética em Pesquisa junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), “[...] visando a organizar um sistema de revisão sobre ética específico para as pesquisas em CHS, tanto em termos da estruturação de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), quando da elaboração de normas.” (GUERRIERO; BOSI, 2015, p. 2617). E, ainda, a criação do Fórum de Associações das Ciências Humanas, Sociais e Ciências Sociais Aplicadas para a continuidade dos debates, enquanto espaço político e deliberativo para novas propostas.

A proposta foi apresentada ao MCTIC que, posteriormente, respondeu orientando que o diálogo acontecesse junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), órgão já existente, ligado ao Ministério da Saúde, para tomar tais deliberações no que diz respeito à ética nas pesquisas.

Dessa orientação, foi proposta a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar a respectiva Resolução para as CHS, para a formação do grupo foram convidados as Associações supracitadas e os representantes do Fórum. O GT foi criado na esfera da Conep, formado por 18 Associações convidadas e representantes do Ministério da Saúde (MS), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT) e Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCITIE) (GUERRIERO; BOSI, 2015).

Desde a primeira reunião do GT-CHS, em agosto de 2013 até julho de 2015, os pesquisadores envolvidos nessa tarefa não mediram esforços para manter o posicionamento ético-político e teórico-metodológico condizentes com as CHS, não extrapolando as especificidades de determinada área em detrimento de outra. Apesar dos esforços, a Minuta de Resolução apresentada à Conep em 2014 não foi contemplada em sua totalidade pelo Colegiado da referida Comissão, tendo como resposta a solicitação de alterações importantes em seu texto. O documento Carta\_Resposta emitida pelo, então, Coordenador da Conep/CNS/MS à coordenação do Grupo de Trabalho da Resolução sobre Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, solicitou as devidas alterações após reunião da plenária da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) deliberada pelo seu Colegiado.

Pontuaremos alguns dos elementos destacados na Carta Resposta. De acordo com o referido documento, a Resolução para as CHS deve ser complementar à Resolução CNS nº 466/2012 e não uma normativa independente. Nos artigos 34 e 35 da Minuta, propunha-se a paridade da Conep entre membros das áreas biomédicas e das CHS, bem como a criação de um Grupo de Trabalho em Ética na Pesquisa nas CHS permanente para o monitoramento e reavaliação da Resolução e possíveis revisões. Para a Conep, os artigos estão incongruentes às Resoluções já existentes, considerando que há mais pesquisas na área da saúde com risco elevado que nas CHS, e que não é da alçada do GT deliberar sobre essa instância. Também foi recusada a proposta de promulgação da Resolução CHS somente com a criação e efetivação de protocolo específico para CHS na Plataforma Brasil. Em resposta, o Colegiado afirmou a incompetência do GT para definir tal proposta, cabendo ao CNS tal decisão. Para a proposta de que os projetos de pesquisa das CHS fossem avaliados por CEP, os quais teriam em seus membros representantes das CHS para a apreciação ética, a resposta partiu da crítica aos membros do GT, os membros do Colegiado expuseram que os pesquisadores que o compõem são reconhecidos em suas áreas, mas com pouca experiência junto ao sistema CEP/Conep e que há divergências entre pesquisadores das CHS sobre esse item, conforme exposto por participantes do Encontro Nacional de Comitês de Ética em Pesquisa (Encep) que são das CHS. Nos capítulos IV e VI da Minuta da Resolução, o GT propôs uma tipificação de risco e protocolos no sistema CEP/Conep de acordo com a gradação desses riscos. O Colegiado, em resposta, apontou que esse debate não está pronto para ir à consulta pública, que apesar dos esforços do GT CHS, a proposta não foi discutida com o GT Acreditação, Grupo de Trabalho criado para elaborar uma norma específica para a tipificação e gradação de risco das pesquisas com seres humanos. Dessa forma, orientou a retirada desses itens da Resolução (CONEP, 2015a).

No artigo 1º, parágrafo único, inciso III, dispõe sobre a não necessidade de inserção de projetos de alunos de graduação no sistema CEP/Conep, pois esses estão vinculados enquanto parte do projeto de seus respectivos orientadores e esses já aprovados nesse sistema. O Colegiado da Conep demonstrou em resposta preocupação, referindo-se à questão de ser apenas para alunos da graduação e que poderá haver confusão sobre o termo parte do projeto do orientador, com outros projetos como de extensão e continuidade. Nesse mesmo parágrafo, no item IV, dispensa-se a inserção de atividades didáticas obrigatórias de alunos de graduação se o orientador tem vínculo com a instituição do aluno no Sistema CEP/Conep. O Colegiado ressaltou que toda e qualquer atividade com seres humanos tem que ser inserida e apreciada pelos CEP. Do artigo 10, que dispõe sobre os direitos dos participantes, o Colegiado orientou rever seu texto e adequá-lo à Resolução CNS nº 466/2012, por entenderem que o texto está incompleto (CONEP, 2015a).

No artigo 17, inciso III, sobre o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, a referida Minuta traz que o participante tem o direito de participar e de desistir a qualquer momento, mas destaca a necessidade que essa desistência seja por escrito. Sobre esse item, o Colegiado da Conep expôs que essa orientação não condiz com a Resolução CNS nº 466/2012, apenas quando se trata de armazenamento e uso de material biológico humano em pesquisa. Nesse mesmo capítulo, inciso V, que dispõe sobre o ressarcimento de eventuais despesas que o participante venha a ter decorrente de sua participação nas pesquisas, foi orientado pelo Colegiado a alteração, pois o ressarcimento é, também, para o acompanhante quando esse for necessário. Foi orientado ainda a alteração do artigo 25 e o inciso XVIII do artigo 2º que trata do protocolo e documentação para ser

entregue ao CEP/Conep, referente à Norma Operacional 001/2013 do CNS, pois a referida norma sofrerá alteração (CONEP, 2015a).

No artigo 29 da Minuta, está disposto que a análise feita pelo CEP/Conep deve se ater aos preceitos éticos que envolvam a pesquisa com seres humanos e cabendo a outras instâncias acadêmicas a apreciação do mérito científico. Em resposta, o Colegiado da Conep expôs que entende a preocupação do GT, mas não tem como haver ruptura na análise ética e científica e que a solução não é a dissociação, mas sim a capacitação dos membros dos CEP. A Minuta propõe no artigo 31 a formação de CEP dedicados às pesquisas das CHS; a resposta da Conep foi que há CEP com aptidão para avaliar pesquisas das áreas CHS e biomédicas e que a formação de CEP com composição de membros apenas das CHS não atenderá a proposta de multidisciplinaridade. No artigo 32, o Colegiado aponta que, ao texto da Minuta, foi omitida uma das responsabilidades do pesquisador que consta na Resolução CNS nº 466/2012, “desenvolver o projeto conforme delineado”, que o protocolo aprovado pelo CEP/Conep é primordial para a pesquisa (CONEP, 2015a).

A síntese da Carta Resposta ao GT expressa as considerações da Conep diante os aspectos ético-político-científico das áreas CHS e do coletivo GT-CHS que construiu a Minuta da Resolução; considerações que, à luz de uma leitura detalhada, mostra-nos a falta de sensibilidade para os aspectos epistemológicos e metodológicos das CHS. Consideramos que o movimento representa um posicionamento político que retrata as relações de poder intrínsecas aos órgãos e departamentos da esfera pública.

Em resposta, o GT-CHS elaborou uma Carta Aberta de Resposta à Carta da Conep, expressando a maior indignação diante das refrações apresentadas e propostas diante da consolidação daquilo que expressava um avanço para as pesquisas nas CHS. A Carta Aberta do GT expõe sobre o item apontado pelo Colegiado Conep referente à Minuta de Resolução não ser tratada como complementar à Resolução CNS nº 466/2012; o GT orientou-se pela compreensão de complementariedade como igualitária e horizontal. Sobre os artigos 34 e 35, que dispõem sobre a composição da Conep e formação do GT, a Carta expõe que é justa e igualitária que a Comissão seja paritária entre as grandes áreas, mas, ao manter a maioria dos membros dos CEP na área da bioética e biomédica, reforça a hegemonia dessas áreas no sistema CEP/Conep (CONEP, 2015b).

Sobre a criação de protocolo específico para as CHS, o GT expõe a inviabilidade de se ter uma nova regulamentação e com sistema inadequado, incoerente, pois o protocolo em vigor já não atende as CHS e será um dissenso a partir da promulgação da Resolução CHS tê-lo enquanto meio de operacionalização. Em resposta a formação do GT, esclarece que seus membros são professores, pesquisadores, orientadores e não têm como desenvolver essas atividades sem terem contato com a Plataforma Brasil, ao Sistema CEP/Conep e as normativas e que o posicionamento da Conep é falaciosa e insultuosa ao considerar que não existe ética em pesquisa fora de suas parametrizações (CONEP, 2015b).

Sobre os capítulos IV e VI, o GT expõe que para qualquer regulamento de pesquisa é primordial a caracterização dos riscos e sua gradação; que houve a tentativa de parer os modelos dos dois GTs, mas a discrepância entre as áreas impossibilitou que isso acontecesse. Aponta, ainda, a incapacidade da Conep em compreender que as pesquisas nas CHS e nas biomédicas são diferentes e que requerem procedimentos específicos e classificação de riscos adequadas as suas realidades. Diante da diferença epistemológica e metodológica das CHS com as biomédicas a Carta do GT reafirma a incompreensão da Conep diante as disparidades entre elas e de que a apreciação do conjunto CEP/Conep deve ser dos aspectos éticos da pesquisa e não dos fundamentos científicos, pois toda essa diferença conflui nas concepções adotadas por essas áreas do conhecimento, por exemplo, a concepção de sujeitos participantes enquanto usuários para as biomédicas e como interlocutores para as CHS e partícipes de todo o processo de pesquisa. Sobre o item não constante na Minuta – “desenvolver o projeto conforme delineado”, explicita que nas CHS a relação entre sujeito participante e sujeito pesquisador é construída, mutável, num processo contínuo de interação e empatia construído durante a pesquisa e que outros fenômenos podem influenciar no seu desenvolvimento. Expõe, ainda, que isso não implica em mudanças significativas no projeto, principalmente que venham trazer alguma implicação ética, mas que a condução interna pode sofrer alterações (CONEP, 2015b). E subscrevem:

É por tudo isso, que, como membros do GT, especialistas convidados e representantes de associações científicas, por mais cansados e decepcionados que estejamos do processo de negociação mantido com a Conep, nos dispomos a manter a boa luta e instamos nossas Associações a

prosseguir em defesa de seus princípios, já muitas vezes enunciados e argumentados, em todos os outros foros pertinentes da vida pública nacional. (CONEP, 2015b, p. 7-8).

Após esse embate, entre o período de 21 de julho a 04 de setembro de 2015, esteve disponível no portal online da Conep, para consulta pública, a Minuta de Resolução Complementar à Resolução CNS nº 466/2012 referente às “Especificidades Éticas das Pesquisas nas Ciências Sociais e Humanas e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas”. O documento apresenta a proposta de uma Resolução que atenda às especificidades das CHS no que tange as diretrizes e princípios éticos para as pesquisas envolvendo seres humanos em que “[...] procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana [...]” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015, p. 2).

De acordo com Guerriero (2016), o GT CHS recebeu 394 contribuições, sendo 59 coletivas, seis construídas por Comitês de Ética em Pesquisa (CEP). Com participação pluralista, diferentes pessoas e instituições enviaram suas sugestões que foram apreciadas, analisadas e algumas inseridas na Minuta. Após a consulta pública, uma nova versão foi entregue à Conep e apresentada no encontro Nacional de Comitês de Ética em Pesquisa (Encep) de 2015, momento de novas adequações à Minuta de Resolução CHS. Em janeiro de 2016, esse documento foi enviado ao CNS, pela Conep, junto à solicitação do GT CHS para mediação com a mesa diretora desse Conselho com a participação de representantes do CNS, Conep e GT CHS, chegou ao consenso de sete itens dos nove sugeridos pelo Colegiado da Conep em Carta Resposta e outros dois foram definidos pela mesa diretora. Ao final estava pronta, mas não acabada, o que viria a ser a Resolução CNS nº 510/2016.

Diante a construção dessa análise, apoiada nas considerações da Minuta de Resolução, emerge uma preocupação em deixar claro que as CHS têm especificidades na questão do método, além de uma diversidade de perspectivas teórico-metodológicas que requerem análises cuidadosas e apropriadas às suas particularidades. Evidencia-se que as pesquisas nas CHS não têm uma intervenção direta com o corpo humano, mas sua construção está repleta de movimento e valores humanos, de relações construídas e estabelecidas diante a confiança, reciprocidade e valoração de princípios como liberdade, autonomia e reconhecimento do sujeito participante enquanto ser histórico-social que deve ser respeitado diante sua condição sociocultural e dado direito de ser e estar partícipe dessa construção nas tomadas de decisões. A construção do conhecimento nas CHS expressa a realidade complexa e contraditória em que vivemos, bem como as interações humanas sociais e com a natureza. Esse conhecimento de relevância imensurável guia a humanidade, desde a criação da escrita, no seu processo de transformação, ao mesmo tempo em que não esgota a realidade.

Apesar dessa discussão ter ficado centralizada na Conep, foi de conhecimento dos CEP e dos pesquisadores das CHS. Assim, perguntamos para os sujeitos participantes docentes qual a aproximação ao debate para a construção da Resolução para as CHS, vejamos:

*Olha, eu vou ser bem sincero, a minha aproximação se dá quase que no nível administrativo, porque nos chegam, mas um debate que seja um debate que envolva a mim e aos meus colegas. A gente está aqui em uma faculdade de ciências humanas e sociais, e que seja um debate extenso sobre isso, não ocorreu. Ou ele ocorre de forma esvaziada. Eu vejo todo o esforço da professora Helen em trazer esse tema para uma discussão mais ampla, mas abrangente, mas os próprios pesquisadores ainda estão vendo essa discussão como algo muito distante deles: “Olha, isso não é comigo, isso é mais para o pessoal que trabalha com a sociologia da saúde. Quem trabalha com sociologia do trabalho, quem trabalha com sociologia do desenvolvimento, com ciência política”. Ainda pelo menos essa é a percepção que eu tenho. Ver como algo que está vindo de cima para baixo e que o projeto de transformação de tudo isso, é algo que tem uma precedência sobre o processo de como isso está sendo discutido ou desenvolvido no plano da pesquisa em si, nas ciências humanas. Então, é essa percepção que eu tenho porque você vê chegando ao seu e-mail, “olha, essa mudança assim ... assim está acontecendo”, “olha, tem essa mudança acontecendo”, “tem essa minuta, essa nova resolução”, mas está*

*todo mundo muito alheio a este debate. Vejo como os colegas da área de educação, que lidam muitas vezes com criança e que vejo completamente distantes disso. (Antônio).*

*A minha aproximação se deu no Comitê de Ética local e em alguns eventos que eu participei em outras cidades e tal. Mas não no CONEP. Eu não tenho acesso ao CONEP. Mas eu participei acompanhando estes debates e acho que a 510 precisa melhorar ainda, mas eu acho que melhorou bastante da 196 que era extremamente voltada para a área médica. Hoje a gente já tem questões mais ligadas às ciências humanas e sociais contempladas na 510. Melhorou muito, mas eu ainda acho que tem que melhorar mais ainda. Mas eu acho que foi um grande avanço. (Sheila).*

*Então, até quando você chegou para nossa entrevista eu perguntei como que era, porque eu fiz parte aqui do CEP até o ano passado e eu só conhecia a Res.196 e a Res. 466, então para ser muito sincera eu não. Eu sabia das discussões de tudo que estava sendo ... a questão da formatação como que era, mas eu não conheço mesmo a 510 ainda, eu não me aprofundei, não sei muito bem a respeito, mas realmente eu percebi que precisaria de uma adaptação sim. A gente vinha discutindo sobre isso, é porque tinha alguns itens que não se adequavam ao Serviço Social, por exemplo, ou as ciências humanas de uma forma geral e a gente ficava até sem saber o que preencher. Então, eu acho que foi importante e que foi uma conquista também essa adaptação, por mais que, eu te disse, eu não conheço muito bem ainda, eu não estudei muito como as outras, como a gente era do CEP eu sabia um pouco mais e agora enquanto professora [...] eu preciso até me adaptar. Mas o que acontece muitas vezes, a gente convida o CEP para vir falar com os alunos ou encaminha os alunos até lá, mas enquanto membro do CEP que fui até o ano passado eu percebia, e quando eu ia submeter enquanto pesquisadora ou mesmo como avaliadora, depois parecerista, a gente sentia dificuldade mesmo. (Dolores).*

*Confesso que vi alguns debates, mas penso que o Câmpus de Franca deveria ter um espaço para a discussão da ética na pesquisa e suas normas. Da Resolução 510/16, fico muita atenta aos artigos 18 e 21, sobre os riscos na pesquisa, participava deste debates mais quando estava no grupo de pesquisa: "prática em pesquisa". Mas acho que deveria ser mais divulgado por parte da UNESP. (Maria).*

Das considerações a serem feitas das falas dos nossos participantes, traçaremos algumas observações pertinentes para a análise. Antônio pontuou o distanciamento dos professores e pesquisadores da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) no que diz respeito ao debate sobre ética na pesquisa e o processo de revisão da Resolução. Essa característica ressalta o desinteresse pelo tema e o grau de relevância perante a pesquisa e a construção do conhecimento. Entretanto, não muito distantes estão as falas de nossas participantes, considerando que apenas Sheila acompanhou pelo CEP toda a discussão e já sinaliza a fragilidade da Resolução CNS nº 510/2016. Algo tratado pelos participantes foi a discussão esvaziada do tema e da necessidade de se ter um espaço para esse debate, partindo dessas considerações e da fala de Antônio, haveria adesão dos pesquisadores da FCHS nesse espaço e uma discussão mais aprofundada caso isso fosse promovido? Dando prosseguimento...

Aos discentes participantes da pesquisa fizemos a mesma pergunta, 11 responderam, mas apenas 1 sujeito teve proximidade com o debate:

*Venho aproximando desse debate desde novembro de 2016 quando foi apresentada no evento a Resolução 510/2016, sendo que depois utilizei a mesma em minhas pesquisas, ainda um pouco confusa. (Mateus).*

Como podemos observar, o distanciamento do debate acerca da construção da Resolução

para as CHS, pelos discentes, coaduna com os docentes, o que nos provoca a reflexão por dois caminhos: primeiro, os pesquisadores não se interessam pela temática, apesar de considerarem, ou não, sua relevância; segundo, os pesquisadores estariam presos aos seus objetos de estudo e pesquisa e a ética estaria num segundo plano, seja pensar na eticidade da pesquisa ou na burocratização que muitos associam ao CEP e a seus protocolos. E, ainda, o distanciamento pelos discentes está evidente quando o único sujeito participante, que diz ter aproximação ao debate, trata de um período em que a Resolução já havia sido promulgada.

Em abril de 2016, foi promulgada a Resolução CNS nº 510 que dispõe sobre normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Nossa proposta para análise dessa Resolução será a de apresentar os principais elementos que permearam nosso debate até o momento. Isso não descaracteriza a relevância que toda a Resolução representa para o atual contexto das CHS. Das considerações:

Considerando que a produção científica deve implicar benefícios atuais ou potenciais para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 1).

A Resolução reza que a produção científica, o que chamaremos de construção de conhecimento, deve promover benefícios para a sociedade atual e vindoura; seus benefícios devem perdurar enquanto postulado científico da expressão concreta da sociedade e suas matizes. Tendo como princípios norteadores os valores éticos construídos nessa sociedade (cabendo considerar a relação tempo e espaço), espera-se que todo conhecimento tenha implícito a promoção da dignidade humana, respeito aos direitos historicamente conquistados e suas formas de se manifestarem entre a população e, dessa, suas formas plurais de existirem. Cabe ainda conceber que não há ruptura do conhecimento construído pelas CHS entre o homem, ser social histórico, e a natureza. Isso seria dissociar nossa condição de ser humano biológico e dependente dos recursos naturais, bem como desconsiderar os impactos sofridos pelo homem após a degradação da natureza e vice-versa. Dos princípios éticos:

Art. 3º São princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais:

I - reconhecimento da liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, inclusive da liberdade científica e acadêmica;

II - defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo nas relações que envolvem os processos de pesquisa;

III - respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas;

IV - empenho na ampliação e consolidação da democracia por meio da socialização da produção de conhecimento resultante da pesquisa, inclusive em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada;

V – recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa;

VI - garantia de assentimento ou consentimento dos participantes das pesquisas, esclarecidos sobre seu sentido e implicações;

VII - garantia da confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz;

VIII - garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas em pesquisa em prejuízo dos seus participantes;

IX - compromisso de todos os envolvidos na pesquisa de não criar, manter ou ampliar as situações de risco ou vulnerabilidade para indivíduos e coletividades, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação; e

X - compromisso de propiciar assistência a eventuais danos materiais e imateriais, decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso sempre e enquanto necessário. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 5).

Os princípios propostos pela Resolução fortalecem a liberdade, a autonomia e a proteção dos sujeitos envolvidos nas pesquisas, da mesma forma que potencializam a necessidade de garantir aos participantes que os dados apreendidos, analisados e publicizados não sejam objetos de reiteração do preconceito à diversidade e manutenção da barbárie, da violação dos direitos sociais, assim como no fortalecimento de estigmas e segregação de classe social. Ao contrário, que seja instrumento de ruptura aos denodados do sistema capitalista e suas inflexões, na construção da democracia. Diante da pluralidade científica existente, o primeiro princípio ético dessa Resolução explicita a liberdade e a autonomia científica e acadêmica. Arriscamos em considerar que esse princípio, em outras dimensões e esferas, nos faz refletir diante da possibilidade de uma ruptura do engessamento teórico presente em várias áreas do conhecimento, ratifica a pluralidade científica enquanto liberdade de conhecimento e do pesquisador em expandir seu saber. Reiteramos que é o objeto de pesquisa que escolhe o método, e não o contrário. Do processo de consentimento e do assentimento livre e esclarecido:

Art. 4o O processo de consentimento e do assentimento livre e esclarecido envolve o estabelecimento de relação de confiança entre pesquisador e participante, continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento, podendo ser obtido ou registrado em qualquer das fases de execução da pesquisa, bem como retirado a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ao participante. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 5).

O processo de consentimento e do assentimento livre e esclarecido contido nessa Resolução vem na direção que as CHS sinalizavam diante as Resoluções CNS nº 196/1996 e nº 466/2012, uma vez que ela elucida que esse processo de consentimento e ou assentimento é construído a partir da interação entre os sujeitos envolvidos na pesquisa durante todo o processo. Os princípios de confiabilidade e empatia não se dão de imediato, é necessário, pois, respeitar as condições objetivas de vida dos participantes e a compreensão subjetiva da interação que ele irá construir. Esse processo poderá acontecer a qualquer momento da pesquisa e de diferentes formas, assim como o seu registro, por meio de expressão oral, escrita, língua de sinais ou outra forma que for melhor adequada às condições socioculturais do participante ou do grupo e em consonância às abordagens metodológicas, sempre de forma clara e objetiva, permitindo ao participante esclarecer sempre que necessário suas dúvidas e dando a ele o tempo necessário para decidir. Todo processo de consentimento e ou assentimento deverá acontecer em lugar apropriado às condições do participante e de seu representante legal. Quando se aplicar, não se deve restringir ao participante, nem ao seu responsável, o acesso às informações que ele desejar, nem provocar qualquer constrangimento para tal.

Para a obtenção do consentimento e do assentimento, deve-se respeitar a singularidade do sujeito participante, para que essas informações sejam transmitidas a ele durante o processo de interação que se estabelece entre os sujeitos envolvidos na pesquisa. Nos casos de sujeitos capazes de decidir, mas com privação de sua autonomia por estarem tutelados pelo Estado, por exemplo, ou membro de alguma comunidade, será respeitada essa particularidade, mas sem prejuízo do indivíduo em decidir se deseja ou não participar. Numa tentativa de mudar o que historicamente provocava dissenso entre os pesquisadores das CHS e as diretrizes do Sistema CEP/Conep, essa Resolução apresenta no artigo 14, da Seção I, Capítulo III, “Quando for inviável a realização do processo de Consentimento Livre e Esclarecido, a dispensa desse processo deve ser justificadamente solicitada pelo pesquisador responsável ao Sistema CEP/Conep para apreciação.” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 6).

Alguns pesquisadores, principalmente na Antropologia, sinalizavam as dificuldades para a realização das pesquisas etnográficas e de outras metodologias pela não compreensão do Sistema CEP/Conep de que o processo e a obtenção do consentimento livre e esclarecido comprometeriam a realização da pesquisa. Os argumentos estão calcados na relação que se estabelece entre o sujeito participante e o pesquisador enquanto processo contínuo de interação. Para pesquisas em comunidades é necessário construir essa relação de confiabilidade para depois esclarecer a pesquisa. Em outros casos, é inviável a revelação da pesquisa. Nas Ciências Sociais Aplicadas, algumas pesquisas podem ter seus resultados comprometidos a partir do momento que os possíveis participantes tenham conhecimento de seus objetivos, como exemplo, as pesquisas de avaliação de Programas e políticas sociais. Essas pesquisas são consideradas encobertas, no inciso XV, artigo 2º,

Capítulo I, esclarece:

XV - pesquisa encoberta: pesquisa conduzida sem que os participantes sejam informados sobre objetivos e procedimentos do estudo, e sem que seu consentimento seja obtido previamente ou durante a realização da pesquisa. A pesquisa encoberta somente se justifica em circunstâncias nas quais a informação sobre objetivos e procedimentos alteraria o comportamento alvo do estudo ou quando a utilização deste método se apresenta como única forma de condução do estudo, devendo ser explicitado ao CEP o procedimento a ser adotado pelo pesquisador com o participante, no que se refere aos riscos, comunicação ao participante e uso dos dados coletados, além do compromisso ou não com a confidencialidade. Sempre que se mostre factível, o consentimento dos participantes deverá ser buscado posteriormente. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 3).

Como podemos observar na própria resolução, esse método de pesquisa justifica-se quando da impossibilidade de se obter as informações de forma mais fidedigna possível por outro método e metodologia. Ressaltamos que a utilização da pesquisa encoberta não exclui os princípios:

Art. 3º. IX - compromisso de todos os envolvidos na pesquisa de não criar, manter ou ampliar as situações de risco ou vulnerabilidade para indivíduos e coletividades, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação; e X - compromisso de propiciar assistência a eventuais danos materiais e imateriais, decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso sempre e enquanto necessário. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 5).

Acentua-se a responsabilidade do pesquisador com a análise e divulgação das informações, o rebatimento no cotidiano desses supostos participantes e na comunidade ou grupo ao qual pertence. Acredita-se, também, que toda pesquisa deva ser devolvida aos seus sujeitos, cabendo ao pesquisador criar formas de publicizar esse conhecimento. Do registro do consentimento e do assentimento:

Art. 15. O Registro do Consentimento e do Assentimento é o meio pelo qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante ou de seu responsável legal, sob a forma escrita, sonora, imagética, ou em outras formas que atendam às características da pesquisa e dos participantes, devendo conter informações em linguagem clara e de fácil entendimento para o suficiente esclarecimento sobre a pesquisa. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 7).

Contemplado nos artigos 15, 16 e 17 da Resolução em estudo, observa-se uma mudança significativa na forma de obter o registro do consentimento e do assentimento livre e esclarecido, promulga-se alternativas adequando-as à realidade do sujeito participante, das condições concretas socioeconômicas e culturais, mas também cognitivas e de acordo com o grau de compreensão. Outra forma de registro proposta pela Resolução é por meio de testemunha. Para as diferentes formas de registro ou da não utilização deve ser comunicada ao sistema CEP/Conep com justificativa para apreciação e aprovação. A ausência do registro não exime o pesquisador do processo de consentimento e assentimento, salvo nos casos supracitados. Quando da realização do registro, independente da forma, deverá ser explicitado ao sujeito participante: a justificativa, objetivos, procedimentos, dos possíveis danos, a garantia de liberdade do sujeito participante de se retirar da pesquisa a qualquer momento – sem necessidade de registrar por escrito, conforme proposto na Minuta da Resolução CHS –, sigilo e privacidade, ressarcimento sobre possíveis despesas, dos contatos dos pesquisadores e CEP ao qual o projeto está inserido, e garantia de acesso ao registro do consentimento e assentimento pelo participante a qualquer momento que desejar e independente da forma que foi feito. No inciso V do artigo 9º e inciso IV do artigo 17, descreve da possibilidade de identificação do sujeito após o término da pesquisa, claramente registrada sua anuência a estes itens e cabe ao participante decidir quais as informações que deseja serem publicizadas.



O assentimento de pesquisa não exclui o registro do consentimento do responsável legal e, principalmente, mesmo que o representante legal autorize a realização da pesquisa, caso o possível sujeito participante recuse a participar, seu desejo deverá ser respeitado. De acordo com a própria Resolução, o inciso I do artigo 2º, entende-se por assentimento livre e esclarecido a “[...] anuência do participante da pesquisa – criança, adolescente ou indivíduos impedidos de forma temporária ou não de consentir, na medida de sua compreensão e respeitadas suas singularidades [...]” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 2). Ao considerar o princípio de dignidade humana compreende-se que, todos os sujeitos participantes devem ser respeitados a partir da sua condição social, econômica e cultural, que a pesquisa deve promover benefícios a esse sujeito, todo cidadão deve ser respeitado independente de sua idade e da sua condição psicológica e patológica. Esses sujeitos deverão ter respeitados a sua vontade de participar ou não da pesquisa. Essas considerações nos remetem aos casos de crianças e adolescentes participantes de pesquisas ou cidadãos acometidos de doenças psiquiátricas limitantes – ao que se refere aos atos da vida civil –, e que muitos foram expostos em pesquisas sem terem o direito de decidir, respeitando o seu desejo de participar ou não. Compreendemos que a violação do direito se dá de várias formas e muitas vezes escondidas sob o véu da burocracia estigmatizante. Vivemos numa sociedade em que a violação do direito está naturalizada e banalizada, incumbindo ao cidadão que teve seu direito cerceado ou retirado de buscar pela sua efetivação usando de mecanismos ainda mais burocráticos e muitas vezes penosos e penalizantes. Como garantir à criança, ao adolescente e às pessoas acometidas de doenças psiquiátricas limitantes de reclamar seu direito violado numa pesquisa?

Ao pesquisador cabe a responsabilidade e compromisso ético-político de considerar as singularidades dos sujeitos e sensibilidade de perceber que na interação que se estabelece com o sujeito participante se ele demonstra sua insatisfação e de não querer participar da pesquisa, deve ser respeitado. A isso, consideramos que, entre os sujeitos envolvidos na pesquisa, há a necessidade de se criar uma relação de empatia e reciprocidade, de troca de conhecimento, de interação objetiva e subjetiva, “Nesse caso, podemos afirmar que o respeito ao outro é uma questão ética, mas também metodológica, e faz parte da natureza do estudo.” (GUERRIERO; MINAYO, 2013, p. 771).

Não dissociado, mas com relação intrínseca, nossa análise caminha para outro item relevante da Resolução CNS nº 510/2016, que é considerar os riscos das pesquisas nas CHS.

Art. 18. Nos projetos de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, a definição e a gradação do risco resultam da apreciação dos seus procedimentos metodológicos e do seu potencial de causar danos maiores ao participante do que os existentes na vida cotidiana, em consonância com o caráter processual e dialogal dessas pesquisas. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 8).

O Capítulo que dispõe sobre os riscos na e da pesquisa gerou embates entre o GT CHS e o Sistema CEP/Conep, conforme descrito anteriormente. Os riscos estão presentes em qualquer método de pesquisa, em qualquer área do conhecimento, os danos desencadeados numa pesquisa podem acontecer durante todo o processo, do contato com os participantes, na apreensão dos dados, nas análises e na publicização, e reverberar prejuízos materiais e subjetivos. O pesquisador deve estar atento aos riscos e criar medidas de precaução e proteção para atenuar os danos aos sujeitos participantes, podendo tomar medidas a serem discutidas com os próprios participantes e, se necessário, encerrar a pesquisa. Para os casos de danos, os participantes têm o direito à assistência e à indenização. De acordo com o artigo 21 o risco será graduado nos níveis mínimo, baixo, moderado ou elevado, mas o protocolo de gradação dos riscos e com diferentes níveis de precaução e proteção será normatizado em Resolução específica (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016). A Minuta de Resolução CHS, que foi objeto de análise e crítica do Sistema CEP/Conep, explicitava em seus artigos 20 a 23 e respectivos incisos a gradação e a tipificação dos níveis de riscos. Com os esforços desse GT CHS, mantiveram-se na Resolução CNS nº 510/2016 os quatro níveis, mas para a gradação, a tipificação e os protocolos serão elaborados, posteriormente, em conjunto com os membros das CHS, participantes da Conep entre outros, Resolução específica. A referida normatização atenderá tanto as CHS quanto as biomédicas, respeitadas suas especificidades, para cada área será elaborado capítulo específico (GUERRIERO, 2016).

Para falarmos do procedimento de análise ética no Sistema CEP/Conep, pontuaremos de forma contextual algumas das considerações presentes nesse Capítulo. Diante dos impasses, como apresentamos anteriormente, após reunião entre o coletivo GT CHS, mesa diretora do CNS e

representantes do Sistema CEP/Conep, consta na Resolução CNS nº 510/2016 que o protocolo de pesquisa a ser submetido ao Sistema CEP/Conep e respectivos documentos atenderão à normativa do CNS, mas desde que não haja prejuízo ao que está estabelecido na Resolução CHS. Os procedimentos preliminares da pesquisa, como investigação documental, contatos com possíveis participantes sem identificação e sem registro público e formal das informações obtidas, bem como visitas às comunidades e serviços, não serão objeto de avaliação do CEP/Conep (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016). Manteve na Resolução a compreensão de que cabe ao CEP/Conep a avaliação dos aspectos éticos dos projetos e dos procedimentos metodológicos, desses apenas os que impliquem em riscos aos sujeitos participantes, pois:

Art. 25. §1o. A avaliação científica dos aspectos teóricos dos projetos submetidos a essa Resolução compete às instâncias acadêmicas específicas, tais como comissões acadêmicas de pesquisa, bancas de Pós-Graduação, instituições de fomento à pesquisa, dentre outros. Não cabe ao Sistema CEP/CONEP a análise do desenho metodológico em si. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 9).

Esse parágrafo é relevante para as CHS, como respaldo aos recorrentes impasses que pesquisadores das diferentes disciplinas dessas grandes áreas experimentaram nesses últimos 20 anos. Casos de projetos devolvidos aos seus pesquisadores com pendências ou recusados com observações de crivo teórico e de método, aos quais não havia implicância ética para sua realização, apenas incompreensão de quem avaliou sobre as pesquisas de natureza qualitativa e dos percursos metodológicos utilizados pelas CHS (NOGUEIRA; SILVA, 2012; GUERRIERO; MINAYO, 2013). Outro item relevante que representa uma conquista são os projetos de pesquisa das CHS só poderão passar por apreciação e avaliação em CEP que tem composição equânime de membros das CHS.

Entre outros avanços com a Resolução CNS nº 510/2016, destacamos a promoção de instância, no âmbito da Conep, para acompanhar o processo de implementação dessa Resolução, bem como a criação de formulário para a Plataforma Brasil e seus protocolos. Essa instância terá em sua formação membros da composição do GT CHS – membros representantes das Associações, CEP e usuários. Promove-se a criação de CEP com membros das CHS e da paridade na composição da Conep.

Estando promulgada a Resolução CNS nº 510/2016, questionamos nossos sujeitos sobre o conhecimento da normativa, de seus princípios, avanços e desafios ainda presentes para sua efetivação. Vejamos inicialmente as falas dos docentes:

*Eu acho que a 466 tem um avanço da 196, aí esse processo eu acompanhei, eu acho que foi um grande avanço. Agora da 510, assim, eu sei que veio. Agora você falando eu fico até pensando, quem tem acesso, onde estão esses espaços, porque a gente discute a questão de ética, como eu disse no programa, de forma assim né, todas as disciplinas tinham que ter essa forma transversal ou às vezes pontual de acordo com as demandas que os alunos trazem para a sala de aula, mas especificamente a resolução, isso a gente só vai saber que existe só depois. Tem aluno que nem sabe que existiu a 196, a 466... Eu estou pensando nisso agora, os alunos ingressantes, eles, que vão submeter só vão pegar a resolução da 510, já nessa nova formatação, então não sei também se é dentro da disciplina de pesquisa que deveria fazer esse histórico e acho que é interessante saber um histórico, contar como foi o processo e aí é muito legal disso tudo que faz a gente até refletir sobre o tema da sua pesquisa, que eu estou achando muito interessante mesmo. (Dolores).*

*Não. Até porque é justamente aquilo que eu vinha te dizendo, Cacildo. Isso é muito pouco discutido aqui dentro. Eu tenho certeza que eu não, mas eu tenho certeza que dez colegas que passarem aqui, eles vão te dizer, “mas eu também não”. Não existe e não existiu um momento onde nós paramos e falamos “vamos discutir essas questões”. Ou se existiu foi muito esvaziado. Foi um evento que fez isso de forma residual. Eu tenho certeza que a professora Helen já deve ter feito algum evento aqui para discutir isso, mas*

*era como “ah, devem estar discutindo alguma coisa, mas isso não tem a ver com a gente”. (Antônio).*

*Tive, mas ainda não foi a leitura que eu quero ter. Foi mais pontual. Sim. Eu percebi sim. Eu acho que agora ela não está tão positivista. Ela não está tão voltada para a observação. Mas eu também, agora eu não me lembro muito bem, mas eu já vi em uma reunião que nós fizemos, críticas também sobre ela. Por isso que eu não gostaria muito de falar, mas se você me der um tempo eu posso ler e até dar esse retorno. Você me perdoa. (Maria).*

*É, eu não vou saber agora te falar item por item. Mas eu sei que a resolução 510 foi extremamente bem-vinda porque ela vem ao encontro do que as ciências sociais e humanas trabalham, que trabalhavam com problemas éticos. Como toda resolução, eu acho que só ela estando em uso é que a gente vai dizer o que precisa ser modificado. Eu sempre que vou analisar algum projeto, eu sempre recorro a essa Resolução de novo, releio, e tem algumas coisas que eu ainda não entendo e eu coloco no Comitê e o pessoal ajuda e eu acabo esquecendo de novo. Mas eu não sei te falar isso ao certo, Cacildo, eu sei que eu acho que tem que aprimorar. Às vezes são detalhes que outras pesquisas, outros projetos trazem que não estão contemplados, eu acho que é o uso mesmo. (Sheila).*

Observamos nas falas dos nossos sujeitos duas situações: Dolores e Antônio que desconhecem os princípios contidos na Resolução e seus avanços, e Maria e Sheila que tiveram acesso à normativa, mas não pontuaram avanços presentes na Resolução. Sobre a primeira situação posta, a apreensão que emerge é a ausência de interesse pela discussão, não pelos sujeitos desconsiderarem a relevância do tema e da própria discussão que perpassa a Resolução, mas por não ser prioridade. Luiz Fernando Duarte ao contextualizar sobre as Resoluções do CNS, que dispõem sobre ética nas pesquisas envolvendo seres humanos, nos diz que “A comunidade das CHS, em sua grande maioria, ignorou a regulamentação do CNS, por desconhecimento ou por princípio.” (DUARTE, 2015, p. 32). Todavia, o atual cenário requer desses pesquisadores uma maior e melhor compreensão do debate para efetivar a Resolução CNS nº 510/2016 e aprimorá-la no decorrer desse processo, reagindo às formas burocratizantes e estagnantes impostas às CHS até o momento.

Da segunda situação para análise, pontuamos a fala de Sheila ao ponderar que é necessário a Resolução estar em uso para vir à tona suas fragilidades. Nessa mesma direção, Guerriero (2016, p. 2621) aponta que “A Resolução precisa ganhar vida na prática cotidiana de todos, colaborando para que se estabeleçam relações éticas entre pesquisadores, participantes das investigações e o sistema CEP/CONEP.” Entretanto, para isso, é necessária uma mudança de postura dos próprios pesquisadores das CHS em se posicionarem diante a efetivação dessa Resolução e de seus princípios éticos.

Durante a entrevista, a participante Sheila trouxe outros elementos sobre a Resolução CNS nº 510/2016:

*Ah, lembrei da questão dos riscos de pesquisa que é uma coisa interessante porque as pessoas acham que a pesquisa não traz riscos. Se a gente tiver usando uma noção de neutralidade na pesquisa, talvez não traga. Mas como eu não acredito em uma neutralidade na pesquisa e nem a Resolução, e nem neste pessoal que fez esta 510 aí, a pesquisa sempre traz risco. Isso foi melhorado. Esta discussão foi melhorada na 510 de que você faz uma intervenção de qualquer forma. Você está trazendo uma novidade para as pessoas. Você vai fazendo as perguntas e eu começo a pensar em algumas coisas aqui que eu não estava pensando antes. Isso é uma intervenção. Então eu acho que essa discussão dos riscos tem sido interessante, mas ela precisa ser aprofundada. [...] Nós, das ciências humanas, a gente tem que pensar naquilo que a gente tem em mãos que são falas das pessoas. Eu acho que um jeito muito legal de fazer pesquisas,*

*se a gente pudesse fazer isso, seria a gente analisar a pesquisa junto com o sujeito. Não ter uma análise hierarquicamente do pesquisador sozinho. Mas ele poder analisar isso junto com o sujeito. “Essa fala sua me remete a tal coisa, e você, o que você acha?”. Fazer uma pós-verificação com esse sujeito e o que eu percebo, às vezes, é que algumas pesquisas trazem as falas dos sujeitos, mas eu não sei se o pessoal já está cansado no final da pesquisa, mas estas falas não aparecem, ou se aparecem, a atenção devida não é dada a elas. Então ficam falas pequenas, que não são comentadas, que não são visibilizadas, vamos dizer assim. Outra coisa que eu acho é que você tem falas e aí você encaixa essas falas em uma teoria. Não, é o contrário. A teoria tem que ser encaixada nas falas. Você não pode enquadrar a fala dos sujeitos em alguma coisa. Não, eu ouço uma coisa e aí eu vou ver qual teoria que me remete aquela fala. E não a minha teoria prévia e aí tem que encaixar naquilo outro. Então eu acho que essas são questões que a gente precisa prestar atenção na análise. (Sheila).*

Como já pontuado anteriormente, a Resolução em estudo propôs em seu texto sinalizar os níveis de riscos gerados pela pesquisa, graduado em mínimo, baixo, moderado ou elevado, sinalizados no protocolo de pesquisa, e que será elaborada Resolução específica para tratar da tipificação e da gradação. No entanto, no segundo trecho da entrevista, a participante trouxe duas questões relevantes para serem tratadas, primeiro articularemos o risco com a análise da pesquisa e depois da participação do sujeito na construção da análise.

De acordo com Diniz e Guerriero (2008, p. 81), o maior desafio ético das pesquisas em CHS está na análise e divulgação dos dados, não desconsiderando todo o processo, mas é na divulgação que deve ser garantido “[...] o anonimato e o sigilo, ideias sobre representação justa, compartilhamento dos benefícios da pesquisa, devolução dos resultados etc.” Compartilham desse posicionamento Nogueira e Silva, para quem o maior risco e desafio ético das pesquisas em CHS está no uso dos dados.

Aqui repousa, talvez, a maior complexidade da ética para o pesquisador que se apropria de dados de „outros” para interpretá-los, ou para chegar ao concreto abstratamente pensado. Portanto, na pesquisa social, não há como zelar pela questão ética sem aludir a uma necessária postura ética do pesquisador, que deverá acompanhá-lo até na publicação dos resultados da pesquisa. Com isto, espera-se reiterar que não se pretende eliminar a discussão dos cuidados éticos na pesquisa. Ao contrário, o que se quer é situá-lo adequadamente. (NOGUEIRA; SILVA, 2012, p. 200-201).

Como pode ser visto, a análise dos dados e sua divulgação expressam riscos aos participantes da pesquisa; de acordo com a Resolução CNS nº 510/2016, entende-se por risco da pesquisa “[...] a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente.” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 4).

Sobre o segundo tema exposto pela participante que trata da participação dos sujeitos na análise dos dados, Guerriero e Minayo (2013, p. 773) elucidam que está nas teorias compreensivas a possibilidade dessa construção, pois “[...] o participante é reconhecido como quem mais sabe sobre sua vida e, portanto, deve ser o primeiro juiz na validação de suas opiniões e representações, levando o pesquisador a tomar decisões conjuntas com ele ao longo da pesquisa.” Essa possibilidade de análise aos olhos da participante promoveria à pesquisa uma construção do conhecimento com os sujeitos e traria para centralidade dela a realidade do sujeito participante e sua forma singular e plural de compreender o mundo.

Para entender qual a dimensão da Resolução no universo de pesquisa, perguntamos aos nossos discentes: Você conhece a Resolução CNS nº 510/2016? Comente sobre seus principais aspectos éticos. Apenas 11 sujeitos responderam, desses 6 disseram “não”; 1 respondeu “sim” e 4 comentaram:

*Sim. Identifico que houve grandes avanços, porém não teve nenhum avanço no sistema CEP, é excessivamente vasto e centralizado, com muita*

*burocratização. (Boris).*

*Sim. O respeito e o tratamento que deve ser dispensado aos sujeitos da pesquisa com seres humanos. (Vitor).*

*Sim, é direcionar os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos com ênfase nas ciências sociais, esta tem que dar respaldo ao pesquisador e ao participante e, principalmente, dar visibilidade as pesquisas da área das ciências humanas e sociais que se difere das ciências da saúde. (Mateus).*

*Sim. Os aspectos éticos centrais estão na preservação da identidade dos participantes em pesquisa com seres humanos com ênfase em deixar claro os riscos e consentimentos dos pesquisados. (Celio).*

Conforme exposto pelos sujeitos, o principal aspecto está na relação com o sujeito de pesquisa, naquilo que a Resolução vem promover enquanto respeito à dignidade do sujeito e a sua identidade. Apenas o primeiro participante fala do avanço da Resolução e não do Sistema CEP/Conep. Apesar do avanço que a Resolução CNS nº 510/2016 representa para as CHS, algumas persistências ainda assombram os pesquisadores dessas áreas, pois “Cabe esclarecer que a resolução CHS apresenta diretrizes importantes para a adequada revisão ética a ser realizada pelo Sistema CEP/Conep, mas que não altera a tramitação dos protocolos de pesquisa em CHS” (GUERRIERO, 2016, p. 2621), ou seja, haverá um dissenso entre a norma e o protocolo, podendo gerar maiores desgastes entre os pesquisadores e os CEP.

### **3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consideramos que a Resolução em estudo é um avanço para as CHS, mas, como toda legislação em processo de implementação, há ainda alguns desafios, como:

- ✓ o reconhecimento e a compreensão pelos membros que compõem os diferentes CEP, da sua aplicabilidade e das questões epistemológicas e metodológicas pertinentes às CHS;
- ✓ a divulgação entre os pesquisadores das CHS e a luta para sua exequibilidade;
- ✓ a criação de formulários e protocolos que atendam as especificidades dessas grandes áreas;
- ✓ a promulgação de normativas sobre a gradação e tipificação de riscos condizentes com as CHS;
- ✓ avançar para o reconhecimento, junto ao Sistema CEP/Conep, da pluralidade das disciplinas nas CHS e suas particularidades na pesquisa envolvendo seres humanos, para além no corrente positivista;
- ✓ galgar espaço e reconhecimento junto aos CEP de domínio biomédico; e
- ✓ manter a luta e resistência ao imperialismo bioético (DUARTE, 2015) de cariz biomédico.

Ressaltamos que a análise referente aos CEP não é particularizada, ou seja, de um único Comitê, mas partimos e caminhamos de uma realidade que expressa o conjunto desses Comitês e do Sistema CEP/Conep. Reconhecemos o trabalho árduo dos membros dos CEP de todas as áreas, não só das CHS, da relevância para as pesquisas envolvendo seres humanos no país, principalmente, diante das barbáries cometidas ao longo da história, nosso posicionamento crítico está em concordância com os autores aqui elucidados, caminha na mesma direção: o de romper com a supremacia da área biomédica nos Comitês. Reconhecemos que a história de sua formação está atrelada às áreas da saúde, porém a partir do momento que as CHS se depara com uma Resolução, a qual tem que atender e está inserida, num sistema ao qual tem que obedecer, é natural que surja resistência e luta, pois o cerne desse sistema contradiz as expectativas, anseios e proposituras das CHS.

Assim, acreditamos que, após vinte anos, desde a Resolução CNS nº 196/1996, houve avanços, mas ainda é preciso manter o posicionamento crítico, a participação nos espaços deliberativos e construir respostas aos desafios presentes e vindouros.

### **REFERÊNCIAS**

CONEP. **Carta da CONEP ao GT sobre a minuta de CHS**. Brasília. DF, 28 jan. 2015a. Disponível em: <[http://www.sbh.org.br/informativo/view?ID\\_INFORMATIVO=90&impressao](http://www.sbh.org.br/informativo/view?ID_INFORMATIVO=90&impressao)>. Acesso em: 2 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Carta aberta dos representantes das CHS em resposta às objeções da CONEP à minuta**. Brasília, DF, 28 jan. 2015b. Disponível em: <[http://www.sbh.org.br/informativo/view?ID\\_INFORMATIVO=90&impressao](http://www.sbh.org.br/informativo/view?ID_INFORMATIVO=90&impressao)>. Acesso em: 2 out. 2017.

DINIZ, Debora; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Ética na pesquisa social: desafios ao modelo biomédico. **Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 78-90, 2008. Disponível em: <[www.reciis.cict.fiocruz.br](http://www.reciis.cict.fiocruz.br)>. Acesso em: 18 set. 2015.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. A ética em pesquisa nas ciências humanas e o imperialismo bioético no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 31-52, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/96/70>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016 que trata das especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais e de outras que utilizam metodologias próprias dessas áreas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2619-2629, 2016. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/csc/v21n8/1413-8123-csc-21-08-2619.pdf](http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n8/1413-8123-csc-21-08-2619.pdf)>. Acesso em: 2 nov. 2017.

\_\_\_\_\_.; MINAYO, Maria C. de Souza. O desafio de revisar aspectos éticos das pesquisas em ciências sociais e humanas: a necessidade de diretrizes específicas. **Physis: Revista da Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 763-782, 2013. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312013000300006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312013000300006)>. Acesso em: 26 set. 2015.

\_\_\_\_\_.; BOSI, Maria Lucia Magalhães. Ética na pesquisa na dinâmica do campo científico: desafios na construção de diretrizes para as ciências humanas e sociais. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 20, v. 9, p. 2615-2624, 2015. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/csc/v20n9/1413-8123-csc-20-09-2615.pdf](http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n9/1413-8123-csc-20-09-2615.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2017.

LEMONS, Marcelo Rodrigues. Estratificação social na teoria de Max Weber: considerações em torno do tema. **Revista Iluminart**, Sertãozinho, n. 95, p. 112-127, 21 nov. 2012. Disponível em: <[https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/939564/mod\\_resource/content/1/weber1.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/939564/mod_resource/content/1/weber1.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 16 out. 1996. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196\\_10\\_10\\_1996.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html)>. Acesso em: 16 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Seção 1, p. 53. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Minuta de Resolução Complementar à Resolução CNS nº 466/2012 referente às Especificidades Éticas das Pesquisas nas Ciências Sociais e Humanas e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/ultimas\\_noticias/2015/05maio15\\_minuta.html](http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2015/05maio15_minuta.html)>. Acesso em: 20 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1, p. 44-46. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

NOGUEIRA, Vera M. Ribeiro; SILVA, Vini Rabassa da. Ética em pesquisa, Plataforma Brasil e a produção de conhecimento em ciências humanas e sociais. **Ser Social**, Brasília, DF, v. 14, n. 30, p. 190-209, 2012.

**A POLÍTICA NACIONAL DE CRIMES AMBIENTAIS E A EFICÁCIA DA INTERVENÇÃO JUDICIAL**

*THE NATIONAL POLICY OF ENVIRONMENTAL CRIMES AND THE EFFECTIVENESS OF  
JUDICIAL INTERVENTION*

Área temática: 1.2 Desenvolvimento Ambiental/Sustentável.

FELÍCIO, Geisa Mariah Bomfim  
UNESP Campus de Franca  
Mestranda em Direito pela UNESP Campus de Franca  
[mariahbomfim@hotmail.com](mailto:mariahbomfim@hotmail.com)

FERNANDES, Fernando Andrade  
UNESP Campus de Franca  
Doutor em Direito  
[feranfer@uol.com.br](mailto:feranfer@uol.com.br)

BORGES, Thaís Regina Santos Saad  
UNESP Campus de Franca  
Mestranda em Direito pela UNESP Campus de Franca  
[thaissaadborges@gmail.com](mailto:thaissaadborges@gmail.com)

**Resumo**

O meio ambiente é essencial para a vida humana, e a manutenção de seu equilíbrio é fundamental para a sadia qualidade de vida. Não há como compreender a existência humana sem a existência de florestas, animais, oceanos e lagos. Inicialmente, veremos como o homem alterou profundamente o meio em que vive, causando danos irreversíveis ao bioma local. Não há como reparar o meio ambiente, pois uma vez que o dano é causado o local nunca mais será o mesmo. Assim veremos não somente a importância do meio ambiente para os seres humanos, mas também a importância da sua manutenção como está, pois as alterações causadas muitas vezes são perpétuas. Após veremos o que é protegido pela Lei Ambiental, e como ela não protege somente o animalzinho de estimação, e sim todo o conjunto de coisas que formam o meio ambiente, lançando sua proteção à toda a flora e fauna, bem como ao ar, águas e solos entre outros. A proteção recai sobre todos os bens que em conjunto são necessários a uma vida humana digna. Com o surgimento da Política Nacional do Meio Ambiente vemos, através de seus princípios, como é importante a prevenção ambiental. Serão apontados exemplos de institutos criados pela política nacional que visem evitar o acontecimento de qualquer dano ambiental, analisando o crime de poluição, que expressa melhor o caráter preventivo da política brasileira do Meio Ambiente, em sintonia com a tendência mundial. Finalmente, veremos como a intervenção do judiciário ajuda na prevenção de novos crimes ambientais.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente; Política Nacional do Meio Ambiente; Intervenção Judicial.

**Abstract**

The environment is essential for human life, and maintaining its balance is fundamental to a healthy life. There is no way to understand human life without the existence of forests, animals, oceans and lakes. Initially, we will see how man has deeply changed the environment that he lives in, causing irreversible damage to the local biome. There is no way to repair the environment because once the damage is done the location will never be the same again. Thus we will see not only the importance of the environment for human beings but also the importance of its maintenance as it is, because the changes caused are usually forever. After we will see what is protected by the Environmental Law, and how it does not only protect the pet, but all the set of things that form the environment, throwing its protection to all flora and fauna, as well as to the air, water and soils among others. With the emergence of the National Environmental Policy we see, through its principles, how



important environmental prevention is. Examples of institutes created by the national policy that seek to avoid the occurrence of any environmental damage will be mentioned, analyzing the crime of pollution, that better expresses the preventive character of the Brazilian policy of the Environment, in tune with the world trend. Finally, it will be seen how the intervention of the judiciary helps in the prevention of new environmental crimes.

**Keywords:** Environment; National Environment Policy; Judicial Intervention.

## 1 INTRODUÇÃO

O meio ambiente é essencial para a vida humana, e a manutenção de seu equilíbrio é fundamental para a sadia qualidade de vida. Não há como compreender a existência humana sem a existência de florestas, animais, oceanos e lagos.

Inicialmente, veremos como o homem alterou profundamente o meio em que vive, causando danos irreversíveis ao bioma local. Casos como o do Mar de Aral serão apresentados demonstrando como o meio ambiente é delicado e como a intervenção humana pode lhes causar desastres irreversíveis, extinguindo toda a possibilidade de formas de vida.

Não há como reparar o meio ambiente, pois uma vez que o dano é causado o local nunca mais será o mesmo. Assim veremos não somente a importância do meio ambiente para os seres humanos mas também a importância da sua manutenção como está, pois as alterações causadas muitas vezes são perpétuas, e estas alterações causadas pela exploração econômica não são visando a manutenção do meio ambiente.

Após veremos o que é protegido pela Lei Ambiental, ou seja, a unidade formada por inter-relações entre a natureza, tanto natural como artificial, a humanidade, e os bens culturais, de forma interdependente. A lei ambiental não protege somente o animalzinho de estimação, e sim todo o conjunto de coisas que formam o meio ambiente, lançando sua proteção à toda a flora e fauna, bem como ao ar, águas e solos entre outros. A proteção recai sobre todos os bens que em conjunto são necessários a uma vida humana digna.

Com o surgimento da Política Nacional do Meio Ambiente vemos, através de seus princípios, como é importante a prevenção ambiental. Serão apontados exemplos de institutos criados pela política nacional que visem evitar o acontecimento de qualquer dano ambiental.

Como exemplo máximo da intenção de preservar o meio ambiente e evitar alterações que piorem a sua qualidade, veremos o crime de poluição, que expressa melhor o caráter preventivo da política brasileira do Meio Ambiente, em sintonia com a tendência mundial, e qual tem sido o papel da intervenção judicial nesta prevenção.

## 2. A IMPORTÂNCIA DO MEIO AMBIENTE

O meio ambiente é indispensável para a vida humana, e tanto a sua manutenção como sua proteção são temas atuais e recorrentes, que atraem olhares de diversas pessoas e entidades com diferentes interesses. O homem depende da natureza desde o seu surgimento e além de explorá-la deve cuidar e manter não somente para si, mas para toda a coletividade e também para as futuras gerações.

Atualmente, muito se discute acerca da importância do meio ambiente, porém poucas pessoas realmente se importam com isso.

Entende-se por meio ambiente o local onde os seres vivos são capazes de viver, apresentando seus ciclos de vida de forma ordenada. Neste local onde vivem é que estes seres acharão as condições necessárias para sua sobrevivência, tal como água, ar, alimentos entre outros.

Não é possível conceber a existência de vida sem um meio ambiente, pois não somente a humanidade, como todos os seres vivos dependem dele para subsistência. Não há vida sem ar puro, água potável, solo fértil e clima ameno. Não há também economia sem um ambiente saudável.

Desde os primórdios o homem explora a natureza, e após a Revolução Industrial esta exploração se deu de forma desordenada e imprudente, trazendo várias consequências negativas para todos, chegando a alterar completamente o bioma, sendo impossível a existência de qualquer forma de vida nestes locais.

Tomamos por exemplo o Mar de Aral, que era um grande lago de água salgada na Ásia Central.

O desaparecimento do Mar de Aral, na Ásia Central, é uma das maiores catástrofes provocadas pelo homem do mundo. Para estimular o cultivo de algodão, políticas de irrigação agressivas implementadas pelos soviéticos transformaram 90% do que costumava ser o quarto maior lago do mundo em um deserto. (QOBILOV, 2017)

Tal alteração no bioma trouxe conseqüências devastadoras para os povos locais. Com diminuição da água do mar, a concentração de inseticidas e pesticidas jogados ao longo do rio por anos tornou-o um local inóspito. Com a morte dos peixes muitas pessoas perderam sua fonte única de subsistência, e as empresas pesqueiras abandonaram o local.

Houve também a mudança no clima, pois as chuvas cessaram, a grama secou, os pequenos lagos de água doce que existiam perto também secaram, e os rebanhos de antílope desapareceram. A vida se tornou muito difícil para as pessoas da região. Muitos tiveram que mudar de local, e os poucos que ficaram se viram na posição de necessitar de ajuda do governo para sobreviver, pois não havia mais condições de uma vida sustentável no local.

O que era antes um povoado próspero tornou-se uma vila pobre e miserável, e mesmo nos dias atuais não mais se consegue falar em recuperação do local.

Este é somente um dos exemplos de como a alteração do meio ambiente pode impactar negativamente a vida de um local. Devido à interferência do homem, em cerca de 40 anos a vida praticamente cessou na região.

Ainda assim, a exploração da natureza continua, como se não houvesse o dia de amanhã para se preocupar, empresas lançam seus dejetos na água e no ar, pessoas colocam fogo em plantações de cana, florestas são derrubadas para a criação de gado e plantio.

O homem age como dono do planeta Terra, tentando dominá-lo acreditando que os recursos naturais são infinitos, sem perceber que a humanidade e a vida dependem da natureza, e não o contrário.

Cada vez mais a tecnologia traz avanços para a sociedade, criando inseticidas capazes de matar pequenos predadores e não causar danos às plantas, sementes transgênicas são desenvolvidas para que as plantas sejam mais resistentes a determinadas doenças, animais são criados em cativeiro em espaços cada vez menores e em situação de estresse.

Quanto mais se pede da natureza, mais o seu preço é cobrado. Este preço pode não ser cobrado hoje, ou nesta geração, mas será cobrado. Recursos são finitos e sua manutenção é extremamente importante para o prosseguimento da vida. A água potável pode acabar, o ar pode tornar-se tóxico e o solo impróprio para o cultivo.

Sem a natureza, não existe vida.

### 3. O BEM JURÍDICO TUTELADO

Devido a preocupação com a preservação e manutenção da natureza, é necessário criar mecanismos de proteção eficazes, que consigam tutelar o bem jurídico ambiental, ou seja, proteger os valores essenciais à sadia qualidade de vida<sup>1</sup> e à manutenção da convivência harmônica e pacífica da sociedade.

A expressão “sadia qualidade de vida” faz com que o intérprete, com segurança, associe o direito à vida ao direito à saúde, dentro de uma visão da legislação brasileira destinada a impedir que o meio ambiente viesse a ser apenas uma questão de sobrevivência, mas, efetivamente “algo mais”, dentro de um parâmetro, vinculando o direito à vida em face de uma tutela à saúde com padrões de qualidade e dignidade. (FIORILLO, 2013)

Porém é necessário verificar o que é considerado como bem jurídico ambiental. Em 1981 foi promulgada a Política Nacional de Meio Ambiente que define como meio ambiente “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981)<sup>2</sup>.

Este conceito é sistêmico, pois demonstra que o meio ambiente é uma unidade formada por inter-relações entre a natureza, tanto natural como artificial, a humanidade, e os bens culturais, de

<sup>1</sup> Artigo 225, caput da Constituição Federal do Brasil de 1988.

<sup>2</sup> Artigo 3º, inciso I da Lei n. 6.938 – Política Nacional do Meio Ambiente

forma interdependente. A humanidade depende da natureza e é atingida por qualquer dano causado a ela.

O conceito legal é tido como antropocentrismo alargado, no qual o Homem é parte central da natureza, o mais importante, porém possui deveres morais para com ela, deveres estes que decorrem dos deveres morais que temos uns com os outros. Ou seja, o Homem é tido como a parte central, porém também é reconhecida a sua interdependência da natureza, motivo pelo qual é necessária a sua proteção.

Vale ressaltar que a Constituição Federal confirma o prescrito na Lei n. 6.938/81 ao dar ao meio ambiente ecologicamente equilibrado o status de direito humano fundamental. Porém

Ao estabelecer a existência de um bem que tem duas características específicas, a saber, ser essencial à sadia qualidade de vida e de uso comum do povo, a Constituição de 1988 formulou inovação verdadeiramente revolucionária, no sentido de criar um terceiro gênero de bem que, em face de sua natureza jurídica, não se confunde com os bens públicos e muito menos os bens privados. (FIORILLO, 2013)

Por isso o meio ambiente configura-se como um macro bem jurídico, inconfundível com os bens corpóreos que o compõem, sendo, portanto, inapropriável, indisponível, indivisível, incorpóreo, imaterial e de titularidade difusa. O que se pode apropriar são somente os recursos naturais em sentido estrito, ou microbens. Tal apropriação não significa que se pode explorá-los até a exaustão ou destruição, uma vez que atingiria o ambiente como um todo.

O meio ambiente é composto de elementos que também são considerados bens jurídicos, tais como a água, florestas, bosques, construções históricas, dentre outros. Os elementos corpóreos e incorpóreos que o integram possuem conceitos e regimes jurídicos próprios, tendo legislações específicas, como ocorre, por exemplo, com as florestas. A proteção destes bens não é individualizada, o que se busca é sua defesa como elemento indispensável à proteção ambiental como bem imaterial.

Todos os elementos que compõem o meio ambiente são parte de um todo que rege a vida em geral. Quando se fala em proteção, o que se tem em mente é a preservação de todo o conjunto de relações, que permitem, abrigam e definem todas as formas de vida. É a proteção de interesses fundamentais da coletividade.

Nossa Magna Carta define o meio ambiente como um bem de uso comum do povo, ou seja, de interesse público, que pertence a todas as pessoas e são úteis a elas, servindo-as, desde que respeitadas as leis e regulamentos. Por isso ele é indisponível e deve ser preservado não somente para a atualidade, mas também para as futuras gerações.

Por pertencer a todos, não pode ser apropriado por nenhuma pessoa, muito menos pelo Estado, que atua como mero administrador do meio ambiente, só podendo ser apropriados, eventualmente, os elementos corpóreos que o compõem, sempre em conformidade com as prescrições legais.

Em síntese, o meio ambiente é um macrobem autônomo, unitário, integrado, incorpóreo e imaterial - formado por microbens - de uso comum do povo e de interesse público, revestido de fundamental importância para o Homem.

#### **4. PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL E A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO**

A Política Nacional do Meio Ambiente<sup>3</sup> foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 e é a referência mais importante na proteção ambiental, dando efetividade ao artigo n. 225 da nossa Magna Carta. O Direito que está preceituado neste artigo é referente ao meio ambiente equilibrado simultaneamente ao dever de responsabilidade, quando uma atividade gerar dano ambiental. Portanto, tal dispositivo regulador do meio ambiente, determina que não se use indiscriminadamente determinado bem quando esta utilização colocar em risco o equilíbrio ambiental.

Observamos que o objetivo da tutela ambiental mundial é a de estabelecer a interpretação de normas ambientais vinculadas à erradicação da pobreza, reduzindo as desigualdades com o uso racional e equilibrado dos bens tutelado pelo direito ambiental dentro de uma economia de desenvolvimento sustentável. Para tanto a proteção ambiental deve ser parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada separadamente. Assim deve ser feita uma

<sup>3</sup> Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981

ponderação entre o direito fundamental ao desenvolvimento econômico e o direito à preservação ambiental que garantirá uma sadia qualidade de vida.

O que se visa é o estabelecimento de um dever jurídico de evitar a consumação de danos ambientais, mantendo o meio ambiente equilibrado, pois uma vez que causado um dano, o meio ambiente nunca mais voltará a ser o mesmo. Após a ocorrência de um dano, animais e plantas extintas não serão recuperados, a riqueza em nutrientes do solo não será repostas, assim como a fauna e a flora nunca mais serão as mesmas.

O direito ao meio ambiente equilibrado, do ponto de vista ecológico, consubstancia-se na conservação das propriedades e das funções naturais desse meio, de forma a permitir a existência, a evolução e o desenvolvimento dos seres vivos. Ter direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado equivale a afirmar que há um direito a que não se desequilibre significativamente o meio ambiente. (MACHADO, 2014)

Normas foram criadas para atingir tal situação de equilíbrio ecológico, sendo que o Direito Ambiental possui os seus próprios princípios diretores, presentes na Carta Magna. Tais princípios fundamentam o sistema jurídico e devem ser utilizados em conjunto com outros princípios em cada caso concreto, ou seja, inexistente princípio absoluto.

No que concerne os princípios ambientais, digna de nota é a previsão expressa de inúmeros deles na *Lei 11.428/2006*, que regula o *Bioma Mata Atlântica*: função socioambiental da propriedade, da equidade intergeracional, da prevenção, da precaução, do usuário-pagador, da transparência das informações e atos, da gestão democrática, da celeridade procedimental, da gratuidade dos serviços administrativos prestados ao pequeno produtor rural e às populações tradicionais e do respeito ao direito de propriedade. (AMADO, 2014)

É imprescindível prever, prevenir e combater as causas que gerem o desequilíbrio ambiental. Tendo em mente tal necessidade, alguns princípios ambientais surgem para dar efetividade a tal determinação, com destaque para os princípios da prevenção e da precaução.

O princípio da prevenção tem uma base científica para prever os danos ambientais decorrentes de determinadas atividades exploratórias que podem lesar o meio ambiente, impondo ao explorador determinadas condições para obtenção do licenciamento ambiental, visando mitigar ou suprimir possíveis prejuízos. Ele se volta para atividades nas quais já se definiram a extensão e a natureza dos danos ambientais, e trabalha com boa margem de segurança, ou seja, ele tem uma certeza científica da degradação do ambiente mediante determinada exploração.

A prevenção sempre é buscada pelo Direito Ambiental, uma vez que remediar normalmente não é possível, tendo em vista a natureza irreversível dos danos ambientais. Exemplo do uso deste princípio é a necessidade de estudo de impacto ambiental para o licenciamento de atividade que possa causar degradação ambiental.

Diferentemente, o princípio da precaução não tem a certeza científica, e é previsto na Declaração do Rio (ECO/1992)<sup>4</sup>.

De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para precaver a degradação ambiental. (ONU, 1992)

Assim, se determinado empreendimento puder causar sérios danos ambientais ou irreversíveis, porém não existe a certeza científica em relação a quais danos podem ser causados e a suas extensões, mas há probabilidade razoável fundada em base científica da probabilidade da

---

<sup>4</sup> Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrido entre os dias 3 a 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro

ocorrência do dano, o empreendedor deverá ser compelido a adotar medidas de precaução para eliminar ou reduzir os riscos ambientais para a população.

Já em casos extremos de perigo ambiental, é recomendável que o Poder Público não libere a exploração da atividade supostamente impactante até que se tenha uma evolução científica que possa melhor analisar a extensão dos potenciais males ambientais, pois é melhor prevenir do que remediar.

Podemos verificar então que a incerteza científica milita em favor do meio ambiente, e a precaução é caracterizada pela ação antecipada diante do risco desconhecido. Enquanto a prevenção trabalha com o risco certo em relação ao perigo concreto, a precaução trabalha com o risco incerto, envolvendo perigo abstrato ou potencial.

É notável a importância de tais princípios, uma vez que os danos ambientais são, na maioria das vezes, irreversíveis e irreparáveis. Para tanto basta pensar: como erradicar os efeitos de Chernobyl? Como recuperar uma espécie extinta? Como reavivar o rio Tietê? Como reverter os estragos causados pela seca do Mar de Aral?

No mesmo sentido destes princípios há também o princípio da informação ambiental. Tal preceito pretende promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino

A ação governamental objetiva a manutenção do equilíbrio ecológico, sendo certo que o meio ambiente é um patrimônio público de uso coletivo e deve ser necessariamente protegido. Por isso é que a preservação, a recuperação e a revitalização do meio ambiente há de constituir uma preocupação do Poder Público, e conseqüentemente, do Direito, porque ele forma a ambiência na qual se move, desenvolve, atua e expande a vida humana.

O objetivo do Programa Nacional do Meio Ambiente é de regulamentar as várias atividades que envolvam o meio ambiente, para que haja preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, tornando favorável a vida, assegurando à população condições propícias para seu desenvolvimento social e econômico, fundamentais na busca da proteção ambiental. De acordo com a

Lei Federal de 9.795/99, entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atividades e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à saudável qualidade de vida. (LANFREDI, 2012)

Clara é a intenção da legislação brasileira quanto ao seu objetivo. A lei da Política Nacional do Meio Ambiente segue a tendência mundial de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, fundamental para a vida. Para tanto o legislador também instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA<sup>5</sup>

Talvez a educação ambiental seja mesmo a melhor maneira de resolver os problemas que temos com o meio ambiente, pois a PNEA objetiva a construção de valores sociais, habilidades, conhecimentos, atitudes e competências voltadas para a conservação ambiental, incumbindo ao Poder Público promovê-la em todos os níveis de ensino, juntamente com a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

## 5. A POLÍTICA BRASILEIRA DE CRIMES AMBIENTAIS

Determinadas atividades econômicas podem gerar impacto ambiental, em grande ou pequena escala, por isso a Política Nacional do Meio Ambiente tenta identificar estas atividades que podem ameaçar um sistema ambiental e com medidas preventivas e proibitivas reduzir ou anular este impacto, utilizando-se de normas de comando e controle.

Os instrumentos que a Política Nacional utiliza estão elencados no artigo 9º da lei<sup>6</sup>, e são mecanismos que devem ser utilizados pela Administração Pública para que seus objetivos sejam alcançados. Tais instrumentos foram estabelecidos por meio de resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

Dentre estes instrumentos há os Padrões de Qualidade Ambiental que envolve a gestão dos componentes do meio ambiente, que são a qualidade das águas, do ar e dos padrões de ruídos.

<sup>5</sup>A Política Nacional de Educação Ambiental foi instituída através da Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

<sup>6</sup>Lei 6.938/81 que institui o Programa Nacional do Meio Ambiente

Os padrões de qualidade previstos para o meio receptor – água, ar e solo – devem ser amplamente confrontados com o sistema de produção e efluentes que pretende obter autorização. Tome-se por exemplo, a Resolução 20-CONAMA, de 18.6.1986, em que são classificadas as águas doces, salobras e salinas no território brasileiro. [...] Não importa que a atividade – por si só – não ultrapasse algum dos limites previstos: se o lançamento da nova carga poluidora fizer passar os padrões de qualidade em qualquer das alíneas (...) a atividade deverá ser indeferida, isto é, o órgão público ambiental não poderá conceder a autorização ou a licença ambiental. (MACHADO, 2014)

Já o Zoneamento Ambiental deve ser a consequência de um planejamento bem elaborado, pois ele visa, mediante intervenção estatal, organizar a relação espaço-produção, regulando recursos, indeferindo atividades, incentivando condutas, possibilitando assim o uso ordenado do território. Nele também deve conter a previsão de conservação e recuperação dos recursos naturais.

Semelhante a este instrumento há o Zoneamento Industrial, que destina áreas para instalação de indústrias cujos resíduos (sólidos, líquidos ou gasosos), ruídos, vibrações, emanções e radiações possam causar qualquer tipo de risco à saúde humana, mesmo que amenizados pelo controle e tratamento.

O Estudo ou Avaliação prévio de Impacto Ambiental reforça o caráter preventivo das políticas ambientais, pois se trata de um documento técnico que avalia as consequências para o meio ambiente decorrentes da exploração de determinada atividade, apontando de forma técnica e imparcial quais danos esta atividade poderá causar e apresentando medidas para minimizá-los. Nele deverá conter a identificação, análise e previsão dos impactos ambientais, sejam eles positivos ou negativos. Tal estudo dá à Administração Pública informações suficientes para liberar a instalação ou não de determinada atividade em determinado local.

O Licenciamento Ambiental é um procedimento administrativo que visa licenciar atividades ou empreendimentos que utilizem recursos ambientais (tais como águas interiores, superficiais e subterrâneas, estuários, mar territorial, solo, subsolo e elementos da biosfera) e sejam efetiva ou potencialmente capazes de causar degradação ambiental<sup>7</sup>. A ausência de operação sem este licenciamento é crime previsto na Lei 9.605/98.

A Auditoria Ambiental é o procedimento de exame e avaliação ocasional ou periódica do comportamento de determinada empresa em relação ao meio ambiente, é a avaliação de sua gestão ambiental. Tais auditorias tentam avaliar o desempenho dos sistemas de gestão, para adequá-los à política e regulamentos ambientais.

Clara é a intenção da lei ambiental em promover a manutenção do meio ambiente como está, evitando ao máximo a ocorrência de distúrbios que possam alterá-lo. Assim vemos que a prevenção é o pilar principal do Direito Ambiental, consubstanciando-se como seu objetivo fundamental.

Vemos claramente este caráter preventivo da Política Nacional do Meio Ambiente nos crimes de poluição. O artigo 54 da Lei de Crimes Ambientais determina que será considerado poluição todo e qualquer ato que *“resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora”* (BRASIL, 1998). O § 3º deste mesmo artigo reforça esta intenção ao prever as mesmas penas do crime de poluição para quem deixar de adotar as medidas de precaução, quando exigidas pela autoridade, em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

Os dispositivos da lei ambiental que tratam dos delitos relacionados à poluição configuram crimes de perigo bastando, portanto, a mera possibilidade de ocorrência do dano. No caso do art. 54 essa característica se traduz na expressão *“...possam resultar dano à saúde humana, mortandade de animais ou destruição significativa da flora”*.

O art. 54 da Lei n.9+605/98 tem por *objetividade jurídica* o equilíbrio do ecossistema. Tem como *sujeito ativo* qualquer pessoa (crime comum) e, como *sujeito passivo*, a coletividade. (FIORILLO, 2014)

---

<sup>7</sup> Artigo 2º, inciso I da Política Nacional do Meio Ambiente.

Como a maioria dos crimes de poluição tem efeitos irreversíveis, há a necessidade de atuação prévia do Direito, criando tutelas inibitórias dos atos de degradação tentando evitar o seu início. Portanto, basta a mera conduta independentemente da produção do resultado criminoso.

Em face das características do Direito Ambiental e da necessidade da legislação criminal se adequar aos seus princípios, entre eles o princípio da prevenção, é justificada a existência de dispositivos em que a punição independe do dano efetivo, como nos crimes de poluição, bastando a simples constatação do perigo para a sua consumação.

## **6. A EFICÁCIA DA POLÍTICA NACIONAL DE CRIMES AMBIENTAIS E DA INTERVENÇÃO JUDICIAL**

O meio ambiente é extremamente importante para a saudável qualidade de vida da humanidade, e deve ser mantido e protegido por quem detém o poder para tanto, ou seja, o Poder Público, criando instrumentos que visem frear o seu uso indiscriminado. A eficácia destes instrumentos é freqüentemente questionada, uma vez que é necessário conter a degradação ambiental sem que impeça o desenvolvimento econômico.

A Política Nacional do Meio Ambiente tenta identificar as atividades que causam riscos ao meio ambiente e as cercam com medidas preventivas e proibitivas, que são normas de controle e comando que visam à regulamentação das atividades com potencial impacto ambiental. Estas normas se traduzem em restrições de atividades, controle de uso de recursos naturais e especificação de tecnologias. Porém, mesmo com a existência de normas que tentam prevenir a degradação ambiental, ela acontece com muita freqüência.

O Brasil é o país que têm as mais completas leis ambientais no mundo, e estes instrumentos deveriam ser suficientes para termos sob controle toda a política ambiental, mas existem barreiras entre o Estado e a política de mercado que podem ser infladas diante da incapacitação de recursos financeiros e ausência de políticas públicas eficientes.

A produção das normas ambientais traz um conflito social, de um lado as pessoas conscientes que pretendem proteger o meio ambiente para si mesmos e para as futuras gerações, e de outro lado o mercado econômico, que visa eficiência e lucro na produção de bens com a maior agilidade possível. Assim, cabe ao Legislativo organizar e suprir este conflito social, visando a pacificação.

Para que a legislação ambiental seja eficaz é necessário mais do que a pura normatização, é imprescindível a existência de outras políticas públicas como as de educação e conscientização, visando a sustentabilidade. Porém ainda há a necessidade da intervenção do Estado com medidas repressivas, mas estas medidas são reativas e não preventivas, não revertendo o *status quo* do meio ambiente.

Nos casos de crimes ambientais o Estado somente irá se manifestar após o acontecimento de um dano ambiental, punindo o agente poluidor de várias maneiras, com a imposição de multa, restrição de direitos e liberdades entre outros. Mas o que tem que ser analisado é a eficácia desta intervenção posteriormente, na ocorrência de futuros crimes ambientais.

Tomemos como exemplo um pequeno agricultor rural que é pego em flagrante pescando durante a piracema. Esta pessoa simples irá responder um processo criminal, o que por si só gerará um grande transtorno. Dependendo da gravidade do delito, as penas poderão ser de multa e/ou prisão. Em se tratando de uma pessoa simples, ele nunca mais quererá passar por uma situação semelhante, pois além de atrapalhar todas as suas atividades ele terá de quitar sua dívida com o Estado e a sociedade.

Atualmente, em relação às pessoas jurídicas o resultado não é muito diferente.

A ameaça de uma sanção de ordem penal, tem obrigado empresas, que antes descuidavam dos seus custos para com a proteção ambiental (em desfavor de outras que destinavam recursos para a área), a investir no setor, tornando o mercado, desta forma, mais competitivo. Os efeitos de uma condenação penal, em especial para a pessoa jurídica, ultrapassam a pena cominada diretamente em cada artigo para atingir restrições diretas à sua atividade, entre outros estigmas que induzem grande reprovabilidade social. (PEDRO, 2017)

Devemos antes de qualquer coisa ressaltar o papel do estigma de criminoso na atual

sociedade. Uma vez que a pessoa ou a empresa são processados criminalmente, recebem um estigma social de poluidores, de não amigos do meio ambiente e da sociedade. Assim, as empresas vêem seus lucros diminuírem em razão deste estigma e as pessoas são tachadas na rua como mal elemento, como uma pessoa com quem não se deve relacionar.

No sistema brasileiro as sanções aplicadas contra os delitos ambientais ainda não têm total efetividade, e vemos diariamente informações que nos mostram isso. Porém é necessário reafirmar que a tutela ambiental existe e tem a sua eficácia, que ainda não é plena e necessita de mudanças para que isso ocorra.

Em 1998 foi promulgada a Lei Ambiental n. 9.605 que prescreve sanções para os crimes contra todo o meio ambiente, sendo uma lei clara e precisa, que elenca as condutas cometidas contra o meio ambiente e quais sanções deverão ser aplicadas. Esta lei deve ser respeitada e aplicada, e novos institutos surgirão visando o seu aprimoramento e implementação. A implementação da norma não significa somente dizer o que fazer após a sua transgressão, e não se exaure somente na repressão e reparação do dano, ela também atua como uma forma de prevenção e tem como finalidade *identificar tal fenômeno com os mecanismos que levam ao cumprimento da lei, incluído aspectos de prevenção, de reparação e de repressão, seja por provocação oficial, seja por atuação privada* (BENJAMIM, 1993).

A intervenção judicial é muito importante quando se fala em eficácia da norma ambiental, e verificamos isso com o caso ocorrido em Rondônia, no município de Cujubim durante a operação da Polícia Federal chamada Operação Arco de Fogo. Em 2008 a Polícia Federal, juntamente com o Ministério Público Federal, Defensoria Pública Estadual e Poder Judiciário do Estado agiram juntos para acelerar os processos ambientais daquele município, planejando suas atuações nos crimes mais comuns e tratando sobre o destino dos bens apreendidos.

Assim, o grupo decidiu aproveitar a estrutura da Operação Justiça Rápida, um Programa do Tribunal de Justiça de Rondônia que consiste no deslocamento de juízes, advogados, servidores de apoio e de equipamentos às localidades distantes e desprovidas da presença de órgão do Poder Judiciário. Este programa estava acontecendo em Cujubim no início da Operação Ardo de Fogo e sua estrutura foi utilizada para cobrir os novos casos iniciados naquele período. Dessa forma as audiências ocorreriam em Cujubim, o município alvo da operação, em vez de Ariquemes, o município sede do Fórum, distante 200 km.

O Juizado Especial de Ariquemes elaborou uma pauta de audiências para que a Polícia Federal já intimasse os infratores comparecerem à audiência preliminar assim que fosse autuados. (ARAÚJO, LIMA e BARRETO, 2009)

Desta forma, após aproximadamente dez dias da autuação ocorria a audiência, na qual o Ministério Público oferecia proposta de acordo e apresentava denúncia, e caso não houvesse possibilidade de acordo e de audiência de instrução, pelo menos as testemunhas de acusação já eram ouvidas. Assim houve um julgamento rápido destas ações com a efetividade da tutela ambiental alcançada.

Esta experiência demonstra como a cooperação entre instituições pode superar obstáculos e utilizar os recursos disponíveis para otimizar os resultados e obter uma maior eficácia nos julgamentos de ações ambientais, respondendo assim às demandas sociais de proteção ambiental.

Alias, o Direito Ambiental somente será dotado de efetividade quando ele desempenhar concretamente sua função social, ou seja, quando atender aos clamores da sociedade protegendo efetivamente o bioma.

## **7. CONCLUSÕES.**

O meio ambiente é essencial para a vida humana, e a manutenção de seu equilíbrio é fundamental para a sadia qualidade de vida. Não há como compreender a existência humana sem a existência de florestas, animais, oceanos e lagos.

A história nos mostra como o homem alterou profundamente o meio em que vive, causando danos irreversíveis ao bioma local. Casos como o do Mar de Aral é um exemplo de como a exploração desordenada do meio ambiente causou a extinção de praticamente todas as formas de vida do local.



Não há como reparar o meio ambiente, uma vez que o dano causado naquele local não o permitirá a ser como era antes. Como podemos falar em recuperação de Chernobyl? Como se recupera uma floresta queimada? Em função desta degradação espécies desaparecem, e uma vez extinta não há o que se recuperar.

A proteção ambiental passa a ser um tópico de extrema importância para a sociedade em razão do caráter, muitas vezes, irreversível dos danos ambientais. Por isso o meio ambiente foi elevado a direito fundamental, sendo prevista a sua proteção na Constituição Federal de 1988, no art. 225.

Quando se fala em proteção ambiental, o que se visa proteger é o conjunto de condições que permite a vida em todas as suas formas. Fazemos parte de uma legislação antropocêntrica alargada, que vê o ser humano como centro de tudo, porém não vê o meio ambiente somente como algo à disposição do homem. A lei entende a sua necessidade e percebe a interdependência do homem.

Assim o meio ambiente se torna um bem de uso comum do povo, servindo às pessoas desde que respeitadas as leis e normas que regulam seu uso, e se transforma em um bem indisponível de interesse coletivo.

Interessante notar a imposição que se deu ao Poder Público de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Neste escopo nasceu a Política Nacional do Meio Ambiente por meio da Lei n.6.938 de 1981, que tem como objetivo principal “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida”<sup>8</sup>. Note-se que não é objetivo desta lei a repressão de crimes ambientais após o seu acontecimento, e sim evitar que eles ocorram.

Esta Política Nacional é permeada de princípios e regras que devem ser seguidos para a manutenção do meio ambiente, e um olhar atento sobre ela nos demonstra seu caráter preventivo. Alguns dos instrumentos instituídos por ela são claramente preventivos como o Zoneamento Ambiental e a Avaliação de Impactos Ambientais<sup>9</sup>.

Tais instrumentos somente permitirão a instalação de uma atividade que esteja em conformidade com as leis ambientais, e que eventuais riscos de poluição sejam reduzidos ao mínimo.

Reforçando estes instrumentos há os princípios da prevenção e da precaução. Com base no princípio da prevenção uma atividade econômica lesiva ao meio ambiente somente terá licença ambiental para operar se forem adotadas todas as medidas necessárias para que não ocorram prejuízos ambientais cientificamente previstos. Já o princípio da precaução não trabalha com esta certeza científica, porém o empreendedor será compelido a adotar medidas de precaução para que não ocorra o prejuízo quando houver a ameaça de danos sérios ou irreversíveis ao meio ambiente.

Seguindo esta linha adotada pela Política Nacional do Meio Ambiente a Lei de Crimes Ambientais<sup>10</sup> define quais são os crimes ambientais e a punição para cada um deles. Esta lei estabelece que são crimes a mera possibilidade de ocorrência do dano ambiental, determinando que os crimes ambientais são crimes de perigo abstrato, pois eles envolvem perigo potencial.

Observando os crimes de poluição verifica-se que é crime a poluição que *resulte ou possa resultar* em danos à saúde humana. A lei ao estabelecer que não há necessidade de comprovar o dano à saúde humana está protegendo o bioma como está, pois uma vez ocorrido o dano não há como o meio ambiente voltar a ser como era.

Desta forma, tanto a Política Nacional do Meio Ambiente como a Lei de Crimes Ambientais estão perfeitamente em sincronia com a tendência mundial de proteger o meio ambiente antes que ocorra qualquer tipo de degradação, pois os danos causados na maioria das vezes são irreversíveis e o seu retorno ao *status quo* é impossível.

Porém também tem que ser analisada a eficácia da intervenção judicial após o acontecimento de crimes ambientais. Embora muitos considerem a Lei Ambiental falha e não totalmente eficaz, não há que se negar que ela exerce alguma proteção, que não é total.

Vimos que a maior prioridade da Política Nacional do Meio Ambiente é manter o bioma como está, manter o equilíbrio e a existência da flora e da fauna. Como visto, uma vez ocorrido o dano ambiental não há retorno, aquela floresta, aquele lago, aquele ambiente nunca mais será o mesmo, a vida no local nunca mais será igual.

Assim a aplicação do Direito Ambiental tem mais a função de servir de exemplo para as pessoas, para que não ocorram futuras degradações. Atualmente a lei atinge este objetivo. Pessoas e empresas processadas criminalmente por um delito ambiental são estigmatizadas pela sociedade como pessoas e empresas não amigas do meio ambiente.

<sup>8</sup> Artigo 2º, caput da Lei 6.938/81

<sup>9</sup> Art. 9º, incisos II e III da Lei 6.938/81

<sup>10</sup> Lei n. 9.605/98

No âmbito empresarial fábricas e indústrias perdem investimentos por não respeitarem as leis ambientais, perdem vendas por não agir em conformidade com a lei. As pessoas físicas também se sentem estigmatizadas pela sociedade quando cometem um crime ambiental, por isso tentam agir da melhor forma possível.

A Política Nacional do Meio Ambiente dá parâmetros para a proteção do meio ambiente e estabelece, acima de tudo, a busca da sua manutenção. A intervenção judicial auxilia nesta busca, pois as os processados criminalmente são vistos como inimigos do meio ambiente, pessoas egoístas a serem evitadas. A efetividade desta política nacional ainda está longe de ser plena, e há a necessidade de criação de outros mecanismos de proteção ambiental, porém ela existe e cumpre, um pouco o seu papel, com o auxílio do judiciário.

## 8. BIBLIOGRAFIA

- AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito ambiental esquematizado**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- BARRETO, Paulo, ARAÚJO, Elis, LIMA, Ana Carolina. **A Impunidade de Crimes Ambientais em Áreas Protegidas Federais na Amazônia**. Belém: Imazon, 2009.
- BENJAMIM, Antônio Herman Vasconcelos. **Implementação da legislação ambiental. Dano ambiental, prevenção, reparação e repressão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- BRASIL. **Lei n. 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- BRASIL. **Lei n. 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- BRASIL. **Lei n. 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm)>. Acesso em 9 out. 2017.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BOSQUÊ, Alessandra Figueiredo dos Santos. **Biopirataria e Biotecnologia: a tutela penal da biodiversidade amazônica**. Curitiba: Juruá, 2012.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal, volume 1, parte geral**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Crimes Ambientais**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- FREITAS, Vladimir Passos de. FREITAS, Gilberto Passos de. **Crimes contra a natureza**. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.
- LANFREDI, Geraldo Ferreira. **Política ambiental: busca de efetividade de seus instrumentos**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 22. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais comentadas**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 3 a 14 de junho de 1992. Disponível em <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em 10 out. 2017.
- PEDRO, Antônio Fernando Pinheiro. **Lei de crimes ambientais, falta de licença e licenciamentos pendentes**. Disponível em <<http://www.ambientalegal.com.br/lei-de-crimes-ambientais-falta-de-licenca-e-licenciamentos-pendentes/>>. Acesso em 04 fev. 2018.
- SANTOS, Washington dos. **Dicionário jurídico brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

***A POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E A INCORPORAÇÃO DO  
TRABALHO VOLUNTÁRIO EM SUAS AÇÕES: SERÁ ESSA MAIS UMA FORMA DE  
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?***

*THE CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY POLICY AND THE INCORPORATION OF  
VOLUNTARY WORK IN ITS ACTIONS: IS THAT MORE THAN ONE WAY FOR PRACTICE OF  
WORK?*

**Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Direito, Trabalho e Serviço Social.**

QUEIROZ, Adriana de Souza Lima  
UNESP  
Doutoranda em Serviço Social  
[adri\\_souzalima@yahoo.com.br](mailto:adri_souzalima@yahoo.com.br)

PIMENTEL, Rosalinda Chedian  
UNESP  
Pós-doc em Planejamento Urbano e Regional  
[rchedian@gmail.com](mailto:rchedian@gmail.com)

SOUZA, Evana Barros Pereira  
UNESP  
Doutoranda em Serviço Social  
[evanabarrosps@gmail.com](mailto:evanabarrosps@gmail.com)

## **Resumo**

Este artigo tem como objetivo construir algumas pistas sobre como a Responsabilidade Social Empresarial vem incorporando o trabalho voluntário em suas ações, tomando como premissa que o trabalho voluntário surge como uma ação caritativa ligado à Igreja Católica e, atualmente, vem sendo incorporado por setores políticos e econômicos. Discutir o trabalho voluntário na atualidade torna-se necessário frente a expansão dessa forma de trabalho e as transformações da sociedade e, por consequência, suas significativas mudanças no mundo do trabalho e no modelo de desenvolvimento empresarial. Como metodologia utilizou-se de pesquisa bibliográfica com consulta a livros e artigos que tratam do tema. Parte-se da concepção de que o trabalho voluntário se configura como mais uma forma de precarização estrutural do trabalho conjugado com a expansão do trabalho voluntário e a redução do trabalho formal. Busca-se nesse estudo apontar, de forma crítica, as relações de trabalho que são construídas para o desenvolvimentos das ações responsabilidade social empresarial. Como resultado entendemos que delegar o desenvolvimento das ações de responsabilidade social para os trabalhadores, configura-se como um indicativo de intensificação do trabalho, de acúmulo de lucros e possibilidade de ascensão do trabalhador.

**Palavras-chave:** responsabilidade Social, trabalho Voluntário, precarização do trabalho.

## **Abstract**

This article aims to build some clues about how Corporate Social Responsibility has been incorporating voluntary work into its actions, taking as a premise that volunteer work appears as a charitable action linked to the Catholic Church and is currently being incorporated by political sectors and economic conditions. Discussing voluntary work today is necessary in the face of the expansion of this form of work and the transformations of society and, consequently, its significant changes in the world of work and the business development model. As methodology was used of bibliographical research with reference to books and articles that deal with the theme. It is based on the idea that voluntary work is another form of structural precariousness of work coupled with the expansion of

voluntary work and the reduction of formal work. This study aims to critically point out the labor relations that are built for the development of corporate social responsibility actions. As a result, we understand that delegating the development of social responsibility actions to workers is an indication of intensification of work, accumulation of profits and the possibility of worker's ascension..

**Keywords: Social responsibility, Voluntary work, precarious work.**

## INTRODUÇÃO

A Responsabilidade Social é um tema que emerge no século XIX, tem suas origens na filantropia com ações de cunho paternalista, buscando consolidar suas relações com a comunidade onde está inserida e possui como principal fator motivador dessas ações a obtenção de algum retorno aos seus investidores.

Como Política ela surge como uma nova forma de conduzir os negócios, buscando ser socialmente responsável, possui determinações sociais, econômicas, políticas e ambientais. Fundamenta-se nas lacunas do Estado e na ampliação do capitalismo, pode se dizer que é esse sistema que dá um contorno às suas ações e aos seus resultados.

Atualmente esse tema é discutido por diversas áreas do conhecimento com interesses múltiplos, existindo autores que a defendem como uma nova prática gerencial que privilegia aspectos sociais, ambientais e humanos. Já outros autores abordam o tema de forma mais crítica apresentando os seus interesses ambíguos. No entanto, pouco se discute sobre as relações de trabalho que são construídas para o desenvolvimento das ações de Responsabilidade Social Empresarial.

Nesse contexto, levantamos a seguinte indagação: de que forma são construídas as relações de trabalho para o desenvolvimento das ações de Responsabilidade Social Empresarial, em tempos de precarização do trabalho formal? Para compreender essa questão, partimos do entendimento, utilizado por Netto e Braz (2010), de que o trabalho é uma categoria importante para a atividade econômica e o próprio modo de ser dos homens, é a partir dele que é possível criar valores e extrair a mais-valia. Mas será apenas o trabalho assalariado, ou seja, o trabalho remunerado que extrai a mais-valia? E o trabalho voluntário, caracterizado como um trabalho não pago, também pode extrair a mais-valia? São esses os questionamentos que norteiam esse estudo e ressaltamos que, nesse breve artigo, não será possível esgotar o tema, tendo em vista a sua complexidade e os poucos estudos que se dedicam a aprofundar sobre essa questão.

## 1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE TRABALHO VOLUNTÁRIO NO BRASIL

O trabalho voluntário, emerge como um fenômeno social, realizado de forma “livre” e não remunerada, sem a necessidade de contrato. Esse (des)salariamento do trabalho encontra-se impregnado de ideologias e valores que remontam, pelo menos, ao final do século XIX, com uma abordagem inteiramente caritativa e religiosa.

Pode se dizer que a caridade cristã foi uma das primeiras manifestações do trabalho voluntário no Brasil, organizada pela Igreja Católica, como uma forma de assistir aos pobres na sociedade. Tal processo é entendido por Araújo (2008), como uma maneira de enfrentar a pobreza por meio de um ato virtuoso que se ocupa da justiça social a partir da encíclica papal *Rerum Novarum*, que marca o posicionamento da igreja frente aos graves problemas sociais decorrentes das imposições do sistema capitalista. Cria-se assim, um apostolado religioso voluntário movido pela caridade, no desenvolvimento de ações sociais marcadas pelo donativo, como bem exemplifica Araújo.

[...]Um exemplo palpável, que bem ilustra essa assertiva, pode ser visto na ação profícua do padre Antônio Vieira, durante o século XVII, no Brasil, como o grande defensor dos índios, negros, e dos judeus. Esses componentes de alguma forma perduraram através dos tempos, com a conotação de doação, a qual se revela nas ações de assistência social, na concessão de bens e de acesso a

serviços assistências da sociedade (2008,p.31).

A caridade, promovida pela Igreja Católica, em pleno período da “República Velha”, marcado pela laicização do Estado e premente necessidade da igreja em “reconquistar” seus fiéis, que não mais concebiam a igreja como a detentora e guardiã das tradições cristãs (ROSA, 2015). Nesse contexto, a “caridade cristã” católica se legitima no exercício político e ideológico, mediando a justiça por meio da caridade na relação capital trabalho.

Na atualidade o trabalho voluntário passa a assumir distintas funções e posicionamentos dependendo do foco de atuação, em face da manutenção da ordem social, transvertendo-se em uma “ação cidadã”, regulamentada pela Lei Federal nº 9.608 de 18/02/1998, no governo do então presidente, Fernando Henrique Cardoso, e sancionada pelos artigos:

Art. 1º - Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. Parágrafo único: O serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 2º - O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições do seu serviço.

Art. 3º - O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias. Parágrafo único: As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

O trabalho voluntariado, como um fenômeno social, passa a ser regulamentado no Brasil pela Constituição Federal que o qualifica como a prestação de um “serviço” não pago; isento de vínculo empregatício; podendo ser utilizado por entidades públicas e instituições privadas sem fins lucrativos; atuando nas áreas educacionais, assistenciais e recreativas. Inexiste nessa relação a obrigatoriedade de um contrato de trabalho, sendo solicitado, apenas, a celebração do termo de adesão.

Atualmente, a organização do trabalho voluntário ultrapassa o âmbito religioso e ornamenta à caridade cristã com o fomento à ação cidadã. Isso ocorre por meio de instituições ou entidades ligadas ao setor público, privado e/ou religioso. Não obstante, o trabalho voluntário não se caracteriza como um fenômeno novo, *“siempre há habido accion voluntaria, lo que es nuevo em las sociedade moderna es la aparición y organización de um sector voluntario constiuido, no sólo por los voluntarios, sino también por entidades altruístas”* (MONTAGUT, 2003, p. 10).

No plano econômico o trabalho voluntário caracteriza-se como um fenômeno mundial, que ocorre, na maioria das vezes, por meio de parcerias entre o público e o privado. Essas parcerias são mediadas por meio de entidades filantrópicas, que recebem subsídio do governo para a realização de atividades assistenciais. Esse comportamento filantrópico, tradicionalmente dominado pela Igreja Católica, se expande para o Estado e o empresariado

A concretização dessa forma de trabalho, ou dessa prestação de serviço ocorre por meio de programas, projetos e ações no âmbito de intervenções sociais, educacionais e ambientais. Assume diferentes interpretações e matrizes teóricas em relação as proposições do voluntariado. E, como abordado por Araújo (2008), é a partir da década de 1990, que o trabalho voluntário ganha projeção no mercado, transpondo-se da esfera governamental, na área de assistência social, para uma ampliação da cidadania alicerçadas em políticas neoliberais.

Estas interpretações, sobre os significados do trabalho voluntário na atualidade, são tratadas por alguns autores, como o sociólogo Ricardo Antunes (2010, p. 633), que o identifica como um “trabalho atípico” que mascara, frequentemente, os novos tipos de exploração. Desse modo, o atual contexto de precarização estrutural do trabalho faz proliferar distintas formas de precarização, permitindo a ampliação de diversas maneiras de desregulamentação e outros agravos ao trabalhador.

Numa vertente um pouco singularizada, Araújo (2008, p. 249) revela que os programas de voluntariado, implementados pelos governos das últimas décadas, são utilizados para “abafar os descontentamentos e conflitos entre as classes sociais”, se limitando a prestação de ajuda mínima para atender o mínimo, num processo de alienação e despolitização das pessoas receptoras dessa

ação voluntária.

O mesmo autor destaca que o primeiro Programa de Voluntariado, a ser implementado no Brasil, por meio de políticas governamentais, ocorre no ano de 1942, sob o fundamento da solidariedade social doadora. Já, o segundo Programa Nacional de Voluntariado, se efetiva no ano de 1979, (PRONAV/LBA), inspirado no projeto anterior. O terceiro, situado no âmbito da Comunidade Solidária, se desenvolve no ano de 1995, na esteira das grades redefinições do processo de produção e segue a perspectiva da solidariedade social cidadã. Recentemente, o então governo “provisório” de Temer, lança o Programa Nacional de Voluntariado, intitulado Viva Voluntário<sup>1</sup>. Esse programa, incrementado pelo chamamento a sociedade civil, na prestação de serviços voluntários, adota medidas de utilização das horas de trabalho voluntário, como critério de desempate em concurso públicos e em processos internos de promoção, na administração pública, além de criar uma modalidade de premiação para empresas e cidadãos que se destacarem no serviço voluntário. Esse ato do governo, além de corroborar para um aumento impositivo do número de voluntários, também favorece ao processo de intensificação do trabalho.

Contudo, há outros autores que, junto as entidades e organizações responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho voluntário, identificam o trabalho voluntário como contribuição da sociedade civil ao poder público no atendimento as expressões da questão social.

O voluntariado, não é assim como poderia parecer à primeira vista, altruísmo desinteressado. É, isto sim, sentimentos de responsabilidade social, alicerçado em pelo menos duas grandes convicções. Por um lado, a consciência de que o interesse público não consiste apenas em dever jurídico do Estado, sendo também uma obrigação coletiva. E, por outro, a consciência de que é possível humanizar o sistema econômico no sentido de que ele não precisa ser perverso para funcionar de modo eficiente (VILLELA, 2002, p.17)

Assim, discutir essa temática, na atualidade, se torna desafiante frente aos sentidos ambíguos, que segundo Gary (2003, p.29),

[...] a imagem de uma ação desprovida de interesses, movida apenas pela vontade de ajudar os outros, pelo sentimento de responsabilidade social, foi somada a existência de outros interesses e de uma ação com outros significados.

Nesse contexto percebe-se uma ambiguidade de interesses que necessitam ser desmistificados teoricamente para obtenção de uma visão ampla dos sentidos que são dados a essa prática, que se caracteriza como uma ajuda momentânea e emergencial, realizada pelo manto da solidariedade e da benevolência. Mas que, também, se caracteriza por um modo de trabalho que, em certa medida, substitui o trabalhador contratado, através do mercado formal.

## 2 A POLÍTICA DE EXPANÇÃO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO

A partir da década de 1990, há um expressivo aumento do número de empresas, que passam a adotar a prática do voluntariado para o desenvolvimento de suas ações na Política de Responsabilidade Social Empresarial. O assim chamado voluntariado empresarial é mais um dos elementos que caracterizam essa forma de trabalho voluntariado, que passa a ser uma ação estratégica nas empresas que se utilizam do discurso do “ganha-ganha”, onde beneficiados são a empresa, os funcionários e a comunidade.

Contudo, sabe-se que o mercado é regido pela lógica econômica. Assim, os benefícios econômicos se sobressaem em relação aos sociais. Esse fato fica evidente em uma reportagem, publicada no ano de 2012, pelo jornal Estado de São Paulo, onde a coordenadora do Núcleo de Estudos e Negócios em Desenvolvimento de Pessoas da Escola Superior em Propaganda e

<sup>1</sup> Lançado oficialmente, no dia 28 de agosto de 2017, com o objetivo de aumentar o engajamento dos brasileiros e atividades solidárias e transformadoras, de acordo com o *site*, disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/08/programa-nacional-de-voluntariado-e-lancado-nesta-segunda-28>, acessado em 26 de setembro de 2017.

Marketing (ESPM), enfatiza a valorização, cada vez maior, do trabalho voluntário nas organizações, sendo esta modalidade expandida a nível internacional pelas empresas.

A reportagem apresenta um intercâmbio profissional, proporcionado pela empresa, no período de férias de seus funcionários para o desenvolvimento de atividades sociais em outros países. Ainda acrescenta que, além dos benefícios pessoais e profissionais, também há benefícios para as organizações que utilizam desse trabalho voluntário com o objetivo de obter “desenvolvimento profissional, integração corporativa e reconhecimento institucional”. Assim, pode-se dizer que o trabalho voluntário, na atualidade, se interliga com os processos de reestruturação produtiva, pois por meio dessa ação, há maior comprometimento do empregado com a empresa e, também há investimento no social que traz retorno para a marca. As empresas utilizam dessa forma de trabalho para despertarem novas habilidades em seus funcionários (criatividade, improvisação, autonomia, iniciativa).

Ocorre que no processo permanente de busca do aumento de lucros, além de tentar extrair o mais possível a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa da força de trabalho contratada, o capitalista busca também outro tipo de mais-valia: a extraordinária. Ela ocorre quando, no processo de procura do aumento da produtividade, se descobre uma nova forma de produzir uma dada mercadoria com menor custo ou com maior produtividade. Decorre que, até que essa nova forma de produção se generalize à escala social, aqueles que a utilizam individualmente conseguem um lucro extra. Esse tipo de mais-valia não acompanha, portanto, o padrão e a normalidade da produção. Pelo contrário, ela só é possível de ser extraída enquanto se mantiver na condição de diferencial de um processo de produção para outro, até que não seja apropriado pela concorrência (SOUZA, 2009, p. 6 – 7)

Dentro desse contexto, também entra o interesse das pessoas em iniciarem nas empresas como voluntários, para galgarem uma vaga efetiva. Sobre essa questão, a reportagem menciona que “muitos estudantes de graduação já perceberam que o trabalho voluntário pode fazer a diferença na hora de disputar uma vaga de emprego”. Percebe-se que o fortalecimento do setor de voluntariado inova não somente para amenizar as deficiências do Estado na área social, mas para agregar valor às empresas, prevalecendo a lógica do mercado e não a do Ser.

Duas autoras do Serviço Social, Yasbek e Pereira (2003), afirmam que a crise do processo de regulação estatal promovido pelo Welfare State - processo esse ocorrido no pós-guerra e que se quer vivenciamos no Brasil, provoca cisão entre o social e o econômico e uma revalorização do voluntariado em substituição as falidas intervenções sociais estatais. Esse fato também é reforçado por Carvalho (RICO; RAICHELIS, 1999, 21 a 22):

Também a transformação produtiva, o desemprego e a precarização das relações de trabalho produziram aumento da pobreza e desigualdades sociais. Enfraqueceram o protagonismo da classe trabalhadora e, com ela, o pacto interclasses que sustentou o welfare state. Em contrapartida, novos atores sociais emergiram: os movimentos sociais deslocaram para a sociedade civil um papel protagônico não só na revolução cultural, mas cada vez mais, também, na definição da agenda política dos Estados.

Essa forma de pulverizar as expressões da questão social para além dos espaços políticos, reduz a cidadania e despolitiza os espaços de reconhecimento da pobreza e da desigualdade social, como aponta Yasbek (2002, p. 2) “Encolhem as responsabilidades públicas, valorizam-se as virtudes da regulação pelo mercado e desqualificam-se os mecanismos de regulação pública”.

Miranda (2007) reforça esse entendimento ao abordar que o investimento por parte das empresas nas ações de responsabilidade social tem sido garantido de forma crescente pelo trabalho voluntário. Essa situação foi constatada pela autora em entrevistas realizadas em empresas que desenvolvem responsabilidade social, nas quais a maioria desenvolve projetos sociais com o trabalho voluntário de seus empregados. Assim, o trabalho voluntário empresarial também tende a contribuir para o aumento da jornada de trabalho, onde o tempo livre dos trabalhadores passa a ser apropriado pelas empresas para o desenvolvimento de ações sociais que contribuirão para a visibilidade da empresa.

As ações de Responsabilidade Social Empresarial têm origem na filantropia, com ações de cunho assistencialista visando consolidar suas relações com a comunidade onde está inserida. Objetiva a obtenção de algum tipo de retorno, seja ele isenção de impostos, marketing ou mesmo a diminuição

de algum tipo de impacto causado pela empresa.

No decorrer do movimento da responsabilidade social, percebe-se que são vários os conceitos desenvolvidos em torno do tema englobando diversas vertentes, cita-se: responsabilidade social corporativa, empresa cidadã, responsabilidade social comunitária, comportamento ético empresarial da empresa, gestão social, responsabilidade social interna, responsabilidade social externa, ação social empresarial, cidadania empresarial e participação social ou comunitária da empresa. Esse fato colabora para a inexistência de um conceito único e para a proliferação de diversos vieses.

O tema responsabilidade social começa a ganhar importância no meio acadêmico e empresarial na década de 1970, período marcado pelo crescimento industrial, com o aparecimento de distintos planejamentos e teses sobre a responsabilidade social da empresa frente a seus agentes sociais. Entretanto, é no final na década de 1990 que se acentuam as discussões éticas e morais para a definição do papel das organizações. E o tema torna-se um termo abrangente e influenciado pelos acontecimentos sociais, políticos e econômicos.

Contudo, é em meio às crises provocadas pelos modelos estadistas de governo que o setor privado reforçou seu controle no papel do desenvolvimento econômico e social, o que despertou expectativas sobre a responsabilidade social que passa a ser apresentada como um elemento “salvacionista”, diante da ausência do Estado frente às expressões da questão social. Neste contexto surgem também discussões sobre o tema que induzem a concepção de correntes que se tornam contra e a favor da responsabilidade social corporativa. Para indicar estas correntes, vale-se dos entendimentos de Pimentel (2006), que se refere a Chamberlain, Bowen, Mason e Galbraith como a favor da permanência e reconhecimento da responsabilidade social não como tendência, mas algo que veio para ficar. E, Ashley (2005, p. 48) cita os trabalhos de Carroll, Donaldson e Dunfee, Frederick e Wood também corroborando com a opinião de Pimentel. Ambas autoras enfatizam que as correntes que se encontram a favor da responsabilidade social corporativa enquadram os argumentos em duas linhas básicas, a ética e a instrumental. Os argumentos éticos derivam dos princípios morais e religiosos, determinantes do comportamento socialmente responsável. Já a linha instrumental considera como comportamento socialmente responsável o desempenho econômico como uma relação positiva e geradora de oportunidades para a empresa. Logo, os argumentos que se posicionam contra a responsabilidade social baseiam-se nas teorias de Friedman e Leavitt. Para as autoras, essas duas teorias se voltam apenas para a maximização do lucro, ou seja, agir diferente é violar as obrigações morais, legais e institucionais da corporação. As atividades sociais, para aqueles acadêmicos, são de responsabilidade de outras instituições como governo, igrejas, sindicatos e organizações sem fins lucrativos. Essa movimentação em torno do tema sinaliza a atuação dos setores da economia na tentativa de minimizar os problemas de ordem social, que são caracterizados pela pseudo ineficiência do Estado. Partindo desta ideia, Cesar (2008, p. 295) conclui que o surgimento de uma suposta ação social iniciada pelo empresariado deve ser analisada como parte de um processo de mudança marcada pela reorganização do modo de produção capitalista, sob uma conjuntura política diferenciada, baseada na busca pelo consenso e em novas alianças de classes. Yasbek complementa que a “desuniversalização” dos serviços sociais e a localização no campo da solidariedade, de direitos constitucionalmente afiançados. O reconhecimento desses direitos é substituído pelo dever moral de atender a pobreza (YASBEK, 2002, p. 281 – 282).

Outro fator favorável ao crescente movimento do tema, com abrangência mundial, é a globalização que, cada vez mais, vem definindo a dinâmica social, econômica e política. Como afirma Rico (2004, p. 75), a responsabilidade social empresarial passa pela compreensão do modelo político-econômico instaurado a partir do processo de globalização, pelos problemas sociais estruturais decorrentes, pela necessidade de reforma do Estado e pelas frequentes pressões da sociedade.

A evolução do tema é também difundido pelas várias modalidades de premiações existentes no Brasil: Selo Empresa Cidadã (Câmara Municipal de São Paulo); Top Social Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB); Prêmio ECO (Câmara Americana de Comércio); Prêmio Balanço Social (Fides, IBASE, Instituto Ethos, Serasa e Bolsa de Valores de São Paulo); Selo Empresa Amiga da Criança (Fundação Abrinq); entre outras, tanto nacionais como regionais (ASHELY, 2005, p. 72). Uma progressiva repercussão do tema responsabilidade social ocorre no Brasil por meio do trabalho do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), na promoção e publicação do Balanço Social das empresas. Um de seus fundadores, o sociólogo Hebert de Souza, o Betinho, lançou no ano de 1993, junto ao IBASE a “Campanha Nacional da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, com o apoio do Pensamento Nacional das Bases



Empresariais (PNBE). Essa campanha aproximou, ainda mais, os empresários com as ações sociais. Deste modo, observa-se que a disseminação da responsabilidade social no Brasil ocorre de forma lenta e carrega a tradição histórica de filantropia aliada à suposta ineficiência do Estado.

Em meio a todo esse contexto, evidencia-se o uso do trabalho voluntário para o desenvolvimento das ações de Responsabilidade Social Empresarial, sendo esse um dos elementos utilizados pelos indicadores criado pelo Modelo do IBASE, que estimula o desenvolvimento de serviços sociais de interesse público pela sociedade e não pelo Estado, o que leva a modificar as atuais configurações do mundo do trabalho com o incentivo do trabalho voluntário para o desenvolvimento de ações paliativas para atender demandas sociais decorrentes do modo de produção capitalista e seu consequente desemprego estrutural.

O desenvolvimento de atividades voluntárias, de natureza social, tem sido posto subliminarmente aos funcionários das empresas, como condição para manutenção do emprego e princípio a ser incorporado e desenvolvido por aqueles que buscam atender ao perfil da empregabilidade. Nesse sentido pode se dizer que o trabalho voluntário desenvolvido por força da SER, é involuntário, forçado, coercitivo, obrigatório (SOUZA, 2008, p. 82).

Desse modo, o trabalho voluntário ligado as ações de Responsabilidade Social Empresarial possuem um caráter duplo ao integrar um conjunto de pré-condições na relação da venda da força de trabalho, tornando-se mais um componente na exploração da força de trabalho, com o objetivo de aumentar a mais-valia. Esse aumento ocorre tanto no processo de intensificação da jornada de trabalho, pois as ações de responsabilidade social empresarial são realizadas, na maioria das vezes, fora dos muros das empresas e fora do horário normal de trabalho, quanto na valorização da imagem daquela empresa.

### **3 DO INFORMAL AO FORMAL, RUMO ÀS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Até aqui procuramos contextualizar, sob um viés crítico, às ações de responsabilidade social empresarial e o trabalho voluntário no Brasil. Podemos perceber que é com o uso do trabalho voluntário que as empresas desenvolvem suas ações, tidas como de responsabilidade social empresarial, para formalizar as suas obrigações sociais e ambientais perante a sociedade e o Estado, utilizando-se do trabalho informal. Contudo, qual o impacto da absorção dessa forma de trabalho, não pago, para o mundo do trabalho? E para a efetividade das ações de responsabilidade social?

De acordo com dados do IBGE, publicados na Revista Carta Capital<sup>2</sup>, em abril de 2018, 13,4 milhões de trabalhadores brasileiros procuram emprego, há um crescente aumento de empregados sem carteira assinada e de trabalhadores autônomos. Por outro lado, em uma reportagem publicada pela Revista Época Negócios<sup>3</sup>, publicada também em abril 2018, o número de trabalhadores voluntários cresce em quase 1 milhão de 2016 para 2017. Esses dados revelam a expansão do trabalho voluntário em detrimento da escassez do trabalho formal. Ou seja, há um processo de valorização e expansão do trabalho não pago e, com as recentes reformas trabalhistas, onde se prioriza o processo de terceirização, há um acentuado processo de desvalorização do trabalho formal.

Assim, entendemos que o trabalho voluntário, desenvolvido nas ações de responsabilidade social empresarial, caracteriza-se como mais uma forma de precarização estrutural do trabalho. E que delegar funções nas ações de responsabilidade social para funcionários é um indicativo no processo de intensificação do trabalho e de acúmulo de lucros. Portanto, o trabalho voluntário, na Responsabilidade Social é funcional ao sistema na manutenção e reprodução desse modo produtivo e apesar de ser um trabalho de cunho solidário, dentro da Política de Responsabilidade Social Empresarial se volta para o atendimento de interesses tanto por parte do trabalhador, que vê nessa

<sup>2</sup> <https://www.cartacapital.com.br/economia/desemprego-segue-em-alta-e-atinge-12-9-em-abril>

<sup>3</sup> <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/04/numero-de-trabalhadores-voluntarios-aumenta-em-quase-1-milhao-em-um-ano.html>

função uma possibilidade de se manter no trabalho e até de ser promovido e por parte da empresa a de se utilizar de um trabalho não pago para executar funções estratégicas para o seu *marketing*.

## REFERENCIAS

ANTUNES, Ricardo. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. Rev. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº 104, p. 632 a 636, 2010.

ARAÚJO, Jairo melo. Voluntariado: na contramão dos direitos sociais. São Paulo: Cortez, 2008.

ASHLEY, Patrícia. Ética e Responsabilidade nos Negócios. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A Participação do Voluntário Cidadão na Política Social Municipal. . In: Perez Clotilde: JUNQUEIRA, Luciano Prates (orgs.). **Voluntariado e a Gestão de Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002. p. 122 – 135.

CESAR, Mônica de Jesus. Empresa Cidadã: uma estratégia de hegemonia. São Paulo: Cortez, 2008.

GARAY, Angela. Os significados do trabalho do voluntariado empresarial e sua ação junto às Organizações do Terceiro Setor. Tese (Doutorado em Administração), 2003. Escola de Administração/UFRGS, Porto Alegre, 2003.

YASBEK, Maria Carmelita. Voluntariado e profissionalização na intervenção social. Intervenção Social, Revista do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa/Beja. Portugal, n. 25 e 26, nov. de 2002. p. 176 – 283.

\_\_\_\_\_, Terceiro Setor e a Despolitização da Questão Social Brasileira. . In: Perez Clotilde: JUNQUEIRA, Luciano Prates (orgs.). **Voluntariado e a Gestão de Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

MIRANDA, Aline Babosa de; SILVA, Maria Vieira. Voluntariado empresarial: o que está por traz desta nova tendência? In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 5., 2007, Campinas. Anais... Campinas: Ed. Unicamp, 2007. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao2/Aline\\_Barbosa.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao2/Aline_Barbosa.pdf)>. Acesso em: 4 jun. 2018.

MONTAGUT, Teresa y otros. Voluntariado La Lógica de la ciudadanía. Editora Ariel, S.A. Barcelona, 2003.

NETTO, José Paulo; Braz, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PIMENTEL, Rosalinda Chedian. Trinômio Social: estado, empresas e sociedade. Ribeirão Preto: Gráfica Viena, 2006.

QUEIROZ, Adriana de Souza Lima. **A política de responsabilidade social na empresa Furnas – São José da Barra**. 2014. 161 f. Dissertação (Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

RICO, Elizabeth de Melo. A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.18, n.4, p. 73-82, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n4/a09v18n4.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

ROSA. LRO. A Santa Sé e o Estado Brasileiro: estratégia de inserção política da Igreja Católica no Brasil. Jundiaí. Paco Editorial, 2015.

SOUZA, Silvana Aparecida de. Educação, trabalho voluntário e responsabilidade social da empresa: "amigos da escola" e outras formas de participação. Tese (Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. São Paulo. p. 304. 2008.

VILLELA, Milú. Faça Parte e o I Congresso Brasileiro do Voluntariado. In: Perez Clotilde: JUNQUEIRA, Luciano Prates (orgs.). **Voluntariado e a Gestão de Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

**A PSICOLOGIA JURÍDICA E AS INSTITUIÇÕES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO TRABALHO DESENVOLVIDO NO CREAS – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

*LEGAL PSYCHOLOGY AND THE INSTITUTIONS: A REPORT OF EXPERIENCE OF WORK DEVELOPED IN CREAS - SPECIALIZED REFERENCE CENTER FOR SOCIAL ASSISTANCE*

Área temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

PEREIRA JUNIOR, Luciano Aparecido  
Universidade de Franca  
Bacharelado em Psicologia; Mestrando em Promoção de Saúde  
E-mail: lucianojuniorpereira@gmail.com

**Resumo**

A Psicologia se consolida em diversas áreas do seu conhecimento, ocupando espaços essenciais e necessários para a execução de seu trabalho. Ao olhar para a Psicologia Jurídica e a Psicologia Social atentamente, compreende-se de maneira crítica e atenta o se fazer psicologia e o proporcionar através da lei e do social, a manutenção de direitos aos sujeitos, priorizando assim, questões de um trabalho essencial e interdisciplinar entre Assistência Social e Psicologia. Tendo a experiência, bases de trabalho qualitativas havendo amplo envolvimento com os usuários em grupos e supervisionado por profissionais da instituição. Estando integrada amplamente a rede e aos seus serviços oferecidos. Observou-se que todo o trabalho desenvolvido no CREAS, com os seus mais variados grupos (crianças, mulheres, adolescentes, idosos), ressalta o quão importante o trabalho prático se faz diante do ato de angariar conhecimentos e lidar com situações diversas embutidas na sociedade atual. Valorizou-se a importância da inserção do psicólogo nos ambientes de Assistência Social, e sua real necessidade e demanda (conflitos sociais carecem de um trabalho interdisciplinar e conjunto entre diversos profissionais). Assim, a presença do psicólogo em diversas áreas é essencial em qualquer trabalho, principalmente jurídico, no trâmite com leis, e no social, ao se deparar com as necessidades e ocorrências que permeiam a sociedade.

**Palavras-chave:** Psicologia Jurídica, Psicologia Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

**Abstract**

Psychology consolidates in several areas of its knowledge, occupying spaces essential and necessary for the execution of its work. When looking carefully at Legal Psychology and Social Psychology, it is critically and attentively understood to do psychology and provide through law and social, the maintenance of rights to subjects, prioritizing issues of essential work and between Social Assistance and Psychology. Having the experience, qualitative work bases having wide involvement with the users in groups and supervised by professionals of the institution. Being widely integrated the network and its services offered. It was observed that all the work developed in CREAS, with its most varied groups (children, women, adolescents, the elderly), highlights how important the practical work is done before the act of raising knowledge and dealing with diverse situations embedded in society current. The importance of the insertion of the psychologist in the social assistance environments, and their real need and demand (social conflicts need an interdisciplinary and joint work among several professionals) was valued. Thus, the presence of the psychologist in several areas is essential in any work, mainly legal, in the process with laws, and in the social, when facing the needs and occurrences that permeate the society.

**Keywords:** Legal Psychology, Social Psychology, Specialized Reference Center for Social Assistance.

**INTRODUÇÃO**

A Psicologia ocupa diversos campos enquanto ciência. Falar em Psicologia, não é somente se restringir ao atendimento psicoterapêutico e seus enquadres, mas sim, se dirigir aos seus campos sociais, como o faz, a Psicologia Jurídica. A Psicologia Jurídica no Brasil tem seu início no Rio de

Janeiro, tendo como um dos nomes mais especiais sobre o assunto, Elizier Schneider, que buscava compreender e discutir acerca da personalidade do criminoso, o papel da punição e a influência do sistema penal na possível recuperação do detento (ROVINSKI; CRUZ, 2009).

Os psicólogos mantiveram-se por muito tempo sob a conceituação de psicometristas, no entanto, descobriu-se acerca desse processo, um ir além, indagando e questionando as bases do fazer Psicologia (ROVINSKI; CRUZ, 2009). Os psicólogos devem ultrapassar as questões psicométricas e avaliativas, buscando um olhar mais amplo sobre o sujeito, e não se posicionando como juízes as escondidas. É necessária então, uma avaliação que possa compreender e contextualizar o indivíduo e sua realidade (ROVINSKI; CRUZ, 2009).

Segundo Rovinski e Cruz (2009, p. 15), na Psicologia Jurídica “o psicólogo exerce atividades de avaliar comportamentos, tratar, orientar e acompanhar indivíduos, grupos e instituições”. E ainda segundo os mesmos autores a Psicologia passou a “preocupar-se com as influências sociais, culturais e econômicas na personalidade do criminoso” (2009, p.12), abrindo-se um leque e uma nova forma de olhar o sujeito em relação com outros sujeitos, com a sociedade em si. Incluindo no processo, a importância da atenção também para a família.

O psicólogo, enquanto atuante na área da justiça, pode estar inserido em diversas instituições como Fóruns, CREAS, CRAS, Conselhos Tutelares, Universidades (trabalho com a comunidade) e Cejusc. Mediante isso, necessita-se de uma Psicologia Aplicada, que demonstre em suas ações, seus potenciais necessários. É preciso se atentar a importância da multidisciplinaridade que possibilita a partilha de saberes, se envolvendo nas questões penais e criminais dos sujeitos e se atentando a importância do discurso destes – o que trazem, informam e seus significados (CRUZ; BEIRAS, 2012).

O lidar da Psicologia Jurídica está diretamente ligado às leis ao que compete a execução de suas funções frente ao Código de Ética Profissional. Neste ambiente, o psicólogo encontra-se num cenário de violência e de intolerância as diferenças. Como destaca Gonçalves e Brandão (2011, p.35) “a situação de violência que estamos vivenciando é fruto de um longo e complexo processo histórico que, contínua e insistentemente, tem condenado parte da população brasileira ao descaso e à subcidadania, privando-a de mecanismos de proteção social (...)”. Uma violência que deve ser observada constantemente, frente à violação dos direitos das pessoas.

O presente artigo é resultado do trabalho desenvolvido no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), campo em que a Psicologia Jurídica pode ser aplicada. Essa instituição surgiu a partir de um longo processo da Assistência Social no país. Tudo tem seu início quando na Constituição de 1988, a Assistência Social passa a ser reconhecida como política pública, posteriormente, em 2004 é criada a PNAS (Política Nacional de Assistência Social), ancorada no que previa a Constituição Federal. Em seguida, há a criação e a organização do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), segundo a Lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS). Assim, surge o CREAS, como uma PSE (Proteção Especial de Média Complexidade), embutido dentro da Assistência Social como um programa do Ministério de Desenvolvimento Social do país (BRASIL, 2011).

Esse estágio, assim como trabalho realizado dentro dele, tornou-se importante, por através de ferramentas teóricas e práticas, possibilitar o desenvolvimento do trabalho do psicólogo jurídico, em instituições que necessitam da presença desse profissional, principalmente nas orientações aos indivíduos. Colocando-se assim na posição de atendimento a comunidade e suas demandas, desenvolvendo grupos, fortalecendo vínculos, reforçando o processo de empatia, propagando a Rede de Apoio ao indivíduo e seus familiares, e ainda, proporcionando informações necessárias. Com o intuito de contextualizar teoria e prática no que permeia o campo da Psicologia Jurídica, com atuação junto à comunidade, baseando-se sempre nas leis que regem o país.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A Psicologia vem se fazendo e se construindo ao longo do tempo, constituindo-se e abrangendo diversos campos, como a Psicologia Jurídica. Os psicólogos precisam buscar um olhar ampliado, ir além de pré-conceitos e julgamentos, sendo preciso e necessário avaliar o indivíduo através da compreensão e da contextualização juntamente com o sujeito (ROVINSKI; CRUZ, 2009).

O psicólogo não deve só avaliar, mas também intervir num processo de complementação, em que intervenção perpassa também pela mediação, principalmente diante de questões familiares, em que se faz muito necessária, principalmente na área jurídica (ROVINSKI; CRUZ, 2009).

Demanda-se por olhar o sujeito em relação com outros indivíduos, com a família e com a sociedade, compreendendo-se como se estruturam as relações e vínculos deste (ROVINSKI; CRUZ,

2009). Assim, como pontuam Rovinski e Cruz (2009) a compreensão do sujeito deve se dar como um todo dentro da Psicologia Jurídica, de maneira ampliada frente a um indivíduo biopsicossocial e em constante relação com o ambiente e outros indivíduos.

O Psicólogo Jurídico deve estar diretamente envolvido com outros profissionais, como Assistentes Sociais e profissionais do Direito, destacando a importância da multidisciplinaridade, que favorece a troca de saberes que envolvem o indivíduo, seu ato e todas as circunstâncias na qual este foi inserido (CRUZ; BEIRAS, 2012).

Como destacam Cruz e Beiras (2012) a Psicologia precisa ser vista como uma psicologia aplicada, ampliando-se em várias frentes e adentrando diversos ambientes, ressaltando a importância do interacionismo e do construcionismo social nessa aplicabilidade, além de dar total importância ao discurso dos sujeitos, o que informam e o que significam.

No atendimento em Psicologia Jurídica, em qualquer instituição, como exemplificada aqui pelo CREAS, demandar por conceituar questão como o que é a criança, o menor e o adolescente, e qual a visibilidade que estes possuem, além de questionar questões de instituições, a reeducação, a relação com a pobreza e ainda a situação de rua de vários indivíduos (GONÇALVES; BRANDÃO, 2011). Assim, várias questões devem ser indagadas quando abordamos o indivíduo e todas as suas condições de existência. Ainda insere-se, a estigmatização de sujeitos, classificação conforme a questão econômica e ainda, a segregação social e racial experimentadas por diversas pessoas que são atendidas diariamente (GONÇALVES; BRANDÃO, 2011).

Gonçalves e Brandão (2011) ressalta que ainda há muito que se discutir sobre a aplicação do ECA e seus efeitos, visto a existência de constante exclusão social, mesmo com esta lei que prioriza a proteção integral de crianças e adolescentes, sendo importante destacar a pobreza que ainda é uma questão a ser pontuada, principalmente no que refere aos direitos à dignidade, liberdade e autonomia.

Assim, as políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência, e até mesmo para outros grupos, como mulheres, não podem negar as questões pessoais e familiares envolvidas nos acontecimentos, com o intuito de evitar questões como “a criminalização da pobreza e a medicalização e a judicialização de conflitos familiares” (GONÇALVES; BRANDÃO, 2011, p. 31). É nesse palco de violação dos direitos que “problemas sociais são, muitas vezes, revestidos de uma roupagem técnico-jurídica, transformando a pobreza da família em situação de risco para a criança” (GONÇALVES; BRANDÃO, 2011, p. 31).

O CREAS deve ser visto como um espaço de acolhimento e vinculações. Os fenômenos sociais que afetam os sujeitos que chegam à instituição, não se limitam apenas a populações pobres, mas afeta todos aqueles que possuem seus direitos violados e encontra-se em risco pessoal e social, e ainda, diante de quebra de laços familiares e vinculações, além de violência intrafamiliar e doméstica, em que há a manifestação constante nos discursos de histórias que citam a exclusão social e a vulnerabilidade social, além, dos riscos sociais aos quais todas as classes estão suscetíveis (CFP, 2012).

A violência afeta as diversas camadas, sexos, gêneros e faixas etárias. Afeta mulheres quanto a agravos físicos, psicológicos e sociais, decorrentes da violência, além das repetições que vão se desencadeando em alguns serviços, através do preconceito, do julgamento e da intolerância (BEDONE; FAÚNDES, 2007). Dentro das violações de direitos, ainda se encontra a invisibilidade pela sociedade dos adolescentes e suas demandas, ao qual são tecidas diversas críticas diante do ato infracional cometido. O adolescente, por si só, em sua fase de desenvolvimento está passando por um sofrimento incapaz de ser verbalizado, que ao serem exteriorizados não saem através de palavras, mas sim, de comportamentos de risco, carregados de impulsividade (NASIO, 2011).

Ao olhar a criança, o adolescente, a mulher e qualquer indivíduo, é preciso olhar o ser humano em sua integralidade biopsicossocial, e seu constante desenvolvimento. Quando aborda-se o adolescente olha-se para a sua escolaridade, o abandono ao cuidado de si mesmos, e ainda interferindo o fato de uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas (NASIO, 2011). Assim, os adolescentes expulsam de si qualquer existência de supereu, desconhecendo limites e partindo para a violência contra o outro e contra si mesmo (NASIO, 2011).

Descrevendo a forma de atuação da instituição, em que sempre se prioriza o acolhimento ao adolescente e a sua família, pode-se observar como ocorre a aplicação do ECA (BRASIL, 1990), sua importância e a execução (prática) do que nele é estabelecido, frente a Lei e as decisões tomadas pelo Poder Judiciário.

Há também o atendimento ao idoso, em todas as suas demandas e dificuldades, no que tange como referência a Assistência Social, tendo como forma protetiva a Lei nº 10.741 de 1º de

Outubro de 2003, traz as claras o que determina o Estatuto do Idoso e suas prescrições no tratamento e acompanhamento deste (BRASIL, 2013). A Lei assegura ao idoso “todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 2013, p.7). E ainda, coloca o idoso sob responsabilidade de sua família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público, fazendo com que todos os seus direitos sejam garantidos e possibilitados (BRASIL, 2013).

O atendimento no CREAS é amplo, atendendo todos aqueles que se encontram em vulnerabilidade e risco social. Abarca também, em algumas situações, as famílias acolhedoras, como uma ferramenta protetiva para crianças e adolescentes em que estas famílias são selecionadas, capacitadas e acompanhadas pelo serviço, atendendo a critérios “como disponibilidade emocional e afetiva, motivação, flexibilidade, padrão saudável das relações de apego e desapego, estabilidade emocional, entre outros” (KUABARA, et. al., 2016, p.347).

A prática vai além de um contexto teórico, pois é no dia-a-dia que se encontram as dificuldades, resistências, consequências, aberturas e diversas possibilidades de trabalho. Mas, ali está a Psicologia, ampliando seu espaço e permeando espaços em que sua importância é necessária e de maneira alguma deve ser dispensada.

O diálogo e o lúdico são essenciais no trabalho do psicólogo. É através destas “ferramentas”, que a interação com o outro é possibilitada a fim de que se construam novos olhares a partir de determinada situação, enxergando novas possibilidades e maneiras de ver e viver (CFP, 2012).

Essas temáticas sociais demandam um compromisso ético e político com a transformação social, por parte do psicólogo, garantindo direitos, empoderando indivíduos e favorecendo o desenvolvimento humano tanto do indivíduo, quanto da família (CFP, 2012). Conceitos como vulnerabilidade social, desigualdade social, pobreza, violação de direitos precisam ser trabalhados a fim de que possamos compreender como as pessoas que se encontram nessas situações fortalecem suas potencialidades para o enfrentamento desses problemas (CFP, 2012, p.51).

Assim, a Psicologia deve se afirmar e firmar em todos os espaços, demonstrando que o olhar para o outro, escutando-o e dando significado as suas questões é um canal essencial para o desenvolvimento de qualquer trabalho. O indivíduo sendo percebido em sua integralidade e diante de sua própria realidade, transmitida por seu discurso.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente trabalho realizado partiu através de um estágio curricular na área de Psicologia Jurídica, que percorreu através de atendimento grupal, sobre as dimensões e demandas da instituição e seus usuários. O que corrobora para uma participação ativa e integrada dos profissionais e do estagiário. Compreendendo indivíduos e seus grupos sociais, assim como, o funcionamento das instituições familiares e da Rede de Apoio ao redor destas.

Observaram-se características qualitativas dos sujeitos e suas condições, a aplicação de conceitos teóricos na prática, além, da exploração dos contextos subjetivo, social e econômico dos envolvidos. Como pontuam Gerhardt e Silveira (2009, p.35) é preciso ter um intuito de “gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

Apontando-se para uma ida a campo, participando das ações, atendimentos e grupos, num campo de ação frente ao contato e relação com os sujeitos, através do relato de experiência, além de uma pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2008), comparando as práticas com os referenciais teóricos existentes na literatura, fazendo assim um comparativo entre prática e teoria, a fim de demonstrar um panorama do trabalho desenvolvido na instituição.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é um dos campos de atuação do psicólogo, e neste caso, como área de trabalho da Psicologia Jurídica.

O CREAS é uma unidade de média complexidade, sendo ele integrado ao SUAS (Sistema Único de Assistência Social), sendo “uma unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em locus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos” (CFP, 2012, p. 20).

O CREAS tem por funções atender sujeitos e famílias em situações de risco pessoal e social, intervindo frente à violação dos direitos destas pessoas. Ainda, contém uma equipe preparada

tecnicamente e praticamente, para atender as demandas que chegam ao local. A instituição presta os seguintes serviços, conforme a PNAS e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais: o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços a Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CFP, 2012).

Dentro dos direitos violados, podem ser citados: a violência intrafamiliar; abuso e exploração sexual; situação de rua; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto; trabalho infantil; contingências de idosos e pessoas com deficiência em situação de dependência com afastamento do convívio familiar e comunitário; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; dentre outras situações que afetam os indivíduos em ambientes familiares e sociais (BRASIL, 2011).

Partindo para o contexto prático e vivencial da rotina dentro de uma instituição CREAS, deve-se destacar a Rede de Apoio que a envolve. As ligações com o Judiciário, o Conselho Tutelar, os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), as escolas, os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), as UBS (Unidades Básicas de Saúde), o MP (Ministério Público), Defensoria Pública, a Depol (Delegacia de Polícia), Ambulatório Municipal, UPA (Unidade de Pronto Atendimento) e demais meios possíveis (BRASIL, 2011).

Os trabalhos desenvolvidos pelos profissionais perpassam por atendimentos psicológicos individuais; atendimentos sociais individuais; atendimentos psicossociais; grupos com psicólogas, terapeuta ocupacional e educador físico; busca ativa (as pessoas que não estão frequentando a instituição e deveriam estar); visitas domiciliares pelas assistentes sociais e psicólogas; além de visitas a escolas, audiências, reuniões semanais da equipe e demais atividades desenvolvidas (CFP, 2012). Neste caso, o CREAS atende também as Famílias Acolhedoras, visto que mesmo este sendo um atendimento de alta complexidade, esta é a instituição “máxima” de Assistência Social para desenvolver tal trabalho em determinadas localidades (BRASIL, 2009).

As violações dos direitos, não estão findadas a apenas uma classe social, no entanto, as diferenças dos níveis socioeconômicos entre as classes, além de alarmantes, preconizam uma subjugação e maior demanda de classes mais baixas. Sendo dentro deste ambiente, que em diversos momentos, junto com os psicólogos, se desenvolvem trabalhos interdisciplinares, intersetoriais e interinstitucionais, o que ressalta a importância da Rede de Apoio que deve haver (CFP, 2012).

Assim, conforme institui o Código de Ética do Psicólogo, “o psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (CFP, 2005). Diante disso, o trabalho do profissional de psicologia em qualquer ambiente, se desenvolve dentro da ética, da relação e do acolhimento ao ser humano que se apresenta com uma demanda, e em várias vezes, com uma intensa angústia que lhe incomoda.

Os atendimentos buscavam acolher as mais variadas demandas de pessoas que tiveram seus direitos violados, embora existam leis que as protejam como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Maria da Penha e o Estatuto do Idoso. Embora existam legislações que pregam a proteção, a violação acontece frequentemente no contexto social de diversas famílias. Acompanhou-se também, atendimentos a adolescentes que cometeram atos infracionais e puderam ser acompanhados no serviço no tempo estabelecido pela lei.

Os casos que chegavam ao CREAS, durante o período de estágio, possuíam os mais variados públicos em diversas situações. Relatando o que fora experimentado, os atendimentos que foram acompanhados, em sua maioria eram de crianças e adolescentes infratores.

### **Atendimento a crianças e adolescentes**

As crianças traziam consigo demandas frente ao abuso infantil, a negligência dos pais e os conflitos agressivos dentro dos ambientes familiares. Em todas as famílias acompanhadas os conflitos familiares, os problemas socioeconômicos, o uso de drogas lícitas e ilícitas e as vulnerabilidades são agravantes as situações destas crianças.

Quando se depara frente à violência às crianças e adolescentes o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) traz consigo pontos determinantes de proteção a estes indivíduos, inclusive, quando o adolescente comete algum ato infracional. Estes devem ser protegidos e tendo todos os seus direitos preservados. Diante do Estatuto, as crianças e adolescentes são definidos como “pessoas em condições peculiares de desenvolvimento” (BRASIL, 1990), estando em constante construção de sujeitos que virão a se tornar adultos, no mais tardar.



Como propõe o Artigo 15, do Estatuto da Criança e do Adolescente, “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (BRASIL, 1990), e ainda o direito a família, ao cuidado, ao carinho, afeto, relação e a uma estrutura familiar propícia para seu desenvolvimento (BRASIL, 1990).

### **Atendimento às mulheres**

As mulheres são ameaçadas incessantemente, por na maioria das vezes, seus ex-parceiros. Temem que seus filhos sejam retirados, as agressões e o olhar preconceituoso e fútil, de uma sociedade ainda machista para com elas e suas condições de se reerguerem neste ambiente.

Como aponta Bedone e Faúndes (2007, p.465) “a violência sexual contra mulheres é uma questão histórica e cultural. Afeta crianças, adolescentes e mulheres adultas, independente de cor, religião, etnia, nacionalidade, opção sexual ou condição social”.

Não sofre somente a mulher, mas toda a sua família, que incluem crianças que em determinados casos, acabam também sendo agredidas e precisam de atendimento da rede. É preciso que estas mulheres e crianças, tenham espaço para serem acolhidos e exporem suas angústias. Assim, o CREAS assume um papel fundamental no acolhimento e no trabalho multidisciplinar e integrado (CFP, 2012). A mulher ou a criança vitimada, não devem de maneira alguma ter novamente os seus direitos feridos por profissionais sejam eles da justiça ou da saúde, pois, suas funções ali, são de acolhimento e da necessidade de se cumprir o que prevê a Lei (BEDONE, FAÚNDES, 2007).

### **Medidas Socioeducativas**

O adolescente, por si só, vive uma fase conturbada em sua vida, carregada por mudanças físicas, nos relacionamentos, curiosidades e desejos (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2010). O que leva um adolescente a cometer um ato infracional? As respostas podem ser várias, mas ter certeza delas pode ser um equívoco.

As condições sociais, o capitalismo, os desejos (ter/querer e não poder) e as famílias que se veem envolvidas no lidar com os adolescentes “rebeldes”, são pontos a serem abordados. Sejam com fatores socioeconômicos e/ou familiares, a fase do desenvolvimento em que se encontram é conturbada e qualquer fator que a desestabilize ainda mais, é causa de possíveis problemas.

Assim como no ciclo do desenvolvimento humano, passa-se pela neurose saudável do Complexo de Édipo, anos mais tarde, esta mesma criança passará pela neurose saudável da adolescência (do crescimento) (NASIO, 2011). O jovem retrata em sua agressividade, hostilidade e/ou silêncio, um sofrimento ao qual não sabe nomear, mas que, é intenso e lhe causa incômodos e angústias (NASIO, 2011).

Durante os atendimentos em Medida Socioeducativa e audiência, foi possível observar as demandas e necessidades, que se tornam impulsos e ações, e posteriormente se transformaram em culpa. E ao mesmo tempo, ponderar que são jovens carregados de sonhos e desejos para seus futuros, e ainda em desenvolvimento enquanto seres humanos. Aqui não se está defendendo o adolescente, apenas ressalta-se que sua recuperação é possível, e mais além, que as bases de nossa sociedade são tão infundadas, que criminoso ou não, todos são resultado dela. Seria esta sociedade igualitária? E por que sujeitos ditos “iguais”, agindo tão diferente? Fome, pobreza, conflitos familiares, falta de apoio, necessidade de uma rede de auxílio: e ainda mantém-se o lema de se defender o “sistema”. Falta base às famílias e aos sujeitos para que cresçam com dignidade.

Ainda no conhecimento sobre a adolescência e em contrapartida correlacionando com as experiências vivenciadas, observa-se que pedir ajuda não é fácil para um adolescente, pois ele vive uma dicotomia entre deixar sua infância e assumir a vida adulta. Nasio (2011, p.22), destaca que “essa ausência de consciência de seu mal-estar subjetivo, explica por que um adolescente, mesmo desesperado, não pensa em pedir ajuda. Dessa forma, persevera em sua solidão, em seu rancor e desconfiância com relação aos adultos”.

O que remete aos piercings colocados, as automutilações e as tatuagens, diante do uso do próprio corpo em uma busca impensada de equilíbrio entre a dor interna e externa, em que o corpo é utilizado como “blindagem” (interno *versus* externo) aos sentimentos e emoções. Segundo Nasio (2011, p.23), o que o adolescente apresenta é “uma depressão disfarçada, misto de mágoa e despeito, chamada por isso de “depressão hostil”. Por exemplo, diante de um jovem violento, pergunte-se sempre qual é a decepção que, em vez de torná-lo triste, gerou seu ódio”. E baseado em um atendimento, reafirmo a questão de um dos usuários: “por que meu pai saiu de casa e nos deixou

sem nada?”.

Outro fator é o uso e abuso de drogas. Em um dos discursos de um dos jovens atendidos em medida socioeducativa, o uso não ocorre com frequência, mas, ainda ocorre. A droga, talvez seja a fuga da dor que lhe agita internamente, pois ao menos nela, há certa satisfação. “Quando se está na presença de um jovem, devemos pensar que dentro dele – da mesma maneira que a cada segundo perdemos imperceptivelmente uma célula de nosso corpo – ele perde, a cada segundo, uma célula de sua infância” (NASIO, 2011, p.31).

Segundo Papalia, Olds e Feldman (2010, p.397), a adolescência é “uma transição no desenvolvimento que começa por volta dos dez ou onze anos, ou mesmo antes, e vai até os dezoito ou dezenove anos, ou mesmo até os 21, e que acarreta importantes alterações físicas, cognitivas e psicossociais inter-relacionadas”. E complemento, com a descrição que o psicanalista Nasio (2011, p.31), traz sobre a adolescência, a qual é descrita por ele como: “a adolescência é, ao mesmo tempo, uma histeria e um luto necessários para se tornar um adulto”.

No CREAS, os adolescentes atendidos em medida socioeducativa, perpassam por duas modalidades, que são a Liberdade Assistida (LA), e a Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). O ECA (BRASIL, 1990), em seu artigo 112, predispõe que se aplicam as seguintes medidas: “advertência; obrigação de reparar dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semi-liberdade; internação em estabelecimento educacional; qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI”.

Conhecendo um pouco mais destes aspectos, além do atendimento a estes menores no CREAS, pode-se discorrer, de forma mais valorativa ao que vem a ser as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade (no último mês de estágio pude presenciar a aplicação da MSE, da obrigação de reparar dano). A LA, conforme prescreve o Art. 118 do ECA, “será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente” (BRASIL, 1990), sendo neste caso uma das funções que competem a instituição aqui relatada. Já a PSC, é estabelecida pelo Art. 117 do ECA, como: “consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais” (BRASIL, 1990).

## **Idosos**

Envelhecer é um processo que faz parte do desenvolvimento humano, sendo algo do qual não se pode de maneira alguma fugir, em que a sociedade sempre coloca sobre o idoso os típicos estereótipos de doentes e incapacitados, no entanto, estes argumentos são impensados, pois os idosos são seres humanos carregados de histórias e experiências (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2010).

O envelhecimento é uma constante durante a vida, em que a cada instante fica-se mais velho, assim como as crianças de hoje, serão os idosos do amanhã, mas tudo ao seu tempo, tendo como princípios a qualidade vida, devendo ela ser propícia para um envelhecer saudável (CODEPPS/SMS, 2007).

Ao passo que todos merecem e necessitam de um envelhecimento ativo, seguro e saudável; carregado de amor, respeito, carinho, afeto, conforto e autonomia. Cada vez mais a expectativa de vida tem aumentado e com isso, as violações aos direitos dos idosos. Como aponta a cartilha do CODEPPS/SMS (2007, p.21), “a violência contra pessoas idosas é uma violação aos direitos humanos e é uma das causas mais importantes de lesões, doenças, perda de produtividade, isolamento e desesperança”.

Os idosos podem ser vítimas de violência física, sexual, psicológica, abandono, negligência, violência financeira ou econômica, autonegligência, violência medicamentosa e violência emocional e social (CODEPPS/SMS, 2007). Assim, no CREAS, estes idosos são acolhidos, além de suas famílias, e em casos mais graves, o idoso acaba por ser institucionalizado.

Todos devem estar integrados no trabalho com o idoso, bem como com toda a comunidade, e isso perpassa pela criança, adolescente, mulher, morador de rua e todo aquele que tem seus direitos feridos de alguma maneira na relação com outros. Inclui-se também o atendimento aos portadores de deficiências físicas que são maltratados e vitimados em seus próprios lares.

## **Famílias Acolhedoras**

As famílias acolhedoras são conceituadas como um serviço de proteção social, de caráter excepcional e provisório, devido à vulnerabilidade, riscos e abandono, assim, estas crianças são

retiradas de suas famílias como medida protetiva, porém, é possível que esta criança ou adolescente volte para sua família de origem, desde que esta última, ao ser acompanhada, se empenhe em proporcionar um ambiente adequado ao desenvolvimento do indivíduo (BRASIL, 2009).

O acompanhamento à criança/adolescente, sua família de origem e família acolhedora, são essenciais no manejo do atender as demandas dos primeiros. É preciso um ambiente integrado, junto a uma rede que possibilite esforços para que todo esse processo ocorra da melhor maneira possível. Os objetivos principais da família acolhedora são: promover cuidados individualizados em ambiente familiar, preservar os vínculos com a família de origem, possibilitar a convivência comunitária e apoiar o retorno da criança e/ou adolescente ao núcleo familiar de origem (BRASIL, 2009). Construindo isso, uma nova concepção de atendimento a crianças e ao adolescente, que tiveram seus direitos violados de alguma maneira.

Assim, finalizando este conceito e tema, pode-se destacar que, segundo Kuabara et. al. (2016, p. 347), “a prática do acolhimento familiar se justifica pela importância de um ambiente familiar afetivo e favorável às necessidades da criança e do adolescente como base para o desenvolvimento saudável do indivíduo ao longo de sua vida (...)”. As crianças e adolescentes demandaram por cuidados contínuos nos ambientes familiares e escolares, com a presença de figuras de referência que auxiliaram no processo de adaptação (KUABARA, et. al., 2016).

### **Acolhendo, cuidando e criando possibilidades**

O cuidado para com as crianças, adolescentes, famílias, idosos, mulheres, portadores de deficiência física, vítimas de preconceito e demais pessoas, é essencial para o processo de humanização dos sujeitos.

Crianças e idosos, em várias situações são abandonados e negligenciados por suas famílias e responsáveis. Acolher esta demanda é função do CREAS, e tange a segurança do que é estabelecido tanto no Estatuto da Criança e do Adolescente, quanto no Estatuto do Idoso (CREAS, 2008).

Os CREAS possuem uma função importante de inclusão e proteção social de sujeitos e famílias, que estão em risco social, em situação de vulnerabilidade, vítimas de violência, negligência e tendo seus direitos violados e negados, buscando construir e reconstruir vínculos rompidos e os projetos pessoais e sociais oferecendo todo o suporte para que esta reestruturação aconteça de maneira favorável e até mesmo saudável (CREAS, 2008)

É nesse viés importantíssimo que o CREAS trabalha, priorizando sempre as relações e os vínculos entre os sujeitos envolvidos nos casos que chegam semanalmente à unidade de atendimento. E nesse viés, como destaca a Revista CREAS (2008, p.11), “uma vez apoiada e protegida, a família constitui-se em importante referência para a instituição de vínculos e de participação social”.

Um bom trabalho só é bem executado, quando além de uma equipe multiprofissional, estes trabalham integrados e em prol de tornar um serviço rápido e capaz de atender as demandas e necessidades das pessoas, prontamente. Uma equipe dinâmica, que dialoga, se reúne e interage, proporciona um ótimo atendimento e um ambiente acolhedor. Além, de ser um local onde a realização de qualquer tipo de trabalho demandado, seja facilitado pela excelente interação entre os profissionais (este CREAS é exemplo do “fazer acontecer”).

Assim como a Psicologia Jurídica cabe em diversos locais, o trabalho do psicólogo é específico a cada um deles. O psicólogo e seu atendimento no CREAS, não possui caráter psicoterapêutico, mas sim, de orientação frente aos conflitos que se apresentam como demanda, sendo que caso a demanda seja psicoterápica, é preciso acionar a Rede de Apoio, e possibilitar que isso aconteça (CFP, 2012). O manejo pode ser através do diálogo, da fala ou através do lúdico (jogos, brincadeiras, desenhos), como acontece com as crianças (CFP, 2012). Complementarmente ainda, considera-se que “a psicologia deve atuar a partir da visão interdisciplinar, tendo em vista que uma profissão complementa a outra ou constituem novos saberes conjuntos. A atuação não deve ter como foco o atendimento psicoterápico, e sim psicossocial” (CFP, 2012, p. 50).

Dentro do CREAS e de outras instituições de Assistência Social é possível afirmar que “a atuação da Psicologia na Política de Assistência Social está sendo construída, a partir de uma reflexão crítica sobre seu potencial e papel” (CFP, 2012, p. 47). Tendo assim, uma ampliação dos campos e conceitos, no modo de “se fazer Psicologia”. E nesse viés, a Psicologia, tem “o desafio de contribuir para os processos subjetivos de emancipação e autonomia dos sujeitos em situação de violação de direitos” (CFP, 2012, p.47). Facilitando assim, a comunicação, o diálogo e as relações entre os envolvidos no ambiente familiar, tornando-o mais saudável.

Enfim, para que haja uma compreensão do sujeito que se apresenta ao CREAS, o psicólogo, precisa apreender tanto as relações complexas de vulnerabilidade social e violação dos direitos, quanto à maneira que o sujeito percebe e vivencia todo esse contexto; sendo preciso se atentar ao sentido e significado que toda essa vivência representa para ele (CFP, 2012).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do psicólogo vislumbra as mais diversas áreas e instituições, assim, como a Psicologia Jurídica cabe em muitas delas. O trabalho deste profissional vai além do que lhe cobra a ética, transborda as diversas demandas que chegam a ele, assim como ocorre no CREAS.

Mergulhar-se na possibilidade de vivenciar novas experiências, e buscar ativamente por conhecimentos enriquecedores e capazes de fazer com que futuros psicólogos, estejam aptos, e com contato prévio com diversas histórias de vida, com possíveis conflitos familiares.

É preciso, repensar enquanto profissionais, em aspectos essenciais de nossa prática. Olhar mais além, para as políticas públicas, para agir frente a uma sociedade: isso nos compete. Mais que psicólogos, somos construtores: um construir na relação com os outros.

A construção de sujeitos responsáveis, amados e educados, começa na gestação, no seio do ambiente familiar e num ambiente que saiba e esteja preparado para acolher as demandas e necessidades de cada um, no seu tempo.

Agindo na infância, estamos agindo em todas as demais fases da vida do indivíduo. Não adianta culpabilizar só à família ou só o sistema, pois tudo age em cadeia, inclusive, a sociedade, que tem seu potencial agravante na situação daquela pessoa que vive em situação de risco.

Precisa-se de pensamentos atuais, sensatos e voltados para a humanização do homem e não sua subjugação. Relato que em todos os usuários do CREAS, tidos como “sujeitos em tela”, existem marcas de um passado e até mesmo de um presente, que dói e angustia. Ao se trabalhar com humanos, é preciso dar a eles o básico e o essencial: fazer valer seus direitos, protegê-los, escutá-los e proporcionar um ambiente que seja saudável para que se desenvolvam.

### REFERÊNCIAS

BEDONE, J. A.; FAÚDES, A. *Cadernos de Saúde Pública*: atendimento integral às mulheres vítimas de violência sexual: Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher, Universidade Estadual de Campinas. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007000200024>>. Acesso em 11 de ago. de 2018.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso 13 de ago. de 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Assistência Social & Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Orientações técnicas*: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, DF: CNAS, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações sobre a Gestão do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações técnicas*: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: Brasil LTDA, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. *Estatuto do Idoso*. Brasília: MS, 2013.

CFP (Conselho Federal de Psicologia). *Referências Técnicas para Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS*. Brasília: CFP, 2012.

CFP (Conselho Federal de Psicologia). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília: CFP, 2005.

CODEPPS/SMS (Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo). *Violência doméstica contra a pessoa idosa: orientações gerais*. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde – CODEPPS. São Paulo: SMS, 2007.

CREAS, Revista. *Centro de Referência Especializado de Assistência Social: Política Pública que garante Proteção Social*. Brasília: MDS, 2008. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Revista/RevistaCreas.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Revista/RevistaCreas.pdf)>. Acesso em 21 de ago. de 2018.

CRUZ, R. M.; BEIRAS, A. *Reflexões e experiências em Psicologia Jurídica*. São Paulo: Vetor, 2012.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em 10 de ago. de 2018.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, H. S.; BRANDÃO, E. P. *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: Nau, 2011.

KUABARA, C. Y. S.; KLIPAN, M. L.; ABRÃO, J. L. F. *Estilos Clínicos: família acolhedora: o estabelecimento de relações objetais em situação de acolhimento*. São Paulo: 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v21n2/a05v21n2.pdf>>. Acesso em 13 de ago. de 2018.

NASIO, J. –D. *Como agir frente a um adolescente difícil?: um livro para pais e profissionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. *Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre: AMGH, 2010.

ROVINSKI, S. L. R.; CRUZ, R. M. (orgs.). *Psicologia Jurídica: Perspectivas Teóricas e Processos de Intervenção*. São Paulo: Vetor, 2009.

***A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL***

*POST-GRADUATION IN SOCIAL SERVICE IN BRAZIL*

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

CARVALHO NETO, Cacildo Teixeira de.  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
Doutor em Serviço Social  
cacildoneto37@gmail.com

ENGLER, Helen Barbosa Raiz.  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Unesp Campus Franca/SP  
Doutora em Serviço Social  
helenraiz@hotmail.com

**Resumo:**

O presente trabalho é parte da tese de doutorado intitulada "A transversalidade da ética na Pós-Graduação em Serviço Social" apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Unesp Campus Franca/SP. O objetivo deste texto é apresentar o panorama da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil com ênfase no estudo da ética presente nesses Programas. Para a construção deste conhecimento adotamos o método dialético; a pesquisa foi guiada pela abordagem qualitativa e pelas pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Compartilharemos com os leitores a apreensão dos docentes do Programa de Pós-Graduação da referida Faculdade que foram sujeitos participantes da pesquisa. Como resultado apontar-se-á a transversalidade da ética nos Programas analisados, bem como a relevância de se fazer pesquisa e construir conhecimento em Serviço Social.

**Palavras-chave:** Pós-Graduação, Serviço Social, ética.

**Abstract**

This paper is part of the doctoral thesis entitled "The transversality of ethics in Post-Graduation in Social Work" presented to the School of Humanities and Social Sciences, São Paulo State University. The purpose of this text is to present the panorama of Post-Graduation in Social Work in Brazil with emphasis on the study of the ethics present in these Programs. For the construction of this knowledge we adopt the dialectical method; the research was guided by the qualitative approach and bibliographical, documentary and field research. We will share with the readers the apprehension of the professors of the Postgraduate Program of the said Faculty that were subjects of the research. As a result, we will point out the transversality of the ethics in the Programs analyzed, as well as the relevance of research and build knowledge in Social Work.

**Keywords:** Postgraduate, Social Work, ethics.

## 1 – INTRODUÇÃO

A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil está intimamente relacionada ao próprio desenvolvimento da profissão no cenário nacional e nas transformações endógenas e exógenas que recrudescem a sua história e a da sociedade brasileira.

O Serviço Social, profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, surge no Brasil na década de 1930, institucionalizada pelo Estado com o objetivo de conter as massas que se manifestavam mediante as contradições que se engendraram na sociedade brasileira advindas da industrialização tardia e da expansão comercial. As dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativo e ético-político que consubstanciaram o trabalho e a formação em Serviço Social no Brasil, nas primeiras décadas, têm suas raízes em modelos apropriados de experiências norte-americanas e europeias, fortemente introduzidas nas práticas profissionais para a manutenção do *status quo*, respondendo aos ditames do Estado.

Na década de 1960, nasce nas universidades, nos cursos de Serviço Social, uma proposta de mudar esse conjunto de dimensões que conduziam a profissão. De amplitude latino-americana, emerge o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, movimento político de parte da categoria profissional que buscava romper com as práticas assistencialistas e clientelistas desenvolvidas e promover uma apropriação teórica e metodológica que respondesse às expectativas do coletivo profissional. Esse movimento foi marcado por avanços e resistências: primeiro porque não eram homogêneas as concepções e intenções entre os profissionais, do que seria realmente o papel do Serviço Social e dos assistentes sociais; segundo, porque esse movimento emerge em meio a Ditadura Civil-Militar com suas imposições, coerções, censura, violência em todos os aspectos sob todas as formas de expressões da reprodução social da vida.

A compreensão do coletivo que compôs esse movimento era de que a apropriação teórica com base positivista, condutora da profissão, não era condizente com as expectativas do trabalho e formação para o Serviço Social brasileiro. Houve uma mudança da mentalidade e da concepção do que seria e poderia a profissão assumir diante as relações sociais em seu conjunto, frente às barbáries e contradições do capitalismo. Numa tentativa de ruptura com o conservadorismo, chega enviesado ao Serviço Social a teoria crítica marxista que provocou uma transformação endógena na profissão. Somente na década de 1980, com Marilda Vilela Iamamoto, que o marxismo chega à profissão sem vieses e de forma clara e objetiva. Todo esse processo, de uma história recente, traz marcas para a profissão que se fazem presentes até a atualidade.

Nesse ínterim, foi criada a Pós-Graduação em Serviço Social. O primeiro curso foi na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no mesmo ano na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), em 1972. Ainda, nessa década, foram criados os cursos de PG na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1976; na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), em 1977; na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 1978; e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1979. Em 1981, foi criado o primeiro curso de doutorado em Serviço Social na PUC-SP, sendo o primeiro da América Latina.

A criação da Pós-Graduação em Serviço Social está intimamente relacionada às transformações sociais e a uma nova postura dos profissionais, assistentes sociais e docentes, num levante a ruptura com a prática e a formação profissional perante a vertente teórica que conduzia a profissão nessa quadra histórica. A proposta desses profissionais está numa direção de leitura da realidade, análise crítica e intervenção, mudando o perfil profissional de meros executores de políticas e Programas Sociais, para cientistas sociais capazes de interpretar, intervir, propor e criar conhecimento científico condizente com a realidade, de cunho ético, político, teórico e metodológico.

O Serviço Social apropriou, e ainda se apropria, de conhecimentos construídos por outras áreas das Ciências Humanas e Sociais para compor seu arcabouço teórico. Nesse período em destaque, a Pós-Graduação (PG) vem com a intenção de construir conhecimento e respostas à realidade, promovendo uma identidade à profissão capaz de contribuir significativamente com as Ciências e com as políticas sociais, permitindo a interface com o mundo do trabalho e seu processo de produção e reprodução com vistas ao enfrentamento das desigualdades sociais e a exploração e barbárie sofrida pela classe trabalhadora.

## 2 – REFERENCIAL HISTÓRICO E TEÓRICO DA PESQUISA

Os primeiros anos da PG foram marcados por lutas e persistências dos professores dos respectivos cursos na busca pelo primeiro doutorado em Serviço Social do Brasil, resistência

acentuada pela Capes diante a falta de professores para compor o quadro de docentes e pesquisadores, posicionamento mantido, também, para abertura de novos cursos de mestrados. A PUC-SP manifesta-se contrária a essa decisão e apresenta novos dados à Capes, em que justifica a ampliação de doutores e mestres com formação em Serviço Social e que esse quadro dava condições para a abertura do doutorado.

A Faculdade de Serviço Social da PUC-SP é a mais antiga do Brasil. Foi também a primeira a implantar um curso de Pós-Graduação. Através do Programa Especial de Doutorado da PUC-SP - tituló os primeiros doutores em Serviço Social no País. Por este motivo, qualquer professor de Serviço Social com titulação que fosse contratado, fora da PUC-SP, teria tido relações com a PUC ou até mesmo feito cursos na PUC-SP. Seria conveniente que a CAPES fizesse um levantamento dos Programas de Mestrado e Doutorado em Serviço Social com a data de sua implantação, etc. (GARCIA; NOGUEIRA, 2017, p. 149-150).

A partir da década de 1980, a PG em Serviço Social ganha força, considerando o aumento de números de mestres e doutores já formados pelos Programas brasileiros.

Esses pesquisadores representam o fortalecimento e as bases da construção de conhecimento em Serviço Social, mas a história da profissão nos conta que a apropriação teórica e metodológica nesses primeiros anos foi construída com base em vieses diferentes. Alguns aspectos desse levante devem ser considerados. Os primeiros anos da PG foram marcados pela luta contra a política hegemônica calcada no militarismo e sua repressão cultural e social. A apropriação teórica desses pesquisadores estava dividida entre o positivismo, a fenomenologia e o marxismo enviesado. A realização das pesquisas e a elaboração das dissertações começam a dar sinal de uma leitura de realidade, mas com cautela diante a censura imposta nesse período, década de 1970, a qual enjaulou o conhecimento crítico e impôs a ferro e fogo a acriticidade teórica e ideopolítica.

Foi a partir da década de 1980 que as pesquisas em Serviço Social tomam vulto e numa tentativa constante de romper com as fragilidades teóricas, metodológicas, ética e política presentes na profissão, começam a construir conhecimentos com bases na compreensão da profissão enquanto expressão e produto da sociedade e suas contradições. Como dito anteriormente, o conhecimento das Ciências Humanas e Sociais estiveram e estão no arcabouço teórico do Serviço Social, mas, a partir da segunda metade dessa década, os profissionais engajados nas pesquisas passam a construir e materializar o conhecimento em Serviço Social, não distante da realidade e da sociedade, mas enquanto elemento constituído nessa sociedade e que, assim como ela, se transforma. Desse modo, toma a realidade e a questão social como objeto de pesquisas e estudos, eleva o conhecimento científico da profissão para além dos muros das academias e passa a compartilhá-los com outros países da América Latina.

A consciência crítica que se eleva no interior da profissão por meio dos professores, pesquisadores e assistentes sociais, conduz a um novo cariz para as pesquisas e construção de conhecimento. Reconhece-se na realidade a complexidade dos fenômenos e suas nuances e da relação orgânica com os sujeitos sociais e históricos que a formam. Apreende-se que está nessa relação complexa e contraditória o objeto a ser desvelado, o real em sua totalidade - o abstrato e o concreto. Não se exime o primeiro da pesquisa nem da realidade, porque sujeitos pesquisadores e participantes são seres pensantes e que se objetivam na construção do real, e todo objeto é expressão objetiva e subjetiva desse real. Aglair Setubal nos orienta que:

[...] primeiro, por mais próximo que se apresente o conhecimento da realidade, o seu caráter de elaboração abstrata estará sempre presente no seu movimento, fazendo-o representar contraditoriamente tanto a atividade teórica constitutiva do processo de pesquisa, como a representação empírica do objeto. Segundo, o empírico, na sua manifestação real, é abstrato, tendo em vista que a sua apreensão pelo homem se dá por meio de elaborações do pensamento. É precisamente por isso que o esteio da relação entre abstrato e concreto, teórico e prático está na superação do caráter imediato do objeto e na incorporação das múltiplas dimensões do concreto, presentes no real. (SETUBAL, 2005, p. 101).



É nesse movimento de superar a imediatez do real, a aparência do objeto, que o concreto pensado se revela, na multiplicidade dos fenômenos e as interações contraditórias que movem esse contínuo complexo. Momento de trazer à tona a essência desse objeto e as forças tendenciais que o movem, sua particularidade entendida enquanto totalidade num constante ir e vir do singular para o universal.

Foi nessa direção, com a apropriação da dialética e do materialismo histórico que o Serviço Social passou a conduzir suas pesquisas e construir conhecimento crítico da realidade. A leitura do real não mais contemplativa, mas compreendida e apreendida como ato reflexivo-crítico do concreto, que possibilita interações e intervenções nas práticas sociais.

De acordo com Nobuco Kameyama (1998), as dissertações e teses construídas pelos pesquisadores em Serviço Social, a partir da década de 1980, passam a apresentar em seu bojo uma dada direção teórico-metodológica capaz de analisar e refletir criticamente sobre as manifestações do real. Os temas e objetos dessas pesquisas expressam a realidade as quais provocaram o despertar da curiosidade e da criatividade desses pesquisadores na busca por respostas. Entre os temas, a autora destaca: Prática Profissional, Formação Profissional, Teoria e Método em Serviço Social, História do Serviço Social, Política Social, Movimentos Sociais, Gênero e Família, Criança e Adolescente e Processo de Trabalho.

No processo histórico da profissão, outros temas emergiram enquanto reflexos das transformações sociais. O Serviço Social, nesse conjunto, busca desvelar as expressões humanas em sua totalidade, apreender, para além dos temas apontados pela autora, outros, tais como: as manifestações da questão social enquanto produto da relação capital-trabalho; a diversidade de gênero e sua organização política; os segmentos populacionais e a desigualdade socioeconômica; a formação histórica e cultural do povo brasileiro e as contradições contemporâneas; a divisão social do trabalho e a luta de classes; os direitos sociais e políticas sociais; frentes sindicais e os espaços de controle social; questão rural e agrária; terceiro setor e responsabilidade social; entre outros.

Consideramos que o conhecimento construído pelo Serviço Social representa a maturidade intelectual da profissão. Frutos de pesquisas e empreendimentos material e intelectual, as obras escritas e publicadas em formas de livros, artigos, documentos, dissertações, teses, monografias, entre outras, expressam a capacidade de interpretar com criticidade, de externar a criatividade, de se ver como sujeitos dessa mesma realidade, de ter sensibilidade e valoração com a vida do outro, e a capacidade de compreensão da existência do ser (ontologia). É nessa direção que compreendemos a relevância da pesquisa e da PG na efetivação do Serviço Social, e deixamos para nossa reflexão que a profissão é capaz de:

[...] olhar o mundo com novos olhos de ser transformado, de ser não apenas criativo mas também crítico e lógico, que se movimenta em direção à aventura científica desafiante sem medo de ir ao encontro dos métodos e de questionar os paradigmas teóricos considerados verdades únicas e absolutas. (SETUBAL, 2005, p. 90).

### **3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao apropriarmos dos IV e V Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), observamos a direção clara e objetiva para pesquisas que promovam o crescimento tecnocientífico, com ênfase no desenvolvimento de tecnologias para agricultura, saúde, ciências da terra, ciências biológicas, engenharias, entre outras áreas, e para isso investimento e recursos. Especificamente o V PNPG expressa que para as Humanidades, aqui concentradas as Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Letras e Artes, está o papel de construir conhecimento com a missão de pensar o Brasil e o mundo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010), mas nossa tônica é de que para além de pensarmos o Brasil e o mundo, às Ciências Sociais e Humanas está o papel de analisar, interpretar, refletir criticamente e propor estratégias de enfrentamento às barbáries econômicas, políticas e sociais que assolam a humanidade.

Questionamos nossos sujeitos participantes docentes, a partir do V PNPG, qual é a percepção frente aos desafios para as CHS tendo órgãos de fomento essa lógica motriz em que há maior investimento para outras áreas – não das Humanidades –, e como o Serviço Social se apresenta nesse contexto.

*Bom, eu vejo, vou falar do Serviço Social primeiro, acho que ele avançou e tem contribuído significativamente para as Ciências Sociais, eu acho que foi o grande desafio dessa transição de milênio, foi isso, do serviço social está inserido e ser reconhecido dentro das Ciências Sociais, que não era, até por conta da trajetória histórica da própria profissão. Nós ficávamos à margem das ciências dentro das Ciências Sociais. A gente começou a ter esse reconhecimento dentro da própria Ciências Sociais. Então, eu vejo como desafio vencido, nessa questão, principalmente do reconhecimento da profissão e do serviço social. [...] Inclusive foi uma discussão da nossa aula de hoje, [...] e nós discutimos uma palestra, [...] que fala sobre a questão da pesquisa para a transformação social e ele dá um exemplo de um projeto [...], inclusive, com financiamento público e privado, de uma empresa particular, e a gente discutiu bastante essa questão mesmo, do impacto de fazer ciência para o ser humano. E a gente discutia que só conseguiram esse financiamento porque eram da área tecnológica, na verdade teve o impacto social, [...], mas que impactou significativamente para a vida das pessoas lá, da população. Porque eles começaram a ter escola, a questão da saúde foi ... os direitos da saúde foram efetivados, começaram a ter desde o pré-natal pensando já naquela criança, desde o pré-natal até a universidade. E aí a gente discutia essa questão de que se fosse uma pesquisa, ou fazer ciência só voltada, só nesse sentido, como muitas vezes nos veem, só voltada para a transformação humana, tal vez não teria investimento. Porque o fim último não era a transformação social, teve toda essa repercussão, mas era o que, a questão de novas tecnologias [...], enfim, que também está voltada para o mercado. Então, a grande discussão ainda é de fazer pesquisa para o humano, ainda não é o grande investimento das agências de fomento. Aquela discussão de sempre que não avançou em nada. Não sei se era a questão, mas você pode retomando aí... (Dolores).*

*Eu acho que a questão toda, agora eu também estava pensando nisso, desde que eu entrei na faculdade (e isso faz muito tempo), que eu percebo a irrelevância das pesquisas das ciências sociais e humanas em um contexto brasileiro. Porque também eu estava pensando, em um contexto capitalista, essas pesquisas também não fazem sentido mesmo. O que vai fazer sentido são as pesquisas nas áreas de exatas, biológicas ou de tecnologia da informação que contribuem para o aumento do capital. Eu acho que o Serviço Social tem uma informação super relevante em nível nacional, no Brasil. O Serviço Social no Brasil é diferente de outros países. A gente tem uma produção super legal no Brasil, mas acho que ele não é visto. Ele faz parte das ciências sociais aplicadas e humanas e não é visto. Não é algo que é disseminado, porque como ele está dentro destas ciências que não interessam ao capital, então ele não é disseminado. Então não é culpa do Serviço Social. É uma questão de contexto econômico. Que mais? [...] Que contribui, contribui e muito. Mas tem pouca visibilidade. (Sheila).*

*Olha, eu não li muito a respeito disso. Destas novas tecnologias. Mas o que me preocupa pelo pouco que li a respeito disso é a intencionalidade. O que está se colocando lá, o que eles estão querendo. Que projeto é esse que tem por trás. E a gente observa que é um projeto conservador. É isso que eu consigo ver. [...] Eu penso que da década de 80 do século passado, para cá, quando nós entramos na pós-graduação a gente tem, a gente tem avançado, nós temos avançado bastante. Mas ainda há a necessidade de avançar ainda mais nas nossas pesquisas. Mas eu penso assim, eu sou otimista. Eu acredito que nós temos dado a nossa contribuição. É lógico que nós não vamos mudar. Nós visamos um outro projeto societário, que uma profissão sozinha não muda isso. Mas acredito que nós temos contribuído para mudar isso que está posto, que está colocado. (Maria).*

As falas de nossas participantes apontam que apesar do crescimento do número de cursos e Programas de PG, presencia-se pouco investimento para as CHS e aqui está o Serviço Social. Yazbek e Silva (2005, p. 40), ao analisar os IV PNPG, expõe que “[...] fica claro que o Serviço Social não é considerado área estratégica e prioritária [...]”

Temos nas ciências e nas tecnologias um movimento contraditório, pois enquanto produto da construção humana e apropriada pelo sistema capitalista, elas tornam-se meio de provocar e acentuar a desigualdade e seus vieses. Cabe-nos refletir de forma crítica sobre essa disparidade, sobre as relações econômicas, políticas e sociais que permeiam esse contexto, principalmente, onde se situa a ciência para além da lógica produtivista, tendo sua participação no desenvolvimento material e intelectual de meios para o crescimento dos recursos economicamente e tecnologicamente engendrados numa lógica solidária e de cooperação.

Todo o desenvolvimento científico e tecnológico provoca impactos na sociedade, sejam benéficos ou maléficos, isso dependerá de quem está produzindo e para quem consumir. À sociedade cabe as Ciências Humanas e Sociais investigar, interpretar, analisar, apontar e propor. Romper com a lógica da visibilidade apenas no que tange ao produtivismo industrial, e dar uma nova projeção a essas pesquisas. As pesquisas realizadas nessas áreas, e aqui se encontra o Serviço Social, tem esse cariz: o de desvelar a realidade tendo nela seu objeto de pesquisa e os diversos fenômenos que representam essas manifestações que emergem das relações entre os homens na econômica, na cultura e na política. Mais ainda, extrapolar o viés apenas analítico e criar estratégias e propostas que vão numa outra direção.

A Pós-Graduação na área de Serviço Social se destaca na busca de renovação e de aprofundamento das dimensões organizativa, interventiva e acadêmica da profissão; contribuindo para a formação de pesquisadores e docentes capazes de fazer avançar a formação profissional em Serviço Social; contribuindo igualmente na construção e consolidação das Ciências Sociais no Brasil; privilegiando o diálogo da profissão com outros campos e saberes profissionais e favorecendo, dessa forma, maior visibilidade do Serviço Social no âmbito acadêmico e das respostas às demandas socialmente apresentadas por segmentos organizados da sociedade brasileira. (CARVALHO; SILVA, 2005, p. 135).

Como em todas as áreas do conhecimento, os PPG em Serviço Social têm papel fundamental nessas pesquisas e nos conhecimentos construídos, para além daquilo que os números expressam, buscando legitimar a cientificidade da profissão e de seu conhecimento enquanto expressão da realidade e de suas contradições.

Atualmente, no Brasil, dos cursos reconhecidos e recomendados pela Capes por área de avaliação em Serviço Social, há 34 (trinta e quatro) Programas de Pós-Graduação, sendo 15 (quinze) de Mestrado e 19 (dezenove) de Mestrado/Doutorado. E 53 (cinquenta e três) cursos de Pós-Graduação, sendo 34 (trinta e quatro) de Mestrado e 19 (dezenove) de Doutorado. No entanto, nesse montante de Programas e cursos devemos pontuar que há 2 (dois) em Economia Doméstica. Por não serem alvo de nossa pesquisa consideraremos que no Brasil há 32 (trinta e dois) Programas de PG em Serviço Social, sendo 14 (quatorze) de Mestrado e 18 (dezoito) de Mestrado/Doutorado. E 51 (cinquenta e um) cursos de PG em Serviço Social, sendo 33 (trinta e três) de Mestrado e 18 (dezoito) de Doutorado.

Os Programas e cursos de Pós-Graduação em Economia Doméstica estão situados na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e na Universidade Federal de Viçosa/MG (UFV). O programa da UFRPE é em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social, com área básica e de concentração em Economia Doméstica, apenas a área de avaliação é em Serviço Social; com curso de Mestrado, nenhuma das disciplinas ofertadas que constam na Plataforma Sucupira contém matéria em Serviço Social. O programa da UFV é em Economia Doméstica, a área de concentração em Família e Sociedade; as áreas de avaliação e básica em Serviço Social; com cursos de Mestrado e Doutorado, nenhuma das disciplinas ofertadas que constam na Plataforma Sucupira contém matéria em Serviço Social.

De acordo com a plataforma Geocapes, o quadro de docentes nos Programas de PG em Serviço Social está assim distribuído: permanentes 418 (quatrocentos e dezoito); colaboradores 94 (noventa e quatro); visitantes 14 (quatorze), num total de 526 (quinhentos e vinte e seis)

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017a). Não foram incluídos nessa contagem os docentes vinculados aos Programas de Economia Doméstica.

Como parte da pesquisa de doutoramento que se efetivou na construção da tese “A transversalidade da ética na Pós-Graduação em Serviço Social”, buscamos, na tentativa em alcançar a transversalidade da ética na PG em Serviço Social, a partir dos dados apreendidos no Portal Capes, a interlocução com o tema Ética. Para isso realizamos a consulta na Plataforma Sucupira para apreender informações pertinentes à construção desse trabalho. Seguimos o seguinte caminho: Portal Capes – Plataforma Sucupira – Coleta Capes. As informações a seguir estão disponíveis nesse Portal. Algumas particularidades que se fizeram presentes durante a pesquisa: a plataforma apresenta dados a partir de 2012; da Conclusão de Trabalhos (dissertações e teses) apenas do ano de 2017; a Universidade Federal Fluminense (UFF) apresenta 2 (dois) Programas de PG em Serviço Social.

Das informações analisadas e seus critérios, foram apreendidos: o ano de início dos Programas; Programas (de Serviço Social, Política Social e Política Pública com área de concentração e ou área básica e ou área de avaliação em Serviço Social e que as disciplinas apresentassem matéria em Serviço Social); IES; Unidade Federativa; nível (Mestrado e Doutorado); nota; área de concentração; linhas de pesquisa; disciplinas (todas foram analisadas pelo título e ementa, sendo apresentadas nesse trabalho aquelas que contêm no título ou ementa o termo Ética e ou Ético-Político); Teses e Dissertações (serão apresentadas apenas aquelas que contêm no título o termo Ética e ou Ético-Político).

Com base nos dados sobre os Programas, eles se apresentam em nove propostas: Políticas Públicas e Desenvolvimento Local (1 PG), Serviço Social (18 PG), Políticas Públicas (2 PG), Política Social (5 PG), Serviço Social e Direitos Sociais (1 PG), Serviço Social, Trabalho e Questão Social (1 PG), Serviço Social e Políticas Sociais (2 PG), Política Social e Serviço Social (1 PG) e Serviço Social e Desenvolvimento Regional (1 PG). Observa-se a predominância de Programas em Serviço Social, mas chama-nos a atenção os PG em Política Social e Política Pública. Sobre os Programas em Serviço Social, destacam-se as linhas de pesquisas, temas e objetos de pesquisas que contemplam as temáticas Política Social e Política Pública.

A ênfase às Políticas Sociais e Políticas Públicas coaduna com a direção social da profissão assumida no seu contexto histórico, pelo envolvimento direto com as políticas sociais públicas não só na sua execução, mas na elaboração e implementação, como espaço de luta e resistência na efetivação e defesa dos direitos sociais da população. O Serviço Social na atualidade participa do cenário e das arenas de poder, no movimento social organizado de representatividade nos espaços deliberativos e de controle social, assistentes sociais engajados na luta pela efetivação dos direitos e da participação da sociedade no debate coletivo. A profissão se faz presente nos Conselhos de Direitos, nos debates das Câmaras Municipais, Estaduais e Federal na construção de estratégias e do seu controle; nos Fóruns e Congressos, espaços que devem ter ampliadas as vozes da população.

Sobre a distribuição dos Programas de Pós-Graduação (PPG) em Serviço Social no território brasileiro, observamos que 02 (dois) estão na Região Norte, 11 (onze) na Região Sudeste (considerando que a UFF tem dois PPG), 10 (dez) na Região Nordeste, 06 (seis) na Região Sul e 03 na Região Centro-Oeste. Esses dados coadunam com a discussão apresentada nos IV e V PNP, sobre a assimetria dos Programas em relação ao território brasileiro, onde nas Regiões Sul e Sudeste estão o maior número de Programas de Pós-Graduação. Para que essa disparidade territorial seja resolvida a médio e longo prazo é necessário o incentivo de abertura de novos Programas, principalmente nas Regiões Norte e Centro-Oeste. A expectativa é que essa resposta não seja apenas quantitativa, mas prioritariamente que os Programas possam colaborar com o desenvolvimento científico, cultural, econômico e social local, regional e nacional. Torna-se de extrema relevância que esse debate venha à baila nas instituições de fomento e no Ministério da Educação, tomando como prioridade para a ascensão desses cursos o reconhecimento das particularidades culturais e socioeconômicas de cada Região.

Sobre a natureza jurídica das Instituições de Ensino Superior as quais os PPG estão vinculados, temos que 18 (dezoito) estão em Universidades Federais, 7 (sete) em Universidades Estaduais, 1 (um) em Universidade Privada com fins lucrativos e 4 (quatro) em Universidades Privadas sem fins lucrativos, e 1 (um) numa Universidade Comunitária<sup>1</sup>. Apesar do incentivo, a

<sup>1</sup> Universidade Comunitária: “Tal instituição é caracterizada pelo fato de não ter fins lucrativos. Portanto, os recursos gerados ou recebidos são integralmente aplicados em suas atividades. As instituições comunitárias não pertencem a famílias ou a indivíduos isolados, mas são mantidas por

propagação do ensino superior privado e, respectivamente, dos Programas de Pós-Graduação, os Programas e cursos de PG em Serviço Social têm predominância nas instituições públicas.

Mediante o debate da privatização das pesquisas e do conhecimento científico, cabe-nos traçar algumas considerações. Analisando o posicionamento dos PNPG no tocante ao estreitamento entre o público e o privado, das parcerias e incentivos à mercantilização do conhecimento e de seu produto para o desenvolvimento econômico e da apropriação pela indústria, apontamos que as pesquisas realizadas pelos PPG em Serviço Social, independentemente se a IES tem natureza jurídica pública ou privada, vem na contramão dessa proposta economicista e mercadológica dos PNPG.

Tendo em vista que o posicionamento ético-político da profissão tem direção contrária a esses ideais, as pesquisas e o conhecimento produzido por seus PPG visam, é nisso que acreditamos, revelar a disparidade socioeconômica da população, a barbárie e a violência sofridas pelos segmentos mais vulneráveis, a criminalização da pobreza, das raças e etnias não arianas, o desmonte das políticas sociais e do Estado, a precarização do mundo do trabalho, entre outras manifestações da realidade. Para além de nos revelar, o posicionamento é de enfrentamento, intervenção e participação propositiva e crítica para responder a essas manifestações. As pesquisas e o conhecimento da PG em Serviço Social, em seu conjunto, trazem em seu cerne essa direção, de romper com amarras dessa sociabilidade e com as condicionalidades e determinações que usurpam a capacidade humana de viver com dignidade. Essas pesquisas visam ao desenvolvimento social e cultural no que tange à busca pela igualdade de acesso da população aos direitos, ao fim da estigmatização e preconceito, e de uma sociedade onde os valores humanistas tenham prioridade sobre os valores economicistas.

Sobre a Área de Concentração dos Programas, nenhum apresentou o termo Ética e/ou Ético-Político. Nas Linhas de Pesquisas constatamos: “Ética e Direitos Humanos em Serviço Social” na PUC-SP, “Serviço Social, Ética e Direitos Humanos” na UFPE, “Serviço Social, Ética e Formação Profissional” na UFSC, e “Ética, Gênero, Cultura e Diversidade” na UFRN. Consideramos que as linhas de pesquisas são eixos estruturantes com temáticas específicas que se relacionam ao Programa e são formadas por projetos que promovem a objetivação teórica e prática de determinado objeto de pesquisa. Ter uma linha de pesquisa em Ética é de extrema relevância, pois promove uma projeção ao tema e pode provocar nos pesquisadores o interesse em realizar novas pesquisas, além dos projetos vinculados dos docentes dessa linha que desenvolvem pesquisas e surgem novos conhecimentos e, com isso, o tema fica em constante movimento e em evidência.

Outra característica desses Programas é possibilitar disciplinas com esse tema para seus discentes com maior frequência e constância, mas não trataremos essa característica enquanto regra. Sobre a análise das disciplinas ofertadas pelos PPG em Serviço Social na Plataforma Sucupira, consideramos: disciplinas obrigatórias e optativas, seminários, tópicos especiais; e desconsideramos o Núcleo de Estudo e Aprofundamento, Núcleo de Estudo e Pesquisa, e as Atividades Programadas.

Todos os Programas que têm Linha de Pesquisa em Ética ofereceram disciplinas para seus discentes com a temática Ética e/ou Ético-Político. Dos Programas em Serviço Social credenciados e recomendados pela Capes, apenas da FUFPI, PUC-RIO, UFPB/João Pessoa e UFAM não ofereceram disciplinas com esse tema durante o período analisado.

É necessário ponderarmos sobre os dados do item disciplinas. Na sua grande maioria, elas aparecem na página Coleta Capes de forma contínua e em aberto, poucos Programas sinalizaram o período de oferta da disciplina – data de início e data de fim. Algumas constam as datas de início e fim, mas voltaram a ser ofertadas posteriormente, gerando para o sistema Coleta Capes a quantificação de uma nova disciplina.

Outra abordagem relevante que cabe reflexões é sobre a transversalidade da Ética. Se assim a consideramos, enquanto tema transversal, não podemos ignorar que na construção teórica e prática das disciplinas, nos debates e reflexões, o tema Ética possa ter sido elemento de análise entre os sujeitos dessa construção de conhecimento. É necessário compreendermos que a construção do saber é regado de valores, que a cientificidade engendrada no conhecimento em Serviço Social é postulada de valores, de intenções e tensões, de força vital que pulsa, de empatia e reciprocidade, de uma busca incessante de liberdade e autonomia, valores que compõem esse processo de construção da existência humana e suas objetivações materializados em conhecimento científico.

---

comunidades, igrejas, congregações, etc., podendo ser confessionais ou não.” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS, 2017).

---

Caminhamos para o último item elencado para a análise dos PPG em Serviço Social no Brasil, a publicação das dissertações e teses. Como explicitado anteriormente, na base de dados pesquisada estão disponíveis os trabalhos defendidos apenas em 2017. O critério utilizado para esse item foi que o termo Ética e/ou Ético-Político estivessem no título do trabalho. Feita a pesquisa, pontuamos: 2 (duas) dissertações na UERN; 2 (duas) teses na UERJ; 1 (uma) dissertação UFSC.

Assim, como foram traçadas ponderações sobre o item disciplina, temos que ter uma compreensão crítica sobre esse item. Primeiro, temos que considerar a possibilidade de não atualização das informações até a data da consulta. Segundo, não estão disponíveis no percurso delineado os anos anteriores como estavam para as disciplinas. Terceiro, o termo Ética e/ou Ético-Político pode não estar contemplado no título, mas debatido no texto. Sobre essa última consideração cabe-nos elucidar que o debate sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social está no cerne da discussão contemporânea da profissão, nas diferentes esferas, espaços e formas de sociabilização do conhecimento. Da mesma forma, enquanto elemento constitutivo da profissão, não só normativo, o Código de Ética do assistente social é guisa da valoração da categoria e constituinte da análise crítica-reflexiva e propositiva presente no processo histórico nas últimas duas décadas.

Os apontamentos trazidos até o momento nos dão a direção para uma Pós-Graduação em Serviço Social engajada na cientificidade, mas outra característica relevante dos Programas é a relação estreita com o ensino, com a graduação, por meio de projetos de pesquisas e extensão.

Pontuamos com afincamento e certa retórica que o conhecimento construído em Serviço Social, fruto de pesquisas nos PPG, seja das experiências dos espaços de trabalho e intervenção, das análises conjunturais, das revisões bibliográficas, entre outros caminhos, expressam, na atualidade, a maioria intelectual da profissão, e que as publicações tornaram-se bibliografias utilizadas por outras áreas do conhecimento diante da profundidade teórica e da densidade crítica e propositiva contidas nessas obras, contribuindo com as Ciências Humanas e Sociais.

A Pós-Graduação em Serviço Social tem suas fragilidades e requer análise e tensionamentos para uma nova proposta que venha fortalecer os Programas e as universidades numa direção contra hegemônica ao que está estabelecido enquanto regras e normas de caráter estritamente produtivistas e baseadas na apropriação intelectual para o fortalecimento das esferas econômicas industriais.

Predominantemente, as pesquisas realizadas por assistentes sociais estão relacionadas às universidades e aos PPG; pouca pesquisa é desenvolvida por profissionais que estão nos espaços de atuação, com exceção quando esse profissional está inserido no processo de mestrado ou doutorado e seu espaço de trabalho é o cenário da pesquisa. A não realização da pesquisa por grande parte dos assistentes sociais é uma característica que reverbera por décadas no interior da profissão e que nos provoca para uma mudança significativa de postura e mentalidade.

Se considerarmos que as pesquisas em Serviço Social têm como direção a objetivação teórica e prática, que o objeto de pesquisa é a própria realidade, que os sujeitos participantes das pesquisas em sua grande maioria são utentes dos serviços onde estão inseridos assistentes sociais, torna-se necessária uma autocrítica da não realização de pesquisas por esses profissionais. Principalmente, de reconhecer que o conhecimento construído nesses espaços é uma forma de devolver aos cidadãos uma leitura da realidade da qual ele faz parte e que muitas vezes esses espaços não permitem sua participação na implementação da política e dos serviços, não dão voz a esses sujeitos, são postos e ali deixados enquanto meros usuários de um serviço. No tocante a publicização do conhecimento, independente se essa construção seja oriunda de pesquisas realizadas nesses espaços, é necessário repensar como os conhecimentos construídos pelos assistentes sociais (professores, pesquisadores, técnicos) estão chegando à população e qual a devolutiva dessas produções para a sociedade.

Afirmamos que há a necessidade de maior interlocução entre os sujeitos coletivos do Serviço Social, numa intenção de romper com as coerções e os consensos que impedem o avanço da pesquisa e da construção de conhecimento por assistentes sociais que estão além dos muros das universidades.

E, ainda, é necessário fortalecer o posicionamento teórico, metodológico e ético da profissão no tocante as pesquisas, ao conhecimento e a sua publicização, criando alternativas que venham provocar, se assim for possível, uma nova postura das agências de fomento, promovendo uma nova lógica para o processo de avaliação e expansão das pesquisas e do conhecimento, considerando as particularidades das Ciências Sociais e Humanas, além de romper com os padrões de beneficiamento de algumas áreas em detrimento de outras.

#### **4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Pós-Graduação em Serviço Social nos provoca a repensar com criticidade o papel da ciência na atualidade, dos PPG, das universidades, inserida num movimento de forças e competitividade, em que a cooperação está acentuada na relação entre as esferas produtivas, na apropriação do conhecimento pelas indústrias e no incentivo às pesquisas com visibilidade internacional e com fins mercadológicos.

Da Pós-Graduação, espera-se uma articulação do seu coletivo para o enfrentamento dessas forças, tensionando um processo de ruptura com o que está posto, na busca das Ciências enquanto elemento contributivo para transformação da realidade com vistas à igualdade, à dignidade e ao progresso da humanidade sem distinção de classe, credo, etnia, cor, raça... Antes de encerrarmos, deixamos uma citação de Hans Jonas para a nossa reflexão:

No que tange à ciência, o caráter interminável da sua tarefa e das suas possibilidades se enraíza na natureza do objeto de conhecimento [...] e na do conhecimento como tal. Sua busca não é só um direito, mas também um importante dever do sujeito do conhecimento, dotado das faculdades para tal. Mas esse sujeito não é mais o espírito individual, mas, cada vez mais, „o espírito coletivo“ da sociedade que armazena o conhecimento. (JONAS, 2006, p. 270).

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva. Conclusão. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. (Org.). **Serviço social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Reflexões sobre a pós-graduação em Serviço Social no Brasil através do perfil dos docentes. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 145-154, maio/ago. 2017. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rk/v20n2/pt\\_1414-4980-rk-20-02-00155.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rk/v20n2/pt_1414-4980-rk-20-02-00155.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2017.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução de Marijane Lisboa; Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2011-2020**. Brasília, DF, 2010. v. 1. Disponível em: <[www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **GEOCAPES**. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social**: utopia e realidade. São Paulo: Cortez, 2005.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. Pelotas, 2017. Disponível em: <[http://www.ucpel.tche.br/portal/?secao=ins\\_com](http://www.ucpel.tche.br/portal/?secao=ins_com)>. Acesso em: nov. 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Das origens à atualidade da profissão: a construção da pós-graduação em serviço social no Brasil. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **Serviço social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

**A REFORMA TRABALHISTA E OS IMPACTOS DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 808/17**

*LABOR REFORM AND THE IMPACTS OF THE PROVISIONAL MEASURE N. 808/17*

Área temática: Direito.

SILVA, Maria Carolina Moraes.  
Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF  
Discente no curso de Direito  
carolinamoraesm@hotmail.com

SANTARÉM, Vinícius  
Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF  
Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista - Unesp  
viniciussantarem1@hotmail.com

**Resumo**

O presente estudo tem por escopo a análise dos aspectos da Lei 13.467/2017 que foram alterados pela Medida Provisória 808/2017, e que posteriormente veio a perder sua eficácia. O objetivo primordial da análise é expor os pontos positivos da Medida, em contrapartida às obscuridades constantes na Reforma Trabalhista, bem como os efeitos da revogação da MP, tanto para a comunidade jurídica, como, principalmente, para os trabalhadores brasileiros. Para tanto, foram usados os textos originais da Lei da Reforma, e da Medida Provisória, jurisprudências do TRT e TST, além de artigos e livros de autores fidedignos.

**Palavras-chave:** Direito do Trabalho. Reforma Trabalhista. Medida Provisória.

**Abstract**

The purpose of this study is to analyze the aspects of Law 13467/2017, modified by Provisional Measure 808/2017, and which subsequently lost its effectiveness. The main objective of the analysis is to outline the positive aspects of the Measure, in contrast to the obscurity in the Labor Reform, as well as the effects of the revocation of the PM, both for the legal community and, mainly, for Brazilian workers. For this purpose, the original texts of the Reform Law, and the Provisional Measure, TRT and TST jurisprudence were used, as well as articles and books by reliable authors.

**Keywords:** Labour Law. Labor Reform. Provisional Measure.

**1 – INTRODUÇÃO**

As relações de trabalho nem sempre foram estabelecidas com garantias de proteção ao lado hipossuficiente. Durante séculos, o labor foi visto com caráter depreciativo, sendo encarado como uma ferramenta aristocrática para opressão dos servos. Graças às lutas da classe operária, direitos fundamentais foram conquistados, deixando para trás um passado marcado por condições de trabalho desumanas.

No Brasil, o resultado da luta operária foi a materialização da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT em 1943, que normatizou um conjunto de conquistas e direitos do trabalhador, como a jornada de oito horas diárias (art. 58), regulamentação da prorrogação nas atividades insalubres (art. 60), descanso interjornada (art. 66), adicional noturno (art. 73), estabeleceu a obrigatoriedade de um salário mínimo (art. 76), e trouxe penalidades ao empregador que estipulasse remuneração inferior à ele (art. 117), dentre outras disposições.

A sociedade, no entanto, está em constante transformação, e de 1943 para os dias atuais, as relações laborais também sofreram mudanças que a legislação não pôde deixar de acompanhar.



Dentre as alterações que a CLT sofreu no curso do tempo, as mais significativas foram aquelas trazidas pela Lei 13.467/2017, que entrou em vigor em 11 de novembro de 2017. Apenas três dias depois, diante da nítida necessidade de complementação ao texto, a Medida Provisória 808 foi sancionada, modificando diversos pontos da Reforma Trabalhista.

Entretanto, após ser prorrogada pelo Congresso Nacional, nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, a MP 808 perdeu sua eficácia em abril de 2018, visto que o texto não foi analisado pela comissão mista, que sequer havia elegido um relator.

Neste contexto, o presente artigo traz como objetivo geral a análise dos principais pontos alterados pela MP 808. Já os objetivos específicos visam demonstrar a consequente insegurança jurídica trazida aos trabalhadores, após a perda da eficácia da MP.

Quanto aos procedimentos metodológicos, em vista dos objetivos propostos, adotou-se o tipo de pesquisa bibliográfica e, quanto aos objetivos, estes são de natureza explicativa.

## 2 – REFERENCIAIS TEÓRICOS

### 2.1 – ASPECTOS DA MEDIDA PROVISÓRIA 808/2017

Editada para preencher as lacunas deixadas pela Lei 13.467/2017, a Medida Provisória alterou vários pontos do texto original, reformulou dispositivos controversos, além de instituir novos artigos, com previsões então omissas pela CLT.

Todavia, apesar de representar uma significativa melhoria na redação da Reforma, a Medida perdeu a validade após o prazo legal de 120 dias de vigência, visto que não foi analisada pela comissão, para posteriormente ser convertida em lei.

Embora sem eficácia, não se pode descartar a relevância da MP, tendo em vista que sanou diversos desarranjos jurídicos presentes na Reforma Trabalhista, como a flexibilização do trabalho da gestante e da lactante em lugares e atividades insalubres, a possibilidade de acordo individual para alteração da jornada de trabalho, as limitações à reparação de danos extrapatrimoniais, entre outros.

Deste modo, os tópicos que se seguem, abordarão ponto a ponto, dos itens alterados pela finada Medida Provisória nº 808/2017.

#### A) APLICAÇÃO DOS EFEITOS DA REFORMA

O artigo 2º da MP 808 pôs fim à controvérsia a respeito da aplicabilidade da Lei 13.467/2017, na integralidade, ou seja, tanto as normas favoráveis quanto as desfavoráveis, aos contratos de trabalho vigentes. Nestes termos, não teria validade alguma para os contratos extintos até 10 de novembro de 2017, pois não tem efeito retroativo, mas seria cabível para todos os contratos firmados antes da data.

Quanto aos processos trabalhistas em andamento, ainda que a Medida tenha sido revogada, os efeitos da Reforma valem para as ações em curso. Isto porque, de acordo com a teoria do isolamento dos atos processuais positivada no artigo 14 do CPC, e ao contrário do que ocorre com as normas de direito material, as leis processuais produzem efeitos imediatos, submetendo-se à regra do *tempus regit actum*, de sorte que, em geral, a nova norma passa a ser aplicada aos processos em andamento e não somente àqueles que se iniciaram a partir da vigência da nova lei. **(Processo n. 0011508-50.2017.5.03.0094 - RTOrd - 19/09/2018 do TRT-3).**

#### B) JORNADA 12X36

Antes da Reforma Trabalhista, não havia dispositivo na CLT que regulamentasse a jornada 12x36, estando restrita a certas categorias, através da Súmula 444 do Tribunal Superior do Trabalho:

É válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas.

Com a Reforma, aumentou o campo de abrangência da jornada diferenciada, sendo regulamentado pelo artigo 59-A, que inicialmente previa que seria facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou

indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

Contudo, houve um forte questionamento a respeito da constitucionalidade do texto, uma vez que, segundo o artigo 7º, inciso XIII da CF/88, a duração do trabalho normal não pode superar oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, à exceção de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

A MP 808 alterou a redação do artigo 59-A, retirando a possibilidade do acordo individual:

Art. 59 – A: Em exceção ao disposto no art. 59 e em leis específicas, é facultado às partes, por meio de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

No que concerne aos profissionais da saúde, a Medida abriu exceção, e manteve a possibilidade de acordo individual:

§ 2º: É facultado às entidades atuantes no setor de saúde estabelecer, por meio de acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

Embora a norma vá de encontro com a previsão constitucional, cessados os efeitos da Medida Provisória, a redação original volta a vigorar, permitindo a realização de acordos individuais para adoção do regime 12x36.

#### C) REPARAÇÃO DE DANOS EXTRAPATRIMONIAIS (art. 223-G)

O legislador substituiu a expressão dano moral, por dano extrapatrimonial, de modo semelhante à denominação em Portugal, Alemanha e Itália, devido a sua abrangência mais ampla.

Cumpra esclarece que o conceito de dano extrapatrimonial abrange os danos morais, estéticos e existenciais. Pelos primeiros, entende-se que são aqueles que afetam os direitos de personalidade, como a honra, dignidade, imagem, acarretando vexame e humilhação ao ofendido. Neste sentido, ensina Maria Helena Diniz (2010, p. 90) que o dano moral seria a lesão de interesses não patrimoniais de pessoa física ou jurídica, provocada pelo ato lesivo.

Dano estético está vinculado à deformação morfológica permanente, que afeta a integridade e a harmonia física do corpo da vítima (**ED-RR - 37100-27.2005.5.20.0003, Relatora Ministra: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Data de Julgamento: 04/06/2008, 8ª Turma, Data de Publicação: DJ 13/06/2008**).

Já o dano existencial consiste em espécie cuja principal característica é a frustração do projeto de vida pessoal do trabalhador, impedindo a sua efetiva integração à sociedade, limitando a vida fora do ambiente de trabalho e o seu pleno desenvolvimento como ser humano, em decorrência da conduta ilícita do empregador. (**TST – RR10347420145150002, Relator: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 04/11/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/11/2015**).

O Título II-A da CLT trata do dano extrapatrimonial, normatizando a reparação de danos decorrentes da relação de trabalho. Muito se discute sobre a constitucionalidade do dispositivo, visto que o artigo 223-A exclui as regras da Constituição e do Código Civil, ao estabelecer que se aplicassem “apenas os dispositivos deste Título”.

A Lei da Reforma alterou o artigo 223-G, classificando os danos em: leve, médio, grave e gravíssimo, inspirada no Projeto de Lei n. 150/1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que depois de aprovado no Senado, foi enviado à Câmara, onde foi arquivado em 2010, porque, por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o considerou inconstitucional.

Limitou, ainda, a reparação em razão da última remuneração recebida, em clara agressão à garantia da justa reparação, ao princípio da isonomia, e à dignidade do trabalhador, que passa a ser mensurada pelo valor do contracheque. *In verbis*:

§ 1º Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação:

I - ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido;

II - ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido;

III - ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido;

IV - ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido.

§ 2º Se o ofendido for pessoa jurídica, a indenização será fixada com observância dos mesmos parâmetros estabelecidos no § 1º deste artigo, mas em relação ao salário contratual do ofensor.

§ 3o Na reincidência entre partes idênticas, o juízo poderá elevar ao dobro o valor da indenização.

Não bastassem as limitações impostas, o legislador vedou, ainda, a acumulação de indenizações, instituindo uma única espécie que contemplasse vários danos, contradizendo a jurisprudência consolidada pelos tribunais superiores. Assim são as súmulas 91 do TST e 387 do STJ, respectivamente:

Nula é a cláusula contratual que fixa determinada importância ou percentagem para atender englobadamente vários direitos legais ou contratuais do trabalhador.

É lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral.

A MP 808 deu nova redação ao aludido artigo:

Art. 223-G, § 1º Ao julgar procedente o pedido, o juízo fixará a reparação a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação:

I - para ofensa de natureza leve - até três vezes o valor do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

II - para ofensa de natureza média - até cinco vezes o valor do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

III - para ofensa de natureza grave - até vinte vezes o valor do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social; ou

IV - para ofensa de natureza gravíssima - até cinquenta vezes o valor do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 3º Na reincidência de quaisquer das partes, o juízo poderá elevar ao dobro o valor da indenização.

§ 4º Para fins do disposto no § 3º, a reincidência ocorrerá se ofensa idêntica ocorrer no prazo de até dois anos, contado do trânsito em julgado da decisão condenatória.

§ 5º Os parâmetros estabelecidos no § 1º não se aplicam aos danos extrapatrimoniais decorrentes de morte.

Observa-se que, ainda que os parâmetros da indenização tenham sido alterados de forma positiva (visto que grande parte da classe trabalhadora hoje, não recebe como salário o teto máximo dos benefícios da Previdência Social), o magistrado continuou limitado, ficando impossibilitado de fixar o *quantum* reparatório que entendesse razoável ao caso em apreço, mitigando seu poder de discricionariedade. E, nada mudou em respeito à vedação da cumulatividade.

#### D) GESTANTE EM ATIVIDADES INSALUBRES (art. 394-A)

Independente do grau de insalubridade, a CLT proibia o trabalho da gestante ou lactante em locais ou atividade insalubres - visto que o ambiente é extremamente prejudicial tanto para a mãe, quanto para a criança -, nos termos do artigo 394-A:

A empregada gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, devendo exercer suas atividades em local salubre.

A Lei 13.467/2017 modificou a disciplina legal:

Art. 394-A: Sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de:

I - atividades consideradas insalubres em grau máximo, enquanto durar a gestação;

II - atividades consideradas insalubres em grau médio ou mínimo, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a gestação;

III - atividades consideradas insalubres em qualquer grau, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a lactação.

(...)

§ 2o Cabe à empresa pagar o adicional de insalubridade à gestante ou à lactante, efetivando-se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, por ocasião do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço.

§ 3o Quando não for possível que a gestante ou a lactante afastada nos termos do caput deste artigo exerça suas atividades em local salubre na empresa, a hipótese será considerada como gravidez de risco e ensejará a percepção de salário-maternidade, nos termos da Lei no 8.213,

de 24 de julho de 1991, durante todo o período de afastamento.

Diante das discussões a respeito do retrocesso que significava a nova redação, a Medida Provisória tentou amenizar a proibição, flexibilizando-a, ao dispor que somente será permitido o labor em lugar insalubre quando a gestante ou lactante, *“voluntariamente, apresentar atestado de saúde, emitido por médico de sua confiança, do sistema privado ou público de saúde, que autorize a sua permanência no exercício de suas atividades”*.

Na prática, essas alterações simbolizam um enfraquecimento dos direitos das gestantes e lactantes, uma vez que, o empregador não mais se encontra obrigado a afastar a empregada das atividades ou locais insalubres, lenificando a proteção ao nascituro, ao amamentado e às mães.

#### E) CONTRATAÇÃO DO AUTÔNOMO (art. 442-B)

A contratação do autônomo, que antes não tinha previsão na CLT, com a Reforma, passou a ser regimentado pelo artigo 442-B:

A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º desta Consolidação.

A MP 808 remodelou alguns aspectos do texto legal, estabelecendo novas regras:

Art. 442-B. A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º desta Consolidação.

§ 1º É vedada a celebração de cláusula de exclusividade no contrato previsto no caput.

§ 2º Não caracteriza a qualidade de empregado prevista no art. 3º o fato de o autônomo prestar serviços a apenas um tomador de serviços.

§ 3º O autônomo poderá prestar serviços de qualquer natureza a outros tomadores de serviços que exerçam ou não a mesma atividade econômica, sob qualquer modalidade de contrato de trabalho, inclusive como autônomo.

§ 4º Fica garantida ao autônomo a possibilidade de recusa de realizar atividade demandada pelo contratante, garantida a aplicação de cláusula de penalidade prevista em contrato.

§ 5º Motoristas, representantes comerciais, corretores de imóveis, parceiros, e trabalhadores de outras categorias profissionais reguladas por leis específicas relacionadas a atividades compatíveis com o contrato autônomo, desde que cumpridos os requisitos do caput, não possuirão a qualidade de empregado prevista o art. 3º.

§ 6º Presente a subordinação jurídica, será reconhecido o vínculo empregatício.

§ 7º O disposto no caput se aplica ao autônomo, ainda que exerça atividade relacionada ao negócio da empresa contratante.

Não obstante a expiração da validade da Medida Provisória, o governo federal, por meio de uma portaria do Ministério do Trabalho (349/2018), restabeleceu algumas regras que a MP previa. Apesar de manter a possibilidade da cláusula de exclusividade e retirar o § 7º, manteve aspectos da normatização anterior.

Segundo a Fecomercio SP, o regimento pode ser considerado um aspecto positivo da Reforma, pois, a permissão para a contratação de autônomos é capaz de gerar impactos econômicos significativos, por criar oportunidades para autônomos como microempreendedores individuais, modalidade empresarial que vem crescendo no Brasil.

#### F) CONTRATO INTERMITENTE (art. 452)

O contrato intermitente, até a Reforma Trabalhista, não era regulamentado pela CLT. Com o advento desta, passou a ser previsto pelo artigo 452-A:

Art. 452-A. O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.

Os parágrafos seguintes estabeleceram as regras da modalidade contratual:

§ 1º O empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, três dias corridos de antecedência.

§ 2º Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa.

§ 3º A recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente.

§ 4º Aceita a oferta para o comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir, sem justo motivo, pagará à outra parte, no prazo de trinta dias, multa de 50% (cinquenta por cento) da remuneração que seria devida, permitida a compensação em igual prazo.

Foi ajustado que o período de inatividade não será considerado tempo à disposição do empregador, facultando ao trabalhador a possibilidade de prestar serviços a outros contratantes, e a realização do pagamento imediato da remuneração, com as férias proporcionais com acréscimo de um terço, décimo salário proporcional, repouso semanal remunerado e adicionais legais.

Estatuiu, inclusive, que o empregador efetuará o recolhimento da contribuição previdenciária e o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, com base nos valores pagos no período mensal, e fornecerá comprovante das obrigações, e que a cada doze meses, o empregado adquire direito a usufruir, nos doze meses subsequentes, um mês de férias.

A MP 808 complementou a composição anterior, indicando os elementos formais para a celebração do contrato intermitente:

Art. 452-A. O contrato de trabalho intermitente será celebrado por escrito e registrado na CTPS, ainda que previsto acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva, e conterá:

I - identificação, assinatura e domicílio ou sede das partes;

II - valor da hora ou do dia de trabalho, que não poderá ser inferior ao valor horário ou diário do salário mínimo, assegurada a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno e observado o disposto no § 12; e

III - o local e o prazo para o pagamento da remuneração.

Outros pontos também foram remodelados, como a substituição do prazo de resposta de um dia útil, para vinte e quatro horas, a revogação da obrigatoriedade de pagar pelo serviço ao fim de cada prestação, podendo o pagamento ser realizado “na data acordada”. Também foram introduzidas novas disposições:

§ 10. O empregado, mediante prévio acordo com o empregador, poderá usufruir suas férias em até três períodos, nos termos dos § 1º e § 2º do art. 134.

§ 11. Na hipótese de o período de convocação exceder um mês, o pagamento das parcelas a que se referem o § 6º não poderá ser estipulado por período superior a um mês, contado a partir do primeiro dia do período de prestação de serviço.

§ 12. O valor previsto no inciso II do caput não será inferior àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função.

§ 13. Para os fins do disposto neste artigo, o auxílio-doença será devido ao segurado da Previdência Social a partir da data do início da incapacidade, vedada a aplicação do disposto § 3º do art. 60 da Lei nº 8.213, de 1991.

§ 14. O salário maternidade será pago diretamente pela Previdência Social, nos termos do disposto no § 3º do art. 72 da Lei nº 8.213, de 1991.

§ 15. Constatada a prestação dos serviços pelo empregado, estarão satisfeitos os prazos previstos nos § 1º e § 2º.

A MP seguiu a complementação com o artigo 452-B e seguintes, até então, inexistentes na Lei da Reforma. Dentre as mais significativas, destacam-se:

Art. 452-B. É facultado às partes convencionar por meio do contrato de trabalho intermitente:

I - locais de prestação de serviços;

II - turnos para os quais o empregado será convocado para prestar serviços;

III - formas e instrumentos de convocação e de resposta para a prestação de serviços;

IV - formato de reparação recíproca na hipótese de cancelamento de serviços previamente agendados nos termos dos § 1º e § 2º do art. 452-A.

Art. 452-D. Decorrido o prazo de um ano sem qualquer convocação do empregado pelo empregador, contado a partir da data da celebração do contrato, da última convocação ou do último dia de prestação de serviços, o que for mais recente, será considerado rescindido de pleno direito o contrato de trabalho intermitente.

A despeito dos impactos da perda da validade da MP, o artigo 452-G merece atenção. Pela Medida, o empregado registrado por contrato de trabalho por prazo indeterminado, quando demitido, não poderá prestar serviços para o mesmo empregador, por meio de contrato de trabalho intermitente pelo prazo de dezoito meses.

Sem sua validade, ampara-se a prática de demissões, com objetivo de recontratar o mesmo empregado, por valores inferiores, flexibilizando o princípio da intangibilidade salarial.

#### G) SALÁRIO (art. 457)

Antes da Lei 13.467/2017, os parágrafos do artigo 457 determinavam que integrariam o salário, não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador, excluindo-se as ajudas de custo e diárias de viagem que não excedam 50% do salário percebido.

Com a Reforma, os parágrafos foram alterados:

Art. 457 - § 1º Integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador.

§ 2º As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

(...)

§ 4º Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

A Medida Provisória fez uma nova alteração nas disposições:

§ 1º Integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e de função e as comissões pagas pelo empregador.

§ 2º As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, limitadas a cinquenta por cento da remuneração mensal, o auxílio alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro, as diárias para viagem e os prêmios não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário.

Quanto à gorjeta, o parágrafo 3º a conceitua como a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também o valor cobrado pela empresa, como serviço ou adicional, a qualquer título, e destinado à distribuição aos empregados. A Medida dispôs que esta não constitui receita dos empregadores, e deu aos empregados garantias, como a incorporação da gorjeta no salário, no caso em que cessar a cobrança pela empresa, na média dos últimos doze meses recebidos, além da obrigatoriedade de colocar a gorjeta no contracheque e fazer anotação na carteira de trabalho.

Os pressupostos da MP, neste sentido, significaram uma melhoria positiva para os trabalhadores, visto que com uma renda comprovadamente maior, conseguiriam créditos maiores em bancos, além de conseguir programar uma aposentadoria mais segura.

#### H) COMISSÃO DE REPRESENTANTES (art. 510-E)

A Medida Provisória 808/2017 havia incluído o artigo 510-E, dispondo que a comissão de representantes dos empregados não substituirá a função do sindicato de defender os direitos e os interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, hipótese em que será obrigatória a participação dos sindicatos em negociações coletivas de trabalho, nos termos dos incisos III e VI do caput do art. 8º da Constituição.

#### I) CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVO (art. 611-A)

A Reforma criou o artigo 611-A, instituindo que:

A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

(...)

XII - enquadramento do grau de insalubridade;

(...)

§ 5º Os sindicatos subscritores de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho deverão participar, como litisconsortes necessários, em ação individual ou coletiva, que tenha como objeto a anulação de cláusulas desses instrumentos.

A MP/808 remodelou o texto legal, passando a valer, durante a sua vigência nos seguintes termos:

Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho, observados os incisos III e VI do caput do art. 8º da Constituição, têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

(...)

XII - enquadramento do grau de insalubridade e prorrogação de jornada em locais insalubres, incluída a possibilidade de contratação de perícia, afastada a licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho, desde que respeitadas, na integralidade, as normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

(...)

§ 5º Os sindicatos subscritores de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho participarão, como litisconsortes necessários, em ação coletiva que tenha como objeto a anulação de cláusulas desses instrumentos, vedada a apreciação por ação individual.

Observa-se que a redação dada pela MP808 complementou o texto da Reforma, destacando que devem ser respeitadas, na integralidade, as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, e a NR15, é categórica ao afirmar, no item 15.4.1.1 que cabe à autoridade regional competente em matéria de segurança e saúde do trabalhador, determinar o adicional devido, após laudo técnico de engenheiro de segurança ou médico do trabalho, devidamente habilitado.

O dispositivo se encontrava de acordo com os preceitos constitucionais, visto que, muito embora afirme a prevalência do negociado sobre o legislado, é visível que a Medida o havia adequado num patamar civilizatório, que não se faz presente na escrita inicial.

#### J) FGTS (art. 911-A)

Sem previsão na Reforma Trabalhista, a Medida Provisória 808 criou o artigo 911-A:

O empregador efetuará o recolhimento das contribuições previdenciárias próprias e do trabalhador e o depósito do FGTS com base nos valores pagos no período mensal e fornecerá ao empregado comprovante do cumprimento dessas obrigações.

§ 1º Os segurados enquadrados como empregados que, no somatório de remunerações auferidas de um ou mais empregadores no período de um mês, independentemente do tipo de contrato de trabalho, receberem remuneração inferior ao salário mínimo mensal, poderão recolher ao Regime Geral de Previdência Social a diferença entre a remuneração recebida e o valor do salário mínimo mensal, em que incidirá a mesma alíquota aplicada à contribuição do trabalhador retida pelo empregador.

§ 2º Na hipótese de não ser feito o recolhimento complementar previsto no § 1º, o mês em que a remuneração total recebida pelo segurado de um ou mais empregadores for menor que o salário mínimo mensal não será considerado para fins de aquisição e manutenção de qualidade de segurado do Regime Geral de Previdência Social nem para cumprimento dos períodos de carência para concessão dos benefícios previdenciários.

Apesar de ser matéria da Lei 8.212/1991, é de grande relevância para as relações de trabalho, uma vez que se trata de uma tentativa para a correção da distorção no sistema de custeio previdenciário, pela complementação proporcional da contribuição do segurado, para que atinja o patamar do salário mínimo.

Todavia, sem qualquer referência à Lei de Custeio Previdenciário, nítido que seus efeitos não recairiam sobre todos os segurados, mas apenas aos empregados, gerando uma situação de tratamento desigual entre os contribuintes da previdência social.

Outro aspecto importante, conforme salientam os professores Antero Arantes e Christina Pedreira (2017), é o fato que a alíquota do recolhimento complementar será a mesma aplicada à contribuição retida pelo empregador (8, 9 ou 11%). O que significa que, embora tenha caráter facultativo, incidirá alíquota significativamente inferior àquela imposta aos contribuintes das modalidades individual e facultativo (20%).

Essa mudança, apesar das pequenas inconsistências, seria positiva, para as hipóteses em que o empregado que não auferisse o salário mínimo, tivesse condições de se manter na condição de segurado. Contudo, como bem exposto pelo professor Paulo Sérgio João (2018), isto poderia ser resolvido por decreto, incluindo a normativa de recolhimento aos cofres da Previdência.

### 3 – METODOLOGIA

Para a elucidação do presente artigo, foram utilizados textos de apoio a respeito do assunto abordado, usando como tela o texto original da Lei 13.467/2017 e da Medida Provisória 808/2017.

Quanto à sua natureza, pode ser classificada como exclusivamente bibliográfica. Nas palavras de Gil (2002, p. 44):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

Conforme o supramencionado, a fonte de pesquisa para tais produções constitui-se por livros, que podem ser utilizados para referência. Assim, facilitam a absorção das informações necessárias para que se estabeleça os parâmetros do estudo apresentado. Para Gil (2002), a vantagem desta natureza de pesquisa é a ampla cobertura de dados, vez que estando estes esparsos no tempo, demandaria muito para o pesquisador conseguisse coletar todo o material, que já se encontra descrito na bibliografia utilizada.

Quanto aos objetivos, sua natureza é explicativa, visto que, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 127) tal modalidade procura identificar quais fatores contribuíram para dar causa à situação abordada, visando o aprofundamento do conhecimento da realidade.

#### 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz de todo o exposto, observa-se que, conforme explanado anteriormente, a Lei da Reforma Trabalhista possui diversas inconsistências, e o objetivo da Medida Provisória foi preencher as falhas da redação desta, e sanar alguns vícios presentes.

O fim da MP agravou o sentimento de insegurança jurídica inaugurado pela Reforma, tanto para o trabalhador, quanto para o direito processual trabalhista. O laborador, indubitavelmente, o maior prejudicado, se vê diante de um retrocesso de seus direitos, obtidos por anos de muita luta e opressão.

No âmbito processual, cria-se uma imensa celeuma, visto que existem incontáveis processos em andamento que já receberam decisões interlocutórias com base na MP, e agora podem ter sua validade questionada, além dos contratos em curso que sofreram alterações, para se adequar ao texto legal.

A caducidade da Medida é um manifesto descaso com o legado constitucional brasileiro e, ao contrário do que afirma Michel Temer, a Lei 13.467 não representa a modernização da legislação trabalhista, mas o verdadeiro esfacelamento de garantias fundamentais ao trabalhador.

#### 5 – REFERÊNCIAS

AMORIM, Kelly. **Reforma Trabalhista vs Medida Provisória nº 808/2017**. Disponível em: <[https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/41398/1525399098REFORMA\\_VS\\_MP](https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/41398/1525399098REFORMA_VS_MP)>. Acesso em 20 set. 2018;

DINIZ, Maria Helena: **Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, v. VII;

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Editora Atlas, 4ª Ed., 2002;

JOÃO, Paulo Sérgio. **Sem estar mais em vigor, MP da reforma trabalhista deixa legado**. Conjur, 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-mai-04/reflexoes-trabalhistas-estar-vigor-mp-reforma-trabalhista-deixa-legado>>. Acesso em 20 set. 2018;

MARTINS, Antero Arantes e PEDREIRA, Christina de Almeida. **REFLEXÕES SOBRE A REFORMA TRABALHISTA**. 1ª ed. São Paulo: Scortecci, 2017;

MP 808: governo complementa regras da contratação de autônomos. FecomercioSP, 2017. Disponível em: <<http://www.fecomercio.com.br/noticia/mp-808-governo-complementa-regras-da-contratacao-de-autonomos>>. Acesso em 04 set. 2018;

NR 15 – ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES. Ministério do Trabalho. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR15/NR-15.pdf>>. Acesso em 20 set. 2018;



PRODANOV, Cleber Cristiano e FREITAS, Ernani Cesar de. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Rio Grande do Sul, Universidade FEEVALE, 2013.

***A RELEVANCIA E OS DESAFIOS DO SETOR EXTRATIVISTA MINERAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL.***

*THE RELEVANCE AND CHALLENGES OF THE EXTRACTIVE MINERAL SECTOR FOR THE  
REGIONAL DEVELOPMENT.*

Área temática: Desenvolvimento e Integração Regional. Desenvolvimento Regional e Local.

SILVEIRA, Cassio  
Unifacef  
Mestrando  
E-mail: cassioeduardo@yahoo.com.br

BRAGA, Helio  
Unifacef  
Professor Doutor  
E-mail: hgp@com4.com.br

## **Resumo**

O presente artigo visa analisar a contribuição e os desafios do setor extrativista mineral de exploração de minério de ferro e manganês sob a perspectiva do desenvolvimento regional. Introduzimos o tema discorrendo sobre aquisição e geração de riqueza e renda, tendo em vista o conceito de desenvolvimento formado após o advento da Revolução Industrial do século XIX. O trabalho como forma de produção intelectual e material, e a criação de valor pelo próprio trabalho. Traçamos um panorama histórico do início do ciclo do ouro no Brasil do século XVII e o surgimento das principais cidades da região do quadrilátero ferrífero, e a descoberta de outras riquezas na região. Posteriormente tratamos dos referências teóricas utilizadas para embasar a pesquisa, que são as idéias de Celso Furtado e Myrdal no campo econômico, colocando a questão do desenvolvimento como uma forma de geração de renda e a aplicação e distribuição desses excedentes a grande parte da população, o que ainda não pode ser considerado como atingido em sua forma plena no local da pesquisa, que apesar de ter uma riqueza natural de grandes proporções ainda não conseguiu democratizar os recursos econômicos oriundos da exploração mineral, se enquadrando em grande medida nos princípios da “Maldição dos Recursos Naturais”. Finalizando a pesquisa indicamos os principais desafios impostos a esse setor da economia que não pode ser desprezado nem minimizado, devendo ser discutido com a sociedade e implementadas medidas que visem um direcionamento planejado das divisas geradas, tendo em vista principalmente que é um recurso natural finito.

**Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Crescimento Econômico, Mineração.**

## **Abstract**

This article aims to analyze and understand the contribution and challenges of the extractive mineral sector of iron ore and manganese exploration. We introduce the theme of discourse on acquisition, generation of wealth and income, in view of the concept of development formed after the advent of the Industrial Revolution of the nineteenth century. Work as a form of intellectual and material production, and the creation of the retail market. We draw a historical overview of the beginning of the gold cycle in Brazil in the seventeenth century and the emergence of the main cities in the quadrilateral region, and the discovery of other riches in the region. Subsequently we deal with the theoretical references used to support the research, which are the ideas of Celso Furtado and Myrdal in the economic field, placing the issue of development as a form of income generation and the application and distribution

of these surpluses to a large part of the population, the which still can not be considered as having been reached in its full form at the place of the research, which despite having a natural wealth of great proportions has not yet been able to democratize the economic resources derived from mineral exploration, being largely conformed to the principles of "Curse of the Natural resources". Finalizing the research we indicate the main challenges imposed on this sector of the economy, which can not be overlooked or minimized, and should be discussed with society and implemented measures aimed at a planned direction of the foreign exchange generated, mainly considering that it is a finite natural resource.

**Keywords: Regional Development, Economic Growth, Mining**

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos conceitos de desenvolvimento está ligado as premissas estabelecidas pelos países que iniciaram e aderiram a Revolução Industrial no século XIX. Preconiza alguns princípios, como por exemplo, aumento constante da renda e distribuição desses ganhos a parcela significativa da população, iniciando um processo de melhoria na qualidade de vida e acesso a bens e serviços de boa qualidade. Celso Furtado em sua obra "Desenvolvimento e Subdesenvolvimento" aponta que essa forma de desenvolvimento, tendo como parâmetro os países atualmente considerados como Desenvolvidos, com aumento de riqueza e renda, e principalmente, os modos de consumo, não será extensiva a todos. Deixando claro que cada país e povo precisam entender o que é o desenvolvimento dentro de sua própria realidade, demonstrando, por exemplo, que o subdesenvolvimento não é uma forma, ou um caminho ao desenvolvimento, é sim um tipo de capitalismo que não atingiu sua plenitude. Indica que um dos caminhos para quebrar o ciclo do subdesenvolvimento seria o fortalecimento das instituições e a melhoria e qualificação da mão de obra dos trabalhadores.

De acordo com essa premissa o processo de produção material da existência humana, relacionado ao trabalho, a transformação dos bens naturais, objeto (natureza), em produto, ocorre por meio da combinação da atividade humana com os instrumentos de trabalho do homem. Convém assinalar que a atividade humana engloba tanto o trabalho físico como o mental, isto é, produção de conhecimento através do uso das faculdades mentais.

Ademais o conhecimento acumulado, não só modifica o processo de produção, como ainda, aprimora os próprios instrumentos de trabalho. Denominada "marcha para o progresso" com aumento expressivo e exponencial na contemporaneidade, tendo em vista principalmente, o uso intensivo da tecnológica no trabalho humano. Este mesmo processo resulta numa dupla divisão do trabalho, ou seja, na divisão do trabalho social e a divisão técnica do trabalho.

A divisão do trabalho social é a divisão da produção social em diferentes ramos, esferas ou setores da produção, esta ligada a transformação do objeto da ação humana do trabalho. A divisão técnica do trabalho é a divisão do trabalho que se opera no interior de processo de produção. (FIOVARANTE, 1978, p. 31).

Desde os estudos de Adam Smith, que quebraram o paradigma da formação da riqueza das nações, demonstrando que o trabalho cria riqueza, contrario ao pensamento reinante até então, baseado no Mercantilismo, que acreditava na geração de divisas somente pela acumulação de metais preciosos. Diversificando assim a forma de geração de riquezas e provocando um dinamismo extraordinário na economia dos países, com base na especialização do trabalho.

Na economia, a atividade de produção pode ser desmembrada em vários setores, tais como a agropecuária; a extrativa mineral e vegetal; a extração petrolífera; a indústria manufatureira de transformação; a construção civil; o comércio em geral e, finalizando, os serviços. Cada um desses grandes setores da economia é responsável pela produção de diferentes categorias de bens e serviços, além do que alguns são mais intensivos em capital e tecnologia, enquanto outros são mais intensivos em exploração de recursos naturais e utilizam fartamente a mão de obra humana.

O foco de estudo do presente artigo científico se direciona para indicar a relevância e os desafios do setor extrativista mineral no processo de formação de renda, acumulação de receitas e direcionamento dos lucros gerados pelo setor da mineração, tendo em conta a realidade regional dos municípios que sediam os grandes projetos exploratórios minerais. Apresentando os números gerados pelo setor de exploração de minério de ferro, capitaneados, principalmente, pelo conglomerado industrial "Vale", que é um dos maiores complexos empresariais do setor no mundo.

Perspectiva Histórica da exploração mineral nacional. Em se tratando da atividade de extração mineral, que teve início no Brasil Colonial através da garimpagem de ouro na forma de “ouro de aluvião”, explorada inicialmente pelos Bandeirantes, que eram em sua maioria paulistas que iniciaram a incursão pelo território inóspito, com a ajuda de indígenas, sua importância para o desenvolvimento do país e alargamento das fronteiras, data do final do século XVII, quando então, inaugura-se o “Ciclo do Ouro”, sobressaindo o atual estado de Minas Gerais como principal pólo produtor.

Salientamos que o ciclo do ouro tem início, após os dois primeiros ciclos exploratórios de nossa história, a primeira atividade exploratória que se tem notícia é a extração do Pau-Brasil, colocada em marcha nos primeiros momentos da colonização lusitana, servindo-se principalmente da mão de obra indígena. Posteriormente a Coroa Portuguesa implanta uma nova forma de explorar a colônia, através da introdução da mono-cultura canavieira/açucareira que se instala no nordeste brasileiro, nesse momento há a entrada da mão de obra do escravo negro africano.

O ciclo da mineração aurífera cumpriu importante papel para a economia regional e urbana do país, pois, muitas cidades surgiram e se formaram nesse período. Foi o início da interiorização da ocupação portuguesa rumo ao interior do continente.

Cidades de grande importância histórica, econômica e social, surgiram nesse período, como, Ouro Preto, São João Del Rey, Mariana, etc. Essas localidades experimentaram acelerado desenvolvimento urbano, comercial e social, pois a atividade produtiva de extração do ouro, sofreu um desdobramento, desencadeando efeitos positivos, gerando outras atividades como o comércio, escolas, teatros, igrejas, instalação de órgãos da administração pública real e até o surgimento de profissionais liberais.

A exploração aurífera nas “minas gerais” foi responsável por inúmeros fatores, dentre eles e um dos mais importantes, esta relacionada à descoberta de outras riquezas minerais incrustadas no subsolo.

A primeira indicação que havia grandes reservas minerais de outros compostos, entre eles o minério de ferro, foi registrada por dois padres cartógrafos e geólogos contratados pelo Rei Dom João V, por volta de 1725, para percorrer o território mineiro e apontar possíveis jazidas de outras riquezas minerais. O próprio nome da cidade de “Ouro Preto” é um indicador, pois além de ser um ouro com alto teor de pureza, em torno de 22 quilates, a forma “escura” das pepitas por fora, demonstram que o metal está envolto em reservas de minério de ferro.

Depois do fim do Ciclo do Ouro, em meados do século XIX, Companhias Inglesas começaram a minerar na região de Itabira/MG, e, posteriormente em 1942, sob o Governo Vargas, é criada a Companhia Vale do Rio Doce, que inicialmente foi direcionada para a exploração das minas de ferro e manganês situadas naquela região do estado de Minas Gerais. Atualmente a companhia opera em quatorze estados brasileiros, e nos cinco continentes. Tem uma malha ferroviária própria de dois mil quilômetros e nove terminais portuários próprios. Se destaca por ser a maior empresa no mercado de minério de ferro e pelotas, posição que atingiu em 1974 e ainda mantém e a maior produtora de manganês e ferroligas do Brasil, além de operar serviços de logística, atividade em que é a maior do país. Atualmente no território brasileiro, os minérios são explorados por quatro sistemas totalmente integrados, que são compostos por mina, ferrovia, usina de pelotização e terminal marítimo (Sistemas Norte, Sul e Sudeste). A atual denominação da Companhia é apenas “VALE”, um colosso empresarial de capital aberto, com ações negociadas na bolsa de valores, que é uma das principais responsáveis pelo abastecimento do ávido mercado mundial, sendo o início da cadeia produtiva de inúmeros produtos globais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em se tratando do setor extrativista mineral, a participação no Valor Adicionado Bruto total, oscilou em 2014 entre 1,6% e 6,1%. Na região Sudeste, a participação do setor de extração no valor adicionado total do país aumentou de 2,7% em 2002, para 5,7% em 2014, sobressaindo os estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – Segundo dados oficiais do Sistema de Contas Nacionais/IBGE.

Ainda de acordo com as estatísticas da Fundação João Pinheiro, a participação das indústrias extrativistas no Valor Adicionado Bruto total do estado de Minas Gerais, teria diminuído de 5,7% em 2010, para 3,6% em 2015. As estatísticas oficiais do IBGE, notadamente o Sistema Nacional de Contas Nacionais/SCN, mostram que a participação das indústrias extrativas no Valor Adicionado Bruto total alcançou: 1,4% em 2000, 3,5% em 2006, subiu para 4,5% em 2012 e, recuou em 2014

para 3,7%, atingindo já no ano de 2015 o percentual de 2,1%.

Os números do SCN revelam também que no setor das indústrias extrativistas, o total de ocupações atingiu no ano 2000, 189.240 (cento e oitenta e nove mil duzentos e quarenta) trabalhadores, aumentando para 308.412 (trezentos e oito mil quatrocentos e doze) pessoas em 2013, e já em 2014 sofreu pequena queda, sendo reduzido para 301.964 (trezentos e um mil novecentos e sessenta e quatro) trabalhadores empregados nesse setor.

Entre as grandes regiões da federação brasileira destacam-se o Norte, Nordeste e Sudeste, nas quais as indústrias extrativistas detêm considerável participação no Valor Adicionado Bruto ao PIB.

<b>Grandes Regiões</b>	<b>Part. Relativa das I.E* no VAB (%) 2002</b>	<b>Part. Relativa das I.E* no VAB (%) 2006</b>	<b>Part. Relativa das I.E* no VAB (%) 2010</b>	<b>Part. Relativa das I.E* no VAB (%) 2014</b>
<b>Norte</b>	<b>7,3</b>	<b>5,2</b>	<b>15,2</b>	<b>9,1</b>
<b>Nordeste</b>	<b>12,9</b>	<b>10,8</b>	<b>8,9</b>	<b>6,3</b>
<b>Sudeste</b>	<b>76,2</b>	<b>82,2</b>	<b>73,4</b>	<b>82,5</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>7,9</b>	<b>5,7</b>	<b>15,7</b>	<b>15,0</b>
<b>Espírito Santo</b>	<b>6,2</b>	<b>7,5</b>	<b>11,8</b>	<b>13,8</b>
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>60,0</b>	<b>67,8</b>	<b>44,2</b>	<b>47,6</b>

Fonte: IBGE, Elaboração Autores.

A importância do Minério de Ferro para a Economia Brasileira. O minério de Ferro representa atualmente 82% das exportações minerais do país, os estados de Minas Gerais, Pará, Bahia e Goiás concentram mais de 80% da produção nacional das commodities minerais. (MARINI, 2016, p.18).

Embora a participação das indústrias extrativistas no valor da produção industrial, assim como no Valor Adicionado Bruto não represente percentual acima de 4% em termos gerais; em algumas regiões e, até mesmo municípios, sua contribuição para arrecadação e economia local é fundamental. No caso do município mineiro de Mariana, a participação da indústria extrativista no PIB da localidade, passou de 47% em 2002, para 73% em 2011, chegando a corresponder em 2015 por 60% do PIB municipal (Fonte IBGE). Em tratando das exportações, o minério de ferro e seus concentrados representam 99,8% do total das exportações municipais.

Convém lembrar que o comércio exterior brasileiro passou por uma mudança deveras significativa, tendo em vista que o grupo de produtos básicos – enquanto porcentagem do total das exportações – aumentou sua participação de 23% em 1999, para 48% em 2017. Entretanto, em sentido contrário, os produtos manufaturados tiveram sua participação reduzida de 58% para 35%, respectivamente. (MDIC – Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior).

Outro fator que temos que apontar está ligado a “Maldição dos Recursos Naturais”, idéia defendida por alguns economistas de que regiões que possuem abundância em recursos naturais ficam presas a exploração desses recursos, que são apropriados por uma elite minoritária, e não conseguem atingir um patamar mais elevado que coloque essa localidade no caminho do desenvolvimento como processo de melhoria contínua na qualidade de vida da população em geral. Uma região geográfica brasileira poderia apresentar sintomas da tão mencionada maldição? Tendo por base os princípios teóricos que guiam essa corrente do pensamento, teoricamente a região do “quadrilátero ferrífero” estaria acometida desse mal.

*A exploração dos abundantes recursos naturais supostamente deveriam gerar retornos financeiros capazes de alavancar o crescimento, mas também o desenvolvimento econômico dos países*

*ricos nesses ativos. Entretanto, a realidade mostrou-se um tanto irônica ou, dependendo do ângulo de análise, perversa porque simplesmente as receitas advindas da exploração de recursos naturais não se traduzem nas transformações almejadas e esperadas para aqueles países. (La Plane; Silva; Serra; 2014, p. 21).*

Entre outros fatores, seria admissível supor, que conforme já havia assinalado Furtado (1996), o principal problema talvez seja decorrente da orientação dada à utilização das receitas provenientes das exportações dos recursos naturais. Ocorre que tais receitas, quando apropriadas por diminutas elites, ou desviadas do circuito produtivo, podem ter sido transferidas para outro país, esterilizadas na forma de consumo ou, aumentando a renda dos produtores, motivo pelo qual, não foram capazes de promover as transformações locais esperadas pelo acréscimo de renda.

Especialmente no caso brasileiro das commodities minerais e o “boom” na alta de preços nos mercados internacionais, e no aumento do consumo, capitaneado pelo gigante Chinês, que foi a grande responsável pelo incremento que ocorreu de 2002 a 2011, nosso país não conseguiu transformar esse momento econômico, especialmente favorável para nossa economia, em uma mola propulsora do desenvolvimento econômico e social.

Considerando o fato de que o desenvolvimento pode ser compreendido como um processo de transformação, resultante da transição de uma sociedade arcaica para uma sociedade moderna, inclusiva e com igualdade de oportunidades, é cabível considerar também, que a transformação deve ocorrer em todo o tecido social, sobretudo na estrutura econômica, social e política.

Em se tratando de atividade extrativa exercida por uma empresa capitalista, cuja produção se destina primordialmente a exportação, Furtado (2009) constatara situação muito similar aquela descrita por aqueles mesmos três autores. Seja o caso de uma exploração mineira, sob o controle de empresa capitalista que organize não somente a produção, mas também a comercialização do produto. A intensidade do impacto desse núcleo na velha estrutura dependerá, fundamentalmente, da importância relativa da renda a que ele dê origem e que fique a disposição dentro da coletividade. (...) A empresa capitalista que penetra em uma região de velha colonização e estrutura econômica arcaica não se vincula, dinamicamente a esta última, pelo simples fato de que a massa de lucros por ela gerada não se integra na economia local. (FURTADO, 2009, p. 162-163).

Ademais, não fosse o fato dos lucros serem desviados para outras localidades, mantendo, desta forma inalterada a estrutura econômica da arcaica região, convém acrescentar que em se tratando exclusivamente de recursos naturais, sua duração é finita e sua exploração não pode ser predatória.

Fatos que não ocorrem no processo de extração do minério de ferro das reservas naturais. É uma das atividades mais predatórias exploratórias que se tem notícia, e além dos fatores ligados as questões naturais e ambientais, há ainda o impacto social, principalmente ligado ao desalojamento populacional.

A importância do estudo feito para o Clube de Roma<sup>1</sup> deriva exatamente do fato de que nele foi abandonada a hipótese de um sistema aberto no que concerne à fronteira dos recursos naturais.

*Não se encontra aí qualquer preocupação com respeito à crescente dependência dos países altamente industrializados vis-à-vis dos recursos naturais dos demais países, e muito menos com as conseqüências para estes últimos do uso predatório pelos primeiros de tais recursos. (FURTADO, 1996, p. 11-12).*

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo teve por base uma pesquisa exploratória, com natureza quantitativa, buscando analisar, mediante o estudo de caso de uma região específica, o impacto da Mineração de minério de

<sup>1</sup> O Clube de Roma é hoje uma organização não governamental (ONG) que teve início em abril de 1968 como um pequeno grupo de 30 profissionais empresários, diplomatas, cientistas, educadores, humanistas, economistas e altos funcionários governamentais de dez países diversos que se reuniram para tratar de assuntos relacionados ao uso indiscriminado dos recursos naturais do meio ambiente em termos mundiais. Pelo fato desta primeira reunião ter acontecido na Academia dei Lincei em Roma na Itália, o nome sugestivo de „Clube de Roma” deu denominação à entidade. Fonte: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/o-clube-de-roma/>

ferro e manganês na região do Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais, no campo social, econômico e ambiental, e os reflexos no desenvolvimento local, tendo por base a evolução dos recursos financeiros aplicados e os números apresentados e impactos no PIB e na Balança Comercial de exportação. A escolha da região do Quadrilátero Ferrífero/MG para realização da pesquisa, não foi aleatória, a região tem características bastante peculiares, sendo o maior pólo de exploração do minério no território brasileiro, e tendo uma distribuição de renda, ainda muito aquém de enquadrar a região no conceito de desenvolvimento. Ocorreu no local somente o crescimento econômico e as divisas geradas foram apropriadas pelos conglomerados industriais exploratórios, essa questão permeia o intuito da pesquisa.

O estudo de caso é considerado um instrumento apropriado para descrever analiticamente determinado fenômeno, bem como investigá-lo dentro de seu contexto real, YIN (2005).

GODOY (2006, p. 121) destaca que o estudo de caso quantitativo é “adequado quando se quer focar em problemas práticos, decorrentes das intrincadas situações sociais presentes nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas”.

O estudo exploratório se propõe a obtenção de formas mais próximas do tema investigado, com foco na ampliação da visão e na comprovação científica dos fatos observados pelos pesquisadores envolvidos no experimento.

Os dados apresentados no artigo tiveram por base a investigação de índices públicos, disponibilizados através de sites oficiais de órgãos governamentais, nas diversas esferas, Federal, Estadual e Municipal, conjugados com números obtidos no IBGE, Emater/MG, Fundação João Pinheiro, Fundação Dom Cabral, FGV e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Realizou-se ainda uma pesquisa bibliográfica e de referencial teórico com o intuito de proporcionar maior cientificidade à pesquisa. Foram consultados diversos artigos que tratam do assunto, em revistas, periódicos eletrônicos e fontes seguras que tratam do tema.

E por fim, segundo YIN (2005), as limitações deste artigo/pesquisa são, e, representam aquelas inerentes aos estudos de caso.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Não bastasse o uso predatório de recursos naturais não renováveis, chama-nos a atenção no caso brasileiro, a relevância já atingida pelo minério de ferro em porcentagem do valor total das exportações do país.

Tabela 2: Brasil, segundo exportações de minério de ferro em US\$/FOB e participação relativa – anos diversos.

Exportações de minério de ferro:

<b>ANO</b>	<b>US\$/FOB</b>	<b>Part. Relativa (%) 1</b>
<b>1997</b>	<b>2.846.169.764,00</b>	<b>5,37</b>
<b>2004</b>	<b>4.758.876.327,00</b>	<b>4,92</b>
<b>2007</b>	<b>10.557.911.454,00</b>	<b>6,57</b>
<b>2011</b>	<b>41.817.251.122,00</b>	<b>16,33</b>
<b>2014</b>	<b>25.819.090.176,00</b>	<b>11,47</b>
<b>2017</b>	<b>19.199.154.102,00</b>	<b>8,81</b>

Fonte: MDIC, elaboração autores. 1. Participação relativa: refere-se ao percentual em relação ao valor total das exportações.

De 2004 até 2011, a crescente participação do minério de ferro no total de exportações brasileiras, deve-se ao ciclo de expansão dos preços e da demanda internacional por commodities minerais e agrícolas, liderado principalmente pelo crescimento do gigante Chinês.

De 1997 até o primeiro trimestre de 2018, no acumulado do período, os minérios de ferro responderam por 9,52% do total das exportações brasileiras.

A exploração de recursos naturais inflige custos não somente ao meio ambiente, como também as comunidades locais circunvizinhas a este tipo de atividade econômica. De fato, ambas as dimensões ambiental e social, são aspectos importantes da discussão sobre a “maldição” dos recursos naturais. Uma atividade tradicionalmente conhecida por gerar impactos ambientais adversos é a mineração. (LaPlane; Silva; Serra; 2014, p. 26).

Os mesmos autores destacam ainda outros impactos ambientais provocados pela atividade mineradora como o desmatamento, a erosão do solo, como também a contaminação da águas.

Outro fato que desperta a nossa atenção, a exceção da atividade de extração, relaciona-se a pauta exportadora brasileira retratada pelas variáveis toneladas (Kg), valor (US\$/FOB) e preço médio US\$/Tonelada.

<b>Produtos</b>	<b>Em KG</b>	<b>Em US\$/FOB</b>	<b>Preço médio US\$</b>
<b>Básicos</b>	<b>578.814.039.527</b>	<b>101.063.315.839</b>	<b>174,60</b>
<b>Semimanufatura</b>	<b>55.449.203.264</b>	<b>31.434.139.067</b>	<b>566,80</b>
<b>Manufaturado</b>	<b>52.140.906.151</b>	<b>80.253.456.510</b>	<b>1.539,10</b>
<b>Total</b>	<b>686.404.148.942</b>	<b>212.750.911.416</b>	<b>309,95</b>

Fonte: IBGE Elaboração os autores.

As exportações brasileiras de produtos básicos, em 2017, respondiam por 84,33% do volume total em toneladas, os semimanufaturados 8,08% e os produtos manufaturados contribuíam com 7,59%. Já em relação ao valor das exportações em US\$/FOB, os básicos representavam 47,50% do valor total, enquanto os semimanufaturados somavam 14,77%, e os produtos manufaturados representavam 37,72%. De outra forma, o país exporta elevado volume de mercadorias (em toneladas) a um preço relativamente muito baixo, e reduzido volume a preço mais elevado, até porque, o preço médio da tonelada dos produtos manufaturados era 8,8 vezes maior do que o preço médio dos básicos exportados pelo país naquele mesmo ano.

Considerando o apreciável percentual das exportações brasileiras em produtos de baixo valor agregado – como são os casos dos produtos agrícolas e das commodities minerais – bem como, os custos ambientais e os riscos, será que o país deve continuar persistindo na sua vocação de produtor e exportador de produtos primários?

É oportuno examinar alguns números do ramo de extração de minério de ferro como o caso dos valores pertinentes aos salários, excedente operacional bruto, valor adicionado bruto e pessoal ocupado.

Tabela 4: Brasil, extração de minério de ferro, segundo VAB, Salários, Excedente operacional e Pessoal ocupado: 2000 e 2014.

<b>Variáveis</b>	<b>2000(A) R\$</b>	<b>2014(B) R\$</b>	<b>C = B/A</b>
<b>VAB1</b>	<b>2.101</b>	<b>44.174</b>	<b>21,02</b>
<b>EOB2</b>	<b>568</b>	<b>4.840</b>	<b>8,52</b>



<b>EOB3</b>	<b>1.302</b>	<b>37.459</b>	<b>28,77</b>
<b>PO4</b>	<b>16.419</b>	<b>51.415</b>	<b>3,13</b>

Fonte: IBGE/SCN, Elaboração autores.

1VAB: Valor adicionado Bruto; 2W: Total das remunerações/Salários; 3EOB: Excedente Operacional Bruto; 4PO: Pessoal Ocupado (Quantidade de Pessoas).

Comparando os números de 2014 com os anos de 2000, em termos nominais, verificamos um aumento expressivo do excedente operacional bruto e do valor adicionado bruto e, bem mais moderado dos salários e da quantidade de pessoas ocupadas. A questão que desperta a curiosidade é saber para onde e para quem foi destinado o excedente(EOB)?

A análise dos números apresentados pela empresa Vale, tendo em vista principalmente o período pós-privatização, apresenta retorno de capitais expressivos, e indicam que grande parte dos lucros gerados pela Companhia foram direcionados para o Mercado Financeiro, principalmente através da distribuição de Lucros e Dividendos aos acionistas. A primeira impressão é que a privatização melhorou espetacularmente o desempenho negocial. Entre junho de 1997 e janeiro de 2011, a ADR (American Depositary Receipts) da VALE gerou um retorno nominal em dólar (incluindo distribuição de dividendos) de incríveis 3.019%, o que é muito acima da média do setor que está em 1.345%. No entanto, considerando o mesmo período, o principal produto vendido pela VALE, o minério de ferro, também se valorizou fortemente em decorrência do aumento da demanda advinda da China, “Boom Chinês”.

Entre 2003 (primeiro ano para o qual há dados disponíveis) e 2010, o preço do minério de ferro CIF na China subiu 750%, tendo a maior parte desse aumento ocorrido a partir de 2005 quando, coincidentemente ou não, o retorno da VALE se acentua. Como o aumento do preço do minério não tem a ver com a privatização, parte do retorno não pode ser atribuída à troca de gestão, questão deveras complexa e que comporta ações judiciais sendo demandadas até a atualidade, sobre a validade jurídica da privatização da companhia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor extrativista da mineração enfrenta atualmente um período de grandes desafios econômicos, sociais, ambientais e tecnológicos, principalmente no campo do desenvolvimento e à adoção de novas tecnologias para redução dos impactos ambientais e sociais causados pela atividade, ponto crucial, pois a necessidade da mineração nem se discute aqui, já que é um dos principais produtos da pauta de exportações da Balança Comercial Brasileira, e agrega renda e receita para o país. Mas a principal questão da extração de recursos naturais finitos é o que fazemos com a renda gerada no presente, para compensar a falta para gerações futuras. Dentre os principais movimentos estruturais que afetam o setor, destaca-se a agenda de promoção de maior sustentabilidade socioambiental e o desenvolvimento de um conjunto de novas tecnologias, para minimizar os impactos gerados. A atividade de mineração é reconhecida por seu alto custo socioambiental, a grandeza dos projetos em operação, ou sendo implantados, a quantidade de carga movimentada e a enorme quantidade de rejeito gerado têm representado riscos reais para diversas regiões e populações.

A ocorrência de desastres ou acidentes pode afetar grandes áreas e ecossistemas, muitas vezes os mecanismos de contenção são ineficientes, e não há monitoramento. Realidade muitas vezes constatada pelo Poder Público, mas que é negligenciada, principalmente pelo alto poder de influenciar escalões superiores dos poderes republicanos que as mineradoras dispõem. Deixando as populações totalmente desprovidas de sistemas de alarmes, contenções, planos de evacuação, enfim a preparação mínima para enfrentar uma situação limite, que é o rompimento de uma grande barragem de rejeitos, que foi o que aconteceu no município de Mariana e dizimou o Distrito de Bento Rodrigues e Paracatu Debaixo.

Esse conjunto de desafios pode oferecer oportunidades para as empresas operadoras desse setor, que deverão ser capazes de atender aos requisitos de sustentabilidade impostos e desenvolver operações cada vez mais eficientes. Nesse contexto, há uma tendência para a elevação do conteúdo tecnológico nesse setor, reconhecido, tradicionalmente, como de baixa intensidade tecnológica. A

implementação, criação e difusão de novas tecnologias com maior transversalidade e aplicação têm promovido importantes mudanças nos setores de mineração.

No cenário atual contemporâneo de difusão das tecnologias, *internet* das coisas, manufatura aditiva e novos materiais, esforços vêm sendo empregados em inovação e desenvolvimento de sistemas e processos mais eficientes de produção. O desenvolvimento envolve maior aprofundamento e transversalidade da aplicação de tecnologias de informação e comunicação (TICs), ampliando a interconectividade para as diversas etapas de produção e fornecimento do produto.

Os direcionamentos do setor de mineração deverão conter principalmente soluções para minimizar o volume de material movimentado da mina e de efluentes não aproveitados; o consumo de água; os riscos decorrentes dos processos de beneficiamento e da deposição de rejeitos; e os impactos da mina; além de aumentar os níveis de benefícios e satisfação social decorrentes das operações mineiras, com processos de fechamento de mina e de reabilitação de áreas degradadas.

Pesquisadores da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desenvolveram tecnologia para transformação de rejeitos e estéreis da mineração de ferro, bauxita, fosfato e calcário em diversos produtos, como cimento – para construção de blocos, vigas, passeios, estradas –, areia – que pode alimentar a indústria de vidros e de *chips* de computador – e pigmentos, insumo para a produção de tintas.

Os grandes conglomerados industriais de mineração tem o dever social e jurídico de procurar investir em projetos capazes de envolver a população local em atividades promotoras de emprego e renda alavancadas pelas operações mineiras. Trazendo aspectos voltados para a sociedade local, gerando emprego e renda, fortalecimento das instituições e inovação, que desempenha importante papel, ao viabilizar atividades socialmente produtivas e que, contemplem a participação da população local, no processo de transformação e inclusão social. Reabilitar totalmente a área minerada após o fim do ciclo exploratório deve ser contemplado como obrigação jurídica e pré requisito na concessão do alvará de lavra. Outro fator a ser desenvolvido pelo setor, esta no aproveitamento do material originalmente descartado em outros produtos, bem como a reabilitação plena de áreas mineradas para uso em agricultura.

Outro fator muito importante, pois direciona as atenções para questões de cunho econômico, que são muito relevantes para os municípios que tem dentro de sua área geográfica Minas em exploração, é a discussão pela sociedade local e estadual a respeito de uma majoração, um aumento na CFEM (Contribuição Financeira pela Exploração Mineral), tributo que é pago pelas mineradoras como contraprestação referente a exploração minerária, que atualmente tem alíquotas em torno de 3%, muito menores que outros setores da industria extrativista, como por exemplo o setor petrolífero, que recolhe em torno de 7% do total produzido sob a forma de tributação. Existem projetos no Legislativo que requerem o aumento da carga, mas enfrentam o forte lobby dos conglomerados industrias minerários. Esses são alguns dos desafios.

## REFERÊNCIAS

- FIORAVANTE, Eduardo. Modo de produção, formação social e processo do trabalho. In: Conceito de modo de produção. Eduardo Fioravante (et al); coordenação e tradução de Philomena Gebran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- IBGE/SCN: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Sistema de contas nacionais. 2018.
- Marini, Onildo João. Potencial Mineral do Brasil. In: Recursos minerais no Brasil: Problemas e desafios. Adolpho José Melfi (et al); (orgs.). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2016.
- LAPLANE, Mariano; SILVA, Anal L. Gonçalves da; SERRA, Maurício. Recursos Naturais e Desenvolvimento Econômico. In: Produção de Commodities e Desenvolvimento Econômico. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (et al); (orgs.). Campinas/SP: UNICAMP IE, 2014.
- FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
- \_\_\_\_\_. O Mito do Desenvolvimento Econômico. 4º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978. São Paulo: Círculo do Livro. 1978.
- \_\_\_\_\_. Subdesenvolvimento e Estado democrático. Recife: Condepe. 1962.
- MDIC – Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior/Estatísticas do comércio exterior Brasileiro. 2017.

**A SUBJETIVIDADE NA ATUALIDADE: DESAFIOS PARA A PSICOLOGIA NA ATENÇÃO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Área Temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento.

ESTEVAM, Elaine Cristina

Prefeitura Municipal de Franca

Bacharelado, Formação e Especialização em Psicologia

E-mail: elaineestevam@franca.sp.gov.br

**Resumo**

O presente trabalho parte de uma revisão teórica na área da Psicologia Sócio-Histórica, durante a elaboração de um projeto de pesquisa para o mestrado na área da Psicologia Social. Atrelado, também, à prática profissional dentro do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP Franca, o estudo objetiva ampliar o conhecimento acerca da subjetividade na atualidade, partindo da prática da psicologia, experiência desafiadora na atenção à população em situação de rua. Mais ainda, diante do cenário econômico, político e social atual em que o capitalismo avança, influenciando para o agravamento das expressões da questão social e afeta toda a sociedade, rebatendo, particularmente, sobre a parcela que vive em situação de rua. Sabemos que o sistema capitalista contribui para o agravamento das desigualdades sociais e implica o sujeito em seus valores, incidindo sobre a sua subjetividade, logo, influenciando em sua condição de sofrimento psicológico, sendo este o alvo do presente estudo. Buscamos o respaldo da Psicologia Sócio-Histórica e da Teoria Crítica para referenciar o estudo, cuja base metodológica de caráter teórico foi definida visando a compreensão dos modos de subjetividade na atualidade, e com o recorte sobre a realidade da população em situação de rua, destaca sua historicidade pretendendo aprofundar o conhecimento na busca por alternativas de enfrentamento dos graves problemas sociais, em direção ao reconhecimento dos modos possíveis de recriar a realidade social, favorecendo os processos de emancipação humana. Um estudo voltado também, ao compromisso social da profissão.

Palavras chaves: Subjetividade, Psicologia Sócio-Histórica, População de rua.

**Abstract**

The present work starts from a theoretical revision in the area of Socio-Historical Psychology, during the elaboration of a research project for the master's degree in the area of Social Psychology. Also linked to the professional practice within the Special Reference Center for Population in Situation of the Street - Center POP Franca, the study aims to broaden the knowledge about subjectivity in the present time, starting from the practice of psychology, challenging experience in the attention to the population in situation of street. Moreover, in view of the current economic, political and social scenario in which capitalism advances, influencing the aggravation of the expressions of the social question and affects the whole of society, particularly in relation to the portion that lives in a street situation. We know that the capitalist system contributes to the aggravation of social inequalities and implies the subject in his values, focusing on his subjectivity, thus influencing his condition of psychological suffering, being this, the target of the present study. We seek the support of Socio-Historical Psychology and Critical Theory to refer to the study, whose methodological basis of theoretical character was defined aiming at understanding the modes of subjectivity in the present time, and with the clipping about the reality of the population in the street situation, highlights its historicity pretending to deepen the knowledge in the search for alternatives to face the serious social problems, towards the recognition of the possible ways of re-creating the social reality, favoring the processes of human emancipation. A study also focused on the social commitment of the profession.

Keywords: Subjectivity, Socio-Historical Psychology, street population.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo parte de uma indagação presente no dia a dia de trabalho junto à população em situação de rua, relacionada à subjetividade na atualidade e advém da observação do sofrimento psicológico frequentemente apresentado. No contato com esse público, dentro do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua - Centro POP/ Franca foi possível verificar, durante os atendimentos de acolhida, situações como: a ruptura de vínculos familiares, sociais e a destituição de patrimônio, ambas muitas vezes, associada à falta de engajamento no mercado produtivo. Vemos ainda, a busca do sujeito pelo apoio e/ou fuga no álcool e nas drogas e nas proteções oferecidas pelo submundo, quando não, o e envolvimento com a criminalidade.

Todavia, identificamos que, em muitos casos, há o sofrimento psíquico do sujeito, com suas frustrações, pela grande carga de carências afetivas, outros marcados por traumas decorrentes de vivências sofridas em seus palcos de barbáries particulares, em sua maioria dentro de suas próprias famílias e comunidade, e pelas privações de todas as espécies, sejam afetivas, educacionais, culturais, sociais, financeiras e, encontram-se hoje nesta condição precária de pessoa em situação de rua, deflagrando com ela a necessidade de atenções adequadas dentro daquele serviço para o seu acolhimento atendimento e/ou encaminhamentos, em especial, aqueles realizados pelo profissional da psicologia.

Coloca-se, pois, um grande desafio à prática em psicologia, e especialmente à psicologia social. Na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica, temos visto que se faz imprescindível a consideração do contexto, ou seja, a compreensão do fenômeno psicológico deve se dar em consideração a sociedade, bem como a sua historicidade. Deste modo, sabemos que não podemos desenvolver um trabalho de atenção à população em situação de rua sem considerarmos o cenário econômico, político e social em que ela está inserida. Cenário que na atualidade tem sido palco dos avanços do capitalismo, sistema que busca o desenvolvimento econômico a qualquer custo e sobrepuja outros aspectos importantes de desenvolvimento, principalmente o social, já que ele avança no sentido de sua própria manutenção, fenômeno causa impacto na sociedade, promovendo desigualdades sociais.

Desigualdades que vão influir para a presença de graves problemas dentro da sociedade capitalista, dentre eles, o agravamento das expressões da questão social, afetando toda a sociedade, rebate, particularmente, sobre a parcela da sociedade que vive na rua e, acreditamos, em sua condição subjetiva. Portanto, o nosso pressuposto é o de que se o sistema capitalista contribui para o agravamento das desigualdades sociais e implica o sujeito em seus valores, incide também sobre a subjetividade humana, influenciando para a condição de sofrimento psicológico.

No enfrentamento das desigualdades sociais o estado estabelece políticas públicas, dentre as quais a política de assistência social/ Sistema Único de Assistência Social/SUAS que orienta e reordena as práticas da Assistência Social no país e dessa forma, disponibiliza tanto os benefícios assistenciais/ programas de transferência de renda, quanto os serviços, que inclui a oferta do trabalho em psicologia – visando o enfrentamento desta realidade social. E deste lugar que o estudo parte, um serviço que busca oferecer suporte a população em situação de rua, ainda que haja críticas em torno das políticas de estado, dados o seu caráter de controle social.

Para a realização da prática da psicologia no âmbito da Assistência Social, pautamo-nos no referencial teórico da Psicologia Sócio-histórica, que em muito colabora na decifração desta realidade. Nesta perspectiva entendemos

O fenômeno psicológico como registro que o homem faz da realidade e das experiências vividas, de modo a não dissociá-lo do mundo social e cultural no qual o homem se insere e no qual encontra todas as suas possibilidades de ser e seus limites. (BOCK, 2011, p. 9)

A Psicologia Sócio-Histórica - ou Psicologia Crítica como também é conhecida, se coloca como um referencial importante neste estudo, pois foi desenvolvida por estudiosos que buscavam com a

sua pesquisa em psicologia, desvelar as condições de vida das pessoas, denunciando aquelas fontes de sofrimento psicológico que dificultavam ou impediam o sujeito de viver em melhores condições, ou de ter saúde psicológica. Identificamos-nos com tal abordagem porque a realidade a que estamos expostos no atual momento, ainda que com características distintas, se assemelham. Situações econômicas, sócias e políticas conturbadas onde o desmonte trabalhista, a precarização do mundo do trabalho e refração de direitos sociais, tem rebatido diretamente sobre a população brasileira e sobre a subjetividade das pessoas, carecendo compreensão.

Esta é uma das razões pelas quais estamos focalizando a população em situação de rua, sua historicidade e embasados na perspectiva da Psicologia Social Crítica para refletirmos sobre as novas expressões da subjetividade e os desafios refletidos sobre a prática profissional em Psicologia Social.

## **BREVE RESGATE HISTÓRICO DA SUBJETIVIDADE NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL**

Sabemos que o termo subjetividade é um conceito que nasceu no campo da filosofia do conhecimento no final do século XIX e se tornou objeto da Psicologia com o reconhecimento desta como Ciência no Século XX, tendo sido amplamente tratado ao longo daquele século. No início, a subjetividade esteve amplamente associada com o conceito de “alma”, conforme podia ser compreendida sob as grandes influências da Igreja sobre o pensamento científico. De todo modo, esteve assim, associado a uma dimensão de “interioridade” do sujeito, sendo tomada como condição intrínseca inerente a condição humana e sob a influência da filosofia em Kant e o sujeito universal do conhecimento.

Filho e Martins (2007, p.16) apontam que.

[...] tradicionalmente as concepções psicológicas apontam para um núcleo, um centro da “consciência”, da “personalidade”, da “identidade”, que pressupõe certa regularidade, previsibilidade e permanência – quando não, “essência” e interioridade – o que permite distinguir os indivíduos uns dos outros.

Entretanto, ao longo do século XX, a subjetividade foi amplamente estudada e passou a receber a ser reconhecida por seu caráter histórico, social e político. Foi um momento em que a Psicologia contemporânea passou a dar foco e a problematizar os processos de singularização.

Deste modo, foi possível

[...] descentrar a análise da subjetividade deste eixo habitual do desenvolvimento da personalidade e da identidade, tomando-a como resultado da dispersão de forças sociais, implica tratá-la como figura histórica que não tem centro, permanência, inerência ou substância, nem qualquer sentido, naturalizante, biológico, genético ou determinista, e pensá-la em movimento, como virtualidade, efeito holográfico que existe concretamente ali onde não há nada de palpável (FILHO, MARTINS, 2007, p. 16).

Neste sentido, a subjetividade passou a ser compreendida em sua dimensão histórica, e, segundo Deleuze (1988) apud Filho e Martins (2007) “é produzida em relações saber/poder e também dos sujeitos consigo mesmos, quando estes se colocam como objetos para um trabalho sobre si”. Assim, podemos pensar que, foi deste modo que, a modernidade criou a subjetividade, sob as influências do pensamento cristão com a associação de interioridade.

Foi apenas “no final do XIX que este indivíduo ganha uma subjetividade”. E de acordo com Filho e Martins (2007, p.17) “esta individualização da subjetividade, é resultado dos jogos de normalização e de marcação da identidade, característicos das sociedades ocidentais modernas”.

Nesta perspectiva

[...] a subjetividade é resultado e efeito das relações de saber/poder e remete a sujeitos diversos que não o sujeito universal da razão, da cognição, ou da consciência, nem sujeito autônomo, livre, ator ou agente. (FILHO E MARTINS, 2007, p. 17).

Vemos na arqueologia do saber, que “refere-se à categoria filosófica/ epistemológica do sujeito

cognoscente e ainda ao sujeito do discurso e da linguagem”. Na genealogia do poder de Michel Foucault vemos

[...] a figura do “indivíduo”, sujeito separado, individualizado, marcado pelo poder, identificado e normalizado, sujeito do/para o capital, sujeito da/para a ordem social burguesa; na genealogia da ética refere-se ao sujeito moral: colocado como objeto para si mesmo, objeto de práticas de si, de modos de subjetivação, de estetização. (FILHO E MARTINS, 2007, p. 17).

De acordo com Michel Foucault, ainda, vemos que sujeitos são sempre históricos quando localizados e há, também, a existência de múltiplos sujeitos, sejam: sujeito de direito, sujeito das disciplinas, o sujeito da norma, sujeito da moral, sujeito da sexualidade e o sujeito produzido pelo conhecimento, pois segundo este autor, “a problematização não aponta para uma categoria genérica, mas para sujeitos concretos, regionalizados e historicamente construídos”.

Identificamos que é através das relações das forças que perpassam o sujeito e no movimento que a subjetividade irá se produzir, justamente no ponto de intersecção entre as “práticas de objetivação pelo saber/poder com os modos de subjetivação: formas de reconhecimento de si mesmo como sujeito da norma, de um preceito, de uma estética de si” (FILHO, MARTINS, 2007).

Tal explicação nos leva a perceber o quanto estamos

[...] submetidos a formas históricas de subjetividade: a individualidade, correlativa do discurso liberal, do estatuto do indivíduo e do próprio capitalismo; a identidade, socialmente marcada e normalizada, remetida à sexualidade; a cidadania, resultante da moderna democracia com sua carta de direitos.

Com Filho e Martins (2007, p. 18), reconhecemo-nos

[...] como sujeitos da razão, conscientes, livres e autônomos (mesmo sabendo que não o somos) – sujeitos ético-morais – além de estarmos “intimamente” ligados a valores morais cristãos (porque estes nos constituem naquilo que nos é mais íntimo). Pensamos racionalmente, agimos capitalisticamente, e sentimos como cristãos movidos por uma moral de “compaixão”, somos, pois, simultaneamente egoístas, competitivos, condescendentes “com aqueles que derrotamos no jogo da ambição capitalista.

Contradição característica dentro das sociedades capitalistas que nos impulsiona a refletir sobre os efeitos à subjetividade. Filho e Martins (2007, p.4) nos dão pistas ao apontar que há “a sensação de desconforto e conflito psicológico, que pode ser tomado na verdade como conflito ético: exposição do sujeito a éticas contraditórias, ambíguas, gerando ambivalência”. E é nesta perspectiva que o presente estudo se inclinou para realizar atualizações possíveis e necessárias que nos auxiliem a enfrentar aos dilemas que se fazem presentes.

Verificamos, entretanto, que há uma dualidade que é histórica cujas formas de problematizar

[...] se apresentam como polaridades discursivas entre: material x espiritual (dilema cristão); corpo x mente (dilema cartesiano); exterioridade x interioridade (dilema cristão, mas também freudiano); objetividade x subjetividade (dilema epistemológico e também freudiano); animal x racional (dilema filosófico); biológico x cultural (dilema antropológico); individual x social, coletivo (dilema sociológico); eu x os outros (dilema ético-político).

Formas que produzem inúmeras injunções à subjetividade, mas antes à cultura, característica “de uma sociedade que polariza qualidades que se ancoram nos corpos dos sujeitos”.

Diante deste levantamento histórico relacionado à subjetividade, passamos a questionar sobre qual subjetividade estaríamos construindo na atualidade e, partindo de formulação primordial de Foucault que é: “Qual será a nossa contribuição do tempo presente para a história?” foi que nos inspiramos para a elaboração do presente artigo.

Foucault, inclusive, foi o teórico que realizou as problematizações mais importantes acerca da subjetividade, e a fez dentro de uma concepção crítica de sujeito e da subjetividade, realizando proposições de um modo de pensar diferente, denominado por ele como “penser autrement”.

E Bock (2011, p. 22), nesta mesma direção amplia o horizonte do nosso pensar, quando, na perspectiva sócio-histórica, vem referenciar esse estudo, aponta que “há presença de concepções de sujeito e de subjetividade diversas”, e que

[...] Falar de subjetividade humana é falar da objetividade em que vivem os homens. A compreensão do mundo interno exige a compreensão do mundo externo, pois são os dois aspectos do mesmo movimento no qual o homem atua e constrói/ modifica o mundo e este, por sua vez, propicia os elementos para a constituição psicológica do homem.

Perspectiva sobre a qual trataremos a seguir.

## **A PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA**

Bock, Gonçalves e Furtado (2011, p. 9) nos revelam que foi pela insatisfação e ânsia de pesquisadores que desejavam uma Psicologia colada à realidade e que pudesse ser capaz de desvelar as condições de vida das pessoas, denunciando aquelas fontes de sofrimento psicológico que a Psicologia Sócio-histórica, também conhecida como Psicologia Crítica se fez presente no Brasil.

Tais pesquisadores buscavam uma psicologia que pudesse falar do

[...] fenômeno psicológico como registro que o homem faz da realidade e das experiências vividas, de modo a não dissociá-lo do mundo social e cultural no qual o homem se insere e no qual encontra todas as suas possibilidades de ser e seus limites (BOCK, 2011, p. 9).

A perspectiva crítica no campo da ciência na modernidade foi apresentada por autores integrantes da “Escola de Frankfurt” na Alemanha, muitos dos quais migraram no Pós-guerra para os EUA, destacando-se Marx e Freud na área das Ciências humanas e sociais.

Sass (2000) ao explicar o nexos da Psicologia Social e a Teoria Crítica aponta que a Psicologia Social promoveu um movimento importante no sentido da resolução da cisão de uma Psicologia primeva que ao enfatizar a interioridade, ora debruçava-se sobre o desenvolvimento intelectual, ora sobre o desenvolvimento da personalidade. Sendo que tal movimento da Psicologia social, ao propor o desenvolvimento integral do sujeito, possibilitou “relacionar a Psicologia com a sociedade, que seja crítica”.

O ponto principal a ser destacado dentro das formulações da Psicologia Sócio-histórica, pois, é o de que se faz necessário tomar consciência do momento presente, e levantar a crítica, como nos ensinou Vigotski e a Psicologia Sócio-histórica veio atualizar, colocando-se como está possibilidade de crítica frente às tradições científicas e a certas posições reducionistas, que ainda se apoiam na visão abstrata do fenômeno psicológico, por exemplo.

Para a compreensão de subjetividade, Gonçalves (2011, p. 72) partindo de Vigotski, aponta que:

[...] toma-se a subjetividade constituída na intersubjetividade, portanto, á partir do significado. Mas o significado que é social e objetivo, é apropriado pelo sujeito á partir de sua atividade, o que implica uma subjetividade própria de cada sujeito a partir de sua atividade, o que expressa na atribuição de sentidos pessoais. Os sentidos representariam a síntese entre a objetividade e a subjetividade, já que unificam a atividade do sujeito sobre o objeto, o significado social produzido intersubjetivamente e que representa a atividade sobre o objeto e a subjetividade na sua dimensão emocional (subjetiva) e ativa (objetiva).

Abre, assim, a possibilidade de realizarmos uma crítica em direção a uma tradição estigmatizadora, seja pela sua perspectiva classificatória, seja por uma visão de neutralidade que já não se pode sustentar, quando se faz necessário pensarmos em outras perspectivas de atuação profissional diante de demandas sociais desafiadoras, as quais nos impelem a repensar a prática e a teoria e que nos conduza a possibilidade de criar novas realidades a partir da ação direcionada e intencionada, da colaboração e diálogo, e principalmente, pensando a constituição subjetividade em uma perspectiva relacional. Possibilidade, as quais, apresentaremos a seguir.

## **OS NOVOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E OS DESAFIOS PARA A PSICOLOGIA NA ATUALIDADE**

A modernidade foi um período marcado por diversas ideias e pensamentos particulares ao longo do tempo e da história. Em especial no século XX, marcado pelo pensamento científico, com a ascensão da Psicologia Científica.

Do ponto de vista da teoria Marxista, a revolução Industrial do século XVIII e a reorganização social imposta, produziram mudanças nos padrões de relação de trabalho das pessoas naquela época, levou a população rural a migrar para os centros urbanos, em busca de condições de sobrevivência diante daquela nova ordem, dispondo-se a trabalhar nos centros fabris. Ocorreu, porém, que, tais empresas não eram capazes de absorver toda a força de trabalho disponível, houve assim, um desequilíbrio social, onde um grande número de pessoas se viu, sem trabalho, sem moradia, sem ter o que comer, passando a viver nas cidades, em situação de miséria, muitos mesmo, sobrevivendo em situação de rua.

Vemos assim, nas sociedades ocidentais que vivem sob a égide do Capital, a influência do Capitalismo sobre a ideia de formar os sujeitos para o trabalho e para o próprio capitalismo. Hoje sabemos que havia muita expectativa em torno do sistema econômico em questão, dadas às promessas de realização das necessidades populacionais e promessas de promoção do bem estar social, as quais não se cumpriram, ao contrário, veio frustrar tais expectativas de que o sistema pudesse cumpri-las, sobretudo, por visar o desenvolvimento econômico acima de tudo, sobrepujando o desenvolvimento social, contribuiu e muito para a existência das desigualdades sociais, cada vez maiores, como consequência de suas investidas.

Assim, a Questão Social se manifestou através de suas expressões, diante das mudanças estruturais da sociedade, e principalmente, frisamos, por ser o Capitalismo, um sistema econômico que visa o desenvolvimento econômico, sobrepujando o desenvolvimento social.

Deste modo, de acordo com Bock (2003) a questão social, de maneira ampla significa um “conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista”, constituiu-se por uma série de problemas sociais sendo, pois, a expressão de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade. Com base em Yamamoto e Carvalho, Bock conclui que a questão social “é a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia”.

Na transição entre os períodos da modernidade para a pós-modernidade houve a transformação de muitas ideias e surgiram questionamentos que marcam uma revolução de pensamento e de práticas ocorridas no século XX.

Contudo, o fato do Capitalismo não ter cumprido as suas promessas, fez se arrastarem seus problemas à pós-modernidade, os quais, somados a tantos outros, principalmente os de ordem social, afetando drasticamente a sociedade em geral, mas principalmente as classes trabalhadoras, contribuindo, assim para a perpetuação das desigualdades sociais.

Então, um novo pensamento surge sob as influências capitalistas, passando a querer outro sujeito na pós-modernidade,

[...] num momento do Capitalismo em que o trabalho se modifica e em que o desenvolvimento tecnológico implica um desemprego estrutural, implica exclusão, o sujeito deve estar apto para trabalhar em várias coisas, ter conhecimentos gerais (...) mais do que o trabalho, é o símbolo que tem valor; o domínio vem do conhecimento, e a máquina que domina é a máquina do conhecimento, ou melhor, da informação (Gonçalves, 2011, p. 68).

Assim, para os sujeitos se adaptarem a essa “nova realidade”, eles passaram a conviver com os determinantes do sistema capitalista que são: um sistema de produção regido por um esquema de



exploração, supervalorização do consumo, aumenta das demandas de produção em função do consumo aumentado, relação de trabalho e exigência de que a produção humana seja semelhante às máquinas, e leis de mercado arbitrárias e não democráticas.

Tozatto (2014) sinaliza ademais, que, nestes termos “tais individualidades não se mostram plenamente realizadas ou não é suficiente para a felicidade e a emancipação humanas”.

E de acordo com Gergen (2010) “há amplas consequências sociais de se ver as pessoas como máquinas, como indivíduos autônomos, ou como negociadores econômicos nas relações sociais”. Fatores, os quais são determinantes para a constituição dos novos modos de subjetivação na atualidade e que se apresentam como desafios a serem superados pela psicologia social.

## **A PSICOLOGIA E A QUESTÃO SOCIAL**

Vimos anteriormente que, com a Revolução Industrial e a demarcação do capitalismo nas sociedades ocidentais do século XX, muitos problemas se impuseram, sendo uma das principais, a desigualdade social, caracterizada pelas expressões da Questão Social, sobre a qual nos deteremos a seguir, para aprofundar a compreensão sobre o papel da psicologia no enfrentamento desta drástica realidade social.

Tozatto (2014) revela que, com o início da revolução industrial e a emergência do Capitalismo nas cidades europeias no século XV, muitos produtores tiveram que deixar o trabalho rural, sendo mesmo expulsos de suas terras, perderam seus meios de manter a própria subsistência, não sendo diferente no Brasil e com sua reestruturação produtiva no final do século XX resultou em uma crise denominada Crise estrutural do capital.

Bursztyn (2003) aponta que aqui “findo o sistema servil, já não interessava a preservação, por parte dos velhos senhores, das classes despossuídas.” Sendo assim, cada pessoa passou a ter que buscar o seu próprio sustento no novo mundo do trabalho. O grande problema é que não existia trabalho para todos, como hoje também não existe, nem habitação, nem comida. Começam a manifestar então, alguns dos grandes problemas sociais conhecidos hoje.

As pessoas ainda, não encontrando forma de sobreviver se viram obrigados a vender sua força de trabalho ao Capitalismo, houve, portanto, o deslocamento para as cidades, com a esperança de engajamento nas fábricas no início século XX. Entretanto, não era possível absorver a todos, havendo com isto a formação de um “exército de reserva” para a indústria.

Segundo Tozzato (2014) foi daí que tal demanda foi criada, e, passou a servir ao Capitalismo como forma de manutenção de suas relações de dominação e poder, e desta forma aquelas pessoas que compunham o exército de reserva, passaram a perambular pelas ruas, vagando pelas aldeias, mendigando e roubando para se alimentar. Fato que marcou esta crise foi a revolução tecnológica, a qual promoveu a diminuição de demandas para a realização do trabalho humano, tendo, a internacionalização do mercado, contribuído para “aprofundar as desigualdades sociais, aumentando os níveis de desemprego e de trabalho precarizado”.

Especialmente no Brasil,

[...] os processos de reestruturação foram sentidos pelas classes trabalhadoras, uma vez que as transformações dos processos produtivos e o modo como a força de trabalho passou a ser gerenciada, causaram o aumento do trabalho precarizado e dos níveis de desemprego, bem como a diminuição dos salários e o aumento do trabalho informal. (TOZZATO, 2014, p. 16)

Posto isto, deparamo-nos com a “Questão Social” que de acordo com Bock (2003) pode ser descrita “como o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista”.

Neste sentido, Tozzato (2014) faz um convite incisivo à Psicologia, o de um despertar para o compromisso social da profissão, destacando, que, intervir profissionalmente na questão social,

significa considerar “suas sequelas transformadas em políticas do estado, sendo tratadas de forma parcial e fragmentada”. Indica que ela deve ser vista em suas conjunturas históricas, alertando que o profissional da Psicologia precisa estar atento para a relevância do seu papel e atuação, tanto quanto seus limites e os que sua intervenção esta exposta.

Tal reflexão crítica é fundamental para pensarmos a psicologia social, pois, na atuação junto à população em situação de rua, deparamo-nos continuamente com situações em que se evidenciam a existência do sofrimento psicológico do sujeito, expressado como frustração, pela carga de carências afetivas, por experiências traumáticas decorrentes de violências sofridas em seus palcos de barbáries particulares, ocorridas dentro de suas próprias famílias e comunidade, e pelas privações de todas as espécies, sejam afetivas, educacionais, culturais, sociais, financeiras, o sujeito se encontram hoje em uma condição precária de pessoa em situação de rua. Situação que as conduzem ao serviço público em busca de atender as necessidades elementares, e que, ao achegarem, acabam por deflagrar outras necessidades, como as das atenções adequadas dentro daquele serviço para o seu atendimento, em especial, aqueles realizados pelo profissional da psicologia.

O que já está evidente em nossa prática profissional diária e com tal população, é que, pensar nesta problemática relacionada ao sofrimento psicológico, por exemplo, de forma reducionista, tentando explicar os fenômenos psicológicos, principalmente neste contexto, de maneira simplista, imediatista, individualizada e que categorizando e classificando tende a estigmatizar ainda mais o sujeito, já não é uma estratégia possível. Ao contrário, faz-se necessário repensar as ações em Psicologia para adequar a atuação para às novas realidades, ainda que, velhos sejam, os desafios.

Desafios que nos impulsionam a refletir e desta reflexão é que foram surgindo questionamentos como: de que forma a Psicologia pode pensar tal realidade, e em que direção pode propor ações realmente significativas? Principalmente, ações capazes de colaborar com a transformação desta grave realidade?

No que a Psicologia Crítica nos vem alertar que “Falar do fenômeno psicológico é obrigatoriamente falar de sociedade”. Conceito que nos dirige o pensamento no sentido dos rebatimentos do Capitalismo sobre tal sociedade, na atualidade, no sentido de uma ideologia que o conjunto das ideias capitalistas acaba por desenvolver, a qual vai constituir as subjetividades, as quais, muitas vezes, basearão suas necessidades, naquelas criadas pelo Capitalismo, influenciando em seus valores, e, sobretudo no reconhecimento de necessidades ilusórias de vida, as quais aprisionam os sujeitos e, desta forma, vai render a sociedade aos seus imperativos, estratégia genuína de manutenção das suas relações de poder. E que implica o Psicólogo, ao compromisso ético da profissão no enfrentamento das desafiadoras realidades sociais a que estão inseridos profissionalmente.

## **A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: VELHOS DESAFIOS**

Para falar da população em situação de rua, partimos de uma ilustração:

[...] equivale dizer que não é suficiente a objetivação pelo discurso psiquiátrico e pelo jogo da norma para produzir, por exemplo, um louco, mas é necessário ainda que este vá ao encontro da marcação, que ele se reconheça no diagnóstico como sujeito da loucura e o reproduza em si mesmo, subjetivando-se como louco. A resistência aos modos de objetivação e de subjetivação acaba desempenhando importante papel nestes jogos de identificação e reconhecimento de si. (FILHO, MARTINS, 2007, p. 17)

A ilustração revela as forças que estão envolvidas no “jogo da norma” que transponto para a população em situação de rua, compreendemos como o discurso da sociedade e a identificação sem resistência do sujeito aos papéis sociais os quais estão revestidos.

De qualquer forma, sabemos que a condição do sujeito de viver na rua, na atualidade, é um tema em voga, devido à gravidade e emergência deste problema social. Costa (2005) nos mostra,

entretanto, que “desde a antiguidade, já eram registrados grupos habitando nas ruas vivendo quase que exclusivamente da mendicância”.

Compreendemos, pois, que essa situação percorre o tempo na história da humanidade, tendo seu início com a revolução industrial. Tozzato (2014, p. 14) destaca que

[...] para entender a origem do fenômeno população em situação de rua é necessário olhar para as condições histórico-estruturais que deram origem ao fenômeno pauperíssimo, ao qual se vincula a população em situação de rua.

Problema que se perpetua no tempo e no espaço através da existência das desigualdades sociais e dos problemas decorrentes destas. Vale destacar que, “a existência de pessoas em situação de rua não é um fenômeno restrito ao Brasil, nem às sociedades capitalistas modernas, mesmo que tenham sido as mais eficientes em produção de miséria e exclusão”. (CRP-MG, 2015)

Para ampliar a compreensão sobre tal situação, acessamos informações jornalísticas, dentre as quais destacamos a de Netto do ano de 2017, veiculada por meio eletrônico, a qual revela que “mais do que as favelas na Europa, é o número de moradores de rua o indício mais visível dos anos de crise econômica.” O artigo menciona que em Paris, o número de pessoas sem domicílio fixo aumentou em 50% em dez anos e

[...] segundo a ONG, o número de pessoas que enfrentam a crise habitacional continua aumentando, mesmo em um momento de retomada econômica da União Europeia (...) perto de quatro milhões de pessoas estão mal alojadas e mais de 12 milhões estão em situação de fragilidade (NETTO, 2017).

Vemos ainda, que, o fenômeno está relacionado à inflação do preço dos imóveis e a pressão que ela causa, provocando “o aumento da desigualdade social”, pois, o salário do francês, não é suficiente para pagar o aluguel de um apartamento de dois quartos em Paris e com isso, a capital enfrenta a evasão das pessoas de baixa renda ou a divisão de um mesmo apartamento por vários moradores. Aponta por fim, que, outra consequência é a mudança de comportamento social, exemplo disso é que “cada vez mais jovens permanecem na casa dos pais”.

No contexto brasileiro foi por volta dos anos 80 que os problemas sociais emergiram, dadas as transformações estruturais impostas pelo Capitalismo à sociedade, devidas a ênfase no desenvolvimento da economia em detrimento do desenvolvimento social, houve o surgimento de uma série destes problemas que se mantém até os dias de hoje. Problemas definidos por Bock como a “Questão Social” que segundo ela é a “expressão processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade” e, ainda “a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia”.

Em razão disto, ocorreram lutas de classes e muitos embates que culminaram no reconhecimento da luta desta população o que se desdobrou em aquisições sociais e representaram a abertura de pauta na agenda pública, tanto com a Constituição Federal em 1988 quanto com a Política Nacional da Assistência Social em 2005 e a Política Nacional para a População em situação de rua em 2009.

A política de Assistência Social atual é caracterizada como política voltada para atender as demandas sociais brasileiras, mas não é política universal, ou seja, está voltada exclusivamente para quem dela necessitar, define inclusive, critérios e condicionalidades para participar, assim, não está isenta de contradições. Para a população em situação de rua, em especial, tal política prevê a oferta de serviços especializados e o CRP-MG (2015) confirma que

[...] este cenário contribui para o surgimento de novos serviços e equipamentos para o atendimento dessa população (...) e para maior inserção do psicólogo nessa política.

Contudo, Gonçalves (2007) recomenda distinguir essas formas ao pensar nas formulações das

políticas públicas considerando “a presença de concepções de sujeito e de subjetividade diversas, avaliando as implicações decorrentes de cada uma”.

Ou seja, a inserção da Psicologia na Política de Assistência Social destinada à população em situação de rua, coloca desafios aos profissionais, no sentido de reconhecer as concepções de sujeito e subjetividade atualizados e coerentes com a realidade e do contexto da sociedade onde esta população está inserida, a qual reflete os seus modos de subjetivação.

No caso da atuação profissional em Psicologia no segmento da Assistência Social e na atenção a população em situação de rua, afirmamos deparamo-nos com expressões do sofrimento psicológico relacionados, na maioria das vezes, à ruptura de vínculos familiares, sociais e a destituição de patrimônio, associada ou não a falta de engajamento no mercado produtivo, a busca do sujeito pelo apoio e/ou fuga no álcool e nas drogas e nas proteções oferecidas pelo submundo, quando não, o e envolvimento com a criminalidade.

A presença do sofrimento psíquico do sujeito se revela com suas frustrações, pela grande carga de carências afetivas, outros marcados por traumas decorrentes de vivências sofridas em seus palcos de barbáries particulares, em sua maioria dentro de suas próprias famílias e comunidade, e pelas privações de todas as espécies, sejam afetivas, educacionais, culturais, sociais, financeiras, e, encontram-se hoje nesta condição precária de pessoa em situação de rua, deflagrando com ela a necessidade de atenções adequadas dentro daquele serviço para o seu acolhimento atendimento, em especial, aqueles realizados pelo profissional da psicologia.

E não há dúvida de que os reflexos e rebatimentos do sistema Capitalista afetam as sociedades de diversas maneiras. Tanto pela forma de organização do trabalho, que tendo por princípio a exploração ou o desemprego e o exercito de reserva, quanto pelo incentivo ao consumo desenfreado associado a um conjunto de valores invertidos nas sociedades, vão produzir diversos problemas sociais que vão se caracterizar como expressões da questão social.

Identificamos uma dessas expressões da questão social relacionada a tais sofrimentos dos sujeitos, através da vivência profissional no desenvolvimento de um trabalho desafiador, por lidar com o sofrimento psicológico sobre o contingente da extrema pobreza, privações de toda ordem e a condição de exclusão social, que, continuamente coloca em xeque a própria condição humana.

Constatamos a potencialidade de práticas profissionais colaborativas mediadas pelo diálogo, as quais possibilitam a abertura de novos caminhos para repensar a realidade, ressignificar os problemas e realizar uma construção coletiva do conhecimento a partir da conexão das pessoas entre si e com o mundo e pelo uso da linguagem como forma de mediação social, representando a síntese ideal entre objetividade e subjetividade.

Exercício importante no sentido da nossa meta em atingir o ponto de identificação do sujeito com a condição de morador de rua, que, para além das condições objetivas e dos discursos sociais produzidos pelo jogo da norma que o rotula como um morador de rua, que possa ser estímulo para que o sujeito vá ao encontro da marcação, que ele não se reconheça no “diagnóstico” exclusivamente como um “sujeito da situação de rua”, reproduzindo em si mesmo, subjetivando-se como tal.

Possa estes sujeitos aprender a subjetivar resistência aos modos de objetivação e de subjetivação que influenciam para o aprisionamento destes em papéis degradantes “nestes jogos de identificação e reconhecimento de si”. Sendo este um dos aspectos principais entre os quais pretendemos perseguir.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Trata-se de um Relato de experiência que tem por base metodológica a revisão bibliográfica e o estudo de caso de cunho reflexivo, pautado em experiências profissionais desenvolvidas em unidade pública estatal denominada Centro de Referência Especializado para população em situação de rua – Centro POP.

Seus fundamentos metodológicos pautam-se na Psicologia Sócio-histórica, que leva em conta a concepção de realidade e de relação/homem mundo, destacando a subjetividade, dando ênfase à análise e resultados qualitativos, resultantes de um processo construtivo/ interpretativo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreender a subjetividade na atualidade, em especial, em relação à população em situação de rua é um dos desafios para este estudo em Psicologia. Desafio que parte da prática em psicologia na atenção a esta população, sobre a qual, originou a este estudo preliminar. Através deste, foi possível visualizar a realidade da população em situação de rua em outra perspectiva, perspectiva que considera o contexto da sociedade capitalista, a qual, influência na constituição das subjetividades dos sujeitos. Vimos que há situações em que o pauperismo e as privações de toda espécie determina a condição de sofrimento dos sujeitos e que em outros casos envolve um “estilo de vida da rua”, ainda que, posto pelo sujeito como uma “escolha” – principalmente em casos que o sujeito possui grau de escolaridade avançado e/ou situação financeira familiar favorável - vimos que tal escolha é relativa, pois, em geral, há uma multiplicidade de outros fatores que impeliram e/ou influenciaram a sua escolha de viver na rua.

Na situação de pauperismo, por exemplo, vemos que ela envolve a ausência de garantias objetivas/ materiais, incidindo diretamente sobre a vida e a subjetividade das pessoas. Mas de toda forma, a população em situação de rua no município de Franca está exposta a condições que não garante a sua integridade física, emocional, condição expressa em atos e palavras reveladoras do sofrimento psicológico, os quais, nem sempre parece estar consciente para os sujeitos que acessam o atendimento da Psicologia dentro o da Unidade estatal denominada Centro POP/ Franca.

Consciência necessária no processo de transformação social implicada nesta prática. Ao nos debruçarmos nesta questão, vimos que ela envolve as condições subjetivas e objetivas que regem a vida dos sujeitos deste estudo. Pudemos compreender que tais condições estão inter-relacionadas e através de um movimento dialético, vão produzir a síntese, que é um movimento de construção coletiva em direção à consciência, que na visão da Psicologia Crítica está relacionada com capacidade de tomada de decisão e a possibilidade de ação concreta.

Outros desafios à Psicologia foram identificados frente ao atendimento da população em situação de rua, desafios os quais, elencamos para fins didáticos e apresentaremos a seguir:

1) situação de rua, gênero e determinantes sociais; 2) o tratamento social dispensado ela sociedade à população em situação de rua e sua influência às suas subjetividades; 3) Condição de rua: a relação existente entre perdas, vícios e a imersão na vida da rua; 4) A pessoa em situação de rua e as rupturas de vínculos afetivos; 5) As expressões dos adoecimentos mentais presentes na situação de rua; 6) População de rua: novas sociabilidades, o individualismo, a falta de apoio e o sofrimento mental; 7) A convivência da violência e 8) Trabalho.

Na questão de gênero e a experiência de viver na rua, vemos que existem diferenças marcantes para homens e mulheres. Fato é que, a presença de homens no Centro POP Franca representa aproximadamente 90% do seu público diário. Conforme apontamentos de Costa (2005) “em número as mulheres sempre são a minoria na rua”, ainda que, tenhamos observado que o impacto seja muito maior que sobre os homens. No discurso de alguns frequentadores do serviço revelar acreditar que os homens estão mais acostumados a conviver e buscar por modos de sobrevivência na rua. Em relação às mulheres em situação de rua, um dos aspectos mais graves observados é quando em na condição de gestação, permanecem na rua, expondo-se a vício e em condições totalmente desfavoráveis ao desenvolvimento da criança e a integridade da mãe, culminando no nascimento de bebês com deficiências.

Fatos como estes nos mobilizam questionamentos como: até que ponto o gênero determina social e culturalmente as pessoas, influenciando para que ela se veja em situação de rua?

Outro aspecto a destacar é relacionado ao tratamento dispensado a esta população em situação de rua, cuja postura da sociedade, em geral - observada especialmente no município de Franca, caracteriza-se pela repressão, segregação, desvalia, com ações higienistas e violentas. Alguns sujeitos apontam, também, a violência verbal e simbólica, como uma das principais violências

reproduzidas em seu cotidiano. Ainda, a ausência de condições objetivas/ materiais e subjetivas para organizar-se em termos de um planejando par um futuro diferente, caracterizando-se como privação de direitos sociais. Afora, o preconceito, pois, ainda que, os sujeitos encontrassem formas de modificar a sua situação, o olhar da sociedade, quando não invisibiliza o acesso a tais direitos dos sujeitos, banaliza suas necessidades e sofrimentos humanos, rotula e estigmatiza, aprisionando-o em uma condição de menos valor.

Condição social que nos impulsiona a refletir sobre os valores da sociedade atual, principalmente, aqueles estimulados pela ordem do capital, os quais tendem a privilegiar a condição econômica das pessoas acima de qualquer coisa, mobilizando atitudes de desprezo, rudeza, agressividade às pessoas que não se enquadram em nenhuma classe, como é o caso dos denominados “*lumpens*”. Atitudes excludentes, que sem dúvida, nos vai reverberar nas subjetividades. Vimos que, de fato, na realidade muitos não vão se enquadrar na sociedade, são os ditos “sobrantes”, ou “indivíduos invalidados pela conjuntura”. Pessoas que passaram a vivem na invisibilidade e suas vidas seguem banalizadas, tanto por ela própria, quanto pela sociedade circundante. Aspecto crucial que nos leva a indagar sobre como seria possível, neste contexto e sobre tais contingentes, propor ações de valoração destas identidades - importantes para a assunção de novos projetos de vida e superação de dificuldades vivenciadas?

Outro desafio, ainda, relaciona-se a aspectos como os vícios, as perdas e os determinantes da imersão na vivência de rua. Vemos que, em geral são aspectos que tendem a ser vistos e tratados de formas isoladas, entretanto temos percebido a existência de correlações entre elas. Vemos por exemplo que perdas por separação conjugal e ou ruptura de vínculos entre pais e filhos ou outros entes estão relacionadas ao vício nas drogas, e à vivência ou situação definitiva de rua as duas situações citadas, que na maior parte das vezes reflete em outras perdas como o trabalho, o patrimônio, a dignidade, enfim.

Costa (2005, p. 9) observa que “o álcool e as drogas fazem parte da realidade das ruas”, destacando que existe uma dimensão cultural envolvida, que, na condição de rua perpassa as relações sociais e então, tais substâncias servem como apoio ou subterfúgio diante de situações de dificuldade ou de fuga da realidade. Houve relatos de algumas pessoas que disseram sobre o desejo de “não sentir mais nada” como causa do mergulho nas drogas. Fato que revela toda a complexidade da dinâmica da vivência e permanência das pessoas que se encontram em situação de rua.

Neste aspecto, indagamo-nos, pois: que realidade a sociedade atual está produzindo? De que maneira a psicologia pode colaborar para a construção de novas realidades subjetivas mais saudáveis e menos autodestrutivas e/ou degradantes à condição humana?

Outro desafio à pratica em psicologia é a ausência total ou parcial nos processos de mudanças e busca por melhoria na qualidade de vida desta população. Afinal, verificamos rotineiramente, queixas relacionadas a conflitos nos relacionamentos interpessoais, à perda de confiança, desentendimentos e incompreensões como causas da ida às ruas, pela livre vontade ou por expulsão do recinto doméstico, sempre relacionados a uma queixa de ausência do diálogo, especialmente em família. No contato com algumas famílias, pudemos perceber um “esgotamento” de forças e em alguns, um sentimento de culpa por ter dispensado o ente de casa. No entanto, contingentes como experiências traumáticas advindas de episódios dramáticos da sua história de vida são descritos, retratando graves problemas enfrentados, como: abusos e violências de toda ordem, sentimento de abandono na infância, devido a perdas parentais por morte; adoções mal sucedidas. Relacionadas às tragédias pessoais, temos verificado casos relacionados ao abuso de substâncias psicoativas, álcool e outras drogas, sendo alguns, associados a quadros depressivos.

Aliás, relato sobre o uso de substância psicoativa é muito presente nos atendimentos da psicologia no Centro POP, e na maioria, é evidente a dependência química, logo, o vício refletido sobre um estágio avançado de adoecimento, em que as drogas representam para o sujeito um apoio afetivo e emocional, formas de fuga de realidade, ou como um mediador entre a dura realidade vivenciada e os desejos e sonhos irrealizados, provenientes de uma subjetividade repleta de frustrada e sobre revolta.

Há casos também de pessoas egressas do sistema de saúde pública/ rede de saúde mental,

os quais se encontram em situação de abandono e, pela incapacidade de autogestão, encontram dificuldade em reconhecer e acessar os seus direitos garantidos por lei, inclusive o de acessar atendimentos no sistema de saúde público, havendo com isto, o agravamento do quadro de saúde mental, e o apoio nas drogas ilícitas. Outros indivíduos, pelo uso abusivo de drogas, acabam por desencadear a doença mental e um grave problema se instala com a administração concomitante de drogas lícitas (dispensado para o tratamento psiquiátrico) e as drogas ilícitas. Há, assim, uma nítida degradação da subjetividade dos sujeitos, que pouco a pouco vão perdendo a capacidade de simbolização e passam a atuar com mais frequência, passam a expressar, através de atos de violência, sentimentos como a frustração, a raiva, o medo, por exemplo. Mesmo os sentimentos amorosos, que, quando se perde a mediação subjetiva, precisam ser atuados, passam a ser vivenciados de forma adversa influenciando para a vivência de relações afetivas extremamente conturbadas. Expressões de subjetividades que constitui modos particulares de subjetivação, peculiares ao contexto da rua.

Costa (2005, p. 8) aponta que situações de debilidade física também são presentes, e são várias as doenças atingem essa população em situação de rua, dentre as quais destacamos a tuberculose, hanseníase, pneumonias, doenças de pele entre outras. Entretanto, constatamos um fato apontado pela autora ao dizer que de modo especial “o maior problema de saúde que atinge essa população está no campo das doenças mentais. Compõe esse quadro doenças como a dependência de substâncias psicoativas, neuroses e psicoses, de modo que a grande maioria das pessoas que vivem nas ruas tem algum tipo de sofrimento psíquico”.

Outro aspecto relevante deste estudo é apontado por Costa (2005, p. 13) sobre “estratégias de sobrevivência a que a maioria está condicionada” e que “optam por alternativas individualistas”, renunciando a convivência coletiva, a qual, aliás, parece estar em desuso em toda a sociedade no tempo presente. Fato que nos levam a novos questionamentos como: Considerando que é a partir de suas vivências e experiências que as pessoas vão se constituir enquanto sujeitos e (re) definir as suas subjetividades, de que forma as novas sociabilidades, sob imposição do capital, na atualidade, influenciam para que os sujeitos se constituam subjetivamente no adoecimento e no sofrimento psicológico?

Em termos da questão da violência, Costa (2005, p. 11) aponta “A violência é apenas mais um componente da luta pela sobrevivência”. Destacamos este como um aspecto importante na compreensão da condição do sujeito, sobretudo, ao consideramos a subjetividade como fator preponderante à vida em sociedade. É essencial que pensemos a violência não apenas como reações de agressividade isoladas, mas que busquemos compreender o contexto, que sob a égide do Capitalismo, que avança impondo sua lógica de maneira perversa, e tem potencial de provocar essas reverberações indesejáveis que partem da violência, gera um sentimento de mal estar geral, que se oculta detrás do sofrimento psicológico, expresso nas reações violentas, mas que segundo Chauí não deve ser confundido como um “senso de justiça injuriado”, diante das degradações das sociabilidades. Logo das condições subjetivas em objetivas necessárias para que os sujeitos possam se realizar.

Na questão do trabalho, embora saibamos que o abuso de drogas inviabiliza o acesso e a permanência do sujeito no mercado de trabalho, por ter a lucidez afetada, logo produzindo a ingerência que muitas vezes o desabilita, há fatores que envolvem a questão do trabalho que pretendemos expor a seguir. É a questão da exclusão, pois é fato que o mercado de trabalho hoje, pela escassez de vagas e o grau de exigência imposto, é excludente, e exclui mais expressivamente essa parcela da população. Vemos que tal situação define uma representação particular da pessoa em situação em situação de rua sobre o trabalho e alguns optam por renunciar os direitos relacionados ao trabalho, engajando-se em ocupações sem vínculos empregatícios. Por outro lado há um tipo de “profissionalização da situação de rua.” Situação em que as pessoas passam a sobreviver de ajudas e da solidariedade humana ou do “correr” que são expressões de mendicância e que vão garantir um padrão de vida extremamente precário, e que apenas garante, à maioria a manutenção do uso de drogas.

Diante destas situações apresentadas, as quais tangenciam a subjetividade humana e se apresentam como demanda para a psicologia na atenção a população em situação de rua, deparamo-nos com desafios aparentemente intransponíveis. Entretanto, o exercício de buscar

compreensão nos leva a refletir que este processo de decifração da realidade é uma forma de colaborar para a transformação das realidades degradantes apresentadas e que vem afetando a constituição dos sujeitos, influenciando para a degradação das subjetividades e conseqüentemente, o sofrimento psicológico.

Analisar de que forma o cenário de atualizações e rebatimentos do Capitalismo, contribui para o agravamento dos problemas sociais, determinando ou não a condição do sofrimento psicológico nesta população sem dúvida, agrega um entendimento imprescindível ao exercício profissional no campo da Psicologia Social.

Ao apoiarmo-nos no arcabouço teórico da Psicologia Sócio-Histórica pudemos identificar o quanto a Psicologia é capaz de colaborar com estratégias de ação no sentido de desenvolver um trabalho direcionado a construção de novas realidades no segmento da Assistência Social, partindo da qualificação da prática e respaldo do conhecimento no campo científico. Pudemos perceber também, que existem propostas de atuação viáveis, diante das reverberações sociais apresentadas como contingente dos processos de subjetivação e da constituição da subjetividade, partindo de ações que reconheçam a experiência pessoal e do ponto de vista dos sujeitos, para, através de uma construção conjunta, propor novas ações no sentido da reconstrução destas realidades. Vimos também que é papel da Psicologia social, dialogar e discutir com essa população sobre a relação, subjetividade, tanto quanto da materialidade influenciando para a sua condição de rua, logo de privação e miséria, entretanto levando a refletir sobre os aspectos subjetivos, o quanto a identificação do sujeito com a situação de rua, pode estar implicada em um estilo de vida e os ganhos secundários podem aprisioná-lo psicologicamente nesta condição. Aprisionar, tanto quanto, aprisionam os discursos do preconceito e outras expressões da sociedade, que vem no sentido de garantir a manutenção das relações de poder, e estão implícitas nos discursos sociais, que ao rotular o sujeito, vai demarcar os outros lugares sociais, sejam os dos “opressores”, sejam os dos dominados.

Uma primeira estratégia viável pode ser a de propor uma reflexão sobre a identificação do sujeito com um estilo de vida e as possibilidades de acesso a novas formas de se estar no mundo, formas que possam ser menos destrutivas – no caso do uso abusivo de drogas, para que assim possamos conjuntamente identificar e avaliar alternativas concretas de se produzir novos modos de subjetivação. Assim encontrar meios de subjetivar resistência, diante dos modos atuais que pretende influenciar a nossa sociedade para valores contrários a ética da existência humana e para o aprisionamento dos sujeitos em papéis sociais determinados pela alienação.

É nesta linha de raciocínio que pretendemos realizar um aprofundamento futuro do tema, identificando as formas que a Psicologia pode se desenvolver para contribuir no processo de emancipação humana, mediante a compreensão da subjetividade e dentro dos variados contextos que a constitui.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A ideia principal do estudo foi mostrar que existe uma demanda de decifração social de caráter estrutural na sociedade onde a psicologia se insere na atualidade, e, que ela pode colaborar, tanto na decifração da realidade, quanto á proposição de estratégias de enfrentamento das situações dramáticas que afetam a população em situação de rua e desafiam cotidianamente a prática no âmbito da psicologia social.

As questões postas nesse estudo são preliminares e revelam apenas algumas das muitas indagações que nos causam inquietação no dia a dia de trabalho junto à referida população. Rotineiramente, nas ações de acolhida na Unidade do Centro POP de Franca, deparamo-nos com demandas como: rupturas de vínculo familiar, social e a destituição de patrimônio, ambas muitas vezes, associadas à falta de engajamento no mercado de trabalho. Também, a condição do sujeito apoiado no álcool e nas drogas e nas proteções oferecidas pelo submundo, quando não, o envolvimento com a criminalidade.

Contudo, é preciso considerar que na dimensão subjetiva, em sua maioria, há expressão das conseqüências desta forma de vida, refletindo no sofrimento psíquico do sujeito, que com suas frustrações, ou pela grande carga de carências afetivas, por traumas decorrentes de vivências



sofridas em seus palcos de barbáries particulares - em sua maioria dentro de suas próprias famílias e comunidade ou pelas privações de todas as espécies, sejam: afetivas, educacionais, culturais, sociais, financeiras, encontram-se hoje nesta condição precária de pessoa em situação de rua, deflagrando com ela a necessidade de atenções adequadas dentro daquele serviço para o seu acolhimento atendimento e/ou encaminhamentos, em especial, aqueles realizados pelo profissional da psicologia.

Neste sentido, o papel da psicologia se faz importante, seja pelo compromisso social da profissão, cujo posicionamento frente às questões sociais deve ser o de manifestação contra as desigualdades sociais relacionadas à questão social, promovendo a denúncia social, de acordo com a perspectiva da Psicologia Crítica. Isto, partindo da compreensão da realidade, cujos rebatimentos devidos aos avanços do capitalismo, sistema político e econômico que gera tantas desigualdades, e afeta a condição humana também na sua subjetividade, influenciando para a existência do sofrimento psicológico. O presente estudo favorece, pois, a práxis, através da produção do conhecimento científico voltado à promoção da dignidade e emancipação humanas.

Representa, assim, uma atualização fundamental a criticidade profissional no campo da Psicologia Social na atenção à população em situação de rua e, através do compromisso com uma perspectiva emancipatória, abre possibilidades resistência e de enfrentamento de realidades degradantes, invisibilizadas pela lógica do Capital, que, a nosso ver, não visa nada além das manutenções perversas de suas relações de poder.

## REFERÊNCIAS

BOCK, Ana M. B. (Org.). Psicologia e Compromisso Social. São Paulo: Cortez, 2003.

BOCK, Ana M. B., GONÇALVES, M. G. M., FURTADO, Odair (Orgs.). Psicologia Sócio-Histórica: Uma perspectiva crítica em Psicologia. 5ª edição – São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL, Política Nacional de Assistência Social. PNAS. 2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional – Resolução CFP 010/2005. Brasília: CFP, 2005.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA CRP-MG (Org.) A psicologia e a população em situação de rua: Novas propostas, velhos desafios. Belo Horizonte: CRP04, 2015.

COSTA, P. M., População em situação de rua: Contextualização e caracterização. Revista Virtual Textos & Contextos, nº4, ano IV, 2005. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/993> > Acessado 2017.

FILHO, K., MARTINS, S. A subjetividade como objeto da (s) Psicologia (s). Revista Psicologia & Sociedade; 19 (3): 14-19, 2007.

GERGEN, Keneth J, GERGEN, M. Construcionismo Social: Um convite ao diálogo. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

INSTITUTO PAULO FREIRE. Caderno de Formação Continuada para trabalhadores do órgão gestor, unidades estaduais e de rede socioassistenciais do município de Franca. Capacitação para trabalhadores do SUAS. Grupo PAIF/PAEFI. Franca, 2015.

MINISTERIO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Orientações técnicas do Centro de Referência especializado para população em situação de rua - Centro POP. Brasília: MDS, 2011.

\_\_\_\_\_. Cartilha: Parâmetros de atuação Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de assistência social. Brasília: MDS, 2011.

NETTO, A. Em 10 anos número de moradores de rua cresceu 50% em paris. O Estado de São Paulo:

Jornal, 2017. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,em-10-anos-numero-de-moradores-de-rua-cresceu-50-em-paris,70002105512>> Acesso 2018.

TOZZATO, F. D. A práxis profissional do serviço social frente a população em situação de rua: Um olhar para o Centro POP de Franca – SP. TCC Franca: Unesp, 2014.

VIGOTSKI, L. S., Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

**ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS, UMA QUESTÃO DE DIGNIDADE HUMANA: ANÁLISE CIENTOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE PAÍSES DO MERCOSUL**

*ACCESSIBILITY IN LIBRARIES, A MATTER OF HUMAN DIGNITY: SCIENTOMETRIC ANALYSIS OF THE SCIENTIFIC PRODUCTION OF MERCOSUR COUNTRIES*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento.

CAMILLO, Everton da Silva  
Universidade Estadual Paulista – UNESP  
Mestrando em Ciência da Informação  
Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação  
evertonscamillo@outlook.com

SILVA, Rafaela Carolina da  
Universidade Estadual Paulista – UNESP  
Doutoranda em Ciência da Informação  
Mestre em Ciência da Informação  
rafaelacarolinasilva@gmail.com

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de  
Universidade Estadual Paulista – UNESP  
Bacharel em Direito  
Bacharel e licenciada em Filosofia  
Especialista em Direito Público Internacional com ênfase em Gestão  
Especialista em Direito Público com capacitação para Magistério Superior  
Mestranda em Ciência da Informação  
marianargdemello@bol.com.br

SANTOS, Beatriz Rosa Pinheiro dos  
Universidade Estadual Paulista – UNESP  
Mestranda em Ciência da Informação  
Tecnóloga em Gestão Empresarial  
beatriz.pinheiro@marilia.unesp.br

**Resumo**

O estudo objetiva entender como a acessibilidade em bibliotecas pode contribuir para a dignidade humana. Delimitou-se, como objetivos específicos. Levou-se em consideração a construção de uma pesquisa exploratória e quali-quantitativa que se baseou na técnica de análise cientométrica nas bases de dados Web of Science, Scopus e Library and Information Science Abstracts. Obteve-se como resultado que: i) uma das formas de contribuir para a consistência da dignidade humana é oferecer acessibilidade igualitária a todos que adentrarem ao universo de uma biblioteca, mediante o princípio da equidade, ao saber que a biblioteca é um espaço não somente pautado pelo acesso à informação, mas um ambiente para construção do conhecimento, para formação política, social e intelectual; ii) a acessibilidade em bibliotecas é uma maneira de auxiliar no processo da dignidade humana, e que esse contexto só é possível se o Estado promover mais políticas públicas efetivas nesse campo, com base em um plano complexo e não cartesiano; iii) países do MERCOSUL não apresentam resultados satisfatórios relacionados a estudos que se voltam à promoção de políticas de acessibilidade em bibliotecas com o objetivo de otimizar a qualidade de acesso da população aos serviços ofertados por essas instituições; iv) a representatividade dos países do MERCOSUL no que se refere ao desenvolvimento de pesquisas que visem a acessibilidade em bibliotecas ainda é pequeno e pouco representativo. No Brasil é percebida uma maior produção referente ao tema, contudo, o índice produtivo ainda é pequeno em se comparando à extensão e à necessidade de participação social dos países integrantes do MERCOSUL e v) indica-se investigações futuras que avalie qualitativamente as políticas públicas voltadas a acessibilidade em bibliotecas existentes nos países do MERCOSUL, a fim de explorar

cada vez mais essa lacuna e por meio dessa pesquisa, construir outra que indique um modelo ideal de política pública relativa a acessibilidade em bibliotecas.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Biblioteca. Desenvolvimento Humano.

#### **Abstract**

The study aims to understand how accessibility in libraries can contribute to human dignity. It was delimited as specific objectives. Consideration was given to the construction of an exploratory and qualitaquantitative research that was based on the scientometric analysis technique in the Web of Science, Scopus and Library and Information Science Abstracts databases. The result was that: i) one of the ways to contribute to the consistency of human dignity is to offer equal access to all who enter the universe of a library, through the principle of equity, knowing that the library is not only a space guided by access to information, but an environment for building knowledge, for political, social and intellectual formation; ii) accessibility in libraries is a way of assisting in the process of human dignity, and that this context is only possible if the State promotes more effective public policies in this field, based on a complex and non-Cartesian plan; iii) MERCOSUR countries do not present satisfactory results related to studies that focus on the promotion of accessibility policies in libraries in order to optimize the quality of the population's access to the services offered by these institutions; iv) the representativeness of the MERCOSUR countries with regard to the development of research aimed at accessibility in libraries is still small and unrepresentative. In Brazil, a greater production is perceived, but the productive index is still small in comparison to the extent and the need for social participation of the MERCOSUR member countries; and (v) it indicates future research that qualitatively evaluates the public policies aimed at accessibility in existing libraries in MERCOSUR countries, in order to explore this gap more and, through this research, to construct another one that indicates an ideal model of public policy related to accessibility in libraries.

**Keywords:** Accessibility. Library. Human Development.

## **1 INTRODUÇÃO**

O princípio da dignidade humana tem natureza filosófica, é intrínseco a qualquer ser humano e consiste no fundamento dos Direitos Fundamentais, à medida que se predomina a compreensão de que a pessoa humana tem dignidade própria e constitui um valor em si mesma, valor esse que não pode ser sacrificado em razão de qualquer interesse coletivo.

Princípios jurídicos possuem natureza normativa e sendo normas fundamentais de qualquer ordenamento, eles devem ser usados como fontes formais primárias do direito, garantindo a tão importante segurança jurídica, pois, tanto o Poder Legislativo quanto o Judiciário devem agir conforme seus preceitos, isto é, de certo modo, os princípios vinculam todos os poderes, que devem exercer suas atividades segundo eles. No caso do choque de um princípio com a lei, deve-se primar pela aplicação do primeiro. A aplicação dos princípios pode ser de maneira direta ou indireta, esta última quando auxilia no trabalho de interpretação das regras jurídicas, ajudando a descobrir o sentido da regra e adequá-lo aos fins sociais e valores garantidos pela ordem jurídica.

Portanto é a acessibilidade, o dar acesso à informação a um público diversificado que está em jogo. A biblioteca, como equipamento cultural, necessita desenvolver produtos e serviços que vão de encontro à eficiência e à eficácia das pesquisas seus usuários, destacando, em sua prática, o estudo administrativo, psicológico e organizacional tanto do público como da informação a ser abrangida.

Sendo assim, promover um ambiente que proporcione o acesso não só a diferentes recursos informacionais, mas que possibilite a capacitação de usuários e funcionários em uma prática de inclusão social é papel das bibliotecas que prezam pela acessibilidade de seu público. O bibliotecário, nesses ambientes, deve estar sempre esclarecido a respeito das transformações sociais, a fim de realizar seu verdadeiro papel: propiciar o uso adequado da informação de modo que esta, a partir de uma análise crítica e reflexiva do usuário, se transforme em novos conhecimentos para ele.

Nessa perspectiva, a garantia de que todos são iguais aos olhos da lei, de que a todos é assegurado o direito ao acesso à informação e a premissa de que o Estado tome medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência exerçam seu direito com plenitude abre possibilidades de questionamentos dos mais variados níveis. A saber: "As bibliotecas estão

colaborando com a elevação desse grupo social ao seu nível máximo de autonomia?"; "Oportunidades têm sido criadas e mobilizadas por meio de políticas públicas no que tange ao posicionamento desse grupo frente a um novo paradigma, o do uso da informação, já que a todos é garantido esse direito?".

Dessa maneira, o objetivo do estudo foi o de entender como a acessibilidade em bibliotecas pode contribuir para a dignidade humana. Mais especificamente, buscou-se avaliar a produção científica dos países do MERCOSUL relativo à acessibilidade presente nas bibliotecas desses países.

Tratou-se de uma pesquisa exploratória, de natureza quali-quantitativa, realizada por meio da análise cientométrica. As bases de dados utilizadas para a coleta de dados foram a Library and Information Science Abstracts (LISA), a Scopus e a Web of Science, devido à sua abrangência e completude na área da Ciência da Informação.

## **2 O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA FRENTE À IGUALDADE DE ACESSO**

Quando se trata de acessibilidade, deve-se falar em Direitos Humanos, sobretudo em dois princípios que os norteiam; o da igualdade e o da dignidade humana – considerado um supraprincípio em muitos ordenamentos jurídicos, como é o caso do brasileiro.

Os Direitos Humanos são fruto de grande evolução histórica e social, o que ensejou a estruturação que apresenta na contemporaneidade. Dessa forma, deve-se pensá-los como um conjunto de direitos decorrentes de grandes mobilizações sociais e avanços que acompanharam as necessidades da sociedade em busca da justiça social.

A dignidade da pessoa humana nasceu como valor religioso e filosófico de cunho personalista. Posteriormente, foi acoplado aos valores sociais, sendo visto de acordo com as concepções histórico-culturais de cada sociedade, revelando seu potencial axiológico, que foi aproveitado por muitos sistemas jurídicos.

Uma posição personalista reconhece que os homens são desiguais em vários aspectos, ao mesmo tempo em que os concebe como criaturas iguais, porque em cada ser humano o mesmo sistema de características inteligíveis proporciona à realidade individual, que se traduz na aptidão para existir. Caso contrário, não seriam seres da mesma espécie. Nesse caso, a igualdade se revela na própria identidade, na essência dos membros da espécie humana, na qualidade de serem pessoas. Isso não veta a possibilidade de haver múltiplas desigualdades entre os homens. No entanto, são desigualdades fenomênicas, naturais, físicas, morais, políticas e sociais, que devem ser minimizadas ao ferirem a dignidade humana.

Na Filosofia, podemos buscar o sentido de dignidade em filósofos, tal como Immanuel Kant, que foi o primeiro a tratar a dignidade como princípio, asseverando que:

No reino dos fins tudo tem um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra equivalente, mas quando uma coisa está acima de todo preço e, portanto, não permite equivalente, então tem ela uma dignidade (KANT, 2004, p. 77).

O pensamento kantiano concebe a dignidade do ser humano como algo que o distingue das demais criaturas. A dignidade é um imperativo que concebe o homem como o único ser criado que possui um fim em si mesmo, um valor absoluto, superior a todo preço e, assim, não permite equivalência. Porém, com a concepção personalista, a dignidade passa a ter um sentido mais completo frente ao desdobramento que se faz do ser humano em indivíduo e pessoa.

Posto isso, o princípio da dignidade humana tem natureza filosófica, é intrínseco a qualquer ser humano e consiste no fundamento dos Direitos Fundamentais, à medida que se predomina a compreensão de que a pessoa humana tem dignidade própria e constitui um valor em si mesmo, valor esse que não pode ser sacrificado em razão de qualquer interesse coletivo.

Sarlet (2012, p. 61) expõe que dignidade humana implica em conceito axiologicamente aberto, logo, prescinde de constante concretização e delimitação pela práxis constitucional. A dignidade, segundo ele, tem dimensão dúplice, na medida em que se manifesta tanto como expressão da autonomia e autodeterminação da pessoa humana, atuando como limite à ação do Estado e de terceiros; quanto uma perspectiva assistencial.

Desse modo, figura ao lado de outros valores fundamentais ao Ordenamento Jurídico, tais como a justiça, a segurança e a igualdade. No entanto, a fim de um uso jurídico, a crítica que se faz é que a dignidade é um conceito de certo modo vago, poroso, que exige maior determinação para sua aplicação enquanto princípio do direito.

Na acepção de Ávila (2005), princípios são "normas imediatamente finalísticas, primeiramente prospectivas e com pretensão de complementaridade e de parcialidade", sendo que sua aplicação

“demanda uma avaliação da correlação entre o estado de coisas a ser promovido e os efeitos decorrentes da conduta havida como necessária à sua promoção” (ÁVILA, 2005, p. 70)

Quando se fala em dignidade e acessibilidade, também se deve pensar no princípio da igualdade. O artigo sétimo da Declaração Universal dos Direitos do Homem merece destaque por sua natureza filosófica ao tratar da igualdade e está assim redigido:

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM, 1948).

Portanto, a igualdade constitui o signo fundamental da democracia, não admitindo distinções. Isso implica que não oferecer acesso em unidades de informação a um cadeirante, idoso ou qualquer outra pessoa que tenha alguma limitação física, fere totalmente um sistema democrático que tem como fundamento a promoção dos Direitos Humanos.

No entanto, conceituar igualdade não é tão fácil, o que ao longo da história, provocou posições díspares. Os adeptos da corrente nominalista entendem que os homens são desiguais pela própria natureza, nascem e perduram desiguais. Nesse caso a igualdade não passaria de um simples nome, sem significado no mundo real. No polo oposto, estão os idealistas, que defendem um igualitarismo absoluto entre as pessoas. Afirma-se igual liberdade natural ligada à hipótese do estado de natureza, em que havia uma igualdade absoluta.

O filósofo Rousseau também defendia a igualdade, entretanto, admitia duas espécies de desigualdades entre os homens: uma que denominava de natural ou física, decorrente da própria natureza, como por exemplo, diferença de idade, condição física, saúde e das qualidades do espírito da alma; outra que chamava de desigualdade moral ou política, tendo em vista que depende de uma espécie de convenção ratificada pelo consentimento dos homens, que justifica que alguns sejam mais ricos, mais nobres e mais poderosos do que outros.

Nesse sentido, diz Rousseau:

Concebo, na espécie humana, dois tipos de desigualdade: uma que chamo de natural ou física, por ser estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito e da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida, ou pelo menos autorizada, pelo consentimento dos homens (ROUSSEAU, 1973, p. 241).

Outra concepção muito famosa de igualdade foi a de Aristóteles que a vinculou à ideia de justiça. Porém, trata-se de igualdade de justiça relativa, uma vez que dar a cada um o que é seu, implica uma igualdade impensável sem a desigualdade complementar. Trata-se de uma igualdade formal. Por isso, atitudes como a de tratar diferentemente o escravo e o proprietário seriam perfeitamente legítimas.

No Brasil, assim como na maioria dos países da América Latina, o princípio da justiça comutativa de Aristóteles vem sendo utilizado, na medida em que o legislador compreendeu que não deveria tratar todos abstratamente iguais. O tratamento igual não se dirige às pessoas integralmente iguais entre si, mas àquelas que são iguais sob os aspectos tomados em consideração pela norma, o que implica que os iguais podem diferir sob outros aspectos ignorados ou considerados irrelevantes pelo legislador. Para que o princípio da justiça comutativa de Aristóteles possa ser utilizado de forma positiva, é preciso sensibilidade, bom senso e, principalmente, honestidade, a fim de que se possam analisar quais as características ou situações que devam ser eleitas para diferenciar um ser humano do outro.

Posto isso, o grande desafio consiste em deslocar o princípio da igualdade do plano especulativo ao plano prático. No campo teórico, o princípio está positivado no artigo sétimo da Declaração Universal dos Direitos do Homem e no artigo quinto da Magna Carta brasileira, fazendo com que ninguém possa negar sua existência. Para tanto, isso exige vontade política e uma efetiva cobrança da população, que deve exigir que a norma tenha eficácia, ou seja, que tenha efeitos práticos. Se a acessibilidade perpassa pelo princípio da igualdade, garanti-la é uma causa que não é só do idoso, do cadeirante ou de outra pessoa que tenha dificuldade de mobilidade. É uma causa de todos e de toda a sociedade internacional.

### **3 ACESSIBILIDADE: UMA NOÇÃO MOVEDEIÇA**

É surpreendente a vulgarização social que é atribuída ao termo e significado de „acessibilidade“. Se antes a compreensão era movida pela imaginação da sua sustentação conceitual refletida na atuação unicamente física do homem sobre o mundo – ver e não ver, ouvir e não ouvir, sentir e não sentir –, vê-se agora que se tornou mais eloquente por fim a uma visão simplista e de caráter essencialmente cartesiano.

Ao contrário, as pessoas posicionam antagonicamente a este pensamento cartesiano, e corroboram com a busca e com a valorização da multissensorialidade e da subjetividade dos indivíduos, porque esses, embora unos, são complexos seres viventes.

A colocação de Cohen e Duarte (2013), nesse sentido, é a de que “muito além dos sentidos, a eficiência na transmissão do conhecimento passa, inevitavelmente, pelo afeto e pela empatia”, pois é inegável que essa ação valoriza a identidade do sujeito, assim como sua subjetividade e emoção, possibilitando a transformação de espaços físicos em ambientes propícios ao desenvolvimento humano.

A acessibilidade, no que tange a uma proporção assumidamente maior sobre sua noção conceitual, tem as modernas inovações tecnológicas como engrenagens para proporcionar novas reflexões acerca da abrangência do seu entendimento e aplicação na contemporaneidade. Desde Pérez Salmerón (2003), é possível observar deslocamentos de sentidos já atrelados à acessibilidade, que outrora eram representativos de outra realidade. Algumas das mudanças se devem ao impacto das tecnologias da informação e da comunicação no meio social.

Nessa direção, a informação compreendida nos vários domínios da vida – economia, sociedade, educação, cultura e política, acaba por sofrer conversões conceitual, uma vez expostas a fenômenos decorrentes dos vários meios por onde tramita. Ao que Mosé (2012) pontua, “conseguir fixar um sentido, é conter alguma coisa no meio das imensas correntes de sentido que nos chegam”, pois, o sentido é movente e assume significações distintas ao longo da sua cadeia de significância.

Assim, quanto mais os meios econômico, social, cultural, educacional e político são incitados pelas inovações tecnológicas, mais o leque de significâncias se abre, rompendo com visões estreitas e cristalizadas.

Ao encontro dessa assertiva, a partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU, e ratificada pelo Brasil em 2008, o país passa a ser um Estado Parte signatário da Convenção e, portanto, torna-se responsável por “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2011, p. 26).

Em seu artigo 21, denominado Liberdade de Expressão e de Opinião e Acesso à Informação, a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2011, p. 45) declara que:

Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seu direito à liberdade de expressão e opinião, inclusive à liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e ideias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha.

A grande máxima desse respaldo está na Constituição Federativa do Brasil de 1988. Segundo seu artigo 5º,

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 2018).

E por meio do inciso XIV, “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte [...]” (BRASIL, 2018). Os recortes feitos denotam uma expressiva força discursiva que rompe com o caráter de exclusão que, ora, é o espaço de iniquidade onde conjugam a pessoa com deficiência.

Nesse sentido, quando pensamos políticas públicas e a participação efetiva dessas pessoas na formulação dessas políticas, inferimos a formação de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

É importante ressaltar que a formulação dessas políticas traz à tona novos paradigmas de valorização da diversidade e respeito às diferenças. Os avanços decorrentes de reivindicações feitas nesse eixo de discussão defendem os interesses políticos e sociais de um determinado grupo que tem conseguido ampliar seu espaço de inscrição nas várias frentes nacionalmente (ANTUNES; PIMENTA, 2017).

#### **4 BIBLIOTECAS E ACESSIBILIDADE**

Com o decurso do tempo, a sociedade deparou-se com a necessidade de proteção de alguns direitos inerentes ao ser humano, compreendendo que sem a proteção desses direitos, jamais haveria uma sociedade justa. Compreenderam que o bem da vida, com dignidade, deveria estar acima de todos os outros bens jurídicos, servindo de fundamento a todo ordenamento jurídico. Com isso, a dignidade da pessoa humana ganhou relevo, fundada nas transformações sociais e nas exigências de uma sociedade que clamou tal proteção.

Entende-se que a acessibilidade em bibliotecas pode ser observada quando esses ambientes trabalham com o acolhimento de pessoas em suas atividades, ou seja, oferecem o atendimento adequado aos diferentes públicos que as frequentam, ou possam vir a frequentar o local, de acordo com suas diferenças físicas, intelectuais e sensoriais. Segundo Pupo, Melo e Ferrés (2006), a acessibilidade em bibliotecas está voltada à melhoria da qualidade de vida das pessoas com algum tipo de limitação, sejam elas idosos, deficientes físicos, intelectuais, imigrantes digitais ou que necessitem de qualquer tipo de auxílio da biblioteca para suprir suas necessidades informacionais.

Dessa maneira, entende-se que a “acessibilidade ou possibilidade de alcance aos espaços físicos, à informação, aos instrumentos de trabalho e estudo, aos produtos e serviços diz respeito à qualidade de vida de todas as pessoas” (PUPO; MELO; FERRÉS, 2006, p. 17). Os autores também destacam que a biblioteca pode trabalhar com diferentes tipos de acessibilidade; a saber: 1) acessibilidade arquitetônica (retirada de barreiras físicas); 2) acessibilidade comunicacional (não devem haver barreiras na comunicação, seja ela interpessoal, escrita ou virtual); 3) acessibilidade metodológica (clareza dos métodos e técnicas de trabalho); 4) acessibilidade instrumental (clareza no uso de ferramentas de tratamento, organização, uso e acesso à informação); 5) acessibilidade programática (clareza das políticas, normas e regulamentos da instituição); e 6) acessibilidade atitudinal (não devem haver preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações).

As bibliotecas, no âmbito da acessibilidade, devem prezar pela disponibilização de sistemas de sinalização, de uma arquitetura onde todos possam se locomover sem dificuldades, de sistemas de acesso à informação eficazes e eficientes, de uma coleção abrangente a diferentes públicos, de informações disponibilizadas em diferentes suportes informacionais, de profissionais especializados para o atendimento às necessidades informacionais dos usuários, enfim, de serviços e produtos que permitam aos usuários se deslocarem pelas atividades oferecidas pela instituição de maneira mais autônoma possível. Nessa perspectiva, Mazzoni et al. (2001) afirmam que a acessibilidade em bibliotecas permeia o atendimento humano, os sistemas de sinalização, os sistemas de reservas e consultas informatizadas (como terminais de acesso e bibliotecas virtuais), o direito à circulação da informação em redes de compartilhamento de conhecimento, a localização do agente ativo da produção do conhecimento na resolução de problemas, assim como o uso de normas que se adequem ao contexto em questão.

Autores como Aggio (2000) e Arrêto (2002) destacam que a democratização da informação é um processo de inclusão social permitido pela acessibilidade da informação, auxiliando o indivíduo a ter condições de transformar a informação acessada no conhecimento de seu interesse, ou seja, promove a dignidade humana. Nesse contexto, a acessibilidade promove a democratização da informação e, dentro de bibliotecas, tem o papel de promover práticas informacionais de cunho político, econômico, cultural e social, por meio de serviços e produtos educativos para a geração, disseminação, armazenamento, recuperação e uso inteligente da informação.

À título de exemplificação, no que se refere às pessoas com deficiência, é necessário que a biblioteca disponibilize recursos de acessibilidade em termos de mobiliário, hardware e software. A sinalização deve prezar pelas necessidades de locomoção do público em geral, assim como de pessoas cegas, com baixa visão, surdas, dentre outras.

Em relação ao oferecimento de produtos e serviços em suporte digital, torna-se necessário o treinamento de funcionários e usuários no uso desses suportes, para que sejam capazes de navegar de forma autônoma nesses locais. Além disso, coleções, serviços de referência e/ou comutação bibliográfica devem estar presentes tanto presencialmente quanto em meio digital.

Assim, as bibliotecas são instituições culturais que devem evidenciar a promoção da acessibilidade por meio de práticas democráticas da informação. Logo, a acessibilidade em bibliotecas está ligada a três fatores - 1) social (combate ao preconceito e integração de pessoas), 2) institucional (promoção de serviços e produtos acessíveis) e 3) profissional (capacitação de bibliotecários e demais funcionários para uma prática mais humanitária) - a fim de que as necessidades informacionais dos usuários sejam supridas de maneira eficiente e eficaz. Trata-se da formação de indivíduos conscientes, autônomos e capazes de atuar ativamente em sociedade.



## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza quali-quantitativa. Define-se exploratória, pois, como afirma Gil (2012), toda pesquisa exploratória busca reconhecer mais a fundo o seu objeto de pesquisa, por meio de aprimoramento de ideias e a utilização de práticas mais eficazes de estudo. Concomitantemente, se reafirma como quali-quantitativa ao fato de que se presume que toda pesquisa científica possui determinado cunho qualitativo, visto que por meio da análise quantitativa é possível inferir aspectos de melhoria e constatações que se voltam restritamente aos aspectos qualitativos.

É importante que fique claro que este estudo não busca estabelecer afirmações e hipóteses sobre o baixo ou alto nível de acessibilidade promovida pelas bibliotecas dos países do MERCOSUL. Todavia, afirma-se que a análise quantitativa que será realizada pode evidenciar ausências que podem representar discrepâncias passíveis de melhorias e ao mesmo tempo demonstrar aspectos positivos de uma acessibilidade presente em alta nessas bibliotecas e que mesmo assim é importante ser divulgada pelas pesquisas científicas.

A pesquisa utiliza a técnica da cientometria para avaliar a produção científica dos países do MERCOSUL relativo à acessibilidade presente nas Bibliotecas desses países. Segundo Callon, Courtial e Penan (1995) a avaliação da produção científica é uma forma simples de avaliar as atividades realizadas pelos pesquisadores inseridos nos campos científicos e acadêmicos e, por isso, pode trazer importantes informações acerca do desenvolvimento dos pesquisadores e do campo científico em questão. Para os autores, a cientometria é uma ferramenta que objetiva medir a ciência, que nasceu na década de 1970, como uma ciência da ciência, e que estuda mais precisamente as características da produção acadêmica, as técnicas utilizadas e muito mais.

Neste estudo, optou-se por analisar três bases de dados internacionais: Library and Information Science Abstracts (LISA), Scopus e Web of Science. Nessas bases de dados foi delimitado um período de dez anos para a recuperação das produções científicas, mais especificadamente de 2007 a 2017. Nas três bases aqui reiteradas, utilizou-se para a busca os seguintes descritores: ((Accessibility) AND (Library)).

Ademais, foi realizado um filtro nas buscas para que retornassem dados referentes aos seguintes países do MERCOSUL: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname. A escolha desses países se deu pela oportunidade de tecer considerações sobre a preocupação de Estados-Nação partes e associados ao bloco econômico MERCOSUL por meio da sua produção bibliográfica frente à necessidade de desenvolvimento da acessibilidade em unidades de informação ao alcance da dignidade humana.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 mostra os dados obtidos mediante a pesquisa dos termos “*Accessibility*” and “*Library*”, na base de dados LISA, em um período de dez anos, de 2007 a 2017. É importante afirmar que a utilização das aspas duplas propiciou que o sistema de base de dados realizasse a busca pelos termos exatamente como foram inseridos.

Como demonstra a referida tabela, dentre os países listados, apenas o Brasil possui produção científica voltada à acessibilidade em bibliotecas (cinco), porém, ainda sim, acredita-se que, dentro de um período de dez anos, esse número ainda é muito baixo.

**TABELA 1 – PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS DE PAÍSES DO MERCOSUL NA BASE DE DADOS LISA**

<b>Base de dados:</b> <i>Library and Informação Science Abstracts</i> (LISA)		
<b>Período:</b> 2007 – 2017		
<b>Estratégia de busca:</b> (( <i>Accessibility</i> ) and ( <i>Library</i> ))		
<b>Países</b>	<b>Quantidades de artigos</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Estados Partes do Mercosul</b>		
Argentina	00	0,0%

Bolívia	00	0,0%
Brasil	05	100,0%
Paraguai	00	0,0%
Uruguai	00	0,0%
Venezuela	00	0,0%
<b>Estados Associados ao Mercosul</b>		
Chile	00	0,0%
Colômbia	00	0,0%
Equador	00	0,0%
Guiana	00	0,0%
Peru	00	0,0%
Suriname	00	0,0%
<b>Total do Mercosul</b>	<b>05</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2018).

A Tabela 2 demonstra os dados obtidos por meio da pesquisa dos termos “*Accessibility*” and “*Library*”, na base de dados Scopus, em um período de dez anos, de 2007 a 2017. Como mostra essa tabela, foi possível verificar um aumento um pouco mais significativo das produções científicas sobre acessibilidade nas bibliotecas oriundas dos países do MERCOSUL, se for comparar aos resultados das buscas feitas na LISA.

Foram identificados cinco trabalhos realizados pela Argentina, 33 pelo Brasil, um pelo Uruguai, um pela Venezuela, cinco pelo Chile, quatro pela Colômbia e um artigo produzido pelo Suriname. Enquanto isso, os demais países não resultaram nenhum trabalho.

Também foi possível analisar que o Brasil saiu na frente dos demais países listados. Ressalta-se que, na base de dados em questão, o número de produção científica do Brasil nesse assunto é bem maior do que os desenvolvidos pelos outros países.

**TABELA 2 – PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS DE PAÍSES DO MERCOSUL NA BASE DE DADOS SCOPUS**

<b>Base de dados:</b> <i>Scopus</i>		
<b>Período:</b> 2007 – 2017		
<b>Estratégia de busca:</b> (( <i>Accessibility</i> ) and ( <i>Library</i> ))		
<b>Países</b>	<b>Quantidades de artigos</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Estados Partes do Mercosul</b>		
Argentina	05	10,0%

Bolívia	00	0,0%
Brasil	33	66,0%
Paraguai	00	0,0%
Uruguai	01	2,0%
Venezuela	01	2,0%
<b>Estados Associados ao Mercosul</b>		
Chile	05	10,0%
Colômbia	04	8,0%
Equador	00	0,0%
Guiana	00	0,0%
Peru	00	0,0%
Suriname	01	2,0%
<b>Total do Mercosul</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2018).

Como continuidade, a Tabela 3 demonstra os dados obtidos por meio da pesquisa dos termos “*Accessibility*” and “*Library*”, na base de dados *Web of Science*, em um período de dez anos, de 2007 a 2017. Como demonstrado, foram identificados apenas seis artigos sobre o tema retratado nesse estudo, mais uma vez dando destaque à produção brasileira, porém, concomitantemente, o resultado não é satisfatório do ponto de vista do equilíbrio necessário que um grupo como o MERCOSUL deveria ter quanto a abordagem de um assunto tão importante no desenvolvimento efetivo da administração das bibliotecas como é o tema da acessibilidade.

A acessibilidade promovida pelas bibliotecas é um grande diferencial administrativo, intelectual, social e, até mesmo, cultural, visto que atrai ainda mais leitores e usuários para esse ambiente, além de promover o incentivo à dignidade humana de todos os cidadãos, já que, absolutamente, toda a sociedade possui o direito de acesso digno às bibliotecas como fator de próprio crescimento pessoal, profissional e outros.

**TABELA 3 – PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS DE PAÍSES DO MERCOSUL NA BASE DE DADOS WEB OF SCIENCE**

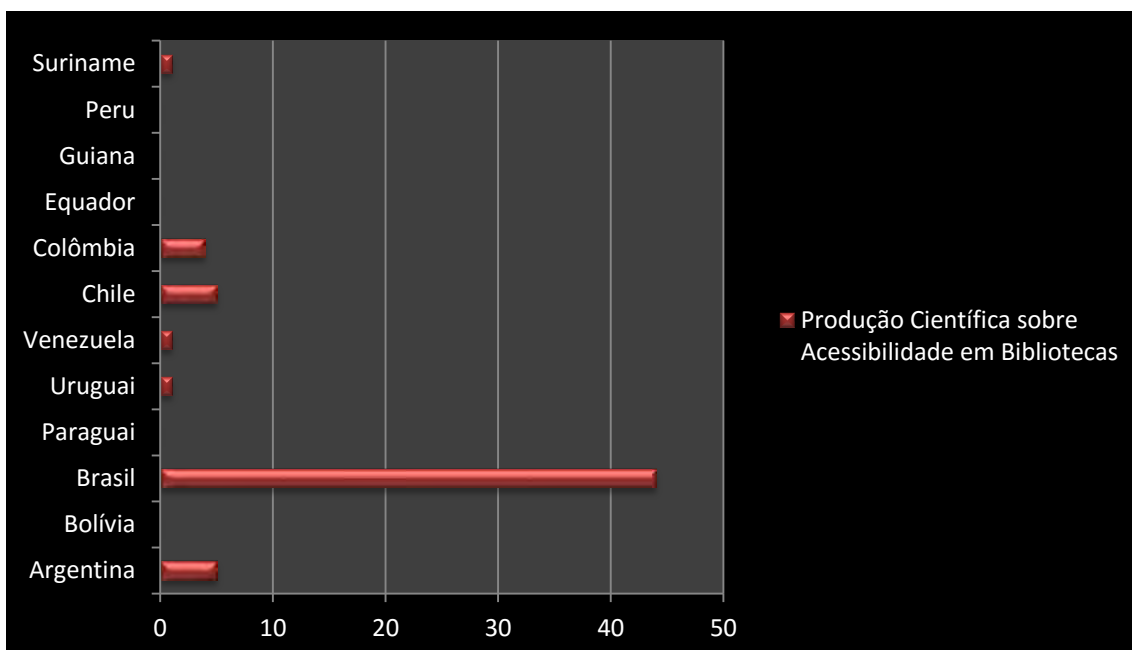
<b>Base de dados:</b> <i>Web of Science</i>		
<b>Período:</b> 2007 – 2017		
<b>Estratégia de busca:</b> (( <i>Accessibility</i> ) and ( <i>Library</i> ))		
<b>Países</b>	<b>Quantidades de artigos</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Estados Partes do Mercosul</b>		

Argentina	00	0,0%
Bolívia	00	0,0%
Brasil	06	100,0%
Paraguai	00	0,0%
Uruguai	00	0,0%
Venezuela	00	0,0%
<b>Estados Associados ao Mercosul</b>		
Chile	00	0,0%
Colômbia	00	0,0%
Equador	00	0,0%
Guiana	00	0,0%
Peru	00	0,0%
Suriname	00	0,0%
<b>Total do Mercosul</b>	<b>06</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaborada pelo autores com base nos dados da pesquisa (2018).

Com base nas buscas realizadas nas três bases de dados internacionais: LISA, Scopus e Web of Science, optou-se por somar os resultados observados nas três bases e expor no Gráfico 1, onde se têm uma visão geral da produção científica dos países do MERCOSUL acerca da acessibilidade em bibliotecas.

**GRÁFICO 1- DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS DOS PAÍSES DO MERCOSUL NAS BASES DE DADOS: LISA, SCOPUS E WEB OF SCIENCE**



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2018).

Enfim, pode-se apontar que o índice mais alto de produção referente à acessibilidade em bibliotecas encontradas no Brasil pode estar relacionado ao fato de que esse país possui um Produto Interno Bruto (PIB) bem elevado em comparação aos demais países analisados. Além disso, ao observar o PIB dos países da Argentina, Chile e Colômbia, que foram os países que, depois do Brasil, apontaram mais produção dos que os demais, pôde-se perceber que são os países que antecedem o Brasil em termos de índices do PIB, com exceção à Venezuela, que apontou um PIB até mesmo maior que Chile e Colômbia, porém, seu número de produção acadêmica retornou em apenas um trabalho. Concomitantemente, os demais países que não pontuaram nenhum trabalho, em verdade, possuem PIB bem mais inferiores que os outros.

De uma maneira geral, os resultados alcançados nessa pesquisa não foram satisfatórios em termos de representatividade dos países do MERCOSUL quando o assunto refere-se à promoção de políticas de acessibilidade em Bibliotecas, com o intuito de melhorar a qualidade de acesso da população geral nos serviços ofertados por essas unidades de informação. Entretanto, mesmo que os resultados não foram satisfatórios, considerou-se importante investigar esse fator, pois, assim, protagonizaram-se lacunas que podem ser futuramente melhores trabalhadas a fim de deixarem de serem lacunas referentes a esse tema.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscou-se, neste trabalho, abordar como a acessibilidade em bibliotecas pode contribuir para a dignidade humana, e também analisar a produção científica dos países do MERCOSUL relativa à acessibilidade presente nas bibliotecas desses países. Nesse sentido, a pesquisa se direcionou mediante os seguintes problemas: as bibliotecas estão colaborando com a elevação dos grupos de minorias ao seu nível máximo de autonomia? Oportunidades têm sido criadas e mobilizadas por meio de políticas públicas no que tange ao posicionamento desse grupo frente a um novo paradigma, o do uso da informação, já que a todos é garantido esse direito?

Em uma abordagem popular, pode-se dizer que a dignidade do homem é uma premissa básica da formação humana que todos almejam, ou pelo menos deveriam. Todavia, com base nas discussões dessa pesquisa, é possível afirmar que ninguém sozinho consegue alcançar altos níveis de dignidade humana, e que portanto, esse alcance é baseado num esforço coletivo, envolvendo todos os indivíduos de uma nação, do Estado à população geral. Nessa pesquisa, afirma-se que uma das formas de contribuir para a consistência da dignidade humana é oferecer acessibilidade igualitária a todos que adentrarem ao universo de uma biblioteca, mediante o princípio da equidade, ao saber que a biblioteca é um espaço não somente pautado pelo acesso à informação, visto que é um ambiente para construção do conhecimento, para formação política, social e intelectual, para se reestabelecer como cidadão consciente, para se socializar com os demais indivíduos, enfim, a biblioteca é um agente vivo, mediador do desenvolvimento cultural, econômico, social, educacional, político e intelectual do mundo.

Portanto, considera-se que a acessibilidade em bibliotecas é uma maneira de auxiliar no processo da dignidade humana, e que esse contexto só é possível se o Estado promover mais políticas públicas efetivas nesse campo, com base em um plano complexo e não cartesiano de que acessibilidade configura-se apenas a um teor físico, quando em verdade, seu plano atualmente é muito mais sofisticado e condizente a atual sociedade da informação e do conhecimento, que se encontra em formação. Quanto a análise cientométrica, pôde-se concluir que os países do MERCOSUL não apresentam resultados satisfatórios relacionados a estudos que se voltam à promoção de políticas de acessibilidade em bibliotecas com o objetivo de otimizar a qualidade de acesso da população aos serviços ofertados por essas instituições. No Brasil, foi verificada uma maior produção referente ao tema, todavia, ainda foi considerada uma produção pequena se comparar à extensão e à necessidade de participação social dos países integrantes do grupo.

Compreendeu-se que, no contexto da sociedade da informação e do conhecimento, que caminha para uma ambiência pós-moderna, torna-se inadmissível a falta de pesquisas que busquem compreender a complexidade desses ambientes e, assim, contribuir para a criação de práticas de

acessibilidade que possam estar sendo estabelecidas e renovadas nas bibliotecas. Portanto, afirma-se que é crucial que a evolução dos serviços dessas instituições caminhe ao mesmo passo da evolução da sociedade e das necessidades que essas apresentam diariamente, mediante sua expansão de diferenças e pluralidades físicas, mentais, intelectuais, sociais, culturais e econômicas.

Por fim, indica-se investigações futuras que avalie qualitativamente as políticas públicas voltadas a acessibilidade em bibliotecas existentes nos países do MERCOSUL, a fim de explorar cada vez mais essa lacuna e por meio dessa pesquisa, construir outra que indique um modelo ideal de política pública relativa a acessibilidade em bibliotecas, baseada no contexto de uma sociedade pós-moderna.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, C.D.; PIMENTA, J.S. Acessibilidade em biblioteca escolar na perspectiva das políticas públicas e diretrizes institucionais do IFRO? **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 22, n. 3, p. 564-580, 2017 Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1296>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

ARISTÓTELES. **Ética a nicômaco**. 2.ed. Brasília: Edunb, 1961.

ÁVILA, H.B.A. A distinção entre princípios e regras e a redefinição do dever de proporcionalidade. **Revista de Direito Administrativo**, p. 151-179, 1999.

BAGGIO, R. A sociedade da informação e a infoexclusão. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, p. 16-21, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652000000200003&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652000000200003&script=sci_abstract&lng=pt)>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BARRETO A de A. **A questão da informação**. 2002. Disponível em: <<http://aldoibct.bighost.com.br/quest/quest2.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

CALLON, M.; COURTIAL, J.; PENAN, H. **Cientometria: la medición de la actividad científica de la bibliometria a la vigilancia tecnológica**. Gijón: Ediciones Trea, 1995.

COHEN, R.; DUARTE, C.R. Subsídios metodológicos na construção de uma “acessibilidade pela”: a produção da identidade e da subjetividade de pessoas com deficiência. **Revista Benjamin Constant**, n. 3, p. 16-21, Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/revistas/271-edicao-especial-03-outubro-de-2013>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DIFICIÊNCIA. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM. [Sl.: S.n], 1948.

KANT, I. **Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70, 2004.

MAZZONI, A. A. et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, v. 30, n. 2, p. 29-34, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n2/6209>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MOSÉ, V. Linguagem e consciência. In: \_\_\_\_\_. **O homem que sabe**. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PÉREZ SALMERÓN, G. Biblioteca pública y accesibilidad. **Educación y biblioteca**, v. 15, p. 136, p. 70-75, 2003. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=651362>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

PUPO, D.T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP, 2006.

ROUSSEAU. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

\_\_\_\_\_. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

**ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS: QUEM SÃO ESSES MEROS  
DESCONHECIDOS?**

*ADOLESCENTS AUTHORS OF INFRARED ACTS: WHO ARE THOSE UNKNOWN MEROS?*

Área temática: 1.6 Outras áreas temáticas.

NASCIMENTO, Daiana Cristina do  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus Franca  
Assistente Social, Especialista e mestranda do programa de pós-graduação em Serviço Social  
daiananascimento@hotmail.com

GAZETA, Bruna Alves  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus Franca  
Mestranda do programa de pós-graduação em Serviço Social  
brunagazeta@hotmail.com

VIEIRA, Camila Barbosa  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus Franca  
Mestranda do programa de pós-graduação em Serviço Social  
camila-b-v@hotmail.com

**Resumo**

O artigo visa tecer reflexões acerca da construção social, identitária e cultural dos adolescentes autores de atos infracionais, a destacar os adolescentes negros que ocupam os espaços periféricos dos aglomerados urbanos, espaços esses que as políticas sociais não abarcam, em contrapartida, as vias ilícitas e o trabalho informal imperam. Os bancos escolares não são ocupados por esses meros conhecidos nos meios midiáticos pela propagação das inúmeras faces da violência, seja ela física, psicológica, simbólica, e demais nomenclaturas que as caracteriza. Em um território permeado de desigualdades sociais, étnico-raciais, a segregação e a discriminação se perfazem e tomam coro de criminalização e judicialização da vida social. Será realizada revisão bibliográfica integrada com as discussões e com as construções vivenciadas no transcorrer da disciplina do programa de pós-graduação em Serviço Social. O Estado mínimo prioriza o lucro em detrimento do social, logo, não são investidos recursos suficientes na educação, saúde, habitação, entre outros, negligenciando assim, o acesso aos direitos. Isso demonstra que sem políticas públicas não há concretude, coerência e eminência para implantação de legislações. A mudança no conteúdo das legislações não garante acesso aos serviços essenciais e a compreensão dos adolescentes em uma perspectiva de totalidade, tornando necessária a mudança também nas concepções culturais, sociais, econômicas e ideológicas que sustentam os interesses da relação contraditória entre capital-trabalho.

**Palavras-chave:** Adolescentes, Atos Infracionais, Identidade, Cultura, Sistema Capitalista.

**Abstract**

The article aims at reflecting on the social, identity and cultural construction of adolescents responsible for infractions, highlighting the black adolescents who occupy the peripheral spaces of urban settlements, which social policies do not cover, in contrast, the illicit and informal work prevail. School banks are not occupied by these mere acquaintances in the media by the propagation of the many faces of violence, be it physical, psychological, symbolic, and other nomenclatures that characterize them. In a territory permeated by social, racial and ethnic inequalities, segregation and discrimination take root and criminalize and judicialize social life. An integrated bibliographic review will be carried out with the discussions and with the constructions experienced during the course of the postgraduate program in Social Work. The minimum state prioritizes profit to the detriment of the social, therefore, insufficient resources are invested in education, health, housing, among others, thus neglecting access to rights. This demonstrates that without public policies there is no concreteness, coherence and eminence for the



implementation of legislation. The change in the content of legislation does not guarantee access to essential services and adolescents' understanding from a total perspective, making it necessary to change also the cultural, social, economic and ideological conceptions that underpin the interests of the contradictory relation between capital and labor.

**Keywords:** Adolescents, Infractions, Identity, Culture, Capitalist System.

## 1 INTRODUÇÃO

A adolescência enquanto processo de maturação dos seres sociais traz em seu bojo determinações do sistema capitalista neoliberal, no qual exerce influência direta na construção cultural e identitária dos adolescentes através das simbologias, das linguagens, hábitos, costumes, tradições, nessa era circunscrita a relações líquidas e de consumo desenfreado.

As transformações vivenciadas pelos adolescentes nessa etapa supracitada perpassam as questões corpóreas, sendo ancoradas atitudes permeadas de inconformidade com as regras sociais e necessidade de aceitação, bem como identificação com um determinado grupo e distanciamento do âmbito doméstico.

Diante disso, inúmeras determinações sociais, culturais, biológicas, econômicas e tecnológicas interferem no desenvolvimento da subjetividade e sociabilidade do adolescente, pois todas as instituições e locais que ele encontra-se vinculado geram uma influência implícita ou explícita na sua personalidade, logo, em suas ações cotidianas. Além disso, “a adolescência como uma etapa da vida deve ser compreendida também como uma variante da condição social de classe. Isto é, sua duração e vivências ocorrem diferentemente dependendo da origem social dos sujeitos” (TRASSI, 2006, p.213).

Nesse cenário difuso, os adolescentes de classe média alta são alvos da mídia no que tange o incentivo ao consumo demasiado, já os das camadas populares são constantemente noticiados como agentes responsáveis por diversas infrações, suscitando assim, medos e cismas na população que concomitantemente solicita medidas repressivas contra esse segmento juvenil. Segundo Costa (2005), as informações que costumam ser repassadas à opinião pública são de que os adolescentes cometem mais crimes que os adultos.

Em contraponto a estas afirmativas, o autor analisa os dados do Censo Penitenciário Brasileiro, realizado pelo Ministério da Justiça (Volpi, 2001; 15), o qual aponta que, em 1994, havia no Brasil 88 presos adultos para cada 100 mil habitantes, enquanto havia, no mesmo período, três adolescentes internados, cumprindo medida socioeducativa, para cada grupo de 100 mil habitantes. Prossegue afirmando que três anos depois, em 1997, embora tenha havido o crescimento da população carcerária nacional, a proporção entre adultos e adolescentes manteve-se inalterada, autorizando-se afirmar que o alarmante propagado por delinquência juvenil não encontra respaldo com dados oficiais (VOLPI, 2001, apud, COSTA, 2005, p.75).

Dessa forma, a mídia cria e dissemina informações pautadas na afirmativa que o recrudescimento da violência na contemporaneidade encontra-se atrelado as infrações cometidas pelos adolescentes, fomentando para eles o estereótipo permeado de alta periculosidade (TRASSI, 2006), sendo o investimento em ações repressivas, a solução legitimada e proclamada em tempos de culpabilização e judicialização da pobreza.

O artigo visa tecer reflexões acerca da construção social, identitária e cultural dos adolescentes autores de atos infracionais; a destacar os adolescentes negros que ocupam os espaços periféricos dos aglomerados urbanos, espaços esses que as políticas públicas não fazem morada, em contrapartida, as vias ilícitas e o trabalho informal imperam. Será realizada revisão bibliográfica integrada com as discussões e com as construções vivenciadas no transcórre da disciplina do programa de pós-graduação em Serviço Social.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A terminologia adolescência foi utilizada no final do século XVIII, sendo “um termo de origem latina, do verbo adolescere, que significa desenvolver-se, crescer” (MATHEUS, 2002, p. 18). Na

adolescência ocorre a transição entre a infância e a fase adulta, posto que, durante esse período, diversas mudanças físicas, psíquicas, comportamentais e sociais intercorrem no corpo humano. Estudos demonstram que não existe uma definição precisa e consensual acerca do início ou término dessa etapa do desenvolvimento humano, porquanto o conceito e os limites cronológicos da adolescência se diversificam conforme as peculiaridades de cada território, sendo que na premissa da Organização Mundial da Saúde (OMS) essa etapa se materializa entre 10 e 19 anos, na Organização das Nações Unidas (ONU) entre 15 e 24 anos e no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Lei 8.069 de 1990) entre 12 a 18 anos.

No entanto, constata-se que essa etapa do desenvolvimento humano é heterogênea, tendo em vista as inúmeras desigualdades sociais presentes no cotidiano brasileiro, em que os adolescentes não possuem condições e oportunidades equitativas para crescerem, logo, se preparem para a vida adulta.

Para compreender essa diferenciação na fase de transição da infância para a vida adulta, torna-se essencial caracterizar a sociedade na qual os adolescentes estão inseridos, haja vista que o sistema capitalista atravessa nestas últimas décadas, um período de profundas modificações no que tange seus padrões de acumulação, produção e reprodução social, abarcando em seu bojo infindas desigualdades, denominadas expressões da questão social. A gênese desse sistema encontra-se alocada na exploração do homem pelo homem através da alienação dos meios de trabalho, da força de trabalho e do produto do trabalho, sendo necessária a transformação da mais valia em lucro nesse processo de acumulação do capital (NETTO, 2010).

A organização do modo de produção aludido engendra antagonismos, na medida em que a apropriação das riquezas produzidas é privada, ou seja, com os avanços tecnológicos, com a regulação da produção material e da gestão da força de trabalho, a manufatura é constante, mas apenas os detentores do capital enriquecem com a extorsão dos trabalhadores. Não obstante, o mercado não incorpora todos os sujeitos, promovendo a expansão do exército industrial reserva (ou superpopulação relativa) em larga escala, a flexibilização e terceirização das relações de trabalho inerentes à reestruturação produtiva, o desemprego estrutural e o crescimento da pauperização absoluta e relativa, no qual afeta diretamente as condições de vida dos trabalhadores e sua capacidade de organização e resistência (BEHRING; SANTOS, 2009).

Nesse contexto, alicerçado na ideologia neoliberal do livre mercado, do lucro, do juro, das altas taxas tributárias, o Estado inserido nessas contradições próprias da sociedade capitalista, acaba sendo manipulado e refém do mercado, tendo suas ações limitadas à função reguladora. É redefinido um novo papel para ele, o chamado "Estado Mínimo", que é mínimo para o social, mas máximo para o capital, como versa José de Paulo Netto em seus estudos. Esses deletérios segregam a população, reforçando a divisão das classes sociais, intensificando a urgência das mobilizações contra hegemônicas.

Tudo isso é resquício de séculos de vigência do capitalismo, que acumula riquezas, assim como uma massa de trabalhadores, em situação de pobreza acentuada e generalizada. Em busca da hegemonia social, o Estado cerceia as liberdades individuais, emudece os dissensos e cada vez mais a questão social e suas expressões são naturalizadas.

Iamamoto (2011, p.27) traz em seus excertos, a "questão social aprendida como o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem sua gênese no caráter coletivo da produção", diante disso, falar acerca dessas expressões vai além de uma trajetória unidimensional, trata-se de uma unidade de contradições e ambiguidades conexas com as metamorfoses do modo de produção, cujos traços singulares vão depender das configurações históricas da formação econômica e política de cada território.

Se, por um lado, encontramos no Brasil o fenômeno da adolescência prolongada, comum nas classes média e alta, em que a condição do adolescente tende a se prolongar em função das expectativas de uma formação cada vez mais exigente e especializada temos igualmente, a realidade de um significativo contingente populacional de adolescentes que, pelas condições de pobreza de suas famílias, fica impedido de viver essa etapa preparatória, sendo obrigado a uma inserção precoce no mercado de trabalho, formal ou informalmente (UNICEF,s/d, p.9).

Esse processo de "adulterização precoce" gera consequências no desenvolvimento do jovem da classe pauperizada, que na maioria das vezes abandona a escola e ingressa no trabalho informal. Por outro lado, os jovens das classes dominantes passam pelo processo de "adolescência terminal" no qual devido ao índice redundante de proteção exercido pelos pais, delongam suas entradas no

mundo adulto (TRASSI, 2006).

A questão dos adolescentes autores de atos infracionais nesse contexto, envolve aspectos sociais, psicológicos, culturais, jurídicos, conjunturais e estruturais. É um fenômeno dado que tem ocupado espaço de polêmica nos meios midiáticos no que se refere à impunidade e a maioridade penal. No entanto, poucos mecanismos têm sido criados, com vistas a possibilitar uma leitura crítica reflexiva acerca dos adolescentes como indivíduos que trazem consigo uma bagagem sócio-histórica que na maioria das vezes é configurada por violações de direitos.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as demais legislações brasileiras consideram os adolescentes seres em desenvolvimento físico e mental, complexos, em formação, cabendo a implantação de medidas educativas e de socialização, buscando romper com a perspectiva que o “infrator era considerado como portador de alguma patologia social, com desvio de conduta, causadora de atos antissociais” (SIMÕES, 2011, p.249). Como apregoa o art. 103 do referido estatuto, o ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal, sendo assegurado de acordo com o art. 104 aos adolescentes inimputáveis que cometem tais atos, tratamento condizente com a sua condição especial de pessoa em desenvolvimento.

Porém, a metodologia de inimputabilidade é confundida com impunidade gerando revolta na sociedade que argumenta a falta de medidas mais rígidas, além de desenvolver uma comparação com as legislações implantadas em outros países como demonstra os estudos realizados por Chaves (1997), segundo os quais em que na França a prisão pode ser efetuada aos 13 anos, desde que imposta pelo Tribunal de Menores; na Itália aos 14 anos; na Inglaterra uma pena de prisão perpétua pode ser decretada para criança de 12 anos, e nos Estados Unidos menores de 18 anos podem ser condenados à morte.

Muito embora a criminalidade seja socialmente desigual na sua distribuição, o crime e o medo do crime são hoje vividos como fatos da vida moderna, características do modo de vida dos nossos tempos. Vulgariza-se, portanto, a violência das relações sociais, naturaliza-se o crime e propaga-se, enquanto solução, o apelo à ampliação do sistema punitivo, ou mesmo a privatização das soluções por meio da autorização tácita da vingança privada [...]. O combate ao crime é o grito de convergência de políticos de diferentes matizes, preocupados em tranquilizar as classes médias e brancas, assustadas com a insegurança das grandes cidades. De outra parte, a violência é o assunto predileto da mídia, espetáculo que conquista e mantém o mercado a partir da fascinação mórbida da população [...](COSTA, 2005, p.69-71).

Distintos adolescentes brasileiros são apontados como principais causadores da barbárie, especificamente os negros e pobres, não se levando em consideração os ciclos de transgressões provocados pelas instituições, bem como pelo Estado que não propicia recursos suficientes para a corporização de políticas sociais. Em contrapartida, os seus investimentos estão focalizados no viés da “tolerância repressiva”, na qual desvirtua o significado das manifestações contrárias à ordem estabelecida. Como resposta a esses movimentos, o capital juntamente com o Estado utiliza seu regime autoritário. Contudo, pela primeira vez na história seu oponente são seus próprios problemas que tomaram uma dimensão global, que não poderão ser “adiados” por muito mais tempo, nem tampouco, transferidos para o plano militar a fim de serem “exportados” como guerra generalizada (MÉSZÁROS, 1987).

Nessa lógica difusa, estudos demonstram que os adolescentes em risco pessoal e social são os maiores agentes envolvidos na prática de atos infracionais, conquanto, a condição socioeconômica não é o elemento deliberativo para execução dos delitos. De acordo com Assis (1999) têm-se três vertentes com quais é possível compreender os motivos que levam os adolescentes a cometerem atos infracionais sendo eles os níveis: estrutural, sociopsicológico e o individual.

No nível estrutural está presente a falta de oportunidades, de expectativas de vida, a desestruturação das instituições públicas, ou seja, todos os direitos violados e as desigualdades sociais incutidas no cotidiano dos jovens, ou seja, “mais que uma disfunção, inadequação comportamental ou anomalia, o delito é parte viva da sociedade” (VOLPI, 2001, p.57).

Assim, a questão social se faz visivelmente maior quando as responsabilidades de quem tem, o Estado brasileiro a relega a um grande vácuo de violências estruturais,

institucionais e cotidianas. A partir dessas causas, elevado número de adolescente, nos dois primeiros decênios de suas vidas, está submetida à ausência de escola, de saúde, de cultura, de esporte, de lazer e expostos às negligências, aos abusos e a falta de dignidade. Gera-se uma grande desigualdade social que se chama abandono, violência, descaso, omissão, punição, responsabilização penal e controle sócio penal (OLIVEIRA e SILVA, 2010, p.29-30).

Conforme as teorias da delinquência, o segundo nível, o sociopsicológico está relacionado com o controle e a influência que as instituições que o adolescente tem vínculo exercem sobre ele, isto é, de que modo à escola, a família, o grupo de amigos e as demais instituições interferem na conduta e na construção da identidade do adolescente.

O terceiro nível, o individual, compreende os mecanismos internos dos indivíduos, em que cada sujeito apreende e exterioriza os valores, as normas e a cultura conforme suas características biológicas, hereditárias e da personalidade.

Ainda de acordo com os excertos de Assis (1999), no nível estrutural os adolescentes são condicionados e bombardeados pela mídia cotidianamente, sendo o consumo, mecanismo de inserção e pertencimento da esfera hierarquizada capitalista. Com isso posto, a construção da identidade dos seres sociais deveria estar consubstanciada a esfera racional, intelectual, subjetiva, perpassando a concretude do território físico. No entanto, a identidade representada pela cultura, fora apropriada pela cultura de massa, submersa a ideologia do lucro implacável.

Transformada em mercadoria, a expressão cultural pela via artística resignificou as identidades e os símbolos de grupos sociais, influenciados pelo pertencimento de classe. A cultura é apropriada de forma desigual e se caracteriza de acordo com cada classe social (SILVA, 2015, p.84).

O intuito é descaracterizar a originalidade, a individualidade, as expressões culturais e a identidade de cada povo, grupo, nesse sentido, ratificado pelos pós-modernos, o diferente inexisteria, seríamos homogêneos, uma vez que a diferença suscita antagonismo, confrontos (BAUDRILLARD, 1990). Ou seja, a supremacia capitalista neoliberal apregoa que independe os meios utilizados para ter acesso os bens materiais, conquanto, os adolescentes precisam consumir, ou seja, a identidade e a cultura estão restritas a essa lógica, ao passo que acabam corroborando com o fortalecimento desse modelo de produção mecanizado, globalizado e de relações líquidas. “Estes adolescentes buscam, no consumo, suprir necessidades e angustias que a desigualdade social e a realidade de pobreza e/ou miséria reproduzem na subjetividade do ser, trazendo aquela felicidade externa (social) que não transcende à infelicidade interna (emocional)” (SILVA, 2015, p.88).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesse enredo permeado de desigualdades sociais, étnico-raciais, estão inseridos os adolescentes negros e pobres, sujeitos negados cotidianamente, os quais buscam alternativas de subsistência, a maioria delas alicerçada e inter cruzada com a criminalidade, trazem nas costas o peso de uma cultura fadada pela escravidão, pelos navios negreiros, pela casa grande e a senzala, em que a sociedade brasileira persiste argumentar que está enterrada, sendo apenas uma transparência do mal.

A senzala ainda é viva, concreta, jorra sangue, mudaram-se os tempos, os instrumentais, mas a cultura e a identidade continuam latentes. “Nos últimos séculos, todas as formas de alteridade violenta foram inscritas, por bem ou por mal, no discurso da diferença, que implica simultaneamente a inclusão e exclusão, o reconhecimento e a discriminação” (BAUDRILLARD, 1990, p.135).

#### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma conquista tardia dos movimentos sociais e, apresenta uma intencionalidade de ruptura com as práticas punitivas e coercitivas dos antigos Códigos de Menores. Porém, a mudança no conteúdo das legislações não garante o acesso dos adolescentes as políticas sociais, tornando necessária a mudança também nas concepções culturais, sociais, econômicas e ideológicas que sustentam os interesses da relação contraditória entre capital-trabalho. Desta forma, os adolescentes continuam vivenciando as diversas determinações da exclusão

social. Como apontam Oliveira e Silva (2005), com o ECA modificou-se a forma de criminalização anteriormente de pobreza/delinquência e atualmente pobreza/infração.

Descortinando o ECA a partir de uma reflexão mais aprofundada, percebe-se que suas ações compactuam com o estabelecimento do controle social exercido pelo Estado e pelas instituições (judiciário, legislativo, executivo, comunidade, família e escola). De tal forma, que os adolescentes “criminosos”, “anormais” são privados de liberdade por meio da determinação judicial, ou seja, a conduta higienista do início do século XIX ainda perdura na contemporaneidade. Em virtude disso, no transcorrer do desenvolvimento desse estudo em diversos momentos o seguinte questionamento vinha à tona: o ECA veio para servir a quem? Não seremos pragmáticos ao ponto de não reconhecermos os avanços trazidos por essa legislação, no entanto, com os progressos vieram às continuidades.

Destarte, o foco do Estado não está atrelado à construção de respostas para as demandas sociais reais dos adolescentes, ao passo que suas mínimas concessões estão respaldadas em práticas descontextualizadas do movimento total<sup>1</sup>, relegando a dimensão sócio histórica desses sujeitos. Com isso posto, torna-se essencial a construção da intersectorialidade entre as políticas, a fim de que os adolescentes tenham acesso aos direitos básicos de cidadãos, além de suscitar o debate acerca da territorialidade, posto que as legislações e as políticas não contemplam as particularidades regionais, sendo estabelecido um sistema unificado voltado para demandas homogêneas, disforme da realidade concreta.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

BAUDRILLARD, Jean. **A transparência do mal**: ensaio sobre fenômenos extremos. Campinas: Papyrus, 1990.

BRASIL. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. 1. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro. “Cultura e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: Carneiro da Cunha, M. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: CosacNaify, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros estrangeiros**: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Ana Paula Mota. Adolescência, violência e sociedade punitiva. **Serv. Soc.Soc.** v. 26, n.83, p.63-83, set.2005.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MATHEUS, T.C. **Ideais na adolescência**: falta (d)e perspectivas na virada do século. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A necessidade do controle social**. Tradução de Mário Duayer. In: István Mézáros. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Ensaio, 1987. p. 47-74.

OLIVEIRA e SILVA, Maria Liduina. **O controle sócio-penal dos adolescentes com processos judiciais em São Paulo**: entre a „proteção” e a „punição”. 2005. 266 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

---

<sup>1</sup> É assim que se põe fim à totalidade. Se toda a informação se encontra em cada uma de suas partes, o conjunto perde sentido. É também o fim do corpo, dessa singularidade chamada corpo, cujo segredo está justamente em que ele não pode ser segmentado em células adicionais, por ser uma configuração indivisível [...] (BAUDRILLARD, 1990, p.124).

OLIVEIRA e SILVA, Maria Liduina. O Estatuto da Criança e do Adolescente e Código de Menores: descontinuidades e continuidades. **Serv. Soc. Soc.** 2005. v. 26, n.83, p.30-48, set.2005.

OLIVEIRA e SILVA, Maria Liduina. Violência e controle sócio-penal contra adolescentes. **Revista Serviço Social & Saúde**. UNICAMP: Campinas. 2010. v.9, n.9, p.27-37, jul.2010.

PRINS, Gwyn. **História oral**. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Thiago Rodrigo da. **Pratas, 'Lacoste', Grana e Novinhas**": um estudo sobre a construção social da adolescência através do ato infracional. 2015. 257f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2015.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. Biblioteca Básica de Serviço Social. V.3. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRASSI, Maria de Lourdes. **Adolescência-violência: desperdício de vidas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

UNICEF. **O direito de ser adolescente: oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades**. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2011.

VOLPI, Mário. **O adolescente e o ato infracional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VOLPI, Mário; COSTA, João Batista. **Os adolescentes e a Lei: o direito dos adolescentes, a prática de atos infracionais e sua responsabilização**. Brasília: Saraiva, ILANUD, 1998.

VOLPI, Mário. **Sem liberdade, sem direitos**. A experiência da privação de liberdade na percepção do adolescente. São Paulo: Cortez, 2001.

**AMBIENTE ESCOLAR COMO CAMPO PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO INTERIOR PAULISTA – RELATO DE EXPERIÊNCIA**

*SCHOOL ENVIRONMENT AS A SPACE FOR THE HEALTH PROMOTION OF CHILDREN AND ADOLESCENTS IN A PUBLIC SCHOOL OF THE STATE OF SÃO PAULO - EXPERIENCE REPORT*

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas  
1.5 Educação e Desenvolvimento

OLIVEIRA, Letícia Natália  
Universidade de Franca – UNIFRAN  
Graduanda em Psicologia  
**E-mail:** [nataliaoliveiraleticia@gmail.com](mailto:nataliaoliveiraleticia@gmail.com)

ANDRADE, G  
Doutoranda em Promoção de Saúde, Mestre em ciências pela Universidade de Franca. Graduada em Biomedicina pela mesma instituição de ensino.  
**E-mail:** [gessicaandrade16123@gmail.com](mailto:gessicaandrade16123@gmail.com)

ALMEIDA JR, Silvio de  
Universidade De Franca - UNIFRAN/ Euro Anglo  
Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da Universidade de Franca.  
Docente/Pesquisador pela Euro Anglo Cursos Profissionalizantes, atuando na divisão de cursos profissionalizantes nas áreas de Saúde e Bem-Estar. Biomédico habilitado em Patologia Clínica e Microbiologia.  
**E-mail:** [silvioalmeidajr@yahoo.com.br](mailto:silvioalmeidajr@yahoo.com.br)

SILVA, Matheus De Melo Amarante da  
Universidade de Franca – UNIFRAN  
Graduando em Fisioterapia  
**E-mail:** [matheuskelme@gmail.com](mailto:matheuskelme@gmail.com)

OLIVEIRA, Naiara Borges de  
Universidade de Franca – UNIFRAN  
Graduanda em Fisioterapia  
**E-mail:** [naiaraborges.alp@hotmail.com](mailto:naiaraborges.alp@hotmail.com)

Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Possui graduação em Educação Física licenciatura e bacharel. Pós-graduada em MBA Gestão Estratégica de negócios e Gestão Esportiva. Pós-graduando em Educação à distância.  
Universidade de Franca – UNIFRAN  
**E-mail:** [cristianribeiro\\_edfisica@hotmail.com](mailto:cristianribeiro_edfisica@hotmail.com)

BULGO, Danilo Cândido  
Universidade de Franca - UNIFRAN  
Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Possui graduação em Fisioterapia, Letras Tradutor e Intérprete, licenciatura em letras com habilitação em Língua Inglesa, Portuguesa licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Franca.  
Pós-graduado em Saúde coletiva com ênfase no gerenciamento de serviços, Psicopedagogia, Educação especial com ênfase em deficiência intelectual, física e psicomotora, Tutoria e ambientes virtuais EAD, Gestão Escolar e Gestão Empresarial.  
Docente do setor de Educação à Distância da Universidade de Franca.  
**E-mail:** [danielbulgo@gmail.com](mailto:danielbulgo@gmail.com)

Katiucia e Silva  
Graduada em Psicologia e Pedagogia. Especialista Clínica Psicanalítica de crianças, adolescentes e adultos.  
Tutora do setor EAD da Universidade de Franca – UNIFRAN  
**E-mail:** [katiucia.silva@unifran.edu.br](mailto:katiucia.silva@unifran.edu.br)

## Resumo

Os espaços escolares vivem momentos produtivos não só pelo campo educacional tradicional, mas também pela inserção da educação e de promoção da saúde nestes ambientes. As escolas podem colaborar para a ampliação de ações e estratégias de diferentes esferas, múltiplas ações e temáticas que auxiliam na propagação de informações que corroboram para o desenvolvimento do sujeito no campo individual e coletivo. Os procedimentos metodológicos basearam-se em um levantamento bibliográfico, no qual foram utilizados artigos relacionados à promoção da saúde no ambiente escolar, bem como artigos disponíveis na base de dados da *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os descritores utilizados foram: promoção da saúde AND escola e promoção da saúde AND ambiente escolar. Foram realizadas ações educativas como oficinas e palestras em saúde com abordagem compatível com os temas de interesse de crianças e adolescentes. O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivida em dois semestres em uma escola estadual do interior de São Paulo. Os resultados se mostram positivos, pois os alunos e a equipe pedagógica se mostraram interessados e participativos nas ações.

**Palavras-chave:** Promoção da Saúde. Ambiente Escolar. Equipe Multidisciplinar Pedagógica

## Abstract

School spaces are organized in productive moments not only by the traditional educational field, but also in the introduction of education and health promotion in these environments. Schools can collaborate for an expansion of actions and strategies from different spheres, with multiple actions and themes that help in the propagation of information that corroborates for the development of the subject in the individual and collective field. The methodological data were based on a bibliographic survey, in which the books were included in the health area of the school, and were included in the database of the *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* and the BVS library. The schemes used were: health promotion AND school and health promotion AND school environment. The educational workshops and lectures on health were educated on topics of interest to children and adolescents. The present work aims at an experience lived in two semesters in a state school in the interior of São Paulo. The results are positive, because the students and a pedagogical team become interested and participative in the actions.

**Keywords:** Health Promotion, School Environment, Multidisciplinary Pedagogical Team



## 1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1948, reformulou o significado da palavra saúde, vista anteriormente como ausência de doença, passando a ser denominada como não apenas a ausência de doença ou enfermidade, mas também como um conceito completo de bem-estar físico, mental e social, sendo reforçado o uso da qualidade de vida (QV) como um conceito fundamental na prática dos cuidados e pesquisa na área saúde (MINAYO et al. 2005).

No ano de 1986 aconteceu a I Conferência Internacional sobre promoção de saúde (PS), em Ottawa no Canadá, nessa ocasião surgiu a Carta de Ottawa, documento referência no desenvolvimento de ideias, estratégias e ações da PS em todo o mundo, estabelecendo desafio de renovação no âmbito da saúde pública, reafirmando os princípios de justiça social, advocacia, emponderamento e equidade como pré-requisitos para a saúde individual e coletiva como processos para sua realização (CORREIA; MEDEIROS, 2014).

A PS reforça o fortalecimento da ideia de autonomia dos indivíduos e dos grupos sociais que estão inseridos, ressaltando a elaboração de políticas públicas intersetoriais, que visam a melhoria da QV dos cidadãos (CZERSNIA, 1999).

Assim, se faz necessário que os indivíduos e comunidade sejam capazes de identificar necessidades, transformar e desenvolver estratégias que auxiliem assistência ambiental favorecendo a saúde, como um recurso para a vida diária. Visa também o desenvolvimento de habilidades pessoais para viver a vida através do emponderamento, reforçando as estratégias da constituição de políticas públicas saudáveis, criação de ambientes sustentáveis, reorientação dos serviços de saúde, o fortalecimento de ações comunitárias e o desenvolvimento da capacidade individual (CARVALHO, 2005).

Nos campos de ação da PS, descritos pela Carta de Ottawa, destaca-se a criação de ambientes favoráveis que corroborem com saúde. Nesta perspectiva, diversas estratégias têm sido utilizadas para se implantar políticas para promover a saúde, dentre elas, surge a Escola Promotora da Saúde (BRASIL, 2002).

Para que a escola seja reconhecida como Escola Promotora da Saúde, a mesma deve proporcionar um ambiente saudável, a fim de estreitar relações de forma construtiva e humanista, capazes de despertar competências e atitudes para promover a saúde nos envolvidos, estimulando a criatividade, participação e a autonomia dos alunos e da comunidade escolar (MONT'ALVERNE; CATRIB, 2013).

Nesse sentido, ao falar de emponderamento na escola, este se torna um importante pilar para esse debate, vista desde sua concepção como espaços importantes utilizados para vivências e práticas educacionais e mais recentemente aberta para propostas para educação em saúde. O espaço escolar tem sido utilizado para propagação e análise de ações dos fatores determinantes das condições de saúde e doença, visto que pode-se trabalhar questões como prevenção e situações de risco e agravos à saúde (SILVA; BODSTEIN, 2016).

A temática PS, como inserção na educação brasileira, ocorreu em 1996, a partir da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, com a definição do planejamento e disposição da grade curricular e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) com abordagens referentes à saúde, meio ambiente, orientação sexual, ética, a diversidade cultural, ao trabalho entre outros temas cotidianos (CAVALCANTI et. al, 2015).

A escola representa um espaço próspero para a prática de ações de saúde. É no âmbito escolar que crianças e adolescente permanecem a maior parte do dia, o que promove a convivência na sociedade e nas suas diferenças, estreitamento de vínculos e criação de laços, troca de experiências e o ganho de conhecimentos. Na escola o estudante desenvolve o senso crítico e emponderamento capaz de influenciar a incorporação de hábitos e atitudes saudáveis propagando esse conhecimento na sua vida e na de pessoas com quem convive (BESERRA et. al 2011).

As Escolas Promotoras de Saúde buscam fortalecimento e capacitação dos setores saúde e educação para maximizar a PS, o bem-estar e a qualidade de vida dos estudantes, pais, professores e outros membros da comunidade. A PS nos ambientes escolares engloba a educação em saúde com enfoque integral olhando o ser humano na sua totalidade (IPPOLITO-SHEPHERD, 2005).

O profissional de saúde desempenha um papel fundamental na educação e promoção da saúde escolar, visando a estimulação da prática da cidadania, senso de responsabilidade social e a participação do sujeito como protagonista do seu próprio processo de saúde. O espaço educacional

auxilia para o desenvolvimento de ações de saúde efetivas conforme os anseios e expectativas do público infanto-juvenil (Ribeiro; Pontes; SANTOS, 2011).

O Ministério da Saúde (MS) enfatiza que as ações educativas na fase escolar são mais produtivas, uma vez que os estudantes são mais receptivos, sendo relevante se trabalhar saúde na perspectiva da promoção. Nesta etapa do ciclo vital, o indivíduo necessita maior atenção pelo processo de crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, muitas vezes marcados pela vulnerabilidade. Assim, desenvolver ações e propagar informações envolvendo uma equipe multiprofissional, através da interação e troca de conhecimentos, corrobora para que juntos estratégias surjam e proporcionem a identificação de problemas corriqueiros do cotidiano, afirmando a importância do homem no emponderamento de sua saúde (PEREIRA et. al, 2013).

Harada diz:

“A Escola Promotora da Saúde procura desenvolver conhecimentos, habilidades e destrezas para o autocuidado da saúde e a prevenção das condutas de risco em todas as oportunidades educativas; fomenta uma análise crítica e reflexiva sobre os valores, condutas, condições sociais e estilos de vida, buscando fortalecer tudo que contribui para a melhoria da saúde e do desenvolvimento humano; facilita a participação de todos os integrantes da comunidade escolar na tomada de decisões; colabora na promoção de relações socialmente igualitárias entre as pessoas, na construção da cidadania e democracia, e reforça a solidariedade, o espírito de comunidade e os direitos humanos” (2003 s/p).

Face ao exposto, o objetivo do artigo é abordar a relevância do ambiente escolar como facilitador de estratégias para promoção da saúde de crianças e adolescentes de uma escola pública do interior paulista.

## **2 OBJETIVO**

Relatar através de um relato de experiência a importância da promoção da saúde no âmbito escolar em uma escola pública do interior paulista.

## **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado a partir da vivência em uma Escola Pública de um município de médio porte do interior Paulista. Tal experiência ocorreu no período do segundo semestre do ano de 2017 e no primeiro período do semestre de 2018. O presente baseou-se em um levantamento bibliográfico, no qual foram utilizados artigos relacionados à promoção da saúde no ambiente escolar, bem como artigos disponíveis na base de dados da *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os descritores utilizados foram: promoção da saúde AND escola e promoção da saúde AND ambiente escolar. Foram realizadas ações educativas em saúde com abordagem compatível com os temas de interesse de crianças e adolescentes.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Segundo Liberal (2014), as escolas promotoras de saúde têm como objetivo preparar crianças e adolescentes para a vida adulta, corroborando para atitudes mais saudáveis, capacitados a fazer pleno uso de seus potenciais, e nessa perspectiva os programas de saúde desenvolvidos no ambiente escolar tem sido de grande relevância, pois incentivam o alcance de estilos de vida mais saudáveis.

Participaram desde relato estudantes regularmente matriculados nas séries do sexto ao nono ano do ensino fundamental e estudantes do primeiro ao terceiro ano do ensino médio. A experiência ocorreu em uma escola estadual do interior Paulista, tendo matriculados cerca de 650 crianças e adolescentes na faixa etária de 11 a 18 anos, contando com corpo docente de 21 professores atuantes em disciplinas obrigatórias na grade curricular estadual. O corpo docente, funcionários

terceirizados, pais e comunidade foram convidados a participarem dos eventos promovidos.

Com o intuito de aproximar a equipe multidisciplinar da rotina escola, foram utilizados recursos midiáticos e lúdicos, a fim de realizar um contato face a face, humanizado e colaborativo com os envolvidos. Durante as intervenções foram desenvolvidas atividades de caráter na qual foram priorizadas ações voltadas para a promoção e prevenção em saúde. A socialização já é possível nesta fase, visto que as crianças e adolescentes já estão em fase de construção de opiniões e pensamentos críticos acerca de variadas temáticas pertinentes a cada fase do crescimento.

Todas as atividades realizadas na presente escola foram relatadas nas reuniões de pais, deixando claro os assuntos, profissionais envolvidos e como seriam realizadas as atividades. Fisioterapeutas, graduandos em psicologia, biomédico, profissional de educação física, biólogo, pedagogo, psicopedagogo, professor de português e alunos do programa *stricto sensu* em Promoção de Saúde, formando uma equipe multidisciplinar. Todos participantes foram previamente orientados da conduta e postura frente aos alunos pela equipe gestora da escola, pois o objetivo da estadia no local e das ações educativas realizadas com estudantes foi realizado seguindo os seguintes passos:

1) Apresentação e acolhimento: apresentação dos profissionais, graduandos e dos estudantes da referida escola 2) Conhecendo as ações e palestras: exposição de *slides* sobre os temas a serem abordados (pensados de acordo com as faixas etárias); 3) Discussão dos temas e das atividades de educação em saúde com os estudantes; e 4) Reunião com a escola para sanar possíveis dúvidas e propostas a serem trabalhadas. As atividades foram realizadas em horários que atendessem as necessidades da escola e que não atrapalhassem o andamento das atividades curriculares dos alunos, sendo estas ações de cunho complementar e enriquecimento social e cultural.

Com o uso de tecnologia, ferramentas lúdicas e linguagem acessível os estudantes e envolvidos foram entendendo como a promoção da saúde é importante no meio social que convivem, pois a escola é a extensão de suas casas. As ações formaram um espaço de convivência e formação para o entendimento sobre a cidadania, capacitando os estudantes para o protagonismo e a autonomia a partir das demandas e potencialidades advindas desta fase no ciclo da vida. As experiências foram pautadas em palestras e oficinas contando com uma equipe multiprofissional abordando as temáticas: saúde do homem e da mulher, outubro rosa e novembro azul, a importância dos estudos, capacitação profissional, nutrição, esporte, qualidade de vida, diversidade cultural, responsabilidade social, campanhas sobre doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, autocuidado, *bullying*, questões norteadoras sobre o meio ambiente e a comunidade em que vivem.

Foram realizados debates para estimular a fala sobre assuntos que possivelmente os estudantes não tinham muito conhecimento, estimulando assim a gana por interessar pelos campos sociais e científicos. Em alguns momentos os alunos ficaram surpresos com algumas temáticas que foram abordadas, pois eles desconheciam certos assuntos, porém a equipe teve bom senso e conseguiu fazer com que assuntos distantes fossem tratados de forma amena, sem trazer prejuízos aos estudantes e familiares.

Segundo Silva (2002), quando se trabalha em grupo, existe ricas trocas de experiências, a acerca dos temas trabalhados, aumentando as possibilidades que as falas abordadas sejam adotadas para a vida individual e social dos estudantes. Neste relato, verificou-se que trabalhar em grupos e com ferramentas lúdicas foram facilitadores para absorção do que foi proposto, além da troca de experiências que surgiram durante os encontros. Os seguintes relatos são correlacionados com a fala de Silva:

*“Estou gostando muito dos tios que estão aqui na escola, pois em casa vários assuntos discutidos aqui ficaram mais claros e ver que meus amigos de sala de aula passam às vezes pelos mesmos problemas me deixou mais tranquila”* D.C.B; 12 anos 7° ano

*“Gostei da parte que fala sobre currículo, mercado de trabalho e como posso me portar durante uma entrevista, pois com 17 anos já quero entrar para o mercado de trabalho e começar a pensar na minha faculdade de educação física, pois algumas falas durante as rodas de conversas me auxiliaram sobre a profissão que gostaria de seguir”* R.A.J.D; 17 anos 3° ano.

A escola se mostrou receptiva e auxiliou em todas as necessidades que foram surgindo, o que facilitou a realização do que foi proposto inicialmente nos encontros. A educação em saúde na escola trouxe aos estudantes um enfoque total de saúde nas variadas etapas de seu desenvolvimento. Pode-se notar que assuntos corriqueiros como autoestima das crianças e jovens, hábitos de higiene e adotar formas de vida saudáveis para aumentar a qualidade de vida, ainda eram desconhecidos por muitos, pois no âmbito familiar esses assuntos eram pouco desconhecidos.

Assim, os resultados se mostraram de extrema relevância, pois a escola do estudo possui ótima classificação frente ao que propõe Estado de São Paulo, porém assuntos que abordam a pluralidade da educação em saúde ainda é fator que limita a transmissão das informações, mas devem-se buscar estratégias facilitadoras para o desenvolvimento de conhecimentos, hábitos e habilidades que colaborem para o emponderamento social, bem como preparar os indivíduos sobre a tomada de decisões, a capacidade reflexiva perante os acontecimentos da vida, pensamento crítico e criativo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre os estudantes e os profissionais de saúde ainda carece de mais atenção, porém essa proposta educativa foi uma oportunidade para apresentar e estreitar vínculos entre diferentes profissionais junto ao ambiente escolar, mostrando que esse espaço em que convivem diariamente e grande parte do dia pode ser uma rica alternativa para maximizar diversas temáticas, corroborar para a aquisição de novos conhecimentos e propagação dos mesmos. As estratégias utilizadas auxiliaram no processo educacional, tendo como missão criar um ambiente saudável, tornando a escola visitada um campo promotor de saúde, visando estimular a criatividade e o senso crítico para o exercício da cidadania.

## REFERÊNCIAS

Beserra EP, Torres CA, Pinheiro PNC, Alves MDS, Barroso MGT. Pedagogia freireana como método de prevenção de doenças. Ciênc saúde colet [internet]. 2011[acesso em 17 de setembro de 2018];16 (supl 1): 1563-70. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16s1/a92v16s1.pdf> [incluído na revisão]

Carvalho SR. Saúde coletiva e promoção da saúde: sujeito e mudanças. São Paulo: Hucitec, 2005. 174 p.

Cavalcanti PB; Lucena CMF; Lucena PLC. Programa Saúde na Escola: interpelações sobre ações de educação e saúde no Brasil. Textos & Contextos 2015;14(2):387-402. doi: 10.15448/1677-9509.2015.2.21728

Czersnia D. O Conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. Cadernos de Saúde Pública 1999;15(4),701-10. doi: 10.1590/S0102-311X1999000400004.

CORREIA, M. V. C.; MEDEIROS, S. M. de. As bases da Promoção da Saúde nas Conferências Internacionais e a Reforma Sanitária brasileira: concepção do processo saúde e doença em questão. In: VASCONCELOS, K. E. L.; COSTA, M.D.C. (ORGS). Por uma crítica da Promoção da Saúde: contradições e potencialidades no contexto do SUS. Campinas: Hucitec, 2014

Harada J. Introdução. In: Sociedade Brasileira de Pediatria. *Escola Promotora de Saúde*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria; 2003.

IPPOLITO-SHEPHERD, Josefa et al. Promoção da saúde no âmbito escolar: a iniciativa regional Escolas Promotoras da Saúde. In: **Escola promotora de saúde: manual**. SBP, 2005. p. 5-11.

LIBERAL, E. F.; KUSCHNIR, F.; SANTOS, D. O.; et al. Projeto Saúde Na Escola: Uma Iniciativa Bem Sucedida De Educação Em Saúde Nos Cieps Do Estado Rio De Janeiro. Disponível em: <[http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu\\_anais/anais/saude/cieps.pdf](http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu_anais/anais/saude/cieps.pdf)> Acesso em: 17 de setembro de 2018.

Minayo MCS, Hartz ZMA, Buss PM. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva* 2000;5(1):7-18.

Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. As Cartas da Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002

Mont'Alverne DGB, Catrib AMF. Promoção da saúde e as escolas: como avançar. *Rev Bras Promoc Saude* 2013,26(3): 307-308. doi:10.5020/2924

Pereira CDFD, Tourinho FSV, Ribeiro JLS, Medeiros SB, Santos VEP. Padrões funcionais de saúde: diagnósticos de enfermagem em escolares da rede pública. *Texto Contexto Enferm* 2013;22(4):1056-63. doi: 10.1590/S0104- 07072013000400023.

Ribeiro JM, Pontes A, Santos LR. Atitudes face à sexualidade nos adolescentes num programa de educação sexual. *Psic Saúde & Doenças* [internet]. 2012 [acesso em 17 de setembro de 2018]; 13 (2): 340-55. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psd/v13n2/v13n2a15.pdf> [incluído na revisão]

Silva, R. C. (2002). Metodologias participativas para trabalhos de promoção de saúde e cidadania. São Paulo: Vetor.

Silva CS, Bodstein RCA. Referencial teórico sobre práticas intersetoriais em Promoção da Saúde na Escola. *Ciência & Saúde Coletiva* 2016;21(6):1777-88. doi: 10.1590/1413- 81232015216.08522016

***ANÁLISE DA CULTURA ORGANIZACIONAL COMO FATOR ESTRATÉGICO PARA MELHORIAS ORGANIZACIONAIS: UM ESTUDO EM UMA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA DE SAÚDE***

*ANALYSIS OF ORGANIZATIONAL CULTURE AS A STRATEGIC FACTOR FOR ORGANIZATIONAL IMPROVEMENTS: A STUDY IN A PUBLIC HEALTH ORGANIZATION*

Desenvolvimento e Integração Regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

SANTOS, Beatriz Rosa Pinheiro dos  
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/FFC)  
Graduada em Gestão Empresarial pela Faculdade de Tecnologia de Garça  
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela UNESP/FFC  
[pinheiro.santos@unesp.br](mailto:pinheiro.santos@unesp.br)

MORAES, Cassia Regina Bassan de  
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/FFC)  
Faculdade de Tecnologia de Garça  
Doutora em Ciência da Informação pela UNESP/FFC  
[crbassan@gmail.com](mailto:crbassan@gmail.com)

## **Resumo**

A gestão pública brasileira busca transformações culturais positivas no seu dia a dia de trabalho, viabilizadas por meio do estudo da cultura organizacional, que pode ser utilizada como ferramenta de gerenciamento e melhorias das atividades organizacionais. O objetivo desta pesquisa consiste em apresentar a cultura organizacional de uma unidade de saúde da família, reconhecendo as características e o tipo de gestão predominante na unidade, a fim de explicitar as lacunas que devem ser preenchidas para a melhoria de atendimento no setor. Para isso, realizou-se uma pesquisa descritivo-exploratória de natureza qualiquantitativa, utilizando como instrumentos de coleta de dados: a) questionários integrados com perguntas fechadas em escala de „Likert“, sendo um deles uma adaptação do Instrumento Brasileiro de Avaliação da Cultura Organizacional (IBACO) e b) entrevistas estruturadas. A pesquisa demonstrou que a análise da cultura organizacional é uma ferramenta muito importante de gestão a ser aplicada em todos os setores organizacionais, sendo eles públicos ou privados, além disso, o estudo evidenciou detalhadamente a cultura de uma unidade de saúde da família do ponto de vista da gestão empresarial, o que não é algo constante em pesquisas científicas.

**Palavras-chave:** Cultura Organizacional, Gestão Empresarial, Unidade de Saúde da Família.

## **Abstract**

Brazilian public management seeks positive cultural transformations in its day to day work, made possible through the study of organizational culture, which can be used as a tool for management and improvement of organizational activities. The objective of this research is to present the organizational culture of a family health unit, recognizing the characteristics and type of management predominant in the unit, in order to clarify the gaps that must be filled to improve care in the sector. For this, a descriptive-exploratory research of a qualitative nature was carried out, using as data collection instruments: a) integrated questionnaires with questions closed on a Likert scale, one of them being an adaptation of the Brazilian Instrument for Assessment of Organizational Culture (IBACO) and b) structured interviews. The research showed that the organizational culture analysis is a very important management tool to be applied in all organizational sectors, whether public or private, in addition, the study showed in detail the culture of a family health unit from the point of view of business management, which is not something constant in scientific research.

**Keywords:** Organizational Culture, Business Management, Family Health Unit.

## 1 INTRODUÇÃO

A gestão pública brasileira busca transformações culturais positivas no seu dia a dia de trabalho, viabilizadas por meio do estudo da cultura organizacional. Essa pesquisa será voltada especificamente ao setor da saúde pública, pois percebe-se que esse setor possui falhas na gestão, capacitação, comunicação, entre vários outros problemas sérios que dificultam o serviço de qualidade que deve ser cedido à população. Todos esses herméticos elementos são gerenciados por uma gestão pouco capacitada para enfrentar e solucionar esses problemas.

Assim, quando é voltada a atenção aos problemas administrativos de uma empresa, seja ela pública ou privada, a cultura organizacional desse ambiente deve ser analisada, desvendada, considerada, refletida e ponderada a fim de que se encontre o princípio e a base desses contratempos, para oferecer a essas organizações propostas de elucidação e implantação de novos métodos de aperfeiçoamento da cultura, que podem resultar na melhoria dos resultados. Dessa maneira, alguns autores defendem a utilização da análise cultural como base para o gerenciamento de um ambiente organizacional.

Para Motta (1996), antes desse conceito de gerenciamento da cultura organizacional, as pessoas acreditavam que para toda situação problemática de uma empresa, aplicava-se regras gerais de gestão, trabalho e organização, independentemente do cenário que estivesse inserido. Quando na realidade a variação cultural de uma empresa está diretamente ligada à variação cultural dos participantes de uma organização, ou seja, não pode existir um plano definido de solução para todo tipo de situação divergente.

À vista disso, para fins de confirmação de que é importante a análise cultural de uma organização, Marchiori (2008) afirma que é relevante estudar o processo cultural de uma empresa, inspecionando hábitos e pensamentos das pessoas pertencentes a ela.

Dado exposto, essa pesquisa tem por objetivo geral apresentar a cultura organizacional de uma unidade estratégica de saúde da família, reconhecendo as características e o tipo de gestão predominante na unidade, a fim de explicitar as lacunas que devem ser preenchidas para a melhoria de atendimento no setor.

Para a realização deste trabalho, foi desenvolvida uma pesquisa descritivo-exploratória de natureza quali-quantitativa, utilizando como instrumentos de coleta de dados: a) questionários integrados com perguntas fechadas em escala de „Likert”, sendo um deles uma adaptação do Instrumento Brasileiro de Avaliação da Cultura Organizacional (IBACO) e b) entrevistas estruturadas. Assim, essa pesquisa se justifica por prestar apoio aos gestores da administração pública e por promover uma prática interdisciplinar entre a gestão empresarial e a administração pública, enriquecendo o arcabouço teórico de ambas as áreas do conhecimento.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Cultura Organizacional

O conceito de cultura é um fator muito importante a ser revelado em qualquer trabalho que envolva pessoas e organizações. A cultura está implícita e enraizada no ser humano que atua dentro de uma empresa e é perceptível enxergá-la por meio das ações, do modo de ser, de se comunicar, nos hábitos diários e em muitos outros fatores dos sujeitos organizacionais.

De acordo com Dias (2007, p.11) “[...] o estudo da cultura permite compreender relações de poder, regras estabelecidas não escritas, interesses de grupos determinados, comportamentos contraditórios etc”.

Segundo Marchiori (2008, p. 92) “[...] a cultura é vista como uma propriedade da organização – algo que ela tem e que necessita estar em equilíbrio com o meio ambiente”. Ou seja, a cultura é parte integrante de uma empresa, e muito relevante, afinal de acordo com essa citação entende-se que uma organização sem cultura é utópica. Ele por sua vez, ainda afirma que a cultura é estabelecida e exibida pelo ser humano, portanto, são criadores de culturas e não apenas adaptadores e reprodutores. Por meio dessa afirmação do autor, é possível qualificar as pessoas como preponderante em potencial no meio social de uma empresa e na sua formação cultural.

De acordo com Torquato (2003) a cultura é definida por meio das entradas de termos técnicos, administrativos, políticos, estratégicos e táticos, envolvidos com incumbências psicológicas, sociais, humanas, individuais, grupais, interpessoais e informais.

A cultura é a base para o processo de mudança de todo ser humano em quaisquer âmbitos e ambientes vivenciados por ele. Também se torna relevante destacar que se a cultura, como diz o

autor, é transmitida por uma herança social e não biológica. Pode-se assim dizer que dentro de uma organização ela é uma variável que vive em constante mudança de aprendizado, podendo ser dominada e manipulada por uma gestão eficaz que a utilize para o crescimento espontâneo da empresa.

Por fim, Dias (2007) expressa que cultura é informação e conhecimento empírico coletado ao longo da experiência vivida, onde os mesmos são transmitidos e compartilhados a fim da socialização de uma sociedade.

Dias (2007) entende organização como um meio social, dotado de pessoas, elementos materiais e imateriais que juntos trabalham para atingir o mesmo objetivo. Além disso, ele ainda ressalta que esses meios sociais se caracterizam por uma série de relações entre seus componentes: poder, divisão do trabalho, motivação, comunicações, e etc. E também por esse motivo é que se torna importante entender os fatores que regem uma empresa, mais especificadamente, é essencial a análise cultural dela.

Dentro de muitas definições para o termo „organização“, Dias (2007, p.32) apresenta algumas características gerais dele, são elas: “(...) um sistema social devidamente estruturado para alcançar determinados objetivos; apresenta limites perfeitamente identificáveis; constitui-se num conjunto complexo, diversificado e harmônico e é um sistema aberto”.

Para reforçar sua ideia sobre o termo, Chiavenato (2003) afirma que o ambiente organizacional pode ser denominado como o mundo onde está inserida a organização, que funciona dentro de vários contextos e que juntos formam somente um mais importante para seu crescimento e sobrevivência. No entanto, o autor induz a reflexão de que as mudanças contextuais despertam as mudanças no ambiente organizacional, que podem ser satisfatórias ou insatisfatórias.

Assim, pode-se apontar que a cultura está explicitamente ligada com a organização, afinal os dois conceitos formam-se em um só e possui grande colaboração para os resultados apresentados por uma empresa, sejam resultados bons ou ruins. Desta forma, torna-se interessante dizer que o estudo da cultura de uma organização é intrinsecamente relevante, pois a sua melhoria resulta na melhoria da empresa como um todo.

Dias (2007, p.56), diz que a cultura das organizações possui características comuns, citando que:

- i. Cada organização tem sua cultura própria que a distingue de outras organizações. Portanto é única e distinta.
- ii. É uma forma de desenvolvimento dos membros de uma organização e aprendida através da experiência do grupo.
- iii. Está implícita na estrutura formal da organização. É explicitada pelos membros da organização.
- iv. As modificações e mudanças que ocorrem na cultura organizacional são de um modo geral, lentas, consequência de certa estabilidade que a cultura dá à organização. No entanto a cultura organizacional varia constantemente, de uma forma gradativa e imperceptível para seus integrantes.
- v. A cultura organizacional tem uma tendência a perpetuar-se, pois atrai e aceita pessoas que têm sistemas de valores e crenças semelhantes.
- vi. É intangível em seu todo. Mas se manifesta em todas as partes e elementos da organização, a qual afeta e constitui.
- vii. Ela se expressa através de sinais que podem ser desde o fluxo de informações, moda, linguagem, emoções, ordem, disciplina, até o ambiente físico nos locais de trabalho.
- viii. É aceita pela maior parte dos membros de uma organização.
- ix. Desenvolve a identidade de seus membros.
- x. É um sistema aberto e, portanto, em permanente e estreita interação com seu entorno.
- xi. É transmissível aos novos membros. (Dias, 2007, p.56).

Também pode-se dizer que a cultura organizacional de uma empresa é o seu cartão postal, ela reage internamente e transparece externamente, no automático, e é por essa razão que se estabelece aos pesquisadores e aos profissionais da administração como um tema tão importante.

Assim, com o intuito de contextualizar uma visão mais abrangente sobre a cultura organizacional, Torquato (2003) afirma que cultura não é resultado apenas da estrutura formal de uma organização. Ou seja, ela é formada por toda variação existente na empresa: formal e informal.



## 2.2 Clima Organizacional

Para Caldas e Motta (1997), a modificação da cultura e seus efeitos se dão pelo próprio comportamento do ser humano/funcionário que está inserido na organização. De certa maneira, em um ambiente de trabalho, torna-se muito difícil manter um clima igual e estático durante todo o tempo, afinal a empresa é formada e estruturada por pessoas, que são diferentes e variáveis. O clima de um ambiente organizacional está diretamente e proporcionalmente ligado à cultura da empresa, que pode ser considerada a controladora do clima e seus impactos nos resultados organizacionais.

Todavia, estudos mais recentes apontam segundo Caldas e Motta (1997) que o clima e a cultura organizacional são fatores distintos e que o clima apenas envolve alguns elementos da cultura, porém menos abrangente, expondo um exemplo da insatisfação do salário, que pode estar limitado apenas a um grupo de funcionários e não a todos os setores da empresa.

De acordo com os autores, a cultura organizacional tem o poder de influenciar o estado de energia do clima. Ela é estruturada por regras e padrões idealizados por grupos anteriores, compartilhados aos funcionários e que de certa forma influencia a forma de agir, sentir e pensar dos mesmos dentro do ambiente organizacional.

Para Reis et al. (2009), clima organizacional possui como definição a capacidade de apontar o grau de satisfação do funcionário em relação ao seu trabalho, também pode ser caracterizado pelos fatores que o modificam como o modelo da gestão praticada, processos de trabalho, recursos humanos, valorização, reconhecimento e outros. Entre cultura organizacional (dominante) e clima organizacional (dominado), pode-se dizer que ambos caminham juntos na empresa, porém a cultura é capaz de modificar o clima, através da gestão, pois seu poder de decisão e dominação no ambiente de trabalho é maior.

## 2.3 Ambiente Organizacional

Para Lacombe (2012) um bom gestor opta pelo desenvolvimento e criação de um ambiente organizacional em que as pessoas possam trabalhar de maneira eficaz, aplicando suas competências, realizando seus objetivos profissionais e conseguindo alcançar suas metas almejadas. Dessa forma, o autor cita algumas características que um ambiente organizacional e emocional eficiente deve possuir: (i) honestidade e seriedade em todas as promessas e ações; (ii) comunicação integrativa entre todos os setores e departamentos de uma empresa; (iii) exposição do ponto de vista dos funcionários a seus superiores; (iv) exposição dos problemas a fim de resolução dos mesmos; (v) trabalho em equipe. Para o autor, todas essas características criam confiança e clareza para todos os integrantes de uma organização.

De acordo com Chiavenato (2003) ambiente organizacional pode ser denominado como o mundo onde está inserida a organização, que funciona dentro de vários contextos, que juntos formam um somente mais importante para seu crescimento e sobrevivência. No entanto, o autor leva-nos a reflexão de que as mudanças contextuais despertam as mudanças no ambiente organizacional, que podem ser satisfatórias ou insatisfatórias.

As variáveis que podem ser modificadas em um ambiente organizacional estão introduzidas no ambiente geral e ambiente de tarefa, que segundo Chiavenato (2003), respectivamente são: variáveis políticas, variáveis legais, variáveis demográficas, variáveis ecológicas, variáveis sociais, variáveis econômicas, variáveis tecnológicas e fornecedores, grupos regulamentadores, concorrentes e clientes.

Tendo em vista as características necessárias para possuir um ambiente organizacional saudável, e as mudanças de ambiente que são previstas em uma empresa, a necessidade de motivar os integrantes de um ambiente organizacional torna-se evidência, afinal o ambiente emocional, tal que possui grande influência no organizacional é caracterizado e definido pelos sentimentos dos seus integrantes e da maneira como os mesmos se sentem no seu local de trabalho.

Conforme Maximiano (2009) motivação é definido como o processo responsável pelo incentivo e estímulo de um ser humano, declarado por algum motivo ou justificação. Para ele, existem dois tipos de motivos desenvolvidos pela motivação, são eles: interno e externo.

Segundo Reis (2001), pode ser considerado uma análise dos motivos em que levam as pessoas a se comportarem de maneira estimulante ou estimulante, ele ainda ressalta que a motivação considera como análise os valores sociais e individuais do comportamento humano.

Uma das teorias mais relevantes sobre o estudo da motivação é a teoria hierárquica de necessidades humanas de Maslow (1943), estruturada e descrita da seguinte maneira:

1. Necessidades de auto-realização: pode ser definida como necessidades e desejos relacionados ao ego de um indivíduo, é o ponto mais alto da pirâmide e o mais almejado por todos.
2. Necessidades de estima: é definido como um ponto crucial de satisfação de qualquer ser humano, o estado de satisfação nesse grau está se desenrolando para chegar ao topo, costuma estar ligado com o sentimento de conquista e recompensas.
3. Necessidades sociais: está diretamente ligado à comunicação e ao relacionamento com outro indivíduo, relacionado a sentimentos e desejos físicos.
4. Necessidades de segurança: pode ser definido como a necessidade de segurança física, social e psíquica, como, segurança no: emprego, relacionamento, moral, físico entre outros.
5. Necessidades Básicas: é definido como a primeira e como o próprio nome diz, mais básica do ser humano, não há maneira de alcance das outras necessidades sem primeiro está ser alcançada, está diretamente ligada a: comida, água, respiração e excreção.

Maximiano (2011) define que cultura organizacional adaptativa preocupa-se com as mudanças externas e seus stakeholders, enquanto a cultura organizacional não adaptativa, prende sua atenção ao interior da organização e à seus funcionários, o autor defende a atitude proativa de gestores que trabalham e voltam sua atenção para o processo dinâmico, gerando mudanças na empresa internamente.

Dessa forma, de acordo com as definições expostas anteriormente, é válido afirmar que é mais relevante para o crescimento da empresa preocupar-se com o ambiente interno e seus agentes, para que a mudança de eficiência ocorra de dentro para fora, em um processo motivacional mais intenso.

Visto que, para Maximiano (2011), quanto maior é o grau de satisfação e motivação de um funcionário, maior é sua qualidade de vida no trabalho, eficiência em suas atividades e eficácia em seus objetivos e resultados profissionais.

## **2.4 Gestão**

Para Bateman e Snell (2006, p. 15) administração é: “o processo de trabalho com pessoas e recursos, que visa cumprir as metas de uma organização”. Ele ressalva que os bons gestores e administradores realizam e cumprem essas metas com eficiência e eficácia.

Uma organização que realiza a prática da gestão/administração deve se atentar aos seus principais princípios, que inclui quatro funções desenvolvidas e trabalhadas há algum tempo, são elas: planejar, organizar, liderar e controlar (Bateman & Snell, 2006). A fim de compreender suas importâncias, segue o significado de cada função, de acordo com os autores citados anteriormente.

**Planejar:** O ato de planejar é o mesmo que determinar objetivos que serão atingidos em uma organização, logo, decidir antecipadamente quais as ações corretas a serem executadas para justamente atingir seus objetivos, é prever e organizar de forma minuciosa as ações a fim de se tomar a decisão correta.

**Organizar:** É considerada uma função gerencial da administração que possui o papel de reunir e coordenar recursos disponíveis em uma empresa, tais quais: humanos, financeiros, físicos, intelectuais e informacionais.

**Liderar:** É o ato de motivar e estimular pessoas em seu ambiente de trabalho, a fim de que elas resultem em um alto nível de desempenho. A liderança possui em seu catálogo de atividades inúmeros elementos e recursos que devem ser usados pelo gestor, a fim de conseguir alcançar seu objetivo de motivar os seus funcionários.

**Controlar:** O ato de controlar é considerado uma função gerencial que possui como dever e objetivo monitorar o desenvolvimento das atividades de uma organização e se necessário e possível programar e implementar mudanças.

Além dessas funções, sabe-se também que alcançar e obter vantagens competitivas e qualidade na realização das tarefas diárias são práticas realizadas pela gestão de uma empresa. No entanto, não basta entender esse fator na teoria, ele deve ser colocado em prática diariamente dentro de um ambiente organizacional, o gestor necessita ter inúmeras habilidades para conseguir exercer suas tarefas com eficácia. (Bateman & Snell, 2006).

Existem dois tipos de habilidades: técnica e conceituais e de decisão. A habilidade técnica é

considerada “a capacidade de executar uma tarefa especializada que envolve um determinado método ou processo”. (Bateman & Snell, 2006, p. 20). E a habilidade conceitual e de decisão é “[...] relativa à capacidade de identificar e solucionar problemas em benefício da organização e de seus membros” (Bateman & Snell, 2006, p. 20).

Todo gestor que possui em si determinadas habilidades, também possui por consciência a importância de gerir seu relacionamento com a organização, todos os fatores estão envolvidos e conectados. Além das funções gerenciais e as habilidades de um gestor, é válido afirmar a relevância que têm unir todos esses elementos e promover um bom relacionamento com a empresa.

**Figura 1** - Bases gerenciais para manutenção de relacionamento com a organização



Fonte: Elaborada pelas autoras.

O gestor de uma organização, além de possuir bases de conhecimento fundamentais para o gerenciamento, deve além de tudo promover a manutenção diária e constante da sua relação com a empresa como um todo. Pois, garantir manutenção de relacionamento é garantir a força de uma empresa bem administrada.

## 2.5 Gestão Pública: conceito e determinações no Brasil

Gestão pública é considerada um termo que indica utilização de práticas novas na administração do setor público, algumas importadas do setor privado, outras recuperadas no decorrer da história do país, outras desenvolvidas nas últimas décadas. Ela está vinculada as práticas de gestão, às funcionalidades e à situação atual do Estado (Martins, 2005).

As organizações públicas possuem em seu eixo fundamental características que diferem das organizações privadas. Segundo Osborne e Gaebler (1998) o objetivo principal do governo e das organizações públicas é satisfazer o ser humano, oferecendo o que precisam, diferente da organização privada que tem como objetivo principal gerar lucro, por isso, segundo o autor essa afirmação pode ser resumida em extremos de valores morais e cálculo absoluto, respectivamente.

Quanto à política de recursos humanos da gestão pública, existem inúmeras características contraditórias, bem como as positivas: estabilidade, meritocracia e a alta remuneração para profissionais de nível médio (Castor, 2001, Pereira, 1998) e as negativas: o cargo comissionado e os extranumerários; as regulamentações paralisantes; a baixa remuneração para cargos de nível superior; o pouco investimento em programas de treinamento e a desmoralização do funcionário público (Castor, 2001, Osborne & Gaebler, 1998).

Segundo Gaetani (2008) as políticas de gestão pública são compostas por algumas subpolíticas relacionadas diretamente com o serviço público, tais como: o processo de modelagem

organizacional, planejamento e orçamentação, auditoria e controle, processos de compras, políticas regulatórias e outras, que segundo a autora possuem algumas características conciliantes que podem ser consideradas estruturantes e sistêmicas.

Gaetani (2008) defende que é necessário associar peças e elementos que produzem uma visão de conjunto, interconexão e complementação que provocam sinergias positivas a um processo. O autor ainda afirma que, coordenar não se fundamenta em intimar e decretar com autoridade formal, mas sim induzir e alinhar fatores ordenados.

Para Gaetani (2008) existem dois principais problemas que influenciam a implantação da coordenação na gestão pública, que são: o conceito de incentivo do trabalho feito de maneira convergente e articulada, e a primordialidade de se obter a constante equiparação de incentivos, culturas e estruturas, que segundo ele, geram maior integração e ligação entre as instituições.

De acordo com Schlesinger et al. (2008) o panorama de estudo da gestão pública pode ser dividido em duas áreas: gestão governamental e gestão organizacional. A primeira está relacionada a programas idealizados pelo governo para suprir as necessidades da sociedade, e a segunda característica está relacionada com o gerenciamento de recursos disponíveis no âmbito organizacional.

Essas definições expostas pelo autor induzem a certeza da necessidade de uma gestão da cultura organizacional, como objeto de estudo indispensável para o reconhecimento, análise e progresso da gestão pública.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Realizou-se uma pesquisa descritivo-exploratória de natureza qualiquantitativa, com o intuito de analisar a cultura organizacional de uma unidade de saúde da família, reconhecendo as características e o tipo de gestão predominante na unidade, a fim de explicitar as lacunas que devem ser preenchidas para a melhoria de atendimento no setor. Como instrumento de coleta de dados foram utilizados: a) questionários integrados com perguntas fechadas em escala de „Likert”, sendo um deles uma adaptação do Instrumento Brasileiro de Avaliação da Cultura Organizacional (IBACO) e b) entrevistas estruturadas.

A pesquisa de caráter exploratório, de acordo com Bervian e Cervo (2002) têm o objetivo de conseguir novas ideias e percepções sobre o objeto estudado, pois ela produz descrições nítidas da situação analisada e ainda quer descobrir relações existentes, ainda não emergidas do ambiente.

O estudo da cultura não é exato e visivelmente explícito, por isso tem por vantagem a utilização da pesquisa exploratória, que segundo os autores citados anteriormente, é uma pesquisa recomendada quando não há muitos conhecimentos sobre o problema a ser estudado.

Por fim, para execução desta pesquisa foi utilizado como amostra funcionários de uma Unidade de Saúde da Família “Núcleo Viva Legal”, localizada na cidade de Vera Cruz, interior de São Paulo. A unidade comporta 11 funcionários, tais que, todos participaram da pesquisa.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para desenvolvimento da pesquisa foram elaborados dois tipos de entrevista com perguntas abertas, um tipo foi voltado estritamente aos funcionários da organização, e o outro tipo voltado à gestora do local. Além desses, o questionário apresentado na Tabela 1 e Tabela 2, contemplam os seguintes sujeitos da pesquisa: Médico, Auxiliar de enfermagem (I, II,), Dentista, Auxiliar Bucal, Agente de Saúde (I, II, III e IV), Auxiliar de Serviços Gerais e a gestora responsável da área, que também é a Enfermeira, por meio da aplicação do Instrumento Brasileiro para Avaliação da Cultura Organizacional (IBACO) com uma versão reduzida de 20 questões, por último também foi utilizado um questionário adaptado com perguntas fechadas e em escala de „Likert” (questionário Y). As entrevistas estruturadas foram realizadas com 11 funcionários da organização pesquisada, incluindo o gestor (Enfermeira). Esses instrumentos tiveram o intuito de obter dados para uma análise aprofundada da cultura organizacional desse local. A seguir serão apresentados os dados obtidos.

**Tabela 1 – Percentual dos resultados obtidos com o questionário Y**

LEGENDA		Nível de concordância				
		DT	DP	I	CP	CT
CT = Concordo totalmente CP = Concordo parcialmente I = Indiferente DP = Discordo parcialmente DT = Discordo totalmente						
Na organização em que eu trabalho...		1	2	3	4	5
1	demonstra-se respeito para com os funcionários.	—	9%	—	27%	64%
2	os funcionários tem orgulho em trabalhar nesta organização.	—	9%	—	27%	64%
3	existe empenhamento pela excelência do serviço ao paciente.	—	—	—	27%	73%
4	a melhoria contínua é uma prioridade.	—	18%	—	18%	64%
5	os novos funcionários necessitam aprender muitos procedimentos formais.	—	9%	—	27%	64%
6	as reuniões com os funcionários trazem resultados positivos.	—	27%	—	18%	55%
7	as decisões importantes são sempre tomadas em reuniões.	—	27%	—	18%	55%
8	os novos funcionários são deixados “por sua conta”.	73%	—	—	27%	—
9	todos os funcionários estão conscientes da importância do lado humano em seu atendimento.	—	—	—	36%	64%
10	o foco principal no serviço é o paciente e a qualidade no atendimento.	—	—	—	—	100%
11	estou satisfeito com a minha função.	—	—	9%	9%	82%
12	a comunicação é muito aberta.	—	—	—	36%	64%
13	temos os equipamentos e os recursos necessários para o atendimento.	9%	27%	9%	55%	—
14	existe mais cooperação do que competição entre esse departamento/serviço.	—	18%	—	18%	64%
15	todos os funcionários compreendem quem são os pacientes e suas necessidades.	—	—	—	45%	55%
16	a qualidade de serviço é mais importante do que o seu volume.	—	—	—	18%	82%
17	os funcionários são tratados com justiça e respeito.	—	9%	—	27%	64%
18	existe uma clara cooperação entre funcionários.	—	8%	—	25%	67%
19	conhecemos e compreendemos os processos internos.	—	9%	—	27%	64%
20	desenvolvem-se planos para o futuro.	—	—	9%	36%	55%

**Fonte:** Levantamento realizado com base na aplicação do questionário.

Dentre os elementos abordados no Questionário Y, destaca-se o fato de que absolutamente todos os funcionários respondentes possuem consciência de que o foco principal dentro desse contexto organizacional está no trabalho de desenvolver maior qualidade no atendimento e oferecer o melhor serviço aos pacientes. Em termos de gestão e cultura organizacional, um cenário com funcionários conscientes da relevância das suas funções pode ser considerado um elemento facilitador para o desenvolvimento de práticas atribuídas pelo gestor, que tem o intuito de promover melhorias organizacionais.

Outro ponto interessante de ser contextualizado encontra-se no resultado afirmativo de que a qualidade do serviço é mais importante do que o seu volume, ou seja, em uma organização pública esse fator pode ser considerado muito positivo, justamente porque não adota um sistema produtivista, mas sim de reflexão constante para aperfeiçoamentos das práticas da organização. Todavia, um problema claro está no resultado não satisfatório relativo ao suprimento de recursos e equipamentos necessários para os serviços ofertados, dessa maneira, os funcionários precisam se desdobrar para conseguir fazer um bom atendimento, mesmo com a falta de recursos e equipamentos e o gestor concomitantemente necessita buscar elementos externos que possam suprir essas lacunas, bem como empenhar-se para manter e propiciar os fatores motivacionais dos funcionários elevados, pois dentro desse contexto, corre-se o risco dos níveis de motivação diminuir.

**Tabela 2 – Percentual dos resultados obtidos com o questionário IBACO**

LEGENDA		Nível de aplicabilidade				
		NAMA	PSA	AR	AB	AT
<b>AT = Aplica-se totalmente</b> <b>AB = Aplica-se bastante</b> <b>AR = Aplica-se razoavelmente</b> <b>PSA = Pouco se aplica</b> <b>NAMA = Não se aplica de modo algum</b>						
		1	2	3	4	5
1	Os funcionários têm ampla liberdade de acesso aos gestores.	—	—	—	27%	73%
2	A dedicação dos funcionários é recompensada.	—	27%	18%	9%	46%
3	A superação de metas pré-estabelecidas é uma preocupação constante.	—	—	36%	18%	46%
4	As ideias criativas dos funcionários são usadas para a obtenção de melhores resultados.	—	27%	9%	18%	46%
5	As iniciativas individuais dos funcionários são estimuladas.	—	18%	18%	27%	37%
6	O bem-estar dos funcionários é visto como uma forma de garantir melhor atendimento.	—	—	18%	—	82%
7	O atendimento às necessidades do paciente é uma das metas mais importantes.	—	—	—	—	100%
8	Não há figuras importantes que possam servir de exemplo para os funcionários.	91%	9%	—	—	—
9	Investe-se no crescimento profissional dos funcionários.	—	27%	9%	—	64%
10	O acompanhamento e atendimento das necessidades dos pacientes são feitos constantemente.	—	—	—	—	100%
11	A comunicação das decisões obedece à hierarquia existente na organização.	—	9%	27%	—	64%
12	As decisões surgem principalmente a partir da análise das necessidades do paciente.	—	9%	—	36%	55%
13	Investe-se na satisfação dos funcionários para que eles prestem um bom atendimento aos pacientes.	—	27%	18%	18%	37%
14	Mantêm-se relações amigáveis com os pacientes.	—	—	26%	37%	37%

15	Os funcionários recebem treinamento para poderem desenvolver seu atendimento na unidade.	18%	27%	—	9%	46%
16	Programas para aumentar a satisfação dos funcionários são regularmente desenvolvidos.	18%	46%	27%	9%	—
17	Os funcionários se comprometem com a missão e os ideais da organização.	—	9%	27%	—	64%
18	As oportunidades de ascensão funcional são limitadas pela rígida estrutura da organização.	9%	9%	—	18%	64%
19	As relações entre funcionários e membros da gerência são cordiais e amigáveis.	22%	—	11%	—	67%
20	Os funcionários com desempenho permanentemente baixo são remanejados.	—	—	—	36%	64%

**Fonte:** Levantamento realizado com base na aplicação do questionário.

Os resultados percentuais do questionário IBACO proporcionaram algumas reflexões importantes como, por exemplo, a relevância que tem para um contexto organizacional os funcionários possuem liberdade para comunicação e acesso aos gestores. Esse cenário provoca sinergia no espaço da organização, pois os funcionários se sentem valorizados e sujeitos importantes para as práticas e tomadas de decisões da empresa. E nessa organização, em específico, pôde-se perceber que existe essa liberdade comunicacional entre funcionários e gestor. Além disso, notou-se claramente que a figura do gestor nesse local é muito influente e considerada importante para servir de exemplo aos funcionários. Nesse caso, se passa a impressão de que sem a figura do gestor, a dinâmica e a cultura dessa organização corre o risco de se desestabilizar. Entretanto, não houve um consenso quanto ao fato de que a opinião e as ideias dos funcionários são utilizadas para obtenção de melhores resultados, assim, sugere-se ao gestor que promova práticas de valorização dos sujeitos organizacionais, justamente para manter e potencializar a relação entre ele e os funcionários da organização.

Outra questão relevante do questionário e que teve resultados equilibrados está na aplicação de treinamentos e capacitações aos funcionários, para que os mesmos desenvolvam melhores atendimentos à população. Pôde-se notar, por meio dos percentuais, que esse treinamento não está acontecendo de maneira efetiva e rotineiramente. Fator esse muito importante também para o contexto organizacional.

Geralmente, as organizações públicas possuem uma estrutura rígida e cartesiana que impossibilita possibilidades de ascensão profissional, e esse cenário foi identificado também na organização pesquisada. Nesse caso, mesmo que seja difícil modificar essa estrutura generalista, o gestor pode pensar e promover práticas e dinâmicas dentro do seu alcance e contexto local que pode auxiliar no processo de não desmotivação dos funcionários perante essa realidade.

Como explanado no capítulo 5, foram elaborados dois tipos de entrevista com perguntas abertas, um tipo voltado estritamente aos funcionários da organização, e o outro tipo voltado à gestora do local.

Desta forma, nos tópicos a seguir serão realizadas as análises de acordo com as informações coletadas nessas entrevistas.

### 3.1 Entrevista realizada com os funcionários da organização

A análise das informações coletadas na entrevista está estruturada na Figura 2, com uma coluna relativa ao conceito-base, que diz respeito às perguntas das entrevistas e outra coluna à Cultura Organizacional, referente ao panorama de informações adquiridas e coletadas. Nessa primeira entrevista, realizada com os funcionários da organização, cabe salientar que foram entrevistados os seguintes cargos: médico, auxiliares de enfermagem, dentista, auxiliar bucal, agentes de saúde e auxiliar de serviços gerais.

**Figura 2 – Síntese da Entrevista com os funcionários**

<b>Conceito-base</b>	<b>Cultura Organizacional</b>
<b>Motivação para melhor desempenho organizacional</b>	Existe um consenso entre os funcionários entrevistados. Para todos, basicamente suas motivações se encontram na satisfação pessoal em poder solucionar os problemas dos pacientes, além de ser prazeroso trabalhar estritamente com a prevenção em saúde, que auxilia na abstenção de gastos futuros com doenças e proporciona qualidade de vida à população assistida.
<b>Busca e Acesso à informação</b>	É enfatizada pelos funcionários a importância da função do profissional Agente Comunitário de Saúde (ACS), que possui o objetivo de coletar informação referente às necessidades, estado de saúde, local de vivência, entre outros fatores que auxiliam os demais profissionais a conhecerem as reais necessidades da população que assistem. Ademais, muitos acreditam que além do método de coleta de dados realizado pelos ACS, a comunicação entre todos os funcionários é uma ótima metodologia de conhecer os perfis dos pacientes e concomitantemente estar em sinergia com os colegas de trabalho.
<b>Capacitação dos funcionários</b>	Na organização há poucos treinamentos de especialização e aperfeiçoamento dos serviços que oferecem. Alguns funcionários acreditam que essa ausência está sob responsabilidade da gestão municipal, enquanto que para outros, a responsabilidade está sob a gestão interna da organização. Em suma, a maioria sente falta desses treinamentos para melhorarem seus serviços ofertados aos pacientes. Além disso, de acordo com os funcionários, há reuniões de equipe uma vez por semana, onde são discutidos casos clínicos excessivos que acontecem durante a semana, problemas dos pacientes, resolução de dúvidas e temas pertencentes ao campo da saúde pública. Entretanto, um dos entrevistados afirmou que em verdade não são tratados assuntos sérios nas reuniões, dizendo que o momento se iguala a uma confraternização. Ou seja, segundo essa exceção, o que é dito na teoria não acontece na prática.
<b>Socialização entre os funcionários</b>	Notou-se que os momentos de compartilhamento de informação e conhecimento não acontecem em grandes proporções, comparando ao fato de que a estrutura profissional da organização impõe necessidades de inter-relações e dependências entre os funcionários. Logo, a comunicação deveria ser mais explorada. Porém, quanto aos conflitos intergrupais que decorrem diante das relações humanas, pôde-se perceber que não há grandes e expressivos conflitos no ambiente de trabalho, todavia, os funcionários alegaram que em alguns momentos surgem algumas conversas paralelas não agradáveis, mas que logo são interrompidas.
<b>Tipo de Gestão predominante no local</b>	Absolutamente pôde-se notar que os funcionários possuem uma comunicação aberta e um bom relacionamento com o gestor da unidade, porém alguns deles disseram que na maioria das vezes as ideias comunicadas ao gestor não são acolhidas, nesse caso, colocadas em prática. E assim, de maneira geral, de acordo com a maioria dos funcionários o estilo de gestão predominante na organização é o democrático. Houve apenas uma exceção, que afirmou ser autocrático.

**Fonte:** Levantamento realizado com base na aplicação da Entrevista com os funcionários.

Um aspecto benéfico que pôde-se constatar na síntese da Figura 2 está no prazer e na satisfação pessoal dos funcionários em trabalharem nessa organização, ou seja, as funções e o objetivo da Unidade de Saúde da Família provocam motivação e satisfação nos sujeitos organizacionais. Dessa maneira, esse fator deve ser considerado pelo gestor, no intuito de utilizar esse cenário em prol das melhorias das práticas organizacionais.



Quanto ao Conceito-base relativo à busca e acesso à informação, observou-se que os funcionários, no geral, atribuem a função de busca de informação apenas ao profissional ACS. Claramente, existe uma valorização dos demais colegas a esses profissionais que otimiza até mesmo a comunicação e a socialização entre os funcionários.

No entanto, é importante atentar-se que uma organização que necessita lidar com informação em grande quantidade a todo o momento, automaticamente necessita também utilizar outras ferramentas de busca, gestão e acesso à informação, como sistemas de informação e base de dados próprias da medicina e da atenção básica em saúde. Enfim, não é um erro enfatizar a importância da função dos ACS, porém é um erro utilizar apenas esses como fontes de informação.

### 3.2 Entrevista realizada com a gestora da organização

Nesta subseção está estruturada na Figura 3 a análise das informações coletadas na entrevista realizada com a gestora da organização, que por sua vez, também é a enfermeira da unidade. O quadro também está estruturado em duas colunas, a primeira relativa aos Pontos de análise, que diz respeito às questões da entrevista e a segunda coluna referente à Cultura Organizacional que condiz à síntese reflexiva das respostas coletadas.

**Figura 3 – Síntese da Entrevista com a gestora**

<b>Pontos de análise</b>	<b>Cultura Organizacional</b>
<b>Você como gestora, procura ativamente implantar novas ideias na unidade para melhoria do atendimento e dos serviços oferecidos aos pacientes? Se sim, como?</b>	“Sim, primeiramente é feito um levantamento dos problemas da unidade, depois tenta-se implantar melhorias tanto para o paciente, como para os funcionários, através da problematização de alguns assuntos, realizando a organização do processo de trabalho. Por exemplo: referente ao problema da grande fila de consulta pela manhã, desenvolve-se uma lista com as queixas do paciente, para desenvolver a classificação de risco de acordo com as necessidades relatadas, dessa forma é dado prioridade através da equidade, que, aliás, é um dos princípios do SUS”.
<b>Você acredita que os funcionários reconhecem positivamente a importância da mudança?</b>	“A princípio não. Depende da forma que é colocada a mudança, pois quando há participação dos funcionários nas mudanças a aceitação é maior, porque os mesmos gostam de se sentir envolvidos nos novos processos de trabalho. Procuro fazer com que eles se sintam sempre ativos para colaboração”.
<b>Os funcionários são treinados para utilizarem ferramentas de resolução de problemas no dia a dia da unidade, principalmente os problemas relacionados ao atendimento e serviços ofertados?</b>	“Os funcionários são treinados através da educação permanente que são as reuniões realizadas semanalmente e através da conversa informal do dia a dia com o gestor e com os colegas que estão há mais tempo na unidade, portanto com maiores experiências no processo de trabalho”.
<b>Existe mais cooperação do que competição entre esse departamento/serviço?</b>	“Existe mais cooperação, porém há uma tendência ao conflito quando um funcionário tende a desenvolver mais habilidade em determinada tarefa que o outro”.
<b>A sua gestão auxilia os funcionários a responderem às necessidades dos pacientes? Se sim, quais ferramentas de auxílio você poderia exemplificar?</b>	“Sim, auxilia, pois eu não adoto um estilo autocrático, quando quero, por exemplo, que alguma atividade feita pelos funcionários seja modificada, contribuo com a mesma tarefa, porém mostrando que poderia ser feito de outra maneira para alcançar melhores resultados, ou seja, eu atuo na mudança, provando que os resultados podem ser melhores”.

<b>As reuniões de equipe são eficazes?</b>	“As reuniões de equipe são muito eficazes, pois são discutidos temas referentes à organização no processo de trabalho, com base na melhoria da qualidade de atendimento ao paciente, na qualidade de trabalho em equipe e na sinergia entre os funcionários e os pacientes”.
<b>Você acredita que os procedimentos são mais importantes do que os resultados?</b>	“Acredito que um depende do outro, pois os dois são muito importantes e se complementam”.
<b>Essa organização possui uma missão e uma visão clara do caminho a seguir?</b>	“Sim, possui, e todos conhecem a essência, missão, visão e valores do Programa de Saúde da Família (PSF) e isso é sempre lembrado nas reuniões de equipe”.

Fonte: Levantamento realizado com base na aplicação da entrevista com a gestora.

De acordo com a entrevista realizada com a gestora do local, percebeu-se de forma bem clara, que o estilo de gestão autocrático é visto pela gestora como uma forma de inibir os funcionários a realizarem suas atividades eficientemente. Ademais, seu estilo de gestão incentiva o aprendizado por meio da socialização entre os funcionários mais novos e os mais experientes, e ela considera esse cenário uma forma de realização natural de treinamento entre eles. No entanto, mesmo que o compartilhamento da informação e do conhecimento por meio da socialização seja algo de extrema importância para um contexto organizacional, a falta de treinamentos e capacitações advindas do ambiente externo pode causar a impossibilidade de inserção de novos conhecimentos e práticas que se desenvolvem no mundo externo e que são efetivas para a organização.

Mesmo que a gestora priorize sua atuação nas mudanças que ocorrem no dia a dia organizacional, contribuindo com as tarefas juntamente com os funcionários, a fim de demonstrar na prática a maneira com que deseja que determinada atividade seja executada, essa estratégia pode ser arriscada, pois dependendo da forma que é feita, pode coibir a liberdade de expressão do funcionário, quanto ao fato do mesmo dizer o que acha daquela determinada atividade ser executada daquela maneira. Ou seja, nesses casos é sempre interessante o ato de comunicar. A comunicação entre gestor e funcionário é de suma importância em um ambiente organizacional, principalmente para o gestor que acredita que o estilo autocrático é um caminho nocivo para o sucesso das práticas da organização.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a cultura organizacional é um indicador relevante a ser analisado dentro de uma organização, sendo ela um pilar norteador do modo de ser de uma organização, através das suas ações e processos diários. Todavia, analisar a cultura de uma empresa, requer do pesquisador (a) um empenho generalizado quanto à aplicação de procedimentos metodológicos e instrumentos de investigação utilizados para coleta de dados e informações.

Os resultados dessa pesquisa trouxeram reflexões para mudanças posteriores em uma possível continuação da pesquisa, a fim de melhorar o processo de trabalho de uma unidade de saúde da família e levar a gestão empresarial, não apenas para o campo das organizações privadas, mas, também para as públicas.

Com o intuito de revelar ao leitor as principais características organizacionais da unidade, foram constatados alguns fatores relevantes e descobertos na organização através da pesquisa, que serão descritos a seguir:

- Há demonstrações de respeito entre os funcionários, e isso reflete na elevação da motivação dentro da organização;
- Os funcionários conhecem a importância da organização na vida das pessoas que utilizam esse serviço, e isso faz com que eles possuam orgulho em trabalhar no local;
- Esse conhecimento da importância que a organização tem na vida das pessoas, também reflete diretamente no empenho pela excelência de serviço ao paciente, que segundo a grande maioria dos funcionários é um fator muito existente na organização;
- A melhoria contínua não é um processo cultural dentro da organização, esse é um fator engessado que deveria ser trabalhado para garantir que essa melhoria contínua seja implantada e utilizada diariamente;

- As reuniões de equipe é um espaço para que essa melhoria seja discutida, no entanto segundo alguns funcionários o que se fala na teoria não é o que se acontece na prática, sendo assim, esse também é um fator importante a ser discutido por interveio da gestão;

- Todos os funcionários conhecem as metas, os objetivos, os valores e a missão da empresa e reconhecem as características necessárias que o funcionário deve portar-se para trabalhar de maneira eficiente dentro da organização, essa consciência é importante quanto ao processo de melhoria das ações na organização;

- Há na organização um respeito mútuo entre os funcionários e uma sinergia no processo de comunicação entre eles e entre a relação de funcionário e gestor, isso também é um fator motivacional que reflete nas respostas positivas dos funcionários que se dizem satisfeitos com suas determinadas funções;

- É um ambiente em que a cooperação deveria ser totalmente enraizada, todavia, no ambiente de trabalho existe um grau de competição entre os funcionários, fator esse que pode vir a atrapalhar o bom relacionamento entre eles, pois é um ambiente que não possui fortes conflitos intergrupais;

- Foi constatado um fator negativo, que deve também ser trabalhado posteriormente, que é fato de que nem todos os funcionários conhecem e compreendem os processos internos que regem a organização, isso pode resultar em um serviço errado ou sem qualidade;

- Por ser uma organização pública, não há plano de carreira, nem tampouco, programas de recompensas aos funcionários e isso é um motivo desmotivador que pode fazer com que eles deixem de doarem seu trabalho com qualidade;

- Outro erro na organização é que os funcionários com desempenho permanentemente baixo não podem ser demitidos, mas apenas remanejados, ou seja, é como se tirasse um problema de um lugar e mandasse para o outro, sendo essa uma atitude falha de gestão;

- Quanto à gestão predominante no local, a grande maioria dos funcionários encara como uma gestão democrática, em que todos participam e possuem o poder de dar suas opiniões para o crescimento da organização, porém a resposta de um funcionário e o instrumento de observação utilizado colocou em dúvida esse fator, dessa forma constatou-se que a gestão é democrática, porém com um viés autocrático e liberal dependendo das preferências do gestor com alguns funcionários, isso se dá pela forte cultura de amizade que há dentro da organização entre gestor e funcionário, isso é um fator que atrapalha completamente nos resultados da organização, pois a preferência é uma ferramenta desmotivadora e causadora de conflitos dentro da organização.

Acredita-se que esses fatores colocados acima são importantes para uma visão geral das principais características da organização, e são fatores que podem futuramente serem continuados por meio de outras pesquisas contribuidoras para a área, portanto, como apoio ao desenvolvimento de pesquisas futuras, indica-se aos pesquisadores, o desenvolvimento de diretrizes como subsídios às organizações públicas, voltadas a análise da cultura organizacional com base nas práticas do campo da administração e da gestão empresarial, no intuito de potencializar os resultados dessas organizações e fortalecer a interdisciplinaridade entre os campos do conhecimento.

Também é relevante destacar a dificuldade de apoio dos funcionários em relação à suas participações nos questionários e entrevistas, visto que, primeiramente e de maneira informal, foi necessário conscientizá-los da importância da pesquisa e da análise cultural proposta no ambiente organizacional em que atuam.

Por fim, pode-se dizer que esse trabalho, além de ter o objetivo de contribuir para os gestores da área da saúde pública quanto à oferta de melhoria dos serviços oferecidos aos pacientes, também teve como escopo a contribuição para a área da gestão empresarial que deve ser aplicada e aceita em todos os setores, pela qualidade de abrangência que possui na linha de gestão e melhoria dos processos gerenciais de todas as organizações.

## REFERÊNCIAS

BATEMAN, T. S.; SNELL, S.A. **Administração: novo cenário competitivo**. São Paulo: Atlas, 2006.

BERVIAN, P. A.; CERVO, A.L. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CALDAS, M. P.; MOTTA, F. C. P. **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

CASTOR, B.V. J. **Modelo gerencial na gestão de profissionais da função pública**. Caderno FUNDAP, n. 22, p.175-178, 2001.

CHIAVENATO, I. **Administração de recursos humanos: fundamentos básicos**. São Paulo: Atlas, 2003.

CHIAVENATO, I. **Comportamento organizacional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DIAS, R. **Cultura organizacional**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

GAETANI, F. As políticas de gestão pública e os desafios da coordenação. In: OLIVEIRA, F. B. de (Org.). **Política de gestão pública integrada**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p.38-46.

LACOMBE, F.J.M. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MARCHIORI, M. **Cultura e comunicação organizacional: um olhar estratégico sobre a organização**. São Caetano: Difusão Editora, 2008.

MARTINS, M. H. **Gestão pública. net**, 2005. Disponível em: <<http://gestaopublica.net/blog/o-que-e-gestao-publica/>>. Acesso em: 02 jun. 2017

MASLOW, A. H. **A theory of human motivation**. Psychological Review, 50: 390-6, 1943.

MAXIMIANO, A.C.A. **Introdução à Administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

MAXIANO, A.C.A. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. São Paulo: Atlas, 2011.

MOTTA, F.C.P. **Cultura e organizações no Brasil**. Relatório de Pesquisa nº 15/1996. São Paulo, SP, 1996. 22 p.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público**. Brasília: MH Comunicação, 1998.

PEREIRA, L. C. B. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. Brasília: ENAP, 1998.

REIS, J.S.D. **Os fatores motivacionais para o trabalho: um estudo de caso da Empresa Marilan**. Florianópolis: Insular, 2001.

SCHEIN, E.H. **Cultura organizacional e liderança**. Tradução Ailton Bomfim Brandão. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHLESINGER, C. C. B. et al. **Gestão do conhecimento na Administração pública**. Curitiba, PR: IMAP, 2008.

TONET, H. et al. **Desenvolvimento de equipes**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

TORQUATO, G. **Cultura, poder, comunicação e imagem: fundamentos da nova empresa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

**ANÁLISE DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES DA BIBLIOTECA DA UNESP DE BAURU: UMA NOVA PROPOSTA**

*ANALYSIS OF THE COLLECTION DEVELOPMENT POLICY OF THE LIBRARY OF UNESP BAURU: A NEW PROPOSAL*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Desenvolvimento Regional e Local.

SILVA, Rafaela Carolina da  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"  
Doutoranda e Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".  
[rafaela.c.silva@unesp.br](mailto:rafaela.c.silva@unesp.br)

Jean Fernandes Brito  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Mestrando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina.  
[jjeanfernandes@gmail.com](mailto:jjeanfernandes@gmail.com)

Daniela Pereira dos Reis  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"  
Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".  
[danimatihe@gmail.com](mailto:danimatihe@gmail.com)

**Resumo**

As políticas de formação e desenvolvimento de coleções são importantes mediante ao fator de que é necessário formar diretrizes para o bom desenvolvimento e melhor aproveitamento dos itens documentais que venham a pertencer ao acervo de uma unidade de informação. Sendo assim, este estudo objetivou analisar as políticas de desenvolvimento de coleção presentes na biblioteca do campus de Bauru da Universidade Estadual Paulista, mais especificamente, se elas vão de encontro com as diretrizes do Ministério da Educação e Cultura e criar uma nova proposta de política de desenvolvimento de coleções para a instituição. O estudo é qualitativo e descritivo e utilizou-se dos sites das bibliotecas da Universidade Estadual Paulista, especialmente a de Bauru, para a coleta de dados. Para tanto, foi realizada uma análise da instituição, observando os passos escolhidos para o desenvolvimento da política local (que ainda está sendo implantada), com vistas a uma melhor descrição dos assuntos a serem abrangidos. Nesse contexto, contando que a política oficial ainda não foi, em seu total, institucionalizada, torna-se mais fácil à unidade de informação adaptar as novas diretrizes ao manual existente. Desse modo, o bibliotecário pode ser visto como um pesquisador, que atua junto com o usuário, e não só medeia a informação. Portanto, deve-se levar em conta, antes mesmo de se elaborar uma política de coleções local, aspectos estruturais das unidades de informação como também políticas de preservação, conservação e divulgação do acervo.

**Palavras-chave:** Política de desenvolvimento de coleções, Ministério da Educação e Cultura, biblioteca da UNESP de Bauru.

**Abstract**

Collection development policies are important, because they guide the development and use of the items of the collection of an information unit. This study aimed to analyze the collection development policies presented in the Universidade Estadual Paulista library, Bauru Campus, specifically if it follows the guidelines for collection policies of the Ministry of Education and Culture, seeking to create a new proposal for the collection development policy of the institution. The research has qualitative approach, and descriptive type, and used the site of the library for the data collection. An analysis of

the institution was carried out, observing the steps chosen for the development of the local policy (which is still being implemented), with a view to a better description of the subjects to be covered. Since official policy has not yet been institutionalized in its totality, it is easier for the information unit to adapt the new guidelines to the existing manual. In this way, the librarian can be seen as a researcher, who acts together with the user, and not only mediates the information. From this perspective, it is necessary to take into account, even before drawing up a local collection policy, the structural aspects of the information units, as well as preservation, conservation, and dissemination policies of the collection.

**Keywords:** Collection development policy, Ministry of Education and Culture, UNESP of Bauru library.

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas de formação e desenvolvimento de coleções são importantes mediante ao fator de que é necessário formar diretrizes para um bom desenvolvimento e um melhor aproveitamento dos itens documentais que venham a pertencer ao acervo de uma unidade de informação. Sendo assim, este estudo objetivou analisar a política de desenvolvimento de coleção presente na biblioteca do campus de Bauru da Universidade Estadual Paulista (UNESP), mais especificamente, identificar se elas vão de encontro com as diretrizes do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e criar uma nova proposta de política de desenvolvimento de coleções específica para a instituição. O estudo é qualitativo e descritivo e utilizou-se dos sites das bibliotecas da UNESP, especialmente a de Bauru, para a coleta de dados.

Atualmente a Divisão Técnica de Biblioteca e Documentação da UNESP - Campus de Bauru tem 41 anos de atividades; é uma das 32 bibliotecas da Rede de Bibliotecas da UNESP. Teve seu início por volta do ano de 1973, quando os primeiros registros de livros foram tombados.

Seu registro no Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura (MEC) só se deu em 1977, configurando sua data de início. A Biblioteca Central da Fundação Educacional de Bauru (FEB) foi enquadrada na categoria de Biblioteca Universitária em 14 de novembro de 1977 e registrada no Conselho Regional de Biblioteconomia 8ª Região em 02 de agosto de 1989.

No começo a biblioteca era voltada exclusivamente para a área de exatas, mais precisamente para a engenharia, que abrangia os cursos oferecidos na antiga FEB. Com os cursos de Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica, a faculdade se mantinha com algumas verbas governamentais, e assim tornava, apesar de ser particular, com um custo acessível.

Com o passar do tempo a faculdade foi se expandindo, foram introduzidos alguns cursos de licenciaturas, e se tornou Universidade de Bauru (UB), mas assim mesmo continuava a ter uma única biblioteca. Com o decorrer do tempo o local de instalação começou a ficar pequeno e iniciou-se a construção do Campus, bem afastado do centro da cidade.

Em 1988 a Universidade de Bauru foi encampada pela Universidade Estadual Paulista e a biblioteca passou a ser denominada como Divisão de Biblioteca e Documentação do Campus de Bauru, sendo subordinada à Administração Geral, e não a uma faculdade ou instituto. A Biblioteca está localizada em um ponto central do campus, e conta com uma área de 1.466m<sup>2</sup> de construção. É uma unidade única e multidisciplinar, pois atende um público diferenciado das três áreas do conhecimento: Exatas, Humanas e Biológicas.

O acervo conta hoje com cerca de 75 mil exemplares, 966 títulos de periódicos, 2.500 teses/dissertações e 4.500 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's). Possui cerca de 5 mil alunos inscritos na biblioteca (alunos de graduação, pós-graduação e colégio técnico), 400 funcionários/professores, atendendo à comunidade em geral.

O campus administra três cursinhos das faculdades (Faculdades de Artes, Arquitetura e Comunicação (FAAC), Faculdade de Ciências (FC) e Faculdade de Engenharia (FE)). A Biblioteca se subdivide em duas supervisões:

- Supervisão Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação (STATI), o processamento técnico, onde se dá todo o processo de aquisição e disponibilização dos materiais para que sejam utilizados. É o setor responsável pelo Desenvolvimento de Coleções do Acervo local;
- Supervisão Técnica de Referência e Atendimento ao Usuário (STRAUD), onde funciona o coração da Biblioteca, se dá vida aos livros disponibilizados no acervo pelo atendimento ao usuário.

Seu quadro de funcionários conta com nove Bibliotecários e 11 Assistentes de Suporte Acadêmico, tendo perdido a vaga de técnico de informática a pouco tempo e com três funcionários prestando serviços em outro setor. Atende a 22 cursos de graduação, 11 cursos de especialização, 13 cursos de mestrado e sete cursos de doutorado, assim distribuídos:

- Faculdade de Ciências: 10 cursos de graduação, cinco de mestrado, cinco de doutorado;
- Faculdade de Artes, Arquitetura e Urbanismo: oito cursos de graduação, quatro de mestrado, um de doutorado;
- Faculdade de Engenharia: quatro cursos de graduação, 11 de especialização, quatro de mestrado, um de doutorado.

Realizam ainda atividades de Comutação bibliográfica, Empréstimo entre bibliotecas, atendimento à base de dados, correções/informações sobre referências bibliográficas e possui alguns projetos desenvolvidos em conjunto com professores do campus, como a Contação de Histórias, que atende ao público do Centro de Convivência Infantil (CCI) - a creche que atende as crianças dos funcionários e alunos do campus em período integral. Em sua grande maioria, é a Biblioteca circulante (quando os funcionários da biblioteca vão até um local levando livros e prestando um atendimento à comunidade) quem atende aos alunos do Colégio Técnico (CTI).

Possui o sistema de auto empréstimo e auto devolução e seus materiais já são disponibilizados com o sistema de RFID. O horário de funcionamento é das 8 horas às 22:45 horas de segunda a sexta, e aos sábados das 8 horas às 11:45 horas. A Biblioteca acredita que é sempre oportuno atender bem seus usuários, enfatizando sua missão de disponibilizar informação em diversas mídias e suportes, apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica, colaborando com a geração de conhecimento e para com a qualidade de vida do cidadão; os valores de ética, qualidade, comprometimento, responsabilidade, comunicação, valorização das pessoas; e a visão da biblioteca de tornar-se uma biblioteca de excelência, promovendo o acesso e a divulgação de produtos e serviços informacionais, e, conseqüentemente, ser reconhecida como referência pela comunidade acadêmica do campus de Bauru e pela Rede de Bibliotecas da UNESP (BAURU.UNESP, 2012).

A Biblioteca é subordinada à Central Geral de Bibliotecas (CGB), que funciona em São Paulo/SP e em Marília/SP, e é responsável por 32 bibliotecas da Rede UNESP. Nesse contexto, estabelecer um manual com as diretrizes para a seleção de materiais é de extrema importância para que a coleção da biblioteca se desenvolva de modo coerente e de acordo com seus objetivos institucionais.

As unidades de informação estão condicionadas às mudanças paradigmáticas que assolam a sociedade e isso se reflete na adoção de novas posturas e atuações. Se outrora a função precípua da Biblioteca consistia na guarda e preservação da memória, atualmente, o foco está no acesso e na disponibilização das informações.

A modernidade insere novos desafios ao cotidiano biblioteconômico. O aquecimento do mercado editorial tem proporcionado a expansão da literatura científica e convencional, impondo ao profissional uma nova rotina de trabalho pautado na triagem e seleção, visto a impossibilidade de aquisição de todos os títulos. A restrição não é apenas financeira, mas, sobretudo física.

Assim como é improvável que as bibliotecas disponham de investimentos suficientes para a aquisição de todas as publicações disponíveis no mercado, também é improvável dispor de uma estrutura física capaz de armazená-las. Logo, a qualidade de uma biblioteca não pode ser mensurada com base no volume do acervo, mas na disponibilização de informações relevantes à comunidade a que se destina.

As diretrizes contidas no manual auxiliam o profissional bibliotecário na tomada de decisão quanto à seleção, racionalizando e padronizando processos. Um instrumento formal estabelece prioridades em relação à aquisição dos materiais que irão compor o acervo, permitindo que a atividade seja sistematizada e consistente, contemplando as áreas que por ventura estiverem em desfalque, equilibrando o acervo de modo a dar suporte às diversas atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão.

A formalização do documento constitui o primeiro passo para a concretização da Política de Desenvolvimento de Coleções da Divisão Técnica de Biblioteca e Documentação da UNESP/Campus de Bauru. Portanto, a Biblioteca da UNESP Campus de Bauru, denominada oficialmente de Divisão Técnica de Biblioteca e Documentação a partir de 22 de setembro de 1999, pela Resolução UNESP número 46, é uma das 32 Bibliotecas da Rede UNESP distribuídas em 23 cidades do Estado de São Paulo, sendo a única a atender três Faculdades simultaneamente, responde administrativamente ao Grupo Administrativo do Campus (GAC) e, tecnicamente, à Coordenadora Geral de Bibliotecas

(CGB).

Nesse caso, o estabelecimento de um manual que relacione as diretrizes para a seleção de materiais torna-se imprescindível, pois racionaliza o processo, permitindo o desenvolvimento equilibrado do acervo. Evita o simples acúmulo e garante que a coleção se desenvolva com o foco na qualidade.

Grandes acervos estáticos pouco contribuem para a formação universitária, o que efetivamente se valoriza é a pertinência dos materiais aos interesses dos usuários. Entretanto o processo não é simples, requer conhecimento acerca das áreas abrangidas pelo campus, as bibliografias básicas e complementares dos cursos e as necessidades dos usuários, além de bom senso.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A preocupação com o desenvolvimento de coleções em bibliotecas apresenta um nítido incremento a partir das últimas décadas, quando se tornou cada vez mais claro, para bibliotecários e administradores em geral, que era praticamente impossível acompanhar o ritmo alucinante de crescimento dos materiais informacionais. (VERGUEIRO, 1993, não paginado).

Devido às novas tecnologias, os recursos informacionais acabaram se tornando híbridos, ou seja, podem ser disponibilizados tanto no formato digital como no impresso. Logo, as políticas criadas são importantes para o profissional da informação na medida em que, nos dias de hoje, devido à demanda de informação advinda de todos os cantos do mundo, torna-se necessário ter certo cuidado com o que se quer adquirir em um acervo e qual o modo certo de passar essa informação adiante.

Desse modo, “[...] a política irá funcionar como diretriz para as decisões dos bibliotecários em relação à coleção do material a ser incorporado ao acervo e à própria administração dos recursos informacionais”. (VERGUEIRO, 1989, p. 25.), propondo:

[...] deixar clara a filosofia a nortear o trabalho bibliotecário no que diz respeito à coleção. Mais exatamente, trata-se de tornar público, expressamente, o relacionamento entre o desenvolvimento de coleção e os objetivos da instituição a que esta coleção deve servir. (VERGUEIRO, 1989, p. 25).

A formação e o desenvolvimento da coleção são tão importantes quanto o próprio acervo, pois

[...] ela irá prover uma descrição do estado geral da coleção, apontar o método de trabalho para a consecução dos objetivos e funcionar como elemento de argumentação do bibliotecário, dando-lhe subsídios para discussão com autoridades superiores, tendo para a obtenção de novas aquisições como para recusa de imposições estapafúrdias. (VERGUEIRO, 1989, p. 25).

Sendo assim, sem políticas de desenvolvimento de coleções, o acervo pode conter itens duplicados e/ou documentos que nem mesmo serão/são utilizados pelos usuários. Tal situação faz com que um grande espaço seja desperdiçado, quando poderia, ali, conter itens que supririam as necessidades informacionais dos usuários da unidade de informação em questão

## 3. ANÁLISE DA BIBLIOTECA DE BAURU: COMPARAÇÃO COM AS DIRETRIZES DO MEC

Para a avaliação da biblioteca, segundo o MEC, verifica-se o espaço físico como dimensão – espaço físico adequado para o número de usuários e tipo de atividades desenvolvidas; acústica – isolamento de ruídos externos, iluminação – luminosidade natural ou artificial, ventilação – adequada às necessidades climáticas, mobiliário e aparelhagem específicos – adequados e suficientes e Limpeza. Assim, verificando ainda as instalações para o acervo como espaços, mobiliário e equipamentos, manutenção da umidade correta.

Em relação ao acervo, analisando os periódicos nos critérios informatização (catalogação, controle de periódicos, reserva e empréstimo, comutação, consulta ao catálogo local e remoto, preferencialmente com o protocolo Z-39.50 ou similar) e as bases de dados dando notas quando existe - muito bom e quando não existe - muito fraco. Política de aquisição, expansão e atualização; Documento com critérios definidos para política de aquisição de acervo e comprovação de compra realizada nos últimos três anos em concordância com a proposta pedagógica.

Serviços, sendo: Existência de serviço de empréstimo domiciliar; Acesso a serviço de cópias



de documentos internamente; Existência de serviço de empréstimo entre bibliotecas - oferta do serviço de comutação bibliográfica no país e no exterior; Existência de serviço de consulta à bases de dados (da instituição ou remoto de outras instituições); Existência de bibliotecário (um para cada 1000 membros da comunidade acadêmica); Existência de pessoal auxiliar (três para cada 1 bibliotecário); Programa de treinamento de usuários que ensine a normalizar trabalhos acadêmicos; Existência de conjunto de normas Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - documentação material com as normas de apresentação de trabalhos da instituição. No que diz respeito ao Horário de funcionamento da biblioteca; Serviço de acesso ao acervo; Pessoal técnico e administrativo e Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos.

No âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e da regulação dos cursos de graduação no País prevê-se que os cursos sejam avaliados periodicamente. Assim, os cursos de educação superior passam por três tipos de avaliação: para autorização, para reconhecimento e para renovação de reconhecimento:

- Para autorização: Essa avaliação é feita quando uma instituição pede autorização ao MEC para abrir um curso. São avaliadas as três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas.

- Para reconhecimento: Quando a primeira turma do curso novo entra na segunda metade do curso, a instituição deve solicitar seu reconhecimento. São avaliados a organização didático-pedagógica, o corpo docente, discente, técnico-administrativo e as instalações físicas.

- Para renovação de reconhecimento: Essa avaliação é feita de acordo com o Ciclo do Sinaes, ou seja, a cada três anos. Os cursos que não fazem Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), obrigatoriamente terão visita *in loco* para este ato autorizado. De acordo com a comunidade científica da área de biblioteconomia e ciência da informação no Brasil, a biblioteca universitária tem como objetivo principal apoiar os programas de ensino, pesquisa e extensão:

- A avaliação da formação acadêmica e profissional permite a apreensão da qualidade do curso no contexto da realidade institucional, no sentido de formar cidadãos conscientes e profissionais responsáveis e capazes de realizar transformações sociais.

A avaliação interna das instituições, também denominada de auto-avaliação, faz parte da Avaliação Institucional e caracteriza-se como um processo contínuo por meio do qual as Instituições de Educação Superior (IES) constroem conhecimento sobre a sua própria realidade com o objetivo de compreender os significados do conjunto de suas atividades educativas e alcançar maior relevância social. É coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é criada por cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da auto-avaliação institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Os aspectos avaliados pela Avaliação Interna estão descritos nas Orientações Gerais para o roteiro da auto-avaliação, documento de orientações e sugestões do Sinaes. Esses aspectos são divididos em três núcleos: Núcleo básico e comum, Núcleo de temas optativos e Núcleo de documentação, dados e indicadores. O núcleo básico e comum contempla as informações que obrigatoriamente devem integrar os processos de todas as IES. Já o núcleo de temas optativos contém tópicos que podem ser ou não selecionados pelas IES para avaliação.

Por fim, no núcleo de documentação, dados e indicadores são apresentadas informações que podem contribuir para fundamentar e justificar as análises e interpretações. O ciclo da Avaliação interna é de dois anos e, ao final deste processo, a CPA deve produzir relatório final de avaliação interna e encaminhar ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos (Inep).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é qualitativa e do tipo descritiva. Em relação aos procedimentos metodológicos, optou-se em realizar uma pesquisa documental, pois, segundo Gil (2008) esta tipologia vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

O objeto de estudo foi intensificado na análise do site da biblioteca da UNESP de Bauru. Os elementos de análise se caracterizaram pela relação entre política de desenvolvimento de coleções da instituição e as diretrizes do MEC. Mais especificamente, analisou-se: 1) os objetivos de criação

dessas políticas, 2) a criação de políticas de acordo com as diretrizes institucionais, 3) as formas de relacionamento com o público, 4) a estrutura das políticas, e 5) as formas de interação dos usuários para com a biblioteca.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acervo de uma unidade de informação deve ser constituído, a partir dos seus recursos orçamentários, de diversos tipos de materiais, independente do suporte físico, servindo de apoio informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Abaixo serão listadas algumas sugestões para um desenvolvimento de coleções e construção do acervo da Biblioteca- UNESP - Campus de Bauru.

Foram tomadas por base a literatura proposta por Figueiredo (2008) e o desenvolvimento de políticas de desenvolvimento de coleções da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), que são organizados por: formação do acervo, prioridade de aquisição e doações.

Assim, para a formação do acervo, as fontes de seleção devem constituir:

- Bibliografias gerais e especializadas;
- Catálogos de editoras e livrarias;
- Diretórios de periódicos;
- Sugestões de usuários;
- Base de dados;
- Sites de editoras, livrarias e bibliotecas.

A seleção do acervo bibliográfico deve obedecer aos seguintes critérios:

- Adequação ao currículo acadêmico e às linhas de pesquisa;
- Adequação do material aos objetivos e níveis educacionais da instituição;
- Autoridade do autor e/ou editor;
- Atualidade;
- Qualidade técnica;
- Quantidade (excesso/escassez) de material sobre o assunto na coleção;
- Cobertura/tratamento do assunto;
- Custo justificado;
- Idioma;
- Número de usuários potenciais;
- Conveniência do formato e compatibilização com equipamentos existentes.

Com o objetivo de garantir a qualidade do processo de seleção do acervo bibliográfico, recomenda-se observar:

- Quais as bibliografias básicas das disciplinas que são atualizadas periodicamente pelos docentes, cabendo às unidades encaminhar as solicitações à biblioteca via sistema;
- Coleta de sugestões de materiais feitas pelo corpo discente, através do sistema de informação;
- cursos em implantação e/ou em fase de reconhecimento e reformulações curriculares;
- Renovação de assinaturas de periódicos científicos e informativos;
- Cursos de pós-graduação em fase de reconhecimento, credenciamento ou credenciamento.

Portanto, para cada tipo de material:

##### a) Livros

Serão adquiridos todos os títulos das bibliografias básicas de cada disciplina na proporção de 1 (um) exemplar para até 8 (oito) alunos (conforme recomendação do MEC). A solicitação de quantidade maior deverá ser baseada no número de alunos matriculados na disciplina e deverá ser encaminhada à Direção da Rede da CGB/UNESP.

##### b) Periódicos

A cada ano a Rede de Bibliotecas CGB/UNESP realizará uma avaliação nas estatísticas de uso dos periódicos correntes com o objetivo de colher subsídios para tomada de decisão nas renovações dos mesmos - a listagem dos títulos com seus respectivos usos.

##### c) Referência

Será dada atenção especial à aquisição das obras de referência, como enciclopédias, dicionários gerais e especializados, atlas, guias.

##### d) Multimeios

Devem ser adquiridos materiais não convencionais, quando comprovada a necessidade da comunidade universitária destes para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

**e) TCC**

Serão aceitos somente em meio eletrônico (PDF), e disponibilizados na página da Biblioteca. As Bibliotecas Setoriais deverão assumir o processamento técnico dos cursos de seus respectivos centros de ensino.

**f) Teses e Dissertações**

Manter um exemplar impresso e em meio eletrônico (PDF), disponibilizados na página da biblioteca.

**g) Monografias de Cursos de Especialização**

Serão aceitos somente em meio eletrônico (PDF), nota mínima 9 (nove) e disponibilizados na página Biblioteca. As Bibliotecas Setoriais deverão assumir o processamento técnico dos cursos de seus respectivos centros de ensino.

As propriedades de aquisição da Rede de Bibliotecas CGB/UNESP estabelece as seguintes prioridades para aquisição de material:

- obras da bibliografia básica das disciplinas dos cursos de graduação;
- assinatura de periódicos conforme indicação dos docentes;
- periódicos de referências (bases de dados);
- obras para cursos em fase de reconhecimento, credenciamento ou implantação.

A aquisição de materiais de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) deverá ser custeada pelos próprios cursos, como também a definição de seus critérios e prioridades deverão ser atribuições dos coordenadores dos mesmos. Nesse mesmo sentido, os critérios para seleção de doações são os mesmos utilizados para a seleção de material, adquiridos por compra, descritos anteriormente.

De acordo com Cunha (2004, p. 9), para se desenvolver uma política de desenvolvimentos de coleções para acervos públicos e privados,

Em primeiro lugar, precisamos lembrar que temos [...] formas de leitura. Em segundo lugar, essas formas de leitura não substituem a outra, feita em documentos escritos: jornais, revistas, livros de todos os tipos. Não se trata de excluir as mais atuais fontes de informação, marcadas pela rapidez e pela concretude da imagem. Trata-se de não descartar a leitura que, exatamente pela menor rapidez e maior abstração, impõem um componente de reflexão e de análise imprescindíveis na definição do leitor mais atento e crítico. (CUNHA, 2004, p. 9).

Nesse sentido, uma política de desenvolvimento de coleções deve abarcar um estudo de comunidade, das políticas de seleção e dos processos de seleção, aquisição, avaliação, desbastamento e descarte de materiais (VERGUEIRO, 1989). Em uma biblioteca universitária, segundo Vergueiro (1989), os objetivos institucionais são de apoiar os programas de ensino, pesquisa e extensão, abrangendo um acervo de livros e periódicos técnico-científicos.

Logo,

A Divisão Técnica de Biblioteca e Documentação do câmpus de Bauru tem por objetivo dar suporte informacional à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), à Faculdade de Ciências (FC) e à Faculdade de Engenharia (FE), atendendo aos corpos docente, discente e servidores técnico-administrativos, bem como à Administração Geral, Colégio Técnico Industrial, vinculado à Faculdade de Engenharia, e ao Instituto de Pesquisas Meteorológicas (IPMet). (BAURU.UNESP, 2012).

Assim, tendo em vista os objetivos da biblioteca do campus de Bauru (UNESP), bem como sua missão e valores, segue abaixo um esboço de uma nova proposta de política de desenvolvimento de coleções mais adequada ao local. Para tanto, foi realizada, nesse trabalho, uma análise da instituição, observando os passos escolhidos para o desenvolvimento da política local (que ainda está sendo implantada), com vistas a uma melhor descrição dos assuntos a serem abrangidos.

Nesse contexto, contando que a política oficial ainda não foi, em seu total, institucionalizada, torna-se mais fácil à unidade de informação adaptar as novas diretrizes ao manual existente. Sendo assim, a partir das diretrizes do MEC e das discussões de Weitzel (2006), constatou-se necessário acrescentar, à política já existente, novas abrangências; no mesmo sentido, foi preciso retirar alguns tópicos.

**1. Apresentação da instituição**

- 1.1 Histórico
- 1.2 Objetivos institucionais
- 1.3 Missão da instituição
- 1.4 Visão institucional
  
2. Objetivos da política de desenvolvimento de coleções local
  - 2.1 Perfil da comunidade abrangida
  - 2.2 Perspectivas de novas aquisições
  - 2.3 Padronização dos processos de aquisição
    - 2.3.1 Critérios de aquisição e seleção
  
3. Perfil da coleção local
  - 3.1 Distribuição percentual do acervo: descrição do total de itens já existentes no acervo
  - 3.2 Idade do acervo
  - 3.3 Idiomas abrangidos pela coleção
  
4. Descrição das áreas e formatos de suportes informacionais cobertos pela biblioteca
  - 4.1 Processamento técnico do material
5. Descrição do processo e da política de seleção
  - 5.1 Compra
    - 5.1.1 Visita técnica ao acervo onde se quer realizar as compras
  - 5.2 Permuta
  - 5.3 Doação
    - 5.3.1 Visita técnica ao acervo que quer ser doado
  - 5.4 Processo de avaliação dos itens a serem adquiridos
    - 5.4.1 Critérios de desbaste
    - 5.4.2 Critérios de descarte
  
6. Outros aspectos importantes
  - 6.1 Reposição de Material
  - 6.2 Baixa Patrimonial
  - 6.3 Recentes Aquisições/Exposições
  - 6.4 Controle/Estatística
  - 6.5 Incorporação
  - 6.6 Inventário
  - 6.7 Encadernação/Restauração
  - 6.8 Código de Barras
  - 6.9 Livros do acervo Danificado/Riscados
  - 6.10 Material recebido do NEaD – UNESP/UNIVESP
  
7. Documentos correlatos
  - 7.1 Plano de desenvolvimento institucional
    - 7.1.1 Planejamento estratégico das bibliotecas da UNESP como um todo
    - 7.1.2 Planejamento tático da biblioteca do campus de Bauru
    - 7.1.3 Planejamento operacional dos recursos locais
  - 7.2 Diretrizes do MEC para políticas de desenvolvimento de coleções
  - 7.3 Diretrizes da Biblioteca Nacional para políticas de desenvolvimento de coleções
  - 7.4 Literatura proposta por Figueiredo (2008)
  - 7.5 Desenvolvimento de políticas de desenvolvimento de coleções da FESPSP
  
8. Critérios de avaliação da política e dos serviços oferecidos pela instituição
  - 8.1 Revisão dos documentos correlatos
  - 8.2 Estudo dos níveis de satisfação dos usuários perante os produtos e serviços oferecidos pela instituição
  - 8.3 Revisão da correlação entre o orçamento anual proposto pela unidade e o montante real recebido
  - 8.4 Determinação dos pontos fortes e fracos da política

Desse modo, o bibliotecário deve ser visto como um pesquisador, que atua junto com o

usuário, e não só media a informação. Portanto, deve-se levar em conta, antes mesmo de se desenvolver uma política de coleções local, aspectos estruturais das unidades de informação (conhecimento do acervo em detalhes: levar em conta questões de umidade, luz e materiais), como também políticas de preservação, conservação e divulgação do acervo (destacando possíveis oficinas ao ingressantes; e levando em conta diretrizes de segurança de bibliotecas, o que inclui não só o acervo, mas também o prédio e as pessoas que frequentam a biblioteca, ou seja, funcionários e usuários da informação).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho definiu seu objetivo de estudo a partir das mudanças cognitivas e emocionais advindas da chamada “Sociedade da Informação”, onde a explosão informacional, em especial, a utilização de linguagens convergentes em meio às TIC, torna indispensável, no fluxo de informação, o reconhecimento desse novo paradigma social. Os processos de recuperação, armazenagem, uso e geração de conhecimento, nesse sentido, transformam o dia a dia dos profissionais e usuários da informação.

Dessa maneira, os bibliotecários devem, se utilizar do desenvolvimento de uma política de coleções, de forma que os produtos e serviços oferecidos pela unidade em que trabalham tenham suporte em um documento para além da pesquisa da biblioteca, sendo vinculada e subordinada a um grupo administrativo a qual deve prestar contas. Para tanto, o profissional da informação, juntamente com a instituição em que trabalha, necessita estudar seu público e, concomitantemente, a missão e a visão da instituição em que trabalha.

Neste contexto, as formas de percepção interagem na facilitação do acesso às informações de maneira geral. O esforço, por parte dos bibliotecários, na disseminação de linguagens imagéticas, não se reduz ao uso das novas mídias, mas na determinação de formas de percepção e metodologias que despertem seres críticos em relação à informação que recebem.

Nessa perspectiva, o trabalho apresenta um mapeamento institucional da biblioteca da UNESP, campus de Bauru, abrangendo o público de abrangência, os produtos e os serviços oferecidos e a questão da política de desenvolvimento de coleções no local. A pesquisa mostrou que a política ainda está sendo desenvolvida no local e, que o que foi feito até o presente momento precisa ser revisto em termos de alguns assuntos importantes não destacados.

Identificou-se, assim, que a orientação de elementos essenciais no processo de inclusão social não é, na maioria das vezes, feita pelos profissionais da informação. Portanto, é a percepção das modificações da sociedade contemporânea que irá fazer com que metodologias e práticas especializadas sejam utilizadas no processo de construção de um conhecimento coletivo.

Para tal, a pesquisa buscou embasamento teórico nas diretrizes para desenvolvimento de coleções do Plano de desenvolvimento institucional da biblioteca estudada, do Planejamento estratégico das bibliotecas da UNESP como um todo, do Planejamento tático da biblioteca do campus de Bauru, do Planejamento operacional dos recursos locais, das Diretrizes do MEC, das Diretrizes da Biblioteca Nacional, da Literatura proposta por Figueiredo (2008) e do Desenvolvimento de políticas de desenvolvimento de coleções da FESPSP. No mesmo sentido, a fim de consolidar o estudo, foi feita uma visita de campo ao local estudado.

Dessas constatações, foi proposta uma nova política de desenvolvimento de coleções aplicável a essa biblioteca, buscando-se subsídios informacionais, para que, no futuro, se tenha uma participação maior dos bibliotecários no desenvolvimento de estruturas físicas e digitais que ainda não foram estruturadas corretamente. Sendo assim, discussões devem ser propostas e levadas em conta, de acordo com diferentes opiniões.

Dessa forma, outros textos necessitam ser explorados, outros autores mais analisados, para que tanto os bibliotecários quanto os usuários da informação atuem conscientemente e independentemente no que diz respeito ao uso da informação. Logo, destaca-se que a elaboração de definições contribui para com a consolidação dos argumentos aqui apresentados, pois fornece tanto ao profissional da informação quanto aos usuários das unidades de informação, explicações extraídas e consistentes da própria literatura.

## REFERÊNCIAS

BAURU.UNESP. **Sobre:** estrutura física, histórico, missão, valores e visão. Disponível em: <  
<http://www.biblioteca.bauru.unesp.br/#!/sobre/estrutura-fisica-historico-missao-valores-e-visao/>>.

Acesso em: 24 maio 2017.

BAURU.UNESP. **Sobre:** estrutura administrativa. Disponível em:  
<<http://www.biblioteca.bauru.unesp.br/#!/sobre/estrutura-administrativa/>>. Acesso em: 26 maio 2017.

BAURU.UNESP. **Sobre:** horário de atendimento. Disponível em:  
<<http://www.biblioteca.bauru.unesp.br/#!/sobre/horario-de-atendimento/>>. Acesso em: 26 maio 2017.

BAURU.UNESP. **Sobre:** regulamento. Disponível em:  
<<http://www.biblioteca.bauru.unesp.br/#!/sobre/regulamento-da-biblioteca/>>. Acesso em: 26 maio 2018.

BAURU.UNESP. **Acervo.** Disponível em: <<http://www.biblioteca.bauru.unesp.br/#!/acervo/>>. Acesso em: 26 maio 2018.

BAURU.UNESP. **Aquisição.** Disponível em: <<http://www.biblioteca.bauru.unesp.br/#!/aquisicao/>>. Acesso em: 26 maio 2018.

BAURU. UNESP. **Avaliação científica.** Disponível em:  
<<http://www.biblioteca.bauru.unesp.br/#!/avaliacao-cientifica/>>. Acesso em 26 maio 2018.

BAURU.UNESP. **Normas técnicas.** Disponível em: <<http://www.biblioteca.bauru.unesp.br/#!/normas-tecnicas/>>. Acesso em: 26 maio 2018.

BAURU. UNESP. **Periódicos do campus.** Disponível em:  
<<http://www.biblioteca.bauru.unesp.br/#!/periodicos-do-campus/>>. Acesso em 26 maio de 2018.

BAURU.UNESP. **Recursos eletrônicos e digitais.** Disponível em:  
<<http://www.biblioteca.bauru.unesp.br/#!/recursos-eletronicos-e-digitais/>>. Acesso em: 26 maio 2018.

BAURU. UNESP. **Renovação e reserva.** Disponível em:  
<<http://www.biblioteca.bauru.unesp.br/#!/renovacao-e-reserva/>>. Acesso em: 26 maio 2018.

BAURU. UNESP. **Serviços.** Disponível em: <<http://www.biblioteca.bauru.unesp.br/#!/servicos/>>. Acesso em: 26 maio 2018.

BAURU.UNESP. **Visita orientada virtual.** Disponível em:  
<<http://www.biblioteca.bauru.unesp.br/#!/visita-orientada-virtual/>>. Acesso em: 26 maio 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Padrões de qualidade para avaliação do curso de graduação.** Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 29 maio 2018.

CUNHA, M. A. A. **Guia do livro:** orientação básica para aquisição de acervos públicos e privados. Pinheiros: Câmara Brasileira do Livro, 2004.

FIGUEIREDO, N. M. de. **Desenvolvimento & avaliação de coleções.** 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Thesaurus, 1998.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO APULO. **Política de desenvolvimento de coleções da fundação escola de sociologia e política de são paulo.** São Paulo: FESPSP, 2002.

MEC, Secretaria de Ensino Superior. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 29 maio 2014.

UNESP. BR. **Coordenadoria Geral de Bibliotecas.** Disponível em:  
<<http://www.unesp.br/portal#!/cgb/cgb2350/sobre-a-cgb/>>. Acesso em: 26 maio 2014.

VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: APB, 1989. Disponível em: <<http://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/livro-desenvolvimento-de-colec3a7c3b5es.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2017.

VERGUEIRO, W. de C. S. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 1, 1993. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1208/849Acesso>>. Acesso em: 25 maio 2017.

WEITZEL, S. da R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

**ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE OPERAÇÕES ADOTADAS POR UMA INDÚSTRIA DE BEBIDAS**

**ANALYSIS OF THE OPERATIONS STRATEGIES ADOPTED BY A BEVERAGE INDUSTRY**

Área temática: 2. Desenvolvimento e Integração Regional  
Subárea temática: 2.3. Gestão Organizacional e Empreendedorismo

CARNEIRO, Matheus Borges  
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca  
Graduando em Engenharia de Produção pelo Uni-FACEF  
matheusborgescarneiro@outlook.com

COSTA, Flávio Henrique Oliveira  
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca  
Doutorando em Engenharia de Produção pela UFSCar  
flaviocosta91@hotmail.com

TABAH, June  
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca  
Mestra em Engenharia de Produção pelo Uni-FACEF  
junetabah@hotmail.com

**Resumo**

Atualmente, o cenário político e econômico brasileiro fornece uma visão desmotivadora ao segmento industrial, tornando ainda mais difícil para as indústrias nacionais competirem com concorrentes internacionais, quase impossibilitando a inserção de diferenciais como vantagem competitiva. Para contornar estas dificuldades, a empresa deve utilizar todos os recursos disponíveis para alinhar seus produtos e serviços às necessidades da demanda cada vez mais incerta. A estratégia de operações se insere neste contexto como o meio pelo qual as empresas consigam alinhar seus produtos e serviços a partir das restrições dos fornecedores e das necessidades dos consumidores. Assim, o objetivo deste artigo é verificar a estratégia de operações adotada por uma indústria de bebidas do interior do estado de São Paulo. A metodologia apresenta uma revisão da literatura, com livros, artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, e um estudo de caso com visitas *in loco* e a realização de questionário semiestruturado. A partir da pesquisa foi possível sugerir à empresa investir nos canais de divulgação, isto é, focar em estratégias de marketing, e em meios de se otimizar o fluxo informações em seus processos administrativos.

**Palavras-chave:** Vantagem competitiva, Estratégia de operações, Indústria de bebidas.

**Abstract**

*Nowadays, the brazilian political and economic scenario provides a disincentive view to the industrial segment, making it even more difficult for competitive Brazilian companies with international participation, almost making it impossible to insert differentials as a competitive advantage. To outline these difficulties, a company must use all available resources for its products and services to the needs of increasingly uncertain demand. The operations strategy inserts itself on this context as the tool for companies to achieve alignment of products and services from the constrictions between suppliers and costumers' needs. Thus, the main objective of this article is to verify the operations strategy adopted by a beverage industry in the interior of the state of São Paulo. The methodology presents a review of the literature, with books, publications on national and international papers, and a case study with in loco visits and a semi-structured questionnaire. Within this research it was possible to suggest the company to invest in disclosure channels, that is, to focus on marketing strategies, and in ways to optimize the informations flow on their business processes.*

**Keywords:** *Competitive advantage, Operations strategy, Beverage industry.*



## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o cenário político e econômico brasileiro fornece uma visão desmotivadora ao segmento industrial, tornando ainda mais difícil para as indústrias nacionais competirem em nível internacional, quase impossibilitando a inserção de diferenciais como vantagem competitiva. Além disso, as indústrias também contam com uma elevada complexidade das necessidades dos consumidores, que, somado à constante expansão do mercado globalizado, torna mais complexa a elaboração de diferenciais para as indústrias brasileiras.

Para contornar estas dificuldades, a indústria deve utilizar todos os recursos disponíveis para alinhar seus produtos e serviços às necessidades da demanda. Nesse cenário de busca por vantagens competitivas, encontra-se o setor alimentício, que requer uma qualidade ainda mais elevada que os demais setores industriais. De acordo com Borrás (2005), a preocupação pela qualidade dos alimentos se torna essencial para a busca por novos patamares competitivos.

Deste modo, as estratégias de operações no setor alimentício, mais especificamente no setor de bebidas, demandam muitos esforços do gestor para a criação de vantagens competitivas, especialmente no panorama brasileiro atual, de modo que a empresa consiga atingir patamares elevados de competição.

Neste sentido, o objetivo principal desta pesquisa é de verificar a estratégia de operações adotada em uma indústria de bebidas de Franca-SP, e, caso necessário, propor alterações para atingir vantagem competitiva. O questionamento que norteia esta pesquisa é: “Quais as estratégias de operações adotadas por uma empresa de bebidas visando vantagem competitiva?”.

Para atingir estes objetivos, esta pesquisa adotou duas abordagens distintas de método de pesquisa. Em um primeiro momento, foi feita uma revisão de literatura para se compreender a visão da academia acerca deste tema, como Skinner (1969); Porter (1985); Slack (1994); Slack (2009); Wheelwright (1984), além de artigos científicos publicados em periódicos, anais de congressos e afins.

Após esta etapa, foi feito um estudo de caso a partir da abordagem de Yin (2005) e Martins (2012) para realizar a análise de dados na indústria estudada, mediante visitas in loco, realização de questionários, de modo a interligar às ideias da academia ao contexto industrial.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

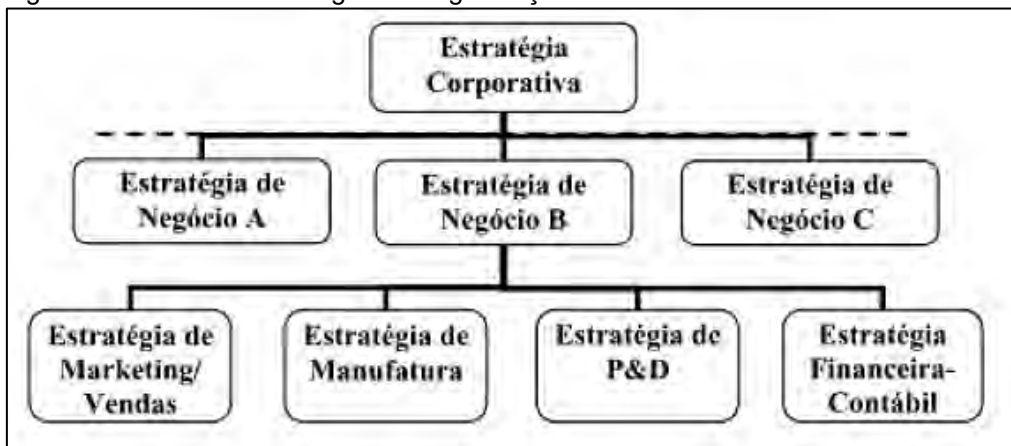
Originada do grego “Strategos”, a palavra estratégia foi inicialmente utilizada para referenciar o planejamento da guerra ou a arte do general (ARAÚJO et al; 2011). Por sua definição ser relacionada à competição direta de dois ou mais grupos, para derrotar os adversários, a palavra começou a ser utilizada também pelas empresas, que lutam acirradamente por se sustentarem no mercado cada vez mais competitivo (MINTZBERG, 2006).

De acordo com Skinner (1969), estratégia é um conjunto de planos e políticas pelos quais uma companhia objetiva ganhar vantagem competitiva sobre seus competidores. Krummenauer (2007) menciona que esse conjunto de planos e políticas dependem internamente dos recursos humanos, da estrutura física e dos recursos financeiros da empresa, e dependem externamente dos consumidores, dos concorrentes, dos canais de aquisição e distribuição.

Cabe mencionar que o ambiente externo muda constantemente, logo, para que as empresas se mantenham no mercado, se faz necessário que elas se adaptem à mudança e respondam rapidamente às oscilações do mercado (CONSENTINO DE LA VEJA; PROENÇA, 2016).

No contexto empresarial, Wheelwright (1984) define a existência de três níveis estratégicos, sendo eles a “Estratégia Corporativa”, a “Estratégia Competitiva” e a “Estratégia Funcional”. A figura 1 apresenta a estratégia nas organizações.

Figura 1 – Níveis de estratégia nas organizações



Fonte: Wheelwright (1984) e Leitner (2015).

A estratégia corporativa se refere a definição de metas e objetivos à longo prazo, bem como a elaboração de políticas e planos para atingi-los. Na maioria das empresas, o presidente é responsável pela estratégia corporativa (KRUMMENAUER, 2007). A estratégia competitiva, ou estratégia das unidades de negócios, define a missão, os objetivos e o método de competição que cada unidade de negócio adotará a fim de se atingir a vantagem competitiva (PORTER, 1985).

A estratégia funcional são as estratégias de cada um dos setores da empresa – marketing, P&D, qualidade, logística, recursos humanos – que visam dar suporte à estratégia competitiva (LEITNER, 2015). Cabe mencionar que Skinner (1969) menciona a falha na comunicação entre os níveis corporativos e funcionais, que impedem a empresa de explorar seu nível máximo de eficiência e competitividade. Beserra et al. (2010) complementa que a falta da comunicação pode gerar outros problemas, como retrabalho, aumentando os gastos da empresa.

### 3.1. ESTRATÉGIA DE OPERAÇÕES

Através do conhecimento do setor no qual a empresa está inserida, é possível elaborar estratégias funcionais condizentes com a realidade vigente, visando atingir vantagem competitiva sobre os concorrentes do setor. As origens da estratégia de operações, ou estratégia de manufatura, remonta ao final da década de 60, com Skinner (1969) alertando que as estratégias de manufatura consistentes seriam essenciais para que a empresa fosse competitiva no mercado. Venanzi e Silva (2013) complementam esta abordagem, mencionando que a integração interfuncional otimiza o fluxo de informações e auxilia a empresa no ganho de vantagem competitiva.

Uma empresa mais competitiva consegue superar a concorrência de modo ágil e contínuo, atentando tanto as oscilações da demanda quanto as do mercado globalizado. Logo, através da elaboração de políticas de estratégias de operações, a empresa deve ser capaz de responder uma questão fundamental da manufatura: quais decisões sobre os recursos produtivos resultariam na maior competitividade? (SKINNER, 1978; CORRÊA; CORRÊA, 2011).

Através deste questionamento, é possível definir estratégia de operações como as decisões e planos englobando o desenvolvimento, posicionamento e alinhamento de políticas gerenciais e as necessidades de recursos relacionados às estratégias de negócios, bem como fomentar vantagem competitiva e dar suporte as ações estratégicas (MAIA, 2012).

Conforme descrito a seguir, a estratégia de operações pode ser formulada a partir de três perspectivas, sendo elas: I- *top down*, ou de cima para baixo; II – *bottom-up*, ou de baixo para cima, e III – conciliatória.

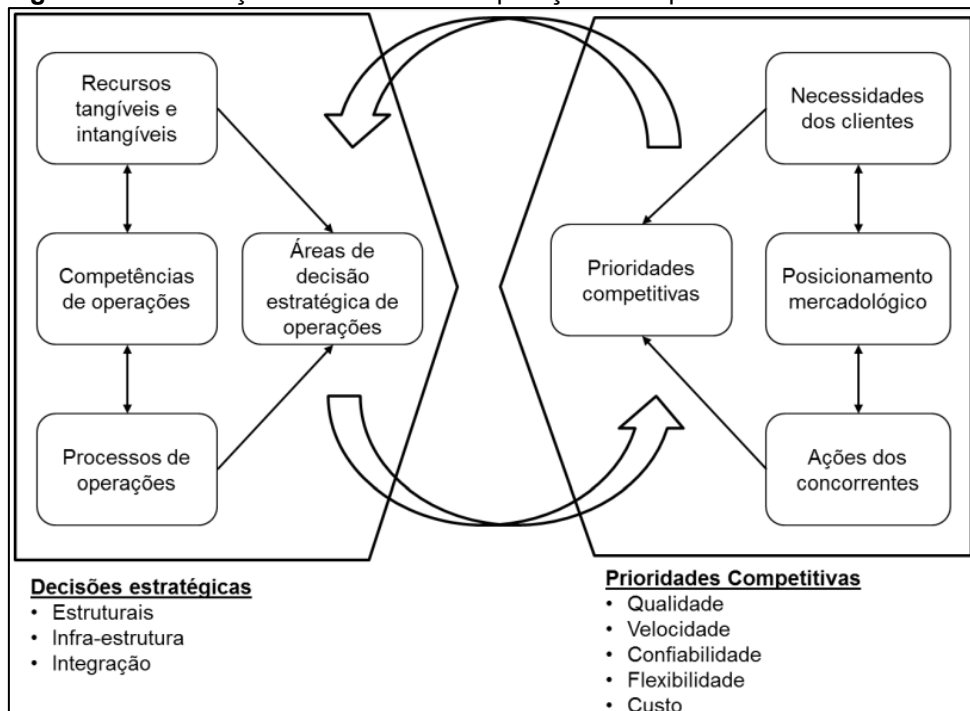
A perspectiva de cima para baixo, ou *top down*, é o reflexo do que todo o negócio ou grupo quer fazer (SLACK; LEWIS, 2009). Assim, as decisões iniciam-se na estratégia corporativa, seguidas pela estratégia de negócio e, por fim, atingem a funcional.

A perspectiva de baixo para cima, ou *bottom-up*, é uma atividade na qual as melhorias em

operações de modo cumulativo montam a estratégia gerencial da empresa (MAIA, 2012).

A perspectiva conciliatória é o somatório das duas perspectivas acima, no qual a empresa reflete o negócio da escala corporativa à funcional, e estabelece melhorias operacionais em escala funcional para estruturação sustentável à uma escala corporativa (MAIA, 2012). Essa perspectiva é responsável por conciliar os recursos de operações – internos – e os requisitos de mercado – externos (SLACK; LEWIS, 2009), conforme descrito na Figura 2.

**Figura 2 – Conciliação dos recursos de operações e requisitos de mercado**



Fonte: Adaptado de Slack e Lewis (2009) e Maia (2012)

Na Figura 2, é possível observar que as decisões estratégicas influem acerca das prioridades competitivas – na perspectiva *top down* –, e que estas influem na área de decisões estratégicas – na perspectiva *bottom-up*.

Além disso, para que as empresas consigam mensurar seu grau de eficiência em relação à concorrência, Hayes e Wheelwright (1984) desenvolveram quatro estágios competitivos da manufatura, sendo eles: I- neutralidade interna: neste estágio a empresa corrige erros graves e reduz o potencial negativo da empresa em relação aos concorrentes; II- neutralidade externa: a empresa se adequa ao nível de serviço das concorrentes; III- apoio interno: satisfaz, a partir dos níveis estratégicos internos, todos os requisitos para se adequar ao patamar da concorrência; IV- apoio externo: neste estágio a empresa possui uma estratégia manufatura proativa, ágil, com capacidade para se adequar as oscilações do mercado e, por fim, superior aos concorrentes.

Slack (2005) menciona que estes indicadores são essenciais para a empresa medir o desempenho em relação aos concorrentes e atingirem com maior assertividade a demanda incerta. Maia (2012), Moreira (2013) e Leitner (2015) citam benefícios oriundos que os indicadores podem proporcionar à empresa, sendo eles: maior compreensão do cenário que se está inserido; maior assertividade para estratégias de marketing e captação de clientes; redução de níveis de estoque; redução de custos de retrabalho, entre outros.

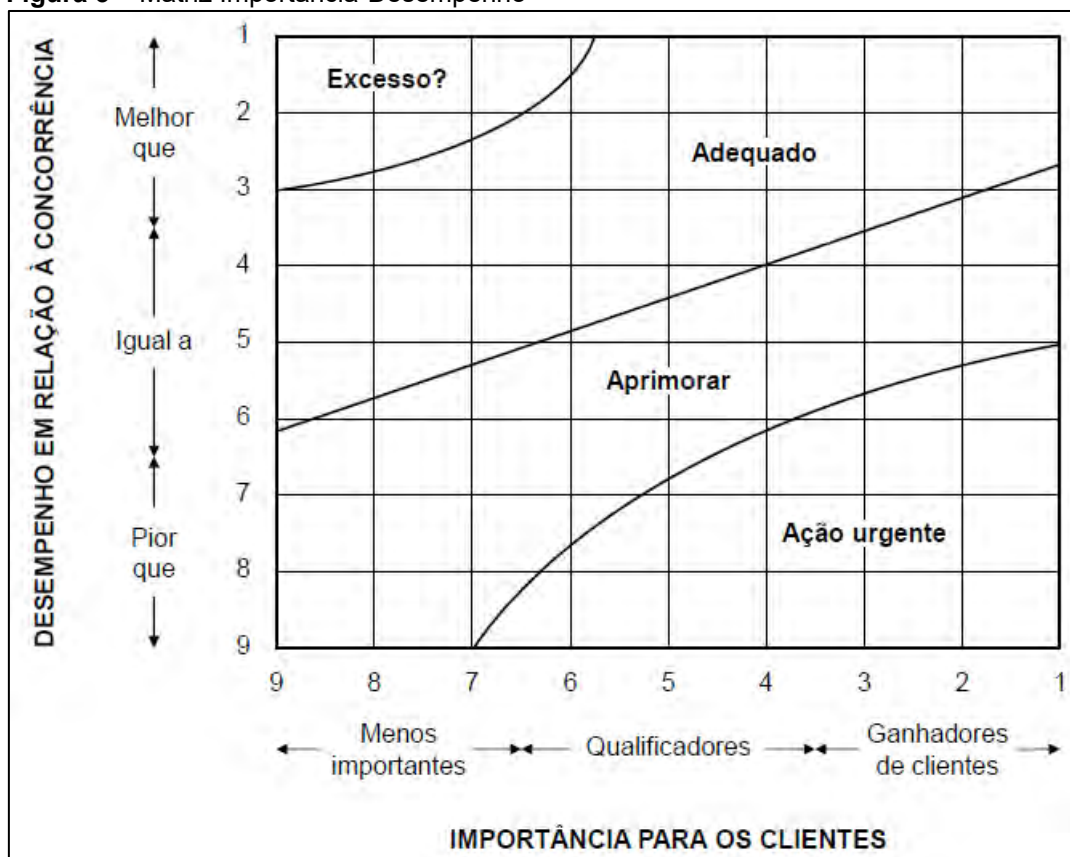
### 3.1.1. Prioridades competitivas

As prioridades competitivas podem ser definidas por Slack (2005) como os critérios que a empresa utiliza para medir seu desempenho. Maia (2012) explica que os critérios competitivos são subdivididos em três grupos: os critérios qualificadores, que posicionam a empresa no mercado; os ganhadores de pedido, que se referem aos diferenciais da empresa, e os menos importantes, que não são analisados pelos clientes.

De modo geral, as prioridades competitivas mais conhecidas e difundidas pela academia foram propostas por Slack (1994), que são qualidade, velocidade, confiabilidade na entrega, flexibilidade e custo. Wheelwright et al (1984) citam custo, qualidade, flexibilidade, desempenho na entrega e inovatividade. Fine e Hax (1985) e Platts e Gregorry (1992) mencionam o custo, qualidade, flexibilidade e desempenho nas entregas.

Hill (1995) menciona os quatro acima e acresce a marca da empresa e o suporte ao cliente como fatores-chave à elaboração de vantagem competitiva. Consentino de la Veja e Proença (2016) citam as melhorias de arranjo físico e vistas arquitetônicas como uma forma de obtenção de vantagem competitiva. Além destes critérios, foi possível verificar um crescente debate nos últimos anos acerca da prioridade ambiental (QUEIROZ, 2014) para a cadeia logística sustentável. Para alocar os critérios competitivos na empresa, foi elaborada a matriz importância-desempenho, conforme descrita na Figura 3.

**Figura 3 – Matriz Importância-Desempenho**



Fonte: Adaptado de Slack (1994)

A matriz apresentada na Figura 3 descreve os critérios competitivos em três conjuntos: menos importantes, qualificadores e ganhadores de pedidos, conforme Maia (2012). Com uma escala de nove pontos em seu eixo horizontal, é possível identificar a importância de cada um dos critérios competitivos da empresa, no qual critérios alocados no ponto 9 referem-se aos não valorizados pelo cliente, enquanto os alocados no ponto 1 são vitais à obtenção de vantagem competitiva.

No eixo vertical, é possível observar o desempenho da empresa para com seus concorrentes. Neste eixo, a escala também inclui nove pontos, no qual o ponto 1 refere-se aos critérios melhores que os da concorrência, enquanto o ponto 9 se refere aos pedidos piores que os da concorrência. Além disso, esta matriz possui quatro zonas, ou áreas: I – Zona de Ação urgente; II – Zona de Aprimoramento; III – Zona Adequada e IV – Zona de Excesso (MINTZBERG, 2006; KRUMMENAUER, 2007; SLACK et al.; 2009; CORRÊA et al., 2011; SLACK et al., 2013; LEITNER, 2015).

- I. Zona de ação urgente: A prioridade competitiva desta área possui grande importância ao cliente, porém o desempenho da empresa é abaixo que o da

- concorrência.
- II. Zona de aprimoramento: A prioridade competitiva desta área é definida pelo cliente como de grande importância, porém o desempenho da empresa é apenas satisfatório. As prioridades que se encontrarem nesta zona podem ficar à esquerda, sendo menos importantes aos clientes, ou à direita, sendo muito importantes ao cliente, e que poderão necessitar de ações de melhoria por parte da empresa.
  - III. Zona adequada: A prioridade competitiva alocada nesta área é definida pelo cliente como de grande importância, e possui um desempenho superior ao da concorrência.
  - IV. Zona de excesso: A prioridade competitiva desta área é pouco importante para o cliente, enquanto seu desempenho é superior ao da demanda. Isto significa que a empresa possa estar investindo muitos recursos em um critério pouco valorizado pelo cliente.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para que o objetivo desta pesquisa pudesse ser atingido, optou-se pela utilização de dois procedimentos de pesquisa. O método científico é a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa, onde o método pode ser descrito como a forma de se pensar para se atingir à natureza de um determinado problema, e a pesquisa nada mais é do que o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Esta pesquisa conta com dois procedimentos de pesquisa, iniciando-se pela pesquisa bibliográfica, que contém a revisão dos pontos principais do tema discutidos pela academia, seguido pelo estudo de caso, no qual foram aplicados, todos os itens da revisão de literatura na empresa estudada. A abordagem da pesquisa

O estudo de caso interliga observações empíricas para com a teoria vigente e apresenta o como e o porquê decisões foram tomadas, bem como seus resultados alcançados (YIN, 2005). É importante ressaltar a importância da coleta de dados para o estudo de caso, sendo de extrema importância para a validação da pesquisa (MIGUEL et al., 2012).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, a coleta de dados foi feita mediante observações in loco do processo de produção, além da realização de um questionário semiestruturado – que se encontra no Apêndice deste relatório –, a partir do qual foi possível identificar o posicionamento estratégico da empresa em questão. Para analisar a estratégia de operações da empresa, foi feito um estudo comparativo com os modelos encontrados pela literatura.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo de caso foi realizado mediante visitas in loco em uma indústria de bebidas, localizada no interior do Estado de São Paulo. O primeiro contato com a empresa foi feito via e-mail através do gerente de produção. Após o contato foi possível desenvolver um questionário semiestruturado e realizá-lo na empresa em questão.

A empresa estudada atua há 17 anos no mercado de bebidas, e, visando atingir diferencial competitivo, ampliou sua produção, com a fabricação de salgadinhos de milho. Por se tratar do setor de alimentos, a busca por atualizações se faz constante para desempenho de vantagens competitivas.

A empresa atualmente se caracteriza como uma Empresa de Pequeno Porte (EPP), por se tratar de uma indústria com menos que 99 funcionários (SEBRAE, 2013). Cabe mencionar que a empresa possui objetivos de ampliar sua capacidade de produção e, assim, aumentar o número de funcionários, podendo se tornar, em pouco tempo, uma empresa de médio porte.

Para o entrevistado, o foco da empresa é na fabricação e comercialização de bebidas, assim suas respostas no questionário foram direcionadas à esta linha de produção, com menor menção à linha de salgadinhos de milho. Quando perguntado acerca dos critérios competitivos adotados pela empresa, foram mencionados o custo, a disponibilidade de produção e a flexibilidade como qualificadores, a qualidade e a inovatividade como ganhadores de pedidos, e o suporte ao cliente e gestão ambiental como menos importantes.

Por sua vez, os fornecedores adotam o custo como critério competitivo. Os clientes selecionam a empresa a partir da qualidade e do custo, através do custo-benefício. Assim, percebe-se uma falta de coordenação entre os elos desta cadeia, que prejudicam o desempenho da empresa estudada.

Como a demanda da empresa é incerta, típico do ramo alimentício (Borrás, 2005), a empresa tende a ser mais flexível, adotando dois sistemas de produção: o sistema puxado, entre maio e julho, e empurrado, para elevar a disponibilidade, entre agosto e abril.

A empresa conta com três produtos principais que a sustentam no mercado, cuja produção mensal gira em torno de 720.000 litros para cada um deles. Para atingir tal produção, a produção é completamente automatizada., o que também fortalece a qualidade do produto.

A empresa consta com alguns problemas em relação aos fornecedores que impactam no desempenho da mesma, sendo eles a taxa cambial e a influência da alfândega, devido à importação de insumos, bem como a questão dos lotes mínimos de compra, que elevam os estoques de insumos e, por consequência, os desperdícios da empresa.

Em relação aos clientes, a incerteza é um fator limitante para a assertividade com as vendas. Para contornar esta situação, a empresa visa desenvolver novos produtos sempre que julga necessário, de modo que inseriu uma nova linha de produção – a dos salgadinhos de milho – visando ampliar o mix de produtos fornecidos pela empresa.

Para fortalecer o critério da disponibilidade, a empresa conta com uma planta industrial, e três centros de distribuição localizados em pontos estratégicos, que reduzem o tempo e o custo logístico, tornando o produto competitivo também em preço de venda, devido à redução de custos.

Assim, a planta é responsável pela alocação de insumos, fabricação dos produtos, e alocação de produto em processo. Em seguida, parte do produto acabado é armazenado na própria planta, enquanto o restante é distribuído aos centros de distribuição e, assim, redirecionado aos mercados varejistas, ou aos clientes específicos, para posterior comercialização.

No que tange às questões estruturais, o entrevistado menciona que a empresa, que está em fase de mudanças, busca utilização de softwares e programas especializados que auxiliem o fluxo de informação e a tomada de decisão. Assim, a empresa não possui sistema de gestão integrada (ERP), nem sistemas como MRP I ou MRP II, para auxílio no planejamento de produção.

Nas questões relacionadas a qualidade, a empresa não implanta ferramentas de melhoria, e não possui certificações como ISO 9001, pois concentra seus esforços no atendimento à demanda. A empresa também não possui certificações de gestão ambiental, porém recebeu um prêmio de uma das três melhores indústrias de bebidas do Brasil, no quesito de qualidade, higiene e segurança, pela Associação dos Fabricantes Regionais (AFREBRÁS).

Mesmo sem as práticas de gestão ambiental, a empresa possui um elevado perfil ético, doando parte de sua produção à creches e asilos da região. Contudo, o setor de marketing da empresa não favorece os diferenciais da mesma, que é algo que o entrevistado pretende sugerir ao presidente da empresa.

Assim, a partir da entrevista foi possível verificar que a empresa estudada compreende que a demanda de produtos do ramo alimentício é incerta, logo a flexibilidade e inovatividade são indispensáveis para sustentação no mercado. Outro fator interessante é que a empresa não possui concorrentes em seu município de atuação, porém, caso surja alguma, a empresa já se encontra preparada, pois possui compreensão de sua demanda, e de seus fornecedores, e das atividades da função produção que são necessárias para sustentação no mercado.

A empresa estudada adota a perspectiva top-down, na qual o presidente analisa o cenário externo e demanda mudanças internas aos níveis funcionais (SLACK; LEWIS, 2009). Em relação ao estágio de manufatura, a empresa ainda não se encontra bem posicionada em nenhum, porém suas características se assemelham ao nível II, da neutralidade externa, pois a mesma já se encontra preparada para potenciais concorrentes (HAYES; WHEELWRIGHT, 1984; SLACK et al., 2013).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o cenário competitivo atual, a estratégia de operações se insere como uma técnica para permitir à empresa desempenhar vantagem competitiva em relação aos concorrentes, se tornando um pilar para sustentar as decisões estratégicas da empresa.

Para tanto, a definição de perspectivas a se adotar (SLACK; LEWIS, 2009), estágios a se desenvolver a manufatura (HAYES; WHEELWRIGHT, 1984), forças competitivas a se tomar (PORTER, 1985), ou mesmo as decisões para conectar os setores da empresa (SKINNER, 1969) se

fazem essenciais para atingir vantagem competitiva.

Um fator limitante observado por Araújo et al. (2011) se dá quanto ao tema ser muito difundido pela academia, porém pouco abordado pelas organizações. Assim, este projeto se justifica na ponte entre a teoria academia e a realidade vigente, apontando a visão da estratégia competitiva para auxílio na tomada de decisão dos gestores.

O objetivo desta pesquisa era verificar as estratégias de operações utilizadas por uma indústria de bebidas do interior do estado de São Paulo e, caso necessário, propor alterações às mesmas. Após a realização da pesquisa, foi possível observar melhorias na estratégia de produção da empresa, e propor melhorias para que a mesma se torne mais competitiva, a partir do maior foco na divulgação da marca da empresa e da implantação de sistemas que automatizem o fluxo de informações da empresa.

O meio acadêmico é bem favorável quanto aos benefícios da estratégia de operações para a empresa, como foi possível identificar em todo o material lido. Alguns autores, como Slack (2005) mencionam que a estratégia de operações requer maior atenção dos empresários, pois ela possui a chave para a competitividade.

A empresa estudada possui uma estratégia definida, porém requer ajustes para aprimorar a competitividade. Assim, o foco em softwares para aprimorar o fluxo de informações e em marketing para melhorar a visibilidade da empresa se fazem necessários para aprimorar o nível competitivo da mesma.

Logo, a pesquisa possibilitou verificar como a estratégia é realmente vislumbrada pelo ramo empresarial, e como as teorias propostas pela academia podem ser aplicadas, a partir da compreensão do cenário que a empresa se encontra, e das restrições, estruturais ou infraestruturais, enfrentados pela mesma.

Assim, para estudos futuros, sugere-se analisar a estratégia de operações de empresas do mesmo segmento, de modo a verificar como cada empresa visualiza a estratégia de operações, compará-las entre si e apontar possíveis correlações entre as estratégias utilizadas por estas empresas.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E.A.; GONÇALVES, B.S. de O.; ARAÚJO, A.C.; MUSETTI, M.A. **Estratégias de operações: Estudo de casos em duas indústrias calçadistas de Franca/SP.** In: XXXI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (ENEGEP), 31. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Engenharia de Produção (ABEPRO), 2011.

BESERRA, R.A.; CAVALCANTI, M.A.; SELVAM, M.M.; VIEIRA, R.R.M.; QUEIROS, V.T. de M. **Estratégia de operações e a utilização da matriz de importância e desempenho: Um estudo no setor alimentício.** In: XXX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (ENEGEP), 30. *Anais...* São Carlos: Associação Brasileira de Engenharia de Produção (ABEPRO), 2010.

BORRÁS, M.A.A. **Proposta de estrutura e de método para coordenação da qualidade em cadeias de produção agroalimentares.** 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2005, 342 p.

CONSENTINO DE LA VEGA, R.; PROENÇA, A. **Competição e ‘vantagem arquitetônica’ em uma indústria: Uma nova dimensão em estratégia de operações.** In: XXIII SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (SIMPEP), 23. *Anais...* Bauru: Associação Brasileira de Engenharia de Produção (ABEPRO), 2016.

CORRÊA, C.A.; CORRÊA, H.L. O processo de formação de estratégias de manufatura em empresas brasileiras de médio e pequeno porte. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, v. 15, n. 3, art. 5, 454-475, maio-jun, 2011.

HAYES, R.; WHEELWRIGHT, S.C. **Restoring our competitive edge: competing through manufacturing.** New York: John Wiley & Sons, 427 p., 1984.

KRUMMENAUER, L.L. **A estratégia de produção em grandes empresas alimentícias da região do Vale do Taquari-RS**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2007, 131 p.

LEITNER, C. P. S. **Estratégias de operações de propriedades produtoras de grãos do núcleo oeste de Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2015, 218 p.

MAIA, Leonardo Caixeta de Castro. Contribuições para os estudos de estratégia de operações: um levantamento bibliográfico. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE (RACEF)**, 2012, v. 3, n. 1, 12 p.

MIGUEL, P.A.C. (coord.). **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão das operações**. Rio de Janeiro: Elsevier, ABEPRO, 2 edição, 260 p, 2012. ISBN 978-85-352-4850-0.

MINTZBERG, H. Cinco P's para Estratégia. In: MINTZBERG, H.; LAMPEL, J.; QUINN, J. B.; GHOSHAL, S. **O Processo da Estratégia – Conceitos, Contextos e Casos Selecionados**. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 4. ed Porto Alegre: Bookman, 2006, Cap 1, p. 24–29.

MOREIRA, C.C. **Percepções de responsáveis pela aquisição de alimentos para a família sobre compra e consumo de alimentos saudáveis**. Florianópolis, 2013. 105p. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Universidade Federal de Santa Catarina.

PORTER, M.E. **Competitive Advantage**. New York: Macmillan, 1985.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. Recurso eletrônico. 2ª edição. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

QUEIROZ, G.A.; OLIVEIRA, J.A. de; CAMPAROTTI, C.E.S.; ESPOSTO, K.F. **A sustentabilidade ambiental como prioridade competitiva da estratégia de operações: Um estudo de caso**. In: XXI SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (SIMPEP), 21. *Anais...* Bauru: Associação Brasileira de Engenharia de Produção (ABEPRO), 2014.

SEBRAE-NA/ Dieese. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2013**. Brasília: DIEESE, 6 ed, 2013. Disponível em: <[www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa\\_2013.pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf)>. Acesso em: 25 de jun., 2018.

SEVERINO, ANTÔNIO J. **Metodologia Do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007. 23ª edição ver. e atual. 304 p.

SKINNER, W. **Manufacturing – missing link in corporate strategy**. In: *Harvard Business Review* v. 47, n. 3, p. 136-145, may/june 1969.

SKINNER, W. **Manufacturing in the corporate strategy**. New York: John Wiley & Sons.

SLACK, Nigel. **Operations Strategy: will it ever realize its potential?** **Gestão & Produção**, v. 12, n. 3, p. 323-332, set-dez, 2005.

SLACK, N. The importance-performance matrix as a determinant of improvement priority. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 14, n. 5, p. 59-75, 1994.

SLACK, N; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R.; BETTS, A. **Gerenciamento de operações e de processos: princípios e práticas de impacto estratégico**. Porto Alegre: Editora Bookman, 567 p, 2ª edição, 2013. ISBN: 978-85-7780-797-0.

SLACK, N.; LEWIS, M. **Estratégia de Operações**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.



VENANZI, D.; SILVA, O.R. da. **Gerenciamento da produção e operações**. Rio de Janeiro: LTC, 1ª edição, 283 p, 2013. ISBN: 978-85-216-2355-7.

WHEELWRIGHT, S. C. **Manufacturing strategy: defining the missing link**. *Strategic Management Journal*, v. 5. p. 77-91, 1984.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamentos e Métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

**ANÁLISE DOS RISCOS E RENTABILIDADE NAS APLICAÇÕES EM FUNDO DE INVESTIMENTO**

*ANALYSIS OF RISKS AND PROFITABILITY IN INVESTMENT FUND APPLICATIONS*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Outras áreas temáticas

TIOSSI, Fabiano Martin  
Centro Universitário de Santa Fé do Sul, UNIFUNEC  
Faculdade Aldete Maria Alves, FAMA  
Doutorando em Engenharia de Produção  
fmartintiozzi@yahoo.com.br

SILVA, Arlei  
Centro Universitário de Santa Fé do Sul, UNIFUNEC  
Graduando em Administração  
aadj44@gmail.com

Santana, Henrique  
Centro Universitário de Santa Fé do Sul, UNIFUNEC  
Graduando em Administração  
henrique.jaime1994@gmail.com

**Resumo**

O objetivo desse estudo é analisar de forma comparativa a importância dos fundos e sua gestão, verificando por meio da análise o suporte obtido por clientes em relação a informações de investimentos e o feedback dos bancos. Para isso, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e estudo de caso múltiplo, onde foi possível utilizar de unidades múltiplas de análise elaborando questionários e comparando os resultados. Com esses resultados, foi possível identificar fatores como a importância da diversificação de investimentos para maior rentabilidade e segurança para o investidor, a preferência dos bancos públicos por investimentos de renda fixa enquanto os privados ofertam uma diversidade maior de opções, e diferenças entre bancos públicos e privados. Para que ocorra as validações desses dados de forma autêntica foi realizado um questionário que analisa a visão dos bancos e seus clientes em relação aos fundos oferecidos no mercado, a fim de nortear o cliente no momento de identificar qual instituição financeira está de acordo com seu perfil.

**Palavras-chave:** Fundos de Investimento, Risco, Rentabilidade.

**Abstract**

The objective of this study is to compare the importance of the funds and their management, analyzing the support obtained by clients in relation to investment information and the feedback from the banks. For this, we used bibliographical research and a multiple case study, where it was possible to use multiple units of analysis, elaborating questionnaires and comparing the results. With these results, it was possible to identify factors such as the importance of diversification of investments for greater profitability and security for the investor, the preference of public banks for fixed income investments while private ones offer a greater diversity of options, and differences between public and private banks. In order to validate these data, a questionnaire was carried out that analyzes the view of the banks and their clients in relation to the funds offered in the market in order to guide the client when identifying which financial institution is in accordance with their profile.

**Keywords:** Investment funds, Risk, Profitability.

**1 INTRODUÇÃO**

Os fundos de investimentos bancários são em sua maioria a primeira opção que as pessoas

encontram quando decidem partir para mundo dos investimentos, uma alternativa rentável para que seus ativos não sejam desvalorizados conforme o passar do tempo, obra da inflação que lentamente desvaloriza o poder de compra que determinado montante tem em relação a determinados períodos.

O processo de tomada de decisão no que diz respeito à investimentos, demanda de conhecimento financeiro, econômico e também emocional, visto que o investidor encara momentos de incertezas durante a escolha de aplicar, manter ou retirar seus ativos do mercado de capitais. Em um cenário onde muitas pessoas têm dificuldades para ler e interpretar um simples texto, as informações disponibilizadas pelas instituições que ofertam tais investimentos quase sempre não são de fácil entendimento por boa parte de seus potenciais clientes.

Por meio das ferramentas disponíveis no mercado, o investidor consegue ter diversos canais de acesso para aplicar seu capital, que contribuem para auxiliar o investidor em suas aplicações. Mesmo com essas ferramentas disponíveis, o índice de investidores que iniciam seu investimento e não obtém sucesso é grande, porém isso não significa que o investidor não tenha nenhum conhecimento do assunto, e sim que ainda não desenvolveu a disciplina emocional exigida para o investimento bem-sucedido. Uma operação de investimento é aquela que, após análise profunda, promete segurança do capital investido e um retorno adequado. As operações que não atendem a essas condições são especulativas (GRAHAM, 2007).

Diante destes conceitos, o objetivo deste estudo é analisar de forma comparativa a importância dos fundos e sua gestão, apresentando também o suporte demonstrado por instituições financeiras e a visão de seu cliente sobre essa perspectiva.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A principal fonte responsável por sustentar a economia de um país são os lucros obtidos por execução de serviços. Sendo assim os investimentos contribuem de forma significativa à alavancagem econômica do país. O mercado de capitais surgiu afim de diminuir a dificuldade da gestão na relação entre empresas e investidores.

A representação do mercado de capitais é feita pela bolsa de valores, sociedades corretoras e outras instituições financeiras, onde nesse mercado são contempladas as atividades com valores mobiliários com médios e longos prazos, onde possuem o objetivo de gerar liquidez aos títulos emitidos por empresas, buscando facilitar o processo de capitalização (BODIE, 2015).

Kennedy (2011) menciona que com a criação do Plano Real em 12 de março de 1996, que teve como objetivo a redução e o controle da inflação, onde ocorreram diversas fases e ações como, as reduções de gastos públicos e aumento dos impostos como forma de controlar as contas do governo.

Desta forma o mercado de capitais vem agregando valores a economia do país, contribuindo com o desenvolvimento econômico, atuando como propulsor de capitais para os investimentos. Por meio deste mercado é possível orientar a estruturação de uma sociedade pluralista, baseada na economia de mercado, permitindo a participação coletiva de forma ampla na riqueza e nos resultados da economia (PINHEIRO, 2016).

Sendo assim, é necessário fazer uma análise e identificar o perfil de cada cliente e transmitir noções e esclarecimentos sobre como poupar, prestando um suporte e demonstrando os leques de investimentos possíveis e disponíveis para cada perfil investidor, orientando por intermédio de dicas essenciais de como utilizar o capital, para garantir com que o atendimento das necessidades e objetivos dos aplicadores seja garantido (PRADO, 2014). É necessário que o investidor venha a conhecer qual é seu perfil e quais investimentos se adequam melhor a ele, possibilitando identificar quais serão os riscos que poderá ocorrer no momento da aplicação dos recursos financeiros em determinados investimentos. Desta forma será possível identificar os melhores investimentos para que não ocorra frustrações futuras com uma aplicação inadequada ao perfil. Sendo necessário que o investidor efetue um teste para analisar qual o seu perfil e quais investimentos são mais adequados. O teste se refere a um questionário elaborado por instituições financeiras do varejo denominado de API (Análise de Perfil do Investidor), onde se trata de uma ferramenta que possibilita identificar o perfil investidor, que auxilia na escolha dos produtos próximos aos objetivos do cliente (BANCO DO BRASIL, 2014).

Transparecer a relação de risco e retorno de um investimento pode proporcionar uma relação de confiança maior do cliente com a responsável pelas ações.

O investimento em fundos vem aumentando a cada dia por pessoas que pretendem aumentar seu patrimônio. Porém, um dos erros cometidos por investidores iniciais é fazer a escolha em investir no mercado de capitais a fim de obter um retorno a curto prazo (ALMEIDA, 2013). Pois os retornos das

ações são bem mais estáveis no período de longo prazo do que a curto prazo (SIEGEL, 2015). Os fundos de curto prazo são destinados a pessoas físicas e jurídicas que movimentem seus recursos, com objetivo de valorizar suas cotas por meio de aplicação em títulos públicos de prazo médio inferior a 60 dias e que possuam prazo máximo de 375 dias (GALLAGHER, 2016).

## 2.1 O mercado de capitais

Pinheiro (2016) define o mercado de capitais como um conjunto de instituições que negociam com títulos e valores mobiliários, objetivando a canalização dos recursos dos agentes compradores para os agentes vendedores. Sendo assim o mercado de capitais representa um sistema de distribuição de valores mobiliários que tem como propósito viabilizar a capitalização das empresas e gerar liquidez aos títulos emitidos por elas.

O início do mercado de capitais ocorreu no momento em que o segmento de crédito parou de atender às exigências da atividade de produção, no sentido de garantir um fluxo de recursos nas condições adequadas se tratando de prazos, valores e exigibilidades (PINHEIRO, 2016). O seu surgimento foi fundamentado em dois princípios:

- Contribuir para o desenvolvimento econômico, atuando como propulsor de capitais para os investimentos, estimulando a formação da poupança privada;
- Permitir e orientar a estruturação de uma sociedade pluralista, baseada na economia de mercado, permitindo a participação coletiva de forma ampla na riqueza e nos resultados da economia (PINHEIRO, 2016, p. 176).

O mercado de capitais é regulado por três agentes: CVM (Comissão de Valores Mobiliários), ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e ANCORD (Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias).

A partir dos anos 2000 após o Plano Real o mercado de capitais vem se tornando cada vez mais um instrumento de desenvolvimento tanto para as empresas quanto para a economia do país. O que permanece a contribuir para a alavancagem econômica brasileira são as comercializações de papéis com valores mobiliários emitidos por empresas e regulados pela CVM (comissão de valores mobiliários), (IBMEC, 2016).

## 2.4 Banco Privado X Banco Público

Quadro 2 – Diferenças entre bancos públicos e privados.

Banco	Desvantagem	Vantagem
Privado	Maiores taxas	Agilidade / Atendimento / * Atividade banco de desenvolvimento
Público	Atendimento / Procedimentos demorados	Menores taxas

Fonte: Dos próprios autores.

O banco de desenvolvimento é aquele responsável por financiar a uma taxa de juros reduzida, a já existente no mercado financeiro, buscando o desenvolvimento econômico de um local ou grupo de países (GALLAGHER, 2016).

	Varejo	Qualificado	Profissional
Capital inicial	R\$ 3.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 10.000.000,00
Tipo de investimento	Baixo risco	Baixo / Alto risco	Alto risco
Necessário atestar conhecimento de mercado?	Não	Sim	Sim
Possibilidade de criar fundo exclusivo?	Não	Não	Sim

<b>Custos para manutenção da carteira</b>	Baixo	Médio	Alto
<b>Rentabilidade dos fundos</b>	Baixa	Média	Alta
<b>Prazo de investimento</b>	Pequeno / Médio	Médio / Longo	Médio / Longo
<b>Atendimento diferenciado</b>	-	Exclusivo	Prioritário

Fonte: CLASSIFICAÇÃO, 2014.

Buscando a proteção para pequenos investidores, a CVM segrega os investidores, segundo as capacidades de avaliação de opções de investimentos presentes no mercado a qual classificará como, investidor de varejo, investidor qualificado e o investidor profissional (PINHEIRO, 2016).

O investidor de varejo é aquele qualificado como investidor iniciante o qual usufrui de investimentos de baixo risco, já que não detém alto conhecimento de mercado, o qual não está preparado para assumir grandes riscos.

Investidor qualificado, podem ser investidores profissionais ou não, pessoas físicas ou jurídicas com atendimento exclusivo e fundos de investimentos que possuem baixo a médio risco, já que o mesmo necessita obter conhecimento de mercado para poder lidar com os riscos presentes em fundos com maior risco.

Já o investidor profissional se caracteriza por pessoa jurídica, ou seja, com a criação do fundo exclusivo o investidor passa a possuir um CNPJ o qual passa a deter maiores vantagens e maior poder de barganha ao se comparar a um investidor convencional, proporcionando melhores taxas para as aquisições de títulos. O investidor profissional possui acesso a diferentes investimentos os quais outros investidores não conseguem. A vantagem tributária de um fundo exclusivo se dar pela isenção de pagamento de imposto de renda nas movimentações internas do fundo nos momentos de aplicações e resgate, não tendo incidência de imposto de renda durante o prazo de vigência do fundo, somente quando o mesmo for finalizado. Esse benefício tributário faz com que a rentabilidade se torne maior quando o fundo se caracterizar como fechado.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para que a compreensão sobre o estudo se desenvolva de maneira eficaz, esta seção apresenta os métodos e técnicas de pesquisa utilizadas para a obtenção dos objetivos propostos. Para Gil (2006) uma pesquisa tem a finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, proporcionando a formulação de problemas mais precisos e criando hipótese para futuras pesquisas. Para o desenrolar este estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica que, conforme Prodanov e Freitas (2009) são desenvolvidas por meio de materiais já publicados, como livros, revistas, artigos científicos, monografias, entre outros. Também foi utilizado estudo de caso múltiplo, que se trata de um estudo de caso incorporado, ou seja, unidades múltiplas de análise (DUARTE, 2011). Desta forma será possível aprofundar o estudo de uma realidade específica, onde será possível captar as explicações e interpretações ocorrentes na realidade. Este tipo de pesquisas permite conhecer diferentes visões e conceitos que tratam o assunto sustentabilidade, contribuindo para o uma maior compreensão, análise e da interpretação dos dados.

O objetivo desse estudo é analisar de forma comparativa a importância dos fundos e sua gestão, verificando por meio da análise o suporte obtido por clientes em relação a informações de investimentos e o feedback dos bancos

A aplicação da pesquisa teve como objetivo analisar de forma comparativa a importância dos fundos e sua gestão, verificando por meio da análise o suporte obtido por clientes de bancos públicos e privados em relação a informações de investimentos e o feedback dos bancos, estes também públicos e privados. Foi realizada uma amostragem na qual foram enviados questionários para 30 pessoas diretamente e para um grupo de investidores na plataforma Facebook, com cerca de 2000 participantes, dos quais apenas 319 visualizaram efetivamente o questionário. Angariou-se 18 respondentes para o questionário, que foi aplicado aos clientes e instituições públicas e privadas durante os dias 10 e 25 de agosto de 2018.

Inicialmente, foi desenvolvido um pré-teste com um questionário piloto, o qual foi aplicado para um grupo de instituições e clientes predefinidos, atingindo pessoas locais através de contato direto e pessoas distantes as quais foram contatadas por meio de um grupo de investidores na plataforma Whatsapp que contribuíram para o aprimoramento do questionário final.

Após a elaboração do questionário definitivo, o mesmo foi disponibilizado para os possíveis respondentes de maneira virtual, sendo entregue um link do questionário na plataforma Google Docs. Foram desenvolvidos quatro questionários diferentes, sendo um para Clientes de Bancos Públicos, um para Clientes de Bancos Privados, um para Instituições Públicas e um para Instituições Privadas,

com o intuito de identificar e comparar as características de cada grupo. No próprio questionário havia as informações do objetivo da pesquisa e um esclarecimento sobre o anonimato do participante, tanto para os clientes quanto para as instituições.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

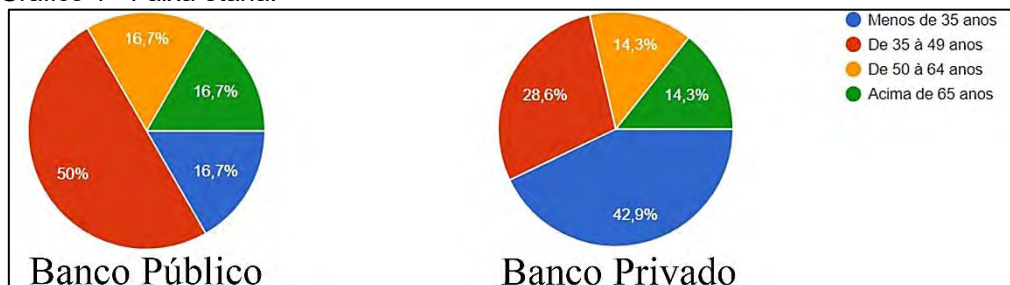
##### 4.1 Apresentação e análise dos dados – clientes

Os resultados colhidos com a execução do estudo de caso múltiplo serão apresentados a seguir. As informações oriundas da aplicação dos questionários foram tratadas e, posteriormente expostas comparativamente em gráficos.

“A análise de dados consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas ou, do contrário, recombinar as evidências tendo em vista proposições iniciais de um estudo” (YIN, 2001, P.131) Fez-se uma comparação entre as respostas dos clientes de bancos públicos e privados, de modo a conhecer seus perfis de investidores e compara-los com as informações obtidas dos Bancos participantes da pesquisa.

Comparação dos resultados:

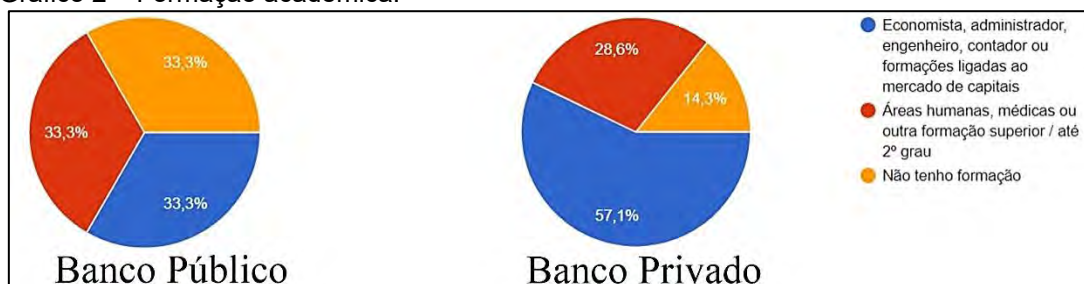
Gráfico 1 - Faixa etária.



Fonte: Dos próprios autores.

No gráfico acima é possível identificar que o público investidor nos bancos são pessoas com idade mais elevada, principalmente quando visualizado o banco público, que possui 50% dos seus entrevistados com idade de 35 a 49 anos, em quanto no banco privado possui um público mais jovem com idade inferior a 35 anos.

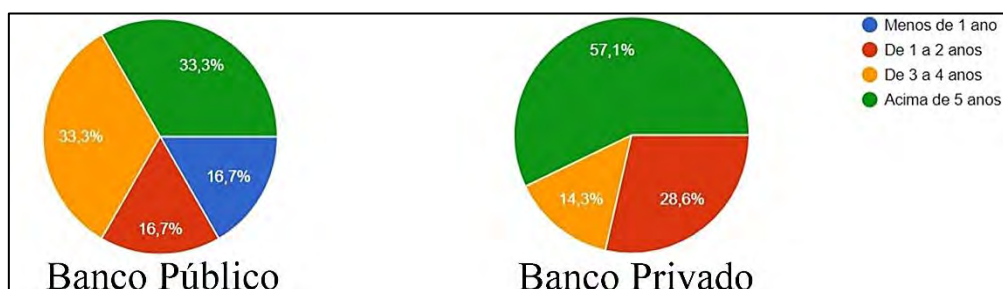
Gráfico 2 – Formação acadêmica.



Fonte: Dos próprios autores.

Ao analisar a formação acadêmica dos entrevistados foi observado que o banco público possui clientes com grau de instrução diversificado, tendo clientes possuidores de formação superior e clientes que não possuem certificação de ensino. Já os bancos de caráter privado também possuem clientes com uma diversidade de ensino, porém o percentual de clientes sem formação está 19% mais baixo comparado ao banco público e os clientes com formação superior está com percentual de 23,8% a mais. Desta forma o gráfico nos traz a informação de que o banco privado possui clientes com maior grau de instrução no ensino.

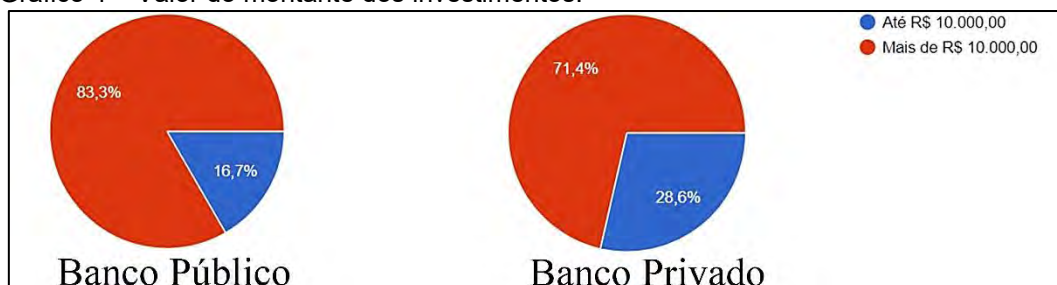
Gráfico 3 – Tempo de investimento do capital no mercado.



Fonte: Dos próprios autores.

Quanto ao tempo em que investidores injetam seu capital por meio dos bancos, é possível identificar que o investimento é mantido por mais de 3 anos, sendo assim as informações confirmam que o público com idade superior busca manter seus investimentos nos bancos a fim de possuir maior segurança e gestão de seus recursos.

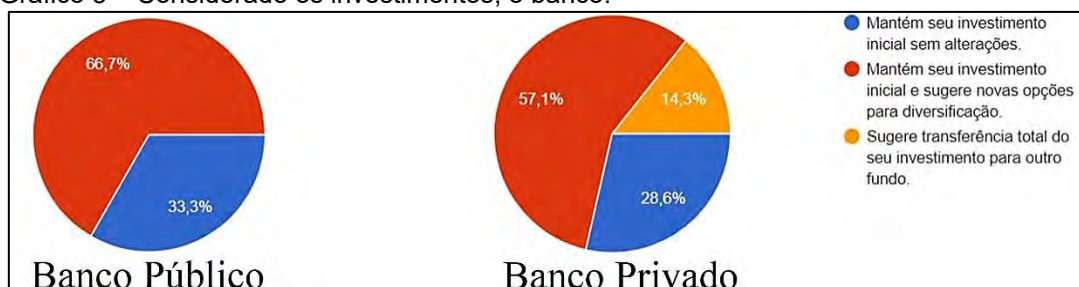
Gráfico 4 – Valor do montante dos investimentos.



Fonte: Dos próprios autores.

As opções de investimento possuem diversos valores, desta forma é possível identificar que as aplicações feitas em bancos em sua maioria se tratam de aplicações superior a dez mil reais, tanto em instituições públicas, quanto privadas, nos bancos públicos o percentual de diferença é de 11,9% acima do banco privado, o que pode apresentar que a quantidade de investimento e investidores são maiores pois se tornam mais atraentes à consumidores, tratando-se de um banco com taxas mais atraentes quando comparado com bancos privados.

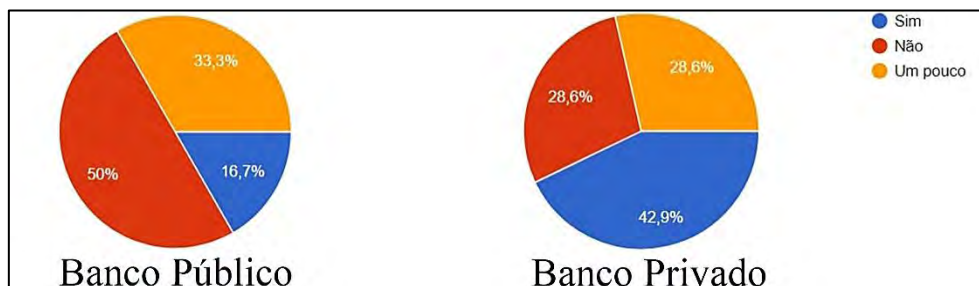
Gráfico 5 – Considerado os investimentos, o banco:



Fonte: Dos próprios autores.

Os dados obtidos referentes a diversificação de investimentos demonstram que as instituições financeiras buscam manter o investimento feito inicialmente por seus clientes, para que ocorra maior rentabilidade é feita a pulverização dos recursos ou seja, mantém a aplicação inicial e efetua outra aplicação em outro tipo de fundo.

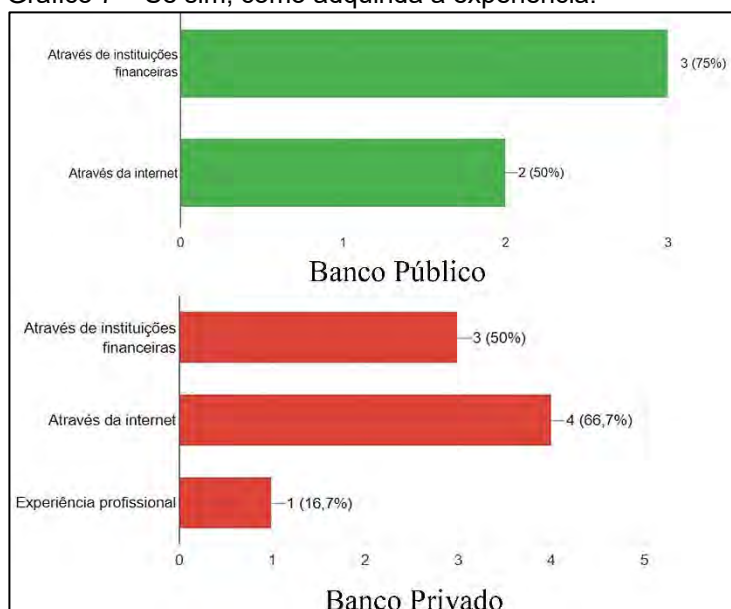
Gráfico 6 – Experiência profissional.



Fonte: Dos próprios autores.

Os dados revelam que os clientes entrevistados de bancos públicos em sua maioria não possuem experiência com o mercado financeiro, o que pode demonstrar que o motivo em investir em bancos, ao invés de diretamente no mercado de capitais por intermédio de bolsa de valores ou outras corretoras é de possuírem aversão ao risco em seus investimentos, necessitando de apoio. Já quando é visualizado o banco privado, possuem um público maior de investidores experientes, porém esse percentual não chega a metade de seus clientes.

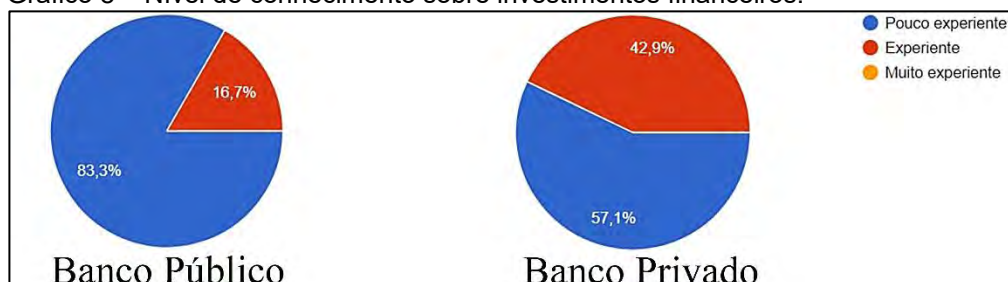
Gráfico 7 – Se sim, como adquirida a experiência.



Fonte: Dos próprios autores.

Na sequência é observada que essas experiências adquiridas não estão embasadas em experiências profissionais, ou seja, são informações fornecidas pelo próprio banco ou informações apresentadas pela internet.

Gráfico 8 – Nível de conhecimento sobre investimentos financeiros.



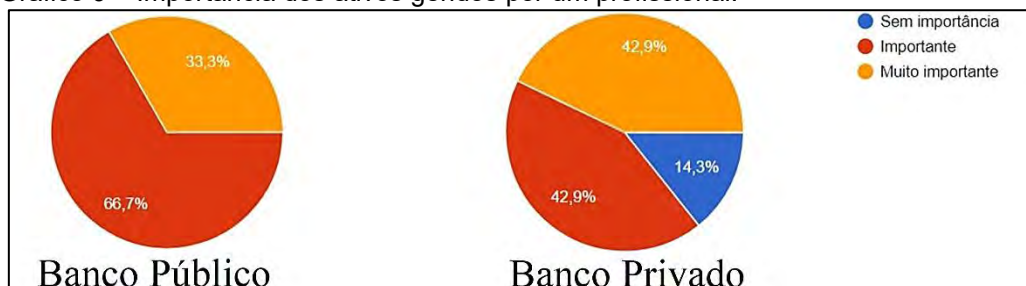
Fonte: Dos próprios autores.

Por se tratar de uma experiência adquirida via informações bancárias e dados coletados em



sites, os investidores em sua maioria por mais que tenham seus recursos aplicados por um período superior há 3 anos não conseguem se visualizar como experientes no mercado financeiro.

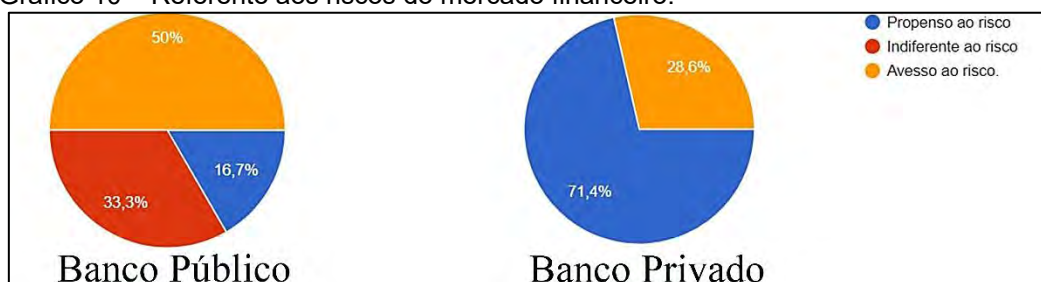
Gráfico 9 – Importância dos ativos geridos por um profissional.



Fonte: Dos próprios autores.

Desta forma, por não serem detentores de amplo conhecimento no mercado financeiro, a maioria considera importante (100% dos clientes do banco público e 85,7% do privado) que seus recursos financeiros sejam geridos por um profissional que possa contribuir para que as aplicações tragam maior rentabilidade e segurança.

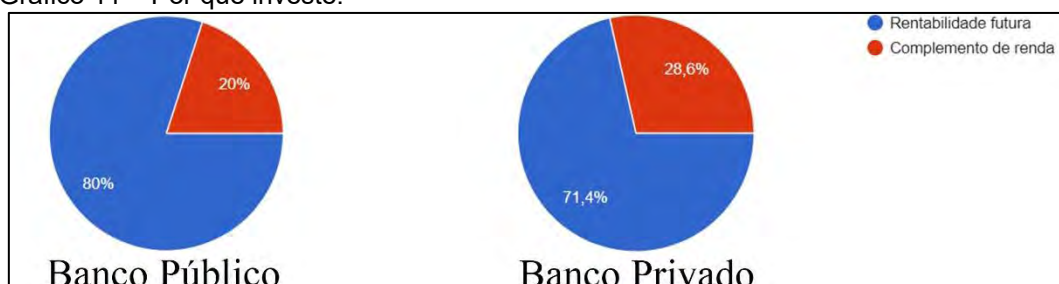
Gráfico 10 – Referente aos riscos do mercado financeiro.



Fonte: Dos próprios autores.

Por meio das informações obtidas, é possível verificar no banco privado que por mais que ocorra uma percepção de que os clientes possuem falta de experiência, eles não priorizam fundos com baixo risco, 71,4% afirmam que são propensos ao risco afim de obterem maior retorno a longo prazo. Já os clientes dos bancos públicos apresentam em sua maioria, uma preferência por maior segurança nas aplicações que correr riscos maiores para obter um maior retorno de sua aplicação.

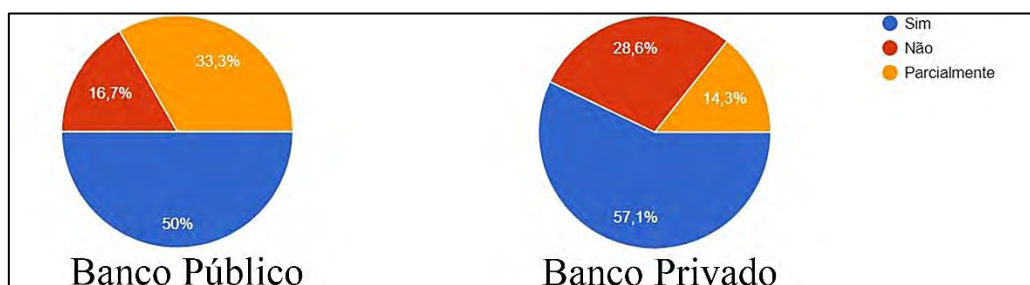
Gráfico 11 – Por que investe.



Fonte: Dos próprios autores.

Os usuários dos serviços bancários públicos e privados buscam efetuar suas aplicações à longo prazo afim de garantir uma rentabilidade futura. Os gráficos demonstram que as duas categorias bancárias possuem mais de 70% de seus clientes entrevistados com interesse futuro em seus resultados e menos de 30% estão fazendo seus investimentos para obter um complemento de renda.

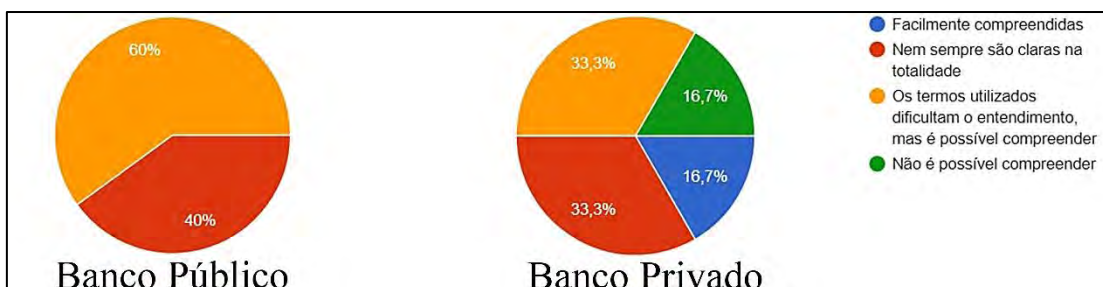
Gráfico 12 – Apresentação clara dos riscos.



Fonte: Dos próprios autores.

As respostas obtidas pelos clientes demonstram que em média metade dos entrevistados recebem informações de riscos dos bancos, porém mais de 14% desses clientes recebem pouca ou nenhuma informação sobre os riscos existentes.

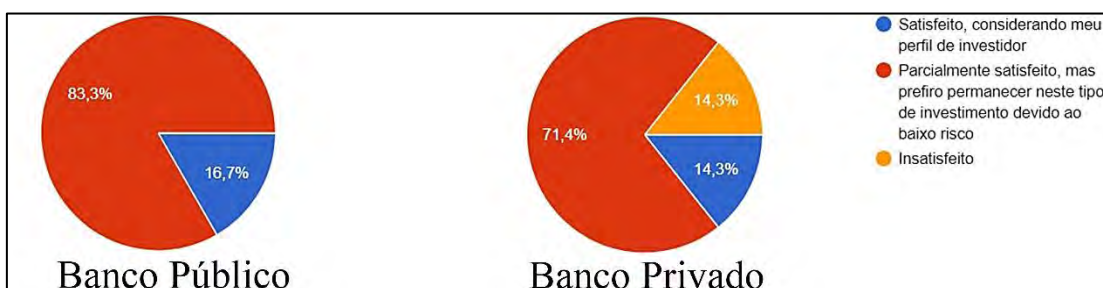
Gráfico 13 – Avaliação das informações apresentadas.



Fonte: Dos próprios autores.

Por mais que a metade receba informações dos bancos, eles afirmam em sua maioria que essas informações não são de fácil compreensão pois os termos utilizados não são colocados de forma fácil e de clara compreensão.

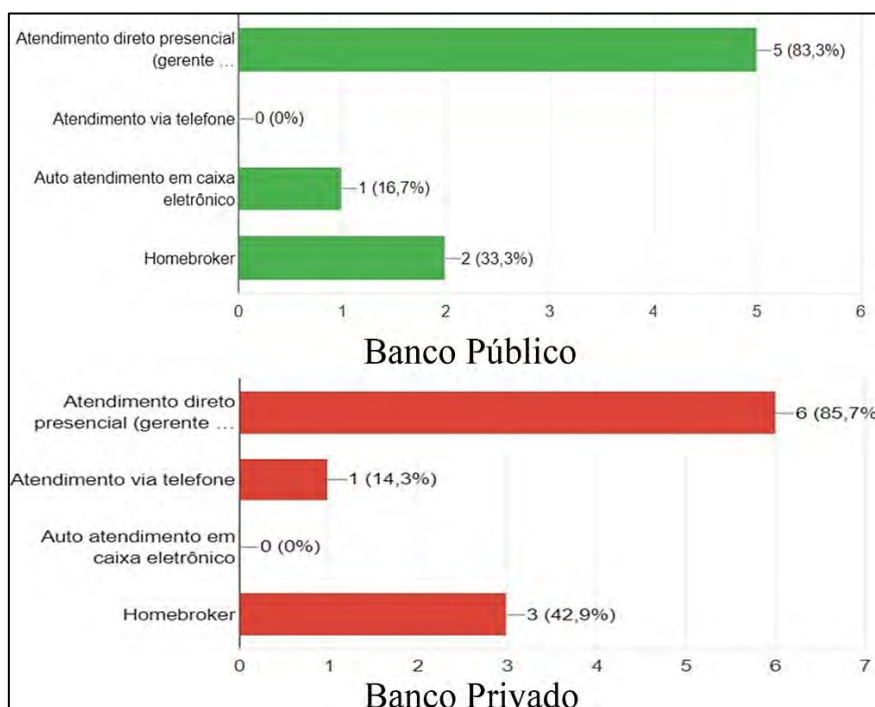
Gráfico 14 – Satisfação da rentabilidade financeira dos investimentos.



Fonte: Dos próprios autores.

Diante desse gráfico é possível concluir de que os clientes injetores de capitais fazem suas aplicações em bancos devido ao baixo risco que muitos fundos oferecem.

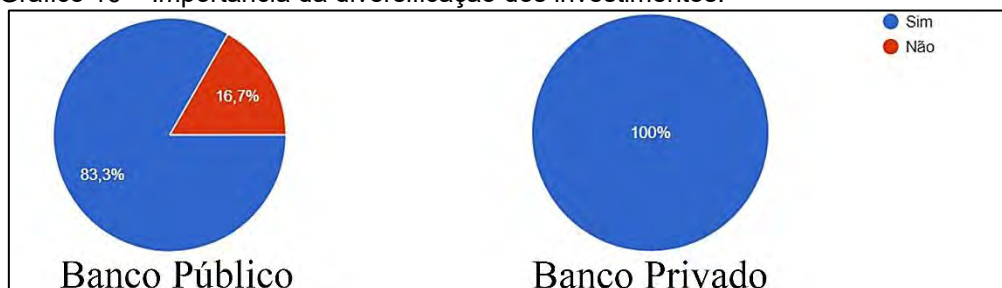
Gráfico 15 – Preferência no momento de fazer os investimentos.



Fonte: Dos próprios autores.

Se tratando de um público com idade mais elevada, o gráfico demonstra que a maior parte dos clientes dão preferência a um atendimento direto e presencial, porém há outros que preferem ter autonomia em gerenciar sua própria aplicação por meio de ferramentas como o homebroker.

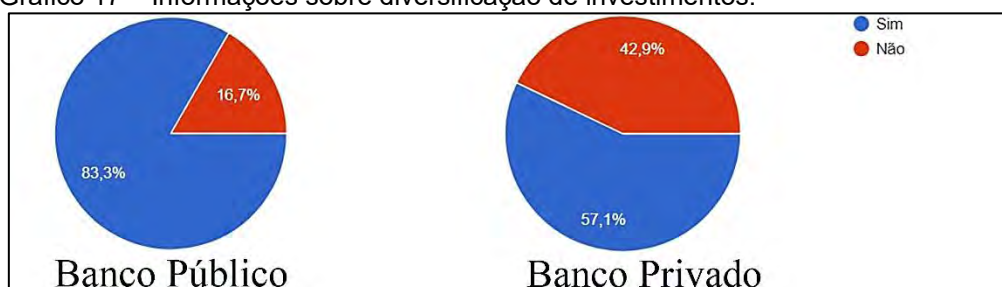
Gráfico 16 – Importância da diversificação dos investimentos.



Fonte: Dos próprios autores.

Mais de 80% dos clientes afirmam dar importância pela diversificação se seus investimentos, pois eles mencionam que a diversificação pode trazer segurança, aumento de ganhos, garantindo consequentemente uma diminuição dos riscos que possam ocasionar perdas.

Gráfico 17 – Informações sobre diversificação de investimentos.

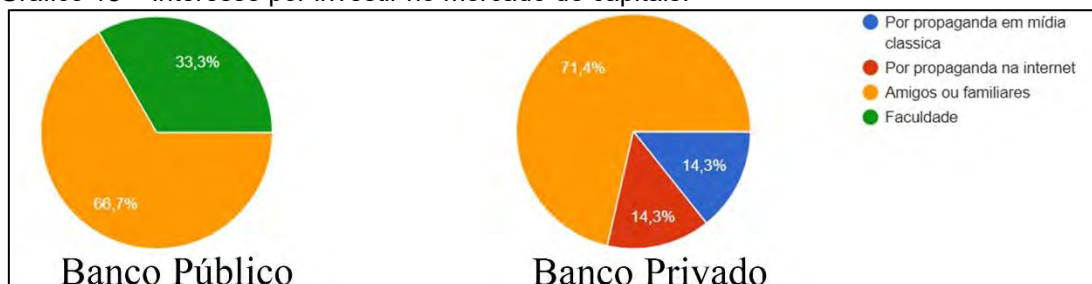


Fonte: Dos próprios autores.

As pessoas entrevistadas demonstram que as instituições financeiras falham em informar

sobre a diversificação pois na pesquisa foi obtido resultados de que nem todos possuem instruções para diversificar seu capital.

Gráfico 18 – Interesse por investir no mercado de capitais.



Fonte: Dos próprios autores.

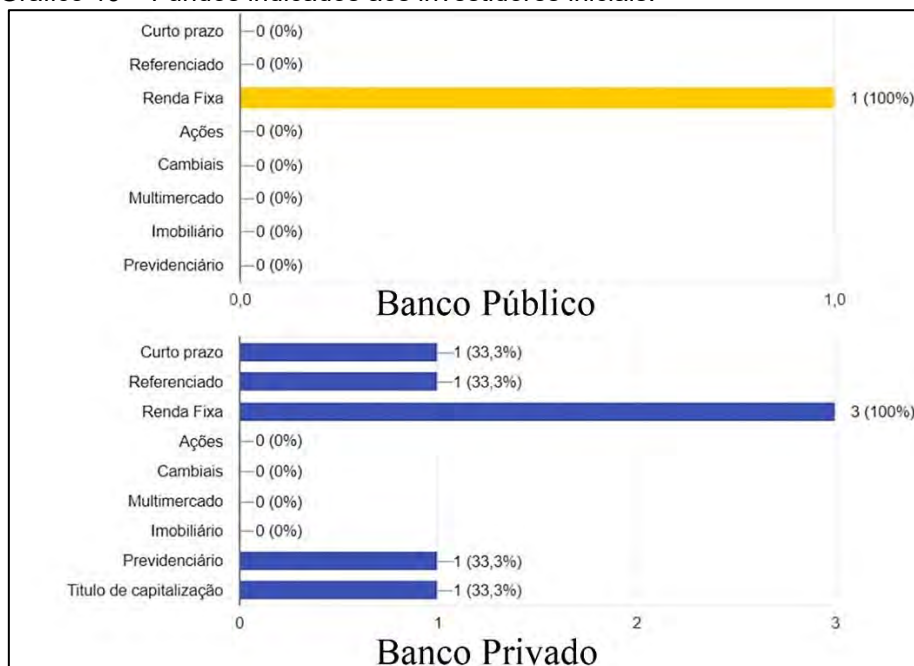
Por meio do questionário feito com os clientes de bancos públicos e bancos privados foi possível identificar que os clientes buscam rentabilidade futura por meio de seu capital investido, mesmo que possam haver riscos, e por meio desse gráfico é identificado o porquê de muitas vezes não possuírem o conhecimento de mercado adequado. Pois a maioria está aplicando no mercado de capitais por receberem indicação de amigos ou familiares que provavelmente conseguiram sucesso nesse mercado e cativou essas pessoas a ingressar nesse meio.

Em comparação aos bancos é demonstrado de que o investidor do banco privado possui um maior conhecimento no mercado de capitais, possui um menor medo de correr riscos em comparação ao outro banco. Já o no banco público é possível identificar que ocorre maior fluxo de aplicações em questão de valores por se tratar de um banco com taxas mais atraentes para a efetivação da aplicação e serviços.

#### 4.2 Apresentação e análise dos dados - bancos

A aplicação de um segundo questionário se deu para que fosse possível identificar se as informações fornecidas pelos clientes fazem ligação com as fornecidas pelo banco. Desta forma sendo possível identificar quais os produtos oferecidos a clientes e qual a visão do banco em relação ao fornecimento de informações como risco e rentabilidade.

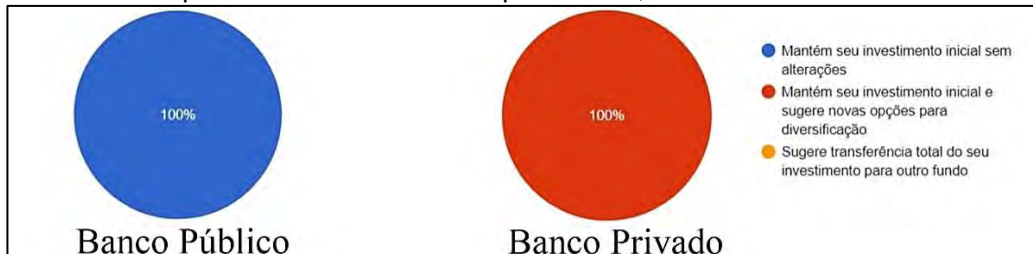
Gráfico 19 – Fundos indicados aos investidores iniciais.



Fonte: Dos próprios autores.

Os bancos privados tendem a oferecer mais opções para seus clientes visto que foi oferecido 5 tipos de investimentos diferentes e nos bancos públicos a única oferta foi por Renda Fixa.

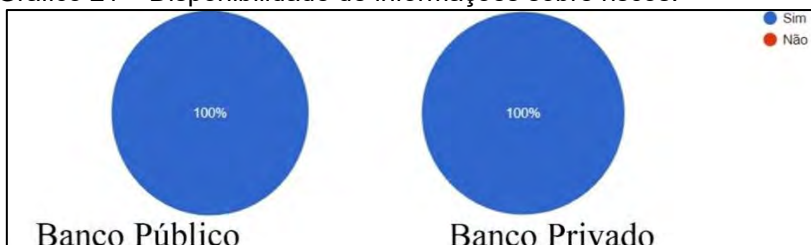
Gráfico 20 – A partir do investimento feito pelo cliente, o banco:



Fonte: Dos próprios autores.

Os bancos privados optam por oferecer novas opções de investimento para seus clientes iniciantes, já os públicos mantêm o investimento inicial sem alteração.

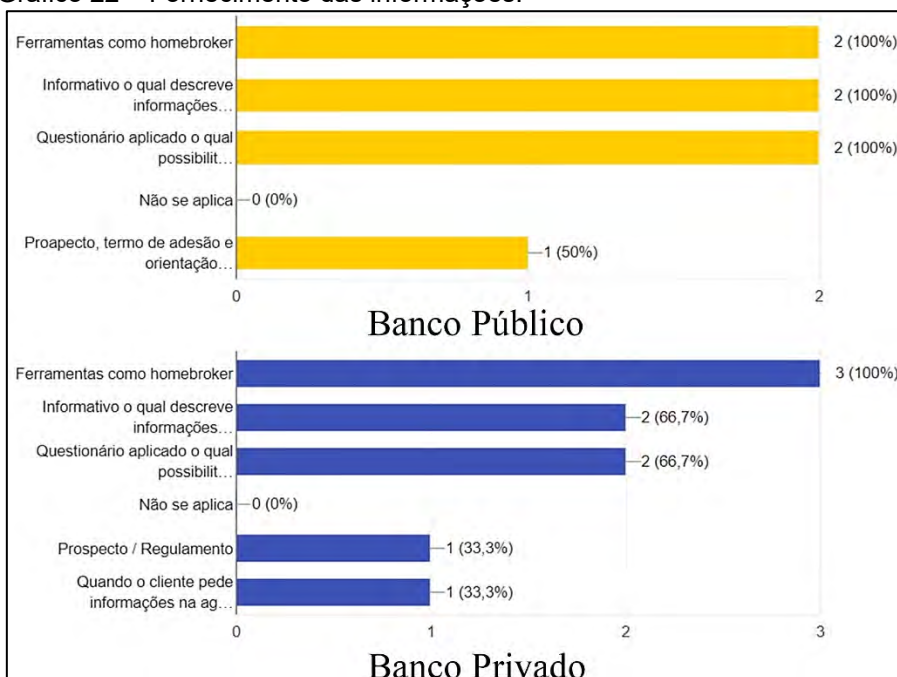
Gráfico 21 – Disponibilidade de informações sobre riscos.



Fonte: Dos próprios autores.

Todos os bancos entrevistados alegam que disponibilizam informações sobre os riscos atrelados aos investimentos.

Gráfico 22 – Fornecimento das informações:

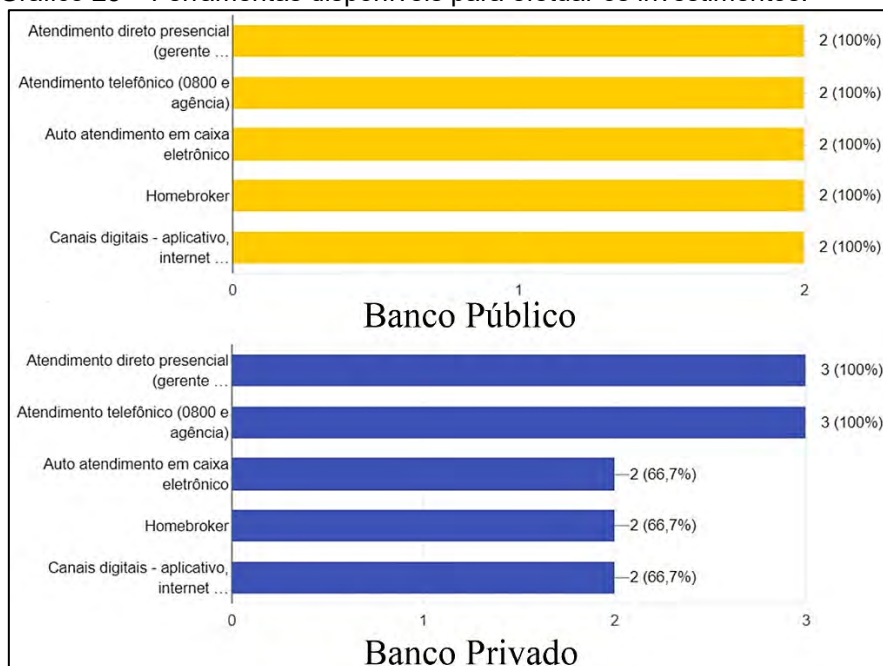


Fonte: Dos próprios autores.

As respostas adquiridas revelam que os bancos se assemelham quanto aos meios de

divulgação das informações sobre riscos, o banco privado tende a oferecer mais informações como homebroker, porém também proporciona atendimento quando necessário nas agências.

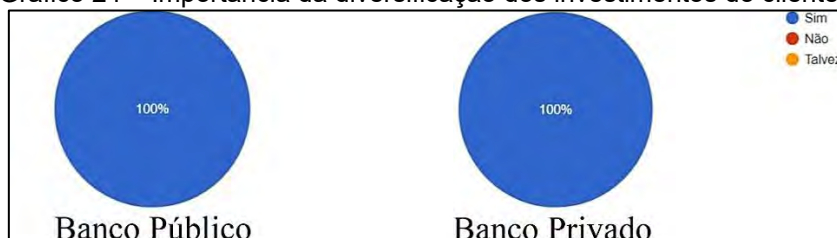
Gráfico 23 – Ferramentas disponíveis para efetuar os investimentos.



Fonte: Dos próprios autores.

Ambos os bancos oferecem todas as opções de ferramentas para o investimento, sendo que o banco privado fomenta o atendimento presencial e por telefone.

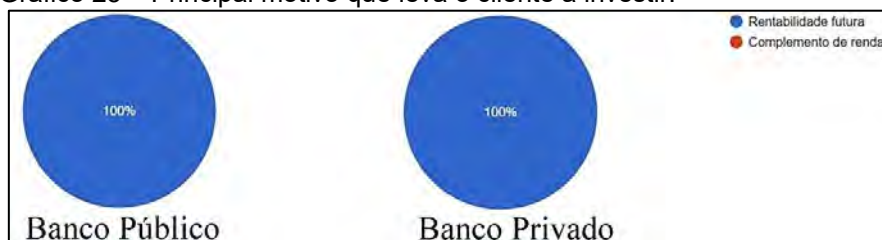
Gráfico 24 – Importância da diversificação dos investimentos do cliente.



Fonte: Dos próprios autores.

É evidenciado a importância da diversificação dos investimentos para as instituições, tanto as para as públicas quanto para as privadas.

Gráfico 25 – Principal motivo que leva o cliente a investir.



Fonte: Dos próprios autores.

É notável que para os bancos entrevistados o principal motivo que leva os clientes a investir é rentabilidade futura, desconhecem investidores que complementam sua renda com seus investimentos.

Por meio da análise realizada, foi possível identificar que os bancos públicos mostram preferência no fundo de renda fixa, enquanto os bancos privados oferecem uma diversidade de fundos para aplicação. O que demonstra que os bancos privados por trabalharem com taxas maiores quando comparado aos bancos públicos preferem aumentar sua gama de produtos para cada cliente afim de garantir mais produtos para obtendo mais resultados.

Ambos os bancos oferecem informações a seus clientes sobre as variações que o fundo pode apresentar, essas informações são fornecidas por vários meios como: homebroker, informativos com informações de variações, questionário API (análise do perfil do investidor), onde fará com que o cliente tenha ciência dos possíveis riscos que encontrará em seus investimentos e se seu perfil é adequado aos fundos. Os meios de comunicação dos bancos com seus clientes são os mesmos, ou seja, ambos utilizam do atendimento presencial, telefônico, caixa eletrônico, homebroker, canais digitais (aplicativos, internet banking).

Em relação a diversificação, por mais que apresente maiores resultados de diversificação de investimento de seus clientes nos bancos de caráter privado, os bancos públicos também afirmam que a diversificação é importante, pois oferece a oportunidade do cliente conseguir uma maior rentabilidade, diversifica o risco fazendo com que sejam minimizados por não estar centrado em um único fundo e não prende o cliente em um único investimento que pode não o agradar futuramente.

Para atrair os clientes ao mercado de capitais ambos os bancos utilizam contato com clientes via telefone, visitas presenciais e efetuam campanhas que exponham seus serviços.

#### **4.3 Comparativo das informações entre bancos e clientes**

Conforme apresentado nos gráficos, nota-se que os esforços para informar os clientes dos riscos eminentes aos investimentos são válidos, visto que mais da metade dos entrevistados afirmam que lhes são apresentados de forma clara estes riscos. De acordo com a informação de que 100% dos bancos consideram importante a diversificação dos investimentos dos clientes, 16,7% dos clientes de bancos públicos e 42,9% de bancos privados relatam que não são informados sobre a importância da diversificação de investimentos. 100% dos bancos públicos evidenciam que mantêm o investimento inicial feito pelo cliente sem alteração, já para os bancos públicos, 100% afirma manter o investimento original e sugerir novas opções de investimento, essas informações não conferem com as fornecidas pelos clientes, em que para 66,7% dos bancos públicos e 57,1% dos de bancos privados os bancos mantêm os investimentos iniciais sem alterações, para 33,3% dos clientes dos bancos públicos e 28,6% dos bancos privados mantêm seu investimento original e oferecem novas opções de investimento, somente para 14,3% dos clientes de bancos privados sugerem transferência total de seu investimento para outros fundos.

Segundo os bancos, 100% de seus clientes investem buscando rentabilidade futura, contudo, de acordo com os clientes, quase um terço investe visando complemento de renda.

Conforme os bancos entrevistados, existe uma diversificação dos meios em que os clientes realizam seus investimentos, se destacando no banco público e privado o atendimento direto presencial.

#### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O conhecimento financeiro, traz benefícios pessoais e é importante para o desenvolvimento do mercado financeiro. Pessoas mais informadas contribuem na composição de um mercado mais competitivo e eficiente, por meio da instrução dotada por cada investidor fará com que as instituições financeiras criem produtos com características adequadas a cada perfil.

No trabalho, foi possível identificar a importância do conhecimento nos investimentos disponíveis do mercado afim de se prevenir dos riscos presentes e compreender qual é o mais rentável e verificar como os bancos fornecem essas informações para a tomada de decisão de seus clientes.

O objetivo deste estudo foi analisar de forma comparativa a importância dos fundos e sua gestão, apresentando também o suporte demonstrado por instituições financeiras e a visão de seu cliente sobre essa perspectiva, identificando também a importância da diversificação de seus recursos e qual instituição financeira se torna mais adequada para o seu tipo de perfil.

Os resultados permitiram verificar alguns erros cometidos pelos investidores como a falta de conhecimento e instrução que levam a investir de forma inadequada. Desta forma, além de se utilizar da pesquisa bibliográfica e documental, foi utilizado um estudo de caso múltiplo o qual permitiu a comparação entre clientes e bancos públicos e privados, identificando a percepção vista pelo cliente e a visão que os bancos têm para os investimentos de seus clientes.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fábio; ALMEIDA Lopes de Almeida. **Manual do Pequeno Investidor em Ações**. São Paulo, 2013.

ANBIMA. **Classificação dos investidores e suitability no mercado de valores mobiliários**. Disponível em: [http://www.anbima.com.br/pt\\_br/informar/regulacao/informe-de-legislacao/classificacao-dos-investidores-e-suitability-no-mercado-de-valores-mobiliarios.htm#01](http://www.anbima.com.br/pt_br/informar/regulacao/informe-de-legislacao/classificacao-dos-investidores-e-suitability-no-mercado-de-valores-mobiliarios.htm#01)>. Acesso em: 28 abr. 2018.

BANCO DO BRASIL. **Análise de Perfil do Investidor**. 2014. Disponível em: <https://www.bb.com.br/portalbb/hs001003,500902,500903,1,0,1,1,80.bb>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

BODIE, Zvi; KANE, A.; MARCUS, A. **Investimentos**, 10. ed. Bookman, 2015. [Minha Biblioteca].

CVM. **Instrução CVM 554/2014**. Disponível em: [www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/anexos/500/inst554consolid.doc](http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/anexos/500/inst554consolid.doc)>. Acesso em: 28 abr. 2018.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**, 2. ed. Atlas, 2011. [Minha Biblioteca].

GALLAGHER, Lilian Massena. **Exame de Certificação ANBIMA CPA-20 - Teoria**, 2. ed. Atlas, 2016. [Minha Biblioteca].

GRAHAM, Benjamin. **O investidor inteligente: O guia clássico para ganhar dinheiro na bolsa**. 2. [S.L.]: HarperCollins, 2017.

GIL, Antonio. **MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA SOCIAL**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

IBMEC. **A história do mercado de capitais no Brasil**. Disponível em: <http://ibmec.org.br/historia-mercado-de-capitais-brasil>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

KENNEDY, E., P. (06/2011). **Macroeconomia em contexto: Uma abordagem real e aplicada do mundo econômico** – 2. ed. [Minha Biblioteca]. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502132788/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais**, 8. ed. Atlas, 08/2016. [Minha Biblioteca].

PRADO, Jonatan Dessbesell. **"O perfil de investidor: estudo de caso na Cooperativa Sicredi Panambi-RS"**. (2014). Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2032>>. Acesso em: 30 set. 2017

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA E DO TRABALHO ACADÊMICO**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

SIEGEL, Jeremy. **Investindo em Ações no Longo Prazo**, 5. ed. Bookman, 01/2015. [Minha Biblioteca].

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



**APLICABILIDADE DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

*APPLICABILITY OF DISTANCE EDUCATION IN THE TRAINING OF PHYSICAL EDUCATION TEACHERS: A LITERATURE REVIEW*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento

GONÇALVES, Cristian Ribeiro  
Universidade de Franca - UNIFRAN

Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Possui graduação em Educação Física (licenciatura e bacharelado) pela Universidade de Franca. Pós-graduando em Tutoria em Educação à Distância pela Faculdade de Educação São Luís.

[cristianribeiro\\_edfisica@hotmail.com](mailto:cristianribeiro_edfisica@hotmail.com)

BULGO, Danilo Cândido  
Universidade de Franca – UNIFRAN

Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Possui graduação em Pedagogia, Letras e Fisioterapia. Especialista em psicopedagogia e educação especial. Graduando em Educação Física pela mesma instituição. Docente no setor de Educação à Distância da Universidade de Franca.

[danielbulgo@gmail.com](mailto:danielbulgo@gmail.com)

**Resumo**

As transformações na realidade econômica, social e política, bem como as orientações para as políticas educacionais no Brasil a partir da década de 1990, acabaram por alterar a estrutura organizacional do ensino. A tecnologia é um dos principais elementos constituintes da modernidade e com o decorrer do tempo, o modo como nos relacionamos com os aparatos tecnológicos também se modifica e traz novas mudanças sobre as formas de ensinar, aprender e se comunicar. Este presente trabalho tem como objetivo apresentar o crescimento da educação à distância e sua aplicação nos cursos de ensino superior na formação de profissionais dentro da área da educação física. Esse estudo foi realizado a partir de uma revisão de literatura, utilizando as seguintes bases de dados: Lilacs e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*). A formação de professores tem sido o foco de debates, sobretudo na área de ensino presencial versus ensino a distância. Na educação física não é diferente, principalmente no que diz respeito às práticas corporais. Entretanto alguns autores já relatam que o ensino superior em educação física, principalmente aos saberes das práticas corporais, está se moldando visando atender tal necessidade, pois segundo os autores o que importa não é o “saber fazer”, mas sim “saber ensinar a fazer”. Para finalizar, cabe ressaltar que o tema ainda é recente na literatura e nas instituições de ensino superior, necessitam de maior tempo para que se possam criar parâmetros que melhor nortearão o ensino à distância e a formação de professores de educação física.

**Palavras-chave:** Ensino à Distância, Educação Física, Formação Profissional.

**Abstract**

The transformations in the economic, social and political reality, as well as the guidelines for educational policies in Brazil from the 1990s, have changed the organizational structure of teaching. Technology is one of the main constituent elements of modernity and over time, the way we relate to technological apparatuses also changes and brings about new changes in the ways of teaching, learning and communicating. This paper aims to present the growth of distance education and its application in higher education courses in the training of professionals within the area of physical education. This study was carried out from a literature review using the following databases: Lilacs and SciELO (*Scientific Electronic Library Online*). The training of teachers has been the focus of debates, especially in the area of face-to-face teaching versus distance learning. In physical education it is no different, especially with regard to bodily practices. However, some authors have already reported that higher education in physical education, especially the knowledge of corporal practices, is shaping in order to meet this need, because according to the authors, what matters is not "know-how",

but rather "knowing how to teach ". Finally, it should be emphasized that the theme is still recent in the literature and in higher education institutions, they need more time to create parameters that will better guide distance education and the training of physical education teachers.

**Keywords:** Distance Education, Physical Education, Vocational Training.

## 1 INTRODUÇÃO

A ascendente transformação sociocultural, científica e tecnológica na qual a sociedade vem passando impacta na forma de interação e aprendizagem entre os indivíduos, proporcionando algumas mudanças na área da educação. As transformações na realidade econômica, social e política, bem como as orientações para as políticas educacionais no Brasil a partir da década de 1990, acabaram por alterar a estrutura organizacional do ensino.

O processo de ensino e aprendizagem, desde o ensino básico ao superior, com o passar do tempo, vem sendo reorganizado, diante das contribuições teóricas e também de fatores que apoiam para uma reflexão e movimento da prática educacional. Como resultado dessas profundas mudanças, é observado pela própria evolução histórica, de um ensino centralizado no professor, como sendo o agente principal da transmissão de informação e memorização, para um ensino atual, que tem como objetivo empoderar o aluno para tornar - se o agente responsável pela construção do próprio conhecimento, com uma formação integral, possível de desenvolver competências e habilidades, cabendo então ao professor ser um tutor para articular as ações de seus alunos.

No período pós Lei nº 9.394/96, na qual se refere às Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), existe um forte crescimento do número de Instituições de Ensino Superior (IES) e cursos por meio da iniciativa privada, com o aumento da concorrência no setor, estimulando a busca de novas alternativas e modalidades de educação.

Para se ter uma idéia da expansão das IES da iniciativa privada, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Brasil possui ao todo, cerca de 2.448 Instituições de Ensino Superior, desse montante cerca de 2.152 são da iniciativa privada, aproximadamente 88% do total de IES (INEP, 2018).

Ainda segundo o INEP, no Brasil em 2017 foram ofertados 16.067 cursos de graduação nas modalidades presencial e à distância, sendo que desses cerca de 2.108 cursos de graduação, aproximadamente 13%, eram oferecidos na educação à distância.

Dessa forma, a expansão do ensino superior no Brasil passa a se caracterizar pela diversificação e flexibilidade. As grades curriculares foram enxugadas, novos cursos foram criados – com menor tempo de duração, custo baixo e adaptados com as demandas da sociedade contemporânea – e novas modalidades começaram a ser utilizadas, em especial, por meio da educação à distância - EAD (GIOLO, 2010).

Conforme o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, a EAD é caracterizada como uma modalidade educacional, em que o processo de mediação pedagógica ocorre por meio da utilização de recursos e meios da tecnologia de comunicação e informação, proporcionando a aprendizagem em diferentes tempos e espaços (BRASIL, 2005).

No contexto educacional da EAD, dois temas são relevantes: a democratização do acesso ao ensino superior e a necessidade da formação profissional na área de educação, como estratégia para melhoria da qualidade do ensino fundamental e médio. Vale ressaltar que a tônica das propostas, no campo da formação dos profissionais da educação, engloba duas dimensões que são importantes quando tratamos da formação do professor: a inicial e a continuada (ALONSO, 2010).

Assim, a formação profissional vem, pouco a pouco, assumindo outros aspectos, conforme avançam as transformações do mercado do trabalho. Seguindo a dialética capitalista, os modelos tradicionalistas de educação abrem espaço a outros que atendam de forma mais rápida e instantânea as novas exigências do atual modelo de mundo de trabalho. Neste contexto, com o desenvolvimento e criação de novas tecnologias de informação e comunicação, principalmente com a educação em rede, a modalidade de EAD alavancou a oferta de novos cursos de ensino superior, passando a se estabelecer como uma referência para as políticas de expansão, em especial, aquelas voltadas à formação de professores (DOURADO, 2008).

Diante do exposto, este presente trabalho tem como objetivo apresentar o crescimento da educação à distância e sua aplicação nos cursos de ensino superior que tem por finalidade a formação de profissionais dentro da área da educação física.

A metodologia utilizada no presente estudo foi à revisão bibliográfica, pois segundo Gil (2010, p.30) a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a

cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Esse estudo foi realizado a partir de uma revisão de literatura, utilizando as seguintes bases de dados: Lilacs e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) tendo como base as palavras chave: ensino à distância, educação física e formação profissional; e livros relacionados a área de pesquisa.

## 2 EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

A modalidade da EAD procede dos cursos por correspondência que se utilizavam, principalmente de vídeos-aula ou em áudio, além de materiais impressos enviados pelo correio. O primeiro desses cursos que se tem registro ocorreu ainda no século XVIII quando um curso por correspondência foi oferecido por uma Instituição de Boston nos Estados Unidos da América, a partir daí diversas instituições pelo mundo aderiram a essa modalidade de ensino, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, já no Brasil essa modalidade de ensino começa a se desenvolver somente no século XX (BARROS, 2003).

Na década de 1960 inicia-se a utilização dessa modalidade para a formação de professores através da Associação Brasileira de Tele-educação (ABT) e em 1978 é criado o Telecurso 2000. Um fato marcante foi a implementação em 1979 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de um curso de pós-graduação experimental a distância objetivando a formação de professores do interior do país. Atualmente a EAD se utiliza das novas tecnologias da comunicação, tais como as redes de computadores, que tornam essa modalidade de ensino mais eficiente, diminuindo parcialmente o preconceito sofrido pela modalidade (TEDESCO, 2004).

Ainda de acordo com o autor citado acima, dentre as principais barreiras encontradas pela EAD estão o preconceito e a centralidade do estudante no processo, que tanto pode ser considerado um ponto positivo, à medida que ocorre um empoderamento do aluno visto à demanda e a necessidade de programação para os estudos de forma autônoma por parte deste, como negativa, pois pode gerar altos níveis de acomodação, o que provoca que altos índices de evasão, em razão da pouca cobrança pessoal que ocorre nessa modalidade.

Entretanto, o próprio Tedesco (2004) apesar de explicar que a própria definição de EAD se apresenta com um instrumento que viabiliza o ensino, como um meio e não como um processo de interação social já que não há contato físico entre os alunos e professor, salienta que a distância é apenas de cunho físico e geográfico, mas que a EAD trata de outro modo à interação social podendo ser superior aos ambientes de frequência presencial.

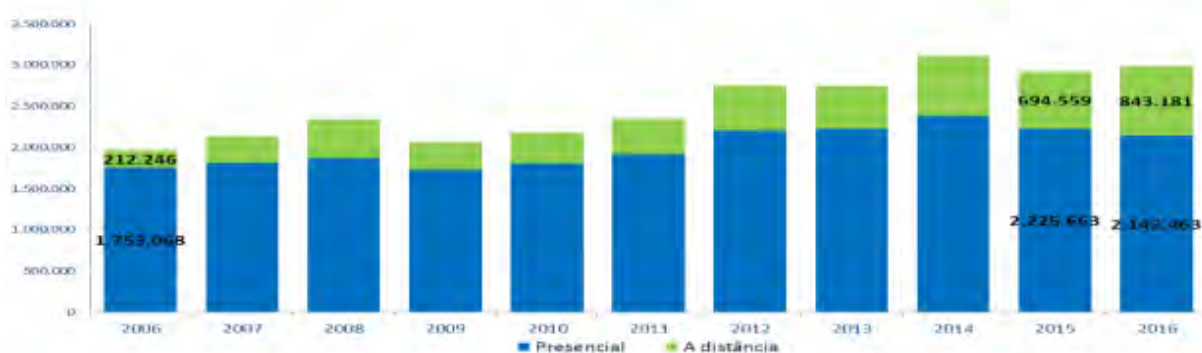
Com os avanços das novas tecnologias da comunicação ocorreu uma incrível expansão da plataforma de conhecimentos científicos, um bom exemplo foi o da Biblioteca da Universidade de Harvard que levou 275 anos para acoplar o seu primeiro milhão de livros, gastou apenas outros cinco anos para juntar o último milhão de livros e periódicos, outro progresso está na quantidade de periódicos científicos das mais diversas áreas do conhecimento, totalizando mais de 100 mil na atualidade, “calcula-se que o conhecimento levou 1750 anos para se duplicar pela primeira vez, desde o começo da era cristã, para depois voltar a dobrar de volume em 150 anos, 50 anos e agora a cada 5 anos, estimando-se que em 2020 se duplicará a cada 73 dias” (ALVES, 2016).

Ainda de acordo com o autor, essa rapidez da informação acarretou mudanças no mercado de trabalho, passando a exigir maior capacitação, trazendo, assim mudanças também nas formas de ensino e aprendizagem, de modo que recebeu destaque formas de ensino que possibilitam ao indivíduo um acesso mais rápido ao conhecimento, como é o caso da educação a distância, tanto enquanto formação continuada de profissionais como na sua formação inicial.

Sendo assim, conforme Tedesco (2004) faz-se cada vez mais necessário pensarmos em processos educativos que ultrapassem as instituições de ensino tradicionais, em novos ambientes de aprendizagem, onde a relação presencial professor/aluno seja transcendida. O desafio aqui será o de pensar modelos pedagógicos que sejam realmente transgressores e não replicáveis a qualquer situação de aprendizagem.

Conforme dados do último Censo da Educação Superior (2016), expedido pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2017) o número de alunos matriculados em cursos na educação à distância vêm crescendo no país. Segundo o levantamento, em 2006 a participação da modalidade EAD era de 4,2% do total de matrículas em cursos de graduação, já em 2016 a participação aumentou para 18,6% do total de matrículas no ensino superior. Outro dado relevante é a queda no percentual de matrículas nos cursos presenciais, no período entre 2015 e 2016 houve uma queda de 1,2% no número de alunos matriculados.

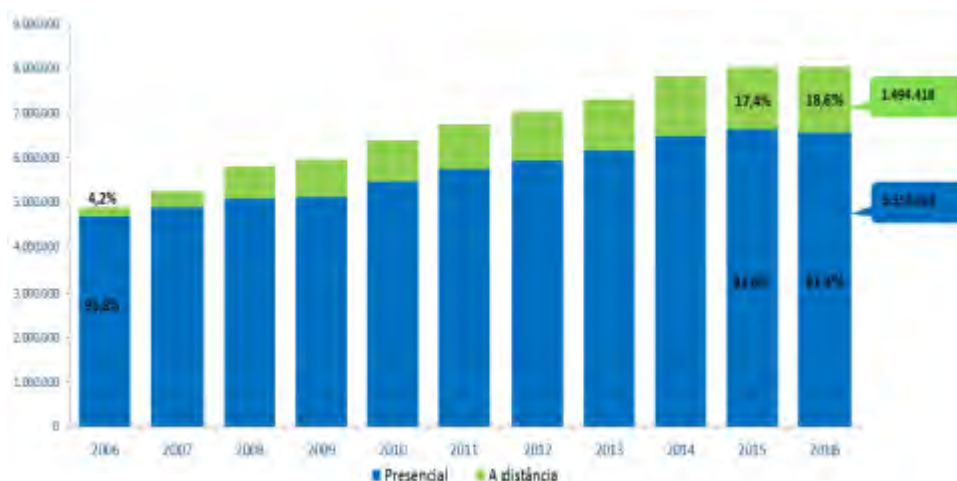
Gráfico 1- Número de matrículas em cursos de graduação, por modalidade de ensino - Brasil – 2006-2016



Fonte: MEC/INEP/Censo

Ainda de acordo com o Censo 2016, após uma queda observada em 2015, o número de ingressantes teve um crescimento de 2,2% em 2016. Isso ocorreu porque a modalidade a distância aumentou mais de 20% entre os dois anos, enquanto nos cursos presenciais houve um decréscimo no número de ingressantes (3,7%). Entre 2006 e 2016, o número de ingressos variou positivamente 22,2% nos cursos de graduação presencial e quase 4 vezes (297,3%) nos cursos a distancia.

Gráfico 2- Número de ingressos em cursos de graduação, por modalidade de ensino – Brasil – 2016



Fonte: MEC/INEP/Censo

Os dados citados acima mostram como a modalidade de educação à distância vem crescendo e se fortalecendo como ferramenta de aprendizagem nos cursos de graduação do ensino superior, salientando a importância da mesma no processo ensino-aprendizagem com a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) em seu método de ensino.

### 3 UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NA AREA EDUCACIONAL

A tecnologia é um dos principais elementos constituintes da modernidade. Ela alterou a forma de viver e de se relacionar do indivíduo, além de promover desenvolvimento científico e tecnológico. Com o decorrer do tempo, o modo como nos relacionamos com os aparatos tecnológicos também se modifica e traz novas mudanças sobre as formas de ensinar, aprender e se comunicar (BIANCHI; PIRES; VANZIN, 2008).

A relação do homem com a técnica e o aprimoramento dela, na construção de outros instrumentos mais sofisticados (tecnologias), se deu desde os primórdios do tempo. Segundo Sancho (1998), foi a partir da década de 1990 que as TICs tornaram-se presentes e imperativas em boa parte das atividades humanas, do trabalho até os nossos lares, da pesquisa ao entretenimento.

Sancho, no entanto, diz que o uso dessas tecnologias contribui de forma significativa para o avanço de um tipo de pensamento humano hegemônico, impulsionado pela técnica e pela expansão do uso dos suportes de informação e de comunicação. Nesse contexto, para que o indivíduo possa adquirir uma posição crítica e de valor diante do consumo exagerado das TICs não basta apenas o domínio da língua oral e escrita, é fundamental compreender os códigos da linguagem audiovisual e da informática, ter capacidade para saber aprender, critérios para selecionar e situar a informação, e o conhecimento básico para dar-lhe sentido e convertê-la em conhecimento pessoal, social e profissional.

Este panorama de avanços tecnológicos gerou mais complexidade na área da educação. A internet, por exemplo, contempla atualmente todos os componentes do modelo comunicativo: é interativa, participativa, horizontal, mas não tem sentido se não existir um projeto educativo para justificar a presença desse meio. Cabe, então, as IES organizarem e reagruparem esse conjunto de informações proporcionadas pelas TICs reestruturando seus currículos e espaços físicos e dando um novo significado às exigências provocadas pela era tecnológica. O professor terá de aprender a trabalhar de forma colaborativa e a promover ações interdisciplinares. A figura do professor individual tende a ser substituída pelo professor colaborativo, que juntamente com seus colegas encontra novas formas de ensinar e de utilizar as TICs integrando tecnologia e educação.

Diante desse cenário sob a perspectiva da educação física, conforme Betti (2006), estudar as relações interdisciplinares entre a Educação Física e as TICs é fundamental para abranger a sociedade e pensar em novos métodos para ensinar e aprender novas temáticas, sendo que as ferramentas tecnológicas estão por toda parte e modificam nossa forma de ser e estar no mundo.

#### **4 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E AS TICs**

Belloni (2008) relata que com a incorporação de novas tecnologias de informação no sistema educacional os currículos e metodologias e o acesso à educação tornaram-se mais flexíveis. A Educação Física vem se apropriando desta modalidade de ensino em seus cursos de graduação e pós-graduação, promovendo a ampliação do acesso aos cursos superiores e de formação continuada.

A formação continuada de professores tem sido o foco de grandes debates, sobretudo no que tange à área de ensino presencial versus ensino a distância. Na educação física esse debate não é diferente, principalmente no que diz respeito à construção dos conhecimentos relacionados às práticas corporais, que fazem parte do currículo dos cursos de formação de professores como podemos encontrar nos estudos de Filho, Silva e Pires (2013) e Freitas e Laochite (2012).

O Conselho Federal de Educação Física - CONFEF se posiciona contra a oferta de cursos de Graduação em Educação Física na modalidade EAD, questionando se esse tipo de formação seria adequada para formar o profissional de Educação Física. Embora apresente outras alegações, esta é significativa em relação a importância que a entidade confere às vivências práticas nos cursos de graduação em Educação Física. No mesmo texto, se posiciona informando que [...] as especificidades da formação superior em Educação Física, pelo seu caráter eminentemente prático, inviabilizam a realização da formação acadêmica, na sua totalidade, no formato da Educação a Distância (CONFEF, 2012).

Entretanto de acordo com Filho, Silva e Pires (2013), vem ocorrendo uma mudança de paradigma na concepção de ensino das disciplinas práticas que antes eram voltadas ao saber das práticas corporais, expresso pelo saber fazer. Atualmente, os cursos de formação de professores vêm tomando novos contornos e se aproximando da concepção de ensino das práticas corporais na Educação Física, voltados ao “saber sobre a prática”, ou seja, o saber ensinar.

Ainda segundo os autores, na EAD faz-se necessário investigar como o saber das práticas corporais vem sendo desenvolvido, visto que essa nova formação incorpora a mediação por computadores e em espaço virtual, assumindo contornos diferenciados daquilo que tradicionalmente vinha sendo realizada no campo, mediação essa que pode estar acirrando as contradições e ambigüidades do campo no que tange a sua tradição com o saber das práticas corporais.

Considerando que os cursos de formação de professores EAD são experiências novas, é importante ponderar que eles necessitam de tempo para se estruturarem e criarem suas próprias experiências no campo de formação e que mais pesquisas precisam ser realizadas a fim de analisar como esses cursos se desenvolvem e por tanto, se faz necessário investigar como tem sido construído o saber das práticas pedagógicas curriculares (FILHO, SILVA, PIREs, 2013).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com a pesquisa bibliográfica realizada o ensino e principalmente os métodos de ensino utilizados no Brasil vem se modificando com o passar dos anos e adaptando-se a inserção das mídias eletrônicas e tecnologias incorporadas na sociedade moderna.

Acompanhando tais modificações e crescendo nos últimos anos está o ensino na modalidade da educação à distância em cursos de ensino superior, que é caracterizada por oferecer os mesmos conteúdos e disciplinas da modalidade presencial, mas com maior flexibilidade de horários para os alunos adequarem suas rotinas aos estudos. Dentre os cursos que mais utilizam a educação à distância estão, principalmente, aqueles voltados para formação de professores.

Em se tratando da formação de professores em educação física a aplicação da educação à distância apresenta-se divergente, pois o ensino em nível superior da educação física é pautado em saber das práticas corporais e segundo o CONFEF na modalidade EAD não é possível que tal conteúdo seja assimilado apenas utilizando essa modalidade.

Entretanto alguns autores já relatam que o ensino em nível superior em educação física, principalmente em relação aos saberes das práticas corporais, está se moldando visando atender tal tipo de necessidade as disciplinas consideradas “práticas”, pois segundo os autores o que importa para a formação dos professores não é o “saber fazer”, mas sim “saber ensinar a fazer”.

Para finalizar, cabe ressaltar que o tema ainda é recente na literatura e nas instituições de ensino superior, necessitam de maior tempo para que se possam criar parâmetros que melhor nortearão o ensino à distância e a formação de professores de educação física.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, K. M. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. *Educação & Sociedade*, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/14.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2018

ALVES, L. C. R. Educação superior à distância: desafios, perspectivas e possibilidades. **Composição Revista de Ciências Sociais da UFMS**, n. 18, p. 74-90, 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufms.br/ojs/index.php/compcs/article/view/1979>>. Acesso em: 29 set. 2018

BARROS, D. M. V. **Educação a Distância e o Universo do Trabalho**. Bauru: EUDSC, 2003.

BELLONI, M. L. **Educação à distância**, 5. ed. Campinas : Autores associados, 2008. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=BciuHdHIHPwC&oi=fnd&pg=PP13&dq=%E3%A3o+a+dist%C3%A2ncia&ots=ERNWPsezzU&sig=a3kF85ili6JdN4O4XHO\\_pF00qRyc->](http://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=BciuHdHIHPwC&oi=fnd&pg=PP13&dq=%E3%A3o+a+dist%C3%A2ncia&ots=ERNWPsezzU&sig=a3kF85ili6JdN4O4XHO_pF00qRyc->)>. Acesso em 29 set. 2018

BETTI, M. **Imagens em ação: uma pesquisa-ação sobre o uso de matérias televisivas em programas de educação física do ensino fundamental e médio**. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 95-120, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1153/115315946005.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2018.

BIANCHI, P.; PIRES, G. L.; VANZIN, T. **As Tecnologias de Informação e Comunicação na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis: possibilidades para a educação (física)**. *Revista Linhas*, v. 9, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://200.19.105.203/index.php/linhas/article/view/1372/1178>>. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília; 2005.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Graduação em Educação Física à distância**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.confef.org.br/extra/revistaef/show.asp?id=3984&hl=EAD>> Acesso em: 28 set. 2018.

DOURADO, L. F. **Política e gestão da educação a distância: Novos marcos regulatórios**. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 29, n. 104, p. 891-917, out., 2008. Especial. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n104/a1229104>>. Acesso em 24 set. 2018.

FILHO, A. L. SILVA, A. M.; PIRES, G. L. **Saberes e práticas corporais na formação de professores de educação física na modalidade à distância**. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 701-715, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://rbce.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/1316>>. Acesso em: 30 set. 2018.

FREITAS, F. P. R.; LAOCHITE, R. T. **Vivências práticas na formação em educação física na modalidade à distância**. 2012. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional de Educação à distância e Encontro de pesquisadores em educação a distância, São Carlos, 2012.

GIOLO, J. **Educação à distância: Tensões entre o público e o privado**. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1271-1298, out./dez., 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/873/87315816012.pdf>>. Acesso em 24 set. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse

Estatística da Educação Superior 2017. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/quest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 28 set. 18.

SANCHO, J. M. **A tecnologia: um modo de transformar o mundo carregado de ambivalência**. In: SANCHO, J. M. (Org.). Para uma tecnologia educacional. Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 22-49.

TEDESCO, J. C. (org) et al. **Educação e Novas tecnologias: esperança ou incerteza**. São Paulo. Cortez. Buenos Aires: Instituto Internacional de Planeamiento de La Educacion; Brasília: Unesco, 2004.



**APLICAÇÃO DA LEI DE NEWCOMB-BENFORD NA IDENTIFICAÇÃO DE FRAUDES: O CASO DO BANCO PANAMERICANO**

*APPLICATION OF THE NEWCOMB-BENFORD LAW ON FRAUD IDENTIFICATION: THE CASE OF PANAMERICANO BANK*

Área temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

AMARAL, Leonardo Barbosa  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Mestrando em Controladoria e Contabilidade, com graduação em Ciências Contábeis e especialização em Auditoria e Gestão de Riscos Corporativos.  
amaral.leonardo@aol.com

GONÇALVES, Márcio Augusto  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Possui graduação em Engenharia Civil pela EEK/MG, especialização em Análise de Sistemas pelo ICEX/UFMG, mestrado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais e *Ph.D.* em Administração - Aston University.  
marciouk@yahoo.com

**Resumo**

O objetivo desta pesquisa é aplicar a Lei de Newcomb-Benford aos dados de balanços patrimoniais do Banco Panamericano, no período de ocorrência da fraude contábil, descoberta pelo Banco Central do Brasil em 2010. Sendo assim, este estudo busca saber se a Lei de Newcomb-Benford é confiável para a identificação de fraudes. Essa pesquisa se justifica pela importância de um monitoramento nas ocorrências de desvios aos padrões da Lei de Newcomb-Benford, um método de análise de dados que pode detectar irregularidades indicando possível erro, fraude, viés manipulativo ou ineficiência de processamento. Foram analisadas demonstrações contábeis do Banco Panamericano, do período de 2006 a 2010, obtidas por meio do site da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). Para análise dos dados e sua conformidade à Lei de Newcomb-Benford, foram realizados os seguintes procedimentos: (i) tabulação da frequência de ocorrência do primeiro dígito dos saldos das contas contábeis analíticas que compõem o Balanço Patrimonial; (ii) aplicação do Teste Z à proporção observada ( $P_o$ ) em comparação à proporção esperada ( $P_e$ ), individualmente por dígito, e (iii) aplicação do Teste Qui-Quadrado ( $\chi^2$ ) aos valores globais verificados para o primeiro dígito. Os resultados sinalizam possíveis desvios nas demonstrações contábeis em análise, os quais foram confirmados com os resultados da fiscalização do Banco Central do Brasil. Conclui-se, então, que a Lei de Newcomb-Benford é confiável para a identificação de fraudes, podendo ser utilizada, como um recurso auxiliar, tanto por auditores, como por contadores forenses, acionistas, analistas financeiros, investidores e outros interessados nas informações contábeis.

**Palavras-chave:** Auditoria, Contabilometria, Lei de Newcomb-Benford.

**Abstract**

The purpose of this research is to apply the Newcomb-Benford Law to Banco Panamericano's balance sheet data, in the period of accounting fraud, discovered by the Brazilian Central Bank in 2010. Therefore, this study seeks to know if the Newcomb Law -Benford is reliable for fraud detection. This research is justified by the importance of monitoring the occurrence of deviations from the standards of the Newcomb-Benford Act, a method of data analysis that can detect irregularities indicating possible error, fraud, manipulative bias or processing inefficiency. We analyzed the financial statements of Banco Panamericano, from 2006 to 2010, obtained through the B3 website (Brasil, Bolsa, Balcão). In order to analyze the data and its compliance with the Newcomb-Benford Law, the following procedures were performed: (i) tabulation of the frequency of occurrence of the first digit of the balances of the analytical accounts that make up the Balance Sheet; (ii) application of the Z-Test at the observed ratio ( $P_o$ ) in comparison to the expected proportion ( $P_e$ ), individually by digit, and (iii) application of the Chi-Square Test ( $\chi^2$ ) to the global values verified for the first digit.

application of the Chi-Square test ( $\chi^2$ ) to the global values verified for the first digit. The results indicate possible deviations in the financial statements under analysis, which were confirmed with the results of the supervision of the Central Bank of Brazil. It is therefore concluded that the Newcomb-Benford Act is reliable for the identification of frauds and may be used as an ancillary resource by both auditors, forensic accountants, shareholders, financial analysts, investors and others interested in the information accounting.

**Keywords:** Audit, Accounting, Newcomb-Benford Law.

## 1. INTRODUÇÃO

Simon Newcomb foi um astrônomo norte-americano. No final do século XIX, ele observou que ao manusear os livros com as tabelas de logaritmos, utilizadas na época para realização de cálculos, elas tornavam-se progressivamente mais limpas à medida que se movia da primeira para as últimas páginas, sendo a primeira página a mais suja. Newcomb publicou um artigo sobre esse tema em 1881, o qual não obteve grande repercussão por parte da comunidade científica da época. Cerca de quatro décadas depois, Frank Benford, um físico norte-americano que trabalhava nos laboratórios da General Electric, deparou-se com os estudos de Newcomb. Benford redescobriu o fenômeno por meio de uma observação similar e o estabeleceu em uma base mais sólida, testando sua precisão em um grande volume de dados coletados de diversos campos, como por exemplo, constantes físicas, massas atômicas e moleculares, endereços de ruas, extensão dos rios etc. e concluiu que a ocorrência de primeiros dígitos significativos segue uma distribuição logarítmica (MIR; AUSLOOS; CERQUETI, 2014; CAVALCANTI, 2015).

Benford descobriu que cerca de 30,1% dos números tinham 1 como o primeiro dígito, 17,6% tinham 2 e apenas 4,6% tinham 9 como primeiro dígito. Ele então fez algumas suposições relacionadas à física sobre a distribuição de dados que ocorrem naturalmente e, usando o cálculo integral, computou as frequências esperadas dos dígitos e as combinações de dígitos. Como as escolhas humanas não são aleatórias, é improvável que números inventados sigam a Lei de Newcomb-Benford. Essa Lei é bastante contra intuitiva e, ainda as pessoas não assumem naturalmente que alguns dígitos ocorrem mais frequentemente que outros (NIGRINI, 1999, 2012).

Segundo Tota, Aliaj e Lamçja (2016), a Lei de Newcomb-Benford é apresentada como um recurso de auditoria, eficaz na identificação de contas suspeitas para análise posterior. Muitas pesquisas concentraram-se em validar se a distribuição de Benford é um instrumento apropriado para distinguir a contabilidade fraudulenta da não-fraudulenta.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é aplicar a Lei de Newcomb-Benford aos dados de balanços patrimoniais do Banco Panamericano, no período de ocorrência da fraude contábil de R\$4,3 bilhões, descoberta pelo Banco Central do Brasil em 2010, tendo em vista que para alguns analistas as irregularidades vinham acontecendo desde 2006. Sendo assim, este estudo busca saber se a Lei de Newcomb-Benford é confiável para a identificação de fraudes.

Tal objetivo foi delineado para responder à seguinte questão de pesquisa: **Existem desvios significativos no que se refere ao primeiro dígito dos saldos contábeis do Banco Panamericano, em relação a distribuição prevista pela Lei de Newcomb-Benford?**

O presente estudo se justifica pela importância de um monitoramento nas ocorrências de desvios aos padrões da Lei de Newcomb-Benford. Esse método de análise de dados pode detectar irregularidades indicando possível erro, fraude, viés manipulativo ou ineficiência de processamento. Sendo assim, ele se mostra um recurso de particular relevância para contadores forenses, auditores, e outros profissionais em seus trabalhos. Ademais, estudos anteriores sugerem que a Lei de Newcomb-Benford captura com sucesso a manipulação de dados fiscais, a ponto de os desvios dessa Lei serem aceitáveis como evidência em tribunais de vários estados dos Estados Unidos (MIR; AUSLOOS; CERQUETI, 2014). Além disso, investigar as diferenças entre os dados manipulados e os dados não manipulados, bem como entre os dois tratamentos, fornece informações valiosas para uma aplicação significativa da Lei de Newcomb-Benford como um procedimento de auditoria analítica (WATRIN; STRUFFERT; ULLMANN, 2008). Assim, esta pesquisa tem a intenção de atender às necessidades das comunidades acadêmicas, profissionais e da própria sociedade, tendo em vista que a fraude constitui-se em um problema e desperdício, pois ela desvia recursos destinados a serviços essenciais, como por exemplo: saúde, educação, saneamento e habitação.

Este artigo está dividido, além desta introdução, em mais cinco partes, contendo a revisão da literatura, a metodologia, a análise dos resultados, as considerações finais e as referências.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 A Lei de Newcomb-Benford

Segundo Bradley e Farnsworth (2009), a origem da Lei de Newcomb-Benford foi bem simples. Simon Newcomb (1881) percebeu que os livros de tabelas logarítmicas tinham mais desgaste nas primeiras páginas do que nas outras. Em 1938, um físico chamado Frank Benford redescobriu a lei, coincidentemente, observando a mesma condição das tabelas de logaritmos. Benford apresentou 20 exemplos, usando 20.229 observações, incluindo exemplos tão variados como os endereços de rua, estatísticas de beisebol, áreas de lagos, dentre outras (BENFORD, 1938).

Segundo Cavalcanti (2015), contrariamente ao que seria esperado pelas leis da probabilidade para as variáveis aleatórias (ou seja, chances iguais de ocorrência), Benford observou que os números que começam com 1, isto é, cujo primeiro dígito foi 1, ocorreram muito mais frequentemente do que aqueles iniciados com 2, que, por sua vez, ocorreram com maior frequência do que aqueles iniciados por 3, e assim por diante, como segue, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1. Probabilidade associada ao primeiro dígito

Dígito	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total
Prob.	30,1%	17,6%	12,5%	9,7%	7,9%	6,7%	5,8%	5,1%	4,6%	100%

Fonte: Adaptado de Nigrini (2012).

Conforme proposto por Newcomb, o primeiro dígito dos dados acima segue uma distribuição logarítmica. Esse modelo teórico foi demonstrado por Benford, onde a probabilidade de ocorrência do dígito  $i$ , é na forma do logaritmo:

$$P(i) = \log_{10} \left(1 + \frac{1}{i}\right) \quad (1)$$

Onde  $i = 1, 2, \dots, 9$ .

Na prática, as aplicações da Lei de Newcomb-Benford para a detecção de fraudes podem usar mais do que o primeiro dígito (NIGRINI, 1996). Neste estudo, utilizou-se a análise do primeiro dígito. Essa escolha justifica-se por sua utilização em diversos estudos, tais como o de Santos, Tenório e Silva (2003), de Mir, Ausloos e Cerqueti (2014), de Mir (2016), de Gamermann e Antunes (2018) e de Shi, Ausloos e Zhu (2018), que exploram o tema.

Segundo Bhide (2012), a Lei de Newcomb-Benford é uma das técnicas utilizadas na Contabilidade Forense. Para o autor, ela é um recurso matemático que permite determinar se a variável em estudo é um caso de erro não intencional ou fraude. Ao detectar qualquer fenômeno desse tipo, a variável em estudo deve ser submetida a um exame minucioso. A Lei estabelece que os valores fabricados (como indicador de fraude) possuem um padrão diferente dos valores aleatórios (ou válidos).

A Lei de Newcomb-Benford tem se destacado na verificação de probabilidades através de modelos contabilométricos, que fazem uma comparação entre a variação de uma frequência esperada de valores, com a frequência observada, considerado um determinado período de tempo, em relação a relevância de suas respectivas diferenças (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Nesse aspecto, a Lei de Newcomb-Benford aplicada em um modelo contabilométrico, serve para detectar desvios aos padrões contábeis, como erros ou fraudes (LAGIOIA *et al.*, 2011), tal como será demonstrado ao longo dessa pesquisa.

### 2.2 Modelo Contabilométrico baseado na Lei de Newcomb-Benford

O processo de tomada de decisões nas organizações requer instrumentos, métodos e modelos que reduzam o tempo de análise e aumentem a precisão nos resultados projetados e, além disso, reduza os riscos envolvidos. Compete à contabilometria integrar métodos quantitativos aos resultados econômicos e financeiros das entidades, para oferecer informações capazes de otimizar a análise dos resultados para a elaboração de estratégias em seu ambiente de negócios (FRANCISCHETTI; POKER; PADOVEZE, 2017).

O modelo contabilométrico adotado neste estudo é similar ao desenvolvido por Nigrini (2000) e adaptado por Santos, Tenório e Silva (2003). Este modelo fundamenta-se na relação entre a Lei de Newcomb-Benford e os testes de hipóteses: Teste Z e o Teste Qui-Quadrado ( $\chi^2$ ).

De acordo com Santos, Tenório e Silva (2003), a análise das diferenças entre as distribuições de probabilidades observadas ( $P_o$ ) e esperadas ( $P_e$ ), segundo a Lei de Newcomb-Benford, é estudada a partir desses testes de hipóteses.

### 2.2.1 Hipóteses

Um dos fatores que, segundo Kerlinger (1973), demonstram a importância das hipóteses, é o fato de desenvolverem o conhecimento científico, auxiliando o investigador a confirmar (ou não) sua teoria. Dessa forma, as hipóteses que orientam o desenvolvimento deste trabalho são definidas a seguir:

H0: Não existem desvios estatisticamente significativos entre as distribuições de probabilidades observadas ( $P_o$ ) e esperadas ( $P_e$ ), ou seja, não há indicação de irregularidades.

H1: Existem desvios estatisticamente significativos entre as distribuições de probabilidades observadas ( $P_o$ ) e esperadas ( $P_e$ ), isto é, há indicação de irregularidades.

Elas podem ser apresentadas da seguinte forma:

H0:  $P_o = P_e$

H1:  $P_o \neq P_e$

Ainda conforme Kerlinger (1973), as hipóteses podem ser testadas e julgadas como possivelmente verdadeiras ou falsas. Para Silva, Travassos e Costa (2017), entre os testes estatísticos mais utilizados na análise de conformidade de um conjunto de dados com a Lei de Newcomb-Benford, encontram-se o Teste Z e o Teste Qui-Quadrado ( $\chi^2$ ). Sendo assim, mostra-se produtivo o uso do Teste Z e do Teste Qui-Quadrado ( $\chi^2$ ), conforme demonstrou Silva, Travassos e Costa (2017), para a análise proposta neste estudo.

### 2.2.2 Teste Z

Segundo Durtschi, Hillison e Pacini (2004), o Teste Z pode ser usado para determinar se a proporção de um dígito específico de um conjunto de dados é suspeita. Em outras palavras, um dígito aparece mais ou menos frequente em uma posição particular do que uma distribuição Benford poderia prever. No modelo proposto por Nigrini (2000) e adaptado por Santos, Tenório e Silva (2003), pode-se calcular o Teste Z pela seguinte fórmula:

$$Z = \frac{|P_o - P_e| - \frac{1}{2n}}{\sqrt{\frac{P_e(1-P_e)}{n}}} \quad (2)$$

Onde:

n: é o número de observações;

$1/2n$ : é o termo de correção de continuidade e só é usado quando ele é menor que  $|P_o - P_e|$ ;

$P_o$ : frequência dos saldos observados nos balanços da entidade;

$P_e$ : frequência esperada conforme a Lei de Newcomb-Benford.

O nível de significância de  $\alpha = 0,05$  e  $Z_c$  crítico é igual a 1,96.

Para Santos, Tenório e Silva (2003), o Teste Z é utilizado para medir o grau de significância entre as diferenças  $P_o - P_e$ . Isto é, se existe evidência estatística suficiente para rejeitar a hipótese nula H0:  $P_o = P_e$ .

### 2.2.3 Teste Qui-Quadrado ( $\chi^2$ )

O Teste Qui-Quadrado ( $\chi^2$ ) verifica se existe adequação de ajustamento entre as frequências observadas e as frequências esperadas, ou seja, ele examina se de fato existe diferença significativa entre as frequências. Assim, a hipótese nula  $H_0$  afirmará não haver discrepância entre as frequências observadas e esperadas, enquanto  $H_1$  afirmará que as frequências observadas e esperadas são divergentes (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Segundo Stevenson (2001), o Teste  $\chi^2$  é usado para medir o grau de conformidade da distribuição de probabilidade observada com a esperada, conforme a Lei de Newcomb-Benford, a partir de uma perspectiva de análise global, a fim de definir as hipóteses a serem testadas.

Para o cálculo do Teste  $\chi^2$  utiliza-se a seguinte fórmula (SANTOS; DINIZ; CORRAR, 2005):

$$\chi^2 = \sum_{d=1}^9 \frac{(p_o - p_e)^2}{p_e} \quad (3)$$

Onde:

$p_o$ : são as proporções observadas, definidas por  $P_o \times n$ ;

$p_e$ : são as proporções esperadas, definidas por  $P_e \times n$ .

Significância  $\alpha = 0,05$ , o grau de liberdade é 8 ( $n - 1$ ) e  $\chi^2_c = 15,507$ .

Santos, Tenório e Silva (2003) dizem que o Teste  $\chi^2$  é utilizado para medir o nível de significância entre duas distribuições, ou seja, se na sua totalidade elas estão compatíveis ou não.

### 2.3 Estudos anteriores

O estudo de Saville (2006) usou dados extraídos de empresas listadas na Bolsa de Valores de Joanesburgo, na África do Sul, para testar a hipótese de que a Lei de Newcomb-Benford pode ser usada para identificar relatórios contábeis fraudulentos. Os resultados apoiam o argumento de que a Lei de Newcomb-Benford pode ser usada efetivamente para detectar erros e fraudes contábeis. Dessa forma, os resultados são de particular relevância para auditores, acionistas, analistas financeiros, gestores de investimentos, investidores privados e outros usuários de dados contábeis divulgados publicamente.

A investigação de Watrin, Struffert e Ullmann (2008) teve como objetivo testar se a Lei de Newcomb-Benford é ou não adequada para diferenciar dados manipulados e não manipulados, isto é, se uma análise de acordo com a Lei de Newcomb-Benford é capaz de dividir um grupo, de possíveis alvos de auditoria fiscal, em dois subgrupos, de modo que a probabilidade de uma evasão fiscal no primeiro grupo seja maior do que no segundo grupo. Assim, o foco da atividade de auditoria fiscal no primeiro grupo produziria um número maior de descobertas de evasões fiscais e, conseqüentemente, aumentaria a eficácia e a eficiência da auditoria fiscal. Se a resposta for positiva, a Lei de Newcomb-Benford pode ser usada para selecionar casos para investigação pelas autoridades fiscais, de modo que essa investigação tenha igual relevância científica e prática. A este respeito, dois tratamentos experimentais laboratoriais foram realizados. No primeiro tratamento, os indivíduos foram solicitados a manipular valores sem serem informados sobre a Lei de Newcomb-Benford. No segundo tratamento, os indivíduos receberam a tarefa de manipular os dados, mas desta vez, levando em conta as informações que receberam sobre a Lei de Newcomb-Benford e sobre a sua aplicação na auditoria tributária. Os resultados indicam que os dados manipulados no primeiro tratamento são menos divergentes da Lei de Newcomb-Benford, do que são os dados no segundo tratamento. Dessa forma, os Testes Benford são adequados para melhorar a seleção de alvos de uma auditoria.

Yücel e Özevğn (2016) desenvolveram uma pesquisa sobre a aplicação da Lei de Newcomb-Benford nos balanços patrimoniais de empresas listadas na Bolsa de Valores de Istambul (BVI). Segundo os autores, nos últimos anos, as técnicas de análise digital e as técnicas de auditoria assistida por computador (CAATs) têm ampliado o escopo do processo de auditoria, permitindo direcionamento e agilidade. Salienta-se que uma dessas técnicas é a Análise de Benford, que se destaca por sua simplicidade e baixo custo. No estudo, a Lei de Newcomb-Benford foi aplicada aos dados dos balanços patrimoniais das 500 empresas negociadas na BVI, no ano de 2015. O objetivo do estudo foi investigar a utilidade da Análise de Benford como um método preliminar de auditoria. Os dados dos balanços selecionados consistem em cinco itens diferentes: Ativos Totais, Obrigações de

Curto Prazo, Obrigações de Longo Prazo, Patrimônio Líquido e Lucro/Prejuízo Líquido. Os testes do 1º e do 2º dígito da Análise de Benford foram aplicados a estes dados dos balanços e os resultados observados e os valores esperados foram comparados. Como resultado da análise, os pontos que estão fora dos limites aceitáveis podem ser considerados como fraude e tais empresas devem ser selecionadas para que testes em profundidade sejam aplicados.

Em seus estudos, Shi, Ausloos e Zhu (2018) discutiram a confiabilidade de dados financeiros relatados por seis países em desenvolvimento: China, Brasil, Índia, México, Indonésia e Turquia. O objetivo desse trabalho foi aplicar a Lei de Newcomb-Benford sobre dados financeiros específicos, a fim de saber se os dados em análise são confiáveis e, ao mesmo tempo, verificar se a Lei de Newcomb-Benford pode ser aplicada a tais dados agregados, em particular de países emergentes. Considerou-se o período de 2000 a 2014 e foram analisadas 10 categorias da indústria, conforme a classificação da *Financial Times Security Exchange* (FTSE). São elas: materiais básicos, bens de consumo, serviços ao consumidor, finanças, cuidados de saúde, produtos industriais, petróleo e gás, tecnologia, telecomunicações e utilitários. Todos os dados utilizados na pesquisa foram obtidos do Datastream (um banco de dados de séries temporais financeiras). Os dados foram examinados por meio do primeiro dígito e através de testes de distância de distribuição. Realizaram-se os testes do Qui-Quadrado ( $\chi^2$ ) para comparar as distribuições esperadas (Lei de Newcomb-Benford) com as distribuições observadas. Os resultados mostram que após vários dados, visualmente anômalos, serem removidos, as distribuições passaram a seguir muito melhor a Lei de Newcomb-Benford, indicando a utilidade do teste. O mesmo vale para os testes de distância. Os autores recomendam que testes complementares devem ser considerados antes de decidir se os dados são falsos ou errados.

Gamermann e Antunes (2018) analisaram dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre doações em dinheiro para as campanhas eleitorais, tendo em vista os resultados das eleições de 2014, no Brasil. O trabalho aponta para duas conclusões que combinadas podem estar em conflito com o princípio democrático: o dinheiro é o fator determinante para indicar se um candidato será eleito ou não (oposto à representatividade); em segundo lugar, o uso da Lei de Newcomb-Benford para analisar as doações declaradas recebidas pelos partidos e campanhas eleitorais mostra possíveis manipulações nas declarações ou um número significativo de doações que podem não ter sido espontâneas dos doadores. Segundo os autores, o melhor termo que descreve o sistema de governo do Brasil é a plutocracia (governado pelos ricos).

O que foi possível constatar, segundo as pesquisas realizadas, é que a Lei de Newcomb-Benford se aplica a uma variedade de conjuntos de dados, como por exemplo: dados financeiros, contábeis ou eleitorais. Contudo, todos possuem uma finalidade em comum, verificar possíveis manipulações, dados falsos, fraudes ou erros de digitação. Diante disso, ela assume uma relevância tanto para auditores, quanto para analistas financeiros, gestores de investimentos, dentre outros *stakeholders*.

## 2.4 O caso do Banco Panamericano

Segundo Peleias *et al.* (2013), análises nas demonstrações contábeis revelaram que o Banco Panamericano evitou que o grupo controlador da instituição tivesse um prejuízo nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009. Nesse período, o Banco teve um lucro líquido de R\$716,7 milhões, enquanto o controlador apresentou um prejuízo de R\$678 milhões. Este fato evidenciou a importância do Banco para o Grupo.

A venda de carteiras de crédito era uma prática comum do Banco Panamericano (COELHO *et al.*, 2015). Um incentivo usado pelo Banco para a venda de sua carteira de crédito foi a garantia que prestava como coobrigação, em que assumia a responsabilidade pela inadimplência das carteiras vendidas (PELEIAS *et al.*, 2013).

Em 2010, o Banco Central do Brasil (BACEN), em sua rotina de supervisão do sistema financeiro, detectou inconsistências nos registros contábeis dessas operações de cessão de créditos, praticados pelo Banco Panamericano (BACEN, 2010). Assim, os principais jornais do país noticiaram a descoberta da fraude, após a fiscalização do BACEN. A fraude ocorreu porque o Banco continuava registrando, em seus ativos, as carteiras de crédito, e, as receitas que não lhes pertenciam mais, uma vez que já tinham sido vendidas para outras instituições financeiras (PELEIAS *et al.*, 2013).

O caso do Banco Panamericano trouxe à tona um dos maiores escândalos financeiros da história do Brasil, assim como aflorou o debate sobre o papel das empresas de auditoria e, também, sobre as técnicas a serem utilizadas para a identificação dos sinais de alerta que apontam para a

existência de dados que contenham duplicidades e anomalias.

### 3. METODOLOGIA

O presente estudo adota o método de abordagem hipotético-dedutivo, que prediz a ocorrência de fenômenos particulares, por meio do que está prescrito em teoria e leis mediante a utilização de hipóteses (MARCONI; LAKATOS, 2007).

Foram analisados os balanços patrimoniais consolidados do Banco Panamericano S.A., do período de 2006 a 2010, obtidos por meio do site da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). A escolha desse período é justificada por Peleias *et al.* (2013). Segundo eles, a fraude ocorrida no banco foi constatada no final de 2010, mas vinha ocorrendo há cerca de três ou quatro anos antes.

Para análise dos dados e sua conformidade à Lei de Newcomb-Benford, foram realizados os seguintes procedimentos: (i) tabulação da frequência de ocorrência do primeiro dígito dos saldos das contas contábeis analíticas que compõem o Balanço Patrimonial; (i) aplicação do Teste Z à proporção observada ( $P_o$ ) em comparação à proporção esperada ( $P_e$ ), individualmente por dígito, e (ii) aplicação do Teste Qui-Quadrado ( $\chi^2$ ) aos valores globais verificados para o primeiro dígito.

Em seguida, realizou-se uma análise das diferenças (desvios) entre as distribuições de probabilidades observadas e as esperadas, segundo o modelo contabilométrico, fundamentado na relação entre a Lei de Newcomb-Benford e os testes de hipóteses: o Teste Z e o Teste Qui-Quadrado ( $\chi^2$ ). Assim, se  $-1,96 \leq Z \text{ teste} \leq 1,96$  a hipótese nula não será rejeitada. Por outro lado, se o Z teste  $< -1,96$  ou Z teste  $> 1,96$  a hipótese nula será rejeitada. Quando o  $\chi^2$  total for maior que o  $\chi^2_c$  de 15,507, rejeita-se a hipótese  $H_0$ , o que sinaliza possível erro, fraude, viés manipulativo ou ineficiência de processamento.

Uma vez coletados os dados, eles foram organizados em planilhas eletrônicas e a análise foi realizada através do *software* IBM SPSS®, versão 20, para a quantificação da Lei de Newcomb-Benford e os testes estatísticos foram realizados com o auxílio do Microsoft Excel®.

Nesse sentido, o intuito dessa pesquisa será analisar, a partir dos testes apresentados acima, os dados contidos nas demonstrações contábeis do Banco Panamericano, a fim de verificar se a Lei de Newcomb-Benford é confiável para a identificação de fraudes.

### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa foram subdivididos em alguns tópicos, sendo, primeiramente, abordado a análise do Ativo, depois do Passivo, para em seguida aprofundar nas análises da aplicação do modelo no total do Balanço Patrimonial.

#### 4.1 Análise do Ativo

Segue a tabulação da frequência de ocorrência do primeiro dígito dos saldos das contas contábeis analíticas do Ativo, no período do 4º trimestre de 2006 ao 4º trimestre de 2010, conforme o modelo contabilométrico:

Tabela 2. Modelo Contabilométrico no Ativo - 2006 a 2010

Dígitos	Quantidade observada	Proporção observada ( $P_o$ )	Lei de Newcomb-Benford ( $P_e$ )	Quantidade esperada	Desvio ( $P_o - P_e$ )	Módulo $ P_o - P_e $	Termo Correção	Valor de Z	$\chi^2$
1	153	0,257	0,301	179	-0,044	0,044	0,001	2,29	3,777
2	128	0,215	0,176	105	0,039	0,039	0,001	2,45	5,038
3	89	0,150	0,125	74	0,025	0,025	0,001	1,75	3,041
4	69	0,116	0,097	58	0,019	0,019	0,001	1,49	2,086
5	42	0,071	0,079	47	-0,008	0,008	0,001	0,68	0,532
6	32	0,054	0,067	40	-0,013	0,013	0,001	1,21	1,600
7	36	0,061	0,058	35	0,003	0,003	0,001	0,17	0,029
8	22	0,037	0,051	30	-0,014	0,014	0,001	1,46	2,133
9	24	0,040	0,046	27	-0,006	0,006	0,001	0,56	0,333
<b>Total:</b>	<b>595</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>595</b>	<b>0,00</b>	<b>***</b>	<b>***</b>	<b>***</b>	<b>18,569</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando os valores de Z para cada dígito, conforme a Tabela 2 acima, observa-se que

estão com valores acima do Z crítico, de 1,96, os dígitos 1 e 2, confirmando os dígitos relacionados através da análise gráfica (Gráfico 1), com exceção dos dígitos de 3 a 9. Quanto ao Teste  $\chi^2$ , verifica-se que sua soma, 18,569, é superior ao  $\chi^2_c$  de 15,507.

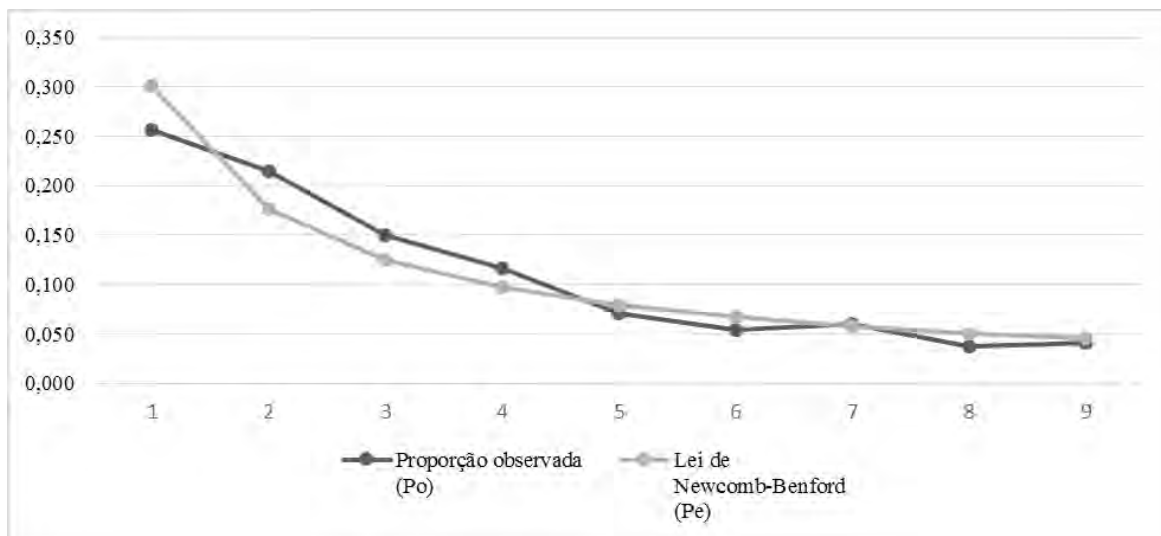


Gráfico 1. Ocorrência dos Dígitos para os Saldos do Ativo - 2006 a 2010  
Fonte: Dados da pesquisa.

Dessa forma, com base na análise do Ativo, pode-se inferir que existe suficiente evidência estatística para se rejeitar a hipótese nula  $H_0: P_o = P_e$ , o que sinaliza possível erro, fraude, vies manipulativo ou ineficiência de processamento.

#### 4.2 Análise do Passivo

Após as análises do Ativo, prosseguiu-se com a tabulação da frequência de ocorrência do primeiro dígito dos saldos das contas contábeis analíticas do Passivo, do 4º trimestre de 2006 ao 4º trimestre de 2010, conforme o modelo abaixo:

Tabela 3. Modelo Contabilométrico no Passivo - 2006 a 2010

Dígitos	Quantidade observada	Proporção observada (Po)	Lei de Newcomb-Benford (Pe)	Quantidade esperada	Desvio (Po-Pe)	Módulo  Po - Pe	Termo Correção	Valor de Z	$\chi^2$
1	207	0,372	0,301	167	0,071	0,071	0,001	3,62	9,391
2	112	0,201	0,176	98	0,025	0,025	0,001	1,52	2,044
3	60	0,108	0,125	70	-0,017	0,017	0,001	1,15	1,299
4	36	0,065	0,097	54	-0,032	0,032	0,001	2,50	5,962
5	44	0,079	0,079	44	0,000	0,000	-	0,00	0,000
6	18	0,032	0,067	37	-0,035	0,035	0,001	3,18	9,950
7	22	0,040	0,058	32	-0,018	0,018	0,001	1,77	3,257
8	22	0,040	0,051	28	-0,011	0,011	0,001	1,13	1,425
9	35	0,063	0,046	26	0,017	0,017	0,001	1,81	3,472
<b>Total:</b>	<b>556</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>556</b>	<b>0,00</b>	<b>***</b>	<b>***</b>	<b>***</b>	<b>36,800</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar os valores de Z para cada dígito, conforme a Tabela 3 acima, observa-se que estão com valores acima do Z crítico, de 1,96, os dígitos 1, 4 e 6. Esses desvios estatisticamente significativos podem ser observados através da análise gráfica abaixo (Gráfico 2), com exceção dos dígitos 2, 3, 5, 7, 8 e 9. Quanto ao Teste  $\chi^2$ , verifica-se que sua soma, 36,800, é superior ao  $\chi^2_c$  de 15,507.



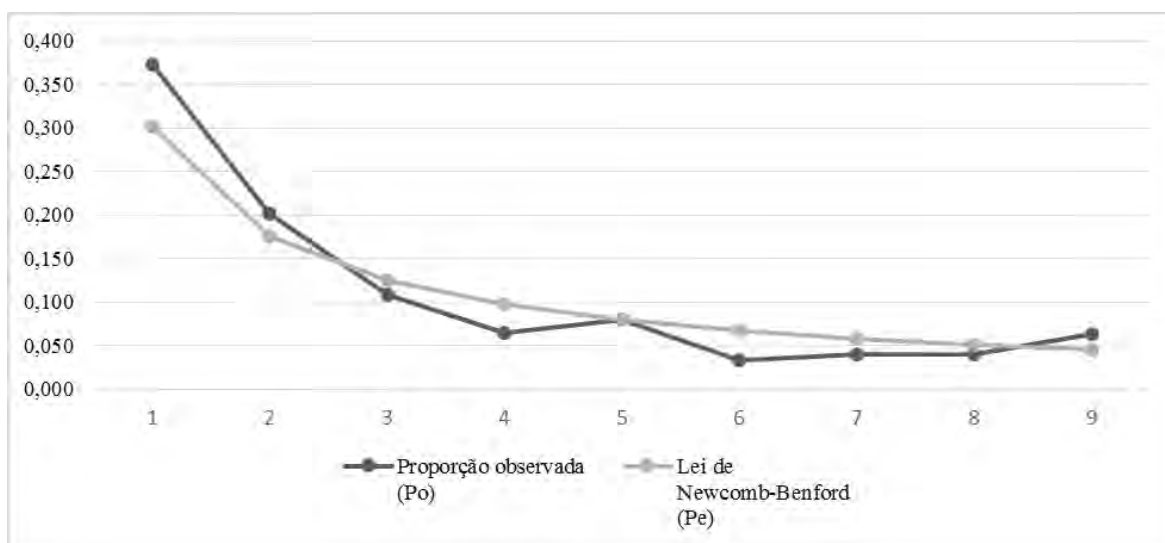


Gráfico 2. Ocorrência dos Dígitos para os Saldos do Passivo - 2006 a 2010  
 Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, com base na análise do Passivo, pode-se inferir que existe suficiente evidência estatística para se rejeitar a hipótese nula  $H_0: P_o = P_e$ , o que sinaliza possível erro, fraude, vies manipulativo ou ineficiência de processamento nos saldos das contas contábeis que compõem o Passivo.

#### 4.3 Análise do Balanço Patrimonial

Conforme os dados observados referentes aos saldos das contas patrimoniais dos balanços apresentados trimestralmente, a partir do quarto trimestre de 2006 até o quarto trimestre de 2010, apresenta-se a tabulação e análise da frequência de ocorrência do primeiro dígito.

Tabela 4. Modelo Contabilométrico no Balanço Patrimonial - 2006 a 2010

Dígitos	Quantidade observada	Proporção observada (Po)	Lei de Newcomb-Benford (Pe)	Quantidade esperada	Desvio (Po-Pe)	Módulo  Po - Pe	Termo Correção	Valor de Z	$\chi^2$
1	360	0,313	0,301	346	0,012	0,012	0,0004	0,84	0,530
2	240	0,209	0,176	203	0,033	0,033	0,0004	2,86	6,914
3	149	0,129	0,125	144	0,004	0,004	0,0004	0,41	0,183
4	105	0,091	0,097	112	-0,006	0,006	0,0004	0,61	0,396
5	86	0,075	0,079	91	-0,004	0,004	0,0004	0,48	0,267
6	50	0,043	0,067	77	-0,024	0,024	0,0004	3,14	9,535
7	58	0,050	0,058	67	-0,008	0,008	0,0004	1,04	1,149
8	44	0,038	0,051	59	-0,013	0,013	0,0004	1,90	3,682
9	59	0,051	0,046	53	0,005	0,005	0,0004	0,78	0,692
<b>Total:</b>	<b>1151</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1151</b>	<b>0,00</b>	<b>***</b>	<b>***</b>	<b>***</b>	<b>23,347</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

O que se percebe ao analisar os valores de Z, para cada dígito de 1 a 9, conforme a Tabela 4 acima, é que os valores estão acima do Z crítico, de 1,96, para os dígitos 2, 6 e 8. Esses desvios estatisticamente significativos podem ser observados através da análise gráfica abaixo (Gráfico 3), com exceção dos dígitos 1, 3, 4, 5, 7 e 9. Quanto ao Teste  $\chi^2$ , verifica-se que, na totalidade, apresenta valor igual a 23,347, portanto superior ao  $\chi^2_c$  de 15,507.

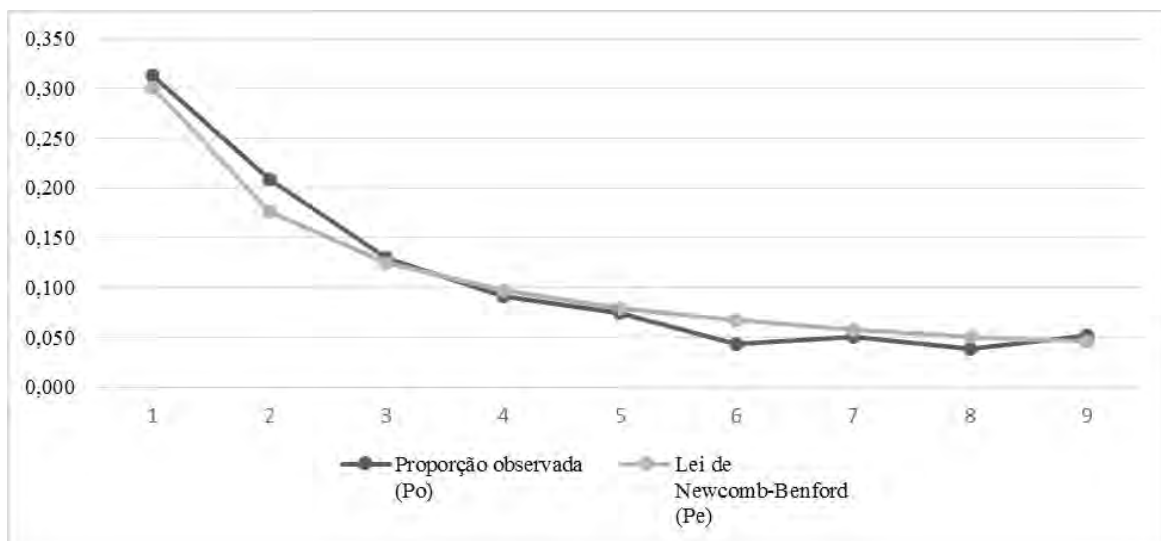


Gráfico 3. Ocorrência dos Dígitos para os Saldos do Balanço Patrimonial - 2006 a 2010  
 Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados obtidos, observa-se que as duas distribuições de probabilidade analisadas não são compatíveis. Sendo assim, com base na análise do Balanço Patrimonial, rejeita-se a hipótese nula,  $H_0: P_o = P_e$ , ao nível de significância de 5%, utilizando o teste do Qui-Quadrado ( $\chi^2 = 23,347$ ). Vê-se, portanto, que existem indícios de desvios que sugerem possível viés manipulativo e fraude contábil, principalmente nos saldos que apresentam os algarismos 2, 6 e 8 como primeiro dígito significativo, sendo tais dígitos que mostraram mais evidência de desvios.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do modelo contabilométrico, com base nos saldos dos balanços patrimoniais trimestrais, evidenciou aqueles dígitos que não estão em conformidade com a distribuição da Lei de Newcomb-Benford, uma vez que se verificou desvio significativo para os dígitos 1 e 2 nos saldos do Ativo, e, para os dígitos 1, 4 e 6 nos saldos do Passivo, tanto na análise gráfica quanto na contabilométrica. Isso demonstra a necessidade de realização de verificações mais detalhadas a fim de compreender e justificar tais ocorrências.

Além disso, constatou-se diferenças expressivas para os valores do teste  $\chi^2$ , tanto no Ativo e no Passivo, quanto no Balanço Patrimonial, como um todo. A partir disso, é possível inferir que existem desvios estatisticamente significativos entre as distribuições de probabilidades observadas ( $P_o$ ) e esperadas ( $P_e$ ), isto é, há indicação de irregularidades, considerando a amostra estudada.

Pelo que foi apresentado, os resultados oriundos da aplicabilidade do modelo baseado na Lei de Newcomb-Benford sinalizaram possíveis desvios nas demonstrações contábeis em análise, os quais foram confirmados com os resultados da fiscalização do Banco Central do Brasil. Conclui-se, então, que a Lei de Newcomb-Benford é confiável para a identificação de fraudes e pode ser utilizada como um recurso auxiliar por auditores, contadores forenses, acionistas, analistas financeiros, gestores de investimentos, e outros interessados nas informações contábeis. Entretanto, recomenda-se que outros testes sejam aplicados em profundidade. Esses resultados suportam o argumento de que a Lei de Newcomb-Benford pode ser usada efetivamente para detectar erros e fraudes contábeis, corroborando os achados de Saville (2006) e de Yücel e Özevğn (2016). Ressalta-se que uma aderência fraca à Lei de Newcomb-Benford é um sinal vermelho de que há um alto risco de que os dados contenham duplicidades e anomalias.

Sugestões para estudos futuros consistem na aplicação da Lei de Newcomb-Benford em dados referentes aos gastos públicos, como por exemplo, obras públicas. Poderiam ser empregados outros testes estatísticos, como o teste de Kolmogorov-Smirnoff e o Desvio Absoluto Médio (DAM), visando à obtenção de evidências estatísticas adicionais que auxiliem o investigador a confirmar (ou não) sua teoria.

## REFERÊNCIAS

Banco Central do Brasil. **Nota à Imprensa sobre Banco Panamericano**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/textonoticia.asp?codigo=2779&idpai=NOTICIAS>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

BENFORD, F. The law of anomalous numbers. **Proceedings of the American Philosophical Society**, p. 551–572, 1938.

BHIDE, C. S. A Study of the Importance of Forensic Accounting in the Modern Business World. **DYPIMS's International Journal of Management and Research**, v. 1, n. 1, p. 12-17, 2012.

BRADLEY, J. R.; FARNSWORTH, D. L. What Is Benford's Law? **Teaching Statistics**, v. 31, n. 1, p. 2-6, 2009.

CAVALCANTI, G. H. V. Aplicação da Lei de Newcomb-Benford na Identificação de Irregularidades: o exemplo dos gastos com cartões de pagamento do governo federal. **Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central**, v. 9, n. 1, 2015.

COELHO, A. N. B.; LIMA, N. C.; SOUZA, G. H. S.; OLIVEIRA, S. V. W. B.; OLIVEIRA, M. M. B. A responsabilidade da auditoria externa na fraude contábil do banco PanAmericano. **RAGC**, v.3, n. 7, 2015.

DURTSCHI, C.; HILLISON, W.; PACINI, C. The Effective Use of Benford's Law to Assist in Detecting Fraud in Accounting Data. **Journal of Forensic Accounting**, v. 5, n. 1, p. 17–34, 2004.

FRANCISCHETTI, C. E.; POKER, J. H.; PADOVEZE, C. L. Contabilometria: análise bibliométrica, tendências e reflexões em publicações da base de dados Scopus de 1982 até 2014. **Contabilometria**, v. 4, n. 1, 2017.

GAMERMANN, D.; ANTUNES, F. L. Statistical analysis of Brazilian electoral campaigns via Benford's law. **Physica A: Statistical Mechanics and its Applications**, v. 496, p. 171-188, 2018.

KERLINGER, F. N. **Foundations of behavioral research**. 2ª ed. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1973.

LAGIOIA, U. C. T.; ARAÚJO, I. J. C.; ALVES, B. F.; BARROS, M. A. B.; NASCIMENTO, S. G. O. A. S. Aplicabilidade da Lei de Newcomb-Benford nas fiscalizações do imposto sobre serviços-ISS. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 56, p. 203-224, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, G. D. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

MIR, T. A.; AUSLOOS, M.; CERQUETI, R. Benford's law predicted digit distribution of aggregated income taxes: the surprising conformity of Italian cities and regions. **The European Physical Journal B**, v. 87, n. 11, p. 261, 2014.

MIR, T. A. The leading digit distribution of the worldwide illicit financial flows. **Quality & Quantity**, v. 50, n. 1, p. 271-281, 2016.

NEWCOMB, S. Note on the frequency of use of the different digits in natural numbers. **American Journal of Mathematics**, v. 4, n. 1, p. 39-40, 1881.

NIGRINI, M. J. A taxpayer compliance application of Benford's law. **The Journal of the American Taxation Association**, v. 18, n. 1, p. 72, 1996.

NIGRINI, M. J. I've got your number. **Journal of Accountancy**, v. 187, n. 5, p. 79-83, 1999.

NIGRINI, M. J. **Digital Analysis Using Benford's Law: Tests and Statistics for Auditors**. Global Audit Publication, 2000.

NIGRINI, M. J. **Benford's Law: Applications for forensic accounting, auditing, and fraud detection**. John Wiley & Sons, 2012.

OLIVEIRA, J. A. J.; FRANCISCHETTI, C. E.; GALEANO, R.; PADOVEZE, C. L.; MILANI, M. A. F. Aplicações da Lei de Newcomb-Benford nas demonstrações financeiras da Petrobrás. **Enfoque**, v. 37, n. 1, p. 21, 2018.

PELEIAS, I. R.; ANDRADE, P. R. M.; ALENCAR, L. B.; WEFFORT, E. F. J. Banco Panamericano - Um Problema de Governança Corporativa? **Revista Gestão Organizacional**, v. 5, n. 1, p. 117-129, 2013.

SANTOS, J.; TENÓRIO, J. N. B.; SILVA, L. G. C. Uma aplicação da teoria das probabilidades na Contabilometria: a Lei de Newcomb-Benford como medida para análise de dados no campo da Auditoria Contábil. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 6, n. 1, p. 35-54, 2003.

SANTOS, J. D.; DINIZ, J. A.; CORRAR, L. J. O foco é a Teoria Amostral nos campos da auditoria contábil tradicional e da auditoria digital: testando a Lei de Newcomb-Benford para o primeiro dígito nas contas públicas. **Brazilian Business Review**, v. 2, n. 1, p. 71-89, 2005.

SAVILLE, A. D. Using Benford's law to detect data error and fraud: an examination of companies listed on the Johannesburg Stock Exchange: economics. **South African Journal of Economic and Management Sciences**, v. 9, n. 3, p. 341-354, 2006.

SILVA, W. B.; TRAVASSOS, S. K. M.; COSTA, J. I. F. Utilização da Lei de Newcomb-Benford como Método Identificador de Desvios em Ambientes de Auditoria Contínua: Uma Proposta de Identificação de Desvios no Tempo. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 28, n. 73, p. 11-26, 2017.

SHI, J.; AUSLOOS, M.; ZHU, T. Benford's law first significant digit and distribution distances for testing the reliability of financial reports in developing countries. **Physica A: Statistical Mechanics and its Applications**, v. 492, p. 878-888, 2018.

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 2001.

TOTA, I.; ALIAJ, A.; LAMÇJA, J. The use of Benford's Law as a Tool for Detecting Fraud in Accounting Data. **Interdisciplinary Journal of Research and Development**, v. 3, n. 1, 2016.

WATRIN, C.; STRUFFERT, R.; ULLMANN, R. Benford's Law: an instrument for selecting tax audit targets? **Review of Managerial Science**, v. 2, n. 3, p. 219, 2008.

YÜCEL, R; ÖZEVĞN, O. The Application of Benford Analysis on Balance Sheet Items of Companies Traded in Bist. **Sosyal Bilimler Metinleri**, p. 83, 2016.

**AS CIÊNCIAS SOCIAIS: DESAFIOS PARA A ATUALIDADE**

*SOCIAL SCIENCES: CHALLENGES FOR CURRENT*

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

CARVALHO NETO, Cacildo Teixeira de.  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
Doutor em Serviço Social  
cacildoneto37@gmail.com

ENGLER, Helen Barbosa Raiz.  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Unesp Campus Franca/SP  
Doutora em Serviço Social  
helenraiz@hotmail.com

**Resumo:**

O presente trabalho é parte da tese de doutorado intitulada "A transversalidade da ética na Pós-Graduação em Serviço Social" apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Unesp Campus Franca/SP. O objetivo deste texto é trazer à baila o debate das Ciências Sociais na atualidade e o rebatimento em sua realização diante os investimentos financeiros do Estado e a visão mercadológica nessa relação. Para a construção do texto utilizou-se do método dialético; com percurso metodológico na abordagem qualitativa e pesquisas bibliográfica e de campo. Compartilharemos com os leitores a apreensão dos sujeitos participantes docentes do Programa de Pós-Graduação da referida Faculdade. Como resultado deparamo-nos com baixos investimentos para as Ciências Sociais, pois trata-se de conhecimento humano e científico que não desperta interesse ao capitalismo, por não produzir mercadoria e não gerar consumo. Mas com relevância na construção de conhecimento científico capaz de desvelar as relações sociais e criar novas possibilidades de desenvolvimento humano.

**Palavras-chave:** capitalismo, Ciências Sociais, Serviço Social.

**Abstract**

This paper is part of the doctoral thesis entitled "The transversality of ethics in Post-Graduation in Social Work" presented to the School of Humanities and Social Sciences, São Paulo State University. The purpose of this text is to bring to light the debate of the Social Sciences in the present time and the rebat in its accomplishment before the financial investments of the State and the market view in this relation. For the construction of the text was used the dialectical method; with a methodological approach in the qualitative approach and bibliographical and field research. We will share with the readers the apprehension of the participating subjects teachers of the Postgraduate Program of the referred Faculty. As a result we find ourselves with low investments for the Social Sciences, because it is human and scientific knowledge that does not arouse interest to capitalism, for not producing merchandise and not generating consumption. But with relevance in the construction of scientific knowledge able to unveil social relations and create new possibilities for human development.

**Keywords:** capitalism, social sciences, social work.

## 1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte da tese intitulada “A Transversalidade da Ética na Pós-Graduação em Serviço Social” apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Unesp Campus Franca/SP em 2018. Aqui, nosso objetivo é apresentar uma análise dos desafios presentes na construção das ciências no Brasil diante o desmonte das políticas públicas de educação e dos poucos investimentos destinados às pesquisas nas Ciências Sociais, consequentemente nas Universidades e Programas de Pós-Graduação.

Consideramos que na história da humanidade a ciência se apresenta como fruto do desenvolvimento humano em suas potencialidades; o resultado da busca incessante de respostas pelo desconhecido, a desconstrução e reconstrução daquilo já revelado; bem como de sua interação com o meio natural e social para suprir suas necessidades. O ser humano é um constante *vir a ser* nas transformações das relações sociais e na vida planetária. Ser em transformação contínua, é a representação objetiva e subjetiva daquilo que foi, é, e ainda será, pois é nas relações construídas a partir da capacidade humana que encontramos a ciência. De acordo com Andery et al. (2014, p. 13), “A ciência caracteriza-se por ser a tentativa do homem de entender e explicar racionalmente a natureza, buscando formular leis que, em última instância, permitem a atuação humana.”

A ciência é compreendida como fruto da ação intelectual e material do homem, entendida como a expressão da criação humana e é a partir dessa compreensão da capacidade do ser humano de criar e renovar o conhecimento que alicerça a ciência. Assim, a proposta, nesse estudo, é dialogar sobre a ciência na contemporaneidade em especial a Ciência Social.

## 2 – REFERENCIAL TEÓRICO E MÉTODO

Pensar a Ciência Social é considerá-la enquanto expressão da capacidade humana em desvelar o desconhecido, reelaborar o versado, um constante *vir-a-ser* da realidade. A Ciência Social tem esse papel, o de revelar os fenômenos, as aproximações sucessivas da realidade social – as iterações sociais a partir das relações entre os seres humanos –, no seu tempo e espaço.

O objeto das Ciências Sociais é por si só histórico, sendo que tal característica exprime sua imprevisibilidade, uma constante fermentação do fenômeno que está neste tempo, neste espaço, ou seja, “A provisoriedade processual é a marca básica da história, significando que as coisas nunca „são” definitivamente, mas „estão” em passagem, em transição.” (DEMO, 2010, p. 15).

A história nos mostra que a realidade dos povos em determinado espaço e tempo têm características comuns, traços culturais, políticos e sociais que mostram semelhanças, mas também dissonâncias na construção das relações sociais. Aqui compreende-se as relações sociais como todas as formas de relações construídas entre seres humanos, seja de cunho produtivo e reprodutivo, objetivo e subjetivo, espiritual e material.

Assim, as relações sociais são toda e qualquer forma de relação, interação, comunicação, expressão que os seres humanos estabelecem entre si, nas mais diversas formas e possibilidades de viver em comunidade; nos diferentes espaços, nas variadas formas de expressar seus valores e crenças; na arte de viver em tempo de barbárie e na reconstrução da vida. Essa relação é condicionada pela consciência histórica desses sujeitos, pois,

Fazemos história, sem dúvida, mas em condições dadas, que geralmente são mais fortes que nossas ideias. Mas isto não retira o traço profundo de que podemos ter consciência histórica de nossos condicionamentos. O fato de que a história não somente acontece, mas em parte pode ser „feita” acontecer, pode ser relativamente planejada, pode-se intervir nela com maior ou menor êxito, mostra que se trata de realidades muito diversas. As realidades materiais não têm consciência de si mesmas. Por mais que possamos mostrar que a „vontade própria” é menos do que imaginamos, desde que exista, já constitui uma diferença capital. (DEMO, 2010, p. 16).

Como bem explicitado por Pedro Demo, a realidade é consubstanciada por condicionamentos históricos intrínsecos a ela, que permeiam todas as relações sociais. Ao nascer, o ser humano faz parte de uma determinada sociedade com traços culturais, econômicos, políticos e sociais já construídos. Entretanto, tais condicionamentos não são estanques, imutáveis, são fenômenos

produzidos pelas e nas relações sociais e podem ser reconstruídos a partir e por um coletivo social pertencente nessa mesma sociedade. Tal compreensão explica o caráter contraditório da sociedade, o ser humano é capaz de desconstruir e reconstruir sua realidade a partir dos elementos espirituais e materiais nela presentes, utilizar esses mesmos elementos para reedificar a realidade, sua história. Por realidade,

[...] são todas as dimensões que compõem nossa forma de viver e o espaço que a cerca. Em nosso caso, realidades sociais circunscrevem-se às dimensões sociais, tanto àquelas que estão em nós quanto àquelas que nos circundam. Fazem parte delas igualmente nossas ideologias, nossas representações mentais, nossos símbolos, nossas crenças e valores, bem como nosso comportamento externo e os condicionamentos circundantes de ordem social. (DEMO, 2010, p. 27).

Nessa direção, apontamos a realidade como essencial para a construção das Ciências Sociais; nela estão os fenômenos: a forma objetiva e subjetiva de manifestar o passado, viver o presente e desejar o futuro – o vir-a-ser das relações sociais. Está na realidade o substrato da ciência: o lócus das relações de força e poder que se tensionam contrárias; o espaço de criatividade e arte; de sublimação da existência humana; onde se nasce e morre; onde se procria e recria a vida e todas as suas formas de manifestar os valores humanos, para o bem ou para o mal.

Na realidade, o homem se depara com a necessidade de viver em conjunto, de se relacionar com as espécies, tão natural como social, vive num processo de interdependência com os recursos naturais e sociais.

Nesse emergir de fenômenos que se completam, mas ao mesmo tempo se negam, as Ciências Sociais assumem a condição de interpretar, apreender e compreender como esses fenômenos acontecem, se potencializam e se renovam, numa constante dialética do *de vir*. Torna-se relevante considerar que os elementos que compõem a história da humanidade manifestam-se de formas diferentes; no tempo presente esses elementos podem não ser visíveis e perceptíveis; outros se transformaram e se fazem presentes sob outros vieses e interpretações; e também, há aqueles que persistem e resistem ao tempo, recrudescidos e muitas vezes endurecidos, sem destonarem da forma cardeal de sua compreensão.

Aqui assumimos uma predileção ao método dialético e sua capacidade de explicar a realidade e seus fenômenos; um caminho para as Ciências Sociais desvelar a realidade, o cotidiano e as manifestações que emergem das relações sociais em seu conjunto. Compreende-se que não seria o único caminho para as Ciências Sociais, mas a dialética permite apreender o movimento dos elementos, quando contrários, bem como as persistências históricas.

O cerne da dialética está que toda a realidade e as relações sociais nela presentes têm elementos contraditórios, bem como historicamente superáveis (DEMO, 2010). O movimento dialético tem inerente a ele a contradição e a negação, não no sentido de exclusão, mas de convivência e superação do fenômeno histórico. A dialética é por si só histórica, porque ser um processo contínuo e inacabado. Para compreendermos esse movimento, nosso estudo se apoiará na categoria totalidade.

A análise da categoria totalidade está amparada no estudo da mediação, a partir da dialética presente na tríade singularidade-particularidade-universalidade. Reinaldo Pontes esclarece que a singularidade expressa o campo da imediaticidade, onde os fatos apresentam-se desistoricizados, como objetos acabados, momento em que o empírico prevalece sobre a representação do sujeito, e que "[...] a legalidade social está inteiramente oculta." (PONTES, 2010, p. 85).

É na singularidade que as manifestações dos sujeitos apresentam-se de forma imediata, sem historicidade, um fato acabado, sem ser reconhecido dentro de um contexto, fruto de um processo que está além daquilo que aparentemente foi demonstrado. Os sujeitos realizam seus atos sem até mesmo se perceberem como sujeitos históricos e que há além daquilo que sua falsa consciência mostra uma realidade ainda maior e complexa. (CARVALHO NETO, 2013, p. 46).

Está na razão a capacidade de negar o real aparente, o que nos levará a outra esfera, a universalidade. Nela estão as determinações e a legalidade social construídas na história, fenômenos

que se apresentam como uma totalidade social complexa (PONTES, 2010). A legalidade ao ser social expressa leis inerentes, "[...] leis históricas, decorrentes das necessidades e conexões internas dos fenômenos, dos fatos e dos processos sociais, por isso são tendenciais." (PONTES, 2010, p. 76).

Carvalho Neto (2013) orienta que é na dialética do singular para a universalidade e vice-versa que está a particularidade, momento em que o singular se universaliza e o universal se singulariza. "O movimento dialético da realidade, tal como ele se reflete no pensamento humano, é assim um incontornável impulso do singular para o universal e deste, novamente, para aquele." (LUKÁCS, 1978, p. 110).

Lukács diz que na cotidianidade é comum tratar a particularidade como resultado conclusivo, mas explica que há passagens e conversões dialéticas entre a universalidade e a particularidade, e também entre a singularidade e a particularidade. Para ele, "[...] o particular se confunde, em sua determinação e delimitação ora com o universal ora com o singular." (LUKÁCS, 1978, p. 110).

Estando a particularidade no campo das mediações, Lukács (1978, p. 112) nos esclarece que "O movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular; ele é um membro intermediário real, tanto na realidade objetiva quanto no pensamento que a reflete de um modo aproximativamente adequado." Este campo das mediações, aqui tratado como a particularidade, representa a "[...] totalidade, „complexo de complexos“." (PONTES, 2010, p. 87). Carvalho Neto (2013, p. 47), parafraseando Pontes (2010), explica que:

Na totalidade o real aparente torna-se concreto, pois rompe com a imediatez por meio da negação advinda da razão e isso se dá no momento em que há a superação do aspecto positivo do fato empírico e manifestam-se as múltiplas mediações, presente neste caminho de ir e vir do real aparente para o nível reflexivo e deste de volta para o real concreto, e com isso o objeto enriquece-se por novas mediações, e isso se dá pelo processo de aproximações sucessivas, imperativo para o conhecimento dialético.

A totalidade é o campo das sínteses das mediações histórico-sociais, momento em que os sujeitos, em seu espaço e tempo, pertencem à determinada realidade concreta, repleta de complexos que emergem num movimento contraditório e de possibilidades do sujeito transformar a realidade e a si mesmo. Ao considerarmos as Ciências enquanto expressão da capacidade humana (ação objetiva e subjetiva), enquanto produto da realidade em movimento, ela traz em seu cerne a contradição em sua criação, capaz de se transformar e de se esgotar no tempo e espaço determinados, ou não. Assim, compreendemos as Ciências no campo da totalidade, por ter em sua essência as mediações histórica-humana-ética.

Nessa direção, compreendemos que as Ciências Sociais, assim como outras Ciências, propõem a interpretação de determinado fenômeno e suas mediações, e a descoberta de algo novo, tendo como intenção que o resultado dessa construção promova o progresso da sociedade, em seus diferentes matizes: cultural, econômico, político e social. As Ciências, num todo, trazem no seu enredo essa função, a de promover e (re) inventar mecanismos e tecnologias para o bem da humanidade – é isso que se espera!

Todavia, para compreender essa função das Ciências é necessário trazer à baila outro elemento fulcral, pois a partir dele que se direcionará para quem e para que das Ciências – a ideologia. Iniciamos a análise a partir da explicação de Pedro Demo:

[...] as ciências sociais são inevitavelmente ideológicas, porque são um fenômeno social, como qualquer outro. Ou seja, são construídas socialmente também ao sabor de um fluxo histórico movimentado por conflitos de desigualdade social. São também uma expressão de poder. Contêm uma justificação da sociedade em que se produzem. Tal justificação não lhes é algo extrínseco, oriundo do possível uso, mas algo intrínseco, interno, da própria tessitura delas. Não há ciência social que não seja ideológica. (DEMO, 2010, p. 70).

Como esclarece o autor, a ideologia está intrínseca nas Ciências Sociais, mas percebê-la é tão importante quanto entender essa relação criticamente. Esgotar a ideologia das Ciências Sociais é algo quase que impossível, pois tal atitude seria uma nova forma de ideologia, ou seja, um



enfrentamento ideológico de forças contrárias presentes na arena de poder. A ideologia se apresenta como instrumento de justificação de algo imposto, pois, assim como outros fenômenos, as Ciências Sociais trazem a representação de quem a constrói, tem direção e intencionalidade. A ideologia está intrínseca nas diferentes correntes teóricas; na prática materializa-se em poder, sempre dominante, utilizando dessa força para a manutenção da ordem e reprodução social.

O poder dominante, imbricado por forças ideológicas, utilizam-nas para dominação das massas, pois sua força é naturalizada, sem percepção ou qualquer forma de criticidade. Na sociedade, esse poder ideológico se manifesta explicitamente na política, pois tão quanto ideológica é a Ciência, também é a política. “A ideologia produz coesão social, porque torna-se elemento identificador político. E é por isso que prepondera nela o lado político.” (DEMO, 2010, p. 70). Para o poder dominante, tal coesão existe e é necessária para ordem e organização social, para manutenção da força política dominante e desmonte de qualquer contra-ideologia.

Pensar criticamente na tríade ciências-ideologia-poder político é considerar esses fenômenos sociais num processo de interdependência, que se retroalimentam e buscam a conservação da força social dominante do sistema capitalista. Não há como traçar essa análise sem compreender as forças em tensão na sociedade capitalista, que busca incessantemente a permanência do *status quo*.

Desde a emergência do capitalismo, do seu processo transitório que vai da acumulação primitiva até o capitalismo industrial do século XVIII, é concreta a inovação das técnicas e da tecnologia para fins específicos: expansão e aumento do capital e, conseqüentemente, do lucro. Desde então, por passagens seculares, o capitalismo traz em seu bojo características próprias de apropriação de tudo que se cria e renova para seus fins. Habermas (1987, p. 68) elucida que “Desde o último quartel do século XIX fazem-se notar nos países capitalistas avançados [...] uma crescente interdependência de investigação técnica, que transformou as ciências na primeira força produtiva.”

A Ciência como força produtiva é reflexo da dominação do capital e de seu ideal, na construção de novas tecnologias que transitam desde o armamento bélico às indústrias farmacêuticas. Em plena expansão, as forças capitalistas, mesmo em colapso, utilizam de seu maior potencial – a mercantilização do capital financeiro, para o crescimento e inovação; reproduzem o consumismo exacerbado embutindo nas massas a necessidade de ter, pois tão natural quanto produzir é consumir. “*La aceptación „del desechar” como „patrón” de relación social ocupa, hoy, el lugar de la racionalidad formal y se ha extendido como arquitectura de toda interacción. Consumir es aprender a desechar y hoy esa es la práctica masiva en nuestras sociedades.*”<sup>1</sup> (SCRIBANO, 2015, p. 3).

Inova-se sem fronteiras, invade-se territórios, culturas são devoradas pelo ideal consumista, a força do trabalho é explorada e esgotada até última gota, como água que seca na fonte e se renova logo a frente, por uma força que igual a traça devasta plantações. O que se faz das Ciências e das tecnologias? Para quem se faz Ciências e tecnologias? Elaborar uma análise para esses questionamentos requer uma compreensão crítica dessa relação ciência-capital que, à primeira vista, parecerá recorrente, mas não menos relevante. Para isso, tomemos os apontamentos de Gilberto Dupas, para o autor:

A ciência atual tem enorme capacidade de gerar inovações e saltos tecnológicos, adquirindo uma aureola mágica e determinista que a coloca acima da moral e da razão. A razão técnica parece ter lógica própria e poder ilimitado, legitimando-se por si mesma [...]. O deslumbramento diante da novidade tecnológica e a ausência total de valores éticos que definam limites e rumos poderão estar incubando tanto novos deuses, que conduzirão a humanidade à sua redenção, como serpentes cujos venenos ameaçarão sua própria sobrevivência. (DUPAS, 2001, p. 103).

A Ciência sob os denodos do capital amplia suas forças de coesão e coerção, pois, instrumento de reprodução da ideologia do consumo nela inerente, faz das novidades tecnológicas algo essencialmente necessário para o ser humano, para sua sobrevivência.

Com a expansão comercial e industrial, os avanços das pesquisas chegam à população mundial, por mídias e internet, e seus resultados e produtos apresentam-se como salutar à espécie humana, pois “Esse é o universo da satisfação imediata, que reduz a importância dada àquilo que

<sup>1</sup> “A aceitação „da rejeição” como „padrão” de relação social ocupa, hoje, o lugar da racionalidade formal e se estendeu como arquitetura de toda interação. Consumir é aprender a rejeitar e hoje essa é a prática massiva em nossas sociedades.” (SCRIBANO, 2015, p. 3, tradução nossa).

toma tempo e a aceitação dos sacrifícios que isso impõe.” (DUPAS, 2001, p. 54). O fetiche do consumo, inerente ao capitalismo, é reproduzido nesse processo; necessidades vazias e rápidas são suprimidas e renovadas, e num tempo rápido renovam-se as mercadorias e logo são essenciais e necessárias. Isso mantém o ciclo da produção e reprodução do capital – a produção de mercadoria e o consumo, e a exploração do trabalho, principalmente nos países periféricos ou subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

*Hoy, al igual que a principios del (siglo) XX, las „nuevas” tecnologías se usan para: alcanzar cada vez mejores articulaciones entre deseos, objetos y subjetividades, para profundizar las sociabilidades normalizadas en el disfrute inmediato a través del consumo y crear vínculos, cada vez más fuertes, entre las vivencialidades y sensibilidades espectaculares/ sacrificiales.*<sup>2</sup> (SCRIBANO, 2015, p. 3).

À luz do progresso sem fronteiras, Estados facilitam as transações financeiras de capital estrangeiro nesses países, o capital renova-se e oxigena-se por meio da exploração dos recursos humanos e naturais, das inovações tecnológicas e das ciências, em nome do lucro e do poder. Esse progresso não alcança a população mundial na mesma proporção e intensidade, pois ainda há regiões de apenas exploração, enquanto outras de exploração e consumo, ou seja, os produtos dessas inovações são distribuídos de acordo com a capacidade de consumo e poder aquisitivo de compra. Para além da capacidade de produção e consumo de mercadorias desse fluxo capitalista, o homem desenvolveu a capacidade de se autodestruir, algumas vezes de forma intencional e consciente.

Considera-se que os produtos das pesquisas e inovações tecnológicas não estão isentos da intencionalidade de quem os produziu. Quando houve a produção da bomba atômica e o avanço da indústria bélica no século XX, seu fim já era dado. Por que se produzem armas de destruição em massa, como as químicas, biológicas e nucleares? Para dominação, apenas?

Os cientistas que buscam o saber das Ciências em suas diversas áreas assumem o papel ao qual se dispuseram – conhecer os elementos e fenômenos da natureza e as reações desses na formação do mundo. No entanto, o fazer ciência e tecnologia foi apropriado pelas grandes indústrias, são mercadorias de/para produção e consumo.

Com apoio dos Estados, tem financiamento e abertura nos mercados nacionais, incentivo para as pesquisas e produção. Tomando esse momento da produção de bens nocivos para a humanidade, cria-se que cientistas estejam envolvidos num processo de reprodução ideológica – entregues aos ditames do avanço econômico e do poder, bem como da criação científica. De acordo com Fernanda Sobral (2004), essa relação entre Estado, universidades e empresas, formam uma tripla hélice no desenvolvimento científico e tecnológico, para o incentivo e apropriação do conhecimento, pois, devido à globalização, as empresas investem em inovação tecnológica, com isso formam parcerias com as universidades e os governos. Essa compreensão utilitarista da ciência está explicitada quando “[...] a ciência passa a ser valorizada não apenas enquanto procura da verdade, mas também a partir de uma perspectiva de utilização.” (SOBRAL, 2004, p. 224).

É necessário entender que a construção do conhecimento científico acontece numa relação entre diferentes esferas, de um lado o poder público representado pelo Estado e, de outro, o poder privado representado pelas empresas/indústrias. Boaventura de Sousa Santos nos provoca a compreender esse processo da industrialização da ciência, tanto nos níveis de aplicação da ciência, como o de organização da investigação científica. No nível de aplicação da ciência, o autor chama a atenção nos feitos científicos que produziram grandes catástrofes para a humanidade e dessas ocorrências sistemáticas, a exemplo, as bombas de Hiroshima e Nagasaki. No nível da organização da investigação científica, o autor aponta dois efeitos principais nesse processo de industrialização da ciência, de um lado a proletarianização dos cientistas e de outro o aumento da desigualdade tecnológica e científica entre os diferentes países do globo (SANTOS, B. S., 2010).

É forçosa a análise dispensada pelo autor, pois elucida a apropriação da ciência pelo capital, enquanto objeto de produção e reprodução desse sistema. Coaduna com a compreensão de que a

---

<sup>2</sup> “Hoje, bem como nos princípios do (século) XX, as „novas” tecnologias se usam para: alcançar cada vez melhores articulações entre desejos, objetos e subjetividades para aprofundar as habilidades normalizadas no benefício imediato por meio do consumo e criar vínculos, cada vez mais fortes, entre as experiências e sensibilidades espetaculares / de sacrifícios.” (SCRIBANO, 2015, p. 3, tradução nossa).

ciência tornou-se ao mesmo tempo objeto e produto do capital financeiro, na expansão dos mercados e na apropriação e expropriação da mão de obra. Para além do chão de fábrica que comumente é referido nesse processo de apropriação e expropriação da mão de obra, chamar-se-á atenção para o capital humano intelectual que muitas vezes não é visto nesse processo, tão quanto explorado e precarizado nas suas condições e organização do trabalho, o cientista/pesquisador.

Os cientistas vivem a contradição dessa construção do conhecimento, tendo como principal capacidade o intelecto humano, produz e revive a condição humana de criar, renovar e atender às necessidades essenciais para a sobrevivência, bem como a criar produtos para o fetiche humano.

Isso nos mostra duas faces de uma mesma moeda: por mais que os cientistas estejam absorvidos pelo ideal do capital e de seus agentes, Estado e indústrias, eles têm dentro de si a vontade de descobrir, inovar e recriar – sentidos de um pesquisador. Dupas (2001, p. 104) nos provoca ao dizer que “[...] o saber não pode, como tal, ser isolado de suas consequências.” O cientista, enquanto trabalhador, vive as refrações do mundo do trabalho, estão expropriados do produto de seu trabalho; vivem sob os ditames das organizações científicas estatais e privadas e a mercê do produtivismo e utilitarismo ao qual a ciência e seus resultados se transformaram.

É necessário compreender o papel das Ciências na sociedade, entendê-las enquanto instrumento de dominação e poder, mas também das possibilidades que estão na história da humanidade, das construções de conhecimento e técnica que promoveram e promovem o seu desenvolvimento. O grande desafio está na própria humanidade, em reconhecer como apropriou da ciência e da tecnologia, o que se fez dela; e como se apropriará das inovações tecnológicas. Além de, reconhecer os impactos devastadores produzidos pela relação voltada estritamente para o poder e o lucro.

Grandes descobertas científicas são expoentes de pesquisas comprometidas com a humanidade e o planeta. A título de exemplo, quando se estuda o genoma humano para fins de tratamentos de doenças degenerativas, o avanço e incentivo para estudos na busca para a cura do câncer e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS); quando as tecnologias da informação estão em uso para o bem coletivo, na ampliação do conhecimento político, no fortalecimento das práticas democráticas e das lutas contra as diversas formas de opressões; quando a informação apresentada nos revela a crise ética do governo e o desmonte do Estado de direito; quando se produz novas formas de reflorestamento de áreas devastadas pela ação do homem, na preservação de mananciais hídricos, na despoluição de mares e rios, entre outros. Com efeito,

A própria revolução científica e tecnológica e, sobretudo, o desenvolvimento dos meios de comunicação e informação possibilitam o processo de democratização e a interação de diferentes atores e de diferentes instituições no processo de produção do conhecimento. (SOBRAL, 2004, p. 224).

A grande questão está em: quem tem acesso às inovações científicas e tecnológicas? Nessa mesma direção, Hugh Lacey (2008, p. 298), esboça o conhecimento científico enquanto patrimônio compartilhado da humanidade e, a partir daí, os benefícios das ciências para a humanidade:

Não desconsidero o ideal de que o conhecimento científico pertença ao patrimônio comum da humanidade. Na ciência moderna, obteve-se um enorme estoque de conhecimento confiável e de entendimento acerca de fenômenos do mundo, e muito desse conhecimento foi utilizado para informar incontáveis aplicações em tecnologia, medicina e outras áreas. Tais aplicações, amplamente avaliadas de modo positivo, têm contribuído fortemente para a transformação radical do mundo em que vivemos, na medida em que aumenta as capacidades humanas para agir e resolver problemas que até então permaneciam intratáveis.

Ao considerar que a construção das Ciências gerou e gera um paradoxo entre ciência-poder-humanidade, partindo da compreensão que a produção das ciências e das tecnologias foram apropriadas para fins distintos, desencadeando malefícios e benefícios para a humanidade, chama-se a atenção para o impacto desse processo contínuo, inacabado e contraditório para os seres humanos.

### 3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dessas considerações, provoca-nos a refletir os desafios postos para as Ciências Sociais em seu conjunto. Chama-se para essa análise as Ciências Sociais por ser e ter elas o papel de interpretar e apreender os fenômenos sociais, mas é extremamente relevante destacar que tais ciências não conseguem responder à totalidade desses fenômenos, bem como, produzir somente por elas respostas que venham a transformar a sociedade, pois “Fazer ciência social é em parte aprender a compreender outras visões e admitir a própria como preferencial, não porque não tenha defeitos, mas porque imaginamos menos defeituosa.” (DEMO, 2010, p. 30).

Consideramos que as Ciências Humanas e Sociais buscam nesse desvelar da realidade apreender e compreender como a sociedade reage às transformações societárias, reflexos dos diversos fatores que causam os novos arranjos sociais. Nessa direção, perguntamos para os docentes, sujeitos participantes da pesquisa, qual a percepção deles referente às CHS no atual contexto, diante das refrações ocorridas pelo capitalismo e da contribuição dessas ciências para a sociedade.

*Olha, eu vejo, assim, que as ciências sociais hoje, para nós, pesquisadores desta área, das ciências sociais, principalmente às ciências sociais aplicadas, é um grande problema frente a esse ataque aos direitos sociais. Então, para nós, que trabalhamos neste sentido, eu acho que aí é que está a nossa grande contribuição, principalmente da nossa profissão, de estar trabalhando com o nosso Projeto Ético-Político. Para que a gente possa ir além do que está mostrado, do que está falado na mídia, do que está colocado. Aí é que vai a nossa grande contribuição, porque a gente faz uma leitura da realidade numa perspectiva de totalidade, sem fragmentar. Aí a gente tem condição de ver o que realmente está no discurso da mídia. Então eu acredito que a contribuição da nossa pesquisa é nesse sentido. (Maria).*

*Bom, eu sempre acho extremamente relevante estas contribuições só que eu acho que no Brasil elas não são valorizadas. Então, por exemplo, eu recebo todos os dias um e-mail da FAPESP, com destaques de pesquisa. Raramente tem alguma coisa de ciências sociais e humanas. Parece que o que é produzido nesta área não é disseminado. Isso fica dentro da academia e a gente tem alguma coisa mais de impacto em nível nacional. Ou se não fica em nível regional. Então eu acho super importante porque são pesquisas qualitativas que dão visibilidade ou escuta às vozes dos sujeitos, mas isso não é difundido. (Sheila).*

*[...] sobretudo neste momento, [...], que é um momento de transição paradigmática onde há transformações muito profundas aqui, remodelam as relações humanas, as relações sociais em quase todas as suas dimensões. No meu ponto de vista, as ciências sociais e as ciências humanas elas são fundamentais tanto para compreender o sentido que estas transformações estão tendo, quanto para tentar entender e apontar alguns caminhos de como as pessoas estão sofrendo os impactos. Como elas estão reagindo aos abalos que estas transformações estão trazendo. [...]. Então, entender como essa sociedade responde a estas transformações, é o que as ciências sociais e humanas têm de mais valioso. Porque apenas elas têm o instrumental teórico metodológico para isso. Para tentar captar o sentido na sua essência humana de como está acontecendo essas reações. Eu penso que o principal papel está aí. E responder para esta própria sociedade, como ela própria se vê. Como ela está se vendo. É uma espécie de autorrevelação para ela. [...]. (Antônio).*

A fala desses sujeitos nos mostra alguns elementos que precisamos trazer para a análise. Maria aponta que, para os pesquisadores das Ciências Sociais Aplicadas, o grande problema está no ataque aos direitos sociais e relaciona esse fenômeno ao trabalho profissional e ao projeto

profissional do Serviço Social. Os pesquisadores das CHS vivem diariamente o conflito gerado pelas relações de poder, pois está intimamente relacionado o poder econômico ao poder político e ao poder social. Em nossa sociedade, a relação do primeiro com o segundo é algo interdependente, o sujeito de um é o sujeito do outro. E, ao terceiro, está a estratificação que está na base da pirâmide da hierarquia com maior densidade, mas com menor poder de decisão, pois é essa a consciência posta aos sujeitos que formam a massa de manobra sem criticidade. Cabe ressaltar que, nesse jogo de poder, vivemos o desmonte do Estado e da coisa pública; direitos sociais e políticas sociais públicas perdem recursos, há o engessamento dos financiamentos e a precarização dos serviços na execução dessas políticas.

Diante dessa realidade, nossa participante aponta, enquanto objeto de trabalho e intervenção, a capacidade de realizar uma leitura de realidade numa perspectiva de totalidade. O Serviço Social busca, no cotidiano, desvelar as interações que se formam nesse emaranhado de fenômenos sociais que se chocam e provocam as desigualdades sociais e esse ataque aos direitos sociais. A profissão é hegemônica na direção ético-política assumida num processo de construção e legitimação de um projeto societário, diferente desse que vivemos. Partícipes desse cenário de lutas e resistências, os (as) assistentes sociais buscam por ações concretas que venham trazer respostas aos desafios apresentados cotidianamente, sejam na efetivação das políticas, na inserção nos espaços de controle social, na realização de pesquisas e na contribuição que as Universidades podem e devem promover a sociedade.

Está na totalidade a dimensão para a leitura dessa realidade, capaz de ultrapassar a aparência e alcançar a essência do fenômeno e suas interações e, assim, desvelar a realidade. Maria aponta ainda sobre o papel da mídia, enquanto força nesse cenário ao qual devemos superar. Sobre isso Dupas (2005, p. 76) nos diz que “Os riscos envolvidos são camuflados pelas mídias globais, que deificam as conquistas científicas como libertadoras do destino da humanidade, impedindo julgamentos e – principalmente – escolhas e opções.”

A participante Sheila traz a questão para a não visibilidade das pesquisas realizadas pelas CHS. Deparamo-nos com um interesse voltado para as novas tecnologias que repercutem diretamente no desenvolvimento econômico, na produção de bens e de produtos que serão automaticamente absorvidos pelo mercado nacional e internacional, de preferência. Como as CHS não desenvolvem esse tipo de tecnologia, suas pesquisas não têm o mesmo valor que as realizadas por outras áreas das ciências. Nesse sentido, consideramos que:

Sobretudo, as ciências sociais são nesse sentido um corpo irrequieto, intranquilo, curioso. Seu charme está em não poderem ser frias, estáticas, neutras. Não conseguem apenas descrever problemas. Sempre também provocam a enfrentá-los. São muito mais um desafio ao homem do que a guarda de resultados obtidos e armazenados. Conseguem reinventar-se. Muitas vezes são azedas e impertinentes. No fundo, são históricas, ou seja, irrequietas e criativas com a própria história. (DEMO, 2010, p. 76).

Já Antônio traz que está nas CHS a capacidade de entender e responder as transformações sociais e captar a essência humana, considerando que essas ciências têm referenciais teórico-metodológicos para isso. As CHS na atualidade visam interpretar a realidade e os fenômenos que nela emergem, romper com as imposições que cerceiam as diferentes expressões sociais e, principalmente, entender e promover respostas às demandas que surgem nesse contexto de barbárie. Na contramão do ideal produtivista, as CHS vêm revelar os impactos desse ideal e permitir que os sujeitos sociais se apropriem do conhecimento enquanto produto social. É sobre esse conhecimento que o professor Clodoaldo Cardoso nos orienta que:

A ciência moderna contém uma contradição interna precisamente no âmbito da ética: se, por um lado, o saber científico plenifica no ser humano realmente o sentido de sujeito (agente), de outro, esse próprio saber, que instaura o sujeito, vem destruindo as próprias condições de o ser humano realizar-se enquanto sujeito. (CARDOSO, 1998, p. 4).

Essa contradição está na apropriação do conhecimento científico construído pelo homem sob a lógica do capital e como esse saber científico é aplicado. Isso nos faz refletir sobre alguns questionamentos que perpassam nossa reflexão: se o conhecimento científico é produto social, ou

seja, pertence a humanidade como superar o domínio do sistema capitalista sobre os produtos de sua geração? Se o mesmo conhecimento que cria e renova pode destruir e gerar consequências nocivas a humanidade, como romper com essa lógica?

Antes de traçar uma possível resposta as essas questões, continuemos a dialogar com os participantes da pesquisa. Se estamos falando de um sistema capitalista que rege as relações sociais em seu conjunto e sendo as ciências impingidas por esse sistema, questionamos nossos participantes sobre o incentivo do Estado para a realização das pesquisas nas CHS.

*Bom, a gente não pode esquecer que a gente está fazendo pesquisa, fazendo ciência em um contexto de uma sociedade que já tem um direcionamento estrutural que é para acumulação. E obviamente que o apoio, o incentivo mais denso, com mais recursos vai ser para as atividades que visam a otimização desta acumulação. E as ciências humanas e sociais elas vão senão em um outro sentido, mas em grande medida também, de encontro, ou seja, em choque a esse processo de acumulação. E certamente, esse tipo de coisa, não é prioritário dentro da estrutura universitária ou do sistema nacional de pesquisa, ciência e tecnologia. Compreender a dimensão humana, não é prioridade. E certamente, e isso a gente pode comprovar com números, o apoio à pesquisa nestas áreas, não é prioridade. O apoio, ou quando há algum apoio, a pesquisa ou à extensão, ele está sempre visando algo que seja funcional a esta dinâmica estrutural ao sistema de acumulação capitalista. Isso sem sombra de dúvida. [...] o apoio para as ciências humanas e sociais, ele sempre vai ser um apoio residual, marginal. Isso sem dúvidas. (Antônio).*

Nota-se na fala do sujeito participante que, entre os desafios contemporâneos para as Ciências Sociais está a de tornarem-se relevantes em meio ao grande incentivo financeiro às pesquisas científicas das áreas de tecnologia da informação, biotecnologia, engenharias, entre outras. É notório que Estados e empresas tenham interesses em áreas afins para a produção de ciências e tecnologias, principalmente aquelas em que seus produtos elevem a produção de bens e serviços, promovam o aumento do mercado nacional e internacional, e despertem o interesse das grandes transnacionais para o investimento em ações do capital financeiro nacional.

Tornar-se relevante em meio à mercantilização das ciências e tecnologias é tarefa árdua. É remar contra a maré do capital. Enquanto há dinheiro e incentivo para a realização das pesquisas em outras áreas, as Ciências Sociais em seu conjunto não têm o mesmo incentivo financeiro para a realização de suas pesquisas, pois “Não se investe em cientistas, técnicos e equipamentos para saber a verdade, mas para aumentar o poder.” (DUPAS, 2001, p. 117).

Quando se arrisca a dizer que um dos grandes desafios das Ciências Sociais é tornar-se relevante, não estamos desconsiderando a construção histórica desse conjunto das Ciências, nem mesmo do que ela hoje tem enquanto dimensão investigativa, propositiva, crítica, científica e ética, mas estamos apontando que, diante o investimento para as diversas áreas do conhecimento, observa-se uma diferença significativa de investimentos para as Ciências Sociais. Os quadros a seguir relacionam os investimentos às grandes áreas do conhecimento, conforme apresentadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq):

**QUADRO 1- Painel de Investimentos CNPq – 2014**

ESPECIFICAÇÃO	Grandes áreas do conhecimento		
MÉTRICA	Valor (em mil Reais)		
ANO	2014		
Grande área	Bolsa no Exterior	Bolsa no País	Auxílio à Pesquisa
Ciências Exatas e da Terra	64.323	206.858	86.637
Ciências Agrárias	38.170	173.570	85.030
Ciências Biológicas	81.729	201.865	114.386
Ciências da Saúde	90.291	120.528	109.550
Ciências Humanas	7.286	136.181	50.672
Engenharias e computação	431.941	254.813	116.962

Línguas – Letras e artes	4.513	39.724	2.863
Outras (não especificadas)	30.321	83.803	43.492
Sociais Aplicadas	59.521	122.946	22.010

**Fonte:** Quadro elaborado por Cacildo Teixeira de Carvalho Neto, dados Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (2017).

Observa-se no Quadro 1, referente ao ano de 2014, uma discrepância entre os valores de investimento da grande área das Engenharias e Computação para todas as outras áreas do conhecimento. Esse dado demonstra o interesse significativo do Governo no desenvolvimento de tecnologias que coadunam aos interesses das grandes empresas, na produção de bens comerciáveis. No montante de bolsas no exterior, as Ciências Sociais Aplicadas tiveram o investimento de 7,36%; bolsas no país 9,17% e auxílio à pesquisa 3,48%.

#### QUADRO 2 – Painel de Investimentos CNPq – 2016

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	Grandes áreas do conhecimento		
<b>MÉTRICA</b>	Valor (em mil Reais)		
<b>ANO</b>	2016		
<b>Grande área</b>	<b>Bolsa no Exterior</b>	<b>Bolsa no País</b>	<b>Auxílio à Pesquisa</b>
Ciências Exatas e da Terra	2.746	199.415	83
Ciências Agrárias	1.180	174.796	34
Ciências biológicas	2.727	195.242	6
Ciências da Saúde	1.192	117.652	4
Ciências humanas	483	143.114	19
Engenharias e computação	4.149	273.220	61
Línguas – Letras e artes	126	42.463	Não informado
Outras (não especificadas)	666	82.844	1.651
Sociais aplicadas	382	91.999	189

**Fonte:** Quadro elaborado por Cacildo Teixeira de Carvalho Neto, dados Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (2017).

No ano de 2016, observa-se uma queda significativa de investimentos em todas as áreas de pesquisa, tanto para bolsas no exterior como bolsas no país e no auxílio à pesquisa. Para a grande área das Engenharias e Computação, o valor de investimento da bolsa no país foi a única que manteve a média em comparação ao ano de 2014, mas caiu nos outros investimentos. As Ciências Sociais tiveram 2,79% de investimento para bolsa no exterior; 6,96% para bolsa no país; e 9,23% de auxílio à pesquisa, no montante de investimentos.

Sobre a queda de investimentos entre os anos de 2014 e 2016, Fabrício Marques (2017, p. 20, grifo nosso), descreve que:

Em 2014, ano mais recente para o qual há estatísticas consolidadas, investiu-se no Brasil 1,27% do Produto Interno Bruto (PIB) em atividades de P&D (**Pesquisa e Desenvolvimento**), o equivalente a R\$ 73,6 bilhões – e o quinhão do MCTIC (**Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**) (à época dividido em duas pastas) foi de R\$ 5,6 bilhões, ou apenas 7,6% desse investimento. Caso os cortes recentes não sejam revertidos, a participação do MCTIC no dispêndio nacional em P&D deve cair de um patamar de 0,1% do PIB há três anos para um índice próximo a 0,07% do PIB neste ano.

A queda dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento impactam toda a produção e construção de conhecimento, em todas as grandes áreas das ciências. A falta de recursos gerará colapso nas Universidades e, respectivamente, em seus programas de incentivo a pesquisa e de

Pós-Graduação, interrompendo com pesquisas que estão em andamento e fechando portas para novas pesquisas. A crise na Ciência e na Educação é reflexo do desmonte das políticas públicas que assolam o país, resultado de uma má gestão daquilo que é público e de seus recursos.

O Estado, ao diminuir os recursos para as pesquisas e inovações tecnológicas, abre uma porta de oportunidades para o investimento privado, para as grandes transnacionais que financiam pesquisas específicas com fins e mercados também específicos. Essas pesquisas são, em sua grande maioria, realizadas nas próprias indústrias, deixando fora desse circuito de investimentos as Universidades.

O incentivo às grandes indústrias representa um saldo negativo significativo para os cofres públicos, pois a contrapartida é a destinação de recursos públicos para as empresas. Em 2014, o Brasil investiu 1,27% do Produto Interno Bruto (PIB) em pesquisa e desenvolvimento, desse montante, 52,9% de investimentos públicos e 47,1% do setor privado. De acordo com Fabrício Marques (2017, p. 22), para os investimentos em inovação, os setores, cujas empresas inovadoras investiram mais em atividades internas de pesquisa e desenvolvimento em 2014 (milhões de R\$), foram:

[...] 2.913,2 para carros, reboques e carrocerias; 2.665,3 para coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis; 1.966,4 para produtos químicos; 1.555,7 para informática, eletrônicos e ópticos; 1.367,9 para máquinas, aparelhos e material elétrico; 1.225 para produtos farmacêuticos; 1.122,8 outros equipamentos de transporte.

Ao considerarmos os dados supracitados, deparamo-nos com um incentivo localizado para a produção tecnológica de bens e serviços; ficando as Ciências Humanas, Sociais e da Saúde a cargo apenas do investimento público. O fator preocupante está na queda significativa de investimento do Estado para a pesquisa e desenvolvimento, como já apresentado, de 1,27% do PIB em 2014 para 0,07% em 2017.

Todo esse processo de financeirização e mercantilização das Ciências e do conhecimento impactam diretamente a população e, como isso, gera novos fenômenos ou faz reviver questões há tempos sanadas. Cabe às Ciências Sociais desvelar esses fenômenos da sociedade e o cotidiano da população, bem como os impactos dos avanços tecnológicos e o retrocesso nesse contexto, nunca perdendo de vista que esse processo está enraizado nos valores do capital.

Se considerarmos as Ciências enquanto instrumento de transformação, devemos sopesar que o avanço tecnológico traz em seu bojo a contradição de poder promover o progresso da humanidade, ao mesmo tempo ser objeto de destruição. Convivemos com “[...] a ambiguidade do progresso científico-tecnológico que passou do plano teórico para o existencial, ou seja, começamos a perceber na vida cotidiana a deterioração galopante do ambiente físico e social ao lado do mundo estonteante e maravilhoso da tecnologia.” (CARDOSO, 1998, p. 1).

Durante a realização da entrevista, Antônio, ao ser arguido sobre o papel das Ciências Sociais (CS) em acompanhar as transformações societárias (do resultado nocivo diante o avanço tecnológico), trouxe alguns apontamentos sobre a relação entre a ciência, a tecnologia e o princípio de acumulação capitalista, mas de uma possível direção às ciências sociais.

*[...] O primeiro rudimento de uma ciência da sociedade, que foi o positivismo, que era chamado também de física social, de fisiologia social, ele vem para tentar compreender e controlar isso. E as ciências sociais atuais elas tem uma perspectiva emancipatória. Então, ela não quer simplesmente compreender para controlar esse processo. Ela quer dar outro rumo, ela quer dar outro direcionamento. E certamente, se nós avaliarmos de forma seca, pelos olhos das outras ciências, como é muito comum, tanto no discurso oficial, como no discurso da imprensa, todo esse avanço tecnológico, ele só tem um lado bom. Nós nunca vamos chegar a entender o que, em termos societários, em termos civilizacionais, ou em termos propriamente humanos, nós estamos perdendo neste processo como um todo. [...]. O que nós temos de ciência e tecnologia é uma ciência e tecnologia uma das versões dela, que serve à acumulação. Que é funcional à acumulação capitalista. Que vem desde uma vertente baconiana, Frances Bacon, que vem lá do início do século XVII, que eles já*



*diziam ... “olha a ciência tem que auxiliar o desenvolvimento econômico, ela tem que ser algo útil”. Essa ciência utilitarista, mas não do ponto de vista social. Do ponto de vista econômico. (Antônio).*

Apesar de extensa, a fala de Antônio é de extrema relevância para nossa análise. Dentro de sua compreensão da tríade ciência-tecnologia-desenvolvimento econômico, nosso participante traça um contexto histórico que realça as transformações sociais, econômicas e políticas e como algumas características estão ainda presentes; sobre a apropriação do conhecimento pelo Estado capitalista, elucida sobre a possibilidade de se fazer ciência para além da lógica de acumulação e em pensar as CS enquanto emancipatórias. Gilberto Dupas (2005) nos esclarece dois caminhos, de redenção e destruição, no processo de apropriação da técnica, enquanto produto do conhecimento, capaz de alterar a vida, as condições de produção e o meio ambiente.

Se bem exercidas, submetidas aos interesses gerais das sociedades, poderão vir a ser um importante instrumento para o desenvolvimento da humanidade. Por outro lado, submetidas unicamente ao interesse do capital e de sua acumulação, essas mesmas tecnologias podem levar a efeitos sinistros e devastadores. (DUPAS, 2005, p. 78-79).

O autor continua e expõe que o maior desafio será da humanidade em arbitrar esses caminhos, para assumir o controle social desse desenvolvimento estando a Ciência sob a ordem do setor privado; e que o maior problema para isso está num Estado em fase de desmonte (DUPAS, 2005).

Outro autor que contextualiza a Ciência para outra direção, para além da lógica de acumulação é Herbert Marcuse (2009). Para o autor, uma Ciência assim só é possível numa outra realidade, após a transformação das políticas e das instituições públicas, e dos valores que condensam os objetivos e as necessidades da Ciência.

[...] essa transformação implicaria o desaparecimento das necessidades sociais de produção e produtos parasitários e desperdiçadores, [...] de competição por status e conformismo, e exigiria a correspondente liberação das necessidades individuais de paz, alegria e tranquilidade. (MARCUSE, 2009, p. 163).

Nessa direção, tomemos aqui os apontamentos de Hugh Lacey (2008) na elaboração de outros desafios para as Ciências Sociais na atualidade. O autor elucida que a Ciência, enquanto patrimônio da humanidade, deve ser questionada sobre sua colaboração para a construção e fortalecimento de práticas e valores democráticos, com vistas a participação coletiva dos sujeitos na tomada de decisões. A pesquisa deve apreciar o valor social de seus resultados, os quais devem voltar à sociedade para que seus benefícios possam ser traduzidos em novos conhecimentos e esses absorvidos por essa sociedade. Deve, também, promover a integração educativa entre pesquisadores e população com vistas à colaboração participativa desses sujeitos para apreensão dos fenômenos sociais e da relação causal que os produzem, implementação de programas de educação científica nas Universidades possibilitando a interação entre os diferentes sujeitos participantes das pesquisas, professores, alunos e diferentes servidores, colaborando na criação de agendas de debate para melhores condições de trabalho; além de “[...] o desenvolvimento e a promulgação de políticas públicas apropriadas que reflitam valores democráticos.” (LACEY, 2008, p. 325).

As ponderações do autor são relevantes e provocativas se considerarmos o atual cenário político e econômico do país. Dificilmente as Ciências Sociais, sozinhas, responderiam a essas agendas levantadas por ele, mas temos que compreender o papel das Ciências na sociedade e como ela pode colaborar em meio às esferas de poder (econômico, político e social) numa nova direção para a sociedade.

Após algumas reflexões, Antônio (sujeito participante) foi questionado qual seria o principal desafio para as CS na atualidade no que tange responder às mudanças contínuas da sociedade.

*Eu acho que o principal desafio é ela conseguir superar as fronteiras disciplinares dela própria. É ela conseguir captar essa multidimensionalidade que é própria do viver social e do viver humano. E*

*ela superar também até mesmo os parâmetros teóricos com que ela vem se municiando, se informando no último século e meio. Porque só assim ela vai conseguir dar conta de abranger esse espaço quase infinito, que é o viver humano. Não dá para pensar apenas as relações humanas e as relações sociais, de uma forma geral, do ponto de vista hoje da luta de classes. Eu acho que isso é uma insuficiência que ela tem. E essa capacidade de também conseguir dialogar com outras ciências para entender as transformações tecnológicas de dialogar, seja com as engenharias, seja com as ciências que lidam com a administração, gestão, para conseguir entender a própria luta política. Dialogar com as ciências jurídicas, para entender às transformações do ponto de vista socioambiental. De dialogar com as ciências naturais. Porque hoje, não só o humano faz parte do objeto das ciências sociais, mas também o não humano. Seja do ponto de vista do ecossistema, seja do ponto de vista de elementos que vão muito além do que é a classe em si e o ser humano em si. Que ele correlaciona-se com algo muito mais amplo. (Antônio).*

O sujeito participante elucida a necessidade das CS dialogarem com outras áreas do conhecimento, enquanto caminho para compreender as relações construídas pelo ser humano em sua totalidade, seja entre os homens, seja com a natureza. Sobre as fronteiras disciplinares, Boaventura de Sousa Santos (2010) esclarece que:

Na ciência moderna o conhecimento avança pela especialização. O conhecimento é tanto mais rigoroso quanto mais restrito é o objeto sobre que incide. Nisso reside, aliás, o que hoje se reconhece ser o dilema básico da ciência moderna: o seu rigor aumenta na proporção direta da arbitrariedade com que espartilha o real. Sendo um conhecimento disciplinar, tende a ser um conhecimento disciplinado, isto é, segrega uma organização do saber orientada para policiar as fronteiras entre as disciplinas e reprimir os que as quiserem transpor. É hoje reconhecido que a excessiva parcelização e disciplinarização do saber científico faz do cientista um ignorante especializado e que isso acarreta efeitos negativos. Esses efeitos são sobretudo visíveis no domínio das ciências aplicadas. (SANTOS, B. S., 2010, p. 74).

As especializações do conhecimento científico estão intrínsecas na Ciência, enquanto produto do seu próprio desenvolvimento, as exigências postas pelas novas tecnologias levaram os pesquisadores a fragmentar e a hiperespecializar algumas áreas, e, para Boaventura Santos (2010), a busca por resolver essa parcelização e reducionismo fez gerar outras disciplinas acentuando ainda mais o conhecimento. Alguns caminhos para “minimizar” esse distanciamento estão na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade. Pela primeira entende-se como o diálogo entre as diferentes disciplinas para o mesmo objeto, preserva-se as especificidades de cada área do conhecimento e busca construir uma resposta comum. Na transdisciplinaridade, as disciplinas interagem sob o mesmo objeto, supera-se as especificidades de cada área, visando a construção de uma unidade do conhecimento. Outro caminho é a pluralidade metodológica, conhecimento imetódico, formado por uma constelação de métodos que responderá ao objeto de acordo com a realidade-espaço-tempo local (SANTOS, B. S., 2010).

#### **4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, devemos considerar que a construção do conhecimento científico emerge das respostas para os fenômenos das sociedades. Seus desafios estão calcados nas possibilidades de transformação enquanto bem coletivo em meio a uma luta de poder e de interesse individual plasmada na relação entre Estado e a esfera privada. Nessa relação contínua entre o fazer Ciência, a realidade e o poder estão as Universidades e seus respectivos Programas de Pós-Graduação, num cenário de contradições em que presenciamos a mão do Estado e a manutenção da parceria com o privado para a realização de pesquisas com fins produtivos e economicistas. Na contramão, pesquisas nas CHS tem o objetivo de desvelar os tensionamentos dessa realidade e dar respostas

para o bem coletivo, compreendida enquanto atividade constituinte e constitutiva das ciências na descoberta e renovação dos fenômenos da vida, de seus valores e de seus saberes.

Nessa realidade, o desafio de fazer ciência e tecnologia está para todos os pesquisadores de todas as áreas do conhecimento que dependem do Estado para financiar suas pesquisas e promover o acesso de seus resultados a população/sociedade a qual se destina a prática científica. Para sanar essa problemática, o governo estreita as parcerias com as empresas privadas, as quais investem em pesquisas, mas essas com fins definidos – a geração de produtos comerciáveis nacional e internacionalmente.

Nossa reflexão não é de oposição às ciências e às novas tecnologias, mas de tensionar a forma de sua produção, o nexu mercadológico que apropriou do conhecimento humano, a manutenção da miséria humana em todos seus sentidos, com a finalidade do desenvolvimento econômico de poucos países. Aos países periféricos e semiperiféricos, fica a apropriação das tecnologias de supérfluos, tendo a mídia como seu produto e força aliada para ilusionar que esses produtos são essenciais e capazes de suprir a necessidade e a felicidade humana.

## REFERÊNCIAS

ANDERY, Maria Amália Pie Abib et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. Ciência e ética: alguns aspectos. **Revista Ciência e Educação**, Bauru, v. 5, n. 1, p. 1-6, 1998. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/ciedu/v5n1/a01v5n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v5n1/a01v5n1.pdf)>. Acesso em: 5 fev. 2017.

CARVALHO NETO, Cacildo Teixeira de. **Ética, ética profissional e o trabalho profissional do assistente social**. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 2010.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Ed. 70, 1987.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Leandro Konder. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARCUSE, Herbert. A responsabilidade da ciência. **Scientiæ Studia**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 159-164, 2009. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/ss/v7n1/v7n1a08.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ss/v7n1/v7n1a08.pdf)>. Acesso em: 6 maio 2017.

MARQUES, Fabrício. Financiamento em crise. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 261, p. 20-29, nov. 2017. Disponível em: <[http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2017/06/020\\_financiamento\\_256.pdf](http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2017/06/020_financiamento_256.pdf)>. Acesso em: 3 nov. 2017.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES. **Painel de investimentos**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://cnpq.br/painel-de-investimentos>>. Acesso em: 12 out. 2017.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2010.

SCRIBANO, Adrian. **Comienzo del Siglo XXI y Ciencias Sociales: un rompecabezas posible**. **Polis**

**Revista Latinoamericana**, Santiago, n. 14, v. 41, p. 1-11, 2015. Disponível em:  
<[www.scielo.cl/pdf/polis/v14n41/art15.pdf](http://www.scielo.cl/pdf/polis/v14n41/art15.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2017.

SOBRAL, Fernanda. Desafios das ciências sociais no desenvolvimento científico e tecnológico contemporâneo. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 220-237, jan./jun. 2004. Disponível em:  
<[www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a10.pdf](http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a10.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2017.

**ATENDIMENTO INTEGRAL DA ADOLESCÊNCIA: AS POLÍTICAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA.**

INTEGRAL ATTENDANCE OF ADOLESCENCE: HEALTH AND EDUCATION POLICIES AND THE HEALTH IN SCHOOL PROGRAM.

Área temática: 1.3 Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

SILVA, Jaqueline Roberta da. Unifran; Mestranda do Programa de Pós Graduação em Promoção de Saúde; jaqroberta@hotmail.com

FIGUEIREDO, Glória Lúcia Alves. Unifran; Professora Doutora do Programa de Pós Graduação em Promoção de Saúde; gloria.figueiredo@unifran.edu.br

**RESUMO**

O presente artigo pretende discutir sobre a necessidade de atendimento integral a adolescência, sendo esta fase do desenvolvimento humano complexa, são necessárias ações interdisciplinares e intersetoriais, como a proposta da Organização Pan-Americana em Saúde – OPAS, sobre a Escola Promotora da Saúde. Através de pesquisa bibliográfica foi possível identificar o quanto as duas políticas mais abrangentes do país se unificam na busca pela integralidade no atendimento à adolescência. A escola, como espaço mantenedor da maioria dos jovens brasileiros, segundo o IBGE/PNAD são 94,2% dos jovens em idade escolar matriculados, e as unidades de saúde que em algum momento da vida atende a toda a população, integrados podem desenvolver ações que impactem positivamente sobre esse público. Para alcançar a magnitude dessas duas políticas públicas, será discutida a evolução das políticas de saúde e de educação no Brasil. Destaca-se que há muitas contradições nas concepções e nas práticas, até chegarmos em 2007 com o encontro entre saúde e educação com o Programa Saúde na Escola, pautado nas diretrizes da Escola Promotora da Saúde da OPAS, e mesmo havendo muito a percorrer do potencial de cada setor ainda assim a parceria entre eles contribui para a consolidação dos princípios do SUS, integralidade, universalidade, equidade e controle social, assim como da finalidade emancipatória da LDB, resultando em bons índices nas unidades conveniadas.

**Palavras-Chave:** Escola Promotora de Saúde, Educação, Promoção de Saúde.

**ABSTRACT**

This article intends to discuss the need for comprehensive care for adolescents, and this phase of human development is complex, interdisciplinary and intersectoral actions are required, such as the proposal of the Pan American Health Organization (PAHO) on the School Promoting Health. Through bibliographic research it was possible to identify how much the two most comprehensive policies of the country are unified in the quest for the integrality care of adolescence. According to the IBGE /

PNAD, 94.2% of school-age young people are enrolled in school, and the health units that at some point in their lives serve the whole population, that positively impact this audience. To reach the magnitude of these two public policies, the evolution of health and education policies in Brazil will be discussed. It is worth highlighting that there are many contradictions in conceptions and practices until we reach the 2007 meeting between health and education with the Health in School Program, based on the guidelines of the PAHO School of Health Promotion, and even though there is much to go of each sector, however, the partnership between them contributes to the consolidation of SUS principles, comprehensiveness, universality, equity and social control, as well as the emancipatory purpose of LDB, resulting in good indices in the agreed units.

Key words: Health Promotion School, Education, Health Promotion.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo surge em um cenário em que a adolescência é um público pouco atendido nos serviços de saúde, devido a várias características desse público e limitações dos profissionais e serviços de saúde. Ao buscar fundamentação teórica para o atendimento em saúde para adolescentes destaca-se a proposta da Escola Promotora da Saúde, da Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS, que propõe uma aliança entre os setores de educação e saúde almejando uma melhor qualidade de vida.

Para este trabalho será considerada adolescência, o período determinado pela Organização Mundial de Saúde- OMS, que é de 10 a 19 anos. Segundo dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), em 2015 o Brasil possuía em torno de 33,487 milhões de adolescentes.

Considerando a adolescência, uma etapa do desenvolvimento humano marcada por profundas transformações biopsicossociais, que são diretamente influenciadas por fatores externos como os valores e o comportamento dos amigos, que ganham importância crescente na medida em que surge um natural distanciamento dos pais em direção a uma maior independência. Ressalta-se que os adolescentes também são fortemente influenciados pela mídia, e pela indústria do entretenimento.

Assim a população adolescente do Brasil, está suscetível a todas iniquidades sociais existentes. O país possui uma grande parcela desses adolescentes vivendo na pobreza ou na pobreza extrema, com baixo acesso aos níveis mais altos de escolaridade, o que por si só já impacta diretamente nos indicadores de saúde e bem estar. Agregando a essas iniquidades, também é crescente comportamentos de risco que agravam ainda a saúde.

Enquanto o Brasil vem melhorando seu índices gerais de saúde em outros grupos populacionais, em relação a adolescência há pouco o que se comemorar, alguns indicadores tem se elevado e outros diminuindo lentamente ou estagnados. Destacando os seguintes:

- entre 2004 e 2013, o número de novos casos de adolescentes infectados por HIV, aumentou 53%- Ministério da Saúde, Boletim Epidemiológico, 2014.

- entre 1990 e 2014. O número de homicídios dobrou, passando de 5 mil para 11,1 mil/ano-Datasus, 2014.

- média de 68,4 bebês nascidos de cada mil adolescentes. Sendo que a média na América Latina é de 65,5. OMS/2018.

- 55,5% dos estudantes concluintes do 9º ano em escolas públicas e privadas , entre 13 e 15 anos, já experimentaram álcool . Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE) 2015.

- 9% dos estudantes concluintes do 9º ano em escolas públicas e privadas , entre 13 e 15 anos, já usaram drogas ilícitas. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE) 2015.

Diante desse cenário, o objetivo do presente estudo é refletir sobre as políticas públicas de saúde e educação no Brasil e a parceria entre esses dois setores, viabilizada pela proposta Escola Promotora de Saúde, como possibilidade de consolidação dos princípios do SUS e da finalidade da Educação.

Para explanação da proposta da Escola Promotora da Saúde, será abordado o histórico das políticas de saúde e de educação no Brasil, enfatizando pontos comuns que fundamentam a aproximação entre os dois setores mais disseminados em todo o país, presentes em toda a extensão territorial. A partir de então sistematizar a proposta da OPAS/OMS e a viabilização desta para o alcance do produzir saúde de modo ampliado, considerando as multidimensionalidades do ser humano, como preconiza a promoção de saúde. E o exemplar dessa diretriz da OPAS no Brasil, o Programa Saúde na Escola, descrevendo seus avanços e desafios.

## **2. AS DUAS POLÍTICAS**

### **2.1. Política de Saúde no Brasil**

As políticas de saúde no Brasil até 1988 eram regidas por um Estado liberal, aquele que só intervinha naquilo que o indivíduo ou o setor privado não atuassem, mas que era imprescindível à economia, por isso a saúde era caracterizada por um sanitarismo campanhista, uma medicina previdenciária e privatista, ou seja, tinha acesso aos serviços de saúde quem pudesse pagar por eles ou quem contribuía para a Previdência Social, portanto grande parte da população ficava sujeita aos cuidados de instituições filantrópicas e de uma medicina simplificada.

Só em 1975, com a Lei 6.229/75, é que foi criado um Sistema Nacional de Saúde, o qual definiu as atribuições da União, Estado e municípios em relação à saúde, mas que centralizava o poder na esfera federal, e que realizava programas verticais de intervenção (Campanha de Meningite,

Programa Nacional de Imunização, entre outros), institucionalizando um modelo médico-curativo.

No final da década de 70, o Movimento Sanitário problematizou o pensar a saúde, relacionando-a com a qualidade de vida, relação essa legitimada na VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986.

A saúde é concebida neste fórum como decorrente das condições de acesso a habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse de terra e acesso a serviços de saúde. Um aspecto fundamental neste fórum foi o fato de se ter chamado a atenção para a interdependência que existe entre esses elementos e sua condição *sinequa non* para alcançar a saúde (GARBOIS, VARGAS, CUNHA, 2008).

O Movimento Sanitário e as reivindicações de movimentos sociais fizeram com que o conceito de saúde, acima descrito, fosse incorporado na Constituição Federal de 1988, assim a saúde passou a ser um direito de todos e um dever do Estado, que Campos (2006, p. 29) indica ser um direito de cidadania que amplia as possibilidades de emancipação dos indivíduos, pois sugere melhoras dos serviços e acesso a eles, muito diferente do contexto de desigualdade ainda vivenciado no país.

A partir da promulgação da Constituição em 1988, que criou o Sistema Único de Saúde. E diante de um cenário de instabilidade econômica e alta inflação, em 1990 foi sancionada a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080/90), que regulamentou o Sistema Único de Saúde – SUS, que normatizou as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde em todo o território nacional. No mesmo ano de 1990, também foi sancionada a Lei 8.142 em dezembro, que dita a participação popular no controle dos serviços.

Nesse processo, o país teve, assim, uma política de saúde claramente definida constitucionalmente no sentido de política social, como política pública, implicando, portanto, em mudanças substantivas para sua operacionalização nos campos político-jurídicos, político-institucional e técnico-operativo. (ALMEIDA, DE CASTRO E LISBOA, 1998).

O SUS tem o bem-estar social e a racionalidade organizativa como fundantes de seus princípios e diretrizes, abaixo descritos:

- Universalidade: todos os cidadãos têm direito ao acesso aos serviços de saúde;
- Integralidade: considera as várias dimensões que influem no processo saúde-doença dos cidadãos;
- Equidade: prioridade das ações e serviços a segmentos populacionais mais vulneráveis;
- Descentralização: é o mando único em cada esfera de governo (Federal, Estadual, Municipal), que dá ênfase à municipalização da gestão;
- Regionalização: organização racionalizada e equânime nos territórios;
- Hierarquização: ordena o sistema em níveis de atenção e estabelece o fluxo assistencial entre eles, sendo a atenção básica a de maior contato e de uso freqüente da população;
- Participação comunitária: organização da participação social em Conferências e Conselhos de Saúde nas três esferas de governo. Participação assegurada pela Lei 8.142/90. (VASCONCELOS, PASCHE, 2006, p. 535).

Com o SUS milhões de brasileiros passaram a ser indivíduos com direitos à saúde, contudo houve um decréscimo nos investimentos na saúde, fazendo prevalecer o modelo de saúde baseado na figura do médico e na “cura” das doenças. Pois a complexidade, a abrangência das mudanças e as implicações dos interesses envolvidos em um período de transição da “Nova República” para o governo Collor, dificultaram a implementação da política de saúde do SUS, devido ao não comprometimento que a gestão seguinte tinha com as ideias da reforma sanitária.



O contexto político do governo Collor era de „retrocesso na política e administração pública”, com intensa participação da sociedade em denúncias e críticas, em demandas de mudanças e avanços, incluindo aí a área da saúde, seriamente afetada e envolvida nesta crise (ALMEIDA, DE CASTRO E LISBOA, 1998).

Com o processo de descentralização e regionalização dos serviços de saúde o território passa se constituir como elementar, visto que organiza as ações dos serviços de saúde de acordo com as necessidades de cada região e com a demanda da população, pois estreita o vínculo com a população e possibilita um conhecimento da situação de saúde, social, lazer e cultural do território.

Para que estes processos sejam eficazes têm que ser permanentes e dinâmicos, as unidades de saúde no território não podem ser isoladas, têm que ser funcionais e com desenvolvimento de ações em todos os níveis de prevenção e articuladas intra e intersetorialmente, ou seja, é necessário um direcionamento do modelo assistencial. Para isso, é necessário investimento em mecanismos e dispositivos que viabilizem a articulação entre os serviços de saúde nos diferentes níveis (primário, secundário e terciário).

Passados 27 anos de SUS ainda há muito que se lutar para que os princípios e diretrizes se tornem realidade. Segundo Vasconcelos e Pasche (2006) as conquistas políticas conseguidas pelo SUS ainda são insuficientes para enfrentar os desafios que ainda se impõem a saúde ampliada e o direito à saúde, esse percurso de transposição do modelo biomédico para a concepção de saúde ampliada também é um desafio mundial.

## **2.2. Política de Educação no Brasil**

Até a chegada dos portugueses no Brasil, os índios aprendiam pela transmissão e construção de conhecimento entre os mais velhos e os mais novos, de forma não rígida como apregoada pelos jesuítas. Que trouxeram não só os dogmas católicos, mas também foram os primeiros a formalizar métodos pedagógicos no Brasil. Os jesuítas foram responsáveis por uma pedagogia catequisante para os “desprovidos de cultura” no Brasil até 1759, com colégios e seminários, quando foram expulsos por Marques de Pombal. A partir de então as ações educacionais eram isoladas e assistemáticas, não chegando a constituir um sistema, segundo Bello (2001), “o mais absoluto caos [...]”. O sistema jesuítico foi desmantelado e nada que pudesse chegar próximo deles foi organizado para dar continuidade a um trabalho de educação”.

Em 1808, houve as primeiras faculdades, em razão da vinda da família real, mas ainda nada que pudesse ser chamado de sistema educacional. A educação só é considerada novamente em 1824 na Primeira Constituição do Brasil, em seu artigo 179 que dizia que a "instrução primária é gratuita para todos os cidadãos", mas ainda sem estruturas sólidas.

Segundo Bello (2001):

A Reforma Rivadávia Correa, de 1911, pretendeu que o curso secundário se tornasse formador do cidadão e não como simples promotor a um nível seguinte. Retomando a orientação positivista, prega a liberdade de ensino, entendendo-se como a possibilidade de oferta de ensino que não seja por escolas oficiais, e de frequência. (BELLO, 2001)

Com a Revolução de 30, a educação passou a ter um caráter salvacionista, a partir dela o país alcançaria a prosperidade dos países de primeiro mundo. O Brasil passou a precisar de mão-de-obra especializada e para tal era preciso investir na educação. Sendo assim, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, e em 1931, o governo provisório sancionou decretos, que organizaram o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. Estes Decretos ficaram conhecidos como "Reforma Francisco Campos". Nessa mesma década começou-se a discutir a pedagogia nova, com a concepção de uma escola mais democrática, com o conhecimento centrado no aluno, suas vivências, não só na transmissão de conhecimento.

Com a valorizada importância destinada a educação em 1934, a nova Constituição dispõe pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pelo Estado, a partir daí há universalização do acesso a educação e também a dicotomização da finalidade com educação para o trabalho manual, para os filhos de operários e trabalho intelectual para os filhos de classes dominantes.

Mesmo quando essa educação estatal é oferecida em quantidade para todos (o que de qualquer maneira nas sociedades desiguais só tende a acontecer no nível básico de escolaridade), sua qualidade desigual é fator estruturalmente necessário, juntamente com outros, para a reprodução desigual da sociedade de classes. A qualidade desigual do ensino estatal não acontece por acaso, sendo apenas mais uma das tantas armas usadas pelas classes dominantes para a manutenção da dominação sobre as classes populares/exploradas (DAVIES, 2004, p. 27).

Em 1942, reiterando a necessidade de mão-de-obra qualificada são reformados alguns ramos do ensino. Estas Reformas receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino, e são compostas por Decretos-lei que criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e valoriza o ensino profissionalizante.

Na contra-mão da ideologia de formação apenas profissional, em 1950 começaram as iniciativas de repensar a educação para uma sociedade diferente, menos discrepante, em 1950, em Salvador, no Estado da Bahia, Anísio Teixeira inaugura o Centro Popular de Educação (Centro Educacional Carneiro Ribeiro), dando início a sua idéia de escola-classe e escola-parque e em 1961 teve início uma campanha de alfabetização, cuja didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, propôs alfabetizar em 40 horas adultos analfabetos (Bello, 2001).

Tentativas essas sufocadas pelo período militar, que em 1971 fez prevalecer a formação profissional, pela Lei 5.692, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971, marcada pela profissionalização compulsória no ensino médio, ocultando, então, a formação cidadã do alunado.

Somente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996, a qual dita em seu título II, sobre os Princípios e Fins da Educação Nacional, artigo 2º que coloca a finalidade da educação como o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Atualmente a discussão de um novo fazer em educação está pautada no relatório elaborado por Jacques Delors para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, intitulado: Educação, um Tesouro a descobrir (1996), em que se exploram os Quatro Pilares da Educação: aprender a ser; aprender a conviver; aprender a fazer; aprender a aprender. Concepção que tenta adequar a educação às necessidades do mercado, mas também não perder de vista a produção de conhecimento, cultura.

Até os dias de hoje muito tem se mexido no planejamento educacional, mas a educação continua a ter as mesmas características praticadas em muitos países do mundo, que é mais o de manter o "*status quo*", para aqueles que frequentam as unidades escolares, e menos de oferecer conhecimentos básicos, para serem aproveitados pelos estudantes em suas vidas cotidianas e realmente ter condições emancipatórias.

### **2.3. Uma estratégia - Escola Promotora da Saúde**

Superar modelos estanques do fazer saúde exige práticas muito diferentes das práticas biomédicas. Sair do lugar tradicional de atendimento foi uma saída encontrada para o alcance e maior apropriação do território de cada unidade de atendimento em saúde. Como colocam Silva, Oliveira, Nunes E Torres (2001), o território de uma Unidade Básica de Saúde é mais do que a área de abrangência, é um território processo, é caracterizado pela dinâmica social, é um “espaço de vida pulsante”, portanto é necessário sair do balcão, da mesa de atendimento e ir onde o atendido está, apropriar-se de todos os dispositivos da comunidade, dos determinantes de saúde.

A saúde busca ferramentas para a promoção de saúde e as escolas buscam ferramentas para o alcance da cidadania. Uma aliança entre os dois setores foi pensada a partir de 1991, na III Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada na Suécia, com o tema “Ambientes Favoráveis a saúde”, na qual foi reafirmada a interdependência entre ambiente e saúde, assim, a maior aliada da saúde é a escola, o maior agente socializador do país, um excelente canal de comunicação para realizar atividades e transmitir mensagens sobre saúde (Abrocasi-Lervolino, 2000, p. 43). Poder de disseminação confirmado por dados do IBGE/PNAD, que em 2015, 94,2% de

crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, estavam matriculados no ensino fundamental. O alcance da cidadania, objetivo também da saúde, localiza-se à medida que:

A escola é espaço de grande relevância para a promoção da saúde principalmente quando esta questão se insere na constituição do conhecimento do cidadão crítico, estimulando-o à autonomia, ao exercício de direitos e deveres, as habilidades com opção por atitudes mais saudáveis e no controle de suas condições de saúde e qualidade de vida (BRASIL, 2006, p. 24).

Portanto, a OPAS/OMS para fortalecimento da promoção de saúde define como ferramenta a Escola Promotora da Saúde - EPS, e assim a define:

As escolas que contam com um edifício seguro e confortável, com água potável e instalações sanitárias adequadas e uma atmosfera psicológica positiva para a aprendizagem, que fomentam o desenvolvimento humano saudável e as relações humanas construtivas e harmoniosas, que promovem atitudes positivas em direção à saúde são consideradas „Escolas Promotoras da Saúde“. (ABROCESI-LERVOLINO, 2000, p. 52).

As Escolas Promotoras da Saúde possuem três componentes básicos:

- A educação em saúde com um enfoque integral;
- Criação de entornos saudáveis;
- Provisão de serviços de saúde.

Esses componentes são baseados nos princípios e papéis fundamentais da promoção da saúde firmados na Carta de Ottawa, em 1986, na qual é afirmada que a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, mas é responsabilidade de todos. Ao redefinir o conceito de saúde, esta deixa de ser tão somente uma responsabilidade dos profissionais de saúde, envolve também os profissionais da educação e o indivíduo não é visto isoladamente do contexto em que vive, passa então a possibilitar que as pessoas assumam os destinos de suas vidas e da sociedade em que vivem.

Compreender-se enquanto cidadão envolve o esclarecimento sobre as etapas do desenvolvimento humano, possuir auto-estima, ter clarificado o modo de funcionamento da sociedade. Portanto as EPS's devem abordar temas como alimentação, atividade física, cultura de paz, questões relacionadas à violência, sexualidade e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, saúde bucal, saúde do adolescente, construção de ambientes saudáveis, práticas relacionadas à comunicação e saúde e a movimentos culturais em suas diferentes linguagens, como teatro, música e dança (BRASIL, 2006, p. 27). Portanto os conteúdos da EPS devem ter uma abordagem transversal, pois todas as áreas de conhecimento contribuem para o desenvolvimento dos conteúdos relacionados com a saúde. Gomes, 2009, ainda coloca que não se trata do trabalho de um professor isolado, mas da integração entre toda a equipe da escola e dos profissionais da saúde.

A interdisciplinaridade é necessária então, não só aos profissionais da saúde, mas também aos trabalhadores da educação. Assim como é também necessária a intersetorialidade entre os trabalhadores dos dois setores, para estimular a concepção integral do ser humano.

Ao rever a interação entre os setores da educação e saúde, ressalta-se o processo de humanização dos serviços de atenção à saúde, como importante contribuição para o fortalecimento da promoção da saúde. Esse processo facilita uma melhor inter-relação entre profissionais de saúde e usuários, como também entre as unidades de saúde e outros setores

da sociedade, como as escolas e a comunidade (BRASIL, 2006, p. 25).

No Brasil a proposta da EPS concretizou-se na promulgação do Decreto n. 6286, de cinco de dezembro de 2007, o qual institui o Programa Saúde na Escola- PSE- que tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. O PSE ocorre com a parceria entre equipes da Estratégia Saúde da Família e escolas do território de abrangências das equipes, com o diagnóstico local em saúde há o planejamento de ações voltadas para prevenção, promoção, recuperação e manutenção da saúde dos indivíduos e coletivos humanos. Os Ministérios da Saúde e da Educação colocam que mais do que uma estratégia de integração das políticas setoriais, o PSE se propõe a ser um novo desenho da política de educação e saúde já que:

(1) trata a saúde e educação integral como partes de uma formação ampla para a cidadania e o usufruto pleno dos direitos humanos;

(2) permite a progressiva ampliação das ações executadas pelos sistemas de saúde e educação com vistas à atenção integral à saúde de crianças e adolescentes;

(3) promove a articulação de saberes, a participação de estudantes, pais, comunidade escolar e sociedade em geral na construção e controle social da política pública.

O PSE organiza-se em quatro componentes: avaliação das condições de saúde; promoção da saúde e prevenção; educação permanente e capacitações dos profissionais da educação, da saúde e jovens; e monitoramento e avaliação de saúde dos estudantes. As estratégias usadas pelo PSE são discussões em grupo, estudos de caso, projetos de trabalho comunitário e distribuição de material impresso.

Atualmente conforme a nova Portaria, o PSE passa a ter adesão bienal, ou seja, terá um ciclo de dois anos de vigência. Isso significa que o município pactua doze ações e outras que queira incluir para serem realizadas em cada ano do ciclo. Ao final de cada ano do ciclo a gestão federal informa o balanço do monitoramento realizado a partir das informações registradas, enviadas e validadas no SISAB. As doze ações estão assim definidas:

1. Ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*.
2. Promoção da segurança alimentar e nutricional e da alimentação saudável e combate à obesidade infantil.
3. Direito sexual e reprodutivo e prevenção de DST/AIDS.
4. Prevenção ao uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas.
5. Promoção da Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos.
6. Promoção das práticas Corporais, da Atividade Física e do lazer nas escolas.
7. Prevenção das violências e dos acidentes.
8. Identificação de estudantes com possíveis sinais de agravos de doenças em eliminação.
9. Promoção e Avaliação de Saúde bucal e aplicação tópica de flúor.
10. Verificação da situação vacinal.
11. Promoção da saúde auditiva e identificação de estudantes com possíveis sinais de alteração.
12. Promoção da saúde ocular e identificação de estudantes com possíveis sinais de alteração.

Considerando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, do IBGE, que em 2014, o acesso à escola era de 98,5%, para a população de 6 a 14 anos, e de 84,3%, para a faixa etária de 15 e 17 anos (SÍNTESE..., 2015). As escolas são notavelmente potenciais para a expansão do acesso e atendimento em saúde aos adolescentes.

No ano de 2017 o PSE esteve em 79 mil escolas e atingiu aproximadamente 18 milhões de alunos, com o envolvimento de 32 mil equipes da atenção básica distribuídas em 4.787 municípios. (<http://www.brasil.gov.br/saude/2017/04/programa-saude-na-escola-amplia-servicos-para-estudantes>)

Assim a possibilidade dos adolescentes que estudam receberem informações em saúde é potencialmente significativa. Segundo boletim informativo da Pesquisa Nacional de Saúde do Estudante- Pense, com uma amostra de mais de 102 mil estudantes que cursam o 9º ano (antiga 8ª série) do ensino fundamental em 3.040 escolas públicas e privadas da zona rural e urbana de todo o

Brasil, no período entre abril e setembro de 2015 revelou que :

A maioria dos alunos tinha entre 13 e 15 anos. O resultado reflete o comportamento de mais de dois milhões e meio de adolescentes que cursam o 9º ano... Nas unidades onde foram feitas as entrevistas, os indicadores demonstraram resultados positivos sobre a atuação do Programa Saúde na Escola: as atividades de promoção à saúde com o objetivo de estimular atividades físicas e a integração social realizadas pelo PSE estão mudando a realidade dos escolares brasileiros. A mostra afirma que 55,3% dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental recorreram a algum profissional ou unidade de saúde do país no ano passado. Entre os serviços de saúde mais procurados por eles: 45,1% afirmaram ter ido a uma Unidade Básica de Saúde (UBS). (PORTAL DO BRASIL)

O PSE ao abordar os temas de saúde na escola, empodera os adolescentes a buscarem os serviços de saúde e a iniciarem um processo de melhores escolhas por sua saúde e bem estar. Os dados da Pense/2015, nas escolas atendidas pelo PSE, foi notável a melhora na alimentação, com diminuição da ingestão de doces, também ocorreu diminuição da ingestão de álcool e uso de cigarros e outras drogas, além de melhora comportamental com...

Outra importante conquista foi a queda nos casos de bullying entre os estudantes entrevistados, o ambiente livre de bullying (caracterizado quando não há estudantes que praticam ou recebem bullying) foi de 48,8% entre os estudantes das escolas que aderiram ao Programa e de 45,6% naqueles das escolas que não aderiram. (PORTAL DO BRASIL)

Assim desde 2007, o PSE vem se mostrando uma estratégia eficaz na atenção integral em saúde da criança e adolescente no Brasil.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do acima exposto é possível concluir que saúde e educação começam a se interpermeiar com potencialidade para romper concepções e paradigmas tanto de um lado como do outro, e o PSE vem solidificando se como estratégia de âmbito nacional que pode ser usada para o alcance da integralidade no atendimento aos adolescentes no Brasil.

A consolidação dos princípios do SUS impulsionam um novo modelo de atenção em saúde, de modo a romper com as práticas da medicina curativa, especializada e hospitalar, que até então induzem a um excesso de procedimentos tecnológicos e medicamentosos, voltados para a fragmentação do indivíduo. Passar a considerar os sujeitos de forma integral, focar na família e no contexto social em que estão inseridos, é um desafio que pulsa aos trabalhadores da educação e da saúde.

A EPS é um dispositivo que permite práticas intersetoriais, interdisciplinares, integrais, universais e que fortalecem os alunos/usuários na construção de escolhas de hábitos de vida mais saudáveis e posicionamentos críticos e claros quanto aos determinantes de saúde: educação, saneamento, acessibilidade a serviços técnicos assistenciais, políticas públicas, enfim possibilidades de enfrentamento das discrepâncias sociais.

A parceria entre os dois setores mais abrangentes do Brasil, a educação e a saúde, desenha novos rumos às políticas tanto de um quanto de outro, na educação possibilita a emancipação cidadã, na saúde contribui para o novo modelo em saúde, ao facilitar a apropriação do território de abrangência dos serviços de saúde, e estimular o empoderamento social pela autonomia das pessoas da comunidade.

É inegável que o PSE tem potencial para se expandir ainda mais e alcançar mais resultados a favor da infância e adolescência. No entanto encontra limitações no próprio fazer saúde dos profissionais das UBS's, ainda pouco habituados a ações intersetoriais e fora do setting de assistência das UBS's, mas essa dificuldade também é dos profissionais das escolas, também pouco habituados ao trabalho intersetorial e a concatenar que a escola precisa ir além do previsto nos currículos educacionais.

Portanto faz se necessário a continuidade do estímulo a adesão dos municípios ao PSE e a educação permanente dos profissionais dos setores da saúde e educação para que as ações intersetoriais possam ser ainda mais efetivas, integrais e fortalecidas

## REFERÊNCIAS

ABROCESI-LERVOLINO S. **Escola promotora da saúde - um projeto de qualidade de vida.** [Dissertação]. São Paulo: Universidade de Saúde Pública; 2000. Mestrado.

ALMEIDA E. S, DE CASTRO C.G.J, LISBOA CA. **Distritos sanitários: concepção e organização.** [Acesso em: out. 2008]. São Paulo. Disponível em: [http://www.saude.sc.gov.br/gestores/sala\\_de\\_leitura/saude\\_e\\_cidadania/index.html](http://www.saude.sc.gov.br/gestores/sala_de_leitura/saude_e_cidadania/index.html).

BELLO J.L.P. **Educação no Brasil: a história das rupturas.** Pedagogia em foco. [Acesso em: jan. 2011] Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Escolas promotoras de saúde: experiências no Brasil.** 2006.

BRASIL. IBGE: Estatísticas sociais crianças e adolescentes. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9290-criancas-e-adolescentes.html?=&t=o-que-e>

CAMPOS G.W.S. **Reforma da reforma: repensando a saúde.** 3. ed. São Paulo, Hucitec, 2006.

DAVIES N. **O governo Lula e a educação: a deserção do Estado continua.** Educação & Sociedade, 88 (25), Campinas: CEDES, 2004.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2018.** Disponível em: [http://observatorio3setor.org.br/wp-content/uploads/2018/04/cenario\\_da\\_infancia\\_2018\\_internet.pdf](http://observatorio3setor.org.br/wp-content/uploads/2018/04/cenario_da_infancia_2018_internet.pdf)

GARBOIS J.A, VARGAS L.A, CUNHA F.T.S. **O direito à saúde na estratégia saúde da família: uma reflexão necessária.** In: \_\_\_\_\_. Physis: Revista de Saúde Coletiva; Rio de Janeiro, 2008, 18(1).

GOMES, J. P. **As escolas promotoras de saúde: uma via para promover a saúde e a educação para a saúde da comunidade escolar.** Educação. Porto Alegre, v. 32, n.1, p. 84-91, jan/ab. 2009.

Portal do Brasil. **Programa Saúde na Escola amplia serviços para estudantes**. Disponível em:  
<http://www.brasil.gov.br/saude/2017/04/programa-saude-na-escola-amplia-servicos-para-estudantes>

PINHEIRO R; MATTOS R.A (orgs). **Cuidado**: as fronteiras da integralidade. 3. ed. Rio de Janeiro: IMS/UERJ - CEPESC - ABRASCO, 2004.

ROCHA D.G; MARCELO V.C, PEREIRA I.M.T.B. **Escola Promotora da Saúde**: uma construção interdisciplinar e intersetorial. Rev. brasileira Crescimento e Desenvolvimento humano; 2002, jan.-jul.;12.

SILVA A.M.R, OLIVEIRA MSM, NUNES EFPA, Torres ZF. **A unidade básica de saúde e seu território**. In:\_\_\_\_. Bases de Saúde Coletiva. Andrade SM, Soares DA, Cordoni L, Jr (orgs). Londrina-PR: UEL, 2001.

UNICEF-BRASIL. **Infância e adolescência no Brasil**. Disponível em:  
<https://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>

VASCONCELOS CM, PASCHE DF. **O sistema único de saúde**. In: Campos GWS, Minayo, MCS, Akerman M, Drumond M, Jr, Carvalho YM (orgs). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 531- 61.

**AUMENTO DA QUALIDADE DE VIDA DE UMA PACIENTE PÓS CORREÇÃO CIRÚRGICA E INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NO PÉ CAVO DECORRENTE DA DOENÇA DE CHARCOT-MARIE-TOOTH: ESTUDO DE CASO**

*INCREASE IN THE QUALITY OF LIFE OF A PATIENT AFTER SURGICAL CORRECTION AND PHYSIOTHERAPEUTIC INTERVENTION ON THE FOOT OF CHARCOT-MARIE-TOOTH DISEASE: CASE STUDY*

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas  
1.3 Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

BATISTA, Larissa Cristina  
Universidade de Franca-UNIFRAN  
Graduanda em Fisioterapia  
**E-mail:** [larissa15batista@hotmail.com](mailto:larissa15batista@hotmail.com)

SILVA, Laurenny Araújo  
Universidade de Franca-UNIFRAN  
Graduanda em Fisioterapia  
**E-mail:** [laurennyaraujo@gmail.com](mailto:laurennyaraujo@gmail.com)

SILVA, Laís Caroline  
Universidade de Franca-UNIFRAN  
Graduanda em Fisioterapia  
**E-mail:** [laiz.carol@hotmail.com](mailto:laiz.carol@hotmail.com)

SOUZA, Flávia Aparecida  
Universidade de Franca-UNIFRAN  
Graduanda em Fisioterapia  
**E-mail:** [flaviasouzafisiounifran@gmail.com](mailto:flaviasouzafisiounifran@gmail.com)

BULGO, Danilo Cândido  
Universidade de Franca - UNIFRAN  
Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Possui graduação em Fisioterapia, Letras bacharelado: Tradutor e Intérprete, licenciatura em letras com habilitação em Língua Inglesa, Portuguesa e suas respectivas literaturas e licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Franca.  
Pós-graduado em Saúde coletiva com ênfase no gerenciamento de serviços, Psicopedagogia, Educação especial com ênfase em deficiência intelectual, física e psicomotora, Tutoria e ambientes virtuais em educação a distância, Gestão Escolar e Gestão Empresarial. Docente do setor de Educação a Distância da Universidade de Franca.  
**E-mail:** [danielbulgo@gmail.com](mailto:danielbulgo@gmail.com)

BORGES, Ana Paula Oliveira  
Doutora em Ciências Médicas pelo departamento de Neurologia da Universidade de São Paulo (USP/Ribeirão Preto). Mestre em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca (UNIFRAN) Graduação em Fisioterapia, especialização em Fisioterapia Neurológica, residência em Fisioterapia Neurológica. É professora da UNIFRAN. Tem experiência na área de Fisioterapia, com ênfase em Neurologia, atuando principalmente nos seguintes temas: neuroanatomia e neurociências, avaliação neurológica funcional e reabilitação neurofuncional.  
**E-mail:** [ana.oliveira@unifran.edu.br](mailto:ana.oliveira@unifran.edu.br)



## Resumo

**Introdução:** Charcot-Marie-Tooth (CMT) é uma doença neurológica caracterizada por fraqueza muscular, entorses, calosidades e fraturas, tendo agravamento das deformidades com o avanço da doença. Assim, cirurgias e tratamento fisioterapêutico são indicados precocemente para aumentar a qualidade de vida dos pacientes. **Objetivo:** Avaliar a distribuição de peso e evolução do controle postural durante a intervenção fisioterapêutica pós procedimento cirúrgico de uma voluntária com CMT. **Métodos:** Após aprovação do comitê de ética (protocolo CAAE 83164918.2.0000.5495), voluntária, 21 anos, com queixas de quedas, escoliose lombar, astenia generalizada, pés cavos varos bilaterais, com históricos cirúrgicos de fasciotomia plantar, osteotomia de elevação do primeiro metatarso, Dwyer bilateral, artrodese tríplice do pé esquerdo, tenotomia dos flexores do 2° ao 5° dedos do pé, correção de dedos em garra, sendo encaminhada para a fisioterapia. Foi realizada avaliação inicial e após 4 meses de intervenção fisioterapêutica. Foram utilizadas a fotopodoscopia para avaliação da impressão plantar e estabilometria para equilíbrio postural. **Resultados:** Houve diferença significativa comparada a avaliação inicial e final em todos os instrumentos avaliativos. A fotopodoscopia, segundo os parâmetros de Oliveira e Otowicz, evidenciou uma modificação da pressão exercida sobre o antepé, distribuindo melhor o peso corporal sobre o pé e diminuição do arco plantar bilateral. Obteve-se melhora de 32% no desempenho da marcha e menor escore de todas as variáveis estabilométricas analisadas. **Conclusão:** Neste estudo, os processos cirúrgicos aliada a fisioterapia, mostrou impacto positivo na descarga de peso nos pés, melhor controle postural e desempenho da marcha aumentando significativamente a qualidade de vida da voluntária.

**Palavras-chave:** Neuropatia Hereditária Motora e Sensorial, Doença de Charcot-Marie-Tooth, Fisioterapia.

## Abstract

**Introduction:** Charcot-Marie-Tooth (CMT) is a neurological disease characterized by muscle weakness, triggers, callosities and fractures, with worsening of deformities as the disease progresses. Thus, surgeries and physiotherapeutic treatments are early in order to increase patients' quality of life. **Objective:** To evaluate the weight distribution and evolution of postural control during a physiotherapeutic intervention in the surgical process of a volunteer with CMT. **Methods:** Diagnosis of compliance with ethics (protocol CAAE 83164918.2.0000.5495), voluntary, 21 years, with complaints of questions, bilateral dislocation of comics, lumbar scoliosis, generalized asthenia, bare feet, bilateral, with surgical history Fasciotomy first metatarsal osteotomy, bilateral Dwyer (2007), triple left leg arthrodesis, flexor tendon from 2nd to 5th day, claw toe correction in 2017, being referred for physiotherapy. An initial evaluation and 4 months of physiotherapeutic intervention were performed. They were used for photopodocopy for plantar evaluation and stabilization for postural balance. **Results:** the analysis of the output was compared with the initial and final evaluation in all instruments evaluated. Photopodocopy, according to the parameters of Oliveira and Otowicz, shows a change in the pressure exerted on the bulkhead, distributing better body weight on the growth rate of the bilateral plantar arch. There was a 32% improvement in gait performance and lower score of all the stabilized variables analyzed. **Conclusion:** In this study, varus foot surgery, combined with physical therapy, had a positive impact on weight, improved postural control and gait performance for the volunteer's quality of life.

**Keywords:** Hereditary Motor and Sensory Neuropathy, Charcot-Marie-Tooth Disease, Physiotherapy.

## 1 INTRODUÇÃO

No ano de 1886 Charcot, Marie e Tooth observaram famílias que apresentavam uma condição de atrofia muscular progressiva que iniciava pelos pés e pernas, e progressivamente afetava mãos e braços. A partir de então, passou a ser conhecida como doença de Charcot MarieTooth (DCMT). A DCMT pode ser definida como uma neuropatia hereditária sensitivo-motora causada por alterações gênicas, onde ocorre um progressivo comprometimento mielínico (DCMT-tipo I) e/ou axonal (DCMT-tipo II). O gene anormal encontra-se no cromossomo 17 e então ocorre o distúrbio na duplicação de parte deste. São encontrados nas famílias estudadas, três modos de transmissão. Sendo eles: (1) autossômico dominante, onde a progressão é moderada e manifesta-se em torno da terceira década de vida; (2) recessivo ligado ao cromossomo X, que manifesta-se na segunda década de vida, possui uma progressão mais grave e as deformidades tornam-se mais evidentes na terceira década de vida; (3) autossômico recessivo, cujo manifesta-se na segunda metade da primeira década tendo pior progressão, com deformidades graves e incapacidades ficando mais evidente na segunda década de vida. A prevalência da doença é em torno de 1 a cada 2500 pessoas, apresentando comprometimentos que podem variar de moderado a grave, podendo ser transmitida para ambos os sexos, porém em média, geralmente os homens são mais acometidos, numa proporção de 3-5:11 (MANN; MISSIRIAN, 1988)

Essa patologia apresenta a sintomatologia de fraqueza da musculatura distal em membros superiores e inferiores, principalmente dos músculos intrínsecos do pé, atrofia e alteração de sensibilidade progressiva dando origem à hipotrofia e posteriormente a deformidades como o pé cavo e dedos em garra, de padrão simétrico e distal. Há acometimento do sistema nervoso central, com redução dos parâmetros de velocidade de condução nervosa e presença de neuropatia desmielinizante hipertrófica (GONDIM ET AL, 2014). Os distúrbios sensitivos podem estar presentes e são marcados por hipoestesias térmico dolorosa, abolição ou hipoatividade de reflexos tendíneo, por episódios de câimbras e déficits no equilíbrio (SZIGETI et. al 2004).

A DMCT manifesta com o aparecimento do pé cavovaro, deformidade em que ocorre uma acentuação física do arco plantar, e inversão do retropé, antepé ou a associação de ambos. As deformidades associadas como varismo e garras de dos artelhos, precisam ser bem avaliadas, o grau das alterações, acometimento da força muscular, flexibilidade e idade são fatores importantes para a decisão da conduta terapêutica (MARANHO E VOLPON, 2009).

O predomínio da fraqueza muscular distal pode determinar disfunções motoras na deambulação, destacando-se a fraqueza da musculatura dorsiflexora do tornozelo devido ao encurtamento dos músculos flexores plantares e desenvolvimento de deformidades nos pés intimamente relacionado ao desequilíbrio da força da musculatura inversora e eversora dos pés e sobrecarga dos músculos flexores plantares (SILVA et. al 2014).

Os pacientes portadores da DCMT apresentam sintomas da doença precocemente e têm sobrevida longa o que determina alterações biomecânicas que afetam a qualidade de vida dos mesmos, sendo assim o estudo de possíveis tratamentos para estes pacientes são de grande importância<sup>8</sup>. O tratamento desta patologia é direcionado a fisioterapia, que visa uma abordagem na reabilitação da incapacidade, de modo a maximizar a função e manutenção de uma adequada qualidade de vida destes pacientes, na tentativa de prevenir a incapacidade total. Cuidados adequados com os pés, inclusive sapatos especiais, e braceadeiras para pernas podem minimizar o desconforto e melhorar o desempenho (MENEGETTI et. al 2012).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o conceito de qualidade de vida envolve a auto percepção do indivíduo, no qual deve ser visto na sua totalidade e suas múltiplas dimensões positivas, negativas e bidirecionais, ou seja nas esferas biopsicossocial e espiritual (DIAS; DIAS, 2009).

Assim, pensando na qualidade de vida e emponderamento destes pacientes surge a relação com a promoção da Saúde no qual refere-se ao envolvimento entre os diversos setores sociais, os quais devem realizar parcerias na tentativa de buscar soluções para os problemas de saúde da comunidade. Porém, isto só se torna possível a partir de uma combinação de estratégias que incluem as ações do Estado, da comunidade, dos indivíduos e dos sistemas de saúde (BUSS, 2003).

A fisioterapia pode minimizar ou adiar as necessidades das pessoas acometidas por DCMT. Para considerar o momento em que a fisioterapia será mais benéfica é necessário olhar para o paciente e analisar seu funcionamento atual e o prognóstico para a aquisição de novas habilidades funcionais. Acredita-se que embora a reabilitação não elimine o dano neurológico, dos pacientes com

a DCMT, ela pode atuar no tratamento de sintomas específicos favorecendo a funcionalidade. O tratamento fisioterapêutico tem por finalidade avaliar e prescrever exercícios para a manutenção da amplitude de movimento, para otimizar a função muscular ainda existente e para prevenir as complicações decorrentes do desuso e da lesão, para a manutenção do tônus muscular, e prevenção de possíveis quadros álgicos e edemas.

Se tratando da DCMT são indicados exercícios de moderada para baixa resistência, mobilização passiva das articulações, técnicas neuromusculares proprioceptivas de facilitação e de relaxamento muscular, exercícios de equilíbrio postural e dinâmico, alongamentos e massagem, onde a prescrição é feita de acordo com o quadro apresentado pelo paciente determinando intensidade, duração e repetições apropriadas para cada situação, buscando evitar quadros de fadiga e dor (ALBIERO et. al 2010).

Assim, a intervenção fisioterapêutica é fundamental para manutenção ou melhora do quadro, somado aos procedimentos cirúrgicos necessários ao longo da evolução da doença. Dessa forma, o objetivo deste estudo foi avaliar a distribuição de peso corporal e a evolução do controle postural durante a intervenção fisioterapêutica após procedimento cirúrgico de uma voluntária com DCMT.

## 2 Métodos

Após aprovação do comitê de ética (protocolo CAAE 83164918.2.0000.5495), voluntária, 21 anos, com diagnóstico de DCMT tipo III, com queixas de quedas frequentes, apresentando luxação bilateral de quadris, escoliose lombar, fraqueza muscular generalizada e pés cavos varos adutos bilaterais, com cirurgias antigas de fasciotomia plantar, osteotomia de elevação do primeiro metatarso e Dwyer bilateral (2007) e artrodese tríplice do pé esquerdo e tenotomia dos flexores do 2° ao 5° dedos do pé (2015), realizou procedimento cirúrgico de osteotomia de Dwyer e correção de dedos em garra em 2017, sendo encaminhada para a fisioterapia.

Foi realizada avaliação inicial e após 4 meses de intervenção fisioterapêutica. Foram realizadas 2 sessões semanais de 50 minutos cada, totalizando 32 sessões. A intervenção constou de alongamento musculares, treino evolutivo proprioceptivo bipodal e unipodal e treinamento funcional.

Foi utilizada inicialmente a fotopodoscopia para avaliação da impressão plantar (HS technology). Define-se então fotopodoscopia como a captura fotográfica de impressões plantares expostas em um podoscópio. Para a realização da fotopodoscopia (impressão plantar), após a limpeza dos pés com álcool, a participante foi posicionada sobre o podoscópio, com os pés descalços, apoio bipodal e postura ortostática. A imagem da impressão plantar refletida no espelho do podoscópio foi capturada por meio da câmera fotográfica digital, sendo posicionada entre os pés, paralelamente ao podoscópio. A altura da máquina foi definida de forma a permitir enquadrar a imagem refletida no espelho do podoscópio no visor da câmara, sem a utilização de nenhum tipo de aproximação (zoom). Com a imagem pode-se notar como se distribui o peso corporal, se há ou não áreas de hiperpressão, que aparecem como pontos mais claros na imagem plantar dos pés, diferenciando os pés planos dos pés cavos (RIBEIRO et. al 2006). Este registro plantar foi realizado antes e após intervenção fisioterapêutica.

O controle postural foi examinado utilizando uma plataforma de força BIOMECH 400 v1.1 (EMG System do Brasil®). A participante foi instruída a realizar a tarefa de apoio bipodal, permanecendo o mais estático possível, sobre o centro da plataforma de força<sup>18</sup>. Os dados provenientes da plataforma de força foram analisados por meio de *software* específico da EMG System do Brasil®, o qual processa os dados referentes às forças exercidas sobre a plataforma na direção vertical e, a partir destes dados, são calculadas as seguintes variáveis: amplitude média de oscilação e velocidade média do deslocamento do Centro de Pressão (CP), para as direções anteroposterior (AP) e médio-lateral (ML)

(BARELA; DUARTE, 2011).

Para comparação das avaliações foi realizada análise descritiva dos valores absolutos.

## 3 Resultados

A cirurgia corretiva dos pés mostrou ter um impacto positivo na distribuição de peso e controle postural da participante DCMT. Houve diferença significativa ao comparar a avaliação inicial e final em todos os instrumentos de avaliação após os 4 meses de intervenção após procedimento cirúrgico.

A fotopodoscopia, de acordo com os parâmetros apresentados por Oliveira e Otowicz, evidenciou uma modificação da pressão exercida sobre o ante pé, distribuindo melhor o peso corporal sobre o pé e diminuição do arco plantar bilateral.

As variáveis avaliadas a partir dos sinais da plataforma de força para quantificar a estabilidade postural foram o deslocamento do centro de pressão (COP) em cm<sup>2</sup>, a velocidade média da oscilação do COP em cm/s, a frequência média da oscilação do COP em Hz, nas direções anteroposterior (AP) e médio-lateral (ML). Podem-se observar na tabela 1 os valores encontrados nas avaliações.

**Tabela 1:** Valores da análise estabilográfica dos parâmetros da plataforma de força da voluntária avaliada durante a avaliação inicial e final.

Posicionamento	Avaliação inicial	Avaliação final
Posição média AP [cm]	25,81	21,04
Posição média ML [cm]	22,78	19,07
Deslocamento total [cm]	14,5	9,6
Amplitude AP [cm]	0,91	0,67
Amplitude ML [cm]	0,78	0,59
Área [cm <sup>2</sup> ]	0,71	0,43

#### 4 Discussão

Pacientes com DCMT apresentam clinicamente uma evolução lenta e progressiva associada à fraqueza muscular distal crural, principalmente dos músculos intrínsecos do pé, originando pé cavo e dedos em garra, além de déficit muscular da região fibular, provocando o derreamento do pé e a marcha „escarvante“. As alterações sensoriais podem estar presentes e, quando ocorrem, geralmente são apontadas por: câimbras, parestesias, disestesias, hipoestesia superficial e profunda distal, além de arreflexia ou hiporreflexia tendínea (Pereira et al. 2012).

Na DCMT, nos membros superiores, a musculatura intrínseca da mão é a primeira a sofrer hipotrofia, de forma simétrica, seguida pela musculatura do antebraço. A doença tende a poupar relativamente os músculos do ombro, tronco e face. No entanto, há enfraquecimento relativo dos músculos do compartimento lateral e anterior dos membros inferiores, mas o acometimento preferencial é dos músculos fibular curto e tibial anterior, em virtude da desnervação seletiva que ocorrem neles. Com a progressão, a doença afeta também os compartimentos posteriores, causando hipotrofia de toda a musculatura da perna e pés (“perna de cegonha”). As alterações sensitivas acontecem mais tardiamente na doença, são frequentes e afetam as sensibilidades proprioceptiva, vibratória, dolorosa, tátil e térmica (LEITE et. at 2010).

Neste estudo, a cirurgia corretiva de membros inferiores mostrou ter um impacto positivo na distribuição de peso corporal sobre os pés e no melhor controle do equilíbrio postural da participante envolvida, principalmente através da melhora do desempenho motor nos membros inferiores.

A tendência atual no tratamento do pé cavovaro na DCMT é a intervenção precoce no pé e tornozelo com o objetivo atenuar o desequilíbrio muscular para diminuir a perda de função e a morbidade em longo prazo. A cirurgia somada aos procedimentos fisioterapêuticos tende a oferecer

melhor qualidade dos movimentos dos pés, além de permitir melhora da postura e da marcha, por melhorar a biomecânica do pé e do controle corporal sobre eles. Nesses procedimentos, as transferências musculares são usadas no sentido de minimizar o desequilíbrio, estruturas retraídas são seccionadas ou alongadas e osteotomias localizadas devem ser preferíveis às artrodeses, que são reservadas para pés rígidos e muito deformados de pacientes adultos (PINHEIRO, 2014).

Na maioria dos casos, os indivíduos com DCMT desenvolvem compensações em detrimento da perda de equilíbrio e hipotrofia muscular, tais como: marcha sobre as pontas dos pés, aumento do risco de quedas e diminuição da velocidade de execução dos atos motores (ALBIERO ET. AL 2010).

A Fisioterapia contribui nas disfunções sensório-motoras apresentadas por esses indivíduos, proporcionando benefícios através da estimulação do sistema neuromuscular e permitindo a manutenção da integridade e favorecendo a recuperação motora, funcional e neuropsicológica (SILVA et. al, 2014).

Este estudo evidenciou os benefícios da fisioterapia e a evolução da participante após o procedimento cirúrgico de correção da biomecânica dos pés comprometidos. Os ganhos alcançados propiciaram melhor distribuição de peso corporal e melhor controle postural e tendem a gerar grande impacto na melhora da qualidade de vida e do equilíbrio desses indivíduos acometidos, gerando menos quedas e maior segurança durante a marcha.

## 5 Considerações finais

Este estudo evidenciou que a cirurgia corretiva de membros inferiores gerou melhor condição para melhor distribuição de peso corporal e melhor equilíbrio postural na participante com DCMT e que a fisioterapia proporcionou aumento na qualidade de vida da paciente voluntária, autonomia e bem estar. É necessário que novos trabalhos sejam realizados envolvendo maior número de indivíduos acometidos, maior tempo de seguimento que possa proporcionar maior verificação dos benefícios trazidos pela intervenção fisioterapêutica associada à correção ortopédica.

## Referências

Albiero JF, Moraes JR, Bendlin SC, Dellangelo T, Ferreira Netto CG, Mendez FDR, et al. Doença De Charcot-Marie-Tooth: Relato de Caso e Revisão Literária de Tratamento Fisioterapêutico. XIII Congresso Estadual das APAEs; 2010 março 28-30; Blumenau, SC.

Barela AMF, Duarte M. Utilização da plataforma de força para aquisição de dados cinéticos. Brazilian Journal of motor Behavior. 2011; 6(1): 56-61.

Buss PM. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: Czeresnia D, Freitas CM, organizadores. Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2003. 176 p. p. 18-37.

Costacurta MLG, Sousa PPC, Zuccon A, Filho MCM, Rocco FM, Gaspar AP. Impacto da correção cirúrgica dos membros inferiores na qualidade de vida de pacientes com a doença de Charcot-Marie-Tooth. Acta Fisiatra. 2011; 18(1): 1-5.

Dias RC, Dias JMD. Avaliação da Qualidade de Vida relacionada à saúde em idosos com osteoartrite de joelhos. Rev Bras Fisioter 2002;6:105-11. 18.Vieira THF, Aires RD, Mendonça VA, Corrêa CL. Reabilitação física em um paciente com a Doença de Charcot-Marie-Tooth: Relato de caso. Rev Neurocienc 2009;17:287-92.

Gondim FAA, Oliveira ISC, Araújo DF, Thomas FP. Fenótipos Raros de Neuropatia Hereditária: Charcot-Marie-Tooth Tipo 4. Rev Neurocienc 2014;22(1):84-94.

Mann RA, Missirian J. Pathophysiology of Charcot-Marie-Tooth Disease. Clin Orthop 1988;234:221-8.  
Maranho DAC, Volpon JB. Pé cavo adquirido na doença de Charcot-Marie-Tooth. Ver Bras Ortop. 2009; 44 (6): 479-86.

Meneghetti CHZ, Meira MT, Poletti S, Batistela ACT, Ferracini Junior LCF. Influência da Hipoterapia no Equilíbrio Estático em Um Indivíduo com Doença de Charcot-Marie-Tooth. RevNeurocienc. 2012 abr; (3): 422-426.

Pereira RB, Orsini M, Ferreira AS, Silva JG, Corrêa CL, Freitas MRG, Coelho VM, Goulart MC, Kagohara N, Souza GGL, Menezes SL. Efeitos do uso de Órteses na Doença de Charcot-Marie-Tooth: Atualização da Literatura. Fisioter Pesq. 2012; 19(4): 388-393.

Pinheiro A. Pé de Charcot uma visão actual da neuroartropatia de charcot Rev Port Ortop Traum 2014. 22(1): 24-33.

Ribeiro AP, Trombini-Souza F, Lunes DH, Monte-Raso VV. Confiabilidade inter e intra-examinador da fotopodometria e intra-examinador da fotopodoscopia. Rev. bras. fisioter., São Carlos. 2006.10 (4): 435-439.

Silva TR, Testa A, Baptista CRJA, Junior WM, Sverzut ACM. Equilíbrio e potência muscular em crianças com doença de Charcot Marie Tooth. Braz. J. Phys. Ther. 2014. 18 (4): 18 (4): 334-342.

Szigeti K, Garcia CA, Lupski JR. Charcot-Marie-Tooth disease and related hereditary polyneuropathies: Molecular diagnostics determine aspects of medical management. Genetics in Medicine. 2006;8 (2):86-92.

**AVALIAÇÃO DO GRAU DE INOVAÇÃO: Um estudo das Micro e Pequenas empresas atendidas pelo Programa Agente Local da Inovação Franca/Barretos**

*EVALUATION OF THE INNOVATION LEVEL OF MICRO AND SMALL ENTERPRISES ACCOMPLISHED BY THE PROGRAM LOCAL AGENT OF INNOVATION FRANCA/BARRETOS*

Área temática: Desenvolvimento e Integração Regional Gestão Organizacional e Empreendedorismo

CARVALHO, C Nádia  
Faculdade Barretos  
Mestre em Administração  
[nadiaccarvalho@gmail.com](mailto:nadiaccarvalho@gmail.com)

SATURI, M Evandro  
Faculdade Barretos  
Mestre em Administração  
[emsaturi@gmail.com](mailto:emsaturi@gmail.com)

ROCHA, R. Mariana  
Sebrae ALI / CNPQ  
Graduada em Engenharia de Produção  
[marianar.rocha@hotmail.com](mailto:marianar.rocha@hotmail.com)

NOGUEIRA, C Lucas  
Sebrae ALI / CNPQ  
Engenheiro Mecânico  
[lucascarnio@live.com](mailto:lucascarnio@live.com)

### Resumo

Tendo em vista que a longevidade do empreendimento está condicionada à implantação de práticas inovadoras, a avaliação da inovação impõe-se como uma atividade essencial para a legitimação do processo inovador. Assim, a pesquisa quantitativa e transversal tem como objetivo averiguar o grau de inovação das empresas atendidas pelo Programa Agente Local de Inovação nas cidades de Franca e Barretos a partir da aplicação do questionário Radar da Inovação em quatro ciclos do programa, ciclo 0, 1, 2 e 3. Quando iniciaram o programa em 2016, as empresas da amostra foram avaliadas com o grau de inovação ER Barretos R0: 2,4 e ER Franca R0: 2,2, contudo após avaliação dos dados consolidados, R0, R1, R2 e R3, nota-se que as empresas da amostra aumentaram o grau de inovação quando finalizaram o programa, sendo ER Barretos R3: 3,67 e ER Franca R3: 3,19, o que corrobora, com as evidências da relevância do monitoramento do Programa ALI no desenvolvimento e aporte ao empreendedor. Nessa perspectiva, as empresas que no início de 2016 foram consideradas pouco inovadoras, com inovação incipiente, ao final do programa, em 2017, podem ser consideradas empresas inovadoras incrementais, de tipologia três, que constituem inovação comum, em curto prazo, com recursos pequenos e razoáveis influenciados por fatores econômicos. Considerando a análise por dimensão, tanto o ER Barretos, quanto o ER Franca destacaram-se nas dimensões marca e oferta, e obtiveram menor desempenho nas dimensões plataforma, agregação de valor e cadeia produtiva, provavelmente devido ao custo operacional das ações.

**Palavras-chave:** Avaliação do grau de inovação, Programa Agente Local de Inovação, Radar da Inovação.

### Abstract

The longevity of the enterprise is conditional on the implementation of innovative practices, the evaluation of innovation is an essential activity for the legitimation of the innovative process. Thus, the quantitative and cross-sectional research aims to ascertain the degree of innovation of the companies served by the Local Agent of Innovation Program in the cities of Franca and Barretos from the application of the Innovation Radar questionnaire in four cycles of the program, cycle 0, 1, 2 and 3. When they started the program in 2016, the sample companies were evaluated with ER Barretos

innovation grade R0: 2,4 and ER Franca R0: 2,2, but after evaluation of the consolidated data, R0, R1, R2 and R3, grade It was found that the companies in the sample increased their degree of innovation when they finished the program, with ER Barretos R3: 3,67 and ER Franca R3: 3,19, which corroborates, with evidence of the relevance of the monitoring of the ALI Program in the development and contribution to the entrepreneur. In this perspective companies that were not started in 2016 were introduced, with incipient innovation, at the end of the program in 2017, can be as innovative, typological three innovative companies that are common in the short term with small resources and actions influenced by economic factors. Analysis by analysis of both ER Barretos and Franca arose on the dimensions of brand and supply, on the offer of lower cash flow, on the aggregation of value and on production capacity, on the results of internal operations.

**Keywords:** Evaluation of the degree of innovation; Local Innovation Agent Program; Radar of Innovation.

## 1. INTRODUÇÃO

Numa abordagem influenciada pelos predicativos de resultados que evoluem com o tempo, a avaliação da inovação impõe-se como uma atividade essencial para a legitimação do processo inovador. Neste caso aos aparatos que pretendem modificar o conteúdo das ações e impactos ligados ao radar da inovação, que visualiza perfis de inovação associados com os negócios de sucesso e os fatores contextuais (BACHMANN; DESTEFANI, 2008). A avaliação dos resultados deve considerar não somente os impactos na sociedade, mas também a troca de experiência, fornecimento de subsídios, avaliação dos produtos indiretos.

Para Costa e Castanhar (2003), os fatores contextuais referem-se a aspectos que estão fora de controle da equipe de planejamento e gestão do projeto, por outro lado podem exercer impactos positivos e negativos sobre os resultados, da mesma forma identificam resultados intermediários. Consideram ainda que a seleção dos indicadores dependerá dos objetivos e principalmente do tipo de inovação efetivamente implantado. Sawhney, Wolcott e Arroniz (2007) determinam que o radar da inovação visualize perfis de inovação associados com os negócios e os fatores contextuais e avalie o grau de maturidade inovadora das organizações de pequeno porte. Os mesmos autores afirmam que as empresas com visão restrita da inovação podem perder oportunidades.

O Radar da Inovação originalmente proposto por Sawhney, Wolcott e Arroniz (2007), e adaptado para o contexto das MPes por Bachmann (2008), aponta em quais dimensões as empresas têm inovado, ao mesmo tempo em que sinaliza quais dimensões ainda são exploradas. De acordo com Prado e Mañas (2009, p. 4), a aplicação do radar da inovação possibilita que seja elaborada uma abordagem estratégica voltada à inovação: “o radar pode ajudar a organização a determinar como sua atual estratégia de inovação neutraliza os movimentos estratégicos dos competidores [...] a organização pode então identificar oportunidades e priorizar em quais dimensões focar seu esforço”.

Nesse contexto, a avaliação do grau de inovação, ou seja, a medição do radar é desenvolvida em uma escala reduzida classificando as empresas como pouco inovadora, inovadora ocasionais, ou inovadora sistêmicas, a soma do grau de maturidade resulta na métrica da avaliação, ou grau de inovação (BACHMANN; DESTEFANI, 2008).

Nessa perspectiva a definição dos propósitos do programa condiciona os objetivos da avaliação, que por sua vez determina o critério de sucesso; estes condicionantes diminuem o grau de liberdade dos agentes nas opções intelectuais e metodológicas. É possível distinguir dois enfoques durante o programa, a avaliação do processo e avaliação de impactos ou resultados, deste modo, a avaliação do grau de inovação, faz-se a importante, pois visa à aferição da eficácia do programa, ou seja, as diretrizes e percepções, se o processo atingiu as metas desejadas.

Tendo em vista a relevância do papel socioeconômico das MPes, que além de serem agentes importantes na geração de novos empregos e oportunidades, auxiliam nos processos de desenvolvimento das grandes empresas (VERWALL, et. al., 2010), atuam diretamente no crescimento econômico nacional e na distribuição de renda e são responsáveis por mais da metade dos empregos formais, a soberania e a longevidade do empreendimento estão condicionadas à implantação de práticas inovadoras (PRADOS; MAÑAS, 2009), um dos responsáveis apontados para a alta taxa de mortalidade é a falta de preparo técnico e gerencial dos empresários (SEBRAE, 2014).

Nessa perspectiva, criam novos conhecimentos configurados por valores únicos, oportunidades essenciais, sustentadas através de mecanismos de processos organizacionais e marketing que irão criar valor manipulando recursos. Elas são abstratas e para tornar-se efetiva, devem ser equalizadas com as melhores práticas entre as firmas.



Este artigo justifica-se, pela importância de avaliar o grau de inovação, pois existem evidências de que o desempenho em gestão seja maior do que o desempenho em gestão da inovação, ou seja, relacionam-se à urgência nas questões administrativas, para depois de fato implementar ações de gestão da inovação.

No aspecto metodológico, este trabalho buscou abordar as dimensões da inovação nas MPE de diversos setores econômicos, participantes do Programa Agente local da Inovação (ALI), que atuam no Estado de São Paulo, nas cidades de Franca e Barretos. Tratar-se-á de uma pesquisa quantitativa, descritiva e transversal com levantamento exploratório através da metodologia do Radar da Inovação desenvolvida pelo SEBRAE em parceria com Bachmann & Associados.

O trabalho encontra-se estruturado em cinco seções que podem ser sumarizadas da seguinte forma: a primeira seção traz a parte introdutória; a segunda traz o referencial teórico-empírico; a terceira trata dos procedimentos metodológicos; a quarta a apresentação e análise dos dados; e a quinta as considerações finais.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta seção do artigo, apresentam-se aspectos teóricos sobre os conceitos de Avaliação do Grau de Inovação, bem como a avaliação do processo de inovação.

### **2.1 AVALIAÇÃO DO GRAU DE INOVAÇÃO**

Inovar, segundo Schumpeter (1961), diz respeito ao processo de criação do novo e destruição do que está se tornando obsoleto, tendo como característica crucial a capacidade de proporcionar crescimento econômico e diferencial competitivo. No mesmo sentido, Christensen (1997) define que inovação é a mudança nas tecnologias para transformar mão-de-obra, capital, materiais e informação em produtos e serviços de grande valor agregado. Os conceitos de inovação são variados, mas todos convergem para o entendimento de que inovar é ampliar a competitividade de uma empresa, sem que necessariamente sejam efetuados grandes investimentos financeiros. Especificamente, o conceito de inovação mais utilizado no ramo empresarial é o definido pelo Manual de Oslo (OCDE, 2005), no qual se entende que inovar é implementar um produto, bem ou serviço, seja novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional.

Dessa forma, nota-se que o conceito de inovação é bastante amplo, de forma que a busca por inovar encontra diversas possibilidades, desde o caminho mais complexo de uma inovação tecnológica, com a ruptura de técnicas e processos antigos, como também o fortalecimento da propriedade intelectual da empresa, através de criação de marcas próprias, devidamente protegidas, assim como desenhos industriais e patentes existentes, e adoção de novos métodos de marketing que consolidem empresas menos conhecidas no mercado, bem como inovação incremental que tem o papel de manter a empresa dentro de um mercado, ou inseri-la em algo novo para garantir a perpetuidade da organização (SAWHNEY; WOLCOTT; ARRONIZ, 2007).

A avaliação pública surgiu no século XX, para averiguar a eficiência dos financiamentos, no entanto a mensuração de desempenho inovador se deu nos EUA na década de 30, no qual se desenvolveu as primeiras estatísticas de inovação. No entanto a efetivação as medidas de avaliação da inovação aconteceu somente anos mais tarde com as práticas às atividades de ciência e tecnologia elaboradas pela organização para cooperação e desenvolvimento econômico. Assim a preocupação volta-se para um levantamento da efetividade das políticas adotadas e para uma melhoria da eficiência geral dos sistemas nacionais de inovação (GODIN, 2002 *apud* ZAWISLAK, 2008).

No Brasil até meados dos anos 70, ela acontecia somente na área de saúde e educação, com a expansão do financiamento, foi necessária a reforma na fiscalização do Estado com investimento voltado ao resultado. A avaliação pode ser considerada uma forma de o governo prestar contas à sociedade do dinheiro investido (RODRIGUES et. al., 2010).

Entende-se a avaliação de programas, sejam eles públicos ou privados, como uma área pouco abordada por estudos acadêmicos no âmbito mundial: não existe um consenso sobre o entendimento desse objeto de estudo e tampouco se configure uma tradição de pesquisas que consolidem abordagens e metodologias específicas (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico - OCDE, 2011). No lugar de constituir-se apenas como um processo de inovação interno (avaliação pelos pares), a avaliação passou a considerar, crescentemente, a necessidade de ampliar a compreensão de processos com a gestão das atividades (GEORGIU; ROESSNER, 2000).

De acordo com Rodrigues et al., (2008), o acompanhamento deve ser voltado para observar e orientar as dificuldades no cronograma, dessa forma, fazer com que ele seja cumprido, assim evitar pedido de extensão de prazo e desligamento. A avaliação dos resultados deve considerar não somente os impactos na sociedade, mas também a troca de experiência, fornecimento de subsídios, avaliação dos produtos indiretos. Estes estudos consideram ainda que a seleção dos indicadores dependerá dos objetivos do programa e principalmente do tipo de transferência efetivamente implantado.

A inovação é de relevância no desempenho competitivo de uma organização e o Programa ALI, através de questionários e acompanhamentos, avalia e incentiva práticas inovadoras nas Micro e Pequenas Empresas de acordo com os resultados medidos durante a participação destas na metodologia – resultados estes definidos por Bachmann (2008) como “Grau de Inovação”.

### **2.1.3 A AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE INOVAÇÃO**

Para elaborar a pesquisa, tomou-se como conceitual o esforço de aumentar a competitividade, bem como o pressuposto de que a inovação é maior nas PMEs, acreditando ainda que elas tenham mais facilidade de inovar por possuírem agilidade nos processos administrativos e estrutura flexível (BAETA et. al., 2010). Entre outros fatores, a inovação acontece no limiar das especialidades, no sentido de se cuidar do ambiente como meio de se obterem resultados melhores e estimular a interação da equipe.

Entretanto, na visão de Petry e Nascimento (2009), a intenção e a inovação propriamente ditas vinculam-se ao poder da organização – diga-se econômico e plural. Assim, esses autores contradizem a afirmativa de Baeta et. al., (2010) categorizando as PMEs como tradicionais, e as grandes como inovadoras. Por outro lado, Assink (2006) afirma que as grandes empresas são burocratizadas e aprisionadas por modelos mentais, o que dificulta o processo inovador. Segundo Tidd, Bessat e Pavitt (2009), a inovação é um processo, não um evento isolado, é preciso ser gerenciada como tal, as influências sobre esse processo podem ser manipuladas para afetar o resultado, ou seja, a inovação pode ser gerenciada.

A avaliação do processo de inovação passa a receber atenção nas últimas décadas por meio de pesquisas empíricas e em 2008 uma medida geral de inovação foi proposta por Zawislak, que se configura no processo de inovação, mesmo quando não é identificado de forma sistemática, este autor narra alguns dos principais fatores de medidas do processo de inovação, sendo sumarizado como mudanças, processo de inovação, coordenação e temporalidade (ZAWISLAK, 2008).

Em um cenário econômico de intensa competição e mudanças constantes, atender as exigências do mercado cada vez maiores em termos de agilidade, qualidade, baixo custo, flexibilidade e satisfação do cliente faz-se necessário. O sucesso de uma organização está na sua condição de responder adequadamente a essas exigências.

Por fim, a avaliação do processo de inovação pode ser entendida como a introdução de um novo método organizacional, seja nas práticas de negócios, na organização, no local de trabalho ou nas relações externas. O amplo conceito de inovação e suas diferentes formas de aplicabilidade embasadas teoricamente e pelo cenário competitivo, no qual as empresas estão inseridas, enaltecem a importância de inovar.

## **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O estudo consiste na observação de documentos que mostram a importância de se prestar atenção no processo de gestão da inovação, verificando o contexto mercadológico atual e suas possibilidades. Figueiredo e Figueiredo (1986), afirmam que a avaliação de processo visa à aferição da eficácia do programa, ou seja, as diretrizes e percepções, se o processo atingiu as metas desejadas.

A metodologia aplicada neste artigo é classificada como pesquisa exploratória e quantitativa, (MASCARENHAS, 2012), e possui como ferramental os questionários Radar de Inovação, que avaliam o grau de inovação geral e por dimensão nos ciclos do programa. Isto é proporcionado através da participação das empresas no Programa Agente Local de Inovação em 2016 / 2017, assistidos pelos Escritórios Regionais do SEBRAE de Franca e Barretos, que dispõe de questionários aplicados através de pesquisa de campo com as organizações participantes do projeto.

Vale considerar que a amostra do estudo diminuiu, substancialmente, nos dois escritórios com a passagem dos ciclos, ou seja, no Ciclo Inicial (0), amostra deu-se com 935 empresas; no Ciclo Inicial (1), 618 empresas; no Ciclo Inicial (2), 179 empresas; no Ciclo Inicial (3), 48 empresas; no Ciclo Inicial (4), amostra –se deu-se com 4 empresas, somente em Barretos. Devido ao desligamento e ou

encerramento no programa da maioria das empresas, no Ciclo Inicial (4), optou-se por fazer análise da amostra somente entre Ciclo Inicial (0) e Ciclo Inicial (3). Deste modo, para o estudo o questionário do Radar da Inovação foi aplicado nas empresas durante o ano de 2016/2017, enquanto as instituições estavam no Ciclo Inicial (0), Ciclo (1) e Ciclo (2), Ciclo (3) do Programa ALI – aqui chamado de Radar 0 ou R0, R1, R2, R3.

**Tabela I: Amostragem ciclos 0, 1, 2, 3 e 4**

Ciclo	Barretos	Franca	Amostra
R0	242	693	935
R1	160	458	618
R2	103	177	179
R3	21	27	48
R4	4	0	0

Fonte: elaborado pela autora.

A ferramenta Radar da Inovação qualifica o desempenho inovador da instituição de acordo com 13 módulos, também chamados de dimensões, considerando práticas positivas que colaboram e se relacionam à inovação organizacional (BACHMANN; DESTEFANI, 2008). As dimensões são analisadas em três níveis de respostas e a pontuação máxima é de cinco pontos por dimensão (inovação presente), em que três pontos se relacionam à inovação incipiente e um ponto (mínimo) significa que a inovação não se faz presente.

Foram realizados acompanhamentos presenciais e remotos, assim como pesquisa bibliográfica, a partir da qual se buscou relacionar as dimensões que avançaram no radar transformando assim o grau de inovação da empresa.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da aplicação do questionário Radar da Inovação para Ciclo Inicial (0), com 935 empresas, no Ciclo Inicial (1) com 618 empresas, no Ciclo Inicial (2) com 179 empresas, no Ciclo Inicial (3) com 48 empresas, observou-se que houve uma diminuição considerável do número de empresas, o que pode ter sido ocasionado devido desligamento das empresas por não seguirem as normativas do programa, e ou fatores que não serão apresentados no momento, por não serem objetivo do estudo, contudo analisando esta informação, nota-se a importância da avaliação do processo inovador, pois mesmo a quantidade de empresas tendo diminuído o grau de inovação manteve-se nivelado nos dois escritórios, como é possível ver nas tabelas baixo (II e III).

**Tabela II: Grau de inovação por dimensão e média global – Escritório Regional de Franca**

FRANCA	R0	R1	R2	R3
<b>Global</b>	<b>2,2</b>	<b>2,4</b>	<b>2,7</b>	<b>3,19</b>
<b>Oferta</b>	2,94	3,16	3,55	4,37
<b>Plataforma</b>	1,64	1,78	2,03	2,78
<b>Marca</b>	3,18	3,39	3,76	4,07
<b>Clientes</b>	2,83	3,08	3,37	3,27
<b>Soluções</b>	2,18	2,48	2,88	3,56
<b>Relacionamento</b>	2,41	2,77	3,15	4,04
<b>Agregação de valor</b>	1,75	1,98	2,31	2,56
<b>Processos</b>	1,84	2,09	2,34	2,74
<b>Organização</b>	1,72	2,00	2,44	2,93

<b>Cadeia de fornecimento</b>	1,92	2,06	2,33	2,56
<b>Presença</b>	1,91	2,7	2,4	3,00
<b>Rede</b>	2,11	2,37	2,53	3,30
<b>Ambiência inovadora</b>	1,96	2,21	2,32	2,67

Fonte: elaborado pela autora.

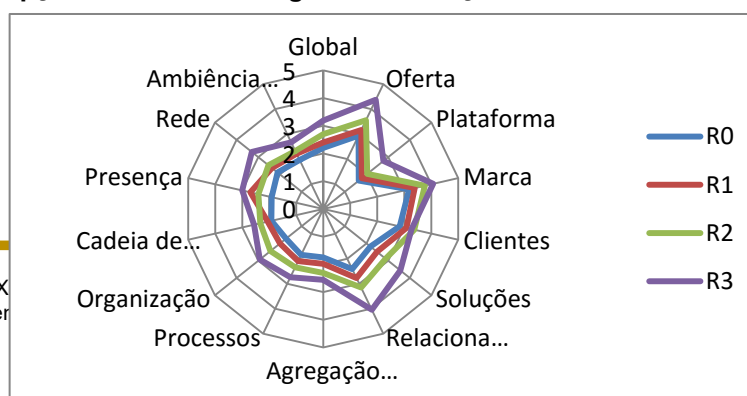
**Tabela III: Grau de inovação por dimensão e média global – Escritório Regional de Barretos**

BARRETOS	R0	R1	R2	R3
<b>Global</b>	<b>2,4</b>	<b>2,8</b>	<b>3,2</b>	<b>3,67</b>
<b>Oferta</b>	3,17	3,6	3,96	4,76
<b>Plataforma</b>	1,88	2,53	2,96	3,29
<b>Marca</b>	3,09	3,36	3,63	4,14
<b>Clientes</b>	2,79	3,07	3,49	4,11
<b>Soluções</b>	2,24	2,59	3	3,71
<b>Relacionamento</b>	2,59	3,24	3,91	4,48
<b>Agregação de valor</b>	2,1	2,34	2,75	2,86
<b>Processos</b>	2,00	2,42	2,83	3,25
<b>Organização</b>	2,07	2,48	2,86	3,25
<b>Cadeia de fornecimento</b>	2,4	2,61	3,06	3,95
<b>Presença</b>	1,99	2,45	2,98	3,48
<b>Rede</b>	2,26	3,13	3,8	3,86
<b>Ambiência inovadora</b>	2,22	2,72	3,12	3,7

Fonte: elaborado pela autora.

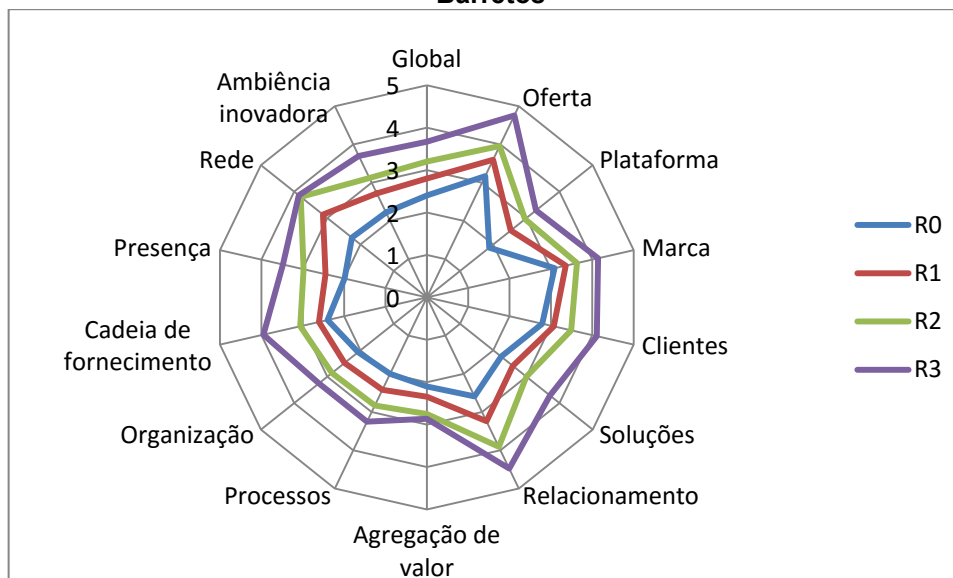
Quando iniciaram o programa em 2016, as empresas de Barretos e Franca a media do Grau de Inovação no R0: sendo ER Franca R0: 2,2 e ER Barretos R0: 2,4, o que denotava que as empresas da amostra teriam inovação incipiente. No Ciclo (1) após primeira avaliação do diagnóstico ER Barretos teve média R1: 2,8 e ER Franca R1: 2,4, sendo media geral praticamente a mesma, ou seja, continuaram a serem consideradas empresas pouco inovadoras. Contudo quando analisado os dados consolidados, nota-se que no R2, ER Barretos teve nota 3,2 e ER Franca 2,7, e no R3, ER Barretos teve nota 3,67 e Franca 3,19. O que responde ao objetivo do estudo de mostrar a importância da avaliação, monitoramento do processo de inovação do programa ALI, pois existem evidências de que o desempenho em gestão seja maior do que o desempenho em gestão da inovação, ou seja, relacionam-se à urgência nas questões administrativas, para depois de fato programar ações de gestão da inovação.

**Gráfico I: Percepção do aumento do grau de inovação no decorrer nos ciclos - Franca**



Fonte: elaborado pela autora.

**Gráfico II: Percepção do aumento do grau de inovação no decorrer nos ciclos - Barretos**



Fonte: elaborado pela autora.

Nessa perspectiva e comparando os dados notou-se que o ER Barretos saiu de R0: 2,4 para R3: 3,67 e o ER Franca saiu de R0: 2,2 para R3: 3,19 aumentando o grau de inovação e tornando as empresas inovadoras. Deste modo ambos os escritórios conseguiram aumentar o grau de inovação das empresas da amostra durante o programa, ou seja, as empresas da amostra que foram consideradas pouco inovadoras, e com inovação incipiente podem ser consideradas, durante o programa, empresas inovadoras, ou seja, empresas com inovação presente, tornando as empresas inovadoras incrementais (SAWHNEY; WOLCOTT; ARRONIZ, 2007), sendo consideradas de tipologia três, que constituem inovação comum, em curto prazo, com recursos pequenos e razoáveis influenciados por fatores econômicos (VICO MAÑAS, 2005).

Considerando a análise por dimensão, tanto para ER Franca, quanto para ER Barretos, no R0, ou seja, quando iniciaram o programa em 2016, ambos obtiveram avanços significativos em todas as dimensões, contudo as dimensões Rede, Relacionamento, Organização e Processos, Marca e Oferta, foram as que mais se destacaram, e as dimensões com menor desempenho foram Plataforma e Agregação Valor e Cadeia de Fornecimento

Importa considerar na avaliação do Radar da Inovação, por dimensão, quando analisado o Ciclo 1 - R1, os escritórios de Barretos e Franca apresentaram aumento na media geral, devido ações direcionadas nas dimensões plataforma, marca e relacionamento, ambas atingindo aproximadamente nota três, deste modo podemos alegar que houve inovação, ou aumento expressivo dela, mesmo assim as empresas da amostra, ainda não podem ser consideradas inovadoras. Apesar de em algumas dimensões do radar as empresas podem ser consideradas inovadoras, o que se busca é uma parcimônia entre as dimensões e não ações das dimensões isoladas. Deste modo a noção de sucesso das estratégias de inovação tende a centra-se em poucas dimensões, em vez de tentar aproximação entre elas (PRADO E MAÑAS, 2009).

Há que ponderar que Barretos teve media do grau geral de 3,64, no Ciclo 4, o que caracteriza que com final do programa, ou seja sem avaliação do processo de inovação a gestão da inovação diminui, o que corrobora para relevância do programa ALI no desenvolvimento local e regional, bem como aporte aos empreendedores. O que corrobora com a afirmativa de Zawislak (2008) sobre a relevância de avaliar o processo inovador de forma sistemática em sua temporalidade.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo identificar o grau de inovação das empresas assistidas pelo Programa ALI 2016/2017, nos escritórios do Sebrae de Franca e Barretos, bem como apresentar a importância da avaliação do processo de inovação na promoção a prática continuada de ações de

inovação nas pequenas e medias empresas.

Quando iniciaram o programa em 2016, as empresas da amostra foram avaliadas com o grau de inovação ER Barretos R0: 2,4 e ER Franca R0: 2,2, o que denota que as empresas da amostra teriam inovação incipiente, contudo após avaliação dos dados consolidados, R0, R1, R2 e R3, nota-se que finalizaram o programa com grau de inovação maior, ER Barretos R3: 3,67 e ER Franca R3: 3,19, o que corrobora com os objetivos do estudo pois com avaliação, monitoramento do Programa ALLI, as empresas da amostra aumentaram o grau de inovação. Nessa perspectiva as empresas que no início de 2016 foram consideradas pouco inovadoras, com inovação incipiente, ao final do programa em 2017, podem ser consideradas empresas inovadoras incrementais, com inovação presente (SAWHNEY; WOLCOTT; ARRONIZ, 2007), sendo consideradas de tipologia três, que constituem inovação comum, em curto prazo, com recursos pequenos e razoáveis influenciados por fatores econômicos. O que de acordo, com Zawislak (2008) denota a relevância de avaliar o processo inovador em sua temporalidade.

Considerando a análise por dimensão tanto o ER Barretos, quanto ER Franca destacaram-se com melhor desempenho nas dimensões marca e oferta e as com menor desempenho foram plataforma, agregação de valor e cadeia produtiva, provavelmente devido ao custo operacional.

Sendo assim, apesar de em algumas dimensões do radar da inovação as empresas terem melhor desempenho, o que se busca é uma parcimônia o grau de inovação entre as dimensões e a avaliação do processo inovador.

## 5. REFERÊNCIAS

ASSINK, M. Inhibitors of disruptive innovation capability: a conceptual model. **European Journal of Innovation Management**, v. 9, n. 2, p. 215-233, 2006.

BACHMANN, D. L.; DESTEFANI, J. H. **Metodologia para Estimar o Grau de Inovação nas MPE: Cultura do Empreendedorismo e Inovação**. Curitiba, 2008.

CHRISTENSEN, C. M.; **The Innovator's Dilemma: When New Technologies Cause Great Firms to Fail**. Boston, Harvard Business School Press, 1997.

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./out. 2003.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referencia teórica**. Campinas, Unicamp / NEEP, FINEP, 1986.

GEORGIU, L.; ROESSNER, D. Evaluating technology programs: Tools and methods. **Research Policy**, v. 29, p. 657-678, 2000.

MANUAL DE OSLO. **Proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica**. Tradução FINEP. Rio de Janeiro: OCDE, 2004.

MASCARENHAS, S. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

OCDE. **Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3. ed. Tradução de Flavia Gouveia. Brasília: FINEP, 2005. Disponível em: <www.oecd.org>. Acesso em: 06 jan. 2018.

PETRY, L. I.; NASCIMENTO, A. M. Um estudo sobre o modelo de gestão e o processo sucessório em empresas familiares. **Revista de Contabilidade & Finanças da USP**, São Paulo, v. 20, n. 49, p. 109-125, jan./abr. 2009.

PRADO, F. L., MAÑAS, A. V.; **Uma análise métrica das principais tipologias de inovação: o caso da operadora de telecomunicações de São Paulo**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2009.

RODRIGUES, P. G.; BAETA, A.C; GUIDINI, M.; VALENTIM F; PAIVA, V. Um modelo de gestão e

avaliação de programas para melhoria do desempenho de instituição do sistema de ciência e tecnologia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

RODRIGUES, P. G.; BAETA, A.C; GUIDINI, M. Avaliação ex-post de projetos de pesquisa: uma análise nas Agencias de Fomento em C, T&I. : In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

SAWHNEY M., WOLCOTT R. C.; ARRONIZ, I.; The 12 different ways for companies to innovate. **Engineering Management Review**, Vol. 35, No.1, pp. 45–52, 2007.

SCHUMPETER, J.; **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEBRAE- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Micro e Pequenas Empresas geram 27% do PIB do Brasil**. 2014. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD> . Acesso em: 04 jan. 2018.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Gestão da inovação**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

VERWAAL,E.; CARVALHO, N.C.; BAETA-LARA, F.M.C.; How small Entrepreneurial Firms Generate Rents From Global Alliance Networks. In: III Elbe/Slade Brasil, 2010, Fortaleza. **III Elbe Brasil – Estratégia no Novo Cenário Internacional nos Países de Língua Portuguesa**. Fortaleza: UNIFOR, 2010.v.3.p.47-47

VICO MAÑAS, A. **Gestão de Tecnologia e Inovação**. São Paulo: Érica, 2005.

ZAWISLAK, A. P. Contribuições para uma medida geral da inovação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32. **Anais**. Rio de Janeiro. ANPAD, 2008.

**AVALIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM CURSO  
PROFISSIONALIZANTE DE FARMÁCIA E LABORATÓRIO: BASES DA CONSTRUÇÃO  
PROFISSIONAL DO INDIVÍDUO**

*EVALUATION AND IMPLANTATION OF PEDAGOGICAL PRACTICES IN A PHARMACIST AND  
LABORATORY PROFESSIONAL DEVELOPMENT: BASES OF THE PROFESSIONAL  
CONSTRUCTION OF THE INDIVIDUAL*

Área temática: Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas –  
1.5 Educação e Desenvolvimento

DA SILVA, Fernanda Carolina  
Euro Anglo / Escola Estadual Prof. Israel Niceus Moreira  
Ensino Médio. Discente do curso de Farmácia e Laboratório na Euro Anglo Cursos  
Profissionalizantes. Aluno de Iniciação Científica Júnior no núcleo de Pesquisa, desenvolvendo  
ensaios de genotoxicidade e impacto social de infusões populares.  
E-mail: fernanda.carolina16@hotmail.com

MOREIRA, Nhaypi lasmin Taveira  
Euro Anglo/ Escola Estadual Profa. Adelina Pasquino Cassis  
Ensino Médio. Discente do curso de Farmácia e Laboratório na Euro Anglo Cursos  
Profissionalizantes. Aluno de Iniciação Científica Júnior no núcleo de Pesquisa, desenvolvendo  
ensaios de genotoxicidade e impacto social de infusões populares.  
E-mail: nhaypi@gmail.com

ANDRADE, Gessica  
UNIVERSIDADE DE FRANCA  
Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca.  
Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Universidade de Franca. Biomédica  
graduada pela Universidade de Franca.  
E-mail: gessicaandrade16123@gmail.com

BULGO, Danilo Cândido  
UNIVERSIDADE DE FRANCA  
Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde da Universidade de Franca.  
Possui graduação em Fisioterapeuta, Tradutor e Interpretador e Pedagogo pela Universidade de Franca  
e especialização em Psicopedagogia, Saúde Coletiva e Gerenciamento de serviços em saúde,  
Educação especial. É Tutor presencial pela Universidade de Franca.  
E-mail: danilobulgo@gmail.com

OLIVEIRA, Letícia Natália  
UNIVERSIDADE DE FRANCA  
Graduanda em psicologia  
E-mail: nataliaoliveiraleticia@gmail.com

ALMEIDA JR, Silvio de  
UNIVERSIDADE DE FRANCA / EURO ANGLO  
Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da Universidade de Franca.  
Docente/Pesquisador pela Euro Anglo Cursos Profissionalizantes, atuando na divisão de cursos  
profissionalizantes nas áreas de Saúde e Bem-Estar. Biomédico habilitado em Patologia Clínica e  
Microbiologia.  
E-mail: silvioalmeidajr@yahoo.com.br



## Resumo

As mudanças de mercado são constantes e cabe aos profissionais o acompanhamento destes. A profissionalização é uma das formas na qual o trabalhador busca para se manter ativo no mercado e ser capaz de competir com a concorrência. Sendo assim, o objetivo desse trabalho é avaliar as práticas pedagógicas implantadas no curso profissionalizante de Farmácia e Laboratório em escola de município de médio porte do interior paulista. Como justificativa para realização deste, é possível citar a falta de trabalhos realizados dentro da área de ensino profissionalizante no qual é cada vez mais crescente. Para realização do estudo, foi realizada avaliação pedagógica do conteúdo programático do curso de Auxiliar de Farmácia e Laboratório. Em avaliação crítica ao conteúdo pedagógico foi realizada divisão das disciplinas ministradas agrupadas em três áreas: formação básica, formação em laboratório clínico e formação em farmácia totalizando 14 módulos e as práticas relacionadas totalizando 21 atividades. A partir das avaliações, frente ao conteúdo, é possível chegar à conclusão que as aulas práticas no curso profissionalizante de Farmácia e Laboratório são de grande importância na formação profissional do aluno, levando-o não só a compreender o processo como um todo, mas o desenvolvimento de um ser pensante, no qual está preparado para resoluções de problemas no cotidiano.

**Palavras-chave:** cursos livres, formação profissional, profissionalização.

## Abstract

The market changes are constant and it is up to the professionals to follow them up. Professionalization is one of the ways in which the worker seeks to remain active in the market and be able to compete with the competition. Therefore, the objective of this work is to evaluate the pedagogical practices implanted in the Pharmacy and Laboratory professionalization course in a medium-sized city school in the interior of São Paulo. As justification for this, it is possible to cite the lack of work carried out within the area of vocational education in which it is increasingly growing. To carry out the study, a pedagogical evaluation of the programmatic content of the Pharmacy and Laboratory Assistant course was carried out. In a critical evaluation of the pedagogical content, the following disciplines were divided into three areas: basic training, clinical laboratory training and pharmacy training, totaling 14 modules and related practices totaling 21 activities. From the evaluations, in front of the content, it is possible to conclude that the practical classes in the Pharmacy and Laboratory vocational course are of great importance in the professional formation of the student, leading him not only to understand the process as a whole, but the development of a thinking being, in which he is prepared for problem solving in everyday life.

**Keywords:** free courses, vocational training, professionalization.

## 1 INTRODUÇÃO

A crise econômica vivenciada no país, leva os jovens a buscarem uma profissionalização rápida e ingresso no mercado de trabalho de forma efetiva. Para a população mais adulta, a profissionalização é um sonho buscado na intenção de trocar de área de atuação dentro do mercado de trabalho cada vez mais competitivo. As mudanças de mercado são constantes e cabe aos profissionais o acompanhamento destes. A profissionalização é uma das formas na qual o trabalhador busca para se manter ativo no mercado e ser capaz de competir com a concorrência. Empresas cada vez mais seletivas e profissionais cada vez mais preparados é o cenário atual vivido (GONDIM, 2002).

Conforme o aumento de demanda por profissionais cada vez mais capacitados e preparados para as diversas situações vividas, cresce a procura por cursos rápidos. Sendo assim, concomitantemente, cresce também o número de escolas profissionalizantes. A profissionalização é caracterizada pela formação rápida e prática de jovens e adultos, porém o que é visto no cotidiano são escolas presas em metodologias antigas em sala de aula. Cada vez mais a realização de práticas objetivada pelo uso de tecnologia se mostra eficiente desde que empregada de forma correta. Práticas pedagógicas embasadas em métodos tradicionais tendem a ser classificadas como antigas e caírem em desuso (BARDAGI et al., 2006; FISCHER, 2007).

Baseado no que é encontrado na literatura e acompanhando a constante evolução do mercado de trabalho, este artigo tem como objetivo avaliar as práticas pedagógicas implantadas no curso profissionalizante de farmácia e laboratório em escola de município de médio porte do interior paulista. Como justificativa para realização deste, é possível citar a falta de trabalhos realizados dentro da área de ensino profissionalizante no qual é cada vez mais crescente.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **2.1 Caracterização do ambiente**

O trabalho foi desenvolvido em unidade de escola profissionalizante em uma cidade de médio porte do interior de São Paulo. A escola está instalada na cidade a sete anos, e gera conhecimentos profissionalizantes nas áreas de tecnologia (informática básica, avançada, hardware), idioma (inglês), gestão (empresarial e jurídica) e saúde (farmácia e laboratório, veterinária e cuidador de idosos). Os cursos são de formato livre, com duração entre seis meses a dois anos. O projeto foi desenvolvido entre os meses de junho de 2017 a setembro de 2018, em que contou com inclusão de 15 turmas do Curso Profissionalizante de Farmácia e Laboratório.

### **2.2 Delineamento experimental**

Para elaboração do estudo, foi realizada avaliação pedagógica do conteúdo programático do curso de Auxiliar de Farmácia e Laboratório. O curso tem a duração de 14 meses, e são subdividido em módulos mensais. Após a análise pedagógica, foi proposto a inclusão de práticas de cunho profissionalizante para agregar valores a formação dos alunos. A intenção de atividades práticas envolve o aluno de forma constante e melhora o desenvolvimento cognitivo destes, levando a uma prática de ensino-aprendizagem mais efetivo.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Em avaliação crítica ao conteúdo pedagógico foi realizada divisão das disciplinas ministradas agrupadas em três áreas: formação básica, formação em laboratório clínico e formação em farmácia, estratificados pela tabela 1 e as práticas relacionadas na tabela 2.

Dentro da formação ética (tabela 2, item *a* e *b*) houve em sala de aula, reporte de discussões frente a casos reais e demonstrados no cotidiano. A partir das práticas, é possível intensificar a formação do indivíduo na visão humanística afim de garantir a integridade no atendimento a pessoas assistidas pelo sistema de saúde, seja eles em farmácias, clínicas, laboratórios entre outros (CECCIM and FEUERWERKER, 2004).

Dentro do módulo de biossegurança, são realizadas atividades assistidas para construção do conhecimento prático. Para assegurar isso, são realizadas visitas técnicas a estabelecimentos de saúde (ou não) afim de avaliarem a estrutura física quanto as normas de biossegurança (tabela 2, item *c*), levando em consideração o tipo de trabalho e os tipos de riscos no qual o trabalhador é exposto. Como propósito, as avaliações de riscos servem para identificar o conjunto de procedimentos afim de avaliar produção, produtos e resíduos (HÖKERBERG et al., 2006).

As práticas são destinadas a responder questionamentos cotidianos, gerados pelos próprios alunos. Frente a isso, uma prática instalada é a realização da aferição do potencial hidrogeniônico (pH) (tabela 2, item *d*) levando ao conhecimento do que é ácido, neutro ou alcalino. A aferição do pH é importante em indústrias farmacêuticas, hospitais e laboratórios sendo aplicados na rotina de trabalho. A atividade leva ao conhecimento e prática, visto que a leitura muitas vezes é realizada de forma manual, sendo a acuidade visual a forma de identificação.

Assim como é visto em todos os cursos dentro da área da saúde, a base curricular em ciências morfológicas (embriologia, citologia, histologia e anatomia) é de extrema importância para formação do profissional. Toda a base se inicia pela construção e funcionamento de um organismo vivo. O conhecimento para formação do corpo humano (tabela 2, itens *e* e *f*), conta com a construção de informações em 3D faz com que o aluno tenha ideia das dimensões reais de uma célula ou tecido e vai além, quando os alunos realizam visita técnica a laboratório de ciências morfológicas (anatomia) de uma Universidade parceira da escola para o estudo em cadáveres preservados. A informação visual é de suma importância para fixação do conteúdo (MONTANARI and BORGES, 2013).

Durante o curso, são tratadas informações pertinentes a contaminação e infecções hospitalares. Por isso, a prática de lavagem de mãos (tabela 2, item g) compreende a forma correta e organizada de higienização, para evitar transmissão de contaminantes. Durante a prática, o docente, leva o aluno a compreender a importância da lavagem correta das mãos e principalmente, o risco que isso pode acarretar na exposição a pacientes, incluindo aumento de tempo de internação, aumento do custo, demanda de medicação e cuidados e até o óbito (NOGUERAS et al., 2001).

Quanto ao assunto primeiros socorros, é visto a pouca difusão quando se orienta com informações de acidentes ocorridos em locais públicos ou até mesmo em domicílios. Frente a isso, o propósito das práticas do módulo é orientar sobre as principais formas de primeiros socorros (tabela 2, item h). As aulas são expositivas, de forma prática, que leva ao aluno a vivenciar possíveis intercorrências durante o dia-a-dia. Compreende-se que, ao tratar metodologias ativas e ensino prático apoiado ao teórico eleva o interesse e dinamismo das práticas, levando a melhor compreensão do assunto (VERONESE et al., 2010).

Um dos diferenciais implantados na construção profissional dos alunos de Farmácia e Laboratório são os estudos de casos clínicos (tabela 2, item i). A construção do conhecimento através de metodologia ativa adaptada trouxe grandes benefícios aos alunos. Em cursos superiores são utilizados o PBL (*Problem Based Learning*) que no português quer dizer: Aprendizagem baseada em problemas. A metodologia já é bastante empregada em cursos de saúde (medicina, odontologia, farmácia, enfermagem, nutrição, entre outros). Os resultados obtidos são promissores, visto que o método de ensino ativo prepara melhor o aluno e o condiciona a sempre estudar para que responda a questionamentos realizados no cotidiano. Dentro da literatura, não há indícios do método real ou adaptado utilizado em cursos profissionalizante, fazendo com que o presente trabalho seja pioneiro nessa área (BERBEL, 1998; CYRINO and TORALLES-PEREIRA, 2004; REGO, 1998; REIS, 2007).

Compreendendo que o curso tem finalidade de lançar o aluno ao mercado de trabalho, as práticas são programadas na construção do profissional preparado, incluindo as atividades destinadas a laboratórios clínicos (tabela 2, itens j, k, l, m, n e o) e as avaliações de parâmetros fisiológicos e bioquímicos (tabela 2, p e q) levam ao treinamento e destreza de manipulação de materiais com a finalidade de garantir a qualidade e segurança dos pacientes assistidos por esses futuros profissionais. A garantia disso, é assegurada pelos docentes em sala de aula e confirmado através de comprovação teórica em atividades avaliativas.

Em práticas paralelas, na intenção de introduzir conhecimento técnico-científico aos alunos, são realizados dentro da área de estética e cosmetologia (esfoliação e limpeza de pele, descritos na tabela 2, itens r e s). São práticas simples, sem a utilização de procedimentos invasivos, que podem ser reproduzidos em casa. Essas atividades são avaliadas como benéficas e não trazem riscos à saúde. Ainda, o pensar científico é levado através das práticas de extração de compostos por métodos de maceração (tabela 2, item t) obtendo um extrato aquoso. A extração de extratos é comum na prática farmacêutica. A fim de gerar conhecimentos, esses extratos, são testados quanto ao seu potencial tóxico em germinação (tabela 2, item u).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das avaliações frente ao conteúdo, é possível chegar à conclusão que as aulas práticas no curso profissionalizante de Farmácia e Laboratório de escola de município de médio porte do interior paulista são de grande importância na formação profissional do aluno, levando-o não só compreender o processo como um todo, mas o desenvolvimento de um ser pensante, no qual está preparado para resoluções de problemas no cotidiano. Tal resposta corrobora com dados achados em bases de dados, no qual compreende que a diversidade de conceitos adquiridos amplia o conhecimento e é dado como melhor forma de aprendizado.

#### REFERÊNCIAS

BARDAGI, M., PACHECO LASSANCE, M.C., PARADISO, Â.C., and ALMEIDA DE MENEZES, I. Escolha Profissional e Inserção no Mercado de Trabalho: Percepções de Estudantes Formandos. *Psicol. Esc. E Educ.* 10. 2006.

BERBEL, N.A.N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? *Interface - Comun. Saúde Educ.* 2, 139–154. 1998.

CECCIM, R.B., and FEUERWERKER, L.C.M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. *Physis Rev. Saúde Coletiva* 14, 41–65. 2004.

CYRINO, E.G., and TORALLES-PEREIRA, M.L. Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizado por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. *Cad. Saúde Pública* 20, 780–788. 2004.

FISCHER, R.M.B. Mídia, máquinas de imagens e práticas pedagógicas. *Rev. Bras. Educ.* 12, 290–299. 2007.

GONDIM, S.M.G. Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. *Estud. Psicol. Natal* 7, 299–309. 2002.

HÖKERBERG, Y.H.M., SANTOS, M.A.B. DOS, PASSOS, S.R.L., ROZEMBERG, B., COTIAS, P.M.T., ALVES, L., and MATTOS, U.A. DE O. O processo de construção de mapas de risco em um hospital público. *Ciênc. Saúde Coletiva* 11, 503–513. 2006.

MONTANARI, T., and BORGES, E. de O. Museu Virtual do Corpo Humano: Ambiente Virtual de Aprendizagem para o Ensino de Ciências Morfológicas. *RENOTE* 10. 2013.

NOGUERAS, M., MARINSALTA, N., ROUSSELL, M., and NOTARIO, R. Importance of hand germ contamination in health-care workers as possible carriers of nosocomial infections. *Rev. Inst. Med. Trop. São Paulo* 43, 149–152. 2001.

REGO, S. Currículo paralelo em Medicina, experiência clínica e PBL: uma luz no fim do túnel? *Interface - Comun. Saúde Educ.* 2, 35–48. 1998.

REIS, P. O ensino da ética nas aulas de ciências através do estudo de casos. *Interacções* 36–45. 2007.

VERONESE, A.M., OLIVEIRA, D.L.L.C. DE, ROSA, I.M. DA, and NAST, K. Oficinas de primeiros socorros : relato de experiência. *Talleres de primeros auxilios: informe de una experiencia.* 2010.

**APENDICE**

Tabela 1: áreas de formação do curso de Auxiliar de Farmácia e Laboratório

Ética e bioética	Formação Básica comum
Biossegurança	
Gestão em saúde	
Ciências Morfológicas	
Microbiologia	
Primeiros Socorros	
Patologia	Laboratório Clínico
Hematologia	
Análises Clínicas	
Farmácia e Drogarias	Farmácia
Farmacologia	
Cosmetologia e Estética	
Fitoterapia	
Toxicologia	

Tabela 2 – Práticas pedagógicas oferecidas no curso de Auxiliar de Farmácia e Laboratório

	Prática	Formação
a	Discussão de questões éticas	Ética e bioética
b	Exibição de filme	Ética e bioética
c	Avaliação de espaço quanto a questões de biossegurança	Biossegurança
d	Avaliação de pH de substancias aquosas	Biossegurança
e	Criação de células 3D	Ciências Morfológicas
f	Visita Técnica a Laboratório de Anatomia	Ciências Morfológicas
g	Lavagem de mãos	Microbiologia
h	Simulação de socorro	Primeiros Socorros
i	Casos clínicos *	Patologia / Hematologia
j	Esfregaço sanguínea	Hematologia
k	Tipagem sanguínea	Hematologia
l	Análise Físico-química de urina	Análises Clínicas
m	Coleta de sangue	Análises Clínicas
n	Coleta de materiais biológicos	Análises Clínicas
o	Teste de imunocromatografia	Análises Clínicas
p	Aferição de pressão arterial	Farmácia e Drogaria
q	Aferição de glicemia capilar	Farmácia e Drogaria
r	Limpeza de pele	Cosmetologia e Estética
s	Esfoliação	Cosmetologia e Estética
t	Extração de compostos aquoso	Fitoterapia
u	Teste de germinação com medicamentos	Toxicologia

**CABEÇA DINOSSAURO E NHEENGATU: REFRAÇÃO DO CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DE UM PAÍS**

*CABEÇA DINOSSAURO E NHEENGATU: REFRECTION OF THE HISTORICAL AND SOCIAL CONTEXT OF A COUNTRY*

Área temática: Educação e Desenvolvimento

OLIVEIRA Cláudia de Fátima  
Universidade de Franca  
Mestrado em Linguística  
claoliv@hotmail.com  
LUDOVICE, Camila de Araújo Beraldo  
Universidade de Franca  
Doutora em Linguística  
camilaludovice@gmail.com

**Resumo**

Nos anos 1980, o Brasil passava pelo período pós-ditatorial. Nesse cenário a banda paulistana Titãs lançava o álbum Cabeça Dinossauro, com letras de cunho crítico, ideológico e irônico, frente às instituições Igreja, Estado e Família. Em 2015, a banda lançou o CD Nheengatu, com críticas às mesmas instituições. O objetivo deste estudo é investigar de que maneira as letras mantêm relações dialógicas presentes no contexto da produção da época e atual, a partir das reflexões do filósofo russo Bakhtin. Os enunciados registrados marcam o contexto histórico, político e social em épocas distintas. As composições versam sobre questões sociais por meio das letras de Polícia, Família, Igreja, Flores pra Ela, Fardado e Senhor. Diante disso, as letras serão analisadas a partir de uma análise quantitativa em função das seis letras presentes no conteúdo e qualitativa, frente às questões dialógicas. Para o suporte teórico, as considerações de Bakhtin (2006) jazem na ideia de que os discursos representam uma alteridade constitutiva, entendendo que os juízos de valor expressos por um locutor incorporam os discursos alheios. Assim, o diálogo se institucionaliza a partir das inserções ideológicas em relação ao contexto histórico e social vivido pelos autores e transmitidos aos contempladores para uma assimilação interpretativa.

**Palavras-chave:** Titãs; relações dialógicas; Bakhtin.

**Abstract**

In the 1980s, Brazil went through the post-dictatorial period. In this scenario the São Paulo band Titãs released the album Cabeça Dinossauro, with lyrics of critical, ideological and ironic character, front of the Church, State and Family institutions. In 2015, the band released the CD Nheengatu, with criticisms to the same institutions. The purpose of this study is to investigate how the letters maintain dialogic relations present in the context of the production of the time and current, from the reflections of the Russian philosopher Bakhtin. The recorded statements mark the historical, political and social context at different times. The compositions deal with social issues through the letters of Polícia, Família, Igreja, Flores pra Ela, Fardado and Senhor. Therefore, the letters will be analyzed from a quantitative analysis in function of the six letters present in the content and qualitative, in front of the dialogical questions. For theoretical support, Bakhtin's (2006) considerations lie in the idea that discourses represent a constitutive otherness, understanding that the value judgments expressed by a speaker embody the discourses of others. Thus, dialogue becomes institutionalized from the ideological insertions in relation to the historical and social context lived by the authors and transmitted to the contemplators for an interpretative assimilation.

**Keywords:** Titãs; dialogical relations; Bakhtin.

## INTRODUÇÃO

Os anos 1980 marcam, historicamente, no Brasil, em especial na segunda metade, a abertura política e, por conseguinte, o fim da ditadura militar. Época marcada pela presença da censura, mas também pela presença de grandes produções em termos intelectuais, sobretudo na MPB. Uma década antes, especificamente em 1971, foi fundado na cidade de São Paulo o Colégio Equipe, fruto da dissidência do grêmio estudantil da USP, devastado pela polícia da época. Esse colégio abrigava a prole da militância esquerdista e de intelectuais da capital paulista. Nesse contexto, a cultura transbordava, fazendo-se presente em peças, palestras, shows e afins. Não raro, a polícia da época reprimia tais atividades de forma truculenta e ostensiva.

Nesse colégio foram matriculados Sérgio Britto, Arnaldo Antunes, Paulo Miklos Branco Mello, Marcelo Fromer e Nando Reis. Interessados em produzir manifestações artísticas, os Titãs dão os primeiros acordes que seriam o embasamento de questionamentos ideológicos de uma nação nos anos subseqüentes e que perdurariam até os dias hodiernos. Foi nesse cenário que os primeiros shows começaram a surgir, ao lado de nomes icônicos da MPB, como Luiz Melodia, Isaurinha Garcia, Jorge Mautner, Nelson Cavaquinho e Cartola. As primeiras parcerias musicais deram início com Arnaldo Antunes e Paulo Miklos, ainda no colégio, com, desde homenagens irônicas a aulas entediadas até a promoção de barulhos ensurdecedores que lhes renderam suspensões.

Em 1981, nasciam os Titãs do lê-lê que, a princípio, não demonstraram habilidade musical surpreendente, mas priorizavam um figurino e uma coreografia que já sugeriam certa ironia, que se evidenciava nas letras de músicas ora apresentadas.

A repercussão sobre a banda deu série a uma sucessão de shows na capital paulista, em locais consagrados como o Rose Bombom, Madame Satã e Radar Tantan. Em 1984, a banda muda de nome. Passa a se chamar Titãs e lança seu primeiro LP, com a exclusão das canções “Bichos Escrotos” e “Charles Chacal”, a fim de evitar problemas com o Departamento de Censura e Diversões Públicas. “Sonífera Ilha” foi escolhida para ser o carro-chefe, ao lado de “Toda Cor”, pelo selo WEA. De imediato, aquela passa a ser a mais pedida na Rádio Jovem Pan, seguida por outras rádios. Vieram, por conseguinte, as apresentações nos programas de auditório, ícones dos anos 1980.

Impende salientar que esta pesquisa está em desenvolvimento. A delimitação do *corpus* constitui-se da escolha e das análises das letras das seguintes canções: *Polícia*, composição de Tony Bellotto e *Fardado*, composição de Paulo Miklos e Sérgio Brito; *Igreja*, composição de Nando Reis e *Senhor*, composição de Tony Bellotto; *Família*, composição de Tony Bellotto e Arnaldo Antunes e *Flores pra Ela*, composição de Mário Fabre e Sérgio Brito. A escolha das canções justifica-se por terem sido identificados, em suas letras, aspectos vivenciados no contexto histórico dos anos 1980 até o momento atual, partindo-se da hipótese de que os fatos históricos e políticos coincidem em épocas distintas e são evidenciados nos álbuns ora analisados. O período histórico estudado em muito contribuiu para a produção de recursos dialógicos que continham a repressão, bem como todo o contexto histórico do momento vivenciado.

O objetivo principal dessa pesquisa é verificar como as letras em análise dialogam com o contexto social, histórico e político, em épocas distintas, a saber, anos 1980 e 2010, a partir das reflexões bakhtinianas acerca do dialogismo.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A análise do *corpus* aqui proposta está fundamentada nos conceitos de relações dialógicas, ideologia, enunciado e gêneros, de acordo com as reflexões de Mikhail Bakhtin.

A concepção bakhtiniana permeia o princípio de que a palavra, sozinha, na prosa, é descentralizada, uma vez que é de conhecimento do autor-criador que vem a palavra marcada por outras vozes. Portanto, o autor será apenas uma outra voz, a trazer novas vozes que, por conseguinte, trarão demais vozes. Para o filósofo, uma vida somente possui sentido se vista do exterior, englobada no horizonte de outrem.

Assim, os pilares da ordem social são frequentemente abordados em enunciados, e, a partir do momento em que tais enunciados são expostos, fica evidente a presença de transformações sociais, passíveis de tom de criticidade. As mudanças sociais buscam a

libertação de um corpus social preso às tradições e às imposições. Se um enunciado traz consigo essas marcações, ele dialoga com outros anteriores e traz à tona vozes que ficarão *a posteriori* marcadas em outras vozes. Portanto, as mudanças sociais relativas às instituições tradicionais, bem como a definição de papéis na sociedade questionam a realidade e as situações políticas. Esses questionamentos só podem ocorrer a partir do viver e da língua, por meio do discurso, que há de dialogar com outras vozes, em tom de concordância ou discordância.

Nesse sentido, o *corpus* selecionado procura analisar, por meio do gênero letra de música, análises de vozes que permeiam o enunciado e o ecoam, perfazendo constantes diálogos, os quais tomam novas dimensões de sentido e possibilitam novos significados. Nesse contexto:

O destinatário do enunciado pode, por assim dizer, coincidir *pessoalmente* com aquele (ou aqueles) a quem responde o enunciado. No diálogo cotidiano ou na correspondência, essa coincidência pessoal é comum: aquele a quem eu respondo é meu destinatário, de quem, por sua vez, aguardo resposta (ou, em todo caso, uma ativa compreensão responsiva). (...) “Ao construir o meu enunciado, procuro defini-lo de maneira ativa: por outro lado, procuro antecipá-lo, e essa resposta antecipável exerce, por sua vez, uma ativa influência sobre o meu enunciado (dou resposta pronta às objeções que prevejo, apelo para toda sorte de subterfúgios, etc.). Ao falar, sempre levo em conta o fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo cultural da comunicação: levo em conta as suas concepções e convicções, os seus preconceitos (do meu ponto de vista), as suas simpatias e antipatias – tudo isso irá determinar a ativa compreensão responsiva do meu enunciado por ele. (BAKHTIN, 2006, p. 301-302).

Percebemos que, ao proferir um discurso, aguardamos, ainda que implicitamente, a resposta do outro, já que, nesse discurso, estamos respondendo ao discurso de outrem. A resposta aguardada pode ser explícita, ou, minimamente, uma compreensão responsiva. As objeções e subterfúgios por nós inseridas no discurso já trazem consigo marcas de aceitação, criticidade, ironia ou repulsa. A ativa compreensão responsiva se dá a partir do conhecimento de mundo acionado pelo outro, que responderá ao discurso do um.

A relação, portanto, entre o viver e a língua só se dá de forma compreendida no nível do discurso, por fazermos parte da história e dela nos constituirmos e com ela nos interagirmos, por meio do conhecimento. Cada época e grupo social possui seu repertório.

Toda manifestação do indivíduo está envolvida na continuidade do diálogo, cuja função é possibilitar alguma maneira de comunicação com o enunciado proposto, pois toda forma de expressão é considerada como efeito do próprio diálogo. Assim, podemos ressaltar a propagação provocada por meio de diferentes manifestações da palavra, o que remete à integração de vários sentidos, manifestados de diferentes formas.

Outro caráter de grande importância que deve ser ressaltado é o termo ideologia, que se apresenta como um dos eixos centrais das reflexões de Bakhtin e dos integrantes de seu Círculo, uma vez que os problemas que este conceito abarca foram trabalhados de forma muito peculiar por esses estudiosos da filosofia da linguagem.

A questão da ideologia, refletida no *corpus* analisado, salienta as questões e pensamentos em comum dos brasileiros que viveram este período, de revolta política e social. Desta forma, o cronótopo evidencia e justifica o sentido dos ideais propostos manifestados através da letra e da expressão da música.

Em se tratando de uma amostragem parcial do *corpus*, o presente resumo procura apontar aspectos relacionados à fundamentação teórica apresentada, com ênfase em apenas algumas particularidades a serem aplicadas, as quais serão realmente aprofundadas na elaboração da pesquisa em sua completude, obtendo-se, assim, uma dimensão oportuna para analisar o objeto de estudo por completo.

#### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

As letras serão analisadas em pares, pertencentes ao álbum *Cabeça Dinossauro* (1986) e a *Nheengatu* (2015).

As composições versam sobre questões relacionadas ao papel da Família, Igreja e Estado. Diante disso, as letras serão analisadas a partir de uma quantitativa em função da quantidade de letras analisadas presentes no conteúdo e qualitativa, frente às questões dialógicas a serem exploradas.

Para compor o *corpus* de análise dessa pesquisa, foram escolhidas as letras: *Polícia; Fardado; Igreja; Senhor; Família e Flores pra Ela*.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**



A primeira letra a ser analisada, *Polícia*, (1986) nasce numa atmosfera de embate entre enunciação contestatória acerca da opressão e da força policial repressiva, provinda das ordens emanadas pelo Estado. Nesse cenário, a banda Titãs ganha força discursiva e passa a receber especial atenção da mídia, da crítica e, sobretudo, da censura estatal. A letra foi composta em função da prisão por porte e tráfico de drogas sofrida por Bellotto e Antunes, de forma indevida e truculenta. A letra, polêmica, foi tida como uma possibilidade de se tratar uma problemática vigente que rege a sociedade, no sentido da violência institucionalizada, não ligada diretamente à criminalidade, mas à opressão das leis e autoridades policiais, por meio da força atuante do Estado. Trata-se de uma crítica direta às ações policiais e, sobremaneira, a forma como a sociedade enxerga a instituição.

*Fardado*, segunda letra analisada, congruente com *Polícia*, composta em 2015, aborda a exploração vivenciada e não sentida pelo policial militar, em meio às manifestações do ano de 2013. A truculência se repete na mesma cidade em que Bellotto e Antunes foram detidos, São Paulo, na Avenida Paulista, dessa vez, contra manifestantes diversos, muitas vezes, sem motivo, mostrando, novamente, o despreparo da força policial, que deveria ajudar e proteger, mas para e prende.

“Igreja”, letra também analisada em nosso *corpus*, foi composta por Nando Reis, inspirada em uma declaração do cantor Roberto Carlos sobre o filme “Je Vous Salue Marie”, de Godard. A insatisfação com a Igreja Católica, tradicional guardiã de costumes, também fazia sentido frente à juventude da época e se perpetuou pelos anos ulteriores.

A letra de *Senhor*, datada de 2015, traz à tona, novamente, questões religiosas que permeiam as imposições advindas da instituição Igreja, vez que, ainda que o catolicismo tenha perdido força evidente nesses últimos 30 anos, evidencia-se a questão da culpa, da ideia de pecado, do inferno e da opressão da instituição. Um fragmento da oração *Pai Nosso* é alterado, demonstrando a perpetuação da insatisfação vigente.

Na sequência, percebemos a necessidade da demonstração dos lugares estabelecidos socialmente dentro do corpo familiar em *Família*, em especial, o papel da mulher, da mãe e da filha. Nesse contexto, *Flores pra Ela*, gravada em 2015, evidencia a violência, agora, não somente psicológica, contra a mulher, que é só uma mulher, que aceita, espera, se submete e, por fim, morre e recebe flores do marido.

Assim, as manifestações discursivas perpassam as questões dialógicas em relação aos sujeitos envolvidos nessa época que compuseram as letras de música a serem analisadas neste trabalho, por meio da construção dentro de uma axiologia vivenciada. Para tanto, procuraremos demonstrar, por meio da análise da letra de “Polícia”, como esses vivenciamentos, embora ocorridos há mais de 30 anos, ainda permeiam as situações sociais vividas pelos cidadãos.

Em 13 de novembro do ano de 1985, o guitarrista da banda Titãs, Tony Bellotto, após sair da casa do então vocalista Arnaldo Antunes, foi abordado por uma revista de rotina, cujo objetivo era proteger a população paulistana de assaltantes. Nessa ocasião, portava ele uma quantidade de heroína e, então, foi preso após uma revista truculenta. Àquela altura, a prisão de um músico de uma banda que fazia sucesso imensurável nas rádios e na TV garantia notoriedade a todos que fizessem parte da operação. Tony revelou que a droga veio de uma compra com seu parceiro, Arnaldo, que também foi preso por crime passível de reclusão, sem direito à fiança, por distribuição de drogas, ainda que de forma gratuita.

A partir desse evento, foi composta *Polícia*, música-protesto que evidenciava na letra e na agressividade da execução a presença do despreparo policial, frente à polêmica causada pela prisão dos compositores, visto que, por se tratar da questão das drogas, deixava clara a necessidade de outros cuidados com os portadores e não de forças centrífugas oriundas de ordens estatais.

É neste marco que se configura a presença da normatização das regras impostas pelo Estado, por intermédio da força policial imposta, aqui demonstrada. *Polícia*, composta no ano de 1985, comprova a ineficácia do objetivo da presença dessa instituição, por meio dos versos “Dizem que ela existe pra ajudar, Dizem que ela existe pra proteger”. O vocábulo “Dizem” pressupõe não ser verdade a proteção e a ajuda supostamente oferecida pela força policial, mas evidencia a presença de uma truculência fortemente apresentada nos versos “Eu sei que ela pode te parar, eu sei que ela pode te prender.”

Dessa forma, na letra de *Polícia*, torna-se evidente o clamor pelo repensar da atitude da instituição supostamente protetora da população:

Dizem que ela existe pra ajudar  
Dizem que ela existe pra proteger  
Eu sei que ela pode te parar  
Eu sei que ela pode te prender  
Polícia para quem precisa  
Polícia para quem precisa de polícia  
Dizem pra você obedecer  
Dizem pra você responder  
Dizem pra você cooperar  
Dizem pra você respeitar  
Polícia para quem precisa  
Polícia para quem precisa de polícia.

O termo “dizem”, em “Dizem que ela existe pra ajudar/Dizem que ela existe pra proteger” denota a voz do senso comum, advinda da população cidadina, por meio de um sujeito indeterminado, que não se pode ou não se quer dizer quem é. Em um contexto histórico, entendemos que a não marcação explícita do sujeito demonstra a necessidade de não poder mostrá-lo, visto que a censura ainda se fazia presente nessa época e, de certa forma, punia aqueles que produziam discursos considerados inadequados para o momento, minimamente, por meio da vedação da radiodifusão das canções.

Em “Eu sei que ela pode te parar /Eu sei que ela pode te prender”, percebemos a voz de uma primeira pessoa, no caso, os autores, Belloto e Antunes, alegando, com propriedade, saberem o que a força policial faz com o cidadão comum.

Em seguida, em “Polícia para quem precisa/Polícia para quem precisa de polícia”, temos, notavelmente uma afirmação de o que seria necessário para a população, não só na época de sua produção, mas em qualquer época. Implicitamente, ocorre a afirmação de que não há a necessidade da força policial como ela ocorre, visto que ela deveria ocorrer apenas para aqueles que precisam dessa força. Cabe ressaltar que, ainda que o acento diferencial entre “para” (preposição) e “pára” (verbo) não houvesse sido abolido, em termos sonoros, podemos perceber um trocadilho, em que se diz que a Polícia para (do verbo parar) quem precisa e, ao mesmo tempo, que a polícia é para (preposição) quem precisa ser parado.

Por fim, nos últimos versos, em “Dizem pra você obedecer/Dizem pra você responder/Dizem pra você cooperar/Dizem pra você respeitar”, o mesmo termo utilizado nos primeiros versos da letra (“Dizem”) é empregado de modo a demarcar a atitude da própria força policial, visto que obediência, resposta, cooperação e respeito são abordados como imposição, em especial pelo fato de o termo “obedecer” vir à frente dos demais. Nesse contexto, torna-se evidente a contraposição entre aquilo o que se deve fazer entre o que se é feito pela polícia à população.

Nesse viés, entra a presença da instituição Polícia, com o intuito de manter a ordem social. No entanto, a instituição não cumpre seu papel, em função de fatores históricos e culturais já arraigados, que serão demonstrados na letra de “Fardado”, letra a ser analisada pospostamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo desenvolveu-se a partir das reflexões sobre as relações dialógicas entre a letra de música “Polícia” e o cidadão comum, presente em épocas distintas, 1986 e 2018. Embora haja um interregno temporal, buscamos analisar que a letra traz críticas em relação ao pensamento citadino e às questões sociais e históricas permeadas em épocas distintas.

Obtivemos, portanto, a verificação de que, passados trinta anos, as forças impositivas advindas do Estado se fazem presentes, ainda que a população a ela reaja de forma diversa, vez que em uma primeira análise, há ainda resquícios da presença da ditadura militar no Brasil e no segundo, jaz a força da população presente nas populações que se tornaram marco histórico nos anos 2010.

Portanto, em um Estado civilizatório, o cidadão, dito comum, embora ceda seus desejos ao aparato social, se faz presente não como um ser alienado e que aceita as imposições vindas das instituições, mas se põe contra as forças impostas por elas, aspecto extremamente relevante e presente nas letras analisadas. Tal assertiva ganha mais contornos a partir do momento em que as canções se popularizam e tendem, ainda que inconscientemente, a levar o cidadão ao afastamento das forças impostas pelas instituições estatais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. O problema do autor. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2003.

BRAIT, B. **Bakhtin conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2007.

BRAIT, B. **As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso**. In: BARROS, D.L.P. *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2003.

FARACO, C. A. **Autor e autoria**. In: BRAIT, B. *Bakhtin: conceitos-chave*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. **Linguagem & diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar, 2006.

FIORIN, J. L. **Introdução ao Pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Contexto, 2016  
FIORIN, José Luiz. **Polifonia textual e discursiva**. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; \_\_\_\_\_. (Orgs). *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. Ensaios de Cultura. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 29-36.  
\_\_\_\_\_. **Interdiscursividade e intertextualidade**. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 53-93.

MARCHEZAN, R.C. **Diálogo**. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARMO, Hérica, ALZER, Luiz André. **A vida até parece uma festa: Toda a história dos Titãs**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 2002.

SOBRAL, A. **Ato/atividade e evento**. In: BRAIT, B. *Bakhtin conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

TITÃS. **Cabeça Dinossauro**. Rio de Janeiro: WEA, 1986.

TITÃS. **Nheengatu**. Rio de Janeiro: Som Livre, 2015.

***CIRCO DO POVO ENQUANTO ESTRÁTEGIA DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES***

*CIRCUS OF THE PEOPLE AS A SOCIAL PROTECTION STRATEGY FOR CHILDREN AND ADOLESCENTS*

Área temática: 1.6 Outras áreas temáticas.

NASCIMENTO, Daiana Cristina do  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus Franca  
Assistente Social mestranda do programa de pós-graduação em Serviço Social  
daiananascimento@hotmail.com

VILELA, Luciana Maluf  
Fundação Cultural de Uberaba  
Historiadora do CONPHAU e Especialista em História Contemporânea  
lu.maluf@hotmail.com

MARQUES, Antonio Carlos Marques  
Presidente da Fundação Cultural de Uberaba  
Jornalista, especialista em Educação  
ribela.marques@bol.com.br

**Resumo**

O artigo visa tecer reflexões acerca do projeto Circo do Povo enquanto mecanismo de proteção social, no qual abarca em seu bojo a democratização do acesso à cultura através da arte. Com sua metodologia itinerante, a estrutura do Circo é edificada nos bairros afastados dos aglomerados urbanos no município de Uberaba/Minas Gerais, locais esses permeados pela exiguidade de políticas sociais. As crianças, adolescentes e suas famílias participam das oficinas que para além das técnicas circenses, propiciam a reconstrução da cidadania através da perspectiva crítica pautada na resistência frente aos diversos atravessamentos verticalizados e opressores presentes no cotidiano das relações sociais.

**Palavras-chave:** Circo do Povo, Proteção Social, Criança e Adolescente.

**Abstract**

The article aims at reflecting on the Circo do Povo project as a mechanism of social protection, in which it encompasses the democratization of access to culture through art. With its itinerant methodology, the structure of the Circus is built in the districts away from the urban agglomerations in the municipality of Uberaba / Minas Gerais, places permeated by the lack of social policies. The children, adolescents and their families participate in workshops that, in addition to the circus techniques, promote the reconstruction of citizenship through a critical perspective based on resistance to the various verticals and oppressors we encounter in everyday life in social relations.

**Keywords:** Circus of the People, Social Protection, Child and Adolescent.

**1 INTRODUÇÃO**

O circo é considerado o espetáculo mais antigo do mundo, não existindo uma data ou local preciso da sua gênese. Dessa forma, os primeiros indícios do surgimento dessa expressão cultural e artística foram na Índia, China, Grécia e Roma, se revelando em todas as civilizações.

No Império Romano, o Circo provia à população divertimento, desviando atenção para impedir atos revolucionários, sendo composto por de três partes: arena ou pista, o anfiteatro ou arquibancadas e as cavalarias. Foi dos antigos artistas ambulantes e dos saltimbancos, que o circo

herdou a perpetuação de sua forma de expressão, de geração em geração.

Com o fim do Império Romano e o início da Idade Média os circos passaram a se organizar. Na segunda metade do século XVIII, surgiu o circo moderno, como um esboço de espetáculo montado atualmente.

Em 1770, variados grupos se espalhavam pela Europa. No entanto somente em 1768, inaugurou-se em Londres, pelo ex-militar inglês Philip Ashley, o Royal Amphitheatre of Arts (Anfiteatro Real das Artes), para exibições equestres. Nas apresentações, ele alternava números com palhaços e acrobatas e malabaristas. Foi um sucesso, após alguns anos o espetáculo de Ashley Philip, era imitado por todo o continente europeu e se alastrava por todos os continentes.

No final da idade média, principalmente em Londres, os espetáculos eram frequentes e, um número grande de pessoas se reuniam para assistir a demonstrações de cavalos, dos palhaços, apresentações de truques com fogo, pernas de pau e mágicas. Outras variedades de atrações foram surgindo e artistas simpáticos à arte circense formavam grupos originando outros circos. Sempre indo de cidade em cidade, continuavam sua maratona de magia e alegria, quando estes circos chegaram ao Brasil, eram compostos por grupos familiares, são os que os circenses chamavam de “circo dos tradicionais”, esta organização familiar era à base de sustentação do circo.

A perpetuação do conhecimento do circo possibilitava uma singular e constante escola. As crianças e jovens aprendiam a armar e desarmar o circo, preparar os números e todas as atividades envolvidas no espetáculo, todo estudo era adquirido no mundo do interior da lona e, sobretudo pela tradição oral. Os jovens simbolizavam o futuro e a perpetuação do saber circense. Os mais velhos do circo sempre sugeriam uma pessoa que se responsabilizaria pelos futuros profissionais do picadeiro, denominado “O Mestre”. Ele representava aquele que os introduzia “na escola para entrar no picadeiro”.

Ermínia Silva (2007) chama de circo-família, como um processo de socialização, formação, aprendizagem em que o circense, além de aprender seu ofício como artista, também era responsável em aprender todos os trabalhos dentro do circo. Ter noção da arte desenvolvida no circo, e ser alfabetizado, possibilitava a socialização, além de seu desenvolvimento e aprendizagem. A alfabetização era importante para lidar com a economia do circo, para criar a apresentação dos espetáculos, confeccionar cartazes, promover divulgação geral, para solicitar às prefeituras a autorização para a montagem do circo entre outros. No circo tradicional, nenhum integrante podia ser analfabeto.

O circo está longe de ser simplesmente divertimento, ele dialoga com outras demonstrações artísticas como o teatro, a dança, as artes visuais adentrando informações, histórias, conceitos e sua definição. É uma companhia itinerante que reúne artistas de diferentes especialidades, como malabarismo, palhaço, acrobacia, monociclo, malabaristas, trapezistas, contorcionismo, equilíbrio, mágica, ilusionismo, entre outras manifestações artísticas. Diante disso, o artigo tem como objetivo O artigo visa tecer reflexões acerca do projeto Circo do Povo enquanto mecanismo de proteção social, no qual abarca em seu bojo a democratização do acesso à cultura através da arte na cidade de Uberaba/Minas Gerais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Após os anos de 1910 o circo incluiu uma nova modalidade, um palco junto ao picadeiro para incluir o teatro entre os espetáculos. O teatro contribuiu aperfeiçoamento da linguagem escrita e falada. A versão mais aceita da chegada do circo no Brasil é a que diz que os ciganos fugidos das perseguições dos europeus ou, à busca de novas oportunidades imigraram para o país no século XVIII, mesmo tendo participado de espetáculos circenses na Europa, as apresentações eram feitas em locais públicos. O primeiro registro documental referente à presença dos ciganos no Brasil é de 1574.

Ao longo do tempo, ciganos e outros grupos se identificaram com a arte do circo e se acoplaram, mas, mantendo a tradição nômade. Havia também casamentos entre circenses e ciganos, contribuindo para sua interligação. Estas caravanas seguiam se apresentando para crianças, adultos, idosos, deixando em seu rastro, encantamento.

Nos anos de 1960, surgiram no país novas formas de entretenimento como a televisão, possibilitando o contato com outras expressões artísticas. Surgem às primeiras escolas para formação de artistas e, a partir daí o circo tradicional passou por alterações. A descentralização do conhecimento aconteceu, e o conhecimento que era mantido no interior do circo, de pai para filho

modificou-se.

Assim, muitos circos passaram a se profissionalizar, levando pessoas a procurem ampliar seus trabalhos artísticos. Iniciou-se o novo circo, adicionando práticas tradicionais artísticas como a dança e o teatro. Nestes segmentos surgem artistas criadores, cada qual com compreensões diferentes sobre dança, fato que possibilitando reflexões sobre a relação entre esta e as demais artes cênicas.

Atualmente com a estruturação da tecnologia, a escola de circo passou por interações de conhecimentos, alterações de modalidades, de apresentações artísticas consolidando um conhecimento mais ordenado, organizado.

Houve mudanças, surgiram equipamentos mais seguros para os equilibristas, para o trapezista e para o mágico, além de equipamentos para iluminação e som. Novas regras introduzidas para a saúde dos artistas e animais foram acrescentadas ao mundo circense como órgãos especializados em tratamento dos animais e os integrantes do circo.

Ao discutirmos sobre cultura temos sempre que levar em conta sua diversidade de expressões. São complexas as realidades dos agrupamentos humanos. O homem, em sua caminhada ao longo dos anos, vem passando por diversas vivências em contatos e conflitos, entre modos diferentes de organizar a vida social. Tudo que caracteriza um povo, sua existência social, é o que chamamos cultura. O circo sempre esteve ligado às formas da expressão popular.

De uma forma bem simples, podemos definir, em um primeiro instante, cultura popular como todas aquelas práticas e representações culturais vivenciadas no cotidiano de atores sociais específicos, distantes do racionalismo científico, como forma de recriação do seu universo: crenças, hábitos, costumes, conhecimento (MACHADO, 2002, p. 335).

A partir do ponto de vista antropológico do termo, cultura são fenômenos simbólicos pelos quais se exprime a vida no imaginário do povo, de modos diversos e de variadas manifestações. Para Santos (2005), a cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos.

Se a compreensão da cultura exige que pensemos diversos povos, nações, sociedades e grupos humanos, é porque eles estão em interação. A riqueza de formas das culturas e suas relações falam bem de perto a cada um de nós, já que convidam, que nos vejamos como seres sociais, nos fazem pensar na natureza dos meios de que fazemos parte, nos fazem indagar sobre as razões da realidade social de que partilhamos e das forças que as mantêm e as transformam.

Em um grupo social as pessoas que compartilham memórias, histórias coletivas, passado comum, costumes, visões de mundo, língua, se identificam, se reconhecem, e assim pode falar em uma identidade cultural.

A identidade cultural de um povo se constrói de forma múltipla e dinâmica. Para Souza (2016), a identidade cultural é um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos historicamente compartilhados que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade. As identidades se constroem nas relações com os outros e baseadas em diversos fatores, contextos e situações.

O Brasil é formado por diversos grupos étnicos e sociais, sua vasta expansão territorial, apresenta inúmeras tradições, costumes, diversas formas de se vestir, de falar, de se alimentar transmitidas de geração em geração. Conforme Capone em seu trabalho, “A busca da África no Candomblé”:

Não se pode pensar a tradição como um simples reservatório de ideias ou elementos culturais: ela é antes de tudo, um modelo de interação social. E por isso, torna-se um dos principais instrumentos de construção da identidade, por meio da seleção de um número determinado de características que ajudam a estabelecer as fronteiras entre nós e os outros (CAPONE, 2004, p. 257).

Diversidade cultural diz respeito à variedade de culturas que existem entre os homens. Ela se transforma no mesmo tempo da cultura, moldadas por influências do meio social. Permeando os campos da cultura erudita e popular, a arte circense, impressiona pela diversidade de atrações e

pelas referências culturais. A itinerância está inserida na cultura do circo, no entanto diferente dos nômades, como os ciganos. O circo tem percurso determinado para o próximo espetáculo.

O Circo do Povo alocado em Uberaba foi implantado no dia 04 de maio de 1983, pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos no mandato de Wagner do Nascimento (1982 a 1987), em Uberaba/Minas Gerais. É um espaço cultural itinerante que percorre bairros da cidade por um determinado tempo. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura desenvolve um trabalho cultural e educativo, gratuitamente, com a comunidade, uma das propostas do Circo é incentivar a Cultura Popular em todos os sentidos.

No ano de 1987, foi assinado o Decreto nº 825 dessa mesma Secretaria, transferindo todo o patrimônio, do Circo do Povo para o Departamento de Cultura Popular da Fundação Cultural de Uberaba. O projeto foi pioneiro no Brasil. O Circo do Povo foi montado com atividades culturais, cursos profissionalizantes e até com direito a reuniões políticas, onde surgiram projetos importantes para Uberaba, como a criação de duas escolas, uma no bairro Abadia e outra no bairro Boa Vista. Foi palco do primeiro encontro internacional de Ludoteca, promovido pela Federação Latino Americana de Ludoteca (Flalu).

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O Circo do Povo se configura como um projeto de significativa abrangência social, no qual abarca em seu bojo a democratização do acesso à cultura através da arte, oportunizando entretenimento, lazer e diversão para as camadas sociais que se encontram alocadas em espaços longínquos dos aglomerados urbanos. Nesse sentido, o referido projeto com sua metodologia itinerante, tem como prazo de permanência seis meses, no transcorrer desse processo diversos bairros de Uberaba se transformarão no palco de novos talentos. O custeio para o desenvolvimento do referido projeto advém do fundo do artista, da Fundação Cultural/ Prefeitura Municipal de Uberaba.

No dia 01 de Março de 2018, o Circo foi reinaugurado no bairro Rio de Janeiro, que por ser recém-construído ainda não oferece infraestrutura de lazer e de atividades culturais para a população, dessa forma, ratifica-se a magnitude do projeto edificado. O horário de funcionamento do Circo é de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 20h00min e quinzenalmente nos sábados no período das 20h00min às 22h00min é realizado o espetáculo aberto para toda comunidade.

Na ocasião, os alunos do Circo sob a supervisão dos seus respectivos professores possuem a oportunidade as habilidades apreendidas nas oficinas circenses. Atualmente o Circo oferece as seguintes oficinas, acrobacia em solo, malabares, tecido acrobático, lira, trapézio, equilíbrio, além de dança, capoeira, teatro, teatro dança, rima na modalidade de Hip Hop, as turmas contemplam cerca de 20 alunos cada, de forma que por dia são atendidas de 80 a 120 crianças, adolescentes e seus respectivos núcleos familiares. Em parceria com a Secretária de Desenvolvimento Social (SEDS) são realizados cursos com possível propensão e inserção no mercado de trabalho.

Salienta-se que os profissionais responsáveis pelo desenvolvimento das oficinas participaram do processo seletivo realizado através da abertura do edital via Fundação Cultural, na qual a análise de currículo e a entrevista foram fatores determinantes para a contratação, que não engloba vínculo previdenciário, uma vez que os profissionais recebem via fundo do artista. Salienta-se que muitos professores oficinairos foram alunos do Circo, ou seja, para além do acesso a arte e a cultura, as técnicas ensinadas podem se configurar como uma atividade profissionalizante.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O bairro Rio de Janeiro é um território recém-construído, conjunto habitacional, que ainda não possui equipamentos públicos, ou seja, as crianças, os adolescentes e suas respectivas famílias precisam se deslocar para terem acesso aos direitos sociais. Sendo assim, o Circo do Povo é o único espaço que são consolidadas ações de proteção social, de escuta, a comunidade possui vínculo com os oficinairos bolsistas, as crianças e adolescentes no contra turno escolar participam das oficinas oferecidas.

São desenvolvidas apresentações externas, atividades como brechó solidário, colônia de férias, cinema no Circo, esse projeto se tornou um mecanismo potente de acesso à arte e a cultura, com os adolescentes são realizados um trabalho de prevenção, através da escuta individual e em grupo, de modo que são dialogados temas como, sexualidade, gravidez precoce, violência, drogas, o direito a educação e a profissionalização, questões relacionadas à família.

O desafio é construir um trabalho de base para quando o Circo alçar sua lona para outro bairro, as atividades, as oficinas e as discussões realizadas sejam enraizadas e propiciem metamorfoses da vida os que lá passaram. Evidencia-se que os moradores do bairro Rio de Janeiro, estão se fortalecendo enquanto comunidade para se mobilizarem e solicitar do poder público do município melhorias e serviços para que os mesmos possam ter acesso aos direitos sociais básicos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O circo chegou ao Brasil, no final do séc. XIX, sempre se exibiu da mesma forma: itinerante, geralmente montado na periferia das cidades. Com o passar do tempo, a arte no circo adaptou-se a tecnologia, porém, sem desviar da cultura do país. Durante sua caminhada pelo tempo, houve mudanças nas artes circenses.

A tecnologia auxiliou o espetáculo a ficar mais colorido, mais interessante, mais bonito, mas, sem perder a magia o encantamento. Abriu-se uma gama de possibilidades para a inovação, mesmo vivendo a beira da extinção e carregando a pecha de atração restrita à periferia, tolerando preconceitos e antagonismo da sociedade, o circo brasileiro resiste aos trancos o sistema opressor, percorrendo bairros, cidades, inclusive países levando a herança europeia que herdaram.

O Circo do Povo objetivou sempre, a democratização e popularização das diversas manifestações de cultura popular ou erudita, levando-as a grande parte da população dos bairros da área urbana e rurais de Uberaba, apoiou e incentivou produtores e animadores culturais, possibilitando condições de manifestar seus dons artísticos, estimulou intercâmbio de artistas locais e ofereceu lazer educativo às crianças, adolescentes e famílias de várias faixas etárias. Destarte, faz-se necessário a edificação e a execução de mais projetos como esse, no qual se configura como uma estratégia potente de proteção social, na medida em que as crianças e os adolescentes e suas famílias possuem acesso à arte e a cultura, possibilitando a construção de novas trajetórias.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. **Festas religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX.** Brasil: Revista de Estudos Históricos, 1994.

CAPONERO, Cristina; LEITE, Edson. Inter-relações entre Festas Populares, Políticas Públicas, Patrimônio Imaterial e Turismo. **Patrimônio: Lazer e Turismo**, v.7, n.10, p.99-113, jun.2010.

CASTRO, Alice Viveiros de. **O Elogio da Bobagem.** Rio de Janeiro: Editora Família Bastos, 2005.

MACIEL, Karen de Fátima. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular.** Viçosa: Educação em Perspectiva, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul/dez. 2011.

SILVA, Ermínia. **Circo-Teatro: Benjamin de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil.** São Paulo: Altana, 2007.



***COLORINDO A DIVERSIDADE SEXUAL DE ADOLESCENTES ACOLHIDOS: uma perspectiva do trabalho profissional.***

COLORING THE SEXUAL DIVERSITY OF ADOLESCENTS: a perspective of professional work.

Área temática: 1,4 Direito, Trabalho e Serviço Social.

GOMES, Aurélio Garcia  
UNESP Franca  
Mestranda em Serviço Social pela UNESP Franca  
[aureliagarcia@gmail.com](mailto:aureliagarcia@gmail.com)

LIMA, Maria José de Oliveira  
UNESP Franca  
Professora Doutora Departamento de Serviço Social UNESP Franca  
[mj.oliveiralima@yahoo.com.br](mailto:mj.oliveiralima@yahoo.com.br)

**Resumo**

Os profissionais que mantêm um contato direto aos acolhidos, são responsáveis por realizarem diversas atividades educativas, sendo uma das medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) o acolhimento institucional, este descrito como medida provisória e excepcional, se tornando um espaço que oferece proteção às crianças e adolescentes afastadas de suas famílias de origem, pois recebem educação, cuidados e um teto para sobreviver. A respeito da sexualidade infantil, para a psicanálise, é evidente que não se expressa apenas a partir da puberdade, mas desde o início da vida humana, a necessidade em falar sobre sexualidade com crianças e adolescentes acolhidas é uma das dificuldades encontradas no cotidiano dos profissionais das instituições de acolhimento, pois existe a ausência de cursos e preparos voltados a esta temática.

**Palavras-chave:** Sexualidade, Acolhimento, Infância.

**Abstract**

Professionals who maintain direct contact with the host are responsible for carrying out various educational activities. One of the protection measures provided for in the Statute of the Child and Adolescent (ECA) is the institutional reception, which is described as an interim and exceptional measure, becoming a space that offers protection to children and adolescents who are removed from their families of origin because they receive education, care and a roof to survive. Regarding child sexuality, for psychoanalysis, it is evident that it is not only expressed as a result of puberty, but since the beginning of human life, the need to talk about sexuality with children and adolescents is one of the difficulties encountered in daily life of professionals of the host institutions, since there is a lack of courses and preparation focused on this subject.

**Keywords:** Sexuality, Welcoming, Childhood.

## INTRODUÇÃO

Uma das medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o acolhimento institucional, este descrito como medida provisória e excepcional, sendo aplicado quando os direitos são negligenciados ou violados, pelo abuso dos pais ou responsáveis. Nestes casos, a criança ou o adolescente podem ser encaminhados para uma instituição denominada de acolhimento, os mesmos ficam sob cuidados de profissionais.

O desamparo não é necessariamente um real abandono, mas sim a incerteza diante da grandeza do mundo, o temor pela própria segurança, o sentimento frente à impossibilidade de controle total da própria vida, ou por estar só, são fatores que podem levar o ser humano à busca por abrigo. Ao nosso redor existem várias tentativas de nos abrigarmos, sendo construindo moradias, a fragilidade do nosso corpo, além do social, que nos causa sofrimento, quando temos a sensação de estarmos longe de conquistar um abrigo seguro.

Através desta conquista de segurança, se transforma no principal contato entre um ser humano e outro, potencializando o afeto. O acolhimento institucional se torna um espaço que oferece proteção às crianças e adolescentes afastadas de suas famílias de origem, pois recebem educação, cuidados e um teto para sobreviver. Contudo o atravessamento da sexualidade em relação aos profissionais e os acolhidos é um tema recheado de conflitos e tabus.

Os profissionais que mantêm um contato direto aos acolhidos, são responsáveis por realizarem diversas atividades educativas, infelizmente acaba sendo inevitável que a educação e a sexualidade se entrelacem nesse mesmo espaço, pois necessitam de um preparo para lidar com esta temática. Devido á esta dificuldade os profissionais acabam se silenciando.

No Brasil, até meados do século XIX, os abrigos estavam baseados em princípios religiosos, formando crianças na moral cristã para viver dentro destes valores. A instituição pioneira em relação ao abandono de crianças foi á igreja católica, que incentivava os fiéis a acolherem os desamparados, “fazendo caridade e garantindo a sua salvação aos olhos de Deus”. A educação e o cuidado para com as crianças e adolescentes acolhidos, historicamente, foram atribuídos aos voluntários religiosos, especialmente mulheres.

Na Idade Média, os mosteiros começaram a receber crianças abandonas, sendo os monges, os primeiros educadores. No século XV, São Vicente de Paula, fundou a Companhia das Filhas da Caridade, que na qual as irmãs vicentinas eram as responsáveis pelas crianças.

Com a criação das Rodas de Expostos, também no século XV, surgem as amas-de-leite, fundamentais no sistema de assistência para as crianças desamparadas. Desta forma surgia o anonimato de quem abandonava a criança, já que a mesma o deixava no interior de um cilindro que se encontrava no muro da instituição.

As amas tinham o perfil de serem ignoradas pela sociedade e não recebiam nenhum tipo de orientação de como deveriam cuidar dos pequenos abandonados. Por conta da esterilização do leite de animais, possibilitou a amamentação artificial, acabando com a contratação das amas, juntamente com o surgimento do higienismo, que ocorreu no século XIX, quando os governantes começaram a dar mais atenção á saúde da população.

No século XIX, foram criadas obras assistenciais, como creches e asilos para a infância. Contudo, em 1990, os profissionais tiveram que começar a repensar as suas praticas profissionais nas instituições, pois foi quando se implantou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no qual garante o direito da criança e do adolescente, mas não menciona diretamente o tema sexualidade, mesmo sendo evidente a sua importância. A realidade das casas de acolhimentos em relação à temática aqui citada é mais um descompasso entre diretrizes e praticas dentro das instituições.

A necessidade em falar sobre sexualidade com crianças e adolescentes acolhidas é uma das dificuldades encontradas no cotidiano dos profissionais das instituições de acolhimento, pois existe a ausência de cursos e preparos voltados a esta temática. O parâmetro para se definir a expressão sexualidade dentro das casas de acolhimento, é usado como associação a religião.

## SEXUALIDADE E ADOLESCÊNCIA

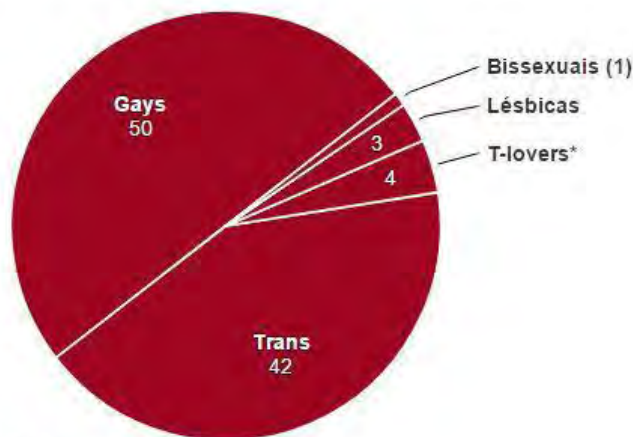
Segundo a EBC notícias, atualmente o Brasil mata em cerca de 25 horas uma pessoa considerada LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans), por se falar numericamente se torna uma quantidade estrondosa. Essa temática esta cheia de tabus, mesmo considerando os pequenos avanços das ultimas décadas.

Exemplo disso seria, no ano de 2010, o país tinha cerca de 60 mil casais homossexuais, sendo assegurados pelos direitos, como herança, pensão alimentícia e previdenciária. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal, na ocasião do julgamento da ADIn (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 4277 e da ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) nº 132 reconheceu, por unanimidade, a união estável entre pessoas do mesmo sexo em todo o território nacional.

Mesmo que encontramos alguns avanços no passar dos anos, nessa mesma linha caminhamos juntamente ao retrocesso do senso comum, já que em 2017 o Brasil ganhou o titulo sombrio de estar em primeiro lugar dos países da America latina, que na qual mais mata LGBT.

## MORTES POR HOMOFOBIA EM 2016

Em %



### Número de mortes:

- > 173 Gays
- > 144 Trans
- > 26 T-lovers, lésbicas e bissexuais

\*Parceiros de transexuais e travestis Fontes: RedeTrans Brasil, GGB, Iga e Glaad  
Confira mais infográficos da [Folha](#)

O que encontramos de mais óbvio nesses tipos de assassinatos são a crueldade humana, o ódio escancarado de um para com o próximo, exemplo é o caso da Travesti Dandara dos Santos, de 42 anos, era moradora na cidade de Fortaleza (CE), foi apedrejada até a morte, como se não bastasse, os assassinos ainda filmaram o ato, se sentindo orgulhosos, como se aquele ser humano fosse para um abatedor de animais.

Atualmente existem várias pesquisas voltadas para assuntos que eram considerados polêmicos, até algumas épocas passadas, tais como racismo, machismo, homofobia, questões de gênero, entre outros. Existem varias campanhas voltadas para esses temas, principalmente partindo de grupos universitários. Encontramos também vários movimentos sociais, que vão as ruas para lutar por seus direitos.

Contudo, ainda encontramos dificuldades, por exemplo, 80% dos gestores de casas de acolhimentos consideram que a junção de crianças e adolescentes do sexo feminino e masculino em um mesmo espaço possa acarretar em conseqüências, como a descoberta da sexualidade. Mas o porquê desse pensamento tão fechado, já que qualquer ser humano tem o direito de compreender e aprender sobre sua sexualidade e desenvolver sua orientação, conforme se sinta a vontade, sendo naquele órgão genital, biologicamente falando, ou no seu psicológico, voltado para a sua orientação de gênero.

Por conta da divergência entre a diversidade e a cultura, os contextos acabam se tornando de extrema violência no processo de construção da subjetividade. Se recuperarmos toda a trajetória histórica daquela criança ou adolescente acolhido, se reconhece a conquista realizada pelo ECA, através da nova forma de conceber este tipo de acolhimento, porém as instituições ainda não reproduzem os discursos de temas excludentes, como é o caso da sexualidade, mesmo sendo um direito daquele ser humano e isso se torna um entrave aos acolhidos e os acolhedores.

A respeito da sexualidade infantil, para a psicanálise, é evidente que não se expressa apenas a partir da puberdade, mas desde o inicio da vida humana. Mas a aproximação de ambos em uma instituição de acolhimento surge uma barreira, já que existe um distanciamento das próprias representações sexuais inconsistentes.

### **O TRABALHO PROFISSIONAL COM ADOLESCENTES ACOLHIDOS/AS: perspectivas sobre direitos sexuais.**

A partir da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) instituído pela Lei nº 8.069/1990 crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos enquanto sujeitos de direitos, cujo principal objetivo é garantir sua proteção integral.

Em termos de proteção, o devido Estatuto preconiza em seu artigo 101 nove medidas protetivas destinadas ao público infanto-juvenil, cujos direitos foram ameaçados e/ou violados.

O acolhimento institucional está previsto no inciso VII, do artigo 101, do ECA e tem como finalidade a proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso sexual, maus-tratos, opressão e demais violações de direitos, culminando para o afastamento desses sujeitos do convívio familiar e sua inserção nas instituições de acolhimento objetivando sua proteção.

Sob tais preceitos dar-se-á o desenvolvimento deste item, tendo em vista que busca refletir acerca do trabalho profissional, bem como apresentara questão da sexualidade e o direito à saúde sexual de jovens - neste estudo daqueles/as acolhidos/as - e como estas temáticas são debatidas nas instituições de acolhimento pelos/as profissionais.

É importante destacar que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, independentemente da condição de estarem inseridos/as em medidas protetivas como o acolhimento institucional. Deste modo, cabe visualizar estes sujeitos em sua integralidade e caminhar no sentido de efetivar aquilo que lhes é de direito.

Neste sentido, cabe ressaltar o trabalho profissional realizado nas instituições para que os direitos desses/as jovens acolhidos/as sejam garantidos.

Um dos documentos que norteiam os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes foi instituído em 2009 e denomina-se “Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes”, ele visa estabelecer uma padronização dessas instituições em território nacional. Segundo este documento, o acolhimento na modalidade abrigo institucional deve conter no máximo 20 acolhidos/as (crianças e adolescentes) e possuir uma equipe profissional mínima composta por um/a coordenador/a, dois profissionais de nível superior para constituir a equipe técnica, um/a educador/a e um/a auxiliar de educador/a (BRASIL, 2009, p.64).

A partir deste quadro profissional mínimo, exigido pela normativa dos serviços de acolhimento, nota-se a necessidade da realização de um trabalho interdisciplinar, ou seja, articulado entre as diferentes áreas.

Interdisciplinaridade pode ser entendida como qualquer forma de combinação entre duas ou mais disciplinas objetivando-se a compreensão de um objeto a partir da confluência de pontos de vista diferentes cujo objetivo final seria a elaboração de síntese relativa ao objeto comum. (FUREGATO, 2006, p.325 apud FARIA, 2010, p.132).

O trabalho interdisciplinar, quando de fato realizado, caminha para a compreensão e desvelamento da realidade dos sujeitos de direitos atendidos no acolhimento. Segundo Faria (2010, p.138) a interdisciplinaridade visa “superar a visão parcial e fragmentada” daquela realidade que está sendo trabalhada, pois é preciso interpretá-la como complexa e detentora de histórias.

Diante da atuação profissional e do trabalho interdisciplinar surgem questionamentos relacionados à sexualidade e saúde sexual dos sujeitos acolhidos.

Abordar o tema da sexualidade na adolescência e na juventude é de fundamental importância. Nesse momento da vida, muitas dúvidas aparecem relacionadas às mudanças corporais e psicológicas e às primeiras experiências sexuais. (BRASIL, 2013, p.64).

Assim sendo, nota-se a necessidade de capacitar os/as profissionais atuantes nos serviços de acolhimento para que consigam lidar com as dúvidas e indagações tão presentes na fase do desenvolvimento infanto-juvenil.

Presente na cartilha “Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes” (2009) está o respeito à diversidade sexual e de gênero, a não-discriminação quanto a essas temáticas e a necessidade de capacitação profissional relacionada ao desenvolvimento da sexualidade de crianças e adolescentes.

A cartilha ainda preconiza ações articuladas com a área da saúde - capacitações com a equipe profissional dos serviços de acolhimento - para informá-los e orientá-los acerca de saúde sexual e direitos sexuais dos/as acolhidos. (BRASIL, 2009).

Na articulação com o órgão gestor da saúde, devem ainda estar previstas, ainda, ações de capacitação e acompanhamento dos educadores/cuidadores, além de profissionais dos serviços de acolhimento [...], em relação a: [...] saúde sexual e saúde reprodutiva e orientação quanto aos direitos sexuais e direitos reprodutivos de adolescentes [...]. (BRASIL, 2009, p.41).

Este trabalho intersetorial entre saúde e serviço de acolhimento além de fortalecer os/as profissionais de ambas as redes para intervenção junto às crianças e adolescentes acolhidos/as, promove também discussões acerca de ações educativas articuladas entre as áreas.

Para promover a saúde sexual e a saúde reprodutiva de adolescentes e jovens, é fundamental a realização de ações educativas sobre sexualidade, gênero, saúde sexual e saúde reprodutiva. Tais ações devem ter como princípio a igualdade entre homens e mulheres, incentivar o respeito mútuo nas relações e rejeitar todas as formas de violência, bem como atitudes discriminatórias, como a discriminação contra homossexuais ou a ridicularização dos adolescentes e jovens que não sejam sexualmente ativos. As informações oferecidas devem ser completas e precisas sobre sexualidade, anticoncepção, gravidez e proteção contra doenças sexualmente transmissíveis. (BRASIL, 2013, p.69).

A partir disso, é possível identificar a importância da informação correta e o papel que ela representa para esses sujeitos, que muitas vezes só conhecem sobre sexualidade a partir de conversas informais com amigos/as e conhecidos/as.

É importante ressaltar que existem direitos sexuais e reprodutivos e eles estão apregoados nos Direitos Humanos e estão também preconizados no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 no que tange aos direitos fundamentais como à vida, à liberdade e à igualdade.

O direito à vida, à alimentação, à saúde, à moradia, à educação, ao afeto, *os direitos sexuais e os direitos reprodutivos* são considerados Direitos Humanos fundamentais. Respeitá-los é promover a vida em sociedade, sem discriminação de classe social, de cultura, de religião, de raça, de etnia, de orientação sexual. Para que exista a igualdade de direitos, é preciso respeito às diferenças. Não existe um direito mais importante que o outro. Para o pleno exercício da cidadania, é preciso a garantia do conjunto dos Direitos Humanos. (BRASIL, 2013, p.12, grifo nosso).

A compreensão de que o público infanto-juvenil acolhido é constituído por sujeitos de direitos leva ao entendimento de que são detentores de todos os direitos humanos e fundamentais, inclusive direitos sexuais e reprodutivos.

De um lado, Mattar (2008, p.12) expõe que o ECA negligencia os/as jovens por não reconhecê-los enquanto seres sexuados e reprodutivos, pois não menciona nada a respeito de sexualidade ao longo da legislação.

No entanto, por outro lado, é preciso compreender que apesar de o ECA não retratar especificadamente acerca de saúde sexual e direitos sexuais, o mesmo, em seu artigo 3º aborda acerca dos direitos inerentes à pessoa humana e em seu artigo 4º sobre os direitos referentes à vida, à saúde, à dignidade e à liberdade, dentre outros. (BRASIL, 1990).

Cabe, portanto, aos profissionais, identificarem que o direito à saúde sexual e reprodutiva e tudo o que diz respeito à sexualidade de crianças e adolescentes está transpassado nos direitos humanos e fundamentais, previstos na Constituição de 1988 e no ECA. Deste modo, não é porque não estão especificados nas legislações que significa que não existem, eles existem e devem ser

garantidos.

O Ministério da Saúde elaborou em 2013 o material intitulado “Cadernos de atenção básica: saúde sexual e saúde reprodutiva”, reconhecendo que saúde sexual e reprodutiva são direitos.

Este material pode ser usado como base para o trabalho profissional, tendo em vista que um dos itens retrata acerca da sexualidade na adolescência e reconhece esses sujeitos enquanto detentores de direitos sexuais e preconiza uma educação sexual de qualidade que lhes traga informações importantes ao dia-a-dia.

O material aponta para aspectos da adolescência que devem ser levados em consideração ao abordar a temática sexualidade, pois como o ser humano é complexo e apresenta múltiplas especificidades deve ser olhado em sua totalidade.

Na adolescência, a sexualidade tem uma dimensão especial, que é o aparecimento da capacidade reprodutiva no ser humano, que acontece ao mesmo tempo em questão ocorrendo profundas transformações biológicas, psicológicas e sociais. O acelerado crescimento físico dessa fase é acompanhado pela maturação sexual. A capacidade de abstração e o pensamento crítico se desenvolvem, juntamente com um maior senso de independência emocional e de autoconhecimento. Formula-se, gradualmente, o código pessoal de valores éticos e morais.(BRASIL, 2013, p.65).

O/a adolescente deve ser compreendido como um sujeito que está passando por um processo de desenvolvimento, apresentando mudanças corporais, comportamentais, psicológicas e sociais.

Segundo Uziel e Berzins (2012, p.10) “o exercício da sexualidade é múltiplo e restringir sua amplitude na discussão quando se trata de adolescentes abrigados pode significar desproteção”, desta forma, a ausência de um trabalho educativo e a falta de diálogo da equipe profissional sobre a temática da sexualidade com os/as acolhidos/as pode culminar na desproteção dos sujeitos atendidos.

Pesquisas recentes apontam que discussões acerca de saúde e educação sexual nas instituições de acolhimento são realizadas de forma informal. De acordo com Firmino e Knudsen (2015, p.01) “fantasias, valores, preconceitos e ideais pessoais dos/as educadores/as são transmitidos inconscientemente”, destoando do que prevêm as legislações acerca do direito a saúde sexual e reprodutiva e do acesso à informação de qualidade sobre educação sexual.

Adolescentes e jovens são pessoas livres e autônomas, que têm direito a receber educação sexual e reprodutiva e a ter acesso às ações e serviços de saúde que os auxiliem a lidar com a sexualidade de forma positiva e responsável e os incentive a adotar comportamentos de prevenção e de cuidado pessoal. (BRASIL, 2013, p.65).

O trabalho profissional com viés educativo acerca da saúde sexual, comprometido com a transmissão de conhecimentos e informações necessárias ao público infanto-juvenil - que passa por uma fase de mudanças e questionamentos acerca do próprio corpo e sexualidade – é essencial para desmistificar tabus, responder dúvidas e colaborar para a construção da identidade daqueles sujeitos

de direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou retratar acerca do papel e do significado da educação sexual na vida de crianças e adolescentes. O recorte se deu quanto ao público infanto-juvenil acolhido, ou seja, crianças e adolescentes que vivem sob medida protetiva de acolhimento institucional prevista no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A partir do estatuto, crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos enquanto sujeitos de direitos em território nacional. Diante disso, a infância e a adolescência acolhidas devem ser visualizadas enquanto detentoras de direitos, de forma igual a qualquer outra.

Como foi ressaltado ao longo do texto, crianças e adolescentes possuem direitos, dentre eles, está o direito à saúde sexual e reprodutiva, que apesar de não estar claramente evidenciada nas legislações pode ser subentendida, no contexto dos direitos humanos.

O texto abordou acerca do trabalho profissional e interdisciplinar da equipe mínima dos serviços de acolhimento, bem como a necessidade da articulação intersetorial entre a instituição e os serviços de saúde para melhor compreensão sobre sexualidade infanto-juvenil.

É primordial que os/as profissionais se atualizem e busquem capacitações contínuas sobre o tema, tendo em vista que ao longo do desenvolvimento da infância e adolescência as dúvidas surgem e serão esses profissionais os primeiros a serem procurados pelas crianças e adolescentes para responder às indagações.

Ademais, as capacitações trarão elementos para que concepções pessoais de cada profissional não sejam difundidas como verdades absolutas e o direito à saúde sexual e reprodutiva seja assegurado e efetivado.

Em suma, é preciso compreender que crianças e adolescentes – acolhidos/as ou não - são sujeitos em fase de desenvolvimento, vivenciando mudanças físicas, comportamentais, psicológicas, sociais, dentre outras alterações que perpassam suas vidas e geram rebatimentos sobre a forma como lidam e experimentam a sexualidade, por isso a necessidade de um trabalho profissional educativo na perspectiva da proteção integral desses sujeitos de direitos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. **História das crianças no Brasil**. São Paulo; Contexto, 2000.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa da Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providencias.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde . Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. 1ª ed. 1ª reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. **Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 18 de junho de 2009**. Aprova o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Disponível



em: <[http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes\\_tecnicas\\_final.pdf](http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf)>. Acesso em: 08 jul. 2018.

FARIA, Denise J. Serviço social: mediação e interdisciplinaridade. Elementos para reflexão. In: JOSÉ FILHO, Mário; OLIVEIRA, Cirlene Ap. H. da Silva. (Orgs.). **Trabalho interdisciplinar: construindo saberes**. Franca, SP: Unesp-FHDSS, 2010, p. 123-147.

FIRMINO, F. H; Knudsen, P. P. P. S. Educação sexual de crianças e adolescentes em abrigos: discussões iniciais sobre o lugar do educador nesses espaços. **IV Simpósio Internacional de Educação Sexual**. Maringá: UEM, 2015. Disponível em: <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2015/657.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Petrópolis: Vozes, 1988.

FREUD, S. **Três Ensaio sobre a sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

LOURO, J. L. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARCILIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MATTAR, L. D. Exercício da sexualidade por adolescentes em ambientes de privação de liberdade. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 133, p. 61-95, Apr. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742008000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742008000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 jul. 2018.

RIOS, R. R. **O princípio da igualdade e a discriminação por orientação sexual: a homossexualidade no direito brasileiro e norte americano**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

UZIEL, A. P; BERZINS, F. A. J. Adolescências, autonomia e direitos sexuais: fragmentos de histórias de meninas abrigadas. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 105-115, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652012000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652012000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 jul. 2018.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-05/dia-de-combate-homofobia-sera-marcado-por-debates-em-salvador>. Acesso em: 20 jul. 2018

<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/acusados-de-matar-travesti-dandara-nao-foram-julgados-apos-um-ano-choro-todos-os-dias-diz-a-mae.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2018

**COMPARATIVO CONCEITUAL ENTRE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO  
VERSUS ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO**

**CONCEPTUAL COMPARATIVE BETWEEN INFORMATION AND KNOWLEDGE MANAGEMENT  
VERSUS ORGANIZATION OF INFORMATION AND KNOWLEDGE**

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: outras áreas temáticas

MORAES, Isabela Santana de  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Marília  
Aluna do curso de Doutorado em Ciência da Informação do  
Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)  
E-mail: isabela.santanademoraes@hotmail.com

MOREIRA, Walter  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Marília  
Doutor em Ciência da Informação e Livre Docente do  
Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)  
E-mail: walter.moreira@unesp.br

NOVAES, Fernanda Carolina Pegoraro  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Marília  
Aluna do curso de Mestrado em Ciência da Informação do  
Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)  
E-mail: fernanda\_pegoraro@outlook.com

**Resumo**

A informação e o conhecimento são bens que devem ser armazenados de forma a permitir sua recuperação, para garantir uma possível distribuição e geração de novos bens. Para o conhecimento ser armazenado, recuperado e utilizado ele deve estar descrito de forma que se permita sua utilização, de acordo com as culturas e contextos ali presentes, para possíveis soluções de problemas de forma eficiente e eficaz. Sendo assim, a gestão e representação do conhecimento adequada ao ambiente pode ser vista como uma forma inteligente de se organizar informações para auxílio na solução de problemas complexos. Este trabalho trata a gestão da informação e do conhecimento e a organização da informação e do conhecimento, apresenta-se um breve comparativo teórico entre elas e discorre sobre possíveis pontos de como uma pode colaborar com a outra. Assim, a presente pesquisa abordou a gestão da informação e do conhecimento e a organização da informação e do conhecimento, tendo como objetivo conceitua-los teoricamente para apresentar suas diferenças e também identificar se há maneiras de uma complementar a outra, auxiliando na eficácia da representação, organização, recuperação, gestão e utilização da informação e do conhecimento. Diante disto, realizou-se uma pesquisa teórica exploratória a fim de entender os conceitos proposto. Com a análise observou-se que há formas de colaboração entre GI/GC e OI/OC, na função de representação e organização.

**Palavras-chaves:** Gestão da Informação, Gestão do Conhecimento, Organização da Informação, Organização do Conhecimento.

**Abstract**

Information and knowledge are assets that must be stored in a way that allows them to be recovered, to ensure a possible distribution and generation of new assets. For the knowledge to be stored, retrieved and used it must be described in a way that allows its use, according to the cultures and contexts present, for possible solutions of problems in a efficient and effective way. Thus, the management and representation of knowledge appropriate to the environment can be seen as an intelligent way of organizing information to aid in the solution of complex problems. This work deals with the management of information and knowledge and the organization of information and

knowledge, presents a brief theoretical comparison between them and discusses possible points of how one can collaborate with the other. Thus, the present research addressed the management of information and knowledge and the organization of information and knowledge, aiming to conceptualize them theoretically to present their differences and also to identify if there are ways to complement each other, aiding in the effectiveness of representation, organization, recovery, management and use of information and knowledge. In view of this, a theoretical exploratory research was carried out in order to understand the proposed concepts. With the analysis it was observed that there are forms of collaboration between GI/GC and OI/OC, in the function of representation and organization

**Keywords:** Information management, Knowledge Management, Information Organization, Knowledge Organization.

## 1 INTRODUÇÃO

O mundo encontra-se em um cenário de constantes mudanças, devido ao grande avanço tecnológico e ao crescimento desenfreado de informação. Estes aspectos podem ser benéficos ao proporcionar vantagem competitiva e produção de novos conhecimento. Mas também, a grande quantidade de informação sem organização e um gerenciamento adequado, pode acarretar em desvantagens.

A ciência da informação é a área de estudos voltada às atividades de organização, representação e recuperação da informação. Esforça-se em compreender como representar o conhecimento, o que pode ser representado, se tudo pode ser representado e se as áreas do conhecimento são representadas da mesma maneira. Contudo, conhecimento e informação são termos de difícil conceituação devido à amplitude semântica e às diversas perspectivas de análise, domínios e concepções de cada área (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012).

Para a informação ser transformada em conhecimento, o indivíduo dialoga com a sua cultura, valores, princípios, contexto em que está inserido, seu modo de ser e sua maneira de compreender o mundo. Assim considera-se o conhecimento como subjetivo e inerente ao sujeito, mas ao mesmo tempo social, pois o ser humano está inserido em um contexto, interagindo com o mundo que o envolve. O conhecimento está relacionado com os aspectos cognitivos que ocorrem na mente humana e os processos mentais de captação, assimilação, associação e também de construção, desconstrução e reconstrução de conceitos. Há ainda a importância do papel social do conhecimento, envolvendo o aspecto do conhecimento acumulado ao longo do tempo e da sua socialização (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012).

A Ciência da Informação, pode disseminar duas linhas de pesquisas a gestão do conhecimento e a organização do conhecimento. Tais linhas podem apresentar pontos que possam se complementar, mas para que isso ocorra com mais eficiência é necessário identificar as diferenças desses dois domínios específicos. Pois em uma área científica, para que a comunicação seja eficaz, é essencial haver clareza e precisão dos seus conceitos, a fim de minimizar a incidência de ruídos ou de silêncios na comunicação. Nesse contexto, considera-se que a clareza conceitual é condição essencial para a construção efetiva da ciência como um todo e de seus domínios, de modo mais específico.

A gestão do conhecimento está mais relacionado com área da administração. De acordo com Valentim (2008) gestão do conhecimento é um conjunto de atividades que visa trabalhar a cultura e a comunicação em ambientes organizacionais, no intuito de propiciar um ambiente positivo em relação à criação, geração, aquisição, compartilhamento, socialização e utilização de conhecimento. Assim como mapear fluxos informais existentes nesses espaços, com o objetivo de formalizar, a fim de transformar o conhecimento gerado pelos indivíduos que é tácito em explícito, de modo a subsidiar a geração de ideias, a solução de problemas e o processo decisório em âmbito organizacional.

Para maior clareza, no presente trabalho o termo organização está concernente apenas ao verbo organizar e não será utilizado organização como sinônimo de instituição/empresa. Vale ressaltar ainda que o termo utilizado será instituição, no sentido de ser estruturas de ordem social, que conduz o comportamento de um conjunto de indivíduos.

A organização do conhecimento é mais conexo com a biblioteconomia, um campo que visa a sistematizar e organizar o conhecimento para recuperar a informação, um campo que desempenha papel de comunicação, mediação e intercâmbio do conhecimento. Tem por objetivo apoiar os processos de ensino-aprendizagem, incentivar e oferecer subsídios às atividades de investigação

científica. Esta última função é considerada como um dos pilares mais destacados no que se refere à base de um determinado campo (HJØRLAND, 2008).

De acordo com Campos, Gomes e Campos (2011), a organização e recuperação do conhecimento sempre estiveram condicionadas à base tecnológica associada. Inicia-se de forma mais sistematizada com fichas de registro em papel e atualmente, as bases de dados tem proliferado com a disponibilização da informação principalmente na *web*. Isoladamente, há avanços tanto nos processos de organização quanto nos processos de recuperação da informação.

A pesquisa busca delinear um panorama geral do que vem a ser o conceito de GI, GC, OI e OC, para isso foi realizada revisão de literatura em textos da área, com o objetivo de contribuir para uma melhor comunicação científica e compreender como pode ser feito a colaboração entre os domínios gestão do conhecimento e organização do a partir do caminho de pesquisas sobre esses conceitos.

## **2 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO**

O avanço da circulação da informação, apoiado pelas diversas tecnologias da informação e aliado a um mercado cada vez mais competitivo, está tornando o processo de tomadas de decisões mais complexo para as instituições e exigindo mais atenção, dedicação e empenho dos gestores. É necessário uma nova maneira de gestão nesse cenário competitivo e conturbado pois, a informação está fortemente inserida no ambiente interno e externo das instituições.

Terra (2005), afirma que ao introduzir uma gestão da informação, acarreta-se um monitoramento contínuo e dinâmico do ambiente externo, proporciona processos de planejamento mais atual e ágil, definições de estratégias mais eficaz e até mesmo tomada de decisões em tempo real. Portanto, gera-se valor agregado ao produto ou serviço e vantagem competitiva para as instituições. Uma gestão eficaz da informação no ambiente interno, acompanha, controla e incentiva a busca da informação, para impulsionar a atitudes mais assertivas em tomadas de decisões para alcançar objetivos.

Para Starec et al. (2006, p. 77) “a cultura organizacional interfere na definição do modo de como a informação circula pela empresa”. Deste modo, requer das instituições a criação de cultura e processos gerenciais que apoiem a busca e compartilhamento da informação e que facilite a sua utilização, para assim agregar valor nas atividades executadas pelas equipes e à tomadas de decisões. Interferindo diretamente na introdução de padrões culturais que proporcione e impulsiona a assimilação e uso da informação útil. Contudo, não deve-se esquecer que, a busca da informação gera competitividade entre os membros da mesma equipe, pois quem obter maior quantidade de informação de qualidade e útil para a finalidade, tem mais chances de solucionar o problema e desta forma destacar-se no grupo.

Portanto, o gestor da informação deve proporcionar um clima organizacional agradável e que seja organizado, com uma saudável competição interna, equipe unida e produtiva. O bom clima faz com que o pensamento e a criatividade se despertem e se o assim o fizer a lucratividade virá espontaneamente. Porém, não se denota anarquia e sim comunicação, socialização e entendimento entre os indivíduos de uma mesma equipe.

Para desempenhar um bom papel de gestor da informação, de acordo com Starec et al. (2006) é preciso identificar as necessidades de informação incluindo saber, quais decisões precisam ser tomadas, porque, quando, o que farão com a informação obtida, quanto custará obtê-la e quanto poderia custar não obtê-la. Depois, realizar coleta e tratamento das informações, para identificar as relevantes e úteis para auxiliar em determinada situação, partindo da necessidade preestabelecida. O próximo passo é a análise final das informações, onde irá gerar inteligência com a informação útil obtida. Nessa etapa, apenas o raciocínio humano é capaz de avaliar a credibilidade da informação e agregar valor à sua formação final, transformando assim e informação em conhecimento.

Segundo Betim (2010), um gestor da informação deve valorizar os resultados, para proporcionar mais ênfase na busca da informação, e também utilizar de sistemas de informação para seu suporte. Um sistema de gestão da informação deve ser simples para facilitar o clico da informação no ambiente organizacional. Pois tecnologia da informação é utilizada para facilitar e apoiar todo o processo de gestão da informação, garantindo armazenamento, acessibilidade, e disseminação das informações.

Considerando a informação como fonte de vantagem competitiva, essa torna-se relevante para formulação das estratégias organizacionais. Desta forma, a tecnologia da informação é impulsionada para apoiar a formação de estratégias. Encontram-se os sistemas em rede para armazenar e colaborar com o processo de análise da informação.

De acordo com Starec et al. (2006, p. 82),

As facilidades de informação e comunicação proporcionadas pela introdução da organização em rede oferecem uma grande oportunidade para sua utilização na formação da estratégia empresarial. A partir da penetração da rede no interior da empresa, podem-se ofertar informação e inteligência, além de mobilizar equipes especializadas para, juntamente com gerentes, promoverem a reflexão e a formação da estratégia.

Assim sendo, os sistemas de rede caracterizam-se para informação flexível, velocidade e descentralização que proporcionam com seu uso. Assim, possibilita o rompimento de instituições tradicionais, ocasiona o fim das informações concentradas nas mãos de poucos e, por conseguinte a quebra na ênfase da hierarquia, e assim sucedendo um clima proativo para gerar inovação e criatividade.

Entretanto, segundo Starec et al. (2006) há uma hierarquia dentro das instituições que o gestor da informação deve analisar para manuseio da informação estratégica, é uma estrutura que possibilita o gestor a analisar a conjuntura organizacional e enxergar melhor o meio produtivo. Sem o entendimento desse organograma, as informações podem ser manipuladas por onde passar e o gestor não perceber, podem chegar distorcidas, desta forma sem credibilidade e por consequência possíveis tomadas de decisões erradas.

A visão institucional é o limite que os gestores conseguem ver dentro de um período de tempo mais longo e amplo, ela não é estática, pode ser modificada com o tempo. De efeito, proporciona um delineamento para o planejamento estratégico da informação a ser elaborado e implementado na instituição. A missão não é como a visão que deve-se ficar alterando constantemente, ela é intocável, para não ter que ficar mudando os planos a todo momento, isso além de desconforto aos indivíduos, provoca retrabalho e por consequência gastos (STAREC, 2006).

Desta forma, o gestor da informação deve buscar informações diferentes e específicas para cada alvo que se almeja. Após encontrar as informações adequadas para cada objetivo, prepara-se as estratégias para atingir o alvo. A estratégia é o caminho ou ação mais apropriado e preparado para se executar a tarefa e atingir sua meta. Os objetivos determinam para onde o gestor da informação deve-se atentar e direcionar suas informações e esforços, para que a instituição alcance uma eficácia.

A partir dos objetivos bem definidos e das informações coletadas, assume-se a etapa do projeto. Não existe projeto que resolve todos os problemas de uma única vez, cada situação necessita de diagnósticos, novas informações e propostas próprias para seu fim. O projeto é a última etapa de toda preparação estratégica da informação, visando efetivar algo que agregará valor ao seu produto, serviço e até mesmo gerar novos conhecimentos à própria instituição.

Assim, analisa-se a relevância do planejamento estratégico da informação, que bem articulado agrega e propaga o conhecimento necessário para crescimento, desenvolvimento, estabelecimento no mercado e vantagem competitiva que as instituições almejam. A utilização da informação gerenciada de maneira inteligente disponibiliza também, entendimento sobre as mudanças do ambiente externo e desta maneira, oferece competitividade em um amplo ambiente, incluindo o cenário internacional.

De acordo com Moraes (2010)

Para que as organizações ajustem-se rapidamente às mudanças, é preciso dispor de informações de qualidade, oportunas e confiáveis para que possam dar suporte adequado às decisões. Desta forma, o *valor da informação* pode ser medido pela maneira como ela ajuda os tomadores de decisões, mas, inclusive, a tecnologia disponível para gerenciá-las.

Assim, analisa-se que a relevância da informação, está inteiramente ligada a necessidade que precisa ser sanada e sua utilidade está em conjunto com a tecnologia disponível para suporte.

Starec et al. (2006) aborda que existem metodologias para auxiliar na análise da informação, como as descritas. I- Modelo das 5 forças de Michael Porter: auxilia a análise do ambiente competitivo, identificando a vantagem potencial de um setor e antecipando mudanças na sua estrutura. Ajuda na compreensão de informações relativas aos concorrentes. II- Fatores críticos de sucesso: é utilizado para avaliar a atratividade e a força do negócio, assim analisa os fatores que

afetam a instituição, atribui a eles valor crescente de 1 a 5 e calcula-se a média dos valores e assim é projetada uma matriz para avaliar as forças. III- Cenários: auxilia na provisão de situação provável, positiva ou negativa do ambiente externo que possam causar forte impacto no desempenho. IV- Perfil do concorrente: apresenta um quadro de forças e fraquezas dos atuais e potenciais concorrentes e identifica seus planos estratégicos, com finalidade de prever quais serão as reações dos concorrentes com iniciativas competitivas para elaborar estratégias. V- *Benchmarking*: esse analisa como estão sendo desempenhadas as habilidades da instituição em comparação com demais. Seu objetivo é entender as melhores práticas de outras instituições, melhorá-las e trazer para realidade da sua, com melhor desempenho custo menor. VI- SWOT: essa analisa as forças e fraquezas internas da instituição e externas de modo a identificar sua posição perante seus concorrentes em relação a ameaças e oportunidades.

Esses métodos auxiliam na gestão estratégica da informação para identificar a informação de qualidade e útil, reunir, direcionar e gerar conhecimentos para alcançar os objetivos preestabelecidos. Para o planejamento estratégico da informação, tudo que acontece no ambiente externo representa um conjunto que pode interferir na instituição, pois o mercado representa informação, o estudo de suas atividades são evoluções, que um bom gestor da informação deve observar, entender, aprimorar e adaptar para sua instituição.

De efeito, para uma gestão da informação que agregue valor ao produto ou serviço, também é necessário que o gestor esteja em constante aperfeiçoamento de sua capacidade de observação, análise e entendimento da situação que a instituição desafia, o ambiente externo que se encontra e o perfil de colaborador disponível.

Desta forma, todo gestor estratégico da informação, deve trabalhar com observação e mensuração das informações, pessoas e situações, para entender, avaliar e medir as dimensões dos problemas e saber planejar o desenvolvimento para resultado positivo. O planejamento estratégico da informação é uma das grandes diferenças de instituições que estão em constante evolução para aquelas que apenas sobrevivem no mercado, pois o planejamento estratégico para utilizar a informação é a transformação da informação em conhecimento.

O conhecimento é algo existente dentro da mente do indivíduo, tornando-se algo subjetivo e que não pode ser diretamente gerenciado. É necessário lembrar que gerenciar conhecimento é diferente de gerenciar dados e informações. O conhecimento é algo subjetivo, pois o mesmo conhecimento pode ser gerado e interpretado de maneiras diferentes para pessoas, de acordo com a sua cultura, origem e costumes. Quando é realizada uma assertiva gestão do conhecimento pode gerenciar bens tangíveis para as instituições.

Neto (2008) discute que, para a instituição o que de fato tem relevância é como cada indivíduo utiliza seu conhecimento em suas tarefas, ações e decisões dentro da instituição para agregar valor nos processos que participa. Não importa se esse conhecimento seja pouco ou grande, mas é de interesse da instituição que todos os colaboradores manifestem seu conhecimento em suas atividades.

A Gestão do Conhecimento, segundo Terra (2005, p. 2) “[...] facilitam, favorecem e estimulam os processos humanos de criação, compartilhamento e uso de conhecimento individuais e coletivos.” Desta forma, gestão do conhecimento traz uma nova forma de olhar e pensar para e se bem trabalhada agrega inúmeros benefícios.

Contudo, Valentim (2008) afirma que a gestão do conhecimento é algo sem um escopo bem definido. Seu desenvolvimento depende da realidade da instituição para poder elaborar iniciativas estratégicas.

Pode-se começar a gestão do conhecimento com as seguintes práticas, de acordo com Terra (2005, p. 7)

- Boas aquisições de empresas na busca de conhecimento específicos.
- Mapeamento de competências.
- Investimentos em portais e comunidade virtuais.
- Descentralização de estruturas organizacionais, diminuindo o número de níveis da estrutura organizacional.
- Investimento em P&D.
- Melhoria dos processos de comunicação internos e com parceiros externos.
- Uso intensivo de novas tecnologias da informação, comunicação e

colaboração.

- Melhoria de processos de recrutamento.
- Investimento em e-learning acoplado a iniciativas de colaboração virtual e comunidade de prática.
- Aumento das oportunidades de treinamento para funcionários, clientes, parceiros e fornecedores.
- Criação de memória, incentivando o compartilhamento da informação e conhecimentos.
- Mensuração de resultados de forma inovadora e compartilhada.
- Pedidos de patente e desenvolvimento de estratégias de segredo industrial.

Ainda que apontado essas iniciativas, é relevante ressaltar que gestão do conhecimento não se implanta, pratica-se com o tempo.

A gestão do conhecimento incorpora um novo raciocínio e foco gerencial no aspecto ou recurso conhecimento. Envolve uma série de recentes métodos e processos como os acima citados e uso de novas tecnologias, para levar a prática. Essa gestão, significa organizar processos e ferramentas gerenciais e tecnológicas para melhor compreensão da geração, identificação, validação, disseminação, compartilhamento, proteção e uso do conhecimento. Com fim de proporcionar benefícios para os stakeholders e gerar resultados para a instituição (BETIM, 2010).

Isto posto, para manter-se em evidência é necessário as instituições estarem em constante aprendizagem, inovar, utilizar o máximo de suas competências e habilidades, proteger seus conhecimentos e ativos intangíveis estratégicos. Desse modo, o grande desafio é como manejar esta ampla escala de ferramentas gerenciais, pessoais e tecnológicas para melhorar a capacidade da instituição em gerenciar o conhecimento.

A partir da compreensão que o conhecimento é subjetivo, Moraes (2010), discorre que gerenciar conhecimento é gerenciar pessoas juntamente com suas capacidades, habilidades e aptidões. Por serem de difícil compartilhamento e espontaneidade, tornando a gestão do conhecimento um processo complexo e subjetivo.

Para Neto (2008), a gestão do conhecimento ainda pode ser entendida como a junção de todas as ações para impulsionar o conhecimento, fazendo com que seus colaboradores sempre usufruam da informação da melhor maneira possível, aumentando e qualificando seus conhecimentos, isso tudo com o fim de alcançar os objetivos da instituição, maximizar competitividade e garantir sua estabilidade no mercado.

Embora o conhecimento seja algo inerente tanto no indivíduo quanto na instituição, a gestão do conhecimento ainda é algo distante, da realidade das instituições mundiais e brasileiras. Isso ocorre, pois é uma gestão subjetiva. Para Terra (2005), há hipóteses de dificuldades existentes da gestão de pessoas e dificuldades das instituições brasileiras. Sendo elas:

Dificuldades Inerentes da Gestão do Conhecimento:

- Envolve interdisciplinaridade e necessita pensar em estratégias, pessoas, culturas, processos e tecnologia no mesmo instante.
- É preciso praticidade para implementar processos visíveis, mas também capacidade para enxergar processos invisíveis de criação e uso do conhecimento.
- Os processos da gestão do conhecimento revelam-se em diferentes níveis e áreas, dificultando definição de responsáveis e raciocínio de conhecimento.
- Gestão do conhecimento é estratégico, mas são práticas enraizadas no modo de trabalhar e processos da instituição.
- Deve ser compartilhada, mas não deve ser apenas fruto de ações benevolentes.
- É difícil começar, pois as pessoas só participam quando lhe é benéfica, entretanto só será benéfica, após participação de forma sistêmica.
- Gerar conhecimentos estratégicos úteis demanda tempo, e as instituições demandam resultados em curto prazo.
- Exige inovação em visão sistêmica, novos processos e diferencial de tecnologias e ferramentas.
- Leva a pensar em novos modelos de negócio, desta forma traz a dificuldade de ter que repensar como um todo.

Dificuldades específicas nas instituições brasileiras:

- As instituições brasileiras mais tradicionais não investem em pesquisa e desenvolvimento e em atividades de retorno potencialmente alto e incerto.
- Gestão do conhecimento é algo que está sendo tratado a pouco tempo notoriamente, desta forma ainda não há retorno previsível.
- No Brasil o nível de capacitação digital é menor do que em outros países que já ressalta a gestão do conhecimento, e ela apoia-se em processos que demanda do colaborador mais proximidade tecnológica, além do básico.
- Gestão do conhecimento demanda disciplina para escrever, algo que não está presente significativamente na cultura das instituições do Brasil.
- Falta de compreensão das instituições brasileiras do que é útil e gera valor na era da informação, conhecimento e bens intangíveis.

Ainda que haja essas dificuldades, o cenário nacional está mudando e começa atribuir destaque e recursos para gestão do conhecimento. Mas ainda hoje as instituições brasileiras investem relativamente pouco em conhecimento, este fato está sendo alterado recentemente e aos poucos, pois é notória a necessidade de investir no capital intelectual. Visto que o mesmo acarreta grandes mudanças, melhorias, evoluções e benefícios para instituição como um todo. De acordo com Terra (2005, p. 2)

Gestão do conhecimento exige um certo grau de sofisticação intelectual, empatia verdadeira para envolver os colaboradores e também capacidade de abstração para compreender bem a natureza do conhecimento que se quer gerir e quais ferramentas, métodos e processos são mais eficazes para estimular seu desenvolvimento, compartilhamento e proteção. É muito diferente ter como foco melhorar a gestão do conhecimento em um ambiente de P&D, fábrica, departamento de marketing ou central de atendimento.

Desta forma, entende-se que a gestão do conhecimento muda seu foco e gerenciamento de um setor para outro. Eles não devem ser comparados entre si, mas sim liderados particularmente.

A gestão do conhecimento é vista como um ativo intangível, assim como, marcas, patentes, direitos autorais, competências e habilidades dos colaboradores, redes de relacionamento, cultura organizacional e capacidades inovadoras, esses ativos por serem intangíveis não entram no balanço patrimonial como os tangíveis, entretanto são muito valiosos e são considerados o diferencial para vantagem competitiva e destaque no mercado. A gestão do conhecimento só trará resultados tangíveis e até mesmo quantitativos, quando for um tema em destaque na alta gerencia. Pois assim, serão discutidos claramente quais conhecimentos precisam ser desenvolvidos, aprimorados, dinamizados, codificados, protegidos, transmitidos, disseminados e para quem e por que isso dever ser feito. Só com a gestão desses objetivos traçados que a instituição será capaz de estabelecer uma visão estratégica, gerar competitividade de mercado e agregar bens tangíveis (VALENTIM, 2008).

Desta forma, as instituições mais inovadoras possuem programas formais para gerenciar seus ativos intangíveis como conhecimento, para avaliar e assegurar que estão sendo investidas e protegidas adequadamente para gerar vantagem competitiva a curto e longo prazo.

Sendo o conhecimento inerente ao homem e apenas evoluído na mente humana, Choo (2006) discorre que não somente o gestor que é responsável pela gestão do conhecimento mas também todos os colaboradores, sendo cada um responsável pela gestão do seu próprio conhecimento. Tendo o discernimento de quais informações buscar para aumentar seu conhecimento, saber quando é o momento que seu conhecimento precisa ser aprimorado, entender que a transmissão de seu conhecimento além de gerar valor para instituição também é um ganho pessoal, entre outras coisas que o colaborador deve ter em mente para que o conhecimento organizacional possa ser usado da melhor maneira possível.

O gestor do conhecimento deve indagar o colaborador à possuir e utilizar seu conhecimento de maneira crescente, pois conhecimento quanto mais utilizado, indagado e aprofundado maior é seu valor. A gestão do conhecimento necessita ser aplicada e desenvolvida de modo coerente com a realidade e lógica estratégica da instituição e por sistemas e processos capacitados pelos níveis de liderança das instituições.

Assim, o custo de produção e elaboração do conhecimento é independente de seu custo de disseminação e uso dentro da instituição, pois produção e elaboração do conhecimento está inteiramente dentro do indivíduo, suas experiências e aprendizado, enquanto a disseminação e uso



do conhecimento é colocá-lo em prática.

De acordo com Terra (2005) ao contrário dos estoques de matéria prima, de recursos tecnológicos, de recursos naturais, de mão-de-obra, de ativos imobilizados entre outros bens tangíveis o valor financeiro do recurso conhecimento não é tão facilmente compreendido, classificado e medido. É um recurso intocável, invisível, intangível e difícil de copiar. Sua maior característica é o fato de ser altamente reutilizável, ou seja, quanto mais utilizado, transmitido e disseminado, maior será seu valor. O efeito depreciação ocorre ao contrário dos bens tangíveis, enquanto bens tocáveis são depreciados em quanto mais é utilizado, o capital intelectual acelera sua depreciação se o conhecimento não é colocado em prática, pois o tempo vai passando e é preciso adquirir novos conhecimentos para acompanhar o mercado. De efeito, pode-se afirmar que se não está adquirindo ou aprimorando conhecimento, é provável que se esteja perdendo conhecimento.

Isto posto, gerenciar conhecimento é gerenciar inovação, criação, competências, habilidades, aptidões, enfoque em informações, é motivar e disponibilizar o colaborador a conhecer mais e/ou aprimorar o conhecimento que possui e é ainda manejar a transferência de conhecimento de uns para os outros, é a gestão da inteligência competitiva intangível para geração de bem tangível. Desta forma, gestão do conhecimento é uma complexa, subjetiva e estratégica gestão do recurso humano, do capital intelectual, das ideias dos colaboradores, criação de novas tendências, mudanças de óticas tradicionais da instituição, é entender o valor do colaborador através do seu conhecimento, para gerar vantagens competitivas que impulsione a instituição à alcançar seu maior objetivo, que é um satisfatório patrimônio líquido.

### **3 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**

No âmbito da ciência da informação, entende-se que a representação e a organização da informação são interdependentes e se utilizam das linguagens documentárias, resumos, índices, para representação, organização e posterior recuperação dos documentos e de suas informações (LARA, TÁLAMO, 2007).

O conhecimento tem significação no processo individual e social, ao pensar que o conhecimento é desenvolvido, documentado e socializado em uma área, uma ciência ou em um domínio da atividade humana (CAPURRO, 2003). A organização e representação do conhecimento precisa compreender em qual âmbito esse documento se encontra para considerar em que domínio, área ou campo do saber ele se aplica, para melhor representá-lo.

A organização e representação do conhecimento faz-se necessária desde que surgiram as primeiras bibliotecas e com o passar do tempo suas técnicas e procedimentos foram se aprimorando para atender as necessidades de cada época.

A representação está ligada ao conceito de substituição, em que representando cria-se uma relação entre o que se apresenta o signo e significado num ato de substituição, por símbolos. A escrita, por exemplo, é uma representação registrada em suportes, como: madeira, pedra, papel, computador, entre outros. Esses registros promoveram uma evolução na produção e disseminação do conhecimento, que passou a não depender do tempo e do espaço para ser transmitido. Logo, um conhecimento registrado em um livro pode ser consultado mil anos à frente e em outra localidade de onde foi escrito. Representar também é um ato de conhecimento, para se fazer entender (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012).

Na ciência da informação, a representação do conhecimento registrado, está relacionada com as formas de simbolizar o conhecimento, como um esforço de moldar os elementos informacionais que compõem o conhecimento individual registrado, a fim de melhor representar e disponibilizar, para que esse conhecimento possa ser socializado.

O processo de representação pode ser entendido como uma substituição de uma entidade linguística longa e complexa, por uma descrição abreviada. Esse processo envolve a análise de assunto de um documento e a transformação dessa análise numa expressão linguística com atribuição de conceitos ao documento representado. Por exemplo, quando se cataloga um documento, identifica-se o autor e título e selecionam-se palavras-chave, entre outros procedimentos, faz-se uma síntese para representação da informação que consta no documento.

Para Brascher e Carlan (2010, p. 150), "a organização do conhecimento é um processo de modelagem que visa construir representações do conhecimento". Logo, entende-se como um processo de análise, síntese, classificação, organização e acesso ao objeto. Desta forma, representação e organização estão relacionadas com objeto e com os símbolos que substituem esse objeto e seu conhecimento.

A interdisciplinaridade da Ciência da Informação, está no vasto domínio da organização do

conhecimento, a qual se relaciona com a ciência da computação, linguística, psicologia, administração, filosofia, sociologia, entre outras. Cada qual se ocupa dos diferentes aspectos da organização do conhecimento, que englobam desde os estudos da cognição humana, até os modelos de representação construídos artificialmente para uso em sistemas computacionais (PINHEIRO, 2002).

Na perspectiva da ciência da informação, os processos de organização e representação do conhecimento só são válidos para o conhecimento socializado, ou seja, aquele que é gerado, registrado e compartilhado para possível desenvolvimento de novos conhecimentos. Hjørland (2003; 2008) afirma que Organização do Conhecimento é a construção de sistemas conceituais. Desse modo, entende-se que Organização do Conhecimento é a ciência que estrutura e organiza os conceitos inerentes ao conhecimento e a aplicação desses conceitos são ordenados em assuntos.

A organização do conhecimento é um campo que sistematiza o conhecimento para sua recuperação, um campo que busca desempenhar um papel de comunicação e intercâmbio do conhecimento. Tem por objetivo apoiar os processos de ensino-aprendizagem, incentivar e oferecer subsídios às atividades de investigação científica. Esta última função é considerada como um dos pilares mais destacados no que se refere à base do campo. A organização do conhecimento existe para alcançar um objetivo em comum de determinado grupo, sendo necessário desenvolver a representação para posterior organização de acordo com as metas e valores dos usuários aos quais o sistema se destina (HJØRLAND, 2008).

Partindo-se do pressuposto de que o conhecimento precisa ser organizado para que possa ser alcançado com mais facilidade e eficácia no acesso, na recuperação, na visualização, na localização e, por consequência, a geração de novos conhecimentos, se faz necessário analisar a organização do conhecimento socializado e compreender também a função de mediação das ferramentas que oferecem suporte à Organização do Conhecimento, as quais são denominadas sistemas de organização do conhecimento, como, por exemplo, tesouro, taxonomia, sistemas de classificação, ontologias. Logo, a organização do conhecimento responsabiliza-se pela construção de ferramentas para a recuperação do conhecimento registrado, portanto o objeto de estudo é o documento.

Barité (2001) relaciona dez premissas básicas oferecendo justificativa intelectual para organização do conhecimento, a saber:

- 1- O conhecimento é um produto social, uma necessidade social e um dínamo social;
- 2- O conhecimento é realizado a partir da informação, e ao socializar pode ser transformado novamente em informação;
- 3- A estrutura e comunicação do conhecimento formam um sistema aberto;
- 4- O conhecimento deve ser organizado para seu melhor aproveitamento individual e social;
- 5- Existem muitas formas possíveis de organizar o conhecimento;
- 6- Toda organização do conhecimento é artificial;
- 7- O conhecimento se registra sempre em documentos, como conjunto organizado de dados disponíveis, admite usos indiscriminados;
- 8- O conhecimento se expressa em conceitos e se organiza mediante sistemas de conceitos;
- 9- Os sistemas de conceitos se organizam para fins científicos, funcionais ou de documentação;
- 10- As leis que reagem a organização de sistemas de conceitos são uniformes e previsíveis, e se aplicam por igual a qualquer área disciplinar.

Desta forma, entende-se que a Organização do Conhecimento é responsável pela sistematização ordenada do conhecimento e o modo como ele é disposto em assuntos, com o objetivo de socializá-los.

Hjørland (2003) demonstra a evolução da organização do conhecimento a partir de cinco tecnologias estruturantes, a saber:

- 1- Classificação, começou por volta de 1876 com Charles Cutter e Dewey, posteriormente Henry Bliss e Ranganathan;
- 2- Documentação, marco histórico em 1892 com Paul Otlet;
- 3- Armazenamento e recuperação, quando a ciência da informação tem grande influência dos computadores, por volta de 1950;
- 4- Bibliometria que marca a possibilidade de recuperar trabalhos a partir de suas citações, ingressada em 1963 por Eugene Garfield;
- 5- Recuperação de texto completo e hipertexto com a internet marca o atual momento e

desenvolvimento da organização do conhecimento.

Destaca-se que o primeiro item é um sistema de organização do conhecimento, logo afirma-se que a organização do conhecimento originou e desenvolveu-se a partir dos princípios de seus sistemas que são válidos, relevantes e utilizados ainda hoje, juntamente com a web semântica.

Souza, Tudhope e Almeida (2012) também afirmam que os sistemas de organização do conhecimento não são novos para biblioteconomia, foram usados ao longo dos séculos para catálogos, como os sistemas de classificação bibliográfica e as linguagens documentárias. No entanto, atenção especial nos dias de hoje está voltada a web semântica, pela necessidade de eliminar ambiguidade e vocabulários com estruturas altamente formalizados, para permitir que a máquina tenha compreensão dos termos. Assim os sistemas de organização do conhecimento variam em formato e exibição, mas eles compartilham a característica geral de representar conhecimento, visando promover sua recuperação.

Hjørland (2003) divide a organização do conhecimento em dois tipos: a) a organização intelectual do conhecimento, também denominada organização cognitiva, em que se utilizam conceitos, sistemas conceituais e teorias para serem organizados; b) a organização social do conhecimento, que é basicamente a organização em disciplinas, profissões, negócios e grupos sociais.

O crescimento de informações na web gerou a necessidade de novas formas de utilização de ferramentas como tesouros, classificações e ontologias. Assim, os profissionais entendem que é urgente a construção e implementação de sistemas organização do conhecimento. Estes sistemas são redes de conceitos que representam a sistemática de conhecimentos para qualquer área do conhecimento, às vezes visto de uma concepção filosófica ou epistemológica (BARITÉ, 2011; GARCÍA JIMÉNEZ, 2004).

O contexto contemporâneo de avanço tecnológico e acesso ampliado à informação, comparativamente aos períodos anteriores, está favorecendo e estimulando a produção de conhecimento registrado. Assim, é necessário uma rápida e eficiente organização e identificação para facilitar a recuperação e incentivar o acesso e posteriormente desenvolvimento de novos conhecimentos. Por consequência, é essencial uma eficaz mediação no processo de organização e representação do conhecimento registrado. Em concordância com Schiessl; Shintaku (2012)

O principal objetivo da organização da informação é recuperar objetos informacionais, que são as informações registradas nos mais variados suportes – textos, imagens, registros sonoros, representações cartográficas e páginas web, entre outros (SCHISSL; SHINTAKU, p. 35, 2012).

De modo mais genérico, organização do conhecimento é a maneira como são dispostos os assuntos, onde se deseja sua sistematização ordenada. Na ciência da informação, a OC é a área de estudos voltada às atividades de organização, representação e recuperação do conhecimento registrado (SCHISSL; SHINTAKU, 2012).

#### **4 COMPARATIVO CONCEITUAL ENTRE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO VERSUS ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO**

De acordo com a revisão de literatura nos capítulos anteriores relato, construiu-se um quadro conceitual comparativo, entre GI/GC e OI/OC. A comparação foi realizada em relação ao contexto, objeto, atividades práticas/métodos e objetivos.

Considera-se que contexto é o sócio-cultural em que foi desenvolvida, como é formada e do que é composta. É o ritmo das concepções geradas no convívio social, é como se dá o coletivo em dado momento.

Objeto é o que estudado, investigado, analisado, ou seja é o objeto de estudo, assim pode-se identificar a variação de estado de um mesmo objeto.

As atividades práticas e os métodos são os meios para alcançar os objetivos, instrumento e função a ser realizada, é a forma de cada uma. O uso por humanos ou máquinas, o uso para mediação entre documentos, máquinas e humanos, e/ou a aplicações para o desenvolvimento e manutenção que visam a recuperação da informação, como representar e organizar. Entende-se que é como são elaborados, formados e estruturados as práticas analisadas.

Os objetivos define-se como sendo a razão de existir daquele domínio, aquilo que pretende

ser alcançado com as etapas anteriores. Depende do ponto de partida adotado para a sua estruturação e abrange todos os tipos de recursos que objetivam gerenciar e organizar a informação e o conhecimento.

Quadro 1. Comparação conceitual entre gestão da informação e do conhecimento versus organização da informação e do conhecimento

	<b>GI</b>	<b>GC</b>	<b>OI</b>	<b>OC</b>
<b>CONTEXTO</b>	Registrado/ não registrado e formal/informal	Não registrado e informal	Registrado e formal	Registrado e formal/informal
<b>OBJETO</b>	Informação	Conhecimento tácito	Informação registrada	Conhecimento explícito
<b>ATIVIDADES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar e reconhecer informações formais;</li> <li>- Incentivar o compartilhamento de informação;</li> <li>- Proporcionar a comunicação eficaz, utilizando tecnologias de informação;</li> <li>- Monitorar informações;</li> <li>- Desenvolver atividades para coletar, selecionar e filtrar informações;</li> <li>- Analisar, tratar, armazenar e agregar valor às informações, utilizando sistemas informacionais para o compartilhamento e o utilização da informação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar e reconhecer conhecimento tácito;</li> <li>- Incentivar o compartilhamento e socialização de conhecimento;</li> <li>- Proporcionar a comunicação eficaz, utilizando tecnologias de informação e comunicação;</li> <li>- Criar espaços criativos para indagar o conhecimento;</li> <li>- Desenvolver atividades para disseminação e captação de conhecimento;</li> <li>- Criar e executar sistemas de diferentes naturezas para o compartilhamento e utilização do conhecimento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Representar, sistematizar e organizar a informação registrada;</li> <li>- Facilitar o compartilhamento da informação registrada;</li> <li>- Proporcionar a recuperação eficaz, utilizando linguagens documentárias;</li> <li>- Monitorar a organização da informação;</li> <li>- Desenvolver atividades para organização da informação;</li> <li>- Analisar, representar, organizar e armazenar a informação para facilitar sua recuperação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Representar, sistematizar e organizar o conhecimento registrada;</li> <li>- Facilitar o compartilhamento e socialização do conhecimento registrado;</li> <li>- Proporcionar a recuperação eficaz, utilizando sistemas de organização do conhecimento;</li> <li>- Criar espaços organizados para indagar o conhecimento;</li> <li>- Desenvolver atividades para indagar a busca pelo conhecimento registrado;</li> <li>- Criar e executar sistemas de organização do conhecimento para facilitar o acesso, o compartilhamento, a utilização e a geração de novos conhecimentos.</li> </ul>

<b>OBJETIVOS</b>	Acesso a informação e vantagem competitiva.	Disseminação do conhecimento e vantagem competitiva.	Organização e recuperação da informação.	Recuperação do conhecimento registrado para gerar novos conhecimentos.
------------------	---	--	--	--

**Fonte:** Elaborado pelos autores

Em concordância com a linha CONTEXTO do quadro acima, entende-se que a OI ou OC não podem ser realizadas sem registro, já na GI e GC o contexto permite que seja realizado tal gestão sem registro, de forma verbal. Interpreta-se por informal o processo no qual envolve a subjetividade humana com a comunicação do homem.

Na linha OBJETO analisa-se a diferença na GC e na OC quanto ao conhecimento tácito e o conhecimento explícito, uma vez que há a possibilidade realizar-se a gestão do conhecimento tácito, aquele que o indivíduo adquiriu ao longo da vida e é difícil de ser formalizado ou registrado, pois é subjetivo e inerente a mente de uma pessoa. A organização do conhecimento não visa o conhecimento tácito como objeto de estudo, seu objeto é o conhecimento explícito, aquele que é explicado, sistematizado, pode ser formalizado em textos, desenhos, diagramas, mapas, pinturas, ou seja são registrados.

O métodos descritos na linha ATIVIDADES demonstram que na GI e na OI pode não haver um processo de comunicação e socialização da informação, mas tal prática sempre está presente na GC e OC, assim como para se caracterizar conhecimento é necessário haver o processamento pela mente humana. Entende-se que as atividade que envolvem conhecimento está mais relacionada com criar e os métodos relacionados com informação, voltasse para práticas que podem ser mecânicas.

Os OBJETIVOS, se assemelham no ponto de que é necessário haver acesso a informação e ao conhecimento, porém se diferenciam para sua finalidade, uma vez que a GI e a GC visam o acesso da informação para vantagem competitiva, enquanto a OI e OC priorizam a recuperação do conhecimento registrado para gerar novos conhecimentos.

## 5 CONSIDERAÇÕES

De acordo com a revisão de literatura levantada, observa-se que há diferenças e semelhanças entre OI/OC e GI/GC. Entende-se que o sociocultural influenciam em todas as práticas.

Para ter uma boa gestão da informação e do conhecimento, é preciso criar uma cultura organizacional que valorize a informação e utilize no processo decisório. A gestão da informação e do conhecimento contribuem para amenizar diferentes aspectos que afetam o desenvolvimento da instituição, como o desenvolvimento de tarefas, a aprendizagem, a criatividade inovativa, o grau de incerteza no processo decisório, entre outros aspectos que influenciam o dia-a-dia das instituições para colaborar com estratégias priorizando sua vantagem competitiva.

A OI e OC proporcionam suporte para realizar a sistematização e organização do conhecimento registrado para sua recuperação. Considera-se os sistemas de organização do conhecimento responsáveis tanto pela organização física quanto intelectual, podendo ser construídos sistemas de conceitos.

Desta forma, apontando pontos de semelhanças e diferenças, identifica-se que pode haver uma contribuição da OC nas atividades de gestão nas instituições, utilizando os sistemas de organização do conhecimento para facilitar o acesso ao conhecimento registrado. Entende-se que a GC também pode contribuir, demonstrando para OC que o processo de comunicação e compreensão do âmbito sócio cultural é fundamental para que as práticas de organização sejam mais assertivas.

Todavia, considera-se que ainda há falta de um diálogo mais efetivo entre essas esferas, motivada principalmente, pela ausência de compreensão e controle terminológico mais efetivos para realizar-se a interseção de ambas as práticas. Dentre os diversos motivos que podem provocar e sustentar o controle terminológico inadequado ou insuficiente, a ausência de compreensão mais clara sobre o conceito em si e sua relação com o termo.

Essa pesquisa contribui com definições conceituais para maior clareza dos termos gestão da informação, gestão do conhecimento, organização da informação e organização do conhecimento. Apontando pontos de semelhanças e diferenças, identificando que pode haver uma contribuição de ambas as partes.

Compreendeu-se ainda que, a gestão da informação e do conhecimento orienta a buscar

mais informações para impulsionar a vantagem competitiva em um contexto contemporâneo de grandes inovações, em quanto a organização da informação e do conhecimento prioriza a eficaz recuperação do conhecimento registrado para gerar novos conhecimentos.

## REFERÊNCIAS

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (Org.). Educação, universidade e pesquisa. Marília: Unesp-Marília-Publicações, 2001. p. 35-60.

BRASCHER, M.; CARLAN, E. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. In: ROBREDO, J.; BRASCHER, M. (Org.). Passeios pelos bosques da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília: IBICT, 2010.

BETIM, Mathias Talevi; KOVALESKI, João Luiz. Capacitação de talentos para a gestão do conhecimento com auxílio do banco de competências. Joinville, 2010. Disponível em: <<http://pg.utfpr.edu.br/dirppg/ppgep/ebook/2010/CONGRESSOS/CONEPROSUL/1.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

CAMPOS, M. L. A; GOMES, H. E; CAMPOS, L. M. Integração e compatibilização em ontologias. In: SILVA, F. C. C. da; SALES, R. Cenários da organização do conhecimento: linguagens documentárias em cena. Brasília: Thesaurus, p. 169-200, 2011.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. Tradução: Ana Maria Rezende Cabral, Eduardo Wense Dias, Isis Paim, Ligia Maria Moreira Dumont, Marta Pinheiro Aun e Mônica Erichsen Nassif Borges. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, UFMG, 2003.

CHOO, Chun Wei. A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para ganhar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac/SP, 2006.

GARCÍA JIMÉNEZ, A. Instrumentos de representación del conocimiento: tesauros versus ontologías. Anales de Documentación, n. 7, p. 79-95, 2004.

HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. Knowledge Organization, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HJØRLAND, B. What is knowledge organization (KO)? Knowledge Organization, v. 35, n. 2/3, p.86-101, 2008.

LARA, M. L. G.; TÁLAMO, M. F. G. Uma experiência na interface Linguística Documentária e Terminologia. Ciência da Informação, v.8, n.5, out. 2007.

MORAES, Cássia Regina Bassan. Gestão do conhecimento nas organizações: conceitual centrado na cultura organizacional e nas pessoas. 2010. 191f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2010.

NETO, Ridávia Correa Drumond de Alvarenga. Gestão do conhecimento em organizações. Proposta de mapeamento conceitual integrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

PINHEIRO, L. V. R. *Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: IBICT/MCT, 2002.

SCHIESSL, M; SHINTAKU, M. Sistemas de Organização do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 editores. Capítulo 2, p. 49-118, 2012.

SOUZA, R. R.; TUDHOPE, D.; ALMEIDA, M. B. Towards a taxonomy of KOS: dimensions for classifying knowledge organization systems. *Knowledge Organization*, v. 39, n. 3, p. 179-192, 2012.

STAREC, Cláudio, et al. *Gestão estratégica da informação e inteligência Competitiva*. São Paulo: Saraiva, 2006.

TERRA, José Cláudio Cyrineu. *Gestão do conhecimento. O grande desafio empresarial*. São Paulo: Elsevier, 2005.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. *Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento em ambientes organizacionais: conceitos e compreensões. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em:  
<[http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/01/pdf\\_ea77bd91aa\\_0007779.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_ea77bd91aa_0007779.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2014.

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E DISRUPÇÃO DIGITAL NA INDÚSTRIA 4.0**

*INFORMATION LITERACY AND DIGITAL DISRUPTION IN INDUSTRY 4.0*

Área temática: Gestão Organizacional em Empreendedorismo.

OTTONICAR, Selma Leticia Capinzaiki  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Marília  
Doutoranda em Ciência da Informação pela UNESP Marília  
Selma.leticia@hotmail.com

NASCIMENTO, Natália Marinho do  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Marília  
Doutoranda em Ciência da Informação pela UNESP Marília  
natalianascimento\_@hotmail.com

MOSCONI, Elaine  
Université de Sherbrooke – UdeS, Québec  
Professora do Departamento de Métodos Quantitativos de Gestão  
elaine.mosconi@USherbrooke.ca

**Resumo**

As transformações tecnológicas que envolvem as organizações se configura em elemento de importante discussão e reflexão para que os profissionais e as próprias organizações se adaptem a estes novos cenários. A internet das coisas (IoT) é uma parte constituinte da indústria 4.0 (I4.0) e está revolucionando as fontes de informação nas organizações, diante disso, a adaptação das organizações e dos profissionais que nelas atuam se faz inevitável. Portanto, se a disrupção digital não for trabalhada e enfrentada em todas as suas possibilidades pode trazer prejuízos consideráveis para as organizações, assim, os profissionais precisam saber lidar com o que já se tem em analógico e estar atento a transição para o digital. Como problemática pretendeu-se estudar como a competência em informação contribui para a disrupção digital no contexto da I4.0. O objetivo deste artigo é discutir a importância da competência em informação para o acesso, avaliação e uso da informação em organizações que sofrem disrupção digital. Para o desenvolvimento deste estudo realizou-se uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) do tipo exploratória, de natureza qualitativa, combinando os termos competência em informação, disrupção digital e indústria 4.0. Propõe-se uma estrutura conceitual para identificar a contribuição da competência em informação nesse contexto. Destaca-se que este estudo ainda está em andamento e neste artigo serão apresentados os resultados parciais evidenciando uma estrutura útil que possibilitará inclusive investigações futuras.

**Palavras-chave:** Competência em Informação, Disrupção Digital, Indústria 4.0.

**Abstract**

The technological transformations that involve the organizations is an element of important discussion and reflection so that professionals and the organizations themselves adapt to these new scenarios. The Internet of Things (IoT) is a constituent part of the industry 4.0 (I4.0) and is revolutionizing the sources of information in organizations, on the face of it, the adaptation of the organizations and the professionals that work in them becomes inevitable. Therefore, if the digital disruption is not worked and faced in all its possibilities can bring considerable damages to the organizations, thus, the professionals need to know how to deal with what already has in analog and to be attentive the transition to digital. As problematic it was intended to study how information competence contributes to digital disruption in the context of I4.0. The objective of this article is to discuss the importance of information competence for access, evaluation and use of information in organizations suffering from digital disruption. For the development of this study a Systematic Review of Literature (RSL) of the exploratory type, of qualitative nature, was carried out combining the terms competence in information, digital disruption and industry 4.0. It is proposed a conceptual framework to identify the contribution of information competence in this context. It should be noted that this study



is still underway and in this article will be presented the partial results showing a useful structure that will enable future investigations.

**Keywords:** Information Literacy, Digital Disruption, Industry 4.0.

## 1 INTRODUCTION

Nowadays, organizations exist in a context of technological transformations. These changes allow businesses to develop innovation and satisfy clients' demands. The manufacturing sector has been focused on the implementation of the smart factory. This type of production is characterized as part of the industry 4.0 context.

The theories show the importance of studying that theme, since the internet of things (IoT) and other technology are revolutionizing the sources of information in organizations. Because of that, businesses need to adapt to the context of industry 4.0 (Liao et al. 2017).

The concept of industry 4.0 is related to the 4<sup>th</sup> industrial revolution. According to Schwab (2016, p. 2) that industry will transform economic, social, cultural and human life. Industry 4.0 will encourage organizations to innovate their products, services, and competitiveness and improve operational processes (Anderl & Fleischer, 2015).

The concept of industry 4.0 is understood as the convergence of physical, digital and biological technology (Schwab, 2016). It generates a lot of data, so managers need to interpret information to think critically. That process is known as information literacy (IL).

IL encourages individuals to criticize accessed information. The information source can be both technological and analogical. This literacy involves lifelong learning in many contexts, and it includes digital literacy. According to Bartlett-Bragg (2017, p. 15): "These evolving capabilities are not about the technology; they go beyond skills sets to be mapped against competency frameworks. They exist at the intersection of people and technology; work and learning. They evolve as an organisation or institution transforms its foundational elements of being in business – how people interact within the organisation, how learning is embedded, how work is organised, and how information is shared. Digital capabilities are both personal and collective; they belong to you and your learning context."

The digital disruption can change organizations completely. Therefore, it is the result of industry 4.0 which allows businesses to improve from digital technology. The knowledge of digital technology use is not enough: professionals need to know how to access, evaluate and use analog and new technology in this transition context. They need to know how to use new technology, and at the same time, they need to use analog ones.

The question that guided the research was: how does information literacy contribute to digital disruption in the context of industry 4.0? This paper aims to discuss the relevance of information literacy to information access, evaluation and use in organizations experiencing digital disruption. That literacy involves the capacity, skills and experiences of professionals, which are useful to develop abilities to face challenges in digital disruption in the work environment. This paper proposes a conceptual framework in order to identify the contribution of information literacy in this context. The methodology adopted is a systematic literature review combining main factors of information literacy, digital disruption and industry 4.0. This is an ongoing research, and its partial results show a framework which is useful for future practical investigation.

## 2 INFORMATION LITERACY (IL)

Dudziak (2003, p. 23) explains that the concept of information literacy (IL) is polemical and it is associated to a real necessity of information. Many studies about information literacy are analyzing its definition, characteristics and cases. IL concepts are dynamic and involve the complexity of information. Because of that, they are always being re-analysed.

The expressions used in Brazil which are translated from the term IL in English are "*alfabetização informacional, letramento informacional, letramento, literacia, fluência informacional, competência em informação*" (DUDZIAK, 2003, p.24), as well as *competência informacional, habilidade informacional*.

According to Santos (2017, p.19) information and knowledge will encourage "empowerment and they are understood as social goods. Both information and knowledge contribute to intervene in reality and social transformation, especially when used in the information literacy approach". However,

IL consists of a process that aims to “develop, improve and manage abilities, skill, capacities and attitudes which make individuals capable of using information in practice. They need to understand phenomena, update knowledge, solve problems and make decisions” (SANTOS, 2017, p. 19).

IL is lifelong learning (Belluzzo, Feres, 2015; Bruce, 1999; Lloyd, 2017), and it is useful to competitive organizations. It allows individuals to transform information access into knowledge construction. People construct critical knowledge and understand their environments (Lloyd, 2017).

Managers need information to solve a problem and to make a decision, especially because organizations exist in an ocean of data, information and knowledge. Information and knowledge can bring positive results when managers are information literate enough to assimilate and understand these phenomena. Information and communication technology (ICT) demand that knowledge be updated constantly. Campello (2003, p. 33) explains that becoming fluent with technology is only one component of IL. Information Society is formed by different and evolving contexts that require new abilities to survive. They learn from information use because it is transformed into knowledge. Managers' learning encourages creativity that influences products' and processes' innovation (Otonicar, 2016). Therefore, information use occurs through knowledge construction, innovation, decision-making, planning, document creation, critical thinking etc.

The Association of College and Research Libraries (ACRL, 2015, p.4) explains that: “The commonalities of these researchers' findings emphasize the highly relational, context specific nature of information literacy, and the varied circumstances in which individuals and groups activate these competencies and describe them to researchers. Clearly, the experience of studying, working, and living in a complex information environment produces a variety of potential models for information literacy learning across a variety of disciplines, domains, contexts, and work environments.”

According to Bartlett-Bagg (2017) IL can be also related to information management, so people need to develop capabilities to access quality information online. However, we maintain that this literacy is not only used in the digital context but also guides individuals' face-to-face communication. IL is useful for many activities such as work, school, university, citizenship, library, media, church, and leisure activity. In this paper, IL focuses on the manufacturing business context.

IL has standards and indicators developed by some international organizations. The most popular are the ones created by ACRL. These standards are based in three dimensions: access, evaluation and use of information.

### **3 INDUSTRY 4.0 AND DIGITAL DISRUPTION**

Instead of mass production, industry 4.0 relies on product customization. The result is a product that is personalized based on clients' needs. To do so, the supply chain is transparent and their elements are integrated, since physical flux are controlled by digital platforms (Almada-Lobo, 2015).

The IoT is considered as part of the industry 4.0, since it connects objects to biological technology. The IoT is an element of 4.0, so they are not understood as synonyms. Dutton (2014) explains that the IoT allows electronic information sharing between objects. The management of households, logistics and municipality will be affected by those changes.

Digital disruption is the transformation towards new technology, which changes the organizational structure. According to Karimi and Walter (2015, p. 72): “Despite the extensive coverage of disruptive innovation theory in the innovation and IS literature, the emphasis in the theory has always been on nontechnology factors and little attention has been paid to the enabling role of technology in responding to disruptive innovations.”

Nowadays, organizations are influenced by digital disruption, since they have to create new technology to provide digital products and services. This transformation is fundamental for competitiveness. The dedicated financial resources, dedicated human resources and senior management support., innovative culture, common language and multimedia mindset are dimensions of digital disruption (Karimi & Walter, 2015). Furthermore, Bradley and O'Toole (2016) maintain that digital disruption is detectable, clear, inevitable and it is considered as the “new normal”.

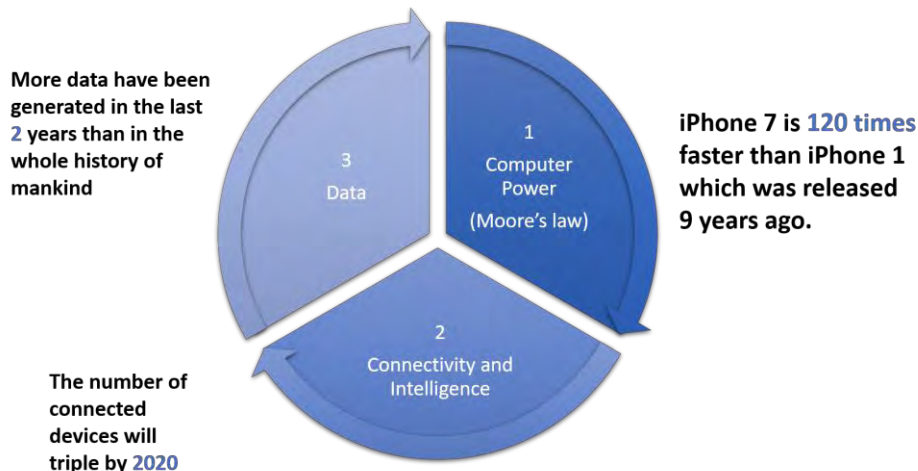
Karimi and Walter (2015, p. 39) explain that digital disruption introduces products and propositions that disturb costumers' habits and behaviors. There are disruptive innovation and skills which encourage a transformation in users' behaviors.

In a digital disruption context, managers need to realize the amount of data and information available. Because of the importance of information and of the investments in technology, people need to adapt to the new changes. That happens because data and information are related to the

competitiveness of the organization.

Organizations need to face many barriers in a digital context, because it is changing and updating constantly. Ellen (2017, p.9), based on data from Gartner, IBM and Apple, believes that the rhythm of the technological changes accelerates according to three aspects: 1) computer power (Moore's Law), 2) Connectivity and intelligence and 3) Data.

Image 1: Three factors that accelerate technological changes.



Source: ELLEN – 2017, p.9.

According to Image 1, the third factor showed that the amount of data in the last two years was the biggest in the history of humanity. Therefore, professionals need to learn how to work with and preserve data, especially because it can easily get lost. Individuals need to deal with analog information and the digital context. Furthermore, they need to develop competences and abilities to live.

Because of that, managers need to encourage professionals to become more skilled. Managers should emphasize that the list of the activities increased in the context of digital disruption (Kane et. al., 2016). Digital technology is changing how companies achieve their goals (Kane et. al., 2016). Because of that, we maintain that information literacy can contribute to businesses, so they can learn through digital and analog information use. Digital disruption encourages new tools and technology acquisition and professionals need to be information literate to use them.

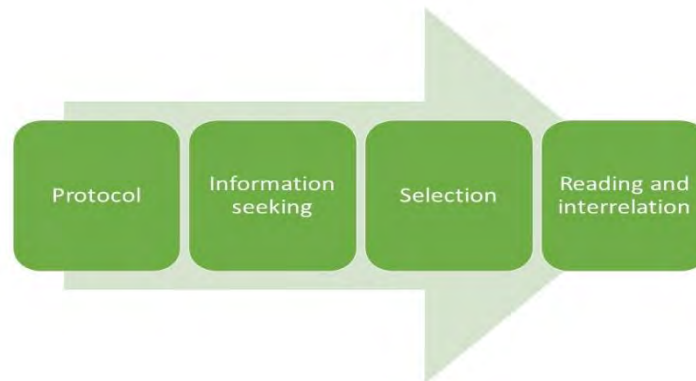
## 5 METHODOLOGY

The methodological approach was based on a Systematic Literature Review (SLR) considered as exploratory and qualitative. Clark (2001, p. 1728) emphasizes that:

The methods used include steps to minimise bias in the identification of relevant studies, in the selection criteria for inclusion, and in the collection of data. Guidance is available on the conduct, reporting, and critical appraisal of systematic reviews. A register of reports related to the methodology of reviews and research synthesis has also been established.

The study was based on books, journal papers, theses and other types of publications in the Information Science field. They were collected in databases, libraries and the world wide web with the terms information literacy, digital disruption and industry 4.0. Image 2 illustrates the steps of the methodology.

Image 2 – The steps of the methodology



Source: Created by the authors – 2018

A protocol was developed to guide the SLR based on the Keywords “information literacy, Industry 4.0 and digital disruption” in Portuguese and English. The search was applied in national and international databases of Information Science and Business Management such as Web of Science, Scopus, BRAPCI and Business Proquest. The articles chosen were peer reviewed, and their concepts contributed to the development of the theories in this paper. Afterwards, a chart was created to connect the three themes, and it demonstrated the importance of information literacy in this context.

#### 4 RESULTS AND DISCUSSION

The framework was developed by the systematic literature review about information literacy, industry 4.0 and digital disruption. The ACRL IL standards were chosen because they are flexible and international. They are also useful for business and can be applied in different countries. In this paper, the concepts used to understand IL were based on Belluzzo and Feres (2015), Bruce (1999), Bartlett-Bragg (2017) and Lloyd (2017).

The ideas of Schwab (2016), Anderl and Fleischer (2016), Almada-Lobo (2015), Dutton (2014) and Liao (2017) were used for industry 4.0. The context of digital disruption was explained by Karimi and Walter (2015), O’Toole (2016), Kane et. al (2016), etc. The framework can be used to investigate the phenomenon in manufacturing companies, which are in transition to industry 4.0.

Table 1: A framework of Information Literacy, Industry 4.0 and Digital Disruption.

Level	Information Literacy	Industry 4.0	Digital disruption
Access	Information literate individuals who work with digital disruption in the context of industry 4.0 know how to access information and identify their information needs through a lot of data.	They know how to access information produced by the connection of smart machines. Furthermore, they understand analog technology and seek information in a variety of documents, reports, technology, systems and online.	They understand how digital technology works. And they know how to log into online software. They establish a seeking strategy from knowledge acquired with digital information. They know the types of digital technology, which are not necessarily connected, such as systems separated by departments.

Evaluation	Information literate individuals who work with digital disruption in the context of industry 4.0 evaluate information and its sources. The sources can be objects, systems, people, etc. They evaluate the information producer's intentions, origin, culture and economic interests.	They identify information sources such as objects and biological elements. They observe the goal that guides these sources. They verify people's ideology, the mission of the smart machine. They deal with virus and fake news, so they can realize if the information source is a person, a system or a robot. They need to understand how information is produced and shared.	They identify the digital technology producers' purposes. They identify misinformation online and they recognise people's intentions. People share information online, and the interpretation of that information helps individuals to understand the producer's beliefs, culture, political principles, etc. They understand different languages such as images, sounds, videos and texts.
Use	Information literate individuals who work with digital disruption in the context of industry 4.0 understand the ethical and legal issues of information. They know the results of information access, evaluation and sharing in a smart factory. They realize that innovation and competitive advantage are the results of information access and evaluation. They understand intellectual property and patents, and also, they understand their economic context critically.	The information use is related to effective decision making, which is based on knowledge construction from gathered information. Furthermore, information use is also the development of creativity to innovate processes and products. They understand the consequences of data production to the smart factory. They develop their experiences in a transition context, since they also need to deal with analog technology.	The use of digital information means to interpret digital information available in systems, technology and media. They understand the benefits of information and communication technology to the company. They identify the consequences of digital disruption to competitiveness and processes velocity. They know how to reference an information source and follow international and national norms and rules. They are ethical to access, evaluate and use digital information.

**Source: Created by the authors – 2018**

Information access is the first level of the framework. It is related to information seeking, so it is the first phase of the process. Individuals need to understand their information needs to solve a problem in the smart factory. They need to use their ability and experience to deal with smart technology and identify where is the data created by objects. Furthermore, they need to know to seek information in analog sources, which are registered in a physical format such as report, documents and contracts. They need to work with connectivity and understand digital technology, so they can access information online. The digital information is available as videos, sounds, images and texts.

Information source evaluation is a fundamental level. Without it, decision-making, problem-solving and innovation are developed with no quality. Professionals need to understand information production process by connected technology and its limitations. They need to identify the intentions of information sources such as objects, people, documents, sounds, images, etc. Therefore, they can deal with disinformation in a critical way, and they certify information truthfulness through the comparison of the sources. The truthfulness and quality of information are fundamental to achieve the goals of the company.

Individuals need to consider the ethical and legal issues of information. The success of the information use is the perception of information needs. The access and evaluation of information will

allow the creativity which encourages innovation.

IL contributes to learning in the context of industry 4.0 through digital disruption. Information literate individuals who work with digital disruption in the context of industry 4.0 understand the consequences and responsibility of information access. They realize information access is relevant to organizational competitiveness. Individuals respect the norms and rules related to information use, such as patent and intellectual property. They develop their experience of digital disruption in an ethical way, so the manufacturing companies can adapt and become more competitive to context of industry 4.0.

## 5 FINAL CONSIDERATIONS

The technological changes of I4.0 occur increasingly quickly, since the tools, equipments and formats become obsolete. The ICT have become more popular for organizations, and they reached every professional field. These technologies produce a huge amount of data and information that need to be used, organized and analysed.

Some managers are not prepared to work in the digital disruption context, because they do not follow the evolution of technology. Because of that, they can miss good opportunities to face the challenges imposed by their competitors. Furthermore, they can have some difficulty to solve internal problems.

Therefore, information literacy focused on digital disruption is fundamental to I4.0, since individuals need to be skilled to deal with a lot of digital possibilities. If someone has the abilities necessary to I4.0, he can access, evaluate and use information effectively. As a result, the organizations can achieve their goals, especially to take effective decisions, encourage creativity to innovation and manager data and information in an intelligent way.

Industry 4.0 transformations are leading to manufacturing automation. The products are produced in a more efficient way and based on clients' needs. These organizations are undergoing structural changes and need to innovate to keep up with digital disruption. Therefore, information literacy contributes to businesses' digital disruption, so individuals can adapt to new technology and also learn from analog ones.

The bibliographic review showed that academia has not yet discussed information literacy and digital disruption in the context of I4.0. The professionals need to focus on these issues and problems which are the result of the technology use. Furthermore, individuals need to learn how to use those technologies to work in an efficient way. They need to gather, organize and preserve information.

This paper is an ongoing research and the relationships established between information literacy, digital disruption and I4.0 showed as fundamental to organizations. Future research may verify the relationship in practice in order to identify which information literacy skills are used for businesses.

## REFERENCES

- ACRL. First part of the draft framework for information literacy for higher education, 2015.  
<http://acrl.ala.org/ilstandards/wp-content/uploads/2014/02/Framework-for-IL-for-HE-Draft-1-Part-1.pdf>.
- ALMADA-LOBO, F. The Industry 4.0 revolution and the future of Manufacturing Execution Systems (MES). *Journal of Innovation Management*, n. 3, vol. 4, p. 16-21, 2015.
- ANDERL, R.; FLEISCHER, J. *Guideline Industrie 4.0: Guiding principles for the implementation of industrie 4.0 in small and medium sized businesses*. Frankfurt: VDMA, 30p., 2016.
- BARTLETT-BAGG, A. *Digital Capabilities: where people and technology intersect*. Proceedings of EDULEARN17 Conference 3rd-5th July, Barcelona, Spain, 2017.
- BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação**. 2.ed. Bauru: Cá entre Nós, 2007.
- BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G. *Competência em informação, redes de conhecimento e as metas*

educativas para 2021: reflexões e inter-relações. In: Belluzzo, R. C. B; Feres, G. G.; Valentim, M. L. P. (Orgs.). *Redes de conhecimento e competência em informação: interfaces da gestão, mediação e uso da informação/organização*. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. 414p.; p.1-35, 2015.

BRUCE, C. S. Workplace experiences of Information literacy. *International Journal of Information Management*, v.19, n.1, Feb. p.33-47, 1999.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.3, p.28-37, set./dez, 2003.

CLARKE, M.; HORTON R. **Bringing it all together**: Lancet-Cochrane collaborate on systematic reviews. *Lancet*. 357:1728, 2001.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr., 2003. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016/1071> > Acesso em: 01 set. 2018.

DUTTON, W. H. "Putting things to work: social and policy challenges for the Internet of things ", **info**, Vol. 16 Issue: 3, p.1 – 21, 2014.

ELLEN, P. Brasil diante das novas tecnologias e economia digital. **Apresentado no II Fórum: A Mudança do Papel do Estado-Estratégias para o Crescimento**, 2017.

KARIMI, J.; WALTER, Z. The Role of Dynamic Capabilities in Responding to Digital Disruption: A Factor-Based Study of the Newspaper Industry. *Journal of Management Information Systems*, Vol. 32, No. 1, pp. 39–81, 2015.

KANE, G. C. et. al. Aligning the Organization for Its Digital Future. Findings from the 2016 Digital Business Global Executive Study and Research Project. *MIT Sloan Management Review*, 2016.

LIAO, Y., DESCHAMPS, F., LOURES, E. & RAMOS, L. F. Past, present and future of Industry 4.0, a systematic literature review and research agenda proposal. **International Journal of Production Research**, 1-21, 2017.

LLOYD, A. Information literacy and literacies of information: a mid-range theory and model. **Journal of Information Literacy** 11(1), pp.91-105, 2017.

OTTONICAR, S.L.C. Análise teórico-descritiva da competência em informação de gestores como fator de competitividade das indústrias de eletroeletrônicos da cidade de Garça/SP. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 272 p., 2016.

SANTOS, C. A. dos. **Competência em Informação na formação básica dos estudantes da educação profissional e tecnológica**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 286p., 2017.

SCHWAB, K. (2016). *The fourth industrial revolution*. New York: Crown Business.

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO: UM ASPECTO FUNDAMENTAL PARA OS DIREITOS HUMANOS**

*INFORMATION LITERACY IN EDUCATION: A FUNDAMENTAL FACTOR TO HUMAN RIGHTS*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento.

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de  
Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Bacharel em Direito;

Bacharel e licenciada em Filosofia

Especialista em Direito Público Internacional com ênfase em Gestão

Especialista em Direito Público com capacitação para Magistério Superior

Mestranda em Ciência da Informação

[marianargdemello@bol.com.br](mailto:marianargdemello@bol.com.br)

OTTONICAR, Selma Leticia Capinzaiki

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Graduada em Gestão Empresarial, Mestre em Ciência da Informação

Doutoranda em Ciência da Informação

[Selma.leticia@hotmail.com](mailto:Selma.leticia@hotmail.com)

BORGES, Ellen Valotta Elias

Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Bacharel em Tradutor;

Especialista em Estudos Linguísticos e Ensino de Línguas Estrangeiras

Mestre em Letras (Literatura e Vida Social)

Doutoranda em Ciência da Informação (aprovada na Qualificação)

[ellenvalotta@yahoo.com.br](mailto:ellenvalotta@yahoo.com.br)

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel.

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Bacharel em Biblioteconomia e Documentación

Licenciado em Documentación

Mestrado em Investigación em Documentación

Doutorado em Documentación

Professor Doutor no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (UNESP)

[dmartinezavila@marilia.unesp.br](mailto:dmartinezavila@marilia.unesp.br)

## Resumo

A competência em informação está intimamente associada ao acesso, avaliação e apropriação da informação na construção do conhecimento crítico. O problema de pesquisa incide em como a competência em informação, aplicada à Educação pode contribuir para maior difusão dos Direitos Humanos? Objetiva-se, então, refletir como a competência em informação pode auxiliar na construção do conhecimento sobre os Direitos Humanos, auxiliando para que eles tenham eficácia social. Nesta perspectiva, a apropriação da informação crítica e reflexiva, torna-se fundamental no processo. O trabalho justifica-se pela compreensão de que a competência em informação, aliada à apropriação da informação, de maneira consciente, pode auxiliar na compreensão dos fundamentos histórico-filosóficos dos Direitos Humanos. Porém, todo este processo é gradual e passa pela Educação, entendida no seu sentido amplo. Metodologicamente, a pesquisa tem caráter bibliográfico, descritivo e exploratório. Os resultados demonstraram que a Agenda 2030 da ONU exemplifica uma ação afirmativa que pode se transformar em política pública eficaz, se países como o Brasil agirem, visando mais o bem comum. A Educação precisa favorecer o acesso à informação, de modo ético, consciente, a fim de que o conhecimento seja construído em sociedade. O que demanda tempo, investimento e planejamento político. Conclui-se que o sistema educacional deve utilizar-se da



competência em informação como elemento fundamental do desenvolvimento dos currículos, porém de modo abrangente, incorporando ensinamentos como o de ética e cidadania.

**Palavras-chave:** competência em informação, apropriação da informação, Direitos Humanos.

#### **Abstract**

Information literacy is connected to information access, evaluation and appropriation to construct critical knowledge. The research problem is How can information literacy applied to education contribute to Human Rights dissemination? The purpose of this paper is to discuss how information literacy can contribute to knowledge construction about Human Rights. The focus is to help humans to become more effective in Society. The critical information appropriation is fundamental to that process. This paper is relevant to understand information literacy connected to information appropriation. That relationship can help to understand Human Rights in a historical and philosophical perspective. However, this process is gradual, since the study uses theories from Education field. Education is understood in a broader way. This is a bibliographic, descriptive and exploratory method. The results showed that the 2030 ONU Agenda is a positive example, and it can be used in the development of effective public policy. The education needs to allow the information access in an ethical way, so knowledge can be constructed by Society. Knowledge construction demands time, investment and political planning. As a conclusion, the educational system can use information literacy to courses development. It needs to be used in broader way, so it incorporates ethics and citizenship.

**Keywords:** information literacy, critical education, human rights.

#### **1 INTRODUÇÃO**

A competência em informação contribui para que os indivíduos se tornem aprendizes ao longo da vida. Essa aprendizagem é baseada no acesso, avaliação e uso da informação para se construir o conhecimento crítico. O problema de pesquisa é como a competência em informação aplicada à Educação pode contribuir com a relação de ensino-aprendizagem acerca dos Direitos Humanos? Desse modo, Objetiva-se refletir de que maneira a competência em informação aplicada à Educação pode contribuir com a construção do conhecimento acerca importância do respeito aos Direitos Humanos e como a apropriação da informação pode constituir um veículo eficaz neste processo que, em primeiro plano, tem cunho idealista, ou seja, de dimensão teórica, porém, almeja a eficácia social.

O trabalho justifica-se por aplicar a competência em informação no contexto dos Direitos Humanos e, portanto, a apropriação da informação, de maneira crítica, é fundamental nesse processo. Ademais, levando em consideração que a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU completa 70 anos, verifica-se a necessidade de uma compreensão filosófica do fundamento racional das disposições dos Direitos Humanos, cuja vivência é um desafio constante no Brasil, como também no resto do mundo.

Os Direitos Humanos devem possibilitar que a convivência entre as pessoas ocorra de maneira ética e empática. Há, portanto, o fomento a uma cultura da compreensão do outro como parte fundamental das relações sociais. A Educação é o contexto chave para a adequação dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos à sociedade, almejando o respeito ao direito do outro. Portanto, não se pode falar em Direitos Humanos sem se esquecer do papel que a Educação exerce, no que tange a sua compreensão e adequação social. Neste sentido, contempla a Declaração Universal dos Direitos Humanos

[...] Como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, **pelo ensino e pela educação**, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional [...]  
(DECLARAÇÃO Universal dos Direitos do Homem, 1948, grifo nosso).

A competência em informação tem como meta contribuir com a Educação internacionalmente, sendo seu objetivo principal a colaboração na construção de conhecimentos sobre as questões éticas, legais, socioeconômicas e culturais que envolvam o acesso à informação para aprendizagem. Assim, o presente artigo tem como base os temas da competência em informação, apropriação da informação, Educação e Direitos Humanos, voltados à concepção do conhecimento e convívio em

sociedade.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, descritiva, de cunho exploratório, à medida que poucos estudos têm analisado a competência em informação no contexto dos Direitos Humanos. Tal fato demonstra a necessidade de pesquisas nessa área, a fim de determinar indicadores, políticas e práticas para sua aplicação no meio escolar. Portanto, o presente trabalho apresenta questões iniciais a ser debatidas e abre portas à outras discussões que poderão ser vislumbradas futuramente tornando-se ações afirmativas ou auxiliando na elaboração de políticas públicas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E A *CRITICAL LITERACY*

Desde 1974 a competência em informação (COINFO) vem sendo objeto de interesse de pesquisas ao redor do mundo. Essas pesquisas têm possibilitado a construção de conhecimento multi e interdisciplinar com outras áreas. De acordo com Ottonicar, Valentim e Feres (2015), esta competência tem possibilitado estudos em vários contextos como o educacional, tecnológico, político e empresarial. Isso ocorreu porque os conceitos desenvolvidos pelos pesquisadores se apropriavam de informações de áreas diferentes, dando margem a várias interpretações e concepções.

Num sentido profundo, a interdisciplinaridade é sempre uma reação alternativa à abordagem disciplinar normalizada (seja no ensino ou na pesquisa) dos diversos objetos de estudo. Existem sempre, portanto, várias reações interdisciplinares possíveis para um mesmo desafio do conhecimento (REIS, 2005, p.5).

Muito autores internacionais têm bebido em pensadores da pedagogia para construir as definições da competência em informação. Essas abordagens de pensamento têm possibilitado a aplicação de novas formas metodológicas, como é o caso da pesquisa fenomenográfica aplicada primeiramente por Bruce (1999) na Austrália.

O Brasil criou e fomentou o termo "*critical literacy*" (FREIRE, 1970) que é baseado no pensamento de Paulo Freire e essas concepções tem sido disseminada ao redor do mundo. A *critical literacy* faz parte da competência e abarca seus conceitos, porém o foco incide na construção crítica de conhecimento. Essa criticidade deve ser construída pela população de uma maneira democrática, ou seja, deve incluir os cidadãos mais pobres como forma de libertação de sua opressão social.

Para Belluzzo (2007) a pessoa competente em informação acessa, avalia e usa a informação de maneira crítica para construir conhecimento. Essa competência possibilita que o indivíduo aprenda não apenas na escola, mas nos demais ambientes em que atua e, principalmente, ao longo da vida (BELLUZZO; FERES, 2015).

A competência em informação tem vários enfoques, recebe aporte de várias áreas, permitindo o trabalho dentro de uma perspectiva interdisciplinar, abordando questões como a nova forma de acessar, utilizar, analisar e avaliar a informação, atendendo as exigências atuais do mundo acadêmico e profissional, para construir novos conhecimentos e servir de instrumento para o uso da informação como fator de inclusão social (HATSCHBACH; OLINTO, 2008, p.9).

Complementando Hatschbach e Olinto (2008), Belluzzo (2007, p.34) explica:

[...] coloca-se a competência como sendo um composto de duas dimensões distintas: a primeira, um domínio de saberes e habilidades de diversas naturezas que permite a intervenção prática na realidade, e a segunda, uma visão crítica do alcance das ações e do compromisso com as necessidades mais concretas que emergem e caracterizam o atual contexto social.

A discussão que abarca a *critical literacy* envolve as questões sociais a respeito do poder. Por isso, os indivíduos necessitam se tornar pessoas reflexivas (TOMPKINS, 2010). A crítica ao poder, controle e dominação são fundamentais no contexto social. Além disso, incluem-se as desigualdades econômicas e sociais. A *critical literacy* permite que os alunos possam acessar informações sobre essas temáticas, criticá-las, promovendo mudanças em suas vidas (STEVENS; BEAN, 2010).

### 2.2 REFLEXÕES HISTÓRICO-FILOSÓFICAS ACERCA DOS DIREITOS HUMANOS

A ideia de valores pautados no bem comum é inerente ao humanismo mais social e menos associado ao despotismo esclarecido da primeira fase. A justiça social tem sido uma preocupação

constante no pensamento humanista, na sua fase posterior, e as instituições políticas e sociais têm obrigação de refletir isso, contribuindo com o acesso à informação e construção do conhecimento. Assim, é importante conhecer o histórico do humanismo, a fim de compreender como foram constituídos os fundamentos teóricos dos Direitos Humanos e, posteriormente, traçar um paralelo com a competência em informação, apropriação da informação e Educação.

Na segunda metade do século XIV surgiu na Itália um movimento estético, literário e filosófico denominado humanismo. Tal movimento exaltava o valor humano como meio e finalidade. Para o pensamento humanista o valor fundamental de uma doutrina é o homem, seu sentimento, sua originalidade e sua superioridade sobre os outros animais. Colocando-se o homem no centro de todas as preocupações, aspirava-se ao pleno desenvolvimento da personalidade humana (REALE; ANTISERI, 1990).

O homem passa a ser visto como um ser livre que pode construir seu próprio destino, intervindo na natureza, deixando de figurar apenas como parte da criação. Para satisfazer toda essa aspiração, recorreu-se à antiguidade greco-romana, intensificando-se, para tanto, os estudos filológicos, tarefa na qual os humanistas italianos desfrutaram do auxílio de eruditos bizantinos, refugiados da Europa depois da queda de Constantinopla, em 1453.

Os humanistas do Renascimento desenvolveram uma crença totalmente nova no homem e em seu valor. O homem passa a ser visto como algo infinitamente grandioso e valioso, que se ocupa de todos os aspectos da vida, da arte e da ciência. No entanto, no verbete da Enciclopédia Delta Larousse (1977) verifica-se que o Humanismo como movimento intelectual, tem seu apogeu na Itália, no século XV, trazendo uma tendência filosófica. Porém, esses acontecimentos não marcam o começo do movimento humanista. Este tem seus precursores nas universidades medievais do século XII, nomes como John of Salisbury e mais tarde o bispo Orésimo, físico e economista. Já o conceito do humanismo enquanto cosmovisão, na qual o homem ocupa o ponto central, atribui-se a Cícero (106-43 a.C.) e ao estóico Sêneca (4 a.C.-65 d.C.).

Alguns autores colocam que um dos pontos de diferença entre os humanistas antigos e os humanistas renascentistas, diz respeito aos limites, à medida que os primeiros buscavam possibilidades ilimitadas para o desenvolvimento humano, enquanto os gregos enfatizavam virtudes, como tranquilidade, temperança e autodomínio. O humanismo como movimento acabou antes do fim do século XVI, sendo substituído pelas preocupações com as novas ciências naturais. O estudo dos autores da Antiguidade passou a ser algo independente, como filologia clássica. Todavia, a ideia central do movimento, do homem como ser livre, senhor do seu próprio destino, perpetuou-se. Nos séculos posteriores há uma tendência de compreender o humanismo como qualquer movimento filosófico que tome como fundamento a natureza humana ou os limites e interesses humanos.

Na primeira fase do movimento humanista, surge o Estado Moderno, por volta do século XV, na Europa continental, decorrente da consolidação do capitalismo mercantil. Na primeira fase, caracteriza-se pela centralização e soberania do poder na pessoa do rei (Estado Absolutista). Posteriormente, com o capitalismo industrial e os movimentos liberais do século XVIII, especialmente a Revolução Francesa, o Estado Moderno adquire, pelo menos no campo teórico, aspecto constitucional e democrático. Surge, então, o Estado de Direito como expressão jurídica do Iluminismo, trazendo a ideia de autonomia como núcleo do princípio da liberdade, daí falar-se em Estado Liberal de Direito (SILVA, 2000). Todo este movimento político, econômico e social prenunciava uma nova era, que por um lado, exaltava a capacidade humana de conhecer e agir pela “luz da razão”, por outro, consolidava o individualismo, que encontra terreno fértil para desenvolver-se em meio da fase conquistadora do capitalismo.

Neste sentido, expõe Mounier:

O Estado liberal cristaliza o individualismo nos seus códigos e nas suas instituições e, embora professando um personalismo moral (de raiz kantiana) e político (ao gosto burguês), lança a condição concretas das massas urbanas na escravidão social, econômicas e bem depressa política (MOUNIER, 2004, p. 23).

No final do século XVIII, com o declínio dos ideais liberais racionalistas (liberdade, igualdade e fraternidade) em face da traição tirânica de Napoleão, emerge a força do caos (força invencível e sem normas). Neste contexto, surgem algumas declarações de direito que acompanham todo este processo histórico, cada qual com suas peculiaridades. A primeira (SILVA, 2000) declaração de direitos, em termos modernos, foi a Declaração de Direito do Bom Povo de Virgínia, uma das treze colônias inglesas nos Estados Unidos. Foi promulgada em 12 de Janeiro de 1776, precedeu, assim, a Declaração de Independência Americana. Todavia, ambas foram inspiradas nas teorias de filósofos,

como Montesquieu, Rousseau e Locke. Basicamente a declaração da Virgínia se preocupava em limitar o poder estatal, revelando a estrutura de um governo democrático e a existência de direitos naturais universais e atemporais. No entanto, a Declaração de Independência, de autoria de Thomas Jefferson, de quatro de Julho de 1776, teve maior repercussão.

Outra Declaração que merece destaque (SILVA, 2000) é a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada pela Assembleia Constituinte francesa em 28 de Agosto de 1789. Apesar de posterior aos Estados Unidos, os doutrinadores atentam que os franceses só adotaram a técnica das declarações norte-americanas, visto que a Europa era o berço do pensamento político, moral e social do século XVIII. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão possui dezessete artigos que consagram os princípios da liberdade, igualdade, da propriedade e da legalidade, bem como as garantias individuais liberais. Porém, há duas grandes críticas às declarações, em especial à francesa: a primeira diz respeito ao caráter individualista, visto que só considera as liberdades dos indivíduos, não mencionando a liberdade de associação nem de reunião, estando mais focada na defesa do indivíduo contra o Estado e no direito de propriedade<sup>1</sup>; a segunda gira em torno da eficácia, pois a restauração de um poder legítimo, de acordo com o consentimento popular e que consagre os Direitos Fundamentais do homem, foi algo que ficou meramente no campo das ideias.

Acerca desse assunto, diz José Afonso da Silva, doutrinador de Direito Constitucional:

A afirmação de direitos imprescritíveis do homem e a restauração de um poder legítimo, baseado no consentimento popular, foi uma operação de ordem puramente intelectual que se desenvolveu unicamente no plano das ideias; é que, para os homens de 1789, a declaração dos direitos era antes de tudo um documento filosófico e jurídico que devia anunciar a chegada de uma sociedade ideal (SILVA, 2000, p. 162).

No início do século XIX, no campo da política, os movimentos de esquerda tomam força. O primeiro regime socialista da história foi implantado com a Revolução Bolchevique de 1917. A revolução na Rússia começou pela estrutura política. Um grupo bem organizado apoderou-se do poder, reorganizando-o em novos moldes e iniciou então a transformação radical da estrutura sócio econômica do país. O movimento socialista, principalmente na forma moderada, teve simpatizantes em toda a Europa ocidental, pois ele continha a promessa de cessar as atrocidades e desigualdades que o capitalismo gerou.

Em 1929, a crise econômica teve seu ápice, com a queda da bolsa de Nova Iorque, que repercutiu no mundo inteiro. A paralisação da indústria foi quase total. Esta crise adquiriu um aspecto revolucionário atingindo também as classes mais altas da sociedade, o que provocou a intervenção do Estado na economia, para evitar os desequilíbrios entre produção e consumo. O poder político sentia-se incapaz de debater a crise. A burguesia sentia-se ameaçada pela revolta social e pelo crescimento do movimento comunista. Decidiu por isso apoiar-se num grupo político reduzido, mas bem organizado e disposto a acabar pela força com a ameaça revolucionária da classe trabalhadora. O exemplo mais significativo do totalitarismo de direita foi o da Alemanha, onde, em 1933, Adolf Hitler implantou o governo do partido Nazista.

Diante do exposto, pode-se constatar que o século XIX foi marcado simultaneamente pelas ideias do Estado totalitário e do individualismo. Todos esses acontecimentos históricos e culturais repercutiram no campo filosófico. Filósofos, como Marx, Freud e Nietzsche, a partir da segunda metade do século XIX e começo do século XX, não pouparam críticas aos ideais racionalistas do Iluminismo, que, apesar de apresentar pontos positivos e fundamentais ao desenvolvimento da humanidade, por outro lado impediram a liberação de algumas potencialidades inerentes à condição humana, fato que resultou no mito da razão soberana, que com seus ideias tecnocratas e mecanicistas desconsideraram valores humanos e sociais, frente uma segregação em massa.

Se a primazia do capital renegou o ser humano ao esquecimento, deveria haver um caminho que resgatasse a dignidade da ideia e do conceito da pessoa humana e ao mesmo servisse como força reacionária contra os erros totalitários e individualistas. A democracia pós Segunda Guerra Mundial, pelo menos no campo teórico, se apoiava nos conceitos de igualdade, liberdade política, religiosa, trabalho digno, educação, saúde, justiça social, opondo-se à democracia do século XIX,

---

1 A primeira geração dos Direitos Fundamentais derivou dos preceitos da declaração francesa e atualmente são muito criticados frente a rigorosa concepção individualista. Os direitos e garantias individuais ainda se encontram na maioria das constituições contemporâneas. Na constituição brasileira de 1988, a que está em vigor, estão dispostos no artigo 5º. Entretanto, as garantias, direitos coletivos e sociais também são considerados.

cuja base era uma filosofia de cunho individualista. A visão individualista do século XVIII, no que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais, adentrou o século XIX, trazendo uma reação contra os direitos sociais. Entretanto, no século XX, com a revolução comunista (1917) há uma transmutação de valores. No campo jurídico, essas mudanças expressam a primazia dos direitos sociais sobre os individuais.

Na tentativa de superar o antagonismo entre os direitos individuais e sociais, diante das abomináveis violações aos Direitos Humanos, ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial, foi proclamada na noite de 10 de Dezembro de 1948, na terceira sessão ordinária da Assembleia da ONU, realizada em Paris, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, contendo trinta artigos antecedidos de um prefácio com sete considerando os que consagram a dignidade da pessoa como o princípio ético que deve nortear todos os ordenamentos jurídicos. Essa Declaração consegue equilibrar a esfera do indivíduo com a da sociedade. Do artigo 1º ao artigo 21 verifica-se a proclamação dos direitos e garantias individuais, impregnados de inovações em relação às Declarações anteriores, tais como: igualdade, dignidade, promoção do direito à vida, à liberdade de locomoção, de pensamento, de consciência, de religião, de opinião, de expressão, de associação, de segurança pessoal, de nacionalidade, de asilo, de propriedade; condenação da escravidão, da servidão, da tortura, das penas cruéis, entre inúmeros outros.

Já entre os artigos 22 e 28, estão os direitos sociais do homem, como o direito à segurança social, à satisfação dos direitos econômicos sociais e culturais indispensáveis à dignidade da pessoa humana e ao livre desenvolvimento de sua personalidade, direito ao trabalho, jornada digna, descanso remunerado, férias, previdência, liberdade sindical a todas as classes de trabalhadores, dentre outros direitos. Verifica-se que a dignidade da pessoa humana é focada em ambas esferas. Todavia, apesar da grande inovação, em face da conciliação entre a esfera particular e coletiva, o problema da eficácia permaneceu e a declaração, em muitos aspectos, figura como um ideal a ser atingido.

Acerca desse assunto, coloca Philippe Chapele:

O ideal a ser atingido por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo esta Declaração no espírito se esforcem, pelo ensinamento e pela educação, a desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e assegurar-lhes por medidas progressivas de ordem internacional, o reconhecimento e aplicação universais efetivos (CHAPELLE *apud* SILVA, 2000, p. 41).

Porém, segundo Dalari, o grande problema das declarações de direito está na eficácia, ou seja, no plano teórico são perfeitas, mas na prática apresentam sérios problemas: Ou nas palavras de Dalari:

O grande problema é o da eficácia das normas de Declaração de Direitos. O problema é ainda mais agudo em se tratando de uma Declaração Universal, que não dispõe de um aparato próprio que a faça valer, tanto que o desrespeito acintoso e cruel de suas normas, nesses anos, continua uma regra trágica, principalmente no nosso continente e também no nosso país. Não é, pois, sem razão que se afirma que o regime democrático se caracteriza, não pela inscrição dos Direitos Fundamentais, mas por sua efetividade, por sua realização eficaz (DALARI 1996, p. 154).

Percebe-se que o processo educacional está sempre imbricado com as práticas de respeito aos direitos e à liberdade. Só pode-se falar em seres conscientes, reflexivos e autônomos, a partir da Educação. Para que os Direitos Fundamentais tenham mais efetividade, é necessário um movimento educacional, auxiliado por políticas públicas eficazes que promovam o respeito à dignidade humana, à noção de alteridade, minimizando preconceitos.

Algumas ações são feitas, tanto no âmbito nacional, quanto no internacional, almejando propiciar políticas eficientes à concretização dos Direitos Humanos. A Agenda 2030 (ONU, 2015) da ONU é um exemplo disso. Ela foi elaborada, de acordo, principalmente, com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e subsidiariamente com outros instrumentos, como os tratados internacionais acerca do tema e pretende até o ano de 2030 implementar várias metas quanto aos Direitos Humanos e ao desenvolvimento sustentável. Dezesete objetivos foram elencados, visando cumprir todos objetivos do milênio (ODM) que foram estabelecidos há 18 anos e não tiveram concretização material, ficando apenas no campo idealista. Porém, as 169 metas e os 17 objetivos propostos pela Agenda 2030, vão além da ODM. “Ao lado das contínuas prioridades de desenvolvimento, tais como a erradicação da pobreza, a saúde, a Educação e a segurança alimentar

e nutricional, a nova Agenda define um vasto leque de objetivos econômicos, sociais e ambientais” (ONU, 2015). Ela também se compromete em auxiliar no desenvolvimento de sociedades mais pacíficas e inclusivas. Estes propósitos buscam o desenvolvimento sustentável e o respeito à dignidade humana, reafirmando a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como a responsabilidade de todos os Estados em respeitar, proteger e promover os Direitos Humanos e as liberdades inerentes a eles, sem qualquer distinção quanto “a raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra opinião, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, deficiência ou qualquer outra condição” (ONU, 2015).

Entende-se que houve progressos, desde que a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada, o acesso à Educação aumentou, tanto para meninos quanto para meninas e houve desenvolvimento de políticas públicas de erradicação da pobreza extrema. Neste sentido, compreende-se que “a disseminação da informação e das tecnologias da comunicação e interconectividade global tem um grande potencial para acelerar o progresso humano, para eliminar o fosso digital e para o desenvolvimento de sociedades do conhecimento, assim como a inovação científica e tecnológica [...]” (ONU, 2015). Entretanto, muito tem eu ser feito, pois o progresso entre os países tem sido desigual.

No Brasil, a Educação está contemplada, expressamente, na Constituição Federal de 1988, principalmente, nos artigos 6º e 205. A conjugação desses dois artigos, segundo Silva (2005), eleva a Educação ao nível de Direito Fundamental<sup>2</sup>, conferindo universalidade a ela, pois todos têm direito ao acesso à Educação e garanti-la é dever do Estado e da família com a colaboração social, almejando o desenvolvimento completo da pessoa, a qualificando para o trabalho e a preparando ao exercício da cidadania, ou seja, um ensino integral, que contempla as várias dimensões do ser humano e não apenas a intelectual (BRASIL, 2013, p. 205). Já o artigo 6º da Carta Magna coloca a Educação no rol dos Direitos Sociais, isto implica em dizer que, além de ser um Direito Fundamental, também impõe-se uma prestação positiva pelo Estado, a fim de estabelecer condições materiais favoráveis na realização do princípio da igualdade, conferindo um ensino de qualidade (SILVA, 2005). Todavia, mais uma vez, o problema incide na consecução plena do direito.

### 2.3 APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O início de uma igualdade social deve começar pelo desenvolvimento da capacidade de apropriação e geração de conhecimentos que contribuam de forma significativa no desenvolvimento de melhores condições humanas. Antônio Candido chama atenção para o desequilíbrio presente na concepção que se tem acerca dos Direitos Humanos:

[...] as pessoas são frequentemente vítimas de uma curiosa obnubilação. Elas afirmam que o próximo tem direito, sem dúvida, a certos bens fundamentais, como casa, comida, instrução, saúde, coisas que ninguém bem formado admite hoje em dia que sejam privilégio de minorias, como são no Brasil. Mas será que pensam que o seu semelhante pobre teria direito a ler Dostoiévski ou ouvir os quartetos de Beethoven? Apesar das boas intenções no outro setor, talvez isto não lhes passe pela cabeça. E não por mal, mas somente porque quando arrolam os seus direitos não estendem todos eles ao semelhante (CANDIDO, 2011, p.174-175).

Com base no pensamento de Antônio Candido, faz-se necessário refletir sobre as atuações sociais que se dizem democráticas, mas são baseadas em concepções firmadas dentro de valores capitalistas que tem por objetivo excluir ou invés de incluir, dominar ao invés de instruir, criar mecanismos de manipulação para orientar uma compreensão que favoreça o senso comum. Possibilitar ou não mecanismos de mediação da informação que contribuam para um determinado tipo de apropriação é extremamente decisivo para o processo de dominação e imposição de concepções, valores, pontos de vista, etc. dentro de diferentes âmbitos de atuação social, seja político, religioso, educacional, ou qualquer outro. Antônio Candido apresenta uma reflexão sobre o direito à crença, à opinião, ao lazer, à arte e à literatura:

[...] são bens incompressíveis não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual. São incompressíveis certamente a alimentação, a moradia, o

<sup>2</sup> Os Direitos Humanos quando positivados, ou seja, inseridos numa declaração de direito, tal como ocorreu com a Constituição Federal de 1988, são chamados de Direitos Fundamentais, passando a ter eficácia jurídica, o que difere da eficácia social, pois esta diz respeito a concretização material.

vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura (CANDIDO, 2011, p.176).

Fazendo um paralelo abordado entre direito de acesso à informação e os direitos abordados por Antônio Candido, sobressai a seguinte reflexão: ainda que houvesse uma lei que regulamentasse todos os direitos abordados pelo autor, nada disso seria possível se a lei não fosse direcionada para uma preocupação com o processo de apropriação. O direito à arte e à literatura não supriria a falta de capacidade de apropriação da informação, impossibilitando uma compreensão daquilo que, por direito, poderia ser acessado por todos, caso houvesse essa lei de acesso à arte e à literatura.

O poder de instrução se relaciona ao poder de construir conhecimentos individualmente para serem transformados socialmente, na relação com o outro. Nas palavras de Fadel é por meio da informação que “alteramos, modificamos, transformamos nosso conhecimento. É com esse conhecimento transformado que nos relacionamos com o mundo” (FADEL et al., 2010, p.18). É importante conhecer o mundo em que vivemos: “[...] se preocupar não apenas com informação científica e tecnológica, mas também, e em igual medida, com a informação pública, com a informação social [...]” (FADEL et al., 2010, p.18). Nesse sentido, é fundamental compreender a importância do acesso a determinados documentos que podem trazer orientações importantes para a construção de conhecimentos e atuação social. Por isso, o acesso não pode ser refletido fora do processo de apropriação.

Apesar da extrema importância do processo de apropriação nas relações sociais estabelecidas por práticas culturais quase sempre firmadas em concepções dialéticas de perdas e ganhos, vitórias e derrotas, pobreza e riqueza, dominador e dominado, participantes e excluídos, competentes e incompetentes, inteligentes e ignorantes, sujeito ativo e sujeito passivo, etc. Não há como fugir das relações de poder ao participar de um sistema capitalista.

Nesse contexto, ao abordar os aspectos da nova cultura midiática, Jenkins (2015, p.50) reconhece que “[...] nem todos os consumidores têm acesso às habilidades e aos recursos necessários para que sejam participantes plenos das práticas culturais que descrevo. Cada vez mais, a exclusão digital está causando preocupações a respeito da lacuna participativa”. Esta problemática abordada pelo autor traz à tona a necessidade de refletir sobre o desequilíbrio trazido pelo dilúvio informacional da atual sociedade do conhecimento: todo mundo sabe tudo um pouco de maneira superficial e raros são aqueles que buscam ou têm capacidade de compreender uma informação de forma profunda e reflexiva, reconhecendo o implícito que está camuflado atrás do explícito.

O grande avanço trazido pelo acesso informacional não trouxe o mesmo avanço para as práticas sociais, como discorre Jenkins:

Durante todos os anos 1990, a questão era o acesso. Hoje, digamos que a maioria dos americanos tem algum acesso limitado à internet, embora para muitos seja através da biblioteca pública ou da escola local. Contudo, muitas das atividades que este livro descreverá dependem do maior acesso às tecnologias, maior familiaridade com os novos tipos de interação social que elas permitem e um domínio mais pleno das habilidades conceituais que os consumidores desenvolveram em resposta à convergência das mídias [...] Enquanto o foco permanecer no acesso, a reforma permanecerá concentrada nas tecnologias; assim que começarmos a falar em participação, a ênfase se deslocará para os protocolos e práticas culturais (JENKINS, 2015, p.50-51).

Enquanto a sociedade não possibilitar mediações que satisfaçam as necessidades informacionais dos diferentes sujeitos sociais, não será possível desenvolver questões acerca do processo de apropriação, fato que continuará favorecendo o grande desequilíbrio entre desenvolvimento tecnológico e social.

Nesse sentido, é imprescindível considerar que apesar de todos os cidadãos terem direitos ao acesso às informações públicas, esse direito é atuante de forma desigual. É fato que a classe dominante quando pensa em seus direitos, não estende todos eles ao semelhante. Nas palavras de Antonio Candido: “[...] pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo” (CANDIDO, 2011, p.174). Nesse sentido, ao estabelecer a Lei de Acesso à Informação (LAI) como um direito ao acesso, fica claro que o acesso é para todos, mas a capacidade de apropriação não se estende a todos de forma igualitária.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e exploratório. Os métodos foram baseados em uma revisão bibliográfica da literatura, considerando as temáticas competência em informação, Educação, apropriação da informação, voltada à reflexão crítica e aos Direitos Humanos. Essa revisão foi baseada em Gil (2012), Marconi e Lakatos (2013) e Fonseca (2002). A revisão bibliográfica é um método fundamental no caso das temáticas novas, tendo em vista que a temática da competência em informação e sua relação com os Direitos Humanos ainda é pouco explorada.

A revisão bibliográfica da literatura foi aplicada nas seguintes bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), SCOPUS e *Library and Information Science Abstracts* (LISA).

Além disso, a revisão bibliográfica da literatura contribui para compreender os conceitos e como consequência a sistematização de teorias a fim de inter-relacioná-las. Nesse sentido, essa revisão possibilitou a construção de um quadro teórico inter-relacionando os temas com uma figura, demonstrando como a Educação pode aplicar a competência em informação no contexto dos Direitos Humanos, os tornando mais difundidos e com maior aplicabilidade. Tanto o quadro quanto a figura podem ser utilizados e aplicados na prática educacional e adaptados para diversos cursos.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As discussões do presente artigo foram baseadas no quadro 1 que teve como foco a inter-relação entre a competência em informação, apropriação e direitos humanos. Esses temas foram analisados no que tange a dimensão do acesso, avaliação e uso da informação. Essas três dimensões fazem parte do conceito de competência em informação.

**Quadro 1 - Competência em informação, Apropriação e Direitos Humanos**

Dimensão	Competência em informação	Apropriação	Direitos Humanos
ACESSO	<p>Buscar a informação em diferentes locais, fontes e formatos.</p> <p>Acessar notícias e textos sobre assuntos sociais, econômicos, políticos e culturais.</p> <p>Buscar constantemente informações com diferentes fontes e pessoas, em diferentes contextos (pessoal, profissional, social e acadêmico)</p>	<p>Acessar diferentes fontes de informação, que abordem o mesmo assunto (site, grupos sociais ou editorial, organização, redes sociais, comunidades acadêmicas, etc.) Evitar fontes que propiciam de forma manipuladora o pensamento comum, o consenso e tentam reduzir a liberdade de pensamento.</p>	<p>Acesso à informação sobre os Direitos Humanos que estão baseados na igualdade e acesso à Educação.</p> <p>Buscar informações sobre as possíveis dificuldades que determinados grupos sociais enfrentam no campo da efetividade desses direitos.</p>



<p>COMPREENSÃO</p>	<p>Ler, compreender e relacionar aquilo que está não apenas explícito, mas também implícito nas fontes de informações.</p>	<p>Dialogar com o texto de forma mais profunda, realizando relações com acontecimentos e situações que possam remeter ao texto e ajudar na sua compreensão.          Saber diferenciar aquilo que está claro e aquilo que precisa ser desenvolvido por meio de novos questionamentos.          Reconhecer que não se sabe tudo e que é preciso avançar na construção das informações.</p>	<p>Avaliar o que dizem as declarações acerca dos Direitos Humanos, a apropriação do seu conteúdo e os impasses na sua aplicação.</p>
<p>REFLEXÃO</p>	<p>Refletir sobre a informação e tomar decisões baseadas na compreensão construída com base nos questionamentos levantados.          Compreender os problemas sociais e tentar contribuir para algumas soluções possíveis de acordo com a atuação social e conhecimentos individuais de cada um.          Entender a sociedade não como algo redutor, mas como um sistema complexo que tem que ser agregador, o que exige uma visão integradora que considera a importância das minorias nas relações sociais.          . Estar atento às <i>Fake News</i> e o impacto social delas</p>	<p>Construir gradualmente o conhecimento crítico voltado a diferentes formas de pensamento, priorizando o respeito ao outro. Criticidade em relação ao preconceito e formas de dominação das minorias. Reflexão sobre os modos simplistas de solução dos problemas da sociedade, priorizando uma visão integradora e complexa da construção do conhecimento.</p>	<p>Aprender a aprender continuamente sobre as complexidades que envolvem os Direitos Humanos. Construção do respeito à cidadania e à diversidade, Atuação de maneira ética ao longo da vida.          Buscar formas eficazes para que esses direitos sejam apropriados de forma consciente para que sejam internalizados e, conseqüentemente, respeitados.</p>

**Fonte: as autoras - 2018**

O quadro acima realiza um diálogo entre Competência em Informação, Apropriação e Direitos Humanos. Nota-se a necessidade de compreender essas três competências de forma progressiva e complementar. É preciso ter competência em informação para realizar atividades que propiciam uma apropriação reflexiva que contribua para uma atuação social que respeite e busque a realização dos direitos humanos.

Cada dimensão (Competência em Informação, Apropriação e Direitos humanos) apresenta etapas que precisam estar relacionadas para serem desenvolvidas. Por exemplo, o primeiro passo está no acesso às informações. Este acesso cria uma ação diferente em cada dimensão. Na dimensão da competência, o sujeito demonstra a capacidade de realizar o acesso por diferentes

fontes de informação. Na dimensão da apropriação, o acesso já passou pela competência e, assim, permite apropriações seletivas e exclui aquilo que não condiz com as necessidades e competências do indivíduo. A última etapa se refere à atuação social diante de tudo que foi apropriado e refletido, efetivando ou não a aplicabilidade dos Direitos Humanos. Conclui-se que não há como realizar um pensamento que separe as competências citadas. Tudo está relacionado. Apesar da separação didática apresentada pelo quadro, os processos de acessar, compreender e refletir se misturam instantaneamente e inconscientemente. Como resultado, surgem diversas atuações sociais que só puderam ser realizadas porque houve o desenvolvimento de competências em informação que propiciaram a construção de conhecimentos durante um processo reflexivo de apropriação das informações.

**Figura 1 – Modelo de competência em informação aplicado a aprendizagem sobre os Direitos Humanos**



**Fonte: as autoras – 2018**

A Figura 1 demonstra que os três principais níveis da competência em informação, o acesso, a avaliação e o uso da informação foram representados pela „busca da informação, criticar e construir conhecimento” respectivamente. Assim, a segunda coluna representa conceitos chave do pensamento crítico por meio da competência em informação como „criticar as fontes de informação” no nível do acesso, „reflexão do conteúdo da informação” que corresponde a avaliação e „aprender diferentes pensamentos” na dimensão do uso da informação.

A inter-relação entre as duas primeiras colunas resultam da terceira, que é a inter-relação entre a competência em informação e os Direitos Humanos voltados à Educação. Desse modo, o resultado está voltado a construção crítica da sociedade por meio dos princípios de Direitos Humanos, refletir sobre essas questões e como consequência, atuar com respeito e ética com as pessoas.

No que tange à discussão, percebe-se o abismo entre o dever-ser normativo e a realidade social. A efetividade ou a produção dos efeitos sociais das normas jurídicas depende, fundamentalmente, da atuação dos cidadãos, como agentes promotores da eficácia social dos Direitos Humanos, para que todos possam contar, efetivamente, com eles. A Educação é uma das vias de combate da defasagem entre o texto legal e o que se vive, à medida que promove a existência de pessoas livres, criadoras e responsáveis, que lutam pelo desenvolvimento pleno do ser humano e pela justiça social, o que possibilita novos caminhos.

Nesta perspectiva, a Agenda 2030 da ONU, que visa garantir que até ano de 2030 todas as crianças e adolescentes tenham acesso à educação básica, completando seus estudos através de um processo educacional, gratuito e de qualidade, é um exemplo de uma ação afirmativa que pode se transformar em política pública eficaz, se a política econômica de países como o Brasil, por exemplo, for menos neoliberal e contemplar mais os aspectos sociais. Porém, nada é feito sem uma Educação que favoreça o acesso à informação, de modo ético, adequado, consciente, a fim de que, paulatinamente, vá se construindo um conhecimento, sólido e agregador, que perpassa também pela informação pública e social. O que demanda tempo, investimento e vontade política.

Todavia, vive-se num mundo utilitarista que almeja que uma informação seja apropriada e imediatamente se transforme em conhecimento aplicado, aferindo retorno financeiro ou bem estar, sempre pensando-se em curto prazo. Neste universo pragmático, de informações efêmeras, *fake* e de pouca reflexão, a proposta da competência da informação é minimizada. Justamente porque ela defende um processo de aprendizagem inter-relacional que tem uma dimensão social muito forte. Compreende-se que a apropriação de uma informação, e conseqüente, transformação da mesma em conhecimento é um processo individual, porém não dissocia-se do mundo (ALMEIDA JÚNIOR, 2015). Ademais, a competência em informação propõe que a aprendizagem seja um processo contínuo e ininterrupto, se dando no decurso da vida (BELLUZZO, 2007), pois o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas sim lapidado e aprofundado com as experiências e interações de cada pessoa no contexto histórico-social, no qual está inserida.

Há um imbricamento entre ensino e aprendizagem, haja vista que tanto ensina-se quanto aprende-se, isto é, uma relação de cooperação. A competência em informação (COINFO) contempla a Educação no sentido muito mais amplo e integrador do que apenas a Educação formal, isto é a da “sala de aula”. Ela defende um processo autônomo e consciente em que cada pessoa deve se atentar às suas necessidades informacionais, buscando banco de dados fidedignos, agindo com ética e respeito às leis. A COINFO contempla aspectos de estágios mais avançados dos Direitos Humanos<sup>3</sup>, numa perspectiva que alia o aspecto individual ao social, mais na linha personalista em sua primeira fase laica. Em linhas gerais, o objetivo cardeal do personalismo é a defesa da pessoa, na sua liberdade, criatividade e responsabilidade de pessoa situada num contexto histórico-social. Como pode ser analisado, para o personalismo, a pessoa é um todo indivisível composto de muitas dimensões que faz do homem um ser complexo, integral e único. Na concepção personalista, a Educação está intimamente ligada ao despertar das pessoas. A Educação não pode ter por fim moldar a criança ao conformismo do meio familiar ou social. Ser transcendente significa ser autônomo, ou seja, a qualidade de ser pessoa implica que cada um pertence a si próprio. Toda criança é sujeito inserido na coletividade, não é *res societatis*, nem *res familiae*, embora necessite de auxílio e cuidados especiais, por não ter plena capacidade para decidir e responder por seus atos. A família e a sociedade são meios formadores naturais. Então, “o problema da Educação não se reduz ao problema das escolas: a escola é um instrumento educador entre outros, abusa-se e erra-se quando se faz dela o principal instrumento” (MOUNIER, 2004, p. 133).

Portanto, o reconhecimento dos Direitos Humanos é parte importante de todo esse processo, pois eles detêm uma força que ultrapassa o cunho punitivo. Eles são muito mais de natureza preventiva e socioeducativa do que repressiva. Compreender o processo histórico-filosófico de sua

---

<sup>3</sup> Os Direitos Fundamentais de primeira geração são os associados ao valor liberdade, são os direitos civis e políticos. São direitos e garantias individuais com caráter negativo por exigirem diretamente uma abstenção do Estado, seu principal destinatário. Relacionados ao valor igualdade, os direitos fundamentais de segunda geração são os direitos sociais, econômicos e culturais. São direitos coletivos. Os Direitos Fundamentais de terceira geração são fundamentados no valor fraternidade ou solidariedade, são os associados ao desenvolvimento do meio ambiente, à autodeterminação dos povos, ao direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e ao direito de comunicação. Os direitos de quarta geração compreendem os direitos à democracia, informação e pluralismo (NOVELINO, 2009).

formação, conteúdo, princípios, principalmente, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e como a Constituição Federal brasileira de 1988, conhecida como constituição cidadã, se apropriou dos seu conteúdo axiológico é um ato de cidadania. O que contribui ao desenvolvimento social, promovendo a dignidade humana, o maior princípio norteador da Carta Magna brasileira de 1988, o grande núcleo dos Direitos Fundamentais, presente no artigo 1º, inciso, III (BRASIL, 2013).

Em tempos de desrespeito, *fake news*, pessoas ofendendo abertamente as outras nas redes sociais, de modo muitas vezes fascista, racista, homofóbico ou machista e a ausência de leis eficazes que consigam coibir os crimes que podem usar também veículos digitais, tais como: calúnia, difamação e injúria, respectivamente artigos 138, 139 e 140 do Código Penal (BRASIL, 2014) - a única saída é ainda a Educação. Mesmo que haja leis severas, sem a esfera educacional, seus efeitos são minimizados. Quanto mais um país é educado, mais prescinde da força, pois o indivíduo consegue incorporar o dever ético nas suas atitudes. Um processo lento, porém eficiente quando feito considerando a dimensão integral do ser humano, não apenas a esfera intelectual. Educar uma criança é muito mais que transmitir informações acerca das disciplinas escolares; a Educação passa pela ética e cidadania, que engloba conhecimentos e ações voltadas aos Direitos Humanos. Tal práxis é capaz de transformar o educando num adulto mais ético, autônomo, reflexivo, com noção de alteridade. Nesta perspectiva, pessoas críticas e conscientes compreendem o modo mais ético e eficaz de se apropriarem de uma informação, construindo conhecimento e compartilhando saberes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano é um ser consciente, racional e livre e, por isso mesmo, é também um ser social, que só na associação com seus semelhantes encontra as condições necessárias para o desenvolvimento da sua consciência, racionalidade e liberdade, peculiaridades que o distingue dos outros animais, os quais, quando se agrupam, são impelidos pelo simples instinto de gregarismo em busca de garantias para a própria sobrevivência. Se assim procede, quanto mais a sociedade for composta de pessoas plenas no aspecto educacional, no moral, no político, no econômico e no cultural, mais equilibrada ela será. Enfim, o todo deve ser composto de partes bem estruturadas, pois uma boa sociedade se faz a partir de seres humanos dignos, livres, criativos e responsáveis.

Diante disso, pode-se constatar que a evolução dos Direitos Humanos é resultado desse conjunto de condições que caracterizam a pessoa humana como ser consciente, racional, livre, social, sujeito de direitos e deveres, independente de sexo, raça, situação econômica, política, credo religioso ou cultura. Tudo isso pautado no princípio da dignidade humana, que traz uma concepção absoluta e atemporal, haja vista que independe de qualquer qualificação e contexto histórico-social. Ser pessoa é o único pressuposto para se ter um valor inestimável e se colocar como a razão de ser de todas as instituições políticas e econômicas.

Os Direitos Humanos são ontológicos, fazem parte da natureza humana. O ser humano tem que ter sua dignidade garantida através de princípios universalmente válidos. Naturalmente o homem é um ser racional e por isso a lei natural deve ser positivada por intermédio de leis coerentes que garantam a dignidade da pessoa humana. Há leis que são inatas e universais, portanto, imprescritíveis. Por mais que as tendências mudem, esses valores não devem ser alterados, pois são inerentes à condição humana e repousam sobre a ideia de uma lei natural. Essa dignidade inalienável é o fundamento de toda a ordem social. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de dezembro de 1948, defende o primado da pessoa humana sobre as estruturas sociais, visando despertar em todos os povos a consciência da responsabilidade em relação aos valores humanos em um clima propício ao florescimento da liberdade, da justiça e da paz, tentando erradicar do mundo o espírito de tirania e opressão.

Neste sentido, a competência em informação que possibilita que a aprendizagem se desenvolva de uma maneira crítica e gradual, colabora na luta para que os Direitos Humanos sejam conhecidos no plano teórico e mais eficazes no campo prático. Valores como respeito e igualdade desenvolvem-se pelo estímulo à capacidade de apropriação de informações verídicas, em veículos informacionais éticos, o que, consequente, gerará conhecimentos que contribuirão de forma significativa no desenvolvimento de melhores condições humanas. O foco é que a Educação se utilize da competência em informação como elemento fundamental do desenvolvimento dos currículos, porém de modo abrangente, incorporando ensinamentos como o de ética e cidadania. Desse modo, a Educação baseada nessa competência contribui para a formação de cidadãos conscientes, respeitosos e cientes diante dos direitos alheios, independentemente da classe social, raça e gênero das pessoas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A. dos; SILVA, R. J. da (Orgs.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. 278p.; p.9-32.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista (2007). *Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação*. Bauru: Cá Entre Nós, 2007.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista e Feres; GEORGES, Glória (2015). "Competência em informação, redes de conhecimento e as metas educativas para 2021: reflexões e inter-relações". En: Belluzzo, R. C. B, Feres, G. G. e Valentim, M. L. P. (Orgs.). *Redes de conhecimento e competência em informação: interfaces da gestão, mediação e uso da informação/organização* (p. 1-35). Rio de Janeiro: Interciência.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2013.

BRASIL. **Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014**. 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm)>. Acesso em: 28 ago. 2018.

BRUCE, Christine Susan (1999). "Workplace experiences of Information literacy". En: *International Journal of Information Management*, 19, 33-47. Disponível em: <http://www.personal.kent.edu/~wjrobert/images/WorkplaceInfoLit.pdf>. [Última consulta: 20 de junho de 2018].

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. *Vários escritos*. 5.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/296648/mod\\_resource/content/1/Candido%20O%20Direito%20C3%A0%20Literatura.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/296648/mod_resource/content/1/Candido%20O%20Direito%20C3%A0%20Literatura.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2018.

DALARI, Dalmo de. **O poder dos juízes**. São Paulo: Saraiva, 1996.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos do Homem. [Sl.: S.n], 1948.

FADEL, B. et al. Gestão, mediação e uso da informação. In: VALENTIM, Marta (Org.). *Gestão, mediação e uso da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 1970.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GRANDE enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, 1977, p. 5282. v. 10.

HATSCHBACH, M. H. de L.; OLINTO, G. Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**: Nova Série, São Paulo, v.4, n.1, p.20-34, jan./jun., 2008. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/64/78>>. Acesso em: 18 set. 2018.

JENKINS, H. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2015. Tradução de Susana Alexandria. Disponível em: <<http://lelivros.love/book/baixar-livro-cultura-da-convergencia-henry-jenkins-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/> <http://lelivros.love/book/baixar-livro-cultura-da-convergencia-henry-jenkins-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

Lei de Acesso à Informação: um direito para todos. Disponível em: <<https://bibmais.wordpress.com/2013/04/25/lei-de-acesso-a-informacao-um-direito-para-todos/>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2013.

MOUNIER, Emmanuel. **O personalismo**. São Paulo: Centauro, 2004.

NOVELINO, Marcelo. *Direito Constitucional*. São Paulo: Editora Método, 2009, 3 ed.

ONUBR Nações Unidas no Brasil, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 20 set. 2018.

OTTONICAR, S. L. C.; VALENTIM, M. L. P.; FERES, G. G. Competência em informação e os contextos educacional, tecnológico, político e organizacional. **RICI**: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação, Brasília, v.9, n.1, p.124-142, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/download/15343/12854>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da Filosofia do humanismo a Kant**. 5 ed. São Paulo: Paulus, 1990.

REIS, H. R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v.6, n.76, p.1-23, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/2176/4455>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 17. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

STEVENS, L. P.; BEAN, T. W. **Critical Literacy: context, research, and practice in the K-12 classroom**. Thousand Oaks: Sage Publications, Inc. 2007. Disponível em: <<http://books.google.com/books?id=PxxFGlvImXwC&printsec=frontcover&dq=Critical+Literacy&client=firefox-a&cd=3#v=onepage&q=&f=false>>. Acesso em 14 set. 2018.

TOMPKINS, G. E. **Literacy for the 21st Century, A Balanced Approach**.. Boston: Pearson Education Inc, 5th Edition, 2010.

**COMPLEXIDADE DA INFORMAÇÃO: Um aporte à gestão do conhecimento organizacional**

*COMPLEXITY OF INFORMATION: A contribution to organizational knowledge management*

Gestão Organizacional e Empreendedorismo

BARBOSA, Everaldo Henrique dos Santos  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília  
Mestrando em Ciência da Informação  
[contato.pitu@hotmail.com](mailto:contato.pitu@hotmail.com)

MORAES, Cássia Regina Bassan de  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília  
Mestre e Doutora em Ciência da Informação  
[crbassan@gmail.com](mailto:crbassan@gmail.com)

**Resumo**

A complexidade da informação é um aspecto cognitivo que contribui para a construção do conhecimento acentuando os feitos essenciais para uma gestão do conhecimento de maneira mais sólida e bem-sucedida. O pensamento complexo permite o desbravamento de lacunas e resoluções de problemáticas em diversos campos do conhecimento por meio do pensamento aberto. O objetivo deste trabalho consistiu em analisar e refletir a questão de como o pensamento complexo pode contribuir para a gestão do conhecimento nas organizações. O problema de pesquisa está envolto ao pensamento simplista do profissional e a ausência da capacidade de ações complexas nos ambientes organizacionais que visem inovações e novas perspectivas. A metodologia baseou-se na pesquisa bibliográfica para identificar os conceitos sobre a gestão do conhecimento e complexidade da informação, evidenciando os reflexos e resultados dessa interdisciplinaridade para as organizações.

**Palavras-chave:** Complexidade da Informação, Gestão do Conhecimento, Organização.

**Abstract**

The complexity of information is a cognitive aspect that contributes to the construction of knowledge, emphasizing the essential characteristics of knowledge management in a more solid and successful way. Complex thinking allows the clearing of gaps and problem solving in several fields of knowledge through open thinking. The objective of this work was to analyze and reflect the question of how complex thinking can contribute to knowledge management in organizations. The research problem is surrounded by the simplistic thinking of the professional and the absence of the capacity for complex actions in organizational environments that aim at innovations and new perspectives. The methodology was based on the bibliographic research to identify the concepts about knowledge management and information complexity, evidencing the reflexes and results of this interdisciplinarity for the organizations.

**Keywords:** Complexity of Information, Knowledge Management, Organization.

**1 INTRODUÇÃO**

A complexidade da informação é um aspecto cognitivo que contribui para a construção do conhecimento, acentuando os feitos essenciais para uma gestão do conhecimento mais sólida e bem-sucedida. O pensamento complexo permite o desbravamento de lacunas e resolução de problemáticas em diversos campos do conhecimento por meio do pensamento aberto. Para a gestão do conhecimento a complexidade da informação atua como um aporte sistemático capaz de proporcionar transformações significativas para o âmbito organizacional. Nesse viés, o pensamento complexo atua em instância de aporte às transformações e inovações criativas que o profissional gestor é capaz de desenvolver por meio da competência e inteligência construtiva (MARIOTTI, 2007a; MORIN, 2005; TOMAÉL, 2008; VALENTIM, 2004).

A complexidade da informação —[...] só pode ser entendida e trabalhada por um sistema de pensamento aberto, abrangente e flexível — o pensamento complexo” (MARIOTTI, 2007a, p. 1). Ou seja, o profissional se dispõe a capacidade de solucionar problemas e pensar de modo a desvendar lacunas, promovendo descobertas em seu ambiente de atuação.

A gestão do conhecimento no ambiente organizacional permite ao profissional colocar em prática e organizar o conhecimento construído, de maneira a proporcionar resultados sólidos e precisos. A gestão do conhecimento consiste em estratégias de ação para —[...] criar, adquirir, compartilhar e utilizar ativos de conhecimento, bem como estabelecer fluxos que garantam a informação necessária no tempo e formato adequados, a fim de auxiliar na geração de ideias, solução de problemas e tomada de decisão” (VALENTIM, 2004).

Neste panorama, o objetivo deste trabalho consistiu em analisar e explicitar a seguinte questão: como o pensamento complexo pode contribuir para a gestão do conhecimento nas organizações? O problema de pesquisa está envolto ao pensamento simplista do profissional e a ausência da capacidade de ações complexas nos ambientes organizacionais que visem inovações e novas perspectivas. A metodologia baseou-se no estudo bibliográfico, de natureza qualitativa e de caráter exploratório.

Portanto, a ciência existe para tornar o mundo compreensível, propiciando aos profissionais a capacidade de prever situações e exercer o controle sobre a natureza e afazeres necessários para o meio ambiente o qual se faz parte. Desta forma, adentra-se no arcabouço teórico conceitual para melhor sustentação e realização dos objetivos propostos.

## **2 ARCABOUÇO TEÓRICO-CONCEITUAL**

### **2.1 Gestão da informação e Gestão do conhecimento**

A informação, o conhecimento e a gestão da informação são elementos fundamentais e que antecedem as práticas de gestão do conhecimento nos ambientes organizacionais (HOFFMAN, 2009; VALENTIM, 2008). A informação é a principal matéria-prima para a construção do conhecimento, de modo que para o profissional desenvolver suas atividades laborais, necessariamente, a gestão dessas informações é imprescindível para que o indivíduo possa processar e criar ideias, desenvolvendo estratégias e realizar tomadas de decisão significativas para a organização (VALENTIM, 2008).

Hoffman, (2009, p. 13) define informação como —[...] dados que são compreendidos, podendo ser audível ou invisível, e onde existe um emissor e um emissor”. A informação quando processada e utilizada para um fim, transforma-se em conhecimento, podendo ser explorado de acordo com a competência do indivíduo. Nesse aspecto, a gestão da informação é imprescindível para que seja gerado conhecimento no ambiente o qual se insere (HOFFMAN, 2009; VALENTIM, 2008).

Compreende-se gestão da informação em ambientes organizacionais como um conjunto de atividades que visa: obter um diagnóstico das necessidades informacionais; mapear os fluxos formais de informação nos vários setores da organização; prospectar, coletar, filtrar, monitorar, disseminar informações de diferentes naturezas; e elaborar serviços e produtos informacionais, objetivando apoiar o desenvolvimento das atividades/tarefas cotidianas e o processo decisório nesses ambientes (VALENTIM, 2004, P. 1).

Nesse viés, é importante salientar que a busca pela construção do conhecimento deve consistir em atender as necessidades do ambiente laboral e social que o profissional está envolvido. Tais aspectos são fundamentais para que ações inteligentes e inovadoras sejam aplicadas, gerando diferenciais competitivos na atual sociedade contemporânea (HOFFMAN, 2009; VALENTIM, 2008; VALENTIM, 2004).

A gestão do conhecimento —é um termo que possui como principais objetivos criar, registrar e compartilhar o capital intelectual das organizações” (HOFFMAN, 2009, p. 27). Deste modo, destaca-se a importância do investimento no desenvolvimento do intelecto do profissional, o conhecimento é característico do ser humano, uma ação inteligente pode definir o futuro de uma organização.

A gestão do conhecimento é um conjunto de atividades que visa trabalhar a cultura organizacional/informacional e a comunicação organizacional/informacional em ambientes organizacionais, no intuito de propiciar um ambiente positivo em relação à



criação/geração, aquisição/apreensão, compartilhamento/socialização e uso/utilização de conhecimento, bem como mapear os fluxos informais (redes) existentes nesses espaços, com o objetivo de formalizá-los, na medida do possível, a fim de transformar o conhecimento gerado pelos indivíduos (tácito) em informação (explícito), de modo a subsidiar a geração de ideias, a solução de problemas e o processo decisório em âmbito organizacional (VALENTIM, 2008, p. 3).

Neste panorama, a representação do papel da gestão do conhecimento para as organizações apresenta-se como um fator extremo e relevante para o cenário atual competitivo, exigindo dos gestores ações inteligentes, pontuadas e complexas que resultem em satisfação e vantagem mercadológica.

Gerenciar o conhecimento presente nos indivíduos atuantes da organização não é uma tarefa fácil, pois é preciso possuir habilidades e percepções eficazes para poder dirigir o conhecimento de maneira eficaz e pontuada para atingir os objetivos organizacionais (NONAKA; TAKEUCHI, 1997).

Portanto, a valorização da informação para a construção do conhecimento das pessoas no ambiente organizacional pode proporcionar mudanças e inovações importantes para a organização, impulsionando continuamente os aspectos econômicos e sociais.

## 2.2 Complexidade da Informação

A complexidade da informação é um aspecto cognitivo que contribui para a construção do conhecimento, podendo acentuar os elementos essenciais para uma gestão do conhecimento mais sólida, inovadora e bem-sucedida (MARIOTTI, 2007a, 2007b; MORIN, 2005).

Para Mariotti, (2007a) o pensamento aberto e não simplista é capaz de abranger sistemas e fenômenos profundos e complexos da sociedade, a fim de criar novas perspectivas e soluções para diversas situações ou problemas sociais. Tais elementos caracterizam o conceito de complexidade segundo o autor, que por sua vez “corresponde à multiplicidade, ao entrelaçamento e à interação contínua da infinidade de sistemas e de fenômenos que compõem o mundo atual, as sociedades humanas, a pessoa humana e todos os seres vivos” (MARIOTTI, 2007a, p. 1).

O pensamento complexo não é pensar de forma vaga, o ambiente o qual o indivíduo está inserido deve ser levado em consideração, de tal maneira que os aspectos do outrem sejam levados em consideração, de maneira que a multiplicidade de informações e situações prováveis ou não, possam contribuir com a construção e descoberta de novas percepções (MARIOTTI, (2007b).

O sistema complexo está dentro do indivíduo, não podendo ser considerado apenas um conceito, está relacionado à prática de ações com base nas informações existentes e presentes no capital intelectual do ser humano. A multidisciplinaridade de informação e conhecimento permite a aleatoriedade de ideias e incertezas presentes em um determinado campo, a complexidade está além do fato e a realidade, a busca pelo invisível e o que não está evidente é um caminho para o desenvolvimento de novas percepções presente na complexidade da informação (MARIOTTI, 2007a).

Neste panorama, é evidente que a complexidade dos fenômenos está envolto ao pensamento complexo, o pensar de forma complexa impulsiona a descobertas inconscientes do indivíduo sobre uma determinada realidade. Esta realidade está presente no ambiente o qual o profissional atua, permitindo que sua ação seja pontuada de acordo com o que acontece ao seu redor. A busca pela descoberta de fatos ocultos e incertos leva o ator a caminhar a resultados infinitos ou não de um determinado fenômeno. Assim, —A dificuldade do pensamento complexo é que ele deve enfrentar o emaranhado do jogo infinito das inter-retroações, a solidariedade dos fenômenos entre eles, a bruma, a incerteza, a contradição” (MORIN, 2005, p. 14).

A um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (*complexus*: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acaso, que constituem nosso mundo fenomênico. Mas então, a complexidade se apresenta com os traços inquietantes do emaranhado, do inextricável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza [...] (MORIN, 2005, p. 13).

Morin, (2005, p. 15) qualifica —A patologia da razão é a racionalização que encerra o real num sistema de ideias, mas parcial e unilateral, e que não sabe que uma parte do real é irracionalizável, e que a racionalidade tem por missão racionalizar com o irracionalizável”.

—A complexidade está, pois, ligada a certa mistura de ordem e desordem, mistura íntima, ao

contrário da ordem/desordem estatística, onde a ordem (pobre e estática) reina no nível das grandes populações e a desordem (pobre, porque pura indeterminação) reina no nível das unidades elementares” (MORIN, 2005, p. 35).

—Mas, no final, chegaremos a considerar, com o cérebro humano, os fenômenos verdadeiramente espantosos da mais alta complexidade, e a colocar uma noção nova e capital para considerar o problema humano: *a hipercomplexidade*” (MORIN, 2005, p. 37).

Neste viés, os autores supracitados enfatizam a importância do pensar de forma complexa para a obtenção de resultados consideráveis, evidenciando a carência presente no pensamento do ser humano e as necessidades e relevâncias da complexidade para a sociedade. Desta forma, o pensamento complexo pode representar significativamente os resultados advindos da gestão do conhecimento.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada apresenta uma pesquisa bibliográfica para identificar os conceitos sobre a gestão do conhecimento e complexidade da informação, evidenciando os reflexos e resultados dessa interdisciplinaridade para as organizações. A complexidade da informação, por ser um tema inovador, possibilita a apropriação de novos conceitos de áreas interdisciplinares do conhecimento. Essa apropriação possibilita a associação de novas perspectivas e o incentivo à pesquisa entre diferentes áreas do conhecimento.

A análise foi guiada pelas principais características da gestão do conhecimento e complexidade da informação que envolve a convergência de afazeres profissionais, maior aproveitamento da informação e do conhecimento, possibilitando melhor engajamento e resultados satisfatórios nas organizações, como também desenvolvimento da sociedade, convergência de tecnologias e adequações de grupos públicos ou privados. Além disso, destacou-se também a compreensão das diversidades da construção do conhecimento dos indivíduos.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi possível apresentar no quadro 1 os aspectos influenciadores da complexidade da informação para a gestão do conhecimento no âmbito organizacional, representando os possíveis resultados da inter-relação dos conceitos de complexidade da informação e de gestão do conhecimento para as organizações.

**Quadro 1** – Aspectos influenciadores da complexidade da informação para a gestão do conhecimento organizacional

Gestão do Conhecimento	Complexidade da Informação	Resultados para as organizações
Ações que possibilitam o compartilhamento da informação e do conhecimento, principalmente por meio de comunidades de práticas, aprendizagem organizacional, inteligência competitiva, mapeamento de competências, entre outras ações (TOMAÉL, 2008, p. 2).	O pensamento complexo: observação do ambiente do observado e do ambiente externo, o social (MORIN, 2005, p. 35).	Estreitam as relações entre o pensamento crítico dos fenômenos do ambiente interno e externo para a criação, resultados harmônicos do indivíduo pensante para o ambiente organizacional.
Um conjunto de estratégias para criar, adquirir, compartilhar e utilizar ativos de conhecimento, bem como estabelecer fluxos que garantam a informação necessária no tempo e formato adequado (VALENTIM, 2004, p. 1).	Incerteza, seja proveniente dos limites do nosso entendimento, seja inscrita nos fenômenos (MORIN, 2005, p. 35).	Permite um sistema de ação semialeatório para as organizações, de maneira que a ordem e a desordem sejam necessárias para que a construção ou reconstrução de um fenômeno seja realizada.

Objetiva diminuir situações ambíguas e com diferentes graus de incerteza, possibilitando às pessoas da organização o acesso, o compartilhamento e o uso de informações que agirão sobre essas situações (VALENTIM, 2008, p. 15).	Aceitar certa imprecisão e uma imprecisão certa, não apenas nos fenômenos, mas também nos conceitos (MORIN, 2005, p. 36).	Destaca-se a possibilidade do dinamismo e liberdade do profissional em distinguir os fenômenos atuantes na organização, compreendendo a necessidade de liberdade ou criatividade dos atores atuantes no ambiente organizacional.
O conhecimento não é uma estrutura rígida, envolve a capacidade de lidar com a complexidade. A complexidade reside na abrangência e nas diversas formas de compreender o conhecimento, pois quanto mais se compartilha conhecimento e usa o conhecimento mais se agrega valor não esgotando sua criação (HOFFMAN, 2009, p. 19).	Troca de um intercâmbio entre o percebido e o percebedor. Mas cada um percebe o outro a seu modo: segundo a maneira como está estruturado para tanto. (MARIOTTI, 2007a, p. 4).	O pensamento complexo neste caso proporciona uma multiplicidade de pensamentos e conhecimentos presentes no ambiente laboral. Permite a troca de conhecimento entre indivíduos para a geração de ideias, derivadas dos diversos panoramas perceptivos.
Processo dinâmico e cíclico que envolve todos os processos da organização, procurando mapear os conhecimentos existentes, relacionando os processos essenciais e sua estratégia, com o objetivo de obter o melhor desempenho organizacional (HOFFMAN, 2009, p. 30).	Pensar com multiplicidade os aspectos humanos, cada indivíduo possui uma forma de entender e perceber situações (MARIOTTI, 2007b).	Os resultados ficam mais lineares e sólidos, impulsionando o compartilhamento de informação presente na rede de conhecimento da organização.
Trabalha no âmbito do não registrado: reuniões, eventos, construção individual de conhecimento, valores, crenças e comportamento organizacional, experiências práticas, educação corporativa, conhecimento de mundo etc., constituindo-se nos ativos intelectuais (VALENTIM, 2004, p. 1).	A complexidade corresponde à multiplicidade, ao entrelaçamento e à interação contínua da infinidade de sistemas e de fenômenos que compõem o mundo atual, as sociedades humanas, a pessoa humana e todos os seres vivos (MARIOTTI, 2007a, p. 1).	Todo o conjunto organizacional torna-se incorporado pelo indivíduo tomador de decisão. A gestão do conhecimento gerado no âmbito do pensamento complexo proporciona uma diversificação rica de resultados satisfatórios para todo o contexto organizacional.

Fonte: Elaborado pelo autor

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade da informação atua como um aporte sistemático para a gestão do conhecimento organizacional. O pensamento complexo e crítico dos fenômenos presentes na organização contribuem para que lacunas sejam sanadas pelos profissionais, impulsionando novas percepções capazes de gerar resultados diferenciados. A gestão do conhecimento é importante para que todo o conhecimento presente na organização seja aproveitado de maneira significativa.

A complexidade defendida neste artigo não defende a ideia de aplicar conceitos complexos do processo laboral, mas sim de fomentar a importância dos indivíduos pensarem de maneira profunda as possibilidades além do que está claro. Assim, a gestão do conhecimento organizacional torna-se enriquecedora por se tratar de um conjunto construído por indivíduos pensantes, pensar mais daquilo que se entende por percebível, ou seja, uma busca por aquilo que não se vê, sente ou sabe.

A gestão do conhecimento construída e gerada pela complexidade, permite um sistema de ação dinâmico para as organizações, de maneira que a ordem e a desordem sejam necessárias para

que a construção ou reconstrução de um fenômeno seja realizada. O pensamento complexo proporciona uma multiplicidade de pensamentos e conhecimentos presentes no ambiente laboral. Permite a troca de conhecimento entre indivíduos para a geração de ideias, derivadas dos diversos panoramas perceptivos.

O pensamento complexo viabiliza o impercebível, atua na construção do conhecimento tácito do indivíduo impulsionando uma gestão do conhecimento organizacional mais abrangente e competitiva. Portanto, a complexidade da informação é um fator muito relevante a ser discutido pela ciência da informação e diversas áreas do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

HOFFMAN, W. A. Gestão do conhecimento desafios de aprender. São Carlos Compacta, 2009.

MARIOTTI, Humberto. Complexidade e pensamento complexo: breve introdução e desafios actuais. **Revista Portuguesa de Clínica Geral**, v.23, n.6, 2007a. Disponível em: <<http://www.rpmgf.pt/ojs/index.php/rpmgf/issue/view/699>>. Acesso em: 8 set. 2018.

MARIOTTI, Humberto. Pensamento complexo: suas aplicações à liderança, à aprendizagem e ao desenvolvimento sustentado. São Paulo: Atlas, 2007b.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

TOMAÉL, Maria Inês. Gestão da Informação e do conhecimento. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 13, n.1 esp., 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/1849/1558>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

VALENTIM, Marta Ligia Pomim. **Gestão da informação e gestão do conhecimento: especificidades e convergências**. 2004. Disponível em: <[https://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=88](https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=88)>. Acesso em: 04 ago. 2018.

VALENTIM, Marta Ligia Pomim. Gestão da informação e gestão do conhecimento em ambientes organizacionais: conceitos e compreensões. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*. v. 1 n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000016104/b7a88eb0eab938146cfd4c6b92828858>>. Acesso em 07 set. 2018.

**CONFLITO ENTRE GARANTIAS FUNDAMENTAIS: DIREITO DE IMAGEM VERSUS LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

*CONFLICT BETWEEN FUNDAMENTAL GUARANTEES: IMAGE RIGHT VERSUS FREEDOM OF EXPRESSION*

Área temática: 1.4 Direito, Trabalho e Serviço Social

SANTOS, Bruno Henrique  
Centro Universitário de Santa Fé do Sul - UNIFUNEC  
Graduando em Direito  
bruno\_henriquee@hotmail.com

**Resumo**

O presente trabalho tem por problemática um conflito de Garantias Fundamentais: Direito de Imagem versus Liberdade de Expressão, onde há uma preocupação constante acerca da liberdade de imprensa, em que acaba invadindo de modo direto o espaço do Direito de Imagem, violando com bastante ênfase, como se o último não existisse (Garantia da Personalidade). Posto isto, o objetivo da pesquisa é esclarecer ambas as garantias (Imagem e Expressão) de modo a compreender o conceito, evolução histórica e o funcionamento de cada uma no texto constitucional, possibilitando na solução para este conflito. Diante desse conflito de Imagem e Expressão tem se por um lado, que o mesmo não se resolve através de métodos hierárquicos, temporal ou até mesmo de especialização, mas sim através de requisitos que devem ser analisados caso a caso e de outro lado, em caso de situações extremas, poderá escolher qual direito deverá prevalecer e qual será sacrificado, desde que fundamentado constitucionalmente na adequação da decisão. Sendo assim, se tem duas possibilidades para se resolver conflitos entre estas garantias, aplicando-se o direito de esquecimento que trata do direito conferido ao indivíduo de proibir que determinado fato ocorrido seja divulgado ao público em geral, mesmo sendo verídico ou o princípio da proporcionalidade que é considerado o equilíbrio, onde será verificado qual direito que precisa de proteção imediata, aplicando necessidade, adequação e a proporcionalidade, uma vez que o direito não é absoluto estando sujeito a uma ponderação. O trabalho foi realizado utilizando-se de internet, livros, jurisprudências e de modo dedutivo.

**Palavras-chave:** Direito de imagem, Liberdade de expressão, Constituição.

**Abstract**

The present work has as problematic a conflict of guarantees Fundamentals: Right of Image versus Freedom of Expression, over a space of time of expression, violating with much emphasis, as the latter does not exist (Personality Guarantee). Thus, the object of the information is the use of the knowledge of the concept, the status of each constitutional text, possible reading in solution for this conflict. The method of Image Conflict and Expression on the one hand, which is the same does not solve through hierarchical methods, temporal or even specialization, but rather through cases that must be analyzed case and on the other side, case of extreme classes, mayor who chose the right should prevail and which should be sacrificed, provided that constitutional basis in the adequacy of the decision. Thus, there are two possibilities to resolve the same between the guarantees, applying the right of forgetting that the right to treatment gives the individual the right to exercise the right to be disclosed to the general public, even if it is true or the principle of proportionality, the qualitative and the immediate, applying, appropriateness and proportionality, since the law is not absolute and subject to a weighting. The work was done using internet, books, jurisprudence and in a deductive way.

**Keywords:** 3 Image rights, Freedom of expression, Constitution.

## 1 INTRODUÇÃO

A tecnologia hoje em dia é algo que cresce de maneira gradativa, criando impactos na vida social de todos onde acabam tornando mais difícil a proteção às imagens das pessoas por se propagar de forma mais rápida, através, principalmente das mídias sociais. Em contrapartida, há uma maior aceitação da liberdade de expressão dos indivíduos que podem se expressar de forma mais clara, mas isso não quer dizer que não há coibição desse direito.

A imagem e a liberdade de expressão estão asseguradas pela Constituição Federal, incorporado na dignidade humana, mas muitas vezes se chocam com a divulgação que os meios de comunicação se utilizam para evidenciar suas notícias e fatos.

Quando isso acontece – interesses iguais entram em colisão –, a atuação do legislador se torna algo imprescindível para que se possa encontrar uma solução que não fira o ordenamento jurídico e que não seja injusto com nenhuma das partes.

## 2 DIREITO DE IMAGEM E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O direito de imagem veio ser preservado na Constituição Federal de 1988 e aceito no Código Civil de 2002 como um direito de personalidade, tratando da personalidade física da pessoa, o que engloba seus traços físicos, gestos, poses, estilo e tudo o que mais pode ser descrito como características únicas do indivíduo, também podendo ser considerada a personalidade moral da pessoa. Falando de doutrina, a Profa. Silma Mendes Berti, na monografia Direito à Própria Imagem (Del Rey, 1993, Cap. III, p. 36), explica:

Pierre Kayser também ressalta o duplo conteúdo do direito à imagem que assegura tanto o interesse moral quanto o interesse material do indivíduo em relação a ela. Esse duplo aspecto é, por certo, refletido na noção ambígua do direito à imagem, que não protege apenas o interesse moral que tem a pessoa de se opor à sua divulgação, em situações atentatórias à sua vida privada, mas assegura também a proteção do interesse material a que a sua imagem não seja explorada sem a devida autorização e confere-lhe o monopólio de sua exploração. É então um direito de personalidade extrapatrimonial, protegendo interesses morais. É também um direito patrimonial assegurando a proteção de interesses materiais. A distinção desses elementos é interessante, sobretudo no que concerne ao seu regime. Como direito à imagem é intransferível, pois a pessoa não pode renunciar à proteção dos seus interesses morais. Como direito patrimonial, é transferível, pois a alienabilidade é característica dos direitos patrimoniais.

Encontra-se no artigo 5º, X e XXVIII da Constituição Federal a previsão legal do direito de imagem, dentro dos direitos e garantias fundamentais e como um direito de personalidade e também se encontra no artigo 11 e seguintes do Código Civil, tratando-se de um direito irrenunciável, inalienável, intransmissível, mas que pode ser disponível. Ou seja, a imagem da pessoa ou até mesmo sua personalidade física pode sim ser vendida, renunciada, cedida e até mesmo licenciada para terceiros.

Apesar de poder ceder, vender ou algo do gênero sua imagem estando relacionado com os direitos de personalidade, o indivíduo pode, se quiser, oferecer denúncia e exigir uma ação indenizatória pelo uso indevido de sua imagem, do qual falaremos ao decorrer deste trabalho.

Sendo independente de comprovação de prejuízo o uso indevido da imagem, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) já emitiu súmula pacificada sobre: “Súmula 403 - Independe de prova ou prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.”

O uso da imagem ocorre apenas quando o indivíduo autoriza tal utilização, caso contrário em hipótese alguma pode ser usado. A partir do consentimento, temos três modalidades.

O uso mediante pagamento e consentimento tácito ou até mesmo sem exigir pagamento algum, porém, com o mesmo consentimento, que discorre quando a imagem é geralmente usada por veículos de informação e representa pessoas públicas, de conhecimento de grande parte de um público e pessoas que ao lado delas estejam no momento em que foram fotografadas, filmadas e afins.

A segunda modalidade dá-se quando existe pagamento e com consentimento expresso ou também a partir da gratuidade, mas deve-se ter o consentimento expresso do indivíduo, ou seja, necessita da autorização pessoal do indivíduo que teve sua imagem capturada.

Assim como a anterior, a terceira modalidade que trata do pagamento mediante

consentimento à gratificação financeira, fala que somente terá a autorização se tiver uma “participação nos lucros”.

O uso, quando não autorizado, pode sofrer sanções penais, sendo o uso contra vontade do retratado e o uso contra a vontade para motivo torpe, sendo a segunda muito mais grave do que a primeira.

Ao falarmos sobre liberdade de expressão, queremos dizer sobre o direito que qualquer indivíduo tem de manifestar-se livremente suas opiniões, ideias e pensamentos sem medo de sofrer qualquer tipo de censura ou retaliação por parte de qualquer um, seja outro indivíduo ou do Estado.

A liberdade de expressão também é um direito do cidadão, resguardado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, decretado em 1948, tendo em seu artigo XIX a seguinte definição: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões, procurar, receber, transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.”

De acordo com Santiago:

É importante salientar que sempre que esta garantia sofrer determinada restrição, esta deve ser caracterizada em parâmetros claros, estritos e inseridos dentro de uma conjuntura definida. A restrição legítima é bem diferente de abuso de poder e ilegalidade. Além disso, a liberdade de expressão não é um direito absoluto, o que significa que a manifestação pode descambar para a calúnia, difamação ou injúria, o que pode originar um processo ou resposta em reação à declaração feita.

Na atual Constituição Federal do Brasil, encontra-se no artigo 5º, incisos IV, VIII e IX, além do artigo 220, §2º a proteção contra esse direito do indivíduo e abrange todos os brasileiros e estrangeiros que são residentes no nosso país, desde o mais rico até o mais pobre. Todos tem direito de liberdade de expressão por ser uma garantia fundamental de cidadania.

### 3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A Constituição Imperial de 1824 e a Constituição Republicana de 1891 protegiam implicitamente a imagem através da inviolabilidade do domicílio, pois encaixava-se nas características da intimidade do indivíduo.

Já na Constituição de 1934 houve uma certa mudança, ainda permanecendo implicitamente, pois encontrava-se subtendido nos direitos e garantias não especificados. A Constituição de 1946 continuava protegendo a imagem através da intimidade e na inviolabilidade, dessa vez, dos direitos decorrentes à vida, mas ainda assim, implícita. O mesmo ocorreu com a Constituição de 1967,

A Constituição de 1988, a que encontra-se em vigor nos dias de hoje trouxe o direito à imagem de forma expressa e explícita, diferenciando imagem de intimidade, tendo o texto sobre o assunto em três incisos do artigo 5º, que diz:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantido-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X – São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XXVIII – São assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades esportivas.

Tratando-se do inciso X, podemos perceber que sempre que houver uso indevido da imagem do indivíduo, o mesmo pode acionar a justiça e exigir seus direitos. Já o inciso V, dispõe Antônio Costella (1976. p.207.)

: "Direito de resposta é a garantia que a lei dá a cada um de representar a sua versão dos fatos, pelo mesmo veículo, quando tenha sido ofendido, acusado ou vítima de erro nos meios de comunicação de massa". Ou seja, trata-se de uma reparação através da desigualdade que existe entre a forma do indivíduo e a força da imprensa.

Dá-se então a entender, analisando todo o histórico que o direito a imagem sempre existiu

nas Constituições, mesmo que de forma implícita, sempre foi um direito guardado constitucionalmente, tendo uma visibilidade maior e melhor a partir do texto de 1946 e totalmente explícita a partir da Constituição Federal de 1988.

#### **4 CONFLITOS DE DIREITOS/PRINCÍPIOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS (CONSTITUIÇÃO)**

O que pode acontecer em situações como descritas no título deste tópico é sobre as consequências que se dão a partir da colisão desses direitos. É sabido que não há hierarquia entre as normas da Constituição e, com isso, acaba que não se pode estabelecer uma regra a respeito de quem sobrepõe quem. A solução para isso é e sempre será analisar caso por caso, pois nenhum nunca é igual ao outro em toda forma.

Nem sempre temos a possibilidade de usar do direito sem que bata de frente com a Constituição, especialmente quando tratamos do particular. Tem casos em que a Constituição autoriza no ato a restrição de um direito, por exemplo e em outras isso não nem ser cogitado. Em casos dessa colisão, a lei nunca pode impor qualquer solução definitiva e rígida, deve sempre dar respaldo para que o julgador, quando a tese for válida, porém indesejada para a Constituição, impeça de que se produza uma fórmula legal.

Diz Luis Roberto Barroso (2003) sobre o assunto:

A colisão de direitos fundamentais é um fenômeno contemporâneo e, salvo indicação expressa da própria Constituição, não é possível arbitrar esse conflito de forma abstrata, permanente e inteiramente dissociada das características do caso concreto. O legislador não está impedido de tentar proceder a esse arbitramento, mas suas decisões estarão sujeitas a um duplo controle de constitucionalidade: o que se processa em tese, tendo em conta apenas os enunciados normativos envolvidos, e, em seguida, a um outro, desenvolvido diante do caso concreto e do resultado que a incidência da norma produz na hipótese. De toda sorte, a ponderação será a técnica empregada pelo aplicador tanto na ausência de parâmetros legislativos de solução como diante deles, para a verificação de sua adequação ao caso.

O legislador deve sempre se limitar nos parâmetros gerais sem privar nenhuma parte do juízo de igualdade que deve haver. Há também alguns elementos que devem ser considerados na hora desses direitos entrarem em colisão.

- Veracidade do fato: todos os meios de comunicação tem a obrigação de apurar e desvendar se de fato aquilo ocorreu da forma como ocorreu antes de falar sobre. Porém deve-se lembrar que não se trata de uma verdade objetiva, mas sim, subjetiva, uma vez que dependerá muito do ponto de vista de quem irá julgar.

- Licitude do meio empregado na obtenção da informação: da mesma forma que a Constituição veda completamente, em juízo, provas admitidas através de modo ilícito, ela veda também a obtenção e divulgação de notícias, imagens das quais tiveram origem mediante ato criminoso.

- Personalidade pública ou estritamente privada da pessoa objeto da notícia: pessoas notórias na mídia, como artistas em geral, modelos, atletas e afins, pessoas que ocupam cargo público tem seu direito de privacidade tutelado de uma forma mais suave, visto que elas são públicas, mas isso não quer dizer que elas estejam excluídas de exigir sua privacidade. Indivíduos que não mantêm uma vida pública tem sua tutela mais ampla no que diz respeito a privacidade.

- Local do fato: parecido com o que foi descrito no item anterior, os fatos que ocorreram em locais públicos tem uma proteção um pouco mais branda do que os fatos que ocorreram em locais reservados. Fatos ocorridos no interior da casa de um indivíduo, por exemplo, só pode ser divulgado se a pessoa autorizar, porém, se ocorreram em ruas, praças ou qualquer lugar de acesso público, pode-se ser noticiável sem essa necessidade de autorização.

- Natureza do fato: alguns fatos são notícia independente de quem tenha se envolvido, podendo ser exposto sua intimidade e imagem, desde que tenha relação com notícia jornalística, como por exemplo acontecimentos na natureza ou crimes em geral.

- Existência de interesse público na divulgação em tese: se a notícia for de interesse da sociedade para se saciar com informação, conhecimento ou ideias, é considerado de livre circulação. O interessado pode não divulgar se entender que o interesse pública irá excepcionalmente ferir o interesse privado no que concerne sua liberdade de expressão e intimidade.

- Existência de interesse público na divulgação de fatos relacionados com a atuação de órgãos públicos: o artigo 5º, XXXIII da Constituição Federal assegura que todos tem o direito de



acesso a informações que forem produzidas por órgãos públicos, exceto quando se deve manter sigilo para segurança da sociedade e do Estado.

## 5 DIREITO DE ESQUECIMENTO

O direito ao esquecimento trata-se do direito que um indivíduo possui que lhe permite proibir que um fato ocorrido em algum determinado momento de sua vida seja exposto para o público em geral, mesmo que verídico, onde lhe causaria sofrimento e transtornos. No Brasil, esse direito está assegurado constitucionalmente e legalmente, sendo uma consequência do direito à privacidade, intimidade e honra estabelecidos na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso X e pelo Código Civil de 2002 em seu artigo 21, tendo por nomes também “direito de ser deixado em paz” ou “direito de estar só”.

Para sabermos se existe o direito ao esquecimento e se esse não confronta com o direito à informação, deve-se levar em conta se aquela notícia seria ou não de interesse público atual na sociedade e se for positivo, será assim lícita a sua publicidade. Podemos citar o exemplo dos crimes históricos, onde se torna praticamente impossível desvincular os envolvidos da notícia em geral.

Porém, se não houver interesse público atual, a pessoa pode sim exercer seu direito ao esquecimento optando para que sejam impedidas as notícias sobre o fato de vincularem a mídia, internet e afins.

Diz o Ministro Gilmar Mendes (2007, p. 374) sobre o assunto:

Se a pessoa deixou de atrair notoriedade, desaparecendo o interesse público em torno dela, merece ser deixada de lado, como desejar. Isso é tanto mais verdade com relação, por exemplo, a quem já cumpriu pena criminal e que precisa reajustar-se à sociedade. Ele há de ter o direito a não ver repassados ao público os fatos que o levaram à penitenciária.

A 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça enfrentou o direito ao esquecimento em dois casos: Chacina da Candelária e no caso Aída Curi. No primeiro caso, um homem foi denunciado por ter supostamente participado da chacina, porém, depois do processo concluído, ele foi absolvido. Anos após ter sido absolvido, a Rede Globo apresentou um programa cujo o nome era Linha Direta, onde contava a história do acontecido na chacina da Candelária e citou o nome desse homem como sendo uma das pessoas envolvidas e citou também sua absolvição, mas sendo o suficiente para trazer a tona todo o transtorno na vida desse indivíduo novamente.

O homem ingressou com uma ação, dizendo que sua exposição para milhões de telespectadores traria de volta o fato e que a sua imagem voltaria a ser taxada como de assassino na comunidade onde residia, violando assim seu direito a paz, dizendo que teve que ser obrigado a abandonar o local onde morava para preservar sua segurança e de seus familiares.

A 4ª Turma do STJ entendeu e reconheceu que esse indivíduo tinha sim o direito ao esquecimento e que o programa da Rede Globo poderia muito bem contar a história sem que fosse mostrada foto e exibido nome do indivíduo do qual fora absolvido, não havendo, assim, ferido a liberdade de expressão e nem a honra do homem em questão.

O STJ entendeu que o réu, seja ele condenado ou absolvido tem o direito a ser esquecido, pois a legislação garante aos condenados que já cumpriram a pena, no artigo 748 do Código de Processo Penal, tenham o direito ao sigilo na folha dos antecedentes, sendo assim, os que foram absolvidos então não podem permanecer com essa “mancha” em suas vidas, sendo assegurados o direito de serem esquecidos e deixados em paz.

Como o programa já havia sido gravado e exibido, a Rede Globo foi condenada pelo STJ a pagar indenização por danos morais em virtude da violação desse direito.

O segundo caso foi dos familiares de Aída Curi, abusada sexualmente e morta no ano de 1958. Também no programa Linha Direta exibido pela Rede Globo mostrou além do nome, fotos reais do caso, o que gerou novamente todo o sofrimento que estava amenizado com o decorrer do tempo.

Porém, mesmo entendendo que a exibição do caso traria a tona os sentimentos angustiantes e sofríveis para a família, a 4ª Turma do STJ entendeu que o crime por se tratar de um fato histórico e de interesse público, seria impossível contá-lo sem mencionar o nome da vítima e, que decorridos 60 anos do caso, além de ter tirado da memória do povo, o tempo se encarregou de abrandar os efeitos sobre a honra e dignidade dos familiares (Anexo 1) . Segundo o consignado:

“(…) o direito ao esquecimento que ora se reconhece para todos, ofensor e ofendidos, não alcança o caso dos autos, em que se reviveu, décadas depois do crime, acontecimento que entrou para o domínio público, de modo que se tornaria impraticável a atividade da imprensa para o

desiderato de retratar o caso Aída Curi, sem Aída Curi.” (2013) RECURSO ESPECIAL Nº 1.335.153 - RJ (2011/0057428-0)

Com a internet sendo de tão fácil acesso hoje, as notícias, informações, fotos, vídeos e afins acabam sendo eternizados nesse mundo, sendo impossível cair no esquecimento total e, diante disso, é praticamente impossível garantir o direito ao esquecimento na internet. Por isso, o Ministro Luis Felipe Salomão (2013) disserta:

Em recente palestra proferida na Universidade de Nova York, o alto executivo da Google Eric Schmidt afirmou que a internet precisa de um botão de delete. Informações relativas ao passado distante de uma pessoa podem assombrá-la para sempre, causando entraves, inclusive, em sua vida profissional, como no exemplo dado na ocasião, de um jovem que cometeu um crime em relação ao qual as informações seriam expurgadas de seu registro na fase adulta, mas que o mencionado crime poderia permanecer on-line, impedindo a pessoa de conseguir emprego.

## **6 PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE**

É um princípio constitucional que estabelece uma medida de ponderação relacionada a severidade da ação penal que será aplicada, correspondendo a maior ou menor gravidade da infração penal. Sendo assim, quanto mais grave o ato ilícito praticado, mais severa deve ser a pena. E vice-versa. Esse princípio tem por objetivo coibir os excessos sem razão alguma evitando assim restrições exageradas, desnecessárias e abusivas servindo também de regra tanto para quem exerce quanto para quem parece do poder.

Existem três subprincípios que formam o princípio da proporcionalidade: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito. Sobre adequação, assegura Cristóvam (2011):

Pela máxima da adequação não se deve considerar o grau de eficácia das providências escolhidas, tidas como capazes de alcançar o objetivo almejado. A perspectiva da eficácia e o debate acerca do melhor meio para a realização da finalidade desejada – a intervenção menos gravosa ao cidadão – já transbordam o prisma da adequação e entram na órbita da máxima da necessidade.

Também denominado princípio da idoneidade ou princípio da conformidade, diz que a medida aplicada deve ser idônea à consecução da finalidade que pretende-se buscar. Ou seja, deve existir uma relação adequada entre um ou vários fins e os meios com os quais foram determinados.

Tratando-se da necessidade, sendo adequada a medida, é menos gravosa para os indivíduos, observando ser aquela que restringirá em menor grau os direitos fundamentais. Também chamada de princípio da exigibilidade, o que se busca é que a medida restritiva aplicada seja indispensável para a conservação do direito fundamental do indivíduo e não podendo ser substituída por outra de igual eficácia e, às vezes, até menos gravosa. Sendo assim, de acordo com esse subprincípio da necessidade, há várias formas para chegar àquele resultado, porém impõe-se a que for afetar com menor intensidade todos envolvidos no caso.

Por último, o terceiro elemento é o subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito. Luis Roberto Barroso (2003) disserta sobre:

Há, ainda, um terceiro requisito, igualmente desenvolvido na doutrina alemã, identificado como proporcionalidade em sentido estrito. Cuida-se, aqui, de uma verificação da relação custo-benefício da medida, isto é, da ponderação entre os danos causados e os resultados a serem obtidos. Em palavras de Canotilho, trata-se "de uma questão de "medida" ou "desmedida" para se alcançar um fim: pesar as desvantagens dos meios em relação às vantagens do fim.

Este princípio caracteriza-se pela ideia de que os meios escolhidos devem se manter dentro da razoabilidade com o resultado que se busca, traduzindo, o ônus imposto pela norma deve ser sempre inferior ao benefício por ela estabelecido. Trata-se da ponderação entre os danos que foram causados e os resultados que estão sendo buscados.

Apresenta-se então a partir dessa tríplice de subprincípios uma concepção de como e para que se utiliza o princípio da proporcionalidade, ou seja, através de um juízo de adequação da medida a ser adotada, para que esta possa alcançar o fim que se busca através de uma reduzida interferência sobre os direitos fundamentais individuais do cidadão, tendo por limitação ao que se for apenas necessário para atingir a finalidade através de uma medida justa, ponderando sempre os

interesses de todos os presentes e envolvidos no caso concreto.

Tem-se no princípio da proporcionalidade a permissão para fazer a ponderação dos princípios e direitos fundamentais além dos interesses e bens jurídicos do qual se expressam quando se encontram em situação de contradição, solucionando assim, de uma forma em que irá exaltar o respeito de todos os indivíduos que estão envolvidos no conflito em questão. Tendo os direitos fundamentais em conflito diante de um caso concreto, é necessário que haja uma ponderação em razão do bem ou do valor do qual se pretende tutelar diante do caso específico.

É necessário que se busque sempre a harmonia entre esses direitos para que não acabem se tornando, de certa forma, sem efetividade e aplicabilidade, porque de acordo com o princípio da proporcionalidade, sempre que houver direitos colidindo um com o outro, é necessário que se faça o uso de tal princípio como uma justa-medida, equilibrando-se os lados, pois pode ser que em alguns casos o valor da honra pese mais e em outros a liberdade de expressão, não havendo uma forma certa de lidar com isso, pois somente diante de um caso e hipótese concreta que se poderá dizer qual entre ambos prevalecerá.

Para isso o princípio da proporcionalidade existe, traduzindo a busca do equilíbrio e harmonia, da ponderação de direitos para a aplicação do caso concreto, solucionando-o da melhor forma através da aplicação e efetivação desses mesmos direitos.

Na doutrina brasileira, enquanto houver a concordância a respeito da presença pelo menos da ideia da proporcionalidade presente na aplicação dos casos na nossa Constituição, alguns autores apresentam divergências quanto a identificação desse princípio à luz do Texto Constitucional, tendo quem o classifique como cláusula do devido processo legal, citando, por exemplo Luiz Roberto Barroso. Já Gilmar Mendes identifica o princípio da proporcionalidade como sendo o princípio do Estado Democrático de Direito com o princípio da legalidade e há também aqueles como Paulo Bonavides que entende ser desnecessário buscar nesse princípio da proporcionalidade junto de qualquer outro princípio que esteja explícito na Constituição Federal.

Barros (2000)diz:

A existência do princípio da proporcionalidade no nosso sistema não depende, assim, de estar contido em uma formulação textual na Constituição. Desde que seja possível hauri-lo de outros princípios constitucionais, estará caracterizado e, de resto, sua aplicação será obra dos Tribunais.

O correto é que o Brasil tendo feito a escolha em seu preâmbulo constitucional da política pelo Estado Democrático de Direito, bem como em seu artigo 1º onde deixa bem claro a proteção dos direitos fundamentais, deslocando-se para o centro da ordem jurídica que se faz presente diariamente entre nós com seu status constitucional, o princípio da proporcionalidade. Ficando claro assim, o princípio em estudo decorre do Estado de Direito juntamente da imagem da proteção aos direitos e garantias fundamentais do indivíduo.

Bonavides (2002) conclui que “poder-se-á enfim dizer, a esta altura, que o princípio da proporcionalidade é hoje axioma do Direito Constitucional, corolário da constitucionalidade e cânone do Estado de Direito”.

## 7 JURISPRUDÊNCIAS

Muitas – ou na maioria – das vezes, esses conflitos acabam indo para o tribunal, decidido pela justiça quem tem a razão. Tratando-se disso, segue algumas jurisprudências acerca dos assuntos.

Falando sobre direito de imagem, não é algo unânime, não é porque foi usado de forma que pode-se entender injusta, que realmente será considerado como tal. Sabido disso, segue RR 8032820105010018 do tribunal onde não deu-se provimento ao pedido da parte.

RECURSO DE REVISTA. PROCESSO ELETRÔNICO - DANO MORAL. DIREITO DE IMAGEM. UNIFORME COM LOGOMARCAS DE PRODUTOS COMERCIALIZADOS. CONFIGURAÇÃO. A decisão regional está em consonância com a atual, iterativa e notória jurisprudência desta Corte, a qual se firmou no sentido de que a utilização de uniforme com logomarcas de produtos comercializados pela empresa, sem autorização expressa do empregado ou compensação pecuniária, caracteriza uso indevido da imagem do trabalhador e fere seu direito de imagem, o que gera direito à indenização reparatória. Incidência da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT. Recurso de Revista não conhecido.

Abordando ainda sobre o direito de imagem, compreende-se o provimento entendido pelo Tribunal em outros casos específicos. Segue RR 383004720055010052 e RR 15687006420065090002.

RECURSO DE REVISTA. DIREITO DE IMAGEM. NATUREZA JURÍDICA. ATLETA PROFISSIONAL.

Nos termos da jurisprudência deste Tribunal os valores pagos a título de direito à imagem ao atleta profissional tem natureza salarial, quando evidenciado que o seu pagamento tem como objetivo, na realidade, desvirtuar a aplicação da legislação trabalhista. Recurso de revista não conhecido. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. INCOMPATIBILIDADE COM O PROCESSO DO TRABALHO. A aplicação das regras do Código de Processo Civil exige que a CLT seja omissa e que haja compatibilidade com o Processo do Trabalho. Além de inexistir a omissão, a regra do art. 475-J do CPC não apresenta compatibilidade com o procedimento da execução trabalhista. Nesse sentido firmou-se a jurisprudência da c. SDI no julgamento dos leading cases E-RR - 38300-47.2005.5.01.0052 (Relator Ministro Brito Pereira) e E-RR - 1568700-64.2006.5.09.0002 (Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga), julgados em 29/06/2010. Recurso de revista conhecido e provido.

Tratando-se sobre liberdade de expressão, os conflitos também existem. Segue Apelação AP 00000130220137050005 PR.

APELAÇÃO. DANO QUALIFICADO. RECURSO DEFENSIVO. PRINCÍPIOS DA CONGRUÊNCIA E DA AMPLA DEFESA DEVIDAMENTE RESPEITADOS. DESCLASSIFICAÇÃO REQUERIDA PELA DEFESA. DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO DEVIDAMENTE EXERCIDO MEDIANTE GRITOS, ALGAZARRA E XINGAMENTOS. FOGO EM COLCHÃO. RISCO PARA OS RECORRENTES, OUTRO PRESO E PESSOAL DE SERVIÇO. EXCESSO NO AGIR. RECURSO NÃO PROVIDO. Não há afronta à ampla defesa e ao contraditório quando a desclassificação do delito na Sentença se deu em face de pedido da própria Defesa, no qual apresentou argumentos para a alteração do tipo penal e não requereu a absolvição dos réus. Considera-se devidamente exercido o direito à liberdade de expressão através de gritos e xingamentos que demonstrem indignação com tratamento dado, supostamente desrespeitoso a direitos fundamentais. Constitui excesso no exercício do direito à liberdade de expressão colocar fogo em colchão dentro de cela, expondo a si próprio a risco, bem como terceiros que se encontravam no local. Recurso não provido. Decisão unânime.

Outra decisão, dessa vez sobre um Agravo de Instrumento AI 14121101720158120000 MS 1412110-17.2015.8.12.0000 o tribunal decidiu:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - NOTÍCIAS OFENSIVAS PUBLICADAS EM PORTAL DA INTERNET - ABUSO DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO - RECURSO DESPROVIDO. O direito à liberdade de expressão não é absoluto, devendo ser sopesado em cada caso concreto com o direito à intimidade e até mesmo com o princípio da dignidade da pessoa humana, sobretudo nos dias atuais em que uma notícia ofensiva veiculada em portal de internet pode ser capaz de abalar toda a reputação e honra do indivíduo ofendido, podendo inclusive causar danos irreversíveis. Verificado que a notícia publicada pelos agravantes contém ofensas pessoais e indevidas contra o agravado, impõe-se a manutenção da decisão recorrida, que determinou que os requeridos se abstenham de divulgar e publicar a notícia referida na inicial ou outras de cunho pejorativo, seja na forma escrita ou falada, impressa ou virtual, retirando tais matéria no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

## 8 CONCLUSÃO

Conclui-se então, que enquanto o Direito Imagem (Direito de Personalidade) assegura e orienta o caminho do sigilo e da tranquilidade, a Liberdade de Expressão por sua vez trilha o caminho da transparência, de uma livre e espontânea circulação de informação.

No tocante aos direitos fundamentais entende-se que este não possui natureza absoluta e caso venha a ocorrer um conflito como este, não prevalecerá nenhum direito sobre o outro, ou seja uma hierarquia constitucional e muito menos sacrificar direito igualmente protegido, mas sim uma ponderação, considerada como um método para se apurar e colocar fim a conflitos de garantias (direitos) em questão.

Desta forma, a ponderação decorre das múltiplas ideias inclusas em um mesmo texto da Constituição que assegura direitos e valores à coletividade, valendo-se daquilo que for mais essencial e harmônico para o Estado e a sociedade, sendo o Princípio da Proporcionalidade, de maneira a coibir excessos ou o Direito ao Esquecimento que veda a exposição de um fato já ocorrido, o que irá depender do caso concreto e dos argumentos que forem expostos pelas partes do fato, analisados e julgados pela autoridade com foco nos valores humanísticos.

Posto isto, o objetivo da pesquisa é esclarecer ambas as garantias (Imagem e Expressão) de modo a compreender o conceito, evolução histórica e o funcionamento de cada uma no texto constitucional, possibilitando na solução para este conflito através do Princípio da Proporcionalidade ou ainda pelo Direito ao Esquecimento, a partir da ponderação destes direitos visando o equilíbrio social.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Regina Ferreto de. **Direito à imagem**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/2306/direito-a-imagem>>. Acesso em: 26 de abril de 2017.

BARROS, Suzana de Toledo. **O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais**. 2. ed. Brasília, DF: Brasília Jurídica, 2000.

BARROSO, Luis Roberto. **Colisão entre Liberdade de Expressão e Direitos da Personalidade. Critérios de Ponderação. Interpretação Constitucionalmente adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa**. Disponível em: <[http://www.migalhas.com.br/arquivo\\_artigo/art\\_03-10-01.htm](http://www.migalhas.com.br/arquivo_artigo/art_03-10-01.htm)>. Acesso em: 25 de abril de 2017.

BERTI, Silma Mendes. **Direito à Própria Imagem**. Belo Horizonte: Del Rey, 1993. p. 36.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 28 de abril de 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. **Recurso Especial nº 111843/PR. 1ª Turma. Responsabilidade Civil do Estado. Teoria Objetiva. Ação praticada por policial rodoviário, na presumida defesa de terceiro**. Relator Min. José Delgado. DJU, Brasília, 24 abr. 1997, p. 16.512.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Agravo de Instrumento: AI 14121101720158120000 MS 1412110-17.2015.8.12.0000**. Relator: ROCHA, Eduardo Machado. Publicado no JT de 18-11-2015. Disponível em <<https://tj-ms.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/262121501/agravo-de-instrumento-ai-14121101720158120000-ms-1412110-1720158120000>>. Acessado em 29 de abril de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RECURSO DE REVISTA: RR 598000520125210009**. Relator: SANTOS, Cilene Ferreira Amaro. Publicado no DEJT de 07-11-2014. Disponível em <<https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/150379788/recurso-de-revista-rr-598000520125210009#!>>. Acessado em 29 de abril de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RECURSO DE REVISTA: RR 8032820105010018**. Relator: AMARO, Márcio Eurico Vitral. Publicado no DEJT de 24-04-2015. Disponível em <<https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/183599673/recurso-de-revista-rr-8032820105010018>>. Acessado em 29 de abril de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 447584 RJ**. Relator: PELUSO, Cezar. Publicado no DJ de 16-03-2007. Disponível em <[https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/758879/recurso-extraordinario-re-447584-rj?ref=topic\\_feed](https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/758879/recurso-extraordinario-re-447584-rj?ref=topic_feed)>. Acessado em 29 de abril de 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **APL 00170098620118260196 SP 0017009-86.2011.8.26.0196**. Relator: GARBI, Carlos Alberto. Publicado em 01-02-2013. Disponível em <<https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/113738912/apelacao-apl-170098620118260196-sp-0017009-8620118260196>>. Acessado em 29 de abril de 2017.

CONSULTOR JURÍDICO. **Violação do direito ao esquecimento chega ao STF**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-dez-17/condenada-violar-direito-esquecimento-globo-supremo>>. Acesso em: 29 de abril de 2018.

COSTELLA, Antônio. **Direito da comunicação**. São Paulo. Revista dos tribunais. 1976. p.207.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. **Consideração acerca das máximas da razoabilidade e da proporcionalidade**. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/conteudo/considera%C3%A7%C3%B5es-acerca-das-m%C3%A1ximas-da-razoabilidade-e-da-proporcionalidade>>. Acesso em: 29 de abril de 2018.

LINHA DIRETA. **Aída Curi**. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/Linhadireta/0,26665,G1J0-5257-215780,00.html>>. Acesso em: 29 de abril de 2018.

MEMÓRIA GLOBO. **A chacina da Candelária**. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/programas-jornalisticos/linha-direta-justica/a-chacina-da-candelaria.htm>>. Acesso em: 29 de abril de 2018.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 1ª ed., São Paulo: Saraiva, 2007, p. 374.

PADRÃO, Vinicius Jóras; SALOMÃO, Miguel Rodrigues de Alcântara. **Direito ao Esquecimento: comentários ao acórdão no REsp nº 1.335.153/RJ**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/41089/direito-ao-esquecimento-comentarios-ao-acordao-no-resp-n-1-335-153-rj>>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

PHILIPPI, Patricia Pasqualini. **Princípio Constitucional da Proporcionalidade: breve reflexão sobre sua aplicação no Direito Penal**. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=16226](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16226)>. Acesso em: 29 de abril de 2018.

RECONDO, Felipe. **Globo deve pagar R\$ 50 mil ao absolvido do caso da Chacina da Candelária**. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,globo-deve-pagar-r-50-mil-a-absolvido-do-caso-da-chacina-da-candelaria,1037595>>. Acesso em: 29 de abril de 2018.

SANTIAGO, Emerson. **Liberdade de expressão**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/direito/liberdade-de-expressao/>>. Acesso em: 24 de abril de 2017.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Uso de imagem de Aída Curi morta no programa Linha Direta não configurou dano moral**. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/100545604/uso-de-imagem-de-aida-curi-morta-no-programa-linha-direta-nao-configurou-dano-moral>>. Acesso em: 29 de abril de 2018.

**ANEXO 1 – CASO AÍDA CURTI REsp 1.335.153**

INDENIZATÓRIA. PROGRAMA "LINHA DIRETA JUSTIÇA". AUSÊNCIA DE DANO. Ação indenizatória objetivando a compensação pecuniária e a reparação material em razão do uso, não autorizado, da imagem da falecida irmã dos Autores, em programa denominado "Linha Direita Justiça". 1 – Preliminar – o juiz não está obrigado a apreciar todas as questões desejadas pelas partes, se por uma delas, mais abrangente e adotada, as demais ficam prejudicadas. 2 – A Constituição Federal garante a livre expressão da atividade de comunicação, independente de censura ou licença, franqueando a obrigação de indenizar apenas quando o uso da imagem ou informações é utilizada para denegrir ou atingir a honra da pessoa retrata, ou ainda, quando essa imagem/nome foi utilizada para fins comerciais. Os fatos expostos no programa eram do conhecimento público e, no passado, foram amplamente divulgados pela imprensa. A matéria foi, é discutida e noticiada ao longo dos últimos cinquenta anos, inclusive, nos meios acadêmicos. A Ré cumpriu com sua função social de informar, alertar e abrir o debate sobre o controvertido caso. Os meios de comunicação também têm este dever, que se sobrepõe ao interesse individual de alguns, que querem e desejam esquecer o passado. O esquecimento não é o caminho salvador para tudo. Muitas vezes é necessário reviver o passado para que as novas gerações fiquem alertas e repensem alguns procedimentos de conduta do presente. Também ninguém nega que a Ré seja uma pessoa jurídica cujo fim é o lucro. Ela precisa sobreviver porque gera riquezas, produz empregos e tudo mais que é notório no mundo capitalista. O que se pergunta é se o uso do nome, da imagem da falecida, ou a reprodução midiática dos acontecimentos, trouxe, um aumento de seu lucro e isto me parece que não houve, ou se houve, não há dados nos autos. Recurso desprovido, por maioria, nos termos do voto do Desembargador Relator (fls. 974-975).

**CONFLITOS NORMATIVOS E PONDERAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL:  
PROBLEMAS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS**

*NORMATIVE CONFLICTS AND BALANCING IN THE NEW CIVIL PROCEDURE CODE:  
THEORETICAL, CONCEPTUAL, AND METHODOLOGICAL PROBLEMS*

Área temática: 1.4 Direito, Trabalho e Serviço Social

URBAN, Renan Lucas Dutra  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP  
Mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP, Campus de Franca. Graduado em Direito pela UNESP-Franca. Membro do Núcleo de Pesquisas Avançadas em Direito Processual Civil Brasileiro e Comparado – NUPAD/UNESP  
renanurban@hotmail.com

**Resumo**

O uso da ponderação é objeto de críticas as mais diversas no âmbito da teoria do Direito. Por um lado, há a objeção que questiona a objetividade e a racionalidade dessa forma de aplicação do Direito. Por outro, há a crítica relacionada à falta de rigor da doutrina e da jurisprudência na utilização dessa categoria e de outros conceitos da teoria dos princípios de Robert Alexy. O artigo 487, parágrafo segundo, do Novo Código de Processo Civil brasileiro, ao prever a possibilidade de que conflitos normativos sejam resolvidos com base no sopesamento, suscita, naturalmente, controvérsias. O objetivo desse trabalho é adentrar essa discussão, estudando algumas questões teóricas, conceituais e metodológicas subjacentes a essa norma.

**Palavras-chave:** ponderação, Código de Processo Civil, conflitos normativos

**Abstract**

The use of balancing is subject of criticism in the context of legal theory. On the one hand, there is the objection that questions the objectivity and rationality of this form of applying norms. On the other, there is criticism related to the lack of rigor of doctrine and jurisprudence on the use of this category and other concepts of the theory of the principles of Robert Alexy. Article 487, second paragraph, of the new Brazilian Civil Procedure Code, by providing the balancing as procedure to resolve normative conflicts, raises controversies. The aim of this paper is to enter this discussion, studying some theoretical, conceptual and methodological issues underlying this rule.

**Keywords:** balancing, Civil Procedure Code, normative conflicts

**1 INTRODUÇÃO**

O novo Código de Processo Civil, ao disciplinar a fundamentação das decisões judiciais, dispõe, em seu artigo 487, parágrafo segundo, que “no caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.” (BRASIL, 2015, p. 1). Trata-se, sem dúvida, de uma novidade, na medida em que consagra uma forma específica de aplicação e de interpretação do Direito, associada sobretudo à chamada “teoria dos princípios”, nos moldes como elaborada por Robert Alexy e difundida por seus adeptos: a ponderação.

A ponderação, ou sopesamento, é objeto de críticas as mais diversas no âmbito da teoria do Direito. Este trabalho explora duas vertentes. A primeira aponta para o caráter discricionário das decisões ponderativas. Ela é endereçada especialmente pelos adversários da teoria de Alexy, que manifestam seu ceticismo quanto à capacidade da ponderação para fundamentar decisões racionais e objetivas. A outra vertente não contesta as premissas centrais da teoria dos princípios e, portanto, não necessariamente rejeita a ponderação como forma de aplicação do Direito. Reprova, porém, os



casuísmos e os voluntarismos judiciais, decorrentes da falta de rigor conceitual e metodológico na utilização dessa categoria.

Essas objeções compõem o objeto deste trabalho. Mais do que avaliar, em profundidade, os argumentos relacionados a cada uma delas, o que interessa, para os fins deste texto, é, em primeiro lugar, apresentar as controvérsias de ordem teórico-filosófica que gravitam em torno da ponderação; em segundo lugar, ressaltar a inadequação de sua utilização como forma de solução de todo e qualquer conflito entre normas; e, por fim, salientar os deveres de fundamentação que decorrem da própria realização do sopesamento. O objetivo perseguido, com isso, é apontar para alguns problemas de ordem teórica, conceitual e metodológica que subjazem ao artigo 487, parágrafo segundo, do novo Código de Processo Civil. Num contexto de fascínio pela principiologia constitucional,<sup>1</sup> procura-se especialmente enfatizar, aqui, os perigos de uma prática jurídica confusa, isto é, que se vale da ponderação – e de outras ferramentas argumentativas – sem se atentar para os fundamentos e para as implicações dessa estratégia decisória.

## **2 IRRACIONALIDADE E SUBJETIVISMO: ALGUMAS CRÍTICAS À PONDERAÇÃO**

A teoria dos princípios, na forma como desenvolvida por Alexy, é objeto de críticas as mais diversas. Não é propósito deste trabalho fazer um panorama de todas elas. Enfatizam-se, aqui, apenas algumas das objeções que, no terreno da teoria do Direito e da argumentação jurídica, questionam a possibilidade de que, por meio da ponderação, se alcancem soluções racionais e objetivas para problemas envolvendo princípios.

As críticas à teoria dos princípios são especialmente intensas na Alemanha, país no qual se desenvolveu originariamente a chamada jurisprudência dos valores. Friedrich Müller, por exemplo, critica o Tribunal Constitucional alemão, o qual, a partir do caso Lüth, teria difundido o argumento de que, subjacente aos direitos fundamentais, há uma “ordem objetiva de valores” conformado todos os ramos do Direito. Segundo Müller, a definição de uma “ordem hierárquica de valores”, por meio de ponderações de bens ou princípios, não satisfaz a exigência do Estado de Direito de que as decisões judiciais sejam fundamentadas de modo objetivo e claro. Pelo contrário: as categorias dos “valores”, do “sistema de valores” e da “valoração” ensejariam a produção de decisões vagas e discricionárias, já que, no fundo, concederiam ampla liberdade ao intérprete para motivá-las de acordo com suas preferências ideológicas (MÜLLER, 2005, p. 16-20).

Jürgen Habermas também critica o recurso ao sopesamento como forma de aplicação dos princípios jurídicos. Segundo ele, as normas jurídicas, levadas a sério em sua dimensão deontológica, ou são válidas ou são inválidas, não podendo contradizer umas às outras. Habermas rejeita, assim, a definição dos princípios como mandamentos de otimização, na medida em que ela importaria a substituição do código binário típico do Direito – baseado na distinção válido/inválido – por uma racionalidade gradualista – que aceita a realização de sopesamentos entre valores orientados por um fim. Nesse sentido, ele rechaça especialmente o modelo teórico de Alexy, que, ao conferir às normas de direitos fundamentais um sentido teleológico, teria equiparado a lógica de aplicação dos princípios jurídicos à dos valores.

Nos termos da concepção habermasiana, normas jurídicas válidas não podem disputar a primazia no caso concreto, pois isso macularia a consistência do sistema normativo. Além disso, segundo Habermas, não há nenhum critério racional capaz de ditar a prevalência de um valor sobre outro na solução de um problema. O sopesamento de valores ou princípios seria, nesse sentido, um procedimento irracional, um método do qual resultariam juízos irrefletidos e arbitrários. Porém, mais do que isso, ele seria também um procedimento perigoso, já que, por meio dele, direitos individuais poderiam ficar desprotegidos em face de interesses coletivos, sendo restringidos, caso a caso, em favor da realização destes (HABERMAS, 1997, p. 315-322).<sup>2</sup>

Também no âmbito da doutrina brasileira pode ser encontrada uma linha crítica ao recurso à teoria principialista de Alexy, e, especialmente, ao uso da ponderação como forma de interpretação e aplicação do Direito. Lenio Streck, por exemplo, critica a própria concepção teórica subjacente à categoria do sopesamento, apontando para o caráter discricionário das decisões que nela se baseiam. Conforme Streck, a teoria da argumentação jurídica de Alexy, ao sustentar que os “casos fáceis” podem ser resolvidos dedutivamente, isto é, com base na subsunção, estaria assentada num

<sup>1</sup> A propósito do fascínio doutrinário pelos princípios jurídico-constitucionais – e dos abusos que, no âmbito jurisprudencial, a ele se associam –, cf. NEVES, 2013, p. 171-220.

<sup>2</sup> Para uma análise crítica das objeções de Habermas à teoria dos princípios, cf. ALEXY, 2003, p. 131-140. Cf., também, SILVA; MENDES, 2008, p. 219-221.

dos pressupostos da filosofia aristotélico-tomista e da filosofia da consciência: o esquema sujeito-objeto. Assim, não obstante sua orientação pós-positivista, ela não teria conseguido superar o problema do solipsismo epistemológico, comum às diversas correntes positivistas (STRECK, 2009, p. 466). A ponderação, enquanto forma de solução dos chamados “casos difíceis”, reflete, afirma Streck, essa concepção metafísica da teoria argumentativa de Alexy, redundando numa delegação ao intérprete da resolução dos problemas jurídicos.<sup>3</sup> Ela seria, então, uma ferramenta arbitrária, que permite ao aplicador do Direito “assujeitar” o texto da norma para atribuindo-lhe sentidos arbitrariamente, conforme sua consciência (ou subjetividade) (STRECK, 2009, p. 172-189).

### **3 CONFLITOS NORMATIVOS, PONDERAÇÃO E PROPORCIONALIDADE: QUESTÕES CONCEITUAIS E DIFICULDADES METODOLÓGICAS NA TEORIA DOS PRINCÍPIOS**

O pressuposto da teoria principialista de Alexy é uma distinção forte entre regras e princípios. Regras e princípios, segundo esse autor, são normas jurídicas, na medida em que podem ser formulados por meio das expressões deontológicas básicas do dever, da permissão e da proibição (ALEXY, 2008, p. 87). Possuem, no entanto, distintas estruturas lógicas, o que permite considerá-las classes de normas diferentes.

A teoria de Alexy se contrapõe não apenas às teses que rejeitam possibilidade de se estabelecer uma distinção relevante entre as normas jurídicas, mas também às teorias que, baseadas em critérios materiais ou gradualistas – a generalidade e a fundamentalidade, por exemplo –, propõem uma distinção fraca ou débil para regras e princípios (SILVA, 2008, p. 29-32). Isso porque, nos termos de sua concepção, a diferença que existe entre essas normas não é de grau, mas de qualidade ou natureza.<sup>4</sup>

As regras, nos termos da teoria dos princípios de Alexy, são normas que exigem seja feito exatamente aquilo que elas prescrevem, nem mais, nem menos (ALEXY, 2008, p. 91). Isso significa que as regras, quando válidas e aplicáveis, devem ser aplicadas de maneira que seu conteúdo normativo – isto é, aquilo que elas estabelecem como juridicamente obrigatório, permitido ou proibido – seja realizado na sua totalidade. Definidas como mandamentos definitivos, as regras se contrapõem aos princípios ou mandamentos de otimização, ou seja, às normas que exigem a realização de algo na maior medida possível, de acordo com as condições fáticas e jurídicas do caso concreto. Os princípios, nos termos de Alexy (2008, p. 90), “[...] se caracterizam por poderem ser satisfeitos em graus variados e pelo fato de que a medida devida de sua satisfação não depende somente das possibilidades fáticas, mas também das possibilidades jurídicas.”

Alexy pensa a normatividade dos princípios segundo uma racionalidade gradualista, admitindo a possibilidade de que, numa colisão entre eles, um ceda em favor da satisfação do outro, sem que isso comprometa a validade da norma afastada. Ao definir princípios “como mandamentos de otimização”, ele introduz um modo de pensar as normas jurídicas que destoa da racionalidade jurídica típica, baseada na díade válido/inválido.<sup>5</sup> Essa metodologia tradicional continuaria pertinente para se trabalhar com regras, que se aplicariam por subsunção e cujos conflitos normativos se resolveriam no plano da validade, segundo a lógica “tudo ou nada”. Ela não seria adequada, porém,

<sup>3</sup> Nos termos de Streck (2009, p. 178-179), “[...] o calcanhar de Aquiles da ponderação – e, portanto, das diversas teorias argumentativas (e suas derivações) – reside no deslocamento da hierarquização ponderativa em favor da subjetividade do intérprete, com o que a teoria da argumentação (para falar apenas desta), como sempre denunciou Arthur Kauffman, não escapa do paradigma da filosofia da consciência. Ou seja, independentemente das colorações assumidas pelas posturas que, de um modo ou de outro, deriva(ra)m da teoria da argumentação de Robert Alexy, o cerne da problemática está na continuidade da „delegação” em favor do sujeito da relação sujeito-objeto.”

<sup>4</sup> Dessa maneira, as teses que defendem uma distinção entre regras e princípios com base, por exemplo, na ideia – corrente na doutrina brasileira – de que princípios são “[...] mandamentos nucleares de um sistema, verdadeiro alicerce dele [...]” (BANDEIRA DE MELLO, 2007, p. 927), cuja violação é muito mais grave do que a das regras, não estão de acordo com a distinção estrutural entre regras e princípios proposta por Alexy. Como afirma Virgílio Afonso da Silva (2008, p. 36), “[...] uma norma é um princípio não por ser fundamental, mas por ter a estrutura de um mandamento de otimização. Por isso, um princípio pode ser um „mandamento nuclear do sistema”, mas pode também não o ser, já que uma norma é um princípio apenas em razão de sua estrutura normativa e não de sua fundamentalidade. O mesmo vale para as regras. Pode haver regras que sejam disposições fundamentais do sistema, mas isso é irrelevante para sua classificação.”

<sup>5</sup> Cf., sobre isso, MENDES, 2008, p. 32, nota de rodapé n. 59.

para entender os princípios jurídicos, que se aplicariam por proporcionalidade e, por isso, seriam suscetíveis de ser precedidos por outros princípios no caso concreto, de acordo com as possibilidades fáticas e jurídicas.

De acordo com Alexy, a distinção entre regras e princípios se aclara sobretudo quando se analisa a forma de solução dos conflitos que ocorrem no interior de cada uma dessas classes de normas. A categoria dos conflitos normativos remete à ideia de que, num dado ordenamento jurídico, é possível que haja duas ou mais normas que, se isoladamente aplicadas, conduzem a juízos concretos de dever-ser contraditórios, dada a incompatibilidade parcial ou total das consequências jurídicas por elas previstas para o mesmo fato.<sup>6</sup> O gênero das normas jurídicas, como visto, comporta duas espécies: as regras e os princípios. Logo, é possível imaginar que haja conflitos entre regras, conflitos entre princípios e conflitos entre essas duas espécies normativas, ou seja, conflitos entre regras e princípios.

A solução de um conflito entre regras deve sempre levar em conta o caráter definitivo delas. Assim, se duas regras preveem consequências jurídicas parcialmente incompatíveis entre si, deverá ser introduzida uma cláusula de exceção em uma delas, de modo que seja declarada parcialmente inválida. Mas, se esse tipo de solução não for possível – ou seja: se a incompatibilidade entre elas não for do tipo parcial, mas total –, então uma delas deverá ser eliminada do ordenamento jurídico, por meio de uma declaração de invalidade. Isso é assim porque, dentro de um mesmo sistema jurídico, não é possível que duas regras totalmente incompatíveis entre si sejam consideradas simultaneamente válidas. O conceito de validade jurídica, ressalta Alexy, não pode ser relativizado, graduado; se duas regras imputam consequências jurídicas diversas para a mesma situação fática, apenas uma delas – a que for declarada válida – poderá oferecer fundamento para a solução do problema (ALEXY, 2008, p. 92-93).

A forma de solução dos conflitos entre princípios é diferente porque, ao contrário das regras, os princípios possuem uma “dimensão de peso”, que condiciona sua realização definitiva à análise das condições fáticas e jurídicas do caso concreto. Um princípio pode ceder em face de outro, sem que seja necessária a declaração de invalidade jurídica do cedente ou a instituição de uma cláusula de exceção no suporte fático dele. As colisões entre princípios se resolvem mediante o estabelecimento de relações de precedência condicionada, as quais, conforme a chamada “lei de colisão”, podem ser consagradas em enunciados normativos com a estrutura de regra.<sup>7</sup> Tais enunciados, segundo a lei de colisão, têm a estrutura de regras,<sup>8</sup> e expressam quais, entre os princípios colidentes, têm mais peso ou importância e, por isso, devem ter prevalecer sobre os outros, sob as circunstâncias do caso concreto (ALEXY, 2008, p. 93-94).

Princípios são, como visto, mandamentos de otimização, na medida em que exigem a realização de algo na maior medida possível relativamente às possibilidades fáticas e jurídicas do caso concreto. Segundo Alexy, essa definição de princípios está reciprocamente implicada com as três regras parciais ou sub-regras do exame de proporcionalidade: a adequação, a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito. As possibilidades fáticas de realização dos princípios se relacionam com as sub-regras da adequação e da necessidade, ao passo que as possibilidades jurídicas se relacionam com a sub-regra da proporcionalidade em sentido estrito.

As possibilidades jurídicas para a realização de um princípio são, dessa maneira, determinadas sobretudo pelos princípios colidentes, isto é, pelas normas de mesma natureza que impõem a realização de outro direito ou dever. Se uma norma com estrutura de princípio se

<sup>6</sup> Acerca da definição de conflitos normativos, cf. ALEXY, 2008, p. 91-92; SILVA, 2010, p. 47.

<sup>7</sup> A lei de colisão pode ser enunciada da seguinte forma: “As condições sob as quais um princípio tem precedência em face de outro constituem o suporte fático de uma regra que expressa a consequência jurídica do princípio que tem precedência.” (ALEXY, 2008, p. 99). Mais tecnicamente, ela também pode ser formulada assim: “Se o princípio P1 tem precedência em face do princípio P2 sob as condições C: (P1 P P2) C, e se do princípio P1, sob as condições C, decorre a consequência jurídica R, então, vale uma regra que tem C como suporte fático e R como consequência jurídica: C → R.” (ALEXY, 2008, p. 99).

<sup>8</sup> A lei de colisão pode ser enunciada da seguinte forma: “As condições sob as quais um princípio tem precedência em face de outro constituem o suporte fático de uma regra que expressa a consequência jurídica do princípio que tem precedência.” (ALEXY, 2008, p. 99). Mais tecnicamente, ela também pode ser formulada assim: “Se o princípio P1 tem precedência em face do princípio P2 sob as condições C: (P1 P P2) C, e se do princípio P1, sob as condições C, decorre a consequência jurídica R, então, vale uma regra que tem C como suporte fático e R como consequência jurídica: C → R.” (ALEXY, 2008, p. 99).

contrapõe a outra, é necessário que se realize uma ponderação ou sopesamento, de modo que se determine qual delas deve ter primazia. A ponderação corresponde, assim, à sub-regra da proporcionalidade em sentido estrito, e conduz precisamente à definição do enunciado de precedência condicionada ou regra que soluciona a colisão entre princípios.

De acordo com Alexy (2008, p. 167), “quanto maior for o grau de não satisfação ou de afetação de um princípio, tanto maior terá que ser a importância da satisfação do outro.” Esse raciocínio subjaz a toda ponderação entre princípios e sintetiza a assim denominada “lei do sopesamento”. O enunciado da lei do sopesamento permite concluir que a ponderação é composta, basicamente, de três juízos: dois isolados – que dizem respeito ao exame do grau de não realização de um princípio e à análise da importância da realização do outro, que àquele se opõe – e um comparativo – que pressupõe os anteriores e consiste em verificar se a importância da satisfação de um princípio justifica o grau de não realização do outro (ALEXY, 2008, p. 594).

A lei do sopesamento não oferece uma pauta material para a solução das colisões entre princípios (CLÉRICO, 2009, p. 196). Não descreve, portanto, um modelo capaz de levar a uma avaliação inequívoca da correção das decisões. Veicula, porém, uma exigência de fundamentação das relações condicionadas de precedência, estabelecendo um procedimento para a justificação racional das decisões ponderativas. Ao pressupor um escalonamento dos graus de restrição e de realização das normas com estrutura de princípios (ALEXY, 2008, p. 585-611), ela dirige, em suma, um importante ônus argumentativo ao aplicador do Direito, impondo-lhe o dever de explicitar, de modo adequado, os pesos atribuídos a cada um dos princípios na ponderação efetuada.<sup>9</sup>

A ponderação destina-se, pois, à solução de colisões entre normas que se caracterizam como princípios. Quando dois ou mais princípios colidem entre si, sem que tenha sido estabelecido um enunciado de preferência condicionada predefinindo a solução para esse conflito normativo, o recurso à proporcionalidade e, por conseguinte, à ponderação será metodologicamente adequado. Do sopesamento entre princípios resultará, nos termos da lei de colisão, a regra que irá solucionar o problema. O sopesamento não será adequado ou suficiente, porém, quando já houver uma regra jurídica disciplinando essa colisão entre princípios. É que, nesse caso, não haverá um conflito entre princípios, mas, antes, um conflito entre um dos princípios e a regra, a exigir um tratamento metodológico diferenciado.

Uma regra, quando conflita com um princípio, geralmente veicula uma restrição ao suporte fático dele. A razão é simples: nos termos da concepção teórica de Alexy, as possibilidades jurídicas de realização dos princípios jurídicos, ou mandamentos de otimização, são determinadas não apenas pelas normas de mesma estrutura colidentes, mas também pelas regras que preveem consequências jurídicas antagônicas para a mesma situação fática (ALEXY, 2008, p. 90). Ora, regras jurídicas são sempre satisfeitas ou não satisfeitas, conforme tenham validade e aplicabilidade ou não. Dessa maneira, se uma regra e um princípio preveem consequências jurídicas diferentes para um mesmo fato, o problema tende a se resolver com a simples aplicação da regra, por subsunção (LIMA, 2012, p. 43). A possibilidade de se discutir a validade jurídica da regra à luz do exame de proporcionalidade não muda esse raciocínio, uma vez que, na hipótese de ser considerada adequada, necessária e proporcional em sentido estrito – ou seja, proporcional em sentido amplo, ou materialmente legítima –, ela continuará precedendo o princípio na solução de problemas jurídicos, aplicando-se segundo a lógica “tudo ou nada” (SILVA, 2010, p. 52-53).

É de observar, porém, que há casos em que as regras, apesar de válidas – ou, quando menos, proporcionais em abstrato – se afiguram desproporcionais em concreto, prescrevendo uma solução subótima, injusta ou insatisfatória para situações fáticas que preenchem o suporte fático delas (URBAN, 2017, p. 52-58). Para a solução de casos desse tipo – que podem ser reconstruídos com colisões entre uma regra e um princípio –, certa proposta teórica defende que se recorra ao princípio material que fundamenta a regra, para o fim de que este seja sopesado com o princípio material que a ela contrapõe.<sup>10</sup> A depender do peso dos princípios materiais no caso concreto, a regra poderia ser derrotada ou superada pelo princípio colidente. Tal tese, no entanto, é problemática. Virgílio Afonso da Silva, por exemplo, afirma que sua adoção implica aceitar a ideia de que “[...] o aplicador do direito está sempre livre, em qualquer caso e em qualquer situação, para afastar a aplicação de uma regra por entender que há um princípio mais importante que justifica esse afastamento.” (SILVA, 2010, p. 52).

<sup>9</sup> Cf., nesse sentido, SILVA, 2011, p. 369-372.

<sup>10</sup> Essa proposta define a própria posição de Alexy a respeito do problema. Cf. ALEXY, 2008, p. 90, nota de rodapé n. 24.

Neste ponto, convém ressaltar um ponto trivial, mas muitas vezes despercebido: as regras gerais-abstratas são o produto da aplicação do exame de proporcionalidade por órgãos investidos de legitimidade democrática e/ou dotados de capacidade técnica específica. Elas correspondem aos enunciados de precedência condicionada que resultam dos sopesamentos entre princípios realizados, abstratamente, pelo legislador. De fato, não só o Poder Judiciário aplica a proporcionalidade e pondera princípios; também o Poder Legislativo o faz, fixando soluções para as situações de colisão entre essas normas. Tais soluções legislativas concretizam-se, basicamente, em regras infraconstitucionais, que “[...] proíbem alguma conduta que é permitida *prima facie* por algum direito fundamental, ou autorizam alguma ação estatal cujo efeito é a restrição da proteção que um direito fundamental *prima facie* garantia.”

Portanto, as regras jurídicas, em geral, veiculam a solução concebida pelos órgãos normativos para determinado caso concreto – solução esta que, em Estados democráticos, não pode ser livremente substituída por outra, proveniente, por exemplo, do Poder Judiciário (ÁVILA, 2007, p. 103). Diante disso, pode-se dizer que as regras configuram instrumentos de alocação de poder, na medida em que limitam a liberdade dos órgãos julgadores para decidir com base em princípios (LIMA, 2012, p. 63-66).

Além disso, pelo fato de que definem, de antemão, o que é juridicamente devido em caráter definitivo, as regras afastam os casuísmos e reduzem as incertezas que geralmente resultam da ausência delas. Diferentemente dos princípios, cujo conteúdo deve ser otimizado em relação às possibilidades fáticas e jurídicas, as regras não têm sua aplicação sujeita a uma análise das condições de cada caso concreto. As regras tendem a diminuir o número de fatores que tem de ser levado em consideração pelos órgãos julgadores, simplificando o processo de tomada de decisão. Assim, no contexto das sociedades plurais e complexas, tais normas cumprem a importante função de tornar mais previsível e confiável a solução dos casos concretos, além de trazer mais eficiência ao processo decisório (URBAN, 2017, p. 75-84).

Há razões suficientemente fortes, portanto, para se sustentar que as regras, precisamente pelo fato de que possuem um caráter definitivo, devem oferecer uma resistência à sua superação por princípios colidentes muito mais forte do que aquela que é oferecida pelos princípios (LIMA, 2012, p. 54). Como nota Humberto Ávila, as regras têm uma “função eficaz de trincheira”, dado a circunstância de que, em comparação com os princípios, opõem um obstáculo à superação muito mais difícil de ser transposto (ÁVILA, 2007, p. 103). Isso significa que, em boa parte dos casos, uma regra válida e aplicável cuja aplicação leva à produção de um resultado infeliz não pode ser afastada para o fim de que, aplicando-se um princípio colidente, seja produzido o resultado considerado ótimo ou ideal pelo tomador de decisão. Consequentemente, pode-se dizer que, nas situações concretas em que uma regra e um princípio colidem, aquela, no mais das vezes, deve ser aplicada em detrimento da aplicação deste, por subsunção.

Como visto, o exame de proporcionalidade e sua terceira sub-regra, a ponderação, possuem uma finalidade específica – resolver casos que devem ser solucionados por meio da aplicação de princípios –, não se confundindo com as técnicas de argumentação jurídica em geral (BARCELLOS, 2005, p. 27-35). A utilização da proporcionalidade e da ponderação no lugar de outras formas de aplicação do Direito, como a subsunção, pode levar a uma banalização das complexas questões referentes a princípios e regras (NEVES, 2013, p. 171), redundando em problemas de segurança jurídica, de eficiência e de alocação de poder, entre outros.<sup>11</sup>

A despeito disso, o modelo teórico – já bastante difundido na prática jurídica brasileira – que defende a utilização do sopesamento entre princípios materiais como forma de solucionar colisões entre uma regra e um princípio não parece considerar o papel específico desempenhado pelas regras no ordenamento jurídico. Ou seja, ela parece ignorar que “[...] a decisão pela superação de uma regra não afeta apenas a realização dos princípios que são fomentados ou restringidos por essa norma,

---

<sup>11</sup> Nesse sentido, Humberto Ávila, criticando as premissas do chamado “neoconstitucionalismo”, apresenta três razões pelas quais a ponderação não poderia servir como critério geral de aplicação do Direito. Em primeiro lugar, o paradigma da ponderação culmina num “anti-escalonamento” do sistema jurídico, pois torna os princípios diretamente aplicáveis a toda situação, em detrimento dos diversos outros níveis de concretização normativa. Em segundo lugar, o recurso à ponderação, ao permitir que regras válidas, diretamente aplicáveis a determinada situação concreta, sejam afastadas em favor da satisfação de princípios, pode implicar uma desvalorização do papel e da importância do Poder Legislativo nas sociedades democráticas. Por fim, o sopesamento conduz, segundo Ávila, a uma espécie de subjetivismo, cuja consequência é a redução ou mesmo a eliminação do caráter heterolimitador do Direito (ÁVILA, 2009, p. 7-12).

mas também a alocação da competência decisória e a previsibilidade da aplicação do direito.” (LIMA, 2012, p. 67).

A utilização do sopesamento para afastar a aplicação de uma regra não se compatibiliza com a ideia de precedência *prima facie* que, nas situações concretas, essas normas devem ter em relação aos princípios.<sup>12</sup> O afastamento de uma regra aplicável a uma situação concreta só pode ser admitido em caráter excepcional, com enfrentamento, pelo órgão julgador, da carga argumentativa que a hipótese impõe. Mas o recurso ao sopesamento entre determinados princípios materiais não condiciona o afastamento da regra a circunstâncias excepcionais, anômalas. Por isso, em última análise, ele representa uma ingerência do Poder Judiciário na esfera de competência dos demais poderes, na medida em que, como afirma Virgílio Afonso da Silva, autoriza o órgão julgador a afastar a aplicação da regra sempre que entender que há um princípio mais importante que justifica esse afastamento.

Tanto a ponderação quanto a proporcionalidade (em sentido amplo) dirigem importantes ônus argumentativos ao aplicador do Direito. A ponderação, como assinalado, guia-se por uma “lei do sopesamento”, que expressa a ideia de que “quanto maior for o grau de não satisfação ou de afetação de um princípio, tanto maior terá que ser a importância da satisfação do outro.” (ALEXY, 2008, p. 167). A lei do sopesamento consubstancia um modelo fundamentado das relações de precedência condicionada, o qual, à diferença de um modelo decisionista, “[...] distingue entre o processo psíquico que conduz à definição do enunciado de preferência e sua fundamentação.” (ALEXY, 2008, p. 165). De acordo com Alexy, pode-se proceder a essa fundamentação dos enunciados de preferência com o auxílio de uma escala de três níveis, que conduz a uma categorização dos graus de afetação e de importância dos princípios colidentes em “pequenos”, “médios” e “grandes”.<sup>13</sup> A solução para uma colisão entre princípios, nesses termos, não resulta de uma valoração livre, mas de um “procedimento de justificação” (CLÉRICO, 2009, p. 594), que, se não leva, em todo e qualquer caso, a uma conclusão única e inequívoca, ao menos fornece parâmetros para uma maior racionalidade e objetividade na argumentação jurídica, garantindo ou ampliando a possibilidade de controle intersubjetivo das decisões (SILVA, 2011, p. 366-389).

Já a proporcionalidade importa não apenas sopesar os princípios materiais envolvidos, mas também indagar acerca da adequação e da necessidade da medida de intervenção, hipotética ou real, cuja legitimidade material é contestada. Em outras palavras, sua aplicação implica, em primeiro lugar, aferir a aptidão da medida para fomentar o fim a que se preordena (teste da adequação ou idoneidade técnica); em segundo lugar, avaliar a existência de uma medida alternativa que seja, ao mesmo tempo, pelo menos igualmente adequada e menos desvantajosa para o princípio afetado (teste da necessidade); e, por último, comparar a intensidade da intervenção no âmbito de proteção do princípio com a importância da realização do princípio que com ele colide (teste da proporcionalidade em sentido estrito, ou ponderação).<sup>14</sup>

O exame de proporcionalidade possui, como se vê, uma estrutura complexa, compondo-se de três regras parciais ou sub-regras; além disso, possui uma estrutura ordenada, dado que tais sub-regras encadeiam-se sucessivamente. O teste da proporcionalidade em sentido estrito não pode anteceder os da necessidade e da adequação, e o teste da necessidade não pode preceder o da adequação. Adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito correspondem, respectivamente, à primeira, à segunda e à terceira sub-regras da proporcionalidade, e nessa ordem devem ser aplicadas.

Como salienta Virgílio Afonso da Silva (2002, p. 34), “a real importância dessa ordem fica patente quando se tem em mente que a aplicação da regra da proporcionalidade nem sempre implica a análise de todas as suas três sub-regras.” Isso decorre do fato de que essas regras parciais guardam, entre si, uma relação de prejudicialidade. Desse modo, até por razões de eficiência decisória, só cabe analisar a necessidade de uma medida de intervenção se se considerar que ela é adequada; além disso, só se torna necessário proceder ao exame da proporcionalidade em sentido estrito se se concluir que ela é necessária e adequada. A reprovação da medida em algum dos testes

<sup>12</sup> Nos termos de Rafael Bellem de Lima (2012, p. 73), “[...] as regras devem ter precedência *prima facie* sobre os princípios, ou seja, a sua resistência à superação por meio de decisões judiciais individuais deve ser superior à das normas que devem ser realizadas na maior medida possível dentro das possibilidades fáticas e jurídicas do caso concreto.”

<sup>13</sup> Esse escalonamento permite construir uma “fórmula do peso”, que expressa o peso concreto do princípio em face do princípio colidente. Cf. ALEXY, 2007, p. 15-49.

<sup>14</sup> Cf., acerca do conteúdo das sub-regras da proporcionalidade, SILVA, 2002, p. 36-42.

da proporcionalidade já é suficiente para que ela seja considerada desproporcional em sentido amplo, dispensando, portanto, a aplicação do(s) teste(s) restante(s).

Como se percebe, o exame de proporcionalidade, considerado em sentido amplo, é uma forma de aplicação e interpretação do Direito que busca introduzir alguma objetividade e racionalidade na fundamentação das decisões jurídicas. Do ponto de vista metodológico, sua importância está relacionada ao endereçamento de ônus argumentativos ao legislador, que fica obrigado a fundamentar toda intervenção no âmbito de proteção dos princípios. Sua aplicação aponta, assim, para um modo concreto de pensar os problemas jurídicos, que evidencia e reforça a dimensão argumentativa do Direito.

Em suma, a proporcionalidade e a ponderação não são métodos matemáticos, capazes de conduzir, sempre, à (única) solução correta para todos os casos. Possuem, contudo, uma estrutura complexa e bem definida, que, ao impor ônus de argumentação ao aplicador do Direito, expõe as decisões com base neles proferidas a um controle intersubjetivo comparativamente superior a outros métodos.<sup>15</sup>

No entanto, como assinalado, nem sempre juízes e tribunais se valem da ponderação e da proporcionalidade (em sentido amplo) com o rigor metodológico necessário. O recurso inadequado à ponderação como forma de solução dos conflitos normativos é uma das principais críticas que, no terreno da metodologia jurídica, podem ser feitas à prática jurídica brasileira. Nessa esteira, alguns autores apontam para um problema de fundamentação das decisões judiciais, decorrente do não enfrentamento, pelos órgãos julgadores, dos ônus argumentativos estabelecidos pela proporcionalidade em sentido amplo e, particularmente, pela ponderação. Virgílio Afonso da Silva, por exemplo, observa haver, muitas vezes, uma invocação meramente retórica do exame de proporcionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, como se a simples menção a essa forma de aplicação do Direito fosse, por si só, suficiente para justificar as decisões tomadas (SILVA, 2002, p. 31-34). No mesmo sentido, ressalta Rafael Bellem de Lima que o recurso à proporcionalidade, no caso brasileiro, “[...] tende a ser inconstante, pouco fundamentado, incoerente e, muitas vezes, meramente retórico, funcionando apenas como um argumento adicional para fundamentar uma decisão pré-concebida pelo julgador.” (LIMA, 2012, p. 80).<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Cf., nesse sentido, BOROWSKI, 2003, p. 57. Cf., na mesma linha, BERNAL PULIDO, 2007, p. 71-72: “A pesar de que sea preciso tomar en serio la objeción que imputa a la aplicación del principio de proporcionalidad una carencia de puntos de referencia objetivos, ésta no parece revestir la contundencia suficiente para desvirtuar la posibilidad de utilizar este principio en la interpretación de los derechos fundamentales. La carencia de objetividad o de racionalidad absoluta no se presenta sólo cuando se practica la ponderación, o de manera más amplia, cuando se aplica el principio de proporcionalidad, sino siempre que debe llevarse a cabo un razonamiento jurídico mediante el cual deban resolverse cuestiones normativas. Por lo tanto, esta carencia afecta también a la aplicación de los criterios alternativos al principio de proporcionalidad, mediante la cual se pretende resolver asimismo la cuestión normativa, de si una determinada intervención del Legislador en un derecho fundamental debe ser considerada constitucionalmente admisible, o técnicamente, de si puede fundamentarse la validez de una norma adscrita de contenido contrario al de la ley examinada. Dada esta circunstancia, como ya hemos señalado, el problema no consiste en indagar si la aplicación del principio de proporcionalidad puede sustentarse en argumentaciones que la hagan objetiva, sino, si mediante la aplicación de dicho principio puede alcanzarse una maior racionalidad relativa, en comparación con aquélla que se logra cuando se aplican los criterios alternativos.” Cf., também, SILVA, 2011, p. 378: “[...] parece-me possível afirmar que não existe objetividade absoluta e demonstrável, mas que existe, sim, a possibilidade de uma objetividade em um sentido mais fraco. Essa 'objetividade possível' depende, a meu ver, da conjugação dos três aspectos que tentei brevemente analisar até aqui: o metodológico, o teórico e o institucional. Parece-me que essa conjugação é imprescindível para escapar do maniqueísmo expresso pela frase 'o método a é melhor do que o método b'. Se se levam a sério os argumentos desenvolvidos quando da análise dessas três premissas, parece-me que é possível, sim, que o sopesamento possa desempenhar um papel preponderante – e, sobretudo, racional e objetivo – na interpretação constitucional. Aquele que imagina que objetividade tem que ser algo mais do que isso, ou que há métodos mais objetivos e racionais que o sopesamento e que, ao mesmo tempo, sejam adequados para a interpretação e a aplicação dos direitos fundamentais em um Estado constitucional contemporâneo tem o ônus para demonstrar a viabilidade metodológica, teórica e institucional dessa suposição.”

<sup>16</sup> Para um estudo da forma pela qual a proporcionalidade é utilizada no âmbito da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – com ênfase nas decisões proferidas por um de seus membros, o Ministro

A despreocupação metodológica no recurso à ponderação e à proporcionalidade enseja a produção de decisões casuísticas e voluntaristas, contrariando o objetivo da teoria dos princípios de fixar parâmetros argumentativos para uma maior controlabilidade das decisões. De resto, ela contribui para a consolidação da ideia – evidentemente equivocada para os adeptos da teoria de Alexy – de que tais categorias teóricas são *topoi* dotados de um caráter meramente retórico, podendo ser utilizados para sustentar qualquer solução ou tese.<sup>17</sup>

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo 487, parágrafo segundo, do novo Código de Processo Civil, estabelece um dever genérico de fundamentação das decisões judiciais que, por meio da ponderação, resolvem conflitos normativos. Além das críticas – aqui não analisadas – que podem ser feitas à defeituosa redação desse dispositivo, o presente trabalho concentrou seu foco em duas linhas críticas já conhecidas, que apontam, respectivamente, para o suposto caráter subjetivo ou discricionário das decisões proferidas com base no sopesamento e para a falta de rigor conceitual e metodológico com que, muitas vezes, os órgãos julgadores recorrem a essa específica forma de aplicação e de interpretação do Direito para solucionar casos concretos.

Cumprido ressaltar, aqui, a relevância da primeira linha crítica. Mesmo que não se adira à ideia de Friedrich Müller, por exemplo, de que a ponderação expressa simples preferências ideológicas do intérprete, ou não se encampe a objeção de Habermas, segundo a qual o sopesamento, guiado pela noção de “ordem objetiva de valores”, pode levar a um sacrifício dos direitos fundamentais em face de interesses coletivos, é inegável que tais autores – e outros mais que contestam a racionalidade e a objetividade das decisões ponderativas – contribuem decisivamente para a ampliação do debate acerca das premissas e implicações da teoria dos princípios de Robert Alexy – algo de significativa importância sobretudo quando se tem vista o fato de que tal modelo teórico vem sendo amplamente recepcionado, sem a necessária reflexão, em diversos países, incluindo o Brasil.

É de ressaltar, também, a importância da segunda vertente crítica, que baseia suas objeções nos casuísmos e abusos que muitas vezes resultam da utilização inadequada das categorias da teoria dos princípios. Nesse particular, destaque-se sobretudo a objeção levantada pelos autores que problematizam a questão da superabilidade ou derrotabilidade das regras, mostrando os riscos inerentes a uma argumentação baseada exclusivamente em princípios para a segurança jurídica, para a eficiência decisória e para o modelo de distribuição de competências desenhado na ordem jurídico-constitucional.

#### 5 REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. Constitutional rights, balancing and rationality. **Ratio Juris**, Oxford, v. 16, n. 2, jun. 2003.

\_\_\_\_\_. La fórmula del peso. In: CARBONELL, Miguel (Coord.). **El principio de proporcionalidad en el Estado constitucional**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2007.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

\_\_\_\_\_. “Neoconstitucionalismo”: entre a ciência do direito e o direito da ciência. **Revista Eletrônica do Direito do Estado (REDE)**, Salvador, n. 17, jan./fev./mar. 2009. Disponível em: <[www.direitodoestado.com.br/rede.asp](http://www.direitodoestado.com.br/rede.asp)>. Acesso em: 07 de julho de 2015.

---

Gilmar Mendes –, cf. PEREIRA, 2009. Ainda sobre os déficits de fundamentação que decorrem do modo com que o Supremo Tribunal Federal geralmente invoca a teoria dos princípios para fundamentar suas decisões, cf. GORZONI, 2011, p. 87-88.

<sup>17</sup> Cf., nesse sentido, SILVA, 2002, p. 31. Acerca do pensamento tópico e do emprego de lugares-comuns – também chamados *loci* ou *topoi* – na argumentação jurídica, cf. FERRAZ JUNIOR, 2003, p. 327-331.



BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de direito administrativo**. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

BARCELLOS, Ana Paula de. **Ponderação, racionalidade e atividade jurisdicional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

BERNAL PULIDO, Carlos. **El principio de proporcionalidad y los derechos fundamentales**. 3. ed. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007.

BOROWSKI, Martin. **La estructura de los derechos fundamentales**. Tradução de Carlos Bernal Pulido. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2003.

BRASIL. **Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 17/03/2015, p. 1. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm)>. Acesso em: 07 de julho de 2015.

CLÉRICO, Laura. **El examen de proporcionalidad em el derecho constitucional**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2009.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão, dominação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GORZONI, Paula Fernanda Alves da Cunha. **Ponderação e critérios racionais de decidibilidade na argumentação judicial**. 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, v. 1.

LIMA, Rafael Scavone Bellem de. **Otimização de princípios, separação dos poderes e segurança jurídica**: o conflito entre regra e princípio. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MENDES, Conrado Hübner. **Direitos fundamentais, separação dos poderes e deliberação**. 2008. 267 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MÜLLER, Friedrich. **Métodos de trabalho do direito constitucional**. Tradução de Peter Naumann. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

NEVES, Marcelo. **Entre Hidra e Hércules**: princípios e regras constitucionais como diferença paradoxal do sistema jurídico. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

PEREIRA, Bruno Ramos. **O uso da proporcionalidade no Supremo Tribunal Federal**: análise dos votos do ministro Gilmar Mendes. 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, Virgílio Afonso da. O proporcional e o razoável. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, ano 91, n. 798, abr. 2002.

\_\_\_\_\_. **A constitucionalização do direito**: os direitos fundamentais nas relações entre particulares. São Paulo: Malheiros, 2008.

\_\_\_\_\_. **Direitos fundamentais**: conteúdo essencial, restrições, eficácia. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

\_\_\_\_\_. Ponderação e objetividade na interpretação constitucional. In: MACEDO JUNIOR, Ronaldo

Porto; BARBIERI, Catarina Helena Cortada (Org.). **Direito e interpretação**: racionalidades e instituições. São Paulo: Direito GV/Saraiva, 2011.

SILVA, Virgílio Afonso da; MENDES, Conrado Hübner. Habermas e a jurisdição constitucional. In: NOBRE, Marcos; TERRA, Ricardo (Org.). **Direito e democracia**: um guia de leitura de Habermas. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 199-222.

STRECK, Lenio Luiz. **Verdade e consenso**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

URBAN, Renan Lucas Dutra. **Colisões entre regras e princípios, otimização e derrotabilidade**: o caráter definitivo das regras. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

**CONSUMO SUSTENTÁVEL E PENSAMENTO COMPLEXO**

**SUSTAINABLE CONSUMPTION AND COMPLEX THINKING**

1.1 Desenvolvimento Regional e Local

Marin, Marcello de Souza  
Faculdades Metropolitanas Unidas  
Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Paulista - UNIP (2001) MBA Executivo pela  
Brazilian Business School - BBS (2011). MBA International Extension in Advanced Business  
Management (Universitat Autònoma de Barcelona) - (2013) Mestrando em Governança Corporativa -  
FMU - 2018  
[marcello@marinconsult.net](mailto:marcello@marinconsult.net)

Souza Filho, Celso Luiz Braga de  
Faculdades Metropolitanas Unidas  
Mestrando em Governança Corporativa -FMU - 2018  
[celsimfilho@gmail.com](mailto:celsimfilho@gmail.com)

**Resumo**

O artigo tem como objetivo apresentar os conceitos e práticas de consumo sustentável nas organizações, correlacionando com as interpretações e aplicações das teorias acerca do pensamento complexo. Entender as transformações das organizações e concebê-las como organismos mutáveis de acordo com as mudanças climáticas e também culturais, nos possibilitará determinar as responsabilidades dos principais atores envolvidos: governo, empresas e consumidores. Além alguns aspectos latentes dos padrões de consumo, são analisados no artigo também, características da economia ecológica e suas aplicações organizacionais. O quanto a sustentabilidade é fator de impacto na saúde e progresso econômico das empresas e como os investidores tem ampliado essa percepção, será determinante para que possamos aplicar os conceitos aqui discutidos

**Palavras-chave:** GOVERNANÇA CORPORATIVA, PENSAMENTO COMPLEXO, SUSTENTABILIDADE, MEIO AMBIENTE.

**Abstract**

The article aims to present the concepts and practices of sustainable consumption in organizations, correlating with the interpretations and applications of theories about complex thinking. Understanding the transformations of organizations and devising them as changeable organisms according to climatic and cultural changes will enable us to determine the responsibilities of the main actors involved: government, companies and consumers. In addition to some latent aspects of the patterns of consumption, are analyzed in the article also, characteristics of the ecological economy and its organizational applications. As sustainability is a factor impacting the health and economic progress of companies and as investors have broadened this perception, it will be crucial for us to apply the concepts discussed here.

**Keywords:** CORPORATE GOVERNANCE, COMPLEX THINKING, SUSTAINABILITY, ENVIRONMENT.

## 1 INTRODUÇÃO

A pedra fundamental das preocupações com o meio ambiente nas discussões é a gestão responsável de recursos. Gestão que não se limita apenas a geração de riqueza e consumo, mas também as práticas de direcionamento do processo produtivo.

Além de preocupar-se com o processo produtivo e buscar soluções ao substituir insumos, há empresas que são capazes de influenciar os consumidores em seu comportamento e isto é uma grande ferramenta neste processo de conscientização da causa socioambiental e na mudança dos padrões insustentáveis de produção e consumo da sociedade.

A causa sustentável traz a segurança de um futuro aceitável, mas fomenta muitos questionamentos, como: de quem é a responsabilidade e como poderemos mudar nossos padrões? Seja uma empresa, um órgão governamental ou até mesmo, nós, enquanto cidadãos.

A pesquisa deste estudo busca elucidar quem é o responsável por criar novos padrões de consumo dentro da economia ecológica: o governo, as empresas ou os consumidores e como o pensamento Complexo pode ajudar neste problema?

Segundo Petraglia, 2001, pág. 23 “O todo e as partes são unidades complexas, sendo que o todo não se apenas à soma de suas partes. Se as suas partes se modificam, muda também o todo”.

O tema é de extrema relevância para a humanidade como um todo, pois o planeta está sendo desgastado e é necessário buscar alternativas para o padrão de consumo devastador que se tem notado nos dias atuais.

Na busca de soluções, infelizmente o setor privado e o público possuem um olhar diferenciado quando da responsabilidade social e ambiental objetivando o crescimento.

As empresas ainda apresentam uma certa dificuldade, devido a sua cultura organizacional e encaram a aplicação do tema como uma estratégia de competitividade ao querer transmitir uma imagem sustentável, enquanto que sua produção foca exclusivamente no lucro financeiro, deixando de lado a postura e o processo de mudança, comportamentos éticos e morais que valorizem os recursos naturais do meio ambiente.

Como respostas as expectativas das empresas quanto às pressões de desenvolvimento local sustentável, foi criado o termo “Responsabilidade Socioambiental Empresarial” (RSE) que define estratégias de gestão implementando práticas para mitigar os impactos que as empresas provocam no meio ambiente.

No cenário atual que vivemos é muito importante que as empresas, independente da estrutura, atuem diligentemente, fazendo uma avaliação das práticas sustentáveis que devem estar em acordo com o desenvolvimento social e do meio ambiente.

## 2 METODOLOGIA

Em relação aos meios utilizados para a pesquisa, é possível classificar esse estudo como bibliográfico, com abordagem qualitativa do problema.

A pesquisa bibliográfica é aquela realizada “com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2013, p. 48). Conforme Lakatos e Marconi (2011), a pesquisa bibliográfica possui oito fases: escolha do tema; elaboração do plano de trabalho; identificação; localização; compilação; fichamento; análise e interpretação; e redação. Sua principal vantagem em relação aos demais tipos de pesquisa é que ela permite ao pesquisador cobrir maior extensão de fenômenos do que os que poderiam ser pesquisados diretamente (GIL, 2010).

Na pesquisa com abordagem qualitativa, considera-se a existência de uma relação dinâmica entre o sujeito e o mundo real, que não pode ser expresso em número. Para Richardson (2007), porém, as investigações qualitativas têm sido utilizadas em pesquisas particulares ou complexas, buscando descrever tal complexidade, analisar a interação de determinadas variáveis, contribuir para a mudança de determinado grupo, e compreender os dinâmicos processos dos grupos sociais.

A classificação como qualitativo tem o seu lugar ao se considerar que se busca compreensão sobre aspectos referentes à comunicação no âmbito da sociedade do consumo. Trata-se, pois, de um objeto de estudo que não comporta quantificação.

É possível, ainda, caracterizar o estudo como exploratório quanto aos fins, tendo em vista ser este o tipo de estudo que busca proporcionar ao um maior conhecimento acerca do problema de pesquisa ou temática que este se proponha a investigar (RICHARDSON, 2007). Para Vergara (2013), neste tipo de pesquisa busca-se a compreensão do problema de pesquisa.

A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo, na medida em que o estudo foi construído a partir de pesquisa bibliográfica.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO.**

#### **Contexto Histórico e Seus Personagens**

Na metade do século XVIII, durante uma época de grande troca social e de descobertas científicas, a ciência trouxe consigo o potencial para novas tecnologias e a melhoria da qualidade de vida, particularmente no sentido material. O resultado deste evento foi um conflito entre objetivos sociais maiores, e a capacidade de os indivíduos ganharem segurança material, sendo estas as primeiras questões morais abordadas pela economia.

Adam Smith (1723-1790), um filósofo moral, geralmente considerado o fundador da economia moderna abordou uma questão de ética chave em que a ganância individual poderia ser o melhor interesse da sociedade. Com o advento de uma busca essencialmente desenfreada do bem-estar individual e da qualidade de vida, as relações comunitárias eram menos importantes. A ruptura do relacionamento da humanidade com a natureza, proporcionou a busca pela riqueza e a exploração de tudo o que é necessário para tal.

Outra figura importante no pensamento econômico inicial foi Thomas Robert Malthus (1766-1834), que pela primeira vez sugeriu que a fome e a guerra, não eram resultado da providência divina, mas poderia ser entendida como o resultado do pensamento e comportamento humano. Seu argumento básico era de que a população humana não iria conseguir continuar crescendo a uma taxa exponencial, porque os alimentos e outros itens necessários para a sobrevivência humana, se revelariam inadequados para suportar uma grande e crescente população. O resultado final seriam guerras por alimentos e outros recursos existentes. A grande fome na Irlanda na década de 1840 e a guerra civil em Ruanda no final da década de 1980 foram, pelo menos em parte, devido a superpopulação e a escassez de alimentos locais. O modelo de Malthus é importante na perspectiva da sustentabilidade porque enfatiza o tamanho finito da terra, seus recursos e os impactos da população, e do consumo na saúde do planeta.

David Ricardo (1772-1823) apresentou outro modelo de comportamento do sistema econômico em relação ao meio ambiente. Ele anunciou o conflito entre a economia e a natureza, devido a primeira ignorar em grande parte o papel dos sistemas ecológicos no sistema econômico, que resultam fundamentalmente em uma economia saudável, havia uma batalha entre a mentalidade de crescimento econômico ilimitado, dos pensadores convencionais, e os pressupostos finitos do planeta. Enquanto Malthus sugeria o conceito da quantidade, David sugeria que os próximos recursos disponíveis seriam de menor qualidade.

Em meados do século XIX, John Stuart Mill (1806-1873), um economista filho de filósofo social dizia que a economia se baseava em regras de uso de propriedade num senso de responsabilidade social que favorecia o bem comum. O capitalismo era criticado pela acumulação de terra e capital por uma pequena parte da população, o que dificultava o controle e o progresso da interação da economia com a natureza. Ele também defendeu a proteção da biodiversidade e sugeriu que era possível uma economia estável enquanto que a extração de capital natural fosse mantida em um nível consistente com a capacidade da natureza em fornecer os recursos renováveis. Seu trabalho e pensamento anunciaram o conceito atual de sustentabilidade, como o equilíbrio dos sistemas naturais, sociais e econômicos da Terra.

Já Karl Marx (1818-1883), muito conhecido por suas duras críticas ao capitalismo, notou que a natureza era uma importante força de valor.

O desenvolvimento da teoria ecológica floresceu com Ernst Haeckel (1834-1919) como uma prática da ciência até o final do século XX, surgindo a visão de recursos limitados impondo a população uma visão alternativa da economia que começou a evoluir focando no meio ambiente.

Com base no trabalho de Alfred Lotka (1880-1949) e Arthur Cecil Pigou (1877-1959) foi articulado o conceito de externalidades, forças que são externas aos mercados, mas afetam a maneira como operam e têm impactos na sociedade e na natureza. Lotka tentou integrar sistemas ecológicos e econômicos, em termos quantitativos e matemáticos, a visão do mundo era que tudo estava ligado, e de que nada poderia ser entendido sem que houvesse a compreensão de todo o sistema. Essa visão de Lotka influenciou muitos pensadores, ecologistas e economistas de sua época. Pigou já era mais conhecido pelo seu trabalho de economia de bem-estar, que transmitia a percepção de que os governos, poderiam internalizar as externalidades. Seu trabalho mais conhecido chamado de “Mudando a carga: internalizando as externalidades”.

No final da década de 1980, após a maturação de uma teoria econômica que começou a se preocupar com a sustentabilidade, a visão ecológica passou a desempenhar um papel tão importante na sociedade que sua evolução tem trazido inúmeros benefícios de modo geral.

### **O pensamento Complexo**

Uma vez que se pretende correlacionar os aspectos do consumo sustentável com o entendimento e percepções do pensamento complexo, é importante entender alguns conceitos que nos auxiliarão nesta proposta.

Uma das principais referências literárias no que compete ao pensamento complexo, Edgar Morin (2002 p.164) entende que a organização se dá por meio de um sistema complexo, tendo a organização como “um conceito crucial, o nó que liga a ideia de inter-relação à ideia de sistema. Morin (2002, p.187) também esmiúça o conceito de sistema, tratando-o como “ [...] um conceito complexo de base porque ele não é redutível a unidades elementares, a conceitos simples ou a leis gerais.”

No que tange ao pensamento complexo, é importante compreender que tal concepção vai além daquilo que até então tratávamos como pensamento linear, abrindo margens e possibilidades para demais tipos de conexões e interações. Levy (1993) trata como o “verdadeiro caleidoscópio de representações”, essa possibilidade de transformações em um cenário efêmero e cada vez mais heterogêneo.

Para se compreender o pensamento complexo, é preciso entender a necessidade de se enxergar além da parte, prevendo o todo. Moraes (2004b, p.26) auxilia nesse entendimento ao citar que “a contextualização acontece quando se consegue ir além, ampliar o foco e quando se percebe que sistemas estão inseridos dentro de outros sistemas mais abrangentes, como totalidades/partes que se encontram enredadas”

### **Economia Ecológica**

A economia ecológica é um campo que se baseia na economia, ecologia e física. A teoria ainda emergente da economia ecológica reflete, e muito, a influência desses campos, ao contrário da economia tradicional que trata o ambiente como um fator de produção externo, com recursos ilimitados e capacidade infinita de assimilação de resíduos.

Os sistemas naturais - o meio central da economia, com particular ênfase nos limites da produtividade e na capacidade da natureza para absorver os detritos da produção humana e seu consumo, aborda o valor da natureza à economia em virtude da ampla gama de serviços essencialmente gratuitos fornecidos pela natureza.

Também examina as conexões de meio ambiente e economia, capacidade, saúde, biodiversidade, pobreza, população e qualidade de vida, para nomear alguns.

Um bom ponto de partida para repensar a teoria econômica em alinhá-lo com a sustentabilidade é que a economia não existe como algo independente.

A principal atividade da economia é a transformação do planeta e da produção natural por seus insumos e assim não é capaz de preservar a produtividade da natureza.

A degradação de capital natural só pode levar a custos mais elevados para o capitalismo e a redução de lucros. Já a degradação da economia de seus próprios meios de produção é claramente uma contradição, porque ela não gera para sempre enquanto estiver destruindo insumos chaves.

Em seu livro, *O Inimigo da Natureza: O Fim do Capitalismo ou o Fim do Mundo?* Joel Kovel, 2007, descreve uma crise ecológica resultante da degradação da economia de suas próprias condições de produção em uma escala cada vez maior.

Ele observa que tal degradação terá um efeito contraditório sobre a lucratividade por si mesma. À medida que a economia cresce, ocupa cada vez mais o ecossistema global até atingir os limites físicos dos recursos e a eliminação de resíduos, resultando em menor produção e bem-estar social e econômico.

O problema representado pela economia ecológica está em como determinar a escala da economia em relação aos ecossistemas globais, de modo que o bem-estar é maximizado, entendendo o capital como um dos vários fatores de produção, assim como o trabalho, a terra, a organização e a gestão.

O capital não é apenas dinheiro, mas também fábricas, máquinas e infraestrutura. Nas

últimas décadas, a noção de capital passou a incluir capital humano, capital social e capital cultural.

A economia ecológica adiciona uma forma de capital à economia que não era previamente considerada, a saber, o capital natural. O capital natural pode ser definido como qualquer estoque de recursos naturais ou recursos ambientais, como oceanos, florestas ou terras agrícolas, que produzem um fluxo de bens e serviços úteis agora e no futuro.

Um dos problemas para o conceito de capital natural é que, ao contrário das outras formas de capital utilizadas na produção, tem valor nominal.

Capital natural tem valor, mas a questão de quanto desse patrimônio crítico deve ser mantida é uma questão difícil, subjetiva e não resolvida.

A camada de ozônio que protege a Terra da luz ultravioleta é um exemplo do que pode ser chamado de capital natural crítico. A perda de capital natural, por exemplo, um ecossistema inteiro, certamente não pode ser constituída por um aumento do capital físico. Algumas formas de capital natural são realmente críticas e seria prudente para a sociedade proteger suas apostas através da implementação de políticas que são muito protetoras de todos os sistemas naturais.

A condição mínima necessária para a sustentabilidade é a manutenção do estoque natural em igual ou acima do nível atual.

Embora um menor estoque de capital natural possa ser assustador, a sociedade não pode permitir mais declínio no capital natural dada a grande incerteza e as consequências terríveis de adivinhar o que é errado.

O tamanho da economia afeta diretamente o ambiente e os ecossistemas globais, porque todos os materiais e recursos energéticos necessários para a produção econômica têm suas origens na natureza ou em estruturas geológicas subjacentes e apoiam os sistemas naturais.

Em geral, a taxa de destruição de sistemas e estruturas naturais é diretamente proporcional à escala da economia: maior escala, maior a massa de movimentos de materiais.

Determinar o limite superior do tamanho da economia é uma questão importante para a economia ecológica porque, em algum momento, os sistemas naturais que sustentam a vida podem ser tão severamente impactados que a entrega de serviços importantes como ar limpo, água potável e alimentos pode ser comprometida.

O problema, é claro, é que não se prevê as consequências desse cooptação nos ecossistemas globais. No entanto, é provável que o desvio de recursos terrestres e aquáticos para uso humano contribua para a extinção generalizada de espécies e populações geneticamente distintas e o surgimento genético de muitos outros.

Os humanos também estão se apropriando de enormes quantidades de fluxo natural de água no planeta para seus usos, muito relacionado à economia.

Não resta assim, outra saída senão a transformação cultural, operacional e social das organizações, olhando para a sustentabilidade como única possibilidade de sobrevivência no cenário futuro.

Para Morin (2006, p. 87) “Como organismo vivo, a empresa se auto-organiza e faz a sua autoprodução. Ao mesmo tempo, ela faz a auto-eco-organização e a auto-eco-produção”.

## **Padrões de Consumo**

Uma vez visualizadas as necessidades e transformações das organizações enquanto sua natureza operacional e reflexos financeiros, é preciso se atentar também a transformação dos padrões de consumo social e empresarial. Entender que toda essa rede é volátil, nos permite compreender que tanto a pessoa física quanto jurídica, hoje possuem aspectos de consumo muito diferente do que de há alguns anos, graças a uma demanda social e econômica. A percepção é alterada e expandida com fatores que não eram levados em conta até então, sendo facilmente percebidos pelo consumidor de maneira geral.

Essa mudança de percepção individual mais uma vez é correlacionada ao pensamento complexo ao percebermos que a individualidade humana é refletida na necessidade de mudança no pensamento até então apregoadado, o capitalista, questões que envolvem o conceito de desenvolvimento sustentável buscam minimizar as consequências inerentes à prática indiscriminada de exploração, com o intuito constante de se alcançar uma “melhor” qualidade de vida para a população mundial, que pode ser efetivada modificando-se os padrões de consumo e os estilos de vida praticados (SILVA; CORRÊA; AGUIAR, 2010 apud SILVA; GÓMES, 2010).

A partir de o momento em que toda sociedade, corporativa ou não, passa a levar em consideração que possui responsabilidade significativa para o desenvolvimento sustentável do

ambiente em que estás inserida, passa-se então a existir chance de combate ao colapso social e ecológico. Para Furriela (2001), a compreensão dessa nova forma de se relacionar vai depender da “da conscientização dos indivíduos da importância de se tornarem consumidores responsáveis”.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As mudanças climáticas e os riscos relacionados a ela chamam a atenção dos investidores que agora incluem os impactos ambientais e sociais em seus cálculos de risco. Essa mudança de mentalidade está transformando os mercados financeiros que buscam soluções de crédito e investimento que tenham a sustentabilidade como um dos pilares estratégicos.

Impossível falarmos hoje em investimentos, empréstimos, juros, seguros, e muitos outros temas de mercado financeiro sem calcularmos as métricas de risco inerentes que o meio ambiente pode trazer no desenvolvimento de uma atividade empresarial, como por exemplo, a queda brusca de temperaturas em determinados locais, que pode afetar a produção dependendo do tamanho dessa empresa. Há alguns anos soava como algo antagônico, mas atualmente, do ponto de vista do investidor, alocar capital desconsiderando tais questões é absolutamente ineficiente e perigoso. Esse é um assunto fundamental para cada setor da economia e faz parte do ecossistema.

O meio ambiente é o fator mais preocupante quando na prática discutimos hoje sobre o direcionamento do processo de produção, gerenciando responsabilmente os recursos, e não se pensando exclusivamente na geração de riqueza e nos níveis de consumo, nesse padrão o pensamento complexo nos leva a abrir a mente para um assunto de extrema importância para a sociedade.

Preocupados com os processos produtivos e com a busca por soluções para substituir insumos, as empresas têm a capacidade de influenciar o comportamento do consumidor e isso inclui aqui não apenas o cliente final, mas também o consumidor corporativo de bens e serviços e os responsáveis pelas compras públicas.

Podemos dizer que a principal causa de todos os problemas sociais e ambientais que estamos presenciando ao longo dos anos são os padrões insustentáveis dos processos de produção e consumo indiscriminado, mas, além disso, a revolução do cenário econômico mundial e a busca do equilíbrio entre poder produtivo e se preocupar com os impactos no meio ambiente dependem de inúmeros fatores.

A pergunta quem é o responsável por criar novos padrões de consumo: o governo, as empresas ou os consumidores?

Avaliando a condução dessas mudanças, percebe-se que as empresas já trabalham para oferecer aos consumidores produtos sustentáveis, cabe ainda que a mudança se enquadre principalmente na cabeça da sociedade em geral, pois ao governo caberá impor regras para que o consumo se torne mais sustentável e apareçam alternativas aos produtos tradicionais.

No entanto, o consumo gera resíduos e sua administração ainda é tema de debates sobre a eficiência das políticas públicas. De um lado, a indústria geradora; do outro, o cliente/consumidor.

Como principal utilizadora dos recursos naturais, a indústria hoje em dia procura oferecer diversas soluções para tentar reintegrar seus resíduos ao processo produtivo. Se tudo der certo, essa experiência poderá possibilitar o aprimoramento das leis vigentes concernentes ao meio ambiente e que ainda é muito frágil e que é fundamental para o comprometimento do poder público, das empresas e da sociedade como um todo.

O surgimento de novas informações com relação as mudanças climáticas e a paisagem do planeta, provocadas principalmente pela poluição e também por outras formas de agressão ao meio ambiente, exige soluções rápidas do poder público, empresas e da sociedade civil.

O objetivo é e será sempre a busca por novas oportunidades atuantes na área de proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento de projetos próprios ou em parceria com as instituições privadas e organizações não governamentais.

#### **5 REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Fernando. Experiências Empresariais em Sustentabilidade - Avanços, Dificuldades e Motivações de Gestores e Empresas. São Paulo. 2009. Editora Elsevier.

TERCEK, Mark R. and Jonathan Adams. Capital Natural. Como as Empresas e a Sociedade Podem Prosperar ao Investir no Meio Ambiente. USA. 2014. Editora Alaúde.



KOVEL, Joel. The Enemy of Nature. The end of capitalismo or the end of the world? USA. 2007. Editora Zed Books.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – A PORTO SEGURO. Disponível em: <http://www.portoseguro.com.br/a-porto-seguro/responsabilidade-socioambiental>. Acesso em: 25 Jun 2017.

SOUZA FILHO, Francisco de Assis et al. Recursos Naturais, manejo e ecossistemas. In: Assad, E.D., Magalhães, A.R. (eds.). Impactos, vulnerabilidades e adaptação às mudanças climáticas. Contribuição do Grupo de Trabalho 2 do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas ao primeiro Relatório da Avaliação Nacional sobre mudanças Climáticas. Rio de Janeiro: Coppe. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

CABRAL JR, Wilson. Adaptação às Mudanças do Clima: Medidas de Adaptação Infraestrutura Urbana. São José dos Campos: ITA, 2015.

ENLAZADOR, Thomas. Almanaque de Práticas Sustentáveis. 3ª edição. Edição independente. Recife/PE. 2010.

BRASIL. DECRETO Nº 7.746, de 05 de junho de 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm) Acesso em: 20 Jun 2017.

FOSTER, John B. A PLANETARY DEFEAT. The Failure of Global Environmental Reform. New York. USA. 2008. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2003/01/01/a-planetary-defeat-the-failure-of-global-environmental-reform/> Acesso em: 28 Mai 2017.

MCKENZIE-MOHR, Doug and William Smith. Fostering Sustainable Behavior: An Introduction to Community-Based Social Marketing. Gabriola Island, BC: New Society Publishers. 1999.

KEMPTON, Willett, James S. Boster, and Jennifer A. Hartley. Environmental Values in American Culture. Cambridge, MA: MIT Press. 1995.

ALBA, Jaime Garcia (UN Global Compact) and others. PRIVATE SECTOR INVESTMENT AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT. United Nations Global Compact. USA. 2015.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FURRIELA, Rachel B. Educação para o Consumo Sustentável. Ciclos de palestras sobre o meio ambiente. 2001. Arquivo capturado da internet. Acesso em: mar. 2010.

MORAES, Maria Cândida. Pressupostos teóricos do sentirpensar. In: MORAES, Maria Cândida; TORRE, Saturnino de la. SentirPensar: fundamentos e estratégias para reencantar a educação. Petrópolis: Vozes, 2004b.

## **Contribuições para políticas florestais na bacia hidrográfica do Sapucaí-Mirim/Grande a partir do SICAR e do SIGRH: um foco no município de Franca**

Célio Bertelli<sup>i</sup>, Manuel Cesário<sup>ii</sup>, Luiz César Ribas<sup>iii</sup>, Guilherme Pessoni de Freitas<sup>iv</sup>

**Resumo:** A Lei n. 12.651/2012 trouxe novos parâmetros para a formulação de políticas florestais. No estado de São Paulo e especificamente no município de Franca, isto também é realidade. O trabalho, partindo da premissa da análise sistêmica dos recursos naturais, em especial, florestais e hídricos, buscou, via SiCAR e SiGRH, identificar elementos para a formulação de políticas florestais em Franca e no território de sua bacia hidrográfica. O trabalho apoiou-se em pesquisa exploratória com abordagem dedutiva. Partiu-se de uma análise geral do SICAR, do SIGRH e de fontes de pesquisa para a análise específica dos municípios da bacia hidrográfica Sapucaí-Mirim/Grande, principalmente Franca. Políticas florestais em Franca e na unidade territorial da UGRHI 08 devem considerar, de forma integrada e para os seus municípios, variáveis tais como áreas de recarga de aquíferos, porcentagem de vegetação natural, módulos fiscais dos imóveis rurais e prioridades para restauração da vegetação nativa.

**Palavras-chave:** Recursos hídricos, recursos florestais, proteção ambiental, produção florestal, políticas públicas, estado de São Paulo

### **Forest policies in Sapucaí-Mirim/Grande watershed using SiCAR and SiGRH data: a municipality of Franca approach**

**Abstract:** Several concepts and parameters are been implemented after the edition of current Brazilian forest code (Law n. 12.651 of 2012) which can used for new forestry policy implementation in this country. These forestry perspective is already a reality in São Paulo State and, within a special view, in the municipality of Franca case. This paper, based on Rural Environmental Register System and Water Resources Managemet Integrated System, identified guidelines for the formulation of forestry policy in the municipality of Franca but also for all territory of its watershed. For this purpose, this work was supported by exploratory research with dedutive approach. Forest policy formulation in the municipality of Franca case and in its watershed territory must take into consideration, on a sustainability approach, elements such as aquifer recharge área, natural vegetation percent, number of fiscal unit in the rural properties and, in a particular way, local native vegetation needs.

**Key words:** Water resouces, forest resources, environmental protection, forest production, public policies, São Paulo State.

## **INTRODUÇÃO**

O novo Código Florestal, conforme a Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, trouxe em seu bojo diversos conceitos e parâmetros inovadores<sup>v</sup> via de regra associados à proteção da vegetação, das áreas de Preservação Permanente e das áreas de Reserva Legal, bem como à exploração florestal, ao suprimento de matéria-prima florestal, ao controle da origem dos produtos florestais e ao controle e prevenção dos incêndios florestais, além de prever (ou rever) novos instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos<sup>vi</sup> (BRASIL, 2012,b).

Neste sentido, a nova lei florestal federal traz também novos mecanismos para a dinâmica ambiental na tentativa de manter a floresta de pé<sup>vii</sup> e conter o desmatamento em diversas regiões do território brasileiro (SOUZA, 2013).

Mariga et Ruscheinsky (2017) entendem, ademais, que tratam de providências que devem ser tomadas pelo Estado, a despeito da situação de parcialidade em que muitas delas estejam (umas implantadas e outras não), da falta de profissionais e de estrutura para as instituições que assistem aos proprietários rurais. A este respeito concordam também Machado et Saleme (2017).

Dentre essas novas medidas, está o CAR (Cadastro Ambiental Rural), no qual o Código Florestal o determinam o âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente –SINIMA, conforme se depreende de autores tais como Mariga et Ruscheinsky (2017) e Machado et Saleme (2017).

O CAR trata-se de um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento<sup>viii</sup> (BRASIL, 2012, b).

Assim, do que se depreende de Brasil (2012,b) e Brasil (2014), por intermédio da inscrição das propriedades rurais no CAR, além de possibilitar um planejamento ambiental e econômico da propriedade, ele proporciona inúmeros mecanismos que beneficiarão o proprietário do imóvel rural, como por exemplo, o acesso ao Programa de Apoio e Incentivo à Conservação do Meio Ambiente e aos Programas de Regularização Ambiental (PRA), que serve de apoio fundamental ao cadastro ambiental rural.

Isto porque, na sequência, o Decreto n. 7.830/12, em especial, no âmbito da regulamentação do CAR e do PRA, criou o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), o qual se trata de um sistema eletrônico de âmbito nacional destinado ao gerenciamento de informações ambientais dos imóveis rurais<sup>ix</sup> (BRASIL, 2012 a; BRASIL, 2014; MARIGA et RUSCHEINSKY, 2017; MACHADO et SALEME, 2017).

Ademais, dentre os principais objetivos do SICAR poder-se-iam citar: i) monitorar a manutenção, a recomposição, a regeneração, a compensação e a supressão da vegetação nativa e da cobertura vegetal nas áreas de Preservação Permanente, de Uso Restrito, e de Reserva Legal, no interior dos imóveis rurais; ii) promover o planejamento ambiental e econômico do uso do solo e conservação ambiental no território nacional; e iii) disponibilizar informações de natureza pública sobre a regularização ambiental dos imóveis rurais em território nacional, na Internet<sup>x</sup>. Além disso, as informações adquiridas e disponibilizadas no SICAR serão de extrema importância na formulação de ferramentas e ações para o monitoramento e gestão das micro, meso e macro bacias hidrográficas.

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por fim, é o ente público federal que, segundo Mariga et Ruscheinsky (2017), responde pela implantação de diversos dos elementos inovadores previstos na nova lei florestal como, por exemplo e justamente, o SiCAR).

As bacias hidrográficas, por sua vez, constituem unidades naturais para a análise de ecossistemas. Elas apresentam características próprias, as quais permitem utilizá-las para testar os efeitos do uso da terra nos ecossistemas. O planejamento do uso da terra deve se basear no conhecimento científico dos recursos existentes na bacia hidrográfica e suas inter-relações (CASTRO, 1980).

Por outro lado, conforme se observa em SIGRH (2017, a), “o Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SIGRH)<sup>xi</sup> é baseado nos princípios de participação, descentralização e integração na gestão sustentável dos recursos Hídricos do Estado de São Paulo, de acordo com a Lei de Águas Paulista, a Lei 7.663/1991”.

Não somente o SIGRH, como também, a Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH), estão disciplinados na referida lei estadual, a qual, inclusive, tal como as florestas, trata a água<sup>xii</sup> como “recurso natural”<sup>xiii</sup> (ALESP, 2017).

As Agências de Água integram o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. As Agências de Água têm, com respeito particularmente às interfaces com estratégias a serem construídas a partir do SICAR, dentre outras, as seguintes competências: i) promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em sua área de atuação; ii) elaborar o Plano de Recursos Hídricos para apreciação do respectivo Comitê de Bacia

Hidrográfica, e; iii) propor, dentre outros aspectos, ao respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica, o plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos (SIGRH, 2017, a)

O SICAR e o SIGRH passam a se configurar, portanto, diretrizes relevantes e prioritárias para o estabelecimento de políticas públicas visando a preservação e a conservação dos recursos naturais (em especial, água e florestas) para os municípios do estado de São Paulo e, em particular, para o município de Franca.

A partir desta problemática, é possível inferir-se que é possível, relativamente ao SICAR e ao SIGRH, identificarem-se elementos norteadores para a elaboração de novas políticas públicas relacionadas à proteção e produção florestal do território paulista, tomando-se como referência o município de Franca e sua respectiva bacia hidrográfica.

O objetivo do trabalho é fazer a análise dos municípios que compõe a Bacia Hidrográfica do Sapucaí-Mirim/Grande, disponibilizados no Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, relacionando dados referentes ao SICAR e ainda associar os resultados com o Índice de Cobertura Vegetal Nativa e Classe de Prioridade para Restauração da Vegetação Nativa, disposto pela Resolução SMA nº 7, de 18 de janeiro de 2017.

As “Áreas Prioritárias para restauração da vegetação nativa” foram elaboradas com base na localização de mananciais de água para abastecimento público, na relação entre a demanda e a disponibilidade hídrica conforme a sua bacia hidrográfica, levando em consideração a vulnerabilidade do aquífero que o município se encontra, nas áreas prioritárias para o Programa Nascentes, no Inventário Florestal da Vegetação Nativa do Estado de São Paulo e nas categorias de importância para a manutenção e para a restauração da conectividade biológica definidas pelo projeto BIOTA/FAPESP (SÃO PAULO 2017).

A partir desse levantamento e diagnóstico geral dos municípios que estão inseridos na Bacia Hidrográfica do Sapucaí-Mirim/Grande, tomaremos como base de estudo principal o município de Franca e as possibilidades de formulação de políticas florestais.

A metodologia se baseou em análises de bibliografias, pesquisa exploratória e verificação de resoluções e leis governamentais correlatas ao tema, além de busca de informações no SICAR-SP e trabalho de autores especializados.

A abordagem metodológica do seguinte trabalho será a dedutiva, partindo-se de uma análise geral dos dados disponibilizados pelo SICAR-SP, pelo SIGRH e principais fontes de pesquisa (abordagem ampla), para o estudo focalizado dos municípios que pertencem à bacia hidrográfica Sapucaí-Mirim/Grande, principalmente às informações destacadas que se referem ao município de Franca (abordagem específica).

## REVISÃO TEÓRICA

### SICAR versus SIGRH: foco na UGRHI 08 – Sapucaí-Mirim/Grande

Entende-se, dentro do escopo da interação entre dois dos principais instrumentos de gestão e políticas públicas (florestais) vigentes no estado de São Paulo, e em consonância com o até aqui disposto, que um dos principais elos de ligação entre a gestão dos recursos hídricos (via SIGRH / Agências de Bacias) e a gestão dos recursos florestais (via SICAR / PRA – Programa de Regularização Ambiental), deve ocorrer por intermédio da figura da “Bacia Hidrográfica”, até porque a bacia hidrográfica é a principal referência de planejamento e gerenciamento ambiental<sup>xiv</sup>, sobretudo dentro da ótica das “identidades regionais” no estado de São Paulo [SIGRH (2017, a) e BRASIL, 1997)].

A questão da bacia hidrográfica, por outro lado, também é reiteradamente mencionada para fins da proteção, enquanto tipologia de recurso natural, das florestas como preconizado na nova lei florestal, conforme se verifica em BRASIL (2012, a) e BRASIL (2012, b)<sup>xv</sup>.

Em derradeiro, a vinculação, em termos de gestão ambiental, entre recursos hídricos e recursos florestais, também se encontra explícita a partir do que se depreende do disposto nos incisos I a VII, do art. 4º, da Lei n. 7.663/91, bem como implicitamente, a partir do que se depreende do disposto nos incisos III e VI, do artigo 2º, da Lei n. 9.433/97. [ALESP (2017) e BRASIL (1997)].

A partir disto, e tendo como foco principal o município de Franca, estabelece-se o interesse mais específico, por conta do “pertencimento” do referido município à respectiva bacia hidrográfica e ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Sapuçi-Mirim/Grande – CBH-SMG ou, mais precisamente, UGRHI-08.

Considerando inclusive Franca, a bacia hidrográfica CBH-SMG, apresenta uma área de drenagem que envolve os principais rios: Rio Sapucaí-Mirim, Rio Canoas, Rio do Carmo, Rio Grande e Ribeirão dos Bagres. O CBH-SMG (2017), igualmente para efeitos de SICAR e políticas florestais regionais, também traz uma relação de 23 municípios da UGRHI-08 (Altinópolis, Aramina, Batatais, Buritizal, Cristais Paulista, Franca, Guaiá, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Nuporanga, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, Santo Antonio da Alegria, São Joaquim da Barra, São José da Bela Vista).

Dos 23 municípios citados em testilha, 02 possuem parte de suas áreas em UGRHs adjacentes, sendo que Orlandia possui sua sede na UGRHI 12 – Baixo Pardo Grande e Altinópolis na UGRHI 04 – Pardo Grande.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **SICAR versus SIGRH: foco no município de Franca**

A partir dos dados coletados podemos inferir sobre os seguintes aspectos: i) número de imóveis rurais inscritos com até 4 módulos fiscais com sua porcentagem de cobertura vegetal nativa nos municípios e respectivamente sua classe de prioridade (quadro 1); ii) número de imóveis rurais inscritos com mais de 4 módulos fiscais com sua porcentagem de cobertura vegetal nativa nos municípios e respectivamente sua classe de prioridade (quadro 2), e; iii) Estimativa de área de afloramento do Aquífero Guarani em relação à área total de municípios da UGRHI 08 (em %) (quadro 5).

Assim, com base nas informações dispostas no SICAR-SP, por seu turno, é possível verificar a quantidade de imóveis rurais inscritos, com até 4 módulos fiscais e maiores que 4 módulos fiscais, no CAR no estado de São Paulo.

Além disso, de acordo com a resolução SMA n. 07, de 18 de janeiro de 2017, é possível certificar-se sobre o cenário ambiental dos municípios a partir de dados atuais referentes à cobertura de vegetação natural e sua ordem de prioridade para restauração da vegetação nativa no local. Com base nisto, no que se refere aos municípios que integra a BH-SMG ter-se-ia a seguinte situação ambiental:

**Quadro 1.** Número de imóveis rurais inscritos com até 4 módulos fiscais com sua porcentagem de cobertura vegetal nativa nos municípios e respectivamente sua classe de prioridade.

Município	Imóveis inscritos com até 4 módulos fiscais de área	Percentual de Cobertura Vegetal Nativa (%)	Classe de Prioridade
BATATAIS	792	9,7	MÉDIA
FRANCA	770	12,9	ALTA
GUAÍRA	678	3,8	MÉDIA
SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA	667	17,9	MÉDIA
ITUVERAVA	581	6,5	MÉDIA
PATROCÍNIO PAULISTA	556	6,2	ALTA
PEDREGULHO	538	18,6	MUITO ALTA
MIGUELÓPOLIS	464	2,7	MÉDIA
IGARAPAVA	463	10,3	MUITO ALTA
CRISTAIS PAULISTA	420	14,2	ALTA
NUPORANGA	397	7,2	MÉDIA
GUARÁ	323	4,5	MÉDIA
BURITIZAL	308	15,3	ALTA
RIBEIRÃO CORRENTE	303	10,6	MÉDIA
SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	286	12,2	MÉDIA
ITIRAPUÃ	247	14,9	MUITO ALTA
IPUÃ	246	4,9	MÉDIA
ARAMINA	219	3,6	ALTA
SÃO JOAQUIM DA BARRA	197	4,9	MÉDIA
JERQUARA	144	9,7	MÉDIA
RIFAINA	105	19,7	MUITO ALTA
RESTINGA	61	14,9	MÉDIA

Fonte: SFB (2017); São Paulo (2017); Toledo (2017).

Conforme se depreende do quadro 1, considerando a relação dos cinco primeiros municípios da BH-SMG (inclusive Franca) em termos de quantidade de imóveis inscritos no SICAR com até 4 módulos fiscais de área, foi constatada uma média de 698 propriedades rurais, bem como uma média de 10,16% de cobertura natural por município. No entanto, ao considerar a relação dos cinco últimos municípios, foi verificada uma média de 145 propriedades rurais, tal como uma média de 10,56% de cobertura natural por município.

É interessante observar que a média do percentual de cobertura de vegetação nativa não muda com relação aos municípios do topo e do final da tabela, apresentando 10% e que a classificação de prioridade também permanece a mesma, exceto o município de Rifaina com prioridade muito alta (município inserido 100% do seu território na área de afloramento do aquífero Guarani), mesmo com o seu percentual de 19,7%,

Ao se analisar os 5 primeiros municípios com imóveis rurais com mais de 4 módulos (quadro 2), é verificado uma média de 5,78% de cobertura vegetal nativa, não refletindo na classe de prioridade para restauração dessas áreas como de “média” ou “alta” prioridade. Assim também, ao averiguar os 5 últimos municípios nota-se que a porcentagem de vegetação nativa é relativamente maior que os cinco primeiros, sendo que os municípios de Itirapuã e Rifaína apresentando “muito alta” prioridade quando a restauração florestal.

**Quadro 2.** Número de imóveis rurais inscritos com mais de 4 módulos fiscais com sua porcentagem de cobertura vegetal nativa nos municípios e respectivamente sua classe de prioridade.

Município	Imóveis inscritos com mais de 4 módulos fiscais de área	Percentual de Cobertura Vegetal Nativa (%)	Classe de Prioridade
GUAÍRA	293	3,8	MÉDIA
PATROCÍNIO PAULISTA	246	6,2	ALTA
BATATAIS	224	9,7	MÉDIA
ITUVERAVA	221	6,5	MÉDIA
MIGUELÓPOLIS	184	2,7	MÉDIA
PEDREGULHO	174	18,6	MUITO ALTA
FRANCA	136	12,9	ALTA
CRISTAIS PAULISTA	128	14,2	ALTA
IPUÃ	126	4,9	MÉDIA
SÃO JOAQUIM DA BARRA	117	4,9	MÉDIA
NUPORANGA	101	7,2	MÉDIA
IGARAPAVA	97	10,3	MUITO ALTA
GUARÁ	96	4,5	MÉDIA
RESTINGA	90	14,9	MÉDIA
SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	90	12,2	MÉDIA
BURITIZAL	72	15,3	ALTA
SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA	59	17,9	MÉDIA
JERIQUARA	58	9,7	MÉDIA
RIBEIRÃO CORRENTE	55	10,6	MÉDIA
ITIRAPUÃ	54	14,9	MUITO ALTA
ARAMINA	33	3,6	ALTA
RIFAÍNA	33	19,7	MUITO ALTA

Fonte: SFB (2017); São Paulo (2017)

**Quadro 3.** Médias das propriedades menores que quatro módulos fiscais com relação às cinco primeiras e cinco últimas propriedades.

MÉDIA DAS PROPRIEDADES MENORES QUE 4 MÓDULOS	MÉDIA DOS 5 PRIMEIROS	MÉDIA DOS 5 ÚLTIMOS	MÉDIA GERAL
PROPRIEDADES	698	145	398
%	10,16	10,56	10,24

**Quadro 4.** Médias das propriedades maiores que quatro módulos fiscais com relação às cinco primeiras e cinco últimas propriedades.

MÉDIA DAS PROPRIEDADES MAIORES QUE 4 MÓDULOS	MÉDIA 5 PRIMEIROS	MÉDIA 5 ÚLTIMOS	MÉDIA GERAL
PROPRIEDADES	234	47	122
%	5,78	11,70	10,24

Examinando o quadro 2, que relaciona os municípios da BH-SMG e o número de imóveis inscritos com mais de 4 módulos fiscais de área, Franca aparece em sétimo em termos de maior quantidade de imóveis inscritos, como também aparece junto às outras cidades uma prioridade “alta” a “muita alta” para a recuperação da vegetação.

Isto sugere, preliminarmente, que sua cobertura de vegetação nativa relativamente baixa comparada ao tamanho de seu município está, de uma certa forma, associada tanto às pequenas propriedades rurais quanto às médias e grandes propriedades rurais (lembrando que se trata de um município com forte presença do setor da produção cafeeira e gado extensivo).

Segundo os dados atualizados em agosto de 2018 e disponibilizados pelo SFB (2018), a soma das áreas das propriedades menores que 04 módulos fiscais no município de Franca é de 13.555,04316 hectares, e a soma das maiores de que 04 módulos fiscais é de 31.266,00589 hectares. Isto representa, em porcentagem com relação à área total do município, valores de 22% menor e igual a 04 módulos e 51% das propriedades maior que 04 módulos (26% de malha urbana do município) e da área total cadastrada 30% e 70%, respectivamente. Necessariamente, o município é caracterizado pelas grandes propriedades rurais.

É de extrema importância lembrar que o município de Franca, assim como outros presentes na BH-SMG, tem relação direta com o Aquífero Guarani por abranger uma grande área de recarga para esse reservatório subterrâneo de água (quadro 3).

Observa-se, em suma que as informações extraídas das figuras 1 e 2, bem como dos quadros 1, 2 e 3, tais como, áreas de recarga de aquíferos, porcentagem de vegetação natural, número de módulos fiscais dos imóveis rurais e, em especial, classe de prioridade para fins da restauração da vegetação nativa local<sup>xvi</sup>, propiciam indicadores sustentáveis e norteadores para



a formulação de políticas públicas de proteção ambiental e produção florestal na unidade territorial a que se refere a UGRHI 08.

Contudo, discussões posteriores devem ser conduzidas para, a partir dos necessários e imprescindíveis recursos, o “design” das políticas florestais regionais possam vir a ser refinadas.

### **Disponibilidade de água subterrânea no UGRHI 08**

A ocorrência das águas subterrâneas na Bacia é condicionada pela presença das seguintes unidades aquíferas: Aquífero Cenozóico, Sistema Aquífero Bauru, Aquífero Serra Geral, Aquífero Guarani. (porções livre e confinada), Aquífero Tubarão e Aquífero Cristalino. A área aflorante do Aquífero Serra Geral corresponde a 55% de toda a área da UGRHI, os 45% restantes correspondem à área de afloramento dos outros aquíferos, sendo que parte do Aquífero Guarani e o Aquífero Tubarão ocorre em sub-superfície (CBH-SMG 2010).

O quadro 03 aborda a porcentagem de afloramento do Aquífero Guarani e seus respectivos índices de prioridade. Dessa forma, observa-se o grau de importância que esses municípios apresentam em relação à manutenção e gestão dessas áreas localizadas próximos aos afloramentos do aquífero, principalmente por se tratar de áreas onde as erosões e contaminações trazem perigo à saúde do reservatório, como no caso do uso incorreto de agroquímicos e falta de saneamento básico nas regiões próximas.

Segundo o CBH – SMG (2010) do total de registros obtidos no banco de dados do DAEE por meio de consulta em julho de 2008, foram considerados 836 registros de demandas consuntivas que envolvem as captações para os seguintes usos de água superficial e subterrânea: industrial, irrigação e outros usos rurais, mineração, abastecimento de água, saneamento urbano e uso comercial.

A utilização de águas subterrâneas é a fonte exclusiva de 11 municípios da UGRHI (Aramina, Buritizal, Guará, Igarapava, Itirapuã, Jariquera, Miguelópolis, Nuporanga, Ribeirão Corrente, Rifaina e Santo Antônio da Alegria), sendo que outros municípios utilizam parcela expressiva desse recurso para abastecimento público. Apenas 3 municípios não utilizam nenhuma contribuição de águas subterrâneas, porém, um deles corresponde a Franca, que abriga, sozinha, praticamente a metade da população da Bacia.

### **CONCLUSÕES**

Em decorrência do disposto neste trabalho conclui-se que o município de Franca tem uma acentuada relevância em termos de participação na formulação de políticas florestais relacionadas à bacia hidrográfica dos rios Sapucaí-Mirim e Grande.

Para efeitos da consideração do município de Franca em eventuais e futuras políticas florestais que decorram do SICAR (Programa de Recuperação Ambiental, conforme previsto na nova Lei Florestal), haja vista a porcentagem de vegetação nativa existentes no município e a quantidade de imóveis inscritos, tanto como pequenas propriedades rurais, como médias e grandes propriedades rurais devem ser contempladas.

Ademais, a importância que Franca, em relação a sua localização na área de afloramento e recarga do aquífero Guarani, enfatiza, ainda mais, a necessidade de formulação de políticas públicas e florestais que possam ir de encontro aos interesses da população geral e o desenvolvimento socioambiental do município.

**Quadro 4.** Estimativa de área de afloramento do Aquífero Guarani em relação à área total de municípios da UGRHI 08 (em %).

MUNICÍPIO	% DO MUNICÍPIO NA ÁREA DE AFLORAMENTO DO SAG	Classe de Prioridade	Percentual de Cobertura Vegetal Nativa (%)
ARAMINA	14	ALTA	3,6
BATATAIS	19	MÉDIA	9,7
BURITIZAL	60	ALTA	15,3
CRISTAIS PAULISTA	60	ALTA	14,2
FRANCA	57	ALTA	12,9
GUAÍRA	-	MÉDIA	3,8
GUARÁ	-	MÉDIA	4,5
IGARAPAVA	63	MUITO ALTA	10,3
IPUÃ	-	MÉDIA	4,9
ITIRAPUÃ	100	MUITO ALTA	14,9
ITUVERAVA*	1	MÉDIA	6,5
JERQUARA	-	MÉDIA	9,7
MIGUELÓPOLIS	-	MÉDIA	2,7
NUPORANGA	-	MÉDIA	7,2
PATROCÍNIO PAULISTA	100	ALTA	6,2
PEDREGULHO	73	MUITO ALTA	18,6
RESTINGA	-	MÉDIA	14,9
RIBEIRÃO CORRENTE	-	MÉDIA	10,6
RIFAINA	100	MUITO ALTA	19,7
SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA	-	MÉDIA	17,9
SÃO JOAQUIM DA BARRA	-	MÉDIA	4,9
SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	-	MÉDIA	12,2

Fonte: SFB (2017); IPT (2011)

Em função disto, a construção de políticas florestais na unidade territorial a que se refere a UGRHI 08, deve considerar, de forma integrada e relativamente ao seu conjunto de municípios, variáveis tais como áreas de recarga de aquíferos, porcentagem de vegetação natural, número de módulos fiscais dos imóveis rurais e, em especial, classe de prioridade para fins da restauração da vegetação nativa local.

Para tanto, e numa etapa seguinte, o design de políticas públicas deve levar em consideração um prisma de sustentabilidade ambiental (recursos naturais), social (população dos municípios e composição/proporção de pequenas, médias e grandes propriedades rurais) e econômica (agricultura familiar, reflorestamento, unidades de conservação, grandes culturas agrícolas, pecuária, produtos hortifrutigranjeiros, etc.). Esta proposta de formulação de políticas públicas deve, ainda, considerar discussões centradas em cadeias produtivas selecionadas (prévia, democrática e prioritariamente). Entende-se que, somente assim, os recursos financeiros, humanos e técnicos disponíveis, as estratégias de programas de

recuperação ambiental a serem formuladas a partir da nova lei florestal, as estratégias de gestão de recursos hídricos a serem construídas para os municípios locais, podem então ser planejadas.

## REFERÊNCIAS

ALESP. **Lei n. 7.663, de 30 de dezembro de 1991**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 1991. Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1991/alteracao-lei-7663-30.12.1991.html>>. Acesso: 20 set 2018.

BRASIL. **Decreto n. 7.830, de 17 de outubro de 2012**. Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências. 2012. Disponível

em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7830.htm)>. Acesso: 15 set 2018.

BRASIL. **Decreto n. 8.235, de 05 de maio de 2014**. Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, institui o Programa Mais Ambiente Brasil, e dá outras providências. 2014. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8235.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8235.htm)>. Acesso: 15 set 2018.

BRASIL. **Lei n. 9.433, de 08 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. 1997. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9433.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm)>. Acesso: 17 set 2018.

BRASIL. **Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. 2012. Disponível em:<

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm)>. Acesso: 17 set 2018

CASTRO, P.S.E. **Influência da cobertura florestal na qualidade da água em duas bacias hidrográficas na região de Viçosa, MG**. Piracicaba-SP, 1980. 107f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

CBH-SMG. **Plano de bacia da unidade de gerenciamento de recursos hídricos do Sapucaí /Grande (UGRHI 08) - revisão para atendimento da deliberação CRH 62**. Disponível em:< [http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/7300/smg\\_rbb\\_20-07.pdf](http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/7300/smg_rbb_20-07.pdf)>.

Acesso: 27 set 2018.

MACHADO, Alexandre Ricardo et SALEME, Edson Ricardo. **Cadastro ambiental rural, sustentabilidade e o programa de regularização ambiental**. 2017. Revista de Direito e Sustentabilidade. V.3, n. 2 (2017): julho-dezembro. 109-124. Disponível em:<<http://www.indexlaw.org/index.php/revistards/article/view/2561/pdf>> Acesso: 29 mar 2018.

MARIGA, Jandira Turatto; RUSCHEINSKY, Aloisio. Políticas públicas decorrentes da mudança no Código Florestal. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 18, n. 3, p.83-96, Sept. 2017. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-70122017000300083&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122017000300083&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 29 mar 2108. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v18i3.1441>.

SIGRH. **Agência de Bacia**. 2017. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br/agenciadebacia>>. Acesso: 15 dez 2107.

SIGRH. **Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema (CBH-MP) / Comitê da Bacia Hidrográfica Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT)**. 2017. Disponível em:<<http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhmp/apresentacao>>. Acesso: 15.12.2107.

SIGRH. **Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica**. 2017. Disponível em:<<http://www.sigrh.sp.gov.br/relatoriosituacaodosrecursoshidricos>>. Acesso: 15 dez 2017.

SIGRH. Relatório Técnico Nº 104.269-205 9 (Instituto de Pesquisas Tecnológicas); **Plano de Bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Sorocaba e Médio Tietê (UGRHI 10) – Revisão para Atendimento da Deliberação CRH 62**. Centro de Tecnologias Ambientais e Energéticas- CETAE. 2008. Disponível em: <[http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/7099/smt\\_rpb.pdf](http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/7099/smt_rpb.pdf)>. Acesso: 29 mar 2018.

SÃO PAULO. **Relatório de Inscrição**. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em:<<http://www.ambiente.sp.gov.br/SiCAR/relatorios-de-inscricao/>>. Acesso: 15 dez 2017.

SÃO PAULO. **Resolução SMA Nº7, de 18 de JANEIRO DE 2017**. Dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas e para intervenções em Áreas de Preservação Permanente no Estado de São Paulo. Disponível em:<<http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/legislacao/2017/01/resolucao-sma-007-2017-processo-15.947-2009-criterios-e-parametros-para-compensacao-ambiental-de-areas-objetode-pedido-de-autorizacao-para-supressao.pdf>>. Acesso: 27 de set 2018

SFB. **Cadastro Ambiental Rural**. Serviço Florestal Brasileiro. 2017. Disponível em :<<http://car.gov.br/#/>> Acesso: 29 mar 2018

SOUZA, N. F. **O cadastramento ambiental rural: sua origem e o dever de instituição pelos Estados**. In: XXXIX Congresso Nacional dos Procuradores de Estado, 2013, Porto de

Galinhas. Disponível em< : <http://anape.org.br/site/wp-content/uploads/2014/01/TESE-73-AUTORA-Nat%C3%AAlia-Faria-de-Souza.pdf>>. Acesso: 29 mar 2018

TOLEDO, Karina. Agência FAPESP. **Dados do BIOTA embasam norma para restauração ambiental em São Paulo**. 2017. Disponível em:< [http://agencia.fapesp.br/dados\\_do\\_biota\\_embasam\\_norma\\_para\\_restauracao\\_ambiental\\_em\\_sao\\_paulo/24773/](http://agencia.fapesp.br/dados_do_biota_embasam_norma_para_restauracao_ambiental_em_sao_paulo/24773/)> Acesso: 28 set 2018.

WOLLMANN, Lauro Marino; BASTOS, Lia Caetano. **Proposition and evaluation of native vegetation recovering index (NVRT) of rural property**. Rev. Árvore, Viçosa, v. 40, n. 3, p. 407-414, June 2016. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-67622016000300407&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-67622016000300407&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 29 mar 2018.  
<http://dx.doi.org/10.1590/0100-67622016000300004>.

---

<sup>i</sup> PPGDR Uni-FACEF

<sup>ii</sup> PPGDR Uni-FACEF

<sup>iii</sup> Doutor em Engenharia. Professor Assistente na Universidade Estadual Paulista. Departamento de Economia, Sociologia e Tecnologia. Faculdade de Ciências Agrônômicas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Campus de Botucatu/SP. E-mail: [lcribas@fca.unesp.br](mailto:lcribas@fca.unesp.br).

<sup>iv</sup> Mestrando junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional (PPGDR). Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF). Engenheiro Florestal. E-mail: [guipessoni@gmail.com](mailto:guipessoni@gmail.com).

<sup>v</sup> A questão da inovação, tanto com respeito à nova lei florestal, como também, em termos de diretiva para a formulação de novas políticas florestais pode ser também depreendida de autores tais como Machado et Saleme (2017).

<sup>vi</sup> Art. 1, da Lei n. 12.651/2012.

<sup>vii</sup> Souza (2013).

<sup>viii</sup> Art.29, da Lei n. 12.651/2012.

<sup>ix</sup> Inciso I, do artigo 2º, do Decreto n. 7.830/12.

<sup>x</sup> Incisos III, IV e V, bem como parágrafo 1º, do artigo 3º, do Decreto n. 7.830/12.

<sup>xi</sup> Art. 4º, da Lei n. 7.663/91.

<sup>xii</sup> Assim como, inclusive, as florestas.

<sup>xiii</sup> Art. 2º, da Lei n. 7.663/91.

<sup>xiv</sup> Inciso II, do art. 3º, da Lei n. 7.663/91 (posteriormente recepcionado no inciso V, do artigo 1º, da Lei n. 9.433/97).

<sup>xv</sup> Vide, a este propósito: inciso II, parágrafo 6º, do artigo 4º; alínea “d”, do inciso II, do artigo 41; inciso I do artigo 14; parágrafo 17, do artigo 61-A, bem como, parágrafo 7º, do artigo 66, da Lei n. 12.651/12

<sup>xvi</sup> Diversos autores, tais como Wollmann et Bastos (2016), por exemplo, contribuem para corroborar semelhante entendimento.

**CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA COMPLEXIDADE COM O ARCABOUÇO TEÓRICO DA  
COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO**

*CONTRIBUTION OF COMPLEXITY THEORY TO INFORMATION LITERACY*

Desenvolvimento social e políticas públicas: Educação e desenvolvimento

OTTONICAR, Selma Letícia Capinzaik  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)  
Graduada em Gestão Empresarial  
Mestrado em Ciência da Informação  
Doutoranda em Ciência da Informação  
selmaleticia@hotmail.com

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de  
Universidade Estadual Paulista (UNESP).  
Bacharel em Direito;  
Bacharel e licenciada em Filosofia  
Especialista em Direito Público Internacional com ênfase em Gestão  
Especialista em Direito Público com capacitação para Magistério Superior  
Mestranda em Ciência da Informação  
marianargdemello@bol.com.br

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel.  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)  
Bacharel em Biblioteconomía e Documentación  
Licenciado em Documentación  
Mestrado em Investigación em Documentación  
Doutorado em Documentación  
Professor Doutor no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (UNESP)  
dmartinezavila@marilia.unesp.br

**Resumo**

A Teoria da Complexidade vem demonstrado a importância dos diversos tipos de conhecimento, tanto o científico, o filosófico, o artístico, quanto o do senso comum. O pensamento simplificador clássico com o anseio de controlar a natureza, se mostrou limitador, pois ao desmembrar um conhecimento, o desassociando de outros saberes, acaba afastando tudo aquilo que serve como ponto de intersecção entre um pensamento mais restrito e um mais geral, ou seja, complexo. Essa ideia contribui para que não apenas as organizações formais, mas qualquer tipo de agrupamento social possa ser estudado através de uma visão menos reducionista. O compartilhamento de informação que ocorre entre indivíduos possibilita a construção do conhecimento. A competência em informação envolve os processos, habilidades e experiências das pessoas para aprenderem no decurso do tempo. Baseado em tais reflexões, o problema de pesquisa é de que maneira a Teoria da Complexidade pode contribuir com a competência em informação? Objetiva-se, então, discutir como as perspectivas complexas contribuem com o arcabouço teórico e prático da competência em informação. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Os resultados e discussões demonstram que a valorização de outras formas de saberes, que não apenas os científicos, contribuem para o avanço dos conceitos sobre competência em informação, inclusive influenciando na prática. Pesquisas em outros continentes têm agregado novas perspectivas acerca da temática. Conclui-se que novos grupos sociais têm pesquisado a competência em informação a fim de compreender como os indivíduos vivenciam a prática informacional e a transformam em conhecimento ao longo de suas vidas.

**Palavras-chave:** Competência em informação, Filosofia da Ciência, Complexidade.

## Abstract

The theory of complexity have demonstrated the importance of different types of knowledge. These knowledge can be scientific, philosophical, artistic and common sense. The simplistic classical thought have been considered as limited, since it separated knowledge. Because of that, knowledge was not connected so it ends up deviating from the intersection between more restricted and more general thinking. That idea contributes to the study of formal and informal organization, since social groups can be studied based on a less reductionist view. Information sharing between individuals contribute to knowledge development. Information literacy involves the processes, skills and experiences for lifelong learning. The research problem is how can Complexity Theory contribute to information literacy? The objective is to discuss how complex perspectives contribute to the theoretical and practical framework of information literacy. The methodology was based on a bibliographical research. The results and discussions show that the value of other forms of knowledge contributes to the conceptual development of information literacy. Some scientific research in other continents have demonstrated information literacy in different contexts. In the conclusion, new social groups have researched information literacy in order to understand how individuals experience the informational practice and transform it into knowledge throughout their lives.

**Keywords:** Information literacy, Philosophy of Science, Complexity.

## 1 INTRODUÇÃO

Aliar a temática competência da informação à Teoria da Complexidade demonstra a relevância da integração dos diversos tipos saberes, seja o científico, o filosófico, o artístico ou o senso comum, tanto na formação humana quanto das organizações. Esta ideia colabora para o desenvolvimento das organizações, na medida que o conhecimento amplo, agregado ao fator humano faz o diferencial de uma empresa em relação a outra.

Para tanto, o compartilhamento de informações possibilita a construção do conhecimento e amplia os horizontes, tanto da pessoa física que compartilhou a informação, quanto da pessoa jurídica que será fomentada futuramente com aquele conhecimento (MORIN, 2005). A apropriação do conhecimento é um processo individual, porém que se constrói na relação. Por isso, a integração de saberes é fundamental para o desenvolvimento humano, social e corporativo.

Nesta perspectiva, na contemporaneidade, é inconcebível compreender conhecimento como algo pronto e acabado, uma verdade que não comporta desdobramentos (MORIN, 2005). Através do histórico da Filosofia da Ciência<sup>1</sup>, em uma abordagem crítico-reflexiva que envolve a dimensão social, aliada ao pensamento complexo, pode-se compreender os mecanismos de poder que estão

---

<sup>1</sup> O termo *erkenntnistheorie* (ABBAGNANO, 2000) - traduzido ao vernáculo português como Teoria do Conhecimento- foi criado na Alemanha e a corrente majoritária dos estudiosos da questão entende que é sinônimo de *gnoséologie* - que teve mais aceitação na Itália. Acredita-se que há uma linha tênue que separa a Teoria do Conhecimento e a Filosofia da Ciência, ambas reduzidas à epistemologia pelos anglo-saxões, nos moldes de Ferrier, muito embora o termo já exista desde Platão em uma concepção diferente da atual, muito mais ampla, pois envolvia questões éticas. Apesar de comumente serem utilizadas como sinônimo, entende-se que a Teoria do Conhecimento é mais abrangente, já que envolve questões como a relação entre sujeito e objeto; os limites do conhecimento, trazendo questões clássicas: O que é conhecimento? O que pode-se conhecer? Pode-se conhecer questões metafísicas? Logo, também é um ponto de partida pra algumas questões que envolvem a metafísica e o conhecimento *a priori*. Já a Filosofia da Ciência é pautada nas teorias que envolvem mais o conhecimento científico, buscando analisar métodos, ou seja, se o estudo é baseado na indução ou dedução e os problemas nesses processos. Estuda-se também as escolas filosóficas, tais como, racionalismo, empirismo, criticismo e a relação destas vertentes na construção da Ciência, além dos critérios de verdade que envolvem o cientificismo, mediante o posicionamento de vários filósofos em torno destas questões. Segue-se, portanto, a concepção de Filosofia da Ciência mais no sentido epistemológico, pois apesar de teórica, em si, por se tratar de Filosofia, parte da análise de questões *a posteriori* (Ciência). Contudo, é possível agregar ao estudo também uma dimensão social, enquanto crítica ao cientificismo e os critérios políticos que envolvem a verdade. Neste ponto, adentrar-se-á ao campo da epistemologia social, visto que a Teoria da Complexidade confere esta possibilidade.

vinculados a ideia de um saber se sobrepor ao outro, fazendo com que as pessoas e, conseqüentemente, as organizações pensem do mesmo modo ou ajam segundo as mesmas tendências, muitas vezes, de maneira irrefletida (FOUCAULT, 2012).

A competência em informação envolve os processos, habilidades e experiências das pessoas para aprender ao longo de suas vidas (BELLUZZO, 2007; BRUCE, 1999; ACRL, 2015; OTTONICAR, 2016; DUDZIAK, 2003; BELLUZZO; FERES, 2015; YAFUSHI, 2015). Essa competência tem sido estudada desde o seu aparecimento desde o século XX e várias abordagens tem demonstrado seu potencial multi e interdisciplinar. Essas pesquisas trazem influencia da área da educação voltada ao ensino superior (ACRL, 2015), negócios (LLOYD, 2007; ZUCCARI; BELLUZZO, 2015; YAFUSHI, 2015; SANTOS, 2014; SILVA et. al, 2016; ZHANG; MAJID; FOO, 2010), tecnologia, lazer (DEMASSON; PATRITDGE; BRUCE, 2016) enfim, nos vários contextos que permeiam a sociedade (OTTONICAR; VALENTIM; FERES, 2015).

Baseado em tais reflexões, o problema de pesquisa é de que maneira a Teoria da Complexidade pode contribuir com o arcabouço teórico e prático da competência em informação?

O pensamento complexo tem um sentido amplo, não se limitando ao ramo acadêmico e uma das suas finalidades é ampliar o conceito de conhecimento, a partir da crítica ao paradigma disjuntor-redutor que simplifica a realidade e a redimensiona para apenas um olhar, isto é, uma interpretação. A Teoria da Complexidade almeja agregar e não separar as diversas formas dos saberes, ultrapassando a Ciência e entrando na esfera social. Para tanto, questiona a maneira unilateral de reflexão, o dogmatismo e o pensamento apenas quantitativo e instrumental.

Nesta perspectiva, a epistemologia social, compreendida como uma visão avaliadora e articuladora das vertentes sociais do conhecimento e da informação pode ser pensada a partir do pensamento complexo, tendo reflexo na competência da informação em face do sua natureza também social e agregadora.

A complexidade contribui para que o conhecimento seja construído a partir de múltiplos olhares. Assim sendo, estimula o respeito de outras formas de saberes de diferentes perspectivas. Conforme explica Morin (2005, p.2): “A complexidade é uma palavra problema e não uma palavra solução”, pois “[...] corresponde à multiplicidade, ao entrelaçamento e à interação contínua da infinidade de sistemas e de fenômenos que compõem o mundo atual [...]” (MARIOTTI, 2007, p.727).

O presente artigo se justifica por se tratar de um tema atual e relevante para a área da Ciência da Informação e no desenvolvimento social, pois estimula novas abordagens e aplicações a respeito do conceito de competência em informação. Desse modo, ressalta-se que o artigo procura demonstrar novas formas de interpretação do fenômeno para agregar conhecimento as teorias já desenvolvidas e não para anulá-las.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Competência em Informação

A competência em informação surgiu em meados de 1974 na área da Ciência da Informação (DUDZIAK, 2003; BELLUZZO, 2007; OTTONICAR, 2016) e desde então pesquisas vem utilizando-a em vários contextos como o tecnológico, educacional, empresarial, político (OTTONICAR; VALENTIM; FERES, 2015), lazer (DEMASSON; PATRITDGE; BRUCE, 2016), organizações religiosas (UNESCO, 2014; OTTONICAR; FERES, 2016), feminismo (OTTONICAR; OLIVEIRA-DEL MASSA; SANTOS, 2018) e inclusive em grupos de práticas sexuais semelhantes (HARVANIEN, 2015).

Pela variedade de estudos teóricos e práticos dessa temática, percebe-se o seu potencial multi e interdisciplinar (OTTONICAR, 2016). Ao longo dos anos, essas pesquisas diferenciadas vêm contribuindo com a evolução de seu conceito. Portanto, a competência em informação é um assunto em construção devido ao seu surgimento ser recente e ainda existirem estudos inovadores em diversos contextos.

A competência em informação é fundamental para que os indivíduos possam acessar, avaliar e utilizar a informação de maneira inteligente (SILVA et. al, 2016; BELLUZZO, 2007; BELLUZZO; FERES, 2015; DUDZIAK, 2003). Esse acesso ocorre ao longo da vida (ACRL, 2015) e é aliado as experiências (BRUCE, 1999; LLOYD, 2007). A informação coletada pelo indivíduo competente em informação é utilizada para sua aprendizagem e construção de conhecimento teórico e prático.

Organizações internacionais têm reconhecido sua importância para os contextos da vida das pessoas. Por isso, tem investido em disseminar os seus conceitos e práticas de maneira internacional. Dentre essas organizações destacam-se a *Association of College and Research*



*Libraries* (ACRL), *International Federation of Library Associations* (IFLA), *Council of Australian Universities* (CAUL), Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) entre outras.

Segundo a Carta de Marília (2014, p. 1) estabelecida pelos participantes de um congresso internacional de competência em informação:

A aprendizagem, em seus vários níveis, exige o desenvolvimento da ColInfo. Destaca-se a importância do trabalho integrado e colaborativo para a transformação das redes, sistemas, unidades e serviços de informação, tais como: bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação/informação, além de outros tipos de organizações que atuam com informação e conhecimento, cujos espaços de atenção primária voltam-se às necessidades de exercício da cidadania e do aprendizado ao longo da vida.

A *American Library Association* (ALA) (2015, p. 3) tem recentemente defendido que:

*Information literacy is the set of integrated abilities encompassing the reflective discovery of information, the understanding of how information is produced and valued, and the use of information in creating new knowledge and participating ethically in communities of learning*<sup>2</sup>.

A *Library and Information Association* (CILIP) (2017, sem paginação, tradução nossa) explica que a competência em informação: “é a habilidade de pensar criticamente e fazer julgamentos equilibrados a respeito de qualquer informação que encontramos e usamos. Esta competência empodera os cidadãos para desenvolver visões informadas e engajar completamente na sociedade”. Neste ponto fica claro a natureza complexa e social da competência em informação.

Neste sentido, segundo Shera (1977, p. 11) “O armazenamento e recuperação da informação, ou fatos, por mais bem feitos e por mais precisos que sejam os mecanismos para que sejam levados a efeito, não tem nenhum valor, se não são utilizados para o bem da humanidade”.

Além disso, a competência em informação abarca as diferentes formas de como o conhecimento é construído durante a vida dos indivíduos. O conhecimento é fundamental para a tomada de decisão (CHOO, 2003; YAFUSHI, 2015), inovação, resolução de problemas (OTTONICAR, 2016) e atuação como cidadão consciente (BELLUZZO, 2007; OTTONICAR; FERES, 2014). A fim de compreender o conhecimento construído, a Teoria da Complexidade tem demonstrado as condições que propiciam essa aprendizagem.

## 2.2 Pequeno histórico epistemológico e a questão do poder

Desde a Antiguidade conhecimento foi aliado ao poder. Nem todos podiam ter acesso à informação. Na Grécia Antiga, mais precisamente, em Atenas, berço da Filosofia Ocidental, apenas aos cidadãos livres, homens e proprietários de terra, era dado o direito ao livre acesso à informação acerca dos saberes<sup>3</sup> como Arte, Filosofia, Política e Ciência, sendo que esta última tinha uma concepção mais abrangente da concebida pela Idade Moderna, aceita ainda na contemporaneidade.

Muitos dos eupátridas, como eram chamados os cidadãos atenienses, quando jovens, frequentavam a Academia, criada pelo filósofo Platão ou o Liceu de Aristóteles. Vale lembrar que Sócrates foi professor de Platão, que por sua vez, foi mestre de Aristóteles. No entanto, Sócrates preferia ministrar suas aulas ao livre, já que gostava de ensinar, passeando com seus alunos pela cidade.

Os saberes se fundiam em Atenas: a contemplação dos poemas de Homero; ensinamentos da Matemática de Tales de Mileto; Filosofia na perspectiva mais idealista de Platão e mais empirista de Aristóteles, bem como a política, eram agregadas ao ensinamento da música, teatro com suas famosas tragédias e comédias. Sem se esquecer da ginástica, nas medida que os gregos acreditavam nessa integração corpo e alma. O problema incidia no fato das mulheres, escravos e metecos (estrangeiros) não terem acesso ao ensino nas escolas.

Na leitura que Reale e Antiseri (1990, p. 169) fazem acerca do tema:

<sup>2</sup> A competência em informação é o conjunto de habilidades que abrangem a descoberta da informação crítica, a compreensão de como a informação é produzida e valorizada, e o uso da informação para a criação de novo conhecimento e participação ética em comunidades de aprendizagem (ALA, 2015, p. 3, Tradução nossa).

<sup>3</sup> Como o termo conhecimento, a partir da Idade Moderna, foi associado como uma crença justificada pela razão, ou seja, sinônimo de Ciência, utilizar-se-à os termos saber ou saberes num sentido de conhecimento lato, isto é, que envolvem Arte, Filosofia, senso comum, entre outras possibilidades de conhecimento que não seja o científico.

A finalidade da escola não consistia na difusão de um saber preocupado apenas com a erudição, mas deveria se traduzir na preocupação de, através do saber, de sua organização, formar homens novos, capazes de renovar o Estado. Em suma, a Academia, enquanto viveu Platão, se fundamentou no pressuposto de que o conhecimento torna os homens melhores e, conseqüentemente, aperfeiçoa a sociedade e o Estado. Entretanto, embora visando sempre a realização desse objetivo ético – político, a Academia abriu suas portas a personalidades de formação extremamente diversificadas e de várias tendências [...].

Almejando a busca do conhecimento mais científico, paulatinamente, os gregos minimizaram as explicações míticas ou religiosas acerca do mundo. Para tanto, construíram hipóteses argumentativas, por meio da observação da natureza. A episteme pautava-se no conhecimento baseado na observação, mais sistematizado, porém mais teórico do que ocorre com as Ciências Naturais, a partir da Idade Moderna.

Ao invés de fazer experimentos e criar as teorias através deles, os gregos apenas observavam os fenômenos e a partir disto criavam teorias gerais para explicá-los. Em regra, não se utilizavam do método indutivo, partindo de casos particulares para estabelecer uma lei geral, exceto Aristóteles, o qual se tem notícia que teria sido o primeiro a utilizar-se da indução. Porém, a *doxa*, comumente traduzida como opinião, era um conhecimento fundado nas experiências cotidianas do senso comum, sem método, sem sistematização e apesar de algumas críticas, como a de Parmênides e posteriormente Platão, era aceita como forma de construção de um saber que não buscava a verdade absoluta.

Na visão platônica (REALE; ANTISERI, 1990) há graus do conhecimento: *eikasta* (simulacros, imagens) *pístis* e *doxa* (crença e opinião) *dianóia* (raciocínio ou pensamento discursivo) *noésis* e *epísteme* (intuição intelectual e ciência). A duas primeiras fases eram contempladas no que Platão chamava de mundo sensível, concebido por ele como o simulacro do real, mundo empírico, cópia imperfeita do mundo inteligível, tido como o verdadeiro. As duas últimas fases só seriam possíveis no mundo inteligível, ou seja, das essências, das ideias inatas, perfeitas, racionais. Em Platão, o conhecimento verdadeiro remete a ideia de bem, razão e Filosofia. “E finalmente transparece constantemente a ideia da força salvífica de razão e da Filosofia, isto é, da busca e da visão da verdade que salva pra sempre” (REALE; ANTISERI, 1990, p. 161). Percebe-se o sentido amplo do conceito de razão, pois, apesar de estabelecer um critério de verdade, mas que não está no mundo empírico, confere a ideia de algo originalmente teleológico e não tecnocrata, tal como se apresenta na Ciência moderna.

Todavia, Aristóteles, apesar de ser tido como empirista<sup>4</sup> e um dos primeiros cientistas, também traz a dimensão finalística na sua concepção de conhecimento racional, quando trata das causas finais. Porém, critica Platão por formular uma ideia universal de bem como uma entidade inteligível separada do mundo empírico. Nas palavras de Aristóteles (1973, p. 251) “Se há alguma coisa que seja o fim de nossos atos, essa coisa será o bem realizável, e se houver várias coisas, serão elas.”

Na Idade Média há um retorno da explicação mítica aos fenômenos da natureza e aos problemas que envolvem a humanidade frente a consolidação da Igreja Católica como força política, social, econômica e espiritual. O discurso religioso e a disseminação do temor a Deus marcam esta fase. Estado e religião fundiram-se e a razão é subordinada aos dogmas cristãos. Contudo, as obras de filósofos como Platão e Aristóteles, ficam sob a guarda da Igreja, destacando-se o trabalho dos monges copistas na reprodução e conservação destes livros e a restrição ao acesso à informação.

Na Baixa da Idade Média (século XI a XV) filósofos, como Tomás de Aquino, buscam aliar fé e razão na construção do conhecimento, agregando a participação dos sentidos ao argumento de autoridade. Inspirado em Aristóteles, Aquino, propõe uma espécie de método que começa pelo contato empírico com as coisas concretas, passa pelos sentidos internos da imaginação até a apreensão de formas abstratas. Trata-se de uma tentativa da compreensão de Deus pela via racional.

---

<sup>4</sup> Aristóteles foi considerado um empirista, muito embora, acreditasse em deus, sua concepção era muito diferente da cristã. O deus aristotélico era primeiro motor imóvel, criou o mundo, porém, não tinha nenhuma relação com ele, após sua criação, isto é, não havia mais uma interferência divina no mundo e nas relações com as pessoas. Ressalta-se essa questão, porque na acepção moderna, os filósofos empiristas, via de regra, estão ligados ao ateísmo ou uma concepção mecanicista de mundo que despreza outros conhecimentos que não o científico.

Nesta época, a Igreja e os senhores feudais, paulatinamente, vão perdendo seu poder em face de acontecimentos como as Cruzadas, Peste Bubônica, Guerra dos Cem Anos, fome e principalmente o ressurgimento do comércio. Diante disso, o Estado vai recuperando a centralização política. Surgem as primeiras universidades, a imprensa e com isso a produção de livros sistematizados. Neste ambiente propício à reflexão, Bacon combate o argumento de autoridade, propondo o método experimental, fundamentado na observação e experimentação, algo próximo à Ciência moderna. Neste contexto, surge sua proposição emblemática: “Saber é poder”.

Na Idade Moderna o poder já está centralizado, surgem as monarquias nacionais e o poder da Igreja Católica é minimizado. Neste cenário, há uma retomada ao estudo científico, porém diferente da concepção grega, principalmente na época dos pré-socráticos, o conhecimento agora passa a ser fragmentado, classificado, hierarquizado e tudo o que não tem relação com o que se compreende como racionalidade, o que pode ser matematicamente comprovado na busca de uma verdade incontestável, passa a ser excluído. É o modelo lógico-dedutivo cartesiano, grande expoente do racionalismo. Quem pode chegar a verdade, detém o poder e este é para poucos.

A Filosofia foi colocada em segundo plano, à medida que Descartes observava grandes discordâncias entre os filósofos no que refere-se às suas teorias e, por sua vez, uma integração do pensamento entre os matemáticos. Nesta perspectiva, os estudos dos filósofos anteriores poderiam ser descartados, salvo o de alguns matemáticos, com foi o caso de Tales de Mileto. No entanto, principalmente a Escola Britânica passa a trabalhar com a indução e fazer Ciência a partir da análise de casos particulares para se chegar ao geral. Muito embora, o descarte completo de teorias anteriores e a busca de uma verdade incondicional, também seja uma constante aos quem trabalham com a indução.

Descartes (2004) auxiliou na construção da Ciência e na quebra de alguma pretensão que ainda pudesse restar da Igreja Católica em reconstruir seu poder, sob o discurso religioso. Porém, aliando o otimismo à Ciência, que posteriormente se torna o alicerce de movimentos como o Iluminismo, desconsidera e satiriza, de certo modo, saberes, como a Arte e a Filosofia. Este novo paradigma foi tão forte que pouco se avançou na Contemporaneidade para modificá-lo. A presença da Ciência clássica, sob a égide da razão, continua imperando na atualidade.

Todavia, o século XX e XXI, no campo da Filosofia e das Artes, foi marcado por movimentos e reflexões que questionavam o grande império da razão. Nietzsche (2008) foi um dos primeiros a contestar o modelo cartesiano, refletindo o que poderia estar por trás do domínio do conhecimento científico em detrimento de outros, questionando também se a verdade é algo absoluto ou se contempla desdobramentos. Seus livros em aforismos sempre dissemina alguma crítica ao reducionismo do conhecimento. Na obra *A Gáia à Ciência* ele diz: “Encontrei em certos homens piedosos um ódio contra a razão pelo qual lhes fiquei agradecido.” “[...] Toda essa maravilhosa incerteza dessa complexidade da vida e não interrogar, não tremer com a alegria de interrogar, nem mesmo odiar o interrogador [...]” (NIETZSCHE, 2008, p. 43).

Foucault (1986), grande leitor de Nietzsche, também aponta o problema do absolutismo científico e das relações de poder que estão por trás do pseudodiscurso da neutralidade do pesquisador e das verdades da Ciência. O discurso não é a realidade, mas uma construção socialmente aceita a partir de uma relação de poder. Os discursos, sejam científicos ou não, possuem um fundamento histórico e institucional que o ratificam ou não.

Neste sentido, expõe Foucault:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos [...] o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1986, p. 12).

Foucault também rejeita a ideia moderna de que o “saber é poder” (muitas vezes também atribuída a ele), já que ele está mais interessado em estudar as relações complexas entre o poder e o saber, sem reduzi-los a mesma coisa (O’FARRELL, 2005). Neste cenário fértil de crítica ao reducionismo provocado pela ideia de conhecimento na Idade Moderna, surge a Teoria da Complexidade, sendo Edgar Morin (2007) um dos seus principais expoentes. O pensamento simplificador clássico com o anseio de controlar a natureza, se mostrou precário, limitador, desintegrado, pois ao desmembrar um conhecimento, o desassociando de outros saberes, acaba afastando tudo aquilo que serve como ponto de intersecção entre um pensamento mais restrito e um mais geral, ou seja, complexo.

A complexidade, ao contrário, em linhas gerais, propõe a integralização dos saberes, um

pensamento agregador, a partir da relação dialógica. Partindo a ideia de não há certezas, o pensamento complexo procura ratificar multiplicidade de ideias. Do caos emerge a ordem e vice-versa num movimento constante, profundo, criativo e interligado do devir.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia da presente pesquisa bibliográfica e consistiu em uma revisão da literatura crítica dos temas da competência em informação, Teoria da Complexidade e Filosofia da Ciência, a fim de demonstrar como a Teoria da Complexidade pode servir como fonte de saber para o desenvolvimento dos conceitos e aplicações para a competência em informação.

Realizou-se uma busca de material conceitual nas seguintes bases de dados da área: Portal de periódico da CAPES, BRAPCI, SciELO, SCOPUS, LISA, e Web of Science. Sendo assim, utilizaram-se de bases brasileiras e internacionais.

Essa pesquisa bibliográfica possibilitou recuperar artigos científicos e de jornais, capítulos de livros que tratassem da temática em diferentes organizações e grupos sociais. Não obstante, buscou demonstrar como pesquisas internacionais tem realizado estudos inovadores voltado ao desenvolvimento do arcabouço teórico da área.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A competência em informação é um tema novo dentro da área da Ciência da Informação, pois surgiu em 1974 pela primeira vez com Paul Zurkowski no *National Forum of Information Literacy*. Zurkowski defendia a necessidade de um movimento teórico rumo a essa competência devido às necessidades organizacionais e sociais.

A partir de então, pesquisadores começaram a realizar estudos sobre o tema introduzindo-o na área da Ciência da Informação, embora necessitasse de conceitos e proposições advindas da Gestão e da Educação. Da Gestão advêm as teorias sobre competência, tomada de decisão e resolução de problemas, já a Educação contribui para a criação do conceito de aprendizagem ao longo da vida a partir dos estudos de Vygostky, Piaget, Paulo Freire, Ausubel, entre outros.

Os primeiros estudos sobre competência em informação da década de 1980 construíram arcabouço teórico fundamental baseado nas habilidades normativas e a criação de normas para as organizações educacionais. Posteriormente, em 1990 pesquisadores discutiam as implicações e aplicavam modelos desta competência nos programas educacionais, conhecida como fase experimental. Entre 1995 – 1999 se iniciaram estudos nos ambientes de trabalho e a competência em informação recebeu influência das pesquisas construtivistas e cognitivistas. Na década de 2000 houve maior conscientização a respeito de sua importância como fonte de conhecimento tanto para os educadores como para os profissionais da informação (BRUCE, 1999).

A *Association of College and Research Libraries* (ACRL), criada em 1940, identificou a importância da competência em informação para a sociedade e criou padrões e indicadores para nortear as pesquisas nessa área. A ACRL é a maior divisão da *American Library Association* (ALA). Outros órgãos internacionais também apontaram padrões segundo suas visões, como é o caso da *International Federation of Library Associations* (IFLA) e do *Council of Australian University Libraries* (CAUL). Em suma os padrões estabelecidos se resumem em identificar as necessidades, acessar, avaliar as fontes e usar a informação para atingir um objetivo e compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação e acessa e usa a informação ética e legalmente.

Depois do surgimento dos padrões, muitas pesquisas de cunho prático foram desenvolvidas e demonstram cada vez mais a importância da competência em informação nas organizações contemporâneas como é o caso das escolas, bibliotecas, empresas/indústrias, hospitais, autarquias, organizações não governamentais (ONGs) e até mesmo nas igrejas. Já não se tem mais limites para estudá-la, diversos contextos começaram a ser discutidos e apresentados pela literatura.

Tendo em vista o crescimento e disseminação do tema, na década de 2000 pesquisadores introduziram uma nova metodologia na pesquisa da competência em informação (BRUCE, 1999), conhecida como fenomenográfica. Portanto, a primeira década do século XXI se torna palco para uma nova transformação e com isso, a competência não era apenas considerada um conjunto de habilidades e capacidades presentes tanto no cognitivo quanto no comportamento dos indivíduos, mas incluiu as experiências das pessoas como fatores de influência (ACRL, 2014; DEMASSON; PARTRIDGE; BRUCE, 2016; BOON; JOHNSTON; WEBBER, 2007; DIEHM; LUPTON, 2012).

A fenomenografia é uma metodologia de pesquisa qualitativa que carrega conceitos da teoria interpretativista. O interpretativismo surgiu em 1980 como corrente teórica educacional e acredita que o mundo é interpretado de maneira diferente pelas pessoas e de acordo com suas experiências. Sua

base é empírica, não teórica e filosófica e, por isso, exclui a visão dualista de mundo, pois existem diferentes formas de interpretação segundo a experiência.

Assim, a associação entre competência em informação e o „aprendizado ao longo da vida“, passou a fazer sentido em diferentes contextos e não apenas nos organizacionais. No continente Europeu e na Oceania há um movimento fenomenográfico que se opõe ao uso de padrões e indicadores pré-estabelecidos para medir a competência dos indivíduos ou para treiná-los a serem competentes. Acredita-se que alguns autores dos continentes Americano, Europeu e a Oceania divergem em relação a sua compreensão sobre a competência em informação.

Um estudo realizado por Harviainen (2015) teve como tema “Information literacies of self-identified sadomasochists: An ethnographic case study” e demonstrou como os praticantes de sadomasoquismo aplica a competência em informação em suas práticas, principalmente para evitar os estereótipos associados com seus comportamentos. Essa pesquisa demonstrou que a esta competência pode estar presente nos estilos de vida e grupos de atividades sexuais, é uma inovação para a área.

Outros trabalhos destacam a competência em informação para o empoderamento de mulheres negras, como o artigo de Nash et. al, 2017 intitulado “*Critical racial literacy in homes, schools, and communities: Propositions for early childhood contexts*”, feminismo como o trabalho de Ottonicar, Oliveira-DelMassa e Santos (2018) conhecido como “A competência em informação de feministas na disseminação da igualdade de gênero: reflexões acadêmicas no âmbito das redes sociais” e Santos et al (2018) “A questão de gênero como diversidade cultural nas empresas: impacto das mulheres e LGBT's na gestão do conhecimento” para a comunidade LGBT, entre outros.

Essa nova metodologia, portanto, traz novas maneiras de interpretação do conceito de competência em informação e contribui para aprofundar sua compreensão pelo meio acadêmico e social. Por isso, acredita-se que não exista um único método considerado ideal para se pesquisar a competência em informação. Tanto os padrões e indicadores quanto a fenomenografia podem ser consideradas como métodos válidos de análise do fenômeno. Do contrário, a consequência seria a divisão social entre as pessoas, principalmente em relação aos países em desenvolvimento.

Já que tem como premissa a existência da sociedade da informação, por meio do acesso de modernas tecnologias e ferramentas. Assim, pode excluir países que ainda estão em desenvolvimento e pessoas que não tem acesso a modernas tecnologias de informação e comunicação, se comparadas aos cidadãos de países com menos desigualdade social.

Existem países que possuem o índice de analfabetismo preocupante como é o caso da Índia, China, Paquistão e Brasil, entre outros. Os países com o maior número de analfabetos correspondem a 72% do total mundial (EXAME, 2014), ou seja, muitos indivíduos não fazem parte da realidade das pesquisas, visto que o indivíduo competente em informação é aquele que se enquadra dentro das normas estabelecidos com base na sociedade da informação.

Nessa perspectiva, algumas pesquisas científicas, com base no conceito de habilidades, capacidades se enquadra apenas em contextos nos quais os indivíduos sejam alfabetizados e possuam acesso as tecnologias de informação e comunicação (TICs). As pesquisas realizadas com indivíduos que participam da sociedade da informação, contemplam apenas alguns dos países, ignorando indivíduos que não tiveram oportunidades educacionais.

O restante da população fica excluído dessa sociedade pautada pela TIC, onde o indivíduo é considerado como *prossumidor*, pois produz e consome informação ao mesmo tempo. O *prossumidor* é no mínimo alfabetizado e sabe usar as tecnologias digitais para buscar e compartilhar a informação. Segundo as teorias internacionais, a pessoa competente em informação possui outras capacidades, além da busca e do compartilhamento, como por exemplo, diagnosticar se a informação é falsa e as intenções por trás de um texto de um site, revista, jornal, livro, charge, piada, conto, obra de arte, enfim, pesquisa sobre a ideologia do emissor e veículo de comunicação.

Piloiu (2016, p. 79, Tradução nossa) realiza uma crítica ao predomínio das teorias disseminadas nos Estados Unidos (EUA) e aponta a questão de não considerar outras abordagens:

Essa objeção prova que a inércia metodológica que domina a teoria da competência em informação na maioria dos círculos acadêmicos e profissionais nos Estados Unidos. Ela assume que qualquer abordagem que não é um resultado baseado na pedagogia é de alguma maneira ilegítima ou pseudocientífica. Esta concepção demonstra pouca conscientização sobre a natureza construída, contextual e em constante mudança da competência em informação. Na realidade, o uso do conceito de competência em informação nos Estados Unidos tem sua própria história

que é profundamente influenciada pela adoção de um modelo pedagógico particular popular entre os professores americanos e intelectuais durante as últimas três décadas, porém nós esperamos que tais ideias mudem juntamente com as modificações em nossa própria compreensão a respeito do ecossistema da informação, uso e criação da informação. A maioria das bolsas americanas de competência em informação é quase exclusivamente auto referencial, ou seja, focada nos desenvolvimentos dentro do mundo acadêmico e profissional americano, há pouca conscientização sobre as maneiras pelas quais outros países conceituam a notação desta competência (PILOIU, 2016, p. 79).

Porém, não se pode ignorar relevantes pesquisas apoiadas em autores do continente Americano como é o caso de James Embolrg (2012) com a teoria da criticidade baseada em Paulo Freire e William Badke's (2011) que envolvem aspectos culturais e metacognitivos (PILOIU, 2016).

Contudo, essas abordagens metodológicas e teóricas diferentes ainda que divergentes entre si, contribuem com a construção do arcabouço teórico da competência em informação. A contribuição se constrói por meio das práticas e investigações em diferentes meios, acrescentando novas interpretações e olhares. Desse modo, as pesquisas direcionadas por meio dos padrões, indicadores e a fenomenografia são positivas, à medida que discordam entre si em alguns pontos, trazem novas formas de debate e questionam a hegemonia das teorias tradicionais. Complementando, PiloIU (2016, p. 89, tradução nossa) expõe: “[...] que os especialistas da informação podem relacionar os processos complexos de aquisição de conhecimento e criação de várias maneiras. Se eles estiverem favorecendo perspectivas pedagógica, cultural ou cognitiva, estas abordagens executam toda uma gama de métodos de pesquisa, desde o treinamento de habilidades de baixo custo até o aprendizado profundo e a compreensão conceitual”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização de outras formas de saber a partir do estudo da Teoria da Complexidade contribui para o avanço dos conceitos sobre competência em informação, inclusive influencia em suas aplicações práticas. Pesquisas em outros continentes, principalmente na Oceania (destacando-se a Austrália) e Europa, têm agregado novas perspectivas a respeito da temática.

Novos grupos sociais têm pesquisado a competência em informação a fim de compreender como os indivíduos vivenciam a prática informacional e a transformam em conhecimento ao logo de suas vidas. Essas novas interpretações dos fenômenos sociais são sustentadas pela Teoria da Complexidade que é ampla, valoriza outros saberes como a Filosofia, Metafísica, a Epistemologia Social, a Arte, o sensu comum.

A complexidade possibilita a reflexão sobre os aspectos positivos e negativos, problemas e desafios a serem enfrentados pela competência em informação. Portanto, as teorias precisam se abrir para novas abordagens que também englobem as minorias, em vez de simplesmente considerar os contextos de pesquisa dos países desenvolvidos baseados sempre nas mesmas tendências e vertentes, sem refletir os interesses que estão por trás de alguns conceitos ou práticas, não compreendendo as relações de poder que envolvem a imposição de um padrão.

Desse modo, sugere-se o desenvolvimento de estudos sobre a competência em informação de diferentes grupos sociais, a fim de que a pesquisa não exclua socialmente demais organizações e grupos. A partir dessas novas interpretações, a competência em informação poderá aproveitar seu potencial multi e interdisciplinar na construção de organizações abertas a integração de novos conhecimentos aos antigos, pois tudo depende do objetivo e situação no momento da tomada de uma decisão. Cada pessoa, bem como instituição tem uma história que determina, de certo modo, quem ela é. Ora, esta história, não pode ser simplesmente descartada. Todavia, não se deve pensar num princípio da identidade, algo estático, que deva vetar a quebra do paradigma, fechando-se para o novo. A abertura é necessária, tanto quanto o resgate, eis a ideia do movimento ou devir, contemplada desde Heráclito, filósofo pré-socrático.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Teoria do Conhecimento. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 183.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Framework for Information Literacy for Higher Education**. 2015. Disponível em:

<[http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org/acrl/files/content/issues/infolit/Framework\\_ILHE.pdf](http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org/acrl/files/content/issues/infolit/Framework_ILHE.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2018.

ACRL. *First part of the draft framework for information literacy for higher education*. 2014. Disponível em: <http://acrl.ala.org/ilstandards/wp-content/uploads/2014/02/Framework-for-IL-for-HE-Draft-1-Part-1.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2017.

ARISTÓTELES. **Tópicos. Dos argumentos sofisticos. Metafísica: livro I e livro II. Ética a Nicômaco. Poética**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os pensadores, 4).

BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G. Competência em informação, redes de conhecimento e as metas educativas para 2021: reflexões e inter-relações. In: BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G.; VALENTIM, M. L. P. (Orgs.). **Redes de conhecimento e competência em informação: interfaces da gestão, mediação e uso da informação/organização**. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. 414p.; p.1-35.

BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação**. Bauru: Cá Entre Nós, 2007.

BRUCE, C. S. Workplace experiences of Information literacy. *International Journal of Information Management*, v.19, p.33-47, 1999. Disponível em: <<http://www.personal.kent.edu/~wjrobert/images/WorkplaceInfoLit.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

BOOM, S.; JOHNSTON, B.; WEBBER, S. *A phenomenographic study of English faculty's conceptions of information literacy*. *Journal of Documentation*, 63 (2). 204 -228, 2007. ISSN 0022-0418 , <http://dx.doi.org/10.1108/00220410710737187>.

CARTA DE MARÍLIA. In: SEMINÁRIO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: CENÁRIOS E TENDÊNCIAS, 3., 2014. Marília: Unesp, UnB, IBICT, 2014. Disponível em: <[http://www.valentim.pro.br/GICIO/Textos/Carta\\_de\\_Marilia\\_Portugues\\_Final.pdf](http://www.valentim.pro.br/GICIO/Textos/Carta_de_Marilia_Portugues_Final.pdf)>. Acesso em: 9 jan. 2018.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar Decisões**. São Paulo: Editora Senac 2003.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. Lisboa: Guimarães Editores, 2004.

DEMASSON, A.; PARTRIDGE, H.; BRUCE, C. *Information literacy and the serious leisure participant: variation in the experience of using information to learn*. **Information Research**, vol. 21 no. 2, Jun., 2016. Disponível em: < >. Acesso em: 31 jul. 2017.

DIEHM, R.; LUPTON, M. Approaches to learning information literacy : a phenomenographic study. *The Journal of Academic Librarianship*, 38(4), pp. 217-225, 2012.

DUDZIAK, E. A. *Information literacy: princípios, filosofias e práticas*. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, [http://www.informationr.net/ir/21-2/paper711.html#\\_WX83\\_4jyvIU.1](http://www.informationr.net/ir/21-2/paper711.html#_WX83_4jyvIU.1), p.23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/123/104>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

EXAME. Os dez países com mais analfabetos no mundo. Disponível em:<<http://exame.abril.com.br/mundo/os-10-paises-com-mais-analfabetos-no-mundo/>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HARVIAINEN, J. T. *Information literacies of self-identified sadomasochists: an ethnographic case study*, **Journal of Documentation**, Vol. 71 Issue: 3, pp.423-439, 2015. DOI: 10.1108/JD-02-2014-0032.

LLOYD, A. "Recasting information literacy as sociocultural practice: Implications for library and information science researchers". **Information Research**, v. 12, n. 4 paper colis34, 2007. Disponível em: <<http://InformationR.net/ir/12-4/colis34.html>>. Acesso em 02 jan. 2018.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostras e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2013.

MARIOTTI, H. Complexidade e pensamento complexo: breve introdução e desafios actuais. **Revista Portuguesa de Clínica Geral**, v.23, n.6, 2007. Disponível em: <<http://www.rpmgf.pt/ojs/index.php/rpmgf/issue/view/699>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NASH, K.; HOWARD, J.; MILLER, E.; BOUTTE, G.; JOHNSON, G.; REID, L. Critical racial literacy in homes, schools, and communities: Propositions for early childhood contexts. **Contemporary Issues in Early Childhood**. First Published July 3, 2017. <https://doi.org/10.1177/1463949117717293>

NIETZSCHE, F. **A gaia Ciência**. 2.ed. São Paulo: Escala, 2008.

O'FARRELL, C. **Michel Foucault**. London: SAGE, 2005.

OTTONICAR, S.L.C.; VALENTIM, M.L.P.; FERES, G.G. Competência em informação e os contextos educacional, tecnológico, político e organizacional. **RICI: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 124-142, jan./jun.2015.

OTTONICAR, S. L. C. **Análise teórico-descritiva da competência em informação de gestores como fator de competitividade das indústrias de eletroeletrônicos da cidade de Garça/SP**. 271 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.

OTTONICAR, S. L. C.; FERES, G. G. A Competência em Informação nas Organizações Religiosas: um estudo de caso na Paróquia São José. In: Elmira Luzia Melo Soares Simeão; Regina Célia Baptista Belluzzo. (Org.). **Competência em Informação: teoria e práxis**. 4ed. Brasília: Núcleo de Editoração e Comunicação da Faculdade de Ciência da Informação, 2016, v. 1, p. 11-26.

OTTONICAR, S. L. C.; FERES, G. G. . Information Literacy in Brazil. In: Kurbanoglu, S.; Spiranec, S.; Grassian, E.; Mizrachi, D.; Catts, R.. (Org.). **Information Literacy: Lifelong Learning and Digital Citizenship in the 21st Century**. XXed. Dubrovnik: Communications in Computer and Information Science, 2014, v. 492, p. 743-751.

OTTONICAR, S. L.C.; OLIVEIRA-DEL MASSA, H. C.; SANTOS, B. R. P. A Competência em Informação de Feministas na Disseminação da Igualdade de Gênero: reflexões acadêmicas no âmbito das redes sociais. In: *Mujeres investigadoras e investigación sobre mujeres en las universidades ibéricas*, 2018, Salamanca. *Mujeres investigadoras e investigación sobre mujeres en las universidades ibéricas - "Women researchers and research on women in Iberian universities"*. Salamanca: Facultad de Traducción y Documentación, 2018.

PILOIU, R.G. *Rethinking the concept of "information literacy": a German perspective*. **Journal of Information Literacy**, 10(2), pp. 78-93, 2016.

SANTOS, V. B. dos. Competência em informação na construção da inteligência competitiva nas



organizações: o caso da empresa Mizumo. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2014.

SHERA, Jesse H. Epistemologia Social e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, v.6. n.1, p. 9-12, 1977.

SILVA, E. da.; BASSETTO, C. L.; OTTONICAR, S.L.C; YAFUSHI, C. A. P. O processo de inteligência competitiva e sua relação com indicadores de inovação e competência em informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 6, 2016. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/19537>>. Acesso em: 22 Maio 2018.

SANTOS, B. R. P. ; SOUZA, L. P. P. ; OTTONICAR, S. L. C. ; DAMIAN, I. P. M. . A questão de gênero como diversidade cultural nas empresas: impactos das mulheres e LGBT's na gestão do conhecimento. In: VI Simpósio Internacional SITRE: Trabalho, Relações de trabalho, Educação e Identidade, 2018, Belo Horizonte. Anais do VI Simpósio Internacional SITRE: Trabalho, Relações de trabalho, Educação e Identidade. Belo Horizonte, MG: CEFETMG, 2018.

*The Library and Information Associations (CILIP). Definition of Information Literacy*, 2017. Disponível em: <<https://archive.cilip.org.uk/research/topics/definition-information-literacy>>. Acesso em 26 jul. 2018.

UNESCO. Media and information literacy training for religious leaders and dialogue practitioners, 2014. Disponível em: <<https://fr.unesco.org/node/235205>>. Acesso em 06 ago. 2018.

YAFUSHI, C. A. P. **A Competência em informação para a construção de conhecimento no processo decisório: estudo de caso na Duratex de Agudos (SP)**. 232 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

ZHANG, X.; MAJID, S.; FOO, S. *Environmental scanning: An application of information literacy skills at the workplace*. **Journal of Information Science**, v. 36, n. 6, p. 719–732, 2010.

ZUCCARI, P.; BELLUZZO, R. C. B. A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E O PERFIL EMPREENDEDOR NO ÂMBITO DAS ORGANIZAÇÕES. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 6, p. 61-71, 2016.

**CRIPTOMOEDAS: CONCEITOS, NEGOCIAÇÃO E PONTOS DE VISTA**

**CRYPTOCURRENCIES: CONCEPTS, TRADING AND POINTS OF VIEW**

Desenvolvimento e Integração Regional: 2.5 Tecnologia e Sistemas.

CORREA, Daniel Zamboni  
Uni-Facef Centro Universitário Municipal de Franca  
Mestrado em Desenvolvimento Regional  
MBA em Controladoria e Finanças, Auditoria e Planejamento Tributário  
Graduação em Ciências Econômicas  
daniel@brinveste.com

**Resumo:** o objetivo do presente artigo é apresentar os conceitos fundamentais que envolvem as criptomoedas e investigar na literatura opiniões emitidas por personalidades influentes acerca da questão. As opiniões das pessoas escolhidas para compor o trabalho basearam-se na compilação da Bloomberg. A fundamentação teórica se inicia com o trabalho de Nakamoto, estendendo-se para profissionais das finanças, especuladores, acadêmicos e agentes do governo. O procedimento metodológico empregado é bibliográfico qualitativo, pois as buscas por autores ligados à área objeto de análise contaram com um instrumental de consulta que incluiu livros, artigos e, sobretudo, *websites*. Trata-se, igualmente, de uma pesquisa descritiva, uma vez que expõe as características das moedas digitais e revela a dinâmica do mercado no qual elas se encontram. A relevância do artigo consiste em trazer informações com a finalidade de esclarecer as principais concepções relacionadas às moedas virtuais. Conforme as citações apresentadas evidenciaram, profissionais emitem avaliações profundamente distintas no que tange ao assunto. As afirmações negativas geralmente se voltam para os riscos de mercado ou para questões de legalidade. As afirmações positivas têm a ver, sobretudo, com o aspecto da inovação, como a agilidade, o baixo custo e a descentralização. Visto que se trata de um tema evidentemente recente, o estudo preocupou-se em explorar os princípios mais elementares, de modo com que os interessados, porém, desconhecedores do assunto, sejam capazes de ampliar o leque de conhecimentos.<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** criptomoeda, moedas virtuais, bitcoin.

**Abstract:** the purpose of the present article is to present the fundamental concepts that involve the cryptocurrencies and to investigate in the literature opinions issued by influential personalities about the issue. The opinions of the people chosen to compose the work were based on the Bloomberg compilation. The theoretical foundation begins with Nakamoto's work, extending to financial professionals, speculators, academics and government agents. The methodological procedure used is bibliographic qualitative, since the searches by authors related to the area under analysis counted on consultation tools that included books, articles, and, above all, websites. It is also a descriptive research, once it exposes the characteristics of digital coins and reveals the dynamics of the market in which they are. The relevance of the article consists in bring information in order to clarify the main concepts related to virtual currencies. As the citations presented have shown, professionals give profoundly different evaluations on the subject. Negative statements often turn to market risks or legality issues. Positive statements relate mainly to the innovation aspect, such as agility, low cost and decentralization. Since this is an evidently recent topic, the study has been concerned with exploring the most elementary principles, so that those who are interested but unfamiliar of the subject, are able to expand their range of knowledge.

**Keywords:** cryptocurrency, virtual currencies, bitcoin.

---

<sup>1</sup> Este trabalho tem caráter meramente informativo. O material aqui exposto não representa, de forma alguma, sugestão de compra ou venda de ativos monetários. O conteúdo disponibilizado não deve ser entendido como análise, consultoria, sugestão de investimento, recomendação de compra ou venda, oferta de produtos ou serviços, bem como propaganda e publicidade de produtos financeiros.

## 1 INTRODUÇÃO

Conceitos diferentes emergem dependendo da pessoa que for responder a indagação do que é uma criptomoeda, alguns dirão que se trata de um ativo financeiro, outros de uma moeda autêntica e ainda outros farão uma comparação com o ouro. O fato é que, atualmente, há várias discussões a respeito do tema, o debate se estende das escolas do pensamento econômico até ao cidadão comum. Técnicos de informática, economistas e presidentes de bancos centrais emitem opiniões, eventualmente, esclarecedoras, e por vezes desinformadas. Para certos indivíduos as criptomoedas estão fadadas ao fracasso, enquanto para outros, representam o perfil de uma nova economia. Para muitos a bolha financeira é inevitável, enquanto alguns defendem que as cotações ainda têm amplo espaço para aumento de valor.

Este artigo traz informações com a finalidade de esclarecer as principais concepções relacionadas às moedas virtuais. Visto que se trata de um tema evidentemente recente, o estudo preocupou-se em explorar os princípios mais elementares, de modo com que os interessados, porém, desconhecedores do assunto, sejam capazes de ampliar o leque de conhecimentos. Assim, o objetivo do presente artigo é apresentar os conceitos fundamentais que envolvem as criptomoedas e investigar na literatura opiniões emitidas por personalidades influentes acerca da questão.

Além da introdução e considerações finais, este trabalho aborda no capítulo 1 a definição de criptomoeda e sua utilidade na economia, bem como esclarece a atividade da mineração virtual e apresenta o contexto do surgimento do bitcoin. O capítulo 2 explica como alguém deve proceder para negociar no mercado de criptomoedas e, em seguida, descreve a postura de alguns países no que tange a tributação e legalidade. No capítulo 3, tomando como parâmetro o conteúdo disponibilizado pela Bloomberg, uma seleção de declarações feitas por diversas personalidades influentes com relação ao tópico em estudo é compilada.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo se utilizou da metodologia de pesquisa bibliográfica qualitativa, pois as buscas por autores ligados à área objeto de análise contaram com um instrumental de consulta que incluiu livros, artigos e, sobretudo, *websites*. Trata-se, igualmente, de uma pesquisa descritiva, uma vez que expõe as características das moedas digitais e revela a dinâmica do mercado no qual elas se encontram. As opiniões das pessoas escolhidas para compor o trabalho basearam-se na compilação da Bloomberg. A fundamentação teórica se inicia com o trabalho de Nakamoto, estendendo-se para profissionais das finanças, especuladores, acadêmicos e agentes do governo.

## 3 CONCEITOS DE CRIPTOMOEDA

### 3.1 O QUE É?

As moedas digitais, ou, criptomoedas, a exemplo do pioneiro bitcoin, constituem-se em uma espécie de dinheiro virtual, servindo como um meio de pagamento que, quando aceito, é capaz de adquirir bens e serviços. Ao contrário das moedas convencionais como o dólar, que são emitidas e controladas por um banco central, as criptomoedas são descentralizadas, ou seja, não sofrem influência regulatória de nenhuma autoridade monetária e tampouco necessitam se submeter a um processo de aprovação para serem emitidas. Neste momento, há cerca de 1.600 moedas digitais, alguns exemplos são: ethereum, ripple, bitcoin cash, litecoin, etc. (COINMARKETCAP, 2018). Embora tenham características análogas, cada uma possui funcionalidade própria.

No mercado de criptomoedas as negociações ocorrem através do mecanismo chamado *blockchain*, o qual na prática é um registro público de cada transação realizada. Assim, não há troca física de cédulas e nem mesmo a necessidade de instituições financeiras intermediárias. Pode-se dizer que a tecnologia da *blockchain* é equivalente ao livro-razão para a contabilidade, pois deixa registrado o histórico de todas as operações efetuadas, proporcionando transparência e segurança aos operadores.

Ulrich salienta: *“a criptografia de chave pública garante que todos os computadores na rede tenham um registro constantemente atualizado e verificado de todas as transações dentro da rede bitcoin, o que impede o gasto duplo e qualquer tipo de fraude”* (ULRICH, 2014, p. 19). Desta maneira, no ambiente virtual da *blockchain*, não há como alterar um negócio após executado, condição que

confere credibilidade ao mercado. Por ser uma rede de registro público, ela está presente nos computadores de todos, ao invés de situar-se em *data centers* em algum *bunker* longínquo.

Com o intuito de explicar a *blockchain* de forma didática, Custodio ilustra seu funcionamento fazendo uma analogia das criptomoedas com maçãs:

Não consigo enviar-lhe maçãs digitais que não tenho, porque então elas não se sincronizariam com todas as pessoas no sistema. Seria um sistema difícil de ser fraudado. Especialmente se tornar-se muito grande. Além disso, não é controlado por uma pessoa, por isso sei que não há ninguém que possa decidir-se dar a si mesmo mais maçãs digitais. As regras do sistema já foram definidas no início (CUSTODIO, 2013, tradução nossa).

O sistema, portanto, é descentralizado, nenhum banco central possui domínio sobre as moedas, sendo que as regras encontram-se no padrão da informática conhecido como código aberto, e foram definidas em sua criação, assim como a quantidade total exata da oferta monetária ao longo do tempo. Visto que são moedas digitais é possível subdividi-las em pequenas frações e enviá-las de uma carteira para outra em poucos minutos, ainda que as duas carteiras estejam a milhares de quilômetros de distância no globo terrestre.

### 3.2 MINERAÇÃO

É comum que haja dúvidas a respeito da dinâmica das criptomoedas em comparação ao sistema monetário tradicional, particularmente em como se dá a criação e introdução das moedas na economia. Por não haver uma autoridade central que emita ou verifique as transações das criptomoedas, o funcionamento do mercado depende dos próprios usuários, os quais garantem os recursos computacionais, essenciais para o registro e conciliação das operações. Há uma categoria de investidores denominada de mineradores, eles são assim conhecidos em razão de exercerem a atividade de mineração das moedas digitais, sendo recompensados com o recebimento de novas moedas (ULRICH, 2014). Embora a maior parte das criptomoedas seja criada através da mineração, diversas outras não possuem tal mecanismo, dispondo de uma oferta circulante que permanece inalterada.

Para ganhar moeda digital por meio do processo de mineração, como é o caso do bitcoin, duas etapas precisam ser satisfeitas. Antes de tudo, é necessário verificar uma quantidade significativa de transações, em seguida, o investidor tem que ser o primeiro a responder de maneira correta a um problema numérico, o que, de certa forma, envolve um pouco de sorte. A realização de todo este procedimento chama-se *proof of work*. Conforme computadores de inúmeros usuários ao redor do mundo solucionam problemas matemáticos, verificando as transações na *blockchain*, as criptomoedas são, então, mineradas. Em outras palavras, os mineradores são pagos para trabalharem como se fossem os auditores da *blockchain*, pois eles efetuam a atividade de averiguação do histórico dos últimos negócios de determinada moeda. A Investopedia elaborou um artigo intitulado *How does bitcoin mining work?*, explicando com riqueza de detalhes todo o funcionamento técnico da mineração (INVESTOPEDIA, 2018).

Neste contexto, Ulrich afirma: *“o protocolo, portanto, foi projetado de tal forma que cada minerador contribui com a força de processamento de seu computador visando à sustentação da infraestrutura necessária para manter e autenticar a rede da moeda digital”* (2014, p. 20).

Como prêmio para essa contribuição concedida, os mineradores recebem em troca uma quantidade específica de criptomoeda, e, além disso, a mineração ocorre de modo previsível a uma proporção predeterminada. O sistema foi planejado para, na medida em que o tempo for passando, intensificar a dificuldade de obtenção de mais uma unidade da moeda digital. Por consequência, naturalmente, a taxa de inserção de novas moedas na oferta monetária se reduzirá ao longo do tempo, diminuindo também o ganho adicional dos mineradores e fazendo com que eles se atentem para outra fonte de renda, a taxa de transferência entre contas virtuais. Quando alguém realiza o envio de criptomoeda para a carteira de outra pessoa, uma pequena fração é coletada pelos mineradores. Tal montante é definido voluntariamente pelo indivíduo que está enviando, todavia existe uma taxa mínima a ser considerada. Ressalta-se ainda que os custos transacionais são expressivamente inferiores ao valor cobrado nas operações financeiras convencionais.

A gestora de patrimônio BMO Nesbitt Burns publicou um artigo no qual compara as criptomoedas ao ouro, visto que elas dispõem de uma oferta total limitada, característica idêntica à

*commodity* metálica. Segundo a gestora, *“o número total de criptomoedas é limitado, muito parecido com a oferta total disponível de ouro. Minerar criptomoeda utiliza uma quantidade significativa de capacidade computacional, restringindo a quantidade de criptomoedas que podem ser criadas em um determinado período de tempo”* (2017, p. 1, tradução nossa).

Conforme a oferta circulante de uma moeda em particular se aproxima de seu limite máximo, a quantidade disponível para extração se reduz exponencialmente. Assim sendo, para cada porção de moeda digital minerada, as próximas exigirão maior capacidade computacional, tornando mais difícil a mineração. É interessante notar que o próprio linguajar ligado ao garimpo alude à extração de minerais preciosos. Tomando como exemplo o bitcoin, o mercado sabe, a qualquer momento, qual é o tamanho da oferta existente, bem como, exatamente, qual é seu limite total. O montante absoluto estabelecido é de 21 milhões, calcula-se que será atingido no ano de 2140, quando os mineradores extrairão o último bitcoin.

### 3.3 BITCOIN

A história da origem do bitcoin está envolta em um dos maiores mistérios da atualidade, pois, seu criador, o programador Satoshi Nakamoto, é somente um pseudônimo. Nakamoto pode ser um homem, uma mulher ou até mesmo um conjunto de pessoas idealizadoras. É surpreendente notar que, desde 2008, ninguém foi capaz de identificar com certeza a real pessoa por trás da criptomoeda, mas especulações não faltam. Em 2017, a rede norte-americana CNBC elaborou uma matéria dando cobertura ao assunto (CNBC, 2017a).

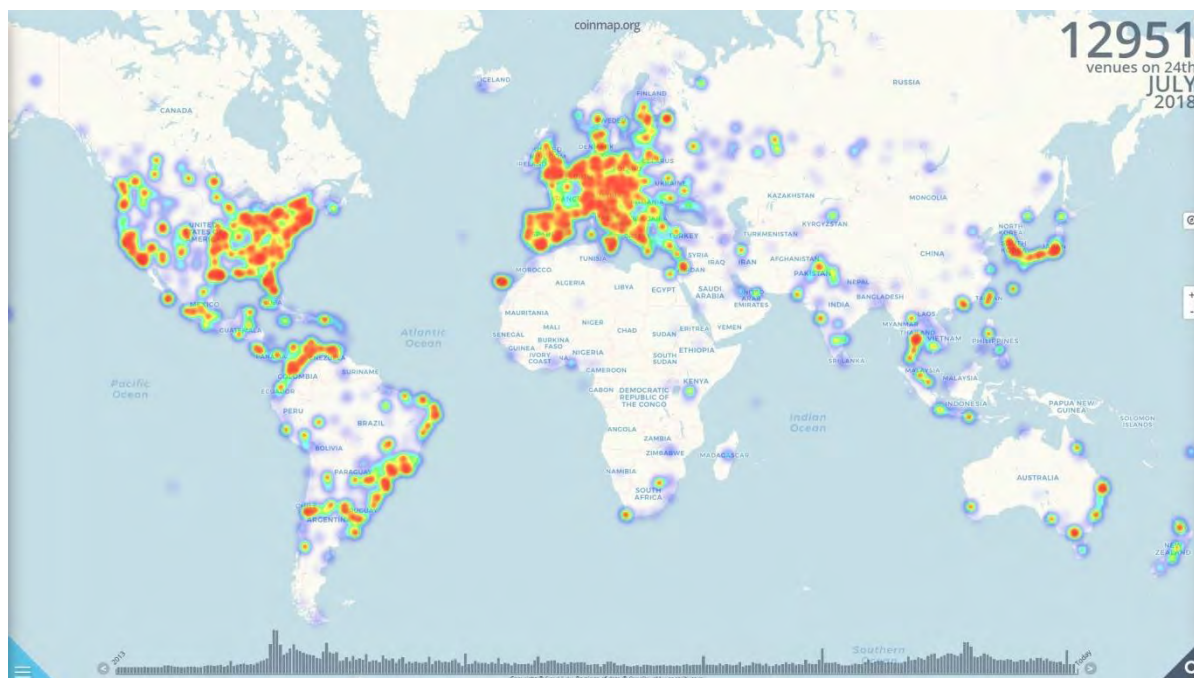
No final de 2008, Satoshi Nakamoto publicou o artigo seminal *Bitcoin: a peer-to-peer electronic cash system*, de nove páginas, o qual revelou ao mundo detalhes de um novo sistema de pagamento eletrônico (NAKAMOTO, 2008). O trabalho apresenta soluções para problemas específicos que vários pesquisadores no passado haviam tentado, sem sucesso, resolver. Nakamoto propõe a utilização do sistema chamado Bitcoin para transações cotidianas, fato que rapidamente atraiu a atenção do mercado financeiro, embora, igualmente, tenha suscitado duras críticas. Mazer afirma: *“como o bitcoin é a primeira criptomoeda no mundo, ele recebeu muita atenção da mídia. Essa atenção foi rapidamente seguida pela adoção por consumidores e especuladores”* (p. 3, 2015, tradução nossa). Todo alvoroço causado fez com que o preço do bitcoin, que no dia 14 de abril de 2011 era de apenas 1 dólar, saltasse para níveis inimagináveis, com capitalização de mercado na casa das centenas de bilhões de dólares. Deste modo, o valor que o mercado tem concedido às criptomoedas torna evidente, em algum grau, a disposição dos agentes econômicos de aderir às moedas digitais como instrumentos de troca de alcance global.

Com a intenção de facilitar o entendimento acerca do bitcoin, concebê-lo como um sistema de pagamentos é mais apropriado do que considerá-lo um substituto das moedas convencionais. As transações envolvendo bitcoin acontecem com agilidade, e, por não necessitarem de intermediários, são significativamente mais baratas do que as habituais transações bancárias. O baixo custo abre caminho para que haja inovações na área de pagamentos eletrônicos, permitindo a transferência de pequenos valores entre os participantes do mercado. De acordo com Ulrich é possível que o surgimento do bitcoin atenua a pobreza mundial pela facilidade de acesso à moeda digital, resguarde indivíduos de restrições impostas por determinados países à circulação do capital financeiro, assegure maior sigilo dos recursos monetários pertencentes a grupos oprimidos e estimule inovações econômicas (ULRICH, 2014).

### 3.4 QUAL A UTILIDADE?

As moedas virtuais possuem a função de servir como meio de pagamento. Embora, naturalmente, elas concorram com as tradicionais formas de se realizar transações monetárias, o número de corporações dispostas a aceitá-las na troca por produtos e serviços cresce expressivamente. Contudo, tais companhias ainda representam uma parcela ínfima em relação à totalidade de organizações existentes. Ao optar pela adoção ou não de determinada criptomoeda é necessário que se avalie vários aspectos, tornando a decisão mais complicada do que aparenta. A figura seguinte exibe no mapa-múndi os estabelecimentos que atualmente (e também ao longo do tempo) aceitam o bitcoin como forma de pagamento.

Figura 1 - Mapa-múndi da aceitação do bitcoin como meio de pagamento:



Fonte: COINMAP. 2018.

Mais uma vez, deve-se enfatizar o fato de que as transferências financeiras envolvendo moedas digitais são substancialmente mais baratas do que se o dinheiro convencional for utilizado. Além disso, é possível, sem restrições, transferir valores para qualquer lugar do mundo em poucos minutos. A taxa cobrada não depende da distância geográfica da carteira de quem receberá os recursos, facilitando assim o pagamento tanto de pequenas como de grandes quantias.

Michael Lee e Antoine Martin, economistas do *Federal Reserve* de Nova Iorque e participantes dos estudos sobre dinheiro e sistemas de pagamentos da entidade, publicaram algumas observações, em um formato de perguntas e respostas, a respeito das criptomoedas. Iniciam dizendo que *“como qualquer forma funcional de moeda, as criptomoedas facilitam pagamentos entre as partes e proporcionam uma reserva de valor. O que há de especial nelas é que elas podem servir a essas funções mesmo em ambientes onde a confiança (ou a falta de confiança) é um problema”*, posteriormente reiteram que as moedas virtuais *“resolvem o problema de fazer pagamentos em um ambiente sem confiança”* (LEE; MARTIN, 2018, tradução nossa). Assim, em países onde a confiança no sistema monetário nacional foi perdida, as moedas digitais surgem como alternativa de troca. Prossequindo a argumentação, os economistas lembram que *“há muito se sabe que cédulas são intrinsecamente sem valor, meros pedaços de papel, mas são reconhecidas como valiosas, porque pagamentos com dinheiro são muito mais fáceis do que a alternativa, o escambo”* (LEE; MARTIN, 2018, tradução nossa). Em outras palavras, o valor do dinheiro não se relaciona a qualquer propriedade intrínseca e sim a sua função de servir como um meio de troca, função esta que, eventualmente, pode ser mais bem exercida pelas criptomoedas do que pelas formas de pagamento tradicionais.

Lee e Martin concluem ponderando:

uma adoção e aceitação mais ampla das criptomoedas como opção de pagamento naturalmente aumenta o valor delas. ...bitcoin e outras criptomoedas estão tentando melhorar a escalabilidade e conveniência, então talvez no futuro uma dessas criptomoedas poderá realisticamente competir com os métodos de pagamento atuais (2018, tradução nossa).

Pode-se afirmar que se trata de uma hipótese ousada, no entanto, especialmente considerando o passar do tempo, é uma possibilidade a ser avaliada.

Roger Ver, proprietário do site Bitcoin.com, proferiu em uma rede social acerca da utilidade do bitcoin como um meio de pagamento: *–o valor do bitcoin vem principalmente de sua utilidade como um sistema de pagamento. Se esse sistema deixar de ser útil, ele deixará de ser valioso* (VER, 2017, tradução nossa). Por outro lado, Peter Thiel, co-fundador do Paypal, por ocasião da conferência *Future Investment Initiative*, na Arábia Saudita, disse: *–as pessoas estão subestimando o bitcoin (...) ele é como uma reserva de dinheiro, é como ouro, e é unicamente uma reserva de valor. Você não precisa usá-lo para fazer pagamentos* (CNBC, 2017b, tradução nossa). Thiel sustenta, portanto, que criptomoedas como o bitcoin podem manter-se no mercado ainda que não sejam utilizadas como forma de se efetuar pagamentos, mas somente com a função de reserva de valor.

## 4 NEGOCIAÇÃO DE CRIPTOMOEDA

### 4.1 POR ONDE COMEÇAR?

Antes de negociar criptomoedas é preciso entender os conceitos de carteira e *exchange*. Uma carteira de moedas digitais é simplesmente um programa de computador no qual as moedas são armazenadas. Por outro lado, a *exchange* converte dinheiro convencional em virtual, como, por exemplo, a conversão de certo montante de dólar em bitcoin, funcionando de maneira similar à uma casa de câmbio. As *exchanges* também podem proporcionar o serviço de carteira, reunindo ambas as atividades em um só lugar.

As carteiras de moedas digitais possuem uma chave privada que autoriza a realização das transações desejadas, servindo como prova matemática de que o titular da carteira realmente é detentor das respectivas criptomoedas ali armazenadas. Assim sendo, para evitar apropriações indevidas, é essencial que as chaves privadas sejam guardadas com segurança. Se por acaso algum *hacker* obtiver acesso à chave privada através de programas maliciosos ocultamente instalados no computador, ele será capaz de roubar as criptomoedas da carteira. Com a chave em mãos, alguém pode enviar as moedas para sua própria conta, e então será impossível recuperá-las, pois estarão protegidas pela chave privada da carteira da pessoa que furtou.

Além dos ataques de *hackers*, deve-se ter o cuidado de manter as chaves privadas em um local seguro, visto que perdê-las significa perder o acesso à carteira virtual. Efetuar *backups* da carteira de criptomoedas, assim como se faz cópias de arquivos importantes, constitui-se em um procedimento de precaução frequentemente usado pelos investidores. Algumas empresas são especializadas em arquivar *backups* de carteiras para seus clientes. Há até mesmo a possibilidade de manter moedas digitais em papel físico, que contêm a impressão tanto do endereço público quanto da chave privada. As carteiras em papel físico estão fora da rede de computadores (*offline*), desta forma, estão protegidas contra programas maliciosos, entretanto, por outro lado, é fundamental mantê-las em segurança, pois qualquer pessoa que surrupiar o papel poderá consumir as criptomoedas (HOW-TO GEEK, 2018).

Para criar uma carteira de moeda digital, basta acessar o site de um provedor do serviço; como Blockchain.info, Coinbase, Exodus ou MyCelium; e em seguida realizar o cadastro que requer ao menos o nome, endereço e uma senha. Geralmente, faz-se necessário o *download* do aplicativo do provedor, sendo que alguns são desenvolvidos exclusivamente para celular e outros também funcionam em computador (FORTUNE, 2018).

Conforme mencionado anteriormente, as *exchanges* são *websites* com uma plataforma de negociação na qual é possível converter as moedas convencionais em criptomoedas na cotação vigente e vice-versa. Deste modo, para comprar e vender as centenas de moedas digitais existentes os investidores recorrem a elas. Exemplos de *exchanges* incluem Coinbase (uma das maiores dos Estados Unidos), Bitstamp, Kraken, Gatehub e Mercado Bitcoin (a maior atualmente no Brasil).

Observa-se, novamente, que as *exchanges* também podem proporcionar o serviço de carteira para o armazenamento das moedas, unificando tanto o processo de negociação como de custódia em um só lugar. À vista disso, o aplicador, especialmente o iniciante, é poupado de certas preocupações, como: aderir, instalar e pagar por um programa de carteira virtual, realizar o *backup* da carteira, excluir acidentalmente todos os arquivos relativos a ela ou esquecer-se da senha de acesso. Nesse último caso é preciso somente solicitar uma nova senha através do recurso de recuperação de senhas da *exchange*.

Desta maneira, a dinâmica das *exchanges* assemelha-se a um banco, no sentido do investidor abrir uma conta, isto é, uma carteira de criptomoedas, e confiar seus recursos financeiros aos cuidados da entidade. Obviamente, o detentor do patrimônio virtual tem todo acesso à sua conta,

porém, oficialmente, as moedas encontram-se sob o controle da *exchange*, ou seja, o investidor deve depositar-lhe bastante confiança como agente fiduciário. Ao contrário do sistema bancário que é altamente regulado na maior parte das grandes economias mundiais, as *exchanges*, até o momento, não se sujeitam às mesmas diretrizes. Assim, há a possibilidade, ainda que pequena, de que alguns contratemplos possam ocorrer, como, o roubo de criptomoedas por *hackers*, vazamento de chaves privadas, esquemas fraudulentos com o intuito de sumir com o dinheiro alheio, entre outros. Isto posto, é importante que se pesquise criteriosamente a credibilidade e o histórico da instituição antes de se aventurar no universo das moedas digitais (HOW-TO GEEK, 2018).

Percebe-se que há determinados riscos envolvendo a negociação via *exchange*. Contudo, aspectos vantajosos também estão presentes. Via de regra, o sistema de segurança de rede de tais companhias é superior ao encontrado nos computadores pessoais. Ademais, a conveniência proporcionada pela integração do serviço de carteira e a dispensabilidade de *backups*, para muitos usuários, excedem os riscos. Portanto, cada indivíduo deve pesar os prós e contras de se utilizar uma carteira de moedas digitais independente, ou, vinculada à uma *exchange*.

Na prática, a compra e venda de criptomoedas se inicia a partir do cadastro na *exchange* escolhida, o qual exige dados como nome, endereço, e-mail, senha, e, dependendo da instituição, até informações da conta bancária que será utilizada na transferência dos recursos financeiros. Em seguida, basta conectar-se à plataforma eletrônica de negociação oferecida, selecionar a moeda que se deseja adquirir, preencher os campos de preço e quantidade, e, por fim, enviar a ordem. As formas de pagamento aceitas mais comuns são transferências bancárias, cartões de crédito e dinheiro (FORTUNE, 2018).

#### 4.2 HÁ IMPOSTO?

Na medida em que as moedas virtuais tornam-se mais conhecidas, reguladores do mundo todo discutem meios de taxar os ganhos de capital obtidos. Em várias regiões, negociadores são obrigados a noticiar as transações para os órgãos responsáveis, sobretudo quando a posição em carteira exibe lucro. Em algumas circunstâncias, a omissão dos ganhos realizados neste mercado pode dar origem a multas significativas. No entanto, deve-se admitir a complexidade que é para os governos rastrear as transações, e, principalmente, vinculá-las às pessoas que as originaram. Isso acontece porque a tecnologia da *blockchain*, onde a mineração e as negociações ocorrem, tem como característica um ambiente de completo anonimato. Além do mais, as *exchanges* costumam exigir poucas informações de seus clientes no momento do cadastro, protegendo a identidade dos usuários e tornando impraticável para as autoridades a tarefa de rastreamento.

Algumas nações entendem que o novo mercado proveniente das criptomoedas pode ser capaz de produzir benefícios ao longo do tempo. Sendo assim, tais países criaram uma atmosfera amigável, arquitetando sistemas tributários livres de impostos. Cingapura é detentora de uma das condições mais propícias, isentando de tarifas qualquer ganho de capital em moeda digital. Na Alemanha, se o aplicador permanecer com sua posição monetária por mais de um ano, está isento de taxas (para posições mais curtas, o imposto é de 28% sobre o lucro). Até este momento a Dinamarca adota uma política de zero imposto para as moedas virtuais, embora essa postura provavelmente se alterará em breve. A Eslovênia cobra tributo apenas da renda dos mineradores digitais, deixando isento o ganho de capital. Na Bielorrússia, com a finalidade de fomentar empresas de tecnologia da informação, um decreto presidencial exonerou qualquer pagamento de imposto nas criptomoedas e sua mineração até o ano de 2023. A decisão foi além e legalizou as ofertas públicas de moedas (GADGET COUNCIL, 2018).

Nos Estados Unidos, para fins fiscais, as moedas virtuais são consideradas propriedade. Desta forma, ao vendê-las, doá-las ou gastá-las com qualquer coisa, caso elas tenham sido compradas antes a um preço inferior, o possuidor fica diante de um fato gerador de tributo. A valorização do capital está sujeita a diferentes alíquotas, se a posição monetária for mantida por menos de um ano, será coletado o imposto de renda comum do país, se for mantida por mais de um ano, será cobrada uma taxa que varia entre 0% e 20% sobre o ganho de capital. Para informar as transações, o contribuinte usará o formulário 8949. Na hipótese de operações com criptomoedas que resultaram em prejuízos, o aplicador tem o direito de abatê-los nos investimentos que foram bem-sucedidos. Desta maneira, obedecendo a determinadas normas, as perdas podem ser usadas para compensar os ganhos, e, no caso de outros tipos de renda, elas também são empregadas até o limite de US\$ 3 mil (CNBC, 2018).

No Brasil, a posse de criptomoeda deve ser informada na declaração anual de imposto de



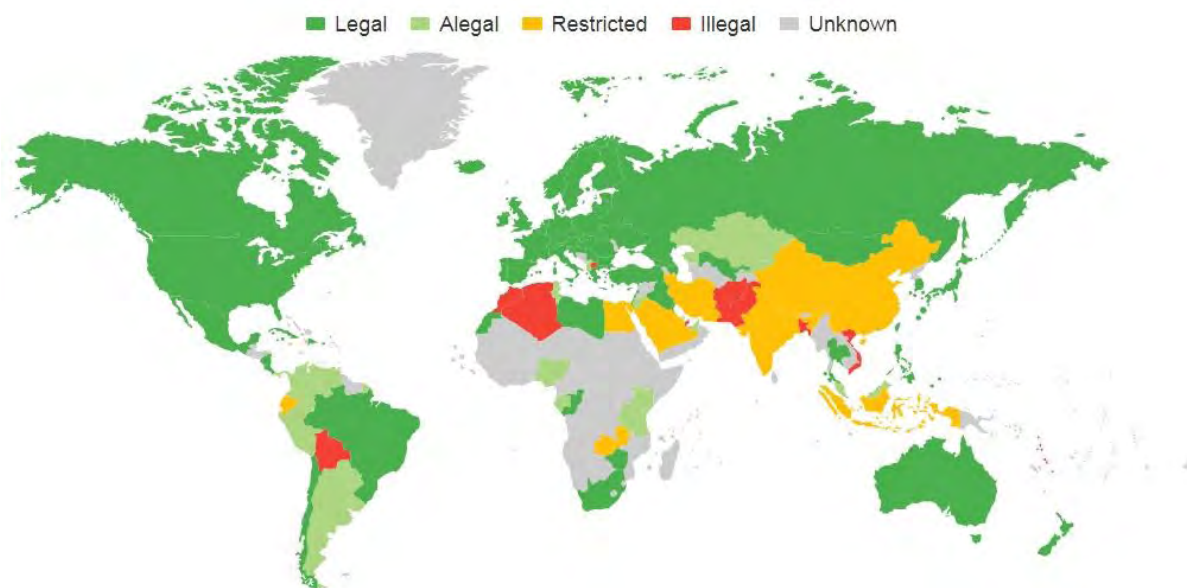
renda, segundo Alcazar, *–embora a criptomoeda não seja regulamentada no Brasil, precisa ser declarada em ‘bens e direitos’ com o código 99 - outros bens e direitos. ...descrevendo no campo o histórico da data da compra, a quantidade, a cotação unitária em moeda corrente nacional’* (INFOMONEY, 2018).

Se o montante vendido for de até R\$ 35 mil, o bem é considerado de pequeno valor, resultando em isenção do imposto sobre ganho de capital para o aplicador. Em caso de vendas que ultrapassem tal montante, haverá incidência de imposto na alíquota de 15% sobre os ganhos que não excederem R\$ 5 milhões. O tributo então deverá ser pago até o último dia útil do mês subsequente.

#### 4.3 É PERMITIDO?

A legalidade de se minerar, negociar e possuir criptomoedas depende da localidade e de como serão utilizadas. Até o momento, a maior parte dos países permite a presença das moedas virtuais, com apenas algumas poucas regiões banindo-as completamente, conforme pode ser observado na figura a seguir. Todavia, em termos globais, ainda há pouca ou nenhuma regulamentação, uma vez que quase todos os governos se encontram nos estágios iniciais de desenvolvimento de leis a respeito do assunto. Autoridades políticas e econômicas de diversos países estão se familiarizando com possíveis conflitos e benefícios gerados pelas criptomoedas, desde questões envolvendo práticas criminais até a perspectiva de inovações financeiras. Em virtude de tratar-se de um novo mercado, inteiramente diferente das concepções monetárias tradicionais e ainda em fase de eclosão, governos do mundo todo permanecem receosos quanto à criação e implementação de regras. Similarmente, instituições do mercado financeiro estudam com cautela as peculiaridades do negócio antes de se comprometerem com alguma deliberação.

Figura 2 - Onde as criptomoedas são ou não legalizadas:



Fonte: COIN DANCE. —“Bitcoin legality by country summary”. 2018.

#### 5 PONTOS DE VISTA

Na literatura é possível encontrar posições que favorecem e rejeitam a ideia das moedas virtuais. Com intenção de atingir maior compreensão sobre o tema, faz-se necessário que este novo mercado resista ao teste do tempo. Certamente ainda serão produzidos estudos mais aprofundados, uma vez que a histeria provocada pela escalada nos preços tornou difícil ignorar o assunto. Desde a publicação em 2008 do artigo de Nakamoto; profissionais das finanças, especuladores, acadêmicos, agentes do governo e cidadãos comuns; têm debatido a potencial influência das criptomoedas no mundo.

As opiniões das pessoas escolhidas para compor o presente artigo basearam-se na compilação da Bloomberg (2018a). A tabela seguinte, em ordem cronológica, é uma seleção de

declarações acerca do mercado de moedas digitais (ou, especificamente, do bitcoin) feitas por diversas personalidades influentes. A atividade que cada indivíduo exerce está brevemente descrita na coluna função, assim como há referência ao respectivo preço do bitcoin no dia em que o comentário foi proferido. Afirmções favoráveis destacam-se pelo fundo na cor verde, enquanto que as desfavoráveis apresentam-se na cor vermelha.

Personalidade	Função	Data	Preço do Bitcoin (US\$)	Afirmção
<b>Milton Friedman</b>	Economista, vencedor do prêmio Nobel de Economia	21/06/1999	0,00	<i>-A internet será uma das principais forças para reduzir o papel do governo. A única coisa que está faltando, mas que em breve será desenvolvida é um dinheiro eletrônico que seja confiável: um método pelo qual, através da internet, você pode transferir fundos de A para B sem que A conheça B ou B conheça A. ...assim como eu posso pegar uma nota de \$20 e entregá-la a você, sem que haja registro de onde ela veio" (FRIEDMAN, 1999, tradução nossa).</i>
<b>Nassim Taleb</b>	Estatístico, escritor de "A lógica do cisne negro"	20/03/2013	64,20	<i>-Bitcoin é o começo de algo grandioso: uma moeda sem governo, algo necessário e imperativo. Mas eu não estou familiarizado com o produto específico para afirmar se é o melhor gatilho potencial. E precisamos de muito tempo para estabelecer confiança" (TALEB, 2013, tradução nossa).</i>
<b>Al Gore</b>	Ex-vice-presidente dos Estados Unidos	20/03/2013	64,20	<i>-Quando o bitcoin é convertido de moeda em dinheiro, essa interface tem que permanecer sob algumas salvaguardas regulatórias. Eu acho que o fato de que dentro do universo bitcoin um algoritmo substitui as funções do governo (...) é realmente muito legal" (PYMNTS, 2013, tradução nossa).</i>
<b>Paul Krugman</b>	Economista, vencedor do prêmio Nobel de Economia	28/12/2013	721,44	<i>"Bitcoin é mau... Até agora, quase toda discussão sobre o bitcoin tem sido economia positiva - isso realmente pode funcionar? E eu tenho que dizer que ainda estou profundamente não convencido" (KRUGMAN, 2013, tradução nossa).</i>

<b>Bill Gates</b>	Co-fundador da Microsoft	02/10/2014	376,86	<i>-Bitcoin é empolgante porque mostra quão barato ele pode ser. Bitcoin é melhor do que moeda, pois você não precisa estar fisicamente no mesmo lugar e, é claro, para grandes transações, o dinheiro pode se tornar muito inconveniente” (BLOOMBERG, 2014, tradução nossa).</i>
<b>Ravi Menon</b>	Diretor-Geral da Autoridade Monetária de Cingapura	29/06/2015	255,53	<i>-Se as moedas digitais irão decolar em grande escala, ainda não se sabe. Mas é um fenômeno que muitos bancos centrais estão observando de perto, incluindo a Autoridade Monetária de Cingapura. E se elas decolarem, não se pode descartar que os próprios bancos centrais emitam moedas digitais algum dia!” (MENON, 2015, tradução nossa).</i>
<b>Haruhiko Kuroda</b>	Presidente do Banco Central japonês	23/08/2016	580,94	<i>"Dado que o desenvolvimento de serviços financeiros tem sido apoiado por livros-razão como infra-estrutura básica de informação, as mudanças radicais em como os livros são mantidos podem ter o potencial de mudar significativamente a estrutura dos serviços financeiros" (KURODA, 2016, p. 2, tradução nossa).</i>
<b>Robert Shiller</b>	Economista, vencedor do prêmio Nobel de Economia	05/09/2017	4.458,44	<i>-O melhor exemplo (de uma bolha especulativa) atualmente é o bitcoin” (QUARTZ, 2017, tradução nossa).</i>
<b>James Gorman</b>	CEO do Morgan Stanley	27/09/2017	4.154,27	<i>-<del>(Bitcoin é)</del> certamente algo maior do que apenas uma moda passageira... O conceito de moeda anônima é muito interessante - interessante pela proteção de privacidade que oferece às pessoas, interessante pela mensagem que passa aos bancos centrais sobre como controlar isso” (BLOOMBERG, 2017a, tradução nossa).</i>
<b>Christine Lagarde</b>	Diretora-Geral do Fundo Monetário Internacional (FMI)	29/09/2017	4.171,25	<i>-Há não muito tempo atrás, alguns especialistas argumentavam que os computadores pessoais nunca seriam adotados e que os tablets seriam usados apenas como bandejas de café caras. Portanto, acho que talvez não seja prudente descartar as moedas virtuais. ...países com instituições fracas e moeda local instável (...) devem observar um uso crescente” (LAGARDE, 2017, tradução nossa).</i>

<b>Larry Fink</b>	CEO da BlackRock	03/10/2017	4.283,49	"Bitcoin apenas mostra quanta demanda por lavagem de dinheiro existe no mundo" (BLOOMBERG, 2017b, tradução nossa).
<b>Sergio Ermotti</b>	CEO do UBS	10/10/2017	4.873,10	-As pessoas são mais curiosas do que realmente dispostas a investir. Eu não acho que haja algum desejo significativo de indivíduos de alta renda para fazer grandes apostas nesse tipo de fenômeno" (BLOOMBERG, 2017c, tradução nossa).
<b>Ben Bernanke</b>	Ex-presidente do Federal Reserve	17/10/2017	5.577,30	-Bitcoin é uma tentativa de substituir a moeda fiduciária tradicional e evitar a regulamentação e a intervenção governamental. Eu não acho que isso será um sucesso" (BERNANKE, 2017, tradução nossa).
<b>Brian Moynihan</b>	CEO do Bank of America	26/10/2017	5.842,24	"Deve haver um olhar atento para a política de moedas anônimas, porque a capacidade de rastrear informações de fluxo de dinheiro é uma que usamos seriamente contra o terrorismo e como (uma ferramenta) contra o comportamento impróprio e ilegal" (CNBC, 2017c, tradução nossa).
<b>Warren Buffett</b>	Mega-investidor, CEO da Berkshire Hathaway	29/10/2017	5.753,70	"As pessoas ficam animadas com grandes movimentos de preços, e Wall Street se acomoda... Você não pode precificar o bitcoin porque ele não é um ativo que gera valor. (É uma) verdadeira bolha" (MARKETWATCH, 2017, tradução nossa).
<b>Lloyd Blankfein</b>	CEO do Goldman Sachs	02/11/2017	7.057,82	"Eu não tenho investimento nisso (bitcoin), mas não estou disposto a ridicularizar, e é por isso que eu digo que estou aberto a isso" (BLOOMBERG, 2017d, tradução nossa).
<b>Tidjane Thiam</b>	CEO do Credit Suisse	02/11/2017	7.057,82	"Pelo que podemos identificar, a única razão hoje para se comprar ou vender bitcoin é ganhar dinheiro, o que é a própria definição de especulação e a própria definição de bolha" (BLOOMBERG, 2017e, tradução nossa).
<b>Joseph Stiglitz</b>	Economista, vencedor do prêmio Nobel de Economia	29/11/2017	10.193,45	-O bitcoin é bem-sucedido somente por causa de seu potencial de burla e falta de supervisão, então me parece que deveria ser banido. Não serve para qualquer função social que seja útil" (BLOOMBERG, 2017f, tradução nossa).

<b>Janet Yellen</b>	Ex-presidente do Federal Reserve	13/12/2017	16.752,00	"Não é uma reserva de valor estável e não se constitui em uma moeda legal. É um ativo altamente especulativo, e o FED realmente não exerce qualquer papel regulatório com relação ao bitcoin, a não ser assegurar que as organizações bancárias que supervisionamos estejam atentas para gerenciar apropriadamente quaisquer interações que tenham com os participantes desse mercado" (BLOOMBERG, 2017g, tradução nossa).
<b>Jamie Dimon</b>	CEO do JPMorgan Chase	09/01/2018	14.554,08	"Eu me arrependo de fazer comentários dizendo que o bitcoin é uma fraude. (...) A blockchain é real. Você pode ter criptomoeda e dólar e coisas desse tipo" (BLOOMBERG, 2018b, tradução nossa).
<b>Theresa May</b>	Primeira-ministra do Reino Unido	25/01/2018	11.256,52	"Deveríamos estar olhando para criptomoedas como o bitcoin com muita seriedade justamente por causa da maneira como elas podem ser usadas, particularmente por criminosos" (BLOOMBERG, 2018c, tradução nossa).

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um curto espaço de tempo, a percepção do público quanto às criptomoedas se transformou de algo discutido somente por indivíduos pertencentes ao submundo da internet para algo que despertou a atenção até mesmo de celebridades internacionais. A mídia tem apresentado ampla cobertura à matéria, dando para muitos a sensação de que estão perdendo a oportunidade extraordinária de participar do movimento, o qual, ao que tudo indica, enriqueceu rapidamente os que entraram. O bitcoin surgiu e, de repente, todos ao redor têm uma opinião e conversam sobre isso.

Assim, o artigo descreveu a respeito dos cuidados que se deve ter ao negociar moedas digitais, especialmente com relação à escolha da *exchange*, pois há riscos que excedem a mera oscilação de preço. Similarmente, na maioria dos países, ainda não existe regulamentação em vigor e apenas agora eles estão definindo as questões tributárias. Entretanto, os governos estão se movimentando na tentativa de determinar como lidar com as criptomoedas e qual o tratamento jurídico que elas devem receber. Observou-se que algumas localidades acolhem bem a ideia enquanto outras resistem fortemente.

Da mesma forma, as opiniões se dividem entre os participantes do sistema financeiro. Certos agentes econômicos vêem com entusiasmo o potencial do mercado de moedas digitais, em contrapartida, há os que defendem o ponto de vista da exuberância irracional, isto é, sustentam que as criptomoedas estão artificialmente caras e inevitavelmente devem perder valor. A natureza volátil dos preços estimula a especulação por parte dos operadores, intensificando também as controversas discussões no campo financeiro. Conforme as citações apresentadas no artigo evidenciam, profissionais emitem avaliações profundamente distintas no que tange ao assunto. As afirmações negativas geralmente se voltam para os riscos de mercado ou para questões de legalidade. Os riscos de mercado englobam a hipótese de toda a concepção da *blockchain* simplesmente não funcionar, e, principalmente, a possibilidade de uma bolha especulativa motivada pela dificuldade em precificar tais ativos. As questões de legalidade envolvem o desafio de identificar os indivíduos por trás das transações em decorrência do anonimato, o que propicia práticas como a lavagem de dinheiro, ocultação de atividades criminais e terrorismo. As afirmações positivas têm a ver, sobretudo, com o aspecto da inovação, como a agilidade, o baixo custo, a descentralização, etc. Portanto, tendo em vista a multiplicidade de declarações favoráveis e desfavoráveis, é razoável supor que ainda seja

cedo para se concluir com precisão as reais implicações das criptomoedas.

Todavia, são plausíveis as razões pelas quais as moedas virtuais foram criadas, uma delas constitui-se em promover o acesso a transações financeiras ao redor do mundo, que da forma tradicional, seriam impraticáveis. O avanço tecnológico trazido pela *blockchain* pode ser igualmente aplicado nas demais áreas, facilitando as atividades cotidianas das pessoas. Documentos públicos, registros de consultas médicas, histórico acadêmico, são alguns exemplos de arquivos que podem ser armazenados e inspecionados prontamente em um mecanismo de *blockchain*, economizando tempo, dinheiro e aumentando a confiabilidade. Sendo assim, parece improvável que o mercado de criptomoedas se dissipe, mesmo que no futuro outras moedas se tornem mais fortes do que o bitcoin.

## REFERÊNCIAS

BERNANKE, B. —Former fed chairman Ben Bernanke believes bitcoin unlikely to succeed”. Por Jacob J. em 18 de outubro, 2017. **Cointelegraph**. Disponível em: <https://cointelegraph.com/news/former-fed-chairman-ben-bernanke-believes-bitcoin-unlikely-to-succeed>. Acesso em 28 jun. 2018.

BLOOMBERG. —Bill Gates: bitcoin is exciting because it's cheap”. 2014. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/videos/2014-10-02/bill-gates-bitcoin-is-exciting-because-its-cheap>. Acesso em 27 jun. 2018.

BLOOMBERG. —Bitcoin more than just a fad, Morgan Stanley CEO says”. 2017a. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-09-27/bitcoin-more-than-just-a-fad-morgan-stanley-ceo-gorman-says>. Acesso em 28 jun. 2018.

BLOOMBERG. —Larry Fink says cryptocurrencies show level of money laundering”. 2017b. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-10-03/larry-fink-says-cryptocurrencies-show-level-of-money-laundering>. Acesso em 28 jun. 2018.

BLOOMBERG. —Wealthy remain curious but skeptical about bitcoin, UBS CEO says”. 2017c. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-10-10/wealthy-remain-curious-but-skeptical-about-bitcoin-ubs-ceo-says>. Acesso em 28 jun. 2018.

BLOOMBERG. —Blankfein says don't dismiss bitcoin”. 2017d. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-11-02/blankfein-says-don-t-dismiss-bitcoin-while-still-pondering-value>. Acesso em 29 jun. 2018.

BLOOMBERG. —Bitcoin is the very definition of a bubble, Credit Suisse CEO says”. 2017e. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-11-02/bitcoin-is-very-definition-of-a-bubble-credit-suisse-ceo-says>. Acesso em 29 jun. 2018.

BLOOMBERG. —Bitcoin ought to be outlawed' Nobel prize winner Stiglitz says”. 2017f. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-11-29/bitcoin-ought-to-be-outlawed-nobel-prize-winner-stiglitz-says-jal10hxd>. Acesso em 29 jun. 2018.

BLOOMBERG. —Yellen says bitcoin is a highly speculative asset”. 2017g. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-12-13/yellen-says-cryptocurrency-bitcoin-is-highly-speculative-asset>. Acesso em 29 jun. 2018.

BLOOMBERG. —Bitcoin bulls and bears”. 2018a. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/features/bitcoin-bulls-bears>. Acesso em 28 jun. 2018.

BLOOMBERG. —Dimon says he regrets calling bitcoin a 'fraud'”. 2018b. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-01-09/dimon-says-he-regrets-bitcoin-comments-calls-blockchain-real>. Acesso em 29 jun. 2018.

BLOOMBERG. —May urges bitcoin, brexit, and London's role as financial center”. 2018c. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/videos/2018-01-25/may-urges-very-serious-bitcoin-monitoring-video>. Acesso em 29 jun. 2018.

BMO NESBITT BURNS. "An introduction to bitcoin and other cryptocurrencies". out. 2017. Disponível em: [https://nesbittburns.bmo.com/getimage.asp?content\\_id=79946](https://nesbittburns.bmo.com/getimage.asp?content_id=79946). Acesso em 18 jan. 2018.

CNBC. —Bitcoin's creator may be worth \$6 billion — but people still don't know who it is". Por Sophie Bearman em 27 de outubro, 2017a. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2017/10/27/bitcoins-origin-story-remains-shrouded-in-mystery-heres-why-it-matters.html>. Acesso em 19 jan. 2018.

CNBC. —People are 'underestimating' the 'great potential' of bitcoin, billionaire Peter Thiel says". Por Arjun Kharpal em 26 de outubro, 2017b. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2017/10/26/bitcoin-underestimated-peter-thiel-says.html>. Acesso em 4 jul. 2018.

CNBC. —Bank system better at tracking illegal activity than digital currencies like bitcoin, says BofA CEO Moynihan". Por Evelyn Cheng em 26 de outubro, 2017c. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2017/10/26/banks-beat-bitcoin-at-tracking-illegal-use-says-bofa-ceo-moynihan.html>. Acesso em 29 jun. 2018.

CNBC. —Here's what can happen if you don't pay taxes on bitcoin". Por Ali Montag em 21 de fevereiro, 2018. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2018/02/20/how-to-know-whether-you-owe-taxes-on-bitcoin.html>. Acesso em 12 jul. 2018.

COIN DANCE. —Bitcoin legality by country summary". 2018. Disponível em: <https://coin.dance/poli/legality>. Acesso em 20 jul. 2018.

COINMAP. 2018. Disponível em: <https://coinmap.org>. Acesso em 20 jul. 2018.

COINMARKETCAP. —All Cryptocurrencies". 2018. Disponível em: <https://coinmarketcap.com/all/views/all/>. Acesso em 16 jul. 2018.

CUSTODIO, N. —Explain bitcoin like I'm five". Por Nik Custodio em 12 de dezembro, 2013. Disponível em: <https://medium.freecodecamp.org/explain-bitcoin-like-im-five-73b4257ac833>. Acesso em 16 jan. 2018.

FORTUNE. —This is your guide to buying bitcoin". Por Kirsten Korosec em 3 de janeiro, 2018. Disponível em: <http://fortune.com/2018/01/03/bitcoin-buy-how-to-cryptocurrency>. Acesso em 9 jul. 2018.

FRIEDMAN, M. —How economist Milton Friedman predicted bitcoin". Por Daniel Cawrey em 5 de março, 2014. **Coindesk**. Disponível em: <https://www.coindesk.com/economist-milton-friedman-predicted-bitcoin>. Acesso em 27 jun. 2018.

GADGET COUNCIL. —Cryptocurrency tax havens – countries with 0% tax on bitcoin". Por Ricardo Martinez em 8 de maio, 2018. Disponível em: <https://www.gadgetcouncil.com/cryptocurrency/tax-free-countries>. Acesso em 12 jul. 2018.

HOW-TO GEEK. —Whats the difference between a bitcoin wallet and an exchange?". Por Chris Hoffman em 6 de abril, 2018. Disponível em: <https://www.howtogeek.com/347464/whats-the-difference-between-a-bitcoin-wallet-and-an-exchange>. Acesso em 9 jul. 2018.

INFOMONEY. —Como declarar bitcoin e outras criptomoedas no imposto de renda". Por Rodrigo Tolotti Umpieres em 23 de fevereiro, 2018. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/bitcoin/noticia/7283840/como-declarar-bitcoin-outras-criptomoedas-imposto-renda>. Acesso em 12 jul. 2018.

INVESTOPEDIA. —How does bitcoin mining work?". 2018. Disponível em: <https://www.investopedia.com/tech/how-does-bitcoin-mining-work>. Acesso em 18 jan. 2018.

KRUGMAN, Paul. —Bitcoin's Evil". Por Paul krugman em 28 dez. 2013. **The New York Times**.

Disponível em: [https://krugman.blogs.nytimes.com/2013/12/28/bitcoin-is-evil/?\\_r=0](https://krugman.blogs.nytimes.com/2013/12/28/bitcoin-is-evil/?_r=0). Acesso em 27 jun. 2018.

KURODA, H. FinTech Forum. Tóquio: BIS central bankers' speeches, ago. 2016.

LAGARDE, C. —“Central banking and fintech - a brave new world?”. Por Christine Lagarde em 29 set. 2017. **Bank of England conference**. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2017/09/28/sp092917-central-banking-and-fintech-a-brave-new-world>. Acesso em 28 jun. 2018.

LEE, M.; MARTIN, A. —“What do cryptocurrencies have to do with trust?”. Por Michael Lee e Antoine Martin em 9 de fevereiro, 2018. **Federal Reserve Bank of New York Liberty Street Economics (blog)**. Disponível em: <http://libertystreeteconomics.newyorkfed.org/2018/02/hey-economist-what-do-cryptocurrencies-have-to-do-with-trust.html>. Acesso em 4 jul. 2018.

MARKETWATCH. —“Inside Warren Buffett's master class on bitcoin, self-driving vehicles - and life”. 2017. Disponível em: <https://www.marketwatch.com/story/warren-buffetts-master-class-on-bitcoin-self-driving-vehicles-clean-energy-and-life-2017-10-26>. Acesso em 29 jun. 2018.

MAZER, T. *Bitcoin: a worldwide currency?*. Tese. Rotterdam: Erasmus University, 2015.

MENON, Ravi. —“A smart financial centre”. 2015. **Monetary Authority of Singapore**. Disponível em: <http://www.mas.gov.sg/news-and-publications/speeches-and-monetary-policy-statements/speeches/2015/a-smart-financial-centre.aspx>. Acesso em 27 jun. 2018.

NAKAMOTO, Satoshi. —“Bitcoin a peer-to-peer electronic cash system”. nov. 2008. Disponível em: <https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>. Acesso em 19 jan. 2018.

PYMNTS. —“Al Gore speaks on Mobile Money and The Global Mind”. 2013. Disponível em: <https://www.pymnts.com/uncategorized/2013/al-gore-speaks-on-mobile-money-and-the-global-mind/>. Acesso em 29 jun. 2018.

QUARTZ. —“Robert Shiller wrote the book on bubbles”. 2017. Disponível em: <https://qz.com/1067557/robert-shiller-wrote-the-book-on-bubbles-he-says-the-best-example-right-now-is-bitcoin>. Acesso em 27 jun. 2018.

TALEB, N. —“I am Nassim Taleb, author of Antifragile, AMA”. 2013. **Reddit**. Disponível em: [https://www.reddit.com/r/IAMA/comments/1aoi0s/iam\\_nassim\\_taleb\\_author\\_of\\_antifragile\\_ama/c8zb3d8/](https://www.reddit.com/r/IAMA/comments/1aoi0s/iam_nassim_taleb_author_of_antifragile_ama/c8zb3d8/). Acesso em 29 jun. 2018.

ULRICH, Fernando. **Bitcoin: a moeda na era digital**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2014.

VER, R. set. 2017. **Twitter**. Disponível em: <https://twitter.com/rogerkver/status/904842068303872000>. Acesso em 4 jul. 2018.

## FIGURAS

Figura 1 - Mapa-múndi da aceitação do bitcoin como meio de pagamento.....	5
Figura 2 - Onde as criptomoedas são ou não legalizadas.....	8



***Cultura organizacional e sua aplicação no setor agroindustrial***

*Organizational culture and its application in the Agribusiness sector*

Desenvolvimento e Integração Regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

Silva, Clevelandio Margio  
Uni-FACEF

Mestrando em Desenvolvimento Regional, bacharel em Ciência da Computação pela UFSCar (2007)  
e especialista em Segurança da Informação pelo Mackenzie (2015)  
[cmscontas@gmail.com](mailto:cmscontas@gmail.com)

Carvalho Neto, Silvio  
Uni-FACEF

Pós-doutor em Tecnologia Aplica a Educação pela Stanford (2013),  
Doutor em administração pela USP (2009)  
[silviocarvalhoneto@gmail.com](mailto:silviocarvalhoneto@gmail.com)

## **Resumo**

O agronegócio costuma estar fortemente associado ao desenvolvimento do Brasil e atualmente possui grande peso na balança comercial brasileira. Na ótica do desenvolvimento regional existem evidências de que o crescimento da agricultura pode contribuir de modo geral para o desenvolvimento. O objetivo desse artigo é desenvolver uma análise reflexiva sobre Cultura Organizacional, Competência Organizacional e Liderança e sua aplicação no setor agroindustrial. Serão apresentados estudos de casos para relacionar os conceitos estudados e as barreiras e condutores ao processo de assimilação de novas tecnologias e de novos contextos de mercado. Esse estudo destaca que é possível perceber que a Cultura Organizacional deve ser assimilada pela liderança no processo de tomada de decisão já que ela tem um grande peso nas organizações do setor agroindustrial.

**Palavras-chave:** Cultura Organizacional, Agronegócio, Desenvolvimento Regional.

## **Abstract**

Agribusiness is usually strongly associated with the development of Brazil and currently has great weight in the Brazilian trade balance. From the point of view of regional development, there is evidence that the growth of agriculture can contribute generally to development. The objective of this article is to develop a reflexive analysis on Organizational Culture, Organizational Competence and Leadership and its application in the Agribusiness sector. Case studies will be presented to relate the concepts studied and the barriers and drivers to the process of assimilation of new technologies and new market contexts. This study highlights that it is possible to perceive that the Organizational Culture must be assimilated by the leadership in the decision-making process since it has a great weight in organizations of the Agribusiness sector.

**Keywords:** Organizational Culture, Agribusiness, Regional Development.

## **1 INTRODUÇÃO**

O agronegócio costuma estar fortemente associado ao desenvolvimento do Brasil e atualmente possui grande peso na balança comercial brasileira. Segundo dados do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA, 2018 de 1997 a 2017 o agronegócio exportou 40,6% do total em reais exportados pelo Brasil e importou 8,8%, ou seja, contribui muito positivamente para o saldo da balança comercial.

Na ótica do desenvolvimento regional existem evidências de que o crescimento da agricultura pode contribuir de modo geral para o desenvolvimento (Prabhu Pingali (2007)), então estudos que visem o aprimoramento das empresas (ou organizações) desse setor também estarão contribuindo para o progresso em um sentido mais amplo.

O objetivo desse artigo é desenvolver uma análise reflexiva sobre Cultura Organizacional, Competência Organizacional e Liderança e sua aplicação no setor agroindustrial.

Como metodologia foi adotada uma consulta ao referencial teórico em bases de dados de pesquisa, os artigos foram selecionados e referenciados conforme a necessidade desse estudo.

Os trabalhos sobre Cultura Organizacional surgiram com mais clareza a partir da década de 60 quando o processo de globalização das empresas começou a ser intensificado. No capítulo 2 será apresentado que foi percebido que as organizações possuem premissas e valores que norteiam suas decisões e que elas são influenciadas pela cultura do local.

A Competência Organizacional está enquadrada no contexto maior de cultura, mas pode ser estudada em específico devido a sua relevância. No capítulo 3 será apresentado como se dá o aprendizado coletivo nas organizações e sua integração com variados fluxos tecnológicos.

A Liderança é outro tema pertencente ao contexto desse estudo que merece destaque, pois a liderança pode ter um grande peso no processo de transformação da cultura. No capítulo 4 serão discutidos os mecanismos primários e secundários de influência nos valores da empresa.

Na sequência do artigo serão apresentados estudos de casos para relacionar os conceitos estudados e as barreiras e condutores ao processo de assimilação de novas tecnologias e de novos contextos de mercado.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A Cultura Organizacional surgiu na década de 60 como resposta as necessidades de grandes empresas espalhadas pelo mundo e que enfrentavam o desafio de reproduzir suas práticas em um novo mercado, com mão-de-obra barata e menos recursos (Maria Tereza Leme Fleury (2009)).

Ao longo do desenvolvimento do conceito alguns debates foram importantes, por exemplo, Linda Smircich (1983) revisou a literatura com o objetivo de examinar a ligação que há entre cultura propriamente dita (oriunda da antropologia) e cultura organizacional. O autor observou que em alguns estudos se buscou reconhecer padrões de comportamento e crenças relacionadas as práticas gerenciais em diversos países. Em outros estudos se procurou trabalhar com as dimensões da cultura organizacional e com sua influência nas organizações. Uma terceira vertente observada está relacionado a um sistema de pensamento, no qual seus membros agem para intervir na organização.

Em Hofstede (1991) foi apresentado às quatro dimensões da cultura: Distância do Poder; Individualismo versus Coletivismo; Masculinidade versus Feminilidade e Desvio da incerteza. Os valores se manifestam por uma forte contradição entre positivo e negativo, feio e bonito e são carregados ao longo de gerações e assimilados nos 10 primeiros anos de vida. Já as práticas são aprendidas e esquecidas ao longo da vida. Com isso, foi recomendado para estudos futuros que a unidade matriz de uma organização adaptasse seu gerenciamento ao país para se obter um melhor relacionamento com as pessoas locais.

Para Edgar H. Schein (1990) cultura organizacional é um conjunto de premissas criadas, descobertas ou desenvolvidas por um grupo e usadas para aprender a lidar com problemas de adaptação externos e que serviram ao seu propósito, então são passadas aos novos membros. O autor também afirma que existem valores e premissas informais no mundo das organizações que não podem ser

capturados apenas por artefatos visíveis e precisam ser observadas as iterações entre as pessoas.

O autor W.R. Bion (1961) é um psiquiatra com reconhecimento por seus trabalhos relacionados as dinâmicas de grupo. Ele afirmou que a cultura de um grupo é um conflito entre os desejos do indivíduo e a mentalidade do grupo, então sinais de premissas básicas subjacentes podem ser observadas a partir desse conflito.

Em seu artigo Maria Tereza Leme Fleury; Rosa Maria Fischer (1992) adicionam a dimensão política ao debate, na qual, valores básicos e premissas expressas por elementos simbólicos podem ser usados para instrumentalizar relações de poder.

A Competência Organizacional emerge desse contexto na medida em que atua para o aprendizado coletivo e pode influenciar a transformação dos valores e premissas e pode ser definida como o aprendizado coletivo em uma organização, especialmente em como coordenar variadas habilidades de produção e integrar variados fluxos de tecnologia (C K Prahalad et al. (1990)). Também pode ser associada a maneira de expressar o quão bem a empresa realiza suas atividades necessárias (John Mills et al. (2002)).

Competências organizacionais estão enraizadas no Resources Based View of the firm – RBV (Visão Baseada em Recursos em tradução livre). Diferentemente de outros estudos focados em variáveis ambientais, o RBV está focado na empresa e sugere que a aplicação superior de recursos pode ser o principal recurso para se obter vantagem competitiva. Os autores Margaret A. Peteraf; Jay B. Barney (2003) apresentam uma abordagem de RBV para avaliar quando uma vantagem competitiva surge de específicos e escassos recursos e é usado em um alto padrão superior aos competidores. Então, a diferença de desempenho entre empresas pode ser atribuída a diferença de recursos que elas possuem e na maneira que sem empregados. Um recurso pode ser considerado superior quando permite otimizar o processo produtivo e melhor satisfaz as necessidades do consumidor.

Em outro trabalho foram analisados alguns casos de empresas e se identificou que o desempenho é menos provável de imergir em organizações nas quais as práticas não estão de acordo com os valores da organização (Mills, J. (2007)).

O Autor Zarifian, P. (2001) apresenta a noção de que para desenvolver sua competência as pessoas precisam compreender e compartilhar os valores da companhia, ou seja, o contexto é importante.

Françoise Delamare Le Deist; Jonathan Winterton (2005) ajudam a exemplificar o conceito anterior ao mostrar que o profissional mobiliza sua competência em decorrência da participação de um projeto que faz sentido para ele. O autor também observa que a transmissão de uma competência individual para coletiva ocorre por aceitação e se dá quando algo faz sentido para o grupo (significados compartilhados). Esses significados compartilhados podem ser o compromisso com as regras, valores coletivos, prioridades, interpretação de esquemas e referências comuns.

Já C K Prahalad et al. (1990) falam a respeito do DNA da empresa no qual fazem parte as premissas de um setor, o conhecimento de como ganhar dinheiro nesse setor específico, de quem são os competidores, de que os clientes precisam, de quais tecnologias são viáveis. O DNA também inclui as crenças, valores e normas relacionadas a melhor maneira de motivar as pessoas, o balanço ideal entre cooperação e competitividade, o interesse dos acionistas, cliente e empregados e o comportamento que deve ou não ser encorajado. Essas convicções (DNA), pelo menos em parte, são produtos do meio e quando o meio muda muito e rápido esse DNA pode se tornar uma ameaça à sobrevivência da organização. Os autores observam que a cultura pode ter uma abordagem negativa ao prender a organização no passado e que transformações são necessárias para permitir o desenvolvimento de competências para o futuro.

O autor Jay Barney (1986) relaciona cultura e desempenho financeiro sustentável e menciona que são necessárias três condições para permitir vantagens competitivas sustentáveis: a cultura precisa ser valiosa (permite fazer as coisas e ter um comportamento que levem a um caminho de liderança

de vendas, a um baixo custo e a altas margens de lucro); precisa ser rara; não pode ser perfeitamente imitável.

A cultura expressa um conjunto de valores construídos ao longo da história da empresa e que vem sendo desenvolvidos como parte de processos internos e da adaptação externa. A Cultura possui raízes profundas que podem ser associadas como o DNA da organização. Por outro lado, competências organizacionais resultam de ações coordenadas de mobilização de recursos com o propósito de responder as estratégias estabelecidas pela organização. Como a cultura, a competência surge e se desenvolve ao longo do tempo, entretanto suas raízes são menos profundas (Maria Tereza Leme Fleury (2009)).

A Liderança exerce uma influência importante no processo de assimilação de novas tecnologias, pois pode ter a força para barrar as inovações ou pode ter a força para incentivar transformações positivas para a organização. Então, antes de entrar no tema da liderança é necessário compreender a dinâmica de como a cultura organizacional é criada. Segundo Edgar H. Schein (1990) existem dois processos principais: o primeiro ele chama de incidentes críticos e o segundo ele chama de identificação com a liderança.

Os incidentes críticos são chamados assim, pois são o resultado de um mecanismo de ação e reação, ou seja, considerando as crenças e valores da organização e de seus empregados, a cada ação haverá uma reação baseada na cultura organizacional. Esse próprio mecanismo ao interagir com a cultura é também responsável por sua modificação.

A identificação com a liderança é como os fundadores ou executivos importantes se relacionam com os stakeholders (incluindo os clientes nesse rol), assim tendo uma forte influência na cultura organizacional.

Edgar H. Schein (1990) apresenta os mecanismos primários de incorporação da visão dos líderes na cultura:

- a) o que os líderes prestam atenção para mensurar e controlar.
- b) como os líderes reagem aos incidentes críticos.
- c) modelagem deliberada de papéis e treinamento.
- d) critério operacional para alocação de recursos e status.
- e) critérios operacionais para recrutamento, seleção, promoção, aposentadoria e demissão.

Ele também apresenta os mecanismos secundários de articulação e reforço:

- a) a estrutura da organização.
- b) sistemas e processos da organização.
- c) desenho físico do escritório.
- d) histórias, lendas, mitos e símbolos.
- e) declarações formais da filosofia, crenças e regras.

Partindo do estudo do referencial teórico estudado até o presente momento se torna necessário relacionar esses conceitos com situações práticas que possam servir de exemplo, então a seguir

serão apresentados estudos de casos relacionados aos temas estudados.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Com o objetivo de exemplificar casos práticos relacionados aos temas estudados foi feita uma consulta ao referencial teórico em bases de dados de pesquisa. A partir dessas buscaram foram selecionados estudos de casos que serão apresentados no próximo capítulo desse artigo.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **4.1 Estudo de casos com foco na cultura organizacional**

Os casos da Embraco e da Votorantim Cimentos foram apresentados por Maria Tereza Leme Fleury (2009) de acordo com a recomendação metodológica de (Kathleen M Eisenhardt; Kathleen M Eisenhardt (1989)) com coleta de dados via análise de documentos, entrevistas e observação. Fontes primárias e secundárias foram consultadas, tais como documentos oficiais e publicações sobre a organização, entrevistas com diretores, gerentes e executivos, e observação durante visitas às organizações. Esses casos reforçam que as organizações precisam ter um pessoal diversificado, revisar constantemente valores e crenças para se ter uma visão mais ampla da realidade e permitir o desenvolvimento de competências capazes de garantir um futuro viável.

##### **4.1.1 O caso Embraco**

A Empresa Brasileira de Compressores S.A - Embraco nasceu no Brasil em 1971 e a partir dos anos 90 começou seu processo de internacionalização e é um dos líderes em participação no mercado global de compressores. Durante seu processo de internacionalização sofreu algumas dificuldades tais como:

- Caso Itália: a cultura autoritária brasileira está presente na cultura da empresa e sofreu resistência na Itália, um país menos autoritário e individualista. A empresa precisou repensar sua gestão no país e aprender a negociar com os sindicatos.
- Caso China: o desafio foi introduzir competências técnicas e operacionais em plantas com problemas de qualidade.
- Caso Slovakia: A ex república soviética não possuía pessoas capacitadas para assumir posições de lideranças, havia uma falta de iniciativa oriunda da cultura altamente hierárquica da URSS.

Esse estudo de caso exemplifica como o choque entre a cultura da matriz e de suas filiais em outros países podem dificultar a administração da organização localmente.

##### **4.1.2 O caso Votorantim Cimentos**

O grupo Votorantim nasceu no Brasil em 1918 e atua em diversas áreas tais como cimento, celulose, alumínio entre outras. A partir de 2001 começa o seu processo de internacionalização ao adquirir empresas no exterior tais como:

- Caso Americano: Foi necessário a assimilação do transporte fluvial e da venda de cimento puro por volume.
- Caso Canadense: Os gestores brasileiros expatriados costumavam reclamar que os canadenses seguiam a risca o horário de trabalho para garantir o seu tempo livre de prazer.

Esse estudo exemplifica que a organização precisa estar preparada para assimilar novas práticas de

negócios e de gestão de pessoas.

#### **4.2 Estudos de casos com foco no setor agroindustrial**

O setor agroindustrial está inserido em uma cadeia global de competitividade, muitos dos produtos (como café, soja e milho) possuem seus preços determinados em Bolsas de valores internacionais e os insumos costumam acompanhar a variação do dólar. Sendo assim, as organizações desse setor não podem mais ser administradas empiricamente segundo tradições familiares para serem capazes de competir nesse mercado.

A seguir serão apresentados exemplos de como a Cultura Organizacional pode agir positiva ou negativamente na administração de empresas desse setor.

#### **4.2 Geração de competência em fazenda**

Esse caso é apresentado por (Uiara Bandineli; Julia Issy (2015)) e visou estudar a transformação da competência na adoção de novas tecnologias em uma fazenda classificada como agricultura familiar.

Esse estudo apresenta o conceito da análise ergonômica do trabalho, no qual, visa entender o processo de transformação que ocorre na cultura organização quando o contexto impõe mudanças. Assim, essa análise tenta identificar competências que são mobilizadas para criar um ambiente favorável à assimilação de uma nova tecnologia.

Foi constatado pelo autor que a observação é uma ferramenta de transformação usada pelos fazendeiros, pois uma prática era continuada ou descontinuada a partir do julgamento interno sobre o fato observado.

#### **4.3 Adoção de software na modernização no processo produtivo do café**

Esse caso é apresentado por André Luiz Zambalde (2000) que estudou o impacto da adoção de software na modernização do processo produtivo de produção de cafés especiais no sul de Minas Gerais. Os dados foram coletados com produtores rurais, cooperativas, torrefadores e indústrias produtoras de café solúvel.

O autor observou que foi possível constatar ganho de produtividade resultante desse processo de modernização, porém as organizações melhores estruturadas conseguiram fazer melhor proveito do investimento realizado.

#### **4.4 Estudo de caso: adoção de ERP na agricultura**

Este caso é apresentado por C. N. Verdouw et al. (2015) que estudou a adoção de software ERP (Enterprise Resource Planning) no setor hortifrúti Holandês.

O ERP é um sistema integrado de software de gestão com pacotes de múltiplas funções, serve para evitar a fragmentação do fluxo da informação entre unidades de negócio e sistemas.

A pesquisa demonstrou que a aplicação de ERP na agricultura era considerada limitada, porém a partir de novas tecnologias de ERP que viabilizaram um menor acoplamento dos módulos, permitindo maior flexibilidade, foi possível conseguir ganhos de produtividade a partir do uso desse tipo de ferramenta.

Também observaram as principais barreiras para o sucesso da iniciativa:

- Dificuldade de compatibilizar o sistema com os valores da organização.
- Elevada complexidade da transformação.
- Necessidade de um alto nível de detalhamento dos requisitos.
- Falta de correspondência entre os módulos do sistema com os processos de negócio.
- Foco no problema e não na melhoria do processo.

Também levantaram os condutores mais importantes:

- Se o líder observar o benefício será mais fácil implantar as mudanças na organização.
- O sistema permite estruturar a empresa para uma abordagem de tomada de decisão.
- Facilita o fluxo de informação devido à digitalização de informação.
- Se houver uma boa relação com os consultores poderão haver melhores resultados.

## 5 Considerações Finais

Nesse artigo foi possível concluir que a Cultura Organizacional deve ser assimilada pela liderança no processo de tomada de decisão já que ela tem um grande peso nas organizações do setor agroindustrial.

Pelos estudos de casos apresentados foi possível identificar possíveis barreiras e condutores a adoção de novas tecnologias de software.

Nos casos da Embraco e do Votorantim Cimentos foi discutido a importância de se ter uma equipe multidisciplinar e de diferentes origens culturais. Essas características são importantes para que as empresas possam sobreviver ao um mercado global cada vez mais competitivo.

No caso de geração de competência em fazenda foi evidenciado o processo simples de observação por tentativa e erro que agiu para determinar a mudança da cultura.

No caso adoção de software no processo produtivo do café foi observado que as empresas melhor preparadas foram mais capazes de obter ganho a partir do investimento feito na modernização dos processos.

No caso da adoção de ERP foi observado que a complexidade pode afetar o resultado pretendido com a mudança.

Portando, a Cultura Organização sofre constantes influências por mudança e a maneira como ela será transformada pode determinar o sucesso ou fracasso da organização.

## REFERÊNCIAS

BANDINELLI, U.; ISSY, J. The process of developing new competences: a case study at a family agricultural production unit. v. 25, n. 2, p. 336 – 343, 2015.

BARNEY, J. Organizational Cultura: can it be a source of sustained competitive Advantage. v. 11, n. 3, p. 656 – 665, 1986.

BION, W. Experiences in groups and other papers. [S.l.: s.n.], 1961. 260 – p.

DEIST, F. D. L.; WINTERTON, J. What is competence? v. 8, n. 1, p. 27 – 46, 2005.

EISENHARDT, K. M.; EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research. v. 14, n. 4,

p. 532 – 550, 1989. Disponível em:  
<[http://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=in\\_rMFXR3agC&oi=fnd&pg=PA3&dq=Beyond+re+engineering&ots=IViSnfKCoY&sig=iJLx4ImLpmeDdqx5FqhGTONdzw%0Apapers3://publication/uuid/FBAD3EAE-8DDB-4DEF-A0EE-50D39461F477%0Ahttp://search.ebscohost.com/login.aspx?direct](http://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=in_rMFXR3agC&oi=fnd&pg=PA3&dq=Beyond+re+engineering&ots=IViSnfKCoY&sig=iJLx4ImLpmeDdqx5FqhGTONdzw%0Apapers3://publication/uuid/FBAD3EAE-8DDB-4DEF-A0EE-50D39461F477%0Ahttp://search.ebscohost.com/login.aspx?direct)>.

FLEURY, M. T. L. Organizational culture and the renewal of competences. v. 6, n. 1, p. 1 – 14, 2009.

FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. As relações de trabalho e políticas de gestão: uma história das questões atuais. 1992. 5 – 15 p.

HOFSTEDE. Cultures and Organizations. [s.n.], 1991. 308 – p. Disponível em:<<http://books.google.de/books?id=wFW0AYqIM0AC>>.

MILLS, J. On the contract – what is next? [S.l.], 2007.

MILLS, J. et al. Competing Through competences. p. 1 – 28, 2002.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. Balança Comercial do Agronegócio. Balança Comercial Brasileira e Balança Comercial do Agronegócio: 1997 a 2017, 2018. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/documentos/estatisticas-do-agronegocio/SERIEHISTORICABCARESUMIDA19972017.xls>>. Acesso em: 25/09/2019.

PETERAF, M. A.; BARNEY, J. B. Unraveling the resource-based tangle. v. 24, n. 4, p. 309 – 323, 2003.

PINGALI, P. Agricultural growth and economic development: A view through the globalization lens. v. 37, n. S1, p. 1 – 12, 2007. Disponível em: <<https://ageconsearch.umn.edu/bitstream/25429/1/pa06pi01.pdf>>.

PRAHALAD, C. K. et al. The Core Competence of the Corporation. 1990.

SCHEIN, E. H. Organizational Culture. v. 45, n. 2, p. 109 – 119, 1990.

SMIRCICH, L. Concepts of Culture and Organizational Analysis. v. 28, n. 3, p. 339 –, 1983. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2392246?origin=crossref>>.

VERDOUW, C. N.; ROBBEMOND, R. M.; WOLFERT, J. ERP in agriculture: Lessons learned from the Dutch horticulture. v. 114, p. 125 – 133, 2015. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1016/j.compag.2015.04.002>>.

ZAMBALDE, A. L. A INFORMÁTICA NA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO Café no Estado de Minas Gerais. 2000. Tese (Doutorado).

ZARIFIAN, P. Objetivo competência: por uma nova lógica. [S.l.]: Atlas, 2001.



**CULTURA ORGANIZACIONAL EM SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS, COM ÊNFASE EM UM  
TABELIONATO DE NOTAS**

*ORGANIZATIONAL CULTURE AT REGISTRARS AND PUBLIC NOTARIES WITH EMPHASIS ON A  
NOTARY OFFICE.*

Desenvolvimento e Integração Regional: 2.3. Gestão Organizacional e Empreendedorismo

BORDINI, Carlos Antônio Caran  
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF  
Mestrando do P. P. G. stricto sensu em Desenvolvimento Regional Pela Uni-FACEF  
carlos.caran.bordini@gmail.com

BARINI, Cristiane Rodrigues da Cunha  
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF  
Mestranda do P. P. G. stricto sensu em Desenvolvimento Regional Pela Uni-FACEF  
cr\_cunha@yahoo.com.br

FADEL, Barbara  
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF  
Professora Doutora do P. P. G. stricto sensu em Desenvolvimento Regional Pela Uni-FACEF  
bafadel@facef.br

**Resumo**

A pesquisa buscou identificar elementos da cultura organizacional em Serventias Extrajudiciais Brasileiras, com ênfase nos Tabelionatos de Notas. Neste intuito, os objetivos foram: i) Geral: identificação e contribuição dos elementos de cultura organizacional na análise do self em um Tabelionato de Notas; ii) Específicos: a) explicar, de forma sucinta, no que consiste a cultura organizacional; b) elucidar no que consistem os serviços extrajudiciais (natureza, finalidade, estrutura e espécies); c) compreender quais aspectos da prestação desse serviço podem ser melhorados e corrigidos na unidade analisada, considerando não só a “sobrevivência da atividade”, mas também a excelência da prestação de um serviço público. O tema justifica-se pela inegável importância que um estudo da cultura organizacional representa para o sucesso de uma atividade. O estudo adotou como referencial teórico: a) Cultura Organizacional: FADEL, Bárbara; MORGAN, Gareth; SCHEIN, Edgar H. e SMITH, Marinês Santana Justo; b) Direito Notarial e Registral: VELLOSO DOS SANTOS, Reinaldo. Assim, foi utilizada a pesquisa exploratória qualitativa de dados obtidos por meio de: a) entrevistas com prepostos de um Tabelionato, bem como as impressões pessoais do Tabelião; b) análise dos livros e arquivos do Tabelionato (pesquisa documental); e c) aplicação do questionário elaborado por RASERA, Luís Antônio, aos prepostos e Tabelião, para análise do “self organizacional” da instituição. Eis os resultados: I) necessidade de pesquisa mais ampla sobre o tema; II) há consonância dos elementos de cultura organizacional identificados com os fins da atividade; III) é possível melhorar a qualidade do serviço mediante maior delegação de poderes.

**Palavras-chave:** cultura organizacional, serventias extrajudiciais, tabelionatos de notas.

**Abstract**

The research sought to identify elements of the organizational culture in Brazilian Extrajudicial Services, with emphasis on a Notary Office. In this sense, the objectives were: General: to analyze the elements of organizational culture in a Notary Office; Specifics: a) to explain briefly what the

organizational culture consists of; b) elucidate what constitutes Brazilian Extrajudicial Services (nature, purpose, structure and species); c) to understand which aspects of this service can be improved and corrected in the analyzed unit, considering not only the "survival of the activity" but also the excellence of the provision of a public service. The theme is justified by the undeniable importance that a study of the organizational culture represents for the success of an activity. The study adopted as theoretical references: a) Organizational Culture: FADEL, Bárbara; MORGAN, Gareth; SCHEIN, Edgar H. and SMITH, Marinês Santana Justo; b) Notary and Registry Law: VELLOSO DOS SANTOS, Reinaldo. Thus, it was used the qualitative exploratory research of data obtained through: a) interviews with employees of a Notary Office, as well as the personal impressions of the author (Notar - also a member of the institution); b) analysis of the books and archives of the Notary Office (documentary research); and c) application of the questionnaire prepared by RASERA, Luís Antônio, to the prepositions and Notary, to analyze the institution's "organizational self". Here are the results: I) a more in depth research on the subject is needed; II) there is consonance of the elements of organizational culture identified with the purpose of the activity; III) it is possible to improve the quality of service through greater delegation of powers.

**Keywords:** organizational culture, extrajudicial services, note papers.

## 1 INTRODUÇÃO

*Ab initio*, destaque-se que, de acordo com a grande maioria dos autores da administração contemporânea (ZAGO, 2013), o estudo da cultura organizacional é importante pois trata-se de uma valiosa ferramenta para traçar estratégias de flexibilização em ambientes de negócios e serviços. Ressalte-se que a flexibilização é imprescindível para a sobrevivência de organizações no mundo atual, marcado por constantes mudanças (ZAGO, 2013).

Por outro lado, como será apontado adiante, anote-se que não obstante as atividades extrajudiciais possuam um viés privado (especialmente quanto à forma de gestão), sua finalidade principal é a prestação de um serviço público o que, por natureza, é um fator que limita a flexibilização, pela presença de rígidas regras, observância da lei, normas públicas cogentes, etc.

A este respeito, ressalte-se que conquanto a maioria dos estudos sobre o tema "cultura organizacional" seja voltada para instituições privadas - ambientes empresariais (SILVA, 2010), como será visto a seguir, pelo próprio conceito de cultura organizacional, é possível fazer um estudo e análise da cultura organizacional em outras instituições ou atividades, tais como, atividades estatais, instituições públicas, terceiro setor, etc.

De outro lado, a justificativa do estudo se impõe na medida em que, segundo a cultura organizacional (MELO & ALMEIDA, 2016, *online*)<sup>1</sup>, o papel de um indivíduo para a organização é de suma importância para sobrevivência da atividade, e, assim sendo, é necessário se compreender como os colaboradores de uma organização, pensam e sentem a respeito da atividade. Além disso, a cultura organizacional influencia na estrutura, nos processos organizacionais e estratégias desenvolvidas para alcançar os objetivos da organização, e, por esse motivo ela é determinante para qualquer modelo de gestão (FADEL, LOPES e VALENTIM, 2014).

Assim, considerando a importância do tema, o presente estudo buscou não só de analisar os elementos de cultura organizacional em um Tabelionato de Notas (objetivo geral), mas também revelar e compreender, do ponto de vista da cultura organizacional quais aspectos da prestação desse serviço podem ser melhorados e corrigidos quanto à gestão (objetivo específico), considerando não só a "sobrevivência" da atividade", mas também a excelência da prestação de um serviço público.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 CULTURA ORGANIZACIONAL

#### 2.1.1 CULTURA E ORGANIZAÇÃO.

Para melhor observação e estudo, faz-se necessário elucidar o conceito de "cultura organizacional". Para melhor didática, separou-se os termos "cultura" e "organização", para então demonstrar no que consiste a "cultura organizacional".

Assim, vale mencionar que vários são os conceitos de **cultura**. A título de exemplo, seguem alguns:

**Etimologia e Senso Comum:**

Etimologicamente, a palavra cultura tem origem no latim e advém da palavra *colere*, que significa “cultivar plantas; colher”<sup>2</sup>. Vê-se que, originalmente, a palavra era relacionada apenas a atividades agrícolas. No entanto, durante a evolução humana, é inegável que o conceito foi ampliado, passando a abranger o “cultivo de ideias, pensamentos”, abrangendo o desenvolvimento de capacidades intelectuais e educacionais das pessoas, manifestações artísticas, enfim, qualquer construção ou realização humana.

**a. Pensamento Científico:**

No campo do **pensamento científico**, alguns artigos citam como o “criador” do conceito moderno de cultura o autor Edward Tylor (1871, aprox.) (COSTA LIMA, 2013)(LOUREÇO FILHO e DINIZ DE AS, 2016) , no sentido de que **cultura** seria **“todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade.**

Por outro lado, para o escopo deste trabalho, vale mencionar o que pode ser considerada uma organização: o termo pode se referir, grosso modo, a qualquer forma de exercer uma atividade, seja ela empresarial ou simples, de serviços, exercida por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, lucrativa ou sem fins lucrativos, etc. Fato é que em qualquer atividade ou serviço há padrões culturais, que podem ser estudados.

Deste modo, com base nestas duas ideias (cultura e organização), eis o conceito de cultura organizacional, de acordo com SCHEIN:

“Cultura Organizacional é o padrão de suposições básicas que determinado grupo inventou, descobriu ou desenvolveu ao aprender a lidar com seus problemas adaptação externa e integração interna, que funcionaram bem o suficiente para serem considerados válidos e, portanto, para serem ensinados a novos membros como o maneira correta de perceber, pensar e sentir em relação a esses problemas” (SCHEIN, 1983, p 1 e 2). (g.n.)

A partir deste conceito, e seguindo os ensinamentos de SCHEIN, é possível afirmar que a cultura organizacional pode ser estudada em vários níveis, sendo o primeiro deles o de “artefatos visíveis” – o ambiente “construído” da organização; sua arquitetura, tecnologia, layout do escritório, indumentárias, padrões de comportamentos visíveis ou audíveis, documentos públicos (tais como cartas), materiais de orientações de funcionários, etc.. (SCHEIN, 1983).

Segundo referido autor, esses artefatos são “visíveis” vez que facilmente percebidos – porém dificilmente são corretamente interpretados. Isto porque, normalmente, não é possível entender os motivos de comportamentos apenas por meio de uma análise desses artefatos. Para melhor lidar com esses “porquês”, deve ser feita uma análise mais profunda, juto ao segundo nível, que consiste nos “valores” que dirigem comportamentos (SCHEIN, 1983).

Para identificar estes valores, pode ser necessário entrevistar os principais membros de uma organização ou então realizar uma complexa análise dos conteúdos de alguns artefatos, tais como documentos. Uma vez identificados estes valores, pode ser possível perceber que eles representam, precisamente, um nível expresso e consciente da cultura organizacional. Diz-se “nível consciente” pois as pessoas dizem (afirmam!) quais são as razões de seus comportamentos (SCHEIN, 1983), razões estas, no entanto, que por vezes foram “idealizadas” subjetivamente, de modo que os verdadeiros motivos (os “porquês” de comportamentos) estão no nível de inconsciência dos membros de um grupo.

Assim, finalmente, para se chegar ao terceiro nível do estudo da cultura organizacional, como conceituada por SCHEIN, é necessário ir além dos artefatos visíveis e dos valores (conscientes), que é o dos padrões de suposições, normalmente “inconscientes”, mas que acabam, na realidade, por determinar como os membros de um grupo percebem, pensam sobre ou sentem com relação a todas as coisas, e, portanto acaba por determinar tanto os valores quanto comportamentos evidentes (SCHEIN, 1983).

Desse modo, sucintamente, para mencionado autor, os “padrões de suposições inconscientes” são eles mesmos comportamentos responsivos, “aprendidos” pelos membros do grupo e que, em um dado momento anterior, eram realizados com base em valores. Porém, como um valor

<sup>2</sup> Cf. “Cultura”, disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura>, acesso em 30/07/2018, e ainda, “Etimologia de Cultura”, disponível em <https://www.gramatica.net.br/origem-das-palavras/etimologia-de-cultura/>, acesso em 30/07/2018.

leva a um comportamento, que por sua vez resolve um problema que motivou este comportamento em primeiro lugar, este valor gradualmente é transformado em uma suposição de como as coisas realmente são (e como devem ser resolvidas), e passam a ser, paulatinamente, tidos como certos, em um nível inconsciente.

Por outro lado, uma das formas de se estudar (e sentir/perceber) a cultura organizacional de alguma instituição, é por meio da identificação de seus elementos, identificação de elementos esta que, por sua vez, é um dos objetivos do presente estudo. Neste sentido, leciona Marinês S. J. Smith:

“Portanto, são esses os **elementos** que promovem o entendimento para o grupo, em que a passagem dos significados desses se estabelece como algo aceito naturalmente e cada crença ou pressuposto passa a ser considerado como um antecedente necessário do outro para as práticas no cotidiano da organização. Ademais, esses devem ser revalorados de tempos em tempos para permanecerem revestidos do poder de causar impacto aos novos agentes, sejam eles colaboradores, clientes, credores e outros que precisam interagir com a empresa, constituindo-se em um conjunto de normas, mesmo que não seja formalizado, que indica como as pessoas têm que proceder socialmente e profissionalmente no respectivo ambiente organizacional.”(SMITH, 2013.p 118) (g.n.)

Por fim, para encerrar este subitem, ressalte-se que esta sucinta explicação consiste no baldrame do presente artigo, para que, ao final, sejam identificados os elementos de cultura organizacional em um Tabela de Notas.

### **2.1.2 IMAGENS DA ORGANIZAÇÃO**

Conforme proposto por MORGAN, as “imagens da organização” têm por função:

Mas a tese básica deste livro é muito simples: toda a teoria e prática da organização e da administração baseia-se em imagens, ou metáforas, que nos levam a entender situações de maneira eficaz, mas parcial. Quando nos damos conta disto, aprendemos a reconhecer que modos que escolhemos para administrar e organizar nos levam a perder a oportunidade de usar outros modos de administrar e organizar. Além disso, reconhecemos que, como toda metáfora tem vantagens e tem limitações, precisamos estar sempre conscientes da existência de pontos cegos que prejudicam nossa eficácia. (MORGAN, 1998, p. 20)

Assim, segundo referido autor, para atingir maior eficácia, é necessário que os administradores identifiquem (e usem) as diferentes abordagens à administração e organização. Para este fim, propõe uma metodologia para melhor compreensão do Self, essência das organizações, por meio de metáforas. As metáforas que serão utilizadas para o presente trabalho são:

**“Máquina:** *(a mecanização assume o comando): características: A máquina organizacional tem metas e objetivos; Ela é planejada como uma estrutura racional de tarefas e atividades; Seu desenho torna-se um organograma; As pessoas são contratadas para operar a máquina e todo mundo; deve comportar-se de maneira predeterminada.*

**Cérebro:** *À medida que entramos numa economia baseada no conhecimento, em que a informação, o conhecimento e o aprendizado são recursos-chaves, a inspiração de um cérebro vivo, capaz de aprender, oferece uma imagem poderosa para a criação de organizações ideais, perfeitamente adaptadas aos requisitos da era digital): características: Focalizamos sua capacidade de aprender e o processo que tanto pode atrofiar quanto aumentar a inteligência organizacional. • Descobrimos como os resultados da moderna pesquisa sobre o cérebro podem ser traduzidos em princípios para criar organizações que aprendem. Entendemos como a inteligência pode ser distribuída através de uma empresa. Vemos como o poder da informática pode ser usado para desenvolver modos descentralizados de organização que são simultaneamente globais e locais.*

**Organismo:** *A imagem de um organismo procurando adaptar-se e sobreviver num ambiente em mudança oferece uma perspectiva valiosa para os administradores que querem ajudar suas organizações a fluir com a mudança. Características: A metáfora ajuda-nos a entender as organizações como conglomerados de seres humanos, negócios e necessidades técnicas inter-relacionados; Encoraja-nos a aprender a arte da sobrevivência corporativa.; Leva-nos a desenvolver sistemas orgânicos vibrantes que permanecem abertos a novas mudanças.*

**Sistema Político:** *Quando examinamos as organizações por meio das lentes da política, os padrões de interesses concorrentes, conflitos e jogos de poder dominam a cena Características: Vemos a organização e a administração como um processo político; Identificamos diferentes estilos*

de governo; Vemos como a organização torna-se politizada devido a interesses divergentes de indivíduos e grupos.; Reconhecemos o fato de que o conflito é uma propriedade natural de toda organização; observamos muitas fontes diferentes de poder e aprendemos como elas podem ser usadas em nosso interesse.

**Prisão Psíquica:** E se considerássemos as organizações como sistemas prisioneiros de seus próprios pensamentos e ações? Obsessões, prisões mentais, sexualidade latente, narcisismo, medo da morte, emoções fortes, ilusões de controle, ansiedades e mecanismos de defesa tornam-se o foco da atenção. Características: Vemos que as organizações sempre têm um significado inconsciente; Compreendemos que as forças psíquicas podem agir como dimensões ocultas da organização que encorajam ou bloqueiam a inovação; Prestamos especial atenção a como atitudes congeladas e forças inconscientes podem fazer com que as pessoas resistam à mudança organizacional. Reconhecemos o poder e significado do que, superficialmente, parece irracional. Reconhecemos como podemos nos tornar prisioneiros de nossas maneiras de pensar e como, se quisermos, esse padrão pode ser mudado.

**Fluxo e Transformação:** que acontece quando examinamos abaixo da superfície aparente das organizações e as consideramos como expressões de processos mais profundos de transformação e mudança? Características: Ganhamos novas perspectivas sobre a natureza fundamental da mudança. Vemos que forças sistêmicas profundas estão prendendo as organizações ao status quo ou dirigindo sua transformação. Adquirimos perspectivas novas e poderosas para a intervenção, usamos imagens de espirais, círculos e contradições para ajudar as organizações a mudar de um modelo de operação para outro.

**Instrumento de Dominação:** Quando vemos as organizações como sistemas que exploram seus empregados, o ambiente natural e a economia global para seus próprios fins, somos levados a uma crítica rigorosa de quase todos os aspectos da administração através da história. Características: Quando pensamos na construção das antigas pirâmides ou nas atividades das empresas modernas, nossa atenção é atraída pelo processo de dominação que está por trás da atividade organizada; O vício de trabalhar em excesso, os acidentes e as doenças ocupacionais, o stress social e mental passam a ser vistos como o preço imposto a um grupo de pessoas para atender aos interesses de outras; O papel das empresas globais na exploração das pessoas e dos recursos passam a ser vistos como parte de um processo profundo de exploração" (MORGAN, 1998, g.n.)

O método para delinear a imagem e encontrar as metáforas da organização em análise será exposto a seguir no item 3.

## 2.2 SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS

Por proêmio, ressalte-se, com um grande asterisco, que o presente trabalho não visa fazer uma análise técnico-jurídica acerca de Serventias Extrajudiciais, distinção entre atividade econômica e serviços públicos, etc, pois constituem temas extremamente amplos e que são objeto de estudos detalhados e específicos na área jurídica. Todos os conceitos e termos que a seguir constam têm por função única e exclusiva de elucidar ao leitor<sup>3</sup> sobre aspectos quanto a finalidade, natureza e estrutura e das serventias extrajudiciais, tantos quanto suficientes ao estudo da cultura organizacional em uma especialidade de serventia extrajudicial.

A finalidade, nos termos da lei, é a de garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia de atos jurídicos<sup>4</sup>. Esse fim é cumprido por meio de diversas atividades extrajudiciais; estas atividades são divididas em diversas especialidades, tais como Tabelionatos de Notas; Tabelionatos de Protesto de Letras e Títulos; Registros Imobiliários; Registros Cíveis das Pessoas Naturais<sup>5</sup>, dentre outros, cada qual com funções e atribuições próprias.<sup>6</sup>

<sup>3</sup> Esta elucidação sobre a atividade extrajudicial justifica-se, pois na opinião do autor deste artigo, que vai ao encontro à de REINALDO VELLOSO DOS SANTOS, "(...) deve-se anotar que a população em geral – incluindo alguns profissionais do Direito – não tem a clara ideia do que seja essa atividade, fato que não está circunscrito ao Brasil" –Apontamentos sobre o protesto notarial. Tese (mestrado). USP - Faculdade de Direito de São Paulo. São Paulo/SP, 2012, p. 5

<sup>4</sup>Cf. Artigo 1º da Lei Federal 8.935, de 18 de Novembro de 1.994.

<sup>5</sup> Cf. Artigo 5º da Lei Federal 8.935, de 18 de Novembro de 1.994.

<sup>6</sup> Neste sentido, confrontar os artigos 6º a 13 da Lei Federal 8.935, de 18 de Novembro de 1.994, e ainda, a Lei Federal 6.015, de 31 de Dezembro de 1973.

A respeito especificamente da atividade notarial, anote-se pode ser encontrada desde os povos da antiguidade, tais como, hebreus, assírios, medos, persas, egípcios, gregos e romanos (ALMEIDA JÚNIOR, 1963), e, ainda modernamente, é possível afirmar que, conforme demonstra REINALDO VELLOSO DOS SANTOS, “a função notarial está presente em todas as sociedades para atender a uma necessidade de segurança jurídica, com a participação de um profissional do Direito, o notário ou tabelião, em uma série de atos” (VELLOSO DOS SANTOS, 2012, p.6.).<sup>7</sup>

A atividade notarial, grosso modo, contempla o assessoramento jurídico<sup>8</sup> e consiste em conferir forma jurídica à vontade das partes, dando-lhe forma pública e credibilidade (BRANDELLI, 1998), sendo possível afirmar que o notário exerce várias atividades que visam a dar segurança jurídica ao usuário do serviço<sup>9</sup>. Desse modo, no desempenho de suas atividades, os notários devem observar e cumprir a lei, criando atos seguros e robustos do ponto de vista jurídico, sem, no entanto, coibir a liberdade privada, pela qual “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”<sup>10</sup>. Em outras palavras, o notário deve realizar o direito, e ao mesmo tempo não criar obstáculos ao tráfego jurídico (ZUVILIVIA, 2008).

Quanto à natureza da atividade, apesar de haver algumas divergências sobre o tema<sup>11</sup>, para o escopo do presente artigo vale destacar que é um meio termo entre atividade pública e privada, pois são de serviços de natureza pública, exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público<sup>12</sup>.

Assim, considerando as atribuições taxativas e previstas em lei, pode ser dizer que **os serviços são públicos**; porém, no que concerne a autonomia a respeito da gestão e da forma de execução dos serviços (exemplo: sistemas de informática, forma de prestação, etc), é possível afirmar que **há um viés privado na atividade** - há uma “*simbiose entre agente público e profissional liberal*” (LOUREIRO, 2017, p. 54).

A investidura na função, consistente na atribuição de fé pública a um **profissional do Direito** pelo Estado, dá-se por meio de **concurso público**<sup>13</sup>, assegurando assim, não apenas a capacidade intelectual e idoneidade moral do notário, mas também o “princípio democrático”, próprio de um Estado de Direito, já que a função é acessível a todos, na forma da lei<sup>14</sup>. Além disso, por ser um serviço público delegado, os notários estão sujeitos à **rigorosa** e contínua fiscalização pelo Poder Público (fiscalização **permanente** pelo Poder Judiciário), com **alta** responsabilidade em vários âmbitos (civil, administrativo e penal)<sup>15</sup>.

<sup>7</sup> Sobre este assunto, o autor sugere ao leitor uma visita ao *site* da União Internacional do Notariado Latino (<http://www.uinl.org/>), em que é possível conferir, dentre outros temas, que a função notarial latina é utilizada **em mais de 87 países**. Como exemplos de países que a utilizam, além do Brasil, podem ser citados: França, Alemanha, Turquia, República Centro-Africana, Hungria e Japão.

<sup>8</sup> Cf. Item 2 do Capítulo XIV do Tomo II das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, ressaltando-se que é dever legal do notário e registrador cumprir normas técnicas estabelecidas pelo juízo competente (Art. 30, XIV, Lei 8.935/94).

<sup>9</sup> Vale destacar que participação do notário nem sempre é obrigatória; por vezes, é o usuário que opta pela intervenção do notário público, com vistas a obtenção de prova simples e fidedigna, seja pela experiência e conhecimento do notário para redação de atos, seja pela facilidade de acesso ao serviço, ou ainda, o menor custo quando comparado com relação à redução de riscos proporcionada pela atuação do Tabelião. Por outro lado, por vezes, tendo em vista uma política de pacificação social, por vezes a própria lei obriga a forma pública, como forma de prevenção de litígios e fraudes (exemplos: procuração para casamento; emancipação; negócios imobiliários, etc)

<sup>10</sup> Art. 5º, II, da Constituição Federal Brasileira.

<sup>11</sup> Há quem entenda ser particular em colaboração com o poder público (delegado público); há quem entenda ser uma hipótese *sui generis* de delegação de poder público prevista no Art. 236 da Constituição Federal, (“outorga de delegação”), dentre outros posicionamentos.

<sup>12</sup> Cf. Art. 236 da Constituição Federal Brasileira.

<sup>13</sup> Cf. Art. 14, I, da Lei Federal 8.935, de 18 de Novembro de 1994.

<sup>14</sup> De acordo com o Art. 14, da Lei Federal 8.935 de 18 de Novembro de 1994, os requisitos para delegação da função são: I - habilitação em concurso público de provas e títulos; II - nacionalidade brasileira; III - capacidade civil; IV - quitação com as obrigações eleitorais e militares; V - diploma de bacharel em direito (ou dez anos de exercício de atividade notarial/registrar - §2º, Art. 15, da mesma lei); VI - verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.

<sup>15</sup> A este respeito, cite-se excerto de decisão da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo (proc. 2012/11002): “A delegação dos serviços chamados extrajudiciais foi uma solução sui

Desse modo, há um rigoroso sistema legal e normativo que permite à sociedade a **confiar nos atos praticados por notários**, reduzindo dúvidas e litígios (VELLOSO DOS SANTOS, 2012).

Ainda a respeito da natureza, impende destacar que os notários não são funcionários públicos (detentores de cargos públicos), e, portanto, não são remunerados pelos cofres públicos. O tabelião é profissional remunerado por emolumentos fixados em lei e pagos pelos usuários dos serviços notariais, o que ressalta tanto o caráter público, pois o custo do serviço é fixado por lei, quanto o privado da função, já que seu rendimento depende diretamente dos serviços efetivamente prestados e não de qualquer tipo de verba ou repasse do poder público.

Com relação à estrutura, os notários podem, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes e auxiliares como empregados, pelo regime da CLT (Decreto Lei 5.452 de 1.943)<sup>16</sup>, com remuneração livremente ajustada. Ressalte-se que, não obstante poder contratar pessoas para auxiliá-lo no exercício de sua função, o notário permanece pessoalmente responsável pelos atos praticado por seus prepostos<sup>17</sup>.

Ainda sobre estrutura, ressalte-se que há, na unidade a seguir analisada, três espécies de colaboradores: o **Tabelião**, que é o responsável por todo o serviço; o **Substituto**, que é o preposto autorizado pelo Tabelião a praticar todos os atos que lhes são próprios; na unidade analisada, pratica juntamente com o Tabelião os serviços de escritura pública, e também, juntamente com o escrevente, os serviços de “balcão” (reconhecimento de firmas e autenticações de cópias); **Escrevente**: é o preposto a quem o Tabelião designa a prática de atos específicos. No caso analisado, exerce os serviços de balcão (reconhecimento de firmas e autenticações de cópias).

Eram estes os aspectos da função, estrutura e natureza necessários de serem elucidados para um melhor estudo da cultura organizacional de um Tabelionato de Notas.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De início, para a análise a seguir, destaque-se o método utilizado para o presente trabalho: os dados são de natureza qualitativa e foram coletados por meio de entrevistas com os prepostos de um Tabelionato durante o expediente, de modo informal, e o presente artigo conta também com as impressões pessoais do autor, que é o Tabelião da unidade analisada.

Nesta esteira, o presente estudo foi dividido em 3 categorias que permitiram considerar as percepções e valores dos trabalhadores na serventia extrajudicial: organização do trabalho; normas e procedimentos de trabalho; e “crenças e valores”. Ainda, para se identificar alguns valores, foram estudados os livros e arquivos da Serventia.

Por fim, para se identificar as imagens da organização foi feito o teste para exame do “self organizacional, conforme questionário elaborado por RASERA, 2002. O questionário foi aplicado aos colaboradores e também ao Tabelião (autor do artigo) e envolve uma série de perguntas e a resposta consiste em atribuir um valor a esta pergunta, sendo que cada pergunta era relacionada a alguma imagem organizacional. (cérebro, organismo, etc). As notas consistiam em: 4 – Forte presença, na minha organização. 3 – Razoável ocorrência, na minha organização. 2 – Fraca incidência, na minha organização. 1 – Praticamente inexistente, na minha organização. A maior nota que determinada imagem poderia obter era 20, e a menor 5. Assim, sendo a nota mínima possível (“zero”) de valor 5, e a maior (“dez”) de valor 20, **o valor indicador da metade possível (“cinco”) é o número 12,5**. A partir desta nota 12,5 os grupos de análise foram separados. Buscou-se entender o porquê de cada uma das notas e algumas perguntas específicas foram analisadas em virtude de elevadas divergências/semelhanças das notas a elas atribuídas por cada entrevistado. Após as entrevistas, os dados foram analisados de forma qualitativa, nos termos a seguir.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO –

### 4.1 CULTURA ORGANIZACIONAL EM UM TABELIONATO DE NOTAS

---

*generis do constituinte de 1988 e trouxe um plus de relevância ao delegado, que tem iniciativa para gerir a serventia em caráter privado e com as melhores técnicas hábeis a assegurar o melhor serviço. Em contraprestação, foi intensificada sua responsabilidade. A maiores poderes, correspondem maiores obrigações.”(g.n.)*

<sup>16</sup> Art. 20, da Lei Federal 8.935, de 18 de Novembro de 1994.

<sup>17</sup> Art. 21 da Lei Federal 8.935, de 18 de Novembro de 1994.

a) Organização do Trabalho.

Neste item, foram avaliados os aspectos materiais, as ferramentas, condições de trabalho e estrutura física do Tabelionato.

A infraestrutura conta com boas condições de equipamentos, de infraestrutura e de materiais.

Conforme relatos dos entrevistados, não há falta de materiais, equipamentos, manutenção, e ainda, há rápida reposição em caso de necessidade de substituição. Além disso, na opinião dos entrevistados e do Tabelião, o número dos prepostos está adequado ao volume de serviços da Serventia, e ainda, os horários de expediente e horas trabalhadas, conforme contratos trabalhistas e convenção coletiva, são rigorosamente respeitados.

Indagados sobre como se sentem com relação a trabalhar no Tabelionato, em geral disseram se sentir respeitados pela organização, pois o empregador cumpria todos seus deveres trabalhistas, e também por haver um rígido respeito interno da hierarquia, sem a presença de injustiças ou tratamento privilegiados, tanto entre os colaboradores quanto na relação entre os prepostos e empregador.

Finalmente, indagados sobre a importância de se ter uma boa estrutura para a prestação do serviço, os prepostos foram unânimes em afirmar que não fossem as boas condições materiais e de equipamentos, rápidas substituições de objetos danificados, e também do local físico de serviço, seria impossível, especialmente nos dias de hoje, prestar o serviço público notarial a contento, por mais bem treinada que fosse a equipe.

Na opinião do Tabelião, a boa estrutura decorre de: a) autonomia privada da gestão; e b) dever legal de prestar um serviço público a contento; e c) constante fiscalização e imposição de normas pelo Poder Judiciário, que em última análise, acabam por assegurar como os Tabelinatos devem atuar para cumprir sua finalidade.

b) Normas e Procedimentos.

Neste item, foram avaliados os aspectos normativos, os procedimentos e estratégias do Tabelionato e dos prepostos no cumprimento de suas atribuições.

A este respeito, parte dos entrevistados disseram que, não obstante haja rígidas normas e leis que definam a prestação do serviço, bem como padrões definidos pelo empregador, por vezes as situações que surgem no dia-a-dia demandam um agir “fora dos padrões”, criatividade. Outra parte dos entrevistados, no entanto, disse que há rígidos padrões e uma rotina repetitiva de serviços.

A explicação para esta divergência é que, grosso modo, as atividades dos prepostos podem ser divididas em dois tipos: serviços de escrituras (formalização de declarações das partes, “criação” de documentos) e serviços de balcão (firmas e autenticações, “legalização” de documentos já preparados pelos próprios usuários).

Assim, as respostas no sentido de que a atividade por vezes demanda criatividade estavam relacionadas ao setor de escrituras. Na opinião do Tabelião, isso se deve ao fato de que nem mesmo o excesso normativo, ou a normatização “aberta” (pós-positivismo), conseguem prever e reger a infinidade de casos (liberdade privada – Art. 5º, II, da CF) que diariamente aportam nas serventias extrajudiciais. Além disso, ante o alto dinamismo da sociedade moderna, as normas e respectivos procedimentos são constantemente atualizados (e, de certa forma, “instáveis”, já que são constantemente alterados), o que acaba se tornando um próprio “paradoxo” ao conceito de “padrão de condutas” – o “padrão” é a mudança, alteração, atualização.

Por outro lado, o serviço de balcão é, por natureza, extremamente padronizado e repetitivo o que levou, na opinião do Tabelião, que as respostas de quem pratica esta modalidade de serviço fossem no sentido de haver rígidos padrões e normas, rotineiramente cumpridos e seguidos (ainda que, por vezes, apareçam situações inusitadas).

Com relação às estratégias, notou-se uma preocupação constante com um bom atendimento ao público. Segundo os entrevistados, isto se deve à preocupação do empregador, repassada e percebidas pelos prepostos por meio de imposição de procedimentos, com a urbanidade e educação que uma boa prestação de um serviço público demanda, assegurando assim que o Tabelionato cumpra sua função de orientar e assessorar ao público, ainda que não haja prática de ato algum por parte da Serventia.

c) Crenças e Valores

Neste item, a abordagem visou a considerar não só os valores declarados pelos prepostos, bem como conforme pensados pelo Tabelião (VASCONCELLOS, 2002)<sup>18</sup>, em uma tentativa de objetivamente inferir de quais são as crenças e valores que influenciam comportamentos.

<sup>18</sup> Ressalte-se que, sob o prisma do pensamento sistêmico, não é possível analisar um objeto sem que haja impressões pessoais do cientista, ainda que mínimas.



Foi possível perceber que há intensa comunicação, tanto entre os prepostos, quanto entre estes e o Tabelião, e ainda, entre todos os colaboradores e os usuários do serviço público, e que esta comunicação influencia sobremaneira o processo decisório.

Isto porque a comunicação se mostrou como um eficiente meio de os prepostos ajudar uns aos outros no exercício de funções, seja por conhecimento de casos passados, solucionados por um preposto, semelhante a um novo caso que agora se apresentava a outro colaborador; seja pela facilidade de disseminação entre os colaboradores da atualização de normas e funções, dentre outras inúmeras situações em que a comunicação pode ser útil a um ambiente de trabalho.

Ainda, a comunicação com os usuários é importantíssima para o exercício da função, já que a prática precisa e exata do ato que as partes desejam demanda uma correta percepção e interpretação, conforme o Direito, do que é solicitado e comunicado, em linguagem “leiga”, pelos usuários.

A partir da comunicação, com intensas trocas de informações, foi possível perceber um traço de afetividade que permeia a prestação do serviço, ainda que inconscientemente. Assim, a comunicação e o afeto por sua vez, uma vez somados, levam a percepção de um valor que norteia o Tabelionato: a **cordialidade**.

É curioso observar que, não obstante este seja um valor desenvolvido inconscientemente pelos prepostos, por meio desses comportamentos diários que demandam intensa comunicação, a cordialidade é também um dever legal imposto ao Tabelião<sup>19</sup>.

Outro valor percebido é o da **segurança**: ao praticar atos que visam a segurança jurídica do cidadão, tanto os prepostos quanto os Tabeliães devem estar seguros e confiantes a respeito de uma decisão.

Esta ideia segurança é desenvolvida também com base nas intensas comunicações e por reiterados comportamentos no sentido de que, havendo dúvida fundada sobre a legalidade de um ato, o mesmo deve ser recusado. Estas situações também aparecem diariamente na Serventia, de modo que, em um plano inconsciente, todos são guiados no sentido de não praticar um ato se houver indícios fundados de que ocasionem insegurança para sua prática.

De outra banda, um valor facilmente perceptível é o da **eficiência**, marca d’água do viés privado que permeia a função: quando indagados a este respeito, os prepostos dizem que, atendido os requisitos legais, os atos são praticados simultaneamente à solicitação. Perguntados se havia prazo para elaboração de algum serviço, os prepostos disseram que apenas não praticam atos “na hora” se houver falta de algum documento. Esta eficiência é importante para o Tabelionato de Notas para a prestação de um serviço público satisfatório e também pode ser revelada pela análise feita com relação ao ambiente de trabalho (item “a” acima).

Além disso, notou-se na análise do ambiente, em que os padrões de condutas são rigidamente cumpridos (na medida em que possíveis, conforme acima anotado), e também, com base nas entrevistas, e ainda, em documentos, tais como anotações e roteiros, que há uma busca por um mínimo de erros e uma necessidade de correção “formal” (de acordo com as normas) das condutas. Isto pode ser explicado por haver um conhecimento por todos os colaboradores da importância e responsabilidade da função. Ainda, some-se a isto o fato de todos terem ciência de que, via de regra, todos os atos praticados no Tabelionato são de caráter público, transparentes e oficiais (com fé pública estatal), o que justifica ainda mais esta necessidade de mínimo de erros.

Com base nisto, percebeu-se um outro valor (e também crença), que é o de que todos os colaboradores têm a crença de estarem praticando o “justo e o certo sob a ótica da lei”, crença esta representada por um valor de **rígido apego ao cumprimento da lei e normas**. Este apego ao cumprimento da lei, na opinião do autor, pode ser sentido não só em Tabelionatos de Notas mas em qualquer Serventia extrajudicial.

Este valor do apego à lei coaduna-se com o fim almejado pela instituição, que é o de conferir segurança jurídica às pessoas que vivem em um Estado Democrático de Direito. Isto porque, ainda que aqui no Brasil haja uma certa “vigência” da chamada “Lei de Gerson” (da vantagem; do jeitinho) e o “fiel cumprimento da lei” não seja por vezes levado a sério, vale a pena ressaltar que a “lei” e seu cumprimento são de muito valor a uma democracia - colocando em termos leigos, o fundamento da legalidade em uma democracia é justamente que nenhuma pessoa faça ou deixe de fazer algo, se não quando (e se) limitado por seu **igual** – todos são iguais perante a lei, que, por sua vez, é editada por todos.

#### **4.2 –Self Organizacional do Tabelionato analisado.**

<sup>19</sup> Cf. o Artigo 30, II, da Lei 8.935, de 18 de Novembro de 1994, que assim dispõe, sobre os deveres do notário: “**atender as partes com eficiência, urbanidade e presteza**” (g.n.)

Os resultados da aplicação do questionário estão no quadro a seguir. Legenda: **M = Máquina; C = Cérebro; O = Organismo; SP = Sistema Político; PP = Prisão Psíquica; FT = Fluxo e Transformação; e ID = Instrumento de Dominação.**

Tabelião:	Substituto	Escrevente
O = 19	O = 19	O = 18
FT = 18	C = 18	M = 18
M = 18	FT = 16	FT = 16
C = 16	M = 16	C = 15
PP = 9	ID = 12	ID = 11
ID = 8	PP = 9	PP = 9
SP = 6	SP = 9	SP = 9

**Notas acima de 12,5:**

- 1) **ORGANISMO (maior nota – 18,666):** Ressalte-se as características dessas organizações: **inovadoras, operam em ambientes dinâmicos na forma orgânica.** De modo geral, organismo prevaleceu. Em dois âmbitos (Tab. e Subs.), ORGANISMO prevaleceu, inclusive com mesma nota. Já no do escrevente, organismo é o primeiro, empatado com máquina. **Conclusão:** apesar de parte do serviço de um Tabelionato de Notas ser repetitiva, há uma miríade de novas situações diariamente que aportam nas Serventias e é necessário dinamismo para lidar com essas situações, sendo, portanto, organismo a imagem que mais se destacou no teste.
- 2) **MÁQUINA: (17,333) –** Ressalte-se as características dessas organizações: **trabalho repetitivo e fragmentado, rotina.** Máquina vem em segundo lugar de uma forma geral. Para o Tabelião máquina é o segundo critério, empatado com FT; para Escrevente, máquina é o primeiro, empatado com organismo. Porém, Tabelião e Escrevente atribuíram mesma nota para máquina. Substituto pontuou máquina em terceiro lugar, junto com Fluxo e Transformação. **Conclusão:** Principalmente serviço de balcão é extremamente repetitivo e rotineiro, sendo, portanto, a máquina uma das imagens marcantes desta organização.
- 3) **FLUXO E TRANSFORMAÇÃO: (16,66):** Ressalte-se as características dessas organizações: **Sobrevivência alcançada com o ambiente (não planejamento).** De um modo geral, FT vem em terceiro lugar. Para o Tabelião, está em segundo lugar, empatado com máquina. Para escrevente e substituto, está em terceiro lugar, ambos com mesma nota. **Tese:** Há pouca literatura de cultura organizacional relacionada ao serviço público (SILVA E FADUL, 2008). Assim, “depende do ambiente”, é um traço marcante do “serviço público” depender do ambiente, já que desvirtua a organização “buscar serviço/lucro” – fim econômico. **Conclusão:** na sobrevivência da organização, o FT é compensado com a presença do organismo muito forte: mecanismos de regulação que mantém equilíbrio a despeito de turbulências ambientais.
- 4) **CÉREBRO (16,333) –** praticamente empatado com FT). Ressalte-se as características dessas organizações: **encoraja e valoriza abertura; flexibilidade; aceitam erros e incerteza como inevitáveis em ambientes mutáveis e complexos.** Para o Substituto, apareceu em segundo lugar. Para o Tabelião, em quarto (ou terceiro, considerando empate de FT/M) e para escrevente, em quarto. **Conclusão:** a nota elevada justifica-se pela: intensa troca de informações e comunicação entre colaboradores; intensivo uso de tecnologias.

**Notas abaixo de 12,5**

1. **INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO: (10,3)** Ressalte-se as características dessas organizações: **Contrato psicológico - dominação – implicitamente dita que colaboradores só terão oportunidades se se sujeitarem às regras.** Nota significativamente mais baixa que as acima; no geral apareceu em 5º colocação. Nota do Tabelião baixa (8); dos colaboradores acima de 10. A pergunta que destoou foi **“organização espera total devotamento e dedicação de seus colaboradores”**, em que Escrevente e

- Substituto responderam com nota 4. **Conclusão:** A pergunta mencionada pode ser um indicador de que tal elemento pode ser melhor trabalhado. No entanto, no geral a nota desta imagem é significativamente mais baixa que os outros índices e também abaixo do que seria uma nota “5” (12,5), demonstrando que há pouca presença desta imagem na cultura organizacional do Tabelaionato estudado.
- PRISÃO PSÍQUICA: (9).** Ressalte-se as características dessas organizações: **As pessoas na organização ficam acomodadas, presas a modelos de sucesso do passado que não podem ser revistos ou questionados.** No geral, está em 6º lugar. Curiosamente, nos três níveis dos colaboradores obteve a mesma nota (9). Notas baixas em todas as perguntas, exceto na pergunta “*Os feitos passados são constantemente citados como referência e exemplo para lidar com as situações do presente e enfrentar adversidades futuras*”, em que todos responderam com nota “3”. **Conclusão:** Nota baixa indicando pouca presença de PP na cultura do Tabelaionato. Ainda, com relação à pergunta destacada, como apurado nas entrevistas e também conforme interpretação dada pelo Tabelaião – que também realizou o teste - a interpretação feita pelos participantes foi diferente da proposta pelo teste: entendeu-se no **sentido de discussão e comunicação do passado para superar** erros futuros (este significado é mais condizente com organismo/cérebro, que tiveram melhor nota) e não para **tomar erros** como “exemplos” e se prender a modelos do passado. (interpretação que melhor se adapta à Prisão Psíquica). Se tivessem esta interpretação em mente, a nota seria ainda mais baixa para PP.
  - SISTEMA POLÍTICO (8).** Ressalte-se as características dessas organizações: **Poder - ponto central (centralização).** Obteve a menor média e última colocação geral. Notas baixas em todas as perguntas, exceto na pergunta “*A delegação de poderes aos níveis operacionais tende a ser muito restrita*”. **O Tabelaião respondeu 1 e Substituta/Escrevente respondeu 3.** **Conclusão:** A baixa pontuação indica que há pouca presença de SP na cultura dos Tabelaionatos. No entanto, a divergência elevada da pergunta específica mencionada, é um indício de que o Tabelaião está equivocado (resposta 1) e que pode ser melhor trabalhado este aspecto, mediante melhor delegação de funções.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo levou em consideração apenas um Tabelaionato de Notas, para delinear os contornos da cultura organizacional presente nesta modalidade de atividade. No entanto, pela própria natureza e profundidade da matéria, seria de todo conveniente que um estudo mais amplo sobre a matéria fosse realizado, levando em conta não apenas um, mas vários Tabelaionatos de Notas, em diversas cidades (e talvez estados) brasileiras.

Não obstante, com relação aos elementos, foi possível perceber que a natureza mista (pública e privada) da função influencia fortemente na cultura organizacional desenvolvida no exercício da atividade. Isto porque, se de um lado as condutas visam à prestação de um serviço público, o que resulta no rigor legal e procedimental, na segurança, e em um excesso normativo, por outro lado estas mesmas condutas contam com autonomia e demais características da gestão privada, ocasionando a cordialidade, eficiência do serviço, e na padronização das condutas (na medida em que possível, conforme ressaltado acima).

Além disso, foi interessante notar que, do ponto de vista da gestão dos serviços, os traços da cultura revelados pelo presente estudo, tais como a cordialidade e segurança, presente em um nível inconsciente dos colaboradores, estão em consonância com a finalidade e propósito da prestação dos serviços públicos notariais.

Ainda, com a análise do *self organizacional*, viu-se que, a contrário do que poderia ser inicialmente esperado, o elemento organismo (criatividade) é a imagem mais marcante do Tabelaionato de Notas estudado. No mais, com a aplicação do self, foi possível perceber que é possível melhorar a prestação do serviço mediante maiores delegações de poderes pelo Tabelaião aos colaboradores.

Portanto, conforme pretendido, estes foram os elementos de cultura organizacional de um Tabelaionato de Notas identificados no decorrer do presente trabalho, com a observação de que o presente tema comporta um estudo mais profundo e detalhado.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JUNIOR, João Mendes de. **Direito Judiciário Brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1940.
- BRANDELLI, Leonardo. **Teoria Geral do Direito Notarial**. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 1998.
- COSTA LIMA, Daniela Munhoz da. **A cultura organizacional do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia: Uma abordagem baseada nas contribuições do pensamento social brasileiro**. Tese (Doutorado). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/RJ, 2013.
- FADEL, Bárbara; LOPES, Elaine Cristina e VALENTIM, Marta Lúcia. **Efeitos da cultura organizacional no desenvolvimento dos modelos de governança corporativa**. Revista Famecos. Porto Alegre, v. 21, n.1, pp. 268-286, jan-abr 2014.
- LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Registros Públicos Teoria e Prática**. 8 ed. rev. Atual e ampl – Salvador: Juspodivm, 2017.
- LOURENÇO FILHO, Marcelo Diniz de; DINIZ DE SA, Maria Auxiliadora. **Cultura Organizacional e Comprometimento: Um estudo de caso em um campus do Instituto Federal de Alagoas**. XXXVI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO Contribuições da Engenharia de Produção para Melhores Práticas de Gestão e Modernização do Brasil João Pessoa/PB, Brasil, de 03 a 06 de outubro de 2016.
- MELO, Virginia Spinassé; ALMEIDA, Paula Ramos. **Cultura organizacional e gestão nas organizações: um estudo de caso**. Disponível em <<http://www.admpg.com.br/2016/down.php?id=2166&q=1>> Acesso em 24 de maio de 2018
- MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1998.
- RASERA, Luis Antonio. **A cultura e a pré-disposição para um ambiente de aprendizagem organizacional: um estudo da cultura da Isabela S/A**. 2002. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4075/Rasera.pdf> (acesso em 25/09/2018).
- SCHEIN, Edgar H. **Organizational Culture: A Dynamic Model**. Cambridge/MA (USA): Sloan School of Management, Massachusetts Institute of Technology (MIT), 1983.
- SILVA, Lindomar Pinto da; FADUL, Élvia. **A produção científica sobre cultura organizacional em organizações públicas no período de 1997 a 2007: um convite à reflexão**. Rev. adm. contemp., Curitiba , v. 14, n. 4, p. 651-669, ago. 2010
- SILVA, Lindomar Pinto da; FADUL, Élvia. **A produção científica na área de cultura organizacional dentro de organizações públicas no período de 1997 à 2007: um convite à reflexão**. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA DA ANPAD, 3, Salvador. Anais... Salvador: ANPAD, 2008.
- SMITH, Marinês Santana Justo. **A cultura informacional como alicerce de gestão contábil nas pequenas e médias empresas**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, Faculdade de Filosofia e Ciências. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Marília/SP, 2013.
- VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento Sistêmico: O novo paradigma da ciência**. Campinas: Papyrus, 2002.p. 129

VELLOSO DOS SANTOS, Reinaldo. **Apontamentos sobre o protesto notarial**. Tese (mestrado). USP - Faculdade de Direito de São Paulo. São Paulo/SP, 2012.

ZAGO, Celia Cristina. **Cultura Organizacional: Formação, Conceito e Constituição**. Revista Eletrônica Sistemas & Gestão *Volume 8*, Número 2, 2013.

ZUVILIVIA, Marina. **El Notario y la seguridad jurídica**. Rosario: Editorial Libreria Juris, 1ª ed., 2008.

**CULTURA ORGANIZACIONAL: UM ENCONTRO DE SCHEIN E SENGE**

ORGANIZATIONAL CULTURE: A MEETING OF SCHEIN AND SENGE

Área temática: Desenvolvimento e Integração Regional  
Gestão Organizacional e Empreendedorismo

Autora: JUNQUEIRA, Sandra Magali  
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF  
Graduada em Psicologia e Mestranda em Desenvolvimento Regional pelo Uni-FACEF  
[sandrajunqueira@gmail.com](mailto:sandrajunqueira@gmail.com)

Co-autora: FADEL, Bárbara  
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF  
Doutora em História Social pela USP, Mestre em História pela UNESP, com Graduação em História e  
Biblioteconomia  
[ba.fadel@terra.com.br](mailto:ba.fadel@terra.com.br)

Co-Autora: SMITH, Marinês Santana Justo  
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF  
Doutora em Ciências da Informação pela UNESP, Mestre em Administração pelo Uni-FACEF,  
Graduação em Ciências Contábeis.  
[marjustosmith@gmail.com](mailto:marjustosmith@gmail.com)

**Resumo**

Esta pesquisa foi realizada através de um levantamento bibliográfico utilizando a literatura do plano de ensino da disciplina Cultura, Sistemas e Desenvolvimento Regional do programa de Mestrado Interdisciplinar de um Centro Universitário do interior do estado de São Paulo e a literatura com temas organizacionais utilizados na prática profissional da pesquisadora, para fundamentação dos conceitos de Cultura, Cultura Organizacional na concepção de Edgar Schein e do conceito de Organização que aprende proposto por Peter Senge, no intuito de investigar possíveis pontos em comum entre a teoria desses renomados autores: como se dá o encontro das teorias de Schein e Senge, do contexto organizacional? Haverá pontos em comum entre ambas as teorias? O objetivo geral empenha-se em apresentar uma possível interconexão entre as teorias de Schein e Senge. Os objetivos específicos elucidam a importância em analisar as teorias propostas concernentes à temática organizacional de Peter Senge e Edgar Schein, apresentar o modelo organizacional de Edgar Schein, apresentar o modelo organizacional de Peter Senge, refletir de modo inovador o contexto organizacional e levantar pontos em comum de interesse no contexto organizacional. O resultado da pesquisa foi uma visão geral da real existência de pontos de convergência entre teorias do contexto organizacional, não apresentando distinção e sim complementaridade entre Schein e Senge.

**Palavras-chave:** Cultura Organizacional, Organização que aprende, Interconexão.

**Abstract**

*This academic article was carried out through a literature review using the teaching plan of the Culture, Systems and Regional Development program of the Interdisciplinary Master's program of a University Center of the state interior of São Paulo and literature about organizational themes used in the professional practice of the researcher, for the theoretical foundation of the concepts of Culture, Organizational Culture in the vision of Edgar Schein and the concept of Learning Organization proposed by Peter Senge, in order to investigate possible common points between the theory of these renowned authors: how can be the encounter of theories of Schein and Senge, both of which being in the organizational context? Has common points between both theories? Therefore, the general objective of this academic article is to present the theories of Schein and Senge interconnection. The specific objectives are: to analyze the proposed theories concerning the organizational theme of Peter Senge and Edgar Schein, to present the organizational model of Edgar Schein, to present the organizational model of Peter Senge, to reflect the organizational context in an innovative way and to*

*arouse research interest in the context organizational. The result of this research was an overview that points to the existence of points of convergence between theories of the organizational context, instead of distinction, it presented complementarity.*

**Keywords:** *Organizational Culture, Learning Organization, Interconnection*

## 1 INTRODUÇÃO

Desde seu nascimento, o ser humano está inserido em contextos que o permite viver em relação com o outro e com o mundo que o cerca. Desta forma, o desenvolvimento humano pode ocorrer através das relações familiares, com amigos, com os colegas nas escolas e no trabalho, com outros cidadãos de uma sociedade, em grupos organizados e inseridos em determinada cultura. Esses grupos desenvolvem crenças, normas, hábitos e costumes que influenciam e constroem comportamentos aceitos e rejeitados coletivamente.

O crescente interesse em desenvolver pessoas no contexto organizacional, exige conhecimento tanto em relação ao processo de aprendizagem nas organizações quanto à necessidade de valorização da cultura de uma organização.

Esta pesquisa foi realizada através de um levantamento bibliográfico utilizando a literatura do plano de ensino da disciplina Cultura, Sistemas e Desenvolvimento Regional do programa de Mestrado Interdisciplinar de um Centro Universitário do interior do estado de São Paulo e a literatura com temas organizacionais utilizados na prática profissional da pesquisadora, para fundamentação dos conceitos de Cultura, Cultura Organizacional na concepção de Edgar Schein<sup>1</sup> e do conceito de Organização que aprende proposto por Peter Senge<sup>2</sup>, no intuito de investigar possíveis pontos em comum entre a teoria desses renomados autores.

A pesquisadora tem experiência em Desenvolvimento Humano no contexto institucional de diversos segmentos organizacionais: hospitalar, educacional, comercial, industrial. Este conhecimento empírico fundamentado, principalmente, nas propostas de Peter Senge, realizado conforme a demanda de um contexto e um contrato estabelecido entre clientes e a aluna-profissional de desenvolvimento humano, aliado às teorias de Edgar Schein propostas no programa de Mestrado em que é participante, culminou em uma oportunidade de investigar os pontos em comum dos saberes de ambos os autores, no contexto Organizacional.

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa empenha-se em apresentar uma possível interconexão entre as teorias de Schein e Senge e os objetivos específicos elucidam a importância em:

- a) Analisar as teorias propostas concernentes à temática organizacional de Peter Senge e Edgar Schein;
- b) Apresentar o modelo organizacional de Edgar Schein;
- c) Apresentar o modelo organizacional de Peter Senge;
- d) Refletir de modo inovador o contexto organizacional;
- e) Levantar pontos em comum de interesse no contexto organizacional.

## 2 CULTURA

O conceito de Cultura, de forma ampla e isolada, na concepção de Schein (2009), diz respeito à aprendizagem acumulada e compartilhada por determinado grupo, incluindo os elementos comportamentais, emocionais e cognitivos do funcionamento psicológico de seus membros.

Desse modo, grupos possuem comportamentos próprios, desenvolvidos e aprendidos em conjunto, construindo uma história cultural coletivamente particular.

Schein (1984 apud FREITAS, 1991) explica que a cultura vai além dos comportamentos observáveis e dos valores que podem ser justificados conscientemente, como normas e crenças, e se caracteriza como a força dos pressupostos subjacentes, tipicamente inconscientes, os quais realmente determinam como os membros de um grupo percebem, sentem e pensam.

A partir da conceituação de cultura por Schein, direcionado para o contexto organizacional, surge um modelo que resulta no conhecimento inovador da cultura organizacional, ou seja, do comportamento, da maneira de pensar, agir e de valorizar o âmbito organizacional, de como esta é constituída e como interfere no curso de ações em uma organização.

Ressalta-se que, segundo Schein, cultura representa para grupos e organizações o mesmo que caráter para indivíduos (SMITH; FADEL, 2009).

<sup>1</sup> Edgar Schein: psicólogo americano, desenvolveu um modelo de cultura organizacional

<sup>2</sup> Peter Senge: diretor do centro de aprendizagem organizacional do MIT e autor do livro "A quinta disciplina".

## 2.1 CULTURA ORGANIZACIONAL

O conceito de Cultura Organizacional desenvolvido por Edgar Schein foi desmembrado em três níveis de aprendizagem cultural, para facilitar a sua compreensão: Artefatos; Normas e Valores e Pressupostos.

Em relação aos artefatos, eles compõem a realidade externa. Organizados em categorias, são chamados artefatos físicos, artefatos comportamentais e artefatos verbais. Instalações, tecnologias e recursos físicos da organização, missão, marca, comportamentos, vestuário dos colaboradores, a história e as tradições, são alguns dos exemplos de artefatos. Quem não está presente na cultura da empresa, também consegue observar e reconhecer estes elementos. Porém, a interpretação, simbologia e significado diferem para os observadores.

As normas e valores correspondem às estratégias, aos objetivos e às metas, comportamentos importantes e esperados pela Organização. São elementos identificáveis, partilháveis e reconhecidos na realidade interna da empresa quando os colaboradores transmitem uns aos outros e a si próprios a cultura da organização.

Os pressupostos fazem parte do nível mais profundo e interno do modelo de Schein e da organização. São a identidade, a essência da cultura da empresa e encontram-se integrados, porém invisíveis, na dinâmica da empresa, pois influenciam todos em sua forma de perceber, pensar e agir em todas as situações organizacionais.

Assim, Schein (2009) amplia o modelo de cultura organizacional como uma interação contínua e dinâmica entre pressupostos ou crenças que representam esquemas interpretativos que os indivíduos usam para perceber situações e interpretar acontecimentos em curso, atividades e relações humanas, formando assim as bases para ação coletiva; valores que podem ser vistos como um conjunto de normas sociais que definem regras ou contexto para interações sociais por meio das quais as pessoas agem e se comunicam; e artefatos que incluem coisas tais como arte, tecnologia e padrões de comportamentos visíveis e audíveis, bem como mitos, heróis, linguagem, rituais e cerimônias.

Além de Schein, foram desenvolvidas outras teorias no contexto organizacional. Peter Senge, em busca de desenvolver a melhoria contínua das Organizações, inovou em sua proposta através da educação e criou o conceito de Organização que aprende.

## 2.2 ORGANIZAÇÃO QUE APRENDE

O ambiente organizacional exige processos contínuos de aprendizagem. Peter Senge inovou esse cenário com sua proposta das organizações que aprendem, cujo conceito defende a capacidade de aprendizagem das empresas, através da interconexão entre cinco disciplinas essenciais e em contínua aplicabilidade: “Maestria Pessoal; Modelos Mentais; Visão Compartilhada; Aprendizagem em Equipe e Pensamento Sistêmico” (SENGE, 2000, p.6).

As disciplinas, ou como Senge menciona “tecnologias competentes”, devem ser implantadas e gradualmente convergirem para inovar as organizações que aprendem, sendo uma essencial para o sucesso das outras.

Em relação ao Pensamento Sistêmico o autor explica tratar-se de um quadro de referência conceitual, um conjunto de conhecimento e ferramentas desenvolvido ao longo dos últimos cinquenta anos para esclarecer os padrões como um todo e ajudar-nos a ver como modificá-los efetivamente (SENGE, 2000).

Trata-se de uma disciplina que propõe a ousadia de ir além dos padrões estabelecidos em conhecimento e ação na busca de mudanças para melhor.

O Domínio pessoal é considerado como alicerce espiritual da organização, algo que deve ser continuamente desenvolvido e estimulado internamente. Buscar o domínio pessoal é esclarecer e aprofundar a visão pessoal, de concentrar as energias, de desenvolver paciência e de ver a realidade objetivamente (SENGE, 2000).

Esta disciplina tem como proposta o autoconhecimento coletivo organizacional para proporcionar clareza da visão de cada um, dos comportamentos e escolhas institucionais e consequente tranquilidade para o aprendizado conjunto.

Os Modelos mentais “são imagens, pressupostos e histórias que trazemos em nossas mentes, acerca de nós mesmos, outras pessoas, instituições e todo aspecto do mundo” (SENGE, 2000, p. 221). Essa disciplina determina o que as pessoas vêem, como agem e como se relacionam com o mundo. Influenciam e são influenciados pela cultura, crenças e valores organizacionais. Para



desenvolver modelos mentais de modo eficaz incentivando a aprendizagem, ou simplesmente criar modelos mentais, as empresas promovem treinamentos, palestras, coach, alinhamento de lideranças, criação de código de ética e incentivos de todas as ordens.

Concernente ao Aprendizado em equipe, é uma disciplina que enfatiza o grupo, e não o colaborador da organização, não somente objetivando o desenvolvimento das habilidades dos membros da equipe, mas sim, transformar essas habilidades em capacidades, para se construir o entendimento compartilhado e a visão compartilhada (SENGE, 2000).

O processo de aprendizado coletivo tem início com o autodomínio da organização que aprende, sem perder de vista o ambiente externo, buscando a transferência do conhecimento. O alinhamento entre os membros da equipe através de técnicas do diálogo é necessário como essência do aprendizado coletivo, para enriquecer o conhecimento coletivo dos processos ou premissas, com ou sem discordâncias.

A Visão compartilhada é uma disciplina capaz de traduzir a visão individual em uma visão compartilhada como um conjunto de princípios e práticas orientadoras. A prática da visão compartilhada envolve as habilidades que estimulem o compromisso genuíno e o real envolvimento, não apenas uma aceitação.

Com a proposta da Organização que aprende e as cinco disciplinas, Senge (1984 apud FLEURY, 1995) pontua que o foco na aprendizagem acontece primeiramente para o indivíduo através de seu processo de autoconhecimento, busca de seus objetivos e projetos pessoais. Em seguida, o indivíduo aprende em grupo. Finalmente, a aprendizagem acontece no contexto organizacional, através do pensamento sistêmico.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O artigo propõe uma reflexão teórica, um estudo teórico de natureza reflexiva, que consiste na ordenação de idéias sobre um determinado tema com aplicação de uma teoria existente para analisar determinado problema (MARCONI; LAKATOS, 2010), com base na revisão bibliográfica dos conceitos de Cultura Organizacional e Organização que aprende.

O levantamento bibliográfico ocorreu através da literatura proposta no plano de ensino da disciplina Cultura, Sistemas e Desenvolvimento Regional do programa de Mestrado Interdisciplinar de um Centro Universitário do interior do estado de São Paulo e da literatura com temas organizacionais utilizados na prática profissional da pesquisadora, para fundamentação dos conceitos de Cultura, Cultura Organizacional na concepção de Edgar Schein e do conceito de Organização que aprende proposto por Peter Senge, no intuito de investigar possíveis pontos em comum entre a teoria desses renomados autores.

### **4 ENCONTRO TEÓRICO ENTRE SCHEIN E SENGE: RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os autores Schein e Senge tem em comum o interesse pelo contexto organizacional. Após a explanação da teoria dos autores citados, ou seja, modelo Schein da Cultura organizacional e modelo Senge da Organização que aprende, emerge o estímulo de levantar pontos em comum em suas teorias.

Quando Schein (1984 apud ZAGO, 2013) afirma que em uma Organização que pratique a visão compartilhada como um processo inconsciente, tem que ter havido experiências conjuntas que tenham funcionado por tempo suficiente, aparenta um diálogo prévio com Peter Senge a respeito de uma das cinco disciplinas da organização que aprende.

A respeito do conceito Cultura, Schein menciona termos como aprendizagem, compartilhamento de forma coletiva, que é exatamente o caminho que converge com aspectos da proposta de Senge: “cultura aprendizagem acumulada e compartilhada por determinado grupo”.

Além disso, Schein (1984 apud FREITAS 1991) explica que a cultura vai além dos comportamentos observáveis e dos valores que podem ser justificados conscientemente, como normas e crenças, e se caracteriza como a força dos pressupostos subjacentes, tipicamente inconscientes, os que realmente determinam como os membros de um grupo percebem, sentem e pensam. Este aspecto remete ao envolvimento natural proposto por Peter Senge na explicação da disciplina visão compartilhada: “A prática da visão compartilhada envolve as habilidades que estimulem o compromisso genuíno e o real envolvimento, não apenas uma aceitação” (SENGE, 2000).

No modelo de Schein, a respeito dos artefatos, quanto a comporem a realidade externa; serem organizados em categorias, chamados artefatos físicos, artefatos comportamentais e artefatos verbais; e estarem presentes na arte, tecnologia e padrões de comportamentos visíveis e audíveis,

bem como mitos, heróis, linguagem, rituais e cerimônias existentes na Organização, evoca pontos em comum concernentes à disciplina Aprendizado em equipe sugerida por Senge, que destaca o grupo, e não somente o colaborador da organização, não somente objetivando o desenvolvimento das habilidades dos membros da equipe, mas sim, transformando essas habilidades em capacidades, para se construir o entendimento compartilhado e a visão compartilhada (SENGE, 2000). O processo de aprendizado coletivo tem início com o autodomínio da organização que aprende, sem perder de vista o ambiente externo, buscando a transferência do conhecimento. O alinhamento entre os membros da equipe através de técnicas do diálogo é necessário como essência do aprendizado coletivo, para enriquecer o conhecimento coletivo dos processos ou premissas, com ou sem discordâncias.

Outro ponto convergente entre as teorias de Schein e Senge está nas normas e valores que Schein aponta corresponder às estratégias, aos objetivos e às metas, comportamentos importantes e esperados pela Organização e são elementos identificáveis, partilháveis e reconhecidos na realidade interna da empresa quando os colaboradores transmitem uns aos outros e a si próprios a cultura da organização. O autor continua sua explanação a respeito dos valores que podem ser vistos como um conjunto de normas sociais que definem regras ou contexto para interações sociais por meio das quais as pessoas agem e se comunicam.

Assim, de forma complementar, há um direcionamento de reflexão que se aproxima da disciplina Modelos mentais da Organização que aprende: “são imagens, pressupostos e histórias que trazemos em nossas mentes, acerca de nós mesmos, outras pessoas, instituições e todo aspecto do mundo” (SENGE, 2000, p. 221). Essa disciplina determina o que as pessoas veem, como agem e como se relacionam com o mundo, influenciam e são influenciados pela cultura, crenças e valores organizacionais. Para desenvolver modelos mentais de modo eficaz incentivando a aprendizagem, ou simplesmente criar modelos mentais, as empresas promovem treinamentos, palestras, coach, alinhamento de lideranças, criação de código de ética e incentivos de todas as ordens.

Quanto ao nível mais profundo e interno do modelo Schein e da Organização, os pressupostos, descritos como crenças que representam esquemas interpretativos que os indivíduos usam para perceber situações e interpretar acontecimentos em curso, atividades e relações humanas, formando assim as bases para ação coletiva; convergem com o esclarecimento de Senge (2000) quanto à importância das mudanças dos modelos mentais para provocar a inovação na Organização que aprende e estimular o nível mais enraizado, tanto nas Organizações quanto nas pessoas em suas relações para melhoria de suas ações coletivamente.

Por outro lado, Senge (2004) observa que as empresas do futuro serão aquelas que descobrirem como fazer com que as pessoas se comprometam e queiram aprender, desde o chão de fábrica até a alta gerência. Neste trecho, o autor menciona de forma implícita um comportamento das pessoas na organização que está diretamente relacionada à Cultura Organizacional defendida por Schein nos três níveis de aprendizagem da cultura organizacional, quando menciona os pressupostos como nível influenciador de todos da empresa em sua forma de perceber, pensar e agir em todas as situações organizacionais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral apresentar uma possível interconexão entre as teorias de Schein e Senge. Os objetivos específicos elucidaram a importância em analisar as teorias propostas concernentes à temática organizacional de Peter Senge e Edgar Schein, apresentar o modelo organizacional de Edgar Schein, apresentar o modelo organizacional de Peter Senge, refletir de modo inovador o contexto organizacional e levantar pontos em comum de interesse no contexto organizacional.

Assim, a pesquisadora considera que os objetivos foram parcialmente alcançados quanto à elucubração dos pontos em comum das teorias de Schein e Senge, dada à vasta literatura existente relacionada ao tema proposto.

Ao debruçar-se sobre a apresentação das teorias de ambos os autores neste trabalho, estabeleceu-se um paralelo à palavra “diálogo” – do grego **dialogos**, “fluxo de significado” – em que Senge (2000, p.21) explora em seu livro, que permite aprender que existe um profundo desejo de redescoberta de nossa capacidade de conversarmos uns com os outros.

Seja para entender a Cultura Organizacional ou propor a experiência da Organização que aprende, o diálogo, a conversa, as reflexões coletivas a respeito de pontos de vista ou teorias distintas, pode despertar mudanças nas Organizações e na interação das pessoas, o que pode estabelecer visões e compreensões compartilhadas e novas capacidades de ação coordenada

(SENGE, 2000).

Parafrazeando Senge, além das estruturas manifestas nas Organizações, faz-se necessário também reconhecer as estruturas internas dos modelos mentais. Lembrando que não temos modelos mentais, somos modelos mentais; ou seja, o meio através do qual nós e o mundo interagimos, enraizados em nossa história de vida.

Como também, as Organizações não têm Cultura Organizacional, as empresas são a cultura organizacional como movimentos dos mais profundos até os mais aparentes, em plena e necessária relação com o mundo externo, com o exercício do respeito à história, à missão, à visão e aos valores da empresa.

Schein propõe a Cultura como um processo de aprendizagem e Senge propõe a Aprendizagem coletiva organizacional em nível criativo e ambos convergem para um modelo de aprendizagem que gera conhecimento organizacional com visão compartilhada, de forma sistêmica, que buscam entender as estruturas com inovação de ideias.

A construção da cultura organizacional é um processo de aprendizagem contínua e que muitas vezes exige mudança dos modelos mentais (SENGE, 1990), iniciada gradualmente com o reconhecimento dos conceitos que mudam as âncoras e padrões de julgamento (SCHEIN, 1995). Entretanto, o próprio processo de aprendizagem depende da cultura organizacional, para que se construa uma postura no cotidiano organizacional. Schein e Senge compartilham ideias sobre o contexto organizacional e propõem modelos complementares de inovação.

Senge apresenta caminhos para uma Organização que aprende através das cinco disciplinas e Schein explicita três níveis de aprendizagem da cultura organizacional.

Essa co-visão para as Organizações que aprendem e a construção de suas culturas permitem variáveis de ações empresariais, conforme a história, a memória, as pessoas, os processos, os resultados até então alcançados nas empresas, como também a ousadia da construção de novos horizontes que exigem mudanças inovadoras através da apreensão de novas disciplinas pensadas em conjunto como modelos mentais, domínio pessoal, aprendizagem em equipe, visão compartilhada e pensamento sistêmico.

A aprendizagem que busca adequar uma Organização e sua Cultura ao mercado que exige atualização, modernização, reposicionamento pode confrontar crenças e pressupostos consagrados, porém não pode ser realizada de forma fragmentada, individualizada, egocêntrica.

A Organização que aprende, experiencia situações em conjunto e respeita sua Cultura organizacional, podendo estar mais preparada para lidar com as adversidades internas e externas, poder contribuir com a formação natural de aprendizes coletivos que conseguem perceber sua interconexão, bem como encontrar caminhos de melhoria contínua.

O resultado da pesquisa, portanto, foi uma visão geral que mostra a existência de pontos de convergência entre teorias do contexto organizacional, não apresentando distinção e sim complementaridade entre Schein e Senge.

## REFERÊNCIAS

FADEL, Barbara; SMITH, Marinês S. J. Cultura Organizacional: alavanca ou entrave ao desenvolvimento regional. In: FADEL, Barbara (Org.) Desenvolvimento Regional: debates interdisciplinares. São Paulo: Cultura Acadêmica; FUNDEPE e Uni-FACEF, 2009.

FLEURY, A; FLEURY, M. Aprendizagem e Inovação Organizacional: as experiências de Japão, Coréia e Brasil. São Paulo, Atlas, 1995.

FREITAS, M.E. Cultura Organizacional: formação, tipologias e impactos. São Paulo: MAKRON BOOKS, 1991.

FREITAS, ME. Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma? Rio de Janeiro: FGV, 2006

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010

SCHEIN, E. Liderança e Cultura Organizacional. In: DRUCKER, P. F. O Líder do futuro. São Paulo: Futura, 1996

SCHEIN, E. H. Cultura Organizacional e Liderança. Tradução de Ailton B. Brandão. São Paulo: Atlas, 2009

SCHEIN, E. H. Organization Culture and Leadership. San Francisco: Jossey Bass, 1988

SENGE, P. M. A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende. Tradução de OP Traduções. 16.ed. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

SENGE, P. M. Além da 5ª Disciplina. HSM Management, São Paulo: mar/abr.1998. Disponível em: <[www.pucrs.br/asplam/boletins/boletim18.pdf](http://www.pucrs.br/asplam/boletins/boletim18.pdf)>. Acesso em 20 jun. 2018.

SENGE, P. M. et.al. A dança das mudanças: os desafios de manter o crescimento e o sucesso em organizações que aprendem. Tradução de Bazán. 7.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

ZAGO, C. C. Cultura organizacional: Formação, conceito e constituição. Sistemas & Gestão, Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Na/Downloads/416-1680-2-PB.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2018

**CULTURA ORGANIZACIONAL: UM OLHAR SOB AS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS**

Desenvolvimento Regional e Local.

CARRARO NETO, Pedro Americo  
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF

MACHADO NETO, Alfredo José  
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF

**Resumo**

A cultura organizacional ganha destaque no cenário mundial a partir dos anos de 1980, chegando ao Brasil durante os anos de 1990. No século XXI, expande-se para o estudo das organizações públicas brasileiras, visando diagnosticar os entraves históricos e os problemas funcionais. Dessa maneira, o objetivo desse estudo constitui-se em identificar os fatores internos e externos que influenciam o funcionamento das organizações públicas brasileiras utilizando de referenciais teóricos históricos e autores que trabalham a cultura organizacional. Para tanto, foi utilizado como referencial os estudos de Smircich (1983), e suas visão de subsistemas e fatores (externos e internos). Além disso, os aspectos metodológicos contidos foram baseados nos estudos teórico-metodológicos. Como resultado desse estudo, verificou-se uma forte influência cultural, advinda desde a formação colonial do Brasil, além de problemas funcionais que se perpetuam no sistema público brasileiro.

**Abstract**

Organizational culture gained prominence on the world scene from the 1980s, arriving in Brazil during the 1990s. In the 21st century, it expanded to the study of Brazilian public organizations, aiming to diagnose historical obstacles and functional problems. In this way, the objective of this study is to identify the internal and external factors that influence the functioning of Brazilian public organizations using historical theoretical references and authors who work the organizational culture. For that, the studies of Smircich (1983), and their view of subsystems and factors (external and internal) were used as reference. In addition, the methodological aspects were based on the theoretical - methodological studies. As a result of this study, there was a strong cultural influence, coming from the colonial formation of Brazil, as well as functional problems that are perpetuated in the Brazilian public system.

**1 INTRODUÇÃO**

A cultura organizacional ganha destaque mundialmente a partir dos anos de 1980 e chega ao Brasil, com maior ênfase, a partir da década de 1990. Aplicada primeiramente ao setor privado, logo seus olhares se expandem para as deficiências do setor público.

Dessa maneira, esse artigo tem como objetivo identificar os fatores internos e externos que influenciam o funcionamento das organizações públicas brasileiras utilizando de referenciais teóricos históricos e autores que trabalham a cultura organizacional.

O problema de pesquisa que se coloca, portanto, é: quais são os fatores externos e internos que influenciam a atual dinâmica das organizações públicas brasileiras?

Para responder a esta questão foi utilizado, como referencial teórico, os estudos de Smircich (1983), e sua visão de subsistemas e fatores (externos e internos). Além disso, a aspectos metodológicos contidos são baseados nos estudos teórico-metodológico, com análise exploratória e de conteúdo.

Além desta introdução, o artigo analisa, no segundo capítulo, uma a formação histórica do conceito de cultura organizacional no mundo, e no Brasil, a partir de um levantamento dos principais teóricos sobre o tema.

No terceiro capítulo é apresentada uma breve perspectiva histórica das organizações públicas brasileiras, que irá dialogar diretamente com os fatores externos pretendidos no objetivo dessa pesquisa.

No quarto capítulo, faz-se um estudo da sociologia e dos traços característicos da cultura organizacional brasileira, buscando analisar o diálogo entre fatores os externos e internos das organizações públicas do Brasil.

Enfim, no quinto capítulo, analisa-se a cultura organizacional aplicada às organizações públicas, enfatizando os entraves externos e internos que impactam no sistema atual.

Para terminar, realiza-se a conclusão avaliando o referencial teórico e os pontos de análise realizados nesse estudo.

## 2 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE CULTURA ORGANIZACIONAL

O conceito de cultura organizacional chama atenção através de um cenário global econômico de ascensão do Japão como potencia mundial, fato que perdura até a primeira década do século XXI. Conforme comenta Freitas (2007), nesse contexto o tema do estudo na cultura dentro do sistema organizacional ganha robustez a partir da década de 1980, visando analisar o que a cultura japonesa produzia de diferente para angariar os expressivos avanços econômicos.

Já os estudos sobre cultura organizacional no Brasil começam a alcançar maior destaque no final da década de 1990, onde se sobressai a obra Cultura Organizacional e Cultura Brasileira, organizada por Fernando Cláudio Prestes Motta e Miguel Pinto Caldas. Contando com a participação de mais de vinte autores, esse livro, de uma forma geral, pautou os estudos subsequentes, na medida que tornou central o argumento de que não é possível “estudar a cultura das empresas que operam em uma sociedade, sem estudar a cultura – ou as culturas – dessa sociedade” (MOTTA E CALDAS, 1997, p. 19).

A amplitude do termo cultura, amplamente utilizado ao longo dos séculos, possibilitou um vasto campo de estudos sobre o tema. Conforme aponta Pires e Macedo (2005, p. 83), “[...] em 1962 foram identificadas 164 definições diferentes do conceito de cultura. O termo cultura é muito utilizado. Essa palavra possui inúmeros significados, todos derivados de sua raiz latina, que se refere à plantação no solo.”

Dessa maneira, advinda da pluralidade temática da cultura, produziu-se diversos prismas de análise da cultura aplicada às organizações (cultura organizacional). Segundo Muzzio (2010) a profusão de correntes acabou por proporcionar, na literatura, inúmeras definições de cultura organizacional. No Quadro 1, elaborado por Zago (2013, p. 113), são apresentados alguns nomes de autores relevantes nesta área e seus aspectos destacados de suas obras.

**Quadro 1 – Autores e Aspectos do Conito de Cultura Organizacional**

<b>Autores</b>	<b>Aspectos Destacados</b>
Pfeffer, 1981.	Significados e crenças.
Da Mata, 1981.	conhecimentos ou cognições compartilhadas
Jhonson e Scholes, 1984	Valores básicos, suposições e convicções.
Schein, 1995.	Padrão de suposições básicas de um grupo.
Toledo e Milioni. 1986.	Valores, atitudes e padrões de comportamento.
Tavares, 1993.	Soluções do grupo humano, aspectos ideacionais, comportamentais e materiais.
Mitroff, Mason e Pearson, 1994.	Crenças, valores, normas e pressupostos.
Eldridge e Combrie, 1994.	Normas e valores, crenças/convicções, modos de se comportar.
Alves, 1997.	Crenças, valores, pressupostos, símbolos, artefatos, conhecimentos e normas.

Silva, 1997.	Valores e crenças.
Vasconcelos e Hemsley, 1997.	Normas informais, valores, atitudes e padrões de comportamento
Nonaka e Takeuchi, 1997.	Crenças e conhecimentos.
Bowditch e Buono, 1997.	Crenças, atitudes e comportamentos.
Fleury e Fleury, 1997.	Valores.
Sveiby, 1998.	Valores e atitudes.
Oliveira, 1998.	Valores, crenças, e comportamentos individuais e coletivos.

**Fonte:** ZAGO, 2013, p.113

Percebe-se através do levantamento realizado por Zago (2013), que valores e crenças são pilares na constituição da cultura organizacional demonstrando ligação direta com a cultura histórica em paralelo. Conforme afirma Muzzio (2010), assim como na cultura geral, as perspectivas modernas da cultura organizacional defendem que os valores, as crenças, os artefatos e os pressupostos acentuam sua mobilidade e ganham uma condição ampliada de deslocamentos entre os povos e as organizações, favorecidas pelas condições de mobilidade de produtos, de serviços e de ideias.

Tendo em vista o objetivo desse artigo, a estrutura de culturas e subculturas desenvolvidas por Smircich (1983) terá relevância na análise da cultura organizacional na administração pública. Através de estudos do autor, dividiu-se sua concepção sobre cultura em duas visões, dispostas no Quadro 2.

**Quadro 2 – Visões e Conceitos – (Smircich)**

Visões	Conceitos
<b>Visão 1</b>	Vê a cultura como uma variável, aquilo que uma organização possui. Nessa visão, emergem duas perspectivas possíveis: a) “gerência comparada” ou “ <i>cross-cultural</i> ”, visão de cultura como uma variável independente a partir da qual as organizações são vistas como instrumentos para a realização de tarefas; e
<b>Visão 2</b>	Visão da organização como autoprodutora de cultura simbólica (cultura corporativa), tais como rituais e cerimônias. Nessa perspectiva as organizações são vistas como sistemas adaptativos que existem por processos de troca com o ambiente, embora o contexto interno da organização continue sendo o foco. A cultura seria um subsistema organizacional, como o subsistema produtivo ou o subsistema administrativo.

**Fonte:** Smircich (1983) - Elaboração Própria

Tendo em vista as visões impetradas por Smircich (1983), terá foco a segunda visão para utilização nessa pesquisa, fazendo-se correlação entre a troca da cultura entre fatores externos e internos na relação organização – sociedade. Para tanto, na próxima seção será analisada a história de formação do serviço público brasileiro (organização) e suas relações internas que a moldou.

### 3 HISTÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

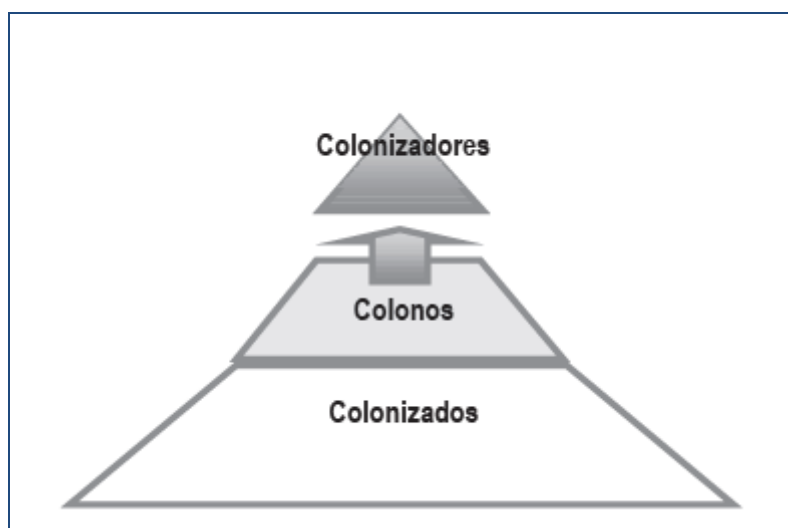
O termo serviço público demanda uma definição de sua origem, para o início da análise referente à sua evolução histórica. Dessa maneira, conforme aponta Souza e Melo (2013, p. 5) “[...] o conceito de serviço público nasce justamente para proclamar a separação entre direito público e privado, distinção esta que remonta à fase absolutista”.

No Brasil o serviço público passou por várias transformações ao longo do século, concomitantemente, aos ciclos econômicos e de formação social do Estado brasileiro. O servidor público no período colonial era vista como um elo entre os interesses da coroa no Brasil. Conforme aponta Souza e Melo (2013, p. 6):

*“Neste momento histórico o servidor público era visto como uma extensão do poder do colonizador e, logo, tão arbitrário quanto este, uma vez que sua vontade não necessitava de qualquer embasamento legal ou legitimado para se cumprir. O personalismo era extremo neste período, ditando as regras segundo as quais os servidores agiram”.*

Nessa sociedade hierarquizada, conforme comenta Almeida (2013), sua divisão constituía-se em colonizador, colonos e colonizados (vide Figura 1).

**Figura 1 – Pirâmide da Sociedade no Brasil Colonial**



Fonte: Almeida (2013)

Para entender melhor a constituição da sociedade no período, e o lugar do servidor público nessa sociedade, produziu-se o Quadro 3, com breve explicação sobre o estamento.

**Quadro 3 – Colonizador, Colonos e Colonizados**

Sistemas	Descrição
<b>Colonizador</b>	É agente direto ou indireto dos interesses da metrópole. Comerciantes, funcionários da Coroa, padres e bispos – não existia separação entre Estado e Igreja, esta era um braço do Estado Português – eram todos agentes do exclusivo metropolitano em suas expressões religiosas, políticas ou comerciais.
<b>Colonos</b>	Detentores do monopólio sobre os meios de produção: o engenho a terra e o escravo.
<b>Colonizados</b>	São os homens obrigados ao trabalho. Fossem escravos ou libertos, brancos pobres ou mestiços, carregavam em seu cotidiano diário o estigma do pecado original, reforçado a cada dia em uma cultura escravocrata.

Fonte: ALMEIDA (2013)

Ao longo de todos os séculos que formam a história do Brasil-Colônia e da Nação Brasileira, o servidor público sempre esteve no topo da pirâmide social. Fazer parte desse estamento se tornou sinal de prestígio e almejo de grande parte da população. Conforme comenta Almeida (2013), a luta para passar em um concurso público e estar junto ao —colonizador” é sintoma desde sempre em



nossa sociedade.

Contudo a ânsia de entrar para o serviço público tornou necessárias a exigência do concurso de ingresso e o combate ao nepotismo. Conforme aponta Souza e Melo (2013, p. 6), o estabelecimento do concurso público, após o regime militar, ganha força a partir da constituição de 1988, como forma de combater o nepotismo, não deixando de fora o —jeitinho brasileiro”, sendo —a válvula de escape para este controle protecionista foi o estabelecimento de cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração”.

Nesse contexto de formação do serviço público brasileiro, a cultura organizacional começa a se delinear em torno dos fluxos culturais, (CANCLINI, 2005; LLOYD, 2002; SCHUERKENS, 2004) que modificam o processo de integração, sendo reinterpretados em função da realidade cultural local, transformando-se em algo novo e único.

Na próxima seção, analisa-se os aspectos sociais que serão vetores do delineamento da cultura organizacional brasileira, principalmente no que tange a administração pública nacional.

#### **4 CULTURA BRASILEIRA: aspectos sociológicos e traços característicos**

Se as relações internas são de um serviço público estacionado no topo da pirâmide colonial brasileira, a relação serviço público e sociedade representaria os fatores externos, tendo em vista a visão de Smircich (1983).

Como foco na cultura brasileira, Sérgio Buarque de Holanda (1995) aponta que na sua gênese estão impressos dois caracteres principais: o personalismo e a cordialidade.

O personalismo é visto como a herança ibérica mais determinante no sentido de impedir que aqui se concretizassem acordos passíveis de privilegiar a coletividade. O personalismo configuraria, portanto, uma valorização das posturas pessoais em detrimento do interesse coletivo. Sendo assim, conforme aponta Holanda (1995), a partir do momento em que se valorizam as posturas pessoais como forma de autoafirmação perante os demais membros de uma sociedade, o que se estabelece é um ambiente de competição hostil à coesão das relações sociais que, ao serem negligenciadas, expõem suas vulnerabilidades.

Em contrapartida, a cordialidade nos permearia com um fundo emotivo que solapa a racionalidade no trato do bem público, no caso estudado, ou quaisquer relações. Conforme aponta Holanda (1995, p. 147), a cordialidade brasileira representa:

[...] Ihanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante

Esses aspectos sociológicos brasileiros, paralelamente a cultura das organizações, colocam a gestão no Brasil mais orientada a valores femininos — como cuidado com o próximo, igualdade, bem-estar, qualidade de vida — do que masculinos — como agressividade, assertividade, resultados, performance, entre outros (Urdan e Urdan, 2001; Alcadipani e Crubellate, 2003).

Portanto, conforme sintetizam os autores Ornelas e Nogueira (2014), os traços culturais brasileiros poderiam ser sintetizados conforme o Quadro 4, a seguir.

**Quadro 4 – Traços Culturais Brasileiros**

Traços Culturais	Descrição
<b>Jeitinho</b>	<p>Comportamento que visa à harmonização das regras e determinações universais da vida com as necessidades diárias do cidadão, buscando a realização de objetivos a despeito de determinações legais contrárias. Revela um “<i>combate</i>” entre leis universais e relações pessoais. Segundo antropólogos brasileiros (Barbosa, 1992; DaMatta, 1991) o jeitinho brasileiro é uma estratégia para suavizar as formas impessoais que regem as relações pessoais. O jeitinho é ambíguo e admite dupla leitura, pode significar uma postura conformista de convivência com o <i>status quo</i> injusto e inaceitável; e pode ser visto como uma forma de sobreviver ao cotidiano, um recurso de resistência cultural.</p>
<b>Desigualdade de poder e hierarquia</b>	<p>O sistema de relações hierárquicas que vigorou nas relações entre senhor e escravo no Brasil colonial marcou profundamente a sociedade local. Em sociedades como a norte-americana tem-se como pressuposto que todo cidadão é igual perante a sociedade e a lei. No Brasil, muitos indivíduos julgam-se com direitos especiais que os eximem de sujeitar-se à lei de caráter generalizante. A expressão popular “você sabe com quem está falando?” é comumente ouvida em situações de conflito e revela uma reação autoritária, que tenta impor uma condição especial. A desigualdade de poder enraizada na cultura brasileira e na cultura organizacional brasileira revela a força da hierarquia nas relações entre as pessoas e a grande importância dada ao <i>status</i> individual e à autoridade dos superiores (Motta, 1996; Barros e Prates, 1996; Freitas, 1997).</p>
<b>Flexibilidade</b>	<p>A flexibilidade que permeia os comportamentos nas organizações no país traduz-se na capacidade de adaptação e criatividade das pessoas. A adaptação refere-se à capacidade de ajuste a situações diversas e a criatividade refere-se à capacidade de inovação. Dentro das organizações esse aspecto emerge da capacidade histórica das organizações e indivíduos de adaptação a diversas e difíceis situações econômicas e às múltiplas práticas e ferramentas de administração trazidas de outros contextos de gestão (Barros e Prates, 1996).</p>

<p><b>Plasticidade</b></p>	<p>Tem como raiz o gosto pela miscigenação, pelo novo e pelo exótico, que marcou a colonização do país. O colonizador português se distinguia de outros colonizadores pela ausência do orgulho de raça, por</p> <p>forte atração pelo sensual e pelo exótico e pelo gosto pela mistura racial. A plasticidade manifesta-se pela assimilação fácil de práticas e costumes estrangeiros e revela a propensão a mirar modelos e conceitos desenvolvidos em outros contextos de gestão em detrimento daqueles desenvolvidos localmente. Histórica e tradicionalmente a adoção de conceitos e referenciais estrangeiros na gestão das organizações no Brasil é feita sem críticas, o que revela o alto grau de permeabilidade da nação àquilo que é desenvolvido láfora. Entretanto, é necessário ressaltar que tal assimilação pode ocorrer em alguns casos apenas superficialmente, enganando um observador menos atento e indicando um comportamento de fachada (Wood e Caldas, 1998; Caldas, 1997; Motta, Alcadipani e Bresler, 2001; Bertero e Keinert, 1994)</p>
<p><b>Personalismo</b></p>	<p>Expressa a importância atribuída às pessoas e aos interesses pessoais em detrimento das pessoas ou interesses do grupo ou comunidade. Indica o alto grau de confiança depositado na rede de amigos e familiares para resolução de problemas ou obtenção de privilégios. A expressão popular local —parás amigos tudo, para os inimigos nada, para os indiferentes a lei” atribuída a uma importante figura política do século XX exemplifica esse traço. No Brasil, a aplicação restrita da lei é reservada ao cidadão anônimo, isolado e sem relações (Barros e Prates, 1996 ; Freitas, 1997; Motta,1996).</p>
<p><b>Formalismo</b></p>	<p>Se traduz nas organizações por meio de comportamentos que buscam por um lado a redução do risco, da ambigüidade e da incerteza e, por outro, aumento de previsibilidade e controle sobre as ações e comportamentos humanos. Essa busca se dá por meio da criação de grande quantidade de regras, normas e procedimentos que visam garantir segurança. Ou seja, esse traço está presente no apego a leis e regras e pode provocar discrepâncias entre o que é escrito e o que é realizado ou entre o que é dito e o que é de fato feito. Na prática, tal condição implica a multiplicação das atividades de controle (Barros e Prates, 1996; Motta e Alcadipani, 1999).</p>

Fonte: Ornelas e Nogueira, 2014

## 5 CULTURA ORGANIZACIONAL NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS: entraves externos e internos

A formação histórica, na relação dos fatores externos do serviço público brasileiro, relega as organizações públicas a uma cultura de perpetuação do estamento advindo através dos séculos. Segundo Faoro (1984), o estamento define-se por uma posição comodista perpetuada por meio de favores e pela posse inapropriada do patrimônio público, avessa ao trabalho penoso e explorador por natureza. De outra maneira, ao dedicar-se exclusivamente a obter vantagens para si, a elite patrimonialista estamentista e seus representantes, contribuem decisivamente para o atraso do desenvolvimento econômico brasileiro desde a mais remota história.

Contudo, no âmbito interno, a indissociável tangente da cultura também traz problemas característicos na gestão das organizações governamentais. Conforme comenta Carbone (2000), as principais características da organização pública, que dificultam suas mudanças, são apresentadas no Quadro 5.

### Quadro 5 – Características das Organizações Públicas Brasileiras

Características	Descrição
<b>Burocratismo</b>	Excessivo controle de procedimentos, gerando uma administração engessada, complicada e desfocada das necessidades do país e do contribuinte.
<b>Autoritarismo/Centralização</b>	Excessiva verticalização da estrutura hierárquica e centralização do processo decisório.
<b>Aversão aos empreendedores</b>	Ausência de comportamento empreendedor para modificar e se opor ao modelo de produção vigente.
<b>Paternalismo</b>	Alto controle da movimentação de pessoal e da distribuição de empregos, cargos e comissões, dentro da lógica dos interesses políticos dominantes.
<b>Levar Vantagem</b>	Constante promoção da punição àqueles indivíduos injustos obtendo vantagens dos negócios do Estado.
<b>Reformismo</b>	Desconsideração de avanços conquistados, descontinuidade administrativa, perda de tecnologia e desconfiança generalizada. Corporativismo como obstáculo à mudança e mecanismo de proteção à tecnocracia

Fonte: PIRES, MACEDO (2005, p. 96) *apud* CARBONE (2000) – Elaboração Própria.

Os problemas relacionados as características da organização pública brasileira, acabam se interligando com problemas funcionais do sistema. Segundo comenta Martelane (1991), existem dois corpos funcionais, com características nitidamente distintas, nas organizações públicas: um permanente e outro não-permanente. O corpo permanente é formado pelos trabalhadores de carreira, que obtiveram objetivos e culturas formadas no seio da organização (funcionários concursados). Já o corpo não-permanente é composto por administradores políticos que seguem objetivos externos (cargos comissionados).

O grande problema funcional desse sistema é a acentuada substituição dos não-permanentes que se alteram a cada novo mandato. Conforme afirma Schall (1997) essa descontinuidade administrativa é um dos pontos que mais distinguem a organização pública e privada. O resultado dessa descontinuidade se verifica a características específicas da produtividade pública, conforme Quadro 6, a seguir.

**Quadro 6 – Características das Descontinuidades**

Características – Descontinuidade	Descrição
<b>Projetos de curto prazo</b>	Cada governo só privilegia projetos que possa concluir em seu mandato, para ter retorno político.
<b>Duplicação de projetos</b>	Cada novo governo inicia novos projetos, muitas vezes quase idênticos, reivindicando a autoria para si.
<b>Conflitos de objetivos</b>	Conflito entre os objetivos do corpo permanente e do não-permanente, o que pode gerar pouco empenho em relação aos procedimentos que vão contra interesses corporativos — ciência de que a chefia logo será substituída.

<b>Administração amadora</b>	Administração feita por indivíduos com pouco conhecimento da história e da cultura da organização e, muitas vezes, sem o preparo técnico necessário — predomínio de critérios políticos em detrimento da capacidade técnica ou administrativa dos nomeados.
------------------------------	---

**Fonte:** PIRES, MACEDO (2005, p. 97) – Elaboração Própria.

Nesse contexto, o somatório de problemas históricos, que formam a categoria externa, e os problemas internos e funcionais, tornam as organizações públicas brasileiras ineficientes e extremamente burocráticas, fatos que atrapalham o desenvolvimento econômico do país, em suas mais variadas vertentes – crescimento econômico, igualdade social, melhorias em infraestrutura, saúde pública, previdência, etc.

Portanto, na última seção desse estudo serão apresentadas as conclusões do artigo, tendo em vista as análises realizadas através do referencial teórico disposto.

## **.6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

A cultura organizacional começa a ser melhor analisada a partir da década de 1980 e seu estudo recebe uma dimensão considerável no âmbito científico. A partir do século XXI, os estudos começam a penetrar a área das organizações públicas e, no Brasil, ganham destaque diante da ineficiência do serviço público nacional.

Diversos fatores históricos estão interligados e, fatalmente, influenciaram no atual sistema das organizações públicas brasileiras. Além disso, a cultura fortificada ao longo de mais de 500 anos, potencializam as deficiências do serviço público brasileiro, pois, a cultura arraigada nos cidadãos, dificultam as mudanças nas organizações. A cultura de uma empresa são os funcionários que fazem.

Descontinuidades características, como as decorrentes de cargos comissionados, também geram diversos entraves para implementação de projetos em políticas públicas e, conseqüentemente, dificultam o desenvolvimento econômico regional e brasileiro, gerando um círculo vicioso do atual sistema.

Em suma, as organizações públicas brasileiras sofrem com um processo histórico indissociável e as mudanças desse establishment precisam se iniciar o mais rápido possível.

Esse processo passa não apenas pela alteração dos nefastos hábitos culturais expostos, mas também por proporcionar uma educação de qualidade para as nossas crianças e jovens, visando um futuro melhor para os cidadãos brasileiros.

## **7 REFERÊNCIAS**

- ALCADIPANI, R; CRUBELLATE, J. M. **Generalizações Improváveis e Conceituações Imprecisas.** *Revista de Administração de Empresas.* v. 43, n. 02.pp. 64-76. abr./jun. 2003.
- CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- CARBONE, P. P. **Cultura organizacional no setor público brasileiro: desenvolvendo uma metodologia de gerenciamento da cultura.** *Revista de Administração Pública,* Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 133-144, mar./abr. 2000.
- FAORO, R. **Os Donos do Poder.** Rio de Janeiro: Globo, 1984
- FREITAS, M. E. **Cultura Organizacional: evolução e crítica.** São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- HOLLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
- LLOYD, C. **Thinking about the local and the global in the Algerian context.** Oxford Development

Studies, Oxford, v. 30, n. 02, p. 151-163, 2002.

MARTELANE, R. **O relacionamento entre os corpos permanentes e não-permanentes na organização pública — um modelo.** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPAD, 15., 1991, Salvador, BA, Salvador: Anpad, 1991.

MOTTA, F. C. P.; CALDAS, M. P. (Coords.). **Cultura organizacional e cultura brasileira.** São Paulo: Atlas, 1997.

MUZZIO, H. **Cultura Organizacional e Perspectivas Estratégicas da Regionalidade Cultural Brasileira.** *Anais do VI EnEO.* Florianópolis, SC, 2010.

ORNELAS, A. L.; NOGUEIRA, H. G. P. **Cultura Organizacional Brasileira: Antigos Dilemas e Novas Perspectivas.** *VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD.* 2014. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014\\_EnEO289.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnEO289.pdf)> Acesso em 02 jul. 2018.

PIRES, J. C. de S. & MACÊDO, K. B. **Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil.** Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 02 jul. 2018.

SCHALL, E. **Public sector succession: a strategic approach to sustaining innovation.** *Public Administration Review*, Washington, D.C., v. 57, n. 1, p. 4-10, jan./fev. 1997.

SCHUERKENS, U. **The Sociological and Anthropological study of globalization and localization.** In: \_\_\_\_\_. (Ed.) *Global forces and local life-woods: social transformations.* London Sage, 2004, p. 14-26.

SMIRCICH, L. **Concepts of culture and organizational analysis.** *Administrative Science Quarterly*, Ithaca, v. 28, n. 3, p. 339-358, set. 1983.

SOUZA, S. C.; MELLO, M. S. O. **A Evolução Histórica do Serviço Público e a Necessidade da Transformação do Servidor Público.** *Convibra.* 2013. Disponível em: <[http://www.convibra.com.br/upload/paper/2013/38/2013\\_38\\_6812.pdf](http://www.convibra.com.br/upload/paper/2013/38/2013_38_6812.pdf)> Acesso em 02 jul. 2018.

URDAN, F. T.; URDAN, A. T. **Estilos gerenciais e agrupamento de cultura nacional: brasileiros versus europeus latinos e anglo-saxões.** In: ENANPAD, 25. Campinas, Brasil, 2001.

ZAGO, C. C. **Cultura Organizacional: Formação, Conceito e Constituição.** *Revista Eletrônica Sistemas & Gestão.* v. 8, n. 2, 2013. Disponível em: <[www.revistasg.uff.br/index.php/sg/article/download/v8n2a1/v8n2a1](http://www.revistasg.uff.br/index.php/sg/article/download/v8n2a1/v8n2a1)> Acesso em 02 jul. 2018.

***DE EVA A LILITH: a figura feminina no teatro e no cinema expressionista***

*FROM EVA TO LILITH: the female figure in the theater and the expressionist cinema.*

Área temática: Outras temáticas (Teatro/Cinema/Literatura)

DIOGO, Brendon de Alcantara  
Faculdade de Ciências e Letras/ UNESP – Campus Araraquara  
Mestrando em Estudos Literários e Teorias e crítica do drama  
brendondiogo@hotmail.com

**Resumo**

Neste estudo, pretendo pesquisar a figura feminina no teatro e no cinema expressionista alemão a partir de três obras, sendo duas cinematográficas e uma dramática: Metropolis dirigida por Fritz Lang em 1927, Nosferatu (1922) do diretor F. W. Murnau; e As massas e o homem (1919) do dramaturgo Ernst Toller. Para tratar do cinema expressionista, terei como base os postulados de Lotte Eisner, Luiz Nazário, Gigliotti, entre outros estudiosos dessa temática. Quanto ao teatro expressionista, as pesquisas de Szondi, Vasques e Patrice Pavis serão fundamentais como suporte teórico-crítico. Dessa forma, a partir de abordagens sobre trechos dos filmes e da peça, comentários críticos e estudos a respeito das obras, será possível discutir sobre a figura feminina no Expressionismo alemão.

**Palavras-chave:** Expressionismo alemão, Teatro, Cinema

**Abstract**

In this study, I intend to research the female figure in German theater and expressionist cinema from three works, two of which are cinematographic: Metropolis directed by Fritz Lang in 1927, Nosferatu (1922) by director FW Murnau and a dramatic one: The masses and the man (1919) by playwright Ernst Toller. To deal with the expressionist cinema, I will have as basis the postulates of Lotte Eisner, Luiz Nazário, Gigliotti, among other scholars of this theme. As for Expressionist theater, the researches of Szondi, Vasques and Patrice Pavis, will be fundamental as theoretical-critical support. Thus, from approaches on the parts of the films and the piece, critical comments and studies on the works, it will be possible to discuss the female figure in German Expressionism.

**Keywords:** German Expressionism, Theater, Movie theater.

*O expressionista já não vê: tem “visões” (Lotte H. Eisner)*

O Expressionismo, momento cultural e artístico que define não só as expressões exageradas, pinceladas excessivamente marcadas, rostos distorcidos e sombras acentuadas, mas indica toda a angústia de um período, de um sentimento que se criou e até hoje orienta ações, inspira artistas e acima de tudo, é irrevogavelmente atual.

Segundo Eisner (1985) em *A tela demoníaca*, “Os anos que seguem a Primeira Guerra Mundial são uma época singular na Alemanha: o espírito germânico se recompõe com dificuldade do desmoronamento do sonho imperialista” (p. 17). Assim, nota-se que tal período histórico, o da primeira grande Guerra, será fator de influência direta nas obras expressionistas, pois, “A atmosfera conturbada atinge o paroxismo com a inflação, que provoca a destruição de todos os valores; e a inquietação inata dos alemães adquire proporções gigantescas” (EISNER, 1985, p. 17).

Com esse espírito, surge o Expressionismo na Alemanha, cercado de magia e misticismo,

distorções da realidade, uma atmosfera escura e sombria que remetia a inquietudes como o insucesso na Guerra, o número elevado de mortes e a densa instabilidade econômica.

Tais fatores contribuíram diretamente com a angústia que se alastrou no povo alemão. Ao trazer essa preocupação, cabe ressaltar também a abstração, que foi um aparato norteador dos vieses artísticos do expressionismo, porque a abstração segundo Eisner (1985, p. 21) “nasce da grande inquietação que experimenta o homem aterrorizado pelos fenômenos que constata a seu redor”.

Na concepção artística do período, o Expressionismo foi a “tendência estética e política que mais radicalmente se opôs ao nacionalismo, ao militarismo, ao racismo” (NAZÁRIO, 2002, p.650), já que se detinham nesse momento como um meio de reflexão, uma forma de sentir, de ressaltar o seu estado interior, de exteriorizar aquilo que era interno.

Em razão dos avanços tecnológicos na fotografia, que eram capazes de gerar uma impressão mais verossímil da realidade, nas artes plásticas, precisamente na pintura, segundo BAHN (1990), ao comentar “O Grito” de Edward Munch, “o homem grita das profundezas de sua alma, a época toda se transforma num grito isolado, perfurante. A arte também grita, dentro da profunda escuridão, grita por socorro, grita pelo espírito. Isso é expressionismo”. À vista disso,

O expressionismo passou a representar todas as emoções e sensações dos artistas perante a realidade. As pinturas eram criadas com forte conteúdo simbólico sendo utilizadas as formas disformes e mostrando muitas vezes apenas os contornos. Faziam uso também das cores representativas e temperamentais, traços estes que demonstram sua influência da arte gótica alemã e da arte medieval. [...] A expressão interna e pessoal que seria dada a cada obra de arte era a maneira como o artista representava a emoção e isso era o mais importante. [...] Como as emoções faziam parte de sentimentos internos, eles acreditavam que a representação destas era o que deveria ser expresso, e representavam através de contrastes, cores representativas e formas distorcidas (abdicando das linhas retas). [...] Vários foram os artistas que contribuíram para a formação desse movimento como: Paul Cézanne, Paul Gauguin, Vicent Van Gogh e Edvard Munch. (GIGLIOTI, 2012, p. 61)

Por meio desses elementos presentes na pintura, instala-se a criação de um novo homem, o *homem expressionista*. Nesse período, as obras passam a romper com o paradigma mimético, o compromisso de representar a realidade agora não se faz por meio da arte acadêmica, mas se funde com a abstração e os dramas interiores vividos pelos artistas.

Isto posto, vê-se que a mimese dá espaço à subjetividade, e o ímpeto jovem dos artistas expressionistas reage diretamente contra o Movimento Impressionista, já que no Expressionismo a realidade está cada vez mais distanciada e os artistas expressionistas buscam a arte que está no íntimo.

Um elemento que prova essa reação do Expressionismo frente ao Impressionismo, é que o último tem o objetivo de retratar o exterior, o mundo sob a ótica das paisagens, alterações de luz durante o dia, enfim, trazer uma impressão da realidade; já o primeiro vai além das “fotografias da natureza” e tem visões do mundo à luz de suas vivências internas, suas angústias, seus medos, o



que estabelece a subjetividade e a abstração como termos consideráveis para a compreensão do Expressionismo.

Nas artes dramáticas os artistas expressionistas também atuaram de forma relevante. A distorção, a criação de um novo homem, a não linearidade são elementos que permeiam o universo da dramaturgia expressionista. Há nessa dramaturgia uma ruptura com o paradigma naturalista, fazendo com que a expressão da subjetividade ganhe força nas obras desse período.

O homem autômato, corrompido por um sistema opressor e abusivo, será a figura deformada da qual as dramaturgias expressionistas tratarão; o processo de desumanização torna o indivíduo automatizado e expulsa o grito que ecoa por dentro. Não há mais refúgio algum. Não há reduto nas crenças, no trabalho, no lar, nem mesmo dentro de si. Tudo agora é efêmero, incerto, diáfano e dissoluto. Tudo então é expressionista.

Segundo Guinsburg (2009, p. 151), “O Expressionismo tanto pode ser visto como uma posição quanto à realidade – nesse sentido, sempre existiu –, quanto como um movimento artístico desenvolvido na Europa”. Assim, como postura diante da realidade, o Expressionismo chega ao teatro trazendo à tona os espectros da interioridade, os questionamentos da existência, as angústias que faziam parte da rotina.

Nesse sentido, as formas tradicionais do teatro, principalmente de aspecto aristotélico, em que a unidade de ação, tempo e espaço eram normas fundamentadas para a tragédia, já não dariam conta de retratar as necessidades temáticas desse homem novo.

Szondi, em sua Teoria *do drama moderno*, aponta esse momento como o de uma crise do drama, pois

Do mesmo modo, o âmbito inter-humano é também desalojado pelo que se dá no *interior* do homem, A vida ativa no presente cede nos dramas de Tchekhov à vida sonhadora na lembrança e na utopia. O acontecimento se torna acidental e o diálogo, a forma de interlocução humana no drama, vira abrigo de reflexões monológicas. Nas obras de Strindberg, o âmbito das relações humanas é ou suprimido ou passa a ser visto através da lente subjetiva de um Eu central (SZONDI, 2011 p. 77).

Szondi constata, a partir de profunda análise da obra de cinco dramaturgos<sup>1</sup>, a existência de uma crise do drama, que é acentuada pelo momento em que os autores têm intensa preocupação com a existência humana, temas interiores. Assim, para atender a essas novas propostas temáticas, houve uma reestrutura no modo teatral, principalmente nas formas de se fazer teatro no século XX.

Como exemplo de tendências formais que passam a aparecer com recorrência na dramaturgia expressionista, há o *monodrama*: “peça centrada na figura de uma pessoa da qual se exploram as motivações íntimas, a subjetividade ou o lirismo” (PAVIS, 2015 p. 246).

Logo, nota-se que uma forma dramática que corresponde a esse momento é o *monodrama*, já que:

---

<sup>1</sup> Ibsen, Tchekhov, Strindberg, Maeterlink, Hauptmann.

No início do século XX, o monodrama passa a ser um gênero que se esforça para reduzir tudo à visão única de uma personagem, mesmo no interior de uma peça com inúmeras personagens. Assim, STANISLÁVSKI, ao convidar CRAIG a montar *Hamlet*, lhe sugere “fazer com que o público compreenda que está vendo a peça pelos olhos de Hamlet; [...] A encenação contemporânea se inspira muitas vezes nesse ponto de vista sobre a realidade e o drama para dar uma imagem extraída do interior da personagem, sejam suas ações visíveis ou situadas em sua imaginação (PAVIS, 2015 p. 246-247).

Nesse sentido, vê-se como o expressionismo ainda deixa raízes até mesmo nas encenações contemporâneas; percebe-se que o artista expressionista, ao tratar da imagem desse novo homem, dá profundidade à existência da alma, às angústias que sente e ao seu espaço mais inerente.

Ainda sobre a configuração da dramaturgia expressionista, Carson (1997 p. 335-336) afirma que:

O expressionismo alemão – o teatro de vanguarda mais significativo da época, partilhava com o futurismo, o surrealismo e o dadaísmo uma rejeição tanto do naturalismo, com sua fidelidade à realidade superficial e o seu interesse nas questões sociais, quanto do simbolismo, com sua adoração da beleza e das visões de paraísos etéreos. **Os novos movimentos exaltavam a subjetividade e o vitalismo, favoreciam a abstração, a distorção e o excesso lírico sobre a mimese e a beleza formal.** O fascínio futurista pela máquina e pelos produtos da sociedade industrial não era de forma alguma compartilhado pela maioria dos expressionistas; pelo contrário, eles tendiam a achar que o espírito do indivíduo estava sendo esmagado por esses desenvolvimentos (grifo nosso).

Dessa forma, é possível notar as divergências do Expressionismo frente às vanguardas europeias, as temáticas e formas desse movimento ficaram paulatinamente mais intensas e grandes dramaturgos tornaram-se nomes de referência do período.

Segundo Carson (1997 p. 336), Frank Wedekind e Carl Sternheim foram precursores da dramaturgia expressionista, mas a figura de Strindberg é amplamente significativa para a formação do expressionismo na Alemanha.

Depois de 1900, Strindberg empreendeu experiências dramáticas mais radicais com o inconsciente, como se pode ver em *Uma peça de sonho* (1902), cujo breve prefácio considera a obra uma tentativa de “reproduzir de forma desconexa mas aparentemente lógica um sonho”. O tempo e o espaço convencionais desaparecem à medida que a psique vagueia livremente através de fragmentos da realidade; “a imaginação fia e tece novos padrões compostos de memórias e experiências, de livres fantasias, absurdos e improvisações. Os personagens são divididos, reproduzem-se e se multiplicam; evaporam-se, cristalizam-se, dispersam-se e convergem”. O único elemento controlador é o livre fluxo da consciência do sonhador. [...] “O mundo é um reflexo de nosso estado interior e dos estados interiores dos outros” (CARSON, 1997 p. 336).

Isto posto, podemos perceber que a forma expressionista é efetivamente expressiva e comprometida ao harmonizar a sua forma e conteúdo, pois a sua orientação é o reflexo do interior, é a realidade em que o expressionista vive e sente.

Segundo Szondi (2011, p.), Strindberg inaugura o que se chama de *dramaturgia do eu*, e assim, peças como *O pai* (1887), *Rumo a Damasco* (1898) e *Uma peça de sonho* (1902) ou *O sonho* (em algumas traduções) revelam, a partir de seus enredos e preocupações existenciais, os conflitos que são apontados pelos dramaturgos expressionistas.

Ainda a respeito de Strindberg, nota-se que as suas peças, de teor onírico e fragmentário, descortinam um “drama de estações” em que as personagens experimentam uma sequência de cenas, não lineares, descontínuas, justapostas, à maneira de um sonho:

A dramaturgia do expressionismo alemão (de 1910 a 1925 aproximadamente) está comprometida em sua forma com a técnica de estações de Strindberg. No entanto, ao encontrar sua forma cênica adequada – a do drama de estações -, Strindberg não fez só ultrapassar o limite do próprio eu, alçando-o à universalidade. [...] A dramaturgia do eu não culmina, paradoxalmente, na configuração do homem isolado, mas na revelação em forma de choque sobretudo da grande cidade e seus locais de diversão. (SZONDI, 2011, p. 106-107).

Além de Strindberg, outro nome de destaque no período é o do dramaturgo Ernst Toller, considerado o criador do teatro político expressionista e reconhecido pela sua preocupação social. Toller trata com ênfase a temática da luta de classes, mas de modo que a expressão da subjetividade opere a favor desse propósito político, pois

Assim se entende que a expressão da subjectividade se transforme em símbolo colectivo, o homem e a mulher se volvam em Homem-Massa (título de uma peça de Toller) e que o espectáculo expressionista recorra frequentemente à composição de grupo e se continue a escolher a máscara como meio de representar uma visão dos grupos sociais massificados. Nesta linha de consciência colectiva, arquetípica, universal, compreende-se, pois, que por volta de 1925 alguns artistas tenham evoluído de posições meramente humanitárias e utópicas para um empenhamento social activo (VASQUES, 2007 p.8-9).

Desse modo, é possível perceber que o expressionismo, embora seja de carácter subjetivo e interior, contempla também uma face de engajamento e luta de classes, principalmente se pensarmos em Toller como um dramaturgo que viveu e escreveu num período de intensa revolução na Alemanha.

No entanto,

a subjectividade, ou melhor, a expressão da subjectividade não traduz só a pulsão massificadora de uma sociedade em pleno desenvolvimento industrial. A subjectividade que os expressionistas reclamam configura uma visão crítica do mundo, da sociedade e suas instituições, da natureza, sendo o anunciado “homem novo” uma abstracção desencarnada, reduzida ao símbolo e à alegoria. (VASQUES, 2007 p. 9).

Com ênfase política, sua peça *As massas e o homem*, de 1919, é considerada uma obra-prima. Ali a personagem principal, Mulher, está engajada na luta de classes, no entanto, encontra-se em conflito, ao tentar aprofundar a sua participação nas greves, e ao mesmo tempo, cuidar de sua vida particular, (em defesa de seu marido, o personagem Homem) ao final da obra, é acusada pelos trabalhadores e é fuzilada.

É muito importante nesse momento destacar a figura de Mulher, pois é a partir dela que a peça se orienta, os constantes embates entre Mulher e Anônimo, a ambivalência entre a defesa dos interesses coletivos e os de ordem pessoal, são conflitos que partem do subjetivo e chegam ao político.

Durante toda a ação, que é entrecortada por momentos de realidade e de sonho, Mulher toma à frente, abraça os propósitos da greve, pretende lutar, mas não pela massa e sim pelo homem, pois é nele que acredita. Sua influência é fundamental, pois desde as primeiras cenas é impulsionada pelos operários a tomar a frente da greve.

Sob o viés político, em contraponto à temática feminina, o machismo também é abordado, pois o personagem Homem diz ter sua honra ameaçada por Mulher. Ao analisar essa situação, notamos que Mulher realmente exerce uma força fundamental na peça, pois é figura de risco à honra de Homem e de incômodo a Anônimo, o representante das massas.

Essa preocupação constante de Mulher com o homem é emblemática no Expressionismo e revela as angústias do ser humano esquecido e despersonalizado em meio à sua função na sociedade, reduzido muitas vezes a um grupo, classe social, cor, rótulos que são pré-estabelecidos no corpo social. Essa despersonalização também pode ser visualizada nos nomes das personagens (Mulher, Homem, Anônimo, Guarda, Oficial, etc), trazendo à tona mais uma ambivalência, a Individualidade vs. Coletividade.

MULHER: Não atirem! Esse é meu marido!  
O ANÔNIMO: Você sabe que não é o indivíduo que conta, e sim a massa.  
1º GUARDA: O que conta é a massa!  
MULHER: O que conta é o homem! (TOLLER, 1983 p. 48-49)

A partir desse trecho é possível perceber a crença da personagem em benefício do homem; Mulher adere à máscara expressionista e passa a personificar suas crenças e até mesmo os seus questionamentos: “OFICIAL: Ordens são ordens [...] eu sou um oficial... MULHER: E o ser humano, onde está?”.

Desse modo, nota-se que a figura da mulher é intensamente significativa no teatro expressionista, pois como já foi dito anteriormente em *O sonho* de August Strindberg é o olhar de Inês que guia o drama de estações; já em *As Massas e o Homem*, Mulher também é o centro de orientação da trama.

Além do teatro o cinema também foi significativamente marcado por esse momento expressionista. Cabe então exemplificar especificidades dessa outra arte.

De acordo com Ismail Xavier,

O texto dramático, ao contrário do romance, estrutura-se como algo a se completar na encenação, no espetáculo teatral (ou cinematográfico). Este, no século XX, ganhou em autonomia e cada vez mais se define como momento-chave em que um autor (o diretor do espetáculo) se expressa pela forma como interpreta o texto, cria a constelação de imagens e sons na qual, decisivamente, estarão condensados o sentido, a emoção. Nisso, diretor de teatro e cineasta partilham do movimento comum que vai do texto à cena que o interpreta (2003 p. 87).

Conseqüentemente, percebe-se que existem aproximações relevantes entre o texto dramático e o cinematográfico, a presença do diretor e do cineasta serão decisivas na montagem e produto final que chegará ao expectador, isto é, na apresentação do espetáculo ou na reprodução do filme, pois ambas as artes se assemelham no que se refere aos signos visuais e auditivos que no cinema expressionista são excessivamente carregados e marcados.

Mas seus recursos não serão os mesmos, em termos de manipulação do espaço e do tempo, em termos de composição dos olhares e dizeres. Diferem não porque não haja força da palavra no cinema, ou porque não haja a força do olhar no teatro. Mas porque câmera e montagem definem a multiplicidade das distâncias e dos ângulos na composição da cena; em particular, aquela proximidade extrema do corpo que faz com que o rosto, as mãos e os olhos alcancem um patamar inusitado de expressão e significação, desde que, na exploração desse potencial específico, o cineasta seja capaz de criar um estilo. (XAVIER, 2003, p. 87)

É com base nesse estilo que se cria com aproximações e distanciamentos de câmera, *closes* e iluminações específicas, que iremos discorrer sobre Cinema Expressionista.

O Expressionismo já havia florescido na literatura, nas artes plásticas e no teatro. Foi como uma síntese de diversas manifestações artísticas que nasceu a imagem expressionista em movimento: precisando diferenciar-se do cinema americano para com ele competir, o cinema alemão passou a investir em filmes mais “artísticos”. Em Berlim, trabalhava-se dia e noite nos estúdios, e a técnica avançava, permitindo narrativas mais complexas, de modo que já se exigiam semanas ou meses para rodar um filme. (NAZÁRIO, 2002, p. 509)

Assim, observamos os motivadores do cinema expressionista: com o intuito de se diferenciar das obras cinematográficas americanas (principalmente), as produções alemãs passaram a receber influência das artes plásticas para compor seus cenários, das temáticas literárias e dramáticas para desenvolver seus roteiros, e mais, do advento da câmera para tornar a atividade cinematográfica do período em mais uma visão expressionista.

Diante dos aspectos já conhecidos a respeito do período, chegava o momento do cinema receber as influências dessa expressão, que vislumbrava um “homem novo”. O exagero agora, recairia sobre as câmeras e se externava nos projetores, as curvas cada vez mais acentuadas seriam exibidas em movimento, a subjetividade expressionista seria concebida de modo riquíssimo nos filmes.

Portanto, a linguagem cinematográfica expressionista é uma linguagem de inovação estética e temática, por manifestar no cinema diferentes perspectivas de iluminação arrojada;

cenários nunca antes filmados; experimentações de ângulos revolucionários e até mesmo temas que não eram comuns ao cinema alemão, já que o país, nesse momento, passou a cultivar o seu cinema exclusivo, singular.

Cenógrafos destacavam-se criando exteriores fantasmagóricos, construindo casas tortas, fachadas vias, ruas estreitas e sombrias como tentações e armadilhas; interiores distorcidos e fundos descambados, próprios para a pintura animada em que se convertia cada cena. Cada vez mais roteiristas ousados faziam seus personagens desafiar a moral. E os magos da iluminação obtinham fortes contrastes para marcar uma personagem, realçar uma cena, emoldurar uma situação dramática. [...] manchas que deslizavam pelas paredes criando profundidades; focos direcionados que revelam pouco a pouco elementos sinistros: o olhar podia acompanhar os contornos e os planos, os contrastes de claridade e sombra. (NAZÁRIO, 2002 p. 510)

Desse ponto, depreende-se que o cinema expressionista alemão carrega em si uma reunião de tudo o que se podia chamar de Expressionismo.

Com cenários todos distorcidos, atuações inteiramente expressivas, maquiagens carregadas, sombras intensas sob os olhos e na tela, a visão de mundo subjetiva desses artistas era projetada na tela.

Os temas, evidenciados por uma morbidez germinada pelo capitalismo, conduziam o cinema a retratar com constância figuras de horror, maléficas, góticas. Muitas vezes, orientavam-se como um retorno ao Romantismo, trazendo melancolia e angústia exteriorizadas em névoas, vultos sombrios e aterradores, uma vertente demoníaca.

Conforme Lotte Eisner (1985, p. 25- 26)

O pendor para contrastes violentos, que a literatura expressionista transpôs para fórmulas feitas a machado, bem como a nostalgia do claro-escuro e das sombras, inata nos alemães, evidentemente encontraram na arte cinematográfica um modo de expressão ideal. As visões alimentadas por um estado de espírito vago e confuso não podiam encontrar modo de evocação mais adequado, ao mesmo tempo concreto e irreal. [...] Para a alma torturada da Alemanha de então, tais filmes, repletos de evocações fúnebres, de horrores, de uma atmosfera de pesadelo, pareciam o reflexo de sua imagem desfigurada e agiam como uma espécie de exatório. [...] Essa fantasmagoria estranha, que ao mesmo tempo atrai e repugna, fez a reputação do cinema alemão no estrangeiro.

A título de ilustrar o que propõe Eisner: o filme *O Gabinete do Dr. Caligari* é capaz de representar essa atmosfera de horror que ruma o sentimento do povo alemão do início do século XX.

O filme é uma aula de expressionismo, seja pelos seus cenários completamente fictícios, falsos, desmoronando no fantasioso e macabro, com suas ruas estreitas e janelas irregulares; seja pela aura obscura e tenebrosa presente não só nas sombras e violentos contrastes entre claro e escuro, mas que se forma até mesmo pelo olhar sobrenatural das personagens.

Além desses elementos, a temática é fortemente expressionista, dado que a obra resulta em mortes, medo, enganos e perseguições. Toda essa ambientação ganha maior força com a interpretação expressionista dos atores.

É na visão de um cárcere, onde os traços negros dos ângulos e arestas se contraem para o alto, que a extrema abstração e a total deformação do cenário de CALIGARI atingem o ápice. O efeito de opressão aumenta pelo prolongamento desses traços no chão, como setas apontando o lugar onde se encontra, encolhido, o prisioneiro, todo acorrentado. Neste inferno, o losango projetado por uma janela fora de alcance parece uma zombaria. Os cenógrafos de CALIGARI conseguiram dar uma ideia absoluta da cadeira em sua “expressão mais expressiva”. Hermann Warm, um dos cenógrafos de CALIGARI, declara: “a imagem cinematográfica deve se transformar numa gravura”. (EISNER, 1985, p. 30- 31)

À vista disso, observa-se que *O Gabinete do Dr. Caligari* é um marco inicial e notadamente representativo desse cinema, a retratação do sentimento enjaulado se define nas telas de modo escuro, opaco e turvo.

Ainda na esteira do cinema expressionista alemão, cabe agora discorrer sobre o filme *Metropolis* que estreou em 1927 sob a direção do alemão Fritz Lang.

*Metropolis* se passa em 2026, mas é uma reflexão aguda da época em que foi feito. Suas marcantes imagens em preto e branco, influenciadas pelo expressionismo alemão, mostram o pesadelo de um mundo em mudança. Os horrores mecanizados da Primeira Guerra mundial estavam na memória de todos, e os nazistas logo estariam no poder, propondo soluções totalitárias para os problemas da Alemanha. [...] O filme é pródigo em efeitos, mas não confunde tecnologia com o futuro da humanidade. A cidade do século XXI é mostrada como um monstro malévolos, uma máquina viva que respira mas é incapaz de compaixão. Maria é duplicada como *Maschinenmensch* (“humano máquina”), num processo profano que seria imitado por Hollywood em *Frankenstein* (1931). A mecanização, é, enfim um meio para desumanizar e escravizar. (LEIGH, 2016 p. 32 – 33)

Com bem ilustra Leigh, *Metropolis* hoje é uma metáfora da modernidade em que a segregação social e espacial oprime, massacra e angustia o coletivo. Um filme de essência fragmentada que se divide em três espaços: o da burguesia, o da metrópole e o submundo dos trabalhadores. O poder do capital é acentuado pela imponência dos prédios que existem na cidade, pela extravagância dos Jardins Eternos, contrapondo as máquinas gigantes que são operadas pelos empregados.

A marcha de troca de turno dos operários, cena simbólica e significativa no filme, revela a ausência de individualidade dos operários, que caminham de modo simétrico, uniformizados e com a expressão abatida, fraca, carregando as responsabilidades do dever sobre os ombros.

Segundo Eisner (1985 p. 154), “Os habitantes da cidade subterrânea são autômatos, muito mais que o robô criado pelo inventor Rothwang. Suas pessoas se coadunam inteiramente com o ritmo das máquinas complicadas [...] a estilização transforma o elemento humano em elemento mecânico”.

Acerca de *Metropolis*, destacaremos a personagem Maria, para então podermos tratar das figurações do feminino no expressionismo. Maria revela-se a primeira vez no filme aos 8:18, é filmada

com um figurino leve e delicado, que difere das roupas usuais dos trabalhadores; ela toma à frente de um grupo de crianças as quais está instruindo, nesse momento ela leva os pequenos a conhecerem os “Jardins Eternos”, os pequenos ficam pasmados com a grandeza do lugar, a extravagância daqueles seres, das vestes, do modo como comportam e Maria proclama que eles são seus irmãos.

Nesse momento, já é possível observar que Maria tem uma presença e liderança profusas, e é quando Freder se apaixona por ela e decide descer à cidade dos trabalhadores em busca de Maria.

O segundo momento em que Maria é centro de Metropolis é quando Freder, ao descer à cidade subterrânea, a vê mais uma vez à frente dos trabalhadores: ela propaga um discurso pacífico e afirma o leitmotiv do filme: “O mediador entre a cérebro e as mãos deve ser o coração”; a personagem instiga seu povo a esperar esse mediador, Maria é aqui uma figura messiânica, icônica, central.

Em relação à estética do filme, Maria é na maior parte das vezes destacada em patamares elevados, ou à frente de aglomerações, seja das crianças (na primeira cena em que aparece) ou dos adultos ao professar seu culto na cidade subterrânea.

A força e imponência de Maria é tão eminente que, devido ao sentimento que ela causa em Freder, é escolhida por Fredersen para ser o rosto do “Humano-máquina” criado pelo cientista Rothwang. Esse momento é de fundamental importância na obra, pois Maria é então duplicada e, logo, maior fica o seu ímpeto e mais pessoas são arrebanhadas pela personagem; desse modo, constata-se que a figura feminina em Metropolis tem notória importância.

Quando Maria (humano-máquina) toma a frente de um jantar e é agraciada por todos os burgueses presentes devido ao modo extravagante com que dança, há intensas relações dialógicas com o livro do Apocalipse e a prostituta da Babilônia. É como se Maria deixasse o seu papel de Eva, sagrada no Paraíso, e assumisse a figura de Lilith, pois seu próximo passo é incitar a rebelião na cidade subterrânea, mais uma vez tomando à frente dos operários, só que agora deixando destruição por onde passa.

Percebe-se assim que as principais ações que se desencadeiam no filme derivam da figura de Maria, seja pela sua aura positiva, seja pelo seu duplo-máquina. A revolta dos operários, a luxúria dos burgueses, a necessidade de queimar Maria em uma fogueira, são ações que foram geradas pelo seu duplo de caráter feminino, do mesmo modo com que o estímulo aos trabalhadores, a ampliação de mundo das crianças e até o salvamento das mesmas quando a cidade subterrânea se inundava, ilustra o reflexo e preponderância da forte figura feminina no Expressionismo.

Outra obra cinematográfica do expressionismo da qual analisaremos a figura feminina é *Nosferatu*, do célebre diretor Alemão Friedrich Wilhelm Murnau.

O título completo do filme de Murnau é *NOSFERATU, UMA SINFONIA DO HORROR*. E, de fato, ao revermos o filme hoje, não conseguimos evitar sermos atingidos pelo que Bela Balazs chamou de “sopros glaciais do além”. Por que razão o terror que emana de *CALIGARI* nos parece, comparado ao de *NOSFERATU*, quase artificial? Em Murnau, o maior diretor que os alemães jamais tiveram, a visão cinematográfica nunca é o



resultado apenas da tentativa de estilização do cenário. Ele criou as imagens mais estupendas, mais arrebatadoras da tela alemã. Murnau era formado em história da arte; enquanto Lang, retomando às vezes quadros célebres, tenta reproduzi-los fielmente, Murnau deles conserva apenas uma lembrança e, por meio de uma elaboração interior, transforma as imagens em visões pessoais. (EISNER, 1985 p. 72)

Com base no que aponta Eisner, percebe-se que as tendências expressionistas geradas em *Nosferatu* se diferem muito de *Metropolis* e *Caligari*, pois Murnau aproveita o próprio espaço existente para torná-lo expressionista. Não cria cenários sintéticos nem reproduz a realidade de forma exata, mas se ocupa do real para dar as formas que sua expressão interior deseja, encontrando em elementos que se encontrem ao ar livre a sua liberdade de visão expressionista, seja pela experimentação de ângulo da câmera, efeitos de iluminação gerados em certo ambiente já existente, ou pela forma como reproduz a natureza nas lentes.

*Nosferatu* tem um enredo aparentemente simples, mas é carregado de intensas significações e sentidos mais profundos. Baseado no *Drácula* de Bram Stoker, *Nosferatu* trata da história de Hutter, um agente imobiliário que é enviado por Kcnok à Transilvânia para negociar com Conde Orlok, uma figura estranha, macabra e de hábitos reclusos. O que não é de conhecimento do agente é que Orlok é um vampiro e está interessado em uma casa bem em frente à sua, onde Hutter vive com Ellen, sua mulher.

Após a negociação e a venda, Hutter volta à sua cidade e reencontra a sua mulher, Ellen, que esteve muito abatida e sofreu inúmeras crises durante a ausência do marido. O conde se muda para uma casa em frente à do casal e uma peste vem contaminando e matando as pessoas na cidade. Ellen, desgostosa dessa situação, após ler no “livro dos vampiros” que a única forma de libertação seria uma donzela inocente entregar seu sangue de boa vontade ao vampiro. Decidida, entrega-se ao vampiro, que se desfaz como fumaça ao cantar do galo, fazendo jus à profecia.

A importância de Ellen em *Nosferatu* é completamente singular e já nos faz associar às outras duas figuras femininas comentadas, Maria e Mulher.

É interessante perceber que essas três mulheres são marcadas pelos seus sacrifícios. Na obra de Toller, Mulher sacrifica a sua vida em defesa de seus ideais e por isso é condenada como traidora e castigada ao fuzilamento; em *Metropolis* Maria, por exercer forte influência sobre os trabalhadores, se dedica inteiramente ao bem estar coletivo e nesse momento, por incomodar a elite, é presa e seu duplo é quem age sobre os operários. Ellen sacrifica sua vida em nome do coletivo, dá seu sangue ao Vampiro ao amanhecer, para que ocorra a libertação das pragas e mortes constantes na cidade.

As três figuras femininas estão associadas a uma presença utópica. A utopia de Mulher está na crença de que o homem, consciente de seu estado de indivíduo, possa realizar ações como as greves e assim melhorar seu modo de vida. Maria é utópica desde a sua primeira aparição em *Metropolis*, quando leva as crianças aos “Jardins Eternos” e mostra aos pequenos aquele padrão de vida, idealizando uma melhora para a vida deles. A utopia também pode ser percebida no final da

obra, que promove a união (pelo menos um aperto de mãos) entre o cérebro (Fredersen), as mãos (Chefe dos Operários) e o coração (Freder) (embora seja uma questão que fuja de alguns princípios da obra em relação à utopia, é inegável não pensá-lo como significativo para todo o conjunto). Já a personagem Ellen é utópica quando se sacrifica para o coletivo da cidade, instaurando então uma Nova Mulher no expressionismo.

Outro fator de intensa significação e relevância nessas três mulheres é o fato de suas despersonalizações. Maria é um símbolo da mulher, até pelo seu próprio nome, que se encontra em referências bíblicas, por exemplo. Maria em Metrópolis é ao mesmo tempo a virgem prometida e a prostituta de Magdala.

Do mesmo modo que em *As massas e o homem*, Mulher já é a própria imagem dessa despersonalização, e segue o mesmo caminho de Maria, afinal as duas não se aproximam somente no nome, mas também vão do céu ao inferno em suas atitudes.

As três mulheres destacadas sofrem, e sofrem muito ao longo da obra. Ellen é personificação do sofrimento ao longo do filme, só aparece sorrindo uma única vez, bem no início. Essa tristeza de Ellen, pode ser interpretada como a consciência que ela tem do seu próprio estado, do que se passa à sua volta, das suas angústias vividas e em que vive o homem expressionista.

Desse ponto de vista, vê-se que o expressionismo, além de suas angústias e preocupações existenciais, exerce uma denúncia ferrenha do modo como vivem os indivíduos, e mais, esse movimento, ao contrário do futurismo, que se manifesta em oposição ao feminismo e à moral, realça a figura feminina, coloca-a como sublime e ao mesmo tempo sofredora, inaugura um espaço de ênfase à mulher, de valorização e papel mais constante em sociedade, pois em todas essas três obras, embora o homem apareça até em alguns dos títulos (*As Massas e o Homem*, *M*, *O vampiro de Dusseldorf*), é a mulher que se sobressai, exercendo a principal parte correspondente a uma utopia ativamente expressionista.

A mulher não cai como centro das preocupações expressionistas, mas a sua figura é destaque que soluciona as preocupações, que luta em defesa de ideais, com o seu poder e essência feminina.

Os duplos femininos vão se criando, e da mesma forma que Mulher pode ser um duplo de Maria; Ellen um duplo de Mulher e assim por diante vão se criando os duplos, a presença feminina sempre fará destaque, seja como Eva, seja como Lilith.

## REFERÊNCIAS

BAHN, Hermann. *Expressionismus (1914-1916)*. In: FURNESS, R. S. **Expressionismo**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

CARMO, Wiviane Ribeiro do. **A despersonalização do sujeito na sociedade moderna: a estética expressionista** REVISTA USP, São Paulo, n.83, p. 136-143, setembro/novembro 2009.

CARSON, Marvin. **Teorias do teatro: estudo histórico-crítico, dos gregos à atualidade**. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.

EISNER, Lotte H. **A tela demoníaca**. Trad. Lúcia Nagib. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Instituto Goethe, 1985.

GIGLIOTTI, Gizella Cabral. **O uso da iluminação com estética expressionista em filmes da primeira metade do século xx** Revista De Estética E Semiótica, Brasília, V. 2, N. 2 P. 58-84 JUL./DEZ. 2012.

GUINSBURG, J. (org) **Dicionário do teatro brasileiro: temas, formas e conceitos**. 2. Ed: São Paulo: Perspectiva: Edições SESC SP, 2009.

KURTZ, Adriana Schryver. **Estética e ideologia no cinema de Fritz Lang: as imagens de um poeta moderno entre a arte expressionista e a propaganda nazista**. 159-158. Universidade Federal Fluminense. 2012.

LEIGH, Danny. **O livro do cinema**. Tradução Fernando Nuno. São Paulo: Globo Livros. 2016.

NAZÁRIO, Luiz. **O expressionismo e o cinema**. In: GUINSBURG, J. (Org.). O expressionismo. São Paulo: Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_. **O expressionismo e o nazismo**. In: GUINSBURG, J. (Org.). O expressionismo. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de Teatro**. Tradução para a língua portuguesa sob a direção de J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. – São Paulo: Perspectiva, 2015.

PINA SAMPAIO, Luiz Fernando. **Nosferatu: os vampiros na cultura e arte dos idos do século XX**.

SZONDI, Peter. **Teoria do drama moderno**. Tradução: Raquel Imanishi Rodrigues. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

TOLLER, Ernst. **As massas e o homem**. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1983.

VASQUES, Eugênia. **Expressionismo e teatro**. A partir da Comunicação apresentada a 8 de Novembro de 1987 no CICLO CULTURAL EXPRESSIONISMO da Casa de Serralves, Porto. 2007.

XAVIER, Ismail. **Do texto ao filme: a trama, a cena e a construção do olhar no cinema**. São Paulo: Editora SENAC. 2003

**DESAFIOS DO PROFISSIONAL GRADUADO, INICIANTE NA DOCÊNCIA NO ENSINO MÉDIO  
PROFISSIONAL, SEM FORMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO NO MAGISTÉRIO**

*CHALLENGES OF PROFESSIONAL GRADUATE, INITIATED IN TEACHING IN AVERAGE  
VOCATIONAL EDUCATION, WITHOUT TRAINING FOR EXERCISE IN THE MAGISTRARY*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento.

AVEZUM MARTUS, Andréa  
Universidade de Araraquara - Uniara  
Mestranda em Educação  
avezum@hotmail.com

**Resumo**

Este projeto de pesquisa tem como objetivo compreender os desafios enfrentados pelo profissional iniciante na docência no ensino médio profissional, sem a formação necessária para o exercício do magistério. Trata-se de compreender o processo de inserção profissional docente desses profissionais ingressantes no magistério no ensino médio profissional, investigando como eles compreendem as metodologias propostas para esse tipo e modalidade de ensino, baseadas em competências e habilidades, na exposição do conteúdo, nas atividades teórico-práticas e na avaliação. Pretende-se, ainda, verificar quais colaborações estes profissionais recebem no ambiente escolar, nesse momento de inserção profissional docente, para a elaboração dos planos de aula e aplicação de tais metodologias de ensino, baseadas nos planos específicos de curso. O referencial teórico que orienta a pesquisa compreende os estudos de Campos, Gonçalves, Marcelo e Vaillant – que se voltam para as questões relativas a: formação de professores, aprendizagem da docência, inserção profissional docente, condições necessárias para um aprendizado docente contínuo, interativo e cumulativo. A pesquisa empírica, de natureza qualitativa, incluiu coleta de dados realizada por meio de: a) questionários eletrônicos respondidos por 15 professores iniciantes no ensino médio profissional, sem formação para o magistério e b) análise de documentos selecionados nos sites de instituições de ensino médio a que se ligavam os professores iniciantes respondentes, como: Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais e Planos de Curso. Os dados obtidos foram organizados em quadros-síntese e gráficos, cujas análises encontram-se em andamento.

**Palavras-chave:** Professores iniciantes no ensino médio profissional, Inserção profissional docente, Aprender a ensinar.

**Abstract**

This research project aims to understand the challenges faced by the beginner in professional teaching in vocational high school, without the training necessary to the exercise of the Magisterium. It's about understanding the process of teaching vocational integration of these professionals entering the teaching profession in high school professional, investigating how they understand the methodologies proposed for this type and teaching mode based on skills and abilities, in the exhibition content, theoretical activities for practices and evaluation. The aim is to also verify which collaborations these professionals receive in the school environment, in this moment of professional insertion, for the preparation of lesson plans and implementation of such teaching methodologies, based on specific graphics plans of course. The theoretical framework that guides the research includes field studies, Gonçalves, Marcelo and Vaillant-who turn to the issues: teacher education, teaching-learning, employability, necessary conditions for a continuous teacher learning nuo, interactive and cumulative. The empirical research, qualitative in nature, included data collection accomplished through: a) question are answered by beginner teachers 15 electronics in high school professional, without training for teaching and b) document review selected instituições sites of high school that if linking teachers beginners respondents, such as: common Regiment State technical schools and Course plans. The data obtained were organized, whose analyses are in progress.

**Keywords:** 3 palavras-chave, separadas por vírgula.

## 1 INTRODUÇÃO

Uma grande transformação ocorreu, decorrente das mudanças nas leis que regem o ensino médio e técnico ou profissionalizante, na cultura educacional desse nível e modalidade de ensino, com modificações no papel dos professores, alunos e no ambiente escolar, de um modo geral.

Mas, a inserção de metodologias diferenciadas, de acordo com o perfil do educando, com práticas interdisciplinares, substituindo os modelos tradicionais (em que o educando não participa ativamente de seu processo de formação, sendo simplesmente um expectador), ainda não aconteceu plenamente, necessitando ser estudadas e pesquisadas, para uma utilização mais efetiva.

Mesmo com a modernização das leis e normas, as mudanças ocorrem de forma muito lenta para professores que adquiriram hábitos e costumes em metodologias tradicionais e que não acompanham o perfil dos alunos ingressantes a cada ano, no ensino médio e técnico / profissionalizante, não se atentando para novos métodos e processos pedagógicos.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Básico (BRASIL, 2013), o processo de ensino e aprendizagem deve atingir o desenvolvimento de competências e habilidades do educando e não apenas o desenvolvimento do conteúdo conceitual, mobilizando, articulando e agindo, essencialmente, no exercício sucessivo e contextualizado desses processos.

O processo de construção do conhecimento por competências, concentrado no processo de aprendizagem e a metodologia de ensino para isso constituem pontos centrais sobre os quais o professor deve trabalhar, com ações e desafios desencadeados por problemas e projetos propostos, orientando e assessorando o desenvolvimento, a tomada de decisões.

Da mesma forma também se coloca em destaque a avaliação por competências, em que os alunos são avaliados por critérios e roteiros desenvolvidos pelos professores. Dessa forma, conhecer e aplicar metodologias baseadas em competências e habilidades passa a ser uma qualificação ou habilitação esperada dos professores.

Sob esse aspecto, ganha singular importância a razão pela qual escolhi desenvolver uma pesquisa sobre os desafios enfrentados por professores iniciantes nos cursos técnicos de nível médio e técnico integrado ao ensino médio com formação superior tecnológica ou bacharelado, mas sem uma formação para a docência na educação básica.

Geralmente, o papel desses professores é de uma adaptação de suas formações na graduação para a sala de aula do ensino médio, sem um preparo adequado para exercer a atividade docente, que é complexa e necessita de qualificação.

Pretendo identificar as dificuldades que os professores encontram para construir um planejamento metodológico baseado em competências e habilidades para que seus alunos participem efetivamente da promoção do processo de ensino-aprendizagem. Para isso, é preciso discernir se o trabalho docente considera a diversidade, a flexibilidade, a pluralidade, a contextualização e os processos interdisciplinares – o que, muitas vezes pode gerar conflitos, se a visão de educação dos professores ainda for a tradicional.

O conhecimento adquirido por minha prática como docente ao longo desses anos (sem uma formação inicial na área de educação) levaram-me às inquietações que deram origem a esta Pesquisa e a algumas perguntas iniciais:

- O processo de admissão de profissionais com formação em determinada área, para o desenvolvimento do trabalho docente dá ao indivíduo, que passa a fazer parte do quadro docente de uma instituição de ensino técnico, a compreensão de seu papel como professor?
- Neste contexto, o sujeito adquire conhecimento sobre a prática docente?
- Há envolvimento conjunto da equipe escolar para a transformação desse sujeito em professor?
- Como tais professores ingressantes entendem expressões da área da educação como: metodologias de ensino, material didático, competências e habilidades, processo de avaliação?

Para a busca de respostas às questões apresentadas, a pesquisa aqui relatada encontra seu referencial teórico em autores que conceituam e discutem a formação do professor e o trabalho docente, bem como a metodologia de ensino por projetos, competências e habilidades – tais como:

Campos, Gonçalves, Marcelo, Vaillant.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

É apresentado por Marcelo Garcia um enfoque sobre a formação de professores, que inclui o paradigma do "pensamento do professor", ou seja, a indagação sobre os processos pelos quais os professores geram conhecimento e sobre quais tipos de conhecimentos adquirem.

Na pesquisa que relata, o autor apresenta os resultados de seus estudos sobre processamento de informação e comparação entre professores experientes e principiantes, destacando os processos mentais que os professores utilizam quando observam questões, dúvidas ou problemas profissionais, ponderando os aspectos do ambiente da classe, organizando planos, tomando decisões e avaliando.

Trata-se do que Marcelo Garcia (1998) denomina conhecimento prático dos professores, que revela, de forma geral, a noção que eles têm sobre as ocorrências da classe e as dificuldades práticas que se apresentam para concluir as metas educativas estabelecidas.

O autor salienta também a necessidade do conhecimento didático do conteúdo no processo de aprender a ensinar – considerado como um componente de referência obrigatória e vital para a formação dos professores. Esse conhecimento se converte em critério apropriado para avaliar a qualidade das experiências oferecidas aos professores em formação para adquirir conhecimento profissional.

O panorama que Marcelo Garcia (1998) apresenta, revela que a formação docente deve ser um processo contínuo, que permeia desde a formação inicial dos professores, até as experiências que vão adquirindo no decorrer de seu percurso profissional e da ligação que se edifica com os conhecimentos pelos quais são responsáveis no currículo escolar.

Em extensa revisão da literatura sobre as capacidades a serem desenvolvidas pelos professores para a "educação de amanhã", também Vaillant (2010) mostra que, apesar da diversidade de situações e países, há um conjunto de habilidades de ensino que influenciam o conhecimento aprendido e adquirido pelos alunos. E essas habilidades têm a ver com as dimensões cognitiva e atitudinal do processo de ensino. A autora destaca que o desenvolvimento de habilidades de ensino para o bom ensino exige que os órgãos institucionalizados incentivem e apoiem os professores. Para isso a autora destaca as capacidades de ensino e características que se repetem em bons professores.

Marcelo Garcia (1999) efetuou uma revisão abrangente de pesquisas para apresentar as características, problemas e circunstâncias que afetam professores iniciantes. Vários autores, como (Burden e Huberman, por exemplo), citados por Marcelo Garcia (2001, p. 102), entendem que o processo de desenvolvimento profissional deve ser entendido como um conjunto de ações constantes para avançar no conhecimento sobre os diferentes aspectos da profissão.

O desenvolvimento profissional do professor é uma condição ao longo da carreira, a contar da formação inicial, sendo um aprendizado contínuo, interativo, cumulativo, combinando variedade de formatos de aprendizagem.

Para o autor, o primeiro ano de exercício docente, por exemplo, não só representa uma oportunidade para aprender a ensinar, mas também pode implicar em transformações pessoais. Neste período a insegurança e a falta de confiança são conhecidos por professores iniciantes. O professor deve adaptar-se ao ambiente em que terá que desempenhar o seu papel para responder eficazmente às exigências do ambiente escolar. Mas esse processo de socialização profissional não deve ser entendido como unidirecional. Deve ser considerado como um processo de adaptação mútua entre a organização e o indivíduo, em que ambos os contextos são acomodados e, em alguns casos originar novas situações.

Em artigo no qual avalia especificamente o desenvolvimento profissional docente, Marcelo (2009) adota esse conceito, embora existam outros termos que são frequentemente utilizados: aprendizagem ao longo da vida, formação, formação em serviço, desenvolvimento de recursos humanos em educação, aprendizagem ao longo da vida, reciclagem ou treinamento. No entanto, o conceito de desenvolvimento profissional é o que melhor se ajusta ao conceito do professor como um profissional de ensino, em processo de desenvolvimento.

Segundo o autor, as condições de trabalho influenciam o desenvolvimento profissional de professores, promovendo-o ou inibindo-o. Mas estas condições não devem ser entendidas como causa-efeito, mas como elementos mediadores. O contexto espacial em que o ensino tem lugar

influencia, mas há uma dimensão temporária ou biográfica que também exerce sua influência sobre a atitude dos professores para o desenvolvimento profissional. Estudos mostram que os professores se concentram em temas diferentes, dependendo da época em que a carreira docente pode estar.

Para Gonçalves (2009), a carreira docente configura-se como um processo de formação permanente e de desenvolvimento pessoal e profissional do adulto professor, que compreende não apenas os conhecimentos e competências que o mesmo constrói na formação, mas também a pessoa que ele é, com todas as suas crenças, idiosincrasias e história de vida, e o contexto em que exerce a atividade docente.

Os professores assumem-se, então, neste contexto, como construtores e gestores do currículo, na medida em que as suas concepções pessoais, valores que defendem e conhecimento prático que adquirem avançam, de acordo com a sua maturidade e as suas experiências profissionais.

A literatura disponível na área da formação de professores tem analisado problemas que, direta ou indiretamente, relacionam-se com a discussão sobre a atratividade da carreira docente, por exemplo: massificação do ensino, feminização no magistério, transformações sociais, condições de trabalho, baixo salário, formação docente, políticas de formação, precarização e flexibilização do trabalho docente, violência nas escolas, emergência de outros tipos de trabalho com horários parciais.

Um aspecto que merece destaque diz respeito ao aumento das exigências em relação à atividade docente na atualidade. O trabalho do professor está cada vez mais complexo e exige responsabilidade cada vez maior. As demandas contemporâneas estabelecem nova dinâmica ao cotidiano das instituições de ensino, que reflete diretamente no trabalho dos professores e sua profissionalidade.

Isso remete diretamente às questões relativas à identidade docente construída pelos professores e ao papel que ocupam em sua própria aprendizagem profissional e na aprendizagem dos alunos.

Segundo Marcelo (2009), professores são importantes para influenciar na aprendizagem dos alunos. Importantes para melhorar a qualidade da educação que as escolas e os estabelecimentos de ensino realizam cotidianamente. Importantes, em última análise, como uma profissão necessária e imprescindível para a chamada “sociedade do conhecimento”.

Marcelo Garcia (1999) e Vaillant (2007) avaliam em seus estudos processos e políticas educacionais implementadas nas últimas décadas na América Latina e na Europa para a formação e preparação dos professores iniciantes na profissão. Revelam que tais processos e políticas tendem a resultar em baixo impacto sobre o aprendizado da docência por professores iniciantes, especialmente pela falta de continuidade no tempo de tais políticas (alterações em ministérios ou governos) e pelas dificuldades para promover avanços profissionais – o que pode, no entanto, gerar transformações positivas nas estratégias de impulsionar a docência.

A esse respeito, Vaillant (2007) tece alguns questionamentos: Como conseguir uma boa educação e bons professores? Quais são as políticas educacionais para alcançar tais objetivos? E como essas políticas podem ser desenvolvidas e mantidas ao longo do tempo? Estas questões dizem respeito à complexidade quantitativa e qualitativa do assunto. Os professores não são os únicos profissionais a enfrentar tais desafios, mas eles são muitos. Os ministérios da educação são geralmente os empregadores mais importantes de um país. E os professores não constituem um grupo homogêneo, mas sim diversas categorias profissionais.

Há mudanças significativas dependendo da fase da vida pessoal e social, do processo de construção de identidade e das capacidades e habilidades de ensino já desenvolvidas ou não. Para a autora, os primeiros 0-3 anos de trabalho marcam um período de forte compromisso que deve ser apoiado pelos gestores e supervisores. Durante este período, os professores já sabem o que significa um desempenho profissional eficaz. Entre 4-7 anos, os professores entram na fase em que constroem sua identidade profissional e desenvolvem a maior eficácia na sala de aula. Nesta fase, 78% dos professores aceitam responsabilidades adicionais, o que tende a reforçar a sua identidade profissional. Então, entre 8 a 15 anos aparece uma etapa em que surgem tensões crescentes e transições, e em que 80% dos professores são oficialmente estáveis na profissão e devem tomar uma série de decisões sobre o futuro de sua carreira.

Essas fases da carreira profissional são especialmente estudadas por Huberman (1992). Vale ressaltar aqui que se encontra em andamento a leitura desse texto específico sobre o ciclo de vida profissional dos professores elaborado por Huberman (1992) – autor cujos estudos ressaltam que os docentes podem vivenciar a experiência de entrada na carreira como uma fase fácil (quando

apresentam relações positivas com os estudantes, domínio do conteúdo e do ensino e mantêm o entusiasmo inicial) ou difícil (quando vêm a experiência de forma negativa, associada a uma carga docente excessiva, à ansiedade, a dificuldades com os estudantes e a sentimentos de isolamento).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada com professores de instituição pública de ensino técnico do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, da região administrativa de Franca – SP, formadas por São Joaquim da Barra, Igarapava, Ituverava, Miguelópolis e Orlandia. Trata-se de região com a qual a pesquisadora tem familiaridade e acesso para viabilizar a realização da pesquisa.

A seleção das escolas dependeu da presença de professores iniciantes nas mesmas (com menos de 05 anos no exercício da função docente), com formação específica nas áreas técnicas (bacharelado), mas sem a formação para o magistério no ensino básico (licenciatura).

Os sujeitos que participaram da pesquisa foram 16 professores iniciantes de disciplinas específicas de Cursos Técnicos e de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio de escolas da regional de Franca, com formação em bacharelado e que declararam interesse e autorizaram a participação neste trabalho de pesquisa– de disciplinas específicas de Cursos Técnicos e de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio de escolas desta regional.

Assim, a seleção desses 16 professores sujeitos da pesquisa obedeceu aos seguintes critérios:

- Autorização das escolas selecionadas, pelos diretores;
- Consentimento dos indivíduos(professores) em participar da pesquisa, autorizando o emprego dos dados gerados (com garantia de acesso aos resultados e de não identificação de pessoas e instituições);
- Ser professor iniciante (menos de 5 anos de exercício na função docente).

A coleta de dados para pesquisa foi realizada por meio de: análise documental e questionário eletrônico.

A análise documental, toma como foco de análise os diferentes tipos de documentos norteadores das escolas e professores sob análise (Legislação, Pareceres, PCN's, Projeto Pedagógico, Planos de Curso).

A realização da leitura e análise dos documentos para a coleta dos dados foi norteada por um roteiro para análise dos documentos elaborado com base, de um lado, nas questões, hipótese e objetivos definidos para a pesquisa e, de outro lado, na leitura de pesquisadores e teóricos tomados como apoios para o estudo.

A identificação, a localização e a leitura dos documentos obtidos no ambiente escolar ou por meio de busca na internet (quando acessíveis). Dessa busca foram selecionados os seguintes documentos: Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais e Planos de curso.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um perfil dos professores que responderam ao questionário foi traçando na primeira parte, 11 são do sexo masculino e 4 são do sexo feminino. participando da pesquisa 15 professores, com a média de idade de 31 anos. Mais especificamente, 10 dos 15 professores têm mais de 30 anos. Há menos de dois anos de atuação são 09 professores, 02 professores entre dois e cinco anos e 05 professores há mais de cinco anos. No que tange ao tipo de contrato constata que, 06 têm contrato por tempo determinado (conforme consta do processo de contratação de, no máximo, dois anos) e 09 já são contratados por tempo indeterminado (contrato que possibilita a permanência do servidor na função).

Apenas 04 professores relataram ter formação superior com licenciatura, realizada em outra instituição. Salientando que foram identificadas três licenciaturas cursadas por esses 4 professores: Pedagogia, Letras e Matemática. Com contrato de menos de dois anos são 09 professores e, muitos não estão habilitados em um curso superior com licenciatura, ou não participaram do programa de formação especial do CEETEPS. O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) oferece o Programa Especial de Formação Pedagógica para Professores de Educação Profissional de Nível Médio, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), por meio do Programa Brasil Profissionalizado – que geralmente é disponibilizado todos os anos, de acordo com a demanda do período.



Verificou-se que 09 profissionais exercem outra atividade como função principal ou suplementar e que apenas 06, desses 15 profissionais trabalham apenas nesta instituição. Sobre o número de escolas em que os professores trabalham, a maioria deles (11 professores) trabalha em apenas uma escola e 04 professores trabalham em até três escolas. Nenhum professor trabalha em mais de três escolas.

Para Gonçalves (2009, em estudo específico sobre a carreira do professor, o início do percurso profissional docente é relacionado a um conflito pessoal, entre a ânsia de se fixar profissionalmente e a vontade de deixar a profissão, influenciado pelo pressentimento da falta de preparação para o exercício da mesma, para enfrentar as exigências do trabalho e não saber como ser aceito pela equipe docente – efeito do conhecimento ainda não adquirido, seja pelas lacunas na formação inicial, seja pela falta de prática.

Na segunda parte do questionário, observou-se a percepção que os professores expressam sobre sua inserção profissional na docência.

Nesta pesquisa, os **objetivos e motivos para ingresso na profissão docente**, expressos pelos 15 profissionais investigados, estão listados a seguir e organizados conforme suas respostas à pergunta “*Por que decidiu trabalhar como professor?*”.

As razões aqui arroladas estão relacionadas a 03 ideais básicas em relação à profissão docente: a) o gosto pela docência, pelo ensinar, pela ação de “passar conhecimentos; b) estabilidade profissional e financeira; e c) Estudar sempre, atualização, desafio.

Sobre a **formação docente continuada** o questionário eletrônico previa a seguinte pergunta ao professor: “*Tem tido oportunidade de frequentar cursos para a formação docente continuada?*”. A maioria dos 15 professores respondentes ao questionário – 11 professores respondeu que sim e, de maneira oposta, 04 professores responderam que não.

Em relação às **dificuldades encontradas para acompanhar os cursos de formação continuada**, as respostas revelam que apenas 03 professores afirmam não ter dificuldade para acompanhar esses cursos, os demais – 12 professores – confirmam ter dificuldades.

Também em relação aos **cursos na área de educação oferecidos pela instituição**, o questionário eletrônico incluía a pergunta: “*Os cursos oferecidos têm conseguido mantê-lo atualizado?* Quase a metade dos professores (07) respondeu que sim, que os cursos os mantinham atualizados. Os demais professores responderam, no entanto, que essa atualização era apenas parcial (04 professores) ou que não conseguem manter-se atualizados com os cursos oferecidos (04 professores).

Com relação à visão dos professores sobre a **contribuição dos cursos na área de educação oferecidos pela instituição para melhorar a prática docente** os dados revelaram que: a) a maioria dos professores (09 dos 15 respondentes) respondeu que sim, que os cursos oferecidos ajudam a melhorar a prática docente; b) no entanto, poucos disseram que os cursos ajudam de fato a prática, seja parcialmente (01 dos 15 professores), seja totalmente (05 dos 15 professores).

À pergunta referente aos cursos na área de educação oferecidos pela instituição (relacionada ao **aperfeiçoamento da atuação docente**) permite observar que: a) pouco mais da metade respondeu que sim, que os cursos permitem o aperfeiçoamento da atuação docente (08 professores), b) 02 professores responderam que os cursos permitem o aperfeiçoamento da atuação docente apenas parcialmente e c) 05 professores que negaram qualquer possibilidade de aperfeiçoamento da prática docente, respondendo que não.

Quanto à pergunta – *Os cursos na área de educação oferecidos pela instituição têm conseguido oferecer conhecimentos relevantes?* – a maior parte dos professores respondeu que sim (09 professores) – que os cursos oferecem conhecimentos relevantes para o ensino. No entanto, 06 professores responderam que os cursos não oferecem conhecimentos relevantes ao ensino.

Ainda no que tange especificamente a **como vêm seu ingresso na área docente**, são reunidas novas informações a respeito, relativas a: conhecimento de documentação, regras, normas, rotina escolares; perfil dos alunos, relações com pares e superiores, cursos à distância e orientações recebidas.

Vejam a pergunta “*Recebeu cursos sobre Planejamento e preenchimento do Plano de Trabalho Docente (PTD)?*”. A maioria dos professores (09) respondeu que sim e 06 demais professores afirmaram ter recebido parcialmente esse tipo de formação.

Em relação a cursos sobre **regras, normas, horários e perfil do alunos** as respostas da maioria dos professores (12 dos 15 respondentes) respondeu que sim e 03 professores responderam ter recebido essas orientações parcialmente.

A pergunta seguinte do questionário eletrônico relaciona-se a **cursos sobre competências e**

**condutas a serem adotadas pelo professor em sala de aula.** O exame das respostas revela que apenas 01 professor respondeu que não recebeu cursos com esse tipo de orientações enquanto a maioria dos professores (09 dos 15 professores) respondeu que sim e 05 professores responderam ter recebido tais orientações apenas parcialmente.

Sobre o processo de desenvolvimento profissional como docente as perguntas do questionário eletrônico indagavam aos professores acerca de **suas relações com os pares e superiores.** À pergunta “*As relações com outros professores e com os coordenadores ajudaram você a adquirir conhecimentos docentes?*” a maioria dos professores – 12 dos 15 respondentes – respondeu que sim e apenas 03 professores afirmaram que isso ocorreu parcialmente.

As respostas a seguir, procuram confirmar as informações oriundas das questões anteriores (contribuições dos cursos oferecidos). Tais respostas ligam-se à pergunta: *Os cursos na área de educação mudaram a sua maneira de realizar seu trabalho em sala de aula?* As respostas sugerem certa dispersão, pois 06 professores responderam que sim, que seu trabalho em sala de aula mudou, 05 responderam que isso ocorreu apenas parcialmente e quatro responderam que não, que não houve mudanças em sua forma de ensinar.

Em relação **às vivências educativas de outros professores de forma positiva** constituíram fonte de contribuição para o trabalho docente: 14 professores responderam que sim e apenas 02 responderam que isso ocorreu parcialmente. Não houve respostas negativas.

Em relação a **palestras e cursos, realizados pela coordenação pedagógica,** não houve respostas negativas. Houve apenas respostas afirmativas, tanto dos 12 professores que responderam sim, quanto dos 03 professores que responderam que a contribuição foi apenas parcial.

No que tange à **contribuição dos cursos a distância** para a atuação dos professores no momento de sua inserção profissional docente, as respostas dos professores mostram uma contribuição relativa para a atuação dos professores, pois 07 professores afirmaram que não houve contribuição desses cursos, enquanto 06 professores confirmaram a contribuição dos cursos a distância e 02 afirmaram uma contribuição apenas parcial.

Outro fator de contribuição para melhoria e atualização dos professores se refere às **orientações recebidas do coordenador de curso.** Na avaliação dos professores essas orientações têm uma contribuição decisiva para seu trabalho, visto que a maioria – 12 professores – respondeu sim a essa questão e apenas 03 professores se referem a essa contribuição como parcial. Não houve respostas negativas.

Finalmente, os professores são indagados no questionário eletrônico, sobre seus saberes docentes e sobre sua identidade profissional docente como professor de ensino técnico de nível médio. A primeira indagação a esse respeito aos professores se refere a: “de onde você considera que vêm os seus saberes para realizar o seu trabalho como professor no contexto escolar e na sala de aula”. Nas Figuras 25 e 26, a seguir, são sintetizadas as respostas obtidas.

Para esses 15 professores investigados seus saberes são provenientes de sua experiência na profissão, fora da sala de aula. Segundo a Figura 25, 13 professores confirmaram isso respondendo sim (86,7%) e apenas 02 professores responderam parcialmente (13,3%).

Finalmente, os professores são indagados no questionário eletrônico, sobre seus saberes docentes e sobre sua identidade profissional docente como professor de ensino técnico de nível médio.

A primeira indagação a esse respeito aos professores se refere a: “**de onde você considera que vêm os seus saberes para realizar o seu trabalho como professor no contexto escolar e na sala de aula**”. Para esses 15 professores investigados seus saberes são provenientes de sua experiência na profissão, fora da sala de aula. Sendo que, 13 professores confirmaram isso respondendo sim e apenas 02 professores responderam parcialmente.

Quando indagados se seus saberes seriam *provenientes de sua formação no ensino fundamental, médio e superior,* 11 professores responderam que sim e 04 afirmaram que os saberes docentes provinham apenas parcialmente de sua formação e percurso escolar.

Os professores foram também questionados sobre: *Seus saberes são provenientes das suas “ferramentas” de apoio, como: material didático, programas aplicativos, livros, apostilas, etc.?* Nesse caso, as respostas revelam que é menor o número de profissionais que respondeu sim a essa pergunta – 09 professores e 06 que responderam que tais ferramentas são apenas parcialmente

responsáveis por seus saberes.

Cabe salientar aqui que nenhum professor respondeu não, nas três perguntas acima, examinando de onde considera que vêm seus saberes para realizar seu trabalho como professor.

Sobre **o início na profissão docente**, o questionário eletrônico incluía também questões sondando se o profissional conseguia **perceber, identificar e compreender as dificuldades encontradas pelos alunos**. De forma geral, 11 dos 15 professores respondem que conseguem alcançar essa percepção apenas parcialmente, enquanto que apenas 02 professores respondem que conseguem plenamente e 02 afirmam não conseguir atingir essa percepção.

Dois últimas questões encerram o questionário eletrônico voltadas especialmente à identidade dos professores como docentes atuantes em escolas técnicas de nível médio.

A primeira delas se relaciona aos conhecimentos dos professores sobre **a identidade da profissão de professor de nível médio/técnico e seus desafios**. Constatou a predominância da resposta não – 07 professores afirmam nada conhecer sobre o trabalho dos professores nesse tipo de escola de ensino médio. Esse grupo de respostas é seguido de 05 professores que afirmam conhecer o trabalho do professor de ensino técnico de nível médio apenas parcialmente. Somente 03 professores respondem afirmativamente com um sim a essa questão.

As respostas dos professores à pergunta **sobre quais informações tinham, no momento de seu ingresso, sobre a metodologia de ensino por projetos proposta para esse nível e modalidade de ensino**. A maior parte dos professores – 13 – desconhecia a metodologia de ensino por projetos quando ingressaram na docência nesse nível e modalidade de ensino e que apenas uma pequena parte – 02 professores – já a conheciam.

Vale evidenciar, ainda, que muitas nas respostas afirmativas (parcial ou plenamente) e negativas, os professores tiveram a oportunidade de justificá-las, acrescentavam as dificuldades e posicionando sobre suas respostas com exemplos específicos relacionados a dinâmicas, metodologias, formas de avaliação, processo ensino-aprendizagem etc., mas, que não estão relacionadas no presente artigo.

Finalmente, o questionário solicita aos professores que indiquem e comentem suas dificuldades na atuação docente. A leitura das respostas dos professores a esta última solicitação do questionário permite perceber que as dificuldades expressas pelos professores concentram-se em torno de 04 aspectos básicos:

- a. Organização do currículo, estrutura e funcionamento das escolas técnicas de ensino médio, condições de trabalho e de contratação dos professores;
- b. Alunos: desmotivação, desinteresse e indisciplina;
- c. Tempo disponível;
- d. Falta de apoio de colegas e superiores

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar este Projeto de Pesquisa, cabe ainda ressaltar que as análises dos dados, aqui apenas esboçadas, ainda precisam ser aprofundadas à luz dos referenciais teóricos e resultados de outros estudos já realizados, ou seja, há que se realizar a releitura intensiva dos dados, considerando os apoios teóricos norteadores da pesquisa e o levantamento bibliográfico realizado.

Finalmente, resta acrescentar que o trabalho encontra-se aberto a novas formas de organização e a novas orientações para os procedimentos de análise, com base nas discussões e sugestões oferecidas pelos membros da Banca de Qualificação para a elaboração do texto final da Dissertação a ser apresentada.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, A. S. S. Das competências desenvolvidas ao mercado de trabalho: análise do processo de avaliação por competência do Senac/BH. **Anais do VI Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade (VI SINGEP)**. São Paulo: Uninove, nov/2015.

GONÇALVES, J. A. Desenvolvimento profissional e carreira docente. Fases da carreira, currículo e supervisão. **Sísifo / Revista de Ciências da Educação**. Lisboa-Pt: Universidade de Lisboa n. 8, jan/abr 2009, p. 23-36.

HUBERMAN, M. **O ciclo de vida profissional dos professores.** In Nóvoa, A. (Org.) Vidas de professores. Porto-Pt: Porto, 1992.

MARCELO, C. A identidade docente: constantes desafios. **Revista Brasileira de pesquisa sobre formação docente.** Rio de Janeiro: GT Formação de Professores/ANPEd e Autêntica, v.1, n. 1, maio/2009, p.109-131.

MARCELO, Carlos. 2009. Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro. **Sísifo. Revista de Ciências da Educação.** Lisboa-Pt: Universidade de Lisboa, n. 8, jan-abr/2009, p. 07-22. Disponível em: [http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/S8\\_PTG\\_CarlosMarcelo%20\(1\).pdf](http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/S8_PTG_CarlosMarcelo%20(1).pdf)

MARCELO, C. Empezar com buen pie: inserción a la enseñanza para profesores principiantes. A instrução de inserção para professores iniciantes. **Revista Docencia.** Santiago-Chile: Colegio de Profesores de Chile A.G, n. 33, diciembre/2007, p. 27-38.

MARCELO, C. La Evaluacion del Desarrollo Profesional Docente: De La cantidad a a calidad. **Revista Brasileira de pesquisa sobre formação docente.** Rio de Janeiro: GT Formação de Professores/ANPEd e Autêntica, v. 1, n.1, p. .43-70, Maio/2009

MARCELO, Carlos. Pesquisa sobre formação de professores: o conhecimento sobre aprender a ensinar. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro: UFRJ/ANPEd, n. 9, set/out/nov/dez/1998, p. 51-75.

VAILLANT, D. **Capacidades docentes para laeducación del mañana.** Ver Pensamiento Iberoamericano nº7. Universidad ORT de Uruguay y Universidad Alberto Hurtado de Chile. 2010

VAILLANT, D. **La identidad docente La importância del professorado.** I Congreso Internacional “Nuevas Tendencias em La Formación Permanente Del Profesorado”, Barcelona, 5,6 y 7 septiembre 2007.

VAILLANT, D. **Políticas de inserción a la docencia en América Latina: La deuda pendiente.** Rev de Curriculum y Formación de Profesorado. v. 13, nº 1. 2009

**DESENVOLVENDO COMPETÊNCIAS PARA LIDERANÇA EM EMPRESAS JUNIORES**  
*DEVELOPING COMPETENCIES FOR LEADERSHIP IN JUNIOR COMPANIES*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento.

SILVA, Camila Giandon  
Universidade Positivo - UP  
Especialização em Gestão de Pessoas pela UP e Graduação em Psicologia pela FAEF  
camila@capitalativosolucoes.com

FADEL, Barbara  
Universidade Estadual Paulista - UNESP  
Professora colaboradora do PPGCI – Unesp/Marília  
bafadel@facef.br

CONDUTA, Luis Fernando  
Universidade Estadual Paulista - UNESP  
Doutorando e Mestre em Ciência da Informação pela Unesp, Graduação em Ciências Contábeis  
conduta@capitalativosolucoes.com

**Resumo**

Em um mundo onde cada vez mais pessoas tem acesso rápido à informação, as exigências de um mercado cada vez mais competitivo e o crescimento do número de pessoas com graduação, abre margem para explorar se as empresas juniores (EJ) vinculadas a Instituições de Ensino Superior (IES) possuem os subsídios necessários ao desenvolvimento das competências para a liderança. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, foi realizado um levantamento acerca dos conceitos que envolvem o tema. Os principais resultados encontrados, foram que as empresas juniores possuem as ferramentas que fomentam o desenvolvimento das competências para liderança, além de proporcionar experiência. Ainda, pode-se considerar que, por meio da evolução das pesquisas em liderança, a condição de líder não é inata ao indivíduo, podendo ser aprendida, indo de encontro com o que conceito de competências apontam, utilizando a visão das escolas americana e europeia, que é preciso saber o que fazer (conhecimento), saber como fazer (habilidade) e querer fazer (atitude). Neste contexto, os desafios das IES e das EJ de entregar para o mercado de trabalho um profissional mais bem preparado e experiente se consolida, trazendo ao graduando, posteriormente egresso, maiores possibilidades de autogestão e sucesso profissional. Ressalta-se ainda que o treinamento e desenvolvimento baseado em competências tem como característica preparar o indivíduo não apenas para o presente e para a organização, uma vez que não o desenvolve apenas para o exercício de uma atividade/cargo, mas sim proporciona a ele a aplicação no seu futuro.

**Palavras-chave:** Liderança, Competências para Liderança, Empresas Juniores.

**Abstract**

In a world where more and more people have rapid access to information, the demands of an increasingly competitive market and the growth of the number of graduates, it opens the door to explore whether junior companies (EJ) linked to Higher Education Institutions (HEIs) have the necessary skills to develop leadership skills. Through a bibliographical research, a survey was made about the concepts that involve the theme. The main results were that the junior companies have the tools that foster the development of leadership skills, as well as providing experience. Moreover, it can be considered that, through the evolution of leadership research, the status of leader is not innate to the individual, and can be learned in accordance with the concept of competencies, using the vision of the American and European schools, that it is necessary to know what to do (knowledge), to know how to do (ability) and want to do (attitude). In this context, the challenges of HEI and JE to deliver to the job market a better prepared and experienced professional consolidates, bringing to the graduate, later egress, greater possibilities of self-management and professional success. It is also emphasized that the training and development based on competencies has as a characteristic to prepare the individual not only for the present and for the organization, since it does not develop it only for the exercise of an activity / position, but rather it provides to him the future.

**Keywords:** Leadership, Leadership Skills, Junior Business.

## 1. INTRODUÇÃO

Amaro e Brunstein (2013) colocam que, em um mundo cada vez mais globalizado, o indivíduo que possui o espírito da inovação, é capaz de ser competitivo, tanto à nível individual, profissional e pessoal; quanto para a empresa e até mesmo para o seu país.

Dentro desse contexto, a formação de líderes fomenta a auto liderança e a busca por analisar e lidar com a realidade; e refletir sobre o futuro, antecipando-se às dificuldades. Essa formação, com conhecimento técnico e comportamental para gerir estrategicamente, é tida garantia de sucesso das organizações (NUNES E MOTA, 2015).

Ainda hoje, as empresas lidam com a formação de líderes, sob a ótica do modelo tradicional, com viés taylorista, de colocar a pessoa certa no lugar certo (TAYLOR, 1982 apud FERNANDES E FLEURY, 2007). A procura por novas referências busca soluções para centrar as relações entre as *core competencies* e *core business*.

O desenvolvimento da tecnologia traz a informação mais acessível e mais rápida. Sendo assim, esta mudou a forma como as pessoas se relacionam com a informação e entre elas mesmas (NOBRE E MELLO, 2017). As mudanças não param de acontecer e também no ambiente corporativo novas exigências são cobradas dos colaboradores.

Com a corrente onda de valorização do pensamento criativo/inovador, os líderes constituem um papel fundamental entre os liderados, que, dentre outras competências, devem ter capacidade de inspirar e criar uma visão compartilhada; maturidade de lidar com os erros; curiosidade; disciplina e equilíbrio, visão global e de longo prazo, entre outras (SANT'ANNA, CAMPOS E VAZ, 2012).

Com isso, as seguintes questões são levantadas: é possível desenvolver competências de liderança quando os indivíduos ainda estão em ambiente acadêmico? A empresa júnior possui os subsídios necessários para incentivar o desenvolvimento da liderança?

Diante de um mercado que está em busca de profissionais qualificados e da crescente demanda, justifica-se a discussão acerca das competências necessárias à liderança, pelo ambiente de constante atualização e aprendizagem que o universo acadêmico propõe, aliado às necessidades do mercado e da busca pelo indivíduo em tornar-se um profissional capacitado e melhor preparado para lançar-se competitivo no âmbito organizacional.

Ainda, diante desta temática, justifica-se que as empresas dispõem, quando contratam um profissional, horas e recursos para oferecer programas de desenvolvimento da liderança, aproveitando-se da oportunidade do meio acadêmico para antecipar ao estudante questões que ele se deparará no futuro, como profissional, e dar a ele melhores condições de enfrentar o mercado e ter um repertório de respostas mais coerente e ágil.

Essa ideia se mostra como uma alternativa para aumentar a probabilidade de as Instituições de Ensino Superior (IES) formarem profissionais qualificados e experientes, que terão maiores chances de escolherem suas áreas de atuação com maior assertividade e autoconsciência.

O presente artigo tem por objetivo propor uma discussão acerca do desenvolvimento das competências para liderança no contexto das IES contempladas com empresa júnior, para os discentes que sejam membros associados da empresa em questão.

Este trabalho tem por objetivos específicos:

- Apresentar os conceitos da escola tradicional de liderança x a nova liderança;
- Descrever o conceito de competência e sua relevância para este trabalho;
- Analisar quais são as competências necessárias para a liderança na atualidade;
- Contextualizar a função das empresas juniores.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a presente pesquisa classifica-se como bibliográfica e quanto à abordagem do problema classifica-se como qualitativa.

## 2 DIÁLOGO COM OS PRINCIPAIS TEMAS

Nesta seção serão abordados os temas que servirão de base para a discussão da relevância do modelo que será aqui proposto. Este abrangerá os temas: liderança, competências, competências para a liderança, treinamento e desenvolvimento baseado em competências e empresa-júnior.

**2.1 A escola tradicional de Liderança e a Nova Liderança**

Liderança é um assunto amplamente discutido e com uma enorme quantidade de conceitos, sendo eles científicos ou que seguem o senso-comum. O motivo principal é que a liderança está presente nos ambientes mais comuns, como nas escolas, nos quartéis, nas empresas, nas igrejas, nas comunidades, enfim, nos grupos sociais de maneira geral, abrindo um vasto campo para pesquisas (TURANO E CAVAZZOTE, 2016).

As pesquisas que resgatam a liderança, a remontam desde a antiguidade, onde Bergamini (1994) relata que o termo tenha aparecido por volta de 1300 da era Cristã, mas coloca que, segundo Fiedler (p. 3, 1967) apud Bergamini (1994):

A preocupação com a liderança é tão antiga quanto a história escrita: A república de Platão constitui um bom exemplo dessas preocupações iniciais ao falar da adequada educação e treinamento dos líderes políticos, assim como da grande parte dos filósofos políticos que desde essa época procuraram lidar com esse problema.

Na linha do tempo da liderança, ainda houveram o surgimento de vários conceitos, como a Teoria dos Traços (entre 1904-1948), que levavam em conta as qualidades pessoais dos líderes. O enfoque de estilos de liderança surge na década de 50, pós-guerra, época onde foram criados vários instrumentos, como os questionários que visavam a análise do comportamento em liderança.

Subsequente, encontra-se o enfoque situacional, onde a principal preocupação foi estudar também as características do comportamento dos liderados (BERGAMINI, 1994).

Na década dos anos 1970, onde há uma ruptura do Fordismo, e novas estruturas e arquiteturas organizacionais começam a se desenhar e contam ainda, com o advento do surgimento das novas tecnologias (SANT'ANNA, CAMPOS E VAZ, 2012).

Então, é constatado pelos pesquisadores que há insuficiências dos estudos realizados até o momento, “pontuando principalmente a ambiguidade do conceito de liderança, questionando a efetividade do líder no desempenho das organizações e a irrelevância dos critérios de seleção no processo sucessório” (VILELA, 2012).

Ao final da década de 80, A expressão “nova liderança” surge então como uma nova maneira de conceituar e pesquisar sobre a liderança, categorizando abordagens que parecem tratar de temas similares, mas que contém diferenças importantes entre elas (VILELA, 2012).

A seguir, é apresentado um quadro que pode exemplificar com clareza as tendências em teorias da nova liderança que estão surgindo e sendo pesquisadas. Ressalta-se que existe outras teorias também em evidência.

Tabela 1 - Apresentando teorias da nova liderança

TEORIAS DA NOVA LIDERANÇA	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Liderança carismática	Carisma é um fator de influência atribuído pelos seguidores a um líder. Líderes carismáticos têm um vínculo emocional único com seus seguidores, baseado, em valores compartilhados. O impacto oriundo de suas habilidades carismáticas auxilia no estímulo ao engajamento dos seguidores. A grande maioria desses líderes tem uma forte autoconfiança e convicção em seus próprios ideais e crenças, assim como uma alta necessidade de poder (TURANO E CAVAZZOTE, 2016)
Liderança autêntica	Um padrão de comportamento de líder transparente e ético que incentiva a abertura no compartilhamento de informações necessárias para tomar decisões enquanto aceita as contribuições dos seguidores. (AVOLIO, WALUMBWA E WEBER, 2009, Tradução do autor).
Liderança ética	A demonstração de conduta normativamente apropriada através de ações pessoais e relações interpessoais, e a promoção de tal conduta para seguidores (AVOLIO, WALUMBWA E WEBER, 2009, Tradução do autor).
Liderança cognitiva	Uma ampla gama de abordagens para a liderança enfatizando como líderes e seguidores pensam e processam informações (AVOLIO, WALUMBWA E WEBER, 2009, Tradução do autor).

<b>Liderança transacional</b>	Encontrado nas situações em que uma pessoa toma a iniciativa de contatar outras, com a intenção de intercambiar valores – que podem ser tanto de natureza econômica como política ou psicológica (por exemplo, troca de bens por dinheiro, de votos por representação ou de hospitalidade por disposição a escutar queixas alheias) (VILELA, 2012).
<b>Liderança transformacional</b>	Surge quando uma ou mais pessoas se comprometem com outras pessoas de forma que tanto os líderes como os seguidores se elevam mutuamente para atingirem níveis mais altos tanto de motivação como de moralidade. O poder está ligado ao suporte mútuo para se atingirem propósitos comuns (VILELA, 2012).
<b>Novo gênero de liderança</b>	Liderança de novo gênero: liderança enfatizando comportamentos de líder carismáticos, valores visionários, inspiradores, ideológicos e morais, atenção individualizada e estimulação intelectual (AVOLIO, WALUMBWA E WEBER, 2009, Tradução do autor).

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Como é possível ser notado acima, na tabela, as evidências de uma melhor compreensão do fenômeno “Liderança” estão sendo compreendidas ao longo dos anos. Assim como Turano e Cavazzote (2016) colocam, a intensão desta pesquisa não é fazer uma busca completa do tema, mas sim mostrar que, a partir das reflexões, as proposições das teorias não procuram apenas “desvendar a natureza desse fenômeno, mas também identificar fatores associados à sua efetividade (TURANO E CAVAZZOTE, 2016).

Isso traz, de certa forma, maneiras de tornar os ensinamentos sobre o tema mais abrangentes, não sendo a liderança uma questão de competência nata, de um ser humano dotado de um dom que o faz especial, mas sim, preconizam os desafios embutidos na construção do tema nos grupos sociais de que a liderança pode ser aprendida e efetivada nas organizações, sem levar em consideração as qualidades pessoais dos indivíduos.

## 2.2 O conceito de competência

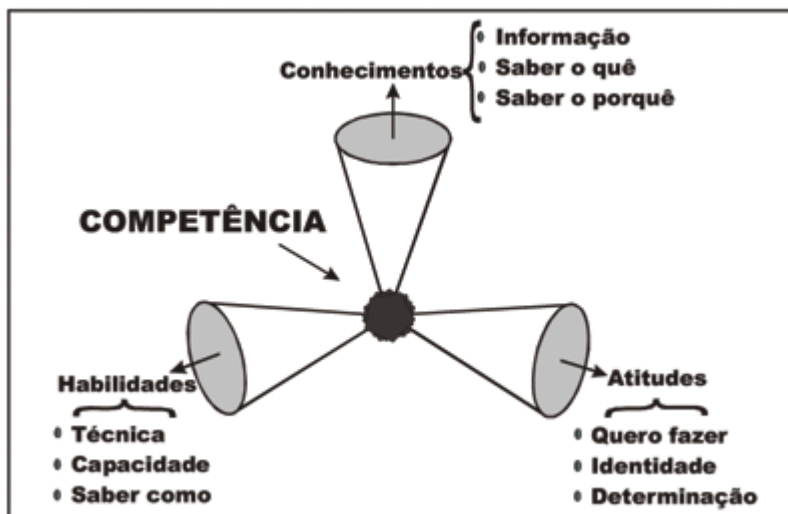
Começou-se a falar em competências quando McClelland, no ano 1973, publicou o artigo “*Testing for Competence Rather than Intelligence*”, onde o autor propõe usar os testes de competência ao invés dos testes de inteligência para seleção, colocando que estes não são confiáveis para garantir o sucesso na profissão (FLEURY E FLEURY, 2001; FERNANDES E FLEURY, 2007).

Fleury e Fleury (2001, p. 184), colocam que “a competência, segundo este autor, é uma característica subjacente a uma pessoa que é casualmente relacionada com desempenho superior na realização de uma tarefa ou em determinada situação”.

Os diversos pesquisadores do tema, então, passam a olhar para a competência sob a ótica de três conceitos: conhecimento, habilidades e atitudes, sendo eles, de maneira geral, o conjunto das capacidades humanas (FLEURY E FLEURY, 2004; FERNANDES E FLEURY, 2007), como pode-se observar na figura a seguir:

Figura 1 - As três dimensões da competência





Fonte: Durand (2000) *apud* Brandão e Guimarães (2001)

Câmara e Queiróz (2012) colocam que as competências pessoais e profissionais compreendem a tríade apresentada na figura acima e que elas podem ser vistas nos comportamentos expressos pelas pessoas no trabalho, ou seja, são as partes estruturantes do modelo profissional (FLEURY E FLEURY, 2004). Ela é, ainda, “o produto da mobilização e aplicação conjunta destes três elementos por parte do indivíduo, na execução do seu trabalho, na obtenção de resultado” (CÂMARA E QUEIRÓZ, 2012, p. 3560).

Fleury e Fleury (2001) corroboram com o conceito de que a competência é percebida como um estoque de recursos que a pessoa detém. Sob esse prisma, a organização, então, deve alinhar as competências às necessidades que as posições exigem.

Porém, é importante ressaltar que as evoluções da teoria não pararam. Além da escola americana, a escola europeia, mais especificamente a França, foi responsável por desenvolver que a competência individual não se resume apenas à conhecimento e habilidades. Le Boterf, autor francês, em 1995, posiciona a competência numa encruzilhada com três eixos formados: 1) pela pessoa (sua biografia/socialização); 2) pela sua formação educacional; e, 3) por sua experiência (FLEURY E FLEURY, 2001; HOLANDA et al., 2008).

Estudar sobre o conceito de competência e evolução, vem a acrescentar que, assim como é importante ter o conhecimento técnico e a habilidade para realizar tal tarefa ou situação, é preciso também querer colocar em prática, querer fazer. Além disso, a experiência ajudará no repertório de respostas assertivas, assim como a história do indivíduo, que passa a ser fontes de recursos na hora da ação.

### 2.3 Competências para a liderança

Acreditou-se que a os líderes pudessem ser diferenciados, como pessoas especiais dentre o restante dos “normais” (BERGAMINI, 1994). Sob esta perspectiva, os pesquisadores centraram seu estudo aos grandes líderes da sociedade (BERGAMINI, 1994). Se perguntavam: quais características que eles possuem, que o fizeram dar certo?

Porém, sabe-se que há diversas tendências que levam ao líder ser eficaz naquilo que ele faz, e o que McClelland afirmou, foi que isso é passível de treinamento e desenvolvimento. Não é um atributo inato, mas competências que a pessoa pode desenvolver e este caminho, por meio da educação e experiência, a torna acessível (VIEIRA E MORAES, 2013).

Peter Drucker (1967 *apud* NUNES E MOTA, 2015), coloca que a tarefa de um líder não é a de mudar pessoas, mas sim, *exercer* o papel de multiplicar sua capacidade de desempenho, exponto a aspiração que existe nelas.

De certa forma, as organizações estão ganhando mais consciência de que o sucesso de sua empresa, depende da qualificação das pessoas que trabalham nela (NANTES, 2015). Desde então, houve um grande aumento do interesse por parte das empresas na Gestão por Competências, que baseia toda a estrutura organizacional no conceito, desde a descrição e análise de cargos, recrutamento, entrevistas de seleção, mapeamento, treinamento, avaliações, gestão de carreiras,

entre outras (BRANDÃO E GUIMARÃES, 2001; FERNANDES E FLEURY, 2007), como pode-se ver a seguir:

O grande interesse na área de competência, de acordo com Brandão et al. (2001), é pelo fato da descoberta de que quando os colaboradores possuem as competências alinhadas com as competências exigidas pela organização, as mesmas adquirem vantagem competitiva e valor distintivo percebido pelos clientes. Assim, o grande interesse nesse assunto estimulou a realização de estudos e pesquisas, originando uma corrente teórica de gestão baseada em competências. (NANTES, 2015, p. 4).

A noção de competência, então é associada a verbos como: saber agir, mobilizar recursos, integrar saberes múltiplos e complexos, saber aprender, saber engajar-se, assumir responsabilidades, ter visão estratégica (FLEURY E FLEURY, 2001).

Para realizar o mapeamento de competências individuais, é necessário que:

as competências devem ser descritas na forma de desempenho, ou seja, de comportamentos passíveis de observação no ambiente de trabalho. Assim, a descrição de uma competência deve representar um comportamento esperado, indicando o que o profissional deve ser capaz de fazer (NANTES, 2015, p. 4).

Em uma pesquisa realizada por Sant'anna, Campos e Vaz (2012), que tinha por objetivo descobrir o que os executivos brasileiros pensam sobre o tema liderança. Deste modo, foram realizadas entrevistas com 13 ocupantes de cargos estratégicos, com mais de 12 anos de experiência em cargos de gestão, de diferentes segmentos de empresas.

Após coletados e analisados, os atributos encontrados foram: capacidade de assumir responsabilidades; curiosidade; capacidade de lidar com o erro; capacidade de inspirar e criar uma visão compartilhada; credibilidade; pioneirismo; postura firme; disciplina e equilíbrio; visão sistêmica; capacidade de delegar funções; capacidade de negociação; capacidade de agregação; capacidade de alinhar interesses; capacidade de assumir riscos; otimismo e bom humor; capacidade de mobilização; capacidade de lidar com pessoas.

Em uma outra pesquisa, realizada por Nantes (2015), foi realizado o mapeamento das competências necessárias ao cargo de Gerente de Loja. A empresa em questão produz e comercializa seus produtos e possui 5 lojas no interior do Estado de São Paulo.

O pesquisador coletou a descrição e análise que o cargo de gerente exige, formulado pela própria empresa. Após coleta de dados, foram encontradas as seguintes competências: inovação; visão de longo prazo; pensamento rápido; capacidade para antever situações; fazer acontecer; trabalho por resultados; decisão rápida; assume riscos e desafios; lógica; sistematização; variedade de soluções; racionalização, objetividade; interação com pessoas; dinâmico; otimista; comunicação; percepção de oportunidades, trabalho em equipe.

A terceira pesquisa a ser citada refere-se a entrevistas realizada por Sant'anna, Oliveira e Vaz (2010), que tinha o objetivo de investigar as competências necessárias aos líderes da gestão pública. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas junto a 7 executivos ocupantes de posições estratégicas dentro da gestão pública dos governos estaduais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, sendo eles secretários de estado, subsecretários e assessores especiais de áreas de gestão e planejamento.

Após coletados os dados, foram encontradas as seguintes competências: capacidade de comunicação; capacidade de lidar com os liderados; legitimidade; bom-senso; capacidade de agregação; disciplina; visão sistêmica; espírito de equipe.

Após o levantamento dessas pesquisas, serão expostas as competências que apareceram mais de uma vez nos diferentes cenários, a serem demonstradas na tabela a seguir:

Tabela 2 - Mapeamento das competências encontradas nas pesquisas

<b>CENÁRIO</b>		
Executivos de gestão privada	Gerente de Loja - Varejista	Executivos de gestão pública
<b>AUTORES-PESQUISADORES</b>		
Sant'Anna, Campos e Vaz (2012)	Nantes (2015)	Sant'Anna, Campos e Vaz (2010)
<b>COMPETÊNCIAS</b>		
Curiosidade; pioneirismo	Variedade de soluções; percepção de oportunidades	
Credibilidade		Legitimidade

Postura firme	Decisão rápida	
Disciplina e equilíbrio		Disciplina
Visão sistêmica		Visão sistêmica
Capacidade de agregação		Capacidade de agregação
Capacidade de assumir riscos	Assume riscos e desafios	
Otimismo e bom-humor	Otimismo	
Capacidade de lidar com pessoas	Interação com pessoas; trabalho em equipe	Capacidade de lidar com os liderados; espírito de equipe
	Comunicação	Capacidade de comunicação
Capacidade de delegar funções; capacidade de alinhar interesses	Fazer acontecer; trabalho por resultados	
Capacidade de assumir responsabilidades; capacidade de lidar com o erro		
	Visão de longo prazo; capacidade para antever situações	

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Por meio da tabela, pode-se perceber que a única competência que foi combinada entre os três cenários, foi a capacidade de lidar com as pessoas e de interagir com elas. Pode parecer um pouco óbvio que esse seja o atributo mais importante, mas é também o que mais se exige, pois, muitos líderes encontram-se despreparados para liderem com as pessoas e seus relacionamentos (NOBRE E MELLO, 2017).

Porém, os três cenários aqui expostos, apresentam várias similaridades na busca por competências necessárias aos líderes da atualidade. O que se busca aqui com o presente artigo, não é esgotar a fonte existente das múltiplas competências de um líder, mas sim, demonstrar que, independente do cenário, essa posição de liderança exige uma aprendizagem contínua sobre as competências que o indivíduo já possui, e aquelas que pode aprimorar para ser um líder mais eficaz.

## 2.4 Treinamento e desenvolvimento baseado em competências

Para embasar as discussões desenvolvidas nesse estudo, um norte sobre treinamento e desenvolvimento baseado em competências será apresentado. Segundo Chiavenato (2014, p. 312 e 313), a diferença entre treinamento e desenvolvimento pode ser olhada como:

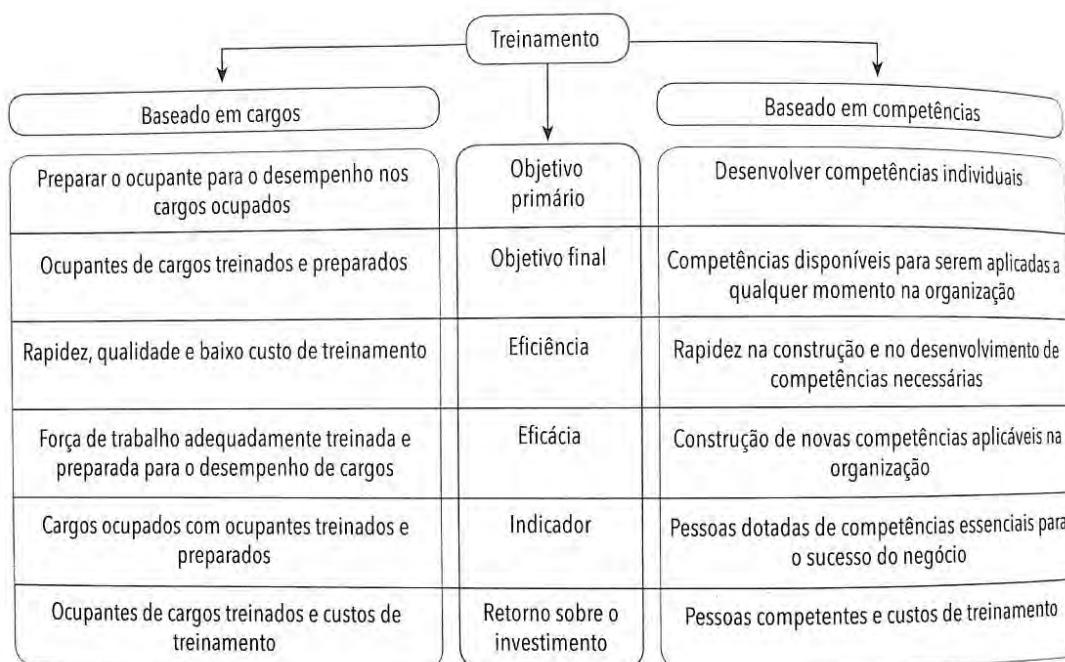
O treinamento é um núcleo de um esforço contínuo desenhado para melhorar a atividade das pessoas e, conseqüentemente, o desempenho organizacional. Trata-se de um dos processos de GP mais importantes. O treinamento é desenhado para construir talentos com conhecimentos e habilidades necessárias aos seus cargos atuais ou construir competências individuais. Já o desenvolvimento envolve aprendizagem contínua que vai além do cargo atual e se estende à carreira da pessoa com um foco no longo prazo para preparar as pessoas para acompanhar as mudanças e o crescimento da organização.

Neste contexto, compreende-se que o treinamento é voltado para o presente, na melhoria do desempenho à curto prazo, na construção de competências individuais e na correção de dificuldades atuais. Já o desenvolvimento é voltado para o futuro, na preparação da carreira com um foco a médio e longo prazo e no alinhamento estratégico das pessoas com a organização.

Há também de ser exposto, que o treinamento baseado em competências visa trazer benefícios e agregar valor, não apenas à organização, como é o caso do treinamento baseado em cargos. Quando baseado em competências, o treinamento visa trazer o caráter de cunho social, para que o indivíduo leve consigo as qualificações adquiridas e não apenas aplique no cargo em que exerce no momento (BRANDÃO E GUIMARÃES, 2001). Porém, é imprescindível criar uma cultura de compartilhamento, para que o treinamento não perca o caráter de inovação nas práticas de gestão (BRANDÃO E GUIMARÃES, 2001).

Além dessa diferença, há outras, que são ilustradas na figura abaixo:

Figura 2 - Treinamento baseado em cargos x Treinamento baseado em competências



Fonte: Chiavenato (2014, p. 312)

Pode-se perceber, por meio da figura, que a viabilização da construção de competências serve, também, a longo prazo, uma vez que o conhecimento visa qualificar o indivíduo, e não o indivíduo para o cargo, criando a possibilidade de desenvolver competências que serão usadas de maneira global, em outros cargos que a pessoa ocupar, em outros momentos, quando ocorrerem mudanças e mesmo até mesmo a nível de indivíduo, em outras empresas, na vida pessoal.

## 2.5 A empresa júnior

De acordo com Brasil Júnior (2011), as empresas juniores:

são constituídas pela união de alunos matriculados em cursos de graduação em instituições de ensino superior, organizados em uma associação civil com o intuito de realizar projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento do país e de formar profissionais capacitados e comprometidos com esse objetivo (BRASIL JÚNIOR, 2011, p. 1).

A supervisão e orientação dos trabalhos é realizada pelos próprios docentes responsáveis. Além disso, os membros associados serão pertencentes à associação como voluntários (BRASIL JÚNIOR, 2011).

Um dos objetivos das empresas juniores é de proporcionar ao graduando a oportunidade de colocar a teoria em prática. Esta atividade tem o intuito de promover novas competências, além daquelas promovidas pelo ambiente de sala de aula, e também, deixar os graduandos mais próximos e preparados para o mercado de trabalho (VALADÃO JÚNIOR, ALMEIDA E MEDEIROS, 2014).

Uma pesquisa apresentada pelos autores Valadão Júnior, Almeida e Medeiros (2014) possuía o objetivo de investigar se as empresas juniores se constituem em um local para construção de competências. Para isso, foram realizadas 32 entrevistas com egressos de empresas juniores, do período entre os anos de 1994 a 2010.

Apresentam-se as competências com maior destaque encontradas na pesquisa: desenvolvimento de comunicação; desenvolvimento de liderança; capacidade de organização; habilidade de atendimento e negociação; capacidade de mobilizar/transpor conhecimento; conhecimento técnico e em consultoria; capacidade de trabalhar em equipe; relacionamento interpessoal; pro atividade / iniciativa.

Destaca-se ainda, que os entrevistados foram escolhidos de maneira aleatória, porém dos 32 egressos, 75% apontaram que exercem cargos de liderança. O que apontam os autores, isso se dá

pela estrutura de organização, como o estabelecimento de algumas hierarquias, emprestadas das empresas convencionais, e isso incentiva e colabora para a construção de lideranças entre os membros associados (LOPES et al., 2007 *apud* VALADÃO JÚNIOR, ALMEIDA E MEDEIROS, 2014).

Por meio deste levantamento, aponta-se que o ambiente da empresa júnior favorece a oportunidade de desenvolver competências mais refinadas quanto ao perfil profissional e ainda, busca desenvolver a consciência do planejamento e administração de sua própria carreira para a liderança.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões aqui apresentadas, identificou-se que o ambiente acadêmico e as empresas juniores possuem subsídios necessários para incentivar o desenvolvimento das competências de liderança para os graduandos, uma vez que hoje, valoriza-se essas construções na IES.

Contextualiza-se que, diferentemente da escola tradicional de liderança, as novas abordagens de liderança valorizam o contexto e não as qualidades pessoais de cada líder ou ainda, que a liderança é nata, mas sim, passível de ser construída e aprendida.

As competências configuram-se como o conhecimento (saber o quê), habilidades (saber como), atitudes (querer fazer) e a experiência, substituindo os testes de inteligência para a contratação de profissionais, sendo uma alternativa na criação de um sistema de gestão responsável por identificar e desenvolver pessoas e procedimentos responsáveis pela construção da aprendizagem contínua, que não pode perder o sentido de compartilhamento, para se configurar como uma prática inovadora de gestão.

Ainda, o treinamento e desenvolvimento de pessoas em competências agrega valor, enquanto cria possibilidades que podem ser utilizadas no presente e futuro e nos amplos aspectos do indivíduo.

Descobriu-se que independentemente de ser uma pesquisa exaustiva ou não, os conceitos de competências para a liderança apontados pelas pesquisas levantadas, leva a crer que é necessário o autoconhecimento para realizar o mapeamento de seus próprios atributos e buscar a aprendizagem contínua das características a serem melhoradas, tornando-se chave para que qualquer pessoa possa se tornar líder.

Por fim, o levantamento de uma pesquisa apontada sobre os egressos de uma empresa júnior, aponta que, do universo de pesquisa, 75% dos entrevistados, escolhidos de maneira randomizada, exercem cargos de gestão, mostrando um indício de que o desenvolvimento das competências para a liderança pode ser facilitado pelos graduandos que se envolvem como membros dessa organização, colocando não só apenas o conhecimento teórico em prática, mas também desenvolvendo suas habilidades, a atitude, além de proporcionar experiência, concretizando os valores que os conceitos de competências trazem

Ainda é possível refletir que a relação entre os desafios do desenvolvimento das competências nas IES e a aceitação dos egressos pelo mercado de trabalho, faz com que tais práticas de aprendizagem coletiva venham concretizar o conhecimento, pois, desta forma, busca oferecer múltiplas oportunidades de instrumentos relacionados com a prática e desafios profissionais encontrados no universo do mercado de trabalho.

Desta forma, estimulam os graduandos a, não apenas obter o conhecimento técnico e teórico, mas também, oferecem a eles a chance de se formar como um profissional mais próximo do que o mercado de trabalho atual exige.

### REFERÊNCIAS

AMARO R. A., BRUNSTEIN J. O ensino em incubadoras universitárias: a competência empreendedora como um vir a ser. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 12, n. 3, p. 155-190, dezembro, 2013. 36 páginas.

AVOLIO, B. J.; F. O. WALUMBWA; WEBER, T. J. *Leadership: Current Theories, Research, and Future Directions. Annual Review of Psychology*. 2009.

BERGAMINI, C. W. Liderança: A Administração do Sentido. **RAE**, São Paulo, v. 34, n. 3, p.102-114, mai./jun. 1994.

BRANDAO, Hugo Pena; GUIMARAES, Tomás de Aquino. Gestão de competências e gestão de desempenho: tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo construto? **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 8-15, Mar. 2001.

BRASIL JÚNIOR. Confederação Brasileira de Empresas Juniores. **Conceito Nacional de Empresa Júnior**. São Paulo, 2011.

CÂMARA, M. A.; QUEIROZ, T. M. V. S. M. Gestão por Competências e Gestão do Conhecimento: suas características e a área de Recursos Humanos. In: 9º CONTECSI - International Conference on Information Systems and Technology Management – TECSI - Laboratório de Tecnologia e Sistemas da Informação, FEA USP. **Anais... São Paulo/SP**. 2012.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**, 4ª Edição – Editora Manole – BARUERI/SP. 2014.

CLARKE, Simon. Crise do fordismo ou crise da social-democracia? **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 117-150, set. 1991.

FERNANDES, B.H.R; FLEURY, M.T.L. Modelos de Gestão por Competência: Evolução e Teste de um sistema. **Revista Análise (PUCRS)**. 2007;18(2):103–123.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. C. C. Alinhando estratégia e competências. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 44-57, Mar. 2004.

\_\_\_\_\_. Construindo o conceito de competência. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 5, n. spe, p. 183-196, 2001.

HOLANDA, L. M. C.; CARVALHO, H. G.; PILATTI, L. A.; FRASON, A. C.; RODRIGUES, J. F. Criação, desenvolvimento e evolução dos conceitos de competência e aprendizagem organizacional. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 5., Resende-Rj. **Anais... Resende-Rj: SEGeT**, 2008.

NANTES, J.F.D. Mapeamento de competências em cargos de liderança: estudo de caso em uma organização do setor têxtil. In: Congresso Internacional de Administração, Ponta Grossa/PR. **Anais... Ponta Grossa/PR. Adm**, 2015.

NOBRE, T. L.; R.; MELLO C. H. Liderança nas organizações: um estudo sobre esta competência na atualidade. **Revista Iluminart (IFSP)**, Ano IX, nº 14, ISSN 1984-8625, Junho/2017.

NUNES, J. R.; MOTA, E. P. Análise das características para a formação de líderes em uma gestão estratégica. **Revista iPecege** 1(3/4): 93-125, 2015.

OLIVEIRA, F.; SANT'ANNA, A., VAZ, S. Liderança no contexto da nova administração pública: uma análise sob a perspectiva de gestores públicos de Minas Gerais e Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública - RAP**, 44 (6), 1453-1475, 2010.

SANT'ANNA, A.; CAMPOS, M.S.; VAZ, S. L. liderança: o que pensam executivos brasileiros sobre o tema? **Ram, Rev. Adm. Mackenzie**, V. 13, N. 6, Ed. Especial • São Paulo, SP • Nov./Dez. 2012.

SIMÕES, V. A. S.; MOURA, F. Gestão por Competências Focada em Desenvolvimento Comportamental da Liderança. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 5., Resende-Rj. **Anais... Resende-Rj: SEGeT**, 2009.

TURANO, L. M.; CAVAZOTTE, F. Conhecimento Científico sobre Liderança: Uma Análise Bibliométrica do Acervo do The Leadership Quarterly. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, art. 3, pp. 434-457, Jul./Ago. 2016.

VALADÃO JÚNIOR, V. M.; ALMEIDA, R. C.; MEDEIROS, C. R. O. Empresa Júnior: espaço para construção de competências. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 15, n. 4, p. 693-693, 2014.

VIEIRA A. A.; MORAES, J. B. S. O PERFIL DE LIDERANÇA DOS PROFISSIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO. In: 7ª Jornada Acadêmica – Universidade Estadual de Goiás - Unidade Universitária de Santa Helena de Goiás/GO. **Anais... Helena de Goiás/GO**. 2013.

VILELA, J. R. P. X. **O líder e a liderança**: uma investigação orientada pela dialética negativa de T. W. Adorno. 2012. 541 f. Tese (Doutorado em Administração), Pontifícia Universidade Católica, PUC de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

**DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA WEB PARA GERENCIAMENTO DE FINANÇAS PESSOAIS**

*DEVELOPMENT OF WEB SYSTEM FOR MANAGEMENT OF PERSONAL FINANCE*

Tecnologia e Sistemas.

BENEVIDES, Kaique O. Y.

Faculdade Barretos

Graduando em Bacharelado em Sistemas de Informação pela Faculdade Barretos

kaique.benevides\_@hotmail.com

Orientador: Sergio Carlos Portari Junior

**Resumo**

Com o decorrer dos anos, muitas pessoas ficaram na inadimplência devido à falta de administração financeira, que em alguns casos por dificuldade em gerenciar os respectivos gastos ou também pelo próprio consumismo desenfreado causado principalmente pelo status, cujos indivíduos querem mostrar a sociedade que adquiriu um determinado produto, mas que não eram prioridade em seus débitos. Com isso o objetivo do trabalho é realizar um software de finanças pessoais, cujo público alvo é pessoas com pouco ou nenhum conhecimento financeiro, de forma simples e de fácil compreensão.

**Palavras-chave:** Finanças, Desenvolvimento, Software.

**Abstract**

Over the years, many people have been defaulted again due to a lack of financial management, which in some cases because of the difficulty in managing large expenditures and also because of their own consumption were highlighted by status, which means that the higher power shows a company that acquired one is a product, but that was not a priority in their debts. In order to carry out a personal data financing program, customers are people with a little more financial resources, in a simple and easy to understand way.

**Keywords:** Finance, Development, Software.

**1 INTRODUÇÃO**

O Intuito do trabalho é o desenvolvimento de uma ferramenta para o controle financeiro, que se utiliza de meios práticos para a inserção das informações necessárias para o acompanhamento da gestão financeira do indivíduo, sendo assim, será utilizada linguagem de programação PHP integrada com o banco de dados MySQL.

O dinheiro tem muito valor no mundo todo, conhecemos o dinheiro como notas ou moedas, que são impressas em cada país de origem da moeda, mas nem sempre foi desta forma, no passado eram utilizadas trocas, quando pessoas trocavam seus produtos para satisfazer suas necessidades (SILVA; SOUZA; LEVINO, 2016).

Desde quando é iniciada a vida financeira de um indivíduo é importante saber como resolver determinados problemas envolvendo o dinheiro, é imensamente importante saber manusear da melhor forma possível o dinheiro, a melhor gestão dos recursos financeiros, torna a vida das pessoas equilibrada no olhar sobre as finanças pessoais (SOUSA et al, 2013).

A população de forma geral se empenha em suas profissões, para adquirir salários que atendam as suas vontades e que lhe dê bem estar. Porém, em algumas situações as pessoas



utilizam seus ganhos de forma equivocada e encontram problemas para cumprir com compromissos futuros (GOMES; SORATO, 2010).

Os níveis de recursos quando são baixos, necessitam de uma administração apropriada de maneira que se tenha a melhor eficácia, podem estar incluídos os grupos de finanças pessoais quanto empresariais. Com o intuito de preservar uma vida financeira, a educação financeira pessoal oferta um grupo de ideias que ajuda os cidadãos a administrar melhor o seu dinheiro (CONTO et al, 2015).

Para a utilização deste meio de gestão de finanças pessoais é necessário utilizar a internet para as informações que ficam armazenadas de forma *online*, a internet é a base em nossos dias atuais, a força da internet em ligar as pessoas e empresas é de suma importância, pois ela é a infraestrutura tecnológica nesta nova era (CASTELLS, 2015).

Com o intuito de desenvolver a ferramenta é necessária à utilização de uma linguagem de programação, seguindo a ideia de (Pontes, 2015) *softwares* são aplicações criadas para ajudar no desempenho do dia a dia das pessoas, com isso o sistema necessita ser rápido e ter qualidade para evitar problemas no decorrer de seu uso.

O tema escolhido é devido à necessidade de pessoas que têm problemas para controlar seus movimentos financeiros, ou simplesmente não tem o hábito de analisar com detalhes para evitar problemas relacionados à inadimplência.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O dinheiro é uma forma de troca entre os indivíduos, que contribuiu para diversas revoluções no meio social. É de suma importância para a reserva de valor, pois ao decorrer do tempo é necessário que se tenha uma quantia suficiente para garantir melhores condições de vida. Em contrapartida, muitas pessoas sofrem conflitos na obtenção deste recurso por pensarem que a única maneira de se resolver o problema é ficando monetariamente equilibrado (HALFELD, 2001).

E no final do século passado, com a inflação altíssima, foi um dos exemplos em que houve o descontrole econômico da população e a partir disso, grande parcela da sociedade não praticaram o hábito de ter um planejamento financeiro. E também, com o início do Plano Real população pela falta de conhecimento de controle econômico a grande parcela destas adentrou em um déficit financeiro ainda maior. E isto pode ser explicado devido à falta de administração própria das pessoas (LIZOTE; SIMAS; LANA, 2012); (TARDEN, 2012).

Em contrapartida, no ano de 1994, com o avanço da moeda nacional os brasileiros tiveram maiores facilidades em adquirir crédito, com menores taxas de juros e mais dinheiro disponível para financiamentos e empréstimos e com isso, as pessoas foram de maneira mais intensa a procura de tais serviços (SOUZA; OLIVEIRA; SILVA, 2016). O que resultou em dívidas improváveis devido a grande maioria não possuírem nenhum subsidio educacional em que ensinasse a maneira adequada de como administrar seus planejamentos. (TARDEN, 2012).

A partir dos anos 90, dois elementos foram primordiais pela procura de crédito, são eles

abertura de mercado e estabilização de preços com essa medida do governo houve uma maior liberação de crédito por parte dos bancos, com isso, aqueceu a economia nacional e também houve uma queda no imposto sobre operações financeiras (SOUZA; OLIVEIRA; SILVA, 2016).

Com o decorrer dos tempos a sociedade sofreu alterações, com as mudanças no contexto mundial, com o alto nível de concorrência em todos os ramos de atividade as pessoas ficaram pressionadas em produzir mais ou se dedicar em seus empregos, e buscaram melhorar suas capacidades e experiências profissionais para atingir seu nível de satisfação e consecutivamente melhorar seu posicionamento financeiro, para assim melhorar sua qualidade de vida (NUNES, 2017).

Para alguns cidadãos, efetuar compras é motivo de *status* e nem sempre elas precisaram tanto de um determinado produto, que em muitos casos são motivados pelas pesadas campanhas de publicidade feita pelas empresas, que levam as pessoas a comprar por impulso e de forma desordenada e ainda não efetuam um cálculo de suas finanças para saber se existe a necessidade da obtenção de tal produto. Já para outras pessoas comprar é motivo de planejar bem os seus gastos, e prezam uma boa qualidade de vida e as finanças em dia sem preocupações.

E devido ao grande consumismo, várias pessoas entram em dívidas, comprometem grande parte de suas receitas e em vários casos tornam-se devedores. Para evitar que isso ocorra, é de suma importância que as pessoas monitorem frequentemente as entradas e saídas das respectivas transações. Através da organização financeira se chega ao balanceamento de receitas e despesas, eliminando gastos desnecessários, as pessoas quando controlam seu dinheiro, aplica o uso de planilhas digitais ou papéis, que apresentará o total de rendas e despesas realizadas dentro de um período de tempo (SANTOS, 2014).

Quando as pessoas estão endividadas a grande maioria tenta liquidar suas dívidas, mas por não terem práticas em gerenciamento do seu próprio dinheiro e por não fazerem planos financeiros, muitas pessoas alcançam novamente a estabilidade. Porém uma grande parcela necessita de auxílio financeiro e algumas pessoas não conseguem de forma alguma liquidar suas dívidas (RIBEIRO et al, 2009 apud FERREIRA, 2006).

Quando o indivíduo não tem o hábito de registrar as movimentações, ele pode ter complicações futuras, em sua vida financeira, sempre é indicado que antes de realizar qualquer dívida, que a pessoa analise todas as possibilidades, para tomar uma decisão certa, mesmo que não haja hábito, é possível ter uma mudança de forma gradativa, sempre prezando pela qualidade de vida da pessoa, o que trará e tranquilidade e organização (NUNES, 2017).

O capitalismo que existe no mundo mexe diretamente na vida das pessoas e a quantia recebida durante o mês merece ser avaliado em qualquer tipo de negociação: pessoal ou empresarial para mais de 50% da população do Brasil, controle de finanças ainda é tabu, pois elas têm algum problema relacionado a finanças. As pessoas precisam organizar melhor suas finanças para dever

menos do que ganha e assim guardar mais dinheiro e manter uma determinada estabilidade financeira (ARAÚJO; VISCARDI, 2017).

As pessoas que são educadas financeiramente tem grande importância para o crescimento do país, pois muitas destas com o passar do tempo utiliza-se de contas poupanças para armazenar seu dinheiro, e com isso o governo em grande parte do período trabalha com as contas negativadas e o dinheiro armazenado pelas famílias apresentam poderosas fontes para o crescimento dos setores da economia (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009).

Sousa et al, 2013, ressaltam também que, pessoas que tem educação financeira exigem serviços e produtos que são pertinentes com sua realidade ou vontade, estimulando a disputa de preços entre as empresas, acompanha o mercado para exigir transparência das organizações e com isso colabora para a eficácia do sistema financeiro.

De acordo com BRUNI; FAMÁ, 2008 as operações financeiras envolvem dois tópicos diferentes, dinheiro e tempo. A primeira delas é necessária para que o planejamento financeiro se concretize. O outro fator é o tempo que por ser contingente, necessita de um suporte maior em casos de imprevistos que podem ocorrer no decorrer dos anos.

Para (CONTO et al, 2015) existe uma dificuldade financeira em favor das rendas futuras, que é o preço do dinheiro sobre o tempo indicado em: risco, utilidade e oportunidade. O preço do dinheiro em cima do tempo refere-se ao pensamento de que, o preço do dinheiro se altera. A matemática financeira é constituída de formas, que extraídas da matemática, consegue resolver problemas que estão relacionados as finanças de forma geral, analisando a relação entre o dinheiro e o tempo.

Diversas pessoas de variadas faixas de idade entram em dívidas sem ao menos analisar a sua saúde financeira, onde entram em dívidas, consecutivamente não conseguem liquidar suas obrigações e acabam entrando na inadimplência (CONTO et al, 2015).

Para algumas pessoas, quando é iniciada a juventude, pode-se haver problemas ligado ao dinheiro, é muito importante que todos saibam como utilizá-lo da melhor forma, a educação é um item valioso para que saibamos ter uma vida financeira tranquila e sem problemas no presente e no futuro (SOUSA et al, 2013).

O aumento da economia associado à firmeza das taxas de inflação mexeu com o jeito de lidar com o dinheiro, as pessoas eram obrigadas a gastarem todo seu dinheiro para não perder o poder de compra, essas pessoas tiveram que alterar os modos de trabalhar com o dinheiro, pois houve aumento de crédito, aliado ao consumo. É importante que os cidadãos sempre fiquem atentos para possíveis crises econômicas que possa ocorrer, como a crise mundial iniciada nos EUA em 2008, que extinguiu as vagas de emprego e encareceu os produtos para o consumo (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009).

Em 1980 no Brasil, foram apelidadas de década perdida, marcada com diversas crises econômicas, as pessoas mudaram o jeito de trabalhar com o dinheiro e na forma de gastar em suas compras, já que existia um acontecimento que era chamado de hiperinflação, que acabava com o

valor da moeda naquela época, no período de 1990 foi marcado por diversas alterações, principalmente pela mudança da moeda nacional, que estabilizou a economia e deu aos brasileiros um acréscimo na aquisição de bens (SILVA; SILVA; GALVÃO, 2015).

A falta de preparação com a questão de desenvolver expandir a educação financeira para os cidadãos com programas de educação, com essa questão existem barreiras para a liberação de materiais que possam ser de suma importância para o aprendizado de todas as pessoas (FERREIRA et al, 2018).

Compreender como o mercado atua é importante para saber como as taxas de juros influencia na vida dos consumidores e também que usufruir de produtos de forma que se pense no futuro, e planejar empréstimos e financiamentos com inteligência, para evitar endividamentos e futuras dores de cabeça causadas devido à falta de planejamento financeiro (SOUSA et al, 2013).

Com o planejamento financeiro tem se obtido maior tempo para se organizar ficando mais fácil de saber o quanto custará o dinheiro em um determinado período de tempo, mas para pessoas com pouco conhecimento educacional sobre o assunto, fica um tema fechado e que por falta de incentivo as pessoas não tem acesso a tal informação. Manter o controle e fazer as contas fecharem no final do mês é algo que poucas pessoas conseguem conquistar, ter uma boa organização sobre as finanças é relevante para se evitar transtornos desnecessários quando o assunto for o dinheiro (SILVA; PAIXÃO; MOTA, 2014).

O termo finanças tem seu significado muito amplo e de alguma forma envolverá o uso de sistemas de computadores, planilhas em papel, entre outras formas mais simples para que se alcance uma meta estipulada, as finanças estão envolvidas na vida de pessoas comuns, como também em empresas, desta forma é necessário para ambas as partes para manter as contas em equilíbrio (LUCKE, 2014).

Para (Massaro, 2015) uma maneira de compreender as finanças pessoais fazendo a comparação com as finanças empresariais, que tem uma forma mais clara e objetiva para se tratar sobre o assunto, ambos os casos recebem dinheiro seja na forma de salário ou na venda de produtos e serviços. É imprescindível que pessoas e organizações façam a sua gestão do fluxo de caixa que é ordenar as contas que deveram ser pagas e as receitas que entraram em conta para que a conta não fique no vermelho e tenha a certeza que terá dinheiro disponível para arcar com seus compromissos.

Na visão de (Accorsi et al, 2017) a aplicação das finanças pessoais na vida das pessoas tem se tornado algo de grande importância, devido a qualidade de vida e a importância que acarreta na vida das pessoas, porém é um assunto que pode ser tratado como um tabu, pois não é instruído nas escolas, ficando os jovens com pouco ou nenhum conhecimento sobre o assunto, em decorrência disso a educação financeira dos jovens fica fragilizada pois este assunto é ensinado através dos pais, que por sua vez não também não teve a educação financeira adequada.

Segundo (Miranda, 2013) o País está em um momento da economia que está refletindo

diretamente no crescimento das receitas dos cidadãos, sendo assim a oferta de créditos por parte de instituições financeiras aumentam, como cartões de crédito, financiamento, porém este fato pode ter efeitos negativos para as pessoas caso não tenham a devidos ensinamentos, sem isso ocorrerá que o Brasil poderá ganhar novos inadimplentes.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho foi uma revisão exploratória qualitativa pesquisada em livros, artigos e sites com as seguintes palavras chaves específicas: finanças pessoais; Desenvolvimento pessoal; consumo excessivo, PHP.

Foi utilizado a linguagem de programação PHP, juntamente com o banco de dados MySQL.

Surgiu no ano de 1994 por Rasmus Lerdorf, quando enxergou a necessidade de ter mecanismos que colaborassem para interação entre o usuário e a página e também com suporte a Banco de Dados. Com o PHP é possível desenvolver todo tipo de coisa que for preciso (MELONI, 2000).

O MySQL é um SGBD de banco de dados relacional onde se emprega uma orientação baseada no SQL, como forma de trabalhar e acessar as informações do banco de dados que está sendo utilizado. A criação do Mysql foi na Suécia no ano de 1979 por David Axmark, Allan Larsson e Michael Widenius, eram programadores em uma empresa que criou o banco de dados não SQL UNIREG, utilizada para geração de relatórios (MANZANO, 2016).

Para MYSQL, 2016 é um banco de dados de código aberto o banco de dados tem o papel de armazenar grande quantidade de informações, deste uma simples tabela até as gigantescas tabelas com variadas informações.

Figura 1 - Tela de login



A imagem mostra a interface de login de um sistema web. No topo, há um ícone de um dólar (\$) dentro de um círculo azul, seguido pelo texto "minha verba" em uma fonte arredondada. Abaixo disso, há dois campos de entrada de texto: o primeiro rotulado "Usuário" e o segundo rotulado "Senha". Na base da interface, há um botão azul com o texto "Entrar" em branco.

Fonte - Autor (2018).

A figura 1 mostra o modelo da tela onde o usuário efetuará a autenticação para acessar o sistema, inserindo o usuário e senha cadastrada na base de dados.

Figura 2 - Resumo Despesas

Dashboard / Despesas

Pesquisar

Despesa	Data	Conta	Valor
CPFL	27/02/2018	Itau	199,00
CPFL	27/02/2018	Itau	199,00
Teste	28/02/2018	Santander	100,00
teste1	15/03/2018	Banco do Brasil	99,00

Valor total de despesas: R\$ 597,00

Fonte - Autor (2018).

A Figura 2 mostra o modelo da tabela que o usuário acessará às despesas cadastradas com as respectivas datas, contas e valores.

Figura 3 – Resumo Receitas.

Dashboard / Receitas

Pesquisar

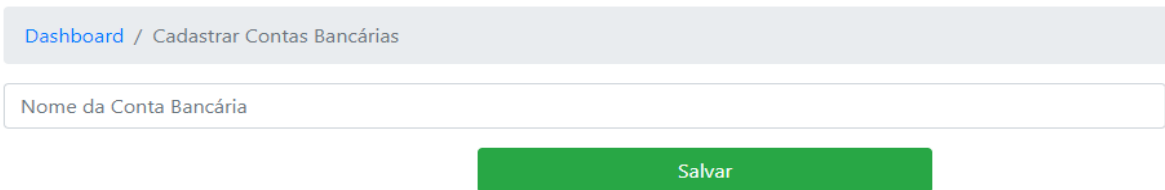
Receita	Data	Conta	Categoria	Valor
Receita teste	26/02/2018	Santander	Salario	0,00
Receita teste	26/02/2018	Santander	Salario	0,00
Teste	26/02/2018	Santander	Salario	199,00
teste	27/02/2018	Santander	Salario	200,00
222	26/02/2018	Santander	Salario	200,00
teste	15/03/2018	Banco do Brasil	Salario	150,00

Valor total de receitas: R\$ 749,00

Fonte - Autor (2018).

A Figura 3 mostra o modelo da tabela onde o usuário terá acesso às receitas cadastradas com as respectivas datas, contas, categorias e valores.

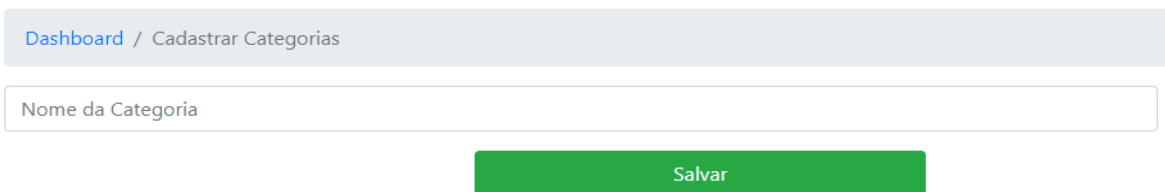
Figura 4 – Cadastro de Contas Bancárias.



Fonte - Autor (2018).

Na Figura 4 mostra o modelo da tela para efetuar o cadastro das contas bancárias onde o usuário tem movimentações.

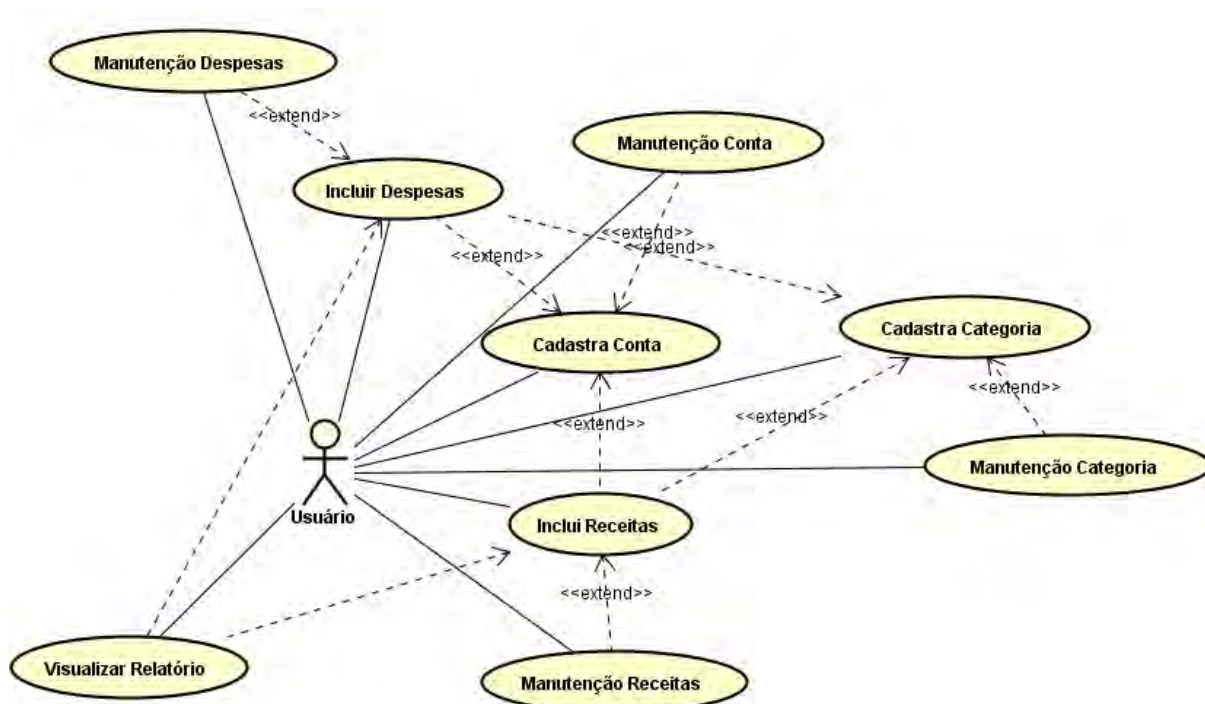
Figura 5 – Cadastro de Categorias.



Fonte - Autor (2018).

A Figura 5 mostra o modelo da tela para o usuário efetuar o cadastro das categorias na qual é efetuado movimentações.

Figura 6 – Caso de Uso.



Fonte - Autor (2018).

A Figura 6 mostra o layout de diagrama de caso de uso que será para apresentar os atores e seus casos de uso.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O software em questão corrobora no planejamento da gestão financeira pessoal e almeja-se que seja hospedado em um servidor *online* e acessado com um domínio. A partir deste software a tomada de decisão seja concreta e baseada nos lançamentos diários, bem como as categorias e contas bancárias cadastradas sejam de fácil acesso para manutenção e atualizações.

É esperado que os relatórios de transações tenham praticidade para visualização e manuseio do usuário e possibilite impressão, caso seja necessário. Espera-se também que o *software* possa ser acessado via computador ou aparelho *smartphone*, visto que é pretendido o desenvolvimento de forma responsiva, almeja-se que o usuário tenha acesso individual de seus lançamentos, evitando que outro usuário visualize seus lançamentos.

#### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que este trabalho colabore para que as pessoas possam utilizar para administrar sua vida financeira e para colaborar para pessoas que queiram estudar sobre finanças pessoais.

#### REFERÊNCIAS

ACCORSI, R. S; LOPES, J. R. M; LAMES, E. R; MACHADO, R. Q; LAMES, L. C. J. **Influência do Curso de Administração nas Finanças Pessoais de Seus Alunos.** p. 81-105. São Paulo, SP . 2017. Centro Universitário Adventista de São Paulo – Unasp.

ARAÚJO, M. R; VISCARDI, R. M. **A relevância de administrar as finanças pessoais a fim de otimizar os recursos financeiros.** Revista Rumos da Pesquisa em Ciências Empresariais, Ciências do Estado e Tecnologia. p. 126-137. Patrocínio, MG. 2017. Disponível em: <http://www.unicerp.edu.br/revistas-e-publicacoes/4/revista-rumos-da-pesquisa>. Acesso em: 07 jun 2018.

BRUNI, A. L; FAMÁ, R. **A matemática das finanças: com aplicações na hp12c e excel.** p. 20-21. 3 ed. São Paulo. Atlas, 2008.

CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet: Reflexões Sobre a Internet os Negócios e a Sociedade.** ed. 1. p. 7. Rio de Janeiro. 2015.

CLAUDINO, L. P; NUNES, M. B; SILVA, F. C. **Finanças Pessoais: Um estudo de caso com servidores públicos.** p. 1-17. São Paulo, SP. 2009 Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2018.

CONTO, S. M; FALEIRO, S. N; FUHR, I. J; KRONBAUER, K. A. **O comportamento de alunos do ensino médio do vale do taquari em relação as finanças pessoais.** p. 1-25. Tubarão, SC. 2015. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/EeN/article/view/2602/2504>. Acesso em: 31 mai. 2018.

FERREIRA, B. R; MELO, M. H; FERREIRA, L. M. S; BORGES, D. G. **Educação Financeira Fiscal : Ótica Dos Jovens Empreendedores da Região de São Roque de Minas.** Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo. v. 3. p. 57-59. São Roque de Minas, MG. 2018. Disponível



em: [www.relise.eco.br/index.php/relise/article/download/113/117](http://www.relise.eco.br/index.php/relise/article/download/113/117). Acesso em: 15 mai. 2018.

GOMES, D. M; SORATO, K. A. D. L. **Planejamento e Controle das Finanças Pessoais com Enfoque na Utilização das Ferramentas e Serviços Contábeis: Um Estudo Com Profissionais Autônomos**. Seminário de Ciências Sociais Aplicada. v. 2. p. 1-14. Criciúma, SC. 2010. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/seminariocsa/article/view/1424/1351>. Acesso em: 11 jun. 2018.

HALFLED, M. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. 1. ed. São Paulo. Fundamento Educacional. p.1-104. 2001.

LIZOTE, S. A; SIMAS, J; LANA, J. **Finanças Pessoais: um Estudo Envolvendo os Alunos de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina**. Simpósio de Excelência em gestão e tecnologia. p. 1-12. Resende, RJ. 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/10216156.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

LÜCKE, V. A. C. **Comportamento financeiro pessoal: um comparativo entre jovens e adultos da cidade de Crissiumal/RS**. Documento Sistematizador do Trabalho de Conclusão de Curso. UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do RS, Três Passos, RS. 2014. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2860>. Acesso em: 21 mai 2018.

MANZANO, J. A. N. G. **MySQL 5.5 Interativo**. Guia Essencial de Orientação e Desenvolvimento. 1. ed. . São Paulo. p. 1-240. Editora Érica. 2016.

MASSARO, André. **Como cuidar de suas finanças pessoais: CFA (2015)**. Conselho Federal de Administração. p. 1-60. Brasília, DF. 2015. Disponível em: <http://cfa.org.br/wp-content/uploads/2018/02/10cfa-cartilha-financa-pessoal.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2018. Brasília. 2018.

MELONI, J. C. **Fundamentos de PHP**. Editora Ciência Moderna Ltda. p. 2-3. ed. 1. Rio de Janeiro. 2000.

MIRANDA, M. O. R. **A Educação Financeira e sua Influência no Planejamento de Finanças Pessoais dos Alunos da Fatecs do UNICEUB**. Centro Universitário de Brasília – Uniceub. p. 1-33. Brasília, DF. 2013. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/handle/235/4971>. Acesso em: 9 abr. 2018.

MYSQL. O que é o MySQL?. Disponível em: <https://dev.mysql.com/doc/refman/5.7/en/what-is-mysql.html>. 2016. Acesso em: 12 jun. 2018.

NUNES, P. T. **Finanças Pessoais: Um estudo de caso em uma instituição religiosa**. Revista de Administração e Contabilidade. p. 1-15. Feira de Santana, BA. 2017. Disponível em: <http://www.reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/132/137>. Acesso em: 31 mai. 2018.

PONTES, E. S. R. **Um Método para Extração e Evolução de Linhas de Produto de Software a partir de Sistemas Web Existentes**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. p. 1-88. Rio Grande do Norte, RN. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/24904>. Acesso em: 12 jun. 2018.

RIBEIRO, C. A; VIEIRA, K. M; SANTOS, J. H. A; TRINDADE, L. L; MALLMANN, E. I. **Finanças Pessoais: análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de administração**. Universidade Federal de Santa Maria. XX Seminários em administração PPGA/FEA/USP. p. 1-18. Santa Maria, RS. 2009. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/385.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

SANTOS, J. O. **Finanças Pessoais para todas as idades: um guia rápido**. ed. 1. São Paulo. Atlas. p. 23. São Paulo. 2014.

SILVA, A. J; PAIXÃO, R. B; MOTA, F. L. **Planejamento Financeiro Pessoal. Uma abordagem sobre as contribuições da administração financeira na gestão dos recursos pessoais.** XXI Congresso Brasileiro de Custos. p. 1-16. Florianópolis, SC. 2017. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3644>. Acesso em: 21 mai. 2018.

SILVA, C. L; SILVA, T. V; GALVÃO, R. **Finanças Pessoais: Análise do comportamento dos discentes das ciências sociais aplicadas e os demais de graduação da FAFICA a respeito da gestão financeira pessoal.** p. 1-19. Caruaru, PE. 2015. Disponível em: <https://interfacesdesaberes.fafica-pe.edu.br/index.php/import1/article/download/536/276> Acesso em: 5 mai. 2018.

SILVA, J. V. C; SOUZA, I, C. P; LEVINO, N. A. **Educação Financeira e Finanças Pessoais: Uma análise dos discentes do curso de administração da universidade Federal de Alagoas (UFAL).** p. 1-10. Natal, RN. 2016. Disponível em: <http://www.admpg.com.br/2016/down.php?id=2080&q=1>. Acesso em: 11 de jun. 2018.

SOUSA, E. R. de; ARAUJO, F. de A. L.; FAGUNDES, J. V. de A.; ÂNGULO, M. J.; SOUZA, M. A. P. de; ORSI, R. V.; MATTA, R. O. B.; BISI, R. M. **Caderno de educação financeira – gestão de finanças pessoais (conteúdo básico).** Banco Central do Brasil. p. 1-74. Brasília,DF. 2013. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno\\_cidadania\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf). Acesso em: 4 abr. 2018.

SOUZA, C; OLIVEIRA, O. J; SILVA, J. G. **Pesquisa sobre a inadimplência das pessoas físicas no Brasil no período (2003-2015).** Revista Contabilidade, Ciência da Gestão e Finanças. Centro Universitário da Serra Gaúcha. v. 4. n. 1. p. 1-20. Caxias do Sul, RS. 2016. Disponível em: <http://ojs.fsg.br/index.php/rccgf/article/view/1932/1917>. Acesso em: 6 abr. 2018.

TARDEN, G. S. R. **Finanças Pessoais.** Monografia Brasil Escola. 2012. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/administracao-financas/financas-pessoais.htm>. Acessado em: 15 de abr. de 2018.

## Desenvolvimento e Validação de um Aplicativo Móvel para Auxiliar Deficientes Visuais na Identificação de Cédulas Monetárias

*Development and Validation of a Mobile Application to Assist the Visually Impaired in the Identification of Banknotes*

Área temática: Tecnologia e Sistemas.

MENDES, Murilo Maldonado  
Centro Universitário de Franca  
Graduado em Sistemas de Informação  
murilomaldonadom@gmail.com

CINTRA, Fernando Mendonça  
Centro Universitário de Franca  
Graduado em Sistemas de Informação  
fernandomendoncacintra@gmail.com

NETO, Geraldo Henrique  
Centro Universitário de Franca  
Faculdade de Tecnologia de Ribeirão Preto  
Universidade Paulista

Mestre em Ciências com ênfase em Informática Médica  
geraldohenriqueneto@gmail.com

### Resumo

No cotidiano de milhões de Brasileiros pequenas transações ocorrem durante o dia, seja no simples ato de comprar uma refeição, o dinheiro tende a circular por todos. Para muitos portadores de deficiência visual, essa e outras tarefas que parecem simples, podem se tornar em algo complexo e muitas vezes até mesmo constrangedora. Dessa forma o objetivo do estudo é desenvolver um aplicativo que auxilia os portadores de deficiência visual no reconhecimento de cédulas. Para o desenvolvimento do projeto foi necessário realizar diversos estudos relacionados ao desenvolvimento na plataforma Android e além disso, foram realizadas entrevistas com portadores de deficiência visual para garantir que o aplicativo seria viável. Entre as tecnologias empregadas no projeto, a principal pode ser considerada o Google Vision que por sua vez utiliza do OCR (*Optical Character Recognition*), em suma ela é responsável por realizar o reconhecimento de caracteres em imagens, possibilitando assim informar ao usuário qual nota está em foco. O aplicativo desenvolvido opera em praticamente qualquer dispositivo que possua o sistema operacional Android, possibilitando assim uma portabilidade maior para os usuários. Em síntese o projeto apresentou bons resultados com base nos testes realizados por deficientes visuais onde houveram destaques pela fácil compreensão na funcionalidade do aplicativo e facilidade na obtenção de resultados obtidos na verificação.

**Palavras-chave:** Reconhecimento de Imagens, Android, Deficiente visual.

### Abstract

In the everyday lives of millions of Brazilians, small transactions take place, just as in the simple act of buying a meal. Cash is an important tool crucial to our lives and economy, which few people truly considering the effects it has on our daily lives. For many visually impaired people this and other tasks that seem simple can become complex and often embarrassing. In this way, the objective of the study is to develop an application that assists visually impaired people in the recognition of banknotes. For the development of the project it was necessary to carry out several studies related to Android development; interviews were conducted with people with visual impairment to ensure that the application would be feasible. Among the technologies used in the project, the main one can be considered Google Vision, which in turn uses OCR. In short, it is responsible for performing character recognition in images, thus enabling the user to be informed audibly of which note is in focus. The application runs on almost any device that has the Android operating system, thus allowing greater

portability for users. In summary, the project presented good results based on the tests performed by visually impaired people, where there were highlights for the ease of understanding and obtaining desired results.

**Keywords:** Image Recognition, Android, Visual Impairment.

## 1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, tudo ocorre de forma mais veloz, e a tecnologia de informação é uma das maiores contribuintes nessas mudanças que ocorrem na sociedade. Dessa forma, pode-se observar que diversos ambientes pessoais estão conectados por meio de dispositivos móveis, realizando tarefas diárias como trocar mensagens, é algo muito comum.

Nessas circunstâncias, os dispositivos móveis estão se tornando cada vez mais indispensáveis e significativos, não só na área tecnológica, mas também nas questões econômicas, organizacionais e sociais e, levando isso em consideração, o número de aplicações voltadas para essa plataforma é cada vez maior.

No meio social, existem inúmeras pessoas que possuem algum tipo de deficiência, tanto física como mental, na qual muitas vezes impossibilita o indivíduo de realizar atividades diárias. Só no Brasil, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2015, revela que 23,9% da população (45,6 milhões de pessoas) declaram ter algum tipo de deficiência. Dentre as deficiências pesquisadas, a mais comum era a deficiência visual, afetando 3,6% dos brasileiros (mais de 6,5 milhões de pessoas) incluindo pessoas que são incapazes de enxergar e também as que possuem grande dificuldade de enxergar.

Esse percentual de pessoas enfrenta dificuldades diárias, entre eles, ao tentar se locomover nas ruas, usando transporte público, sem que o governo os inclua de fato na sociedade, sem acesso a equipamentos urbanos como o piso tátil em locais de maiores concentrações de pessoas, falta de informações em braile como horário de ônibus, adaptação para cães-guias, escassez de semáforos sonoros e etc. É possível citar inúmeros fatores de dificuldade da vida de um portador de deficiência visual.

Em entrevista realizada pelos autores, foi levantado que depender de um terceiro para qualquer atividade diária, é algo desestimulante para grande parte dos portadores de deficiência visual, pois os mesmos buscam ter sua total autonomia. Situações constrangedoras podem ocorrer diariamente por essa falta de autonomia. Em uma situação em que o deficiente visual está realizando uma compra, pode ocorrer situações onde o mesmo pode ser enganado, recebendo um troco incorreto.

De acordo com entrevistas realizadas, muitos portadores de deficiência visual, tem como hábito organizar as cédulas que possuem, facilitando assim o manuseio e em eventuais transações, porém ainda assim no dia a dia podem ocorrer situações em que não seja mais possível gerir as notas, seja por conta de uma simples confusão ou pela voracidade do cotidiano.

Outro fato é que mesmo a Segunda Família do Real contando com os diferentes tamanhos de cédulas, ainda assim se torna uma tarefa complexa distinguir as cédulas uma das outras, pois a diferença entre elas é mínima e em situações onde você possui apenas uma em mãos a dificuldade é ainda maior. Ainda sobre a Segunda Família do Real, pode-se levantar a questão do tato, que de acordo com relatos, após um tempo de circulação se torna praticamente impossível distingui-las.

Dessa forma, este trabalho tem como problema de pesquisa: Com a tecnologia é possível criar uma ferramenta que auxilie portadores de deficiência visual durante tarefas que envolvam dinheiro?

O objetivo deste trabalho é o desenvolvimento de um aplicativo móvel para auxiliar os portadores de deficiência visual a reconhecerem cédulas com mais facilidade. A motivação do projeto vem da reflexão de como simples ações do cotidiano podem se tornar tarefas difícil para um grupo específico de pessoas, assim o intuito é através da tecnologia incluir cada vez mais essas pessoas na sociedade.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com o aumento significativo na utilização de dispositivos móveis para diversas finalidades, celulares são cada vez mais comuns no cotidiano das pessoas e com o grande avanço da tecnologia, esses dispositivos estão se tornando mais poderosos com relação às suas capacidades de armazenamento, de processamento e ao mesmo tempo, mais acessíveis aos consumidores.

Os dispositivos móveis oferecem conectividade e poder de uso a qualquer lugar e em qualquer momento, tornando-se importantes, tanto para uso pessoal, quanto profissional. Com o uso cada vez maior de dispositivos móveis, o número de plataformas e ambientes de desenvolvimento cresceu proporcionalmente. Para Aquino (2007) a escolha de uma plataforma ideal para o desenvolvimento de um projeto significa optar por uma solução que forneça os melhores benefícios, em termos de custos, eficiência e tempo de desenvolvimento esperados para a finalização do projeto.

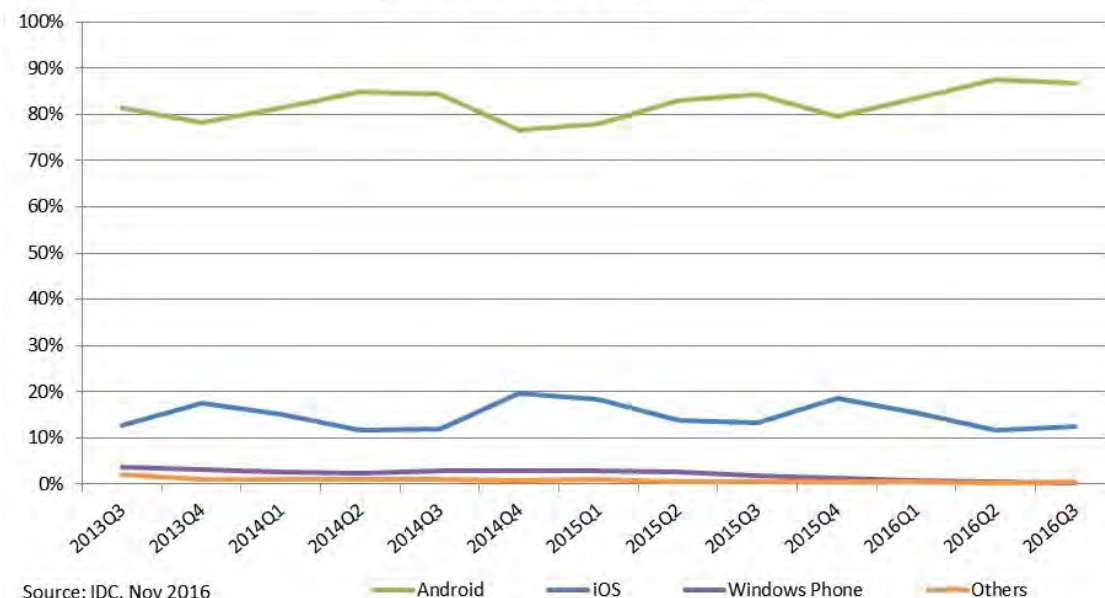
### 2.1 ANDROID

De acordo com Lecheta (2009), o Android é uma plataforma para *smartphones*, baseada no sistema operacional Linux, que possui diversos componentes, com uma variada disponibilidade de bibliotecas e interface gráfica, além de disponibilizar ferramentas para a criação de aplicativos.

O sistema operacional Android, foi o mais distribuído nos *smartphones* comercializados no terceiro trimestre de 2016, representando um percentual de 86,8% do mercado, resultado muito superior ao seu principal concorrente da Apple, IDC (2016), o que representa a grande importância de se apresentar este sistema operacional.

Gráfico 1 – Vendas Mundiais de Smartphone

#### Worldwide Smartphone OS Market Share (Share in Unit Shipments)



### 2.2 RECONHECIMENTO ÓTICO DE CARACTERES (OCR)

Reconhecimento Ótico de Caracteres, é uma tecnologia que permite a conversão de tipos

diferentes de documentos, como papéis escaneados, arquivos em PDF e imagens capturadas com câmera digital em dados que é possível pesquisar e editar através de um computador ou dispositivo móvel.

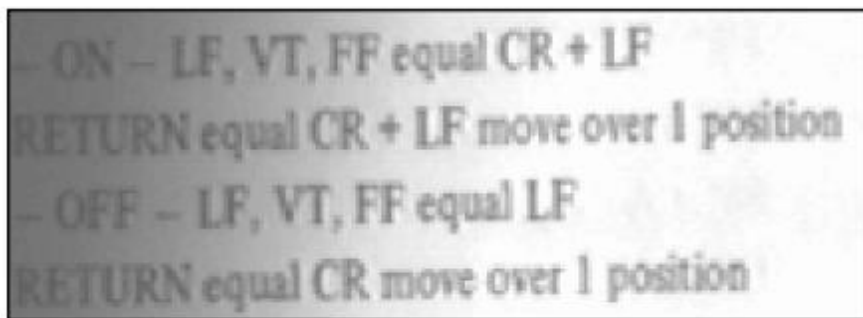
Conforme Eikvel (1993), a obtenção da imagem é feita através do escaneamento ótico em um documento. Regularmente, esses documentos impressos são preto e branco, por isso, ao realizar o OCR em documentos coloridos, é comum converter para tons de cinza ou até mesmo preto e branco. Esse processo é chamado de “*thresholding*”.

Segundo Eikvil (1993, p. 12), mesmo sendo muito simples, o processo de “*thresholding*” é essencial para a obtenção do resultado do processo de reconhecimento.

Ele é feito da seguinte maneira: um valor limítrofe é definido. Níveis de cinza abaixo deste valor são tratados como preto e valores acima deste valor são tratados como branco. Em documentos com alto contraste entre o preto e o branco, um nível limítrofe predefinido pode ser suficiente, mas a maioria dos documentos não possui esta característica. Assim, os valores limítrofes são modificados dinamicamente através de métodos adaptativos a fim de obter um bom resultado. Estes métodos levam em conta outras propriedades do documento como contraste e brilho.

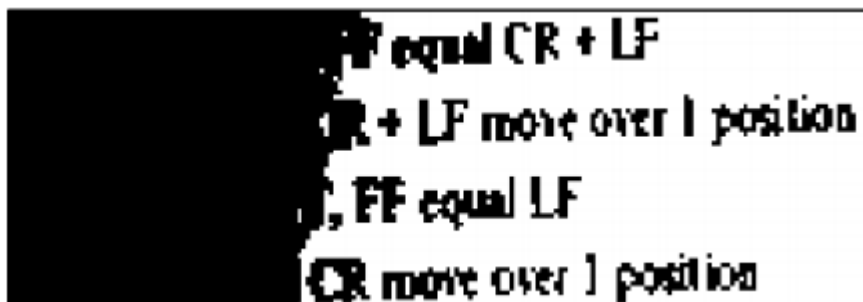
Um exemplo de como o “*thresholding*” atua na qualidade do resultado da imagem digitalizada pode ser visto nas Figuras 1, 2 e 3.

**Figura 1** - Imagem original, não corrigida e em tom de cinza



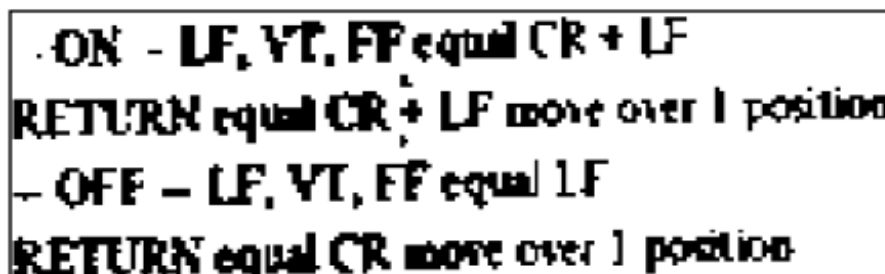
Fonte: Eikvil, 1993, p. 12.

**Figura 2** - Imagem corrigida usando método global de Thresholding



Fonte: Eikvil, 1993, p. 12.

Figura 3 - Imagem corrigida usando método adaptado de Thresholding



Fonte: Eikvil, 1993, p. 12.

## 2.3 TECNOLOGIA ASSISTIVA

Tecnologia Assistiva é um termo relativamente novo, que tem como definição, identificar todos recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão na sociedade (BERSCH 2006).

### 2.3.1 ORIGENS

O termo Assistive Technology, traduzido no Brasil como Tecnologia Assistiva, foi criado oficialmente em 1988 como importante elemento jurídico dentro da legislação norte-americana, conhecida como *Public Law 100-407*, que compõe, com outras leis, o ADA - *American with Disabilities Act* (BERSCH, 2005, p. 3).

Ainda segundo Bersch (2005), essas leis seguram os direitos dos cidadãos com deficiência nos EUA, provendo também uma base de fundos públicos para compra de recursos necessários. Com isso, sendo necessário também, especificar em lei essa tecnologia de auxílio.

Sendo entendido a Tecnologia Assistiva nessa legislação norte-americana como: "todo e qualquer item, equipamento ou parte dele, produto ou sistema fabricado em série ou sob medida, utilizado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência" (BERSCH 2005).

### 2.3.2 AUXÍLIOS PARA CEGOS OU PESSOAS COM VISÃO SUBNORMAL

Para Bersch (2008, p. 9), são equipamentos que tem como principal foco, a autonomia das pessoas com deficiência visual em tarefas como:

Consultar o relógio, usar calculadora, verificar a temperatura do corpo, identificar se as luzes estão acesas ou apagadas, cozinhar, identificar cores e peças do vestuário, verificar pressão arterial, identificar chamadas telefônicas, escrever, ter mobilidade independente etc. Inclui também auxílios ópticos, lentes, lupas e teléupas; os *softwares* leitores de tela, leitores de texto, ampliadores de tela; os *hardwares* como as impressoras braille, lupas eletrônicas, linha braille (dispositivo de saída do computador com agulhas táteis) e agendas eletrônicas.

Podendo ser ilustrado na Figura 4:

**Figura 4 - Equipamentos em Braille**



Fonte: BERSCH, 2008, p.9.

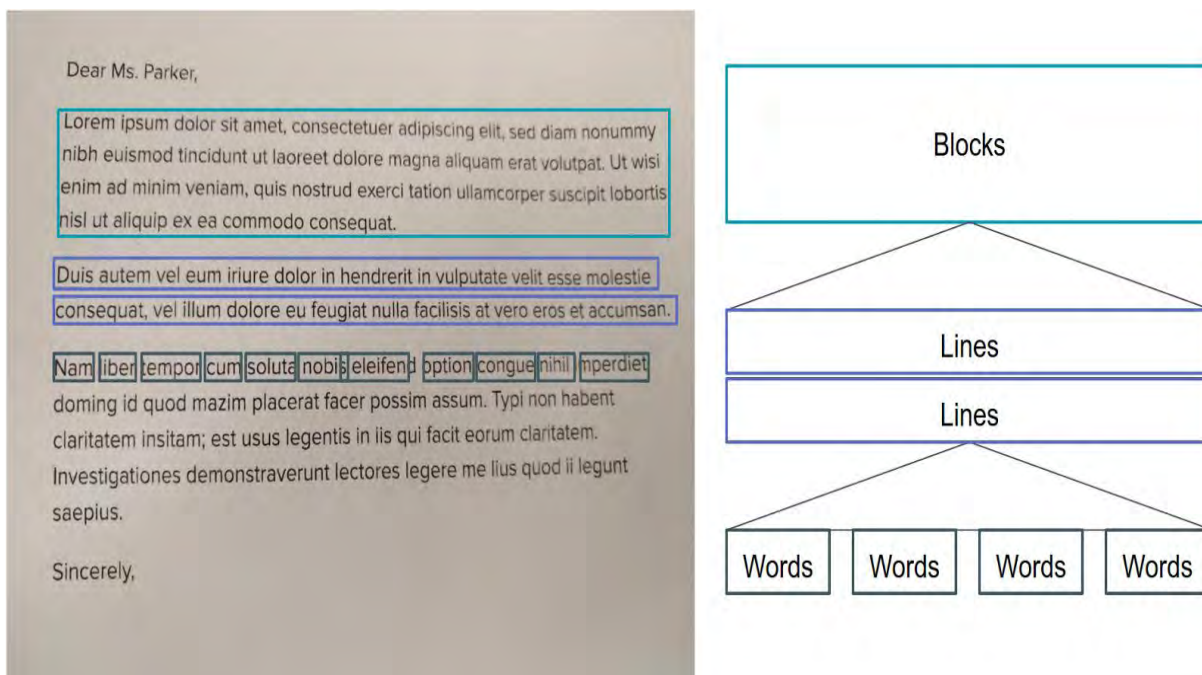
### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, são apresentados mais detalhes do desenvolvimento deste projeto, sendo abordada a plataforma Android, a linguagem Java e o Google Vision.

Como a aplicação é nativa para o desenvolvimento Android, a linguagem de programação utilizada foi Java, que segundo Mengue (2002), foi criada a partir do C++ por ser orientada a objetos e muito poderosa, gerando pequenos programas, e solucionando o problema de várias arquiteturas, utilizaram o conceito de máquina virtual.

Junto ao Java, foi utilizado a API *Text Recognition* da empresa Google para o reconhecimento ótico de caracteres (OCR). Essa API detecta o texto em bloco e os segrega em linhas e palavras. Podendo ser entendido na Figura 5:

**Figura 5 - Segregação do texto detectada**



Fonte: <https://developers.google.com/vision/text-overview>.



Para fazer a utilização da biblioteca *Text Recognition*, é necessário instanciá-la como um objeto, ressalta-se que para que não ocorra problemas, é preciso também importar suas dependências, conforme é evidenciado na figura 6.

**Figura 6** - Biblioteca Text Recognition

```
Context context = getApplicationContext();  
  
TextRecognizer textRecognizer = new TextRecognizer.Builder(context).build();  
textRecognizer.setProcessor(new OcrDetectorProcessor(mGraphicOverlay));
```

**Fonte:** Os autores.

Com o objetivo de abstrair o *frame* atual da câmera, é necessário criar um objeto e o iniciar, conforme evidenciado na Figura 7. O objeto “mCameraSource” contém as informações de inicialização da câmera, como por exemplo: Usar a câmera traseira, são verificados 2 *frames* por segundo, *flash* e foco sempre ativado.

**Figura 7** - Propriedades da Câmera

```
// Cria e starta a camera  
mCameraSource =  
    new CameraSource.Builder(getApplicationContext(), textRecognizer)  
        .setFacing(CameraSource.CAMERA_FACING_BACK)  
        .setRequestedPreviewSize(1280, 1024)  
        .setRequestedFps(2.0f)  
        .setFlashMode(useFlash ? Camera.Parameters.FLASH_MODE_TORCH : null)  
        .setFocusMode(autoFocus ? Camera.Parameters.FOCUS_MODE_CONTINUOUS_PICTURE : null)  
        .build();
```

**Fonte:** Os autores.

Na Figura 8 é demonstrado um dos processos de reconhecimento da cédula, a verificação é feita com os valores em formato numérico e por extenso, e ao atingir cinco verificações corretas, é chamado o método “*response*”, que disponibilizará o resultado.

**Figura 8** - Verificação da Cédula

```
if(result.equals("100") || result.equals("cem") || result.equals("cem reais")){  
    count100++;  
    if(count100 >= 5){  
        response("cem");  
    }  
}
```

**Fonte:** Os autores.

De acordo com o parâmetro recebido pelo método *response*, será verificado qual o áudio referente ao valor, para posteriormente criar o objeto “mp” responsável por executar o áudio. A fim de deixar a aplicação mais acessível, assim que foi encontrado um resultado, é disparado uma vibração

no celular. Para evitar falhas na verificação, as variáveis que contêm a quantidade de verificações são zeradas assim que obtida uma resposta, conforme detalhado na Figura 9.

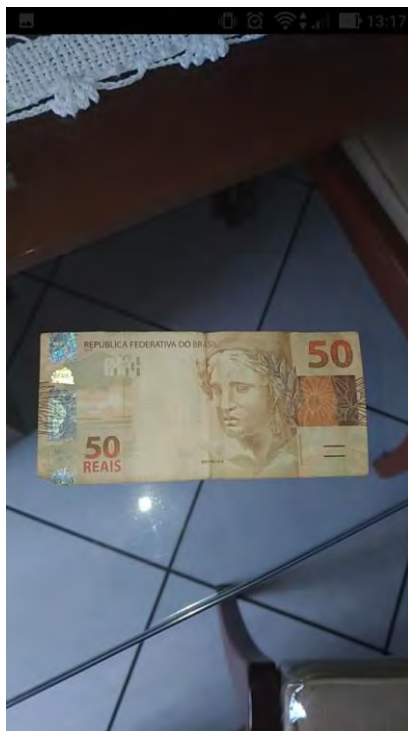
**Figura 9 - Resultado da Verificação**

```
public void response(String audiofile) {  
    //rawId do arquivo de audio  
    int rawId = mGraphicOverlay.getResources().getIdentifier(audiofile, "raw", mGraphicOverlay.getContext().getPackageName());  
  
    //Starta o audio  
    MediaPlayer mp = MediaPlayer.create(mGraphicOverlay.getContext(), rawId);  
    mp.setAudioStreamType(AudioManager.STREAM_MUSIC);  
  
    mp.start();  
  
    if (mp != null && !mp.isPlaying()) {  
        mp.release();  
    }  
  
    //Objeto vibrador  
    Vibrator vibrator = (Vibrator) mGraphicOverlay.getContext().getSystemService(mGraphicOverlay.getContext().VIBRATOR_SERVICE);  
  
    //Vibra o Smartphone por 400 milisegundos  
    vibrator.vibrate(400);  
  
    //Zera as variáveis  
    count2 = 0;  
    count5 = 0;  
    count10 = 0;  
    count20 = 0;  
    count50 = 0;  
    count100 = 0;  
}
```

**Fonte:** Os autores.

Assim que aberto o aplicativo, o usuário é direcionado diretamente a tela conforme é ilustrado na Figura 10, onde é instruído a colocar a cédula em um lugar plano e a uma distância adequada, para melhor verificação, logo após alguns segundos, o aplicativo retorna com o resultado em formato de áudio.

**Figura 10 – Tela da aplicação**



Fonte: Os autores.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de pesquisas e análises realizadas no pré-projeto, do levantamento de requisitos e criação dos diagramas UML, foi possível ter uma visão das regras de negócio do aplicativo e seus principais processos, o que permitiu a criação de novas ideias e melhorias para o projeto. Inicialmente, foi considerado o uso da biblioteca OpenCV no reconhecimento de imagens, porém nas primeiras versões do aplicativo, de forma inoportuna, foi encontrada dificuldades em se adaptar adequadamente a forma de uso da biblioteca. Dessa forma, foram realizadas outras pesquisas, sobretudo, decidido a utilização do Google Vision. O Google Vision é uma biblioteca também com o foco no reconhecimento de imagens, porém, incorpora facilitadores e simplicidade em sua utilização.

Entretanto, posteriormente o início da utilização do Google Vision pelo aplicativo, foi encontrada uma dificuldade no reconhecimento de caracteres únicos, tornando mais complexa a detecção de notas que possuem apenas um dígito, à citar, notas de 2 e 5 reais. Dessa forma, a alternativa encontrada foi focar o reconhecimento não só nos números, mas também no valor escrito por extenso.

Para tornar o aplicativo acessível aos portadores de deficiência visual, foi necessário disponibilizar o resultado da análise em áudio. Em um primeiro momento, foi utilizado a voz do Google Tradutor para essa questão. Porém a fim de tornar o aplicativo mais amigável, foi utilizado a ferramenta Text to Speech do My Blue Mix, fornecida pela IBM, pois com ela é possível ter uma resposta mais “pessoal” e não tão robótica.

Uma questão que não foi identificada no levantamento de requisitos, mas sendo percebida na criação dos diagramas da UML, diz respeito as dicas de utilização e recomendações do sistema, que para o uso adequado do aplicativo pelos deficientes visuais, torna-se imprescindível.

Firmando a questão acima, foi confirmado nos testes realizados diretamente com os portadores de deficiência visual que é imprescindível as dicas, pois grande parte, tiveram dificuldades em saber qual o padrão a ser utilizado, como exemplo, alguns obstruíram a visualização da cédula pela câmera, outros não sabiam exatamente como posicionar a câmera em relação a cédula. Dessa forma, as dicas vêm para sanar eventuais dúvidas.

#### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com pesquisas realizadas, constatou-se que muitas vezes deficientes visuais sentem a necessidade de confirmar as cédulas que possuem em mãos, pois apesar da Segunda Família do Real contar com diferentes tamanhos de cédulas, ainda assim é uma tarefa difícil distinguir as mesmas sem contar com artifícios externos.

A partir dessa premissa, a ideia foi desenvolver um aplicativo que auxiliasse deficientes visuais a reconhecer cédulas e, conseqüentemente lhe permitisse ter mais autonomia e independência em suas ações, não havendo assim a necessidade de em algumas situações depender de terceiros.

A tecnologia OCR foi a que possibilitou o desenvolvimento do projeto, pois, com a mesma é possível realizar o reconhecimento de imagens e conseqüentemente, em tempo real informar para o usuário qual a cédula que se encontra em foco.

Diversos testes foram realizados com potenciais usuários, que por sua vez demonstraram aprazimento e confiabilidade nos resultados. A partir dos testes também foi possível notar aspectos onde melhorias podem ser realizadas, para cada vez mais gerar um resultado adequado.

Futuramente a ideia é implementar métodos de armazenar os resultados obtidos em servidores, pois dessa forma, além de observar a forma como os usuários estão utilizando o aplicativo, a fim de melhorar o mesmo, possibilita também a aplicação de algoritmos de Machine Learning, que contemplarão a melhoria na performance do aplicativo.

Em um aspecto geral o intuito do aplicativo é contribuir na melhoria do dia a dia dos deficientes visuais proporcionando um método novo de reconhecer as cédulas que possui, dessa forma demonstrando a importância de fornecer acessibilidade a todos os membros da sociedade, além contribuir no quesito dos deficientes visuais, também tende a fomentar na tecnologia como um todo, como por exemplo a tecnologia assistiva, o OCR e também o reconhecimento de imagens.

Com o objetivo de evidenciar a aceitabilidade do aplicativo perante ao público alvo, foi utilizado a escala Likert, a qual possui como propósito, realizar uma pesquisa de opinião. Os resultados provenientes dessa pesquisa demonstraram a ótima aceitação pelos usuários portadores de deficiência visual. A escala Likert foi constituída por 4 (quatro) questões básicas: (1) O aplicativo é agradável de modo geral? - (2) O aplicativo é de fácil usabilidade? - (3) Gostaria de ter aplicativos equivalentes para outras necessidades do dia-a-dia? e (4) O aplicativo atende o objetivo pré-estabelecido?.

Cerca de 30% dos deficientes visuais que participaram da pesquisa disseram que concordam quanto ao aplicativo ser agradável e, 70% disseram que concordam plenamente em relação a esse mesmo quesito.

Em relação a facilidade de utilização, 70% dos deficientes visuais envolvidos na pesquisa mencionaram que concordam plenamente e, 30% disseram que concordam.

Outra informação importante extraída das variáveis da escala Likert diz respeito a ter outros aplicativos similar ao desenvolvido no presente trabalho, para auxiliar os deficientes em outras necessidades do dia-a-dia, e, 100% disseram que concordam plenamente com essa possibilidade.

Por fim, finalizando a pesquisa de opinião, 100% dos usuários envolvidos disseram que o aplicativo atende em 100% os objetivos iniciais propostos pelo projeto.

As tecnologias de programação, as metodologias da engenharia de software e as técnicas de reconhecimento de imagens utilizadas no trabalho mostraram-se adequadas e contribuíram fortemente para que objetivo principal de reconhecimento de cédulas, fosse atingido com êxito.

Evidentemente, como os requisitos sofrem modificações com o passar do tempo, e ou, eventualmente poderá surgir uma outra API mais fidedigna quanto ao reconhecimento de caracteres, futuras versões poderão ser implementadas a fim de incrementar melhorias, promovendo dessa forma, simplificando o cotidiano dos deficientes visuais.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRIA, Auzuir Ripardo. Sistema de Reconhecimento óptico de algarismos para medidores convencionais de energia. Disponível em: <  
[http://www.academia.edu/5991891/SISTEMA\\_DE\\_RECONHECIMENTO\\_DE\\_ALGARISMOS\\_EM\\_MEDIDORES\\_DE\\_ENERGIA\\_CONVENCIONAIS\\_VISANDO\\_IMPLANTAÇÃO\\_DE\\_SISTEMA\\_DE](http://www.academia.edu/5991891/SISTEMA_DE_RECONHECIMENTO_DE_ALGARISMOS_EM_MEDIDORES_DE_ENERGIA_CONVENCIONAIS_VISANDO_IMPLANTAÇÃO_DE_SISTEMA_DE)

FORNECIMENTO DE ENERGIA PRÉ-PAGA - SEPPRA > . Acesso em 17 mai. 2017.

AQUINO, Juliana França Santos. Plataformas de Desenvolvimento para Dispositivos Móveis. Monografia para qualificação em Programa de Pós-Graduação Informática. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Rio de Janeiro, 10 dez. 2007. 14 p. Disponível em: < <http://www-di.inf.puc-rio.br/~endler/courses/Mobile/Monografias/07/Android-Juliana-Mono.pdf> >. Acesso em 05 mai. 2017.

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e Definições. In: Revista do Empreendimento, Inovação e Tecnologia. (1). 1. 2014, p. 25-38. Disponível em: < <http://seer.imed.edu.br/index.php/revistas/article/viewFile/612/522>>. Acesso em 19 mai. 2017.

BERSCH, Rita. Introdução à Tecnologia Assistiva. Porto Alegre: 2013, p.2-20. Disponível em: < <https://pdfs.semanticscholar.org/784b/a1db0947532e305a37d04866d0e0c65149a1.pdf>>. Acesso em 19 mai. 2017.

BICUDO, Lucas. O que é uma Startup?. In: StartSe. Publicado em 03 mai. 2016. Disponível em: < <https://conteudo.startse.com.br/startups/lucas-bicudo/afinal-o-que-e-uma-startup/>>. Acesso em 15 mai. 2017.

CAMPOS, Diogo de; FLOR, João Paulo Pizani; HAENSCH, Maurício Oliveira; BACHIEGA, Pedro Covolan. Seminário de S.O. 10 nov. 2008. 10 p. Disponível em: < <http://www.lisha.ufsc.br/teaching/os/ine5412-2008-2/work/android.pdf> >. Acesso em 08 mai. 2017.

CARRASCO, Luiz Carlos. Et. Al. Uma análise da aplicação do Business Model Canvas – BMC a partir da visão de empreendedores que se encontram em diferentes fases do negócio – uma experiência da incubadora de empresas e projetos da Anatel. In: XXIV Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, 2014. 17 p. Disponível em: < <http://www.anprotec.org.br/Relata/ArtigosCompleto/ID%20164.pdf> >. Acesso em 18 mai. 2017.

CHEN, D.; LUETTIN, J.; SHEARER, K.; 2000; A Survey of Text Detection and Recognition in Images and Videos. Ago. 2000. Disponível em: < <http://www.cs.cmu.edu/~datong/survey.pdf>>. Acesso em 17 mai. 2017.

CHERIET, Mohamed et al.;(2007) Optical character recognition devices.

CLARO, Daniela Barreiros; SOBRAL, João Bosco Mangueira. Programação em JAVA. Florianópolis: *Copyleft Pearson Education*, 2008.

CORDEIRO, Fillipe. Começando com Android Studio: O guia passo a passo. 1.ed. AndroidPro, 2016,

71 p.

EIKVIL, Line. Optical Character Recognition, 1993. Disponível em: <<https://www.nr.no/~eikvil/OCR.pdf>>. Acesso em 20 out. 2016.

FADEL, Aline Cristina; SILVEIRA, Henrique da Mota. Metodologias ágeis no contexto de desenvolvimento de software: XP, *Scrum* e *Lean*. Limeira, 2010. Universidade Estadual de Campinas. 26 p. Disponível em: <[http://www.ceset.unicamp.br/liag/Gerenciamento/monografias/Lean%20Agil\\_v8.pdf](http://www.ceset.unicamp.br/liag/Gerenciamento/monografias/Lean%20Agil_v8.pdf)>. Acesso em 20 mai. 2017.

GONÇALVES, André Ricardo.; 2010; Redes Neurais Artificiais; Disponível em: <[http://www.dca.fee.unicamp.br/~andreric/arquivos/pdfs/redes\\_neurais.pdf%3E](http://www.dca.fee.unicamp.br/~andreric/arquivos/pdfs/redes_neurais.pdf%3E)>.

GUEDES, Gilleanes T.A. UML 2: Uma abordagem prática. 9.ed. São Paulo: Novatec, 2011.

HUBSCH, Eduardo. Uma Abordagem Comparativa do Desenvolvimento de Aplicações para Dispositivos Móveis. Monografia apresentada para obtenção do Grau de Tecnólogo em Processamento de Dados. Faculdade de Tecnologia de São Paulo. São Paulo, 2012, 45 p. Disponível em: < <http://www.fatecsp.br/dti/tcc/tcc00065.pdf> >. Acesso em 09 mai. 2017.

JUNIOR, Ademir Schmitt; BEILER, Grazielle; WALKOWSKI, Marcelo. VIII Congresso Virtual Brasileiro de Administração.

LECHETA, Ricardo R. Google Android: Aprenda a criar aplicações para dispositivos móveis com o Android SDK. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=NrVUAwAAQBAJ&lpg=PA21&ots=QaUGCbSmWx&dq=android%20sdk&lr&hl=pt-BR&pg=PA4#v=twopage&q&f=false>>. Acesso em 09 mai. 2017.

LINS, L.F.M.V. Reconhecimento Ótico de Caracteres (OCR) e análise de sistemas OCR baseados em código aberto. São Paulo, 2012.

MARIA, Rafaela. Desenvolvimento de Aplicativos para Dispositivos Móveis. 2010. Disponível em: <<http://fateczl.edu.br/TCC/2010-2/TCC-009.pdf>>. Acesso em 10 mai. 2017.

MARK, D.; LAMARCHE, J. Beginning iPhone Development Exploring the iPhone SDK. Berkeley, CA, USA: Apress, 2009.

MENGUE, Fábio. Curso de Java Básico (UNICAMP). Disponível em: <

[ftp://ftp.unicamp.br/pub/apoio/treinamentos/linguagens/java\\_basico.pdf](ftp://ftp.unicamp.br/pub/apoio/treinamentos/linguagens/java_basico.pdf) >. Acesso em 18 mai. 2017.

MOREIRA, Daniela. O que é uma startup?. Exame, Editora Abril, 03 fev. 2016. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/pme/o-que-e-uma-startup/>>. Acesso em 19 mai. 2017.

NUNES, Fernando. Avaliação de Técnicas e Mecanismos para Entrada e Saída de Informações em Dispositivos Móveis. Trabalho de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Sistemas da Informação. Fundação de Ensino “Eurípedes Soares da Rocha”. Marília: 2014. 58 p. Disponível em: < <http://aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/998/Fernando%20Nunes.pdf?sequence=1> >. Acesso em 10 mai. 2017.

OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. Business Model Generation: Inovação em Modelos de Negócios. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011, 300 p. Disponível em: < <http://brazil.enactusglobal.org/wp-content/uploads/sites/2/2017/01/Business-Model-Generation.pdf> >. Acesso em 18 mai. 2017.

PREZOTTO, Ezequiel Douglas; BONIATI, Bruno Batista. Estudo de Frameworks Multiplataforma para Desenvolvimento de Aplicações Híbridas. In: Anais do EATI, Ano 4, n.1., nov. 2014, p. 72-79. Disponível em: < <http://www.eati.info/eati/2014/assets/anais/artigo8.pdf> >. Acesso em 14 mai. 2017.

ROCHA, Adriano Mendonça. Utilização de Recursos dos Dispositivos Móveis da Apple Inc. para Auxiliar Pequenos e Médios Produtores Rurais. 70 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciência da Computação). Universidade Federal de Goiás. Catalão, 2012. Disponível em: < <https://dcc.catalao.ufg.br/up/498/o/Adriano2012.pdf>>. Acesso em 16 mai. 2017.

SILVA, Marcelo Moro da; SANTOS, Marilde Terezinha Prado. Os paradigmas do desenvolvimento de aplicativos para aparelhos celulares. In: T.I.S. São Carlos, v.3, n.2, p.162-170, mai-ago 2014. ISSN 2316-2872. Disponível em: < <http://www.revistatis.dc.ufscar.br/index.php/revista/article/viewFile/86/80> >. Acesso em 12 mai. 2017.

SEBESTA, Roberto W. Conceitos de Linguagem e Programação. 9.ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

TOLEDO, Jan Miszura. DEUS, Gilcimar Divino de. Desenvolvimento em Smartphones: Aplicativos Nativos e Web. Disponível em: < <http://www.cpgls.pucgoias.edu.br/7mostra/Artigos/AGRARIAS%20EXATAS%20E%20DA%20TERRA/Desenvolvimento%20em%20Smartphones%20-%20Aplicativos%20Nativos%20e%20Web.pdf> >. Acesso em 13 mai. 2017.

***DIREITOS HUMANOS ENTRE A UNIVERSALIDADE, O RELATIVISMO CULTURAL E O  
PRINCÍPIO DA IGUALDADE***

*HUMAN RIGHTS BETWEEN UNIVERSALITY, CULTURAL RELATIVISM AND THE PRINCIPLE OF  
EQUALITY*

Área temática: 1.4 – Direito, Trabalho e Serviço Social

GARBIM, Ana Lélis de Oliveira  
Mestranda em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual  
Paulista "Júlio de Mesquita Filho"- UNESP - Campus Franca/SP  
analelisgarbim@gmail.com

MARCHETTO, Patrícia Borba  
Doutora em Direito pela Universidad de Barcelona (2001), com título reconhecido pela Faculdade de  
Direito da USP. Professora na graduação e Pós-graduação da Universidade Estadual Júlio de  
Mesquita Filho (UNESP)

**Resumo**

Este artigo busca suscitar uma reflexão sobre questões ligadas aos Direitos Humanos abordando sobre pontos que podem levar a uma possível interculturalidade entre as teorias que envolvem direitos humanos, através do confronto entre universalidade e relativismo cultural frente ao princípio da igualdade e da aplicação da diversidade, para uma análise do papel deste complexo sistema de proteção que não atende em sua plenitude aqueles que deveriam ser os protagonistas das conquistas, ou seja, os excluídos. Este artigo é voltado aos direitos humanos e sua análise sob o olhar da teoria crítica dos direitos humanos, merece o debate quanto à sua existência e seu futuro, suas vantagens e seus problemas em relação às desigualdades sociais e se de fato, há processos de emancipação do homem em sua forma mais ampla, cuidando para que a liberdade seja a chave que abre a porta para o futuro, analisando as teorias que envolvem o tema em relação à aplicação do universalismo ou relativismo cultural e se é possível um caminho alternativo na multiculturalidade intencionando inserir os diferentes nos cenários sociais.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos; universalidade e relativismo; teoria crítica.

**Abstract**

This article seeks to provoke a reflection on human rights issues given among other issues, my Masters research, trying to argue on points that can lead to a possible intercultural exchange between the theories that involve human rights, through the confrontation between universality and cultural relativism in the face of the principle of equality and the implementation of diversity, for an analysis of the role of this complex system of protection that does not meet in your fullness those who should be the protagonists of the achievements, i.e. the deleted. This study focused on human rights and your analysis in the sight of the critical theory of rights, deserve the debate regarding your existence and your future, its advantages and its problems in relation to social inequalities and if indeed, there are processes of emancipation of man in your more widely, always looking out for that freedom is the key



that unlocks the door to the future.

**Keywords:** Human Rights; universality and relativism; equality; critical theory.

## 1 INTRODUÇÃO

A grande questão e sempre muito recorrente em nossa realidade social é que, assistimos violações sistemáticas ao que podemos chamar de núcleo de Direitos Humanos.

Em contraponto a estas afirmações, é possível neste universo de pontos negativos detectarmos em nossa população uma nova sensibilidade social, ética, política e cultural em relação aos Direitos Humanos, o que traz esperanças e utilidade aos debates.

Portanto, é saudável pontuar que de nada vale construir um arcabouço jurídico sem respeitar as questões de Direitos Humanos impostas pela realidade moderna e em tempos de um capitalismo devastador.

Sob o ponto de vista humanitário, é fundamental para formação de o cidadão compreender, sem nenhuma visão romântica, o equilíbrio das desigualdades.

De acordo com Santos (2006), para que os Direitos Humanos possam verdadeiramente ser ressignificados hoje, numa perspectiva que não nega a sua história, mas quer trazê-los para a problemática contemporânea, terão que passar por um processo de reconceitualização, que tem como questão-eixo a articulação entre igualdade e diferença, isto é, a passagem da afirmação da igualdade ou da diferença para a da igualdade na diferença.

Ao afirmar a igualdade não é imperativo negar a diferença, nem visão diferencialista absoluta, que relativize a igualdade.

Ainda de acordo com o mesmo autor:

... temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza (Santos, 2006, p. 462).

A posição de Flavia Piovesan (2006, p. 24) expressa na mesma perspectiva a postura de diversos juristas e cientistas sociais que a efetiva proteção dos direitos humanos demanda não apenas políticas universalistas, mas específicas, endereçadas a grupos socialmente vulneráveis, enquanto vítimas preferenciais da exclusão.

Isto é, a implementação dos direitos humanos requer a universalidade e indivisibilidade desses direitos, acrescidos do valor da diversidade. Ao lado do direito à igualdade, surge, também, como direito fundamental, o direito à diferença. Importa o respeito à diferença e à diversidade, o que de antemão lhes assegura um tratamento especial.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o desenvolvimento fundamentado dos objetivos propostos neste artigo, faz-se uso de alguns autores que tratam do tema e promovem reflexões a respeito, dentre os quais se destacam: Norberto Bobbio (1992), Celso Lafer (2005), Flávia Piovesan (2006), Davi Sanchez Rubio (2005), Boaventura Sousa Santos (2003).

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste artigo, adota-se, como método de procedimento, o levantamento de dados por meio da técnica de pesquisa bibliográfica em materiais publicados (como, por exemplo, livros, legislação, artigos científicos, matérias publicadas em sítios eletrônicos, entre outros) e, como método de abordagem, adota-se o método dedutivo (LAMY, 2011).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 UNIVERSALIDADE, RELATIVISMO CULTURAL E DIREITOS HUMANOS

A questão que se levanta entre a doutrina e a realidade são, exatamente, os questionamentos em relação ao Direito, em especial, os Direitos Humanos, e se estes são universais, ou seja, desde a Declaração dos Direitos do Homem, o mesmo vale a todo o cidadão do planeta?

Vários questionamentos se formam a partir da Teoria do Universalismo, dentre eles: As declarações de direitos humanos devem ser focadas apenas a uma classe social e deve abraçar a todos os habitantes da terra sem exceção? Foram feitos apenas para os cidadãos de um determinado Estado-Nação?

É possível deixar nas mãos do Estado a guarda das prerrogativas dos princípios da liberdade e igualdade, quando aquele também possui a força de suspendê-los?

Há quem faça a defesa em duas linhas de pensamento, uma das aplicações universais das declarações de Direitos Humanos e outra, segundo a qual, deve ser observada cada questão de individualidade enquanto Estado, nação e comunidade.

Podemos atestar que a Declaração Universal dos Direitos do Homem<sup>1</sup> gera a certeza de que todos os povos partilham dos mesmos valores éticos e morais?

Pela lógica, e por convicção própria, num mundo de diferenças evidentes, esta pergunta tende a ter como resposta uma negação, pois seria de antemão, uma violação não respeitar desde sempre essas diferenças em razão de cultura, religião, moral, pois há grupos diversos espalhados ao redor do mundo.

Ainda, em nome da universalidade dos direitos, poderíamos aceitar a intervenção de um Estado sobre outro Estado soberano, mesmo que fosse para defender os Direitos Humanos?

Resposta delicada, pois envolve muito além de questões jurídicas, dando como exemplo, a própria formação do Estado e vemos que quase sempre prevalecem os interesses econômicos em detrimento de outros que tragam equilíbrio social.

Portanto, a visão universalista e otimista de Norberto Bobbio<sup>2</sup> é confrontada diretamente com a visão de Marx, apenas para mencionar duas linhas de pensamento opostas, pois de acordo com o segundo pensador, o Estado-nação ampliou poderes através de Estado de exceção abrindo brechas jurídicas, onde pode transformar um cidadão em nada e deixar uma vida nua, contribuindo para destruição do edifício de Direitos Humanos construídos a partir da Revolução Francesa.

E ainda, para contorcer mais as convicções formadas, como podemos admitir a existência de Direitos Humanos sem uma conotação universal?

Assim, não seria razoável deixar de direcionar os fundamentos do instituto de Direitos Humanos a todo ser com vida neste planeta.

Entre tantas encruzilhadas dentro da Teoria da Universalidade, há o meio do caminho, onde encontramos a Teoria do Relativismo Cultural que reconhece que em todas as sociedades existem diferenças entre costumes e, portanto, devem ser respeitados ainda que a inclusão de grupos com tradições e culturas diferentes gerem conflitos, mas ao fazer um alinhamento levando em consideração a visão relativista, os problemas podem ser extintos, uma vez que teremos a aceitação da diferença, reduzindo os processos discriminatórios.

Entretanto, vale ressaltar, que tal teoria também recebe críticas pela sua abertura total em favor da individualidade.

A formação dos indivíduos a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem deve estar fundamentada no respeito ao outro, conforme consta no seu Art. 26, 2:

A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

Como podemos perceber a tolerância e o respeito pela diferença é um dos elementos para a garantia da paz.

<sup>1</sup> [https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf) . acesso em 24/09/2018.

<sup>2</sup> BOBBIO, N. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus 1992. BRASIL.

O relativismo cultural é uma das formas de reconhecimento dos valores sociais, para seguir garantindo a dignidade de seus costumes e a tolerância entre os povos.

O relativismo cultural se apresenta na elaboração dos Direitos Humanos, pois está representado na diversidade cultural e na tolerância pela diferença, um exemplo não tão distante da figura da intolerância pelas diferenças pode ser lembrada, dolorosamente, no regime nazista quando levou ao genocídio milhares de judeus, independente de qualquer condição social ou individual.

O espírito humanitário do pós-guerra ganhou força com a assinatura de tratados e compromissos ético-legais entre os países de hegemonia política e social. Foi assim o início da era do imperialismo humanitário no ocidente, aonde a cultura dos direitos humanos vem sendo seu representante mais exemplar.

Esta nova forma de humanismo propõe a defesa dos direitos individuais, com a garantia de proteção cultural e moral a certos grupos mais vulneráveis.

Com mais força que todos os discursos naturalistas que o antecederam, a cultura dos direitos humanos espalhou-se pelo mundo, sendo, ainda hoje, uma referência obrigatória para quase todos os Estados-Nação e entidades superiores que os regulamenta.

No processo de internacionalização dos Direitos Humanos, compreendido como um fenômeno do pós-guerra - de 1945 em diante - houve a necessidade premente de se formalizar, em diversas cartas, declarações e pactos internacionais, um rol mínimo de direitos individuais e coletivos, onde os Estados e as Organizações Internacionais se comprometeram a respeitar, manter e promover tais direitos conquistados após tantas lutas.

O objetivo era fomentar o reconhecimento e a valorização da dignidade da pessoa humana, independentemente, das diversidades culturais e do regime jurídico adotado por cada Estado.

Diante disso, um dos debates mais acalorados em matéria de Direitos Humanos consubstancia-se em seu alcance normativo territorial, em outros termos, as normas de Direitos Humanos têm aplicação em um âmbito universal ou se trata de uma política imperialista ocidental que procura impor seus valores aos demais povos?

Como compatibilizar a ideia assente da universalidade dos Direitos Humanos em um mundo marcado pela pluralidade cultural? Enfim, o debate entre universalismo e relativismo cultural se justifica.

Assim, expostas posições universalistas e relativistas, vale analisar ainda, o paradigma do multiculturalismo, apregoadado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, o qual defende a necessidade de superar o debate universalismo-relativismo, a partir da transformação cosmopolita dos Direitos Humanos.

O multiculturalismo, tal como eu entendo, é pré-condição de uma relação equilibrada e mutuamente potenciadora entre a competência global e a legitimidade local, que constituem os dois atributos de uma política contra-hegemônica de direitos humanos no nosso tempo. (...) Nesse domínio, a tarefa central da política emancipatória do nosso tempo consiste em transformar a conceptualização e prática dos direitos humanos de um localismo globalizado num projeto cosmopolita." (Boaventura Sousa, 2003).

De acordo com a citação, o ponto central do problema da posição universalista se traduziria em sua postura hermética e avessa ao diálogo intercultural, barrado pela negligência em incorporar, nos documentos internacionais de Direitos Humanos, valores orientais, tais como o que privilegiam a coletividade.

Ao passo que, para os relativistas, a questão passa pela necessidade de abandono da posição conservadora radical, adotando uma atitude mais flexível e aberta ao diálogo.

Ademais disso, salienta-se que em ambas as concepções (universalistas e relativistas) o conceito de dignidade humana está incompleto, uma vez que a noção está atrelada a cada um dos pré-conceitos culturais.

Assim, torna-se impossível estender à universalidade, noções de Direitos Humanos sem considerar a diversidade conceitual oriunda da multiplicidade cultural existente.

Por outro lado, a consciência da incompletude de cada uma das noções de dignidade humana tem a função de fomentar a construção do diálogo intercultural, na medida em que é o ponto de partida para uma abertura auto reflexiva.

Não se trata, simplesmente, de transpor os *topos* de uma cultura em outra, é preciso criar um novo paradigma comunicativo que propicie uma mediação e conciliação dos valores de cada cultura. Nos dizeres de Boaventura a *Hermenêutica diatópica* (diálogo intercultural):

Requer, não apenas um tipo de conhecimento diferente, mas também um diferente

processo de criação de conhecimento. A hermenêutica diatópica exige uma produção de conhecimento colectiva, interactiva, intersubjetiva e reticular. (Boaventura Sousa, 2003).

Todavia, Boaventura não delinea objetivamente como acontecerá esse novo método de produção de conhecimento, apenas assevera que para se promover o multiculturalismo é necessário conjugar os princípios da igualdade e do reconhecimento das diferenças.

A tentativa de se estabelecer um rol de direitos que devam ser respeitados por todos, indistintamente, em uma perspectiva global, parece ser algo irreconciliável, haja vista os vários contrastes culturais existentes.

De um lado, os universalistas desejosos de difundir os valores culturais ocidentais, quase num tom imperialista do início do século XX, o qual apregoava a necessidade de se levar o progresso do mundo civilizado às demais nações primitivas.

De outro, os relativistas que, em muitos casos, promovem verdadeiras afrontas aos Direitos Humanos, sob o manto ideológico de preservação da respectiva identidade cultural.

Deste modo, respeitadas as proporções, o certo é que, em um mundo cada vez mais globalizado, torna-se indispensável uma revisão das noções clássicas de cultura e de dignidade humana, segundo um panorama que englobe as diferentes formações culturais, visando pela máxima efetivação de direitos.

Se o diálogo intercultural aparenta ser uma utopia, ainda assim deve ser perseguido, sob pena de ter que se legitimar as contradições atuais.

Portanto, dentro de um contexto de diálogo e tolerância a imposição de valores não deve ser vista com bons olhos, o respeito ao diferente deve ser a tônica do discurso.

Os Direitos Humanos estão sujeitos a variações, diante de uma diversidade imensa e deve ser respeitado todo grupo social, de acordo com suas crenças, tradições e costumes.

Deste modo, não vale de nada, adotar discursos de liberdade quando não aceitamos, por exemplo, a religião de outro ou o costume local que faça parte de uma tradição, como no caso dos indígenas, apenas para mencionar.

#### **4.2 PRINCÍPIO DA IGUALDADE E A DIVERSIDADE**

A reflexão que se coloca, partindo do tema em debate seria “tolerância”, palavra que está na ordem do dia diante dos cenários, tanto nacional como mundial que diariamente se assiste de dentro de nossas cavernas.

Em termos gerais, entende-se por tolerância a aceitação, o respeito e consideração gerada pela diferença, ou seja, a nossa capacidade ou disposição para admitir outras maneiras de pensar e agir e das quais discordamos.

Participamos de uma sociedade que alega ser democrática, liberal e pluralista, onde permitimos manifestações de diferentes pontos de vista sobre diversos assuntos que envolvam a convivência social e a formação humana, sem concluir, infantilmente, que se acredita que tudo é permitido sem nada ser proibido, onde não podemos cair na máxima que tolerância seja sinônimo de permissividade e de indiferença, o que seria pior do que a própria intolerância.

E para estabelecermos onde a tolerância e a intolerância se cruzam devemos traçar um paralelo entre o instituto jurídico do princípio da igualdade e da diversidade com olhar de presente e futuro.

O direito à igualdade possui uma origem liberal, sendo que foi um legado da Revolução Francesa.

As premissas da doutrina liberal podem ser encontradas na obra de John Stuart Mill (1964), na qual o conceito de liberdade defendido pelo autor centra-se na ideia da liberdade negativa, isto é, o conceito de liberdade está baseado no direito de não interferência do Estado ou mesmo da sociedade na vida dos indivíduos.

Ao Estado cabe interferência somente se algum dano for produzido ao indivíduo.

A igualdade, nesta perspectiva, adquire a forma negativa do direito a não ser discriminado.

As políticas estatais não devem promover nenhum tipo de diferenciação entre os cidadãos, o que será questionado por outras correntes de pensamento, mas, por agora, no cenário apresentado pelo liberalismo político, o indivíduo e sua autonomia tornam-se valores que nortearão toda a doutrina jurídica ocidental e as políticas desenvolvidas por Estados liberais.

A doutrina liberal passou por reformulações ao longo da história, bem como, o entendimento do princípio de igualdade.

Estas reformulações podem ser observadas na teoria da justiça de John Rawls (1997), na qual estão presentes tanto direitos negativos, isto é, direitos de não interferência, que os outros não me prejudiquem, tanto direitos positivos, direitos a que outros me assistam em algumas necessidades básicas.

A concepção de justiça igualitária proposta por Rawls dá importância aos direitos positivos, e considera até mesmo a omissão de indivíduos e instituições sociais como um problema em sociedades justas.

O igualitarismo reconhece que as diferentes posições ocupadas pelos indivíduos na sociedade geram desigualdades, por isso, considera a estrutura social o objeto da justiça e admite que as únicas desigualdades aceitas sejam aquelas que visam a favorecer os mais desfavorecidos (GARGARELLA, 2008).

Nesta perspectiva, a realização da igualdade política compreende também o direito à intervenção estatal, a fim de garantir uma redistribuição de recursos para corrigir as diferenças materiais.

Apesar da mudança de perspectiva na questão dos direitos positivos, Farid Vanegas (2009) afirma que o princípio de igualdade liberal baseia-se no valor do indivíduo e não do grupo à qual ele pertence, por isso, mesmo com as reformulações, os problemas relacionados à tensão entre os direitos do grupo e os direitos do indivíduo frente ao grupo, persistem.

Dessa forma, as teorias liberais “clássicas” de justiça são insuficientes para a discussão sobre os direitos coletivos, direitos de grupos minoritários que historicamente foram alijados do *status* de cidadania (MARSHALL, 1967).

Na tentativa de propor respostas frente à tensão existente nas democracias atuais entre o entendimento liberal de igualdade e as diferenças culturais de grupos minoritários, surgiram correntes teóricas como o multiculturalismo.

No entanto, os pressupostos multiculturais de respeito e tolerância entre as diferentes culturas são questionados, pois, para os críticos desta corrente, o multiculturalismo propõe a integração de culturas subordinadas a uma cultura hegemônica ou majoritária, que em certo sentido as toleraria ou apoiaria como uma estratégia para manter precisamente seu controle (GARCIA, 2009, p. 67).

Muitos movimentos sociais têm reivindicado a diferença em suas lutas por reconhecimento e por certo, o único caminho que pode mostrar uma mudança passa pelos movimentos sociais e suas lutas, que trazem ainda, alguma legitimidade ao direito e suas teorias distribuídas pelas muitas janelas abertas pela doutrina. Retomando Bobbio (2004):

“Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo momento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos não há democracia; sem democracia não existe condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos”. Dentre estes conflitos podemos incluir a questão da diversidade venha ela de questões nacionais internas ou externas, mas como seguir na esteira do desenvolvimento se não temos processos de respeito à democracia mínimos, onde o sujeito de direito não pode ao menos se sentir parte do contexto histórico de seu país.

O modelo traçado para tratar de desenvolvimento humano frente ao princípio da igualdade e a solução apresentada baseada apenas em políticas econômicas dissociadas de políticas sociais decentes e justas, as novas mudanças tecnológicas, a industrialização e as relações entre mercados,

não bastam para determinar uma nova dinâmica social onde os mais pobres que devem participar do processo de evolução em níveis de igualdade e dignidade não estão incluídos no presente ou no futuro.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, para chegar a um ponto de convergência, na concepção universalista, devemos ter consciência de que a proteção aos Direitos Humanos não deve ficar focada ou limitada ao âmbito da soberania do Estado e, por outro, na relativista temos que fazer o exercício da aceitação da coletividade em favor de um objetivo maior e não apenas considerar as individualidades acima de qualquer questão.

As teorias formam um conjunto de situações, que somente a realidade nos fará experimentar, utilizando-nos de instrumentos sensatos de construção para preservação da espécie humana, dentre elas, a própria Teoria Crítica de Direitos Humanos, onde em sua premissa deve ser considerado todos para o processo de inclusão ao mundo, adotando posturas mais preventivas antes de mais nada, ao invés de políticas pós-violatórias que apenas alimentam os mesmos processos de exclusão a que estamos acostumados através de uma cultura baseada e fundada no imperialismo.

A continuidade deste sistema no qual estamos inseridos implica em uma organização que prioriza o desenvolvimento econômico em desfavor da humanidade e da natureza, portanto, uma mudança é imperiosa.

O grande amparo do capitalismo como visto até o momento, é a acumulação de bens e valores e não a divisão com equidade a todos os envolvidos na cadeia de evolução humana.

Assim, quer nos países centrais ou em parte do mundo em desenvolvimento, as forças progressistas tentam usar a linguagem dos Direitos Humanos para reinventar os processos de luta e emancipação, como se fossem usados para preencher um vazio deixado pelo socialismo ou de forma mais ampla por processos emancipatórios.

Retomando Boaventura Sousa, trata-se de uma fina película que pode ser rompida a qualquer momento e as consequências serão sentidas pelos mais fracos e sem escolhas.

De qualquer sorte, onde não imperar a igualdade e a dignidade, amparadas pela força dos Direitos Humanos não há como estabelecer diálogos e sistemas de proteção onde todos sejam incluídos, sem exceções.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Vicente. Universalismo, Multiculturalismo e Direitos Humanos. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio e GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (orgs). *Direitos Humanos no Sec. XXI*. Brasília. Senado Federal, 2002.

BRASIL. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Senado, 1988, São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

BOBBIO, N. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus 1992. BRASIL.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? : Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.). *Democracia hoje*. Brasília, DF: UnB, 2001. p. 245-282.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 101-138. 2007.

HABERMAS, Jurgen. Inserção - inclusão ou confinamento? In: HABERMAS, Jurgen. *A Inclusão do Outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HABERMAS, Jürgen. Sobre a legitimação pelos direitos humanos. In: MERLE, Jean-Christophe. *Direito & Legitimidade*. São Paulo: Landy, 2003.

HONNET, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais; tradução de Luis Repa; apresentação de Marcos Nobre – São Paulo; ed. 34, 2003.

LAFER, Celso. A internacionalização dos Direitos Humanos, Constituição, Racismo e Relações Internacionais. Barueri: Editora Manole, 2005.

LAMY, Marcelo. *Metodologia da pesquisa jurídica: técnicas de investigação, argumentação e redação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LEIS, Héctor Ricardo. Cidadania e globalização: novos desafios para antigos problemas. In SCHERER-WARREN, Ilse & FERREIRA, José Maria Carvalho. **Transformações Sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal**. São Paulo, Cortez, 2002.

MANZANO, Cinthia Soares. Deslocamentos discursivos sobre a diversidade: análise de uma experiência de pesquisa-ação formativa com professores. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-15032010-160542/>>. Acesso em: 2016-05-11.

MARSHALL, T. H. (1976). *Class, Citizenship and Social Development*, Westport, Connecticut: Greenwood Press (reimpressão da edição de Nova York 1964).

MARTINS, Urá Lobato. Direitos humanos: universalismo versus relativismo. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 2862, 3 maio 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/19027>>. Acesso em: 12 de maio 2018.

MORAIS, André de Oliveira. O debate entre universalismo e relativismo cultural se justifica? In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 98, mar 2012. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11200&revista\\_caderno=16](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11200&revista_caderno=16)>. Acesso em maio 2016.

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta. *Estrutura e formatação de trabalhos acadêmicos: compilação e discussão das normas da ABNT*. 4. ed. Uni-Facef, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: ONU, 1948.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional – 7 ed. rev. ampl. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2006.

RAMOS, André de Carvalho. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, p. 197.

RUBIO, Davi Sánchez. Fazendo e desfazendo direitos humanos. Tradução. Clovis Gorczvski. I ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

SANTOS, B.S. Uma concepção multicultural dos Direitos Humanos. Lua Nova, São Paulo, n. 29, p. 105-124, 1997.

SANTOS, B.S. (Org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, B.S. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. A Sociologia das Ausências e a Sociologia das Emergências: para uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza. Renovar a Teoria Crítica: Reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa/ Marilena Chaui. Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento, São Paulo: Cortez, 2013.

SCHILLING, Flavia Ines. Direitos, violência, justiça: reflexões. 2012. Tese (Livre Docência em Sociologia da educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/48/tde-13032013-152052/>>. Acesso em: 2016-05-11.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP n. 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 maio 2012. Seção 1, p. 48.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade; tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ZAMBAM, Neuro José. A teoria da justiça de Amartya Sen; liberdade e desenvolvimento sustentável. Passo Fundo: IMED, 2012.



**DIREITOS DOS TRABALHADORES NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO: CONCRETIZANDO PRINCÍPIOS**

*WORKERS' RIGHTS IN THE WORK ENVIRONMENT: REALIZING PRINCIPLES*

Área temática: 1.4 – Direito, Trabalho e Serviço Social

PIRES, Adriano Roque  
Mestrando em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/ UNESP - Campus Franca/SP  
Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior (FESL). Pós-Graduado em Direito Constitucional Aplicado (FDDJ). Graduado em Direito pela FCHS/UNESP  
adriannopires@hotmail.com

GARBIM, Ana Lélis de Oliveira  
Mestranda em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/ UNESP - Campus Franca/SP  
analelisgarbim@gmail.com

**Resumo**

Tratou-se do tema por meio de uma análise quanto aos aspectos históricos e legais em relação à efetividade dos princípios fundamentais que norteiam a temática da saúde e segurança dos trabalhadores e o meio ambiente do trabalho. Nesta construção, inicialmente, o artigo traz uma abordagem quanto ao meio ambiente do trabalho e seus aspectos históricos em relação à condição de vida dos trabalhadores, os contextos sociais da época e sua evolução envolvendo as relações de trabalho. Em seguida, discorre sobre os princípios que pautam a necessidade de um meio ambiente do trabalho sadio e de bem-estar, apontando para a importância da correta percepção da base principiológica de direito e sua efetividade, trazendo sentido ao fenômeno jurídico ligado ao trabalho. Por fim, faz uma abordagem quanto ao direito dos trabalhadores em relação ao meio ambiente do trabalho, objetivando constatar a relevância da concretização dos princípios fundamentais abordados ao longo do texto face aos novos desafios impostos ao mundo do trabalho, a fim de que a saúde e a segurança dos trabalhadores sejam preservadas. Para tanto, utilizou-se, como método de procedimento, da técnica de levantamento de dados por meio da pesquisa bibliográfica e, como método de abordagem, do método dedutivo.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente do Trabalho, Princípios de Saúde e Segurança do Trabalho, Desafios e Efetividade.

**Abstract**

The issue was studied through an analysis of the historical and legal aspects of the effectiveness of the fundamental principles guiding the health and safety of workers and the work environment. In this construction, the article, initially, presents an approach regarding the work environment and its historical aspects in relation to the workers' living conditions, the social contexts of the time and their evolution involving labor relations. Then, it discusses the principles that guide the need for an environment of healthy work and well-being, pointing to the importance of the correct perception of the legal basis of its principle and its effectiveness, bringing meaning to the legal phenomenon linked to work. Finally, it studies the right of workers in relation to the working environment, aiming to verify the relevance of the implementation of the fundamental principles addressed throughout the text in view of the new challenges imposed on the world of work, so that health and safety of workers are preserved. To do so, as a method of procedure, the data collection is adopted through the technique of literature research and, as a method of approach, the deductive method is used.

**Keywords:** Work Environment, Principles of Health and Safety at Work, Challenges and Effectiveness.

## 1 INTRODUÇÃO

O tema da aplicação dos princípios fundamentais relacionados ao meio ambiente do trabalho e à saúde dos trabalhadores busca analisar a importância dos direitos que assistem os mesmos, pois, conforme orientação internacional, é importante que estes participem dos processos de elaboração de estudos, dados e informações que envolvam o meio ambiente em que se ativam, visto serem os principais protagonistas deste complexo sistema onde se encontram diversas áreas do conhecimento, podendo-se mencionar, *a priori*, o Direito e a Psicologia Ambiental.

Nesse sentido, o presente artigo busca elucidar, num primeiro momento, noções acerca do meio ambiente do trabalho, procurando compreender sua manifestação enquanto parte do meio ambiente geral e seus contornos com base nos aspectos que o compõem, a fim de que se perceba como funciona este ambiente onde o trabalhador se encontra.

Em seguida, por meio da análise de princípios constitucionais do direito ambiental, mais especificamente os princípios da prevenção e da precaução, bem como do estudo de princípios específicos relacionados ao meio ambiente do trabalho, o da Bidirecionalidade e o da Interdependência, procura-se entender se este novo ramo jurídico tem se consolidado de forma independente, orientando as questões relacionadas ao meio ambiente do trabalho, como, por exemplo, os reflexos que ele gera na saúde, segurança e vida dos trabalhadores.

Por fim, pretende-se uma reflexão quanto à concretização de tais princípios, sua efetividade no meio ambiente do trabalho, assim como da conscientização da redução de riscos à saúde e segurança do trabalhador, que fundamentam os pilares da democracia e da dignidade humana, dimensionando-se o conceito sobre eliminação de riscos à saúde do trabalhador, ao invés da neutralização de seus efeitos, que são definições diferentes para o assunto em pauta, ainda que nasçam de um mesmo problema, esclarecendo-se que os métodos de aplicação e observação são diversos, pois contemplam diferentes realidades que envolvem o trabalhador, o ambiente laboral e a efetividade da aplicação dos princípios de direito.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o desenvolvimento fundamentado dos objetivos propostos neste artigo, faz-se uso de alguns autores que há muito se debruçam reflexivamente sobre o tema, dentre os quais se destacam Victor Hugo de Almeida (2013), Guilherme Guimarães Feliciano (2002; 2013), Cláudio Mascarenhas Brandão (2010), Tereza Aparecida Asta Gemignani e Daniel Gamignani (2012).

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste artigo, adota-se, como método de procedimento, o levantamento de dados por meio da técnica de pesquisa bibliográfica em materiais publicados (como, por exemplo, livros, legislação, artigos científicos, matérias publicadas em sítios eletrônicos, entre outros) e, como método de abordagem, adota-se o método dedutivo (LAMY, 2011).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Meio Ambiente do Trabalho: breves aspectos

Ao longo da história, o trabalho foi sendo repensado, assim como o ambiente em que é desempenhado, devido às modificações nos contextos políticos, sociais e econômicos das sociedades, que transformaram (e transformam) as relações de trabalho, bem como as condições de vida dos trabalhadores.

A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra do século XVIII e difundida, em seguida, por toda a Europa, apresentou-se como um importante marco nas modificações dos contextos sociais, já que inaugurou um processo histórico de profunda transformação econômica e social, alterando o entendimento de trabalho e de meio ambiente de trabalho (ALMEIDA, 2008).

Dentre as mudanças trazidas pela industrialização, uma das principais é verificada na

separação do ambiente de trabalho da moradia, que resultou, posteriormente, em discussões acerca das condições de trabalho e do papel do meio ambiente de trabalho na saúde dos trabalhadores.

Muitas são as agressões e pressões sobre o equilíbrio do meio ambiente do trabalho, acirradas por tais processos de transformações, resultando em danos à saúde física, mental e psicológica dos trabalhadores. Neste contexto, buscar uma maior rede de proteção jurídica do direito fundamental ao equilíbrio do meio ambiente de trabalho faz-se indispensável, visto que esses impactos atingem diretamente a dignidade e a qualidade de vida do trabalhador (PADILHA, 2011).

Nesse sentido, o legislador pátrio não fixou uma conceituação precisa de meio ambiente do trabalho, talvez pelos mesmos motivos que o fizeram conceituar o meio ambiente geral de maneira indeterminada, criando um campo mais abrangente para a incidência da norma, a fim de que várias situações pudessem ser abarcadas pelas regras jurídicas conforme o caminhar da sociedade e da técnica, cabendo, assim, ao intérprete, adequar a situação real, do presente, às noções de meio ambiente do trabalho (COSTA; GONÇALVES; ALMEIDA, 2013).

A doutrina mais tradicional compreendia o meio ambiente do trabalho apenas pelo viés de seus aspectos físicos, não adentrando à análise de outros aspectos indispensáveis ao seu entendimento, diretamente relacionados à busca por equilíbrio e bem-estar neste ambiente.

Por isso, estudiosos desta temática, em específico, procuraram construir novas noções para o meio ambiente do trabalho, a fim de se abarcar as dimensões que ele de fato possui, para que, dessa maneira, princípios, normas, regulamentos e políticas públicas possam ter eficácia, impactando diretamente na saúde e na vida, como um todo, dos trabalhadores.

Nessa perspectiva, o meio ambiente do trabalho é entendido como uma nova subdivisão do meio ambiente geral, que aparece ao lado do meio ambiente natural, artificial e cultural (FELICIANO, 2002). Para Amauri Mascaro Nascimento (2017, p. 491), meio ambiente do trabalho é:

O complexo máquina-trabalho; as edificações do estabelecimento, equipamentos de proteção individual, iluminação, conforto térmico, instalações elétricas, condições de salubridade ou insalubridade, de periculosidade ou não, meios de preservação à fadiga, outras medidas de proteção ao trabalhador, jornadas de trabalho e horas extras, intervalos, descansos, férias, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais que formam o conjunto de condições de trabalho etc.

A compreensão do meio ambiente do trabalho, portanto, não pode ser meramente reduzida aos aspectos físicos labor-ambientais (às edificações e aos objetos utilizados para o desenvolvimento do trabalho), ignorando-se a interdependência entre o meio ambiente geral (rural, urbano e cultural) e o meio ambiente do trabalho, bem como os aspectos pessoais dos trabalhadores que nele se ativam (COSTA; GONÇALVES; ALMEIDA, 2013).

Assim, conforme afirma Victor Hugo de Almeida (2013, p. 158), o meio ambiente do trabalho é constituído também por fatores pessoais dos trabalhadores, e não apenas pelos ambientais, pois não existe meio ambiente do trabalho sem trabalhadores, nem trabalhadores sem meio ambiente do trabalho. O trabalhador é influenciado pelas manifestações ambientais que o cercam, assim como também as influencia e, ainda, as interliga:

O equilíbrio do meio ambiente do trabalho é dependente de toda a estrutura sistêmica ambiental, bem como de cada um dos aspectos constituintes do lócus laboral tendentes a influenciar na saúde psicofísica do trabalhador. Além dos aspectos ambientais (geográficos, arquitetural-tecnológicos, organizacionais e culturais) o meio ambiente do trabalho também é constituído por aspectos pessoais (biogenéticos, comportamentais e psicológicos), haja vista que o trabalhador é parte integrante dessa manifestação ambiental<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Analisando os estudos de Daniel Stokols em Psicologia Ambiental, Costa, Gonçalves e Almeida (2013, p. 137) esclarecem que “a saúde e o bem-estar das pessoas são influenciados por diversos fatores do ambiente sociofísico, tanto pessoais como ambientais”. Nos fatores pessoais, apontam três aspectos: “(a) biogenéticos (por exemplo, sexo, idade cronológica, história de doenças na família, competência imunológica etc.), (b) comportamentais (por exemplo, participação em programas de promoção de saúde, padrões de sono, tabagismo, consumo de álcool etc.), (c) psicológicos (por exemplo, otimismo, criatividade, extroversão, habilidade interpessoal, ansiedade, estado depressivo etc.)”. Em relação aos fatores ambientais, elencam tais aspectos: “(a) geográficos (por exemplo, clima, vegetação, radiação ultravioleta, aquecimento global etc.); (b) arquiteturalis-tecnológicos (por exemplo, ergonomia, *design* das áreas de trabalho, radiação eletromagnética, poluição sonora etc.); (c) socioculturais (por exemplo, *status* socioeconômico individual e coletivo, crenças e práticas culturais e

Desse modo, o trabalhador deve ser visto como componente deste meio ambiente do trabalho, levando-se sempre em conta as suas características pessoais (como sexo, idade, condição de saúde e incapacidades) e seu comportamento perante os colegas, sejam eles subordinados e superiores. A Convenção nº 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) corrobora esse raciocínio, explicitando a lógica de adaptação do meio ambiente do trabalho às necessidades do trabalhador, e não o inverso. (COSTA; GONÇALVES; ALMEIDA, 2013).

Partindo-se destas noções iniciais, pode-se compreender os motivos pelos quais o meio ambiente do trabalho impacta diretamente na qualidade de vida dos trabalhadores, uma vez que considerável período do dia é passado neste ambiente e, se ele não for equilibrado e sadio, os reflexos na saúde (física e mental), no bem-estar e na existência humana digna do trabalhador serão certamente observados.

Isso porque, a importância do trabalho para o homem não se dá somente como fonte de subsistência, mas como meio de inclusão social e de garantia da sua própria dignidade. Nesse sentido, Christophe Dejours (2007), considerado precursor da psicodinâmica do trabalho e uma das referências da tese da permanência da centralidade da categoria “trabalho” nas sociedades contemporâneas, defende que cabe ao trabalho a tarefa de mediação da realização do ego no campo social, tendo como horizonte a conservação e realização de si no mundo social. O trabalho visto então como um mediador privilegiado entre inconsciente e ordem coletiva, é o agente fundamental da própria construção do sujeito (ATHAYDE, 2005).

Nessa perspectiva, Dejours (2007, p. 97-98) trabalha o prazer no trabalho e o próprio trabalho como ferramenta indeclinável da reapropriação e da emancipação, aduzindo que “assim, o trabalho se revela essencialmente ambivalente. Pode causar infelicidade, alienação e doença mental, mas pode também ser mediador da auto-realização, da sublimação e da saúde”. E é nesse exato ponto que se pode refletir sobre o meio ambiente do trabalho, buscando-se que ele seja sadio e equilibrado, inserindo-o no lado positivo dessa ambivalência apresentada por Dejours.

Um meio ambiente do trabalho de bem-estar é aquele que garante o trabalho decente, permitindo ao trabalhador levar consigo, ao ambiente laboral, bens valiosos, protegidos constitucionalmente<sup>2</sup>, como a vida, a saúde, o nome, a intimidade, a integridade física e moral e a dignidade, na qual se inclui a felicidade, sem a ameaça de violação, ou a concreta lesão, a qualquer deles.

Por isso, a proteção constitucional dada ao meio ambiente do trabalho, com enfoque ao seu equilíbrio, significa a defesa da humanização do trabalho, não restringindo suas preocupações tão somente com as concepções econômicas que envolvem a atividade laboral, mas também com a finalidade do trabalho enquanto espaço/ação de construção do bem-estar, de identidade e de dignidade daquele que trabalha. Assim, tal proteção assegurada ao meio ambiente do trabalho abrange os direitos humanos da pessoa do trabalhador, cuja efetividade consubstancia-se na própria garantia desse direito fundamental.

#### **4.2 Princípios norteadores para um meio ambiente do trabalho sadio e de bem-estar**

Na Ciência do Direito, enquanto estudo sistemático a respeito dos fenômenos jurídicos, os princípios sempre cumprirão um papel de relevância. A Ciência Jurídica tem “objeto singular, consistente em realidades essencialmente conceituais, realidades ideais e normativas, que se desdobram em proposições ou modelos de comportamento ou de organização” (DELGADO, 2012, p. 183).

O enunciado orientativo presente no princípio favorece à correta percepção do sentido do instituto e da norma no conjunto do sistema normativo em que se integra. Os princípios podem ser conceituados como “proposições fundamentais que informam a compreensão do fenômeno jurídico. São diretrizes centrais que se inferem de um sistema jurídico e que, após inferidas, a ele se reportam, informando-o” (DELGADO, 2012, p. 183).

Nesse sentido, podem ser compreendidos como focos iluminadores à elaboração de regras e institutos jurídicos. Princípios específicos a ramo jurídico especial tendem a influenciar no processo de construção das regras jurídicas, orientando o legislador no desenvolvimento desse processo,

---

religiosas, clima social da empresa, instabilidade política, mudanças econômicas, regulamentação ambiental protetiva etc.)”.

<sup>2</sup> Artigo 5º, *caput* e incisos III, V, X, XXII, XLIII, XLIX; 6º; 7º, incisos IV, XIII, XIV, XV, XXII, XXIII, XXVIII, XXXVIII, XXX, XXXIII; 200, incisos II, VIII; e 225 da Constituição Federal.

podendo cumprir, também, papel relevante na interpretação do Direito, no processo de integração jurídica (normas supletivas), ou na atuação com natureza de norma jurídica, independentemente da necessidade de ocorrência de integração jurídica (DELGADO, 2012, p. 184).

Por isso, enquanto recente ramo jurídico, o direito ambiental do trabalho busca consolidar-se em sólidas bases, a fim de se firmar enquanto vertente jurídica específica, fazendo-o por meio da estruturação de princípios muito próprios que versem mais diretamente acerca do meio ambiente do trabalho. Tal perspectiva tem sido desenvolvida por meio da utilização de princípios específicos do direito ambiental, bem como pela edificação de princípios singulares.

A tutela propiciada pela Constituição Federal de 1988, cuja fundamentalidade reside em seus artigos 225 e 200, inciso VIII, consolidou um novo paradigma de proteção ao meio ambiente, ao se referir ao direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, enquanto um bem jurídico diferenciado, de uso comum do povo, e essencial à sadia qualidade de vida não só das presentes, mas também das futuras gerações.

Na leitura principiológica dos valores protegidos pelos referidos artigos constitucionais, dentre “todos” incluem-se o ser humano na sua qualidade de trabalhador, pois, no desempenho de suas atividades, submete diariamente sua saúde e energias vitais a um ambiente, que embora artificialmente construído, deve oferecer-lhe segurança e sadia qualidade de vida, por meio, por exemplo, de controle de agentes nocivos que possam afetar sua saúde nos seus múltiplos aspectos.

Nesse sentido, a rede de proteção jurídica do trabalhador no seu ambiente de trabalho foi substancialmente ampliada pela Constituição de 1988 em sua abordagem do meio ambiente do trabalho. “Desta forma, toda a sistemática de proteção da qualidade de vida decorrente da legislação ambiental incide hodiernamente sobre o meio ambiente do trabalho”. Assim, aplica-se os princípios do Direito Ambiental para a reestruturação e revisão dos meios e formas da implementação da atividade econômica e do modo como o trabalhador se insere neste processo, na busca de sua defesa contra qualquer forma de degradação e poluição do meio ambiente onde exerce seu trabalho (PADILHA, 2011, p. 246).

Dentre tais princípios, elenca-se o da precaução e o da prevenção, os quais a norma constitucional prevê expressamente como fundamento do Direito Ambiental, ao dispor no *caput* do art. 225 que cabe ao poder público e à coletividade a defesa e preservação do meio ambiente, no qual se inclui também o do trabalho.

Nesse sentido, a aplicação do princípio da prevenção “implica em posicionamentos no sentido de inibir ou limitar a possibilidade de criação de danos ambientais”, buscando manter-se o risco residual para a população e para o ambiente nos patamares mínimos (PADILHA, 2011, p. 248).

O princípio da precaução exige que, ao objetivo de toda atividade, deva-se contrapor o grau de risco ao ambiente e à saúde, questionando-se sobre a sua própria razão de existir, ou seja, “[e]m resumo, o critério geral para a realização de determinada atividade seria a sua „necessidade” sob o ponto de vista de melhora e não prejudicialidade da qualidade de vida” (PADILHA, 2011, p. 249). Evita-se um empreendimento, portanto, porque não se sabe as consequências ao meio ambiente, por haver incerteza científica a respeito.

Aprofundando a análise principiológica do meio ambiente do trabalho, no intuito de trazer à tona princípios que estejam mais vinculados às noções de saúde e qualidade de vida a partir da estrutura sistêmica ambiental trazida pela interdependência entre o meio ambiente do trabalho e meio ambiente geral, Victor Hugo de Almeida propõe dois novos princípios com base nos referenciais teóricos do Direito Labor-ambiental e da Psicologia Ambiental: o Princípio da Bidirecionalidade e o Princípio da Interdependência.

Tais princípios tem o condão de serem aplicados na análise de uma situação concreta (perícias, intervenções ambientais etc.) e também na elaboração e na interpretação das normas de saúde e segurança no trabalho, ou até mesmo para suprimir eventuais lacunas (ALMEIDA, 2013).

O princípio da Bidirecionalidade pessoa-ambiente assevera que a pessoa é parte integrante e inseparável do ambiente e não apenas nele se encontra, motivo pelo qual “o trabalhador influi no meio ambiente do trabalho e este na maneira como ele percebe, experimenta, vivencia e interage com o contexto laboral” (ALMEIDA, 2013, p. 221).

O Princípio da Interdependência atesta a “existência de uma interação entre as diversas manifestações ambientais (natural, artificial, cultural e do trabalho) e dos fatores inerentes a cada uma delas (sociais, econômicos, políticos, jurídicos, etc.)”. Tais manifestações dialogam entre si e influenciam no equilíbrio do meio ambiente do trabalho, bem como na maneira como “o trabalhador enxerga, experimenta, negocia e dialoga com o meio ambiente em que ele se encontra imerso” (ALMEIDA, 2013, p. 221).

Significa dizer que o trabalhador é influenciado tanto por aspectos de outras dimensões ou contextos ambientais, nas quais ele também se encontra ou não, como por elementos macrosistêmicos, mediatos e mais distais (sociais, econômicos, políticos, jurídicos, etc.), que embora não sejam atributos imediatos do meio ambiente do trabalho, influenciam no seu equilíbrio, pois refletem na organização da atividade e nas políticas públicas que afetam a seara trabalhista (ALMEIDA, 2013, p. 221).

Assim, o objetivo maior desta base principiológica, desenvolvida a partir dos ditames constitucionais, é compreender todos os aspectos que envolvem o meio ambiente do trabalho, a fim de que se possam traçar medidas para o seu equilíbrio, bem como regras de efetiva proteção das pessoas contra quaisquer formas de degradação da saúde e qualidade de vida neste ambiente.

#### **4.3 Direitos dos trabalhadores no meio ambiente do trabalho e o desafio da concretização de princípios**

De acordo com as premissas acima, quando se fala em direitos dos trabalhadores em relação ao meio ambiente de trabalho, deve-se ter em mente que este deve ser adaptado à estrutura do homem e não ao contrário, quase sempre se depara com uma visão distorcida desta questão, em que muitos casos a condição humana é violada para que se molde a uma estrutura física, ambiental e mesmo institucional para que atenda a demandas econômicas.

O meio ambiente do trabalho saudável é parte dos fundamentos da República, sendo um dos pontos de motivação à inclusão social, portanto, é uma forma de se trabalhar a dignidade humana, apesar do sistema capitalista que se testemunha de modo quase irreversível e os efeitos sociais que ele costuma provocar, principalmente no quesito desenvolvimento humano, incluído o trabalho como um dos pilares fundamentais de construção da condição humana, tratando-se, portanto, de direitos indisponíveis.

No cenário nacional, considerando a análise apresentada neste artigo, para além de outras fontes normativas, a elaboração de normas que cuidam de saúde, higiene e segurança relacionadas ao trabalho é uma preocupação não apenas dos atores diretamente envolvidos, mas de toda coletividade. O maior objetivo dessa postura é, principalmente, a eliminação dos riscos laborais de forma desejável, conforme premissa constitucional, mas, se assim não for, de outro modo, ao menos de modo tolerável, quando se tem algum impedimento técnico, onde deve ocorrer o processo de minimização do risco para que o dano seja suportável.

O legislador fez a opção pela prevenção dos riscos, mesmo possuindo uma abordagem institucional, após estudos e análises, considerou o quanto é importante integrar o trabalhador neste novo paradigma para o futuro, almejando que ele faça parte dos processos que tratem do tema.

Assim, tentando compatibilizar os princípios que afetam diretamente a construção do arcabouço legal levados ao mundo ideal, tem-se como meta os modos de prevenção para transpor a saúde e segurança do trabalhador ao mundo real. Dentre os modos de prevenção, deve-se trabalhar com as seguintes possibilidades: a eliminação do risco, a eliminação da exposição do trabalhador ao risco, o isolamento do risco e a proteção do trabalhador, seguindo nesta ordem, ainda que não aconteça a eliminação do risco, mas que isso seja amenizado de tal forma que os danos sejam quase imperceptíveis à vida do trabalhador (COSTA; GONÇALVES; ALMEIDA, 2013).

Dentre as medidas que devem ser adotadas para que o trabalhador siga em segurança em seu ambiente laboral, não se pode deixar de mencionar, e nunca esquecer, a proibição de trabalhos que não preservem a integridade física do trabalhador, um exemplo clássico, o trabalho escravo, figura que ainda envergonha em diversos seguimentos e que, apesar de sempre provocar a indignação social, está, recorrentemente, permeando as relações de trabalho e as relações humanas.

Ainda, seguindo a linha de medidas a serem corrigidas em favor do trabalhador, não podemos deixar de citar a redução de jornadas que exponham o trabalhador à exaustão não somente física, mas também, comprovadamente, psicológica, por toda a carga negativa que traz quando não observado este direito ao bem-estar e à saúde do trabalhador em seu aspecto global (COSTA; GONÇALVES; ALMEIDA, 2013).

Deste modo, é preciso observar que, sempre que se fala em prevenção em relação ao meio ambiente do trabalho, está-se a tratar de uma certeza técnica que permite a precisa identificação do risco laboral e sua eliminação, ao passo que, quando esta eliminação não é possível, é preciso que seja trabalhado os sistemas de precaução, gerados pela incerteza técnica, mas aceita como

alternativa aos riscos laborais no ambiente do trabalho, quando detectada esta realidade, não obstante todo trabalho desenvolvido quanto à conscientização e ampla informação, recomendados aos atores sociais, para que as situações de riscos sejam eliminadas ou no máximo neutralizadas em favor da saúde e segurança do trabalhador.

Integra um dos direitos dos trabalhadores a exigência contínua de apreciação dos riscos relacionados ao meio ambiente do trabalho, bem como o estudo e a elaboração de dados relatando o impacto de novas tecnologias aos ambientes de trabalho, visando, exatamente, amenizar os riscos laborais e aumentar índices de segurança em favor dos trabalhadores e também de empregadores, observando-se que os modos de proteção do trabalhador não são motivos de custos financeiros, mas sim uma evolução em relação ao instituto da dignidade humana, foco central de um país pautado pela democracia (COSTA; GONÇALVES; ALMEIDA, 2013).

Esta evolução, considerando a dignidade humana como ponto central de toda questão, leva a novos contornos as noções de meio ambiente do trabalho, pois coloca novos desafios sociais, apontando para um equilíbrio entre estes novos desafios e a evolução humana, sem deixar de lado fatores que interferem na garantia da qualidade de vida durante a execução de qualquer atividade laborativa e, para isso, deve ser adicionada a essa análise a interferência do meio ambiente (rural, urbano e cultural) ao meio ambiente do trabalho.

De acordo com artigo 7º, inciso XXII, da Constituição Federal de 1988, devemos considerar que a defesa da vida se sobrepõe a qualquer interesse econômico. Não se trata apenas de mera imposição legal, mas sim de um fio condutor de posturas, principalmente a assuntos ligados ao desenfreado mercado de trabalho em que está inserido o homem, por vezes na sua forma mais frágil e vulnerável.

Em pleno exercício da atividade laboral, o homem coloca neste ato não apenas questões de sobrevivência, mas uma total elevação da alma, de construção de cidadania, de transformação social e, assim, pertence a um universo coletivo em que não há lados, mas interessados na melhor condição de vida, que se pode oferecer ao semelhante e, somente dessa forma, passa a ser agente de transformação perante seus iguais e agente multiplicador de boas práticas e conhecimento, cujo objeto de proteção é a vida.

Ainda de acordo com a Constituição Federal de 1988, a saúde e segurança do trabalhador são dependentes de toda a estrutura sistêmica do trabalho, pois se deve ponderar que a maior parte da vida do homem acontece em seu trabalho, todas as construções que se consolidam após a infância ocorrem no meio ambiente de trabalho, torna-se uma experiência que transcende questões legais e isso deve ser motivo suficiente para que se pense na condição humana como tema central de sistemas de proteção e respeito. A condição humana é a grande protagonista da história e não haverá mundo seguro ou digno se esta condicionante de sobrevivência não seja observada por empregadores, pelo Estado, pelos empregados e demais atores que se envolvem nesta rede complexa do mundo do trabalho.

Nesse sentido, Guilherme Guimarães Feliciano (2013) destaca que o meio ambiente do trabalho é o local onde se desenrola boa parte da vida do trabalhador, cuja qualidade de vida depende do conjunto de fatores físicos, químicos, biológicos, climáticos e comportamentais que interagem entre si e o trabalhador, corroborando o pensamento acima. Há uma imensa expectativa e esperança daquele que dispõe seu trabalho para outro e, o mínimo que se espera daqueles que estão na outra ponta, é que adotem posturas corretas e firmes no sentido de compreender este processo do mundo do trabalho como condição de dignidade humana.

A noção de meio ambiente do trabalho não pode ser algo imutável, devendo acompanhar as mudanças sociais e técnicas e aí se depara com os novos e constantes desafios, que são muito mais velozes e, por isso, um olhar multidisciplinar deve ser aplicado ao entendimento de meio ambiente do trabalho, dada a variedade de fatores e condições que cercam essa noção, onde se encontra inserido o trabalhador.

Trazendo como referência Gleice Azambuja Elali (1997), que definiu como espaço de complementação os diversos universos que abraçam o meio ambiente de trabalho, não é possível uma única área do conhecimento abraçar todos os elementos da relação pessoa-ambiente. Tal proposta vai além da individualidade e transcende o conhecimento e é preciso que uma grande rede se forme para que toda construção principiológica erga-se em favor de tema tão delicado e precioso ao homem, pois tudo que se relaciona ao mundo do trabalho diz respeito a um dos pilares centrais de construção da dignidade e, essa construção, não pode se manter firme sem que se observe a preservação e o cuidado com a vida e toda a sua complexidade, que leva a refletir qual o real sentido da existência humana.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O valor social do trabalho como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil deve ser um norte para as ações, já que fora alçado à condição de princípio fundante, no intuito de coibir os abusos referentes à adoção da livre iniciativa como sistema econômico do país. Assim, tem-se inúmeros desafios, dentre eles, o de tentar compatibilizar a proteção do ser humano com a expansão de empreendimentos econômicos sem que isto traga feridas ao princípio da dignidade humana.

Nesse sentido, o presente artigo buscou entender, num primeiro momento, noções acerca do meio ambiente do trabalho, procurando compreender sua manifestação enquanto parte do meio ambiente geral e seus contornos com base nos aspectos que o compõem, a fim de que se entenda como funciona este ambiente onde o trabalhador se ativa.

Num segundo momento, por meio da análise de princípios constitucionalmente consagrados do direito ambiental, bem como do estudo de princípios específicos relacionados ao meio ambiente do trabalho, o da Bidirecionalidade e o da Interdependência, procurou-se entender que, este novo ramo jurídico, consolida-se como independente do direito ambiental, buscando nortear os legisladores, intérpretes e aplicadores do direito quando da análise do meio ambiente do trabalho e dos reflexos que ele gera, e que nele são gerados, pela interação com o meio ambiente geral e com os trabalhadores que se ativam neste meio.

Na sequência, foi proposta uma reflexão quanto à conscientização da redução de riscos à saúde e segurança do trabalhador, ou de modo adverso, analisando-se as questões dos adicionais justos às atividades consideradas penosas, insalubres e perigosas, da tolerância possível para isso, e, mais além, do cuidado com as normas de flexibilização das relações de trabalho para que não colidam com as normativas constitucionais, caindo por terra toda a construção principiológica que fundamenta os pilares da democracia e da dignidade humana.

Nesse sentido, buscou-se entender a riqueza que a multidisciplinariedade agrega às diversas áreas do conhecimento, para seguir com a evolução da condição humana, principalmente quanto ao fato de envolver o mundo do trabalho, ponto fundamental para o pleno desenvolvimento do homem, entendendo-se a importância do desenvolvimento tecnológico e a irreversibilidade do processo, mas que isso não venha a significar a perda da face humana que pertence a todos, fazendo-nos únicos.

Por fim, teceu-se reflexões acerca de como se dar efetividade a princípios e normas se não se levar em consideração aspectos científicos, econômicos e humanos que se interligam na questão do trabalho, já que se verifica a necessidade de regulamentação dos aspectos que envolvem a saúde no local de trabalho, para que se evite abusos e que se preserve a dignidade humana. Tal questão, que vai muito além do aspecto econômico, para que se concretize, caminha no sentido da compreensão de que o mundo do trabalho não seja analisado apenas pela a ótica da legalidade, mas, sobretudo, pelo olhar do futuro e do desenvolvimento humano.

A observação destes princípios e a análise concreta dos desafios postos ao tema é que poderão trazer efetividade à norma constitucional e ao aprimoramento das relações laborais, trazendo, muito além da segurança jurídica, a plena convivência entre mercado econômico e seus interesses e seu amplo grupo de trabalhadores.

De todo modo, ainda que somente a norma constitucional seja observada, tem-se o dever de concretizar plena efetividade aos princípios aqui introduzidos, pois contemplam de forma ampla o respeito à dignidade humana, que é o grande norte deste debate, não importando a categoria, setor ou segmento econômico, tratando-se, absolutamente, de um interesse coletivo da maior delicadeza e importância, que refletirá, sem sombra de dúvida, na maneira como se trata os trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Victor Hugo de. *Consumo e trabalho: impactos no meio ambiente do trabalho e na saúde do trabalhador*. 2013. 241 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Sala de descanso em empresas de telemarketing e qualidade de vida*. 2008. 143 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.



\_\_\_\_\_; COSTA, Aline Moreira da; GONÇALVES, Leandro Krebs. Meio ambiente do trabalho e proteção jurídica do trabalhador: (re)significando paradigmas sob a perspectiva constitucional. In: FELICIANO, Guilherme Guimarães; URIAS, João. (Orgs.). *Direito Ambiental do Trabalho: apontamentos para uma teoria geral*. São Paulo: LTr, 2013. v. 1. p. 123-142.

ATHAYDE, Milton. Christophe Dejourns: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 989-990, jun. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2005000300039&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2005000300039&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 set. 2018.

BRANDÃO, Cláudio Mascarenhas. Proteção jurídica à saúde do trabalhador: uma necessária (re)leitura constitucional. *Revista LTr*, São Paulo, v. 74, n. 1, p. 24-29, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 25 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST. *Diário Oficial da União*, Brasília, 8 nov. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7602.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7602.htm)>. Acesso em: 25 set. 2018.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 11. ed. São Paulo: LTr, 2012.

ELALI, Gleice Azambuja. Psicologia e arquitetura: em busca do “lócus” interdisciplinar. *Estudos de Psicologia*, Natal, v.2, n. 2, p. 349-362, 1997.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. O meio ambiente do trabalho e a responsabilidade civil patronal: reconhecendo a danosidade sistêmica. In: FELICIANO, Guilherme Guimarães; URIAS, João (Coord.). *Direito Ambiental do Trabalho: apontamentos para uma teoria geral*. São Paulo: Ltr, 2013. v. 1. p. 11-25.

\_\_\_\_\_. Meio ambiente do trabalho: aspectos gerais e propedêuticos. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*, Campinas, n. 20, p. 160-203, set. 2002.

GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta; GEMIGNANI, Daniel. Meio ambiente de trabalho. Precaução e prevenção. Princípios norteadores de um novo padrão normativo. *Rev. TST*, Brasília, v. 78, n. 1, p. 258-280, jan/mar 2012.

LAMY, Marcelo. *Metodologia da pesquisa jurídica: técnicas de investigação, argumentação e redação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

PADILHA, Norma Sulei. O equilíbrio do meio ambiente do trabalho: direito fundamental do trabalhador e de espaço interdisciplinar entre o direito do trabalho e o direito ambiental. *Rev. TST*, Brasília, v. 77, n. 4, p. 231-258, out/dez 2011.

**DIRETRIZES PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ORGANIZACIONAL MEDIANTE A VALORIZAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL E DA GESTÃO DO CONHECIMENTO**

*GUIDELINES FOR THE PRESERVATION OF THE ORGANIZATIONAL MEMORY THROUGH THE VALORIZATION OF INTELLECTUAL CAPITAL AND KNOWLEDGE MANAGEMENT*

Desenvolvimento e Integração Regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

SANTOS, Beatriz Rosa Pinheiro dos  
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/FFC)  
Graduada em Gestão Empresarial pela Faculdade de Tecnologia de Garça  
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela UNESP/FFC  
[pinheiro.santos@unesp.br](mailto:pinheiro.santos@unesp.br)

DAMIAN, Ieda Pelógia Martins Damian  
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/FFC)  
Doutora em Administração de Organizações pela FEA-RP/USP  
Docente da Universidade de São Paulo – FFCLRP – Departamento de Ciência da Informação  
[iedapm@usp.br](mailto:iedapm@usp.br)

## Resumo

O trabalho enfatiza a importância do capital intelectual e da gestão do conhecimento no processo de preservação da memória organizacional, formada pelo conhecimento e pelo resultado das atividades executadas pelos sujeitos organizacionais. À vista disso, a presente pesquisa é orientada pelo seguinte problema: como as empresas podem estruturar e preservar a memória organizacional por meio da utilização do capital intelectual e da gestão do conhecimento? O objetivo é abordar a relevância do capital intelectual e da gestão do conhecimento e, então, propor diretrizes para estruturação e preservação da memória organizacional mediante a transformação do conhecimento tácito em explícito. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritivo-exploratória, de natureza qualitativa e de cunho teórico, que utiliza como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. Os resultados demonstraram que as diretrizes acerca da preservação da memória organizacional por meio da valorização do capital intelectual e da gestão do conhecimento podem modificar a cultura organizacional, e que essa mudança pode gerar desconforto e dificuldades iniciais. Como considerações finais, refletiu-se que a gestão do conhecimento é uma ferramenta estratégica que trabalha com resultados meios e não fins, ou seja, talvez para o empresário essas diretrizes não são eficientes a curto prazo, no sentido de trazer maiores lucros, no entanto, afirma-se que, a longo prazo, todos os processos da empresa são otimizados e conseqüentemente o lucro expandido, visto que, na sociedade atual, a informação, o conhecimento e as pessoas são recursos cruciais para o sucesso organizacional.

**Palavras-chave:** Memória Organizacional, Capital Intelectual, Gestão do Conhecimento.

## Abstract

The work emphasizes the importance of intellectual capital and knowledge management in the process of preserving organizational memory, formed by the knowledge and the result of the activities performed by the organizational subjects. In view of this, the present research is guided by the following problem: how can companies structure and preserve organizational memory through the use of intellectual capital and knowledge management? The objective is to address the relevance of intellectual capital and knowledge management and then propose guidelines for structuring and preserving organizational memory by transforming tacit knowledge into explicit ones. For that, a descriptive-exploratory research was carried out, of a qualitative and theoretical nature, which uses bibliographical research as a methodological procedure. The results showed that the guidelines on the preservation of organizational memory through the valorization of intellectual capital and knowledge

management can modify the organizational culture, and that this change can generate discomfort and initial difficulties. As final considerations, it was reflected that knowledge management is a strategic tool that works with results means and not ends, that is, perhaps for the entrepreneur these guidelines are not efficient in the short term, in order to bring greater profits, however, it is stated that in the long run all the processes of the company are optimized and consequently the profit expanded, since in today's society information, knowledge and people are crucial resources for organizational success.

**Keywords:** Organizational Memory, Intellectual Capital, Knowledge Management.

## 1 INTRODUÇÃO

Com o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o número de produção informacional cresceu de forma inenarrável. O ambiente organizacional lida com informações em caráter líquido, que se perdem de maneira muito fácil caso não sejam aplicados e mantidos procedimentos de conversão para um caráter sólido. Os sujeitos organizacionais são os principais personagens da cadeia de produção informacional nas empresas, ou seja, são os responsáveis por criar estratégias e soluções para identificar as informações adequadas para o processo decisório e para superar as dificuldades relacionadas à recuperação e ao uso efetivo da informação e do conhecimento oriundo dos funcionários. Com isso, as empresas devem estar cientes de que os sujeitos organizacionais são importantes para a constituição da memória organizacional que, para ser constituída com eficiência, precisa articular práticas efetivas de estruturação por meio da transformação do conhecimento tácito em explícito e pelas práticas de preservação.

Na chamada “Era do Conhecimento”, as pessoas que compõem as organizações passaram a ser mais valorizadas. Essa valorização possui muita consistência e profissionalmente é denominada “Capital Intelectual”, isto é, as pessoas são recursos primordiais para a geração do lucro e representam um dos capitais da empresa, o que é de enorme importância.

Segundo Kanaane e Ortigoso (2010), o capital intelectual é definido como a soma de conhecimentos oriundos dos profissionais de uma organização que são, a partir das ideias, experiências, informações e processos executados pelos funcionários, cruciais para a geração dos lucros.

Todavia, para que o capital intelectual seja utilizado na prática e efetivamente valorizado no ambiente organizacional, Machado et al. (2012) afirmam que a gestão do conhecimento deve ser implantada, pois é a ferramenta metodológica que torna prático o uso do conhecimento na organização. A gestão do conhecimento é uma ferramenta que carrega consigo uma série de atividades e processos que incentivam a utilização do conhecimento e, como consequência, o reconhecimento dos sujeitos organizacionais.

Pode-se dizer que tanto o capital intelectual quanto a gestão do conhecimento estão totalmente relacionados à memória organizacional, visto que essa última é entendida como um aglomerado de conhecimento empresarial, advindo de experiências e informações produzidas e compartilhadas pelos funcionários (NILAKANTA et al., 2006). Além disso, a memória organizacional é um instrumento que auxilia na tomada de decisão e na execução das tarefas diárias de um ambiente organizacional. Assim, com base nessas contextualizações, a presente pesquisa foi orientada pelo seguinte problema: como as empresas podem estruturar e preservar a memória organizacional por meio da utilização do capital intelectual e da articulação da gestão do conhecimento? O objetivo é abordar a relevância do capital intelectual e da gestão do conhecimento e propor diretrizes para estruturação e preservação da memória organizacional mediante a transformação do conhecimento tácito em explícito.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritivo-exploratória, de natureza qualitativa e de cunho teórico, que utiliza como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. Ademais, infere-se que a memória organizacional se constitui em um aglomerado de artefatos, crenças, processos, recursos, fatos e histórias que formam uma empresa. Considerando que as pessoas, ou seja, o capital intelectual é quem estrutura e dá vida a memória organizacional, se presume ser essencial trabalhar aspectos relativos à valorização do conhecimento, bem como medidas de transformação do conhecimento tácito em explícito como medidas para preservação da memória organizacional de uma empresa. Presume-se também que a construção e a preservação dessa memória são cruciais para tomada de decisão, articulação e consistência da inteligência competitiva em um ambiente organizacional, além de ser importante para a efetivação da gestão do conhecimento como

ferramenta gerencial das organizações pós-modernas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Memória Organizacional**

A memória organizacional é uma das ferramentas que mais auxiliam no processo de amadurecimento da gestão do conhecimento no âmbito organizacional e científico, porque o conhecimento está conectado com a memória das organizações que se forma por meio do acúmulo de ações e atividades. Conklin (2001) explana que essa memória é constituída de representações explícitas do conhecimento e das informações que perpassam uma organização, e que tem por objetivo facilitar o acesso, compartilhamento e uso futuros desses ativos. Nessa linha de raciocínio, Freire et al. (2012) visualizam a memória organizacional como um acervo de informações utilizado como ferramenta da gestão do conhecimento.

O conceito de memória é definido por Le Goff (1992) como a capacidade de armazenar informações que são formadas por impressões e experiências cotidianas e passadas, e essas informações são utilizadas graças ao conjunto de funções psíquicas que são ativadas devido a alguma necessidade. Corroborando com isso, Almeida (2006) declara que a memória é uma propriedade do ser humano que tem por objetivo beneficiá-lo em situações de conflitos, por exemplo. Para o autor, a memória propicia inúmeras maneiras para o sujeito antecipar acontecimentos, como se preparar para exercer alguma função e tomar decisões, o que geralmente o leva a melhores resultados.

Quanto ao conceito de memória organizacional, Pazin-Vitoriano (2013, p.922) anuncia ser uma “[...] representação, ou o conjunto de representações, que o grupo faz do passado dessa organização, a partir dos elementos disponíveis para isso.” A autora enfatiza que a memória organizacional é um conjunto de informações ou conhecimentos sempre existente no universo organizacional, mas que necessita de algumas ações funcionais para tornar-se realmente utilizável. De acordo com Nascimento e Pazin-Vitoriano (2017), a memória organizacional não pode ser considerada um acervo documental como outro qualquer, sem o intuito de desmerecer os registros contidos nos repositórios, mas busca enfatizar que mais do que um acervo, a memória é considerada um processo que ressignifica o valor do documento e do registro, demonstrando o valor secundário que este possui.

A memória organizacional é definida como um

[...] acervo de informação, conhecimento e práticas, agregados e retidos pela organização ao longo de sua existência, utilizados para o suporte às suas atividades, seus processos decisórios e para a preservação de seu capital intelectual, potencializando a gestão do conhecimento (MENEZES, 2006, p.31).

O conceito da autora, em muito, concorda com a essência desse estudo, visto que as práticas organizacionais são convertidas nos elementos contidos no acervo da memória e acredita-se que essa memória é importante para a preservação do capital intelectual e da gestão do conhecimento de uma organização. O único fator que difere é que esse artigo aborda o capital intelectual como uma ferramenta relevante na preservação da memória organizacional e não ao contrário.

Yagui (2003) afirma que a memória organizacional é um instrumento estratégico que se divide em preservação da memória técnica e gerencial, o que a forma referência de aprendizado organizacional, devido ao número de informação e conhecimento armazenado que pode ser consultado sempre que houver necessidade. Para Lapa (2005), a memória organizacional assegura a criação, captura, armazenamento, organização, compartilhamento, busca, recuperação, reuso e a consistência do conhecimento permeado em um ambiente organizacional.

Enquanto Yagui (2003) afirma ser a memória organizacional um instrumento de referência para ser consultado com base nas necessidades de informação e conhecimento, Menezes (2006) ressalta que esta é um instrumento de retenção do conhecimento organizacional tácito que foi explicitado. Diante disso, infere-se que a memória organizacional é um recurso provido de informação, conhecimento, experiências, acontecimentos e ações explicitadas referente ao que acontece em um ambiente organizacional – tarefas, atividades, tomadas de decisões, resultados, relações interpessoais – e que tem o objetivo de servir como instrumento de consulta pelos gestores e funcionários a fim de tomarem decisões assertivas no cotidiano da empresa. Esse conceito também foi baseado no que Simião (2009) alega acerca da memória organizacional. Para o autor, essa

ferramenta necessita representar a cultura de uma organização e responder questões que se façam sobre o seu ambiente, processos, serviços e produtos.

De acordo com Freire et al. (2012), a memória organizacional é uma espécie de repositório informacional que conta a história de uma empresa, assim como dos seus processos organizacionais e suas atividades, que poderão ser utilizadas em futuras operações, por meio da sua consulta.

Detalhadamente, a memória organizacional é uma ferramenta que visa:

[...] facilitar as tarefas e as atividades da organização, cumprir com os requisitos legais, regulatórios e de prestação de contas, otimizar a tomada de decisão, a consistência operacional e a continuidade de negócio; facilitar o funcionamento efetivo da organização no caso de desastre; proporcionar a proteção e o apoio necessário nos litígios, incluindo a gestão de riscos com os recursos e valor de prova; proteger os interesses da organização, os direitos dos trabalhadores e dos clientes e das partes interessadas, subsidiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento, apoiar atos promocionais e manter a memória organizacional coletiva e de responsabilidade social (ISO 30300, 2011, p.8, tradução nossa).

A memória organizacional, conforme enfatiza Nascimento e Pazin-Vitoriano (2017), traz benefícios e diferenciais relevantes para o contexto administrativo de uma organização, como a redução do retrabalho e a reutilização de informações e conhecimentos anteriormente adquiridos.

Para Freire et al. (2012), a memória organizacional necessita ser estruturada, utilizada e gerenciada por meio de regras e concepções, por exemplo, é importante ter consciência de que ela se institui em uma empresa por meio das reuniões, TIC, conferências, sistemas de relatórios, e-mails, documentos e demais suportes, além de reconhecer a importância que esses elementos possuem na construção da memória de uma empresa. As regras são, ainda conforme os autores, baseadas em metas como: (i) evitar a perda do conhecimento quanto um funcionário deixa a empresa; (ii) reutilizar a experiência adquirida em atividades anteriores a fim de evitar possíveis erros futuros; (iii) melhorar o processo de compartilhamento e difusão do conhecimento e das informações, com base em uma comunicação mais acentuada no ambiente e (iv) integrar as diferentes culturas existentes em uma organização, unindo os distintos conhecimentos gerados nos mais variados setores da empresa, com o intuito de melhorar a aprendizagem individual e coletiva.

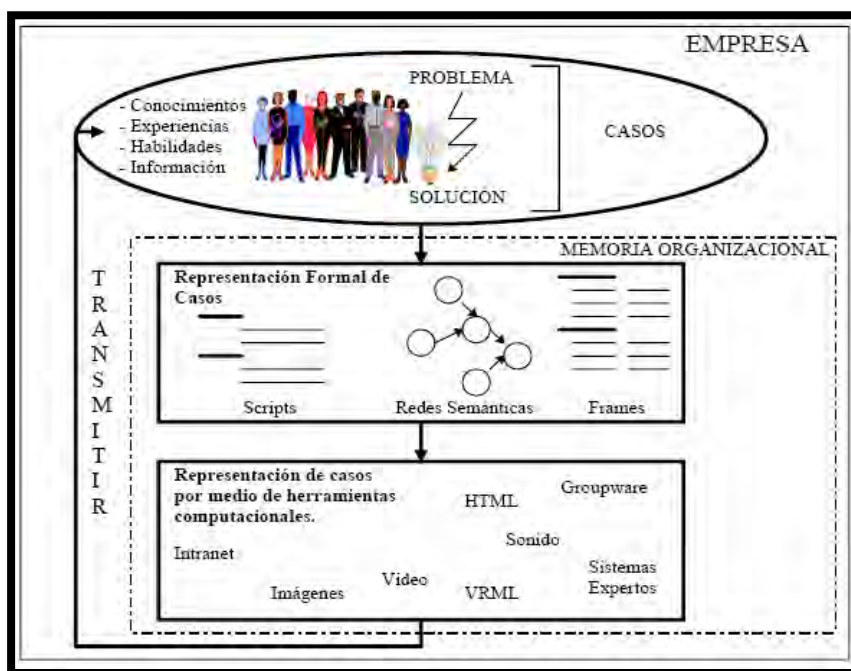
De acordo com Molina e Valentim (2014), uma regra importante está relacionada ao nível de atualização das bases de informação e conhecimento, que nesse caso, constituem na memória organizacional. Para as autoras, a implantação de inúmeras bases pode não ser considerada uma escolha inteligente se as mesmas não forem periodicamente atualizadas.

Todavia, é importante que os funcionários estejam cientes da relevância da memória organizacional e da maneira como eles podem contribuir para a produção e preservação dessa ferramenta. Segundo Almeida (2006), uma forma de fazer com que a construção, o gerenciamento e a preservação da memória organizacional sejam aceitos pelos sujeitos organizacionais é inserir tarefas relacionadas a ela juntamente com as tarefas de rotina da organização, com o intuito de que as primeiras não sejam vistas como trabalho adicional pelos funcionários. Ademais, o fato de conscientizar esses sujeitos configura-se importante porque são eles que decidem o que é ou não importante de ser lembrado, explicitado ou esquecido, pois esse é um processo natural da cognição do ser humano, o que de certa forma faz com que o conceito de memória organizacional esteja atrelado ao conceito de cultura organizacional, como afirma Nascimento e Pazin-Vitoriano (2017).

A fim de enfatizar com maiores detalhes o conceito de memória organizacional, foram escolhidos dois modelos presentes na literatura que abordam os processos que formam a memória organizacional com ênfase nas pessoas (funcionários), além de expressarem a formação e as atividades esperadas para estruturação e gerenciamento da memória.

O modelo de Soltero (1997), expresso na Figura 1, enfatiza que as pessoas, ou seja, o capital intelectual e suas vertentes – conhecimentos, experiências, habilidades e informações – formam a memória organizacional a partir de problemas e soluções que acontecem diariamente. As vertentes são representadas mediante os casos da organização, presentes em frames, scripts e Redes Semânticas e em ferramentas computacionais como intranet, vídeos, imagens, sistemas inteligentes, entre outros.

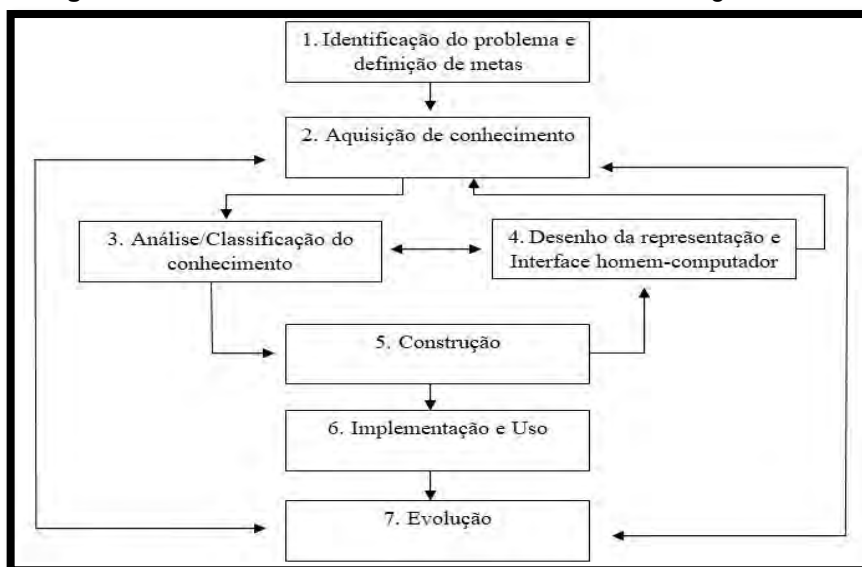
**Figura 1 – Modelo de Memória Organizacional**



Fonte: Soltero (1997, p.44).

O modelo de Teñeni e Weinberger (2011), difundido na Figura 2, destaca alguns passos que representam os processos de desenvolvimento da memória organizacional. A primeira etapa está relacionada com a identificação do problema e definição de metas, que é fundamental para dar abertura às demais. Além disso, as outras etapas estão fundamentadas pela aquisição do conhecimento, dependentes das etapas de produção/construção e armazenagem (Desenho e representação e Interface homem-computador). O modelo demonstra que a construção do conhecimento depende das etapas de implementação e uso e que a evolução e qualidade da memória organizacional é fruto de todas as outras etapas – análise/classificação do conhecimento, desenho da representação e Interface homem-computador, implementação e uso e aquisição do conhecimento.

**Figura 2 – Processo de desenvolvimento da memória organizacional**



Fonte: Teñeni e Weinberger (2011, tradução nossa).

Mesmo concordando com a relevância desses modelos, defende-se que os mesmos não possuem etapas detalhadas, objetivas e em concordância com a realidade da maioria dos sujeitos organizacionais presentes nos mais diversos setores de uma empresa. À vista disso, sugere-se um olhar mais voltado ao capital intelectual da organização, como mediadores, produtores e sujeitos responsáveis pela preservação da memória organizacional, afinal, não pôde ser identificado nesses modelos a devida ênfase nesse tipo de capital, logo, esse estudo se justifica precisamente por este contexto.

## 2.2 Capital Intelectual

A teoria clássica da administração e a administração científica valorizam como principal objeto do processo produtivo as técnicas de produção e mecanização do funcionário enquanto ser robótico e maquinário. Enquanto isso, o capital intelectual pode ser considerado uma vertente cada vez mais atual, que diferente dos tempos mais antigos, busca valorizar o funcionário como o principal recurso para obtenção de lucros e vantagem competitiva no mercado. Fraga et al. (2017) afirmam que é uma espécie de obrigação das empresas se adaptarem a nova sociedade e direcionar seus ativos intangíveis, provenientes dos funcionários, à construção do conhecimento e a aprendizagem organizacional, pois são fundamentais para o desenvolvimento humano e monetário de qualquer organização.

Segundo Malavski, Lima e Costa (2010), o capital intelectual é formado por três perspectivas, que são: capital humano, capital relacional e capital estrutural. O capital humano diz respeito ao conhecimento advindo dos funcionários da empresa. O capital relacional é definido pela capacidade que a empresa possui de potencializar todos os recursos que agregam a comunicação e a interação entre os interessados (stakeholders) no progresso da organização. E o capital estrutural é a forma como a organização articula os conhecimentos e as informações no intuito de planejar administrativamente, o que envolve aspectos como sistemas de controle, processos, políticas e cultura.

O capital intelectual é definido como um produto que se forma atendendo as atividades desenvolvidas pelos funcionários de uma organização, ou seja, suas habilidades formam um montante de conhecimentos, que por sua vez, possui o intuito de fomentar bons relacionamentos com clientes e o desenvolvimento eficiente de novas tecnologias (LIMA; ANTUNES, 2012). No entanto, por serem provenientes de seres humanos, essas habilidades são compostas por habilidades técnicas e comportamentais, o que significa que as atividades executadas pelos sujeitos organizacionais nunca vão se repetir de maneira exata caso não sejam agrupadas em outros formatos. Nesse caso, subtende-se articular as habilidades (conhecimentos) tácitas e intangíveis em explícitas e tangíveis, como defendem Anthony e Govindarajan (2007).

De acordo com Rodrigues et al. (2009), o capital intelectual é formado pelos sujeitos organizacionais (pessoas) como fonte de riqueza e vantagem competitiva das organizações, considerado um estoque de habilidades, competências, experiências, conhecimentos e inovação. Com relação a esse tipo de capital, Nonaka e Takeuchi (1999) explanam que pode ser entendido como a capacidade que uma empresa possui de produzir novos conhecimentos, compartilhá-los entre os colegas, aplicá-los em atividades e processos produtivos a fim de materializá-los em produtos e serviços que são oferecidos aos clientes e consumidores.

O capital intelectual pode ser definido como as pessoas que trabalham em uma organização e tudo o que podem oferecer, relacionado às experiências, conhecimentos, informações, competências técnicas e comportamentais, capacidades de aprendizagem contínua, enfim, um aglomerado de benefícios e recursos que são oriundos dos profissionais e que podem ser transformados em ativos tangíveis e explícitos para consultas diárias e resolução de lacunas organizacionais.

A principal importância do capital intelectual está na sua capacidade de proporcionar vantagem competitiva às organizações, atendendo ao uso dos conhecimentos organizacionais somados de acordo com a quantidade de funcionários incentivados em produzir conhecimento no dia a dia organizacional (STEWART, 1998; EDVISON; MALONE, 1999; IENCIU; MATIS, 2011).

Diante das explanações articuladas por autores que estudam o capital intelectual, infere-se que este é um recurso criado, gerenciado, preservado e viabilizado pela gestão do conhecimento da empresa, o que quer dizer que se os fatores críticos de sucesso da gestão do conhecimento precisam ser articulados de forma consistente para que o capital intelectual represente uma diferença positiva para a organização. A fim de entender melhor essa relação, a próxima seção aborda os principais

aspectos a respeito da gestão do conhecimento em organizações.

### 2.3 Gestão do Conhecimento

Atualmente, o conhecimento é um dos principais recursos utilizados em uma organização e, como todo recurso necessita ser gerenciado. Diante disso, a gestão do conhecimento configura-se em um conjunto de ações extremamente necessário para que uma empresa alcance êxito em seus resultados.

Segundo Choo (2003), existem dois tipos de conhecimento: o tácito e o explícito. O primeiro é o conhecimento que o sujeito organizacional adquire constantemente, relacionado à sua trajetória de vida e suas ações diárias, relacionadas tanto ao âmbito pessoal como profissional, como também corroboram Damian, Silva e Valentim (2017). Porém, é um conhecimento não palpável que se encontra armazenado na mente do indivíduo. Enquanto isso, o conhecimento explícito é aquele que é exteriorizado em algum suporte material, em que se possa de fato enxergar e manusear.

A construção do conhecimento é conseguida quando se reconhece o relacionamento sinérgico entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito dentro de uma organização, e quando são elaborados processos sociais capazes de criar novos conhecimentos por meio da conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito. Conhecimento tácito é o conhecimento pessoal, que é difícil formalizar ou comunicar a outros. É constituído do know-how subjetivo, dos insights e intuições que uma pessoa tem depois de estar imersa numa atividade por um longo período de tempo. Conhecimento explícito é o conhecimento formal, que é fácil transmitir entre indivíduos e grupos. É frequentemente codificado em formular matemáticas, regras, especificações, e assim por diante. Os dois tipos de conhecimento são complementares (...) (CHOO, 2003, p.36-37).

De acordo com Silva, Damian e Santarém Segundo (2016), a gestão do conhecimento é um conjunto de ações que visa à construção de um ambiente voltado ao aprendizado e a produção de conhecimento que auxilie no preenchimento de problemas informacionais, por intermédio de práticas de incentivo à criação, identificação, integração, recuperação, compartilhamento e utilização do conhecimento em diversos contextos organizacionais. Como complemento do conceito, torna-se interessante citar Del Massa, Damian e Valentim (2018) que afirmam que a gestão do conhecimento, além de envolver a infraestrutura da organização, também abarca como norteadores das suas práticas, a missão, visão, objetivos, metas, estratégias e principalmente as pessoas envolvidas ao ambiente organizacional, como os funcionários e os stakeholders. Com base nisso, é possível refletir que para uma empresa realizar com eficácia as ações de criação, identificação, integração, recuperação, compartilhamento e utilização do conhecimento é necessário antes promover um ambiente de conscientização, aprendizagem e adaptabilidade acerca da infraestrutura, estratégias, cultura organizacional e capital pessoal da organização.

A gestão do conhecimento é um conjunto de estratégias que se articular para criar, adquirir, compartilhar e utilizar ativos do conhecimento, como também estabelecer fluxos que garantam a informação e o conhecimento necessário no tempo e formato adequados e que possam auxiliar na geração de ideias, solução de problemas e tomada de decisão (MORESI, 2001; VALENTIM, 2004; OMERZEL, 2010).

Segundo Lacombe (2005), a gestão do conhecimento está focada em, por meio de estratégias, construir novos conhecimentos e compartilhá-los com os funcionários, a fim de que os mesmos possam utilizar esses conhecimentos e incorporá-los nos produtos, serviços e processos organizacionais.

Com um conceito mais diretivo e focado, Dotsika e Patrick (2013) explanam que a gestão do conhecimento é um processo que tem como principais intuítos o aumento do número de vendas da organização, auxílio e melhoria dos resultados das práticas de trabalho e das tomadas de decisões, otimização do tempo nas ações organizacionais dos funcionários e capacitação diária do funcionário a fim de melhorar os serviços ofertados aos clientes.

Dessa maneira, pode-se dizer que a gestão do conhecimento é mais do que uma necessidade complementar, é uma necessidade básica das organizações que almejam crescimento empresarial e resultados melhores, além do mais, gerenciar é um ato de cuidado e proteção, portanto, ao proteger o conhecimento existente e que é produzido diariamente em uma empresa, automaticamente a mesma estará demonstrando que atribui valor ao seu capital pessoal e intelectual,



e que também se preocupa com a sua memória organizacional.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se constitui em um estudo bibliográfico, de natureza qualitativa que, de acordo com Gil (2008, p.50), “é desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”. Para o processo de busca, coleta e seleção dos materiais foram consultados os sites de periódicos nas bases de dados do Portal de Periódicos da CAPES, SCIELO, BRAPCI e SCOPUS, além da seleção de livros armazenados no catálogo bibliográfico Parthenon da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Filosofia e Ciências, utilizando as seguintes palavras-chave: Memória organizacional; Preservação da Memória organizacional; Capital intelectual; Gestão do conhecimento.

Segundo Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica objetiva solucionar um problema de pesquisa baseado no referencial teórico publicado por diversos autores inseridos no ambiente acadêmico, que juntos contribuem para o avanço da ciência e para a construção do conhecimento científico. À vista disso, acredita-se que para o objetivo desse artigo, todas as contribuições teóricas podem auxiliar na construção de diretrizes sobre preservação da memória organizacional, por meio da valorização do capital intelectual e articulação da gestão do conhecimento.

Essa pesquisa possui potencialidade de proporcionar o desenvolvimento de novos conceitos e diretrizes referentes à preservação da memória organizacional no contexto das organizações, portanto, a literatura revisada articula inter-relações sobre temas como memória organizacional, capital intelectual e gestão do conhecimento, que são importantes para a consistência da atual sociedade da informação e do conhecimento que influencia totalmente o universo empresarial.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Jorge e Faléco (2016), a gestão do conhecimento é uma ferramenta estratégica que auxilia na capacidade que uma empresa possui para competir com as demais e alcançar ótimos resultados nessa competição, entretanto, para os autores, esse alcance somente é possível mediante algumas práticas realizadas pelos gestores e diretores das organizações, que devem incentivar a adoção de mecanismos relacionados ao uso e aproveitamento do conhecimento nas práticas dos funcionários, além de valorizarem a fonte desses conhecimentos, que nesse caso são as próprias pessoas que trabalham nas organizações.

Com relação ao conhecimento organizacional, Takeuchi e Nonaka (2008, p.70) afirmam que:

O conhecimento tácito dos indivíduos é a base da criação do conhecimento organizacional. A organização tem de mobilizar o conhecimento tácito criado e acumulado no nível individual. O conhecimento tácito mobilizado é “organizacionalmente amplificado através dos quatro modos de conversão do conhecimento e cristalizado em níveis ontológicos mais elevados”. Chamamos isso de “espiral do conhecimento”, na qual a interação entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito tornar-se á maior na escala à medida que sobre nos níveis ontológicos. Assim, a criação do conhecimento organizacional é um processo em espiral, iniciando no nível individual e subindo através das comunidades expandidas de interação, que atravessa os limites seccionais, departamentais, divisionais e organizacionais (TAKEUCHI; NONAKA, 2008, p. 70).

Nonaka e Takeuchi (1997) criaram um modelo de conversão do conhecimento referente ao processo de transformação do conhecimento tácito em conhecimento explícito, também conhecido como „espiral do conhecimento”, que assume que o conhecimento individual pode crescer com base na conversão do conhecimento tácito para o explícito e por intermédio do compartilhamento do conhecimento em grupo.

Basicamente, os autores defendem a importância do conhecimento tácito e da valorização que se deve ter pelo indivíduo que armazena e cria esse conhecimento. Porém, os autores enfatizam a importante relação desse conhecimento com o conhecimento explícito, ou seja, a transformação de experiências, aprendizados e ações intangíveis para tangíveis. Nesse sentido, se pode fazer uma estreita relação com a memória organizacional, ao inferir que a prática de transformação do conhecimento tácito em explícito é o cerne do desenvolvimento, gerenciamento e preservação da

memória organizacional de uma empresa, ao passo que o reconhecimento do capital intelectual como principal insumo da gestão do conhecimento é crucial para o desenvolvimento da memória da organização.

À vista disso, o quadro 1 propõe diretrizes sobre a preservação da memória organizacional, mediante a valorização do capital intelectual e da gestão do conhecimento e com base na literatura existente sobre esses temas, bem como nas condições para que as diretrizes possam ser aplicadas e salvaguardadas no dia a dia organizacional.

**Quadro 1 – Diretrizes para preservação da Memória Organizacional**  
**Diretrizes** **Condições**

<p>➤ <b>Estabelecer a cultura do compartilhamento da informação e do conhecimento em todos os setores, principalmente no operacional, e entre este e o gerencial, e entre o gerencial e o estratégico.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar o compartilhamento da informação e do conhecimento por meio de práticas que incite a socialização, como comemorações corporativas, momentos para o café, estrutura física mais aberta entre os setores, reuniões diárias e/ou semanais com característica menos formal ou até mesmo informal, entre outros.</li> </ul>
<p>➤ <b>Registrar os processos/ações de todas as atividades relativas ao processo produtivo ou ao serviço prestado pela organização.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O registro deve ser feito pelos funcionários em meio físico ou digital, entretanto, dependendo do ambiente, orienta-se que o funcionário registre no papel, a fim de facilitar o registro.</li> </ul>
<p>➤ <b>Documentar diariamente os registros dos funcionários relacionados aos passos do processo produtivo ou do serviço que é oferecido.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os registros dos funcionários devem ser recolhidos diariamente, tabulados e sintetizados pelo setor gerencial, no formato e/ou plataforma (física ou digital) que a empresa considerar mais adequado.</li> </ul>
<p>➤ <b>Realizar semanalmente uma entrevista ou aplicar um questionário com cada funcionário que se encontra inserido no setor de produção (do produtivo ou serviço que a empresa desenvolve), a fim de coletar novas informações e conhecimento acerca do dia a dia do trabalho.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A entrevista ou o questionário deve indagar o que o funcionário aprendeu na semana, se viu algo novo, se está satisfeito com a maneira com que as tarefas estão sendo executadas, se possui alguma sugestão de mudança e etc.</li> <li>• O funcionário precisa estar ciente que é o produtor de conhecimento da empresa, e que é a sua participação que faz com que a organização se desenvolva positivamente.</li> </ul>
<p>➤ <b>Documentar semanalmente as entrevistas ou questionários realizados com os funcionários.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As entrevistas ou questionários devem ser realizados semanalmente, tabulados e sintetizados pelo setor gerencial, no formato e/ou plataforma (física ou digital) que a empresa considerar mais adequado.</li> </ul>

- |   |   |
|---|---|
| <p>➤ <b>Os registros dos funcionários relativos às atividades executadas no processo produtivo e os resultados das entrevistas e/ou questionários devem ser compartilhados com o setor estratégico.</b></p> | <ul style="list-style-type: none"><li>• A memória organizacional fica preservada no nível estratégico da empresa e pode ser consultada para definição de estratégias que direcionam os resultados de melhorias da empresa e consequentemente ao aumento dos lucros.</li></ul> |
|---|---|

Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

As diretrizes para preservação da memória organizacional possuem caráter orientativo e ao mesmo tempo inovador, pois, sabe-se que pedir para os funcionários registrem detalhadamente todas as suas tarefas diárias não é fácil, uma vez que essa ação modifica a cultura organizacional, e toda mudança gera desconforto e dificuldades iniciais. Todavia, acredita-se que com o tempo essas diretrizes podem ser a chave para mudanças reais e significativas na organização, afinal, esta é uma maneira de fazer gestão do conhecimento, valorizar o capital intelectual e concomitantemente preservar a memória organizacional da empresa, ou seja, três paradigmas inovadores estarão sendo desenvolvidos ao mesmo tempo, o que levará a organização a um progresso evidente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se nessa pesquisa responder ao seguinte problema: como as empresas podem estruturar e preservar a memória organizacional por meio da utilização do capital intelectual e da articulação da gestão do conhecimento? Por meio deste problema, o objetivo foi abordar a relevância do capital intelectual e propor diretrizes para estruturação e preservação da memória organizacional através da transformação do conhecimento tácito em explícito.

A pesquisa demonstrou que as organizações podem estruturar e preservar a memória organizacional se aplicarem diretrizes que buscam transformar o conhecimento tácito em explícito, incentivando o registro diário dos processos e atividades realizadas no processo produtivo, por parte dos funcionários, buscando semanalmente saber a opinião e satisfação dos funcionários com as atividades realizadas, retendo novas ideias e aprendizagens dos sujeitos organizacionais. Além disso, a pesquisa evidenciou que, para que essas diretrizes possam funcionar na prática, é necessário que haja uma cultura do compartilhamento da informação e do conhecimento no ambiente organizacional, e que os funcionários estejam cientes de que o seu trabalho e o seu conhecimento são os principais recursos para o sucesso da empresa.

Com base no referencial teórico, fruto de uma revisão extensiva da literatura, refletiu-se que a gestão do conhecimento é uma ferramenta estratégica que trabalha com resultados meios e não fins, ou seja, talvez para o empresário essas diretrizes não são eficientes a curto prazo, no sentido de trazer maiores lucros, no entanto, afirma-se que a longo prazo todos os processos da empresa são otimizados e consequentemente o lucro expandido, visto que atualmente, na sociedade da informação e do conhecimento, a informação, o conhecimento e as pessoas são recursos cruciais para o sucesso de uma organização.

Por fim, acredita-se que com as diretrizes sugeridas neste trabalho, o problema de pesquisa foi respondido e o objetivo alcançado. Como sugestões para pesquisas futuras, sugere-se a aplicação destas diretrizes em empresas e resultados avaliativos sobre essa aplicação, em pontos positivos e negativos, logo, uma pesquisa que objetive validar na prática essas diretrizes, a fim de que muitas outras organizações possam utilizá-las em benefício próprio.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.B. **Um modelo de ontologias para representação da memória organizacional**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2006.

ANTHONY, R.N.; GOVINDARAJAN, V. **Management control systems**. 12. Ed. New York: Irwin McGraw-Hill, 2007.

BOCCATO, V.R.C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista de Odontologia da Universidade da Cidade São Paulo**, São

Paulo, v.18, n.3, p.265-274, 2006. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/pt/revista/revista-de-odontologia-da-universidade-cidade-de-sao-paulo/articulo/metodologia-da-pesquisa-bibliografica-na-area-odontologica-e-o-artigo-cientifico-como-forma-de-comunicacao>>. Acesso em: 24 maio. 2018.

CHIUCCHI, M.S.; DUMAY, J. Unlocking intellectual capital. **Journal of Intellectual Capital**, v.16, n.2, p.305-330, 2015. Disponível em: <<https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/JIC-01-2015-0004>>. Acesso em: 23 maio. 2018.

CHOO, C.W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2003, 426p.

CONKLIN, J. **Designing organizational memory**: preserving intellectual assets in a knowledge economy. CogNexus Institute, 2001.

DAMIAN, I.P.M.; SILVA, E.; VALENTIM, M.L.P. Contribuição dos modelos de maturidade para a gestão do conhecimento em contextos organizacionais. In: BORGES, M.M.; CASADO, E.S (Coord.). **A Ciência Aberta**: o Contributo da Ciência da Informação: atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC. Coimbra: Universidade de Coimbra, CEIS20, 2017. p.687-701.

DEL MASSA, H.C.O.; DAMIAN, I.P.M.; VALENTIM, M.L.P. Competência em informação no apoio à gestão do conhecimento. **Inf. & Soc.** Est, João Pessoa, v.28, n.1 p.257-267, jan./abr. 2018. Disponível em: <[www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/download/32569/pdf](http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/download/32569/pdf)>. Acesso em: 25 maio. 2018.

DOTSIKA, K.; PATRICK, K. Collaborative KM for SMEs: a framework evaluation study. **Information Technology & People**, p. 368-382, 2013. Disponível em: <<https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/ITP-11-2012-0142>>. Acesso em: 25 maio. 2018.

EDVINSSON, L.; MALONE, M.S. **Intellectual capital**: realizing your company's true value by finding its hidden brainpower. New York: Harper Business.

FRAGA, B.D.; ERPEN, J.G.; VARVAKIS, G.; SANTOS, N. Business Intelligence: métodos e técnicas de gestão do conhecimento e as tendências para avanços do capital intelectual. **Navus**, Florianópolis, v.7, n.1, p.43-56, jan./mar. 2017. Disponível em: <<http://navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/view/410>>. Acesso em: 23 maio. 2018.

FREIRE, P.S.; TOSTA, K.C.B.T.; HELOU FILHO, E.A.; SILVA, G.G. Memória Organizacional e seu papel na Gestão do Conhecimento. **Revista de Ciências da Administração**, v.14, n.33, p.41-51, ago.2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/25324>>. Acesso em: 22 maio. 2018.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IENCIU, N.M.; MATIS, D. A theoretical framework of intellectual capital. **Journal of Business Research**, v.11, n.2, 2011. Disponível em: <<http://www.freepatentsonline.com/article/International-Journal-Business-Research/272484974.html>>. Acesso em: 23 maio. 2018.

ISO 30300. **Management system for records**: fundamentals and vocabulary. Ginebra: ISO, 2011.

KANAANE, R.; ORTIGOSO, S.A.F. **Manual de treinamento e desenvolvimento do potencial humano**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LACOMBE, F.J.M. **Recursos humanos**: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2005.

LE GOFF, J. Memória. In: \_\_\_\_\_. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1992. p.423-483.

LIMA, J.P.C.; ANTUNES, M.T.P. Fatores relevantes para a gestão do capital intelectual sob a ótica da Visão Baseada em Recursos (VBR): um estudo baseado na percepção dos gestores da Sanofi Aventis Brasil. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v.7, n.1, 2012. Disponível em:

<<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrj/article/view/1470>>. Acesso em: 23 maio. 2018.

MACHADO, E.S.; PERERIRA, J.A.; FRANCO, F.G.; SILVA, T.A.C. Capital Intelectual e Gestão do Conhecimento: desafios dos gestores de recursos humanos diante dos novos contextos de gerenciamento. **Rev. Cienc. Gerenc.**, v.19, n.30, p.3-9, 2015. Disponível em: <<http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/rcger/article/view/3658>>. Acesso em: 21 maio. 2018.

MALAVSKIA, O.S.; LIMA, E.P.; COSTA, S.E.G. Modelo para a mensuração do capital intelectual: uma abordagem fundamentada em recursos. **Produção**, v.20, n.3, p.439-454, 2010. Disponível em: <<http://prod.org.br/files/v20n3/v20n3a11.pdf>>. Acesso em: 23 maio. 2018.

MENEZES, E.M. **Estruturação da memória organizacional de uma instituição em iminência de evasão de especialistas**: um estudo de caso na COHAB. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação – Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, 2006.

MOLINA, L.G.; VALENTIM, M.L.P. Memória organizacional: proposta de um modelo para implantação em instituições. **RICI**: Revista Ibero-Americana em Ciência da Informação, Brasília, v.7, n.2, p.45-64, ago./dez. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/11079>>. Acesso em: 22 maio. 2018.

MORESI, E.A.D. Gestão da informação e do conhecimento. **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p.111-142, 2001.

NASCIMENTO, N.M.; PAZIN-VITORIANO, M.C.C. O estudo da produção documental e a memória organizacional em ambientes empresariais. **Em questão**, Porto Alegre, v.23, n.1, p.202-227, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/65931>>. Acesso em: 22 maio. 2018.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **La organización creadora de conocimiento**: cómo las compañías japonesas crean la dinámica de la innovación. Editorial Mexicana: México, 1999.

OMERZEL, D.G. The impact of Knowledge management on SME growth and profitability: a structural equation modeling study. **African Journal of Business Management**, v.4, n.16, p.3417-3432, 2010. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/228911495\\_The\\_impact\\_of\\_knowledge\\_management\\_on\\_SME\\_growth\\_and\\_profitability\\_A\\_structural\\_equation\\_modelling\\_study](https://www.researchgate.net/publication/228911495_The_impact_of_knowledge_management_on_SME_growth_and_profitability_A_structural_equation_modelling_study)>. Acesso em: 25 maio. 2018.

PAZIN-VITORIANO, M.C.C. Centros de memória empresarial: documentos de arquivo como artefatos da cultura organizacional. In: OLIVEIRA, L.M.V.; OLIVEIRA, I.C.B. **Preservação, acesso, difusão**: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI. Rio de Janeiro: AAB, 2013, p.916-927.

RODRIGUES, H.M.S.; DORREGO, P.F.F.; FERNÁNDEZ, C.M.; FERNÁNDEZ, J. **La influencia del capital intelectual en la capacidad de innovación de las empresas del sector de automatización de la euroregión Galicia Norte de Portugal**. Vigo: Universidad de Vigo.

SILVA, L.C.; DAMIAN, I.P.M.; SANTAREM SEGUNDO, J.E. Melhores práticas para aplicação de projetos de gestão do conhecimento: instituindo ambientes colaborativos. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v.30, n.1, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/7056>>. Acesso em: 25 maio. 2018.

SIMIÃO, H.E. **Memória Organizacional**. Disponível em: <<http://www.batebyte.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1716>>. Acesso em: 22 maio. 2018.

SOLTERO, P.A. **Modelo para la representación de una memoria organizacional utilizando herramientas computacionales de internet**. 1997. 78p. Dissertação (Mestrado em Ciências como especialidade em Tecnologia Informática) – Instituto Tecnológico e de Estudos Superiores de

Monterrey, México, 1997.

STEWART, T.A. **Capital Intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SVEIBY, K.E. **A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

TE"ENI, D.; WEINBERGER, H. **Systems development of organizational memory: a literature survey**. Disponível em: <<http://csrc.lse.ac.uk/asp/aspecis/2000061.pdf>>. Acesso em: 22 maio. 2018.

VALENTIM, M.L.P. **Gestão da informação e gestão do conhecimento: especificidades e convergências**. Londrina: Infohome, 2004 (Artigo em Web). Disponível em: <[http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=88](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=88)>. Acesso em: 25 maio. 2018.

YAGUI, L.M. **Memória Organizacional: proposta para implantação em uma instituição de ensino superior**. Florianópolis: UFSC, 2003. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

**DIFUSÃO DE CONHECIMENTO E PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**DISSEMINATION OF KNOWLEDGE AND SCIENTIFIC PRODUCTION IN PROFESSIONALIZING COURSES: A REPORT OF EXPERIENCE**

Área temática: Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas  
1.5 Educação e Desenvolvimento

ALMEIDA JR, Silvio de  
UNIVERSITY OF FRANCA / EURO ANGLO

Master's degree in the Graduate Program in Animal Science, University of Franca. Docent / Researcher by Euro Anglo Vocational Courses, working in the division of professional courses in the areas of Health and Welfare. Biomedical graduate in Clinical Pathology and Microbiology. \* The present study was carried out with the support of the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel - Brazil (CAPES).

E-mail: [silvioalmeidajr@yahoo.com.br](mailto:silvioalmeidajr@yahoo.com.br)

POPOLIM, Rafaela Simei  
UNIVERSITY OF FRANCA / EURO ANGLO

Graduate in Foreign Trade, Graduated in Translator and Interpreter. Teacher in professional training courses in English classes.

E-mail: [rafasimei@hotmail.com](mailto:rafasimei@hotmail.com)

CARMOZINE, Aline Dias Gonçalves  
UNIVERSITY OF FRANCA / EURO ANGLO

Veterinary Medicine at the University of Franca and lecturer in the Veterinary Assistant course, in addition to small animal care in clinics and home-care

E-mail: [alinegdias@live.com](mailto:alinegdias@live.com)

BULGO, Danilo Cândido  
UNIVERSITY OF FRANCA

Master's degree in the Postgraduate Program in Health Promotion of the University of Franca. He has a degree in Physiotherapist, Translator and Interpreter and Pedagogy at the University of Franca and specialization in Psychopedagogy, Collective Health and Health Services Management. She is a face-to-face tutor from the University of Franca.

E-mail: [danielbulgo@gmail.com](mailto:danielbulgo@gmail.com)

MELO, Matheus Reis Santos de  
UNIVERSITY OF FRANCA

Graduating in Biological Sciences from the University of Franca. Scientific Initiation in the Laboratory of Mutagenesis.

E-mail: [matheusreismelo@outlook.com](mailto:matheusreismelo@outlook.com)

## Resumo

Com a construção do indivíduo e a fase de escolhas caracterizada pela adolescência, jovens buscam cada vez mais cursos livres na intenção de se profissionalizar e ter uma orientação quanto a carreira a ser seguida. Frente a isso, o trabalho visa avaliar a construção científico frente a produção de trabalhos em cursos profissionalizantes. O trabalho foi desenvolvido, com 15 turmas de curso de Auxiliar de Farmácia e Laboratório, 3 turmas do Auxiliar de Veterinária e Pet-Shop e 2 turmas do Cuidador de Idosos. Ao todo foram apresentados 33 trabalhos entre congressos locais, regionais, nacionais e internacionais. Diante do que foi relatado, é possível afirmar que quando bem estruturado um programa de Iniciação Científica Júnior tem efetividade na formação social, profissional e científica de

jovens assistidos e a interação entre alunos, trabalho da interdisciplinaridade, construção de pensamento científico corroboram na formação de um ser pensante inserido na sociedade, com dimensões coletivas dos saberes construídos pelo homem.

**Palavras-chave:** cursos profissionalizantes, didática, metodologias ativas de ensino.

### **Abstract**

With the construction of the individual and the phase of choices characterized by adolescence, young people are looking for more and more free courses in order to become professional and have a career orientation to follow. Therefore, the work aims to evaluate the scientific construction versus the production of work in professional courses. The work was developed with 15 classes of Pharmacy Assistant and Laboratory, 3 classes of Veterinary Assistant and Pet Shop and 2 classes of Elderly Caregiver. In all, 33 papers were presented between local, regional, national and international congresses. In front of what has been reported, it is possible to affirm that when well structured a Junior Scientific Initiation program has effectiveness in the social, professional and scientific formation of young people assisted and the interaction among students, work of interdisciplinary, construction of scientific thinking corroborate in the formation of a thinking being inserted in the society, with collective dimensions of the knowledge built by the man.

**Keywords:** vocational courses, didactics, active teaching methodologies.

## **1 INTRODUCTION**

The search for professionalization in the current market is increasing due to broad competition. The profile of the student in which he seeks a professionalization is given as low income and seeks to help him to quickly enter the labor market. The search for these courses is given by being fast, inexpensive when compared to technical or higher education (SEVERNINI, ORELLANO, 2010). In communion with this group, adolescents between the ages of 14 and 18, search for these free courses, with professionalization as a basis for decision making. Adolescence is characterized as a phase of many choices and free courses are offered in the intention of targeting these young people. Adherence to these courses concomitant with high school is of great value and brings professional and personal benefits to the assistants, in another words, young people of the low income setting. (NASCIMENTO, 2009).

In relation to what is found in the literature, relating to data developed in a vocational school, the objective of this work is to evaluate the teaching and scientific production in a vocational school, as well as its social impact. Such work is justified due to the absence of content produced for vocational courses, being described in the research bases, information related to technical, higher and post-graduate courses.

## **2 THEORETICAL REFERENCE**

In adolescence the individual lives a phase of constant changes, not only as regards the physiological part (hormonal, cognitive and psychological), but also the expectation of changes. From this moment, the construction of the adult being is initiated, with the decision making (SPARTA and GOMES, 2005).

Often, it is the teacher's difficulty in transposing the content to the student, leading to a loss of stimulation, especially within the area of science applied to health. The pedagogical accompaniment related to educational practices is necessary since courses within the health area need these specific and technical training, guaranteeing the health and quality of care provided (GAZZINELLI et al., 2005). The increase of the knowledge in the classroom to a scientific knowledge, raises the degree of interest of the students on science teaching, bringing greater effectiveness of pedagogical practices directed to a specific public, of greater interest (GADOTTI, 2000).

The change that the teacher is the maximum authority and holder of all knowledge and that it



always has correct answers falls to the ground when the individual begins to question. This makes the teacher to develop continuously, to further improve his student (FAVA-DE-MORAES and FAVA, 2000; VENTURA et al., 2011).

It is possible to observe that health education obtains greater results when worked with active pedagogical methodologies, bringing the student closer to the teacher and discussing cases of lived reality. This shows greater interaction and greater social development, since the subject is diffused in front of the population in which the youth is inserted (UCHOA et al., 2000).

### **3 METHODOLOGICAL PROCEDURES**

#### **3.1 Characterization of the environment**

The work was developed in a vocational school unit in a medium sized city. The school has been established in the city for seven years and generates professional knowledge in the areas of technology (basic computer science, advanced, hardware), language (English), management (business and legal) and health (pharmacy and laboratory, veterinary and caregiver of the elderly). The courses are of free format, lasting from six months to two years. The project was developed between June 2017 and September 2018. The project was developed with the inclusion of 15 classes of the Pharmacy and Laboratory Vocational Course, 3 classes of Veterinary Assistant and Pet Shop and 2 classes of Elderly Caregiver .

#### **3.2 Experimental design**

Initially, for the implementation of this project, the courses of the health area were selected (Pharmacy Assistant and Laboratory, Veterinary Assistant and Pet Shop and Elderly Caregiver). Then, a pedagogical evaluation was carried out on the programmatic content of the courses in the area of health and possible inclusions of scientific practices that came within its scope. The intention of practical activities involves the student in a constant way and improves their cognitive development, leading to a more effective teaching-learning practice.

The second phase of the work was carried out in the preparation of scientific work with the students of the three courses mentioned above and the beginning of scientific production. In the final activity, the dissemination of research data through presentations at meetings, symposia and congresses was carried out.

### **4 RESULTS AND DISCUSSION**

From the construction of scientific thinking and technical-scientific development in the classroom, the students left to present scientific events and congresses within the area of science and health promotion, being the applications of the work in human and animal health. The development of projects by the students themselves and guided by the teachers, added values and dimensions to the participants. Between 2017 and 2018, 33 works were presented at local, regional, national and international congresses, in the form of poster, v-poster and oral presentations.

The works presented represent 59% to the students of the Pharmacy and Laboratory Course; 22% to the Veterinary Assistant and Pet-Shop course and 19% to the Elderly Caregiver course. The high number of jobs for Pharmacy Assistant and Laboratory students is justified because the course exists the longest and is well consolidated in the unit, with a high number of students. In the course of the work, it is possible to observe that the first event was held among the unit's professors as an experiment pilot in 2017. The project resulted in the production of a paper presented at the 51st Brazilian Congress of Clinical Pathology and Laboratory Medicine (figure 1), in the city of São Paulo / SP. From this project, students realized that content developed within the classroom could be taken to a big-name event.

In the same year, inspired by the previous event, the students participated in the II Human Anatomy Meeting of the Triângulo Mineiro (figure 2), in the city of Uberaba / MG. In the event, eight papers were presented in the area of anatomy, pathological anatomy, teaching of morphological sciences and comparative anatomy. A highlight of the event was the highlight of a student participant from the school, who was appreciated with the "Highlight Student" award, and congratulated by the scientific director of the Brazilian Society of Anatomy, present at the venue. Among the participants in the scientific communications, there was a great astonishment due to the great number of works pre-

sented, besides the quality of scientific content and preparation observed during the presentation of the panels, because it was a vocational school. The evaluation of the evaluators was so great that the invitation to present work with final data was made at a future international congress. In the subsequent months, in another successful participation, two papers were presented during the II Meeting of Health Education of the Barretos Cancer Hospital (figure 3), in Barretos / SP, working with teaching and correlation of natural products with possible anxiolytic activities. All works have always been based on popular medicine and evaluated together with national and international literature.

In 2018, continuing the scientific activities, the school participated in a virtual way, the 3rd Annual International Remote Conference: Science & Society (figure 4), which took place in the city of Toronto / Canada, with the exhibition of three works. The transposition of national barriers gave a great boost to students who realized they could go further. In the face of this, there was also the stimulation of learning a second language being important for scientific development within areas of science. With the increase in the demand of students with the intention to carry out scientific activities, it was evaluated that the number of research professors present in the unit was insufficient to attend to the interested parties. Faced with this, partnerships were held with undergraduate and graduate students from the city's universities. In February, from this partnership, a paper was presented in a closed event promoted by the University of São Paulo (USP), Ribeirão Preto campus, during the XVIII Summer Course: Genome, Proteome and the Cellular Universe: Oncology, Stem Cells and Cell Therapy (Figure 5).

In that same year, the Caregiver of the Elderly course presented his first work in the area of social and legal science, during the IX Research Show: from Scientific Initiation to Post-Graduation - UNESP Franca (figure 6). The event took place at the Paulista State University (UNESP) and was promoted by PET - Social Service.

Two important events, with a major milestone in the project were the participation of the 52nd Brazilian Congress of Clinical Pathology and Laboratory Medicine (figure 7) in the city of Florianópolis / SC, with the presentation of eight papers; and the approval of presentation at the Latin American Regional Conference on Health Promotion and Health Education (figure 8) also with eight papers. The active participation of students, teachers and collaborating researchers led to an increase in scientific production and greater visibility for the school. Before the project was finalized, a health management work developed by a student during the non-compulsory stage to be presented during the Healthcare Advancement Conference - 2nd Latin American Forum ISQua (Figure 9) was approved for presentation in the city of Cali / Colombia. ), a notorious event within the area of health and quality management with a focus on the patient.

In the intention of scientific production within a program of Scientific Initiation Junior developed together the classes of the professional courses transports barriers and causes the student to think in a scientific way. The transposition of the knowledge from the classroom to the research laboratory, causes the student to leave his habitual routine and dedicate himself to the new one, and seeing results, the same seeks to improve itself more and more (FAVA-DE-MORAES and FAVA, 2000).

As a professional formation, the student has different abilities from other students in which, they do not perform the same work. Habit of reading, synthesis of texts, critical judgment of situations based on pre-existing or already known data. Communication in public, principles of autonomy, proactivity, can be listed (FERREIRA, 2003; RIBEIRO, 2017). The experience within Junior scientific initiation has already been reported in other times applied to secondary education, as a source of benefit to students, and the preparation by scientific content based on questions of the students themselves brings advantages in their training, improvement of the process of understanding, and the custom of using scientific language, important facts for an entry in higher courses (QUEIROZ and ALMEIDA, 2004).

Participation in scientific events is very important when it is intended to disseminate knowledge, share experiences and expand the list of contacts in a given area. The report of scientific production and dissemination of the knowledge acquired are important to improve the life of the population. Conducting research without due social application is only an expenditure of resources (SCHWARTZMAN, 2002). Following the market and concerned with the development of students, at the end of the work and presentation of the results, the vocational school chose to open a space called "Nucleus of Scientific Initiation Junior" and acquisition of equipment to increase the number of practical research.

## **5 FINAL CONSIDERATIONS**

In front of what has been reported, and knowing the range of information attributed to the work presented during events, it is possible to state that when well structured a Junior Scientific Initiation program has effectiveness in the social, professional and scientific formation of young people assisted. Also, it is possible to observe that students of vocational courses have a great potential of scientific development, provided that stimulated and oriented. The interaction between students, the work of interdisciplinary, the construction of scientific thinking help in the formation of a thinking being inserted in the society, with collective dimensions of the knowledge built by the man.

## **6 ACKNOWLEDGMENTS**

### **Collaborating researchers**

Alex Alves Rodrigues (FMU / SP), Andreia Broisler Pavan (SARSEDT Brazil), Fernanda de Castro Nakamura (UNESP / Franca), Gessica Andrade (Health Promotion / UNIFRAN), Giovanna Ferreira Sampaio Borges, Josiane Duarte de Oliveira (Guest), Nayara Rezende (USP / RP), Renê Seabra Oliezer (USP / RP), Tamara Aparecida Silva (Euro Anglo).

### **To Anglo Euro students for support and work**

Alessandra Aparecida Malaquias de Souza, Aline Aparecida Rodrigues Arantes, Ana Laura Carvalho Neves, Beatriz Letícia Fava Souza, Bianca da Silva Ribeiro, Damares Caroline Cassiano, Daniela Pereira Bonivais, Eliana Araújo Silva, Fernanda Carolina da Silva, Gabriela de Lima Dana, Isaias Inácio Souza, Jacqueline Silva Faria, James Ferreira de Andrade, Karla Regina César Silva, Lívia Araújo Castro, Marcia Cristina De Oliveira, Mariane Lança Garcia, Marlon da Silva Branquinho, Nhaypi Iasmin Taveira Moreira, Ruliana Jhenifer Vasconcelos, Sônia Aparecida Ricardo dos Santos, Vitoria Matias da Silva.

### **To the students of the University of Franca by the**

Letícia Natália Oliveira (Graduation in Psychology), Thiago de Paula Leal (Graduation in Physiotherapy), Vinicius Cristian Oti dos Santos (Graduation in Biomedicine)

## REFERENCES

FAVA-DE-MORAES, F., and FAVA, M. Scientific initiation: many advantages and few risks. São Paulo On Perspect. 14, 73-77. 2000.

FERREIRA, D.T. Information professionals: skills profile demanded by the labor market. Ciênc. Information 32, 42-49. 2003.

GADOTTI, M. Current perspectives of education. São Paulo On Perspect. 14, 03-11. 2000.

GAZZINELLI, M.F., GAZZINELLI, A., REIS, D.C. DOS, and PENNA, C.M. de M. Health education: knowledge, social representations and experiences of the disease. Cad. Public Health 21, 200-206. 2005.

NASCIMENTO, M.N.M. MIDDLE SCHOOL IN BRAZIL: HISTORICAL DETERMINATIONS. Publ. UEPG Social Sciences Ap. 15. 2009.

QUEIROZ, S.L., and ALMEIDA, M.J.P.M. of. Do to understand science: reflections on the learning of students of scientific initiation in chemistry. Ciênc. Educ. Bauru 10, 41-53. 200

RIBEIRO, A.D.L. MANAGEMENT OF PEOPLE (Editora Saraiva). 2017.

SCHWARTZMAN, S. Scientific Research and Public Interest. Rev. Bras. Inov. 1, 361-395. 2002.

SEVERNINI, E.R., and ORELLANO, V.I.F. The Effect of the Professional Education on Probability of Insertion in the Labor Market and on Income in the Pre-PLANFOR Period. 20. 2010.

SPARTA, M., and GOMES, W.B. Importance attributed to the entry into higher education by high school students. Rev. Bras. Orientation. Prof. 6, 45-53. 2005.

UCHOA, E., BARRETO, S.M., FIRMO, J.O.A., GUERRA, H.L., PIMENTA, F.G., and LIMA E COSTA, M.F.F. The control of schistosomiasis in Brazil: an ethno-epidemiological study of the effectiveness of a community mobilization program for health education. Soc. Sci. Med. 51, 1529-1541. 2000.

VENTURA, M.C.A.A., NEVES, M.M.A.M. , LOUREIRO, C.R.E.C., FERREIRA, M.M.F., and CARDOSO, E.M.P. The "good teacher": students opinion. Rev. Enferm. Reference serIII, 95-102. 2011.

**APPENDIX**

**Figure 1 - Presentation of work at national congress**

<b>Event: 51<sup>st</sup> Brazilian Congress of Clinical Pathology and Laboratory Medicine</b>	
Title	Area
O ensino de patologia clínica em cursos profissionalizantes.	Clinical Pathology

Work presented during the event on September 2017, in the city of São Paulo / SP. Event organized by the Brazilian Society of Clinical Pathology and Laboratory Medicine. Source: Author's data.

**Figure 2 – Presentation of work at regional congress**

<b>Event: 2<sup>nd</sup> Meeting of Human Anatomy of the Mineiro Triangle</b>	
Title	Area
Ensino de ciências morfológicas em cursos profissionalizantes.	Anatomy
Relação animal x homem frente a um problema de saúde pública mundial - a obesidade.	Anatomy
Alterações anatômicas em pacientes oncológicos com deficiência nutricional	Anatomy
Aspectos Anatômicos do Paciente com Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES)	Anatomy
Análise anatômica comparativa entre sistema digestório de animais ruminantes (Bos taurus) frente a mamíferos (Homo sapiens).	Anatomy
Caracterização da DPOC (Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica).	Anatomy
Novas metodologias para o ensino em ciências morfológicas: o uso do lúdico.	Anatomy
Avaliação anatômica e laboratorial da Síndrome da Disfunção Apical Reversível - Síndrome de Takotsubo (TK).	Anatomy

Eight papers presented during the event in October 2017, with the panel "Animal versus man versus a world public health problem - obesity. Event organized by the academic leagues of Morphological Sciences (Anatomy) promoted by the Federal University of Triangulo Mineiro, in the city of Uberaba / MG. Works presented by the students of Pharmacy Assistant and Laboratory, Auxiliary of Veterinary and Pet-Shop. Source: Author's data

**Figure 3 – Presentation of work at regional congresso**

<b>Event: 2<sup>nd</sup> Meeting of Health Education of the Hospital de Cancer de Barretos</b>	
Title	Area
Fitoterapia e sua utilização como ansiolítico natural: um relato de caso em curso profissionalizante de farmácia	Pharmacy
Práticas em coletas venosas com S-Monovette em curso profissionalizante de Auxiliar de Farmácia e Laboratório Clínico	Education

Two papers presented during the event in December 2017, in the city of Barretos / SP promoted by the Hospital do Amor (former Hospital of the Cancer of Barretos). Works presented by the students of Pharmacy Assistant and Laboratory. Source: Author's data

**Figure 4 – Presentation of work at international congress (virtual)**

<b>Evento: 3rd Annual International Remote Conference: Science &amp; Society</b>	
Title	Area
Characterization of the syndrome of the dysfunction reversible apical - Syndrome of Takotsubo	Medicine
Alterations in oncological patients with nutritional deficiency	Nutrition
Anatomical aspects of the patient with Systemic Lupus Erythematosus	Immunology

Three papers presented during the event in January 2018, in a virtual way. The event was promoted by the Beyond Sciences Initiative industry present at the University of Toronto. The event took place in Toronto, Canada and was attended by authors from various universities throughout the world. Source: Author's data;

**Figure 5 – Presentation of work at regional congress**

<b>Event: XVIII Summer Course: Genome, Proteome and the Cellular Universe – Oncology</b>	
Title	Area
Avaliação genotóxica do tabaco em mucosa oral de cães dados como fumantes passivos.	Genetics / Toxicology

Paper presented during the event in February 2018, in the city of Ribeirão Preto / SP. The event is an extension course for undergraduates from the health area promoted by the Post-Graduation Program of the University of São Paulo (USP). Work presented academic partner in Biomedicine of the University of Franca. Source: Author's data

**Figure 6 - Presentation of work at regional congress**

<b>Event: IX Shows Research: Scientific Introduction to Post Graduate - UNESP Franca</b>	
Title	Area
Avaliação dos aspectos legais, sociais e cuidados ao paciente idoso na promoção de saúde - dados preliminares.	Social and Legal Sciences

Paper presented as an invitation to an event on August 2018 promoted by PET-Social Service of the State University of São Paulo (UNESP) in the city of Franca, SP. Work presented by a student of the Elderly Caregiver. Source: Author's data.

**Figure 7 – Presentation of work at nacional congress**

<b>Event: 52<sup>nd</sup> Brazilian Congress of Clinical Pathology and Laboratory Medicine</b>	
Title	Area
Lúpus Eritematoso Sistêmico e sua complexidade de diagnósticos.	Immunology
Avaliação de não conformidades em fase pré-analítica em unidade coletadora de análises clínicas quanto a Norma PALC 2016.	Management
Identificação de nível de estresse evidenciado em rotina clínica em unidade de pronto atendimento. 2018.	Management
Avaliação de riscos ocupacionais em unidade de pronto atendimento de município do nordeste paulista.	Management
Avaliação de métodos diagnósticos padronizados e alternativos para pesquisa de parasitoses de interesse veterinário.	Parasitology
Conhecimento de tempo de jejum e possível interferentes na realização de exames	Clinical Pathology
Prática, Qualidade e Eficiência em coleta de sangue: um relato de caso.	Clinical Pathology
Avaliação de material para venopunção com S- MONOVETTE® em curso profissionalizante de Auxiliar de Farmácia e Laboratório Clínico.	Clinical Pathology

Eight papers presented during the event in September 2018, in the city of Florianópolis / SC. Works developed by the students of the course of Pharmacy Assistant and Laboratory, Veterinary Assistant and Pet-Shop. The Event organized by the Brazilian Society of Clinical Pathology and Laboratory Medicine. Source: Author's data

**Figure 8 - Presentation of work at an international congress (face-to-face)**

<b>Event: Latin American Regional Conference on Health Promotion and Health Education</b>	
<b>Title</b>	<b>Area</b>
Aspectos jurídicos e sociais do envelhecimento humano e suas implicações na promoção de saúde	Social and Legal Sciences
Aspectos biológicos do envelhecimento humano frente a saúde pública	Social and Biological Sciences
Perfil do profissional cuidador informal e principais dificuldades frente ao cuidado de idosos	Gerontology
Perfil de utilização de medicamentos por idosos assistidos por cuidadores não formais e a importância da atenção farmacêutica	Gerontology
Acumuladores de animais: cuidado ou perigo para sociedade	Public Health
Protagonismo juvenil e saúde pública: vamos falar de leishmaniose?	Public Health
Atuação multiprofissional em uma instituição de longa permanência para idosos em um município de médio porte do estado de São Paulo	Gerontology
Smell identification test adaptado ao paciente idoso – um relato de experiência	Gerontology

Eight works will be presented during the event in October 2018, in the city of Franca / SP. Works developed and presented by the students of the course of Pharmacy Assistant and Laboratory, Veterinary Assistant, Pet Shop and Elderly Caregiver. Event organized by the University of Franca in partnership with the Center for Studies, Research and Documentation in Healthy Cities. Source: Author data

**Figure 9 – Presentation of work at international congress**

<b>Event: Healthcare Advancement Conference - 2nd Latin American Forum ISQua</b>	
<b>Title</b>	<b>Area</b>
Inadecuación de normas de bioseguridad en unidad de pronto atención y su impacto en el paciente	Management

Work will be presented in November 2018 in the city of Cali / Colombia through virtual transmission (v-poster). Event promoted by The International Society for Quality in Health Care. The work was attended by students of the course of Pharmacy and Laboratory Assistant. Source: Author data

**DOCUMENTO FOTOGRÁFICO COMO SUBSIDIO PARA A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL**

*PHOTOGRAPHIC DOCUMENT AS A SUBSIDY FOR A CONSTRUCTION OF THE INSTITUTIONAL MEMORY*

Área temática: Desenvolvimento e Integração Regional - Gestão Organizacional e Empreendedorismo

DE BIAGGI, Camila  
Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" - UNESP  
Mestranda em Ciência da Informação  
camila\_biaggi@hotmail.com

ALMEIDA, Maria Fabiana Izídio de  
Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" - UNESP  
Mestre em Ciência da Informação  
izidio1985@yahoo.com.br

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin  
Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" - UNESP  
Doutora em História Social  
marcia.pazin@unesp.br

**Resumo**

As organizações privadas utilizam inúmeras estratégias para se destacarem no mercado, pois esse ambiente é competitivo. Redução de custos, eficiência administrativa, otimização de colaboradores e processos são elementos contributivos para uma companhia manter-se e posicionar-se no mercado. O setor de *marketing*, por sua vez, torna-se altamente acionado nas companhias para contribuir com esse cenário competitivo, porque dialoga diretamente com os consumidores e, uma das estratégias que tem sido utilizada para reafirmar e consolidar produtos e serviços é a construção e divulgação da memória institucional, que visa levar ao conhecimento dos consumidores a trajetória vivida por determinada companhia. A memória proporciona emoções, sentimentos e recordações de um tempo vivido, podendo ser coletiva e/ou individual. A memória institucional busca acionar esses elementos nos consumidores. Em âmbito institucional, a memória deve proporcionar a preservação daquela parte mais representativa de sua memória. Diante desse cenário, apresenta-se como questão problema desta pesquisa: quais são os benefícios da implantação da gestão documental em documentos fotográficos para a contribuição com a construção da memória institucional? Identificar os benefícios de acessar os documentos fotográficos no momento de construir a memória institucional é objetivo geral norteador da presente pesquisa. Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica tendo em vista os principais autores que abordam a temática. Como principal resultado aponta-se que a gestão documental aplicada a documentos fotográficos não somente contribui com a construção da memória institucional como impulsiona esse fazer, porque torna o documento fotográfico organizado, acessível para qualquer uso inteligente.

**Palavras-chave:** Arquivo empresarial, Documento fotográfico, Memória Institucional.

**Abstract**

Private organizations use numerous strategies to stand out in the market, since this environment is increasingly competitive. Reducing costs, administrative efficiency, optimization of employees and processes are contributory elements for a company to maintain and position itself in the market. The marketing sector, in turn, becomes highly engaged in companies to contribute to this competitive scenario, since it dialogues directly with consumers, and one of the strategies that has been used to reaffirm and consolidate products and services is the construction and disclosure of



institutional memory, which aims to bring to the knowledge of consumers the trajectory experienced by a certain company. The memory provides emotions, feelings and memories of a lived time, being able to be collective and / or individual. The institutional memory seeks to trigger these elements in consumers, which can be visual, olfactory, auditory, among other human senses. Human memory is selective, because as time passes, man is apt to forget part of his experience. It is the same in organizations. Institutionally, memory must provide the preservation of that most representative part of its memory. In view of this scenario, it is presented as a problem issue of this research: what are the benefits of implementing document management in photographic documents to contribute to the construction of institutional memory? Identifying the benefits of accessing photographic documents at the moment of building institutional memory is the guiding general objective of this research. To do so, we used bibliographical research in view of the main authors who approach the subject. As a main result, it is pointed out that documentary management applied to photographic documents not only contributes to the construction of institutional memory but also drives this process, because it makes photographic document organized, accessible for any intelligent use.

**Keywords:** Corporate archive, Photographic document, Institutional memory

## 1 INTRODUÇÃO

As organizações privadas utilizam inúmeras estratégias para se destacarem no mercado, uma vez que esse ambiente está cada dia mais competitivo. Redução de custos, eficiência administrativa, otimização de processos e na atuação de colaboradores são elementos contributivos para uma companhia manter-se e posicionar-se no mercado.

O setor de *marketing*, por sua vez, torna-se altamente acionado nas companhias para contribuir com esse cenário competitivo, uma vez que dialoga diretamente com os consumidores e, uma das estratégias que tem sido utilizada para reafirmar e consolidar produtos e serviços é a construção e divulgação da memória institucional, que visa levar ao conhecimento dos consumidores a trajetória vivida por determinada companhia.

A memória proporciona emoções, sentimentos e recordações de um tempo vivido, podendo ser coletiva e/ ou individual. A memória institucional busca acionar esses elementos nos consumidores, que pode ser visual, olfativa, auditiva, dentre outros sentidos humanos. A memória humana é seletiva, pois à medida que o tempo passa, o homem está propício a ter perdas de memória e esquecer especialmente dos fatos do passado distante.

Tendo em vista o sentido visual, destaca-se a fotografia, que é um documento essencial para a reconstrução da história e pode ser considerada como algo singular, quer pela natureza e fragilidade do material, quer pela necessidade de ser preservada para novos estudos e uso das futuras gerações. Assim como com as pessoas, por meio das fotografias armazenadas durante a vida é possível retomar tais lembranças, além de preservar a própria memória, no ambiente institucional o mesmo ocorre.

Porém, sabe-se que a realidade dos arquivos empresariais, muitas vezes, não proporciona a gestão documental de suas informações administrativas, tampouco os documentos contributivos à construção da memória institucional. A realidade é uma grande massa documental acumulada, que gera custos, dificuldade de localizar as informações e atender os diferentes usuários que são: órgãos públicos, clientes internos e externos, auditorias, consultorias, dentre outros.

Diante desse cenário, apresenta-se como questão problema desta pesquisa: **quais são os benefícios da implantação da gestão documental em documentos fotográficos como contribuição para a construção da memória institucional?**

Identificar os benefícios de acessar os documentos fotográficos no momento de construir a memória institucional é objetivo geral norteador da presente pesquisa. Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica utilizando autores de referência para as temáticas abordadas. Como principal resultado aponta-se que a aplicação de procedimentos de gestão documental ao acervo fotográfico não somente contribui com a construção da memória institucional como impulsiona esse fazer, porque torna a fotografia organizada, acessível para qualquer uso inteligente.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO – GESTÃO DOCUMENTAL E DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS

Desde sua origem, o registro documental passou por grandes transformações. Se na Antiguidade os primeiros registros serviram para controlar informações comerciais, gradativamente o documento se tornou fonte de prova. Até o Século XIX, era visto com um caráter estritamente probatório e, posteriormente como instrumento de pesquisa, a partir de enormes arquivos permanentes público. Já no Século XX e com o avanço de ciências que estudam a documentação, como a Ciência da Informação e a Arquivologia, há uma mudança relevante, quando pesquisadores passam a compreender o documento além do seu suporte<sup>1</sup>, visando a informação que está registrada. No final do século, surge o paradigma pós custodial que

[...]possui uma perspectiva que coloca a Arquivística no campo da Ciência da Informação, pois entende que o objeto científico da mesma não pode mais ser o documento de arquivo, mas sim a informação (SOARES; PINTO; MALHEIRO, 2015, p. 22).

Com isso, a Ciência da Informação e a Arquivologia fortaleceram-se enquanto ciência e como áreas afins, configurando-se o novo objeto de estudo a informação. A informação está presente em muitos elementos, indo além de conteúdos textuais, cita-se como exemplos: placas de trânsitos, objetos, fotos, músicas, dentre outros. Para Vitoriano (2017, p.2):

A informação é elemento essencial para a sobrevivência humana e para a vida em sociedade. Ela está presente na vida diária, em transações das mais simples às mais complexas. Varia em abrangência e alcance, em estrutura de transmissão, nos modelos cognitivos em que se apresenta.

As organizações precisam compreender que a informação é um elemento vital para o desenvolvimento das suas atividades, sejam as informações pertinentes às próprias rotinas administrativas, como as mais complexas estratégias. Nesse cenário apontam-se as informações orgânicas como as mais relevantes, pois contemplam as informações produzidas e recebidas. A gestão da informação orgânica registrada proporciona a:

[...] pesquisa retrospectiva, reduz a incerteza e melhora a tomada de decisão, aprofundando o conhecimento da cultura institucional e do processo de decisão. Cada vez mais organismos utilizam os seus documentos nas suas pesquisas retrospectivas, a fim de melhor compreender o presente (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 65).

Nesse sentido, entende-se que as fotografias pertencentes às atividades das organizações proporcionam a pesquisa retroativa, podendo a partir disso, propiciar a elaboração de novas estratégias, pois nos últimos 20 Anos, a fotografia deixou de ser utilizada apenas como um suporte e ilustração dos textos. Nos dias atuais, a fotografia ganhou visibilidade, devido à grande quantidade de pesquisas em torno dessa temática. Esses estudos aprimoram e desenvolvem o aprofundamento de sua leitura como objeto informativo.

O anseio de perpetuar as imagens fotográficas vem ao encontro do desconhecimento sobre a constituição desse tipo de material, pois, trata-se de um tipo de documento ainda bastante desconhecido, do ponto de vista do seu tipo de material, na maioria das instituições. Assim, preservar imagens fotográficas nem sempre resulta em preservação do documento, sobretudo se não houver uma política voltada à preservação com recursos destinados especificamente a esse fim. (MARCONDES, 2005, p. 2).

Para que a organização acesse e utilize suas fotografias de maneira estratégica é relevante a atuação de um profissional da informação, uma vez que possui a base teórica, metodológica e técnica para tratar, conservar e preservar todos os tipos de documento. Por outro lado, é comum o setor de *marketing* ou comunicação desempenhar a função de organização e guarda desses documentos.

Os documentos fotográficos precisam ser preservados e conservados, é salutar destacar a diferencia destes termos. **Preservação** consiste na “Prevenção da deterioração e danos em

<sup>1</sup> Material no qual são registradas as informações (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 159).

documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 135). De modo sucinto, a preservação necessita criar meios para que o documento não seja danificado. Já a **conservação** é a “Promoção da preservação e da restauração dos documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 53). A conservação além de abarcar a preservar busca recuperar documentos deteriorados pelas condições ambientes, químicas e biológicas do arquivo.

As etapas necessárias para organizar e tornar útil e acessível os documentos fotográficos são as mesmas de qualquer outro documento, uma vez que a gestão documental abarca todas as especificidades de informação e suporte. Para esta pesquisa destaca-se as seguintes atividades: **diagnóstico dos documentos fotográficos, identificação dos gêneros documentais<sup>2</sup>, classificação, acondicionamento, e descrição** para recuperação dos documentos fotográficos.

Possuir os documentos fotográficos conservados é o primeiro passo para a utilização estratégica dessa documentação. Outro fator relevante é conhecer a história da instituição, logo será preciso realizar o **diagnóstico dos documentos fotográficos**, que é realizado a partir do levantamento do estado de conservação das fotografias. Nesse momento, identificar quais são os eventos regulares da companhia, comemorações de aniversários, ações de *marketing*, dentre outras atividades que geram documentos fotográficos é fundamental. Entrevistar colaboradores com mais tempo de empresa pode ser uma estratégia relevante nesta etapa.

Verificar se algum documento fotográfico necessita de higienização é relevante, haja vista que agrupar documentos contaminados a outros, pode ocasionar a contaminação de todo o acervo.

Logo após o diagnóstico **identificam-se os gêneros documentais** formando grupos de documentos fotográficos dos diversos processos existentes no acervo (objetos, fotografias, negativos, álbuns, contatos e diapositivos), observando-se também a predominância dos formatos para identificar os problemas e definir o tratamento posterior. (BARUKI E COURRY, 2004, p.3).

A higienização das áreas do arquivo e do acervo deve ser atividade regular e constitui o principal passo para a conservação preventiva, garantindo o aumento da vida útil das fotografias. A falta de asseio provoca diversos danos às fotografias, muitos irreversíveis, como: aparecimento de fungos, roedores, bactérias, arranhões e riscos na imagem, desfiguração da imagem e do suporte, envelhecimento, dentre outros riscos que ocasionam a perda do documento fotográfico, consequentemente da informação.

A **classificação** de documentos fotográficos ocorre comumente por assuntos, porém acredita-se que esse tipo de classificação distancia o documento fotográfico da atividade em que foi produzido, dificultando sua relação orgânica e arquivística.

Os documentos fotográficos de arquivo não precisariam ter tratamento diferenciado no que tange à gestão, isto é, deveriam ser submetidos normalmente aos processos de classificação, avaliação, descrição; diferenciando-se em relação aos documentos convencionais apenas quanto às práticas de preservação. Como a imagem fotográfica tem grande poder representativo e carrega consigo um alto potencial estético, que pode influenciar subjetivamente o profissional de arquivo responsável pelo tratamento técnico, é recomendável cautela quanto à utilização do conteúdo imagético. No tratamento arquivístico, a compreensão dos documentos, quaisquer que sejam as técnicas, suportes ou gêneros, deve dar-se pelas funções administrativas e arquivísticas (LOPEZ e CARVALHO, 2013, p. 272).

Os autores acima citados são enfáticos e consideram o documento fotográfico como qualquer outro documento arquivístico. A classificação por assunto “[...] a uma imagem fotográfica, quando feita sem o conhecimento dos motivos de sua produção, provavelmente será embasado em critérios não padronizados, tais como órgão de custódia, objetos captados, pessoas retratadas, com alta probabilidade de produzir um resultado questionável (LOPEZ, CARVALHO, 2013, p. 277). A classificação, sem dúvida, é uma das atividades mais complexas do arquivista, pois é fundamental que se tenha uma visão holística da companhia em que se atua, somente assim será possível identificar e verificar as relações dos documentos com as funções e atividades da organização.

---

<sup>2</sup> Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso(1), como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos micrográficos, documentos textuais (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 99).

O **condicionamento** dos documentos fotográficos é uma etapa relevante e relaciona-se diretamente com a preservação e conservação das informações registradas. A utilização de fitas adesivas, cliques, grampos metálicos dentre outros materiais inapropriados, podem ocasionar, manchas amareladas, rasgos, ferrugens, diminuindo o acesso à informação ou tornando-o parcial. Ambientes climatizados e controlados (temperatura, umidade, luminosidade), somados a uso de materiais adequados (envelope cru, papel com PH neutro) prolongam a vida de documentos fotográficos.

A **descrição de documentos fotográficos** é essencial, pois proporcionará o acesso aos documentos, nessa atividade constroem-se os instrumentos de pesquisa, que podem ser: guia, inventário e catálogo. A figura 1 “Instrumentos de Pesquisa”, que segue, demonstra a hierarquia e o nível de detalhamento de cada instrumento.

**FIGURA 1 – Instrumentos de pesquisa**

NÍVEL	BASE DA DESCRIÇÃO	INSTRUMENTOS
Instituição	conjuntos documentais amplos	guia
Fundos, grupos, coleções	séries	inventário
Séries	unidades documentais	catálogo
Unidades documentais selecionadas pertencentes a uma ou mais origens	assunto; recorte temático	catálogo seletivo; índice

Fonte: (LOPEZ, 2002, p. 22)

O instrumento de busca inventário é muito utilizado pois proporciona um nível de detalhamento intermediário, levando-o profissional da informação a localizar a informação desejada pelo usuário por meio de identificação das séries.

A localização dos documentos fotográficos torna-se possível a partir da realização das atividades destacadas aqui e, a partir do seu uso será possível impulsionar a construção da memória institucional.

### 3 MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Memória é um conceito difuso. Associado originalmente, à capacidade do ser humano de lembrar-se de fatos ocorridos no passado, como diz Jacques Le Goff (1992, p. 423) “remete-nos a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas ou que ele representa como passadas”.

Esta capacidade de representar o passado é essencial para o funcionamento das organizações. Como diz Icleia Thiesen (2013, p.282)

A memória é um elemento primordial no funcionamento das instituições. É através da memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade, retendo apenas as informações que interessam ao seu funcionamento. Há um processo seletivo que se desenvolve segundo regras instituídas e que variam de instituição para instituição. Tendo em vista que as instituições funcionam em rede no campo social, o limite de uma instituição é outra instituição. E as informações relevantes para a recuperação da memória institucional dever ser, por isso, buscadas não apenas nos materiais e fontes internas, mas fora dos muros institucionais.

A articulação entre as ocorrências rotineiras da vida de uma organização e o processo de atribuição de sentido no tempo têm na memória uma ferramenta essencial para a consolidação da identidade do grupo com instituição social. Porém, é importante notar que este é um processo contínuo, pois, como salienta Thiesen (2013, p. 282), “a memória institucional está em permanente elaboração, pois é função do tempo”. Em cada organização esse processo se dará de acordo com condicionantes específicas da vivência organizacional e dos instrumentos disponíveis para preservá-la e reativá-la.

Nesse sentido, o conceito de Memória institucional como apresentado pela literatura

compreende a preservação de acervos documentais para que sejam usados posteriormente em benefício da memória do grupo organizacional. Em cada organização, a representação do passado pode constituir um importante fator de motivação dos colaboradores em favor do objetivo institucional. Mas não apenas este, outros usos podem ser atribuídos ao documento fotográfico ao longo da trajetória institucional. Em cada circunstância, o uso dado à memória terá diferentes abordagens. A definição formada por Menezes (2006) remete-nos a um outro conceito o de memória organizacional, de natureza instrumental, em que a memória é utilizada para produção de conhecimento objetivo dentro da organização. Neste caso ela é um

Acervo de informações, conhecimentos e práticas, agregados e retidos pela organização ao longo de sua existência, utilizados para o suporte às suas atividades, seus processos decisórios e para a preservação de seu capital intelectual, potencializando a gestão do conhecimento” (MENEZES, 2006, p. 31)

Trata-se, portanto, de um dos usos possíveis para a memória das instituições. Seja para registro administrativo, seja para ampliar a capacidade de divulgação a documentação fotográfica atinge, atualmente, os mais diferentes setores das organizações. Fotografa-se por questões técnicas, durante a execução de obras civis, ou desenvolvimento de produtos. Fotografa-se eventos como meio de prova, garantindo que de fato ocorreram como contratado em contratos de prestadores de serviço, ou para registrar o próprio evento, como registro das ações da organização, pela área de Comunicação.

Independentemente das motivações originais do registro fotográfico, ao final, constitui-se um conjunto de imagens, representativas, de uma série de ocorrências da organização. Se o valor primário, o motivo pelo qual o documento foi produzido, está presente no momento da sua produção, no caso do registro fotográfico, rapidamente surge o valor secundário, valor informativo, histórico, que determina o uso da imagem fixada para usos que podem ser completamente diferentes daqueles originais.

Esses usos, porém, estão limitados à capacidade de organização e preservação do acervo, aplicando-se os conceitos de gestão documental ao conjunto de documentos fotográficos, de modo a subsidiar a aplicação das diretrizes de memória institucional, de acordo com os objetivos organizacionais.

#### **4 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS**

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com revisão de literatura. Partindo de uma revisão bibliográfica, indispensável para que o pesquisador possa se apropriar de diversas informações concernentes a investigação que, talvez, não obtivesse na pesquisa de campo, como dados, informações e fatos passados que se encontram dispersos e que só são possíveis de obter a partir de fontes secundárias (GIL, 2009). Nesse sentido, pela falta de literatura que abordasse a temática do estudo, baseou-se em artigos científicos, manuais de preservação e conservação de acervos fotográficos que serviram de base para o desenvolvimento do referencial teórico.

Em um primeiro momento, foi realizada a busca bibliográfica de textos científicos relevantes para esse estudo, para a construção do corpo teórico que fundamentam as discussões sobre “A preservação de documentos fotográficos em organizações cooperativas, representando o marketing institucional da empresa”, havendo o interesse em enriquecer as discussões, ressaltando que as fotografias são um tipo documental importante e relevante para o patrimônio e memória das instituições organizacionais.

Para o processo de busca, coleta e seleção dos artigos, manuais e trabalhos apresentados em anais de evento, foi utilizado o recurso de estratégia de busca por assunto através das seguintes palavras-chave: “fotografias”; “memória Institucional”; “patrimônio cultural”. O intuito em buscar conteúdo informacional utilizando esses termos, foi possível realizar a construção do referencial teórico ressaltando a relevância que a fotografia possui perante uma organização institucional, sendo um tipo de documento patrimonial, cultural e passível de prova para algum acontecimento que ocorreu e que foi registrado a através de imagens fotográficas.

#### **5 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A necessidade de implantação da gestão documental em arquivos privados torna-se cada dia

mais latente, uma vez que lidar com as massas documentais nos mais variados suportes que a tecnologia desenvolve, migra e se reinventa pode trazer muitos danos aos acervos, que não possui políticas para acompanhar tais mudanças. A disponibilidade de um mesmo arquivo para vários colaboradores, somada à cultura do papel contribuem também para a formação de massa documental. Mais do que nunca é necessária uma gestão documental efetiva para gerir somente os documentos necessários, disponibilizando-os no momento correto das tomadas de decisão.

Os documentos fotográficos não se diferem de nenhum outro gênero de documento, porém no que tange à preservação e conservação exigem cuidados específicos. Porém, a gestão documental em si, será a mesma. Os documentos fotográficos, quando acessíveis contribuem para diferentes usos, em destaque compõem a memória institucional, o que o torna um documento estratégico quando visto pelo setor de *marketing*, afinal consolidar a trajetória de fundadores, as transformações que a companhia perpassou, atraem o cliente, fideliza e aumenta a confiança nos produtos e serviços. Logo, somente contribui com a construção da memória institucional como impulsiona esse fazer, porque possibilita que a fotografia após organizada, esteja acessível para qualquer uso possível de maneira inteligente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desse estudo, compreende-se que a fotografia estampa a vida do ser humano, rodeia o imaginário social, induz comportamentos, direciona o nosso olhar para diversos acontecimentos e molda o mundo ao nosso redor. Acervos fotográficos não devem ser vistos apenas como uma imagem ou uma arte, mas sim como um instrumento que mantém viva a história, especificadamente de uma instituição corporativa.

Entretanto, essa história registrada em documentos, poderá ser consultada se o material estiver conservado e organizado de uma maneira que possibilite o acesso as informações contidos neles. A fotografia refere-se a um material que a sua constituição é frágil, exige-se grande cautela no manuseio e acondicionamento, pois essas ações são fundamentais para maior durabilidade.

A discussão das fotografias como um documento de arquivo, comparadas com seu contexto de produção, constituem em fontes de informações que são baseadas em detalhes ricos que são capazes de reproduzir aspectos do momento e lugar que foram produzidos, transmitindo, conservando e representando as atividades políticas, sociais, científicas e culturais da cena fotografada, onde essa representação, muitas vezes, torna-se mais completa do que se fosse realizada por meio de um documento textual.

Baseado na premissa de que a Ciência da Informação é responsável em realizar estudos voltados a comportamentos e representação de informações, sua interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, suas aplicações e práticas, considerando esse aspecto no âmbito do tema pesquisado, é possível perceber que, acervos fotográficos presentes em arquivos institucionais, possuem em seu conteúdo, valores informacionais de evidência e prova, o que pode resultar a partir de uma gestão eficiente, o conhecimento registrado independente do suporte.

Delinear para o futuro a identidade organizacional e a cultura da organização é um elemento essencial da continuidade das instituições no tempo e baseado na fonte de legitimidade de sua atuação social. A própria existência institucional depende de um lastro histórico que justifique sua existência.

Em vista disso, o presente trabalho teve como intuito enfatizar o documento fotográfico como subsidio a memória institucional, ressaltando a importância de acervos fotográficos como documentos arquivísticos para organizações administrativas, não se atentando apenas como uma questão de documentação histórica, mas como uma estratégia fundamental para a consolidação de sua identidade e de fortalecimento de seus valores e tradições.

Assim, é cada vez mais importante que as fotografias de arquivos institucionais se constituem como documentos arquivísticos, sob a ótica dos responsáveis por essas instituições e que atribuindo a esse tipo de acervo práticas e procedimentos para uma gestão documental eficiente, proporcionando o atendimento as necessidades dos usuários, salvaguardando a integridade desses documentos.

A memória institucional seja depositada em fotografias, documentos (iconográficos ou bibliográficos), entre outros, é essencial que as informações sejam preservadas, a partir de um sistema de gerenciamento, obtendo a conservação e manutenção de bibliotecas e arquivos organizacionais, sejam eles privados ou públicos.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARUKI, S.; COURY, N. **Treinamento em conservação fotográfica**: a orientação do centro de conservação e preservação fotográfica da Funarte. Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: < <http://www.arqsp.org.br/cpba/>>. Acesso em 31 ago. 2018.

CASSARES, N. C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000. (Como fazer, 5).

CHAGAS, E. C. Documentos fotográficos: a preservação da memória pessoal e institucional do pioneiro José Lopez e Família. In: III Encontro Nacional de Estudos da Imagem- ENEIMAGEM, 3., Londrina, PR, Brasil. **Anais Eletrônicos...**Londrina: ENEIMAGEM, 2011. Disponível em:< <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/EVA%20CRISTINA%20DAS%20CHAGAS%20P.B.Lopes%20&%20Cia.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

LACERDA, A. L. **A fotografia nos arquivos**: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/T.8.2008.tde-11092008-145559. Acesso em: 2018-09-24.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: História e Memória. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992, p. 423-483

LOPEZ, A. P. A. CARVALHO, P. D. S. A classificação arquivística por assunto em documentos fotográficos: o exemplo do Arquivo Público do Distrito Federal. In: **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 271-279, jul./dez. 2013.

LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo, 2002.

MARCONDES, M. Conservação e preservação de coleções fotográficas. **Revista Histórica**. Ano 1. V. 1. Abr. 2005. Disponível em: <[http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao01/materia02/conservacao\\_d\\_e\\_colecoes.pdf](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao01/materia02/conservacao_d_e_colecoes.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2018.

MENEZES, E.M.de. Estruturação da memória organizacional de uma instituição na iminência de evasão de especialistas: um estudo de caso na Cohab. Brasília: PPGGCTI/Universidade Católica de Brasília, 2006. Disponível em < <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/1476>>. Acesso 29 set. 2018.

POZZEBON, F. **Manual de Preservação Fotográfica**. 2013. Disponível em< <http://coral.ufsm.br/ppgppc/images/Anexodissertacaopozzebon.pdf>>. Acesso em:31 ago. 2018.

ROSSEAU, J-Y; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. 1. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1998

SOARES, A. P. A.; PINTO, A. L.; SILVA, A. M. O paradigma pós-custodial da Arquivística. **Revista a&b.**, s. 3, n. 4, 22-39, 2015.

THIESEN, I. **Memória institucional**. João Pessoa: UFPB, 2013.

VITORIANO, M.C.C.P. A relação entre gestão da informação e gestão documental na arquivologia: mapeamento do tema em publicações científicas brasileiras. **Palavra-Clave (La Plata)**. outubro 2017, vol. 7, nº 1. Disponível em: <https://www.palavraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/download/PCe038/8828/> Acesso em: 29 set. 2018.

***Economia e cidades: um estudo comparativo entre cidades do interior paulista.***

*Economics and cities: a comparative study among cities in the interior of São Paulo.*

Sessão temática: Desenvolvimento e Integração Regional – Desenvolvimento regional e local.

BRAGA FILHO, Hélio  
Uni-FACEF  
Doutor em Serviço Social pela Unesp  
hb@facef.br

POUSA, JONATAN  
Uni-FACEF  
Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Uni-FACEF  
pousa.jonatan@gmail.com.br

ANDRADE, Leonardo H. Cardoso  
UNESP  
Doutorando em Serviço Social pela Unesp  
leo.hca@gmail.com

LESSA, Márcio B.  
Uni-FACEF  
Mestre em Gestão Empresarial pelo Uni-FACEF  
marcio\_lessa@facef.br

**Resumo:** Do mesmo modo que os recursos (naturais, humanos e de capital) não estão distribuídos de forma mais equilibrada, tanto o crescimento como o desenvolvimento econômico não se propagam homogeneamente pelo espaço econômico. Assim, algumas localidades crescem e se desenvolvem mais rapidamente, outras mais lentamente, enquanto existem aquelas que praticamente permanecem estagnadas. O objetivo desta pesquisa limitou-se a descrever e comparar determinados aspectos econômicos e sociais da cidade de Franca com outras cidades do interior paulista. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e descritiva baseada em indicadores quantitativos secundários obtidos por meio de informações de fontes oficiais de pesquisa. Enquanto conclusão, ainda que, provisoriamente, constatou-se, que apesar da cidade de Franca contar com uma população mais numerosa, indicadores econômicos selecionados revelaram que a sua estrutura industrial é altamente especializada e concentrada em um ramo industrial de baixa tecnologia, além do que, entre os demais dezessete municípios selecionados para o estudo, foi a cidade que registrou o menor valor referente ao rendimento médio dos empregos formais da indústria.

**Palavras-chave:** economia, cidades, indicadores econômicos.

**Abstract:** Just as resources (natural, human, and capital) are not distributed more evenly, both growth and economic development do not spread evenly across economic space. Thus, some localities grow and develop more rapidly, others more slowly, while there are those that practically remain stagnant. The purpose of this research was to describe and compare certain economic and social aspects of the city of Franca with other cities in the state of São Paulo. It is a bibliographic and descriptive research based on secondary quantitative indicators obtained through information from official research sources. As a conclusion, although, tentatively, it was found that although the city of Franca has a larger population, selected economic indicators revealed that its industrial structure is highly specialized and concentrated in a low-tech industrial branch, in addition to , among the other seventeen municipalities selected for the study, was the city that registered the lowest value referring to the average income of formal industry jobs.

**Keywords:** economics, cities, economic indicators.



## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa limitou-se a descrever e comparar determinados aspectos econômicos e sociais da cidade de Franca com outras cidades do interior paulista.

Do mesmo modo que os recursos (naturais, humanos e de capital) não estão distribuídos de forma mais equilibrada, tanto o crescimento como o desenvolvimento econômico, não se propagam homogeneamente pelo espaço econômico.

Assim, algumas localidades crescem e se desenvolvem mais rapidamente, outras mais lentamente, enquanto existem aquelas que praticamente permanecem estagnadas.

Em virtude da complexidade e da gama de fatores que envolvem os fenômenos do crescimento e do desenvolvimento econômico, seria muita pretensão esgotar este tema num único artigo, até porque, o espaço disponível por norma não permite uma abordagem mais profunda.

Com base em alguns indicadores econômicos e sociais, em que se assemelha e em que se diferencia a cidade de Franca de outras cidades do interior paulista?

Para responder esta indagação, enquanto procedimento metodológico, elaboramos uma pesquisa descritiva, baseada em indicadores quantitativos obtidos por meio de informações de fontes oficiais de pesquisa.

A primeira seção do artigo foi reservada a uma arguição de natureza teórica, a qual, em linhas gerais, procurou abordar, resumidamente, questões relacionadas ao desenvolvimento regional, às dinâmicas territoriais locais, à indústria e à estrutura industrial e produtiva. Em seguida, a segunda seção explicou os procedimentos metodológicos e analisou os resultados da pesquisa baseada em dados quantitativos de natureza econômica e social.

Finalmente, a última seção procurou tecer, ainda que, inconclusivamente, as considerações finais.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Assim como o crescimento e o desenvolvimento econômico não se propagam igualmente, os recursos (naturais, humanos, financeiros, etc.) não estão distribuídos de forma equilibrada pelo espaço geográfico.

Por este motivo, algumas localidades crescem e se desenvolvem mais rapidamente, outras mais lentamente, enquanto existem aquelas que praticamente ficam estagnadas.

Com a globalização, os capitais produtivos passaram a se deslocar com mais intensidade dos países industrializados e desenvolvidos em direção aos países denominados emergentes, tendo em vista que as vantagens encontradas nesses países – recursos naturais/matérias-primas e mão-de-obra barata e abundantes, além de incentivos fiscais-possibilitavam ampliar os seus excedentes econômicos.

No Brasil, a partir da última década do século XX colocou-se em prática pelo governo federal, considerável movimento de abertura comercial e financeira no país. Este mesmo movimento colidiu com a fase mais aguda do ajuste pró-estabilização da economia brasileira e, também com a retirada das medidas de proteção concedidas à indústria brasileira.

Estas ocorrências – abertura comercial, estabilização da economia e fim do protecionismo conferido à indústria -, combinadas com a apreciação do câmbio (R\$/US\$), elevada carga tributária e juros altos, acabaram provocando enquanto reação, sobretudo da indústria brasileira, intenso processo de reestruturação produtiva.

Como se não bastasse, intensificou-se a guerra fiscal travada entre os estados da federação brasileira.

Assim, o processo de reestruturação produtiva-fusões, aquisições, privatização, desnacionalização de empresas privadas, terceirização etc.- promoveu também, intenso movimento de realocação industrial, o qual, por sua vez, resultou em mais desconcentração da produção industrial. Basta observar que os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo respondiam em 1966 por 81,2% do VTI, sendo que São Paulo e Rio de Janeiro representavam 75,3%. Já em 2015, os quatro estados da Região Sudeste respondiam por 48,5%, enquanto São Paulo e Rio de Janeiro somavam 38,9% do VTI da indústria de transformação (IBGE)

Ademais, da década de 1990 em diante, concomitantemente à desconcentração regional da produção industrial ocorria progressivo movimento de redução da participação da indústria no PIB tanto que em 2014 já respondia por 12%. (IBGE)

Assim, enquanto determinadas localidades e regiões foram beneficiadas com a chegada de novas empresas, outras localidades foram prejudicadas com a saída de empresas ali até então sediadas.

O desenvolvimento Regional pode ser uma boa resposta às crises porque seu princípio fundamental: descentralização do poder decisório, favorece o esforço de criatividade e inovação, necessário para encontrar solução original para novos problemas que se apresentem. (MATTOS, 2001, p.103)

Não resta dúvida de que a globalização engendrou um nova dinâmica de desenvolvimento para os países em termos de velocidade e de intensidade. As reações locais ao movimento global não são as mesmas, tendo em vista que, em determinadas localidades a reação é pró-ativa, já em outras, a reação é passiva.

Embora a constituição de 1988 tenha delegado maior autonomia e responsabilidade aos municípios, a mesma não se preocupou em repartir de forma mais equilibrada os recursos financeiros. Além do mais, o poder decisório, ainda continua centralizado, o que de alguma forma inibe a criatividade.

O enfretamento das questões até então apontadas, varia de localidade para localidade, mesmo que porque, cada lugar é uno, isto é, possui especificidades próprias-embora certas localidades podem possuir características econômicas, sociais, políticas e culturais semelhantes às de outros lugares.

Diante disto, entendemos que em se tratando do desempenho da economia nacional, o enfretamento das turbulências provocadas pela instabilidade da economia dependa, sobretudo, da velocidade e da habilidade daqueles que detêm e manejam os instrumentos de política econômica no plano de governo federal. Entretanto, no plano local, a reação aos movimentos da economia global dependerá em larga medida da disposição aos atores locais, principalmente aos atores corporativos, baseada na criatividade, na cooperação e na solidariedade de buscarem respostas aqueles movimentos. Em se tratando das dinâmicas territoriais convergentes à promoção do desenvolvimento territorial,

[...] são reconhecidos três tipos de trajetórias dos espaços locais voltadas para a promoção da dinâmica e do desenvolvimento, convergindo concomitantemente para a transformação destes em territórios. [...] Na aglomeração, o local se desenvolve pela acumulação quantitativa de atividades. [...] Na especialização, o processo de desenvolvimento está fundado na estrutura organizacional do tecido econômico, dominado por uma atividade industrial ou um produto [...]. Na especificação, a produção de um território se caracteriza pela elaboração de um modo de coordenação entre os agentes econômicos. (VERDI; PIRES, 2008, p. 40-41).

No primeiro caso, predominam as políticas públicas baseadas nos incentivos fiscais, no terceiro, isto é, na especificação, a mesma se baseia na organização/coordenação das empresas e das instituições na obtenção/criação de vantagens locais para o conjunto das atividades de produção.

Já no segundo caso, isto é, da especialização, os autores destacam vantagens, porém alertam para os riscos inerentes à própria especialização.

Nos casos de externalidades tecnológicas, a especialização se manifesta na existência de centros de formação profissionais relativos à especialização do território, de centros técnicos que renovem o conhecimento local; assegurem a tecnologia, as estratégias comuns de exportação etc. A especialização cria vantagem do meio pela acumulação de conhecimentos no domínio técnico dado, mas produz igualmente uma fragilidade do tecido causada pela monocultura industrial (VERDI; PIRES, 2008, P.41)

Convém assinalar também, que a fragilidade decorrente da monocultura industrial, está associada a fatores como as flutuações da demanda, sobretudo do consumo, mudanças na própria estrutura do consumo decorrentes de alterações dos coeficientes de elasticidade-renda da demanda, como também, da ausência de inovação da própria indústria especializada.

Outra questão que deve ser considerada em relação a determinados gêneros da indústria de transformação, diz respeito ao reduzido consumo e ao baixo nível de investimento.

Os dados nacionais de consumo por habitante para todos os produtos, inclusive básicos, como alimentos e vestuários, são muito inferiores aos de países com níveis semelhantes de renda per capita. A grande maioria dos setores industriais vem enfrentando, em todos os segmentos, estagnação do mercado, o que se traduz em ociosidade de equipamentos (...) e baixos

níveis de investimentos. (COUTINHO, FERRAZ, 1994, p.250).

Embora as constatações dos dois autores remontem o início da década de 1990, dados mais recentes sobre o consumo per capita e em milhões de pares de calçados no Brasil, revelam pouca ou, quase nenhuma alteração ao longo de dez anos. De acordo com o Relatório do DEPEC do Bradesco de junho de 2017, o consumo aparente de calçados no Brasil aumentou de 713 em 2003, para 815 milhões de pares em 2013, contudo em números por habitante, apenas passou de 4,19 para 4,23 per capita, respectivamente.

Não bastasse o movimento descendente de participação da indústria no PIB, deve-se considerar ainda as mudanças que ocorreram na estrutura interna da indústria de transformação no país. Os gêneros industriais de bens de consumo não-duráveis – têxteis, vestuário, calçados, fumo, alimentos e bebidas, etc. – que na fase seminal da industrialização detinham elevada participação no VTI, atualmente, a exceção de produtos alimentícios, sua participação no VTI é bem reduzida. O ramo de têxteis teve sua participação no VTI reduzida de 3,26% em 1996, para 1,49% em 2015, o de vestuário passou de 2,18% para 2,05%, já o segmento de calçados, diminuiu 1,83% para 1,15% segundo as estatísticas da PIA/IBGE.

Cabe ainda informar que em se tratando do segmento de calçados, o consumo per capita em dez anos, praticamente não se alterou, de 4,19 pares em 2003, alcançou os 4,23 pares per capita em 2013<sup>1</sup>.

Embora não constitua objeto de pesquisa é oportuno salientar em relação ao setor secundário, aquelas indústrias formadas por inúmeras firmas pequenas.

Denominamos firmas pequenas àquelas que se iniciam e funcionam com um volume de capital reduzido. O número de pessoas que comanda esse capital reduzido é bem maior do que as oportunidades que se oferecem às firmas de tal envergadura. Essas firmas pequenas concorrerão intensamente entre si, e essa concorrência jamais permitirá que sua remuneração ultrapasse determinado limite máximo, pelo menos se tirarmos a média dos lucros e perdas no decorrer de um ciclo econômico. Devemos é claro, levar em consideração o fato de que os custos e lucros das pequenas firmas são muito dispersos. Grande número delas obtém lucros regulares e até satisfatórios: outras jamais compensam o seu custo. É fácil explicar por que essas firmas deficitárias existem em grande número. (STEINDL, 1983, P.59)

Ainda que as contratações de Steindl sejam pertinentes à indústria norte-americana no ano de 1939, admitimos que as mesmas, sejam, salvo as excepcionalidades, recorrentes na atualidade para as pequenas firmas brasileiras que operam na indústria de transformação. Além disto, Steindl (1983) havia examinado a indústria, notadamente os diferenciais de custo, através de determinadas relações como o valor adicionado e os salários por porte dos estabelecimentos, entre outras.

No Brasil, a Pesquisa Industrial Anual: PIA – Empresa/IBGE, nos permite examinar vários indicadores de receita e de custos e despesas de diferentes gêneros das indústrias de transformação.

A relação entre Custos e Despesas – Gastos Totais com Pessoal e o Valor Bruto da Produção Industrial, mostra-nos que a participação dos custos/despesas com pessoal (salários e retiradas) em relação ao Valor de Produção Industrial (VBPI) diminui à medida que aumenta o tamanho do estabelecimento. Entretanto, quando examinamos os dados Cadastro Central de Empresas (CEMPRE/IBGE) salário médio mensal (em Salários Mínimos) e a quantidade de pessoas ocupadas nas indústrias de transformação de acordo como tamanho do estabelecimento, observamos um quadro bem distinto.

---

1 Segundo o Informe Setorial-Calçados do DEPEC/BRADESCO-Departamento de Pesquisa e Estudos Econômicos de jun./2017.

**Tabela 1:** Brasil e Sudeste, salário médio mensal (SM) e Pessoal Ocupado (em%) por tamanho do estabelecimento nas indústrias de transformação – 2015

Classes de tamanho	Salário Médio Mensal (S.M)		Pessoal ocupado total (em %)	
	BR	Sudeste	BR	Sudeste
0 a 4	1,6	1,7	5,67	4,66
5 a 9	1,7	1,8	6,51	5,61
10 a 19	1,9	2,0	8,99	8,20
20 a 29	2,0	2,1	5,73	5,41
30 a 49	2,1	2,3	6,38	6,09
50 a 99	2,4	2,6	8,61	8,49
100 a 249	3,0	3,3	10,28	10,48
250 a 499	3,4	3,9	7,82	7,87
500 ou +	4,5	5,4	39,99	43,17
Total	3,3	3,9	100,0	100,0

**Fonte:** CEMPRE/IBGE, Elaboração dos autores.

Os valores referem-se ao conjunto das indústrias de transformação, portanto, muito provavelmente, salvo algumas excepcionalidades, para os vários gêneros pertencentes ao setor de transformação industrial, o quadro deve ser bem semelhante.

O que se constata é, que o valor das remunerações (salário) do pessoal ocupado nas IT, aumenta, conforme aumenta a classe de tamanho do estabelecimento e, que os estabelecimentos industriais de 500 ou mais pessoas respondem por elevado percentual do pessoal ocupado naquele grande setor de atividade econômica.

Finalmente, outra questão que deve ser considerada, dada a sua relevância, é a relação entre a estrutura produtiva, crescimento e desenvolvimento econômico, mesmo porque, o desenvolvimento econômico é entendido como um processo de mudança na estrutura produtiva.

[...] a mudança estrutural na composição da produção na direção de setores com maior conteúdo tecnológico e produtividade-intitulada aqui como sofisticação produtiva-é importante para o processo de desenvolvimento econômico porque tais setores praticam melhores salários, de modo a incrementar o padrão médio de bem-estar da população da economia em questão, e exercem um impacto relativamente maior sobre o crescimento médio da economia, dadas as externalidades positivas oriundas da manufatura e os impactos complementares do setor de serviços modernos que também agregam valor ao processo produtivo, (MARCONI, 2015, P.47)

De fato, os segmentos da indústria de transformação que produzem bens de maior conteúdo tecnológico, conseqüentemente de maior valor agregado, empregam mão-de-obra mais qualificada com salários mais elevados.

Em síntese, tanto o crescimento como o desenvolvimento econômico, não se propagam igualmente pelo espaço econômico, tendo em vista a ocorrência de diversos fatores, que tanto podem contribuir positivamente, como podem atuar de forma restritiva.

A descentralização do poder decisório inaugurada com a Constituição de 1988, transferiu maiores responsabilidades para o município, inclusive promover o desenvolvimento. Entretanto, o alcance deste objetivo, além de ser uma tarefa árdua, dependerá, sobremaneira da efetivação de um novo arranjo institucional, isto sem contar com a imperiosa necessidade de ampliar a participação de diferentes segmentos da sociedade na elaboração de um projeto ou de um plano estratégico de desenvolvimento local. Além disto, muita criatividade e inovação são necessários, caso o crescimento e o desenvolvimento econômico estejam limitados por fatores como monocultura ou excessiva especialização da atividade industrial, predominância de pequenas firmas na estrutura empresarial, pouca sofisticação produtiva, entre outros óbices.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Adotando a cidade de Franca - localizada no norte do interior paulista – como referencia, a proposta do artigo é descrever e comparar determinados aspectos econômicos e sociais com outras cidades do interior. A pesquisa descritiva tem como objetivo examinar

[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno

ou, ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis. [...]. Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda etc. (GIL, 1995, p.9).

Entretanto, ao invés de nos determos ao estudo das características de determinada população procuramos examinar outras características de um selecionado conjunto de cidades. Assim, as principais características/aspectos sócio-econômicos das cidades selecionadas relacionam-se: a) à população total e sua respectiva taxa média de crescimento anual; b) à participação do valor adicionado fiscal da indústria no total do valor adicionado fiscal; c) à estrutura da indústria de transformação definida a partir dos valores mais expressivos do valor adicionado fiscal distribuído entre 28 subsetores da indústria de transformação. Na sequência, empregamos o método comparativo, tendo em vista que o mesmo

[...] procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. [...]. Também possibilita a análise do desenvolvimento econômico de uma região considerando sua situação em épocas distintas. (GIL, 1995, p.28)

Para verificar diferenças e similaridades entre os municípios estudados, recorreremos a outro conjunto de indicadores sócio econômicos, tais como a) os valores em dois momentos distintos do PIB e sua taxa média de crescimento anual; b) o valor adicionado na indústria e sua taxa de crescimento médio anual; c) a quantidade de empregos formais da indústria, e d) o rendimento médio dos empregos formais da indústria.

Por se tratar de um estudo comparativo e descritivo, a composição da amostra mais se aproximou daquela denominada amostragem por tipicidade, uma vez que

[...] para escolher uma cidade típica, com vistas a um estudo sobre o país, o pesquisador deverá procurar uma cidade cuja distribuição de renda seja semelhante à do país como um todo, cujo nível de industrialização se aproxime do nível do país etc. (GIL, 1995, p.83)

Contudo, o critério que utilizamos para selecionar de um universo de 645 municípios apenas 17, baseou-se no PIB, mesmo porque, os dezesseis demais municípios possuem população total menor que a do município de Franca.

Portanto, trata-se de uma pesquisa descritiva e comparativa de natureza quantitativa, a qual por sua vez, ainda que possa revelar certas semelhanças e/ou diferenças, apresenta limitações. Tais limitações decorrem de fato de que estamos examinando apenas expressões numéricas vagas, pois, via de regra, quando olhamos para o PIB-de um país, de um estado, de uma região ou, de uma localidade qualquer – enxergamos apenas a sua magnitude expressa em moeda corrente. Assim desprezamos aspectos importantes do processo de produção da existência material do homem como o conjunto de relações inerentes aquele mesmo processo.

A pesquisa qualitativa responde questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis [...], a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 1994, p.22)

Quando temos um número como por exemplo o PIB, só enxergamos o seu respectivo valor, a sua taxa de crescimento real, a sua composição e a sua grandeza comparativamente a outro PIB. Do mesmo modo, quando examinamos um conjunto de dados estatísticos, todo esforço teórico e metodológico empregado para explicar determinado fenômeno pode ser insuficiente, posto que outros elementos ficam de fora da análise, razão pela qual acabamos de fato examinando tão somente fragmentos da realidade.

#### 4 ANÁLISES E RESULTADOS DA PESQUISA

Inicialmente, examinamos a população total e a taxa anual de crescimento dos municípios entre os anos 2002/2015.

**Tabela 2:** Municípios paulistas, segundo população e taxa anual de crescimento: 2002 e 2015.

Municípios	População		Taxa anual de crescimento (%)
	2002	2015	
Araraquara	187.484	219.631	1,2
Embu das artes	213.885	256.031	1,4
Franca	294.336	331.259	0,9
Indaiatuba	157.439	225.974	2,8
Itapevi	169.666	218.553	1,9
Itu	139.174	162.309	1,2
Jacareí	195.541	220.103	0,9
Jaguariúna	32.408	50.386	3,4
Limeira	254.489	286.882	0,9
Louveira	26.277	43.322	3,9
Paulínia	57.129	95.033	3,9
Rio Claro	171.697	194.087	0,9
São Carlos	198.597	233.249	1,2
Sumaré	204.994	263.480	1,9
Suzano	235.387	276.852	1,2
Taubaté	251.168	293.782	1,2
Vinhedo	50.376	71.035	2,7

**Fonte:** SEADE, Elaboração dos autores

O conjunto formado por estes dezessete municípios registrara em 2002, uma população de 2.840.047 e, em 2015, atingira o equivalente a 3.441.968 habitantes, resultando de uma taxa média anual de crescimento da ordem de 1,48%.

Municípios menores como Jaguariúna, Louveira e Paulínia, destacaram-se dos demais pelo fato de terem registrado as maiores taxas de crescimento da população, seguidos de Indaiatuba e Vinhedo. Itapevi e Sumaré, alcançaram taxas menores, contudo acima da média. Os demais municípios obtiveram taxas próximas, porém abaixo da média, enquanto Franca, Jacareí, Limeira e Rio Claro esboçaram igualmente taxas de crescimento populacional bem abaixo da média.

Coincidentemente, os municípios de Araraquara, Indaiatuba, Jaguariúna, Louveira, Paulínia e Vinhedo, além de terem – a exceção de Araraquara – apresentado as mais altas taxas de crescimento populacional, foram também os que experimentaram aumento do saldo migratório entre os anos de 2000 e 2010. Já Itapevi, Itu, Jacareí, Limeira, Rio Claro, Sumaré, Suzano, Taubaté e São Carlos, registraram naqueles anos, saldo migratório positivo, porém em queda. Em sentido oposto, Embu das Artes e Franca computaram saldo migratório negativo, entretanto, enquanto o primeiro município esboçou taxa de crescimento populacional igual à média, o segundo computou taxa inferior.

Na sequência, verificamos a participação do valor adicionado da indústria no valor adicionado total de cada município.

**Tabela 3:** Municípios paulistas segundo a participação da indústria no VA total municipal-2015

Municípios	Participação da Indústria no VA total (em %)
Araraquara	21,5
Embu das artes	18,9
Franca	22,1
Indaiatuba	40,1
Itapevi	22,9
Itu	35,2
Jacareí	47,4
Jaguariúna	30,2
Limeira	34,1
Louveira	24,9
Paulínia	48,0
Rio Claro	39,3
São Carlos	34,9
Sumaré	39,2
Suzano	43,7
Taubaté	41,9
Vinhedo	39,8

**Fonte:** SEADE, Elaboração dos autores

Do conjunto formado por dezesseis municípios, somente quatro (Araraquara, Embu das Artes, Itapevi e Louveira) se aproximaram mais de Franca em termos de participação do valor adicionado industrial no valor adicionado total.

Paulínia, Jacareí, Suzano, Taubaté e Indaiatuba, formariam um conjunto de municípios caracterizado por elevada participação da indústria no VA total, seguidos por Vinhedo, Sumaré, Rio Claro, Itu, Limeira e Jaguariuna.

É oportuno destacar, que os municípios de Paulínia e Vinhedo eram os únicos com população no ano de 2015 inferior a 100.00 habitantes, contudo apresentaram elevada participação da indústria no valor adicionado e expressivas taxas de crescimento demográfico.

Para examinar a estrutura interna da indústria de transformação dos dezessete municípios, baseamo-nos nos valores mais expressivos do valor adicionado fiscal de um conjunto de vinte e oito gêneros pertencentes àquela mesma atividade econômica.

Assim como fora anteriormente assinalado, a respeito das trajetórias dos espaços locais mobilizadas para a promoção do desenvolvimento territorial, notadamente àquelas relacionadas à aglomeração e a especialização, podemos dizer o mesmo em relação à estrutura industrial. Ocorre que tanto uma estrutura produtiva, como uma estrutura industrial mais diversificada e sofisticada, crescimento e desenvolvimento econômico, muito provavelmente ocorrerão mais rapidamente. Bragança, Lemos e Amaral (2009) ao testarem a hipótese baseada na relação entre estrutura produtiva e crescimento econômico regional, concluíram

[...] que a estrutura produtiva afeta a trajetória de crescimento e desenvolvimento das diversas regiões e encontramos uma relação positiva e significativa entre a sofisticação produtiva e o crescimento econômico regional. A implicação desse resultado é que regiões que se especializarem na produção de bens mais sofisticados crescerão mais rapidamente. (BRAGANÇA, LEMOS, AMARAL. p.12, 2009).

Analogamente em se tratando da relação entre mudança da estrutura industrial e desenvolvimento econômico, Feijó e Lamônica (2009, p.70), concluíram a partir das “Leis de Kaldor”: “O processo de desenvolvimento para se atingir a maturidade passa pela evolução da estrutura produtiva na direção de uma indústria mais sofisticada tecnologicamente.”.

**Quadro 1:** Municípios paulistas e gêneros mais expressivos da indústria de transformação – 2015

Araraquara:	máquinas e equipamentos; vestiário e acessórios; prod. Alimentícios e bebidas
Embu das artes:	prod. de metal; prod.químicos; produtos farmacêuticos; prod.de plástico e prod. Alimentícios
Franca:	art.de borracha; couros e calçados; prod.químicos; máquinas e equipamentos e prod.alimentícios.
Indaiatuba:	prod. de metal; máquinas e equipamentos; mater.transporte; montadoras e autopeças; prod.químicos e prod.de plástico e prod. Alimentícios
Itapevi:	prod. Farmacêuticos, prod.alimentícios, máquinas e equipamentos, prod.químicos e prod. Plásticos
Itu:	prod. de metal; metalúrgia básica; eletrodomésticos; maq. aparelhos e mater.elétricos; papel e celulose; prod.alimentícios e bebidas.
Jacaré:	minerais não-metálicos; prod.de metal; máquinas e equipamentos; papel e celulose; prod.químicos; têxtil; artigos de borracha e bebidas
Jaguariúna:	mater.de transporte; prod.farmacêuticos; prod.de plásticos e mater.eletrônico e equip. de comunicação.
Limeira:	produtos de metal; máquinas e equipamentos; papel e celulose; minerais não-metálicos e prod. químicos.
Louveira:	papel e celulose; prod.de plástico; prod.alimentícios; minerais não-metálicos e máquinas e equipamentos.
Paulínia:	combustíveis e produtos químicos.
Rio Claro:	minerais não-metálicos; prod.de metal; prod.químicos; máquinas e equipamentos; máquinas aparelhos e materiais elétricos; prod.de plástico; móveis e prod.alimentícios
São Carlos:	têxtil; máquinas e equipamentos; papel e celulose; prod.de plástico; prod. alimentícios; diversas.
Sumaré:	prod. químicos; metalurgia básica; prod.de metal; equipam. médicos; óticos de automação e precisão; máq.apar. e mater. elétricos; prod.de plástico; mater.de transporte, montadoras e autopeças; produtos alimentícios.
Suzano:	minerais não-metálicos; máquinas e equipamentos; papel e celulose; prod. químicos; prod.de plástico.
Taubaté:	prod.de metal; mater.de transporte, montadoras e autopeças; metalurgia básica; prod. químicos; prod.de plástico.
Vinhedo:	minerais não-metálicos; prod.de metal; máquinas e equipamentos; mater. transporte, montadoras e autopeças; papel e celulose; prod. químicos; prod. plástico; prod. alimentícios; prod. farmacêuticos; edição; impressão e gravações.

**Fonte:** Seade, elaboração dos autores

Aparentemente, os municípios selecionados para a pesquisa conformaram uma estrutura industrial mais diversificada e menos especializada. Entretanto, examinando mais detidamente, através do Coeficiente de Especialização do Valor Adicionado Fiscal- que mede a importância de determinada atividade dentro da estrutura econômica da localidade, baseada na medida de soma de valor adicionado fiscal- disponibilizado pelo Atlas da Competitividade Industrial”



da Fiesp, constatamos uma situação um tanto diferente. Ocorre que em alguns casos, o elevado percentual do Coeficiente de Especialização do Valor Adicionado Fiscal de determinados segmentos da indústria de transformação, acaba revelando a existência de municípios cuja atividade industrial se encontrava em 2011 muito concentrada em apenas um, ou mais de um gênero industrial. No caso de Franca, destacava-se o ramo indústria de couros e calçados (74,8%); Indaiatuba material de transporte, montadoras e autopeças (47,1%); Itapevi, produtos farmacêuticos (66,9%); Jacareí, bebidas (40,4%); Jaguariúna, material eletrônico e equipamentos de comunicações (54,8%); Louveira, papel e celulose (69,8%); Paulínia, combustíveis (94,8%); e Taubaté, material de transporte montadoras e Autopeças (78,5%). Além do mais, o elevado percentual do coeficiente de especialização do VAF das cidades de Franca, Itapevi, Louveira, Paulínia e Taubaté revelava o quanto nestas mesmas localidades, indústrias especializadas ali haviam se desenvolvido. A exceção de Paulínia e de Taubaté, nas cidades de Franca, Itapevi e Louveira, a participação da indústria no valor adicionado total oscilou entre 22,1% e 24,9%.

Outro indicador econômico que examinamos foi o PIB (em mil reais correntes) e sua respectiva taxa média anual de crescimento.

**Tabela 4:** Municípios paulistas, PIB (em mil reais correntes) e taxa média anual de crescimento (%): 2002 e 2015

Municípios	PIB		Taxa anual de crescimento (%)
	2002	2015	
Araraquara	2.215.718,10	8.405.365,54	10,8
Embu das artes	1.304.478,71	9.403.920,30	16,4
Franca	2.127.823,16	8.443.011,62	11,2
Indaiatuba	2.342.314,97	12.158.900,86	13,5
Itapevi	1.062.832,69	10.278.995,46	19,1
Itu	1.838.683,64	7.347.449,06	11,2
Jacareí	3.224.923,59	10.665.065,80	9,6
Jaguariúna	1.439.441,69	8.903.620,63	15,0
Limeira	3.127.313,64	11.246.499,73	10,3
Louveira	987.833,23	11.895.643,24	21,1
Paulínia	7.474.956,54	27.060.731,53	10,4
Rio Claro	2.140.894,88	8.531.051,24	11,2
São Carlos	2.558.138,66	9.760.682,71	10,8
Sumaré	2.574.506,49	12.663.336,60	13,0
Suzano	3.352.184,99	10.328.166,64	9,0
Taubaté	4.107.555,29	14.703.591,83	10,3
Vinhedo	1.588.682,12	7.635.817,73	12,8

**Fonte:** SEADE, Elaboração dos autores

Nos municípios em que se registrou taxas médias anuais mais elevadas de crescimento do PIB, como Embu das Artes, Itapevi, Jaguariúna, Louveira, Indaiatuba, Sumaré e Vinhedo, também verificou-se a ocorrência de taxas mais altas de crescimento demográfico.

Com taxa de crescimento do PIB maior que a de sete dos demais dezesseis municípios, em valores absolutos (em reais correntes) a cidade de Franca só registrou PIB acima do de Araraquara, Itu e Vinhedo.

É importante salientar em relação a um indicador de grandeza como o PIB, que as variações no tempo do seu respectivo valor nominal, tanto podem resultar de alterações de quantidade, como também podem resultar de mudanças nos preços. De outro modo, o valor nominal do PIB é reflexo do volume físico e dos preços dos bens e serviços transacionados em dado período de tempo e em determinada área territorial. Acrescenta-se ainda, o fato dos bens e serviços, entre outros fatores, incorporarem diferenciado conteúdo tecnológico, razão pela qual, seus respectivos preços são de maior ou de menor valor agregado.

**Tabela 5** Municípios paulistas e Valor Adicionado na Indústria em reais correntes e taxa média anual de crescimento (em %) : 2002 e 2015

Municípios	Valor Adicionado Industrial		Taxa média anual de crescimento
	2002	2015	
Araraquara	599.064,51	1.581.853,45	7,7
Embu das artes	336.273,77	1.414.243,52	11,7
Franca	498.515,45	1.686.257,17	9,8
Indaiatuba	849.971,32	3.831.474,60	12,3
Itapevi	292.297,07	1.932.313,79	15,6
Itu	490.890,73	2.115.347,27	11,9
Jacareí	1.364.432,38	4.087.209,22	8,8
Jaguariúna	523.926,22	1.993.196,44	10,8
Limeira	1.137.501,58	3.287.652,16	8,5
Louveira	251.383,57	2.316.708,15	18,6
Paulínia	3.184.904,85	10.689.603,64	9,7
Rio Claro	789.302,45	2.857.895,83	10,4
São Carlos	890.705,21	2.978.020,44	9,7
Sumaré	790.992,90	3.698.485,90	12,6
Suzano	1.488.578,75	3.791.017,47	7,4
Taubaté	1.483.728,21	4.965.631,35	9,7
Vinhedo	512.349,75	2.336.438,93	12,4

**Fonte:** SEADE, Elaboração dos autores

Em relação ao Valor Adicionado da Indústria, a taxa média anual de crescimento de Franca ficou acima da de Araraquara, Jacareí, Limeira e Suzano, praticamente próxima a de Paulínia, São Carlos e Taubaté, entretanto em valores absolutos (reais correntes), só foi maior que o de Embu das Artes e o de Araraquara.

Segundo as estatísticas oficiais do IBGE relativas ao Sistema de Contas Nacionais (SCN), entre os anos de 2002 e 2015, o valor adicionado da indústria de transformação teria crescido a uma taxa média anual de 9,9% ao ano. Assim, as cidades de Franca, Paulínia, São Carlos e Taubaté, registraram taxas muito próximas de crescimento do valor adicionado da média nacional.

Embora não seja objeto de nossa pesquisa, cabe-nos acrescentar, que em respeito ao comércio exterior, a participação relativa das exportações totais (US\$/FOB) da cidade de Franca em relação ao valor das exportações do conjunto de municípios selecionados, caiu de 3,78% em 2002, para 2,43% em 2015. Além disso, do total de dezessete municípios, enquanto a taxa média anual de crescimento das exportações (2015/2002) alcançou 5,76%, Franca obteve 2,28%; São Carlos 1,68%; Jaguariúna -17,40%; Limeira 5,09%; Rio Claro 5,10% e Suzano 4,42%, já os demais onze municípios alcançaram taxas superiores à média, com destaque para Indaiatuba (16,67%); Embu das Artes (12,38%); Louveira (12,09%) e Vinhedo (15,12%).

Adotando a população total como parâmetro, verificamos que Limeira e Taubaté seriam as cidades que mais se assemelhavam à cidade de Franca, além do que apresentavam taxa média anual de crescimento da população, do PIB e do Valor Adicionado da indústria muito próximas. Contudo, em valores absolutos, isto é, em reais correntes, tanto o PIB como o Valor Adicionado da Indústria de Limeira e Taubaté, superaram o de Franca. Além disso, enquanto as exportações totais de Franca aumentaram de (US\$/FOB) US\$ 119,1 em 2002 para US\$ 158,4 milhões, Limeira passou de US\$ 252,1 para US\$ 481,0 milhões e as exportações de Taubaté, de US\$ 366,7 em 2002, alcançaram US\$ 824,6 milhões em 2015.

Outro importante indicador econômico que reflete o desempenho da atividade econômica, sobressaindo a atividade de produção industrial, relaciona-se aos empregos formais da indústria de transformação.

É oportuno observar que o volume de empregos oscila devido a uma conjunção de determinantes, pois, além de investimentos realizados pelas empresas, outra ordem de fatores como por exemplo o nível de atividade econômica, a produtividade e a tecnologia, entre outros, também exercem influência sobre o mesmo. Além disto, convém ainda acrescentar o fato de que a política econômica tanto pode contribuir para a manutenção e/ou a expansão, como pode provocar a diminuição do nível de emprego.

**Tabela 6** Municípios paulistas e empregos formais da indústria: 2002 e 2015.

Municípios	Empregos Formais Indústria		Variação Absoluta
	2002	2015	
Araraquara	8.709	16.340	7.631
Embu das artes	7.461	10.090	2.629
Franca	26.841	28.226	1.385
Indaiatuba	15.090	25.574	10.484
Itapevi	3.510	9.811	6.301
Itu	12.096	17.949	5.853
Jacareí	10.330	14.128	3.798
Jaguariúna	7.599	14.420	6.821
Limeira	20.001	28.625	8.624
Louveira	2.968	6.136	3.168
Paulínia	6.456	10.605	4.149
Rio Claro	14.504	22.536	8.032
São Carlos	18.539	19.003	464
Sumaré	9.544	18.247	8.703
Suzano	16.396	17.271	875
Taubaté	15.700	20.836	5.136
Vinhedo	6.971	16.998	10.027

**Fonte:** SEADE, Elaboração dos autores

A variação absoluta dos empregos formais da indústria somou um total de 94.080 empregos, dos quais, somente as cidades de Indaiatuba, Vinhedo, Sumaré, Limeira e Rio Claro, responderam por 48,75% do total. Incluindo Araraquara, Itapevi e Jaguariúna, estes oito municípios contribuíram com 70,8% do total de empregos entre os anos de 2002 e 2015. Já São Carlos, Suzano e Franca, foram as cidades com as menores variações dos empregos da indústria no mesmo período.

Entre outros fatores como produtividade, investimentos, inovação, o nível de emprego – no caso referimo-nos exclusivamente ao grande setor da indústria de transformação – também flutua de acordo com o volume físico da produção. Ademais, alguns gêneros da indústria são mais intensivos em tecnologia, enquanto outros, são mais intensivos em trabalho.

Em se tratando da produção física industrial, por grandes categorias econômicas, entre os anos de 2002 a 2015, a indústria de transformação brasileira registrou um comportamento bem distinto.

**Tabela 7** - Brasil, Produção Física Industrial, por grandes categorias econômicas\* - 2002, 2010 e 2015

Grandes Categorias Econômicas	Empregos Formais Indústria		
	Nov 2002	Nov 2010	Nov 2015
Bens de Capital	59,3	118,3	69,8
Bens Duráveis	67,8	114,2	69,2
Bens Semiduráveis	150,3	141,1	92,2
Bens não Duráveis	83,2	109,8	98,3

**Fonte:** IBGE – PIM/PF, Elaboração dos autores

\*Índice de Base Fixa sem ajuste sazonal (Número Índice) Bens de Consumo

Comparando Nov/2010 com Nov/2002, os setores de bens de capital e de bens de

consumo duráveis registraram forte expansão da produção física, bens de consumo não duráveis cresceu em torno de 31,9%, enquanto semiduráveis reduziu em -6,12%. Já em 2015, comparativamente ao ano de 2010, todas as quatro grandes categorias econômicas da produção industrial acusaram diminuição da produção física, bens de capital (-69,4%); bens de consumo duráveis (-65,0%), semiduráveis (-53,0%) e, bens de consumo não duráveis (-11,7%). Embora os índices da produção física sejam pertinentes ao Brasil, muito provavelmente, a produção industrial regional não deve ter apresentado comportamento tão diferente.

**Tabela 8** – Municípios paulistas, rendimento médio dos empregos formais da indústria (em reais correntes): 2002 e 2015.

Municípios	Rendimento Médio dos Empregos (R\$)	
	2002	2015
Araraquara	1.024,90	2.906,72
Embu das artes	1.105,46	3.275,69
Franca	603,34	1.813,63
Indaiatuba	1.057,19	4.125,04
Itapevi	1.179,45	5.585,44
Itu	1.143,28	3.384,38
Jacareí	1.943,06	4.531,83
Jaguariúna	2.080,56	3.362,00
Limeira	1.182,43	3.286,39
Louveira	1.022,12	3.292,01
Paulínia	1.764,32	6.633,59
Rio Claro	1.082,84	3.067,31
São Carlos	946,29	2.989,51
Sumaré	1.871,69	5.180,48
Suzano	1.374,95	3.718,77
Taubaté	2.320,63	4.412,10
Vinhedo	1.562,10	3.209,44

**Fonte:** SEADE, Elaboração dos autores.

A cidade de Franca, entre as demais dezesseis, foi a que registrou o menor valor do rendimento médio dos empregos formais da indústria. Entre outras razões, admitimos que a elevada especialização da cidade nas atividades de curtimento e preparação de couros e de fabricação de calçados, que são intensivas em trabalho, de baixa tecnologia, além de produzirem bens de baixo valor agregado, seriam, em boa medida, a causa do baixo valor do rendimento dos empregos naquele ramo de atividade.

A exceção de apenas duas das dezesseis cidades, constatamos, que o valor do rendimento médio dos empregos formais das indústrias de transformação, nas demais cidades aumenta de acordo com o tamanho do estabelecimento, isto é, à medida que aumenta o porte da planta industrial aumenta o valor do rendimento médio dos empregados. Assim, no caso da cidade de Franca, do total de estabelecimentos das indústrias de transformação nela sediados em 2016, 79% eram de micro porte e 19% de pequeno porte, ambos respondiam por 98% do total de estabelecimentos industriais – segundo números do Atlas da Competitividade da FIESP. Este, muito provavelmente, seria outro motivo capaz de explicar o baixo valor do rendimento médio dos empregos daquele grande setor de atividade econômica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do conjunto selecionado de dezessete municípios do interior paulista, o município de Franca destacou-se, exclusivamente, em virtude do mesmo contar com a maior população em relação aos demais.

Em termos de participação da indústria no Valor Adicionado total, o percentual de Franca no ano de 2015 igualou-se apenas ao dos municípios de Araraquara e de Itapevi e, um pouco acima de Embu das Artes.

No que diz respeito à estrutura industrial, tomando como referencia o Coeficiente de

Especialização do Valor Adicionado Fiscal – FIESP, constatou-se que a exceção de Itapevi, Indaiatuba, Jacareí e Jaguariúna, os municípios de Franca, Louveira, Paulínia e Taubaté, revelaram possuir uma indústria altamente especializada num único setor, ou seja, uma estrutura industrial pouco diversificada.

Em relação ao PIB, embora a taxa média anual de crescimento de Franca tenha superado a de outros sete municípios – no período compreendido entre 2002 a 2015 – em valores absoluto (em reais correntes) situou-se acima apenas dos municípios de Araraquara e Vinhedo. Do mesmo modo, em reais correntes, o Valor Adicionado da Indústria francana só foi maior do que aquele computado em Araraquara e Embu das Artes.

Em 2015, comparativamente ao ano de 2002, a variação absoluta do estoque recuperado de empregos formais da indústria na cidade de Franca, só foi maior do que aquela apurada em São Carlos e Suzano.

Em se tratando do rendimento médio nominal dos empregos formais da indústria, o valor registrado em Franca foi o menor entre os dezessete demais municípios.

Provisoriamente, podemos concluir que a cidade de Franca adquiriu em virtude do seu respectivo número de habitantes, status equivalente a cidade de grande porte. Entretanto, em relação à sua economia, notadamente a sua indústria, a mesma revelou ser predominantemente constituída por empresas de pequeno porte, altamente especializada/concentrada num ramo industrial intensivo de trabalho e de baixa tecnologia.

Assim, apesar da indústria de Franca, adotando como parâmetro o Coeficiente de Especialização do Valor Adicionado Fiscal, aproximar-se de outros municípios, a diferença entre a estrutura industrial de Franca, comparativamente a dos demais municípios reside no grau de especialização e na tipologia de indústria segundo a sua intensidade tecnológica.

Enfim, a indústria calçadista sediada em Franca, cresceu e arrastou para próxima de si outras indústrias complementares, o que contribuiu decisivamente para a consolidação de uma autêntica aglomeração industrial naquela localidade. Entretanto, ao longo de décadas, enquanto a indústria da cidade de Franca especializou-se num único ramo, outras localidades desenvolveram uma estrutura industrial mais diversificada e inovadora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGANÇA, Arthur Amorim; LEMOS, Mauro Borges; AMARAL, Pedro V. Maia do. Estrutura produtiva e Crescimento Econômico Regional. – Foz do Iguaçu/PR: XXXVII Encontro Nacional de Economia, ANPEC, 2009.

MATTOS, João Metello de. Desenvolvimento regional: uma resposta às crises. – Bauru, SP: EDUSC, 2001.

COUTINHO, Luciano; FERRAZ, João Carlos (coords). Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira – 4ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2002.

DEPEC – Departamento de Pesquisas Econômicas – Bradesco. Relatório Setorial de Junho de 2017. FEIJÓ, Carmem Aparecida; LAMÔNICA, Marcos Tostes. Mudança da estrutura industrial e desenvolvimento econômico: as lições de Kaldor para a indústria brasileira. – Paraná: Economia & Tecnologia. Ano 05, vol.18 – Junho/Setembro de 2009.

FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Atlas da Competitividade Industrial.

GIL, Antônio Carlos. Técnicas de Pesquisa em Economia. – 2.ed. – São Paulo: Atlas, 1990.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MARCONI, Nelson. Estrutura produtiva e desenvolvimento econômico. In: Indústria e desenvolvimento produtivo no Brasil. Nelson Marconi; Maurício Canêdo Pinheiro; Laura Carvalho (orgs.) – Rio de Janeiro: Elsevier: FGV, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. PIA/IBGE: Pesquisa Industrial Anual – Empresa. Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística.

SEADE: Fundação Sistema Estadual e Análise de Dados.

STEINDL, Josef. Maturidade e estagnação no capitalismo americano. Tradução de Leda Maria Gonçalves Maia. – São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas) VERDI, Adriana Renata; PIRES, Elson Luciano Silva. As dinâmicas territoriais locais na globalização: aspectos conceituais e metodológicos. – Florianópolis: Revista Geosul, v.23, n. 46, jul./dez. 2008.

**EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DE BIBLIOTECAS HÍBRIDAS: UM ESTUDO BASEADO NO CONCEITO DE AUTONOMIA EM KANT**

**EDUCATION AND PUBLIC POLICES IN THE CONTEXT OF HIBRID LIBRARY: A STUDY BASED ON KANT'S CONCEPT OF AUTONOMY**

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de  
Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Bacharel em Direito;

Bacharel e licenciada em Filosofia

Especialista em Direito Público Internacional com ênfase em Gestão

Especialista em Direito Público com capacitação para Magistério Superior

Mestranda em Ciência da Informação

marianargdemello@bol.com.br

CAMILLO, Everton da Silva

Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação

Mestrando em Ciência da Informação

evertonscamillo@outlook.com

SILVA, Rafaela Carolina

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Bacharel em Biblioteconomia

Mestre em Ciência da Informação

Doutoranda em Ciência da Informação

rafaelacarolinasilva@gmail.com

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel.

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Bacharel em Biblioteconomia e Documentação

Licenciado em Documentação

Mestrado em Investigação em Documentação

Doutorado em Documentação

Professor Doutor no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (UNESP)

dmartinezavila@marilia.unesp.br

BORGES, Ellen Valotta Elias

Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Bacharel em Tradutor;

Especialista em Estudos Linguísticos e Ensino de Línguas Estrangeiras

Mestre em Letras (Literatura e Vida Social)

Doutoranda em Ciência da Informação (aprovada na Qualificação)

ellenvalotta@yahoo.com.br

## Resumo

Em localidades que discutem constantemente políticas públicas para a formação de seres autônomos, nasce o conceito de bibliotecas híbridas. Dessa forma, objetivou-se fazer a inter-relação entre as políticas públicas brasileiras, o conceito de emancipação em Kant e as bibliotecas híbridas. Justifica-se a importância do estudo, à medida que a Educação, compreendida no sentido lato, que abrange tanto sua concepção enquanto a área de estudo teórico, quanto a práxis - por trabalhar com questões que envolvem a formação de seres autônomos - deve ser vislumbrada como veículo para a realização dessa inter-relação, que não deve ser feita apenas nas escolas, mas em outros locais, tais

como nas bibliotecas. Para tanto, é necessário políticas públicas eficientes. Metodologicamente, configura-se uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo exploratória e de cunho teórico. Os resultados e discussões demonstraram que a Educação e, conseqüentemente, a leitura, são vias de acesso do ser humano à emancipação e as bibliotecas híbridas públicas podem conferir liberdade ao usuário, à medida que são modelos de gestão participativa, além de serem uma alternativa viável em termos financeiros ao poder público. Portanto, conclui-se que a Educação deve propiciar as pessoas capacidade crítica, reflexiva, capaz de formar um ser autônomo, isto é, que possa ser guiado por si próprio, aprendendo sempre, porém isto margeia duas ideias antagônicas: uma realidade possível e a vontade do Estado em não fomentá-la, disponibilizando recursos orçamentários.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Autonomia, Bibliotecas Híbridas.

#### **Abstract**

In places that constantly discuss public policies for the formation of autonomous people, the concept of hybrid libraries is born. Thus, the objective was to make the interrelation between Brazilian public policies, Kant's concept of autonomy and the hybrid libraries. The importance of the study is justified because education, understood in the broad sense, encompassing both its conception as a theoretical and practical area of study - by working with issues involving the formation of autonomous persons - must be understood as a way for the realization of this interrelation, which should not be done only in schools, but in other places, such as libraries. To do so, it needs efficient public policies. Methodologically, a research of a qualitative nature, of the exploratory type and of a theoretical nature, is set up. The results and discussions showed that education and, consequently, reading are human access to emancipation and public hybrid libraries can confer freedom to the user, as they are models of participatory management, as well as being a viable alternative in financial terms to the public power. Therefore, it is concluded that education should provide people with a critical, reflective capacity, capable of forming an autonomous being, that is, that it can be guided by itself, always learning, but this marks two antagonistic ideas: a possible reality and the will of the State not to foment it, making available financial resources.

**Keywords:** Public Polices, Autonomy, Hybrid Libraries.

## **1. INTRODUÇÃO**

Para antevermos o início dos estudos sobre políticas públicas no Brasil, basta que nos voltemos ao início dos anos 80. Nesse ponto da história, as políticas públicas passaram a ganhar centralidade no Brasil como um campo investigativo, área vinculada principalmente à Ciência Política e à Sociologia, em concomitância ao processo de reinstauração da democracia política no país, que se solidificou a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como a Carta Magna Cidadã.

A herança que se carrega de um Estado autoritário próprio do regime instalado no pós-64, segundo Azevedo (1997), como constata a história do período Brasil República (de 1889 aos dias atuais), forjou um padrão peculiar de política social. As políticas econômicas empreendidas pelo Estado de autoridade aninhado no Brasil, à época, contribuíram para aprofundar a negligência dos direitos sociais à maioria, apesar do alargamento formal das suas políticas sociais. Se Azevedo (1997), numa perspectiva cronológica de 20 anos passados já nos propunha essa visão, realçando que as políticas públicas, quando enfocadas em um plano mais geral, significa ter presente estruturas de poder e de dominação, Gaspari (2016), posicionando a favor dessa assertiva, enquadra as políticas públicas como parte de um constructo advindo de inúmeras variáveis que são, diga-se de passagem, oriundas dos emaranhados valorativos, ideológicos e sociais de um Estado-nação.

Para Camillo e Castro Filho (2017), o Estado é genitor do seu próprio modelo de políticas, uma vez que existem fatores intrínsecos à dinâmica do governo e sua relação com a sociedade. Há permeações dentro do processo de engendramento de sentidos e perspectiva verticalizada que acaba por conjugar o dominador com seus dominados. Mesmo numa conjuntura em que o menor é ainda subtraído pelo maior, enquadrar a educação nesse mote discursivo nos convida ver brilhar a luz acerca da formação de seres autônomos. Nesse cenário, as bibliotecas, enquanto equipamentos culturais, podem propiciar ambientes de estímulo informacional, repercutindo no aspecto de tornar os indivíduos críticos, auxiliando no exercício da cidadania e da inclusão socioeducativa. Para tanto, elege-se a filosofia de Kant, no que tange aos seus conceitos de imperativo categórico, moral racional, esclarecimento e autonomia, a fim de embasar nosso corpo teórico. Defendermos a ideia de



que a autonomia é um processo individual, de internalização de uma lei ética, lógica, que implica na noção de agir com respeito perante si e aos outros, mas que perpassa pela inter-relação social. Este aspecto pode fundamentar filosoficamente e legalmente as políticas públicas relacionadas com a ação educativa das bibliotecas e, mais especificamente, na promoção de bibliotecas híbridas.

Em localidades que discutem constantemente políticas públicas para a formação de seres autônomos, nasce o conceito de bibliotecas híbridas. De acordo com Bernardino e Suaiden (2011), a construção da cidadania em bibliotecas híbridas, mais especificamente no Brasil, deve levar em conta: a identidade cidadã do bibliotecário; o seu poder de intervenção na sociedade; a identidade profissional do bibliotecário brasileiro; a autonomia de sua profissão dentro da sociedade brasileira; o que ele pensa como seus compromissos de classe; o que a sociedade civil pensa sobre os compromissos de classe do bibliotecário; o que os diversos segmentos do povo brasileiro pensam sobre os compromissos que teriam os bibliotecários para com eles; a forma como os bibliotecários poderão conhecer os diversos povos brasileiros do ponto de vista de suas necessidades de construção de uma cidadania brasileira; e o sentido divergente e contraditório que o bibliotecário brasileiro constrói com seu discurso político em sociedade.

Uma vez que a cidadania se enforma na condição de ser do homem via aproximações com a educação, semeamos a ideia que, quiçá, corrobore o preenchimento de interstícios entre dois campos de movências – o discurso e a ação – numa conjuntura social a qual clama por alternativas viáveis e executáveis à condução do homem ao manancial de cunho educacional (MACHADO, 2002).

Dessa forma, esse estudo objetivou fazer um inter-relação entre as políticas públicas brasileiras, o conceito de emancipação em Kant e as bibliotecas híbridas. Para tanto, a Educação, compreendida num sentido lato, que abrange tanto sua concepção enquanto a área de estudo teórico, quanto a práxis - por trabalhar com questões que envolvem a formação de seres autônomos - deve ser vislumbrada como veículo para a realização dessa inter-relação, que não deve ser feita apenas nas escolas, mas em outros locais, tais como nas bibliotecas. O primordial papel da educação nas bibliotecas tem sido enfatizado na literatura (MARTÍNEZ-ÁVILA; KIPP, 2014). Segundo a “IFLA Public Library Service Guidelines,” o principal propósito da biblioteca pública deveria ser a educação “Supporting both individual and self conducted education as well as formal education at all levels” (KOONTZ; GUBBIN 2010, p.2). Em relação à educação e autonomia, estudos tem reportado a contribuição das bibliotecas para a qualidade da vida dos usuários e seu enriquecimento educativo (VABREK, 2000).

Nesse sentido, as bibliotecas híbridas, por meio das técnicas que oferecem para o desenvolvimento de produtos e serviços passíveis de tornar o ser humano competente no uso, criação e disseminação da informação, caracterizam-se como ambientes potencializadores no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a formação de seres autônomos. Para tanto, a natureza da pesquisa é qualitativa, do tipo exploratória e de cunho teórico. O método de pesquisa utilizado foi a pesquisa bibliográfica, em materiais especializados na área da Ciência da Informação, da Educação e da Filosofia.

Assim, o percurso seguido pelo artigo teve como enredo as seções „Políticas públicas e problemas públicos: o que são?“, „Esdarecimento em Kant: uma perspectiva ética para a autonomia“ e „Educação, políticas públicas e bibliotecas híbridas: uma possível relação“. Ao final, as considerações finais pontuaram a hibridiz em bibliotecas como instrumento estratégico para o desenvolvimento de políticas públicas, dentro de bibliotecas, que contribuíssem para uma sociedade autônoma com pessoas atuantes na sociedade.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROBLEMAS PÚBLICOS: O QUE SÃO?**

Pensar os fundamentos da área de políticas públicas é vê-los solidificados nas mais distintas áreas como nas Ciências Políticas, na Economia e na Sociologia. Entretanto, outros campos disciplinares abastecem os estudos das políticas públicas como é o caso da Administração Pública, da Engenharia, da Psicologia Social e do Direito. Discursar sobre políticas públicas é ter como arcabouço o entendimento de que o seu estudo não prescinde o estudo de um problema entendido como coletivamente relevante. Essa seria uma ordem inversa à lógica do pensamento acerca da formação de uma política pública; esta seria uma forma contraceptiva de tentar fazer nascer uma política pública. Ao contrário, leva-se em conta o caráter de enfrentamento de um problema público, ou seja, primeiro, tem-se a identificação de um problema, depois elabora-se uma política.

Antes de tudo, a abordagem do termo “política” aqui mobilizado advém de uma construção

dúbia, podendo assumir duas conotações consideradas principais na língua portuguesa. Países de língua latina como o Brasil, Espanha, Itália e França encontram dificuldades na distinção de alguns desses termos. Quando falamos sobre política como uma atividade humana ligada à obtenção e manutenção de recursos imprescindíveis para exercício do poder sobre o homem, este é o sentido mais presente no imaginário de falantes nativos de língua portuguesa: este é o sentido de atividade e competição políticas, como quando ouve-se falar: “Quando ligo a televisão, só há notícias sobre política”. E qual o sentido imaginário oposto? Aquilo que falta, isto é, esta outra dimensão do termo “política”, digamos, é a mais concreta e, consequentemente, aquela que tem relação com orientações para a decisão e ação. Esse é sentido do termo “política” presente em organizações públicas e aqui mobilizado. Uma frase hipotética a essa aplicação seria: “A política de empréstimo de recursos daquela biblioteca universitária foi reformulada”.

Agora munidos da concepção dicotômica do termo “política”, torna-se palatável conceber o que propõe o autor Leonardo Secchi como conceituação do termo “política pública”. Para ele “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2013, p. 2). A autora Celina Souza (2007), entretanto, entende a política pública como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, „colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação [...] e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações [...]”.

A visão de Souza (2007) plasmada à de Secchi (2013) apenas corrobora convergências que se dão no campo da ação estatal. Quando o governo é colocado em ação, espera-se que haja o entendimento quanto aos reclamos de teor público, dado um contexto real de atenção pública. É nesse âmbito que nasce, portanto, o problema público. À ação de governança do Estado, cabe, portanto, propor mudanças que caminhem rumo a solução da problemática reclamada, trazida à luz por estratos da sociedade. Munidos de conceitos acerca do que é uma política pública à visão de autores como Celina Souza e Leonardo Secchi, vemo-la passível de um destrinchar, rompendo com sua aparência de unicidade terminológica. Assim, ousamos fragmentá-la, objetivando maior compreensão acerca do que faz com que uma política tenha valor público.

Posto isto, à visão de Gaspari (2016), temos que “como política, vamos entender a arte de governar ou de decidir os conflitos que caracterizam os agrupamentos sociais”, enquanto que “como pública, vamos entender aquilo que pertence a um povo, algo relativo às coletividades” (p. 19).

Visto que toda a trama da política pública tem como enredo um aparente movimento de translação ao redor do problema público, não nos falta questionar: o que é, então, o problema público? Segundo Secchi (2013), é a diferença entre uma situação atual e uma situação ideal possível, sendo cada uma delas um polo, distintos entre si e intermediados por um espaço onde se conformam batalhas de cunho político-ideológico sobre a viabilidade ou inviabilidade de enfrentamento de um problema pelo Estado.

Ao que tudo indica, entendido dessa forma, um problema adquire valor de existência, então, apenas quando o *status quo* é considerado inadequado e quando há uma expectativa de alcance de uma melhor situação para o âmbito em pauta. Solidificar um problema como público ultrapassa o pensamento sintético: “é o que é importante à coletividade”, indo além de uma abordagem de expectativa empática, mas entrecruzada por inscrições ideológicas. Um problema público geralmente passa pela agenda da mídia, pela agenda política, chegando à agenda formal (SECCHI, 2013).

Ao que parece, esse é, sem dúvidas, um cenário de trabalho conturbado ao afunilamento e estabelecimento da noção de problema público: a priori, é necessário haver implicação direta de um problema para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas e, a posteriori, é imprescindível que haja anuência ideológica de um Estado-nação frente ao problema exposto. Ou seja, durante o embate ao estabelecimento de uma noção ao problema público, requer-se que atores políticos passem a considerar, intersubjetivamente, o problema como uma situação adequada ou inadequada e de relevância ou não à coletividade. As políticas públicas assumem vestimentas de transversalidade nos acontecimentos sociais. Está presente nas mais variadas áreas de intervenção pública como saúde, segurança, educação, gestão, meio ambiente, saneamento, habitação, assistência social.

Em meio a essas assertivas, é no âmbito das bibliotecas híbridas, acolhidas no campo da educação, que situamos a discussão em detrimento de torná-las espaços legitimado para construção do saber e autogovernança. Ambição que, inquestionavelmente, é de parece positivo se acolhida por meio de uma política, conjugando o desenvolvimento da autonomia do homem como um problema público.

## 2.2 ESCLARECIMENTO EM KANT: UMA PERSPECTIVA ÉTICA, VISANDO A AUTONOMIA

O contexto indicado remete à questão: Será que na contemporaneidade nossas atitudes são refletidas e conscientes ou perdemos a faculdade de pensar? Para refletir essa questão e ao final do trabalho poder traçar um paralelo com o papel libertário das bibliotecas híbridas e as diretrizes das políticas públicas no que tange à leitura, convém expormos um pouco do pensamento kantiano acerca do que ele entende como imperativo categórico e imperativo hipotético, para que compreendamos sua concepção de esclarecimento no contexto das políticas públicas.

Podemos encontrar em Kant (1724-1804) o reflexo do pensamento iluminista, responsável pelo desenvolvimento da racionalidade moral e pelo caráter pessoal da liberdade, visto que a obrigação moral impõe que o próprio sujeito escolha limitar sua atuação em prol da coletividade. Foi Kant quem distinguiu “imperativo categórico” do “imperativo hipotético”. Entende-se por imperativo categórico o mandamento, que vale por si só, sendo objetivamente válido, ou seja, normas que manifestam a necessidade objetiva de uma conduta. Se expressa pela fórmula: “Deve ser A”. Estes imperativos podem ser afirmativos ou negativos. São afirmativos quando impõe uma ação ou conduta, como por exemplo: “Respeite a sinalização”. São negativos quando impõe uma conduta omissiva ou abstenção, como por exemplo: “Não jogue lixo nas ruas”.

Neste sentido, compreende Reale e Antiseri (1990, p. 908):

Portanto, trata-se de mostrar que existe uma razão pura prática, ou seja, que a razão é suficiente por si só (como pura razão, sem auxílio de impulsos sensíveis) para mover a vontade [...] os imperativos são mandamentos ou deveres, ou seja, regras que expressam a necessidade objetiva da ação o que significa que se a razão determinasse completamente a vontade, a ação ocorreria inevitavelmente segundo tal regra ( ao passo que, de fato, a intervenção de fatores emocionais e empíricos pode desviar – e frequentemente desviam a vontade dessa regra).

Já o imperativo hipotético é o mandamento cuja realização depende de uma hipótese. Portanto, a ação ou omissão coordenada pela norma somente pode ser exigida na ocorrência daquela. Este imperativo é representado pela fórmula: “Se for B, deve ser A”, como por exemplo, se quiseres ir bem na escola, estude. Para que os imperativos sejam eficazes no desenvolvimento da moral, Kant propõe que o conceito de felicidade - visto como um bem supremo que fosse o fim da moral - seja retificado. Justamente porque se a felicidade for entendida como o produto da soma das inclinações humanas, cada um a conceberá sob um prisma diferente e a buscará segundo seus anseios e não os da coletividade.

A ação é legítima se praticada por dever e não por mero instinto. Isto porque o dever contém a boa vontade, uma espécie de querer incondicionado, desvinculado de qualquer influência. Em outros termos, cada ser humano tem condições de escolher, dentre suas próprias regras as que sejam igualmente boas para todos. “Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca, portanto como meio.” (Kant, 1997, p.61)

Portanto, a lei moral não exprime uma ordem que o homem siga apenas por necessidade natural. “Age como se a máxima de tua ação devesse ser erigida por tua vontade em lei universal da natureza”. (KANT,1997, p.59). Segundo esse filósofo, se agirmos de acordo com o imperativo categórico, obedecendo à ordem independentemente de certas condições, estaremos agindo não condicionados por inclinação empírica. Isso implica que a racionalidade impõe a cada ser humano a obrigatoriedade de procurar que sua máxima (norma de conduta) possa ser válida para toda coletividade: “age segundo uma máxima tal que possas querer ao mesmo tempo em que se transforme em lei universal.” (KANT, 1997, p. 59).

Assim, um dos problemas reside em como estabelecer o equilíbrio entre as inovações dos interesses particulares com a preservação da lei lógica que só pode ser universalizada, sem contradições. “Age como se a máxima de tua ação devesse servir de lei universal para todos os seres racionais.” (KANT, 1997, p. 61). Nesse sentido, a Professora Marilena Chauí (1995, p. 345) fornece a interpretação necessária para o entendimento da moral universal de Kant, “a máxima kantiana afirma a universalidade da conduta ética, isso é aquilo que todo ser racional deve fazer como se fosse inquestionável”. Isso implica em dizermos que uma lei, ao ser interiorizada, em face da sua racionalidade, passa a ser atemporal, ou seja, válida em todo contexto histórico-social.

A pessoa age por dever, por seguir esta lei que já é inerente a si mesmo, não incide em sacrifício ou ausência de liberdade. Explicitando o sentido do imperativo categórico, Marilena Chauí (1995, p.345) afirma que: “O imperativo categórico não enuncia o conteúdo particular de uma ação,

mas a forma geral das ações morais, as máximas deixam clara a interiorização do dever [...]” Portanto, a conduta que implica em dever, advém da razão e da vontade legisladora universal do agente ético. Na leitura que Chaui (1995, p. 345) faz de Kant: “[...] O acordo entre vontade e dever é o que Kant chama de vontade boa, quer bem”.

Aliando-se a estes conceitos, Kant introduz o termo autonomia, relacionando-o ao imperativo categórico, visando designar a independência da vontade em relação a qualquer desejo ou inclinação empírica que esteja em desconformidade com uma lei interiorizada pelo agente, que seja condizente com a razão. A autonomia é o antônimo da heteronomia, na medida que numa visão heterônoma a vontade é determinada pelos objetos da faculdade de desejar e não por uma lei de conteúdo racional que possa ser universalizada, isto é, objetivamente válida em todos os tempos e locais.

Todavia, entendemos que é muito complicado chegarmos neste grau de evolução moral em que possamos nos despir de todas nossas inclinações empíricas, paixões e nos autodeterminarmos em prol da coletividade, do bem de todos. Há países que estão evoluindo muito neste quesito, a conduta ética e ações positivas por parte do governo e da população, mostram a racionalidade da lei e a autodeterminação do povo frente ao dever de cada um. Países da Escandinávia são bons exemplos deste tipo de posicionamento. Na Dinamarca, Suécia e Finlândia, os índices de corrupção são ínfimos por parte dos governantes, o que reflete na postura correta dos cidadãos. Nesse sentido, para o embaixador da Dinamarca na Hungria, Tom Norring, a corrupção “viola todos aqueles cuja vida, atividades diárias e felicidade dependem da integridade das autoridades e dos funcionários públicos” (HUFFPOSTBRASIL, 2015). Ademais, a corrupção incide em custos sociais, políticos e econômicos. “Ele afirma que os dinamarqueses não são “imunes” à corrupção, mas que, ao longo dos anos, o país construiu uma „tradição que faz com que seja mais natural manter alguns padrões morais e éticos”” (HUFFPOSTBRASIL, 2015). Percebe-se que há, então, uma interiorização racional de uma lei moral, que não implica em sacrifício, muito próximo da proposta kantiana.

É bom ressaltar que com a ação condicionada ao dever, imposto pelo imperativo categórico, Kant não almejou que o ser humano perdesse as condições da crítica e do entendimento, mas apenas rejeita o individualismo, à medida que no artigo, “Resposta para Pergunta: Que é Esclarecimento” (1985), conceitua esclarecimento como: “Saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo” (KANT, 1985, p. 100). Na acepção de Kant, a menoridade está aliada a todas as formas de dependência que desencoraja o homem a ser autônomo, fazendo com que ele seja guiado por outro indivíduo, constituindo-se como ser heterônomo, ou seja, um ser orientado por uma vontade exterior a si próprio.

Já a “[...] emancipação é a libertação, é tornar-se autônomo, é construir-se na luta por parte do sujeito, é a consciência de uma complexa dialética entre alienação e “redenção”” (KANT, 1985, p. 100), o que, segundo Kant (1985, p. 100), “inerva também a pedagogia, a qual teoricamente se reconhece como guiada, sempre por um desejo de emancipação ( do sujeito, da sociedade) e praticamente, age (ainda que de forma às vezes contraditória: até conformadora e conformista) para realizá-la” (KANT, 1985, p.100).

Nesse sentido, assevera Paulo Freire que o “respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (FREIRE, 2011, 58). O princípio da autonomia é, portanto, a forma como cada pessoa busca a possibilidade de direcionar suas ações, de acordo com uma lei ética; um processo individual, mas com caráter dialógico, que exige respeito à dignidade de todos os envolvidos.

### **2.3 EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E BIBLIOTECAS HÍBRIDAS: UMA POSSÍVEL RELAÇÃO**

O termo híbrido, que, de acordo com Breaks (2002), tem suas origens na Teoria da Evolução de Darwin, designa-se como um novo modo de descrever tipos de serviços que buscam integrar fontes tradicionais e eletrônicas de informação. O valor de uma informação se dá pelas necessidades de uso, portanto é um bem comum, que deve atuar como fator de inclusão social, como propulsora da cidadania por meio de sua disponibilização às diferentes camadas sociais.

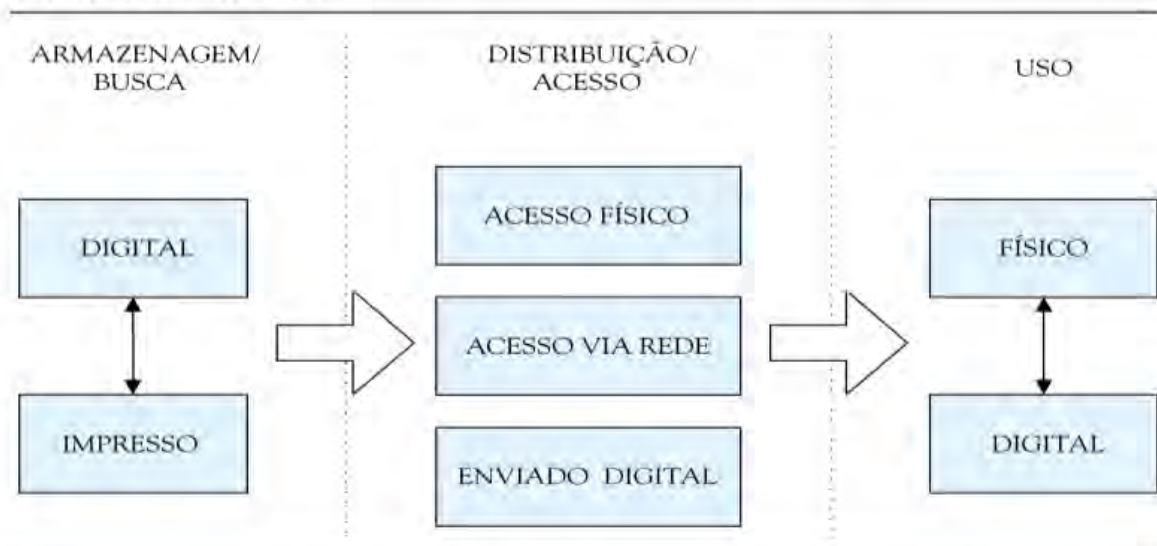
Na trajetória do desenvolvimento das bibliotecas híbridas no Reino Unido, a abolição, em 1992, da “divisão binária” entre as velhas universidades e os cursos politécnicos visou ao impacto dessas novas bibliotecas na qualidade das pesquisas. Esse assunto foi base para o *Joint Funding Councils’ Libraries Review Group*, que, em novembro de 1993, produziu o *Follet Report*, um relatório referido ao presidente da comissão, Prof. Brian Follet, o qual abrangia abordagens de sistemas e redes de infraestrutura para as bibliotecas do Reino Unido, e refletia na popularização do termo por Chris Rusbridge (*INTERNATIONAL.....*, 2002). Há, portanto, a ideia extensionista do conceito de

bibliotecas públicas, nas quais, por meio do conhecimento construído, se exige o exercício da cidadania, e as questões sociais ganham maior importância e proximidade com o indivíduo.

Uma biblioteca híbrida é uma combinação de produtos eletrônicos e impressos; unidos por um catálogo eletrônico com catalogação consistente e mecanismo de busca. Assim, uma biblioteca híbrida integra tanto funções das bibliotecas tradicionais, como das bibliotecas digitais. Ao contrário de bibliotecas totalmente digitais, uma biblioteca híbrida aumenta as funções de uma biblioteca tradicional, em vez de substituí-las (PRAKASAN; SWARNA; KUMAR, 2000, p.293, tradução nossa).

Desse modo, as bibliotecas híbridas fazem parte de uma ambição cívica compartilhada para realizar o potencial de indivíduos e comunidades, promovendo os seguintes objetivos estratégicos: leitura, alfabetização e aprendizagem; inclusão digital; bem-estar econômico; bem-estar social; cultura e criatividade; e serviços públicos de qualidade. A hibridiz, ao unir tecnologias tradicionais (focadas no espaço físico) com as digitais (mediadas por ambientes eletrônicos ou digitais), a fim de gerenciar toda a informação disponível no local, pode servir como ferramenta de comunicação entre a biblioteca, os serviços oferecidos e os usuários – um lugar que proporciona a socialização em relação aos aspectos de alfabetização e aprendizagem relevantes às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), tornando a biblioteca um ambiente difusor dos diferentes meios de informação. Abaixo, a imagem relata o compartilhamento de recursos no processo de prestação de serviços nas bibliotecas híbridas, aliando ambientes físicos aos digitais.

### Compartilhamento de recursos no processo de prestação de serviços em bibliotecas híbridas



Fonte: GARCEZ; RADOS, 2002, p. 46)

Porém, tal como dito, a função da biblioteca híbrida é muito mais ampla, vai muito além de aliar espaço físico e digital. No âmbito das bibliotecas híbridas, os objetos a serem alcançados devem se pautar, inicialmente, para integrar a comunidade na qual está inserida e, posteriormente, estabelecer sua interlocução em outras esferas, como: a política, a econômica, a social, a tecnológica e a cultural – daí a sua relação para com o desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam a alfabetização e autonomia dos usuários com quem trabalham. Por isso, tais instituições devem ter o compromisso de possibilitar a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, na medida em que proporciona bases de formação para um indivíduo consciente, crítico e reflexivo.

“A consciência crítica é a representação das coisas e dos fatos [...] nas suas correlações causais e circunstanciais. A consciência ingênua (pelo contrário) se crê superior aos fatos, dominando-os de fora” (FREIRE, 1977, p. 105). Nessa perspectiva, a biblioteca híbrida promove a consciência crítica de seus usuários, de modo a torná-los seres autônomos e, assim, cidadãos pensantes inseridos em sociedade. Isso ocorre por meio da democratização da educação, assim como das atividades institucionais voltadas para o desenvolvimento de atividades pensantes

realizadas dentro e fora das bibliotecas. Portanto, em uma sociedade em constante mudança de hábitos e inserção de novas tecnologias, como a brasileira, é importante entender como melhor lidar com essas mudanças e com as novas demandas que virão fazer parte das bibliotecas – daí a concepção de bibliotecas híbridas.

Importante destacar que os espaços híbridos se inserem não somente na construção de uma cultura de comunicação em bibliotecas, como também na utilização dos espaços físicos do local e no desenvolvimento das comunidades. Dessa maneira, a interação entre as informações presentes em uma biblioteca e os sujeitos que as buscam é despertada, por meio das estratégias de gestão da informação, que contribuem para o bom funcionamento da instituição e da potencialização dos serviços institucionais, motivando os funcionários no contato com o público. Entende-se que a biblioteca precisa dialogar plenamente com a sociedade, a fim de adequar-se ao desenvolvimento de um ambiente de inclusão e de crescimento organizacional, colaborando para a formação de cidadãos críticos, que valorizem a biblioteca em sua constituição. Sendo assim, o conjunto de elementos híbridos que compõem a biblioteca corroboram para as ações culturais, educacionais e de acolhimento das comunidades de seu entorno.

O foco está no fato de os ambientes híbridos possibilitarem a mediação dos conteúdos informacionais, presentes no ambiente tradicional e digital, para com os equipamentos culturais. Desse modo, a interação dos indivíduos que utilizam a biblioteca com o seu entorno social favorece o desenvolvimento de sujeitos críticos, que pensam antes de aceitar uma informação como verdadeira. Nesse sentido, os ambientes híbridos trazem à sociedade possibilidades de democracia e respeito, oferecendo espaços de leitura, acesso à informação e cultura, como também serviços inovadores e tecnologias convergentes, abordando as esferas econômica, política, cultural e social. Logo, ao acompanhar a sociedade em seus modos de acesso, mediação, organização, uso e produção da informação, as instituições híbridas devem propor um contexto ideal para seu reconhecimento perante a sociedade.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Configura-se uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo exploratória e de cunho teórico. Foi desenvolvida com base em materiais publicados nas áreas da Ciência da Informação, da Educação e da Filosofia, como livros, teses, dissertações e artigos científicos, históricos e atuais, pesquisados no Catálogo Parthenon (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES.

Buscou-se discutir os conceitos de “autonomia”, “bibliotecas híbridas”, “desenvolvimento de políticas públicas” e “Emancipação em Kant”, a fim de convergir esses conceitos e aprimorar os fundamentos teóricos da área da Ciência da Informação. Em seguida, foi realizada a leitura, fichamento e análise dos textos, a fim de entender a proposta e objetivos dos trabalhos e, posteriormente, realizar a extração e sistematização das informações principais. A escolha pelo procedimento de pesquisa decorreu do fato de entender-se, aqui, a importância de se realizar uma análise interpretativa de conceitos e teorias, buscando uma compreensão social dos conceitos estudados.

### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Como se trata de uma pesquisa qualitativa e exploratória, não foi o foco obter números precisos como resultado, com rigor estatístico na coleta mediante grandes amostras realizadas em inúmeros bancos de dados, mas sim aprofundar e criar base para gerar conhecimentos sobre o tema pesquisado, a partir da leitura sistemática dos artigos, teses, dissertações, trabalhos em anais e livros identificados, selecionados e analisados, conforme consta nas referências.

Este estudo identificou que ao falarmos de autonomia, relacionando-a com a Educação e a Ciência da Informação, podemos nos remeter ao papel das bibliotecas híbridas, que ao trabalhar com a universalização da informação para a formação de seres autônomos, necessita conhecer a comunidade com que lida, obtendo informações estratégicas sobre seus usuários, na medida em que se mostra uma unidade inovadora em termos tecnológicos, políticos, sociais e econômicos.

A educação e, conseqüentemente, a leitura, são vias de acesso do ser humano à maioridade, de modo que possa superar a ignorância e ser livre, guiado pela consciência que é identificada como uma lei interna presente em cada pessoa, desde sempre, ou seja, ela é atemporal a cada um de nós. Ao abordar a leitura no processo de desenvolvimento da autonomia do sujeito, é possível fazer um paralelo entre o processo de apropriação da informação e a construção do conhecimento. Para Borges (2016, p.16) “[...] a leitura é um dos meios pelo qual o sujeito adquire informações e

conhecimentos necessários para estabelecer e manter relações com outros sujeitos, sendo um processo fundamental na constituição de uma sociedade”. Contudo, a autora esclarece um ponto fundamental para compreender o ato de leitura e sua relação com o processo de apropriação dentro das relações sociais: “Apesar do processo de leitura ser individual, o processo de apropriação entre texto e leitor acontece dentro do social, sendo assim, a informação já chega para seu receptor com algumas construções de sentido que estão relacionadas com o contexto social” (BORGES, 2016, p.16). Diante do exposto, a relação indivíduo e coletividade também faz parte do processo de leitura e apropriação da informação dentro de qualquer espaço social, principalmente dentro de locais que propiciam a realização de atividades cognitivas, ideológicas, reflexivas e dialógicas como, por exemplo, as bibliotecas híbridas.

Na acepção de Kant, as inovações em todos os campos, somente serão permitidas se favorecerem a coletividade da qual o indivíduo participa. Num conflito indivíduo *versus* Estado, inexistindo harmonia entre o bem individual e o bem coletivo, preponderam-se os últimos, pois o imperativo categórico implica na renúncia voluntária e consciente das paixões individuais em prol da coletividade.

Partindo do pressuposto de que as bibliotecas híbridas conferem inovações que agregam o trabalho com o bem coletivo, juntamente com o desenvolvimento do potencial individual, pode-se dizer que uma biblioteca se torna híbrida quando: 1) leva em conta a necessidade de adaptação às mudanças tecnológicas e sociais ocorridas no início do Século XXI; 2) se transformam em centros referência em suas comunidades; 3) melhoram sua localização, personalizando-a em convívio com outros equipamentos culturais; 4) consideram a partilha de instalações com outros serviços das autoridades locais; 5) constroem e gerem centros de bibliotecas regionais a partir de diretrizes que caracterizam as bibliotecas híbridas; 6) consideraram o financiamento de parcerias para projetos de capital e outros; 7) melhoram a sinalização de seu edifício, tomando como exemplo a sinalização de livrarias, supermercados e outros pontos de venda; 8) respondem aos desenvolvimentos tecnológicos; 9) eliminam a negligência física das bibliotecas existentes, incluindo melhor limpeza e manutenção; 10) oferecer melhores instalações, de acordo com os usuários e com o público que posso vir a utilizar o ambiente da biblioteca (café e creche, por exemplo); 11) incentivam a utilização das bibliotecas pelos jovens e outros grupos sociais, estejam eles acostumados ou não a frequentar equipamentos culturais; 12) oferecem expedientes mais longos; e 13) resolvem os conflitos decorrentes do espaço multiuso.

Nesse cenário, identificou-se que índices como 1) grupos de trabalho (ligados à divisão de atividades por categorias (infantil, infanto-juvenil, jovens, adultos, idosos) e à participação de outras instituições no desenvolvimento dos programas da instituição (parcerias entre empresas públicas e privadas e a biblioteca); 2) abordagem sociocultural (processo de acolhimento do usuário pela biblioteca e ressocialização do mesmo em sociedade: reabilitação de usuários em situações de riscos (moradores de rua, usuários de droga, dentre outros) e encaminhamento desses usuários a órgãos públicos que possam auxiliá-lo em sua ressocialização; projetos de mediação da leitura, como contação de histórias, discussões filosóficas, oferecimentos de cursos de escrita e redação, oficinas culturais etc.; atividades de reconhecimento dos espaços, dos recursos e dos serviços oferecidos pela biblioteca; a participação da biblioteca nas atividades políticas locais; assim como a participação da comunidade na tomada de decisões da instituição; 3) treinamento de usuários (formas que a biblioteca utiliza para integrar os usuários aos serviços oferecidos pela instituição: capacitação, plantão de dúvidas, atualização, *workshops*, oficinas, palestras e atendimentos em grupo ou individuais); 4) *softwares* inovadores (*softwares* de gerenciamento de dados pela biblioteca; *softwares* de acessibilidade para deficientes visuais (com vistas a promover novos meios de leitura para os deficientes visuais); *softwares* de *gameificação* para entretenimento da população; e *softwares* para impressão de materiais 3D e/ou lúdicos para estruturar a sinalização e o *design* da biblioteca); 5) informação via eletrônica (suportes informacionais existentes (bases de dados *online*, *e-books*) e disponibilizados pelas bibliotecas; à promoção de informações institucionais em *sites* e em redes sociais; e o desenvolvimento de bibliotecas virtuais); e 6) acesso remoto (formas de renovação de itens emprestados (por internet, pelo telefone); formas de empréstimos de recursos (*online*, via telefone, pessoalmente) e processos de digitalização do acervo analógico) são essenciais para que uma biblioteca híbrida cumpra efetivamente seu papel.

Posto isto, ao falarmos de bibliotecas híbridas, estamos trabalhando não somente com convergência tecnologias para o desenvolvimento de melhores produtos e serviços, mas, principalmente, com a promoção de ações sociais que visem a inclusão social dos indivíduos por meio de atividades que os instiguem a reconhecerem o ambiente de uma biblioteca como forma de

estímulo ao pensar. Esses estímulos, de maneira mais ou menos ampla, propiciam a formação de seres pensantes, capazes de refletirem sobre as informações que recebem antes de as aceitarem como verdadeiras. Sendo assim, as bibliotecas públicas híbridas trabalham com políticas públicas que permitem que os seus usuários, ao refletirem sobre as informações que os cercam, passem a inferir sobre os problemas públicos ocorrentes em sociedade. Os usuários, então, não somente propõem meios para solucionar esses problemas, como também demandam ações aos órgãos competentes para tal.

Numa perspectiva extranacional, modelos de fomento de autonomia do ser, já consolidados em países como Inglaterra e Escócia (SILVA, 2017), ainda são pouco trabalhados em países da América Latina. Nesse sentido, à medida em que as bibliotecas híbridas geram autonomia ao permitirem que seus usuários se tornem seres pensantes e mais independentes, este estudo entende que o Estado poderia intervir nessas instituições com políticas públicas capazes de trabalharem com os problemas sociais desses cidadãos e as bibliotecas híbridas seriam soluções eficazes e baratas frente ao benefício que propicia ao usuário. Portanto, destaca-se a importância de se discutir esse tema em âmbito nacional e internacional, para que possa haver contribuições em áreas onde ainda não esteja sendo trabalhada a gestão híbrida para o desenvolvimento das comunidades.

Sob o prisma extranacional, modelos de fomento de autonomia do ser, já consolidados em países como Inglaterra e Escócia (SILVA, 2017), ainda são pouco trabalhados em países da América Latina. Nesse sentido, à medida em que as bibliotecas híbridas geram autonomia ao permitirem que seus usuários se tornem seres pensantes e mais independentes, este estudo entende que o Estado poderia intervir criando novas bibliotecas e dando um melhor suporte tecnológicos às já existentes, a partir de políticas públicas capazes de minimizar deficiências educacionais dos cidadãos, contemplando o bem comum. Apontamos as bibliotecas híbridas como soluções eficazes e baratas frente ao benefício que propicia ao usuário. Portanto, destaca-se a importância de se discutir esse tema em âmbito nacional e internacional, para que possa haver contribuições em áreas onde ainda não esteja sendo trabalhada a gestão híbrida para o desenvolvimento de comunidades.

Sendo assim, este estudo identificou que, para que um indivíduo se torne autônomo é necessário que forças governamentais, além das educacionais intervenham nesse processo, tornando-se imprescindível o reconhecimento das bibliotecas como equipamentos cultural-informacionais. Elas devem ser abraçadas por políticas públicas que fomentem autonomia aos usuários por meio dos seus produtos e serviços.

Logo, as políticas públicas voltadas às bibliotecas, não podem caracterizar-se apenas no campo normativo, como um ideal a ser atingido, uma lei no sentido programático, sem efetividade. Elas necessitam conferir o fundamento às instituições que ensejam ter um papel ativo em suas comunidades. Para tanto, as Leis Orçamentárias<sup>1</sup> devem destinar recursos ao desenvolvimento destas políticas. Dessa maneira, as bibliotecas híbridas, de acordo com seus princípios e propostas de ação, são possíveis soluções para alguns dos problemas sociais, que envolvam educação e prática de leitura. Isto porque são locais acessíveis, prazerosos, de discussão, que estimulam o desenvolvimento de seres pensantes, capazes de atuarem ativamente na sua comunidade.

Em relação aos profissionais que atuam nas bibliotecas híbridas, uma vez que esse ambiente exige do profissional da informação, a melhoria contínua na execução das tarefas, o mesmo deve procurar oferecer ao usuário produtos e serviços de maneira satisfatória e com maior qualidade. Os processos de pesquisa, armazenagem, processamento, recuperação e disseminação da informação, sob esta visão, dependem, primeiramente, de como as etapas serão transmitidas a título de comunicação oral, para depois serem realizados de modo mais específico em suas prioridades.

Portanto, o conceito de biblioteca híbrida, posto na práxis, alia-se ao de cidadão autônomo, ético, que procura a informação de modo dinâmico, entendendo que sua apropriação é individual, porém construída de modo relacional e, para tanto, o ambiente propício auxilia no processo de aprendizado. No entanto, as políticas públicas têm que oferecer as diretrizes necessárias que contemplem meios para a efetivação deste propósito. Formar cidadãos críticos, reflexivos e

---

<sup>1</sup> No Brasil, a Lei Orçamentária Anual (LOA) é uma lei elaborada pelo Poder Executivo que estabelece as despesas (gastos) e as receitas (o dinheiro que poder público dispõe) que serão realizadas no ano posterior ao exercício em que foi votada e aprovada em sessão legislativa. Compete ao Presidente da República enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento, segundo o artigo 165 da Carta Magna brasileira (BRASIL, 1988, p. 80).



autônomos é algo complexo, que requer uma prática cultural, um processo civilizatório, algo que demanda muito tempo, vontade política e ações governamentais eficazes.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz de tal perspectiva, o fato de nos tornarmos conscientes nos faz seres éticos, pois, é por meio da relação dialógica, na relação social, que aprendemos e crescemos com as diferenças, passando a ter noção de alteridade, ou seja, de nos colocarmos no lugar do outro. Diante de tal premissa, a autonomia passa pela concepção da ética e da educação, sendo um tripé indissolúvel e complementar. Incide na capacidade de determinar a própria vontade, livre, consciente, um processo individual, mas que se desenvolve no meio social, assim como o processo de apropriação da informação, responsável pela produção de novos conhecimentos que possibilitam a atuação social diante das necessidades de cada indivíduo.

Sob essa ótica, a Educação deve propiciar às pessoas capacidade crítica, reflexiva, capaz de formar um ser autônomo, isto é, que possa ser guiado por si próprio, aprendendo sempre. As políticas públicas e solidificação das bibliotecas, em linhas gerais, têm o papel de dar as diretrizes do Estado frente à problemática que cada país enfrenta. Prontamente, é sob esta análise que trasladamos ao redor da conceituação das políticas públicas: „O que o Estado entende como problema?“, „Quais são as vias para descobrir as verdadeiras intencionalidades do Estado em solucionar um problema público?“, „Qual é o orçamento real que o Estado destina para este fim?“, „Quais são as atividades que deveriam ser realizadas pelo Estado para capacitar o desenvolvimento de sujeitos autônomos? „Qual a relação do processo de apropriação diante de uma suposta liberdade de acesso que mais favorece um consenso do que uma reflexão diante das informações compartilhadas?“

Nesse contexto, as bibliotecas híbridas públicas são veículos perfeitos para conferirem liberdade ao usuário, à medida que são modelos de gestão participativa capazes de tornar seus usuários indivíduos autônomos e participativos em sociedade, além de serem uma alternativa viável em termos financeiros ao poder público. Posto isto, um ideal altamente relevante, imbricado na concomitância com o surgimento de um problema de teor público, já que essa perspectiva, de aparência utópica, margeia duas ideias antagônicas: uma realidade possível e a vontade do Estado em não fomentá-la.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BERNARDINO, M. C. R.; SUAIKEN, E. J. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 4, p. 29-41, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n4/v16n4a04.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BORGES, E.V.E. O texto além das palavras: uma visão ampliada da apropriação da informação por meio de textos literários. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**, V.10, n.1, p.15-24, 2016. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/5681>>. Acesso em: 10 set.2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2013.

BREAKS, M. Building the hybrid library: a review of UK activities. **Learned publishing**, Hertfordshire, v. 15, n. 2, p. 99-107, 2002.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Inquietações à reforma de uma lei: olhares sobre a biblioteca escolar. **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 94-101, abr./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/35285/18825>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Editora Ática, 2009.

DEWE, M. **Planning public library buildings: concepts and issues for the librarian**. Londres: Routledge, 2016.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GARCEZ, E. M. S; RADOS, G. J. V. Biblioteca híbrida: um novo enfoque no suporte à educação a distância. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 44-51, maio/ago. 2002. Disponível em: . Acesso em: 17 mar. 2015.

GASPARI, E. Políticas públicas e intencionalidade. In: CHRISPINO, A. **Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

HUFFPOSTBRASIL.COM. **Dinamarca, Nova Zelândia, Finlândia e Suécia: o que os países menos corruptos do mundo têm a nos ensinar?** 2015. Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2015/04/11/dinamarca-nova-zelandia-finlandia-e-suecia-o-que-os-paises-me\\_a\\_21681197/](https://www.huffpostbrasil.com/2015/04/11/dinamarca-nova-zelandia-finlandia-e-suecia-o-que-os-paises-me_a_21681197/)>. Acesso em: 29 abr. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Libraries in the information society**. 2002. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=WQgAAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

KANT, I. **Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70, 1997.

\_\_\_\_\_. **Textos seletos**. 2.ed. São Paulo: Vozes, 1985.

KOONTZ, Christie; GUBBIN, Barbara. 2010. **IFLA public library service guidelines for development**. Berlin; New York: De Gruyter/Saur.

MACHADO, N. **Cidadania e Educação**. 4. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; KIPP, Margaret E.I. Implications of the Adoption of BISAC for Classifying Library Collections. **Knowledge Organization**. 41(5): 377-392

OPPENHEIM, C.; SMITHSON, D. What is the hybrid library? **Journal of Information Science**, Reino Unido, v. 25, n. 2, p. 97-112, out./nov. 1999. Disponível em: <<http://jis.sagepub.com/content/25/2/97.full.pdf+html>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

PRAKASAN, E. R.; SWARNA, T.; KUMAR, V. Human resource development in hybrid libraries. 2000. In: NATIONAL CONVENTION ON LIBRARY AND INFORMATION NETWORKING, 2., 2000, Madras, Chennai. **Anais...** Madras, Chennai: Índia, 2000. p. 292-299. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/5864/1/pdf.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da Filosofia do humanismo a Kant**. 5 ed. São Paulo: Paulus, 1990.

SECCHI, L. Introdução: percebendo as políticas públicas. In: \_\_\_\_\_. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, R. C. da. **Gestão de bibliotecas públicas no contexto híbrido: um estudo comparativo de bibliotecas híbrida no âmbito nacional e internacional em prol do desenvolvimento de comunidades**. 288 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

SOUZA, C. Estado da arte em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. p. 65-85.

VABREK, Bernard. 2000. Is the American public library part of everyone's life? **American libraries** 31: 60-64.

**ENTRE AS DISCRIMINAÇÕES E OS DESAFIOS:** estudo das abordagens utilizadas para explicar a sub-representação das mulheres negras nos cargos de liderança

**BETWEEN DISCRIMINATION AND CHALLENGES:** study of the approaches used to explain the sub-representation of black women in the leadership positions

Área temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

BENEDITO, Beatriz de Oliveira  
FATEC

Graduanda em Gestão Empresarial pela Faculdade de Tecnologia de Garça  
beatriz.benedito@outlook.com.br

AGUILLAR, Claudia Maria Bernava  
FATEC

Docente na Faculdade de Tecnologia de Garça e doutoranda do departamento de Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC)  
claudiabernava@hotmail.com

## RESUMO

Esta pesquisa é um recorte do estudo sobre *A INSERÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO PROCESSO PRODUTIVO: estudo das dificuldades enfrentadas nos cargos de liderança na região de Marília-SP*, que compreende que as mulheres negras enfrentam obstáculos significativos na inserção do mercado de trabalho, o que resulta na sua concentração em atividades mal remuneradas, são pouco prestigiadas e até mesmo na representação das altas taxas de desemprego. No entanto, os obstáculos que as afro-brasileiras enfrentam torna-se mais presente no topo da pirâmide organizacional, uma vez que elas estão sub-representadas nos cargos de maiores responsabilidades e rendimentos. Neste sentido, esta pesquisa pretende responder o seguinte questionamento: quais são as abordagens que as pesquisas utilizam para explicar a sub-representação das mulheres negras nos cargos de liderança?? Sendo assim, esta pesquisa possui como objetivo apresentar as distintas abordagens utilizadas nas produções científicas para compreender a baixa representatividade das mulheres negras em cargos de liderança. Como metodologia, adotou-se a pesquisa bibliográfica, com base nas produções nacionais referente às mulheres negras e liderança.

**Palavras-chave:** Mulheres Negras. Relações de Trabalho. Hierarquia Organizacional.

## ABSTRACT

This research is a cut from the study on *THE INSERTION OF BLACK WOMEN IN THE PRODUCTION PROCESS: a study of the difficulties faced in leadership positions in the region of Marília-SP*, according to which it follows the assumption that black women face significant obstacles in inserting the market of work, which results in their concentration on low paid activities, little prestige and even on the representation of high unemployment rates. However, the obstacles facing Afro-Brazilians become more present at the top of the organizational pyramid, since they are underrepresented in the positions of greater responsibilities and incomes. In this sense, this research intends to answer the following question: what are the approaches that the researches use to explain the underrepresentation of black women in leadership positions? Thus, this research aims to present the different approaches used in scientific production to understand the low representation of black women in leadership positions. As methodology, the bibliographical research was adopted, based on the national productions regarding black women and leadership.

**Keywords:** black women, work relationships, organizational hierarchy.

## 1 INTRODUÇÃO

A situação das mulheres negras no mercado de trabalho é de desigualdade. Mesmo após a Abolição da Escravatura e a realização dos movimentos feministas negro que tinha como objetivo trazer a visibilidade e lutar contra a violação dos direitos humanos da população negra, a sociedade brasileira continua colocando as trabalhadoras negras em péssimas condições de trabalho, pois são consideradas a dupla discriminação: de gênero em virtude da atribuição dos papéis tradicionalmente designados as mulheres e, a discriminação pela cor, um traço físico marcado pela escravidão, excluindo assim, as mulheres negras nos âmbitos do mercado de trabalho.

Em síntese, as mulheres negras enfrentam dificuldades no mercado de trabalho, por ocuparem as piores situações de emprego, pois apresentam os menores rendimentos, elas são o grupo populacional que mais exercem as atividades domésticas, apresentam as maiores taxas de desemprego e, principalmente, as desigualdades vivenciadas pelas mulheres negras tornam-se evidentes também no acesso aos cargos de maiores responsabilidades e salários.

Tal como o Instituto Ethos (2015) evidencia em sua pesquisa, com o objetivo de analisar as possíveis desigualdades existentes dentro das organizações brasileiras, 8,2% das mulheres negras são supervisoras, 1,6% são gerentes negras, porém a sub-representação das mulheres negras é destacado quando se eleva o acesso à maiores responsabilidades e salários, pois 0,4% das mulheres negras são diretoras dentro das organizações analisadas. Tal fato, representa a segregação hierárquica vertical, ou seja, quanto maior for o nível do cargo dentro da pirâmide organizacional menor é a quantidade de mulheres negras que ocupam este posto.

Considerando esta problemática, esta pesquisa tem como finalidade responder o seguinte questionamento: quais são as abordagens que as pesquisas utilizam para explicar a sub-representação das mulheres negras nos cargos de liderança? Assim, o fulcro desta pesquisa é analisar as abordagens utilizadas em investigações científicas para descrever a invisibilidade das mulheres negras no topo da hierarquia organizacional.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A (In) visibilidade das mulheres negras nas relações de trabalho

As mulheres negras sempre vivenciaram as discriminações nas relações de trabalho. A discriminação racial que ocorre com elas, já acontece desde o processo de escravidão nas terras brasileiras, pois, enquanto as mulheres brancas exerciam atividades não remuneradas voltadas aos cuidados do lar e a educação dos filhos. As mulheres negras, por outro lado, eram vendidas contra sua vontade para serem empregadas nas plantações (PAULA, 2012, p. 157), eram escravizadas, violentadas sexualmente e fisicamente em troca de suprimentos que garantiam sua sobrevivência para que continuassem a executar o trabalho escravo.

Mesmo com a abolição da escravidão e o surgimento do feminismo negro, as mulheres negras ainda são inferiorizadas e discriminadas em função de seu sexo e, principalmente, em razão de sua cor ou raça (SOUSA, 2015, p. 28). Um exemplo a ser citado é o mercado de trabalho que se tornou o âmbito que mais discrimina as mulheres negras, pois, as “desigualdades de gênero e raça são uma característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro” (IBGE, 2014, p. 132). Concentrando assim, as trabalhadoras femininas em subempregos e inserindo-as nas piores situações de trabalho (BENTO, 2015, p. 26).

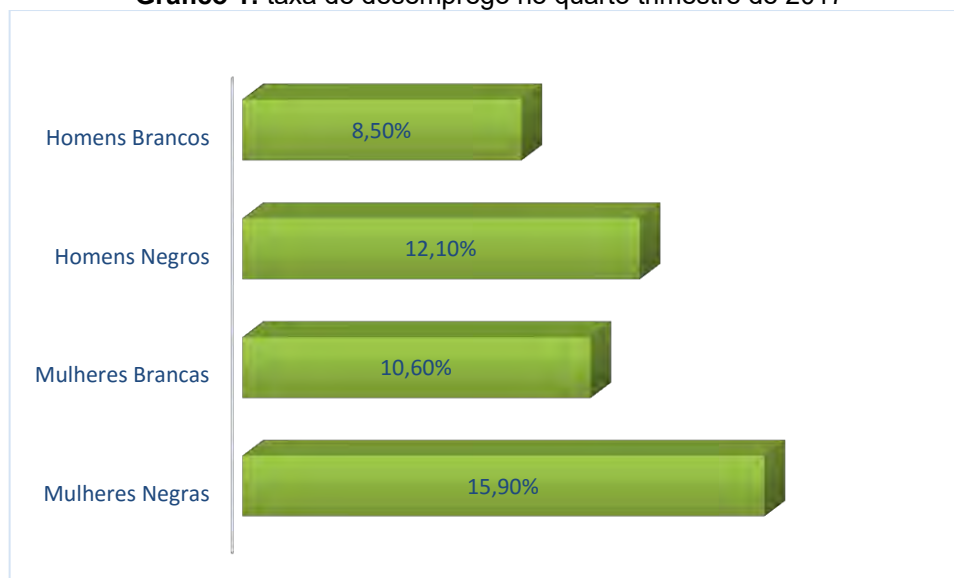
Como exemplo, temos a concentração da população feminina nas atividades que no final do século XX, concentrava 19% das trabalhadoras, sendo que, em 1998, 56% eram trabalhadoras negras (YANNOULAS, 2002, p. 23). Em 2000, o serviço doméstico era representado por 4,6 milhões dentro do total de 5 milhões de mulheres, no entanto, 71% deste trabalho eram exercidos pelas trabalhadoras negras (RIBEIRO, 2004). Pinto (2006) comenta que entre o ano de 2001 e 2002 a quantidade de mulheres negras que exerciam os serviços domésticos era de 33,6% em Porto Alegre,

enquanto 13,7% das mulheres não negras ocupavam este tipo de trabalho. Em São Paulo 30% eram domésticas negras e 13% trabalhadoras femininas brancas. Em Belo Horizonte 25,7% das mulheres negras e 13,1% de mulheres brancas estavam concentradas nesta atividade, já em Recife 23,4% eram afro-brasileiras e 12% eram mulheres brancas.

Em 2014, as afrodescendentes representavam 17% e as mulheres brancas 10%, no entanto apenas 28,6% das mulheres negras possuíam carteira assinada, a nível de comparação as mulheres brancas possuíam 4,9 pontos percentuais de diferença, pois elas representavam 33,5% com carteira assinada (GOVERNO DO BRASIL, 2016). Como explicação, para a concentração de trabalhadoras femininas negras nas atividades domésticas é a história da população negra no Brasil entre o período de escravidão e pós abolição da escravatura, uma vez que as mulheres negras que ocupavam os serviços domésticos tanto na escravidão como após a abolição da escravatura.

Além disso, as mulheres negras apresentam também as maiores taxas de desemprego em relação aos demais grupos populacionais. De acordo com, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no Brasil em 2011, as mulheres negras representavam 12,5% de desempregadas. Por outro lado, as mulheres brancas apresentam 9,2% do desemprego, enquanto, 5,3% eram homens brancos desempregados. Entre o período de 2014 e 2017 o desemprego entre as mulheres negras aumentou 6,7 pontos percentuais. O Gráfico 1, por exemplo, mostra a taxa de desemprego no quarto trimestre de 2017.

**Gráfico 1:** taxa de desemprego no quarto trimestre de 2017



**Fonte:** Diário Comércio, Indústria & Serviços (2018)

De acordo com o Gráfico 1, as mulheres negras ainda continuam a liderar o ranking do desemprego, uma vez que no quarto trimestre de 2017 elas representavam 15,9% de desempregadas, enquanto 12,1% eram desempregados negros e, 8,5% homens brancos e 10,6% mulheres não negras desempregadas. Tal fato não deixa dúvidas quanto à exclusão que as mulheres negras enfrentam no mercado de trabalho.

Para Yannoulas (2002) a situação de exclusão das afrodescendentes é consequência da divisão sexual horizontal do mercado de trabalho que concentra as mulheres em atividades tipicamente atribuídas aos papéis femininos. Porém, é importante destacar que as mulheres negras sofrem ainda com uma segunda discriminação em razão de sua cor/raça, ou seja, além delas serem designadas aos trabalhos culturalmente monopolizado pelas mulheres, elas também são excluídas dos melhores trabalhos em função de sua cor/raça. Desta forma, as mulheres negras se encontram em extrema desvantagem nas relações laborais.

## 2.2 Mulheres negras em Cargos de Liderança

Embora, as mulheres negras sejam consideradas como a maior população que reside no país brasileiro. Elas também são consideradas como a população que mais sofre discriminações sejam nos âmbitos sociais, políticos e especialmente nas relações de trabalho. Uma vez que, elas estão concentradas nos subempregos do mercado de trabalho. Além disso, quando são analisadas as atividades que envolvem um maior nível de conhecimento e remuneração as afro-brasileiras enfrentam o efeito *Glass Ceiling* ou Teto de Vidro, isto é, as barreiras que dificultam o crescimento profissional das mulheres aos mais altos cargos da hierarquia organizacional, provocando assim, a sub-representação das trabalhadoras femininas negras nas atividades de liderança (BAXTER; WIGHT, 2000; YANNOULAS, 2002).

O teto de vidro ou barreiras invisíveis, são intitulados assim, pois são coisas difíceis de ultrapassar. O vidro exemplifica os cargos que as mulheres conseguem enxergar e querem conquistar. No entanto, as barreiras impedem que elas cheguem até eles. Já a denominação invisível mostra que conforme aumenta o nível dos cargos, as discriminações tornam-se mais veladas e difíceis de serem detectadas. Contudo, quando se refere a *liderança* e *mulher negra*, os efeitos teto de vidro passam para efeitos teto de chumbo, pois a representação das afrodescendentes é inferior às mulheres brancas, ou seja, as estruturas hierárquicas são mais estreitas para elas (YANNOULAS, 2002).

Como exemplo dos efeitos do teto de vidro pode-se citar a investigação do Instituto Ethos (2010) intitulada *Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas*, que verifica uma diferença elevada entre a porcentagem de mulheres negras e brancas que exercem as responsabilidades de liderança nas organizações entrevistadas: 5,6% de mulheres negras são supervisoras e, 26,8% são supervisoras brancas. Por outro lado, na gerência 22,1% são mulheres brancas e, 2,1% são gerentes negras. Todavia, a ausência de mulheres negras nos postos de liderança se agrava quando é mencionado a alta cúpula organizacional, com 13,7% de diretoras brancas ocupando o quadro executivo e, 0,5% de diretoras negras. Isto é, dentre as 119 dirigentes mulheres entrevistadas, a porcentagem de 0,5% representa seis mulheres negras em números absolutos. Porém, o que mais chama atenção na pesquisa do Instituto Ethos é que, de acordo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as seis mulheres negras são “todas de cor parda”, tornando-se evidente, a sub-representação das trabalhadoras negras na alta hierarquia organizacional.

Em 2015, o Instituto Ethos realizou outra investigação para analisar as possíveis desigualdades de gênero dentro das organizações. Estes novos dados apontam que, somente na supervisão houve um aumento da quantidade de mulheres negras, ou seja, de 5,6% as supervisoras negras passaram a representar 8,2% da supervisão. Por outro lado, na gerência e no quadro executivo nota-se uma queda de ocupação de mulheres negras, com 1,6% de gerentes negras e, 0,4% de diretoras negras. Isto é, na diretoria, a representação das seis mulheres “pardas” foi reduzida para „duas” mulheres negras dentre “548 diretores negros e não negros, de ambos os sexos” (INSTITUTO ETHOS, 2015).

A pesquisa do Instituto Ethos (2015), além de evidenciar a insuficiência de executivas negras, mostra que as trabalhadoras negras enfrentam possíveis barreiras que dificultam sua ascensão profissional. Este fato, não deixa dúvidas quanto a discriminação das mulheres negras nos postos de liderança (PEREIRA; FONSECA, 2016).

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como procedimento foi utilizada a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativa e de natureza descritiva. A utilização da pesquisa bibliográfica se justifica por proporcionar uma maior fundamentação teórica ao pesquisador em relação ao objeto de estudo. Além disso, para Gil (2010) as pesquisas bibliográficas possibilitam uma massa de fenômenos que os pesquisador não conseguiriam encontrar pesquisando diretamente, ou seja, a vantagem da utilização deste método é a proporção diferenciada de informações sobre as discriminações de gênero e raça dentro do ambiente corporativo. Desta forma, para a busca dos conteúdos teóricos foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: mulheres negras, liderança, desigualdades, discriminações e

preconceitos. Como critério para análise foram escolhidas dissertações publicadas entre 2015 e 2017.

#### 4 DISCUSSÕES

As desigualdades raciais, tornaram-se alvos de diversas investigações no âmbito acadêmico. Muitas pesquisas, tem se utilizado como questão norteadora o crescimento da massa de trabalhadoras femininas brancas e negras no universo de trabalho, porém outras pesquisas utilizam como objeto de estudo a situação de marginalização das mulheres negras no universo de trabalho. Tais pesquisas, propõem-se a analisar a situação desigual das trabalhadoras femininas negras em comparação aos demais grupos populacionais.

O que mais se destaca ao analisar as investigações que envolvem as mulheres negras é que as desigualdades raciais encontram-se visíveis na sociedade brasileira principalmente, quando é relacionado gênero e raça/etnia no universo de trabalho. A situação desigual das trabalhadoras femininas negras é evidenciada na concentração desta população em atividades mal remuneradas e pouco prestigiadas, bem como nas altas taxas de desemprego que este grupo populacional apresenta nos indicadores de análise (DIÁRIO COMÉRCIO, INDUSTRIAL & SERVIÇOS, 2018; GOVERNO DO BRASIL, 2016; PAULA, 2012).

No entanto, ao analisar os estudos organizacionais, percebe-se uma ausência de pesquisas voltadas a investigar a inserção das mulheres negras na alta cúpula organizacional. As poucas pesquisas que buscam analisar esta situação indicam que a presença das afro-brasileiras em cargos de direção é inferior em comparação aos demais grupos populacionais (SILVA, 2015; INSTITUTO ETHOS, 2010; 2015). Além disso, evidenciam também que existem problemas relevantes que deveriam ser analisados.

Medeiros, Borges e Miranda (2010) expõem que uma das explicações para a ausência das mulheres negras na alta cúpula organizacional, é que a mídia gerencialista transmite informações aos seus receptores que o perfil ideal do executivo é do homem branco. Os autores ao analisarem as capas de revistas da VOCÊ S/A constataram que durante anos as estampas dessa revista representavam o homem branco ocupando os cargos de liderança, poucas capas possuíam mulheres brancas na direção das empresas, ou seja, não havia a representação de mulheres negras no topo da pirâmide organizacional.

Seguindo este contexto, realizamos uma busca por investigações publicadas entre 2015 e 2017 que analisam as dificuldades das mulheres negras de acessarem os cargos de comando e poder nas organizações. De acordo com a busca, foram encontradas três dissertações, sendo: um da Universidade Federal de Uberlândia (UFU, Faculdade de Gestão de Negócios), um Universidade Federal do Amazonas (UFA, Instituto de Ciências Humanas e Letras) e a última na Fundação Getúlio Vargas (FGV, Escola de Administração de Empresas de São Paulo). O Quadro 1, mostra os títulos de cada produção e seus respectivos autores.

**Quadro 1 – Levantamento das dissertações sobre as dificuldades das mulheres negras de acesso os cargos de comando e poder nas organizações (2015-2017)**

Título da Produção	Instituição	Autor (a)	Objetivo	Técnica de Análise
Conte-nos sua história! Triple Jeopardy nas narrativas de mulheres negras na cidade de Uberlândia	Universidade Federal de Uberlândia (UFU, Faculdade de Gestão de Negócios)	Nicemara Cardoso Silva	Identificar os componentes dos regimes das desigualdades	Análise de Conteúdo

A presença de mulheres negras em cargos hierarquizados da Secretaria Municipal de Educação de Manaus: racismo e impasse na sua pertença e autodeclaração	Universidade Federal do Amazonas (UFA, Instituto de Ciências Humanas e Letras)	Maria Perpetuo Socorro Lima de Sousa	Estudar a inserção das mulheres negras nos cargos de gestão na Secretaria Municipal de Educação de Manaus	Abordagem qualitativa e quantitativa
Trajetória profissional das mulheres negras em empresas multinacionais em São Paulo	Fundação Getúlio Vargas (FGV, Escola de Administração de Empresas de São Paulo)	Gabriela Renata Rodrigues dos Santos	Estudar a influência das políticas de diversidade sobre as trajetórias profissionais das mulheres negras em empresas multinacionais de São Paulo	História de Vida

**Fonte:** Elaborado pelas Autoras (2018)

As produções encontradas utilizam três abordagens diferentes, sendo: a *triple jeopardy* (SILVA, 2015), intersecção entre raça, gênero e classe (SANTOS, 2017) com base nas pesquisas de Crenshaw (1991), e a intersecção entre gênero e raça (SOUSA, 2015). Além disso, seguem o pressuposto de que as desigualdades raciais se encontram visíveis na sociedade brasileira, no âmbito social, político e em especial, no universo de trabalho (SILVA, 2015; SANTOS, 2017; SOUSA, 2015).

Tais desigualdades são destacadas quando relacionamos gênero e raça/etnia com gestão organizacional, pois as trabalhadoras femininas negras ainda são invisíveis na alta cúpula organizacional. Yannoulas (2002) expõe que a ausência de mulheres negras é em virtude da divisão sexual vertical do trabalho, segundo a qual as mulheres estão em desvantagem na ascensão profissional dentro da organização.

Todavia, no caso das mulheres negras ocorre uma dupla discriminação (ou intersecção entre gênero e raça), esta abordagem é utilizada na dissertação de Sousa (2015, p. 23) que segundo a autoras, no caso das mulheres negras “a vida será bem mais sacrificada, porque as normas sociais beneficiam o branco”, ou seja, esta intersecção entre gênero e raça deixam as afro-brasileiras em desvantagem por ser mulher e negra, colando-as em subempregos no mercado de trabalho e excluindo elas dos espaços de poder e comando (BENTO, 2000, p. 16).

Desta forma, Sousa (2015) procura identificar em sua produção os preconceitos e as discriminações que a mulheres negras possam enfrentar nos cargos de direção na Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED), com base na intersecção entre gênero e raça. Segundo sua pesquisa, foram encontradas trabalhadoras femininas negras nos cargos médios e outros abaixo deles. Entretanto, a autora destaca que até o ano de 2014 não havia vestígio de mulheres negras nestes cargos. Ou seja, as afro-brasileiras entrevistadas começaram a assumir os cargos em 2015.

Uma explicação que Sousa (2015) traz é que os cargos analisados são ocupados por pessoas indicadas pelos gestores que estão acima deles, ou seja, para que as mulheres negras ocupem os mais altos postos é necessário que ela tenha uma relação de afinidade com a alta cúpula organizacional (PEREIRA, 2015). No caso da SEMED, os altos cargos eram ocupados por mulheres e homens brancos, isto é, as trabalhadoras femininas negras são invisíveis perante eles, uma vez que elas estão na segunda base da pirâmide organizacional.

Utilizando a abordagem de intersecção entre gênero e raça como categorias aditivas, as mulheres ocupavam quase a maioria dos cargos da SEMED. Porém, segundo Sousa (2015) quando faz o recorte para cor/raça a quantidade de trabalhadoras femininas negras reduz para uma quantidade muito ínfima em comparação às mulheres brancas. Para Bento (2000, p. 16) a intersecção entre gênero e raça utiliza apenas dois fatores para interpretar o cenário desigual e que as mulheres negras estão inseridas. Desta forma, a autora explica que gênero e raça são categorias



aditivas, isto é, uma soma com a outra e juntas reproduzem o contexto de desigualdade que as mulheres negras vivenciam. Ou seja, estes dois eixos analisados por Silva (2015) reproduzem a situação desigual que as mulheres negras vivenciam no SEMED.

Por outro lado, em sua produção, Silva (2015, p. 19) analisa a invisibilidade das afro-brasileiras utilizando três categorias que se relacionam entre si, formando uma intersecção. A autora utiliza como base, as pesquisas de Acker (2006;2009) que estabelece uma tripla discriminação ou a *triple jeopardy*. Este termo é uma derivação da intersecção entre gênero. No entanto, em vez de utilizar eixos aditivos, a tripla discriminação utiliza categorias que se relacionam entre si, formando o regime de desigualdades.

Sendo assim, Silva (2015) considera como categoria de análise: *gênero*, *etnia* e um terceiro eixo *classe* como bases dos componentes e características das desigualdades, que as afro-brasileiras enfrentam ao se inserirem nos cargos de direção. No entanto, a autora comenta que gênero, etnia e classe são componentes bases da produção da desigualdade, segundo os quais permitem verificar a situação de desvantajosa que as mulheres negras se encontram no universo de trabalho, ou seja, as categorias de análise criam “desigualdades básicas”, tal como Crenshaw (2002) pontua e como é evidenciado a invisibilidade das afro-brasileiras nas pesquisas de Pinto (2006), Pinheiro et al (2016), Pinheiro et al (2006) .

Porém, Silva (2015) comenta que a relação desses três eixos são a *base das desigualdades*, ou seja, quando é relacionado mulheres negras e liderança a sub-representação das afro-brasileiras é decorrente da base da desigualdade somadas aos processos organizacionais (criando assim o regime das desigualdades), os quais são os produtores destas desigualdades retendo as mulheres negras na base da pirâmide corporativa. Este efeito é intitulado como *Glass Ceiling* (teto de vidro), ou seja, as barreiras invisíveis de retenção das mulheres na base da pirâmide organizacional, pois quanto maior é o nível de responsabilidade e acesso à maiores salários, menor é a quantidade de mulheres exercendo esta atividade, provocando um afunilamento hierárquico dentro da pirâmide organizacional (BAXTER; WIGHT, 2000; YANNOULAS, 2002).

Os outros componentes citados por Silva (2015) são: a) forma e gradação das desigualdades, constituído por: hierarquia, segregação, diferenças de salários; b) processos organizacionais que reproduzem desigualdades, o qual é formado por: requisitos gerais para o trabalho, hierarquia, recrutamento e seleção, políticas de fixação de salários e práticas de supervisão e interações informais e; c) barreiras à criação de igualdade nas organizações: visibilidade, legitimidade, controle e manutenção.

Utilizando essa abordagem, Silva (2015) chega na conclusão de que a baixa representação das afrodescendentes em cargos hierarquizados tem como principais características, o racismo e o machismo, estes tipos de comportamentos criam o efeito *Glass Ceiling*, que formam um dos componentes citados pela autora que compõem o regime das desigualdades. Este componente cria barreiras que impedem a ascensão profissional das mulheres negras, colocando-as em atividades de baixo prestígio e remuneração. Além disso, Silva (2015) comenta que a situação desigual que as mulheres negras vivenciam pode ser explicada pela divisão sexual do trabalho, que atribui responsabilidades aos papéis femininos, e isenta os homens de realiza-los (YANNOULAS, 2002; BIROLI, 2016).

Santos (2017) seguiu uma abordagem semelhante à de Silva (2015), pois a autora analisa a baixa representatividade das mulheres negras, utilizando como categorias de análise: *gênero*, *etnia* e *classe*. Porém, o que diferencia as duas pesquisas é que Santos (2017) utiliza a definição de interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw (1993) que define interseccionalidade como:

[...] uma conceituação do problema entre dois ou mais eixos da consequência estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação [...] Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras [...] Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é

diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Para Santos (2017), a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, permitiu encontrar os fatores que contribuem para a baixa presença das mulheres negras nos cargos de maiores responsabilidades e salários. Um dos resultados de sua pesquisa é que as mulheres negras entrevistadas advêm de lugares distintos das mulheres e homens brancos, ou seja, ao trilhar seu caminho profissional as mulheres negras têm dificuldades, pois elas necessitam trabalhar e estudar ao mesmo tempo, o que acaba gerando exaustão nas trabalhadoras negras. Segundo a autora:

Algumas das mulheres negras entrevistadas são advindas de classes populares com o agravante de não possuírem o privilégio da cor/raça e gênero dominante nas empresas. Para competirem com o mínimo de igualdade, tiveram de investir todo seu potencial, adquirindo o capital simbólico e cultural das classes altas, que dominam as empresas, quer seja estudando em universidades de ponta, quer seja trabalhando mais e com mais afinco para se tornarem competitivas nessas empresas: aprendendo a jogar o jogo de poder das organizações por mais que as desigualdades duráveis que dominam estes espaços estejam postas em todos os instantes em suas trajetórias (SANTOS, 2017, p. 84).

Para essas mulheres negras o investimento na formação superior é fundamental para a ascensão profissional dentro das organizações. Entretanto, nota-se que o conhecimento não quebra todas as barreiras que as mulheres negras têm que enfrentar para se inserirem na alta cúpula organizacional. Além disso, a própria cultura organizacional das empresas cria empecilhos que fazem com que as estruturas organizacionais sejam estreitas para as mulheres negras, ou seja, o percurso para que as trabalhadoras s negras conquistem os espaços corporativos é de difícil acesso (SANTOS, 2017).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema sobre as mulheres negras nos cargos de liderança ainda é pouco estudado, pois ao ser relacionado mulher negra e cargos de liderança entre os períodos de 2015 e 2017 foram encontradas apenas três produções e em forma de dissertação.

Nas três dissertações (SILVA 2015; SANTOS 2017; SOUSA, 2015) encontradas, os argumentos utilizados para explicar a condição das afro-brasileiras foram similares, uma vez que ambas as autoras fizeram uso da categoria gênero, raça/etnia e classe social para analisar a ausência das mulheres negras na alta cúpula organizacional. A categoria gênero se justifica por este termo se referir a condição que as mulheres se encontram no universo de trabalho, ou seja, aos papéis culturalmente designado as mulheres por uma cultura de uma sociedade machista (YANNOULAS, 2002; BIROLI, 2016). Já a categoria raça/etnia mostra como o processo de escravidão contribui para evidenciar a invisibilidade das mulheres negras no mercado de trabalho. Aliás, até a abolição da escravatura colocou os afrodescendentes em condições invisíveis, pois ao ser decretada a libertação dos escravos, os negros não tinham casa, trabalho e a proteção social do governo. Para os negros e negras a liberdade resultou na inserção de trabalhos precários, temporários e doméstico.

Silva (2015) e Santos (2017) utilizaram outra categoria para explicar a sub-representação das mulheres negras: a classe social. Silva (2015) insere classe por meio da análise da *Triple Jeopardy*, ou seja, da tripla discriminação: gênero, raça/etnia e classe social. Este risco triplo compõe o regime das desigualdades em que as mulheres negras estão inseridas, isto é, na base da pirâmide organizacional, formado o efeito *Glass Ceiling*: as barreiras que dificultam as mulheres em geral a ocuparem os cargos de poder e comando nas organizações.

Já Santos (2015) destacou como as mulheres negras desenvolvem um crescimento profissional distintos das mulheres brancas por toda discriminação imposta pela formação cultural e social da sociedade. Neste sentido, a ascensão profissional das mulheres negras para Santos (2015)

é mais desafiadora, pois elas têm que se mostrarem mais competentes do que as mulheres brancas e, mesmo a busca por conhecimento superior não quebra todas as barreiras que o teto de vidro impõe a elas.

Portanto, conclui-se que nas três produções, as dificuldades que as mulheres negras enfrentam para se adentrarem nos espaços de poder são: o gênero (SILVA, 2015; SOUSA, 2015; SANTOS, 2017), a raça/cor (SILVA, 2015; SOUSA, 2015; SANTOS, 2017) e a classe social (SIVA, 2015; SANTOS, 2017), ou seja, o machismo, racismo e a condição de pobreza que a maioria da população negra está inserida se constituem em barreiras visíveis/invisíveis da própria cultura organizacional, tornando, assim, mais difícil a ascensão das mulheres negras nos cargos de liderança.

## REFERÊNCIAS

BAXTER, J.; WRIGHT, E. O. **The glass ceiling hypothesis a comparative study of the United States, Sweden, and Australia.** Gender & Society, vol. 14, n. 2, April 2000.

BENTO, Maria Aparecida. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** São Paulo: Vozes, 2003.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades limites da democracia no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação relativos ao gênero.** Revista Estudo Feministas, vol. 10, núm. 1, jan., 2002, pp. 171-188. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil.

DIÁRIO COMÉRCIO, INDÚSTRIA & SERVIÇOS. Desemprego avançou mais rápido entre as mulheres negras no Brasil. Disponível em: < <https://www.dci.com.br/economia/desemprego-avancou-mais-rapido-entre-as-mulheres-negras-no-brasil-1.689066> >. Acesso em: 17 set. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estatística de gênero uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010.** Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/vizualizacao/livros/li88941.pdf> >. Acesso em: 17 set. 2018.

Instituto Ethos. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas.** Disponível em: < [http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-eb4Perfil\\_2010.pdf](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-eb4Perfil_2010.pdf) >. Acesso em: 17 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas.** Disponível em: < [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Perfil\\_social\\_racial\\_genero\\_500empresas.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Perfil_social_racial_genero_500empresas.pdf) >. Acesso em: 17 set. 2018.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Retrato das desigualdades gênero e raça.** 4a ed. Brasília, 2011.

GOVERNO DO BRASIL. **Trabalho doméstico é a ocupação de 5,9 milhões de brasileiras.** Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/03/trabalho-domestico-e-a-ocupacao-de-5-9-milhoes-de-brasileiras> >. Acesso em: 24 jul. 2018.

MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira; MIRANDA, Rodrigo; BORGES, Jacqueline Florindo. **Estereótipos de gênero e carreira executiva na literatura gerencialista.** Revista Gestão Org. v.8, n. 1, p. 81-97, 2010.

PAULA, Marise Vicente de. **De escrava à empregada doméstica: o fenômeno da (in)visibilidade das mulheres negras.** Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 155-164, ago. / dez. 2012.

PEREIRA, Edilene Machado; FONSECA, Dagoberto, Jose. **Interseccionalidade das desigualdades de gênero e de raça nos cargos de elite**. Interfaces Científicas-Direito, Aracaju.v.5, n.1, p.27-38, out. 2016.

PINTO, Giselle. **Situação das mulheres negras no mercado de trabalho**: uma análise dos indicadores sociais. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, MG, 18-22 de setembro, 2006.

PINHEIRO, L. et al. **Retrato das desigualdades 2ª edição**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM). Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/segundaedicao.pdf> >. Acesso em: 24 jul. 2018.

PINHEIRO, L. S. **Mulheres e trabalho**: breve análise do período 2004-2014. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=27317](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27317) >. Acesso em: 24 jul. 2018.

RIBEIRO, Matilde. **Relações Raciais nas Pesquisas e nos Processos Sociais**: em busca de visibilidade para as mulheres negras. In: VENTURI, Gustavo Et al. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1 ed. São Paulo: editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.

PINTO, Giselle. **Situação das mulheres negras no mercado de trabalho**: uma análise dos indicadores sociais. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, MG, 18-22 de Setembro, 2006.

SOUSA, Maria Perpetuo Socorro Lima de. **A presença de mulheres negras em cargos hierarquizados da Secretaria Municipal de Educação de Manaus**: racismo e impasse na sua pertença e autodeclaração. 2015. 105 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11 ed. São Paulo: editora Atlas S.A, 2009.

YANNOULAS, S. C. **Dossiê**: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002. Disponível em: < <http://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/dossieprgmt.pdf> >. Acesso em: 17 set. 2018.

**ESTRATÉGIAS DE MARCA PÓS-FUSÕES E AQUISIÇÕES: AS DECISÕES PARA A MARCA CORPORATIVA EM DIFERENTES EMPRESAS E SETORES**

*BRAND STRATEGIES POST MERGERS AND ACQUISITIONS: CORPORATIVE BRAND DECISIONS IN DIFFERENTS COMPANIES AND INDUSTRIES*

Desenvolvimento e Integração Regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

DE SOUZA MEIRELLES, Franklin  
FEARP/USP  
Doutorando em Administração  
franklinmeirelles@gmail.com

GIRALDI, Janaína de Moura Engracia  
FEARP/USP  
Professora Associada  
janaina\_giraldi@yahoo.com.br

**Resumo**

O presente artigo tem como objetivo analisar as estratégias de gestão de marcas corporativas após a ocorrência de operações de fusões e aquisições ocorridas no Brasil, fenômeno bastante comum no país última década. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade com representantes de empresas que passaram por esse processo no Brasil nos últimos dez anos, buscando-se compreender as estratégias por trás da definição dos nomes das marcas corporativas pós operação. Os resultados apontam alinhamento entre as estratégias tomadas e suas justificativas, bem como coerência no processo de integração das marcas com o que é visto na literatura, embora algumas características dos casos analisados tenham trazido questões específicas que contribuem para a expansão do tema.

**Palavras-chave:** Branding, M&A, Estratégias de Marca

**Abstract**

The objective of this paper is to analyze corporate brand management strategies after the occurrence of mergers and acquisitions in Brazil, a phenomenon that has been very common in the last decade. In deep semi-structured interviews were conducted with representatives of companies that have faced this process in Brazil in the last ten years, seeking to understand the strategies behind the definition of corporate brand names after the operation. Results point to an alignment between the strategies adopted and their justifications, as well as coherence in the process of brand integration with what is seen in the literature, although some characteristics of the analyzed cases have brought specific questions that contribute to the expansion of the theme.

**Keywords:** Branding, M&A, Brand Strategies.

**1 INTRODUÇÃO**

Uma operação de M&A (M&A, oriundo do termo em inglês *Mergers & Acquisitions*) pode ser considerada a forma mais completa de “Aliança Estratégica”, ou seja, um relacionamento estratégico entre duas ou mais empresas, com objetivo de alcançarem vantagens por meio de integração de operações e divisão de riscos (CHAN-OLMSTED, 1998).

De acordo com Yang, David e Robertson (2012), um processo de M&A é, acima de tudo, um processo de aprendizagem sobre coordenar aspectos de duas empresas objetivando uma meta comum. A marca, sendo um ativo importante, também deve ser considerada na integração com as demais facetas da empresa de forma a maximizar os resultados da operação e, antes mesmo de concretização da operação, deve ser analisada do ponto de vista da percepção dos consumidores

(MCLELLAND; GOLDSMITH; MCMAHON, 2014).

A ausência de preocupação com a questão resulta em confusão entre as marcas das empresas envolvidas no processo, inclusive internamente, ou até mesmo, na pior das hipóteses, em disputas organizacionais internas entre os responsáveis pelas marcas em questão (BASU, 2006).

Embora os principais indicadores de sucesso de uma operação de M&A entre empresas venham da área financeira, tais quais receitas e redução de custos, não se pode descartar o efeito dessas operações no mercado consumidor, que reagem à readequação da marca com base nas associações existentes das marcas envolvidas (JAJU; JOINER; REDDY, 2006). Também Kumar e Blomqvist (2004) argumentam que a análise puramente financeira não é suficiente para a agregação de valor ao negócio após uma operação de M&A. Ao contrário, as empresas devem realizar um processo que integre tanto a análise financeira como questões relacionadas ao branding.

Nessa mesma direção, Basu (2006) argumenta que o foco da análise de resultados de operações de M&A está nos benefícios oriundos de fatores internos, como a estrutura, os recursos e os indivíduos, enquanto os fatores externos, como as estratégias de arquitetura de marcas, são pouco explorados.

Em virtude disso, uma estratégia adequada de gestão de marcas é fundamental para uma boa receptividade e compreensão por parte do mercado e do aproveitamento das oportunidades, bem como para motivar os gestores e colaboradores a se esforçarem em prol de um objetivo comum estabelecido com a organização resultante da operação de M&A (BASU, 2006). Para Kernstock e Brexenfort (2012), a definição da estratégia de marca pós M&A é também uma forma de se enviar aos stakeholders um sinal do que será a partir de então. McLelland, Goldsmith e McMahon (2014) sugerem, para redução da preocupação dos consumidores com eventuais mudanças, atenção à mensagem comunicada pela nova marca e a coordenação de ações que garantam, no mínimo, a manutenção do bom desempenho nas áreas vistas como tal pelos consumidores antes da operação.

Os colaboradores devem ser, de acordo com Vu e Moisescu (2013), os primeiros a receberem atenção após o estabelecimento da definição da operação, isso porque é necessário identificar as melhores pessoas e vencer as dificuldades de integração de diferentes culturas. Como a marca corporativa representa um importante elemento da identidade dos colaboradores, é necessário que a transição de marcas pós aquisições seja pensada para que as pessoas não se tornem obstáculos para o processo, inclusive por conta do papel de embaixadores da marca desses stakeholders (HAKALA, 2016).

Nesse cenário, esse estudo tem como objetivo compreender o processo de reestruturação de marcas corporativas após processo de fusões ou aquisições entre empresas de diversos portes e segmentos de mercado no Brasil, buscando identificar as estratégias de escolha de nome da marca corporativa bem como os processos e desafios envolvidos na integração da nova marca junto aos principais stakeholders, priorizando, consumidores e colaboradores.

Justifica-se esse estudo pela oportunidade de analisar o fenômeno do *rebranding* pós M&A no cenário nacional, aproveitando o crescimento desse tipo de operação no país na última década (IMAA, 2017), contribuindo para a literatura do tema e observando o processo de reestruturação de marcas brasileiras na prática.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1- Fusões, Aquisições e Convergência Industrial**

Para Chan-Olmsted (1998), a aquisição é uma operação de compra de uma empresa por outra, seja por vias monetárias ou troca de títulos, enquanto a fusão é uma operação de junção de duas empresas. Em geral, na aquisição ocorre a manutenção das duas empresas, enquanto o resultado da fusão é a sobrevivência de apenas uma delas. Hitt et al. (2012) conceituam “fusões” como o resultado da combinação de patrimônios e débitos de duas empresas em uma entidade única, enquanto as “aquisições” ocorrem, por outro lado, quando uma empresa adquire os ativos e passivos de outra empresa, seja via troca de ações ou por investimento direto de capital.

Há várias razões pelas quais as empresas realizam operações de M&A, como a

diversificação dos negócios, acesso ao mercado externo, busca por recursos, aprendizado organizacional, consolidação de poder mercadológico, geração de economias de escala e escopo, combinação de marcas e de mão de obra e o acesso a canais de distribuição múltiplos (HITT ET AL, 2012).

Uma das formas de classificar uma operação de M&A é baseada no estágio de produção da cadeia das empresas envolvidas e no grau de relevância do mercado. Desta forma, de acordo com Lorange et. al. (1994) *apud* Chan-Olmsted (1998), quatro são as estratégias possíveis:

- 1- Estratégia horizontal: envolve operações entre empresas no mesmo estágio de produção, e tem como principal objetivo a economia de escala e o aumento do poder de mercado;
- 2- Estratégia vertical: envolve operações entre empresas em estágios de produção diferentes, como fornecedores ou distribuidores e cuja principal vantagem é o controle sobre os recursos;
- 3- Estratégia concêntrica: envolve operações entre empresas que estão relacionadas através de tecnologias, processos de produção ou mercados, e tem como principal ganho as economias de escala e diversificação de recursos comuns;
- 4- Estratégia de conglomerado: consiste em balancear o portfólio da empresa sem, no entanto, haver o compartilhamento de recursos, produtos ou mercados.

Uma ampliação do escopo de atuação de empresas de setores específicos a partir de operações de M&A, visando a atender na totalidade as demandas dos consumidores, é conceituada, de acordo com Hacklin, Battistini e Von Krogh (2013) como Convergência industrial. Cônsoi e Marino (2017) argumentam que tal fenômeno pode ser claramente observado quando empresas extrapolam as operações de M&A de crescimento horizontal para crescimento entre cadeias distintas, porém correlatas, ampliando o escopo de categorias de produtos ofertados para o cliente.

O conceito de Convergência industrial, de acordo com Hacklin, Marxt e Fahrni (2009), está muito mais relacionado às inovações impactantes resultantes do cruzamento de fronteiras entre diferentes indústrias do que à operação envolvida anteriormente, considerando que a Convergência industrial é o último estágio da convergência entre empresas, que inclui a convergência de Conhecimentos, tecnológica e Aplicacional, sendo a Industrial a principal responsável pelo desenvolvimento econômico.

Apesar dos objetivos de crescimento buscados, do ponto de vista do mercado, alguns estudos argumentam que nem todas as operações de M&A são bem aceitas pelos consumidores, o que pode ser uma explicação para os resultados financeiros abaixo do esperado observados em muitos casos (THORBJORSEN; DAHLEN, 2011).

A conceituação de *rebranding* é dada por Muzellec e Lambkin (2006, p. 805) como “a criação de um novo nome, termo, símbolo, design ou a combinação destes para uma marca estabelecida buscando desenvolver uma posição diferenciada (nova) na mente dos concorrentes, clientes, colaboradores e acionistas” e é um tema que tem recebido significativa atenção na literatura acadêmica.

## **2.2- M&A e Rebranding**

Por conta das facetas envolvidas no *rebranding* de marcas corporativas, Kumar e Blomqvist (2004) ressaltam que a transição de marca, para ser bem sucedida, precisa integrar todos os pontos de contatos dos clientes com a(s) marca(s), já que alterações nas mesmas resultam em alterações nas atitudes dos consumidores, conforme comprovado experimentalmente por Jaju, Joiner e Reddy (2006).

Vale ressaltar que o fenômeno da mudança de marca é mais comum no nível corporativa (marca corporativa ou da *holding*) do que nas marcas de produtos, considerando a dificuldade de realizar a transformação em uma quantidade distinta de mercados e linhas de produtos (MUZELLEC; LAMBKIN, 2006). Nesse sentido, Jaju, Joiner e Reddy (2006) observaram através de um experimento que o efeito da alteração de marca mostrou-se maior em marcas corporativas do que em marcas de produtos.

Segundo Basu (2006), a pior abordagem por parte das empresas é ignorar essa questão durante o processo de fusão e aquisição com base na premissa de que o mercado será responsável por separar/diferenciar as marcas envolvidas por conta própria. Essa questão é tão estratégica que Kumar e Blomqvist (2004) advertem que as questões de branding devem ser consideradas durante o processo, e não apenas após a operação ter sido concretizada.

Embora as operações de M&A não sejam as únicas razões para a alteração de marcas corporativas, podem ser consideradas o principal motivo, seguidas de cisão entre empresas e problemas de imagem. Ou seja, é improvável que uma alteração de marca ocorra sem que haja alguma alteração na estrutura ou estratégia da(s) organização(ões) envolvida(s) (MUZELLEK; LAMBKIN, 2006), e a reação dos consumidores à essas alterações dependerão, entre outras variáveis, da congruência entre as marcas envolvidas no processo - mesmo segmento/mercado, por exemplo - (MCLELLAND; GOLDSMITH; MCMAHON, 2014).

### 2.2.1- Processo de *rebranding* pós M&A

Apesar de ser considerada uma fase extremamente importante no processo de M&A, em um estudo realizado por Etteson e Knowles (2006) observou-se a baixa prioridade da estratégia da marca corporativa para empresas durante o processo de negociação das operações, recebendo a devida atenção apenas após o processo ter sido concluído.

Yang, Davis e Robertson (2012) desenvolveram um modelo integrado para gestão de marcas em processo de M&A, objetivando a maximização do sucesso da operação e considerada uma questão de integração estratégica, já que envolve a alta direção das companhias. O modelo consiste na integração de processos, iniciando antes da operação de M&A, partindo de uma visão corporativa que norteia os padrões da marca até a implementação da estratégia como um todo.

A aplicação da estratégia de *branding* no processo de M&A depende de questões como o controle acionário da nova entidade, a importância estratégica da marca adquirida para o negócio como um todo (para consideração da manutenção da marca adquirida), a força das marcas (eventualmente a marca adquirida é mais bem vista pelo mercado, justificando sua continuidade), bem como as sinergias entre as marcas e riscos envolvidos (em especial de conflito e/ou confusão para os clientes) (KUMAR; BLOMQVIST, 2004).

Para Yang, Davis e Robertson (2012), as variáveis envolvidas na estratégia antes da integração estão relacionadas à cultura das empresas, ao valor das respectivas marcas envolvidas, à competição existente no setor e entre as empresas e à decisão sobre o controle da nova empresa após a concretização da operação. As variáveis envolvidas na estratégia após a integração são o alinhamento entre as duas marcas, buscando um objetivo comum pré-estabelecido e a comunicação com todos os *stakeholders*. Essas variáveis são:

- **Cultura empresarial:** A cultura empresarial é relevante uma vez que a integração entre as marcas envolve um processo de aculturação pelas diferenças entre as organizações e, muitas vezes, até mesmo de culturas de países diferentes. Para facilitar a implementação da estratégia de *branding* é recomendado como passo inicial colocar as diferenças entre as empresas envolvidas de lado para a criação de uma nova visão corporativa;

- **Valor das marcas envolvidas:** É fundamental que as marcas envolvidas no processo sejam avaliadas e mensuradas antes da tomada de decisão, não apenas para confirmação do investimento feito na operação, mas principalmente para que a decisão de escolha da nova marca seja estabelecida em números reais. A avaliação de qual das duas marcas corporativas é a mais forte, a fim da definição das estratégias de nome de marca corporativa, envolve a análise de variáveis como retenção de clientes, aquisição de novos clientes, eficiência da equipe de vendas, consciência das marcas, diferenciais de valor e possibilidade de extensão da marca (KUMAR; BLOMQVIST, 2004);

- **Controle empresarial:** Quando se opta pela estratégia de criação de uma nova marca corporativa deve-se, principalmente, comunicar aos acionistas tal decisão, bem como deixar claro a nova estrutura e identidade;



- **Alinhamento das marcas:** Nesse momento é que é feita a decisão de marca corporativa e de produtos para daí em diante. O papel da liderança é ressaltado para essa etapa da transição, já que os líderes conseguem ter uma visão macro do processo e ao mesmo tempo observar os pequenos detalhes. As decisões de gestão de marcas em processo de fusões e aquisições devem contemplar tanto a marca corporativa como a marca específica dos produtos, além de aspectos da identidade da marca e da arquitetura de marca (relação das marcas existentes) após o processo (BASU, 2006);

- **Comunicação com stakeholders:** É fundamental para harmonizar o ambiente e colocar todos na mesma página após a operação. De acordo com Muzellec e Lambkin (2006), a comunicação é a principal ferramenta para garantir a consciência de marca para a nova entidade. Para Hakala (2016), é importante para todos os *stakeholders*: Para os colaboradores, objetiva gerar incentivo às oportunidades de crescimento pessoal, enquanto o objetivo para os consumidores é reforçar o fortalecimento da empresa e a união de competências.

A nova identidade é formada inicialmente pelos colaboradores, que devem se comportar de acordo com a identidade e promessa da nova marca (MUZELLEC; LAMBKIN, 2006). Kumar e Blomqvist (2004) também consideram os colaboradores como peças chave no processo de transição de marcas, e acreditam que uma comunicação clara e transparente sobre as expectativas é fundamental para o entendimento e comprometimento dos mesmos.

Os consumidores completam os *stakeholders*, e há estudos mostrando que independentemente das marcas envolvidas, eles tendem a rejeitar as operações de M&A de maneira geral, não importando o quanto estão satisfeitos e apaixonados com as marcas envolvidas no processo. A reação negativa pode ser reduzida, entretanto, se houver participação dos consumidores na definição da nova marca (THORBJORNSSEN; DAHLEN, 2011).

Apesar de todos os estudos indicando a importância da análise de diversas variáveis, tal qual a força das marcas envolvidas no processo, Kernstock e Brexendorf (2012) observaram o poder das pessoas envolvidas no processo sobrepondo qualquer análise mercadológica.

## 2.2.2- Definição da marca corporativa em M&A

Basu (2006) apresenta quatro estratégias genéricas como resultantes de um processo de M&A entre duas empresas: Manutenção de uma das duas marcas apenas, desenvolvimento de uma marca conjunta (um nome de marca que aglomere ambos os nomes), manutenção das duas marcas individualmente e criação de uma marca totalmente nova. O mesmo foi feito por Etteson e Knowles (2006), que embora conceituem que existam dez possibilidades de trabalho com as marcas (Considerando o binômio NOME x SÍMBOLO), essas se resumem às mesmas quatro estratégias, com suas respectivas vantagens e desvantagens para acionistas, consumidores e colaboradores.

### 1- Marca única (A ou B)

A manutenção de uma única marca é mais comum em casos de aquisição, com objetivos de expansão geográfica, diversificação de mercados (novos produtos) ou com objetivo de tornar externa alguma operação, como pesquisa e desenvolvimento ou tecnologia da informação (BASU, 2006). Mangani e Gussoni (2012), por sua vez, encontraram correlação negativa entre essa estratégia e operações que tinham como principal objetivo a diversificação.

Etteson e Knowles (2006), que definem essa estratégia como a de manutenção da marca mais forte, recomendando-a para setores ainda em consolidação ou que oferecem oportunidades para produtos e serviços complementares. O posicionamento superior da marca e a oportunidade para os colaboradores da empresa cuja marca foi descartada são as principais vantagens, enquanto a perda dos ativos da marca descartada e a percepção de que há um vencedor e um perdedor no acordo são as principais desvantagens.

Estudos mostraram que em casos de aquisições, independentemente de qual empresa foi adquirente e qual foi adquirida, é importante que na formulação da nova marca seja preservada aquela cuja imagem seja mais forte, ainda que na companhia da marca mais fraca. Isso porque a manutenção desta pode enfraquecer a percepção a respeito da nova marca e seus produtos (LEE;

CHEN; GUY, 2014).

Por outro lado, Thorbjornsen e Dahlen (2011) realizaram um estudo no qual comprovaram que, de maneira geral, a atitude dos consumidores em relação à marca a ser mantida tende a diminuir com a fusão, enquanto a atitude em relação à marca a ser descartada tende a aumentar, bem como a propensão dos clientes da marca a ser descartada em buscar outras opções concorrentes após a operação.

Essa decisão é muito observada quando, na operação, uma companhia é muito maior do que a outra, encerrando a existência da marca da companhia menor. A exceção ocorre quando a companhia menor tem um valor sentimental para os consumidores e o uso da marca maior (muitas vezes estrangeira) pode tornar hostil a presença da nova marca no mercado. Nesse caso, observa-se a manutenção de ambas (YANG; DAVIS; ROBERTSON, 2012).

Essa estratégia vai de acordo com a observação de Hakala (2016), que argumenta ser essa a mais utilizada em operações que envolvam empresas de países diferentes, com a manutenção da marca adquirente. Apesar disso, uma marca local reconhecida tende a fazer com que processo de estabelecimento da marca única (do adquirente) seja realizado por etapas, com a adoção inicial da marca conjunta ou manutenção de ambas. Quando a operação de M&A envolver marcas de países diferentes, Vu e Moisescu (2013) sugerem um equilíbrio entre estratégia global de marca corporativa e observação de características específicas dos mercados penetrados.

Lee, Chen e Guy (2014) também observaram que a mudança de marca altera as dimensões que compõem o valor da marca, e que a estratégia de manter o nome da marca adquirida traz um efeito mais positivo do que manter apenas o nome da marca adquirente ou combinar ambas.

## **2- Marca conjunta (A-B)**

A marca conjunta, por sua vez, é geralmente resultado de uma fusão, e tem como objetivo mostrar ao mercado que duas empresas de igual relevância e força se uniram para se tornarem ainda mais fortes e aproveitarem da economia de escala, além de ser uma opção para casos de convergência industrial (BASU, 2006).

Etteson e Knowles (2006) definem essa estratégia como de junção de ambas as marcas, cujo principal objetivo é maximizar o *marketshare*, mostrando ao consumidor que, para ele, nada mudará a partir de então, algo também percebido pelos colaboradores. A adoção dessa estratégia, entretanto, encerra qualquer oportunidade de mostrar algo novo ou em termos de identidade e valor para a marca.

De acordo com Kumar e Blomqvist (2004), a manutenção da marca da empresa adquirida, em especial a partir da associação das duas marcas (adquirente e adquirida), é esperada em situações onde novos segmentos de mercados serão explorados ou quando se penetrará em novas áreas de negócio caracterizadas por marcas de baixa relevância.

Knowles, Dinner e Mizik (2011) observaram que é nessa estratégia que se encontra o menor percentual de empresas cuja performance está abaixo do esperado antes da operação de M&A, ou seja, tende a ser a estratégia de nome mais eficiente para a situação. A explicação para isso pode estar no fato de que um processo de M&A depende da preservação de percepções positivas de consumidores e colaboradores, preservação essa que ocorre de maneira mais completa quando as associações das duas marcas são somadas, gerando uma nova marca que já nasce com o valor somado das marcas anteriores.

## **3- Duas marcas individuais (A e B)**

Empresas que decidem por manter individualmente duas marcas geralmente objetivam manter o status quo e é mais recomendada quando as empresas são vistas como diferentes, em relação ao mercado ou segmento de atuação e produtos ofertados (BASU, 2006).

Etteson e Knowles (2006) definiram essa estratégia como a de manter os negócios como estão, geralmente ocorrendo por motivos comerciais, não causando mudança alguma para

colaboradores e consumidores. Com isso, é de se esperar que não haja muitos ganhos incrementais de valor de marca, sendo o efeito observado apenas do ponto de vista dos investidores.

Yang, Davis e Robertson (2012) alegam que a manutenção das duas marcas causa confusão nos consumidores e colaboradores, recomendando alguma das outras três estratégias para estabelecer conexões com as marcas de produtos, além de simplificar a gestão em apenas uma marca. Os autores reconhecem, entretanto, que qualquer mudança gera incertezas para consumidores e colaboradores, o que confirma a necessidade de comunicação clara e racional da estratégia.

Bauer, Matzler e Wille (2011) observaram que o grau de mudança nos conceitos e elementos da marca estão inversamente relacionados aos resultados obtidos pelas empresas após as fusões ou aquisições e, portanto, sugerem que esses conceitos e elementos só devem ser alterados em casos extremos. Por esse ponto de vista, a manutenção de ambas as marcas é a estratégia mais recomendada, enquanto a criação de uma marca totalmente nova é a menos sugerida.

#### 4- Nova marca (C)

Por fim, geralmente uma marca nova e diferente das existentes é criada quando a empresa pretende mostrar aos *stakeholders* que a fusão/aquisição resultou em uma empresa totalmente nova e diferente, o que significa, de fato, ter ações diferentes em termos mercadológicos, culturais e comerciais (BASU, 2006).

Etteson e Knowles (2006) definem essa estratégia como a de criação de uma espécie diferente, e cuja principal vantagem é a mensagem dada aos investidores, colaboradores e consumidores de ambas que algo novo, maior e mais forte foi criado, com nova visão e direcionamento. Por outro lado, tal estratégia consome muitos recursos, além de ser considerada a mais arriscada pela necessidade de construir o valor de marca praticamente do zero.

Segundo Gussoni e Mangani (2012), a criação de uma marca nova ou o uso da marca conjunta é mais comum em operações horizontais do que a manutenção de uma das marcas ou ambas separadamente, possivelmente para evitar uma competição das marcas dentro da indústria e da mesma forma também são mais observadas em fusões do que em aquisições, tendo sido essa a mais observada em um estudo longitudinal, garantindo os ativos intangíveis de ambas marcas.

A estratégia de alteração total do nome é tida para Muzellec e Lambkin (2006) como uma afronta ao que se conhecer do conceito de valor de marca, visto que se perde todo o valor e significado que os nomes anteriores carregavam e os investimentos e esforços feitos anteriormente pelas empresas.

Apesar da necessidade de opção por uma das estratégias apresentadas, Basu (2006) argumenta que esta não é inalterável, ou seja, as empresas podem realizar mudanças na estratégia ao longo do tempo, em especial mantendo duas marcas (A e B) ou uma marca conjunta (A-B) antes de optar pela existência de uma única marca corporativa (C).

O Quadro 1 a seguir representa as estratégias de nome de marca corporativa mais recomendadas, considerando o objetivo estratégico da operação de M&A realizada, considerando os *stakeholders*: acionistas, consumidores e colaboradores.

**Quadro 1: Estratégias de integração de marcas**

Marca corporativa A realizando fusão/aquisição com Marca corporativa B					
	Economia de escala	Expansão geográfica	Extensão de produto/segmento	Externalizar operações	Convergência Industrial
Marca única (A ou B)		✓	✓	✓	
Marca conjunta (A - B)	✓				✓
Duas Marcas Individuais (A & B)		✓	✓		
Nova marca (C)					✓

Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de Basu (2006), p. 30

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como o objetivo do estudo é compreender melhor o fenômeno das estratégias de marcas pós fusões e aquisições, se fez necessária o uso de uma pesquisa exploratória, cuja aplicação é recomendada justamente para se obter maior compreensão em relação ao problema estudado (MALHOTRA, 1999). A coleta de dados se deu por meio de uma pesquisa qualitativa, através de entrevista em profundidade, que é, segundo Malhotra (1999), uma entrevista direta e não estruturada (estrutura flexível) realizada por um entrevistador buscando descobrir motivações, crenças e atitudes em relação ao tópico investigado.

Neste estudo, as entrevistas foram semiestruturadas, considerando a necessidade de se focar a pesquisa para alguns pontos relevantes (escolha da marca corporativa, desafios enfrentados junto aos consumidores e mercado) e ao mesmo tempo compreender a fundo essas questões do ponto de vista do gestor, justificando esse tipo de entrevista (ALSAAWI, 2014).

O roteiro semiestruturado de questões, desenvolvido pelos autores e baseado no referencial teórico de processo de reestruturação de marca pós M&A e estratégias de marcas corporativas contemplava cinco grandes tópicos: Caracterização do respondente, caracterização das empresas, informações sobre a operação, estratégia de marca corporativa após a operação e processo de *rebranding*.

O foco das entrevistas foi na marca corporativa, e não em marcas de produtos. Esse direcionamento foi importante pois, de acordo com Kuhn, Alpert e Pope (2008) há, muitas vezes, para o consumidor corporativo, confusão entre a marca corporativa e a marca dos produtos, o que poderia gerar confusão também para os entrevistados.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados seis gestores de empresas de diversos portes e setores, que passaram por fusões ou aquisições nos últimos dez anos no mercado brasileiro. As entrevistas, que tiveram duração entre 22 minutos e 50 minutos, foram realizadas entre nos meses de abril de maio de 2017 presencialmente ou por Skype, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, e gravadas para posterior análise. As empresas foram escolhidas por conveniência e por representarem diversos segmentos e portes.

#### 4.1- Caracterização das empresas participantes do estudo

- **Empresa 1:** Com aproximadamente 60 funcionários (antes da operação eram 120), o entrevistado foi o CEO da empresa, que se encontra no grupo empresarial há 14 anos (é filho do fundador). Caracterizada como Limitada, de origem americana e focada na produção e comercialização de sementes para pastagens. A empresa, de origem norte americana, adquiriu uma empresa brasileira do mesmo ramo em 2003, com o objetivo de produzir o produto em um clima favorável, algo que não era possível no país de origem da empresa.
- **Empresa 2:** De origem brasileira, com aproximadamente 100 funcionários, a empresa adquirida (entrevistada) está no mercado de medicamentos veterinários, enquanto a adquirente, também brasileira, atua em diversos mercados, como nutrição animal, implementos agrícolas, dentre outros. A empresa resultante da aquisição ocorrida em 2008 é caracterizada como Limitada e esteve envolvida na operação por necessidade da adquirente em entrar em uma nova cadeia na qual não atuava até então.
- **Empresa 3:** Criada a partir da fusão (ano de 2015) entre duas grandes companhias nacionais do setor de equipamentos odontológicos, a empresa conta com aproximadamente 780 funcionários (antes da fusão, juntas, somavam aproximadamente 1.200). A empresa resultante é caracterizada como uma Sociedade Anônima (S.A) de capital fechado, e a operação teve como principal objetivo gerar economias de escala e aumentar o poder de mercado com a união de duas empresas com mais de quarenta anos de existência.
- **Empresa 4:** O diretor de marketing, há 16 anos na empresa, foi o entrevistado da empresa de nutrição animal brasileira adquirida em 2013 por uma empresa holandesa que atua no mesmo segmento e em diversos outros ao redor do mundo. Com atualmente 2.000 funcionários na América Latina (antes da operação no Brasil eram 1.200), explicam a

operação como uma estratégia de entrada em um novo segmento, focando no Brasil por ser o maior mercado nesse segmento específico.

- **Empresa 5:** Assim como a Empresa 4, está no segmento de nutrição animal e, originária da Holanda, adquiriu uma empresa do mesmo segmento no Brasil no ano de 2009. É reconhecida por realizar fusões como estratégia para entrada em outros países, buscando penetrar em mercados competitivos via crescimento não orgânico. O entrevistado é o atual gerente de marketing da organização.
- **Empresa 6:** Única empresa do setor de serviços do estudo, trata-se de uma consultoria estratégica voltada a diversos mercados. Formada a partir da fusão entre três consultorias brasileiras no ano de 2012, é uma Microempresa Limitada, composta por 10 colaboradores/sócios fixos e alguns integrantes por projeto. A fusão foi realizada com o objetivo de complementar as capacidades/especialidades em uma única empresa, agregando mais valor ao serviço de consultoria empresarial.

#### 4.2- A estratégia por trás da marca corporativa

Em relação à escolha da marca corporativa após a operação de M&A, observa-se que nem sempre a estratégia do nome da marca corporativa atual (momento da entrevista) foi a estratégia da marca adotada quando a operação de M&A foi realizada. Em muitas situações houve um processo de mudança do nome até chegar na denominação atual. Em algumas situações, inclusive, essas mudanças ainda estão ocorrendo mesmo a operação ter ocorrido há mais de dez anos.

Das seis empresas pesquisadas, três delas tiveram algum tipo de alteração na decisão da marca corporativa ao longo dos anos desde a operação de M&A, seja por questões burocráticas, seja por questões mercadológicas (marca adquirida forte, custo de mudança alto). Esses achados vão de acordo com a percepção de Basu (2006) de que a estratégia de marca corporativa é passível de alteração ao longo do tempo.

Das nomenclaturas atuais das marcas corporativas, três optaram pela estratégia de Marca única (Empresas 1, 4 e 5), todas da marca adquirente, duas optaram pela criação de uma nova marca (Empresas 3 e 6), ambas empresas resultantes de fusão, e apenas uma optou pela marca conjunta (Empresa 2). Chamou atenção na pesquisa o fato de as empresas 3 e 5 não investirem muito em suas marcas corporativas, deixando-as, inclusive, nos bastidores.

O respondente da Empresa 3 resume a estratégia por trás da baixa preocupação com a marca corporativa: *"Eu não preciso dar força para minha marca corporativa. Ela não tem produtos. Ela é importante institucionalmente, quando eu vou negociar com fornecedores e bancos, por exemplo. Para o meu cliente é irrelevante"*. Essa percepção de que a marca corporativa não tem tanto valor no mercado no qual está inserido pode ser a justificativa para a adoção da estratégia da nova marca, rejeitada por Muzellec e Lambkin (2006).

Analisando-se as motivações por trás das decisões da marca corporativa, percebe-se que há similaridade nas justificativas em relação às estratégias adotadas. As empresas 1, 4 e 5, que mantiveram o nome da empresa adquirente justificaram à força do nome da marca vinda do exterior (estratégia de marca global) ou até mesmo o peso de um nome estrangeiro.

A expansão geográfica observada nos três casos justifica a escolha da estratégia da marca única, com a manutenção da marca adquirente estrangeira, (BASU, 2006), bem como o porte global e grande poder das marcas adquirentes (YANG; DAVIS; ROBERTSON, 2012). No caso da Empresa 3, entretanto, houve também a justificativa de criar uma cultura nova, não perder os valores da empresa que tivesse o nome descartado ao mesmo tempo não transparecer que houve algum vencedor no processo.

As justificativas apresentadas pelos respondentes de ambas as empresas vão de encontro com o entendimento de se criar uma nova marca após uma operação de M&A quando se pretende mostrar aos *stakeholders* que se trata de uma empresa totalmente nova, até mesmo na cultura (BASU, 2006) e com mais força e tamanho do que ambas individualmente (ETTESON; KNOWLES, 2006). Também ratificam a maior relação dessa estratégia com operações de fusão e não de aquisições de empresa observada por Gussoni e Mangani (2012).

Por fim, a Empresa 2 queria manter o nome da marca adquirida por já estar presente no mercado de medicamentos veterinários, mas desejava também agregar à nova empresa a marca da empresa adquirente que, embora não estivesse nesse mercado até então, era reconhecida como uma boa opção no fornecimento de outros tipos de produtos para produtores rurais. A marca adquirente agregaria poder à marca adquirida, por isso a junção de ambos os nomes.

É válido lembrar que a Empresa 5, embora tenha optado pela marca corporativa estrangeira, faz questão de manter como marca de grupo, segmentos ou produtos as marcas adquiridas fora do país de origem, como forma de não perder os ativos dessas marcas. Nesse caso pode-se concluir que a estratégia de manter as marcas das empresas regionais adquiridas tem como objetivo manter os ativos conquistados e o valor sentimental das marcas regionais (YANG; DAVIS; ROBERTSON, 2012).

O Quadro 2 apresenta um resumo das empresas, operações realizadas e objetivos das mesmas, bem como a estratégia de marca corporativa atual. Com exceção das Empresas 3 e 6, os demais casos vão de acordo com o estudo de Basu (2006) que relaciona os objetivos da operação de M&A com a estratégia de marca corporativa. As exceções (Empresas 3 e 6, com a criação da nova marca) serão explicadas adiante, na relação da escolha da estratégia com o envolvimento do *stakeholders*.

**Quadro 2 – Características organizacionais, da operação e estratégias de marca**

	SEGMENTO	ORIGEM A	ORIGEM B	OPERAÇÃO	ANO OPERAÇÃO	ESTRATÉGIA DE NOME DE MARCA CORPORATIVA*	OBJETIVO DA OPERAÇÃO
EMPRESA 1	Sementes	EUA	Brasil	Aquisição	2003	A	Externalizar operações
EMPRESA 2	Medicamento animal	Brasil	Brasil	Aquisição	2008	A-B	Convergência Industrial
EMPRESA 3	Equip. Odontológicos	Brasil	Brasil	Fusão	2015	C	Economia de escala
EMPRESA 4	Nutrição animal	Holanda	Brasil	Aquisição	2013	A	Expansão geográfica; Extensão de produto/segmento
EMPRESA 5	Nutrição animal	Holanda	Brasil	Aquisição	2009	A	Expansão geográfica
EMPRESA 6	Consultoria	Brasil	Brasil	Fusão	2012	C	Extensão de produto/ Segmento

Fonte: Autores (2017)

\* Atual

#### 4.3- O processo de *rebranding* junto aos clientes e colaboradores

Quando a questão referente ao desafio na mudança de marca junto ao mercado foi abordada, percebe-se a separação entre dificuldades da gestão operacional das novas empresas e da gestão da comunicação especificamente. As empresas, de maneira geral, mantiveram suas marcas de produtos intactas e os segmentos de atuação, o que facilitou a continuidade da operação junto aos clientes.

A exceção a isso foi observada na Empresa 2, uma vez que estava adquirindo uma empresa de um mercado novo, o que impactou na forma como a equipe de vendas se posicionava no mercado. A justificativa da estratégia de *rebranding* adotada pela Empresa 2 confirma a percepção de Kumar e Blomqvist (2004) e Basu (2006) de que a estratégia da marca conjunta é especialmente recomendada quando se pretende entrar em novos segmentos de mercado e áreas de negócio e em ambientes de negócio caracterizados pela convergência industrial.

Com relação à gestão da comunicação, ficou evidente o uso da força de vendas para a divulgação da nova marca/operação sofrida pelas marcas. Com exceção da Empresa 6, que priorizou plataformas Web para comunicar a mudança ao mercado, as demais empresas focaram na equipe de vendas/atendimento aos clientes para comunicarem as mudanças ou tirarem possíveis dúvidas. A comprovação de que o vendedor é um ponto forte de contato da marca (Kuhn, Alpert e Pope, 2008) e, muitas vezes facilita a transição das marcas pós operação foi descrita pelo entrevistado da

Empresa 4.

Em relação à força da nova marca corporativa, em nenhum dos casos foi realizado qualquer estudo de valor de marca após as operações de M&A. O que há, na opinião dos respondentes, é a percepção de que as empresas hoje são mais fortes não por conta da marca em si, mas dos ganhos obtidos a partir das operações. A única exceção é a Empresa 2, que afirma que ter a Marca A somada à Marca B realmente faz a diferença, principalmente quando se tem vendedores falando o nome das marcas.

No que tange o processo de *rebranding* perante os funcionários, observou-se que essa é, conforme sugerido por Hakala (2016), uma preocupação das empresas participantes do estudo, muitas vezes não pela marca em si, mas pelo processo de M&A como um todo. Dois sentimentos foram apresentados em relação a isso: Euforia e ansiedade.

As empresas 1, 2, 5 e 6 citaram a empolgação dos funcionários com a chegada de novas marcas, especialmente por conta das oportunidades advindas das operações que estavam se concretizando (novos segmentos e mercados), além de reconhecerem o poder das novas marcas que estavam por trás. Por outro lado, a empresa 3 (e em um segundo momento a empresa 5) vivenciaram a ansiedade por conta dos novos desafios e do desligamento de funcionários.

A Empresa 3, por exemplo, sendo uma fusão entre duas empresas do mesmo setor e buscando economia de escala, teve uma redução significativa no quadro de funcionários (1.200 para 780). A preocupação da empresa, entretanto foi tamanha a ponto de a empresa contratar uma consultoria de *outplacement* para que esse processo trouxesse impacto mínimo, além de investir em trabalhos de *endomarketing* focando no slogan “Juntos somos mais fortes”. Essa mensagem traduz a principal vantagem identificada por Etteson e Knwoles (2006) da adoção da nova marca.

Algo interessante observado nas Empresas 1, 3 e 4 foi a decisão do corpo diretivo em envolver os funcionários no processo de *rebranding*. O proprietário da Empresa 1 conversou diretamente com cada colaborador após a aquisição, enquanto os funcionários das empresas 3 e 4 foram os primeiros a saberem da operação, antes mesmo do mercado, através de evento institucional para a divulgação, priorização que foi salientada por Vu e Moisescu (2013).

A participação da alta gestão das empresas aparentemente facilitou o processo de integração das empresas e marcas (Yang, Davis e Robertson, 2012), somada à comunicação clara e direta com os colaboradores (Kumar e Blomqvist, 2004) apresentando a identidade do que estava sendo criado e pela qual eles deveriam ser guiados a partir de então (Muzellec e Lambkin, 2006).

Quanto à percepção dos funcionários em relação a nova marca, novamente observa-se que não foi feito esse tipo de avaliação por nenhuma das empresas. Ocorre, entretanto, um sentimento indefinido sobre a empresa à qual eles pertencem. De acordo com o respondente da Empresa 3, os funcionários já se consideram colaboradores da nova marca corporativa, enquanto na Empresa 4 a força da marca adquirida é tão grande que funcionários administrativos já se consideram integrantes da nova marca, enquanto a área de vendas ainda faz questão de citar ambas.

Como a Empresa 6 é consideravelmente menor que as demais, o quadro de funcionários reduzido fez com que o processo de fusão não fosse dissociado da comunicação/integração do pessoal, ou seja, os próprios funcionários de todas as empresas envolvidas na fusão participaram ativamente do processo, tendo o sentimento sido positivo, portanto.

#### **4.4- Resultados do *rebranding***

Também foram avaliados os resultados do *rebranding* para a nova empresa. Das seis empresas estudadas, as empresas 1 e 6 estão abaixo do que haviam planejado em termos de resultado. Esses resultados, entretanto, não estão relacionados à mudança de marca, e sim a questões regulatórias (Empresa 1) e dificuldade de recrutamento de novas pessoas para novos projetos (Empresa 6). As demais estão conforme havia sido planejado antes da operação ou até mesmo acima, em especial devido a lançamentos de novos produtos e linhas que já contemplam as novas marcas.

Esses resultados divergem dos observados por Bauer, Matzler e Wille (2011), Jaju, Joiner e Reddy (2006) e Thorbjornsen e Dahlen (2011), que constataram performance inferior após operações de M&A. Uma possível justificativa para isso reside no fato de que a avaliação do desempenho das empresas deste estudo foram subjetivas, dadas pelos próprios respondentes, enquanto os principais estudos do tema relacionam a performance ao valor das ações das companhias, algo aqui imprevisível por conta do caráter das empresas pesquisadas.

Por fim, os entrevistados foram questionados sobre uma avaliação atual da estratégia de marca corporativa realizada à época da operação de M&A. Essa análise será feita individualmente. O respondente da Empresa 1 alegou que optaria por implementar a Marca A (adquirente) de uma única vez, e não de maneira gradual como foi feita, ainda que com investimentos maiores em comunicação. A empresa teria, entretanto, adaptado parte do nome da marca para o português, já que perceberam a dificuldade para o consumidor brasileiro em pronunciar marcas estrangeiras.

A manutenção inicial do nome da Marca B (adquirida), entretanto, foi justificada por conta da força, reconhecimento e pioneirismo da mesma no mercado brasileiro. Perder instantaneamente esses ativos foi considerado muito arriscado à época da operação, exatamente como sugeriram Etteson e Knowles (2006).

Os respondentes das empresas 2 e 3 não mudariam absolutamente nada na estratégia de marca corporativa. Para a Empresa 2, A Marca B (adquirente) somada à Marca A (adquirida) deixou a empresa mais forte. A Empresa 3, por ter vendido uma das marcas de produto por regulamentações do órgão de regulação de M&A no Brasil sentiu certo desgaste, mas nada relacionado à marca corporativa. A percepção do respondente da Empresa 2 vai de encontro ao entendimento de Knoles, Dinner e Mizik (2011), de que a preservação dos valores de ambas as marcas tende a gerar bons resultados entre consumidores e colaboradores.

A Empresa 4 acredita que a integração com o mercado foi bem executada e, portanto, não há o que mudar, principalmente quando comparada a outros exemplos vivenciados. A única mudança seria um investimento maior em mídia, para apresentar a nova Marca (adquirente) e toda a força que ela traz não apenas naquele segmento, mas nos demais que atua em outros países.

A Empresa 5 considera que as decisões tomadas foram corretas, principalmente por ser uma experiência adquirida de outras operações anteriores. O respondente, entretanto, sugere que a empresa deveria fazer um planejamento de médio e longo prazo para as marcas após as operações, considerando que nos últimos anos foram muitas as mudanças por conta dessas transações. Esse planejamento sugerido é o que Etteson e Knowles (2006) chamaram de plataforma de trabalho consistente.

Por fim, a Empresa 6 alega que certamente teria criado a nova marca logo quando a operação foi concretizada, e não de maneira gradual, passando pela manutenção de uma das marcas e depois criando a nova.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo colaborou na compreensão do fenômeno das estratégias de marcas pós-fusões e aquisições contextualizando as decisões e ações possíveis relativas a marca através de casos reais que aconteceram no mercado brasileiro.

O cuidado com a estratégia de marca em operações de M&A mostra-se fundamental, com impacto direto no desempenho dessas empresas. Apesar das estratégias em sua grande parte sofrerem alterações e ajustes pós fusão e/ou aquisição, a escolha assertiva da estratégia de marca corporativa pode reduzir custos e otimizar os resultados operacionais definidos antes da operação.

O envolvimento de todos os *stakeholders* é um grande facilitador para a maior transparência da operação e comunicação da nova identidade da marca, tanto na esfera interna (harmonização dos colaboradores) como na externa (interação com o mercado). O papel da equipe de vendas mostra-se decisivo para a melhor tradução aos clientes das mudanças realizadas e para geração de valor proposta com a operação.

Na maior parte dos casos, percebeu-se o fortalecimento das empresas pós-operação de



M&A, o que evidencia a importância dessas operações em mercados emergentes e a crescente ocorrência dos fenômenos da gestão de marcas nas empresas no cenário atual. Adicionalmente, os casos relatados demonstram em sua maior parte concordância com as referências e estudos já realizados, mas também estimulam novos questionamentos e pesquisas visando maior compreensão em relação ao problema estudado. O aprofundamento do tema com entrevistas semiestruturadas amplia o caráter investigativo e valida as estratégias de gestão de marca existentes no mercado.

Como todo estudo exploratório, este artigo apresentou algumas limitações. Uma primeira delas foi a concentração das empresas participantes no segmento B2B (todas), industrial (cinco das seis empresas eram indústrias) e na operação de aquisição (quatro das seis operações foram aquisições). Desta forma, os resultados podem ter sido influenciados por questões de segmento e de tipo de operação. Estudos futuros podem incluir uma amostra mais diversificada em relação à essas variáveis.

Uma segunda limitação está relacionada ao foco do artigo na marca corporativa. As entrevistas mostraram que grande parte das empresas entrevistadas focam suas estratégias de marketing nas marcas de produtos, tendo uma arquitetura de marcas que prioriza a comunicação de marcas de linhas ou produtos. Estudos futuros podem aumentar o escopo de análise para a arquitetura de marcas e não apenas para a marca corporativa, aumentando a significância dos resultados.

Por fim, uma terceira limitação relevante está no fato de nenhum dos seis casos analisados apresentar a estratégia de duas marcas individuais, que visa a manutenção das duas marcas operando como antes. Essa ausência não permitiu que fossem investigadas se as justificativas, vantagens e desvantagens dessa estratégia são realmente aplicadas na prática por empresas realizando operações de M&A.

Estudos futuros, além dos sugeridos para suprirem as limitações deste trabalho, podem incluir a análise das mudanças de marca não apenas da ótica das empresas, mas também dos colaboradores e do mercado (intermediários e clientes finais), completando a perspectiva dos três principais *stakeholders*.

## 6 REFERÊNCIAS

ALSAAWI, A. A critical review of qualitative interviews. **European Journal of Business and Social Sciences**, Vol. 3, No. 4, pp 149-156, July 2014. P.P. 149 – 156

BASU, K. Merging Brands *after* Mergers. **California Management Review**, v. 48, n. 4, p. 28-40, 2006.

BAUER, F.A.; MATZLER, K.; WILLE, C. Integrating brand and marketing perspectives in M&A. **Paper to be presented at the DRUID 2011**. Denmark, June 15-17, 2011

CHAN-OLMSTED, S.M. Mergers, Acquisitions, and Convergence: The Strategic Alliances of Broadcasting, Cable Television, and Telephone Services. **The Journal of media economics**, v. 11, n. 3, p. 33-46, 1998.

ETTESON, R.; KNOWLES, J. Merging the Brands and Branding the Merger. **MIT Sloan Management Review**, 2006.

GUSSONI, M. MANGANI, A. Corporate branding strategies in mergers and acquisitions. **Journal of Brand Management**, v. 19, n. 9, p. 772–787, 2012.

HACKLIN, F., MARXT, C., FAHRNI, F. Coevolutionary cycles of convergence: an extrapolation from the ICT industry. **Technological Forecasting & Social Change**, v. 76, n. 6, p. 723–736, 2009.

**HAKALA, M.** Integrating corporate brands in cross-border acquisitions: Serial acquirer focus. Dissertação de mestrado em International Business. Turku School of Economics, Finlândia, 2016.

HITT, M., KING, D., KRISHNAN, H., MAKRI, M., SCHIJVEN, M., SHIMIZU, K., & ZHU, H. (2012). Creating value through mergers and acquisitions: Challenges and opportunities. In D. Faulkner, S. Teerikangas, & R. Joseph (Eds), **Handbook of Mergers and Acquisitions** (pp. 72-114). Oxford:

Oxford University Press.

**IMAA** – Institute for Mergers, Acquisitions & Alliances. M&A Statistics by Countries. Disponível em: <https://imaa-institute.org/m-and-a-statistics-countries/>. Acesso em 22/05/2017.

JAJU, A.; JOINER, C.; REDDY, S.K. Consumer Evaluations of Corporate Brand Redeployments. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 34, n. 2, p. 206-215, 2006.

KERNSTOCK, J.; BREXENDORF, T.O. Corporate Brand Integration in Mergers and Acquisitions – An Action Research-Based Approach. **Corporate Reputation Review**, v. 15, n. 3, p. 169–178, 2012.

KNOWLES, J.; DINNER, I.; MIZIK, N. **Why Fusing Company Identities Can Add Value**. HARVARD BUSINESS REVIEW, 2011.

KUHN, K-A. L.; ALPERT, F.; POPE, N. K. L. An Application of Keller's Brand Equity Model in a B2B context. **Qualitative Market Research**, v. 11, n. 1, pg. 40-58, 2008.

KUMAR, S. BLOMQUIST, K.H. Mergers and acquisitions: Making brand equity a factor in M&A decision-making. **Strategy & Leadership**, v. 32, n. 2, p. 20-27, 2004.

LEE, H-M.; CHEN, T.; GUY, B.S. How the Country-of-Origin Image and Brand Name Redeployment Strategies Affect Acquirers' Brand Equity After a Merger and Acquisition. **Journal of Global Marketing**, v. 27, p. 191-206, 2014.

MALHOTRA, N. K. **Marketing research: an applied orientation**. 3. ed. New Jersey: Prentice-Hall, 1999.

MCLELLAND, M.A.; GOLDSMITH, R.; MCMAHON, D. Consumer reactions to the merger: Understanding the role of pre-merger brands. **Journal of Brand Management**, v. 21, n.7/8, p. 615-634, 2014.

MUZELLEC, L.; LAMBKIN, M. Corporate rebranding: destroying, transferring or creating brand equity? **European Journal of Marketing**, v. 40, n. 7/8, p. 803-824, 2006.

THORBJORNSEN, H.; DAHLEN, M. Customer reactions to acquirer-dominant mergers and acquisitions. **International Journal of Research in Marketing**, v. 28, n. 4, p. 332-341, 2011.

VU, D.A.; MOISESCU, O.I. Brand integration practices in mergers and acquisitions. **Management & Marketing**. v. 8 n. 3, p. 403-428, 2013.

YANG, D.; DAVIS, D.A.; ROBERTSON, K.R. Integrated branding with mergers and acquisitions. **Journal of Brand Management**, p. 1-19, 2012.

**FAFAMI PESQUISA: CONDIÇÕES DE VIDA DOS USUÁRIOS DO CCI AMÉLIA RODRIGUES**

*FAFAMI SEARCH: USER LIVING CONDITIONS OF THE CCI AMÉLIA RODRIGUES*

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

LOGULLO, Anelize  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Discente do Curso de Serviço Social pela Unesp Franca. Integrante do Projeto Falar de família é familiar –FAFAMI  
anelizelogullo@hotmail.com

OLIVEIRA, Larissa Cristina  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Assistente Social formada pela Unesp – Franca. Integrante do Projeto Falar de família é familiar – FAFAMI, do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a dimensão educativa no trabalho social – GEDUCAS e do Grupo de Estudos em Políticas Públicas – GEPPS.  
larissoliveiraservicosocial@gmail.com

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra de  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Doutora em Serviço Social, docente do Departamento de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP – Campus de Franca – SP. Vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social Unesp – Franca. Coordenadora do Projeto Falar de família é familiar – FAFAMI, vice-líder do Grupo de Pesquisa Família, Sociedade e Educação: perspectivas e tendências – GEPEFA.  
nayahakime@gmail.com

**Resumo**

Considerando a atual conjuntura neoliberal, de retrocessos de direitos e precarização das relações sociais, o presente trabalho vem refletir um esforço do Projeto Falar de família é familiar – FAFAMI em compreender a realidade das condições de vida das famílias usuárias do Centro de Convivência Infantil “Amélia Rodrigues” do município de Franca. Essa análise se faz importante para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo que o Projeto realiza na referida instituição, como forma de ampliar as possibilidades de atuação, e ainda, possibilidade de reflexões das questões que interferem nas condições de vida destas famílias, como moradia, trabalho e educação. Para tanto, foi realizada uma pesquisa quantitativa com base documental nos dados que o CCI dispõe de seus usuários, dos dados obtidos, pinçamos os mais relevantes para analisar essa realidade. Embora não houvesse todos os dados necessários para uma análise mais completa, foi possível perceber questões fundamentais para compreensão de tais realidades, de modo dialético com o momento histórico.

**Palavras-chave:** Condições, Famílias, Realidade.

**Abstract**

Considering the current neoliberal conjuncture, of retrogressions of rights and precariousness of social relations, the present work reflects an effort of the Project Speak family is familiar - FAFAMI in understanding the reality of the living conditions of the families of the Children's Center for Children's Coexistence "Amélia Rodrigues" of the municipality of Franca. This analysis is important for the development of the socio-educational work that the Project carries out in the referred institution, as a way of expanding the possibilities of action, and also, possibility of reflections on the issues that interfere in the living conditions of these families, such as housing, work and education. In order to do so, a quantitative research was carried out on a documental basis in the data that the ICC has of its users, of the data obtained, we pinch the most relevant ones to analyze this reality. Although there was not all the data needed for a more complete analysis, it was possible to perceive fundamental questions for understanding these realities, in a dialectical way with the historical moment.

**Keywords:** Conditions, Families, Reality.

## 1 INTRODUÇÃO

Com o processo histórico de sucessivas perdas e ganhos de direitos sociais, as famílias da classe trabalhadora são as principais afetadas, tendo em vista que há um conjunto de fatores que impõe sobre elas a responsabilização quanto à produção e reprodução social de seus membros. Deste modo, o Estado se desresponsabiliza, ou seja, se torna ausente na garantia e efetivação de políticas públicas a seus cidadãos.

O presente trabalho tem o intuito de evidenciar o arcabouço de retrocessos advindos do neoliberalismo que permeiam a sociedade contemporânea, a qual se apresenta como um terreno base para o surgimento, implantação e efetivação do Projeto FAFAMI enquanto uma forma de resistir ao conservadorismo, aos desmontes, às pressões e imposições desse sistema.

De acordo com o decorrer das oficinas realizadas no CCI Amélia Rodrigues localizada na cidade de Franca/ SP, notou-se uma necessidade de desenvolver perante o grupo uma pesquisa com os dados fornecidos pela instituição que são registrados e atualizados conforme o ingresso das crianças na unidade e também no decorrer do tempo daqueles indivíduos que estão matriculados na mesma. Tal análise foi concretizada por integrantes do grupo de extensão e foram analisados de acordo com os dados registrados no computador da creche, dando-se em dois dias de análises e estudos referentes a vários assuntos e dados como, por exemplo, a quantidade de pessoas por família, configurações familiares, estado civil dos/as responsáveis, idade das mães e pais/padrastos, gênero da criança inserida no CCI, renda familiar em salários mínimo, região onde residem, tipos de moradia e também sobre benefícios sócios assistenciais, escolaridade das mães e pais/padrastos e também a inserção no mercado de trabalho.

Ao perceber a necessidade dessa demanda, optou-se por realizar um recorte no que se refere às condições de vida dessas famílias realizando pontuações a respeito das seguintes temáticas: quantidade de mães e pais/ padrastos, renda familiar em salários mínimos, região onde reside, tipo de moradia, benefício sócio assistencial, escolaridade dos responsáveis pelas crianças e a inserção destes no mercado de trabalho. Pretende-se através da pesquisa adquirir o contato cada vez mais próximo de sua realidade, analisando a conjuntura de determinantes que nos servirão de base, detectando assim algumas mediações que se envolvem, como forma de identificar e refletir sobre as expressões da questão social existentes nestas famílias.

A pesquisa é composta inicialmente por uma contextualização da conjuntura atual, como base para compreensão da realidade brasileira, com o CCI e o Projeto FAFAMI nesta conjuntura.

Anterior à análise dos dados obtidos tem-se a disposição da metodologia desenvolvida para esta pesquisa e, no pós, os dados obtidos e as reflexões realizadas se dispõem à luz do arcabouço teórico compreendido.

A reflexão é finalizada com as considerações finais, sem desconsiderar que a realidade é dinâmica e, portanto, esta sempre em movimento, sendo esta apenas um recorte do momento atual, mas que posteriormente servirá como referencial para futuras análises de conjuntura.

## 2 PRÉ DISPOSIÇÕES

De fato, o sistema de produção capitalista tem em si a características das crises cíclicas como forma de se reestrutura e manter a ordem de acumulação de pequena parcela em detrimento da exploração da grande maioria. Mészáros (2011) expõe que desde a década de 1960 o capitalismo já não se alterna mais entre expansão e crise, mas sim apresenta uma crise estrutural, “[...] o sistema de capital, por não ter limites para sua expansão, acaba por converter-se numa processualidade incontrolável e profundamente destrutiva.” (MÉSZÁROS, 2011, p.11).

Pode-se dizer que os ideais neoliberais começaram a ser mais amplamente difundidos com a crise de 1970, almejando a livre iniciativa privada e a ausência da intervenção estatal no crescimento e desenvolvimento econômico e social. Favorecendo sempre a burguesia e não a classe trabalhadora.

Assim, iniciou-se o que podemos chamar de precarização das relações, no advento da terceirização, da flexibilização, da redução da responsabilidade do Estado, da filantropia como forma de caridade sempre proveniente da iniciativa privada, a responsabilização dos indivíduos pela realidade a que são acometidos, dentre outros. Assim, se antes havia atenção voltada às necessidades sociais, no neoliberalismo toda atenção será voltada as necessidades de mercado (MUSTAFA, 2015).

Uma crise recente, de 2008, foi a fortalecedora desse ideário, acentuando ainda mais as expressões da Questão Social como o desemprego que se torna estrutural, e a pobreza quase que generalizada. Com ela, o trabalho informal cresce em razão contrária é diminuído os salários.

Segundo Fagnani (2005), o neoliberalismo adentra o país brasileiro em três momentos: no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992); no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002); e no governo Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma até o presente momento. Nos quais havia forte apoio a iniciativa privada e na responsabilização da classe trabalhadora, seja por meio do empreendedorismo, apontando que todos têm capacidade de superar a pobreza com suas próprias forças, pela criminalização dos pobres, investindo na dita segurança pública, ou pela política de assistência aos mais pobres, assim, as políticas sociais existente tinham por objetivo o controle da pobreza absoluta.

Considerando todo o contexto, torna-se viável e necessária a resistência a este viés neoliberal em favor da classe trabalhadora, e para tal foi pensado a criação de um grupo de extensão, ensino e pesquisa que trabalhe reconhecendo as implicações causadas pelo capitalismo às famílias, assim surge o Projeto FAFAMI.

O Projeto está vinculado à Universidade Estadual Paulista, UNESP campus de Franca desde o ano de 2012, e possui como objetivo o desenvolvimento de um trabalho socioeducativo com famílias em que participam estudantes de graduação, pós-graduação e profissionais do Direito, Serviço Social e Psicologia. Tem ainda, o intuito de aproximar a Universidade da comunidade, partindo do pressuposto do tripé universitário constituído por ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente, o trabalho está sendo desenvolvido no Centro de Convivência Infantil Amélia Rodrigues, localizada no Jardim Cambuí, com a participação efetiva dessas famílias na reflexão que aborda temas diversos que são vivenciados no cotidiano familiar. As atividades previstas são: leituras fichamento de textos, visitas domiciliares as famílias conforme necessidade, desenvolvimento de oficinas com as famílias, com temáticas de interesse das mesmas, reuniões de equipes para estudos, elaboração de propostas de atividades com os educadores e com as crianças da creche e avaliação do projeto com as famílias e a equipe envolvida.

As oficinas são realizadas mensalmente e visam adquirir o contato cada vez mais próximo com as demandas das famílias aliadas a suas necessidades, transmitindo-lhes informações a respeito de várias temáticas presentes em nossa sociabilidade. As diversas composições familiares observadas hoje em dia, assuntos relacionados a saúde infantil e preconceitos, por exemplo, foram alguns eixos temáticos levados para as oficinas que são realizadas mensalmente na creche Amélia Rodrigues. Antes disso, elabora-se reuniões quinzenais que são realizadas na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS) da Unesp - Campus Franca com os integrantes do grupo FAFAMI a cerca de todo o decorrer da preparação e programação dessas oficinas, de caráter educativo na troca de conhecimentos, possibilitando a participação de forma ativa das famílias presentes.

Fora isso, o grupo apresenta a questão da interdisciplinaridade envolvendo o diálogo entre as várias áreas do saber, principalmente no âmbito do serviço social, psicologia e direito cujo objetivo seria atender as demandas e sugestões das famílias informando-as sobre seus respectivos direitos. A atuação de estudantes da graduação das referidas áreas e também a participação desses profissionais, transmitem para as famílias um debate crítico e reflexivo a respeito de suas demandas. Dessa forma, analisa-se uma dimensão da totalidade nas diversas particularidades existentes em cada indivíduo, principalmente ao detectar as expressões da Questão Social inseridas naquele ambiente.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa é um processo permanentemente inacabado que possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade investigada. Para tal, se faz necessário a delimitação os meios para se alcançar o conhecimento, o que chamamos de metodologia, que segundo Minayo (2001, p. 16) é “[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, ou seja, o modo como a investigação será realizada.

Esta em questão visa uma aproximação com a realidade das famílias dessa localidade, mapeando dados documentais de modo que possibilite uma análise desta, evidenciando como o arcabouço de retrocessos advindos do neoliberalismo permeia a sociedade contemporânea, e principalmente estas famílias que se encontram majoritariamente em situação de vulnerabilidade.

O método aqui utilizado é o dialético-crítico, pois reconhece a processualidade, o movimento e transformação do homem, da realidade e dos fenômenos. Significa que os fenômenos não são estáticos, estão em curso de desenvolvimento e, portanto, só podem ser apreendidos a partir do

desvendamento deste movimento, por cortes históricos (PRATES, 2003, p. 95-96).

A abordagem desta investigação é tanto quantitativa, com base nos dados coletados, quanto qualitativa, como observado em Minayo (2001, p. 21), a pesquisa qualitativa “[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado.”, destacando a realidade acima de tudo, sem basear-se puramente em critérios numéricos para garantir sua representatividade. Sua natureza é de pesquisa aplicada por ter como objetivo gerar conhecimentos úteis não só para o avanço da ciência, mas também para a aplicação prática, possibilitando a solução de problemas e a transformação da realidade.

A proposta desenvolvida é de se aproximar desta realidade levando em consideração as articulações existentes nos aspectos considerados, ou seja, as questões que interferem na conjuntura histórica do momento escolhido.

Na primeira fase, o grupo se subdividiu e iniciou a coleta de dados no CCI Amélia Rodrigues, durante dois dias, transcrevendo para uma tabela todas as informações necessárias, a qual se tornou a fonte principal para a construção do mapeamento e análises reflexivas futuras.

Após a coleta, o subgrupo tratou os dados de forma a separá-los por categorias e distribuiu-os em gráficos e tabelas todos por elaboração própria para posteriores análises.

Finalizado o tratamento dos dados, o grupo se reorganizou em dois subgrupos para realização da pesquisa com foco em temáticas específicas, utilizando tanto a pesquisa bibliográfica quanto os dados obtidos anteriormente, relacionando-os de forma crítica.

A pesquisa Considerando sempre que,

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade. (NAÇÕES UNIDAS, 1998).

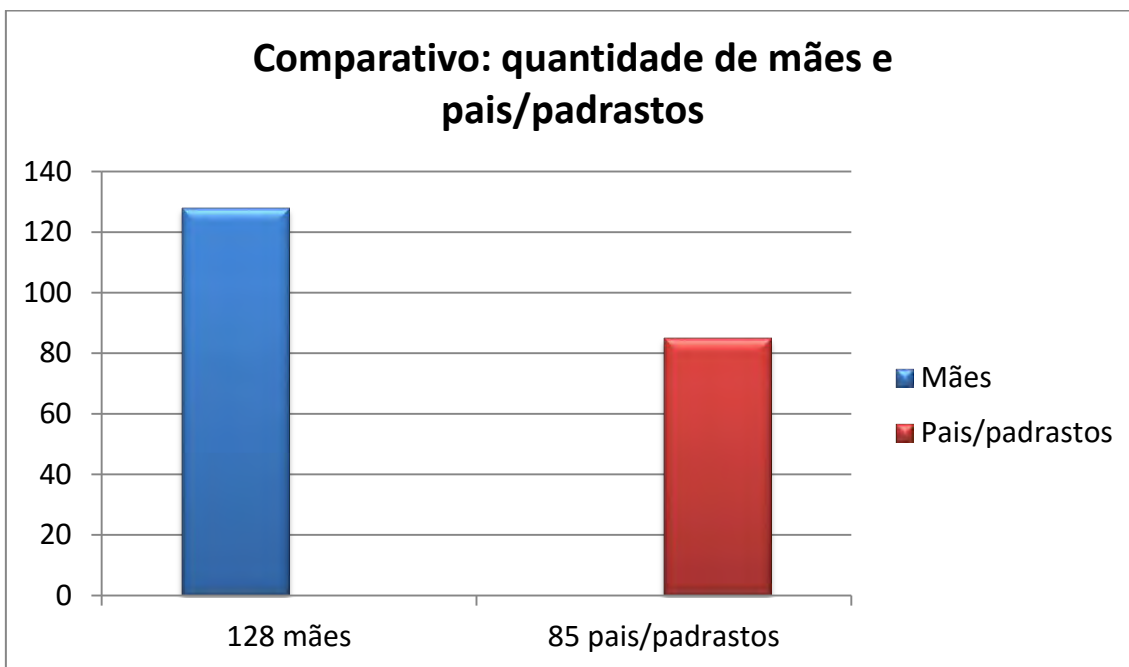
Quanto à relevância científica, o estudo pode contribuir como uma produção científica crítica que contribua para análise de conjuntura da realidade, pois há, por parte de alguns, certo receio em se estudar famílias, pelo risco de inclinar-se ao conservadorismo, porém estudos nesse sentido são fontes inesgotáveis e riquíssimas para apreensão da realidade social.

Esta investigação não estará finalizada por si só, visto que a realidade esta sempre em movimento e por tanto o resultado obtido poderá se tornar síntese para futuramente ser questionada, melhorada, modificada ou aprofundada.

#### **4 ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS**

O primeiro dado analisado é o comparativo de famílias, como pode ser observado no gráfico abaixo, foram identificadas 128 famílias usuárias do serviço do CCI, destas, aproximadamente 66% são nucleares, ou seja, 85 delas são compostas por homem, mulher e filho (s). Os outros 44% são atribuídos a famílias monoparentais femininas, o que significa que 43 destas 128 famílias são compostas por mulher e filho (s). A pesquisa apontou ainda famílias extensas, compostas por mais pessoas, como avô (a), tios (as) e outros, mas a questão central é refletir que as famílias não são todas iguais e, portanto, necessitam de atenções diferentes.

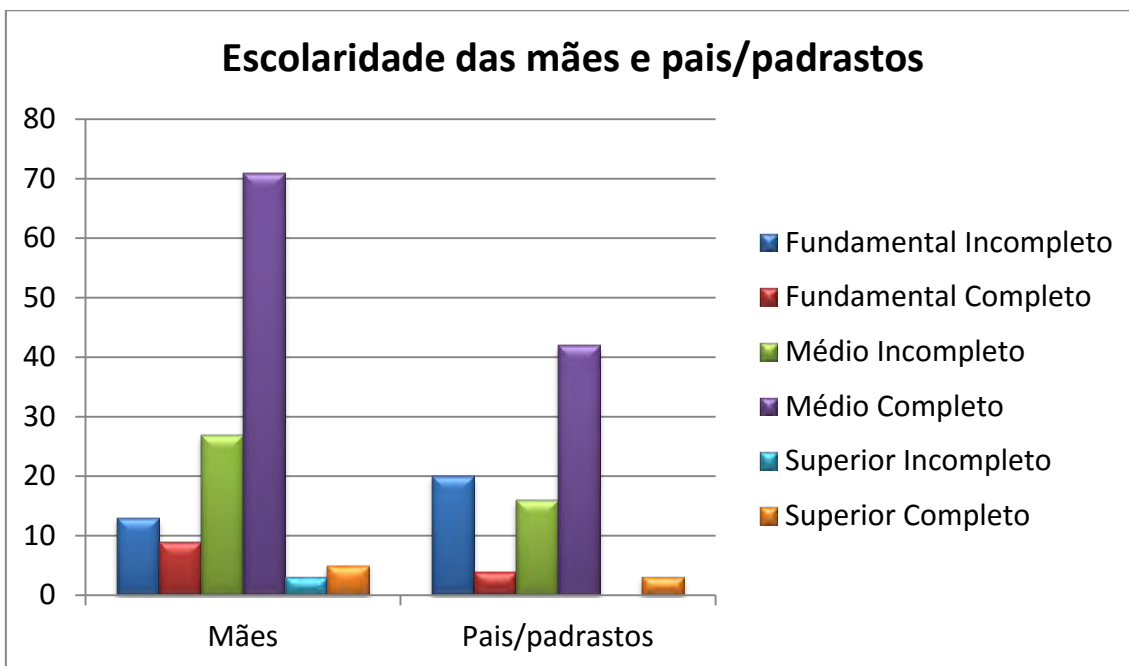
As famílias monoparentais femininas possuem, em geral, apenas uma fonte de renda para sobreviver, uma única referência para cuidados com a casa e com os filhos, enquanto que as famílias nucleares possuem duas referências para se manterem.



Estes dados podem indicar uma série de dificuldades enfrentadas pelas mulheres sem cônjuge com filhos pequenos, “[...] a incidência de pobreza nesse tipo de arranjo domiciliar é bem superior ao registrado no total da população” (IBGE, 2017, p. 24).

De acordo com Roemer (1998), há dois princípios que norteiam o conceito de igualdade de oportunidades. O primeiro prescreve que a sociedade deve nivelar inicialmente os indivíduos, durante seu período de formação, com o intuito de garantir oportunidades iguais para todos aqueles que competirão por posições de acordo com seus potenciais. O segundo, denominado de princípio não discriminatório ou meritocrático, afirma que todos os indivíduos que competem por determinada posição devem ser julgados apenas de acordo com suas habilidades.

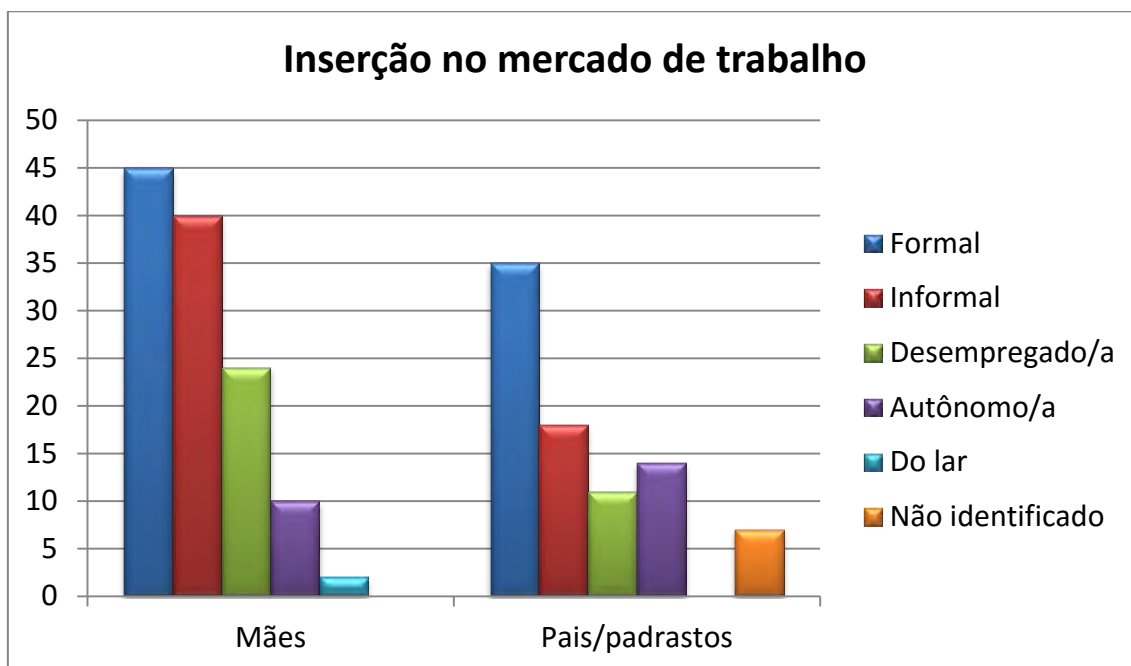
Refletimos então, quanto ao grau de instrução das mães e pais/padrastos com base nos dados disposto abaixo.



Das 128 mães, aproximadamente: 9% possuem ensino fundamental incompleto; 7% possuem ensino fundamental completo; 22% possuem ensino médio incompleto; 55% possuem ensino médio completo; 2% possuem ensino superior incompleto; e 4% possuem ensino superior completo.

Quanto aos pais/padrastos, dos 85, aproximadamente: 23,5% possuem ensino fundamental incompleto; 5% possuem ensino fundamental completo; 20% possuem ensino médio incompleto; 49,5% possuem ensino médio completo; 0% possuem ensino superior incompleto; e 2% possuem ensino superior completo.

É visível, em relação aos estudos, que as mulheres, no geral, possuem maior grau de escolaridade que os homens, vejamos agora como isso se concretiza no mercado de trabalho.



Das mães, aproximadamente 35% trabalham formalmente, 31% trabalham informalmente, 19% estão desempregadas, 8% são autônomas e 2% se consideram “do lar”. Enquanto os pais/padrastos, aproximadamente 41% trabalham formalmente, 17% trabalham informalmente, 14% estão desempregados, 17% são autônomos, nenhum se considera “do lar” e 8% não foram identificados.

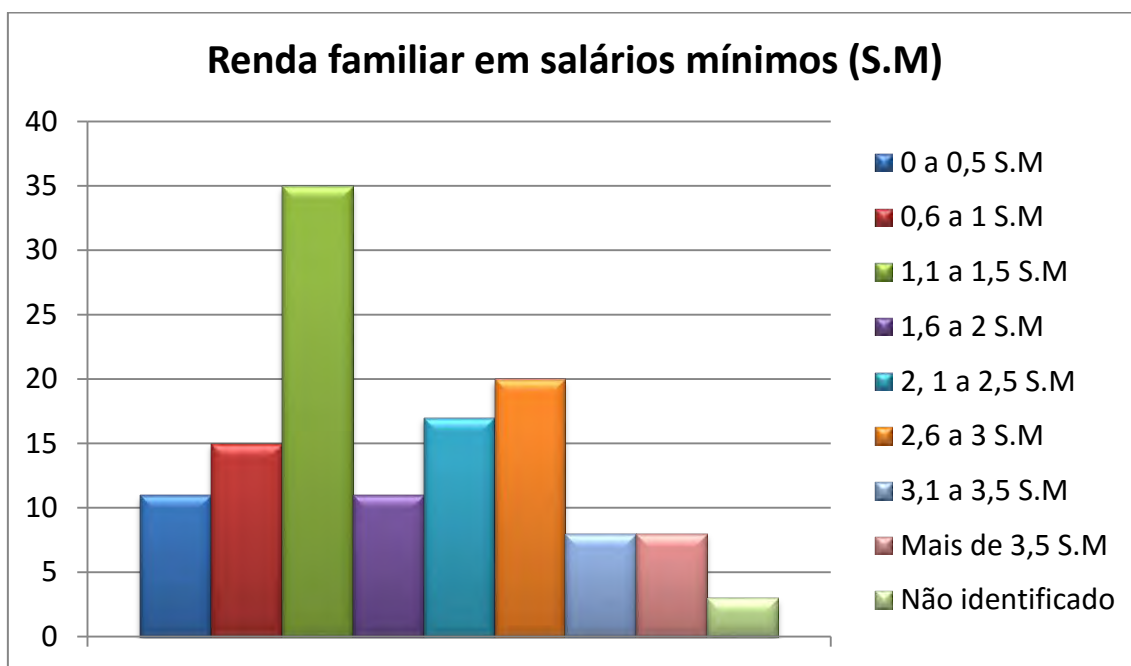
Considerando os princípios que norteiam o conceito de igualdade de oportunidades, segundo Roemer (1998), como as mulheres possuem, em geral, grau de instrução maior do que os homens, elas deveriam ter mais oportunidade de trabalho do que os homens, que possuem grau de escolaridade menor, no entanto é visível que a proporção de mulheres trabalhando ainda é menor do que a de homens, mesmo que haja mais mulheres do que homens na análise em questão.

A isso podemos atribuir diversos preponderantes, como o fator da desigualdade de gênero, do machismo ainda muito presente na sociedade, entre outro. Mas para comprovar, será necessário entrevista pessoal com estes indivíduos.

Não podemos desconsiderar que nos últimos anos ouve uma “forte reversão do ciclo econômico com queda do PIB, do consumo das famílias e do emprego, sobretudo o formalizado” (IBGE, 2017, p. 12), o que reflete na desproteção das famílias em geral, que deixam de contribuir para previdência, perdem alguns direitos como férias e outros, estando em trabalho informal.

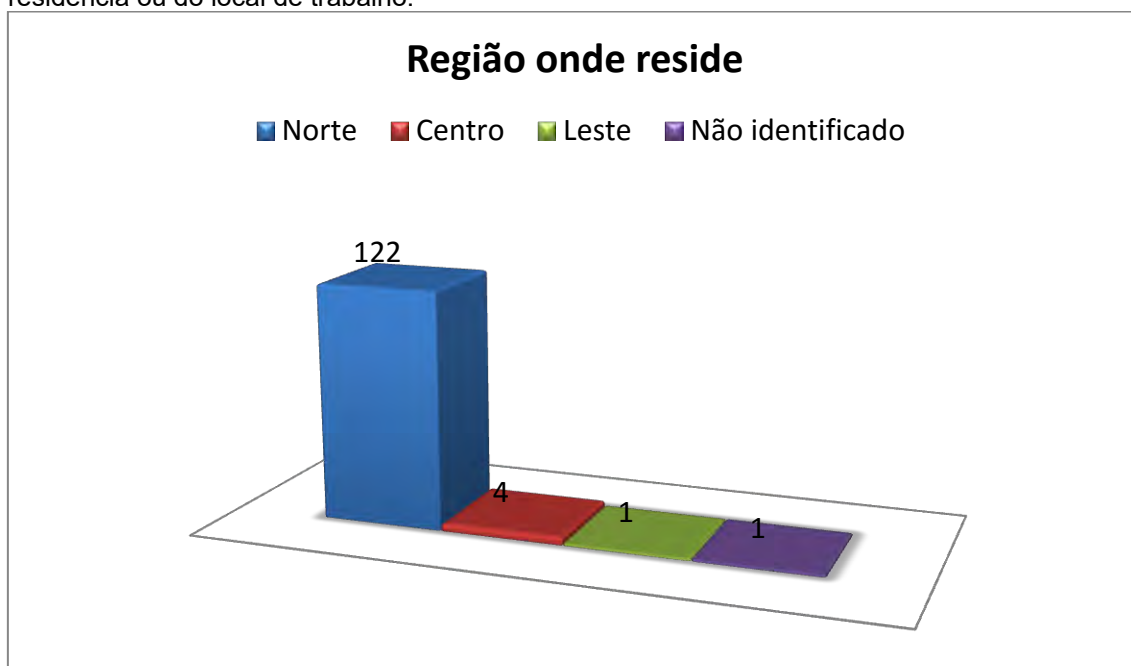
Quanto à renda familiar, observamos que a maior parte das famílias analisadas possuem entre 1,1 e 1,5 salários mínimos mensais, correspondendo aproximadamente a 27%, das demais, 9% possuem entre 0 e 0,5 s.m mensais; 12% possuem entre 0,6 e 1 s.m mensais; 9% possuem entre 1,6 e 2 s.m mensais; 13% possuem entre 2,1 e 2,5 s.m mensais; 16% possuem entre 2,6 e 3 s.m mensais; 5,5% possuem entre 3,1 e 3,5 s.m mensais; 5,5% possuem mais de 3,5 s.m mensais; e 2% não foi identificado.





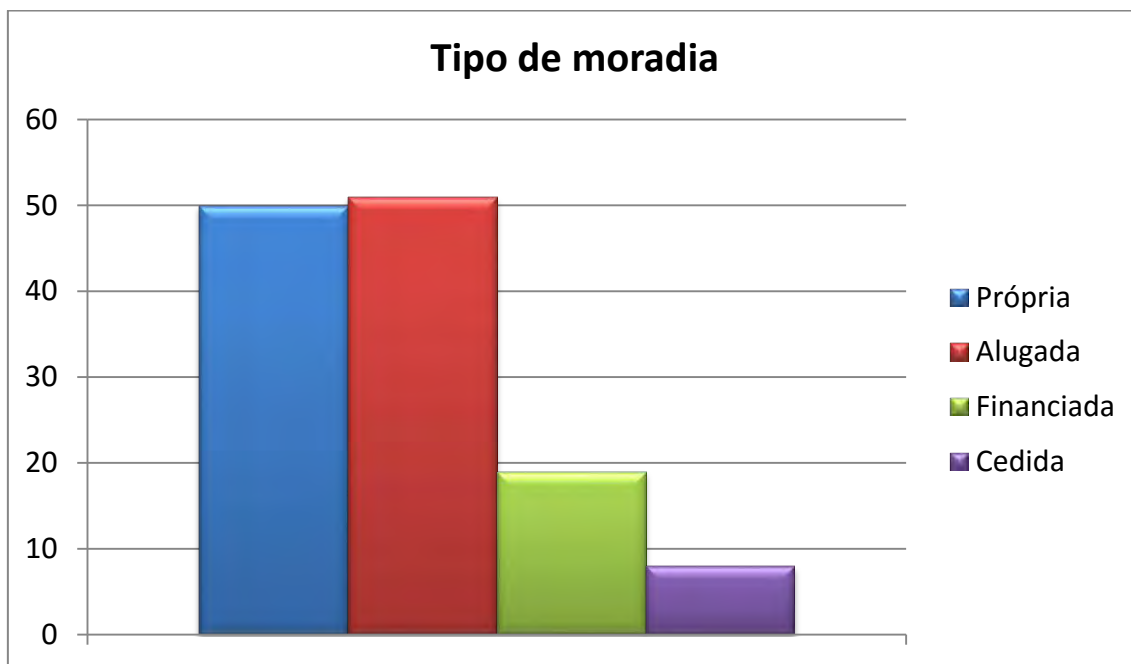
Além do acesso a rendimentos, a moradia é uma dimensão central para estudar as condições de vida da população. Assim, percebemos que, das famílias analisadas, aproximadamente 95% moram na zona norte da cidade, 3% moram no centro, 0,8% na zona leste e 0,8% não foi identificado.

É natural que a maioria se localize nesta região, a mesma região aonde se localiza o CCI Amélia Rodrigues, uma vez que as famílias costumam colocar seus filhos em escolas próximas da residência ou do local de trabalho.

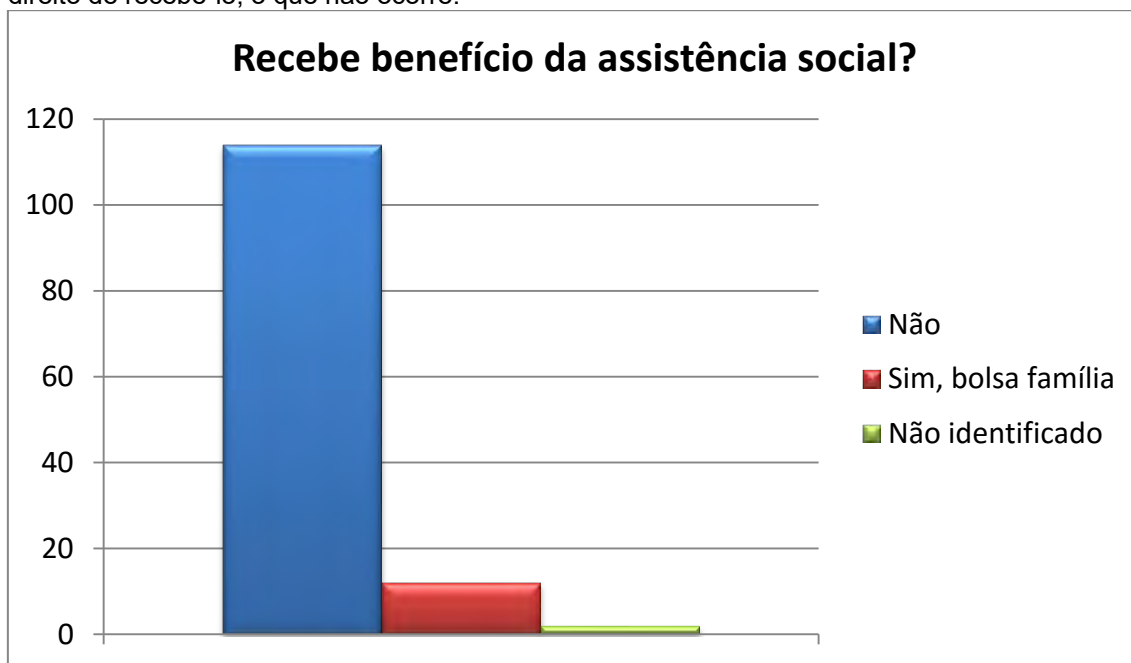


Outra coisa que observamos, é que das 128 residências, aproximadamente 39% são próprias; 40% alugadas; 15% financiadas; e 6% cedidas. Durante a coleta de dados foi possível verificar o valor pago nos alugueis e nas casas financiadas, assim percebemos que aparentemente, financiar uma casa é mais compensativo do que alugar, uma vez que ao fim do pagamento das parcelas, o imóvel será próprio, o que não acontece nas casas alugadas. Por outro lado, consideramos que financiar um imóvel é mais complexo do que alugar, pois requer, muitas vezes, um valor de entrada alto, uma série de documentos, dentre outras questões, podendo ser um

inviabilizador de aquisição da casa própria para estas famílias, considerando ainda que não possuem, em geral, recursos econômicos suficientes para isso.



O uso de políticas sociais, como o programa Bolsa Família e outros, são exemplos de medidas que estimularam o consumo e pressupõe o suprimento das necessidades básicas. Nos documentos analisados, foram encontradas carteiras do programa Bolsa Família em alguns casos, 9,4% para sermos mais exatos, ou seja, das 128 famílias, apenas 12 delas recebem este benefício, não foi possível identificar quaisquer outros benefícios, mas considerando a realidade socioeconômica e os critérios de enquadramento no programa, certamente mais famílias possuem direito de recebê-lo, o que não ocorre.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do contexto histórico abordado ao longo do texto, é possível visualizar os rebatimentos da ideologia neoliberal sobre as famílias como um todo, em que fica perceptível a

presença do desemprego, da flexibilização das relações de trabalho, a pouco escolaridade, questões de gênero, dentre outros.

Com o processo histórico de sucessivas perdas e ganhos de direitos sociais, as famílias da classe trabalhadora são as principais afetadas, tendo em vista que há um conjunto de fatores que impõe sobre elas a responsabilização quanto à produção e reprodução social de seus membros.

Diante disso, a Universidade pública com o seu tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão apresenta um papel social para com a sociedade, ou seja, aproxima os conhecimentos obtidos no meio acadêmico à comunidade regional, como uma forma de propiciar também, aos estudantes, um contato direto com a realidade social, enriquecendo sua formação profissional para além dos muros universitários.

Analisando os dados obtidos, o Projeto FAFAMI observa no horizonte, um campo vasto de possibilidades de trabalhos a serem desenvolvidos, de atividades contínuas aos familiares participantes das oficinas, além de fomentar aos estudantes e profissionais envolvidos uma formação/estudo complementar, isto é, um aprofundamento da discussão da temática família sob a ótica socioeducativa numa perspectiva de totalidade.

E, como forma de materialização do Projeto, os integrantes do grupo continuam desenvolvendo pesquisas (como monografias, livros, artigos e, mais recentemente, o mapeamento) de cunho crítico que fomentam discussões em favor da e para a classe trabalhadora, as famílias mais afetadas pelo sistema capitalista de produção. E mais, tem recebido ao longo dos anos um feedback positivo advindo das famílias, por meio da participação e interação nas oficinas.

## REFERÊNCIAS

FAGNANI, E. **Política social no Brasil (1964-2002):** entre a cidadania e a caridade. 2005. 604 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

IBGE. Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2017 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2017

ROEMER, J. E. *Equality of opportunity*. Cambridge [Estados Unidos]: Harvard University Press, 1998. 120 p.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2011. MOTA, A. E. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUSTAFA, P. S. A CRISE DO CAPITAL, O DESASTRE SOCIAL E A ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/MarcoLarocca/Desktop/9353-27166-1-PB.pdf>. Acesso em: 14 set 2018.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Declaração universal dos direitos humanos*. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, 1998. [6] p. Adotada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, Paris, em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: set. 2018.

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social**. 2003. 170 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

*PROJECT MANAGEMENT AS A CONSTRUCTION TOOL AND KNOWLEDGE MANAGEMENT IN THE CONTEXT OF CIVIL ENGINEERING: A PRELIMINARY ANALYSIS*

Área temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

AOYAMA, Daniele da Silva  
Faculdade Católica Paulista - SP  
Bacharelada em Engenharia Civil  
[d.aoyama@hotmail.com](mailto:d.aoyama@hotmail.com)

BARROS, Julio Luiz Seabra de  
Faculdade Católica Paulista - SP  
Bacharelado em Engenharia Civil  
[julioseabra@live.com](mailto:julioseabra@live.com)

JORGE, Carlos Francisco Bitencourt  
Faculdade Católica Paulista – SP / Unesp - SP  
Docente do curso de Administração / Pós-Doutorado – Doutor em Ciência da Informação  
[bitencourt@gmail.com](mailto:bitencourt@gmail.com)

## Resumo

Atualmente o gerenciamento de projetos é uma das disciplinas mais importantes para o universo corporativo, pois busca alcançar os objetivos estratégicos de forma satisfatória e eficiente, através da implantação das melhores práticas em projetos, programas e portfólios, se tornando um fator primordial na obtenção de vantagens competitivas em um mercado extremamente acirrado. Diversas organizações reconhecem os benefícios do gerenciamento de projetos e os incorporam em suas atividades, através, por exemplo, de uma estrutura como o PMO - *Project Management Office*, que pode se posicionar de vários modos na estrutura organizacional da empresa, sendo que isto depende de suas necessidades e autoridade a ele designado. Dessa forma o presente trabalho realizou uma revisão bibliográfica quanto ao gerenciamento de projetos no contexto da engenharia civil e conectou com os processos de construção e gestão de conhecimento, com o intuito de demonstrar como a gestão de projetos pode junto com a construção e gestão do conhecimento das atividades de engenharia civil agregar e gerar vantagem competitiva.

**Palavras-chave:** Projetos, Construção do Conhecimento, Gestão.

## Abstract

Currently, project management is one of the most important disciplines for the corporate universe, as it seeks to achieve strategic objectives in a satisfactory and efficient way, through the implementation of best practices in projects, programs and portfolios, becoming a prime factor in obtaining advantages in an extremely fierce market. Several organizations recognize the benefits of project management and incorporate them into their activities, for example through a structure such as the PMO - *Project Management Office*, which can position itself in various ways in the organizational structure of the company. his needs and authority assigned to him. In this way the present work carried out a bibliographical revision regarding the management of projects in the context of civil engineering and connected with the processes of construction and knowledge management, with the purpose of demonstrating how project management can together with the construction and knowledge management of civil engineering activities to aggregate and generate competitive advantage.

**Keywords:** Projects, Knowledge Building, Management.

## 1 INTRODUÇÃO

Gerenciamento de Projetos é uma das atividades mais presentes dentro da área de construção civil, e de certa forma está presente em praticamente todos os empreendimentos e obras do setor, já que nos mesmos são imputado ao responsável fazer a gestão, de forma total ou parcial,

dentro das áreas de conhecimento que fazem parte da disciplina, sendo elas, de acordo com o PMI (2013): escopos, cronogramas, custos, qualidade, recursos, comunicações, riscos, aquisições, integração e partes interessadas. O gerenciamento de projetos tem enfoque na utilização das boas práticas que são reunidas por grandes instituições como: PMI, IPMA (*International Project Management Association*), OGC (*Office of Government Commerce*), além de outras relevantes instituições e metodologias difundidas no cenário mundial

O PMI foi estabelecido em 1969, sediado na Filadélfia, EUA, e é uma das principais instituições mundiais em gerenciamento de projetos, responsável pela publicação do PMBOK guia de metodologia de boas práticas do PMI. Antes disso, no ano de 1965, foi criado o IPMA, instituição internacional sediada na Suíça, que teve como objetivo promover o gerenciamento de projetos. Já o OGC é responsável pelo método *Prince* (*Projects in controlled environments*), um guia prático para gerenciar qualquer forma de projetos.

Portanto, tem-se que a abordagem do gerenciamento de projetos é fator primordial para a organização e resultados de uma empresa, pois de acordo com estudo feito pelo próprio PMI (2018), no Brasil cerca de 12,2% dos recursos, destinados à projetos, são desperdiçados pelo baixo desempenho destes, o que afeta de forma significativa os resultados apresentados pelas organizações, sendo preocupante para o setor da construção civil, pois trata-se de um ramo que tem uma forte atuação no mercado e movimentação da economia, e que abrange e integra muitas organizações, cada vez mais complexas e ágeis com introdução de novas tecnologias, sendo necessário uma maior assertividade e otimização de projetos que possibilitem acompanhar o ritmo desse mercado cada vez mais acirrado.

Ao passo em que se torna interesse das empresas do setor melhorar seus resultados, além de aprimorarem a cultura e o conhecimento organizacional, torna-se oportuno a implantação de uma metodologia de gerenciamento de projetos, que seja adequada às características e necessidades da organização, e com ela a possibilidade de aderir a um PMO, que dará suporte a todos os projetos desenvolvidos. Tal atitude permite alavancar o crescimento e a eficiência das empresas.

De acordo com Guia PMBOK (2008), PMO é a entidade, dentro de uma organização, a qual é atribuída às responsabilidades relacionadas ao gerenciamento de projetos, de forma a centralizar e coordenar os projetos da mesma. As responsabilidades e atribuições, assim como o modo de atuação do PMO pode mudar de acordo com as características da empresa, assim como sua estrutura organizacional e nível de maturidade.

A parametrização para a adoção de PMO mais apropriado, ao formato de gerenciamento de projetos característico de empresas construtoras, dependem da análise crítica da organização e das necessidades para com o apoio ao seu plano estratégico na busca pelos resultados empresariais esperados. A longo prazo os resultados dessa aplicação promoverão o desenvolvimento de gestão de projetos na área da construção civil e, conseqüentemente colaborará com a construção e gestão de conhecimento nas organizações.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Gerenciamento de Projetos

De acordo com o Guia PMBOK (2008, p.11) “Um projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo[...] os projetos e as operações diferem, principalmente, no fato de que os projetos são temporários e exclusivos, enquanto as operações são contínuas e repetitivas.”

Um projeto envolve integração e interação, desta forma cabe compreender que o projeto e trabalho operacional são coisas diferentes trabalhando em conjunto; enquanto os projetos são definidos como singular e temporário, ou seja, é único e possui um fim, o trabalho operacional é tratado como algo contínuo e repetitivo, pois quando se alcança o objetivo, o trabalho operacional não se encerra e está sempre envolvido em novos projetos, assim esta combinação deve ser gerenciada através de planejamento, treinamentos, procedimentos e técnicas de aplicação.

Todos os conhecimentos de projeto possuem características comuns como:

- O aprendizado por meio dos erros, ou gestão do conhecimento, que interferem no sucesso final e são utilizados como prevenção em novos projetos.
- A temporariedade de projeto, que é um fator que está diretamente ligado ao custo e a qualidade, devendo se basear em prazos definidos de forma eficiente e ágil, acompanhando o resultado.

- Singularidade de projetos, não sendo possível ter a compatibilização total de um projeto antigo e um novo, devido às suas características únicas. Os projetos são analisados individualmente, aplicando-se novas formas de melhoria que tende a evolução contínua.

O andamento de um projeto é conduzido através de um progresso, no qual se controlam as informações que os cercam, estruturando o desenvolvimento das etapas em um fluxo linear até o alcance do objetivo, normalmente baseadas em um sistema de gerenciamento de projetos predefinidos.

Gerenciamento de projetos é definido de acordo com o Guia PMBOK (2008, p.16) como “aplicação de conhecimento, habilidade, ferramentas e técnicas às atividades de projeto a fim de atender às suas demandas, sendo realizado por meio da integração dos seguintes processos: iniciação, planejamento, execução, monitoramento, controle e encerramento”. Assim, este deve ser conduzido por um profissional piloto que é o gerente de projetos, o qual estará focado em identificar as necessidades do projeto, estabelecer os objetivos, atender as expectativas de todos os interessados, que esteja de acordo e em equilíbrio com o escopo, custo e o tempo, definidos pela teoria da tripla restrição.

O gerenciamento de projetos busca estruturar de forma clara e objetiva os processos entre as áreas de conhecimento, de maneira a integrá-las e buscar um mesmo objetivo. Nesse sentido a estratégia pode ser consolidada com a adoção do *Project Management Office* sendo fundamental para dar sustentação na gestão de projetos.

## **2.2. PMO - Project Management Office**

O *Project Management Office* (PMO) é um órgão que se comporta como um departamento e visa suportar o desenvolvimento do gerenciamento de projeto dentro de uma organização, podendo se apresentar com várias funções, de acordo com a necessidade da empresa, maturidade organizacional, quantidade de projetos, programas e portfólios e atuar de acordo com a posição e o grau de autoridade que será designada a ele dentro de uma organização.

De acordo com o Guia PMBOK (2008), “O PMO é uma unidade organizacional que centraliza e coordena o Gerenciamento de Projetos sobre seu domínio.”

Kendall e Rolling (2003) define que o PMO atua como um centro de excelência no qual une e coordena os objetivos estratégicos do negócio com os seus resultados por meio do gerenciamento do portfólio organizacional, programa e projetos.

Menezes (2006, apud VALLE, 2010, p.71) acrescenta também que “o PMO é um organismo interno ou externo às organizações que apoia os processos de Gerenciamento de Projetos ou gerencia diretamente os projetos sob sua responsabilidade”.

Em relação à definição de nome, ainda não há um consenso entre as organizações, podendo, de acordo com artigo publicado por Hobbs e Aubry (2008), ser chamado de formas diferentes, sendo dentre eles o mais comum “escritório de gerenciamento de projetos” com 59%, seguido de “escritório de gerenciamentos de programas” com 12% e “escritório de apoio ao projeto com 7%. Os outros 22% possuem uma variedade de nomes diferentes.

De acordo com que foi conceituado por Valle (1997), o PMO busca aplicar, onde é necessário, o uso de metodologia que estabeleça procedimentos para identificação, banco de dados, análise, coleta de informações e distribuição, relatórios de resultados, orientações documentais, gerenciamento de riscos, aquisições, qualidade e de todas as demais áreas pertencentes ao gerenciamento de projetos. Além disso, o PMO pode designar autoridade aos gerentes de projetos, assim como gerir os recursos compartilhados por diversos projetos, e desta forma controlar a gestão dos projetos como um todo.

O escritório de projetos promove, portanto, o ganho em escala, em produtividade e formação de uma equipe que trabalha de uma mesma forma. O PMO, desta forma busca: a padronização de metodologias e ferramentas, ou seja, todos os gerentes de projetos trabalharão da mesma forma e com as mesmas ferramentas; a definição de quais indicadores de monitoramento de projetos serão utilizados; a determinação dos profissionais que darão o suporte e os que farão o acompanhamento do gerente de projetos; criação de uma auditoria que verificará se estão sendo utilizados adequadamente as ferramentas, as metodologias e padrões definidos; a seleção dos profissionais especializados que gerenciam projetos mais críticos; e as boas práticas, que são atividades ou atitudes que deram certo e serão repetidos e aquelas que não deram certo e serão descartadas.

### **2.2.1. O PMO como um Sistema de Gerenciamento de Projetos e a sua incorporação na**

## estrutura Organizacional

Cabe ao PMO a definição do sistema de gerenciamento de projetos que será utilizado na organização, sendo o mesmo adaptado às necessidades, influências e cultura da mesma.

De acordo com Valle (2010, p.86), “O Sistema de Gerenciamento de Projetos é o conjunto de ferramentas, técnicas, metodologias, recursos e procedimentos usados para gerenciar um projeto (...) que são consolidados e combinados para formar um todo funcional e unificado”.

O Guia PMBOK (2008), caracteriza como uma das funções do PMO gerir o Sistema de Gerenciamento de Projetos e garantir sua consistência em sua aplicação, assim como nos demais projetos em realização.

O PMO pode ser implantado em uma organização independente da sua estrutura organizacional, podendo ser desde uma estrutura matricial, onde encontra mais força, como até mesmo em uma estrutura funcional mais fechada, pois seu método de trabalho, assim como suas designações, pode variar de acordo com as necessidades e o ambiente onde está inserido, já que “a função de um PMO em uma organização pode variar de uma assessoria, limitada à recomendação de políticas e procedimentos específicos sobre projetos individuais, até uma concessão formal de autoridade pela gerência executiva” (VALLE, 2010, p.85), dependendo da tipologia adotada.

### 2.2.2. Tipologias do PMO

Em meio a tantas variáveis que podem existir dentro de uma organização, é de suma importância a correta definição das atribuições dadas ao PMO, assim como o correto posicionamento do mesmo dentro do organograma corporativo, pois de acordo com VALLE (2010), “o correto posicionamento no organograma oferece condições dos escritórios de gerenciamento de projetos coletarem informações dos diversos projetos adequadamente, especialmente no caso de PMO estratégicos, para controle de projetos”.

De acordo com Valle (2010, p. 39):

O Escritório de Projeto Estratégico opera em nível apropriado para facilitar a identificação, seleção, priorização, aprovação e gerenciamento de projetos que são do interesse corporativo. Isso assegura que a metodologia de gerenciamento de projeto seja aplicada para as necessidades da organização inteira, não apenas um departamento ou unidade de negócios.

O PMO pode operar no nível estratégico, tático, operacional ou até mesmo em todos os níveis (CRAWFORD, 2002), podendo atuar desde apenas um mecanismo com função de reporte e suporte, como até mesmo de forma estratégica atuando na definição de portfólios de projetos alinhado com a alta administração.

O escritório de gerenciamento de projetos pode ser responsável por diversas funções, sendo assim, comumente pode ser associado à algumas funções mais específicas como por exemplo a implementação de metodologias de gerenciamento de projetos padronizada. Porém são muitas as atribuições que podem ser imputadas sobre ele, podendo chegar a 27 funções, de acordo com Hobbs e Aubry (2005).

Sendo assim, o conceito para o escritório de gerenciamento de projetos é decorrente da tipologia escolhida, que se correlaciona com funções atribuídas, autoridade e posicionamento do mesmo dentro da estrutura organizacional, assim como sua maturidade. Os PMOs podem então ser classificados em 3 modelos, como proposto por diversos autores da área (VALLE, 2010; CASEY e PECK, 2001; DINSMORE, 1999; RAD, 2001), sendo eles:

Modelo 1 - Escritório de Suporte aos Projetos ou Escritório de Controle de Projetos - Esse modelo mais básico de PMO tem como objeto fornecer suporte para a aplicação das melhores práticas, técnicas, ferramentas, tecnologias e softwares para gerenciamento de projetos, além de dar suporte aos gerentes de projetos no gerenciamento de recursos.

Modelo 2 - Escritório de Programa de Gerenciamento ou Unidade de Projetos - O modelo possui posição intermediária e tem como funções a definição de diretrizes e padrões, estabelecendo uma metodologia padrão, além de prover ferramentas, técnicas, softwares, disseminar as boas práticas e acompanhar os resultados. Seu foco está em programas, integrando múltiplos projetos de tamanhos variados.

Modelo 3 - Escritório Estratégico de Projetos ou Diretoria de Projetos - O terceiro modelo tem nível mais alto dentre os outros apresentados e é responsável por identificar e priorizar os projetos,

sempre alinhado com o plano estratégico organizacional. Seu foco está na gestão do portfólio de projetos.

Valle (2010) ainda defende um quarto modelo de PMO chamado de “Híbrido”, que consiste na combinação de 2 ou mais modelos.

### 2.2.3. Os benefícios do PMO e a maturidade na gestão de projetos

Conforme citam Menezes (2012), Lipper (2003) e Beard (2003) o impacto positivo do PMO, como um todo, geram benefícios diretos para a organização e podem colaborar com o projeto na redução de custos e desperdícios, no fornecimento de uma melhor coordenação, mudança estabilizada, repetitividade e sinergia organizacional, proveniência de melhores práticas a fim de maximizar o sucesso deste e oferecer abordagens contínuas de melhoria de processos, colaborando com projetos bem-sucedidos.

No que se refere aos gerentes de projetos os autores Menezes (2012) e Lipper (2003) sugerem que as agregações do escritório com as informações dos pontos críticos de cada projeto e no suporte necessário, melhoram seus desempenhos na obtenção de melhores resultados, por terem mais segurança na sua capacidade de fornecer um alto nível de qualidade em gerenciamento de projetos.

De forma simplificada pode-se listar como benefícios que serão percebidos, à medida que o PMO é implementado de acordo com alguns autores (CHOMA e BORGES, 2007; SILVEIRA, 2006; ANGELIM, 2007; MENEZES, 2012), os seguintes itens:

- Reconhecimento Global;
  - Melhoria da satisfação do cliente - redução de retrabalho e melhor alinhamento de expectativas;
  - Melhora no nível de competitividade da empresa no mercado devido ao aumento na taxa de sucesso de seus projetos.
- Melhoria da rentabilidade;
  - Diminuição do ciclo de vida necessário ao lançamento de produtos
  - Aumento do retorno sobre investimento - escolha adequada de projetos e redução dos prazos;
  - Melhor resposta às grandes oscilações do mercado, pois a empresa fica preparada para responder em períodos de alta e de baixa demanda;
- Equipes de projeto produtivas;
  - Melhoria na qualidade do produto/serviço entregue;
  - Desenvolvimento constante da equipe, levando à melhoria contínua;
  - Motivação no ambiente de trabalho que reduz interferências que atrapalham o projeto.
- Melhoria organizacional;
  - Conexão das estratégias do corpo executivo aos portfólios de projetos atuais e futuros;
  - Padronização em processos de avaliação de resultados - comparação consistente de desempenho entre projetos;
  - Maior segurança da empresa em fornecer propostas para projetos de maior risco (prazos curtos ou baixo valor do contrato);
  - Aumento do acerto na previsibilidade da entrega do projeto - cronograma e orçamento;
  - Facilidade no planejamento de ações que introduz inovações e os cambio necessário.
- Mudança cultural para Gestão de Projetos;
  - Criação de mecanismos que aumenta a participação das pessoas na implantação de projetos;
  - Profissionalismo do pessoal em Gestão de Projetos;
  - Melhoria na comunicação interna e externa, com a redução de conflitos;
- Seleção de profissionais competentes
  - Informações importantes que permite a maior visibilidade da análise crítica, com base em elementos relevantes aos executivos nas tomadas de decisões e alcance de metas



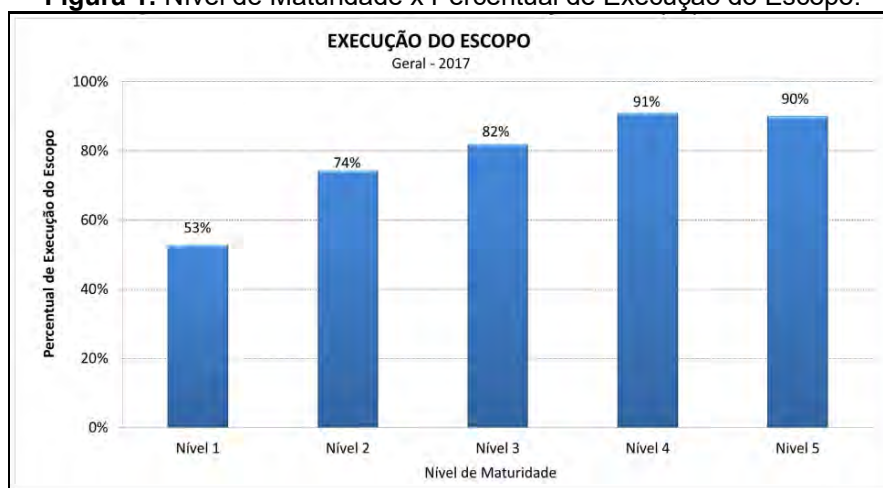
- Suporte aos gerentes de projetos e consequente obtenção de melhores resultados destes;
- Ressalva os conhecimentos da organização para elaboração de ativos de processos organizacionais e está comprometido na captura de ideias para que melhores projetos sejam conduzidos
- Ferramentas e técnicas de Gerenciamento de Projetos Previsíveis e Reutilizáveis.
  - Implantação de softwares para o monitoramento e controle
  - Disseminação das melhores práticas

Uma análise intrínseca sugere que o alcance do objetivo das organizações e consequente sucesso deve-se ao cumprimento do objetivo estratégico e da adaptação às mudanças externas, por isso neste contexto “[...]as empresas vêm investindo na melhoria de seus processos de gerenciamento de projetos como parte do planejamento estratégico para melhorar a efetividade organizacional.” (RODRIGUES; JÚNIOR; CSILLAG, 2006, p. 274).

Para Kezner (2003), a excelência em gerenciamento de projetos é alcançada se a organização atingir um alto grau de maturidade. Assim, é possível associar melhores desempenhos com altos níveis de maturidade em gestão de projetos, sendo essa maturidade proporcional ao desenvolvimento de níveis mais elevados de capacidade de gestão (MICHAELIS, 2013).

Com a implantação de métodos e práticas em gerenciamento de projetos o nível de maturidade cresce como efeito direto (PRADO, 2010), aumentando a efetividade organizacional. Ao avaliar a maturidade é possível “[...] identificar os tempos (gaps), pontos fracos, pontos fortes e tomar medidas importantes, visando à melhoria contínua da sua cultura organizacional” (OLIVEIRA, 2014, p.4).

**Figura 1:** Nível de Maturidade x Percentual de Execução do Escopo.

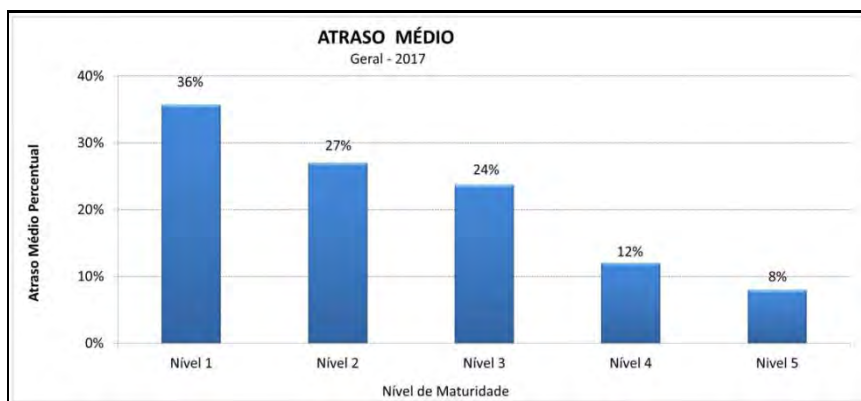


**Fonte:** Padro e Oliveira (2017, p.23).

De acordo com relatório global gerado pelo site maturityresearch.com, onde é realizado anualmente pesquisas relacionadas à maturidade em gerenciamento de projetos, destinados a empresas em todo o Brasil, podemos concluir que a maturidade é um fator crítico para obtenção de melhores resultados em cumprimento de escopo, diminuição de atrasos e custos, pois quanto maior a maturidade em gerenciamento de projetos, melhores são os resultados gerais, como podemos ver nos gráficos inseridos nas figuras 1, figura 2 e figura 3.

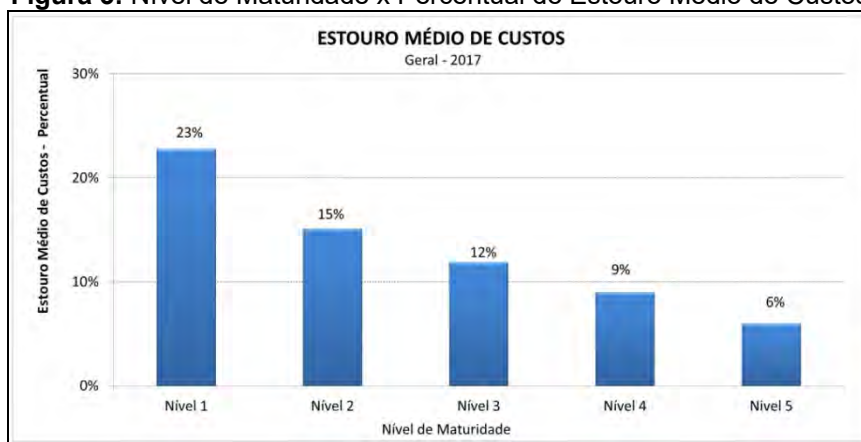
No setor de construção, os índices médios de cumprimento de escopo, atraso médio e estouro de custos em 2017, foram respectivamente, 84%, 18%, 12%, enquanto no setor de projetos de engenharia e arquitetura, foram de 26%, 21%, 15%, com um grau de maturidade mediano, indicando oportunidade de melhorias.

**Figura 2:** Nível de Maturidade x Percentual Médio de Atraso



Fonte: Padro e Oliveira (2017, p.21).

**Figura 3:** Nível de Maturidade x Percentual de Estouro Médio de Custos



Fonte: Padro e Oliveira (2017, p.22).

O grau de maturidade pode ser conferido através dos modelos de maturidade que são diversos e, no ramo de Gerenciamento de Projetos temos como de maior destaque: *Project Management Maturity Model (PMMM)*, *Capability Maturity Model (CMM)*, *Organizational Project Management Maturity Model (OPM3)* e Modelo de Maturidade em Gerenciamento de Projetos (MMGP), que é utilizado pelo site citado acima.

### 2.3. CONSTRUÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

O conhecimento vem ganhando importante papel no contexto das organizações. JORGE et al (2016, p. 164) apontam que as organizações por meio da

[...] globalização e as mudanças tecnológicas, as empresas se deparam com um ambiente altamente competitivo, onde o conhecimento se tornou o principal ativo das organizações, desta forma, a gestão correta desta ferramenta se torna um valioso recurso estratégico.

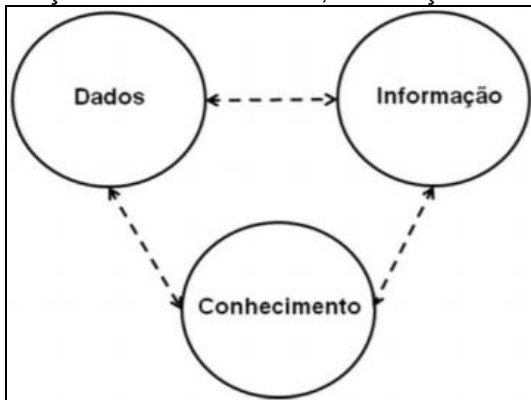
Esse apontamento é complementado por Chiavenato (1999), que destaca a importância do conhecimento frente aos recursos financeiros das organizações, para o autor, “o capital financeiro deixou de ser o recurso mais importante, cedendo lugar ao conhecimento” (CHIAVENATO, 1999, p. 30). Sendo assim, torna-se importante compreender o conhecimento enquanto recurso, bem como a sua construção. Para tal compreensão torna-se necessário entender outros dois elementos responsáveis na construção de conhecimento, “dado” e “informação”. Santiago Junior (2004) aponta que os

[...] dados podem ser considerados como sendo uma sequência de números e palavras, sob nenhum contexto específico. Quando os dados são organizados com a devida contextualização, há a informação. Já o conhecimento é a informação

organizada, com o entendimento de seu significado (SANTIAGO JR, 2004, p. 27).

As transformações de dados em informações e as informações em conhecimento é realizado por meio de um ciclo que ocorre no tempo. Compreendendo essas transições torna-se possível identificar as diferenças, limites e propriedade de cada um dos componentes. Jorge (2013) aponta a relação cíclica entre os dados, informações e conhecimentos por meio da figura 1 e menciona que esses limites muitas vezes são muito complexos de serem identificados.

**Figura 4:** Relação cíclica entre dados, informação e conhecimento.



Fonte: Jorge (2013, p.29).

Davenport e Prusak (1998) sistematizaram um quadro que aponta as principais características e propriedades dos dados, informações e conhecimentos:

**Quadro 1:** Dados, informação e conhecimento.

Dados	Informação	Conhecimento
<p>Simple observações sobre o estado do mundo</p>	<p>Dados dotados de relevância e propósito</p>	<p>Informações valiosas da mente humana. Inclui reflexão, síntese, contexto</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Facilmente estruturado;</li> <li>• Facilmente obtido por máquinas;</li> <li>• Frequentemente quantificado;</li> <li>• Facilmente transferível.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Requer unidade de análise;</li> <li>• Exige consenso em relação ao significado;</li> <li>• Exige necessariamente a mediação humana.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• De difícil estruturação;</li> <li>• Difícil capturar em máquinas;</li> <li>• Frequentemente tácito;</li> <li>• De difícil transferência.</li> </ul>

Fonte: Adaptada de Davenport e Prusak (1998, p.18).

Os dados são considerados objetos que retratam de maneira simplificada o estado do mundo e as informações são os dados dotados de contexto, propósito e relevância para o sujeito ou grupo de sujeito que adquiriram os dados. Enquanto isso o conhecimento são o conjunto de dados e informações na mente humana. Para Davenport e Prusak (1998, p. 6) o conhecimento é a:

[...] mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e insight experimentado, a qual proporciona uma estrutura para avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores [...].

Nonaka e Takeuchi (1998, p. 19), completa ao mencionar que o conhecimento é formado por “[...] dois componentes dicotômicos e aparentemente opostos – isto é, o conhecimento explícito e o conhecimento tácito”. Para os autores, o conhecimento explícito é o conhecimento disponível sob algum suporte, enquanto que o tácito, é a soma de informações, dados e experiência na mente dos sujeitos.

Dessa maneira, o conhecimento explícito pode ser facilmente compartilhado, enquanto que o conhecimento tácito necessita de estratégias que auxiliem torná-lo explícito e compartilhável dentro de uma organização. Assim o grande desafio da Gestão do Conhecimento consiste em elaborar

métodos, estratégias e ferramentas para que seja possível adquirir todos os recursos necessários, como os dados e informações, e capacitar os sujeitos para transformar tais recursos em conhecimentos. Terra (2000) contextualiza a Gestão do Conhecimento (GC) para as organizações, e menciona que a GC:

[...] está ligada à capacidade das empresas em utilizarem e combinarem as várias fontes e tipos de conhecimento organizacional para desenvolverem competências específicas e capacidade inovadora, que se traduzem, permanentemente, em novos produtos, processos, sistemas gerenciais e liderança de mercado (TERRA, 2000, p. 70).

Pérez-Montoro (2008, p.63-64) vai ao encontro da ideia de Terra (2000), ao definir a Gestão do Conhecimento como:

[...] a disciplina que se encarrega de estudar o projeto e a implementação de sistemas cujo principal objetivo é que todo conhecimento tácito, explícito, individual, interno e externo envolvido na organização possa transformar-se e converter-se, sistematicamente, em conhecimento organizacional ou corporativo de forma que esse conhecimento corporativo, ao tornar-se acessível e pode ser compartilhado, permite que aumente o conhecimento individual de todos os seus membros e que isso redunde diretamente em uma melhora da contribuição desses sujeitos no alcance dos objetivos que busca a própria organização.

É possível compreender que, antes que a organização comece a trabalhar com o conhecimento enquanto recurso é necessário compreender seus limites, diferença e complexidade, pois somente assim torna-se possível construir novos conhecimentos. Esse processo está totalmente relacionado com a gestão desse recurso, afinal, o desenvolvimento de ferramentas e estratégias para gerir o conhecimento perpassa pela compreensão de seus insumos e processo de construção.

#### **2.4. A Gestão de Projetos como ferramenta estratégica na Construção e Gestão do Conhecimento no contexto da Engenharia Civil**

Considerando que a Gestão de Projetos no contexto da engenharia civil são responsáveis por gerar um grande número de dados, informações e conhecimento por meio de suas ferramentas e métodos de monitoramento e controle, como sugerido pelo PMO, entende-se que a gestão desses recursos pode gerar vantagem competitiva para as organizações.

Choma e Borges (2007), Silveira (2006), Angelim (2007) e, Menezes (2012) apontam que o PMO enquanto estrutura é responsável por promover melhorias que impactam as organizações atuantes na engenharia civil em: reconhecimento global, melhoria da rentabilidade, aumento de produtividade das equipes em projetos, melhoria da própria organização, mudança cultural que valoriza as atividades dentro de projetos, melhoria da seleção de pessoas e desenvolvimento de ferramentas e técnicas de gerenciamento de projetos, que proporcionem previsibilidade e reuso dos recursos e atividades.

**Quadro 1:** Grupo de melhoria na gestão de projetos com uso do PMO e seus conhecimentos gerados.

<b>Grupo de melhoria na gestão de projetos</b>	<b>Project Management Office</b>	<b>Conhecimentos gerados sobre:</b>
Reconhecimento Global	- Melhoria da satisfação do cliente - redução de retrabalho e melhor alinhamento de expectativas; -Melhora no nível de competitividade da empresa no mercado devido ao aumento na taxa de sucesso de seus projetos.	-Clientes (comportamento e perspectiva); - Mercado frente as ações tomadas pela organização.

Melhoria da rentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Diminuição do ciclo de vida necessário ao lançamento de produtos;</li> <li>-Aumento do retorno sobre investimento - escolha adequada de projetos e redução dos prazos;</li> <li>-Melhor resposta às grandes oscilações do mercado, pois a empresa fica preparada para responder em períodos de alta e de baixa demanda.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Ciclo de vida dos produtos de acordo com as condições apresentadas;</li> <li>-Recurso, processo e demais componentes que impactam a para redução de prazo no contexto dos projetos;</li> <li>-Variáveis do ambiente externo que impactam o negócio da organização.</li> </ul>
Equipes de projeto produtivas	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Melhoria na qualidade do produto/serviço entregue;</li> <li>-Desenvolvimento constante da equipe, levando à melhoria contínua;</li> <li>-Motivação no ambiente de trabalho que reduz interferências que atrapalham o projeto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Conhecimento ampliado sobre produto/serviço;</li> <li>-Maior conhecimento sobre a equipe.</li> </ul>
Melhoria organizacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Conexão das estratégias do corpo executivo aos portfólios de projetos atuais e futuros;</li> <li>-Padronização em processos de avaliação de resultados - comparação consistente de desempenho entre projetos;</li> <li>-Maior segurança da empresa em fornecer propostas para projetos de maior risco (prazos curtos ou baixo valor do contrato);</li> <li>-Aumento do acerto na previsibilidade da entrega do projeto - cronograma e orçamento;</li> <li>-Facilidade no planejamento de ações que introduz inovações e os cambio necessário.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Percepções estratégicas frente aos projetos;</li> <li>-Padrões de desempenho de projetos;</li> <li>-Prazos.</li> </ul>
Mudança cultural para Gestão de Projetos	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Criação de mecanismos que aumenta a participação das pessoas na implantação de projetos;</li> <li>- Profissionalismo do pessoal em Gestão de Projetos;</li> <li>- Melhoria na comunicação interna e externa, com a redução de conflitos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Percepção das necessidades e motivação das pessoas envolvidas no projeto;</li> <li>-Processo dos projetos;</li> <li>-Melhores formas de comunicações.</li> </ul>
Seleção de profissionais competentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Informações importantes que permite a maior visibilidade da análise crítica, com base em elementos relevantes aos executivos nas tomadas de decisões e alcance de metas;</li> <li>- Suporte aos gerentes de projetos e consequente obtenção de melhores resultados destes;</li> <li>- Ressalva os conhecimentos da organização para elaboração de ativos de processos organizacionais e está comprometido na captura de ideias para que melhores projetos sejam conduzidos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Necessidades técnicas e gerenciais quanto a mão de obra, de acordo com as necessidades do projeto;</li> <li>-Ampliação do conhecimento entre os envolvidos nos projetos.</li> </ul>
Ferramentas e técnicas de Gerenciamento de Projetos Previsíveis e Reutilizáveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Implantação de softwares para o monitoramento e controle;</li> <li>-Disseminação das melhores práticas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Paramentos para a gestão de projetos;</li> <li>-Melhores práticas.</li> </ul>

**Fonte:** Desenvolvido pelos autores.

Ao analisarmos a tabela acima, é possível identificar a quantidade de conhecimentos que são construídos por meio do PMO. Dessa maneira torna-se evidente a necessidade de gerenciar esse conhecimento, afinal, é por meio dele que as organizações que atuam no ramo da engenharia civil conseguem ter uma maior competitividade e assertividade. Com isso essas organizações, [...] criam e exploram conhecimento para desenvolver novas capacidades e inovações por meio de três atividades

concomitantes: (1) gerar e compartilhar conhecimento tácito; (2) testar e criar protótipos de conhecimento explícito; e (3) extrair e aproveitar conhecimento externo (CHOO, 1998, p.211).

**Figura 5:** Ciclo do conhecimento - Choo.



Fonte: Choo (1998, p.51).

É possível observar, desta forma que todas as atividades de gestão de projetos atuam sobre e dependem das atividades de gestão do conhecimento apontadas por Choo (1998) para a sua maior eficiência. A criação de significado de Choo (1998) consiste em criar signos que são amplamente reconhecidos por todos da organização, é por meio destes que os sujeitos interpretam e constroem suas atividades.

No contexto da criação do conhecimento organizacional, essa atividade é considerada como "[...] um processo que amplifica „de maneira organizacional“ o conhecimento criado pelos indivíduos e cristaliza-o como parte da rede de conhecimento da organização" (CHOO, 1998, p. 211). O autor ainda reforça que a etapa de construção de conhecimento ocorre nas relações entre indivíduos organizacionais, e que esse processo pode ser transferido entre os mesmos usando suportes tecnológicos que podem propagar e transferir o conhecimento construído.

Com o conhecimento construído torna-se possível tomar decisões de maneira mais assertiva por meio dos novos conhecimentos e capacidades construídas. Ressalta-se que as tomadas de decisões também possibilitam novos conhecimentos e capacidades para o contexto organizacional. É importante ressaltar que a gestão de projetos na engenharia civil perpassa o tempo todo por essas atividades, porém reconhecer o conhecimento como recurso é o ponto de partida para um melhor aproveitamento do mesmo.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho foi realizado utilizando como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica é:

[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Dessa maneira, foi realizado o levantamento de informações e conceitos sobre Gestão de Projetos, PMO, e Construção e Gestão do Conhecimento, caracterizando a presente pesquisa como do tipo exploratória.

Após o levantamento das informações e conceitos sobre os temas, eles foram analisados e relacionados. Ao serem relacionados, foi possível realizar reflexões e intersecções sobre os temas, construindo assim importantes direcionamentos para a gestão de projetos, com o apoio do PMO, enquanto indutor e ferramenta na construção e gestão de conhecimento no âmbito da engenharia civil.

#### 4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

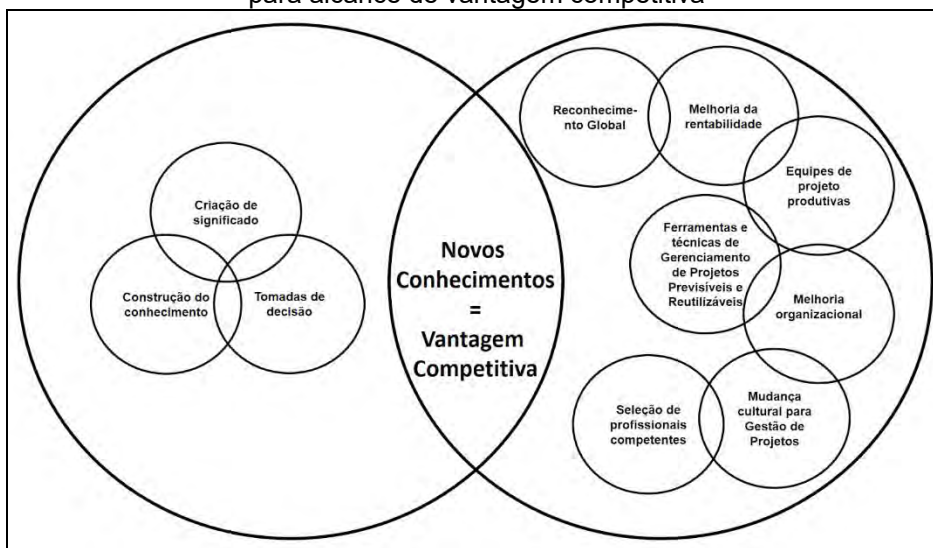
Compreender o conhecimento como recurso organizacional responsável por construir vantagem competitiva no contexto da engenharia civil é ponto de partida para um melhor aproveitamento desse recurso na organização. Ao observarmos as atividades desenvolvidas na engenharia civil, encontramos a necessidade de gerenciar suas atividades, nesse caso abordado pela gestão de projetos na área. Dentre inúmeras estratégias de implantação para essa finalidade destaca-se o *Project Management Office* (PMO), responsável por proporcionar centralização e coordenação das atividades de gestão de projetos, a fim de alcançar o sucesso do projeto.

Nesse sentido, o PMO passa ser responsável por conectar-se, como intermediário as várias atividades, recursos e componentes no ambiente interno e externo, sendo que as relações destes são responsáveis pela construção de novos conhecimentos. Tal afirmação ocorre, pois, conforme observado, o processo de Gestão de Projetos atua diretamente de maneira holística com vários *stakeholders* e alinhada aos conhecimentos identificados do ambiente externo, passa ser possível construir novos conhecimentos organizacionais.

Observa-se a necessidade da organização trabalhar de maneira mais consistente com os conhecimentos construídos via PMO, uma vez que a ferramenta atua na centralização de informações, dados e demais componentes necessários para a construção de novos conhecimentos, podendo o mesmo ser utilizado com estrutura estratégica na gestão do conhecimento no contexto da engenharia civil. O enfoque na engenharia civil ocorre pois é uma área que já atua de maneira consistente em gestão de projetos, afinal, normalmente todas as suas atividades são consideradas parte de um projeto, como por exemplo, um novo empreendimento.

O presente trabalho tem como objetivo chamar a atenção das organizações com enfoque na engenharia civil quanto ao reconhecimento do conhecimento enquanto recurso, uma vez que se trata de um recurso disponível e estruturado dentro da gestão de projetos, porém pouco explorado.

**Figura 3:** Gestão do Conhecimento e a Gestão de Projetos na construção de novos conhecimento para alcance de vantagem competitiva



Fonte: Elaborado pelos autores.

Recomenda-se o aprofundamento em pesquisas relacionando a informação à Gestão de Projetos, bem como estratégias e modelos voltados para um melhor uso do conhecimento, para que seja possível a construção de novos conhecimentos organizacionais no contexto da engenharia civil. Dessa maneira, torna-se necessário a adoção de um modelo e estratégias voltadas para a Gestão de Conhecimento e o processo de Inteligência Competitiva capazes de integrar as atividades e processos de gestão de projetos, principalmente com o uso do PMO, abordado no presente trabalho.

Outros elementos também são fundamentais para implementação da gestão do conhecimento, como por exemplo, desenvolver uma cultura organizacional/cultura informacional positiva, a comunicação organizacional/comunicação informacional, a estrutura (formal e informal), a racionalização (fluxos e processos), as redes de relacionamentos, o desenvolvimento de competência

informacional, entre outros. Com isso recomenda-se a realização de outras pesquisas com esses enfoques voltados para o contexto das organizações que atuam na engenharia civil.

## REFERÊNCIAS

ANGELIM, E. S. Á. **Proposta de uma metodologia para implementação do PMO seguindo conceitos do PMBOK**. 2007, 81f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista de Desenvolvimento de Sistemas para Web) - Centro de Tecnologia - Departamento de Informática, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007. Disponível em: <<http://www.especializacaoemweb.uem.br/site/files/tcc/2006/Erika%20Samara%20Alvares%20Angelim%20-%20Proposta%20de%20uma%20metodologia%20para%20implementacao%20de%20PMO%20segundo%20conceitos%20do%20PMBOK.pdf>> Acesso em: 10 set. 2018.

BEARD, M. **The dynamics in the development of a project management office (PMO)**. In: PMI® Global Congress, 2003, Baltimore. Anais... Newtown Square, PA: Project Management Institute, 2003. Disponível em: <<https://www.pmi.org/learning/library/critical-element-development-pmo-7698>> Acesso em: 10 set. 2018.

CASEY, W.; P. W. **Choosing the right PMO setup**. PM Network, Illions, p.40-47, Feb. 2001. Centro de Informática. Anais... Disponível em: <<https://slideplayer.com.br/slide/9050382/>> Acesso em 30 ago. 2018.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

CHOMA, A. A.; BORGES, T. S. T. (2007). **Garantindo resultados na construção civil através da gestão de projetos**. In: PMI® Global Congress, 2007, Latin America, Cancún, Mexico. Anais... Newtown Square, PA: Project Management Institute, 2007. Disponível em: <<https://www.pmi.org/learning/library/practicing-project-management-civil-construction-projects-7165>> Acesso em: 10 set. 2018.

CHOO, C. W. **A Organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: SENAC Editora, 1998. 426p.

CRAWFORD, J. K. **The Strategic Project Office**. Boca Raton, USA, CRC Press, 2002.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DICIONÁRIO MICHAELIS. São Paulo: Melhoramentos, 2013.

DINSMORE, P.C. Transformando estratégias empresariais em resultados através da gerência de projetos. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOBBS, J. B.; AUBRY, M. **A realistic portrait of PMOs: the results of an empirical investigation**. Paper presented at PMI® Global Congress 2005 - North America, Toronto, Ontario, Canada. Newtown Square, PA: Project Management Institute, 2005.

JORGE, C.F.B. et al. **AS MUDANÇAS DE GERAÇÕES E O IMPACTO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL**, Londrina, VI SECIN, 2016. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2016/secin2016/paper/viewFile/278/141> > Acesso em 21 set. 2018.

JORGE, C. F. B. **Gestão da informação esportiva no contexto da inteligência competitiva em**



**clubes de futebol:** um estudo de caso no Marília Atlético Clube. 2013. 322-f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2013. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/jorge\\_cfb\\_me\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/jorge_cfb_me_mar.pdf)>. Acesso em: 18 mai. 2018.

KENDALL, G. I.; ROLLINS, S. C. **Advanced Project Portfolio Management and the PMO: Multipling ROI at Warp Speed**. 1.ed. Boca Raton: J. Ross Publishing, 2003. 448p.

KERZNER, H.. **Project management: a systems approach to planning, scheduling, and controlling**. 8 ed. New York: John Wiley & Sons, 2003. 912p.

LIPPER, S.. **An effective approach to establish a program management office (PMO)**. In: PMI@ Global Congress, 2003, Baltimore. Anais... Newtown Square: Project Management Institute, 2003. 20-23. Disponível em: <<https://www.pmi.org/learning/library/effective-approach-establish-pmo-goals-implementing-7673>> Acesso em: 10 set. 2018.

MENEZES, L. C. Benefícios do PMO. In: BARCAUI, André. **PMO: Escritório de Projeto, Programas e Portfólio na prática**. Rio de Janeiro: Brasport, 2012. p. 158-179.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

OLIVEIRA, Joao P. N. **Avaliação do nível de maturidade em gerenciamento de projetos no setor de engenharia de projetos de um estaleiro de grande porte no nordeste brasileiro**. Revista de Gestão e Projetos – GeP, Vol. 5, n. 3. Set/dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revistagep.org/ojs/index.php/gep/article/view/257>> Acesso em 30 ago. 2018.

PÉREZ-MONTORO G. M. **El fenómeno de la información: una aproximación conceptual al flujo informativo**. Madrid: Editorial Trotta, 2000.

PMI- PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **A guide to the Project Management Body of Knowledge (PMBOK® Guide)**. PMI. 5 ed. Pennsylvania: Project Management Institute, 2012.

PMI- PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **PMBOK - Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos**. 4. ed. Pennsylvania: Project Management Institute, 2008. 337 p. Disponível em: <<https://tarcioaldas.files.wordpress.com/2010/04/pmbok-4c2aa-edicao.pdf>> Acesso em: 11 jun. 2018.

PMI - PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. \$1 Million Wasted Every 20 Seconds By Organizations Around the World. Fev. 2018. Disponível em: <<https://www.pmi.org/about/press-media/press-releases/2018-pulse-of-the-profession-survey>>. Acesso em: 10 de set. 2018.

PMI. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos. Guia PMBOK 5a. ed. - EUA: Project Management Institute, 2013.

PRADO, D. **Maturidade em Gerenciamento de Projetos**. 2 ed. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços, 2010. Volume 7.

PRADO, D.; OLIVEIRA, W. A. **Pesquisa de Maturidade Brasil 2017: “Relatório Geral”**. Fev. 2018. Disponível em: <<http://www.maturityresearch.com/novosite/2017/download/RelatorioMaturidade2017-Global-Parte-A-Indicadores-V2.pdf>>. Acesso em: 26 de set. 2018.

RAD, P.F. Is your organization a candidate for project management office (PMO)? AACE International Transactions, Morgantown, 2001. p. PM71.

RODRIGUES, I.; RABECHINI JR. R.; CSILLAG, M. **Os Escritórios de Projetos como Indutores de Maturidade em Gestão de Projetos**. Revista de Administração - RAUSP, São Paulo, v. 41, n. 3, jul/set. 2006. p. 273-287. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2234/223417413005.pdf>>

Acesso em 30 ago. 2018.

SANTIAGO JR, J. R. S. **Gestão do Conhecimento**: a chave para o sucesso empresarial. São Paulo: Novatec, 2004.

SILVEIRA, A. **Escritório de Projetos, sua empresa está pronta?** TenStep You Can Manage. Fev. 2006. Disponível em: <<http://www.tenstep.com.br/br/Newsletter/PMOSuaEmpresaEstaPronto.htm>>  
Acesso em: 10 set. 2018.

TEIXEIRA FILHO, J. G. A. **Modelos de Maturidade em Gestão de Projetos**. In: Seminário de Processo e Qualidade de Software, 2008, Universidade Federal de Pernambuco. CIn - Centro de Informática. Anais... Disponível em: <<https://slideplayer.com.br/slide/9050382/>> Acesso em 30 ago. 2018.

TERRA, J. C. C.. **Gestão do Conhecimento**: o grande desafio empresarial. São Paulo: Negócio Editora, 2000.

VALLE, A. B. et. al. **Fundamentos do Gerenciamento de Projetos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 172p.

VALLE, José Ângelo Santos do. **Communications and Information Technology – CIT – as a competitive weapon in Project Management**, Proceeding of the 28th, 1997, Chicago. Seminars & Symposium. Anais... Chicago: PMI – Project Management Institute – Global Congress, 1997.

VALLE, José Ângelo Santos do. **Identificação e Análise de Fatores Relevantes Para a Implantação de Escritórios de Gerenciamento de Projetos de Construção Civil pelo Conceito do Project Management Office**. 2010. 124 f. Tese (Doutorado em área da Tecnologia da Construção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

**GESTÃO FINANCEIRA: O processo de decisão da Pequena e Média empresa**

*FINANCIAL MANAGEMENT IN THE DECISION-MAKING PROCESS OF SMALL AND MEDIUM-SIZED ENTERPRISES*

Área temática: Desenvolvimento e Integração Regional Gestão Organizacional e Empreendedorismo

CARVALHO, C Nádia  
Faculdade Barretos  
Mestre em Administração  
[nadiaccarvalho@gmail.com](mailto:nadiaccarvalho@gmail.com)

NOGUEIRA, C Lucas  
Sebrae ALI / CNPQ  
Engenheiro Mecânico  
[lucascarnio@live.com](mailto:lucascarnio@live.com)

SATURI, M Evandro  
Faculdade Barretos  
Mestre em Administração  
[emsaturi@gmail.com](mailto:emsaturi@gmail.com)

ROCHA, R. Mariana  
Sebrae ALI / CNPQ  
Graduada em Engenharia de Produção  
[marianar.rocha@hotmail.com](mailto:marianar.rocha@hotmail.com)

**Resumo**

O processo de decisão embasado pela análise financeira permite que os empreendedores obtenham resultados assertivos. O planejamento empresarial e os controles financeiros são os mecanismos que possuem influência para a tomada de decisão, a qual envolve processos que estão diretamente relacionados a ferramentas de gestão e estudos de expansão da empresa. Pode-se observar que em razão de o fluxo de caixa ser uma ferramenta que está integrada a todas as áreas da empresa deve-se obter um maior destaque em uma análise de desempenho. O fluxo de caixa tem papel fundamental na gestão da inovação, e, por meio dele é possível mensurar se uma inovação em um processo aumentou o lucro ou não. A tomada de decisão também está diretamente ligada à gestão da inovação, pois quando é realizada uma inovação em busca do aumento da competitividade, a empresa está correndo maior ou menor risco e assumindo a responsabilidade em relação à mudança proposta. Esse trabalho teve por objetivos e procedimentos: Diagnosticar áreas a serem melhoradas nas micro e pequenas empresas por meio do radar da inovação; e após o diagnóstico, sugerir uma ação na dimensão de processos do radar da inovação para implantar o fluxo de caixa como uma inovação em micro e pequenas empresas com a finalidade de auxiliar a tomada de decisão de empresários. Os resultados indicaram que as micro e pequenas empresas não se preocupam em uma melhoria contínua em seus processos, e que deixam de ganhar eficiência nas suas ações por não utilizarem controles financeiros.

**Palavras-chave:** Gestão Financeira, Processo de Decisão, Gestão da Inovação

**Abstract**

The decision process based on financial analysis allows entrepreneurs to obtain assertive results. Business planning and financial controls are the mechanisms that influence decision making, which involves processes that are directly related to management tools and company expansion studies. It can be observed that because cash flow is a tool that is integrated with all areas of the company, a greater emphasis should be placed on a performance analysis. Cash flow plays a key role in innovation management, and through it is possible to measure whether an innovation in a process has increased profit or not. Decision making is also directly linked to innovation management, because when an innovation is pursued to increase competitiveness, the company is running more or less risk and assuming responsibility for the proposed change. This work had as objectives and procedures: To

diagnose areas to be improved in micro and small businesses through innovation radar; and after diagnosis, suggest an action in the process dimension of innovation radar to deploy cash flow as an innovation in micro and small enterprises with the purpose of assisting the decision making of entrepreneurs. The results indicated that micro and small companies do not worry about a continuous improvement in their processes, and that they fail to gain efficiency in their actions because they do not use financial controls.

**Key words:** Financial Management, Decision Making, Innovation Management

## 1 INTRODUÇÃO

Para ganhar espaço em um mercado competitivo, a micro e pequena empresa necessita buscar diferenciais para conseguir competir com o baixo custo da produção em massa das grandes empresas. Assim, para conseguir aferir em quais setores a empresa precisa melhorar com mais urgência, para modificar seus números, reduzir custos ou aumentar os investimentos, é necessário obter indicadores atualizados para analisar quantitativamente o quão a empresa é eficiente em cada setor.

Após uma análise detalhada de números de cada setor, é possível realizar comparações entre os números obtidos em períodos passados e realizar uma previsão de números futuros. Essas análises permitem à empresa aprimorar processos e prever situações futuras, o que torna a empresa mais apta a superar os desafios do dia a dia do mercado regional, nacional e mundial.

A gestão da contabilidade tem um papel importante por meio de suas ferramentas, as quais permitem que sejam coletados possíveis indicadores da empresa considerando o passado. Já a gestão de finanças também possui um papel relevante através de ferramentas que permitem fornecer indicadores considerando o futuro.

Várias ferramentas podem servir de instrumento para o empresário fazer a gestão da contabilidade da sua empresa. A principal, estudada nesse trabalho, é o fluxo de caixa, o qual oferece indicadores importantes para uma análise da demonstração de resultado em exercício, e que posteriormente fornece dados para a tomada de decisão.

Segundo Costa (2013), as modificações da legislação brasileira, além de contribuírem com a transparência de informações contábeis, a qual aumentou a precisão dos números para a formação do produto interno bruto, incentivaram as empresas a obterem mais informações contábeis, cujos índices podem ajudar os empresários a tomarem melhores decisões. Porém, sabe-se que muitas empresas utilizam as informações contábeis para fins fiscais e não para tomada de decisões.

Com a introdução das leis 11.638 de 2007 e 11.941 de 2009, as obrigações contábeis brasileiras foram atualizadas e aproximadas das obrigações contábeis internacionais, contudo ainda existem diferenças na profundidade e busca de informações entre a contabilidade empresarial e a contabilidade para efeitos fiscais.

Considerando a análise econômico-financeira o indicador escolhido para esse artigo foi o retorno ao investimento, o qual possui números estratégicos que também auxiliam o gestor da empresa a fazer uma melhor escolha nas suas decisões. Dessa forma, este artigo tem como objetivo diagnosticar áreas a serem melhoradas nas micro e pequenas empresas por meio do radar da inovação; e após o diagnóstico, sugerir uma ação na dimensão de processos do radar da inovação para implantar o fluxo de caixa como uma inovação em micro e pequenas empresas com a finalidade de auxiliar a tomada de decisão de empresários.

Segundo o Manual de Oslo (1997), a inovação é o centro da transformação econômica, em que, o empresário busca sempre aumentar seu lucro para ter mais competitividade. Nesse trabalho considera-se as inovações de processo como uma novidade para as empresas, como fator inicial da transformação econômica das mesmas, em busca de melhorar os processos e aumentar o lucro e competitividade. Sendo assim este trabalho justifica-se pela importância da contabilidade e finanças como instrumento de apoio no processo de decisão na gestão da inovação.

O trabalho realizado é formado por estudos em micro e pequenas empresas do segmento de alimentação fora do lar, localizadas nas cidades de Barretos-SP e Guaiara-SP, em que obtiveram respectivamente o produto interno bruto dos municípios na área de serviços no ano de 2014 de 2.029.661 e 602.902 mil reais (IBGE, 2014).

A participação das Micro e Pequenas Empresas (MPE) na economia brasileira está aumentando nas últimas décadas, sendo que em 1985 a participação era de 21% no Produto Interno Brasileiro (PIB), e em 2011 a participação das MPE no PIB foi de 27%. Além disso, as MPE são responsáveis por mais da metade dos empregos formais, fato que demonstra o papel

socioeconômico que essas empresas possuem (SEBRAE, 2014).

O setor da alimentação fora do lar vem crescendo nos últimos anos, principalmente devido a várias questões como a crescente urbanização, em que as pessoas levam mais tempo para chegar em casa e preferem comer fora. Além disso, tem o crescimento da mulher no mercado de trabalho, que impede a tradicional função de cozinhar para a família; o aumento de renda da classe C e D; o aumento da oferta de empresas no segmento de alimentação, entre outros. Assim, as empresas que atuam nesse segmento tendem a crescer ainda mais, adaptando-se às rápidas mudanças que o mercado apresenta.

Segundo o Instituto “Food Service Brasil” (2015), em 2011 os gastos com a alimentação fora do lar foram de R\$ 121 bilhões, já em 2015 esse número chegou a R\$ 157 bilhões, que representa um crescimento de 9%. O percentual de gastos da família brasileira com a alimentação fora do lar passou de 24,1% em 2002 para 33,3% em 2014.

A administração de um empreendimento do setor de alimentação fora do lar exige que o gestor tenha domínio de várias atividades complexas e distintas, como gestão de finanças, logística, negociação com fornecedores e clientes, planejamento estratégico, excelência no atendimento ao cliente, entre outros. Além disso, o número de estabelecimentos do setor vai reduzir em 20% em todo país nos próximos dez anos, mas, a concentração da circulação do dinheiro vai aumentar em 15% para as empresas que não fecharem, e ainda o setor vai contratar mais de 2 milhões de pessoas (FOODMAGAZINE, 2015).

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 GESTÃO DA INOVAÇÃO E PROCESSOS**

De acordo com Schumpeter (1997), as inovações no mundo empresarial estão intimamente relacionadas com o interesse em obter mais lucro por parte dos empresários. Estes são responsáveis por lançarem novos produtos no mercado, aumentarem eficiência de processos produtivos, e consequentemente são considerados como investidores financeiros das inovações. Assim, considera-se que a mudança no mercado ocorre diariamente, e o homem de negócios deve se adaptar às rápidas mudanças, especialmente por estar em uma economia de concorrência. Uma das formas utilizadas pelos empresários em inovar, é investir em modificações de processos, as quais possuem uma das características em fabricar uma unidade de produto com um custo menor de produção, aumentando a diferença entre o custo unitário de produção e o preço de venda no mercado, consequentemente aumentando o lucro empresarial.

As inovações de produtos e processos envolvem várias áreas da empresa, como atividade financeira. Segundo o Manual de Oslo (1997), para que uma empresa seja considerada inovadora na classe de inovações tecnológicas de produtos ou processos, os mesmos devem ser inéditos ou melhorados de forma significativa para o empreendimento, região, ou até mesmo em nível mundial.

Considera-se que a utilização de elementos inovadores na empresa, com um processo decisório organizado, alinhado com um planejamento estratégico bem definido, influenciam diretamente aumentando a chance de sucesso das micro e pequenas empresas. Assim, torna-se relevante o estudo nessas áreas, visto que, três a cada dez empresas fecham as portas antes de completarem dois anos de existência (PERREIRA, 2009).

O planejamento é considerado como um dos principais elementos responsáveis pelo desempenho de uma empresa, uma vez que possibilita a superação de rápidas mudanças impostas pelo mercado, mudanças de tecnologia, concorrência acirrada e períodos de recessão econômica (TELÓ, 2000).

A prática da gestão da inovação gera vantagem competitiva nos empreendimentos que apresentarem flexibilidade organizacional, promovida por um planejamento eficiente atuando internamente nas empresas. Pois, somente assim essas serão capazes de absorver rapidamente a inovação e promover as devidas mudanças (TIGRE, 2006).

De acordo com Ribeiro (2012), a maior parte dos gestores de micro e pequenas empresas utiliza o critério da própria experiência de mercado e conhecimentos adquiridos para tomar decisões em seus negócios. Dessa forma, não se beneficiam das informações de finanças e dos indicadores contábeis, que normalmente são utilizados somente para realizar as obrigações fiscais e burocráticas exigidas pelas leis. Assim, os empresários não possuem indicadores econômicos para acompanhar suas empresas ao decorrer do tempo e também não utilizam das informações da empresa para projetar possíveis resultados futuros.

A projeção de cenários futuros pode ajudar uma empresa a prever incertezas e se planejar melhor ou mudar seu planejamento para acontecimentos futuros que poderão afetar sua operacionalidade. Utilizar de projeções futuras, de modo não linear, não é um método único para auxiliar no planejamento do gestor, mas aliadas com uma conjuntura de informações, e indicadores internos e externos, podem ajudar a planejar melhor suas decisões e ganhar competitividade (PROVINCIALI, 2003).

## **2.2 IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE E FINANÇAS NA GESTÃO DA INOVAÇÃO**

O fluxo de caixa é considerando uma importante ferramenta, dinâmica, que pode proporcionar projeções futuras e auxiliar a gestão de recursos financeiros de empresas. Através do fluxo de caixa histórico e projetado pode-se antecipar possíveis problemas futuros, por meio de comparações e acompanhamentos nas atividades das empresas (FRIEDRICH, 2005).

Sabe-se que quanto maior o número de fornecimento de informações que chegam a um gestor de empresas, maior os indicadores que o mesmo possui sobre o comportamento das mesmas, e conseqüentemente, mais alternativas para tomar uma decisão.

A utilização do fluxo de caixa iniciou-se em 1987 pelo “Financial Accounting Standards Board”. No entanto, os primórdios dos estudos de finanças e contabilidades surgiram no Egito por volta de 600 a.C. pelo estudioso Tales de Mileto (CARNEIRO, 2011).

Entretanto, as principais funções do fluxo de caixa ao longo das décadas continuam as mesmas, ou seja, registrar e prever a entrada e saída de recursos, facilitando o planejamento do empresário e agilizando indicadores para a tomada de decisão. Com o avanço da tecnologia o processo do fluxo de caixa foi aperfeiçoado, com a utilização de planilhas, e outros recursos que facilitaram o trabalho (CARNEIRO, 2011)

A utilização da contabilidade gerencial auxilia a verificação do real desempenho das empresas. E, através da correta utilização da mesma existe uma tendência para que aumente os casos de sucesso das empresas (HENRIQUE, 2008).

O estudo correlato de finanças e contabilidade influi no desempenho de empresas, assim como as ações provenientes de análises financeiras e contábeis aumentam o retorno ao investimento, diminuem o risco, aumentam a liquidez das ações, entre outros (ROGERS, 2008).

A depreciação de máquinas e ferramentas é um dos itens que sempre são deixados de lado pelos empresários, isso porque normalmente quando utilizam algum controle financeiro utilizam somente o regime de caixa, que engloba a entrada e saída de dinheiro considerando apenas fatores financeiros e deixando de avaliar fatores econômicos. Assim uma proposta ideal, seria considerar os resultados financeiros e econômicos de uma empresa, como por exemplo: a depreciação e valorização de bens.

Em períodos de recessão econômica, análises providas da demonstração do fluxo de caixa, aliada a informações macroeconômicas, setoriais, entre outras, auxiliam a empresa a perceber o resultado das suas atividades e monitorar sua capacidade de desempenho perante as oscilações do mercado (HOPPI & LEITE, 1989).

Para as empresas estarem corretas em relação à legislação brasileira das leis 11.638 de 2007 e 11.941 de 2009, é necessário que até o período de 12 meses a empresa apresente os números financeiros demonstrando se a empresa obteve lucro ou prejuízo no determinado período. No entanto, para a maior parte dos economistas e contadores, empresas que fazem essa análise somente a cada 12 meses correm riscos maiores, pois se fosse realizado a cada mês, seria possível que o empresário modificasse algo na empresa caso a mesma fechasse um mês em prejuízo, e não esperasse 12 meses para perceber tal fato, o que poderia ser tarde demais para modificar a situação.

Por intermédio da utilização do fluxo de caixa pode-se realizar a demonstração de resultado, que permite avaliar o desempenho econômico da empresa em um determinado período. O resultado é obtido através da avaliação do patrimônio líquido adquirido no determinado período na empresa, e pode ser comparado a outros períodos, disponibilizando oportunidade de comparações de crescimento da empresa.

## **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

No trabalho de campo foi realizada uma análise quantitativa-descritiva dos dados coletados (MARCONI, LAKATOS, 2003) por meio de reuniões empresariais utilizando a ferramenta do radar da inovação, disponibilizada pelo SEBRAE.

O radar da inovação é uma ferramenta que avalia o grau da gestão de inovação de uma empresa, e dentro da ferramenta do radar da inovação existe uma divisão de 13 dimensões no questionário de avaliação: Oferta, plataforma, marca, clientes, soluções, relacionamento, agregação de valor, processos, organização, cadeia de fornecimento, presença, rede, e ambiência inovadora, que serão explicadas brevemente.

A dimensão de oferta envolve produtos ou serviços oferecidos pela empresa ao mercado. Em plataforma são considerados tudo que engloba o módulo e componentes na construção de um portfólio de produtos. Em marca refere-se aos formatos os quais a empresa apresenta sua imagem aos clientes. A dimensão de clientes envolve os consumidores do produto ou serviços para identificar suas necessidades. Em soluções são combinações de produtos e serviços que solucionam demandas dos clientes. Em relacionamento é avaliado a interação do cliente durante seu contato com a empresa. Em agregação de valor é considerado mecanismos para um empreendimento absorver valor criado. Em processos, são utilizadas as configurações das atividades usadas na condução das operações internas. Em organização compreende-se o modo que a empresa está estruturada, parcerias e responsabilidade dos colaboradores. Em cadeia de fornecimento são as atividades e agentes que movem os produtos, serviços e informações da origem até entrega. Em presença considera-se os canais de distribuição que as empresas atuam em seus produtos e serviços para chegarem até o mercado. Em rede são as formas de contato que a empresa interage com seus clientes. E ambiência inovadora envolve capacitações e mecanismos de coletas de ideias de colaboradores, entre outros para entender a capacidade da empresa em inovar.

A dimensão utilizada no trabalho foi a de processos, que pode ser entendida por composições dos procedimentos das ações internas de um empreendimento. A inovação na área envolve melhorias de processos, a qual baseia-se em um acréscimo de qualidade, eficiência ou tempo de ciclo menor (BACHMAN, DESTEFANI, 2008).

Para determinar o grau de inovação na dimensão em processos foram avaliadas as melhorias em processos e sistema de gestão. Assim, pode-se determinar como a empresa está desenvolvida em termos de métodos e instrumentos de administração (NETO, TEIXEIRA, 2011). As dimensões são analisadas em 03 níveis de respostas e a pontuação máxima é de 05 pontos por dimensão (inovação presente), onde 03 pontos se relacionam à inovação incipiente e 01 ponto (mínimo) significa que a inovação não se faz presente.

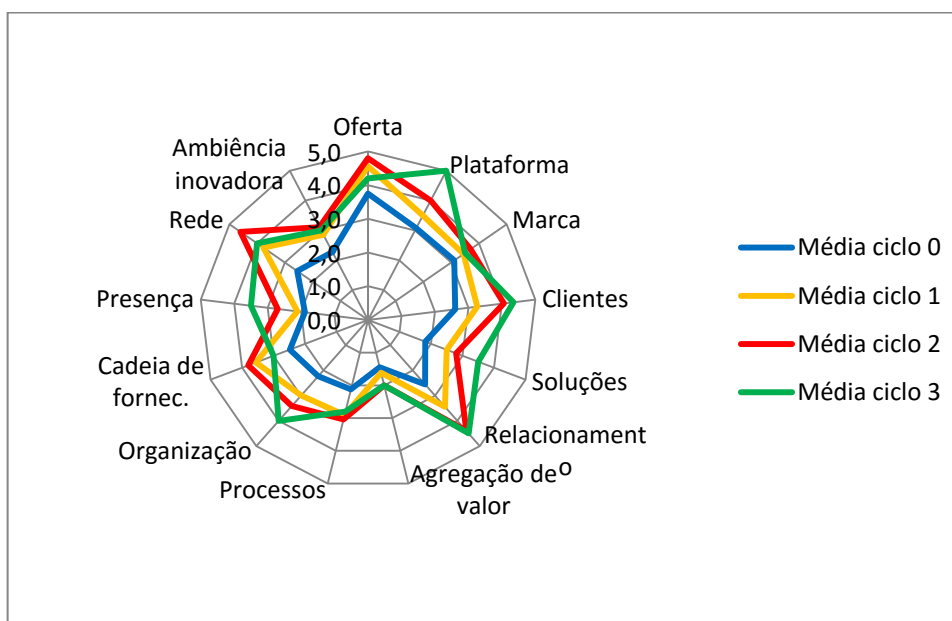
Foram estudados dados de vinte e sete empresas, as quais são: cinco padarias, cinco restaurantes, três mercados, três empresas de frios, duas de bebidas, dois açougues, uma lanchonete, duas churrascarias, uma loja de conveniência, um varejão de verduras, um comércio de produtos naturais e uma indústria de sorvetes.

O período de análise de cada empresa variou de acordo com o tempo em que a empresa permaneceu no programa agentes locais de inovação, e de acordo com o tempo que o gestor de cada empresa pôde atender, trabalhar as ferramentas disponibilizadas pelo SEBRAE e realizar as ações propostas. Por esse motivo, existem empresas estudadas no ciclo 0, ciclo 1, ciclo 2 e ciclo 3.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Após a análise dos dados obtidos, foi realizado uma média das notas das empresas do setor de alimentação fora do lar para cada ciclo do radar da inovação, considerando que no ciclo zero, um, dois e três foram obtidos dados respectivamente de 27, 17, 10 e 2 empresas participantes respectivamente. Onde, por motivos variados, desistência do programa ALI, pouca disponibilidade para atendimento, falência, ou outros motivos, algumas empresas concluíram um número maior ou menor de ciclos (Gráfico 1).

Gráfico 1- Médias do radar da inovação



Pode-se observar que entre os ciclos zero, um e dois, as dimensões das empresas melhoraram seus rendimentos quase que crescente ao longo do tempo. Algumas dimensões mais trabalhadas devido à escolha dos empresários e/ou maior incentivo do agente local por afinidade da área, ou por acreditar que um trabalho na respectiva área traria melhores resultados, entre outros.

Porém, entre os ciclos dois e três, pode-se observar uma redução em algumas dimensões. Isso pode-se explicar pelo ciclo três ter sido composto por uma média cinco vezes menor de número de empresas que com o ciclo dois.

Considerando somente a dimensão de processos, o aumento da nota com o decorrer do tempo demonstra o início da conscientização sobre a importância de progredir continuamente na dimensão processos. Apesar da média geral ter crescido ao longo do tempo, pode-se considerar que ainda existe espaço para melhorias, visto que a nota geral obtida na dimensão de processos é considerada de baixo grau de inovação.

Também, pode se justificar a dimensão de processos possuir notas abaixo da média em relação a outras dimensões em virtude da resistência de empresários a aderirem novas tecnologias e/ou ausência de empresas adquirirem certificações, perguntas do radar da inovação consideradas como fatores que diminuem a nota geral das empresas nessa dimensão (SANTOS, 2015).

Gráfico 2- Média de notas do radar da inovação durante os quatro ciclos estudados

**RADAR DA INOVAÇÃO**

Média por ciclo				Média de todos os ciclos	Dimensão	
Ciclo 0	Ciclo 1	Ciclo 2	Ciclo 3			
3,8	4,5	4,8	4,2	4,325	Oferta	1
3,1	3,4	4	5	3,875	Plataforma	2
2,6	3,7	4,1	4,4	3,7	Rede	3
2,2	2,9	4,4	4,5	3,5	Organização	4
2,5	3,5	3,4	4	3,35	Cadeia de fornec.	5
2,6	3,4	3,7	3,5	3,3	Relacionamento	6
1,9	2,1	4,6	4	3,15	Presença	7
2,6	3,2	2,8	3,5	3,025	Clientes	8
2,3	2,8	3,8	3	2,975	Ambiência inovadora	9
2,1	2,8	3	2,8	2,675	Processos	10

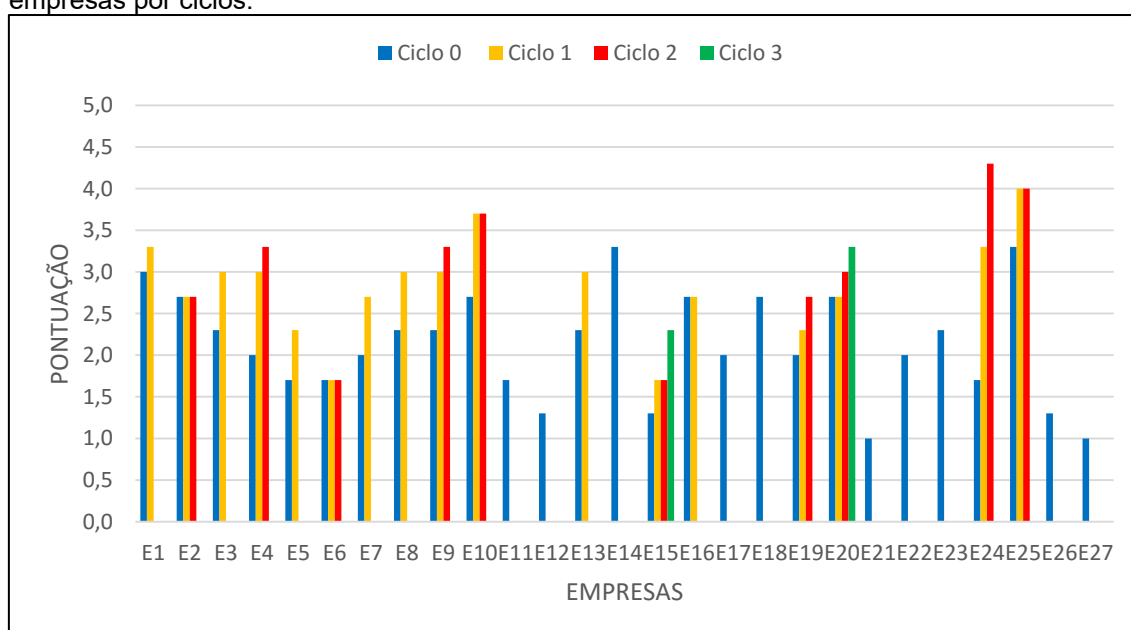


1,4	1,6	3,1	3	2,275	Agregação de valor	11
1,8	2,5	2,7	3,5	2,625	Soluções	12
3,1	3,4	2	2	2,625	Marca	13

Considerando o grau de inovação acima de 4 como alto, entre 3 e 4 como médio, e abaixo de 3 até 1 como baixo, foram classificadas as médias das dimensões do radar e ranqueadas em ordem decrescente de nota.

Para conhecer especificamente o grau de inovação de cada empreendimento na dimensão: processos do radar da inovação, que envolve questões para diagnosticar empresas que fizeram melhorias de processos (considerando como processos: compra, estocagem, venda, execução, controle, entre outros, além de melhorias em novas práticas de gestão), foi obtido um gráfico de 27 empresas e suas evoluções ao decorrer do tempo.

Gráfico 3- Radar da Inovação na dimensão de processos com o desempenho de 27 empresas por ciclos.



Através do Gráfico 3 pode-se observar que houve uma evolução na dimensão de processos, o que significa a conscientização da importância de melhorar a eficiência de processos nas atividades empresariais em busca de redução de custos e maior competitividade.

Somente um empreendimento foi classificado com nota de alto grau de inovação, outras dez empresas conseguiram atingir a nota média e 16 empresas tiveram notas baixas. O resultado desse gráfico confirma a literatura, em que a maioria das empresas não priorizam em melhorar processos, como realizar o fluxo de caixa por exemplo.

Assim, para entender sobre a formação da nota obtida no grau de inovação, faz-se necessário aprofundar ainda mais nas questões da dimensão processos no radar da inovação.

Dessa forma, foram analisados os dados obtidos das duas principais questões do radar na dimensão de processos. A primeira questão envolve os processos, ou seja, se a empresa modifica, modifica pouco ou não modifica os seus processos ou instalações. Considera-se que as melhorias em processos são alterações que geram maior eficiência, eficácia, flexibilidade, qualidade e rápido atendimento, sendo uma consequência de ações como compra ou troca de máquinas e equipamentos, informatização, mudança de “layout”, compras, estocagem, venda, entre outros.

A segunda questão, diz respeito à gestão, ou seja, se a empresa obteve duas ou mais, uma, ou nenhuma nova prática de gestão. Em busca de maior competitividade. Para tanto, pode-se citar alguns exemplos: controle de perdas, terceirização, manual de procedimentos, procedimento operacional padrão e manual de boas práticas.

No radar da inovação, considerando a questão em melhorias em processos no ciclo 0,

quando se iniciou os diagnósticos nas empresas, foi verificado que das 27 empresas estudadas, 67% não modificavam ou modificavam pouco seus processos/instalações. Ou seja, mais da metade das empresas não melhoravam suas atividades, e, conseqüentemente, não obtinham maior eficiência, eficácia e qualidade.

No ciclo 1 foi observado que as 17 empresas participantes foram conscientizadas e realizaram alguma ação na área, sendo que 70% já migraram para um sistema de melhoria contínua de seus processos. O que pode indicar que essas últimas, já colheram frutos do investimento e adotaram como prática estudar possíveis melhorias na área.

No ciclo 2, das dez empresas participantes 90% modificaram sistematicamente seus processos e/ou instalações, sugerindo que obtiveram bons resultados, os quais provocaram modificações constantes.

No ciclo 3, as duas empresas participantes continuaram a manter sistematicamente melhorias em processos e instalações. Os resultados obtidos pela empresa E20 (Gráfico 3) foram um aumento de 50% no faturamento mensal em decorrência da avaliação, planejamento e modificação das instalações e processos internos, principalmente em *layout* e realização de fluxo de caixa.

Considerando a segunda pergunta do radar de inovação, constatou-se que, das 27 empresas avaliadas, 56% (15 empresas) não adotaram nenhuma nova prática de gestão. Ou seja, mais da metade das empresas não se preocuparam em buscar algo a mais, um valor agregado para seus processos/instalações.

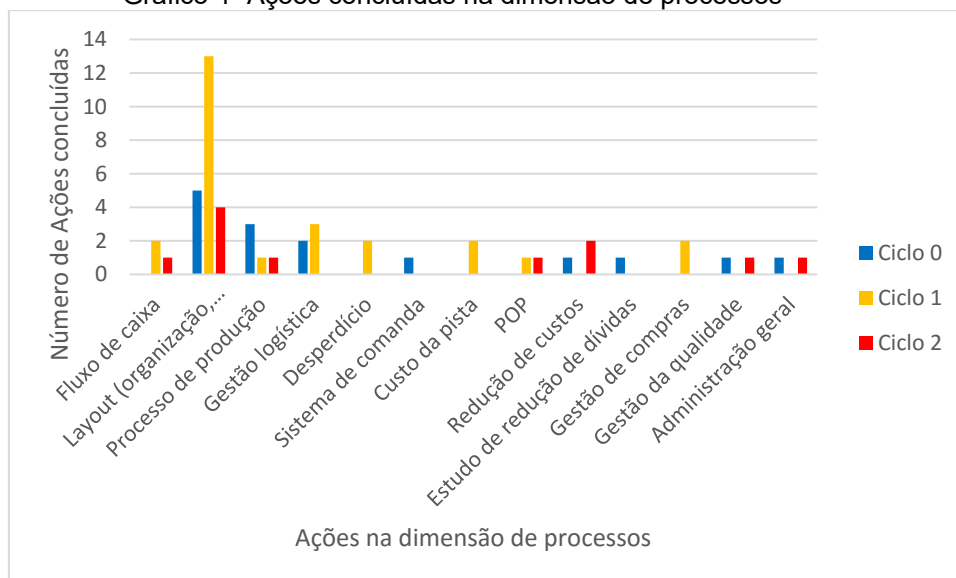
No ciclo 1, foi percebido que das 17 empresas participantes, 76% (13 empresas) foram conscientizadas e adotaram pelo menos uma nova prática de gestão.

No ciclo 2, foi observado que das dez empresas participantes, 70% (sete empresas) adotaram novas práticas de gestão nesse ciclo.

No ciclo 3, as duas empresas participantes adotaram uma nova prática de gestão nesse ciclo. O que demonstra que mesmo tendo efetivado várias ações para chegar nesse ciclo, as empresas ainda têm por prática buscarem melhorias na sua gestão.

Pode-se resumir que durante os ciclos zero, um, dois e três, a maioria das empresas estudadas inovaram na dimensão de processos, adotando novas práticas de gestão e/ou melhorando processos. Assim, foi obtido o gráfico 4, o qual pode-se observar quantitativamente o número de ações inovadoras concluídas (novas práticas de gestão e/ou melhorias) na dimensão de processos em cada respectivo ciclo.

Gráfico 4- Ações concluídas na dimensão de processos



Pode-se observar que a maioria das ações nos três ciclos envolveram o "layout". Talvez esses achados possam ser decorrentes do fato de que as modificações nesse processo são mais rápidas de serem colocadas em prática, produzem uma resposta rápida e sem necessidade de aprendizado e dedicação do empresário.

Foi definido nesse trabalho que a dimensão de processos do radar da inovação se encontra localizada na zona de baixo grau de inovação, o que pode significar que a maioria dos empreendimentos não tem como prioridade realizar atividades como reprojeto de processos, visando aumentar a competitividade, eficiência, redução de custos, melhorar qualidade ou reduzir o tempo de

ciclo. Pode-se considerar que as questões do radar da inovação da dimensão de processos, como perguntas de gestão de processos, e melhorias de gestão, estão fortemente relacionadas entre os ciclos 0, 1, 2 e 3, como citado abaixo.

Com a finalidade de esclarecer um pouco mais esse assunto, pode-se citar o exemplo bem-sucedido da empresa E25 que participou de três ciclos. Foi diagnosticado, pelo radar da inovação, que a empresa não possuía uma nota alta em processos, e não realizava o fluxo de caixa. Foi sugerido a ação para o início da gestão de finanças e após a conclusão do plano de ações, foram obtidos indicadores do fluxo de caixa. Estes foram analisados pelos próprios empresários e apontaram que a gestão da logística e o número de desperdício de alimentos pela empresa era alto.

Assim, foram geradas outras ações para estudar esse processo, estudar a gestão da logística e o desperdício de alimentos. O estudo de desperdício de alimentos foi realizado através de indicadores financeiros, pesando o quilograma dos alimentos jogados fora e anotando quais eram os respectivos alimentos. Assim, foi diagnosticado outra ação para a empresa, também na área de processos, que foi a gestão de compras, a empresa estava comprando maior quantidade de produto do que era necessário.

Outra ação desencadeada na área de processos, foi um novo processo para a empresa, o de refrigeração de alguns alimentos para conservá-los por um maior tempo, reduzindo também o desperdício.

Assim, a E25 após realizar a ação de fluxo de caixa, possibilitou que os gestores identificassem indicadores de áreas que possuíam processos com custos altos de operação. E após realizar ações na dimensão de processos, como modificações na logística e gestão de compras, a empresa reduziu custos de R\$ 4000,00 por mês.

Confirma-se que as questões da dimensão de processos possuem uma relação e estão interligadas, onde uma inovação em uma determinada ação de uma área pode beneficiar outras áreas. Assim, inovações na dimensão de processos, como o fluxo de caixa, pode gerar uma cadeia de melhorias em empreendimentos que envolvem atividades complexas, como o da alimentação fora do lar.

No entanto, nada impede que uma empresa faça outras ações paralelas na dimensão de processos ao mesmo tempo, como uma inovação do estudo do *layout* por exemplo, pois pela facilidade de apenas modificar estrategicamente móveis e/ou produtos, a empresa pode ter um resultado rápido no faturamento da empresa, como no caso da empresa E20, que em apenas uma ação de *layout* suas vendas cresceram 45%.

Os resultados apontaram que a maior parte das micro e pequenas empresas não tem como prioridade inovar na área de processos e fazer ações como o fluxo de caixa, devido a algumas hipóteses como: A área possui mais complexibilidade e exija maior tempo de dedicação para enxergar o que necessita melhorar, para então fazer ações em busca de maior desempenho. Entretanto, os gráficos apontaram que as empresas que realizaram investimentos nessa dimensão, mantiveram ou aumentaram as ações nessa área ao longo do tempo, o que demonstra que foram obtidos resultados positivos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ferramenta do radar da inovação auxiliou a coletar informações estratégicas em melhorias de processos e novas práticas de gestão. E após um trabalho de sensibilizar gestores sobre benefícios em investir na dimensão de processos, algumas ações foram trabalhadas em busca de melhores resultados para cada empreendimento.

As micro e pequenas empresas avaliadas nesse estudo realizam poucas melhorias em seus processos, por não possuírem controles financeiros eficientes, e não identificarem áreas que podem ser melhoradas. A E25 foi uma exceção, ou seja, após realizar o fluxo de caixa foram diagnosticados setores que possuíam custos altos, e depois de realizar algumas ações na dimensão de processos, a empresa reduziu drasticamente seus custos por mês.

Conclui-se que a utilização do fluxo de caixa é fundamental para a obtenção de indicadores de desempenho em diversas áreas de um empreendimento, facilitando a escolha de ações de melhorias para uma tomada de decisão.

## 6. REFERÊNCIAS

MANUAL de Oslo: **Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3ed. Paris: AOC, 1997.

SCHUMPETER, Alois Joseph. Theorie der wirtschaftlichen entwicklung, 1912. The Theory of Economic Development, 1934. Teoria do desenvolvimento econômico, 1997.

RIBEIRO, Andressa; FREIRE, Eduardo José; BARELLA, Lauriano Antonio. Informação contábil como instrumento de apoio às micro e pequenas empresas: Percepção dos gestores de micro e pequenas empresas de Paranaíta-MT, quanto a utilização de informações de contabilidade no processo de decisão, no ano de 2012. REFAF, Revista eletrônica, 2012.

SPADIN, Carlos Eduardo; Importância na demonstração de fluxos de caixa enquanto instrumento gerencial para a tomada de decisão. Revista de ciência gerenciais, Vol XII, Nº14, 2008.

CARNEIRO, Rodrigo Borges. O fluxo de caixa como instrumento de gerenciamento financeiro nas empresas. Núcleo de pesquisa e extensão. FACUNICAMPS, Goiânia, 2011.

HENRIQUE, Marco Antônio. A importância da contabilidade gerencial para micro e pequena empresa. Monografia de pós-graduação, Universidade de Taubaté, 2008.

SEBRAE. Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira. Relatório Brasil, 2014. Disponível em: <[https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos\\_pesquisas\\_conjuntura\\_economicadestaque10,0a080b91762b3410VgnVCM1000003b74010aRCRD](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas_conjuntura_economicadestaque10,0a080b91762b3410VgnVCM1000003b74010aRCRD)>. Acesso em 13/12/2016.

SEBRAE. Alimentação fora de casa. Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/mercados\\_alimentacao\\_fora\\_de\\_casa](http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/mercados_alimentacao_fora_de_casa)> Acesso em: 13/12/2016

INSTITUTO FOOD SERVICE BRASIL. Índice de desempenho FoodService 2015. Disponível em: <<http://www.institutofoodservicebrasil.org.br/post.php?m=MTE>> Acesso em: 14/12/2016

FOOD MAGAZINE. Administrar um bar ou restaurante é uma das tarefas mais complicadas que existem. Disponível em: <<http://www.foodmagazine.com.br/noticia-food-service/administrar-um-bar-ou-restaurante-e-uma-das-tarefas-mais-complicadas-que-existem.-veja-9-dicas-para-melhorar-seus-resultados>> Acesso em: 14/12/2016.

TELÓ, Admir Roque. Desempenho organizacional: Planejamento financeiro em empresas familiares. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de mestrado. 2000.

PROVINCIALI, Vera Lúcia Novaes; CALDAS, Antonio Vinícius Silva e FARIAS, Eduardo Alberto da Silva. Planejamento financeiro para pequenas empresas. In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 3., 2003, Brasília. Anais... Brasília: UEM/UEL/UnB, 2003, p. 838-863.

ENDEAVOR BRASIL. Seus investimentos estão valendo a pena? A resposta pode estar no ROI. Disponível em: <<https://endeavor.org.br/roi/>> Acesso em: 14/12/2016.

MARKETINGDECONTEÚDO. O que é ROI? Descubra se seus investimentos estão valendo a pena. Disponível em: <<http://marketingdeconteudo.com/roi/>> Acesso em: 14/12/2016

COSTA, Claudio Luiz de Oliveira; GUIMARÃES, Tiago Rodrigues; MELLO, Luiz Carlos Brasil de Brito. Os possíveis benefícios gerados pela obrigatoriedade da publicação da demonstração do valor adicionado pelas empresas de capital aberto. Revista de Contabilidade do mestrado em ciências contábeis da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, v18, n.3, p.78 – p 93, set/dez. , 2013.

FRIEDRICH, João; BRODANI, Gilberto. Fluxo de Caixa – Sua importância e aplicação nas empresas. Revista eletrônica de contabilidade. 2005.

ROGERS Pablo; SECURATO, José Roberto; RIBEIRO, Kárem C. de Souza. Governança corporativa, custo de capital e retorno do investimento no Brasil. Revista de gestão USP, São Paulo, v. 15, n. 1,

p.61-77, janeiro/março 2008.

BRIZOLLA, Maria Margarete Baccin. Contabilidade Gerencial. Pg 62-63. Ed Unijuí. 2008.

HOPPI, João Carlos; LEITE, Hélio de Paula. O mito da liquidez. Revista de administração de empresas. vol.29 no.4 São Paulo Oct./Dec. 1989

COSTA, Fabiano. Análise financeira de uma empresa através da demonstração do fluxo de caixa: Um estudo de caso. Monografia apresentada na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ERBANO, Bruno Luiz; THEISEN, Diego Germano; VERBER, Edinho Evaristo; SOUZA, Mayk Eduardo da Silva; SOUZA, Albertina; APEL, Rosângela. Fluxo de Caixa. Maiêutica Cursos de gestão. Centro Universitário Leonardo da Vinci –UNIASSELVI. Gestão Comercial (GCO0070) – Prática do Módulo III. 18/11/2013

PERREIRA, Mauricio Fernandes; GRAPEGGIA, Mariana; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; TRÊS, Douglas Luis. Fatores de inovação para a sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil. Revista de administração e inovação, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 50-65, 2009.

TIGRE, Paulo Bastos. Gestão da inovação. A economia da tecnologia no Brasil. Editora: Elsevier , 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto dos Municípios. Acesso em: 14/02/2017.

[http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/grafico\\_cidades.php?lang=&codmun=350550&idtema=162&search=sao-paulo|barretos|produto-interno-bruto-dos-municipios-2014](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/grafico_cidades.php?lang=&codmun=350550&idtema=162&search=sao-paulo|barretos|produto-interno-bruto-dos-municipios-2014)

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. CITADO - Tripodi et al. (1975:42-71), Fundamentos de metodologia científica. Ed ATLAS AS, São Paulo, 2003.

BACHMAN, Dórian L; DESTEFANI, Jully Heverly. Metodologia para Estimar o Grau de Inovação nas MPE. Cultura do Empreendedorismo e Inovação. 2008.

NETO, Ana Teresa da Silva; TEIXEIRA, Rivanda Meira. Mensuração do Grau de Inovação de Micro e Pequenas Empresas: Estudo em Empresas da Cadeia Têxtil-Confeção em Sergipe. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, Lauro S. G. da Cunha; LUFT, Maria C. M. Silva. Inovação mediante tecnologia da informação em pequenos negócios de construção civil na grande Aracaju. Cadernos de inovação em pequenos negócios, vol 3, nº3, novembro de 2015.

**GESTÃO TRANSFORMADORA: A EDUCAÇÃO PELA PERSPECTIVA DA GESTÃO**

*TRANSFORMING MANAGEMENT: EDUCATION FROM THE MANAGEMENT PERSPECTIVE*

Gestão Educacional: Organização de Uma Gestão Participativa

FERNANDES, Natan

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Graduando do curso de bacharelado e licenciatura em História  
natan.alves.fernandes@gmail.com

SOUZA, Daniel

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Graduando do curso de bacharelado e licenciatura em História  
danielvq.souza@gmail.com

**Resumo**

Esta pesquisa se propôs a estudar o funcionamento da gestão em uma escola do interior paulista, com a finalidade de entender as funções exercidas por diretores, vice-diretores e coordenadores pedagógicos no interior da escola pública do Estado de São Paulo. A base principal deste trabalho são os estudos de Libâneo (2003), Lück (2005), Oliveira (2003) e Toschi (2003), os quais defendem a gestão democrático-participativa, como possuidora das melhores características, para o enfrentamento dos desafios postos à efetivação de uma educação pública de qualidade social. A análise da documentação que regulamenta as atribuições dos gestores na rede estadual paulista, bem como a observação do trabalho cotidiano dos gestores na escola analisada, permitiu compreender alguns dos papéis exercidos por esses profissionais da educação, os quais nem sempre corroboram o defendido pelos estudiosos da temática. No cenário atual, no qual a colaboração conjunta de todo sistema educacional esta longe de ser realidade, a própria escola enquanto unidade e como instituição possui pouca coesão colaborativa, a simples presença de uma boa gestão que busque com esforço essa almejada unidade da educação escolar já tem potencial para transformar de muitas maneiras uma escola.

**Palavras-chave:** gestão, democracia, participação.

**Abstract**

This research aims to study the functioning of management in a school in the interior of São Paulo, in order to understand the functions performed by directors, vice principals and pedagogical coordinators within the public school of the State of São Paulo. The main basis of this work are the studies of Libane (2003), Lück (2005), Oliveira (2003) and Toschi (2003), who defend democratic-participative management as having the best characteristics to face the challenges posed to the realization of a public education of social quality. The analysis of the documentation that regulates the attributions of the managers in the state network of São Paulo, as well as the observation of the daily work of the managers in the analyzed school, allowed to understand some of the roles played by these education professionals, which do not always corroborate the one defended by the scholars of the thematic. In the current scenario, in which the jointed collaboration of every educational system is far from being true, the school itself as a unit and as an institution has little collaborative cohesion, the mere presence of good management that seeks with effort this desired unit of school education already has the potential to transform a school in many ways.

**Keywords:** management, democracy, participation.

A escola como instituição tem por finalidade a formação intelectual dos alunos, focando na sua aprendizagem e desenvolvimento das capacidades cognitivas, assim como, para o pleno exercício da cidadania. Sendo peça fundamental desse processo, a gestão escolar cuida da administração da escola quanto unidade, assim como as diretrizes da educação escolar, das políticas, estrutura e organização também são de sua responsabilidade. Tendo isso em mente é preciso olhar para a gestão de um jeito especial visto que sua qualidade reflete diretamente em como a escola e seus alunos vão se desenvolver, ou seja, ter boa qualificação no ensino depende dela, sendo por ela que são mobilizados procedimentos e desenvolvidos meios a fim de alcançar determinados objetivos, como é posto na principal obra analisada:

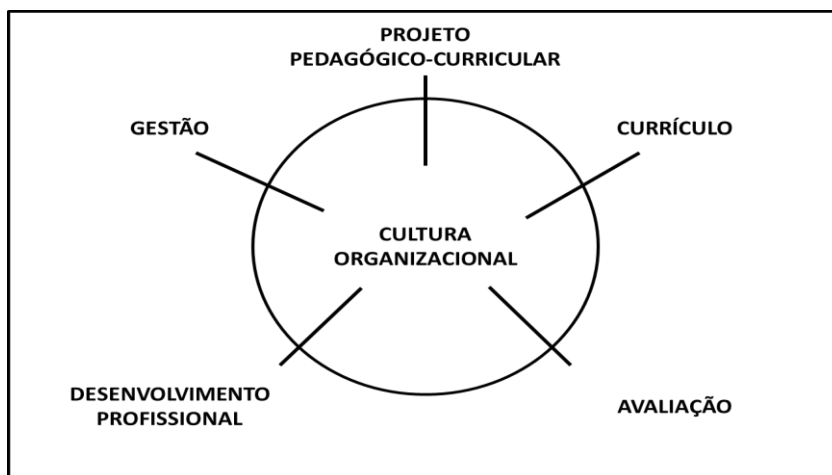
Uma escola bem organizada e gerida é aquela que cria e assegura condições organizacionais, operacionais e pedagógico-didáticas que permitam o bom desempenho dos professores em sala de aula de modo que todos os seus alunos sejam bem-sucedidos em suas aprendizagens.

(LIBÂNEO, 2003 p.421)

Pensando no cenário nacional, mais especificamente no setor estadual paulista, temos que as escolas apresentam características que Libâneo (2003), Oliveira (2003) e Toschi (2003) no livro “Educação Escolar” publicado pela editora Cortez, chamam de concepção “técnico-científica”, que será explanada mais a frente juntamente com as demais expostas pelos autores na obra. A gestão no âmbito organizacional, pode a princípio ser dividida em dois setores, o primeiro chamado de “Organização Formal” que corresponde ao planejamento de ações buscando prover condições para atender as demandas designadas, isto é, a organização planejada, os papéis desempenhados e toda estrutura. Os autores citam Chiavenato (1989), que define organização como unidade social, constituída de pessoas que trabalham juntas e que existem para alcançar determinado objetivo em unidade. As escolas como organizações, pela definição de Chiavenato, tem a interação interpessoal como destaque, justamente por ser um sistema de relações humanas.

O segundo setor é denominado “Organização Informal” que diz respeito aos variados tipos de comportamento, opiniões e outros aspectos do relacionamento humano. Como é dito no próprio livro, esses aspectos tem sido chamados de *cultura organizacional*. Destaca-la como um conceito chave nessa análise é compreender que não só a instância burocrática, mas também as influências externas, como a comunidade ao redor da escola e as características particulares de cada indivíduo são fatores importantes de se lidar para a gestão, não só dentro do ambiente escolar (alunos e funcionários em geral) como também fora dele (familiares, por exemplo). Toda bagagem cultural de cada um colabora para definir a cultura organizacional do ambiente em que esta inserido; uma pessoa que age de determinada forma acabará por agir de maneira diferenciada em outro ambiente caso este tenha uma cultura organizacional discrepante. Cada lugar apresenta esse conceito de forma e com características próprias. Lück (2009), pesquisadora de diversos assuntos relacionado à gestão escolar vai se referir a este conceito, em seu livro “Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências” da editora Positivo Curitiba, como *Gestão do Clima* ou então como *Cultura Escolar*. Ela dialoga com os autores da obra já tratada aqui, defendendo que a Cultura Organizacional tem um papel de destaque na forma que as relações dentro da escola são conduzidas.

A imagem a seguir é um esquema retirado do livro “Educação Escolar” edição de 2013 e demonstra como a cultura organizacional serve de ponto de ligação com as áreas de atuação da organização e da gestão da escola.



(LIBÂNEO, 2003 p.442)

Os autores, baseados em alguns estudos como os de Paro, Escudero e González, Lück, dividem os diferentes grupos de gestão em duas concepções, a primeira é chamada técnico-científica e a segunda de sociocrítica. Dentro dessas divisões têm-se outras quatro concepções de gestão, sendo elas: a técnico-científica, a autogestionária, a interpretativa e a democrático-participativa.

A concepção *técnico-científica*, como apresentado anteriormente, é o tipo de gestão que se faz mais presente no atual setor educacional. Tem como principal característica a divisão hierárquica de cargos e funções, poder centralizado do diretor, com as relações de subordinação em destaque, onde uns possuem mais autoridade do que outros, com comunicação vertical, baseada em normas e regras. Enfoque nos processos de administração regulada e ensino voltado para racionalização do trabalho e eficiência das atividades escolares, mas às vezes se descuidando dos objetivos específicos da instituição escolar, dando mais ênfase nas tarefas do que nas pessoas.

A concepção *autogestionária* acredita na responsabilidade do coletivo e na ausência de direção centralizada, vinculando as formas de gestão interna com as formas de autogestão social, ou seja, o poder coletivo preparando formas de gestão própria por meio de assembleias e reuniões, eliminando todas as formas de exercício de poder e de autoridade com ênfase nas inter-relações, mais do que nas tarefas. A auto-organização se dá por meio de eleições e alternância no exercício das funções, com a participação direta e por igual de todos os membros da instituição e a recusa de normas e sistemas de controles, sempre realçando a responsabilidade coletiva. Ademais, há valorização dos elementos *instituintes*, que é a capacidade do grupo de criar suas próprias normas e procedimentos, em contraposição aos elementos *instituídos*, que são as normas e regulamentos já definidos.

A concepção *interpretativa* tem por prioridade as interpretações, valores e significados subjetivos, procurando sempre o compartilhamento de informações e opondo-se fortemente a uma concepção mais racional de gestão em razão de sua rigidez normativa já que esta considera as organizações como realidades objetivas, isso nada mais é do que um dos dois conceitos que classificam o universo humano, esse conceito busca mostrar a essência dos fatos ou de como seriam em uma dada forma ideal. O antagonismo da concepção *interpretativa* a este conceito se embasa justamente na sua subjetividade, por ter seu referencial partindo do ponto de vista pessoal, gerado por determinado indivíduo, sobre um fato específico.



A concepção *democrático-participativa* se enraíza fundamentalmente numa relação orgânica e horizontal entre os integrantes da equipe pedagógica e da direção, acentuando uma forma coletiva de tomada de decisões e defendendo a importância da busca de objetivos sociopolíticos e pedagógicos da escola logrados por todos, sempre com qualificação e competência profissional. É importante para o bom funcionamento dessa gestão que cada membro da equipe assuma os deveres que sua posição precisa cumprir para realizar o trabalho homologado por todos, mas também entender que tais trabalhos são fruto de decisões que refletem diversas posições políticas e que essas decisões tem caráter pedagógico, já que as medidas adotadas pela instituição vão definir que tipo de compromisso ela terá para com a sociedade, se de transformação ou de conservação.

Tendo essas informações em vista, justifica-se a divisão das concepções apresentadas em grupos distintos. Por um lado, temos a visão técnico-científica que valoriza o poder, a autoridade, a hierarquia e a divisão rígida de funções. Seu resultado é a diminuição ou a completa retirada da necessidade das pessoas de pensarem e decidirem sobre seus trabalhos. Em contrapartida, se opondo a essa visão, temos o grupo de concepções denominado sociocrítico (formando pelas demais concepções apresentadas anteriormente), que, apesar de se diferenciarem quanto às formas mais concretas de gestão e organização, defendem uma visão que se opõe as formas de dominação e subordinação dos indivíduos, dando ênfase às relações humanas e aos trabalhos coletivos, bem como o contexto tanto social quanto político.

Sendo assim, percebe-se que os autores defendem a gestão *democrático-participativa*, pois a veem como a melhor proposta para o sistema educacional. Em função disso, vale a pena se aprofundar no estudo dessa forma de organização.

Temos que, nessa gestão, a participação de todos é o principal meio de assegurar um ambiente democrático na instituição, esse envolvimento geral é positivo, pois trás a todos o conhecimento a respeito dos objetivos, metas e dinâmicas que envolvem a escola, tornando-a um ambiente de trabalho mais propício à aproximação entre, não só os professores e alunos, mas também entre os pais. Essa participação se fundamenta no princípio de *autonomia*, que se caracteriza pela capacidade de pessoas, como indivíduos ou grupos, de se auto conduzirem na escolha de fins, processos e na construção conjunta desse ambiente trabalho. Isso significa que tanto os profissionais do serviço de educação como os usuários desse serviço, interferem na gestão e dessa participação se articulam dois sentidos, um de caráter interno (pode ser resumido em conquista de relativa autonomia da escola) e outro de caráter externo (onde os agentes do interior da escola, os professores e alunos, tomam decisões em conjunto com os agentes do exterior escolar, os pais).

Os próprios autores vão dizer que:

No primeiro sentido, a participação é ingrediente dos próprios objetivos da escola e da educação. A instituição escolar é lugar de aprendizado de conhecimentos, de desenvolvimento de capacidades intelectuais, sociais, afetivas, éticas e estéticas e também de formação de competências para a participação na vida social, econômica e cultural.

(LIBÂNEO, 2003 p.451)

Também relacionam essa ideia a um conceito de *comunidade democrática de aprendizagem*. Quanto ao caráter mais externo eles dizem:

No segundo sentido, por meio de canais de participação da comunidade, a escola deixa de ser uma redoma, um lugar fechado e separado da realidade, para conquistar um status de comunidade educativa que interage com a sociedade civil. [...] A participação da comunidade

possibilita à população o conhecimento e a avaliação dos serviços oferecidos e a intervenção organizada na vida escolar.

(LIBÂNEO, 2003 p. 452)

Um bom exemplo de participação no meio escolar são os conselhos de classe, muito comuns no Brasil.

É importante ressaltar que este princípio de participação não elimina a necessidade das ações necessárias que visam alcançar qualidade de ensino. Em qualquer dos processos adotados pela gestão a participação é apenas um dos elementos, um meio de alcançar os objetivos de forma mais democrática, como já dito anteriormente toda ação tomada pela gestão reflete na cultura organizacional da escola e nos processos de ensino-aprendizagem, tendo isso em mente se compreende a importância de ter o contraponto que é a direção, pois é um conceito fundamental para a existência da gestão da participação.

No entanto, vale mencionar que existem aspectos dessa gestão que não são infalíveis, já que o sistema de ensino pode não ter uma política global bem desenvolvida, organizada, responsável ou pode estar mal administrado. É possível também que a proposta da gestão *democrático-participativa*, que visa maior autonomia da escola, seja usada pelo poder público apenas para se desobrigar de suas responsabilidades. Também é verdade que, caso a escola se utilize apenas de métodos e regulamentos inspirados apenas em seu âmbito individual, perde de vista diretrizes gerais do sistema e sua articulação com a sociedade ou ainda se subordinando demais as hierarquias acaba por automatizar os processos gestionários sem levar em conta a sua realidade.

É por esse motivo que a autonomia precisa ser cuidadosamente manejada, tornando todos os membros da equipe corresponsáveis, o que tende a aumentar a eficácia com que o resultado almejado é atingido. Resultado esse que, por se tratar de atividades escolares, é o desenvolvimento nos alunos de capacidades cognitivas e operativas bem como suas formações culturais e científicas.

Possuindo agora uma melhor compreensão do sistema de gestão apoiado pelos autores iremos averiguar as funções que são estabelecidas pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE-SP) para os gestores escolares. De acordo com a Resolução SE 56 de 14 de outubro de 2016 o diretor de qualquer escola pública do estado deve possuir o seguinte perfil:

Como dirigente e coordenador do processo educativo no âmbito da escola, compete ao diretor promover ações direcionadas à coerência e à consistência de uma proposta pedagógica centrada na formação integral do aluno. Tendo como objetivo a melhoria do desempenho da escola, cabe ao diretor, mediante processos de pesquisa e formação continuada em serviço, assegurar o desenvolvimento de competências e habilidades dos profissionais que trabalham sob sua coordenação, nas diversas dimensões da gestão escolar participativa: pedagógica, de pessoas, de recursos físicos e financeiros e de resultados educacionais do ensino e aprendizagem. Como dirigente da unidade escolar, cabe-lhe uma atuação orientada pela concepção de gestão democrática e participativa, o que requer compreensão do contexto em que a educação é construída e a promoção de ações no sentido de assegurar o direito à educação para todos os alunos e expressar uma visão articuladora e integradora dos vários setores: pedagógico, curricular, administrativo, de serviços e das relações com a

comunidade. Compete, portanto, ao Diretor de Escola uma atuação com vistas à educação de qualidade, ou seja, centrada na organização e desenvolvimento de ensino que promovam a aprendizagem significativa e a formação integral do aluno para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho.

(RESOLUÇÃO SE 56, 2016)

Além disso, a Resolução SE 56 trás também diversos princípios que devem reger as tomadas de decisão e as ações dos diretores, em responsabilidade com uma educação de qualidade e aprendizagem disponível a todos. A profissão do Diretor requer a capacidade de realizar ações que tenham como objetivo a melhoria da qualidade da escola e o comprometimento em promover o desenvolvimento dos alunos na perspectiva da educação inclusiva, garantindo a todos oportunidades de expansão de suas potencialidades, preparando-os para uma atuação ética e transformadora na vida pessoal, social, política e futuramente no ambiente de trabalho.

Ainda tratando dos aspectos relevantes a este artigo presentes na Resolução SE 56, temos enumeradas as capacidades necessária para um diretor. São elas:

- \* Promover valores e princípios democráticos e participativos, éticos, de inclusão, de justiça e equidade.
- \* Implementar a política educacional da SEE-SP, considerando o contexto local e indicadores sociais e educacionais.
- \* Liderar a ação coletiva de elaboração, implementação, avaliação e redirecionamento da proposta pedagógica da escola assegurando o direito à educação para todos os estudantes e o desenvolvimento de competências e habilidades dos profissionais que trabalham sob sua coordenação.
- \* Implementar processos que evidenciem a transparência na gestão escolar e que estejam em consonância com os princípios que regem a administração pública.

Conhecimento de:

- \* Papel social da educação e a função social da escola na sociedade contemporânea e no contexto local.
- \* Princípios e diretrizes de políticas educacionais nacionais e da SEE-SP no contexto social e de desenvolvimento do País e do Estado de São Paulo, bem como a sua implementação.
- \* Princípios e mecanismos institucionais, legais e normativos de organização, desenvolvimento e avaliação do sistema de ensino e da escola.

(RESOLUÇÃO SE 56, 2016)

Para observar a aplicação dessa legislação e o funcionamento de uma gestão na prática, foi analisada uma escola pública do interior do estado de São Paulo. Ocorreu no espaço físico da instituição uma entrevista com a diretora e sua vice sobre a organização da unidade. Nela as profissionais responderam perguntas relacionadas aos seus trabalhos na gestão e com base nas respostas dadas pôde-se ter um vislumbre da realidade administrativa das escolas paulistas, quicá das escolas brasileiras. Na visão da diretora a escola em questão apresenta características que se aproximam mais da democrático-participativa, no entanto, ao analisar as outras características apresentadas na conversa, é notável que a diretora busca uma escola mais democrática e procura instituir uma gestão mais participativa, mas não abre mão da sua autoridade como diretora e em algumas situações acaba por reafirmar a hierarquização das funções.

Esse não é o único ponto que a escola falha em atingir o ideal participativo, a comunidade externa não tem qualquer influência ou relação com o que acontece dentro do ambiente escolar, não

existe relação de proximidade e muito menos de cooperação. O mesmo pode ser dito sobre os pais, que, no geral, não demonstram interesse ou preocupação pelo desempenho/evolução intelectual de seus filhos. Com base no relato, o único momento em que os responsáveis se fazem presente na escola é em situações de falta de disciplina de seus dependentes, o que ocorre diariamente, assim como as reclamações dos docentes sobre tais alunos. Além disso, os órgãos superiores do setor educacional também não colaboram muito, pois não dão relativa autonomia para as unidades se gerirem, e não é diferente nessa unidade em específico, as diretrizes e normas aprovadas pelas instâncias de maior grau hierárquico devem ser obedecidas e aplicadas como parte do programa pedagógico, periodicamente um responsável designado por esses órgãos faz uma análise na escola para constatar se as determinações estão sendo cumpridas. Outro aspecto que preocupa os membros da gestão é a falta de interesse dos alunos em frequentar, se dedicar à escola e desfrutar do que ela tem para oferecer em termos de ensino, aprendizagem e até mesmo crescimento pessoal. Esse desinteresse é, em parte, ocasionado pela própria bagagem cultural do aluno; como seus responsáveis não valorizam a instituição, levando-o apenas por força de lei, é difícil que o aluno aprenda a valorizá-la. O resultado de tudo disso é a sobrecarga do órgão gestor. Como dito pela própria diretora, cai sobre ele a responsabilidade de gerir a escola, a equipe de funcionários e ainda lhe é imputado uma função que primordialmente deveria ser da família, a de educar.

**BIBLIOGRAFIA**

LIBÂNEO, José C.; DE OLIVEIRA, João F.; TOSCHI, Mirza S. Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização. 10.ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2013. 543p.

LÜCK, Heloísa. Dimensões da gestão escolar e suas competências. São Paulo: Positivo Curitiba, 2009. 143p.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria da Educação. Resolução SE 56. São Paulo: 2016.

**GESTÃO DA CULTURA ORGANIZACIONAL COMO ALAVANCA NA QUALIDADE DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: O CASO DE UMA CLÍNICA NEFROLÓGICA**  
*MANAGEMENT OF ORGANIZATIONAL CULTURE AS A LEVER IN THE QUALITY OF SERVICE:  
THE CASE OF A NEPHROLOGICAL CLINIC*

**Desenvolvimento e Integração Regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo**

**SANTOS, Paulo Silva**

Uni-FACEF

Mestrando em Desenvolvimento Regional

pauloss\_17@yahoo.com.br

**FADEL, Barbara**

Uni-FACEF

Doutora em História Social

bafadel@facef.br

**SMITH, Marinês Santana Justo**

Uni-FACEF

Doutora em Ciência da Informação

marjustosmith@gmail.com

**PIRES, Daniel Facciolo**

Uni-FACEF

Doutor em Física Médica

dfpires@gmail.com

**Resumo**

O ritmo acelerado das transformações impostas pelo mundo contemporâneo exige das empresas novas posturas e estratégias para lidar com a inovação. Todavia, este cenário exige mudanças de comportamentos para que a dinâmica de aprender, desaprender e reaprender garanta a inovação e atualização de processos e rotinas. Para fluidez desta dinâmica, a cultura organizacional (CO) é vista como um conjunto de valores e crenças direcionadores de comportamentos. Ainda que, a repetida interação entre as pessoas propicia, ao longo do tempo, a cristalização de um conjunto de atitudes que, atuando em nível consciente e, muitas vezes inconsciente, formata o *SELF* – ponto central da CO, que dita como o trabalho deve ser organizado. Diante deste contexto questiona-se a relevância do diagnóstico da CO frente às dificuldades e às possibilidades para a efetiva inovação de seus processos. Assim, o objetivo é avaliar os valores e crenças imbuídos em práticas e procedimentos de uma Clínica de Terapia Renal Substitutiva (TRS) através da análise do Self Organizacional, projetado sob a perspectiva dos colaboradores. Trata-se de estudo de caso, com análise quali-quantitativa. O instrumento de coleta de dados sugerido por JOHANN e VANTI (2001) destaca as metáforas de MORGAN (1996) para melhor compreensão da essência das organizações. Os respondentes representam 90% dos colaboradores. A avaliação permitiu conhecer a flexibilidade de padrões e possibilidades de redes de colaboração e da inter-relação dos saberes entre os sistemas, demonstrando que o conhecimento da estrutura da CO contribui no alinhamento do comportamento organizacional com os objetivos da empresa e da comunidade atendida.

**Palavras-chave:** Cultura Organizacional, Self Organizacional, Clínica de Terapia Renal Substitutiva.

**Abstract**

The rapid pace of the transformations imposed by the contemporary world demands from companies new postures and strategies to deal with innovation. However, this scenario requires changes in behavior so that the dynamics of learning, unlearning and relearning ensure innovation and updating of processes and routines. For fluidity of this dynamic, the organizational culture (CO), is seen as a set of values and beliefs that drive behaviors. However, the repeated interaction between people provides, over time, the crystallization of a set of attitudes that, acting at a conscious and often unconscious level, forms the *SELF* - central point of the CO, which dictates how work must to be organized. In view of this context, the relevance of the diagnosis of CO in the face of difficulties and possibilities for the effective innovation of its processes is questioned. Thus, the objective is to evaluate the values and beliefs imbued in practices and procedures of a Renal Replacement Therapy Clinic (TRS) through the Organizational Self analysis, projected from the perspective of the collaborators. This is a case study, with qualitative-quantitative analysis. The data collection tool suggested by JOHANN and VANTI (2000) highlights MORGAN's (1996) metaphors to better

understand the essence of organizations. Respondents represent 90% of employees. The evaluation made it possible to know the flexibility of standards and possibilities of collaboration networks and the interrelationship of knowledge between systems, demonstrating that knowledge of the CO structure contributes to the alignment of organizational behavior with the objectives of the company and the community served.

**Keywords:** Organizational Culture, Self Organizational, Substitutive Renal Therapy Clinic

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, para adequação das empresas ao ritmo acelerado das mudanças impostas pelo mundo contemporâneo, estas devem buscar, cada vez mais, novos caminhos e estratégias para lidar com as exigências inseridas pela necessidade de inovação. No campo da saúde não é diferente, é o caso da área de Terapia Renal Substitutiva (TRS), na qual o conhecimento especializado em nefrologia deve ser conciliado com um tratamento humanizado, todavia para a competitividade e a sobrevivência de uma clínica no mercado de TRS e o fortalecimento de sua contribuição ao desenvolvimento local é necessária a aquisição de novas tecnologias e a facilitação no fluxo de informações.

Todavia, este cenário exige mudanças de comportamentos para que a dinâmica de aprender, desaprender e reaprender garanta a inovação e atualização dos seus processos e rotinas. Assim, para fluidez desta dinâmica, a cultura organizacional (CO), entendida, por muitos autores, como um conjunto de valores e crenças direcionadores de comportamentos, deve ser observada como relevante no alinhamento dos objetivos organizacionais.

Ainda que, a repetida interação entre as pessoas propicia, ao longo do tempo, a cristalização de um conjunto de atitudes que, atuando em nível consciente e, muitas vezes inconsciente, formata o *SELF* – ponto central da CO, que dita como o trabalho deve ser organizado. Diante deste contexto questiona-se a relevância do diagnóstico da CO frente às dificuldades e às possibilidades para a efetiva inovação de seus processos. Assim, o objetivo é avaliar os valores e crenças imbuídos em práticas e procedimentos de uma Clínica de Terapia Renal Substitutiva (TRS) através da análise do Self Organizacional, projetado sob a perspectiva dos colaboradores.

Trata-se de um estudo de caso, com a Clínica Nefrológica de Franca (CNF), uma empresa fundada em 1991 com o objetivo de prestar assistência na modalidade de Terapia Renal Substitutiva e na Especialidade de Nefrologia.

O estudo se classifica, também, como descritivo, com abordagem quali-quantitativa. O instrumento de coleta de dados utilizado foi questionário, elaborado por JOHANN e VANTI (2000 apud RASERA 2002), o qual destaca as metáforas de MORGAN (1996) para uma melhor compreensão do *SELF* como a essência das organizações.

Os respondentes representam 96% dos colaboradores de uma Clínica de TRS locada no interior de São Paulo. Foram criados três grupos: 1) Direção/Gestão e Administração; 2) Apoio e 3) Enfermagem. Com base na compilação dos dados, foi possível descrever a percepção dos colaboradores da estrutura de valores e pressupostos que constituem a rotina da organização. Tal avaliação permitiu conhecer a existência de flexibilidade de padrões e possibilidades de redes de colaboração instituindo o *feedback* aceito e valorizado para análise de direcionamento e da inter-relação dos saberes entre todos os sistemas. O resultado demonstra que o conhecimento da estrutura da CO pode, de fato, contribuir no alinhamento do comportamento organizacional com os objetivos da empresa e da comunidade atendida. E, conseqüentemente alavanca a sua sobrevivência no mercado como organização e, o fortalecimento de sua contribuição no desenvolvimento local em que está inserida. O estudo está estruturado em 5 Seções, a presente seção trata-se desta introdução que apresenta o contexto, problema e objetivo. A segunda seção aborda as discussões conceituais da cultura organizacional com destaque ao *SELF* como força invisível na personalidade organizacional; na terceira seção apresenta as especificidades da Terapia Renal Substitutiva para a doença renal crônica, visto que esta é a área organizacional objeto de pesquisa; na quarta seção é apresentado o estudo de caso, as discussões do resultado apurado e finalmente na quinta seção são tecidas as considerações finais em relação ao resultado apurado e suas interligações com as discussões teóricas.

## 2 DISCUSSÕES CONCEITUAIS DA CULTURA ORGANIZACIONAL

Quando se fala em processo dinâmico para descrever a Cultura refere-se às diferentes dimensões e significados que ela recebe ao longo da história da humanidade, sendo todos derivados de sua raiz latina (do latim *culturae*, que significa “ação de tratar”, “cultivar” e “cultivar

conhecimentos”), mas este conceito evoluiu, abrangendo o significado de civilização, além do desenvolvimento de capacidades cognitivas, educacionais e manifestações culturais inerentes ao ser humano, como educação, arte e literatura (PIRES e MACEDO, 2006).

Cultura também pode ser definida como conjunto de valores compartilhados, por um grupo de pessoas, em determinado espaço geográfico, expressos através de comportamentos, símbolos e rituais.

A partir da década de 70 intensificaram-se os trabalhos preocupados em interpretar os aspectos comportamentais a nível organizacional, principalmente no contexto americano, onde houve uma preocupação das empresas fazer face à concorrência japonesa, atentando ao efeito da variável cultural no processo produtivo (FERREIRA e ASSMAR, 2008).

Na base deste interesse, dá-se a tomada de consciência por parte de teóricos e praticantes da importância dos fatores culturais nas práticas de gestão e a crença no fato de a cultura constituir fator de diferenciação das empresas bem-sucedidas, sendo que a partir da década de 80 emerge a cultura organizacional como objeto específico de produção de conhecimentos científicos (MOTTA e CALDAS, 1997; FERREIRA e SEIDL 2009).

Assim toda instituição, independentemente da sua área de atuação, possui sua própria cultura que influencia seu ambiente e suas relações sociais (SANTOS, 2007).

Nas últimas décadas a abordagem sobre cultura organizacional foi uma das mais reconhecidas na literatura, possuindo várias contribuições de diferentes autores (FERREIRA e SEIDL; 2009).

Segundo SHEIN (2009) a “Cultura é fenômeno dinâmico que nos cerca, em todas as horas, sendo constantemente desempenhada e criada por nossas interações com outros e moldada por comportamento de liderança, e um conjunto de estruturas, rotinas, regras e normas que orientam e restringem o comportamento”.

A cultura tem o poder de restringir, estabilizar e fornecer estrutura e significados aos membros do grupo com o objetivo de direção e unidade. Esses são os processos que envolvem a dinâmica da criação e do gerenciamento da cultura e, portanto, fatores contributivos da Gestão do Conhecimento (SHEIN, 2009)

Segundo FLEURY (1989) a “Cultura organizacional é um conjunto de valores, expressos em elementos simbólicos e em práticas organizacionais, que em sua capacidade de ordenar, atribuir significações, construir a identidade organizacional, tanto agem como elementos de comunicação e consenso, como expressam e instrumentalizam relações de dominação”.

De acordo com FREITAS (2000) a cultura organizacional é definida “Primeiro como instrumento de poder; segundo, como conjunto de representações imaginárias sociais que se constroem e reconstroem nas relações cotidianas dentro da organização e que se expressam em termos de valores, normas significados e interpretações, visando um sentido de direção e unidade, tornando a organização fonte de identidade e de reconhecimento para seus membros”.

Infelizmente em nossa sociedade, a maioria das instituições é orientada mais para o controle do que para a aprendizagem, recompensando o desempenho da pessoa em função de sua obediência a padrões estabelecidos e não por seu desejo de aprender (FLEURY, 1997).

Para levarem a uma visão compartilhada e se tornarem um processo inconsciente, tem que ter havido experiências conjuntas que tenham funcionado por tempo suficiente SHEIN (2009).

Para FADEL e SMITH (2009), a Cultura Organizacional consiste no comportamento, maneira de pensar, agir e de valorar no âmbito organizacional, ou seja, como esta é constituída e como interfere no curso de ações em uma organização.

Para MORGAN (1996), toda organização está inserida em um espaço cultural e social e é este espaço que determina como a organização será administrada.

A cultura pode ser entendida, assim, como modelos mentais, formas de agir, advindos de uma construção social e de troca de experiências dos membros de uma organização, que, incorporados, passam para o nível do inconsciente coletivo, onde muitas vezes o porquê dos procedimentos não é explicável (são simplesmente aceitos como certos).

Para os autores CAMERON e QUINN (2006, apud ROCHA et al. 2013), “Cada cultura é, geralmente, refletida pela linguagem única, símbolos, regras e sentimentos etnocêntricos. Uma cultura da organização é refletida pelo que é valorizado, os estilos de liderança dominantes, a linguagem e os símbolos, os procedimentos e rotinas, e as definições de sucesso que fazem uma organização única”.



RESENDE e PAULA (2011) afirmam que a cultura organizacional pode exercer também influência na construção da identidade dos colaboradores, uma vez que, no contexto das organizações, esses indivíduos se transformam, na medida em que se adaptam às demandas dos vários grupos sociais dos quais fazem parte.

Como afirmam WIEWIORA et al. (2013, apud ANDRADE et al., 2013), a cultura organizacional estabelece um contexto para a interação social e cria normas sobre o que é certo e errado, podendo influenciar a forma como as pessoas se comunicam e compartilham conhecimento.

Para UZKURT et al. (2013, apud ANDRADE et al., 2013), a cultura organizacional é um importante fator para resultados críticos de funcionamento de uma organização, tais como a inovação, a produtividade e o desempenho. Considerando esses aspectos, a cultura pode ter um impacto restritivo ou diretivo sobre as estratégias da organização.

Para SHEIN (1989) a cultura organizacional consiste na composição de vários aspectos organizacionais, e manifesta-se em três níveis: artefatos visíveis, valores e pressupostos básicos.

No primeiro nível encontram-se os artefatos visíveis da cultura organizacional, representados pela sua arquitetura, maneira de vestir de seus colaboradores e documentos públicos. Incluem elementos, tais como arte, tecnologia e padrões de comportamentos visíveis e audíveis, bem como mitos, heróis, linguagem, rituais e cerimônias.

No segundo nível encontram-se os valores, manifestação mais visível da cultura, que consistem em condutas e comportamentos que explicam os atos das pessoas que fazem parte da organização, sendo percebidos por metas, filosofias, normas e regras de comportamento que regem a postura dos indivíduos, contexto para interações sociais por meio das quais as pessoas agem e se comunicam, identificando o que é importante para um grupo cultural particular.

No terceiro nível encontram-se os pressupostos básicos, os quais se associam a crenças, a percepções, aos sentimentos inquestionáveis responsáveis pelo modo como os membros sentem, percebem e pensam a organização. Os pacientes são considerados heróis enquanto permanecem em diálise e adequam sua vida a esta nova realidade.

As suposições básicas ou crenças representam esquemas interpretativos que os indivíduos usam para perceber situações e interpretar acontecimentos em curso, atividades e relações humanas, formando assim as bases para ação coletiva.

Quadro 1. Elementos da Cultura Organizacional.

<b>Elementos</b>	<b>Definições</b>
Valores	Indicação do que é importante para se atingir o sucesso
Crenças e Pressupostos	Visão consensual considerada verdade na organização. Normalmente, são inconscientes e inquestionáveis.
Ritos, Rituais e Cerimônias	Atividades planejadas, com consequências práticas e expressivas, visando tornar a cultura mais palpável e coesa.
Estórias e Mitos	Estórias narram eventos ocorridos que informam sobre a organização. Mitos são estórias consistentes com valores organizacionais, porém sem sustentação em fatos.
Tabus	Indicam áreas restritivas, que indicam comportamentos não-permitidos na organização.
Heróis	Personagens que incorporam valores e demonstram a força da organização.
Normas	Regras (escritas ou não) que indicam o comportamento esperado, aceito e sancionado pelo grupo.
Processo de Comunicação	Rede de relações e papéis informais, normalmente utilização para a gestão da cultura corporativa.

Fonte: FREITAS, 2000.

### **2.1 Self conformações como metáforas para descrever a imagem organizacional**

Para JOHANN e VANTI, 2001 o self organizacional é responsável por regular a cultura da organização e sob a visão da psicologia social, o self de um indivíduo pode ser o resultado de suas relações com os membros de um grupo, refletindo na sua capacidade de observar, dirigir e responder a conduta; estas relações ao decorrer do tempo se configuram no self da organização.

GOOLISHIAN e ANDERSON (1994, apud RASERA 2002) referenciam que o self organizacional surge da discussão da expressão da capacidade para a linguagem e narração, através

do qual indivíduo e organização se inter-relacionam, através das práticas vivenciadas.

MORGAN (1996), visando tornar mais acessível o conhecimento sobre o self organizacional, propõe uma leitura-diagnóstica da cultura, utilizando uma metodologia para uma melhor compreensão do Self; a essência das organizações, através de metáforas. Desta forma tem-se: Organismo (O); Máquina (M); Fluxo de Transformação (FT), Cibernética (Cérebro (C)); Instrumento de Dominação (ID); Prisão Psíquica (PP); Sistema Político (SP), sendo descritas no quadro abaixo:

Quadro 2. Metáforas do Self Organizacional.

<b>Metáforas</b>	<b>Características</b>
O: Organismo	Característica: inovadoras, operam em ambientes dinâmicos na forma orgânica.
M: Máquina	Característica: trabalho repetitivo e fragmentado, rotina.
FT: Fluxo de Transformação	Característica: Sobrevivência alcançada com o ambiente (não planejamento).
C: Cibernética (cérebro)	Característica: encoraja e valoriza abertura; flexibilidade; aceitam erros e incerteza como inevitáveis em ambientes mutáveis e complexos
ID: Instrumento de dominação	Característica: Contrato psicológico, dominação, implicitamente dita que colaboradores só terão oportunidades se se sujeitarem às regras.
PP: Prisão Psíquica	Característica: As pessoas na organização ficam acomodadas, presas a modelos de sucesso do passado que não podem ser revistos ou questionados. Os feitos passados são constantemente citados como referência e exemplo para lidar com as situações do presente e enfrentar adversidades futuras.
SP: Sistema Político	Característica: Poder - ponto central (centralização). A delegação de poderes aos níveis operacionais tende a ser muito restrita.

Fonte: MORGAN, 1996.

É através destas imagens que as organizações são compreendidas em sua essência e composição e nelas os indivíduos criam e recriam as diferentes formas de pensar o mundo em que vivem; podendo as organizações serem muitas ao mesmo tempo, desafiando-as para traçar novos caminhos e soluções (MORGAN, 1996).

Gerindo através da interação com o ambiente, neste processo de simulação e utilização de metáforas, cria-se uma maneira dinâmica de integrar a organização com a realidade (RASERA, 2002).

## **2.2 Cultura Organizacional na área de saúde**

De maneira geral, todas atividades em uma empresa, independentemente de sua natureza ou objetivos, consomem recursos para gerar produtos e serviços. A execução das atividades empresariais sofre influência direta dos três níveis da cultura organizacional (artefatos, das crenças e valores expostos e suposições básicas).

Os artefatos são os elementos tangíveis que pode identificar uma empresa (regras de vestimenta, arquitetura, tipo de móveis utilizados). Os valores consistem em normas explícitas dentro de uma empresa criadas entre os próprios trabalhadores e/ou entre os colaboradores e os empregadores. As suposições básicas consistem em sentimentos assumidos como verdadeiros pelos trabalhadores de uma organização.

O conjunto de regras, atitudes, comportamentos, hábitos e costumes constroem as relações humanas que determinam o tipo de convivência que será instituído na organização. Assim a cultura organizacional influencia diretamente os resultados (eficiência e eficácia) das atividades executadas, ao determinarem o grau de importância de cada variável envolvida no processo de produção.

Os universos organizacionais na área de saúde são extremamente complexos, principalmente os hospitais, sendo constituído por diferente setores (farmácia, lavanderia, almoxarifado, laboratório, manutenção, centro cirúrgico, ambulatórios, unidade de terapia intensiva, serviços de imagens, entre outros), pela diversidade dos recursos humanos (médicos, equipe de enfermagem, nutricionistas, assistentes sociais, psicólogos, farmacêuticos, bioquímicos, administradores, serviços de apoio, recepção, limpeza) e pela sua área de atuação, a qual consiste em desenvolver atendimento humanizado e de boa qualidade para a população.

PEÇANHA (2009) apresentou uma revisão sobre as contribuições teóricas e empíricas relativas aos diferentes aspectos da cultura organizacional e seus efeitos na Saúde, propondo

diretrizes de pesquisa e delineamentos metodológicos no âmbito da psicodinâmica do trabalho. Sugere utilização vivências dos sujeitos no ambiente do trabalho, abordando sentimentos de prazer e de sofrimento, bem como as defesas coletivas desenvolvidas e utilizadas nas organizações.

Para avaliar cultura organizacional através de práticas e valores de seus integrantes, FERREIRA et al. (2002) e FERREIRA e ASSMAR (2008), desenvolveram e validaram o Instrumento Brasileiro para Avaliação da Cultura Organizacional (IBACO), constituindo-se de um questionário com 94 questões divididos em 7 dimensões (4 delas relativas a Valores Organizacionais e 3 delas relativas a Práticas Organizacionais) que podem ser resumidas em 7 barras com perfis com tipologias culturais distintas e seus respectivos significados (Quadro 3). Esta metodologia já foi utilizada por diversos pesquisadores do tema cultura organizacional.

Quadro 3. Sete dimensões do modelo IBACO

	<b>Dimensão</b>	<b>Questões</b>	<b>Significado</b>
<b>Valores</b>	PC - Profissionalismo Cooperativo	23 questões	Valorização dos empregados que executam suas tarefas com eficácia e competência, demonstrando espírito de colaboração, habilidade, dedicação, profissionalismo e iniciativa, contribuindo para o alcance de metas comuns da organização.
	REHP - Rigidez na estrutura hierárquica de poder	13 questões	Valores presentes em organizações definidas por um sistema de autoridade centralizado e autoritário que dificulta o crescimento profissional e o reconhecimento do elemento humano.
	PCI - Profissionalismo competitivo e individualista	8 questões	Valorização prioritária da competência, do desempenho e eficácia individuais na execução de tarefas para a obtenção dos objetivos desejados, ainda que isto implique a necessidade de "passar por cima" dos colegas e que almejam objetivos semelhantes
	SBE - Satisfação e bem-estar dos funcionários	11 questões	Apresenta valores característicos de empresas que investem em bem-estar satisfação e motivação dos empregados procurando assim humanizar o local de trabalho e torná-lo agradável e prazeroso
<b>Práticas</b>	PIE - Práticas de integração externa	17 questões	Práticas voltadas para o planejamento estratégico, tomada de decisões e atendimento ao cliente externo, como foco, portanto nos escalões superiores da organização
	PRT - Práticas de recompensa e treinamento	14 questões	Práticas vinculadas aos clientes internos e aos sistemas de recompensa e treinamento adotadas pela empresa
	PRI - Práticas de relacionamento interpessoal	8 questões	Práticas orientadas para a promoção das relações interpessoais e satisfação dos empregados, favorecendo assim, a coesão interna

Fonte: FERREIRA et al. (2002)

Em 2016, VEGRO et al. utilizaram o Instrumento Brasileiro para Avaliação da Cultura Organizacional (IBACO) e o programa Statistical Package for the Social Sciences, para avaliar os valores e as práticas que caracterizam a cultura organizacional de um hospital privado em São Paulo, sob a perspectiva da equipe de enfermagem. Encontrou como valores o profissionalismo cooperativo; rigidez hierárquica; profissionalismo individual; valores de bem-estar; práticas de integração externa; práticas de recompensa e treinamento e práticas de promoção do relacionamento. Neste estudo, na percepção das equipes de enfermagem, existe cooperação no trabalho, a busca à satisfação do paciente, bom relacionamento interpessoal, controle e rigidez no trabalho e hierarquização das relações de poder

ROCHA et al. (2014) também utilizaram o IBACO para avaliar a cultura organizacional de um hospital público brasileiro. Em seus resultados fica evidente a existência de rigidez hierárquica, centralização de poder, individualismo e competição no trabalho, o que dificulta o trabalho em equipe. Os valores de bem-estar, satisfação e motivação destes trabalhadores foram pouco considerados. As práticas organizacionais, a promoção de relações interpessoais, as práticas de educação

permanente, a recompensa dos trabalhadores, também foram pouco valorizadas. Neste caso, os modelos tradicionais de organização do trabalho sustentam as práticas de trabalho do hospital, determinando sua cultura organizacional.

### **3 TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA PARA A DOENÇA RENAL CRÔNICA**

Para RIELLA (1996), a doença renal crônica (DRC) resulta da perda gradual da função renal ao longo de um determinado período como consequência de diferentes situações clínicas (ex: aumento da expectativa de vida, diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica, glomerulonefrites, doença renal policística autossômica dominante, uso frequente de anti-inflamatórios, envelhecimento, etc.).

O número de pacientes com doença renal crônica (DRC) em estágio terminal está crescendo em todo o mundo. Estima-se que a doença já atinge 10% da população, e no Brasil, aproximadamente 1 em cada 10 brasileiros terá algum grau de lesão no rim durante a vida, mas boa parte destes pacientes não tem acesso a uma terapia adequada visando retardar a evolução da doença ou a substituir a função renal (RIELLA, 1996).

Os pacientes acometidos pela DRC em seu estágio 5 necessitam de hemodiálise ou diálise peritoneal (TRS -Terapia Renal Substitutiva) ou, quando indicado, transplante renal.

As clínicas de TRS possuem alta complexidade, necessitando de altos investimentos financeiros na sua estrutura física, equipe médica e de enfermagem especializada (nefrologistas), equipe multidisciplinar (nutricionistas, assistente social e psicólogas) para o atendimento global destes pacientes, além de máquinas de proporção de hemodiálise, cicladoras para limpeza e reutilização de filtros (capilares), equipamentos para atendimento de situações de urgência/emergência (ventilador, monitor multiparâmetro, eletrocardiógrafo, carrinho de emergência, etc.).

As transformações decorrentes da globalização geram um ambiente complexo e com quebras de paradigmas, caracterizado por quedas de fronteiras, avanços tecnológicos e científicos, facilitação dos meios de comunicação e inter-relações entre países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, influenciando a cultura organizacional dos diferentes setores, moldando comportamento de liderança nesta nova realidade, além do conjunto de estruturas, rotinas, regras e normas que orientam e restringem o comportamento.

No Brasil, existe a necessidade de uma melhor gestão de serviço de TRS devido ao subfinanciamento pelo Serviço Único de Saúde, para que as mesmas possam ser viabilizadas financeiramente e ainda prestarem um atendimento humanizado e de qualidade.

Neste contexto é fundamental conhecer a Cultura organizacional deste setor, preparando-se para as novas exigências de mercado através da flexibilização, aumento competitividade e do desenvolvimento de novas formas de organização de trabalho.

### **4 SELF ORGANIZACIONAL PROJETADO SOB A PERSPECTIVA DOS COLABORADORES: O CASO DA CNF**

#### **Metodologia**

A escolha da organização, Clínica Nefrológica de Franca (CNF), foi por conveniência e facilidade de acesso para aplicação da pesquisa. Quanto ao método, esta pesquisa classifica-se como um estudo de caso que visa investigar um fenômeno contemporâneo inserido em seu contexto da vida real (YIN, 2005). Consiste também em estudo quali-quantitativo, descritivo e transversal cuja coleta de dados ocorreu de 07 a 11 de maio de 2018, utilizando-se como ferramenta de avaliação o Self – Teste Organizacional e Conformação do Self Organizacional, elaborado por JOHANN e VANTI (2001) com base nas imagens de MORGAN (1996). Através desta ferramenta, pode-se identificar sete tipos de perfis empresariais, cada um com características específicas que descrevem a cultura organizacional da empresa avaliada.

Do total de cinquenta e dois colaboradores que trabalham nesta empresa e que receberam o Self Test Organizacional, cinquenta participantes (96,15%) responderam ao teste. A predominância foi sexo feminino (73%), com 55% de escolaridade de nível técnico e média de 4 anos de tempo de registro na empresa.

Todos foram orientados que se tratava de uma pesquisa de caráter científico sobre a compreensão da Cultura Organizacional e que não era necessário a identificação pessoal. Quando da entrega dos questionários os mesmos foram separados em três grupos: 1 (Direção/Gestão e

Administração); 2 (Pessoal de Apoio) e 3 (Enfermagem).

#### 4.1 Especificidades da Clínica Nefrológica de Franca (CNF)

A Clínica Nefrológica de Franca (CNF) é uma empresa fundada em 23/08/91 com o objetivo de prestar assistência na modalidade de Terapia Renal Substitutiva e na Especialidade de Nefrologia. Consiste em empresa privada que atende pacientes com doença renal crônica com indicação de Terapia Renal Substitutiva para residentes na cidade de Franca e região.

Iniciou suas atividades em 1996 atuando como uma unidade intrahospitalar. Posteriormente, em 2015, a nova estrutura foi inaugurada fora da área física hospitalar contemplando em seu projeto o máximo de conforto, comodidade e segurança. A sua diretoria é composta por dois médicos Nefrologistas proprietários.

A sua missão consiste em “Oferecer atendimento diferenciado em Terapia Renal Substitutiva e demais áreas da Nefrologia, alicerçado na qualidade, segurança e humanização, almejando a melhoria contínua da qualidade de vida do Cliente Renal”.

A sua visão é de “Ser reconhecido internacionalmente pela excelência em qualidade na assistência ao Cliente em Terapia Renal Substitutiva e desenvolver atividades de atendimento, ensino e pesquisa na área de Nefrologia”.

A CNF possui uma diversidade de recursos humanos, com um total de 55 colaboradores, sendo 2 diretores (sócios proprietários), 3 gestores, 3 do setor administrativo, 9 da equipe de apoio, 3 da equipe multiprofissional (Psicóloga, Nutricionista e Assistente Social), 5 enfermeiros e 30 Técnicos de enfermagem.

#### 4.2 Cultura Organizacional e o SELF

Nesta seção são apresentados os resultados do estudo proposto, envolvendo a CNF, através da identificação do diagnóstico da cultura organizacional desta empresa pela análise do Self.

Em relação à escolaridade dos colaboradores 13 (26%) possuem nível superior, 27 (54%) nível técnico, 4 (8%) nível médio e 6 (12%) nível fundamental. Excluindo o Diretor Administrativo, o qual é sócio proprietário da empresa, o tempo médio de trabalho destes colaboradores nesta empresa foi de 4,02 +/- 3,59 anos.

Nos gráficos 1, 2 e 3 abaixo, estaremos apresentando o resultado dos questionários. O gráfico 1 apresenta as respostas do Self dadas pelo Grupo 1 (Direção/Gestão e Administração); o gráfico 2 apresenta as respostas dada pelo Grupo 2 (Apoio) e por último o gráfico 3 apresenta as respostas do Grupo 3 (Enfermagem).

Gráfico 1 – Resultado do Self Organizacional do Grupo 1 (Diretoria/Gestão/Administração)

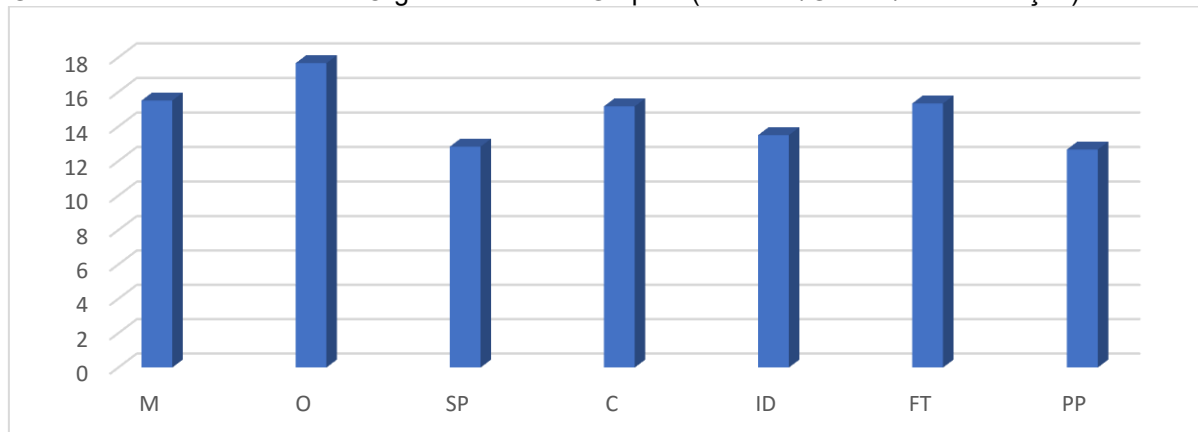


Gráfico 2 – Resultado do Self Organizacional do Grupo 2 (Apoio)

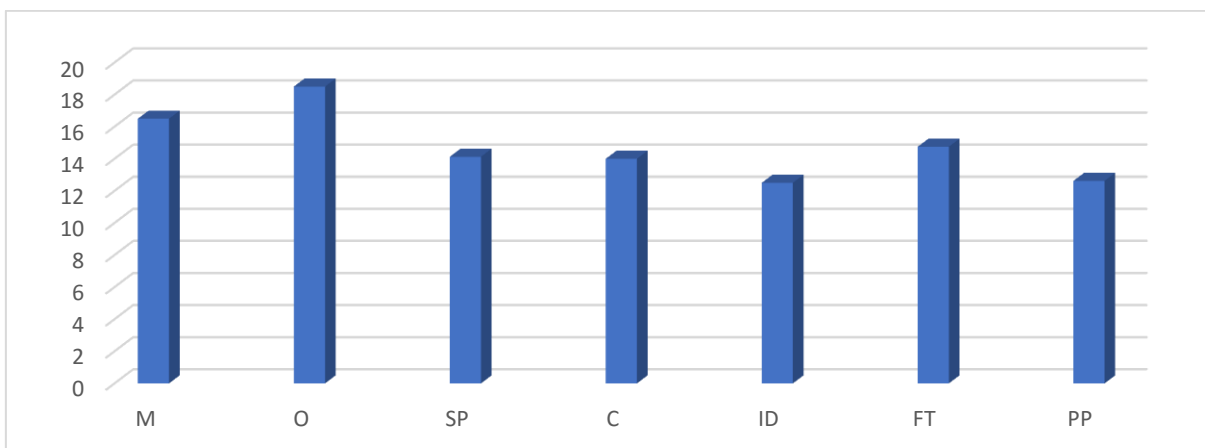
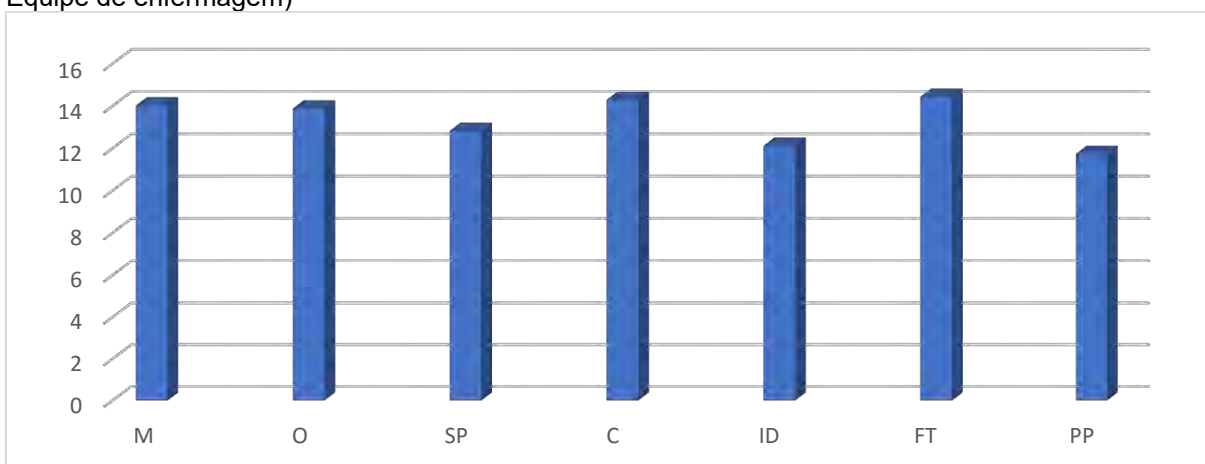
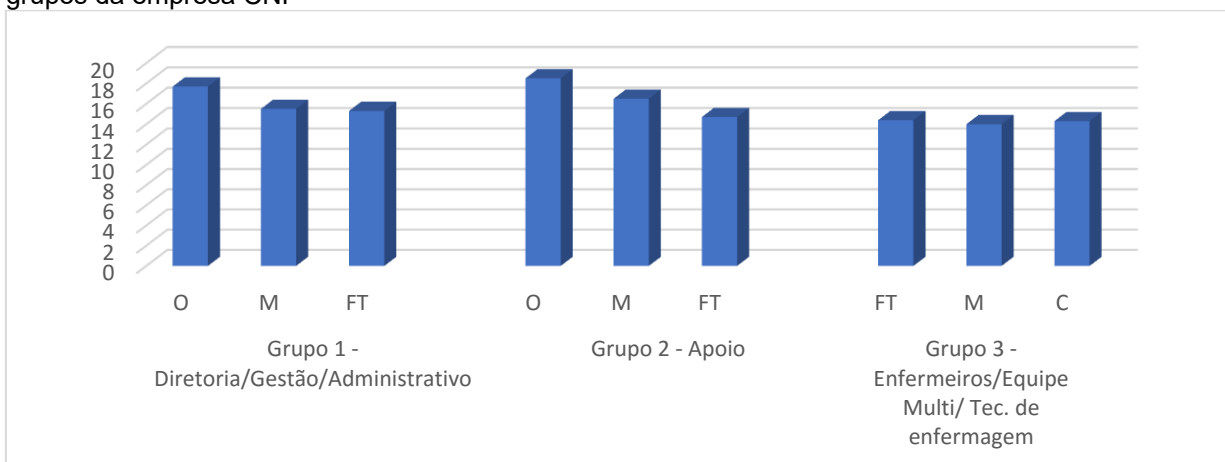


Gráfico 3 – Resultado do Self Organizacional do Grupo 3 (Enfermeiros/ Equipe multidisciplinar/ Equipe de enfermagem)



Com base nas imagens sugeridas, após compilação dos dados, foi possível identificar o diagnóstico da cultura através do gráfico analisado pelo conceito do Self, através das imagens que mais se destacaram conforme apresentado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Resultado do Self Organizacional, que mais se destacaram, apresentadas pelos três grupos da empresa CNF



As imagens que mais se destacaram nos grupos 1 e 2 foi a da Organicidade, seguida do Mecanicismo e Fluxo de transformação, conforme gráfico 4.

A Organicidade ocupando o primeiro lugar nos grupos 1 e 2 aponta para um ambiente

inovador e dinâmico, com relacionamento agradável entre os colaboradores, e este clima de empatia favorece o desenvolvimento de uma estrutura interna que atende as necessidades do mercado externo, com colaboradores alinhados aos objetivos da empresa.

No tocante ao Mecanicismo (M), embora possa-se relacionar a uma administração mais tradicional ligada a estrutura formal e ao controle das atividades, para o grupo 1 e 2 esta imagem torna evidente a medida que compreendem a existência de padrões estabelecidos, sendo esta rotina e o trabalho repetitivo uma das características desta empresa.

Para este grupo, a existência de fluxos de atividades com a descrição de suas continuidades, deixam claro quem é o responsável pela tarefa, garantindo a qualidade, segurança e economia dos serviços prestados, sendo através destas padronizações que conseguimos garantir resultados sempre iguais, independente de quem está executando o trabalho. A imagem M faz-se importante para que possam se utilizar dos padrões como meio de desenvolver seu trabalho. E este padrão existente favorece até as relações de entendimento destes colaboradores e não transforma a empresa em uma estrutura extremamente burocrática.

Já a imagem do Fluxo de Transformação (FT), pode ser entendida pelos grupos 1 e 2 pelo fato da empresa estar enfrentando uma fase de mudanças e crescimento desde 2015, visando a sua sobrevivência na área de saúde, quando se mudou para as novas instalações, projetadas para o negócio TRS. A imagem FT, portanto, representa esta transformação que vem ocorrendo.

Para o grupo 3, conforme apresentado no gráfico 4, a equipe técnica que mais representa a atividade final da CNF apresentou as imagens de Fluxo de Transformação, Cibernética e Mecanicismo ocupando praticamente a mesma posição, que pode ser visualizado com a interdependência entre todos os sistemas, o feedback valorizado para a correção de rumos e existência de padrões.

Complementado a imagem FT para este grupo, a CNF está em constante crescimento e com isto a aquisição de novos equipamentos se faz-se necessária e contratação de recursos humanos também o que acarreta em grande desafio para o serviço de educação continuada.

A imagem Cibernética não mencionada anteriormente, relaciona-se a flexibilidade, permite a equipe, pensar a empresa como um sistema que se adapta ao meio a partir de um processo de perceber o mesmo e o meio ambiente, transformando estas percepções em processos e decisões, onde os erros e a incertezas inevitáveis em ambientes mutáveis e complexos, servem de aprendizagem para a construção de novos modelos e protocolos, sempre visando segurança (paciente e colaboradores) e qualidade nos serviços prestados.

O resultado da imagem C pelo grupo 3, aponta que a equipe se sente valorizada quanto as suas percepções enquanto indivíduos, mesmo que o feedback seja falho. Os colaboradores enxergam que os seus pontos de vistas são considerados e que contribuem para a composição do sistema do qual a CNF se configura.

A CNF procura sempre validar a comunicação informal que ocorre entre os membros da empresa, a fim de aumentar o consenso entre os mesmos, melhorando a coordenação, fazendo com que o ponto de vista de um membro da equipe seja valorizado dentro da rede de conversações da empresa.

Sendo assim, o conjunto das imagens apresentadas pelos três grupos, revelam de certa forma um equilíbrio, havendo a interação que propõe MORGAN (1996), através de uma estrutura organizacional com a presença das diversas imagens em seu devido nível.

Estes resultados motivaram a programação da educação continuada para a aplicação de um treinamento sobre Marketing Pessoal realizado na CNF no período de 4 e 5 de julho, onde alguns colaboradores sentiram a necessidade de feedback sobre a imagem que a empresa tem em relação a equipe. Desta forma, os colaboradores expressaram a necessidade de um feedback de forma mais frequente, e não de forma pontual, com ênfase em pontos positivos e negativo; apesar disto, a grande maioria consegue perceber o meio, os resultados de suas ações, sugerindo transformações que julgam necessárias.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As empresas como um todo, independentemente de sua área de atuação, são movidas por sua cultura organizacional. E mesmo com atividades finais em comum, elas se diferenciam, já que possuem personalidade própria, podendo ser conservadora ou moderna, acolhedora ou agressiva.

Os valores que ela compartilha entre sua equipe é que a torna única, e são estes valores que devem ser ressaltados para que a mesma possa atingir seus objetivos e sua sobrevivência no

mercado, lembrando também que a escolha por uma empresa para se trabalhar deve ser dotada de valores que vão de encontro aos seus próprios aspirações e valores.

Um ponto importante a ser considerado é que os indivíduos nunca devem trabalhar para uma empresa dotada de valores que não condizem com os seus, pois essa escolha será decisiva para atingir maior grau de satisfação que tanto é almejado no ambiente de trabalho.

As imagens organizacionais nos permitiram visualizar o contexto atual em que a CNF está inserida através da identificação do diagnóstico da cultura organizacional. As análises realizadas resultam de grande importância para a gestão e cultura do comportamento da empresa, já quem com as metáforas ou as imagens é possível trabalhar melhor para alcançar os objetivos organizacionais.

De acordo com as imagens do gráfico 4 que resultam o self organizacional da CNF, poderia se afirmar o seguinte cenário: de forma harmoniosa a relação com o ambiente é estabelecida; que embora a empresa tenha evidenciado o mecanicismo, a mesma não apresenta extrema burocratização, porém é preciso intervir junto a equipe de enfermagem a fim de evitar o automatismo e as agilidades nas ações no momento da assistência ao paciente; com a imagem cibernética, que favorece o desenvolvimento, a metáfora do cérebro é consolidada, através de uma estrutura flexível e a necessidade de aplicar o instrumento de feedback à equipe e a imagem de fluxo de transformação chama para a fase de mudanças e constata crescimento.

Já que as mudanças ocorrem tanto externa quanto internamente, percebe-se que os diretores/gestores da CNF estão desenvolvendo políticas internas e esforços na direção de adquirir características integradoras, orgânicas, mecanicistas de caráter não burocrático afim de acompanhar o ritmo das mudanças e preparar as condições para que a empresa se mantenha viável enquanto negócio, neste processo de globalização.

Desta forma, esta empresa tenta inovar e crescer de acordo com sua visão: “Ser reconhecido internacionalmente pela excelência em qualidade na assistência ao Cliente em Terapia Renal Substitutiva e desenvolver atividades de atendimento, ensino e pesquisa na área de Nefrologia”.

Resta agora o grande desafio ao serviço de educação continuada de promover a mudança deste novo paradigma, principalmente para a equipe de enfermagem no sentido de que o cuidar não pode ser robotizado, o colaborador não pode ser visto como uma máquina, colocando-se na situação do próprio paciente que necessita e espera um tratamento humanizado.

O processo de hemodiálise já propicia o ato mecânico, onde os profissionais lidam com máquinas objetivando a promoção do cuidado ao paciente, e esta ação mecânica nem percebida pelo profissional, o qual desempenha suas atividades assistenciais de forma rotineira e natural. Estes são os reflexos desta medicina moderna, porém cabe aos diretores/gestores refletirem sobre as políticas a serem implementadas, utilizando um programa de educação continuada para ultrapassar as barreiras de nosso mundo moderno na prestação de serviços nesta área da saúde.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ANDRADE, T. et. al. Cultura organizacional e satisfação no trabalho sob a percepção dos colaboradores de uma instituição bancária após o processo de fusão. **Revista Administração em Diálogo**. v. 15, n. 2. São Paulo, 2013.
- FADEL, Barbara; SMITH, Marinês Santana Justo. Cultura Sistemas e Desenvolvimento Regional – **slides de aulas ministradas no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional (UNIFACEF)**. Franca. 2018.
- FERREIRA, M. C. et al. Desenvolvimento de um instrumento brasileiro para avaliação da cultura organizacional. **Estudos de Psicologia**. v.7, n.2. Natal, 2002.
- FERREIRA, M.C.; ASSMAR, E.M.L. Cultura Organizacional. In: SIQUEIRA, M.M.M. **Medidas do Comportamento Organizacional: Ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- FERREIRA, M.C.; SEIDL, J. Mal-estar no Trabalho: Análise da Cultura Organizacional de um Contexto Bancário Brasileiro. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v.25, n.2, Brasília, 2009.
- FLEURY, M.T. O desvendado a cultura de uma organização. In: FLEURY, M.T.; FISCHER, R.M. **Cultura e Poder nas Organizações**. São Paulo: ATLAS, 1989.
- FLEURY, Afonso; FLEURY, M. T. L. **Aprendizagem e Inovação Organizacional: As Experiências de Japão, Coréia e Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- FREITAS, M. E. **Cultura Organizacional: Identidade, sedução e carisma?** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- JOHANN, S. L.; VANTI, A. A. **Organizações de alto desempenho: uma metodologia de**



- convergência fundamentada na cultura organizacional.** VIII Congresso Brasileiro de Custos. São Leopoldo: 2001.
- MORGAN, G. **Imagens da organização.** São Paulo: Atlas, 1996.
- MOTTA, Fernando C. P.; CALDAS, Miguel P. **Cultura organizacional e cultura brasileira.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- PEÇANHA, D. L. N. **Cultura organizacional e saúde - contribuições da psicodinâmica do trabalho.** Boletim Academia Paulista de Psicologia. v. 29, n. 2. São Paulo. 2009.
- PIRES J.C.; MACEDO, B.K. Cultura organizacional em suas organizações públicas no Brasil. **Revista Administração Pública.** v.40, n. 1. 2006.
- RASERA, L. A. **Cultura e a pré-disposição para um ambiente de aprendizagem organizacional: um estudo da cultura da Isabela S/A.** Fundação Getúlio Vargas Escola Brasileira de Administração Pública Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa curso de Mestrado Executivo. Rio de Janeiro. 2002.
- RESENDE, F.G.; PAULA, A.V. Influência da cultura organizacional na (re)construção da identidade dos trabalhadores: um estudo de caso em uma empresa de tratamento de resíduos no sul de Minas Gerais. **Psicologia: Teoria e Prática,** v.13, n. 3. 2011.
- RIELLA C. M. **Princípios de Nefrologia e Distúrbios Hidroeletrólíticos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.
- ROCHA, L.C.S et al. Cultura e clima organizacionais: um estudo em indústrias de laticínios do Estado do Rio Grande do Norte. **Gestão e Produção,** v. 20, n. 2. 2013.
- ROCHA, F.L.R. et al. A cultura organizacional de um hospital público brasileiro. **Revista da Escola de Enfermagem USP.** V. 48, n. 2. 2014.
- SANTOS, S. R. Cultura nas instituições de saúde e suas relações com a identidade individual. **Cogitare Enfermagem.** V. 12, n. 2. 2007.
- SHEIN, E. H. **Cultura Organizacional e Liderança.** Tradução Ailton Bomfim Brandão; **Revisão técnica Humberto Mariotti.** São Paulo: Atlas, 2009.
- TAVARES, M. G. P. **Cultura Organizacional: Uma Abordagem Antropológica da Mudança.** 1.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.
- VEGRO, T. C. et al. Cultura organizacional de um hospital privado. **Revista Gaúcha Enfermagem.** v. 37, n. 2, 2016.
- YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.**3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

***GESTÃO DE PESSOAS E COMPORTAMENTO: sob a perspectiva da cultura organizacional***

*MANAGEMENT OF PEOPLE AND BEHAVIOR: from the perspective of organizational culture*

Área temática: Desenvolvimento e Integração Regional - Gestão Organizacional e Empreendedorismo

LUCAS, Cecy de Sousa  
Uni-Facef – Centro Universitário Municipal de Franca  
Discente do curso de Mestrado Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF  
cecy\_lucas06@yahoo.com.br  
MACHADO NETO, Alfredo José  
Vice-Reitor e docente do Uni-FACEF  
alfredo@facef.br

**Resumo**

A cultura organizacional se manifesta e está presente em qualquer tipo de organização, independente do ramo de atuação da empresa, do nicho de mercado, do país em que atua e dos níveis hierárquicos dos trabalhadores. Pode-se dizer que a cultura de uma organização é um sistema de valores e crenças compartilhados que influenciam o comportamento daqueles que os compartilham. Ela será a responsável por definir quais serão as características de gestão, inclusive a das pessoas, e assim como o comportamento dos trabalhadores dentro do ambiente de trabalho. E conseqüentemente, irá exercer influência sobre o desempenho dos trabalhadores, podendo contribuir ou não para o sucesso da empresa. Então, a gestão do comportamento humano nas organizações vem facilitar o entendimento dos pressupostos como a conduta, os valores e os princípios individuais, através das práticas de gestão de pessoas. O objetivo deste estudo é identificar a temática da cultura organizacional e sua relação com a gestão de pessoas. Em termos de metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Em conclusão pode-se afirmar que existe uma aparente correlação entre a gestão de pessoas, o comportamento e a cultura organizacional. Os diversos textos analisados permitiram observar que o desenvolvimento da cultura de uma organização influencia diretamente no modo de agir, pensar e no comportamento dos funcionários e, conseqüentemente, na forma de gerir a empresa.

**Palavras-chave:** Gestão de Pessoas, Comportamento, Cultura Organizacional.

**Abstract**

The organizational culture is manifested and is present in any type of organization, regardless of the branch of activity of the company, the niche market, the country in which it operates and the hierarchical levels of the workers. It can be said that the culture of an organization is a system of shared values and beliefs that influence the behavior of those who share them. It will be responsible for defining what the management characteristics will be, including that of the people, as well as the behavior of workers within the work environment. And consequently, it will exert influence on the performance of the workers, being able to contribute or not to the success of the company. So the management of human behavior in organizations facilitates the understanding of assumptions such as individual conduct, values and principles, through people management practices. The objective of this study is to identify the theme of organizational culture and its relationship with people management. In terms of methodology, this is a bibliographical and documentary research. In conclusion it can be affirmed that there is an apparent correlation between the people management, the behavior and the organizational culture. The various texts analyzed allowed us to observe that the development of the culture of an organization directly influences the way employees act, think and behave and, consequently, how to manage the company.

**Keywords:** People Management, Organizational Behavior and Culture.

## 1 INTRODUÇÃO

A cultura organizacional se manifesta e está presente em qualquer tipo de organização, independente do ramo de atuação da empresa, do nicho de mercado, do país em que atua e dos níveis hierárquicos dos trabalhadores (LOPES, 2015).

Ela é formada pelos valores, crenças, rituais corporativos, símbolos e hábitos de uma organização, ou seja, assim como as pessoas, as organizações também têm características próprias - com traços marcantes e definidos e que são repassados para os funcionários o modo de ser da organização (RIBEIRO, 2016). Exemplos: os comportamentos de rotina, normas, valores, filosofia, regras do jogo e todos os sentimentos fazem parte da cultura organizacional.

Cultura Organizacional é um dos principais pilares da área de Gestão de Pessoas, ou seja, a cultura será a responsável por definir quais serão as características de gestão, inclusive a das pessoas, e irá definir também o comportamento dos trabalhadores dentro do ambiente de trabalho. E conseqüentemente, irá exercer influência sobre o comportamento dos trabalhadores, podendo contribuir ou não para o bom desempenho da empresa (MELO, 2015).

Por isso, a organização que não tem a cultura de maneira transparente para seus trabalhadores, terá grande risco de ter vários problemas desde gestão, de informação, de motivação etc (MELO, 2015).

A gestão do comportamento humano nas organizações vem facilitar o entendimento dos pressupostos como conduta, valores e princípios individuais, através das práticas de gestão de pessoas. Para ter a eficácia na gestão de pessoas, ela terá que compreender os aspectos comportamentais e as características de cada indivíduo presente na organização (PAULA, 2017).

Portanto, é imprescindível que se observem constantemente os aspectos da cultura dentro da organização para que a gestão e os empregados fiquem em equilíbrio, harmonia e sintonia e para que consigam buscar alcançar os objetivos estabelecidos pela mesma (MELO, 2015).

Diante do exposto, o trabalho tem como tema a discussão acerca do conceito de cultura organizacional, bem como da gestão de pessoas e do comportamento humano. A pesquisa apresenta o seguinte problema: qual a relação existente entre gestão de pessoas, comportamento humano e a cultura organizacional?

Neste contexto, o objetivo principal do estudo é identificar a temática da cultura organizacional e sua relação com a gestão de pessoas, bem como com o comportamento dos colaboradores. Assim, os objetivos específicos da pesquisa são: conceituar gestão de pessoas; comportamento e cultura organizacional, e posteriormente relacionar os três conceitos e analisar a possível interação entre eles.

Para que os objetivos propostos pudessem ser alcançados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, em livros, sites, artigos, teses, monografias no período de 23 de maio a 17 de julho de 2018. Usaram-se palavras-chave como: "Gestão de Pessoas", "Comportamento", "Cultura Organizacional", e "comportamento organizacional" em sites como Scielo, Capes, Google Acadêmico.

Além desta introdução o trabalho é composto pelo Capítulo 2, com um referencial teórico que busca apresentar o estado da arte sobre os temas pesquisados. O Capítulo 3 discorre sobre a metodologia utilizada na elaboração do artigo. O Capítulo 4 apresenta os resultados da pesquisa e a análise da interação entre os temas. O Capítulo 5 contém as conclusões e considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica deste estudo se divide em três partes: na primeira são discutidos a gestão de pessoas, a segunda aborda o comportamento humano nas organizações e o último trata da cultura organizacional.

## 2.1 Gestão de Pessoas

A expressão Gestão de Pessoas surgiu da evolução de outra expressão muito popular por empresas e acadêmicos chamado de Administração de Recursos Humanos (MELO 2015). Essa evolução se deu gradativamente, dividida em três eras organizacionais.

A primeira Era se dá desde a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no século XIX e estende até 1950. Ocorre nesse período o surgimento do departamento de administração de pessoal nas organizações, e iniciaram as práticas de relações trabalhistas e de recrutamento e seleção. (CALDAS, 2017).

O período dos anos 50 até os anos 90, da Era Industrial Neoclássica, foi marcado por grandes transformações no setor. Neste período, o departamento de gestão de pessoal passa a ter responsabilidade pelo desenvolvimento de métodos de seleção, de programas de formação e de sistemas de atribuição de recompensas. Implementam-se as práticas de cargos e salários, benefícios e avaliação de desempenho, e também abordam as questões legais e trabalhistas (CALDAS, 2017; VANALLE, 2011).

Do início dos anos 90 até os dias atuais, a Era da Informação, é marcada por mudanças intensas e persistentes que vão se refletir na área de recursos humanos. Com essas mudanças, o termo da área de recursos humanos também é alterado para „gestão de talentos humanos“, „gestão de parceiros ou de colaboradores“ e „gestão do capital humano“, ou seja, são alguns dos novos nomes que a administração de recursos humanos vem recebendo. A gestão de pessoas na era do conhecimento, veio reestruturar os processos internos de recursos humanos para atrair, desenvolver, recompensar e reter as pessoas (CALDAS, 2017).

De acordo com Barbosa (2014), “a gestão de pessoas é o conjunto de políticas e práticas definidas de uma organização para orientar o comportamento humano e as relações interpessoais no ambiente de trabalho”, ou seja, é uma expressão que teve origem para substituir a administração de recursos humanos, e é usado atualmente para definir como se relacionar nas organizações.

A gestão de pessoas, segundo Chiavenato (2010) é uma área muito sensível às ideias que predominam nas organizações. Ela é situacional e indeterminada, pois depende de vários fatores, como a cultura que existe em cada organização, a estrutura organizacional adotada, as características do contexto ambiental, a atividade da organização, a tecnologia utilizada, os processos internos e de uma infinidade de outros princípios importantes.

Na definição de Fleury (2002, p. 12) *apud* Caldas (2017, p. 144), a gestão de pessoas é “a maneira pela qual uma empresa se organiza para gerenciar e orientar o comportamento humano no trabalho”, ou seja, os gestores exercem poder de influência sobre os resultados, estimular o comportamento dos mesmos.

Para Gil (2001) *apud* Costa (2018), a Gestão de Pessoas “é a função gerencial que visa à cooperação das pessoas que atuam nas organizações para o alcance dos objetivos tanto organizacionais quanto individuais”. Ou seja, é um processo de planejamento, organização, direção e controle de pessoas dentro da organização, promovendo o desempenho eficiente das pessoas para alcançar os objetivos relacionados direta ou indiretamente com a empresa.

A Gestão de Recursos Humanos cuida do desenvolvimento das pessoas como um todo e não apenas do sistema de remuneração, da avaliação ou do treinamento das pessoas. Ela também promove a integração entre os colaboradores e preocupa-se com a qualidade de vida no trabalho, com a melhoria do clima organizacional, com a formação de uma cultura organizacional, e com um bom relacionamento interpessoal (REIS, 2018).

Segundo Pimenta (2011) a gestão de pessoas deve ser distribuída em toda a organização, e suas responsabilidades e envolvimento, formando um sistema social. Essa área de recursos humanos precisa inovar em seus subsistemas, tornando-se mais versátil.

De acordo com Chiavenato (2004) *apud* Caldas (2017), a administração de recursos humanos pode ser considerada como um sistema que é composto por cinco subsistemas. Os cinco subsistemas são: provisão, aplicação, manutenção, desenvolvimento e monitoração.

É importante destacar que tais subsistemas vinculam-se diretamente às políticas de Recursos Humanos, que por sua vez são atreladas à filosofia empresarial, ou seja, serão definidos quem seremos dentro das organizações e será guiado pela gestão de pessoas (PEDRO, 2006).

## 2.2 Comportamento Humano

O comportamento é inerente do ser humano, ou seja, é o reflexo da maneira pela qual o indivíduo vê a realidade que o cerca ou pode ser analisado como um conjunto de reações causadas pela interação com o meio em que o indivíduo está inserido (ALMEIDA, 2018).

Segundo Chiavenato (2003, p. 324) “Comportamento é a maneira pela qual um indivíduo ou uma organização age ou reage em suas interações com o meio ambiente e em resposta aos estímulos que ele recebe”.

Do ponto de vista da área da psicologia, o comportamento é tudo aquilo que faz um ser humano perante o seu meio envolvente, ou seja, cada interação que a pessoa faz com o seu ambiente pode gerar um comportamento (BRUM, 2015).

Existem muitos aspectos que influenciam em um determinado tipo de comportamento, sejam eles decorrentes de sua personalidade (capacidade de aprendizagem, motivação, atitudes, valores, emoções), ou do ambiente organizacional (sistemas, recompensas, políticas, de que forma o trabalho é realizado, a gestão). Os indivíduos reagem de forma diferente nas diversas situações cotidianas, assim como os resultados apresentados por estes também o são (BRUM, 2015).

O comportamento dentro das organizações pode ser afetado no desenvolvimento de cada indivíduo, pois se refere aos atos e atitudes de cada pessoa. Atualmente, é de suma importância buscar o equilíbrio do comportamento em uma organização, uma vez que garante mais eficiência nos processos da administração, ela consegue atingir seus objetivos e metas, mas para isso todos devem estar empenhados para atingir (BRUM, 2015).

Portanto, para compreender o comportamento humano é também necessário entender a sociedade em que o mesmo está inserido, pois a cultura influencia diretamente no comportamento do indivíduo (ALMEIDA, 2018).

## 2.3 Cultura Organizacional

A cultura é um processo que abrange tanto organizações como pessoas. Esse processo se dá através da interação com pessoas e com o ambiente, onde vão se estabelecer normas de conduta e de comportamento, e conseqüentemente serão compartilhados com novas pessoas entrantes, passando assim de geração para geração, até que sejam fortalecidos e transformados em padrões de pensamento e de comportamento do grupo (VALENTIM, 2010).

Corroborando com esta ideia, Schein (2001, p.178) *apud* SMITH (2018, p. 431) diz que “a cultura é, portanto, produto do aprendizado social, e as maneiras de pensar e agir compartilhadas que funcionam acabam se tornando elementos da cultura”.

Desta forma, a cultura pode ser definida como um comportamento transmitido socialmente e que não é adquirido individualmente nem geneticamente, é algo que aprende com os outros. Ela é influenciada por vários fatores, como pelo ambiente, pelos relacionamentos e pelas experiências individuais e coletivas (VALENTIM, 2010).

No início do século XX, na década de 80, diante das transformações no mundo empresarial desencadeou-se o interesse pela compreensão da relação entre cultura e as organizações, surgindo a inserção da ideia de cultura organizacional nas corporações norte-americanas, ou seja, tornou-se objeto de investigação científica (DANJOUR, *et al.*, 2016).

Um dos conceitos mais apropriados sobre Cultura Organizacional é dado por Schein (1984, p.3) *apud* Ferrarezzi (2016 p. 254):

“modelo dos pressupostos básicos, que determinado grupo tem inventado, descoberto ou desenvolvido no processo de aprendizagem para lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna. Uma vez que os pressupostos tenham funcionado bem o suficiente para serem considerados válidos, são ensinados aos demais membros como a maneira correta para se perceber, se pensar e sentir-se em relação àqueles problemas”. (SCHEIN, 1984, p.3)

Este conceito de cultura citado por Schein nos diz que a cultura nas organizações é formada

baseada nas experiências do grupo de pessoas que ali pertencem e serão transmitidos para os novos trabalhadores como um modelo a ser seguido (FERRAREZZI, 2016).

Tendo como premissa a visão de Schein, torna-se viável a concepção de Fleury e Fischer (1989) a respeito da cultura organizacional como:

“um conjunto de valores, expressos em elementos simbólicos e em práticas organizacionais, que em sua capacidade de ordenar, atribuir significações, construir a identidade organizacional, tanto agem como elementos de comunicação e consenso, como expressam e instrumentalizam relações de dominação”.

E Freitas (2000, p. 97) conceitua:

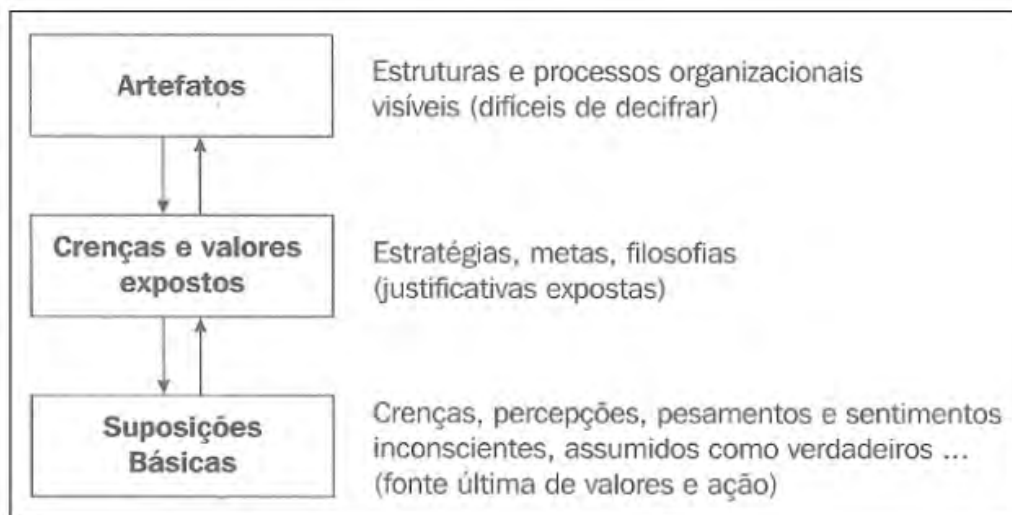
“cultura organizacional primeiro como instrumento de poder; segundo, como conjunto de representações imaginárias sociais que se constroem e reconstroem nas relações cotidianas dentro da organização e que se expressam em termos de valores, normas, significados e interpretações, visando um sentido de direção e unidade, tornando a organização fonte de identidade e reconhecimento para seus membros”.

Dessa forma, pode-se dizer que a cultura de uma organização é um sistema de valores e crenças compartilhados que influenciam o comportamento daqueles que os compartilham. Cada organização desenvolve sua própria cultura, produzindo sua identidade, a qual se manifestará através de padrões de comportamento assumido pelos funcionários, regendo sua conduta (SANTOS 2008).

O autor Pettigrew (1996) diz que a cultura organizacional é composta por um conjunto de valores, crenças e pressupostos que vão definir o modo de funcionar da empresa, os negócios.

Segundo Schein (2009), a cultura organizacional compreende três níveis (Figura 1), que distingue pelos graus de visibilidade, tangibilidade e profundidade. São eles: artefatos, crenças e valores, e suposições básicas e, de acordo com o autor, eles interagem entre si.

**Figura 1 - Níveis da cultura organizacional**



**Fonte:** Schein (2009, p. 24).

E segundo, Freitas (2007, p. 16), a cultura organizacional se compõe dos seguintes elementos: valores; crenças e pressupostos; ritos, rituais e cerimônias, estórias e mitos; tabus; heróis; normas e processo de comunicação.

Esses elementos promovem entendimento para o grupo, onde a passagem dos significados se dá como uma coisa aceita e causa impacto para novos funcionários, clientes e qualquer agente que interage com a empresa. E passam a consistir em um conjunto de normas informais que indica como as pessoas têm que se comportar (FREITAS, 1991).

Os valores, crenças e pressupostos são elementos que podem influenciar o processo de tomada de decisão (SMITH, 2018).

Além disso, segundo Freitas (2007), os valores são considerados como orientadores para o comportamento organizacional no dia a dia. Para isso, o gestor tem que saber incorporar e repassar os valores para os trabalhadores e os mesmos assimilarem na organização. Já para Schein *apud* Smith (2018), ela destaca os pressupostos como elementos principais da cultura de uma empresa.

O autor Pettigrew (1996) afirma que é nítido nas estruturas, nos sistemas, nos rituais dentro da organização, o núcleo de crenças e pressupostos.

Por fim, Smith (2018) diz que também que as crenças e os pressupostos participam juntamente com os valores do núcleo da cultura de uma organização. e são eles que são a base de todo o comportamento, modo de ser e identidade da empresa.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Com o intuito de compreender e a temática da cultura organizacional e sua relação com a gestão de pessoas, bem como com o comportamento. A presente pesquisa, de acordo com o proposto por Vergara (2014), quanto aos fins é uma pesquisa descritiva com abordagem de descrever um fenômeno social, explicativa e exploratória e, quanto aos meios, é bibliográfica e documental.

O levantamento de dados secundários e a pesquisa bibliográfica se deram no período de 23 de maio a 17 de julho de 2018, através de pesquisas em sites, artigos, teses, monografias portarias, resoluções, usaram-se alguns termos para busca como: “Gestão de Pessoas”, “Comportamento”, “Cultura Organizacional”, e “comportamento organizacional” em sites como Scielo, Capes, Google Acadêmico.

### **4 RESULTADOS E ANÁLISE DA INTERAÇÃO ENTRE OS TEMAS**

Neste capítulo serão analisadas as possíveis relações entre os três elementos pesquisados: cultura organizacional, gestão de pessoas e comportamento. Este tópico se divide em três partes: na primeira são discutidos cultura organizacional e comportamento; a segunda aborda a cultura organizacional e a gestão de pessoas; e a última trata da relação da cultura organizacional, com a gestão de pessoas e o comportamento.

#### **4.1 Cultura Organizacional e o Comportamento**

Cultura organizacional é um tema extremamente relevante para compreender o comportamento humano dentro das organizações, uma vez que os valores básicos compartilhados influenciam sobremaneira o modo como os membros sentem, pensam e agem. Ou seja, a cultura grupal ou coletiva se dá a partir de um conjunto de comportamentos individuais que sofreram influencias no dia a dia de cada um ou mesmo pelo ambiente no qual está inserido (GARCIA, 2018).

**Figura 2:** Fluxo cultura - comportamento



**Fonte:** SENAC, 2018.

De acordo com a figura acima (Figura 2), pode-se dizer que a maneira como as pessoas interagem em uma organização, as atitudes predominantes, as aspirações e os assuntos relevantes nas interações entre os membros fazem parte da cultura organizacional. Ou seja, a cultura organizacional, através de suas crenças, valores e atitudes, normas e padrões vão influenciar diretamente o comportamento das pessoas.

Mas também ocorre o inverso, pode dizer que a cultura é resultado das experiências conjuntas dos membros que a compõem.

Assim, de acordo com Zago (2013, p. 114) “a cultura organizacional e o comportamento nas organizações são fatores intimamente correlacionados e mutuamente determinantes e determinandos na medida em que a cultura se consolida como resultante dos comportamentos dos atores organizacionais. Isso leva ao entendimento de que o comportamento é a expressão da cultura que é por ele consolidada”.

## 4.2 Cultura Organizacional e a Gestão de Pessoas

A cultura organizacional é de extrema importância para o desempenho das organizações. Ela orienta as ações e as decisões do gestor em todos os níveis hierárquicos, e determina o caminho a seguir frente a situações, e impacta o sistema da empresa (PADOVEZE, 2018).

Ela definirá o comportamento dos profissionais no ambiente de trabalho, e consequentemente, a área de Recursos Humanos poderá ser influenciada pela Cultura Organizacional. O gestor de pessoas deve certificar-se de que os trabalhadores têm conhecimento a respeito da cultura, bem como a praticam. Para que isso aconteça, é necessário que a organização apresente, de forma transparente, os pressupostos da cultura organizacional, caso contrário irá gerar vários problemas, dentre eles problemas de gestão, de motivação, dentre outros. Exemplo: o setor de Recursos Humanos pode ter problemas com pessoas que não conseguem trabalhar adequadamente por não saberem o que a organização espera delas (MELO 2015).

Então quando o gestor forma suas equipes com pessoas que se identificam com a cultura da organização e a incorporam ao seu comportamento, a eficácia do trabalho em equipe e os resultados obtidos serão seguramente diferenciados (BICHUETTI, 2015).

Além disso, nas práticas de gestão de pessoas é necessário tomar algumas decisões como recompensas, punições que serão dadas aos trabalhadores, decisões de qual ambiente será realizada determinada atividade e como os trabalhadores devem lidar, tipo de comportamento a ser estimulado ou evitado – em todos esses pontos a cultura organizacional poderá contribuir. Mas para isso, é fundamental que o gestor de pessoas conheça a cultura organizacional e a repasse aos trabalhadores, para que possam executar as atividades de maneira eficaz e eficiente, por que sem esse entendimento não conseguirá colocar as práticas de gestão de pessoas. (MELO 2015).

O sucesso duradouro de uma organização está intimamente ligado à continuidade de sua cultura, que por sua vez depende do cumprimento de sua missão e de seus valores e isso se dá se a organização possuir uma cultura forte e bem estabelecida, pois influenciará positivamente, e se a cultura não for forte, gerará resultados negativos (CAMPOS, 2011).



### 4.3 Cultura Organizacional, Gestão de Pessoas e o Comportamento

A cultura é desenvolvida dentro de uma organização através da troca de ideias, crenças e experiências, com ambientes externos e internos (colaboradores e fundadores), com normas, diretrizes e regras, guiando comportamentos, forma de pensar e agir. É por meio dela que os gestores decidem suas ações diante um problema, seja ele interno ou externo (MELO 2015).

É a cultura que vai influenciar diretamente o comportamento dos funcionários e é possível perceber isso, visto que o comportamento das pessoas está diretamente relacionado aos valores, crenças, padrões definidos pelo proprietário, e isso é o que determina o sucesso do negócio e a satisfação das pessoas (MELO 2015).

O comportamento humano dentro das organizações tem mudado ao longo dos anos e isso esta sendo um desafio para administrar pessoas (BRUM, 2015).

Pode-se dizer com isso, que a cultura organizacional está diretamente relacionada tanto com a gestão bem com o comportamento, pois uma vez determinando os gestores – o sistema de gestão tenha determinado a cultura da empresa isso será refletido nos subordinados da mesma, para que possam agir de forma correta, caso não cumpram irá afetar a gestão da organização.

## 5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se com o presente trabalho a relação entre a gestão de pessoas e comportamento sob a perspectiva da cultura organizacional. Vimos que a cultura organizacional e o comportamento nas organizações são fatores intimamente correlacionados e mutuamente determinantes e na medida em que a cultura se consolida como resultante dos comportamentos dos atores organizacionais. Isso leva ao entendimento de que o comportamento é a expressão da cultura que é por ele consolidada.

Além disso, podemos dizer que a gestão de pessoas também apresenta uma relação com a cultura organizacional, ou seja, elementos culturais influenciam diretamente na maneira como a empresa opera, nas formas como as pessoas se comportam, bem como nas estratégias e decisões, e vice-versa. Os gestores bem como o ambiente podem influenciar alguns elementos da cultura organizacional refletindo diretamente no sistema de gestão e também no comportamento dos funcionários.

Conclui-se dizendo que existe uma correlação entre gestão de pessoas, comportamento e cultura organizacional, por que uma vez a organização desenvolvendo sua cultura isso vai influenciar diretamente no modo de agir, pensar e no comportamento dos funcionários e conseqüentemente no modelo de gerir da empresa.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paula R. e MELO, Virginia S. **Cultura organizacional e gestão nas organizações: um estudo de caso**. Disponível em: <[www.admpg.com.br/2016/down.php?id=2166&q=1](http://www.admpg.com.br/2016/down.php?id=2166&q=1)>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BARBOSA, Ricardo S. e ESTENDER, Antônio C. **A Gestão Estratégica de Pessoas – uma Ferramenta Necessária a Toda Companhia**. XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. out. 2014.

BICHUETTI, José L. e BICHUETTI, Luana B. **Gestão e cultura: inseparáveis para o sucesso do líder**. *Harvard Business Review Brasil*. Set. 2015. Disponível em: <<http://hbrbr.uol.com.br/gestao-e-cultura-inseparaveis-para-o-sucesso-do-lider/>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

BRUM, Melissa. **A influência do comportamento humano dentro das organizações**. *Revista Pós-Graduação: Desafios Contemporâneos* V.2, N. 3, Jul/2015.

CALDAS, Jeferson N.; MARTINS, Carla M.M. A. **Gestão de Pessoas no Setor Hoteleiro: um estudo de caso.** Revista de Administração e Negócios da Amazônia, v.9, n.4, set/dez., 2017.

CAMPOS, Fabiana P.; RÉDUA, Talitha S. e ALVARELI, Luciani V. G. **A influência da cultura organizacional para o desempenho das organizações.** Janus, Lorena, n.14, jun. /dez., 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração:** uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

\_\_\_\_\_. **Administração:** teoria, processo e prática. 4. ed. São Paulo: Elsevier, 2010.

COSTA, Narjara de Oliveira e PIZOLOTTO, Maira Fátima. **Consultoria em Gestão de Pessoas: Uma Análise das Oportunidades e Desafios Encontrados na Prática.** Disponível em: <[http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2587/Publica%C3%A7%C3%A3o%20Artigo%20MBA%20Gest%C3%A3o%20de%20Pessoas\\_%20Narjara%20Costa.pdf?sequence=1](http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2587/Publica%C3%A7%C3%A3o%20Artigo%20MBA%20Gest%C3%A3o%20de%20Pessoas_%20Narjara%20Costa.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 23 jul. 2018.

DANJOUR, Miller F. *et al.* **Mensuração do comportamento estratégico a partir da cultura organizacional: um estudo em lojas de shopping centers.** Revista Ibero-Americana de Estratégia - RIAE vol. 15, n. 4. out./dez.. 2016

FERRAREZZI, Maria A. D. O. *et al.* **Reflexões da cultura organizacional e informacional para o desenvolvimento: estudo da tipologia cultural de Cameron e Quinn com a matriz de Ilharco.** FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão, v.19, n.3, set/out/nov/dez. 2016.

FLEURY, M. T. L., FISCHER, R. M. **Cultura e Poder nas Organizações.** São Paulo: Atlas, 1989.

FREITAS, Maria Ester. **Cultura Organizacional: Identidade, Sedução e Carisma?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cultura organizacional grandes temas em debate.** Revista de Administração de Empresas São Paulo. jul./set. 1991.

GARCIA, Regis e FADEL, Barbara. **Comportamento Informacional em CI: estudo da percepção do indivíduo sobre o processo decisório.** Disponível em: <[repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/114](http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/114)>. Acesso em 30 de maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Cultura Organizacional: evolução e crítica.** São Paulo: Thompson Learning, 2007.

LOPES, Paulo D. e PERUCCHI, Valmira. **A relação entre informação, cultura organizacional e tomada de decisão em uma organização.** Inf. Inf., Londrina, v. 20, n. 3, p. 229 - 247, set./dez. 2015.

MELO, Crislaine; COSTA, Paola; e RODRIGUES, Jorge. **A cultura organizacional e a gestão de pessoas nas franquias.** XI Congresso Nacional de Excelência em Gestão. ago. 2015.

PADOVEZE, Clóvis L. e BENEDICTO, Gideon C. **Cultura Organizacional: Análise e Impactos dos Instrumentos no Processo de Gestão.** Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2003-ccg-0097.pdf>>. Acesso em 29 de maio 2018.

PAULA, Flávia C. A.; RODRIGUES, Jéssica C. S e BOAS, Ana A. **Reflexos comportamentais da gestão de pessoas em organizações Autogerenciáveis sob a perspectiva da cultura organizacional – estudo de caso na INCUBACOOOP/UFLA.** XX SEMEAD - Seminários em Administração. nov. 2017.

PEDRO, Wilson J. A. **Gestão de pessoas nas organizações.** Revista Uniara, n.17/18, 2005/2006.

PETTIGREW, Andrew. **A Cultura das Organizações é Administrável?** In: FLEURY, M.T.L.; FISCHER, R.M. (Orgs). **Cultura e Poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1996.

PIMENTA, Mônica B., ROCHA, Marcius H. P. **Gestão de Pessoas - Uma Proposta de Mudança Competitiva para as Organizações**. VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão. ago. 2011.

REIS, Felipa L., DIAS, Damasceno; e ALVES, Maria S. **O impacto das práticas de gestão de recursos humanos na motivação dos colaboradores da Administração Pública Cabo-verdiana**. R-LEGO - Revista Lusófona de Economia e Gestão das Organizações n.º 1. 2018.

RIBEIRO, Mylene I. S. **A tradução da cultura organizacional através das ferramentas de gestão de pessoas: estudo de caso Ancar Ivanhoe Shopping Center**. XII Congresso Nacional de Excelência em Gestão. set. 2016.

SANTOS, Joze F. **Gestão e Cultura Organizacional**. jun. 2018. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/gestao-e-cultura-organizacional/23700/>>. Acesso em: 30 maio 2018.

SCHEIN, Edgar. H. **Cultura Organizacional e Liderança**. São Paulo: Atlas, 2009.

SENAC. **Cultura Organizacional: conceitos e elementos**. Disponível em: <[http://www.ead.senac.br/drive/tecnico\\_em\\_administracao/index.html](http://www.ead.senac.br/drive/tecnico_em_administracao/index.html)>. Acesso em 28 maio 2018.

SMITH, Marinês S. J. e FADEL, Barbara. **Cultura organizacional e a gestão da informação contábil como estratégia nas empresas familiares**. Disponível em: <<http://legacy.unifacel.com.br/novo/3fem/Encontro/Arquivos/Marines%20e%20Barbara.pdf>>. Acesso em: 30 de maio 2018.

VALENTIN, Marta *et al.* **Gestão, Mediação e Uso da Informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

VANALLE, Rosangela M., SANTOS, Eni T. T. e SANTOS, Leandro B. **Práticas de Gestão de Pessoas: um estudo de casos múltiplos em empresas de bens de capital**. *Exacta*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 179-196, 2011.

ZAGO, Célia. **Cultura Organizacional: Formação, Conceito e Constituição**. Revista Eletrônica Sistemas & Gestão V. 8, N. 2, pp. 106-117. 2013.

**GESTÃO DO CONHECIMENTO E FLUXOS INFORMACIONAIS NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

*KNOWLEDGE MANAGEMENT AND INFORMATION FLOWS IN MICRO AND SMALL ENTERPRISES*

Desenvolvimento e Integração Regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

SANTOS, Beatriz Rosa Pinheiro dos  
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/FFC)  
Graduada em Gestão Empresarial pela Faculdade de Tecnologia de Garça  
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela UNESP/FFC  
[pinheiro.santos@unesp.br](mailto:pinheiro.santos@unesp.br)

BIAGGI, Camila De  
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/FFC)  
Graduada em Biblioteconomia pela UNESP/FFC  
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela UNESP/FFC  
[camila\\_biaggi@hotmail.com](mailto:camila_biaggi@hotmail.com)

PEREIRA, Erick Pacheli  
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/FFC)  
Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda pela UNIP  
Especialista em Estratégias Competitivas pela UNESP BAURU  
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela UNESP/FFC  
[erick@revelare.com.br](mailto:erick@revelare.com.br)

DAMIAN, Ieda Pelógia Martins Damian  
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/FFC)  
Doutora em Administração de Organizações pela FEA-RP/USP  
Docente da Universidade de São Paulo – FFCLRP – Departamento de Ciência da Informação  
[iedapm@usp.br](mailto:iedapm@usp.br)

TOMAZ, Washington Luiz  
Universidade Estadual Paulista (UNESP/BAURU)  
Graduado em Administração pela USC/BAURU  
Especialista em Estratégias Competitivas pela UNESP/BAURU  
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela UNESP/BAURU  
[wltomaz18@gmail.com](mailto:wltomaz18@gmail.com)

## Resumo

As organizações contemporâneas estão inseridas em um contexto mercadológico altamente competitivo. Dentre essas organizações, as Micro e Pequenas Empresas estão conquistando parcelas significativas do mercado e contribuindo para o suprimento da demanda de produtos e serviços ofertados. O objetivo do trabalho é investigar, a partir da literatura, a relação entre a gestão do conhecimento, fluxos informacionais e Micro e Pequenas Empresas e verificar se a gestão do conhecimento pode potencializar a produtividade e a geração de serviços dessas. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica, a partir da leitura, análise e reflexão de materiais como artigos científicos, teses, dissertações, anais de eventos e livros. Os resultados demonstraram que fornecer subsídios para que as Micro e Pequenas Empresas possam adotar e utilizar de forma estratégica a gestão do conhecimento e formalizar fluxos de informações se constitui um enorme desafio por razões relativas à necessidade de maior número de produção acadêmica sobre os papéis que a informação e o conhecimento podem desempenhar nessas empresas; maior facilidade no acesso ao crédito; melhoria da instrução dos gestores por meio da educação formal ou em outras modalidades;

e tomada de consciência por parte dos gestores sobre suas funções na organização. Por fim, notou-se que a gestão do conhecimento e os fluxos informacionais podem contribuir para o sucesso e desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas.

**Palavras-chave:** Gestão do Conhecimento, Fluxos Informacionais, Micro e Pequenas Empresas.

### **Abstract**

Contemporary organizations are embedded in a highly competitive marketing context. Among these organizations, Micro and Small Companies are conquering significant portions of the market and contributing to supply the demand for products and services offered. The objective of this work is to investigate, from the literature, the relationship between knowledge management, information flows and Micro and Small Companies and to verify if knowledge management can boost productivity and the generation of services. For that, a bibliographic review was carried out, from the reading, analysis and reflection of materials such as scientific articles, theses, dissertations, annals of events and books. The results showed that providing support for Micro and Small Companies to adopt and use strategic knowledge management and formalize information flows is a huge challenge for reasons related to the need for more academic production on the roles that the information and knowledge can play in these companies; easier access to credit; improving the education of managers through formal or other education; and managers' awareness of their roles in the organization. Finally, it was noted that knowledge management and information flows can contribute to the success and development of Micro and Small Enterprises.

**Keywords:** Knowledge Management, Information Flows, Micro and Small Enterprises.

## **1 INTRODUÇÃO**

Atualmente, as organizações contemporâneas estão inseridas em um contexto mercadológico altamente competitivo. Essa competitividade torna-se um desafio diário nas organizações que, presentes em um mercado com um volume de empresas cada vez maior, criam diariamente novos e diferentes produtos e serviços, objetivando conquistar novos clientes e fidelizar os já existentes. Dentro dessas organizações, as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) estão cada dia mais conquistando parcelas significativas do mercado e contribuindo para o suprimento da demanda de produtos e serviços ofertados.

Todavia, para se manterem nesse mercado, conquistarem e fidelizarem clientes e se desenvolverem, é necessário que se conscientizem da importância dos seus sujeitos organizacionais e das pessoas que estão envolvidas no negócio (stakeholders). As MPEs possuem a possibilidade de se destacar diante das outras, dando importância à Ciência e ao contexto empresarial Pós-Moderno em que estão ambientados, visto que este é pautado pela integração, e a integração propicia crescimento e desenvolvimento de novos conceitos e ideias.

Nesse âmbito, a informação e o conhecimento se inserem na era pós-moderna como insumos essenciais para o desenvolvimento efetivo das práticas de trabalho dessas empresas, visto que, segundo Valentim (2004), a gestão desses insumos pode ser considerada um conjunto de estratégias que criam, compartilham e utilizam o conhecimento para auxiliar na geração de ideias, solução de problemas e tomada de decisão.

Diante dessas contextualizações, o presente trabalho possui o seguinte problema de pesquisa: como a gestão do conhecimento e os fluxos informacionais podem auxiliar as Micro e Pequenas Empresas a se destacarem no mercado, mediante a valorização da informação, do conhecimento e dos sujeitos organizacionais? O objetivo do trabalho é investigar, a partir da literatura, a relação entre a gestão do conhecimento, fluxos informacionais e MPEs e verificar se a gestão do conhecimento pode potencializar a produtividade e a geração de serviços dessas. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica, que se justifica por contribuir diretamente para a efetividade nos resultados das MPEs e para o campo da Administração e da Ciência da Informação.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Gestão do Conhecimento

A gestão do conhecimento, segundo Sveiby e Martins (2001), possui três origens: (i) surgiu nos Estados Unidos, no período em que a inteligência artificial ganhava força e os sistemas se tornavam obsoletos; (ii) por volta de 1980, surgiu no Japão, que no momento incentivava a inovação e o conhecimento como ativos imprescindíveis ao sucesso de uma organização; e por último, (iii) também surgiu na Suécia, que trabalhava com estratégias de competência, diretamente dependentes do conhecimento dos funcionários.

Para não haver confusão e obter uma linha de raciocínio evolutiva sobre a construção do conhecimento, torna-se necessário compreender os seguintes conceitos: dados, informação e conhecimento, que por sinal, são complementares e dependentes uns dos outros.

De acordo com Hoffmann (2009), dado é informação bruta, primária, sozinha, sem propósito e significado. Os dados não conduzem à compreensão, até que sejam estabelecidas relações entre eles, pois a partir dessas relações ele se transforma em informação.

Para Drucker (1999) a informação é gerada por meio dos dados. Ela é considerada dados interpretados, relacionados e dotados de relevância e propósito.

A informação se torna um insumo importante, justamente porque o cotidiano das organizações é dependente do processo de informação, e ela encontra-se presente no seio de todas as áreas do conhecimento, podendo ser usada em diversos contextos e situações. Dessa forma, ela é considerada o insumo mais importante da produção humana (HOFFMANN, 2009).

A informação pode ser separada em dois tipos: formal e informal. “As informações formais são as que podem contar com um suporte e uma modalidade de estocagem ou armazenamento que lhe asseguram existência permanente”. (HOFFMANN, 2009, p.15). Essas são originárias dos livros, filmes, internet, base de dados, revistas, jornais, bibliotecas, etc.

Enquanto que a informação informal, segundo a autora, é aquela ainda não formalizada, proveniente das pessoas, que se instaura por meio da socialização.

Segundo Hoffmann (2009) o conhecimento pode ser considerado o resultado da informação que é interpretada, estruturada e aplicada por alguém. Assim, a informação internalizada que se configura em uma ação, pode ser considerada conhecimento.

Sabbag (2007) corrobora com essa proposição, afirmando que “(...) conhecimento é informação processada que habilita à ação (...)”. É por isso que o conhecimento é tão abordado como um insumo importante para as organizações contemporâneas, justamente porque os gestores começaram a entender que o conhecimento gera ação, e a qualidade do conhecimento, por sua vez, proporciona ações qualitativas e efeitos efetivos nos processos decisórios e organizacionais. E mais, a informação considerada insumo para a criação do conhecimento ganha valor e espaço nas organizações, bem como os sujeitos organizacionais, principais atores desses processos.

Davenport e Prusak (1998, p.6) definem o conhecimento como

(...) uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e insight experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores. Nas organizações, ele costuma estar embutido não só em documentos ou repositórios, mas também em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais. (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p.6).

Com isso, pode-se dizer que o conhecimento é uma informação que ganha personalidade. Isso porque uma única informação analisada por vinte pessoas diferentes não será mais apenas uma única informação, mas sim uma informação mais vinte conhecimentos diferentes, visto que essa informação foi internalizada e interpretada por diferentes cognições, crenças, culturas, percepções e estado de emoção que cada indivíduo oferece. Nesse contexto, Setzer (1999) considera que o conhecimento passa a ser apontado como uma absorção interior e pessoal de uma informação que foi experimentada e utilizada por alguém.

O conhecimento tem sido um recurso muito desejado pelas organizações, pois é um insumo chave para as tomadas de decisões, previsões, planejamentos estratégicos, análises e avaliações no ambiente organizacional (SOFFNER, 2005). Nesse caminho, o conhecimento pode até mesmo quebrar paradigmas antigos do mundo empresarial, onde o funcionário é julgado quando por efeito natural da sua existência, provoca algum erro. Isso porque até mesmo o erro, a falha e a aprendizagem são etapas para a construção do conhecimento.

Assim como existem dois tipos de informação, formal e informal, também existem dois tipos de conhecimento: o conhecimento tácito e o conhecimento explícito. Que segundo Nonaka e Takeuchi (1997), o primeiro é considerado o conhecimento pessoal, ligado à cultura e experiências pessoais, podendo ser transmitido pela socialização e convivência com outras pessoas; e o segundo é o conhecimento registrado e tangível, transmitido por meio da linguagem formal.

Entretanto, quando o conhecimento explícito é abordado e conceituado, alguns costumam confundir com a informação formal, que por sua vez, também é originária do documento registrado. Assim, arrisca-se a dizer que não existe conhecimento tácito e explícito. Existe o conhecimento e suas transmissões tácitas e explícitas.

Ainda, com o intuito de finalizar as discussões e reflexões acerca dos conceitos de: dado, informação e conhecimento, Hoffmann (2009, p.22) apresenta um exemplo interessante para diferenciar e demonstrar as relações desses conceitos, que segue:

(...) um dado numérico assume diferentes significados, passando a ser informação e desencadeando o conhecimento. O número 40 pode ser: dado 40 graus (relacionado a temperatura de uma pessoa), passando a ser informação “pessoa febril” e pode apresentar o conhecimento médico “necessário tomar um antitérmico”. (HOFFMANN, 2009, p.22).

Nesse exemplo que a autora dá, o conhecimento pode ser interpretado como um recurso solucionador, que resolverá problemas por meio do saber da ação e propiciará ao indivíduo consciência sobre o caminho a se seguir. Porém, para que esse processo se solidifique, é necessário que todo tipo de conhecimento seja gerenciado e é por isso que a gestão do conhecimento vem sendo abordada e colocada em prática no âmbito das organizações.

A gestão do conhecimento, para Hoffmann (2009), possui por objetivos a criação, o registro e o compartilhamento do capital intelectual das organizações, que inclui em sua definição a capacidade e o potencial intelectual dos funcionários.

Para Loghbridge (1996), a gestão do conhecimento inclui processos de aprendizado e experiências individuais e que pode ser definida por etapas de aquisição, troca e uso do conhecimento nos processos de uma organização.

Fundamentado na nova perspectiva da sociedade pós-moderna, em que a informação e o conhecimento ganham atribuições de valor, Malhotra (2001) explica que a gestão do conhecimento é uma nova área de estudos, que auxilia no processo de adaptação e sobrevivência frente às mudanças que ocorrem no ambiente organizacional, além de incentivar a competência e a capacidade de inovação dos indivíduos geradores de conhecimento.

Maia (2003) também acredita que a gestão do conhecimento surge como uma nova ferramenta que vem sendo incorporada como insumo para os planejamentos estratégicos das organizações. Uma das principais diretrizes da gestão do conhecimento é conhecida como compartilhamento do conhecimento, responsável por capacitar os indivíduos a gerarem novos conhecimentos, isso porque o compartilhamento é capaz de aprimorar as competências do indivíduo (CRAWFORD, 1994). Para Hoffmann (2009), a criação do conhecimento é o processo mais importante da gestão do conhecimento. Na mesma linha de raciocínio, Nonaka e Takeuchi (1997) acreditam que esse processo de criação somente acontece se a organização estabelecer condições favoráveis para isso. Em síntese, essas condições, segundo os autores envolvem: o incentivo à autonomia para criatividade, reflexão e comunicação dos funcionários, além de disposição para se interagir com o ambiente externo à organização.

De acordo com Davenport, Jarvenpaa e Beers (1996), a gestão do conhecimento é considerada uma ferramenta advinda do planejamento estratégico, capaz de capacitar as organizações no gerenciamento do conhecimento, para obtenção de vantagens competitivas.

Bukowitz e Williams (2002) explanam que essa gestão é considerada um processo que fornece riqueza para as organizações, por meio da valorização do conhecimento e do capital intelectual dos seus funcionários.

(...) na prática, a gestão do conhecimento consiste na identificação e mapeamento dos ativos intelectuais da organização, divulgando e gerando novos conhecimentos para a vantagem competitiva e compartilhando as melhores práticas e tecnologias que impulsionarão estes processos. (REZENDE, 2006, p.265).

A partir disso, torna-se relevante que as organizações se conscientizem que o conhecimento

e a informação gerados por seus sujeitos organizacionais podem se tornar um grande diferencial competitivo, além de propiciar altos níveis de motivação a eles, que irão se sentir úteis e ativos em suas funções.

As organizações são sistemas, e todo sistema carrega consigo partes que quando agem em conjunto conseguem alcançar determinado objetivo. Logo, todos os insumos e todas as partes de uma organização necessitam ser valorizados. Principalmente os sujeitos organizacionais, que são quem auxiliam na produção da informação, por meio das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), como também, na produção do conhecimento, por meio de suas experiências pessoais e profissionais, proporcionando know-how ao ambiente organizacional.

Isto posto

(...) podemos dizer que a gestão do conhecimento pode ser algo muito próximo do que conhecemos como cultura organizacional, pois é, antes de tudo, uma postura comportamental. É um estado de sensibilidade tal que atinge todos os colaboradores de uma organização, motivando-os a produzir e explicitar o seu conhecimento individual, colocando-o em favor da empresa como um todo. (CARVALHO; TAVARES, 2001, p.62).

Em consonância disso, a gestão do conhecimento é um conjunto de estratégias, que são executadas para criar, adquirir, compartilhar e utilizar o conhecimento, com a meta de auxiliar na construção de novas ideias, resolução de problemas e tomada de decisão (VALENTIM, 2004).

## 2.2 Fluxos Informacionais

As instituições empresariais vêm exigindo cada vez mais um maior comprometimento dos profissionais que estão inseridos dentro desse contexto, no qual é necessário estar atento aos processos de criação, codificação e aplicação do conhecimento, principalmente para agregar valor e inovar em seus produtos e serviços. Neles, a informação e o conhecimento são insumos que alimentam os fluxos informacionais e estabelecem a dinâmica informacional para a organização.

A partir disso, é necessário que haja uma estrutura organizacional, pois é por meio dela que os fluxos informacionais se desenvolvem. Para um melhor entendimento, a estrutura organizacional refere-se à organização das atividades, tarefas e funções necessárias para atingir um determinado objetivo. Na estrutura organizacional, existem dois tipos de fluxos informacionais: fluxos formais, que dizem respeito à informação que percorre formalmente os diversos setores de trabalho, como diretorias, gerências, divisões, departamentos, seções, etc., por meio de memorandos, atas, relatórios, planilhas, e-mails, dentre outros canais; e fluxos informais, que se referem à informação gerada/comunicada entre as pessoas, por meio das relações humanas construídas nos diferentes setores de trabalho (VALENTIM, 2005).

É importante destacar que os fluxos formais possuem uma estruturação e os fluxos informais não são estruturados, Valentim (2010, p. 18) os caracterizam da seguinte maneira:

Os fluxos informacionais estruturados se caracterizam por sua visibilidade, se constituem no resultado das atividades e tarefas desenvolvidas de forma repetitiva [...]. Os fluxos informacionais não estruturados se caracterizam, quase sempre, por sua invisibilidade, porquanto se constituem no resultado de vivências e experiências individuais e grupais dos sujeitos [...]. (VALENTIM, 2010, p. 18-19).

Em vista disso, os fluxos informacionais estruturados (fluxos formais) se caracterizam por sua materialidade, considerando que são registrados em diversos suportes no ambiente organizacional. Além disso, se constituem em matéria-prima para a gestão da informação que abrange desde a prospecção, passando pelo monitoramento, seleção, análise, tratamento, organização e chegando a disseminação de dados e informações. Neste tipo de fluxo, ocorre a diminuição da ambiguidade da informação para a tomada de decisão, pois garante que o conhecimento gerado pelos sujeitos organizacionais seja registrado, fornecendo fidedignidade e confiabilidade. Por outro lado, os fluxos informacionais não estruturados (fluxos informais) se caracterizam por sua imaterialidade, ou seja, são intangíveis, estando relacionados às experiências vivenciadas pelos indivíduos que atuam no ambiente organizacional. Este tipo de fluxo é considerado matéria-prima para a construção do conhecimento (VALENTIM, 2010), ou seja, refere-se a um processo de gestão focado no capital intelectual, tecendo as informações e os conhecimentos no âmbito organizacional ao qual a empresa



está inserida, com a finalidade de contribuir com a tomada de decisão e a resolução de problemas, gerando lucros e diferenciais competitivos.

Nessa perspectiva, conhecer os diversos ambientes organizacionais, bem como os fluxos de informações, é essencial para qualquer empresa, independente do seu porte, pois para sobreviverem em mercados altamente competitivos, é necessário inovar.

Gonçalves (2000, p. 9) explica que “as empresas estão procurando se estruturar em processos para tentar maior eficiência na obtenção de seus produtos e serviços, melhor adaptação a mudanças, melhor integração de seus esforços e maior capacidade de aprendizado (...)”.

Toda empresa utiliza a informação como um elemento essencial para o desempenho de suas atividades. Informações são produzidas a todo o momento, desde o desenvolvimento de um produto ou serviço, passando pela linha de produção, estoque, logística, vendas, marketing e diversas outras áreas. Valentim (2008, p. 18) salienta que as instituições necessitam de uma quantidade de informações que auxiliem suas ações “(...) sendo assim, a informação deve ser reconhecida com um elemento chave para o desenvolvimento organizacional de uma empresa”. É fundamental ressaltar que uma empresa para possuir diferenciais competitivos não deve somente criar, mas organizar as informações de modo a gerar novos conhecimentos. À medida que uma empresa passa a transformar informação em conhecimento, promovendo a disponibilização do resultado desse processo para as equipes de trabalho, de maneira a criar um ambiente de compartilhamento, esta passa a permitir que o conhecimento seja transformado em vantagem estratégica. Choo (2006) afirma que novos conhecimentos possibilitam a organização desenvolver novas capacidades, criação de novos produtos e serviços, aperfeiçoar os já existentes, melhorando os processos organizacionais.

Assim, as estratégias baseadas no conhecimento possibilitam a criação de ferramentas de gestão que envolve todos os ambientes da empresa, ou seja, envolve a sua estrutura organizacional, onde seus fluxos informacionais, sejam formais ou informais, precisam ser gerenciados da melhor maneira. A aprendizagem organizacional, gestão intelectual, aprimoramento de habilidades e análise da cultura organizacional da empresa que precisam ser destacados, pois permitiram a criação de conhecimento e posteriormente o registro e socialização, sendo possível extrair o que está naturalmente enraizado, seja na origem da própria empresa ou nas pessoas envolvidas no processo, bem como no contexto externo.

### **2.3 Micro e Pequenas Empresas**

Inicialmente nesta seção, cabe retomar a definição da Lei Complementar 123/2006 que institui o estatuto da micro e pequena empresa no Brasil e classifica as MPEs de acordo com seu faturamento, sendo que as microempresas são aquelas de faturamento anual superior a R\$ 60.000,00 e inferior a R\$ 360.000,00; e as pequenas empresas são as de faturamento anual acima de R\$ 360.000,00 e inferior a R\$ 3.600.000,00, (BRASIL, 2006).

As MPEs têm grande importância para a economia brasileira, e atualmente representam grande parte da geração de riquezas, estimando-se sua participação em cerca de 98,5% do número de empresas privadas no Brasil, de acordo com o Serviço de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2017), sobretudo porque estas empregam 54% dos brasileiros com carteira assinada.

Não obstante a este cenário, que destaca a importância destas empresas no país, muitas são as dificuldades por elas enfrentadas, e em um contexto complexo, não só econômico, mas multidimensional, onde “não se pode compreender nenhuma realidade de modo unidimensional” (MORIN, 2005 p. 69), as empresas perduram sua sobrevivência a partir da inovação organizacional adquirindo e criando novos conhecimentos (VALERIO NETTO, 2006).

As seções anteriores deste artigo apresentam a importância da gestão da administração dos fluxos informacionais e do conhecimento no contexto organizacional para alcançar vantagem competitiva no ambiente de competição acirrada.

Se este é um desafio para qualquer organização, para as MPEs as dificuldades neste campo são ainda mais acentuadas, pois, trata-se de um processo complexo que nasce da tomada de consciência a respeito do valor da informação e do conhecimento na organização. Essa tomada de consciência, realizada primeiramente pelos gestores, permite que toda uma cultura relacionada à gestão dos fluxos informacionais, criação de ambientes de aprendizagem e a gestão do conhecimento seja implantada em toda a empresa.

É fato que a tomada de consciência deve vir de cima para baixo, isto é, deve ser inicialmente deliberada pelos gestores das empresas. A respeito da visão gerencial com foco no caráter estratégico da informação como base para a tomada de decisão, declara Targino (2000, p. 7):

(...) Trata-se de adotar atitudes específicas, tais como, noção precisa de tempo e de espaço; conhecimento de condições financeiras e de investimentos em recursos humanos, engenharia e administração de fontes de informação e gestão eletrônica de documentos. (TARGINO, 2000, p.7).

Porém, é certo que os conhecimentos, habilidades e atitudes que corroboram com a gestão dos fluxos informacionais e do conhecimento ocupam lugar de protagonista no pensamento dos micro e pequenos empresários, fundamentais para a economia e crescimento do país?

Dados da pesquisa GEM 2015, realizada pelo SEBRAE em parceria com o IBPQ (Instituto Brasileiro de Produtividade e Qualidade), apresentam que 67,4% dos empreendedores brasileiros fazem parte da fatia de nível de escolaridade entre o primeiro grau completo e o potencial nível superior, sendo que os números alarmantes correspondem aos empreendedores que possuem um nível superior completo, achando-se em apenas 6%. Soma-se a isso o fato dos 30,6% restantes não possuírem o primeiro grau completo.

Solans (1998) demonstra, a partir do exemplo dos Estados Unidos, como a economia deixou gradativamente de ser industrial e passou a ser informacional, com altos índices de retorno, tanto em termos de geração de riqueza quanto em termos de taxa de empregos.

Ao longo das últimas duas décadas, a maioria dos países ocidentais tem visto o setor industrial, em grande parte responsável pela riqueza que acumularam desde o século XIX, tem perdendo peso no Produto Interno Bruto (PIB) em comparação com o setor de serviços [...] transformação lenta e gradual da economia da informação, em uma economia onde os setores que mais crescem em modos mais intensivos em informação, tem gerado crescimento na formação econômica e de empregos que não foi produzido na Europa. (SOLANS, 1998, p.39-40).

A partir da citação de Solans, pode-se refletir que, quanto maior consciência os empresários tiverem a respeito da importância da informação em uma economia da informação, maior as possibilidades das empresas terem uma atuação bem sucedida no mercado e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento da economia do país no qual estão instaladas.

Nesta mesma linha de pensamento a respeito de uma sociedade da informação e conhecimento, González e Visbal (2000, p.52) afirmam que estes conhecimentos, hábitos e práticas como processos inexoráveis que corroboram com a gestão dos fluxos informacionais e do conhecimento "(...) sempre vão corresponder à estrutura de classe onde está inserida cada pessoa". Ou seja, o potencial de autonomia de pensamento e tomada de consciência a respeito da importância da informação está relacionada à sua classe social que é relacionado ao seu nível de escolaridade.

Em confirmação ao explicitado acima, no tocante ao paralelo entre classe social e escolaridade, a pesquisa GEN 2015 apresenta as classes sociais aos quais esses empreendedores pertencem e possibilita considerar que o nível educacional está diretamente relacionado à classe, pois mais da metade dos empreendedores brasileiros pertencem à classe C (55%), enquanto que 7,3% pertencem às classes D e E. Estes dados podem ser evidências de que a maioria dos empreendedores brasileiros possui inconsistente consciência a respeito da gestão da informação e do conhecimento no âmbito organizacional para favorecer vantagens competitivas. Por conseguinte, tem-se o resultado amedrontador da pesquisa a respeito da mortalidade de MPEs, declarando que apenas metade das MPEs sobrevive aos dois primeiros anos de funcionamento (SEBRAE, 2016).

A reflexão crítica para criação de possíveis propostas de melhoria no cenário exposto, onde a gestão do conhecimento poderá contribuir para a vantagem competitiva, não deve ser baseada em reducionismos e medidas prontamente simples, visto que trata-se de realidades atuais que foram influenciadas por erros de base do passado e que influenciarão através de um "círculo retroativo" a trajetória futura da sociedade em que estão inseridas estas empresas (MORIN, 2000, p. 211). Versa-se então a respeito de uma realidade complexa, onde deve-se avaliar a multidimensionalidade das bases anteriores que trouxeram a realidade atual, em que a falta de autonomia e consciência reside no cotidiano social das MPEs.

Freire (1988), ao tratar da leitura de mundo em sua famosa prática pedagógica, dizia que primeiro era necessário ler o mundo para depois transformá-lo, no entanto, esta leitura somente é possível se o indivíduo possuir autonomia.

Autonomia aproxima-se do pensamento de Freire e parece envolver a capacidade de distanciar-se do contexto de normas e regras que determinam as ações de

indivíduos e grupos sociais, e examina-las a luz das diferentes possibilidades visualizando-as em uma totalidade social mais ampla e compreendendo o seu próprio papel na rede das relações sociais. (BAQUERO; GONÇALVES, 2004, p.90).

Assim, a autonomia é entendida como a ação simplificadora responsável para a construção da sociedade, e esta mesma premissa complexa é válida quando falamos da tomada de consciência para as atitudes informacionais basilares para a gestão do conhecimento, pois é somente por meio da autonomia de cada indivíduo que se pode tomar consciência e construir o conhecimento, primeiramente nos gestores e posteriormente nos envolvidos com as MPEs.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, que segundo Oliveira (1999, p.117):

(...) possui a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos. (OLIVEIRA, 1999, p.117).

O estudo em questão contemplou textos científicos relevantes no processo de busca, coleta e seleção dos artigos e livros, que foram consultados no Portal de Periódicos da CAPES e BRAPCI. Também foram utilizados alguns livros específicos sobre a temática e alguns publicados na seguinte base de dados bibliográfica: catálogo bibliográfico Parthenon da Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) empregando-se as seguintes palavras-chave: Gestão do Conhecimento, Fluxos Informacionais, e Micro e Pequenas Empresas. Após o levantamento bibliográfico, foram realizadas a análise e a reflexão sobre os conteúdos abordados neste trabalho.

A revisão bibliográfica apresenta o levantamento e análise de vários materiais bibliográficos, mas os principais recursos utilizados foram os artigos científicos e livros que serviram de base para o desenvolvimento do referencial teórico desse presente artigo. A revisão bibliográfica se fundamenta em fontes e documentos impressos e eletrônicos que auxiliaram na elaboração do artigo. Para tanto, foi realizado a construção do corpo teórico a partir de textos no âmbito nacional, para enriquecer as discussões que contemplem a temática abordada.

Assim, a partir do levantamento bibliográfico foi possível realizar a construção do referencial teórico ressaltando como a gestão do conhecimento e os fluxos informacionais são necessários para a obtenção de vantagens competitivas e melhorias contínuas das MPEs.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na revisão bibliográfica deste artigo, foi possível verificar o quanto a gestão do conhecimento e os fluxos informacionais, quer sejam formais ou informais, são necessários para a obtenção de vantagens competitivas e conseqüentemente sobrevivência e sucesso das organizações no mercado.

No entanto, fornecer subsídios para que as MPEs possam adotar e utilizar de forma estratégica a gestão do conhecimento e formalizar fluxos de informações se constitui um enorme desafio por variadas razões.

A primeira delas, conforme apontado por Rocha, Walter e Silva (2011), reside no fato de não haver literatura suficiente tanto em Ciência da Informação quanto em outras disciplinas cujos conceitos são passíveis de serem aplicados em estudos de cunho administrativo e gerencial. Assim, incentivar os estudos realizados dentro da Ciência da Informação com foco nas MPEs é uma tarefa necessária, visto a importância socioeconômica que tais empresas possuem no Brasil e em diversos outros países.

A segunda razão se encontra nas dificuldades de acesso a recursos financeiros e tecnológicos. De acordo com o Sebrae (2003), dentre as particularidades de gestão de micro e pequenas empresas está a dificuldade de acesso aos serviços de capital, financiamento e o baixo emprego de tecnologias sofisticadas, a exemplo de sistemas de gestão. Essa mesma posição é corroborada por Madi e Gonçalves (2011), que afirmam:

(...) para Schumpeter, a relação entre empresário inovador e crédito é fundamental no processo de desenvolvimento. Na realidade das MPEs, o empregador/proprietário pode conseguir adiantamentos para administrar sua empresa ou captar, pessoalmente, recursos monetários para pagar as despesas operacionais e financeiras. Há uma tendência de fusão do dinheiro pessoal do empregador/proprietário com o dinheiro institucional que revela limites para a sobrevivência e expansão das empresas de pequeno porte. Nesse sentido, as possibilidades de geração de vantagens competitivas das MPEs podem estar vinculadas ao crédito. (MADI; GONÇALVES, 2011, p.41).

Dessa maneira, por mais que os fluxos de informações informais sejam extremamente necessários para a empresa, uma vez que a percepção do colaborador enquanto sujeito dotado de uma bagagem cultural, crenças, valores e percepções, é fundamental para transformar a informação vinda de fontes e suportes informais em conhecimento, que pode ter alto impacto positivo na organização, a gestão do conhecimento e os fluxos informacionais formais são favorecidos pelo uso da tecnologia, em especial no que diz respeito à organização, compartilhamento e acesso à informação. É preciso lembrar que conforme já dito e de acordo com Hoffman (2009), o compartilhamento do conhecimento, entendido como a criação de conhecimento, é tido como o processo mais importante da gestão do conhecimento, mas só ocorre se houver condições favoráveis no contexto da organização. Assim, além da plena consciência do gestor sobre esta importância, a tecnologia é um dos fatores determinantes para este compartilhamento, e por esses e outros motivos o acesso ao crédito é tão importante para as MPEs.

Outra razão que determina as dificuldades para a utilização da gestão do conhecimento e dos fluxos de informação como suporte à tomada de decisões nas MPEs está relacionada às dificuldades de natureza estrutural presentes no sistema brasileiro de acesso ao ensino básico e da má qualidade do mesmo, conforme demonstrado por diversos indicadores nacionais, a exemplo do Ranking Mundial de Qualidade da Educação realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2015, que constatou que o Brasil ocupa a 60ª posição em termos de qualidade de ensino entre os 76 países avaliados, e que se reflete diretamente na consciência que o gestor tem a respeito da gestão do conhecimento e fluxos informacionais.

Como já foi apontado acima, o nível de escolaridade e a classe social a qual os empreendedores pertencem têm relação direta com as suas competências e habilidades para a gestão de seu negócio, e considerando que apenas 6% dos micro e pequenos empresários possuem nível superior completo, não é de se espantar que apenas metade das MPEs sobreviva após os dois primeiros anos. Isto posto, é necessário que as esferas governamentais visualizem os investimentos realizados em educação como uma medida econômica capaz de mudar para melhor a realidade do país e dos seus habitantes. Sobre este assunto, Zanardine (2008) pontua que:

Em consonância com o modelo da administração pública gerencial, no âmbito da globalização, e com a proposição do Banco Mundial de alívio da pobreza, o governo empreendedor, tendo em vista o desapego à burocracia e à rigidez de suas normas, entende que deve financiar os resultados e não os recursos ou distribuir os recursos tendo como parâmetros os resultados. Para que os gastos incidam majoritariamente sobre os resultados das organizações públicas prestadoras de serviços, o governo deve impreterivelmente adotar e implementar estratégias de participação, avaliação e aferição de rendimentos e desempenho a serem explicitados sob a forma de rankings. (ZANARDINE, 2008, p.97).

Por fim, como último fator de impedimento da tomada de decisão com base nos fluxos informacionais e na criação e compartilhamento de capital intelectual propiciado pela gestão do conhecimento está a estrutura hierárquica comumente presente nas MPEs, que de acordo com o Sebrae (2003) tem por característica a forte presença de laços familiares e a extrema centralização de poder decisório.

Assim, é necessário que o gestor tome consciência do papel de gestor/facilitador que possui frente à organização. Qualquer decisão tomada no contexto organizacional, relacionada ou não à informação e ao conhecimento, deve partir de cima para baixo, conforme explicitado na seção anterior, pois somente dessa maneira será possível influenciar positivamente os colaboradores para que trabalhem motivados e para que possam alcançar os objetivos organizacionais estabelecidos anteriormente. Dito de outra maneira, é necessário que o gestor saiba atuar com um locutor, mas também como um interlocutor quando necessário.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se refletir sobre o potencial benéfico que a gestão do conhecimento e os fluxos informacionais podem ter quando devidamente aplicados no contexto das MPEs.

Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre esses conceitos visando destacar as formas com que eles se inter-relacionam, objetivando destacar os pontos de contatos e os pontos de conflitos estabelecidos.

Diante do que foi exposto, pôde-se concluir que a gestão do conhecimento tem alto potencial de impacto para realizar melhorias no ambiente organizacional no que tange à competitividade das MPEs no mercado. No entanto, ainda existe uma série de dificuldades que devem ser superadas para que essa gestão possa verdadeiramente ser instalada para gerar as vantagens competitivas pertinentes, dentre elas o apoio à tomada de decisão e a criação de capital intelectual.

É importante destacar que os quatro subsídios apresentados na seção anterior - maior número de produção acadêmica sobre os papéis que a informação e o conhecimento podem desempenhar nas MPEs; maior facilidade no acesso ao crédito, melhoria da instrução dos gestores por meio da educação, quer formal ou em outras modalidades; e tomada de consciência por parte dos gestores sobre suas funções na organização - são apenas alguns dos subsídios existentes para financiar a empreitada metodológica aqui prevista.

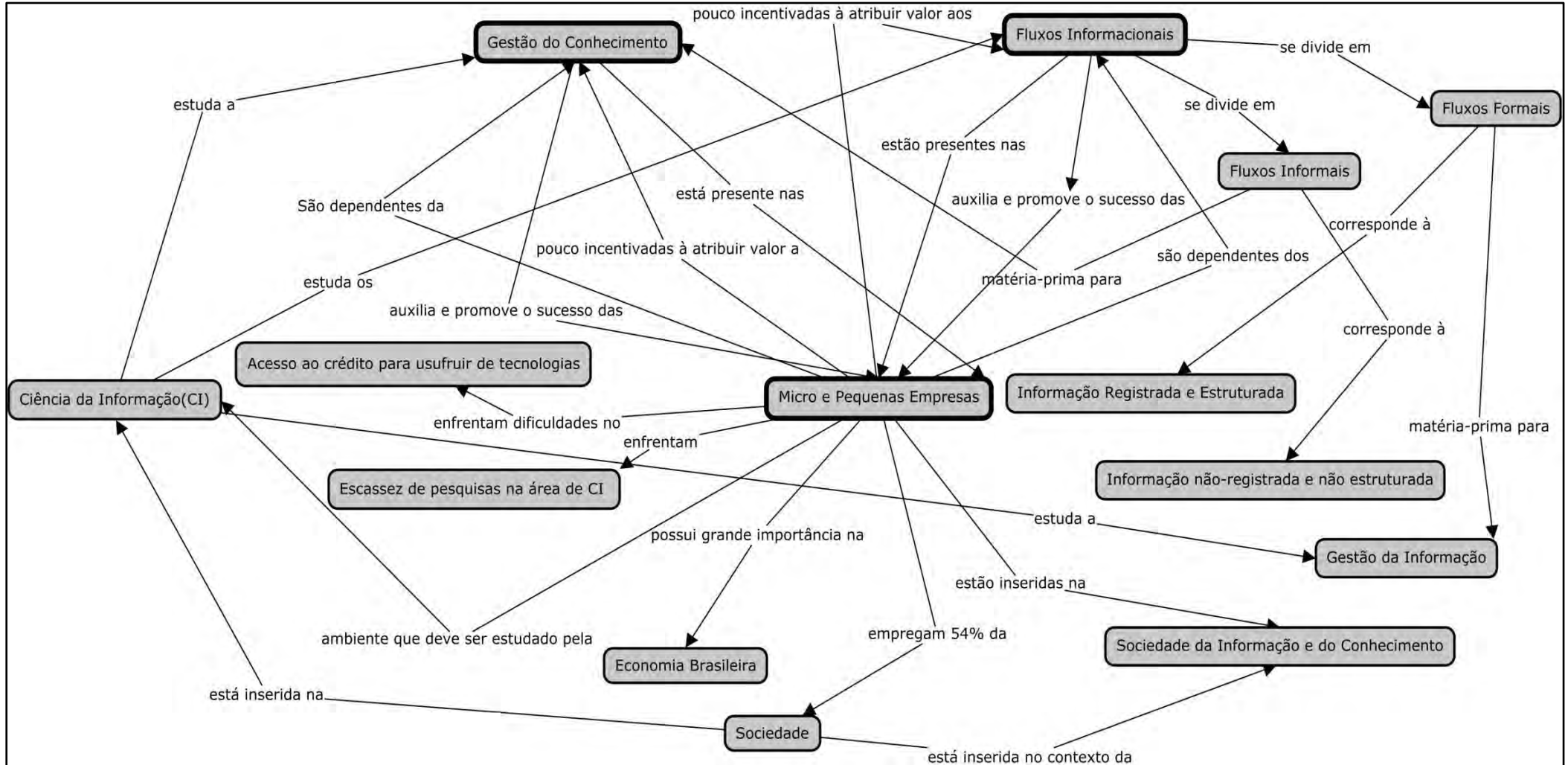
Cabe destacar que esta é uma tarefa que compete aos diversos atores sociais, não se limitando às esferas governamentais, mas também às instituições financeiras e à academia, visto que muito mais que uma questão meramente econômica, as MPEs desempenham um papel social de extrema importância, que deve ser valorizado.

Por fim, notou-se com maior expressão, que não somente os processos da gestão do conhecimento e os fluxos informacionais podem contribuir para o sucesso e desenvolvimento das MPEs, pois, pode-se dizer que todo o contexto relacionado com os elementos informação e conhecimento são relevantes para essas empresas, assim, para melhor compreensão desse resultado e das discussões abarcadas por este artigo, agregou-se ao texto um mapa conceitual (Figura 1) que resumisse e objetivasse tais discussões.

O estudo enfrentou limitações referentes à escassez de estudos voltados às MPEs no campo da Ciência da Informação, o que concomitantemente, serviu de motivação para o desenvolvimento desta pesquisa.

Dessa maneira, como apoio ao desenvolvimento de pesquisas futuras, indica-se investigações interdisciplinares da Ciência da Informação que abarcam não somente a gestão do conhecimento como ferramenta potencial para o crescimento das MPEs, mas também a gestão da informação e a competência em informação.

**Figura 1 – Objetivação e resumo do estudo**



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei Complementar Nº123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte. Congresso Nacional, Brasília, DF, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lc123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lc123.htm). Acesso em 31 maio. 2018.
- BUKOWITZ, W.R.; WILLIAMS, R.L. **Manual de gestão do conhecimento: ferramentas e técnicas que criam valor para a empresa**. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- CARVALHO, G.M.R. de.; TAVRES, M. da S. **Informação & conhecimento: uma abordagem organizacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- CHOO, C. W. A. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: Senac, 2006.
- CRAWFORD, R. **Na era do capital humano**. São Paulo: Atlas, 1994.
- DAVENPORT, T.H.; JARVENPAA, S.; BEERS, M. Improving Knowledge work processes. **Sloan Management Review**, Cambridge Massachusetts, v.37, n.4, p. 53-65, Summer, 1996. Disponível em: <<http://sloanreview.mit.edu/article/improving-knowledge-work-processes>>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- \_\_\_\_\_.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- DRUCKER, P. **Desafios gerenciais para o século XXI**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1988.
- GEM 2015. **Empreendedorismo no Brasil**. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOSCHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b24e/\\$File/5904.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOSCHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b24e/$File/5904.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2018.
- GONÇALVES, J. E. Processos? Que processos?. **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 4, p. 8-19, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rae/v40n4/v40n4a02>>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- GONÇALVES, M. A. S.; BAQUERO, R.V.A. **Adultos não- alfabetizados: leitura de mundo e processos sócio-cognitivos**. See Minas Gerais Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Humanos Veredas, Veredas - Minas Gerais, v. 1, 2004.
- HOFFMANN, W.A.M. **Gestão do conhecimento: desafios de aprender**. São Carlos: Compacta, 2009.
- LOUGHBRIDGE, M.E.D. **Intellectual capital and knowledge management**. IFLA Journal, p. 299-301, 1996.
- MADI, M. A. C., GONÇALVES, J. R. B. Produtividade, financiamento e trabalho: aspectos e dinâmica das micro e pequenas empresas (MPes) no Brasil. In: SANTOS, A. L. dos; KREIN, J. D.; CALIXTRE, A. B. (Orgs). **Micro e pequenas empresas: mercado de trabalho e implicações para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.
- MAIA, C. Casa de ferreiro, espeto de pau: a gestão do conhecimento em empresas produtoras de conhecimento. In: TERRA, J.C.C. **Gestão do conhecimento e e-learning na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p.4.18.
- MALHOTRA, Y. **Knowledge management and business model innovation**. Idea Group Inc., 2001, 453p.

MORIN, E. Ciência e consciência da complexidade. In: MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis (Org.). **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000. 265p.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. São Paulo: Eliane Lisboa, 2005.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

OLIVEIRA, S. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1999. 320p.

REZENDE, D.A. Sistemas de conhecimento e as relações com a gestão do conhecimento e com a inteligência organizacional nas empresas privadas e nas organizações públicas. In: TARAPANOFF, K. **Inteligência, informação e conhecimento em corporações**. Brasília: IBICT/UNESCO, 2006, p.257 – 276.

ROCHA, D. T.; WALTER, S. A.; SILVA, E. D. Processo de formação de estratégias em pequenas empresas: um estudo bibliométrico e sociométrico. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 5, n. 1, p. 102-119, 2011.

SABBAG, P.Y. **Espirais do conhecimento**: ativando indivíduos, grupos e organizações. São Paulo: Saraiva, 2007.

SEBRAE. **Relatório de sobrevivência das MPEs no Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-dasempresas-no-brasil-relatorio-apresentacao-2016.pdf>>. Acesso em 01 mar.2018.

SEBRAE. **Boletim estudos & pesquisas**. Abril 2017. 2017. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/7da144d00efbab25180f873a3b1c85f9/\\$File/7588.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/7da144d00efbab25180f873a3b1c85f9/$File/7588.pdf)>. Acesso em 31 maio. 2018.

SEBRAE PE. **Estratégia do Sebrae de preparação das MPEs para o novo ciclo de dinamismo econômico de Pernambuco**. 2003. Disponível em: <[https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/livro\\_cenarios\\_parte\\_4.pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/livro_cenarios_parte_4.pdf)> Acesso em 22 jun 2018.

SETZER, V.W. Dado, informação, conhecimento e competência. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, n.0, dez.1999. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br/dez99/Art01.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SOFFNER, R.K. Gestão do conhecimento e mudança organizacional. In: SILVA FILHO, C.F.; SILVA, L.F. (Org.). **Tecnologia de informação e gestão do conhecimento**. Campinas: Alínea, 2005. p.70-77.

SOLANS, A, C. La cultura de la información como institución previa em la Sociedad de la Información. **Escuela de Administracion de negócios**. n.33-34, 1998. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/Bibliodoc/article/viewFile/56620/66042>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

SVEIBY, K.E.; MARTINS, J.R. **Gestão do conhecimento**: as lições dos pioneiros. Global Brands: Centro de Pesquisas de Intangíveis do Brasil, 2001.

TARGINO, M. das G. Quem é o profissional da informação? **Transinformação**. Campinas (SP), v.12, n.2, p.61-69, jul./dez 2000. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfor/article/view/1531/1505>>. Acesso em: 06 jun.2018.

VALENTIM, M.L.P. **Gestão da informação e gestão do conhecimento**: especificidades e convergências. Londrina: Infohome, 2004 (Artigo em Web). Disponível em: <[http://www.ofaj.com.com/colunas\\_conteudo.php?cod=88](http://www.ofaj.com.com/colunas_conteudo.php?cod=88)>. Acesso em: 10 maio 2018.



\_\_\_\_\_. **Gestão da informação e do conhecimento e a importância da estrutura organizacional.** Londrina. Infohome, 2005. Disponível em: <[http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=241](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=241)>. Acesso em: 24 maio. 2018.

\_\_\_\_\_. Informação e conhecimento em organizações complexas. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação.** São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. 268p.

\_\_\_\_\_. Ambientes e fluxos de informação. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Ambientes e fluxos de informação.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 13-22.

VALERIO NETTO, A. **A gestão de pequenas e médias empresas de tecnologia.** São Paulo: Manoele, 2006.

VISBAL, S.A.; GONZÁLEZ, F.C. Cultura informacional. Estratégias para el desarrollo de la sociedade de la información e conocimiento. **Ciencias de la información**, v.31, n.1-2. mar./jun 2000. Disponível em:

<[http://www.bvs.sld.cu/revistas/mciego/alfin\\_2012/alfin\\_folder/2012%20Unidad%208/Bibliograf%EDa/Lect%20Complementarias/1.SOCIEDAD.pdf](http://www.bvs.sld.cu/revistas/mciego/alfin_2012/alfin_folder/2012%20Unidad%208/Bibliograf%EDa/Lect%20Complementarias/1.SOCIEDAD.pdf)>. Acesso em 04 jun. 2018.

ZANARDINI, J. B. **Ontologia e avaliação da educação básica no Brasil (1990-2007).** 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008, p. 121-155.

**GRUPOTERAPIA INFANTIL: A EVOLUÇÃO DE UM ATENDIMENTO NA CLÍNICA-ESCOLA**

*CHILD THERAPY: THE EVOLUTION OF A CLINIC-SCHOOL ATTENDANCE*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

SILVEIRA, Cláudia Alexandra Bolela  
Unifran/FAPESF - Doutora em Promoção de Saúde  
claudiabolela@hotmail.com  
ALVES, Jessé Monteiro  
Unifran - Psicólogo  
jessemont.al@gmail.com  
ZAGO, Kelly Justino  
Unifran - Psicóloga  
psicokellyzago@gmail.com

**Resumo**

A grupoterapia infantil se mostra como uma intervenção psicológica eficiente de tratamento e prevenção de vários problemas como a depressão e a delinquência, por ser um espaço de elaboração de impulsos inconscientes. O objetivo deste artigo foi verificar a evolução de um grupo terapêutico infantil realizado em uma clínica escola do interior paulista de 30 de março a 30 de setembro de 2017, apresentar a importância desta modalidade de intervenção psicológica para o desenvolvimento das crianças, assim como a utilização desta modalidade de atendimento aos profissionais da área. Além do método de levantamento bibliográfico acerca do tema, após a aprovação de nº 79840417.4.00005495 do Comitê de Ética e Pesquisa com Humanos, fizemos uso do método de pesquisa documental no relatório de atendimento e nos prontuários dos pacientes. Constatou-se que a grupoterapia infantil favoreceu às crianças a exteriorização e elaboração das emoções, dos impulsos agressivos e dos sentimentos, equilibrando assim as energias psíquicas em jogo e permitindo a elas a percepção de si enquanto indivíduo e no grupo.

**Palavras-chave:** Grupoterapia, Psicanálise, Crianças.

**Abstract**

The infantile group therapy is shown as an efficient psychological intervention of treatment and prevention of several problems such as depression and delinquency, since it is a space for the elaboration of unconscious impulses. The objective of this article was to verify the evolution of a therapeutic group of children performed at a school clinic in the interior of São Paulo from March 30 to September 30, 2017, to present the importance of this modality of psychological intervention for the development of children, as well as the use this type of service to professionals in the area. In addition to the method of bibliographical research on the subject, after the approval of number 0 of the Ethics and Research Committee with Humans, we made use of the documental research method in the report of care and patient records. It was found that infantile group therapy favored children to externalize and elaborate emotions, aggressive impulses and feelings, thus balancing the psychic energies at play and allowing them to perceive themselves as individuals and in the group.

**Keywords:** Group therapy, Psychoanalysis, Children.

**INTRODUÇÃO**

O estudo dos grupos, a partir da abordagem psicanalítica, tem seu marco inicial com as contribuições de Freud nas obras *Totem e Tabu*, *Psicologia das Massas e Análise do ego* e *Mal-estar na civilização* (SCATENA, 2010). Nestas obras Freud aborda a questão de um ponto de vista antropológico e social, porém, indica que a psique individual se encontra sempre integrada ao *outro* “como modelo, objeto auxiliar ou adversário” (FREUD 1921, p. 2.563) e que desta forma a psicologia individual é ao mesmo tempo, e em sentido amplo, social e coletiva.

A psicoterapia grupal surgiu com estudiosos norte-americanos por volta do século XX, com as contribuições de autores como: Joseph H. Pratt, Cody Marsh, Edward Lazell, Trigant Burrow, Jacob L. Moreno, entre outros (SCATENA, 2010). Em 1942, durante a II Guerra Mundial em razão da grande

demanda de pacientes e das limitações das equipes hospitalares, o tratamento grupal foi amplamente utilizado e estudado. Entre as várias pesquisas realizadas, destacam-se os trabalhos de S. H. Foulkes e Wilfred R. Bion, os quais se tornaram referência pelo mundo afora e no Brasil, junto com outros teóricos.

Wilfred R. Bion, além de contribuir para a Psicanálise aplicada ao indivíduo sob a influência de Freud e principalmente Melanie Klein, desenvolveu modelos interessantes de interpretação dos comportamentos grupais (RAMADAM, 2007; Osório, 1986). Para Bion o homem é um animal grupal, e conseqüentemente os fenômenos mentais grupais são intrínsecos à mente humana, de tal forma que mesmo estando isolado, apresentará características de membro de um grupo.

Por meio de suas experiências com grupos terapêuticos, Bion observou que os grupos tendem a funcionar como unidades, mesmo que os membros não tenham consciência deste fato, ao qual ele deu o nome de *mentalidade grupal* (SILVA, 1986). Em relação a este funcionamento enquanto unidade, Bion identificou três supostos básicos de funcionamento dos grupos. Os grupos operam nestes supostos básicos por influência de estados emocionais que evitam a frustração relacionada com o trabalho e o aprendizado pelos próprios recursos, o sofrimento e o contato com a realidade (SILVA, 1986). A inter-relação entre a mentalidade grupal e as motivações de cada indivíduo, dá origem ao que ele nomeou de *cultura grupal*, que se mostra como fenômeno observável nas situações grupais (BION, 1975).

Os três supostos básicos postulados por Bion são: *dependência*, *luta-e-fuga* e *acasalamento* (1975). No suposto básico de dependência, o grupo como um todo acredita e se comporta como se algum dos integrantes tivesse a capacidade de resolver todos os problemas do grupo e de seus membros, ou seja, na dependência deste membro eleito. No suposto básico luta-e-fuga predomina no grupo a crença, geralmente inconsciente, de um inimigo que precisa ser combatido ou repellido, consiste em um momento de surgimento dos conflitos, das diferenças entre os membros no grupo. E no suposto básico de acasalamento, o grupo apresenta uma crença coletiva inconsciente de que, alguém ou algo que ainda não existe, poderá suprir todas as necessidades do grupo, além de solucionar todos os conflitos. Para isso dois integrantes, independente do sexo, formam um casal sobre o qual o grupo deposita a esperança do nascimento disto que trará a satisfação e solução esperadas (SILVA, 1986).

A mudança de uma suposição básica para outra, pode ocorrer rapidamente e até em uma mesma sessão, ou demorar a acontecer. Oposto ao funcionamento do grupo pelos supostos básicos, encontra-se o que Bion (1975) denominou de *grupo de trabalho*. O grupo de trabalho enquanto função grupal, caracteriza-se por uma cooperação voluntária dos membros para a realização de uma atividade conectada à realidade e por métodos racionais, e não reativos. Enquanto o funcionamento grupal por suposições básicas é motivado por estados emocionais que evitam a frustração, ao funcionar como um grupo de trabalho, os membros do grupo encaram os conflitos e as frustrações em busca de mudanças efetivas e reais.

Estes conceitos desenvolvidos por Bion através de suas experiências, fornecem recursos teóricos importantes para a compreensão da dinâmica grupal, e podem ser aplicados em grupos institucionais, terapêuticos, com adultos e crianças. E vale ressaltar que os conceitos de Bion não encerram uma teoria em si, mas um modelo compreensivo do funcionamento grupal, a partir do qual é possível analisar os conteúdos inconscientes emergentes.

Segundo Rossi, Kirch e Allgayer (2017), em relação aos grupos com crianças, é fundamental considerar este em seu universo cultural, uma vez que o sujeito é criado na e pela cultura. Assim, considerando-se a cultura individualista e capitalista atual, evidencia-se uma infância com dificuldade de construir conhecimentos e realizar trocas nos espaços coletivos. Conseqüentemente, há um escasso diálogo entre as crianças, os membros da família e as outras pessoas nos espaços sociais.

Dessa maneira, para Raggio (1998), se mostra necessário construir espaços coletivos como dispositivos terapêuticos que possam proporcionar relações mais saudáveis entre as pessoas, dissolvendo os sintomas que geralmente são vistos como individuais, e promovendo a compreensão de que tais problemáticas são também sintomas do social.

O grupo terapêutico infantil para Rossi et al. (2017) pode funcionar como um importante espaço, no qual as crianças podem manifestar seus desejos e viver a infância. Um ambiente que acolhe suas questões e possibilita a construção de algo que vai além do que está pronto (TV, DVD, vídeo game), que possibilite a sustentação de limites, o processo de alteridade e a manutenção do Ethos (do grego: morada – o que para os gregos torna o homem humano). O terapeuta neste lugar é responsável pela sustentação dessa morada, onde as coisas podem acontecer e a angústia circular.

A ideia fundamental de coletivo é a troca, a possibilidade de potencializar a criança e não

procurar seus problemas. Assim, o grupo terapêutico possibilita que ela seja olhada em suas questões, e que não seja o próprio sintoma, desmistificando o diagnóstico empírico que é trazido pelos cuidadores ou o conceitual, quando encaminhados por profissionais da saúde.

O grupo é uma forma de experimentar algo com os componentes e encontrar possibilidades diferentes, construindo novas alternativas, modos de subjetivação e existência. Bleichmar (1995) descreve o dispositivo grupal como algo que proporciona à criança por um lado um continente, um lugar de projeção e de expressão, e por outro lado, um enquadre figurativo, uma armação simbólica dos sistemas de relação com o semelhante. E, portanto, a função de operadores de grupo estaria centrada em favorecer ao máximo esses objetivos.

A partir dessas ideias, buscamos verificar a evolução de um grupo terapêutico infantil ao longo dos atendimentos realizados na Clínica Escola da Universidade de Franca, além da importância desta modalidade de intervenção psicológica para o desenvolvimento das crianças atendidas. Com isso, buscou-se investigar se a intervenção psicológica por meio da grupoterapia infantil possibilita resultados efetivos, além de trazer benefícios aos usuários do serviço.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para esta pesquisa foi utilizado como método de pesquisa o levantamento bibliográfico acerca da grupoterapia infantil em livros e artigos científicos (GERARD & SILVEIRA, 2009). Este levantamento, a partir do referencial teórico psicanalítico em Freud, Melanie Klein e Bion, forneceu subsídios teóricos para a análise e verificação qualitativa da evolução dos atendimentos de um grupo terapêutico formado por 4 crianças. Estas crianças foram atendidas pelos pesquisadores/autores deste estudo e supervisionados pela professora e coautora deste artigo.

Além disso, utilizou-se o método de pesquisa documental. Segundo Godoy (1995), na pesquisa documental existem três momentos importantes: a escolha dos documentos, o acesso aos documentos e a análise dos mesmos. Os documentos escolhidos para serem utilizados foram os prontuários dos integrantes do grupo terapêutico infantil acima referido, e o relatório do atendimento deste mesmo grupo.

O acesso aos documentos foi possível mediante a autorização da Coordenadora do Curso e da Clínica de Psicologia de uma Universidade do interior paulista, a qual detém a guarda destes registros. Além disso, foi solicitado aos membros do grupo e seus pais, a autorização do uso destes documentos para fins de pesquisa. No ato desta solicitação, foram prestados esclarecimentos em relação às etapas, os procedimentos da pesquisa, a publicação dos resultados e a garantia do sigilo das identidades dos membros e seus pais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Configuração do grupo**

Após consultar a lista de espera para atendimento na Clínica Escola de Psicologia de uma Universidade do interior do Estado de São Paulo, realizou-se entrevistas com os pais de crianças entre 7 e 8 anos e 12 meses, com o objetivo de formar um grupo terapêutico. As crianças que apresentaram queixas e características favoráveis a uma psicoterapia de grupo, com ausência de traços psicóticos e níveis elevados de agressividade, foram selecionadas para comporem o grupo, que por ser aberto, recebeu integrantes novos ao longo dos encontros (Fernandes, 2003).

As sessões aconteceram semanalmente, no período de 30 de março a 30 de setembro de 2017 com uma pausa de 30 dias entre o 4º e o 5º mês de atendimento, sempre nas quintas-feiras das 19:00 às 20:30, na Clínica Escola de uma Universidade no interior do Estado de São Paulo, e foram coordenadas por um casal de terapeutas/estagiários. Para os atendimentos os estagiários montaram uma caixa de brinquedos de uso exclusivo do grupo, restrito às sessões, com vários brinquedos e que as crianças puderam usar para brincar da maneira que quisessem, para se expressar e interagir livremente. Algumas regras foram estabelecidas com o objetivo de preservar a integridade física entre os membros do grupo, e garantir o sigilo assegurado pelo Código de Ética (Fernandes, 2003; Decherf, 1986). Dessa forma, foi combinado que eles poderiam fazer o que quisessem, exceto se machucar ou aos membros do grupo.

Esclarecidos os detalhes com os pais, os atendimentos começaram no dia 30 de março de 2017 e foram até 30 de setembro de 2017, com um mês de interrupção em julho. Na primeira sessão o grupo tinha dois membros, mas a partir da segunda e terceira sessão, passou a ter quatro, sendo três meninos e uma menina.

Para conhecer a história das crianças foi utilizada a técnica de entrevista semi-estruturada e a

observação das crianças que participariam do grupo (OCAMPO, 1986), além do referencial teórico psicanalítico como recurso para o enquadramento do grupo (FERNANDES, 2003; DECHERF, 1986).

Tabela 1

**Dados das crianças atendidas<sup>1</sup>**

NOMES	IDADE
Alice	8
Gustavo	7
Victor	8
Yvan	8

Nota. Fonte: elaboração própria.

**Evolução do grupo**

Franco (2003), ao descrever o brincar e a experiência analítica com base em Winnicott, destaca que a criança leva para a sessão-espaco-de-brincadeira, elementos de experiências oriundas da realidade socialmente sustentada e os usa como elementos de enriquecimento e transformação no campo transicional, com efeitos no mundo interno. A utilização deste espaço favorece à grupoterapia com criança, a ocorrência de vários fenômenos, experiências e movimentos que foram objeto de análise.

A seguir realizaremos a análise dos principais acontecimentos do grupo, os quais ilustraremos com fragmentos dos diários de campo presentes no relatório de atendimento. Nas sessões foi possível perceber os fenômenos grupais de reação ao estranhamento e funcionamento nas suposições básicas de luta-e-fuga e dependência (CASTILHO, 2002; BION, 1975). Além da elaboração de conteúdos relativos ao complexo de Édipo e oscilações entre as posições esquizo-paranoide e depressiva, expressas no não enfrentamento dos conflitos e nas dificuldades para vivenciar sentimentos de culpa e frustração (KLEIN, 1981).

A entrada de um novo integrante no grupo na segunda sessão gerou necessidade de proteção dos que já participavam do grupo, conforme registrado no trecho do diário que segue:

*O estagiário Jessé (J) perguntou a Yvan (Y) se ele gostaria de conhecer os brinquedos, ele disse que não; Y. apresentava-se acanhado e J. insistiu e ele foi ver. Gustavo (G) e Victor (V) rapidamente pegaram o "forte apache" e espalharam as peças no chão da sala. Y. pegou um caminhão e disse a J. que gostava muito de caminhões e tratores. A estagiária Kelly (K) e J. se mantiveram observando os três: G. e V. tentaram montar o "forte" e Y. explorava e brincava com o caminhão (DIÁRIO 5, 2017).*

O fato das crianças rapidamente se voltarem para a construção do "forte apache", que estava disponível na caixa lúdica, indica um movimento de busca de uma proteção em relação ao ataque que a nova criança estava representando. A presença de um novo integrante em um grupo, principalmente terapêutico, desperta níveis mais profundos de funcionamento por emergir conteúdos de experiências anteriores, como a disputa pelo amor dos pais, a chegada de um bebê, sentimentos de ciúmes e disputas (CASTILHO, 2002).

A única menina do grupo, em consequência da perda do pai aos 2 anos de idade, encontrou espaço para a vivência edipiana no grupo. Acredita-se que o casal de terapeutas colaborou para que essa fase tão necessária viesse a ser revivida em terapia.

Segundo Laplanche e Pontalis (1992), o complexo de Édipo é um conjunto de desejos amorosos e hostis diante os pais, no qual há um desejo da morte da rival, a mãe, e ao mesmo tempo um desejo sexual direcionado ao pai, no caso da menina. Seu ponto auge ocorre entre os três aos cinco anos, durante a fase fálica. O complexo de Édipo tem papel fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano, sendo um dos principais eixos de referência da psicopatologia.

Apresentamos relatos desse movimento:

<sup>1</sup> os nomes apresentados na Tabela 1 são nomes fictícios.

*Alice (A) fez chá para a estagiária, o estagiário pediu e a estagiária ofereceu o chá, mas A. disse que iria fazer um novo para o estagiário (DIÁRIO 9, 2017).*

*A e K que estavam brincando de fantoches acabaram sendo convidadas a participarem da brincadeira, sendo compradoras. A agrediu a fantoche de K, K montou uma família e saiu pedindo dinheiro e comida para o pessoal porque A a roubou (DIÁRIO 12, 2017).*

*A no final, durante a conversa, esclarece que a família de fantoches de K, era eu (estagiária), o J e ela, e ela queria que eles se separassem (DIÁRIO 12, 2017).*

*A começou a dizer que ela era má, que não gostava de pessoas boazinhas e começou a atacar K (DIÁRIO 13, 2017).*

A paciente, por motivações inconscientes, se colocava na relação entre os terapeutas buscando ocupar o lugar da terapeuta, que representa a figura materna, e conquistar o terapeuta, que remete à figura paterna. Na triangulação edípica vivenciada pela menina, os ataques à rival e a tentativa de conquistar o pai, visavam satisfazer os impulsos inconscientes da libido direcionada ao sexo oposto (FREUD, 1905).

*No final da sessão, ao sentarmos e conversarmos, Alice trouxe a raiva sentida pelo estagiário, a estagiária perguntou o motivo da raiva e perguntou se essa raiva não era amor. Ela afirma rindo que estava com raiva mesmo do estagiário. Num determinado momento ela pede a estagiária para amarrar sua blusa, dá abraço (DIÁRIO 9, 2017).*

*Mais cedo, enquanto brincava de cozinha com K, ela disse que iria cozinhar para o papai que era o J, J apesar de dar atenção para a brincadeira, não deu a atenção exclusiva que A tanto esperava, assim ficou com raiva de J, e seus atos durante as brincadeiras foram de agressão para com a K (DIÁRIO 12, 2017).*

“Os opostos sempre estão estreitamente interligados, e muitas vezes, [...] um pensamento é consciente com hiperintensidade, enquanto sua contrapartida é recalcada e inconsciente” (FREUD, 1905, p. 34). Dessa forma, a raiva expressada pela paciente, enquanto conteúdo consciente se colocava como pensamento oposto ao sentimento recalcado no inconsciente.

O movimento de A. denotou uma relação transferencial positiva pelo terapeuta, relação na qual ela buscou atenção e exclusividade. Ao ser frustrada, quando ele não dava atenção exclusiva a ela, manifestava irritação e raiva. Já com a terapeuta, a paciente apresentava vivenciar uma relação transferencial que em alguns momentos era de rivalidade e em outros de parceria, muito característico da fase edípica, se espelhando na estagiária pra conquistar o estagiário, ambos representando ali em fantasia as figuras parentais.

Durante as sessões a paciente passou a direcionar os sentimentos até então demonstrados pelo terapeuta, para um dos membros do grupo. Percebemos isso nos seguintes acontecimentos:

*A disse que durante o grupo, teve um momento que ela ficou com muita raiva. J disse que acreditava que esta pessoa era o V. A confirmou e contou que sentiu vontade de jogar ele na porta com força (DIÁRIO 14, 2017).*

*A pegou o baralho e chamou K para brincar com ela. O objetivo era que A e K arrumassem todas as cartas de baralho. V, com sua arma de brinquedo apontada para a cabeça de A, passou a ameaça-la, dizendo que iria matá-la. Ela começou a correr pela sala enquanto V a perseguia. Às vezes A buscava proteção com K, outra vez com J e às vezes, quando era pega jogava-se no chão – V e A estavam se divertindo com a brincadeira. Em um momento, K estava protegendo A, e V ameaçou K, e depois quando J estava protegendo-a, V passou a ameaça-lo (DIÁRIO 15, 2017).*

Nestes dois trechos, é possível perceber que a paciente passou a vivenciar com outro membro do grupo aquilo que vivenciava com o terapeuta. Este movimento representa uma elaboração satisfatória da triangulação da fase edípica vivida pela menina, pois o foco de interesse se direciona aos garotos da idade dela. Além disso, chama a atenção a paciente manter um vínculo de

parceria com a terapeuta durante estas sessões, de modo que prevalece um vínculo de parceria e não de rivalidade.

Os trechos a seguir indicam a emersão de conteúdos relativos ao complexo de Édipo a partir da encenação proposta por um dos garotos do grupo:

*V sequestrou K dizendo que ela era preciosa [...] V deixou K sentada em uma cadeira e depois começou a lutar com A. J se sentou em um canto da sala para observar. V e Y, o primeiro conduzindo e o segundo ajudando, colocaram A virada para parede e com as mãos para cima – A ria, se divertindo com a brincadeira. V fez como que se tivesse dado um tiro na cabeça de A, e ela se deitou no chão de barriga para cima gargalhando. (DIÁRIO 20, 2017)*

*Depois V buscou K, conduziu ela até o centro da sala e disse que eles iriam se casar. Ao dizer isso, olhou para J, que continuou observando. V levou K até a cadeira novamente, puxou J pelo braço e levou ele para o canto onde estava A. V pediu para J se ajoelhar, virar para a parede e levantar a mão, mas J perguntou porque ele iria matá-lo. [...] J então perguntou se V achava que ele atrapalharia o casamento com K. V não respondeu, e continuava querendo mata-lo. Depois de matar J, V casou-se com K. (DIÁRIO 20, 2017)*

Nos dois recortes podemos perceber que Victor encontrou no grupo espaço para trabalhar conteúdos oníricos por meio da dramatização lúdica, a brincadeira de faz de conta. Alice, que geralmente tinha a atenção da terapeuta para si, e J., por ser o representante da figura paterna para o grupo, são eliminados por V. que conduz as cenas. Ambos se mostravam como obstáculos à realização de seu desejo inconsciente de ter a terapeuta, representante da figura materna, só para ele (FREUD, 1905).

Bion (1965) diz que qualquer grupo coexiste em dois tipos de níveis, o de tarefa e o de valência. O segundo refere-se à esfera emocional e se organiza a partir de três hipóteses básicas, sendo uma delas a hipótese de luta-e-fuga. Nesta, o grupo reage como se estivesse ameaçado por um perigo e devesse se defender dele. O bode expiatório interno torna-se presa provisória e aí o evitamento das dificuldades aparece de forma clara. Esse movimento esteve presente em várias sessões, sendo que em alguns momentos o bode expiatório era Gustavo, e em outros Alice. A seguir, registros que revelam este movimento:

*Os três fizeram da sala um campo de guerra, e chamou a atenção de K o fato de geralmente V e Y formarem um time contra G (DIÁRIO 14, 2017).*

*Durante essas simulações de luta, foi possível perceber que V e Y na maioria das vezes perseguiram e atacavam G. Diante disso J falou para G que estava parecendo que V e Y estavam descontando a raiva nele. Frente a essa interpretação, G olhou para eles e perguntou se era verdade; disseram que não e estavam só brincando (DIÁRIO 22, 2017).*

*G disse que estava com raiva, pois ninguém queria brincar de queimada com ele, todos os outros só queriam brincar de fantoches (DIÁRIO 26, 2017).*

*Após abrir a caixa, A queria montar uma lojinha, e depois que colocou as coisas sobre a caixa, que estava usando como balcão, G e Y começaram a roubar as coisas dela e destruir a lojinha [...] Além disso, J pontuou que todos os garotos se incomodavam quando A falava (DIÁRIO 16, 2017).*

*V e Y se aproximaram querendo brincar de escola também. V começou a provocar A, rabiscando a folha, amassando o papel, jogando em A, como se fosse um aluno rebelde. Y acompanhou V no comportamento agressivo na brincadeira. A ficou irritada com a atitude deles (DIÁRIO 18, 2017)*

Por Gustavo colocar-se no grupo como o membro de atitudes diretivas, pensamento mais crítico e racional, os sentimentos de frustração que ele suscita nos outros, fazem dele alvo dos impulsos defensivos do grupo (BION, 1965). A. por sua vez, em alguns momentos rouba os terapeutas e em especial a terapeuta, despertando nos outros integrantes sentimentos de privação, aos quais eles reagem com rebeldia e vandalismo nas brincadeiras (KLEIN, 1981).

Outra hipótese básica na qual o grupo se manteve em alguns momentos foi a de dependência. Nesta, o grupo acredita e se comporta como se algum integrante tivesse a capacidade de resolver todos os problemas do grupo e dos membros (BION, 1975). Os fragmentos a seguir demonstram esse movimento:

*Os meninos, empolgados, começaram a brincar que estavam em uma escola na qual havia brigas todos os dias, e J era o diretor. [...] Y, durante a brincadeira, fez comentários em relação ao diretor, no sentido dele estar fazendo falta para separa-los, como: “o diretor não separa a gente mesmo [...] Depois V começou a fingir que estava possuído e queria matar G e Y, e J era o exorcista. (DIÁRIO 23, 2017).*

*V entregou o dinheiro de brinquedo para J e pediu para ele dividir e dar um salário para cada um na brincadeira (A não estava participando) [...] A convidou K, pegou o baralho e, assim como em sessões anteriores, começou a organiza-lo por cor. Neste momento, tanto os meninos, quanto A pediam a atenção de J. J separou o dinheiro e, ao entregar o salário para V, este o abraçou. [...] A pedia para J se sentar junto com ela e K; ao terminar a divisão do dinheiro J se sentou e passou a acompanhá-las na organização do baralho. (DIÁRIO 17, 2017)*

É possível identificar nesses dois exemplos a reação grupal de se colocarem como dependentes dos terapeutas. Dependentes do terapeuta J para que este proteja e salve-os dos instintos primitivos emergentes no grupo. E para este, junto com a terapeuta K, administrar e proporcionar algo importante materialmente para o grupo, representado pelo dinheiro e o baralho que teve a mesma função em outros momentos.

Segundo Simon (1986), o bebê nasce imerso na posição esquizo-paranoide, onde a agressividade e a realização de ataques sádicos estão presentes. Logo, passa para a posição depressiva, na qual o bebê vivencia a culpa após os ataques agressivos que empreende e necessita realizar ações para reparação dos danos feitos. Estas posições continuam presentes pelo resto da vida, alternando-se em função do contexto, embora a posição depressiva predomine num desenvolvimento saudável. Encontramos esses movimentos de ataque e vivência de culpa em V. conforme o trecho que segue:

*Na segunda vez que V ameaçou G com a arminha de brinquedo, ele se voltou para J pedindo para ele intervir, dizendo que o V estava se intrometendo na brincadeira dele com o Y. J disse a V que G havia dito que ele estava incomodado com a brincadeira. V se sentou na carteira e ficou de cabeça baixa. [...]J perguntou a V se ele não ia mais brincar, e V disse que não, e que ficaria quietinho para não atrapalhar G. (DIÁRIO 11, 2017)*

Victor utiliza o espaço grupal para exteriorizar seus impulsos agressivos através do brincar. Ao perceber que sua agressividade afetou um dos membros, sentiu-se culpado, mas não se colocou disposto a reparar os danos realizados. A capacidade de vivenciar a culpa frente aos dados realizados é um passo importante no desenvolvimento do ego, e a busca de meios para uma reparação é fundamental (SIMON, 1986). Nesta sessão ele não buscou encontrar uma forma de consertar o que havia feito, talvez pela intensidade da culpa vivenciada e pela introjeção de um objeto interno não tão bom (KLEIN, 1981).

Em alguns momentos Gustavo demonstrou comportamentos que indicam negação em relação à vivência de sentimentos de culpa:

*A chamou J para brincar com ela e K. Em seguida disse que estava com dor de cabeça, e pediu para G, que estava brincando de bola com Y e falando muito alto, falar mais baixo. J comentou com G que A estava incomodada e ele respondeu que o problema era dela, pois ele não havia mandado ela ficar com dor de cabeça (DIÁRIO 10, 2017).*

*Era curioso perceber que G queria brincar do jeito dele, mas V não deixava, assim como ele mesmo não deixava A brincar do jeito dela. G se sentiu incomodado com a conversa sobre o que aconteceu, e disse que estava cansado por ter estudado o dia todo, e naquele momento ele queria brincar – V comentou que todos ali também estudaram o dia todo, e J evidenciou este fato, que ele não era o único que estava cansado e queria brincar (DIÁRIO 11, 2017).*



Nestes dois trechos, assim como em outros momentos no grupo, G. não se dá conta que suas ações no grupo provocam incômodo nos outros membros, e às vezes parece realizar interpretações com o objetivo de negar para si mesmo a culpa dos danos realizados. Segue um exemplo:

*G disse que iria contar para a mãe de V o que ele havia feito (trago uma arma de brinquedo para a sessão). V e G começaram a discutir. J perguntou a G se ele ficava incomodado de V trazer a arma, ele disse que ficava sim, que iria contar e não seria culpado se a mãe do V descobrisse e batesse nele (DIÁRIO 11, 2017).*

A entrada na posição depressiva, a partir do modelo de desenvolvimento psíquico de Klein, caracteriza-se pelo se sentir culpado. A culpabilidade vivenciada pelo ego mostra ao bebê que, assim como a mãe, ele não é totalmente bom, pois percebe em si mesmo a exteriorização de impulsos destrutivos (KLEIN, 1981). Acredita-se que G. experimenta dificuldades de perceber em si mesmo estas forças destrutivas, o que parece motivar seus comportamentos no grupo.

Foi possível perceber em Y. um comportamento de fuga de situações de conflito:

*V se juntou a Y no jogo do forte apache, montando um time com muitos soldados contra G, que tinha poucos brinquedos.[...] Y passou para o lado de G, V ficou desapontamento. Logo depois Y abandonou G, que quando percebeu que Y estava levando o avião com ele, impediu segurando o avião (DIÁRIO 10, 2017)*

Entre enfrentar o parceiro e se afastar dele, ele tende ao afastamento e à evasão. A capacidade de se posicionar nas relações interpessoais é uma aquisição importante do ego, por favorecer conquistas e conseqüentemente satisfações por si mesmo. Evitar os confrontos anula as possibilidades de enfrentar os obstáculos, as frustrações, os riscos e também desfrutar dos benefícios dos possíveis ganhos. E por apresentar-se como um modo de relação parcial, manter-se neste movimento suscita o distanciamento e a distorção da realidade (KLEIN, 1981).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise realizada, foi possível verificar que o grupo terapêutico com crianças é capaz de proporcionar mudanças importantes para a saúde psicológica dos integrantes. Por meio da configuração do setting terapêutico, as crianças encontraram espaço para se expressarem nas brincadeiras, nas interações e nos diálogos. Para isso foi importante a segurança transmitida pelo casal de terapeutas, o envolvimento dos pais com o trabalho proposto e as orientações da supervisora de estágio.

Analisando individualmente cada paciente, foi possível identificar nos movimentos de Alice as conseqüências da perda precoce do pai. Provavelmente este evento dificultou de certo modo o processo de elaboração efetiva de alguns conteúdos necessários para seu desenvolvimento e amadurecimento. No grupo, estes conteúdos que emergiram, foram trabalhados e perceberam-se alguns avanços, os quais foram confirmados pela mãe.

O comportamento agitado de Gustavo persistiu durante a maioria das sessões. Desempenhou ações que causaram incômodo nos membros do grupo, mas não percebeu seus feitos. Esta negação para si mesmo desses impulsos agressivos, que não admite aspectos maus em si mesmo, revela tendência à uma percepção interna fragmentada e conseqüentemente uma relação distorcida com a realidade. Apesar de alguns avanços em relação à maior abertura por parte dele para falar dos próprios sentimentos, mais poderia ser feito para auxiliá-lo.

Victor apresentou uma percepção negativa de si mesmo, se relacionando com os membros sempre com muita agressividade. Essa maneira de se relacionar parece ser a única forma vista por ele, gerando certa culpa em não conseguir obter relações amigáveis com outras crianças. Buscou reparar sua agressividade diante as relações a todo o momento, porém as tentativas nem sempre foram exitosas.

Yvan inicialmente não se posicionava diante das situações conflituosas em que se encontrava no grupo, optando por fugir dos embates. Tal comportamento provavelmente refletia o impacto da separação de seus pais em seu psiquismo, visto que mudanças e perdas ocorreram e ele aparentemente não conseguiu enfrentar os conflitos internos e externos do evento. Ao longo dos atendimentos a criança passou a enfrentar melhor os conflitos, conseguindo se posicionar e expressar sua opinião diante o grupo.

Concluimos que a grupoterapia infantil favoreceu a exteriorização das emoções da criança, dos impulsos agressivos e dos sentimentos. Colaborou para o equilíbrio de suas energias psíquicas, pois, no grupo a raiva pôde ser liberada e os conteúdos inconscientes elaborados aos poucos. Permitiu também que elas percebessem, com os apontamentos dos terapeutas, a forma como elas se comportavam individualmente e enquanto grupo, e a maneira delas enfrentarem os conflitos vivenciados nestes dois campos.

## REFERÊNCIAS

BION, W. R.. **Investigação em pequenos grupos**. Paris: PUF, 1965.

\_\_\_\_\_. **Experiência com grupos: os fundamentos da psicoterapia de grupo**. Tradução e prefácio: Walderedo Ismael de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro, Imago; São Paulo, ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

BLEICHMAR, E. D.. Psicoterapia de grupo de crianças. In.: HUGUET, C. R.; VOLNOVICH, J.. **Grupos, infância e subjetividade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 41-52.

CASTILHO, Á.. **A dinâmica do trabalho de grupo**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

DECHERF, G.. **Édipo em grupo: Psicanálise e grupos de crianças**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FERNANDES, W. J.; SVARTAMAN, B.; FERNANDES, B. S. (Orgs.). **Grupos e configurações vinculares**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FRANCO, S. G.. O brincar e a experiência analítica. **Ágora**, v. 6, n. 1, p. 45-59, 2003.

FREUD, S.. **Fragmento da análise de um caso de histeria**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1905), 1996.

\_\_\_\_\_. **Psicologia de las masas y analisis del yo**. In.: **Obras Completas**. Madri, Biblioteca Nueva, 1981, XVIII, 1921. p. 63-127.

GERARD, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

GODOY, A. S.. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 36, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2017.

KLEIN, M.. **Psicanálise da criança**. 3ª ed.. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B.. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

OCAMPO, M. L. S. (Org.). **O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas**. 5ª ed.. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

OSÓRIO, L. C. (Org.). **Grupoterapia hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

RAGGIO, A.. **Psicanálise e sintoma social**. São Leopoldo, Unisinos, 1998.

RAMADAM, Z. B. A.. Comentário do livro: Psicoterapia psicanalítica breve. **Rev. Psiq. Clín.**, v. 34, n. 5, p. 254-255, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v34n1/a07v34n1.pdf> >. Acesso em: 03 mar. 2017.

ROSSI, E.; KIRCH, J. A.; ALLGAYER, M.. Grupo Terapêutico de Crianças - ampliando o contexto da intervenção. In.: **Psicologia social e políticas de existência: fronteiras e conflitos**. 2009. Disponível em: <[http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais\\_XVENABRAPSO/507.%20grupo%20terap%CAutico%20de%20crian%C7as%20-%20ampliando%20o%20contexto%20da%20interven%C7%C3o.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/507.%20grupo%20terap%CAutico%20de%20crian%C7as%20-%20ampliando%20o%20contexto%20da%20interven%C7%C3o.pdf)>. Acesso em: 02 mai. 2017.

SCATENA, L.. **Grupo com crianças: uma revisão bibliográfica**. Documento eletrônico e impresso. Orient.: Maria Regina Lindenberg Minardi. Ribeirão Preto - São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://ses.sp.bvs.br/lildbi/docsonline/get.php?id=2059>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SIMON, R.. **Introdução à psicanálise – Melanie Klein**. São Paulo: Epu, 1986.

SILVA, L. A. P. M.. Contribuições de Bion à psicoterapia de grupo. In.: OSÓRIO, L. C. (Org.). **Gruposoterapia hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

**HOMOPARENTALIDADE: A SOCIOAFETIVIDADE EM CASAIS HOMOAFETIVOS**

*HOMOPARENTHOOD: SOCIOAFFECTIVE KINSHIP IN GAYS AND LESBIAN FAMILIES*

Desenvolvimento social e políticas públicas: Direito, Trabalho e Serviço Social.

CANELA, Kelly Cristina  
Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho”  
Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo, com habilitação em Direito Privado e Processo Civil, Mestre em Direito pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata (UNIROMA, Itália), Doutora pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo  
kellyccanela@gmail.com  
GOMES, Gabriela Giaqueto  
Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho”  
Graduada em Direito pela Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho”; Mestranda em Direito na Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho”  
gabrielagiaquetog@gmail.com  
PEIXOTO, Luciano Crotti  
Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho”  
Graduado em Direito pela Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho”; Mestrando em Direito na Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho”  
luckcrotti@hotmail.com

**Resumo**

A repersonalização das relações familiares, possibilitada pelo reconhecimento do valor jurídico e social do afeto como o fator relevante para a composição familiar e fundamento precípua das relações de parentesco, promoveu uma releitura do instituto da família que passou a ser guiado pelos princípios e regras constitucionais, objetivando o desenvolvimento da personalidade e a efetivação da dignidade de todos os integrantes da família. Dentre as novas formações familiares, destaca-se a família homoafetiva, a ensejar uma nova demanda que parte desse grupo: o desejo de vivenciar a maternidade/paternidade, no seio da família. Uma das formas de concretização da homoparentalidade é o reconhecimento da socioafetividade. O problema norteador do trabalho decorre das lacunas do ordenamento jurídico que dificultam o exercício do direito à homoparentalidade, sendo que o objetivo nuclear deste é demonstrar a necessidade da urgente revisão dos modelos jurídicos atuais de paternidade, maternidade e filiação, especialmente no que tange ao reconhecimento do direito à parentalidade aos casais homoafetivos. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental. Os dados foram obtidos a partir da construção doutrinária, jurisprudencial e normativa (principalmente, a Constituição Federal, o Código Civil e legislação infraconstitucional relacionada ao tema). Justifica-se o presente estudo frente à contemporaneidade da temática dos novos agrupamentos familiares, sobretudo a família homoafetiva e, conseqüentemente, o seu direito à paternidade/maternidade, analisada sob a égide dos princípios da dignidade da pessoa humana e da afetividade.

**Palavras-chave:** homoparentalidade, afetividade, família.

**Abstract**

Family relationships repersonalization was made possible by the recognition of juridical and social value of affection as the relevant factor for family composition and the basic foundation of kinship relations, and promoted a fresh reading of the family institute that began to be guided by constitutional principles and rules, aiming the development of the personality and the realization of the dignity of all members in the family. Among the new family formations, the gays and lesbian family stands out, giving rise to a new demand that starts from this group: the desire to experience motherhood/paternity within the family. One of the ways of achieving homoparenthood is the recognition of socioaffective. The guiding problem of the work stems from the shortcomings of the legal system that hinder the exercise of the right to homoparenthood, and the core objective of this work is to demonstrate the

urgent need to revise current legal models of paternity, maternity and membership, especially with regard to recognition of the right to parenthood to gays and lesbian couples. The methodological methods used were bibliographic and documentary research. Informations were built based on the doctrinal, jurisprudential and normative constitution (mainly the Constitution of the Federative Republic of Brazil, the Civil Code and infra-constitutional legislation). This study justifies new family groupings contemporaneity, especially the homoaffective family and, consequently, their right to paternity/maternity, analyzed under the aegis of the principles of human dignity and affectivity.

**Keywords:** homoparenthood, affectivity, family.

## 1 INTRODUÇÃO

Compreende-se o homem como um ser social, que vive em sociedade e, por meio de tal convívio, forma relações sociais, produzindo valores e crenças compartilhados entre os indivíduos. Sabe-se que sociedade está em constante evolução, sendo transformados, da mesma maneira, seus comportamentos e ideologias, que se traduzem nas manifestações culturais do grupo social.

Dentro dessas relações, a família figura como a base da sociedade. Os valores que permeiam a família trazem uma relação direta com a constituição da sociedade e com a formação dos indivíduos. Contudo, sendo fruto das interações humanas, o instituto familiar não foge dos efeitos da evolução, sendo atingido, conforme o transcorrer do tempo, por intensas transformações que incidem na própria convivência familiar e na esfera jurídica.

Nesse sentido, é evidente que, em especial, nos últimos trinta anos, a família experimentou diversas mudanças em sua estrutura e conceituação em razão da emergência social de novas configurações conjugais na contemporaneidade. As mudanças sociais, nas estruturas políticas e econômicas refletiram igualmente nas relações familiares, pluralizando as formas de família concebidas atualmente.

É notória a flexibilização do sistema familiar a partir do reconhecimento do valor jurídico e social do afeto como o fator relevante para a composição familiar e fundamento precípua das relações de parentesco. Essa nova roupagem é fruto da Constitucionalização do Direito Civil, ou seja, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, iniciou-se um processo de releitura dos institutos tradicionais do Direito Civil, sob a ótica dos princípios e valores constitucionais. Logo, inaugurou-se uma nova fase do Direito das Famílias, guiado, a partir de então, pelos princípios da dignidade da pessoa humana, do pluralismo, da igualdade, da liberdade, e da afetividade, em especial.

Dentre as novas formações familiares, destaca-se a família homoafetiva, ou seja, aquela decorrente da união de pessoas do mesmo sexo, que se unem para a constituição de um vínculo familiar. É uma entidade constitucionalmente protegida quando preenchidos os requisitos de afetividade, estabilidade, ostensividade e que tenha a finalidade de constituição de família (LOBO, 2002). A homoafetividade está cada vez mais presente na sociedade e é um fato que se impõe, merecendo a devida tutela jurídica e o reconhecimento social.

Ao passo que se verifica a evolução da sociedade, a ensejar novos arranjos familiares, percebe-se o surgimento de uma nova demanda judicial que parte desse grupo, a exigir uma resposta do Poder Judiciário: o desejo de vivenciar a maternidade/paternidade, no seio da família. Dentre as formas de um casal homoafetivo vivenciar a parentalidade, destacam-se quatro principais. A primeira seria a recomposição, em que um membro do casal traz para sua nova relação um filho fruto do relacionamento heterossexual anterior. A segunda maneira seria a adoção promovida pelo casal, e a terceira a partir do uso das novas tecnologias reprodutivas, como a inseminação artificial. Por último, tem-se a parentalidade socioafetiva, muitas vezes associada com as formas anteriormente mencionadas.

A principal dificuldade da temática decorre das lacunas no ordenamento jurídico, que dificultam o exercício do direito à homoparentalidade dos casais homossexuais por meio da adoção, da reprodução humana assistida ou então através do reconhecimento do vínculo socioafetivo. O reconhecimento do direito à homoparentalidade desafia juristas, que se veem obrigados a discutir e decidir acerca da concessão da adoção de crianças e adolescentes à casais homoafetivos, bem como dos reflexos da utilização de técnicas de inseminação artificial heteróloga nesses agrupamentos familiares, ou então sobre o reconhecimento da filiação socioafetiva, a emergir independente do vínculo biológico, quando verificado o estado de filiação, a posse do estado de filho e a valoração do afeto como valor jurídico e formador de núcleo familiar (BERTOLDO et al, 2017).

A homoparentalidade é um neologismo que tem sua origem datada de 1997, utilizado pela primeira vez em Paris, pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas, para referir-se a um indivíduo homoafetivo que tem ou pretende ter um ou mais filhos (PASSOS, 2005). Sabe-se que o desejo humano de ter filhos integra a busca pela felicidade, pela realização máxima do ser humano. Nesse sentido, o direito ao planejamento familiar envolve a decisão de ter ou não ter filhos numa relação hetero ou homossexual, devendo este ser livre e impedido de amarras impostas pelo Estado.

No que tange a tal agrupamento familiar, considerando o atual momento histórico-sócio-cultural, um dos direitos mais reclamados pelos casais homoafetivos é o direito à parentalidade. Nessa perspectiva, a partir da flexibilização do sistema familiar, através do reconhecimento jurídico do afeto como fator relevante da composição familiar e fundamento basilar de uma relação de parentesco, tem-se que a filiação passou a ser identificada quando da constatação do vínculo afetivo entre as partes. Buscando estabelecer critérios objetivos para a constatação da filiação socioafetiva, é possível de se apontar três deles: o filho é tratado como tal, educado, criado e assim apresentado pelos pais; a partir do uso do nome da família e assim se apresenta; é conhecido perante a sociedade como pertencente à família de seus pais.

Sendo assim, uma vez verificada a filiação socioafetiva em relação a ambos os parceiros, torna-se plenamente possível o reconhecimento jurídico desta, visando a integral proteção da criança. A paternidade socioafetiva acaba por tangenciar as demais formas de constituição da parentalidade, como a inseminação artificial e a adoção, já que, em todas elas o afeto desponta como fator primordial para o surgimento do vínculo parental. É por essa razão que o presente trabalho se limita a abordar a temática da filiação socioafetiva, que carrega em si todos os aspectos fundamentais constituintes das demais.

Soma-se a isso o meio de efetivação deste novo modelo de filiação. O Estado transfere definitivamente ao particular, por norma constitucional, a competência exclusiva para dar efetividade à cidadania através do Registro Civil das Pessoas Naturais: os denominados Ofícios da Cidadania. O instituto da delegação está consagrado no artigo 236 da Constituição Federal, e dele também decorre a ingerência estatal, através do Poder Judiciário, para a fiscalização de tal atribuição. Assim, analisar o registro do reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva de casais homoafetivos é de suma importância para a construção do debate aqui proposto.

Abordar a temática da parentalidade homoafetiva é fundamental no cenário atual, diante da reformulação e flexibilização das famílias. Em especial, tem-se a família homoafetiva, cada vez mais frequente e visível na sociedade, que carrega consigo o estigma do preconceito e da discriminação. Nesse sentido, a abordagem e a exposição de conteúdos que envolvam a homoparentalidade, na busca da promoção de reflexões que levem ao rompimento dos paradigmas que permeiam a sociedade e o próprio direito, é de elevada importância para que casais homoafetivos constituam suas identidades e vivências próprias enquanto família.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O atual momento vivenciado pela sociedade é marcado por profundas transformações na dinâmica da família, possibilitando a existência e a expressão de inúmeras formações familiares, entre as quais destaca-se a família homoafetiva. Apesar das transformações verificadas na composição familiar, afastando-se do modelo tradicional da família patriarcal, heterossexual e consagrada pelo matrimônio, o desejo de constituição da família nuclear, composta por pais e filhos, remanesce entre os casais homoafetivos.

A concretização da homoparentalidade pode se dar de diversas maneiras. Dessa forma, o referencial teórico do presente artigo cingirá à problematização da socioafetividade como forma de garantia do direito fundamental à paternidade/maternidade das famílias homoafetivas, efetivado através do registro do reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva.

### **2.1 Possibilidades do reconhecimento da parentalidade na família homoafetiva**

O conceito de família associado a uma relação íntima de afeto entre seus integrantes tornou-se o novo paradigma para o operador do direito, pós Constituição de 1988: a família e as relações de parentesco dela advindas não poderiam permanecer com a orientação patrimonialista e patriarcal de outrora. Por conseguinte, a filiação, antes baseada exclusivamente no caráter biológico, que afastava todas as outras formas de parentalidade, com a elevação do afeto como elemento identificador das entidades familiares, passou-se a considera-lo como parâmetro para a definição dos vínculos parentais (DIAS, 2004).

A constituição de família faz parte do projeto de vida do indivíduo, encontrando-se estreitamente ligado ao desenvolvimento e construção da sua personalidade. É a própria dignidade da pessoa humana, enquanto valor fundamental consagrado na Constituição Federal, que legitima o direito à parentalidade.

É possível se apontar alguns critérios para o estabelecimento do vínculo parental. Dentre eles, tem-se o critério jurídico, aquele previsto pelo Código Civil, que estabelece a paternidade por simples presunção. O critério biológico é baseado na constatação do exame de DNA, e, por fim, o critério socioafetivo, que se abstém do vínculo sanguíneo para exaltar o afeto, o melhor interesse da criança e a efetivação da dignidade da pessoa humana.

A família homoafetiva tem por fundamento primário o afeto, e é uma entidade familiar constitucionalmente protegida. Em relação a tais famílias, um dos direitos mais reivindicados pelos casais é o direito à adoção. A adoção por pessoa homoafetiva já encontra proteção no manto da lei e na jurisprudência, pois é pacificado o entendimento de que, preenchidos os requisitos do art. 42 do Estatuto da Criança e do Adolescente, deve ser concedida a adoção. Noutro lado, incoerentemente, a adoção, quando promovida por casais homoafetivos, ainda se apresenta como tema polêmico, a ensejar a negativa de vários juízes do país.

Sabe-se que o ordenamento jurídico brasileiro não enfrenta a questão da adoção promovida por casais homoafetivos, e também que tal resistência se deve, em grande parte, em função de grandes preconceitos ainda existentes no meio social. De fato, não há impedimento constitucional ou jurídico brasileiro para que duas pessoas do mesmo sexo, que vivam em relação afetiva, possam adotar uma criança. Ademais, tratando-se do instituto da adoção, deve prevalecer sempre o princípio do melhor interesse da criança, sendo inaceitável que a adoção seja negada pelo fato da orientação sexual dos adotantes, a caracterizar atitude extremamente preconceituosa, punitiva, cerceadora do direito constitucional à maternidade e à paternidade, impedindo que crianças e adolescentes tenham o direito à convivência familiar, o direito ao afeto e à felicidade, acarretando injustificável prejuízo ao menor, a quem a Constituição Federal outorga especial proteção.

No que tange ao direito comparado, em alguns países a adoção por casais homoafetivos já é permitida, ao passo que a luta pelos direitos dos homossexuais já se difundiu por todo o mundo. A tendência mundial indica um maior respeito aos direitos humanos, de forma que cada vez mais países passam a conceder aos homoafetivos os mesmos direitos dos heterossexuais. O primeiro país a reconhecer a união homoafetiva foi a Dinamarca, no ano de 1989, seguido pela Noruega, em 1993, e, após, pela Suécia, onde a legalização ocorreu em 1995 (DIAS, 2000). Nesse sentido, a primeira legalização da adoção por casais homoafetivos também veio da Europa: a Holanda autorizou a adoção de menores por uma família homoafetiva em 2001. Nos Estados Unidos a adoção conjunta é legal em praticamente todos os 50 estados federais, com exceção do Mississippi. Na África do Sul, a Suprema Corte legalizou a adoção por casais homossexuais em 2002, o único país do continente a adotar a medida (TERRA, 2017).

Por outro lado, o uso da inseminação artificial também se apresenta como uma demanda crescente, considerando que, diante dos avanços técnico-científicos, possibilitou-se o nascimento de novos seres sem a prática de qualquer ato sexual: a medicalização da reprodução humana (CORREA, 2001) tornou-se uma opção para viabilizar o exercício do direito ao planejamento familiar.

Desde 1992, foram expedidas quatro Resoluções do CFM em relação à reprodução assistida, sendo a última, a CFM nº 2.121/2015, em vigor desde setembro de 2015. A atualização da resolução se deu, em especial, após o conhecimento da união homoafetiva como entidade familiar pelo Supremo Tribunal Federal, em 2011. Entre as novidades da Resolução, tem-se a inclusão de todas as pessoas capazes, solteiras ou em união hétero ou homoafetiva nas possibilidades de utilização das técnicas de reprodução assistida, ou seja, regulamentou-se a gestação compartilhada em casais do mesmo sexo, ainda que não esteja presente a infertilidade. Contudo, uma situação que surge com frequência entre casais homoafetivos é quando um integrante do par se submete à técnica da reprodução assistida, sendo que o parceiro ou parceira que não participou do processo reprodutivo, muitas vezes, fica excluído da relação de parentesco.

Essa postura discriminatória choca-se com os avanços doutrinários e jurisprudenciais que a justiça vem construindo sob o paradigma do afeto. É evidente que, existindo um núcleo familiar, selado pelo elo da afetividade, envolvendo pais e filhos, torna-se imperioso o reconhecimento da dupla paternidade e o estabelecimento do vínculo jurídico paterno-filial com ambos os genitores, quer sejam dois pais, ou duas mães. A importância de tal reconhecimento vai muito além da satisfação pessoal em sentir-se pai ou mãe, encontrando guarida no princípio do melhor interesse da criança, já que, para garantir a proteção do filho, ambos os pais precisam assumir os direitos e deveres do poder

familiar (DIAS, 2004).

No mais, a reprodução assistida demanda uma análise extra cautelosa, uma vez que suscita o debate de diversas questões éticas, biológicas e jurídicas, como, por exemplo, a restrição, ou não, do uso da técnica exclusivamente à pessoas inférteis, ou então à possibilidade de realização da inseminação artificial heteróloga em mulheres solteiras, sendo importante mencionar, novamente, a celeuma que envolve a inclusão de ambos os indivíduos na certidão de nascimento da criança, e não somente daquele que gestou o embrião.

Por fim, tem-se a possibilidade do reconhecimento da parentalidade homoafetiva através do vínculo de afeto existente entre os pais e filhos: a socioafetividade. A bem da verdade, a paternidade socioafetiva acaba por tangenciar as demais formas de constituição da parentalidade já abordadas, já que, em todas elas o afeto desponta como fator primordial para o surgimento do vínculo parental.

A filiação alicerçada na realidade do afeto é, de fato, mais relevante que a simples verdade biológica, pois contribui de forma mais efetiva para a formação do indivíduo (PEREIRA, 2005). Nos dizeres de João Baptista Villela (1980): “A paternidade reside antes no serviço e no amor que na procriação”.

A homoparentalidade suscita questões culturais e políticas, propondo reflexões que tiram da inércia algumas estruturas da sociedade, até então consideradas incontestáveis. Dentre as implicações incluem-se questões jurídicas, como o casamento, a adoção, a guarda; questões sociais, notadamente o preconceito e o trabalho diário que a parentalidade exige; questões tecnológicas, como a questão da reprodução humana assistida; e até mesmo econômicas, já que é necessário discutir como se dará o acesso desse grupo aos procedimentos tecnológicos ou mesmo judiciais.

A evolução da sociedade, os avanços científicos e as transformações da humanidade demonstram a insuficiência das construções teóricas e pragmáticas existentes até então, a ensejar a renovação e a concepção de novas teorias e práticas a respeito dos sistemas, modelos, institutos, conceitos, princípios e regras que devem transitoriamente passar a prevalecer (GAMA, 2003).

## **2.2 A filiação identificada pela presença do vínculo afetivo: a socioafetividade**

A partir da segunda metade do século XX, verificaram-se grandes mudanças no meio familiar, que fizeram com que o patrimônio e as relações econômicas deixassem de ser o núcleo da família, deslocando-o para o afeto. Assim, hodiernamente, tem-se que a afetividade é o princípio que fundamenta o Direito de Família. Sua presença, mais que em qualquer outro ramo do Direito, faz-se especialmente relevante nas relações de família.

Mesmo que a palavra afeto não esteja no texto constitucional, a Constituição enlaçou o afeto no âmbito de sua proteção. O princípio da afetividade tem grande relação com o princípio da dignidade da pessoa humana, eis que é o princípio norteador das relações familiares e da solidariedade familiar. Logo, passou-se a atribuir um valor jurídico à afetividade.

Em simples palavras, Paulo Lôbo (2011) afirma:

A família recuperou a função que, por certo, esteve nas suas origens mais remotas: a de grupo unido por desejos e laços afetivos, em comunhão de vida. O princípio jurídico da afetividade faz despontar a igualdade entre irmãos biológicos e adotivos e o respeito a seus direitos fundamentais, além do forte sentimento de solidariedade recíproca, que não pode ser perturbada pelo prevalecimento de interesses patrimoniais. É o salto, à frente, da pessoa humana nas relações familiares (LOBO, 2011).

A sociedade tem por base a convivência e a inter-relação entre os indivíduos, o que acaba por gerar laços de afeto e influenciar as relações jurídicas, ensejando a incidência do direito. Assim, tem-se que a socioafetividade é convertida em fatos jurídicos, que geram efeitos jurídicos. Nessa perspectiva, insere-se o afeto nas relações parentais, tomando-se por verdadeira filiação muito mais que a simples construção que abrange uma semelhança entre o DNA de pais e filhos, mas sim aquela que permite o sujeito ter, em seu imaginário, o lugar simbólico de pai, de mãe, e de filho (PEREIRA, 2003).

Os vínculos da filiação não podem ser buscados exclusivamente na realidade biológica, sendo imprescindível que a definição da paternidade esteja condicionada à identificação da posse do estado de filho. Em verdade, a paternidade socioafetiva encontra respaldo na clássica tríade *nomen, tractus e fama*, ou seja, para que exista a posse do estado de filho, é preciso que este carregue o nome da família, que seja tratado como filho, e que essa condição seja socialmente reconhecida (PEREIRA, 2003). A posse do estado de filho, interpretada de acordo com as premissas constitucionais, é prova suficiente para fins de declaração da filiação, gerando o parentesco segundo o critério da socioafetividade (BARBOZA, 2013).

A filiação é um conceito relacional, que pressupõe uma relação entre duas pessoas e estabelece direitos e obrigações recíprocos (SUZIGAN, 2005). A filiação socioafetiva é aquela que



não advêm do vínculo biológico, mas sim do vínculo afetivo, e, por inculcar essa conexão entre os papéis pai/mãe e filho, decorre unicamente de um ato de vontade, amor e respeito recíprocos, construído dia a dia, com base no afeto, livre do vínculo sanguíneo. Dessa forma, é possível visualizar uma transição do determinismo biológico para o afetivo, dando-se origem a relacionamentos que recebem a tutela do direito e são baseados em sentimentos voluntários, desprovidos de interesses pessoais, inerentes ao convívio parental.

Em termos jurídicos, o Código Civil ampliou o conceito de parentesco civil, uma vez que passou a considerar “parente” todo indivíduo que integre a família, independentemente da existência da consanguinidade. Assim, a ideia do parentesco dissociou-se da noção do biológico, passando a ser considerado como um sistema que é resultado do comportamento humano, e não consiste em laços objetivos de filiação ou de consanguinidade entre os indivíduos da família (TUBERT, 1996). O reconhecimento da socioafetividade através de uma sentença é condição para a sua eficácia jurídica.

Apesar de já contar com a proteção civil, constitucional, da doutrina e de parte da jurisprudência, a homoparentalidade ainda esbarra em discursos preconceituosos, arraigados, muitas vezes, à religião e à ignorância humana, formando uma forte resistência ao parentesco homoafetivo. Dentre alguns dos argumentos, são suscitadas dúvidas quanto ao bom desenvolvimento da criança que se desenvolve dentro de uma família homoafetiva, eis que há equivocada crença de que a falta de referências comportamentais possa trazer sequelas de ordem psicológica ao menor, tornar confusa sua identidade sexual, com o risco deste se tornar homossexual, além do medo de que a criança venha se tornar alvo de rejeição ou motivo de chacotas na sociedade (DIAS, 2010). Contudo, tais preconceitos não se sustentam. Nas palavras da ilustre professora Maria Berenice Dias:

Essas preocupações, no entanto, são afastadas com segurança por quem se debruça no estudo das famílias homoafetivas com prole. As evidências trazidas pelas pesquisas não permitem vislumbrar a possibilidade de ocorrência de distúrbios ou desvios de conduta pelo fato de alguém ter dois pais ou duas mães. Não foram constatados quaisquer efeitos danosos ao normal desenvolvimento ou à estabilidade emocional decorrentes do convívio de crianças com pais do mesmo sexo. Também não há registro de dano sequer potencial ou risco ao sadio estabelecimento dos vínculos afetivos. Igualmente nada comprova que a falta do modelo heterossexual acarreta perda de referenciais a tornar confusa a identidade de gênero. Diante de tais resultados, não há como prevalecer o mito de que a homossexualidade dos genitores gere patologias nos filhos (DIAS, 2010).

Para além, pesquisas recentes realizadas nos Estados Unidos confirmam que crianças criadas por casais homoafetivos não apresentam problemas ou distúrbios maiores do que as criadas por casais heterossexuais. A definição sexual dos pais não cria problemas para os filhos, muito menos direciona sua sexualidade. O papel de pai e mãe é exercido independentemente de sexo (COSTA, 2003).

Hialino que esse redimensionamento atinge uma releitura das regras jurídicas que orientam a formação da parentalidade: a afetividade ascendeu um novo patamar no direito de família, recebendo contornos de valor e princípio, fazendo com que a família esteja fundamentalmente calcada no afeto. Consequentemente, para além do embate entre velhas e novas concepções, a família caminha para uma remodelação, perdendo algumas de suas antigas características: matrimonial, hierárquica e patriarcal. Certo é que a verdadeira família somente se justifica a partir da experiência do afeto.

### 2.3 O registro da filiação socioafetiva

No Brasil, o Registro Civil de Nascimento é um direito do cidadão e tem sua gratuidade garantida por lei, é a prova da existência jurídica de todos os brasileiros. Todos os demais direitos dependem do Registro Civil de Nascimento: vida e saúde, educação e cultura, esporte e lazer, trabalho e previdência, liberdade individual e dignidade, entre outros. Além disso, a carteira de identidade, o título de eleitor, o CPF (Cadastro de Pessoa Física) e os benefícios sociais dependem desse documento. Assim, segundo Jader Lúcio de Lima Pessoa (2006):

A Certidão de Nascimento é o direito básico por meio do qual todos os outros são obtidos, permitindo a pessoa votar e ser votada, trabalhar com carteira de trabalho assinada, viajar, ser beneficiária de programas assistenciais do governo, enfim, é um documento necessário à participação da vida moderna e a plena realização da pessoa humana atualmente (PESSOA, 2006).

Esboça-se, dessa forma, uma concepção de atividade extrajudicial que se coloca por sobre a própria ordem, por sobre o próprio direito que o cria e o legitima, com o intuito de se anexar aos ditames essenciais da cidadania e de liberdade. Trata-se, pois de um importante debate, uma pesquisa que impacta profundamente na relação entre Estado e cidadão que se construiu ao longo do século. Nas palavras do jurista Washington de Barros Monteiro:

Os principais fatos da vida civil de uma pessoa natural, como o nascimento o casamento e o óbito são escritos no Registro Civil, o qual é conceituado pela doutrina como “o conjunto de

atos autênticos tendentes a ministrar prova segura e certa do estado das pessoas. Ele fornece meios probatórios fidedignos, cuja base primordial descansa na publicidade, que lhe é imanente. (MONTEIRO, 2003).

Congruente ao recente provimento 63 de 2017 do Conselho Nacional de Justiça, o reconhecimento voluntário da paternidade ou maternidade socioafetiva de pessoa de qualquer idade será autorizado perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais. Há de se entender que tal filiação tem a natureza jurídica de negócio jurídico unilateral, não modal, irrevogável e formal. Soma-se a isso a carga nitidamente afetiva dada ao instituto em análise.

Conforme o supracitado, por ser o reconhecimento irrevogável, este somente pode ser desconstituído via judicial, nas hipóteses de vício de vontade, fraude ou simulação, dentre elas, a mais grave, a denominada adoção à brasileira, vide artigo 242 do Código Penal, que tem como tipificação ilícita dar parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil.

A requisição para o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva poderá ser realizada pelos maiores de dezoito anos, independentemente do estado civil, regra semelhante ao já estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, para não subverter a ordem hereditária, não poderão reconhecer a paternidade ou maternidade socioafetiva os irmãos entre si nem os ascendentes. E o pretense pai ou mãe será pelo menos dezesseis anos mais velho que o filho a ser reconhecido.

De forma prática e formal, o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva será processado perante o oficial de registro civil das pessoas naturais, ainda que diverso daquele em que foi lavrado o assento, mediante a exibição de documento oficial de identificação com foto do requerente e da certidão de nascimento do filho, ambos em original e cópia, sem constar do traslado menção à origem da filiação, já que se trata de direito da personalidade que não gera efeitos de parentesco.

Do termo de reconhecimento, além dos dados do requerente, constarão os dados do campo filiação e do filho que constam no registro, conforme as normas da corregedoria geral de justiça do Estado, devendo o registrador colher a assinatura do pai e da mãe do reconhecido, caso este seja menor, de forma a ser necessária a anuência expressa na presente situação. Sendo que, se o filho for maior de doze anos, o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva exigirá seu consentimento.

Vale ressaltar que o reconhecimento da paternidade ou da maternidade socioafetiva poderá ocorrer por meio de documento público ou particular de disposição de última vontade, desde que seguidos os demais trâmites previstos no provimento. Outro aspecto relevante é que, suspeitando de fraude, falsidade, má-fé, vício de vontade, simulação ou dúvida sobre a configuração do estado de posse de filho, o registrador fundamentará a recusa, não praticará o ato e encaminhará o pedido ao juiz competente nos termos da legislação local.

Há que se mencionar que a discussão judicial sobre o reconhecimento da paternidade ou de procedimento de adoção obstará o reconhecimento da filiação pela sistemática supracitada. Dessa forma, o requerente deverá declarar o desconhecimento da existência de processo judicial em que se discuta a filiação do reconhecendo, sob pena de incorrer em ilícito civil e penal.

Enfim, para finalizar a perspectiva registral do reconhecimento socioafetivo, este somente poderá ser realizado de forma unilateral e não implicará o registro de mais de dois pais e de duas mães no campo filiação no assento de nascimento.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista os objetivos deste estudo, os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental. A investigação científica acerca da questão norteadora buscou amparo em estudos já realizados sobre o tema.

No estudo e desenvolvimento da pesquisa em tela foram utilizados como métodos de pesquisa a abordagem indutiva e dedutiva. Assim, a partir deste, foram utilizadas teorias já existentes para analisar os aspectos jurídicos e sociais relacionados à evolução da família frente à constitucionalização do Direito Civil, sintetizando-os para demonstrar a existência da família homoafetiva, a plena possibilidade de formação do vínculo parental quando presentes os requisitos necessários, e a importância de tutelar essas relações, em especial, de maneira a tornar efetiva a possibilidade do reconhecimento da parentalidade para ambos os integrantes do casal. Noutro lado, o método de pesquisa indutivo, de forma semelhante, foi empregado na pesquisa, uma vez que se pretendeu demonstrar como o Direito, *latu sensu*, se porta frente à realidade social e os novos

valores que se apresentam.

Sob esta perspectiva, tem-se que o presente estudo foi estruturado sob o enfoque da dialética jurídica, considerando a noção da complexidade das relações sociais, que não podem ser compreendidas em sua plenitude a partir do discurso dogmático. Isto significa que se pretendeu expor uma teoria jurídica que contribuísse para a transformação, em clara oposição ao positivismo estático.

Em um processo dialético de inclusão e complementação, foram utilizados tanto o modelo teórico analítico, de maneira a expor o caráter formalista e sistemático da legislação atual, quanto o modelo hermenêutico, que se constrói como um sistema jurídico aplicado e compreensivo das condutas humanas, uma vez que se pretendeu demonstrar as diversas maneiras com que se torna efetivo o direito à parentalidade dos casais homoafetivos. Logo, enquanto fenômeno jurídico, social e cultural, há a necessidade de se questionar os institutos já positivados no ordenamento jurídico nacional, que reproduzem o *status quo* e estão em descompasso com as demandas de transformação da realidade.

Assim, a fim de atingir os objetivos pretendidos, o estudo teve como suporte ampla bibliografia referente à matéria do Direito das Famílias, analisando posicionamentos de diversos autores acerca do tema, dos quais se pretendeu expor conceitos e teses aptos a propiciar a explanação científica do conteúdo proposto. A análise bibliográfica atentou-se, principalmente, para a historicidade e evolução do conceito de família, seus contornos e influências na sociedade e no Direito, utilizando, ainda, materiais que abordassem a temática da filiação homoafetiva, favorecendo o entendimento do objeto do trabalho, qual seja, a socioafetividade como possibilidade de formação do vínculo homoparental. Os dados foram obtidos a partir da construção doutrinária, jurisprudencial e normativa (principalmente, a Constituição Federal, o Código Civil e legislação infraconstitucional relacionada ao tema).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Evidenciou-se que a família é o lugar onde o ser humano encontra-se inserido e onde ele se desenvolve, forma sua personalidade e seu caráter através das experiências vividas. Assim, a família está totalmente envolta a uma dimensão psicológica, jurídica e social, o que evidencia o necessário cuidado ao tratar de assuntos que estejam em sua órbita, face à grande relevância e impacto produzidos na sociedade.

Hialino que os padrões nos arranjos familiares no Brasil muito se modificaram nas últimas décadas, em especial após a verificação da Constitucionalização do Direito. Com a promulgação da Constituição Federal, elencou-se a família como a base da sociedade, merecedora de especial atenção do Estado. A família deixou de ser compreendida como um núcleo econômico, voltado para a reprodução, para gozar do status de unidade de afeto, avançando, assim, para uma compreensão socioafetiva.

Nesse vértice, destacam-se as famílias homoafetivas e suas demandas pela efetivação do direito à paternidade/maternidade, que, ainda que se sustentem como uma realidade crescente no país, permanecem sem a devida tutela do direito, sendo respaldadas somente por decisões judiciais, o que lhes proporciona uma verdadeira insegurança jurídica. Dentro do Direito de Família, a dignidade da pessoa humana traduz a ideia de igual proteção para todas as entidades familiares, bem como para todos os sujeitos nelas inseridos. É indigno dar tratamento diferenciado aos agrupamentos familiares que não se enquadram no modelo heteronormativo.

Cada vez mais casais homoafetivos assumem publicamente os laços de convivência contínua e duradoura, gerando fatos jurídicos relevantes e provocando o Judiciário para resolver questões de diversas ordens. Assim, considerando que a união homoafetiva constitui um grupo familiar digno de tutela jurídica, não se pode negar a deflagração de efeitos que dela surgem, como o direito a homoparentalidade.

Do estabelecimento da união homoafetiva irradiam consequências em diversos campos, projetando-se nas relações patrimoniais, de índole econômica, e também nas relações pessoais, alocadas no âmbito interno da relação mantida pelo casal. Em relação ao direito da parentalidade, presente um núcleo familiar, selado pelo elo da afetividade, é necessário o reconhecimento da dupla paternidade e o estabelecimento do vínculo jurídico paterno-filial com ambos os genitores, quer sejam dois pais, ou duas mães. A importância de tal reconhecimento vai muito além da satisfação pessoal em sentir-se pai ou mãe, encontrando guarida no princípio do melhor interesse da criança, já que, para garantir a proteção do filho, ambos os pais precisam assumir os direitos e deveres do poder familiar (DIAS, 2004).

A legislação atinente ao Direito de Família está defasada em relação à realidade plural, dinâmica e complexa que se apresenta hoje, razão pela qual passou a ser determinada pelos princípios constitucionais e pela jurisprudência. A exclusiva regulamentação dos comportamentos tidos como “aceitáveis” deixa à margem da jurisdição aqueles indivíduos que não se identificam com o citado modelo, restando clara a necessidade de renovação dos modelos e conceitos atinentes à família.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além da tutela jurídica que reconheça a existência dessas relações, um dos direitos mais reclamados pelos casais homoafetivos é o direito à parentalidade. Não há impedimento constitucional ou jurídico brasileiro para que duas pessoas do mesmo sexo, que vivam em relação afetiva, possam exercer a parentalidade em conjunto. Sabe-se que o desejo humano de ter filhos integra a busca pela felicidade, pela realização máxima do ser humano. Nesse sentido, o direito ao planejamento familiar envolve a decisão de ter ou não ter filhos numa relação hetero ou homossexual, devendo este ser livre e impedido de amarras impostas pelo Estado.

Todavia, a despeito da orientação constitucional e dos próprios Tribunais Superiores, a legislação pátria não contempla, ainda, um regramento explícito acerca das uniões entre pessoas do mesmo sexo e, conseqüentemente, a respeito da homoparentalidade. Nessa perspectiva de incertezas, inscreve-se o parentesco, que carrega consigo repercussões pessoais e patrimoniais, determinante para as uniões homoafetivas, que desafiam a ordem jurídica e clamam o reconhecimento dos direitos das pessoas que a integram.

Apesar da ausência normativa expressa regulamentando essas uniões e todos os efeitos que dela emergem, é evidente que, sob a perspectiva principiológica e normativa constitucional, devem os juízes reconhecer a existência da família homoafetiva e conceder o direito de tais pessoas exercerem o direito da parentalidade em toda a sua plenitude, sem confundir a carência legislativa com inexistência de direitos.

Desse modo, seu estudo é essencial para que seja devidamente legalizado o instituto, com seus requisitos e possibilidade de atuação, adequando-se ao bem comum, social e ético, de modo a preservar a dignidade humana. É através do Registro Civil que a pessoa passa a ser cidadã e a existir juridicamente. O direito ao Registro é o direito a existência. A partir do momento em que é registrada, a pessoa tem acesso aos direitos universais. A utilidade do Registro Civil é indiscutível, já que garante aos cidadãos o direito ao exercício da cidadania.

A complexidade que envolve o ritmo descomunal e acelerado de mudanças de conceitos e de valores, bem como de paradigmas socioculturais, exige igual velocidade e praticidade de resposta por parte daqueles que estruturam, exercem e definem as regras e os procedimentos do Direito. Para se fazer frente a este cenário volátil e exigente, cabe aos operadores do direito encontrar meios que permitam a conjugação dos parâmetros legais com as demandas de uma sociedade que tanto repensa suas instituições como se desconecta com suas bases tradicionais.

A pesquisa revelou resultados que mostram que os indivíduos homoafetivos, muitas vezes, não são percebidos como grupo abrangido pela proteção dos direitos humanos, elevando-os ao posto de sujeitos com menor reconhecimento social do direito humano à igualdade. Entre todas as minorias sociais no Brasil, os homoafetivos continuam sendo as principais vítimas do preconceito e da discriminação, impedidos de exercer livremente sua cidadania e seus direitos fundamentais em toda a sua plenitude.

É através da educação, de leis que coíbam o preconceito e de um sistema de segurança pública eficaz que se vislumbrará maior proteção, segurança e efetivação dos direitos humanos para as minorias sexuais, em especial, para os indivíduos homoafetivos. Nas palavras de Osvaldo Fernandez (2010):

No diálogo entre a maioria e as minorias (sexuais) é que a democracia avança, equacionando o paradoxo da igualdade social e das diferenças, do respeito à diversidade e aos valores democráticos, promovendo a cidadania e o reconhecimento dos homossexuais ou LGBT como sujeitos políticos que demandam por direitos, políticas afirmativas e proteção social (FERNANDEZ, 2010).

Dentro da perspectiva dos novos arranjos familiares, a família homoafetiva e a questão da homoparentalidade vêm recebendo, gradativamente, respaldo jurídico, legal e social, tornando-se mais visível e promovendo importantes debates e reflexões em vários aspectos: entre os profissionais da saúde, psicólogos e psicanalistas, profissionais do direito, e na própria sociedade. Entre os autores estudados, foi unânime a ênfase nos procedimentos de filiação socioafetiva em detrimento do

vínculo meramente biológico.

Contudo, a temática da homoparentalidade é recente na literatura científica, e consideravelmente escassa no Brasil. Por outro lado, é evidente o crescimento da discussão acerca da homoafetividade, seja em relação ao estudo do comportamento de pessoas homoafetivas, à compreensão de valores específicos do universo das relações homoafetivas, como a investigação de campos de luta política e de direitos humanos, ou ainda a construção de processos de criação de identidade desses indivíduos (Uziel et al., 2006).

O reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva, no âmbito da família homoafetiva, deflagra todos os efeitos pessoais e patrimoniais que são inerentes do parentesco natural. Resta ao Poder Legislativo elaborar normas que tutelem os direitos relativos à família homoafetiva, em especial no que tange ao direito à parentalidade socioafetiva de tais casais. É necessário que haja a regulamentação sobre o reconhecimento de maternidade ou paternidade socioafetiva, para findar os debates que surgem quando do Registro dos menores, como ocorre nas situações em que aquele que pretende reconhecer a paternidade ou maternidade é casado com a pessoa que gerou a criança.

O afeto, a dignidade, liberdade, e a igualdade são valores equivalentes e que marcham paralelamente, constituindo a base do Estado Democrático de Direito em que se vive. Não por menos, assim dispôs a Constituição Federal, deflagrando, desse modo, diversas possibilidades para a efetivação dos direitos humanos fundamentais, e orientando os legisladores na necessária e permanente atualização normativa. O exclusivo reconhecimento e legitimação das uniões homoafetivas não é suficiente diante do extenso rol de direitos que tais indivíduos, como quaisquer outros cidadãos, possuem, como é o direito a paternidade/maternidade. Assim, aos homoafetivos deve ser respeitado e reconhecido, dentre outros, o direito de adotar, gerar ou reconhecer-se como pais e filhos, possibilitando-se o registro da paternidade ou da maternidade socioafetiva, instituindo uma verdadeira entidade familiar.

## REFERÊNCIAS

BARBOZA, Heloisa Helena. **Efeitos jurídicos do parentesco socioafetivo**. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/7284/6376>>. Acesso em set. 2018.

BERTOLDO, Daniela Lusa; MENDES, Jennifer Helena; SILVA, Luiz Guilherme Santana; MARTINEZ, Adilsen Claudia. Multiparentalidade e filiação socioafetiva: efeitos jurídicos. **Revista do Curso de Direito da Universidade Braz Cubas**. Mogi das Cruzes, SP, v. 1, n. 1, maio 2017. Disponível em: <<https://revistas.brazcubas.br/index.php/revdubc/article/download/239/390/>>. Acesso em maio 2018.

BRASIL, Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM nº 2.121, de 16 de julho de 2015. Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida. **Diário Oficial da União**. Brasília, 24 set. 2015. Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2015/2121\\_2015.pdf](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2015/2121_2015.pdf)>. Acesso em set. 2018.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Plenário, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28ADI+4277%29&base=baseAcordaos>>. Acesso em: set. 2018. (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132/Rio de Janeiro. Requerente: Governador do Estado do Rio de Janeiro. Relator: Min. Ayres Britto. 5 de maio de 2011).

CASSETTARI, Christiano. **Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo: Legislação Estadual e Municipal para Cartórios**. São Paulo: Atlas, 2012.

CORREA, Marilena Cordeiro Dias Villela. **Ética e reprodução assistida: a medicalização do desejo de ter filhos**. Bioética, Brasília, v. 9, n. 2, 2001.

COSTA, Tereza Maria Machado. **Adoção por pares homoafetivos: uma abordagem jurídica e psicológica**. 2003. 82p. Monografia - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Vianna Júnior, Juiz de Fora, 2003.

DIAS, Maria Berenice. **União Homossexual: o preconceito e a justiça**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000. p. 43.

DIAS, Maria Berenice. Filiação homoafetiva. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Afeto, ética, família e o novo Código Civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

DIAS, Maria Berenice. **Adoção homoafetiva**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/uploads/6\\_-\\_ado%E7%E3o\\_homoafetiva.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/uploads/6_-_ado%E7%E3o_homoafetiva.pdf)>. Acesso em: maio 2017.

FERNANDEZ, Osvaldo. Homossexuais, cidadania e direitos humanos no Brasil. In: VENTURINI, Gustavo. (Org.). **Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. p. 130.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação: o biodireito e as relações parentais: o estabelecimento da parentalidade-filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

LOBO, Paulo Luiz Netto. Entidades familiares constitucionalizadas: para além do numerus clausus. **Revista IBDFAM**, Belo Horizonte, n. 12, p. 95, jan/mar. 2002.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil: Famílias**. 4.ed, São Paulo: Saraiva, 2011. p. 71.

LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Registros Públicos: Teoria e Prática**. 7. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2016.

PASSOS, Maria Consuelo. Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. *Psicologia Clínica*, v. 17, n. 2, 2005.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios fundamentais norteadores para o direito de família**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de família: uma abordagem psicanalítica**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

PESSOA, Jáder Lúcio de Lima. **Registro Civil de Nascimento: direito fundamental e pressuposto para o exercício da cidadania**. Brasil, 1988-2006. Campos dos Goytacazes, 2006. Dissertação (Curso de pós-graduação – Mestrado em Direito). Faculdade de Direito de Campos.

RAGAZZI, Jorge Luiz; GARCIA, Thiago Munaro. Princípios constitucionais. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). **Diversidade sexual e direito homoafetivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 179.

SUZIGAN, Thábata Fernanda. **Filiação socioafetiva e a multiparentalidade**. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/9204/Filiacao-socioafetiva-e-a-multiparentalidade>>. Acesso em set. 2018.

TUBERT, Sílvia. **Mulheres sem sombra: maternidade e novas tecnologias reprodutivas**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1996.

UM panorama do casamento gay e da adoção por casais do mesmo sexo pelo mundo. **Estadão**, São Paulo, SP, 30 jun. 2017. Internacional. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/blogs/radar-global/um-panorama-do-casamento-gay-e-da-adoacao-por-casais-do-mesmo-sexo-pelo-mundo/>>. Acesso em set. 2018.

UZIEL, Ana Paula et. al. **Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual**. Porto Alegre: Horizontes antropológicos, 2006.

VILLELA, João Baptista. A desbiologização da paternidade. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, n. 71, p. 45. Jul./set. 1980.

***HUMANIZANDO O HOMEM: DROGAS, ÁLCOOL E UMA PERSPECTIVA DE FUTURO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA***

*HUMANIZING MAN: DRUGS, ALCOHOL AND A FUTURE PERSPECTIVE: A REPORT OF EXPERIENCE*

Área temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

PEREIRA JUNIOR, Luciano Aparecido

Universidade de Franca

Bacharel em Psicologia, Mestrando em Promoção da Saúde

E-mail: lucianojuniorpereira@gmail.com

ROBERTO, Laura Raissa

Bacharel em Psicologia

E-mail: laura\_raissa56@hotmail.com

SANTOS, Creonice Aparecida dos

Uninter Educacional S.A

Bacharel em Psicologia, Pós-graduanda em Neuropsicopedagogia

E-mail: creonice023@hotmail.com

SILVA, Tatiane Aparecida

Bacharel em Psicologia

E-mail: tatianesilvapsic@hotmail.com

**Resumo**

O presente trabalho possui o intuito de apreciar de forma clara o quanto é importante o processo de humanização do ser humano. O trabalho foi realizado através de um estágio curricular do Curso de Psicologia em um Hospital Psiquiátrico, que atende pacientes psiquiátricos e pacientes dependentes de drogas lícitas – álcool/cigarro – e drogas ilícitas – maconha, cocaína e crack, sendo este último público, o abordado neste trabalho. Foram realizados grupos operativos com cerca de 10 pacientes em cada grupo realizado, totalizando 18 grupos. O processo teve um viés qualitativo, em que se priorizou o uso da fala, do contato e das experiências vividas por cada integrante, estabelecendo vínculo com a Teoria de Grupos Operativos de Pichon-Rivière e a psicanálise para aprofundar o papel do discurso e do diálogo entre os seres humanos e em suas relações, além da pesquisa bibliográfica, consultando os referenciais teóricos existentes na literatura sobre os temas abordados. Houve o favorecimento e o espaço para que pudessem dialogar e construir perspectivas de futuro e crescimento, sendo o homem visto através do processo de humanização e como influenciador e influenciado pelas questões biopsicossociais, culturais e econômicas, incluindo o papel da família em seu tratamento e reabilitação.

**Palavras-chave:** Relações Familiares, Uso e abuso de drogas, Grupos operativos.

**Abstract**

The present work intends to clearly appreciate how important the process of humanization of the human being is. The work was carried out through a curricular internship of the Psychology Course in a Psychiatric Hospital, which attends to psychiatric patients and patients dependent on licit drugs - alcohol / cigarettes - and illicit drugs - marijuana, cocaine and crack. In this job. Operative groups were performed with about 10 patients in each group, totaling 18 groups. The process had a qualitative bias, in which the use of speech, contact and experiences lived by each member was prioritized, establishing a link with Pichon-Rivière Operative Group Theory and psychoanalysis to deepen the role of discourse and dialogue among human beings and in their relationships, in addition to bibliographical research, consulting the existing theoretical references in the literature on the topics addressed. There was the favor and space for them to be able to dialogue and build perspectives of future and growth, being the man seen through the process of humanization and as influencer and influenced by biopsychosocial, cultural and economic issues, including the family's role in its treatment



and rehabilitation.

**Keywords:** Family relationships, Drug use and abuse, Operative groups.

## INTRODUÇÃO

O ser humano é um sujeito grupal que se desenvolve em meio a uma sociedade e esta o insere em uma cultura, que por sua vez influenciará o indivíduo a criar hábitos e comportamentos, que nem sempre trarão ganhos para sua saúde. Nos dias atuais o que mais tem preocupado o sistema de saúde pública é o uso de substâncias psicoativas, que ataca todas as classes sociais, e também todas as idades, tornando-se um problema social, em que muitas vezes em busca de um prazer imediato, cada vez mais a jovem população do Brasil tem se entregado a essa prática (OLIVEIRA; CARVALHO, 2017), através da influência do consumismo.

Os motivos que levam as pessoas a experimentar as drogas podem ser vários, como: físicos, psicológicos, familiares e sociais, sendo que depois que o sujeito se torna dependente a substância age sobre o Sistema Nervoso Central de diversas formas, demandando muita dedicação e apoio para recuperação, cenário no qual, a família possui papel importante no auxílio ao paciente (GREGÓRIO, 2013).

Estudos já constataram que a aderência aos programas de tratamento e aos procedimentos terapêuticos depende, ao menos em parte, da motivação para mudança e de condições estruturais de apoio (RIGOTTO, 2002, p. 105).

A dependência cria um grande obstáculo na vida do indivíduo. As internações em hospitais psiquiátricos podem ocorrer de maneira voluntária, quando o paciente se predispõe a interação ou por medida compulsória (FORTES, 2010). É válido destacar que o intuito não é discorrer sobre a dependência química e seus efeitos biopsicossociais.

No entanto, os tratamentos aos dependentes químicos enfrentam várias limitações tais como heterogeneidade dos dependentes, diversidade das substâncias consumidas, custos econômicos, dificuldades com recursos humanos, e dificuldades de materiais especializados (RIGOTTO, 2002, p.96).

O apoio social e familiar é de grande contribuição para a recuperação dos dependentes (OLIVEIRA; CARVALHO, 2017), porém nem sempre ajudam. Muitas internações são realizadas como meio de afastar o “problema”, seja da sociedade ou da família, e acabam piorando a situação, sendo assim, pode-se perceber a desvalorização do sujeito que necessita de ajuda, e não de exclusão (RIGOTTO, 2002). A pessoa perde sua subjetividade, e passa a ser vista com total responsabilidade por seu fracasso (OLIVEIRA; CARVALHO, 2017). A desumanização exercida pela sociedade diante desta realidade é, em parte, a causa da diminuição do sucesso do tratamento (OLIVEIRA; CARVALHO, 2017).

Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo elucidar o estágio feito por estudantes de psicologia em um hospital psiquiátrico, através de um relato de experiência, onde foi trabalhado o uso de grupos operativos com os internos dependentes, na busca da humanização dos mesmos, possibilitando à comunicação intragrupal, transmissão de conhecimento e o desenvolvimento de suas potencialidades. Os integrantes puderam se reconhecer como pertencentes a um grupo. Durante os encontros puderam aprender e transmitir seus conhecimentos, respeitando as individualidades inerentes a cada indivíduo, estreitando os vínculos e validando os apoios mútuos entre si mesmos com o intuito de atingir um objetivo em comum: uma recuperação eficaz.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Pensando o indivíduo biopsicossocial, são várias as influências que podem interferir diretamente sobre a saúde e bem-estar deste, nestas três instâncias que integram o sujeito. Como pondera Fontes (2010), é preciso considerar o homem além do contexto complexo da biologia, mas para um ir além frente à questão social e cultural, no qual existem valores e relações que são essenciais na constituição do ser humano, tanto frente ao Estado, quanto a sociedade. Nesse sentido é preciso pensar em uma saúde que propicie a autonomia, a qualidade de vida e a justiça social (FORTES, 2010).

Em algumas situações o indivíduo se encontra em risco social e frente a diversas vulnerabilidades sociais, que colocam em risco sua vida, saúde e integridade física e mental (FORTES, 2010), assim como ocorre com os dependentes químicos e seus familiares, frente ao processo de relação e vinculação existente ou não.

### **A importância do vínculo grupal**

A escuta é um processo importante dentro de um grupo, principalmente por parte do terapeuta, que será aquele que norteará e mediará o diálogo e as interações, pensando na autonomia, humanização, (re)inserção social, validando o que é dito, construindo possibilidades e buscando neles mesmos as respostas das quais tanto precisam (FURLAM; RIBEIRO, 2011).

A psicanálise tem um viés importante quando se abordam os Grupos Operativos, colocando em pauta o homem como um ser social, buscando uma visão integral de constância entre o homem e a sociedade (RIVIÈRE, 200), num processo de trocas e de afetos mútuos, um influenciando o outro (FURLAM; RIBEIRO, 2011).

Assim, o grupo é possibilitado através da escuta do outro e de si mesmo, além das interferências pontuais e necessárias do terapeuta no momento devido, apenas para ressaltar pontos da temática proposta e do que está sendo falado, sendo essencial que o psicólogo se conheça e esteja apto e pronto a realizar este trabalho (FURLAM; RIBEIRO, 2011).

### **A dependência química: o uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas**

No Brasil, há um aumento na distribuição de drogas, e automaticamente um aumento no consumo das mesmas, sendo este um problema social e de saúde pública alarmante, visto que, as drogas podem ser as lícitas (álcool e tabaco) e ilícitas (maconha, crack e cocaína, por exemplo), demandando uma atenção ampliada do Estado e da sociedade, principalmente na prevenção e na redução de danos (GREGÓRIO, 2013).

Ao mesmo modo que cresce o número de usuários, cresce também o número de famílias em busca de soluções para as condições em que seus entes se encontram, através de uma intervenção de internação e tratamento, estando assim indivíduo e família vulneráveis socialmente (GREGÓRIO, 2013).

Gregório (2013) ainda salienta que tem sido cada vez mais precoce o uso de drogas, demonstrando que cada vez mais jovens e adolescentes passam a fazer uso, às vezes indiscriminado, destas substâncias psicoativas.

O consumo destas substâncias é um problema antigo, que perpassou por diversas culturas e épocas, sendo utilizadas com finalidades diferentes e em vários lugares distintos (OLIVEIRA; CARVALHO, 2017).

O uso indevido de drogas chama a atenção, por atingir cada vez a população jovem, em que o consumo por parte dos adolescentes, tornou-se um grave problema que afeta famílias e a sociedade (OLIVEIRA; CARVALHO, 2017). Entre as substâncias mais consumidas estão o álcool, o tabaco e a maconha (OLIVEIRA; CARVALHO, 2017).

### **A família: entre o auxílio e o conflito**

Ao colocar em cena o Desenvolvimento Humano, é importante ressaltar o papel da família sobre este, para que se dê de maneira saudável, em que este desenvolvimento se dá num processo dinâmico entre o homem e o ambiente, o que inclui a família e fatores de risco (MARTINS; SANTOS; PILLON, 2008).

A pobreza é um fator de risco importante no que tange o consumo de drogas, isso não quer dizer que somente a classe mais pobre consuma tais substâncias, mas que, estas pessoas estão mais vulneráveis e suscetíveis ao consumo, por diversos motivos de ordem biopsicossocial, que afetam o indivíduo (MARTINS; SANTOS; PILLON, 2008).

As famílias em exclusão social têm seus componentes mais vulneráveis ao consumo de drogas, principalmente as lícitas, como o álcool e o tabaco, que além do vício desencadeia outros diversos tipos de doenças que podem afetar o indivíduo e suas relações (MARTINS; SANTOS; PILLON, 2008).

O uso de estratégias de prevenção pode ser essencial no enfrentamento a este consumo, desde que hajam políticas públicas viáveis para atender esta crescente demanda, acolhendo tanto o sujeito, quanto seus familiares, favorecendo uma rede integrada de atendimento a todos, como diversos serviços disponíveis ((MARTINS; SANTOS; PILLON, 2008).

A família pode ou não contribuir para que um desenvolvimento saudável aconteça, sendo que isso depende de vários fatores e independe de classe social (GREGÓRIO, 2013). Uma família desestruturada estará mais suscetível a vulnerabilidades, e dentre estas está o consumo de substâncias químicas, principalmente por adolescentes e a curiosidade incessante frente ao estágio de desenvolvimento humano (GREGÓRIO, 2013).

Quando dentro de uma família há um indivíduo que faz uso de alguma droga, é fundamental

que uma rede estrutura acompanhe e dê suporte a esta família, principalmente para que esta possa apoiar o sujeito no processo de recuperação e no tratamento, sendo que uma das maiores dificuldades para o usuário é sair do ciclo vicioso sozinho (GREGÓRIO, 2013).

A recuperação se torna facilitada com o apoio da família durante o tratamento, mas para que este suporte familiar aconteça é preciso que profissionais da saúde, como os psicólogos, acompanhem estas pessoas e seja canal de informação, orientação e suporte para os familiares, auxiliando-os para que possam contribuir durante o tratamento, visto que, a família também pode ser uma vítima nesta situação (GREGÓRIO, 2013). Sendo assim, é essencial que os profissionais da saúde, a família e o usuário estejam engajados no tratamento, e sejam assistidos por políticas públicas efetivas.

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Neste trabalho, foi utilizado um método que não generaliza, mas que singulariza o sujeito. Trás do geral para o singular em busca de aspectos consistentes das respostas esperadas. Avaliando o sujeito enquanto único, mas sem esquecer o que ele influencia e como é influenciado pelo ambiente.

Pondera-se assim, por aspectos qualitativos do trabalho, que como destaca Gerhardt e Silveira (2009), se busca explicar o porquê das coisas, sem quantificá-las, mas principiar a análise de seus conteúdos, além dos valores e trocas simbólicas, que não possuem caráter métrico, podendo agregar diversas abordagens.

Assim, o atuante, enquanto coordenador de grupo se insere como parte da relação e da construção de sentidos possibilitada através do grupo e do diálogo, sendo o pesquisador um integrante e atuante na pesquisa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Mediante isso, preocupa-se com “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009 p. 32).

Houve também uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2008), fundamentando-se na literatura já existente a respeito dos grupos-operativos e sua importância, além de referenciais teóricos a respeito da dependência química e da institucionalização.

Foram realizados os grupos operativos onde “o sujeito modificava-se a si mesmo para modificar o meio” (PICHON-RIVIÈRE, 2000), tendo estes como finalidade o diálogo e a busca de conhecimento, sendo assim, quando o sujeito é modificado pelo grupo ele por sua vez transforma-se num agente de mudanças, num processo de construção. E a partir disso o grupo conquista sua identidade.

Para Pichon-Rivière (2009), se o sujeito diante da dor e da culpa regressa a uma posição anterior de seu desenvolvimento abre-se o caminho para a doença.

Ressaltando o contexto dos grupos operativos e sua importância, Pichon-Rivière (2009) destaca que os grupos operativos atendem basicamente a duas dimensões: aprendizagem e terapêutica, e conclui falando, que mesmo que o indivíduo privilegie uma das dimensões a outra sempre estará presente. Diante das dinâmicas apresentadas os internos obtiveram grande aprendizado, pois, um sempre buscava ajudar o outro na fala.

Os grupos aconteceram envolvidos em nove temas diferentes, cabíveis a cada dia de encontro. A obtenção do resultado desejado se deu através das dinâmicas em todos os encontros e cada dinâmica visava um objetivo que foi obtido com êxito em suas aplicações. Os temas foram autoestima e autoconhecimento, momentos e recordações, dependência química e sonhos, expectativa versus realidade, perspectivas de futuro, talentos e habilidades, conhecimentos e capacidades, potencialidades e por fim, o olhar do outro sobre mim. Ambos centrados no indivíduo e valorizando os aspectos positivos que cada um trazia, sem ignorar os problemas, mas dando a eles possibilidades de ver que mesmo diante dos preconceitos embutidos na sociedade e das dificuldades, eles são capazes de mudar e criar novas possibilidades de vida e futuro, que podem sonhar, almejar, planejar e com toda certeza conquistar.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **O uso de drogas/álcool e os fatores socioeconômicos – histórias de vida**

O consumo de drogas e álcool é uma preocupação mundial, e constitui um grave problema em função de sua alta incidência e riscos trazendo consequências pessoais e sociais no futuro principalmente dos adolescentes e jovens que são mais vulneráveis. Geralmente é na adolescência, período mais propício para o início do uso de drogas devido a crises existenciais, conflitos internos e familiares, discordância de normas, e a necessidade de autoafirmação (PAPALIA; OLDS; FELDMAN,

2010). O uso de drogas tem sido visto comum na sociedade, assim, “estudos desenvolvidos em diversas partes do mundo revelam que a introdução ao consumo tem ocorrido cada vez mais precocemente e que tal uso também ocorre de forma cada vez mais pesada” (CHIAPETTI; SERBENA, 2006, p. 303).

Muitos são os fatores que contribuem para isto e um deles é o socioeconômico. Famílias de baixa renda estão mais expostas ao consumo e tráfico de drogas, são mais vulneráveis ao uso de substâncias psicoativas, pois vivem as margens da exclusão social, sendo estas características propícias e por consequência transgridem as leis, se tornando infratores e mais propensos a crimes entre outros tipos de violência (SUDBRACK; DALBOSCO, 2005).

A condição de pobreza é considerada um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento humano, em que “o consumo de álcool constitui um dos graves fatores de risco para o adoecimento e morte em todo o mundo, principalmente entre os países mais pobres” (MARTINS; SANTOS; PILLON, 2008, p. 2).

Como destacam Schenker e Minayo (2005) a desigualdade social, problema característico dos países em desenvolvimento, gera pobreza, fome, miséria e violência, que influenciam no comportamento do indivíduo, mediante isso, esta exposição ao risco pode ser entendida em vários contextos, fracassos escolares, relacionamentos sociais problemáticos e principalmente por problemas emocionais, relacionados ao contexto familiar.

### **O papel e a importância da família para os dependentes químicos**

De acordo com Seadi (2009), a dependência da droga e do álcool está sendo estudada hoje em dia como um fenômeno que afeta não somente o usuário, mas também seu próprio sistema familiar por isso à importância também do tratamento da família junto ao dependente. É muito importante o acompanhamento dos familiares junto aos dependentes, pois o apoio, carinho e o ato de saber há alguém ao seu lado e que este quer o ajudar pode fazer com que os dependentes sejam mais persistentes, mais firmes e motivados no seu tratamento (SEADI, 2009).

O apoio familiar é muito importante, ainda mais durante o tratamento, pois vários são os sentimentos que ele pode apresentar diante dessa situação, tais como angústia, culpa e incapacidade, em que, além do preconceito que os dependentes químicos sofrem da sociedade, eles também são submetidos aos da família, que se sente envergonhada diante da sociedade pelo simples fato de não terem conseguido formar um indivíduo “saudável” e “preparado” para cumprir com suas obrigações sociais (SEADI, 2009).

Podemos pensar que devemos ter sempre em foco tanto o tratamento do usuário quanto desta rede de relações significativas e influenciáveis que é a família, pois, só desta forma conseguiremos, em um terreno neutro, trabalhar a capacidade de tolerância e compreensão de cada um (MAZUCA; SARDINHA, 2000).

### **A importância da fala e da escuta nos grupos**

O homem é um ser social, e pensa-se que o grupo irá sanar todas as necessidades dos sujeitos envolvidos dentro dele, sendo assim, em qualquer grupo os processos inconscientes estão presentes, e estes grupos podem ter os mais variados tipos, e mediante isso, é necessário que o psicoterapeuta de grupo esteja e seja capaz de discriminar as características daquele determinado grupo, pois somente assim poderá exercer adequadamente sua função (FURLAN; RIBEIRO, 2011). Além de conhecer e reconhecer o grupo, ele precisa estar integrado, estar com os indivíduos daquele grupo, um caminhar conjunto (FURLAN; RIBEIRO, 2011).

Como salienta Furlan e Ribeiro (2011), os elementos a que devem ser observados durante um grupo podem ser verbais ou não, estarem latentes ou manifestos, podendo dentro do processo de escuta o silêncio ser abordado como uma forma de comunicação, tanto por parte de si, quanto dos demais sujeitos, visto que, existe uma demanda pela escuta e pelo ser ouvido.

É importante que o psicoterapeuta, integrado ao grupo, proporcione um espaço confiável e seguro para que o paciente possa refletir a partir de suas experiências, sendo este, um processo de enriquecimento psíquico dos indivíduos envolvidos, propiciando reflexões que levam ao crescimento emocional e a atuações diferenciadas daquilo que antes faziam, sendo os novos discursos construídos através das relações e do diálogo grupal possibilitado e facilitado (FURLAN; RIBEIRO, 2011). Através das falas individuais e da escuta do outro, vai construindo sentidos tanto para o indivíduo quanto para o grupo, favorecendo o conhecimento de si, de suas possibilidades e limitações, assim, o processo se dá através da partilha e da troca de falas.

Nos grupos a fala e a escuta são importantes instrumentos para o processo de autonomia,

diálogo, relação e sociabilidade, sendo que dentro do grupo, cada integrante traz consigo sua história pessoal e compartilham necessidades, tendo objetivos comuns e a esperança de uma nova história, sendo assim, o conhecimento a cerca do outro contribui para que novas relações sejam criadas (FURLAN; RIBEIRO, 2011). O que eles possuíam em comum além da dependência química, era a vulnerabilidade social, os conflitos familiares, a baixa escolaridade e a inserção no mundo das drogas coincidentemente na adolescência.

No decorrer dos encontros foi possível observar que o grupo estava muito apreensivo, ansioso e com grande necessidade de expor seus sentimentos. Fato que facilitou o começo do diálogo. Entre eles observou-se que falar sobre o vício era difícil. O discurso era carregado de vergonha de si, até mesmo pela falta de controle sobre o “eu” que procura a bebida e a droga, além da dificuldade de abandoná-la.

Dentre as queixas mais frequentes estava o fato de estarem longe dos familiares, dos amigos e da vida que levavam lá fora. Muitos se resignavam por deixarem a família por tanto tempo para o tratamento. Outros viam nessa “separação” a oportunidade para refletirem sobre suas ações e o quanto elas estavam fazendo mal para as pessoas que mais amavam.

Outro tema bastante recorrente nos encontros (embora cada encontro abordasse um tema diferente) era o quanto os sonhos ainda eram importantes para eles. E o quanto resgatar e falar desses sonhos trazia esperança. “Voltar a estudar, montar um negócio próprio, conhecer uma pessoa e constituir família” era um dos discursos mais frequentes utilizados por eles.

De um modo geral, a participação e o envolvimento dos membros do grupo entre si e os coordenadores foram essenciais pra o trabalho atingir resultados positivos. Eles se comprometeram a participar, dialogar, questionar e estarem dispostos a fazerem uma reavaliação sobre si e suas condutas. O que despertou uma vontade de mudança e a crença de que isso era possível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que falta ao homem para se tornar humano? O que falta ao humano para reconhecer o outro homem como um humano? A sociedade e o sistema falham nessa construção, mas o humano mesmo diante da falha se permite a mudança e a uma nova visão? O homem se deixa interferir, mas busca promover sua interferência? Qual a percepção que se tem do humano hoje? Existe a dificuldade de tratá-lo em sua unicidade característica, sem observar também, sua igualdade una, todos são *homo sapiens*, da mesma espécie, mas com personalidades, sonhos, vivências, experiências, possibilidades, visões, conhecimentos e perspectivas diferentes.

A sociedade capitalista e midiática onde o poder de consumo, ou quem pode consumir mais, tem um valor e uma ocupação social hierárquica maior, o mundo das drogas participa diretamente disso. Quem vende, quem compra, quem usa, um verdadeiro mercado, sem *marketing*, sem propagandas publicitárias, porém, no boca a boca, seja ele na indicação do mais próximo ponto de venda, seja ele no uso concreto de boa parte das substâncias, em que a boca é a porta de entrada para um mundo de marginalização, preconceito, crime, violência, negligência e irresponsabilidade. Por onde as drogas entram, porém, o primeiro caminho pela qual saem.

As mudanças começam a partir dos momentos em que as vozes passam a serem ouvidas, em que os sujeitos através da fala tão caracterizada e enfatizada pela psicanálise tomam o rumo da liberdade, da angústia que aprisiona o sujeito, que interrompe sua vivência e existência, porque a sociedade é excludente, prevalece o conceito retórico, retrógrado e ultrapassado de que os mais fortes sobrevivem. Humanos, seres racionais, que deveriam questionar ainda mais.

Olhe o homem como um humano, seja humano, demonstre como as mudanças e as possibilidades de vida ainda persistem e cabem a qualquer um sem distinção, sem cor, raça, credo, condição social, sexo e orientação sexual. Há um mundo que cabe todos, mas será que existem humanos prontos a estarem com outros humanos neste mundo? Humanize o homem, pois ao se tornar humano, uma nova conexão se estabelece um inter-relacionamento, uma vida se salva. Humanização, uma nova visão, uma nova perspectiva de futuro.

## REFERÊNCIAS

CHIAPETTI, N.; SERBENA, C. A. *Uso de álcool, tabaco e drogas por estudantes da área da saúde de uma Universidade de Curitiba*. Curitiba: 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n2/a17v20n2.pdf>>. Acesso em 02 de jul. de 2018.

FORTES, H. M. Tratamento compulsório e internações psiquiátricas. *Revista Brasileira de Saúde*

*Materno Infantil*, Recife: 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v10s2/09.pdf>>. Acesso em 02 de jul. de 2018.

FURLAN, V.; RIBEIRO, S. F. R. *Vínculo: a escuta do psicoterapeuta em grupo com pessoas em sofrimento mental atendidas em Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)*. São Paulo: 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-24902011000100005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902011000100005)>. Acesso em 22 de jul. de 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em 22 de jul. de 2018.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREGÓRIO, T. *O papel da família no tratamento do usuário de drogas*. Criciúma: UNESC, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/2152/1/Tereza%20Gregório.pdf>>. Acesso em 15 de jul. de 2018.

MARTINS, M; SANTOS, M. A. dos; PILLON, S. C. Percepções de famílias de baixa renda sobre o uso de drogas por um dos seus membros. *Revista Latino Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, SP: 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/rlae/v16n2/pt\\_19.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v16n2/pt_19.pdf)>. Acesso em 30 de jul. de 2018.

MAZUCA, K. P. P.; SARDINHA, L. S. Dependência do álcool: a importância da família no tratamento e na prevenção da recaída. *Boletim de Iniciação Científica em Psicologia*, São Paulo: 2000. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/Cursos/Psicologia/boletins/1/artigo3.pdf>>. Acesso em 02 de jul. de 2018.

OLIVEIRA, F. S. de; CARVALHO, T. M. de. *A influência dos problemas familiares e sociais no consumo de drogas na adolescência*. Divinópolis: FAGED, 2017. Disponível em: <<https://www.faced.br/wp-content/uploads/2017/06/A-INFLU%C3%8ANCIA-DOS-PROBLEMAS-FAMILIARES-E-SOCIAIS-NO-CONSUMO-DE-DROGAS-NA-ADOLESC-2.pdf>>. Acesso em 15 de jul. de 2018.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. *Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre: AMGH, 2010.

PICHON-RIVIÈRE, E. *Teoria do vínculo*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2000 (1982).

PICHON-RIVIÈRE, E. *O processo grupal*. 8 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009 (1983).

RIGOTTO, S. D.; GOMES, W. B. Contextos de abstinência e de recaída na recuperação da dependência química. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília: 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722002000100011>>. Acesso em 26 de jul. de 2018.

SEADI, S. M. S.; OLIVEIRA, M. da S. A terapia multifamiliar no tratamento da dependência química:

um estudo retrospectivo de seis anos. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro: 2009. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v21n2/08.pdf>>. Acesso em 27 de jul. de 2018.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. de S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: Acesso em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n3/a27v10n3.pdf>>. Acesso em 30 de jul. de 2018.

SUDBRACK, M. F. O.; DALBOSCO, C. A escola como contexto de proteção: refletindo sobre o papel do educador na prevenção do uso indevido de drogas. *1 Simpósio Internacional do Adolescente*, Brasília: UNB, 2005. Disponível em: Acesso em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=msc000000082005000200082&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=msc000000082005000200082&script=sci_arttext)>. Acesso em 30 de jul. de 2018.

**HÁ UM DIREITO SUBJETIVO A PRESTAÇÕES MATERIAIS? A EFICÁCIA DOS DIREITOS SOCIAIS E A TEORIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL**

*IS THERE A SUBJECTIVE RIGHT TO POSITIVE FACTUAL ACTS? THE EFFICACY OF SOCIAL RIGHTS AND THE THEORY OF MINIMUM EXISTENTIAL*

Área temática: 1.4 Direito, Trabalho e Serviço Social

URBAN, Renan Lucas Dutra  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP  
Mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP, Campus de Franca. Graduado em Direito pela UNESP-Franca. Membro do Núcleo de Pesquisas Avançadas em Direito Processual Civil Brasileiro e Comparado – NUPAD/UNESP  
renanurban@hotmail.com

**Resumo**

Pode-se extrair, diretamente da Constituição Federal, um direito a prestações materiais? O objetivo geral deste trabalho é responder a essa questão, tendo em vista tanto a “reserva do possível fática”, relativa à objeção da incapacidade financeira do Estado para prover todas as prestações materiais que compõem o objeto dos direitos sociais, quanto a “reserva do possível jurídica”, concernente à objeção da falta de competência dos órgãos do Poder Judiciário para controlar políticas públicas. Com ênfase na dimensão normativa da abordagem metodológica dogmático-jurídica, defende-se aqui a seguinte tese: as prestações materiais compreendidas no conceito de “mínimo existencial”, na medida em que correspondem ao núcleo essencial do princípio da dignidade da pessoa humana, não se submetem aos limites fáticos e jurídicos da “reserva do possível”; são, portanto, plenamente justiciáveis, devendo ser entregues pelo Estado em caráter prioritário.

**Palavras-chave:** direito sociais, reserva do possível, mínimo existencial

**Abstract**

Is it possible to derive, directly from the Constitution, a right to positive factual acts? The general objective is to answer this question, in view both of the “reservation of possibility factual”, which concerns the objection of the Government financial incapacity in providing all the positive acts required by social rights, and the “reservation of possibility normative”, which concerns the objection of the Courts democratic illegitimacy to control public policies. Emphasizing the normative dimension of the legal-dogmatic methodological approach, the following thesis is defended here: positive factual acts included in the concept of “existential minimum” correspond to the essential core of the principle of the human dignity, not submitting to the reservation of possibility; they are therefore fully justiciable and must be delivered by the State as a matter of priority.

**Keywords:** social rights, reservation of possibility, existential minimum

**1 INTRODUÇÃO**

O debate sobre a eficácia e a efetividade dos direitos fundamentais e, particularmente, dos direitos prestacionais, é bastante intenso. Embora já tenha se tornado comum a afirmação de que não há norma inscrita na Constituição que esteja privada de imperatividade e, portanto, de eficácia, questiona-se se o Poder Público pode ser obrigado pelo Poder Judiciário a adotar as medidas necessárias para a realização dos direitos sociais.

O tema deste estudo é a legitimidade democrática do Poder Judiciário para controlar omissões dos Poderes Políticos (Legislativo e Executivo) no atendimento dos deveres prestacionais do Estado. Está delimitado no estudo da justiciabilidade do chamado “mínimo existencial”, doutrina e jurisprudencialmente concebido com uma alternativa às teorias que negam a possibilidade de se extrair, diretamente das normas constitucionais definidoras dos direitos sociais, um direito subjetivo



de exigir a entrega das prestações materiais correspondentes ao objeto desses direitos. Como se verá, defende-se a ideia, aqui, de que o mínimo existencial, na medida em que corresponde ao núcleo essencial dos direitos fundamentais sociais, pode ser exigido em juízo independentemente de uma mediação legislativa ou de uma ação administrativa específica.

## 2 OS DIREITOS SOCIAIS COMO DIREITOS A PRESTAÇÕES MATERIAIS

A dogmática constitucional moderna tem perfilhado a classificação que divide os direitos fundamentais em duas categorias básicas: os direitos de defesa e os direitos a prestações.<sup>1</sup> Os direitos de defesa, também chamados de direitos de resistência, veiculam um dever geral de abstenção dos destinatários, um *non facere*, uma conduta omissiva que resguarde a esfera de liberdades individuais dos titulares. Aproximam-se, nesse sentido, da categoria dos direitos fundamentais de 1ª geração ou dimensão, correspondentes às liberdades civis e políticas. Na tradicional classificação de Georg Jellinek, são os direitos de status negativo ou *libertatis*.<sup>2</sup>

Os direitos a prestações, por sua vez, impõem uma obrigação de fazer por parte dos destinatários, compelindo-os à adoção de condutas que promovam as condições (pressupostos físicos e jurídicos) necessários para sua fruição. Coincidem, em ampla medida, com os direitos de 2ª geração/dimensão, categoria dentro da qual se incluem os direitos sociais, econômicos e culturais. Os direitos prestacionais qualificam-se como direitos de status positivo ou *civitatis*, na medida em que exigem uma prestação fática/material – no caso dos direitos prestacionais em sentido estrito – ou normativa – no caso dos direitos prestacionais em sentido amplo – para que sejam realizados.

Os direitos sociais, normalmente, têm por objeto uma utilidade concreta, a qual pode ser tanto um bem como um serviço. Classificam-se, pois, como direitos a prestações materiais, colocando a cargo da Administração Pública a tarefa de implementar os programas de ação indispensáveis à entrega de tais prestações. Como será analisado na sequência, é por intermédio de políticas públicas universalistas que o Estado poderá, de forma sistemática e abrangente, executar as prestações materiais a que se encontra obrigado.

## 3 O PROBLEMA DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Políticas públicas são, nos dizeres de Maria Pula Dallari Bucci (2006, p. 241), “[...] programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização dos objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.”

As políticas públicas (*policies*) constituem os meios indispensáveis à realização prática dos direitos prestacionais. Como assinalado, é por meio delas que as prestações materiais que compõem o objeto desses direitos podem ser entregues a seus destinatários.

Neste ponto, convém ressaltar um ponto trivial, mas muitas vezes ignorado: as políticas públicas destinadas a efetivar os direitos sociais prestacionais são de alçada das instâncias políticas; é a elas que cabe que a prerrogativa de escolher, à luz valores e fins consagrados no ordenamento jurídico-constitucional, o objeto, a extensão e os destinatários das políticas sociais. Com efeito, os órgãos constitucionalmente responsáveis pela tarefa de formular e executar tais programas de ação estatal são os pertencentes aos Poderes Legislativo e Executivo – teoricamente ungidos pela legitimidade da representação popular.

Eis, aqui, o drama e a perplexidade de todos quantos se preocupam com o problema da efetividade dos direitos sociais prestacionais: embora tais direitos estejam insculpidos em normas constitucionais – dotadas de força normativa e de imperatividade –, impescindem eles da vontade das majorias parlamentares e dos órgãos administrativos para que se realizem no plano dos fatos. Ou seja: tais direitos dependem de uma atuação política que, provendo as respectivas prestações materiais, seja capaz de lhes conferir eficácia social ou efetividade.

Nesse sentido, uma eventual atuação do Poder Judiciário para a concretização desses direitos se apresenta, em princípio, como uma intervenção indevida na esfera de atuação dos demais Poderes. Ora, se é da competência do Legislativo e do Executivo a concretização dos direitos prestacionais, então não cabe ao Judiciário imiscuir-se em tal matéria, pena de ofensa ao princípio da separação dos poderes, considerado em sua formulação clássica.

<sup>1</sup> Cf., sobre tal classificação, ALEXY, 2008, p. 193-203. Cf., também, SARLET, 2009, p. 189-207.

<sup>2</sup> Sobre a teoria dos *status* jurídicos de Jellinek, cf. ALEXY, 2008, p. 193-203.

De fato, ao menos duas ordens de ilegitimidade – dentro daquilo que se convencionou chamar de “reserva do possível jurídica”<sup>3</sup> – são geralmente apontadas na atuação do Judiciário em matéria de sindicância das omissões dos Poderes Políticos e da consequente efetivação dos direitos prestacionais: uma constitucional e outra “essencial” ou intrínseca.

A ilegitimidade constitucional, não obstante envolva uma série de sutilezas, pode ser resumida, lapidarmente, na seguinte proposição: as políticas públicas, bem como os respectivos gastos públicos que de sua execução decorrem, só podem ser levados a efeito por meio de uma atuação política dos Poderes Executivo e Legislativo, sob pena de, havendo interferência do Judiciário nessas questões, ter-se por rompido o equilíbrio entre os Poderes e o princípio democrático. Isso porque, conforme se alega, conquanto possa desempenhar – e normalmente desempenhe – um poder político, o Judiciário tem características diversas das dos outros Poderes, já que seus membros não são eleitos pelo povo, ou seja, não são investidos em suas funções por meio de processos político-majoritários (BARROSO, 2009, p. 384).

Por sua vez, a ilegitimidade essencial ou intrínseca liga-se a um fundamento ético e, em termos sumários, pode ser apresentada a partir do seguinte conjunto de indagações: a aceitação de que cabe aos juízes a tarefa de definir e avaliar políticas públicas e escolhas orçamentárias não acaba por criar uma casta privilegiada de cidadãos, em que só alguns poucos – os próprios juízes – podem decidir acerca de questões de repercussão para toda a sociedade? Nas palavras de Ana Paula de Barcellos (2010, p. 111), “[...] não seria presunçoso e paternalista imaginar que os juristas, e os juízes, tomariam melhores decisões em matéria de políticas públicas que os agentes públicos encarregados dessa função?”. Afinal, seriam os juízes mais sábios, mais capazes de determinar o que é bom e adequado para os rumos e para o desenvolvimento econômico e social do País?<sup>4</sup>

A despeito dessas considerações – que estão longe de ser inconsistentes ou falaciosas –, parece certo que nem sempre uma atuação do Poder Judiciário em matéria de efetivação dos direitos sociais será ilegítima. Se, por um lado, os Poderes Públicos têm a prerrogativa de, no exercício de competência discricionária, avaliar a conveniência e a oportunidade da implementação de políticas públicas, por outro parece não subsistir dúvida de que tal atividade discricionária não é irrestrita, ou seja, não é insuscetível de controle jurídico.

De fato, negar ao Poder Judiciário a possibilidade de controlar a ação discricionária dos Poderes Públicos acabaria por tornar a concretização dos direitos a prestações materiais uma questão meramente política, como se as normas que os consagram fossem simples alvitres, comandos destituídos de força vinculante ou imperatividade. Não é esta, porém, a orientação que tem sido adotada pelo pensamento jurídico-constitucional, como se passa a analisar.

---

<sup>3</sup> Na literatura jurídica brasileira, tornou-se comum a menção a duas dimensões ou vertentes da reserva do possível, uma fática e outra jurídica (TORRES, 2009, p. 106-107). A reserva do possível fática, como será visto mais adiante, remete a uma ideia de exaustão financeira, de impossibilidade econômica (fática) do Estado para prover as prestações materiais indispensáveis à realização dos direitos sociais (BARCELLOS, 2008, p. 262). Diz respeito, portanto, ao tema da escassez de recursos financeiros públicos e dos custos decorrentes da realização dos direitos prestacionais sociais. Já a reserva do possível jurídica funda-se na tese da ilegitimidade democrática do Poder Judiciário para controlar as omissões estatais e as políticas sociais. Um dos argumentos mais invocados neste âmbito é o de que as escolhas alocativas possuem um caráter nitidamente político, discricionário, uma vez que “[...] não há um critério único que possa ser empregado para todas as decisões a serem tomadas” (AMARAL, 2001, p. 114). Além disso, possuem um caráter multilateral, na medida em que promovem a apropriação, em favor de algumas pessoas, de bens ou serviços financiados por toda a sociedade (WANG, 2009, p. 16). Por isso, devem ser determinadas no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, eleitos democraticamente e sujeitos à prestação de contas e à responsabilização política (*accountability*).

<sup>4</sup> Intimamente ligado a este argumento está o da falta de aptidão desses agentes para controlar os programas governamentais destinados a concretizar direitos sociais. Nos termos dessa objeção, a formulação e a execução das políticas públicas constituem um processo complexo, cuja compreensão demanda senso político e alguns conhecimentos técnico-científicos específicos. Assim, por mais bem preparados que sejam os juízes, eles não dispõem das informações e dos conhecimentos necessários para entender a complexidade técnica subjacente às políticas públicas e, mais do que isso, para avaliar o impacto de suas decisões para o orçamento público e para o plano de justiça distributiva encampado pelo governo. Para uma descrição deste argumento, na perspectiva das críticas à judicialização do direito à saúde, em especial, cf. WANG, 2009, p. 11-15.

#### **4 A POSSIBILIDADE DE CONTROLE JUDICIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

O constitucionalismo moderno já consolidou algumas premissas teóricas que, identificadas à chamada doutrina pós-positivista, vêm se incorporando paulatinamente à prática jurídica brasileira. Três delas podem ser assim enunciadas: (a) as disposições constitucionais, quaisquer que sejam elas, tenham a natureza de regra ou de princípio, são dotadas de juridicidade e de força normativa; (b) os direitos fundamentais desfrutam de centralidade no interior do ordenamento jurídico, têm fundamentalidade material, já que decorrem diretamente de um dos fundamentos da República, a saber, o princípio da dignidade da pessoa humana; (c) os poderes constituídos encontram-se submetidos aos preceitos contidos na Constituição, como decorrência direta da noção de Estado de Direito, por força do qual o exercício do poder político encontra-se juridicamente limitado (BARCELLOS, 2010, p. 104-105).

Observe-se que tais premissas, relacionadas entre si, produzem a inevitável conclusão de que as decisões levadas a efeito pelos Poderes Políticos, conquanto estejam imbuídas de certa margem de discricionariedade, confinam-se dentro de inevitáveis limites materiais. Tais limites são representados, sobretudo, pelas normas definidoras dos direitos fundamentais e pelos princípios declaratórios dos fundamentos e dos objetivos da República Federativa do Brasil.<sup>5</sup>

De fato, as políticas públicas não constituem um fim em si mesmo; justamente ao contrário, elas se preordenam à consecução destes objetivos e diretrizes materiais contidos na Constituição – entre os quais a realização dos direitos prestacionais. Em outras palavras, a função política, exercida pelos órgãos governamentais, não é um “cheque em branco”, passível de ser preenchido com conteúdo ofensivo às pautas axiológicas e aos preceitos constitucionais que conformam e balizam todo o sistema jurídico. Os Poderes Públicos devem obediência à Constituição, e, se não o faz, seu comportamento – comissivo ou omissivo – se torna plenamente sindicável em juízo.

O comportamento desidioso do Estado pode e deve ser controlado pelo Poder Judiciário, visando a tutelar os valores e princípios que compõem a base do Estado Democrático de Direito, albergados na Constituição Federal de 1988. Assim, ainda que, em certas ocasiões, possa remanescer alguma autonomia ou discricionariedade aos Poderes Públicos na escolha dos fins que serão fomentados e dos meios que para tanto serão adotados, eles não podem se demitir do encargo de concretizar as políticas públicas erigidas na Constituição como imprescindíveis para a proteção dos direitos fundamentais.

Donde, a efetividade dos direitos prestacionais não se afigura matéria completamente afeita à deliberação político-majoritária; os Poderes Públicos encontram-se vinculados à tarefa de implementação dos programas de ação nas normas deles definidoras, mediante formulação e execução das respectivas políticas públicas universalistas.

É certo que as conclusões ora apresentadas são bastante singelas e ocultam diversas sutilezas e complexidades inerentes ao tema, como as que emergem das discussões sobre a chamada “reserva do possível fática”. Os direitos sociais, exatamente porque têm por objeto certas utilidades materiais, são direitos de implementação onerosa; logo, dependem da existência de disponibilidades financeiras estatais para que sejam satisfeitos. É possível cogitar, assim, da existência de limitações externas à eficácia desses direitos, consubstanciados nos próprios limites da capacidade financeiro-orçamentária do Estado.

Tal ponto demanda análise aprofundada, e não é caso de se fazer o desvio aqui. Para os objetivos do presente estudo, basta assinalar que o problema da escassez de recursos financeiros públicos para a efetivação dos direitos sociais, embora seja um argumento importante, não é absoluto; como examinado abaixo, reservas materiais podem ser opostas à “reserva do possível”, de maneira a afastá-la do campo de proteção e promoção das condições mínimo da existência, referentes àquilo que se convencionou chamar de “mínimo existencial”.

#### **5 A TEORIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL**

A teoria do mínimo existencial floresceu na Alemanha no período pós-Segunda Guerra Mundial, por influência de alguns doutrinadores, preocupados com a ausência, na Carta de Bonn, de

---

<sup>5</sup> “Por outras palavras, não há total e completa Liberdade (de conformação) do Legislador para incluir nesse sistema de planejamento o que bem entender. O legislador, e muito menos o administrador, não possuem discricionariedade ampla para disporem dos recursos que bem entenderem. Existem vários tipos de limites a esta Liberdade do Legislador para utilizar dos recursos públicos. Ela é conformada pela Supremacia da Constituição.” (SCAFF, 2006, p. 151)

direitos sociais entre os direitos definidos como fundamentais (KRELL, 2002, p. 60). Na jurisprudência alemã, a Corte Constitucional extraiu o mínimo existencial do princípio da dignidade da pessoa humana e dos direitos à vida e à integridade física, num esforço de “[...] interpretação sistemática junto ao princípio do Estado Social” que acabou consagrando “[...] o reconhecimento de um direito fundamental à garantia das condições mínimas para uma existência digna.” (SARLET, 2010, p. 20)

O mínimo existencial compõe-se do núcleo essencial dos direitos fundamentais, nisto incluído, à evidência, o núcleo essencial dos direitos sociais (CANOTILHO, 1998, p. 470). Esteado na liberdade, ou melhor, nas condições iniciais da liberdade, ele compreende, em toda sua extensão, tanto os direitos de liberdade (direitos de defesa) como os direitos sociais (direitos prestacionais), uns e outros considerados “[...] em sua expressão essencial, mínima e irredutível.” (TORRES, 2009, p. 37)

O mínimo existencial abriga um conjunto de prestações mínimas, elementares, que asseguram um patamar de dignidade abaixo do qual ninguém pode cair, pena de perder a própria humanidade. Exatamente por serem mínimas – embora devam ser maximizadas na via político-majoritária –, o entendimento doutrinário e jurisprudencial prevalecente é o de que tais prestações se qualificam como encargos de atendimento inarredável para os Poderes Públicos, irrogando aos indivíduos, à sua falta, o direito subjetivo público – definitivo – de exigí-las e de obtê-las, de forma direta, por meio do Poder Judiciário.

Em outras palavras, o mínimo existencial não se sujeita às restrições impostas pela “reserva do possível”; constitui ele um direito originário a prestações, exigível e justiciável independentemente da existência de uma interpositio legislatoris e de uma ação administrativa específica (SARLET, 2009, p. 350). Nos dizeres de Ricardo Lobo Torres (2009, p. 35), “[...] há um direito às condições mínimas da existência humana digna que não pode ser objeto de intervenção do Estado na via dos tributos (= imunidade) e que ainda exige prestações materiais positivas.”

O argumento do mínimo existencial presta-se a afastar a ideia de que a atuação judicial na concretização dos direitos sociais será sempre uma atuação política. Com base na teoria do mínimo existencial, é possível associar, a tais direitos, uma eficácia positiva ou simétrica, ou seja, é possível deduzir, diretamente das normas constitucionais que os consagram, um direito subjetivo a que o Estado forneça, judicialmente se necessário, as prestações materiais consideradas indispensáveis para a garantia de uma existência digna (BARCELLOS, 2008, p. 278).

Dessa maneira, embora muitos desses direitos estejam assentados em normas vagas, principiológicas ou programáticas, é sempre possível identificar, no caso concreto, à luz da regra da proporcionalidade (em sua versão da proibição de proteção deficiente), determinados conteúdos elementares, mínimos, cuja realização não se encontra à disposição das majorias parlamentares ou dos critérios de oportunidade e conveniência da Administração Pública.

No que toca a tais conteúdos elementares, representativos do mínimo existencial e do conteúdo básico dos direitos sociais, não há cogitar de ilegitimidade democrática ou de ofensa ao princípio da separação dos poderes, nas hipóteses em que órgãos do Poder Judiciário atuam para garantir proteção a esses direitos. Nas demandas individuais e, especialmente, nas demandas coletivas sobre direitos sociais, incumbe aos órgãos judiciais apreciar o grau de essencialidade ou excepcionalidade das prestações reclamadas – como, por exemplo, a instalação de redes de saneamento básico ou o fornecimento de medicamentos. Se o bem ou serviço pleiteado é essencial, excepcional, então é exigível e deve ser concedido (AMARAL, 2010, p. 120).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As normas constitucionais definidoras dos direitos fundamentais sociais possuem, como toda norma jurídica, imperatividade e eficácia. Isso significa que os Poderes Públicos encontram-se obrigados a efetivar tais direitos, mediante a implementação das respectivas políticas públicas. Conforme lição doutrinária e jurisprudencial corrente, do núcleo essencial desses direitos se pode extrair o chamado mínimo existencial.

O mínimo existencial representa um conjunto de prestações indispensáveis para todos os indivíduos, garantidoras do desfrute de sua liberdade e da manutenção de sua própria dignidade. Dado seu caráter basilar, não se sujeita nem à “reserva do possível fática” – relacionada ao problema da escassez de recursos financeiros públicos – nem à “reserva do possível jurídica” – concernente ao problema da ilegitimidade democrática dos órgãos do Poder Judiciário para controlar políticas públicas. Os órgãos judiciais, quando atuam para proteger o núcleo essencial dos direitos sociais, não ofendem o princípio da separação dos Poderes ou o princípio democrático. Isso porque o mínimo existencial constitui o Estado na obrigação impreterível de entregar as prestações materiais que a ele

se circunscrevem. Disso decorre que, em casos de omissão ou de atuação deficiente dos Poderes Públicos, tais prestações tornam-se plenamente exigíveis em juízo.

## REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

AMARAL, Gustavo. **Direito, escassez & escolha**: em busca de critérios jurídicos para lidar com a escassez de recursos e as decisões trágicas. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BARCELLOS, Ana Paula de. **Eficácia jurídica dos princípios constitucionais**: o princípio da dignidade da pessoa humana. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

\_\_\_\_\_. **Constitucionalização das políticas públicas em matéria de direitos fundamentais**: o controle político-social e o controle jurídico no espaço democrático. In: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti (Org.). **Direitos fundamentais, orçamento e “reserva do possível”**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo: Saraiva, 2009.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Estudos sobre direitos fundamentais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

KRELL, Andreas J. **Direitos sociais e o controle judicial no Brasil e na Alemanha**: os (des)caminhos de um direito constitucional “comparado”. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

\_\_\_\_\_; FIGUEIREDO, Mariana Filchtiner. **Reserva do possível, mínimo existencial e direito à saúde**: algumas aproximações. In: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti (Org.). **Direitos fundamentais, orçamento e “reserva do possível”**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2010.

SCAFF, Fernando Facury. **Sentenças aditivas, direitos sociais e reserva do possível**. In: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti (Org.). **Direitos fundamentais, orçamento e “reserva do possível”**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

WANG, Daniel Wei Liang. **Poder Judiciário e participação democrática nas políticas públicas de saúde**. 104 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

**IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO GESTOR ESPORTIVO EM PROJETOS SÓCIO-DESPORTIVOS DE LEIS DE INCENTIVO AO ESPORTE**

**IMPORTANCE OF THE MANAGEMENT OF THE SPORTIVE MANAGER IN SOCIO-SPORTS PROJECTS OF SPORTS INCENTIVE LAWS.**

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Outras áreas temáticas.

GONÇALVES, Cristian Ribeiro  
Universidade de Franca - UNIFRAN

Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Possui graduação em Educação Física (licenciatura e bacharelado) pela Universidade de Franca. Pós-graduado em Gestão esportiva pela Centro Universitário Claretiano e MBA em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade de Franca. Pós-graduando em Tutoria em Educação à Distância pela Faculdade de Educação São Luís. [cristianribeiro\\_edfisica@hotmail.com](mailto:cristianribeiro_edfisica@hotmail.com)

**Resumo**

A Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) – Lei Federal nº 11.438/2006 – criada em 2006 visa atender, por meio de entidades esportivas sem fins lucrativos, crianças e jovens através do fomento da prática de atividades físicas em todas as suas modalidades. Diante disso, verifica-se uma necessidade da atuação de profissionais de educação física especializados na área de gestão esportiva frente a esses projetos sócio desportivos. O presente artigo tem por objetivo central explicar as atribuições e a importância do gestor esportivo em projetos sócio desportivos de Leis de Incentivo ao Esporte. Realizado a partir de pesquisa bibliográfica, norteando-se pelos principais autores que abordam tal tema. Com relação ao desenvolvimento da LIE nota-se um crescimento exponencial na quantidade de entidades com projetos aprovados por ano, além do aumento na captação de recursos das mesmas, expondo dessa forma o quanto a área apresenta oportunidades de ação e atuação para os profissionais de educação física especializados em gestão esportiva. Referente a atuação do gestor em projetos sócio desportivos, podemos identificar que o gestor esportivo possui grande papel dentro de projetos esportivos aprovados pela Lei de Incentivo ao Esporte, atuando nas diversas áreas que sua formação compreende, afim de auxiliar as entidades esportivas sem fins lucrativos no melhor gerenciamento e controle das ações que englobam tais projetos.

**Palavras-chave:** Lei de Incentivo ao Esporte, Gestão Esportiva, Entidades Sem Fins Lucrativos.

**Abstract**

The Law on Sports Incentive (LIE) - Federal Law nº 11.438 / 2006 - created in 2006 aims to attend, through non-profit sports entities, children and young people through the promotion of the practice of physical activities in all its modalities. Given this, there is a need for physical education professionals specialized in the area of sports management in front of these socio-sport projects. This article aims to present the importance of the sports manager in socio-sport projects of Sports Incentive Laws. Made from a bibliographical research, guided by the main authors who approach this theme. With regard to the development of the LIE, there is an exponential growth in the number of entities with approved projects per year, in addition to the increase in their funding, thus exposing how the area presents opportunities for action for physical education professionals specializing in As a result of the performance of the manager in socio-sport projects, it can be concluded that the sports manager has a large role in sports projects approved by the Sports Incentive Law, acting in the various areas that his training includes, in order to assist the entities non-profit sports in the best management and control of the actions that encompass such projects.

**Keywords:** Sports Incentive Law, Sports Management, Non-Profit Entities.

## 1 INTRODUÇÃO

No cotidiano, nos mais diversos pontos de encontro da sociedade onde se localizam espaços para prática esportiva, sejam eles públicos (complexos esportivos, escolas, parques) ou privados (clubes, academias, escolinhas esportivas) o esporte vem assumindo, além de ser um precursor de melhoria de saúde e qualidade de vida, um importante papel na formação social de muitas crianças e jovens (BICKEL, MARQUES, SANTOS, 2012).

Ainda de acordo com os autores, os projetos sócio desportivos são uma ferramenta para que essas crianças e jovens possam ter acesso à prática de atividade física supervisionada por equipes multidisciplinares, que irão atuar sob os aspectos físicos (profissionais de educação física, nutricionistas) e cognitivos (psicólogos, assistentes sociais) auxiliando na formação do indivíduo de maneira global.

A Lei de Incentivo ao Esporte – Lei Federal nº 11.438/2006 – permite que empresas e pessoas físicas invistam parte do que pagariam de Imposto de Renda em projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte (BRASIL, 2006), ou seja, as empresas e/ou pessoas físicas podem patrocinar os projetos aprovados pelo Ministério do Esporte sem nenhum incremento financeiro de forma direta (patrocínio direto) e sim destinando um percentual do valor total que seria repassado ao Estado através do recolhimento do Imposto de Renda.

Desde 2006, ano de criação da Lei de Incentivo ao Esporte, até o ano de 2016 foram apresentados ao Ministério do Esporte um total de 12.555 projetos esportivos, nas três áreas contempladas pela lei (participação, rendimento e educacional), denominadas manifestações desportivas (BRASIL, 2016).

Diante desse cenário, o papel do gestor esportivo vem se consolidando e crescendo devido à necessidade das entidades esportivas sem fins lucrativos (responsáveis pela administração dos projetos sócio desportivos), que procuram cada vez mais, profissionais especializados na área de administração esportiva para melhor gerenciarem seus projetos.

Segundo Brunoro *apud* Bastos (1997), pode-se destacar dentre algumas das áreas de atuação do gestor esportivo: o gerenciamento de clubes, gerenciamento esportivo geral (entidades públicas; privadas; escolas e universidades; federações, confederações e ligas; SESC, SENAC, SESI, ACM e área comunitária), supervisão de equipes, chefia de delegações e supervisor de projetos.

Após análise em algumas grades curriculares dos cursos de educação física em Universidades Públicas e Privadas, notou-se que existe uma parcela mínima da carga horária destinada a aulas que abordem a administração e a gestão esportiva, além de uma pequena gama de trabalhos voltados para essas áreas, deixando os futuros profissionais em Educação Física despreparados para atuarem nesse segmento.

A princípio foi realizada uma pesquisa bibliográfica em cima dos principais autores que abordam esse tema, através de livros, artigos, revistas eletrônicas que embasam o conteúdo transcrito nesse presente trabalho.

Do ponto de vista da abordagem, presente pesquisa foi realizada pelo modo qualitativo pois, de acordo com Maanen *apud* Miguel (2012) a pesquisa qualitativa é um guarda-chuva que abriga uma série de técnicas de interpretação que procuram descrever, decodificar, traduzir, e qualquer outro termo relacionado com o entendimento e não com a frequência de ocorrência das variáveis de determinado fenômeno. Tendo como ponto de vista o procedimento técnico, foi utilizada a pesquisa bibliográfica pois, “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites.” (FONSECA, 2002, p.32).

Abordaremos inicialmente, no presente artigo, como o Estado trata a questão da aquisição da prática de atividades físicas e da criação da Lei 11.438/2006, denominada Lei de Incentivo ao Esporte. Em seguida abordaremos o papel do coordenador/gestor esportivo e o que a literatura entende e diz a respeito das funções e atribuições do mesmo. Ao final, será tratado a importância da atuação do coordenador/gestor esportivo em projetos sócio desportivos e seu papel quanto gerenciador dos processos que cercam o mesmo.

O presente artigo tem por objetivo explicar as atribuições e a importância do profissional de Educação Física, atuando na área administrativa, como gestor de projetos esportivos de Leis de Incentivo ao Esporte. Este artigo tem por objetivo principal apresentar a importância do gestor esportivo em projetos sócio desportivos de Leis de Incentivo ao Esporte.

## **2LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE**

A Lei nº 11.438/06 – Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), regulamentada pelo Decreto nº 6.180/07, prevê a possibilidade de pessoas físicas e jurídicas destinarem uma parcela do imposto de renda devido em benefício de projetos desportivos e paradesportivos elaborados por entidades esportivas sem fins lucrativos e de natureza esportiva aprovados por uma Comissão Técnica composta por representantes governamentais e membros do setor desportivo e paradesportivo.

Há de se notar que o mecanismo da Lei de Incentivo ao Esporte, para que funcione a contento, necessita da participação de três partes distintas e que, curiosamente, envolvem os três setores, conforme a divisão sociológica em sua forma clássica (1º, 2º e 3º setores): o Primeiro Setor, ou Setor Público (Estado/Governo) pelo papel que desempenha na análise, aprovação e fiscalização dos projetos; na função de “apoiador” e/ou “patrocinador” se encontra o Segundo Setor, ou Setor Privado (sociedades empresárias e contribuintes pessoas físicas); e como proponente (executor) encontra-se o Terceiro Setor, onde se enquadram as associações sem fins econômicos, no caso as entidades desportivas (REZENDE, 2012).

Os projetos esportivos precisam dentro do processo de avaliação, estar enquadrados em uma das três manifestações desportivas a qual a LIE acomete, são elas: Desporto Educacional, Desporto de Participação e Desporto de Rendimento.

Segundo o Decreto nº 6.180/07, em seu artigo 4º, inciso I, conceitua como Desporto Educacional:

Desporto educacional, cujo público beneficiário deverá ser de alunos regularmente matriculados em instituição de ensino de qualquer sistema, nos termos dos arts. 16 a 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer (BRASIL, 2007).

Percebe-se que essa manifestação desportiva visa à formação da criança no âmbito sócio educacional, ou seja, não visa resultados ou qualquer outra forma de competitividade entre os alunos.

Com relação à manifestação do Desporto de Participação, o referido Decreto, em seu artigo 4º, inciso II, caracteriza-o da seguinte forma:

Desporto de participação, caracterizado pela prática voluntária, compreendendo as modalidades desportivas com finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente (BRASIL, 2007).

A presente manifestação trata-se da organização de eventos cuja finalidade é a integração da sociedade junto a prática de alguma modalidade esportiva, como por exemplo, as corridas de rua que premiam todos os participantes da mesma, sem distinção de raça, credo, ideologia política e orientação sexual, e também sem importar com o resultado final (colocação ao final da prova), o participante recebe uma premiação (medalha) pelo fato de estar praticando alguma atividade física.

Por fim, em seu artigo 4º e inciso III, o Decreto nº 6.180/07, define a manifestação do Desporto de Rendimento da seguinte maneira:

Desporto de rendimento, praticado segundo regras nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados, integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações (BRASIL, 2007).

Entende-se, então, por Desporto de Rendimento, todo o evento esportivo que visa competição entre seus participantes, afim da obtenção de resultados e integração dentre os participantes do mesmo, além da formação e manutenção de equipes desportivas de alto rendimento.

## **3CRESCIMENTO DA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE**

Segundo o Relatório de Gestão 2016 do Ministério do Esporte, o número de projetos enviados para análise passou de 629 em 2006 (ano de criação da Lei), para 1.097 no ano de 2016, tendo um aumento de aproximadamente 74,4% em comparação ao ano de criação da LIE.



Outro dado relevante do Relatório refere-se ao valor captado para execução dos projetos aprovados pela LIE, com um aumento de 522% no valor captado pelas entidades sem fins lucrativos de natureza esportiva passando de, aproximadamente, R\$ 50,9 milhões em 2006 para R\$ 265,7 milhões em 2016.

Há de se observar também o aumento no número de proponentes (entidades de natureza esportiva) que conseguiram aportes financeiros (patrocínios) para execução de seus projetos aprovados. Verifica-se um aumento de 2.761,5%, passando de 13 entidades em 2006 para 359 entidades em 2016 (BRASIL, 2016).

Esses dados indicam que a cada ano a quantidade de entidades sem fins lucrativos de natureza esportiva que enviam seus projetos para análise do Ministério do Esporte, o número de projetos em análise e valores captados aumentam de maneira exponencial, fazendo com que essas entidades procurem, cada vez mais, por profissionais devidamente habilitados e capacitados para gerenciarem todos os processos administrativos a qual um projeto esportivo aprovado pela Lei de Incentivo ao Esportes impõem.

#### **4 CONHECENDO A GESTÃO ESPORTIVA**

Há uma grande confusão com os termos administração esportiva e gestão esportiva. Essas denominações são utilizadas concomitantemente, já que esses termos variam de acordo com o país, e a teoria administrativa escolhida (VIEIRA & STUCCHI, 2007).

Parkhouse (1996) define os termos gestão esportiva e administração esportiva da seguinte forma:

A gestão engloba todas as áreas relativas ao esporte tais como: turismo, hotéis, equipamentos, instalações, investimentos públicos e privados no setor de fitness, merchandizing, esportes escolares e profissionais. Enquanto a administração esportiva seria mais limitada e sugere um foco nas relações esportivas escolares.

Já conforme Bastos *apud* Amorim (2004), “a área de Gestão Esportiva envolve a aplicação dos conceitos e teorias gerais da Administração ao Esporte e aos diferentes papéis que ele desempenha na sociedade contemporânea”.

A definição apresentada por Mullin (1993) indica que a gestão esportiva inclui as funções de planejamento, organização, direção e controle no contexto de uma organização com o objetivo de promover atividades esportivas e/ou de fitness de maneira estruturada, bem como produtos e/ou serviços.

Após análise dos conceitos e definições citados acima, verifica-se que devido a grande inserção do esporte no contexto social, áreas como a Administração, Economia e Marketing, também estão sendo envolvidas dentro do segmento de Gestão Esportiva, não apenas centralizando a mesma para a área de Educação Física. Dessa forma, podemos contextualizar o termo Gestão Esportiva como um conjunto multidisciplinar que contempla as três áreas de conhecimento (exatas, humanas e biológicas), a fim de se obter um maior controle frente aos processos e uma maior eficácia dentro das atribuições da função.

Tecnicamente, o termo gestão esportiva está focado no que diz respeito às funções de planejamento, organização, direção e controle das entidades esportivas visando sempre à melhoria de resultados e desempenho da mesma (ZOUAIN; PIMENTA, 2003).

Dessa forma, a carreira em Gestão Esportiva vem se fundamentando em cursos de graduação e pós-graduação, em duas áreas de conhecimento: a Administração e a Educação Física (PARKHOUSE *apud* AMORIM, 1996). A Administração por tratar de processos que visam à melhora do funcionamento organizacional (planejamento estratégico, avaliações e análises, etc), e a Educação Física que analisa os aspectos sócio culturais, sociológicos e pedagógicos, dentre outros, que o esporte proporciona.

#### **5 PAPEL DO GESTOR ESPORTIVO**

As atribuições designadas aos gestores esportivos podem variar de acordo com o contexto esportivo ao qual o mesmo está inserido e, também, quanto à posição hierárquica que ocupam dentro das organizações esportivas. Muitas vezes, apresentam aspectos semelhantes ao administrador de empresas, convencionais/não esportivos, atuando com a gestão financeira, de recursos humanos, de marketing e com planejamento estratégico das organizações, por exemplo. Em outros casos – dentro do contexto esportivo inserido – atuam no desenvolvimento de atividades relacionadas à gestão

de eventos, competições esportivas, instalações, programas para a prática de esportes e captação de patrocinadores (HORCH; SCHUTTE, 2003; BASTOS; MAZZEI, 2012 *apud* CÁRDENAS, 2013).

Por outro lado, Böhme (1998) conceitua a gestão esportiva dando uma maior ênfase nos locais de atuação do gestor e não somente quais suas atribuições e deveres. Destaca dentre as áreas de atuação específicas: supervisão e de equipes esportivas, gerenciamento de entidades de administração do esporte (clubes, ligas, federações e confederações), diferentes níveis de organização governamental (federal, estadual e municipal), organização e promoção de eventos esportivos em diferentes níveis, consultoria ou assessoria relativa à área.

Celma *apud* Amaral & Bastos (2000) define que o atual gestor esportivo deve saber ou ter a capacidade de conjugar políticas, definir a missão do serviço, possuir conhecimentos administrativos, aplicar técnicas de marketing, imagem e comunicação, elaborar políticas de gestão de qualidade, dentre outros.

Após análise dos conceitos e definições que cercam as atribuições dos gestores esportivos, verifica-se que, apesar de a literatura carecer de maior aprofundamento quanto ao assunto, cabe ao gestor esportivo supervisionar, gerenciar, planejar e analisar os processos administrativos, esportivos e de marketing que norteiam os eventos, entidades, clubes, academias, campeonatos e demais organizações de natureza esportiva.

## **6 RELEVÂNCIA DO GESTOR ESPORTIVO EM PROJETOS ESPORTIVOS**

Conforme já exposto no presente artigo, após a criação da Lei de Incentivo ao Esporte - Lei Federal nº 11.438/2006, as entidades sem fins lucrativos e de natureza esportiva devem contribuir para a evolução e crescimento do esporte em nosso país, seja qual for a manifestação esportiva vigente em seus projetos.

Entretanto, o Tribunal de Contas da União *apud* Matias, Athayde *et.al* (2015), em seu Relatório de auditoria, faz a seguinte explanação quanto à LIE:

A Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) (Lei nº. 11.438/2006) é uma forma simplificada de uso dos recursos do fundo público, uma vez que estes não seguem os “trâmites e controles orçamentários estabelecidos, sendo executados diretamente por organizações não governamentais ou entes governamentais fora da esfera federal. Além disso, tais recursos não se submetem a eventuais contingenciamentos de despesa pelo Poder Executivo”

Ainda sobre o Relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União, suas conclusões são preocupantes, principalmente à fiscalização e monitoramento:

A atuação incipiente do Ministério do Esporte na Fiscalização e no acompanhamento da execução dos projetos, além de descumprir os dispositivos da Lei de Incentivo ao Esporte e do decreto que a regulamenta, abre margem a desvios na execução das despesas, tendo em vista a baixa expectativa de controle por partados proponentes.

Esses levantamentos feitos pelo Tribunal de Contas podem ser entendidos conforme apresentado por Bayma (1997) com relação à estrutura organizacional das entidades sem fins lucrativos:

Um aspecto comum às organizações privadas e sem fins lucrativos, ainda que se considere a diversidade de organizações existentes, é a pouca aceitação da palavra gerência e dos conhecimentos afetos à essa área. Gerência, em geral, está associada à empresa e a lucro.

Entende-se então que, aparentemente, as entidades sem fins lucrativos possuem certa resistência quanto à contratação de profissionais habilitados e capacitados em funções específicas de gestão esportiva e que podem a vir serem empregados dentro de sua organização para gerenciar os processos esportivos e administrativos. Essa “resistência” tende a ser prejudicial às entidades, pois conforme exposto pelo Tribunal de Contas da União, os recursos solicitados ao Ministério do Esporte devem ser solicitados de maneira estratégica e muito bem fundamentada, devido à falta de contingenciamento das despesas referentes aos projetos aprovados pela LIE, podendo até levar a entidade a possuir algum tipo de diligência por parte do Ministério do Esporte devido a irregularidades que possam a vir ser encontradas nos planos de trabalho dos projetos apresentados.

Parks *apud* Zouain & Pimenta (2003) salientam a necessidade muito grande de profissionalização da gestão que o esporte carece, pois apenas por meio da gestão profissional das entidades esportivas, tanto de prática quanto de administração, o esporte nacional alcançará os

resultados tão almejados por todos.

Após análise dos conceitos citados acima, percebe-se que o gestor esportivo possui papel fundamental dentro de entidades sem fins lucrativos de natureza esportiva, atuando como agente responsável pelos processos administrativos que norteiam os projetos esportivos aprovados pela Lei de Incentivo ao Esporte.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com a pesquisa bibliográfica, pode-se identificar que a Lei de Incentivo ao Esporte é uma importante ferramenta na inclusão de crianças e jovens na prática de atividades físicas independente da ação final da mesma (rendimento, participação ou educacional). Observa-se também que a quantidade de entidades com projetos aprovados e o valor de captação de recursos vem subindo a cada ano, mostrando dessa forma que cada vez mais essas entidades necessitam de profissionais qualificados para gerenciarem e auxiliarem nos processos administrativos provenientes da LIE.

Verifica-se que o gestor esportivo, dentro de suas funções e atribuições, se torna um agente primário na administração, planejamento e ações dentro de um projeto sócio desportivo a fim de realizar o pleno cumprimento, abrangendo dessa forma os aspectos financeiros, administrativos, de marketing e recursos humanos, dos projetos aprovados e executados pelas entidades proponentes à lei e que cabe as essas entidades a seleção desses profissionais a fim de serem facilitadores dos aspectos citados acima.

Contudo, o gestor esportivo possui papel importante dentro de projetos esportivos aprovados pela Lei de Incentivo ao Esporte, atuando nas diversas áreas que sua formação compreende, a fim de auxiliar as entidades esportivas sem fins lucrativos no melhor gerenciamento e controle das ações que englobam tais projetos.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, C. M. S; BASTOS, F. C. **O gestor esportivo no Brasil: revisão de publicações no país.** Revista intercontinental de gestão desportiva - RIGD, v. 5, n. 1, p. 68-78, jun. 2015. Disponível em:

<<http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=gestoesportiva&page=article&op=view&path%5B%5D=1493&path%5B%5D=1317>>. Acesso em: 21 Out. 2017.

BASTOS, F. C. **Administração Esportiva: área de estudo, pesquisa e perspectivas no Brasil.** Revista Motrivivência de Educação Física, Esporte e Lazer, Santa Catarina, n. 20-21, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/930/723>>. Acesso em: 16 Set. 2017

BAYMA, F. **Capacitação de administradores para as organizações sem fins lucrativos.** Revista de Administração Pública, v. 31, n. 6, p. 119-126, nov/dez. 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7815/6438>>. Acesso em: 21 Out. 2017

BICKEL, E. A; MARQUES, M. G; SANTOS, G. A. **Esporte e sociedade: a construção de valores na prática esportiva em projetos sociais.** Revista Digital EFDesportes.com, Buenos Aires, nº 171, Agosto de 2012. Disponível em: < <http://www.efdesportes.com/efd171/esporte-e-sociedade-a-construcao-de-valores.htm> >. Acesso em: 16 Set. 2017

BRASIL, Decreto nº 6.180, de 3 de agosto de 2007. **Regulamenta a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.** Lex: coletânea de legislação: edição federal, Brasília, 2007.

BRASIL, MINISTÉRIO DO ESPORTE. Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte, **Relatório de Gestão 2016.** Brasília, 2016. Disponível em: <[http://www.esporte.gov.br/arquivos/leilncentivoEsporte/Relatrio\\_de\\_Gesto\\_-\\_2016\\_Finalizado\\_-\\_Mudanas\\_SLIDE\\_NATUREZA\\_DO\\_PROPONENTE.pdf](http://www.esporte.gov.br/arquivos/leilncentivoEsporte/Relatrio_de_Gesto_-_2016_Finalizado_-_Mudanas_SLIDE_NATUREZA_DO_PROPONENTE.pdf)>. Acesso em: 15 Out.2017

BRASIL, MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Lei de Incentivo ao Esporte.** Brasília,2006. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/secretaria-executiva/lei-de-incentivo-ao-esporte/leis>>. Acesso em: 16 Set. 2017

CÁRDENAS, A. R. **A atuação de gestores esportivos e a formação, relacionada à gestão, oferecida em cursos de graduação em educação física.** 2013. 143 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://tede.udesc.br/bitstream/handle/46/1/114649.pdf>>. Acesso: 20 Out.2017

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2002 (Apostila). Disponível em: <[http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila\\_METODOLOGIA\\_DA\\_PESQUISA\(1\).pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila_METODOLOGIA_DA_PESQUISA(1).pdf)>. Acesso em: 21 Out.2017.

MATIAS W. B. et al. **A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil.** Revista Movimento da Escola de Educação Física da UFRGS, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 95-110, jan./mar. 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1153/115338274008/>>. Acesso em: 21 Out. 2017

MIGUEL, P. A. C. **Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção e Gestão de Operações.** 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier: ABEPRO, 2012.

PARKHOUSE, B. L. **The Management of sport. It's foundation and application.** St. Louis: Mosby Year Book, second edition, 1996.

REZENDE, J. R. **Manual Completo da Lei de Incentivo ao Esporte: Como elaborar projetos e captar recursos através da Lei nº 11.438/06**. 3.ed. São Paulo:All Print, 2012.

VIEIRA, T. P; STUCCHI, S. **Relações preliminares entre a gestão esportiva e o profissional de educação física**.Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 5, n. 2, p. 113-128, jul./dez. 2007. Disponível em :<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637882/5573>>. Acesso em: 20 Out.2017

ZOUANI, D. M; PIMENTA, R. C. **Perfil dos profissionais de administração esportiva no Brasil**. In: WORLD SPORT CONGRESS. Barcelona, 2003. Disponível em: <[http://profissional.universoef.com.br/container/gerenciador\\_de\\_arquivos/arquivos/413/perfil-do-gestor.pdf](http://profissional.universoef.com.br/container/gerenciador_de_arquivos/arquivos/413/perfil-do-gestor.pdf)>. Acesso em: 21 Out.2017

**INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE NO  
MUNICÍPIO DE ITUIUTABA- MG: UMA APROXIMAÇÃO AO TEMA**

**SEXUALLY TRANSMITTED INFECTIONS AND PUBLIC HEALTH POLICY IN THE  
MUNICIPALITY OF ITUIUTABA- MG: AN APPROACH TO THE THEME**

Área temática 1:1.4 Direito, Trabalho e Serviço Social

RAVAGNANI, Carmem Lúcia Cruz  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof.<sup>a</sup> Dra. do Curso de Serviço Social, UFU, campus Pontal.  
[carmemlc@ufu.br](mailto:carmemlc@ufu.br)

AURELIANO, Laís Lima  
Universidade Federal de Uberlândia  
Graduanda do Curso de Serviço Social, UFU, campus Pontal  
[lais.lima.aureliano@hotmail.com](mailto:lais.lima.aureliano@hotmail.com)

**Resumo**

O interesse pela pesquisa surgiu devido à participação da pesquisadora em projeto de extensão relacionado à temática da juventude saudável como direito de todo adolescente. O estudo encontra-se em desenvolvimento, integrante do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Uberlândia. Tem como objetivo geral conhecer o trabalho do serviço público de saúde com pessoas com ISTs na perspectiva da equipe interdisciplinar, de acordo com a Política Nacional de Saúde, a partir da organização do Centro de Testagem e Aconselhamento, no município de Ituiutaba-MG. E como objetivos específicos, conhecer a organização das ações da equipe interdisciplinar de acordo com as diretrizes do SUS, Identificar os fatores de risco que levam os adolescentes a serem vulneráveis as Infecções Sexualmente Transmissíveis e conhecer as estratégias da instituição para garantir os direitos de promoção, proteção e recuperação da saúde do adolescente. Dentre os específicos a pesquisa, o estudo está na fase de revisão bibliográfica. A pesquisa terá como universo a Unidade Mista de Saúde Carlos Modesto dos Santos, no setor do Ambulatório de IST/AIDS no município de Ituiutaba-MG. O estudo pressupõe que o serviço caracteriza-se por ser uma possibilidade de realização do direito à saúde e para a efetivação de uma juventude cidadã na medida em que é realizado um trabalho intersetorial entre as instituições públicas de todo o município.

**Palavras-chave:** Juventude, Infecções Sexualmente Transmissíveis, Direitos.

**Abstract**

The interest for the research arose due to an extension project carried out previously, which objectified a healthy youth as the right of every adolescent. The study is underway, and inserted in the Program of Scientific Initiation. In its general objective to know the work of the public health service with STI carriers from the perspective of the interdisciplinary team, according to the National Health Policy, from the organization of the CTA in the municipality, following the SUS principles. And how specific to know the organization of the actions of the interdisciplinary team according to the guidelines of the SUS in force, Identify the risk factors that lead adolescents to be vulnerable to Sexually Transmitted Infections and Know the strategies of the institution to guarantee the rights of promotion, protection and recovery of adolescent health. Data show that "the increase in young people aged 15 to 19 years and 20 to 24 years: from 2006 to 2016, the rate almost tripled between the first group and, among those 20 to 24 years old, the highest rate which has doubled "(BRAZIL, 2017, p.12) The research will be conducted at the Carlos Modesto dos Santos Mixed Health Unit, in the IST / AIDS Ambulatory sector in the municipality of Ituiutaba-MG. The study assumes that the service is characterized by

being a possibility for realizing the right to health and for the effectiveness of a citizen youth, insofar as intersectoral work is carried out among public institutions

**Keywords:** Youth, Sexually Transmitted Infections, Rights.

## INTRODUÇÃO

A saúde é uma área muito importante na vida do jovem, visto que essa fase é caracterizada por desenvolvimento físico, sexual, emocional, entre outros. Sendo assim, a atenção à saúde e orientação de profissionais capacitados é de suma importância para o desenvolvimento saudável na juventude. Contudo, há um grupo de adolescentes que se encontram no chamado “grupo de risco”, o qual entende-se que o adolescente apresenta uma vulnerabilidade ao contágio por Infecções Sexualmente Transmissíveis, que são transmitidas através de relação sexual sem o uso de preservativos, ou no caso do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) a contaminação pode ser por transfusão de sangue, por meio do compartilhamento de seringas infectadas e tanto o HIV como a Sífilis podem ser doenças congênitas, se não tratadas.

Dessa forma, o presente estudo busca conhecer o trabalho realizado pelo serviço de atendimento aos adolescentes e jovens já infectados pelas ISTs em uma unidade de saúde do município de Ituiutaba- MG. E conforme os princípios de descentralização, regionalização e hierarquização do Sistema Único de Saúde, busca-se conhecer os serviços previstos em políticas e programas nacionais, sua implantação no interior do Estado de Minas Gerais, no município de Ituiutaba.

Segundo o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (2003),

Os Estados devem, portanto, desempenhar um papel regulador e mediador, buscando um pacto de metas regionais, visando à qualidade de vida da sua população, mas compreendendo e intervindo favoravelmente para que as desigualdades existentes entre municípios e regiões, sejam de saúde, econômicas ou políticas, não acabem por ampliar as desigualdades ou criar modelos de captura de recursos capaz de aumentar o fosso existente entre os que tudo podem e os que nada têm. A atuação dos Estados como fomentadores de políticas regionais e locais, no financiamento de estruturas necessárias e na manutenção de outras, seja por estratégias como as dos consórcios intermunicipais de saúde, na adoção de piso estadual de saúde, na execução de estruturas regionais pelos próprios Estados ou outras formas de financiamento, são fundamentais para a correção das distorções existentes e para avançar ao patamar de qualidade de vida e de saúde que todos esperam (BRASIL, 2003, p.136).

O estudo, em sua fase de revisão bibliográfica e de maior aproximação à temática, visualiza dados estatísticos da realidade brasileira que são aqui trabalhados. Os mesmos apontam a importância e necessidade de políticas públicas, das ações de enfrentamento em áreas prioritárias para esta fase, como é o caso da saúde sexual, reprodutiva e a socialização do conhecimento. E reafirma a relevância do conhecimento acerca das experiências já em desenvolvimento, propósito deste estudo.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento da sexualidade na adolescência é um campo frequentemente debatido por esferas governamentais, setores de saúde, educação, assistência social entre outros. Segundo Jardim e Santos (2012), no período de puberdade, fase caracterizada pela maturação sexual, o ideal é que o jovem tenha o conhecimento de seu corpo e orientações profissionais sobre esta fase, para que, no início das relações sexuais possa exercer seus direitos sexuais e reprodutivos com segurança. Contudo, dados trabalhados neste estudo ainda mostram que nem sempre os adolescentes iniciam a vida sexual da forma ideal, ainda que alguma vez já tenha recebido ou

acessado informações sobre consequências indesejadas da relação sexual desprotegida, como as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), a gravidez.

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério da Saúde mostra a realidade e conhecimento dos alunos sobre temáticas relacionadas à saúde. A pesquisa de 2015 foi aplicada no conjunto dos municípios das capitais do território brasileiro, com adolescentes em escolas de ensino fundamental, sendo o público-alvo as turmas do nono ano, com faixa etária entre 13 a 17 anos de idade, correspondendo a um total de 102.301 (cento e dois mil e trezentos e um) participantes da pesquisa.

De acordo com os dados apresentados o número de escolares que “declararam ter tido relação sexual foi de 27,1%, sendo os Estados de maior percentual Porto Alegre com 43,3% localizado na Região Sul e em Manaus com 40,5% na Região Norte”. Dentre esses que afirmaram ter relação sexual, 63,5% afirmam ter usado preservativo na última relação sexual, e 61,5% das meninas que já tiveram relação sexual, responderam utilizar pílula anticoncepcional (IBGE, 2016, p.64-65). Verifica-se, a partir desses dados, que é significativo o percentual de adolescentes que iniciam a vida sexual nessa faixa etária entre 13 a 17 anos de idade.

Eisenstein (2016, p.7) afirma que “desde que nascemos, questões de sexo fazem parte da identidade de mulheres ou homens”. Sendo assim, ela afirma que a sexualidade é um tema que todos possuem interesse de conhecer e saber mais, descobrindo novidades, sentimentos e parcerias. Contudo, a moralidade da sociedade torna-se conflituosa com assuntos abordados sobre a temática nos espaços de discussão, silenciando a juventude e seus questionamentos em nome da moral e do discernimento social, cultural e religioso (ARIÈS, 1983). Por outro lado, o tema pode ser acessado com esclarecimentos, informações, sem discriminação e pré-julgamentos, seja no espaço escolar, locais públicos de atenção ao jovem, em âmbito familiar ou comunitário, todavia considera-se como ideal, a articulação das instituições.

No aspecto referente ao acesso às informações sobre sexualidade no interior das escolas, 79,2% dizem ter recebido informações sobre a prevenção de gravidez, havendo um maior percentual de meninas, 82,0%, do que meninos, 76,3%. No entanto, 1,1% da população estimada de meninas do nono ano do ensino fundamental, responderam já ter engravidado alguma vez. Em números, esse percentual correspondeu a 23.620 (vinte e três mil, seiscentos e vinte) meninas, havendo uma maior concentração na Região Norte, 2,1%, e menor na Região Sudeste, 0,7%. Nesse sentido, a pesquisa alerta que de, 19,5% das meninas que tiveram relação sexual, 9% delas engravidaram, havendo uma distinção quanto à inserção em escolas, no que refere à administração escolar, sendo o percentual de meninas de escola pública 9,4% engravidaram, enquanto na privada com 3,5% ocorreu o mesmo (IBGE, 2016, p.66).

Os dados apontam que há uma atenção destinada à prevenção de gravidez nas escolas, porém, também importante ressaltar a prevenção de ISTs que o estudo mostra haver 87,3% de conhecimento sobre prevenção das infecções. No entanto, um questionamento válido refere-se à abordagem de tais informações, refletindo de que forma tais informações sobre a prevenção de gravidez e infecções estão sendo socializadas, assim como a continuidade de se falar sobre o assunto e também da necessidade de se ouvir os adolescentes e jovens a esse respeito, no intuito de construir uma conscientização coletiva, para que o debate seja horizontal entre profissionais e o grupo ou indivíduo.

A pesquisa traz dados referentes à prevenção do Vírus do Papiloma Humano (HPV), por meio de vacinas indicadas para meninas de 9 a 13 anos de idade, distribuídas pela rede pública de saúde. A pesquisa perguntou sobre o conhecimento sobre esta vacina, e 88,0% dos escolares afirmaram conhecê-la, sendo principalmente meninas 95,6%. Quanto ao recebimento das vacinas pelo gênero feminino, esse percentual cai para 74,2%. Sendo assim, 21,4% das meninas que conheciam a vacina, não se preveniram contra o vírus.

A informação nem sempre é recebida com todos os elementos necessários, como a importância da prevenção ao HPV. Segundo Zanini; *et al* (2017), sua pesquisa na área concluiu que o maior motivo para a não vacinação foi a proibição dos pais ou responsáveis, por não terem conhecimento do vírus ou até mesmo por acreditarem em efeitos colaterais após a vacinação. Além



disso, prováveis dificuldades ao acesso aos postos de saúde devido ao tamanho do território brasileiro e sua segregação urbana (SILVA, 2007). Pois, de acordo com a autora, as políticas públicas na periferia são ilusórias, dando ao cidadão uma falsa sensação de direitos garantidos, pois estes não chegam até ele.

Esses dados da realidade brasileira nos direcionam, entre outras possibilidades, para uma reflexão sobre as políticas públicas que se relacionam a essa demanda. A atenção à saúde de adolescentes e jovens é recente, pois os problemas sociais somente tornaram-se questões de saúde pública após a Constituição Federal de 1988, marco legal que representou a conquista dos direitos humanos, juridicamente no país, e estruturaram políticas sociais e públicas destinadas a toda população, assim como atender uma camada específica, a fim de garantir direitos específicos de certos grupos. A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990, trouxe o reconhecimento que este público é sujeito de direito, dentre estes está o direito à saúde de qualidade (BRASIL, 1990). Nesse sentido, faz-se necessário, dentro da política de saúde, a implantação de planos, programas e projetos de atenção à saúde de crianças e do adolescentes.

Após dez anos de discussão no parlamento veio a promulgação de um novo estatuto, o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Sendo a fase da juventude compreendida entre 15 a 29 anos de idade. Este Estatuto é complementar ao Estatuto da Criança e do Adolescente, visto que, quando o indivíduo alcança idade entre 14 e 15 anos além dos direitos e proteção previstas no ECA, o adolescente começa a obter emancipação política, econômica, precisando para isso, de alguns respaldos legais para que alcance equidade. Além disso, o Estatuto também traz o direito à saúde do jovem, à participação social e liberdade na orientação sexual. Sendo assim, o mesmo acontecerá com a juventude, serviços serão destinados a esta população, e esta lei prevê uma fiscalização se tais serviços estão sendo de fato realizados, por meio dos conselhos de juventude, federais, estaduais e municipais.

No âmbito da saúde, foi elaborada a Política Nacional de Atenção à Saúde de Adolescentes e Jovens (2010), assim como as diretrizes para seu funcionamento, no intuito de alcançar a promoção, proteção e recuperação da saúde de adolescentes e jovens. Tal política compreende a população adolescente e jovem entre a faixa etária de 10 a 24 anos de idade. Segundo a política

[...] é fundamental que a saúde desse segmento populacional seja incluída nas análises de situação sanitária das regiões de saúde para orientar a construção de estratégias, integradas interfederativamente e intersetorialmente com as ações, programas e políticas em desenvolvimento no país, principalmente para a promoção da saúde; na prevenção aos agravos e enfermidades resultantes do uso abusivo de álcool e de outras drogas e dos problemas resultantes das violências; na prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e Aids e para a melhoria do atendimento ao crescimento e ao desenvolvimento, à saúde sexual e saúde reprodutiva, notadamente à gravidez na adolescência e ao planejamento sexual e planejamento reprodutivo. (BRASIL, 2010, p.15)

Contudo, nem sempre o trabalho de prevenção é o suficiente para a não ocorrência das ISTs em adolescentes e jovens. Sendo preciso orientar sobre o tratamento das infecções, formas de transmissão e regiões de saúde de referência. O Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) se não tratada, pode levar a morte, pois o vírus ataca as células imunológicas do corpo humano, e elas são responsáveis por defender o organismo de doenças, de acordo com o Ministério da Saúde. As ISTs mais frequentes, nesse segmento além da AIDS são: Vírus do papiloma humano (HPV), Herpes Genital e Hepatites Virais. Há também o grupo de ISTs caracterizadas como curáveis, entre elas: Sífilis, Cancro mole, Granuloma inguinal, Linfogranuloma venéreo, vaginose bacteriana, Candidíase, Gonorreia, Chlamydia, Trichomonas, geralmente essas infecções são causadas por bactérias, parasitas, fungos ou leveduras (BRASIL, 2015). As infecções que o Ministério da Saúde identifica ser necessário haver um monitoramento sistemático são Sífilis, HIV/AIDS e Hepatites Virais. Estas são infecções de notificação compulsória e seu principal órgão de coleta de dados é o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), de acordo com os boletins epidemiológicos (BRASIL, 2017).

Essa realidade também interessa na abordagem do direito a uma juventude saudável. O Boletim Epidemiológico HIV/Aids do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções

Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais, registrou de 2007 a 2017 casos de infectados pelo vírus HIV 194.217 (cento e noventa e quatro mil, duzentas e dezessete) pessoas no Brasil. Sendo 49,7% dos casos ocorridos na Região Sudeste. Em relação aos jovens brasileiros a pesquisa aponta, nos casos de Aids, “o aumento em jovens de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos: do ano de 2006 para o de 2016, a taxa quase triplicou entre o primeiro grupo e, entre os de 20 a 24 anos, a taxa mais que duplicou” (BRASIL, 2017, p.12). Entre esses, o percentual subiu entre o primeiro grupo de 2,4% para 6,7%, e no segundo, subiu de 16% para 33,9%.

O preconceito social contra pessoas com o vírus HIV ou com a Aids ainda é realidade no país, ainda que o Sistema Único de Saúde possua um protocolo de tratamento em combate à doença de referência mundial, a difícil inserção no mercado de trabalho se faz presente. Por esse motivo, entre outros, a pessoa com a doença conquistou o direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) advindo da política de Assistência Social, conforme os critérios dessa política, como o de não ter seu sustento provido por si ou por outros membros da família.

Em relação à sífilis, há três tipos da doença, sendo elas: a sífilis adquirida que sua forma de transmissão é principalmente por meio de relações sexuais desprotegidas; a sífilis em gestantes que, se não tratada, a genitora pode passar à criança, e ela terá a sífilis congênita, a qual possui um grande índice de mortalidade em crianças com menos de um ano de idade. Os maiores percentuais de gestantes com sífilis ocorrem entre o grupo de 20 a 29 anos 51,6%, seguido pelos jovens de 15 a 19 anos 24,3% (BRASIL, 2017b). De acordo com os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, os casos de Sífilis congênita de 1998 até Junho de 2017 que foram detectados no Brasil somam 159.890 (cento e cinquenta e nove mil, oitocentos e noventa) casos. Na Região Sudeste o número foi 70.558 (setenta mil, quinhentos e cinquenta e oito) representando 44,1% dos casos, a maior região de ocorrência. Em relação à faixa etária, novamente, as idades entre 15 a 29 anos tiveram seus maiores índices, chegando a 76,4% (BRASIL, 2017b).

Já as hepatites, apresentam cinco tipos de vírus e cada um possui sintomas e tratamentos diferentes; no Brasil os mais comuns são os tipos A, B e C, e destes, os que podem ser transmitidos sexualmente são os tipos B e C. De acordo com o Boletim Epidemiológico de 2017, a hepatite do tipo C é uma doença que gera um índice de mortalidade significativo, falando-se até em epidemia da mesma, por vir crescendo anualmente. De acordo com os dados, “1,4 milhão de óbitos anualmente, como consequência de suas formas agudas graves ou, principalmente, pelas complicações das formas descompensadas crônicas ou por hepatocarcinoma” (BRASIL, 2017c, p.1).

No Brasil, do ano de 1999 até 2017 foram notificados 561.058 (quinhentos e sessenta e um mil e cinquenta e oito) casos confirmados de hepatites virais. Na Região Sudeste casos de hepatites B e C, apresentam percentual de 35,5% e 62,2% respectivamente. A taxa de juventude com a doença é significativamente menor em relação às outras faixas etárias, representando em 2016, 0,8% dos casos, pessoas abaixo dos 20 anos. Assim como a hepatite C, a Região Sudeste é a segunda de maior incidência (9,6%). Considerando a faixa etária, a juventude apresenta índices abaixo de 6%. Vele ressaltar que a hepatite C não é transmitida apenas em relações sexuais, mas também em transfusão de sangue, uso de drogas- compartilhando seringas ou inaláveis, transmissão vertical, acidente de trabalho, hemodiálise, domiciliar através de acidentes perfurocortantes, entre outros (BRASIL, 2017c).

Em Minas Gerais, nos anos de 2007 a 2017 foram detectados 11.745 (onze mil, setecentas e quarenta e cinco) casos de pessoas com o HIV. No caso da sífilis, em 2016 os casos de sífilis adquirida foram de 8,4%, em gestantes um percentual de 6,8%, e congênita 7,1%. Dentre os municípios do Estado, o percentual está em torno de 6,0%, posicionando abaixo da média nacional 6,8%; no entanto, sua capital a ultrapassa apresentando aproximadamente 9%. Em 2016, os casos de gestantes que não trataram a infecção em Minas Gerais foram de 8,6%, consideravelmente acima da média nacional de 4,7%. A Hepatite B deixa os municípios de Minas Gerais com 5% também abaixo da média nacional que é de 6,9%, já a capital Belo Horizonte possui, aproximadamente, 10% dos casos. Assim como na Hepatite C, na qual os índices estão abaixo da média nacional, menos de 10% e a linha nacional está em torno de 13,3%, com exceção da capital com quase 20%.

Com essas informações, faz-se necessário para o estudo conhecer a realidade estadual em que a pesquisa se desenvolve no intuito de identificar além dos dados, as políticas, programas e

projetos em que haja relação com a temática, assim como as estratégias de enfrentamento e planejamento de controle das mesmas.

Em 1985 o Ministério da Saúde criou o Programa Nacional da AIDS, no qual as diretrizes do programa previam ações voltadas para ações de vigilância epidemiológica, a assistência médica e a divulgação de mensagens de alerta e de não discriminação. Contudo, na Comissão Nacional de AIDS de 1987, composta por profissionais da comunidade científica e representantes da sociedade civil, aprovou-se, a partir de 1988, a inclusão das Doenças Sexualmente Transmissíveis no programa, tornando-o o Programa Nacional de DST/AIDS (PNDST/AIDS).

A tecnologia e o desenvolvimento científico foram ferramentas de fundamental importância para o programa, pois o objetivo era criar uma técnica para que os testes desenvolvidos para detectar as doenças fossem rápidos, pois, quanto mais rápida a resposta, mais cedo se inicia o tratamento. Sendo assim,

Tão importante quanto diagnosticar e tratar o mais precocemente possível os portadores sintomáticos é realizar a detecção dos portadores assintomáticos. Entre as estratégias que poderão suprir essas importantes lacunas estão os rastreamentos de DST assintomáticas, especialmente sífilis, gonorréia e clamídia em gestantes e/ou adolescentes, em serviços que executam atendimento ginecológico, em especial os de planejamento familiar, de pré-natal e os serviços de prevenção do câncer ginecológico (BRASIL, 2006, p.14)

Com isso, o programa se inova e de acordo com o Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis (BRASIL, 2006), ele é caracterizado pelos objetivos de “interromper a cadeia de transmissão” e “prevenir novas ocorrências”. Por isso, o tratamento imediato é um dos mecanismos utilizados para atender o paciente com a adequada atenção. E também por haver infecções que são assintomáticas, a nomenclatura usual deixa de ser Doenças passando para Infecções Sexualmente Transmissíveis.

O funcionamento do serviço de enfrentamento e controle às ISTs ocorre por meio da triagem; local seguro e atendimento sigiloso; da espera, momento em que a política prevê a utilização de vídeo de educação em saúde; grupos e palestras; consulta clínica; relatos do paciente de sintomas, sinais, e queixas para que o profissional possa montar o fluxograma e, por meio dele, identificar as possíveis síndromes. A abordagem e aconselhamento são outras etapas do tratamento de fundamental importância e, por isso, elas devem ser realizadas em todos os atendimentos. Os profissionais da equipe interdisciplinar são qualificados para tais processos. Objetiva-se tratar o parceiro (a) e não apenas o paciente que procura o serviço de saúde, reduzir os riscos, orientar todas as etapas do tratamento, vacinas para a prevenção de outras ISTs, promoção e disponibilização de preservativos, e fazer uma escuta qualificada dos pacientes, para atender às necessidades e garantir a atenção adequada do mesmo.

O Programa Nacional de DST/AIDS se concretiza no município mineiro de Ituiutaba, por meio do Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA). Ele é um serviço estratégico do SUS para garantir a equidade, recebendo para financiamento recursos da união, estaduais e municipais. Até 2009 havia 426 unidades de CTA no Brasil, sendo 166 centros somente na Região Sudeste. Na cidade de Ituiutaba, o programa foi implantado em fevereiro de 2001 e atualmente atende nove cidades da região. A equipe é interdisciplinar, composta no momento por assistente social (coordenadora), psicóloga, auxiliar de enfermagem, técnico administrativo, fisioterapeuta e médico infectologista.

O CTA funciona em uma Unidade Mista de Saúde, logo, um campo de Atenção Básica, atendendo também outras doenças crônicas como tuberculose, hanseníase, entre outras especialidades. O funcionamento do CTA segue diretrizes, objetivos e estratégias semelhantes do Programa Nacional, sendo suas atividades essenciais o diagnóstico sorológico das doenças de notificação compulsória, sendo elas: HIV, Sífilis, e Hepatites B e C. E o aconselhamento é subdividido: em individual, coletivo e para casal até o término do tratamento ou até o encaminhamento para outros serviços de referência.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa visa conhecer a realidade dos adolescentes já infectados com Infecções Sexualmente Transmissíveis, na perspectiva dos profissionais, no intuito de conhecer a preocupação do programa com este grupo, a partir das políticas e legislações que objetivam a proteção integral e que assim incluem o direito à saúde do jovem. Procura-se investigar a atenção que o adolescente recebe nas etapas de tratamento, como na estratégia de tratamento imediato e aconselhamento. A pesquisa terá como local a Unidade Mista de Saúde Carlos Modesto dos Santos, no setor do Ambulatório de Doenças Infecto-Contagiosas IST/AIDS no município de Ituiutaba MG.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa é conhecer o trabalho do serviço público de saúde com pessoas com ISTs na perspectiva da equipe interdisciplinar, de acordo com a Política Nacional de Saúde, a partir da organização do Centro de Testagem e Aconselhamento no município, seguindo os princípios do Sistema Único de Saúde. Os objetivos específicos são: conhecer a organização das ações da equipe interdisciplinar de acordo com as diretrizes do SUS; identificar os fatores de risco que levam os adolescentes a estarem vulneráveis às Infecções Sexualmente Transmissíveis; e conhecer as estratégias da instituição para garantir os direitos de promoção, proteção e recuperação da saúde do adolescente.

Para essa aproximação à realidade pesquisada, associa-se à pesquisa bibliográfica a pesquisa de campo que será realizada com a equipe interdisciplinar da instituição co-participante. Serão selecionados para a participação na pesquisa os profissionais que compõe a equipe e que estão diretamente ligados ao tratamento de IST/AIDS, na intenção de obter diferentes contribuições, de acordo com cada profissão, a partir de suas experiências no trabalho envolvendo a testagem, tratamento e prevenção com adolescentes usuários do serviço da rede pública de saúde. Os dados coletados serão analisados, numa perspectiva qualitativa, buscando compreender, por meio da contribuição dos participantes, de suas falas e experiência profissional, qual o significado do trabalho em equipe na prevenção e promoção os agravos em saúde que acometem a adolescência, particularmente as infecções sexualmente transmissíveis.

Espera-se, com esse estudo, contribuir para o conhecimento da temática e com a produção de material que descreva e permita melhor compreender a realidade local, os quais poderão ser comparados com outros estudos desenvolvidos. O presente estudo pretende ser uma contribuição para o fortalecimento das ações intersetoriais necessárias e adequadas para o desenvolvimento saudável dos usuários.

## **DISCUSSÃO**

Compreende-se que a saúde organizada pelo Sistema Único de Saúde, regulamentada pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, a qual prevê a participação da sociedade e visa um atendimento descentralizado, a organização dos serviços de saúde tem o intuito de implantar serviços de Atenção Básica próximos da comunidade, localizados nos bairros. Este nível de complexidade do SUS possui como um dos principais objetivos a prevenção de agravos.

O município de Ituiutaba- MG está localizado no pontal do triângulo mineiro, e possui aproximadamente 103.333 (cento e três mil, trezentos e trinta e três) habitantes, considerado assim, uma cidade de porte médio. Em outubro de 2017 foi aprovada a Política de Municipal dos Direitos da

Criança e do Adolescente, Lei nº4.529 de 17 de outubro de 2017, no intuito de garantir atenção integral, recursos financeiros de fiscalização pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os serviços que atendem adolescentes estão articulados com os outros programas de política pública.

Adolescentes, do gênero feminino, têm como referência de atendimento a saúde sexual e reprodutiva no Serviço de Assistência à Saúde da Mulher, conforme o Programa de Saúde do Adolescente, enquanto os homens são inseridos nas ações de diretrizes do Serviço de Assistência à Saúde do Adolescente (SASAD). No município, a unidade de atendimento especializado à mulher é Centro de Saúde da Mulher, já para o homem não há um serviço específico de atendimento, somente quando as ISTs estão instauradas o atendimento para ambos ocorre no Ambulatório de Doenças Infecto-Contagiosas IST/AIDS. Esta instituição é referência para nove municípios da microrregião: Santa Vitória, Capinópolis, Cachoeira Dourada, Ipiaçú, Canápolis, Centralina, Gurinhatã, Campina Verde e Ituiutaba. Contudo, em casos avançados da infecção, de maior complexidade, o paciente é encaminhado para a macrorregião de atendimento à saúde, nesses casos, o nível se altera para média ou alta complexidade e a cidade de referência é Uberaba-MG.

A Secretaria do Estado de Saúde, do Governo de Minas Gerais por meio dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas de Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (2016) afirma que, geralmente, o atendimento é realizado por agendamento. E com relação aos gestores do serviço, chama-se a responsabilização dos gestores de todas as esferas governamentais no controle das ISTs, principalmente, de disponibilização dos medicamentos padronizados de IST que é responsabilidade dos municípios e a aquisição de preservativos, esta de responsabilidade compartilhada, sendo 80% de nível federal na Região Sudeste. Além disso, o protocolo traz que,

Os gestores de saúde devem estar atentos ao contexto político e enfrentar os desafios no campo das IST, por meio da articulação de atividades públicas e privadas, do fortalecimento das infraestruturas de apoio e dos vínculos com a comunidade, da simplificação do acesso, da incorporação de práticas gerenciais de boa qualidade, do envolvimento com demais órgãos governamentais e do suporte ativo e fundamentado para a prevenção e a excelência na prática clínica dos profissionais de saúde, em todos os níveis de atenção.

Destaca-se a importância do planejamento ascendente, do nível local até o federal, ouvidos os órgãos deliberativos e compatibilizadas as necessidades da política de saúde com a disponibilidade de recursos. Nesse contexto, os gestores de saúde devem contribuir de forma efetiva na elaboração do planejamento das ações e no estabelecimento de metas e objetivos, fortalecendo as etapas de monitoramento e avaliação. (BRASIL, 2016, p.26)

A conjuntura política e econômica no Brasil não são favoráveis às políticas sociais, requerendo forte investimento. No setor de saúde, a política do SUS já se inicia em contexto de preceitos neoliberais e com uma forte corrente de mercantilização da saúde. Nesse sentido, cada vez mais os direitos garantidos constitucionalmente em relação à saúde, estão sendo violados e suprimidos, mas para a efetivação de tais direitos, é necessário, além de adequada dotação orçamentária e prioritária, também faz-se necessário que o planejamento das ações e recursos estejam em constante monitoramento, sob controle social. Tem-se a perspectiva de que o planejamento é um processo contínuo de tomada de decisões. Por isso, ele precisa estar documentado, além de identificar as demandas necessárias, decidir as estratégias de enfrentamento, analisando fatores objetivos e subjetivos, visto que a sociedade está em constante mudança.

Quanto ao planejamento e gestão dos programas e projetos, o SUS prevê o controle social, o qual permite a participação da população usuária dos serviços, no controle e fiscalização. Sendo assim, Rodrigo Souza Filho (2016) afirma a participação dos trabalhadores que estão inseridos em uma determinada organização, assim como, os beneficiários da organização enquanto elementos essenciais para uma gestão que queira constituir-se como uma gestão democrática.

A avaliação, nesse sentido, corresponde a um momento do processo das políticas públicas de estudo avaliativo. Nele se atribui valor, julgamentos a partir de critérios sistemáticos, apreciam os efeitos reais das políticas, etc. Porém, é necessária clara definição sobre o que se pretende avaliar,

adentrando no que consta nos objetivos e metas, para conseguir resultados almejados, ainda que para isso seja necessário redefinir o processo, técnicas e instrumentos utilizados na avaliação, sendo estes possíveis, havendo um monitoramento contínuo dos programas para que modificações ocorram com o intuito de alcançar os objetivos propostos. Nesse contexto, gestão democrática significa desenvolver a emancipação política de forma a obter indivíduos participativos, sujeitos de direitos, os quais identificam a política como um espaço público, de formação coletiva, visando à totalidade, para que assim se alcance a emancipação humana (FILHO, 2016). Da mesma forma, tem-se a avaliação participativa, a qual considera fatores históricos, econômicos e sociais como importantes no processo de avaliação (BAPTISTA, 2007).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da realidade brasileira, assim como os regionais indicam a importância da efetivação das políticas de saúde para jovens, no tange aos direitos sexuais e reprodutivos. Sabe-se que as ações de intersetorialidade nem sempre são organizadas conforme disposição legal, no entanto, sua importância se *deve em atuar nas diversas áreas em que possa oportunizar aos adolescentes a obtenção de informações, acesso a recursos, espaço de discussão, entre outros equipamentos necessários para que se alcance a Saúde Integral e de qualidade*. Além disso, o trabalho interdisciplinar requer um método estratégico de debates, a reunião de diversos profissionais, de áreas diversas e saberes, tendo em vista a qualidade dos serviços prestados.

Considera-se, contudo, que a busca de efetivação das políticas insere-se em realidade capitalista, de desigualdade, em que há constante regressão dos direitos constitucionalmente conquistados, a exemplo do incessante processo de privatização e mercantilização da saúde, de redução do papel do Estado na gestão da vida social, com fortes tendências e estímulo ao voluntariado e consumo de direitos, tais como educação e saúde.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2º ed. Rio de Janeiro-RJ. 196p.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentalidade. Veras Editora. São Paulo-SP, 2007. p1-24.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico de Hepatites Virais**. Brasília-DF. 2017. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/boletim-epidemiologico-de-hepatites-virais-2017> Acesso em: 10/09/2018

\_\_\_\_\_. **Boletim Epidemiológico de HIV/Aids**. Brasília- DF. 2017. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/boletim-epidemiologico-hiv-aids-2017> Acesso em: 15/09/2018.

\_\_\_\_\_. **Boletim Epidemiológico de Sífilis**. Brasília-DF. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/boletim-epidemiologico-de-sifilis-2017> Acesso em: 18/09/2018.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Atenção Básica: Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva**. n 26. Brasília, DF. 2010. 297 p. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos\\_ab/abcd26.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcd26.pdf) Acesso em: 14/04/2017.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes para Organização e Funcionamentos dos CTA do Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Saúde. 2010. 39 p. Disponível em: [www.aids.gov.br/files>cta2010-01-web](http://www.aids.gov.br/files>cta2010-01-web) Acesso em: 14/04/2017.

\_\_\_\_\_. **Manual de bolso Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis DST**. Brasília-DF. 2006. 111p. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4120775/mod\\_resource/content/1/DST.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4120775/mod_resource/content/1/DST.pdf) Acesso em: 02/03/2017.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional Saúde do Escolar**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro-RJ. 2016. 131p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf> Acesso em: 08/09/2018.

\_\_\_\_\_. **Protocolo Clínico e Diretrizes para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis**. Brasília – DF. 122p. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/298960455/Protocolo-Para-Infecoes-Sexualmente-Transmissiveis> Acesso em: 15/08/2018.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Brasil- DF. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm) Acesso em: 14 de Setembro de 2017.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Brasília-DF. 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/12852.htm) Acesso em: 08/09/2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Para Entender a Gestão do SUS**. Brasília-DF. 2003, 247p. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/para\\_entender\\_gestao.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/para_entender_gestao.pdf) Acesso: 18/09/2018.

EISENSTEIN, E. **Desenvolvimento da Sexualidade na Adolescência**. Adolescência & Saúde. Vol.13. Rio de Janeiro-RJ. p.7-8. Disponível em: <http://adolescenciaesaude.com/imprimir.asp?id=578> acesso em: 15/5/2018.

SOUZA FILHO, R.; GURGEL, C. **Gestão Democrática e Serviço Social**: princípios e propostas para a intervenção crítica. Cortez. São Paulo-SP. p.59-75.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 4ed. 8. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006. 175 p.

JARDIM, D. P; SANTOS, E. F. **Uso do preservativo masculino por adolescentes no início da vida sexual**. rev. Adolescência & Saúde. v.9 n.2. Rio de Janeiro: UERJ. Abr/jun 2012. p.37-44. Disponível em: [www.adolescenciaesaude.com/detalhe\\_artigo.asp?id=314](http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=314) Acesso em: 14/04/2017.

SILVA, K. O. **A periferização causada pela desigual urbanização brasileira**. Revista Urutágu - revista acadêmica multidisciplinar. Nº11. Maringá-PR. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/011/11silva.htm> Acesso em: 25/09/2018.

ZANINI, N. V. **Motivos para recusa da vacina contra o Papilomavírus Humano entre adolescentes de 11 a 14 anos no município de Maringá-PR**. Rio de Janeiro. 2017, p 1-13. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/03/877085/1253-9150-1-pb-1.pdf> Acesso em: 20/09/2018.

**JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA: LEGITIMIDADE DO PODER JUDICIÁRIO NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE**

*JUDICIALIZATION OF PUBLIC HEALTH: THE JUDICIARY LEGITIMACY IN REALIZATION OF THE RIGHT TO HEALTH*

Área temática 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas. Subárea: 1.4 Direito, Trabalho e Serviço Social

ZANQUETTA, Ana Carolina Alberganti  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – FCHS- UNESP/Franca  
Mestranda em Direito Constitucional pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) – UNESP – Campus de Franca. Graduada em Direito pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) – UNESP – Campus de Franca. Advogada carolzanquetta94@gmail.com

**Resumo**

Há na Constituição Brasileira a garantia do direito social à saúde, que atualmente não é efetivado da maneira como deveria. Surge então uma lacuna, originada por uma possível omissão do Legislativo e do Executivo, que está sendo preenchida por ações do Judiciário, atuando diante de uma competência que não lhe é típica. O direito social à saúde vem se caracterizando como um direito individual, pois esse direito que deveria atingir uma amplitude de pessoas, acaba sendo garantido apenas a algumas. Ao efetivar o acesso ao direito à saúde, o Judiciário age criando políticas públicas, o que não é de sua competência original e para isso ele necessita de elementos que embasem sua atuação nesta seara. O presente trabalho visa a analisar a legitimidade do Poder Judiciário na efetivação do direito à saúde, demonstrando argumentos contrários e favoráveis, até que se possa encontrar uma tese que explique a possibilidade ou não de sua atuação diante deste problema. Baseando-se em análises doutrinárias e jurisprudenciais dos principais tribunais brasileiros, o trabalho terá caráter teórico, com o objetivo de se encontrar hipóteses teóricas que refutem ou que corroborem o trabalho realizado pelo Judiciário nesta área pública. Com o que já foi analisado até então pode-se concluir que apesar de termos muitos argumentos contrários à atuação do Judiciário na efetivação do direito à saúde, ele vem agindo e mostrando-se, muitas vezes, como a única via efetiva para a concretização das políticas públicas da saúde.

**Palavras-chave:** Direito Social à Saúde, Judicialização da Saúde Pública, Legitimidade do Poder Judiciário.

**Abstract**

There is in the Brazilian Constitution the guarantee of the social right to health, which is not currently implemented in the way it should. A gap emerges, caused by a possible omission of the Legislative and Executive, which is being filled by actions of the Judiciary, acting on a competence that is not typical. The social right to health has been characterized as an individual right, because this right that should reach a wide range of people, ends up being guaranteed only to some. In effecting access to health, the Judiciary acts by creating public policies, which is not within its original competence and for this he needs elements that support his work in this field. The present work aims to analyze the legitimacy of the Judiciary in the realization of the right to health, demonstrating opposing and favorable arguments, until a thesis can be found that explains the possibility or not of its action in the face of this problem. Based on doctrinal and jurisprudential analyzes of the main Brazilian courts, the work will be theoretical, with the objective of finding theoretical hypotheses that refute or corroborate the work done by the Judiciary in this public area. With what has been analyzed up to now it can be concluded that although we have many arguments against the Judiciary's action in the realization of the right to health, it has been acting and often proving to be the only effective way to achieve the public health policies.



**Keywords:** Social Right to Health, Judicialization of Public Health, Legitimacy of the Judiciary.

## 1 INTRODUÇÃO

As Constituições atuais, promulgadas após Segunda Guerra Mundial, previram inúmeros direitos exigíveis diretamente por meio de obrigações impostas ao Estado. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 deu grande destaque aos direitos fundamentais, buscando o desenvolvimento de uma sociedade pluralista, positivando diversos direitos e criando mecanismos processuais que asseguraram a sua eficácia.

Com o movimento chamado de Neoconstitucionalismo os direitos fundamentais deixaram de ser apenas limites negativos ao agir do Estado, para tornarem-se um conjunto de valores que orienta a ação positiva do Estado impondo-lhe obrigações (FERRAJOLI, 2007, p.71). Entretanto, dentre os direitos fundamentais, há os direitos econômicos e sociais que não possuem eficácia plena para sua efetivação. São constitucionalmente previstos por meio de normas programáticas, sendo necessário haver a atuação do legislador ordinário para garantir-lhes eficácia.

No entanto, nota-se que o Legislativo não legisla qualitativamente segundo os objetivos de uma Constituição extensa como a atual, ainda que quantitativamente não se lhe possa negar uma ação legiferante. O Executivo, por seu lado, engessado por uma Constituição analítica e dirigente, perde-se nas prioridades entre as infinitas obrigações constitucionais. A esta confusão de agendas e atribuições constitucionais, o Poder Judiciário assoma em atenção ao também princípio da indeclinabilidade da jurisdição (art. 5º, inciso XXXV, CF) para atender a todos os reclamos que lhe chegam por ações ajuizadas. Tudo com uma consequência danosa para a perfeição de uma arquitetura constitucional funcional. E, há muito, temos um incontestável ativismo judicial “processo de expansão dos poderes de legislar e executar leis do sistema judiciário, representando uma transferência do poder decisório do Poder Executivo e do Poder Legislativo para os juízes e tribunais” (EISENBERG, 2002, p.47). Com isso, surge, na contemporaneidade brasileira, o fenômeno da Judicialização da Política.

Nesse contexto é que se justifica mais um trabalho sobre o Direito à Saúde, interligando-o ao fenômeno recente de Judicialização das Políticas Públicas da Saúde. A escolha do tema parte de sua relevância social e do interesse público do direito debatido, do crescente e do invasivo exercício jurisdicional sobre a saúde pública e das consequências jurídicas deste ativismo.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Após a escolha do tema, foi realizado um levantamento bibliográfico que culminou em fichamentos, pautando-se num método para apreensão de dados e fundamentos. Além do estudo bibliográfico, ainda analisou-se a legislação que trata do fornecimento de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), bem como resoluções e recomendações confeccionadas principalmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ademais, pesquisou-se as principais jurisprudências acerca do direito à saúde nos tribunais superiores brasileiros, Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF), para entender como eles têm lidado com essa temática.

A construção do trabalho dar-se-á por dedução<sup>1</sup> no estabelecimento de seus enunciados, porém a indução<sup>2</sup> também terá sua aplicação própria quanto ao estudo dos casos particulares de ajuizamento de demandas acerca do direito social à saúde. A análise da jurisprudência se faz essencial neste caso.

O estudo, por fim, possui claro caráter propositivo ao oferecer possíveis indicações de argumentos contrários ou favoráveis a ação do Poder Judiciário na efetivação do direito à saúde.

<sup>1</sup> Antônio Carlos Gil esclarece que o método dedutivo é o que parte de uma dimensão geral, formada por princípios reconhecidos como verdadeiros e então, atinge-se o particular, chegando a conclusões de maneira formal, por meio unicamente da lógica. (GIL, 2010, p.9-10).

<sup>2</sup> Com relação ao método indutivo, Antônio Carlos Gil aponta que deve-se partir de um caso particular, colocando a generalização como um produto subsequente do trabalho, constatada a partir da observação de casos concretos, confirmadores da realidade. (GIL, 2010, p. 10-11).

Analisando-os os dados obtidos pelas jurisprudências, bem como a adequação dos mesmos às correntes apresentadas, busca-se chegar a uma conclusão acerca da legitimidade dessa atuação judicial.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 Breve contextualização da Judicialização da Saúde no Brasil

O conceito da palavra “judicialização” destacou-se após a publicação do trabalho dos norte-americanos Tate e Vallinder, *The Global Expansion of Judicial Power*, no qual defendem que a Judicialização caracteriza-se como a utilização de métodos de solução de conflitos judiciais para solucionar problemas de cunho político, ou seja, envolve transformar algo político em processo jurídico. O Judiciário torna-se, então, ator principal nas decisões que anteriormente eram resolvidas apenas pelos poderes com atribuições políticas. Há a expansão de manifestações do Poder Judiciário que ultrapassam os limites corriqueiramente aceitos para uma decisão judicial (TATE, 1995, p. 27-37).

O termo “judicialização” significa que questões relevantes do ponto de vista político, social ou moral estão sendo decididas pelo Poder Judiciário. Trata-se de uma transferência de poder para as instituições judiciais, em detrimento das instâncias políticas tradicionais, que são o Legislativo e o Executivo (BARROSO, 2012, p. 5).

Em regra e historicamente, o Judiciário solucionava conflitos “retributivo”: uma parte sempre saía como vencedora e a outra como perdedora. Entretanto, os conflitos judiciais surgidos diante do direito à saúde são conflitos sobre justiça distributiva, ou seja, justiça que apropria individualmente recursos comuns a toda a sociedade. Logo, os conflitos do direito à saúde não guardam caráter bilateral, mas policêntrico. O resultado da ação extrapola seus efeitos para além das partes e gera consequências para toda a sociedade.

A despeito do fenômeno da judicialização e do manejo de novas técnicas hermenêuticas não serem uma criação nacional, as causas diretas no cenário brasileiro são facilmente identificáveis. Nosso modelo constitucional é abrangente e traz para si matérias que normalmente são deixadas para a legislação ordinária como melhor técnica de governabilidade. À medida que uma matéria passe a ser prevista constitucionalmente, “ela se transforma, [...] em uma pretensão jurídica, que pode ser formulada sob a forma de ação judicial” (ALEXY, 2000, p. 126).

Como o tratamento constitucional pelo Legislativo e Executivo é disfuncional, ou ao menos, é assim percebido por sentimento difundido de compreensão paternalista da Constituição, tais direitos acabam sendo levados ao Poder Judiciário, que os acaba por os concretizar, interpretando o direito social à saúde como se fosse um direito individual, falhando, todavia, ao não sopesar seu caráter social e universal. É em meio a cada processo individual que o direito à saúde é confrontado com o direito coletivo e com a política pública já estabelecida em matéria de saúde.

#### 3.2 Direito à Saúde na Constituição de 1988

A Constituição de 1988 elencou em um inteiro capítulo a saúde como um direito social fundamental. A saúde considerada como “um bem jurídico relacionado de forma indissociável com o maior bem jurídico que existe, a vida. A saúde, longe de ser apenas ausência de doenças ou enfermidades, configura-se no estado de bem-estar físico, social e mental” (AITH, 2007, p.394). A saúde, nesse contexto, “trata-se de um direito positivo „que exige prestações do Estado e que impõe aos entes públicos a realização de determinadas tarefas [...], de cujo cumprimento depende a própria realização do direito” (SILVA, 2014, p. 312-313).

A forma como o direito à saúde vem descrito na Constituição deixa margem para que seja interpretado de uma maneira dupla. Numa primeira impressão, o direito à saúde é um direito destinado a toda a coletividade, devendo ser empregado de uma maneira que possa dar a todos as mesmas condições de atendimentos e os mesmos tratamentos. Se tal direito se enquadra dentro do rol de direitos fundamentais sociais, não poderia ser concretizado de uma maneira individual.

Num contexto secundário, o direito à saúde acaba sendo interpretado como uma obrigação do Estado para com o cidadão. Ou seja, cada indivíduo que enfrenta problemas de saúde pode

recorrer ao Judiciário individualmente para que este faça valer o que vem designado na Constituição e que, por motivos outros, deixou de ser executado por quem tinha a verdadeira competência para fazê-lo: o Legislativo, por meio de uma lei que regulamentasse a execução de tal direito, e o Executivo, por meio da confecção de políticas públicas da saúde.

Sendo a saúde um direito social, deveria então ser implementado por meio de um política pública universal a todos que dela necessitassem. Diante disso, é sempre necessário que cada magistrado ou câmara confrontada com uma demanda da saúde analise o pedido judicialmente feito perante as políticas públicas de saúde já existentes. Acomodada a uma delas, a procedência da ação é medida de rigor, o que a *contrario sensu*, justifica uma decisão de improcedência quando em desconformidade, excepcionando-se casos de urgência.

### 3.3 Efetivação do Direito à Saúde originalmente por meio de Políticas Públicas

O direito à saúde relaciona-se com uma norma programática, que para sua concreta e efetividade necessita da atuação do legislador ordinário, concretizando-se por meio de políticas públicas. É um “direito que o Estado deve garantir através de políticas públicas sociais e econômicas, e não apenas através do tratamento da doença e da entrega de medicamentos [...]” (NUNES; SCAFF; 2011, p.35). O instrumento de efetivação do direito à saúde é a política pública, que pode ser definida como um programa de ação governamental, um conjunto de medidas coordenadas, com o objetivo maior de movimentar a máquina estatal para concretizar um direito (BUCCI, 2002, p. 241).

A saúde, por ser um direito social, “possui determinantes múltiplos e complexos que requerem a formulação e a implementação, pelo Estado, de políticas públicas abrangentes, isto é, que vão além da garantia de acesso a serviços e produtos médicos” (GRAU, 2003, p. 25). Para Grau, “a expressão políticas públicas designa todas as atuações do Estado, cobrindo todas as formas de intervenção do poder público na vida social” (GRAU, 2003, p. 25). Possuem, portanto, um caráter coletivo e social, adequando-se bem à realidade de efetivação do direito social à saúde.

Para a confecção de políticas públicas, é necessário que haja planejamento governamental. Embora elas possuam um teor técnico, são criadas principalmente por um processo político. São caracterizadas pela atividade estatal de elaboração, planejamento, execução e financiamento de ações voltadas à consolidação do Estado Democrático de Direito e à promoção e proteção dos direitos sociais (AITH, 2006, p. 232).

Visto o cerne do conceito de políticas públicas, percebe-se que elas possuem como finalidade a realização de um objetivo estatal pela Administração Pública e, sendo assim, cabe ao Poder Executivo a sua confecção. Toda política pública depende de gastos públicos para a sua efetivação, razão pela qual ela depende da atuação do Poder Executivo. São nas leis orçamentárias, de iniciativa do Poder Executivo, que estão descritos os principais gastos a serem realizados pelo Estado. Vázquez e Delaplace (2011, p. 36) construíram uma ideia de ciclo de vida das políticas públicas. A figura abaixo demonstra o ciclo de vida de uma política pública:



Fonte: Vázquez e Delaplace

Seu início tem por deflagração um problema público, ou assim considerado, como a falta de um medicamento, por exemplo. Escandido o problema, passa-se para a identificação de suas causas e então para a construção de soluções possíveis. Dentre elas, escolhe-se aquela que aparente ser a mais correta para o caso. Depois disso, implementa-se a política pública. Ao processo de implementação segue-se a fase de avaliação dos resultados.

O Estado é responsável por formular e executar políticas públicas de saúde. Por consequência, o fornecimento de medicamento de alto custo originariamente deve ser concedido pelo Estado depois de superar todo o processo de concretização da política pública. Ao assumir esta concretização, em ações individuais, falta ao Poder Judiciário, no mínimo, o estudo prévio, e a *posteriori*, a avaliação dos resultados, a partir da qual, corrigir-se-ão os erros e aprimorar-se-á a política implementada.

### **3.4 A principal política pública da saúde pública brasileira: o Sistema Único de Saúde (SUS)**

A Constituição de 1988 traz o direito à saúde como responsabilidade do Estado para sua efetivação. Para viabilizar o cumprimento desse dever, o texto constitucional instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS). Ele é a principal política pública criada pelo Estado Brasileiro responsável pelos cuidados à saúde. O SUS é definido como “um conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público” (art. 4º, Lei n. 8.080/90).

Compete ao SUS prestar assistência às pessoas por meio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas (art. 200 da CF). Trata-se, logo, de um instrumento de efetividade do direito à saúde, baseando-se nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, indicando um tipo de assistência que deve atingir toda a população de forma integral.

A Lei n. 8.080/90 dispõe sobre condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e a organização e funcionamento dos serviços correspondentes. Adota um modelo descentralizado de responsabilização de seus gestores, fazendo com que sejam corresponsáveis os três níveis de governo com ferramentas para negociação das políticas adotadas de saúde. Dessa forma, a responsabilidade sobre a gestão do sistema é dos Municípios, Estados, Distrito Federal e da União, solidariamente por meio de seus órgãos gestores.

Não é cerebrino insistir que o SUS tem custos. Custo político por ser regionalizado e difícil a tarefa de distribuição das funções e do orçamento pelos entes da federação. Custo financeiro para o custeio da saúde em geral e pelo encarecimento das novidades científicas neste campo social. Além da dificuldade em se manter o financiamento do sistema como um todo (FERRAZ JÚNIOR, 2002, p. 146).

### **3.5 Destinatários da Judicialização da Saúde Pública Brasileira**

A análise de estudos já realizados demonstra que a judicialização do direito à saúde não é sinônimo de atendimento jurisdicional universal. Geralmente, quem consegue pleitear medicamentos via judicial são pessoas de classe média alta, com acesso ao Judiciário brasileiro, pois possuem condições financeiras de contratar um bom advogado. Marques e Dallari, em estudo no Estado de São Paulo, levantaram o índice de que 67,7% das pessoas que chegam ao Judiciário são representadas por advogados particulares (MARQUES et DALLARI, 2007, p. 101-107). De certa forma, corrobora que apesar de sua presença no espaço dos Tribunais, não é universal, atendendo somente um segmento social e privando outro, os dos mais carentes, de recursos que poderiam ser com eles despendidos.

Em sua obra, *“Taking from poor to give to the rich: the individualistic enforcement of social rights”*, Virgílio Afonso da Silva aponta estudo feito na Universidade de São Paulo (USP) em que se analisou as demandas de medicamentos contra o Estado de São Paulo. Os resultados mostraram que: 60% dos demandantes nunca haviam usado o SUS; 60% das demandas foram baseadas em prescrições de médicos particulares, não pertencentes ao SUS; apenas 13% das demandas foram feitas por médicos do SUS; somente 30% das demandas foram propostas por Defensores Públicos e 71% dos demandantes possuíam casa própria (SILVA, sem data). Uma demonstração a mais de que a maioria das ações vitoriosas no judiciário brasileiro são promovidas pela classe média.

### **3.6 Eficácia e aprovação da utilização dos medicamentos pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)**

Os medicamentos, para terem sua venda autorizada no Brasil, devem passar pela inspeção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A ANVISA tem, entre outras funções, a responsabilidade para autorizar e registrar novos produtos, incluindo os medicamentos. Estes, para serem registrados e autorizados pela ANVISA percorrem uma série de testes clínicos. Aqueles que não forem aprovados nos testes não podem ser comercializados no país, restringindo a utilização dos mesmos apenas a situações excepcionais.

A Judicialização da Saúde Pública no Brasil mostra-se, muitas vezes, como uma incoerência diante do funcionamento do sistema como um todo. A determinação de que o Poder Executivo forneça medicamentos ou tratamentos sem registro na ANVISA, de comercialização muitas vezes proibida no território nacional, tem gerado uma vasta polêmica, seja pela não comprovação da eficácia dos tratamentos requeridos, seja pelo desrespeito aos termos da condução de pesquisa e introdução de novos medicamentos no país.

Em estudo realizado por Marques e Dallari, verificou-se que 9,6% dos medicamentos requeridos eram aqueles sem registro na ANVISA (MARQUES et DALLARI, 2007, p. 101-107). São demandas que levantam a discussão acerca do possível risco à saúde dos demandantes, risco criado por obra e atividade do Poder Judiciário.

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, em seu voto sobre o Recurso Extraordinário 657.718, tendo como recorrido o Estado de Minas Gerais, propôs que “o Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos não registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) por decisão judicial. O registro na Anvisa constitui proteção à saúde pública”. Nessa decisão, ele ainda esclarece que em casos de demandas judiciais por medicamentos já incorporados pelo SUS não há dúvida quanto a obrigação de o Estado fornecê-los, pois o Judiciário agiria aqui para efetivar uma política pública já formulada. No caso de demanda judicial para medicamentos ainda não incorporados pelo SUS, entende que o Estado não pode ser obrigado a fornecê-lo, pois para ele “não há sistema de saúde que possa resistir a um modelo em que todos os remédios, independentemente de seu custo e impacto financeiro, devam ser oferecidos pelo Estado a todas as pessoas”.

### **3.7 A falta de tecnicidade do Judiciário e sua função institucional frente aos processos coletivos**

Decidir sobre as demandas judiciais de medicamentos é uma tarefa complexa que envolve fatores técnicos, administrativos e orçamentários. Pepe propõe que o primeiro cuidado a ser tomado deve ser a investigação da prescrição (por médico público ou particular). Superada, dever-se-á questionar a segurança sanitária do medicamento. Confirmar se o medicamento pleiteado possui registro sanitário e se não se trata de prescrição ainda sem experimentação. Após a verificação, buscar-se uma alternativa terapêutica disponível e segura (PEPE, 2010, p. 2410).

Deve-se ainda respeitar o rito normal de fornecimento de medicamentos. É disfuncional a constatação de que, muitas vezes, indivíduos submetem-se a cadastros em filas de espera para transplantes, cirurgias, ou outros procedimento e, sem respeito à hora, vez e preferência de outros beneficiário da saúde coletiva, o Poder Judiciário, vez e outra, mediante a imposição de *astreintes*, desconstrói uma política pública há muito planejada. Quebra expectativas, preferências e prioridades e impacta a concretização da dimensão coletiva de um direito à saúde pelo privilégio a uma demanda individual.

Um dos argumentos que é sempre levantado quando se discute acerca da Judicialização da Saúde, seria o fato de os juízes serem desprovidos de conhecimentos técnicos para lidar com políticas públicas. Decisões acerca de políticas públicas da saúde não apresentam uma verificação dos custos de oportunidade (VASCONCELOS et GARCIA, 2002, p. 70) oriundos de uma decisão alocativa e em se tratando de saúde, decisões alocativas podem ser vistas como um risco a se correr, configurando o que Cass Sustein caracterizou como “*health-health trade-offs*” (SUSTEIN, 1997, p. 298). Ou seja, uma situação em que o juiz quando decide por obrigar o Estado a gastar recursos escassos para fornecer um bem ou serviço de saúde objetivando proteger o direito de um paciente, ele provavelmente estará restringindo o direito à saúde de outros pacientes para os quais o Estado não terá recursos suficientes.

O Judiciário não estaria capacitado, como exemplo, para saber se um medicamento X é eficiente e necessário para curar ou amenizar uma doença Y. As decisões judiciais restringem-se a discutir apenas as situações fáticas das partes. Esse problema não surge quando o Executivo atua

nessa seara, visto que “detém as capacidades institucionais para tomar decisões informadas nesse campo” (SOUZA NETO, 2010, p. 530).

Em um cenário de escassez de recursos, em que a necessidade de concretização de direitos sociais são maiores que as reais possibilidades orçamentárias, há a impossibilidade de que todos os direitos sociais sejam efetivados de forma absoluta (HOLMES et SUSTEIN, 1999, p. 101). Eis que entra em cena o papel da política pública: fazer escolhas, dentro da realidade do país, para prover os direitos sociais em grau máximo e universal. É uma tarefa de difícil concretização pelo Judiciário dado os limites de sua competência material e territorial e do âmbito de informação possibilitado por um processo judicial. São deficiências impossíveis de serem superadas que pela intervenção de *amicus curiae*, quer por audiências públicas.

O STF decidiu que as ações individuais só podem ser imediatamente judicializadas e resolvidas pelo Poder Judiciário, quando o teor do direito fundamental requerido seja o mínimo existencial do indivíduo. Na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 45, o Relator, Ministro Celso de Mello, debateu a questão da intervenção do Poder Judiciário para a concretização de políticas públicas em face da omissão estatal inconstitucional. Admitiu sua possibilidade, mas, frisou o excepcional, quando configurada a omissão normativa e obedecidos o limite fixado pelo mínimo existencial a ser garantido ao cidadão, a razoabilidade da pretensão deduzida e a existência de disponibilidade financeira do Estado para tornar efetivas as prestações positivas reclamadas.

É verdade que “as tarefas que o Judiciário vem assumindo contemporaneamente demandam do juiz outro tipo de formação” (SOUZA NETO, 2010, p. 531). Não basta ao Magistrado conhecer das leis e do processo, mas também saber analisar e discutir pareceres técnicos, interpretar dados econômicos e contábeis, ter em si um conhecimento multidisciplinar. O Conselho Nacional de Justiça recomenda que “o Direito Sanitário seja incorporado como disciplina nos cursos de formação, vitaliciamento e aperfeiçoamento de magistrados” (CARLINI, 2014, p. 40). Em resumo, as variáveis a serem dominadas no processo não se circunscrevem a um silogismo correspondente à aplicação da norma ao fato.

Mas não somente a habilidade técnica e formação do julgador são colocadas em xeque quando da implementação do direito à saúde, mas, em especial, a própria natureza do processo. Direitos fundamentais de segunda dimensão histórica fogem do âmbito individual, sendo necessário uma ação que abarque toda a coletividade. São direitos que exigem uma conduta positiva do Estado e que geralmente vêm acompanhados de uma política pública, cujo resultado a ser alcançado deve ser universal e igualitário. Exsurge, por consequência, o processo coletivo como solução.

### **3.8 Reserva do Possível, Mínimo Existencial e o Direito à Saúde**

O direito à saúde, enquanto direito social, não se concretiza sem o sopesamento da Reserva do Possível e do Mínimo Existencial. O conceito de reserva do possível nasceu em julgamento promovido pelo Tribunal Constitucional Alemão, em 1973, ao analisar uma demanda judicial promovida por estudantes que não haviam sido admitidos nas faculdades de Medicina de Hamburgo e Munique, em face da limitação do número de vagas em cursos superiores adotada pela Alemanha em 1960. A Corte Alemã decidiu que o direito encontra limitação pois não há recursos orçamentários suficientes para garantir o acesso universal ao ensino superior. Desse modo, não é razoável que o Estado seja obrigado a disponibilizar o acesso a todos que pretendem cursar medicina. Há um limite social que impede a plena realização. Firmada nestas premissas, a reserva do possível em sua origem também frisa a razoabilidade da pretensão e não somente a razoabilidade dos recursos.

É nesse cenário de impossibilidade financeira de concretização dos direitos a todos que surge a importância do papel das políticas públicas. O Estado, sopesando direitos e os seus custos, faz uma análise da hierarquização de direitos sociais e encontra aquele de maior relevância para ser alvo da concretização.

No entanto, essa escolha discricionária é também limitada pela necessidade de respeito ao mínimo conteúdo desses direitos, o seu mínimo existencial. O mínimo existencial garante que uma parcela do conteúdo da norma de direitos fundamentais não possa ser suprimida pelo Estado. Nas palavras de Ricardo Lobo Torres, o mínimo existencial é “um direito às condições mínimas de existência humana digna que não pode ser objeto de intervenção do Estado e que ainda exige prestações estatais positivas” (TORRES, 1999, p. 41).

Também na decisão da ADPF n. 45, o STF decidiu que o mínimo existência, como núcleo dos

direitos fundamentais, pode ser judicializado imediatamente, devendo ser satisfeito mesmo sem a existência da reserva do possível. Exsurge do julgado os parâmetros a informarem uma decisão de outorga de um direito subjetivo público de saúde: a) reserva do possível; b) razoabilidade do direito pretendido e c) mínimo existencial.

### 3.9 Audiência Pública n. 04 do STF e sua repercussão na Judicialização da Saúde Pública

As insuficiências da política pública de saúde no Brasil fizeram com que explodissem as demandas judiciais por medicamentos e tratamentos. Em face da complexidade do tema, pelo número crescente de recursos e ações originários que chegavam ao STF, convocou-se a Audiência Pública de nº 4, nos termos do artigo 13, inciso XVII, do Regimento Interno do STF. A audiência pública tinha como finalidade “ouvir o depoimento de pessoas com experiência e autoridade em matéria de Sistema Único de Saúde, objetivando esclarecer as questões técnicas, científicas, administrativas, políticas, econômicas e jurídicas relativas às ações de prestação de saúde” (STF, on-line).

Vários pontos foram elencados: “a) a responsabilidade dos entes da federação em matéria de direito à saúde; b) a obrigação do Estado de fornecer prestação de saúde prescrita por médico não pertencente ao quadro do SUS ou sem que o pedido tenha sido feito previamente à Administração Pública; c) obrigação do Estado de custear prestações de saúde não abrangidas pelas políticas públicas existentes; d) obrigação do Estado de disponibilizar medicamentos ou tratamentos experimentais não registrados na ANVISA ou não aconselhados pelos Protocolos Clínicos do SUS; e) obrigação do Estado de fornecer medicamento não lícitado e não previsto nas listas do SUS; f) fraudes ao Sistema Único de Saúde” (STF, on-line).

Durante os vários dias de audiência, algumas conclusões foram atingidas. A maioria dos participantes reconheceu que há legitimidade na atuação do Judiciário nas demandas individuais pelo direito à saúde. Ressaltou-se ainda que as decisões baseadas em laudos de médicos que não pertenciam aos quadros do sistema público careceria de legitimidade, sendo possível apenas em casos excepcionais. Produtos ainda em fase experimental ou sem o devido registro junto à ANVISA foram considerados impróprios para serem demandados. Ressaltou-se a necessidade de que o Poder Judiciário prestasse mais atenção em demandas coletivas pelo direito à saúde, ao invés de individuais.

Além disso chegou-se ao consenso de que é de extrema importância a comprovação da eficiência e da qualidade de novos tratamentos pela ANVISA. O Ministério Público dizia que não seria aceitável a concessão de medicamentos sem registro, pois colocaria em risco a vida dos pacientes que utilizariam tal medicamento e violaria o disposto no artigo 12 da Lei 6.360/1976: “Art. 12 – Nenhum dos produtos de que trata esta Lei, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde”.

No sítio eletrônico do CNJ foi realizada uma pesquisa no menu “Programas e Ações”, escolhendo-se a opção “Fórum da Saúde”. Neste local, escolheu-se o ícone “Quantidade de demandas nos tribunais”. Na página que se seguiu, encontram-se dois links com relatórios de demandas relacionadas à saúde nos tribunais. Um tem como recorte temporal dados enviados até o ano de 2011 e outro refere-se a dados enviados até junho de 2014. Ao se mesclar os dados de ambos os recortes temporais, chegou-se aos quadros abaixo, um sobre os Tribunais Regionais Federais e outro sobre os Tribunais de Justiça Estaduais.

#### **QUADRO 1 – Comparativo entre as demandas sobre a saúde nos Tribunais Regionais Federais antes e depois da elaboração da Resolução n. 107 de 2010 e Recomendação n. 31 de 2010, ambas do CNJ**

TRIBUNAL ANALISADO	FEDERAL	DEMANDAS DA SAÚDE ATÉ 2011	DEMANDAS DA SAÚDE ATÉ JUNHO DE 2014
<b>TRF 1ª Região</b>		203	15.802

TRF 2ª Região	6.486	6.486
TRF 3ª Região	4.705	4.705
TRF 4ª Região	8.152	35.287
TRF 5ª Região	11	11
TOTAL	19.557	62.291

Fonte: Elaborado por Ana Carolina Alberganti Zanquetta<sup>3</sup>

**QUADRO 2 - Comparativo entre as demandas sobre a saúde nos Tribunais Estaduais de Justiça antes e depois da elaboração da Resolução n. 107 de 2010 e Recomendação n. 31 de 2010, ambas do CNJ**

TRIBUNAL ESTADUAL ANALISADO	DEMANDAS DA SAÚDE ATÉ 2011	DEMANDAS DA SAÚDE ATÉ JUNHO DE 2014
TJ Acre	7	7
TJ Alagoas	145	6.303
TJ Amazonas	Não informado	Não informado
TJ Amapá	76	76
TJ Bahia	781	841
TJ Ceará	8.344	8.344
TJ DF e Territórios	1.914	2.575
TJ Espírito Santo	5.181	8.991
TJ Goiás	309	309
TJ Maranhão	66	668
TJ Minas Gerais	7.915	66.751
TJ Mato Grosso do Sul	357	1.081
TJ Mato Grosso	2.919	6.664
TJ Pará	19	19
TJ Paraíba	Não informado	Não informado
TJ Paraná	2.609	2.609
TJ Pernambuco	Não informado	Não informado
TJ Piauí	153	229

<sup>3</sup> Dados extraídos do site do CNJ. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoess/forum-da-saude/quantidade-de-demandas-nos-tribunais>>. Acesso em 23 de junho de 2018.



<b>TJ Rio de Janeiro</b>	25.234	46.883
<b>TJ Rio Grande do Norte</b>	452	452
<b>TJ Rondônia</b>	595	595
<b>TJ Roraima</b>	64	64
<b>TJ Rio Grande do Sul</b>	113.953	113.953
<b>TJ Santa Catarina</b>	5.395	18.188
<b>TJ São Paulo</b>	44.690	44.690
<b>TJ Sergipe</b>	189	189
<b>TJ Tocantins</b>	56	149
<b>TOTAL</b>	<b>221.423</b>	<b>330.630</b>

Fonte: Elaborado por Ana Carolina Alberganti Zanquetta<sup>4</sup>

Um dos principais reflexos da Audiência Pública foi a aprovação pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) da Recomendação n. 31, de 30 de março de 2010, que traça as diretrizes aos magistrados quanto às demandas judiciais que envolvam a assistência à saúde. O CNJ ainda criou a Resolução n. 107, de 6 de abril de 2010, em que ficou instituído o Fórum Nacional para monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde, “com a atribuição de elaborar estudos e propor medidas concretas e normativas para o aperfeiçoamento de procedimentos, o reforço à efetividade dos processos judiciais e à prevenção de novos conflitos” (CNJ, Resolução n. 107, 2010).

A intenção do CNJ ao confeccionar tais atos regulamentares era dar maior eficácia às decisões sobre direito à saúde, trazendo diretrizes para os magistrados seguirem quando fossem decidir sobre o direito à saúde, além de criar o Fórum da Saúde para monitoramento de tais decisões, propondo medidas concretas e normativas para o aperfeiçoamento dos procedimentos. Esperava-se, portanto, que o número de ações individualizadas sobre o direito à saúde fosse diminuir, visto que a tendência seria a padronização na maneira de se decidir sobre a saúde, além de haver uma interação do Judiciário com os demais poderes para que se pudessem ser elaboradas efetivas políticas públicas sobre a saúde.

Entretanto o que pode-se perceber da análise dos quadros trazidos anteriormente, é que a metodologia empregada pelo CNJ necessita de melhoras. Primeiramente, há tribunais que não informaram o número de ações sobre a saúde em trâmite dentro de suas jurisdições. Há outros, que de um recorte temporal para outro, mantiveram o exato número de ações em processo, o que mostra-se como algo incerto, visto que durante o lapso temporal algumas ações podem ter terminado, bem como outras puderam ter sido ajuizadas, logo os dados mostram-se não condizentes com a realidade.

E o mais preocupante: na totalidade, o número de ações em ambos os tipos de tribunais cresceu de uma maneira relevante. Nos tribunais federais, o número mais que triplicou, enquanto nos tribunais estaduais houve um aumento de quase 50%. Isso demonstra que se o objetivo do CNJ era diminuir o número de ações, concentrando principalmente em processos coletivos para decidir de uma maneira mais eficiente, a finalidade não foi atingida e a metodologia precisa ser revista.

### **3.10 A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca do Direito à Saúde**

<sup>4</sup> Dados extraídos do site do CNJ. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/forum-da-saude/quantidade-de-demandas-nos-tribunais>>. Acesso em 23 de junho de 2018.

Primeiramente, para se entender como o STF e o STF vêm decidindo acerca do tema, é necessário uma análise sobre como o Judiciário vem decidindo nas instâncias primárias e secundárias no geral. As decisões judiciais brasileiras quase sempre: (a) não analisam as consequências econômicas e alocativas de suas decisões; (b) caracterizam o direito à saúde apenas como um direito individual e não um direito social como o é em sua essência; (c) desconsideram na maioria das vezes a escassez de recursos e os custos de suas decisões procedentes aos demandantes; (d) ignoram as recomendações técnicas que não indicam o tratamento pedido ou por falta de registro na ANVISA ou por ainda se encontrar em fase de experimentação; (e) não observam as políticas públicas já existentes e a lista oficial de medicamentos e tratamentos fornecidos pelo SUS; (f) não promovem um diálogo com a esfera do Poder Público responsável pela implementação de políticas públicas para entender qual a razão pela qual uma determinada política não foi efetivada, e nem para se entender se há possibilidade orçamentária de se cumprir uma decisão judicial frente aos outros direitos que a administração pública precisa efetivar (WANG, 2009, p. 41).

Um estudo feito por Wang em que ele analisou as principais jurisprudências do STF sobre o direito à saúde, chegou-se à conclusão de que o STF entende que o direito à saúde é considerado um direito fundamental tutelado jurisdicionalmente e que deve ser efetivado pelo Estado de forma “plena” e “universal”. Wang chegou à conclusão de que todas as decisões analisadas concederam o medicamento ou tratamento requerido pelo autor, demonstrando que nenhuma decisão do STF invocou a escassez de recursos como argumento para impedir a concessão de um medicamento. Outro dado importante levantado por Wang é o de que nenhuma das decisões tratou-se de ações coletivas, mas sim todas individualmente ajuizadas (WANG, 2006, p. 12-13).

Para corroborar os dados encontrados por Wang, decidiu-se neste estudo analisar as principais jurisprudências destes dois tribunais brasileiros. Primeiramente, pesquisou-se no endereço eletrônico do STF na internet, durante os meses de agosto e setembro de 2017, na aba “Jurisprudência”, os Informativos deste tribunal. Nesta guia sobre os informativos, buscou-se os “Informativos – por Temas”. O resultado encontrado foi o de oito anos de informativos, desde 2010 até junho de 2017. Analisou-se todos os informativos ano a ano, buscando-se pelas palavras “Medicamento”, “Saúde” e “Direito Sanitário”.

Analisando-se individualmente cada informativo, destaca-se o que possui conteúdo mais relevante. Em 2011 encontrou-se um informativo no mês de abril, sob o nº 623, da Primeira Turma do STF. Este informativo dizia respeito à possibilidade de reembolso de despesas médicas com tratamento de saúde feito no exterior no caso de portadores de doença ocular progressiva. Apesar do tratamento ser ainda experimental e haver no Brasil profissionais que poderiam realizar o tratamento, a decisão foi a de que deveria haver o reembolso com os gastos.

Outro método utilizado para essa pesquisa foi uma busca realizada no próprio endereço eletrônico do STF, já mencionado anteriormente. Acessou-se a aba “Publicações” e depois “Legislação Anotada”. Dentro da legislação anotada, foi escolhida a opção “A Constituição e do Supremo”. Nessa repartição, pesquisou-se acerca do artigo 196 que trata sobre o direito à saúde. Foram encontradas várias anotações feitas pelo próprio tribunal acerca desse direito.

Há comentários determinando que, em situações excepcionais, o Judiciário poderia determinar que a administração pública adotasse medidas concretas para assegurar o direito à saúde constitucionalmente reconhecido como essencial (TOFFOLI, 2013, Recurso Extraordinário n. 668.722/RS). Há outro que assegura que o direito à saúde é uma prerrogativa constitucional indisponível, efetivado mediante formulação de políticas públicas, impondo-se ao Estado a obrigação de criar condições objetivas que possibilitem o acesso a esse serviço de maneira efetiva (GRACIE, 2010, Agravo Regimental no Agravo de Instrumento n. 734.487/PR).

Com relação ao STJ, pesquisou-se no seu endereço eletrônico, na aba “Jurisprudência”, os Informativos de Jurisprudência deste tribunal. Nesta guia sobre os informativos, utilizou-se o método de busca “Pesquisa Livre”, utilizando-se como palavras-chave de busca “Medicamentos”, “Saúde” e “Direito Sanitário”. Sobre as palavras “Saúde” e “Direito Sanitário”, não houve nenhum resultado satisfatório. Com relação à palavra “Medicamentos”, conseguiu-se vinte e um resultados que atendessem ao objetivo dessa pesquisa.

Esses vinte e um resultados encontrados estão compreendidos desde agosto do ano 2000 até agosto de 2017. Desses vinte e um, nove resultados versam sobre direito material, onze são sobre direito processual e um é sobre a responsabilidade do Estado. Sobre o estudo acerca do direito material, os nove resultados encontrados descreviam ações propostas contra o Estado a fim de que se conseguisse o fornecimento de algum medicamento ou tratamento para algum tipo de moléstia. Em todos os nove resultados, o STJ decidiu pelo direito da pessoa de ter o medicamento necessitado

sendo oferecido pelo Estado. Dessas decisões, a maioria delas referia-se à necessidade de que os requerentes fossem considerados pobres para que o Estado tivesse a obrigação de fornecer o medicamento requerido.

Dos onze resultados referentes ao direito processual, sete eram sobre a possibilidade de cobrança de multa diária (astreintes) contra o Estado a fim de compeli-lo a fornecer o medicamento requerido. Em todos os sete restou decidido que seria lícito bloquear verbas públicas para o pagamento dessas multas e que o direito à saúde prevaleceria sobre o regime de impenhorabilidade dos bens públicos.

Outro caso encontrado sobre direito processual relaciona-se com o fato de o requerente querer comprovar a liquidez e certeza do seu direito ao fornecimento do medicamento por meio apenas de laudo médico particular. O STJ decidiu que a instrução somente com o laudo particular não configura prova pré-constituída, sendo aceito somente como elemento de prova que não poderia, no entanto, ser imposto ao magistrado como única prova necessária à concretização do direito.

Por fim, o último resultado encontrado na pesquisa efetuada junto aos informativos do STJ, diz respeito à responsabilidade do Estado em caso de interrupção ou não fornecimento do medicamento judicialmente concedido. O STJ decidiu que no caso de haver tido condenação do Estado para o fornecimento de medicamento e esse ente federativo não tiver cumprido com tal decisão judicial, caberia indenização a favor da parte necessitada do medicamento por conta de danos morais e materiais.

### **3.11 Argumentos contrários e favoráveis ao papel exercido pelo Poder Judiciário na efetivação do direito à saúde**

Há vários argumentos sobre essa atuação judicial na área do direito à saúde. De acordo com Badin, a primeira vertente a ser considerada é a dogmática/deontológica, que parte do princípio da racionalidade do ordenamento jurídico, da inafastabilidade da apreciação do poder judiciário e da sujeição de todos os atos ao império da lei. Para Comparato, o Judiciário teria competência de “impor a execução daquelas [políticas públicas] já estabelecidas na própria Constituição ou em lei, ou adotadas pelo governo dentro dos quadros legais” (COMPARATO apud BADIN, 2011, p. 25).

Uma segunda vertente descrita por Badin e denominada por ele como “neoinstitucional/consequencialista” surge pelo descontentamento acerca da falta de preocupação dos juízes para com as consequências de suas decisões. Os juízes deveriam agir de modo a assegurar a previsibilidade da aplicação do direito. No entanto, acabam gerando uma insegurança jurídica ao substituir as escolhas das políticas públicas por meio das ações judiciais. Nas palavras de Franco, “levar políticas públicas para o Judiciário [...] é questionar as escolhas do eleitor [...]” (FRANCO apud BADIN, 2011, p. 27).

As decisões judiciais sobre a saúde em casos individuais poderiam causar efeitos a terceiros não envolvidos no processo judicial. A partir do momento que uma parcela do orçamento geral da saúde da coletividade é destinada ao pagamento de um medicamento de uma única pessoa, a coletividade sairá prejudicada pois faltará recursos para se fornecer o básico necessário com relação à saúde. O juiz que emprega somente a vertente dogmática/deontológica tende a desconsiderar que os direitos possuem custos e que há problemas complexos advindos da escassez financeira.

Há uma terceira vertente abordada por Badin, a qual ele denomina de “teoria política/legitimidade” e que vai ao encontro com a temática do presente trabalho. Dentro dessa vertente, o principal argumento utilizado para ir contra a atuação do Judiciário é o de que sua atuação seria abarcada por um grande déficit democrático, visto que juízes não são eleitos e nem tomam para si a responsabilidade política das decisões que realizam. Em contrapartida a essa alegação, encontram-se os defensores da atuação judicial pautados na legitimidade que adviria como solução para a inércia de atuação do Executivo e do Legislativo em concretizar os direitos fundamentais. Como bem frisou Souza Neto “se considerarmos que certos direitos sociais são condições procedimentais da democracia, então o Judiciário [...] possui também a prerrogativa de concretizá-los, quando tem lugar a inércia dos demais ramos do Estado na realização desta tarefa” (SOUZA NETO apud BADIN, 2011, p. 37).

Outro ponto de defesa da legitimidade do Judiciário é o que enxerga-o como “canal institucional pelo qual interesses tradicionalmente excluídos do processo político acessam o debate público e se fazem representar na formulação de políticas públicas” (BADIN, 2011, p. 37). Nesse sentido, “o fenômeno da judicialização da política é visto como saudável sintoma da intensificação da participação social no processo de formulação de políticas públicas [...]” (BADIN, 2011, p. 38).

A Judicialização da Saúde apresenta também alguns pontos positivos. O fato de o Judiciário não ser eleito democraticamente e por isso não poder agir nesta questão, não significa que tanto o Legislativo quanto o Executivo que foram eleitos democraticamente são isentos de falhas no cumprimento de suas funções. Há hoje em dia a crise da democracia representativa, tendo em vista que mesmo sendo eleitos de maneira democrática, esses dois últimos poderes não conseguem impedir a existência de desigualdades políticas e econômicas (MORAES, 2000, p. 51-52).

A legitimidade do Judiciário perante a Judicialização da Saúde Pública decorre da Constituição, e por conseguinte a Constituição foi elaborada pelo Poder Constituinte Originário que é decorrente da vontade da maioria. A via judicial ainda pode exigir justificativas da Administração Pública acerca de suas decisões, além de conseguir indicar ao governo, quando for necessário, que ele revise algumas de suas políticas e a sua forma de implementação (WANG, 2009, p. 34).

Diante do exposto, perante um texto constitucional como o de 1988 que optou por se ter um Judiciário mais participativo, não poderia se falar que a atuação do mesmo nas políticas públicas de saúde seria uma violação ao princípio da separação dos poderes. Entretanto, não se pode negar que o Judiciário muitas vezes acaba agindo de uma maneira despreparada ao efetivar políticas públicas de saúde. O presente trabalho propõe um tipo de interação entre os poderes. O Judiciário poderia se tornar uma via de comunicação facilitada da população que necessita dos serviços de saúde para com o poder público que muitas vezes não produz as políticas públicas necessárias. O Judiciário deve agir quando o Legislativo e o Executivo se tornarem omissos em suas funções típicas, no entanto, deve o Judiciário decidir de maneira consciente e objetivando efetivar o direito à saúde previsto constitucionalmente da maneira mais social e coletiva possível.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de analisar o fenômeno da Judicialização da Saúde Pública no Brasil. Muito se debate acerca dessa atuação do Judiciário devido ao fato de que haveria a necessidade de se observar a separação dos poderes e lidar com questões políticas não estaria nas funções típicas do Judiciário. Entretanto, a separação dos poderes serve para que se garanta aos indivíduos a proteção de seus direitos fundamentais contra os arbítrios do poder estatal e se o Estado se mostra omissos em suas funções legislativas e executivas, caberia então ao Judiciário agir.

Outro ponto muito importante é a questão da reserva do possível e do mínimo existencial quanto ao direito à saúde. O Estado se utiliza da reserva do possível para justificar o inadimplemento de prestações sobre a saúde sendo que ela condiciona a realização dos direitos sociais à quantidade de recursos disponíveis, sob pena de, ao se concretizar apenas um desses direitos, inviabilizar a prestação de outros. O mínimo existencial pode ser considerado como o direito de cada um a ter acesso às condições essenciais imprescindíveis para a existência humana digna. O STF em suas decisões tem fixado que o mínimo existencial pode ser judicializado imediatamente, devendo ser satisfeito mesmo sem a existência da reserva do possível.

Mesmo diante de argumentos contrários à atuação do Judiciário, tais como a falta de técnica necessária, a falta de legitimidade democrática ou então a falta de preocupação com as consequências econômicas, ele vem agindo diante da omissão do Executivo e do Legislativo, servindo como uma via institucional de concretização dos direitos esquecidos pelos outros poderes. O argumento da falta de legitimidade do Judiciário não pode ser utilizado para anular direitos fundamentais.

Portanto, diante de todo o exposto, perante uma Constituição como a de 1988 que optou por se ter um Judiciário mais ativo e participativo, não poderia ser considerada como uma violação aos princípios democrático e de separação dos poderes a atuação do mesmo diante das políticas públicas da saúde. Quando os demais poderes se omitem, diante de um Estado Democrático de Direito, o Judiciário deve se colocar na posição de garantidor dos direitos fundamentais, prezando pela igualdade e também pela justiça.

#### REFERÊNCIAS

AITH, Fernando. Políticas Públicas de Estado e de Governo: instrumentos de consolidação dos Estado Democrático de Direito e de promoção e proteção dos direitos humanos. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org). **Políticas Públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

AITH, Francisco. **Curso de Direito Sanitário: a proteção do direito à saúde no Brasil**. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2007.

ALEXY, Robert. **Teoría de los derechos fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 2000.

BADIN, Arthur Sanchez. **Controle judicial das políticas públicas: Contribuição ao estudo do tema da judicialização da política pela abordagem da análise institucional comparada de Neil K. Komesar**. 2011. 164 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2011.

BARROSO, Luis Roberto. Constituição, Democracia e Supremacia Judicial: Direito e Política no Brasil Contemporâneo. **Revista da Faculdade de Direito UERJ**. Rio de Janeiro, v.2, n.21, jan./jun. 2012.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas Públicas e Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CARLINI, Angélica. **Judicialização da Saúde Pública e Privada**. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 2014.

DALLARI, S.G; MARQUES, S.B. A garantia do direito à assistência farmacêutica no Estado de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 2, 2007.

DELAPLACE, Domitille; VÁZQUEZ, Daniel. Políticas Públicas na Perspectiva de direitos humanos: um campo em construção. In SUR – **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v.8, n.14, p.35-65, jun.2011.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria Geral dos Direitos Fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

EISENBERG, José. Pragmatismo, Direito Reflexivo e Judicialização da Política. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

FERRAJOLI, Luigi. Sobre los derechos fundamentales. In: CARBONELL, Miguel (Org). **Teoría del neoconstitucionalismo: ensayos escogidos**. Madrid: Trotta; Instituto de Investigaciones Jurídicas UNAM, 2007.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Estudos de filosofia do direito**. São Paulo: Atlas, 2002.

GARCIA, Manuel Enriquez; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Fundamentos da Economia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

GIL, Antônio Carlos Gil. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAU, Eros Roberto. **O direito posto e o direito pressuposto**. 2003.

HOLMES, Stephen; SUSTEIN, Cass. **The cost of rights: why liberty depends on taxes**. New York: W.W. Norton & Company, 1999.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **Do espírito das leis**. São Paulo: Saraiva, 2000.

MORAES, Alexandre de. **Jurisdição Constitucional e Tribunais Constitucionais**. São Paulo: Atlas, 2000.

NUNES, António José Avelãs; SCAFF, Fernando Facury. **Os Tribunais e o Direito à Saúde**. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 2011.

PEPE, Vera Lúcia Edais et al. A judicialização da saúde e os novos desafios da gestão da assistência farmacêutica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 15, p. 2405-2414, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37ª ed. atual. São Paulo: Ma-

Iheiros, 2014.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Taking from poor to give to the rich: the individualistic enforcement of social rights.** Disponível em: <<http://citseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.624.9890&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. *Fundamentação e normatividade dos direitos fundamentais: uma reconstrução teórica à luz do princípio democrático.* In: BARROSO, Luis Roberto (org.). **A nova interpretação constitucional.** Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

SUSTEIN, Cass. **Free Markets and Social Justice.** New York: Oxford University Press, 1997.

TATE, C.Neal. Why the Expansion of judicial power? In:\_\_\_\_; VALLINDER, Torbjorn (Org.). **The global expansion of judicial power.** New York, London: New York University Press, 1995.

TORRES, Ricardo Lobo. **Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário.** v. III. Os Direitos Humanos e a Tributação – Imunidades e isonomia. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1999.

WANG, Daniel Wei Liang. **Escassez de recursos, custos dos direitos e reserva do possível na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.** 2006. 44 f. Tese (Monografia em Direito), Sociedade Brasileira de Direito Público, Escola de Formação, 2006.

\_\_\_\_\_. **Poder Judiciário e participação democrática nas políticas públicas de saúde.** 2009. 104 f. Tese (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2009.

**LAWTECHS E LEGALTECHS: AS STARTUPS A SERVIÇO DO DIREITO QUE ESTÃO  
REVOLUCIONANDO OS AMBIENTES JURÍDICOS**

*LAWTECHS AND LEGALTECHS: THE STARTUPS AT THE SERVICE OF LAW THAT ARE  
REVOLUTIONIZING THE LEGAL ENVIRONMENTS*

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

ALMEIDA, Priscila Danielle Barbosa de  
Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP – UNIFUNEC  
Graduanda em Direito com bolsa PIBIC  
prisciladanielleb@yahoo.com.br

BORTOLO, Clesio de Brito  
Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP – UNIFUNEC  
Graduando em Direito  
clesbbortolo@hotmail.com

TERRON, Letícia Lourenço Sangaletto  
Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP – UNIFUNEC  
Docente orientadora  
leticiasanga@bol.com.br

**Resumo**

A tecnologia a serviço do Direito começou se expandir por meio dos Sistemas Jurídicos que auxiliam profissionais desta área desde o período de fundação do Direito Moderno. Essa tecnologia vem se modernizando com a chegada das sofisticadas Startups, empresas virtuais desenvolvidas para solucionar problemas, quanto maior o número de problemas elas resolvem, maiores são suas chances de gerar resultados. No Direito, as Startups recebem os nomes de Lawtechs e Legaltechs e atuam em diversas áreas jurídicas, contribuindo e impactando a vida do mercado jurídico e do advogado individual, corporativo e nos escritórios. Com essas descobertas e a vasta conexão da internet, surgiu a problemática de pesquisa desse artigo, que teve por metodologia a investigação bibliográfica e o método dedutivo, e buscou compreender como o futuro do advogado será impactado e modificado por tais evoluções e como essas práticas estão legalizadas. Concluiu-se que, essas empresas virtuais atuam na área jurídica de modo positivo, pois possibilitam ao advogado impulsionar tarefas burocráticas e repetitivas por meio da Inteligência Artificial e possibilitando a ele um tempo maior para atuar de forma estratégica e com melhor relacionamento com seus clientes, buscando para suas empresas lucro escalável e atingindo milhares de pessoas.

**Palavras-chave:** Tecnologia, Direito, Startup.

**Abstract**

The technology in the service of Law began to expand through the Judicial Systems that have assisted professionals in this area since the founding of Modern Law. This technology has been modernizing with the arrival of sophisticated Startups, which are virtual companies developed to solve problems, the greater the number of problems they solve, the greater their chances of generating results. In Law, Startups are named Lawtechs and Legaltechs and act in several legal areas, contributing and impacting the life of the legal market and the individual, corporate and office lawyer. With these findings and the vast internet connection, the research problem arose from this article, which was based on bibliographic research and the deductive method, and sought to understand how the future of the lawyer will be impacted and modified by such evolutions and how these practices are legalized. It was concluded that these virtual companies act in the legal area in a positive way, as they enable the lawyer to boost bureaucratic and repetitive tasks through Artificial Intelligence and allowing him a better time to act in a strategic and better relationship with his clients, seeking for their company scalable earnings and reaching thousands of people.

**Keywords:** Technology, Law, Startup.

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da globalização possibilitou o conhecimento e o encurtamento das distâncias entre diferentes nações, esse processo de aprofundamento internacional da integração econômica, social, cultural e política, foi impulsionado pela redução de custos dos meios de transporte e comunicação dos países no final do século XX e início do século XXI. Juntamente com esse avanço, surge a rede mundial de computadores conhecida pela sigla “www” (**world wide web**), que é uma rede de alcance mundial, conectando pessoas e movimentando bens e serviços continuamente como se fosse uma teia, trocando dados e mensagens por meio de um navegador, como é a Internet.

Com a evolução contínua dessa rede e o aumento exorbitante de seus usuários, foi consolidada a atual “Sociedade da Informação”, e por meio dela aparecem novos negócios, produtos, profissões, o comércio eletrônico e a necessidade de sua regulação.

Quem não se adaptar a esse tipo de negócio ficará obsoleto.

Nesse novo cenário o ambiente jurídico também vai tomado nova forma, observa-se que é crescente o uso das tecnologias a serviço do Direito, no Brasil já existe uma série de Startups (empresas virtuais de pequeno porte que testam o uso da tecnologia para resolução de problemas em massa) direcionadas ao Direito, elas trabalham em conjunto com escritórios ou diretamente com pessoas físicas e recebem o nome de: Lawtechs e Legaltechs. Essas empresas são monitoradas e capacitadas pela Associação Brasileira de Lawtechs e Legaltechs (AB2L).

A presente pesquisa apresentará como a tecnologia pode modificar e melhorar a vida do advogado e seus pares, assim como de seus clientes, por meio do uso e praticidade da internet.

No item 2, analisar-se-á o contexto em que essas Startups Jurídicas estão inseridas, suas referências e como a inteligência artificial está cada dia mais próxima dos profissionais do Direito, facilitando procedimentos manuais e possibilitando ao advogado ter mais tempo de relacionamento com o cliente, o que permite um melhor desempenho pessoal e profissional do mesmo. Também será contemplado como as Startups Jurídicas estão regulamentados no ordenamento jurídico brasileiro, mais especificamente nas áreas do Direito Civil, Empresarial, Processo Civil e Ética.

O item 3 aborda a metodologia utilizada no trabalho e a relevância do tema. Já no item 4, apresentar-se-á a metodologia utilizada na discussão para se chegar aos resultados.

No quinto item, conclui-se dedutivamente, que os advogados já estão inovando em seus escritórios, carreira e inclusive em suas Lawtechs, e isso fará com que eles alcancem maior número de clientes e usem em voos mais altos e expansivos na operação do Direito.

## 2 CONCEITO E DESENVOLVIMENTO DAS STARTUPS JURÍDICAS

Retomando a história, é fato que o exercício do Direito existe desde a Grécia antiga e segundo seus operadores é uma profissão conservadora, em que os profissionais ainda falam Latim, usam abotoaduras e que por muito tempo, usaram a tecnologia de forma marginal em seu exercício diário e agora sentem a necessidade de coloca-la no centro de seus negócios.

Além desses termos, os algoritmos e a inteligência artificial, estão revolucionando o mundo digital e os ambientes jurídicos, os quais estão sendo ocupados pelas Lawtechs (ou Legaltechs), as empresas de tecnologia jurídica, que em 2016 já levantaram mais de 150 milhões de dólares (S\$ 150) de investimentos nos EUA (CARVALHO, 2018, não paginado).

No aqui no Brasil já são mais de 80 Legaltechs associadas na AB2L (Associação Brasileira de Lawtechs e Legaltechs), mas segundo o presidente da instituição, Bruno Feigelson, o universo dessas novas empresas já é de mais de 200 unidades e crescerá ainda mais durante este decorrente ano (2018). “Acreditamos que aumentaremos a base de Lawtechs aqui na AB2L cerca de quatro vezes até o fim do ano. Isso sem contar escritórios de advocacia e departamentos jurídicos. A boa recepção do mercado estimula isso”, completa o diretor (FEIGELSON, 2017, p. 104).

O sistema Startup é uma grande tendência nos setores econômicos, assim como as Fintechs (startups de finanças), que deram a largada nesse tipo de empreendimento no Brasil, atuando na área econômica com softwares específicos que atingem um grande número de pessoas, geram um valor na vida dessas pessoas, pois resolvem seus problemas de modo prático e online.

Para Feigelson, “As Startups que apresentam um software que impacte de alguma forma o mercado jurídico, contribua com a vida do advogado individual ou corporativo ou do escritório é entendido como Lawtech” (AMCHAM BRASIL CÂMARA AMERICANA DE COMÉRCIO, 2017, não paginado).

Para Magalhães e Teixeira (2018, p. 13) “Startup é uma organização temporária desenhada para alcançar um modelo de negócio escalável de lucro para se transformar em uma companhia no



futuro”.

Para esses autores uma Startup pode deixar de ser uma organização iniciante e se tornar uma grande empresa, que alcance milhares de pessoas e tenha uma rentabilidade excepcional. Para eles, o trabalho nas Startups depende de muita dedicação, paixão pelo setor de atuação, trabalho duro e um perfil inovador de seu dono ou sócios. Além disso, ressaltam a necessidade de gerenciar pessoas e principalmente acreditar que seu empreendimento tem algo inovador a ser apresentado ao mercado, podendo mudar o mundo com projetos vindos dele.

Essa definição expressa muito bem a realidade das Lawtechs e Legaltechs, pois elas oferecem ao mercado conservador do Direito, uma disruptiva iniciativa de desburocratização e aceleração do trabalho na justiça, como é o caso das startups jurídicas brasileiras, que estão aprimorando seus serviços constantemente, como são os casos da Jusbrasil, Nós8, Semprocesso, entre outras.

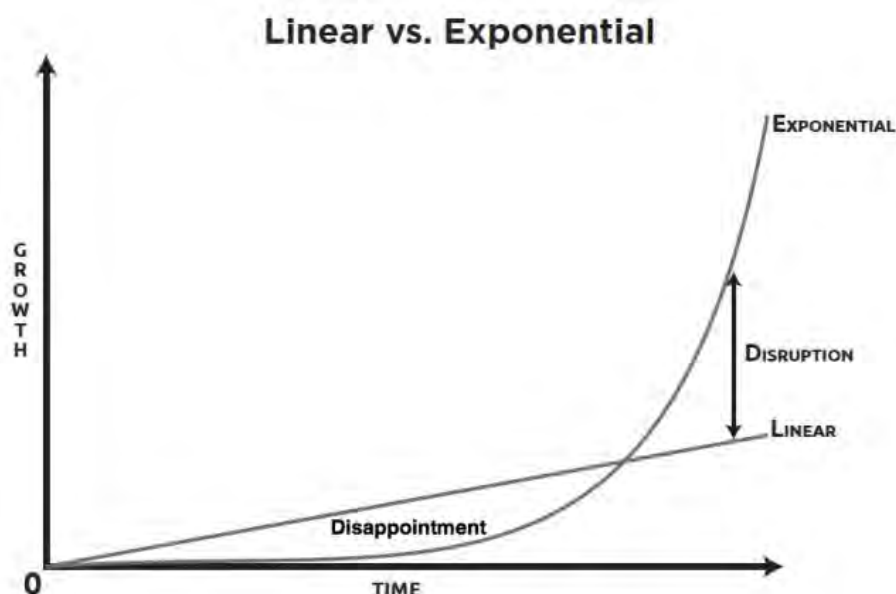
Ries (2012, p. 1) “Startup é empresa recém criada, recém estabelecida, nascente. Ou, grupo de pessoas que tenta transformar uma ideia em um produto e criar uma empresa”. Para essa definição, a explicação mais viável é que Startup é o início da busca pela solução! Pois, como já foi dito, é uma empresa desenvolvida para solucionar os problemas das pessoas. As Startups devem surgir de pesquisas em que o nicho a ser explorado seja ouvido e apresente suas dificuldades e problemas, para assim a empresa trabalhar a seu serviço. É interessante que a Startup não nasce oferecendo um serviço que seu dono ou sócios acham interessantes, como são as advocacias atuais, em que os profissionais se especializam em uma determinada área e colocam em frente seu escritório a placa com os serviços oferecidos, a Startup primeiro investiga o que o público precisa, cria um serviço inovador sobre o tema, testa, valida ele com os clientes e só então o lança. Ou seja, depende da aceitação dos clientes (que realizam determinados testes), para só depois ser efetivado e oferecido.

São exemplos de Startups: Facebook, Whatsapp, Uber, Amazon, Netshoes, Jusbrasil, Buscapé, Airbnb, Nubank, Alibaba e claro, a Google.

Para as empresas como Facebook, Whatsapp, Jusbrasil e Google o serviço é gratuito, porém o produto são seus usuários. Eles também oferecem anúncios desses usuários para as empresas e de empresas para usuários e por meio da rede mundial de computadores (a internet), alcançam bilhões de pessoas e obtém a rentabilidade e crescimento exponenciais com isso.

E nesse ambiente de parceria humana com a inteligência artificial, o qual exige constante inovação e criatividade, é que emergem as chamadas organizações exponenciais, fazendo uso de tecnologias disruptivas, quebrando antigos paradigmas e causando verdadeiras revoluções no dia-a-dia da humanidade e no exercício do Direito.

A imagem a seguir mostra a diferença exponencial que acontece quando utilizamos as tecnologias disruptivas para o desenvolvimento e crescimento profissional.



Fonte: AB2L – Associação Brasileira de Lawtechs e Legaltechs, 2017, não paginado.

E as inovações não param por aí, pois a produção de Carros Elétricos e Autônomos – sem motorista – já é realidade na Califórnia, assim como as pesquisas de Adiantamento da morte, onde a expectativa é estender a idade em 50%, Drones para transportar humanos, Impressoras 3D que produzem roupas, materiais de construção e outros produtos fundamentais, Mapeamento genético, em que, pelo uso da saliva já é possível saber se a pessoa possui gene ligado ao mal de Alzheimer ou câncer de mama, Democratização da energia (solar), visto que em apenas uma hora de luz solar é gerada energia superior ao consumo global de um ano inteiro, e ainda mais três itens fundamentais que será acrescentado a nota do autor, são elas a Inteligência Artificial e Robótica, o Dinheiro do Futuro e a tão esperada Internet Global, pois tudo isso já está acontecendo com apenas 45% da população tendo acesso a internet, mas projeto da Google já se prepara para oferecer acesso gratuito à rede para todas as pessoas do mundo.

A Inteligência Artificial ultrapassará a inteligência humana e será incorporada em quase tudo, de casas a hospitais. A robótica estará unida digital e fisicamente às pessoas. Pacientes, por exemplo, poderão ser tratados em qualquer lugar do mundo, pois cirurgiões-robôs vão operar de modo remoto. A medicina dará um salto de qualidade e jamais será a mesma. É impossível listar a quantidade de áreas impactadas por isso. Assistentes robóticos poderão realizar qualquer tarefa e serão capazes de substituir diversos profissionais (BENVENUTTI, 2016, P.29).

Novas profissionais nascem e outras desaparecem, esse é o mundo virtual que cresce a cada dia e impressiona pessoas de todas as gerações.

Com esse estudo, questiona-se, como podem atuar os profissionais do Direito em meio a tanta necessidade de mudança? Para esclarecer dúvidas assim, a Associação Brasileira das Startups jurídicas mostra um mapa, de como as diferentes áreas do Direito podem se beneficiar dessa tecnologia, seja como profissional, ou como usuários de serviços jurídicos.

No Brasil, as Lawtechs e Legaltechs foram divididas em oito grandes áreas de atuação, que são:

1. Conteúdo jurídico e consultoria;
2. Automação e Gestão de documentos;
3. Faça você mesmo;
4. Resolução de conflitos;
5. Redes de Profissionais;
6. Gestão de escritórios e departamentos Jurídicos;
7. Analytics e Jurimetria;
8. Monitoração e extração de dados públicos.

Na imagem, observa-se as Lawtechs atuantes no Brasil e suas respectivas áreas.



Fonte: JOTA.INFO, 2018. Não paginado.

Essas Lawtechs possuem fácil acesso e possibilitam que qualquer pessoa ligada à internet faça uso delas, seja para pesquisa, serviços ou exercício profissional.

É visível que, para o funcionamento de tudo isso, é necessário o acesso à internet, analisando que essa ainda não é realidade de todos (apenas 45% da população mundial tem acesso), mas que se for, acelerará o processo de desenvolvimento dos itens citados, a Google se antecipa com o Projeto Loon.

O Projeto Loon, desenvolvido pela Google, vai oferecer acesso gratuito à internet para todas as pessoas do mundo. Esse projeto utilizará uma rede de balões que flutuam pelo espaço, que darão acesso a internet para pessoas isoladas em áreas rurais e remotas. Assim em pouco tempo haverá internet global em massa conectando nações, comunidades, empresas e pessoas. Isso vai acelerar ainda mais o acesso em tempo real a tudo (BENVENUTTI, 2016, P.28).

Mas não é só a Google que está nesse território, o Facebook, nesse mesmo momento, testa seus drones que também distribuem internet para áreas restritas de forma gratuita.

Com essa disputa por território online, espera-se que o consumidor seja beneficiado e possa usufruir de tantos serviços disponíveis via internet, inclusive, consultar um advogado com segurança, rapidez e eficácia nas Lawtechs nacionais.

## 2.1 APLICAÇÕES DESSE MODELO DE NEGÓCIO

As Lawtechs estão vivendo sua primeira fase no Brasil, é um tipo de empreendimento jurídico que deixa de ver a tecnologia como uma ferramenta marginal e passa a utilizá-la no centro do negócio do advogado. Temos como exemplo, os modelos de Marketplace, que conectam os advogados com os clientes ou com correspondentes, automação de documento, resolução de conflitos e outros. Para as grandes empresas jurídicas, é utilizado também os sistemas: B2B (*business to business*), B2C (*business to consumer*) e C2C (*consumer to consumer*), que realizam transações comerciais, otimiza o trabalho do advogado e agiliza processos.

Os trabalhos são realizados por Plataformas, e essas serão a nova direção do advogado e áreas afins. Existem plataformas de diversos tipos, como por exemplo, as de resolução de conflitos, onde a mediação é totalmente online, assim como, as que conectam clientes a advogados e eles realizam as negociações de modo particular.

Os atendimentos geralmente iniciam na plataforma da Startup, onde o cliente procura o serviço e avança conforme suas necessidades. A identidade do cliente pode ser mantida anônima ou revelada, é opção dele. Após esse primeiro passo, o relacionamento entre cliente e advogado é estreitado e assim a identidade revelada com a segurança garantida pelos sistemas.

Um grande êxito desse segmento é também na área empresarial, pois os advogados que operam as Lawtechs de conciliação e acordos, conseguem resolver situações em que a empresa já havia provisionado um alto valor pra negociação e ela acaba sendo solucionada por bem menos, possibilitando assim, que parte do dinheiro volte ao caixa da empresa, e que os custos do processo sejam reduzidos, e evitando desperdício de tempo e energia aguardando o resultado legal.

É importante compreender também, que o investimento nas Lawtechs/Legaltechs é grande por conta do grande número de processos e tempo que eles demoram a ser resolvidos no Brasil, se tornando uma área de alta demanda que proporcionará mais produtividade ao advogado, desafogando os tribunais.

## 2.2 A LEGALIZAÇÃO DAS STARTUPS E SEUS PROFISSIONAIS NO BRASIL

Com o estudo realizado, observou-se que as Startups visam inovação, porém, não basta ter uma ideia brilhante e sair colocando-a em prática de qualquer maneira, é necessário os procedimentos legais, assim como, os que são usados na abertura de qualquer tipo de empreendimento. Nesse ponto, entra em ação “O Direito das Startups”. Essa é uma área de atuação do Direito, que gerencia os processos legais de abertura, funcionamento e encerramento dessas empresas virtuais, seguindo o ordenamento jurídico Empresarial, Civil, Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e o Novo Código de Processo Civil.

No topo das premências está a importância da conformação jurídica e devido registro da empresa. Para tal providência existe a necessidade de seguir os passos ditados pela doutrina. Dadas as suas características básicas, essas Startups podem de início serem concebidas como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) ou constituída por um Empresário Individual, se constituída por apenas uma pessoa, enquanto que se formada por duas pessoas ou mais, será enquadrada em um dos tipos de Sociedade Empresária.

Conforme define o Código Civil, Art. 966 “Empresário é o sujeito de direito que exerce profissionalmente atividade econômica que implica a circulação de bens e serviços com a finalidade de lucro”, cabe aqui observar que não se confunde Empresário com os sócios de uma Sociedade Empresária, pois estes podem ser investidores ou empreendedores, enquanto aquele é a própria sociedade e possui personalidade autônoma em relação aos sócios. Portanto, antes de iniciar a exploração de sua atividade, o empresário é obrigado a registrar-se na Junta Comercial, com o fito de manter escrituração regular de seus negócios, conforme prevê o Art. 1.181 do Código Civil (CUNHA E COSTA, 2016, não paginado).

Dentre as ações a serem gerenciadas na abertura das Startups, tem-se: registros, organização da relação com sócios, investidores, clientes, colaboradores, parceiros, fornecedores, e também realização de orçamentos e planejamentos jurídicos, essas e outras podem ser resolvidas por meio de assessoria jurídica.

Dentro da assessoria jurídica alguns pontos são primordiais para sua startup:

Entendimento entre sócios: após decidir empreender a ideia, logo vêm as primeiras questões negociais: qual será o percentual de cada uma, quem é o dono da ideia, a dedicação de cada sócio, quem é o sócio service, quem é o sócio investidor. Isso tudo deve ser formalizado em um Termo Inicial de Entendimento Entre Sócios.

Estruturação Jurídica: desde o início você precisa definir qual será a configuração de práticas e soluções contratuais que trarão proteção ao patrimônio intelectual e segurança jurídica à atividade, além de medidas necessárias para a proteção do registro da propriedade intelectual de startups e registro de marca e patentes.

Análise e elaboração de contratos: análise preventiva de contratos com fornecedores ou parceiros antes da assinatura. Elaboração de contratos customizando as necessidades de sua Startup, com maior segurança jurídica, efetividade e descomplicação.

Negociação de parcerias ou investimento: assessoramento personalizado para as etapas preliminares ao fechamento de negócios com fornecedores, parceiros e investidores (ALMEIDA E JACINTHO ADVOGADOS, 2017, não paginado).

No ordenamento jurídico brasileiro a regulamentação das empresas virtuais se encontra no Código Comercial, Consumidor, Civil e de Processo Civil.

Comércio eletrônico, assim significa os atos de circulação de bens, prestação ou intermediação de serviços em que as tratativas pré contratuais e a celebração do contrato se fazem por transmissão e recebimento de dados por via eletrônica, normalmente no ambiente da internet. [...] Os contratos celebrados via página B2B regem-se pelas normas do Direito Comercial. Os celebrados via B2C, pelo Direito do Consumidor. No caso da página C2C, as relações entre o empresário titular do estabelecimento virtual e os internautas regem-se também pelo Direito do Consumidor, mas o contrato celebrado entre esses últimos está no regime contratual de Direito Civil (ULHOA COELHO, 2017, P. 101-102).

A conciliação, que é um dos carros-chefes das Lawtechs, está bem explícita no Novo Código de Processo Civil, na Seção V, Dos conciliadores e mediadores judiciais, Arts. 165 ao 175, que possibilita a formação em cursos de especialização e curta duração para o exercício da conciliação. Os resultados desse procedimento podem ser anexados aos processos em andamento, assim como, solucionar o problema antes de ele ser encaminhado para a justiça. As ações de anexar e protocolar as conciliações são realizadas pelo advogado.

Outro cuidado que o advogado atuante em empresas virtuais deve ter, é com a publicidade de seu negócio, a qual pode ser realizada, porém com algumas restrições estabelecidas pela Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e também no Código de Ética e Disciplina da OAB em seus artigos 39 a 47, sugerindo aos advogados que sua publicidade profissional tenha caráter meramente informativo e permite a divulgação de e-mails para contato, como ver-se-á a seguir nos artigos 39 e 40 do documento citado.

Art. 39. A publicidade profissional do advogado tem caráter meramente informativo e deve primar pela discrição e sobriedade, não podendo configurar captação de clientela ou mercantilização da profissão. Art. 40. Os meios utilizados para a publicidade profissional não de ser compatíveis com a diretriz estabelecida no artigo anterior, sendo vedados: I - a veiculação da publicidade por meio de rádio, cinema e televisão; II - o uso de outdoors, painéis luminosos ou formas assemelhadas de publicidade; III - as inscrições em muros, paredes, veículos, elevadores ou em qualquer espaço público; IV - a divulgação de serviços de advocacia juntamente com a de outras atividades ou a indicação de vínculos entre uns e outras; V - o fornecimento de dados de contato, como endereço e telefone, em colunas ou

artigos literários, culturais, acadêmicos ou jurídicos, publicados na imprensa, bem assim quando de eventual participação em programas de rádio ou televisão, ou em veiculação de matérias pela internet, sendo permitida a referência a e-mail; VI - a utilização de mala direta, a distribuição de panfletos ou formas assemelhadas de publicidade, com o intuito de captação de clientela. (VADE MECUM Método, 2018, P.763).

Com isso, o advogado está orientado e legalizado com o seu trabalho via internet e afins. Para as Startups que não são da área jurídica, os advogados podem prestar consultoria e possibilitar aos empreendedores que comecem suas empresas com total segurança e em conformidade com a lei.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho apresenta significativa relevância, pois aborda um assunto contemporâneo e disruptivo, em que, se uni a tecnologia com a área conservadora do Direito, quebra paradigmas e mostra novos paradoxos aos profissionais da área jurídica, possibilitando a eles vislumbrar novos horizontes na profissão. Para isso, aplicou-se a metodologia de Revisão de Literatura, também conhecida como revisão bibliográfica, a qual buscou-se fontes importantes e novas sobre o tema. Para SANTOS E CANDELORO, “A Revisão Bibliográfica é parte de um projeto de pesquisa, que revela explicitamente o universo de contribuições científicas de autores sobre um tema específico” (2006, p.43).

Para Gil “a investigação científica depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para que seus objetivos sejam atingidos: os métodos científicos”. (1999, p.26)

Através do método dedutivo, procurou-se mostrar um novo jeito de se obter uma pesquisa científica, apostando ater-se ao seu método, para, por meio do motivo encontrar uma informação que ele intitulou como ajustada. Dessa maneira, não permanece um pensamento comum, verdadeiro. O bom senso ou a razão é igual a todos os homens, mas os melhores resultados vêm dos que utilizam o melhor caminho para pensar. A razão está intrínseca em todo ser humano, porém o método indicado é o que permite a mais perfeita aplicação desta razão.

“Método científico pode ser definido como um conjunto de regras básicas para realizar uma experiência, a fim de produzir um novo conhecimento, bem como corrigir e integrar conhecimentos pré-existentes” (VIANNA, 2001)

No presente estudo, será utilizado o método dedutivo, ou seja, aquele que pensa nos problemas em um movimento lógico descendente. Parte-se de uma ideia inicial maior considerada verdadeira e após, submete-se a uma segunda premissa, uma premissa menor. E ao final, pela lógica, a conclusão é dada através dos raciocínios trabalhados pelo pesquisador.

Conforme Eduardo Bittar (2013), o método dedutivo, corresponde à extração discursiva do conhecimento a partir de pesquisas gerais aplicáveis a hipóteses concretas, tendo como característica proceder do geral para o particular.

Serão empregadas as técnicas de pesquisas bibliográficas, através de leitura e fichamentos de doutrinas, livros, periódicos, leis, decretos sobre o objeto de pesquisa.

Dessa forma, explorou-se artigos, livros e sites científicos, doutrinas jurídicas e ainda literatura voltada à tecnologia e empreendedorismo.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o levantamento bibliográfico, a discussão e os resultados foram direcionados pelo método dedutivo, ou seja, aquele que pensa nos problemas em um movimento lógico descendente. Partindo de uma ideia inicial maior considerada verdadeira e posteriormente, submete-se a uma segunda premissa, uma premissa menor. E ao final, pela lógica, a conclusão é dada através dos raciocínios trabalhados pelo pesquisador.

Conforme Eduardo Bittar (2013), o método dedutivo, corresponde à extração discursiva do conhecimento a partir de pesquisas gerais aplicáveis a hipóteses concretas, tendo como característica proceder do geral para o particular.

Assim, o estudo resultou na confirmação da hipótese de que a inteligência artificial bem empregada e aliada aos profissionais promoverá o desenvolvimento humano e modificar praticamente todos os setores profissionais do mundo.

Diante desse avanço da tecnologia, os serviços jurídicos também adquirem novos formatos, o das chamadas *Lawtechs* ou *Legaltechs*, as *Startups* a serviço do Direito que estão revolucionando o ambiente legal.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A repaginação da operação do Direito é um acontecimento promissor. Que está iniciando e se expandirá cada vez mais por meio da internet, a perspectiva é que a Inteligência Artificial a Serviço do Direito chegue também aos tribunais.

É gratificante finalizar esse trabalho – mas já dando início a novos voos –, com grandes descobertas, as quais, estão presentes na prática do Direito. Fica a percepção de que essa evolução na área jurídica fará os atuais e futuros advogados se movimentarem e irem em busca da aplicação das tecnologias em seu trabalho diário, utilizando a internet como uma ferramenta tão necessária quanto um Código de leis.

Observa-se que, o vocabulário do advogado também passará por uma transição, onde o Inglês tomará o lugar do tradicional Latim, claro que, mantendo a originalidade das normas.

Ainda há questionamentos quanto à mecanização da profissão e o de os robôs “tomarem” os empregos dos advogados, porém, é imprescindível entender que a tecnologia vem pra somar, pra ser aliada do profissional, para ajudá-los em buscas mais precisas de conteúdos jurídicos que embasem em suas ações, assim como, conectá-lo ao cliente que teria dificuldade em visitar um escritório pessoalmente.

É verdade que, muitos serviços burocráticos dos advogados serão feitos pela inteligência artificial, como contratos inteligentes, cruzamentos de dados, pesquisas de jurisprudências e outras, e que terão sucesso os profissionais que se especializarem e fizerem o melhor pelos seus clientes, para que esses, o avaliem e o indiquem, assim como fazem com aplicativos, redes sociais e demais produtos e empresas denominados Startups.

Para isso, os profissionais terão que aprender e usar as competências e habilidades do trabalho no ambiente virtual, não se opondo, mas se juntando a ele, pois é impossível parar o desenvolvimento da tecnologia e as relações pessoais, profissionais e até comerciais do meio eletrônico. A velocidades de mudança das estruturas físicas empresariais, do modo de se alimentar e se divertir, por exemplo, são vistas 24 horas por dia, com acesso na palma da mão e possibilidade de avaliação e recomendação dos usuários.

Com isso, conclui-se que, é empolgante e bem vinda a inovação das advocacias virtuais, que apresentam um novo formato físico e de atendimento, sempre aliados à necessidade de registro e aplicação do ordenamento jurídico, realizada por seus profissionais capacitados e especializados nas diversas áreas de atuação do Direito.

O profissional continua e sempre será fundamental para manter a harmonia social e garantir os direitos a quem necessita, o advogado é o mediador dos conflitos na sociedade. É também essencial ao sucesso de toda Lawtech, ou Legaltech, dentro e fora do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA E JACINTHO ADVOGADOS. **Como efetivar sua Startup**. Disponível em: <https://ajadvogados.adv.br/como-efetivar-sua-startup/>. Acessado em: 16 de abril de 2018.

AMCHAM BRASIL CÂMARA AMERICANA DE COMÉRCIO. **Lawtechs: Como as startups vão otimizar o setor jurídico e o papel dos advogados**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Nd2qKyPDE6U>. Acessado em 15 de janeiro de 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LAWTECHS E LEGALTECHS. **Novas tecnologias e o futuro do profissional do Direito**. Disponível em <https://www.ab2l.org.br/novas-tecnologias-e-o-futuro-do-profissional-do-direito/>. Acessado em 15 de janeiro de 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. São Paulo: Zahar, 2001.

BENVENUTTI, M. **Audaz: as cinco competências para construir carreiras e negócios inabaláveis nos dias de hoje**. São Paulo: Editora Gente, 2018.

BENVENUTTI, M. **Incansáveis. Como empreendedores de garagem engolem tradicionais corporações e criam oportunidades transformadoras**. São Paulo: Editora Gente, 2016.

BITTAR, Eduardo C.B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.962, DE 15 DE MARÇO DE 2013**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/decreto/d7962.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7962.htm). Acessado em 09 de julho de 2018.

BRASIL. **Marco Civil Da Internet: Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BITTAR, Eduardo. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para Cursos de Direito**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO, M. **Mundo S/A – Startups jurídicas investem em tecnologia de acesso à Justiça**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tdh0e-dEFcl>. Acessado em 16 de abril de 2018.

CUNHA, A. M.; COSTA, A. F. **Startups: o que são, conformação jurídica e a importância do devido registro**. Disponível em: <http://advjunior.com/publicacoes/conteudojuridico/startups-o-que-sao-conformacao-juridica-e-a-importancia-do-devido-registro/>. Acessado em 19 de abril de 2018.

DURAN, L.; MARTIN, V. R. F. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos**. Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul – SP, 2014.

FEIGELSON, B. **Soluções digitais para o mercado jurídico exigem profissionais mais preparados**. Revista LIDE. Ano 12 - n. 67, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

INOHARA, A. **Advocacia de dados. Quatro principais tendências das Startups jurídicas**. Disponível em: [https://www.amcham.com.br/connect/conteudo/publicacoes/advocacia-de-dados-4-tendencias-de-startups-juridicas/advocacia-de-dados\\_ebook-27-set.pdf/view](https://www.amcham.com.br/connect/conteudo/publicacoes/advocacia-de-dados-4-tendencias-de-startups-juridicas/advocacia-de-dados_ebook-27-set.pdf/view). Acessado em 16 de abril de 2018.

JOTA – NOTÍCIAS JURÍDICAS. **O mapa das Lawtechs e Legaltechs no Brasil**. Disponível em <https://www.jota.info/advocacia/o-mapa-das-lawtechs-e-legaltechs-no-brasil-10102017>. Acessado em 17 de janeiro de 2018.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LENZA, P. et. al. **OAB Primeira fase: volume único**. 2.ed. São Paulo: Saraiva 2017.

MARANHÃO, J. **A Inteligência Artificial e o ensino do Direito**. JOTA – Notícias Jurídicas. Disponível em: <https://www.ab2l.org.br/inteligencia-artificial-e-o-ensino-do-direito/>. Acessado em 15 de janeiro de 2018.

MASSON, N. **Manual de Direito Constitucional**. 3.ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2015.

NAZARENO, C. **Entendendo as polêmicas e as mudanças trazidas pelo Marco Civil da Internet**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

NUNES, DURTE E MAGANHA. **Estruturas Societárias para Startups**. Uberlândia: E-book, 2016.

PÁDUA, L. **Empresas e escritórios precisam trabalhar em conjunto**. Associação brasileira de Lawtechs e Legaltechs. Disponível em <https://www.jota.info/advocacia/empresas-e-escritorios-precisam-trabalhar-em-conjunto-27102017>. Acessado em 15 de janeiro de 2018.

PINHEIRO, P. P. **Direito Digital**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PINZON, A. **Lawtechs: Inteligência Artificial e novas tecnologias revolucionando o Direito no Brasil**. Associação Brasileira de Lawtechs e Legaltechs. Disponível em <http://www.lexmachinae.com/2017/11/22/lawtechs-inteligencia-artificial-e-novas-tecnologias-revolucionando-o-direito-no-brasil/>. Acessado em 17 de janeiro de 2018.

RIES, E.A **Startup enxuta: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem sucedidas**. Rio de Janeiro: LeYa, 2012.

SANTOS, V., CANDELORO, R. J. (2006). **Trabalhos acadêmicos: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas**. Porto Alegre: AGE.

SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **Plataforma para a indústria 4.0**. Revista Exame. Ed. 1162. São Paulo: Editora Abril, 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIBAHI, L., CURY, M. **As 4 primeiras etapas jurídicas de uma Startup**. Disponível em <https://www.inovativabrasil.com.br/etapas-juridicas-startup/>. Acessado em 28 de maio de 2018.

TEIXEIRA, G., MAGALHÃES, J. **Projeto Startup: da ideia ao primeiro milhão: manual do jovem empreendedor**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2018.

ULHOA COELHO, F. U. **Novo Manual do Direito Comercial: direito de empresa**. 29 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

VADE MECUM. **Método – legislação 2018**. 8 ed. rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.

VIANNA, Ilca Oliveira. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: EPU, 2001.

VOGELSTEIN, F. **Briga de cachorro grande. Como a Apple e o Google foram à guerra e começaram uma revolução**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.



**LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E OS LIMITES DA APROPRIAÇÃO**

*LAW ON PUBLIC INFORMATION ACCESS AND ITS LIMITS IN TERMS OF APPROPRIATION*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Direito, Trabalho e Serviço Social

BORGES, Ellen Valotta Elias  
Universidade Estadual Paulista (UNESP).  
Bacharel em Tradutor;  
Especialista em Estudos Linguísticos e Ensino de Línguas Estrangeiras  
Mestre em Letras (Literatura e Vida Social)  
Doutoranda em Ciência da Informação (aprovada na Qualificação)  
ellenvalotta@yahoo.com.br

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de  
Universidade Estadual Paulista (UNESP).  
Bacharel em Direito;  
Bacharel e licenciada em Filosofia  
Especialista em Direito Público Internacional com ênfase em Gestão  
Especialista em Direito Público com capacitação para Magistério Superior  
Mestranda em Ciência da Informação  
marianargdemello@bol.com.br

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel.  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)  
Bacharel em Biblioteconomía e Documentación  
Licenciado em Documentación  
Mestrado em Investigación em Documentación  
Doutorado em Documentación  
Professor Doutor no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (UNESP)  
dmartinezavila@marilia.unesp.br

**Resumo**

Criada em 2011, a lei de acesso à informação (LAI) se volta especificamente para o acesso à informação pública, cujo princípio básico está em afirmar que “Acesso é a regra, sigilo, a exceção”. Diante do exposto, a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, vem regulamentar o direito que todos os cidadãos têm de receber informações dos órgãos públicos mediante um prazo. Contudo, nota-se uma grande necessidade de repensar sua aplicabilidade no tocante ao processo de apropriação das informações recebidas. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa quali-quantitativa e exploratória com base nas informações oferecidas pelo portal de acesso à informação elaborado pelo Governo Federal. Os resultados demonstraram que o acesso sem uma devida mediação pode não ser satisfatório. Assim, buscou-se refletir sobre as relações entre acesso e apropriação, buscando compreender que tipos de dispositivos de mediação oferecidos pelo Estado contribuem para a capacidade de apropriação da informação. O uso do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) contribuiu para a realização de pedidos de informações com geração de protocolo, o que facilitou a coleta de dados. As respostas oferecidas pelas autoridades de monitoramento da LAI apresentaram várias divergências. Desse modo, concluiu-se que é necessário repensar sobre a aplicabilidade da LAI na prática, trazendo à tona a necessidade de considerar o processo de apropriação como elemento complementar do acesso. Espera-se que as reflexões levantadas possam contribuir para o desenvolvimento de ações que visam à democratização efetiva da informação, não apenas no papel, mas, principalmente nas práticas sociais.

**Palavras-chave:** Lei de Acesso à Informação, Apropriação da Informação, Acesso à Informação.

**Abstract**

On November 18, 2011 was approved the Law 12.527 on public information access. The basic principle of this law is to state that “Access is rule, secrecy is exception”. Based on the above considerations, this law is designed to regulate that all citizens have the right to obtain direct access to public information within a period of time. Nevertheless, it is understood that is a tremendous need to rethink its applicability in relation to appropriation of information received. Methodologically, it was used an exploratory and quali-quantitative approach based on information supplied by Government website. The results showed that access without a suitable mediation may not be satisfactory. Thus, this study aimed to reflect on relations between access and appropriation in order to understand which mediation devices supplied by the State improve ability of developing appropriation of information. The Governmental Electronic Services to Citizens provided a protocol number based on requests for information, turning data acquisition easier. According to requests provided by competent law enforcement authorities it was found that there is some confusion about the law. That being said, it may be concluded that Law 12.527 should be reviewed in the context of practical experiences, bringing to the surface how important the process of appropriation is for access to information. It is expected that all of these reflections can contribute to improving actions aimed at effective democratization of information, not just on paper, but also in social practices.

**Keywords:** Law on Public Information Access, Appropriation of Information, Access to Information.

## 1 INTRODUÇÃO

Um ramo muito importante do Direito Público é o Direito Constitucional, haja vista que ele traz as diretrizes e fundamentos ao nosso ordenamento jurídico, tendo a Constituição Federal, como o grande objeto de estudo. Dentre várias Cartas Magnas que o Brasil já teve, a Constituição de 1988, ainda em vigor, foi a única que ficou conhecida como cidadã, por superar momentos históricos marcados por regimes totalitários, consagrando princípios fundamentais, a fim de resguardar a dignidade da pessoa humana e conseqüentemente os direitos e garantias daqueles que estão sendo lesionados ou ameaçados de algum dos seus direitos fundamentais.

O acesso à informação está no rol dos direitos fundamentais e está previsto no artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988. A Lei Acesso à Informação (LAI) regulamenta o direito constitucional do cidadão em obter informações dos órgãos públicos. No entanto, se discutirá se a LAI conseguiu realmente conferir eficácia social, ou seja, concretizar o efetivo direito à informação. Porém, de nada serve o acesso e a materialidade de determinada informação se não houver instrução sobre seu uso, ou seja, sua apropriação. Será o cidadão capaz de compreender aquilo que as palavras representam dentro de determinada linguagem que não seja de uso comum a ele? Estes são os principais questionamentos que nortearão a pesquisa, objetivando-se criar espaço de reflexão acerca deles.

Então, a pesquisa justifica-se por considerar-se que, apesar de todos os cidadãos terem direitos ao acesso às informações públicas, esse direito não se apresenta de maneira uniforme. Nessa perspectiva, ao estabelecer a LAI como um direito ao acesso, fica claro que o acesso é para todos, mas a capacidade de apropriação não se estende a todos de forma igualitária frente aos desafios sociais, econômicos e políticos que o Brasil enfrenta.

Metodologicamente, configura-se uma pesquisa de natureza quali-quantitativa e exploratória. Primeiramente, buscou-se compreender de modo geral os principais aspectos e estruturação da LAI segundo as informações apresentadas pelo portal de acesso à informação criado pelo Governo Federal cujo objetivo é oferecer acesso às informações públicas, incentivando os pedidos de informação e divulgando a aplicabilidade da Lei. Trata-se, também, de uma pesquisa de cunho teórico a partir do estudo de materiais publicados nas áreas do Direito, Ciência da Informação, da Filosofia e das Ciências Sociais, como livros, teses, dissertações e artigos científicos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ACESSO À INFORMAÇÃO: UM DIREITO FUNDAMENTAL

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 é um dos mais importantes por tratar de princípios referentes aos direitos e garantias fundamentais da Carta Magna de 1988, proclamada como constituição cidadã, por tratar-se da mais democrática instituída em toda a história das constituições brasileiras. O artigo 5º é composto por 77 incisos, 2 parágrafos e o *caput*, (BRASIL, 2013, p. 2-10) todos eles consagram a primazia dos direitos fundamentais, resgatados e ampliados depois de 20 anos de ditadura militar em eu muitos deles foram suprimidos, tais como a liberdade de

expressão e o acesso à informação.

Os direitos fundamentais, em linhas gerais, são os direitos humanos positivados, ou seja, os que integram o rol de direitos de um ordenamento jurídico, o que implica na possibilidade deles serem efetivados materialmente, perdendo o caráter apenas idealista. São todos os direitos que conferem dignidade, sendo inerentes à todas as pessoas, pelo simples fato de serem humanas. Eles podem ser individuais ou coletivos. São individuais quando se refere ao grupo de direitos fundamentais, também denominados de direito civis. Referem-se à vida, à igualdade, à liberdade, à segurança, à propriedade, garantindo autonomia aos indivíduos diante da sociedade. No que tange aos direitos coletivos, pode-se dizer que eles não possuem um conceito exato, todavia, pode-se afirmar que eles são os que ultrapassam a esfera estritamente individual, sendo oriundos de conquistas sociais. Seus titulares são grandes grupos, categorias ou classe de pessoas. A maioria dos direitos coletivos é pertinente ao elenco dos direitos sociais.

Há um imbricamento entre direitos e deveres e o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 trata dos direitos individuais, coletivos, bem como dos deveres. Os deveres que decorrem do artigo 5º e seus incisos são destinados, principalmente, ao Poder Público e seus agentes, que de modo algum podem violar os direitos fundamentais, à medida que o bom exemplo à sociedade deve, acima de tudo, partir dos agentes públicos. O direito à informação é um direito fundamental e coletivo, diz respeito ao direito coletivo à informação ou ao direito da coletividade à informação (SILVA, 2005).

Muito embora, o direito de informar, a princípio, tenha o aspecto de um direito individual, em face da liberdade de manifestação do pensamento, o seu sentido coletivo é mais forte frente as grandes mudanças dos meios de comunicação de massa nos últimos tempos. Portanto, o seu sentido ultrapassa o antigo direito de liberdade de imprensa que constituía o direito subjetivo da pessoa manifestar seu pensamento, direito que derivava da liberdade individual. Porém, as duas esferas são contempladas pela Carta Magna de 1988, ou seja, tanto a individual quanto a coletiva. Neste sentido, expõe Silva (2005, p. 260)

No capítulo da comunicação (art. 220 ao 224) prepondera a liberdade de informar completada com a liberdade de manifestação do pensamento (art. 5º, IV). No mesmo art. 5º, XIV e XXXIII, já temos a dimensão coletiva do direito à informação. O primeiro declara assegurado a todos o acesso à informação. É o interesse geral contraposto ao interesse individual da manifestação de opinião, ideias e pensamento, veiculados pelos meios de comunicação social. Daí porque a liberdade de informação deixara de ser mera função individual para tornar-se função social.

Estabelece o artigo 5º, em seu parágrafo 1º, da Constituição Federal de 1988 “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata” (BRASIL, 2013, p.10). Este dispositivo constitucional demonstra o poder normativo de que gozam os direitos fundamentais, diante da relevância que o poder constituinte originário ofertou a todos eles, sem propor qualquer distinção entre suas categorias, buscando não apenas sua positivação no texto constitucional, mas sua real eficácia. Logo, o dispositivo em apreço estabelece um dever ao Estado em conferir não só a eficácia jurídica, mas a eficácia social, isto é, a efetividade, a concretização desses direitos e garantias no mundo fenomênico. Dessa maneira, eles, presumidamente, poderão ser considerados normas de eficácia plena, isto é, as que independem de prévia atuação do legislador ordinário para que possam produzir seus efeitos. Logo, os direitos fundamentais não poderão ter “sua proteção e fruição negada pura e simplesmente por conta do argumento de que se trata de direito positivado como norma programática e de eficácia meramente limitada” (MARINONI et al., 2018, p. 315).

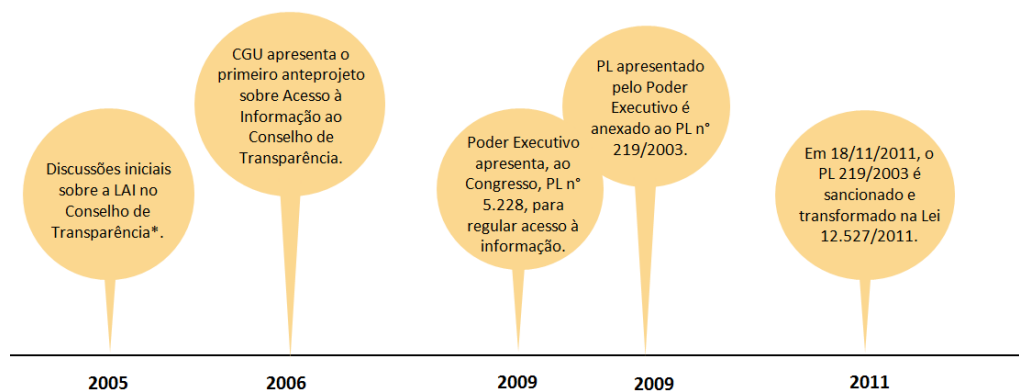
## **2.2 LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI)**

Muito embora o artigo 5º da Constituição Federal seja de eficácia plena, acredita-se que a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, de natureza infraconstitucional, vem regulamentar o inciso XXXIII, do artigo 5º do I Capítulo – dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos da Constituição Federal, ao afirmar que:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Criada em 2011, a LAI se volta especificamente para o acesso à informação pública, cujo princípio básico está em afirmar que “Acesso é a regra, sigilo, a exceção”. A criação da LAI é o início para reflexões sobre o seu processo posterior, a apropriação. Não se cria uma lei da noite para o dia.

Sua estruturação começa com discussões iniciais que são elaboradas, melhoradas e estruturadas em um anteprojeto para posteriormente ser sancionada. Este processo durou alguns anos, conforme apresenta o quadro abaixo:



Fonte: <http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/historico-da-lai>

Considerando o tempo levado para pensar, refletir, discutir, elaborar e conseguir que uma lei seja sancionada, não se pode desejar que sua efetividade seja algo imediato. Contudo, cabe salientar que é preciso o pontapé inicial para que as coisas aconteçam. Diante do exposto, após sete anos de sua criação, já é tempo de levantar questionamentos que refletem na atuação social no tocante à efetividade após o acesso. Assim posto, esta pesquisa suscita as seguintes questões: Será que a Lei de Acesso à Informação conseguiu realmente conferir eficácia social, ou seja, concretizar o efetivo direito à informação? De que serve o acesso e a materialidade de determinada informação se não houver instrução sobre seu uso, ou seja, sua apropriação? Será o cidadão capaz de compreender aquilo que as palavras representam dentro de determinada linguagem que não seja de uso comum ao cidadão? É possível garantir que o acesso contribua de forma eficaz se não houver um processo adequado de mediação dessas informações? Não cabe dúvida que a LAI limita seus deveres ao acesso, contudo, considerando a complexidade do termo informação, faz-se necessário repensar a lei de forma crítica e reflexiva para que sua aplicabilidade seja refletida de forma mais profunda no tocante ao processo de apropriação, que seria um processo posterior ao acesso.

Porém, a reflexão que se faz acerca da aplicabilidade da LAI não exclui sua importância, haja vista que a ação de sua criação foi o pontapé inicial para que houvesse reações de cunho teórico sobre as concepções apresentadas pela lei. O presente trabalho reconhece a importância das mudanças trazidas pela implementação da LAI, porém, também reconhece a necessidade de reflexões de cunho teórico sobre aquilo que se propõe e aquilo que se pratica, sobre o direito de acessar informações e a capacidade de realizar apropriações por meio deste acesso. Para Batista:

[...] a promulgação de leis é apenas parte de um processo que potencialmente pode proporcionar ao sujeito a apropriação da informação do setor público, pois embora a legislação legitime as ações, a questão do direito à informação tem significado mais amplo, implicando não apenas direito ao „acesso” (físico), mas, sobretudo, à „apropriação” (simbólica), se considerarmos preceitos e exercícios democráticos plenos (BATISTA, 2014, p.19).

Buscando subsídios para compreender e entender melhor a questão do direito de acesso, vale ressaltar algumas concepções apresentadas na introdução da Cartilha de acesso à Informação elaborada pela Controladoria Geral da União (CGU) em 2011:

- Com a aprovação da Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação, o Brasil dá mais um importante passo para a consolidação do seu regime democrático, ampliando a participação cidadã e fortalecendo os instrumentos de controle da gestão pública;
- Ao regulamentar o artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal, o Brasil, além de garantir ao cidadão o exercício do seu direito de acesso à informação, cumpre, também, o compromisso assumido pelo país ante a comunidade internacional em vários tratados e convenções;

- O Brasil já é referência em matéria de divulgação espontânea de informações governamentais [...] Faltava-nos, no entanto, uma lei que regulasse o acesso amplo a qualquer documento ou informação específica buscados pelo cidadão;
- A lei 12.527 representa uma mudança de paradigma em matéria de transparência pública pois estabelece que o acesso é a regra e o sigilo, a exceção. Qualquer cidadão poderá solicitar acesso às informações públicas [...];
- O desafio, agora, é assegurar a implementação desta Lei. Devemos enfrentar desafios de natureza técnica e tecnológica e também de caráter administrativo, que incluem a necessidade de recursos financeiros e humanos – estes, devidamente capacitados – para garantir a observância do que dispõe a lei;

Nesse sentido, a atuação dos agentes públicos, comprometidos com a transparência e o acesso à informação, mostra-se essencial e determinante para o sucesso e eficácia da Lei. Esta cartilha é destinada a você, servidor público, que quer conhecer a Lei de Acesso à Informação e contribuir para a sua aplicação.

A publicação desta Cartilha tem a cooperação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e visa possibilitar a cooperação técnica entre a UNESCO e o Poder Executivo Federal Brasileiro para que o direito de acesso à informação seja garantido a cidadãos e cidadãs brasileiros de forma eficiente, eficaz e efetiva (JORDÃO, 2011, p.2). Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil, apresenta uma importante fala na Cartilha de acesso à Informação: “Espero que esta cartilha, produzida no âmbito da cooperação entre a UNESCO e a CGU, se configure em mais um elemento desse movimento pela efetiva concretização do direito à informação no cerne da administração pública brasileira” (DEFOURNY apud JORDÃO, 2011, p.4).

Cabe ressaltar outra reflexão importante acerca de dois termos técnicos: Informação e Documento. Os termos não são refletidos na abordagem apresentada pela lei. Na concepção apresentada pela LAI, não há diferenças significativas entre documento e informação. Contudo, cabe ressaltar que todo documento traz uma informação desde que ela seja apropriada pelo sujeito. A simples posse do documento não é garantia da materialização da informação. Almeida Júnior apresenta a relação entre documento e informação:

Qualquer avaliação que tenha como parâmetro a posse física do documento estará avaliando o que é observável exteriormente, sem que haja preocupação com a interação entre o conteúdo do documento e o usuário; a adequação das informações potenciais veiculadas pelos documentos e a necessidade do usuário; as transformações no conhecimento do usuário oriundas das informações, etc. (ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p.127).

Conforme apresentado pelo autor, nota-se que acesso a documentos e acesso a informações são atividades que exigem uma reflexão teórica no âmbito da CI. Relacionar a relação entre os termos são fundamentais para compreender a importância de reflexão acerca da LAI:

Não sendo concreta, a informação necessita de um veículo para ser disseminada e apreendida [...] Dependendo de um documento para se comunicar, a informação não pode ser entendida como passível de ser armazenada. O que se armazena, o que se aglutina, o que se reúne na biblioteca são documentos. Para que esses documentos possam se converter em informação é necessária uma mediação, passível de se realizar, não só através de instrumentos e dos próprios documentos, como também, e principalmente, pela atuação do Serviço de Referência e Informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p.58).

Com base no conceito abstrato de informação defendido pelo autor, é preciso alertar para o fato de que “[...] é o usuário quem decide se o conteúdo total ou parcial de um documento pode ser considerado informação” (ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p.116-117). Refletindo acerca do trecho apresentado, uma pergunta sobressai: A Lei de Acesso à Informação não deveria ser chamada de Lei de Acesso a documentos públicos? Este questionamento surge no momento em que se faz uma reflexão sobre a aplicabilidade da lei no processo de apropriação das informações presentes nos documentos acessados.

Entretanto, a representação dessa relação entre acesso e apropriação não é abordada de forma explícita na Cartilha de Acesso à Informação. Está muito claro o objetivo da lei focado apenas no acesso: “Faltava-nos, no entanto, uma lei que regulasse o acesso amplo a qualquer documento ou informação específica buscada pelo cidadão”. Apesar de reconhecer o grande avanço trazido pela regulamentação da LAI, compreende-se que o desenvolvimento democrático depende de questões

além do acesso e muito próximas do termo apropriação. Batista (2014, p.19) comenta sobre o avanço representado pela promulgação da lei: “[...] é um avanço em direção à legitimidade do direito que a sociedade tem, em um país democrático, de cobrar do Estado garantias individuais e coletivas”. No entanto, a autora segue seu pensamento e expõe as dificuldades relacionadas ao processo de apropriação, chamada por ela de acesso intelectual:

[...] a informação do setor público, apesar de estar diretamente relacionada a diversas etapas da vida dos cidadãos [...] esbarra, dentre outras questões, na problemática do acesso intelectual, isto é, de sua apropriação simbólica, pois os dispositivos de mediação desenvolvidos pelo Estado (a linguagem, os meios, os circuitos e a forma de publicação da informação pública) não facilitam a compreensão da informação por destinatários situados nas mais diferentes condições de recepção e com expectativas e interesses concretos, não só diversificados, como divergentes e conflitantes (BATISTA, 2014, p.19).

É imprescindível considerar que apesar de todos os cidadãos terem direitos ao acesso às informações públicas, esse direito é atuante de forma desigual. É fato que a classe dominante quando pensa em seus direitos, não estende todos eles ao semelhante. Nas palavras de Candido: “[...] pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo” (CANDIDO, 2011, p.174). Nesse sentido, ao estabelecer a LAI como um direito ao acesso, fica claro que o acesso é para todos, mas a capacidade de apropriação não se estende a todos de forma igualitária.

Considerar a era da informação ou sociedade do conhecimento, também relacionada ao surgimento da cibercultura significa compreender algumas evoluções históricas. Com o surgimento da microinformática na década de 1970, a evolução tecnológica nunca mais parou. Após o estabelecimento do personal computer (PC) nos anos 70 houve a popularização da internet e o surgimento do computador coletivo nos anos 80 e 90. Após este início, fica muito claro compreendermos a situação atual e a inevitável atuação da cibercultura na vida cotidiana das pessoas. Para Lemos (2005, p.3), “As tecnologias digitais, e as novas formas de conexão sem fio, criam usos flexíveis do espaço urbano [...]”. Para o autor:

Estamos na era da conexão. Ela não é apenas a era da expansão dos contatos sobre forma de relações telemática [...] Trata-se da ampliação de formas de conexão entre homens e homens, máquinas e homens, e máquinas e máquinas motivadas pelo nomadismo tecnológico da cultura contemporânea [...] (LEMOS, 2005, p.2).

Compreender os avanços tecnológicos é uma necessidade para compreender as transformações sociais, o que inclui as formas de construir e compreender as informações disponíveis nos aparatos tecnológicos cada vez mais acessíveis. Nesse sentido, cabe ressaltar que:

A sociedade da informação não é um modismo. Representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia [...] É um fenômeno global, com elevado potencial transformador das atividades sociais e econômicas, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessas atividades inevitavelmente serão, em alguma medida, afetadas pela infra-estrutura de informações disponível (TAKAHASHI, 2000, p.5).

Em virtude dessas novas relações sociais, fica cada vez mais evidente a importância de ampliar os estudos da informação não apenas no acesso, mas no processo de apropriação da informação realizado não apenas por relações pessoais, mas também por mediações realizadas no ciberespaço. Ou seja, considerar a temática da cibercultura é fundamental e inevitável para compreender as relações de apropriação na sociedade atual. Dificilmente a construção da informação deixa de considerar elemento advindo do contexto tecnológico. Macedo e Castilho (2014, p.483) relatam que:

Com o advento da cibercultura, que tem em seu cerne a troca de informações por meio das tecnologias digitais em rede, se ampliaram de maneira bastante significativa as possibilidades de construção de conhecimento, por meio do aumento do acesso à informação.

Pode-se verificar que em muitas situações e contextos, o acesso não é mais o problema central, tal como afirma Macedo e Castilho (2014, p.483), “A cibercultura já não é mais uma promessa, e sim uma realidade”. Os autores ainda exploram a temática do acesso ao ciberespaço:

Vê-se, portanto, uma dinâmica social com polos de emissão variados, que

permitem a cada indivíduo que ele seja ao mesmo tempo emissor e receptor de informações [...] Essa interação multilateral só é possível por conta da atual estrutura tecnológica de conexão facilitada pelos computadores, tablets, smartphones e tantos outros equipamentos que proporcionam mobilidade de acesso no ciberespaço (MACEDO; CASTILHO, 2014, p.483-484).

Reconhecer o crescente acesso à informação por meio das inovações tecnológicas não significa omitir a necessidade de melhorar o acesso de forma mais igualitária em diversos contextos sociais que ainda convivem com a precariedade tecnológica. Entretanto, a atual pesquisa está voltada para o pensar reflexivo além do acesso, ou seja, considerando a grande contextualização do país que já possui o acesso resolvido, porém não possibilita condições igualitárias para o trabalho de apropriação da informação. Ultrapassar o acesso e realizar a apropriação significa conquistar uma autonomia de transformar conhecimentos e construir novas informações, pois “O conhecimento tem se tornado uma das maiores riquezas do mundo contemporâneo e um dos principais fatores de superação da desigualdade social” (MACEDO; CASTILHO, 2014, p.484).

Seguindo essa linha de raciocínio, cabe ressaltar que é preciso pensar além do acesso, pois, como expõe Lemos (2005, p.5), “As diversas formas de mobilidade contemporâneas (de pessoas, de objetos, de informação, de dejetos, de produtos e de serviços) exigem esforços de compreensão por parte das ciências sociais”. Estes esforços são considerados, nesta pesquisa, pelo desejo de compreender o processo de apropriação da informação, condição que vem após superar a barreira do acesso. É importante considerar que o acesso à informação promove a cidadania somente quando o usuário é capaz de acessá-la, satisfazendo suas necessidades informacionais. Este processo que implica por demandas por transparência e participação social e deve impactar na agenda política e nos modos de gestão da informação governamental (BOURDIEU, 1991).

Afirmar que o acesso à informação não garante a apropriação é muito coerente e compreensivo no âmbito acadêmico da Ciência da Informação. Contudo, o que ainda precisa ser refletido é a questão do processo contínuo de apropriação que acontece em níveis diferentes. Nesse sentido, cabe o seguinte questionamento que norteia a presente pesquisa: que apropriação pode ser concebida por usuários situados em diferentes condições de recepção e mediação? De que forma a relação entre mediação e as manifestações informacionais pode contribuir de forma significativa para uma relação dialógica na construção da informação? Considerando que os usuários são sujeitos sociais formados por diferentes bases educacionais, ideológicas, culturais e intelectuais, cabe ressaltar que “[...] considerar o usuário como sujeito significa em dialogar e perceber suas necessidades de informação, a fim de que a mediação contribua para uma efetiva apropriação da informação pelo usuário”. Ainda, segundo os autores: “[...] a informação não vem prontamente definida na mediação, mas é dialogada, discutida e questionada [...] a informação só pode ser efetivamente dimensionada quando da apropriação por parte do usuário” (SILVA; GOMES 2013, p.40).

Paralelamente a essa realidade, um problema que envolve a necessidade de abordar a LAI, ainda que superficialmente, é a relação estabelecida entre Estado e Sociedade no tocante à democratização do acesso à informação. Não é raro verificar o grande desequilíbrio entre as políticas de acesso e as práticas resultantes desse acesso que favorece e desfavorece o processo de apropriação. Nessa perspectiva, é pertinente conceber que “[...] o ponto central para pensar uma autonomia da informação esteja na sinergia entre mediação, usuário e a apropriação da informação concebida pelo usuário” (SILVA; GOMES, 2013, p.40). Diante do exposto, cabe refletir sobre o papel das grandes mídias, pois, sabe-se que o legado deixado pelo impacto tecnológico gerou transformações em vários aspectos e níveis da sociedade. Por exemplo, a massificação dos computadores foi uma das mudanças responsáveis pela transformação das relações pessoais que estão cada vez mais virtuais, afetando diretamente o acesso às informações que frequentemente acontece dentro de um ciberespaço. Para Castells (2005, p.24), “Na sociedade em rede, a virtualidade é a refundação da realidade através de novas formas de comunicação socializável”. Nesse sentido, o processo de virtualização das relações pessoais é algo que vai além do processo de informatização, transformando radicalmente vários aspectos da sociedade. Vivemos cada vez mais dentro de um ciberespaço, também conhecido por sociedade em rede, cercado por elementos tecnológicos com grande capacidade de transformar as relações.

Segundo Castells (2005, p.19), “[...] precisamos de conhecer a dinâmica, os constrangimentos e as possibilidades desta nova estrutura social que lhe está associada: a sociedade em rede”. Ainda, nas palavras do autor, pode-se dizer que a sociedade em rede é:

[...] em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes (CASTELLS, 2005, p.20).

A partir do momento em que esta rede está relacionada com o compartilhamento de informações e geração de conhecimentos, é necessário ampliar o olhar para o lado social e participativo entre indivíduos e informação, o que traz a tona o processo de apropriação. A sociedade em rede não afeta apenas o lado virtual das informações, mas constitui comunicação socializante, afetando diretamente as relações sociais e o modo como o sujeito compreende o mundo. Nas palavras de Castells (2005, p.23), “A sociedade em rede também se manifesta na transformação da sociabilidade [...] A sociedade em rede é uma sociedade hipersocial, não uma sociedade de isolamento [...] Então, a sociedade em rede é a sociedade de indivíduos em rede”.

Nesse sentido, pode-se dizer que as transformações sociais estão em constante evolução de acordo com os diferentes contextos, inclusive no processo de mediação e apropriação de informações veiculadas pelas novas mídias, o que acaba influenciando fortemente a relação perante as informações veiculadas pela televisão. Apesar de reconhecer que as novas mídias ainda não são dominadas por todos, não se pode negar que o conteúdo apresentado por elas está cada vez mais popularizado. Para Jenkins:

[...] nem todo consumidor de mídia interage no interior de uma comunidade virtual, ainda; alguns apenas discutem o que veem com amigos, com a família e com colegas de trabalho. Mas poucos assistem à televisão em total silêncio e isolamento. Para quase todos nós, a televisão fornece material para a chamada conversa na hora no cafezinho. E, para um número crescente de pessoas, a hora do cafezinho tornou-se digital (JENKINS, 2015, p.53-54).

As novas mídias possibilitam novas relações, inclusive para aqueles que não lidam de forma direta com a tecnologia. É exatamente esta relação entre as novas e velhas mídias que Jenkins chama de convergência das mídias. Para o autor (2015, p.31), “A convergência das mídias não ocorre por meio de aparelhos, por mais sofisticados que venham a ser. A convergência ocorre dentro dos cérebros de consumidores individuais e em suas interações sociais com outros”. Jenkins ainda enfatiza que a convergência não é algo simplesmente tecnológico e afirma que “[...] a convergência representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos” (JENKINS, 2015, p.30). Com base nas ideias apresentadas, pode-se concluir que as novas mídias não ocuparam o espaço das velhas mídias. O que houve foi o surgimento de novas possibilidades de relacionamentos com as velhas mídias trazidas pelas novas. É a forma como o sujeito se relaciona com a tecnologia que contribui ou não para as transformações sociais. McLuhan (1964, p.57) explica que “[...] os meios, ou extensões do homem são „agentes produtores de acontecimentos”, mas não „agentes produtores de consciência” [...] Esses meios sendo extensões de nós mesmos, dependem de nós para sua inter-relação e sua evolução”.

A presença das novas mídias não exclui a atuação importante das mídias antigas, como a televisão, por exemplo. Reconhecer o papel mediador da televisão é fundamental para criar um posicionamento crítico perante as informações que a mídia apresenta. A informação não esclarece dúvidas, ao contrário, ela cria conflitos. Para Almeida Júnior (2009, p.97), “[...] só estes viabilizam a transformação do conhecimento. A informação não dirime as dúvidas ou elimina incertezas. Ela exige a reconstrução do conhecimento na medida em que destrói certezas”. O autor é bem enfático sobre o poder da televisão ao destacar que ela é um dos mais poderosos recursos para o desenvolvimento do sistema capitalista e salienta “Ainda em relação à televisão, devemos salientar a própria linguagem por ela desenvolvida, que privilegia o consumo – tônica das propostas culturais das classes dominantes – em detrimento da produção [...]” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p.13-14).

A cultura de massa “privilegia excessivamente um dos núcleos da vida social; as sociedades modernas podem ser consideradas não só industriais e maciças, mas também técnicas, burocráticas, capitalistas, de classe, burguesas, individualistas [...]”. “A noção de massa é extremamente limitada” (MORIN, 1962, p.14). Nesse sentido, é pertinente a reflexão sobre a função socializadora da mídia de massa. Para Martín-Barbero (1997, p.58-59), “[...] massa deve deixar de significar adiante anonimato,



passividade e conformismo. A cultura de massa é a primeira a possibilitar a comunicação entre os diferentes estratos da sociedade”. Por isso, deve-se pensar em uma postura que atue além dos padrões culturais para criar novos significados de acordo com os conhecimentos e opiniões individuais de cada um.

A manipulação de comportamentos e pensamentos é um dos principais papéis da televisão, seja de forma explícita ou não. Martín-Serrano (1981) destaca que raramente a televisão realiza um juízo de valor de forma explícita. Contudo, os relatos televisivos são desenvolvidos para mostrar os resultados positivos ou negativos de determinado tipo de ação. É assim que a televisão age: “[...] raramente recorre às categorias do juízo ético do bem e do mal, mas geralmente apresenta uma sanção moral quando mostra a realidade” (MARTÍN-SERRANO, 1981, p.43, tradução nossa).

É dessa forma que a informação é veiculada pela mídia de massa. Estimula o consenso, não favorecendo a produção de diálogos, ou seja, “[...] a mass mídia monopoliza a informação e o consenso é confundido com a unanimidade, de sorte que a discordância é posta como ignorância, atraso ou ignorância” (CHAUÍ, 1995, p.76). Este tipo de cultura informacional está cada vez mais presente, propiciando uma violência imperceptível. Nas palavras de Chauí (1995, p.74)

[...] a violência não é percebida como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural.

Considerando as características da sociedade capitalista, não há como fugir da questão do discurso, principalmente do discurso competente abordado por Chauí:

O discurso competente pode ser assim resumido: não é qualquer um que tem o direito de dizer alguma coisa a qualquer outro em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente, portanto, é aquele proferido pelo especialista, que ocupa uma posição ou um lugar determinados na hierarquia organizacional e haverá tantos discursos competentes quantas organizações e hierarquias houver na sociedade (CHAUÍ, 2014, p.57).

Em uma sociedade que é marcada pela exclusão, a informação, como muitos outros produtos capitalistas, não é um direito igualitário. Fazendo um paralelo com a citação supracitada por Chauí, pode-se encontrar a mesma linha de raciocínio nas reflexões de Foucault:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 1999, p.9, grifo do autor).

Com base nas reflexões e pensamentos abordados acima, pode-se fazer um paralelo entre a linguagem e as formas de poder, entre a informação e a comunicação. Para Wolton (2010, p.12) “[...] o verdadeiro desafio está na comunicação, não na informação.” Considerando a imaterialidade da informação, realmente, ela não pode ser um problema. O grande desafio é, então, compreender o seu processo de apropriação, necessidade básica para as relações de comunicação entre os indivíduos. Em outras palavras, a grande necessidade da Ciência da Informação está no desenvolvimento de estudos que abordem as práticas e relações entre sujeitos e construção de informação, tarefa complexa que exige uso e operações por meio de conceitos abstratos, muitas vezes ainda inexistentes na Ciência Informação. Wolton (2010, p. 12-13) expõe que “[...] na comunicação, o mais simples tem a ver com as tecnologias e mensagens, enquanto o mais complexo tem a ver com os homens e as sociedades”.

A própria organização da sociedade capitalista favorece a divisão entre aqueles que ora dominam, ora são dominados, principalmente por meio de relações de poder estabelecidas por competências e atuações sociais que determinam aqueles que sabem e aqueles que não sabem; aqueles que têm competência para mandar e aqueles que devem obedecer. Verifica-se constantemente o estabelecimento de relações de interesses e busca pelo poder.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Configura-se uma pesquisa de natureza quali-quantitativa e exploratória. Primeiramente, buscou-se compreender de modo geral os principais aspectos e estruturação da LAI segundo as informações apresentadas pelo portal de acesso à informação criado pelo Governo Federal cujo

objetivo é oferecer acesso às informações públicas, incentivando os pedidos de informação e divulgando a aplicabilidade da Lei que tem o dever de apresentar respostas no prazo de vinte dias. Com base nas orientações do próprio portal, foi possível entrar em contato com todos os órgãos e entidades do Governo Federal cadastrados no sistema. Diante do exposto, desenvolveu-se um questionário com dez perguntas fechadas que foram elaboradas em torno da efetividade da LAI no tocante ao acesso, além de apresentar pontos que fizessem uma relação entre acesso e apropriação. A pesquisa foi direcionada para a tentativa de compreender o posicionamento das autoridades de monitoramento, portanto, utilizou-se o portal <<http://www.acessoainformacao.gov.br/>> para contatar todos os órgãos e entidades do Governo Federal por meio da lista dos SICs e, posteriormente, entrou em contato com as autoridades de monitoramento por meio do e-SIC disponível em <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>>. Nesse sentido, montou-se o corpus de análise pelo agrupamento das respostas oferecidas pelos órgãos competentes no segundo semestre de 2017. As respostas foram enviadas de novembro de 2017 a janeiro de 2018.

O fato que determinou a escolha do corpus foi considerar a existência de uma política de monitoramento da LAI que é atribuída pela Controladoria Geral da União (CGU), conforme previsto no Decreto nº 7.724 em que afirma: “O monitoramento é uma forma de garantir a efetividade da LAI no Governo Federal, uma vez que inclui atividades de orientação a órgãos e entidades, divulgação da Lei para a sociedade, bem como a verificação do cumprimento dos procedimentos e prazos estabelecidos”. Com base nessas ações de monitoramento, foi possível realizar um diálogo entre aquilo que a lei prega e as ações realizadas na prática. Por meio de uma ação dialógica, várias reflexões foram suscitadas em relação aos principais aspectos da LAI no tocante à necessidade de se criar boas práticas que garantam o direito à informação no dia a dia.

Em seguida, foi realizada a leitura, fichamento e análise dos textos, a fim de entender a proposta da LAI e, posteriormente, realizar a extração e sistematização das informações principais para serem repensadas no campo científico. A escolha pelo procedimento de pesquisa decorreu do fato de entender-se, aqui, a importância de se realizar uma análise interpretativa de conceitos e teorias, buscando uma compreensão social dos conceitos estudados para refletir sobre a atual situação da LAI por meio das respostas trazidas por seus representantes legais e, em contrapartida, pelos resultados apresentados na prática, especificamente no contexto do e-SIC. Os primeiros passos da pesquisa podem ser verificados pela figura abaixo:

PARTE 1: Leituras teóricas e reflexões	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leituras de textos teóricos sobre a LAI;</li> <li>• Reflexões sobre os conceitos abordados pelo LAI e tentativas de diálogos dentro da CI;</li> <li>• Elaboração do questionário de forma dialógica entre a área do Direto e da Ciência da Informação.</li> </ul>
PARTE 2: Acesso ao portal do Governo Federal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura geral do site para conhecer o conteúdo e as ferramentas disponíveis sobre a LAI;</li> <li>• Acesso à lista dos SICs (primeiro contato com as autoridades de monitoramento por e-mail).</li> </ul>
PARTE 3: Acesso ao Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cadastro no sistema;</li> <li>• Realização dos pedidos de informação a todos os órgãos;</li> <li>• Verificação das respostas enviadas periodicamente.</li> </ul>
PARTE 4: Comparação dos dados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise das diferenças apresentadas pelos dados entre a quantidade de órgãos presentes na lista dos SICs e a quantidade de órgãos cadastrados no e-SIC.</li> </ul>
PARTE 5: Análise e compreensão dos problemas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Busca pela compreensão e solução dos problemas apresentados pelas diferenças entre os dados;</li> <li>• Envio de e-mails e novas realizações de pedidos de informações.</li> </ul>
PARTE 6: Reelaboração dos dados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reorganização dos dados e elaboração da tabela final com a quantidade de órgãos a ser analisada.</li> </ul>

**Fonte: elaborado pelas autoras 2018**

O início da pesquisa aconteceu no primeiro semestre de 2017 por influência do tema trabalhado na tese de doutorado de uma das autoras sobre apropriação da informação. O interesse pela temática levou ao desenvolvimento de um capítulo que após ser retirado da tese, serviu como conteúdo teórico para a elaboração da atual pesquisa. No segundo semestre de 2018, especificamente em novembro, iniciou-se o processo de aplicação dos questionários aos órgãos cadastrados no e-SIC. Ao entrar no sistema, alguns requisitos foram solicitados para dar sequência ao pedido. Foi preciso preencher os campos “Resumo da Solicitação” e “Detalhamento da Solicitação”, conforme mostra a tabela abaixo:

<b>Resumo da Solicitação</b>
As questões elaboradas fazem parte de uma pesquisa de doutorado e possui fins acadêmicos para coleta e análise de dados para discorrer e refletir sobre a aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação (LAI) no Brasil.
<b>Detalhamento da Solicitação</b>
As questões enviadas visam de forma objetiva refletir e contribuir para a aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação. São 10 questões de respostas Sim ou Não. Agradeço a contribuição.

Concluída esta etapa, iniciou-se a coleta e organização das respostas segundo o critério de ter ou não respondido o questionário. A partir desse resultado, criou-se uma pasta para organização de todos os questionários respondidos para análise posterior. A elaboração do questionário considerou pontos que abordassem a questão do acesso e sua relação com a apropriação da informação. Foram elaboradas dez questões. Contudo, para o desenvolvimento desta pesquisa, foi preciso delimitar o foco em uma única questão.

**4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Após acessar, no site do Governo Federal, a lista completa e disponível com todos os nomes dos SICs, foi possível verificar as informações de todos os órgãos. A lista apresentava o nome da autoridade de monitoramento, site, endereço e telefone. A lista possuía 316 órgãos. Após entrar em contato por e-mail com as primeiras trinta autoridades da lista, foi necessário alterar a forma de coletar os dados. Uma das autoridades de monitoramento respondeu o e-mail explicando que esta não era a forma correta de solicitar a informação, orientando entrar no site do e-SIC para fazer o

pedido. Assim, gerou-se um cadastro no site para realizar o início dos pedidos, um por um, para cada órgão. Ao finalizar a tarefa, foi possível observar que o sistema eletrônico apresentava 323 órgãos, ou seja, 7 órgãos a mais daqueles apresentados na lista presente no site do Governo Federal. Foi necessário, então, comparar os dados para verificar o porquê alguns órgãos não estavam na lista dos SICs. Após análise, verificou-se que dos 323 órgãos, havia 17 órgãos duplicados. São eles:

<b>Órgãos duplicados no sistema e-SIC</b>	
1	Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A = AmE
2	SERH-HDT/UFTO = UFT
3	Hospital Escola da UFPEL = UFPEL
4	HUSM – UFMS = UFMS
5	CEFET – BA = IFBA
6	SEMPE = MDIC
7	SAP = SGPR
8	SPREV = MF
9	RFB = MF
10	STN = MF
11	ESAF = MF
12	MPOG = MP
13	IRBR = MRE
14	Itamaraty = MER
15	Presidência da República
16	UFSB = UFESBA
17	UFSJ = HUNRei

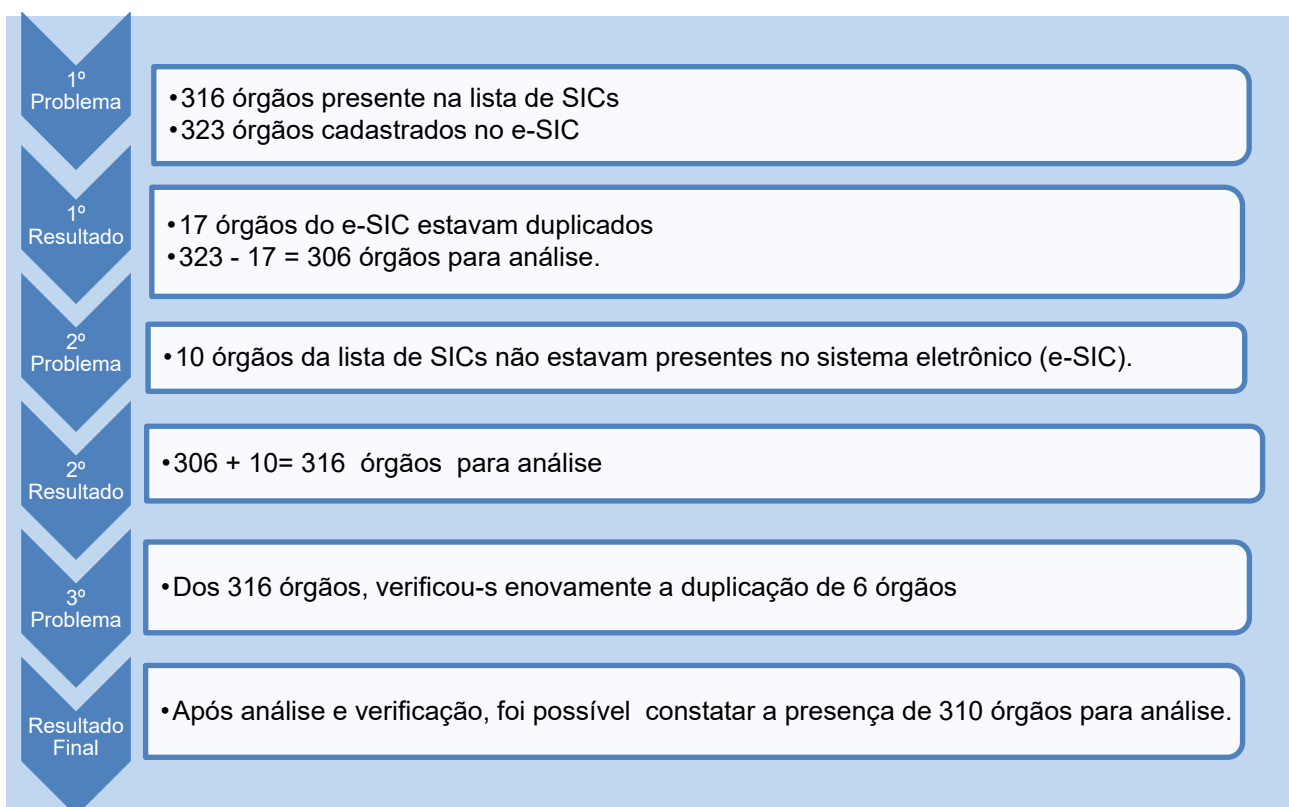
Para exemplificar o ocorrido, apresenta-se o exemplo dos órgãos „Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A” e „AmE”. Os dois órgãos estavam cadastrados no e-SIC, entretanto, ao verificar a lista dos SICs, só aparecia o órgão AmE. Após constatar tal situação, surgiu a necessidade de reorganizar a lista.

O problema de órgãos duplicados veio à tona quando chegou a resposta de um dos pedidos solicitados. A resposta indicava que a resposta já havia sido realizada e enviada por outro órgão que representava o mesmo que estava sendo solicitada a resposta. Apesar de o número de protocolo ser diferente, as respostas apareciam como duplicadas no formulário.

Outro problema encontrado entre os dados apresentados foi o seguinte: a lista dos SICs apresentou a presença de 10 órgãos que não estavam cadastrados no sistema do e-SIC e, assim, não foi possível realizar os pedidos pelo sistema. Contudo, foi possível entrar em contato por e-mail com os seguintes órgãos indicados na tabela abaixo:

	SIGLA	ÓRGÃO	e-mail
1	CEPEL	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica	sic@cepel.br
2	CMRI	Comissão Mista de Reavaliação de Informações	comissaoreavaliacaolai@presidencia.gov.br
3	DPU	Defensoria Pública da União	sic@dpu.gov.br)
4	MC	Ministério das Comunicações	sic@comunicacoes.gov.br
5	MPS	Ministério da Previdência Social	sic@previdencia.gov.br
6	SAC	Secretaria de Aviação Civil	sic@aviacaocivil.gov.br
7	SAE / PR	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência	acessoainformacaosae@presidencia.gov.br
8	SEP	Secretaria de Portos	sic@portosdobrasil.gov.br
9	SMPE	Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência	sic.smpe@planalto.gov.br
10	SRI / PR	Secretaria de Relações Institucionais da Presidência	sicplanalto@planalto.gov.br

Observe a figura para compreender os passos realizados e os resultados obtidos:



**Fonte: as autoras 2018**

Com a reorganização das listas, coleta de dados foi finalizada com base nas respostas enviadas por meio do e-SIC. Considerando a extensão da pesquisa realizada e a necessidade de limitar e reorganizar os resultados dentro das normas do evento, optou-se por abordar e discutir apenas a divergência de opinião gerada entre todas as autoridades de monitoramento pela primeira questão do questionário. Todos os pedidos enviados aos órgãos competentes geraram um número de protocolo, o que facilitou a coleta dos dados. Para esquematizar as respostas que chegavam, foi feita uma divisão por tipos de respostas, conforme indicado na tabela abaixo:

QR - Questionário respondido		
RD – Respostas Diversificadas	NI	Não existe informação (justificativa dada)
	EOuv	Encaminhado para ouvidoria
	ECGU	Encaminhado para controladoria geral da união
	FC	Falta competência para responder (justificativa dada)
	OLAI	Orientações sobre a LAI
	ET	Em tramitação

Pensando nos resultados obtidos, foram analisadas apenas as respostas que apresentaram o envio do questionário. Como resultado, dos 310 órgãos participantes da pesquisa, somente 145 responderam os questionários, considerando que um dos órgãos apresentou a resposta dada por 4 responsáveis diferentes, resultando um número de 148 questionários respondidos, o que equivale a aproximadamente 48%, conforme mostra o gráfico abaixo:

## 310 QUESTIONÁRIOS APLICADOS

- QR - questionário respondido
- RD - respostas diversificadas



Frente às discussões e resultados apresentados, apresentaremos de modo parcial os resultados obtidos com base na primeira pergunta do questionário: A Lei de Acesso à Informação (LAI) garante o direito de Apropriação da informação? As respostas obtidas pelos 148 questionários aplicados podem ser analisadas segundo a elaboração do seguinte gráfico:

## A LAI garante o direito de Apropriação?



O resultado levantou sérias indagações no tocante às reflexões e atuações das autoridades de monitoramento sobre a própria lei. Considerando que a preocupação fundamental da LAI está voltada ao acesso e que o termo apropriação não é abordado de forma explícita na elaboração da lei, é questionável a atuação tão dividida entre as autoridades competentes que responderam o questionário. Segundo os resultados, 73 questionários apresentaram a resposta sim, 73 responderam não e apenas 2 questionários demonstraram a preocupação em não responder a realizar alguns apontamentos no próprio questionário explicando o porquê não foi possível responder. A prática dessa ação deveria estar presente na maioria dos questionários, no entanto, os resultados obtidos confirmam a necessidade de refletir e repensar sobre a aplicabilidade da LAI inclusive pelas próprias autoridades de monitoramento posto que, segundo as informações apresentadas pelo site do Governo Federal, as ações de monitoramento desempenhadas pela Controladoria-Geral da União possuem o dever de “Atender órgãos e entidades, esclarecendo suas dúvidas sobre a Lei de Acesso à Informação, bem como coletar e disseminar boas práticas para garantia Direito à Informação”.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal de 1988, estabelecida em momento de evolução política, nunca foi tão cautelosa em relação ao cidadão e ciente dos direitos que devem reger o Estado Democrático. Avança no campo dos direitos humanos até o que pode se chamar de um sistema constitucional de direitos fundamentais. Esse sistema tem o escopo de informar a aplicação dos direitos fundamentais para qualquer que seja o destinatário ou beneficiário das normas definidoras de direitos, que podem ser o Poder Legislativo, Executivo, Judiciário, pessoa física, jurídica ou sociedade. Na ordem normativa constitucional, os direitos humanos que quando positivados são chamados de direitos

fundamentais, são, ao mesmo tempo, valores subjetivos e objetivos. Na esfera subjetiva os direitos humanos atuam como garantias da liberdade individual e são concebidos, originariamente, como direitos subjetivos públicos, ou seja, são direitos do cidadão em face do Estado. Já na esfera objetiva, eles assumem uma dimensão institucional, a partir da qual se verifica que o seu conteúdo deve ser observado para a consecução dos fins e valores constitucionalmente proclamados. Entretanto, nos dias hodiernos, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil, tem-se experimentado a força dos poderes econômicos como o obstáculo imediato para a aplicação efetiva dos direitos fundamentais. Esta dimensão da aplicabilidade passa pelo acesso à informação que, além de ser um direito fundamental, é um veículo de combate à desinformação fornecida pelo Estado. E justamente por ser essa via reativa é que o poder público não se interessa em conferir o acesso à informação pública de modo pleno e eficaz. Posto isto, para que o acesso à informação seja concretizado, é necessário que a informação faça sentido para quem a acessa, pois, “na ausência desse recurso, não se pode afirmar que os indivíduos realmente têm direito de acessar a informação, mas o mero direito de que suas informações solicitadas sejam consideradas pelo órgão expedidor” (MENDEL, 2009, p. 47, tradução nossa). Diante do exposto, este estudo identificou que o acesso à informação, apesar de ser um direito fundamental, apresenta problemas na concretização material, isto é, na eficácia social. A Lei de Acesso à Informação veio pra inferir maior aplicabilidade do artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988. No entanto, a ela foi conferida uma publicidade jurídica que faz parte do tramite legal que qualquer lei deve percorrer, contudo, no plano social ela ainda é pouco divulgada e conhecida. Não se pode negar que sem o acesso não é possível a apropriação da informação e, sem ela, não há conhecimento. Contudo, para transcender o acesso e realizar a apropriação é preciso autonomia. No Brasil, as normas que tratam dos direitos fundamentais são tidas como normas de eficácia absoluta e de aplicação imediata (artigo, 5º, parágrafo, 1º da Constituição Federal de 1988). Significa que são cláusulas pétreas, preceitos irrevogáveis, cuja exigibilidade não pode estar condicionada à intervenção legislativa para produzir efeitos. Todavia, na prática, essas normas parecem com as de eficácia limitada, de princípios institutivos ou de princípios programáticos, isto é, aquelas que dependem da regulamentação do legislador ordinário para produzirem efeitos. Logo, o grande desafio é saber o limite temporal para adoção do princípio regulamentador, a fim de que a norma de direito fundamental possa, efetivamente, produzir os efeitos almejados e que não apenas se restrinja ao estabelecimento das tarefas a serem implementadas pelos órgãos estatais. Neste sentido, a LAI veio auxiliar o inciso 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, no que tange ao problema da aplicabilidade, porém, esbarrou em entraves como acesso, compreensão e apropriação da informação.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: Eduel, 2013.
- BATISTA, C.L. Mediação e apropriação da *informação pública: a educação fiscal*. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes. Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2013.
- BOURDIEU, P. **El sentido práctico**. Madrid: Taurus, 1991.
- CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. 5.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
- Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/296648/mod\\_resource/content/1/Candido%20O%20Direito%20C3%A0%20Literatura.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/296648/mod_resource/content/1/Candido%20O%20Direito%20C3%A0%20Literatura.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2018.
- CASTELLS, M.. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da moeda, 2006.
- CHAUÍ, M. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados**, v.9, n.23, 1995.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- E-SIC**: sistema eletrônico do serviço de informação ao cidadão. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>>. Acesso em: 15 set. 2017.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 5. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

- JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2015. Tradução de Susana Alexandria. Disponível em: <<http://lelivros.love/book/baixar-livro-cultura-da-convergencia-henry-jenkins-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>> <http://lelivros.love/book/baixar-livro-cultura-da-convergencia-henry-jenkins-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>>. Acesso em: 08 mai. 2018.
- JORDÃO, R. **Acesso à informação Pública**: uma introdução à lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Controladoria-Geral da União – CGU, 2011. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/cartilhaacessoainformacao.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.
- LAI**: lei de acesso à informação. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2017.
- LEMONS, A. **Cibercultura e mobilidade**: a era da conexão. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/140429770509861442583267950533057946044.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- MACEDO, R.G.; CASTILHO, A.de. Cibercultura em um contexto de convergência tecnológica: ensino e interatividade na velocidade do conhecimento. In: SOUZA, R.M.V. de.; MELO, J.M. de.; MORAIS, O.J. de. (Orgs.). **Teorias da Comunicação**: correntes de pensamento e metodologia de ensino. São Paulo: Intercom, 2014. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/8ba840f439e5d6b8c5eb6ce94faeca68.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/0ByGOj9\\_gW1Y7QkNoaERxQINUdjQ/view](https://drive.google.com/file/d/0ByGOj9_gW1Y7QkNoaERxQINUdjQ/view)>. Acesso em: 31 out. 2017.
- MARTÍN-SERRANO, M. **La influencia social de la televisión**: niveles de influencia. Reis: revista española de investigaciones sociológicas, n.16, 1981. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/55892>>. Acesso em: 30 out. 2017.
- MARINONI, L. G. et al. **Curso de Direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2018.
- MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964. Disponível em: <<http://lelivros.love/book/baixar-livro-os-meios-de-comunicacao-como-extensoes-do-homem-marshall-mcluhan-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>>. Acesso em: 09 mai. 2018.
- MENDEL, T. **El derecho a la información en América Latina**: comparación jurídica. Quito: UNESCO, 2009.
- MORIN, E. **Cultura de Massa no século XXI: o espírito do tempo-1 neurose**. Rio de Janeiro: Forense, 1962.
- SICs: lista de SICs. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/lai-para-sic/sic-apoio-orientacoes/lista-de-sics>>. Acesso em: 10 out. 2017.
- SILVA, J.A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 17. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.
- SILVA, J.L.C; GOMES, H.F. A importância da mediação para a construção de uma autonomia no contexto dos usuários da informação. **Informação & Sociedade**, v.23, n.2, p.33-44, maio/ago. 2013.
- TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <<https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/livroverde.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2018.
- WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.



**LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS: POSSÍVEIS RELAÇÕES COM OS SISTEMAS ABERTOS**

**BOOK, READING, LITERATURA AND LIBRARIES: POSSIBLE RELATIONS WITH THE OPEN SYSTEMS**

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento.

CAMILLO, Everton da Silva  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Marília  
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação  
evertonscamillo@outlook.com

ARAÚJO, Leda Maria  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Marília  
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina  
le-araujo@hotmail.com

CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de  
Universidade de São Paulo – USP/Ribeirão Preto  
Pós-Doutor em Biblioteca Escolar pela Universidade Aberta de Lisboa  
Docente do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade de São Paulo  
Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP/Marília  
claudiomarcondes@ffclrp.usp.br

**Resumo**

Conectar conhecimento com a realidade, além de denotar conexões de teor complexo e sistêmico, resgata o caráter interdisciplinar com que tanto o livro, quanto a leitura, literatura e bibliotecas podem estar relacionados. Por isso, este trabalho objetiva comparar a abordagem sistêmica aberta com o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas. Seu alcance foi possível diante dos seguintes objetivos específicos: a) discorrer sobre o pensamento complexo; b) indicar o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas como elementos agentes na transformação social. Metodologicamente, a pesquisa, que é bibliográfica, tem característica qualitativa e exploratória, tendo sido feito uso do *critical thinking* e do 5W1H para trabalhar com o pensamento crítico extraído da análise, bem como o seu posterior enquadramento categorial por meio do uso do método 5W1H. Como resultado, obteve-se que: a) livro, leitura, literatura e bibliotecas são propulsores da transformação social; b) o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas enquadram-se, em analogia, na perspectiva dos sistemas abertos e c) o uso do *critical thinking* e do 5W1H foi apropriado.

**Palavras-chave:** Fomento à leitura, Educação, Desenvolvimento Social.

**Abstract**

Connecting knowledge with reality, as well as denoting connections of complex and systemic content, rescue the interdisciplinary character with which the book, reading, literature and libraries may be related. In this manner, this work aims to compare the open system approaches with the book, reading, literature and libraries. Specific goals were: a) start a discussion on the complex thinking; b) indicate the book, reading, literature and libraries as agents in the goal of causing a social transformation. Methodologically, this study was a bibliographical one with qualitative and exploratory characteristics. It was used critical thinking and 5W1H methods to extract critical conceptions to the phase of data analysis. As result, it was found that: a) the book, reading, literature and libraries can cause social transformation; b) the book, reading, literature and libraries can be compared, in analogy, with the open systems and c) the use of critical thinking and 5W1H methods was appropriate.

**Keywords:** Reading Promotion, Education, Social Development.

## 1 INTRODUÇÃO

O Encontro de Pesquisadores do Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca é caracterizado por ser um evento científico e interdisciplinar, cujo objetivo é conectar conhecimento com a realidade e é neste sentido que esta pesquisa permite conhecer as publicações científicas a respeito da temática aqui proposta aqui, que busca refletir acerca de, e instigar novas pesquisas e práticas inovadoras em prol das bibliotecas, do livro, da leitura e da literatura.

Com o objetivo comparar a abordagem sistêmica aberta com o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas, este trabalho contribui para os estudos da educação, sobretudo no que tange àqueles ligados ao livro, leitura, literatura e bibliotecas. Seu alcance foi possível diante dos seguintes objetivos específicos propostos: a) discorrer sobre o pensamento complexo e b) indicar o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas como elementos agentes na transformação social.

O percurso da busca pela resposta ao objetivo proposto levou em conta a atribuição de características do tipo qualitativa e exploratória, conjuntamente a esta pesquisa de tipo bibliográfico, e como metodologia fez-se uso do *critical thinking* e do 5W1H, uma aplicação conjunta que surtiu no enquadramento de um pensamento crítico como produto da análise feita nos elementos categóricos propostos pelo método 5W1H. A análise dos resultados levou em conta, como principal referência, o trabalho de Kantz e Kahn sobre as características dos sistemas abertos.

Dadas essas informações, a seção seguinte abordada o referencial teórico da investigação. Nela, são abordados os seguintes tópicos: i) complexidade sob a ótica sistêmica e ii) livro, leitura, literatura e bibliotecas como elementos da transformação social. Num segundo momento, na seção de discussão dos resultados, parte-se ao diálogo das características dos sistemas abertos com inferências sobre o livro, leitura, literatura e bibliotecas.

## 2 COMPLEXIDADE SOB A ÓTICA SISTÊMICA

Quando o ser humano é colocado frente à sua capacidade de atuação social nas mais variadas frentes de trabalho que almejam a manutenção e integridade do homem enquanto espécie e do planeta como lugar onde vivemos, muito lhe é atribuído em créditos devido o desenvolvimento percorrido ao longo da história da humanidade. Fala-se de benevolência, empatia, empenho no trabalho tecnológico a fim de fazer progredir a ciência para o nosso bem, há a promessa de desenvolvimento de sociedades mais justas, inclusivas e, quiçá, anseia-se por um cessar de guerras, em favor de uma humanidade mais pacífica, que vez ou outra, por insucesso, notícias tomam conta dos telejornais que anunciam tragédias em diversos pontos do globo. É inegável que o mundo tem sido grande palco de inúmeras transformações realizadas no âmbito da atuação humana (CAPRA, 2012).

O declínio do patriarcado, o final da era do combustível fóssil e a mudança de paradigma fomentam engendramentos em todos os segmentos da humanidade, atingindo uma transição de dimensões planetárias. Talvez grande sensação de insegurança acometesse os estratos sociais não fosse a estima de que mudanças são bem-vindas, embora não lhes seja dito se tais mudanças carregam consigo valores de atuação positiva em favor do desenvolvimento da humanidade. Mesmo assim, tais promessas traduzem-se como uma saída para evitar a angústia social, bem como seu colapso e a mumificação de realidades (CAPRA, 2012). O fato é que o homem pós-moderno, se assim cabe a colocação, lança mão de estratégias para solucionar problemas aparentemente individualizados, e que caminham no sentido do reducionismo outrora iniciado na Idade Moderna a partir do desenvolvimento da ciência clássica. Descartes fragmentou as possíveis relações entre ciência e filosofia. “Separou a cultura dita humanista, a da literatura, da poesia e das artes, da cultura científica” (MORIN, 2011, p. 76). E isso não sofreu intervenções. Não houve freios. Ainda hoje está em voga um empenho verticalizado na tentativa de solucionar problemas em todos os possíveis âmbitos com olhos presos na mesma perspectiva do fluir da ciência clássica: deflagrando uma ambição dotada de especificidade sem ater-se ao todo circundante, embora esforços têm havido para inculcar nos mais diversos campos de atuação científica a necessidade e importância do pensamento complexo. “O antigo paradigma reducionista e atomístico que só conhecia a ordem como princípio de explicação é substituído por um novo paradigma, constituído pelas inter-relações necessariamente associativas entre as noções” (MORIN, 1996, p. 268).

Supomos que, além dessa miopia do olhar do mundo para com a complexidade, um problema

acaba por não ter um fim em si mesmo; senão, um problema é o adoecimento de uma parte que compõe o todo. O desdém quanto ao adoecimento de uma parte do todo põe em risco o todo que compreende suas partes, como na perspectiva da biologia sobre o funcionamento do corpo humano. Com a leitura de Morin (1996), entende-se que fica pouco contundente conceber o todo sem conceber, de imediato, as suas partes. Pois ambos coatuam. Coexistem. A existência de um presume o existir do outro. Assim, para Churchman (1972, p. 18), “a solução de um problema tem muito a ver com a solução de outro”, já que os problemas interligam-se e imbricam-se de modo a plasmar-se um no outro, não dando margem ao conhecimento da fronteira que os delimita.

Morin (2011) mesmo vai inferir que o pensamento do todo e da parte não só está conosco desde a infância, assim como é parte de nós enquanto sistemas orgânicos e sociais, pois, desde a mais tenra idade, “a sociedade, enquanto todo, entra em nós, inicialmente através das primeiras interdições e das primeiras injunções familiares” (MORIN, 2011, p. 75). Logo, a vida que se organiza no seio social compreende as interligações, interdependências, coordenações, estruturas e organizações intelectualmente estabelecidas: “tudo aquilo que é social foi sempre concebido como sistema” (MORIN, 1996, p. 257). Há o processo de escolarização, o de aculturação, de socialização, de espiritualização, de civilização etc. que compreendem, também, o estabelecer de relações: um microcosmo em processo de interação com outro amparados por um macrocosmo que os compreende. Esse macrocosmo tornar-se-ia um microcosmo logo que comparado com a magnitude e (in)finitude de outro macrocosmo que, por força da sua dimensão, que é maior que a do anterior, o compreende como micro. Nessa lógica, o sujeito é só uma parte vivente de um grande todo que, embora de teias invisíveis, denota a colocação do homem na sociedade, e esta no mundo, e este num sistema, e este numa galáxia, e esta no universo, num movimento incessante entre micro e macrocosmos. “O ser e a existência são, de fato, emergências de todo o processo anelando-se sobre si mesmo” (MORIN, 1996, p. 261).

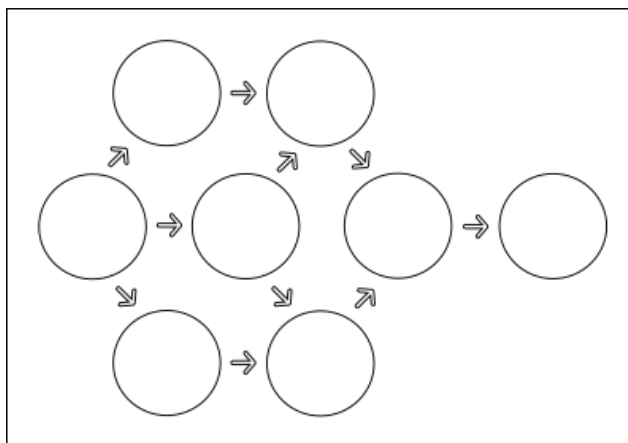
Frente a essa reflexão, vemos que a sociedade é desenhada nos moldes de um grande sistema funcionante, que interdepende de e age com outros, além de ser organizado. É interligado, estruturado e coordenado. Assim o é o metabolismo de organismos, bem como a sincronia dos planetas no sistema solar. Morin (1996, p. 265) infere que:

[...] um organismo não é constituído por células, mas pelas ações que se estabelecem entre as células. Ora, o conjunto dessas interações constitui a organização do sistema. A organização é o conceito que dá coerência construtiva, regra, regulação, estrutura etc. às interações.

A ação da interação se efetua e se tece num sistema, enquanto que a organização é a coluna vertebral deste. Logo, sistema, interação e organização formam uma tríade, indissociável, pois um elemento, invariavelmente, remete ao outro: “o sistema sem conceito de organização é tão mutilado como a organização sem conceito de sistema” (MORIN, 1996, p. 265). Frente a uma perspectiva organísmica se denota a superioridade desse conceito. Frente às aplicações de redução à ordem da ciência clássica, procura-se, então, não substituir a ordem pela organização, mas uni-las, incidindo no princípio sistêmico-organizacional como o princípio do não-redutível (MORIN, 1996).

Ferreira (2009), no verbete do seu *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, define sistema como a “disposição das partes ou dos elementos de um todo, coordenados entre si, e que funcionam como estrutura organizada” (p. 1856). Houaiss (2001), em seu *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, concebe o verbete sistema como um “conjunto de elementos concretos ou abstratos, intelectualmente organizado” (p. 2585). Embora o verbete sistema tenha sido definido de muitas maneiras, levando-se em conta as várias comunidades discursivas que o empregam, ainda contamos com Churchman (1972) que, ao ter isso em mente, propõe que, genericamente, é acordado que um sistema “é um conjunto de partes coordenadas para realizar um conjunto de finalidades” (p. 50). Por isso, um sistema, dizemos, tem característica de interdependência, interligação, coordenação, estruturação e organização, podendo ser concreto ou abstrato, mas sempre intelectualmente arranjado, que vai em direção ao alcance de um fim (Figura 1). Essa que, segundo Morin (1996, p. 258), “foi sempre uma noção-apoio para designar todo conjunto de relações entre constituintes formando um todo”, mas que ganha força na voz de Ludwig von Bertalanffy (1975), um biólogo austríaco, que, ao lançar mão dos estudos da biologia, concebe a Teoria Geral dos Sistemas, uma noção que tem raízes processuais nada simples, sendo, por assim dizer, minimamente complexas.

**FIGURA 1 – AÇÃO SISTÊMICA ENTRE ELEMENTOS**



Fonte: elaborada pelos autores com base em Churchman (1972).

Foi a partir da observação dos fenômenos vitais, no que tange à concepção desse conceito, que Bertalanffy (1975, p. 55, tradução nossa, grifo nosso), ao inferir que “os organismos vivos são essencialmente sistemas abertos, isto é, sistemas que trocam matéria com o ambiente”, veicula o entendimento de uma característica porosa dos sistemas orgânicos e abertos que resultam, nesse meio, num processo de interação, pois permitem a manutenção do fluir entre duas instâncias diferentes a fim de se alcançar o equilíbrio, isto é, a homeostase de um organismo vivo numa espécie de relação interacional. Assim, todo organismo vivo é essencialmente um sistema aberto, pois mantém-se em um contínuo fluxo de entrada e de saída, conserva-se mediante a construção e a decomposição de componentes, nunca estando, enquanto vivo, em um estado de equilíbrio químico e termodinâmico, mas mantendo-se no chamado estado estacionário, que é distinto do último (BERTALANFFY, 1975, p. 64).

Quando perspectivado os sistemas como uma reunião de elementos que emanam interdependência, interligação, coordenação, estruturação e organização, torna-se condizente vestirmos as lentes do holismo na busca de entender os fenômenos de maneira integral, pois, vide Morin (2011), em sentido oposto a isso, “um pensamento mutilador conduz necessariamente a ações mutilantes” (p. 15), não sendo esta, ao fim, a proposta de um pensamento complexo, portanto, se mutilado, logo é não-sistêmico, pois ser sistema recruta o elo, a interrelação, bem como a interdependência.

Assim, a complexidade chega a nós pelo mesmo caminho que a expulsaram. Um caminho que vai contra o reducionismo que se dilatou com o desenvolvimento da ciência clássica. Aliás, um caminho que não tem nada que ver com substâncias, mas com “um fenômeno auto-eco-organizador” grandiosamente complexo e produtor de autonomia, como pontuado por Morin (2011, p. 14). Isso move-nos, portanto, a um enfretamento do entrelaçamento dos fenômenos e dos seus emaranhados, da solidariedade dos fenômenos entre si, no que diz respeito às infinitas inter-retroações presentes nesse processo.

Portanto, com os olhos presos nas eventualidades que se desdobram no meio social, tantos nós de uma mesma rede, nós que detêm suas especificidades atreladas à complexidade que não só é como está na sociedade, que lançamos mão do livro, leitura, literatura e bibliotecas como elementos da ordem da educação, bem como, e conseqüentemente, da transformação social.

### **3 LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECA: ELEMENTOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

A reflexão apresentada a seguir foi realizada com o intuito de contextualizar as bibliotecas e mostrar a importância desta instituição cultural, do livro e da leitura para transformação social. São instrumentos condutores de mudanças, que necessitam de estudos teóricos, científicos, para implementação de novos métodos e novas práticas de atuação. Assim, escrever acerca do livro, leitura e bibliotecas como elemento de transformação social exige reflexões e análises, pois é um assunto amplo e complexo.

As bibliotecas sempre estiveram presentes na história da humanidade, “existiram no tempo de Roma e proliferaram na renascença. Mas foi, sobretudo no século XIX, que elas se desenvolveram”. (MORAES, 1983, p. 15). No Brasil, “[...] as primeiras bibliotecas brasileiras foram organizadas pelos Jesuítas em seus colégios, e o primeiro foi da Bahia” (FONSECA, 1992, p. 65).

Desta forma, é importante ressaltar que as primeiras bibliotecas de nosso país, foram as escolares e foram se desenvolvendo à medida que os sistemas de ensino desenvolviam.

Outro ponto: as bibliotecas sempre estiveram atreladas a educação e ao processo de ensino, sendo fundamental para estruturação, evolução e transformação do indivíduo e da sociedade. Vanda Ferraz (1957), pesquisadora e precursora da temática no Brasil, já na década de 50, defendia que: “[...] não há parte mais importante, hoje em dia, na administração escolar, que a administração de uma biblioteca, pois é em torno dela que gira todo interesse da escola moderna. Sem ler não é possível nenhuma obra de educação” (p. 125). Desta forma, inicia neste período, profundas reflexões sobre a importância da biblioteca e da leitura para formação dos alunos.

Para Fragoso (2002), no que tange ao exposto, “[...] a biblioteca de uma escola torna-se complemento da educação formal, ao oferecer múltiplas possibilidades de leitura e, com isso, levar os alunos a ampliar seus conhecimentos e suas idéias acerca do mundo” (p. 127). Assim, as bibliotecas escolares, por sua vez, devem ser o centro que disseminam a informação, a magia da leitura para toda a escola, deve prover atividades construtivas e experiências aos alunos, para que estes se aproximem dos livros, das histórias, do mundo, do seu mundo e se formem leitores que vão além do texto escrito.

A missão e objetivos das bibliotecas escolares são inúmeros. Contudo, de acordo com o Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar (1999, p. 2) estas instituições devem:

- a. Apoiar e intensificar a consecução dos objetivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola;
- b. Desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida;
- c. Oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento;
- d. Apoiar todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos;
- e. Prover acesso em nível local, regional, nacional e global aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas idéias, experiências e opiniões;
- f. Organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade;
- g. Trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais, para o alcance final da missão e objetivos da escola;
- h. Proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável e ao exercício da democracia;
- i. Promover leitura, recursos e serviços da biblioteca escolar junto à comunidade escolar e ao seu redor.

Considerando as assertivas, essas instituições têm, por excelência, a missão de atuar direta e indiretamente na formação, desenvolvimento e transformação do ser humano e da sociedade por meio da democratização do acesso à informação, ao livro, a leitura e a literatura nos diversos níveis e suportes informacionais. Ainda a respeito do Manifesto da IFLA/UNESCO a pesquisadora, Neusa Dias de Macedo, (2005, p. 426), se posiciona a respeito e defende que “A biblioteca escolar é essencial a qualquer tipo de estratégia de longo prazo no que respeita a competências de leitura e escrita, educação, informação e desenvolvimento econômico, social e cultural [...]”. A biblioteca escolar é essencial e parte integral do processo educativo. No entanto, para que estas instituições exerçam seu papel, os profissionais da informação, sejam eles bibliotecários, técnicos ou educadores, devem participar das reuniões pedagógicas, conhecer os programas de fomento para o desenvolvimento educacional, informacional, científico e tecnológico e assim estruturar e implementar serviços e ações educativas e informacionais. O bibliotecário que atua em biblioteca escolar, “[...] precisa participar de todos os acontecimentos que circundam o ambiente escolar, bem como ter conhecimento da política educacional da instituição na qual atua, estando a todos os aspectos que

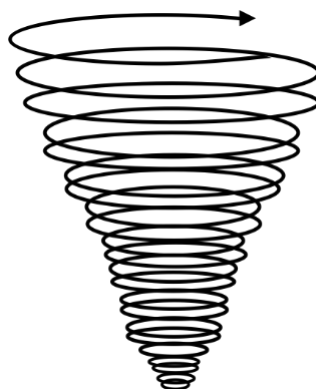
envolvem seu trabalho no contexto escolar, interagindo também através da parte técnica necessária ao bom funcionamento da biblioteca” (CORREA et al., 2002, p. 116-118) para que esta desempenhe sua real função de equipamento cultural formador de opinião, de transformação social. Ainda, esse bibliotecário deve conhecer as políticas públicas que objetivam o fomento à leitura e elaborar e apresentar programas e projetos institucionais, visando à consolidação e execução das atividades em prol do uso das bibliotecas e formação de um leitor crítico e reflexivo por meio do livro, da leitura e da literatura.

É, portanto, nessa tessitura que Silva (1986, p. 48) reforça esse pressuposto. A autora refere que: “a leitura constitui-se na principal dieta nutricional para o crescimento criativo de um indivíduo [...] Optar pela leitura consciente e crítica de uma determinada obra já significa um desejo de sair da rotina robotizante, da pressão conformista que a sociedade de consumo tenta nos impor a todo o momento”. Ler é compreender, as linhas, as entrelinhas, um olhar, é entender a sociedade, o outro e a si mesmo. Ler é ressignificar, atribuir sentido, é construir.

Ler é um processo *lato*, que consiste no julgamento de percepções, verbais e não verbais, capturadas pelo homem e por ele transformadas, gerando (re)significação e (re)criação de sentidos a partir da análise da realidade. Ela é engrenagem da mudança social, pois esta se inscreve no âmbito da educação. A leitura é um processo não estacionado no tempo, não é desengrenado, ou aplicação estreita e restrita. Opostamente, ela é um recurso que se envolve e está com o homem, vinculado à sua própria evolução no tempo e relação com o mundo, com os símbolos e com as linguagens.

Barroco (2004) infere que a leitura ocupa um lugar de destaque na sociedade atual, pois é por meio dela que caminhos são trilhados à obtenção da informação, da mesma forma que ler propõe um confronto dos e com os conhecimentos a fim de que, em meio a um movimento dialético, sejam fomentados atos de reflexão em nós, mesmo que “saber “ler” o mundo não é suficiente para viver na sociedade” (GUIMARÃES, 2010, p. 18). É imprescindível que o leitor seja capaz de desenvolver ações de entendimento, interpretação e relacionar conteúdos escritos, dado que a leitura não pode ser resumida ao simples ato de decodificação. Isso conduz-nos a pensá-la, então, como uma ação que se dilata e abrange fatos, ações e fenômenos, num movimento espiralado e ascendente, em alusão a um tornado, como visto na figura 1, que se movimenta sobre o plano, mas toma para si o que lhe está exposto, num processo contínuo de dilatação. Uma ação que ascende em ideação para pôr o sujeito como protagonista da sua própria voz e ação.

**FIGURA 1 – DILATAÇÃO DO PROCESSO DE LEITURA**



Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Espiral\\_Ascendente.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Espiral_Ascendente.png)

Quando tomada de forma ascendente pelo sujeito que a pratica, a leitura também gera frutos, pois é por meio desse movimento que “ler abre espaço para que o sujeito ressignifique o seu arquivo, rearticule a rede da memória em que está preso ou à qual se filia e, dessa forma, produza sentidos a partir da posição que ocupa e do contexto em que está inserido” (ROMÃO; PACÍFICO, 2010, p. 12). Insere-se nesse meio, também, a importância que a leitura tem “enquanto combate à alienação e à ignorância”, como coloca Guimarães (2010, p. 21), pois como instrumento poderoso do qual se deve lançar mão, auxilia no sucateamento da dominação das minorias pelas majorias. Rompem-se essas sobreposições.

A sociedade contemporânea exige criticidade, análises das produções, leituras reflexivas. Para que isso ocorra, ações de mediação são necessárias, a atuação efetiva dos profissionais da informação com conhecimento técnico, pedagógico, social e cultural, refutando antigas ações e estruturando novos métodos e ressignificando as antigas práticas literárias, destinadas sempre a uma pequena parcela da população, como elucida Silva (1986):

[...] na sociedade brasileira sempre houve uma carência de estimulação sócio-cultural para a leitura e os fatos do momento presente transformam as circunstâncias desta área não só em precipício, mas num intenso abismo. Segundo a vertente histórica, podemos facilmente constatar que a grande massa da população brasileira sempre esteve marginalizada do processo de fruição da cultura letrada – o acesso a este tipo de registro da cultura se constitui em mais um privilégio das elites dominantes (p. 60).

Para romper com a realidade apresentada acima é necessário estruturar, elaborar e sistematizar projetos, com ideias inovadoras, considerando os recursos e equipamentos tecnológicos. Almeida (2005): vem apresentar que “essas idéias, transformadas em ações, podem constituir instrumentos de mudança” na atual sociedade por meio dos livros, da leitura e das ações de mediação” (p. 93).

Nessa ordem de teor educacional, a literatura tem função ímpar na formação de um cidadão consciente, autônomo, crítico e reflexivo. É direito dos sujeitos a resposta às suas necessidades, dado que são seres complexos, inacabados, portanto em construção, e com isso a literatura infantil, por sua vez, é essencial para formação da criança e do adolescente, pois forma sua maturidade psicológica construindo um adulto equilibrado, auxiliando-o no confronto dos problemas existências e também dos problemas que pairam em nossa sociedade. As crianças ouvindo ou lendo as histórias se identificam com algum personagem que a ajuda no desenvolvimento de sua personalidade, para que se conheça melhor e encontrem um significado e sentido para sua vida no mundo. É essencial mediar a leitura, inserir o livro no cotidiano dos cidadãos e formar leitores competentes autônomos e críticos. Isso é gradativo, exige revolucionar paradigmas e superar obstáculos afim de que novos caminhos sejam abertos e que, aos poucos, mudem a realidade da leitura da atualidade.

A sociedade contemporânea é marcada por significativas mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas, que exigem ressignificação do conceito e papel das bibliotecas e estruturação de ações em prol do livro, leitura e literatura. Ao longo da história destas instituições, sempre existiram discussões a respeito desta temática, no entanto, a sociedade contemporânea suscita novas reflexões e novos métodos para rever não só a função das bibliotecas, mas a do livro, da leitura e da literatura como instrumentos ímpares de desenvolvimento e transformação da sociedade.

#### 4 METODOLOGIA

Comparar a abordagem sistêmica aberta com o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas permite-nos caracterizar esta pesquisa como exploratória. O é por cremos que o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas se inscrevem numa abordagem complexa e sistêmica e não pelo simples fato de ansiarmos por este entendimento desprovido de problematização. Por termos usado os livros como fonte de informação principal para o alcance do objetivo proposto, a consideramos uma pesquisa do tipo bibliográfica. Afirma Gil (1999): “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (p. 50), portanto consideramos a aderência desse tipo de pesquisa a este trabalho.

Esleceu-se o *critical thinking*, pois, como inferido por Olivares, Saiz e Rivas (2013, p. 370, tradução nossa): “o pensamento crítico é uma teoria da ação, é racionalizar e decidir para resolver, obtendo-se assim grandes benefícios como são um conhecimento desejável da realidade, uma maior sabedoria”. Canal (2013), ao passo, o considera uma habilidade cognitiva estruturalmente complexa, podendo ser entendida como uma habilidade multidimensional, pois os elementos básicos que a constituem se dividem em duas categorias de habilidades e estratégias cognitivas: as macro e micro habilidades (Quadro 1).

#### QUADRO 1 – HABILIDADES E ESTRATÉGICAS COGNITIVAS PARA PENSAR CRITICAMENTE

Macro habilidades	Micro habilidades
Refinar generalizações e evitar simplificações.	Comprar e contrastar ideias com a prática real.

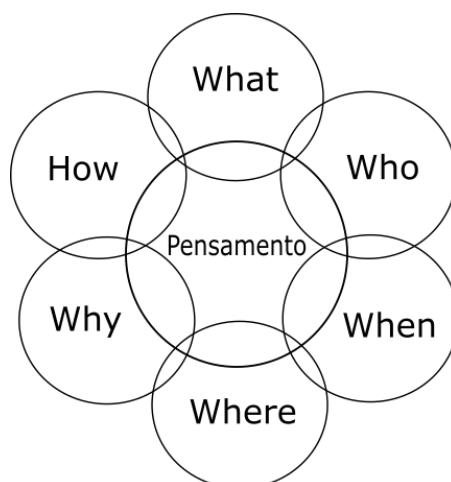
Comparar situações análogas: transferir <i>insights</i> para novos contextos.	Pensar sobre o próprio pensamento: utilizando um vocabulário crítico.
Desenvolver sua própria perspectiva: criar ou explorar crenças, argumentos ou teorias.	Notar semelhanças e diferenças significantes.
Esclarecer questões, conclusões ou crenças.	Examinar ou avaliar os pressupostos/assunções.
Desenvolver critérios de avaliação: clarificar valores e padrões.	Distinguir os fatos relevantes dos irrelevantes.
Avaliar a credibilidade das fontes de informação.	Fazer inferências plausíveis, previsões ou interpretações.
Questionar profundamente: levantar e buscar as raízes ou questões significantes.	Dar razões e avaliar evidências de fatos alegados.
Analisar ou avaliar argumentos, interpretações, crenças ou teorias.	Reconhecer contradições.
Avaliar soluções.	Explorar implicações e consequências.
Analisar ou avaliar ações ou políticas.	
Ler criticamente: esclarecer ou criticar textos.	
Ouvir criticamente: a arte do diálogo silencioso.	
Fazer conexões interdisciplinares.	
Praticar a discussão socrática: esclarecer e questionar crenças, teorias ou perspectivas.	
Raciocinar dialogicamente: comparar perspectivas, interpretações ou teorias.	

Fonte: elaborado pelos autores com base em Canal (2013, p. 57-58).

O pensamento crítico resultado da aplicação do método que leva o mesmo nome – *critical thinking* – será classificado nas cinco categorias da técnica 5W1H, sendo: *what* (o que), *who* (quem), *when* (quando), *where* (onde), *why* (por que) e *how* (como) (Figura 1). Essas categorias são camadas que norteiam o questionamento a ser feito a fim de se extrair informações. Chung et al. (2009) referem que o uso desse método vem sendo usado amplamente na área de jornalismo para coletar informações a partir das perguntas: “Quem estava envolvido? O que aconteceu (qual é a história)? Quando aconteceu? Onde aconteceu? Por que aconteceu? Como aconteceu?” (CHUNG et al., 2009, p. 179, tradução nossa). De igual maneira, Nurdin e Maulidevi (2018) citam esse método como uma possibilidade para contornar problemas ligados à extração e classificação de informações frente a massa de dados e informações.

Com Ikeda, Okumura e Muraki (1998, p. 571, tradução nossa) compreendemos que “as informações do 5W1H fornecem aos usuários eixos de classificação e chaves de recuperação fáceis de entender, porque ele possui um conjunto de elementos fundamentais para descrever os eventos”.

**FIGURA 1 – ESTRUTURANDO O PENSAMENTO CRÍTICO**



Fonte: elaborada pelos autores (2018).



A partir dessa estrutura com intersecções que abrangem um pensamento passível de ser analisado criticamente, torna-se oportuno refletir sobre o livro, leitura, literatura e bibliotecas mediante um olhar amparado na perspectiva complexo-sistêmica.

Com a obra de Kantz e Kahn (1973), *Psicologia social das organizações*, nossa principal referência sobre sistemas abertos, subsidiaremos as possíveis relações desses com o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas. Esses autores concebem nove características que, nas suas visões, todo sistema aberto tem. Elas são: a) importação de energia, b) transformação, c) produto, d) sistemas como ciclos e eventos, e) entropia negativa, f) insumo de informação, feedback negativo e processo de codificação, g) estado firme e homeostase dinâmica, h) diferenciação e i) equifinalidade.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Começamos pela *importação de energia*. Essa definição que, para Kantz e Kahn (1973, p. 35), quer dizer:

Os sistemas abertos importam alguma forma de energia do ambiente externo. A célula recebe oxigênio da corrente sanguínea; igualmente o corpo absorve oxigênio do ar e alimento do mundo exterior. A personalidade é dependente do mundo exterior para a obtenção de estímulo. Os estudos da privação sensorial demonstram que quando uma pessoa é colocada em um quarto escuro à prova de ruídos onde tem um mínimo de estímulo visual e auditivo, ela tem alucinações e outros sinais de desgaste mental.

E com o fomento à leitura não seria diferente. Os autores já diziam: “nenhuma estrutural social é autosuficiente ou autocontida” (p. 35). A leitura tampouco o é. Uma iniciativa de fomento à leitura quer seja a nível federal, estadual ou municipal, deve estar em constante sintonia com o órgão provedor. O Estado, como identifica a CERLALC, segundo Bufalo (2018, p. 151), é o “elemento central e mediador das políticas públicas a fim de garantir o futuro do livro e das novas práticas de leitura”. Como na ação biológica corporal em que o sangue oxigena as células dos tecidos, a leitura como uma célula no tecido da educação também deve ser oxigenada, pois é o Estado o provedor dessa ação. O fomento à leitura sem a efetiva participação do Estado é como seres humanos privados das suas capacidades sensoriais: passam por desgastes, pois trava-se uma batalha pela peleja da sua subsistência.

A partir de Chartier (1999, p. 22), entendemos: “a transformação das formas e dos dispositivos através dos quais um texto é proposto pode criar novos públicos e novos usos”. É o que acontece com nossas releituras. Um mesmo texto lido para diversos públicos em momentos e locais diferentes pode produzir sentidos tanto específicos quanto diferentes. Esse é o poder da *transformação*, outra característica dos sistemas abertos.

“Os sistemas abertos transformam a energia disponível. O corpo converte amido e açúcar em calor e ação. A personalidade converte formas químicas e elétricas de estimulação em qualidades sensoriais e informações em configurações de pensamento” (KANTZ; KAHN, 1973, p. 35). E isso se adere à leitura? Ora, o ato de ler igualmente incide na transformação; “a leitura é um trajeto no qual o texto é o ponto de direção da consciência” (SILVA, 1981, p. 88), em virtude disso, ler é o trilhar de novos caminhos rumo à apreensão, apropriação e transformação de significados, dado que ler sem apreender, apropriar ou compreender significados é um ato meramente vazio. Portanto, quando há apreensão, apropriação e compreensão de significados durante a leitura, há também transformação. Ou, ao menos, é nessa ocasião que o leitor pode se aperceber de fato leitor e converter o texto numa probabilidade de revolucionar a si.

À ótica dos sistemas abertos, a leitura também pode ser um *produto*. Mediante essa característica dos sistemas abertos, esse tipo, segundo Kantz e Kahn (1973), “exporta certos produtos para o meio ambiente, quer sejam eles a invenção concebida por mente pesquisadora, quer sejam uma ponte construída por uma empresa de engenharia” (p. 35). Também poderíamos enquadrar a leitura como *sistemas como ciclos de eventos*:

o padrão de atividades de uma troca de energia tem caráter cíclico. O produto exportado para o ambiente supre as fontes de energia para a repetição das atividades do ciclo. A energia que reforça o ciclo de atividades pode derivar-se de um certo intercâmbio do produto no mundo exterior, ou da própria atividade (KANTZ; KAHN, 1973, p. 35-36).

Que é a leitura senão um direito político travestido de produto? Na ótica freireana, embora vivenciar o ato de ler diz respeito a uma leitura do mundo, estimular o sujeito no aprendizado dessa

ação é, contudo, uma luta, portanto, um ato político indissociável da função educativa. A leitura deve abrir margem à transição do pensamento do sujeito em processo de letramento. Com ela, não se anseia o posicionamento ingênuo do sujeito frente ao social, mas deseja-se dar-lhe voz a fim de que este possa requerer as rédeas para condução da própria vida, o que neutraliza o poder do discurso de outrem sobre si. O produto dessa ação é, portanto, a emancipação (ALVES, 2004).

Relacionando-se a ciclos e eventos, Chartier (1999, p. 13) leva em conta que “a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, em espaços, em hábitos”, bem como fica a critério de cada leitor a sua interpretação e a intervenção no espaço, inclusive com a participação de outros leitores. Rocco (1994, p. 39) infere que “a leitura não se constitui de ato solitário, pois o indivíduo, ao ler um texto, interage não propriamente com o texto, mas com os leitores virtuais criados pelo autor e também com esse próprio autor”, e embora a interpretação do leitor seja relativa, é fundamental haver a oferta de ferramentas que possibilitem uma arqueologia das diferentes maneiras de ler. Pode-se dizer que cada forma de edição de um texto constitui um novo público, o que incide em novas interpretações e desdobramentos do recurso lido, vide isso, recriado em interpretações.

Como *entropia negativa*, temos uma característica que, para Kantz e Kahn (1973, p. 37), quer dizer: “Para sobreviver, os sistemas abertos precisam mover-se para deter o processo entrópico; precisam adquirir entropia negativa. O processo entrópico é uma lei universal da natureza, no qual todas as formas de organização se movem para a desorganização ou morte”.

Segundo o SEBRAE (2013), a taxa de sobrevivência das empresas constituídas em 2007, segundo um dos seus últimos relatórios de pesquisa, é de 75,6%. Isso quer dizer que 24,4% das empresas abertas no ano de 2007 não sobreviveram ao mercado, enquanto que 75,6% resistiram. É grande o número de organizações que deixam de existir anualmente. Essa informação se entrelaça com a leitura a partir do momento que Milanesi (1985) considera que muitos municípios brasileiros carecem de bibliotecas, sobretudo bibliotecas públicas e escolares. Para o autor, de modo geral, as bibliotecas perderam, ou nunca chegaram a alcançar, sua concepção a qual merecidamente pertencem enquanto setor de atuação e de oferta de serviços na sociedade brasileira. Isto é, bibliotecas no Brasil parece mais uma das várias tentativas frustradas ligadas aos campos da educação e da cultura. Um desejo real apenas no ideário dos sujeitos. Diriam os especialistas: “Segundo, como alguns rios nordestinos, as bibliotecas podem ser intermitentes: funcionam em alguns períodos. Outras, obedecendo ao ciclo da vida, nascem, crescem e morrem” (MILANESI, 1985, p. 13).

Dessa forma, por meio das bibliotecas, mas não somente, cumpre-se o fomento à leitura, pois essas instituições também estão engajadas na ordem da formação cultural, educacional e cidadã. Instituições que proporcionam a confluência dos saberes, portanto, intrinsecamente relacionada não apenas, mas, indubitavelmente, ao ato de ler.

Continuando,

Os insumos para os seres vivos não consistem somente em materiais contendo energia, os quais também se transformam ou são alterados pelo trabalho feito. Os insumos também são de caráter informativo e proporcionam sinais à estrutura sobre o ambiente e sobre seu próprio funcionamento em relação a ele (KANTZ; KAHN, 1973, p. 37).

Essa é a definição feita pelos autores para definir o que chamam de *insumo de informação, feedback e processo de codificação*. Mediante essa característica entende-se que insumos que adentram sistemas abertos não o fazem a fim de unicamente levar energia para dentro desses, mas, de igual maneira, esses insumos são transformados ou alterados pelo trabalho feito. Além disso, insumos também informam e sinalizam sobre o ambiente e sobre seu funcionamento. Com o nosso exemplo, relacionado ao âmbito da leitura, compreendemos que esta, numa ação relacionada ao processo de entropia negativa, é ação comumente realizada em bibliotecas.

Com Camillo e Castro Filho (2018), compreendemos que bibliotecas carregam consigo uma dimensão maior, isto é, complexa e igualmente sistêmica. Nelas, recursos financeiros, humanos, físicos e de informação não só constituem insumos para o funcionamento desses equipamentos de informação como também sinalizam sua saúde. Apoiados na ótica sistêmica, a correta atenção sobre o investimento nos recursos básicos dos equipamentos de informação é capaz de alavancar seus serviços e produtos ofertados afim de que se alcance as demandas de informação dos seus sujeitos informacionais e, conseqüentemente, angariar usuários reais da informação.

Na contramão disso, a aplicação da técnica de observação simples para coleta de dados em quatro bibliotecas de escolas públicas do município de Ribeirão Preto, São Paulo, por Camillo (2017), evidenciou que

[...] nenhuma verba é destinada à melhoria das bibliotecas escolares. E nem há essa perspectiva. De fato, esses espaços, como aponta a literatura, são tidos como depósitos de livros. Nenhuma de suas características, em nenhuma vertente, se assemelha ao que deve ser a biblioteca escolar. A total ausência de recurso humano adequado corrobora a impossibilidade de se desempenhar ações basilares a uma biblioteca, portanto operar e/ou pertencer a uma rede tornar-se-ia mais desafiador ainda. Recursos informativos em sua maioria estão dispostos em aglomerações, ou escondidos em armários embutidos na parede do espaço, sem tratamento técnico algum e alguns em condições inapropriadas de uso [...]. Quanto aos recursos físicos [...] não estão enquadrados no layout que favoreça as condições de circulação dentro do espaço, impossibilitando até mesmo a acessibilidade, já que essa não é uma causa possível de ser abraçada por essas bibliotecas, dado o seu contexto espacial de disposição de móveis mal planejada (CAMILLO, 2017, p. 126).

Logo, podemos corroborar que os insumos desempenham função informativa e sinalizadora do ambiente, pois, como no recorte acima, denunciam o estado estrutural, organizacional e põe em cheque, inclusive, o caráter existencial desses equipamentos de informação, dado seu alicerce no conceito de biblioteca. Isso se relaciona com a característica de *estado firme e homeostase dinâmica* dos sistemas abertos.

Como dizem Kantz e Kahn (1973, p. 38), essa característica diz que “A importação de energia para deter a entropia opera para manter uma certa constância no intercâmbio de energia, de modo que os sistemas abertos que sobrevivem são caracterizados por um estado firme”. No contexto das bibliotecas fica evidente que estas são equipamentos fantasmas na maioria das escolas, sobretudo nas da iniciativa pública. A importação de energia, nesse sentido, pode se relacionar com o ínfimo repasse de verbas para que a subsistência desses ambientes seja preservada. Os intercâmbios são os ganhos pelos usuários. De fato, uma troca. Ao passo que o usuário oferta anseios a uma nova informação, mesmo em meio ao caos, vez ou outra ele se sente suprido parcialmente.

Com a diferenciação, Kantz e Kahn (1973) apontam: “Sistemas abertos deslocam-se para a diferenciação e a elaboração. Os padrões difusos e globais são substituídos por funções mais especializadas” (p. 41), e com isso exemplificam que, nos Estados Unidos, médicos especialistas são em número maior que os praticantes de clínica geral. O nosso exemplo leva em consideração as bibliotecas, que outrora eram equipamentos que simbolizavam, quiçá até os dias atuais, valores de uma cultura elitista e erudita, entretanto o conceito de biblioteca pública por trás do que se conhece como *biblioteca parque*, *biblioteca viva* e *biblioteca híbrida* carrega consigo a alma do que se entende por acesso pela coletividade, dado as características heterogêneas do público e suas demandas de informação. Que é isso senão uma especialização no atendimento de públicos e demandas? Vê-se tomar forma a ocorrência de uma diferenciação no âmbito dos equipamentos de informação.

Por fim, elencamos a característica chamada *equifinalidade*, que tratada por Kantz e Kahn (1973, p. 41) diz: “De acordo com esse princípio, um sistema pode alcançar, por uma variedade de caminhos, o mesmo estado final, partindo de diferentes condições iniciais”. Com isso, podemos dizer que o fomento à leitura é o estado final que se espera alcançar, e para isso, indubitavelmente, se conta com as bibliotecas como equipamentos de informação e cultura a fim de que o direito político de ler se faça valer.

O enquadramento dessas assertivas no método 5W1H é visto no quadro 2, a seguir.

**QUADRO 2 – ENQUADRAMENTO DAS RELAÇÕES DO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS COM AS CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS ABERTOS**

Elementos do método 5W1H	Relação do descritor do elemento
Who	Livro, leitura, literatura e bibliotecas
What	Devem ser compreendidos como: importação de energia, transformação, produto, sistemas como ciclos e eventos, entropia negativa, insumo de informação, feedback negativo e processo de codificação, estado firme e homeostase dinâmica, diferenciação e equifinalidade.

<p><b>When</b></p>	<p>a. Quando houver ação ao financiamento da leitura por parte do Estado, pois dele é a responsabilidade.</p> <p>b. Quando se apreender o ato de ler como oportunidade para que o sujeito revolucione a si.</p> <p>c. Quando o ato de ler e a ação do seu fomento forem compreendidos como renúncia do discurso de outrem na vida do sujeito, auxiliando no alcance da sua emancipação.</p> <p>d. Quando o ato de ler incidir na resignificação e na recriação de sentidos, dado a rede pensamento e discurso a qual o sujeito de filia e, por meio dela, se faz e refaz incessantemente, com vistas ao seu lugar e tempo.</p> <p>e. Quando o respeito à cultura e educação do País tomarem forma por meio, inclusive, dos equipamentos informacional-culturais, como as bibliotecas, que, por existirem, devem ter o acesso pelos sujeitos aos bens simbólicos, como o livro, a leitura e a literatura.</p> <p>f. Quando a existência de recursos financeiros, humanos, físicos e de informação forem condição vital para que não apenas equipamentos informacionais existam, mas, com eles, haja o desenvolvimento das ações de leitura, isto é, o fomento desta, por meio do uso dos livros, com a literatura e em equipamentos cultural-informacionais, as bibliotecas.</p> <p>g. Quando equipamentos de informação não puderem subsistir devido a inércia estatal e miopia frente a educação e cultura do País.</p> <p>h. Quando cada livro e leitura requererem o seu tipo de leitor e, com isso, um tipo de coleção em um determinado tipo de biblioteca, podendo haver a demarcação de um gênero de literatura.</p> <p>i. Quando a finalidade do ato de ler e da ação do seu fomento, conjuntamente com os livros, com a literatura e com as bibliotecas, forem também o alcance de um ato político.</p>
--------------------	--

<b>Where</b>	No âmbito da educação, como todo, e da transformação da sociedade por meio do livro, leitura, literatura e bibliotecas como parte desse todo.
<b>Why</b>	Porque ler é um direito, um ato político e, por meio dessa ação, se estende à palavra tendo previamente vislumbrado o mundo, ao passo que este é ressignificado em virtude do prévio alcance da primeira. A leitura envolve elementos simbólicos da ordem da educação (livro, leitura, literatura e bibliotecas) e por meio desses se alcança a emancipação.
<b>How</b>	Ao lançar mão do pensamento complexo e sistêmico para enxergar o emaranhado de problemas sociais onde e com o qual o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas se inserem e se relacionam.

Fonte: elaborado pelos autores (2018).

Entende-se que o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas, apoiadas nas características dos sistemas abertos defendidas por Kantz e Kahn (1973), devem ser compreendidas como importação de energia, transformação, produto, sistemas como ciclos e eventos, entropia negativa, insumo de informação, feedback negativo e processo de codificação, estado firme e homeostase dinâmica, diferenciação e equifinalidade.

Essas características podem ser assim compreendidas dadas as condições: quando houver ação ao financiamento da leitura por parte do Estado, pois dele é a responsabilidade, quando se apreender o ato de ler como oportunidade para que o sujeito revolucione a si; quando a leitura e a ação do seu fomento forem compreendidos como renúncia do discurso de outrem na vida do sujeito, auxiliando no alcance da sua emancipação. Também, quando o ato de ler incidir na ressignificação e na recriação de sentidos, dado a rede de pensamento e discurso a qual o sujeito se filia e, por meio dela, se faz e refaz incessantemente, com vistas ao seu lugar e tempo. Quando o respeito à cultura e educação do País tomarem forma por meio, inclusive, dos equipamentos informacionais-culturais, como as bibliotecas, que, por existirem, devem ter o acesso pelos sujeitos aos bens simbólicos, como o livro, a leitura e a literatura. Quando a existência de recursos financeiros, humanos, físicos e de informação forem condição vital para que não apenas equipamentos informacionais existam, mas, com eles, haja o desenvolvimento das ações de leitura, isto é, o fomento desta. Quando equipamentos de informação não puderem subsistir devido a inércia estatal e miopia frente a educação e cultura do País e quando cada livro e leitura requererem o seu tipo de leitor e, com isso, um tipo de coleção em um determinado tipo de biblioteca, demarcando um possível gênero literário. Finalmente, quando a finalidade do ato de ler e da ação do seu fomento forem também o alcance de um ato político encorpados pelos elementos simbólicos da ordem da educação (livro, leitura, literatura e bibliotecas) para incidir no alcance da emancipação.

As decisões políticas permeiam os sulcos das várias áreas sociais e numa destas encontra-se a educação. Logo, a leitura, vinculada a esta última, não poderia ser diferente. Visto que ler é um direito, um ato político, é possível se estender à palavra tendo previamente vislumbrado o mundo, ao passo que este é ressignificado em virtude do prévio alcance da primeira. Mas para que isso tenha efeito é imprescindível que se lance mão das lentes do pensamento complexo e sistêmico para que seja visto o emaranhado de problemas sociais onde e com o qual o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas se inserem e se relacionam.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio ao que chamamos de complexidade há o que se entende por abordagem sistêmica, essa que resgata a filosofia de envolver tanto a parte no todo, quanto o todo na parte. Sendo a educação uma problemática oportunamente dialogável com esse contexto, o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas enquadram-se plenamente nesse meio, pois, em face ao trabalho desses elementos na ordem da educação, são elementos que propiciam a transformação social.

Com a análise textual foi possível compreender que há relações entre o pensamento dos sistemas abertos propostos por Kantz e Kahn com os elementos livro, leitura, literatura e bibliotecas

como propulsores da transformação social. Se sistemas abertos dialogam com seu meio externo a fim de garantir trocas mediante sua dimensão de um tipo de sistema passível de sofrer desequilíbrios, assim o é, igualmente, o aspecto das transformações sociais viabilizadas pelo livro, leitura, literatura e bibliotecas, pois, em analogia às interações de sistemas abertos com o seu meio externo, transformar a sociedade leva em conta não apenas o relacionamento dos elementos da ordem da educação com os sujeitos sociais, mas a adoção de medidas que passem pelas agendas da mídia, da política e que se estruture, finalmente, na chamada agenda formal, entretanto, para que tal ambição seja alcançada, é preciso um pensamento crítico, conjugado dentro da perspectiva complexa e sistêmica, passível de ser visto na forma de uma estrutura legível e relacional. Desse modo, evidenciamos que a aplicação conjunta do *critical thinking* e do 5W1H não só subsidiou como estruturou e oportunizou o alcance dessa reflexão.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. B. de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2.ed. ver. e ampl. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2005.

ALVES, M. C. L. **Leitura colaborativa-crítica**: a leitura como ato social e político. Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 13, n. 21, p. 143-150, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/issue/download/236/135#page=143>>. Acesso em: 15 set. 2018.

ARAÚJO, L. M. **História das bibliotecas escolares no Brasil, no Paraná e em Londrina**. 2013. 75 f. Monografia (Pós-Graduação Gestão de Biblioteca Escolar) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

BARROCO, J. A. **As bibliotecas escolares e a formação de leitores**. 248 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Minho, Braga, 2004. Disponível em: <[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3400/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Vers%C3%A3o\\_final.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3400/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Vers%C3%A3o_final.pdf)>. Acesso em: 01 set. 2018.

BERTALANFFY, L. **Teoria geral dos sistemas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

BUFALO, K. S. **Políticas públicas para a leitura**: a mercantilização da educação. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Londrina, 2018. Disponível em: <[http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2018/BUFALO\\_-\\_Katia\\_Silva.pdf](http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2018/BUFALO_-_Katia_Silva.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2018.

CALLON, M.; COURTIAL, J.; PENAN, H. **Cientometria**: la medición de la actividad científica de la bibliometría a la vigilancia tecnológica. Gijón: Ediciones Trea, 1995.

CAMILLO, E. S. **Rede de bibliotecas escolares**: uma observação preliminar sobre a possibilidade de uma rede na cidade de Ribeirão Preto. 132 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2017.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Bibliotecas escolares no interior do Estado de São Paulo: evidências sobre a carência de recursos. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 206-223, abr./jul. 2018. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1422>>. Acesso em: 15 set. 2018.

CAPRA, F. Crise e transformação. In: \_\_\_\_\_. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 2012. p. 21-47.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

- CHURCHMAN, C. W. **Introdução à teoria dos sistemas**. 2. ed. Petropolis: Vozes, 1972.
- CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; ET.al. Bibliotecário escolar: um educador. Rev. **ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**. Florianópolis, v.8, p.46. 2003/2004.
- FERRAZ, W. **A biblioteca**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1957.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.
- FRAGOSO, G. M. Rev. Biblioteca na escola. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 7, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000883/01/Rev%5b1%5d.AC-2005-78.pdf>>. Acesso em 03 jul. 2018
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GUIMARÃES, J. **Biblioteca escolar e políticas públicas de incentivo à leitura: de museu do livro a espaço de saber e leitura**. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/92236>>. Acesso em: 13 set. 2018.
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KETTL, D. A revolução global: reforma da administração do setor público. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 75-122.
- MACEDO, N. D. **Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual**. São Paulo: Senac, 2005.
- MERCOSUL – MERCADO COMUM DO SUL. **Países do MERCOSUL**. 2018. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/innovaportal/v/7824/3/innova.front/paises-do-mercosul>>. Acesso em: 28 ago. 2018.
- MILANESI, L. **O que é biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MORAES, R. B. **O problema das bibliotecas brasileiras**. Brasília: ABDF, 1983.
- MORIN, E. **Introdução a pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- \_\_\_\_\_. O sistema: paradigma ou/e teoria?. In: \_\_\_\_\_. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 257-275.
- ROMÃO, L. M. S.; PACÍFICO, S. M. R. **Leituras em discurso: a literatura infantil na sala de aula**. Ribeirão Preto: Alfabeto, 2010.
- SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Sobrevivências das empresas no Brasil: coleção estudos e pesquisas**. SEBRAE: Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia\\_das\\_empresas\\_no\\_Brasil=2013.pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia_das_empresas_no_Brasil=2013.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2018.
- SANTOS, R. N. M.; KOBASHI, N. Y. Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. **Pesq. bras. Ci. Inf.**, v. 2, n. 1, p. 155-172. Disponível em: <[https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10089/1/BIBLIOMETRIA%2c%20CIENTOMETRIA%2c%20INFOMETRIA\\_CONCEITOS%20E%20APLICA%3%87%c3%95ES.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10089/1/BIBLIOMETRIA%2c%20CIENTOMETRIA%2c%20INFOMETRIA_CONCEITOS%20E%20APLICA%3%87%c3%95ES.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2018.
- ROCCO, M. T. F. A importância da leitura na sociedade contemporânea e o papel da escola nesse

contexto. **Série Ideias**, n. 13. São Paulo: FDE, 1994. p. 37-42.

SILVA, E. T. **Leitura & realidade brasileira**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.

UNESCO. **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. 1999. Disponível em:  
<<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso em 03 jul. 2012.



**LUDICIDADE COMO ESTRATÉGIA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE E EMPONDERAMENTO DE IDOSOS EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DO INTERIOR PAULISTA – RELATO DE CASO**

*LUDIC ACTIVITIES AS A STRATEGY FOR THE HEALTH PROMOTION AND EMPOWERMENT IN A LONG STAY INSTITUTION FOR THE ELDERLY IN THE INTERIOR OF THE STATE OF SÃO PAULO – EXPERIENCE REPORTS*

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas  
1.3 Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

OLIVEIRA, Letícia Natália  
Universidade de Franca – UNIFRAN  
Graduanda em Psicologia  
E-mail: [nataliaoliveiraleticia@gmail.com](mailto:nataliaoliveiraleticia@gmail.com)

BULGO, Danilo Cândido  
Universidade de Franca - UNIFRAN  
Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Possui graduação em Fisioterapia, Letras bacharelado: Tradutor e Intérprete, licenciatura em letras com habilitação em Língua Inglesa, Portuguesa e suas respectivas literaturas e licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Franca.  
Pós-graduado em Saúde coletiva com ênfase no gerenciamento de serviços, Psicopedagogia, Educação especial com ênfase em deficiência intelectual, física e psicomotora, Tutoria e ambientes virtuais em educação a distância, Gestão Escolar e Gestão Empresarial. Docente do setor de Educação à Distância da Universidade de Franca.  
E-mail: [danielobulgo@gmail.com](mailto:danielobulgo@gmail.com)

ANDRADE, G  
Doutoranda em Promoção de Saúde, Mestre em ciências pela Universidade de Franca. Graduada em Biomedicina pela mesma instituição de ensino.  
E-mail: [gessicaandrade16123@gmail.com](mailto:gessicaandrade16123@gmail.com)

ALMEIDA JR, Silvio de  
Universidade De Franca - UNIFRAN/ Euro Anglo  
Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da Universidade de Franca. Docente/Pesquisador pela Euro Anglo Cursos Profissionalizantes, atuando na divisão de cursos profissionalizantes nas áreas de Saúde e Bem-Estar. Biomédico habilitado em Patologia Clínica e Microbiologia.  
E-mail: [silvioalmeidajr@yahoo.com.br](mailto:silvioalmeidajr@yahoo.com.br)

BORGES, Ana Paula Oliveira  
Doutora em Ciências Médicas pelo departamento de Neurologia da Universidade de São Paulo (USP/Ribeirão Preto). Mestre em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca (UNIFRAN) Graduação em Fisioterapia, especialização em Fisioterapia Neurológica, residência em Fisioterapia Neurológica. É docente da UNIFRAN.  
E-mail: [ana.oliveira@unifran.edu.br](mailto:ana.oliveira@unifran.edu.br)

## Resumo

Com a diminuição das taxas de fecundidade e os avanços no campo da medicina, farmacologia e tecnologia a expectativa de vida teve um aumento significativo em todo o mundo, elevando o número de idosos. Frente a esse crescimento, o olhar para a pessoa idosa foi modificado, fazendo com que novas formas de tratamento e cuidados surgissem para atender a demanda vinda deste grupo populacional. Ferramentas lúdicas são utilizadas para auxiliar nessa nova maneira de cuidar, no qual a tecnologia é uma forte aliada que corrobora para ampliar a promoção da saúde, emponderamento social e ganho na qualidade de vida e bem estar dos idosos. O presente trabalho aborda através de um relato de experiência a ludicidade como estratégia facilitadora no tratamento de idosos institucionalizados em uma unidade de cuidados para a terceira idade em um município do interior paulista. A metodologia utilizada foram encontros semanais, realizados na instituição no qual idosos foram acompanhados e atividades lúdicas foram usadas como estratégia para promoção da saúde dos idosos. Os resultados mostraram-se relevantes, pois novas ferramentas tornaram os tratamentos pelos quais os idosos passaram mais instigantes, desafiadores, interessantes e corroboraram para maximizar a aderência e pertencimento a sua própria saúde e bem estar.

**Palavras-chave:** Ludicidade, Instituição de Longa Permanência, Idosos

## Abstract

With rising fertility rates and advances in the field of medicine, pharmacology and technology life expectancy have increased significantly worldwide, raising the number of older people. Faced with this growth, the gaze for the elderly was modified, causing the new forms of treatment and care to occur to meet the demand of this population group. The playful ones are used to help in the new way of caring, the technology is an allied gain that corroborates to increase the health, the social commitment and the gain in the quality of life and well being of the elderly. The present work has been approached through an account of experience in playfulness as a facilitative strategy in the treatment of institutionalized elderly in a care unit for a third age in a municipality in the interior of São Paulo. The publication was historic events, not findings in the main study for the activities of elderly. The results have become relevant, challenging, interesting and corroborated to maximize adherence and belonging to your own health and well being.

**Keywords:** Ludic Activities, Long-Term Institution, Elderly

## 1 INTRODUÇÃO

Nos anos 70, a saúde passou a ser vista como um “valor social”, tirando o foco da doença como fator somente patológico, expandindo-se para o conceito da Promoção da Saúde (PS) sendo vista como uma estratégia importante para enfrentar os desafios sanitários daquela época, assumindo a esfera de uma das principais linhas de atuação da Organização Mundial da Saúde (OMS) influenciando ativamente, nos anos seguintes a elaboração de políticas de saúde de diversos países (CARVALHO, 2004).

Em 1986 foi idealizada a Carta de Ottawa, um importante documento norteador de ações que define PS como o processo de capacitação dos indivíduos e da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo (WHO, 1986).

A PS atua em diversas esferas no âmbito da saúde, tendo um papel relevante na vigilância à saúde, na educação em saúde e na vida dos indivíduos e comunidades onde estão inseridos. Como uma importante estratégia da PS, as políticas públicas trazem o indivíduo como ator no ato de cuidar, potencializando suas capacidades individuais, tão como trabalhando seu empoderamento frente a diversas situações em que é preciso ter ciência de seus direitos e deveres, e principalmente fortalecendo seu convívio com os outros indivíduos de sua convivência, a fim de criar ambientes sustentáveis para todos e conscientizar a importância de cada sujeito como promotor de sua saúde, fornecendo condições para que haja sentimento de pertencimento e cidadania (CARVALHO, 2008).

Nessa perspectiva de emponderamento social, as pessoas idosas começam a ganhar notoriedade, seguridade e respaldos de proteção legais. Assim, com a diminuição das taxas de fecundidade, com o aumento da expectativa de vida e da melhoria nas condições de saúde, o envelhecimento populacional vem se tornando um fenômeno mundial. Em 2050, a estimativa é que a população mundial será cerca de 2 bilhões de pessoas com 60 anos ou mais, sendo sua maioria nos países em desenvolvimento como o Brasil (GLOBAL AGE WATCH, 2014).

Foi promulgada em 04 de janeiro de 1994, a Política Nacional do Idoso (PNI), mediante a Lei 8842/94 responsável por assegurar os direitos sociais deste grupo populacional, proporcionando subsídios para promover sua autonomia, integração e ocupação efetiva nos pilares da sociedade. A lei demonstra também que “o dever da família, da sociedade bem como o do estado é assegurar que o idoso tenha todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida e a priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência” (BRASIL, 1994).

Considera-se nesta política, algumas modalidades específicas de atendimento à pessoa idosa como os Centros de Convivência (CCI's), Centro Dia, Casas Lar, Residência Temporária, Família Natural e atendimento domiciliar (auxílio de cuidadores e demais profissionais). Essas modalidades assistenciais de atendimentos são de natureza não asilar. Na assistência asilar, entende-se por atendimento na modalidade institucional, em regime de internato, ao idoso sem vínculo familiar, abandonado ou sem condições de prover sua própria subsistência através da alimentação, de cuidados com a saúde e de convivência social, como Instituições de Longa Permanência (ILPI's) (FRIAS; SILVA NETO, 2012).

O avançar da idade pode trazer alterações que possivelmente afete a saúde dos idosos, comprometendo a capacidade física, funcional e mental do indivíduo em desempenhar determinadas atividades de vida diária. Estas alterações podem tornar os idosos incapazes de cuidarem de si, levando-os a necessitar de ajuda e cuidados, principalmente dos familiares, assim alguns idosos necessitam de cuidados a fim de não serem abandonados e terem uma continuidade digna da vida (REIS, 2013).

As ILPI'S possuem um papel importante nesse sentido, pois visam garantir a atenção ao idoso, uma vez que o aumento da proporção de idosos com incapacidades específicas sejam elas cognitivas ou motoras, a não disponibilidade de cuidados ou até mesmo o rompimento de vínculos familiares, o alto custo dos cuidados domiciliares, moradias com pouco espaço físico que podem acarretar a riscos para quedas, são considerados fatores de risco para a institucionalização destes idosos (CREUTZBERG, 2007).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 283 (BRASIL, 2005), caracteriza ILPI como sendo:

“Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) - instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania” (BRASIL, 2005).

As ILPIs são “instituições governamentais ou não governamentais de caráter residencial, destinadas a serem domicílios coletivos de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania” (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2003). Em 2010, no Brasil já existia cerca de 3.548 dessas instituições, nas quais moram 83.870 idosos. Estas são encontradas em 28,8% dos municípios brasileiros (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010).

Com foco nos idosos institucionalizados surge a estratégia lúdica, sendo capaz de resgatar e proporcionar a oportunidade do despertar da criatividade, imaginação e seu relacionamento com as pessoas a sua volta, bem como auxiliar os profissionais que o lúdico pode ser facilitador nos tratamentos que auxilia na melhora de sua própria saúde e o relacionamento social dentro da instituição em que se encontra.

Negrine (2008) afirma:

“O adulto possui uma capacidade lúdica desde sua pré-história de vida. Acredita ser a ludicidade, antes de tudo, um estado de espírito e um saber que, progressivamente, vai se instalando na conduta do ser, devido ao seu modo de vida. O lúdico refere-se a uma dimensão humana que evoca os sentimentos de liberdade e espontaneidade de ação. Abrange atividades despreziosas, descontraídas, desobrigadas de toda e qualquer espécie de intencionalidade e livres de avaliações e vontades alheias” (NEGRINE, 2008).

Segundo Brunner e Suddarth (2002), os idosos precisam aprender e desenvolver novas habilidades para melhorar a qualidade de vida, e uma das formas para esse técnica é mediante a atividade educativa e de recreação, pois impactam na promoção da saúde para a população de uma ILPS.

Além dos recursos lúdicos, é importante os profissionais trabalharem de forma humanizada, buscando promover a qualidade de vida através de estratégias e ferramentas de uso coletivos ou individuais, valorizando assim o lúdico como o meio de estimulação pessoal (Moura e Camargos 2005).

Negrine (2008) enfatiza, também, para a variedade de atividades lúdicas que podem ser realizadas, podendo ser de maneira ativa e passiva, que corroborem para maximizar a qualidade de vida e prazer dos indivíduos. O autor ainda afirma que quanto mais ativa a ludicidade vivenciada na rotina diária, mais benefícios serão proporcionados aos indivíduos. Ele define como passiva a atividade em que o idoso tem o papel de espectador e como ativa aquela que envolve movimentos corporais com outras pessoas, com objetos e com o ambiente ao redor do idoso, pois a relação com estratégias lúdicas devem ser realizadas com qualidade, pois, quanto maior o grau de interação, maior será o significado que se atribuirá a ela e, por conseguinte, maiores os benefícios.

Jesus e Jorge (1999) ressaltam:

“A atividade lúdica interativa com pessoas gera benefícios como a possibilidade de elaborar perdas e ganhos, de expressar emoções, de desenvolver a afetividade, estimular a convivência, aumentar a autoestima, incentivar a capacidade de aprender, diminuir o nível de ansiedade e de angústia. Essa atividade é de grande ajuda, também, no desenvolvimento das funções psíquicas como orientação, consciência, atenção, concentração, memória, pensamento, percepção, afetividade e inteligência” (JESUS E JORGE, 1999).

Face ao exposto, o objetivo do trabalho é relatar a ludicidade como estratégia para promoção

da saúde de idosos institucionalizados em um lar de longa permanência em uma cidade de médio porte do interior Paulista.

## 2 OBJETIVO

Relatar o uso de atividades lúdicas praticadas com grupo de idosos institucionalizados em um lar de longa permanência localizado no interior Paulista.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi elaborado um cronograma de atividades objetivadas em trabalhar a memória através dos sentidos sensoriais do corpo humano, trabalhando em cada encontro um sentido específico, em encontros semanais às quintas-feiras das 08h00 às 11h00. A instituição conta com cerca de quarenta idosos residentes, com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, no qual vivem permanentemente no lar. Existe uma equipe multidisciplinar para atender as necessidades dos idosos, visto que auxiliaram na participação e contribuíram para a realização de diversas atividades, como exercícios ao ar livre, supervisionados pelo fisioterapeuta e pela psicóloga; atividade psicomotora, auxiliada pela terapeuta ocupacional e a participação diária dos enfermeiros, cuidadores e voluntários que colaboraram nos cuidados dos idosos. Foi proporcionado aos idosos um resgate de suas vivências através de atividades envolvendo recursos midiáticos atuais, tecnologia assistiva, sons, objetos diversos, alimentos e aromas comuns ao cotidiano deles.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A necessidade de lidar com uma população que envelhece, tem apresentado desafios para diversas pilares sociais e das políticas públicas, bem como para a formação profissional, que precisa estar constantemente se atualizando para lidar com as demandas e necessidades deste grupo populacional. Desta forma torna-se necessário pensar estratégias e práticas que possibilitem contato direto com os idosos, a fim de proporcionar o desenvolvimento de habilidades e competências que possibilitem os profissionais, a formação necessária para trabalhar com este grupo populacional, correspondendo às demandas típicas desta fase do ciclo vital.

No primeiro contato com a instituição, tanto a equipe quanto os idosos se mostraram muito receptivos e abertos com a chegada dos profissionais. A coordenadora e a psicóloga responsável do Lar, que proporcionaram uma rica conversa para explicar o funcionamento, a história, a missão e também expor o planejamento das atividades a serem realizadas. Desde o início da intervenção, foi observado a importância do cuidado e assistência humanizada de uma equipe multidisciplinar para com a pessoa idosa, principalmente quando nos referimos ao idoso residente de uma ILPI, levando em consideração as capacidades físicas, psíquicas e emocionais de cada idoso.

Nesta perspectiva, Bosnic et al (2012) considera que a humanização da saúde é uma maneira de aproximar-se do indivíduo nos momentos difíceis, delicados e de grande sofrimento, percebendo-a em sua totalidade de ser humano autônomo e responsável, ao escutá-lo com respeito, oferecendo igualdade na abordagem.

Na terceira idade há uma perda significativa das percepções sensoriais dos indivíduos, sendo esse um processo natural do envelhecimento, trazendo agravos e impactando aos aspectos biopsicossociais fundamentais para o meio social os quais estão inseridos.

Zimmerman (2000, p.56) considera que “além das alterações biológicas visíveis ou não no corpo físico do idoso, há também uma séria de mudanças do comportamento que se instalam no ser humano com o decorrer do envelhecimento”.

Com o avançar das convivência com os idosos, observou-se que trabalhar os sentidos corporais por meio de atividades lúdicas seria o ponto chave para promover a “melhoria de suas percepções” e principalmente a socialização. A partir dessa observação foi estabelecido que em cada encontro seria trabalhado um sentido corporal específico: visual, auditivo, olfativo, tátil e gustativo. Atividades relacionadas ao tato e ao olfato, em que os idosos tocavam diversos objetos e sentiam o cheiro de alimentos, os remeteram a muitas vivências do passado, tornando um momento livre para troca de experiências e de relatos de fatos vividos (Apêndice 01).

As atividades relacionadas à visão proporcionaram uma experiência única para os idosos, visto que lhes foi apresentada uma tecnologia de realidade virtual, a qual lhes possibilitou o despertar

da curiosidade perante um novo cenário, com a sensação de liberdade, ainda que fictícia raramente experimentada desde que foram internados na instituição (Apêndice 02).

Com relação à percepção auditiva, notou-se uma grande receptividade por parte dos idosos que identificaram sons de animais corretamente e, como ocorridos para as experiências táteis e olfativas, os relacionaram a fatos particulares do passado (Apêndice 03).

Assim, foram realizadas atividades ao ar livre que, além de estimular diferentes sentidos corporais, traziam momentos de descontração e de exercícios físicos e cognitivos. Essas atividades também permitiam a integração com demais profissionais, o Fisioterapeuta, que acompanhou nas atividades fora da instituição (Apêndice 04).

Entre as atividades ao ar livre, destacou-se uma visita à uma universidade de grande porte da cidade, na qual os idosos tiveram a oportunidade de aproximação intergeracional através do contato com diferentes classes universitárias (alunos, professores e funcionários). Ainda nessa visita, os idosos puderam degustar diferentes alimentos preparados pelos alunos do curso de Gastronomia supervisionados por uma professora do curso de nutrição da referida universidade. Os idosos experimentaram novos sabores e apreciaram muito essa vivência atípica (Apêndice 05).

A partir de todas essas vivências a Instituição visitada apresentou interesse em dar continuidade às atividades elaboradas e realizadas, visto que os idosos também demonstraram interesse e disposição em outras futuras práticas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo leva a observar que os idosos institucionalizados do lar visitado, apreciaram os estímulos recreativos e estratégias lúdicas durante a permanência na ILP, podendo auxiliar para o aumento na qualidade de vida, propiciando maior estímulo das funções cognitivas, autonomia, bem estar e integralidade. A partir das atividades recreativas, conseguimos fazer com que os idosos participantes do estudo pudessem vivenciar momentos de alegria, e por um período esquecer os momentos de institucionalização. Uma equipe multidisciplinar atuante dentro de uma instituição de longa permanência é extremamente relevante, pois através do contato diário com os idosos são capazes de reconhecer as necessidades individuais e coletivas, atendendo-os de forma a melhorar sua qualidade de vida, porém os profissionais devem se capacitar e buscar novas ferramentas que favoreçam o manejo e tratamento dos idosos, sendo necessário observá-los em sua totalidade, como indivíduos biopsicossociais e espirituais.

## REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (BR). Resolução nº. 283, de 26 de setembro de 2005. Aprova o regulamento técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de longa permanência para idosos, de caráter residencial, Diário Oficial da União 27 nov 2005; Seção 1.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC Nº283, de 26 de setembro de 2005. Diário Oficial da União, 2005.

BOSNIC-ANTICEVICH, S., DEY, RM; VRIES, RJ e Collaboration in chronic care: unpacking the relationship of pharmacists and general medical practitioners in primary care. Int J Pharm Pract; 19(1): 21-9, 2011 Feb. Artigo [MEDLINE PMID: 21235656].

BRUNNER, e SUDDARTH, (2002). Tratado de Enfermagem Médico Cirúrgica. 9 ed. v. 1. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.

CARVALHO, Sérgio Resende et al. Os múltiplos sentidos da categoria empowerment no projeto de promoção à saúde. Cadernos de Saúde Pública, 2004. Disponível em: <[www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource\\_ssm\\_path=/media/assets/csp/v20n4/24.pdf](http://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v20n4/24.pdf)> Acesso em: 22 de set de 2018.

CARVALHO, Sérgio Resende et al. Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista. **Ciência & saúde coletiva**, 2008. Disponível em: <[www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource\\_ssm\\_path=/media/assets/csc/v13s2/v13s2a07.pdf](http://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v13s2/v13s2a07.pdf)> Acesso em: 22 de set de 2018.

CREUTZBERG, Marion et al. A instituição de longa permanência para idosos e o sistema de saúde. Revista Latino-americana de enfermagem, v. 15, n. 6, 2007. Disponível em: <[www.redalyc.org/html/2814/281421879014/](http://www.redalyc.org/html/2814/281421879014/)> Acesso em: 17 de set. de 2018.

FRIAS, S. R.; SILVA NETO, A.C.O. Cartilha – Instituições de Longa Permanência para idosos. UNATI/UERJ – Universidade Aberta da Terceira Idade. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[www.unatiuerj.com.br/Cartilha%20ILPI%20FINAL%20PDF.pdf](http://www.unatiuerj.com.br/Cartilha%20ILPI%20FINAL%20PDF.pdf)> Acesso em 22 de set. de 2018.

GLOBAL AGE WATCH INDEX. Site. Disponível em: <http://www.helpage.org/global-agewatch>. Acesso em: 19 set. 2018.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (BR). Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Brasília (DF): IPEA; 2010

MOURA, L. F.; CAMARGOS, A. T. (2005). Atividades educativas como meio de socialização de idosos institucionalizados. In: 8º Encontro de extensão da UFMG, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: UFMG, pp. 3-8.

Negrine, A. (2008). O lúdico no contexto da vida humana: Da primeira infância à terceira idade. In S. M. P. Santos (Org.). Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico (pp. 15-24). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Reis LA, Oliveira EN, Oliveira TA, Caires R, Santos BS. Perfil sociodemográfico e de saúde do idoso em instituição de longa permanência para idosos em Vitória da Conquista/BA. Inter Scientia. 2013;1(3):50-9.

WHO 1986. Carta de Ottawa, pp. 11-18. In Ministério da Saúde/FIOCRUZ. Promoção da Saúde: Cartas de Ottawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá. Ministério da Saúde/IEC, Brasília.

ZIMERMAN, Guite I. Dificuldades da família com o velho. Velhice: aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

**APÊNDICE 01**



**APÊNDICE 02**





**Apêndice 03**



**Apêndice 04**



APÊNDICE 05



**MARKETING SUBLIMINAR: UM ESTUDO DAS INFLUÊNCIAS EXTERNAS COMO FATOR DETERMINANTE NA DECISÃO DE COMPRA DO CONSUMIDOR**

**SUBLIMINAL MARKETING: A STUDY ON EXTERNAL INFLUENCES AS A DETERMINING FACTOR IN THE CONSUMER PURCHASE DECISION**

Área temática: Desenvolvimento e Integração Regional - Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

FERNANDES, Mylena Maria Vieira  
Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP - UNIFUNEC  
Graduando em Administração  
mylena.fernandes@hotmail.com.  
SOLFA, Daniel de Oliveira  
Graduando em Administração  
Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP - UNIFUNEC  
danielsolfa@hotmail.com.

**Resumo**

O Marketing Subliminar é uma ferramenta estratégica de vendas utilizada pelas organizações com o propósito de estimular o desejo de adquirir um produto através de três técnicas: o Som, o Cheiro e as Cores, trabalhando em conjunto o Marketing Sensorial e as Mensagens Subliminares. Este artigo tem por objetivo verificar o Marketing Subliminar como ocasionador de vantagem competitiva para as organizações e de que maneira a sua atuação pode interferir no comportamento do consumidor. Para tal, foi aplicada uma pesquisa de campo juntamente com um estudo-piloto visando à minimização de erros nos resultados finais, tendo como objeto/fonte estudantes concluintes do ensino médio, para o estudo-piloto, e estudantes ingressantes no ensino superior do curso de Odontologia. No desenvolvimento da pesquisa foi analisada a forma de atuação do Marketing Subliminar no processo de escolha de um chocolate, desenvolvido em dois ambientes, um com componentes que remetem ao desejo de consumo e outro sem associação com esse produto. Com os resultados obtidos percebe-se que as influências externas desenvolvidas no ambiente de exposição de um produto podem agregar valor a uma marca, pois desperta nos consumidores emoções ocultas em seu subconsciente, as associando as suas características. A inclusão de estímulos sensoriais, como no caso do estudo de elementos olfativos e audiovisuais, juntamente com mensagens subliminares que são assimiladas pelo subconsciente dos indivíduos, despertando o desejo de consumo pelo produto, tornando-o distinto e mais atrativo do que o exposto no ambiente sem influência, sendo determinante na sua decisão de preferência de aquisição.

**Palavras-chave:** Influências. Mensagens Subliminares. Estímulos Sensoriais.

**Abstract**

Subliminal Marketing is a strategic sales tool employed by organizations with the purpose of stimulating the desire to acquire a product through three techniques: Sound, Scent and Colors, working together on Sensory Marketing and Subliminal Messages. This article aims to verify Subliminal Marketing as a factor of competitive advantage for the organizations and in which ways its action can interfere in the behavior of the consumer. To accomplish that, a field research was applied along with a pilot study aiming at the minimization of errors in the results, whose object / source were high school students for the pilot study, and students entering higher education, more specifically the Dentistry course. In the development of the research, the Subliminal Marketing performance was analyzed in the process of choosing a chocolate, developed in two environments, one with components that refer to the desire of consumption and another without any association with this product. Results obtained, it is noticed that the external influences developed in the environment of exposure of a product can aggregate value to a brand, as long as it arouses emotions hidden in the consumers' subconscious, associating them with its characteristics. The inclusion of sensory stimuli, as in the case of this study, the smell and audiovisual elements, together with subliminal messages

that get assimilated by the subconscious of the individuals arouses the desire of consumption for the product, making it distinct and more attractive than the one exposed in the influence-free environment, being decisive in their decision making of acquisition.

**Keywords:** Influences. Subliminal Messages. Sensory Stimuli.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 Conceito de Marketing

“Marketing é um processo social e gerencial pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam através de criação, oferta e troca de produtos de valor com outros.” (KOTLER, 1998, p.27).

De acordo com Las Casas (2001), Marketing é uma terminologia americana que significa ação no mercado, utilizado para desenvolver a competitividade empresarial nas organizações, visando manter sua posição e conseqüentemente aumentar sua participação de mercado, buscando a cada dia sair à frente de seus concorrentes. Com isso, conhecer a forma de apresentar o produto para o público-alvo e as maneiras de como induzi-lo a compra é essencial para que consiga sobreviver em um ambiente tão altamente competitivo.

A partir desses contextos, entendemos Marketing como processos desenvolvidos pelas organizações para descobrir as necessidades e desejos de seu consumidor com o intuito de comercializar seus produtos ou serviços. Os indivíduos ficam mais propensos ao consumo quando suas expectativas são elevadas, sendo este um fator determinante para a sua permanência no mercado.

### 1.2 Aspectos do Comportamento do Consumidor

O Comportamento do Consumidor é o estudo que indica as formas de como o público-alvo se comporta antes, durante e depois da aquisição de bens ou serviços. Conhecer esses indicadores permite a construção de fatores que podem levar à compra indutiva, ou por impulso, de um produto.

“O ambiente físico é o aspecto físico e espacial concreto do ambiente que circunda uma atividade de consumo. Estímulos como cor, ruído, iluminação, clima e a posição de pessoas ou objetos no espaço podem influenciar o comportamento do consumidor.” (MOWEN; MINOR, 2003, p.248). O ambiente físico utilizado de maneira estratégica pode influenciar a escolha do consumidor, implantando os cinco sentidos humanos: tato, visão, olfato, paladar e audição, sendo estes janelas de entrada para desenvolver o lado emocional do ser humano, induzindo-o à compra. Por conta disso, é de suma importância conhecer as variáveis do comportamento de seu público-alvo na elaboração de um ambiente atrativo ao consumo.

A fixação de uma marca no consciente do consumidor exige desenvolver percepções para estabelecer predominantemente a necessidade e o desejo do consumo de um produto, podendo ser, de acordo com Serrano (2000), as percepções por Atenção Seletiva, Distorção Seletiva e Retenção Seletiva. A Percepção por Atenção Seletiva se dá quando o consumidor vai em busca de um produto

com uma certeza definida de compra, pois o Marketing cria estímulos no consciente fazendo subliminarmente o consumidor prestar atenção no produto. A Percepção Distorção Seletiva é utilizada para agregar valor ao ato de compra, reforçando positivamente o seu desejo de aquisição. E, por fim, temos a Percepção Retenção Seletiva utilizada para guardar informações necessárias que o produto transmite, fixando mensagens no consciente, associando a comunicação subliminar ao produto.

Kotler (2000) afirma que a tarefa principal para o profissional de Marketing é entender quais aspectos são responsáveis pela decisão de compra de um consumidor, expondo possíveis Estratégias de Marketing no ambiente físico que possa despertar em seu consciente estímulos a desejos de compra. Os estímulos provêm de fatores culturais, sociais, pessoais e psicológicos, desenvolvidos ao longo de sua existência, não podendo ser ignorados durante a constituição das estratégias.

### **1.3 Estudos que Compõem o Marketing Subliminar**

#### **1.3.1 Neuromarketing**

A partir do conhecimento adquirido pelos aspectos do Comportamento do Consumidor e as variáveis envolvidas na composição de suas necessidades e desejos, é possível desenvolver o Estudo do Neuromarketing que, de acordo com Reade et al. (2013, p. 07) “[...] os estudos em Neuromarketing permitem que analisemos reações, expressões, ondas cerebrais e batimentos cardíacos para identificar elementos mais sutis dos processos de escolha, elementos que jamais foram descobertos pelos estudos tradicionais.”, ou seja, é um processo que visa associar os impulsos neurológicos dos consumidores diante de situações específicas do seu cotidiano a estratégias mercadológicas que visam influenciar a escolha de aquisição, proporcionando maior eficiência no planejamento das campanhas publicitárias de novos produtos ou serviços.

Segundo Camargo (2013), nas pesquisas envolvendo o Neuromarketing, o público-alvo é observado sem sofrer nenhum estímulo controverso, é dada a liberdade de agir conforme o seu cotidiano, oferecendo melhores dados em comparação aos métodos tradicionais de pesquisa de opinião, visto que quando um indivíduo é submetido a esses testes tende a respondê-lo em concordância aos padrões estabelecidos pela sociedade, e não como realmente pensa, com suas próprias emoções, comportamentos e julgamentos.

Lindstrom (2009) expõe a existência dos neurônios-espelho, que são neurônios localizados na região pré-motora do cérebro, ou F5 como é nomeado pelos neurocientistas, que se ativam no instante em que uma ação está sendo realizada por um indivíduo e observada por outro, reagindo ao que é conhecido como gestos direcionados, atividades que envolvam um objeto específico, e não movimentos aleatórios. Podemos ver esse tipo de ação quando uma pessoa boceja e automaticamente alguém ao seu redor faz o mesmo movimento ou quando sorrimos ao ver alguém feliz. Esses neurônios são o motivo pelo qual, muitas vezes, imitamos involuntariamente o comportamento de outras pessoas, não necessariamente estando frente a frente, apenas ler sobre determinado assunto, possibilita nos encaixarmos ao comportamento desse indivíduo.

Baseado nas definições apresentadas nota-se que o Neuromarketing é um estudo determinante para a constituição de estratégias competitivas eficientes, e quando vinculado ao *Branding* Sensorial proporciona um aperfeiçoamento na forma como uma organização apresenta os seus produtos e serviços ao mercado consumidor.

### **1.3.2 Branding Sensorial**

Segundo Rosário (2015), o *Branding* Sensorial visa gerenciar uma marca desenvolvendo os cinco sentidos do consumidor (visão, audição, olfato, paladar e tato), propondo estratégias através de dados relevantes, compondo o seu valor de marca. Esse processo é árduo, pois pretende criar um ambiente físico com o objetivo de enaltecer o produto, fazendo com que os clientes, assim que entrem no estabelecimento, despertem emoções que lhes remetam a sensação de contentamento ao consumir os produtos dessa organização, construindo uma relação duradoura almejando a fidelização desses indivíduos.

“O que realmente satisfaz as necessidades não são fatores necessariamente percebidos pelo consumidor, quer dizer, não estão muitas vezes ao nível do consciente.” (COBRA, 1997, p.37). A compra por impulso está ligada a concepção de que o consumidor adquire um produto não somente por estar necessitado, e sim para lhe proporcionar algum bem estar proveniente do seu subconsciente. Sabendo disso, as empresas criam cenários propícios para a exposição de seus produtos, fazendo os consumidores serem influenciados durante o processo de compra.

As empresas modernas vêm utilizando diversas ferramentas de Marketing, como os estímulos subliminares no ponto de venda, para ganhar espaço nesse grande mercado competitivo, elaborando táticas para implantar uma mensagem dentro do consciente do consumidor.

### **1.4 O Marketing Subliminar**

Andreasi (2011) explica que o Marketing Subliminar é um estudo mais aprofundado do *Branding* Sensorial, uma ferramenta estratégica de vendas utilizada pelas organizações com o propósito de influenciar o consumidor a adquirir produtos em razão das emoções despertadas no estabelecimento, através de três técnicas: o Som, o Cheiro e as Cores. O Som atua diretamente na forma como o consumidor agirá em um determinado ambiente, as músicas mais agitadas tornam o consumo mais rápido, as mais lentas um processo desacelerado. Podemos ver o uso dessa tática em restaurantes, a utilização de músicas suaves traz a sensação de conforto, de bem estar, fazendo com que o consumidor fique mais tempo no estabelecimento, consumindo mais produtos. O Cheiro desperta emoções através do aroma de um produto ou de uma loja, remetendo ao subconsciente do indivíduo que ele necessita consumir para satisfazer um desejo, como a vontade de comer um pãozinho com café recém assado ao se passar na frente de uma padaria, ou de comprar um sapato novo ao passear em um shopping e sentir o aroma doce inconfundível das sapatilhas Melissa, por exemplo, ficando mais inclinados a adquirir o produto por impulso. As Cores têm o intuito de proporcionar aos consumidores o reconhecimento de marcas através do *layout* do seu logotipo, desenvolvendo a sua identidade visual, buscando ter a preferência no momento de aquisição do

produto, como no caso da Coca-Cola, há um reconhecimento só pela cor vermelha da lata, se tornando a marca número um na mente dos consumidores. Através da combinação das cores, é possível passar diversas informações sobre as políticas organizacionais aos clientes e *stakeholders*, devendo ser criteriosamente escolhidas.

A exploração individual dos sentidos oferece apenas uma faceta da realidade, tornando quase impossível criar o quadro completo. Cada sentido está inerentemente interconectado com os outros. Nos saboreamos com o nariz, vemos com os dedos e ouvimos com os olhos (LINDSTROM, 2007, p. 81).

Oliveira e Braga (2013) expõem que, a utilização desses três sentidos – a visão, a audição e o olfato – devem ser realizados com muito cuidado e planejamento, visto que os efeitos sonoros, as fragrâncias em um ambiente e o designer de um logotipo devem estar coerentes com a mensagem que se deseja transmitir, evitando investimentos mal sucedidos. A associação desses três sentidos ativa a percepção sensorial dos consumidores, aumentando a projeção de vendas das organizações.

Sendo assim, podemos compreender que o Marketing Subliminar é uma ferramenta estratégica de vendas que pode ser utilizada por empresários que comercializam produtos em um espaço físico, desenvolvendo atrativos através do aroma, da música ambiente e a da cartela de cores presentes na exposição do produto, estimulando a sua aquisição.

Para auxiliar no processo de implementação, os profissionais utilizam a Associação Sensorial, que, segundo Lindstrom (2009), implanta mensagens subliminares no ambiente de exposição do produto, afetando o poder de decisão do consumidor, conduzindo a forma como acontecerá o consumo. Essa prática é atribuída aos neurônios-espelho, já que ativam as mesmas áreas cerebrais responsáveis pela visão, olfato e audição.

### **1.5 Forma de Atuação do Marketing Subliminar**

De acordo com Lindstrom (2009), um dos primeiros dados que se tem acerca do uso de táticas subliminares veio de James Vicary, um pesquisador de mercado que em 1957 reproduziu durante a exibição de um filme em dias alternados imagens simples de 1/3.000 segundos com as frases de impacto “*Drink Coke*” (Beba Coca-Cola) e “*Eat Popcorn*” (Coma Pipoca) despertando o interesse dos telespectadores em consumir esses produtos comercializados pelo cinema, afirmando que houve um crescimento de 18,1% nas vendas de Coca-Cola e 57,8% nas de pipoca. Vicary conseguiu uma alta repercussão com o seu projeto científico, e em 1962, foi desafiado pelo Dr. Henry Link, presidente da *Psychological Corporation*, a repetir esse experimento. Entretanto, dessa vez não houve nenhum resultado positivo nas vendas e, durante uma entrevista à revista *Advertising Age*, Vicary admitiu que seu experimento fora apenas um truque, que inventou os dados com a intenção de salvar a sua falida agência.

Segundo Guéguen (2010), a influência subliminar só surte efeito em indivíduos que já consuma produtos ou serviços similares ao exposto pela mensagem subliminar, ou seja, as necessidades das pessoas podem ser despertadas desde que estejam pré-dispostas a consumir determinados produtos e serviços.

Com base nessas definições, podemos entender que o Marketing Subliminar desperta o desejo de consumo dos indivíduos com a utilização do Marketing Sensorial, por meio das Mensagens Subliminares.

Campanhas publicitárias, *merchandising* e até mesmo outras maneiras de divulgação, trazem consigo um subliminar, algo que envolva seu público e leve-o a conhecer seus produtos. Assim como parte do intuito seja apresentar a marca e torná-la memorável em algum momento, por algum aspecto que a mesma carregue, seja a forma, a cor, o jingle, ou um garoto propaganda que se destaque (DIAS, 2014, p. 10).

Dantas (2018) discorre que a Mensagem Subliminar trabalha com o subconsciente das pessoas, sendo captadas e assimiladas sem nenhuma barreira consciente, influenciando suas escolhas e motivando a tomar certas atitudes no ato do consumo.

Segundo Robbins (2008), o comportamento motivacional de aquisição é fruto de estímulos subliminares internos ou externos que exercem influência sobre os consumidores, despertando a satisfação de compra.

A Mensagem Subliminar é um dos meios utilizados pelo Marketing Subliminar para atingir o seu público-alvo, podendo ser aplicada nas propagandas anunciadas nos meios de comunicação, durante o atendimento ao cliente, no ambiente do estabelecimento onde há o comércio e no designer tanto da embalagem quando do produto.

A partir desses conceitos, compreendemos que o Marketing Subliminar surtirá o efeito desejado quando for bem empregado o uso dos três sentidos humanos para induzir os indivíduos pré-dispostos a consumir determinados produtos ao adentrarem no estabelecimento.

Desse modo, o Marketing Subliminar pode ser utilizado como uma ferramenta estratégica para gerar vantagem competitiva às organizações, devendo estar intrinsecamente envolvida nas estratégias mercadológicas e de vendas, surtindo efeito no processo decisório de aquisição de seus produtos.

### **1.6 O Marketing Subliminar como Ocasionalador de Vantagem Competitiva**

Porter (2012) relata que as organizações devem comercializar seus produtos aos compradores que mais a favoreçam, ou seja, a uma clientela distinta, selecionada com a devida atenção para as suas condições estruturais. Isso influencia fortemente o índice de crescimento da empresa, tornando possível desenvolver estratégias direcionadas a esse público, alcançando melhores resultados organizacionais e propiciando vantagem competitiva.

“Uma empresa possui vantagem competitiva ao obter um diferencial que possibilite manter uma posição superior em relação a seus concorrentes.” (NEVES, 2009, p. 73). Vivemos em um momento onde grandes oportunidades são aproveitadas pelas organizações, há novas tecnologias sendo desenvolvidas e implantadas, gerando ideias inovadoras para produtos ou serviços. As organizações voltam seus esforços para agradar aos clientes, desenvolvendo estratégias para cativá-los, estabelecendo um mercado cada vez mais competitivo, tornando a busca por diferenciação algo de grande valor, podendo ser decisório em sua permanência no mercado.



Segundo Bernardi (2003), para que as organizações consigam sobreviver ao mercado empresarial é necessário aprender a conviver com as mudanças, com o caos, com a variedade, com a diversidade, com os conflitos e todos os imprevistos que possam surgir. Os empresários precisam estar preparados para agir de forma rápida, com estratégias pré-estabelecidas para novas abordagens, visando propiciar um ambiente empresarial de confiança mútua, integração, persistência, criatividade e iniciativa, aspectos decisivos para a atuação e estabilidade em seu ramo empresarial.

O Marketing Subliminar é uma excelente ferramenta de venda para obter vantagem competitiva, pois agrega valor ao produto a partir do ambiente físico ao qual está inserido, influenciando diretamente no processo de aquisição, podendo ser utilizado por todas as tipologias industriais e portes de empresas.

Com base nas teorias apresentadas, para alcançar a estabilidade no mercado, os empresários precisam saber para quem seus produtos são produzidos e comercializados e sobre as suas perspectivas e preferências acerca dele. A aceitação do produto pelos consumidores, a qualidade (tanto do próprio produto quanto do atendimento) e a política de preços estabelecida, são pontos fundamentais a serem considerados durante a elaboração de suas estratégias, gerando vantagem competitiva, aumentando a sua fatia de mercado e consequentemente seu lucro.

## **2 METODOLOGIA**

Este artigo tem por objetivo verificar o Marketing Subliminar como ocasionador de vantagem competitiva para as organizações e de que maneira a sua atuação pode interferir no comportamento do consumidor. Para atender o objetivo foi aplicada uma pesquisa de campo, a partir das considerações teóricas dispostas na literatura, juntamente com um estudo piloto visando à minimização de erros nos resultados finais.

Segundo Severino (2009), na pesquisa de campo o objeto/fonte é analisado em seu ambiente próprio, ou seja, os dados são coletados nas condições naturais do fenômeno, sendo observado pelo pesquisador, abrangendo desde os levantamentos considerados mais descritivos até os estudos mais analíticos.

Para Andrade (2010, p.125) “O desenvolvimento de uma pesquisa de campo exige um planejamento geral e um plano específico para a coleta de dados, bem como um relatório escrito das várias etapas da pesquisa, incluindo os resultados obtidos.”

Para a aplicação prática do estudo, optamos por trabalhar com um produto que fosse de agrado da população para minimizar as chances de rejeição durante a pesquisa. Assim, escolhemos o chocolate como atrativo e desenvolvemos dois ambientes conforme as especificações do Marketing Subliminar e um terceiro para a aplicação do questionário.

Para eliminar as chances de reconhecimento da marca do chocolate utilizado, adquirimos duas barras de um quilo que foram derretidas e transformadas em pequenos bombons de dez gramas.

Definimos que o objeto-fonte da pesquisa seriam pessoas jovens, pouco esclarecidas sobre

publicidade e propaganda e que consumissem o produto. Aplicamos o experimento com os estudantes concluintes do ensino médio, para o piloto, e do primeiro semestre do curso superior para o oficial.

“Para o processo quantitativo a amostra é um subgrupo da população de interesse sobre o qual os dados serão coletados, e que deve ser definido ou delimitado anteriormente com precisão, pois ser representativo dessa população.” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 184). O estudo piloto foi realizado com o terceiro ano do Ensino Médio da Escola Estadual Rubens de Oliveira Camargo em Rubinéia-SP, constituído de 51 estudantes, compreendendo uma amostra de 49,02%, enquanto que o experimento oficial foi realizado com os estudantes do primeiro semestre do curso de Odontologia, composto por 75 estudantes, compondo uma amostragem de 40%.

De acordo com Klein et al. (2015), um questionário é um instrumento de coleta de dados para mensurar um experimento através de perguntas sobre o tema de estudo, podendo ser abertas ou fechadas. Um questionário foi utilizado a partir de um roteiro previamente elaborado como ferramenta para a coleta de dados desta pesquisa, sendo aplicado após os indivíduos adentrarem nos dois ambientes desenvolvidos para a execução do estudo.

## 2.1 Primeira Etapa da Pesquisa de Campo

O desenvolvimento de um estudo piloto é de grande valia para fornecer diretrizes para aprimorar a pesquisa antes de ser aplicada no grupo principal, minimizando possíveis falhas de execução que contribuam com resultados indesejados. Dessa forma, aplicamos o estudo piloto com 25 estudantes do Ensino Médio da Escola Estadual Rubens de Oliveira Camargo em Rubinéia-SP, onde desenvolvemos dois ambientes descritos no quadro abaixo:

Quadro 01 – Apresentação dos ambientes do teste piloto.

AMBIENTE SEM INFLUÊNCIA	AMBIENTE COM INFLUÊNCIA
<b>SENTIDOS OLFATIVOS</b>	
O aroma do recinto foi sutil, a fragrância usada foi a de lavanda para afetar a degustação.	Foi borrifada no ar a essência de chocolate não diluída em água, potencializando o seu aroma.
<b>SENTIDOS AUDIOVISUAIS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>•O vídeo passado foi elaborado com cores frias em tons esverdeados, fazendo o inverso da mensagem subliminar, não despertando o desejo de consumo.</li> <li>•As imagens em ambos os vídeos eram as mesmas, mas neste não se fez uso de mensagens ocultas.</li> <li>•Foi utilizado um fundo musical irregular, com a mistura de notas rápidas e lentas deixando os participantes inseridos em um ambiente neutro, sem nenhum tipo de fator subliminar sugestivo de compra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•O vídeo foi desenvolvido com cores em tons amarelados e alaranjados que despertam fome e a atenção, estimulando o desejo pelo produto.</li> <li>•Entre as imagens e frases foram inseridas mensagens subliminares remetendo ao chocolate da sala 02 a cada 0,05 frames de segundos, aparecendo com efeito de flash, deixando somente o cérebro captar a informação inserida.</li> <li>•No decorrer do vídeo aparecia a palavra Nestlé a cada 0,5 segundo em letras embaralhadas, deixando os indivíduos propensos à escolha dessa marca.</li> <li>•O fundo musical foi de notas rápidas e alegres, deixando o público animado e confiante ao fazer a degustação do chocolate.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em ambos os ambientes as carteiras foram organizadas para formar um labirinto, para que os

participantes pudessem caminhar até a degustação e a observação dos vídeos. A decoração foi modesta, apenas uma toalha branca na mesa e os recipientes contendo os bombons de chocolate.

## 2.2 Segunda Etapa da Pesquisa de Campo

A aplicação do experimento oficial foi realizada com um grupo de 30 estudantes do curso de Odontologia do Centro Universitário de Santa Fé do Sul em duas salas conforme o quadro a seguir:

Quadro 02 – Apresentação dos ambientes do experimento oficial.

AMBIENTE SEM INFLUÊNCIA	AMBIENTE COM INFLUÊNCIA
<b>SENTIDOS OLFATIVOS</b>	
A fragrância utilizada foi de pêssego, remetendo a idealização de consumo de produtos naturais, fazendo o inverso da mensagem subliminar proposta para o estudo.	O aroma do ambiente manteve-se o mesmo do teste piloto.
<b>SENTIDOS AUDIOVISUAIS</b>	
Manteve-se o mesmo vídeo utilizado no teste piloto.	A alteração feita nesse vídeo foi a inserção da imagem da logo da Nestlé a cada 0,003 frames segundos, aparecendo com efeito de flash, sendo imperceptível a olhos humanos, deixando somente o cérebro captar a informação inserida.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A decoração dos recintos manteve-se a mesma do teste piloto, uma mesa com uma toalha branca por cima e ao centro o recipiente com os bombons. Já a elaboração do *layout* dos ambientes não foi em forma de labirinto, foram usadas fitas de isolamento para diminuir o espaço e não dispersar os participantes, mantendo-os no campo de visão para assistir ao vídeo. Foram posicionadas em pontos estratégicos plaquinhas informando qual o nome do chocolate presente na sala, diminuindo possíveis equívocos ao preencher o questionário.

Com base nos resultados da experiência, foi possível verificar se o Marketing Subliminar utilizado como estratégia de vendas, pôde gerar vantagem competitiva para as organizações, influenciando diretamente o processo de escolha e aquisição de um determinado produto exposto em um ambiente físico planejado.

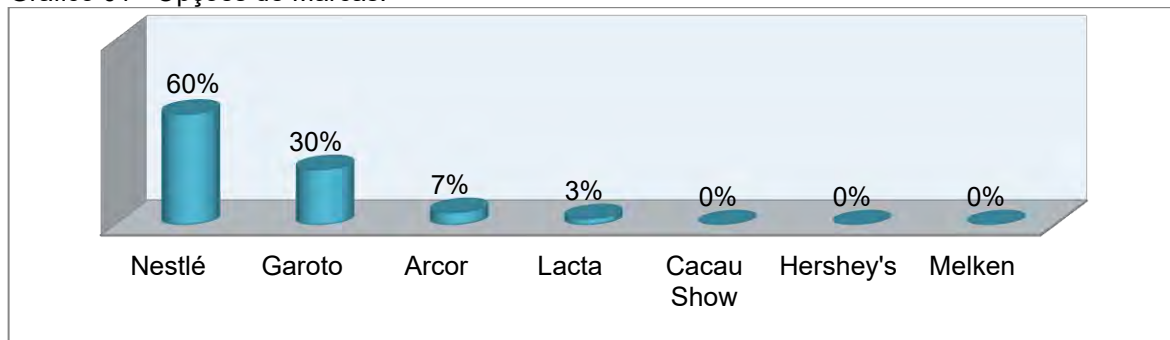
## 3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS DO EXPERIMENTO

Depois de realizadas alterações na forma de aplicação do questionário e de apresentação do produto, obtivemos os resultados a serem apresentados abaixo. Manteve-se a terceira sala para a aplicação do questionário realizado com 30 estudantes do primeiro ano do curso de Odontologia do Centro Universitário de Santa Fé do Sul.

Dentre os participantes, 97% relataram que apreciam chocolate e apenas 3% desgostam. Logo em seguida, avaliaram os chocolates expostos nas salas, 91,5% atribuíram nota 05 (ótimo) e 8,5% nota 03 (regular) ao chocolate da sala com influencia subliminar. Ao chocolate da sala sem influencia, 74,2% deram nota 05 (ótimo) e 25,8% nota 03 (regular). Nenhum chocolate recebeu nota 01 (ruim).

Sobre a marca do chocolate utilizado, apontaram o resultado:

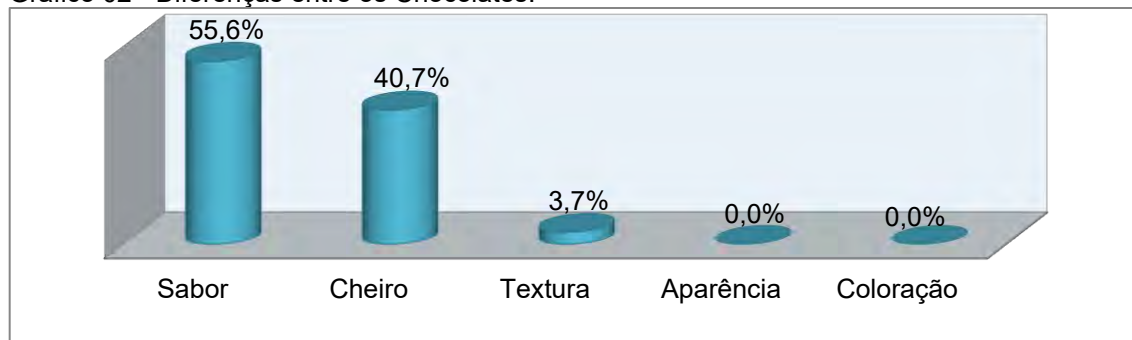
Gráfico 01 - Opções de Marcas.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação a diferenças perceptíveis nos ambientes de exposição, 60% perceberam algo, enquanto que 40% relataram o oposto. Dentre os resultados positivos, apresentam-se as causas:

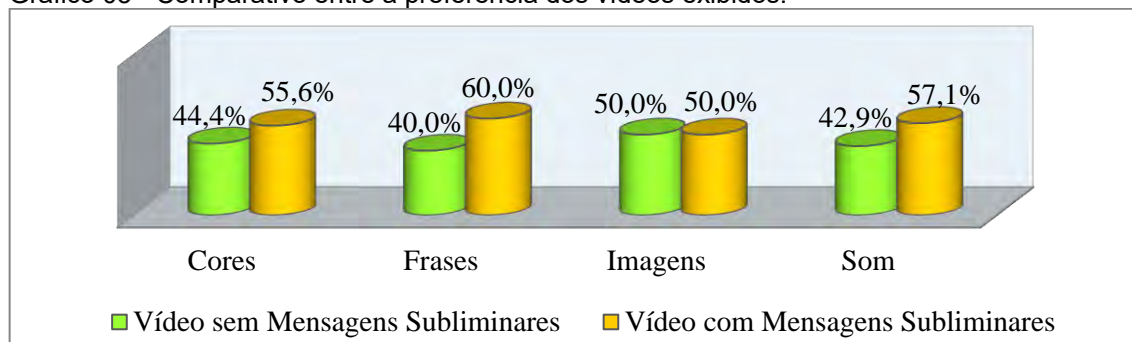
Gráfico 02 - Diferenças entre os Chocolates.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Foi questionado a cerca da preferência dos vídeos exibidos, atingindo um percentual de 53% para o que continha mensagens subliminares e 47% para o neutro. A razão de escolha do vídeo é apontada no gráfico a seguir:

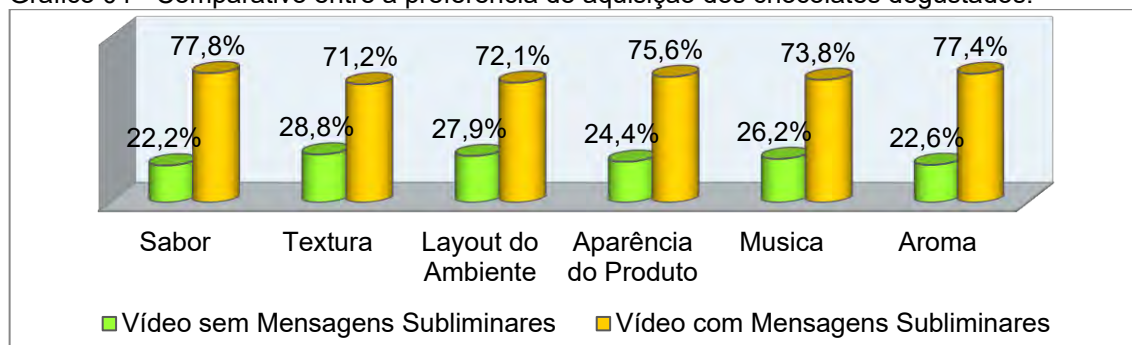
Gráfico 03 - Comparativo entre a preferência dos vídeos exibidos.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Questionados sobre sua escolha de aquisição, 73% comprariam o chocolate do ambiente que continha estímulos subliminares e 27% o do ambiente neutro. Apresenta-se no gráfico abaixo a as causas de sua predileção:

Gráfico 04 - Comparativo entre a preferência de aquisição dos chocolates degustados.



Fonte: Elaborado pelos autores.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da análise dos resultados obtidos nesse experimento, podemos perceber que a inclusão de mensagens subliminares no ambiente de exposição de um produto surte efeito na forma como o indivíduo o julga e o escolhe, comprovando o que Lindstrom (2009) relata sobre a associação sensorial e a sua interferência na decisão de preferência de consumo das pessoas.

Dentre os participantes, 97% consomem chocolate e 3% desgostam do produto. Analisando os questionários em que os indivíduos responderam que não gostam de chocolate assinalaram que preferem o chocolate da sala 02, pode-se perceber com isso que os estímulos subliminares alteram decisões de consumo das pessoas, rebatendo as considerações de Guéguen (2010), que as mensagens subliminares só surtem efeito em indivíduos que estejam pré-disposto a consumir o produto degustado.

Observa-se que, ao avaliar os chocolates, o exposto na sala com influencia obteve uma maior porcentagem no quesito ótimo, 91,5%, em relação ao da sala neutra, 74,2%, sendo perceptível uma preferência ao chocolate influenciador. Nota-se nitidamente a indução ao analisar que 60% dos participantes definiram que o chocolate degustado era da marca Nestlé (gráfico 01), sendo que sua marca era Melken, chocolate da segunda linha da Garoto, muito utilizado para confeitaria. O índice da própria Garoto foi de 30%, seguida pela Arcor 7% e Lacta 3%. A partir desses dados pode-se concluir que mesmo que o sabor do chocolate da Garoto estivesse perceptível, o reconhecimento de um logotipo altera a forma como um indivíduo julga um produto, mesmo que esse reconhecimento seja assimilado apenas pelo seu subconsciente.

Em relação às divergências entre os ambientes, 60% relataram que houve alterações enquanto que 40% não perceberam nada. Questionados sobre os fatores dessas alterações, 55,6% foi pelo sabor, 40,7% pelo cheiro e 3,7% pela textura (gráfico 02). Com isso, constata-se que o aroma agradável presente em um ambiente, surte efeito direto na maneira como o indivíduo o julga, desde que esteja correlacionado ao produto exposto, influenciando diretamente a sua decisão de consumo.

Dentre os participantes 53% demonstraram preferência pelo vídeo que continha as mensagens subliminares, por causa de suas cores (56,6%), frases (60%) e som (57,1%) comparados ao vídeo neutro (gráfico 07). As imagens mantiveram o mesmo percentual, 50% para cada, já que esse quesito não foi modificado. Fica suscetível a conclusão de que a mudança das cores e do som

altera a percepção das frases e imagens do audiovisual, pois cores quentes remetem a sensação de fome e alerta, e quando associados a notas musicais animadas induzem a preferência do participante.

Referente à escolha de aquisição, 73% optam pelo chocolate da sala com indução subliminar, enquanto que 27% prefeririam o neutro. Comparando os motivos para tal predileção, apresenta-se uma diferença significativa, principalmente para o sabor (77,8%), aroma (77,4%), aparência do produto (75,6%) e a música (73,8%). Percebe-se o agir do Marketing Subliminar nesses três itens, que através de estímulos subliminares visuais, olfativos e sonoros surtem efeito na aparência e no sabor de um produto, validando o que Andreasi (2011) expõe em seus estudos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados obtidos nesse estudo, percebe-se que o mercado consumidor anseia por experiências inesperadas no ato da compra, e que a utilização de elementos olfativos e audiovisuais associados a mensagens subliminares referenciando a marca da empresa, implementa no subconsciente do consumidor uma predileção, agregando valor ao produto comercializado.

Todos os esforços de uma organização voltados a agregar valor a um produto, pode propiciar vantagem competitiva para as organizações, visto que o mercado está cada vez mais acirrado e para conquistar um lugar de destaque é necessário compor estratégias de diferenciação.

Sendo assim, o Marketing Subliminar, quando bem planejado e empregado, auxilia as organizações, sejam elas de qualquer porte e segmento, a conquistar a aceitação e a preferência de consumo de seus produtos, podendo ser vital nas estratégias de expansão de mercado.

## 6 BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478392/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

ANDREASI, Diego. **Marketing Subliminar - Um Novo Conceito**. 2011. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/marketing-subliminar-um-novo-conceito/54678/>>. Acesso em: 23 set. 2017.

BERNARDI, Luiz Antônio. **Manual de Empreendedorismo e Gestão**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003.

CAMARGO, Pedro de. **Neuromarketing: A Nova Pesquisa de Comportamento do Consumidor**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2013. Livro digital. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522476961/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

COBRA, Marcos. **Marketing Básico**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 1997.

DANTAS, Thiago. **Mensagem Subliminar**. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/curiosidades/mensagem-subliminar.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

DIAS, Ana Carolina Lamp. **Neuromarketing: O Subliminar e o dia-a-dia sob uma Nova Ótica**. 2014.

11 f. Artigo Científico (Graduação) - Curso de Administração, Universidade em São Vicente - UNIBR, São Vicente, 2014.

GUÉGUEN N. **Psicologia do Consumidor: Para Compreender Melhor de que Maneira você é Influenciado**. São Paulo: Editora Senac, 2010.

KLEIN, Amarolinda Zanelaet al. **Metodologia de Pesquisa em Administração: Uma Abordagem Prática**. São Paulo Atlas S.A., 2015. Disponível em <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522495313/cfi/0!4/2@100:0.00>>. Acesso em: 26 abr. 2018

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: Análise, Planejamento, Implementação e Controle**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 1998.

\_\_\_\_\_. **Administração de Marketing: A Edição do Novo Milênio**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing: Conceitos, Exercícios, Casos**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2001.

LINDSTROM, Martin. **A Lógica do Consumo: Verdades e Mentiras sobre por que Compramos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

\_\_\_\_\_. **BrandSense: A Marca Multissensorial**. Porto Alegre: Bookman, 2007. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577800346/cfi/196!4/4@0.00:0.00>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

MOWEN, John C.; MINOR, Michael S.. **Comportamento do Consumidor**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

NEVES, Marcos Fava. **Planejamento e Gestão Estratégica de Marketing**. São Paulo: Atlas S.A., 2009. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522464883/cfi/0!4/2@100:0.00>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

OLIVEIRA, Rafael Morais de; BRAGA, Nívea Pimenta. Os Cinco Sentidos no Marketing: A Importância dos Estímulos Multissensoriais para Despertar a Emoção e Gerar Inclusão Social. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 18., 2013, Bauru. Anais... . Brasília: Centro Universitário. Instituto de Ensino Superior de Brasília, Brasília-DF, 2013.

PORTER, Michael E.. **Estratégia Competitiva**. 12. ed. São Paulo: Elsevier, 2012.

READE, Dennis et al. **Marketing: Novas Tendências**. São Paulo: Saraiva, 2015. (Coleção Marketing Em Tempos Modernos). Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-02-63887-7/cfi/0!4/2@100:0.00>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

ROBBINS, Stephen Paul. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2008.

ROSÁRIO, Eduardo do. **A Relevância do Branding Sensorial**. 2015. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/a-relevancia-do-branding-sensorial/84929/>>. Acesso em: 23 set. 2017.

SAMPIERI, Roberto em ndez; COLLADO, Carlos Fern ndez; LUCIO, Maríadel Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/cfi/0!4/2@100:0.00>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

SCHIFFERSTEIN, Hendrik N. J.; TALKE, Katrin S. S.; OUDSHOORN, Dirk-jan. Can Ambient Scent

Enhance the Nightlife Experience? **Chemosensory Perception**, [s.l.], v. 4, n. 1-2, p.55-64, 13 maio 2011. Springer Nature. <http://dx.doi.org/10.1007/s12078-011-9088-2>. Disponível em: <[https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3106157/pdf/12078\\_2011\\_Article\\_9088.pdf](https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3106157/pdf/12078_2011_Article_9088.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

SERRANO, Daniel Portillo. **Percepção e o Processo de Compra**. 2000. Disponível em: <<http://portaldomarketing.com.br/artigos/percepcao.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.



**MATEMÁTICA: A COMPLEXIDADE DESMISTIFICADA PELA HARMONIZAÇÃO ENTRE OS  
CONHECIMENTOS FORMAL E INFORMAL**

*MATHEMATICS: A COMPLEXITY DISMISSED BY HARMONIZATION BETWEEN FORMAL AND  
INFORMAL KNOWLEDGE*

Área temática: Educação e Desenvolvimento

FRANÇA, Flávia Haddad  
Professora Mestre

Uni-FACEF- Centro Universitário Municipal de Franca  
flaviahdd@gmail.com

OLIVEIRA, Sheila F.P. e

Professora Doutora, Pró-reitora Acadêmica  
Uni-FACEF- Centro Universitário Municipal de Franca  
sheilafacef@gmail.com

## Resumo

O artigo convida a uma reflexão sobre as metodologias aplicadas ao ensino, em especial o ensino da matemática, que por muitos anos vem sendo o protagonista de baixos índices de aproveitamento dos estudantes no Brasil. Como reverter este quadro? O objetivo é apresentar a matemática presente, às vezes de forma curiosa, nas manifestações da natureza, na arte, na música, nos seres vivos e nas ciências em geral, no sentido de promover o despertar para a construção do conhecimento científico e sua aplicabilidade na interpretação de práticas cotidianas dos indivíduos. Por ser uma ciência abstrata, a matemática deixou um estigma secular para a educação e o ensino, principalmente quando utilizada na generalização da aritmética. Como contribuição para uma mudança de atitude e melhor aproveitamento no estudo da álgebra, este trabalho apresenta uma metodologia de ensino que se apropria das contribuições de um respeitável matemático italiano, Leonardo Fibonacci que, com seus estudos relacionados à aritmética e à álgebra, trouxe conclusões instigantes sobre as relações matemáticas encontradas nos seres vivos e não vivos da natureza, como a incrível proporção áurea. Outra grande referência para o despertar de uma dinâmica educacional criativa, envolvente e desafiadora é a obra de um autor brasileiro que se apresenta com o pseudônimo de Malba Tahan, e sua obra intitulada "O Homem que Calculava", que traz, na sua essência, o raciocínio lógico aplicado em vários episódios vividos pelo árabe Beremiz em sua peregrinação a caminho de Bagdá. As contribuições desses célebres matemáticos enriqueceram a dinâmica metodológica.

**Palavras-chave:** Matemática Aplicada, Proporção Áurea, Harmonização.

## Abstract

The article invites a reflection on the methodologies applied to teaching, especially the teaching of mathematics, which for many years has been the protagonist of low rates of student achievement in Brazil. How to reverse this frame? The aim is to present mathematics present, sometimes in a curious way, in the manifestations of nature, art, music, living beings and the sciences in general, in order to promote the awakening to the construction of scientific knowledge and its applicability in interpretation of everyday practices of individuals. Being an abstract science, mathematics left a secular stigma for education and teaching, especially when used in the generalization of arithmetic. As a contribution to a change of attitude and better use in the study of algebra, this paper presents a teaching methodology that appropriates the contributions of a respected Italian mathematician, Leonardo Fibonacci who, with his studies related to arithmetic and algebra, brought instigating conclusions on the mathematical relations found in living and non-living beings of nature, such as the incredible golden proportion. Another great reference for the awakening of a creative, engaging and challenging educational dynamic is the work of a Brazilian author who presents himself under the pseudonym of Malba Tahan and his work entitled "The Man Who Calculated", which brings, in essence, the logical reasoning applied in several episodes experienced by the Arab Beremiz on his pilgrimage to Baghdad. The contributions of these celebrated mathematicians enriched the

methodological dynamics.

**Keywords:** Applied Mathematics, Golden Ratio, Harmonization.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo reflete a incansável busca desta pesquisadora por metodologias que desmistifiquem a crença de que a matemática, esta ciência do raciocínio, da lógica, da aritmética e da álgebra, seja uma ferramenta só apropriada por uma pequena parcela privilegiada da sociedade. Por ser uma ciência abstrata, a matemática deixou um estigma secular para a educação e o ensino, principalmente quando utilizada na generalização da aritmética. É preciso apresentar novos paradigmas educacionais que possam reverter este quadro.

O século XXI vem sendo marcado pela interação dos povos em todo o mundo; a tecnologia da informação e a globalização promovem constantemente o intercâmbio de conhecimentos. Já, as mudanças no sistema de ensino, motivadas por propostas pedagógicas inovadoras, não estão, ainda, consolidadas.

O que se pretende, aqui, é promover uma discussão sobre a matemática aplicada, pautada em uma metodologia dinâmica, desafiadora, criativa e sedutora, que possa despertar na criança e nos jovens o interesse pela linguagem dos números. É preciso que essas crianças e jovens enxerguem, de forma simples, a relação dos números com os seus afazeres diários. Se não houver essa percepção, muito difícil será o envolvimento e a efetiva aprendizagem. Para isso, é importante que essa relação seja trabalhada sem uma cartilha pronta, sequenciada e fragmentada em ciclos. A apresentação do problema acontece através do diálogo, de forma elaborada e conduzida pelo educador, ou melhor, mediador, que carrega em sua bagagem os pré-requisitos indispensáveis ao desenvolvimento da atividade proposta.

A construção do conhecimento matemático vai se desenvolvendo a partir dos obstáculos apresentados na busca de soluções. É de responsabilidade dos mediadores, desafiar e, ao mesmo tempo, seduzir os estudantes nessa busca por soluções. É fundamental, nesta fase, estimular o raciocínio lógico e a abstração, para que, mais tarde, na aplicação de operações algébricas, as generalizações sejam compreendidas com mais clareza e simplicidade.

Vários estudos mostram que o aproveitamento dos estudantes na disciplina matemática cai a níveis baixíssimos, a partir da introdução da álgebra em seus planos de ensino. A pergunta que fica é: “Que metodologia de ensino seria um divisor de águas na construção do conhecimento matemático em tempos atuais, levando em conta a contextualização e o raciocínio lógico?”.

A álgebra é uma generalização da aritmética, portanto, se não houver um bom desempenho na operacionalidade dos números, a abstração se torna indesejada e inatingível. O raciocínio lógico surge como uma luz a iluminar as mentes pensantes quando são desafiadas a interpretar uma situação-problema.

Como contribuição para uma mudança de atitude e melhor aproveitamento no estudo da álgebra, este trabalho apresenta uma metodologia de ensino que se apropria das contribuições de célebres matemáticos, como o italiano Leonardo Fibonacci, que, com seus estudos relacionados à aritmética e à álgebra, apresentou a sequência numérica, conhecida como sequência de Fibonacci ou série de Fibonacci, que trouxe conclusões instigantes sobre as relações matemáticas encontradas nos seres vivos e não vivos da natureza, como a incrível proporção áurea.

Outra grande referência para o despertar de uma dinâmica educacional criativa, envolvente e desafiadora é a obra de um autor brasileiro que se apresenta com o pseudônimo de Malba Tahan, e sua obra intitulada “O Homem que Calculava”, que traz, na sua essência, o raciocínio lógico aplicado em vários episódios vividos pelo árabe Beremiz em sua peregrinação a caminho de Bagdá.

As contribuições desses célebres autores constituem, neste trabalho, exemplos de aplicabilidade da aritmética e da álgebra na contextualização e resolução de problemas do cotidiano dos estudantes. É evidente que existem muitos outros autores que, certamente, receberão a apreciação de outros estudiosos, como foram, para esta pesquisadora, Fibonacci e Malba Tahan.

É relevante o envolvimento dos alunos na construção de um conhecimento formal, para isso é preciso que o mediador os estimule a observar, de forma prática e concreta, aquele conhecimento que se quer construir. Acredita-se que as contribuições dos autores que referenciaram este trabalho possibilitarão introduzir um novo paradigma educacional capaz de promover mudanças significativas nas abordagens de construção do conhecimento matemático. Espera-se, com isso, que os resultados sejam satisfatórios e a matemática, esta ciência abstrata, passe a ser mais atraente e menos

complexa para os aprendizes.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O conhecimento matemático integra o processo da evolução do homem, visto que desde os primórdios ele já manifestava a habilidade de representar, simbolizar e quantificar. A história demonstra a aplicação da matemática em suas relações do cotidiano, e esse conhecimento informal lhe proporcionava a expansão do conhecimento em outras áreas da ciência.

Portanto, entende-se como de relevante importância a harmonização entre o conhecimento formal e o informal - adquirido nas relações cotidianas -, na construção do conhecimento matemático; e, que à criança seja ofertada a possibilidade de interação entre eles, o que facilitará a melhor compreensão das relações da matemática com seu ambiente.

As aplicações matemáticas diárias, e que estimulam o conhecimento, envolvem habilidades necessárias para compreender e administrar os afazeres e as atividades habituais. “Numeralizar-se” é apresentar habilidades, competências, que favoreçam uma relação de compreensão entre o indivíduo e seu cotidiano. É saber desenvolver suas habilidades matemáticas, sem constrangimento, participando, interagindo, de um modo natural e adequado, é perceber que a matemática faz parte do seu contexto, do seu mundo.<sup>1</sup>

As mais variadas leituras em busca das conceituações da matemática e seus desmembramentos convergem para algumas características principais, tais como:

[...] é uma atividade humana, presume a razão, seus conceitos são construídos ou desfeitos nas tentativas de solução das situações-problema oriundas do mundo perceptível aos sentidos ou de reflexões teóricas relativas a modelos matemáticos obtidos por meio de generalizações das observações e hipóteses (online, rodapé 1)

Ao longo dos séculos, muitas das ciências se desenvolveram com base na matemática, o que faz parecer que o conhecimento matemático é inato ao ser humano; “contudo a evolução na capacidade de contar, de registrar informações e de abstrair deu-se mediante um longo processo de interação do homem com o meio em que vive” (online, rodapé 2). É da natureza humana a tendência a generalizações, fato este que gerou, gradualmente, novas configurações abstratas para a aritmética, fazendo surgir um novo ramo da matemática, denominado “Álgebra”.

Com as publicações dos gregos, árabes e hindus sendo traduzidas para o latim, iniciou-se o desenvolvimento da álgebra europeia. E, a obra “Líber Abaci” (1202), de Fibonacci (Leonardo de Pisa), teve grande importância nesse processo.<sup>2</sup>

Para Kamii e DeClark (1988), a essência da Aritmética não está nos livros, nas explicações dos professores ou em programas de computador, mas, sim, no pensamento da criança à medida que ela aritmetiza logicamente sua realidade. As crianças formulam, cotidianamente, seus próprios problemas, a partir da realidade, e criam suas próprias hipóteses para resolvê-las.

Crianças autônomas têm mais condições de tomar iniciativas e propor perguntas sobre as coisas que elas percebem. Essas crianças têm mais condições de pensar mais detalhadamente sobre suas perguntas, durante as quais são feitas intervenções ou abordagens originais para os problemas. Essa atividade mental é o que fica no âmago do desenvolvimento intelectual ou cognitivo (KAMII; DECLARK, 1988).

### 2.1 Fibonacci

Fibonacci<sup>3</sup> aprofundou seus estudos sobre matemática, avaliando que os algarismos arábicos seriam mais eficientes que os números romanos para cálculos aritméticos. Isso fez com que o matemático pudesse viver apenas dos estudos e pesquisas.

<sup>1</sup>Fonte: <<http://www.conteudoescola.com.br/ciencias-da-natureza-e-matematica/numeralizacao-conhecimento-informal-e-interdisciplinaridade.html>> Consultado em 27/09/2018

<sup>2</sup>Fonte: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/702-4.pdf>> Consultado em 25/09/2018

Aos 32 anos, Fibonacci publicou o livro "LiberAbaci" (Livro do Ábaco ou Livro de Cálculo), responsável pela disseminação dos números hindu-arábicos na Europa. Outros livros importantes do matemático: "PracticaGeometriae" (1220), "Di minor guisa", sobre aritmética comercial e "Commentário ao Livro X de 'Os Elementos', de Euclides.<sup>4</sup>

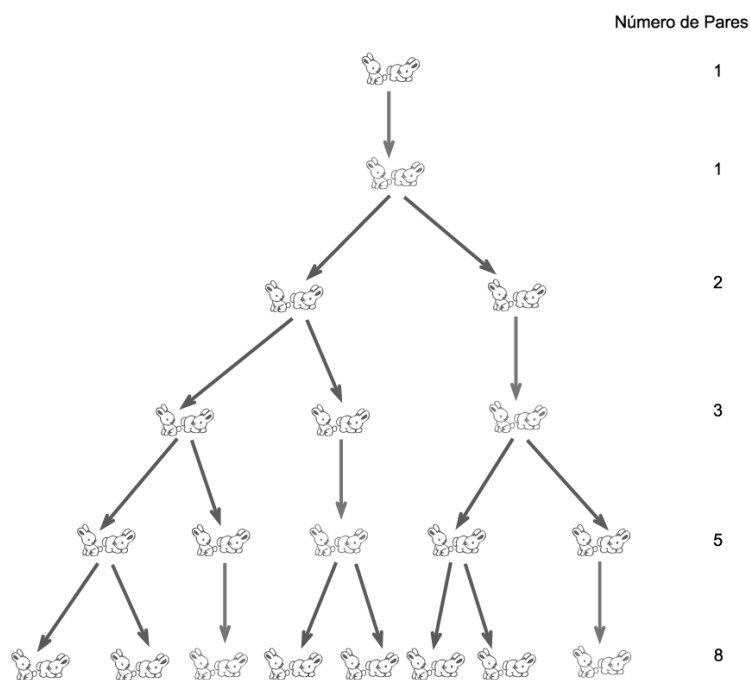
O LiberAbbaci (Livro do Ábaco) refere-se ao estudo do cálculo aritmético e é considerado o melhor tratado sobre Aritmética e Álgebra da época. Nele estão contidas regras para o cálculo segundo os novos numerais indo-arábicos, assim como problemas relacionados ao cálculo de lucros, conversão de moedas, mensuração, problemas sobre movimento e o problema do Resto Chinês.

O livro apresenta, ainda, alguns métodos para somar séries. Dentre os problemas contidos no LiberAbbaci, destaca-se o conhecido problema dos coelhos, que se refere ao número de casais em uma população de coelhos após doze meses, considerando-se que:

- 1) No primeiro mês tem-se apenas um casal;
- 2) Casais reproduzem-se somente após o segundo mês de vida;
- 3) Não há problemas genéticos no cruzamento consanguíneo;
- 4) Todos os meses, cada casal fértil dá à luz um novo casal;
- 5) Os coelhos nunca morrem. Tal problema questiona: Quantos pares de coelhos podem ser gerados de um par de coelhos em um ano?

A solução do problema está relacionada com uma das mais importantes descobertas da matemática, a sequência de Fibonacci.

**Figura 1:** O problema dos coelhos



Fonte: <https://sites.google.com/site/leonardofibonacci7/o-problema-dos-coelhos>

No primeiro mês, tem-se um único casal jovem. Já no segundo mês, esse casal será adulto. Considerando-se que um par adulto produz um novo par a cada mês, no início do terceiro mês

<sup>3</sup>Leonardo Fibonacci (1170-1250) nasceu em Pisa, Itália. Filho de Guglielmo dei Bonacci, um próspero mercador, acompanhou as atividades do pai no porto de Pisa, que mantinha grande influência no comércio do Mediterrâneo. Através das atividades de comércio alfandegário, Fibonacci tomou contato com a matemática hindu e árabe, praticada no comércio oriental. Muitos o consideram como o maior matemático da Idade Média. Introduziu os algarismos arábicos na Europa e descobriu a sequência de Fibonacci.

<sup>4</sup>[https://www.ebiografia.com/leonardo\\_fibonacci/que](https://www.ebiografia.com/leonardo_fibonacci/que) Consultado em 25/09/2018

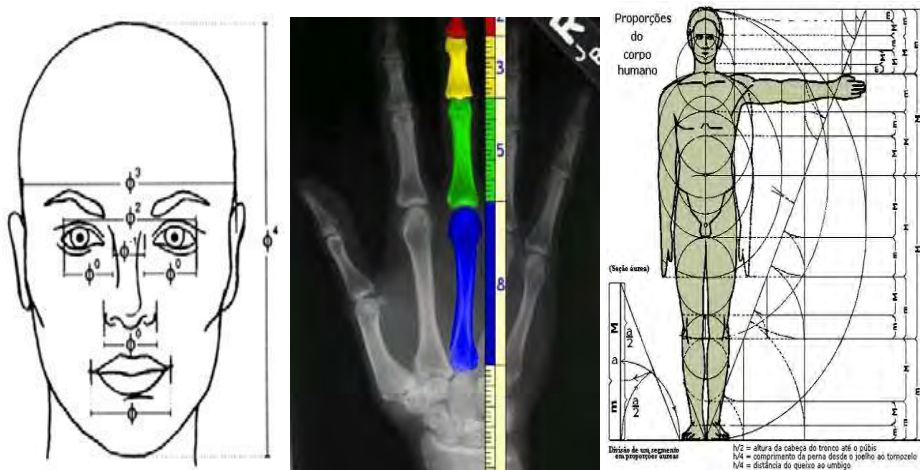
existirão dois pares de coelhos, sendo um par adulto e outro recém-nascido. No início do quarto mês o par adulto produzirá mais um par, enquanto que o outro par completará um mês de vida e ainda não estará apto a reproduzir. Assim, existirão três pares de coelhos, sendo um par adulto, um par com um mês de idade e mais um par recém-nascido. No início do quinto mês existirão dois pares adultos, sendo que cada um já reproduziu um novo par e mais um par que completou um mês de vida. Logo, existirão cinco pares. No início do sexto mês existirão três pares adultos, sendo que cada um já produziu um novo par e mais dois pares que completam um mês de vida. Logo, existirão oito pares. Seguindo o mesmo raciocínio para os outros meses, obtém-se a famosa Sequência de Fibonacci, cujos primeiros termos são: 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, 34, 55, 89, 144, ...

Uma análise rápida mostra que cada termo da sequência acima é dado recursivamente pela expressão  $a_{n+1} = a_{n-1} + a_n$ ,  $n > 2$ , em que  $a_1 = 1$ ,  $a_2 = 1$ , e  $n$  é o número de meses.

Em todo o Universo está presente “a marca” ou a presença de Deus, responsável pelo fenômeno simétrico da natureza. Ela é constatada através da Proporção Áurea proveniente da Sequência de Fibonacci, que se mostra presente como “o sinal divino” em toda a natureza. Portanto, nas flores, árvores, ondas, conchas, furacões, no rosto simétrico do ser humano, em suas articulações, seus batimentos cardíacos e em seu DNA. Também na refração da luz proporcionada pelos elétrons dos átomos, nas vibrações e em outras mais manifestações da criação, como nas galáxias do Universo imensurável (online rodapé 3)

A relação da Série de Fibonacci e o Número de Ouro em sequência numérica e geométrica parece de modo significativo ser “a marca” de um “Designer” – a “impressão digital” de sua criação. O Número de Ouro ou Proporção Áurea é uma constante real algébrica conhecida pela letra grega (PHI) extraída da Sequência de Fibonacci. Ela que possui o valor aproximado de 1,618, que está envolvida em toda a natureza ao buscar o crescimento e que é utilizada nas artes de um modo geral como uma proporção buscando o harmônico, não deve ser confundida com o número Pi  $\pi$  com o valor numérico aproximado de 3,14, que pertence aos números irracionais. E esta conjuntura de medidas baseada neste número (PHI) é encontrada nas articulações ósseas e nas feições dos seres humanos.

**Figura 2:** Desenhos da cabeça, da mão e do corpo humano

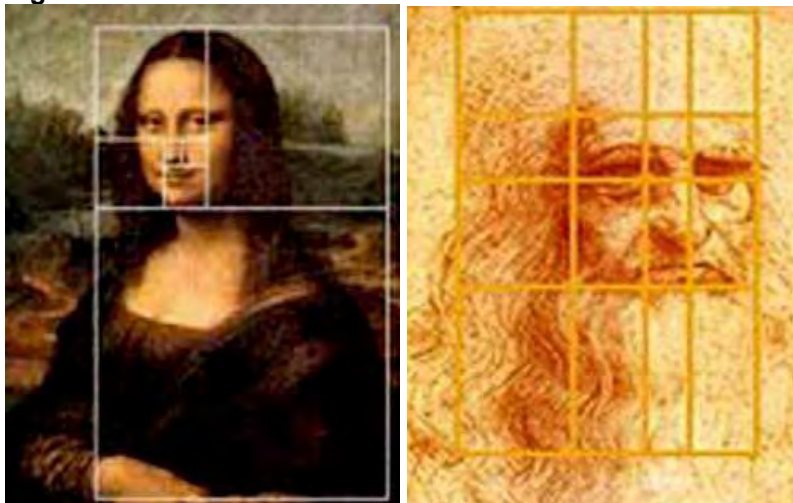


Fonte: <http://pegasus.portal.nom.br/proporcao-aurea-e-sequencia-de-fibonacci/>

A Proporção Áurea é também chamada de Secção Áurea, Razão Áurea, Razão de Ouro, Divina Proporção, Proporção em Extrema Razão e Divisão de Extrema Razão.

O Número de ouro pode ser encontrado em crescimentos biológicos, é observado nas pinturas, nas partituras, na arquitetura, etc. Como “o selo” de Deus, ele está sempre presente “no construir” a Harmonia Universal. E o fato de ser encontrado através de desenvolvimento matemático, o torna neste sentido ainda mais fascinante.

**Figura 3:** Mona Lisa e Autorretrato de Da Vinci

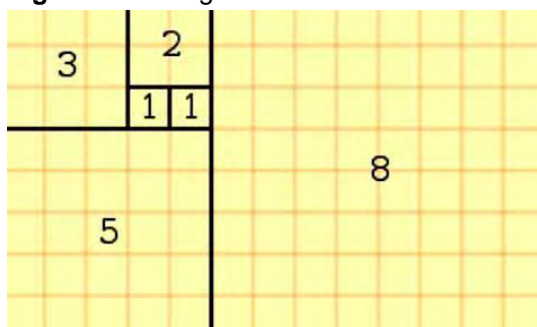


Fonte: <http://pegasus.portal.nom.br/proporcao-aurea-e-sequencia-de-fibonacci/>

Esta “marca” vista na proporção áurea é proveniente da Série de Fibonacci, em que cada número é obtido somando os dois últimos dígitos, ou seja, 1, 1 (1+1) 2, (2+1) 3, (3+2) 5, (5+3) 8, (8+5) 13, (13+8) 21... continuando em uma sequência infinita.

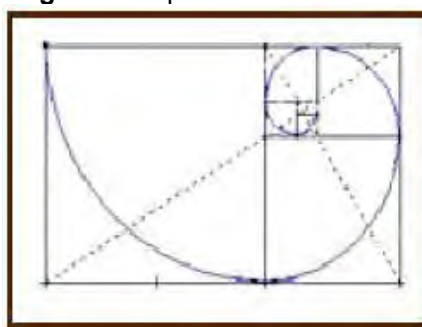
Utilizando-se deste sistema numérico para construir um retângulo com dois números interligados desta sequência, forma-se o chamado Retângulo de Ouro, que é considerado o formato retangular mais belo e apropriado de todos.

**Figura 4:** Retângulo de Ouro



Fonte: <http://pegasus.portal.nom.br/proporcao-aurea-e-sequencia-de-fibonacci/>

**Figura 5:** Espiral de Fibonacci



O Retângulo de Ouro quando é dividido por quadrados proporcionais à Sequência de Fibonacci, ele alonga o seu conjunto consoante a sucessão de Fibonacci.<sup>5</sup> Construindo este quadrado e desenhando um arco, este padrão começa a construir as formas que são denominadas como a Espiral de Fibonacci.

Uma série de números que tem uma característica especial de regressão, foi exposta no ano de 1202, no livro denominado *Liber Abacci* (o livro do ábaco), que nele consta também grande quantidade de assuntos relacionados com a Aritmética e Álgebra da época, postos por Leonardo de Pisa (1175-1250), que foi posteriormente identificado como Leonardo Fibonacci, e mais recentemente

<sup>5</sup><<https://www.periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumNT/article/viewFile/1236/1172>> Consultado em 23/09/2018

identificado em suas obras apenas pela palavra Fibonacci. Com este seu trabalho e com os outros, *Practica Geometriae* (1220), *Liber Quadratorum* (1225) e *Flos* (1225), ele cooperou de maneira importante para o desenvolvimento matemático na Europa nos séculos seguintes. Posteriormente estes números em série ficaram conhecidos como Sequência de Fibonacci e deles foram extraídas conclusões até então não imagináveis.

As figuras abaixo revelam a presença da proporção áurea e sua influência na harmonização do universo.

**Figura 6:** Flores



Em todo o Universo a Proporção Áurea encontra-se presente, tanto na propagação dos átomos em forma de Espiral de Fibonacci, na refração da luz, nas correntes magnéticas geradas pelos buracos negros e nas formas de muitas Galáxias.

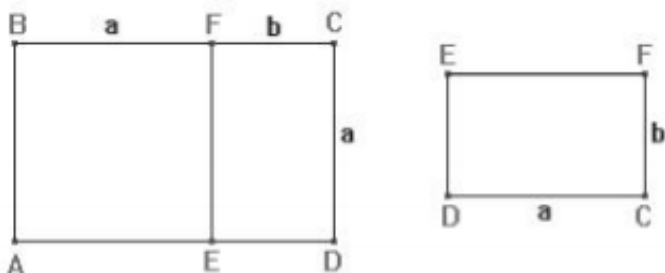
Fonte: <http://pegasus.portal.nom.br/proporcao-aurea-e-sequencia-de-fibonacci/>

**Figura 7:** Galáxias em espiral



Fonte: <http://pegasus.portal.nom.br/proporcao-aurea-e-sequencia-de-fibonacci/>

**Definição algébrica a partir do Retângulo Áureo**



A razão áurea é definida algebricamente como:

$$\frac{a + b}{a} = \frac{a}{b} = \phi.$$

A equação da direita mostra que  $a = b\phi$ , o que pode ser substituído na parte esquerda, resultando em:

$$\frac{b\phi + b}{b\phi} = \frac{b\phi}{b}.$$

Cancelando **b** em ambos os lados, temos:

$$\frac{\phi + 1}{\phi} = \phi.$$

Multiplicando ambos os lados por  $\phi$  resulta:

$$\phi + 1 = \phi^2.$$

Finalmente, subtraindo  $\phi^2$  de ambos os membros da equação e multiplicando todas as parcelas por  $-1$ , encontramos:  $\phi^2 - \phi - 1 = 0$ , que é uma equação da forma  $ax^2 + bx + c = 0$ , em que  $a = 1$ ,  $b = -1$  e  $c = -1$ .

Agora, basta resolver essa equação quadrática. Pela Fórmula de Bháskara:

$$\phi = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a} \quad \phi = \frac{-(-1) \pm \sqrt{(-1)^2 - 4 \cdot 1 \cdot (-1)}}{2 \cdot 1}$$

$$\phi = \frac{1 \pm \sqrt{1 + 4}}{2} \quad \phi = \frac{1 \pm \sqrt{5}}{2}$$

$$\phi = \frac{1 + \sqrt{5}}{2} \approx 1.618\,033\,989,$$

A única solução positiva dessa equação quadrática é a seguinte:

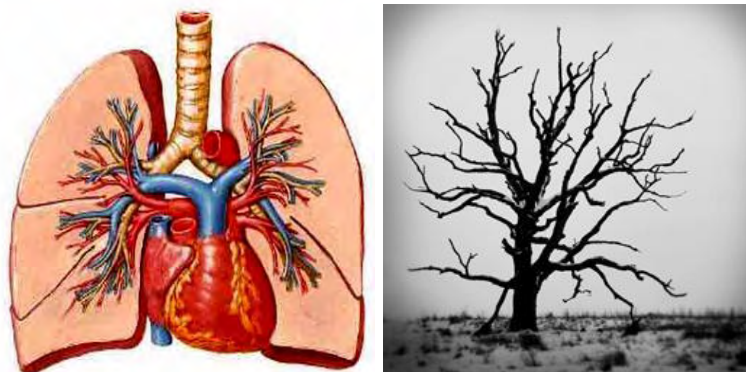
que é o número  $\phi$ .

O número de ouro está presente nas várias criações artísticas do ser humano, como nas famosas sinfonias nº 5 e nº 9, de Ludwig van Beethoven, em várias pinturas renascentistas e em outras obras de arte dessa época. Também, as escalas musicais são baseadas em números de Fibonacci.

Olhando para o interior do corpo humano (de sua composição orgânica), percebe-se que ali também existem “regras divinas”. Por exemplo, nos pulmões os vasos sanguíneos seguem o mesmo procedimento dos ramos ou das raízes das árvores, que se divide em números da Série de Fibonacci.

**Figura 8:** Pulmão humano e os galhos de uma árvore





Fonte: <http://pegasus.portal.nom.br/proporcao-aurea-e-sequencia-de-fibonacci/>

## 2.2 O Homem que Calculava

Malba Tahan<sup>6</sup> foi o precursor de uma nova tendência que se afirma com vigor e tem adeptos em todo o Brasil: a Educação Matemática. Pioneiramente trabalhou com a História da Matemática, defendeu com veemência a resolução de exercícios sem o uso mecânico de fórmulas, valorizando o raciocínio, e utilizou atividades lúdicas para o ensino da matemática. Muito antes de se tratar, no país, da interdisciplinaridade, Malba Tahan preocupou-se com a unificação das ciências.

O Homem que Calculava conta a história de um árabe que usa a matemática para resolver qualquer tipo de problema. A obra foi premiada pela Academia Brasileira de Letras.

Pela genialidade com que O Homem que Calculava, de nome Beremiz Samir, utiliza a matemática nos inúmeros relatos do livro, alguns foram selecionados para ilustrar o presente artigo.

No relato que segue, a narrativa é feita por um viajante que acompanhava e Beremiz, estavam ambos em um mesmo camelo. Três homens discutiam sobre a divisão de um lote de camelos.

[...] - Somos irmãos – esclareceu o mais velho – e recebemos como herança esses 35 camelos. Segundo a vontade expressa de meu pai, devo receber a metade, o meu irmão Hamed Namir uma terça parte, e, ao Harim, o mais moço, deve tocar apenas a nona parte. Não sabemos, porém, como dividir dessa forma 35 camelos, e, a cada partilha proposta segue-se a recusa dos outros dois, pois a metade de 35 é 17 e meio. Como fazer a partilha se a terça e a nona parte de 35 também não são exatas?

- muito simples – atalhou o Homem que Calculava. – Encarrego-me de fazer com justiça essa divisão, se permitirem que eu junte aos 35 camelos da herança este belo animal que em boa hora aqui nos trouxe!

Neste ponto, procurei intervir na questão:

- Não posso consentir em semelhante loucura! Como poderíamos concluir a viagem se ficássemos sem o camelo?

- Não te preocupes com o resultado, ó agdali – replicou-me em voz baixa Beremiz – Sei muito bem o que estou fazendo. Cede-me o teu camelo e verás no fim a que conclusão quero chegar. Tal foi o tom de segurança com que ele falou, que não tive dúvida em entregar-lhe o meu belo jamaal, que imediatamente foi reunido aos 35 ali presentes, para serem repartidos pelos três herdeiros.

- Vou, meus amigos – disse ele, dirigindo-se aos três irmãos -, fazer a divisão justa e e at a dos camelos que são agora, como vêem, em n mero de 36.

E, voltando-se para o mais velho dos irmãos, assim falou:

- Deverias receber, meu amigo, a metade de 35, isto é, 17 e meio. Receberás a metade de 36, portanto, 18. Nada tens a reclamar, pois é claro que saíste lucrando com esta divisão.

E, dirigindo-se ao segundo herdeiro, continuou:

- E tu, Hamed Namir, deverias receber um terço de 35, isto é 11 e pouco. Vais receber um terço de 36, isto é 12. Não poderás protestar, pois tu também saíste com visível lucro na transação.

E disse, por fim, ao mais moço:

---

<sup>6</sup> Nota biográfica ao final do capítulo

- E tu, jovem Harim Namir, segundo a vontade de teu pai, deverias receber uma nona parte de 35, isto é 3 e tanto. Vais receber uma nona parte de 36, isto é, o teu lucro foi igualmente notável. Só tens a agradecer-me pelo resultado! E concluiu com a maior segurança e serenidade:

- Pela vantajosa divisão feita entre os irmãos Namir – partilha em que todos três saíram lucrando – couberam 18 camelos ao primeiro, 12 ao segundo e 4 ao terceiro, o que dá um resultado (18 1 2 4) de 34 camelos. Dos 36 camelos, sobram, portanto, dois. Um pertence, como sabem, ao bagdáli, meu amigo e companheiro, outro toca por direito a mim, por ter resolvido a contento de todos o complicado problema da herança!

- Sois inteligente, ó Estrangeiro – exclamou o mais velho dos três irmãos. – Aceitamos a vossa partilha na certeza de que foi feita com justiça e equidade!

E o astucioso Beremiz – o Homem que Calculava – tomou logo posse de um dos mais belos “jamales”<sup>7</sup> do grupo e disse-me, entregando-me pela rédea o animal que me pertencia:

- Poderás agora, meu amigo, continuar a viagem no teu camelo manso e seguro! Tenho outro, especialmente para mim!

E continuamos nossa jornada para agdá.

Três dias depois (o mesmo narrador) [...] quando encontramos caído na estrada, um pobre viajante, roto e ferido. Socorremos o infeliz e dele próprio ouvimos o relato de sua aventura.

Chamava-se Salém Nasair, e era um dos mais ricos mercadores de agdá. Ao regressar, poucos dias antes, de áçora, com grande caravana pela estrada de el-Hilleh<sup>8</sup>, fora atacado por uma chusma de nômades persas do deserto. A caravana foi saqueada e quase todos os seus componentes pereceram nas mãos dos beduínos.

Ele – o chefe – conseguira, milagrosamente escapar oculto na areia, entre os cadáveres dos seus escravos. E, ao concluir a narrativa de sua desgraça, perguntou-nos com voz angustiada:

- Trazeis por acaso, ó muçulmanos, alguma coisa que se possa comer? Estou quase, quase a morrer de fome!

- Tenho, de resto, três pães – respondi.

- Trago ainda cinco! – afirmou a meu lado, o Homem que calculava.

- Pois bem – sugeriu o cheique<sup>9</sup> -, juntemos esses pães e façamos uma sociedade única.

- Quando chegar a agdá prometo pagar com 8 moedas de ouro o pão que comer!

Assim fizemos. No dia seguinte, ao cair da tarde, entramos na célebre cidade de agdá, a pérola do Oriente. Ao atravessarmos vistosa praça, demos de rosto com aparatoso cortejo. Na frente marchava em garboso alazão, o poderoso Ibrahim Maluf, um dos vizires<sup>10</sup>.

O Vizir, ao avistar o cheique Salém Nasair em nossa companhia, chamou-o, e, fazendo parar a sua poderosa guarda, perguntou-lhe:

- Que te aconteceu, ó meu amigo? Por que te vejo chegar a agdá, roto e maltrapilho, em companhia de dois homens que não conheço?

O desventurado cheique narrou, minuciosamente, ao poderoso ministro, tudo o que lhe ocorrera em caminho, fazendo a nosso respeito os maiores elogios. - Paga sem perda de tempo a esses dois forasteiros – ordenou-lhe o grão-vizir. E, tirando de sua bolsa 8 moedas de ouro, entregou-as a Salém Nasair, acrescentando:

- Quero levar-te agora mesmo ao palácio, pois o Comendador dos Crentes deseja com certeza ser informado da nova afronta que os bandidos e beduínos praticaram, matando nossos amigos e saqueando caravanas dentro de nossas fronteiras.

O rico Salém Nasair disse-nos, então:

- Vou deixar-vos, meus amigos. Antes, porém, desejo agradecer-vos o grande auxílio que ontem me prestastes. E para cumprir a palavra dada, vou pagar já o pão que generosamente me destes! E dirigindo-se ao Homem que calculava disse-lhe:

- Vais receber pelos 5 pães, 5 moedas!

E voltando-se para mim, ajuntou:

- E tu, ó bagdáli, pelos 3 pães, vais receber 3 moedas!

<sup>7</sup> Uma das muitas denominações que os árabes dão ao camelo.

<sup>8</sup> Pequena povoação na estrada de Báçora.

<sup>9</sup> Termo de respeito que se aplica, em geral, aos sábios, religiosos e pessoas respeitáveis pela idade ou posição social.

<sup>10</sup> Vizir é o termo para ministro. Califa é o soberano dos muçulmanos. Os califas diziam-se sucessores de Maomé. A ele era concedido o título honroso de Comendador dos Crentes.

Com grande surpresa, o calculista objetou respeitoso:

- Perdão, ó cheique. A divisão, feita desse modo, pode ser muito simples, mas não é matematicamente certa. Se eu dei 5 pães devo receber 7 moedas; o meu companheiro bagdali, que deu 3 pães, deve receber apenas uma moeda.

- Pelo nome de Maomé<sup>11</sup> – interveio o vizir Ibrahim, interessado vivamente pelo caso. – Como justificar, ó estrangeiro, tão disparatada forma de pagar 8 pães com 8 moedas? Se contribuístes com 5 pães, por que exiges 7 moedas? Se o teu amigo contribuiu com 3 pães, por que afirmas que ele deve receber uma única moeda?

O Homem que calculava aproximou-se do prestigioso ministro e assim falou:

- Vou provar-vos, ó Vizir, que a divisão das 8 moedas, pela forma por mim proposta, é matematicamente certa. Quando durante a viagem, tínhamos fome, eu tirava um pão da caixa em que estavam guardados e repartia-o em três pedaços, comendo cada um de nós, um desses pedaços. Se eu dei 5 pães, dei é claro, 15 pedaços; se o meu companheiro deu 3 pães, contribuiu com 9 pedaços. Houve, assim, um total de 24 pedaços, cabendo, portanto, 8 pedaços para cada um. Dos 15 pedaços que dei, comi 8; dei na realidade, 7; o meu companheiro deu, como disse, 9 pedaços, e, comeu também, 8; logo, deu apenas 1. Os 7 pedaços que eu dei e que o bagdali forneceu formaram os 8 que couberam ao cheique Salém Nasair. Logo, é justo que eu receba 7 moedas e o meu companheiro, apenas uma.

O grão-vizir, depois de fazer os maiores elogios ao Homem que calculava, ordenou que lhe fossem entregues sete moedas, pois a mim me cabia, por direito, apenas uma. Era lógica, perfeita e irrespondível a demonstração apresentada pelo matemático.

- Esta divisão – retorquiu o calculista – de sete moedas para mim e uma para meu amigo, conforme provei, é matematicamente certa, mas não é perfeita aos olhos de Deus

E tomando as moedas na mão dividiu-as em duas partes iguais. Deu-me uma dessas partes (4 moedas), guardando para si, as quatro restantes.

- Esse homem é extraordinário – declarou o vizir. – Não aceitou a divisão proposta de 8 moedas em duas parcelas de 5 e 3, em que era favorecido; demonstrou ter direito a 7 e que seu companheiro só devia receber uma moeda,

E acrescentou com entusiasmo:

- Mac Allah!<sup>12</sup> Esse jovem além de parecer-me um sábio e habilíssimo nos cálculos e na Aritmética, é bom para o amigo e generoso para o companheiro. Tomo-o hoje mesmo para meu secretário!

- Poderoso Vizir – tornou o Homem que Calculava -, vejo que acabais de fazer 32 vocábulos, com um total de 143 letras, o maior elogio que ouvi em minha vida, e eu, para agradecer-vos, sou forçado a empregar 64 palavras nas quais figuram nada menos que 286 letras. O dobro, precisamente. Que Alá vos abençoe e vos proteja

Com tais palavras o Homem que calculava deixou a todos nós maravilhados com sua argúcia e invejável talento. A sua capacidade de calculista ia ao extremo de contar as palavras e as letras de uma frase que acabara de ouvir.

Para um professor que deseje discutir com seus educandos o conceito de fração como parte do inteiro, e assim apresentar o conjunto dos números fracionários; exemplos como os problemas do número de camelos e a divisão dos pães, certamente provocaria no estudante o interesse pelo conceito e operacionalidade dos números racionais.

### **O Problema da cor dos olhos das escravas**

[...] - O problema, na sua expressão mais simples, é o seguinte: Tenho cinco lindas escravas; comprei-as há poucos meses, de um príncipe mongol. Dessas cinco encantadoras meninas, duas têm os olhos negros, as três restantes têm os olhos azuis. As duas escravas de olhos negros, quando interrogadas, dizem sempre a verdade; as escravas de olhos azuis, ao contrário, são mentirosas, isto é, nunca dizem a verdade. Dentro de alguns minutos, essas cinco jovens serão conduzidas a este

<sup>11</sup> Fundador do Islamismo, a religião dos árabes. Nasceu em Meca no ano 571 e morreu em 632. Uma das personalidades mais notáveis da história.

<sup>12</sup> Exclamação usual entre muçulmanos que significa “Poderoso Deus”. Leia-se: Maque-alá.

salão: todas elas terão o rosto inteiramente oculto por espesso véu. O haic que as envolve torna impossível entrever, em qualquer delas, o menor traço fisionômico. Terás que descobrir e indicar, sem a menor possibilidade de erro, quais as moças de olhos negros e quais as de olhos azuis. Poderás interrogar três das cinco escravas, não sendo permitido, em caso algum, fazer mais de uma pergunta mesma jovem. Com auxílio das três respostas obtidas, o problema deverá ser solucionado, sendo a solução justificada com todo o rigor matemático. E as perguntas, ó calculista, devem ser de tal natureza que só as próprias escravas sejam capazes de responder com perfeito conhecimento.

omente s depois, sob os olhares curiosos dos circunstantes, apareciam no grande divã das audiências as cinco escravas de Al- otacém. Apresentavam-se cobertas com longos véus negros da cabeça aos pés; pareciam verdadeiros fantasmas do deserto.

- Eis aí - confirmou o emir com certo orgulho. - Eis aí as cinco jovens do meu harém. Duas têm (como já disse) os olhos pretos - e só dizem a verdade. As outras três têm os olhos azuis e mentem sempre!

- Vejam só a minha desgraça - sussurrou o velhinho de cara chapada. - Vejam a minha triste sorte! A filha de meu tio tem os olhos pretos, pretíssimos, e mente o dia inteiro!

Aquela observação pareceu-me inoportuna. O momento era grave, muito grave, e não admitia gracejos. Felizmente, ninguém deu a menor atenção às palavras amalucadas do velhinho impertinente e falador.

Sentiu Beremiz que chegara o momento decisivo de sua carreira, o ponto culminante de sua vida. O problema formulado pelo califa de agd á, sobre ser original e difícil, poderia envolver embaraços e dúvidas imprevisíveis.

Ao calculista seria facultada a liberdade de arguir três das cinco raparigas. Como, porém, iria descobrir, pelas respostas, a cor dos olhos de todas elas? Qual das três deveria ele interrogar? Como determinar as duas que ficariam alheias ao interrogatório?

Havia uma indicação preciosa: as de olhos negros diziam sempre a verdade; as outras três (de olhos azuis) mentiam invariavelmente!

E isso bastaria?

Vamos supor que o calculista interrogasse uma delas. A pergunta devia ser de tal natureza que só a escrava interrogada soubesse responder. Obtida a resposta, continuaria a dúvida. A interrogada teria dito a verdade? Teria mentido? Como apurar o resultado, se a resposta certa não era por ele conhecida?

O caso era, realmente, muito sério.

As cinco embuçadas colocaram-se em fila ao centro do suntuoso salão. Fez-se grande silêncio. Nobres muçulmanos, cheiques e vizires acompanhavam com vivo interesse o desfecho daquele novo e singular capricho do rei.

O calculista apro im ou-se da primeira escrava (que se achava no e t remo da fila, direita) e perguntou-lhe com voz firme e pausada:

- De que cor são os teus olhos?

Por Allah! A interpelada respondeu em dialeto chinês, totalmente desconhecido pelos muçulmanos presentes! Beremiz protestou. Não compreendera uma nic a palavra da resposta dada.

Ordenou o califa que as respostas fossem dadas em árabe puro, e em linguagem simples e precisa. Aquele inesperado fracasso veio agravar a situação do calculista. Restavam-lhe, apenas, duas perguntas, pois a primeira já era considerada inteiramente perdida para ele.

Beremiz, que o insucesso não havia conseguido desalentar, voltou-se para a segunda escrava e interrogou-a:

- Qual foi a resposta que a sua companheira acabou de proferir? - Disse a segunda escrava:

- As palavras dela foram: "Os meus olhos são azuis". Essa resposta nada esclarecia. A segunda escrava teria dito a verdade ou estaria mentindo? E a primeira? Quem poderia confiar em suas palavras?

A terceira escrava (que se achava no centro da fila) foi interpelada a seguir, pelo calculista, da seguinte forma:

- De que cor são os olhos dessas duas jovens que acabo de interrogar?

A essa pergunta - que era, aliás, a última a ser formulada - a escrava respondeu:

- A primeira tem os olhos negros e a segunda, olhos azuis!

Seria verdade? Teria ela mentido? O certo é que e remiz, depois de meditar alguns minutos, aproximou-se, tranquilo, do trono e declarou:

- Comendador dos Crentes, Sombra de Allah na Terra O problema proposto está inteiramente resolvido e a sua solução pode ser anunciada com absoluto rigor matemático. A primeira escrava ( direita) tem olhos negros; a segunda tem os olhos azuis; a terceira tem os olhos negros e as duas últimas têm olhos azuis!

Erguidos os véus e retirados os pesados haics, as jovens apareceram sorridentes, os rostos descobertos. Ouviu-se um ialá de espanto no grande salão. O inteligente Beremiz havia dito, com precisão admirável, a cor dos olhos de todas elas!

O raciocínio lógico é um atributo adquirido por aqueles que exercitam constantemente suas habilidades na resolução de problemas que envolvem a aritmética ou a álgebra. Cabe ao professor mediar a discussão e elaborar questionamentos direcionados à interpretação e apropriação da linguagem matemática.

### **Nota biográfica**

Malba Tahan foi o pseudônimo adotado por Júlio César de Mello e Souza (06/05/1895-18/06/1974), nascido no Rio de Janeiro, filho de professores, cujo maior patrimônio eram os nove filhos. Contador de histórias, seus personagens recebiam nomes esquisitos, como: Ard Ukbarian, Procholowski, Ornsio e outros sem função no contexto. Fez Colégio Militar, e chegou a ser definido pelo irmão mais velho como alguém que escrevia mal e era uma negação em matemática. Aperfeiçoou-se na escrita e tornou-se um vendedor de redações no colégio, escrevia por encomenda. Júlio César não foi bom aluno de matemática no Colégio Pedro II: chegou a tirar dois em uma sabatina de álgebra e cinco em uma prova de aritmética. Criticava veementemente a didática da época que classificava como o detestável método de salivação.

Vocacionado para o magistério, concluiu o curso de professor primário na Escola Normal do antigo Distrito Federal e, depois diplomou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica, em 1913.

Tornou-se mais tarde catedrático do Colégio Pedro II, do Instituto de Educação, da Escola Normal da Universidade do Brasil e da Faculdade Nacional de Educação, onde recebeu o título de Prof. Emérito.

Como professor de matemática, trabalhava com estudo dirigido, manipulação de objetos e propôs a criação de laboratórios de matemática em todas as escolas. Admitia não dar zeros: Por que dar zeros, se há tantos números? Dar zero é uma tolice.

O dia do matemático, no Brasil, em sua homenagem, é a mesma data de seu nascimento, 06 de maio.

Em 1919 Júlio César, depois de tentar inutilmente publicar alguns artigos seus, no jornal O Imparcial onde trabalhava, convenceu o editor a publicar os artigos de um certo R. S. Slade, que, segundo ele, estava fazendo enorme sucesso nos Estados Unidos. O primeiro de todos os artigos publicados com o pseudônimo R.S. Slade foi A vingança do Judeu. Entre 1918 e 1925, Júlio César estudou árabe, leu o Talmude e o Corão, estudou História e Geografia do Oriente e, combinado com Irineu Marinho, do jornal A NOITE, criou o personagem Ali Izzid Izz-Eduim Ibn Salim Hank Malba Tahan. O personagem nasceu em 1885 (também em 06/05), na Arábia Saudita, e bastante jovem foi prefeito (queimação) de Medina. Com a herança do pai, Tahan ficou riquíssimo e viajou por vários países como a Rússia, a Índia e o Japão, morrendo em 1921, na luta pela libertação de uma tribo na Arábia Central. Para maior verossimilhança foi criado também um "tradutor" para a obra de Tahan, o professor Breno de Alencar Bianco. O jornal começou a publicação dos CONTOS DE MALBA TAHAN com a biografia do suposto autor. O nome Tahan foi tirado do sobrenome de uma de suas alunas (Maria Zachsuk Tahan) e significa moleiro. O nome Malba significaria oásis. A mudança de nome tornou-o tão famoso que o presidente Getúlio Vargas autorizou-o a usar o nome Malba Tahan na sua cédula de identidade.

### **O Homem que Calculava**

Júlio César só saiu do Brasil para visitar Lisboa, Montevidéu e Buenos Aires: jamais esteve no Oriente, jamais viu um deserto!

Com o pseudônimo de Malba Tahan publicou cerca de 56 livros. Sua obra é bastante diversificada: trata de matemática, didática, contos orientais, contos infantis, teatro, moral religiosa, temas brasileiros, etc.

O Homem que Calculava conta a história de um árabe que usa a matemática para resolver qualquer tipo de problema. A obra foi premiada pela Academia Brasileira de Letras.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste artigo vêm de encontro a um pensamento de libertação das amarras interiorizadas por crianças e jovens que desde o início de suas relações com a matemática trazem consigo sentimentos de impotência e despreparo para a convivência com os números e suas propriedades operatórias.

Este cenário não é atual, vários estudos e propostas pedagógicas foram experimentados por coordenadores de ensino e professores na busca de uma metodologia que atendesse às expectativas desses educandos. Os resultados não são animadores; com o advento da tecnologia da informação os recursos didáticos ainda em vigor não satisfazem a demanda.

Fala-se muito no professor mediador em oposição ao professor manipulador, aquele que detém o conhecimento e é o dono do saber. Na visão desta pesquisadora, o professor mediador deve carregar consigo ideias e alternativas que despertem a curiosidade e o interesse dos seus alunos no processo de construção do conhecimento e os desafie constantemente para práticas educacionais direcionadas a situações do cotidiano dessas crianças e jovens que necessitam de parâmetros que os conduzam, de forma clara e dinâmica, nos caminhos do saber, em especial aqui, o saber matemático.

Espera-se que este estudo promova um despertar para práticas dinâmicas, desafiadoras e sedutoras inspiradas nas contribuições de célebres autores como Fibonacci e Malba Tahan.

### REFERÊNCIAS

KAMII, Constance; DECLARK, Georgia. **Reinventando a Aritmética**: implicações da teoria de Piaget (trad. Elenisa Curt). 1988. Campinas-SP: Papirus. 2. ed.

TAHAN, Malba. **O Homem que calculava**. Versão digitalizada. Ilustrações - Silvio Vitorino. Digitalização e Revisão - Arlindo\_San. disponível em :  
<file:///E:/encontro%20de%20pesquisadores/TexO\_Homem\_que\_Calculava%20com%20marcas.pdf>  
Consultado em 28/09/2018

TAHAN, Malba. **O Homem que calculava**. 1989. Rio de Janeiro: Record. 34. ed.

**MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO  
PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO**  
*MEDIATION OF INFORMATION IN THE AREA OF HEALTH: REFLECTIONS ON THE ACTION OF  
THE PROFESSIONAL LIBRARIAN*

Sessão temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas.

BIAGGI, Camila  
Universidade Estadual Paulista- Faculdade de Filosofia e Ciências Campus de Marília  
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
Camila\_biaggi@hotmail.com

CASTRO FILHO, Claudio Marcondes  
Universidade de São Paulo- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto  
Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo, Chefe de Departamento da  
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto  
claudiomarcondes@ffclrp.usp.br

**Resumo**

A área da saúde como campo científico não teria avançado progressivamente sem o subsídio de uma quantidade de informações, abrangendo o contexto administrativo hospitalar, o da assistência em saúde, o clínico direcionado a equipe de profissionais médicos e as evidências científicas que a equipe clínica possa acessar para diagnosticar e tomar decisões. Nessa perspectiva, a mediação da informação torna-se imprescindível para a atuação do profissional bibliotecário nesse cenário, pois os profissionais da área da saúde possuem o domínio do saber científico especializado da sua área, embora tenham pouco tempo disponível para a leitura e interpretação desses conteúdos, bem como a falta de habilidade e as competências necessárias em realizar uma estratégia de busca para acesso e recuperação da informação. Dessa forma, o objetivo desse estudo é mostrar a relevância que a mediação da informação possui perante a atuação do profissional bibliotecário no âmbito da área da saúde. Em vista disso, como procedimentos metodológicos buscou-se nas literaturas especializadas sobre o tema, reflexões sobre a atuação do bibliotecário como mediador informacional, enfocando o contexto da saúde. O bibliotecário interfere e subsidia os profissionais clínicos que sozinhos não conseguem atender as demandas tanto objetivas como subjetivas do paciente, auxiliando-os nos tratamentos, terapias e nas melhores decisões assertivas sobre o seu quadro clínico, propiciando mais qualidade de vida, desenvolvimento social e bem estar dos pacientes, assumindo um papel de mediador ativo e integrado à equipe, não esperando somente a busca pela informação por parte dos profissionais clínicos quando estes defrontam-se com uma necessidade informacional.

**Palavras chave:** Mediação da Informação; Atuação do Bibliotecário na Área da Saúde; Interações Profissionais.

**Abstract**

The area of health as a scientific field would not have progressed progressively without the subsidy of a quantity of information, covering the administrative context hospital, the context of health care, the clinical context directed a team of medical professionals and the scientific evidence that clinical staff can access to diagnose and take decisions. In this perspective, the mediation of information becomes essential to the performance of the professional librarian in this context, because the professionals of the health area have the field of specialized scientific knowledge of their area, although they have little time available for reading and interpretation of such content, as well as the lack of skill and competence necessary to conduct a search strategy for access and retrieval of information. Thus, the objective of this study is to show the importance that the mediation of information has given the performance of the professional librarian within the area of health. In view of this, as methodological procedures sought in the specialized literature on the subject, reflections on the performance of the librarian as mediator literacy, focusing on the context of health. The librarian interferes and subsidizes the medical professionals that alone cannot meet the demands of both objective and subjective

evaluations of the patient, assisting them in treatments, therapies and better decisions statements about their clinical, providing more quality of life, social development and well being of patients, assuming a mediating role of active and integrated with the team, not waiting only to search for information on the part of medical professionals when they are faced with an informational need.

**Keywords:** Mediation of Information; The Librarian Action in the Area of Health; Professional Interactions.

## 1 INTRODUÇÃO

A informação é um elemento essencial para impulsionar o desenvolvimento social, constituindo-se em um insumo de fundamental importância para diversas áreas do conhecimento. Dentre essas áreas, destaca-se a área da saúde. Tal área carece de estudos voltados a atuação do bibliotecário como um mediador informacional, pois essa prática exercida é um fator determinante para o aumento da responsabilidade em organizar, mediar, armazenar e disseminar informações relevantes, identificando que tipo de informação uma instituição necessita para tomar decisões.

A atuação do profissional bibliotecário vem passando por grandes transformações, não se restringindo somente aos seus ambientes tradicionais. Desse modo, área da saúde refere-se a um campo de trabalho onde interagem diversos profissionais com distintas demandas de conhecimento e informação. Junto a esses profissionais, pacientes também têm necessidades de informação, principalmente sobre diagnóstico e terapia (GALVÃO; LEITE, 2008).

Nessa perspectiva, é evidente o aumento de novas áreas do conhecimento e na produção da informação devido ao crescimento e avanço de disciplinas e campos de atuação.

Dessa maneira, a mediação da informação está presente em todas as atividades realizadas pelos bibliotecários, serviço de referência, atividades culturais, contação de histórias, no processamento técnico, ou seja, classificação e catalogação que fazem parte da organização do conhecimento, destacando também que a mediação informacional pode ocorrer em áreas especializadas, mais especificamente a área da saúde, a partir da atuação profissional do bibliotecário.

O bibliotecário que trabalha em uma instituição especializada na área da saúde precisa se adequar ao ambiente de trabalho onde realizará suas atividades, buscando compreender além da estrutura organizacional da instituição, a organização da informação dessa área e as demandas de seus usuários, para poder satisfazer as suas necessidades.

Nessa perspectiva, apesar de haver amplo espaço de atuação para o profissional bibliotecário, há a necessidade de fortalecer estudos mais aprofundados enfocando reflexões sobre a atuação do bibliotecário como mediador da informação, no contexto da saúde, uma vez que as atividades que este profissional realiza, tem como foco subsidiar as decisões clínicas por parte da equipe médica, proporcionando diagnósticos mais precisos sobre o estado clínico do paciente.

O presente trabalho justifica-se na medida em que pode enriquecer as discussões sobre o a atuação do bibliotecário como um mediador da informação no âmbito da área da saúde, onde este profissional cria mecanismos cada vez mais eficientes, não esperando surgir uma necessidade informacional para levar informação e conhecimento aos profissionais clínicos de maneira a consolidar sua função social nesse contexto, qual seja, propiciar ambientes informacionais e de conhecimento em saúde, de modo a atender eficientemente os diferentes públicos dessa ambiência, sendo médicos, enfermeiros, assistentes sociais, especialistas e técnicos em diagnósticos etc. que necessitam desses elementos para sua ação efetiva junto ao paciente.

A partir do que foi exposto, esse trabalho tem como objetivo ressaltar a relevância que a mediação da informação possui na atuação do profissional bibliotecário no âmbito da área da saúde. A atuação do bibliotecário como um mediador da informação no contexto da saúde é essencial, onde este realiza uma ação de interferência não se restringindo a transferência, mas envolvendo a apropriação de informações relevantes, para subsidiar as equipes médicas a tomarem decisões assertivas que, por sua vez, visam à saúde e o bem-estar dos pacientes.

Sendo assim, é necessário que a formação do bibliotecário contemple essas novas perspectivas sociais e mercadológicas, atingindo um ambiente profissional não tradicional que, é a área da Saúde, proporcionando condições necessárias para que as equipes médicas atuem com mais eficiência e propiciando maior consistência para a resolução dos diversos diagnósticos dos pacientes.



## 2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O termo mediação da informação vem ganhando cada vez mais destaque e espaço em pesquisas a seu respeito, onde este é um fazer primordial da profissão do bibliotecário. Embora pode-se afirmar que pesquisas anteriores possuíam um senso comum que compreende mediação como uma simples troca de informações, em que seu papel era apenas de “transmitir de um lado para outro uma determinada informação”.

A mediação da informação não se restringe na relação de dois elementos, conseqüentemente só há mediação se existir um terceiro elemento, podendo ser uma pessoa ou não. Nessa perspectiva, o terceiro elemento pode ser o bibliotecário, ações que sua atuação proporciona, o espaço onde este atua e os produtos informacionais e documentários gerados por ele.

De acordo com Luft (2000, p. 449) ao buscar o significado de mediação encontrou-se a definição de “ato ou efeito de mediar” ou com os termos “intercessão, intervenção”. Dessa forma, mediação deixa de ser um termo que descreve algo concreto e passa a ser um ato a ser realizado

Para Almeida Junior:

mediação da informação é toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais – , direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (ALMEIDA JÚNIOR, p.25, 2015).

A posição que o autor apresenta em relação a mediação da informação deixa claro que ele não a compreende como uma ação passiva, mas sim uma ação de interferência que acompanha todas as atividades que o bibliotecário realiza, ainda que indireta ou inconscientemente. A mediação não é neutra, não é imparcial, mas sim intencional, o bibliotecário precisa assumir seu papel perante a sociedade, onde este não só organiza e dissemina informação, mas realiza uma apropriação eficiente que satisfaça uma necessidade informacional do usuário, entretanto, há de se pensar que uma determinada necessidade seja solucionada, mas que ao mesmo tempo apareça outras dúvidas e conflitos gerando novas necessidades informacionais.

É importante destacar que o profissional bibliotecário não fique somente a espera de uma solicitação de ajuda ou auxílio por parte do usuário ao buscar por uma informação, mas que este execute uma ação de intervenção perante uma necessidade informacional.

Em vista disso, a mediação está relacionada às ações implícitas e explícitas, centradas no usuário, sendo fundamental para as práticas do bibliotecário. Dessa forma, a mediação implícita ocorre a partir dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas, sem a presença física e imediata dos usuários, onde há a seleção, o armazenamento e o processamento de informação. A mediação explícita, por sua vez, acontece através da presença do usuário, onde é uma condição *sine qua non* para sua existência, mesmo que tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos a distância em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação (ALMEIDA JUNIOR, 2009, p. 93).

Com a interferência (implícita e explícita), associada as competências em informação, realizada pelo bibliotecário, é essencial em todos os serviços e produtos oferecidos em ambientes informacionais. Para Almeida Junior (2004, p. 86),

[...] mais do que a informação, o bibliotecário deve estar preocupado com a mediação dessa informação. Hoje nossa reflexão aponta para a mediação- muito mais do que a informação – como objeto principal da biblioteconomia e, portanto, do fazer do bibliotecário. Tendo a mediação como diretriz, como norte, objeto, o bibliotecário pode alterar, pode transformar sua ação social, não a ideal, mas a real.

A partir desse pensamento, evidencia-se que a atuação do profissional bibliotecário deve se preocupar em “mediar a informação” de maneira eficiente e não somente se restringir em disponibilizar a “informação”. Assim, o bibliotecário poderá exercer seu papel profissional e social como demanda a realidade, e não como um fazer idealizado ou concreto.

Observa-se uma divergência entre o ideal e o real, pois os bibliotecários buscam uma suposta neutralidade que é fruto de uma atuação focalizada ainda em seus ambientes tradicionais e seus devidos suportes de informação, deixando de lado o acesso e ou a mediação informacional nos diversos ambientes especializados que o bibliotecário possa vir atuar, possibilitando assim, a quebra do pensamento cartesiano, onde as práticas do bibliotecário consiste apenas na organização, preservação e disseminação da informação. Sendo assim, a mediação da informação pode ocorrer em qualquer ambiente informacional, e dentro desse ambiente ela pode aparecer em cada

seguimento que o constitui, integrando diferentes praticas profissionais.

## 2.1 Mediação da Informação na Área da Saúde

A mediação da informação está presente em todos os fazeres do bibliotecário, mediando a informação para o usuário de maneira que atenda às suas necessidades informacionais a partir de ações implícitas ou explícitas. Embora, é necessário ressaltar que a mediação se insere além das atividades que as bibliotecas realizam, como por exemplo, o processamento técnico e o serviço de referência e informação, mas que se constitui como um elemento essencial para a atuação do bibliotecário dentro de suas diversas atividades e funções profissionais, onde ele medeia a informação em seus diferentes campos de atuação profissional.

Dessa maneira, dentre os diversos ambientes informacionais que ele atua, enfatiza-se a área da saúde onde o bibliotecário precisa ter um perfil profissional diferenciado, aplicando as Tecnologias de Informação e Comunicação da melhor maneira possível na massa informacional existente, cujos recursos devem ser explorados em todo seu potencial, o que exige do bibliotecário constantes aprimoramentos em relação aos seus conhecimentos, pois o trabalho que este realiza, salientando a sua formação e a atuação perante a área da saúde, refere-se a um novo ambiente, mas cuja importância e relevância pode ser evidenciada. Vale lembrar que o aperfeiçoamento e a atualização profissional devem ser constantes, de modo a gerar serviços e produtos informacionais inovadores, bem como desenvolver a consciência de seu papel na sociedade.

A atuação do bibliotecário na área da saúde consiste em propiciar as equipes médicas e aos demais membros de hospitais e clínicas, informações que lhes permitam a melhor decisão relacionada ao problema de saúde do paciente, fundamentada na melhor evidência científica disponível, contribuindo para o melhor atendimento ao paciente. Autores como Coutinho (2004), e Marasciulo e Nassar (2004) alertam que o aumento exponencial do volume e da complexidade da literatura médica impõe a necessidade de melhorar a análise e a síntese das informações, no que tange a sua qualidade [fidedignidade, consistência, relevância e atualidade], pois as TIC tornam, cada vez mais, acessíveis a enorme quantidade de pesquisas científicas.

Cullen (2011) em seus estudos evidencia que no decorrer dos anos os médicos, mesmo tendo recebido treinamento adequado para o uso de informação, possuem dificuldades para encontrar, acessar, selecionar e usar as informações direcionadas a saúde dos pacientes. Através do exposto, o bibliotecário exerce um importante papel perante a sociedade médica, cuja responsabilidade está relacionada a prover informações adequadas à equipe de saúde e ao paciente. A atuação que o bibliotecário possui, demonstra o quanto o campo é promissor para quem se forma em Biblioteconomia, uma vez que informações são geradas a todo momento, os profissionais da saúde possuem pouco tempo para pesquisa, bem como desconhecem os recursos e fontes de informação que possuem informações relevantes para seu desempenho que a partir desses aspectos indicados, justifica-se algumas entre as várias razões existentes para o bibliotecário atuar junto às equipes multidisciplinares de saúde.

A figura do bibliotecário não prioriza somente aquele profissional que é responsável pela guarda, preservação e organização da informação registrada somente nos livros e documentos impressos, mas também em suas diversas outras funções relevantes para sanar as necessidades de seus usuários, onde Almeida Júnior (2004a) afirma que, “a razão de ser do bibliotecário se encontra na mediação da informação”. No entanto, a mediação não pode restringir-se somente às atividades que são direcionadas ao seu usuário que no contexto da saúde refere-se aos profissionais clínicos e os pacientes, mas sim abranger todo o fazer do bibliotecário, como visto anteriormente, a mediação está inserida com ou sem a presença física do usuário.

A mediação aparece de maneira implícita no momento em que o bibliotecário busca, filtra, seleciona, armazena e processa a informação levando a equipe de saúde a melhor e mais atualizada evidência científica, clinicamente relevante e aplicável a um determinado problema em questão que possa vir a surgir sobre determinado estado clínico de um paciente, sanando dessa maneira as possíveis necessidades informacionais dos profissionais clínicos, bem como melhorando o tratamento, terapia e diagnóstico do paciente. Para realizar essa ação de maneira correta, é necessário que o bibliotecário tenha o manuseio de equipamentos informacionais, objetivando prospectar, monitorar, selecionar, analisar, e disseminar a informação estratégica, para tanto, deve conhecer as fontes de informação da área, ter a capacidade de análise e síntese, possuir discernimento para elaborar produtos e prestar serviços de informação customizados para de fato atender as equipes de saúde (FLORANCE *et al.*, 2002; WALTER, 2005). A mediação explícita acontece quando existe uma interação entre o bibliotecário e o usuário que nesse âmbito se

concentram os profissionais da saúde, onde o bibliotecário avalia e responde as suas necessidades clínicas com informações relevantes que apoiam a tomada de decisões sobre o quadro clínico do paciente, melhorando a sua qualidade de vida e bem estar, cumprindo seu papel de mediador, agente e educador informacional (LAPPA, 2004).

O bibliotecário como mediador da informação junto à equipe médica e conseqüentemente com o paciente, é um profissional especialista em informação na área da saúde, sabe trabalhar em equipe, é organizado, disciplinado, desenvolve as habilidades necessárias para saber se relacionar com o público usuário, possui um comportamento adequado, sabe quais são as necessidades de informação dos usuários, pois não fica esperando surgir uma demanda por parte dos profissionais da saúde e tem competências gerenciais e de negociação, a fim de prover acesso aos recursos e sistemas baseados em conhecimento. Ao longo dos anos o bibliotecário que atua na área da saúde, pode ser chamado de bibliotecário hospitalar, bibliotecário médico, bibliotecário biomédico, bibliotecário clínico ou informacionista. Enfim, independente da denominação que receba, o mais importante é perceber a evolução deste profissional, sendo um parceiro importante para as equipes médicas, em busca do melhor atendimento à saúde da população.

### **3 ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL BIBLIOTECARIO NA AREA DA SAÚDE**

O campo de atuação do bibliotecário é amplo e diversificado, podendo atuar em diferentes contextos e especialidades do conhecimento. Dentre as áreas que o bibliotecário pode atuar, destaca-se a área da saúde. Nessa ambiência, o bibliotecário pode atuar como:

1. Bibliotecário Médico - Esse tipo de profissional atua em instituições de ensino ou em hospitais, porém não compõem as equipes médicas. Sua atuação torna as bibliotecas hospitalares um espaço ativo para a prestação de serviços.
2. Informacionista - O informacionista trabalha como mediador entre as equipes clínicas e a informação especializada, atualizada, buscando as melhores evidências científicas a serem tratadas pelo corpo clínico, analisando os dados e aplicando de acordo com os casos.
3. Bibliotecário Clínico – o bibliotecário clínico atua junto às equipes médicas, participando de todo o tratamento dos pacientes. Ao fazer parte das rondas, os bibliotecários colhem informações relevantes sobre o caso para realizar uma pesquisa especializada, atuando diretamente entre as necessidades informacionais e o corpo clínico (BERAQUET *et al.*, 2006).

Usufruindo de aparelhos tecnológicos para auxiliar a realização eficiente do trabalho informacional, o bibliotecário para ser um mediador informacional competente precisa se apropriar das melhores informações e evidências científicas para poder subsidiar e resolver uma necessidade informacional, podendo atuar em diferentes frentes da área da saúde, devendo sempre estar atualizado, uma vez que:

A tecnologia transformou o modo como a informação é acessada, armazenada e disseminada. Uma das transformações mais importantes que ocorreram na medicina nos últimos 10 anos foi a aplicação das tecnologias de informação para a prática clínica. (LAPPA, 2004).

Segundo Beraquet *et al.* (2006), o campo de atuação do bibliotecário é amplo, porque além de diferentes instituições, ao ingressar no mercado de trabalho pode atuar em áreas específicas do conhecimento. Destacando a área da saúde no que tange a constante necessidade de atualização e inovação no setor médico, e por constituir um campo de interesses universais que ultrapassam as fronteiras de países e continentes, a responsabilidade do bibliotecário nessa ambiência é significativamente aumentada. O trabalho do bibliotecário médico que se encontra, na maioria das vezes, nas universidades, pressupõe atividades de busca em sistemas de informação, análise e negociação de questões e formulação de estratégias que indiquem o êxito da busca, incluindo o serviço de referência, a busca em bases de dados, a familiaridade com as TIC e a capacitação de usuários.

Atuando fora das bibliotecas médicas, pode agir como uma ponte entre a informação e o usuário, mediando com competência a informação de um lado e a necessidade informacional do outro. No papel de mediador, o bibliotecário precisa ser visto como parte integrante da equipe clínica, relacionando-se com os profissionais de saúde em igualdade. Sendo um profissional atento,

conhecendo as nuances específicas da área e as especificidades de cada setor/serviço ou especialidade. A Biblioteconomia, enquanto campo de conhecimento e de formação universitária precisa ampliar as possibilidades de atuação.

Para Davidoff e Florance (2000), bem como para Plutchak (2000) no âmbito dos Estados Unidos, o termo „informacionista” pode ser usado para o bibliotecário clínico, por ele estar exposto a situações clínicas e possuir conhecimentos de estatística e epidemiologia. Segundo Davidoff e Florance (2000), esse profissional pode fazer a interface entre informação/clínica e informação/familiares do paciente, pois deveria ser visto como peça fundamental do sistema na busca e seleção de informação relevante. O informacionista, diferente do bibliotecário clínico, realiza análises da informação, atividade própria dos especialistas em suas respectivas especialidades.

O bibliotecário clínico atua como um gerente de informação ao prospectar informações sobre um determinado caso, à medida que otimiza o compartilhamento da informação adequada as necessidades informacionais da equipe médica. No entanto, como afirma Cañedo-Andalia (2002), a análise da informação é parte constituinte das Ciências da Informação, mas no campo das Ciências Médicas falta esta figura, cuja tarefa principal é determinar a validade dos conhecimentos que subsidiam à prática clínica, a partir de estudos realizados em uma área específica. O bibliotecário formula as estratégias de busca a partir das necessidades informacionais da equipe clínica, cujos resultados são amplamente disseminados e monitorados até supri-los de suas necessidades informacionais. É um trabalho que, executado com eficiência, contribui para a resolução de diversos casos clínicos e torna o atendimento ao paciente mais eficaz (RIGBY *et al.*, 2002). Dessa maneira, a formação do bibliotecário que, tradicionalmente segue um modelo de planejamento e gestão sistêmicos, cujas atividades abrangem o ciclo informacional na atualidade altera-se para a mediação da informação, em que é fundamental garantir a efetiva comunicação entre os atores do fluxo informacional (médicos, pacientes e bibliotecários, em se tratando da saúde), intensificando um trabalho com mais mediação do que operacional (MIRANDA, 2004).

O bibliotecário da área da saúde como um mediador informacional, precisa conhecer seus usuários, a produção científica, a terminologia da área e saber como as relações humanas ocorrem nesse ambiente, além de buscar e se apropriar das melhores informações para poder compreender as necessidades específicas de seus usuários.

#### **4 INTER- RELAÇÃO DE MEDIAÇÃO ENTRE OS PROFISSIONAIS DA SAÚDE, PACIENTE E O BIBLIOTECÁRIO**

Observa-se que existe vários vieses e contextos onde o profissional bibliotecário possa vir atuar, enfatizando o âmbito da área da saúde, sendo um mediador informacional possuindo inter-relações com os profissionais da saúde, bem como os pacientes.

As inter-relações entre os profissionais da área da saúde, paciente e o bibliotecário encontram-se em que médicos/ou determinado profissional clínico encontra inúmeras fontes de informação sobre saúde, mas que muitas vezes não compreendem se essas informações são de qualidade e confiável para poder solucionar um determinado caso clínico, subsidiar um diagnóstico, terapia ou a tomar decisões assertivas sobre o estado de saúde do paciente, onde o profissional bibliotecário com a sua formação e atuação específica possa intervir e apropriar as melhores informações e evidências científicas que possam atender as suas necessidades informacionais.

Conforme Campal García e Pastor Morán (2008), numerosas pesquisas indicam que o tema saúde se caracteriza como uma das principais demandas informacionais dos cidadãos deste século. As pessoas precisam encontrar soluções sobre seus problemas de saúde e já não mais satisfazem plenamente suas necessidades de informação através dos diagnósticos médicos. De algum modo, as pessoas buscam conhecer mais sobre seus problemas para melhor dialogar com os profissionais da saúde. Por essa razão, é necessário facilitar o acesso à informação médica de qualidade, proporcionada pela atuação do bibliotecário como um mediador informacional. Crestana (2002, p.83) faz uma análise do discurso de bibliotecários, a respeito de suas profissões na área médica, e conclui que:

[...] a participação dos bibliotecários direta ou indiretamente, no ensino e pesquisa ou na disposição da informação, é possível, necessária e deve acompanhar a atenção à saúde, em todos os seus aspectos, como a hospitalização, os cuidados domiciliares, os programas de saúde da família ou ainda outras atividades dos processos de saúde, sempre em sintonia com os valores da sociedade.

Castro (2004, p.2) acrescenta:

O biblioteconomista (com especialização em informações na área da saúde) é a pessoa que reúne os conhecimentos e habilidade para desempenhar esse papel de forma eficiente. No que pese ainda não ser da formação desse profissional essa tática de identificação e seleção de estudos, ele se adapta facilmente e será uma pessoa extremamente útil numa equipe de pesquisa clínica. Suas características próprias de formação torna-o a pessoa certa para essa função.

A busca informacional, segundo Wilson (2000), pode ser explicada como uma tentativa intencional de encontrar informação, com o intuito de satisfazer um objetivo específico, sendo que para esse autor a busca informacional é o resultado de uma necessidade de informação. Para Green, Ciampi e Ellis (2000, p.220, tradução nossa) a necessidade informacional do médico vem sempre da exigência de novas informações e conhecimentos médicos, no que se refere ao cuidado de um paciente ou de um grupo de pacientes. As informações que são produzidas no ambiente hospitalar, em especial sobre o surgimento e criação de novos medicamentos e tratamentos são constantes e, por essa razão, torna-se complicado para o médico acompanhar adequadamente essa produção, no intuito de manter-se atualizado em sua especialidade.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é bibliográfica de natureza qualitativa, que segundo Oliveira (1999, p.117):

[...] possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

Dessa pesquisa, a revisão bibliográfica é indispensável para que o pesquisador possa se apropriar de diversas informações concernentes a investigação que, talvez, não obtivesse na pesquisa de campo, como dados, informações e fatos passados que se encontram dispersos e que só são possíveis de obter a partir de fontes secundárias (GIL, 2009). Nesse sentido, utilizou-se como referencial teórico para essa pesquisa artigos científicos, teses e dissertações que serviram de base para o desenvolvimento do referencial teórico.

Em um primeiro momento, foi realizada a busca bibliográfica de textos científicos relevantes para esse estudo, para a construção do corpo teórico que fundamentam as discussões sobre a Mediação da informação na Área da Saúde com reflexões sobre a atuação profissional do bibliotecário, para assim, enriquecer as discussões que contemplem a temática abordada. Para o processo de busca, coleta e seleção dos artigos, teses e dissertações foram consultados o Portal de Periódicos da CAPES, SCIELO, BRAPCI, LILACS e a base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Utilizou como recurso de estratégia de busca por assunto as seguintes palavras-chave: Mediação da Informação; Atuação do Bibliotecário na Área da Saúde; Interações Profissionais. O intuito em buscar conteúdo informacional nessas fontes de informação, utilizando esses termos, foi possível realizar a construção do referencial teórico ressaltando a relevância do profissional bibliotecário como um mediador informacional perante o contexto da área da saúde.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa buscou evidenciar informações que apresentam abordagens que enfocam a atuação do bibliotecário na área da saúde, como um mediador informacional, no sentido de subsidiar equipes clínicas no tratamento e diagnósticos, aumentando as inter-relações que o bibliotecário possa vir exercer perante ambientes informacionais não tradicionais, sendo visto de maneira a possibilitar a democratização dos avanços científicos e tecnológicos, distribuindo-os de forma mais eficiente e equitativa, permitindo a evolução da sociedade em busca do bem-estar coletivo. Quando a sociedade evolui, ocorre uma transformação, provocando a mudança de enfoque em relação ao fator de produção e o fator de desenvolvimento econômico.

A base dessa transformação é que o setor de informação, onde se inserem os serviços bibliotecários, é intensivo em conhecimento. Competitividade, liderança, capacidade de inovação, domínios tecnológicos, são exemplos fundamentais dessa nova fase de transformações que o

profissional bibliotecário vem passando.

Dessa maneira, a pesquisa visou evidenciar um estudo bibliográfico sobre a mediação da informação no contexto da saúde sob o enfoque biblioteconômico, no sentido de enriquecer as discussões a partir de aportes teóricos e conceituais sobre a atuação do bibliotecário e suas inter-relações profissionais, proporcionando às instituições de saúde um diferencial competitivo, pois assegura a saúde de seus pacientes e as funções estabelecidas para os profissionais e coordenadores durante suas atividades de trabalho. A organização da informação na nova economia requer um novo perfil profissional que exige qualificação e maior envolvimento emocional e social dos trabalhadores para desenvolver bem as suas tarefas, aumentando a comunicação, a interpretação de dados, a flexibilização, a integração funcional e a geração, absorção e troca de conhecimento entre eles.

No âmbito da saúde e demais ambientes não convencionais de trabalho, os objetivos são distintos e, assim, exigem a provisão de informação especializada e customizada para aqueles que necessitam dela. O bibliotecário deixa de ser apenas o fornecedor de informação para tornar-se parceiro na mediação, gestão, disseminação, uso e geração de novos conhecimentos.

Em relação aos médicos ou clínicos, com a atuação do bibliotecário conjuntamente é possível amplia-se a base de conhecimentos sobre métodos de pesquisa e a capacidade crítica em relação aos dados e informações existentes, aumenta a confiança para tomar uma decisão, aperfeiçoa a técnica para realizar pesquisas computadorizadas e incentiva o hábito de leitura, fornece a estrutura para solucionar problemas, para o estudo em grupo e capacita os residentes para atuar, efetivamente, dentro da equipe; e com relação ao paciente, proporciona o uso mais eficaz dos recursos e melhor comunicação sobre o manejo das decisões (DRUMMOND, 2004; ROSEMBERG, 1995).

Assim, é visível a interação e colaboração que existe entre médico, paciente e bibliotecário, pois este último exercendo seu papel, intervindo, apropriando e mediando da melhor maneira possível a busca e recuperação da informação precisa, sabendo como encontrar as informações em distintos tipos de bases de dados, a elaborar estratégias de busca informacionais adequadas, para assim tomar decisões alicerçadas em evidências científicas, para tratar determinado paciente da melhor maneira possível.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A atuação do bibliotecário junto as instituições hospitalares e clínicas como um mediador informacional é muito importante, pois este profissional subsidia a equipe clínica para a prática médica fundamentada em informação científica, bem como é um conhecedor das problemáticas relacionadas a informação em saúde, se constituindo em um interventor e gerador de informação com potencial para solucionar casos clínicos, podendo assumir uma posição colaborativa na equipe multiprofissional de saúde, propiciando a gestão da informação e a gestão do conhecimento para a tomada de decisão, além de auxiliar as pesquisas e as práticas médicas de outras profissões em saúde, mostrando assim que as profissões se inter-relacionam e buscam novos desafios, com a intenção de disponibilizar à sociedade uma melhor assistência à saúde, por meio de uma prática médica mais humana e justa, possuindo um alto potencial transformador e educativo no trabalho com o conhecimento, se adaptando as novas áreas de atuação, conhecendo as melhores tecnologias de informação e comunicação voltadas a área da saúde bem como seus recursos informacionais para melhor utilizá-los na prática e nas atividades rotineiras, para assim, melhor subsidiar as necessidades de informação da equipe clínica e o tratamento dos pacientes.

A produção, a apropriação e o processo de significação da informação em saúde não podem acontecer de maneira vazia, sem um propósito, pois está relacionada a questões que estão dentro de dimensões histórica, social e cultural da vida cotidiana dos indivíduos que estão envolvidos nesse contexto, sem deixar de considerar “[...] os mecanismos complexos de mediação que interferem nos processos de apropriação simbólica, sem que se leve em conta sua natureza, sua razão de ser, suas especificidades, suas exigências, seus modos especiais de produção, de circulação, de recepção [...]” (PERROTTI, 2009, p. 13).

A organização da informação e do conhecimento na presente era contemporânea requer um novo perfil profissional do bibliotecário que exige qualificações e maior envolvimento humano, emocional e social com outros profissionais, para que dessa forma, desempenham suas funções potencializando a produção, apropriação, o processo de significação, a comunicação, a interpretação de dados e informações, a integração funcional e a geração, absorção e troca de informação e conhecimento, melhorando significativamente a saúde e a qualidade de vida da sociedade com

tratamentos, terapias, diagnósticos e a tomada de decisão assertiva.

O bibliotecário deixa de ser apenas o fornecedor de informação para tornar-se parceiro na mediação, gestão, disseminação, uso e geração de novos conhecimentos. O bibliotecário da área da saúde não possui perfil único, pois os diversos ambientes e profissionais que compõem o amplo cenário da área possuem diversas e específicas demandas informacionais.

Desenvolver e aprimorar as competências e habilidades é essencial, entre elas pode-se citar: capacidade de fazer perguntas; capacidade de aprender e se interessar por questões clínicas e científicas; conhecimentos/noções básicas sobre anatomia, fisiologia (conhecimento clínico), bem como sobre epidemiologia; conhecimento de termos e descritores médicos; competências voltadas à gestão de projetos; competências voltadas à busca, análise e uso de bases de dados, práticas baseadas em evidências, métodos de pesquisa (SARGEANT; HARRISON, 2004).

Assim, a partir do que foi exposto nesse trabalho onde o objetivo era mostrar a relevância que a Mediação da Informação possui perante a atuação do profissional bibliotecário no âmbito da área da saúde, foi discutido reflexões sobre como o bibliotecário sendo um mediador informacional pode contribuir não só com as suas práticas tradicionais, mas também inserindo-se em ambientes de atuação especializados, como a área da saúde, atuando em prol da equipe médica e dos pacientes, agindo proativamente em direção de novos conceitos e práticas profissionais específicas do campo da saúde, não esperando surgir a demanda informacional por parte dos médicos e dos profissionais.

É uma área com enorme potencial de crescimento e inovação, levando em consideração a cultura informacional, as dimensões moral, ética, histórica, social e cultural ao qual a medicina possui, levando a inserção de outras práticas profissionais para subsidiar e aprimorar o conhecimento das equipes médicas e clínicas desde a tomada de decisão sobre o quadro clínico de um paciente, até propiciar conhecimentos sobre novos tratamentos, métodos diagnósticos, entre outras atividades médicas, contribuindo para estudos com resultados de excelência.

## REFERENCIAS

ALMEIDA JUNIOR, O. F.; SANTOS NETO, J. A. Mediação da informação e a organização do conhecimento: interrelações. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 19, n. 2, p. 98 - 116, maio./ago. 2014. Disponível em: < [http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716/pdf\\_25](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716/pdf_25) >. Acesso em: 24 jul. 2018.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (Org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. 278p.p.9-32.

\_\_\_\_\_. **Mediação da informação**: dimensões. InfoHome, 2015. Disponível em<[http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=939](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=939)>. Acesso em: 24 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Mediação da informação e múltiplas linguagens”. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Profissional bibliotecário: um pacto com o excludente. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Profissional da informação**: o espaço de trabalho. Brasília: Thesaurus Editora, 2004. p. 70-86.

\_\_\_\_\_. Mediação da Informação: discutindo a atuação do bibliotecário. In: FADEL, Bárbara (Org.). **A informação nas organizações sociais**: desafios em face de multiplicidade de enfoques. Marília: FUNDEPE, 2004a. (CD-ROM).

BELLUZZO, R. C. B.; FERREZ, G. G.; VALENTIM, M. L. (Org.). **Redes de conhecimento e competência em informação**: interfaces da gestão, mediação e uso da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. 414p.

BERAQUET, V. S. M. *et al.* Bases para o desenvolvimento da biblioteconomia clínica em um hospital da cidade de Campinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA

INFORMACAO, 7., 2006, Marília. **Anais eletrônicos...** Marília: Unesp, 2006. 12p. 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/sistemas/enancib/viewpaper.php?id=269>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

BIAGGI, C. **Perspectivas e tendências da atuação do bibliotecário na área da saúde**, 2017. 125p. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Biblioteconomia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2017.

CAMPAL GARCÍA, F.; PASTOR MORÁN, M. Informando en salud en la biblioteca pública. In: CUEVAS, A. (Coord.). **Competencias en información y salud pública**. Brasília, DF: Editora do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da UnB, 2008. (Série Tempos na Saúde Coletiva, 8). p. 606-617.

CASTRO, A. A. **Acesso à informação**. [2004]. Disponível em: <[http://www.metodologia.org/ald\\_acesso.pdf](http://www.metodologia.org/ald_acesso.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2018.

COUTINHO, M.; LI, S. M. Como ter acesso à literatura médica. In: DRUMMOND, J. P.; SILVA, E.; COUTINHO, M. **Medicina baseada em evidências: novo paradigma assistencial e pedagógico**. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2004. Cap.2.

CAÑEDO-ANDALIA, R. Del bibliotecario clínico al informacionista: de la gerencia de la información a la gestión del conocimiento. **Acimed**, Havana, v.10, n.3, Mayo 2002.

CULLEN, R. *et al.* Evidence-based information-seeking skills of junior doctors entering the workforce: An evaluation of the impact of information literacy training during pre-clinical years. **Health Information & Libraries Journal**, v.28, p.119-129, 2011.

CRESTANA, M. F. **Discurso de bibliotecárias a respeito de suas profissões na área médica**, 2002. 116p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DAVIDOFF, F.; FLORANCE, V. The informationist: A new health profession? **Annals of Internal Medicine**, v.132, p.996-8, 2000.

DRUMMOND, J. P. O que é medicina baseada em evidências? In: DRUMMOND, J. P.; SILVA, E.; COUTINHO, M. **Medicina baseada em evidências: novo paradigma assistencial e pedagógico**. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2004. Cap.1.

FLORANCE *et al.* Information in context: Integrating information specialists into practice settings. **Journal of the American Medical Association (JAMA)**, v.90, n.1, p.49-58, Jan. 2002.

GALVÃO, M. C. B.; LEITE, R. A. de F. Do bibliotecário médico ao informacionista: traços semânticos de seus perfis e competências. **Transinformação**, Campinas (SP), v.20, n.2, p.181-191, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/534/514>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, H. F.; VARELA, A. V. Mediação da informação na área da medicina: possibilidades de interlocução entre os saberes científico, profissional e sócio-cultura. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.21, n.1, p.3-22, jan./mar. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v21n1/1413-9936-pci-21-01-00003.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

GREEN, M. L.; CIAMPI, M. A.; ELLIS, P. J. Resident's medical information needs in clinic; are they being met? **American Journal of Medicine**, Newton, v.109, p.218- 223, Aug. 2000.



LAPPA, E. Clinical librarianship (CL): A historical perspective. **E-JASL: The Electronic Journal of Academic and Special Librarianship**, v.5, n.2-3, Fall 2004. Disponível em: <[http://southernlibrarianship.icaap.org/content/v05n02/lappa\\_e01.htm](http://southernlibrarianship.icaap.org/content/v05n02/lappa_e01.htm)>. Acesso em: 28 ago. 2015.

LUFT, C. P. **Minidicionário Luft**. São Paulo: Ática, 2000.

MARASCIULO, A. C. E.; NASSAR, S. M. Conceitos básicos em bioestatística e em epidemiologia clínica. In: DRUMMOND, J. P.; SILVA, E.; COUTINHO, M. **Medicina baseada em evidências: novo paradigma assistencial e pedagógico**. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2004. Cap.5.

MIRANDA, S.V. Identificando competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 112-122, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/83/76>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

OLIVEIRA, S. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 1999. 320p.

PERROTTI, E. Prefácio, In: MARTELETO, Regina Maria, STOTZ, Eduardo Navarro (Org.). **Informação, saúde e redes sociais: diálogos de conhecimento nas comunidades da Maré**. Rio de Janeiro: Fiocruz, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

PLUTCHAK, T. S. Informationists and librarians. **Bulletin of the Medical Library Association**, Chicago, v. 88, n. 4, p.391-392, oct. 2000.

ROSEMBERG, W.; DONALD, A. Evidence based medicine: An approach to clinical problem-solving. **British Medical Journal**, v.310, p.1122-1126, Apr. 1995.

RIGBY, E. *et al.* Clinical librarians: A journey through a clinical question. **Health Information and Libraries Journal**, v.19, n.3, p.158-160, Sep. 2002. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1046/j.1471-1842.2002.00393.x/full>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

SARGEANT, S. J. E.; HARRISON, J. Clinical librarianship in the UK: Temporary trend or permanent profession? Part I: a review of the role of the clinical librarian. **Health Information and Libraries Journal**, v.21, n.3, p.173-181, 2004.

WALTER, M.T.M.T. A formação do profissional da informação relacionada as tecnologias de informação: os bibliotecários na perspectiva da literatura, reflexões. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n.19, 1. Semestre, 2005.

WILSON, T. D. Human information behavior. **Informing Science**, v.3, n.2, p.49-53, 2000.

**MEDIDA PROVISÓRIA E DECRETO-LEI: ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DA SEPARAÇÃO DE PODERES**

*PROVISIONAL MEASURES AND DECREE-LAW: CRITICAL ANALYSIS ON THE FRAMEWORK OF THE SEPARATION OF POWERS*

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

MICHÉIAS, Mayara Paschoal

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Curso de Direito

Mestranda em Direito

mayara.micheias@gmail.com;

BORGES, Daniel Damásio

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Curso de Direito

Doutor em Direito pela Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne

Livre-docente pela Faculdade de Direito da USP

Professor do Departamento de Direito Público da UNESP- Franca

dadb@uol.com.br

Trabalho desenvolvido em decorrência de pesquisa fomentada pela FAPESP

Processo número: 2016/24733-5

**Resumo**

Dois instrumentos normativos marcam nossa história constitucional no que diz respeito à separação de poderes: o decreto-lei e as medidas provisórias. Nesse estudo, partindo de uma compreensão histórica da separação de Poderes, tecemos uma análise comparativa entre esses dois institutos, observando ainda a realidade atual. O decreto-lei se mostrou instrumento preponderante na ordem constitucional anterior a 1988, mas tal preponderância esteve associada a um cenário autoritarista de nossa história. Com o objetivo de substituí-lo por um instrumento mais democrático, foi inserida na Constituição vigente a medida provisória, um tipo normativo célere que seria capaz de conferir ao Executivo poder de instituir uma agenda, o qual lhe garante não apenas o cumprimento das políticas que ele deve prover, mas que também se mostra como um meio rápido de ação em situações urgentes e relevantes. No entanto, o texto original da CF/88 fez com que a medida provisória muito se aproximasse do antigo decreto-lei, o que fez necessária a redação de uma Emenda Constitucional, de número 32/2001. O objetivo do presente estudo foi compreender os dois institutos na experiência constitucional brasileira à luz da dinâmica entre os poderes, o que foi realizado através do método da revisão bibliográfica somado à técnica análise documental.

**Palavras-chave:** decreto-lei, medida provisória, separação de poderes

**Abstract**

There has been two notable normative instruments in our constitutional history concerning the separation of powers: the decree-law and the provisional measures. In this article, starting from a historical comprehension of the separation of Powers theory, we developed a comparative analysis between these two instruments, regarding our current reality. Decree-law presented itself as a predominant instrument during our previous to 1988 constitutional order, but this predominance was associated to an authoritarian scenario in our history. Intending to replace it with a more democratic instrument, the current Constitution introduced the provisional measure, an expeditious normative instrument able to provide the Executive Branch with the power to define an agenda, which assured it not only the accomplishment of the politics it had to create, but is also presented as a quick method of action to be used in urgent and relevant situations. However, the original text of the 1988 Constitution made provisional measures a lot like the old decree-law, making necessary to change it through the Constitutional Amendment nº 32/2001. Therefore, the purpose of this study was to comprehend these two instruments in the Brazilian constitutional experience, in regard to the dynamic between Powers, what was done using the bibliographic revision method, added to the documental analysis technic.

**Keywords:** decree-law, provisional measure, separation of powers

## 1 INTRODUÇÃO

A separação de Poderes clássica, entre Legislativo, Executivo e Judiciário foi concebida por Montesquieu em um momento histórico determinado, em que o Estado tinha mínimas atribuições e a preocupação era a limitação de seu poder, para a garantia de direitos individuais.

Ocorre que, nas primeiras décadas do século XX, o contexto socioeconômico passou a exigir um Estado forte e atuante, com mais atribuições. Nesse Estado intervencionista, o Poder Executivo passou a ter primazia, inclusive no campo da produção normativa, pois o Legislativo não estava preparado para atender a uma demanda legislativa mais numerosa e técnica por si só.

No contexto anterior à Constituição Federal de 1988, o Brasil sofreu um período ditatorial em que essa primazia do Executivo não teve quaisquer limitações, permitindo muitos abusos por parte dele. Dentre os instrumentos de que gozava o Executivo nesta época, havia o decreto-lei, uma figura muito semelhante ao que temos hoje com as medidas provisórias.

Durante os debates constitucionais que culminaram na promulgação da Constituição Federal de 1988, como uma Constituição que visou reestruturar o país após um período ditatorial, muito se discutiu a respeito da instituição ou não das medidas provisórias, como instrumento que viria substituir o decreto-lei, tendo em vista a busca de limitações ao Poder Executivo. Esse tipo normativo, característico do Estado autoritário que havia no momento, não tinha quaisquer limites a sua produção, e a ideia das medidas provisórias era de manter os pontos positivos do decreto-lei e remover seus vícios.

A medida provisória tentou, a princípio, conciliar a efetividade (que era necessária para a garantia de políticas públicas) com a democracia, pois para que se transformasse em lei definitivamente seria necessário o aval do Legislativo, o que a tornava um instrumento democrático sem perder a celeridade necessária, já que ela começaria a vigor assim que publicada.

Diante disso, com uma compreensão histórica de ambos institutos, à luz do atual contexto da separação de poderes, tecemos uma análise crítica para verificar os impactos da substituição do decreto-lei pela medida provisória na atual conjuntura.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A separação de Poderes clássica, influenciada por Montesquieu, estabelecia uma divisão do Estado em três espécies de Poderes: o Poder Legislativo, responsável pela elaboração, revogação e alteração das leis, bem como pela fiscalização da atuação estatal; o Executivo, cuja função seria fazer a guerra ou a paz, recebendo embaixadas, impedindo invasões, relacionado à segurança do Estado, sendo este “melhor administrado por um do que por muitos” e o Judiciário, que consistiria no poder de julgar, punir crimes.

Iluminista, a preocupação do teórico Montesquieu era principalmente a de limitar o poder, de forma que dele se esperava uma “prestação negativa”, em que o Estado se abstém de intervir na vida privada, garantindo direitos individuais, como liberdade e vida, bem como direitos políticos. Nesse contexto, ele entendeu que esses Poderes deveriam ser divididos e entregues um na mão de cada órgão, para evitar abusos.

Sua teoria foi concretizada na Declaração Francesa de Direitos do Homem de 1789 que, em seu artigo 16, estabeleceu a separação de Poderes como um dos dogmas do constitucionalismo. Com isso, buscava-se assegurar os direitos e liberdades individuais por meio da independência entre os detentores de poder, que se controlavam reciprocamente.

Apesar da grande importância da teoria, como já apontando, hoje estamos em um momento histórico totalmente distinto daquele de Montesquieu. Passou-se a se exigir do Estado muito mais do que sua “prestação negativa”, sobretudo com o surgimento do constitucionalismo social (Constituição Alemã de Weimar de 1919 e Constituição Mexicana de 1917), em que se verificou que isso não era suficiente ante a desigualdade existente entre os indivíduos.

Nesse contexto, várias outras sugestões de separações foram feitas: Loewenstein (1986), a título de exemplo, sugeriu a separação entre 3 funções. Segundo essa estrutura, o Estado seria constituído pela decisão política fundamental, que representa os caminhos a serem seguidos com relação a vários aspectos, nacionais ou internacionais, sendo grande parte dessas decisões materializadas na constituição. A segunda função do Estado seria a de execução, representada pela concretização das decisões tomadas, que geralmente compreende a execução das leis. E a terceira função seria a de controle, que se daria de forma variada conforme cada tipo de governo.

Kelsen (2000), importante crítico da teoria, foi responsável por uma alternativa: a bipartição de Poderes, entre a criação e a execução de leis. Observa o autor que esses não necessariamente serão exercidos, respectivamente, por Legislativo e Executivo, podendo por vezes o Executivo criar leis. Quanto ao Judiciário, seriam suas atividades classificadas entre esses dois Poderes por ele elencados.

O Estado, com o constitucionalismo social, passou a ter de proporcionar “prestações positivas”, com uma postura no sentido de garantir direitos básicos aos indivíduos, como saúde, educação, alimentação, moradia. Esse estado contemporâneo, para Ferreira Filho (1993, p. 13), teria por objetivo estabelecer para todos um mínimo bem-estar, uma existência digna, intervindo nos domínios econômico e social, de forma que não seria mais cabível o ideal do *laissez-faire*, *laissez-passer*.

Portanto, como assinala Jean Paul Cabral Veiga da Rocha (2008, p. 178), a interpretação da teoria clássica de Montesquieu não pode ser feita da mesma forma hoje, pois se deve levar em conta o momento histórico e os interesses a que servia no momento em que foi elaborada. “A clássica separação dos Poderes de um Estado como pensado e previsto no final do século XVII e no Século XVIII em muito foi e vem sendo modernizada”. (LEITE; STRECK; NERY JUNIOR, 2017, p. 17)

Nesse Estado intervencionista, a separação de Poderes, apesar de muito influenciada pelas teorias de Montesquieu, não se dava da mesma forma. Para garantir a efetivação de direitos, políticas públicas eram essenciais, de forma que passou a ser necessária certa primazia normativa do Poder Executivo.

Neste contexto, observa Amaral Júnior (2004, p. 45-49), surgiram instrumentos legislativos atribuídos diretamente ao Governo, como os decretos-leis e correlatos, que se dariam em três tipos fundamentais: os que teriam força de lei, baixados diretamente pelo Governo; os que consistem em delegação legislativa, ou seja, transmissão temporária do exercício da potestade legislativa; e os provimentos governativos. Tais instrumentos, observa Ferreira Filho (1997), não representavam o fim da separação de Poderes, mas certamente representavam uma quebra com a teoria clássica de Montesquieu.

O constitucionalismo social esteve presente pela primeira vez em nossa Constituição de 1934, porém nossas Cartas Constitucionais careciam de eficácia, sendo que podemos dizer que ele passou a ser de fato colocado em prática a partir da Constituição Federal de 1988, com o surgimento de certos institutos que buscavam efetivá-la, como por exemplo, o mandado de injunção.

Na atual Constituição, apesar do disposto em seu art. 2º literalmente prever a separação clássica de Montesquieu, para garantir que os direitos fossem efetivados, seguindo a tendência já apontada, atribuíram-se ao Poder Executivo diversos poderes para que ele tivesse meios de agir, dentre os quais uma vasta atuação no campo da produção normativa, tendo em vista a falta de celeridade de que é dotado o Processo Legislativo, ante a demanda legislativa mais numerosa e técnica.

Observa Valdemar F. de Araújo Filho (2016, p. 43-44) que:

Deter o controle sobre políticas e agências estratégicas e dispor de recursos de coordenação é fundamental para que os governos contornem problemas de delegação e possam executar a agenda política. Pesquisas que abordaram a trajetória e as características do Poder Executivo no Brasil salientam que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos sucessivos governos no Brasil foi estabelecer mecanismos permanentes e satisfatórios de controle administrativo e articulação institucional.

Entretanto, na Constituição Federal de 1988, em relação à Constituição anterior, adotou-se certa cautela na atribuição de poderes ao Executivo, para evitar que abusos voltassem a ocorrer. A Carta anterior, de 1967, alterada quase que em sua íntegra pela EC 01/1969, trazia um instituto que representava a falta de limites do Poder Executivo, que era o decreto-lei, previsto em seu art. 55:

Art. 55. O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não haja aumento de despesa, poderá expedir decretos-leis sôbre as seguintes matérias:

I - segurança nacional;

II - finanças públicas, inclusive normas tributárias; e

III - criação de cargos públicos e fixação de vencimentos.

§ 1º Publicado o texto, que terá vigência imediata, o Congresso Nacional o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias, não podendo emendá-lo; se, nesse prazo, não houver deliberação, o texto será tido por aprovado.

§ 2º A rejeição do decreto-lei não implicará a nulidade dos atos praticados durante a sua vigência. (BRASIL, 1969)

O instrumento do decreto-lei tem um histórico que nos remete ao surgimento da República, que se deu através de um Decreto. Também a alteração na ordem constitucional em 1930 foi feita mediante Decreto, e após esse momento “o governo passou a editar Decretos que abrangiam não somente assuntos do executivo como aqueles que seriam do legislativo”. (SOUZA, 2003, p. 15) Ele esteve presente nas Constituições de 1937 e 1967, de modo que podemos apontá-lo como característico dos momentos autoritaristas da nossa história.

A Constituição Federal de 1988, em sentido oposto, estabeleceu institutos à disposição do Presidente da República que deveriam passar pelo crivo do Poder Legislativo, como é o caso das medidas provisórias. Consequentemente, nesse tipo de governo, passou a ser necessária uma grande cooperação entre esses dois Poderes.

Sobre o surgimento das medidas provisórias, Magali Carvalho Alves de Oliveira (2009, p. 46-47) destaca:

As medidas provisórias surgiram do cruzamento entre a idealização de um país democrático e que, portanto, precisava expurgar qualquer resquício autoritário e o temor da ingovernabilidade. Consequentemente, era necessário dotar o Executivo de instrumento ágil para ser utilizado em situações emergenciais.

Como analisaremos, na nova ordem constitucional as medidas provisórias foram instituídas como instrumento normativo próprio do Presidente da República, como uma evolução do antigo decreto-lei. As medidas, dentre outros aspectos, fizeram com que nosso governo se constituísse, conforme observaram Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (1999), com especificidades tais que seu sistema (constituído pelo multipartidarismo associado ao presidencialismo) resultasse no chamado presidencialismo de coalizão, que seria a forma encontrada para a cooperação entre Executivo e Legislativo se dar de forma efetiva.

Esse sistema, denominado presidencialismo de coalizão, se caracterizaria pelo grande poder legislativo que se encontra nas mãos do Presidente da República, sobretudo em razão das medidas provisórias, o que afeta as relações entre Executivo e Legislativo, tendo em vista o poder de agenda que essas prerrogativas conferem ao Presidente sobre o Congresso. Deste modo, pode o Presidente, em razão daquele poder, determinar quais propostas serão objeto de consideração do Congresso e quando o serão.

O presidencialismo de coalizão teria surgido como:

Uma nova visão da teoria da separação dos Poderes, bem como novas formas de relacionamento entre o Legislativo e o Executivo e destes com o Judiciário, levando-se em conta certa colaboração entre os Poderes, que tem como principal exemplo o sistema parlamentar, em que o governo depende da confiança do Parlamento. (SILVA, José Ivaldo; SOUSA, Williams Martinho, 2016, p. 43)

Isso teria ocorrido, conforme observa Abranches, em razão de nosso sistema, apesar de presidencialista, ter adotado o multipartidarismo, diferentemente da experiência norte-americana, de forma que a formação de coalizões se mostrou indispensável à atuação estatal. Esse sistema, contudo, já observava, poderia levar a diversas instabilidades na presidência.

Observa Mariana Batista (2016, p. 145) que: “Para além da clássica dicotomia entre presidencialismo e parlamentarismo, o presidencialismo de coalizão se apresenta como uma variante institucional que combina a estrutura hierárquica centrada no presidente com a formação de coalizões multipartidárias.”

Esse cenário não seria em todo ruim, por garantir a governabilidade nesse sistema, contudo, observa Magali Carvalho Alves de Oliveira (2009, p. 46): “Se, por um lado, o presidencialismo de coalizão tem seu mérito ao garantir a governabilidade e ainda, impedir que deputados lutem por interesses parciais; por outro, esse modelo institucional, que passa por uma agenda imposta, retira do Legislativo sua função precípua: Legislar.”

Assim, nesse contexto, a medida provisória levou à reanálise da separação de Poderes e ao surgimento de novas teorias, como a de Figueiredo e Limongi, na qual se estuda o presidencialismo de coalizão sob a luz do poder de agenda do Executivo sobre o Legislativo, que, para eles teria sido concedido pelas medidas provisórias: “Um presidente dotado de amplos poderes legislativos é capaz de ditar a agenda de trabalhos legislativos e, dessa forma, induzir parlamentares à cooperação. Conta ainda com recursos não legislativos advindos do controle que exerce sobre o acesso aos

postos de governo.” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, p.26)

No capítulo intitulado “O Congresso e as medidas provisórias: abdicação ou delegação” (1999), os autores fazem uma análise do impacto das medidas provisórias no “poder” do Congresso, indagando se elas diminuem sua influência na definição de políticas públicas e se elas servem ao interesse do Congresso. Para isso, partem de uma análise das razões de sua instituição, verificam as tentativas existentes à época de limitá-las e coletam dados sobre o uso das MPs.

Segundo Limongi e Figueiredo, um dos motivos pelos quais as medidas provisórias teriam sido instituídas foi justamente a intenção de conferir ao Executivo controle da agenda do Legislativo. No entanto, observam que para que isso ocorresse de forma benéfica para ambos, era necessário um adequado controle da produção desse tipo normativo, o que, como veremos mais adiante, não ocorreu.

As medidas provisórias eram um instrumento não utilizado em nenhum dos países da América Latina, a principal inspiração era a Constituição italiana. No entanto, tratava-se de Constituição desenhada para o parlamentarismo, e não para o presidencialismo, como observa Ana Paula de Azevedo Carvalho (2008, p. 25):

Um importante detalhe deve ser enfatizado nesta análise: a Comissão de Sistematização de 1988 ao incorporar o instituto da medida provisória na Constituição brasileira, ao modo do art. 77 da Constituição italiana, o fez com base num modelo parlamentar de governo. Posteriormente, quando o sistema presidencialista venceu, a Comissão de Sistematização não extirpou do texto aquele instrumento próprio do parlamentarismo. No projeto original, as medidas provisórias dependiam de solicitação prévia do Primeiro-Ministro e presumiam o apoio da maioria parlamentar identificada com o Chefe de Governo e seu Programa. Com a manutenção do presidencialismo e mantido o instituto de origem italiana, entregou-se ao Presidente da República uma ilimitada fonte de arbítrio e liberdade para legislar.

É possível observar que nos debates considerou-se até mesmo a completa eliminação (e não a substituição) do instituto do decreto-lei, em razão das arbitrariedades por ele permitidas na ordem constitucional anterior, mas este não foi o posicionamento principal dos constituintes, que entendiam que era esse um instrumento necessário seguindo as tendências mundiais do momento.

Observam Figueiredo e Limongi (1999, p. 129) que:

Em geral, as opiniões expressas publicamente por constituintes apontaram para a necessidade de encontrar um sucedâneo para o decreto-lei que mantivesse a prerrogativa do Executivo (editar, em situações de urgência, decretos com força de lei no ato de sua promulgação) sem permitir seu uso abusivo (o recurso do Executivo à prerrogativa extraordinária com vistas a contornar a tramitação ordinária).

Como já apontado, os decretos-lei, ao serem promulgados, tinham imediato status de lei, podendo o Congresso aprová-lo ou recusá-lo em sua íntegra, e, não o fazendo, ocorreria aprovação tácita do texto, que se converteria em lei imediatamente.

Em sentido oposto, desde sua criação original, as medidas provisórias apenas se converteriam em lei se fossem aprovadas pelo Congresso, ou seja, ante a não análise teríamos uma rejeição tácita.

Os decretos-lei, característicos do Estado autoritário que havia no momento em que existiram, não tinham quaisquer limites à sua produção, e a ideia das medidas provisórias era de manter os seus pontos positivos e remover seus vícios. Segundo Figueiredo e Limongi (1999, p. 133) “a inversão do decurso de prazo visava a garantir a participação efetiva do Legislativo na produção legal e, ao mesmo tempo, inibir o recurso do Executivo à sua prerrogativa de emitir decretos”.

Em especial, o fato de ser o antigo decreto-lei aprovado tacitamente quando o Legislativo não o analisava no prazo previsto, fazia com que, ao editar inúmeros decretos, o Executivo conseguisse a aprovação de todos eles, o que demonstrava um déficit democrático em sua elaboração, já que o Legislativo sequer participava da análise e o dispositivo tornava-se lei.

A medida provisória tentou, a princípio, conciliar essa efetividade com a democracia, de forma que, para que se transformasse em lei, seria necessário o aval do Legislativo, o que a tornaria um instrumento democrático sem perder a celeridade necessária, já que ela começaria a vigor assim que publicada, mas apenas se tornaria lei se aprovada pelo Congresso.

Observa Magali Carvalho Alves de Oliveira (2009, p. 47):

Embora a análise dos discursos proferidos durante a Assembléia Nacional Constituinte demonstre que a maioria dos constituintes apoiava a introdução das medidas provisórias no texto constitucional de 1988, tendo em mente o parlamentarismo como novo sistema de governo, percebe-se também a preocupação desses mesmos constituintes em manter algum mecanismo de legislação de urgência, uma forma de propiciar que o Executivo intervenha em caso de necessidade.

O instituto das medidas provisórias, encontrado no art. 62 da CF teria sido, como observa Clèmerson Merlin Clève, inspirado no decreto-legge italiano, embora exista “[...] importante dessemelhança no que se refere ao órgão competente para a adoção da providência legislativa de urgência. No Brasil, cumpre ao Presidente da República, Chefe de Estado e de Governo editá-la. Na Itália, ao Governo”. (CLÈVE, 2010, p. 55).

A esse respeito destacam Figueiredo e Limongi (1999, p. 132) que:

Não houve, no entanto, debate exaustivo sobre esta ou aquela fórmula. Os constituintes tenderam a apresentar sua solução preferida sem se referir às demais, sem fazer comparações e/ou exame detido das diferentes fórmulas. Nem mesmo as linhas mestras das alternativas existentes chegaram a ser debatidas publicamente.

No texto original da CF de 1988, as medidas provisórias estavam previstas da seguinte forma:

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.

Parágrafo único. As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes. (BRASIL, 1988- texto anterior à EC 32/2001)

Observa-se que no texto original algumas diferenças substanciais com relação ao decreto-lei foram estabelecidas: no lugar da aprovação tácita, há perda de eficácia tácita; a perda de eficácia tácita se dá com efeitos ex tunc; e em vez de “interesse público relevante”, utilizou-se das expressões “relevância e urgência”.

Quanto ao propósito inicial das medidas provisórias, observa Magali Carvalho Alves de Oliveira:

A Medida Provisória veio na Constituição de 1988 para atender as necessidades do mundo contemporâneo que, muitas das vezes, impõem um ritmo acelerado na elaboração de legislação. A ideia é que o Executivo lance mão desse instrumento quando necessário ultrapassar o complexo processo legislativo ordinário, devendo todavia, submetê-lo à análise do Legislativo. (OLIVEIRA, 2009, p.25)

Como é possível observar, o constituinte não se preocupou em limitar as matérias sujeitas ao tratamento por meio de medidas provisórias, apenas estabelecendo limites circunstanciais que seriam a relevância e a urgência, conceitos abertos que também não se preocupou em definir. Como destacam Figueiredo e Limongi (1999, p. 141) “na prática, o Congresso deixou ao Executivo a definição unilateral da urgência e relevância”.

No entanto, na jurisprudência, sustentava-se a existência de limites materiais decorrentes da interpretação sistemática do texto constitucional, dentre os quais as matérias reservadas à lei delegada, à iniciativa das Casas do Congresso Nacional, à lei complementar, ao Poder Judiciário e também assuntos como nacionalidade, cidadania, direitos políticos e eleitorais, além de matérias penais e processuais penais.

Importante aspecto das medidas provisórias em seu formato originário era a prática da reedição, que se dava do modo descrito na Súmula 651 do Supremo Tribunal Federal: “A medida provisória não apreciada pelo Congresso Nacional podia, até a EC 32/2001, ser reeditada dentro do seu prazo de eficácia de trinta dias, mantidos os efeitos de lei desde a primeira edição”.

A respeito da possibilidade de reedição, observam Figueiredo e Limongi (1999, p. 141):

A possibilidade da reedição de MPs que perdem eficácia fez desaparecer a principal diferença entre a medida provisória e o decreto-lei notada pelos constituintes. O decurso de prazo deixou de ser desfavorável ao Executivo, uma vez que ao editar a MP este não precisava ter certeza de contar com

apoio para aprová-la; bastaria ser capaz de evitar que a oposição reunisse maioria. Assim, desapareceu a ameaça que levaria ao uso comedido da prerrogativa. Emitir grande número de MPs deixava de ter riscos para o Executivo.

Para elencar os problemas existentes à época Christiane Satiê Moritsugu Silva (2013, p.32) aponta que:

Após a promulgação da Constituição Federal, alguns problemas relativos às medidas provisórias foram se destacando na atuação legiferante e na estrutura da separação entre os Poderes. Entre esses problemas, é possível destacar quatro deles que geraram um maior debate sobre a legitimidade do uso desse instrumento de legislação que deveria ser excepcional, quais sejam: a falta de limites materiais expressos na Constituição Federal; o caráter indeterminado e discricionário dos pressupostos de relevância e urgência; o exíguo prazo para a deliberação da medida provisória; e o excesso de reedições desse instrumento normativo.

Assim, tínhamos o problema da ausência de limites materiais, que, observa a autora, foi um retrocesso até mesmo se comparado ao decreto-lei, que tinha limites definidos; tínhamos a questão da relevância e urgência, requisitos extremamente indeterminados que eram analisados sem qualquer técnica pelas Comissões Mistas; além do problema do prazo muito curto para análise das medidas provisórias, que andava lado a lado às reedições.

A situação deixava o Congresso Nacional insatisfeito, e esse contexto ensejou o surgimento de diversas PECs, como forma de buscar a solução para os diversos problemas observados. Apesar de não se tratar de assunto com a “maior” prioridade na agenda do Congresso, surgiu uma busca pela mudança.

Dentre as diversas PECs propostas, temos a Proposta de Emenda à Constituição nº 472/1997 que resultou na aprovação da Emenda Constitucional 32/2001.

A EC 32/2001 promoveu diversas mudanças significativas ao regimento das medidas provisórias. Instituiu limites materiais, colocou fim à prática da reedição e instituiu o trancamento de pautas para garantir uma análise célere por parte do Legislativo. A dúvida que remanesce é, ela foi suficiente para solucionar a problemática das medidas provisórias?

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O método utilizado para as discussões tecidas neste artigo foi o da revisão bibliográfica somado à análise documental, com observação dos dados relativos à produção de medidas provisórias disponibilizados na plataforma online do Congresso Nacional.

Para atingir as conclusões almejadas, primeiramente passamos por uma compreensão histórica, que foi possível com a revisão bibliográfica. Em seguida, passamos à análise documental, para um estudo aprofundado dos textos constitucionais.

Os dados disponibilizados nos permitiu obter conclusões concretas, à luz da realidade que se mostra no cenário atual.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A comparação entre medida provisória e decreto-lei é importante para a compreensão da dinâmica atual entre os poderes.

As diferenças entre medidas provisórias e decretos-lei são notáveis. A medida provisória traz traços muito mais democráticos que o autoritário decreto-lei.

No entanto, o que verificamos é que a instituição das medidas provisórias fez com que fosse necessário se retomar a teoria da separação de Poderes, para constatar se esse instituto compromete ou não a democracia.

O texto original que instituiu as medidas provisórias fez com que elas ficassem ainda muito próximas do decreto-lei. Com sucessivas reedições, o papel de análise do Legislativo ficou em segundo plano, de modo que o Executivo legislava sozinho, de forma antidemocrática.

Com isso surgiu a EC 32/2001, promovendo inúmeras alterações, limitações e reformas ao regimento das medidas provisórias. Teria isso sido suficiente para afastar esse instrumento do antigo decreto-lei?

Ao analisar a produção atual de medidas provisórias, observamos que apesar de ter-se



encerrado a prática das reedições, a estipulação de limites materiais não fez com que reduzisse a edição de medidas provisórias, que em alguns anos foi até mesmo superior ao que era antes da EC, com uma média de 40 medidas provisórias editadas anualmente. Já no que diz respeito ao trancamento de pautas, é possível observar que quantidade muito alta de pautas é trancada por medidas provisórias, o que demonstra grande controle da agenda do Legislativo pelo Executivo.

Embora a EC 32/2001 tenha buscado melhorar ou solucionar o panorama crítico das medidas provisórias, ela ainda se mostra como um desafio a ser enfrentado. Apesar de afastadas da característica autoritária do decreto-lei, a dinâmica entre Legislativo e Executivo que ela promove deve ser vigiada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo revisitou a teoria da separação clássica de Poderes teorizada por Montesquieu, nos permitindo a conclusão de que esta deve ser reinterpretada nos dias atuais, em razão das diferentes funções que desempenha o Estado. Hoje, diferente do momento em que foi criada, temos a necessidade da intervenção estatal nos mais diversos setores para combater, dentre outras situações, a desigualdade apresentada.

O Brasil, por traços característicos de sua história, sempre apresentou um Poder Executivo dotado de atribuições mais largas que as dos demais Poderes. Isso é demonstrável com suas atribuições legislativas, que muitas vezes estiveram associadas a governos autoritários, como o decreto-lei e as medidas provisórias.

O decreto-lei, na última carta constitucional anterior à de 1988, foi utilizado de forma completamente antidemocrática. Ele não dependia de análise do Poder Legislativo, podendo converter-se em lei tacitamente.

Quando da redação da CF/1988, decidiram instituir as medidas provisórias, inspiradas no instrumento *decreto-legge* italiano, para manter os benefícios do decreto-lei, sanando seus vícios. No entanto, o resultado foi diverso em razão da prática da reedição, que comprometia não só a democracia como também a segurança jurídica.

Em uma tentativa de solucionar os problemas causados pelas medidas provisórias, promoveu-se uma alteração no texto constitucional com a EC 32/2001, que colocou fim às reedições e impôs limites materiais às medidas provisórias. No entanto, observamos que ainda hoje sua edição é problemática, sendo necessário retomar a discussão deste assunto na academia para vigiar o comprometimento à democracia que pode ser causado.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sergio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 3-55, 1988.

AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do. **Medida provisória e sua conversão em lei**: a Emenda Constitucional no. 32 e o papel do Congresso Nacional. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2004.

ARAÚJO FILHO, Valdemar Ferreira de. **Presidentes fortes e presidência fraca**: a expansão do poder executivo e a organização da presidência da República no Brasil (1930-1989). 1.ed. Curitiba: Appris, 2016.

BATISTA, Mariana. O Poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 24, n. 57, p. 127-155, Mar. 2016. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782016000100127&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000100127&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 29 Sept. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1, p.1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2016

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências. Emenda Constitucional n. 000032 de 11 de setembro de 2001. **Diário Oficial da União**: República Federativa

do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 set. 2001. Seção 1, p.1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2001/emendaconstitucional-32-11-setembro-2001-395730-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 jan. 2016

CARVALHO, Ana Paula de Azevedo. **A medida provisória à luz do princípio da separação dos poderes**. Brasília, 2008. Monografia (Especialização em Direito Legislativo)- Universidade do Legislativo Brasileiro, Brasília, DF, 2008.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. **Medidas Provisórias**. 3. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2010.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Aspectos fundamentais da constituição de 1988. **Revista da Faculdade de Direito (USP)**, São Paulo, v. 88, p. 1, 1993.

\_\_\_\_\_. **Comentários à constituição brasileira de 1988**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1997. v. I.

\_\_\_\_\_. As medidas provisórias como fonte de insegurança jurídica. **Revista Direito Mackenzie**, São Paulo, a. 2, n. 1, p. 9-15, 2003.

FIGUEIREDO, Argelina C. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional** / Argelina Cheibub Figueiredo e Fernando Limongi. 2ª ed. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2001.

FRANÇA. Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão. In *Textos Básicos sobre Derechos Humanos*. Madrid. Universidad Complutense, 1973, traduzido do espanhol por Marcus Cláudio Acqua Viva. APUD. FERREIRA Filho, Manoel G. et. alli. **Liberdades Públicas**. São Paulo, Ed. Saraiva, 1978.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. Trad. João Baptista Machado. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEITE, George Salomão; STRECK, Lenio; NERY JUNIOR, Nelson. **Crise dos poderes da República**: judiciário, legislativo e executivo. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2017.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova**, São Paulo, n. 44, p. 81-106, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010264451998000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451998000200005&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 20 Agosto 2016.

LOEWENSTEIN, Karl. **Teoria de La Constitución**. Trad. Alfredo Gallego Anabiarte. Barcelona: Ariel, 1986.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de, 1689-1755. **O espírito das leis** : apresentação Renato Janine Ribeiro; tradução Cristina Murachco. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

OLIVEIRA, Magali Carvalho Alves de. **Medidas provisórias e a relação Executivo x Legislativo**: uma visão do sobrestamento de pauta. Monografia (Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Brasília, DF, 2009.

ROCHA, Jean Paul Cabral Veiga da. **A capacidade normativa de conjuntura no Direito Econômico: o déficit democrático da regulação financeira**. Tese (Doutorado em Direito Econômico-Financeiro) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, Christiane Satiê Moritsugu. **Os motivos políticos e jurídicos que ensejaram as mudanças na tramitação das medidas provisórias**. Monografia (Especialização em Processo Legislativo) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Brasília, DF, 2013.

SILVA, José Irivaldo Alves Oliveira; SOUSA, Williams Martinho Soares de. **Agenda do Legislativo: quem define?** (Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo) - Centro de

Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Brasília, DF, 2016.

SOUZA, Carlos Aurélio Mota de (org.). **Medidas Provisórias e Segurança Jurídica**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.

**MERCADO EDITORIAL DO LIVRO E AS ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO:  
UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS**

*EDITORIAL BOOK MARKET AND MARKETING STRATEGIES:  
A COMPARATIVE STUDY BETWEEN BRAZIL AND THE UNITED STATES*

Área temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

PEDERSOLI, Ana Clara Leite  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP Marília  
Graduanda em Biblioteconomia  
anaclarazanotin@hotmail.com

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP  
Professora Titular  
valentim@valentim.pro.br

**Resumo**

Esta pesquisa apresenta uma abordagem comparativa entre os mercados editoriais norte-americano e brasileiro, levando em consideração o fato de o mercado norte-americano ser um dos mais conhecidos em nível global. Objetiva verificar as estratégias de comercialização voltadas ao consumo do livro, dado que no Brasil a comercialização de livros, ainda, ocorre de uma maneira incipiente, considerando fatores como a distribuição de livros em pontos de vendas, o hábito de leitura do brasileiro e a sobrecarga de trabalho para as editoras brasileiras – fatores que não ocorrem nos Estados Unidos, cujas funções editoriais e de logística são bem definidas. Do ponto de vista metodológico, este estudo é de natureza qualitativa, do tipo descritiva-exploratória, cujo método de análise aplicado será a Análise de Conteúdo de Bardin, mais especificamente a técnica Análise Cateórica, cuja definição das categorias de análise serão feitas *a posteriori*. Entre as estratégias, destaca-se a rede Internet que deve ser utilizada a favor do mercado editorial, não apenas como uma ferramenta para suprir a má distribuição do livro em locais de venda, mas como uma interface entre as editoras e livrarias com o sujeito informacional. Assim sendo, espera-se que considerando tais estratégias, o mercado editorial e comércio livreiro brasileiro possam apresentar melhorias, estas analisadas através de pesquisas como a de “Produção e vendas no setor editorial brasileiro” realizada anualmente pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros.

**Palavras-chave:** Mercado Editorial, Comércio Livreiro, Estratégias de Comercialização

**Abstract**

This research presents a comparative study between the Brazilian and North American publishing market, considering that, currently, the North American publishing market is known as the largest publishing market in the world. The study objective is to verify marketing strategies aimed at the book consumption, since in Brazil the commercialization of books still occurs in an incipient way, considering factors such as the books distribution in sales points, the habit of reading the Brazilian and the work overload for Brazilian publishers - factors that do not occur in the United States, whose editorial and logistical functions are well defined. From the methodological point of view, this study is qualitative in nature, of the descriptive-exploratory type, whose method of analysis will be the Bardin Content Analysis, specifically the Categorical Analysis technique, whose definition of categories of analysis will be done *a posteriori*. Among the strategies, we highlight the Internet network that should be used in favor of the publishing market, not only as a tool to overcome the poor distribution of the book in sale places, but as an interface between the publishers and bookstores with the informational subject. Thus, it is expected that considering these strategies, the Brazilian publishing and book trade market may present improvements, which are analyzed through researches such as "Production and sales in the Brazilian publishing sector" annually conducted by the National Union of Book Publishers.

**Keywords:** Publishing Market, Book Trade, Commercialization Strategies.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente projeto tem como objetivo estabelecer um parâmetro de comparação entre o mercado editorial brasileiro e norte-americano, visando a elaboração de estratégias de comercialização de livros, levando em consideração que o mercado editorial e comércio livreiro brasileiro, ainda se expressa de maneira incipiente. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo descritiva-exploratória, cujo método de pesquisa aplicado será a Análise de Conteúdo de Bardin. A técnica de análise será a Análise Categorical, em decorrência de tal processo, a definição das categorias de análise serão estabelecidas a *posteriori*. Como procedimento para a coleta de dados na literatura nacional e estrangeira, para o processo de busca, foi realizada uma coleta e seleção dos artigos nos *sites* de periódicos, nas bibliotecas digitais de teses e dissertações, no catálogo da Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (Unesp), na rede Internet, no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI).

O mercado editorial brasileiro sofre com as mudanças político-econômicas do Governo, uma vez que estas afetam o poder aquisitivo da sociedade. Nesse sentido, evidencia-se que o livro não é produto prioritário de consumo e, por essa razão, é necessário que as editoras planejem novas estratégias de comercialização. Questiona-se se a partir da análise dos mercados editoriais brasileiro e norte-americano – este último, conhecido como o maior mercado editorial mundial – e da definição de estratégias inovadoras voltadas ao consumo de livros as editoras brasileiras podem se tornar mais competitivas.

O livro é um produto caro quando comparado a outros tipos de produtos e/ou serviços culturais. Em geral, não é objeto de desejo de muitos brasileiros, justamente por não ter sido desenvolvido o hábito de leitura no período escolar. Essas problemáticas vem se agravando com o advento das redes sociais, cujo espaço de interação e convívio retira do indivíduo um tempo considerável para se dedicar a leitura de livros, seja em formato digital ou em papel.

Em meio a um mercado editorial dominado por grandes editoras internacionais, novas e pequenas editoras tentam buscar espaço com diferentes estratégias para alcançarem um objetivo comum: comercializar livros em um País de não leitores. Segundo o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), em 2016<sup>1</sup>, o setor editorial brasileiro produziu 427,2 milhões de exemplares, vendeu 385,1 milhões e faturou R\$ 5,27 bilhões, com a edição de 51,8 mil títulos, dos quais 17,37 mil novos. Nessa perspectiva, observa-se que é fundamental que as editoras planejem novas estratégias de comercialização, principalmente em relação às novas plataformas de edição e de venda de livros no ambiente *Web*.

A comercialização de livros no Brasil precisa ser considerada estratégica do ponto de vista do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, principalmente quando se compara o mercado editorial nacional ao norte-americano, cujos índices de geração de lucro, emprego e renda são extremamente significativos para aquele país.

Sendo assim, as editoras nacionais necessitam desenvolver estratégias que propiciem maior inserção junto ao público jovem, bem como junto ao público adulto. Essa tarefa não é fácil quando se observa a quantidade de oportunidades culturais e de lazer disponíveis. Assim sendo, é fundamental que as estratégias de comercialização sejam muito bem customizadas e o valor do produto e/ou serviço final seja atrativo. Vale destacar no que se refere ao valor do livro, que este também é carregado de simbolismo, qual seja, relacionado ao *status* intelectual de quem o possui, ou seja, trata-se de uma representação social no âmbito da cultura brasileira que indica intelectualidade e conhecimento.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar quais são as estratégias de comercialização realizadas por editoras brasileiras e norte-americanas voltadas ao consumidor de livros. Do ponto de vista específico pretende-se: i) verificar os indicadores dos mercados editoriais brasileiro e norte-americano, por meio de documentos oficiais governamentais e do setor; ii) identificar as estratégias de comercialização voltadas ao consumo de livros nos dois países; iii) comparar as estratégias de comercialização realizadas em ambos os países, no intuito de revelar as ações convergentes e

---

<sup>1</sup> SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES BRASILEIROS. **Produção e vendas do setor editorial brasileiro**, 2016. Disponível em: <[http://www.snel.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Apresentação-Pesquisa-Produção-e-Vendas\\_2016\\_1.pdf](http://www.snel.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Apresentação-Pesquisa-Produção-e-Vendas_2016_1.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2018.

divergentes, e iv) revelar as boas práticas de comercialização do mercado editorial norte-americano e as possibilidades de aplicação no mercado brasileiro.

## 2 HISTÓRIA DO LIVRO COMO MERCADORIA

Desde a Pré-História, o homem tem a necessidade de registrar e transmitir informações sobre seu modo de vida, sua cultura e seu cotidiano, para que elas possam ser transmitidas de geração em geração. Nessa perspectiva, passou-se das pinturas rupestres para as tábuas de argila, após para o papiro e, depois, para o pergaminho que, por sua vez, foi utilizado como suporte para a invenção do Códex, primeiro modelo de livro e precursor da forma que o conhecemos atualmente, partindo dele para a imprensa, invenção dos chineses modificada e atualizada por Gutemberg (ARARUNA; PINHEIRO; CARNEIRO, 2012).

O que o diferencia e faz com que o livro se destaque entre os suportes são os conteúdos textuais. Furtado (1995 *apud* PINHO, 2014, p.39) afirma:

E aqui reside a diferença específica do livro, na sua dualidade de texto e suporte, de mercadoria e de produto cultural, e também o ponto crucial de qualquer análise: o livro, sendo um suporte, é infinitamente reproduzível e portanto, um bem econômico: mas, sendo suporte de um texto escrito por um autor, é uma criação cultural.

Para que o livro receba seu devido valor perante a sociedade, deve-se levar em conta os hábitos de leitura desta. Segundo a Unesco (*apud* GORINI; BRANCO, 2000, p.5) alguns fatores devem ser levados em consideração quando se trata da criação do hábito de leitura de uma pessoa e/ou nação. Branco e Gorini (2000, p.5) destacam:

Entre os aspectos qualitativos, caberia destacar: a) ter nascido numa família de leitores; b) ter passado a juventude num sistema escolar preocupado com o hábito de leitura; e c) o valor “simbólico” que a cultura nacional atribui ao livro. Entre os aspectos quantitativos, os mais relevantes seriam: a) o preço do livro; e b) o acesso ao livro, que envolve distribuição eficiente, número de pontos de venda, de bibliotecas; entre outros.

Dentre outros fatores, é importante evidenciar que antes, na teoria, o livro apresentava somente o objetivo de aumentar o conhecimento humano, entretanto, dentro do mercado editorial, tende a tornar-se mais um objeto de comércio, deixando o conhecimento humano de segundo plano.

Mesmo para os bem-sucedidos, a nova liberdade tinha seu preço. Johnson provavelmente teria preferido escrever seus próprios livros a compilar um dicionário, e Pope, trabalhar em seus próprios poemas em lugar de traduzir Homero. Hume escrevia história porque vendia mais que filosofia, e se pudesse voltar à vida e consultar o catálogo da British Library é bem pouco provável que ficasse satisfeito ao ver-se classificado como “David Hume, historiador”. Mesmo assim, alguns homens de letras do século XVIII desfrutavam de um maior grau de independência do que seus predecessores do século XVI, os *poligraphi*, que viviam de editar e revisar provas (BURKE, 2003, p.150).

Burke (2003, p.147-151) enfatiza três cidades que foram importantes centros editoriais de livros: Veneza no século XVI, Amsterdã no XVII e Londres no XVIII. Atualmente, o maior mercado editorial é o norte-americano, sendo, os Estados Unidos, um país desenvolvido e, também, responsável pela maior economia nacional do mundo.

O livro, na atualidade, torna-se cada vez mais apenas um objeto de comércio e parte da cultura de massa dentro do mercado editorial, momento em que nos deparamos com os *best-sellers*. O comércio livreiro é facilmente influenciado pelos hábitos de leitura da população, esses, resultados de fatores como o valor “simbólico” que a cultura nacional atribui ao livro e o preço e o acesso a ele, como bem destacado pela UNESCO, sendo assim, é previsível que o comércio livreiro receba mais destaque em países desenvolvidos, entretanto, a internet pode servir como uma ferramenta para facilitar o acesso ao livro, se utilizada a favor do mercado editorial, tendo em vista, seu destaque perante a sociedade atualmente.

## 3 MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO E NORTE-AMERICANO

A indústria editorial brasileira, vem crescendo em tamanho e complexidade desde o início do século XXI, entretanto, de maneira paradoxal, ainda se produz pouco considerando o índice per capita (COUTO, 2006). Couto (2006, p.49) ressalta:

Os mesmos números que impressionam, mascaram uma outra realidade: a produção de aproximadamente 320 milhões de exemplares para uma

população de cerca de 170 milhões dá o índice de pouco menos de dois exemplares per capita por ano. Embora essa seja apenas uma média entre extremos – pessoas que lêem mais de dez livros por ano e outras que não lêem nenhum, por exemplo –, continua a ser um número insuficiente para as necessidades do mercado.

Segundo uma das pesquisas mais recentes do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), o setor editorial brasileiro produziu 427,2 milhões de exemplares e vendeu 385,1 milhões em 2016, no mesmo ano, com base nas estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país apresentava cerca de 206 milhões de habitantes. Apesar dos dados numéricos apresentados por Couto (2006, p.49) serem obsoletos, o problema ainda é o mesmo - no Brasil, são produzidos em média dois exemplares de livros per capita por ano. Enquanto que, nos Estados Unidos, até 2002:

Existem no país em torno de sete mil editoras, que em 2002 vendiam cerca de dois bilhões e meio de exemplares de aproximadamente 120 mil títulos, contra 40 mil no Brasil. Essas vendas equivaliam a 18% de todos os livros vendidos por todos os países estudados pela Euromonitor e mais de sete vezes o total de exemplares vendidos pelo Brasil. A receita era de aproximadamente US\$35 bilhões, cerca de 43% das vendas de todos os países juntos e mais de 38 vezes as vendas brasileiras em 2002. (EARP; KORNIS, 2005, p.106).

Isso se dá considerando, principalmente, três fatores: o gerenciamento empresarial das editoras, a tiragem de livros baixa e os hábitos de leitura da população. Gorini e Branco (2000, p.7) afirmam:

No mercado internacional, particularmente nos Estados Unidos, são bem definidas as funções do “editor” (profissional que seleciona as obras) e do “publisher” (financiador). Ademais, os distribuidores têm grande influência nos lançamentos, com promoções, seleção dos pontos de venda e, algumas vezes, não apoiando certos projetos. Em contraste, no Brasil essas três funções encontram-se misturadas e, em geral, são exercidas pelas editoras – algumas atuam inclusive na parte gráfica –, com todas as ineficiências associadas às baixas escalas e à difusa distribuição de tarefas.

Em suma, as editoras brasileiras se responsabilizam por uma sobrecarga de trabalho, considerando, ainda, que segundo Couto (2006) o Brasil se depara com mais editoras do que livrarias, o número de tiragem de livros na maioria das vezes é baixo, resultando em preços de capa altos que dentre outros fatores, desmotivam o brasileiro a querer adquirir o livro.

### **3.1 Comercialização de Livros no Brasil e nos Estados Unidos**

No Brasil, o comércio livreiro enfrenta dificuldades que vão além do alto valor dos livros, entre elas, a má distribuição de rede de livrarias pelo país e lidar com os hábitos de leitura da população. Com base em Couto (2006), afirma-se que as vendas de livros no Brasil, concentram-se no Rio de Janeiro e em São Paulo, o que não é de se impressionar, considerando-se que são as duas principais metrópoles brasileiras. Ainda, atrás dessas metrópoles, destaca-se Brasília, Porto Alegre e Belo Horizonte. Supracitado a autora, é importante realçar que “mesmo nessas cidades, os pontos de venda são poucos e encontram-se mal distribuídos (COUTO, 2006, p.51)”.

Segundo a Câmara Brasileira do Livro - CBL (50 anos, p. 104 *apud* GORINI; BRANCO, 2000, p.22):

Não custa pouco fazer chegar o livro ao leitor. Hoje, a distribuição e comercialização do livro constituem, talvez, o maior gargalo do mercado editorial brasileiro. As distâncias são grandes, milhares de quilômetros, mas pior é a falta de uma boa estrutura de distribuição regional. As livrarias são poucas, insuficientes, e o marketing do livro só nos últimos anos começou a deslançar.

Ainda a respeito dos hábitos de leitura do brasileiro, segundo a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2015), a leitura é hábito de 56% da população em um contexto geral, o que, baseado em Couto (2006, p.52), afirma-se:

Se forem levados em conta a existência das séries de bolso, as brochuras vendidas nas bancas de jornal, as bibliotecas itinerantes, a possibilidade sempre presente do livro emprestado e mesmo o fato de as classes B e C representarem 2/3 da massa consumidora de livros no país, pode-se dizer que, além da questão econômica, não há no Brasil uma valorização do hábito de leitura. O que acontece com frequência é que, ao sair da escola, o aluno deixa de lado o contato com os livros.

Em contraste com o Brasil, nos Estados Unidos além das funções do editor serem bem definidas, colaborando para um bom gerenciamento empresarial das editoras, o comércio livreiro impressiona, Earp e Kornis (2005) destacam que os norte-americanos compram anualmente nove livros per capita, sendo que “ a renda per capita norte-americana é capaz de comprar aproximadamente 2.200 livros anuais, contra quatro mil no Japão e na França e 1.500 na Alemanha e no Brasil. (EARP; KORNIS, 2005, p.106)”. De acordo com Gorini e Branco (2000, p.10):

O varejo de livros nos Estados Unidos evoluiu de grandes cadeias de livrarias na década de 80 para ser crescentemente dominado por grandes lojas (book superstores, como a Barnes & Noble, com faturamento anual de US\$ 3 bilhões e 50 a 100 mil títulos ofertados em grandes espaços físicos).

Earp e Kornis (2005) ressaltam dois fatores importantes como estratégias de comercialização considerados pelos Estados Unidos: A distribuição de livros didáticos aos estudantes e bibliotecas realizadas pelo governo, estas, supracitado os autores, são as maiores do mundo; As compras realizadas pelas bibliotecas, Earp e Kornis (2005) frisam:

As vendas desses livros para bibliotecas via de regra têm um preço mais alto, visto que se trata de obras encadernadas, destinadas a resistir ao manuseio constante, e asseguram às editoras a rápida colocação no mercado da primeira edição, cobrindo a maior parte dos custos editoriais, permitindo que as edições seguintes, destinadas ao público, sejam em brochura, com um custo substancialmente menor. As compras de bibliotecas são uma das bases para a obtenção de economias de escala.

Por conseguinte, é fundamental que as estratégias de comercialização sejam muito bem customizadas e o valor do produto seja atrativo. No Brasil, editoras como a Sextante e a Intrínseca já vêm percebendo isto, elas valorizam os best-sellers e apostam em altas tiragens, o que resulta em um preço de capa médio, além de trabalharem com esquemas de distribuição alternativo (BARBOSA, 2010). Para suprir com a má distribuição de redes de livrarias pelo país de imediato, têm-se a influência da internet e dos livros digitais (*e-books*), que nos Estados Unidos vêm se destacando, no entanto, ainda são novidade para o brasileiro, dado que junto com esses livros, surgem os leitores de livros digitais (*e-readers*), como o Kindle - disponível pela Amazon, os mesmos, só foram liberados no Brasil a partir de 2012 e ainda se restringem a um público pequeno de leitores (MELO JÚNIOR, 2014).

#### **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo descritiva-exploratória, cujo método de pesquisa aplicado será a Análise de Conteúdo de Bardin (2009). Inicialmente será realizado o levantamento de textos relevantes para a pesquisa. Definiu-se como escopo os periódicos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação indexados na Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), por ser a base de dados que agrega a maioria dos periódicos brasileiros área.

Além disso, ainda em âmbito nacional pesquisar-se-á nas bibliotecas de teses e dissertações de instituições que possuem programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

Ainda em relação ao contexto nacional, pesquisar-se-á na Biblioteca da Instituição e, por último, serão pesquisados textos na rede Internet.

No âmbito da literatura internacional pesquisar-se-á no Portal de Periódicos da Coordenação



de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que reúne e disponibiliza às instituições de ensino e pesquisa no Brasil a produção científica internacional. O Portal de Periódicos da CAPES conta atualmente com um acervo de mais de 35 mil periódicos com texto completo (PORTAL..., 2016).

Vale ressaltar que a Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) também será verificada, visando abranger o máximo de textos que versem sobre o tema pesquisado.

#### 4.1 Procedimentos de Coleta de Dados

Como procedimento para a coleta de dados na literatura nacional e estrangeira, para o processo de busca, coleta e seleção dos artigos nos *sites* de periódicos, nas bibliotecas digitais de teses e dissertações, no catálogo da Biblioteca da Instituição, na rede Internet, no Portal de Periódicos da CAPES e na BRAPCI, serão utilizadas as seguintes palavras-chave: mercado editorial; comércio livreiro; estratégias de comercialização de livros; gestão editorial; política editorial.

#### 4.2 Procedimentos de Análise de Dados

Os resultados obtidos a partir do levantamento bibliográfico serão analisados a partir da aplicação do método „Análise de Conteúdo”, de Bardin (2009) definido como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p.44).

O método de pesquisa „Análise de Conteúdo” consiste em um conjunto de técnicas que visa obter por meio de sistematização e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, indicadores, quantitativos ou não, os quais possibilitem a dedução de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessa mensagem.

Será aplicada a técnica „Análise Categórica” que é uma das técnicas que compõem a „Análise de Conteúdo”. As categorias de análise podem ser definidas *a priori* ou *a posteriori*, sendo que para esta pesquisa, optou-se por definir as categorias *a posteriori*, ou seja, após a identificação, seleção e fichamento do material.

Destacam-se três fases de aplicação do método Análise de Conteúdo: a) pré-análise que, visa a sistematização das ideias iniciais; inclui a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos, e a elaboração de categorias que fundamentem a interpretação final; b) exploração do material que, compreende a codificação do material que compõe o corpus de análise, realizada a partir de categorias que podem ser estabelecidas *a priori* ou *a posteriori*; c) tratamento dos resultados que, condensa e evidencia as informações analisadas que, por sua vez, podem resultar em quadros, diagramas, figuras e modelos. A partir da aplicação das três fases supracitadas é possível realizar inferências e interpretações a propósito dos objetivos iniciais propostos no âmbito da pesquisa (BARDIN, 2009, p.121)

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Posteriormente ao presente projeto, a expectativa é que ele possa **inspirar** as editoras e livrarias a uma reflexão a respeito de suas respectivas funções, **inspirar** também, a sociedade atual e o governo a refletir sobre a importância do livro e a bagagem cultural que ele carrega. Assim sendo, comparando o mercado editorial brasileiro com o norte-americano, o objetivo é destacar estratégias de comercialização de livros que devem ser adotadas e/ou aprimoradas pelo Brasil, com intenção de fazer com que a indústria editorial brasileira se destaque e torne-se mais competitiva. Entre as estratégias, até o momento, destacam-se: melhoria na gestão empresarial das editoras; tiragem de livros; distribuição de redes de livrarias; canais alternativos de vendas de livros; *best-Sellers*; *e-books* e *marketing* editorial.

Em suma, a proposta para adoção e/ou aprimoramento dessas estratégias podem ser sistematizadas da seguinte maneira:

- Melhoria na gestão empresarial das editoras: com base em Gorini e Branco (2000, p.7), é possível afirmar que as editoras, no Brasil, sobrecarregam-se. Em muitos momentos o trabalho do editor se confunde com o do corretor de textos, o da gráfica, dos distribuidores e até mesmo com o trabalho das livrarias, dado que, no Brasil, elas são poucas comparado com o número de editoras (COUTO, 2006). A proposta, é que essas funções comecem a ser

melhor definidas em um processo de curto a longo prazo. Um exemplo a curto prazo, seria um trabalho em parceria das editoras com o site *mercadoeditorial.org* para acrescentar os metadados dos livros, facilitando assim, para que chamem atenção do comprador. O site, tem o objetivo de aproximar editoras, livrarias e distribuidoras.

- Tiragem de livros: quanto maior a tiragem de livros, menor o preço de capa. Editoras como a Sextante e a Intrínseca já perceberam isso, “[...] suas tiragens não começam em menos de 10 mil exemplares, enquanto a média das demais editoras é de 3.000” (BARBOSA, 2010).
- Distribuição de redes de livrarias: no Brasil, as redes de livrarias concentram-se, principalmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro, as duas principais metrópoles brasileiras. A curto prazo, a proposta é suprir a falta de livrarias ou a menor quantidade das mesmas nos outros Estados com a internet e os ambientes de livrarias virtuais, como a Amazon e a Saraiva. A médio prazo, propõe-se um melhor investimento nos canais alternativos de vendas de livros, locais como as Lojas Americanas já adotaram um setor livreiro, mas, além dela, é interessante a venda de livros em locais como papelarias, supermercados e na conveniência do posto de gasolina.
- *E-books*: trazendo a tona, novamente, a questão da má distribuição de livrarias pelo País e da baixa tiragem de livros no mercado, que resulta em um preço de capa alto, a curto prazo, os *e-books* são uma melhor solução para permitir à sociedade o acesso ao livro, por serem mais acessíveis. Entretanto, como considerado anteriormente, para que isso aconteça, é necessário um melhor investimento e um incentivo a utilização dos *e-readers* - leitores digitais de livros.
- *Marketing* editorial: considerando que no mercado atual outros modelos de arte se destacam, como os filmes, a música, o teatro, isso sem contar a influência da internet e das redes sociais na sociedade atual, o livro vem ficando em segundo plano na sociedade brasileira. A proposta é que as editoras utilizem melhor esses meios a seu favor, o que é feito, por exemplo, quando é lançado um filme sobre um livro que é *best-seller* e logo em seguida o livro ganha uma nova edição em que a capa corresponde a capa do filme ou quando os livros vêm com comentários de pessoas famosas dizendo o que pensam sobre os mesmos.
- *Best-Sellers*: o investimento em *best-sellers* é muito importante, considerando, principalmente, que o lucro que as editoras têm com base neles, permite-lhes investir em novos autores com segurança. Entretanto, o que é *best-seller* em países como os Estados Unidos, pode não ser *best-seller* no Brasil, por fatores como o preço acessível, uma boa distribuição e o destaque do produto através da mídia e da sociedade (consequência de um bom *marketing* editorial), serem influenciáveis ao se pensar nos *best-sellers*, além do fator cultural.

Logo, para se falar de *best-seller*, a proposta é primeiro pensar nos fatores citados, que já foram discutidos direta ou indiretamente acima, depois, realizar uma pesquisa qualitativa a respeito dos hábitos de leitura da população brasileira e o que ela gosta de ler, para então pensar nos modelos de livros que melhor a atraem e trabalhar com os mesmos dentro das editoras.

Entre outros fatores, é importante que as três principais componentes da indústria editorial - editoras, livrarias e distribuidoras, possam trabalhar em conjunto, dado que as mesmas apresentam um objetivo em comum: vender livros. Os resultados da aplicação e/ou aprimoramento dessas estratégias no mercado editorial brasileiro, podem ser acompanhados ao se analisar as pesquisas Produção e Vendas no Setor Editorial Brasileiro e Retratos da Leitura no Brasil realizadas anualmente pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e pelo Instituto Pró-Livro respectivamente.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo identificar e analisar as estratégias de comercialização adotadas por editoras brasileiras e norte-americanas voltadas ao consumidor de livros, considerando a existência de monopólios em ambos os mercados editoriais. Diante desse cenário, questiona-se quais estratégias as novas e pequenas editoras brasileiras podem desenvolver para se tornarem competitivas em um país de não leitores.

O mercado editorial norte-americano é um dos maiores na produção e venda de livros e, por isso, apresenta uma multiplicidade de estratégias voltadas para a sua comercialização. Entre as estratégias, destacam-se: melhoria na gestão empresarial das editoras; tiragem de livros; distribuição de redes de livrarias; canais alternativos de vendas de livros; *best-sellers*; *e-books* e *marketing* editorial.

No Brasil, existem assimetrias regionais relativas à distribuição de livros, devido a concentração de livrarias nas principais metrópoles, nomeadamente: São Paulo e Rio Janeiro. No contexto atual, caracterizado pela confluência de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), é fundamental que os segmentos que compõem a indústria editorial identifiquem e planejem novas formas de comercialização de livros. Isto inclui, entre vários aspectos, a adoção de plataformas *online* para venda de livros em qualquer suporte (impresso, eletrônico ou digital).

Vale ressaltar que o custo elevado do livro interfere diretamente na sua venda, o que a Internet também pode suprir, considerando que os livros digitais (*e-books*) são, relativamente, mais acessíveis e baratos em relação aos tradicionais impressos.

Levando em consideração a proeminência do mercado editorial americano sobre os outros, deduz-se que, algumas das estratégias adotadas nesse mercado podem ser aplicáveis ao contexto brasileiro. Isso não significa, necessariamente, que tais estratégias terão o mesmo efeito no Brasil, mas assume-se que, com as devidas readequações ao nosso contexto sociocultural, podem contribuir para impulsionar as formas de atuação do mercado editorial brasileiro.

A eficácia de quaisquer estratégias implica o reconhecimento de que os principais segmentos que constituem a indústria editorial – editoras, livrarias e distribuidoras – formam um conjunto, pois uma atuação desarticulada entre eles pode comprometer o seu objetivo comum: a comercialização de livros.

Portanto, o resultado da aplicação e/ou aprimoramento dessas estratégias no mercado brasileiro implica, também, na percepção das tendências sobre a produção e vendas no setor editorial do País, com destaque para as pesquisas realizadas anualmente pelo Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL) e pelo Instituto Pró-Livro, respectivamente.

## REFERÊNCIAS

ARARUNA, W. F.; PINHEIRO, A. C. L.; CARNEIRO, G. B. A influência dos livros digitais no acesso a informação: uma comparação entre o livro digital e o impresso. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v.3, n.2, 2013. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/21291>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

BARBOSA, M. Faro para best-sellers. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 maio de 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0205201013.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2018

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Guttenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p.136-158.

COUTO, M. V. **A indústria editorial brasileira trajetória, problemas e panorama atual**. 2006. 66f. (TCC) (Graduação) – Curso de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2006.

EARP, F. S.; KORNIS, G. **A economia da cadeia produtiva do livro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

GORINI, A. P. F.; BRANCO, C. E. C. Panorama do setor editorial brasileiro. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n.11 , p.[3]-25, mar. 2000. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/8465>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil – 4a edição**. 2016. 142 slides. Disponível em: <[http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa\\_Retratos\\_da\\_Leitura\\_no\\_Brasil\\_-\\_2015.pdf](http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2018.

MELO JÚNIOR, J. de. Impactos da emergência do e-book no mercado editorial brasileiro. **Revista EPTIC Online**, v.16, n.2, p.4-25, maio/ago. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/download/2011/1943>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

PINHO, J. A. **A Tradução para edição**: Viagem ao mundo de tradutores e editores em Portugal (1974-2009). Porto: Universidade do Porto, 2014.

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES BRASILEIROS. **Produção e vendas do setor editorial**

**brasileiro.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <[http://www.snel.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Apresentação-Pesquisa-Produção-e-Vendas\\_2016\\_1.pdf](http://www.snel.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Apresentação-Pesquisa-Produção-e-Vendas_2016_1.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2018.

**MÃE PRETA, ESTUDO SOBRE O ÍNDICE DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA ENTRE AS MULHERES NEGRAS.**

*BLACK MOTHER, STUDY ON THE OBSTETRIC VIOLENCE INDEX BETWEEN BLACK WOMEN.*

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

MIRANDA, Vitoria  
Universidade Estadual Paulista  
Cursando 4º semestre de serviço social, bolsista do  
programa educação tutorial (PET), Pesquisas sobre  
Políticas Públicas para a Infância e Adolescência  
(GEPPIA)  
Mirandavitoria1998@gmail.com

FREITAS, Tais.  
Universidade Federal Triângulo Mineiro  
Possui graduação em Serviço Social pela Universidade  
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002),  
Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual  
Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009) e Doutorado em  
Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio  
de Mesquita Filho (2015). Atualmente é Professora  
Adjunta da Universidade Federal do Triângulo Mineiro,  
no Departamento de Serviço Social. É pesquisadora-  
líder do Grupo PICO -Pesquisa Interdisciplinar sobre  
Combate as Opressões e pesquisadora do Grupo  
Mentalidades e Trabalho, do Local ao Global, ambos  
registrados no CNPQ. Tem experiência na área de  
Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes  
temas: gênero, raça, identidade, opressões.  
Taispfreitas@hotmail.com

**RESUMO**

O artigo aborda a questão da saúde da mulher gestante negra e a violência obstétrica no Brasil. A realidade está vinculada às expressões da questão social, de uma sociedade capitalista patriarcal racista, que mercantiliza vidas e corpos femininos negros, mas não os protege. O objetivo é apresentar dados e a ligação histórica com a desigualdade racial no Brasil, além de criticar a proposta da política de saúde que se diz igualitária, mas não oferece serviço humanizado para todas as gestantes. Trata-se do estudo baseado na pesquisa —“Nascer no Brasil” coordenada pela médica e pesquisadora da ENSP/Fiocruz Maria do Carmo Leal, que buscou dar voz às mulheres para relatar suas experiências e reiterado na fala da enfermeira Alaerte Martins. A pesquisa é bibliográfica sob a perspectiva crítica dialética de Marx. Os dados questionam o sistema racista, machista e visam preconizar o sistema ético político do Serviço Social de construir uma nova ordem societária sem exploração de classe, raça, etnia e gênero. Os resultados apontaram que o racismo institucional é presente na saúde, e que situações de exposição continuada à discriminação racial podem gerar mortes, além de contribuir para a adoção de comportamentos inadequados, baixa adesão a tratamento e adoecimento.

**Palavras-chave:** gestante, mulher negra, serviço social, violência obstétrica no Brasil.

## ABSTRACT

The article addresses the health issue of pregnant black women and obstetric adolescents in Brazil. Reality is linked to the social expressions of a racist, patriarchal capitalist society that commodifies black women's lives and bodies but does not protect them. The present is presented and receives a link with the racial race in Brazil, in addition to a critical proposal of health policy that presents itself as egalitarian, but does not offer a humanized service for all pregnant women. It is the research "Birth in Brazil" with the medical and medical coordination of ENSP / Fiocruz Maria do Carmo Leal, who sought a voice for women in their experiences and reiterated the speech of nurse Alaerte Martins. The research is bibliographical under a dialectical critical perspective of Marx. The data question the racist system, the machine and the ethical-political system of the social service of a new societal order without the explosion of class, race, ethnicity and gender. The results pointed out that institutional racism is present in health, and that situations of continuation of racial discipline are generating deaths, besides contributing to the admission of inappropriate behaviors, low adherence to treatment and illness..

**Keywords:** pregnant woman, black woman, social service, obstetric violence in Brazil.

## 1 INTRODUÇÃO

A realidade brasileira traz consigo marcas históricas da escravidão, o papel dos negros enquanto subalternos ainda é presente dentro de uma sociedade que se intitula antirracista, finge acreditar no mito da democracia racial, mas por comodismo e preconceito não combate o racismo. O surgimento do Movimento Negro no Brasil ocorre, de forma precária e clandestina no período escravagista, um dos personagens marcantes desse movimento é Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares. Iam para os quilombos, escravos fugidos de engenhos e fazendas, encontravam na fuga a liberdade e laços sociais. Com a promulgação da Lei áurea em 13 de maio de 1888 encerra-se o período escravagista, porém a população negra tem um novo obstáculo: a luta contra o preconceito e a desigualdade social. Luta essa que ainda está em combate na contemporaneidade, a população negra é que mais sofre com a desigualdade social e a violência no Brasil.

As mulheres negras passam por essa situação de maneira mais severa, pois encaram o racismo e o machismo. O relatório organizado pela Geledés e a ONG Crioula apoiadas pela Fundação Baobá, apresenta a realidade cruel dos números e desmente a democracia racial através da verdadeira face das relações sociais. Segundo a pesquisa, o assassinato das mulheres negras aumentou em 54% durante a última década, enquanto houve uma diminuição de 9,3 % no índice entre as mulheres brancas.

É imprescindível ressaltar a morte materna dessas mulheres e os casos de violência obstétrica. De acordo com os dados apresentados em 2014 na campanha —**BS** sem racismo”, do Ministério da Saúde, cerca de 60% das vítimas de mortalidade materna no país são negras. Assim, entender a realidade da mulher negra e promover melhorias para essa classe é fundamental para efetivação dos Direitos Humanos e a busca pelo empoderamento, além de minimizar os números de racismo, violência e outros problemas advindos da Questão Social.

## A DESIGUALDADE NO BRASIL.

O trajeto histórico faz-se necessário para o entendimento do Brasil contemporâneo, a fim de resgatar a sua origem, cultura e formação. Para guiar esse trajeto, autores como Caio Prado Junior (1970), Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Gilberto Freyre (2002) analisam a situação do país e suas marcas históricas na atualidade.

Caio Prado Junior (1970) trabalha numa concepção marxista, apresentando as contradições presentes no sistema colonizador sustentado por um capitalismo primitivo. Sérgio Buarque (1995) evidencia o saber indígena e sua contribuição no processo de reconhecimento do sertão, identificação do caráter na sociedade e do povo brasileiro, segue a ótica weberiana, cria sua tese do personalismo do colonizador, atribuindo a ele a imagem de —**homem cordial**”. O sociólogo Gilberto

Freyre (2002), é dono de uma visão conservadora e um tanto idílica das relações sociais entre a casa-grande e a senzala, analisa a família patriarcal e a miscigenação de raças como elementos básicos da formação econômico-social brasileira, via colonização.

A metodologia de Prado Júnior (1970), ressalta a necessidade de resgatar o passado colonial para compreender o Brasil atual, capaz assim de encontrar as razões dos problemas sociais brasileiros. Por isso, entender a formação social brasileira iniciando pelo seu processo de povoamento ou exploração torna-se elementar.

Vimos as condições gerais em que se constitui aquela massa popular – a expressão não é exagerada –, que vive mais ou menos à margem da ordem social: a carência de ocupações normais e estáveis capazes de absorver, fixar e dar uma base segura de vida à grande maioria da população livre da colônia. Estas situações têm causas profundas, de que vimos a principal mais saliente e imediata: a escravidão, que desloca os indivíduos livres da maior parte das atividades e os força para situações em que a ociosidade e o crime se tornam imposições fatais. Mas alia-se, para o mesmo efeito, outro fator que associa aliás intimamente a ela: o sistema econômico da produção colonial. No ambiente asfíxiante da grande lavoura, vimo-lo noutro capítulo, não sobra lugar para outras atividades de vulto. O que não é produção em larga escala de alguns gêneros de grande expressão comercial e destinados à exportação, é fatalmente relegado a um segundo plano mesquinho e miserável. Não oferece, e não pode oferecer campo para atividades remuneradoras e de nível elevado. E assim, todo aquele que se conserva fora daquele estreito círculo traçado pela grande lavoura, e são quase todos além do senhor e seu escravo, não encontra pela frente perspectiva alguma.  
(PRADO, JUNIOR, 1981, p.285)

A sociedade colonial brasileira durou três séculos, entre 1530 e 1888 trata-se, portanto, de uma sociedade colonizada no início do capitalismo mercantil europeu e elaborada na propriedade rural, em que a base econômica era caracterizada pelo tripé monocultura, latifúndio e mão de obra escrava. O historiador Pinsky (2000) define a escravidão como um acontecimento além de uma instituição histórica ou um modo de produção, mas uma maneira de relação entre seres humanos:

A escravidão se caracteriza por sujeitar um homem ao outro, de forma completa: o escravo não é apenas propriedade do senhor, mas também sua vontade está sujeita à autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido até pela força. (PINSKY, 2000, p.11)

## **A MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA.**

A trajetória das mulheres negras no Brasil é marcada pelo fator histórico no qual ela ocupou durante trezentos e oitenta anos o papel de escrava, agente essencial para o processo de vulnerabilidade vivida por esse grupo, que reduziu essas mulheres à condição de —máquinas vivas”, termo utilizado pela professora Simone Freire Araújo Rodrigues para definir a comercialização das escravas negras para o trabalho, privadas de todos os direitos civis, sujeitas ao poder, ao domínio e à propriedade de outrem.

A vinda dessas mulheres ao Brasil ocorreu para que elas fossem utilizadas na lavoura colonial, que objetivava a produção para o mercado, não para o sustento dos produtores que foram trazidos de forma cruel, brutal e violenta, seus corpos eram marcados a fogo em diferentes partes do corpo com os sinais de seu proprietário, conviviam com a fome, sujeira e a morte. Devido a falta de higiene e alimentação adequada, o índice de doenças era alto, com destaque para o escorbuto, enfermidade causada pela falta de vitamina C.

Em 13 de maio de 1888, as mulheres negras passaram de escravas a mulheres livres, porém viveram uma nova situação de abandono social, como consequência, prostituição, desemprego e marginalidade tornaram-se estratégias de sobrevivência.

Para entender o processo histórico é importante salientar que raça, utilizada nesse artigo para definir etnia, e gênero, são fatores dependentes e marcantes, pois são determinantes para a dupla

estigmatização: a condição de mulher e a questão racial. Ainda em decorrência do passado escravista brasileiro, essa correlação gênero e raça provocou o que Sueli Carneiro (2003) definiu como subalternização do gênero segundo a raça:

As imagens de gênero que se estabelecem a partir do trabalho endurecedor, da degradação da sexualidade e da marginalização social, irão reproduzir até os dias de hoje a desvalorização social, estética e cultural das mulheres negras e a supervalorização no imaginário social das mulheres brancas, bem como a desvalorização dos homens negros em relação aos homens brancos. Isso resulta na concepção de mulheres e homens negros enquanto gêneros subalternizados, onde nem a marca biológica feminina é capaz de promover a mulher negra à condição plena de mulher e tampouco a condição biológica masculina se mostra suficiente para alçar os homens negros à plena condição masculina, tal como instituída pela cultura hegemônica (CARNEIRO, 2003).

Neste sentido, no Brasil, essa subalternização implica na seguinte hierarquia: o homem branco ocupa o primeiro lugar; em segundo, a mulher branca; em terceiro, o homem negro; e, a mulher negra em último. A criação idílica da negra fogosa e disponível para qualquer tarefa manifesta-se a partir desse período, além do trabalho árduo as escravas eram vítimas de violência sexual, tinham seus filhos tirados brutalmente como tentativa dos senhores de esconder seus atos criminosos e para que as funções domésticas não fossem interrompidas, muitas vezes, para evitar essas situações, as mães cometiam abortos, infanticídio ou tentavam fugir para poupar as crianças dessa realidade cruel, a maternidade foi negada para as mulheres negras, porém eram elas que amamentavam os filhos das sinhás.

Até a metade do século XX, as mulheres não podiam ocupar cargos públicos e estudar como os homens. Apenas em 1870 que o ensino superior brasileiro passou a contar com a participação das mulheres e ao voto em 1932, após o movimento sufragista feminino. Na década de 60 as mulheres brancas buscavam o direito à vida pública, queriam sair do ambiente doméstico e conquistar espaço no mercado de trabalho, enquanto as mulheres negras permaneciam resistindo, trabalhando dentro e fora do lar. É pertinente frisar que neste trabalho não há uma deslegitimação da luta da mulher branca, pois o machismo ultrapassa as etnias e atinge indistintamente todas as mulheres, porém, há uma observação sobre os avanços nas conquistas entre as mulheres brancas que não têm sido efetivos igualmente entre as mulheres negras.

Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicada em 2002, os negros representavam em 1999, 45% da população brasileira. Entre os 53 milhões de pobres, os negros correspondem a 64% do total e a 69% da população de indigentes. A massa de desempregados e subempregados é majoritariamente negra e as mulheres negras são submetidas a ocupações precárias, como por exemplo o serviço doméstico, além da porcentagem de mulheres com baixa escolaridade e renda ser próxima ao número de mulheres com ascendência negra, heranças escravocratas. Logo, é fácil entender porque o processo de socialização no Brasil da população negra baseia-se em ideias racistas e machistas, além de associar as características dos negros à feiura, subalternidade e invisibilidade.

Atualmente o movimento negro e feminista ocupa um espaço significativo em busca de melhorias de vida e empoderamento para as mulheres negras, apesar do “racismo cordial” tentar manter-se velado, os movimentos denunciam esta realidade e tentam mudá-la. O reconhecimento referente a responsabilidade histórica pela escravidão e pela marginalização econômica, social e política dos negros é um marco essencial da sociedade para com a população negra atual, contudo, só reconhecer essa dívida histórica não é o suficiente, de acordo com Angela Davis —“Numa sociedade racista não basta não ser racista. É preciso ser antirracista”.

## **RACISMO INSTITUCIONAL**

Segundo a Declaração da Unesco sobre a Raça e os Preconceitos Raciais, de 27 de novembro de 1978, a manifestação do racismo acontece por meio de práticas discriminatórias e disposições legais ou regimentais, assim como por meio de crenças e atos anti-sociais: impede o desenvolvimento de suas vítimas, perverte quem o pratica, divide as nações internamente, constitui um obstáculo para a cooperação internacional e cria tensões políticas entre os povos; é contrário aos



princípios fundamentais do direito internacional e, por conseguinte, perturba seriamente a paz e a segurança internacionais.

Para o estudioso Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, o termo —~~raça~~” é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural e o racismo é uma maneira de —~~aturalizar~~” a vida social, tentar desse modo, explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais. A compreensão de cada racismo só pode ocorrer a partir de sua própria história, por isso a necessidade de entender a lógica do racismo brasileiro a partir da formação da identidade nacional e de entender que esta lógica está vinculada.

A ordem hierárquica sobre a qual se fundou a sociedade escravocrata no Brasil não foi inteiramente rompida, nem com a Abolição, nem com a República, nem com a restauração democrática do pós-guerra, tampouco com a Nova República. Esta ordem tem se mantido na vida cotidiana, por normas e leis baseadas numa suposta igualdade entre os indivíduos, igualdade que, de fato, nunca se permitiu que existisse.  
(GUIMARÃES, 2005, p.260).

Racismo Institucional foi um termo criado para especificar as manifestações do racismo nas estruturas de organização, da sociedade e nas instituições. O termo foi implantado no Brasil recentemente, junto a um programa de combate, em 2005, porém em 1967, os ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton definiram o que era racismo institucional, em defesa às desigualdades sofridas no ambiente profissional.

A Educadora Social e Coordenadora de Finanças da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, Mônica Oliveira, salienta que:

—~~N~~ Brasil, é possível identificar racismo institucional em todos os tipos de instituições, tanto públicas quanto privadas. O conceito de racismo institucional muitas vezes é convertido em situações consideradas interpessoais, ou seja, quando se é tratado de maneira discriminatória em algum serviço e faz-se uma reclamação sobre esse tipo de situação, a tendência, especialmente das chefias, é classificar o problema único e exclusivamente do funcionário. O que acontece na verdade, é que o racismo institucional responsabiliza a instituição pela atitude discriminatória, pois cabe a empresa assumir o papel pelo tipo de serviço que seu colaborador oferece, é ela quem cria as regras da ca para lidar com público”.  
(OLIVEIRA, 2017)

A saúde é uma das áreas que mais há comprovações da atuação do racismo como mecanismo de clivagem no atendimento. De acordo com os números da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), divulgada em 2013, entre as pessoas que se sentiram discriminadas no serviço de saúde, 11,6% são mulheres e 11,9% são da cor preta. Segundo a classificação do IBGE, a população negra é composta pelos auto-declarantes ~~pretos~~” e ~~ardos~~”.

As mulheres negras possuem mais chances de morrer por causas relacionadas à gravidez, parto ou pós-parto, a mortalidade materna de mulheres negras é cerca de 65% acima da de mulheres brancas. O Ministério da Saúde reconhece que em 92% dos casos essas mortes de mulheres são evitáveis, e que o racismo institucional classifica a vida dessas mulheres, escolhe quem irá sobreviver e reproduz dentro da saúde a desigualdade, algo intolerável, pois qualidade, tratamento humanizado e igualitário nos serviços públicos de saúde são direitos básicos de qualquer cidadão.

Em 2002, Alyne da Silva Pimentel estava grávida de seis meses quando deu entrada no hospital com fortes dores abdominais, náusea e vômito. O médico prescreveu remédios para náuseas, contra infecção vaginal e vitamina b12 e encaminhou a gestante para casa. Após dois dias, voltou à Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória de Belford Roxo (RJ) onde foi confirmado que ela carregava um bebê morto. Alyne foi operada e teve a placenta retirada. Porém, era tarde e houve complicações, a jovem já tinha hemorragia e vomitava sangue.

Apesar de transferi-la para outra unidade, Alyne esperou oito horas pela ambulância e chegou ao Hospital Geral de Nova Iguaçu em coma. Cinco dias depois, ela morreu e o laudo médico indicou a morte por hemorragia interna, soando assim como uma morte quase natural, mas Alyne foi morta,

devido a uma série de erros e negligência médica.

A tamanha desumanidade do caso Alyne chocou a população, e em 2011, o estado brasileiro foi condenado pelo Comitê para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw) das Nações Unidas a executar uma sucessão de recomendações em relação ao caso, como reparar financeiramente a família da paciente e garantir o direito das mulheres à maternidade segura e ao acesso adequado a procedimentos obstétricos. Alyne, tornou-se ícone na luta contra a violência obstétrica, a jovem negra, pobre e moradora da Baixada Fluminense foi vítima da violência pela falta de humanização no atendimento.

## **VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E O SUS.**

A história da parturição no Brasil inicia-se com as chamadas aparadeiras, parteiras-leigas ou comadres, elas detinham um conhecimento empírico e acompanhavam as mulheres desde a gestação, parto até o puerpério. Estas mulheres eram procuradas pelo público feminino para a resolução de diversas questões como doenças venéreas, cuidados com o corpo, prática do aborto e colaboração para o infanticídio.

O parto, que era um ritual das mulheres realizado nas casas das famílias com o acompanhamento das parteiras, começa a ser visto de forma diferente. A mulher perde o seu papel de protagonista, quando nos séculos XVII e XVIII a medicina insere a obstetrícia em suas modalidades. A intitulada —ArteObstétrica” surgiu na Europa, difundiu-se até o Brasil e inseriu a imagem do homem como o saber da prática obstetrícia e denominou o médico-parteiro através de um discurso anátomo-patológico, assim o parto que era visto como um evento fisiológico e feminino tornou-se médico e masculino.

No século XX, houve a aceleração do processo de hospitalização dos partos. No final do século, 90% deles foram realizados em hospitais. Concomitante a isto, ocorreu um aumento do uso de tecnologia com o intuito de regular e monitorar o parto, para torná-lo normal e ser satisfatório para mãe e bebê. Em contrapartida, o aumento da qualidade da assistência medicalizou o parto, e praticou em larga escala ações inadequadas e desnecessárias que coloca em risco a saúde e a vida da mãe e do recém-nascido.

No fim da década de 80, surge um movimento social pela humanização do parto e do nascimento e o SUS. O movimento visava a humanização do parto e tinha como base as recomendações realizadas pela OMS (Organização Mundial da Saúde), que estimulavam o parto vaginal, a amamentação logo após o parto, e o alojamento conjunto da mãe e bebê no mesmo ambiente junto com a presença do acompanhante. E o Sistema Único de Saúde (SUS), constituído no ano de 1988, por ocasião da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em defesa da democratização da saúde, —Saúde é direito de todos e dever do Estado”. Seu propósito era oferecer a todo cidadão brasileiro acesso gratuito, integral e universal a serviços de saúde.

Entretanto, mesmo em vigor até hoje e sendo considerado referência como um dos maiores sistemas de saúde do mundo, devido a sua política de igualdade, a atual realidade da saúde pública brasileira é classificada por um atendimento abusivo e repleto de humilhações, onde questões socioeconômicas, raciais e de gênero estão associadas a iniquidades da saúde. Nas últimas décadas, as taxas de mortalidade diminuíram e aumentou a expectativa de vida, porém essa evolução não acompanhou a população negra, que apresenta altas taxas de morbimortalidade em todas as faixas etárias, quando comparadas com o restante da população. No âmbito da saúde gestacional, tanto a saúde pública quanto a privada cometem atrocidades contra as gestantes, gerando assim a violência obstétrica. Ela destaca-se por ser um tipo específico de violência contra a mulher, é considerada uma violação dos direitos das mulheres grávidas em processo de parto, que inclui a perda da autonomia e decisão sobre seus corpos, além de compreender o uso excessivo de medicamentos e intervenções no parto, como a realização de práticas dolorosas e desagradáveis que não possuem embasamento científico. Alguns exemplos dessas práticas são tricotomia (raspagem de pelos pubianos), indução do trabalho de parto, episiotomias de rotina (corte cirúrgico feito na região do períneo feminino), realização de enema (lavagem intestinal) e a proibição do direito ao acompanhante escolhido pela mulher durante o trabalho de parto.

Não existe definição única para esse tipo de violência. Autores como D'Oliveira, Diniz e Schraiber (2002) detalham a violência obstétrica em quatro tipos, sendo eles negligência (omissão do atendimento), violência psicológica (ameaças tratamento hostil, gritos e humilhação intencional), violência física (negação do alívio da dor quando há indicação técnica) e violência sexual (estupro e assédio sexual).

Fatores como a diferença racial, renda, escolaridade e estrato sociodemográfico influenciam a percepção das usuárias sobre o atendimento ao parto. Alguns serviços públicos de saúde brasileiros, que atendem mulheres com baixa escolaridade e baixa renda, as consideram sem autonomia e sem capacidade de decidir sobre seu corpo no parto.

Discussão e Resultados.

O estudo de base populacional e abrangência nacional, sobre atenção à gestação e ao parto da Doutora Maria do Carmo Leal e a fala da enfermeira e integrante da Rede Feminista do Paraná/ Rede de Mulheres Negra do Paraná, Alaerte Leandro Martins, no seminário —Integralidade dos Direitos Humanos Diálogos sobre os Direitos Sexuais e Reprodutivos” confirmam as iniquidades na atenção da gestação e parto em decorrência do racismo.

A pesquisa de Maria do Carmo Leal, baseou-se no estudo —Nascer no Brasil: Pesquisa Nacional sobre Parto e Nascimento”. Foram amostrados 266 hospitais com um total de 23.894 mulheres puérperas, pacientes da rede pública e privada da saúde, e os resultados desse estudo indicaram que a desigualdade segundo raça/cor se estende ao longo do processo da gravidez. Mulheres pretas e pardas, tem maior prevalência de depressão pós-parto, vinculam-se menos à maternidade para o parto, recebem poucas orientações e fazem um pré-natal com menor número de consultas e exames, a pesquisa também verificou que 25% das mulheres ficaram sem acompanhantes durante toda a internação para o parto, e que essa violação ocorreu em maior escala entre pretas e pardas do que entre brancas. Embora o direito ao acompanhante de livre escolha da gestante seja garantido pela Lei nº 11.108 e a solidão nesse percurso de internação para parto se associou com o depoimento de maior maltrato nos serviços de saúde, relação ruim com os profissionais e alto nível de insatisfação com o atendimento recebido.

A enfermeira Alaerte Martins reconhece a pesquisa da Doutora Maria do Carmo, como denúncia do racismo institucional no campo da saúde e destaca as quatro principais causas de morte de gestante no Brasil, que poderiam ser evitadas com procedimentos simples, sendo elas: hipertensão, hemorragias, infecções pós-partos e abortos. E aponta que apesar de cerca de 52% da população feminina brasileira ser composta por mulheres negras, elas são 62,8% do total de gestantes mortas, segundo dados do último Relatório Socioeconômico da Mulher, divulgado pelo governo federal em 2015 (com dados de 2014).

Alaerte chama a atenção para explicar que a população negra é geneticamente propensa a contrair doenças como diabetes, hipertensão, anemia e a doença falciforme, no entanto isto só explicaria uma parcela o fator das mulheres negras ocuparem o maior percentual entre mortas na gestação. A outra justificativa é a discriminação no tratamento, mesmo no Sistema Único de Saúde (SUS). A falta de pré-natal e atendimento adequado na hora do parto são problemas que poderiam ser evitados, em muitos pré-natais os médicos não pedem todos os exames necessários que poderiam detectar complicações a tempo de serem tratadas questões como aferição de pressão, pesagem e pedido de exames são procedimentos simples, essas ações são capazes de prevenir a hipertensão específica na gravidez, por exemplo

Segundo informações do SUS, de 2012, 62,4% das gestantes do Brasil efetivam o pré-natal de maneira apropriada, com sete ou mais consultas, enquanto 27,3% realizavam de quatro a seis consultas, 7,3% de uma a três, e 3% nenhuma consulta. Os fatos demonstram uma desigualdade racial de acesso ao pré-natal recomendado, com apenas 56,4% e 54,8% das gestantes pretas e pardas, respectivamente, tendo acesso a sete ou mais consultas — índice que chegava a 75% entre as mulheres brancas e era ainda pior entre as mulheres indígenas, apenas 24,3%.

Diante essa situação as mulheres devem saber como reconhecer e denunciar casos de violência obstétrica e se estão atreladas à questões raciais ou qualquer outro fator de cunho preconceituoso. Algumas alternativas são: palestras realizadas por profissionais da saúde com vocabulário claro e de fácil entendimento para gestantes e acompanhantes e divulgação nos meios de comunicação sobre a manifestação da violência obstétrica e os canais de denúncias pelo telefone Violência Contra a Mulher - 180 e Disque-saúde - 136 caso ela ocorra, pelo site do Ministério Público Federal em São Paulo, ou indo até a Defensoria Pública, mesmo que o atendimento tenha sido particular. É importante reunir documentos, como cópia do prontuário médico, e o cartão do acompanhamento da gestação.

Além dessas medidas, cabe ao Estado monitorar o desenvolvimento do tratamento dado às gestantes, verificando se a humanização e igualdade na saúde está sendo colocada em prática e promover políticas que possam melhorar o relacionamento entre pacientes e profissionais da saúde, gerando um momento agradável para ambos. Desde o estudo das especificidades de cada gestante até a promoção do combate ao racismo institucional na esfera da saúde.

## CONCLUSÃO.

Historicamente a situação do negro no Brasil é desfavorável em comparação a população branca, no caso da mulher negra é ainda mais grave pela questão do gênero. A mulher negra é diariamente violentada por esse sistema racista, é maioria nos casos de feminicídio e sofre os mais variados tipos de violência: sexual, psicológica, e como estudada nesse artigo a obstétrica.

A violência obstétrica no Brasil contra as mulheres negras é fruto do racismo institucional que tem como resultado a negligência médica, e ocasiona, situações desconfortáveis para a gestante e o recém-nascido e ou mortes que poderiam ser evitadas se as mulheres tivessem recebido tratamento humanizado e igualitário como prega o SUS, apesar da violência ocorrer também na esfera privada.

Para evitar essa situação é necessário que os profissionais da saúde estejam empenhados em oferecer um atendimento de qualidade, e caso ele não seja, as gestantes devem saber como agir através da denúncia e aparato jurídico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZERÊDO, S. Preconceito contra a "mulher": diferença, poemas e corpos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BIROLI, F. Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CARNEIRO, S. A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta antirracista. 1.ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2003
- DAVIS, A. A luta é constante. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- \_\_\_\_\_. Mulheres, cultura e política. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017
- FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. 2.ed. São Paulo: Globo, 2008.
- \_\_\_\_\_. O negro no mundo dos brancos. 2.ed. São Paulo: Global, 2007.
- GUIMARÃES, A.S. Racismo e Antirracismo no Brasil. 3.ed. São Paulo: 34, 2009.
- LEAL, M.C. A COR DA DOR: INIQUIDADES RACIAIS NA ATENÇÃO PRÉ-NATAL E AO PARTO NO BRASIL, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102311X2017000405004&script=sci\\_arttext&tlng=e](https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102311X2017000405004&script=sci_arttext&tlng=e). Acesso em: 26 maio.2018.
- MORTALIDADE MATERNA NO BRASIL TEM RAÍZES NO RACISMO, NA FALTA DE PRÉ NATAL E DE PARTO ADEQUADO. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mortalidade-materna-no-brasil-tem-raizes-no-racismo-na-falta-de-pre-natal-e-de-parto-adequado/>. Acesso em: 26 maio.2018
- PINSKY, J. A escravidão no Brasil. 21. Ed São Paulo: Contexto, 2010.
- SANTOS, J.S — "Questão Social": particularidades no Brasil. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- SILVA, I. M F. Questão social e serviço social no Brasil: fundamentos sócio-históricos. 2.ed. Campinas: Papel Social, 2014.

**NEOLIBERALISMO: A DEFINIÇÃO DO CONCEITO, ASCENSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PARADIGMA**

*NEOLIBERALISM: THE DEFINITION OF THE CONCEPT, ASCENSION AND CONSOLIDATION OF THE PARADIGM*

Área temática: 1.6 Outras áreas temáticas.

FERNANDES, Liniker  
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF  
O autor é licenciado e bacharel em Ciências Sociais e mestrando em Desenvolvimento Regional pelo Uni-FACEF  
linikerfernandes3@gmail.com

**Resumo**

Este artigo tem como objetivo discutir o processo de ascensão e consolidação do paradigma neoliberal a partir das crises de acumulação e mudanças estruturais observadas no capitalismo mundial durante os anos 1970 e 1980. Serão debatidos os consistentes êxitos econômicos e sociais dos Estados social democratas do capitalismo central durante as décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial e como esse modelo parece ter se esgotado ou ao menos não foi capaz de responder às mudanças estruturais e às crises de acumulação iniciadas nos anos 1970. Pontuaremos também o papel fundamental das elites políticas e econômicas na criação e consolidação do novo paradigma, constituindo o que David Harvey denominou de reconstituição e a reconfiguração do poder de classe verificadas a partir daí. Por fim, serão elencadas algumas contradições entre o modelo teórico neoliberal e as ações práticas deste paradigma.

**Palavras-chave:** neoliberalismo, social democracia, reconfiguração social

**Abstract**

This paper aims to discuss the process of ascension and consolidation of the neoliberal paradigm from the crises of accumulation and structural changes observed in world capitalism during the 1970s and 1980s. The consistent economic and social successes of the social democratic states of central capitalism will be discussed during the decades after World War II and how this model seems to have run out or at least failed to respond to the structural changes and accumulation crises that began in the 1970s. We will also note the key role of political and economic elites in creation and consolidation of the new paradigm, constituting what David Harvey called reconstitution and the reconfiguration of class power verified from there. Finally, some contradictions will be listed between the neoliberal theoretical model and the practical actions of this paradigm.

**Keywords:** neoliberalism, social democracy, social reconfiguration

**1 INTRODUÇÃO**

De acordo com o Novíssimo dicionário de Economia (SANDRONI, 1999), o neoliberalismo representaria a tentativa de adaptação dos conceitos do liberalismo econômico à realidade do capitalismo moderno. Assim como a escola liberal clássica, concebem a vida econômica como regida por uma ordem natural formada pelas livres decisões individuais cujo elemento primordial seria o mecanismo de preços. Porém, defenderiam o disciplinamento do mercado, não para limitá-lo, mas

para garantir-lhe a sobrevivência, pois diferente dos antigos liberais, não acreditariam na autodisciplina espontânea do sistema. Assim, seria necessário assegurar estabilidade financeira e monetária para garantir o funcionamento do sistema de preços. Também seria essencial combater o excesso de livre concorrência e promover mercados concorrenciais como o Mercado Comum Europeu. Alguns teóricos defenderiam leis antitruste e o combate aos grandes monopólios. **Hodiernamente o termo é aplicado àqueles que defendem a livre atuação das forças do mercado, o fim do intervencionismo estatal, a privatização de empresas públicas, a abertura econômica e sua integração mais intensa e até mesmo a privatização de alguns serviços públicos essenciais.**

Laura Tavares Soares (2000, p.14), analisando o caso da América Latina, qualifica o ajuste estrutural e o chamado “Consenso de Washington” como as políticas que tenderiam a desencadear mudanças através de modelos “liberalizantes, privatizantes e de mercado”. No médio prazo os objetivos seriam a transformação das exportações no motor do crescimento, a redução das regulamentações estatais, a liberalização do comércio, a concentração do investimento no setor privado, a compressão da presença do setor público e a garantia de um jogo de preços sem distorções. Assim: “Por trás de todas essas medidas está a ideia central de que é o livre jogo das forças de mercado, sem nenhuma interferência, o que levaria a uma melhor utilização dos fatores produtivos em benefício de toda a coletividade” (SOARES, 2000, p.15). Além disso, estaria embutido neste conceito a ideia de uma grande *neutralidade* na distribuição racional dos recursos, obviamente sempre por meio da livre força dos mercados.

Ainda que as definições acima nos sirvam como uma primeira aproximação e se posicionem próximas daquela que pretendemos utilizar como fundamento deste trabalho, citemos a conceitualização de David Harvey (2001, p.12) e a que se constituirá como a base da presente discussão: **“O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos de propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados.”** Além disso, se não existirem mercados em áreas não convencionais, como água, terra, segurança, saúde ou poluição, estes deveriam ser criados (se necessário pela ação do próprio Estado). Mas o Estado não deveria imiscuir-se além dessas tarefas; elas devem ser mantidas num patamar mínimo, porque, segundo a teoria, o Estado não possuiria a capacidade de avaliar corretamente os sinais do mercado (os preços) e o mesmo estaria fadado à representação de interesses próprios de grupos específicos, distorcendo as intervenções públicas.

Mas não só isso, o constructo neoliberal envolveu, também, processos mais subjetivos, novos modelos de relações sociais e de divisões do trabalho, distintas formas de promoção do bem-estar,

dos modos de vida e pensamento, inclusive transformações profundas nos “hábitos do coração” (HARVEY, 2011, p.13). Compreende-se perfeitamente essas mudanças não puramente institucionais ou de caráter político-econômico, levando-se em conta que a ética do mercado passa a assumir uma postura profundamente norteadora em todas as instâncias da vida, isto é, um guia para toda ação humana. O mercado passa a ser o grande referencial para o bem social; quanto maior o alcance e a frequência dessas relações mercadológicas, maior seria a chance de maximizá-lo.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO E RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 2.1 TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DO CAPITALISMO E A CRISE DO LIBERALISMO EMBUTIDO

O consenso neoliberal ou o processo de transformação de um conjunto teórico e prático não dominante em ortodoxia econômica e política nos países avançados ou em desenvolvimento a partir dos anos 1970 e 1980 é de suma importância no presente trabalho e parte essencial nas análises que se seguem. Desse modo, intentaremos tecer um panorama histórico deste processo nos baseando, principalmente, em autores como David Harvey (2011), Eric Hobsbawm (1995), Laura Tavares Soares (2000), Gustavo F. Saavendra, Gonzalo C. Álvarez, María T. Z. Claire (2014) e Tomas Piketty (2014).

A consolidação do paradigma neoliberal, de acordo com Harvey (2011), não se referendou de modo natural, linear ou automático, como por vezes se imagina, mas está sistematicamente alinhada a uma miríade de ações, práticas, mobilizações e imposições **deliberadas** de determinados grupos sociais, setores intelectuais, constructos midiáticos e do poder público (na maioria das vezes alinhada a interesses privados) **elegido** dentre um conjunto de possibilidades disponíveis (ou talvez não tão disponíveis assim, se se vislumbra a prática neoliberal a partir da necessidade e interesse de consolidação e restauração do poder de classe, como será explicado adiante). Além disso, para Hobsbawm (1995), Soares (2000), Harvey (2008) e Saavedra, Álvarez e Claire (2014) a ascensão e cristalização do novo paradigma se correlaciona de maneira decisiva com a crise do antigo modelo de acumulação capitalista ou organização do Estado e economia dos países centrais, momento em que os princípios básicos desses Estados, isto é, modelos econômicos altamente influenciados pela ação pública, com processos de desenvolvimento e industrialização coordenados, administrados ou gestados pelo poder público, crescente valorização salarial, criação maciça de demanda interna, consolidação de Estados de bem-estar social e políticas fiscais e monetárias de matriz keynesianas, pareciam não mais responder positivamente ao processo de crise mundial aberto em meados dos anos 1970, em especial após 1973.

O contexto pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo no cenário europeu, valida como modelos de Estados dominantes as socialdemocracias, as democracias-cristãs e de maneira mais ampla, formas dirigistas de Estado (HARVEY, 2008). No Japão, há a constituição de um modelo burocrático, altamente centralizado, incumbido de promover a reconstrução do país. Nos EUA,

vislumbra-se o predomínio de uma forma liberal de Estado alicerçada nas premissas do New Deal, o que significava em termos gerais políticas fiscais e monetárias keynesianas. Segundo Harvey (2011) e Saavedra, Álvarez e Claire (2014), o que esses Estados possuíam em comum era a aceitação de que se deveria buscar o bem-estar de seus cidadãos, o crescimento econômico e o enfoque na obtenção do pleno emprego. Além disso, o poder do Estado deveria situar-se ao lado dos poderes de mercado e substituí-lo quando necessário. Com o objetivo de atingir tais fins, fez-se uso, principalmente, de políticas monetárias e fiscais de matriz keynesianas. Se instaura também um compromisso de classe entre capital e trabalho como o principal garantidor da paz e tranquilidade interna das nações (HOBSBAWN, 1995). Não foi atípico nesses modelos, a posse pelo Estado de setores chave da economia, como do carvão, do aço e automóveis na Grã-Bretanha, França e Itália. Além do planejamento e liderança estatal e por vezes a posse de ativos de setores chave da economia, se estabelece um contexto de maior regulamentação e restrições políticas e sociais do capital. Harvey (2011) denomina esse modelo de “liberalismo embutido”. O liberalismo embutido e seu conjunto de práticas político-econômicas obtiveram excelentes resultados nos países de capitalismo avançado. Observou-se elevadíssimas taxas de crescimento durante os anos 1950 e 1960, na verdade taxas de crescimento e investimentos sem precedentes no mundo capitalista, sobretudo nos países centrais (HOBSBAWN, 1995). Nas palavras de Harvey (2011, p. 21):

“Nos países capitalistas avançados, a política redistributiva (incluindo algum grau de integração política do poder sindical da classe trabalhadora e apoio à negociação coletiva), os controles sobre a livre mobilidade do capital (algum grau de repressão financeira particularmente por meio de controle do capital), ampliação dos gastos públicos e a criação do Estado de bem-estar social, as intervenções ativas do Estado na economia, e algum grau de planejamento do desenvolvimento caminharam lado a lado com taxas de crescimento relativamente elevadas.”

Se pode-se dizer que a Era de Ouro do século XX (HOBSBAWN, 1995), como se convencionou chamar o período que compreende o fim da Segunda Grande Guerra ao início dos anos 70 pertenceu essencialmente aos países desenvolvidos, não se pode pensar que não houve avanços em outras partes do mundo. Na América Latina durante a década de 1950 e 60 a produção per capita de alimentos aumentou pouco menos de 1% ao ano, pouco abaixo do incremento dos países desenvolvidos. No mundo pobre de forma geral, vislumbrou-se um aumento ainda mais expressivo de alimentos, superando a média de crescimento dos países desenvolvidos no mesmo período observado. O número de latino-americanos mais que duplicou durante os 35 anos pós-década de 1950, assim como de asiáticos e africanos; além disso, pode-se dizer que não houve fome endêmica até meados da década de 70 e 80, a não ser em casos excepcionais de erro político ou conflitos localizados. O terceiro mundo, de modo geral, dependeu menos da produção agrícola para



financiar suas importações, o que demonstra a expansão industrial do período (HOBSBAWN, 1995). O mundo como um todo passou a produzir uma quantidade surpreendentemente maior de manufaturas, cerca de quatro vezes mais no início dos anos 70 do que havia feito em princípios da década de 1950 (HOBSBAWN, 1995). O comércio desses produtos também se ampliou de forma drástica, aumentando em mais de dez vezes no mesmo período observado. Entre 1945 e 1970 o PIB per capita dos países industrializados aumentou cerca de 2,9% ao ano, o dobro do que havia crescido entre 1870-1913 (SAAVEDRA, ÁLVAREZ e CLAURE, 2014). Alguns países ocidentais passaram por consistentes revoluções industriais, como Espanha e Finlândia; países da órbita socialista também galgaram expressivas transformações industriais e esse processo também inclui os países do terceiro mundo. Com raras exceções, a indústria se disseminou pelo mundo, tornou alguns países menos dependente da agricultura, em especial na África subsaariana e na América Latina (HOBSBAWN, 1995).

Por algumas décadas, os velhos problemas do capitalismo (nos países desenvolvidos obviamente), como desemprego, desigualdade social, instabilidade, pareciam próximas de uma solução. Crescentes lucros e crescimento econômico elevado, somado às políticas de valorização salarial e a um Estado de bem-estar social haviam transformado consistentemente a vida da maior parte dos habitantes desses países. Produtos e serviços que eram restritos a uma pequena porcentagem dos cidadãos se tornaram massificados. Uma quantidade significava de pessoas nesses países passara a viver melhor ou como apenas uma pequena elite havia vivido tempos atrás.

Além de outros fatores, como a globalização e a internacionalização da economia (que viabilizaram uma divisão internacional do trabalho mais racionalizada e sofisticada), o desenvolvimento e expansão tecnológica (mesmo que em algumas vezes de uma tecnologia em uso há muito tempo, como do carvão, aço e ferro) e o receio do avanço comunista, não se pode compreender o período de prosperidade e transformações sociais no pós-guerra sem levar em conta as mudanças nas orientações e paradigmas econômicos. A Era de Ouro não é plenamente explicada sem fazer referência ao novo modelo disseminado no período: uma economia de tipo mista, no qual o controle estatal, planejamento público e administração econômica se tornaram o novo eixo a ser seguido. O velho liberalismo dos anos de crise, o *laissez-faire* irrestrito era recorrentemente rejeitado, até mesmo nos países com profunda tradição ou ação no campo do livre mercado. Os maiores sucessos econômico dos países capitalistas no pós-guerra não pode ser explicado sem que se leve em conta esse novo modelo; França, Espanha, Japão, Coreia do Sul e Cingapura exemplificam a industrialização orientada, sustentada, planejada e até mesmo administrada pelo governo. De acordo com Saavedra, Álvarez e Claure (2014), o novo sistema econômico internacional, baseado nas ideias de John Maynard Keynes e Harry Dexter White buscava o progresso econômico e a disciplina através da liberalização comercial que promoveria o intercâmbio entre as nações, mas sem descuidar do atendimento das necessidades econômicas e sociais da população mediante ações dos Estados. A política econômica internacional deveria se subordinar aos objetivos da política doméstica: pleno emprego, crescimento econômico, equidade, seguridade e um Estado de bem-estar, e não ao

contrário.

No entanto, esse mundo que por alguns momentos pareceu à beira de concluir a velha disputa entre capital e trabalho (obviamente não para aqueles países com regimes autoritários, ditaduras ou com economia em vias de desenvolvimento) começou a ruir. Em 1971 o sistema financeiro internacional de Bretton Woods, que havia vinculado o valor do dólar ao ouro, com o objetivo de propiciar estabilidade ao sistema, deixou de sê-lo. Em 1973, a Organização do Países Exportadores de Petróleo (OPEP) quadruplicou o preço desse produto, no que ficou conhecida como a crise da OPEP, gerando um processo inflacionário e uma profunda recessão nos países desenvolvidos entre 1973 – 1975 (SAAVEDRA, ÁLVAREZ e CLAURE, 2014); o barril que havia custado 2,53 dólares nos anos iniciais da década de 1970, passara a custar 41 dólares no final dos anos 80 (HOBBSAWN, 1995). Os anos 70 e 80 ainda foram marcados pelo incremento da dívida dos países em vias de desenvolvimento; a liquidez do período e a grande entrada de Petrodólares no mercado internacional facilitaram a obtenção de crédito por esses países em bancos ao redor do mundo. No início dos anos 80 a América Latina devia a bancos norte-americanos, europeus e japoneses.

Destarte, apesar do substancial êxito observado durante os anos 1950 e 1960, no período conhecido como os “Trinta Anos Gloriosos” (PIKETTY, 2014) ou “Os Anos Dourados” (HOBBSAWN, 1995), perto do final desta última década o modelo passou a dar sinais de desgaste. De acordo com Harvey (2011), há mostras de um processo de crise na acumulação por toda parte. Desemprego, estagnação e inflação se agregam para denominar o que ficaria conhecido como “estagflação”, que duraria boa parte dos anos 1970. As respostas keynesianas tradicionais, que haviam funcionado nos últimos trinta anos e se convertido na nova ortodoxia econômica pareciam não mais funcionar. Alguns Estados ainda são acometidos por agudas crises fiscais e em 1975 a Grã-Bretanha precisou recorrer, inclusive, a empréstimos do Fundo Monetário Internacional. Para Hobsbawm (1995), esse novo contexto de crise não poderia ser explicado unicamente pelos aumentos expressivos dos valores dos combustíveis fósseis patrocinados pela OPEP, incorrendo-se num perigoso simplismo absoluto. Mesmo após o retorno a preços convenientes, os níveis de crescimento, investimento e bem-estar social permaneceram aquém daqueles observados entre os 25 anos do fim da Segunda Grande Guerra e do início dos anos 1970. Deve-se levar em conta amplos processos de transformação na própria estrutural do capitalismo; transformações arrasadoras que modificariam de forma indelével o antigo modelo. É essencial não olvidar dois elementos centrais deste processo: a explosão tecnológica, que alterou profundamente a lógica do emprego, o que ainda na Era de Ouro não fora capaz de ocasionar grandes distúrbios e nem passível de ser avaliado como um problema de enorme envergadura, sobretudo pelo maciço crescimento econômico e produtivo do período, ainda que o incremento tecnológico brutal tenha raízes neste período. O segundo elemento de destaque aqui é o crescimento formidável da transnacionalização e internacionalização econômica, que solapava a capacidade de gestão do Estado-nação, que fora tão decisivo e central na Era de Ouro (HOBBSAWN, 1995; SOARES, 2000). Assim, parecia se aventurar um contexto permanentemente

novo, no qual as ações do Estado-nação estariam comprometidas de uma maneira distinta das décadas precedentes (HOBSBAWN, 1995; SOARES, 2000) e que ainda hoje transbordam todo um conjunto de decorrências práticas nos campos político-econômico.

Imersos num contexto de crise, quais as possíveis soluções para o restabelecimento do crescimento, do emprego e a acumulação de capitais? Alguns países pareciam tencionar para uma saída à esquerda, com estratégias corporativistas e experiências inovadoras em relação aos modelos de governança. A esquerda teria congregado considerável poder em alguns países como Portugal, Espanha, França, Reino Unido, assim como nos países escandinavos; ainda que em última instância pareciam não poder oferecer alternativas muito além da perspectiva socialdemocrata e corporativistas tradicionais, por vezes reprimindo pautas de seus próprios eleitores tradicionais assim que certa dose de pragmatismo parecia justificá-la. A tensão polariza o cenário político, formalizando de um lado aqueles grupos ávidos por pautas desregulamentadoras, abertura comercial e maiores liberdades corporativas e àqueles manifestos defensores da socialdemocracia e do planejamento centralizado. Aliando-se a um contexto de insatisfações crescentes e a possível união de movimentos trabalhistas com movimentos sociais urbanos no mundo capitalista desenvolvido, se figurava no horizonte como possibilidade mais ou menos concreta alternativas de cunho socialistas em detrimento dos pactos entre capital e trabalho ou social democratas vigente no pós-Segunda Guerra (HARVEY, 2011). Partidos socialistas e comunistas pareciam ganhar terreno no cenário europeu do período, além de mobilizações populares por reformas e intervenção estatal crescentes. Se de um lado decorre a possibilidade (mais ou menos) efetiva de subversão da ordem capitalista vigente e uma séria ameaça aos interesses das elites desses países, no que Harvey (2011) conclama de **ameaça política**, há do ponto de vista mais pragmático e momentâneo, outra tensão em jogo: uma ameaça **econômica imediata**. Em última instância, ao longo do século XX e principalmente após a Grande Depressão e Segunda Guerra Mundial, é notório o processo de redução de disparidades econômicas e redução da concentração de renda pelas elites tradicionais (PIKETTY, 2014; HARVEY, 2011); de uma apropriação de renda ao redor de 16% da renda nacional pelo centésimo (1% mais rico) superior nos EUA anteriormente à Segunda Grande Guerra, para 8% após esse conflito; na Inglaterra e em muitos outros países europeus esse processo é bastante semelhante, como será discutido posteriormente (PEKETTY, 2014). Mesmo com a redução à metade da parcela de renda abocanhada pelos grupos dominantes nos EUA e nos países desenvolvidos da Europa, era possível manter um pacto de classe consistente devido aos amplos crescimentos econômicos vislumbrados no período (HARVEY, 2008; HOBSBAWN, 1995). Apesar de menor, o bolo continuava crescendo em ritmo acelerado e possibilitava a conciliação de interesses essencialmente conflitantes; no entanto, a partir da estagnação e da suspensão do processo de ampliação do produto, esse pacto parece se fragilizar. No mesmo sentido, a posse de ativos (riqueza) pelos 1% mais ricos nos EUA, a despeito da redução da apropriação da renda, manteve-se substancialmente elevada durante os quase trinta anos pós-Segunda Guerra (ao redor de 40% da riqueza total), não tendo se alterado de forma profunda ao longo do século XX, quando sofre profundo declínio a partir dos anos 1970, se convertendo em algo

em torno de 20-25% da riqueza total (declínio que parece estar relacionado à queda de preços dos ativos imobiliários, ações e poupanças) (HARVEY, 2011). Do ponto de vista das elites, era necessário agir com amplo vigor caso desejassem assegurar-se no poder e garantir seus privilégios, e assim o fizeram.

## **2. 2 CRIAÇÃO DO CONSENTIMENTO IDEOLÓGICO NEOLIBERAL NOS ESTADOS UNIDOS E INGLATERRA**

A ascensão de Estados neoliberais, como a Chile e a Argentina nos anos 1970, patrocinados pelas elites locais e pelo governo norte-americano através de sanguinários golpes de Estado, que promoveram amplos processos de privatização e desbaratamento dos poderes sociais e do trabalho, não poderia ser repetida nos países do capitalismo central. Seria necessário a construção de um consenso com amplas bases populares (a fim de ganhar as eleições). Como fazê-lo? Dificilmente seria possível arregimentar um maciço consenso popular afirmando-se a necessidade de restauração/ampliação ou reconfiguração de um poder de classe. Obviamente que as resistências seriam imediatas. Seria indispensável a produção ou reconfiguração de mecanismos ideológicos mais sofisticados. De acordo com Harvey (2005), os canais de criação desse novo consenso foram marcados pela diversidade e principalmente pela extrema eficácia (ainda que em alguns países os êxitos nesse processo tenha sido limitado ou até mesmo malogrado), a ponto de delegar uma herança quase irremovível dessas políticas, até mesmo para aqueles que, teoricamente, como os partidos democrata norte-americanos ou o trabalhista britânico deveriam, ao menos em grande parte, dirimi-las. Utilizando-se da distinção formulada por Gramsci, entre senso comum e bom senso, o primeiro conceito vinculado às formas de sentir e apreender a realidade através de constructos culturais e processos de socialização de experiências de longa data, que “ficam raízes em tradições nacionais ou regionais” e que criam consenso, e o segundo como a capacidade de apreensão e engajamento crítico da realidade, Harvey (2011) abre espaço de modo brilhante ao papel das construções socioculturais para o entendimento da mobilidade e constituição do poder político-econômico, tanto naquele momento como hodiernamente. Valores tradicionais ou caros a uma civilização, elementos ligados à religiosidade, ao nacionalismo, papéis sexuais, potenciais inimigos internos ou externos ou conceitos chave como liberdade etc., podem servir de pano de fundo através do qual se inebria um conjunto de problemas ou questões profundamente superiores. Além disso, pode-se evocar tais valores a fim de alcançar objetivos bastante desvinculados dos reais interesses populares ou ao menos de grande parte do eleitorado. Ações imperialistas e belicosas norte-americanas parecem ser legitimadas popularmente evocando-se a ideia de liberdade, gerando quase um salvo conduto à qualquer investida potencial, por exemplo. Não foram poucas e nem serão as últimas vezes no mundo em que a base material e a agenda socioeconômico de uma figura ou grupo político contradiz profundamente suas bases eleitorais, aliando-se sobretudo por ideias mais ou menos fragmentárias, construções ideológicas, aspectos culturais enraizados, preconceitos ou ressentimentos de determinados estratos sociais etc.

Destarte, seria necessário e contundente explorar conceitos e valores legítimos de um povo ou período histórico a fim de contribuir para a consolidação de um amplo consenso de bases populares. A eclosão de protestos ao redor do mundo nos anos 1960 e sobretudo em 1968 trazia em seu bojo duas questões difíceis de conciliar e uma delas profundamente passível de ser incorporada pelos defensores do livre mercado. Se de um lado encampava-se luta por pautas relacionadas à justiça social, igualdade e limitação do poder das grandes corporações, por outro também se conclamava por maiores liberdades individuais: limitação de restrições parentais, burocráticas, educacionais, questionamentos sexuais e interferência do Estado estavam na ordem do dia. Ainda que naquele momento a luta por liberdades individuais, operando críticas a um Estado interventor e por vezes opressivo (tomando-se a guerra do Vietnã como ponto alto) aliava-se à crítica ao poder das grandes corporações, ao modelo capitalista vigente, à economia de mercado e a um modelo ambientalmente destrutivo, seria legítimo ou ao menos necessário depurá-la destes caracteres críticos e convertê-la tão somente numa chamada às liberdades individuais, às novas experiências, enfim, à limitação de toda e qualquer forma de tolhimento individuais (HARVEY, 2011). E isso se acoplava perfeitamente à ideologia neoliberal. Um consumismo ilimitado, não apenas de produtos, mas de escolhas culturais, liberdades de expressão e vivências distintas poderia ser fomentado em detrimento e de modo antagônico a ideia de um possível Estado opressivo, demasiadamente interventor e regulatório. O impulso pós-moderno se acoplava perfeitamente bem ao constructo e às necessidades neoliberais. Nas palavras de Harvey (2011, p. 52):

“Para quase todos os envolvidos no movimento de 1968, o Estado intrusivo era o inimigo e tinha de ser reformado. Quanto a isso, os neoliberais concordavam facilmente. Mas as corporações capitalistas, os negócios e o sistema de mercado também eram considerados inimigos vitais que precisavam de alterações, se não de uma transformação revolucionária, o que representava uma ameaça para o poder da classe capitalista. Tomando ideias de liberdade individual e virando-os contra as práticas intervencionistas e regulatórias do Estado, os interesses da classe capitalista podiam alimentar a esperança de proteger e mesmo restaurar sua posição. O neoliberalismo era bem adequado a essa tarefa ideológica, precisando porém da sustentação de uma estratégia prática que enfatizasse a liberdade de escolha do consumidor, não só quanto a produtos particulares, mas também quanto a estilos de vida, formas de expressão e uma ampla gama de práticas culturais. A neoliberalização precisava, política e economicamente, da construção de uma cultura populista neoliberal [...]. Foi esse o desafio que as corporações e as elites de classe puseram a aprimorar nos anos.”

Assim, de acordo com o antropólogo e geógrafo norte-americano, é a partir do início dos anos 1970 que as elites norte-americanas encamparão, com vigor decisivo, uma batalha ideológica e intelectual sem precedentes. Ainda que seja difícil avaliar qual o papel efetivo desse movimento para a consolidação do neoliberalismo como modelo ortodoxo, é essencial debate-lo a fim de gerar um entendimento holístico da questão. Nas palavras do próprio Hayek, seria necessário ao menos uma geração para vencer essa disputa, não apenas contra o marxismo, mas também contra formas de planejamento estatal e o intervencionismo keynesiano. Segundo Blyth (apud HARVEY, 2011), a partir

daquele momento, os homens de negócio haviam de fato aprendido a gastar seu dinheiro como classe social. Harvey (2011) cita um memorando confidencial de 1971, emitido por um futuro membro da suprema corte norte-americana, Lewis Powell, à Câmara de Comércio, cujo fundamento seria a necessidade de operacionalizar a vitória contra aqueles que de alguma forma se posicionavam contrários ao sistema econômico de livre mercado norte-americano. Em suas palavras, as críticas haviam ido longe demais e chegara definitivamente “[...]o momento de o saber, a engenhosidade e os recursos dos negócios americanos serem mobilizados contra aqueles que o destruiriam” (apud HARVEY, 2011, p.52). A ação individual não mais seria suficiente, era necessário conjurar e angariar apoio de maneira inovadora; “a força residiria na organização, planejamento e na imposição meticulosas de longo prazo” (HARVEY, 2011, p.52), numa escala de financiamento que só poderia ser obtida com o esforço coletivo e na aquisição de poder político alcançável através da união e organizações em escala nacional. O número de empresas que comporiam a Câmara de comércio saltara de 60 mil membros em 1972 para mais de 250 mil uma década mais tarde. Associada à Federação Nacional das Indústrias (National of Manufactureres), a Câmara de Comércio teria congregado um monumental “conjunto de recursos para fazer *lobby* junto ao Congresso e promover pesquisas” (HARVEY, 2011, p.53). No mesmo ano surgiria a Mesa-Redonda de Negócios (Business Roundtable), instituição responsável por congregar CEOs cuja essência seria “a busca ativa de poder político para as corporações [...] tornando-se mais tarde a base de uma ação coletiva favorável aos negócios” (HARVEY, 2011, p.53). As corporações aqui envolvidas deteriam metade do PIB nacional em 1970 e gastariam cerca de 900 milhões de dólares por ano em “questões políticas” (soma não corrigida pela inflação, ou seja, muito acima dos valores atuais). Ainda de acordo com Harvey (2011), vários bancos de ideias (think tanks) teriam sido formados com o apoio corporativo, entre elas a Heritage Foundation, Hoover Institute, o Center for the Study of American Business (Centro de Estudos dos Negócios Americanos), o American Enterprise Institute (Instituto das Empresas Americanas) e a National Bureau of Economics Research – NBER (Agência Nacional de Pesquisas Econômicas) com o objetivo tanto de elaborar sólidas pesquisas empíricas e técnicas como construções político-filosóficas de amplo apoio às políticas neoliberais. A NBER desfrutaria ainda de enorme prestígio junto aos departamentos de economia e escolas de negócios de notáveis universidades americanas dedicadas à promoção de pesquisas científicas, ainda que “quase metade do financiamento da tão respeitada NBER tenha vindo das empresas líderes da lista Fortune 500” (HARVEY, 2011, p.53). Além disso, uma vultosa quantidade de livros e obras teriam sido financiadas por abastados e empresários, entre as mais notáveis “Anarchy State and Utopia (Estado anárquico e utopia) e uma versão televisionada do livro de Friedman Free to Choose (Liberdade de escolha).

Na verdade, segundo Harvey (2011) e Hobsbawm (1995) , as respostas para a crise nos modelos capitalistas vigentes e os possíveis perigos, do ponto de vista das elites, da subversão da ordem estabelecida, há tempos havia sendo gestada, pelo menos logo após a Segunda Guerra um grupo já se destacara em tal investida, ainda que naquele momento de limitada influência devido aos êxitos do modelos socialdemocratas. A Mont Pelerin Society, nome do *spa* suíço em que seus membros se encontraram pela primeira em 1947, congregava um pequeno e ávido grupo de

intelectuais profundamente críticos em relação aos vários modelos de intervencionismo público, estejamos nos referindo às teorias formuladas por John Maynard Keynes, densamente influentes a partir dos anos 30 ou por modelos teóricos de planejamento centralizado, mais próximas das formulações marxistas. O grupo que reunia entre seus quadros mais expressivos economistas como Milton Friedman, Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek, além da própria auto categorização como liberais explicada pelos compromissos firmados em face “das ideias de liberdade pessoal” tradicionais, poderiam ser delineados como neoliberais pela adesão aos princípios do livre mercado formuladas pelos teóricos neoclássicos, entre eles, Alfred Marshall, Leon Walras e William Stanley (em substituição às formulações de Adam Smith e David Ricardo). Entre as principais críticas da intervenção Estatal, estava a ideia de que as ações desta entidade estava carregada de tendências políticas, expressando interesses dos grupos envolvidos nas relações de poder em um dado contexto sociopolítico (grupos corporativos, sindicatos, grupos ambientais etc.). Reprovavam com veemência também a ideia de que o Estado pudesse investir e acumular capital de modo eficiente uma vez que as informações e o sinais disponíveis por esta entidade seriam inferiores àquelas que dispunham os mercados. No entanto, ainda que apoiados econômica e politicamente, o grupo, e de forma geral um movimento mais amplo das elites, sobretudo norte-americanas, desejosas de desvincular-se de qualquer modelo de economia mista, intervenção estatal e regulamentação, permaneceu à margem tanto no mundo político como acadêmico até os conturbados anos 1970.

A ascensão e consolidação final do neoliberalismo como prática político-econômica dominante no nível dos Estado capitalistas avançados, no entanto, ocorreria somente em 1979 com a vitória de Margareth Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos EUA nos anos 1980 (SOARES, 2000; HARVEY, 2011; HOBBSAWM, 1995). Antes seria necessário aprofundar a batalha no campo político, construir um amplo escopo de alianças e fortalecer a posição das corporações neste cenário. Convém tecer algumas breves palavras sobre esse processo nos EUA. Possivelmente o meio mais coerente de fazê-lo seria através da cooptação e/ou vinculação ao Partido Republicano; seria essencial dispor de uma ampla base social e isso seria obtido vivificando elementos culturais há muito arraigados, ressentimentos de classes médias e se avizinhandos de setores e ou de ideologias religiosas. As legislações de 1971 teriam facilitado esse processo na medida que asseveraram as lógicas de financiamento de campanhas políticas; segundo Harvey (2011), além disso, teriam garantido a corrupção financeira da política; soma-se a isso as medidas implementadas pela Suprema Corte em 1976, que referendaram o direito das corporações doarem somas ilimitadas aos partidos políticos e a financiarem comitês de ação política, baseadas na garantia de direitos individuais à liberdade de expressão (inclusive às corporações). “Os comitês de ação política (CAPs) puderam desde então garantir o domínio financeiro de ambos os partidos [o Democrata e o Republicano] por interesses corporativos, comerciais e associações profissionais. Os CAPs corporativos, que em 1974 eram 89, passaram a 1.467 por volta de 1982” (HARVEY, 2011, p.59). Ainda que financiassem os candidatos dos dois partidos que lhes assegurassem seus interesses, tenderam a apoiar candidatos à direita (HARVEY, 2011). A limitação de um teto de 5 mil dólares como doação máxima de cada comitê para cada candidato implicou ainda na necessidade de

conjugarem forças e interesses no financiamento, agindo mais como classe do em detrimento de ações individualizadas. Ainda aqui, um outro elemento chama a atenção: a posição difusa e ambivalente do partido democrata, representante de setores bastante díspares, como mulheres, negros, operários, idosos, hispânicos, etc., embora, ao mesmo tempo, também fossem vulneráveis ao financiamento e interesses das elites tradicionais, podendo pouco mobilizar-se em uma agenda anticorporativa ou anticapitalista.

Seria necessário também ampliar a base eleitoral, consolidando-se em amplos setores da sociedade, muitos dos quais ressentidos com as políticas do modelo de Estado liberal dominante no pós-Segunda Grande Guerra. Teria sido mais ou menos nessa época a busca do Partido Republicano pela aliança com a direita cristã. Poder-se-ia evocar, além dos cristãos, uma ampla base popular apelando ao nacionalismo cultural da classe média branca e rebuscando ressentimentos recônditos desse grupo, que vivia sob condições de insegurança econômica permanente e se sentia excluída dos benefícios sociais e das políticas de ação afirmativa gestadas pelo governo. A mobilização desse grupo poderia ainda ser alimentada, positivamente, por conceitos religiosos e pelo nacionalismo cultural e do ponto de vista negativo, pelo racismo, homofobia e antifeminismo implícitos ou até mesmo declarados. Em suas palavras, o problema não seria o capitalismo ou a flexibilização e a pulverização cultural, mas os liberais, que teriam usado excessivamente o poder do Estado para beneficiar grupos específicos (negros, mulheres, ambientalistas).

“A partir de então, a aliança nada santa entre os grandes negócios e os cristãos conservadores, apoiada pelos neoconservadores, consolidou-se vigorosamente e acabou por erradicar todos os elementos liberais (que nos anos 1960 eram importantes e influentes) do Partido Republicano, em especial a partir de 1990, transformando-se na força eleitoral direitista relativamente homogênea da atualidade”. (HARVEY, 2011, p. 60)

A lógica e a estrutura política que havia surgido era evidente. De um lado o Partido Republicano pôde mobilizar amplos recursos financeiros e consolidar uma ampla base popular que não seria representada econômica e/ou materialmente, mas que se alinhava à órbita do partido por motivações religiosas e culturais. E de outro o Partido Democrata que não poderia representar suas bases eleitorais tradicionais do ponto de vista material pelo receio de ofender os interesses da classe capitalista que lhe havia financiado substancialmente. Dado esse estado de coisas, a hegemonia política do Partido Republicano estaria garantida.

Para concluir todo o processo de ascensão e consolidação neoliberal nos Estados Unidos, nos diz Edsall (apud HARVEY, 2011, p.64): “durante a década de 1970, o braço político do setor corporativo norte-americano promoveu uma das mais bem elaboradas campanhas de busca de poder na história recente”. No início da década de 1980, “tinha alcançado um nível de influência e de alavancagem próxima dos anos dourados da década de 1920. E por volta de 2000 os negócios tinham usado essa capacidade de alavancagem para restaurar sua parcela da riqueza e da renda nacionais a níveis que também não se viam desde os anos 1920 (HAVEY, 2011, p.64).

O caso inglês se distancia em alguns aspectos do caso americano e se correlaciona noutros.



Em primeiro lugar não havia uma direita cristã que poderia ser mobilizada; segundo, o setor corporativo não estaria disposto a imiscuir-se tão abertamente no jogo político como na realidade norte-americana, ainda que o fizesse por meio de redes de classes e grupos de privilégio; em terceiro, na Inglaterra se consolidou de maneira muito mais aprofundada um Estado de bem-estar social, sequer aventado nos EUA, talvez, em grande medida, pela influência decisiva do Partido Trabalhista. Por outro lado, havia um conjunto de forças substantivamente críticas ao modelo de bem-estar social e do liberalismo embutido. Entre essas forças e grupos, pode-se pensar aqueles vinculados ao capital financeiro inglês, representados pela City de Londres, cujas políticas macroeconômicas ideais estariam em campo antagônico aos dos setores do produtivos, precipuamente em relação às políticas monetárias e cambiais. Em relação às primeiras políticas, a manipulação das taxas de juros em nível elevado prejudicava os interesses dos tomadores de empréstimos ligados à produção e tomada de crédito necessária à expansão do mercado doméstico. Em relação às políticas cambiais, uma libra forte enfraquecia a competitividade do setor industrial exportador, contribuindo para a crise do balanço de pagamentos que vigorou durante década de 1970. Assim:

“Surgiram contradições entre o liberalismo embutido instaurado domesticamente e o liberalismo de livre mercado do capital financeiro com base em Londres que ocupava no plano mundial. A City de Londres, o centro financeiro, havia muito favorecia políticas monetaristas em vez de keynesianas, formando assim um bastião de resistência ao liberalismo embutido” (HARVEY, 2011, p.66).

Além do mercado financeiro propriamente dito, havia amplos setores midiáticos (ainda que muitos também estivessem vinculados ao mercado financeiro) críticos ao modelo de liberalismo embutido. Evocava-se o individualismo, a liberdade de iniciativa e a liberdade de expressão como opostas à inoperância burocrática do setor público e de um possível poder opressivo dos sindicatos. Críticas que teriam se disseminado durante os anos 1960 e se tornado vultosas nos anos da estagnação econômica da década de 1970. Nas palavras de Harvey (2011, p.28), “temia-se que a Grã-Bretanha estivesse se tornando „um Estado corporativista excessivamente próximo da mediocridade indefinida”. Em paralelo aos discursos midiáticos, importantes centros de pesquisas se formaram, como o Centre for Policy Studies [Centro de Estudos Políticos] e do Adam Smith Institute, em 1974 e 1976 respectivamente, além do já tradicional Institute of Economic Affairs [Instituto de Assuntos Econômicos] criado em 1955, que se notabilizaria por dispor entre seus quadros de destaque um dos principais assessores de Thatcher, Keith Joseph. Além desses institutos, as universidades também ofereciam um campo aberto aos defensores dos conceitos de Hayke e da crítica ao modelo do liberalismo embutido.

Ainda que se pudesse mobilizar amplos segmentos da sociedade inglesa contra o modelo social democrata dominante nas últimas décadas, possivelmente a virada neoliberal não teria ocorrido sem a crise econômica incisiva dos anos 1970. “A estagflação prejudicava a todos, e em 1975 a inflação disparou para 26% e o desemprego chegou a 1 milhão de pessoas.” (HARVEY, 2011, p.67). Em 1975-1976, após graves crises no balanço de pagamentos que se mesclavam aos

gravíssimos déficits fiscais, o governo inglês recorreu à tomada de crédito junto ao FMI; a escolha teria que ser feita entre promover amplas restrições orçamentárias ou declarar a falência do governo, com o risco de comprometer a integridade da libra e ferir os interesses da City de Londres. Escolheu-se a promoção de profundos cortes orçamentários em gastos sociais. Nesse ínterim, uma série de greves disparadas em vários segmentos fundamentais do setor público dramatizou ainda mais a situação, no que ficaria conhecido como o “inverno da insatisfação” de 1978. Setores chaves como saúde, transporte de cargas rodoviário e os trens estavam paralisados. O processo de mobilização dos trabalhadores que havia contado com o apoio popular em anos anteriores parecia já não recebê-lo, momento em que se operacionalizava o concomitante ataque dos principais meios de comunicação às paralizações instauradas. O governo trabalhista se desfez, abrindo espaço às eleições que finalmente delegaram a vitória de Thatcher.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a ascensão e consolidação do neoliberalismo a partir de um jogo de luta de classes e de como os grupos dominantes desejosos de reverter uma posição não tão confortável no cenário político-econômico dos anos 1970 e 1980 pode parecer à primeira vista mera teoria conspiratória. Seria possível percorrer o caminho analítico de uma perspectiva meramente teórica, isto é, somente a partir de constructos e batalhas técnicas ou intelectuais no campo da Economia e Ciências Sociais (ou seja, sem referência a grupos sociais específicos, classes, elites, construção de amplos consensos e domínio ideológico etc.)? Acreditamos que sim, no entanto, e isto parece ser a grande força teórica e empírica do argumento de Harvey, a compreensão holística do fenômeno ou o entendimento integral da consolidação desse modelo de Estado ou de práticas que lhe são inerentes estaria substancialmente tolhida caso não levássemos em conta todo um conjunto de forças e interesses sociais. Expliquemos melhor: a **prática neoliberal**, além da ampliação profunda nos níveis de desigualdade e concentração de renda observada em quase todos as experiências de implementação desses modelos ao redor do mundo, com raras exceções (o que por si só poderia nos dar uma ideia da sua vinculação a grupos dominantes), subverte a teoria no momento em que esta limite, freie ou conflite com a ascensão, consolidação ou restauração do poder de classe ou de grupos econômicos e sociais dominantes. Em outros termos, a teoria neoliberal é sistematicamente distorcida e esfacelada (ao ponto de por vezes se tornar irreconhecível, nas palavras de Harvey) em favor de práticas que visem consolidar o poder das elites, no momento em que se faz necessário. Nas palavras do próprio autor:

“Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Defenderei a seguir a ideia de que o segundo desses objetivos na prática predominou. [...] O utopismo teórico de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse

fim. Os dados sugerem além disso que, quando os princípios neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são abandonados ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis.” P.27/28

Assim, ainda que nas próprias palavras de Harvey, o processo de ascensão e consolidação neoliberal esteja relacionada à crise do capitalismo, do modelo de acumulação vigente e das modificações estruturais do sistema durante as décadas de 1970 e 1980 (HOBSBAWM, 1995; SOARES, 2000), não se pode negar a intencionalidade deste consenso engendrada pelas elites político-econômicas. E nisso parece residir em sua maior força argumentativa, visto que a teoria se afasta sistematicamente da prática no momento em que se faz necessário aprofundar, manter ou instaurar ritmos elevados de acumulação ou extração da mais-valia. Todo um conjunto de elementos evocados, como liberdades individuais, potencial de escolhas, não intervenção pública, responsabilização individual e abertura comercial e financeira são deixadas de lado no momento em setores econômicos dominantes se veem fragilizados no atendimento aos seus interesses materiais e políticos. As crises financeiro-bancárias foram em grande medida respaldadas pelo setor público e colossais quantias ofertadas ao mercado ou por vezes aos próprios agentes e instituições causadoras ou partícipes do processo, mesmo que teoricamente a verificação dos riscos inerentes aos negócios coubesse integralmente aos agentes envolvidos (STIGLITZ, 2010). Da mesma forma utilizou-se sistematicamente o aparato estatal com objetivos escusos de reprimir brutalmente as dissidências coletivas e os poderes sociais e do trabalho quando estes não corroboraram docilmente com as destruições de direitos, supressão de investimento sociais e toda sorte de incremento exploratório, ainda que o discurso neoliberal tenha se pautada em liberdades humanas fundamentais. Do ponto de vista econômico o discurso liberalizante e a propalada abertura comercial e financeira são substantivamente limitadas pela prática protecionista dos países centrais, sobretudo por aqueles que insistem propriamente ou através de instituições multilaterais como o FMI e o Banco Mundial na abertura irrestrita dos mercados dos países em desenvolvimento. Ainda que o conjunto de contradições entre a realidade prática neoliberal e seu discurso teórico não acabem nesses exemplos, os discutiremos com mais vagar e profundidade no próximo capítulo.

## REFERÊNCIAS

- HARVEY, DAVID. *O Neoliberalismo história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- HOBSBAWN, ERIC. *Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- SAAVEDRA, G. F.; ÁLVAREZ, G. C.; CLAURE, M.T.Z. *La Bolivia del siglo XXI, nación y globalización*. Enfoque Internacional y estudios de caso. Laz Paz: Fundación PIEB. 2014
- SANDRONI, PAULO (ORG). *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.
- SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo:

Cortez Editora, 2000.

STIGLITZ, Joseph E. *O mundo em queda livre: Os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

***O DIREITO A SAÚDE: o direito de acesso aos medicamentos e as políticas públicas de acesso a medicamentos***

*THE RIGHT TO HEALTH: the right to access to medicines and public policies of access to medicines*

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas – Direito, Trabalho e Serviço Social

LUCAS, Cecy de Sousa  
Uni-Facef – Centro Universitário Municipal de Franca  
Discente do curso de Mestrado Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF  
cecy\_lucas06@yahoo.com.br  
BORGES, Donaldo de Assis  
Docente do Mestrado Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF

**Resumo**

A partir de 1988, a saúde passou a ser um direito do cidadão e um dever do Estado, de acordo com a Constituição Federal. O Estado tem o dever de garantir à população, o acesso universal e equitativo às ações e serviços de saúde por meio de políticas sociais e econômicas. O acesso equitativo aos serviços e produtos de saúde tem sido colocado como um dos principais objetivos das políticas de saúde, dentre eles o acesso a medicamentos, segundo a previsão constitucional de que o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde abrangem não somente a promoção e a proteção, mas também a recuperação integral do paciente. O acesso a medicamentos tem sido colocado como prioridade nas políticas de saúde atuais, a fim de garantir medicamentos básicos e essenciais a todos os indivíduos. A criação da Central de Medicamentos (CEME), no início da década de 1970, pelo governo federal, pode ser considerada a primeira política pública na área dos fármacos. A Política Nacional de Medicamentos, a Política Nacional de Assistência Farmacêutica e o Programa Farmácia Popular do Brasil são políticas públicas atuais que visam garantir medicamentos básicos e essenciais a todos os indivíduos. Por fim, o trabalho tem como objetivo analisar o direito fundamental à saúde, o acesso aos medicamentos, e, por fim, relacionar as políticas públicas e programas de universalização do acesso a medicamentos que já atuaram e que estão atuando nos dias de hoje.

**Palavras-chave:** Política de Medicamentos, Acesso a medicamentos, e direito a saúde.

**Abstract**

Since 1988, health has become a citizen's right and a duty of the State, according to the Federal Constitution. The State has a duty to guarantee the universal and equitable access to health services and actions through social and economic policies. Equitable access to health services and products has been placed as one of the main objectives of health policies, among them access to medicines, according to the constitutional provision that universal and equal access to health actions and services not only cover promotion and protection, but also the integral recovery of the patient. Access to medicines has been placed as a priority in current health policies in order to ensure basic and essential medicines for all individuals. The creation of the Central de Medicamentos (CEME) in the early 1970s by the federal government could be considered the first public policy in the area of pharmaceuticals. The National Drug Policy, the National Policy of Pharmaceutical Assistance and the Popular Pharmacy Program of Brazil are current public policies aimed at guaranteeing basic and essential medicines for all individuals. Finally, the objective of the study is to analyze the fundamental right to health, access to medicines, and, finally, to relate public policies and universal access programs to medicines that have already been active and which are operating nowadays.

**Keywords:** Drug Policy, Access to medicines, and the right to health.

**1 INTRODUÇÃO**

No Brasil, o acesso a cuidados em saúde é um direito humano fundamental garantido pela Constituição Federal, de 1988. Além de direito, é considerado como de dever do Estado formular e implementar ações que assegurem o acesso da população aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, ou seja, é preciso que o Estado crie condições de atendimento em postos de saúde, hospitais, programas de prevenção, medicamentos, além disto, é preciso que este atendimento seja universal e integral (SANTOS – PINTO, 2011, p. 2495; REBELO, 2018).

Além da Constituição Federal e da criação do Sistema Único de Saúde - SUS, a Lei Orgânica da Saúde por meio do artigo 6º, garante a assistência terapêutica integral, incluindo a assistência farmacêutica, operacionalizada pela distribuição universal e gratuita dos medicamentos. Entretanto, se não houver acesso equitativo aos medicamentos essenciais, esse direito não pode ser assegurado.

O acesso equitativo aos serviços e produtos de saúde tem sido colocado como um dos principais objetivos da política de saúde nos diferentes países, ou seja, é prioridade nas políticas de saúde atual garantir o acesso a medicamentos básicos e essenciais a todos os indivíduos (MIRANDA, 2016, p. 2).

No contexto brasileiro, diversas políticas públicas de acesso vêm sendo desenvolvida nos últimos anos, tais como: a Política Nacional de Medicamentos (PNM), a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF), a Política de Medicamentos Genéricos e o Programa Farmácia Popular, todas elas vêm atender ao direito à saúde previsto no art. 6º, da Constituição Federal, ou seja, um direito fundamental (BOING, 2013, p. 262).

Apesar da implementação de políticas públicas, a disponibilização de medicamentos para um tratamento adequado e contínuo ainda é um desafio a ser superado (BOING, 2013, 262).

Este trabalho tem como objetivo analisar o direito fundamental à saúde, bem como acesso aos medicamentos e por fim, relacionar as políticas públicas e programas voltados ao acesso de medicamentos que já atuaram e que estão atuando nos dias de hoje.

Para alcançar esses objetivos realizou-se uma pesquisa bibliográfica em livros, sites, portarias, resoluções, artigos, teses, monografias no período de 23 de junho a 17 de julho de 2018. Usou-se palavras-chave como: “Políticas Públicas de Medicamentos”, “Programa Farmácia Popular”, “Direito à saúde”, e “acesso a medicamentos” em sites como Scielo, Capes, teses USP, Google Acadêmico.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: a introdução, posteriormente aborda-se o direito a saúde, o acesso ao medicamento e as políticas públicas de acesso aos medicamentos, metodologia, resultados e discussões, e, por fim, as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica deste estudo se divide em três partes: na primeira são discutidos o direito fundamental à saúde, na segunda, o acesso a medicamentos, e, por fim, as políticas públicas de medicamentos.

### 2.1 DIREITO A SAÚDE

Em 1946, a Organização Mundial de Saúde (OMS) *apud* BRASIL (2007, p. 24) definiu que saúde é “o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença ou incapacidade, assim esta deve ser entendida em sentido mais amplo, como componente da qualidade de vida”.

A saúde de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos no artigo 25, de 1948, é que “todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis [...]”.

No contexto brasileiro, o direito à saúde foi uma conquista do movimento da Reforma Sanitária e da nova configuração da saúde pública a partir dos anos 1980, que tinham como pressuposto que a saúde é um direito do ser humano, e teve o seu ápice com a promulgação Constituição Federal (1988). O art. 196 definiu que:

*A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso*

A Constituição alinhou o conceito do direito à saúde ao da Organização Mundial de Saúde, buscando a proteção, promoção e recuperação da saúde.

A partir de 1988, a saúde passou a ser um direito do cidadão e um dever do Estado de acordo com a Constituição Federal, e com criação do SUS, o próprio deverá garantir à população, o acesso universal e equitativo às ações e serviços de saúde por meio de políticas sociais e econômicas (PORTELA, 2010, p. 10).

O Sistema Único de Saúde (SUS), com os princípios de universalidade, a integralidade, a equidade, a descentralização, a regionalização e a participação da população, reformou-se através das Leis Orgânicas da Saúde (n.º 8.080/90 e n.º 8.142/90) que regulamentam esses princípios, reafirmando no art. 2º: “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”.

Além disso, a elaboração da Lei Orgânica da Saúde, a Lei nº 8.080/90, veio justamente para estabelecer a organização básica das ações e dos serviços de saúde de cada esfera de governo, nos termos do artigo 6º, que assegura o provimento da assistência terapêutica integral, incluindo a assistência farmacêutica. Ela tem como objetivo garantir o acesso da população aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde (PORTELA, 2010, p. 10).

Essa reformulação da atenção à saúde provocou mudanças na assistência farmacêutica, ou seja, tornou-se prioridade uma organização da Assistência Farmacêutica com ênfase na saúde pública, baseada nos princípios e diretrizes do SUS, devendo ser garantidas integralmente aos cidadãos brasileiros, de acordo com o princípio da integralidade de assistência (PORTELA, 2010 p.10; ALMEIDA, 2015 p. 34).

Corroborando a isto, a autora Almeida (2005, p. 34) diz que “ para que o Estado brasileiro possa atender a esses preceitos legais, é necessário que sejam implementadas políticas públicas e serviços públicos de saúde e assistência farmacêutica, em escala coletiva”.

## **2.2 ACESSO A MEDICAMENTOS**

De acordo com a OMS *apud* Toledo (2015 p. 135) define o acesso, “como garantia da disponibilidade e provisão equitativa dos medicamentos essenciais enfatizados nas enfermidades da pobreza, depende de fatores como: a seleção racional de medicamentos baseada na lista e diretrizes de tratamentos; preços acessíveis para os governos, agentes provedores dos serviços de saúde e aos consumidores; financiamento sustentável e um sistema confiável de distribuição que inclua uma combinação de serviços públicos e privados”.

Segundo Penchansky & Thomas (1981) *apud* Chaves (2005, p. 97), o acesso é “a busca por serviços de saúde por parte da população e o quanto esta oferta está ajustada para que as necessidades sejam atendidas”.

Conceitua-se acesso como um mediador entre a capacidade de um sistema de saúde de oferecer o produto e o consumo real deste produto pela população, ou seja, é primordial no cumprimento do tratamento prescrito (AZIZ, 2011, p. 1940).

O acesso a medicamentos é um dos pilares no estudo da saúde pública, tendo em vista que é utilizado na análise do cumprimento do direito fundamental à saúde, sendo considerado um indicador de qualidade e resolução dos sistemas de saúde (KATREIN, 2015, p. 1417). É reconhecido pela Organização das Nações Unidas como um dos cinco indicadores relacionados a avanços na garantia do direito à saúde (BOING, 2013, p. 262).

O acesso aos medicamentos ocorre quando tem a disponibilidade destes, a capacidade aquisitiva das pessoas (custo razoável), sua acessibilidade geográfica, ou seja, uma distância razoável e aceitabilidade, levando ao uso racional do produto (BOING, 2013, p. 262; OSCANOVA, 2012 p.120).

O acesso aos medicamentos está intimamente interconectado ao uso racional de medicamentos. De acordo com a OMS *apud* Chaves (2005, p 98) que “o uso racional de medicamentos implica em que o paciente receba o medicamento apropriado às suas necessidades clínicas, por um período adequado de tempo e com o menor custo possível para si e a comunidade”.

De acordo com Chaves (2005, p. 98) as diretrizes da Política Nacional de Medicamentos do Brasil abordam sobre a promoção do uso racional de medicamentos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) vem definir medicamentos essenciais a fim de promover o uso racional de medicamentos, e com isso define como aqueles que possam atender as necessidades da população, disponibilizando em quantidade e qualidade apropriada e custo acessível. Criou-se também listas padronizadas de medicamentos e guias terapêuticos como estratégias de implementação (TOLEDO, 2015 p. 135).

Pode-se dizer que cerca de um terço da população mundial não tem acesso a medicamentos, especialmente em países subdesenvolvidos de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OSCANOA, 2012 p. 119). A falta de acesso ou mesmo ausência a medicamentos pode vir a desencadear um grande aumento dos gastos com a atenção secundária e terciária (AZIZ, 2011 p. 1940).

Corroborando, o acesso insuficiente aos medicamentos pode gerar consequências como: abandono do tratamento, com piora no estado de saúde e aumento do número de retornos aos serviços de saúde, ou um maior comprometimento da renda familiar com gastos com saúde (BOING, 2013, p. 262).

Os principais fatores dificultam o acesso aos medicamentos essenciais são: pouco recurso financeiro, alto custo dos medicamentos, impacto da proteção de patentes de medicamentos e necessidade de profissionais de saúde mais treinados (OLIVEIRA *et al*, 2002 p.1432).

A falta de acesso a esses medicamentos por parte da população é considerada como fator preponderante para determinar o aumento do número de retornos desses pacientes aos serviços de saúde (KATREIN, 2015 p. 1417).

O acesso a medicamentos gerou diversos questionamentos e isso vem promovendo diversas iniciativas no Brasil e no mundo, uma vez que ele compõe um dos direitos humanos fundamentais - o direito à saúde (CHAVES, 2005 p. 97).

Existem, no Brasil, diversas formas para o acesso a medicamentos podendo ser o fornecimento de medicamentos pela rede pública de saúde, através do Sistema Único de Saúde (SUS), e pelo sistema privado, constituído de seguros de saúde ou por pagamento direto (AZIZ, 2011, p. 1940).

Apesar dessas formas de acesso e da implantação de algumas políticas públicas, no Brasil, é um desafio à disponibilidade de medicamentos de forma contínua e em quantidade adequada para as necessidades da população (PORTELA, 2010 p.10).

## 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

O setor farmacêutico brasileiro tem passado por importantes transformações, nos últimos quarenta anos. O Estado tem buscado implementar políticas públicas visando a melhorar a disponibilização de medicamentos em quantidades adequadas às necessidades da população, sendo um dos poucos países onde o acesso gratuito a medicamentos essenciais é direito de todos os cidadãos (KATREIN, 2015 p. 1417).

Ao início da década de 1970 quando foi editado o Decreto n° 68.806, de junho de 1971, que regulamentou-se a Central de Medicamentos (CEME), considerada o primeiro esforço do Estado para produzir e abastecer medicamentos essenciais. No seu artigo 1° a definia como “[...] órgão da Presidência da República, destinado a promover e organizar o fornecimento, por preços acessíveis, de medicamentos de uso humano àqueles que, por suas condições econômicas, não puderem adquiri-los” (KORNIS, 2008 p.99).

A CEME foi considerada um marco na gestão participativa para desenvolver a utilização de medicamentos. Definiu políticas para o setor farmacêutico, bem como atuou no setor de compras de medicamentos no governo e era instrumento de incentivo ao desenvolvimento e comercialização. Atuou em torno de questões relacionadas a medicamentos de consumo para a população, ou seja, produção, distribuição, pesquisa científica e tecnológica (PORTELA, 2010, p. 10).

De acordo com Portela (2010, p. 10), ela deu início à organização e ampliação da Assistência Farmacêutica no Brasil, garantindo o abastecimento de medicamentos essenciais a população, através da função de proteger as novas indústrias farmacêuticas que surgiam no Brasil. E uma de suas principais atuais foi na elaboração da lista de medicamentos essenciais.

Em 1975, foi instituída por meio da Portaria do MPAS n°. 233 a RENAME – Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, a qual se constituiu como um instrumento de fornecimento de medicamentos prioritários para as unidades de saúde. Essa relação foi instituída antes mesmo da



Organização Mundial da Saúde (OMS) elaborar a própria lista de medicamentos essenciais, que ocorreu em 1977 (PORTELA, 2010, p.10).

A RENAME passa por diversas revisões e atualizações marcantes e é muito usada desde a CEME até os dias de hoje. Ela representa um componente estratégico na política de medicamentos, pois ela facilita a organização das listas estaduais (REESME) e municipais (REMUME), que são organizadas de acordo com as patologias e características prevalentes de cada região. Permite também a padronização de condutas terapêuticas, por desenvolver e facilitar o estabelecimento de ações educativas voltadas para orientação, dispensação de medicamentos (PORTELA, 2010, p. 10).

Outra iniciativa importante desenvolvida pela CEME em 1987 foi o lançamento do Programa de Farmácia Básica, com a finalidade de padronizar alguns medicamentos selecionados pela RENAME a nível nacional para suprir determinadas patologias em comum no Brasil, para promover atenção primária. Esse programa não deu certo devido cada região ter seu perfil epidemiológico e patológico, gerando ausência ou excesso de medicamentos na região (PORTELA, 2010, p.10).

Na década de 1990, caracterizou-se também pela articulação do setor produtivo, o qual atuou em favor da “Lei das Patentes”, publicada em 1996 (KORNIS, 2008).

Em 1997, a CEME foi encerrada devido ao desvio dos objetivos iniciais, ou seja, Assistência Farmacêutica tornou-se uma simples distribuidora de medicamentos (PORTELA, 2010, p. 10). Com seu encerramento, intensificou-se no Ministério da Saúde, um aumento de discussões no intuito de definir uma nova política de medicamentos, gerando em 1998, a PNM (KORNIS, 2008 p. 91).

Posterior a desativação da CEME, publicou-se a Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998, que aprova a Política Nacional de Medicamentos (PNM), integrada à Política Nacional de Saúde (PORTELA, 2010, p. 10). A Política Nacional de Medicamentos, como parte essencial da Política Nacional de Saúde, constitui um dos elementos fundamentais para a efetiva implementação de ações capazes de promover a melhoria das condições da assistência à saúde da população (BRASIL, 2001).

De acordo com Portela (2010, p. 11), a PNM é considerada o primeiro posicionamento formal e abrangente do governo brasileiro sobre a questão dos medicamentos no contexto da reforma sanitária. Formulada com base nas diretrizes da Organização Mundial da Saúde, a PNM expressa as principais diretrizes para o setor com o propósito de garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade desses produtos, a promoção do uso racional e o acesso da população àqueles considerados essenciais.

Suas diretrizes são: adoção da Relação Nacional de Medicamentos (RENAME), Regulamentação Sanitária de Medicamentos; Reorientação da Assistência Farmacêutica; Promoção do Uso Racional de Medicamentos; Desenvolvimento científico e tecnológico; Promoção da produção de medicamentos; Garantia da segurança, eficácia e qualidade de medicamentos; e Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos (BRASIL, 2001).

Um dos marcos da ação da PNM foi em 1999 quando o Ministério da Saúde criou, por meio da Lei nº. 9.782, a ANVISA (Agência de Vigilância Sanitária), com a missão de “proteger e promover a saúde, garantindo a segurança sanitária dos produtos e serviços submetidos à Vigilância Sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos e fronteiras”. A ANVISA tornou-se responsável por fiscalizar o controle de qualidade na fabricação de medicamentos (PORTELA, 2010, p. 11).

Ainda na década de 1990, um dos fatos mais significativos no sentido da efetivação da PNM foi a publicação tanto da Lei nº 9.787/99, que “Altera a Lei nº 6.360/76 e dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico”, quanto do Decreto nº 3.181, que “Dispõe sobre a Vigilância Sanitária e o medicamento genérico.” A regulamentação da Lei dos Genéricos em 1999, contribui para a garantia do acesso da população brasileira aos medicamentos essenciais a um preço reduzido e ao mesmo tempo com suas necessárias segurança e eficácia, propiciando o intercâmbio com o medicamento de referência (PORTELA, 2010, p. 11).

A política de produção e comercialização de medicamentos genéricos no Brasil foi uma das prioridades da administração Serra (1998-2002) no Ministério da Saúde. Esta administração tinha como objetivo não só ampliar o acesso a medicamentos por parte população não assistida, como, em paralelo, ampliar o mercado de medicamentos no Brasil.

A Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) aprovada em 2004 pela Resolução nº. 338/2004 do Conselho Nacional de Saúde, veio trazer definições sobre assistência a atenção farmacêutica e a política de medicamentos (PORTELA, 2010 p. 11).

Pode-se dizer que a Política Nacional de Medicamentos e Política Nacional de Assistência Farmacêutica tem como objetivo promover o uso racional de medicamentos e assegurar/garantir o

acesso a estes (COSTA, 2014 p. 398).

Em 2004, outro programa de saúde regulamentou-se buscando atender as diretrizes das políticas públicas de medicamentos do país que é o Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPPB) criado com a perspectiva de enfrentar agravos de alto impacto na Saúde Pública e reduzir os gastos com medicamentos no orçamento familiar. O Programa preconiza a ampliação de ações voltadas à universalização do acesso da população aos medicamentos, ou seja, atendimento igualitário de pessoas usuárias ou não de serviços públicos de saúde, que não possui rendimentos suficientes para adquirir e/ou completar um tratamento com medicamentos de forma adequada (SANTOS – PINTO, 2011, p. 2465; COSTA, 2014, p. 398).

O programa iniciou a primeira fase em 2004, com abertura de farmácias estatais, gerenciadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em parcerias com gestores estatais da área da saúde e municipais (COSTA, 2014, p. 398).

Já em 2006, houve a expansão do Programa pela modalidade conhecida como „Aqui tem Farmácia Popular” e se deu diante de parcerias com o comércio varejista farmacêutico, com farmácias de rede privada, ocorrendo a nível nacional. As farmácias da rede privada, uma vez credenciadas ao Programa, passaram a vender medicamentos a um custo mais baixo, graças ao subsídio oferecido pelo governo federal que chega a ser de 90% (COSTA, 2014 p. 398).

Atualmente, após 14 anos de implantação do Programa Farmácia Popular e a expansão do Programa “Aqui tem Farmácia Popular” - O Programa atende cerca de 10 milhões de usuários por mês, através de 31.081 estabelecimentos credenciados, com conexão de vendas ativa, em 4.381 municípios brasileiros.

Mesmo com este crescimento do Programa, esta havendo por parte do Governo uma redução da verba de co-pagamento dos medicamentos, ou seja, desde o dia 30 de abril de 2018 passa a vigorar a Portaria GM nº 739, que atualiza os valores de referência dos medicamentos da GRATUIDADE contidos no elenco do Programa “Aqui Tem Farmácia Popular”, para o tratamento de hipertensão arterial, diabetes mellitus e asma. E as farmácias e drogas deverão obrigatoriamente realizar os ajustes necessários no seu sistema de vendas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Um outro aspecto importante que deve-se levar em conta que ocorreu agora em setembro de 2017, foi a consolidação das portarias atendendo ao estabelecido pela Lei Complementar n. 95/1998. Em 3 de outubro de 2017 o Ministério da Saúde publicou seis Portarias de Consolidação (PRC) que sistematizam as 749 portarias das mais de 18.000 portarias editadas pelo Gabinete do Ministro da Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

A consolidação tem como facilitar a compreensão de conteúdos completos e agrupados, trazendo maior transparência na divulgação das normas do SUS, favorecendo seu entendimento e contribuindo para a melhoria na gestão do Sistema (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Com esse processo, algumas portarias foram revogadas por consolidação, ou seja, a portaria não esta mais vigente e seu conteúdo foi consolidado e inserido em uma das seis PRCs. Entre essas portarias podemos citar a Portaria nº 111/2016 que foi revogada e teve seu texto consolidado na Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, Seção III, Anexo LXXVII, que passa a regulamentar o Programa Farmácia Popular a partir desta data (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de analisar e compreender o direito fundamental à saúde, bem como acesso aos medicamentos e por fim, relacionar as políticas públicas e programas voltados ao acesso de medicamentos que já atuaram e que estão atuando nos dias de hoje, a presente pesquisa, de acordo com o proposto por Vergara (2014), quanto aos fins é uma pesquisa descritiva com abordagem de descrever um fenômeno social, explicativa e exploratória e, quanto aos meios, é bibliográfica e levantamento.

O levantamento de dados secundários e a pesquisa bibliográfica se deram no período de 23 de junho a 17 de julho de 2018, através de pesquisas em sites, artigos, teses, monografias portarias, resoluções, usaram-se alguns termos para busca como: “Políticas Públicas de Medicamentos”, “Programa Farmácia Popular”, “Direito à saúde”, e “acesso a medicamentos” em sites como Scielo, Capes, teses USP, Google Acadêmico.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os dados secundários coletados nessa pesquisa, observa-se que o acesso a cuidados em saúde no Brasil é um direito humano fundamental garantido pela Constituição Federal, de 1988.

Além disso, que o acesso equitativo aos serviços e produtos de saúde tem sido colocado como um dos principais objetivos da política de saúde, ou seja, tornou-se prioridade nas políticas de saúde atual garantir o acesso a medicamentos básicos e essenciais a todos os indivíduos.

Com isso, o setor farmacêutico brasileiro tem passado por importantes transformações. Ele tem buscado implementar políticas públicas visando a melhorar a disponibilização de medicamentos em quantidades adequadas às necessidades da população.

Dentre as políticas públicas, podemos citar Política Nacional de Medicamentos, a RENAME (Relação de Medicamentos Essenciais), a Política Nacional de Assistência Farmacêutica e por último o Programa Farmácia Popular como uma forma de atender as diretrizes das políticas.

#### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito a saúde é um direito de todo cidadão, e nele está envolvidas ações de promoção, proteção e recuperação baseadas na equidade e integralidade. Dentre essas ações pode-se citar o acesso aos medicamentos. O que se pode dizer a respeito é que o acesso aos medicamentos no Brasil, ainda ocorre de forma injusta e de maneira insuficiente.

Apesar das estratégias e políticas públicas desenvolvidas, o sistema público ainda não consegue promover a equidade, e com isso é fundamental implementar novas estratégias para ampliar o acesso aos fármacos no país, de modo a diminuir a desigualdade. Mas não é isso que o governo vem promovendo nestes últimos anos, vem promovendo o descredenciamento de estabelecimentos, e reduzindo co-pagamentos de medicamentos no programa como o Programa “Aqui Tem Farmácia Popular”.

E isso vem comprometer a resolução nos sistemas de saúde e sendo, portanto, um dos grandes desafios a serem enfrentados pelas políticas públicas, em especial por uma política de medicamentos que tenha como um dos seus princípios a melhoria da equidade.

E por fim, o governo criou as Portarias de Consolidação onde envolve uma das portarias do Programa Farmácia Popular promovendo uma consolidação e revogando diversas Portarias, baseado na Lei Complementar n. 95/1998 que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis e estabelece normas para consolidação dos atos normativos.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvia R. P. **Políticas Públicas para o Acesso aos Medicamentos no Brasil: O Caso da Farmácia Popular**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentado a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

AZIZ MM, Calvo M.C.; SCHNEIDER, I. J. C.; XAVIER, A. J., d'Orsi E. **Prevalência e fatores associados ao acesso a medicamentos pela população idosa em uma capital do sul do Brasil: um estudo de base populacional**. Cad. Saúde Pública, 2011.

BOING, Alexandra C. *et al.* **Acesso a medicamentos no setor público: análise de usuários do Sistema Único de Saúde no Brasil**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, abr. 2013.

BRASIL. **Caderno do professor** – Projeto educação e promoção da saúde no contexto escolar: o contributo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária para o uso racional de medicamentos. Anvisa. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília: Senado Federal; 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990.

\_\_\_\_\_. **Política nacional de medicamentos**. Diário Oficial da União, Brasília, 2001.

CHAVES, Gabriela C. *et al.* **Indicadores de uso racional de medicamentos e acesso a medicamentos: um estudo de caso**. Rev. Bras. Farm., jun. 2005.

COSTA, K.S. *et al.* **Utilização de medicamentos e fatores associados: um estudo de base populacional no Município de Campinas**. Cad. Saúde Pública. São Paulo, Brasil, abr. 2011.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm)>. Acesso em: 22 jul. 2018.

KATREN, Flávia *et al.* **Desigualdade no acesso a medicamentos para doenças crônicas em mulheres brasileiras**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, jul., 2015.

KORNIS, George E. M.; BRAGA, Maria Helena; ZAIRE, Carla Edialla F. **Os marcos legais das políticas de medicamentos no Brasil contemporâneo (1990-2006)**. Rev. APS, v. 11, n. 1, p. 85-99, jan./mar. 2008.

MINISTERIO DA SAUDE. **Legislação da Saúde**. 2017. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/legislacao-da-saude>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

MIRANDA, Vanessa I. *et al.* **Utilização do Programa Farmácia Popular do Brasil por idosos**. Ver. Saúde Pública, maio, 2016; 50:13.

OLIVEIRA, M. A. *et al.* **Avaliação da assistência farmacêutica às pessoas vivendo com HIV/AIDS no município do Rio de Janeiro**, 18 (5): 1429-1439, set-out, 2002.

OSCANOA, Teodoro J. **Acceso y usabilidad de medicamentos: Propuesta para una definición operacional**. Rev. Peru Med. Exp. Salud Publica. 2012; 29(1):119-26.

PORTELA, A.S. *et al.* **Políticas públicas de medicamentos: trajetória e desafios**. Rev. Ciênc. Farm. Básica Apl., abr. 2010;31(1):09-14.

REBELO, Tertius. **A Saúde é direito de todos e dever do Estado**. fev. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/64285/a-saude-e-direito-de-todos-e-dever-do-estado>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

SANTOS – PINTO, Cláudia D. B.; COSTA, N. R. e CASTRO, Cláudia G. S. O. **Quem acessa o Programa Farmácia Popular do Brasil? Aspectos do fornecimento público de medicamentos**. Ciência & Saúde Coletiva, 2011.

TOLEDO, Ana V. *et al.* **A política pública de assistência farmacêutica diante das demandas judiciais de fornecimento de medicamento**. RBDC n. 22 (2015).

**O FENÔMENO DA COMUTATIVIDADE NOS CONTRATOS DE SEGUROS COM O ADVENTO DO  
CÓDIGO CIVIL DE 2002**

*THE PHENOMENON OF COMUTATIVENESS IN INSURANCE CONTRACTS WITH THE ADVENT  
OF THE CIVIL CODE OF 2002*

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

ROMERO, Thiago Giovanni  
Unesp (campus de Franca/SP)  
Advogado. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Ciências  
Humanas e Sociais.  
E-mail: thiago.romero@live.com

PAULA, Ana Cristina Alves de  
Unesp (campus de Franca/SP)  
Advogada. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Ciências  
Humanas e Sociais.  
E-mail: a.cris.direito@gmail.com

**Resumo**

No Brasil, com o advento do Código Civil de 2002, foram consolidadas mudanças no âmbito dos contratos de seguro, como a figura da empresa seguradora que deve ser uma entidade autorizada para atuar no meio, a cobertura do suicídio na seara do seguro de vida, entre outros. Mas, o objetivo deste trabalho, versa no estudo comparativo com a alteração expressa no artigo 757 do Código Civil, caput, que introduziu a terminologia “garantir interesse legítimo do segurado”. Logo, a justificativa para este estudo encontra-se no impasse doutrinário sobre a classificação dos contratos de seguro em aleatórios ou comutativos. Buscar-se-á, por meio do método dedutivo com técnica de pesquisa bibliográfica, demonstrar a evolução da legislação securitária brasileira, a partir do Código Comercial de 1980. No âmbito do direito comparado, serão analisados outros ordenamentos jurídicos (Argentina, Uruguai, Peru, Chile, México, Alemanha, Itália e Espanha), a fim de demonstrar a disposição legal a respeito das naturezas aleatória ou comutativa nos contratos de seguro.

**Palavras-chave:** contratos de seguro, Código Civil, direito comparado.

**Abstract**

In Brazil, with the advent of the Civil Code of 2002, changes were consolidated in the scope of insurance contracts, such as the figure of the insurance company that must be an entity authorized to act in the environment, coverage of suicide in the area of life insurance, among others. However, the purpose of this paper is to compare the amendment to article 757 of the Civil Code, caput, which introduced the terminology "to guarantee the legitimate interest of the insured". Therefore, the justification for this study lies in the doctrinal stalemate about the classification of insurance contracts in random or commutative. In the field of comparative law, other legal systems (Argentina, Uruguay, Peru, Chile, Mexico, Germany, Italy and Spain) will be analyzed, in order to demonstrate the legal provision regarding the random or commutative nature in insurance contracts.

**Keywords:** insurance contracts, Civil Code, comparative law.

**1 INTRODUÇÃO**

Atualmente, verificamos que os contratos de seguro ocupam um importante espaço no cotidiano da sociedade, bem como nas economias dos países. Afinal, assume um papel de prevenir riscos e conseqüências negativas que possam acontecer com pessoas físicas, jurídicas e entes públicos.

No Brasil, com o advento do Código Civil de 2002, foram consolidadas mudanças no âmbito

dos contratos de seguro, como a figura da empresa seguradora que deve ser uma entidade autorizada para atuar no meio, a cobertura do suicídio na seara do seguro de vida, entre outros. Mas, a principal alteração se encontra expressa no artigo 757 do Código Civil, caput, com a introdução da terminologia “garantir interesse legítimo do segurado”.

Logo, este trabalho tem por objeto estudar a alteração terminológica que encontramos no artigo 757, caput, do Código Civil Brasileiro, que resultou no impasse doutrinário sobre a classificação dos contratos de seguro em aleatórios ou comutativos. Buscar-se-á demonstrar a evolução da legislação securitária brasileira, a partir do Código Comercial de 1980.

O contrato de seguro, até o advento do Código Civil de 2002, era revestido pela natureza jurídica aleatória. Neste contexto, serão apresentados, comparativamente, os conceitos da atual legislação com o Código Comercial de 1980 e o Código Civil de 1916. Vale salientar, que será abordado, em breves considerações, o suporte dado pelo Código de Defesa do Consumidor a respeito do tema objeto da presente pesquisa. Não menos importante, será apresentado às características gerais do contrato de seguro.

No âmbito do direito comparado, serão analisados outros ordenamentos jurídicos (Argentina, Uruguai, Peru, Chile, México, Alemanha e Espanha), a fim de demonstrar a disposição legal a respeito das naturezas aleatória ou comutativa nos contratos de seguro.

Por fim, procura ser examinada a discussão doutrinária de classificação dos contratos de seguro em aleatórios ou comutativos, bem como a ligação desta discussão com a mudança terminológica proferida pelo Código Civil de 2002, em seu artigo 757, caput.

## 2 OS CONTRATOS DE SEGURO

No campo da legislação civil, os contratos de seguro assumem características peculiares que extravasam o campo contratual do direito privado, fazendo-se necessário uma abordagem especial. Isto porque, é um instituto que pertence ao direito social, com acentuada intervenção estatal e dirigismo contratual (VENOSA, 2013, p. 393).

A princípio, devemos trazer para o campo de observação os conceitos doutrinários existentes a respeito dos contratos de seguro. Busca-se encontrar associações conceituais, para que possamos entender o verdadeiro significado desta modalidade contratual.

Pontes de Miranda (1958) traz em seu livro Tratado de Direito Privado o seguinte entendimento:

Contrato de seguro é o contrato pelo qual o segurador se vincula, mediante pagamento, a ressarcir ao segurado, dentro do que se convencionou, os danos produzidos por sinistro ou a prestar capital ou renda quando ocorrer determinado fato concernente a vida humana ou o patrimônio.

Para Fábio Ulhoa Coelho (1998), o contrato de seguro é aquele que uma parte, obriga-se através do pagamento de um prêmio, a pagar à outra parte segurada, ou a terceiros, beneficiários, determinada quantia pactuada, caso ocorra evento futuro e incerto.

Cabível também o entendimento de Maria Helena Diniz (1996) a respeito da matéria objeto do presente trabalho. Segue:

É um direito resultante do mútuo consenso do segurado e do segurador, que estabelecem entre si direitos e obrigações. É, portanto, um direito que alguém adquire, mediante certo pagamento, de exigir da outra parte uma indenização, caso ocorra o risco assumido.

Outra definição relevante sobre os contratos de seguro veio com Ernesto Tzirulnik *et al* (2003, p. 23), que afirma:

A operação de seguro implica a organização de uma mutualidade, ou o agrupamento de um número mínimo de pessoas, submetidas aos mesmos riscos, cuja ocorrência e intensidade são suscetíveis de tratamento atuarial, ou previsão estatística segundo a lei dos grandes números, o que permite a repartição proporcional das perdas globais, resultantes dos sinistros, entre os seus componentes.

Por fim, Orlando Gomes (1997, p. 410) conceitua o contrato de seguro como sendo um contrato mercantil. Vejamos:

Só empresas organizadas sob forma de sociedade anônima podem celebrá-lo na qualidade de segurador. A natural exigência de que o segurador seja uma sociedade por ações desloca o contrato do Direito Civil para o Direito Comercial, tornando-o um „contrato mercantil“.

Superado as definições sobre os contratos de seguro trazidos pela doutrina, merece ser abordada a evolução legislativa civil brasileira, sobre a matéria, para compreendermos a temática proposta.

Conforme já mencionado, o contrato de seguro foi inserido no ordenamento jurídico brasileiro com intuito de prevenir os riscos nas atividades marítimas. Portanto, este era o viés normativo que continha no artigo 666 do Código Comercial de 1890.

Art. 666. O contrato de seguro marítimo, pelo qual o segurador, tomando sobre si a fortuna e riscos do mar, se obriga a indenizar ao segurado da perda ou dano que possa sobrevir ao objeto do seguro, mediante um prêmio ou soma determinada, equivalente ao risco tomado, só pode provar-se por escrito, a cujo instrumento se chama apólice; contudo julga-se subsistente para obrigar reciprocamente ao segurador e ao segurado desde o momento em que as partes se convierem, assinando ambas a minuta, a qual deve conter todas as declarações, cláusulas e condições da apólice.

Notório, no artigo acima mencionado, a terminologia “indenização” adotada pelo Código Comercial, para dizer que a obrigação existente e firmada entre o segurador e o segurado é satisfeita pelo pagamento de uma indenização.

Foi com a entrada em vigor do Código Civil de 1916, que vislumbramos o que entendemos hoje como contrato de seguro, bem como a ampliação do seu alcance as mais variadas modalidades, como o seguro terrestre, de vida e etc. Trazia a regulamentação do tema em 45 artigos (1.432 a 1.476), complementados por outros diplomas destinados as mais variadas formas de seguro (VENOSA, 2013, p. 393).

O artigo 1.432, do Código Civil de 1916, traz o entendimento do legislador a respeito do contrato de seguro, como “aquele pelo qual uma das partes se obriga para com a outra, mediante a paga de um prêmio, a indenizá-la do prejuízo resultante de riscos futuros previstos no contrato”.

Observamos que o dispositivo legal não incluía a possibilidade de seguro em favor de terceiros, como havia sido estabelecido na modalidade de seguro de vida (VENOSA, 2013, p. 393). Outro ponto que merece destaque, o legislador insistiu em continuar a utilizar a terminologia “indenização”, objetivando o ressarcimento dos possíveis prejuízos resultantes de riscos futuros.

Neste mesmo sentido, com o advento do Código Civil de 2002, não houve nenhuma alteração material a respeito da definição do contrato de seguros. O artigo 757 se manifesta da seguinte maneira “pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados”. Podemos verificar no mesmo artigo em seu parágrafo único “que somente pode ser parte, no contrato de seguro, como segurador, entidade para tal fim legalmente autorizada”.

O legislador no novo código civil enfatizou que para uma empresa atuar no ramo securitário brasileiro, deverá requerer uma autorização administrativa, mediante a previsão do artigo 74 do Decreto-Lei nº 73/66. Portanto, confirma-se a necessidade de uma qualificação especial para ser segurador no âmbito dos contratos de seguro (VENOSA, 2013, p. 394).

Voltando ao objeto do presente artigo, notamos que o atual arcabouço civil apresentou uma evolução terminológica, ou seja, evitou utilizar-se da denominação “indenizar”<sup>1</sup>, substituindo-a por “garantir interesse legítimo do segurado”<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> O artigo 1.432, do Código Civil de 1916, traz o entendimento do legislador a respeito do contrato de seguro, como “aquele pelo qual uma das partes se obriga para com a outra, mediante a paga de um prêmio, a indenizá-la do prejuízo resultante de riscos futuros previstos no contrato (grifo nosso).

Sílvio de Salvo Venosa (2013, p. 396), traz uma crítica quanto à terminologia empregada, retratando que nos contratos de seguro, não existe uma indenização a ser paga para o segurado. Isto porque, o entendimento de indenização está ligado diretamente a noção de inadimplemento e culpa ou contraprestação contratual.

O segurador não irá indenizar o segurado quando ocorrer um fato ou ato danoso, apenas cumprirá o que lhe toca pela avença contratual. Sabe-se que não é essência dos contratos de seguro que todos os prejuízos serão ressarcidos, afinal, o segurador assume e firma um compromisso em pagar apenas o valor segurado (VENOSA, 2013, p. 396).

Já, a terminologia “*interesse legítimo do segurado*” adotado pelo Código Civil de 2002, mostra a preocupação do legislador em evoluir a norma, buscando alcançar a proteção em favor de terceiro, que no ordenamento anterior, apenas ficava no âmbito do seguro de vida.

Para Pedro Alvim (2007, p. 7) trata-se do acolhimento pelo novo Código da teoria do “direito legítimo”, a expressão contida no artigo 757. Isto porque, a expressão “interesse legítimo” tem um sentido amplo, no qual abrange o seguro de pessoa e de dano, que de forma louvável, salvou das críticas o conceito unitário de seguro.

A Constituição Federal de 1988 prevê no rol de direitos fundamental a defesa do consumidor. A partir daí, propôs a elaboração do Código de Defesa do Consumidor, que entrou em vigor no ano de 1990, onde o Estado protege, preventiva e repressivamente, as relações de consumo de qualquer abuso.

Logo, encontramos disposto no artigo 3º do Código de Defesa do Consumidor:

Artigo 3º. Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

(...)

Parágrafo 2º. Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

Assim, para que a lei consumerista possa surtir efeito na seara dos contratos de seguro, é necessário que o segurado preencha a disposição que encontramos no artigo 2º do mesmo diploma “consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”.

Nítido que a relação entre seguradora e segurado é uma relação de consumo, que deve ser amparada e protegida pelo Código de Defesa do Consumidor. Vale salientar que mesmo com proteção pelo diploma acima, não estamos falando de uma exclusão da incidência de outras normas, pelo contrário, estamos diante de uma incidência cumulativa com as outras legislações extravagantes sobre os contratos de seguro (HUBER; DETTMER, 2004).

Podemos concluir que as disposições trazidas pelo Código Civil de 2002, até mesmo as que foram abarcadas pelos ordenamentos anteriores, tratam o tema dos contratos de seguro de uma maneira genérica. A matéria de seguros abrange um vasto campo de modalidades, sofrendo uma rápida evolução das necessidades sociais. Nesta seara, por escolha do legislador, caberá a legislação extravagante disciplinar cada uma das subespécies de seguro. Ao ordenamento civil, restou disciplinar a estrutura geral deste contrato (LOUREIRO, 2003).

### 3 CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS DE SEGURO

Inicialmente, os contratos de seguro são revestidos pelas seguintes características: bilateral, oneroso, aleatório, consensual e de adesão. Vale ressaltar, mesmo não sendo objeto deste artigo, que estes contratos estão subordinados à boa-fé e a execução continuada.

Chegamos a este ponto de partida ao analisar algumas posições doutrinárias, conforme a seguir exposto; para Waldírio Bulgarelli (2003) os contratos de seguro são revestidos de bilateralidade, onerosidade, aleatório, de adesão, execução continuada e boa-fé; Orlando Gomes (1997) traduz como bilateral, consensual e de adesão; para Pontes de Miranda (1958) é bilateral ou

---

<sup>2</sup> O artigo 757, *caput*, do Código Civil de 2002, se manifesta da seguinte maneira: “pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados (grifo nosso).”



plurilateral, consensual e aleatório; já Caio Mário Pereira (2003) retrata como bilateral, oneroso, aleatório, formal, de adesão e real; por fim, Fábio Ulhoa Coelho (1998) aponta como um contrato de adesão, aleatório e solene.

O contrato é bilateral ou sinaligmático, pois está ligado a anuência da manifestação de vontade de ambas as partes, segurador e segurado, que se obrigam reciprocamente (VENOSA, 2013, p. 397). De acordo com o artigo 476 do Código Civil de 2002, nenhuma das partes, antes do fim da obrigação, poderão exigir o implemento do outro.

O seguro não perde o caráter bilateral na hipótese de não implemento do risco previsto na apólice, uma vez que a obrigação do segurador é de garantia, e não de simples pagamento eventual de indenização, esta que tem por antecedente lógico o implemento do risco previsto na apólice, por definição nem sempre ocorrente (configurando o risco uma simples probabilidade de dano) (BARBOZA; MORAES; TEPEDINO, 2006, p. 756).

Será oneroso quando o segurado para procura proteção contra o risco e em troca, o segurador recebe um valor, chamado de “prêmio”, por isso. Assim, cada uma das partes irá procurar uma vantagem patrimonial (VENOSA, 2013, p. 397) ao firmar o contrato de seguro. Isto porque, traz vantagens a ambos os contraentes, frente a um sacrifício patrimonial de parte a parte (BELLUCI, 2010, p. 39).

É aleatório, pois existe um equilíbrio entre as prestações que dependem de um evento futuro e incerto, ou seja, gira em torno de um risco (VENOSA, 2013, p. 397). Nestes tipos de contrato, estamos diante da previdência do risco, que é especulativo (LOPES, 1993).

Consideram-se os contratos de seguro como sendo consensual, mesmo o legislador não trazendo expressamente no ordenamento jurídico civil, por ser revestido de caráter probatório, surgindo de um acordo de partes. Este embasamento pode ser verificado no artigo 1.433 do Código Civil de 1916.

Não obstante, em razão da disposição no artigo 478 do Código Civil vigente, verificamos que o contrato de seguro, por ser consensual, também assume vestimentas de formalidades.

Quando a característica de adesão (NERY JR, 2004, p. 622) diz respeito à formação técnica do contrato, que se justifica na busca de rapidez para a conclusão do negócio entre as partes.

O contrato por adesão com cláusulas predispostas ou condições gerais é aquele em que a configuração interna do mesmo é disposta antecipadamente só por uma das partes, de maneira que a outra, se decidir contratar, deverá fazê-lo sobre a base daquele conteúdo (STIGLITZ, p. 25).

Salienta-se que no Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 54, encontramos a seguinte previsão a respeito dos contratos de adesão: “contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo”.

#### **4 A COMUTATIVIDADE NO CONTRATO DE SEGUROS**

Com o advento do Código Civil de 2002, verificamos uma nova posição doutrinária a respeito do surgimento de uma nova característica, denominada, comutatividade. Isto porque, o Código Comercial de 1980, precursor sobre a matéria de seguros e o Código Civil de 1916, tratam a prestação obrigacional entre o segurado e o segurador, por meio do pagamento de uma “indenização”.

A partir daí, verificamos que o atual Código Civil deixa de lado a terminologia “indenização” e passa a configurar no seu artigo 757 a denominação “garantir interesse legítimo do segurado”.

Para Munir Karam (p. 76), o Código de 2002 trouxe alteração quanto ao o conceito e a estrutura dos contratos de seguro. Iniciando o seu pensamento, através de uma comparação com o artigo 1.432 do Código Civil de 1916 que trazia implícito dois conceitos de seguro. Ou seja, verificava-se que a operação de seguro era caracterizada no âmbito da prevenção de riscos, portanto, tinha caráter indenizatório.

Art. 1.432. Considera-se contrato de seguro aquele pelo qual uma das

partes se obriga para com a outra, mediante a paga de um prêmio, a indenizá-lo do prejuízo resultante de riscos futuros, previstos no contrato. (grifo nosso).

O mesmo autor sinaliza que o novo Código Civil mesmo adotando um conceito unitário sobre o seguro se afastou disto, tratando em seções diversas o seguro de dano e o de pessoa, através da utilização da teoria do interesse (KARAM, p. 77).

Nota-se então que com a vigência do novo Código Civil, houve uma alteração da natureza contratual no âmbito dos seguros; afinal o Código Civil de 1916, expressamente em seu texto, assumiu um viés indenizatório; já o Código Civil de 2002, assume as vestes de garantia de interesse, conforme demonstrado acima.

Isto porque, ao formalizar a relação de consumo, o segurado efetivou e finalizou a sua busca pela tranquilidade imediata, ao transferir o seu risco para os cuidados da seguradora. Esta, por sua vez, receberá do segurado o pagamento, chamado de “prêmio”, por ter assumido o risco.

Neste sentido, o contrato de seguro passa a assumir um caráter comutativo, pois apresenta como contraprestação da seguradora em relação ao segurado, objetivando a prevenção de ocorrer fatos lesivos, suportando ao menos o conteúdo econômico (BELLUCI, 2010, p. 39).

Para Vera Helena de Mello Franco (2009, p. 276), os contratos de seguro estão revestidos pela característica da comutatividade. Vejamos:

Se examinarmos os fundamentos técnicos econômicos do contrato, verificamos que esta não é a visão correta do contrato. E assim é porque, em decorrência da exploração em massa do seguro pelas empresas seguradoras e das bases técnicas da sua exploração (fundada na ideia de mutualidade e de dispersão de riscos), a álea, no sentido de vantagem ou desvantagem para a seguradora, foi suprimida. Por tal razão, as vantagens de um contrato são compensadas com as desvantagens do outro – e a exploração total é realizada com base em cálculos precisos.

A figura da comutatividade vem em contramão à característica dominante de o contrato ser aleatório. A aleatoriedade esta fundamentada nos casos que não são necessários o pagamento da indenização, em razão de nenhum fato ter sido gerado, ou mais tecnicamente, a não ocorrência de um sinistro. Verifica-se que o segurado fica a mercê da sorte, a qual determinará se o sinistro irá ou não ocorrer, resultando então o pagamento de uma indenização (FRANCO, 2009, p. 276).

Solidificando o entendimento expresso no novo Código Civil, devemos citar o entendimento abaixo de Ernesto Tzirulnik, Flávio Cavalcanti e Ayrton Pimentel (2002, p. 29-30). Segue:

O novo dispositivo (art. 757), além de afastar o conceito de indenização como elemento essencial do contrato, como figurava no antecessor (art. 1.432), e introduzir o conceito de interesse, acolhe uma visão moderna na qual os elementos garantia e empresarialidade compatibilizam a textura legal com a realidade econômica e técnica intrínseca ao negócio jurídico do seguro: a comutação entre prêmios e garantia, e a imperiosa massificação de sua operação.

Neste mesmo contexto, temos o entendimento de Renato Macedo Buranello (2006, p. 16), retratado da seguinte forma:

Ao definir a obrigação da seguradora como a de garantir o interesse legítimo do segurado, o contrato de seguro assume caráter comutativo. A seguradora deve uma prestação continuada, estando obrigada a se organizar, empresarialmente, de forma a garantir o interesse destacado [...]. A comutatividade está representada no fornecimento de garantia que perdura durante toda a vigência contratual; não se restringe ao pagamento de eventual indenização no caso de sinistro. [...] E é essa garantia, e não a indenização, a contraprestação da seguradora.

Por fim, a título de solidificar e esgotar o questionamento a respeito da comutatividade, Pontes de Miranda (1955, p. 15) é claro e certo em suas considerações sobre os contratos de

seguro. A seguir:

As prestações do contrato de seguro de vida são correspectivas. A dívida principal do segurador não é a de ressarcir; a sua dívida é a de cobertura do risco; o sinistro faz nascer a pretensão ao ressarcimento, porque o risco fora coberto. Se o sinistro falha, foi adimplido o dever, que consistia na cobertura.

Conclui-se que a obrigação pactuada entre as partes, segurado e seguradora, efetiva-se no momento em que ambos consentem e se vinculam através da formalização do contrato de seguros. Claramente, o novo Código Civil, em seu artigo 757, *caput*, ao trazer a nova terminologia sobre a garantia de interesse, desvincula-se da característica aleatória, tornando-se comutativo, pois há uma transferência do risco pelo segurado para a seguradora, que em troca de um “prêmio”, viabiliza a garantia de danos incertos.

## 5 DIREITO COMPARADO

Notório que tal temática, contratos de seguro, assume relevância na sociedade contemporânea, diante do crescente poder aquisitivo das pessoas, que acabam consumindo diversos bens e buscam a sua proteção. Não somente ao caráter material, mas evidente a busca de segurança, através de contratos de seguro, a fim de preservar a vida ou até mesmo, garantir a subsistência de dependentes.

Em direito comparado, a escolha dos países Uruguai, Peru, México, Argentina e Chile, justifica-se diante da tímida formação de um Sistema Jurídico Latino Americano, que merece atenção e análise do seu desenvolvimento legislativo; já a escolha dos países europeus (Espanha, Itália e Alemanha) como objeto da comparação, tem respaldo em relação aos processos de codificação e pela tradição da Europa no tratamento dessas questões.

No Uruguai os contratos de seguro são tratados dentro do Código Comercial, no Livro II sobre os contratos comerciais, a partir do Capítulo IX, dos seguros. No artigo 634, encontramos a definição legal sobre o seguro:

O seguro é um contrato pelo qual uma das partes concorda com algum prêmio destinado a indenizar a outra por perdas ou danos, ou privação de um lucro esperado poderia sofrer um evento incerto (tradução/grifo nosso).

Os contratos de seguro no Uruguai têm como características ser bilateral, oneroso, aleatório, solene comercial e revestido de boa-fé e ser de trato sucessivo (GAMARRA).

Já, no âmbito do direito peruano, os contratos de seguro são tratados em duas disposições legais, sendo o Código Comercial, em sua oitava seção, abrangendo os artigos 375 ao 429; e a Lei nº. 26.702, chamada de Lei Geral do Sistema Financeiro e de Seguros (tradução nossa).

Verificou-se que não há uma definição legislativa peruana sobre os contratos de seguro. Logo, a doutrina foi incumbida de indicar tal conceituação (MONTROYA MANFREDI, 1986), sendo:

Um contrato pelo qual uma pessoa (seguradora) concorda troca de uma quantia em dinheiro (prêmio) para indenizar outra (Segurado), satisfazer uma necessidade para este ou a apresentação de uma terceiro (beneficiário) dentro das condições acordadas, montantes acordados para indenizar as consequências de uma acontecimento incerto, pelo menos em termos de tempo (risco) (tradução/grifo nosso).

O seguro tem como características ser bilateral, oneroso, aleatório, de execução continuada, de adesão, solene e um ato comercial (MONTROYA MANFREDI, 1986).

O contrato de seguro no México vem instituído em legislação específica, expressa pela Lei sobre o Contrato de Seguro, composta por 207 artigos, sendo atualizada em 04 de abril de 2013.

A definição legal sobre o tema está no artigo 1º: “Para o contrato de seguro, a seguradora é obrigada, por um prêmio destinado a indenizar danos a pagar uma quantia de dinheiro para ser verificada a possibilidade prevista no contrato” (tradução/grifo nosso). Já, as características desta modalidade de contrato são bilateralidade, onerosidade, solenidade, adesão, ser condicional e principal (SANCHEZ FLORES, 2000).

Na legislação argentina, vigora a Lei nº 17.418/1967, denominada Lei de Seguros. No seu artigo 1º, define o contrato de seguro como “Há contrato de seguro se a seguradora é obrigada, por prêmio ou contribuição, para compensar danos ou encontrar o serviço acordado, se ocorrer o evento planejado” (tradução/grifo nosso).

Para Carlos Alberto Ghersi (1994, p. 395), os contratos de seguro cumprem a função de ressarcimento através do pagamento de uma indenização acordada entre as partes, em relação aos danos dos acontecimentos futuros e incertos.

No Chile os contratos de seguro ganham suporte através do Código Comercial, no Título VIII e da Lei nº 20.667. Traz no seu artigo 512, do Código Comercial a definição legal sobre o contrato. Segue:

Art. 512. O Contrato de Seguro. Pelo contrato de seguro são transferidos para um ou mais riscos seguradora no pagamento de um prêmio, deixando-o obrigado a indenizar o prejuízo sofrido pelo segurado, ou para atender a capital, rendimento ou outros serviços acordados (tradução/grifo nosso).

Na seara do direito espanhol, encontramos a Lei nº 50/1980, sobre os contratos de seguro, vigente desde 17 de abril de 1981 e com sua última revisão disponibilizada em 03 de agosto de 2011. É constituída de 109 artigos, 04 disposições adicionais, 01 disposição transitória e 01 disposição final.

A definição sobre o conceito legal sobre o contrato de seguro está no artigo 1º da lei acima referida, traduzindo:

O contrato de seguro é aquele pelo qual a seguradora força, através da cobrança de um prêmio e se o evento ocorre cujo risco é coberto para indenizar, dentro dos limites acordados, o dano ocorreu o capital segurado ou se encontram, de renda ou de outro compromisso desempenho. (tradução/grifo nosso)

As características que o seguro assume na legislação espanhola versam sobre a bilateralidade, onerosidade, aleatoriedade, solenidade, clareza e lógica, e ser de adesão (SANCHEZ CALERO, 1999).

Em geral, os contratos no ordenamento jurídico alemão são disciplinados pelo Código Civil alemão (Bürgerliches Gesetzbuch – BGB) e no Código Comercial (Handelsgesetzbuch – HGB). Entretanto, estas não são as únicas fontes.

O contrato de seguro alemão está expresso na Lei de Contrato de Seguro (tradução nossa), que entrou em vigência no dia 30 de maio de 1908, e a sua reforma vigente a partir do dia 01 de janeiro de 2008. Na sua parte geral, na primeira obrigação, define a matéria como:

A seguradora concorda com o contrato de seguro, um certo risco de o tomador do seguro ou de uma terceira pessoa a ser garantidas por um desempenho que ele tem que fornecer para a entrada do evento segurado concordou. O segurado é obrigado a pagar o pagamento acordado (prêmio) para a seguradora.

No âmbito do direito italiano o contrato de seguro esta previsto no Código Civil, no quarto livro, das obrigações; título III, dos contratos individuais; capítulo XX, do seguro. Logo, no artigo 1.882, traz a noção jurídica sobre o tema:

O seguro é um contrato pelo qual o segurador, mediante o pagamento de um prêmio, é obrigado a reembolsar o segurado, dentro dos limites acordados, o dano a ele a partir de um acidente, ou para pagar um capital ou uma anuidade contra um evento relativo à vida humana. (tradução/grifo nosso)

Torrente e Schlesinger (1997, p. 593) tratam do contrato de seguro nos mesmos dizeres do artigo 1.882, completando com o que está previsto no artigo 1.917, sobre o ressarcimento a terceiros sobre o dano que deveria ter sido ressarcido pelo segurado.

Em breves considerações, podemos identificar que as legislações ora estudadas apresentam em seus conceitos sobre os contratos de seguro, a mesma terminologia empregada pelo Código Civil de 1916, ou seja, a expressão “indenização”. Neste sentido, verifica-se que os contratos continuam

sendo classificados como aleatórios pela doutrina majoritária dos países comparados e através da leitura destas definições, podemos concluir que a comutatividade, não está presente no viés destes Estados.

Nota-se que a legislação brasileira atua de forma pioneira sobre os contratos de seguro, trazendo para dentro do seu ordenamento jurídico o fenômeno da comutatividade, em que a obrigação entre as partes não está restrita ao pagamento de indenização no caso de sinistro; mas sim na transferência do risco em contraprestação da garantia dada pela seguradora.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os contratos de seguro abrangem um campo superior delimitado pelo direito privado, requerendo do operador um vasto conhecimento técnico sobre a matéria em questão. As mais variadas modalidades de seguro surgem a cada dia, em razão da necessidade social de assegurar seus bens e a vida. Portanto, a matéria pertence ao direito social, onde recebe a intervenção estatal e o dirigismo contratual.

Com o advento do novo Código Civil, houve uma melhora na temática dos seguros, ocorrendo mudanças como a figura da empresa seguradora que deve ser uma entidade autorizada para atuar no meio, a cobertura do suicídio no âmbito do seguro de vida, entre outros. Evidentemente, por ser objeto deste trabalho, a principal alteração veio expressa no artigo 757 do diploma civil, que introduziu a expressão “garantir interesse legítimo do segurado”.

Comparativamente, posto o artigo 1.432, do Código Civil de 1916, verificamos: “aquele pelo qual uma das partes se obriga para com a outra, mediante a paga de um prêmio, a indenizá-la do prejuízo resultante de riscos futuros previstos no contrato”. Já, o artigo 757, caput, inovou a matéria em destaque: “pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados”.

Notoriamente, o legislador do atual Código Civil evoluiu a expressão, ou seja, retirou a denominação “indenizar”, substituindo-a por “garantir interesse legítimo do segurado”. Com base nos argumentos críticos de Sílvio de Salvo Venosa, no âmbito dos contratos de seguro, não há um ressarcimento a ser pago para o segurado. Afinal, o melhor entendimento a respeito de indenização está vinculado com inadimplemento e culpa ou contraprestação contratual.

A norma civil brasileira, sobre os contratos de seguro, traz uma evolução sistemática ao dispor “interesse legítimo do segurado”, demonstrou a preocupação do legislador não só em buscar a proteção em favor de terceiro, mas uma ampliação a respeito das prestações oriundas do contrato de seguro.

Ou seja, não caberá ao segurador ressarcir ou indenizar o segurado, muito pelo contrário, caberá a ele garantir a cobertura do risco inerente no contrato firmado. Não há dúvidas que a comutatividade está presente no artigo 757, caput do Código Civil.

Por fim, no âmbito do direito comparado, a mudança estrutural sobre os contratos de seguro, no âmbito Brasil, é pioneiro. Vemos que nos conceitos apresentados, os Estados tratam ainda o seguro como um sinônimo de ressarcimento, como ato indenizatório da seguradora; ou seja, as definições legais estão revestidas pela característica da aleatoriedade.

Diante dos fundamentos expostos, podemos concluir uma quebra de paradigma pela legislação brasileira, trazendo uma nova estrutura no conceito legal sobre os contratos de seguro.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Carlos Moitinho de, *Contrato de seguro*. Coimbra, Editora Coimbra, 2009.
- ALVIM, Pedro, *O contrato de seguro*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1986.
- ÂNGULO RODRIGUÉZ, Luis. *La reforma de La ley de contrato de seguro a los veinte años de su aprobación*. Res, nº 104, 2000.
- AZEVEDO, Luis Augusto Roux. *A comutatividade do contrato de seguro*. 2010. Dissertação para Mestrado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- BARBOZA, Heloísa Helena, MORAES, Maria Celina Bodin de e TEPEDINO, Gustavo *et al. Código Civil Interpretado conforme a Constituição da República*. Rio de Janeiro: Renovar, vol. II, 2006.
- BELLUCI, Marcelo de Oliveira. *Da aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos Contratos de Seguro e a Quebra do Equilíbrio Econômico-Financeiro*. 2010. Dissertação para Mestrado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- BEVILACQUA, Clóvis. *Direito das Obrigações*. Campinas: Red Livros, 2000.
- BULGARELLI, Waldírio. *Contratos Mercantis*. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- BURANELLO, Renato Macedo. *Do contrato de seguro: o seguro garantia de obrigações contratuais*.

São Paulo, Quartier Latin, 2006.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial*. V. 3, 7ª ed., São Paulo, Saraiva, 2007.

\_\_\_\_\_, *A aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de seguro*, In: Seguros: uma questão atual, São Paulo, Max Limonad, 2001.

DÍAZ BRAVO, Arturo. *Contratos mercantiles*. 6ª ed., Harla, 1997.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil - Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais*, São Paulo. Saraiva, 1996.

ESPINOZA, Juan. *Derecho de la responsabilidad civil*. 2ª ed., Lima, Gaceta Jurídica, 2003.

FILHO, Sérgio Cavalieri. *Visão Panorâmica do Contrato de Seguro e suas Controvérsias*. São Paulo, Revista do Advogado, 1996.

FRANCO, Vera Heleno de Melo. *Lições de Direito Securitário: seguros terrestres privados*, São Paulo, Editora Maltese, 1993.

FONSECA, Priscilla M. P. Corrêa da. *Contrato de seguro*, In: CAHALI, Yussef Said (Coord.) *Contratos nominados*, 1ª ed., São Paulo, Saraiva, 1995.

GAMARRA, Jorge. *Tratado de Derecho Civil Uruguayo*. T. XV Montevideo.

GOMES, Orlando. *Contratos*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1978.

GONZALES BARRANON, Ghunter. *El contrato de seguro en el Perú*. Lima: Jurista editores, 2002.

HUBER, Fernanda Elaine; DETTMER, Brígida. *O contrato de seguro e as implicações do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil*. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 9, nº. 274, 7 abr. 2004.

KARAN, Munir. *Do contrato de seguro no código civil: noções fundamentais*. RT 834/74. p. 76.

KRIEGER FILHO, Domingos Afonso. *O contrato de seguro no direito brasileiro*. Niterói, Frater et Labor, 2000.

MARENSI, Voltaire Giavarina. *O seguro no direito brasileiro*. 3ª ed., Porto Alegre, Síntese, 1996.

MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*. 5ª ed., São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2006.

MESA, Miguel. *El Contrato de Seguro*. 5campus.com, Derecho empresarial. 2001. Disponível em: <http://www.5campus.com/leccion/der002>. Acessado em: 01 de junho de 2015.

MONTOYA MANFREDI, Ulises. *Derecho Comercial. Tomo II*. Cultural Cuzco S.A. Lima, 1986.

MONETTE, F; VILLÉ, A; ANDRÉ, R. *Traité des assurances terrestres*, v. 1, Bruxelas, 1949.

NERY Jr., Nelson. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor - Comentado pelos Autores do Anteprojeto - Ada Pellegrini Grinover e outros*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código Civil Comentado*. 4ª ed., revista, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2006.

OLIVEIRA, Celso Marcelo de. *Teoria Geral dos Contratos de Seguros*. Campinas: Editora LZN, 2005.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, tomo XLV, 2012.

\_\_\_\_\_, *Tratado de Direito Privado*, v. 46, 2ª ed., Rio de Janeiro, Borsoi, 1955.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil – Parte Geral das Obrigações – vol. 2*. 30ª ed. atualizada, São Paulo: Ed. Saraiva, 2004.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil – Dos Contratos e das Declarações Unilaterais da Vontade – vol. 3*. 30ª ed., atualizada, São Paulo: Ed. Saraiva, 2004.

RODRIGUEZ CARRIÓN, José Luis. *Los seguros marítimos y aéreos*. Madrid: Marcial Pons, 2003.

SÁNCHEZ CALERO, Fernando (Director). *Ley de conrao de seguro: comentários a la leu 50/1980, de 8 de octubre, y as SUS modificaciones*. Navarra, 1999.

SÁNCHEZ FLORES, Octavio Guillermo. *La institución del seguro en México*. México, Porrúa, 2000.

SANTOS, Ricardo Bechara. *Estudos de Direito do Seguro em Homenagem a Pedro Alvim*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Funenseg – Fundação Escola Nacional de Seguros, 2011.

SILVA, Ivan de Oliveira. *Curso de direito do seguro*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

TZIRULNIK, Ernesto; CAVALCANTI, Flávio de Queiroz B.; PIMENTEL, Ayrton. *O contrato de seguro de acordo com o novo Código Civil Brasileiro*. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2003.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil: contratos em espécie*. 13ª Ed. São Paulo: Atlas. Coleção Direito Civil, v.03. 2013.

WALD, Arnaldo. *Direito Civil: contratos em espécie*, v. 3, 18ª ed., São Paulo, Saraiva, 2009.

***O IMPACTO DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DO IFSULDEMINAS – CAMPUS PASSOS: OBSERVAÇÕES DA PERCEPÇÃO DO ALUNO NÃO CONCLUINTE.***

*THE IMPACT OF ENTREPRENEURIAL EDUCATION IN THE COURSE OF BUSINESS ADMINISTRATION OF IFSULDEMINAS - CAMPUS PASSOS: OBSERVATIONS OF THE PERCEPTION OF THE STUDENT NOT CONCLUDING.*

EVANGELISTA, João Marcos Fernandino  
Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF  
Graduado em Administração de Empresas, Pós Graduado em Logística Estratégica e Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, Professor.  
[joao.evangelista@ifsuldeminas.edu.br](mailto:joao.evangelista@ifsuldeminas.edu.br)

BRAGA FILHO, Hélio  
Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF  
Graduado em Ciência Econômicas, Especialista em Economia, Mestre em Administração e Doutor em Serviço Social. Professor.  
[hgp@com4.com.br](mailto:hgp@com4.com.br)

**Resumo**

O presente estudo pretendeu estudar o impacto da Educação Empreendedora no Curso de Administração de Empresas do IFSULDEMINAS – Campus Passos entre os alunos não concluintes que já passaram pela Educação Empreendedora no 3º período. Foram disparas 31 questionários em um estudo de caso de caráter qualitativo respondendo o objetivo desta pesquisa: É possível observar mudanças no comportamento empreendedor desses alunos após contato com o ensino do empreendedorismo no curso de Administração de Empresas? Observou-se que apesar de deficiente na percepção dos alunos, a Educação Empreendedora promove mudanças comportamentais discretas nestes alunos e em alguns casos conseguiu inclusive apresentar inovações de acordo com a percepção dos participantes. Outro ponto observado é a importância de rever por parte da instituição a metodologia de ensino do empreendedorismo apontado pelos alunos como não motivadores na maioria dos casos.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo. Educação Empreendedora. Inovação.

**Abstract**

The present study intends to study the impact of Entrepreneurial Education in the Business Administration Course of IFSULDEMINAS - Campus Passos among the non - graduating students who have already passed the Entrepreneurial Education in the 3rd period. 31 questionnaires were fired in a qualitative case study responding to the objective of this research: Is it possible to observe changes in the entrepreneurial behavior of these students after contact with the teaching of entrepreneurship in the course of Business Administration? It was observed that although the students' perception is poor, the Entrepreneurial Education promotes discrete behavioral changes in these students and in some cases even managed to present innovations according to the participants' perception. Another point observed is the importance of reviewing on the part of the institution the teaching methodology of entrepreneurship pointed out by the students as not motivating in most cases.

**Keywords:** Entrepreneurship. Entrepreneurial Education. Innovation.

## **1 INTRODUÇÃO**

A Educação Empreendedora tem recebido nos últimos anos uma atenção especial em função de sua capacidade de contribuir para formação de alunos mais criativos e inovadores podendo assim promover mais negócios e desenvolvimento econômico para as regiões. Autores como DORNELAS, BARCELOS E DOLABELA acreditam que a disseminação da Educação Empreendedora pode promover mudanças significativas na estrutura econômica de uma região e por isso é fundamental fomentar o conhecimento sobre o Empreendedorismo dentro das instituições de ensino, estimulando os jovens a absorverem as características empreendedoras, principalmente aquelas que instigam o caráter inovador.

Neste contexto, este trabalho analisou o impacto do ensino do empreendedorismo nos alunos do 5º período do curso de Administração de Empresas do IFSULDEMINAS – Campus Passos. É possível observar mudanças no comportamento empreendedor desses alunos após contato com o ensino do empreendedorismo no curso de Administração de Empresas? Para responder este objetivo, o trabalho apresentou três objetivos específicos a seguir: Analisar a percepção dos alunos sobre o ensino do empreendedorismo no curso de Administração de Empresas; Verificar o comportamento empreendedor do aluno pós disciplina de empreendedorismo; Identificar possíveis elementos de inovação na vida profissional destes alunos após receberem o ensino do empreendedorismo.

O trabalho realizado contou com uma pesquisa de abordagem quantitativa utilizando questionário direto e objetivo aplicado em uma população conhecida. Os resultados obtidos se aplicam somente ao caso estudado não sendo possível estender-se para situações semelhantes em outras instituições de ensino.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Empreendedorismo no Brasil**

O empreendedorismo no Brasil ainda é algo recente embora não seja uma novidade no mundo. A partir dos anos 2000 movimentos governamentais fomentaram a discussão sobre o tema consolidando o interesse pelo assunto de maneira mais relevante. (DORNELAS, 2012).

Os Estados Unidos da América, um dos principais países empreendedor do mundo contribui muito para o interesse do brasileiro pelo assunto, diante dos muitos casos de sucessos advindos daquela nação. Importante ressaltar que a inovação é o fator determinante para a obtenção de resultados acima da média.

Oliveira (2014) aponta que o Brasil demorou muito a se inteirar do assunto em função de ter durante muito tempo um mercado fechado com foco apenas para negócios internos além de não conseguir promover tecnologia de ponta em sua indústria.



No caso brasileiro, outro fator que motivou o estudo pelo assunto são as altas taxas de mortalidade das pequenas empresas. A necessidade de gerir os negócios de maneira mais eficiente em função da globalização e mais exigências dos clientes impulsionou o interesse pelo tema além da inovação, único fator capaz de promover mudanças significativas em determinado espaço socioeconômico.

O Brasil é um dos primeiros países no campeonato mundial de espírito empreendedor onde para cada oito brasileiros em idade adulta, um está abrindo ou pensando em abrir um negócio de acordo com Maximiano (2011). Ele ainda aponta que quase as totalidades desses empreendimentos são pequenas e micro empresas. Porém ele salienta a falta de apoio aos empreendedores, juros altos, carga tributária elevada impedindo a realização dos negócios ou reduzindo a sobrevivência das empresas.

Manter um negócio aberto no Brasil é sempre uma tarefa difícil. Além dos entraves legais e burocráticos, a falta de conhecimento gerencial contribui para a mortalidade das empresas nos primeiros anos de vida. O empreendedorismo e suas ferramentas de gestão, criatividade e inovação podem ser um facilitador no processo de maturidade dos negócios promovendo condições para os negócios se manterem saudáveis frente ao mercado.

Oliveira (2014) corrobora com o fato reforçando que as maiorias dos empreendimentos brasileiros não completam um ano de vida e raramente são empresas de médio porte.

## **2.2 Educação Empreendedora**

Uma das possibilidades para se alcançar o desenvolvimento econômico, é a criação de um espaço social capaz de cultivar o Empreendedorismo como alternativa às estruturas formais de trabalho. Essa cultura é capaz de acordo com BARCELOS (2013), de disseminar o Empreendedorismo criando condições para negócios inovadores.

Corroborando com essa afirmação, as instituições de ensino são parte fundamental deste espaço social e deve cumprir seu papel no estímulo para empreendimentos inovadores.

Krakauer (2014) aponta para três abordagens teóricas do empreendedorismo que são: a personalidade do empreendedor, o processo do empreendedorismo; e o empreendedorismo como processo cognitivo. Os traços dos empreendedores são o objeto de estudo no primeiro caso na tentativa de definir um perfil comum para esses indivíduos; no segundo, o processo de observar e aproveitar as oportunidades e transformá-las em negócios é o alvo das pesquisas e por fim o objetivo dos estudos é tentar compreender como o indivíduo se relaciona com o empreendedorismo e o quanto o meio onde ele se insere contribui neste comportamento.

A Ciência da Administração vêm resgatando valores, atitudes, relacionamentos e demais elementos da parte comportamental dos profissionais. Estes elementos são analisados e considerados como sendo indispensáveis no comportamento empreendedor. (DRUCKER, 2005).

Algumas frentes de estudos apontam que as habilidades para empreender sejam genéticas, o

que não impede o ensino da Educação empreendedora segundo Sarkar (2008). Este ensino pode fazer florescer os traços empreendedores nas pessoas dispostas a buscar este conhecimento.

A ideia de já nascer pronto para determinada atividade não pode ser considerada como único fator de sucesso para um negócio inovador. O Empreendedorismo requer estudo, pesquisa e ferramentas para ter condições mínimas de sustentação no médio longo prazo. Esses aspectos podem ser adquiridos por qualquer individuo que tenha acesso ao ensino da Educação Empreendedora.

Dornelas (2010) aponta para um caso comum em todo mundo e preocupante a respeito do ensino do empreendedorismo. A falta de prática, de situações reais relacionadas ao empreendedorismo mina as reais possibilidades de aparecimento de novos empreendedores. O modelo de aulas baseado em palestras não motiva em nada quase sempre os alunos a empreenderem. São necessárias metodologias mais robustas, práticas, participativas e ativas para que seja possível colher mais resultados.

Na perspectiva de Dornelas (2012), as instituições de ensino precisam entender os objetivos do ensino do empreendedorismo e temas como, a identificação e análise de oportunidades, habilidades do empreendedor, processo de inovação, impacto do empreendedorismo no desenvolvimento econômico das regiões, manutenção dos negócios de maneira sustentável, gerenciamento da ferramenta Plano de Negócios e sua importância para o empreendedor e fontes de recursos financeiros para investimentos devem ser parte fundamentais na matriz de qualquer curso superior além de receber atenção especial para três áreas específicas que são a técnica, a de gerenciamento e de pessoas.

Para Dolabela (2008) o modelo direcionado para formação de empregados em uma economia movida pelas grandes empresas e pelo Estado já cumpriu sua missão. A criação de pequenos negócios e formação de novos empregadores com capacidade inovativa e desenvolvedores de locais do ponto de vista social são uma necessidade cada vez mais latente e as instituições de ensino junto aos demais atores da sociedade devem ter ciência dessa importância e fomentar cada vez mais a cultura empreendedora.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa foi realizada com alunos do 5º período de Administração de Empresas do IF SULDEMINAS - Campos Passos com a finalidade de responder os objetivos deste trabalho.

De caráter qualitativo, a pesquisa se caracteriza como um estudo de caso uma vez que se restringe a analisar aspectos específicos de uma turma dentro de uma instituição de ensino.

Para Gil (2002), o estudo de caso consiste em um estudo profundo e exaustivo de alguns poucos objetos, detalhando seu conhecimento amplo e pode ser aplicado nas ciências sociais. Afirma ainda que ele deve passar pelas etapas de formulação do problema, definição da unidade-caso, determinação do número de casos, elaboração do protocolo, coleta de dados, avaliação e análise dos

dados.

Uma pesquisa sobre determinado grupo que representa seu universo pode ser considerado um estudo de caso após ter seus aspectos examinados em uma pesquisa. (CERVO E BERVIAN, 2002).

Foram disparados os questionários eletrônicos para todos os alunos de maneira aleatória com perguntas fechadas e objetivas. O questionário ficou aberto de 21 a 02 de julho de 2018.

Foram respondidos 15 questionários dos 31 disparados representando 48% do total da amostra.

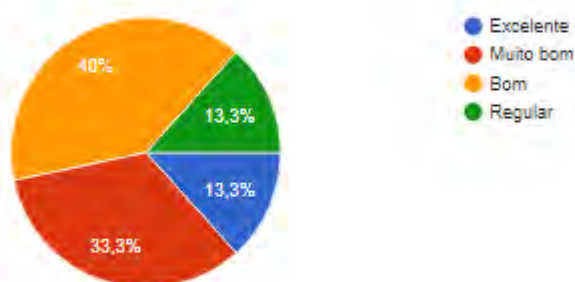
#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados a seguir nos respondem as perguntas que nortearam este trabalho sobre os impactos da Educação Empreendedora ofertada no IFSULDEMINAS – Campus Passos no curso de Administração de Empresas entre alunos matriculados no 5º período.

Dos alunos respondentes da pesquisa, 73,3% apontaram como sendo bom ou muito bom a percepção sobre a Educação Empreendedora recebida até o momento no curso. A princípio essa informação não nos diz muita coisa, mas serve de base para endossar respostas a seguir sobre o processo de disseminação do ensino do empreendedorismo.

Qual a percepção de vocês sobre a Educação Empreendedora recebida no curso até o momento?

15 respostas



Como observado no gráfico abaixo, um pouco mais da metade considerou a carga horária suficiente para atender as expectativas da disciplina, porém a outra parte o considerou parcialmente o que pode indicar possíveis revisões sobre a oferta da disciplina. Quase metade dos respondentes é um número considerável.

A carga horária ofertada para a disciplina conseguiu em sua opinião satisfazer as expectativas criadas?

16 respostas



Em seguida perguntou-se aos participantes sobre a metodologia utilizada em sala de aula e se esta conseguiu despertar o interesse por empreender. Apenas 26,7% da amostra indicaram ter tido interesse por empreender após ter cursado a disciplina enquanto 60% apontou que a metodologia instigou de maneira parcial. Apesar de grande parte não ter tido o interesse por empreender de maneira plena, na pergunta seguinte que indagava sobre possíveis mudanças de comportamento profissional depois de receber a Educação Empreendedora, 60% das respostas indicavam que sim, houve mudanças de postura profissional após a Educação Empreendedora, enquanto 20% apontaram que tiveram mudanças parciais e 20% não observaram mudança alguma.

De todos os respondentes da pesquisa, apenas 6,7% nunca teve contato com a Educação Empreendedora e mesmo assim é empreendedor e já gerencia seu próprio negócio.

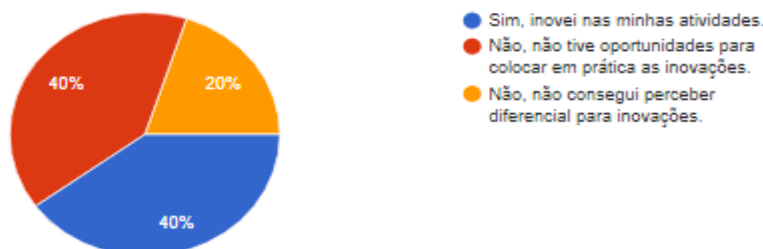
Em uma próxima pergunta sobre a motivação que a oferta da disciplina sobre a Educação Empreendedora foi capaz de motivar o aluno a empreender, ninguém respondeu ter empreendido após, embora 53,3% apontaram estar se planejando para um futuro empreendimento após a Educação Empreendedora ofertada.

Sobre a inovação, um dos pilares do empreendedorismo como único fator de vantagem competitiva, perguntou-se após receberem a Educação Empreendedora houve alguma inovação nos empreendimentos quem já o tinha? Grande parte dos respondentes (80%) apontaram não ter empreendimento e os 20% restantes apontaram que sim, conseguiram inovar o que de certa forma apontou um resultado interessante para a Instituição uma vez que todos que têm algum empreendimento disse ter inovado após a Educação Empreendedora.

Quando perguntamos sobre inovações enquanto intra-empresendedores, ou seja, enquanto colaboradores em empresas diversas como veem no gráfico abaixo apenas 40% das respostas apontaram para inovações em seus ambientes de trabalho.

Após receber a Educação Empreendedora, você conseguiu inovar em suas atividades profissionais enquanto empregado/colaborador?

15 respostas



Após a tabulação dos dados, ainda foi reservado um espaço para possíveis contribuições sobre a Educação Empreendedora no IFSULDEMINAS – Campus Passos, onde foi possível observar algumas questões interessantes para futuras reflexões acerca da temática.

“Buscar motivações que despertem o interesse dos alunos para empreender e auxílio que os ajudem a dar o primeiro passo”

“A educação é algo que é extremamente instigante desde que tanto os professores como os alunos tenham motivação pra isso, ou seja, depende muito que ambas as partes aprendam e desenvolvam essa característica em conjunto, através de atividade que tenham como objetivo forçar ambas as partes a serem empreendedoras. Atividades como feiras que seriam capazes de fazer com que alunos tenham essa mentalidade de empreender para se sobressair perante aos outros, e que também demonstre aos professores a capacidade de ser inovador em qualquer tipo de atividade”

“Poderia ter tido atividades voltadas para a criação (empresas, casos, etc.) e solução de problemas bem práticos, e não muita teoria. Despertaria o interesse dos alunos”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Empreendedora vem tomando nos últimos anos protagonismo nas propostas pedagógicas em diversas instituições de ensino. Acredita-se que ela é capaz de motivar os alunos a criar novos empreendimentos e conseqüentemente promover um desenvolvimento nas regiões gerando emprego e renda através dos novos negócios.

Mas o que observamos com a pesquisa realizada é que ainda estamos caminhando lentamente a esta realidade. Os alunos não se sentem motivados a empreender como esperávamos e a metodologia de ensino ainda é baseada em situações que não promovem similaridades com o dia

a dia dos negócios.

Promover mais estudos de casos, situações reais, laboratórios empresariais poderia contribuir de maneira mais enfática neste processo.

A pesquisa evidenciou importantes contribuições no processo de formação profissional aos estudantes. Mesmo que de maneira discreta, observou mudanças comportamentais importantes após a Educação Empreendedora inclusive com apontamentos para elementos de inovação nas atividades profissionais.

Ficou evidenciado também que é preciso evoluir no processo da Educação Empreendedora no IFSULDEMINAS - Campus Passos, oferecendo mais pragmatismo no ensino aproximando mais o aluno de situações reais da gestão dos negócios e suas variáveis.

Por fim, ressaltamos que estes resultados são exclusivamente referentes a esta instituição estudada não se estendendo para outras situações semelhantes. Novas pesquisas serão realizadas com a finalidade de acompanhar a evolução dos alunos e do ensino do empreendedorismo no IFSULDEMINAS - Campus Passos.

## REFERÊNCIAS

BARCELOS, E. D. O ensino do empreendedorismo - uma proposta pedagógica para melhoria do desenvolvimento regional. Dissertação de Mestrado em Gestão, 2013.

DOLABELA, Fernando. Oficina do empreendedor. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. Criação de novos negócios: empreendedorismo para o século 21. 8ª ed. São Paulo: Elsevier, 2010.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DRUCKER, Peter. F. Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios. São Paulo: Thomson, 2005.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisas. São Paulo: Atlas, 2002.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

KRAKAUER, Patrícia Viveiros de Castro. Ensino de empreendedorismo: estudo exploratório sobre a aplicação da teoria experiencial / – São Paulo, 2014. 189 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2014.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

OLIVEIRA, Djalma Rebouças. Empreendedorismo: vocação, capacitação e atuação direcionadas

para o plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2014.

SARKAR, Soumodip. O empreendedor inovador: faça diferente e conquiste seu espaço no mercado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

**O MERCADO DE TRABALHO PARA OS ARQUIVISTAS: UMA ANÁLISE DAS VAGAS DE TRABALHO DO SETOR PRIVADO**

**THE LABOR MARKET FOR ARCHIVISTS: AN ANALYSIS OF PRIVATE SECTOR WORKING VACANCIES**

Área temática: Desenvolvimento e Integração Regional - Gestão Organizacional e Empreendedorismo

ALMEIDA, Maria Fabiana Izídio de  
Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho  
Mestre em Ciência da Informação  
izidio1985@yahoo.com.br

DAVANZO, Luciana  
Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho  
Doutoranda em Ciência da Informação  
luciana.davanzo@gmail.com

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin  
Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho  
Doutora em História Social  
marcia.pazin@unesp.br

**Resumo**

As classes trabalhadoras buscam fortalecimento frente a grandes desafios: salários adequados, benefícios, condições ambientais de trabalho e o próprio mercado de trabalho que se transforma, devido aos reflexos ocasionados pela economia, dentre outros fatores. Um dos grandes avanços da Arquivologia se alicerça na criação da Lei 8.159 de janeiro de 1991, conhecida como Lei dos Arquivos. A realidade no Brasil em relação aos cursos de Arquivologia mudou significativamente, hoje conta-se com dezesseis cursos de graduação oferecidos por Universidades Públicas espalhadas por todo o território brasileiro. Diante do exposto, a problemática dessa pesquisa relaciona-se com a seguinte inquietação: Existe mercado de trabalho para os profissionais que estão sendo anualmente formados pelas Universidades Públicas do Brasil nos cursos de Arquivologia? O objetivo que se pretende alcançar é verificar a demanda de oportunidades para os arquivistas no setor privado, tendo como recorte o Estado de São Paulo. Esta pesquisa tem caráter exploratório-descritivo. Como procedimentos metodológicos foram utilizados a pesquisa bibliográfica, utilizando como *corpus* documental artigos identificados em sites e bases de dados. Também foi utilizada a pesquisa documental, para análise da legislação pertinente coleta de dados em websites relacionados à oferta de empregos e análise das oportunidades em empresas. Ao final, foi realizada pesquisa Survey como envio de questionários para uma amostragem de arquivistas atuantes em empresas privadas. Destacam-se como principais resultados a quantidade significativa de vagas de emprego para os arquivistas a partir do mapeamento realizado, assim como a variedade de ramos de negócio em que esse profissional pode atuar.

**Palavras-chave:** Arquivologia, arquivista, mercado de trabalho

**Abstract**

The labor classes are constantly seeking to strengthen themselves in the face of major challenges, for example: adequate wages, benefits, environmental conditions of work and the labor market itself, which is constantly changing, due to the effects of the economy, among other factors. One of the great advances of the Archival Science certainly is based on the creation of Law 8.159 of January of 1991 better known as Law of the Files. The reality in Brazil regarding Archival Science



courses has changed significantly, today there are sixteen undergraduate courses offered by Public Universities spread throughout the Brazilian territory. In view of this, the problem of this research is related to the following concern: Is there a job market for professionals who are being trained annually by the Public Universities of Brazil in the courses of Archival Science? Based on this concern, the objective of this research is to verify the demand for opportunities for archivists in the private sector, with a cut in the State of São Paulo. As methodological procedures were used bibliographic research, using as corpus documentary articles identified in websites and databases. Documentary research was also used to analyze the pertinent legislation and data collection on websites related to the offer of jobs and analysis of opportunities in companies. At the end, a survey was conducted as a questionnaire sent to a sample of archivists working in private companies. The main results are the significant number of job openings for archivists based on the mapping performed, as well as the variety of business lines in which the professional can act.

**Keywords:** Archival Science, Archivist, labor market.

## 1 INTRODUÇÃO

As classes trabalhadoras buscam constantemente fortalecimento frente a grandes desafios, por exemplo: salários adequados, benefícios, condições ambientais de trabalho e o próprio mercado de trabalho que se transforma constantemente, devido aos reflexos ocasionados pela economia, dentre outros fatores.

Destaca-se o instrumento legislativo como fator determinante nessa busca por fortalecimento das profissões, pois a partir de uma lei iniciativa, que deve ser feita pelo Congresso Nacional, muitos direitos e deveres são garantidos. Para tal, a profissão deve estar regulamentada e estar presente na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO).

Um dos grandes avanços da Arquivologia certamente se alicerça na criação da Lei 8.159 de janeiro de 1991 mais conhecida como Lei dos Arquivos. A Lei em seu artigo 1º aponta que “é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.”

Através da Lei de Arquivos torna-se eminente a necessidade de existir a atuação do arquivista nos órgãos públicos, mas não exclui a necessidade da atuação desse profissional nos arquivos privados, para que dessa forma seja garantida uma eficiente gestão documental.

A realidade no Brasil em relação aos cursos de Arquivologia mudou de maneira significativa, hoje conta-se com dezesseis cursos de graduação oferecidos por Universidades Públicas espalhadas por todo o território brasileiro.

Mas embora a área colabore com a formação de novos profissionais, ainda é comum não termos uma atuação efetiva desse profissional, tanto na área pública como na privada. E, embora ambas as áreas sejam grandes acumuladoras de documentos e informações, majoritariamente, esses ambientes detêm o que se conhece como “arquivo morto”, uma vez que, esses ambientes não possuem seus documentos e informações tratados, o que proporciona grandes dificuldades em relação ao acesso dessas informações, devido a falta de tratamento informacional.

Tomando por base esse cenário, esta pesquisa foi motivada pela necessidade de se verificar como o mercado de trabalho, especificamente na esfera privada, está se posicionando em relação a esse profissional. Diante disso, tem-se as seguintes questões-problemas: Existem oportunidades para os arquivistas no mercado de trabalho? Quais as competências exigidas para a absorção do profissional arquivista? Diante do exposto, a problemática dessa pesquisa relaciona-se com a seguinte inquietação: **Existe mercado de trabalho para os profissionais que estão sendo anualmente formados pelas Universidades Públicas do Brasil nos cursos de Arquivologia?**

A partir dessa questão, o objetivo que se pretende alcançar com essa pesquisa é verificar a demanda de oportunidades para os arquivistas no setor privado, tendo como recorte o Estado de São Paulo.

Como procedimentos metodológicos esta pesquisa tem caráter exploratório-descritivo com *corpus* documental desenvolvido através de pesquisas realizadas no ambiente web, tendo como premissa recuperar resultados cujas palavras-chaves, títulos e resumos tivessem os seguintes termos: “arquivologia”, “arquivística”, “arquivista”, “atuação profissional” e “mercado de trabalho”.

Utilizou-se também duas variantes: pesquisas em duas bases de dados que tem como

objetivo ofertar oportunidades de empregos e aplicação de questionário, enviado para as empresas da região de Marília/SP, que possuem arquivistas em sua estrutura administrativa.

Os procedimentos para a coleta de dados se consolidaram a partir da construção de um questionário e, a sua aplicação, foi ao fim tabulada para que se entendessem os elementos constitutivos do questionário. O resultado dessa coleta de dados foi demonstrado a partir de gráficos e quadros.

Como justificativa para o desenvolvimento dessa pesquisa considera-se a necessidade de analisar o nicho de mercado para os arquivistas e divulgar essas informações para contribuir não apenas com o engajamento dos estudantes, mas também colaborar com a divulgação da área para o mercado de trabalho, pois, percebeu-se a partir da coleta de dados realizada nos *websites* de empregos o desconhecimento do arquivista.

Destacam-se como principais resultados a quantidade significativa de vagas de emprego para os arquivistas a partir do mapeamento realizado, assim como a variedade de ramos de negócio em que esse profissional pode atuar.

## 2 O PROFISSIONAL ARQUIVISTA

Não se pode negar que os arquivos existem desde os tempos mais remotos. Desde a antiguidade, os registros já eram realizados, mesmo que de maneira rudimentar. Dos tempos mais remotos até os dias atuais muitas foram as transformações sofridas em relação às maneiras de se registrar documentos e informações, mas o que permanece é ainda a eminente necessidade de manter esses registros organizados e disponibilizados para serem acessados, independentemente do tempo decorrido.

Nesse sentido, Roncaglio (2044, p.12) infere que “manter os arquivos organizados corretamente significa, em última análise, manter a informação organizada e à disposição para os fins que se fizerem importantes e necessários para as empresas, sejam elas públicas ou privadas, e para a sociedade em geral”.

Certamente, a área ganhou maiores espaços a partir da regulamentação da área pela Lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978 e o Decreto n.º 82.590, de 06 de novembro de 1978 que regulamentaram a profissão do arquivista, referentes aos portadores de diploma oriundos de curso superior. O Decreto também abrangeu os profissionais que, na época de publicação da Lei, comprovaram pelo menos cinco anos ininterruptos de atividade em arquivos ou dez anos intercalados, sendo esses provisionados com o registro de arquivista.

Souza (2011, p. 51) explica que “somente nestes dois casos reconhecesse a dita lei ao profissional arquivista no Brasil, de maneira que a legislação cria um obstáculo ao impedir o exercício ao profissional sem formação”.

Na Lei nº 6.546/1978 foram reconhecidas as principais atividades a ser desenvolvidas por esse profissional, estando essas atividades destacadas no artigo 2º, conforme abaixo:

- I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;
- II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
- III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
- IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;
- V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
- VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
- VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;
- VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
- IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;
- XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;
- XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes (BRASIL, 1978a).

Essa Lei ainda faz a distinção das atividades executadas entre arquivistas e os técnicos em arquivo, também abrangidos pela regulamentação profissional. Sobre as atividades dos técnicos em arquivo, seguem as discriminações abaixo:

- I - recebimento, registro e distribuição dos documentos, bem como controle de sua movimentação;
- II - classificação, arranjo, descrição e execução de demais tarefas necessárias à guarda e conservação dos documentos, assim como prestação de informações relativas aos mesmos;
- III - preparação de documentos de arquivos para microfilmagem e conservação e utilização do microfilme;
- IV - preparação de documentos de arquivo para processamento eletrônico de dados. (BRASIL, 1978)

Diante das atividades concernentes aos arquivistas, observa-se que compete a esse profissional conhecer e entender o fluxo de documentos e informações que fazem parte da organização onde estão alocados. Torna-se necessário conhecer a massa documental existente na organização para garantir que as atividades relacionadas à gestão documental sejam garantidas para que o acesso às informações seja sempre garantido.

Diante desse cenário, Oliveira (2010, p.2) contribui ao refletir que os cursos de graduação em Arquivologia têm papel fundamental para a formação dos arquivistas, o que reflete diretamente no mercado de trabalho, uma vez que proporciona a

[...] formação de profissionais responsáveis pelo gerenciamento de documentos e das informações arquivísticas, o que significa ser capaz de gerir o acervo documental, de identificar a relevância das informações existentes em diversos suportes, classificar e buscar métodos e tecnologias para disponibilizar essas informações. Além disso, precisam compreender os fluxos informacionais das organizações em que atuam, visando fornecer e/ou armazenar informações que alimentem os processos decisórios e a garantia dos direitos e deveres das organizações, de seus parceiros e funcionários.

Nota-se, a necessidade de aproximação da teoria com a prática para garantir que os arquivistas saiam da faculdade com base sólida para exercer suas atividades.

O arquivista deve acompanhar o processo de gestão documental, desde o momento da criação dos documentos até a sua destinação final (guarda permanente ou eliminação), pois, “no mundo globalizado é importante avaliar o fluxo das informações recebidas, a fim de que seja possível promover sua utilização eficaz no ambiente organizacional”, conforme salientam Santos, Barbalho e Santos Filha (2015, p.73).

A necessidade de um profissional que trabalhasse de maneira específica em relação aos documentos custodiados nas organizações colaborou com o surgimento da profissão do arquivista, que antes era realizada de maneira empírica, mas hoje ganha outros contornos devido à criação de cursos superiores nas Universidades Públicas. A necessidade de formação de profissionais que atuem nos arquivos pode ser constatada a partir da observação de Vedoin (2010, p.22), quando o autor afirma que ,

Ao longo dos anos o volume informacional tomou proporções gigantescas, o que demandou uma necessidade de formação de profissionais capacitados para gerir as informações arquivísticas que se originavam e se acumulavam.

Dessa maneira, torna-se latente que o arquivista precisa ter capacidade para questionar, mudar, procurar, descobrir, inventar, modificar, melhorar, sentir, participar, arriscar e inovar (Santos, 2009). É necessário, portanto, que o arquivista tenha habilidades e competências para trabalhar com a massa documental acumulada dentro das organizações, em seus mais variados setores.

Logo, o arquivista passará a ser observado a partir de novas perspectivas, pois:

É preciso que o administrador e o burocrata compreendam que o arquivista não é um simples trabalhador administrativo, dentro de um órgão público ou de uma organização privada, que não está ali apenas para passar papéis ou mídia eletrônica às mãos dos interessados.

Ele é um provedor da informação administrativa e jurídica. É preciso também que os

historiadores compreendam que o arquivista está suficientemente capacitado para elaborar os instrumentos de pesquisa que dão acesso à informação, que sua formação lhe dá elementos que o habilitam a não permitir que se perca a essência da informação na montagem da representação descritiva (BELLOTTO, 2004, p. 306).

Alguns outros fatores podem ser apontados em relação ao crescimento da área da Arquivologia e esses fatores foram pontuados por Krause et.al (2005, p.2)

- Criação do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) pela UNESCO em 1950;
- Realização dos congressos internacionais de arquivos e das conferências internacionais da mesa redonda dos arquivos;
- O surgimento da associação dos arquivistas;
- A preocupação com os arquivos privados;
- A conservação do patrimônio histórico documental;
- O surgimento da microfilmagem e da informática aplicada aos arquivos;
- O crescente interesse pelos arquivos impressos, cartográficos, sonoros e iconográficos;
- A publicação do Dicionário Internacional de Terminologia Arquivística em 1984 e de outros dicionários nacionais.

Com a expansão da área de atuação do arquivista, com a ampliação do interesse pelo registro documental em suas diversas dimensões, gradativamente a profissão ganhou relevância junto à comunidade científica e profissional, sendo reconhecida como necessária para a gestão documental e para a administração de arquivos. A isso se deve a regulamentação profissional pela qual passou a profissão ao longo da segunda metade do século XX em diversos países, tendo chegado essa tendência ao Brasil com a edição da legislação específica em 1978.

Como abordado anteriormente, são as ações dos profissionais e essa junção com órgãos de representação e instrumentos legislativos que baseiam o fortalecimento de uma classe de profissionais. A ampliação da oferta dos cursos em nível superior também é um fator determinante, uma vez que proporciona discussões e pesquisas em torno da profissão, desenvolvendo ainda o *corpus* teórico, aperfeiçoando as metodologias e técnicas necessárias na execução das atividades.

### **3 O MERCADO DE TRABALHO PARA ARQUIVISTAS**

A situação do mercado de trabalho está envolta em toda a complexidade que existe na sociedade como um todo. Destaca-se a economia, a política e as diretrizes de crescimento estabelecidas pelo governo.

Sobre o mercado de trabalho para os arquivistas, Bellotto (2014, p. 205) reflete que é “bastante largo, elástico e cambiante.” Por essa razão, o arquivista pode atuar em diversos segmentos, nas esferas estadual, federal, municipal, em empresas privadas, dentre outros.

Sobre as maneiras de absorção desse profissional, Souza (2011, p. 178) corrobora ao mencionar que “o ingresso dos arquivistas no mundo do trabalho ocorre com frequência, por meio de concurso público, contrato temporário, contrato por tempo indeterminado e processo seletivo.”

Como o campo de atuação do arquivista é vasto, para cada atuação esse profissional deverá ter uma especialidade e em especial aprofundar-se no ramo de negócio em que está inserido, seja em âmbito público ou privado, pois sua atuação relaciona-se diretamente com as funções e atividades das instituições, sendo elas as geradoras de informações e documentos orgânicos.

Oliveira (2010, p. 2) aponta que “a valorização da informação, como recurso que define a competitividade entre as pessoas, organizações e demais atividades que coexistem no mercado de trabalho, tornou crescente a demanda no mercado por profissionais da informação”.

Para Souza (2011, p. 20):

Os sinais mais claros do ingresso do arquivista no mercado de trabalho no Brasil são percebidos, inicialmente, nos anos 90, mas com mais intensidade a partir da década seguinte, com a publicação de diversos concursos públicos, algo que se tornou mais frequente nestes últimos anos graças à iniciativa dos governos brasileiros.

Não obstante, as oportunidades para os arquivistas também têm ganhado mais expressão no setor privado. Cardoso e Valentim (2007, p.2), indicam que, “nos ambientes empresariais, verifica um novo paradigma de atuação profissional. Harnik (2009) corrobora com as autoras supracitadas ao afirmar que embora ainda mais solicitado em órgãos públicos, o arquivista vem ganhando espaço na iniciativa privada.

Destacam-se as constantes fiscalizações que o setor privado passa, em especial, em um momento que o governo tem desenvolvido sistemas eficazes que propiciam o cruzamento de informações tributárias. Dentre outras iniciativas, o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC) e tem transformado as realidades das organizações privadas. As fiscalizações exigem o acesso rápido e assertivo das informações e, a implantação da gestão documental contribuirá com esses processos.

#### 4 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa tem caráter exploratório-descritivo. Como procedimentos metodológicos foram utilizados a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a realização de um Survey, mediante utilização de uma ferramenta de questionário.

Para a pesquisa bibliográfica foi utilizado como *corpus* documental artigos identificados em sites e bases de dados, tendo como premissa recuperar resultados cujas palavras-chaves, títulos e resumos tivessem os seguintes termos: “arquivologia”, “arquivística”, “arquivista”, “atuação profissional” e “mercado de trabalho”.

A pesquisa documental foi utilizada para análise da legislação pertinente e coleta de dados em websites relacionados à oferta de empregos e análise das oportunidades em empresas. Foram utilizados os dados nos sites “Empresômetro<sup>1</sup>”, num primeiro momento e, num segundo momento procedeu-se a verificação de vagas disponíveis para o arquivista no ambiente privado. Para tanto, foi utilizado o *website* da Catho<sup>2</sup>, empresa tradicional e consolidada no ramo de ofertas de vagas de emprego.

Ao final foi realizada uma pesquisa Survey como envio de questionários para uma amostragem de arquivistas atuantes em empresas privadas, visando identificar as características dos profissionais empregados.

#### 5 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

A análise dos dados foi dividida em três etapas. Em um primeiro momento foi analisado o *website* “Empresômetro”, a fim de identificar a quantidade de empresas privadas existentes no Estado de São Paulo, em que se pode constatar a existência de 645 municípios nesse Estado e 1.803.508 empresas ativas.

Percebe-se, com este dado, que existe um vasto mercado de trabalho para o profissional arquivista atuar, pois, todas as organizações produzem documentos e, necessita que as informações sejam gerenciadas de forma adequada (SANTOS, BARBALHO e SANTOS FILHA, 2015, p.70)

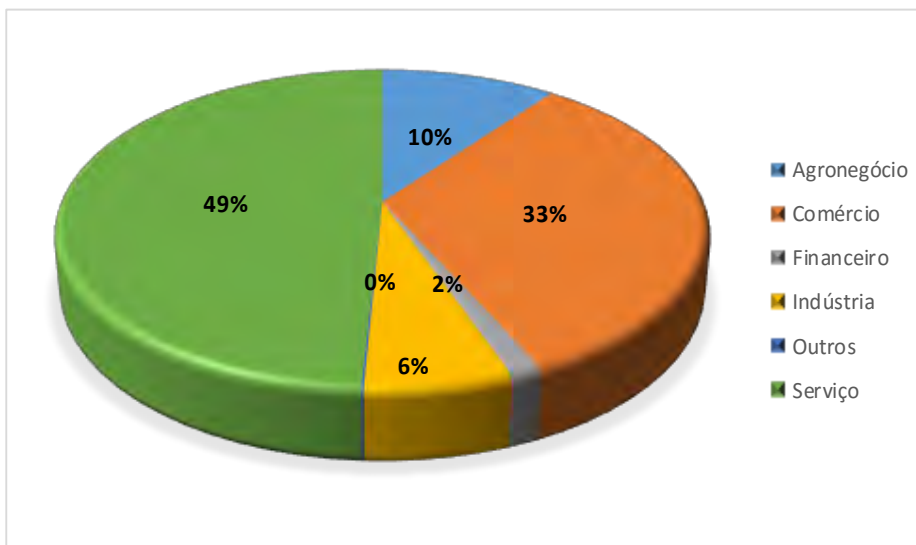
Para melhor compreensão desse Universo, optou-se por apresentar o no Gráfico 1- Indústrias e seus segmentos no Estado de São Paulo.

---

<sup>1</sup> [www.empresometro.com.br](http://www.empresometro.com.br)

<sup>2</sup> [www.catho.com.br](http://www.catho.com.br)

**Gráfico 1- Indústrias e seus segmentos no Estado de São Paulo.**



Fonte: Elaborada pelas autoras (2018).

Com a análise do gráfico 1- Indústrias e seus segmentos no Estado de São Paulo pode-se notar que a maioria das empresas está concentrada na prestação de serviço (49,12%), o setor de comércio aparece em segundo lugar (32,88%), a indústria toma a terceira posição com 6,28%, o financeiro com 1,35% e outros segmentos que somam 0,11%.

Todos os ramos de negócio apresentado acima produzem e recebem documentos em função de suas atividades e, por isso, a atuação do arquivista nesses ambientes torna-se salutar para contribuir com a gestão da informação, desenvolvendo e aplicando tratamento informacional adequado para esse nicho informacional.

A partir da análise do gráfico pode-se verificar que o mercado de trabalho para os arquivistas é grande e diversificado no Estado de São Paulo, devido à grande quantidade de empresas privadas apresentadas.

O *website* da Catho foi monitorado por um período de 30 dias e foram utilizados os seguintes filtros para localizar as vagas disponíveis para arquivistas: **Local** (Estado de São Paulo), **Cargo** (Arquivista) e, **Salário** (a partir de R\$ 2.000,00). É importante salientar que, apesar de não utilizar o filtro de escolaridade, esse item também foi avaliado nas respostas obtidas.

No período de 30 dias foram identificadas 20 vagas pertinentes para arquivistas. Para demonstrar os resultados obtidos no monitoramento das vagas, apresenta-se os resultados obtidos, no Quadro 1 que segue.

**Quadro 1 – Oportunidades para Arquivista**

Cargos	Escolaridade	Salário
- Analista de Arquivo	- 4 vagas são para Ensino Médio	R\$ 2.000 a R\$ 3.000
- Arquivista	- 3 vagas não constam escolaridade	R\$ 2.750
- Arquivologia	- 8 vagas Superior completo: Arquivologia/ Biblioteconomia	R\$ 2.850
- Assistente de Arquivo Eletrônico Farmacêutico	- 5 vagas outros cargos	R\$ 5.001 a R\$ 6.000
- Auxiliar de Arquivo		
- Desenhista Cadista/Arquivista		
- Digitalizador/ Arquivista		
- Líder de Arquivos Médicos		
- Supervisor de Arquivo		

Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

Nota-se no campo Cargos, que apesar do filtro contemplar o termo “arquivista” outros termos

também foram recuperados, isso porque as atividades relacionam-se com o cargo do arquivista. Para compreender essa interface foram identificadas nas ofertas as atividades que o profissional contratado desenvolverá, são elas:

- Organizar,
- Classificar e codificar documentos;
- Levantar e mapear o acervo;
- Elaborar tabelas de temporalidade (estabelecer critérios de descarte);
- Recolher documentos para a guarda temporária e permanente;
- Planejar e executar arquivo em mídia digital;
- Catalogar os documentos arquivados;
- Realizar atendimentos;
- Controlar e distribuir as solicitações;
- Controlar o espaço físico;
- Organizar e manter os casos e pastas físicas em ordem;
- Controlar as pastas em guarda externa;
- Digitalizar e otimizar os documentos eletrônicos;
- Organizar e realizar a classificação dos documentos;
- Identificar e comunicar ao advogado a falta de documentos;
- Realizar a manutenção/atualização da organização dos documentos;
- Auxiliar o líder no desenvolvimento de metodologias para a gestão documental;
- Orientar, acompanhar e revisar o trabalho realizado pelos assistentes de arquivo; avaliar e auditar os documentos selecionados para o descarte e,
- Auxiliar o líder no treinamento de novos membros da equipe.

No que se refere à escolaridade exigida nas 20 vagas identificadas, somente 40% (8 vagas) contemplam o ensino superior e, ainda assim, divide-se entre Arquivologia e Biblioteconomia, o que evidencia a carência de conhecimento sobre as atribuições do cargo de arquivista, pelas organizações.

Outra informação identificada durante as pesquisas referem-se às exigências das vagas, que são:

- Pacote Office;
- Experiência na Função;
- Noções de Programação;
- Experiência em Organização de documentos de funcionários;
- Conhecimento em sistemas e tecnologias ECM/ GED – Cenadem;
- Ser dinâmico, pró ativo, flexível, comunicativo, saber trabalhar com grande quantidade de pessoas

A maioria das exigências não está diretamente relacionada ao cargo de arquivista e sim são habilidades periféricas que o profissional precisa dominar, tais como: pacote Office e noções de programação. Outras habilidades exigidas abarcam perfil profissional: ser dinâmico, pró ativo e flexível, por exemplo.

A faixa de salário identificada (R\$ 2.000,00 a R\$ 6.000) é pertinente diante das exigências solicitadas e atividades que serão desenvolvidas. Não obstante, observou-se também os benefícios oferecidos: assistência médica, assistência odontológica, bolsa de estudo de ensino superior, graduação ou pós-graduação, excelente ambiente de trabalho, horário flexível, medicina em grupo, participação nos lucros, previdência privada, restaurante na empresa, seguro de vida em grupo, ticket-refeição e vale transporte. Os benefícios são considerados pelos candidatos como item fundamental uma vez que, de maneira indireta, agregam ao salário.

A partir das análises acima verificou-se que o mercado de trabalho tem espaço para o arquivista, mas muitas vezes as vagas ficam em aberto ou outros profissionais são absorvidos pelo mercado de trabalho porque as empresas, na grande maioria, desconhecem o profissional arquivista. E o arquivista não reconhece em cargos identificados com outra nomenclatura uma oportunidade de trabalho.

Muitas empresas desconhecem que para ser arquivista é necessária uma sólida formação acadêmica, que é obtida por meio de curso universitário e há instrumentos legais que garantem

direitos, deveres, funções, atividades para os arquivistas, tampouco que para atuar o arquivista precisa ser devidamente registrado em Delegacia Regional do Trabalho.

Para mudar tal situação sente-se a necessidade de maior divulgação do curso de Arquivologia, aproximação em relação às agências de emprego, divulgação das atribuições e competências do profissional arquivista e, conscientizar os recém-formados em arquivologia da necessidade do registro da profissão na Delegacia Regional do Trabalho (DRT).

O registro da categoria na DRT é também uma das exigências da Lei nº 6.546/1978, conforme disposto no artigo 4º: “o exercício das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, depende de registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho” (BRASIL, 1978a).

Sabe-se também que a área possui uma carência de representação, por não possuir um sindicato que represente a categoria, mas conta com o SINBIESP (Sindicato dos bibliotecários, cientistas da informação, historiadores, museólogos, documentalistas, arquivistas, auxiliares de biblioteca e de Centros de Documentação do Estado de São Paulo). O objetivo do sindicato de acordo com o seu *website* é promover e apoiar iniciativas que priorizem a educação, o desenvolvimento e a valorização do profissional no mercado de trabalho.

Para compor a última parte da coleta de dados, apresentamos os resultados obtidos por meio do envio do questionário, que possuía questões abertas e fechadas, para as arquivistas que atuam na cidade de Marília e, em algumas cidades do entorno.

O questionário foi elaborado com perguntas abertas e fechadas. As questões fechadas indicavam os seguintes elementos: a) Graduação; b) setores em que atuam; c) faixa salarial; d) idade; e) se possuem curso de especialização, mestrado e/ou doutorado. As perguntas abertas versaram sobre; a) os benefícios oferecidos pela contratante e b) as dificuldades encontradas na atividade profissional. O questionário foi enviado para cinco arquivistas, por *e-mail*. Dos cinco questionários enviados, apenas um profissional não deu retorno.

Após a tabulação dos dados, desenvolveu-se o Quadro 2- Pesquisas com Arquivistas para melhor compreensão e visualização dos elementos.

**Quadro 2 – Características de atuação - Arquivistas**

Curso Superior	Ramo em que atua	Faixa Salarial	Idade	Pós-graduação
Arquivologia	Energia	R\$1.000 a R\$ 2.000	30 anos	Não
Arquivologia	Indústria	R\$ 2.000 a R\$ 3.000	30 anos	Sim
Arquivologia	Segurança e Medicina do Trabalho	R\$ 3.000 a R\$ 4.000	30 anos	Sim
Arquivologia	Indústria	R\$ 3.000 a R\$ 4.000	30 anos	Sim

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2018).

A partir da análise dos elementos do Quadro 2 - “Características de atuação - Arquivistas”, nota-se que 100% das profissionais são formadas em Arquivologia, 90% possuem também pós-graduação. Destaca-se que, 100% das profissionais são mulheres e a faixa etária é em torno dos 30 anos.

No questionário, uma das perguntas abertas solicitava informações sobre os benefícios recebidos pelas arquivistas. Esses benefícios foram elencados: alimentação materna, assistência funerária, assistência médica, auxílio creche, auxílio educação, brinquedo de natal, cesta básica, convênio com clube, empréstimo consignado, festa de confraternização, horário flexível, kit escolar, maternidade cidadã, odontologia gratuita, participação nos lucros, plano de saúde, plano de saúde familiar, plano odontológico familiar, previdência privada, restaurante na empresa, seguro de vida, ticket alimentação, vale alimentação, vale alimentação de natal e vale transporte 100% gratuito.

Outra pergunta aberta que foi feita para as profissionais foi: Qual sua maior dificuldade quando atuou pela primeira vez? Seguem abaixo as respostas de cada profissional.



**Quadro 3 – Dificuldades de atuação**

Sujeito	Dificuldade
Sujeito A	Estabelecer o planejamento dos documentos que estavam acumulados no arquivo. Identificar por onde começar as atividades.
Sujeito B	Mostrar o que é um profissional da informação e o que ele pode fazer pela instituição. Eles contratam sem saber.
Sujeito C	Fazer a gerência compreender, por exemplo, a importância da adoção de procedimentos de conservação, assim como os benefícios do gerenciamento documental.
Sujeito D	Falta de equipamentos/ materiais de escritório: computador, impressora, caixas adequadas, ambiente inadequado.

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2018).

Nota-se que as dificuldade vivenciadas pelos sujeitos são variadas, perpassando desde questões que demonstram a falta de estrutura de um arquivo, como a fala do sujeito D “*Falta de equipamentos/ material de escritório: computador, impressora, caixas adequadas, ambiente inadequado*”, até mesmo questões relacionadas a gestão, de acordo com a fala do sujeito C “*Fazer a gerência compreender, por exemplo, a importância da adoção de procedimentos de conservação, assim como os benefícios do gerenciamento documental*”.

Demonstrar a relevância assim como as atividades pertinentes ao arquivista também apareceu como uma dificuldade inicial dos sujeitos investigados.

Nota-se com as análises acima que compreenderam três momentos, identificação das empresas privadas no Estado de São Paulo, Mapeamento das vagas para arquivista e Questionário para arquivistas atuantes), que os desafios são latentes, no que tange a consolidação da profissão e ocupação das vagas de arquivistas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os arquivistas atuantes são fundamentais para contribuir com a consolidação da profissão, são relevantes também na construção da base teórica da área, uma vez que atuando, testam as teorias e metodologias existentes e possuem a possibilidade de transformá-las.

Levar ao conhecimento dos estudantes de Arquivologia e demais profissionais as vagas de emprego disponíveis contribui no direcionamento que podem tomar, aumentando a quantidade de profissionais atuantes. Outro fator relevante, e que talvez caiba uma ação efetiva, é disponibilizar para as agências de emprego, informações sobre as funções, competências, habilidades dos arquivistas, pois assim, poderão enquadrar de modo mais eficiência as vagas.

Destaca-se como principal resultado desta pesquisa a quantidade de vagas encontradas no Estado de São Paulo e sua variedade, desde atividades, salários, benefícios, dentre outras. Outro destaque foi a pesquisa realizada com as arquivistas da cidade de Marília/SP e entorno, que demonstrou a formação de todas as profissionais em Arquivologia e a pós-graduação, demonstrando que os arquivistas buscam constantemente atualização profissional. Divulgar estes resultados, juntamente com a Lei 6.546/1978, que dispõe sobre a regulamentação da profissão do arquivista, também trará futuros resultados.

Os profissionais precisam conhecer seu mercado de trabalho, pois isso é fator determinante na construção e estratégia de uma carreira, logo esta pesquisa almejou contribuir diretamente com os profissionais arquivistas e os estudantes, que futuramente, buscarão seu espaço no mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- HARNIK, S. **Iniciativa Privada abre espaço para arquivistas**. Guia de Carreiras. Arquivologia. G1, 2009. Disponível em: <<http://www.g1.globo.com/sites/especiais/noticias/0,,MUL964339-15526,00-INICIATIVA+PRIVADA+ABRE+ESPACO+PARA+ARQUIVISTAS.html>>. Acesso em: 22 set. 2018
- BELLOTTO, H. L. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- BELLOTTO, H. L. **O arquivista na sociedade contemporânea**. Arquivos Permanentes: tratamento documental. 2ª ed: Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BRASIL. **Lei nº. 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Brasília: DOU, 05/07/1978. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/l6546.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6546.htm)>. Acesso em: 29 set. 2018.
- BRASIL. **Decreto 82.590 de 06 de novembro de 1978**. Regulamenta a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de técnico de Arquivo. Brasília: D.O.U, 07/11/1978. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D82590.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D82590.htm)>. Acesso em 29 set. 2018.
- CARDOSO, D. R.; VALENTIM, M. L. P. **Perfil do profissional arquivista para atuar com a gestão documental em ambientes empresariais**. In: Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia, 11, 2007, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 2007.
- KRAUSE, C.; PAGANINI, G.; PROVEDEL, A.; CORRÊA, L. H. M. A atuação do arquivista no desenvolvimento e na administração de sistemas de informação computadorizados. In: Congresso de Arquivologia do Mercosul, 6, 2005, Campos do Jordão. **Anais...** Campos do Jordão: ARQSP, 2005.
- OLIVEIRA, F. H. de. As habilidades demandadas aos arquivistas para o exercício profissional no mercado de trabalho de Brasília. In: Congresso Nacional de Arquivologia, 4, 2010, Vitória. **Anais...** Vitória: AARQUES, 2010.
- RONCAGLIO, C.; SZVARÇA, D. R.; BOJANOSKI, S. de F. Arquivos, gestão de documentos e informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, ano 9. n. esp, p. 1-13, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/15182924.2004v9nesp2p1/5486>>. Acesso em: 24 set. 2018.
- SANTOS, G. N. dos; BARBALHO, C. R. S; SANTOS FILHA, R. D. dos. **Mercado de trabalho para arquivista: um estudo da demanda no setor público em Manaus**. Disponível em:
- SANTOS, V. B. dos. **O arquivista como profissional da informação**. In: Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 3ª ed: Distrito Federal: SENAC, 2009.
- SOUZA, K. I. M. de S. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**/Kátia Isabelli Melo de Souza. – Brasília: Starprint, 2011.
- VEDOIN, A. M. R. **Tendência empreendedora: Perfil dos Alunos do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria**. 2010. Monografia (Especialização em Gestão em Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

**O MODELO VRIO E AS IMPLICAÇÕES COMPETITIVAS DOS RECURSOS INTERNOS DE UMA EMPRESA DE E-COMMERCE NO SETOR ALIMENTÍCIO**

*THE VRIO MODEL AND THE INTERNAL RESOURCES COMPETITIVE IMPLICATIONS OF THE E-COMMERCE COMPANY IN THE FOOD SECTOR*

Desenvolvimento e Integração Regional: Gestão Organizacional e empreendedorismo.

SANTARIOSI, Cinthia Beatriz  
Faculdade São Luís  
Graduanda em administração de empresas  
E-mail: cinthia\_santariosi@hotmail.com

LOURENÇÃO, Marina Toledo de Arruda  
Universidade de São Paulo  
Mestre e graduada em administração de empresas  
E-mail: mtalourencao@fearp.usp.br

**Resumo**

O presente estudo teve o objetivo de compreender quais são as implicações competitivas dos recursos internos de um e-commerce no setor de alimentação. Para isto, foi realizada uma pesquisa quantitativa descritiva, a coleta de dados ocorreu por meio da elaboração de questionários fechados que analisavam a implicação competitiva dos recursos internos de empresas deste segmento. Ademais, a coleta foi realizada em duas etapas, na primeira os questionários foram aplicados com potenciais consumidores de aplicativos de alimentação delivery e, na segunda etapa foi aplicado um questionário com um colaborador de uma empresa reconhecida neste setor. Os resultados apresentam o nível de importância dos recursos para os consumidores e também indicam que a reputação da empresa e a capacitação dos colaboradores para o desenvolvimento de bons aplicativos são os dois recursos que resultam em vantagem competitiva para a empresa entrevistada. Os demais recursos, no momento conseguem obter apenas paridade competitiva, indicando que as empresas que querem entrar neste setor devem no mínimo possuir estes recursos internos, uma vez que eles já não são considerados raros no mercado, mas são considerados importantes e valiosos pelos consumidores.

**Palavras-chave:** implicações competitivas, recursos internos, e-commerce de alimentação.

**Abstract**

The present study aimed to understand the internal resources competitive implications of an e-commerce in the food sector. To achieve this objective, a descriptive quantitative research was performed, the data collection was conducted through a survey which analyzed the competitive resources of the companies in the food sector. In addition, the data collection was performed in two stages, in the first one the questionnaires were applied with potential consumers of food delivery apps, and in the second stage a questionnaire was applied with an employee of a company in this sector. The results present the importance level of the internal resources for the consumers and also indicate that the company's reputation and the employees' qualification for the development of good apps are the two resources that result in competitive advantage for the company interviewed. The other resources only achieve competitive parity, indicating that companies that want to enter in this sector must at least have these internal resources, since they are considered not rare in the market, but are important and valuable to the consumers.

**Keywords:** competitive implication, internal resources, food e-commerce.

**1 INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos o comércio eletrônico tem se mostrado como uma fonte de alta rentabilidade para as empresas dispostas a investir nesse setor (COELHO; OLIVEIRA; ALMÉRI, 2013). Grande parte das lojas de varejo já consolidadas no mercado brasileiro têm começado a utilizar este método de comércio.

O setor de *e-commerce* brasileiro foi responsável por um faturamento de R\$53,4 bilhões no ano de 2016, além da geração de aproximadamente 718 mil empregos (ABComm, 2017). O setor passa por uma evolução contínua ao longo dos anos, crescendo não apenas com relação ao faturamento mas também em número de consumidores (AROEIRA, 2015).

As vantagens de conduzir atividades no ambiente virtual são grandes tanto para as empresas quanto para os consumidores. Para as empresas, além da ampliação do acesso ao mercado consumidor (COUTINHO, 2015), uma grande vantagem é a possibilidade de reunir em um sistema de informações sobre o comportamento de compra de seus clientes e de potenciais compradores (WERNER; SEGRE, 2017). Para os clientes, as vantagens também são grandes, pois podem pesquisar preços em diversas lojas sem ao menos sair de casa, conseguem comprar online por um preço mais acessível, tem uma variedade muito maior do que a encontrada nas lojas físicas, tendo a conveniência de comprar em qualquer dia e horário, entre outros benefícios (DANTAS; PEREIRA; FERREIRA, 2018).

No entanto, o acesso dos clientes às lojas de concorrentes também é facilitado no ambiente virtual. Portanto, as empresas que aderem a essa modalidade de negócio devem estar preparadas para oferecer ao mercado consumidor benefícios que as coloque acima de seus competidores na perspectiva dos clientes. Para isso, Aroeira (2015) afirma que os gestores das empresas online devem procurar entender como os consumidores avaliam a qualidade dos serviços prestados para, então, se posicionar da maneira certa no mercado e na mente do cliente, como uma empresa que oferece exatamente aquilo que ele busca. Em outras palavras, a empresa precisa conhecer seu cliente, saber o que ele mais valoriza e quais os aspectos que o fazem escolher determinada loja na hora de comprar, e então reforçar esses aspectos no seu próprio ambiente.

Por isso, em um mercado marcado por grande rivalidade entre as empresas, a obtenção e sustentação de uma vantagem competitiva torna-se indispensável à sobrevivência das organizações (BARNEY; HESTERLY, 2017). Neste contexto, o presente estudo visa responder ao seguinte problema de pesquisa: quais são as implicações competitivas dos recursos internos de *e-commerce* no setor de alimentação? Portanto, com a finalidade de responder a esta pergunta, o objetivo é compreender quais são as implicações competitivas dos recursos internos de um *e-commerce* no setor de alimentação.

A fim nortear a pesquisa, o formato de *e-commerce* do qual o artigo trata é um aplicativo para mobile que possui o cadastro de estabelecimentos e usuários interessados no serviço de delivery de refeições. O sistema funciona através da geolocalização que permite ao usuário consultar uma lista dos estabelecimentos que atendam às suas necessidades e fazer o pedido através do aplicativo instalado no próprio smartphone, sem a necessidade de telefone.

O presente estudo proporciona contribuições práticas e teóricas. No que diz respeito às contribuições teóricas, o trabalho avança a literatura de visão baseada em recursos, uma vez que sua aplicação é realizada para o setor de alimentação em *e-commerce*.

Ademais, sobre as contribuições práticas é esperado que o presente trabalho auxilie as empresas no esclarecimento de quais são os recursos internos de um *e-commerce* de alimentação com maior potencial de gerar vantagens competitivas sustentáveis, colaborando para que as organizações possam adequar suas estratégias às necessidades e exigências do mercado consumidor.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Uma empresa pode ter vários direcionamentos diferentes dependendo do mercado que atende, da estrutura de setor da qual faz parte e dos recursos e capacidades dos quais dispõe internamente, sendo que não existe uma fórmula a ser seguida por todas as organizações. Estratégias que tiveram sucesso em determinada empresa podem ser um fracasso total em outras. É importante o correto entendimento da estrutura do setor pois um posicionamento inadequado pode acarretar muitas consequências negativas para a empresa (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2003).

Portanto, o referencial teórico do presente artigo é composto pelos seguintes tópicos:

- i) análise do ambiente externo: traz a definição de ameaças e oportunidades, focando as oportunidades presentes na estrutura do setor abordado pelo artigo;
- ii) análise do ambiente interno: esse tópico reúne a teoria sobre a Visão Baseada em Recursos e apresenta o modelo de análise VRIO;
- iii) vantagem competitiva: aborda a teoria acerca da vantagem competitiva sustentável, principal implicação competitiva almejada pelas empresas;
- iv) *e-commerce* no setor de alimentação: apresenta uma breve análise do setor.

## 2.1 Análise externa

A análise externa consiste na identificação das oportunidades e ameaças que um ambiente oferece para a organização. As oportunidades são situações que, se exploradas corretamente, têm grandes chances de gerar vantagens para a empresa, enquanto que as ameaças são situações com potencial de gerar danos, caso não sejam neutralizadas. Como o objetivo do presente estudo é a identificação de possíveis fontes de vantagens competitivas para o setor de alimentação de Jaboticabal, o artigo terá como foco o estudo das oportunidades.

Barney e Hesterly (2017) explicam que a identificação de oportunidades no ambiente externo começa com o reconhecimento de diferentes estruturas de setor e das oportunidades de estratégias que cada estrutura proporciona. Segundo os autores, as quatro estruturas de setor mais comuns são: setores fragmentados, setores maduros, setores em declínio e setores emergentes.

O formato de *e-commerce* tratado pelo artigo se encaixa na estrutura emergente. Os setores emergentes são os recém-criados, ou mesmo reformulados, nascidos de inovações tecnológicas, novas necessidades do mercado consumidor ou de mudanças na demanda, “ou outras alterações econômicas e sociais que elevam um novo produto ou serviço ao nível de uma oportunidade potencialmente viável de negócio” (PORTER, 1986, p. 207). As principais características desse setor são a ausência de „regras” ou „condutas” comuns para a concorrência, incerteza tecnológica e estratégica, já que nem a tecnologia nem a estratégia mais adequada foram identificadas devido à grande novidade do setor, os custos iniciais são altos mas reduzem à medida que a curva de aprendizagem aumenta, os consumidores são necessariamente compradores pela primeira vez, demandando demasiado esforço de marketing para promover o novo produto ou serviço e convencer o consumidor sobre seus benefícios (BARNEY; HESTERLY, 2017).

Devido às características inerentes a essa estrutura, a empresa que „inaugura” o setor tem a vantagem de definir quais serão os parâmetros a serem seguidos durante o desenvolvimento do setor. Barney e Hesterly (2017) definem essa oportunidade como sendo uma das vantagens do pioneiro. Outra vantagem de atuar em um setor emergente é a possibilidade de liderança tecnológica que, aliada à proteção de patentes, pode garantir à empresa ao menos uma vantagem temporária; além disso, o domínio de novas tecnologias em setores emergentes pode garantir menores custos ao longo do tempo devido à curva de aprendizagem. Por outro lado, se a liderança tecnológica não garante vantagens competitivas no longo prazo, a posse de ativos estrategicamente valiosos pode garantir. Esses ativos podem ser classificados como matéria prima, localização geográfica, cadeia de distribuição, posicionamento da marca, entre outros, e a empresa emergente que consegue garantir esses recursos cria uma forte barreira contra o risco da imitabilidade (BARNEY; HESTERLY, 2017).

É importante dizer também que o que é originado em um setor emergente pode ser considerado como um produto substituto (PORTER, 1986). Segundo Hitt, Ireland e Hoskisson (2003, p. 75) os produtos substitutos são “os diferentes bens ou serviços que se originam fora de um determinado setor e que desempenham as mesmas funções ou funções semelhantes às de um produto fabricado nesse setor”. Porter (1986) destaca que as empresas que atuam no setor emergente devem estar atentas às diferentes estratégias que serão utilizadas pelo setor ameaçado para, dessa forma, ser capaz de combatê-lo.

## 2.2 Análise interna

Durante muito tempo, o sucesso de uma empresa foi vinculado a fatores do ambiente externo. Entretanto, com a chegada da internet e o aumento da competitividade devido à globalização e internacionalização, se tornou indispensável que as organizações adotassem estratégias que focassem no ambiente interno, no desenvolvimento de recursos, aprimoramento das capacidades e, principalmente, na otimização do uso de suas competências essenciais com o objetivo de alcançar uma vantagem competitiva sustentável (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2003).

Dessa forma, a Visão Baseada em Recursos (VBR) é um modelo de desempenho cujo foco está nos recursos, capacidades e competências essenciais que uma empresa possui e que sejam para ela fontes de vantagem competitiva (BARNEY; HESTERLY, 2017).

Um dos princípios fundamentais da VBR é a heterogeneidade entre as empresas, ou seja, cada uma possui um conjunto único de recursos e capacidades combinados de forma que toda organização é como um sistema ímpar. Sendo assim, não existe a possibilidade de transferir ou copiar a combinação de recursos e capacidades de uma empresa para outra, ainda que do mesmo setor (BARNEY; HESTERLY, 2017; HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2003; PAVÃO; SEHNEM; HOFFMANN, 2011).

Hitt, Ireland e Hoskisson (2015) recomendam que as empresas identifiquem cerca de três ou quatro competências essenciais, caso contrário, enfatizar muitas competências ao mesmo tempo pode fazer com que ela perca o foco naquelas que realmente são capazes de trazer algum tipo de vantagem competitiva.

### **2.2.1 Análise VRIO**

O principal desafio de se realizar uma análise interna é definir corretamente quais são os recursos que podem ser considerados como competências essenciais e que, de fato, conduzirão a empresa à uma posição privilegiada no mercado; às vezes a gerência comete erros e seleciona como competências alguns recursos que na verdade não geram nenhum tipo de vantagem competitiva. A empresa pode identificar quais das suas capacidades podem ser consideradas competências essenciais através da análise pelo modelo VRIO (valor, raridade, imitabilidade e organização). Os recursos e capacidades que se enquadrarem positivamente nos quatro critérios da análise podem ser considerados como competências essenciais, ou seja, fontes de vantagem competitiva sustentável (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2003).

#### **2.2.1.1 Valor**

De acordo com Barney e Hesterly (2017, p. 68), para a empresa saber se possui um recurso valioso deve se fazer a seguinte pergunta: “os recursos e as capacidades permitem que uma empresa explore uma oportunidade externa ou neutralize uma ameaça externa?”. Se a resposta para essa pergunta for sim, então a organização dispõe de um recurso ou capacidade valioso, se a resposta for não, essa capacidade pode ser considerada como uma fraqueza interna. Hitt, Ireland e Hoskisson (2003) concordam com essa ideia e acrescentam que a posse de recursos valiosos permite que a empresa crie estratégias de geração de valor para seus clientes.

#### **2.2.1.2 Raridade**

Durante a análise, a empresa deve se questionar se esse recurso pode encontrado facilmente em qualquer organização, caso a resposta para essa questão seja negativa, então tal recurso ou capacidade pode ser considerado raro e, conseqüente, uma fonte potencial de vantagem competitiva. Um recurso que é valioso mas pode ser encontrado em muitas empresas (ou seja, não é raro) dificilmente será gerador de vantagem competitiva para qualquer uma delas; poderá ser, no máximo uma fonte de paridade competitiva, o que também não é ruim para as organizações já que a maioria dos recursos de uma empresa são valiosos, porém comuns. Estar em uma situação de paridade competitiva não coloca a empresa em uma situação de destaque no mercado, mas pode significar, no mínimo, a sua sobrevivência (BARNEY; HESTERLY, 2017). Complementarmente, Pavão, Sehnem e Hoffmann (2011) argumentam que, apesar desses recursos e capacidades não gerarem para a organização nenhum tipo de vantagem sobre as concorrentes, eles são considerados como forças organizacionais e deixar de explorar tais recursos pode colocar a empresa em posição de desvantagem no mercado.

#### **2.2.1.3 Imitabilidade**

A empresa que possui recursos valiosos e raros tem grandes chances de se manter em uma posição de vantagem competitiva de forma sustentável, mas apenas se tais recursos e capacidades forem difíceis de ser imitados pela concorrência. Portanto, a questão aqui é saber o quão dispendioso e difícil é para outras empresas tentar replicar em seu próprio ambiente esses recursos ou capacidades. Entretanto, se um recurso valioso e raro é fácil de ser imitado, a empresa que o detém possui uma vantagem temporária. Esse tipo de situação ocorre, por exemplo, em setores emergentes, com empresas pioneiras no mercado, as quais ofertam um produto que transmite algum tipo de valor para o cliente (é inovador), é raro (devido ao fato de ser um mercado muito novo/recente), mas pode ser facilmente reproduzido por novos entrantes através de técnicas de engenharia reversa. Por esse motivo, a posse de ativos estrategicamente valiosos (sejam eles matéria prima, localização, posicionamento, etc.) pode garantir uma posição favorável para a empresa com relação à competitividade (BARNEY; HESTERLY, 2017).

#### **2.2.1.4 Organização**

De acordo com Barney e Hesterly (2017, p. 80) a questão da organização é: “a empresa está organizada para explorar ao máximo o potencial competitivo de seus recursos e suas capacidades?”. A organização envolve aspectos como a estrutura organizacional, a disposição gerencial no

organograma, o sistema formal de comunicação e reporte e até mesmo o sistema de remuneração, o qual é capaz de criar incentivos para que os funcionários sigam as normas de comportamento designadas pelo nível estratégico da empresa (BARNEY; HESTERLY, 2017).

Uma organização apropriada permite que a empresa consiga explorar por inteiro o potencial presente em seus recursos e capacidades. Portanto, é indispensável que os gestores de uma empresa sejam capazes de identificar corretamente quais são as competências essenciais capazes de gerar vantagem competitiva e, então, adequar toda a estrutura da empresa de uma forma em que seja possível aproveitar o máximo que esses recursos podem oferecer em relação à obtenção de vantagem competitiva (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2003).

**QUADRO 1 - ANÁLISE VRIO**

Um recurso pode ser considerado:				Implicações Competitivas
Valioso?	Raro?	Difícil de imitar?	Explorado pela organização?	
Não	-	-	Não	Desvantagem Competitiva
Sim	Não	-	↕	Paridade Competitiva
Sim	Sim	Não		Vantagem Competitiva Temporária
Sim	Sim	Sim	Sim	<b>Vantagem Competitiva Sustentável</b>

Fonte: Adaptado de Barney e Hesterly (2017, p. 82).

O gráfico ilustra a forma como a análise VRIO é conduzida. As competências essenciais que atendem positivamente aos quatro critérios da análise são para a empresa que as possui uma fonte de vantagem competitiva sustentável, ou seja, garantem que a empresa esteja em uma posição mais favorável no mercado do que os seus concorrentes (BARNEY; HESTERLY, 2017).

### 2.3 Vantagem competitiva

O presente artigo tem como foco o estudo da obtenção de vantagem competitiva pelas empresas através da utilização de seus recursos e capacidades, portanto, segue os pensamentos da Teoria dos Recursos. A ideia central que norteia os pensamentos da teoria dos recursos é que o alcance da vantagem competitiva depende mais dos recursos e capacidades que a empresa possui e desenvolve internamente do que das condições do mercado na qual elas estão posicionadas (VASCONCELOS; CYRINO, 2000).

A vantagem competitiva sustentável pode ser definida como um uma situação onde uma empresa possui um atributo que coloque seu desempenho em uma posição de superioridade no mercado em relação aos seus concorrentes e que tal atributo tenha, necessariamente, valor (tanto para empresa quanto para o cliente), que seja raro e difícil de ser imitado por seus oponentes, que seja utilizado da melhor forma pela empresa que o possui e, principalmente, que possa ser mantido pela organização a longo prazo. Hexsel (2003) alega, ainda, que a vantagem competitiva pode ser medida através da rentabilidade que a empresa alcança. Segundo o autor, caso a organização tenha rentabilidade acima da média do mercado por um longo período, então ela estará atuando com vantagem competitiva.

A vantagem sustentável é a implicação competitiva que as empresas estão sempre buscando, porém, são poucos os recursos dentro de uma organização que garantem essa posição. De fato, a maior parte dos recursos que as empresas detêm são responsáveis por manter uma situação de paridade, ou seja, o desempenho da empresa está equiparado com a média do mercado. Assim, a utilização desses recursos não traz benefícios significativos, mas garante a sobrevivência da empresa, enquanto que deixar de utilizá-los pode deixar a empresa em situação de desvantagem competitiva, ou seja, com desempenho inferior à média do mercado (PAVÃO; SEHNEM; HOFFMANN, 2011).

Ao pesquisar as fontes de vantagem competitiva em empresas do ramo alimentício, Oliveira e Penha (2017) chegaram a um resultado unânime entre as organizações observadas: o foco total nas necessidades dos clientes é a estratégia com maior potencial de vantagem competitiva que pode ser sustentada no longo prazo. Os autores destacam, ainda, a importância de as organizações manterem

uma sólida base de dados com o objetivo de auxiliar na criação de estratégias capazes de atender às demandas cada vez mais exigentes de seus clientes. Os autores defendem a utilização de um sistema de inteligência onde podem ser armazenadas informações obtidas do ambiente externo com o objetivo de entender seu funcionamento e se antecipar de forma a sustentar a vantagem competitiva. Sanches e Machado (2013, p. 190) também corroboram esse raciocínio ao estudar uma empresa de base tecnológica que já possui uma posição privilegiada no mercado. Os autores demonstram que as pesquisas feitas pela empresa envolvem os consumidores finais do produto, assim, é possível “capturar o que o cliente almeja, diminuir o ciclo de produção do produto e dar agilidade para as soluções da empresa com relação ao atendimento das necessidades do consumidor, agregando valor ao produto final”.

Outra característica capaz de garantir vantagem competitiva de forma sustentável para a empresa é a capacidade de inovar sempre. Muitas vezes, as estratégias, mesmo que impossíveis de imitar, podem ser substituídas ou tornarem-se obsoletas, já não sendo mais uma fonte de vantagem para a empresa. Por esse motivo, a organização que tem a capacidade de inovar continuamente consegue flexibilizar suas estratégias de acordo com as necessidades do consumidor e, assim, ter mais agilidade para responder às mudanças no mercado (HEXSEL, 2003; SANCHES; MACHADO, 2013).

#### **2.4 E-commerce no setor de alimentação**

Dentre as mudanças mais significativas que afetaram o ambiente corporativo nos últimos tempos, o surgimento do *e-commerce* merece destaque pelo impacto que causou no funcionamento da maioria das empresas. A dinâmica competitiva entre as organizações tem sido “drasticamente alterada devido ao surgimento de novas empresas online, novos modelos de negócio, bem como à diversidade de produtos e serviços” que as empresas de comércio eletrônico são capazes de ofertar. Além dos benefícios obtidos pelo mercado empresarial, a utilização da tecnologia também cria valor para os clientes, sob a forma de produtos e serviços melhorados, preços mais acessíveis, maior comodidade, acessibilidade e facilidade de comunicação (STEFANO; ZATTAR, 2016).

Borges (2012) afirma que o setor da prestação de serviços relacionados à alimentação foi amplamente beneficiado pelos avanços tecnológicos através de sistemas de gestão que auxiliam no controle de pedidos, estoques, custos, vendas, entre outros. Bindes (2012, p.11) explica que “o bom desempenho das instituições passou a depender de sua competência em inovar nas áreas de produtos, serviços e processos”.

Dessa forma, a utilização de recursos tecnológicos funciona para as empresas como um diferencial para alcançar um público cada dia mais informatizado e conectado (Rodrigues, 2015).

Uma pesquisa realizada pela Ebit (2018) constatou que 27,3% das compras online foram realizadas através de dispositivos móveis. Segundo a pesquisa, um dos motivos do crescimento do *e-commerce* é o aumento do consumo via *mobile*. O relatório divulgado mostra que a categoria alimentos e bebidas foi responsável por 4% de todas as vendas virtuais realizadas no país em 2017.

A pesquisa *E-COMMERCE RADAR* divulgada pela Atlas em 2017 mostrou que o ticket médio da categoria em 2016 foi de R\$148,10 com uma média de 15 itens por pedido e a forma de pagamento mais utilizada foi o cartão de crédito.

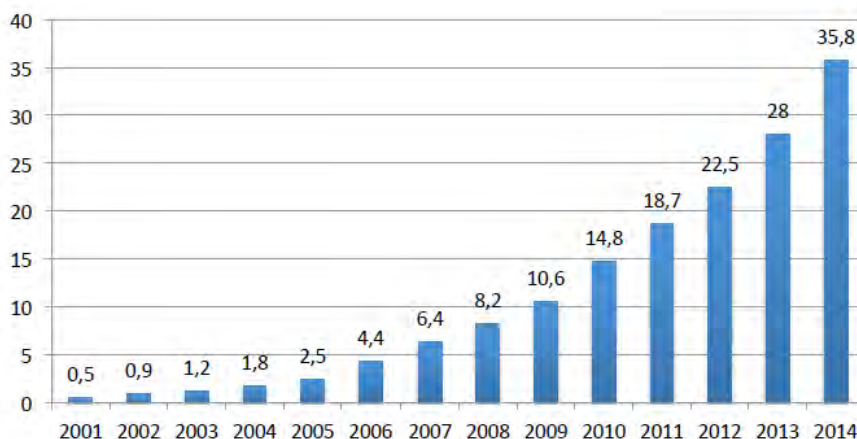
A 3ª Pesquisa Nacional do Varejo Online realizada pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) em 2016 mostrou que 25% das empresas pesquisadas atribuem seu diferencial competitivo ao mix de produtos e 22% ao atendimento. Outra informação relevante exposta no resultado da pesquisa é que 38% das organizações entrevistadas pretendiam investir em *mobile* no curto prazo.

Dados da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm) mostram que em 2016, apesar do cenário econômico de crise, o *e-commerce* enfrentou um crescimento de 11% em relação ao ano anterior, com um faturamento total de R\$53,4 bilhões e gerando cerca de 718 mil empregos. Além disso, a expectativa para o ano de 2017 era registrar mais de 200 milhões de pedidos em lojas virtuais e aumentar para 25% o faturamento das pequenas empresas de comércio eletrônico sobre o total.

Os gráficos abaixo mostram a evolução do faturamento e do número de consumidores do setor.

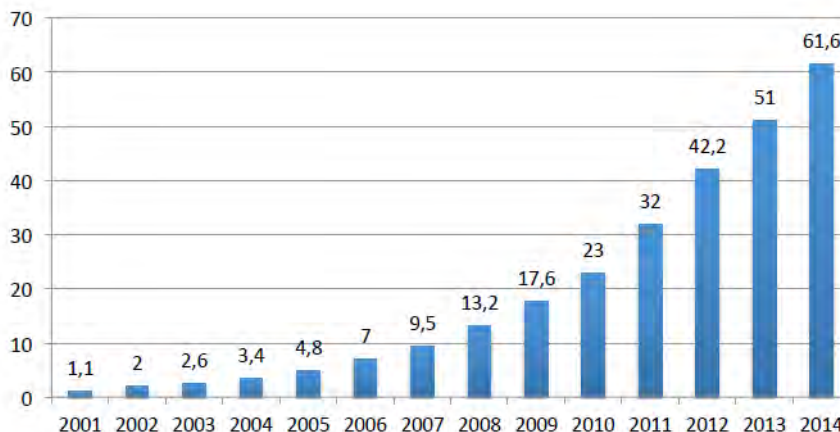


**GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO FATURAMENTO DO E-COMMERCE NO BRASIL (EM R\$ BI)**



Fonte: Aroeira (2015, p.36).

**GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE E-CONSUMIDORES NO BRASIL (EM MILHÕES)**



Fonte: Aroeira (2015, p.37).

É possível observar a evolução do setor, que cresce não apenas em relação ao faturamento, mas também em número de consumidores. Aroeira (2015) destaca, ainda, que esse crescimento se dá em grande parte devido à variedade de categorias que o consumidor é capaz de comprar online.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo realizou uma pesquisa com abordagem quantitativa. Optou-se por essa abordagem pois, segundo Malhotra (2011), ela deve ser utilizada em estudos que pretendem quantificar os dados. Quanto à sua natureza, a pesquisa pode ser classificada como descritiva já que, segundo Gil (1991) ela pode ser utilizada para estabelecer uma relação entre variáveis. Decidiu-se pelo tipo de pesquisa descritiva, pois os resultados buscam determinar quais variáveis no comportamento de compra do consumidor afetam a competitividade das empresas de comércio eletrônico. No que diz respeito à coleta de dados, a técnica utilizada foi o levantamento de campo e foi realizada em duas etapas, que são apresentadas nesta seção.

#### 3.1 Coleta de dados com potenciais consumidores

A primeira etapa da coleta refere-se à aplicação de um questionário com questões fechadas a potenciais consumidores de aplicativos *delivery* de alimentação. Os dados foram coletados na cidade de Jaboticabal. Segundo Gil (1991, p.90) questionários são “um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado”. De acordo com o autor, a utilização dessa técnica para a coleta dos dados em uma pesquisa viabiliza a obtenção de informações a partir do ponto de vista de quem está sendo entrevistado, ideia que vai ao encontro do objetivo do presente estudo.

O questionário foi composto por 9 questões preliminares que buscaram caracterizar a amostra e seu comportamento de consumo. As respostas para essas questões foram opções de múltipla escolha. Já a parte específica do questionário foi estruturada com base na teoria de Barney (2017) sobre vantagem competitiva, tendo como finalidade desvendar quais dos recursos internos da empresa são mais valorizados pelos consumidores, podendo ser fonte de vantagem competitiva sustentável. Essa parte do questionário foi composta por 22 questões. Para responder a essas questões, utilizou-se a Escala de Likert que, de acordo com Malhotra (2011), é fácil de ser compreendida e respondida. Assim, cada questão consistia em uma afirmação e o respondente deveria marcar apenas uma opção numa escala de 5 pontos indicando seu grau de concordância com o item (afirmação).

O universo pesquisado foi composto pelos alunos do curso de Administração de Empresas da Faculdade São Luís. A amostragem foi não probabilística selecionada por conveniência. De acordo com Malhotra (2011) nesse tipo de amostragem, os indivíduos são selecionados ao acaso, da forma que for conveniente ao entrevistador. Assim, os indivíduos selecionados para compor a amostra foram os alunos que estavam presentes na data da aplicação do questionário. A amostra foi composta por 56 indivíduos e os questionários foram aplicados no período de 17 a 20 de setembro.

### **3.2 Coleta de dados com empresa de aplicativo delivery**

Complementarmente, foi aplicado um questionário composto de 24 questões fechadas com conteúdo específico ao engenheiro de software sênior de uma empresa de delivery que possui grande atuação no setor, mas que ainda não atua na cidade de Jaboticabal. Enquanto o primeiro modelo de questionário visava entender o valor que os recursos de uma empresa possui sob o ponto de vista de seus potenciais clientes, o segundo modelo de questionário aplicado ao colaborador da empresa, além de buscar entender o valor de seus recursos, também visa verificar aspectos que contribuem para a competitividade no mercado, tais como: raridade e imitabilidade. O questionário foi estruturado com base na teoria de Barney e Hesterly (2017) e era composto por afirmações sobre os recursos, assim, o colaborador deveria indicar o seu nível de concordância em relação a elas, em uma escala Likert.

### **3.3 Análise de dados**

O primeiro passo para a análise dos resultados foi a categorização dos dados. De acordo com Bardin (1977) a categorização consiste na classificação e agrupamento dos dados pertencentes a um mesmo conjunto.

O método utilizado para o tratamento dos dados foi a estatística descritiva. Segundo Bonafini (2015) esse método consiste em uma forma adequada de descrever os dados, verificando se a partir deles é possível estabelecer um padrão ou fazer projeções para o futuro.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Do mesmo modo que a seção anterior, os resultados também serão apresentados em duas etapas. A primeira é referente à coleta de dados com os potenciais consumidores de aplicativos *delivery* e a segunda é relativa ao questionário aplicado com o gestor de uma empresa deste setor.

### **4.1 Resultado sobre valor dos recursos para os clientes**

Nesta seção serão apresentados os resultados do questionário realizado com potenciais consumidores de aplicativos *delivery* de alimentação. O questionário teve a intenção de compreender quais recursos são valorizados pelos clientes, de modo a cumprir o primeiro item da análise VRIO, de Barney e Hesterly, (2017).

#### **4.1.1 Descrição do perfil dos dados**

A fim de delinear o perfil da amostra, utilizou-se a estatística descritiva para analisar as frequências dos dados. Quanto ao gênero, predominou o feminino (55,4%). Em relação à idade, a grande maioria possui até 25 anos (71,4%), seguidos pela faixa etária de 26 a 30 anos com 19,6% do total. Quanto à cidade, 67,9% residem em Jaboticabal, sendo o restante residentes de cidades vizinhas. Todos os indivíduos entrevistados declararam acessar a internet todos os dias através de *smartphone*. Destes, 87,5% disseram já ter pesquisado informações sobre restaurantes através do aparelho e 85,7% já realizaram compras pelo celular. Quanto à frequência com que realizam compras online (seja pelo computador ou pelo celular), a distribuição é a seguinte:

- 42,9% compram até 5 vezes por ano;

- 26,8% compram entre 5 e 10 vezes por ano;
- 23,2% compram mais de 10 vezes por ano;
- 7,1% declararam não realizar compras online.

Ademais, também foi realizada uma pergunta para verificar se os entrevistados conheciam alguém aplicativo de alimentação da cidade de Jaboticabal. Como resposta, 91,1% dos respondentes disseram não conhecer nenhum aplicativo desse tipo atuando na cidade ou região. A porcentagem de respondentes que conhece um aplicativo refere-se a um delivery de comida que realmente atua na cidade de Jaboticabal, porém abrange um número muito pequeno de restaurantes.

#### 4.1.2 Análise do valor dos recursos para os potenciais clientes

Com a finalidade de compreender quais são os recursos valiosos para os potenciais clientes de um aplicativo de alimentação delivery, o entrevistado deveria indicar o seu nível de concordância em relação à cada uma das afirmativas apresentadas no Quadro 1. O nível de concordância foi mensurado em uma escala Likert de 1 a 5, sendo que 1 indicava que a pessoa não concordava com a afirmativa e 5 indicava que ela estava de acordo com aquela afirmação. Para a análise dos construtos utilizou ferramentas de estatísticas descritiva tais como moda (M) e frequência (F) e porcentagem (%). A moda indica quais números foram mais respondidos no questionário.

**QUADRO 1 – RESPOSTA DOS POTENCIAIS CLIENTES SOBRE VALOR DOS RECURSOS**

<b>Categoria</b>	<b>Afirmção</b>	<b>M</b>	<b>F</b>	<b>%</b>
Recursos Financeiros	Só compraria alimentos por meio de aplicativos se fosse muito barato.	1 e 3	38	67,9
	Prefiro restaurantes que oferecem diversas opções de pagamento (cartão de crédito, débito e dinheiro).	5	42	75
	Considero um diferencial para o aplicativo oferecer opções com entrega gratuita.	5	40	71,4
	Prefiro comprar em lojas físicas porque eu não uso cartão de credito ou débito.	1	26	46,4
Recursos Humanos	A agilidade na entrega é um item importante na escolha do restaurante para delivery.	5	37	66,1
	Só compro em restaurante delivery por aplicativo quando o aplicativo oferece meios de comunicação com a loja.	3	16	28,6*
	Prefiro comprar em lojas físicas porque eu gosto de ser atendido pessoalmente.	3	19	33,9*
	Caso me sinta satisfeito com os serviços oferecidos por esse aplicativo, dificilmente começaria a utilizar outros.	3	17	30,4*
	Eu teria mais confiança no aplicativo se ele mostrasse a opinião de outros consumidores sobre o restaurante.	5	38	67,9
Recursos Físicos	Considero a variedade de produtos é um item importante na escolha do restaurante delivery.	5	26	46,4
	A qualidade dos alimentos é importante para a escolha de um restaurante delivery.	5	48	85,7
	Para mim é importante que o aplicativo forneça informações detalhadas sobre o produto que estou adquirindo (ex.: lista de ingredientes do prato, tamanho das porções, etc.).	5	36	64,3
	É importante que o aplicativo possua uma ferramenta de busca que facilite a localização dos produtos que me interessam.	5	34	60,7
	Só compraria alimentos em aplicativos que forneçam fotos reais dos produtos.	5	29	58,1
	Eu gostaria que o aplicativo me enviasse notificações quando meus restaurantes favoritos estiverem com promoções.	5	35	62,5

	É importante que minha privacidade (dados pessoais e financeiros) esteja protegida na utilização do aplicativo para que eu efetue a compra.	5	48	85,7
Recursos Organizacionais	A tradição da marca é um item importante na escolha do restaurante delivery.	5	20	35,7*
	Só compraria em um restaurante por aplicativo se eu já conhecesse a loja física.	3	14	25*
	Considero um diferencial para o aplicativo oferecer opções de produtos com desconto todos os dias da semana.	5	29	51,8
	Prefiro comprar em restaurantes físicos pois não tenho confiança em aplicativos de alimentação.	1	14	25*
	Eu acessaria os canais de informação sobre o restaurante antes de efetuar minha compra (ex.: <i>Instagram</i> , fanpage, e-mail marketing, etc.).	5	23	41,1

Fonte: elaboração dos autores.

Algumas questões apresentaram determinada nota como moda, porém, ao analisar a distribuição da frequência pode-se perceber que a moda não necessariamente representa a opinião geral. Essas questões foram destacadas na tabela acima utilizando um asterisco (\*). A seguir são apresentadas as análises separadas por categoria e uma análise mais detalhada das questões destacadas.

Dentre os recursos financeiros, podemos inferir pela distribuição das respostas que o preço dos produtos não é uma variável tão significativa. Já em relação ao pagamento, os indivíduos declaram preferir opções variadas para realizar o pagamento (cartão de crédito, débito ou dinheiro). As opções de produtos com entrega gratuita também mostraram ser de grande valor para os respondentes. Por outro lado, poucas pessoas disseram preferir as lojas físicas por não utilizar cartão de crédito ou débito.

Quanto aos recursos humanos, a agilidade na entrega mostrou-se como um aspecto muito importante. Quanto ao recurso da questão 6 (meios de comunicação com a loja), a moda apresentada foi a nota 3, com uma frequência de 16 respostas, representando neutralidade. Entretanto, as notas 1 e 2 somaram 22 respostas (39,3%) e as notas 4 e 5 somaram 18 respostas (32,1%). Segundo Slack (2002), esse tipo de recurso pode ser considerado pela empresa como um critério qualificador, ou seja, não é ele que garante a vantagem competitiva, porém, deixar de explorá-lo acaba acarretando em desvantagem competitiva. O recurso apresentado na questão 7 (atendimento pessoal/presencial) também apresenta como moda a nota 3 (neutralidade). Entretanto, as notas 1 e 2 somam 24 respostas e 42,9% do total, representando a maioria. Assim, pode-se concluir que o atendimento presencial não representa um recurso relevante. Em relação à questão 8, a moda apresentada também representa neutralidade. No entanto, através da análise da distribuição das frequências, percebe-se que as notas 4 e 5 representam 46,4% do total, ou seja, 26 pessoas (46,4%) declararam não que não utilizariam outro aplicativo caso se sentissem satisfeitas, evidenciando a satisfação do cliente como um critério importante a ser observado pelas empresas. A última questão dessa categoria indica que é importante que os clientes tenham a possibilidade de conhecer a opinião de outros usuários.

Em relação aos recursos físicos, a variedade ofertada pelo aplicativo é um aspecto valorizado pelos clientes, assim como a qualidade dos produtos oferecidos e a disponibilização de todas as informações relativas a ele. Também ficou evidente a importância de uma ferramenta de busca dentro do aplicativo, de forma a facilitar a localização dos produtos de interesse do usuário (por exemplo, filtros de busca). Oferecer fotos reais dos produtos também é um aspecto que se revelou importante para os respondentes, assim como o envio de notificações para os usuários com informações sobre seus restaurantes favoritos. Esse último aspecto tem especial importância para a organização, pois pode estabelecer um canal de comunicação efetivo com o consumidor/usuário. Por último, a proteção dos dados pessoais e financeiros também é um aspecto significativo, devendo ser tratado pela empresa como uma condição básica para o seu funcionamento.

Finalmente, com relação aos recursos organizacionais, o recurso „tradição da marca“ apresentou moda 5 e 20 respostas (35,7%), representando que esse é um recurso importante para o cliente na hora da escolha do restaurante, porém, a nota 3 (neutralidade) apresentou 19 respostas e representa 33,9% do total. Ainda assim, é um recurso consideravelmente importante para mais de 1/3 dos respondentes. A questão 18 apresenta uma afirmação que guarda relações com o constructo

„confiança”. A discussão de tal elemento não faz parte do escopo deste estudo, porém sua menção nesse ponto da pesquisa é de extrema importância para o esclarecimento da questão. A afirmativa é seguinte: “Só compraria em um restaurante por aplicativo se eu já conhecesse a loja física”. A moda ficou na nota 3, demonstrando neutralidade. Porém, a somatória das notas 4 e 5 representa 24 respostas e 42,8% do total. Isso confirma que a confiança tem uma influência expressiva no processo de decisão de compra. Prosseguindo, apesar de o recurso „preço” não ter apresentado tanta relevância na primeira questão, a possibilidade de o aplicativo oferecer produtos com descontos durante a semana toda se mostrou como um aspecto importante para 76,8% dos entrevistados. Enquanto a questão 18 se relacionou com a confiança que o cliente deposita no restaurante, a questão 20 trata da confiança no aplicativo especificamente. A afirmação foi a seguinte: “Prefiro comprar em restaurantes físicos pois não tenho confiança em aplicativos de alimentação”. A moda foi a nota 1. Se somadas as notas 1 e 2, obtemos 26 respostas mostrando que, para 46,4% dos entrevistados, a confiança não é um fator decisivo na utilização do aplicativo. Porém, é importante atentar-se ao fato de que 13 pessoas se mantiveram neutras (23,2%) e 17 pessoas (30,4%) declararam não ter confiança nesses aplicativos. Portanto, esse mostrou-se um recurso que merece a atenção da empresa devido ao risco de tornar-se uma ameaça. Para finalizar, a maioria dos entrevistados disse que acessaria os canais de comunicação antes de efetuar a compra. Essa questão torna evidente uma oportunidade para a empresa, pois a manutenção correta de páginas sociais, *e-mail marketing* e outros meios de comunicação podem representar a diferença entre o cliente finalizar ou desistir da compra.

#### 4.2 Resultados sobre a empresa de aplicativo de alimentação delivery

A entrevista com o gestor da empresa, possibilitou compreender quais recursos a empresa em questão considerava valioso, raro, difícil de imitar e que era implementado pela organização. Com base nisto, foi possível obter a implicação competitiva para cada um dos recursos, conforme foi proposto no objetivo do presente estudo. Portanto, o quadro 3 apresenta a análise VRIO dos principais recursos da empresa. Os resultados indicados na tabela para a dimensão Valor foram obtidos com base nas respostas dos potenciais clientes e também com base nas respostas do gestor. Desta forma, a dimensão Valor será positiva em todos os recursos pois já foi verificado que todos eles geram valor em algum grau para os clientes e, na visão do gestor todos são importantes para a competitividade da empresa. As dimensões Raridade, Imitabilidade e Organização foram preenchidas de acordo com as respostas obtidas por meio do questionário aplicado ao colaborador de aplicativo de alimentação *delivery*.

**QUADRO 2 - APLICAÇÃO DA ANÁLISE VRIO**

<b>Categoria</b>	<b>Recurso</b>	<b>Valor</b>	<b>Raridade</b>	<b>Imitabilidade</b>	<b>Organização</b>	<b>Implicação Competitiva</b>
<b>Recursos Financeiros</b>	Variedade de opções de pagamento	Sim	Não	Não	Sim	Paridade Competitiva
	Opções com entrega gratuita	Sim	Não	Não	Sim	Paridade Competitiva
<b>Recursos Humanos</b>	Atendimento ao cliente	Sim	Não	Não	Sim	Paridade Competitiva
	Preocupação com a satisfação dos clientes	Sim	Não	Não	Sim	Paridade Competitiva
	Possibilidade de saber a opinião de outros usuários	Sim	Não	Não	Sim	Paridade Competitiva
	Capacitação dos funcionários para desenvolver o aplicativo	Sim	Sim	Sim	Sim	Vantagem Competitiva Sustentável
<b>Recursos Físicos</b>	Variedade de produtos ofertados	Sim	Não	Não	Sim	Paridade Competitiva

	Ferramenta de busca	Sim	Não	Sim	Sim	Paridade Competitiva
	Fotos reais dos produtos	Sim	Não	Não	Sim	Paridade Competitiva
	Notificações sobre restaurantes favoritos	Sim	Não	Não	Sim	Paridade Competitiva
Recursos Organizacionais	Tradição da marca	Sim	Não	Sim	Sim	Paridade Competitiva
	Confiança (boa reputação)	Sim	Sim	Sim	Sim	Vantagem Competitiva Sustentável
	Manutenção de canais de comunicação com os consumidores	Sim	Não	Sim	Sim	Paridade Competitiva

Fonte: elaborado pelos autores.

Por meio da análise VRIO constatou-se que dos constructos estudados, apenas dois atenderam aos quatro critérios da análise e podem ser considerados responsáveis pela obtenção de vantagem competitiva sustentável. Esse recurso é a confiança (boa reputação) e a capacitação dos funcionários para o desenvolvimento do aplicativo. A confiança foi vista como um recurso valioso pelos clientes e pelo gestor, que a classificou como raro e difícil de imitar também. Já a capacitação dos funcionários, o colaborador entrevistado indicou que ela atende aos quatro critérios de avaliação, podendo ser considerado como uma fonte de vantagem competitiva sustentável.

Portanto, os resultados alcançados estão de acordo com a teoria exposta por Hitt, Ireland e Hoskisson (2015) que explicam que o ideal é que a empresa concentre-se em apenas duas ou três competências essenciais geradoras de vantagem competitiva, já que focar em muitos recursos ao mesmo tempo pode fazer com que a empresa perca o foco naquelas que realmente garantem a vantagem.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve o objetivo de analisar as implicações competitivas para uma empresa de *e-commerce* de alimentação na cidade de Jaboticabal. Para isso, utilizou a análise quantitativa para a análise das implicações competitivas propostas na teoria de Barney e Hesterly (2017).

Os resultados indicam que todos os recursos listados na presente pesquisa foram considerados valiosos pelos potenciais clientes e também pelo engenheiro de software sênior de uma empresa de aplicativo de alimentação. No entanto, também é possível verificar que alguns recursos possuem maior valor para os clientes, como: diversas opções de pagamento, entrega gratuita, agilidade na entrega, mostrar opinião dos consumidores, qualidade, informações detalhadas sobre o produto, ferramenta de busca, fotos reais dos produtos, notificações de promoções, privacidade dos dados, tradição da marca, produtos com desconto, canais de informação foram considerados mais valiosos na perspectiva dos clientes.

Sobre as implicações competitivas encontradas, é visto que grande parte dos recursos possui paridade competitiva, indicando que as empresas que atuam neste setor já apresentam estes recursos e que eles não garantem a elas um diferencial competitivo. No entanto, os resultados indicam também que a empresa entrevistada poderia encontrar a sua vantagem competitiva em relação aos concorrentes ao investir no ganho de confiança do consumidor, mantendo uma boa reputação no mercado. Este parece ser o diferencial da empresa, já que o entrevistado considera que a boa reputação é recurso que a sua empresa possui, mas que é raro no mercado e difícil de imitar. Ademais, é válido destacar que, sendo uma empresa de *e-commerce* em que muitas vezes o pagamento é realizado antes da entrega do alimento, a confiança do consumidor na empresa parece realmente ser importante, ele precisa ter certeza de que o que ele comprou vai ser entregue e em boas condições.

Outro recurso destacado é a capacitação dos colaboradores para o desenvolvimento do aplicativo, que também indicou ser uma fonte de vantagem competitiva para a empresa entrevistada. O recurso atende aos quatro critérios da análise VRIO e isto pode ser justificado pelo fato de que

para que o aplicativo funcione adequadamente, sem causar transtornos ao consumidor, é necessário um bom entendimento da parte técnica. Este recurso está também indiretamente relacionado ao recurso de reputação, uma vez que, se o consumidor tiver boas experiências com a usabilidade do aplicativo de alimentação delivery, ele provavelmente continuará a utilizá-lo e poderá avaliá-lo positivamente.

Os resultados também evidenciam a oportunidade de atuação na cidade de Jaboticabal e região para empresas de aplicativos de alimentação, porque a cidade tem apenas uma empresa nesse segmento de mercado, mas que, mesmo atuando sem concorrência, não possui uma abrangência significativa, por falta dos recursos apresentados na análise do presente estudo.

Outra contribuição do presente estudo foi a identificação de recursos básicos, que conferem ao menos paridade competitiva para as empresas deste segmento, ou seja, as empresas devem necessariamente apresentar os recursos indicados como paridade competitiva, porque caso não possuam estes recursos, ficarão em desvantagem em relação aos seus concorrentes, uma vez que não são recursos raros, ou seja, a maioria das empresas situadas no setor, já possuem.

Ademais, são destacadas algumas oportunidades que podem resultar em diferenciais competitivos para as empresas deste segmento:

- Sistema de comunicação eficiente com o cliente de forma a obter sugestões de novos recursos e contribuir para sua satisfação
- Trabalhar o posicionamento de marca como forma de se destacar no mercado e estimular a confiança dos clientes;
- Desenvolver uma equipe de trabalho capacitada e incentivar uma cultura organizacional aberta a inovações

A principal limitação do presente estudo é que, apesar de terem sido realizados questionários com diversos consumidores, na perspectiva das empresas, somente o colaborador de uma empresa foi entrevistado. É necessário que mais entrevistas sejam realizadas com outras empresas do setor, com a finalidade de consolidar o entendimento dos diferenciais competitivos e das implicações competitivas dos recursos internos para as organizações deste segmento. Com base nesta limitação é entendido que futuros estudos podem ser realizados em forma de estudos de casos, o qual possibilita maior imersão no ambiente organizacional onde os recursos podem ser estudados em maior profundidade.

## REFERÊNCIAS

ABComm, Associação Brasileira de Comércio Eletrônico. E-commerce brasileiro espera faturar R\$ 59,9 bilhões em 2017. Disponível em < <https://abcomm.org/noticias/e-commerce-brasileiro-espera-faturar-r-599-bilhoes-em-2017/>>.

AROEIRA, T. **Estudo sobre os antecedentes da satisfação, lealdade e desempenho no mercado brasileiro de e-commerce**. 2015. 320 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

ATLAS, Pesquisa E-commerce RADAR, 2017. Disponível em <[http://neomove.com.br/ftpUpload/uploads/E-book\\_Atlas\\_E-commerce\\_Radar\\_Consolidado2017.pdf](http://neomove.com.br/ftpUpload/uploads/E-book_Atlas_E-commerce_Radar_Consolidado2017.pdf)>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Persona, 1977.

BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. S. **Administração estratégica e vantagem competitiva: conceitos e casos**. 5. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

BINDES, R. S. **A tecnologia da informação no auxílio à gestão do grupo alfa de restaurantes**. UNICEUB, Brasília, 2012.

BONAFINI, F. C. **Probabilidade e estatística**. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2015.

BORGES, D. M. **Fatores que influenciam a aceitação de tecnologia: a percepção de gestores e funcionários em uma rede de restaurantes**. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

COELHO, L. S. O crescimento do e-commerce e os problemas que o acompanham: a identificação da oportunidade de melhoria em uma rede de comércio eletrônico na visão do cliente. **Revista de administração do Unisal**, v. 3, n. 3, p. 1-23, 2013.

COUTINHO, C. M. **Análise do impacto do comércio eletrônico na economia**: um estudo sobre o varejo de moda e o poder de influência dos blogs. 2015. 40f. Trabalho de conclusão de curso. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2015.

DANTAS, L. A.; PEREIRA, C. A.; FERREIRA, D. S. A Percepção de Alunos do Curso de Ciências Contábeis a Respeito da Utilização do Comércio Eletrônico: Um Estudo na Universidade Federal de Uberlândia. **RAGC**, v. 6, n. 23, p. 101-113, 2018.

EBIT, Pesquisa Webshoppers, 37ª ed., 2018. Disponível em < <https://www.ebit.com.br/webshoppers>>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991

HEXSEL, A. E. A estratégia da Todeschini para alcançar e sustentar vantagem competitiva. I Encontro de Estudos em Estratégias, 3Es, ANPAD, Curitiba, 2003.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Administração estratégica**: competitividade e globalização. 1. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: foco na decisão**. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

OLIVEIRA, P. H.; PENHA, P. X. Conquista e sustentação de vantagens competitivas no setor supermercadista de Minas Gerais. **IJKEM, INT. J. KNOWL. ENG. MANAGE.**, v. 6, n. 16, p. 70-91, 2017.

PAVÃO, Y. M. P.; SEHNEM, S.; HOFFMANN, V. E. Análise dos recursos organizacionais que sustentam a vantagem competitiva. **Revista Administração**, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 228-242, 2011.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

RODRIGUES, G. **Aplicativo móvel para gestão de pedidos e consulta de cardápios de estabelecimentos gastronômicos**. Departamento Acadêmico de Informática, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 93 f. Ponta Grossa, 2015.

SANCHES, P. L. B.; MACHADO, A. G. C. Estratégias de inovação e RBV: evidências em uma empresa de base tecnológica. **Revista Administração e Inovação**, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 183-207, 2013.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. 3ª Pesquisa Nacional do Varejo Online, 2016. Disponível em <[http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/3%C2%BA%20Pesquisa%20do%20Varejo%20Online%20-%20VERSA%CC%82O%20FINAL%20SEBRAE%20\(1\).pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/3%C2%BA%20Pesquisa%20do%20Varejo%20Online%20-%20VERSA%CC%82O%20FINAL%20SEBRAE%20(1).pdf)>.

SLACK, N. **Administração da produção**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

STEFANO, N., ZATTAR, I. C. **E-commerce: conceitos, implementação e gestão**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

VASCONCELOS, F. C.; CYRINO, A. B. Vantagem competitiva: os modelos teóricos atuais e a convergência entre estratégia e teoria organizacional. **Revista Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 20-37, 2000.

WERNER, A; SEGRE, L. M. Uma análise do segmento de supermercados: estratégias, tecnologias e



emprego. **Revista de educação profissional**, v. 28, n.1, p. 1-11, 2017.

**O OLHAR DOS GESTORES ESCOLARES EM RELAÇÃO À ORIENTAÇÃO SEXUAL DOS  
ALUNOS**

*THE LOOK OF SCHOOL MANAGERS IN RELATION TO THE SEXUAL ORIENTATION OF  
STUDENTS*

Área temática: 1.5 Educação e Desenvolvimento

GOMES, Aurélio Garcia  
UNESP Franca  
Mestranda em Serviço Social pela UNESP Franca  
[aureliagarcia@gmail.com](mailto:aureliagarcia@gmail.com)

LIMA, Maria José de Oliveira  
UNESP Franca  
Professora Doutora Departamento de Serviço Social UNESP Franca  
[mj.oliveiralima@yahoo.com.br](mailto:mj.oliveiralima@yahoo.com.br)

**Resumo**

A gestão escolar tem o conceito de superar a limitação e a descontextualização e construir de forma conjunta o desenvolvimento de ações articuladas e mais consistentes. De forma participativa ela se associa as responsabilidades na tomada de decisões entre diversos segmentos de autoridades no sistema escolar. A sexualidade permite fazer referência ao conjunto das condições anatômicas, fisiológicas e psicológicas que caracterizam cada sexo, para tanto é necessário um olhar atencioso e crítico para lidar com assunto na escola. Fazendo parte da gestão escolar uma pauta que deve criar espaços para desenvolver ações educativas na escola, por se perceber uma ausência da temática da sexualidade na escola.

**Palavras-chave:** Sexualidade, Escola, Gestão Escolar.

**Abstract**

School management has the concept of overcoming limitation and decontextualization and jointly building the development of articulated and more consistent actions. In a participatory way it associates the responsibilities in the decision making between several segments of authorities in the school system. Sexuality makes it possible to refer to the set of anatomical, physiological and psychological conditions that characterize each sex, so it is necessary to look attentively and critically to deal with the subject at school. As part of school management, a pattern that should create spaces to develop educational actions in school, due to the absence of the sexuality in school.

**Keywords:** Sexuality, School, School management.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa tem por finalidade refletir a importância da gestão escolar no âmbito da orientação sexual dos alunos. Para tanto houve o cuidado com o entendimento do histórico da gestão presente na vida em sociedade e com a compreensão das características técnicas e humanas, refletindo e compreendendo a sua lógica democrática. Lembrando que a gestão determina orientações estratégicas de futuro, na qual mobiliza pessoas em equipes e estabelece a devida articulação para maximizar os resultados.

O conceito de gestão se entende e resulta em respeito à condução dos destinos das organizações, que leva em consideração o todo em relação com as suas partes, de modo a promover uma maior efetividade do conjunto. Portanto ela permite superar a limitação da fragmentação e da descontextualização, assim construindo a visão e orientação de conjuntos, a partir da qual se desenvolvem ações mais articuladas e mais consistentes. O gestor precisa ganhar visão completa das organizações para a sua administração de serviços, assim efetuado com sucesso a sua função e desenvolvendo características gerenciais, como liderança, firmeza no processo de decisões, uma boa comunicação, visões estratégicas futuras e principalmente a ética profissional.

Segundo Alves

“Independente de todas as características mencionadas, ainda cabe ao gestor desenvolver competências gerenciais classificadas em três categorias: conhecimento, habilidades e atitudes.” (ALVES, p. 79, 2015).

O psicanalista Freud considerava a homossexualidade uma condição quase incurável, considerando quatro principais causas. Primeiramente a "fixação", quando o indivíduo deixava de completar adequadamente todas as etapas do processo de amadurecimento permanecendo fixado a uma delas. Segundo o medo da castração, resultante de um desejo infantil pela mãe e o medo de uma punição por parte de um pai ciumento. Terceira seria o narcisismo, para Freud, o homossexual procuraria um parceiro parecido consigo, pois, inconscientemente, desejava amar a si mesmo. A última e quarta, a identificação com um dos pais do sexo oposto, o que levaria a criança a copiar a sua preferência sexual. Infelizmente é que estas idéias, atribuídas a Freud, se tornaram parte do senso comum, se tornando o que chamamos de homofobia hoje.

Para o antropólogo Peter Fry:

“(...) não há nenhuma verdade absoluta sobre o que é a homossexualidade e que as idéias e práticas a ele associadas são produzidas historicamente no interior de sociedades concretas e que são intimamente relacionadas com o todo destas sociedades.” (FRY, p. 10, 1984.)

Desejos homossexuais são produzidos como também são produzidos desejos heterossexuais, relatar que o homossexual é um ser humano imaturo é apenas outra maneira de depreciá-lo sem chamá-lo de doente, os médicos pioneiros que escreveram sobre relações sexuais

entre pessoas do mesmo sexo criaram duas palavras, o homossexual que foi usada pela primeira vez em 1869 por um médico húngaro, Karoly Maria Benkerte a palavra uranista que surgiu do trabalho de um alemão, Karl Heinrich Ulrichs, sendo que no caso dos uranistas, os órgãos genitais vão numa direção e o cérebro noutra, depois desenvolveu uma classificação complexa de "tipos homossexuais", que na qual equivalem aos termos "homossexual ativo" e "homossexual passivo" que a medicina vai desenvolver mais tarde.

Devido aos movimentos homossexuais, em 1973 a homossexualidade deixou de ser classificada como doença pela Associação Americana de Psiquiatria. Sendo que com o passar dos anos, um número crescente de médicos e psicoterapeutas deixou de tentar "curar" seus pacientes homossexuais, aceitando em grande medida a idéia de que a homossexualidade é uma orientação sexual tão aceitável como a heterossexualidade.

Dentro dessa perspectiva, a temática discutida, Orientação Sexual, requer certa postura da escola, da comunidade escolar e do profissional que lida direta e indiretamente com a formação do educando. Havendo várias formas como a diversidade sexual aparece na escola, o que requer da gestão escolar sabedoria, conhecimento e cautela para lidar com determinadas situações do cotidiano escolar e da relação escola-família.

## **GESTÃO ESCOLAR E SEXUALIDADE**

Historicamente existem fatos de gestão em impérios, nações e cidades. Sendo investigado até os dias atuais é constatada uma forte contribuição para o desenvolvimento econômico e social com o passar dos tempos. Desta forma não significa que o esforço da coordenação humana no trabalho cooperativo não existisse, pois bem antes do capitalismo encontramos este fato presente nas administrações, exemplos disso são obras arquitetônicas, como canais de irrigação, as pirâmides do Egito, entre vários outros, tanto na era medieval quanto antes era envolvido uma quantidade gigantesca de trabalhadores em torno de uma mesma gestão. A gestão se torna cada vez mais necessária por conta do momento histórico em que nos encontramos, considerando que a concorrência, a tecnologia e a globalização estão cada vez mais avançados e geram impactos profundos nas questões sociais, econômicas e políticas.

“Desde o fim da II Guerra Mundial, o mundo passou pelas mais profundas transformações de sua história. Assistimos à emergência de novos centros de poder econômico e político, a revolução nas comunicações, ao aumento da produtividade industrial e agrícola, assim como da urbanização. Este mesmo desenvolvimento produziu o aumento da pobreza, da violência, de doenças e da poluição ambiental, além de conflitos religiosos, étnicos, sociais e políticos.” (TENÓRIO, p. 11, 2006).

Alves pontua:

“(…) faz parte dessas habilidades algumas características pessoais tais como: honestidade, a ética, a confiabilidade, o bom procedimento, a responsabilidade e o comprometimento para organização como um todo, incluindo o respeito às pessoas que dela participam.” (ALVES, p. 78, 2015)

É a gestão escolar que permite superar a limitação da descontextualização e construir de forma conjunta o desenvolvimento de ações articuladas e mais consistentes. De forma participativa ela se associa as responsabilidades na tomada de decisões entre diversos segmentos de autoridades no sistema escolar. Tendo aceitação no seu termo a partir da década de 1990, sendo reconhecida como base fundamental para organizar os processos educacionais, mobilizando pessoas e desenvolvendo melhorias na qualidade do ensino que nos é oferecido.

De modo geral, a lógica da gestão escolar parte do princípio democrático, caracterizado pelo reconhecimento da importância da participação dos sujeitos nas decisões sobre o planejamento de seu trabalho, sob orientações das várias dimensões e da orientação dos processos implementados.

Conforme ocorrem mudanças em várias épocas históricas, o correto é criar e recriar moldes que sejam adaptáveis tanto na teoria, quanto na prática. A escola é um círculo de relações sociais, e são elas que imprimem uma dinâmica própria, que expressam interesses diferentes, incidindo direta ou indiretamente no sistema de ensino, ela é quem deve fazer política e construir uma democracia validada.

E a homossexualidade é uma infinita variação sobre um mesmo tema: o das relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo.

Nas palavras de Peter Fry:

“(...) ela é uma coisa na Grécia Antiga, outra coisa na Europa do fim do século XIX, outra coisa ainda entre os índios Guaiáqui do Paraguai. Com este mesmo raciocínio, a homossexualidade pode ser uma coisa para um camponês do Mato Grosso, outra coisa para um candidato a governador do Estado de São Paulo em 1982 e, de fato, tantas coisas quanto os diversos segmentos sociais da sociedade brasileira contemporânea.” (FRY, p. 07, 1984)

De acordo com Batista a gestão escolar democrática deve:

“(...) ser capaz de liderar e mobilizar pessoas, saber agir em situação, nortear-se pelo projeto da escola, assegurar uma atuação sistêmica, assegurar uma participação democrática, pensar e escutar antes de decidir, saber avaliar e deixar-se avaliar, ser conseqüente, ser capaz de ultrapassar dicotomias paralisantes, decidir, acreditar que todos e a própria escola se encontram num processo de desenvolvimento e de aprendizagem.” (BATISTA, p. 46, 2008)

Falar sobre sexualidade é algo que marca o desenvolvimento humano e seu reconhecimento sendo acentuado pela falta de conhecimento, e pela omissão de informações da escola para dialogar com a comunidade escolar envolvida. A temática da orientação sexual na escola deveria estar presente no dia a dia dos estudantes há muito tempo. A gestão escolar tem seu papel como um

instrumento para assegurar a inserção e execução de projetos didáticos que assegurem uma orientação/educação sexual das crianças e adolescentes, apontando um norte aos professores. Pontuando que a sexualidade continua sendo um tabu nas escolas, e nas universidades, por sua vez, também não estão formando os profissionais para lidar de forma coerente com a sexualidade em sala de aula.

Há várias formas como a diversidade aparece na escola, por isso a importância da mesma para que seja um tanto quanto participativa na vida dos alunos. Ao chegar à escola, o indivíduo, independente de qual fase da vida se encontre, já tem um conhecimento de mundo, sendo uma bagagem que ele traz anteriormente à escola.

Sendo desta forma:

“A escola e o currículo devem ser locais onde os estudantes tenham a oportunidade de exercer as habilidades democráticas da discussão e da participação, de questionamento dos pressupostos do senso comum da vida social. Por outro lado, os professores e as professoras não podem ser vistos como técnicos ou burocratas, mas como pessoas ativamente envolvidas nas atividades da crítica e do questionamento, a serviço do processo de emancipação e libertação.” (SILVA, 2013, p. 54 - 55).

A escola através da sua gestão e dos demais profissionais da educação e de toda a comunidade escolar são essenciais para que haja uma reforma curricular que atenda a todas as necessidades apresentadas pelo público escolar em seus diversos níveis e segmentos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Todos são iguais perante a lei, garantindo a inviabilidade do direito à vida, a liberdade, a igualdade, entre vários outros. O ordenamento jurídico acolhe sempre o princípio da igualdade, em especial a proibição por discriminação.

A orientação sexual não se estende por todas as discriminações relacionadas com a sexualidade, por exemplo, a poligamia, que é relativa aos padrões culturais, a pedofilia, que tem relação com a idade, o incesto, relativo a laços sanguíneos, a pornografia, que seria a liberdade de expressão, entre outros, frisando que a orientação sexual pode ser discutida sem depender dos outros casos citados.

Em uma visão do senso comum, a homossexualidade, por exemplo, tem diversas visões negativas, como uma atitude pecadora ou doentia. Pecado, pois, na visão da igreja, um ato sexual entre pessoas do mesmo sexo, seria moralmente reprovável, condenando as manifestações sexuais extraconjugais, assim como práticas sexuais não reprodutivas. Foi vista como doença, adentrando na ciência, a partir do século XIX, em virtude da urbanização e da industrialização, desta forma, a moral e a saúde, confundia os receituários médicos da época. No final do mesmo século passou a ser um objeto de estudo e em 1973 a homossexualidade deixou de ser classificada como doença pela Associação Americana de Psiquiatria.

Após a II Guerra Mundial, surgiram vários movimentos, como o "MattachuneSociety" e "DaughtersofBillities", ambos nos Estados Unidos e opositores da discriminação. Em 28 de junho de 1968, é considerado o dia do orgulho gay, pois solidificaram nessa data os movimentos LGBTs, já

que houve uma resistência de grupos gays em um bar homossexual norte americano chamado StonewallRiot, desde então houve a criação de várias associações em torno do país. Todos os avanços dos grupos LGBTs foram através de lutas sociais, para chegarem a conquistas de garantir seus direitos como um cidadão comum na sociedade.

A falta de formação específica para tratar da sexualidade caminha lado a lado com a insegurança apresentada por uma parcela de profissionais da gestão escolar, que acabam não oferecendo conteúdos mínimos relacionados à sexualidade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, A. L. C. **Gestão de Organizações não governamentais**. Curitiba: CRV, 2015.

BATISTA, Cláudia Aparecida. **Educação e sexualidade: um diálogo com educadores**. São Paulo: Ícone, 2008.

Fry, P. **O que é homossexualidade?** 3 ed. São Paulo: Ed Brasiliense, 1984.

LUCK, H. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. Sao Paulo:Atica, 2008.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. 17 ed. Sao Paulo: Cortez, 2012.

RIOS, R. R. **O Princípio da Igualdade e a Discriminação por Orientação Sexual**. São Paulo: Ed Revista dos Tribunais, 2002.

SILVA, Tadeu Tomaz. **Documentos e Identidades, uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

TENÓRIO, F. G. **Gestão de ONGs principais funções gerenciais**. 10 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

**O PAPEL DO GESTOR NA PÓS-MODERNIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DA COMPLEXIDADE**

*THE MANAGER ROLE IN POST-MODERNITY: AN ANALYSIS FROM THE COMPLEXITY THEORY*

Desenvolvimento e integração regional: Gestão organizacional e empreendedorismo.

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP  
Bacharel em Direito e bacharel e licenciada em Filosofia.  
Especialista em Direito Internacional Público com ênfase em Gestão.  
Especialista em Direito Público com capacitação para o Ensino no Magistério Superior.  
Mestranda do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC)  
[marianargdemello@bol.com.br](mailto:marianargdemello@bol.com.br)

OTTONICAR, Selma Leticia Capinzaiki  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP  
Tecnóloga em Gestão Empresarial, Mestre em Ciência da Informação  
Doutoranda do Departamento de Ciência da Informação  
[selma.leticia@hotmail.com](mailto:selma.leticia@hotmail.com)

GUTIERREZ, Vânia Cristina Pastrri  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP  
Bacharel em Ciências Contábeis, MBA em Controladoria e Finanças.  
Mestre em Ciências Contábeis e Atuarias.  
Doutoranda em Ciência da Informação.  
[vaniagutierrez@uol.com.br](mailto:vaniagutierrez@uol.com.br)

BORGES, Ellen Valotta Elias  
Universidade Estadual Paulista (UNESP).  
Bacharel em Tradutor;  
Especialista em Estudos Linguísticos e Ensino de Línguas Estrangeiras  
Mestre em Letras (Literatura e Vida Social)  
Doutoranda em Ciência da Informação (aprovada na Qualificação)  
[ellenvalotta@yahoo.com.br](mailto:ellenvalotta@yahoo.com.br)

REIS, Daniela Pereira dos  
Universidade Estadual Paulista (UNESP).  
Bacharel em Biblioteconomia.  
Mestre em Ciência da Informação.  
Doutora em Ciência da Informação.  
Professora do Departamento de Ciência da Informação da UNESP de Marília.  
[danimatihe@gmail.com](mailto:danimatihe@gmail.com)

**Resumo**

A Pós-Modernidade é marcada por um fluxo contínuo de informações que se transformam ou se desdobram a cada momento. Não há respostas eternas, nem exatas, diante de tantas teorias que necessariamente não se excluem e, ao contrário, podem se complementar. Portanto, pretende-se refletir sobre o papel do gestor diante dos novos desafios que marcam as organizações atualmente, cuja reflexão se apoia nos preceitos da Teoria da Complexidade. Este trabalho configura-se em uma pesquisa qualitativa e exploratória, fundamentada em textos científicos publicados nas áreas de Ciência da Informação, Administração e Filosofia, tais como, artigos, teses, dissertações e livros, pesquisados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). Ressalta-se que a pesquisa está em desenvolvimento e nesse artigo, apresentará os primeiros resultados. A Revisão Sistemática da Leitura foi usada como método de pesquisa. Verificou-se que é pouco explorada a temática tratada



neste trabalho nas referidas bases de dados. Esse fato, contribui para justificar a sua relevância, uma vez que sua temática é inovadora tanto para a Gestão Empresarial quanto para a Ciência da Informação. Nessa perspectiva, evidencia-se que as pessoas que atuam em atividades de gestão precisam ter uma postura humanística, conhecimento amplo, atualizado, visão do todo, a fim de compreender o seu papel como agente de mudanças, gerenciando informações sobre o mercado em que a organização atua, e de que maneira a dinâmica e a competitividade presentes nesse contexto afetam direta ou indiretamente os sujeitos organizacionais

**Palavras-chave:** Gestor, Informação, Teoria da Complexidade.

### **Abstract**

Post-Modernity is marked by a continuous information flow that is transformed or unfolded at each moment. There are no eternal or exact answers to so many theories that are not necessarily excluded and, on the contrary, can complement each other. This paper intends to reflect on the manager role in face of the new challenges that mark organizations today, whose reflection is based on the precepts of Complexity Theory. This paper is a qualitative, exploratory and theoretical research, developed based on qualified scientific texts published in the areas of Information Science, Administration and Philosophy, such as articles, theses, dissertations and books, searched in the Portal of Periodicals of the *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)* and in the Parthenon Catalog of the Sao Paulo State University. The Systematic Review of Reading was used as a data collection technique. It was verified that the topic dealt with in this work in these databases is little explored. From this perspective, it is evident that people who act in management activities need to have a humanistic posture, broad knowledge, updated, vision of the whole, in order to understand their role as a change agent, managing information about the market in which organization and how the dynamics and competitiveness present in this context directly or indirectly affect organizational individuals.

**Keywords:** Manager, Information, Theory of Complexity.

## **1 INTRODUÇÃO**

Atualmente, as organizações sobrevivem em um contexto de incertezas. As economias são cada vez mais fluídas e interconectadas. A crise política e econômica de uma nação é capaz de provocar reações em cadeia em outros países. Isso ocorre devido a globalização e ao capitalismo avançarem de modo desenfreado. Além disso, pode-se adicionar a mudança constante das tecnologias de informação e comunicação (TIC), pois se tornam obsoletas rapidamente.

A palavra de ordem é inovação, tendo em vista que os consumidores demandam produtos e serviços novos para acompanhar as necessidades das pessoas. Bauman (2009) traz essa ideia de liquidez da sociedade contemporânea, a qual afeta inclusive os relacionamentos interpessoais. Essa liquidez se estende para o contexto empresarial e exige flexibilidade dos gestores e funcionários na tomada de decisão.

Uma decisão acertada, em um determinado dia, poderá se modificar com o passar do tempo, tendo em vista que as variáveis se alteraram nos mais diversos campos. O contexto e as necessidades dos clientes mudam. Logo, existem oportunidades de negócios relacionadas com a liquidez da sociedade e, por isso, gestores aplicam as novas TIC nessas demandas. Neste cenário, frente ao pensamento complexo que adere muito bem aos desafios da Pós-Modernidade, à medida que propõe uma atitude agregadora e dialógica, unindo e incorporando multiplicidade de ideias, descobriu-se um projeto de extensão universitária da Universidade Estadual Paulista (UNESP, campus de Tupã) que contempla a complexidade enquanto práxis e não apenas como teoria, exemplificando o papel do novo gestor, muito embora, não trate expressamente da Teoria da Complexidade.

Diante dessas reflexões, o problema de pesquisa é: Existem trabalhos na área da Gestão Empresarial e Ciência da Informação que vislumbrem a ideia de complexidade? Os objetivos envolvem a reflexão sobre os desafios do gestor na Pós-Modernidade devido ao movimento complexo na contemporaneidade.

Os gestores, por mais qualificados que sejam, dificilmente terão uma solução absoluta e única para os problemas que surgem na empresa. Assim os critérios de tomada de decisão são fluídos. Há um fluxo contínuo de informações que se transformam ou se desdobram a cada momento. Não há respostas eternas, nem exatas, diante de tantas teorias que necessariamente não se excluem

e, ao contrário, podem se complementar. Em face desses desafios, as organizações devem ser gerenciadas por meio da flexibilidade, pois não há mais referências sólidas e absolutas em nenhuma instituição.

Por isso, os profissionais que atuam nas organizações precisam estar preparados para lidar com esse contexto em que nada mais é sólido. A liquidez presente nas mais diferentes esferas da sociedade, uma característica marcante na Pós-Modernidade, segundo Bauman (2009), possui uma dicotomia em sua concepção, pois ao mesmo tempo que demanda flexibilidade e traz desafios para a tomada de decisão e novas oportunidades empreendedoras de soluções de negócios.

No que tange à metodologia, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa do tipo exploratória. Os procedimentos metodológicos foram a realização de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) e utilizar-se-à como descritores: informação, organização do conhecimento e o contexto da pós modernidade e suas implicações para a teoria da complexidade, mais bem descrita na seção quatro deste trabalho. A análise dos dados será realizada a partir da Revisão Sistemática da Literatura (RSL) do portal de periódico da CAPES e da BRAPCI.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A informação, de acordo com Le Coadic (1996), pode ser conceituada como todo conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impresa ou numérica), oral ou audiovisual. Em linhas gerais, pode-se compreender a informação como sendo a matéria-prima essencial para subsidiar os sujeitos que necessitam tomar uma decisão para resolver um problema na qual está envolvido, seja no âmbito profissional, seja no âmbito pessoal. Nesse sentido, é fundamental que o sujeito organizacional saiba reconhecer suas necessidades informacionais, visando acessar, buscar e obter a informação adequada às suas necessidades.

Choo (2003) destaca três fases sobre o uso da informação em contextos empresariais, são elas: criação do significado, construção do conhecimento e tomada de decisões.

**Quadro 1: Modos de uso da informação – Choo.**

Modo	Ideia Central	Resultados	Principais Conceitos
<b>Criação de significado</b>	Organização interpretativa: Mudança ambiental → Dar sentido aos dados ambíguos por meio de interpretações. A informação é interpretada.	Ambientes interpretados e interpretações partilhadas para criar significado.	Interpretação, seleção, retenção.
<b>Construção de conhecimento</b>	Organização aprendiz: Conhecimento existente → Criar novos conhecimentos por meio da conversão e da partilha dos conhecimentos. A informação é convertida.	Novos conhecimentos explícitos e tácitos para a inovação.	Conhecimento tácito. Conhecimento explícito. Conversão do conhecimento.
<b>Tomada de decisões</b>	Organização racional: Problema → Buscar e selecionar alternativas de acordo com os objetivos e preferências. A informação é analisada.	Decisões levam a um comportamento racional e orientado para os objetivos.	Racionalidade limitada. Premissas decisórias. Regras e rotinas.

Fonte: Choo – 2003 – p.46.

Na fase de criação do significado, as pessoas devem filtrar e selecionar qual informação é importante e, através das experiências vivenciadas e troca de ideias, chegarem a um consenso sobre a sua interpretação. O principal desafio é resolver a ambiguidade das informações do ambiente externo.

No que tange a fase da construção do conhecimento, o processo de informação ocorre por meio da conversão do conhecimento, ou seja, os indivíduos dialogam em meios de comunicação formais, trocam conhecimentos e articulam o saber intuitivo. A transformação do conhecimento em

valor não acontece somente dentro da organização, a interação com fornecedores, parceiros e clientes, também, é importante para a sua realização.

Em relação a fase da tomada de decisão, após o processamento e a análise da informação, com parâmetros em critérios estabelecidos por consenso, são delineadas as opções que o gestor tem para decidir pelo caminho estratégico mais adequado. O conhecimento organizacional deve ser compreendido como fruto de um processo de uso da informação, por meio do qual a organização constrói significados comuns sobre suas ações, compartilhando e aplicando novos conhecimentos.

Quanto a importância da informação para as organizações, Beuren (2000 *apud* ESTAGNO, 2006, p.22) ressalta que:

[...] a informação é fundamental no apoio às estratégias e processos de tomada de decisão, bem como no controle das operações empresariais. sua utilização representa uma intervenção no processo de gestão, podendo, inclusive, provocar mudança organizacional, à medida que afeta os diversos elementos que compõem o sistema de gestão. Esse recurso vital da organização, quando devidamente estruturado, integra funções das várias unidades da empresa, por meio dos diversos sistemas organizacionais.

Como os gestores organizacionais buscam e usam a informação se refere a uma pergunta complexa, uma vez que a informação permeia todos os processos, atividades e tarefas organizacionais. É preciso compreender os processos organizacionais e humanos que levam a transformação da informação em percepção, conhecimento e ação. Assim, para Choo (2003), a organização do conhecimento é aquela que possui informações e conhecimentos que a tornam bem informada e capaz de desenvolver percepção e discernimento.

## **2.2 GESTOR, COMPLEXIDADE E PÓS-MODERNIDADE**

Há uma gama de definições acerca do que seja a Pós-Modernidade, o que só ratifica o caráter complexo inerente ao seu conceito em face da diversidade de perspectivas e interpretações múltiplas que compõem o momento atual. A corrente majoritária entende que a Pós-Modernidade surge por volta de 1950, tendo em vista as mudanças no campo das Ciências, Artes, bem como na maneira de pensar da sociedade em geral. A esse período tem-se atribuído duas fases distintas: a primeira inicia-se em 1950 e termina com a Guerra Fria – momento em que vigora o grande alcance da mídia analógica; a segunda fase abrange desde o final da Guerra Fria – tendo como marco a disseminação da informação através da mídia digital – perdurando até a atualidade (SANTOS, 2017).

Nesta concepção pós-moderna, epistemologicamente nada é completo, pleno e tudo pode ser reorganizado e transformado. As interpretações são compreendidas apenas como aberturas, pois não existe um fechamento ou resultado final, o suporte da verdade sob a égide da razão, tal como argumentavam os cientistas e filósofos na Idade Moderna. Nessa perspectiva, no âmbito da gestão, também, não há uma direção absolutamente correta, uma causa que necessariamente incida sempre no mesmo efeito. Nas palavras de Bauman (2003) “A Pós-Modernidade é esse desencantamento em relação à ideia de um futuro garantido, certo, promovido por leis da História, necessariamente melhor, redentor. Ela é a construção de um presente possível”.

No que tange a Teoria da Complexidade, que está inserida na Pós-Modernidade, pode-se mencionar de modo geral, que se trata de um pensamento que questiona a Teoria Clássica fundamentada em três pilares: simplificação, ordem e razão, buscando estabelecer a verdade absoluta com fim último da Ciência. Edgar Morin (2007), um dos articuladores da Teoria da Complexidade, propõe não só à Ciência, mas, também, às diversas instituições, uma atitude agregadora, dialógica, visto que não substitui a separabilidade pela inseparabilidade, propõe a integração de duas vertentes no movimento do devir. Não há dualidades, opostos ou certezas, o pensamento complexo procura unir e incorporar, ratificando a multiplicidade de ideias. Da desordem emerge a ordem e vice-versa num movimento incessante, profundo, criativo e interligado.

Vale ressaltar, que as corporações no Século XIX e XX sofreram uma influência da Idade Moderna, no que se refere a concepção de conhecimento e de gestão, época na qual as relações de trabalho eram verticais, isto é, estruturadas numa hierarquia rígida, deixando pouca abertura ao diálogo. Com o decurso do tempo, algumas organizações perceberam a importância de minimizar o caráter impessoal no mundo corporativo, investindo no diálogo com os colaboradores e clientes, adotando uma postura mais flexível, voltada para o outro. Na Pós-Modernidade, exercer uma função de liderança vai além de emitir ordens e buscar lucro, implica em conhecimento amplo, diálogo, respeito e inovação.

Se por muito tempo, as organizações foram compreendidas como estruturas piramidais

rígidas em que ambientes internos e externos foram vistos como sistemas distintos e independentes, em que não circulavam informações essenciais para o desenvolvimento corporativo; na Pós-Modernidade este conceito não é mais válido, visto que ela é marcada pelo fluxo contínuo de informações acerca dos mais diversificados pontos de vista. Como os estudos organizacionais estão alinhados tanto às mudanças das práticas sociais quanto às teorias que fundamentam essas práxis, se faz necessário novas maneiras de pensar as organizações com novas metodologias e linguagens em face do sistema complexo no qual as organizações estão imersas.

Nesse sentido, Choo (2003, p.27-28) expõe:

Primeiro, a organização usa a informação para dar sentido às mudanças do ambiente externo. A empresa vive num mundo dinâmico e incerto. Precisa garantir um suprimento confiável de materiais, recursos e energia. As forças e a dinâmica do mercado moldam seu desempenho [...] A dependência crítica entre uma empresa e seu ambiente requer constante atenção às mudanças nos relacionamentos externos. A organização que desenvolve desde cedo a percepção da influência do ambiente tem uma vantagem competitiva.

Neste panorama, as organizações devem ser gerenciadas pela flexibilidade, frente às mudanças constantes, porém descontínuas, à medida em que não há mais referências sólidas e absolutas em nenhuma instituição. O gestor precisa adotar uma postura flexível, reflexiva e estruturar-se, adequando-se para o fato de que, a qualquer momento, a empresa poderá tomar novos rumos. Reside aí sua habilidade para lidar com incertezas e quebras de paradigmas. Para tanto, é necessário que o gestor esteja em contínuo aprendizado, refletindo acerca do mundo, da empresa e de cada um de seus colaboradores que deverão também fazer uma autorreflexão, tornando-se responsáveis tanto pelo desenvolvimento da empresa em que trabalham quanto pelo seu próprio.

### 2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E TIC: UM EXEMPLO REGIONAL DA PRÁTICA DA COMPLEXIDADE

Entende-se como agricultura familiar o cultivo da terra realizado por gestor e mão-de-obra majoritariamente oriunda do núcleo familiar ou da pequena comunidade na qual se vive. Trata-se de uma das expressões mais importantes em termo de produção de alimentos no Brasil. Contrastando, então, com a agricultura patronal que se dá em médias ou grandes propriedades e que conta com um número de trabalhadores contratados fixos ou temporário (CANDIOTTO, 2011). A independência de insumos externos à propriedade agrícola, a pequena propriedade, a grande autossuficiência da unidade produtiva, o uso de mecanismos que garantam o fluxo necessário de bens e energia, a partir de recursos ambientais renováveis são outras características da agricultura familiar. Porém, ela não é necessariamente um tipo de agricultura que não se utiliza de tecnologia, tal como comumente, se pensa, mas sim de baixo insumo, ou seja, apenas o uso dos elementos essenciais para a produção agrícola (BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2005). Abaixo, a figura demonstra a dimensão integradora da agricultura familiar, tendo em vista que une processos milenares aos modernos, integrados ao ecossistema, que em si, já é um sistema complexo, visto que é formado por um conjunto de comunidades bióticas.



Fonte: Google Imagens - 2018.

A UNESP do Campus de Tupã tem um projeto de extensão denominado “Competências Digitais para Agricultura Familiar” (CoDAF), coordenado pelo Professor Doutor Ricardo César Gonçalves Sant’Ana. “Este projeto se destaca pelas ações voltadas a amenizar as barreiras que dificultam o acesso e uso da informação pelos produtores rurais, especificamente pelos agricultores familiares”. (AFONSO; PERRONI, 2016, p. 23). A ideia incide na inclusão digital e na possibilidade de

se estabelecer um diálogo que serve para descobrir as demandas desses pequenos produtores e, assim, poder desenvolver tecnologias que atendam às necessidades do grupo de gestores da agricultura familiar que são atendidos pelo projeto, auxiliando no desenvolvimento do agronegócio na região de Tupã. O projeto possui um portal, que constitui um veículo direto na obtenção de informações por parte dos gestores da agricultura familiar, na medida em que divulga ações e informações acerca deste tipo de cultivo, além de políticas públicas voltadas ao tema e as tecnologias que podem ser utilizadas como ferramenta facilitadora do agronegócio. Para acessar o portal, basta que o produtor cadastre a sua propriedade. Nesta lógica, “a informação se torna ferramenta útil para o desenvolvimento do agronegócio nacional, com ênfase ao segmento da agricultura familiar que encontra barreiras físicas, geográficas, digitais e comunicacionais” (VIEIRA; BERNARDO; SANT’ANA, 2015, p. 175).

O projeto, então, relaciona tecnologia da informação e comunicação com os procedimentos da agricultura familiar, ou seja, agrega aspectos milenares provenientes desse tipo de cultivo com tecnologia, informação e comunicação. Tal fato o torna complexo, visto que uma das características principais do pensamento complexo é justamente a capacidade de integração, aliar o tradicional ao novo, teoria com a prática, num movimento criativo. Outra característica elementar da complexidade é ser um processo dialógico, ou seja, que interage bem com vários princípios e discursos dos mais diferentes sujeitos. O que adere também aos princípios, modos de uso da informação e organização do conhecimento, conforme exposto na seção 2.1. Neste sentido, Sant’Ana, coordenador do CoDAF, juntamente com outros autores defendem que “a escolha do processo adequado, minimizando ruídos, favorece a eficiência dialógica” (VIEIRA; BERNARDO; SANT’ANA, 2015, p. 177).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Configura-se em uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo exploratória e de cunho teórico, desenvolvida com base em textos publicados nas áreas da Ciência da Informação, Administração e Filosofia como, por exemplo, artigos, teses, dissertações e livros, pesquisados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). A Revisão Sistemática da Leitura (RSL) foi aplicada como técnica de coleta de dados, conforme o Quadro 2.

**Quadro 2: Protocolo da Revisão Sistemática da Literatura**

<b>Dados do Protocolo da RSL</b>	<b>Apresentação</b>
Objetivo Geral	Identificar artigos que tratam da informação, conhecimento, pós modernidade e teoria da complexidade tanto da área da Gestão Empresarial e Ciência da Informação
Fontes Pesquisadas para obtenção dos estudos Primários	Portal de Periódicos da CAPES e BRAPCI
Restrições	Trabalhos presentes no campo de outras áreas.
Critérios de Inclusão e Exclusão	Inclusão: Trabalhos em português (Brasil) e espanhol alocados na área da Ciência da Informação e Gestão Empresarial. Trabalhos que possuem discussões teórico-metodológicas. Exclusão: Trabalhos que não estão disponíveis completos e/ou que possuem conteúdos que precisam ser pagos para serem acessados.
Dados extraídos dos Estudos Primários	Título, palavras-chave e resumo.
Sintetização dos dados	Os artigos foram usados para definir os parâmetros para o protocolo e atributos de extração de dados.

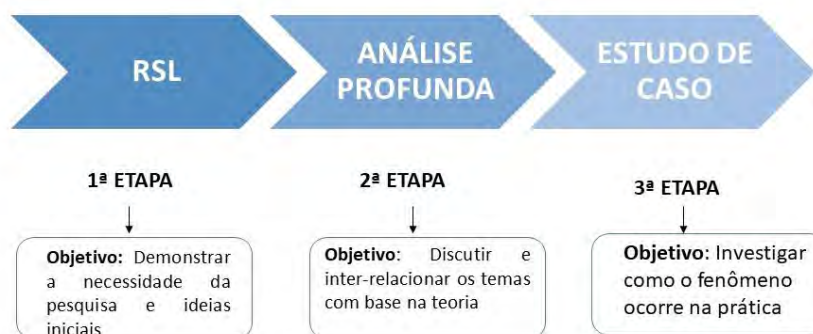
Palavras Chave de Busca nas Bases de Dados	<i>"informação" AND "teoria da complexidade"; 'gestão empresarial' AND 'teoria da complexidade'; "conhecimento" AND "pós-modernidade"; 'gestão empresarial' AND 'pós-modernidade'</i>
Processo de Seleção dos Estudos Primários	Os artigos selecionados para download cumpriram com os critérios de inclusão e exclusão descritos acima.

**Fonte: Elaboração própria - 2018**

Pesquisou-se os termos: „informação“, „organização do conhecimento“, „gestor“, „Pós-Modernidade“ e „complexidade“, a fim de convergir esses conceitos e aprimorar os fundamentos teóricos da área da Ciência da Informação. Em seguida, realizou-se a seleção, a leitura, o fichamento e a análise dos textos, objetivando atender a proposta e os objetivos do presente trabalho e, posteriormente, realizar a extração e sistematização das informações principais. A escolha por este tipo de procedimento metodológicos decorreu do fato de entender-se, aqui, a importância de se realizar uma análise interpretativa de conceitos e teorias, buscando uma compreensão social dos mesmos.

Essa pesquisa ainda está em desenvolvimento e apresenta os seus resultados iniciais. Primeiramente, busca-se analisar a inter-relação entre as teorias de maneira profunda e posteriormente, realizar um estudo de caso para demonstrar como a Pós-Modernidade tem influenciado a tomada de decisão, a solução de problemas e a inovação nas organizações. O foco é demonstrar a liquidez do contexto econômico com base nas teorias sociais propostas por Bauman (2009) e do pensamento complexo difundido por Morin (2007). A figura 1 ilustra esse passo a passo metodológico em desenvolvimento.

**Figura 1 – Etapas Metodológicas a serem desenvolvidas na pesquisa**



**Fonte: Elaboração própria – 2018**

Como indicado pela figura 1 a pesquisa possui três etapas que são realizar a RSL com o objetivo de demonstrar a necessidade da pesquisa e ideias iniciais. Realizar uma análise profunda dos textos recuperados a fim de discutir e inter-relacionar os temas. Por fim, mas não menos importante, realizar um estudo de caso em empresas para verificar o fenômeno na prática.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa trouxe dados durante a coleta com base na RSL do portal de periódico da CAPES e da BRAPCI. Os resultados foram apresentados a partir da análise dos dados primários. Essa análise foi sistematizada pelo título, resumo e palavras-chave. Futuramente, pretende-se aprofundar e criar base para gerar conhecimentos sobre o tema pesquisado, através da leitura sistemática dos artigos, teses, dissertações, trabalhos em anais e livros identificados, selecionados e analisados. A partir da análise dos critérios estabelecidos (Quadro 3), pretende-se apresentar os resultados obtidos.

**Quadro 3 – Resultados preliminares da RSL**

Base de dados	Artigos recuperados	Análise dos dados primários
Portal da CAPES	354	0
BRAPCI	4	0

Fonte: Elaboração própria - 2018

Pela análise proposta (Quadro 3) verificou-se que no Portal de Periódicos da Capes poucos trabalhos tratavam de gestão e Pós-Modernidade, uma vez que foram recuperados conforme as palavras-chave mencionadas anteriormente, aplicando-as nos campos de busca: título, palavras-chave e resumo, entretanto, nenhum texto se referia à Teoria da Complexidade voltada à gestão. Na BRAPCI durante a busca empreendida, de acordo com o período e estratégia supracitados, obteve-se o mesmo resultado. Vale ressaltar, que várias combinações das palavras-chave supracitadas foram usadas, a fim de atender aos ensejos desta pesquisa, no que tange aos critérios estabelecidos para a coleta no âmbito da RSL (Quadro 3). Evidenciou-se, assim que esta temática é pouco explorada nessas bases de dados, bem como na literatura em geral.

Porém, muito embora haja um cenário de publicações escassas, implicitamente muitas pesquisas trazem no seu bojo características do pensamento complexo, como é o caso do projeto integrador da UNESP do Campus de Tupã: “Competências Digitais para Agricultura Familiar” (CoDAF), coordenado pelo Professor Doutor Ricardo César Gonçalves Sant’Ana.

Defende-se, então, que a pós modernidade fez com que o contexto empresarial se tornasse mais complexo. Essa complexidade demanda maior flexibilidade dos gestores e profissionais para enfrentar os desafios. Os obstáculos são muitos, tal como as incertezas marcadas pelas mudanças constates de tecnologias, economia líquida, globalização e demandas de inovação constante por parte dos consumidores. Nessa perspectiva, é primordial que o sujeito organizacional saiba constatar suas necessidades informacionais, com o intuito de acessar, buscar e obter a informação adequada às suas necessidades. O que torna a organização da informação e do conhecimento um tema que também adere ao pensamento complexo.

Em termos de tomada de decisão, resolução de problemas e inovação há algumas situações pós modernas que influenciam o contexto profissional, explicitado pelo quadro 4, conforme segue.

**Quadro 4 – Desafios da Pós-Modernidade no contexto organizacional**

	Desafios na Pós-Modernidade	Flexibilidade da Organização
Tomada de Decisão	Tomada de decisão flexível; Não repetição das estratégias; A decisão muda e, portanto, não é absoluta; e Informação modifica as ideias	Rever os indicadores de decisão; Analisar o contexto naquele momento; Verificar o futuro do ramo econômico
Resolução de problemas	Desafios constantes; Problemas que demandam flexibilidade; Dificuldades em lidar com a economia líquida; Demanda constante de inovação Adaptação e mudanças rápidas;	Compreender que a economia internacional muda rapidamente; Se adequar aos problemas e propor novas soluções; Estar preparado para lidar com a liquidez econômica; Flexibilização dos produtos e processos; A palavra de ordem é adaptação

<b>Inovação</b>	Evolução tecnológica rápida; Demanda dos clientes; Modos de vida das novas gerações; Alto nível de obsolescência dos equipamentos	Buscar soluções inovadores e não focar apenas no tradicional. Flexibilizar os produtos e criar novos serviços para os consumidores. Desenvolvimento de tecnologias atuais e adequadas ao contexto. Inovação constante tanto de processos quanto de produtos.
-----------------	--	---

**Fonte: Elaboração própria - 2018**

O quadro demonstrou que a Pós-Modernidade traz novas situações para as organizações devido a complexidade do sistema econômico. A tomada de decisão precisa ser flexível, à medida que os indicadores de análise precisam ser modificados constantemente. A decisão não pode ser única e absoluta, mas adaptada às necessidades do ambiente da organização. As informações que são o insumo para a tomada de decisão precisam ser recuperadas sempre.

Para a solução de problemas é necessário um novo olhar, mais agregador, por parte do gestor, a fim de solucionar obstáculos que demandam flexibilidade. Problemas estes que incidem nas dificuldades em lidar com a economia líquida, demanda constante, inovação e adaptação às mudanças rápidas do mercado e da tecnologia. Portanto, os gestores, bem como os profissionais das empresas, em geral, precisam compreender que a economia global está em constante oscilação. Se adequar aos desafios, propondo novas soluções e estar preparado para lidar com a liquidez econômica, implica em flexibilização. Dessa maneira, é importante flexibilizar os produtos e processos, pois a palavra de ordem é adaptação.

Posto isto, a Pós – Modernidade fez com que as inovações sejam fundamentadas na evolução tecnológica rápida, demandas dos clientes, estilos de vida diversificados das novas gerações, economia instável e alto nível de obsolescência dos equipamentos. No sistema complexo, os indivíduos devem buscar soluções inovadoras e não focar apenas no tradicional. O que implica na mescla da tecnologia com processos tradicionais, no milenar com o pós-moderno, no instrumental com a reflexão, enfim, no repensar-se e reinventar-se continuamente.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados iniciais da RSL demonstraram que ainda existem poucos artigos desenvolvidos tanto na área da Ciência da Informação quanto na Gestão Empresarial que tratem de modo exposto da Teoria da Complexidade e dos desafios da pós – modernidade na área da gestão. Há portanto uma lacuna na literatura que precisa ser explorada. Porém, implicitamente, muitas pesquisas trazem o caráter agregador e dialógico do pensamento complexo, tal como foi o exemplo apresentado na região de Tupã que une acadêmicos aos pequenos produtores rurais, teoria e prática, tecnologia e práticas milenares de plantio. Logo, o presente artigo trouxe reflexões iniciais sobre a questão da informação, conhecimento nas organizações em meio ao contexto líquido, resultado da pós-modernidade.

Nessa perspectiva, evidencia-se que as pessoas que atuam em atividades de gestão precisam ter uma postura humanística, conhecimento amplo, atualizado, visão do todo, a fim de compreender o seu papel como agente de mudanças, gerenciando informações sobre o mercado em que a organização atua, e de que maneira a dinâmica e a competitividade presentes nesse contexto afetam direta ou indiretamente os sujeitos organizacionais.

O pensamento complexo não se reduz ao âmbito acadêmico, desdobra-se para os diversos setores das sociedades. Tal fato enseja no questionamento de todas as formas de pensamento unilateral, dogmático, apenas quantitativo ou instrumental. A incerteza é condição necessária do paradigma da complexidade. Todavia, é vista como ponto positivo, na medida que traz abertura de horizontes, não sendo um princípio que imobiliza atitudes e reflexões.

Assim, a Teoria da Complexidade contribui para que a Gestão Empresarial analise a tomada de decisão como uma ação complexa, pois depende da integração de fatores diversos presentes no ambiente. Esses fatores modificam as necessidades dos consumidores. Portanto, a tomada de decisão, a resolução de problemas e a inovação precisam se adaptar a essas demandas. Os profissionais e as organizações precisam se flexibilizar e compreender que as mudanças trazem novas oportunidades de aprendizagem e construção de conhecimento.

Portanto, é necessário que o gestor desenvolva conhecimento acerca das relações humanas, tendo além do conhecimento de natureza intelectual, a inteligência emocional, de modo a despertar o



entusiasmo na equipe por ele liderada e, conseqüentemente, ter colaboradores que desenvolvam o trabalho de modo mais eficaz, sempre evoluindo como profissionais e seres humanos. Sob essa ótica, o bom líder propõe soluções criativas aos problemas enfrentados, mantendo o clima positivo entre os diversos setores que compõem as organizações, criando um ambiente em que impera o respeito às diferenças individuais, fator que promove a resolução de conflitos e a colaboração/cooperação.

A pesquisa é limitada pelo fato de que ainda se encontra em desenvolvimento e, portanto, apresentou apenas resultados parciais. Além disso, analisou apenas bases de dados nacionais que recuperam artigos publicados no Brasil. Como sugestão aos trabalhos futuros, tem-se a pesquisa em base de dados internacionais na área da Ciência da Informação e da Gestão Empresarial. Outros estudos podem se utilizar desses resultados e como metodologia realizar um estudo de caso em organizações empresariais para identificar como os profissionais têm se flexibilizado diante da Pós-Modernidade.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, E. P.; PERRONI, V. Tecnologias da informação e comunicação na agricultura familiar: um olhar na produção científica de Ricardo César Gonsalves Sant'Ana. RECoDAF – Revista Eletrônica Competências Digitais para a Agricultura Familiar, Tupã, v. 2, n. 1, p. 20-40, jan./jun. 2016. ISSN:2448-0452. Disponível em: <http://codaf.tupa.unesp.br:8082/index.php/recodaf>. Acesso em: 23 set. 2018.

BAUMAN, Z. A sociedade líquida. Entrevista à Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de outubro de 2003. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/4\\_Encontro\\_Entrevista\\_A\\_Sociedade\\_Liquida\\_1263224949.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/4_Encontro_Entrevista_A_Sociedade_Liquida_1263224949.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BATALHA, M; BUAINAIN, A. M; SOUZA FILHO, H. M. S. **Tecnologia de gestão e uso familiar** <http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Tecnologia%20de%20Gest%C3%A3o%20e%20Agricultura%20Familiar.pdf>, 2005.

BISI, P. H. S.; MOREIRA, F. M.; SANT'ANA, R. C. G. Aplicação da Depreciação nos Dados de Ativos em Culturas Permanentes. In: XXI Simpósio de Engenharia de Produção, 2014, Bauru. **Anais...** Bauru: UNESP, 2014. v. 16. p. 1-10. Disponível em: < <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/simpep.php> e=9>. Acesso em: 23 set. 2018.

CANDIOTTO, L. Z. P. A agricultura familiar no contexto do rural contemporâneo. In: SAQUET, M. A.; SUZUKI, J. C.; MARAFON, G. J. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. v. 1, p. 275-298.

ESTAGNO, M. **Estudo dos benefícios propostos de um sistema de gestão empresarial “ERP – Enterprise Resources Planning”, para as empresas**: um estudo de caso exploratório baseado em resultados obtidos em implantações efetuadas nas empresas de Marília e região. 87f. Monografia (Graduação) – Curso de Marketing, Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha, Marília, 2006.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

LE COADIC, Y. F. **A ciência da informação**. Brasília: Brique de Lemos, 1996.

MORIN, E.; LE MOIGNE, J-L. **Inteligência da complexidade**: epistemologia e pragmática. Instituto Piaget: Lisboa, 2007.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

SANTOS, B. S. de. **Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna**. São Paulo: Cortez, 2017.

VIEIRA, S. C.; BERNARDO, C. H. C.; SANT'ANA, R. C. G. A relevância da comunicação rural na

difusão de informações para a agricultura familiar: um estudo de caso do “CODAF”. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 11, n. 2, p. 168-183, 2015. Disponível em: <[http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/.php/fórum\\_ambiental/article/view/1093/0](http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/.php/fórum_ambiental/article/view/1093/0)>. Acesso em: 22 set. 2018.

**O PAPEL DO PROCON NA DEFESA QUALIFICADA DOS INTERESSES DOS CONSUMIDORES –  
UMA ANÁLISE DO PROJETO DE LEI N° 5196/13**

*THE ROLE OF PROCON IN THE QUALIFIED DEFENSE OF CONSUMERS INTERESTS – AN  
ANALYSIS OF PROJECT OF LAW N° 5196/13*

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

PAULA, Ana Cristina Alves de  
Unesp (campus de Franca/SP)  
Advogada. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Ciências  
Humanas e Sociais.  
E-mail: a.cris.direito@gmail.com

**Resumo**

O Código de Defesa do Consumidor estabeleceu um microsistema normativo, cercado-se de normas de caráter geral e abstrato e contemplando preceitos normativos de diversas naturezas. A infraestrutura protetiva do consumidor, denominada Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, é um conjunto de órgãos públicos e entidades privadas responsáveis direta ou indiretamente pela promoção de defesa do consumidor. Os Procons foram concebidos como entidades ou órgãos estaduais e municipais de proteção ao consumidor, criados no âmbito das respectivas legislações competentes para fiscalizar as condutas infratoras, aplicar as penalidades administrativas correspondentes, orientar o consumidor sobre seus direitos, planejar e executar a política de defesa do consumidor nas suas respectivas áreas de atuação, entre outras atribuições. O principal objetivo desta pesquisa foi compreender e delimitar o atual debate que envolve o fenômeno da judicialização do Direito do Consumidor, tentando encontrar subsídios para o esclarecimento dos efeitos deste fenômeno no cotidiano das pessoas e perquirindo situações que viabilizem a aplicabilidade do tratamento jurídico conferido pela legislação consumerista. Por meio do método dedutivo com técnica de pesquisa bibliográfica, conclui-se que, em meio à “crise da administração da justiça”, estes órgãos da administração direta dos Poderes Executivos Estaduais e Municipais, foram instituídos no Brasil com a missão de amenizar os efeitos produzidos pela ineficácia do Estado na tutela de direitos dos consumidores, defendendo a conveniência e adequação do emprego de técnicas de conciliação por seus agentes, sem prejuízo da prática de ações administrativas de prevenção de outros conflitos ampliados ou difusos de consumo.

**Palavras-chave:** defesa dos consumidores, papel do Procon, Projeto de Lei n° 5196/13.

**Abstract**

The Consumer Protection Code established a normative micro-system, encompassing general and abstract norms and contemplating normative precepts of various natures. The consumer protection infrastructure, called the National Consumer Defense System, is a set of public bodies and private entities that are directly or indirectly responsible for promoting consumer protection. The Procons were designed as state or municipal consumer protection bodies, created under their respective laws, to supervise the offending conduct, to apply the corresponding administrative penalties, to guide the consumer about their rights, to plan and execute the defense policy of the consumer in their respective areas of activity, among other duties. The main objective of this research was to understand and delimit the current debate that involves the phenomenon of the judicialization of Consumer Law, trying to find subsidies to clarify the effects of this phenomenon on the daily lives of people and facing situations that make feasible the legal treatment conferred by consumerist legislation. Through the deductive method with a bibliographic research technique, it was concluded that, in the midst of the "crisis of the administration of justice", these organs of direct administration of the State and Municipal Executive Powers were instituted in Brazil with the mission of mitigating the effects produced by the inefficiency of the State in the protection of consumer rights, defending the

convenience and adequacy of the use of conciliation techniques by its agents, without prejudice to the practice of administrative actions to prevent other widespread or diffuse consumer conflicts.

**Keywords:** consumer protection, Procon's role, Project of Law n° 5196/13.

## 1 INTRODUÇÃO

O respeito à dignidade da pessoa humana, fundamento do imperativo categórico kantiano, de ordem moral, tornou-se um comando jurídico no Brasil, com o advento da Constituição Federal de 1988, irradiando-se para todo ordenamento jurídico e afetando as mais diferentes relações jurídicas. Viu-se, pois, que a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade. Dessa luta pela defesa do ser humano inserido no contexto econômico social nasceu a necessidade de defender o consumidor, parte reconhecidamente mais fraca nas relações econômicas do regime capitalista, implicando, nesse sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que o tutelem contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, haja vista a necessidade premente de se coibir as práticas abusivas e desleais no âmbito das relações de consumo.

Os antecedentes históricos da proteção ao Direito do Consumidor datam da antiguidade, pois desde quando o homem passou a conviver em sociedade existe a preocupação com a proteção consumeirista. No entanto, foi somente na década de 70, época em que os países ocidentais centrais passaram por um período de reestruturação estatal, devido à crise do *Welfare State* e à necessidade de maior legitimação político-social, que foram criadas algumas entidades, associações civis e órgãos governamentais que tinham o intuito de lutar pela defesa e proteção dos direitos dos consumidores.

A grande marca da transição democrática no Brasil, a partir dos anos oitenta, foi o retorno do poder político aos civis, a reestruturação do Estado e a multiplicação dos padrões organizacionais da sociedade civil, ampliando a esfera pública e os espaços para a ação democrática. Mas o movimento em favor do consumidor brasileiro, iniciado em maio de 1976, quando foi criado no Brasil, através do Decreto n° 7.890 por parte do governo do Estado de São Paulo, o Sistema Estadual de Proteção ao Consumidor, foi aos poucos e com o passar dos anos tomando rumos bem definidos, sendo consolidado com a elaboração da Constituição Federal de 1988, a qual estabeleceu, de forma expressa, como dever do Estado promover a defesa do consumidor e previu a elaboração de uma legislação ordinária federal para proteção de tais direitos, o que veio a se concretizar com a elaboração do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078 de 11 de setembro de 1990), saudado internacionalmente como uma das leis mais modernas e completas de defesa do consumidor, o qual disciplinou, de forma ordinária, a proteção e defesa do consumidor brasileiro, extirpando, de uma vez por todas, as dúvidas suscitadas acerca da proteção e defesa dos direitos dos Consumidores no Brasil.

O direito do consumidor tem um caráter multifacetado, objeto de debates jurídicos e políticos, pois ele se move na fronteira entre o direito individual e o coletivo, conforme o tipo de queixa do cidadão. Partindo da compreensão de que o direito do consumidor encontra guarida nos direitos humanos, em especial, segundo Bobbio, nos direitos de terceira geração, dado que, sendo considerado um direito econômico com reflexo social, passa a merecer a proteção, respeito e amparo na forma prevista no ordenamento jurídico vigente, o legislador protetivo conferiu à Administração Pública, por intermédio de um órgão específico, competência e legitimidade para a proteção e defesa da coletividade consumidora.

Procon é uma designação simplificada dos órgãos do Poder Executivo Estaduais ou Municipais, que, na condição de “órgão responsável pelo cumprimento do dever fundamental de proteção ao consumidor, por vinculação constitucional” (BRITTO; SANTOS, 2011, p. 18), tem como missão imprescindível a resolução dos conflitos individuais produzidos pela ineficácia do Estado na tutela coletiva dos consumidores.

A percepção dos Procons como instância de solução de conflitos se popularizou face aos expressivos resultados atingidos – ao menos quantitativamente – por meio das chamadas audiências de conciliação. Podem-se elencar cinco atividades principais desenvolvidas pelos Procons, quais sejam: orientação; mediação; estudos; pesquisas; encaminhamento à fiscalização; e fiscalização. Dentre essas, a fiscalização das relações de consumo e o encaminhamento à fiscalização são as atividades precípuas para dar efetividade às normas, inclusive aplicando as correspondentes sanções administrativas e promovendo a execução e cobrança de multas, nos termos do art. 55, § 3°, do Código de Defesa do Consumidor.

A defesa do consumidor, verdadeiramente uma conquista da cidadania proporcionada pela Constituição Federal de 1988 e pelo Código de Defesa do Consumidor, depende em grande parte da qualidade do atendimento proporcionado aos consumidores pelos órgãos públicos encarregados de dar efetividade aos comandos normativos da lei. Por isso é que a Constituição Federal de 1988, além de reconhecer o consumidor, individual e coletivo, como vulnerável, assegurando sua proteção constitucionalmente tanto por meio do art. 5º, inc. XXXII, quanto do art. 170, inc. V, também determinou, em seu art. 98, inc. I, a criação dos Juizados Especiais como meios alternativos de pacificação social, a fim de oferecer à sociedade as tão sonhadas rapidez e eficácia na composição dos conflitos e superar ou, ao menos, atenuar os obstáculos impostos ao pleno e igual acesso à justiça:

Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:  
I – Juizados Especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante o procedimento oral e sumaríssimo, permitido nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau;

Art. 2º O processo orientar-se pelos critérios de oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando sempre que possível a conciliação ou a transação.

A edição da Lei nº 9.099/95, de 26.09.1995, que entrou em vigor em 26.11.1995, instituidora dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Estadual, surgiu como instrumento a propiciar justiça ágil, desburocratizada e menos formal, com vistas a recuperar a credibilidade da população na Justiça, sobretudo das camadas mais carentes da sociedade, afastando o custo do processo, a morosidade e o formalismo do processo civil. Entre as inovações introduzidas pela lei supramencionada destacam-se a isenção de custas em primeiro grau, a facultatividade no patrocínio por advogado e a instituição de novo procedimento para a execução dos seus julgados, expandindo a competência para o processamento, julgamento e execução de causas de menor complexidade, cujo valor não seja superior a quarenta salários mínimos.

O instituto da conciliação alcançou grande destaque no mundo jurídico, já que representa uma considerável quebra da tradicional forma de prestação jurisdicional através da sentença, posto que na decisão homologatória da conciliação, as partes decidem entre si a resolução do conflito, mediante a aplicação dos procedimentos oral e sumaríssimo, não havendo a necessidade da imposição do Estado-Juiz dizer o Direito diretamente. A conciliação, uma vez trabalhada, praticada e incentivada, atua como mecanismo de descongestionamento do Poder Judiciário, paralelamente a outros mecanismos alternativos também existentes. Os dados revelam que os direitos contemplados pelos serviços de justiça prestados pelos Juizados Especiais contribuem para a ampliação e conscientização dos indivíduos vis-à-vis o papel dos direitos nas relações sociais. É possível afirmar que o acesso aos mecanismos públicos de justiça contribui, em médio prazo, para a ampliação da cidadania e para uma cultura política que enfatiza o papel dos direitos nas formas plurais de constituição do sujeito-cidadão hoje.

Como já alertava Mauro Cappelletti (1988), é sinal de melhor acesso à Justiça um sistema de solução extrajudicial de conflitos, pela chamada justiça coexistencial e conciliatória. A ação dos órgãos de defesa do consumidor é independente. Ao consumidor, portanto, permite-se o registro de sua reclamação junto ao Procon e/ou ao Poder Judiciário, sem implicar no encerramento automático de nenhuma das demandas. Entretanto, mesmo com toda a sistemática criada, alguns ainda insistiram e insistem em violar tais direitos, ofendendo de forma transversal os direitos humanos, pois o respeito ao direito do consumidor nada mais é do que uma expressão dos direitos humanos, o qual abarca em seu arcabouço a possibilidade de respeito a tais direitos como plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – DHESCA, sendo, portanto, importante ter a devida proteção a tais direitos, no qual o Direito do Consumidor está inserido como Direito Econômico e Social, necessitando ser resguardado em favor daquela parte vulnerável e hipossuficiente na relação de consumo, qual seja o consumidor.

Apesar do CDC prever medidas administrativas para solucionar eventuais problemas que eventualmente venham a surgir nas relações de consumo, ainda existe no Brasil um equívoco da

judicialização pronta e imediata dos conflitos. Muitas vezes, há grande possibilidade de se solucionar a questão pela via administrativa, todavia, essa é deixada de lado e imediatamente se ingressa com medidas judiciais, normalmente utilizando-se dos Juizados Especiais Cíveis, os quais vêm se transformando em um verdadeiro balcão de reclamações de consumidores, o que acaba por congestionar os cartórios e impor maiores custos operacionais (funcionários técnico-administrativos e adiamento de audiências).

Uma pesquisa organizada pelo Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais (CEBEPEJ), em convênio com a Secretaria de Reforma do Judiciário (Ministério da Justiça), destacou o protagonismo dos Juizados na resolução dos conflitos de consumo, beneficiado pela não competência para apreciação de outras causas que também seriam relevantes (como trabalhistas, familiares e fazendárias locais). Outrossim, destaca-se o Relatório nº 32789-BR, intitulado “Fazendo com que a Justiça conte”, elaborado pelo Banco Mundial, o qual aponta que os tribunais estaduais de pequenas causas atraem processos que não teriam sido levados ao sistema judiciário caso eles não existissem e também que é evidente que um pequeno grupo de réus estão abusando do sistema em seu próprio benefício.

Pode-se especular, sem maiores dados empíricos, que um dos principais motivos para o pouco uso da via administrativa seja o protagonismo político do Poder Judiciário, visto como o grande defensor dos consumidores em seus litígios com as grandes empresas. A patrimonialização destes conflitos, estimulada pela cultura reparatória e pela expectativa de indenização pecuniária, também merece destaque como explicação racional para a atitude dos consumidores. Destaque-se ainda que não há razões suficientes para se afirmar que uma decisão tomada em sede de um Juizado Especial seja mais segura ou confiável que um julgamento administrativo pelos órgãos de defesa e proteção do consumidor. De fato,

a alta litigiosidade não implica em acesso à Justiça amplo, mas no fato de poucas pessoas ou instituições utilizarem demais o Poder Judiciário, enquanto que a maior parte da população está afastada dos mecanismos formais de resolução de litígios (PINHEIRO, 2005).

A presença constante das mesmas empresas no polo ativo demonstra que as lesões aos direitos dos consumidores são rotineiras. Com tamanho afluxo de casos semelhantes, ante a alta propensão ao perecimento do direito pela burocratização dos Juizados Especiais Cíveis, talvez fosse o caso de se implementar Juizados com competência específica para relações de consumo. Afinal, litígios em excesso indicam que as leis e os direitos não se acham suficientemente bem definidos e/ou respeitados, bem como o sistema não está sendo eficiente em desencorajar casos que deveriam ser resolvidos no âmbito privado.

Assim como ocorre no sistema norte-americano, poder-se-ia limitar a tutela jurisdicional apenas nos casos de ofensa às garantias processuais, constituindo o esgotamento das vias administrativas um verdadeiro filtro para as demandas que chegariam ao Poder Judiciário. Entretanto, os opositores da adoção deste sistema no Brasil invocam a garantia da inafastabilidade da jurisdição, protegida pelo art. 5º, inc. XXVI, da Constituição vigente (“a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”). Alguns doutrinadores ainda apontam que o acesso à justiça deve ser irrestrito. Acerca dessa inafastabilidade do controle jurisdicional, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva (2014) aduz que:

Este princípio é garantia do direito de ação, por conferir àquele que for ou que esteja na iminência de ser lesado em seus direitos, o acesso irrestrito ao Poder Judiciário, bem como ter a devida e a efetiva prestação da tutela jurisdicional. Dirigido tanto ao legislador, que fica impedido de lançar leis que restrinjam o amplo acesso aos órgãos do Judiciário, quanto ao juiz, que deve dar a correspondente e efetiva resposta à pretensão posta a sua apreciação. É a tábua que viabiliza o amplo e irrestrito acesso à justiça.

Em contrapartida, Luiz Guilherme Marioni (MARINONI, 2010, p. 180) aponta que:

Não há dúvida que a preocupação com a questão do acesso à justiça não deve levar ao estímulo à litigância. Descabe confundir acesso à justiça com facilidade de litigar. A propositura de uma ação tem profundas implicações

de ordem pessoal e econômica, devendo constituir uma opção feita a partir de um processo de reflexão, em que sejam considerados, de modo racional, os prós e contras que podem advir da instauração do processo judicial.

Em concordância ao entendimento por último mencionado, o intuito do presente estudo será instigar a utilização dos meios administrativos de solução de conflitos de consumo, quando possíveis e viáveis, com vistas a evitar o abuso das facilidades e exageros de se litigar por litigar. Segundo opinião de José Eduardo Carreira Alvim, a efetividade compreende não somente o acesso, mas também, e principalmente, o decesso à Justiça. Em outras palavras: é necessário garantir não somente a entrada das demandas das partes no Judiciário, mas, igualmente viabilizar a prestação jurisdicional, da forma mais célere e efetiva possível. Contudo, diversamente do que se poderia supor, a absorção integral dos conflitos de consumo pelos Juizados Especiais não significa garantia de pleno acesso à Justiça, conceito este mascarado pela realidade de um demagógico acesso aos órgãos judiciários, cujo resultado é, muitas vezes, uma prestação jurisdicional deficiente e de baixa qualidade.

Fato é que, atualmente, o consumidor que procura o Procon elabora uma reclamação de cunho administrativo e caso não haja conciliação, obrigatoriamente ele deve procurar o Poder Judiciário e ingressar com uma ação judicial. Muitas vezes, pela descrença na lentidão dos serviços, o consumidor desiste e não tem o seu problema solucionado. Com a aprovação e sanção do Projeto de Lei nº 5196/13, que está em discussão no Congresso Nacional, tal etapa não existirá, pois a mesma reclamação será convertida em processo judicial de forma automática, passando ao Poder Judiciário a obrigatoriedade de designar audiência de instrução e julgamento, em atendimento ao princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório.

Permitir-se-á, portanto, que a própria reclamação formulada pelo consumidor perante os Procon's passe a ter força de processo judicial, caso não haja conciliação entre o consumidor e a empresa fornecedora perante a esfera administrativa. Assim, o procedimento de atendimento à demanda passará a ser célere, trazendo maior credibilidade não só nos Procon's, mas principalmente ao Poder Judiciário.

Por outro lado, o referido projeto propõe a extensão do poder de aplicar medidas corretivas que dependem de apreciação efetiva pelo Poder Judiciário aos Procon's. O Código de Defesa do Consumidor, em seu texto original, já permite que estes fiscalizem, autuem e apliquem penalidades às empresas que infringem a legislação consumerista. A aplicação da multa diária é medida exclusiva do magistrado para que haja o efetivo cumprimento de decisão judicial, conforme enuncia o art. 461 do Código de Processo Civil, não cabendo à autoridade administrativa proceder a tal medida, sob pena de desvirtuamento do instituto. Caso contrário, sanções que eram de competência exclusiva do Poder Judiciário, com as garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa respeitadas, passarão a ser aplicadas por órgãos administrativos do Poder Executivo, causando, assim, notória ofensa ao princípio constitucional, assegurado pela cláusula pétreia, da separação dos poderes.

Todavia, a nova redação do art. 60-B, cujo dispositivo enuncia que “as decisões administrativas que apliquem medidas corretivas em favor do consumidor constituem título executivo extrajudicial”, esbarra no artigo 5º, inciso XXXV da CF, que garante que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Não há como considerar que a decisão prolatada pelo órgão administrativo tenha força de título executivo extrajudicial, sem que antes haja a homologação de tal decisão pelo Poder Judiciário, pois se ao contrário for, pode sim, trazer insegurança jurídica para as partes envolvidas.

Desta feita, as alterações do Código de Defesa do Consumidor almejadas pelo projeto de lei em referência devem ser analisadas com o cuidado que a questão merece. Para o alcance da efetividade do acesso à Justiça dos consumidores, instrumentalizado pelos Procons, na busca pela solução dos dissídios tanto individuais, quanto coletivos e difusos, Igor Britto e Ricardo Goretti (2011, p. 18-19) aduzem as seguintes sugestões:

É fundamental que os agentes dos Procons reconheçam, incorporem e pratiquem a defesa negociada dos interesses de um consumidor hipossuficiente. Essa defesa qualificada, a propósito, deve ser técnica, e não intuitiva, fato que demanda da Administração Pública, o desenvolvimento de políticas de capacitação desses agentes, para o emprego de técnicas de negociação assistida, bastante diferentes daquelas

que tradicionalmente lhes são ministradas nos cursos de formação de conciliadores [...] os Procons e seus agentes, em momento posterior à resolução negociada de um conflito individual (prática que atenua a penalidade consensualmente assumida por aquele que viola o direito), se encarreguem da tomada de medidas administrativas (punitivas e pedagógicas) de prevenção de novos danos da mesma natureza, a exemplo do investimento e difusão dos cadastros de reclamações fundamentadas, da reunião de diversas reclamações individuais em um único processo administrativo com caráter de tutela coletiva ou difusa, da instauração de processos administrativos por ofício para investigação de lesões coletivas, da aplicação de penalidades severas, e da adoção de dosimetrias de multas que levem em consideração não apenas a proporção das lesões como também o poder econômico dos fornecedores multados.

Aos consumidores foram concedidas nos últimos anos muitas garantias e direitos, principalmente em função de seu caráter vulnerável, princípio basilar do direito do consumidor e fonte de oxigenação do ordenamento jurídico consumerista, do qual decorre um sensível desequilíbrio em virtude do princípio da isonomia, onde é necessário tratar os desiguais na exata medida de sua desigualdade. Como intermediário da relação consumerista, o Procon poderá realizar importante papel na conciliação entre as partes, o que se reflete no número de demandas no Poder Judiciário, aumentando o custo benefício para as partes litigantes. Informalidade, rapidez, conhecimento técnico e possibilidade de execução judicial posterior são apenas alguns dos argumentos que poderiam ser utilizados para se reconhecer a vantagem deste meio alternativo aos Juizados Especiais Cíveis, que sofrem com o imenso volume de demandas judiciais sobre questões que poderiam ser conciliadas de formas diversas, causa da morosidade e conseqüente ineficácia da prestação jurisdicional nas ações de complexidade que se objetivava solucionar com a promulgação da Lei n. 9.099/95. A função do Procon é de elevada importância para a rápida e eficaz solução dos conflitos consumeristas, incentivando as partes a comporem seus litígios em busca de um acordo que beneficia toda a cadeia de consumo e também ao Estado.

Todavia, é necessário que haja equilíbrio entre a função do Procon enquanto órgão fiscalizador e administrativo e o Poder Judiciário, quanto ao atendimento das reclamações que envolvam as relações de consumo, a fim de que não haja o excesso de poder centralizado em um órgão administrativo, o qual pode vir a ser politizado em decorrência da amplitude que o Projeto de Lei nº 5196/13 pretende lhe conceder, desvirtuando o exercício de sua função, qual seja, a de defender os interesses dos consumidores, passando a atender interesses de quem integra e dirige o referido órgão, o que afrontaria não só o Código de Defesa do Consumidor, mas principalmente a Constituição Federal em seus princípios basilares.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para a elaboração desta pesquisa, o método de abordagem utilizado foi o analítico para análise da temática e dos diferentes tratamentos dados em diferentes contextos, além do método dedutivo, o qual pressupõe a razão como única forma de chegar ao conhecimento verdadeiro, utilizando-se de uma cadeia de raciocínio descendente ao partir de uma tese para chegar a uma síntese.

Através da revisão bibliográfica, uma série de obras foi analisada e teve suas ideias, quando possível, aplicadas ao caso particular a ser tratado nesta pesquisa. Para isso, dispôs o trabalho do uso de todo tipo de manuais e livros, além de artigos específicos (publicados em periódicos) e monografias, disponíveis nas bibliotecas da Universidade Estadual Paulista (Unesp), da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Além destes meios, contou-se com alguns portais digitais, de universidades do exterior e institutos de pesquisa, que disponibilizam parte de seu material digitalmente.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os direitos do consumidor representam uma inovação e um avanço na relação entre Estado e cidadão e na ação desse último na esfera pública por meio das demandas que encaminha aos Juizados Especiais Cíveis do Brasil. A relevância desse tema está em reconhecer como interesses individuais da vida cotidiana e lutas políticas de diversas ordens caminham *pari passu* na participação mais ativa do cidadão para a democratização da sociedade, inclusive no que diz respeito às relações



entre indivíduo e mercado em tempos de globalização.

No que se refere às justificativas para a elaboração desta pesquisa, vários motivos podem ser elencados. Destaca-se, entre eles, a enorme polêmica, anteriormente mencionada, em torno deste tema, que há muito vem permeando as páginas das doutrinas, artigos e jurisprudências. O projeto justifica-se pela importância das relações de consumo na sociedade atual, de produção massificada e consumo impulsionado pela força motivacional da publicidade. Por necessidade ou por voragem consumista, os consumidores, muitas vezes, veem-se frustrados nas suas expectativas de qualidade de produtos e serviços, recorrendo aos órgãos destinados a acolher as suas reclamações. Os destinatários da maior demanda são os PROCON's.

Todavia, é de constatação empírica que os consumidores não encontram, nos órgãos públicos de defesa do consumidor, de modo geral, ressalvadas algumas exceções, o atendimento capaz de satisfazer as suas demandas contra os fornecedores, diante do descumprimento das normas de proteção do CDC. Embora sejam detentores de poder de polícia, incumbidos de impor as sanções administrativas previstas no art. 56, do CDC, por infração das normas de defesa do consumidor, a quase totalidade dos PROCON's ainda não alcançou a efetividade esperada, por deficiências estruturais dos órgãos públicos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Deve também ser mencionada a existência de pouca bibliografia específica para o tratamento deste problema, dado que poucas são as obras que tratam da extensão do instituto da judicialização das relações de consumo de maneira detalhada.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise da configuração atual da sociedade em um contexto que já supera o modelo ocidental revela que se verifica uma exasperação do consumo, sendo esta uma consequência de fatores de natureza tanto objetiva quanto subjetiva. Em relação aos aspectos objetivos, não requer esforço identificar uma pressão exercida pelo subsistema econômico, visando acentuar o papel da economia no interior do Sistema Social. Esta pressão é no sentido de uma expansão das relações econômicas por meio do aumento da produção, gerando uma demanda pela ampliação de mercados e, conseqüentemente, ampliação do consumo.

Em relação aos aspectos subjetivos, também é de fácil percepção como que o desenvolvimento técnico, em uma velocidade sem precedentes na evolução humana, tem projetado efeitos no subsistema cultural, por meio da busca desenfreada por novos produtos, gerando um intenso estímulo ao consumo. Neste modelo de uma sociedade do consumo, verifica-se o surgimento de novas configurações de relações jurídicas, fato que torna imperioso o repensar dos modelos tradicionais, hoje obsoletos, de tutela de direitos de consumidores.

O objeto da presente pesquisa consistiu em uma análise a respeito da atuação positiva a que se vincula o Estado na proteção e efetivação dos direitos dos consumidores, tendo em vista a necessidade de atuação do direito fundamental de acesso à justiça e o postulado constitucional da defesa do consumidor (art. 5º, inc. XXXII). A abordagem partiu do contexto histórico, na linha da normatização do Direito do Consumidor, desde a Constituição brasileira de 1988, culminando no advento do Código de Defesa do Consumidor, que disciplinou a política nacional das relações de consumo, bem como o sistema de defesa com os mecanismos a serem aplicados.

Em especial, foi objeto de análise o papel desempenhado pelos Procon's, órgãos da administração direta dos Poderes Executivos Estaduais e Municipais, cuja missão é a de atuar na tutela de direitos dos consumidores. Partindo do pressuposto de que é dever das mencionadas fundações promover a proteção e a defesa dos direitos dos consumidores, a necessidade da abordagem sobre a atuação desses órgãos administrativos se justifica, considerando-se a possibilidade de serem meios alternativos às vias judiciais para a solução dos conflitos acaso surgidos.

Tendo por referência os preceitos teóricos e práticos relativos aos métodos alternativos de resolução de conflitos no Brasil, foram objeto de análise os pormenores das vias de tutela de proteção ao consumidor – a judicial e a administrativa –, a fim de identificar qual delas é mais eficiente na tutela perquirida pelo consumidor, visto que os conflitos de consumo são protagonistas dos processos nos Juizados Especiais Cíveis.

#### **REFERÊNCIAS**

- ALVIM, José Eduardo. **Juizados especiais federais**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- BRITTO, Igor Rodrigues; SANTOS, Ricardo Goretti. 2011.
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- FERREIRA, Savine Itaborai. **Acesso à justiça e os Juizados Especiais Cíveis**. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/37/SAVINE%20ITABORAI%20FERREIRA.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2015.
- MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes obrigatórios**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010.
- PINHEIRO, Aline. **Estudo mostra impacto da ação do Judiciário na economia**. Disponível em: <[https://www.conjur.com.br/2005-dez-02/estudo\\_mostra\\_impacto\\_acao\\_judiciario\\_economia](https://www.conjur.com.br/2005-dez-02/estudo_mostra_impacto_acao_judiciario_economia)>. Acesso em: 27 ago. 2018.
- SILVA, Rinaldo Mouzalas de Souza e. **Direito processual civil**. 2 ed. São Paulo: Jus Podivm, 2014.

**O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO INSTITUCIONAL COM FORMAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA:  
UMA PROPOSTA DE INCENTIVO À LEITURA EM SALAS DE LEITURA E BIBLIOTECAS  
ESCOLARES**

*THE ROLE OF THE INSTITUTIONAL EDUCATIONAL PSYCHOLOGY GRADUATED IN  
LIBRARIANSHIP: A PROPOSAL TO ENCOURAGE READING IN READING ROOMS AND SCHOOL  
LIBRARIES*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento.

SILVA, Rafaela Carolina da  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Doutoranda e Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da  
Informação da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Especialista em  
Psicopedagogia Institucional pela Fundação para o Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão  
(FUNDEPE). Bacharela em Biblioteconomia - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita  
Filho”.  
rafaela.c.silva@unesp.br

SARAVALI, Eliane Giachetto  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas  
Docente do Departamento de Psicologia da Educação e do  
Programa de Pós-Graduação em Educação da  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

**Resumo**

Salas de leitura necessitam ser ambientes que busquem solucionar dificuldades em relação à assimilação e à compreensão dos conteúdos apresentados em sala de aula. Objetivou-se entender como o psicopedagogo institucional, com formação em biblioteconomia, mediante um trabalho junto a professores, pode atuar na utilização de salas de leitura como espaços de aquisição de conhecimento. A pesquisa é qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, e se desenvolveu por meio de um estudo de caso em uma das instituições da Aliança Brasileira de Assistência Social. Percebeu-se que a sala de leitura é designada como um centro de leitura, pesquisa e estudo. Porém, sua utilização é secundária, pois a instituição prioriza o cumprimento de prazos e metas do método de ensino apostilado em detrimento de realização de atividades no espaço da sala de leitura. Sendo assim, o psicopedagogo institucional precisa atuar em conjunto com a instituição na melhoria da qualidade de vida escolar.

**Palavras-chave:** Leitura em bibliotecas, Psicopedagogia Institucional, Ensino.

**Abstract**

Reading rooms need to be environments that solve difficulties in relation to the assimilation and understanding of the contents presented in the classroom. The objective was to understand how the institutional psychology, with a background in librarianship, through a work with teachers, can promote the use of reading rooms as spaces for acquiring knowledge. It is a qualitative research, of descriptive and exploratory character, that was developed through a case study in one of the institutions of the Brazilian Alliance of Social Assistance. It was noticed that the reading room is designated as a center of reading, research and study. However, its use is secondary, and it values the fulfillment of deadlines and goals of the apostille content method to the detriment of performing activities in the space of the reading room. Hence, the institutional educational psychology must improve the quality of the school life.

**Keywords:** Reading in libraries, Institutional Educational Psychology, Teaching.

## 1 INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que a escola tem o dever de ensinar seus alunos a pensarem de forma crítica, criativa e reflexiva, o ensino da leitura, como processo no qual o indivíduo que ensina (seja ele um professor, um bibliotecário, um psicopedagogo institucional ou, até mesmo, os três em conjunto) necessita se adaptar diariamente às necessidades e dificuldades apresentadas por seus aprendizes. Dessa forma, tanto as salas de leitura (configuradas como espaços de desenvolvimento pedagógico mediado por professores readaptados), como as bibliotecas escolares (centros de socialização e aprendizagem mediados por profissionais especializados na área – bibliotecários) são ambientes que promovem a leitura e, conseqüentemente, a condição de assimilação de conteúdos aos seus usuários.

De acordo com o Manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre Bibliotecas Escolares (2000), esses espaços devem seguir as características de cada local onde estiverem inseridos, oportunizando aos professores, alunos e familiares a união em torno da leitura. Nessa perspectiva, mesmo para os que já sabem ler, os conteúdos escolares podem ser melhor explorados e compreendidos nesses contextos.

Dessa maneira, o problema desta pesquisa está interligado às falhas no incentivo à leitura nas escolas, bem como à possibilidade de conseqüências desastrosas da inclusão em sociedade do indivíduo que arcará com esse déficit. O objetivo foi entender como o psicopedagogo institucional, com formação em biblioteconomia, mediante um trabalho junto a professores do Ensino Infantil I e II, assim como do Ensino Fundamental I, pode atuar na utilização de salas de leitura e/ou bibliotecas escolares como espaços de aquisição de conhecimento.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, desenvolvida por meio de um estudo de caso, que buscou investigar uma das instituições da Aliança Brasileira de Assistência Social (ABASE) - localizada em uma cidade do interior do Estado de São Paulo -, em sua totalidade, compreendendo os professores e os alunos que se utilizam da sala de leitura local, com o objetivo de apreendê-los em seus próprios contextos. A delimitação desse universo se deu pelo fato da filosofia da instituição partir do movimento contínuo de reflexão/ação, fundamentando-se em Piaget, Vigotski, Freinet e Paulo Freire<sup>1</sup>, e por trabalhar com um público economicamente desfavorecido, muitas vezes impossibilitado de ter acesso a uma educação de qualidade.

No caso específico do projeto social estudado, existem alunos de baixa renda que vivenciam fora da escola um cenário onde o estudo não ocupa papel central na dinâmica familiar, nem mesmo os hábitos de leitura. O que prevalece nesses contextos é a inserção do indivíduo no mercado de trabalho para auxiliar na renda familiar, além de serem afastados da escola desde pequenos. Essas crianças, então, dificilmente encontram no aprendizado ao longo da vida, um meio de se aperfeiçoarem e serem inseridos no mercado de trabalho especializado, o que os leva a serem aceitos mais em serviços braçais e pouco remunerados.

Nessa perspectiva, o psicopedagogo institucional, em uma sala de leitura, tem o papel de observar os tipos de vínculos formados entre professor e aluno, entre ensino e a aprendizagem, e o significado dessa relação para o aluno, desenvolvendo soluções para os problemas de incentivo à leitura, quando atuando em conjunto com a instituição na melhoria da qualidade de ensino.

## 2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: A ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NO ESPAÇO ESCOLAR

Ao se tratar do papel do psicopedagogo institucional na condução de sujeitos autores dentro do ambiente escolar, deve-se levar em conta que sua intervenção medeia o processo de aprendizagem não somente no ambiente escolar (professores, funcionários, alunos), como também no contexto familiar e individual de cada sujeito. Nesse sentido, ao entender a aprendizagem como um processo pelo qual o sujeito capta e interpreta uma informação, o psicopedagogo tem que compreender que a mesma se dá a partir da interação do sujeito com o meio, segundo suas necessidades e interesses (GASPARIAN, 1997).

Destaca-se que a constituição do sujeito e, conseqüentemente, de sua criatividade, são primordiais para o êxito no processo de aprendizagem, por meio do querer aprender. No entanto, quando a escola segue um modelo de desenvolvimento apenas curricular, mascarando a criatividade dos alunos e professores enquanto sujeitos, como a fragmentação de matérias e a medida da inteligência através de padrões, não é o estudante que fracassa, mas sim o sistema como um todo, que o induz a esse patamar.

Logo, o psicopedagogo, atuando sob um olhar mais sistêmico em relação à educação, deve levar a escola a indagar se os seus problemas estão sendo de ordem de aprendizagem ou de ensino

---

<sup>1</sup>Informação retirada do Projeto Político Pedagógico da instituição (2016).

(RAMOS; FARIA, 2011). Desse modo, trabalhar com a intervenção psicopedagógica junto ao corpo institucional escolar (gestores, docentes) influenciará os alunos e seus familiares, na medida em que se deve buscar uma participação mais ativa da família na vida escolar da criança, detectando possíveis problemas de aprendizagem e, a partir de então, desenvolvendo, juntamente com a instituição, propostas de intervenções psicopedagógicas que propiciem a aprendizagem significativa do corpo escolar, o que refletirá em múltiplas possibilidades de aprendizagem aos alunos.

Dito isso, no ambiente escolar, o psicopedagogo institucional realiza diagnósticos escolares; busca a identidade da escola; define papéis na dinâmica relacional em busca de funções e identidades, diante do aprender; instrumentaliza professores e coordenadores, orientando diretores sobre as práticas e reflexões diante de novas formas de aprender; reprograma currículos; implanta programas e sistemas qualitativos; propõe oficinas para vivência de novas formas de aprender; analisa conteúdos; relê e ressignifica sistemas de recuperação e integração de alunos; e tem papel primordial no diálogo da escola com a família. Portanto, é preciso que o psicopedagogo se informe sobre os objetivos da instituição, já que sua responsabilidade é de “[...] articulador entre o ensino e a aprendizagem de todos os elementos dessa instituição, provocando mudanças e ajudando no processo evolutivo individual e coletivo” (GASPARIAN, 1997, p. 61).

Para tanto, é necessário trabalhar junto à equipe gestora, ressaltando o aprender a aprender ao longo da vida, ou seja, na formação tanto de professores como de alunos que, enquanto indivíduos, estão sempre aptos a aprender, mas nunca saciados da “fome” de conhecer (BELLUZZO; KOBAYASHI; FERES, 2004). Trata-se de destacar a simultaneidade da função ensinante e da função aprendente nos diálogos entre grupos.

Nesse cenário, a função ensinante, como processo pelo qual torna-se visível um conhecimento, bem como a função aprendente, são construídas a partir de intersecções culturais, sociais e pessoais, corroborando para a constituição de cidadãos – indivíduos ativamente atuantes em sociedade. Esses indivíduos se tornam sujeitos autores, já que, ao mesmo tempo, aprendem e ensinam; criando, a partir de seus conhecimentos prévios e adquiridos (AUSUBEL, 1968; DEWEY, 1952), um equilíbrio dinâmico entre a assimilação e a acomodação de conceitos (PIAGET, 2007).

A intervenção psicopedagógica, nessa perspectiva, auxilia as escolas a pensarem seu fazer profissional, questionando suas ações e o significado que dão ao ensino. É um trabalho de resgate da autoria dos professores, que refletirá nos alunos e na percepção que a comunidade enxerga a respeito das maneiras de ensinar e aprender, correlacionadas aos denominados problemas de aprendizagem (BOSSA, 2007).

Perguntas como “Para quê?”, “O que estou procurando?”, “Que tipo de conhecimento procuro?”, “Sob qual ponto de vista?” devem ser levadas à tona no tocante de adequar a atuação pedagógica à comunidade escolar, com seus grupos particulares e, respectivamente, com as crianças. Desse modo, a atuação mediadora do psicopedagogo gira em torno do favorecimento de movimentos de assimilação e de acomodação no ambiente da escola.

Trata-se de um trabalho de prevenção, que favorece a reconstrução de processos, define papéis, valorizando novas formas de aprender e de ensinar, a partir da avaliação de todo o tipo de conhecimento expressado pelo aluno, esteja ele dentro ou fora dos “padrões” definidos pela sociedade. Para tanto, o psicopedagogo deve propor intervenções no Projeto Político Pedagógico da escola, na sua metodologia de ensino e nas formas de aprender do ambiente como um todo.

Trabalhando com o ser humano, atua-se também em sua bagagem de vida e, concomitantemente, na sua maior ou menor predisposição a aprender. Ocorre que muitas escolas, na maioria das vezes, não permitem que sua comunidade se reconheça como sujeitos autores, e é papel do psicopedagogo atuar no processo de formação de ações dentro dessas instituições, que estimulem o reconhecimento do indivíduo e do seu papel em sociedade.

Todas essas ações, entendidas como processos de ensino-aprendizagem/aprender a aprender, em que a postura do psicopedagogo será de articulador entre o ensinar e o aprender, entre a escola, a família e a comunidade perpassam pela transdisciplinaridade do processo de aprender, que transcende o aspecto disciplinar individualizado e integra aspectos sociais aos cognitivos. Sendo assim, o papel do psicopedagogo, nos limites das intervenções tradicionais e da cultura institucional inovadora, conduz os sujeitos no ambiente escolar, chegando ao contexto familiar e social, que abarcam os indivíduos como um todo, seu grau de aprendizagem, criatividade e prazer ao realizar as atividades da escola.

Dessa maneira, a biblioteca escolar, enquanto espaço de leitura híbrido, necessita conhecer a comunidade com quem trabalha, obtendo informações estratégicas sobre seus usuários, na medida em que se mostra uma unidade inovadora em termos tecnológicos, políticos, sociais e econômicos.

Tais processos exigem a capacidade de os bibliotecários transcenderem os limites epistêmicos da Biblioteconomia e da Educação, a fim de compreender as ações de acesso e o uso inteligente da informação e construção de conhecimentos em sociedade.

Primeiramente, é preciso que as escolas entendam que o aumento das atividades em contexto digital não traz a queda da visitação desses ambientes, mas sim um uso diferenciado dos serviços oferecidos pela instituição. A biblioteca torna-se um ambiente que armazena informação sob qualquer tipo de registro que a carregue, de acordo com as transformações dos usuários, da comunicação, da prestação de serviços por meio da automação, da oferta dinâmica de conteúdos e da complexidade da gestão do acervo, das pessoas e de indicadores. Busca-se, assim, criar formas de acesso além do espaço físico, ampliando as formas de armazenamento e convívio social.

Logo, as mudanças nas práticas escolares vão ao encontro da manutenção dos itens no acervo da biblioteca, exigindo uma cooperação entre metadados e banco de dados, bem como dos consórcios entre bibliotecas. Envolvem, também, as transformações entre as linguagens e os formatos das tecnologias, influenciando na aquisição e/ou licenciamento de documentos que, por sua vez, afetam as políticas de acesso ao conteúdo, demandando formas de gestão distintas para o analógico e para o digital.

O psicopedagogo com formação em biblioteconomia, tem nessas instituições o objetivo de colaborar na resolução de problemas de ensino e aprendizagem. Também se dedica ao planejamento educacional e ao assessoramento pedagógico, colaborando com planos educacionais, ou seja, realizando diagnósticos educacionais e propostas operacionais (GASPARAIAN, 1997).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi desenvolvida por meio de um levantamento bibliográfico sobre os processos de incentivo à leitura em escolas e pela aplicação de entrevistas a 9 docentes do Ensino Infantil I (22 alunos) e II (21 alunos) e do Ensino Fundamental I, abrangendo o 1º ano (21 alunos), os 2º anos (duas turmas, com 25 e 18 alunos, respectivamente), os 3º anos (duas turmas, com 25 e 19 alunos, respectivamente), o 4º ano (com 22 alunos) e o 5º ano (com 20 alunos). Tivemos por objetivo apreendê-los no seu dia a dia profissional e acadêmico o que ocorreu por meio da observação participativa *in loco*.

Para tanto, observou-se os dados do universo pesquisado, comparando-os com a literatura da área e com a realidade, a fim de refletir e trazer resultados para sustentar a problemática de pesquisa. Foi necessário trabalhar com um planejamento básico e com a análise de hipóteses.

O planejamento básico levou em conta as especificações das hipóteses e variáveis, a definição do universo de pesquisa, o tipo e tamanho da amostra e as escolhas de instrumentos de coleta de dados, adequados ao propósito da pesquisa. No que se refere ao método, esta pesquisa utilizou-se do estudo de caso e da abordagem da pesquisa de campo.

A observação participativa abrangeu a estrutura física local (mobiliário, arquitetura, sinalização, localização), do maquinário (serviços disponíveis, guarda de material, divisórias, espaços especiais, design diferenciado), bem como do comportamento de professores, funcionários e alunos em relação ao uso da sala de leitura.

Como técnicas de coleta de dados, foram usados questionários, observações participativas e entrevistas. A entrevista foi preparada para os professores contando que são eles quem atuam ativamente no processo de incentivo à leitura dos educandos dentro do ambiente escolar.

Ressaltou-se, assim, a bagagem desses professores ao contar as rotinas e procedimentos adotados em relação ao uso da sala de leitura na instituição. As observações participantes possibilitaram o mapeamento da instituição como um todo, observando a dinâmica das rotinas, estruturas organizacionais, procedimentos das distribuições de trabalho, relacionamentos e questões metodológicas do ensino. Tal espaço favoreceu a análise da instituição, pois é importante que as salas de leitura sejam parte essencial nos processos de aprendizagem proporcionados pela escola.

Também foi analisado o Projeto Político Pedagógico na intenção de se conhecer mais a fundo os parâmetros de ensino da instituição. A participação nas reuniões pedagógicas, juntamente com a observação participativa na escola, foi de efetiva importância, já que a partir delas mapeou-se a instituição como um todo, observando os diferentes setores em todos os aspectos: dinâmica das rotinas, estruturas organizacionais, procedimentos das distribuições de trabalho, relacionamentos e questões metodológicas do ensino.

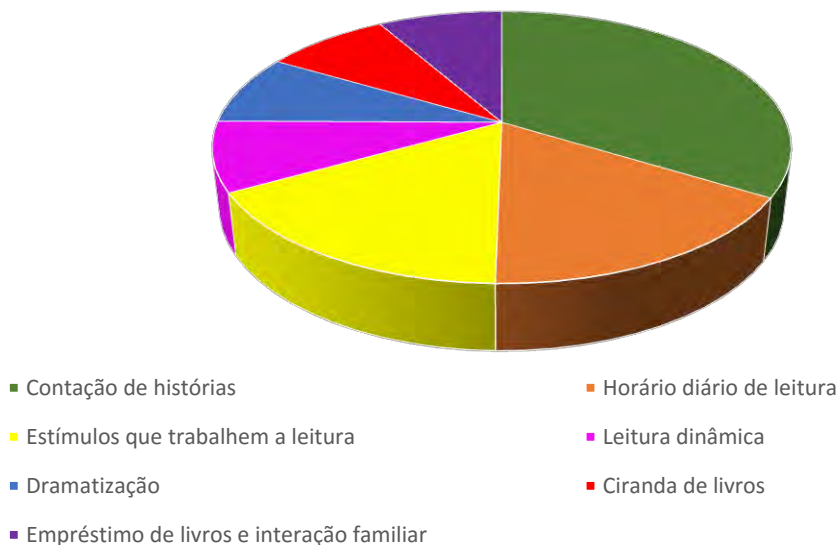
Após o levantamento de dados na instituição, observou-se os fatores que poderiam intervir na sua missão. As perguntas base para a entrevista foram: **Questão 1:** Como você acha que a leitura deve ser incentivada no espaço escolar?; **Questão 2:** Qual é, para você, a função da sala de leitura

na escola?; **Questão 3:** Como você acha que seu trabalho pode se relacionar com a sala de leitura?

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Gráfico 1 mostra a compilação das entrevistas, realizadas de fevereiro a março de 2016, retratando os resultados referentes à Questão 1. Importante ressaltar que muitos dos entrevistados tinham o mesmo ponto de vista do seu colega de trabalho, ou seja, houve respostas semelhantes, compiladas na tabulação. Logo, das 7 propostas evidenciadas pelos 9 pedagogos entrevistados, 2 profissionais citaram o horário de leitura diário e os estímulos de leitura, 4 a contação de histórias, 1 a leitura dinâmica, a dramatização, a ciranda de livros e 1 o empréstimo para interação familiar.

**Gráfico 1 – Incentivo à leitura no espaço escolar.**



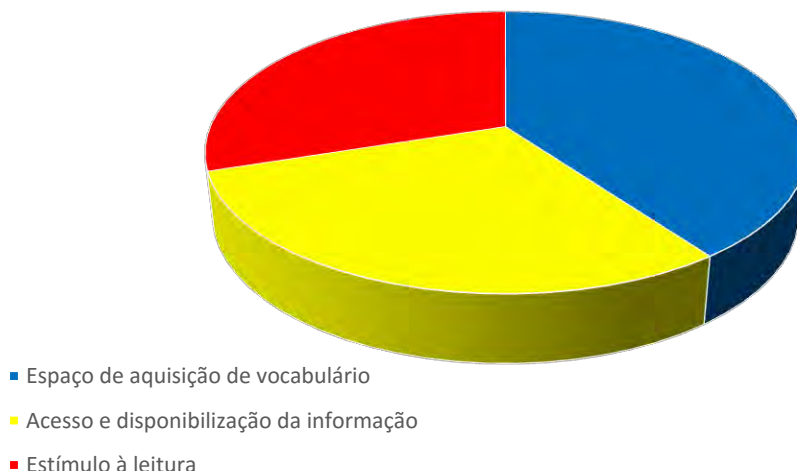
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Dessa maneira, foi possível observar que, na prática, a leitura na escola está voltada à contação de histórias, delimitadas às dinâmicas pedagógicas dos professores, que são realizadas em atividades em sala de aula, em cartazes expostos nos corredores da escola ou em casa (por meio de tarefas), deixando de lado o uso do espaço da sala de leitura.

Esse panorama contribui para a não utilização da sala de leitura pelos professores e alunos, o que reflete na não valorização desse espaço dentro da escola. Trata-se da não demanda do uso do espaço pela gestão local, o que repercute na pouca importância dada pelo corpo escolar a ele. Tal contexto, muitas vezes, é repetido na vida social dos alunos, contribuindo para a cultura da não-leitura.

O Gráfico 2, se refere à Questão 2 (relativa ao entendimento do professor sobre a função da sala de leitura na escola). Das 3 funções das salas de leitura evidenciadas pelos entrevistados, 5, dos 9 pedagogos ressaltaram o acesso à informação e o estímulo à leitura. No que se refere à função de espaço de aquisição de vocabulário, criatividade, ortografia, sequência lógica, produção de conhecimentos, fluência verbal, alfabetização, pesquisa e convivência, 4 dos 9 pedagogos demarcaram a função.

**Gráfico 2 – Função da sala de leitura.**



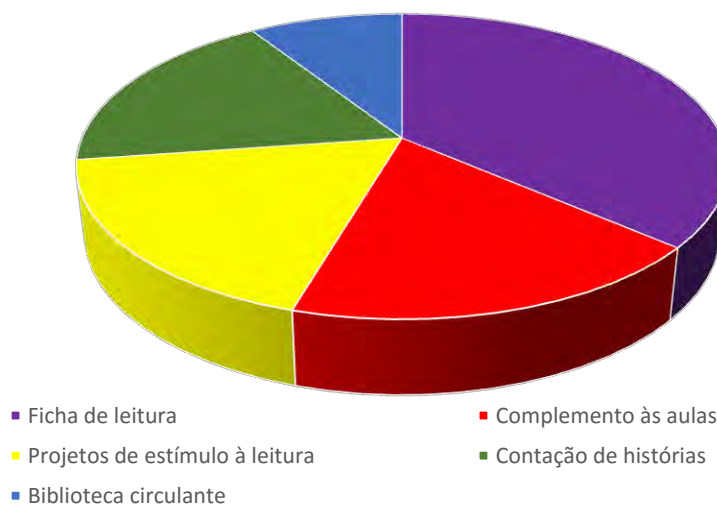
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Esses dados parecem estar relacionados àquilo que os pedagogos enxergam como situação ideal para se trabalhar dentro da escola. Percebeu-se que a sala de leitura é vista, teoricamente, como um espaço para adquirir, além do hábito de pesquisa, a melhora da ortografia, na medida em que os professores associam o hábito de leitura não somente como propiciador de estímulos subjetivos, como a criatividade, por exemplo, mas também como uma complementação das aulas ministradas (ortografia, sequência lógica etc.). O acesso à informação e o estímulo à leitura são idealizados, teoricamente, no uso do espaço da sala de leitura. Contudo, como foi possível observar na Tabela 1, na prática, a leitura não é desenvolvida nesse ambiente.

Logo, foi possível observar que há o desejo, por parte dos professores, do uso da sala de leitura, porém, não há estímulo por parte da equipe gestora do uso do local. É nessa perspectiva que se encontram os problemas de aprendizagem relacionados à leitura além sala de aula, ou seja, os alunos e professores ficam demasiadamente presos ao conteúdo do material apostilado utilizado pela escola, não havendo espaço para que novas leituras sejam feitas e, assim, para que se ampliem os horizontes de ensino-aprendizagem.

O Gráfico 3 refere-se à Questão 3, que trata da convergência do trabalho do pedagogo para com o papel da sala de leitura. Os 9 pedagogos entrevistados estipularam 5 relações entre seu trabalho e a sala de leitura. Três deles concordaram que a sala de leitura é complemento às suas aulas, assim como a contação de histórias e o desenvolvimento de projetos de estímulo à leitura por professores, 1 a biblioteca circulante, 4 o desenvolvimento da ficha de leitura pelos alunos.

**Gráfico 3 – Função da sala de leitura.**



Fonte: Elaborado pelas autoras.



Observou-se que o uso do espaço de leitura é diminuído na medida em que a ênfase dada pelos docentes à questão da ficha de leitura, em detrimento de projetos de estímulos à leitura e a bibliotecas circulantes, por exemplo, é destacado. Ao passo que a sala de leitura é vista como um complemento às aulas, a leitura, assim como as contações de histórias, é idealizada com o objetivo de se preencherem fichas de leituras.

O problema está no fato de as fichas de leitura atentarem apenas aos dados técnicos do material lido (nome de autores, editores, ano de publicação, dentre outros), o que, juntamente com a delimitação de aprendizagem trazida pelo enfoque somente no material apostilado, não permitem a expansão da imaginação da criança, limitando sua capacidade de criatividade para posterior produção de conhecimento.

Assim, se o indivíduo não consegue enxergar além do que vê, o mesmo se torna incapaz de interpretar as diferentes situações do cotidiano, o que dificulta seu processo de inclusão social. Nessa perspectiva, a sala de leitura é designada, dentro dos setores formais da escola analisada, como um centro de leitura, pesquisa e estudo. No entanto, sua utilização é secundária, na medida em que se preza pelo cumprimento de prazos e metas do método de ensino apostilado em detrimento da realização de atividades no espaço da sala de leitura.

As respostas das entrevistas aplicadas aos professores, em termos de valorização da leitura, demonstraram que esses profissionais enxergam a necessidade do desenvolvimento de projetos que incentivem os alunos a lerem dentro da escola, sobretudo porque acreditam que a leitura contribui para se adquirir vocabulário e, conseqüentemente, auxilia na alfabetização dos alunos. Contudo, não têm uma visão clara da importância da sala de leitura dentro da escola, uma vez que a maioria das falas mencionou a necessidade da leitura nos diferentes espaços da escola, mas nem todas citaram a sala de leitura como ambiente ideal para a leitura.

Respostas como “Por meio de aulas de conto dentro da escola” ou “Por meio de estímulos que trabalhem o universo da leitura (a todo o momento: na sala de aula, no refeitório, na quadra etc.)”, quando perguntado como o pedagogo pensava que a leitura deveria ser incentivada na escola, demonstram a não valorização da leitura no espaço da sala de leitura. Essas ideias se contradizem quando os pedagogos respondem que a importância da sala de leitura para o incentivo à leitura é ser “é o primeiro contato do aluno com o livro; é o início da descoberta do mundo da leitura” ou “A leitura tem que acontecer dentro da sala de leitura, pois lá os alunos têm contato com diversos recursos de leitura. É importantíssimo esse contato com o ambiente e com os livros! A sala de leitura tem que estar inclusa na grade de horários dos professores”.

Isso demonstra que há uma divergência acerca da valorização da leitura e da sala de leitura pelos pedagogos, que ao mesmo tempo em que reconhecem sua importância, entendem a sala de leitura como um estereótipo de biblioteca, onde o aluno deve buscar informações fora do seu período de aula, ou seja, não há uma visão de complementariedade entre a leitura em sala de aula e o desenvolvimento de atividades didáticas na sala de leitura.

Ressalta-se que o uso da sala de leitura estava previsto na grade escolar, contudo, a prioridade era dada para o cumprimento do material apostilado, o que fazia com que os professores acabassem por não utilizarem a sala de leitura. Nesse sentido, tinham que optar pelo uso da sala de leitura, do parque, da brinquedoteca ou da sala de computadores quando tinham um tempo livre (raras exceções), sendo que, na maioria das vezes, eles optavam, juntamente com as crianças, pelo uso do parque.

Quando em contato com os professores dentro da sala de leitura, observou-se que os mesmos não entendiam o papel do bibliotecário. Sendo assim, quando entravam no local, os pedagogos decidiam isoladamente (sem consultar o bibliotecário) pelos processos que os alunos deveriam tomar (escolha de livros, retirada de livros, atividades etc.).

Muitos professores nem mesmo conversavam com o profissional que ali estava, tomando suas próprias decisões, e não sabendo que se tratava de um bibliotecário. Logo, os alunos também não notavam o bibliotecário e/ou não sabiam que aquela nova pessoa que ali se encontrava era um bibliotecário.

Nesse cenário, foi tomada a postura de o bibliotecário se apresentar ao pedagogo e aos alunos, explicando o seu trabalho e o trabalho que estava sendo realizado temporariamente na instituição. Quando “descobriam” a figura do bibliotecário, os alunos (e alguns professores) indagavam o porquê de a instituição não ter um bibliotecário todos os dias na sala de leitura, relatando que gostariam que tal ação se concretizasse.

Percebeu-se, assim, que não há uma convergência de pensamentos acerca do que é a sala de leitura e qual seu papel dentro da escola. Isso advém de uma cultura escolar onde os

coordenadores pedagógicos não veem o espaço como primordial no ensino da criança, primando pela apostila e pela realização das atividades nela elencadas.

Nesse cenário, as crianças ficam presas ao conteúdo apostilado, não tendo a oportunidade de expandirem seus horizontes de pensamentos e visão do mundo. Da mesma maneira, contribui para o não hábito da leitura, contando que, ao passo que as crianças se interessam pela leitura diversificada, a escola não abre espaço ou tempo para que ela aconteça.

Percebeu-se que a queixa dos professores em relação aos alunos não terem o hábito de leitura era um fator de forte impacto na escola, influenciando na aprendizagem dos educandos. Desse modo, foi possível observar a necessidade de se trabalhar junto ao corpo coordenador da escola, ressaltando o aprender a aprender ao longo da vida, ou seja, na formação tanto de professores como de alunos que, enquanto indivíduos, estão sempre aptos a aprender, mas nunca saciados da “fome” de conhecer.

Trata-se de destacar a simultaneidade da função ensinante e da função aprendente nos diálogos entre grupos. Nesse sentido, uma das funções do psicopedagogo institucional, na escola, é intervir na formação de professores – possibilitando que estes profissionais possam compreender a complexidade do processo de ensino e aprendizagem; e acompanhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem.

O psicopedagogo institucional busca a reintegração e a readaptação do aluno à situação de sala de aula, possibilitando o respeito às suas necessidades e ritmos, a fim de minimizar estas dificuldades, garantindo que todos aprendam. Desse modo, trabalha-se com a intervenção psicopedagógica junto ao corpo institucional escolar, o que influencia os alunos e seus familiares, na medida em que se deve buscar uma participação mais ativa da família na vida escolar da criança.

Nessa perspectiva, uma possível intervenção psicopedagógica na instituição estudada poderia considerar que a interação da criança com a leitura pode ocorrer, primeiramente, por meio de atividades de contação de histórias, realizadas de modo que, no final, o aluno demonstre, de forma escrita ou por desenhos, o que aprendeu sobre a história contada. Para tanto, em um primeiro momento seria preciso organizar o acervo da sala de leitura, de modo a alocar os recursos materiais e disponibilizar o acesso a eles.

Idealizou-se, então, o Projeto Era Uma Vez..., no qual, por meio de entonações de voz e fantasias, tem como protagonista a relação do professor com o psicopedagogo institucional formado em Biblioteconomia na contação de histórias dentro da sala de leitura estudada. Ressalta-se que as fantasias precisam ser utilizadas pelo contador de histórias e pelos alunos, como meios de chamar a atenção da criança para a história, devendo adequar-se às faixas etárias de cada turma. O Projeto Era uma Vez... teve como meta trazer a empatia dos alunos para com as histórias selecionadas, por meio de uma variedade de temas e pelos variados aspectos educacionais a serem focados.

Ofereceu-se propostas de inclusão da leitura nas atividades recreativas da instituição, além de modelar a arquitetura da sala de leitura para que ela se tornasse mais propícia às atividades propostas. Uma nova planta da sala de leitura foi desenhada reutilizando os espaços, os materiais e os móveis já existentes na instituição, para que a implantação fosse de livre alcance.

Também foram discutidos, junto ao corpo institucional, aspectos relativos ao papel das salas de leitura dentro da escola. Uma das principais questões discutidas estava relacionada ao entendimento do quão importante é, para a criança, o processo de abstração de ideias no desenvolvimento de habilidades e competências de ensino-aprendizagem a serem contempladas pelas propostas curriculares.

Assim, ao entender o leque de opções que uma criança possa vir a construir futuramente relativo à sua estrutura básica de ensino, na qual o processo de equilíbrio promove a construção de estruturas cognitivas, buscou-se uma integração de interesses, raciocínios e informações, de forma que o indivíduo pudesse atuar operativamente nos diferentes níveis de aprendizagem. Dessa maneira, a proposta de intervenção psicopedagógica visou supervisionar as atividades já desenvolvidas pela escola em relação ao uso da sala de leitura local e, a partir disso, treinar educadores e atuar em conjunto com eles para aprimorar a qualidade de aprendizagem dos alunos do colégio. Importante ressaltar que a proposta apresentada é apenas uma das amplas possibilidades de atuação do psicopedagogo institucional.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O foco deste trabalho foi apresentar as possíveis atuações do psicopedagogo institucional com formação em biblioteconomia dentro de espaços de aprendizagem. Mais especificamente, relatar o seu papel, juntamente a equipes gestoras e pedagogos, no incentivo à leitura em bibliotecas

escolares e/ou salas de leitura.

Logo, a psicopedagogia, dentro dessas organizações, tem o papel de analisar processos e desenvolver metodologias que levem em conta o conjunto político, social e cultural que envolvem tanto a estrutura institucional, como as pessoas nela presentes. O psicopedagogo institucional deve atuar em conjunto ao Projeto Político Pedagógico da instituição, para que esses espaços de leitura adquiram as características do local onde estão inseridos, oportunizando a equipe pedagógica, alunos e familiares, que se unam em torno da leitura.

No entanto, o trabalho do psicopedagogo institucional não é bem compreendido, uma vez que não se conhece sua prática ou fundamentação teórica nos processos de tomada de decisões dentro de instituições, nem mesmo a finalidade desse profissional em prevenir possíveis problemas de aprendizagem. A confusão é latente no que se refere até que ponto tais atividades são pertinentes ao pedagogo e/ou ao psicólogo, e onde entra o papel do psicopedagogo institucional nessa situação, levando em conta que ele trabalha o emocional, mas deixa de fora aspectos clínicos; e quais são os problemas de aprendizagem referentes à sua intervenção, considerando o papel dos coordenadores e o dos assistentes sociais. Tal dificuldade pode estar relacionada ao cenário da psicopedagogia em âmbito brasileiro que, embora regulamentada, não é disseminada, dificultando o reconhecimento de sua identidade.

Infere-se, portanto, o psicopedagogo institucional deveria atuar nas diferentes esferas escolares, corroborando com a transformação social dos indivíduos no que tange à mediação da informação entre o corpo institucional, as práticas dos alunos e a participação familiar na escola. Dessa maneira, ao estudar as modalidades de ensino-aprendizagem possibilitadas pela instituição escolar, o psicopedagogo institucional pode atuar com diretores, orientadores educacionais, orientadores pedagógicos, psicólogos e/ou professores, na coordenação entre os diferentes agentes educativos, os alunos e suas famílias.

Defende-se, assim, a maior participação e atuação do psicopedagogo institucional em todos os subsistemas que formam a escola, como é o caso da sala de leitura, com a finalidade de potencializar a capacidade de ensinar dos profissionais e a de aprender dos alunos. Como ação de caráter preventivo, o psicopedagogo propicia a comunicação entre toda a comunidade educacional, contribuindo para o seu desenvolvimento e fluidez sob a perspectiva de uma investigação constante, que advém da oferta de um trabalho de assessoria e/ou colaboração psicopedagógica.

## REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D. P. **Educational psychology**: a cognitive view. Nova York: Riehart and Winston inc., 1968.

BELLUZZO, R. C. B.; KOBAYASHI, M. C. M.; FERES, G.G. InformationLiteracy: um indicador de competência para a formação permanente de professores na sociedade do conhecimento. **Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v.6, n.1, dez. 2004, p.81-99.

BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEWEY, J. **Democracia e educação**: breve tratado da filosofia da educação. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

GASPARIAN, M. C. C. **Psicopedagogia institucional sistêmica**: contribuição do modelo relacional sistêmico para a psicopedagogia institucional. São Paulo: Lemos Editorial, 1997.

IFLA/UNESCO. **Directrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares**, 2002.

PIAGET, J. **Epistemologia genética**. Tradução: Álvaro Cabral. 3. ed. Martins Fontes: São Paulo: Contexto, 2010.

RAMOS, M. B. J.; FARIA, E. T. **Aprender e ensinar**: diferentes olhares e práticas. Porto Alegre: PUCRS, 2011. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0076-9.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

***O PODER JUDICIÁRIO E A JUSTIÇA RESTAURATIVA NO BRASIL: a formação do  
“facilitador”, na perspectiva do acesso à justiça***

*THE JUDICIARY POWER AND RESTORATIVE JUSTICE IN BRAZIL: the formation of the “facilitator”  
in the perspective of access to justice*

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro  
Unesp/Franca  
Docente Programa de Pós-Graduação em S.S – Unesp/Franca  
elianacanteiro@terra.com.br

HESPANHOL, Liliane Cristina de Oliveira  
Unesp/Franca  
Mestre em Direito Público e Doutoranda em Serviço Social  
lilianehespanhol@gmail.com

**Resumo**

Encontra em desenvolvimento a pesquisa de doutorado no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP/Franca, com a questão do acesso à justiça através da Justiça Restaurativa, tendo como objetivo geral refletir sobre o perfil e formação inicial e continuada do facilitador da Justiça Restaurativa, conduzida pelo Poder Judiciário brasileiro, na perspectiva da democratização do acesso à justiça. Por tratar-se de modelo que está em construção no sistema de justiça criminal, a temática ganha relevância, ainda mais diante da constatação que as pesquisas já desenvolvidas não trataram da figura do Facilitador. Diante das contradições inerentes ao objeto de estudo, adota-se o método dialético. Ao final da pesquisa, com a redação da tese de doutorado, espera-se contribuir para a reflexão do aprimoramento da Política Judiciária de Justiça Restaurativa no Brasil.

**Palavras-chave:** sistema de justiça criminal; justiça restaurativa; facilitador.

**Abstract**

The research in the Post-Graduation Program in Social Work of UNESP / Franca is under development, with the question of access to justice through Restorative Justice, with the general objective of reflecting on the profile and initial and continued training of the facilitator of Restorative Justice, conducted by the Brazilian Judiciary, in view of the democratization of access to justice. Because it is a model that is under construction in the criminal justice system, the thematic one gains relevance, even more in the face of the fact that the research already developed has not dealt with the figure of the Facilitator. In the face of the contradictions inherent in the object of study, the dialectical method is adopted. At the end of the research, with the writing of the doctoral thesis, it is hoped to contribute to the reflection of the improvement of the Judicial Policy of Restorative Justice in Brazil.

**Keywords:** criminal justice system; restorative justice; facilitator.

**1 INTRODUÇÃO**

Com o processo de redemocratização do Estado brasileiro e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que positiva conquistas de direitos fundamentais ao cidadão, ocorre uma explosão de litigiosidade, com excessiva procura pelo Poder Judiciário, detentor do monopólio da prestação jurisdicional.

Conforme relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – “Justiça em números” – encontravam-se pendentes, ao fim do ano de 2017, 80,1 milhões de processos, o que gerou uma despesa de R\$ 90,8 bilhões pelo Poder Judiciário. (BRASIL, 2017).

A cultura jurídica no Brasil é caracterizada pela administração dos conflitos pelo Estado, via Poder Judiciário, onde um terceiro, o juiz, irá proferir uma sentença para “resolver” o conflito. Assim, o litígio é, até os dias atuais, o meio preponderantemente utilizado no enfrentamento de conflitos, o que reflete que a cultura jurídica no Brasil ainda é a da prevalência da via judicial tradicional. Para Watanabe (2007, p. 7) existe no Brasil uma cultura da sentença onde “os juízes preferem proferir sentença ao invés de tentar conciliar as partes para a obtenção da solução amigável dos conflitos”.

No entanto, as complexas relações sociais contemporâneas impõem um enorme desafio ao Poder Judiciário, vez que os conflitos apresentados, exigem formas diferenciadas de enfrentamento, que melhor concretize os direitos e promova a cultura da paz. Conforme Bauman, não é mais possível pensar apenas local, pois “nossas interconexões e nossa interdependência já são globais. O que quer que aconteça em um lugar influencia a vida e as oportunidades de vida das pessoas em todos os outros.” (BAUMAN, 2011, p. 32)

Assim, trata-se de fato notório que o aparato judicial, permeado por burocracias e rituais que provocam um distanciamento enorme entre as partes e o Estado-juiz, não consegue mais dar respostas à conflituosidade atual, que reflete os danos causados pelo modo de produção capitalista, que em nome das leis do mercado, trata a classe trabalhadora como meros consumidores e não como cidadãos, com verdadeira exclusão daqueles que não consomem.

Nessa conjuntura é que se deve tentar desvelar a intencionalidade do Poder Judiciário, quando por meio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através da Resolução n. 125/2010, estabeleceu mudanças para todos os tribunais do país, que deverão oferecer aos cidadãos meios não contenciosos de “resolução” de conflitos, instituindo assim, a Política Judiciária Nacional de Tratamento aos Conflitos de Interesses, que representa um marco normativo de um movimento pela desjudicialização dos conflitos sociais.

Especificamente no que diz respeito ao poder punitivo estatal, é notório o esgotamento do paradigma punitivo e retributivo. Em 2017 o Poder Judiciário contava com um acervo de causas criminais pendentes de 6,2 milhões; e com relação a cumprimento de penas, duas em cada três (65%) das execuções penais iniciadas em 2017 eram privativas de liberdade. Tudo isso culminando em uma população carcerária de 726.712 pessoas. (BRASIL, 2018)

Diante de tal quadro, surge um movimento dentro do Poder Judiciário para a implementação da Justiça Restaurativa (JR). Uma primeira aproximação já havia ocorrido em 2005, com a implantação de projetos pilotos em: São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

Segundo Marshall (2005), pode-se conceituar a JR como um processo pelo qual todas as partes que tem interesse em determinada ofensa juntam-se para resolvê-la coletivamente, para tratar suas implicações futuras

Com o plano de estratégias nacionais do Poder Judiciário, resolução n. 198/2014, entre os macros desafios para o período de 2015 a 2020, destaca-se o de número 6, relativo ao aprimoramento da gestão da justiça criminal:

Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário, fortalecimento dos conselhos de comunidade, penitenciários e dos patronatos e combate ao uso de drogas ilícitas. Pretende reduzir o número de processos, as taxas de encarceramento e a reincidência; estabelecer mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social; e a construção de uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.

Em 2016 é publicada pelo CNJ a resolução n. 225, que dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário, com a sua concepção e formas de implantação em todos os tribunais, com vistas a promover a desjudicialização de conflitos criminais.

No ano de 2018 foi publicada pesquisa, financiada pelo CNJ e realizada pela Fundação José Arthur Boiteux da Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, coordenada pela Profa. Doutora Vera Regina Pereira de Andrade, cujo objeto de pesquisa foi a Justiça Restaurativa conduzida pelo Poder Judiciário entre 2005 a 2017.

Conforme referida pesquisa o Poder Judiciário ao protagonizar e institucionalizar a JR, não está em busca de “uma outra justiça”, mas sim, de uma justiça mais legítima e exigente. E conclui que ainda não se trata de um novo paradigma, mas apresenta resultados e indicações para avanços.

Com a Política Judiciária Nacional de Tratamento aos Conflitos de Interesses, com destaque

para a Justiça Restaurativa, percebe-se o surgimento de um importante espaço de trabalho, na busca pelo acesso à justiça, com destaque a atuação de profissionais do Serviço Social, da Psicologia e do Direito, compartilhando o “fazer justiça”, antes monopólio do Juiz, ou seja, através da participação, do diálogo e do respeito há um esforço pela democratização da justiça, que busca a superação de um modelo de poder sobre o outro, que impõe uma punição, para a construção de um modelo de poder com o outro, que busca a restauração dos laços sociais.

A partir das pesquisas já desenvolvidas, tanto no âmbito acadêmico, quanto pelo próprio Poder Judiciário, **percebe-se uma carência na discussão sobre o perfil e a formação do Facilitador na JR.** Os trabalhos desenvolvidos, com base nas construções teóricas internacionais, reafirmam que o Facilitador, pode ser qualquer pessoa desde que capacitada em práticas restaurativas. Não há a necessidade de ser um profissional do direito, podendo ser pessoa da comunidade com baixa instrução ou com qualquer outra formação profissional, que terá a função de estabelecer um diálogo entre os interessados no conflito criminal.

É possível constatar que a concepção do diálogo na JR possibilita aos envolvidos vivenciarem uma experiência de democratização da justiça, pois aqueles envolvidos no ato criminoso, abandonam uma posição de passividade e podem decidir sobre o seu próprio conflito. Aqui, o conflito é devolvido às partes, para que elas mesmas decidam o que fazer. Mas tudo isso é feito com a ajuda do Facilitador. Daí a importância de se refletir sobre o papel e o perfil desse terceiro, encarregado de criar condições para que a JR realmente se realize, em especial, em um contexto político e econômico como o brasileiro, cuja cultura jurídica é a do litígio, onde um terceiro “diz o direito”, sem uma cultura do diálogo.

O que se observa é que o Poder Judiciário tem capacitado estagiários, assistentes sociais e psicólogos judiciários, para exercerem a função de Facilitadores da JR, ou seja, tem atribuído mais uma função aos seus servidores.

Entre os profissionais convocados, apenas o Serviço Social contém um posicionamento contrário a participação na JR. A reflexão é feita pelo Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/SP, através de Nota Técnica<sup>1</sup>, que analisa de forma preliminar o Serviço Social e a mediação de conflitos, que engloba a participação em conciliação, mediação e justiça restaurativa.

Conforme referido documento há incompatibilidades entre o Código de Ética da mediação judicial e o Código de Ética dos Assistentes Sociais, entre as quais destaca-se à recusa a neutralidade, haja vista o compromisso ético desses profissionais com a defesa da classe trabalhadora e também a desvinculação da profissão de origem, vez que na mediação judicial, devem agir como mediadores e não como assistente social.

Referido documento (Nota Técnica do CRESS-SP) recomenda, aos assistentes sociais, servidores públicos do Tribunal de Justiça, não agregar funções de mediador/conciliador, diante das incongruências de pressupostos éticos e de atribuições profissionais. E conclui, ressaltando a necessidade de mais pesquisas sobre a temática, para subsidiar uma posição do Conselho Federal de Serviço Social – CEFESS.

Diante de tal quadro, **pode-se formular algumas questões:** quem é o Facilitador na JR conduzida pelo Poder Judiciário brasileiro? Qual o seu perfil? Que habilidades e conhecimentos são necessários, para a operacionalização da JR? Dentro do contexto histórico do Brasil, marcado por graves desigualdades sociais, qual o papel desse Facilitador, ao criar um espaço de diálogo entre os envolvidos? Que tipo de vínculo ele estabelece com o Poder Judiciário? Qual a sua concepção de conflito e de JR? Como que se dá o seu processo de formação?

Assim, é que se encontra em desenvolvimento pesquisa de doutoramento<sup>2</sup>, junto ao programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP/Franca, cuja questão central é compreender se os profissionais envolvidos na aplicação da Justiça Restaurativa no Brasil serão capazes de fazer das normas e do próprio tribunal instrumento de democratização do acesso à justiça, em um contexto de crise do paradigma punitivo e de crise estrutural do capitalismo.

## 2 PRINCIPAIS CONCEPÇÕES QUE FUNDAMENTAM A PESQUISA

A temática da Justiça Restaurativa perpassa pelo tema do acesso à justiça, em especial, pela democratização da justiça. A concepção de acesso à justiça ultrapassa os limites da acessibilidade

<sup>1</sup>Disponível em [www.cressp.org.br](http://www.cressp.org.br)

<sup>2</sup>A primeira autora ingressou no programa de Pós graduação em Serviço Social, na Unesp/Franca no ano de 2018, com previsão de término para o ano de 2022.

aos tribunais, e inclui a garantia e satisfação dos direitos que integram a ordem jurídica, seja através do processo judicial ou de outros meios, como métodos consensuais de enfrentamento de conflitos.

Assim, é necessário que haja uma variedade de mecanismos à disposição da sociedade, a fim de propiciar aos indivíduos uma conscientização e enfrentamento adequados à natureza do conflito, vez que o mesmo, merece uma análise mais profunda, tendo em vista que a sua formação tem múltiplos fatores, como fatores sociais, econômicos e políticos. E para tanto, faz-se necessário um processo profundo de reflexão dos envolvidos.

É nesse contexto que se inserem os métodos não contenciosos de enfrentamento de conflitos e segundo Cappelletti e Garth(1988),

Essa ideia decerto não é nova: a conciliação, a arbitragem, a mediação foram sempre elementos importantes em matéria de solução de conflitos. Entretanto, há um novo elemento consistente em que as sociedades modernas descobriram novas razões para preferir tais alternativas. É importante acentuar que essas novas razões incluem a própria essência do movimento de acesso à Justiça, a saber, o fato de que o processo judicial agora é, ou deveria ser, acessível a segmentos cada vez maiores da população, aliás, ao menos teoricamente, a toda a população. (Cappelletti; Garth, 1988, p. 12)

Dessa forma, esses métodos são meios para se ampliar e democratizar o acesso à justiça, para o enfrentamento dos conflitos e a satisfação dos direitos, que por vezes não são garantidos ou são violados. Mancuso (2009), desenvolve a ideia de uma justiça coexistencial, entre os instrumentos tradicionais e os novos métodos, que priorizam o diálogo e a participação dos interessados na construção de soluções:

Tanto é insustentável (e discriminatória) a postura depreciativa em face dos meios alternativos – neles vislumbrando uma Justiça de segunda classe – como também o é a postura derrotista em face da Justiça estatal, apostando na sua débâcle irreversível. A harmonização entre esses dois planos é a única estratégia viável, por modo a concebê-los em um modo integrativo complementar: os meios alternativos não se propõem a concorrer com a Justiça estatal, e sim a oferecer uma segunda via ou um alvitre subsidiário, devendo-se, por outro lado, reconhecer que o Judiciário não tem como açambarcar todos os históricos de lesões temidas ou sofridas, donde ser de seu próprio interesse prestigiar os meios alternativos, por sua clara aptidão para prevenir a formação de novos processos, compondo a controvérsia em modo justo, ou mesmo abrir outra opção para aqueles já em curso. (MANCUSO, 2009, p. 257)

Nessa linha de pensamento, destaca-se o pensamento de Avritzer, Marona e Gomes (2014) que concebem o acesso à justiça pela via dos direitos, que engloba: a garantia de efetividade dos direitos, por meio da informação acerca dos direitos, conhecimento que permita acessar uma instância ou entidade capaz de resolver eventuais conflitos e efetiva reparação de injustiça ou desigualdade e a possibilidade de participar na configuração do próprio direito, o que envolveria a criação e o reconhecimento de novas categorias de direito.

Assim, a concepção de acesso à justiça como sendo acesso à ordem jurídica justa traz uma compreensão ampla de acesso, que não se limita ao acesso único ao Poder Judiciário, ou seja, sem desconsiderar a importância do sistema judicial, reconhece também outros mecanismos e espaços para a concretização desta acessibilidade, com a garantia de direitos e promoção da dignidade do ser humano.

No âmbito da discussão da democratização do acesso à justiça, destaca-se utilização da **Justiça Restaurativa (JR)** no Brasil, via Poder Judiciário.

A JR não tem um conceito fechado, mas trata-se de um outro meio de responsabilização, que através do diálogo entre os envolvidos, busca novas formas de enfrentamento do conflito criminal. Marshall (2005), conceitua a JR como um processo pelo qual todas as partes que tem interesse em determinada ofensa juntam-se para resolvê-la coletivamente, para tratar suas implicações futuras.

Não é assunto recente a crise do modelo punitivo, que tendo a prisão como sanção à prática

criminosa, não consegue dar respostas a ressocialização e tão pouco realizar o ideal de justiça. Nesse contexto entre as décadas de 1960 e 1970 é que surgirão os antecedentes da JR, nos Estados Unidos, ou seja, propostas político-criminais, que mudam o foco do Direito Penal, para a vítima do delito. Mas só na década de 1990 é que a temática ganha força e interesse dos pesquisadores. (PALLAMOLLA, p. 34, 2009)

Como referencial teórico, sobre a JR adota-se as obras de Howard Zehr (teoria das Lentes), Kay Pranis (círculos da paz) e John Braithwaite, sua teoria da vergonha reintegrativa e modelo de conferências, por serem autores internacionalmente referenciados dentro dessa temática.

Assim, por tratar-se de um modelo que está em construção, é preciso aprofundar a reflexão, em especial sobre o papel do facilitador, buscando consolidar um modelo de JR que priorize o acesso à justiça daqueles que mais necessitam e não se torne mais um instrumento de poder e dominação do Estado. Conforme Raffaella o Poder Judiciário trata-se de poder conservador e avesso às mudanças:

Um Poder conservador e com déficit democrático torna-se um espaço difícil para introdução de mudanças. A resistência é percebida de duas formas: tanto provém de juízes que rejeitam temas potencialmente inovadores (como é o caso da justiça restaurativa), quanto de juízes „adeptos” à justiça restaurativa em relação a interferências externas na formatação da própria justiça restaurativa, o que pôde ser observado, por exemplo, no caso da elaboração da Resolução 225 do CNJ. (2018, p. 272)

Logo, a discussão da consolidação da JR se insere em um “contexto de transformações do sistema de justiça criminal – o qual, por sua vez, decorre de transformações e crises do modelo de Estado e democracia modernos.” (PALLAMOLLA, p. 272, 2018).

Vasconcelos (2012, p. 19) ensina que “o conflito ou dissenso é fenômeno inerente às relações humanas”. Logo, ele não deve ser pacificado, como forma de manter o processo de dominação. Ao contrário, o atendimento e acompanhamento, em especial para contextos vulneráveis, deve ser concebido numa perspectiva educadora, que gere autonomia aos envolvidos e seja um instrumento de inclusão social, que ao invés de “resolver” o conflito de forma neutra e imparcial, possa transformá-lo, afim de que os sujeitos sejam reconhecidos como sujeitos de direitos e capazes de acessar os bens e serviços disponíveis, exercendo assim, sua cidadania plena.

Neste sentido, a figura do Facilitador torna-se de suma importância, pois tem a função de criar espaço para o diálogo e construção de direitos, pelas próprias partes, o que torna a JR revolucionária, com real potencial transformador da justiça criminal e das relações sociais. Tudo isso, ganha especial relevância, diante das complexas relações sociais que vivemos, agravadas pela crise de legitimidade das instituições sociais e políticas, em uma sociedade com enorme dificuldade de sociabilidade, com acirrada polarização de ideologias.

Acredita-se que o espaço para a aplicação das práticas restaurativas, com a intervenção do Facilitador, pode ser um campo privilegiado **para a materialização da dimensão educativa**, que busque a autonomia do cidadão frente ao Estado, que diante da crise estrutural do capitalismo, adota posturas que concorrem para maior exploração da classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, Torres afirma que o usuário deve ser identificado como um dos “protagonistas do processo interventivo” e não como mero receptor dos serviços. E esse processo de identificação consolida “a visão da educação popular”, teorizada por Paulo Freire, onde os profissionais atuam tomando como “referência os modos de vida da população usuária, possibilitando a realização de uma prática crítica, que se configura na sua concreticidade, criticidade e teleologia.” (2009)

Segundo Moacir Gadotti:

O paradigma da educação popular, inspirado originalmente no trabalho de Paulo Freire nos anos 60, encontrava na conscientização sua categoria fundamental. A prática e a reflexão sobre a prática levaram a incorporar outra categoria não menos importante: a da organização. Afinal, não basta estar consciente, é preciso organizar-se para poder transformar. (2000, p. 06)

Vem de encontro ao pensamento de Paulo Freire, as lições de Gramsci, que acreditava na transformação do mundo, através da educação e da cultura. Para ele a Revolução, enquanto



mudança dos sistemas sociais, deveria ser realizada todos os dias: “nas mentes e nos corações de todos os homens e mulheres, na família, nas praças, nos campos, na mídia e, obviamente, nas escolas. (NOSELLA; AZEVEDO).

Logo, segundo Paulo Freire (2001, p. 68), “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Assim é preciso nas práticas restaurativa, que o Facilitador adote uma abordagem pedagógica, que valorize o conhecimento do cidadão, que é o sujeito de direitos e não mero recebedor de benefícios.

“o estabelecimento de vínculos e a conformação de uma relação democrática entre profissionais e usuários são fundamentais para que o processo educativo alcance seus objetivos. Ou seja, espera-se que por meio do processo educativo, o usuário – com informação e reflexão – ganhe mais autonomia para circular no espaço social, tomar decisões sobre as formas de conduzir sua vida, avançar na consciência de sua cidadania e ter participação em diferentes instâncias da esfera pública, especialmente nas de controle social.” (MIOTO, 2009, p. 507)

A educação libertadora, proposta por Paulo Freire, e que deve ser construída no processo sócio educativo, que envolve as partes e o Facilitador da JR, deve estar comprometida com a transformação social:

A educação que, não podendo jamais ser neutra, tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos à realidade tida como intocável. (FREIRE, 2001, p. 58)

O problema colocado no projeto de pesquisa, ora apresentado, refere-se ao contexto de atuação do Facilitador da JR como importante “ator” que contribuirá para promover o acesso à justiça. Portanto, consideramos importante conhecer quem é o Facilitador, quais habilidades e competências serão necessárias, para que possa criar um espaço de diálogo e formação dos envolvidos, com vistas a atingir os objetivos da JR, no contexto sociopolítico e econômico brasileiro.

A carência de pesquisa sobre quem é o Facilitador da JR do Poder Judiciário brasileiro, qual o seu papel e habilidades, justifica o interesse investigativo na medida em que reforça não apenas a necessidade de compreender, como também de aprofundar estudos sobre a dimensão educativa dos profissionais envolvidos com a JR, diante da demanda atual imposta a esses profissionais de luta para ampliação e acesso aos direitos sociais, numa sociedade dominada pelo modo de produção capitalista. Nesse sentido é o entendimento dos autores abaixo:

“Considero necessário o aprofundamento do conhecimento acerca do trabalho socioeducativo, bem como o modo com que tem sido concretizado nos espaços sócio ocupacionais, uma vez que é reconhecido como uma das estratégias dos gestores públicos para o acompanhamento das famílias inseridas nos programas vinculados à rede socioassistencial. ” (TORRES, 2009, p.10)

“A discussão das ações socioeducativas no âmbito dos processos socioassistenciais foi efetuada nesse texto de forma sucinta, atendendo as suas finalidades e as possibilidades do momento. Porém, trata-se de uma discussão que necessita ser aprofundada e explorada, principalmente a partir das proposições gramscianas. Nelas, o processo educativo é visto como meio utilizado pelas classes fundamentais para preparar, estabelecer e consolidar a hegemonia.” (MIOTO, 2009, p. 512)

Diante do exposto, acredita-se, como tese central, que o papel do Facilitador da JR no Brasil é de grande relevância, para a democratização do acesso à justiça, devendo assim, apresentar conhecimento e habilidades necessárias para a busca de autonomia do cidadão.

### 3 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

O objeto da pesquisa se constitui na reflexão do papel do Facilitador da Justiça Restaurativa, conduzida pelo Poder Judiciário brasileiro, especificamente os programas em construção no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, sendo esse, portanto o universo da pesquisa, haja vista, ter sido um dos locais<sup>3</sup> selecionados pela pesquisa<sup>4</sup> realizada pelo CNJ em 2018, intitulada “Pilotando a Justiça Restaurativa: o papel do Poder Judiciário”, por atender aos critérios estabelecidos, como tempo de experiência, atualidade, diversidade de experiências (infância e juventude, adultos) e espaços (Educação, Segurança Pública e Poder Judiciário).

A pesquisa objetiva compreender quem é o Facilitador da JR, conduzida pelo poder Judiciário mediante procedimentos científicos, para isso precisará ser minimamente um “questionamento reconstrutivo” (DEMO, 2008), ou seja, ela renovará conteúdos permitindo a obtenção de novos conhecimentos para a necessária e constante revisão da formação e prática profissional. Assim, para atender aos objetivos do objeto e tendo em vista as contradições inerentes ao mesmo, será utilizado o método dialético.

No estudo além da pesquisa bibliográfica serão realizados procedimentos metodológicos necessários para análise e delineamento do perfil do Facilitador da JR. Para essa análise serão considerados como materiais empíricos obras produzidas sobre o tema atuação e formação do Facilitador da JR, educação popular e acesso à justiça.

Deste modo, para o processo de construção do conhecimento desta tese será adotado o estudo exploratório e descritivo.

Para Gil (1999, p. 44),

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vista à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Este autor menciona que a pesquisa do tipo exploratória é frequentemente utilizada “quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 1999, p. 45), como é o caso do perfil do Facilitador da JR.

Já o enfoque descritivo permitirá expor a realidade pesquisada, apresentando as características os resultados obtidos na seleção de dados e fundamentação teórica. Segundo Gil (1999, p. 44), a pesquisa descritiva tem por objetivo a descrição das características de um grupo.

Para atender a proposta do estudo, estabelece-se como premissa a abordagem qualitativa, pois possibilita descrever com profundidade determinado problema, analisando as interações de suas variáveis. Para Triviños (1992, p. 133), “o pesquisador, orientado pelo enfoque qualitativo, tem ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo”.

Como instrumental técnico para obtenção de dados será utilizada a entrevista semiestruturada com sujeitos que tenham representatividade para o objeto, ou seja, os Facilitadores de JR em exercício no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

### 4 RESULTADOS ESPERADOS

Considerando que a pesquisa está em estágio inicial destacamos nesse item os resultados esperados. Inicialmente ressaltamos que a relevância da presente pesquisa pode ser evidenciada pelo fato de que nos últimos anos vem ocorrendo um crescimento da “judicialização das expressões da questão social”, conforme analisa Borgianni (2013), ou seja, vários casos que deveriam ser resolvidos na esfera política, são levados ao Poder Judiciário. Logo, sendo a JR um mecanismo de desjudicialização, que se encontra em construção no Brasil, os resultados da pesquisa podem trazer contribuições e recomendações para a implementação da Política Judicial de Justiça Restaurativa.

Tem-se como pressuposto que a formação instantânea oferecida pelo Poder Judiciário brasileiro aos Facilitadores da JR é insuficiente, para a compreensão do que é a Justiça Restaurativa,

<sup>3</sup> Foram selecionados sete estados da federação: Rio Grande do Sul, São Paulo, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Santa Catarina.

<sup>4</sup> O objeto da pesquisa foi a Justiça Restaurativa conduzida pelo Poder Judiciário, no Brasil, no período compreendido entre os primeiros anos do século XXI até o presente (2005-2017).

seus valores e objetivos. E que a convocação de voluntários para atuarem como Facilitadores, compromete os resultados das práticas restaurativas, uma vez, que a JR tem como fundamento o rompimento com o modelo vertical e hierárquico em que o sistema de justiça criminal brasileiro se funda.

Enfim, a reflexão proposta pela pesquisa é de extrema necessidade, pois ao contrário da mediação de conflitos, que já tem um marco legal regulatório e até mesmo um código de ética dos mediadores, elaborado pelo CNJ, a JR ainda carece de legislação no Brasil. Assim, espera-se que os resultados da pesquisa possam contribuir com a reflexão sobre a formação inicial e continuada e o trabalho do Facilitador da JR, que possa orientar a Política Judiciária de Justiça Restaurativa no Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do esgotamento do paradigma punitivo, a JR apresenta-se como um espaço de desconstrução do modelo de autoridade, que as práticas usuais do sistema de justiça tradicional exigem. Logo o Facilitador não é aquele que detém o poder ou o saber, para “dizer o direito”, mas sim aquele que tem a função de criar um ambiente de diálogo e reflexão.

Assim, pode-se afirmar que o Facilitador exerce uma atividade educativa, pois através de sua atuação os envolvidos podem vivenciar uma experiência de democratização da justiça, assumindo uma posição de protagonistas e não meros receptores de serviços. Logo, percebe-se a importância da reflexão sobre sua função e quais habilidades e competências são necessárias, para contribuir com a efetivação dos valores da Justiça Restaurativa.

## REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie; GOMES, Lilian. **Cartografia da Justiça no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Saraiva, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BORGIANNI, Elisabete. **Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. Serviço Social e Sociedade**, nº 115, julho a setembro de 2013.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. **Justiça em números**. Relatório publicado em 2013 referentes aos dados de 2012. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/pjustica-em-numeros/relatorios>>. Acesso em 17/10/2013.

CAPPELLETTI, Mauro e CARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1993.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 3-11, abr./jun. 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **A resolução de conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de Direito**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

\_\_\_\_\_. **Acesso à justiça: condicionantes legítimas e ilegítimas**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MARSHALL, Christopher D.. **Pelo Amor de Deus! Terrorismo, Violência Religiosa e Justiça Restaurativa**. In: SLAKMON, C., R. De Vitto, e R. Gomes Pinto, org., 2005. **Justiça Restaurativa (Brasília – DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD)**.

MIOTO, Regina Celia Tamaso. **Orientação e acompanhamento a indivíduos, grupos e famílias. Curso de Especialização Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 497-512.

PRANIS, Kay. **Processos Circulares.** Título original: The little book of circle process. Tradução: Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2010.

PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. **A construção da Justiça Restaurativa no Brasil e o protagonismo do Poder Judiciário: permanências e inovações no campo da administração de conflitos.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Escola de Humanidades. Porto alegre, p. 286. 2017.

TORRES, Mabel Mascarenhas. **As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio educativo.** Serviço Social em Revista, nº 11, janeiro a junho de 2009, p.79-108).

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas.** São Paulo: Método, 2012.

WATANABE, Kazuo. **Acesso à justiça e sociedade moderna.** In GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo (coords.). Participação e processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa.** Tradução: Tônia Van Acker. Título original: The little book of Restorative Justice. São Paulo: Palas Athena, 2012.

\_\_\_\_\_. **Trocando as lentes: um novo foto sobre o crime e a Justiça.** Tradução de Tônia Van Acker. Título Original: Changing Lenses: a new focus for crime and justice. São Paulo: Palas Athena, 2008.

**O SERVIÇO SOCIAL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

*THE SOCIAL SERVICE IN PUBLIC UNIVERSITIES IN THE STATE OF SÃO PAULO*

Eliana Bolorino Canteiro Martins

Doutora pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP; docente do Depto de Serviço Social da UNESP/Campus de Franca; Líder do GEPESS – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação/UNESP e Pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ.

Yukari Yamauchi Moraes

Discente do Curso de Graduação em Serviço Social – UNESP/Campus de Franca (SP), bolsista PIBIC/RT e integrante do GEPESS – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação.

**RESUMO**

O presente artigo traz o panorama da atuação do serviço social no âmbito da política de educação especificamente no ensino superior, nas universidades públicas do Estado de São Paulo. A reflexão fundamenta-se na perspectiva crítica da educação e também do trabalho profissional do assistente social. Trata-se do resultado parcial de um dos recortes da pesquisa cujo tema é: O trabalho do assistente social na educação no Estado de São Paulo, coordenada pela docente do departamento de serviço social UNESP Franca, São Paulo. Para esta etapa da pesquisa foi realizado um levantamento de dados nos sites das universidades públicas, sendo: Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Medicina Estadual de Marília (FAMEMA), Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP), com o objetivo de identificar as configurações do serviço social nessas universidades públicas. Constatou-se que o principal foco de atuação do serviço social é na política de assistência estudantil.

Palavras-chaves: Serviço Social; Ensino Superior Público; Assistência Estudantil;

**ABSTRACT**

This article brings the panorama of social services in the context of education policy specifically in higher education, in public universities in the state of São Paulo. The reflection is based on the critical perspective of education and also the professional work of the social worker. It is the partial result of one of the indentations of research whose theme is: the work of the social worker in Education in the state of São Paulo, coordinated by professor of the department of social service UNESP Franca - SP. For this step of the research was conducted a survey of data on the sites of the public universities, being: Universidade de São Paulo (USP), University of Campinas (UNICAMP), the Faculty of Medicine - Marília (FAMEMA), Universidade Federal do ABC (UFABC), Federal University of São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) and Universidade Estadual Paulista (UNESP), with the objective of identifying the settings of social work in public universities. It was noted that the main focus of the social service is the student assistance policy.

KEYWORDS: Social Service; Public Higher Education; Student Assistance;

**1-INTRODUÇÃO**

O presente artigo é um recorte da Pesquisa intitulada: “O trabalho do Assistente Social na Educação no Estado de São Paulo”, sendo que uma das autoras desse artigo é bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e contribui com a realização da pesquisa. O interesse pelo tema é produto das discussões sobre o Serviço Social na Educação de um grupo de estudos e pesquisas sendo o projeto de pós-doutoramento da pesquisadora responsável. A parte da pesquisa que ora apresentamos traz o panorama das Universidades públicas paulistas destacando o número de assistentes sociais que estão inseridas nos espaços sócio-ocupacionais do ensino

superior, especificamente nas universidades públicas.

Para compreender a pesquisa deve ser considerado o contexto sócio-histórico e cultural que incide na atual realidade, no qual é manifestado nas políticas educacionais. Esse processo é resultante da relação de produção e reprodução do capital, onde cada vez mais é crescente o retrocesso dos direitos sociais ou são oferecidos através da privatização dos serviços. Diante dessa realidade é primordial compreender o trabalho do assistente social nessa política pública – a política educacional considerando que nos últimos anos há uma ampliação da inserção desse profissional nessa área. Os fatores que definem os novos arranjos das políticas educacionais e que trazem requisições para o assistente social é um importante tema que merece ser investigado. Assim, a pesquisa pretende justamente explicitar o quanto é necessário a inserção profissional do assistente social nos processos de trabalhos na área da educação, em particular nas universidades, sendo que o recorte abordado é essa situação no Estado de São Paulo.

A investigação se fundamenta no materialismo histórico-dialético que permite compreender os fenômenos para além da sua imediatez e a função que desempenham na estrutura e conjuntura, articulado as mediações que estende na ligação entre universal, particular e singular, ou seja, numa perspectiva de totalidade.

Desbravar a amplitude deste tema é sempre inovador, já que se trata da realidade é algo dinâmico e contínuo; portanto um dos objetivos da pesquisa é contribuir para que a ação profissional na política educacional se fixe na combinação com o processo de fortalecimento do projeto ético político do serviço social e reforce a importância de uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade enquanto direito social.

Para se aproximar dessa realidade foi realizado um mapeamento nos sites das sete Universidades Públicas do Estado de São Paulo distribuídas em 23 unidades, para identificar: se existe assistentes sociais no seu quadro de profissionais; quantos assistentes sociais; o foco do trabalho que realizam nestes espaços sócio-ocupacionais tendo como referência informações divulgadas nos referidos sites. Ressaltamos que essa é uma primeira aproximação, sendo que posteriormente será encaminhado questionários para os assistentes sociais com objetivo de ampliar o conhecimento sobre as atividades que realizam.

Constatamos que o foco principal da atuação dos assistentes sociais nas universidades públicas do Estado de São Paulo é na Política de Assistência Estudantil, o que será descrito no decorrer desse artigo.

## **2- Política de Educação, Serviço Social e PNAES**

Para falar em política educacional brasileira é necessário compreender as determinantes das relações contemporâneas, das relações capitalistas, é isto, os determinantes políticos, econômicos, sociais e culturais que justificam a configuração atual do processo educacional e que se manifesta em todas as instituições de ensino, em particular nas universidades públicas do Estado de São Paulo. O desenho da política de educação no contexto contemporâneo, que é também uma marca da trajetória histórica dessa política pública e a centralidade de ações que visam o acesso e a permanência em detrimento da qualidade, do conteúdo, com vistas a efetivar uma formação integral, capaz de formar cidadãos críticos, ativos, conscientes.

A educação escolarizada no Brasil sempre foi utilizada como instrumento do capital, distante da compreensão de educação como um direito social, como significado da prática democrática, crítica, emancipatória, conforme proposto nos ensinamentos de Paulo Freire.

Nesta perspectiva vamos retomar o processo de inserção do assistente social na política de educação que, segundo Almeida (2007):

[...] não se constitui em um fenômeno recente, sua origem remonta aos anos iniciais da profissão em sua atuação marcadamente voltada para o exercício do controle social sobre a família proletária e em relação aos processos de socialização e educação da classe trabalhadora, durante o ciclo de expansão capitalista experimentado no período varguista (ALMEIDA, 2007, p. 6).

A inserção do assistente social no âmbito da Política de Educação, além de ser um marco constituinte enquanto categoria profissional é parte inerente da gritante necessidade das unidades educacionais a atuação desse profissional, principalmente, devido aos efeitos do capitalismo que, em

última instância, acirra as expressões da questão social. De forma particular, tratando especificamente da expansão do acesso nas universidades públicas para atender a lógica operacional da ampliação capital humano, ocorre a inclusão de estudantes provenientes da classe trabalhadora, que trazem consigo uma gama de demandas sociais.

Por outro lado, cabe ao profissional de Serviço Social, resistir a essa educação meramente instrumental e lutar, juntamente com todos os atores envolvidos no universo educacional, por educação libertadora. Eis o desafio para o profissional: desmistificar a real concepção de educação, que deve ser entendida como direito social, isto é, direito de todos e dever do Estado. Assim, ampliar a inferência, a participação de toda comunidade escolar no processo de implementação da política educacional de forma democrática é parte inerente a profissão - Serviço Social, conforme comenta Coutinho:

„Os processos de constituição dos sujeitos coletivos e de suas lutas é desta forma, condição de uma educação emancipadora, posto que qualificam a democracia como um processo e não como um valor liberal. A perspectiva de democratização está na base de construção dos processos de socialização política de socialização do poder como condição central de superação da ordem burguesa”(Coutinho, 2006, p. 22)

Tratando-se de uma profissão que atua na contradição é comum estar inserido diante embates, porém não deve se desprender da direção política que norteia a concepção crítica de educação sincronizada com o projeto ético político do Serviço Social e por isso não deve ser tratado em bases subjetivas, escassa de sentido político e desprendido dos interesses da classe trabalhadora.

Dentro destes desafios não podemos desvincular a contestação dos projetos sociais e os interesses da classe dominante impregnado na contrarreforma das políticas sociais e tratando-se das universidades públicas, cabe ao assistente social a luta para assegurar o acesso e permanência daqueles que carecem de condições para efetivar a sua trajetória de escolarização.

A efetivação da Política de Assistência Estudantil nas universidades públicas é resultante de um processo de luta dos estudantes que veem de longa data, portanto, é produto histórico é uma das expressões da questão social e da correlação de forças sociais que culminou na instauração da Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2008.<sup>1</sup>

„O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) apóia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

O Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. (PNAES, 2008, p. )

### 3- Construção da pesquisa

Conforme exposto na introdução, o artigo apresentado trata-se de um recorte da pesquisa que está sendo desenvolvida com o tema é: “O trabalho do Assistente Social no Estado de São Paulo”.

Para realização desta etapa da pesquisa foi efetivado uma investigação nos sites das sete universidades públicas paulistas, que somam 23 campus no Estado de São Paulo, para identificar a existência ou não de assistentes sociais no quadro de funcionários e verificar qual o trabalho que esses profissionais realizam com maior incidência.

<sup>1</sup> Fonte retirada no site oficial do Ministério da Educação, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>

Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa com objetivo de mapear e analisar o trabalho do assistente social nas instituições educacionais do nível superior – universidades do Estado de São Paulo.

A direção assumida na pesquisa é a perspectiva crítica, com fundamento na teoria crítica de Marx, a partir da contribuição do método dialético que possibilita o desvelamento da realidade social através de aproximações sucessivas, compreendo a complexidade da realidade social. Desta forma elege-se como categorias filosóficas: a totalidade, a historicidade e a mediação. Assim a investigação e a análise e interpretação dos dados coletados terão como suporte esse método.

Destacamos que o material apresentado nesse artigo é a primeira aproximação com o objeto de estudo dessa parte da pesquisa e será aprofundado através de um questionário que será enviado para os assistentes sociais que atuam nas universidades públicas.

#### 4-Resultados e Discussão:

De acordo com o material identificado nos sites das universidades públicas estaduais, organizamos uma tabela onde consta a relação dos números de assistentes sociais e seus locais de atuação:

**Tabela 1: Relação das Universidades públicas do Estado de São Paulo, respectivos campus e o número de assistentes sociais.**

UNIVERSIDADE	LOCAL	NÚMERO DE ASSISTENTES	SETOR DE TRABALHO
USP	SAS – SÃO PAULO	1	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
UNICAMP	SAE – CAMPINAS	5	IDEM
UNICAMP	FT – LIMEIRA	1	IDEM
UNICAMP	FCA – LIMEIRA	1	IDEM
UNICAMP	FOP – PIRACICABA	1	IDEM
FAMEMA	MARÍLIA	1	IDEM
UFABC	SANTO ANDRÉ	3	IDEM
UFABC	SÃO BERNARDO	2	IDEM
UFSCAR	ARARAS	2	IDEM
UFSCAR	LAGOA SINO	1	IDEM
UFSCAR	SOROCABA	2	IDEM
UFSCAR	SÃO CARLOS	1	IDEM
UNIFESP	BAIXADA SANTISTA	1	IDEM
UNESP	FRANCA	1	IDEM
UNESP	BOTUCATU	4	IDEM
UNESP	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	1	IDEM
UNESP	JABOTICABAL	1	IDEM
UNESP	ARAÇATUBA	2	IDEM
UNESP	SÃO PAULO	1	IDEM
UNESP	MARÍLIA	1	IDEM
UNESP	BAURU	1	IDEM
UNESP	PRESIDENTE PRUDENTE	1	IDEM
UNESP	ILHA SOLTEIRA	1	IDEM

**FONTE:** Pesquisa realizada nos sites das Universidades Públicas Paulistas, em setembro de 2018.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2018, o Estado de São Paulo é composto por uma população de 41.262.199 habitantes, sendo que dessa população em idade escolar 5.276.326 estão matriculadas no ensino fundamental e 1.802.429 no ensino médio.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Esses dados foram retirados do site oficial do IBGE, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama>



Em relação ao ensino superior verificamos que São Paulo é o Estado com o maior número de matrículas no total (1.643.925), sendo que apenas 15,8% destes alunos estão em instituições públicas. São mais de 1,38 milhão de estudantes em faculdades particulares.<sup>3</sup>

Diante dessa realidade constatamos a reduzida quantidade de universidades públicas existentes no Estado de São Paulo. Podemos inferir que a quantidade de instituições federais e estaduais existentes no Estado de São Paulo é incompatível com a amplitude territorial, autonomia política e potência econômica do Estado.

No modelo capitalista vigente não é interessante para o Estado investir na educação, pois isto gera gastos e promove a crítica dos indivíduos que dela se apropria. Devido à esta circunstância, é notável a disparidade de acesso do ensino privado em comparação com as universidades públicas e o gradativo crescimento de ingresso via educação particular e principalmente no ensino à distância (EAD), onde geralmente fomenta um conhecimento segundo CHAUÍ (2001) acrítico, tecnicista, rápido e operacional, ou seja, de fácil acesso e que atende de prontidão as exigências do mercado.

Ilustra essa situação informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2016):

„No Brasil em 2016, quase 3 milhões de alunos ingressaram em cursos de educação superior de graduação. Desse total, 82,3% em instituições privadas.“

Entretanto precisamente no Brasil conforme a notícia publicada na Agência Brasil, 2017 :

„Segundo os dados do censo divulgado pelo INEP, as matrículas em EaD cresceram 17,6% de 2016 para 2017. Os estudantes de educação a distância (EaD) chegaram a quase 1,8 milhão em 2017 – o equivalente a 21,2% do total de matrículas em todo o ensino superior.“<sup>4</sup>

Ao analisarmos as informações referentes ao trabalho do assistente social na educação em universidades públicas, os dados revelam o número reduzido de assistentes sociais por campus considerando a amplitude do número de estudante que provavelmente estão matriculados nas referidas universidades. Inferimos que tal cenário provavelmente impacta significativamente no trabalho do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais do ensino superior, mais especificamente nas universidades públicas, ou seja, no desempenho profissional. Essa afirmação é corroborada pela focalização da atuação profissional na assistência estudantil, principalmente na efetivação de ações relacionadas à prestação de serviço e apoio material aos estudantes conforme descrito nos sites. Alertamos que essa questão será investigada com maior profundidade na próxima etapa da pesquisa.

Nessa questão identificamos que a média do número de assistentes sociais nas universidades públicas paulistas é de cerca de 1 a 5 assistentes por instituição inserido na assistência estudantil .

Diante da expansão do acesso a educação – ensino superior através de cotas raciais e sociais - podemos inferir que há uma aumento significativo de demandas sociais relacionadas às condições objetivas de vida desses estudantes e também outras questões subjetivas ou referentes ao próprio processo de ensino-aprendizagem.

Principais destaques sobre a atuação dos assistentes sociais nas unidades públicas relacionada a assistência estudantil : <sup>5</sup>

- 0,23% das universidades os Assistentes Sociais realizam ações sócio-educativas (palestras);

3 Informações coletadas estão disponíveis em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/09/matriculas-no-ensino-superior-sobem-38-e-atingem-73-milhoes-de-alunos.html>

4 Informações disponíveis em : <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-09/educacao-distancia-cresce-176-em-2017-maior-salto-desde-2008>

<sup>5</sup> Todas as informações referentes a assistência estudantil foram retiradas dos sites das universidades públicas paulistas.

- 0,23% das universidades possui na equipe técnica uma psicóloga e realiza atendimento de saúde envolvendo questões psicológicas e sociais;
- 0,23% das universidades destaca a atuação do serviço social com a questão da saúde e inclui os „colaboradores“, ou seja, funcionários da unidade educacional;
- 0,23% das universidades não comenta os serviços prestados.
- 0,23% das universidades cita que possui uma programação de acompanhamento aos egressos;
- Em todas unidades é realizado estudos socioeconômicos para viabilizar o acesso aos serviços prestados pela Assistência estudantil, tais como: bolsas, moradia, transporte, alimentação, auxílio creche, emergencial<sup>6</sup>, restaurante universitário, empréstimos de equipamentos, entre outros;
- Todas afirmam a importância da assistência estudantil no processo de redução da evasão escolar.

Ao avaliar os sites das Universidades Públicas estaduais e federais do Estado de São Paulo, utilizado como um instrumento de divulgação da assistência estudantil para o público estudantes, verifica-se a necessidade de melhorar as informações justamente para que os estudantes visualizem as possibilidades de acesso aos recursos que eles têm direito. Por outro lado, é importante ressaltar que todos os sites informam o local de funcionamento, horário de funcionamento, o profissional responsável além da divulgação do e-mail e telefone para contato.

A configuração do trabalho apresentado na área da assistência estudantil nas universidades públicas paulista denota os efeitos da atual conjuntura na medida que há uma demanda para o serviço social onde o mesmo pode auxiliar consideravelmente nessa política educacional, não só na efetivação de estudos sócio-econômicos para viabilizar a seleção dos estudantes para acesso aos serviços e recursos, mas também através de ações, principalmente sócio-educativas que possibilitem ampliar o debate de temas referentes à sociedade e a valores éticos contribuindo para uma formação crítica. O trabalho do assistente social na área da educação em todos níveis e modalidades de ensino deve envolver os estudantes, docentes, famílias, enfim, toda comunidade escolar para uma ação articulada em prol da melhoria nas condições educacionais.

#### **4-Considerações Finais:**

O espaço da educação superior é um espaço contraditório de disputas de projetos educacionais (e societários) contraditórios, portanto cabe ao assistente social identificar estratégias de luta em prol da ampliação do direito dos estudantes à assistência estudantil, muitas vezes, essenciais para viabilizar a permanência dos mesmos na universidade.

Dentro de diversos desafios profissionais encontra-se a luta pela educação de qualidade e pela gestão democrática da universidade, ampliando os canais de inferência de todos os representantes da comunidade escolar nos espaços de decisão.

A inserção do assistente social nas universidades públicas auxilia no acesso, retorno e permanência do estudante conectado ao projeto ético-político profissional que é encarregado para fomentar a educação emancipatória, não revestido por meio de imposições assim como os moldes tradicionais mas sim na elaboração de um senso crítico acoplado no ensino da universidade, eis uma grande adversidade:

[...] um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capaz de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas emergentes no cotidiano, enfim ser profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 1998, p. 20).

A intervenção profissional incorpora-se também na socialização de diferentes conhecimentos, ou seja, na interdisciplinaridade no local trabalhado abrangendo diferentes setores e assegurando os interesses coletivos, entre eles o direito à educação.

As atribuições e competências profissionais do assistente social não devem estar articuladas ao projeto ético-político da profissão e para que isso seja possível é preciso identificar os objetivos no

---

<sup>6</sup> Auxílio emergencial é uma modalidade de bolsa para permanência, vigente até o estudante adquirir outros recursos necessário para se manter na universidade (endereço do site)

qual irá ampliar seu trabalho profissional. Segundo Almeida (2013), o trabalho do assistente social possui as seguintes contribuições:

”

- „- Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;  
- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais;  
- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, no cenário internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;  
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996).”

A importância da qualidade da educação nas universidades públicas do Estado de São Paulo se manifesta a partir da necessidade de fomentar a competência de aprendizagem e uma teoria que abrange a construção/desconstrução do indivíduo e transmita um aproveitamento no exercício social, apresentando como parte fundamental deste processo a permanência na universidade, democratização da educação e fomento de uma estruturação com viés democrático agregado nos espaços sócio-ocupacionais, consolidando a integração de todos os indivíduos. Devemos salientar como atribuição da assistência estudantil

„no tocante à atuação profissional voltada para a garantia da permanência na educação escolarizada, duas situações têm prevalecido: a de desenvolvimento de ações articuladas ou decorrentes daquelas dirigidas à garantia do acesso ou a de ações que se configuram a partir de „políticas” programas e projetos específicos para atendimento dessa necessidade. Aqui também ganha destaque se a inserção ocorre em estabelecimentos públicos, nos quais são mais evidentes e constantes as ações dessa natureza, ou em estabelecimentos privados, nos quais tais ações encontram pouco suporte institucional” (CEFESS, 2013, p.41)

Vale ressaltar que o processo de aprendizagem é contínuo, pois como se trata de uma realidade social ela é permeada por mediações com diversas categorias, seja ela no âmbito teórico ou metodológico é sujeito a desconstrução e construção do indivíduo.

É de suma importância aderir-se e buscar constantemente um referencial teórico que transcenda os limites impostos pelo modelo social vigente. Desta forma, compartilhamos com a seguinte concepção de educação:

„A educação reconhecida como direito humano e universal se revela como elemento fundamental na construção de uma sociedade justa e igualitária, inclusive nas disputas sociais e históricas que determinam os avanços e retrocessos no processo de humanização” (CEFESS, 2013, p.57).

## Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. “Apontamentos sobre a política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais”. In: CEFESS. Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília: CEFESS, 2011

COUTINHO, Carlos Nelson. Intervenções : o marxismo na batalha das idéias. São Paulo : Cortez, 2006.

MARTINS Eliana Bolorino Canteiro. “O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político”

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos.** São Paulo: Cortez, 1992.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã:** Teses sobre Feuerback. São Paulo. Moraes, 1984.

FREIRE, Paulo; FREIRE, Ana Maria Araújo (Orgs.). **Pedagogia dos sonhos possíveis.** São Paulo: UNESP, 2001.

***O significado do estágio na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS) no processo de formação profissional do Serviço Social***

*The meaning of the internship in the “Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social” (UACJS) is a process of professional qualification of Social Work*

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

**GARCIA, SARAH TELINI.** Discente do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Unesp Franca. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS). E-mail: sarah.stg@hotmail.com

**LOGULLO, ANELIZE.** Discente do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Unesp Franca. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS). E-mail: anelizeloggullo@hotmail.com

**OLIVEIRA, CIRLENE APARECIDA HILÁRIO DA SILVA.** Docente do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Unesp Franca. Coordenadora e líder do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS). E-mail: cirleneoliveira@terra.com.br

**REIS, AMANDA LIMA.** Discente do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Unesp Franca. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS). E-mail: amanda\_bonoti@hotmail.com

### **Resumo**

O presente trabalho reflete sobre a relevância do estágio supervisionado no processo de formação profissional do Serviço Social na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS) na cidade de Franca/SP. Considera-se a inserção do estudante no campo de estágio um caminho imprescindível para a formação profissional de qualidade, crítica e alicerçada no Projeto Ético-político que direciona o exercício profissional do/a Assistente Social. Utilizamos o método materialista e a abordagem qualitativa, através de revisões bibliográficas da temática, uma vez que estes constituem o caminho que melhor se conforma com o desenvolvimento deste trabalho. Consideramos que o processo do estágio supervisionado representa um espaço para a concretização de uma formação profissional vinculada à orientação ético-política e teórico-metodológica da categoria profissional do Serviço Social, oferecendo aos estudantes as vivências para atuar e se inserir na realidade e na dinâmica social da atualidade com uma perspectiva democrática e de efetivação dos direitos sociais.

**Palavras-chave:** SERVIÇO SOCIAL, ESTÁGIO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL

### **Abstract**

The present study reflects on the relevance of the supervised internship in the process of professional training of Social Work in the Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS) in the city of Franca / SP. It is considered the insertion of the student in the field of internship as an essential way for the professional training of quality, critical and based on the Ethical-Political Project that directs the professional practice of the Social Worker. We use the materialistic method and the qualitative approach, through bibliographical revisions of the theme, since these constitute the path that best conforms to the development of this work. We consider that supervised internship process represents a space for the accomplishment of a professional formation linked to the ethical-political and theoretical-methodological orientation of the professional category of Social Work, offering to the students the experiences to act and to insert in the reality and in the social dynamics of the with a democratic perspective and effective social rights.

**Keywords:** SOCIAL WORK, INTERNSHIP, PROFESSIONAL QUALIFICATION

### **INTRODUÇÃO**

Frente a atual conjuntura, em que pese a reforma do Estado, a transferência de suas obrigações para a sociedade civil, ao novo processo de produção conhecido como toyotista que presa pela eficiência e produtividade e todos os rebatimentos na vida do trabalhador e, de forma

geral, todos os retrocessos para o âmbito do social que a proposta neoliberal aponta, a questão social apresenta diferentes contornos. O Serviço Social enquanto profissão inserida no processo histórico, deve compreender o seu tempo para atuar de maneira a continuar se colocando de maneira crítica nas contradições inerentes à sua atuação. Exige-se portanto, uma formação profissional que capacite ao estudante responder às demandas atuais, estando inserido na realidade e atuando sobre ela de forma crítica. A formação profissional deve atuar de forma a capacitar o futuro assistente social em uma visão de ampliação e consolidação da democracia, alinhada com a proposta teórico-metodológica e ético-política da categoria profissional. E, é neste sentido que o estágio na UACJ incide na formação profissional dos seus estagiários, com uma orientação conciliada às propostas da categoria profissional, atualizada à realidade social presente e comprometida com a efetivação da democracia e efetivação dos direitos.

A Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS) da Unesp de Franca/SP veio a ser concretizada através da união dos professores de Serviço Social e do Direito desta universidade. Inicialmente, este trabalho veio a ser oficializado em 1990, conhecido como Centro Interdepartamental- Setor Jurídico Social e, em 1992, foi inaugurada como Unidade Auxiliar, pela Resolução UNESP nº 34, de 26 de julho de 1992 uma vez que, mesmo submetida à Direção da Unidade Universitária, possuiria uma Diretoria própria entre outras características. (OLIVEIRA, 2010).

O CJS nasceu com o intuito de oferecer aos alunos de Serviço Social e Direito uma formação profissional completa e de qualidade, oferecendo um estágio interdisciplinar e ligado ao tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão. A interdisciplinaridade é uma característica que sustenta o estágio no CJS e, que atualmente, além das áreas do Direito e Serviço Social, também conta com a atuação da Psicologia nos atendimentos à população usuária.

O tripé universitário se faz presente no CJS uma vez que este campo de estágio nasceu com o propósito de contribuir com a formação profissional dos alunos do curso de Serviço Social e de Direito da faculdade na qual está inserida. O ensino é promovido através do estágio supervisionado, englobando todas as ações do estagiário. A pesquisa no CJS tem como foco o estudo das áreas de atuação e intervenção desse estágio, estando os serviços psicossociojurídicos voltados para as ações na área do Direito de Família e Direito Previdenciário. A extensão se dá por duas vias: no oferecimento da assistência jurídica à população carente estabelecida pela Lei Nº 1.060/50 enquanto forma de efetivação de direitos e, na realização de oficinas e orientações desenvolvidas nos projetos de extensão que ampliem o conhecimento da população sobre seus direitos e possibilite o exercício da cidadania.

Salienta-se assim, a formulação de um projeto profissional que trabalhe com as novas exigências e contornos da questão social. Neste sentido, o estágio representa importante momento para a formação profissional pois aproxima o estudante da realidade e seus desafios, oferece oportunidades para conhecer e atuar na dinâmica da profissão e exercer a ética profissional, possibilita a construção da identidade profissional enfim, constitui-se enquanto espaço privilegiado para a aquisição dos conhecimentos que embasam a intervenção do assistente social.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Quando analisada a formação profissional do Serviço Social na contemporaneidade se torna necessário apreender o cenário em que a profissão se efetiva, bem como a realidade social que a cerca. Compreende-se que as mudanças políticas, sociais, culturais e ideológicas, vivenciadas nos tempos atuais, as profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, assim como as relações entre os sujeitos, nos impulsionam a refletir sobre as novas demandas e dinâmicas do mundo do trabalho.

O debate sobre formação profissional está alicerçado num processo dialético, portanto, em permanente construção, que trás a possibilidade de aprendizagem e compreensão da realidade social. Caracterizada por ser dinâmica, a formação profissional encontra-se sempre em movimento, orientando-se para o crescimento e fortalecimento do Serviço Social. Nesse sentido, a formação profissional é entendida como um processo, como uma práxis que leva ao desenvolvimento de habilidades necessárias ao desempenho profissional, em conformidade com a direção social preconizada no projeto ético-político da profissão.

A contemporaneidade exige cada vez mais profissionais qualificados, dotados de conhecimentos especializados e atualizados, flexibilidade intelectual no encaminhamento de diferentes situações e capacidade de análise para decodificar a realidade social. As referidas exigências, inerentes à qualificação profissional competente, consistem num verdadeiro desafio para as diferentes profissões.

A formação profissional em Serviço Social é compreendida como educação continuada, ou seja, tem início no período de graduação e continua no decorrer da atuação profissional, e deve ser contextualizada de acordo com a realidade social, isto é, deve ser compreendida tendo em vista aspectos estruturais e conjunturais da sociedade.

A trajetória do Serviço Social desde a sua gênese até os dias atuais, como uma profissão reconhecida e inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, possui uma história de avanços e conquistas, no sentido de consolidar uma produção de conhecimento que lhe dá sustentação teórica e metodológica para intervir na realidade social, sendo que o processo de intervenção se faz respaldado no projeto ético-político, comprometido com os interesses coletivos dos cidadãos e com a construção de uma sociedade justa, a partir de uma perspectiva investigativa, que confere ao profissional capacidade de intervir nesta realidade.

Após a consolidação da perspectiva de ruptura, durante o período de renovação do Serviço Social, e da construção do projeto Ético-Político da profissão, ancorado na vertente marxista, o exercício profissional não possuía mais o viés disciplinador e ajustador, porém a herança conservadora ainda é presente atualmente, alimentada pelo próprio cenário atual de retrocesso e avanço ao conservadorismo.

A lei de regulamentação da profissão, nº. 8.662/93 permite o desenvolvimento de competências além do preparo técnico; como destaca PORTES (2016) no momento em que se tem como referência a realidade social o exercício profissional passa a ser constituído de uma dupla dimensão: interventiva e analítica.

O início das discussões sobre o novo projeto estavam alicerçadas nos avanços garantidos e nas dificuldades apontadas pela efetivação do currículo de 1982 [...] as discussões problematizaram acerca da necessidade de se construir um projeto profissional que articulasse dialeticamente as demandas reais e potenciais, contribuindo para mudança do panorama profissional vigente. (Portes, 2016, p.61).

O processo de consolidação das diretrizes de 1996 é resultado de amplos debates realizados pelas unidades de ensino a partir de 1994, em um contexto histórico de neoliberalismo e precarização do ensino superior.

A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS aponta para a formação de um perfil profissional com “capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais” (ABEPSS, 2014, p. 02-03).

Conforme o documento das Diretrizes Gerais da profissão ABEPSS (1996), em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a LDB (lei 9394) que normatiza a definição das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. Estabelecendo a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino do Serviço Social, acompanhando as profundas transformações da sociedade nos âmbitos da ciência e tecnologia. As novas demandas da questão social, em um período de reforma de Estado, requerem alterações na formação profissional, exigindo um ensino superior qualificado.

Os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional,

que informa a presente revisão curricular são os seguintes: 1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista. 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho. 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. 4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais. (Diretrizes Curriculares, 1996).

Para que ocorra a formação de forma crítica, com o entendimento das relações sociais de produção, do desenvolvimento do capitalismo monopolista, na capacitação teórica-metodológica, ético-política, técnico-operativa, as Diretrizes Curriculares organizam princípios que fundamentam a formação profissional.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 cristalizam uma nova lógica curricular, expressa na divisão de três núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2-Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

É importante salientar que o primeiro núcleo, responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, analisa os componentes fundamentais da vida social, que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Portanto, a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades. (Diretrizes Curriculares, 1996).

O primeiro núcleo compreende o ser como totalidade histórica situado no processo de desenvolvimento da sociedade burguesa e suas especificidades: divisão social do trabalho; propriedade privada; divisão de classes; relações de exploração e dominação; formas de alienação e resistência. Como destacado no documento “é o núcleo responsável por explicar o processo do conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas”.

O segundo núcleo tem como objetivo o conhecimento da constituição da sociedade brasileira em diversos âmbitos: social, econômico político, cultural. Buscando o entendimento sobre a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país e seus impactos como: desigualdades sociais, diferenciação de classe, gênero, étnico raciais, exclusão social. Visando uma formação que possa compreender

A constituição do Estado brasileiro, seu caráter, papel, trajetória e as configurações que ele assume nos diferentes momentos conjunturais, seus vínculos com as classes e setores sociais em confronto. Trata-se, portanto, de apreender as relações entre Estado e Sociedade, desvelando os mecanismos econômicos, políticos e institucionais criados, em especial as políticas sociais, tanto no nível de seus objetivos e metas gerais, quanto no nível das problemáticas setoriais a que se referem. - O significado do Serviço Social no seu caráter contraditório, expresso no confronto de classes vigentes na sociedade



e presentes nas instituições, o que remete também à compreensão das dinâmicas organizacionais e institucionais nas esferas estatais e privadas. - Os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira: seus fundamentos, princípios, análise de sociedade, estratégias e programáticas. (Diretrizes Curriculares, 1996).

O conteúdo do terceiro núcleo é determinado pelo processo de trabalho do profissional,

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. (Diretrizes Curriculares, 1996).

A ação profissional que centraliza esse núcleo, suas relações históricas; os organismos empregadores (públicos e privados); o processo sócio-histórico de inserção do profissional na sociedade brasileira; o reconhecimento do caráter interventivo do assistente social; a postura investigativa; as mediações; a operacionalização.

As Diretrizes Curriculares determinam também atividades indispensáveis na formação, são elas: o estágio supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso. Neste sentido, as diretrizes curriculares reafirmam a centralidade do estágio supervisionado para a formação profissional. Com a elaboração da Política Nacional de Estágio (PNE) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), procurou-se enfatizar os pressupostos das Diretrizes Curriculares e da direção ético-política do Serviço Social, observando ali a defesa de um estágio de qualidade e também tendo em vista:

“[...] os anseios profissionais na direção do enfrentamento dos inúmeros desafios com os quais a categoria se defronta, neste contexto de hegemonia do capital e de suas regressivas contra-reformas, dentre elas a universitária. Diante disso, reafirma-se o compromisso com a luta pela educação pública, gratuita, laica, presencial, de qualidade e de relevância social [...]”. (PNE, p. 04, 2010).

A elaboração deste documento deu-se de forma coletiva e serve como referência para as unidades de formação acadêmicas (UFAs), tendo em vista a atual conjuntura neoliberal e os desafios para a efetivação do estágio supervisionado de qualidade, uma vez que o estagiário é visto com mão-de-obra barata. (PNE, 2010). De acordo com o item 3 da PNE, que trata dos princípios norteadores da realização do estágio, tem-se forma resumida: os valores ético-políticos profissionais; a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; a articulação entre Formação e Exercício Profissional; a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; a articulação entre universidade e sociedade; o princípio da unidade teoria-prática; o princípio da interdisciplinaridade e; o princípio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. (PNE, 2010). Tendo em vista todo o exposto, expõe-se a seguir o estágio na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS), de forma a entendê-lo frente aos princípios da PNE.

O estágio na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS) tem como pressuposto o desenvolvimento da interdisciplinaridade entre as áreas do Serviço Social, do Direito e da Psicologia pois se entende o trabalho em sua integralidade. O diferencial deste campo de estágio encontra-se já no seu nascedouro uma vez que, foi instituído justamente com o objetivo de proporcionar a formação profissional dos alunos dos cursos de Serviço Social e Direito da Unesp de Franca/SP. Portanto, a

atuação dos profissionais e toda a equipe técnica está articulada com a formação profissional dos estagiários conjuntamente ao oferecimento da assistência psicossociojurídica à população. Outro ponto fundamental, e que diferencia este campo de estágio no que tange a formação profissional, encontra-se na sua amplitude, pois atua no tripé universitário do ensino, pesquisa e extensão.

A dinâmica do estágio está articulada com os atendimentos que ocorrem no início de cada mês e o acompanhamento de todos os outros casos, fazendo as intervenções e encaminhamentos necessários pelos estagiários responsáveis, ressaltando que todo este processo se faz acompanhado da supervisão de toda a equipe do CJS. A interdisciplinaridade acontece também pela própria maneira como está estruturado o trabalho, sendo que os estagiários de Direito e Serviço Social formam duplas que irão permanecer até findado o tempo de um ano do estágio. Com relação a oferta da assistência jurídica, os serviços estão voltados para as áreas do Direito de Família, compreendendo ações de divórcios, alimentos, execução de alimentos, guarda e visita, alvarás judiciais, entre outros e; Direito Previdenciário, contendo ações de aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão, benefício assistencial e outros.

A extensão, enquanto possibilidade de aproximação da universidade com a comunidade, se faz por meio primeiramente, da oferta da assistência psicossociojurídica estabelecida pela Lei nº 1.060/50, tendo como público às pessoas economicamente incapazes de arcar com os custos destes serviços. Aqui, vê-se um canal para a efetivação dos direitos. Em segundo lugar, a extensão no CJS se faz através dos projetos de extensão, que tem por objetivo a divulgação e ampliação do conhecimento sobre os direitos das pessoas por meio de oficinas e orientações nas escolas, creches e comunidade de forma geral. Aqui, o trabalho está mais voltado para o âmbito educativo.

Os projetos de extensão acima mencionados são: Arte de Ser Mulher, Inclusão Previdenciária, Mediação Familiar, Falar de Família é Familiar e Orientação Sócio Jurídica Itinerante. A partir do momento em que os estagiários adentram no CJS fazem parte de suas atribuições o envolvimento com todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão. No que tange aos projetos de extensão, estão também perpassados pelo desenvolvimento da pesquisa, através de leituras aprofundamento da temática de sua área respectiva e redação de artigos para divulgação do trabalho; da extensão, por meio da realização de oficinas e orientações nas escolas e comunidade em geral, trazendo as demandas das mesmas e levando o conhecimento até à população dos direitos sociais e; do ensino, que engloba todo o processo de conhecimento de todas as ações dos estagiários, sendo eles supervisionados por profissional de competência da área de atuação.

O processo de ensino se concretiza com o estágio supervisionado, na apreensão do aparato técnico e metodológico. É com o estágio supervisionado e, aqui, ressalta-se os atendimentos realizados com os usuários e o acompanhamento dos casos, que ocorre a aproximação com alguns dos instrumentais técnicos do assistente social. Enquanto estágio inserido no âmbito jurídico, a elaboração dos pareceres sociais, a realização dos estudos sócio-econômicos e as orientações e encaminhamentos são constantes e caracterizam o trabalho do assistente social neste espaço sócio-ocupacional. Ao estagiário fica o aprofundamento do conhecimento de cada caso e de cada expressão da questão social, uma vez que a demanda trazida pelo indivíduo representa o singular, cabendo ao profissional do Serviço Social fazer a mediação com o universal e embasar seu parecer. Do mesmo modo, a orientação que se utilizará nos estudos sociais e econômicos devem responder aos interesses dos trabalhadores e estar inseridos em uma visão de amplitude de acesso aos direitos sociais.

No meio do estágio e no final do mesmo acontece a elaboração do relatório final do estágio, enquanto também atividade obrigatória do curso. Consiste em instrumento de avaliação, reflexão e diálogo entre estagiário e supervisores que auxilia na compreensão do aperfeiçoamento e desenvolvimento do estagiário.

Após discorrer sobre toda a dinâmica do estagiário do Serviço Social na UACJS e sua preocupação para com uma formação crítica e humana, conclui-se que este estágio representa um espaço para a concretização de uma formação profissional vinculada a orientação ético-política e teórico-metodológica da categoria profissional do Serviço Social, oferecendo aos estudantes as vivências para atuar e se inserir na realidade e na dinâmica social da atualidade com uma perspectiva democrática e de efetivação dos direitos sociais. Também percebe-se a consonância do estágio na

UACJS com os princípios da PNE, como a interdisciplinaridade e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Devido a experiência das autoras na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social enquanto estagiárias, foi possível a aproximação com a temática do estágio e da formação profissional em Serviço Social. Para além do experiência empírica, realizamos revisões bibliográficas sobre o tema, para melhor compreender as determinações e implicações do estágio no processo de formação profissional. Utilizamos do método crítico dialético uma vez que este se constitui o caminho que melhor se conforma com o desenvolvimento do presente trabalho. O método dialético estuda o fenômeno em sua totalidade e contradição, indo além da aparência do mesmo e desvelando sua estrutura, a fim de se chegar no todo complexo.

Neste sentido, esta pesquisa utilizou da abordagem qualitativa que, segundo Minayo:

“[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (MINAYO, p. 21, 1994).

A abordagem quantitativa estará presente também neste trabalho pois não pretende-se contrapor está à abordagem qualitativa, apenas entende-se que estudar os objetivos propostos da presente pesquisa, a abordagem qualitativa melhor se faz presente. Tendo em vista também a natureza da categoria aqui em questão, qual seja, a compreensão do significado do estágio no processo de formação, a abordagem qualitativa permitirá adentrar o universo da abstração e significação humanas.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Entende-se que enquanto espaço privilegiado para o aprendizado e aperfeiçoamento profissional, a Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social fornece meios de efetivar os conhecimentos obtidos ao longo do curso, com a aproximação do estagiário do instrumental técnico do assistente social no âmbito jurídico como: o estudo socioeconômico, os pareceres sociais, os atendimentos e as intervenções de caráter educativo. Além do instrumental específico do Serviço Social, este estágio possibilitará e exigirá deste aluno conhecimentos elementares do âmbito jurídico, principalmente relacionado aos direitos, tendo em vista o trabalho interdisciplinar e a oferta de um serviço de qualidade aos usuários. Também na perspectiva de incentivo à pesquisa, o estagiário aproxima e estuda temáticas que, para além de melhorar o seu desempenho no estágio, contribui para toda sua vida e atuação profissão e cidadã. Sabe-se que todo esse contato com realidade social permite o diálogo entre

Por meio da extensão que consiste na oferta dos serviços assistenciais jurídicos, o estagiário entra em contato com a comunidade, compreendendo e fazendo parte de uma atuação universitária que promove a interlocução com a realidade, da qual a pesquisa universitária deve se apoiar. Ou seja, é da própria realidade e problemas e do compromisso com a comunidade que a pesquisa da universidade deve se pautar para a produção do conhecimento. No que tange ao Serviço Social, é indispensável a aproximação com a realidade dos trabalhadores e, com o estágio no CJS, os estagiários ficam frente a questões jurídicas específicas desta unidade, como a área da família, cível e previdenciária. Neste sentido, como expressões da questão social, contato com: violência doméstica contra a mulher, dependência química, adoecimento do trabalhador, vulnerabilidade socioeconômica, desemprego, gravidez na adolescência, para citar os mais constantes. O estagiário de Serviço Social deve estudar mais profundamente cada área para elaborar seu parecer, embasando os mesmo pela teoria e metodologia defendida pelo projeto ético-político do Serviço Social. Este processo permite o alicerçamento da teoria e da prática, conjugando na formação

profissional desse indivíduo, que em poucas palavras consiste no objetivo do estágio.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, de acordo com todo o debate sobre a formação profissional aliado a prática do estágio supervisionado reitera-se sobre a relevância de tal processo na formação dos estudantes, principalmente na área de Serviço Social no que diz respeito ao contato com a realidade social dos indivíduos que são sujeitos de direitos os quais devem ser garantidos.

Ao realizar o debate levando em conta o estágio supervisionado na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS) sabe-se que este ambiente de trabalho é interdisciplinar e envolve o diálogo entre as áreas do saber, serviço social, direito e psicologia. O contato com a população que necessita dos serviços assistenciais jurídicos é imprescindível para que os estagiários atuem de forma crítica, reflexiva e qualificada visando atender as demandas da sociedade, possibilitando-se assim a relação entre ensino e aprendizagem visando garantir o acesso aos direitos. Para que isso ocorra, é necessário compreender as transformações políticas, sociais, culturais e ideológicas observadas na atualidade, sendo que a atuação profissional está em permanente construção atuando de forma educadora, interventiva e analítica com uma direção social baseada no projeto ético- político do serviço social.

Dessa forma, ao analisar toda a relevância do processo do estágio supervisionado abordando o ambiente sócio-jurídico da Unesp-Campus Franca, conclui-se que tal procedimento referente a prática profissional de Serviço Social é de extrema relevância pois permite o contato com a realidade social e também com as mais diversas expressões da questão social existentes em toda nossa sociabilidade. Neste espaço também aborda-se a efetivação do tripé universitário compondo elementos como: ensino, pesquisa e extensão, o que promove um processo de estágio completo e transformador para os estudantes, envolvendo os profissionais que atuam nessa área e o contato direto com a população conforme suas demandas e solicitações as quais necessitam desse atendimento interdisciplinar entre as áreas do direito e do serviço social.

Concluindo, a atuação do estudante de serviço social neste espaço permite que este consiga desenvolver as mais variáveis exigências de sua atuação profissional dialogada com seu projeto ético-político, realizando as mediações e visando identificar todas as particularidades existentes em cada sujeito, o que também proporciona a atuação nas transformações do cotidiano com um viés crítico, democrático e qualificado que tem como finalidade e objetivo a informação e garantia dos direitos sociais.

### **REFERÊNCIAS**

ABEPSS. Projeto ABEPSS Itinerante. Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo nós e construindo alternativas. mimeo, 2014.

ABEPSS. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Serviço Social. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf)>. Acesso em: 23 de Outubro de 2017.

FILHO, Mário José; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. (Orgs). Trabalho interdisciplinar: construindo saberes. Franca: UNESP- FHDSS, 2010. 381 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 11ª ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 1999.

OLIVEIRA, C. A. H. S. A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social/ Tese – Doutorado – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP – Franca, 2003.

POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. Disponível em:

<[http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss\\_maior2010\\_corrigeida.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maior2010_corrigeida.pdf)>. Visualizado no dia 19/11/2017.

PORTES, M. F. O Estágio e a Supervisão no Processo Formativo dos Assistentes Sociais: a centralidade em questão. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

Temporalis/ Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS- ano 1, n.1 (jan./jun.2000 - ) – Brasília: ABEPSS, 2000

***O Trabalho dos/as Assistentes Sociais com adolescentes em situação de acolhimento institucional: processo de desligamento em virtude da maioridade***

*The Work of the Social Workers with adolescents in a childcare service situation: the process of retirement due to the adulthood*

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

GIAQUETO, Adriana

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca

Doutora em Serviço Social, docente do Departamento de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP – Campus de Franca – SP. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a dimensão educativa no trabalho social - GEDUCAS - e vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Profissional em Serviço Social - GEFORMSS.

E-mail: drigiaqueto@gmail.com

SILVA, Daniela Aparecida da

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca

Assistente Social, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Unesp – Franca. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a dimensão educativa no trabalho social – GEDUCAS –, do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas para Infância e Adolescência – GEPIA – e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais – GEPPS.

E-mail: daniela\_silvas@yahoo.com.br

**Resumo**

O presente trabalho está sendo realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). A presente pesquisa é parte do projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social para ingresso no ano de 2018 ao mestrado Stricto Sensu oferecido pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. O objetivo deste estudo é investigar de que forma ocorre o trabalho profissional dos/as assistentes sociais inseridos nas instituições de acolhimento a adolescentes e dos assistentes sociais pertencentes à rede intersectorial que trabalham com adolescentes em processo de desligamento institucional obrigatório, ou seja, sujeitos de direitos inseridos na medida protetiva prevista no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e que precisam ser desligados em virtude de completarem a maioridade. Para a efetivação deste projeto serão utilizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Os sujeitos da pesquisa de campo serão os/as profissionais assistentes sociais e o universo da pesquisa será uma instituição de acolhimento para adolescentes localizada no município de Franca.

**Palavras-chave:** Serviço Social, acolhimento institucional, desligamento.

**Abstract**

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brazil (CAPES). The present research is part of the project presented to the Graduate Program in Social Service for admission in the year 2018 to the Stricto Sensu master's degree offered by Universidade Estadual Paulista - UNESP. The objective of this study is to investigate how the professional work of the social workers inserted in the institutions of reception to adolescents and of the social workers belonging to the intersectoral network that work with adolescents in process of

compulsory institutional detachment, that is, subjects of rights inserted in the protective measure provided for in article 101 of the Statute of the Child and Adolescent (ECA) and that must be turned off by virtue of completing the age of majority. For the realization of this project will be used bibliographical, documentary and field research. The subjects of the field research will be the professional social workers and the research universe will be a host institution for adolescents located in the municipality of Franca.

**Keywords:** Social Work, Childcare services, disconnection.

## 1 Introdução e fundamentação teórica

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 2º considera adolescentes aqueles cuja idade mantém-se entre os 12 e 18 anos incompletos. Esta legislação, além de preconizar acerca da garantia de proteção integral a estes sujeitos de direitos, também delibera a respeito da responsabilidade que a família, a comunidade, a sociedade e o poder público possuem para efetivar os direitos que esses indivíduos possuem em território nacional.

Quando a família não dispõe de condições momentâneas para promover o cuidado aos seus filhos, seja em virtude do abuso de autoridade, não realizando os deveres que lhe cabem e que estão dispostos no artigo 22 do ECA, como o “dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais” (BRASIL, 1990, p.7) pode ter a perda ou a suspensão de seu poder familiar, pois segundo o artigo 24º do referido Estatuto:

Art. 24. A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de **descumprimento** injustificado dos deveres e obrigações a que alude o **art. 22** (BRASIL, 1990, p. 8, grifo nosso).

Tais situações são o que precedem o encaminhamento desses jovens às instituições de acolhimento como uma das nove medidas protetivas previstas no ECA, cabendo ao Conselho Tutelar recorrer às mesmas quando os direitos desses sujeitos forem ameaçados ou violados. São elas:

Art. 101

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - acolhimento institucional;**
- VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar;
- IX - colocação em família substituta (BRASIL, 1990, p.28, grifo nosso).

A medida de acolhimento institucional mencionada no ECA apresenta um caráter excepcional e provisório, para que a família, por meio de rede de apoio integrada ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) possa receber um respaldo e tenha o retorno de seus filhos junto ao seio familiar, isso condiz ao que denomina-se de perda do poder familiar temporário. Entretanto, em casos que o retorno à família de origem não seja possível o adolescente será encaminhado para a adoção, neste caso, a perda do poder familiar é definitiva.

A partir da Lei nº 12.010, de 3 de Agosto de 2009, também conhecida como a nova Lei da Adoção fica apregoado o tempo de permanência máxima de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional por dois anos, esta determinação preconiza o direito à convivência familiar, seja ela por meio da família de origem ou famílias substitutas que possam garantir o desenvolvimento pleno desses sujeitos mediante a guarda, tutela ou adoção.

Segundo dados levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano de 2013 foi constatado que 20 mil crianças e adolescentes estavam em situação de acolhimento, sendo que 52,6% vivia há mais de dois anos, 32,9% entre dois e cinco anos, 13,3% entre seis e dez anos e 6,4% por mais de dez anos (GOULART E PALUDO, 2014), destoando do que prevê a Nova Lei da Adoção de 2009 que apregoa permanência máxima de dois anos em instituições.

Pesquisas apontam que mesmo após a implantação da lei a permanência dessas crianças e adolescentes ultrapassa o tempo previsto de dois anos, o que culmina para a não efetivação do direito à convivência familiar e desenvolvimento pleno, pois não há famílias substitutas ou acolhedoras suficientes para atender a demanda desses jovens institucionalizados.

Estes sujeitos ao passarem grande parte de suas vidas institucionalizados, têm todo o seu desenvolvimento e trajetória de vida - passando da fase de bebê para criança, da infância para a adolescência, desta para a etapa adulta - dentro de uma instituição. Neste sentido, o objeto deste trabalho tem seu foco nesta última fase, isto é, a passagem da adolescência para a vida adulta dentro de uma instituição de acolhimento e a respectiva desvinculação obrigatória da instituição na qual aquele jovem, que acaba de completar a maioridade, reside.

Como o acolhimento institucional é uma medida protetiva preconizada pelo ECA, há que se compreender que ele é destinado somente a crianças e adolescentes, ou seja, sujeitos de direitos cuja faixa etária abrange de 0 a 18 anos incompletos. Desta forma, os adolescentes residentes em instituições de acolhimento que não foram reintegrados à família de origem e/ou não foram encaminhados a uma família substituta, ao completarem a maioridade civil – 18 anos - conforme prevista no artigo 5º do Código Civil, passam, segundo Silva (2010, p.54) por um processo de desligamento institucional.

[...] é esperado que as instituições de acolhimento preparem-se para esse momento de desligamento, contemplando o fortalecimento da autonomia, a profissionalização, a educação, bem como estabelecendo um processo de desligamento gradativo do jovem. [...]. Além disso, torna-se importante também refletir a respeito da **deficiência de políticas públicas** direcionadas ao grupo desligado do abrigo, obrigatoriamente pela maioridade. Com mais de 18 anos, os jovens recém-egressos não são mais protegidos pelo ECA, e, ao saírem da instituição, podem se encontrar numa situação de desamparo frente ao seu novo contexto de vida (SILVA, 2010, p. 55, grifo nosso).

Conforme Silva (2010) pontua, o processo de desvinculação precisa ser gradativo ao jovem que acaba de completar a maioridade, sendo necessário dar-lhe bases para que possa desenvolver sua autonomia e construir sua vida junto à sociedade, enquanto um cidadão.

Além disso, há que se atentar para a deficiência de políticas públicas voltadas a esse público recém-egresso das instituições, pois trabalhar temas como autonomia, profissionalização, independência financeira, mercado de trabalho, dentre outros assuntos cujo principal viés é capitalista – insere e adapta esse jovem adulto aos ditames da ordem estabelecida -, não produzirá resultados se as oportunidades e políticas públicas, destinadas a garantir os mínimos sociais, não forem de fato efetivadas e não atuarem em suas realidades promovendo mudanças e proteção social.

Segundo Pereira (2007, p.16)

[...] a proteção social não é sinônimo de tutela nem deverá estar sujeita a arbitrariedades, assim como a **política social** – parte integrante do amplo conceito de proteção – **poderá também ser denominada de política de proteção social** (grifo nosso).

Ao entender política social como uma política que garanta proteção social, com base na explanação da autora citada, é possível idealizar políticas que de fato atuem sobre necessidades humanas, no caso deste projeto, atue sobre realidades de egressos que precisam de amparo legal e subsídios materiais e até mesmo financeiros para dar início a suas vidas, indo além dos muros institucionais onde viveram por todos esses anos.

A mesma autora em seu livro “Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais” faz uma distinção do que são os mínimos sociais e os básicos sociais, nomenclaturas bastante utilizadas nas leis que normatizam as políticas sociais.

*Mínimo e básico* são, na verdade, conceitos distintos, pois, enquanto o primeiro tem a conotação de *menor*, de menos, em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social, o



segundo não. O *básico* expressa algo *fundamental, principal, primordial*, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela se acrescenta. [...] enquanto o *mínimo* pressupõe supressão ou cortes de atendimentos, tal como propõe a ideologia liberal, o *básico* requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados. Em outros termos, enquanto o *mínimo* nega o “*ótimo*” de atendimento, o *básico* é a mola mestra que impulsiona a satisfação básica de necessidades em direção ao *ótimo* (PEREIRA, 2007, p.26, grifo da autora).

Nesse sentido, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que se constitui como uma das políticas de proteção social aos recém-egressos de instituições de acolhimento serve de base legal também para a atuação dos/as assistentes sociais junto a esse público. Estes profissionais, no uso de suas atribuições, devem preconizar para que o mínimo social - garantido por esta lei em seu artigo 1º - possa ser de fato garantido e seja impulsionado a crescer e possibilitar a ascensão aos básicos sociais.

[...] o perfil que indicamos para trabalhar a questão social na atualidade não é do assistente social que se resume nas tecnicidades, mas sim, o **profissional habilitado a observar, criticar, propor e agir estrategicamente**. É, acima de tudo o sujeito que pensa sobre a sua prática e projeta finalidades para atender determinados objetivos. Por tudo isso, deve estar sempre atualizado, acompanhando as mudanças do seu tempo, tanto no seio da profissão como da própria sociedade, estabelecendo alianças com movimentos e instituições que venham a contribuir para a sua luta por uma sociedade mais justa e igualitária (LEHFELD, 1998, p. 129, grifo nosso).

Os assistentes sociais que atuam junto a jovens egressos lidam e presenciam cotidianamente as expressões da “falta de harmonia entre capital e o trabalho” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 215), ou seja, da questão social, que se manifesta na vida desses sujeitos de diferentes formas, como: rompimento de vínculos familiares, desemprego, violação de direitos, violência, dentre outras situações que precisam ser visualizadas por esses profissionais, conforme Lehfeld (1998) pontua, de modo crítico e não apenas tecnicista, com uma visão marxista de totalidade em que a realidade é vista como um conjunto de complexidades e não de um todo constituído de partes (NETTO, 2011).

Ao trabalharem com a complexa realidade que perpassa a vida desses jovens adultos recém desligados da instituição de acolhimento, os assistentes sociais terão como principais ferramentas as políticas sociais viabilizadas pela União, estados e municípios que buscam amparar os cidadãos quando estes se encontram em situação de vulnerabilidade social.

De cunho federal, porém ainda não implantada na Comarca de Franca, existem as Repúblicas, que de acordo com a cartilha de 2009 do governo federal denominada “Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes” consistem em residências destinadas a jovens entre 18 a 21 anos de idade que estão em processo de desligamento das instituições de acolhimento.

Serviço de acolhimento que oferece apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados; em processo de desligamento de instituições de acolhimento, que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta e que não possuam meios para auto-sustentação.

Com a estrutura de uma residência privada, deve receber supervisão técnica e localizar-se em áreas residenciais da cidade, seguindo o padrão sócio-econômico da comunidade onde estiverem inseridas, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista sócio-econômico, da comunidade de origem dos usuários.

A república oferece atendimento durante o processo de construção de autonomia pessoal e possibilita o desenvolvimento de auto-gestão, auto-sustentação e independência. Possui tempo de permanência limitado, podendo ser reavaliado e prorrogado em função do projeto individual formulado em conjunto com o profissional de referência (BRASIL, 2009, p.85).

Nesse sentido, o serviço de acolhimento em repúblicas ocupa um espaço de transição da antiga residência (acolhimento) para uma vida além dos muros institucionais, em que os jovens possam desenvolver sua autonomia para a vivência em sociedade.

Entretanto, o serviço de acolhimento em repúblicas não funciona em todos os municípios, como é o caso da cidade de Franca que não implantou este projeto, deste modo, como ocorre o desligamento dos jovens que completaram a maioria durante sua permanência no acolhimento institucional neste município? Para onde são encaminhados? Voltam à família de origem, cujo vínculo fora perdido? Existem políticas destinadas a esta realidade específica? Ou são inseridos em políticas de transferência de renda e/ou benefícios eventuais disponibilizados pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)?

Tais questionamentos são plausíveis diante do fato de que o trabalho a ser realizado pelos assistentes sociais – que são o foco dessa pesquisa -, lida diretamente com a vida daqueles que ao longo de seu desenvolvimento passaram por situações de violação de direitos, rompimento de vínculos, abandono, violência, dentre outras situações que fazem parte da história desses sujeitos, por esse motivo, as ações voltadas para os mesmos que esses profissionais desenvolvem precisam ser estudadas e analisadas, pois repercutem e geram impacto diretamente no seu cotidiano e na construção da identidade desses cidadãos.

Deste modo e conciliando com o conteúdo deste projeto, o desligamento dos jovens em serviço de acolhimento institucional é inevitável quando estes atingem a maioria civil, deste modo, o trabalho profissional dos/as assistentes sociais que será estudado caminha no sentido de fazer com que esses sujeitos passem por esse processo de modo qualificado, sem que haja tantas perdas ou novos rompimentos de vínculos. Uma atuação voltada a maiores possibilidades de enfrentamento da questão social, seja através de políticas sociais mais abrangentes - que permitam garantir e efetivar de fato um maior número de direitos - ou por meio de outros artifícios que caminhem para mudanças de qualidade na vida desses sujeitos de direitos.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Compreendendo a pesquisa como elemento significativo para o trabalho dos assistentes sociais, pois a partir dela será possível realizar uma prática condizente com a realidade social e com o conhecimento concreto que se tem acerca dela, este trabalho tem como referencial teórico o materialismo histórico dialético de Marx, que baseia-se na indissociabilidade entre tratamento teórico - dialogando com a realidade histórica - e formulação metodológica, pois seu método utiliza-se da teoria (aparência do objeto) para conseguir chegar na essência (compreensão da estrutura e dinâmica) do objeto estudado, que nesta pesquisa é o trabalho dos/as assistentes sociais junto aos egressos desligados das instituições de acolhimento em virtude de terem atingido a maioria civil.

[...] a Dialética visa alcançar a dinâmica histórica do real, do objeto em todos os seus aspectos, em seu contínuo movimento, explicável pelas leis da dialética jamais em uma visão estática e unilateral. [...] o método dialético, em sua feição técnica mesmo, sempre conclui pelo posicionamento claro do pesquisador, esclarecendo as intenções, conscientes ou não, implícitas ou não, que, no caso da pesquisa social, serão sempre parte do objeto de estudo (porque histórico) (CARVALHO, 2008, p.9).

Inicialmente será realizada a pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2012, p.50): “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” que dá embasamento teórico para a realização da pesquisa acerca do cotidiano profissional de trabalho dos/as assistentes sociais junto a egressos do acolhimento institucional.

A pesquisa bibliográfica adentrará a temática possibilitando um aprofundamento do conhecimento teórico e, conseqüentemente, uma reflexão e análise de dados apurada e condizente com a realidade estudada, por meio de produções acadêmico-científicas (teses, dissertações, artigos) e livros (fontes bibliográficas). Os seguintes temas serão fundamentados teoricamente: trabalho profissional do/a assistente social; processo de desligamento de instituições de acolhimento e os/as egressos/as dessas instituições, com ênfase no trabalho desenvolvido pelo Serviço Social junto a esses sujeitos após a desvinculação institucional, bem como as principais expressões da questão social identificadas por esses profissionais.

A pesquisa documental possibilitará o contato com legislações vigentes acerca da temática, tais como: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Constituição Federal de 1988, Código de Ética do/a Assistente Social de 1993, Lei 8.662/93, Lei nº 8.242 que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Lei nº 10.406 que institui o Código Civil e a Lei nº 12.010 também conhecida como a nova lei da adoção, leis estas que dão respaldo jurídico ao

trabalho profissional dos/as assistentes sociais, bem como aos direitos que crianças e adolescentes possuem em território nacional, respaldando também os futuros sujeitos que serão desligados das instituições de acolhimento em virtude de terem atingido a maioridade.

A segunda etapa do trabalho será a pesquisa de campo que possui como cenário a cidade de Franca e será desenvolvida em uma instituição de acolhimento a adolescentes pertencentes a esta Comarca.

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (GONSALVES, 2001, p.67, apud PIANA, 2009, p.4).

O objetivo principal pelo qual os sujeitos serão entrevistados é para que haja uma compreensão mais profunda do cotidiano dessas pessoas, dando-lhes voz e oportunidade para discorrerem sobre sua realidade. Conforme aponta Bourguignon:

[...] a pesquisa se coloca como uma necessidade imperativa ao Serviço Social à medida que o profissional faz a crítica ao real, localiza seu objeto de intervenção, projeta, desenvolve a sua ação, a avalia e se compromete com o reconhecimento das potencialidades dos sujeitos individuais e/ou coletivos que alimentam sua prática profissional com demandas concretas (BOURGUIGNON, 2008, p. 305).

Assim sendo, quem pesquisa terá bases materiais e teóricas para poder interpretar a realidade de uma maneira que respeite a especificidade e singularidade desses sujeitos; ao mesmo tempo em que os reconheça enquanto sujeitos de direitos e protagonistas de suas histórias, e não apenas como usuários de políticas públicas.

Os critérios de escolha da amostra foram determinados pela pesquisadora, sendo entrevistadas/os 5 assistentes sociais que realizam o trabalho intersetorial na Comarca de Franca com os/as egressos/as do acolhimento.

A abordagem utilizada para a interpretação das informações obtidas será a qualitativa, esta que segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.32):

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações. [...]. A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

A análise dos dados além de construir o perfil dos egressos do acolhimento institucional, por meio de questionários socioeconômicos, também verificará as políticas públicas nas quais eles têm acesso, bem como a realidade social que estão inseridos, interpretando as expressões da questão social que perpassam o trabalho dos/as assistentes sociais envolvidos com egressos do acolhimento institucional, e dentre outros aspectos que serão visualizados a partir de uma análise qualitativa da realidade trabalhada e das experiências vividas, por meio de entrevistas semi-estruturadas que segundo Quaresma e Boni (2005, p.8):

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

As entrevistas serão realizadas com os/as egressos das instituições de acolhimento e com os profissionais do Serviço Social pertencentes à rede de trabalho intersetorial, respeitando-lhes o interesse e disponibilidade em participar da pesquisa e da entrevista semi-estruturada.

Segundo Bourguignon a realidade é dinâmica e os sujeitos pesquisados com os quais o pesquisador terá contato serão os responsáveis por trazerem elementos fundamentais para aprofundamento da pesquisa, esta que “deve destinar-se não só a compreender as questões estruturais, mas numa perspectiva de totalidade” (Id, 2008, p.303), pois deve ser entendida como histórica, ontológica ao homem e transformadora do que é desconhecido em algo conhecido. (Id, 2008, p. 99).

A pesquisa está pautada em princípios éticos, em que será mantido o sigilo de determinadas informações, os respectivos nomes dos/as participantes e da instituição pesquisada, além de que para que haja de fato a participação nas entrevistas será necessário o preenchimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O objetivo geral da pesquisa é analisar de que forma ocorre o trabalho profissional dos/as assistentes sociais junto aos adolescentes em processo de desligamento das instituições de acolhimento no município de Franca/SP em virtude de atingirem a maioridade.

Com relação aos objetivos específicos, o primeiro visa investigar as políticas públicas existentes para adolescentes que estão prestes a atingir a maioridade durante a permanência no acolhimento institucional. O segundo objetivo específico tem o intuito de refletir acerca do processo de desligamento de modo geral, verificando se é feito de maneira repentina ou processual. O terceiro objetivo pretende averiguar quais expressões da questão social estão presentes no cotidiano profissional dos/as assistentes sociais que lidam com os/as adolescentes em processo de desligamento institucional obrigatório.

A pesquisa atualmente encontra-se na fase bibliográfica, na qual a pesquisadora e sua orientadora estão coletando artigos científicos, livros, e quaisquer outras legislações que explanem acerca do processo de desligamento dos/as adolescentes que vivem nas instituições de acolhimento em virtude de atingirem a maioridade.

É importante ressaltar que os resultados esperados com esta pesquisa é dar visibilidade aos/as adolescentes acolhidos visualizando-os enquanto sujeitos de direitos respaldados pelo ECA. Além disso, com a visibilidade dada ao município de Franca visamos a formulação de políticas públicas que respaldem tanto os/as acolhidos/as, quanto o trabalho profissional dos/as assistentes sociais que lidam cotidianamente com esses sujeitos em processo de desligamento, reconhecendo que a cidade possui poucos recursos e políticas destinadas a esse público.

Ademais, a partir desta pesquisa e do conhecimento da realidade vivenciada tanto pelos/as profissionais assistentes sociais, como pelos/as adolescentes, espera-se demonstrar a necessidade de introduzir no município de Franca o acolhimento no formato de Repúblicas para atender aos jovens que estão sendo desligados das instituições, bem como propiciar a eles/elas uma transição gradativa, sendo amparados por profissionais para o desenvolvimento de suas identidades e construção de suas autonomias.

### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sob a premissa de garantia de direitos e norteada pelo projeto ético-político profissional do Serviço Social é que esta pesquisa se respalda, tendo em vista as indagações outrora pontuadas pela pesquisadora acerca da realidade do município de Franca quanto aos adolescentes que estão em fase de completarem 18 anos e serem desligados obrigatoriamente das instituições de acolhimento onde viveram grande ou parte de suas vidas.

É importante refletir sobre o papel dos/as assistentes sociais que lidam diretamente ou indiretamente (aqui compreende-se a rede intersetorial do município) com os/as adolescentes, tendo em vista que são profissionais com demandas variadas e poucos recursos para respaldar e viabilizar suas ações. Além disso, estes/as profissionais precisam ser cautelosos para evitar gerar nesses adolescentes uma nova situação de violação de direitos, tendo em vista que por estarem inseridos numa instituição de acolhimento já vivenciaram por seus familiares situações envolvendo abandono,

violência, exploração, dentre outros acontecimentos que precederam o seu encaminhamento ao acolhimento e a perda do convívio familiar.

Cabe ressaltar que a pesquisa em andamento tem se mostrado bastante desafiadora à pesquisadora e à orientadora, pois é uma temática que apresenta pouco material escrito e poucas pesquisas acadêmico-científicas realizadas. Outro ponto em que se encontra dificuldades é sobre a realidade de Franca, haja vista a ausência de acolhimento na modalidade Repúblicas para atender aos adolescentes que estão sendo desligados, deste modo, as informações sobre os desligamentos já ocorridos na cidade se dissiparam, não havendo dados e nem a sistematização de onde estão e para onde foram os jovens adultos desligados das instituições ao completarem 18 anos.

## REFERÊNCIAS

BOURGUIGNON, J. A. A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social. In: **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 302-312, Jul./Dez. 2008.

BOURGUIGNON, J. A. **A particularidade histórica da pesquisa no serviço social**. São Paulo: Veras, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 03 out. 2017

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.927, de 20 de Setembro de 2013**. Regulamenta a concessão dos benefícios eventuais da política pública da assistência social previstos no artigo 22 da Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Federal nº 8.742/1993, alterada pela Lei Federal nº 12.435/2011 e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Institui o Código Civil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)> Acesso em: 04 out. 2017

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.010, de 3 de Agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm)>. Acesso em: 05 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Presidência da República. Brasília: CONANDA/SNDH, 2006.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Ministério do Desenvolvimento Social. Presidência da República. Brasília: CONANDA/SNDH, 2009.

CAMÕES, Luís Vaz de. Soneto 18 In: **Camões: verso e prosa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.42.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOULART, J. S; PALUDO, S. S. Apadrinhamento Afetivo: Construindo Laços de Afeto e Proteção. In: **Psico**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, pp. 35-44, jan-mar 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/12439-69804-1-PB.pdf>. Acesso em: 05 out. 2017.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS, 2009.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1982, pp. 169 - 375.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2013). **Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada (SAC)** (Relatório de Pesquisa nº 1). Brasília, DF: Autor

KONDER, L. **O que é dialética**. 25ª ed. São Paulo: brasiliense, 1990.

LEHFELD, N. A. S. **Serviço Social: ensino e prática**. Franca: Unesp Franca, 1998, pp. 119-196.

LESSA, S; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, R; LOLIS, D. **A maioria e o desligamento de jovens das instituições de acolhimento**. In: XXV Encontro Anual de Iniciação Científica, 2016, Londrina, PR. Anais (on-line). Londrina: EAIC, 2016. Disponível em: <www.uel.br/eventos/eaic/anais/?content=2016/artigo.php&cod=625>. Acesso em: 10 out. 2017.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. In: **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, Mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1413-81232012000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 out 2017.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, P. A.P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-06.pdf>. Acesso em: 03 out. 2017.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, M. A. G. A. Elaboração de Projetos de Pesquisa. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. E. S. **Acolhimento institucional: a maioria e o desligamento**. Rio Grande do Norte: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17469/.../MarthaESS\_DISSERT.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017

VIEIRA, P. C. S. R. **Condições sociais do adolescente em processo de desligamento em instituições de acolhimento**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: <bdm.unb.br/bitstream/10483/3160/1/2011\_PatriciaCarolineSouzadaRochaVieira.pdf>. Acesso em:

12 out. 2017

WERNECK, V. R. SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: o papel do ensino e da pesquisa. In: **Aval. Pol. Públ. Educ**, Rio de Janeiro, v.14, n.51, p. 173-196, abr./jun, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n51/a03v1451.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2017

***O trabalho psicossocial na Atenção Básica à Saúde: uma análise a partir da dimensão educativa***

*The psychosocial work in the Basic Health Care: an analyses based on the educational dimension*

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

MORAIS, Dayane Aparecida Borges Caravieri

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) Campus Franca  
Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário de Franca – Uni-FACEF. Membro integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Dimensão Socioeducativa no Trabalho Social (GEDUCAS). Psicóloga na Estratégia de Saúde da Família (ESF) no município de Patrocínio Paulista (SP). E-mail: <[dayane.caravieri@hotmail.com](mailto:dayane.caravieri@hotmail.com)>

WALHERS, Maicow Lucas Santos

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) Campus Franca  
Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) Campus Franca. Mestre em Serviço Social pela UNESP/Franca. Especialista em Gestão de Organização Pública de Saúde – CEAD/UNIRIO. Membro integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS) e Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Dimensão Socioeducativa no Trabalho Social (GEDUCAS). Assistente Social no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) no município de Cássia (MG). E-mail: <[maicow.assistentesocial@live.com](mailto:maicow.assistentesocial@live.com)>.

**Resumo**

As intensas transformações ocorridas no mundo do trabalho na contemporaneidade, sob a égide do capital financeiro, resultado do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, tem desafiado profissionais de diversas áreas na garantia dos direitos sociais. Essa questão se particulariza na precarização das políticas públicas, enquanto expressão da reconfiguração da relação entre o público e privado, colocando diversos desafios para a sua efetivação, principalmente aquelas de dimensão universalista, como é a política de saúde. Frente essa realidade, de desmonte de direitos, e na contrarrelação o aprofundamento das expressões da questão social, onde verifica-se o adoecimento da população e da precarização dos acessos a bens e serviços. Torna-se necessário, uma articulação de políticas sociais e públicas, de categorias profissionais e de diferentes saberes para o enfrentamento dessas contradições. Essa perspectiva representa uma mudança de paradigmas ao propor uma análise da realidade em sua totalidade, procurando o conhecimento de diversas áreas para sua análise em sua complexidade. Este trabalho dessa forma, objetiva apresentar alguns elementos em relação a dimensão educativa no trabalho social na área da saúde, levando em consideração sua inerente relação ao desenvolvimento dessa prática. É necessário ter clareza dessa dimensão, com a intenção de fortalecer ações que vão de encontro com princípios e valores humanitários e emancipatórios, que produzem enfrentamentos a esses desafios. Apresentaremos dessa forma, algumas experiências nesta perspectiva, na atenção básica, na área da saúde, procurando relacionar a dimensão educativa no trabalho social, sendo que esta é uma área cada vez mais aberta a diversas áreas.

**Palavras-chave:** Trabalho Social, Dimensão Educativa, Política de Saúde.

**Abstract**

The intense transformations that have occurred in the contemporary world of work, under the aegis of financial capital, as a result of the current stage of development of the productive forces, have challenged professionals from different areas to guarantee social rights. This issue is particularized in the precariousness of public policies, as an expression of the reconfiguration of the relationship between the public and private, posing several challenges for its effectiveness, especially those with a universalist dimension, such as health policy. In the face of this reality, of dismantling rights, and in counteracting the deepening of the expressions of the social question, where there is the sickness of the population and the precariousness of access to goods and services. It is necessary, an articulation of social and public policies, professional categories and different knowledge to face these contradictions. This perspective represents a change of paradigms when proposing an analysis of



reality in its totality, seeking the knowledge of several areas for its analysis in its complexity. This work aims to present some elements regarding the educational dimension in social work in the health area, taking into account its inherent relation to the development of this practice. It is necessary to have clarity of this dimension, with the intention of strengthening actions that meet humanitarian and emancipatory principles and values that produce confrontations to these challenges. In this way, we will present some experiences in this perspective, in basic health care, seeking to relate the educational dimension to social work, which is an area that is increasingly open to different areas

**Key words:** Social Work, Educational Dimension, Health Policy

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo trazer para a reflexão a efetivação do trabalho social na saúde a partir da perspectiva interdisciplinar e a sua importância para a consolidação de um novo modelo de saúde, numa dimensão de totalidade, conforme preconizado pelo SUS e pela Organização Mundial de Saúde – OMS, onde as múltiplas determinações sociais, políticas, econômicas e biológicas são compreendidas como fatores que incidem no processo de saúde da população e nas formas de respostas do Estado. Assim, conforme nos coloca a Constituição da Organização Mundial da Saúde de 1946, a saúde é compreendida como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”. Buss; Filho, (2007, p. 80) esclarece esse conceito:

A definição de saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença ou enfermidade. Inserida na Constituição da OMS, no momento de sua fundação, em 1948, é uma clara expressão de uma concepção bastante ampla da saúde, para além de um enfoque centrado na doença. Entretanto, na década de 50, com o sucesso da erradicação da varíola, há uma ênfase nas campanhas de combate a doenças específicas, com a aplicação de tecnologias de prevenção ou cura.

Dessa forma, para partirmos nossa análise do trabalho social na saúde a partir dessa perspectiva, torna-se necessária analisá-la no terreno das relações sociais de produção e reprodução da sociedade capitalista e suas determinações concretas na vida social e nas formas de respostas do Estado na garantia de políticas públicas e sociais na contemporaneidade.

Para compreendermos a configuração da política pública de saúde enquanto resposta do Estado a partir de determinado contexto histórico, nos marcos da sociedade capitalista é fundamental analisar como se configura essa forma de sociabilidade, seus mecanismos e lógicas de produção e reprodução da vida em sociedade.

A sociedade capitalista está assentada na propriedade privada dos meios de produção e de subsistência, historicamente apropriada pelo capitalista, este modo de produção se materializa a partir da exploração da força de trabalho, onde presencia-se no outro lado dessa relação, o trabalhador, que se vê historicamente, obrigado a vender sua força de trabalho para garantir sua subsistência e, contraditoriamente nesta relação produz riqueza que é apropriada privativamente pelo capitalista enquanto classe social.

O capitalismo, enquanto uma forma historicamente determinada de viver em sociedade, tem sua lógica no antagonismo dessas duas classes sociais, que se caracterizam como “unidade de diversos; um se expressa no outro, um recria o outro, um nega o outro” (IAMAMOTO, 2005, p. 31) É a partir dessa determinação histórica e social, que o Capital se estabelece como relação social, conforme nos coloca Martinelli (2007, p. 29): “[...] o capital é uma relação social e o capitalismo um determinado modo de produção, marcado não apenas pela troca monetária, mas essencialmente pela dominação do processo de produção pelo capital”.

Este é o referencial teórico que norteia nossa análise em relação ao nosso objeto de estudo, pois a saúde somente pode ser compreendida como um fenômeno social de múltiplas determinações a partir de situações concretas. Essa forma específica de viver em sociedade produz e reproduz as determinações do processo de saúde, enquanto produto social, historicamente determinado, assim como as formas de respostas do Estado e da sociedade, a partir da luta de classes e do trabalho enquanto atividade ontológica, de construção da sociabilidade humana e na qual na sociedade

capitalista adquire outras determinações a partir do modo de produção capitalista: “[...] o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva, aparece agora ao homem como o único meio de satisfação de uma necessidade, a de manter a existência física (MARX, 1989, p. 164).

Para isto, analisaremos os avanços históricos construídos coletivamente a partir dos marcos democráticos da sociedade brasileira, principalmente a partir da década de 1980, considerada um período de significativas transformações sociais a partir do agravamento da questão social e da intensificação das lutas sociais diante do aprofundamento das contradições do modo de produção capitalista.

Nesta década verificamos que as mudanças ocorridas no modo de produção capitalista, contraditoriamente, tencionaram as lutas sociais frente o aprofundamento das desigualdades sociais e dos mecanismos de dominação e exploração, que encontrou na ditadura militar terreno fértil para o agravamento das mazelas da questão social. É diante desse cenário político, social e cultural que se criou as condições objetivas para a construção do processo de redemocratização do país e sua consolidação a partir do marco legal da Constituição de 1988. Sinalizamos este processo histórico, por se tratar do substrato político para a construção de políticas sociais de enfrentamento da pobreza e de garantia do consenso entre as classes sociais.

Para compreendermos como se efetiva o trabalho social na atenção básica, inicialmente caracterizaremos historicamente como se configura a saúde enquanto política pública, através do SUS considerado como avanço nos marcos da democracia brasileira, destacando o lugar que a atenção básica ocupa neste sistema e sua importância na consolidação de ações de natureza preventiva e de promoção de saúde em consonância com os princípios do próprio sistema público de saúde, considerado como um dos objetivos da política brasileira.

A partir dessas breves considerações, abordaremos a configuração do trabalho social na saúde e como se efetiva a dimensão educativa. Nossa perspectiva está fundamentada na premissa que a dimensão educativa é inerente ao trabalho social, diante da inexistência de neutralidade nas abordagens e trabalhos com famílias e indivíduos, ou seja, o trabalho na área das ciências humanas e sociais aplicadas são norteadas por visões de homem e de mundo que embasam as teorias sociais utilizadas como instrumentos de intervenção profissional.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A reforma sanitária, a construção da política pública de saúde e a configuração da atenção básica**

É fundamental resgatar o contexto histórico que se deu a reforma sanitária e suas particularidades na realidade brasileira, para elucidar sua importância enquanto salto qualitativo na construção coletiva do Sistema Único de Saúde – SUS, enquanto sistema de saúde universal, público e equitativo, estes avanços se deram a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que marca o processo de redemocratização do país, a construção da saúde enquanto política pública e direito da população.

Conforme mencionado anteriormente, a área da saúde, principalmente na atenção básica, é considerada como uma das áreas fundamentais para a construção de um novo paradigma para além do modelo centrado no curativo, através da efetivação do trabalho interdisciplinar e de práticas voltadas para a prevenção e promoção da saúde, conforme preconizado pelo SUS.

O Movimento de Reforma Sanitária foi um dos vários movimentos sociais que fizeram frente ao regime militar na luta pela democratização do país na década de 1970.

Por volta da década de 1960, o Brasil vivia um período de ditadura militar, no qual o sistema público de saúde era dividido entre a medicina previdenciária e a saúde pública. A primeira voltada, prioritariamente, para a zona urbana, com ações dirigidas à saúde individual dos trabalhadores formais, estando a cargo do Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAP) e a segunda, sob o comando do Ministério da Saúde (MS), voltada para zona rural e setores mais pobres da população e priorizava ações de caráter preventivo. Em meio a isso, a política de governo buscava incentivar a expansão do setor privado de saúde (PAIVA; TEIXEIRA, 2014).

Com a justificativa de que os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), criados a partir do primeiro governo Vargas, se encontravam em situação de insolvência, o governo militar criou o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que uniformizava os benefícios de seus contribuintes e eliminava o modelo de gestão tripartite (União, empregadores e empregados), que garantia aos usuários, ao menos de maneira formal, a representação nos processos decisórios dos institutos. Porém, além de determinar o progressivo fim da participação social na gestão previdenciária, o INPS

passou a priorizar o contrato de serviços privados para atender seus beneficiários (PAIVA; TEIXEIRA, 2014).

A década de 1970 registrou uma relativa decadência da prosperidade econômica e social que iniciou no pós guerra, o que repercutiu na expansão do chamado estado de bem estar social.

No que se refere à saúde, o diagnóstico da Organização Pan-americana da Saúde (Opas), mostrou um quadro sanitário preocupante, que combinava a baixa cobertura assistencial com a disseminação de doenças próprias da pobreza, como as verminoses e as de veiculação hídrica.

Assim, Paiva e Teixeira (2014), citam que as maneiras indicadas para o enfrentamento do quadro envolviam planejamento de ações que, por sua vez, envolvia uma série de outros fatores.

Crescia, nesse contexto, as críticas ao modelo biológico de tratamento, centrado nas doenças e em instituições hospitalares e a popularidade das abordagens integrais utilizadas nos países em desenvolvimento. Tudo isso culminou, em âmbito internacional, no estabelecimento da meta de "Saúde para todos no ano 2000", em 1977, e na proposição da atenção primária como estratégia central para alcançar essa meta, durante a Conferência de Alma-Ata, em 1978.

Segundo Paiva e Teixeira (2014), esses debates aconteciam num momento de grandes transformações políticas e sociais no país, sendo um importante marco nesse processo, o lançamento, pelo governo militar, do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (2º PND), que levou para a agenda do planejamento estatal prioridades como saúde, educação e infraestrutura de serviços urbanos.

O MS ampliou o repasse de verbas para os estados e desenvolveu projetos direcionados ao controle de algumas doenças como a hanseníase, a tuberculose e o câncer. O Sistema Nacional de Saúde foi instituído pelo regime, por meio da lei 6.229, no ano de 1975 e consolidou no MS e no Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) a separação dos campos de atuação da saúde pública e da assistência médica previdenciária.

Nesse contexto de grande mobilização da sociedade, a 8º Conferência Nacional de Saúde foi um marco em 1986, tendo, entre os principais temas discutidos: o dever do Estado e direito do cidadão no que tange à saúde; a reformulação do sistema nacional de saúde; e o financiamento desse setor. Também foram discutidas e aprovadas as principais demandas do movimento sanitário: fortalecer o setor público de saúde, expandir a cobertura a todos os cidadãos e integrar a medicina previdenciária à saúde pública, constituindo assim um sistema único (PAIVA; TEIXEIRA, 2014).

Entretanto, profundas mudanças políticas, econômicas e sociais ocorreram após a aprovação do SUS (Lei n.º 8.080) e da Lei Orgânica da Saúde (Lei n.º 8.142) ambas em 1990, dificultando a implementação do sistema, que tem como princípios a universalidade, a equidade e a integralidade (SOUSA, 2008).

Além disso, Fleury (2009, apud PAIVA; TEIXEIRA, 2014), afirma que a reforma sanitária necessita ser continuada, como um processo em permanente construção.

Dessa forma, algumas iniciativas concretas foram desenvolvidas e ampliadas para fazer valer os direitos afirmados em âmbito constitucional, destacando-se entre elas a implantação e ampliação do Programa Saúde da Família (PSF), na atenção básica, além de programas como vigilância sanitária e vacinação.

O PSF teve início em março de 1994 e fazia parte de uma estratégia política para promover a organização das ações de atenção básica à saúde nos sistemas municipais, além disso, está inserido em um contexto de decisão política e institucional de fortalecimento da Atenção Básica (AB) no âmbito do SUS e se fundamenta em uma nova ética cultural e social, que objetiva a promoção da saúde e da qualidade de vida dos indivíduos, famílias e comunidades (SOUSA, 2008).

Os seus princípios organizativos mostram-se nos seguintes objetivos, segundo Sousa, 2008:

- a) prestar, na unidade de saúde e no domicílio, assistência integral, resolutiva, contínua, com resolubilidade e boa qualidade às necessidades de saúde da população adstrita; b) intervir sobre os fatores de risco aos quais a população está exposta; c) eleger a família e o seu espaço social como núcleo básico de abordagem no atendimento à saúde; d) humanizar as práticas de saúde através do estabelecimento de um vínculo entre os profissionais de saúde e a população; e) proporcionar o estabelecimento de parcerias através do desenvolvimento de ações intersetoriais; f) contribuir para a democratização do conhecimento do processo saúde/doença, da organização dos serviços e da produção social da saúde; g) fazer com

que a saúde seja reconhecida como um direito de cidadania e, portanto, expressão da qualidade de vida; e h) estimular a organização da comunidade para o efetivo exercício social.

O Ministério da Saúde define, para o PSF, a implantação de equipe multiprofissional composta, minimamente, por um médico generalista ou especialista em saúde da família, um enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar de enfermagem e agentes comunitários de saúde. Podem ser acrescentados a equipe os profissionais de Saúde Bucal: cirurgião-dentista generalista ou especialista em Saúde da Família, auxiliar e/ou técnico em Saúde Bucal. Cada equipe é responsável por, no máximo, 4 mil pessoas residentes em uma área geográfica delimitada, com as quais devem estabelecer vínculos de co-responsabilidade (BRASIL, 2007).

Ronzani e Rorigues (2006) esclarecem que a Atenção Primária à Saúde (APS), no nível da Atenção Básica, tem como foco as práticas de promoção à saúde, possibilitando uma ação integrada das várias disciplinas e permite maior acesso da população a ações sociais que valorizem a constante interação do homem com seu meio.

A APS possui 5 princípios básicos que são: 1) acessibilidade, que trata de facilitar a oferta dos mais variados tipos de serviços, com proximidade geográfica com a comunidade; 2) abrangência, que é o oferecimento amplo das ações de saúde sem distinção de grupos específicos; 3) coordenada, sendo que as estratégias de ações são baseadas em um sistema de informação e avaliação; 4) contínua, pois desenvolve ao longo do tempo um relacionamento com a comunidade que permite ações de forma mais consistente e de longo prazo e; 5) responsabilidade, que consiste na constante interação com a comunidade a respeito dos serviços oferecidos, para não somente esclarecer sobre os serviços oferecidos, mas também fornece a discussão sobre a forma de atuação mais adequada a determinada comunidade.

Esses princípios devem, então, estar articulados com as questões sóciohistórico-culturais da comunidade e levantar a discussão de saúde ampliada, como propõe a OMS, ou seja, é preciso levar em conta os fatores políticos, econômicos e sociais implicados na promoção de saúde (RONZANI E RODRIGUES, 2006).

A promoção de saúde, segundo a Carta de Ottawa (1986), é “o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle desse processo”.

Assim, as ações educativas aparecem como forma de mobilizar a construção de situações de vida saudáveis, abarcando tanto o conhecimento acerca dos processos de adoecimento, tratamento e prevenção de doenças, quanto a apropriação de conhecimentos e informações sobre os múltiplos determinantes do processo saúde/doença, dos impactos da organização social da produção na condição de saúde, assim como a gestão e organização dos serviços de saúde (ROSADO, 2011).

Rosado (2011) elucida que nos últimos anos (década de 2000) o discurso acerca da educação em saúde foi reorientado vinculando-a à reflexão crítica sobre a realidade e a valorização e fortalecimento do poder dos indivíduos na criação de condições de vida saudáveis. Assim, a Estratégia Saúde da Família (ESF), na Atenção Básica, tem sido privilegiada, no que tange a educação em saúde, pela proximidade dos serviços e dos profissionais com a população e sua ênfase na dimensão preventiva e promocional de saúde.

A Educação Popular, que foi adotada pelos profissionais de saúde por volta de 1970 e retomada atualmente pelo Ministério da Saúde torna-se um importante instrumento para a construção de relações educativas que respeitem a autonomia dos indivíduos e proporcionem a participação destes na gestão dos serviços de saúde e na reorientação das políticas públicas.

Rosado (2011) ressalta que a educação em saúde ainda carrega as marcas de uma trajetória de transmissão unidirecional de conhecimentos, com foco em prescrição de comportamentos, sem considerar os conhecimentos e cultura da população e que se torna imperativo romper com esta concepção e construir processos educativos que valorizem a capacidade criativa dos sujeitos.

## **2.2 A dimensão educativa na atenção básica: espaço de potencialidade**

As intensas transformações societárias que marcam a atualidade têm demonstrado que, diante da complexidade da questão social<sup>1</sup>, torna-se impossível pensar a efetivação dos direitos sociais e de um trabalho social de qualidade para além das demandas postas no exercício profissional, sem a articulação de diferentes sujeitos sociais, profissionais de áreas distintas e dos conhecimentos construídos através dos mais variados campos da ciência moderna.

A interdisciplinaridade não dilui as disciplinas, ao contrário, mantém sua individualidade. Mas integra as disciplinas **a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervêm sobre a realidade e trabalha** todas as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e negociação de significados e registro sistemático dos resultados. BRASIL (1999, p. 89, grifo nosso)

A articulação de diferentes saberes e de profissionais de diferentes áreas tem se tornado uma realidade cada vez mais atual, assim como uma determinada política pública e social não é capaz de dar respostas efetivas e que abarquem toda a complexidade de determinações que assolam a vida da população através do agravamento da desigualdade e das múltiplas expressões das contradições oriundas do modo de produção capitalista. “O parcelamento e a compartimentação dos saberes impedem apreender o que está tecido junto” (MORIN, 2000, p.45).

A articulação das diversas políticas públicas e sociais, assim como a ação de diversos setores e atores sociais através da sociedade civil organizada, tem sido chamada para dar resposta frente ao cenário cada vez mais regressivo dos direitos sociais e da ausência do Estado dentro de um contexto neoliberal de sua desresponsabilização e de transferência das suas obrigações via Terceiro Setor.

A efetivação dos direitos sociais e de serviços com qualidade tem se tornado cada vez mais um desafio diante dessa atual conjuntura. O trabalho interdisciplinar, intersetorial tem se tornado não somente uma forma de estratégia diante desse contexto social, político e econômico, mas caracteriza uma nova forma de ver a realidade social para além da fragmentação do saber e do ser humano em sua totalidade.

Compreendemos o trabalho social como todo o trabalho desenvolvido com a população que visa a garantia dos direitos sociais e a construção de uma nova forma de ver a sociedade, ou seja, com uma determinada visão de homem e de mundo e dos fenômenos sociais que permeia as relações entre os homens e com o Estado e a forma como este enfrenta e compreende as questões que constituem o mundo do trabalho.

Assim o trabalho social pode ter tanto uma dimensão que contribui para uma visão crítica da sociedade ou de um viés conservador que reforça os valores e a atual lógica vigente. Procura, dessa forma, trabalhar com indivíduos, grupos e famílias na construção de valores e de uma nova cultura, ou pode, dentro de uma dimensão conservadora, reforçar os valores de culpabilização e de individualização das massas populares ao reforçar os valores e a lógica do capital.

Partindo dessa premissa, podemos afirmar que o trabalho social, nas diversas políticas sociais e nas ciências humanas e sociais aplicadas, não são isentas de valores, e, não sendo neutras, sempre carregam uma dimensão educativa, que pode estar em consonância com valores emancipatórios ou conservadores, articulando-se com projetos profissionais ou societários emancipatórios ou com a ordem societária vigente.

A dimensão educativa tem sido pouco tratada nas diferentes áreas do saber, havendo muitos equívocos em relação a sua concepção e efetivação. O Serviço Social tem abordado a questão a partir da sua inserção histórica nas políticas públicas e sociais e tem ocupado uma centralidade no meio acadêmico e científico a partir do reconhecimento da assistência social enquanto política pública, inicialmente através da Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e posteriormente com a construção coletiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS em 2003. Para Abreu (2004), o Serviço Social encontra-se no âmbito das profissões que mobilizam processos políticos de formação da cultura, assim também como as demais

---

1 Questão social é compreendida como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (IAMAMOTO, 2008, p. 27)

profissões e, em particular a Psicologia, que ao se inserir no campo das políticas públicas, acabam estando relacionadas com a garantia de direitos e com os processos individuais e sociais, criando novas formas de relacionar entre os homens e desses com o mundo.

[...] profissão de cunho educativo, inscrita, predominantemente, nos processos de organização/reorganização/afirmação da cultura dominante – subalternizante e mistificadora das relações sociais – contribuindo para o estabelecimento de mediações entre o padrão de satisfação das necessidades sociais, definido a partir dos interesses do capital, e o controle social sobre a classe trabalhadora (ABREU, 2004, p. 44).

Apesar de a autora tratar do Serviço Social, podemos dizer que a Psicologia, assim como outras profissões que estão no âmbito das políticas públicas e sociais e que tem como objeto de intervenção os processos individuais e as relações sociofamiliares, tem uma dimensão educativa que é intrínseca à prática social, ao estarem em constante contato com valores, as diversas formas de lutas e resistências da população, suas formas de relacionar entre os grupos sociais em que estão inseridos, as diferentes maneiras de lidar com o sofrimento psíquico, social e cultural. Esta dimensão educativa está relacionada com determinada visão de homem e de mundo do profissional e com o(s) sujeito(s) que se relaciona nesse processo, mesmo que os diferentes atores sociais inseridos nesta dinâmica não tenham consciência ou clareza dessa dimensão da prática profissional e social.

É partir das referências aqui colocadas em relação à dimensão educativa, que apresentaremos como ela tem se efetivado nos diferentes espaços socio-ocupacionais onde o Serviço Social e a Psicologia estão inseridos. É fundamental não perdemos de vista, conforme colocado, que a dimensão educativa perpassa todas as dimensões das profissões, desde as orientações de forma individual aos trabalhos de natureza coletiva e aquelas que o objetivo seja claramente educativo.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho é resultado da experiência profissional e do aprofundamento teórico dos autores através da participação no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social – GEDUCAS. É através da aproximação das bibliografias relacionadas com a área da educação e da saúde, que permitiu uma análise crítica desenvolvida na atenção básica na área da saúde pública. Em relação a dimensão educativa, utilizamos como referencial as obras de ABREU (2004), por ser uma das obras mais significativas em relação a temática. A pesquisa bibliográfica é constantemente utilizada nas ciências humanas e sociais e contribui para uma maior aproximação e aprofundamento em relação ao objeto de estudo, através do resgate das sistematizações e da produção do conhecimento relacionada às categorias analíticas que se articulam com o objeto, procurando fundamentar as análises realizadas. Destacamos sua importância diante da dimensão qualitativa do trabalho realizado, que procura sistematizar uma análise crítica com base em valores, concepções de homem e de mundo e um determinado referencial que é denso de significados. Segundo Chizzotti (1998, p. 79), “a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. A pesquisa bibliográfica segundo Severino, “[...] destina-se ao registro dos dados de forma e conteúdo de um documento escrito: livro, artigo, capítulo, resenha, etc. Ela constitui uma espécie de certidão de identidade desse documento.” (SEVERINO, 2007, p. 70).

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do referencial teórico utilizado, foram analisadas as experiências profissionais da área da Psicologia e do Serviço Social em municípios de pequeno porte, procurando destacar a dimensão educativa no trabalho social na atenção básica. Esse recorte territorial e das áreas de atuação permitiu atingir o objetivo proposto: conhecer como se realiza a dimensão educativa no trabalho social em áreas e municípios diferentes, o que vem afirmar a intrínseca relação da dimensão educativa nessas práticas.

Em relação área da Psicologia, foi abordada a atuação do psicólogo na ESF do Município de Patrocínio Paulista, interior do estado de São Paulo. É uma cidade de pequeno porte, com aproximadamente 12 mil habitantes. A partir do princípio de regionalidade do SUS, a cidade foi

dividida em 05 regiões, possuindo 05 postos de Estratégia de Saúde da Família. Na análise do trabalho desenvolvido, observou-se que em conjunto com o ESF são realizadas atividades educativas/ psicoeducativas, como palestras e atendimento em grupo com o objetivo de informar e discutir temas pertinentes a saúde física e mental da população. Trata-se de um espaço de escuta e troca de experiências que contribuem para a promoção de saúde tanto mental quanto física.

O trabalho psicoeducativo em grupo promove a coesão e o apoio entre os membros, assim como auxilia no alívio ou eliminação dos sintomas, desenvolvimento de comportamentos saudáveis e proporcionam aprendizado nas relações interpessoais.

No trabalho social do Serviço Social do NASF, foi apresentada as experiências do município de Cássia/MG, município de pequeno porte, (segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2017 conta com uma população de 18.057 habitantes). Atualmente a atenção básica é composta por três unidades de ESF e uma equipe de NASF composta atualmente por uma equipe de quatro profissionais, sendo eles: Assistente Social, Educador Físico, Psicóloga e Nutricionista. Também possui no município um Centro Integrado de Saúde que atende a população descoberta pelas áreas de ESF e aglutina serviços especializados.

Nesta direção o trabalho do Assistente Social no NASF, se efetiva a partir de duas dimensões: de natureza individual e coletiva. Ambas as abordagens estão centradas numa perspectiva crítica da realidade social a partir da totalidade histórica, social e cultural, compreendendo o sujeito em suas relações micro e macrosociais nos marcos da sociedade capitalista.

O trabalho do Assistente Social se materializa a partir dos seus instrumentos e técnicas atreladas a uma visão crítica de homem e de sociedade, tendo o marxismo como base teórica de compreensão do real em sua totalidade. Assim a dimensão técnica-operativa é organicamente vinculada a teórico-metodológica e a ético-política, que direciona a intencionalidade da práxis profissional.

Entre os instrumentos utilizados destaca-se a entrevista individual através do atendimento a indivíduos e famílias ou em visita domiciliar. A dimensão educativa se efetiva através das orientações em relação ao processo saúde/doença, a relação do usuário enquanto sujeito de direito e enquanto portador da autonomia e da capacidade de decidir sobre a sua saúde e as formas de tratamento e de acesso a serviços, benefícios e toda a gama de direitos sociais na saúde e nas diferentes políticas públicas e as diferentes formas de acesso. Neste universo são abordadas e refletidas sobre a saúde enquanto direito, as formas de acesso, a relação do usuário com os profissionais de saúde, com a família e a comunidade e a influência desses grupos sociais na sua saúde e do grupo social em que está inserido.

Outra forma, de inserção do trabalho social, se efetiva através da dimensão coletiva através de grupos que subdividem em duas formas de intervenção: a educação em saúde e a educação permanente. A primeira ocorre através dos grupos que ocorre nas unidades, na qual todos os profissionais do NASF e das ESF participam prestando orientações nas diferentes áreas.

O Serviço Social aborda aspectos relacionados aos direitos sociais, os aspectos culturais, sociais, econômicos da saúde procurando refletir em conjunto com a população sobre as diferentes determinações do mundo do trabalho e sua relação com o indivíduo e sua família. As condições de vida e de trabalho são abordadas nos grupos e sua relação com a saúde e os determinantes sociais.

Atualmente, os grupos existentes são: hipertensos e diabéticos, idosos, cuidadores de idosos, gestantes entre outros. Nestes grupos também são abordados direitos específicos pelo Serviço Social: previdenciárias e trabalhistas, saúde pública, pacientes com neoplasia, pessoa com deficiência, idoso, criança e adolescente, direitos e medidas protetivas em relação a mulher entre outros. O profissional de Serviço Social também realiza palestras para a população em datas comemorativas.

Já a segunda, a educação permanente ocorre com os Agentes Comunitários de Saúde, que tem como objetivo, a abordar informações importantes e orientações que devem ser passadas para as famílias, e busca capacitá-los nas temáticas na qual buscam conhecimento para orientar a população.

Dessa forma, percebemos que a dimensão educativa perpassa todo o exercício profissional, desde as abordagens individuais como a de natureza coletiva e deve estar norteada pelo referencial crítico que norteia a profissão e as prerrogativas ético-legais construídas coletivamente pela categoria.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agravamento da questão social na contemporaneidade tem requisitado a intervenção multidisciplinar e interdisciplinar de diversas áreas. Verifica-se que esta forma de intervenção profissional tem encontrado desafios para sua efetivação, diante do desmonte dos direitos sociais e das políticas públicas, enquanto forma de materialização deste. A intervenção dos diferentes profissionais nas políticas públicas e, principalmente na política de saúde, configura-se como espaço de efetivação da dimensão educativa, que independentemente da consciência ou não do profissional, esta está intrinsecamente permeada no exercício profissional. A dimensão educativa pode ter um viés conservador ou crítico dependendo do projeto ético-político da profissão.

Na saúde percebemos que a atenção básica configura-se como um espaço potencializador dessa prática através da intervenção profissional seja de forma individual ou em grupos operacionais ou educativos. Analisamos a experiência profissional de duas áreas distintas que atuam na atenção básica em municípios diferenciados, para demonstrar essa dimensão inerente que permeia o trabalho social.

Percebemos que é necessário que o profissional tenha clareza dessa dimensão e do seu lugar nesse processo, contribuindo para o desenvolvimento de práticas que rompam com o preconceito e criem uma nova cultura, em direção de uma sociedade justa, igualitária, democrática e que lute contra as formas de opressão que permeiam as relações sociais. Formas estas, que caracteriza como expressões da forma de dominação do capital nos marcos do atual estágio desenvolvimento das forças produtivas, que tem agravado as desigualdades sociais e suas múltiplas expressões.

#### REFERÊNCIAS:

ABREU, M. M. **A dimensão pedagógica do Serviço Social:** bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.79, p. 43-71, set. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Ensino Médio. Ministério da Educação. Brasília, 1999.

BUSS, P. M. e PELLEGRINI F., A. **Determinantes Sociais da Saúde.** Editorial, Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2006.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1998.

**CARTA DE OTTAWA.** Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. Ottawa, novembro de 1986.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18. ed. São Paulo: Cortez: CELATS, 2005.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social:** identidade e alienação. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução: Artur Morão. Lisboa; Portugal: Edições 70, 1989.

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PAIVA, C. H. A.; TEIXEIRA, L. A. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 21, n.1, p. 15-35, jan-mar. 2014.



RONZANI, T. M.; RODRIGUES, M. C. O psicólogo na atenção primária à saúde: contribuições, desafios e redirecionamentos. **Psicologia Ciência e Profissão**, Minas Gerais, v. 26, n.1, p. 132-143. 2006.

ROSADO, I. V. M. A dimensão educativa da estratégia saúde da família: reproduzindo o modelo curativo ou construindo o protagonismo dos sujeitos na promoção da saúde? **V Jornada internacional de políticas públicas**, Maranhão, 2011. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/>>. Acesso em 28 mai 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, M. F. de. O programa saúde da família no Brasil: análise do acesso à atenção básica. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, mar-abr. 2008.

**O USO GOVERNANÇA CORPORATIVA NA GERAÇÃO DE LUCROS DOS PROJETOS: UM ESTUDO DE CASO DE EMPRESA DE LEILÃO DE CAVALOS.**

*THE USE OF CORPORATE GOVERNANCE IN THE GENERATION OF PROJECT PROFITS: A CASE STUDY OF A CAVALOS AUCTION COMPANY.*

2.1 Desenvolvimento Regional e Local

Marin, Marcello de Souza  
Faculdades Metropolitanas Unidas  
Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Paulista - UNIP (2001) MBA Executivo pela Brazilian Business School - BBS (2011). MBA International Extension in Advanced Business Management (Universitat Autònoma de Barcelona) - (2013) Mestrando em Governança Corporativa - FMU - 2019  
marcello@marinconsult.net

**Resumo**

A governança corporativa auxilia o gestor na tomada de decisão para investimento em projetos permitindo a escolha de indicadores que viabilizem a redução de custos para melhor desempenho financeiro das empresas. A pesquisa descrita neste artigo estudou uma empresa leiloeira de cavalos e seus projetos de leilões. O objetivo da pesquisa foi realizar uma análise financeira nos projetos de leilões individuais da empresa e, através dos indicadores de gestão, eleger a modalidade de leilão mais rentável, representando um melhor retorno financeiro. Para tanto, foi analisado o cenário financeiro da empresa para o ano de 2016 através de um Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE) e constatado a necessidade de reorganização no cronograma de realização e frequência dos leilões, dando ênfase para os leilões on-line. O resultado demonstrou a eficácia da exploração de novas formas de negócios na esfera virtual, permitindo alocação dos recursos financeiros com resultados satisfatórios para as organizações.

**Palavras-chave:** Governança corporativa; Projetos; Leilões.

**Abstract**

Corporate governance supports the manager to take decision for investment in projects allowing the choice of indicators that enable the reduction of costs for better financial performance of companies. The research studied a horse auction company and its auction projects. The objective of the research was to carry out a financial analysis in the individual auction projects of the company and, through the management indicators, to choose the most profitable auction modality, representing a better financial return. The financial scenario of the company was analyzed through a Statement of Income for the year 2016 and verified the necessity of reorganization in the schedule of realization and frequency of the auctions, focusing to the online auctions. The result demonstrated the effectiveness of exploring new forms of business in the virtual market, allowing the allocation of financial resources with satisfactory results for organizations.

**Keywords:** Corporate governance; Projects; Auctions.

**1 INTRODUÇÃO**

No mundo globalizado, as organizações precisam criar projetos para reduzir custos e otimizar os recursos financeiros injetados na sociedade empresária. A implantação de redesenhos no planejamento estratégico baseada em Governança Corporativa tem o escopo de explorar as novas oportunidades de negócios e expandir a gama de produtos ou serviços oferecidos, objetivando sua sobrevivência no mercado competitivo.

As técnicas de análise de investimento estão relacionadas ao processo de elaboração de

indicadores utilizados na escolha das alternativas, alinhando o impacto produzido na estrutura e na geração de valor das empresas. A análise dos indicadores gerados irá auxiliar no processo de decisão e consequentemente na escolha dos projetos financeiros mais atrativos (SOUZA E CLEMENTE, 2010).

A empresa em estudo explora o mercado de leilões de cavalos Mangalarga Marchador pelo Brasil. Os modelos de leilões mais comuns costumam ter um custo alto para execução e por consequência os riscos dos projetos aumentam, exigindo um esforço e dedicação em todos os aspectos por parte da empresa leiloeira.

No exercício do ano de 2016 foi observada uma redução na estrutura financeira da empresa em análise em decorrência de resultados que apresentaram pequenas margens de lucros ou até mesmo prejuízos.

A empresa leiloeira em estudo realiza seus leilões em três modalidades: presencial, virtual e on-line. Ao estudar novas formas de vendas à distância, a empresa pode constatar que o leilão on-line é uma modalidade de vendas em plena expansão no mercado. Os projetos de leilões on-line se caracterizam pelo custo baixo e, por consequência, gera a capacidade de obtenção de lucro. Através de estudos financeiros, esse tipo de leilão passou a representar uma alternativa funcional para a reestruturação financeira da empresa.

A obtenção de lucro em um projeto nem sempre é sinal de que o mesmo seja rentável. Através dos índices financeiros utilizados em uma análise é possível verificar a rentabilidade de um projeto e ajudar na análise de custo-benefício do mesmo. Um projeto rentável é aquele que supera as expectativas do investimento e por consequência apresenta vantagens para a organização.

Aliado a uma governança corporativa direcionada à análise de custos e metodologias de rentabilidade, o presente estudo objetiva a realização de uma análise financeira nos projetos de leilões concretizados no ano de 2016. O intuito da pesquisa foi a de justificar padrões que possam revelar a modalidade de leilão mais vantajosa para auxiliar na reorganização do cronograma de realização dos leilões do exercício do ano de 2017, melhorando a estrutura financeira da empresa.

Os procedimentos metodológicos da presente pesquisa provêm de natureza qualitativa, pela análise de dados numéricos provenientes de índices financeiros e demonstrativos de resultados foi estruturada em duas etapas. A primeira etapa é a análise dos projetos de leilões com o auxílio dos índices financeiros a fim de encontrar o modelo de leilão mais rentável e viável. A segunda etapa é apresentar o cenário financeiro da empresa no exercício do ano de 2016 através de um Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE).

## **1 Avaliação de investimentos e governança corporativa**

A estrutura diretiva das sociedades empresárias deve estar fundada na governança corporativa. O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, ao definir sobre a função da governança nas companhias, destaca que:

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e aperfeiçoar o valor da organização, facilitando seu acesso ao capital e contribuindo para a sua longevidade (IBGC, 1995).

As teorias de gestão e administração de empresas demonstram que a governança corporativa deve ser a base de sustentação para os gestores tomar suas decisões empresárias, buscando a preservação e correta aplicação dos recursos da empresa. A mesma linha deve ser adotada no caso de decisão de financeira, devendo a governança viabilizar estudos de padrões para ser tomada a melhor decisão em relação a determinados investimentos.

A definição de investir consiste em adiar um consumo no presente a uma promessa de um retorno aceitável no futuro. Para Filho e Kopittke (2010, p.92), o perfil de um investidor deve conter três características: confiança no futuro, otimismo e credibilidade para compensação dos riscos do negócio pelas promessas de lucro.

Num primeiro momento, são considerados os aspectos econômicos do investimento. A expectativa da rentabilidade é analisada para saber como efetuar uma aplicação de maneira a obter o melhor retorno. Os investimentos mais rentáveis, analisados de acordo com os critérios financeiros mais adequados a sua particularidade, deverão evidenciar seus efeitos na situação financeira da empresa (FILHO E KOPITKE, 2010, p.93).

Para uma análise eficiente de um investimento, os fatores qualitativos do projeto devem ser mapeados, como, por exemplo, as restrições ou as políticas internas da organização. A decisão em um projeto de investimento deve considerar três critérios: financeiro (disponibilidade de recursos), econômico (rentabilidade do investimento), e imponderável (fatores intangíveis).

Sobre os riscos e incertezas em investimentos:

O risco existe em todas as atividades empresariais. Tudo que é decidido hoje, visando a um resultado no futuro, está sujeito a um grau de risco. Somente o que já aconteceu está livre de risco, pois é um “fato consumado”. Com base em condições e fatos conhecidos, podem-se estabelecer premissas e projetar os fatos que acontecerão no futuro. Esses fatos projetados poderão realmente acontecer, mas não serão “exatamente” como havíamos projetado (HOJI, 2010, p.531).

É de extrema importância, para a decisão de investimento, a estimativa do retorno esperado e o grau de risco associado ao retorno. É distinta a leitura e o entendimento das análises dos projetos e o risco não pode ser eliminado ou enquadrado a uma escala. A maneira mais eficaz do investidor ter a percepção dos riscos e das incertezas, e por consequência eleger o melhor projeto, é elevar o nível de informação e analisar os indicadores de forma estratégica (SOUZA E CLEMENTE, 2001, p. 60).

Os índices de rentabilidade são utilizados para medir o rendimento do capital investido e sua importância vem da capacidade de evidenciar o sucesso ou insucesso de um projeto.

A margem bruta (MB) é resultado da associação do lucro bruto com a receita líquida, e revela o percentual de lucro bruto para cada \$ 1,00 de receita líquida, indicado para análise de projeções de receita e lucro. (HOJI, 2010, p.290).

$$MB = \frac{\text{LUCRO BRUTO}}{\text{RECEITA LÍQUIDA}}$$

(1)

O índice de lucratividade (IL) é um método bastante utilizado, consiste na relação entre o resultado líquido de caixa e o investimento inicial dos projetos. Com resultado >1 considera-se que os benefícios de caixa ultrapassaram o custo do investimento do projeto gerando um ganho adicional, com resultado =1 considera-se que os benefícios de caixa zeram o custo do investimento do projeto apresentando um resultado nulo e com resultado <1 considera-se que os benefícios de caixa não ultrapassam o investimento inicial do projeto, o IL revela a capacidade de geração de lucros dos projetos analisados (HOJI, 2010, p.174).

$$IL = \frac{\text{RESULTADO DE CAIXA}}{\text{INVESTIMENTO INICIAL}}$$

(2)

De acordo com Hoji (2010, p.293), na análise da gestão operacional o retorno sobre o investimento (ROI) é o indicador de maior eficiência considerado pelos pesquisadores. A sigla ROI é originária do termo “Return on Investment”. O retorno sobre o investimento se conceitua através da

relação entre a margem líquida com o giro do ativo total, ou seja, o percentual é resultado da divisão do Lucro Líquido com o Ativo Total do projeto.

$$\text{ROI} = \frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

(3)

O fluxo de receitas e despesas de um período é determinado pelo demonstrativo do resultado do exercício (DRE), que segundo Hoji (2010, p.250) resulta no aumento ou redução do patrimônio líquido da empresa entre um determinado período e consiste na apuração da receita bruta operacional e sequencialmente na redução das deduções, custos e despesas para a apuração do lucro líquido do período.

Na economia baseada em conhecimento, a reconfiguração do negócio empresarial é um dos maiores desafios na estratégia das empresas. Para Normann & Ramirez (apud. SILVA et al., 2015, p. 745) em uma economia incerta e competitiva o segredo para o sucesso é a capacidade de inovação organizacional e define a estratégia corporativa como: a arte de criação de valor.

A metodologia para o processo do projeto é dividida em cinco etapas: formulação do problema, análise do problema, busca de alternativas, avaliação das alternativas e especificação da solução preferida. Essa metodologia pode ser convertida perfeitamente para a solução dos problemas e tomada de decisão para avaliações financeiras (FILHO E KOPITTKKE, 2010, p.344),

A análise das alternativas de investimento pertence a um processo de solução de problema. Faz parte desse processo, além das diversas técnicas quantitativas, as variáveis qualitativas, impossíveis de ser traduzidos em modelos matemáticos, porém de grande importância para o processo de tomada de decisão.

## 2 Definição das variáveis

Segundo Porter (2009), as atividades de valor para as atividades empresariais podem-se apresentar por processos de informação. Os valores empresariais obtidos pelas inovações nos processos empresariais podem alterar o desempenho da organização, principalmente pela transformação tecnológica que viabiliza a exploração de novas oportunidades.

No presente estudo de caso, a empresa leiloeira realiza seus leilões em três modalidades: presencial, virtual e on-line. Cada modalidade apresenta sua particularidade e sua contribuição para a empresa.

Na análise individual foram determinados como investimento inicial os custos dos leilões, ou seja, os valores desembolsados em custos decorrentes da preparação e realização dos projetos.

De acordo com a revisão bibliográfica foi definido três índices para análise dos projetos de leilões: índice de lucratividade (IL), retorno sobre o investimento (ROI) e margem bruta (MB).

Para essa análise, o IL e o ROI representam o resultado dos projetos em função do valor investido ou seus custos. Logo, a MB representa a relação do resultado dos projetos em função de suas receitas.

O objetivo da análise individual de cada projeto é analisar a capacidade de geração de receita, a rentabilidade e o retorno sobre o capital investido pela empresa.

### 2.1 Definição do cenário financeiro

O cenário financeiro da empresa foi determinado através do demonstrativo do resultado do exercício (DRE), para o exercício de 2016.

O DRE para este estudo foi estruturado, sequencialmente, com as seguintes informações: receitas, deduções, custos e as despesas administrativas. Os resultados foram dispostos mensalmente com o intuito de verificar o impacto gerado pela realização dos projetos, a frequência e as modalidades dos leilões realizados por mês.

## 3 O mercado de leilões de cavalos

O objeto de exploração econômica da empresa leiloeira é a intermediação das vendas entre o vendedor e o comprador dos animais. Dentre as responsabilidades da empresa leiloeira pode-se destacar: (i) a verificação da procedência e do registro dos animais na Associação Brasileira dos Criadores do Cavallo Mangalarga Marchador (ABCCMM), (ii) a divulgação dos animais no leilão, contato e negociação das vendas, (iii) a análise de crédito e cadastro dos compradores, (iv) a emissão dos contratos e faturas de venda, entre outras.

As receitas da leiloeira são geradas através de percentual de comissão de compra (pago pelo comprador do animal), percentual de comissão de venda e taxa de inscrição (pagos pelo vendedor do animal).

As modalidades dos leilões realizados pela empresa, seguindo do percentual de cada modalidade realizada no ano de 2016 e sua descrição foram dispostas na tabela a seguir:

Tabela 1 – Modalidade dos leilões

MODALIDADE DE LEILÕES	% DE REALIZAÇÃO ANO 2016	DESCRIÇÃO
Presencial	12%	Leilões realizados com um evento, onde os lances são dados com os compradores presentes.
Virtual	60%	Leilões realizados através de transmissão televisivas em canais especializados, onde os lances são dados via telefone.
On-line	28%	Leilões realizados através do site da empresa, onde os lances são dados de forma on-line.

Os projetos de leilões virtuais são os mais comuns no mercado, decorrentes da realização dos leilões por transmissões em canais de televisão especializados. É um projeto com um custo elevado por consequência de todo o processo de confecção de catálogos de venda, da distribuição dos catálogos pelos correios e pelo custo da transmissão televisiva dos leilões.

Logo os projetos de leilões on-line são novos e menos comuns no mercado, porém é um modelo de grande potencial de crescimento e bastante vantajoso para exploração.

A vantagem dos modelos de leilões on-line é o baixo custo para realização dos projetos, pois o processo de divulgação se faz apenas através do site da empresa e eliminam-se os custos referentes à estrutura física dos leilões, tais como, os custos de transmissões para os leilões virtuais e aluguel de um espaço para os leilões presenciais.

A desvantagem de leilões on-line concentra-se no baixo nível das vendas por leilão, decorrente da preferência dos consumidores pelos leilões virtuais e, ainda, pela falta de hábito dos participantes pelos processos tecnológicos, pois a faixa etária do público-alvo atinge sensivelmente pessoas de maior idade.

Por conseguinte, pode-se afirmar que uma das características marcantes do mercado de leilões de cavalos é a sua pouca penetração de participantes, pelo fato de atingir apenas um grupo específico de consumidores, transformando-se, de outro modo, em um ramo bastante rentável e de muitas oportunidades de negócios.

### 3.1 Os projetos de leilões

Os leilões realizados pela empresa em estudo podem ser classificados entre: leilões próprios (onde todo o processo de criação e execução do projeto é realizado pela empresa leiloeira) e leilões de terceiros (onde o leilão é criado por uma terceira pessoa ou empresa e executado pela leiloeira, que é contratada para prestação deste serviço e recebe um valor referente a uma porcentagem das vendas do leilão, definida em negociação).

Nesse nicho de negócio, verifica-se que existem elementos específicos e profundamente exclusivos para obtenção de sucesso de vendas de cavalos no mercado, razão pela qual as novas formas de expansão e eficácia operacional devem ser analisadas de forma a manter vantagem competitiva.

Dos projetos de leilões realizados no ano de 2016, as receitas, custos e resultados estão dispostos na tabela 2, e os referentes aos resultados e ganhos para a leiloeira nos leilões de terceiros

estão dispostos na tabela 3.

Tabela 2 – Projetos de leilões realizados / ano 2016.

REFERÊNCIA	MÊS	MODALIDADE	RECEITA	CUSTO	RESULTADO
L01	JANEIRO	VIRTUAL	R\$ 86.417,00	R\$ 89.945,00	R\$ 3.528,00
L02	FEVEREIRO	ON-LINE	R\$ 29.375,00	R\$ 12.666,00	R\$ 16.709,00
L03	MARÇO	ON-LINE	R\$ 16.958,00	R\$ 7.168,00	R\$ 9.790,00
L04	MARÇO	VIRTUAL	R\$ 189.980,00	R\$ 161.639,00	R\$ 28.341,00
L05	ABRIL	VIRTUAL	R\$ 178.305,00	R\$ 116.483,00	R\$ 61.822,00
L06	ABRIL	PRESENCIAL	R\$ 87.090,00	R\$ 61.173,00	R\$ 25.917,00
L07	JUNHO	VIRTUAL	R\$ 182.061,00	R\$ 110.285,00	R\$ 71.796,00
L08	JUNHO	ON-LINE	R\$ 42.016,00	R\$ 16.245,00	R\$ 25.771,00
L09	JUNHO	VIRTUAL	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,00
L10	JULHO	PRESENCIAL	R\$ 352.926,00	R\$ 334.713,00	R\$ 18.213,00
L11	JULHO	PRESENCIAL	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,00
L12	AGOSTO	VIRTUAL	R\$ 130.061,00	R\$ 101.228,00	R\$ 28.833,00
L13	AGOSTO	VIRTUAL	R\$ 90.359,00	R\$ 98.121,00	R\$ 7.762,00
L14	AGOSTO	VIRTUAL	R\$ 60.017,00	R\$ 67.137,00	R\$ 7.120,00
L15	SETEMBRO	ON-LINE	R\$ 3.426,00	R\$ 816,00	R\$ 2.610,00
L16	SETEMBRO	VIRTUAL	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,00
L17	SETEMBRO	ON-LINE	R\$ 34.425,00	R\$ 10.264,00	R\$ 24.161,00
L18	SETEMBRO	VIRTUAL	R\$ 52.425,00	R\$ 59.190,00	R\$ 6.765,00
L19	OUTUBRO	ON-LINE	R\$ 29.295,00	R\$ 14.028,00	R\$ 15.267,00
L20	OUTUBRO	VIRTUAL	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,00
L21	NOVEMBRO	VIRTUAL	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,00
L22	NOVEMBRO	ON-LINE	R\$ 10.079,00	R\$ 4.876,00	R\$ 5.203,00
L23	NOVEMBRO	VIRTUAL	R\$ 88.479,00	R\$ 79.110,00	R\$ 9.369,00
L24	NOVEMBRO	VIRTUAL	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,00
L25	DEZEMBRO	VIRTUAL	R\$ 170.431,00	R\$ 140.051,00	R\$ 30.380,00

Tabela 3 – Resultados dos leilões e porcentagem de leiloeira para leilões de terceiros / ano 2016

REFERÊNCIA	MÊS	MODALIDADE	LUCRO LEILÃO	LUCRO COM TERCEIROS	RESULTADO TOTAL
L01	JANEIRO	VIRTUAL	R\$ 3.528,00	R\$ 0,00	R\$ 3.528,00
L02	FEVEREIRO	ON-LINE	R\$ 16.709,00	R\$ 0,00	R\$ 16.709,00
L03	MARÇO	ON-LINE	R\$ 9.790,00	R\$ 0,00	R\$ 9.790,00
L04	MARÇO	VIRTUAL	R\$ 28.341,00	R\$ 0,00	R\$ 28.341,00
L05	ABRIL	VIRTUAL	R\$ 61.822,00	R\$ 0,00	R\$ 61.822,00
L06	ABRIL	PRESENCIAL	R\$ 25.917,00	R\$ 0,00	R\$ 25.917,00
L07	JUNHO	VIRTUAL	R\$ 71.796,00	R\$ 0,00	R\$ 71.796,00
L08	JUNHO	ON-LINE	R\$ 25.771,00	R\$ 0,00	R\$ 25.771,00
L09	JUNHO	VIRTUAL	R\$ 0,00	R\$ 23.376,00	R\$ 23.376,00
L10	JULHO	PRESENCIAL	R\$ 18.213,00	R\$ 0,00	R\$ 18.213,00
L11	JULHO	PRESENCIAL	R\$ 0,00	R\$ 14.130,00	R\$ 14.130,00
L12	AGOSTO	VIRTUAL	R\$ 28.833,00	R\$ 0,00	R\$ 28.833,00
L13	AGOSTO	VIRTUAL	R\$ 7.762,00	R\$ 0,00	R\$ 7.762,00
L14	AGOSTO	VIRTUAL	R\$ 7.120,00	R\$ 0,00	R\$ 7.120,00
L15	SETEMBRO	ON-LINE	R\$ 2.610,00	R\$ 0,00	R\$ 2.610,00
L16	SETEMBRO	VIRTUAL	R\$ 0,00	R\$ 37.050,00	R\$ 37.050,00
L17	SETEMBRO	ON-LINE	R\$ 24.161,00	R\$ 0,00	R\$ 24.161,00
L18	SETEMBRO	VIRTUAL	R\$ 6.765,00	R\$ 0,00	R\$ 6.765,00
L19	OUTUBRO	ON-LINE	R\$ 15.267,00	R\$ 0,00	R\$ 15.267,00
L20	OUTUBRO	VIRTUAL	R\$ 0,00	R\$ 7.854,00	R\$ 7.854,00
L21	NOVEMBRO	VIRTUAL	R\$ 0,00	R\$ 18.970,00	R\$ 18.970,00
L22	NOVEMBRO	ON-LINE	R\$ 5.203,00	R\$ 0,00	R\$ 5.203,00
L23	NOVEMBRO	VIRTUAL	R\$ 9.369,00	R\$ 0,00	R\$ 9.369,00
L24	NOVEMBRO	VIRTUAL	R\$ 0,00	R\$ 20.238,00	R\$ 20.238,00
L25	DEZEMBRO	VIRTUAL	R\$ 30.380,00	R\$ 0,00	R\$ 30.380,00

Com relação aos resultados, pode-se verificar que quatro leilões apresentaram prejuízos (L1, L13, L14 E L18), cujos projetos foram diretamente responsáveis pelo declínio do cenário financeiro da empresa, por disponibilizar recursos para cobrir as perdas dos leilões com prejuízo.

Tabela 4 – Análise financeira dos projetos de leilões / ano 2016

REFERÊNCIA	MODALIDADE	IL	ROI	MB
L01	VIRTUAL	-0,04	-4,00%	-4,00%
L04	VIRTUAL	0,18	18,00%	15,00%
L05	VIRTUAL	0,53	53,00%	35,00%
L07	VIRTUAL	0,65	65,00%	39,00%
L12	VIRTUAL	0,28	28,00%	22,00%
L13	VIRTUAL	-0,08	-8,00%	-9,00%
L14	VIRTUAL	-0,11	-11,00%	-12,00%
L18	VIRTUAL	-0,11	-11,00%	-13,00%
L23	VIRTUAL	0,12	12,00%	11,00%
L25	VIRTUAL	0,22	22,00%	18,00%
L06	PRESENCIAL	0,42	42,00%	30,00%
L10	PRESENCIAL	0,05	5,00%	5,00%
L02	ON-LINE	1,32	132,00%	57,00%
L03	ON-LINE	1,37	137,00%	58,00%
L08	ON-LINE	1,59	159,00%	61,00%
L15	ON-LINE	3,20	320,00%	76,00%
L17	ON-LINE	2,35	235,00%	70,00%
L19	ON-LINE	1,09	109,00%	52,00%
L22	ON-LINE	1,07	107,00%	52,00%

De acordo com a revisão teórica, foram aplicados os cálculos dos índices financeiros nos projetos dos leilões e os resultados foram dispostos na tabela 4.

O índice de lucratividade (IL) indica a capacidade de geração de lucros dos projetos pela relação entre o resultado dos projetos e o custo (Investimento). Leilões com índices maiores que 1 revelam projetos atrativos e com índices menores de 1 revelam projetos não atrativos.

Conforme a análise do IL, os leilões on-line apresentam melhor atratividade, com índices acima de 1, e representam uma lucratividade excelente para os projetos.

O índice de retorno sobre o investimento (ROI) representa em porcentagem a capacidade de retorno do projeto pela relação entre o lucro líquido com o ativo total (Receita bruta dos projetos), ou seja, analisando o investimento do projeto o índice representa a porcentagem dos ganhos.

Conforme análise do ROI, os leilões virtuais, mesmo os que apresentaram lucros, não ultrapassaram as expectativas de investimentos, ou seja, apresentam uma porcentagem pequena de ganhos. Por fim, os leilões on-line apresentam um índice que ultrapassam as expectativas do investimento, estando acima de 100%.

O índice de margem Bruta (MB) representa a capacidade de geração de lucros através da receita líquida do projeto. Os maiores índices se encontram na análise dos leilões on-line, ou seja, mesmo com a menor capacidade de geração de receitas, os leilões on-line promovem para a empresa a capacidade de geração de lucros maiores que as dos leilões virtuais.

Os índices financeiros utilizados para análise dos projetos revelam a viabilidade dos projetos de leilões on-line para a empresa, bem como a potencialidade da modalidade de leilão no mercado e a atratividade para investimentos futuros.

### 3.2 Análise e projeção do cenário financeiro

No entendimento de Chiavenato, a avaliação de resultados tem a finalidade de se analisar a proposição de novos métodos de operacionalização de vendas de produtos e serviços com o “propósito de estabilizar objetivos organizacionais e estabelecer novos objetivos para o futuro” (2008).

Nessa ótica, o cenário financeiro da empresa no exercício de 2016 foi realizado a partir de um demonstrativo do resultado do exercício (DRE). Foram considerados as receitas, impostos, custos e despesas auferidas mensalmente no período.

As receitas são provenientes de comissão de compra, comissão de venda, taxa de inscrição e



porcentagem de serviços prestados como leiloeira.

As deduções representam os impostos pagos pela empresa. A empresa se enquadra e é tributada pelo Simples Nacional. A guia de arrecadação DAS é calculada com base no faturamento mensal.

Os custos são provenientes da execução dos leilões e as despesas administrativas é o valor referente a manutenção de todo o escritório e sede da empresa.

Os maiores índices de margem foram encontrados nos leilões on-line, representando, diante do diagnóstico, a promoção de maior retorno comparado com os demais tipos de leilões realizados pela empresa.

Tabela 5 – DRE / ano 2016

	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16
RECEITA BRUTA	R\$ 86.417,00	R\$ 29.375,00	R\$ 206.938,00	R\$ 265.395,00	R\$ 0,00	R\$ 247.453,00
DEDUÇÕES	R\$ 5.185,02	R\$ 1.762,50	R\$ 12.416,28	R\$ 15.923,70	R\$ 0,00	R\$ 14.847,18
RECEITA LÍQUIDA	R\$ 81.231,98	R\$ 27.612,50	R\$ 194.521,72	R\$ 249.471,30	R\$ 0,00	R\$ 232.605,82
CUSTOS	R\$ 89.945,00	R\$ 12.666,00	R\$ 168.807,00	R\$ 177.656,00	R\$ 0,00	R\$ 126.510,00
LUCRO BRUTO	-R\$ 8.713,02	R\$ 14.946,50	R\$ 25.714,72	R\$ 71.815,30	R\$ 0,00	R\$ 106.095,82
DESPESAS ADM	R\$ 22.768,20	R\$ 23.471,91	R\$ 32.197,83	R\$ 21.430,76	R\$ 21.167,45	R\$ 19.269,01
LUCRO LÍQUIDO	-R\$ 31.891,22	-R\$ 8.525,41	-R\$ 6.483,11	R\$ 50.384,54	-R\$ 11.167,45	R\$ 86.826,81
ACUMULADO	-R\$ 31.891,22	-R\$ 40.416,63	-R\$ 46.899,74	R\$ 3.894,80	-R\$ 17.172,65	R\$ 69.554,16

	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16
RECEITA BRUTA	R\$ 367.056,00	R\$ 280.437,00	R\$ 127.326,00	R\$ 37.149,00	R\$ 137.766,00	R\$ 170.431,00
DEDUÇÕES	R\$ 22.023,36	R\$ 16.826,22	R\$ 7.639,56	R\$ 2.228,94	R\$ 8.265,96	R\$ 10.225,86
RECEITA LÍQUIDA	R\$ 345.032,64	R\$ 263.610,78	R\$ 119.686,44	R\$ 34.920,06	R\$ 129.500,04	R\$ 160.205,14
CUSTOS	R\$ 334.713,00	R\$ 266.486,00	R\$ 70.270,00	R\$ 14.028,00	R\$ 83.986,00	R\$ 140.051,00
LUCRO BRUTO	R\$ 10.319,64	-R\$ 2.875,22	R\$ 49.416,44	R\$ 20.892,06	R\$ 45.514,04	R\$ 20.154,14
DESPESAS ADM	R\$ 25.376,08	R\$ 36.784,65	R\$ 30.522,41	R\$ 25.959,10	R\$ 32.001,24	R\$ 37.434,28
LUCRO LÍQUIDO	-R\$ 15.056,44	-R\$ 39.659,87	R\$ 18.894,03	-R\$ 5.067,04	R\$ 13.512,80	-R\$ 17.280,14
ACUMULADO	R\$ 54.497,72	R\$ 14.837,85	R\$ 33.731,88	R\$ 28.664,84	R\$ 42.177,64	R\$ 24.897,50

O demonstrativo do ano de 2016 revela um exercício com início negativo, analisando os resultados acumulados, tendo sua recuperação apenas ao final do 1º semestre do exercício.

Analisando os resultados mensais, apenas quatro meses apresentaram resultados positivos (Abril, Junho, Setembro e Novembro) que contribuíram para a recuperação do acumulado no demonstrativo no 2º semestre do exercício.

O ano de 2016 teve um resultado do exercício de R\$24.897,50. Esse resultado apresentou uma situação desfavorável para a empresa leiloeira, onde mostra a necessidade de reorganização do cronograma de realização dos leilões para o próximo exercício e a frequência desses leilões.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de operações financeiras e o custo dos recursos financeiros investidos nas empresas são elementos estruturais da gestão responsável pautada na governança corporativa.

A governança deve contemplar os novos segmentos empresariais e os nichos de estruturação de produtos e de serviços nos diversos tipos de organizações que se encontram no mercado físico e on-line.

O custo da atividade empresarial e o redesenho das operações de venda que visem projetar as empresas, obtendo retorno esperado nos mercados devem ser apurados continuamente, como forma de eficiência na alocação de recursos.

A análise financeira dos leilões contribuiu para a escolha da modalidade de leilão mais rentável, com maior retorno relacionado ao investimento dos custos e com menor risco para a empresa.

Por meio de três tipos de leilão feitos pela empresa analisada, pode-se inferir que o leilão on-line é um modelo novo no mercado e pouco explorado, mas que ofereceu retorno do investimento e capacidade de geração de lucro.

De acordo com o demonstrativo dos resultados para o exercício de 2016 foi constatado uma

falha na estrutura financeira da empresa decorrente de projetos, com prejuízos ou baixa margem de lucro, onde foi proposta uma reorganização na frequência dos leilões e uma projeção do cenário financeiro da empresa para o exercício de 2017.

Com a análise percebeu-se que o leilão virtual possui características de índice de lucratividade (IL), retorno sobre o investimento (ROI) e margem bruta (MB), que não devem ser desprezadas quando da análise da programação dos leilões para o próximo ano.

A pesquisa tem sua contribuição para o universo acadêmico e empresarial através da premissa da questão da mudança organizacional advinda das boas práticas de governança corporativa, da capacidade das empresas em explorar novas oportunidades de negócios e a utilização de metodologias de análises como ferramentas para auxiliar no processo das tomadas de decisões.

## REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. Os novos paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas. 5ª. ed. Barueri, SP: Manole, 2008, p. 186.

FILHO, Nelson Casarotto; KOPITTKE, Bruno Hartmut. Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão e estratégia empresarial. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 411.

HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras e orçamento empresarial. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 587.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. 1995. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/index.php/governanca/governanca-corporativa>> Acesso em: 22 maio 2017.

PORTER, Michael. Competição. O que é estratégia. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. pp. 37-79.

SILVA, Elias Hans Dener Ribeiro; LIMA, Edson Pinheiro; COSTA, Sergio Eduardo Gouvêa; SANT'ANNA, Ângelo Márcio. Análise comparativa de rentabilidade: um estudo sobre o índice de sustentabilidade empresarial. Gestão & Produção (G&P). São Carlos, V. 22, n. 4, Outubro, 2015. p. 743-754. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-530X1889-14>. Acessado em: 15/02/2017.

SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. Decisões financeiras e análise de investimentos: Fundamentos, Técnicas e Aplicações. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 59

**O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NA GESTAÇÃO: APRENDIZAGEM E ATUAÇÃO DOCENTE**

*USE OF PSYCHOACTIVE SUBSTANCES IN GESTATION: LEARNING AND TEACHING*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento.

COSTA, Buna Cristina Ferreira Silva  
Faculdade Pestalozzi de Franca, aluna do 8º semestre do curso de pedagogia  
[bruniinha0506@gmail.com](mailto:bruniinha0506@gmail.com)

KAUBOZ, Patrícia Borges  
Faculdade Pestalozzi de Franca, aluna do 8º semestre do curso de pedagogia  
[patriciaa.kauboz@gmail.com](mailto:patriciaa.kauboz@gmail.com)

SILVEIRA, Cláudia Alexandra Bolela  
Faculdade Pestalozzi de Franca e Unifran, doutora em Promoção de Saúde e Orientadora  
[claudiabolela@hotmail.com](mailto:claudiabolela@hotmail.com)

**Resumo**

O consumo de drogas constitui uma temática que remete à saúde do usuário e às consequências para os familiares, inclusive seus filhos. Portanto, consiste em uma situação de risco para o usuário e para as pessoas com as quais convivem, uma vez que o entorno sempre é afetado. O uso de substâncias psicoativas durante o período gestacional pode trazer graves consequências ao desenvolvimento da criança. Sendo assim, esta constitui uma temática de extremo interesse para todos os profissionais da educação, uma vez que receberão as crianças frutos desse contexto na escola. O presente estudo tem por objetivo levantar os prejuízos e riscos a que os filhos de mães usuárias de drogas estão submetidos, as dificuldades de aprendizagem decorrentes deste contexto e como o professor pode atuar a partir deste conhecimento. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa partindo do levantamento teórico acerca dos principais temas que envolvem o uso de drogas e as consequências na aprendizagem da criança e a atuação docente neste contexto. Foi possível confirmar por meio da literatura o quão grave constitui o uso de substâncias psicoativas durante a gestação e os riscos que traz para o feto e a aprendizagem infantil, assim como a importância do professor conhecer os riscos do uso de drogas na gestação, as consequências na aprendizagem e como deve ser a atuação docente.

**Palavras-chave:** Substâncias Psicoativas, Riscos e Danos, Atuação Docente.

**Abstract**

Drug consumption is a theme that refers to the health of the user and the consequences for family members, including their children. Therefore, it consists of a risk situation for the user and the people with whom they coexist, since the environment is always affected. The use of psychoactive substances during the gestational period can have serious consequences for the development of the child. Therefore, this is a topic of extreme interest to all education professionals, since they will receive the fruits of this context in the school. The purpose of this study is to assess the harm and risks that the children of drug users are subjected to, the learning difficulties that arise from this context and how the teacher can act from this knowledge. The methodology used was a descriptive and qualitative bibliographical research, starting from the theoretical survey about the main themes that involve the use of drugs and the consequences on the child's learning and the teaching performance in this context. It was possible to confirm by means of the literature how serious it is the use of psychoactive substances during gestation and the risks it brings to the fetus and infant learning, as well as the importance of the teacher to know the risks of drug use during pregnancy, the consequences on learning and how the teaching should be.

**Keywords:** 3 Psychoactive Substances, Risks and Damage, Teaching.

## 1 INTRODUÇÃO

Todas as famílias são diferentes, pois, constituem a junção de distintas personalidades, crenças, valores, ideais, espiritualidades e classe social. A família precisa estar presente nos primeiros meses de desenvolvimento do feto para que o seu crescimento seja fortalecido com amor e carinho. No primeiro ano de vida, o cérebro do bebê se desenvolve e experimenta o mundo por meio dos sentidos, os quais lhe permitirão aprender e se desenvolver. Sendo assim a estimulação exterior é fundamental.

Drogas são substâncias químicas que agem no organismo do ser vivo provocando reações físicas e psicológicas, essas substâncias podem ser estimulantes, depressivas ou perturbadoras do sistema nervoso central, o que perceptivelmente altera em grande escala o organismo e pode trazer grandes interferências na vida social e financeira do ser humano (VENÂNCIO, 2005).

A gravidez se inicia no momento da concepção a partir da liberação do óvulo que do ovário desloca-se para a tuba uterina e encontra ao menos um dos milhões de espermatozoides que penetra no óvulo iniciando a geração de uma nova vida. O zigoto continua sua jornada pela tuba uterina e, finalmente, implanta na parede do útero. A gestação humana dura em média 40 semanas e é dividida em três trimestres cada um com suas características (PAPALIA; FELDEMAN, 2013).

Na embriogênese humana existem fatores que influenciam o desenvolver do ser humano, esses fatores são indissociáveis à hereditariedade; (a carga genética que constitui o potencial do indivíduo, que pode ou não se desenvolver), crescimento orgânico; (referente ao aspecto físico do ser humano), a maturação neurofisiológica (o tempo de maturação do ser humano referente à alfabetização) e o meio o conjunto de influências e de estimulação. O uso de substâncias químicas na gestação, consumidas pela mãe tem efeitos sobre o bebê que está em gestação. O pré-natal é extremamente fundamental, bem como, as orientações, o acompanhamento e na prevenção do uso de drogas na gestação e no puerpério, estas orientações devem continuar, a fim de conscientizar principalmente as gestantes dos perigos e consequências da droga durante a gravidez e no período puerperal (PAPALIA; FELDEMAN, 2013).

A presente pesquisa tem o objetivo de levantar os aspectos teóricos sobre os prejuízos e riscos a que os filhos de mães usuárias de drogas estão submetidos, as dificuldades de aprendizagem decorrentes deste contexto e como o professor pode atuar a partir deste conhecimento.

Para isto foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca da temática da pesquisa: os prejuízos e riscos a que os filhos de mães usuárias de drogas estão submetidos, as dificuldades de aprendizagem decorrentes deste contexto e como o professor pode atuar a partir deste conhecimento. Considerando mãe usuária foi abordado o comportamento da mãe, seus sentimentos em relação ao bebê, os quais têm uma importância decisiva não só no desenvolvimento físico do feto, como também na sua saúde psicológica.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho de conclusão de curso será uma pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa partindo do levantamento teórico acerca dos principais temas que envolvem o uso de drogas e as consequências na aprendizagem da criança e a atuação docente neste contexto.

A pesquisa bibliográfica é uma atividade da ciência e que permite o ajuntamento e o conhecimento de pesquisar é a etapa inicial de todo o trabalho científico ou acadêmico, com o objetivo de reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir do tema escolhido (GERHARD/ SILVEIRA, 2009).

A pesquisa bibliográfica consiste em:

A pesquisa é a atividade nuclear da Ciência. Ela possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar. A pesquisa é um processo permanentemente inacabado. Processa-se por meio de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo-nos subsídios para uma intervenção no real. A pesquisa científica é o resultado de um inquérito ou exame minucioso, realizado com o objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos científicos. Lehfel (1991) refere-se à pesquisa como sendo a inquisição, o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade (GERHARD e SILVEIRA, 2009, p.31)

Portanto a pesquisa bibliográfica é de extrema importância para contextualizar os conceitos sobre o levantamento bibliográfico. É uma atitude de prática constante, uma busca que define um processo intrinsecamente inacabado e constante (GERHARD/ SILVEIRA, 2009).

Método científico está relacionado com as normas básicas que devem ser seguidas para a produção de conhecimentos que têm a exatidão da ciência, ou seja, é um método usado para a pesquisa e comprovação de um determinado conteúdo (GERHARD/ SILVEIRA, 2009).

A pesquisa descritiva necessita de uma quantidade ampla de informações sobre o tema que almeja ser pesquisado, descrevendo os fatos, os fenômenos de determinadas realidades.

A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). São exemplos de pesquisa descritiva: estudos de caso, análise documental, pesquisa ex-postfacto. Para Triviños (1987, p. 112), os estudos descritivos podem ser criticados porque pode existir uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos. Estes fogem da possibilidade de verificação através da observação. Ainda para o autor, às vezes não existe por parte do investigador um exame crítico das informações, e os resultados podem ser equivocados; e as técnicas de coleta de dados, como questionários, escalas e entrevistas, podem ser subjetivas, apenas quantificáveis, gerando imprecisão (GERHARD, SILVEIRA, 2009 p.35 a 36).

Consequentemente ela pode ocorrer em diversos tipos de pesquisas, como documental, estudos de campo, levantamentos, entre outras. A pesquisa descritiva é de extrema relevância para o aperfeiçoamento dos estudos científicos.

A pesquisa qualitativa não tem relação numérica, ela está relacionada com o aprofundamento da fundamentação teórica e a compreensão de um grupo social, organização entre outros. Ela é um tipo de método de investigação de base linguístico-semiótica usada principalmente

em ciências sociais. Pode-se considerar técnicas qualitativas todas aquelas distintas à pesquisa estatística e ao experimento científico (DESLAURIERS & BRASSARD, 1991).

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

Na sequência a partir dos dados bibliográficos levantados procurou-se evidenciar a relação de um pré-natal adequado, a importância dos aspectos preventivos junto a gestantes e pais usuários, e, por fim, o quanto este conhecimento é fundamental aos profissionais da educação para compreender o processo ensino aprendizagem e a melhor forma de atuar com os alunos que apresentam consequências físicas, cognitivas e sociais decorrentes do uso de substâncias psicoativas por seus pais durante o processo gestacional

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1 Desenvolvimento humano e o período gestacional**

O desenvolvimento humano tem início no momento em que ocorre a fecundação, as 40 semanas compõem o período gestacional. A gravidez consiste no “estado resultante da fecundação de um óvulo pelo espermatozoide e que envolve o subsequente desenvolvimento, no útero, do feto gerado, até a sua expulsão” (PAPALIA; FELDEMAN, 2013).

Ao engravidar a mulher precisa de cuidados e atenção, envolve todo o ambiente familiar.

Ocorre à concepção, a dotação genética interage com as influências ambientais desde o início. Formam-se as estruturas e os órgãos corporais básicos. Inicia-se o crescimento cerebral. O crescimento físico é o mais rápido de todo o ciclo vital. O feto ouve e responde a estímulos sensoriais. A vulnerabilidade a influências ambientais é grande. Desenvolvimento Humano (PAPALIA; FELDEMAN, 2013, p46).

O primeiro trimestre se caracteriza pela coexistência de sentimentos contraditórios, como desejar e não desejar estar grávida. Pode ocorrer também o retraimento afetivo por parte da mulher, bem como hipersonia, vômitos, aumento da sensibilidade e da irritabilidade (MALDONADO, 1997).

O segundo trimestre é o mais estável, do ponto de vista emocional. Nele costumam acontecer as primeiras percepções dos movimentos fetais, o que faz com que o feto comece a ser personificado pela mãe, pois, esta atribui características àquele, a partir dos seus movimentos (MALDONADO, 1997).

Por fim, o terceiro trimestre gestacional é marcado pelo retorno da ambivalência afetiva, como querer e não querer que a gestação termine, e também pelo aumento da ansiedade frente à proximidade do parto e às mudanças na rotina. O bebê é cada vez mais percebido como um ser real,

sendo comum neste período a escolha do nome, a arrumação do quarto e das coisas do bebê e também a reorganização da vida familiar para receber o novo membro (MALDONADO, 1997).

Denomina-se transição existência de marcos importantes na vida de uma pessoa, que também envolvem mudanças significativas reorganizações e aprendizagens que podem ou não ser vividas como crise. A gravidez é ao mesmo tempo, transição e crise, pois envolve a necessidade de reestruturação e reajustamento em várias dimensões, entre elas, a mudança de identidade e uma nova definição de papéis (MALDONADO, 1986, p 21).

No processo gestacional é indispensável o cuidado que o pai e a mãe devem ter nesse período, pois a gestação é uma experiência desafiadora e cheia de mudanças que a mulher e sua família devem passar da forma mais saudável possível, encontrando apoio no serviço de saúde.

Por meio da assistência pré-natal é possível avaliar e monitorar todo o processo gravídico, detectar problemas precocemente, promover medidas educativas à mulher, companheiro e familiares, garantindo a atenção da criança em desenvolvimento (MALDONADO, 1997).

Percebe-se que desde a gravidez da mãe o desenvolvimento da vida de um ser humano está sendo construído. Assim, a tomada ou não de certos cuidados, ainda na gestação, pode influenciar o ciclo de vida de uma pessoa (MALDONADO, 1997).

O pré-natal incide no acompanhamento da gestante, servindo como um momento de aprendizagem para a mulher e sua família e permite, ainda, detectar anormalidades com a mãe e a criança. Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL,2006) o principal objetivo da atenção pré-natal e puerperal é “acolher a mulher desde o início da gravidez, assegurando no fim da gestação, o nascimento de uma criança saudável e a garantia do bem-estar materno e neonatal”.

Um serviço de pré-natal bem estruturado deve ser capaz de captar precocemente a gestante na comunidade em que se insere, além de motivá-la a manter o seu acompanhamento pré-natal regular, constante, para que bons resultados possam ser alcançados (VASQUES, 2006, p. 01).

É preciso considerar, também, que a gestante é o foco principal desse processo, mas junto com ela é necessário, se possível, incluir a família para interagir nesse momento, trazendo mais segurança para a gestante. Pode-se dizer ainda que o pré-natal consiste em um conjunto de fatores e ações que interagem e o principal deles seria a humanização, ou seja, o respeito pela mulher (COSTA, 2009).

A atuação do profissional da saúde na consulta pré-natal tende a oferecer assistência integral clínico ginecológica e educativa, com o intuito de que a mulher possa ter uma gestação tranquila e um bebê saudável (CUNHA, 2009).

A consulta de enfermagem apresenta-se como um instrumento de suma importância, pois tem como finalidade garantir a extensão da cobertura e melhoria da qualidade pré-natal, principalmente por meio da introdução das ações preventivas e promocionais às gestantes. É requerido, do profissional além de competência técnica-científica, sensibilidade para compreender o ser humano e o seu modo de vida e habilidade de comunicação, baseada na escuta e na ação

dialógica (SHIMIZU LIMA, 2009, p. 388).

É importante que em todas as consultas de pré-natal o profissional de saúde verifique o peso e a pressão arterial da gestante, e se há sinais de anemia e inchaço. A partir da 12ª semana de gestação, o profissional também deverá medir a barriga da mulher e ouvir as batidas do coração do bebê. O profissional de saúde também irá avaliar as vacinas da gestante, orientar a vacinação e prescrever medicações, sendo de extrema importância o acompanhamento gestacional, (VASQUES, 2006).

O acompanhamento do pré-natal bem estruturado deve ser capaz de auxiliar a gestante na comunidade em que se insere, além de motivá-la a manter o seu acompanhamento pré-natal regular, constante, para que bons resultados possam ser alcançados (VASQUES, 2006).

### **3.2 Drogas: Principais conceitos e definições**

Com relação ao conceito de drogas, retomando o dicionário, tem-se que: “Drogas. f.: Designação geral de toda substância usada em química, farmácia etc. Nome dado aos narcóticos ou entorpecentes (FERREIRA, 1975, p. 200). As substâncias químicas agem no organismo provocando reações psicológicas e físicas.

As drogas provocam danos individuais e sociais, alguns motivadores para o uso que se destacam: a ocorrência de comportamentos sexuais de risco para obtenção da droga ou dinheiro, com maior exposição ao vírus da AIDS, gravidez indesejada, não planejada e de risco, e outras doenças sexualmente transmissíveis; o envolvimento em atividades violentas e ilícitas, como roubos, assaltos e tráfico de drogas; além de danos à saúde, como desnutrição, lesões pulmonares, cerebrais etc. Essas substâncias provocam alterações físicas, psicológicas que atingem toda a estrutura do indivíduo (YAMAGUCHI, 2008).

O uso consecutivo de drogas gera sérios problemas de saúde, social e cerebral ao usuário, são classificadas como depressoras, estimulantes, perturbadoras entre outras de abuso. No Brasil, as drogas legais são o álcool e o tabaco, as ilegais a maconha, cocaína, crack, ecstasy, LSD, inalantes, heroína, barbitúricos, morfina, skank, chá de cogumelo, anfetaminas, clorofórmio, ópio entre outras, essas substâncias as, ilegais e as legais são problemas de saúde pública (YAMAGUCHI, 2008).

Os dados da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PENSE) mostram a gravidade do problema do álcool e outras drogas entre os adolescentes e sua magnitude. Mais de 70% dos adolescentes já foram expostos ao álcool e cerca de 8% a outras drogas, sendo que a experimentação do álcool e outras drogas ocorreram muito precocemente e seu uso está associado a diversos fatores de risco com prejuízos à saúde e à vida dos adolescentes (VÊNANCIO, 2005).

As drogas podem ser naturais, ou seja, extraídas de plantas ou minerais; e sintéticas estas, fabricadas em laboratórios de química, e são as mais utilizadas, uma vez que estão disponíveis nas farmácias. Contudo o uso exagerado e sem acompanhamento médico pode ocasionar graves prejuízos à saúde.



A Lei nº 11.343, de 23 de agosto 2006 (BRASIL, 2006), acresce, ainda, que drogas são substâncias ou produtos capazes de causar dependência (VÊNANCIO, 2005).

Existem leis que falam sobre as drogas apresentando as regras, os deveres e direitos dos cidadãos.

São leis (no âmbito do direito, a lei é uma regra tornada obrigatória pela força coercitiva do poder legislativo ou de autoridade legítima, que constitui os direitos e deveres numa comunidade. No âmbito constitucional, as leis são as normas produzidas pelo Estado).

A Lei 11.343, de 2006, conhecida como Lei Anti-Drogas, instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad estabeleceu normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, e definiu crimes. O artigo 33 da referida Lei dispõe que: Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar (Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 p 10).

### **3.3 As consequências do uso de drogas na gestação para a aprendizagem da criança**

A dificuldade de aprendizagem é um assunto amplo e devido à sua complexidade é discutido entre diversos profissionais: educadores, médicos, fonoaudiólogos, assistente social, psicólogos entre outros. O termo dificuldade de aprendizagem possui diversas definições (DOMINGOS, 2007).

No cotidiano escolar é possível perceber as várias dificuldades, transtornos e distúrbios que a criança apresenta no processo de aprendizagem e essas, dificuldades podem estar relacionados a vários fatores neurológicos, comportamentais, o período gestacional, o ambiente familiar e o ambiente escolar (DOMINGOS, 2007).

Martin e Marchesi (1996) expressam a seguinte definição para as dificuldades de aprendizagem:

As dificuldades de aprendizagem estariam relacionadas à dificuldade dos alunos para colocar em prática, rotinas de planejamento e controle dos processos cognitivos, envolvidos na realização de uma dada tarefa. Essas dificuldades são consideradas como níveis de menor realização, decorrentes do uso inapropriado dos mecanismos do processamento da informação; e não proveniente de deficiências de capacidade ou inteligência. (MARTIN E MARCHESI 1996, p. 41).

O conhecimento sobre dificuldades de aprendizagem é importante para os educadores alcançar e identificar o problema específico de cada criança e conseqüentemente apresentar ações positivas que possam auxiliar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem da criança (DOMINGOS, 2007).

A família tem um papel essencial no processo de aprendizagem do filho relatando para os educadores todas as ocorrências a partir da concepção até a presente fase da criança e auxiliando e incentivando para que o processo de aprendizagem seja significativo (DOMINGOS, 2007).

O uso de substâncias psicoativas durante o período gestacional apresenta conseqüências

graves no desenvolvimento do feto e conseqüentemente no seu desenvolvimento social, cognitivo e motor (RIBEIRO, PONTE, ARAÚJO, 2010).

A Síndrome Alcoólica Fetal (SAF) caracteriza-se por uma grande perturbação do cérebro (SNC) e outros órgãos, além de dismorfias craniofaciais particulares. “A SAF constitui uma entidade clínica curiosa, de certa maneira há muito tempo conhecida, mas, ao mesmo tempo, pouco reconhecida por grande parte dos profissionais da saúde pública e do público em geral, ainda nos dias de hoje. A SAF é consequência da ação teratológica tóxico-metabólica do álcool sobre o embrião ou feto em decorrência da ingestão de bebidas alcoólicas pela mãe durante a gravidez” (LIMA, 2008, p. 4).

A síndrome alcoólica fetal está relacionada com o consumo de álcool durante a gravidez, sendo um conjunto de perturbação do cérebro e outros órgãos que está interligada a um tipo de anomalia causada nos fetos após o consumo de álcool pela mãe durante o período pré-natal. Ela é caracterizada por uma tríade sintomática que inclui dismorfismos faciais, prejuízo no desenvolvimento pré e pós-natal e anormalidades no sistema nervoso central. A amplitude da síndrome varia de acordo com vários fatores, entre eles: a quantidade e a frequência de álcool ingerido pela gestante, período da gestação exposto ao álcool, idade materna junto com fatores genéticos, nutricionais e físicos, além do histórico de uso de outras drogas por parte da mãe (GARCIA; ROSSI; GIACHETI, 2007).

O quadro clínico da síndrome alcoólica fetal caracteriza-se, essencialmente, muitas vezes com diversas anomalias. Os autores são da opinião de que no período neonatal cerca de 1/3 dos recém-nascidos são de pré-termo e raramente o índice de Apgar é normal, sendo também frequentes as reações metabólicas como a hipoglicemia, hipocalcemia e icterícia. Neste período também manifesta muito frequentemente, nos recém-nascidos a Síndrome Alcoólica Fetal. A síndrome apresenta malformações no desenvolvimento do feto no período gestacional como cardiopatias congênitas, hipoplasias dos grandes lábios, vagina dupla, hipertrofia do clitóris, displasias renais, uropatias malformativas, rim em ferradura, tórax em quilha, escoliose, luxação na anca, sinostose rádio- cubal, aspectos em fuso dos dedos da mão, hipoplasia das unhas, implantação anormal do cabelo, entre outras (RIBEIRO, PONTE, ARAÚJO, 2010).

A exposição do feto ao álcool, resultante da ingestão de bebidas alcoólicas pela grávida, leva a vários efeitos sobre o embrião. A gravidade desses efeitos pode ser de moderada a muito grave, ocasionando a conseqüências severas para toda a vida (Bertrand, 2005).

Os efeitos do álcool diante os desenvolvimentos do cérebro do feto são complexos e prejudiciais, com mecanismos de ação que incidem sobre uma variedade de células e moléculas cerebrais, mudam referente com o grupo de células, as suas funções ou a sua fase de desenvolvimento, podendo levar à morte celular, impede a sua divisão ou altera sua função, também afetam o desenvolvimento da região craniofacial e outras áreas do corpo. (GOODLETT, 2001).

No desenvolvimento da criança no período de zero a dezoito meses as principais características de crianças com síndrome alcoólica fetal é agitação, tremores, alteração do sono, convulsões, irritabilidade, hipertonicidade, hiperatividade, alterações de sucção, vômitos, diarreia,

distensão abdominal, movimentos respiratórios rápidos, depressão, choros de alta tonalidade, espasmos frequentes, febres, bocejos excessivos, rinorreia, sistema nervoso central: cérebro microcefalia, atraso mental, déficit neurocognitivo, atraso de desenvolvimento psicomotor, distúrbios de comportamento. Sistema cardiovascular: malformação cardíaca (RIBEIRO, PONTE, ARAÚJO, 2010).

Os prejuízos e riscos aos bebês, em função da mãe usuária de drogas na gestação apresenta questões cognitivas e que afeta o comprometimento cognitivo da criança no momento da aprendizagem. A linguagem, a oralidade e a escrita, é o resultado do trabalho conjunto de várias redes neuronais. Nesta ação participam estruturas corticais, subcorticais e suas conexões. O desenvolvimento da linguagem escrita depende de aspectos cognitivos adequados, predisposição genética favorável e rica estimulação ambiental. O desenvolvimento da função cognitiva é influenciado por intercorrências gestacionais, peri e/ou pós-natais, que na presença destes, podem ocasionar níveis cognitivos inferiores. Os exemplos desses fatores e a prematuridade, o uso de substâncias psicoativas na gestação e a subnutrição gestacional ou após o nascimento, anóxia neonatal e anemia. O estímulo ambiental, principalmente nos primeiros anos de vida, depende basicamente da qualidade da interação criança-família (ZUANETTI, FUKUDA, 2011).

O recém-nascido exposto à cocaína pode aparentemente não apresentar qualquer tipo de comprometimento, mas, pode apresentar problemas neurológicos ao nascimento que podem persistir durante o período neonatal e pós-natal, pode confirmar dois tipos de comportamento resultante do uso de cocaína na gestação: depressão ou excitabilidade neurocomportamental. A criança deprimida apresenta intolerância a mudanças na rotina, atrasos de desenvolvimento psicomotor, diferentes síndromes como por exemplo, a síndrome de Prunebelly (SILVA, 2014).

As drogas psicotrópicas interferem nas funções do Sistema Nervoso Central, que está relacionado ao processamento da informação, interpretação, memorização, elaboração e associação, entre outros. As drogas agem alterando as comunicações entre o neurônio, podendo produzir diversos efeitos de acordo com o tipo de neurotransmissor envolvido e a forma como a droga atua e afetando o processo de aprendizagem da criança (ZUANETTI, FUKUDA, 2011).

Os estudos referentes às dificuldades de aprendizagem em crianças e adolescentes expostos precocemente a consumo de substâncias psicoativas em fase de pré-natal do seu desenvolvimento. Com base as informações de Graeff, 1984, em seu livro Drogas Psicotrópicas e seu Modo de Ação, os exemplos abaixo mostram os prejuízos acarretados por cada droga no processo de aprendizagem.

As drogas classificadas como depressivas aumentam a frequência cerebral e podem dificultar o processamento das mensagens que são enviadas ao cérebro. O álcool dificulta a memória, aprendizagem, flexibilidade mental, resoluções de problemas psicomotores e tomadas de decisões. A maconha inibe a atenção, memória, aprendizagem, viso motoras e tomada de decisões. A Heroína atinge a incapacidade de concentração, problemas relacionados à interação social. As drogas classificadas como tranquilizantes dificultam no processo de aprendizagem e memória. Prejudicam as funções psicomotoras (GRAEFF, 1984).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 A atuação docente a partir do contexto da dificuldade de aprendizagem decorrente do uso de substâncias psicoativas na gestação

No desenvolvimento de atividades, em ambiente escolar, os professores obtêm participação essencial na formação dos conceitos das crianças. Participação esta, vinculada aos seus próprios valores morais e éticos, visto que o ser humano é compreendido como um ser agindo no presente, influenciado pelos acontecimentos do passado e pelo que vivencia no presente.

Para auxiliar no comportamento das crianças é importante primeiramente que se entenda o contexto no qual ocorrem os significados e a importância a ele atribuídos (GILBERT, 1991). Portanto o professor necessita conhecer o aluno de forma integrada, ou seja, conhecendo o histórico da gestação, o contexto familiar, as dificuldades no processo de aprendizagem, discutindo com outros profissionais que acompanham a criança, para que possa utilizar as melhores intervenções e interações. Para Libâneo, é fundamental: que tipo de reflexão o professor precisa para alterar sua prática, pois para ele.

A reflexão sobre a prática não resolve tudo, a experiência refletida não resolve tudo. São necessárias estratégias, procedimentos, modo de fazer, além de uma sólida cultura geral, que ajudam a melhor realizar o trabalho e melhorar a capacidade reflexiva sobre o que é como mudar (LIBÂNEO, 2005, p.76).

O papel dos educadores, no acompanhamento das crianças cuja mãe foi usuária de drogas durante a gestação é relevante, visto que, entendendo a escola como um espaço em que as crianças permanecem diariamente, e por longos períodos construindo e desenvolvendo suas normas de comportamento e convivência sociais, o professor deve tornar esses momentos os mais prazerosos e lúdicos, para obter uma melhoria na qualidade de vida e no processo de ensino e aprendizagem (COLL, 2001).

É importante que o professor tenha o conhecimento e saiba definir as dificuldades de aprendizagem do aluno, sendo assim, ao compreender os motivos e consequências, poderá ser possível analisar, através de seu discurso, se a sua postura em relação a essa dificuldade não acaba por agravá-la ainda mais e que possa realizar intervenções pedagógicas para o benefício escolar e pessoal do aluno (MACEDO, 1994).

Ensinar não é somente conhecer metodologias de ensino e escolher uma ou outra é necessário entender o aluno, as características de sua personalidade, as etapas de desenvolvimento, do ponto de vista motor, emocional, cognitivo ou social, e a maneira pela qual ele aprende (SISTO, 2000).

Gontijo (2001) descreve três aspectos que os educadores devem estar atentos. Em primeiro lugar, os professores precisam analisar seus métodos e atuação em sala de aula, em segundo, o mesmo deve observar os esforços das crianças em desenvolver as atividades e, em terceiro, as relações que são construídas, pois o diálogo que a criança constrói com os amigos e o professor é

relevante para que desenvolva uma aprendizagem significativa. Em relação ao terceiro aspecto apontado por Gontijo, pode-se enfatizar o quanto é essencial à qualidade da relação estabelecida entre o professor e o aluno, construindo uma relação pautada na confiança e respeito, a criança certamente não temerá o erro.

As representações que os professores fazem de seus alunos e vice-versa interferem na dinâmica da sala de aula. É crucial identificar as interações que favorecem a construção do conhecimento, para que facilite a aprendizagem e proporcione a ele condições iguais de aprendizagem, assim é de extrema importância a conscientização de professores quanto ao reflexo de suas opiniões sobre o desempenho dos alunos, que precisa sempre estar estimulando e apoiando a criança (COLL, 2001).

O processo de inclusão dos alunos que a mãe fez uso de substâncias psicoativas na gestação constitui um desafio, pois, o professor precisa construir novas propostas de ensino, atuar com um olhar diferente em sala de aula, sendo um agente facilitador no processo de ensino e aprendizagem procurando atender a demanda da criança (PRIETO, 2006).

Diante dessa compreensão o professor precisa incluir e construir novos conhecimentos sobre a inclusão escolar que considera as diferenças individuais, a diversidade e suas decorrências pedagógicas, aceitar, respeitar e valorizar essa diversidade no processo de ensino e aprendizagem. Proporcionar um currículo flexível com adaptações de pequeno porte e de grande porte. Um novo paradigma, que segundo Prieto, se constitui:

(...) pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino (2006, p. 40).

No processo de aprendizagem humana, a interação social e a mediação do outro constituem uma necessidade essencial e imprescindível para que aconteça o sucesso no processo de ensino e aprendizagem. O professor precisa compreender que o diálogo faz parte da construção dessa interação social que faz com que o professor assuma um papel humanizado em sua prática docente. Freire acrescenta sobre a prática dialógica.

[...], o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 1989, p. 91).

Compreendendo essa dimensão da prática dialógica o professor tem grandes avanços no processo de ensino e aprendizagem (FREIRE, 1989).

A atuação docente inclusiva é um desafio aos professores pois, é preciso repensar sua maneira de ensinar, sua cultura, sua política e suas estratégias pedagógicas, adotando uma postura receptiva diante da necessidade do aluno que apresenta dificuldades de aprendizagem porque a mãe fez uso de substâncias psicoativas na gestação, para conseguir detectar potencialidade e expor

as habilidades de cada aluno (MITTLER 2003).

De acordo com Mittler (2003, p. 35), [...] a inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional (MITTLER, 2003, p. 35).

A atuação do professor a partir do contexto da dificuldade de aprendizagem decorrente do uso de substâncias psicoativas na gestação necessita que os professores busquem novos paradigmas e novas formas de ensinar, garantindo o direito da igualdade e de oportunidade a todos (MITTLER 2003).

A pesquisa possibilitou a reflexão sobre o consumo de drogas constitui uma temática que remete à saúde do usuário e às consequências para os familiares, inclusive seus filhos. Portanto, consiste em uma situação de risco para o usuário e para as pessoas com as quais convivem, uma vez que o entorno sempre é afetado.

O uso de drogas lícitas e ilícitas na população mundial cresce a cada dia atingindo famílias de todas as classes sociais, os homens, as mulheres e crianças. Esse problema de saúde pública também atinge as mulheres no período gestacional provocando consequências sérias para a saúde do bebê em desenvolvimento

O uso de substâncias psicoativas durante o período gestacional pode trazer graves consequências ao desenvolvimento da criança. Portanto, esta constitui uma temática de extremo interesse para todos os profissionais da educação, uma vez que receberão as crianças frutos desse contexto na escola, sendo necessário saber como intervir para auxiliar na aprendizagem da criança.

Os altos índices e os diversos problemas associados ao abuso de substâncias químicas colocam este tema como uma relevante questão de saúde pública e chama a atenção para a necessidade de intervenções diante desta realidade. A real extensão dos danos que o uso de substâncias psicoativas provoca na gestação é bem complexa e interfere diretamente no desenvolvimento da criança.

O abuso de substâncias ilícitas tem atravessado os alcances sociais, econômicos e geográficos, e continua sendo um dos maiores problemas que a sociedade contemporânea para todo o mundo. O uso de drogas na gestação pode afetar o desenvolvimento pré-natal, e ainda desenvolver anormalidades ou doenças no feto. Para o recém-nascido pode ocorrer: diminuição do estado de alerta; maior hipertonia e excitabilidade; infarto cerebral e convulsões quando a mãe é exposta ao uso de drogas na gestação. Em crianças maiores foram observadas as dificuldades cognitivas e psicomotoras.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A gestação inclui toda a família e todos os cuidados necessários para o bom desenvolvimento cognitivo, motor e social da criança desde a concepção até a sua morte. Os pais precisam ter consciência de que durante a gravidez o uso de substâncias psicoativas pode resultar de variações no ambiente e no desenvolvimento no qual o embrião e o feto são criados. Investigar as consequências que o uso de drogas realizado pelos pais pode trazer ao desenvolvimento do filho

Significa ser necessário ter o início do pré-natal, a obtenção da história pregressa e atual do consumo, incluindo quantidade e frequência. O tratamento destas gestantes não deve recair apenas sobre o tipo de droga utilizada e suas consequências para a gestante e feto, mas buscar as causas complexas que motivam o seu uso e sua eventual dependência, a reabilitação e reinserção das usuárias constitui uma necessidade imperativa para a estruturação e o fortalecimento da rede de atenção e cuidado dessas gestantes.

A atenção e acompanhamento para as crianças, filhas de usuários de drogas psicoativas deve ser uma prática de controle e prevenção para verificar qualquer eventualidade que possa ocorrer na vida dessa criança e essas substâncias são extremamente fortes e interferem diretamente na gestação e no desenvolvimento da criança.

O presente artigo não teve a pretensão de esgotar o tema e sim de despertar o interesse e o incentivo para ampliação de pesquisas e práticas nas áreas desenvolvidas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da criança e adolescente**. Lei 8.069/90, Brasília, 13 de Julho de 1990.

BRASIL. Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Lei: Coletânea de estudos legislativos-cedi**. Brasília: dou, 8 ago. 2006. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/790351.pdf>>. Acesso em: 13 novembro de 2016.

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. **Gestação de alto risco: manual técnico. 5. ed.** Brasília, 2012b. Disponível em:<[http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_tecnico\\_gestacao\\_alto\\_risco](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tecnico_gestacao_alto_risco)>. Acesso em: 13 novembro de 2016.

CAMARGO, P. de O.; MARTINS, M. de F. D. **Os efeitos do crack na gestação e nos bebês nascidos de mães usuárias**: uma revisão bibliográfica. In: Cadernos de terapia ocupacional. São Carlos: UFSCar, v. 22, a. Suplemento especial, p. 161-169, 2014.

COLL, C. e MIRAS, M. (2001). **A representação mútua professor / aluno e suas repercussões sobre o ensino e a aprendizagem**. In: COLL, C.; PALACIOS, J; MARCHESI, A. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Porto Alegre: Artmed, volume 2.

DESLAURIERS, J. P.; BRASSARD, M. ; **Pouvoir habiter**. Chicoutimí: Universidade do Québec em Chicoutim (1991).

DOMINGOS, G. de Á. **Dificuldades do processo de aprendizagem**.2007

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GARCIA, R.; ROSSI, N. F.; GIACHETI, C. M.; **Perfil de habilidades de comunicação de dois irmãos com a síndrome alcoólica fetal**. Revista CEFAC, São Paulo, v.9, n.4, p. 461-468, out. /Dez. 2007.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. Tolfo. **Método de pesquisa**. 2009.

GÓIS, M. M. de A.; AMARAL J. H. do. **O uso de drogas lícitas e ilícitas e suas consequências sociais e econômicas**, 2008.

Goodlett, C. R. e Horn, K. H. (2001). Mechanisms of Alcohol-Induced Damage to the Developing Nervous Alcoholism. Disponível em: <<http://pubs.niaaa.nih.gov/publications/arh25-3/175-184.html>> Acesso em: 18 de agosto de 2018.

GRAEFF, F. G. Drogas Psicotrópicas e seu modo de ação. Ed. E.P.U – EDUSP, CNPq. São Paulo. 1984

LEOPÉRCIO, W.; GIGLIOTTI, A. **Tabagismo e suas peculiaridades durante a gestação: uma análise crítica.** J. Bras. Pneumol., Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 2004

LIBÂNEO, J.C. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, J. M. B. de. **Álcool e Gravidez - Síndrome Alcoólica Fetal- SAF: Tabaco e outras drogas.** Rio de Janeiro: Medbook Editora Científica, 2008.

LIMA, E. P. P. de. **Gravidez e uso de drogas: perfil da usuária de substâncias químicas na gestação.** 2012. 66 p. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MAIA, J. A.; PEREIRA L. A.; MENEZES F. de A. **Consequências do uso de drogas durante a gravidez,** 2015.

MARTIN, E; MARCHESI, A. **Desenvolvimento metacognitivo e problemas de aprendizagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais.** São Paulo: Artmed, 2003.

NAPPO, S. A. **Comportamento de Risco de Mulheres usuárias de Crack em relação às DST/AIDS.** São Paulo: CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, 2004.

PAPALIA; D.; FELDMAN R. D. **Desenvolvimento Humano.** AMGH Editora Ltda, São Paulo 2013.

PRIETO, R. G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil.** In: ARANTES, V. A. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006

RIBEIRO, E; PONTE, F. E. dá; ARAÚJO, B. **A SÍNDROME ALCOÓLICA FETAL EM CONTEXTO ESCOLAR,** 2010.

SILVA, F. M. **Crack na Gestação: Consequências Crescimento e Desenvolvimento Para o Feto e o Recém-Nascido,** 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/112085/000953345.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

SISTO, F.F. et all (2000). **Leituras de psicologia para a formação de professores.** Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco.

VENÂNCIO, H.C. **Álcool e drogas na história do Brasil.** São Paulo: Alameda, 2005.

YAMAGUCHI, E.T. (et al). **Drogas de Abuso e gravidez.** Revista Psiq. Clín. 35, Supl.1,44-47, 2008.

ZUANETTI, P. A.; FUKUDA, M. T. H. **ASPECTOS PERINATAIS, COGNITIVOS E SOCIAIS E SUAS RELAÇÕES COM AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM,** 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Bruna%20e%20Luis/Desktop/Bruna/Faculdade/Artigo%20Fapesf/2018/Aspectos%20perinatais%20e%20dificuldades%20de%20aprendizagem.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.



**O USO DO *CRITICAL THINKING* NA CONFORMAÇÃO DA MEDIAÇÃO IMPLÍCITA DA INFORMAÇÃO**

*THE USE OF CRITICAL THINKING IN THE PROVISION OF IMPLICIT INFORMATION MEDIATION*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Outras áreas temáticas.

CAMILLO, Everton da Silva  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Marília  
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação  
evertonscamillo@outlook.com

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Marília  
Doutor em Ciências da Comunicação  
Professor associado da Universidade Estadual de Londrina  
Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
ofaj@ofaj.com.br

**Resumo**

O estudo objetiva apresentar o *critical thinking* para estruturar o pensamento que antecede a conformação do caráter implícito da mediação da informação. Delimitou-se, como objetivos específicos: i) verificar se bibliotecários apercebem-se das formas implícitas de mediar a informação e ii) demonstrar o *critical thinking* como oportunidade para estruturar o pensamento que incide na mediação implícita da informação por bibliotecários. Levou-se em consideração a construção de uma pesquisa exploratória, qualitativa e descritiva. Metodologicamente, fez-se uso das macro e micro habilidades do *critical thinking* aliadas ao método de extração e classificação de conteúdo denominado 5W1H. Contou-se com a descrição de dados coletados por meio da aplicação de um questionário a 110 bibliotecário através de um grupo temático de Biblioteconomia da rede social *Facebook*. Obteve-se, como resultado que: i) bibliotecários, em sua maioria, não se apercebem da forma de mediação implícita da informação no âmbito dos seus trabalhos em equipamentos de informação; e ii) o *critical thinking* pode ser uma habilidade cognitiva a ser trabalhada por bibliotecários em unidades de informação para que tomem consciência de fatores ligados ao seu ego e, assim, mediar, em menor grau, seus preconceitos e crenças implicitamente.

**Palavras-chave:** Mediação da Informação, Mediação Implícita, Pensamento Crítico. Bibliotecário.

**Abstract**

The study aims to present critical thinking to structure thoughts that precede the conformation of the implicit information mediation. As specific objectives, it aims to: i) check if librarians are aware of the implicit ways of information mediation and ii) demonstrate critical thinking as an opportunity to structure the thought that implies the implicit information mediation by librarians. This is an exploratory, qualitative and descriptive study. Methodologically, it was used the macro and micro skills of critical thinking gathered with the method of extracting and classifying content named 5W1H. Data collection was done by applying a questionnaire to librarian in a thematic group of Librarianship on Facebook. As a result from this research: i) librarians are not aware of the implicit information mediation in the context of their work in information units; and ii) critical thinking may be a cognitive ability to be worked on by librarians in information units to become aware of factors related to their ego and, thus, do a lesser implicit information mediation to not mobilize prejudices and beliefs implicitly.

**Keywords:** Information Mediation, Implicit Information Mediation, Critical Thinking. Librarian.

## 1 INTRODUÇÃO

O artigo apresenta o resultado de um estudo que objetivou apresentar o *critical thinking* para estruturar o pensamento que antecede a conformação do caráter implícito da mediação da informação. Para tanto, delimitou-se, como objetivos específicos, verificar se bibliotecários apercebem-se das formas implícitas de mediar a informação e demonstrar o *critical thinking* como oportunidade para estruturar o pensamento que incide na mediação implícita da informação por bibliotecários.

A busca pela resposta aos objetivos delimitados levou em conta a construção de uma pesquisa exploratória, qualitativa e descritiva. Recorreu-se ao *critical thinking*, pois esta técnica possibilitou a reflexão sobre a aderência dos seus seis passos à possibilidade de pensar estruturalmente as ações que incidem no caráter implícito da mediação da informação, ocasionando, assim, num processo dotado de racionalidade, lógica e independência no ato de pensar durante o fazer que antecede essa forma de mediar. Com a finalidade de classificar o conteúdo advindo da aplicação do *critical thinking*, fez-se uso do método 5W1H. Desse modo, pretende-se, com este trabalho, possibilitar uma reflexão acerca da mediação implícita da informação no âmbito de trabalhos que requerem este tipo de ação por bibliotecários. No que tange a essa reflexão, pontua-se a oportunidade de estimular o uso da técnica *critical thinking* em equipamentos informacionais, pelos bibliotecários que ali se encontram.

Seguindo o percurso, a próxima seção apresentará o conceito de mediação da informação, passando por uma perspectiva dialógica entre diferentes autores acerca do que possivelmente significa mediar. Será trabalhado aí, portanto, a perspectiva implícita da mediação da informação no contexto da Ciência da Informação. Num segundo momento, o *critical thinking* será abordado a fim de evidenciar o que é e seus usos a partir do emprego de macro e micro habilidades, o que possibilitará lançar luz, então, à análise dos resultados, que, por fim, conta com a descrição de dados coletados por meio da aplicação de um questionário a 110 bibliotecário através de um grupo temático de Biblioteconomia da rede social *Facebook*.

## 2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: A FORMA IMPLÍCITA

Bastos (2012) alega que a acepção sobre mediação tem importante destaque no contexto de pesquisas em comunicação na América Latina. Esse conceito, de relevância, e usado expressivamente nos mais variados campos do conhecimento, sobretudo em pesquisas da área de comunicação, como aponta Signates (1998), é seminal na ambiência latino-americana devido ao trabalho de Jesús Martín-Barbero intitulado *De los medios a las mediaciones*, obra de 1987, que denota um programa de produção e recepção de informação que não se alia à teoria da informação que possui uma concepção baseada na matemática. Entretanto, segundo a natureza culturalista do conceito de mediação, ela remete a cadeias envolvendo produtores, produtos, receptores e deslocamentos de significados entre dois polos distintos, embora Davallon (2007) infira que a noção de mediação é ainda menos a “circulação de um elemento de um pólo para outro” (p. 10). Desse modo, uma mediação poderia compreender intersecções entre a política, cultura e comunicação, gerando, conseqüentemente, diferentes formas de apropriação, recodificação e ressignificação na produção e recepção dos produtos comunicacionais, sendo oportuno referir que “as mediações [...] não incluem nem dependem de um conceito de media ou de comunicação, pois seu objeto é a circulação social dos signos da cultura” (BASTOS, 2012, p. 65), isso na América Latina. Na perspectiva germânica o conceito de mediação assume roupagens mais abstratas, sendo compreendida como “uma perspectiva heurística que não depende dos objetos mediais” (BASTOS, 2012, p. 65).

Signates (1998) infere que o conceito de mediação se entrecruza com duas vertentes da filosofia: uma idealista, de origem cristã, e outra embasada em Hegel. A primeira está ligada ao pensamento da herança teológica, isto é, uma mediação denotada por Cristo atuando entre Deus e o mundo, bem como a mediação dos santos que é feita entre os pecadores e Deus. Já a segunda, desbrava uma preocupação que propõe explicar os vínculos dialéticos entre categorias separadas, perspetivando a ideia de um movimento. Diz-se da explicitação de um mover que parte de um termo e se chega a outro, dando forma à dialética hegeliana. Assim, essa noção, com base na filosofia, se diverge de outras apropriações noutros campos, como aquela compreendida segundo o Behaviorismo que, segundo esse pensamento, a mediação seria uma resposta gerada a um estímulo inicial mediante elos intermediários que, por sua vez, estimulam outros elos que se seguem. Isso corrobora as considerações de Signates (1998) sobre mediação, pois, segundo este autor, “o significado mais corrente de mediação vincula-se à idéia do intermediário” (p. 38). Portanto, há

divergências entre abordagens que tentam resgatar o conceito de “mediar”, pois estas perpassam as diversas áreas que dessa noção fazem uso.

Assim, numa tentativa de propor o que, à luz do seu entendimento, não é mediação, Signates (1998, p. 40), começando pelos limites do que espera a essa noção mediante as contribuições da sociologia da cultura e do campo da comunicação, propõe: “mediação não é intermediação”, “mediação não é tampouco “filtro”” e “mediação não é intervenção no processo comunicativo”. Para Signates (1998), ela não pode ser intermediação, pois mesmo que abordemos as instituições de comunicação com função de intermediadoras entre grupos e instituições sociais distintas, chamá-las de meios de comunicação não implicaria, ainda, compreendê-las como “mediações”. Tampouco podem ser consideradas como filtros, pois não se intenta trazer uma ideia de filtragem e seleção ao pensamento da mediação, e, efetivamente, é o que ocorre ao se empregar o termo “filtro” a essa noção. De igual modo, a mediação não pode ser intervenção no processo comunicativo. Isso demanda, portanto, uma utilização cautelosa do termo ao se referir às diversas formas de controle social da informação (SIGNATES, 1998). Logo, é evidente que às áreas que trabalham com o conceito de mediação, substantivo do verbo mediar, obter clareza acerca do termo é demasiado angustiante, pois, ao mesmo tempo que parece denotar possibilidade de intermediação, filtro, intervenção e processo de comunicação, não o é. Assim, o que, portanto, poderia vir a ser a noção de mediação?

“Construto ou categoria teórica”, “discursividade específica”, “estruturas, formas e práticas voluntárias”, “instituição ou local geográfico” e “dispositivo de viabilização e legitimação da hegemonia ou resolução da luta de classes no âmbito cultural” são algumas das possíveis conceituações do termo mediação, de acordo com Signates (1998). O primeiro caso, ainda segundo esse autor, aponta para uma “temporalidade específica que torna possível a comunicação entre diferentes durações” (p. 41). Já conceber a mediação como discursividade específica vai ao encontro das múltiplas formas de apresentação do discurso ou suas vinculações a diferentes temporalidades ou socialidades. A mediação sendo “processos ou estrutura que permite chegar a um ordenamento temporal sem sair completamente do anterior” (SIGNATES, 1998, p. 41) é o que a possibilitaria ser estrutura, forma e prática estabelecadora de vínculos, ao passo que, como instituição ou local geográfico, sua possibilidade seria a de ter sentidos, modos de vida e instituições que se apoiam nessa prática. E, no último caso, como dispositivo viabilizador e legitimador da hegemonia ou resolução da luta de classes, a mediação agiria em função de cobrir diferenças e reconciliar gostos, cobrindo o conflito de classes pela produção de uma resolução no imaginário que assegure o consentimento dos dominados. Vê-se que, naturalmente, não há um consenso acerca do que é mediação, embora seja um conceito amplamente usado, sobretudo nas áreas das ciências da informação e da comunicação. A seara de conceituações que vêm noutros dizeres apenas corroboram a inconsistência do termo que chega a nós na atualidade e revela uma relação com diferentes contextos circunscritos na história.

Embora de expressivo uso para áreas das ciências da informação e da comunicação, cada domínio de investigação acaba por fazer uso do termo mediação dentro das bases teóricas que sustentam as ideias que defendem e que, como dito, denota a inexistência de uma univocidade terminológica. Isso foi evidenciado nas assertivas supracitadas. Assim, a ausência de pontos de convergência suficientes que conseguissem apreender o conceito a fim de torná-lo único e, portanto, transdisciplinar, teve lugar, sendo representados nas falas e recortes de autores preocupados com esse conceito. É preciso afirmar que a mediação pressupõe, sempre, a existência de um terceiro quer humano ou não, e que esse terceiro não se isola ou neutraliza durante o processo de mediação.

Levando em conta o fluxo da movência conceitual do termo mediação ora explicitado, elucidaremos, já a partir de Almeida Júnior (2009), essa noção para a Ciência da Informação no que tange à mediação da informação.

Almeida Júnior (2009) relata que “a mediação da informação não possuía conceito específico que respondesse aos questionamentos surgidos no decorrer dos projetos de pesquisa que tinham a mediação da informação como objeto” (p. 91). Desse modo, após ter sido considerado, por muitas vezes, um conceito intuitivamente assimilado, o termo mediação da informação passou, então, a compor o repertório dos profissionais da informação, embora, segundo o senso comum de muitos profissionais da área, a mediação da informação funcionasse como a imagem de uma ponte, estabelecendo conexões entre dois polos, ou instâncias. Portanto, é possível compreender, a partir desse autor que a mediação da informação carregou consigo a herança de uma não-definição do que viria a ser mediar e mediação para as ciências da informação e da comunicação. E embora na visão de bibliotecários mediar a informação pudesse ser uma ponte, Almeida Júnior (2009) logo sugere que não o poderia ser, pois um olhar que objetiva concebê-la como ponte, a contempla como um objeto

estático, fixo, enquanto que a mediação da informação não pode incorporar essa noção.

Em vista disso, Almeida Júnior (2009) conceitua a mediação da informação como:

toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92).

Santos Neto e Almeida Júnior (2017) perspectivam que:

A mediação da informação, à luz do paradigma pós-custodial, suscita uma nova postura dos bibliotecários que se afasta de uma mera execução de tarefas técnicas e repetitivas, porque a toma a CI no sentido social e intersubjetivo, na medida em que os fenômenos da informação e tecnologia evoluem. Assim pode-se ter uma mediação efetiva e transformadora que é, ao mesmo tempo, pautada nos princípios básicos da Biblioteconomia e CI. (SANTOS NETO; ALMEIDA JÚNIOR, 2017, p. 256).

No primeiro caso, Almeida Júnior (2009) oportuniza uma reflexão acerca de uma mediação da informação que não tem caráter de passividade, sendo uma ação de interferência, intrinsecamente relacionada ao fazer do profissional da informação ainda que indireta e inconscientemente. Com base nas discussões oriundas desse conceito, Almeida Júnior (2015) propõe uma atualização dele, defendendo que mediação da informação é

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (p.25).

Santos Neto e Almeida Júnior (2017), no segundo recorte, querem denotar que a mediação da informação não consegue se aliar ao momento de custódia em que bibliotecários ora executaram seus trabalhos de salvaguardar registros, presos, os bibliotecários, a um paradigma custodial. Essa nova concepção os posicionaram crítica e profissionalmente frente às suas já passadas atividades meramente repetitivas, o que denota uma evolução que acompanha não só o seu fazer, mas que leva em conta a evolução dos fenômenos da informação e da tecnologia. Dessa maneira, é possível haver uma mediação efetiva e transformadora da informação mediante atitudes mais ativas, interferidoras, a fim instigar o desejo dos usuários pela informação com a possibilidade de que estes consigam ser supridos em parte ou integralmente.

Supor que a mediação da informação ocorre apenas em momentos em que o bibliotecário fica cara a cara com o usuário é errôneo, pois a mediação da informação pode ocorrer em cada um dos setores de uma unidade de informação, entretanto, as ações de mediação mais visíveis são as que os bibliotecários lidam prontamente com a presença do usuário num processo de comunicação (SANTOS NETO, 2014; SANTOS NETO; ALMEIDA JÚNIOR, 2014). Portanto,

Mesmo que a mediação seja mais facilmente percebida nos serviços finais das bibliotecas, ela está presente desde o momento de planejamento e da determinação das ações que ocorrerão na unidade de informação (SANTOS NETO, 2011, p. 23).

Essa, para Almeida Júnior (2009), é mediação implícita da informação; aquela que “ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários” (p. 93) e, ainda, é a que abarca “ações que deixam transparecer um conhecimento inconsciente, não passível de controle e que se imbrica com os conhecimentos conscientes” (p. 93). Isto é, aquela que toma forma nos bastidores das unidades de informação sem a presença imediata do usuário da informação. Esses bastidores, nomeado “serviço interno”, relembra Santos Neto (2014), é o momento em que o profissional realiza o trabalho com o recurso de informação antes que este adentre o catálogo e, consequentemente, compoñha a coleção e seja levado como empréstimo. Esse momento é composto, então, pelo desenvolvimento de coleções e os denominados processos técnicos que vão desde a carimbagem e registro, catalogação, classificação e indexação, com seus respectivos produtos de informação, e alimentação de bases de dados e preparo do registro para circulação de empréstimo (TONELLO; LUNARDELLI; ALMEIDA JÚNIOR, 2012; SANTOS NETO, 2014; SANTOS NETO; ALMEIDA JÚNIOR, 2014; SANTOS NETO; ALMEIDA JÚNIOR, 2017). Para Santos Neto (2014), isso vai ao encontro de uma preocupação latente no que

tange à mediação implícita da informação: “a questão do bibliotecário não perceber a mediação em momentos distintos, momentos estes que necessitam da interferência desse profissional” (p. 92).

Desse modo, o bibliotecário é um profissional da informação, mediador, que no decorrer da sua atividade técnico-intelectual faz interferências e deve agir ativamente, bem como não é um profissional neutro – e qual será? –, mas sim dotado de valores, crenças e ideologias, incidindo em interferências em todo o fazer profissional. Vide a representação descritiva da informação, ou catalogação. Nela, o bibliotecário tem destreza sobre o sistema e cadastra recursos de informação a partir da entrada de metadados, como título, autoria, edição, local, ano etc., definindo-os a partir de uma leitura técnica, levando em conta, também, as descrições físicas dos documentos. Na representação temática da informação, ou classificação e indexação, por exemplo, é papel do bibliotecário definir a classe a que pertence o recurso, bem como atribuir descritores que representem o seu conteúdo (SANTOS NETO, 2014; SANTOS NETO; ALMEIDA JÚNIOR, 2017).

Ainda que se pareça uma mediação passiva e técnica a ação de atribuir palavras-chave e/ou descritores de assunto, tal procedimento deve chamar a atenção do leitor para que perceba e compreenda que, até mesmo nessa atividade aparentemente desprovida de intencionalidade, há também a interferência do bibliotecário (SANTOS NETO, 2014, p. 95).

Para Almeida Júnior (2009), “a imparcialidade e a neutralidade, embora procuradas, não se concretizam, pois o profissional da informação atua como matéria-prima que, por si, não é neutra” (p. 93). Portanto, classificar é poder, pois o bibliotecário, munido de instrumentos que o auxiliam nessa atividade (tabelas de classificação e de autores), procura, mediante o seu repertório, a maneira mais contundente de descrever os recursos de informação, buscando representá-los a fim de que o usuário o recupere. Ainda que se tenha em vista que ação profissional do bibliotecário também tem relação com o atendimento de uma determinada comunidade com necessidades de informação, fica evidente que o bibliotecário, indubitavelmente, interfere nos processos de catalogação, classificação e indexação dos documentos, pois, em meio a essa atividade, faz juízo de valor sobre qual termo melhor representa ou expressa o conteúdo de uma obra, não os escolhendo aleatoriamente, e, portanto, elegendo um em detrimento do outro, mesmo que consciente dos limites dos instrumentos de trabalho e das interferências do mercado da informação e da cultura que o capitalismo determina. Isso, de acordo com Santos Neto (2014), apenas torna mais claro que a mediação da informação não pode ser restrita às atividades em que a presença do usuário é recrutada, sendo uma mediação explícita da informação – “aquela em que as ações [são] desenvolvidas de maneira consciente [...] tendo como base os conhecimentos que dominamos e [...] exteriorizamos com razoável controle” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 93) –, mas que todo o fazer de interferência desse profissional contará ou não com a presença do usuário.

### **3 CRITICAL THINKING: O QUE É E SEU EMPREGO**

Segundo Rainbolt (2010), o movimento do *critical thinking*, ou pensamento crítico, tem origem a partir da instauração de uma insatisfação decorrida do uso da lógica simbólica, esta que era a única disciplina voltada à avaliação de argumentos no âmbito de cursos de graduação na década de 1980 nos Estados Unidos. Seu uso no contexto da educação levou professores a acreditar que o pensamento por ela proposto não habilitava alunos a avaliar bem os argumentos reais e devido a isso o pensamento crítico estabelecido hoje, a partir desse movimento, leva em conta a lógica informal e o baseamento das crenças de cada ser humano em bons argumentos.

Em virtude de uma ampla aplicação do termo crítico a inúmeros contextos, Rainbolt (2010) chama atenção ao fato de que o pensamento crítico não está relacionado com a teoria crítica ou com outros estudos e teorias, como por exemplo os estudos críticos legais e as teorias da crítica da raça ou da literatura. Ao contrário, “o pensamento crítico é a habilidade de avaliar corretamente os argumentos feitos por outros e construir bons argumentos por si” (RAINBOLT, 2010, p. 41).

Para Canal (2010) o pensamento crítico “[...] se trata do estudo do raciocínio de tipo criterioso que fazemos sobre tanto aquilo que acreditamos quanto aquilo que fazemos - ou sobre as decisões que tomamos na vida” (p. 56). O que quer dizer que pensar criticamente leva em conta os nossos modos de crer, agir e decidir que, noutros moldes, fazem com que cremos, ajamos e decidamos de uma determinada maneira e não de outra, já que nossas intenções e ações estão quase sempre relacionadas com o que acreditamos. Rainbolt (2010, p. 44) infere: “pensar criticamente é uma habilidade geral que se deve usar em qualquer momento em que se esteja para decidir no que acreditar ou no que fazer”. Novella (2013, p. 8, tradução nossa) pondera:

pensar criticamente também significa pensar além das implicações e das

crenças – que diferentes crenças sobre o mundo devem ser compatíveis com a de outros. Temos uma tendência a compartimentar, a ter uma crença isolada de todas as nossas outras crenças e, portanto, a isolamos da refutação.

Desse modo, é importante antevermos dois fatores diluídos no pensamento crítico que o estruturam enquanto uma possibilidade de raciocínio criterioso. Primeiro, atribuímos ao pensamento crítico a qualidade de ser deliberado e depois a de ser minucioso. Canal (2010) propõe que ele pode ser deliberado, pois, ao raciocinarmos, isto é, ao pensarmos criticamente, o fazemos de modo intencional, o que denota envolvimento de responsabilidade no ato de pensar, tendo maior destaque às questões como ideias que o homem tem, assim como seus valores. E isso também se aplica às ideias e valores de segundos e terceiros, não se restringindo às do autor da ação, pois este, ao ver, ouvir e sentir tanto a si quando a outrem cria seu julgamento. Portanto, pensar criticamente envolve responsabilidade, pois “envolve raciocínio cuidadoso que pondera o que pode ou não pode inferir de certos pontos de vistas, posições, afirmações etc.” (CANAL, 2013, p. 57). Outro fator do pensamento crítico que é, além de importante, estruturante, é sua qualidade de ser minucioso. Pensar minuciosamente tem como bastidores a busca exaustiva pela perfeição. O trabalho que se empreende a partir desse anseio será, portanto, aquele feito mediante a observação de dois eixos, um vertical e outro horizontal, o primeiro que apreciará com uma visão de profundidade o assunto colocado nas malhas do pensamento crítico e o segundo, que, sob uma perspectiva ampla, busca diversas nuances das questões e temas em cheque. Esse movimento contínuo dos sentidos vertical e horizontal do pensamento crítico sustenta as roupagens, portanto, de um pensamento crescente que resgata as complexidades que se dão no âmbito das questões (CANAL, 2013).

Para Olivares, Saiz e Rivas (2013, p. 370) “el pensamiento crítico es una teoría de la acción, es razonar y decidir para resolver, obteniéndose así grandes beneficios como son un conocimiento deseable de la realidad, una mayor sabiduría”. Com isso os autores querem chamar à atenção uma das finalidades do pensamento crítico. Pensar criticamente não envolve apenas questões ligadas à profundidade das argumentações situadas no terreno de um bom julgamento. Operar o pensamento crítico possibilita ajudar a resolver problemas ou alcançar metas que outrora careciam de ações estruturantes e norteadoras para esse fim. Logo, isso evidencia a argumentação como um meio, não como um fim para resolver problemas e/ou alcançar metas outrora não realizados.

Pensar criticamente, para Canal (2013, p. 57), “é uma habilidade mental entre as muitas que temos, e não é possível aprimorar, aprofundar e ampliar essa capacidade apenas por via de uma memorização de regras e conhecimentos”. Sendo assim, o *critical thinking*, como uma habilidade cognitiva estruturalmente complexa, pode ser entendido como uma habilidade multidimensional, pois os elementos básicos que o constituem se dividem em duas categorias de habilidades e estratégias cognitivas, como visto no quadro 1.

**QUADRO 1 – HABILIDADES E ESTRATÉGICAS COGNITIVAS PARA PENSAR CRITICAMENTE**

Macro habilidades	Micro habilidades
Refinar generalizações e evitar simplificações.	Comparar e contrastar ideias com a prática real.
Comparar situações análogas: transferir <i>insights</i> para novos contextos.	Pensar sobre o próprio pensamento: utilizando um vocabulário crítico.
Desenvolver sua própria perspectiva: criar ou explorar crenças, argumentos ou teorias.	Notar semelhanças e diferenças significantes.
Esclarecer questões, conclusões ou crenças.	Examinar ou avaliar os pressupostos/assunções.
Desenvolver critérios de avaliação: clarificar valores e padrões.	Distinguir os fatos relevantes dos irrelevantes.
Avaliar a credibilidade das fontes de informação.	Fazer inferências plausíveis, previsões ou interpretações.

Questionar profundamente: levantar e buscar as raízes ou questões significantes.	Dar razões e avaliar evidências de fatos alegados.
Analisar ou avaliar argumentos, interpretações, crenças ou teorias.	Reconhecer contradições.
Avaliar soluções.	Explorar implicações e consequências.
Analisar ou avaliar ações ou políticas.	
Ler criticamente: esclarecer ou criticar textos.	
Ouvir criticamente: a arte do diálogo silencioso.	
Fazer conexões interdisciplinares.	
Praticar a discussão socrática: esclarecer e questionar crenças, teorias ou perspectivas.	
Raciocinar dialogicamente: comparar perspectivas, interpretações ou teorias.	

Fonte: elaborado pelo autor com base em Canal (2013, p. 57-58).

Entretanto, duas das razões que são barreiras para uma argumentação bem fundamentada a fim de solucionar problemas, isso na visão de Paul e Elder (2005), são o egocentrismo e o sociocentrismo. Para esses autores, primeiramente, a mente humana é naturalmente egocêntrica. Considerar a fluidez de tendências naturais ao homem para a construção de um pensamento revestido de racionalidade não corresponde com o íntimo do ser humano, pois o homem tem como padrão um modo egocêntrico de ver a vida, com tendências centradas em si: “nossas experiências e pensamentos também são filtrados através de nossos egos e das muitas necessidades emocionais que os humanos alimentam constantemente” (NOVELLA, 2012, p. 1, tradução nossa).

Existem duas funções primárias do egocentrismo. Uma é ver o mundo em termos egoístas, buscar constantemente a gratificação para buscar desejos egoístas, mesmo à custa dos direitos e necessidades dos outros. O segundo é o desejo de manter suas crenças. Esta é a base para a rigidez do pensamento (PAUL; ELDER, 2005, p. 39, tradução nossa).

No que tange ao sociocentrismo, esses autores, Paul e Elder (2005), ainda entendem que esse fenômeno é apenas uma extensão do egocentrismo já inculcido no homem, sendo produto das duas funções primárias do pensamento egocêntrico. Assim, dentro dessa condição de pensadores egocêntricos, portanto, sociocêntricos, “buscar obter o que um (ou seu grupo) quer sem considerar os direitos e necessidades dos outros” (p. 41, tradução nossa) e “racionalizar as crenças e o comportamento do grupo (independentemente de essas crenças e comportamentos serem irracionais)” (p. 41, tradução nossa) torna-se um imperativo. “Por causa do egocentrismo e do sociocentrismo, a maioria das pessoas assume a correção de suas próprias crenças e a de seus grupos” (p. 41, tradução nossa). Isso apenas demonstra, amparado por Paul e Elder (2005), que pensamentos relegados a uma possibilidade de enquadramento estrutural, de ordem crítica, racional e de pensamento independente, têm teor egocêntrico, pois, invariavelmente, inibem o florescer da criticidade na mente humana. Desse modo, o ato de pensar caminha naturalmente por estradas que transbordam em tendências egocêntricas, logo sociocêntricas, e isso, a partir de uma perspectiva cronológica do envolvimento do homem nesse processo, incide na formação de grupos amplamente centrados em si no meio social. O *critical thinking* se apresenta como uma habilidade que oportuniza, portanto, além de outras coisas, pensar sobre como administramos nossa civilização. Pois, ciência e crenças permeiam nossas vidas, assim como também o fazem a nossa cultura e civilização ao considerarmos tantas ações complexas que envolvem julgamentos borbulhantes, e críticos ou não, a cada instante durante todos os dias.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Buscar o entendimento a respeito da mediação implícita da informação permitiu caracterizar esta pesquisa como exploratória. Dessa forma, não o é pelo simples fato de ansiarmos por este entendimento desprovido de problematização, mas por cremos que muitos profissionais da informação desempenham funções de mediação da informação sem se aterem à sua forma implícita nos mais variados equipamentos cultural-informacionais, deixando passar desapercibidas a clareza, a racionalidade, a lógica e a fluência de um pensamento independente inculcadas nesse tipo de mediação. Isto ocasiona, então, na determinação desta empreitada como uma de iniciativa exploratória, pois considera-se o assunto pouco explorado no âmbito científico em que se inserem a Ciência da Informação e a Biblioteconomia como grandes áreas de estudo. E pode-se inserir nesse meio a observação de Vergara (2000): “a investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado” (p. 47); notoriamente, ela vai ao encontro do inferido por Gil (1999): este “tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado” (p. 27). Portanto, essa característica torna-se aderente ao estudo proposto, que também é qualitativo e descritivo.

No que tange à natureza qualitativa, Richardson (2012) infere:

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos (RICHARDSON, 2012, p. 90).

Assim, a escolha dessa abordagem de pesquisa decorreu do objetivo traçado a esta pesquisa que tem a mediação da informação como objeto de estudo. Primeiro, pontuamos que a pesquisa qualitativa se preocupa com a revelação das convicções subjetivas das pessoas e, em seguida, justificamos sua escolha: muitos bibliotecários não se apercebem às formas da e à mediação implícita da informação que é inerente à sua formação acadêmica e atuação profissional.

Uma pesquisa descritiva, segundo a visão de Vergara (2000):

expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso em explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação (VERGARA, 2000, p. 47).

Com base nisso, pesquisas descritivas são uma oportunidade para descrever realidades, bem como entender suas relações e contextos onde ocorrem. Este estudo, por exemplo, apresenta dados coletados a partir de questionários respondidos virtualmente por bibliotecários, entre homens e mulheres, de vários Estados brasileiros, o que permitiu descrever realidades intrínsecas às suas atuações profissionais. O total de questionário foi de 110. Desse modo, a soma dessas características também conferiu aderência à técnica de questionário como forma de coleta de dados.

Partimos à pesquisa com olhos nas seguintes indagações: i) bibliotecários apercebem-se das formas implícitas de mediar a informação? e ii) o *critical thinking* pode lançar luz ao caráter implícito da mediação da informação a fim de estruturar a forma de realizar essa atividade por esses bibliotecários? Assim, o questionário estruturado, denominado Bibliotecário e mediação da informação, foi aplicado em sua forma digital em um grupo da rede social *Facebook*, buscando trazer ao conhecimento se bibliotecários têm discernimento acerca de uma mediação da informação que não ocorre apenas de forma explícita, mas também de forma implícita, que deixa transparecer um conhecimento inconsciente, não passível de controle e imbricável com os conhecimentos conscientes. Esse grupo virtual onde ocorreu a aplicação do questionário se intitula Bibliotecários do Brasil e tem pouco mais de 14 mil membros. Os critérios que levaram à escolha deste grupo foram: i) ter número significativo de membros; e ii) que esses membros pudessem ser de ambos os sexos e gerações distintas de bibliotecários, variando, conseqüentemente, em anos de formação, tempo e grau de experiência profissional e frente/seção de trabalho no equipamento cultural-informacional onde atua. Julgou-se viável a escolha desses critérios, pois puderam incidir, efetivamente, nas distintas percepções acerca do tema mediação da informação.

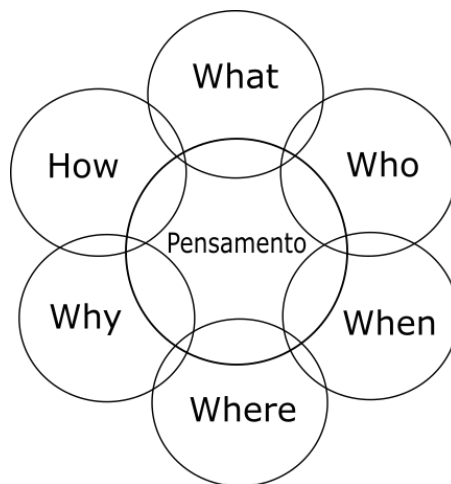
Com a aplicação da técnica 5W1H partiremos ao enquadramento das relações obtidas com *critical thinking*. O 5W1H faz referência a: *what* (o que), *who* (quem), *when* (quando), *where* (onde), *why* (por que) e *how* (como) (figura 1), que são camadas de questionamento com as quais trabalhar durante a análise de um conteúdo a fim de se extrair informação, podendo, ao final, classificá-las. Chung et al. (2009) referem que o uso desse método vem sendo usado amplamente na área de jornalismo para coletar informações a partir das perguntas: “Quem estava envolvido? O que



aconteceu (qual é a história)? Quando aconteceu? Onde aconteceu? Por que aconteceu? Como aconteceu?” (CHUNG et al., 2009, p. 179, tradução nossa). De igual maneira, Nurdin e Maulidevi (2018) citam esse método como uma possibilidade para contornar problemas ligados à extração e classificação de informações frente a massa de dados e informações.

Para Ikeda, Okumura e Muraki (1998, p. 571, tradução nossa), “as informações do 5W1H fornecem aos usuários eixos de classificação e chaves de recuperação fáceis de entender, porque ele possui um conjunto de elementos fundamentais para descrever os eventos”.

**FIGURA 1 – INTERSECÇÕES PARA O NORTEAMENTO DO PENSAMENTO AO MODO CRÍTICO**



Fonte: elaborada pelos autores (2018).

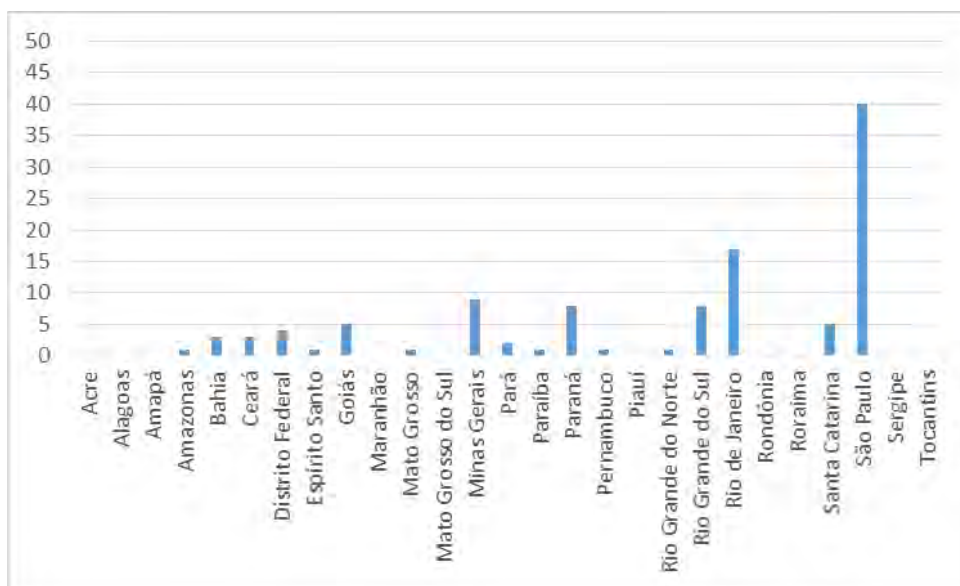
A partir dessa estrutura com intersecções que abrangem um pensamento passível de ser analisado criticamente, torna-se oportuno refletir sobre o caráter implícito da mediação da informação mediante o enquadramento de perspectivas ao profissional que medeia de forma implícita a informação.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a aplicação do questionário no grupo „Bibliotecários do Brasil”, no *Facebook*, obteve-se um total de 110 respostas, sendo 93 do sexo feminino (84,5%) e 17 do sexo masculino (15,5%). Dados que corroboram não apenas a travessia, mas a expressividade da presença feminina na Biblioteconomia ao longo dos tempos, havendo, nesse meio, a figura masculina que toma formas cada vez mais nítidas na área devido às aproximações desse campo com a Ciência da Informação (FERREIRA; BORGES; BORGES, 1998; PEREIRA; LOBÃO; DAVID, 2018) ou a partir de outros entendimentos sobre o crescimento da participação masculina entre os profissionais da área.

São Paulo, como visto no gráfico 1, é o Estado que mais teve destaque durante a coleta de dados, pois 40 dos 110 bibliotecários questionados, isto é, um percentual de 36,4% deles, residem neste Estado. Isso se deve à região sudeste do Brasil ser a que mais tem cursos de Biblioteconomia em universidades, de acordo com a página eletrônica do Conselho Regional de Biblioteconomia 6ª Região (2018). São 17 cursos no total, sendo 7 em universidades classificadas como federais/estaduais e 10 em particulares. Além disso, sabe-se que 9 desse total de 17 cursos nessa região situam-se, efetivamente, no Estado de São Paulo.

**GRÁFICO 1 – RESPONDENTES DO QUESTIONÁRIO POR ESTADO BRASILEIRO**



Fonte: elaborado pelos autores com base na coleta de dados (2018).

Neste estudo, como já evidenciado, há um enquadramento da mediação implícita da informação; este tipo de mediação que deixa transparecer um conhecimento inconsciente, não passível de controle e imbricável com conhecimentos conscientes. Uma mediação que, como já visto, ocorre nos equipamentos informacionais sem a presença física e imediata dos usuários, pois se aderem a esse tipo de mediação desde a carimbagem e a etiquetagem até o processamento técnico e o armazenamento da informação, isto é, os procedimentos de ordem técnica, que, na pesquisa, corresponde à principal atividade em equipamentos informacionais no caso de 35 dos 110 bibliotecários respondentes, um percentual de 31,8%, sendo o maior. Outras atividades como atendimento de balcão, serviço de referência e atividades de mediação com os usuários somam 10%, 18,2% e 25,5%, respectivamente, enquanto que 14,5% dos respondentes relataram que sua principal atividade enquanto bibliotecário (a) não tem a ver com esses tipos de atividades. O gráfico 2 ilustra essas informações.

**GRÁFICO 2 – ATIVIDADES QUE REFLETEM A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS BIBLIOTECÁRIOS QUESTIONADOS**

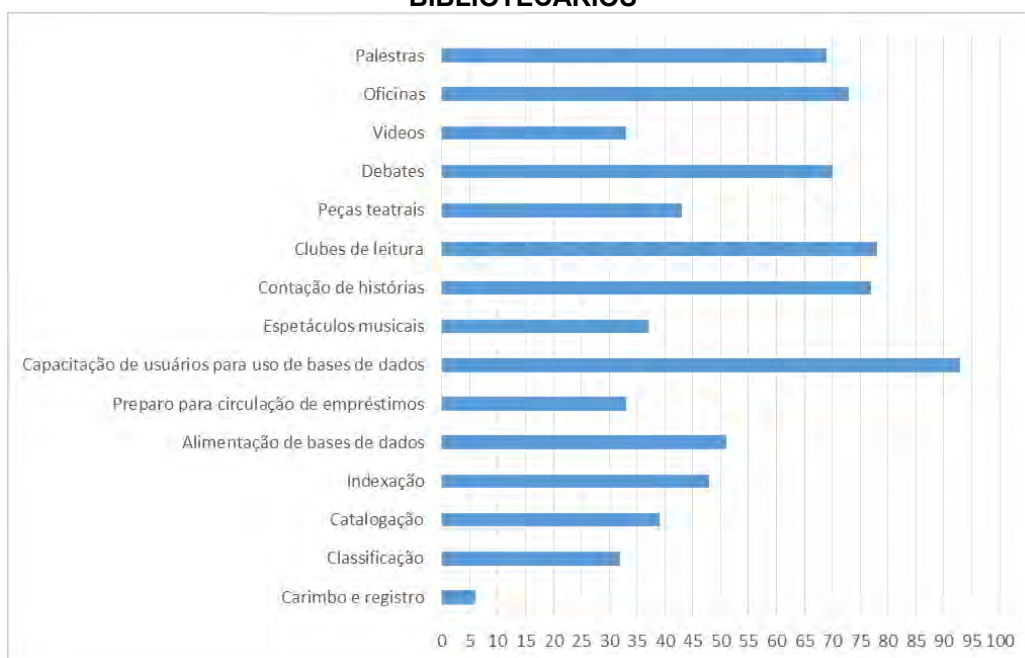


Fonte: elaborado pelo autor com base na coleta de dados (2018).

Em face ao objetivo proposto à aplicação do questionário, o recorte „Processamento técnico”,

observado no gráfico 2, é o nicho de atividade onde há o maior número de bibliotecários atuantes. Assim, as atividades que sustentam o processamento técnico em equipamentos informacionais têm intrínseca relação com a mediação implícita da informação. Essas atividades, que são carimbo e registro, classificação, catalogação, indexação, alimentação de bases de dados, preparo para circulação de empréstimo, ao serem apresentadas à livre escolha no questionário na forma de uma caixa de seleção e mescladas com atividades de mediação explícita da informação (capacitação de usuários para uso de bases de dados, espetáculos musicais, contação de histórias, clubes de leitura, peças teatrais, debates, vídeos, oficinas, palestras), foram colocadas à prova. Com isso, objetivou-se conhecer, a partir da pergunta “o que você considera ser uma atividade de mediação da informação?” as atividades que, dentre as elencadas e com escolha livre entre as opções, seriam consideradas mediação da informação na visão desses bibliotecários. Naturalmente, todas as respostas eram selecionáveis, pois todos os itens representam atividades aderentes ou à ordem explícita ou implícita da mediação da informação. Logo, todas as opções são possibilidades de mediação da informação, como visto no gráfico 3.

**GRÁFICO 3 – ATIVIDADES CONSIDERADAS MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO PELOS BIBLIOTECÁRIOS**

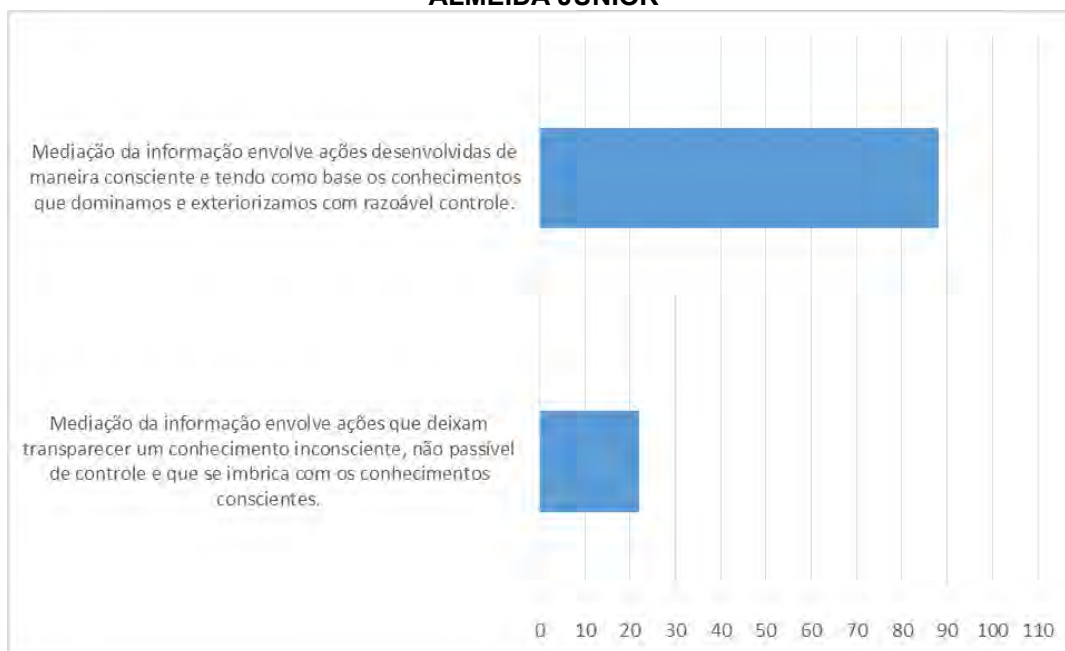


Fonte: elaborado pelo autor com base na coleta de dados (2018).

Com isso, é possível observar que *capacitação de usuários para uso de bases de dados* teve pouco mais de 90 respostas, sendo o número mais elevado do gráfico 3. Após essa opção vem *clubes de leitura* (78), *contação de histórias* (77), *oficinas* (73), *debates* (70), *palestras* (69), *peças teatrais* (43), *espetáculos musicais* (37) e *vídeos* (33), respectivamente. Isso leva a crer que, mediante a pergunta *o que você considera ser uma atividade de mediação da informação?* grande parte dos bibliotecários pesquisados compreendem a mediação da informação mediante, sobretudo, sua faceta explícita, aquela em que a presença do usuário da informação é recrutada durante a ação da mediação.

Porém, no que tange aos itens aderentes à mediação implícita da informação no gráfico 3, observa-se baixa percentagem em relação aos itens relacionados à mediação explícita da informação. *Alimentação de bases de dados*, sendo o item com maior número de opções, em pouco mais de 50 votos, seguido por *indexação* (48), *catalogação* (39), *preparo para circulação de empréstimos* (33), *classificação* (32) e *carimbo e registro* (6). Frente aos dados, fica evidente que bibliotecários não se apercebem da mediação da informação em momentos distintos nos equipamentos informacionais onde atuam, negligenciando a mediação implícita da informação. Maior ênfase a isso se dá quando foram perguntados sobre suas maiores inclinações frente a duas citações de Almeida Júnior (2009) sobre o universo das mediações explícita e implícita, a saber com o gráfico 4.

**GRÁFICO 4: ADERÊNCIA À CITAÇÃO SOBRE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO COM BASE EM ALMEIDA JÚNIOR**



Fonte: elaborado pelos autores com base na coleta de dados (2018).

Como observado, as ações que dão base à mediação explícita da informação obtiveram a maior inclinação dos bibliotecários respondentes, 88. Isso vai ao encontro das inferências feitas sobre o gráfico 3, que indica que a faceta da mediação explícita da informação é dominante no que tange a esse assunto entre bibliotecários. Porém, é visto no gráfico 4 que 22 respondentes contemplaram a mediação implícita como uma vertente da mediação da informação, o que aponta a um número inexpressivo de bibliotecários que compreendem essa outra face que envolve as ações de mediação da informação.

O referencial teórico sobre o *critical thinking* revelou-o como uma técnica que oportuniza o pensamento racional, lógico e estruturado frente às decisões e ações a serem realizadas por seres humanos em qualquer âmbito da sua atuação, podendo ser em esfera pessoal ou profissional. Fato é que o exercício dessa habilidade cognitiva e complexa se opõe ao pensamento acrítico, inflado de egocentrismo, cerceador de toda boa e profícua colocação crítica. Assim, embora um pensamento acerca de qualquer coisa, pessoa ou fato exija julgamentos prévios e acríticos, é possível posicioná-lo num caminho que, mesmo que trave deslizas ao longo do percurso e não seja passível de controle, buscará equilíbrio e ponderação quanto a sua conformação mediante aspectos ligados a uma atuação ética do profissional da informação.

Os elementos de norteamento do 5W1H, contextualizados nessa oportunidade de análise, incitam, portanto, o enquadramento de atividades ligadas a *quem faz qual ação*, na ambiência de algum lugar, denotado pelo *onde*, num determinado momento, *quando*, ansiando um *porquê*, tendo em vista *como fazê-lo*. Vejamos essa relação no quadro 2.

**QUADRO 2 – ELEMENTOS E AÇÕES DE NORTEAMENTO PARA PENSAR CRITICAMENTE**

Elementos de norteamento	Indicação
<b>Who</b>	O atual profissional da informação.
<b>What</b>	Compreender a existência de limitações, valores, crenças, preconceitos, anseios, medos e ego seus e de outros.
<b>Where</b>	Na sua ambiência de trabalho em equipamentos informacionais de qualquer ordem e natureza.

<b>When</b>	Durante a ação de trabalho técnico-intelectual em atividade que envolva a mediação implícita da informação, percebida por meio dos processos de carimbagem e registro, classificação, catalogação, indexação, alimentação de bases de dados e preparo para circulação de empréstimo.
<b>Why</b>	Permite desenvolver a empatia, além de possibilitar uma reflexão do seu eu, o que incide na possibilidade de tornar menos latentes ações munidas de egocentrismo nas ações que enformam a mediação implícita da informação, incidindo numa reflexão sobre seus próprios preconceitos e crenças, pois estes são incompatíveis com um trabalho de postura humana e ética que se deseja a um profissional da informação atual.
<b>How</b>	Essa ação é passível de realização a partir de um olhar crítico para consigo; olhar que busca uma análise do seu próprio eu frente às decisões a serem tomadas em âmbito pessoal ou profissional.

Fonte: elaborado pelos autores (2018).

Logo, se perspectiva que o profissional da informação deve compreender a existência de limitações, valores, crenças, anseios, medos e ego tanto seus quanto de outros. Essa é uma ação a ser desenvolvida, como bem cabe à situação, na sua ambiência de trabalho em equipamentos informacionais de qualquer ordem e natureza. Essa conduta nada mais é do que, durante a ação de trabalho técnico-intelectual em atividade que envolva a mediação implícita da informação – processos de carimbo e registro, classificação, catalogação, indexação, alimentação de bases de dados e preparo para circulação de empréstimo – o profissional da informação possa se permitir desenvolver a empatia, além de refletir acerca do seu eu. Isso incidiria, portanto, na possibilidade de tornar menos latentes ações munidas de egocentrismo nas ações que enformam a mediação implícita da informação, pois ocasiona numa reflexão sobre seus próprios preconceitos e crenças que, diga-se de passagem, são incompatíveis com um trabalho de postura tanto humana quanto ética que se deseja a um profissional da informação. Assim, esse processo cabe como uma ação passível de realização por bibliotecários em equipamentos informacionais, pois anseia por um olhar crítico do profissional da informação para consigo, um olhar que busque uma análise do seu próprio eu frente às decisões a serem tomadas em âmbito tanto pessoal quanto profissional.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o termo e estudos sobre mediação da informação sejam amplamente usados e realizados nos dias atuais no âmbito da Ciência da Informação, é possível percebermos falta de conhecimento sobre as duas facetas que encorpam a mediação da informação em equipamentos informacionais por um considerável número de respondentes do questionário no grupo temático na rede social *Facebook*. Por um lado, foi evidenciado que bibliotecários, em sua maioria, não se apercebem da forma de mediação implícita da informação no âmbito dos seus trabalhos, levando a crer que para esses profissionais a mediação explícita da informação ainda se apresenta como a mais evidente e caracterizada forma de mediação no que tange a esse assunto.

Frente a isso, pudemos, então, apresentar o *critical thinking*: um movimento que almeja resgatar, a partir da lógica informal, a condição humana de estruturar um pensamento crítico mediante o desenvolvimento dessa habilidade cognitiva, portanto complexa. Percebemos que o pensamento crítico, pensado na ambiência do trabalho técnico-intelectual de profissionais de informação, mais propriamente durante as atividades ligadas à mediação implícita da informação, pode ser uma habilidade cognitiva a ser trabalhada por bibliotecários nesses ambientes para que tomem consciência de fatores ligados ao seu ego.

Uma vez que há uma latência de uma maioria de bibliotecários não considerarem a transferência de aspectos inconscientes durante a mediação da informação, consideramos que

julgamentos embasados majoritariamente em suas crenças e preconceitos podem tomar expressiva forma e interferir na ação de uma mediação humana e ética da informação que, à luz do interesse do usuário da informação, deve ser uma ação independente de preconceitos quanto a sua idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua, orientação sexual ou até mesmo condição social. Assim, embora os preconceitos e crenças do profissional que medeia possam ser mobilizados durante a ação de mediação implícita, o *critical thinking* é uma oportunidade para estruturar a ação prévia que incide nessa ação a fim de que profissionais da informação exerçam de forma menos latente transferências do seu ego nos bastidores da ação de mediação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. S. (Orgs.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

\_\_\_\_\_. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesq. bras. Ci. Inf.**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/277162051\\_MEDIACAO\\_DA\\_INFORMACAO\\_E\\_MULTIPLAS\\_AS\\_LINGUAGENS](https://www.researchgate.net/publication/277162051_MEDIACAO_DA_INFORMACAO_E_MULTIPLAS_AS_LINGUAGENS)>. Acesso em: 08 ago. 2018.

BASTOS, M. T. Medium, media, mediação e mediatização: a perspectiva germânica. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (Orgs.). **Mediação & Mdiatização**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 53-77.

CANAL, R. O significado de pensamento crítico. **Perspectivas em Ciências Tecnológicas**, v. 2, n. 2, p. 49-74, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.fatece.edu.br/arquivos/arquivos%20revistas/perspectiva/volume2/4.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

CHUNG, S. et al. Service-oriented reverse reengineering: 5W1H model-driven re-documentation and candidate services identification. In: IEEE INTERNATIONAL CONFERENCE ON SERVICE-ORIENTED COMPUTING AND APPLICATIONS, 9., 2009, Taipei, Taiwan. **Anais eletrônicos...** Taipei: IEEE, 2009. p. 178-183.

CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA 6ª REGIÃO. **Carreira**. 2018. Disponível em: <<https://www.crb6.org.br/carreira.php>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo. **Prisma.com**, Porto, n. 4, 2007. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/view/645/pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

FERREIRA, M.; BORGES, E. P.; BORGES, L. C. Mercado de trabalho e desigualdade de gênero na profissão da(o) bibliotecária(o). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 33., 2010, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2010. p. 159-167.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 64-74.

IKEDA, T.; OKUMURA, A.; MURAKI, K. Information Classification and Navigation Based on 5W1H of the Target Information. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMPUTATIONAL LINGUISTICS, 17., 1998, Montreal, Quebec, Canada. **Anais eletrônicos...** Montreal: Université de Montreal, 1998. p. 571-577.

NOVELLA, S. **Your deceptive mind: a scientific guide to critical thinking skills**. Chantilly: The Great Courses, 2013.

NURDIN, A.; MAULIDEVI, N. U. 5W1H Information Extraction with CNN-Bidirectional LSTM. **Journal of Physics: Conference Series**, v. 978, p. 01-11, 2018. Disponível em: <doi :10.1088/1742-

6596/978/1/012078>. Acesso em: 17 set. 2018.

OLIVARES, S.; SAIZ, C.; RIVAS, S. F. Motivar para pensar criticamente. **Electronic Journal of Research in Educational Psychology**, v. 11, n. 2, p. 367-394, set. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14204/ejrep.30.12168>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

PAUL, R.; ELDER, L. **Critical thinking, competency, standards**. Tomales: Foundation for Critical Thinking, 2005.

PEREIRA, D. B.; LOBÃO, I. S. L.; DAVID, J. G. Mulher e política na Biblioteconomia brasileira: as pioneiras. In: SPUDEIT, D. F. A O. et al. **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. p. 125-140. Disponível em: <[http://abecin.org.br/data/documents/E-Book\\_Spudeit\\_et\\_al.pdf](http://abecin.org.br/data/documents/E-Book_Spudeit_et_al.pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2018.

RAINBOLT, G. Pensamento crítico. **Fundamento**, v. 1, n. 1, p. 35-50, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.revistafundamento.ufop.br/Volume1/n1/vol1n1-3.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS NETO, J. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. O caráter implícito da mediação da informação. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 253-263, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/29249/pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. O conceito de mediação implícita da informação nos discursos dos bibliotecários. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <[http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt3/at\\_download/file](http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt3/at_download/file)>. Acesso em: 09 ago. 2018.

SANTOS NETO, J. A. **A mediação da informação e a organização do conhecimento**. 2011. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

\_\_\_\_\_. **Mediação Implícita da Informação no discurso dos bibliotecários da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina (UEL)**. 193 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2014. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/santos\\_netto\\_jad\\_me\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/santos_netto_jad_me_mar.pdf)>. Acesso em: 08 ago. 2018.

SIGNATES, L. Estudo sobre o conceito de mediação. **Novos olhares**, n. 2, 1998. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51315>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

TONELLO, I. M. S.; LUNARDELLI, R. S. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Palavras-chave: possibilidades de mediação da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 21-34, ago. 2012. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4524/4552>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

**O USO DO INSTAGRAM SOB A PERSPECTIVA DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DA  
COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS**

*THE USE OF THE INSTAGRAM FROM THE PERSPECTIVA OF INFORMATION MANAGEMENT  
AND INFORMATION LITERACY IN PUBLIC LIBRARIES*

Desenvolvimento e Integração Regional: Tecnologia e Sistemas.

SILVA, Rafaela Carolina da  
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/FFC)  
Graduada em Biblioteconomia pela UNESP/FFC  
Mestre em Ciência da Informação pela UNESP/FFC  
Especialista em Psicopedagogia Institucional pela FUNDEPE  
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela UNESP/FFC  
[rafaelacarolina@gmail.com](mailto:rafaelacarolina@gmail.com)

SANTOS, Beatriz Rosa Pinheiro dos  
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/FFC)  
Graduada em Gestão Empresarial pela Faculdade de Tecnologia de Garça  
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela UNESP/FFC  
[pinheiro.santos@unesp.br](mailto:pinheiro.santos@unesp.br)

YAFUSHI, Cristiana Aparecida Portero  
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/FFC)  
Graduada em Administração pela FIB BAURU  
Especialista em Gestão de Pessoas e Sistemas de Informação pela FIB BAURU  
Mestre em Ciência da Informação pela UNESP/FFC  
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela UNESP/FFC  
[cristianayafushi@gmail.com](mailto:cristianayafushi@gmail.com)

CAMILLO, Everton da Silva  
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/FFC)  
Graduado em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela USP/FFCLRP  
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela UNESP/FFC  
[evertonscamillo@outlook.com](mailto:evertonscamillo@outlook.com)

## Resumo

Presume-se que, no âmbito das bibliotecas públicas, o Instagram pode ser utilizado como uma ferramenta estratégica, com certa diferença de objetivos, pois, não irá visar o lucro material, mas sim, o lucro intelectual, mediante a fidelização da comunidade e da capacidade de expandir o público de usuários. Diante disso, o objetivo da pesquisa foi analisar como os processos de gestão da informação e de competência em informação podem auxiliar o uso institucional do Instagram pelas bibliotecas públicas. Esse objetivo foi orientado pelas seguintes indagações: quais as vantagens que o uso do Instagram pode trazer às bibliotecas públicas? O Instagram pode ser utilizado como ferramenta estratégica pelos bibliotecários? Para tanto, realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória na medida em que, por meio de uma pesquisa bibliográfica, buscou discutir os conceitos de “gestão da informação”, “competência em informação”, “bibliotecas públicas”, “Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação” e “Instagram”, a fim de convergir esses conceitos e aprimorar os fundamentos teóricos da área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. O resultado demonstrou que o uso do Instagram pelas bibliotecas públicas depende de profissionais competentes em informação e que estejam capacitados ao uso da gestão da informação nas Tecnologias de Informação e Comunicação, com o intuito de, mediante as postagens, expandir as fronteiras institucionais físicas e virtuais, que são capazes de auxiliar na formação intelectual, cultural e social dos usuários/seguidores da biblioteca.

**Palavras-chave:** Tecnologias de Informação e Comunicação, Instagram, Biblioteca Pública.



## Abstract

It is presumed that, in the public libraries, the Instagram can be used as a strategic tool, with a certain difference of objectives, because, it will not aim at material profit, but, rather, intellectual profit, through the loyalty of the community and the ability to expand the public of users. Therefore, the objective of the research was to analyze how the processes of information management and information competence can help the institutional use of Instagram in the public libraries. This goal was guided by the following questions: what are the advantages that the use of Instagram can bring to the public libraries? Can Instagram be used as a strategic tool by librarians? In order to do so, a qualitative and exploratory research, as well as a bibliographical research was carried out to discuss the concepts of "information management", "information competence", "public libraries", "Information and Communication" and "Instagram". The intention was to converge these concepts and to improve theoretical foundations of the area of Librarianship and Information Science. The result showed that the use of Instagram by public libraries depends on professionals who are competent in information and who are able to use information management in Information and Communication Technologies, with the aim of posting the physical and virtual boundaries that are able to assist in the intellectual, cultural and social formation of library users/followers.

**Keywords:** Information and Communication Technologies, Instagram, Public Library.

## 1 INTRODUÇÃO

A biblioteca pública é um tipo de instituição que visa contribuir para a formação cidadã, pessoal e profissional da sociedade, pois, ela oferece serviços que fomentam a construção do conhecimento, a liberdade, a educação de qualidade, o lazer e o bem-estar social e cultural. Do ponto de vista técnico, os principais objetivos da biblioteca pública são gerenciar, tratar e preservar o conhecimento para que esse esteja sempre acessível aos usuários, porém, naturalmente, ao gerenciar o conhecimento explícito, a biblioteca está também cuidando e expandindo o conhecimento tácito dos seus usuários, que formam a comunidade atendida, que, por sua vez, tem esse ambiente como um verdadeiro lar para o autodesenvolvimento cultural, social e humano.

Ao mesmo passo, a biblioteca pública configura-se uma instituição democrática, na perspectiva de permitir e promover o acesso à informação sem nenhum tipo de distinção, visto que recebe qualquer pessoa, independente de sua classe social, sexo, religião, orientação sexual, idade, enfim, a biblioteca é uma casa onde todos podem morar juntos (FERRAZ, 2014). Para tanto, a autora afirma que, no intuito de atender a demanda caracterizada por todos esses grupos, a biblioteca deve possuir um acervo generalista, que abarque e satisfaça todo tipo de pessoa, mediante tantas áreas do conhecimento que são existentes.

O universo tecnológico sofre uma expansão, pautada pela criação e uso das tecnologias de informação e comunicação, que dão nome à uma nova sociedade, chamada de Sociedade da Informação. Segundo Machado e Suaiden (2013), diante desse cenário, as bibliotecas enfrentam o desafio de não serem mais consideradas a única fonte de busca e acesso à informação e, por isso, devem se adaptar a esse novo contexto, utilizando-o e aproveitando-o ao seu favor.

Segundo Olinto (2010), com o surgimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a biblioteca deve adotar novos enfoques, diversificando seu papel e aproveitando para utilizar essas tecnologias a fim de atrair a comunidade para seu espaço, além de torná-las (seus processos e formas de gerenciamento) aliadas, e não concorrentes. Portanto, pode-se dizer que uma biblioteca deve ir onde seu público está e, no atual momento, seu público encontra-se imerso nessas tecnologias.

As redes sociais são tipos de mídias sociais implícitas no universo das TIC. Para Portugal (2007), as redes sociais são capazes de expor o perfil e a personalidade das pessoas, por meio das preferências e dos comportamentos dos indivíduos, a partir das interações que esses possuem entre si. Telles (2010) corrobora que as redes sociais são ambientes que buscam reunir variados tipos de pessoas e que, concomitantemente, é capaz de explicitar o perfil de diferentes grupos, baseados nas fotos pessoais, textos, vídeos e posts demandados por esse ambiente.

Nessa pesquisa, o tipo de rede social focado é o Instagram, como uma ferramenta estratégica que demanda de gestão da informação e de competência em informação por parte das bibliotecas, mostrando-se como um meio de potencializar os serviços dessas instituições.

Segundo Belluzzo (2011), os bibliotecários são elementos fundamentais para a transformação e adequação da biblioteca às novas tecnologias e tendências da sociedade. Nesse âmbito, Rasteli e Cavalcante (2013) concordam e reiteram que esses profissionais devem ter competência em informação para poder transformar as tecnologias que utilizam em ambientes voltados à aprendizagem e a construção do conhecimento.

Diante dessas contextualizações, a pesquisa parte dos seguintes problemas: quais as vantagens que o uso do Instagram pode trazer às bibliotecas públicas? O Instagram pode ser utilizado como ferramenta estratégica pelos bibliotecários? Assim, o objetivo é analisar como os processos de gestão da informação e competência em informação podem auxiliar o uso institucional do Instagram pelas bibliotecas públicas.

Para tanto, trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, que busca mapear o uso do Instagram pelas bibliotecas públicas do Estado de São Paulo, através de contato por e-mail, telefone e/ou redes sociais, além de contar com uma revisão bibliográfica acerca dos temas: Instagram como uma mídia social de destaque tanto no âmbito pessoal como profissional e mercadológico, gestão da informação, competência em informação e bibliotecas públicas.

A pesquisa se justifica por abordar um tema inovador no contexto de bibliotecas, afinal, o uso das tecnologias de informação e comunicação tem sido considerado importante diante da atual sociedade, onde a informação e o conhecimento configuram-se recursos valiosos. Dessa maneira, o estudo parte com o intuito de incentivar as bibliotecas públicas a mergulharem nas mídias sociais de forma institucional, buscando expandir esse universo e atrair mais pessoas à leitura e a outros serviços que as bibliotecas oferecem atualmente.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 *Instagram*: uma tecnologia de destaque**

Para começar as discussões acerca do assunto, é importante salientar que, segundo dados oficiais da própria rede social, o Instagram reúne hoje uma comunidade de mais de 800 milhões de pessoas, que capturam e compartilham os momentos do seu dia a dia na web (desde um simples bom dia, a passeios ou viagens e, até mesmo, a lançamento de estratégias entre empresas) (INSTAGRAM, 2018). A rede social, fundada em 2010, se concentra em uma plataforma simples e criativa, através da resolução de problemas com o design inteligente de produtos.

Em termos de gestão, a rede social oferece ajuda aos membros de sua comunidade para compartilhar seu próprio conteúdo com aplicativos ou serviços. Também oferece suporte a aplicativos e serviços que ajudam marcas e anunciantes a entenderem e a gerenciarem seu público-alvo, além desenvolver sua estratégia de conteúdo e obter direitos digitais.

No mesmo sentido, o Instagram ajuda emissoras e editores a descobrirem conteúdos, a obterem direitos digitais para mídia e a compartilharem informações usando a web. “Como resultado, o Instagram tornou-se o lar de histórias visuais para todos, de celebridades, redações e marcas, a adolescentes, músicos e qualquer pessoa com uma paixão criativa” (INSTAGRAM, 2018, tradução nossa).

Infere-se que os avanços tecnológicos, como as redes sociais e os novos aplicativos de base imagética, como as TIC, permitem, cada vez mais, que as pessoas registrem e compartilhem seus conhecimentos em uma determinada plataforma: a digital. Nesse sentido, dentro do contexto empresarial, o Instagram é uma rede social própria para compartilhamento de imagens e vídeos, onde as empresas podem optar por divulgar imagens de produtos, realizar, por meio das ferramentas existentes na rede, campanhas publicitárias, vídeos ao vivo, entre outras formas de divulgação direta e com baixo custo, que propicia uma interação muito próxima com os clientes (ORSOLI, 2015).

No âmbito das bibliotecas públicas, o Instagram também pode ser utilizado como uma ferramenta estratégica, com certa diferença de objetivos, pois, não irá visar o lucro material, mas, sim, o lucro intelectual, mediante a fidelização da comunidade e da capacidade de expandir o público de usuários. Portanto, para que o uso do Instagram aconteça de forma efetiva torna-se importante unir os processos de gestão da informação e de competência em informação a favor desse uso.

Logo, o Instagram configura-se em uma maneira de auxiliar o processo de gestão da informação, desde que esse esteja voltado a essas tecnologias. Diante disso, a competência em informação vai preparar os funcionários da biblioteca nessa utilização, pois, antes de formar usuários competentes em informação, os funcionários devem portar dessa competência.

Nessa perspectiva, ao entender-se que o ambiente de uma biblioteca se constrói a partir do desenvolvimento de uma informação coletiva, ou seja, de um ambiente colaborativo onde, ao mesmo

tempo em que uma informação é apropriada, gera-se um novo conhecimento, o uso do Instagram torna-se relevante na medida em que permite uma construção coletiva do conhecimento que, carrega em si, paradigmas das tecnologias da informação.

Na internet, o sujeito que recebe informações da conexão também pode ser o reutilizador e disseminador da mesma, por meio de sites, redes sociais, enfim, através de plataformas digitais. Essas, portanto, podem ser ou não relevantes para quem a lê.

Nesse contexto, centralizando a atenção nas pessoas que interagem com tal meio, é papel dos profissionais que lá trabalham fazer com que a disseminação e aquisição dos recursos informacionais sejam feitos de modo a poupar o tempo do usuário e, principalmente, a assegurar a confiabilidade das informações fornecidas. Assim, as redes sociais serviriam como uma fonte informacional secundária aos serviços das bibliotecas, que contém textos completos e/ou suas referências e resumos.

As redes sociais e, em especial o Instagram, podem contribuir para um desenvolvimento mais conciso dos serviços realizados por uma biblioteca pública, de forma que as necessidades informacionais dos indivíduos possam ser melhor gerenciadas (SILVA, 2014). Nesse sentido, por meio do estudo dos paradigmas das tecnologias em informação e comunicação, o profissional da informação pode entrelaçar as necessidades dos indivíduos ao seu auxílio profissional. Consequentemente, é essencial que os bibliotecários estudem tais fenômenos, pois é por meio deles que suas relações profissionais para com as bibliotecas e os indivíduos mudam.

## 2.2 Gestão da Informação

O espectro atual de ocupação humana tem sido chamado de Sociedade da Informação e do Conhecimento e, segundo Corrêa et al. (2014), a informação, o conhecimento e as tecnologias passaram a ser recursos imprescindíveis para o crescimento socioeconômico das organizações, assim como da população. Para os autores, o uso crescente e frequente de tecnologias de informação e comunicação culminou em grandes transformações sociais e econômicas no país.

Essas transformações estão explícitas, por exemplo, na velocidade com que a informação chega até as pessoas e é produzida, na quebra de barreiras comunicacionais entre diferentes povos, na interação mais acentuada entre organizações e sociedade, na possibilidade que as pessoas possuem de construir mais conhecimento, devido ao acesso mais fácil e rápido à informação, na construção de um universo virtual onde existe vida, tão populoso quanto o universo físico, enfim, essas e muitas outras características contribuíram para a construção e a consistência da sociedade da informação e do conhecimento.

Segundo Santos e Carvalho (2009, p.45), a sociedade da informação é “[...] uma organização geopolítica dada a partir da terceira revolução industrial, com impacto direto no uso da informação e das tecnologias da informação e comunicação”. Sendo assim, mesmo que essa sociedade esteja visível para o ambiente acadêmico, na prática, muitas organizações ainda não enxergam a informação como um recurso básico como financeiro e humano, por exemplo.

Nesse caso, presume-se que a sociedade da informação ainda divida espaço com a sociedade industrial, porém, as perspectivas são de verdadeira expansão da primeira, visto que, para Takahashi (2000), esse novo conceito de sociedade não se configura passageiro, mas, sim, representa uma mudança aprofundada na forma de gestão das organizações e da população em geral.

À vista disso, gerenciar informação torna-se importante para uma sociedade que é pautada pela importância da informação como um recurso valioso, portanto, a gestão da informação passa a ser um processo crucial para o desenvolvimento efetivo da sociedade da informação. Para Marteleto (2010), o gerenciamento da informação deve estar presente em todo ambiente organizacional, dependendo de informações, além de atribuir as organizações e as redes sociais como os principais recursos gerenciais a seu favor.

A gestão da informação é um conjunto de estratégias que visa identificar as necessidades informacionais, mapear os fluxos formais, coletar, filtrar, analisar, organizar, armazenar e disseminar informações para a tomada de decisão (VALENTIM, 2004). Esse conceito da autora é expansivo, pois, envolve inúmeras atividades que, se realizadas em conjunto, são capazes de tornar disponível para uso apenas informações pertinente ao que se é necessário em uma organização.

Para Choo (2003), a gestão da informação se divide em algumas atividades relacionadas à identificação das necessidades de informação, à aquisição, à organização, ao armazenamento, à distribuição, à disseminação, ao uso da informação e ao desenvolvimento de produtos e de serviços

informacionais. Pode-se dizer que, além de ser aplicável em ambientes empresariais, esse panorama de gestão da informação de Choo (2003) também pode ser aproveitado nas bibliotecas, assim como o de Valentim (2004), porque as bibliotecas se configuram como organizações na medida em que trabalham com o tratamento da informação, visando o acesso e uso em sociedade.

Ponjuán Dante (2007) traz um conceito de gestão da informação um pouco distinto dos citados anteriormente, mas que está em concordância e parte da mesma linha que eles. É distinto porque ela não a define como um conjunto de atividades específicas, mas, é concordante porque a aborda como sendo, em essência, as atividades que Choo (2003) e Valentim (2004) destacam como sendo papel da gestão da informação. Dessa maneira, de acordo com Ponjuán Dante (2007, p.19), a gestão da informação é

[...] um processo mediante o qual se obtém, se desenvolve, ou se utilizam recursos básicos (econômicos, físicos, humanos, materiais) para o movimento da informação dentro do ambiente organizacional e para a sociedade a qual serve (PONJUÁN DANTE, 2007, p.19, tradução nossa).

Ou seja, para a autora, a gestão da informação é um processo que mobiliza todos os setores de uma organização e que se desenvolve ao se utilizar de todos os recursos básicos a partir do uso e da valorização da informação no ambiente organizacional.

No âmbito das bibliotecas, Santos e Valentim (2014) afirmam que a gestão da informação é mais voltada tanto aos ativos tangíveis quanto aos ativos explícitos de informação, baseando-se nos processos de aquisição, organização, tratamento, disseminação, armazenamento e utilização da informação. Além disso, a gestão da informação é um conjunto de processos que possui um objetivo em comum com as bibliotecas, que é o de propiciar informação rápida e agregada de valor a quem precisa.

Com isso, fica evidente que a gestão da informação é uma ferramenta que deve estar inserida nas bibliotecas públicas, como mais uma tecnologia gerencial que contribui para a adaptação coerente dessas instituições na atual sociedade. Todavia, é importante salientar que a gestão da informação deve estar sempre acompanhada do processo de competência em informação, visto que, de acordo com Santos e Damian (2017), para que as atividades de gestão da informação sejam cumpridas com êxito, é necessário ter profissionais competentes em informações, capazes de articular e utilizar com eficiência os sistemas e as tecnologias oriundas da sociedade da informação encontradas nas etapas de gestão da informação.

### 2.3 Competência em Informação – *Information Literacy*

A terminologia *Information Literacy* surgiu em 1974, nos Estados Unidos, com o bibliotecário Paul Zurkowsk. Na época, ela foi amplamente difundida e recebeu diferentes traduções, como: literacia em informação, competência informacional, letramento informacional, dentre outras.

No Brasil, a tradução adotada foi a recomendada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na publicação do livro „*Overview of Information Literacy Resources Worldwide*“, organizado por Horton Húniór (2013), reconhecendo a “Competência em Informação” como tradução adequada da palavra estrangeira. Placeres (2008) explanou que a Competência em Informação surgiu nos anos 70, devido ao crescimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), tornando-se uma “prática profissional” desse período, baseada em uma sociedade sedenta por informação, crescimento econômico e mudanças sociais.

Segundo Belluzzo (2010, p. 33) a Competência em Informação (Colnfo) é um “[...] processo contínuo de interação e internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades específicas como referenciais à compreensão da informação e de sua abrangência”. Nesse prisma, também a Colnfo pode ser definida como:

um conjunto de competências que permite aos cidadãos acessar, recuperar, compreender, avaliar e usar, bem como criar e compartilhar informações e conteúdo de mídia em todos os formatos, usando **várias ferramentas**, de forma crítica, ética e eficaz, para participar e se envolver em atividades pessoais, profissionais e sociais (UNESCO, 2013, p. 29, grifo nosso).

A partir desse enfoque, entende-se que a Colnfo proporciona aos profissionais da informação (bibliotecários, arquivistas e gestores) a mediação entre o uso assertivo das TIC como ferramentas

fundamentais na geração e criação de conhecimento em um processo dinâmico, pautado em habilidades, ao implementar ações de aproximação de seus usuários e na disseminação em rede de seus serviços por meio de imagens, vídeos, depoimentos de usuários e outras propagandas, almejando a conexão, compartilhamento e interesse intelectual desses usuários.

Dessa maneira, a mediação da informação consiste em ações dos profissionais da informação “[...] direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92). O profissional da informação possui a responsabilidade de suprir a demanda dos usuários. Essa tarefa árdua necessita de ações competentes e requer o domínio da Competência em Informação por parte desse profissional no processo de resolução/solução dos problemas das necessidades dos usuários.

No âmbito das bibliotecas públicas, os profissionais da informação deverão se adequar constantemente aos novos contextos das ferramentas tecnológicas, “[...] uma vez que um nível metacognitivo de competência informacional é alcançado em um domínio, o entendimento de como usar a informação para criar novo conhecimento pode ser aplicado em um novo contexto” (CATTS, 2010, p. 4).

Nesse viés, Bruce (2003) enfatiza que a ColInfo também está relacionada às experiências e situações vivenciadas pelos indivíduos e indica 7 concepções atreladas à Competência em Informação: **1) Concepção baseada nas tecnologias da informação** – a competência em informação utiliza as tecnologias de informação como aporte na recuperação e comunicação da informação; **2) Concepção baseada em fontes de informação** – a competência em informação propicia a obtenção da informação nas fontes informacionais; **3) Concepção baseada na informação como processo** – a competência em informação é reconhecida pelos usuários como uma estratégia de processo no alcance de informações faltantes, ou novas, para a criação de conhecimento; **4) Concepção baseada no controle da informação** – a competência em informação está atrelada ao controle da informação, com ênfase no domínio do usuário, ao saber recuperar, manusear e utilizar os meios para obtenção da informação necessária; **5) Concepção baseada na construção do conhecimento** – A competência em informação está atrelada à construção de conhecimento por meio das experiências pessoais vivenciadas no decorrer da vida; **6) Concepção baseada na extensão do conhecimento** – a competência em informação está atrelada a relação de extensão do conhecimento, ao se apropriar de novas concepções, entendimentos, compreensões que irão proporcionar cada vez mais capacidade de utilizar a informação de maneira criativa; **7) Concepção baseada no saber** – a competência em informação consiste nos benefícios da utilização inteligente da informação, ao proporcionar aos indivíduos o compartilhamento de valores individuais no uso da informação, reconhecer a informação como fator essencial na contribuição da história, tempo, cultura e da própria sociedade.

Assim, a ColInfo deve estar internalizada nos profissionais da informação, seja pela apropriação dessa “Competência”, cada vez mais valiosa, ou do sucesso estabelecido na relação com os seus clientes/usuários, a fim de fomentar o desenvolvimento intelectual, científico e profissional dos usuários das redes. Castells, (2006, p. 566) salienta que a “[...] rede é um conjunto de nós interconectados”. Com base nessa interação ilimitada, que resulta no compartilhamento em tempo real de informações e no uso inteligente e ético da Competência em Informação por meio das TIC, a ColInfo proporciona às bibliotecas públicas uma nova perspectiva, que envolve a remodelação dos processos de serviços de atendimento aos usuários, aprimoramento crescente, condições essenciais para eliminação de qualquer fator negativo que distancie e impacte em sua performance no alcance do reconhecimento por parte de seus usuários do papel determinante que essa possui para obtenção e uso das informações, de suas fontes e na criação de conhecimento.

## 2.4 Bibliotecas Públicas

Ao instigar acerca de uma biblioteca pública percebe-se a multiplicidade de discursos e sentidos atribuídos a esta forma de organização social. Por traz deste signo linguístico, encontra-se um fio de linha que, se puxado, é capaz de desnovelar significâncias oriundas dos mais diversificados contextos.

Para Almeida Júnior (2013), embora as bibliotecas públicas tenham surgido na metade do século XIX, nos Estados Unidos e na Inglaterra, tendo o ano de 1850 como marco histórico desse fato, há controvérsias sobre o motivo que incitou o seu surgimento no cenário mundial.

Nesse sentido, alguns dos fatores que possivelmente corroboraram o nascimento da

biblioteca pública no mundo foi a necessidade, impulsionada pela revolução industrial, de mão-de-obra mais qualificada. Outra possibilidade, é conceber o surgimento dessa tipologia de unidade de informação como uma reivindicação da população por acesso à informação gratuita.

Ao passo que a Revolução Industrial pode ter demandado mão-de-obra qualificada e a Revolução Francesa ter fundamentado pressões por maior democratização da educação, como bem elucida Almeida Júnior (2013), ambos marcos históricos se inscrevem numa mesma condição: são convergentes à gênese das bibliotecas públicas, não sendo oportuno abranger as facetas hipotéticas isoladamente.

Assim, a origem da biblioteca pública não pode ser entendida com leviandade, oriunda de um cenário de jogos de poder: ora advém de reclamos das classes populares, ora advém das demandas das classes detentoras do poder. Almeida Júnior (1997) afirma que aquele momento histórico como marco do seu nascimento, isto é, meados do século XIX, permite que possamos nos inteirar das influências, mescla e intersecções que a enredaram.

Ao contrário, à biblioteca pública pertencer a um contexto de mudanças, transformações e alterações é inferir que seu surgimento no meio social não é deslocado dos acontecimentos e da situação da sociedade daquela época. Ela deve continuar protagonizando cenários históricos, não estanques, mas cheios de dinamismo e permeados por mutações.

Construída em meio a duas revoluções, uma das funções da biblioteca pública é atender a toda uma sociedade. Ela é a unidade de informação que se caracteriza como maior instituição social nesse segmento, pois dela brota um manancial que percorre os sulcos da sociedade, espaços por onde o usuário se envolve com o aspecto educacional, cultural, político e de formação cidadã e humana, inscrevendo-se.

Ora, a biblioteca pública é, com isso, uma intermediadora de saberes e aspirações entre às pessoas. Para Almeida Júnior (1997, p. 22), ela “deve ser reflexo e causa das transformações da sociedade; deve receber influências, interferir, ser início, meio e fim das alterações sociais”. Ela contrasta com aquilo que se cultiva nas margens da sociedade, pois dela é gerado valor, educação, cultura e cidadania. Carrega em seu âmago uma postura de desenvolvimento equitativo aos cidadãos por meio de uma postura de inclusão e de abolição de preconceitos, como denota a IFLA (2018), por meio do seu Manifesto sobre bibliotecas públicas: “a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais”, logo “os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, independentemente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social” (IFLA, 2018, tradução nossa).

Dado o contexto de uma instituição de parecer altruísta, para Almeida Júnior (2013), uma das características e crenças da biblioteca pública tradicional, que faz um contraponto com a perspectiva da sua magnitude conceitual, é o fato dela supor que o usuário deve procurar a biblioteca, não o contrário. É deduzir que a baixa frequência da biblioteca se deve por desinteresse dos usuários; que as suas portas estão abertas, mas que à biblioteca entra aqueles que quiserem dela fazer uso.

Uma postura organizacional de teor passivo como essa, instiga trazer à discussão perspectivas da gestão da informação e da competência em informação por meio do uso da mídia social online Instagram.

Souza (2013) afirma que muitos bibliotecários como profissionais da informação utilizam as redes sociais sem reconhecer seu potencial intrínseco que, por conseguinte, poderiam ser utilizadas como ferramentas de estratégia para o alcance de vários fins.

Em organizações como as bibliotecas, as pessoas, através de suas atitudes, crenças e opiniões demonstram a forma como reagem ao ambiente que estão inseridas, fenômeno este que enforma a chamada cultura organizacional, segundo a perspectiva de Rossi et al. (2017).

Para os autores (ROSSI et al., 2017, p. 72), “a cultura representa o sentimento da organização e fica mais visível quando as organizações tentam implantar novas estratégias e programas”. Desse modo, se as pessoas representam o recurso mais valioso dentro de uma organização e essas têm o potencial de, conjuntamente, expressarem forças que modelam uma determinada realidade, logo, podemos inferir que a atuação de bibliotecários que nadam contra a correnteza dos novos modos de gerenciar, usar e mediar a informação, acomete o fazer social-institucional da organização como um todo, culminando num processo de projeção, como um espelho.

Nesse ínterim, a biblioteca pública é quem acaba por ser lesada, pois carece da aplicação de ações estratégicas de gestão por não ser capaz de alcançar a saciedade dos desejos de informação do seu público. Ela necessita lidar com as novas possibilidades que emergem de uma conjuntura fundamentada no universo da comunicação por meio de ferramentas e novas tecnologias da

informação e comunicação. Essa conjuntura a coloca num patamar ímpar, à margem, fadada à desvalorização, caso não se adeque às demandas informacionais de usuários que se fazem presentes nos meandros dos sites e redes sociais online: um universo de informação cada vez mais amplo, compartilhado e dinâmico.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa se caracterizou por ser de natureza qualitativa e exploratória na medida em que, por meio de uma Pesquisa Bibliográfica, buscou discutir os conceitos de “gestão da informação”, “competência em informação”, “bibliotecas públicas”, “Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação” e “Instagram”, a fim de convergir esses conceitos e aprimorar os fundamentos teóricos da área da Ciência da Informação. A escolha pelo procedimento de pesquisa decorreu do fato de entender-se, aqui, a importância de se realizar uma análise interpretativa de conceitos e teorias, buscando uma compreensão social dos conceitos estudados.

O levantamento de dados ocorreu na Base de Dados Referenciais de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e na Scientific Electronic Library Online (SciELO), por meio das palavras-chave “gestão da informação”, “bibliotecas públicas” e “uso do Instagram” (em português e inglês) como assuntos principais e títulos. O foco da coleta de dados foram os resumos dos artigos científicos levantados, sendo que a escolha pelas bases ocorreu pelo fato de elas representarem a integração de todas as áreas da Ciência a Informação em âmbito brasileiro.

Em seguida, foi realizada a leitura, fichamento e análise dos textos, a fim de entender a proposta e objetivos dos trabalhos e, posteriormente, realizar a extração e sistematização das informações principais. Logo, após a submissão das expressões nos mecanismos de busca, foi realizada a leitura do título e palavras-chave do documento, com o intuito de aplicar os critérios de inclusão e exclusão.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Almejando proporcionar melhor compreensão da temática abordada, foi elaborado um quadro teórico sintético (Quadro 1), das principais ações das bibliotecas públicas no contexto contemporâneo de redes e mídias sociais. Pôde-se observar que as bibliotecas proporcionam prestações de serviços essenciais para obtenção de informações e para geração de conhecimento, à medida que essas dispõem de ambientes adequados e profissionais Competentes em Informação no uso de suas atribuições e responsabilidades frente ao manuseio assertivo das TIC, mídias e redes sociais, conforme descrito a seguir:

**Quadro 1:** Síntese das principais ações das bibliotecas públicas no contexto contemporâneo de redes e mídias sociais

PRINCIPAIS AÇÕES DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS	PADRÕES E INDICADORES DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PRESENTES NOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO	INTERCONEXÃO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DAS TIC, APROXIMANDO BIBLIOTECAS E USUÁRIOS
<p><b>ACERVO</b> Constituem as obras e itens em diferentes suportes, que compõem a coleção da biblioteca, como: livros, materiais iconográficos, cartográficos, periódicos e suas fontes informacionais.</p>	<p><b>PADRÃO 1 – A pessoa competente em informação determina a natureza e a extensão da necessidade de informação.</b></p> <p><b>Indicadores</b> Define e reconhece a necessidade de informação. Identifica uma variedade de tipos e formatos de fontes de informação potenciais. 3 Considera os custos e benefícios da aquisição da informação necessária.</p>	<p><input type="checkbox"/> Compreensão do papel, funções e condições das mídias na sociedade em rede, bem como visão crítica do conteúdo disponibilizado e seus impactos junto à participação “auto expressiva” de seus usuários/seguidores;</p> <p><input type="checkbox"/> Habilidade de uso das TIC e outros meios digitais e virtuais de divulgação, com ênfase na produção de conteúdos adequados, que satisfaçam e superem as expectativas dos usuários;</p>
<p><b>EVENTOS</b> Constituem nas atividades culturais, artísticas, educacionais, de entretenimento e de lazer promovidas pela biblioteca ou no espaço da biblioteca.</p>	<p><b>PADRÃO 2 – A pessoa competente em informação acessa a informação necessária com efetividade.</b></p> <p><b>Indicadores</b> 2.1 Seleciona os métodos mais apropriados de busca e/ou sistemas de recuperação da informação para acessar a informação necessária. 2.2 Constrói e implementa estratégias de busca delineadas com efetividade. 2.3 Busca a informação via eletrônica ou com pessoas utilizando uma variedade de métodos. 2.4 Retrabalha e melhora a estratégia de busca quando necessário. 2.5 Extrai, registra e gerencia a informação e suas fontes.</p>	<p><input type="checkbox"/> Atualização e adaptação diária das necessidades de integração global, com base em padrões informacionais, percepção e flexibilidade situacional;</p> <p><input type="checkbox"/> Capacidade de compreensão da complexidade com base em ações estratégicas para suprir as demandas geradas;</p>
<p><b>SERVIÇOS</b> Constituem recursos intangíveis propiciados pela biblioteca, almejando a satisfação da necessidade de seus usuários, como: empréstimos de materiais, programas educacionais, pesquisa e auxílio de bibliotecários, acesso a ferramentas tecnológicas, entre outros.</p>	<p><b>Padrão 3 – A pessoa competente em informação avalia criticamente a informação e as suas fontes.</b></p> <p><b>Indicadores</b> 3.1 Demonstra conhecimento da maior parte das ideias da informação obtida. 3.2 Articula e aplica critérios de avaliação para a informação e as fontes. 3.3 Compara o novo conhecimento com o conhecimento anterior para determinar o valor agregado, contradições ou outra característica da informação.</p>	<p><input type="checkbox"/> Ênfase na interdependência virtual entre as partes interessadas (bibliotecas e usuários);</p> <p><input type="checkbox"/> Redes e fronteiras ilimitadas e indefinidas;</p> <p><input type="checkbox"/> Uso de procedimentos para controle remoto das informações nas bases e fontes de dados por parte das bibliotecas;</p>
<p><b>ESPAÇO</b> Constituem as imagens do ambiente estrutural bibliotecário (ambiente interno e externo) da biblioteca.</p>	<p><b>Padrão 4 – A pessoa competente em informação, individualmente ou como membro de um grupo, usa a</b></p>	



<p><b>REDES E MÍDIAS SOCIAIS</b></p> <p>Constituem as redes de relacionamento virtuais e espaços de interação, compartilhamento e trocas de informações e propagandas na WEB, como: <i>Instagram, Twitter, Youtube, Google Talk, Facebook, LinkedIn, Blogs</i>, etc.</p>	<p><b>informação com efetividade para alcançar um objetivo/obter um resultado.</b></p> <p><b>Indicadores</b></p> <p>4.1 É capaz de sintetizar a informação para desenvolver ou completar um projeto.</p> <p>4.2 Comunica os resultados do projeto com efetividade.</p> <p><b>Padrão 5 – A pessoa competente em informação compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação e acessa e usa a informação ética e legalmente.</b></p> <p><b>Indicadores</b></p> <p>5.1 Demonstra compreensão sobre as questões legais, éticas e socioeconômicas que envolvem a informação, a comunicação e a tecnologia.</p> <p>5.2 Cumpre as leis, regulamentos, políticas institucionais e normas relacionadas ao acesso e uso às fontes de informação.</p> <p>5.3 Indica as fontes de informação nas comunicações do produto ou resultados.</p>	<p><input type="checkbox"/> Sistemas de informações assertivos para decisões que exijam rapidez e segurança de dados;</p> <p><input type="checkbox"/> Biblioteca com postura flexível com enfoque no estímulo pelo aprendizado, inovação e aquisição de novos usuários com base em seus interesses individuais e coletivos;</p> <p><input type="checkbox"/> Suporte à Gestão da Informação e à Competência em Informação, com base na criação e no gerenciamento do conhecimento, com foco na inovação e no aprendizado coletivo utilizando as TIC, redes e mídias sociais;</p> <p><input type="checkbox"/> Profissionais da informação voltados à promoção em rede, por meio da exploração de novas perspectivas e contextos tecnológicos e informacionais – inovação.</p>
--	--	---

**Fonte:** Adaptado de (BELLUZZO, 2007, p. 95-103; CHILD, 2012, p. 62; WILSON, 2013, p. 18; GARCIA, 2017, p. 40-43).

O Quadro 1 demonstrou os principais elementos que constituem o ambiente da biblioteca pública, como: acervos, eventos, serviços, espaços, redes e mídias sociais; todas as ações promovidas e ofertadas pela biblioteca aos seus usuários dependem de profissionais Competentes em Informação, que deverão apresentar, internalizado individualmente, todos os Padrões e Indicadores descritos. Desse modo, esse profissional capacitado utilizará da interconexão da Gestão da Informação com as TIC, propiciando um contexto inovador, flexível, dinâmico e criativo, se apoderando de estratégias que envolvem as redes e mídias sociais para consolidar, estimular e mobilizar seus usuários/seguidores na busca incessante por informações, resultando em aprendizagem significativa e na construção de novos conhecimentos. Expande-se, dessa maneira, a fronteira física e limitada de ações indispensáveis para a formação intelectual, cultural e social dos indivíduos.

A Gestão da Informação, aplicada no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, é indispensável para o contexto atual; quando o uso dessas ferramentas por parte dos profissionais Competentes em Informação incluem ações e políticas efetivas direcionadas e trabalhadas concomitantemente, renovam e agilizam os processos, sistematizam as operações, padronizam, consolidam, constroem e materializam o encontro de novas informações, tornam o processo de aprendizagem dinâmico, transformando em gerenciamento eficaz e eficiente o acesso às bases de dados, no intuito de satisfazer as demandas informacionais e gerar novas construções de conhecimentos.

Nesse prisma, Ribeiro, Leite e Lopes (2014) ressaltam o poder dos sites e redes sociais na comunicação, divulgação e mobilização dos seus usuários ao indicarem:

As redes sociais virtuais se tornaram uma importante ferramenta de comunicação do mundo moderno, elas informam com uma rapidez impressionante, conseguem mobilizar multidões em ações de caridade, políticas ou sociais, criam, da noite para o dia, celebridades instantâneas caseiras, unem diferentes pessoas que, talvez, jamais se encontrariam no mundo real. (RIBEIRO; LEITE; LOPES, 2014, p. 12, grifo nosso).

Novos desafios são enfrentados pelas bibliotecas públicas no uso de novas ferramentas virtuais como o Instagram, que auxilia a expansão de conexões, compartilhamento de informações, promovendo a “[...] divulgação de seu acervo, divulgação de seus serviços, divulgação de suas atividades e eventos, divulgação de seus programas e projetos e divulgação das atividades que a instituição se propõe a cumprir” (GARCIA, 2017, p.68).

As postagens realizadas no Instagram pelas bibliotecas públicas estimulam a curiosidade de seus usuários, além de ofertar informações essenciais ao traçar o perfil de seus seguidores/usuários e de assuntos de seus interesses ao compartilhar as publicações em suas redes, resultando em dados que poderão ser estrategicamente trabalhados, a fim de fomentar novos usuários e consolidar a fidelização e relacionamento da biblioteca pública com os seus usuários.

Almeida Júnior (2009) corrobora ao explicar que a informação reside do contato do usuário com o suporte de informação, à medida que esse indivíduo internaliza/se apropria da informação, resultando em mudanças de significado individual, reorganizando, reestruturando e gerando conhecimento. Neste viés, a Gestão da Informação, em conjunto com a Competência em Informação, é necessária aos profissionais da informação no contexto físico e virtual das bibliotecas públicas, para que o “caos” não se estabeleça e prejudique as ações e informações divulgadas e compartilhadas nas redes sociais.

Nessa perspectiva, tanto a biblioteca quanto os profissionais da informação possuem a responsabilidade sobre o que está sendo divulgado/compartilhado e devem estabelecer critérios rigorosos de tratamento e gerenciamento de informação, avaliando e eliminando qualquer erro que impacte na sua imagem e postura ética e idônea sustentada por muito trabalho no decorrer de sua existência. Resiliente no papel que lhe cabe, a biblioteca pública é fomentadora de intelectuais, estudiosos e profissionais que só terão êxito na medida que se apropriarem dos “tesouros materiais e virtuais” que esta dispõe para a transformação da informação em conhecimento contínuo.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscou-se, na presente pesquisa, responder aos seguintes problemas: quais as vantagens que o uso do Instagram pode trazer as bibliotecas públicas? O Instagram pode ser utilizado como ferramenta estratégica pelos bibliotecários? Mediante esses problemas, o objetivo foi analisar como os processos de gestão da informação e de competência em informação podem auxiliar o uso institucional do Instagram pelas bibliotecas públicas.

Com o advento das TIC, a utilização de mídias e redes sociais passaram a se tornar veículos de transformação, por meio do estado prático de comunicação, que ultrapassa os limites de profundidade humana. O uso desse veículo une o universo pessoal e profissional como um somente universo, construtor de efetivas camadas de comunicação e relacionamento.

As organizações e instituições, públicas e privadas, são formadoras do mundo e do modo como as pessoas vivem e se desenvolvem, por isso, utilizar essas redes sociais tornou-se uma grande estratégia para as organizações adentrarem-se na consciência humana e assegurarem cada vez mais uma inter-relação entre organizações e pessoas.

Essa pesquisa, em específico, entende que a biblioteca pública necessita se inserir nesse universo de uso das redes sociais, e aborda o Instagram como uma ferramenta eficaz no processo de consolidar e estimular seus usuários na busca por informação, que acaba fomentando a construção do conhecimento e reafirmando a importância do papel da biblioteca pública na sociedade. Considera-se que o uso do Instagram pelas bibliotecas públicas depende de profissionais competentes em informação e que estejam capacitados ao uso da gestão da informação nas TIC, com o intuito de, mediante as postagens, expandir as fronteiras físicas e virtuais capazes de auxiliar na formação intelectual, cultural e social dos usuários/seguidores da biblioteca.

Além disso, percebeu-se que a intersecção entre os processos da gestão da informação e da competência em informação para o uso do Instagram como estratégia de crescimento e eficiência das bibliotecas está nas seguintes indagações que os bibliotecários e demais profissionais devem fazer: O que pode tocar os sentimentos do meu usuário/seguidor? Por que eu estou utilizando o Instagram como uma ferramenta de trabalho? Quais são as funcionalidades dessa rede e quais são as que eu

mais posso aproveitar para uso? Que tipo de postagem vai chamar a atenção do meu usuário/seguirador? Como eu posso introduzir arquitetonicamente interessante a biblioteca nesse universo? E por fim, exclamar: - Existe vida física no virtual, e a biblioteca deve existir em ambas!

É evidente que o mundo virtual das redes sociais detém de uma produção desenfreada de informação, devido ao grande número de funcionalidades dessas ferramentas que são moldadas pela exposição e compartilhamento de informação, por isso é que se afirma que não há uma maneira de utilizar essas redes sem o uso efetivo da gestão da informação e da competência em informação, pois, esses processos são importantes para evitar que o caos informacional prejudique as ações e os objetivos das instituições que utilizam as redes como ferramentas estratégicas.

Dessa maneira, essa pesquisa enfatizou a importância do uso do Instagram pelas bibliotecas como ferramenta crucial para expansão e desenvolvimento positivo das bibliotecas perante a sociedade, mediante o interesse de contribuir para que as bibliotecas se adaptem ao contexto da sociedade da informação e do conhecimento. Porém, articulou-se que o uso dessa ferramenta pelas bibliotecas públicas somente é considerado possível se os processos de gestão da informação e da competência em informação estiverem amadurecidos na consciência dos bibliotecários e na essência organizacional das bibliotecas.

Por fim, como apoio ao desenvolvimento de pesquisas futuras, indica-se investigações que analisem na prática se as bibliotecas públicas estão fazendo o uso do Instagram, como se dá esse uso e se a gestão da informação e a competência em informação estão envolvidas nesse processo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Biblioteca pública**: avaliação de serviços. Londrina: Eduel, 2013.

\_\_\_\_\_. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Editora da UEL, 1997.

\_\_\_\_\_. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 89-103, jan./dez. 2009.

BELLUZZO, R. C. B. As competências do profissional da informação nas organizações contemporâneas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.7, n.1, p.58-73, jan./jun, 2011. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/180>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Construção de Mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação**. Bauru-SP: Cá entre nós, 2007.

BELLUZZO, R. C. B. Competências e novas condutas de gestão: diferenciais de bibliotecas e sistemas de informação. In: VALENTIM, M.L.P. (Org.). **Ambientes e fluxos de informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 23-53

BRUCE, C. S. Lãs siete caras de la alfabetización en información en la enseñanza superior. **Annales de Documentación**, n. 6, p. 289-294, 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 617p.

CATTS, R. **UNESCO information literacy indicators**: validation report. 2010. Disponível em: <[http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/information\\_literacy\\_indicators\\_validation\\_report\\_ralph\\_catts\\_en.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/information_literacy_indicators_validation_report_ralph_catts_en.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2018.

CHILD, J. **Organização**: princípios e prática contemporâneos. São Paulo: Saraiva, 2012.

CHOO, C. C. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

CORRÊA, C. A. R.; ROCHA, E. M. P.; CARVALHAIS, J. N.; DUFLOTH, S. C. A sociedade da informação e do conhecimento e os estados brasileiros. **Informação & Informação**, Londrina, v.19,

n.1, p. 31-54, jan./abr. 2014. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12176/14206>>. Acesso em: 09 abr.2018.

FERRAZ, M. N. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.19, n. esp., p.18-30, 2014. Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2280>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

FREIRE, G. H. A.; FREIRE, I. M. Ações para competências em informação no ciberespaço: reflexões sobre a contribuição da metacognição. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 17, n. esp. 1, p. 1 - 23, 2012.

GARCIA, I. O. S. **Bibliotecas no Instagram**: um estudo sobre o uso do aplicativo por unidades de informação. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) – Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2017. 83 f.

HORTON JUNIOR, F. W. **Overview of information literacy resources worldwide**. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em:

<[http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/news/overview\\_info\\_lit\\_resources.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/news/overview_info_lit_resources.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

IFLA – INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS.

**IFLA/UNESCO Public Library Manifesto - 1994**. 2018. Disponível em: <

<https://www.ifla.org/publications/iflaunesco-public-library-manifesto-1994>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

INSTAGRAM.COM. **About us**. 2018. Disponível em: <<https://www.instagram.com/about/us/>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

MACHADO, F. B.; SUAIDEN, E. O papel da biblioteca pública e seus desafios frente aos avanços tecnológicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais do CBBB**. Florianópolis: FEBAB, 2013. p. 01-16.

MARTELETO, R. M. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 27-46, 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/9339>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

OLINTO, G. Bibliotecas públicas e uso das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento social. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 77-93, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42306>>.

Acesso em: 09 abr. 2018.

ORSOLI, F. **Introdução as Mídias Sociais**. São Paulo: Sebrae, 2015.

Disponível em: <<http://www.rafaelfelipesantos.com.br/wpcontent/uploads/2015/07/ebook-2-midias-sociais.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

PLACERES, G. M. La evaluación en la alfabetización informacional en el contexto de la educación superior: aproximación teórica. **Biblios**, n. 31, p. 1-11, 2008.

PONJUÁN DANTE, G. **Gestión de información**: dimensiones e implementación para el éxito organizacional. Gijón: Trea, 2007.

PORTUGAL, S. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. 2007. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

RASTELI, A.; CAVALCANTE, L. E. A competência em informação e o bibliotecário mediador da leitura em biblioteca pública. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v.18, n.36, p.157-180, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n36p157/24518>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

RIBEIRO, A.; LEITE, R.; LOPES, H. E. Análise do uso das redes sociais em bibliotecas universitárias brasileiras. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 12, n. 3, p. 5-27, set./dez. 2014.

ROSSI et al. Pessoas, cultura e estrutura organizacional: aplicação do framework gc@bu na Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 69-79, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/30721/17413>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

SANTOS, P. L. V. A. C.; CARVALHO, A. M. G. Sociedade da informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.19, n.1, p. 45-55, jan./abr. 2009.

SANTOS, B. R. P.; DAMIAN, I. P. M. A gestão da informação e a competência em informação: subsídios para o âmbito empresarial. **Palavra Chave**, v.7, n.1, out. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1853-99122017000200003&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-99122017000200003&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 09 abr. 2018.

SANTOS, C. S.; VALENTIM, M. L. P. As interconexões entre a gestão da informação e a gestão do conhecimento para o gerenciamento dos fluxos informacionais. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v.4, n.2, p.19-33, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/17897>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

SILVA, R. C. da. **O uso da informação imagética no processo da inclusão digital**: uma perspectiva para atuações bibliotecárias. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília/SP, 2014.

SOUZA, C. H. **Análise de mídias sociais**: a utilização pelos bibliotecários. 2013. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação, Goiânia, GO, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/xmlui/bitstream/handle/ri/4197/TCCG%20-%20Biblioteconomia%20-%20Caio%20Henrique%20Bernardo%20Souza.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

TAKAHASHI, T. (org.). **Livro verde da Sociedade da Informação no Brasil**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TELLES, A. **A revolução das mídias sociais**. São Paulo: M. Books do Brasil Ltda, 2010.

UNESCO. **Global media and information literacy assessment framework**: country readiness and competencies. Paris: UNESCO, 2013.

VALENTIM, M. L. P. **Gestão da informação e gestão do conhecimento**: especificidades e convergências. Londrina: Infohome, 2004 (Artigo em Web). Disponível em: <[http://www.ofaj.com.com/colunas\\_conteudo.php?cod=88](http://www.ofaj.com.com/colunas_conteudo.php?cod=88)>. Acesso em: 3 abr 2018.

WILSON, C. **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013. 194 p.

**ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS**

**ORGANIZATION, SYSTEMS AND METHODS**

Tecnologia e Sistemas

BARBOSA, Everaldo Henrique dos Santos  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília  
Mestrando em Ciência da Informação  
[contato.pitu@hotmail.com](mailto:contato.pitu@hotmail.com)

OLIVEIRA, Nagila Renata Alves  
Faculdade de Tecnologia (FATEC) – Campus de Garça  
Tecnóloga em Gestão Empresarial  
[nagilalves31@gmail.com](mailto:nagilalves31@gmail.com)

ABREU, Andréia de  
Faculdade de Tecnologia (FATEC) – Campus de Garça  
Mestra e doutora em Engenharia de Produção  
[andreiabreu11@gmail.com](mailto:andreiabreu11@gmail.com)

**Resumo**

O conceito de Organização, Sistemas e Métodos surgiu em decorrência da precisão de se estabelecer as atividades executadas dentro das organizações. A prática desse conceito no âmbito organizacional gera influências de fatores exteriores e constante busca pela eficiência, tendo em vista a obtenção de resultados satisfatórios. A partir de tais reflexões, objetivo do presente estudo foi analisar o sistema de despesas públicas realizadas por meio do processo licitatório com a utilização do sistema Bolsa Eletrônica de Compras (BEC), que tem como unidade gestora o núcleo de suprimentos e infraestrutura no qual foram levantados os dados. O universo da pesquisa selecionou um órgão público de grande porte, do segmento tributário, financeiro e de controle interno, localizada na cidade de Marília, interior do Estado de São Paulo. A metodologia consistiu em um estudo de caso, do tipo descritivo e exploratório, de natureza qualitativa, utilizando como instrumento de coleta de dados o questionário com perguntas abertas e fechadas. Os resultados demonstraram que as vantagens são relativamente altas e consideráveis, levando em consideração a economia pública e a fluência dos processos. Assim, aumentando a produtividade, qualidade e resultados finais com mais precisão.

**Palavras-chave:** Organização, Sistemas, Métodos.

**Abstract**

The concept of Organization, Systems and Methods arose because of the precision of establishing the activities performed within the organizations. The practice of this concept in the organizational context generates influences of external factors and constant search for efficiency, in order to obtain satisfactory results. Based on these reflections, the objective of the present study was to analyze the system of public expenditures carried out through the bidding process with the use of the Electronic Stock Exchange (BEC) system, which has as its management unit the supply and infrastructure core in which collected. The research universe selected a large public body, from the tax, financial and internal control segment, located in the city of Marília, in the interior of the State of São Paulo. The methodology consisted of a descriptive and exploratory case study of qualitative nature, using as a data collection instrument the questionnaire with open and closed questions. The results have shown that the advantages are relatively high and considerable, taking into account the public economy and the flow of processes. Thus, increasing productivity, quality and final results with more precision.

**Keywords:** Organization, Systems, Methods.

## 1 INTRODUÇÃO

O conceito de Organização, Sistemas e Métodos (OSM) surgiu em vista da precisão de se estabelecer as atividades executadas dentro das organizações que padecem das influências de fatores exteriores e da constante busca pela eficiência, tendo em vista a obtenção de resultados eficazes e satisfatórios. A busca pela excelência organizacional são elementos do moderno gerenciamento, qualquer empresa pode alcançar desde que seja atingida com profissionais adequados e com abordagem dinâmica (MEIRELES, 2003).

Para Moraes (2004, p. 91) “Organizações são instituições desenvolvidas por membros e dirigidas por objetivos organizacionais. São projetadas como sistemas de atividades e autoridade, deliberadamente estruturados e coordenadas de maneira interativa com o meio ambiente que a cerca”.

Para Oliveira (1998, p. 35), “sistema é um conjunto de partes interagentes e interdependentes que conjuntamente formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função”. Ou seja, o sistema é um elemento fundamental para o desenvolvimento e construção de um objeto. O método é uma maneira de aplicação de um objeto que, de modo geral, empregam-se nas organizações para que se obtenha maior produtividade e rendimentos, a fim de instituir a melhor passagem para que se possa alcançar a eficiência desejada. Como também contribui de forma significativa para as atividades organizacionais, diminuindo o tempo de produção e aprimorando os produtos e serviços finais (ARAÚJO, 2009).

Portanto, o problema de pesquisa consistiu em responder a seguinte questão: como o conceito de OSM é aplicado no processo de licitação no setor público?

Assim, com base nessas contextualizações, pretende-se com esse estudo contribuir, precisamente, para as áreas da Ciência da Administração, Ciência da Informação e da Gestão do conhecimento nas organizações. O objetivo do presente estudo foi analisar o sistema de despesas públicas realizadas por meio do processo licitatório com a utilização do sistema Bolsa eletrônica de compras (BEC), que tem como unidade gestora o núcleo de suprimentos e infraestrutura no qual foram levantados os dados.

Para tanto, realizou-se um estudo de caso, do tipo descritivo e exploratório, de natureza qualitativa, utilizando como instrumento de coleta de dados o questionário e observação direta. Esse questionário foi elaborado com questões abertas e fechadas a fim de coletar o máximo de informação possível sobre os processos de licitação.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Definições de Organizações, Sistemas e Métodos.

O desenvolvimento tecnológico vivenciado nos dias de hoje, originou-se no século XVII com a Revolução Industrial, tudo mudou, houve a substituição de ferramentas por máquinas, da energia humana pela energia motriz e a produção doméstica pela produção fabril. E através disso, entende-se que o novo gerenciamento organizacional vem sempre provocando mudanças no ambiente social e organizacional, originando mudanças significativas para o âmbito da administração (CHIAVENATO, 2004).

As mudanças nos processos de produção e nos modelos dos produtos que sejam a base do progresso tecnológico constituem inovações. Uma distinção importante é aquela entre invenção e inovação. A invenção é a descoberta das relações científicas ou técnicas que tornam possível o novo modo de fazer coisas; a inovação é sua aplicação comercial (BROWNE, 1985, p. 08).

Compreende-se que os processos de produção é o que constituem as invenções, ou seja, o modo de fazer determinado produto ou serviço. Todavia entende-se que o moderno gerenciamento organizacional utiliza diversas ferramentas para sua eficácia, dentre eles o conceito de Organização, Sistemas e Métodos (OSM). Portanto observa-se que OSM está dividida em três siglas “O” organização, “S” sistemas, “M” métodos. Que serão abordadas a seguir:

A primeira sigla a ser analisada é “O” organização. Depois de analisar vários outros conceitos chegaram a seguinte definição. “A organização é um artefato que pode ser abordado como um conjunto articulado de pessoas métodos e recursos materiais projetado para um dado fim e balizado por um conjunto de imperativos determinantes, crença valores etc. (MEIRELES, 2003, p 46)”.

Entende-se que as organizações é um conjunto de elementos, inseridos conforme civilização, confianças, importâncias e que as mesmas são essências para determinada finalidade. Assim, os

elementos e recursos presentes são fatores decisivos que deliberam as organizações, sendo a responsabilidade, autoridade e comunicação no ambiente organizacional (PEARSON, 2011).

A segunda sigla “S” sistemas foi de total importância na área de Organizações Sistemas e Métodos. Para Oliveira (1998, p. 35) “sistema é um conjunto de partes interagentes e interdependentes que conjuntamente formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função”. Considera-se que sistema é a princípio, procedimento, modificação e saída, logo que é indispensável que se determine o desígnio para o qual o sistema foi instituído, ou seja, deve ser definida qual a finalidade que os indivíduos que utilizam o sistema esperam-se obter do próprio sistema. De modo geral, empregam-se nas organizações para que se obtenha maior produtividade e rendimentos, a fim de instituir melhores resultados. Portanto, o sistema diminui o tempo de produção, aprimorando os produtos e serviços finais agregando qualidade e satisfação dos clientes (ARAÚJO, 2009).

Matos e Pires (2006) qualifica a aplicação de métodos da ciência positiva, racional e metódica aos problemas administrativos, a fim de alcançar a máxima produtividade.

Essa teoria provocou uma verdadeira revolução no pensamento administrativo e no mundo industrial. Para o aumento da produtividade propôs métodos e sistemas de racionalização do trabalho e disciplina do conhecimento operário colocando-o sob o comando da gerência; a seleção rigorosa dos mais aptos para realizar as tarefas; a fragmentação e hierarquização do trabalho (Matos; Pires, 2006, p. 1).

Araújo (2009, p.07) qualifica que “Pode-se traduzir a sigla OSM da seguinte maneira: Organização = Fayol e Métodos = Taylor, sendo sistemas uma inclusão recente a face da à evolução teórica”. Assim, a função OSM foi a que mais utilizou o estudo clássico da teoria da administração.

No entanto os desenvolvimentos caóticos das organizações surgem de tal modo que as faz com que busquem desiguais meios e métodos para a motivação do trabalho realizado; com isto, a área de OSM, igualmente designada por determinados autores de Organização e Métodos (O&M), torna-se acentuada para a procura da obtenção dos objetivos organizacionais.

## 2.2 Processos Organizacionais

Os processos organizacionais têm suas origens na “escola clássica” Os processos presentes em qualquer organização, independente de porte e segmento de mercado, podem ser categorizados como organizacionais de tal modo que estes viabilizam o funcionamento colocado dos diversos subsistemas da organização para execução geral. Para a implantação de estrutura por processo em uma organização é necessário que todos envolvidos na execução do trabalho estejam cientes do processo para que todos atuem de forma sintonizada (GONÇALVES, 1997).

O autor corrobora com a seguinte explanação sobre a definição de processos

[...]Minimizar os deslocamentos de pessoas e as transferências de materiais, organizando as atividades ao longo de processos, e não por funções; maximizar o agrupamento das atividades, empregando equipes multifuncional e pessoal polivalente; diminuir o gasto de energia por meio de atividades como, por exemplo, reunir as partes da empresa em um menor número de locais ou empregar maciçamente os recursos de tecnologia de informação para reduzir o transporte, a armazenagem e o deslocamento dos recursos e materiais empregados nos processos essenciais (GONÇALVES, 1997, P.15).

Entretanto nota-se bem como uma organização verdadeiramente se define por processos, há uma boa probabilidade de obter um ambiente favorável ao progresso sustentado, compatível e potencializado pela satisfação das pessoas que nela atuam.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada na presente pesquisa foi um estudo de caso em um órgão público localizado na cidade de Marília, interior do Estado de São Paulo, do segmento tributário, financeiro e de controle interno, o qual determina a responsabilidade político-administrativa do processo de despesas públicas.

Portanto, selecionou-se como objeto de estudo o processo de despesas públicas realizadas através do processo licitatório com a utilização do sistema BEC (Bolsa eletrônica de compras), que tem como unidade gestora o núcleo de suprimentos e infraestrutura no qual foram levantados os dados. A abordagem foi feita através da aplicação do questionário com perguntas fechadas, de



caráter qualitativa e por meio da observação direta.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

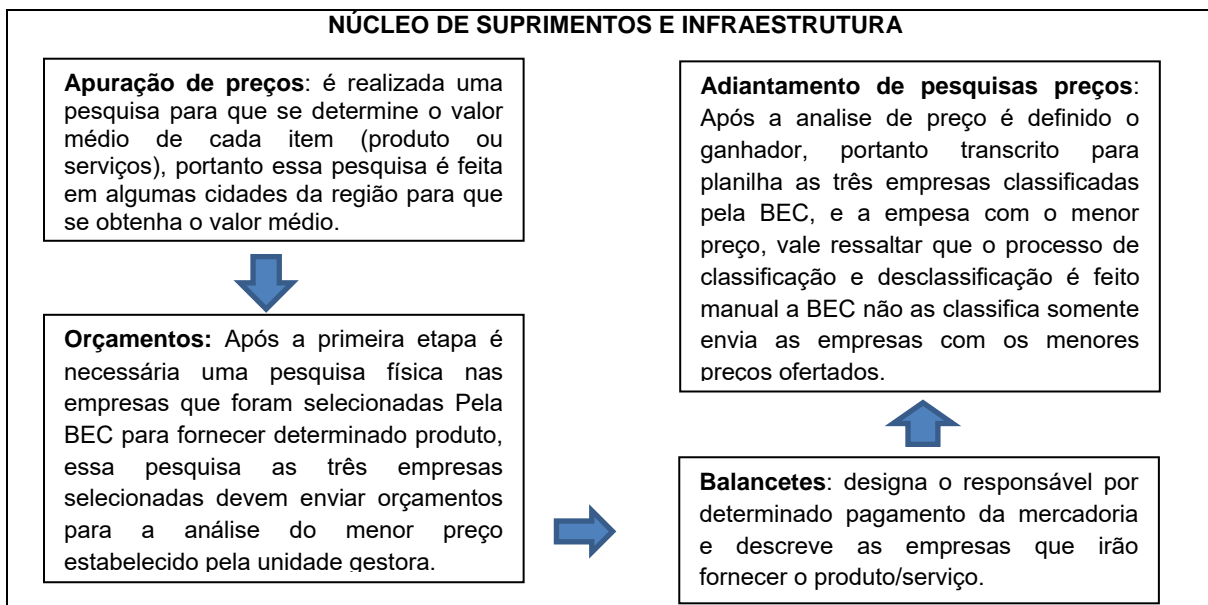
##### 4.1 Descrição da BEC (Bolsa Eletrônica de compras).

O processo licitatório tem como objetivo a transparência em aquisições feita pelo governo, por isso a utilização deste mecanismo, na unidade pesquisada se utiliza o sistema BEC (Bolsa Eletrônica de compras). A finalidade da BEC é a negociação de bens adquiridos pelo setor público, por meio de procedimentos eletrônicos com a garantia por parte do Governo e no pagamento de seus fornecedores na data de seu vencimento ajustada com o contrato. As Vantagens que o uso da BEC apresenta são benefícios não só para o setor público, mas para os fornecedores e para a sociedade em geral. Do ponto de vista do Estado, a BEC é um sistema transparente que permite a redução de custo e tempo. O Sistema de compra BEC é eficiente no processo eletrônico de licitação, porém limitado, a unidade gestora estudada não o aproveita na categoria prestação de contas.

##### 4.2 Descrição do problema: processo físico e sua burocratização na unidade gestora.

Observando o funcionamento do processo de licitação na unidade gestora foi possível identificar algumas disparidades de problemas que ocorrem durante o processo físico, ocasionando maior retardamento para a finalização e uma burocracia enérgica. Portanto o problema se inicia na unidade gestora denominada Núcleo de Suprimentos e Infraestrutura, pela necessidade da prestação de contas, pois a mesma não utiliza o processo eletrônico para a prestação de contas, logo se tornando necessário realizar dois processos para o mesmo objetivo, ou seja, a realização do processo físico e eletrônico, acarretando mais trabalho, menos agilidade, e ainda mais burocracia. O processo físico tem início após o lançamento do edital de compra na (BEC) Bolsa eletrônica de compras. Deste modo será o primeiro contato entre organização e fornecedor, e as empresas devidamente cadastradas irão enviar suas propostas online, e todo processo de compra para aquisição de material de consumo será finalizada eletronicamente, como já mencionado o processo físico acompanha o eletrônico, mas de forma lenta e burocrática etapas para a realização do processo físico, conforme apresentado na figura1. Estes são os primeiros passos para o início do processo físico.

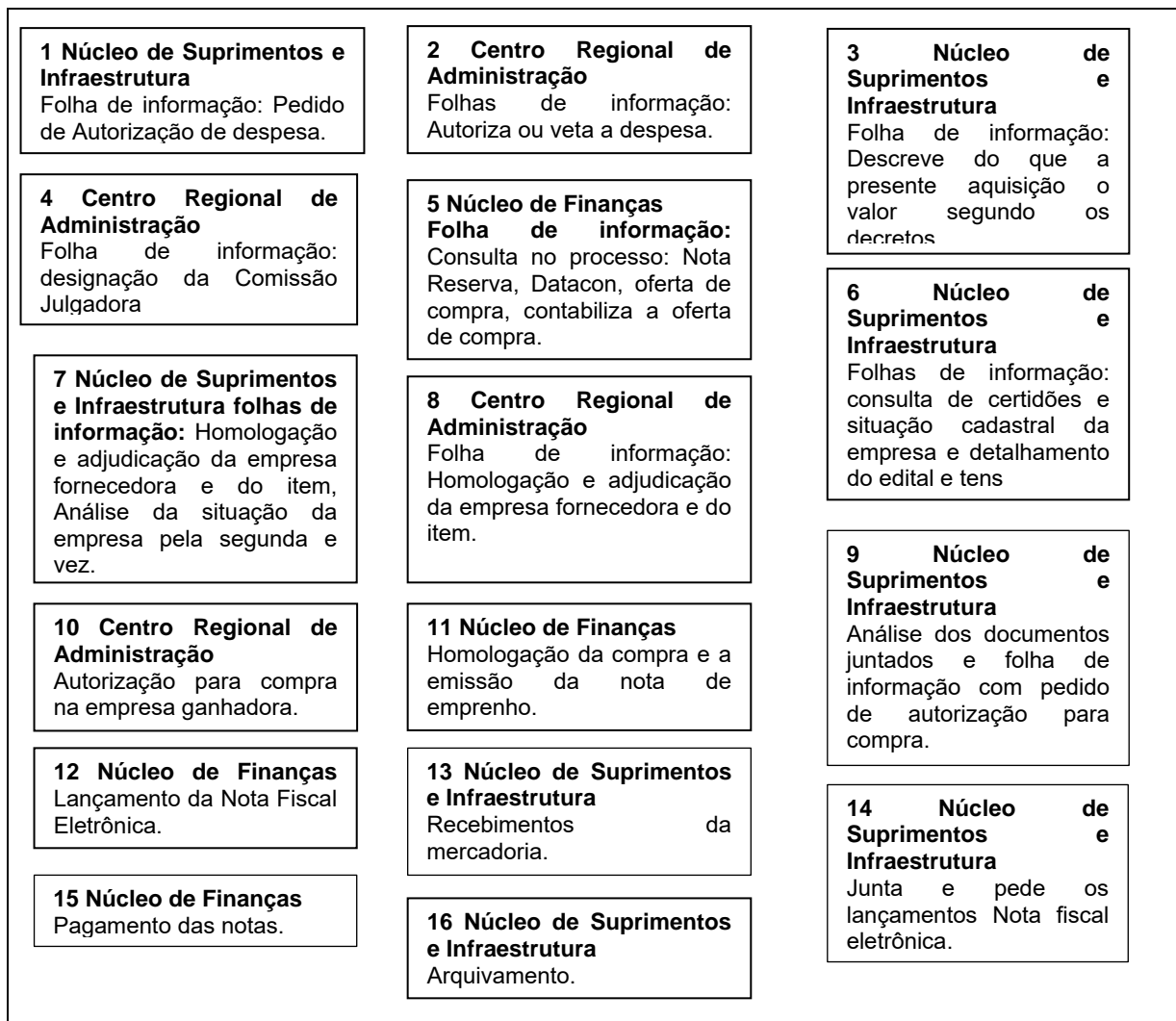
Figura 1 - Classificação de preços.



FONTE: elaborado pelos atores

Após todo o procedimento, conforme a figura 1 nota-se o problema inicial em relação ao tempo para elaboração das planilhas com os gastos com papéis, tintas, para impressão das mesmas, pois o sistema já envia as informações eletronicamente às empresas com menor índice de preço do mercado.

**Figura 2 - Realização do processo físico de aquisição de material de consumo**



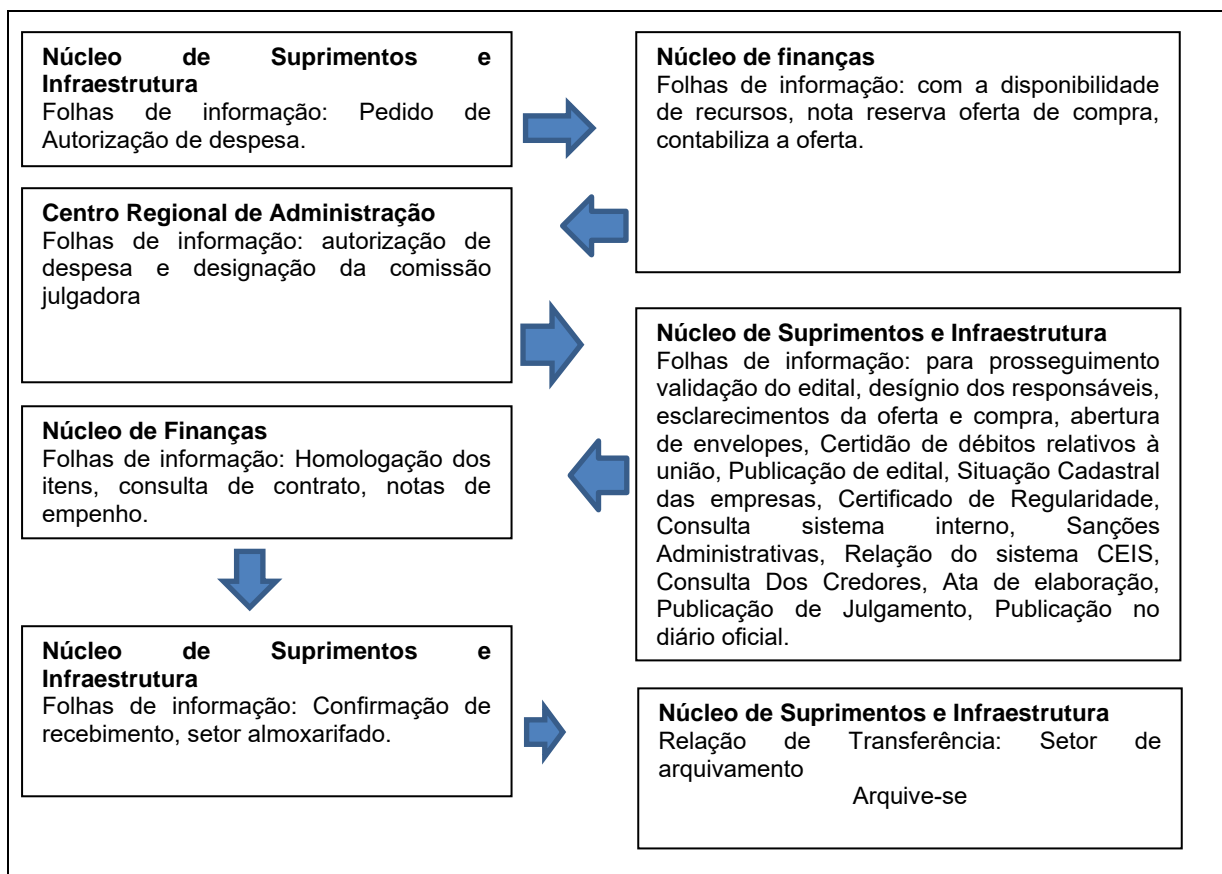
FONTE: elaborado pelos autores

Deste modo, pode-se dizer que a unidade gestora é bem simples e prática, assim como outros órgãos públicos que já utilizam de processos licitatórios eletrônicos e com o mesmo sistema BEC para a prestação de contas. O método poderia ser adotado pela unidade gestora, afim de, realizar a transferência dos processos para o outro núcleo, com a utilização do sistema já implantado, denominado GDOC (Gestão de documentos), que possui a ferramenta movimentação/expedir ou até mesmo um método ainda mais simples que é a pasta compartilhada, pois todo o processo de licitação estaria digitalizado. Deste modo, não precisaria imprimir tantas folhas sujeitas a erro, eliminando gastos com papéis, tinta, excesso de tempo para a finalização do processo, entre outros. Através de observações no local, ressalta-se que para a finalização do processo licitatório leva em média duas semanas, por conta da elaboração do processo físico, enquanto o eletrônico é finalizado em média de três dias. Logo, só há finalização total da licitação quando o processo físico estiver concluído.

Alguns aspectos são importantes serem destacados, como a adoção do procedimento somente eletrônico e excluindo o processo físico.

Outra proposta válida seria a forma mais rápida de se fazer a transferência para os núcleos responsáveis, conforme mostra a figura 3.

**Figura 3** - Elaboração da folha de informação eletrônica para aquisição de material.



FONTE: Elaborado pelos autores

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi analisar o sistema de despesas públicas realizadas por meio do processo licitatório com a utilização do sistema Bolsa Eletrônica de Compras (BEC), que tem como unidade gestora o núcleo de suprimentos e infraestrutura no qual foram levantados os dados.

O trabalho desenvolvido assumiu a responsabilidade de identificar a problemática de uma empresa do setor público, aplicando a Organização, Sistemas e Métodos (OSM), tendo esse como o método de procedimento para apontar os erros e melhorias solucionáveis para um manuseio mais eficaz para a organização. Considerando que esse meio metodológico, mostra-se altamente significativo para o processo de gestão.

A evidência colocada em foco nos manejos, tida como pontos negativos para o setor, pode mostrar que a maneira ao qual se estabelece as rotinas é de tempo tardio e burocrático, assim também, mostrou-se que a forma mais precisa e solúvel para os processos de licitações e aprovações pelos órgãos tornam-se mais eficazes pelo método unificado eletrônico, fazendo com que esses procedimentos sejam direcionados de maneira adequada diretamente para os núcleos responsáveis de maneira mais autônomas.

O resultado da pesquisa relata por meios das informações coletadas que as vantagens são relativamente altas e consideráveis, em termos de economia pública e mobilidade desses dados. Assim, aumentando a produtividade, qualidade e resultados finais, identificando-os como mais autênticos.

Uma organização dotada de pontos deficientes ela tem chances maiores de se inovar, pois, com essas práticas faz com que novas ideias sejam postas em evidências, promovendo novas buscas de meios e métodos eficazes para o conjunto organizacional e profissional atingir os seus objetivos.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Luís César G. Organizações Sistemas e Métodos: as Tecnologias de Gestão Organizacional. ed. 1. São Paulo: Atlas, 2009.
- BROWNE, Lynn E. Visões conflitantes do progresso tecnológico. Rio de Janeiro: Economic Impact, 1985.
- CHIAVENATO, Idalberto. Teoria geral da administração, 7ed. São Paulo: Campus, Elsevier, 2004.
- GONÇALVES, José Ernesto Lima. Processo, que processo? São Paulo: 1997.
- MATOS, Eliane; PIRES, Denise. Teorias administrativas e organização do trabalho: de Taylor aos dias atuais, influências no setor saúde e na enfermagem. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072006000300017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000300017)>. Acesso em: 23 set. 2018.
- MORAES, Ana Maris Pereira. Introdução à administração. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- MEIRELES, Manuel. Teorias da Administração básica e moderna. São Paulo: Futura 2003
- OLIVEIRA, Djalma. Pinho. Rebouças. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. 10 ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- PEARSON, Academia. Organização, Sistema, Métodos; uma visão contemporânea. São Paulo : 2011.

**ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

*ORIENTATION OF COURSE COMPLETION WORK IN DISTANCE EDUCATION: A REPORT OF EXPERIENCE*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento.

VELOSO, Braian  
Universidade Federal de São Carlos  
Mestre e doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos  
[braiangarritoveloso@gmail.com](mailto:braiangarritoveloso@gmail.com)

**Resumo**

O objetivo principal deste trabalho é apresentar a experiência do autor no que toca à orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Educação a Distância (EaD). Sobre a metodologia, optou-se pelo relato de experiência como forma de apresentar a discussão. Nesse sentido, considerando-se o vertiginoso crescimento da modalidade no País, compreende-se que é urgente abordar estratégias a fim de contribuir para o processo de orientação de trabalhos científicos em cursos a distância. A experiência relatada neste artigo se deu no curso de especialização em Educação e Tecnologias (EduTec) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Trata-se da primeira turma que concluiu o curso, cujos alunos elaboraram suas pesquisas em dois diferentes formatos, quais sejam, monografia e artigo científico. A experiência relatada neste texto se refere a uma turma de 7 orientandos, num trabalho realizado em aproximadamente 6 meses de orientações. Mediante o trabalho desenvolvido, propõe-se algumas sugestões a fim contribuir para a orientação de TCC na EaD, a saber: utilizar diferentes possibilidades tecnológicas na orientação, como webconferência e videoaulas; contatar os orientados para além do ambiente virtual a fim de diminuir a evasão, utilizando contato telefônico, e-mail e apoio da secretaria; oferecer suporte, com diferentes atividades obrigatórias propostas pelo curso, à elaboração do TCC; realizar o trabalho em várias etapas e com bastante antecedência; etc.

**Palavras-chave:** Educação a Distância, Trabalho de Conclusão de Curso, Orientação.

**Abstract**

The main objective of this work is to present the author's experience regarding the orientation of the Course Completion Work (CCW) in distance education. About the methodology, we chose the experience report as a way of presenting the discussion. In this sense, considering the vertiginous growth of the modality in the Country, it is understood that it is urgent to approach strategies in order to contribute to the process of orientation of scientific works in distance courses. The experience reported in this article was given in the specialization course in Educação e Tecnologias (EduTec) of the Federal University of São Carlos (UFSCar). It is the first group to complete the course, whose students elaborated their research in two different formats, namely, monograph and scientific article. The experience reported in this text refers to a group of 7 students, in a work carried out in approximately 6 months of orientations. Through the work developed, it is proposed some suggestions in order to contribute to the orientation of CCW in distance education, namely: to use different technological possibilities in orientation, such as web conferencing and video lectures; contacting those oriented beyond the virtual environment in order to reduce evasion, using telephone contact, e-mail and secretarial support; to offer support, with different compulsory activities proposed by the course, to the elaboration of CBT; carry out the work in several stages and well in advance; etc.

**Keywords:** Distance Education, Course Completion Work, Orientation.

**1 INTRODUÇÃO**

Com a profusão de cursos oferecidos pela modalidade de Educação a Distância (EaD), tem-se aumentado as experiências em que diferentes momentos do processo de ensino-aprendizagem se realizam virtualmente. A separação espacial e temporal entre os sujeitos pode trazer diferentes

implicações para as mais distintas etapas do percurso formativo dos estudantes. Nesse sentido, cabe mencionar a orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) que, quando realizada totalmente a distância, incide sobre a prática do orientador e do orientando, tornando necessária a utilização de novos métodos, ferramentas e estratégias com vistas a garantir o sucesso na elaboração da pesquisa.

Sob essa perspectiva, este trabalho tem como objetivo principal compartilhar, por meio de relato de experiência, o processo de orientação de TCC do curso de especialização em Educação e Tecnologias (EduTec) oferecido a distância pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Trata-se de uma pós-graduação *lato sensu* alicerçada numa proposta flexível, em que os alunos podem estabelecer o seu percurso de aprendizado mediante seleção de diferentes disciplinas em consonância com a habilitação escolhida. Embora o curso apresente alguns encontros presenciais esporádicos, estes não são realizados no momento da elaboração das monografias. Portanto, orientadores e orientandos mantêm contato no ambiente virtual. A comunicação entre os sujeitos se dá preponderantemente por meio de fóruns, sem qualquer momento presencial.

Em se tratando da estrutura do texto, primeiramente são apresentadas as características do curso EduTec da UFSCar. Em seguida, encontram-se os aspectos metodológicos com a descrição detalhada do processo de orientação de TCC no curso. Após isso, são apresentadas as experiências do autor. Por fim, são propostas algumas considerações finais com vistas a contribuir para os debates da área.

## 2 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS

O curso de especialização em Educação e Tecnologias é oferecido pela Universidade Federal de São Carlos. “Trata-se de uma proposta de formação híbrida, integrada e flexível, desenvolvida e executada no âmbito do Grupo de Estudos e pesquisas sobre Inovação em Educação, Tecnologias e Linguagens (Grupo Horizonte) da UFSCar” (EDUTECH, 2018, *online*). A formação proposta pelo EduTec é inovadora na medida em que flexibiliza o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando que o discente escolha entre cinco diferentes habilitações, a saber: gestão da educação a distância, docência na educação a distância, recursos de mídias na educação, produção e uso de tecnologias para educação, e *design* instrucional (Projeto e Desenho Pedagógico). O aluno tem à sua disposição uma gama de componentes curriculares que devem ser selecionados em consonância com a habilitação desejada. Além disso, o estudante pode cursar duas diferentes habilitações ao mesmo tempo, desde que cumpra todas as disciplinas obrigatórias e aquelas optativas atinentes à sua escolha, além de elaborar um TCC para cada habilitação. Destaca-se que:

Além das especializações *lato sensu*, o curso também prevê a realização de aperfeiçoamentos e/ou extensões. Com isso, a habilitação do egresso dependerá diretamente da opção do aluno, implicando diretamente na duração do curso, sendo aproximadamente 18 meses para completar a especialização (360 horas), aproximadamente 10 meses para completar o aperfeiçoamento (mínimo de 180 horas) e aproximadamente 3 meses para completar a extensão (mínimo de 60 horas). Portanto, o discente pode interromper o curso no momento em que desejar, recebendo a habilitação equivalente ao total de componentes curriculares que ele concluiu com êxito (VELOSO; MILL, 2016, p. 566-567).

No que toca ao formato do curso, a proposta inicial do EduTec era possibilitar que os alunos decidissem a modalidade, quer presencial, quer a distância, quer semipresencial. Isso significa que o discente poderia cursar alguns componentes presencialmente, e outros a distância, de acordo com suas necessidades. No entanto, em razão da complexidade desse formato e do alto investimento para poder oferecer todos os componentes curriculares de forma presencial, o EduTec tem se mantido por meio da EaD, contando com alguns encontros presenciais esporádicos que tratam de forma generalista os conteúdos abordados no processo de ensino-aprendizagem.

Em que pesem os momentos presenciais que, dentre outras coisas, tangenciam a etapa de elaboração do TCC, as orientações se dão totalmente a distância. O ambiente virtual utilizado é o Moodle, de sorte que o contato para com os orientandos se dá mediante fóruns. Ou seja, as orientações são exclusivamente por mensagens de texto. O trabalho final, até o momento da escrita deste texto, pode ser elaborado como monografia ou artigo científico. Enquanto este exige menos páginas e demanda mais objetividade na apresentação da pesquisa, aquele, além de mais extenso,

exige uma revisão bibliográfica mais ampla e elementos que não estão presentes no artigo devido ao seu espaço exíguo. Além disso, os discentes podem optar por uma pesquisa de campo ou por uma pesquisa bibliográfica. A escolha é feita exclusivamente pelo orientando e não tem nenhuma implicação para a habilitação escolhida. A única exigência é que o processo de formação compreenda a elaboração de uma investigação científica ao fim do curso.

De acordo com Ahad (2016), o aluno inserido no processo de ensino-aprendizagem da EaD é considerado autônomo e gestor na sua autoaprendizagem. Além do mais, as experiências contemporâneas na modalidade têm se alicerçado nas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). É por isso que a EaD pressupõe uma linguagem particular ou uma representação diferente daquela que o professor está habituado na educação presencial (JUNIOR, 2017). Se atuar como docente num curso a distância demanda, pois, conhecimentos intrincados e que compreendam a autonomia dos alunos e o uso intenso das TDIC, a orientação de TCC não deve prescindir da utilização de métodos, estratégias e ferramentas alinhadas às especificidades da EaD. Assim, “usa-se, nessa modalidade, a interatividade como sendo fonte de uma nova dimensão caracterizada pela potencialidade da internet” (AHAD, 2016, p. 52). Portanto, a interação é ponto fulcral no ensino-aprendizagem de um curso a distância permeado por tecnologias digitais. E a orientação de um trabalho científico também deve pautar-se na interatividade como condição *sine qua non* para mitigar os óbices desinentes da separação temporal e espacial dos sujeitos.

Assim, considerando-se a complexidade da elaboração de um TCC a distância e os percalços presentes no processo, o compartilhamento de experiências se mostra importante, haja vista a necessidade de se elaborar estratégias que almejem sobrepujar os problemas referentes à distância temporal e espacial. Conquanto a experiência aqui descrita se mostre cingida ao EduTec, acredita-se que as estratégias e as dificuldades encontradas possam servir como discussão para as pesquisas da área. Orientar alunos a distância é um processo complexo, porém, possível, que exige criatividade e um amplo conhecimento da EaD e das ferramentas disponíveis no ambiente virtual.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo precípuo deste texto é trazer um relato de experiência sobre a orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso da pós-graduação em Educação e Tecnologias da UFSCar. Tal como descrito anteriormente, ao fim do curso, os alunos optam por uma pesquisa de campo ou uma pesquisa bibliográfica que deve ser apresentada em formato de monografia ou artigo científico. Antes de iniciarem o componente curricular destinado unicamente às orientações, os orientandos passam por um processo de elaboração do projeto de pesquisa. Nesse momento, eles têm uma série de orientações no ambiente virtual que visam à construção, paulatinamente, do arcabouço da investigação. Grosso modo, eles cursam um componente curricular com atividades e prazos, sendo orientados por tutores que não serão necessariamente os orientadores durante a condução da pesquisa propriamente dita<sup>1</sup>. Nessa etapa do processo os estudantes têm orientações básicas no tocante à elaboração dos objetivos geral e específicos, da questão de pesquisa, das hipóteses, do cronograma da pesquisa etc. A preparação do projeto é um momento importante em que, por meio de atividades diferentes, o aluno vai aprendendo sobre a elaboração de um trabalho científico. Essa estratégia foi tomada com vistas a auxiliar aqueles discentes sem nenhuma experiência com a elaboração de um TCC.

Posteriormente à primeira etapa, os estudantes são designados a diferentes orientadores em consonância com a temática das investigações. Cada orientador fica responsável por uma média de 10 alunos. Na fase de condução da pesquisa, os estudantes têm acesso a uma sala virtual dedicada exclusivamente às orientações. Nela, além das instruções que objetivam construir o TCC numa espécie de passo a passo, os discentes interagem com seus orientadores por meio de um fórum virtual. Se o estudante tiver experiência com elaboração de trabalhos científicos e não quiser, necessariamente, recorrer às atividades descritas no ambiente, ele pode fazer o *download* do modelo de monografia ou artigo disponibilizado pelo curso, adiantando, assim, a sua pesquisa. Quer dizer

---

<sup>1</sup> Esse formato já foi alterado, uma vez que, nas primeiras experiências, verificou-se que isso gerava confusão nos alunos. Primeiramente, eles eram avaliados e orientados por tutores no componente curricular destinado à elaboração do projeto de pesquisa. Após isso, ao fim do curso, eram destinados a orientadores que seriam responsáveis pela condução da pesquisa propriamente dita. No entanto, nas experiências mais atuais os orientadores são designados com bastante antecedência – aproximadamente 1 ano – e os alunos recebem orientações referentes ao pré-projeto, ao projeto e à pesquisa.

que o aluno pode optar por trabalhar diretamente no modelo de monografia ou artigo disponibilizado pelo EduTec, sem ler as instruções dentro do ambiente virtual que são destinadas àqueles com mais dificuldade no processo.

O curso recomenda que o contato entre orientandos e orientadores seja feito exclusivamente pelo Moodle a fim de que as conversas fiquem devidamente registradas. Dessa forma, a dinâmica funciona, em síntese, da seguinte forma: os alunos fazem o *download* do modelo de artigo ou monografia disponibilizado pelo EduTec; em seguida, devem acessar as instruções disponíveis no Moodle, que orienta a elaboração da pesquisa num passo a passo moroso e pormenorizado – esse processo é destinado aos alunos com mais dificuldades ou inexperientes; durante a condução da pesquisa, em suas diferentes etapas – revisão bibliográfica introdutória, elaboração da metodologia, coleta dos dados, apresentação dos resultados etc. – os discentes recorrem aos fóruns sempre que necessário, pedindo auxílio dos orientadores; estes, por sua vez, devem acessar os fóruns esporadicamente, verificando o andamento da investigação dos orientandos.

A experiência do autor deste texto foi a primeira relacionada à orientação de TCC no EduTec. Ao todo, foram orientados 7 alunos de diferentes habilitações, sendo que um dos discentes estava incumbido de elaborar duas pesquisas ao mesmo tempo, tendo em vista que está cursando, concomitantemente, duas habilitações. Ao passo que os orientandos chegam às etapas finais da sua pesquisa, eles devem marcar a defesa – que deverá ser presencial – diretamente com a secretaria do curso. Além das datas previamente estipuladas, possibilitando a defesa em algumas regiões do País – colimando facilitar o deslocamento do aluno – os estudantes podem marcar a data de sua preferência desde que façam isso com antecedência e se disponibilizem a viajar até São Carlos-SP.

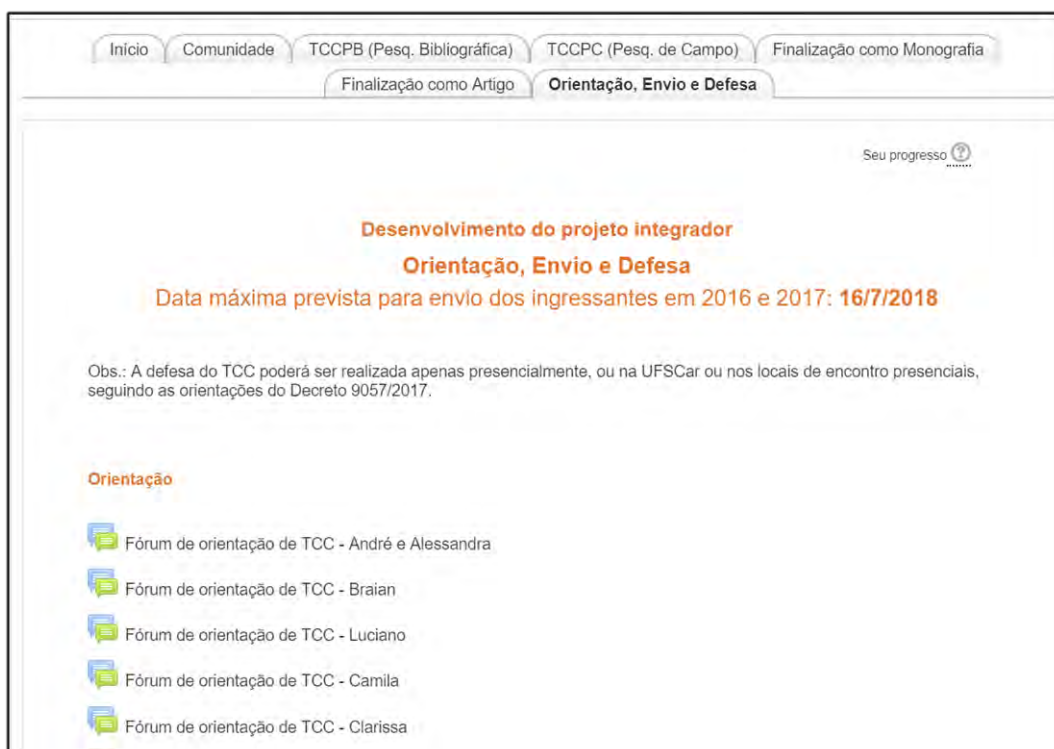
#### **4 RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO A DISTÂNCIA**

Assim como já mencionado, as orientações se deram exclusivamente por meio do Moodle, nomeadamente nos fóruns virtuais. Embora não existam restrições quanto à realização de webconferência, na experiência descrita neste texto não houve oportunidade para que fossem utilizadas outras ferramentas para além dos fóruns<sup>2</sup>. Sendo assim, objetivando ilustrar o ambiente de orientação de TCC, encontra-se a Figura 1.

---

<sup>2</sup> Os alunos que efetivamente conduziram ou têm conduzido sua pesquisa não necessitaram, até o momento, de webconferência. Com relação àqueles que estão ausentes do ambiente virtual, não houve oportunidade para propor formas alternativas de orientação.





**Figura 1.** *Printscreen* da tela inicial da sala virtual de orientações de TCC.  
Fonte: autoria própria.

Percebe-se, acima, a configuração da sala virtual dedicada às orientações de TCC. Nela, encontram-se diferentes abas com as atividades e instruções para a elaboração da pesquisa. Na aba intitulada de “orientação, envio e defesa”, tem-se os fóruns exclusivos para cada orientador e seus orientandos. É nesse espaço que as orientações devem se concentrar, com a troca de mensagens de texto entre docentes e discentes. Não há nenhuma orientação do curso quanto à frequência das interações, de sorte que os alunos são instruídos a entrar em contato com seus orientadores sempre que acharem necessário. No entanto, com vistas a prevenir a evasão, os docentes entram em contato com certa frequência, principalmente se os orientandos estiverem ausentes da plataforma. A figura 2 ilustra o espaço dedicado às interações.



**Figura 2.** *Printscreen* de um dos fóruns dedicados às orientações de TCC<sup>3</sup>.  
Fonte: autoria própria.

Os fóruns que aparecem na Figura 2 são os espaços exclusivos nos quais acontecem as discussões entre orientadores e orientandos. A imagem acima representa um dos problemas que se mostrou recorrente durante as orientações, isto é, a ausência dos alunos. Durante aproximadamente 6 meses de trabalho, o principal percalço presente nas orientações foi a displicência por parte da maioria dos orientandos. Das 8 pesquisas que deveriam ser entregues pelos discentes – considerando-se que um dos alunos está fazendo dois TCC –, apenas 2 foram entregues e defendidas no momento da elaboração deste texto. Os demais orientandos não mantiveram, até o momento, um ritmo constante de trabalho. Um deles sequer apareceu no ambiente virtual, apesar das mensagens enviadas. Como agravante dessa situação, cita-se a inexistência de qualquer contato físico, de modo que, quando ausentes da plataforma virtual, os estudantes não podem ser contatados, visto que não há como verificar se eles estão recebendo as mensagens, quer pelo ambiente virtual, quer por e-mail. A única atitude cabível por parte dos orientadores, diante dessas circunstâncias, é enviar mensagens esporádicas pedindo para que os orientandos entrem em contato caso estejam com dificuldades ou problemas. Os docentes não têm disponíveis outras formas de contato, como o telefone dos alunos.

A despeito dos óbices que decorrem da ausência dos alunos, aqueles que, até o momento da escrita deste texto, mantiveram contato, receberam orientações pautadas na problematização. De acordo com Freire (1994, p. 39).

[...] a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente. Como situação gnosiológica, em que o cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador, de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador-educandos. Sem esta, não é possível a relação dialógica, indispensável à cognoscibilidade dos sujeitos cognoscentes, em torno do mesmo objeto cognoscível.

Superando, pois, a educação bancária e, por conseguinte, a contradição educador-educando, a educação libertadora, calcada na pedagogia freiriana, compreende a autonomia dos sujeitos e se contrapõe à mera transmissão de conteúdo. É por isso que as orientações se deram mediante constantes problematizações. Ou seja, em vez de instruir os alunos ou transferir conhecimento, o processo de orientação tem se consistido no levantamento de intrincadas questões, a fim de que os orientandos reflitam sobre suas escolhas, seus métodos, sua revisão bibliográfica, dentre outros elementos que perpassam a pesquisa. Sem a intenção de corrigir ou cercear a autonomia dos estudantes, as orientações se concentram na busca por profundas reflexões. A partir disso, os orientandos conseguem direcionar sua investigação, amadurecendo sua perspectiva enquanto pesquisadores.

Entende-se que a autonomia é fulcral no processo de ensino-aprendizagem da EaD. Na perspectiva de Moore e Kearsley (2007), os alunos precisam assumir uma grande responsabilidade por seu aprendizado nessa modalidade em vez de esperar que o instrutor ou o orientador os conduza. É nesse sentido que o docente deve se posicionar como um parceiro, que encaminha e orienta os alunos nas múltiplas possibilidades de alcançar o conhecimento e se relacionar com ele (KENSKI, 1998 *apud* MILL; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2013). Isso implica uma maior autonomia por parte dos discentes que são os principais responsáveis pelo seu sucesso, sobretudo quando da elaboração de uma pesquisa. A opção por orientações que, em vez da transmissão ou correção, problematizam as escolhas dos educandos, coaduna com um ensino-aprendizagem cujo aluno é o ponto central. E, na breve experiência relatada pelo autor deste texto, identifica-se que os orientandos empenhados obtiveram bons resultados por meio da orientação problematizadora, se é que assim pode ser chamada.

Outro aspecto importante que merece destaque diz respeito à metodologia das pesquisas. Observa-se que, mormente para os alunos inexperientes no que concerne à produção de trabalhos científicos, a elaboração da questão de pesquisa, do objetivo geral e dos objetivos específicos é, por

<sup>3</sup> O nome do aluno não aparece na imagem em respeito ao sigilo dos orientandos.

via de regra, uma das maiores dificuldades. Os discentes, por vezes, elaboram objetivos sem considerar a exequibilidade da investigação. Além disso, é fundamental verificar se a estrutura do projeto de pesquisa condiz com o que foi efetivamente apresentado, porquanto é comum que os orientandos produzam estudos que destoam em demasia daquilo que foi previamente descrito nos objetivos. Decerto, não é um problema realizar ajustes na parte metodológica, especialmente ao se considerar que a condução da pesquisa demanda manutenções no projeto. No entanto, o erro se constitui quando o texto final, a ser entregue para a banca, apresenta uma metodologia que não está em consonância com o que foi executado pelo pesquisador. Em síntese, as atividades voltadas à formação dos alunos no que toca à elaboração do TCC devem se atentar à preparação da parte metodológica. Materiais didáticos, videoaulas, referências bibliográficas etc. devem ser consideradas a fim de oferecer suporte ao estudante para além das orientações, com vistas à construção de uma monografia, um artigo, ou outro trabalho científico com uma sólida metodologia.

Além disso, tal como já mencionado, a ausência de encontros presenciais costuma abrolhar dificuldades. Posto que interações por texto permitam uma condução pormenorizada das orientações, a falta de contato físico gera um distanciamento, dificultando a constituição de uma relação entre orientador e orientandos que possa contribuir para diminuir a evasão. Exatamente por isso, na nova turma de orientandos<sup>4</sup>, o autor deste texto se propôs a elaborar um vídeo de boas-vindas. Este, de caráter informal, busca criar uma proximidade, fazendo com que os alunos conheçam seu orientador e sintam mais confiança em seu trabalho. Considerando-se que essa estratégia foi tomada recentemente, ainda não foram observadas implicações para a qualidade do processo de orientação. Contudo, acredita-se que o uso das possibilidades tecnológicas como a webconferência e mesmo os recursos multimídia tendem a diminuir o isolamento ou o estranhamento que, por vezes, decorre da separação temporal e espacial dos sujeitos.

Mas para que as possibilidades tecnológicas sejam exploradas, acredita-se que é necessário um apoio por parte da equipe do curso. Na experiência relatada neste texto, percebe-se que as atividades que não se constituem como obrigatórias não recebem a mesma atenção por parte dos orientandos. Mesmo que a EaD demande, por praxe, uma maior autonomia por parte dos alunos, verifica-se que a proposição de atividades ou aulas que desbordam daquelas tidas como obrigatórias no conteúdo programático acabam se constituindo como entraves na medida em que os alunos não as priorizam. Isso significa que, ao oferecer uma webconferência ou uma videoaula, é importante que estas façam parte das atividades exigidas para a confecção do TCC. Portanto, uma sugestão de estratégia a ser adotada envolve a produção de vídeos e outros materiais feitos especificamente pelo orientador para a sua atual turma de orientandos. Seriam materiais direcionados às reais dificuldades e especificidades dos seus discentes. E, nesse sentido, seria necessário que o curso exigisse, como parte da carga horária obrigatória, o acesso a esses materiais.

Independentemente dos percalços descritos, entende-se que a orientação de TCC na EaD é possível sem a necessidade de encontros presenciais obrigatórios. Até o momento da finalização deste artigo, dois orientandos defenderam suas monografias, sendo aprovados pela banca. No entanto, algumas estratégias são imprescindíveis para mitigar os problemas desinentes da separação espacial e temporal dos sujeitos. Evidentemente, não se propõe aqui uma panaceia para todos os óbices oriundos da orientação de trabalhos científicos em cursos a distância, tendo em vista que cada realidade possui suas especificidades que envolvem o formato do curso, a equipe docente, o prazo para a realização do trabalho, dentre diversos outros fatores. Contenta-se, pois, em levantar algumas sugestões que, com efeito, podem contribuir para a condução das orientações. São elas:

- Utilizar-se dos recursos das tecnologias digitais para promover orientações por webconferência, ou mesmo por meio de gravação de vídeos que poderão ser assistidos de maneira assíncrona. Isso tende a diminuir os efeitos da distância entre os sujeitos que, quando interagem somente por texto, acabam se deparando com entraves na constituição das relações<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> No segundo semestre de 2018 se iniciou uma nova turma de TCC. Mais precisamente, o autor deste texto irá trabalhar com 11 orientandos. Todavia, no momento da escrita deste texto, essa segunda turma estava iniciando as atividades, impossibilitando análises mais profundas.

<sup>5</sup> Parte das ideias citadas já foi idealizada pelos coordenadores do EduTec e são decorrentes dos percalços encontrados na primeira experiência. Ressalta-se, assim, que as ideias propostas não são exclusivas do autor deste texto, uma vez que se engendram a partir não só da experiência mas também do formato de orientação proposto atualmente pelo EduTec que se está em constante aprimoramento.

- Contatar os orientandos de diferentes maneiras quando estiverem ausentes da plataforma. Para tanto, é importante que os orientadores ou a secretaria do curso disponham de diferentes formas de contato, como telefone, e-mail, dentre outros. Assim, quando os estudantes estiverem por um determinado tempo ausentes do ambiente virtual, torna-se necessário contatá-los por outras vias, propondo auxílio quando necessário.
- Oferecer suporte ao orientador por meio de diferentes atividades elaboradas pela equipe docente do curso. Percebe-se que a discrepância na experiência dos orientandos é acentuada, de modo que muitos deles nunca elaboraram um trabalho científico e, certamente, terão dificuldade em fazê-lo. Sendo assim, é importante que, para além das orientações, o curso promova uma disciplina ou um componente curricular, elaborado em conjunto com a equipe docente, propondo atividades e materiais didáticos com vistas a elucidar o processo de elaboração de uma pesquisa. São necessárias desde instruções mais básicas até às mais complexas, sugerindo bibliografias aceitas pelo curso e que possam servir às diferentes temáticas de pesquisa, como aquelas atinentes à parte metodológica.
- É importante que o TCC seja elaborado por etapas. Para tanto, acredita-se que é interesse iniciar o processo de elaboração da pesquisa com bastante antecedência. Isso, além de permitir a constituição de um relacionamento mais aprofundado entre orientador e orientandos, viabiliza a construção do estudo por etapas com dificuldade que vai se acentuando paulatinamente. Um exemplo é iniciar com a elaboração de um pré-projeto de pesquisa para, em seguida, iniciar-se a elaboração do projeto que irá culminar na realização do TCC propriamente dito<sup>6</sup>.

Ressalta-se que as sugestões supramencionadas visam tão somente contribuir para as reflexões acerca da orientação de TCC na EaD. Não se tem a pretensão de propor uma solução aos problemas que surgem a partir das multifacetadas experiências, considerando-se que cada uma possui especificidades que devem ser consideradas quando da elaboração de estratégias a fim de diminuir as dificuldades. No entanto, entende-se que as sugestões aqui presentes podem contribuir, de certa forma, para o debate na tentativa de promover estudos que visam à melhoria no processo de orientação. Discutir sobre a elaboração de TCC – independentemente do formato – na EaD é mister ante o exacerbado crescimento da modalidade no Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de orientação de TCC, quando realizado a distância, mostra-se demasiado intrincado. Demanda estratégias e ferramentas que desbordam daquelas utilizadas na educação presencial. Porém, malgrado os entraves observados, sobretudo pela disparidade temporal e espacial dos sujeitos, acredita-se, por meio da experiência relatada, que é possível orientar pesquisas sem encontros presenciais, desde que consideradas as especificidades da EaD. Isto é, o orientador deve adotar uma postura em consonância com as dificuldades decorrentes das características que perpassam o ensino-aprendizagem na modalidade. Dentre elas, tem-se a necessidade de considerar a autonomia dos discentes, que é imprescindível ao sucesso na EaD.

Mediante a experiência do autor deste texto, percebe-se que, dentre os percalços relatados, a displicência dos orientandos parece o mais recorrente. Dos 7 discentes que deveriam entregar suas pesquisas, apenas 2 o fizeram até o momento da escrita deste artigo. Os demais, com exceção de 2 orientandos, estão ausentes do ambiente virtual há algum tempo. Isso dificulta o acompanhamento das dificuldades apresentadas pelos alunos e inviabiliza a adoção de estratégias com vistas a diminuir ou evitar a evasão.

Diante disso, sugere-se, com base na experiência do autor, sugestões com a finalidade de contribuir para a orientação de TCC realizada totalmente a distância, a saber: utilizar diferentes possibilidades tecnológicas na orientação, como webconferência e videoaulas; contatar os orientandos para além do ambiente virtual a fim de diminuir a evasão, utilizando contato telefônico, e-mail e apoio da secretaria; oferecer suporte, com diferentes atividades obrigatórias propostas pelo curso, à

---

<sup>6</sup> Essa estratégia foi adotada pelo EduTec na atual turma de TCC. Optou-se por citá-la neste texto, pois o autor considera a proposta interessante. Aliás, a nova turma de orientandos iniciou as atividades com aproximadamente 1 ano de antecedência com relação à entrega final da pesquisa. Isso possibilitará um acompanhamento pormenorizado do processo.

elaboração do TCC; realizar o trabalho em várias etapas e com bastante antecedência; etc. Decerto, estas se constituem tão somente como sugestões, uma vez que cada experiência possui suas especificidades, impossibilitando generalizar estratégias a serem adotadas.

Portanto, o objetivo precípuo deste relato de experiência é compartilhar as dificuldades encontradas durante o processo de orientação das monografias e artigos científicos no EduTec da UFSCar. Baseando-se nas informações descritas, busca-se contribuir para os debates da área na medida em que, com o vertiginoso crescimento da EaD, tem-se aumentado as experiências de orientação de TCC realizadas nessa modalidade. É por isso que são necessárias estratégias e sugestões que possam diminuir os óbices, sobrepujando as dificuldades que, em especial, decorrem da disparidade espacial e temporal dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

AHAD, Ana Maria A. Tecnologias de informação e comunicação como estratégia pedagógica para a educação. In: NEVES, Inajara de S. V.; CORRADI, W.; CASTRO, Carmem L. F. de (Org.). **EaD: diálogos, compartilhamentos, práticas e saberes**. Barbacena: Eduemg, 2016, p. 15-24.

EDUTECH. **Especialização em Educação e Tecnologias**. 2018. Disponível em: <<http://edutec.ead.ufscar.br/>>. Acesso em: 28 set. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 107 p. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo\\_freire\\_pedagogia\\_do\\_oprimido.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_pedagogia_do_oprimido.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2018.

JUNIOR, Klaus S. A institucionalização da educação a distância no Brasil: cenários e perspectivas. **Teoria e Prática da Educação**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 113-124, jan.-abr. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/23767>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

MILL, Daniel; RIBEIRO, Luis R. de C.; OLIVEIRA, Marcia R. G. Trabalho docente na educação contemporânea: saberes e prática pedagógica presencial e virtual. In: MILL, Daniel; MACIEL, Cristiano (Org.). **Educação a distância: elementos para pensar o ensino-aprendizagem contemporâneo**. São Paulo: EdUFMT, 2013, p. 103-124.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: uma visão integrada**. Tradução de Robert Galman. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2007. 398 p.

VELOSO, Braian; MILL, Daniel. Especialização em Educação e Tecnologias: uma análise sobre a proposta de formação e sobre a organização do trabalho docente no curso. In: FADEL, Bárbara; NETO, Silvio Carvalho (Org.). **Perspectivas do desenvolvimento**. Franca: Uni-FACEF, 2016. p. 561-571. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/324026386\\_Especializacao\\_em\\_Educacao\\_e\\_Tecnologias\\_uma\\_analise\\_sobre\\_a\\_proposta\\_de\\_formacao\\_e\\_sobre\\_a\\_organizacao\\_do\\_trabalho\\_docente\\_no\\_curso?\\_sg=Xt9RQFjGqxOt0qJpFBCmbBeez2xuOA18SxZC4Hz4siCPulbSITBKMMs1KuQvYFGInEwLLuoOPYV3Xh-td8mvpXOqCfE5EovuB\\_CUQOk.KZq0Dbb9K6zsQhvbv9IVwp0YyDrO6bo5Vv4a6Ua3cXorqG8vymOhN\\_AFU\\_Gsm4fwnGfjRwwbDEELiSyBrvayiT6w](https://www.researchgate.net/publication/324026386_Especializacao_em_Educacao_e_Tecnologias_uma_analise_sobre_a_proposta_de_formacao_e_sobre_a_organizacao_do_trabalho_docente_no_curso?_sg=Xt9RQFjGqxOt0qJpFBCmbBeez2xuOA18SxZC4Hz4siCPulbSITBKMMs1KuQvYFGInEwLLuoOPYV3Xh-td8mvpXOqCfE5EovuB_CUQOk.KZq0Dbb9K6zsQhvbv9IVwp0YyDrO6bo5Vv4a6Ua3cXorqG8vymOhN_AFU_Gsm4fwnGfjRwwbDEELiSyBrvayiT6w)>. Acesso em: 27 set. 2018.

**OS "INVISÍVEIS SOCIAIS" E A NATURALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE: UM RETRATO DA CLASSE MENOS FAVORECIDA**

*THE "SOCIAL INVISIBLE" AND THE NATURALIZATION OF INEQUALITY: A PORTRAIT OF THE LESS FAVORED CLASS*

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento

LADEIRA, Mariana Rosa Alves  
Unesp

Doutoranda em Serviço Social. Docente da área de Desenvolvimento Social no Senac em Jaboticabal.  
m.alvesladeira@gmail.com

SILVA, Hilda Maria Gonçalves da  
Unesp

Doutora em Educação Escolar. Docente do Departamento de Educação Ciências Sociais e Políticas Públicas e dos cursos de Pós-Graduação em Educação Escolar da Unesp Campus de Araraquara e em Serviço Social da Unesp Campus de Franca.  
hilda\_gs@yahoo.com.br

BARBOSA, Agnaldo de Sousa  
Unesp

Livre docente em Sociologia pela Unesp. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Professor associado e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp Campus de Franca.  
agnaldoweb@gmail.com

**Resumo**

O presente artigo possibilita uma reflexão teórica sobre a classe menos favorecida, por meio das categorias: capital cultural, *habitus*, desigualdade social, classes sociais e dominação simbólica. Nesse percurso identificam-se inferências em relação ao sistema educacional, dentre outros elementos que balizam essa discussão. O estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, método dialético, envolve revisão de literatura, e tem-se como referências principais os escritos de Pierre Bourdieu e Jessé Souza. Percebe-se a relevância da reflexão ao situar a classe menos favorecida em meio às contradições do sistema capitalista, repleto de disparidades econômicas, sociais e políticas. As aproximações conclusivas vislumbram uma sociedade de oportunidades, que levarão à ascensão da classe menos favorecida, em que os cidadãos tenham consciência de classe e que o sistema econômico e social possibilite a criação e efetivação de políticas públicas emancipatórias.

**Palavras-chave:** Classe menos favorecida, capital cultural, desigualdade social.

**Abstract**

This article allows a theoretical reflection on the less favored class, through the categories: cultural capital, *habitus*, social inequality, social classes and symbolic domination. In this course, inferences are identified in relation to the educational system, among other elements that guide this discussion. The study is characterized as a bibliographical research, with a qualitative approach, a dialectical method, involves literature review, and the main references are the writings of Pierre Bourdieu and Jessé Souza. The relevance of reflection is perceived by situating the less favored class amid the contradictions of the capitalist system, full of economic, social and political disparities. The conclusive approaches envisage a society of opportunities, which will lead to the rise of the less favored class, in which citizens are class conscious and that the economic and social system enables the creation and implementation of emancipatory public policies.

**Keywords:** Less favored class, cultural capital, social inequality.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva apresentar os resultados de uma pesquisa bibliográfica, extrato proveniente de uma dissertação de mestrado, defendida em 2017, financiada pela Capes, no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Unesp *campus* de Franca-SP. O estudo foi realizado a partir de autores que discutem a classe menos favorecida, como Pierre Bourdieu e Jessé Souza; escolhidos devido aos conceitos que suas teorias abordam, como capital cultural, capital econômico, *habitus*, legitimação da desigualdade, classes sociais, dominação simbólica, dentre outros. São pontos fundamentais para que haja uma aproximação qualitativa do que seria a classe menos favorecida.

É válido ressaltar que essa classe menos favorecida, aqui, é entendida como os destituídos de oportunidades, sem acesso pleno aos direitos, os "invisíveis sociais", como versa Jessé Souza. Pensar nessa classe é ultrapassar o conceito de que a pobreza está ligada somente à renda – também está ligada –, mas enxergar os marginalizados, os que não tiveram acesso a uma educação de qualidade, talvez por terem que trabalhar, ou somente por estarem excluídos da sociedade. Esse conceito também se liga a questão de gênero, raça, cor, dentre outros aspectos relevantes a serem discutidos. O objetivo é não tornar a questão como uma "ciência conservadora" (SOUZA, 2009, p. 17), que não seja discutida na universidade, ou que seja discutida superficialmente.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Pierre Bourdieu (1930-2002) traz relevantes contribuições para a compreensão das imbricações que resultam no sistema de ensino, gerando novos questionamentos a partir de pesquisas e estudos realizados. O autor renova:

[...] o pensamento sociológico sobre as funções e o funcionamento social dos sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas, e sobre as relações que mantêm os diferentes grupos sociais com a escola e com o saber. Conceitos e categorias analíticas por ele construídos constituem hoje moeda corrente da pesquisa educacional, impregnando, com seu alto poder explicativo, boa parte das análises brasileiras sobre as condições de produção e de distribuição dos bens culturais e simbólicos, entre os quais se incluem obviamente os produtos escolares. (NOGUEIRA; CATANI, 2014, p. 7).

Portanto, a escolha do autor como referencial teórico da pesquisa fundamenta-se em sua rica análise do sistema educacional, tomando como base algumas definições; como a de classes sociais (condição de classe e posição de classe), que vai além das condições materiais de existência, pois agrega elementos culturais, sociais e demais estruturas do sistema vigente:

Se, segundo a distinção de Wertheimer, a classe social não é apenas um "elemento" que existiria em si mesmo, sem ser em nada afetado ou qualificado pelos elementos com os quais coexiste, mas também uma "parte", ou seja, um elemento constituinte determinado por sua integração numa estrutura, vemos que a ignorância das determinações específicas que uma classe social recebe do sistema de suas relações com as outras classes pode levar-nos a estabelecer identificações falsas e a omitir analogias reais. (BOURDIEU, 2013, p. 4).

O autor possui uma rica análise do sistema educacional, indo além das condições materiais de existência, abrangendo também fatores sociais, culturais e demais estruturas do sistema vigente. É preciso romper com a neutralização do contexto histórico, político e social, para não ocultar raízes de um conjunto de questões; ou seja, uma universalização aparente pode fazer esquecer —[.] sua origem nas realidades complexas e controversas de uma sociedade histórica particular." (BOURDIEU, 2014, p. 18).

Jessé Souza traz contribuições no que se refere à dominação simbólica, à naturalização da desigualdade e à ralé estrutural.

A estrutura social no Brasil caracteriza-se por possuir um amplo conjunto de posições de classe destituídas. O desenvolvimento do capitalista cria e reproduz processos de destituição tanto dentro como fora do âmbito do trabalho assalariado. Parte dessa dinâmica manifesta-se igualmente através de uma forte tendência de exclusão ou desconexão do sistema social de produção. (SOUZA, 2009, p. 463).

Souza ainda enfatiza a relevância de pesquisas com esse enfoque, visto que há uma "invisibilidade" da sociedade, dos seus conflitos, e do atual contexto. Não basta achar que já se conhecem todos os problemas sociais, é preciso dar visibilidade aos marginalizados sociais, pois, quando se escondem os fatores não econômicos da desigualdade equivale a tornar invisíveis "[...] as duas questões que permitem efetivamente compreender o fenômeno da desigualdade social: a sua gênese e a sua reprodução no tempo." (SOUZA, 2009, p. 18).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica, com revisão de literatura prévia, método dialético e abordagem qualitativa. A análise de conteúdo selecionou categorias a serem aprofundadas, como: capital cultural, *habitus*, desigualdade social, classes sociais e dominação simbólica. Também são apresentados outros elementos que balizam essa discussão, como por exemplo a relação com o sistema educacional.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 4.1 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE PIERRE BOURDIEU: CAPITAL CULTURAL, CLASSES SOCIAIS E OUTROS CONCEITOS

Retomando os estudos de Bourdieu, o autor pontua que duas classes, mesmo que definidas por práticas profissionais e condições de existência idênticas ou semelhantes, ainda assim podem apresentar propriedades diferentes, desde que inseridas em estruturas sociais diferentes, ocupando outras posições estruturais. E da mesma forma o inverso. Portanto, não se podem estabelecer proposições gerais, transculturais e a-históricas de casos isolados do contexto histórico e social em que estão inseridas (BOURDIEU, 2013, p. 4).

[...] uma classe ou uma fração de classe é definida não só por sua posição nas relações de produção, tal como ela pode ser identificada através de índices — por exemplo, profissão, renda ou, até mesmo, nível de instrução —, mas também pela proporção entre o número de homens e o de mulheres, correspondente a determinada distribuição no espaço geográfico (que, do ponto de vista social, nunca é neutra), e por um conjunto de características auxiliares que, a título de exigências tácitas, podem funcionar como princípios reais de seleção ou exclusão sem nunca serem formalmente enunciados — esse é o caso, por exemplo, da filiação étnica ou do gênero; com efeito, inúmeros critérios oficiais servem de máscara a critérios dissimulados, de modo que o fato de exigir determinado diploma pode ser a maneira de exigir, efetivamente, determinada origem social. (BOURDIEU, 2008, p. 97).

Da mesma forma em relação aos indivíduos e aos grupos sociais, afirma Bourdieu:

A posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa ("superior", "média" ou "inferior") numa dada estrutura e num dado momento. O ponto da trajetória, que um corte sincrônico apreende, contém sempre o sentido do trajeto social. (BOURDIEU, 2013, p. 7).



Sendo assim,

Se é verdade que as classes sociais são, sob certo ponto de vista, "partes" da totalidade social, e de outro, "elementos", e de ambos, em graus desiguais segundo sua posição na estrutura social e segundo sua estrutura social, é pois possível estabelecer dois tipos de proposições transistóricas e transculturais relacionando algumas características das classes sociais com sua situação e outras com sua posição na estrutura. As proposições do tipo estrutural estabelecem regularidades ligadas a homologias de posição, mas não se deve ignorar o que as classes sociais devem à sua posição numa estrutura social de determinado tipo, nem pressupor a referência à série completa dos casos históricos, ao contrário das proposições que Lewin chamaria de "aristotélicas". (BOURDIEU, 2013, p. 13).

Para tanto, uma classe ou indivíduo jamais podem ser definidos unicamente por sua posição ou situação na estrutura social; são inúmeras as propriedades e relações simbólicas dos indivíduos com outras classes, exprimindo diferenças e distinções significantes (BOURDIEU, 2013, p. 14).

A discussão aqui realizada também parte dos estudos referentes ao capital social e ao capital cultural de Bourdieu. Para introduzi-la, é válido caracterizar cada um deles:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 2014, p. 75).

Portanto, é um meio de designar o fundamento dos efeitos sociais, quando os indivíduos obtêm um rendimento desigual de capital econômico, cultural ou simbólico; ou seja, além de não se dissociar dos demais, o volume de capital social depende da extensão da rede de relações que ele pode mobilizar e do volume do capital que possui (econômico ou cultural).

O capital cultural, que surge primeiramente como uma —[...] hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, mantendo estreita relação com o 'sucesso escolar'." (BOURDIEU, 2014, p. 81), pode existir sob três formas: no estado incorporado, no estado objetivado e no estado institucionalizado.

O estado incorporado corresponde a dizer que o capital cultural [—...] é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da 'pessoa', um *habitus*." (BOURDIEU, 2014, p. 83). É um capital que não pode ser transmitido instantaneamente, por doação ou transmissão hereditária, compra ou troca; e —[...] não pode ser acumulado para além das capacidades de apropriação de um agente singular; depaupera e morre com seu portador." (BOURDIEU, 2014, p. 83).

O estado objetivado depende, fundamentalmente, do estado incorporado; um exemplo é o tempo dedicado aos estudos, pois prolongar os estudos depende do que a família pode lhe assegurar, ou seja, está ligado ao fator econômico e, principalmente, ao capital incorporado pelo conjunto da família. "Assim, os bens culturais podem ser objeto de uma apropriação material, que pressupõe o capital econômico, e de uma apropriação simbólica, que pressupõe o capital cultural." (BOURDIEU, 2014, p. 85).

O capital cultural do estado objetivado apresenta-se com todas as aparências de um universo autônomo e coerente que, apesar de ser o produto da ação histórica, tem suas próprias leis, transcendentais às vontades individuais [...] ele só existe e subsiste como capital ativo e atuante, de forma material e simbólica, na condição de ser apropriado pelos agentes e utilizado como arma e objeto nas lutas que se travam nos campos da produção cultural (campo artístico, científico, etc.) e, para além desses no campo das classes sociais, onde os agentes obtêm benefícios proporcionais ao domínio que possuem desse capital objetivado, portanto, na medida de seu capital incorporado. (BOURDIEU, 2014, p. 86).

Em relação ao capital institucionalizado, Bourdieu refere-se à forma de objetivação do capital cultural, como o certificado escolar. Com o diploma, ou melhor, uma "certidão de competência cultural", é conferido ao indivíduo um valor em relação à cultura, propiciando uma certa autonomia em relação ao seu portador. Permite —[.] uma comparação entre os diplomados, [...] permite também estabelecer taxas de convertibilidade entre o capital cultural e o capital econômico, garantindo o valor em dinheiro de determinado capital escolar." (BOURDIEU, 2014, p. 87).

Adentrando ao universo da educação, é válido pontuar que a origem — social, cultural e escolar — influencia diretamente em seu futuro acadêmico. A transmissão do capital cultural pela família é um fator de análise, que reflete no êxito escolar. Bourdieu (2014, p. 46) pontua que:

[...] cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar.

Dados apontam que:

[...] um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar em uma universidade do que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais do que um filho de operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores às daquelas de um jovem de classe média. (BOURDIEU, 2014, p. 45).

Ou seja, há uma seleção direta ou indireta que pesa com rigor desigual sobre os sujeitos e classes sociais. Até mesmo "[...] os filhos das classes populares que chegam até o ensino superior parecem pertencer a famílias que diferem da média de sua categoria", e isso tem a ver, dentre outros fatores, com o nível cultural global da família (BOURDIEU, 2014, p. 48).

A presença no círculo familiar de pelo menos um parente que tenha feito ou esteja fazendo curso superior testemunha que essas famílias apresentam uma situação cultural original, quer tenham sido afetadas por uma mobilidade descendente ou tenham uma atitude frente à ascensão que as distingue do conjunto das famílias de sua categoria. (BOURDIEU, 2014, p. 48).

Essa assertiva seria uma prova indireta de que o nível cultural do meio familiar interfere na oportunidade de chegar ao ensino secundário ou superior e nas chances de ser bem-sucedido na sua função (BOURDIEU, 2014, p. 48).

As crianças oriundas dos meios mais favorecidos não devem ao seu meio somente os hábitos e treinamento diretamente utilizáveis nas tarefas escolares, e a vantagem mais importante não é aquela que retiram da ajuda direta que seus pais lhes possam dar. Elas herdaram também saberes, gostos e um "bom gosto", cuja rentabilidade escolar é tanto maior quanto mais frequentemente esses imponderáveis da atitude são atribuídos ao dom. (BOURDIEU, 2014, p. 49).

Bourdieu (2014, p. 49), ainda ressalta que —[.] a cultura 'livre' — herança de saberes pela família —, condição implícita do êxito em certas carreiras escolares, é muito desigualmente repartida entre os estudantes universitários originários das diferentes classes sociais."

E, mesmo jovens de camadas superiores (condição social) também se distinguem por diferenças de transmissão do capital cultural, pois não é determinante dizer que quem possui maior capital econômico também possui maior capital cultural. Ao contrário, enquanto as —[.] frações mais ricas em capital cultural são propensas a investir mais na educação dos seus filhos, [...] e, em práticas culturais", as frações mais ricas em capital econômico —[.] dão primazia aos investimentos econômicos em lugar de investimentos culturais e educativos." (BOURDIEU, 2013, p. 324).

"De maneira geral, as crianças e sua família se orientam sempre em referência às forças que as determinam" (BOURDIEU, 2014, p. 54); e isso está diretamente ligado ao sistema de valores

implícitos ou explícitos que eles devem à sua posição social. O autor também define que a combinação do capital cultural e do *ethos*, concorrem para definir as condutas escolares, as atitudes diante da escola e o êxito escolar; uma vez que —[...] o determinante principal do prosseguimento dos estudos seja a atitude da família a respeito da escola." (BOURDIEU, 2014, p. 55).

Mas, e os estudantes provenientes de classes populares que dão continuidade aos estudos, até mesmo no ensino superior? Bourdieu (2014, p. 56), dirá que há o princípio da superseleção, ou seja, as crianças das classes populares e médias que, —[...] por falta de capital cultural, têm menos oportunidades que as outras de demonstrar um êxito excepcional devem, contudo, demonstrar um êxito excepcional para chegar ao ensino secundário." Ressalta-se que essa seleção é desigualmente severa, mas que não é regra que só os de origem mais elevada possam dar prosseguimento aos estudos; os menos favorecidos podem conseguir, mesmo que com mais percalços.

O fato é que esses entraves são reforçados cotidianamente pela própria escola, —[...] o mercado escolar tende a sancionar e a reproduzir a distribuição do capital cultural fazendo com que o êxito escolar seja proporcional à importância do capital cultural legado pela família." (BOURDIEU, 2013, p. 312). A segregação que se estabelece tende a ser reforçada, em virtude —[...] do reforço contínuo das diferenças resultantes da orientação dos mais favorecidos culturalmente em direção às instituições capazes de intensificar sua vantagem." (BOURDIEU, 2013, p. 312).

No que tange às Universidades, as próprias instituições —[...] são quase totalmente monopolizadas pelas classes dominantes" (BOURDIEU, 2013, p. 312), asseguram ou legitimam o acesso às classes dirigentes, por meio de vestibulares seletistas e meritocráticos:

Os mecanismos objetivos que permitem às classes dominantes conservar o monopólio das instituições escolares de maior prestígio [...], se escondem sob a roupagem de procedimentos de seleção inteiramente democráticos cujos critérios únicos seriam o mérito e o talento, e capazes de converter aos ideais do sistema os membros eliminados e os membros eleitos das classes dominadas, estes últimos os "milagrosos" levados a viver como "milagroso" um destino de exceção que constitui a melhor garantia da democracia escolar. (BOURDIEU, 2013, p. 312).

Reforçando, seria um destino de exceção? Milagroso? Isso. É assim que se enxergam as frações mais desfavorecidas que conseguem adentrar o ensino superior. Bourdieu (2014, p. 45) ressalta que o sistema escolar, por mais que seu discurso seja de uma "escola libertadora", ainda carrega um ranço de conservação social, ao fornecer a aparência de legitimidade às desigualdades sociais e sancionar a herança cultural. Ou ainda, nas palavras do autor, —[...] o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da 'ordem social'." (BOURDIEU, 2013, p. 311).

E até depois de formados, o legado das disparidades continua. Vê-se que os diplomas são um exemplo da legitimação da desigualdade, pois —[...] o sistema escolar só pode garantir completamente o valor dos títulos que outorga em sua própria esfera de reprodução". No atual sistema capitalista, em que se prima pela esfera econômica, a posse de um diploma não é capaz de assegurar a alguém posições mais elevadas, bem como não é suficiente para proporcionar acesso ao poder econômico. Ou seja, "[...] o diploma vale fora do mercado escolar o que seu detentor vale econômica e socialmente", dependendo do capital social e econômico que pode ser utilizado em sua valorização (BOURDIEU, 2013, p. 333). Mais especificamente, —[...] o diploma não passa, em última instância, de uma caução facultativa que serve para legitimar a herança." (BOURDIEU, 2013, p. 334).

Nesse sentido,

Títulos escolares semelhantes recebem valores e funções bastante variáveis conforme o capital econômico e social (sobretudo o capital de relações legadas pela família) de que dispõem seus detentores e de acordo com os mercados em que são utilizados. (BOURDIEU, 2013, p. 332).

Ainda mais, compreende-se que, para a análise dos grupos ou classes sociais, o capital cultural herdado e a propensão para investir na educação influenciam no sucesso escolar. Infere-se então que os alunos das frações mais ricas em capital cultural estão mais presentes em instituições escolares cujo nível hierárquico for mais elevado (BOURDIEU, 2008, p. 112). Logo, o meio em que os sujeitos estão inseridos é determinante para uma análise mais aprofundada; é preciso considerar não

só as variáveis dos sujeitos, mas também o cenário em estudo. Porquanto, como visto anteriormente, o espaço escolar pode vir a legitimar as desigualdades:

Ao atribuir aos indivíduos esperanças de vida escolar estritamente dimensionadas pela sua posição na hierarquia social, e operando uma seleção que — sob as aparências da equidade formal — sanciona e consagra as desigualdades reais, a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima. (BOURDIEU, 2014, p. 65).

Essas são desigualdades que somente a escola poderia reduzir, pois sua função específica é transmitir atitudes e aptidões por meio do aprendizado e exercício, que fazem o homem "culto", ou seja, incita a prática cultural (BOURDIEU, 2014, p. 68). É como Bourdieu (2014, p. 62) reflete: —[...] a escola favorece os mais favorecidos"; e isso é fato diante de tudo que foi apresentado anteriormente, já que, as interferências do capital cultural, econômico, político e social, além das diferenciações das classes, podem influenciar e determinar o futuro do cidadão.

Destarte, essas diferenciações são constantemente reforçadas no mundo escolar. Bourdieu (2014, p. 100) assevera que:

[...] são as mesmas disposições que, adaptando os mais desprovidos à condição específica da qual elas são o produto, contribuem para tornar improvável ou impossível a sua adaptação às exigências genéricas do cosmos econômico (por exemplo, no que toca o cálculo ou a previsão) e que os levam a aceitar as sanções negativas que resultam dessa inadaptação, isto é, sua condição desfavorecida.

Ou seja, o *habitus* racional que é —[...] condição de uma prática econômica imediata e perfeitamente adaptada é o produto de uma condição econômica particular" determinada pela posse do capital econômico e cultural, indispensável para que sejam percebidas —[...] ocasiões potenciais formalmente oferecidas a todos, mas realmente acessíveis unicamente aos detentores dos instrumentos necessários à sua apropriação." (BOURDIEU, 2014, p. 100). E, como vimos, a competência econômica não é uma aptidão universal e uniformemente distribuída; para que todos tenham chances iguais dentro e fora do mercado escolar.

Falar de *habitus* é incluir no objeto o conhecimento que os agentes — que fazem parte do objeto — têm do objeto e a contribuição que tal conhecimento traz à realidade do objeto. No entanto, não é somente reenviar, se é que se pode falar assim, para o real a ser pensado um pensamento do real que contribui para sua realidade (e para a própria eficácia que ele exerce); mas conferir a esse conhecimento um poder propriamente constituinte, o que lhe é, precisamente, recusado quando, em nome de uma concepção objetivista da objetividade, transforma-se o conhecimento comum ou erudito em um simples reflexo do real. (BOURDIEU, 2008, p. 434).

Para dar continuidade a essa discussão, dialoga-se também com as contribuições de Jessé Souza, que traz a invisibilidade dos problemas sociais, a naturalização da desigualdade e a formação de uma *ralé* estrutural. São conceitos e demais ideias fundamentais para situar o trabalho na dinâmica da realidade brasileira.

#### **4.2 NATURALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE, A DOMINAÇÃO SIMBÓLICA E A RALÉ ESTRUTURAL: O OLHAR DE JESSÉ SOUZA**

A "naturalização" da desigualdade vem se tornando algo cada vez mais presente na sociedade. Ela se manifesta por meio de ações providas do capitalismo, que mascaram as relações sociais e tornam os cidadãos menos favorecidos cada vez mais invisíveis.

[...] é a circunstância da 'naturalização' da desigualdade periférica que não

chega à consciência de suas vítimas, precisamente porque construída segundo as formas impessoais e peculiarmente opacas e intransparentes, devido à ação, também no âmbito do capitalismo periférico, de uma 'ideologia espontânea do capitalismo' que traveste de universal e neutro o que é contingente e particular. (SOUZA, 2003, p. 179).

Jessé Souza traz esse problema como algo que precisa ser amplamente discutido. Essa falta de consciência das pessoas com a realidade a que estão submetidas traz ainda mais contradições no contexto em que as causas da desigualdade são obscuras. O autor pontua que, dessa forma, há a

[...] constituição de uma gigantesca "ralé" de inadaptados às demandas da vida produtiva e social modernas, constituindo-se numa legião de 'imprestáveis', no sentido sóbrio e objetivo deste termo, com as óbvias consequências, tanto existenciais, na condenação de dezenas de milhões a uma vida trágica sob o ponto de vista material. (SOUZA, 2003, p. 184).

A "ralé" brasileira, os "invisíveis" sociais, a classe menos favorecida, os extratos pobres da sociedade, os destituídos de oportunidades: são algumas nomenclaturas que revelam a verdade sobre grande parcela de pessoas do Brasil. Esse é o cenário característico de uma estrutura social que possui amplo conjunto de posições de classes destituídas. Vale ressaltar que é o desenvolvimento dos detentores de capital que cria e reproduz esses processos de destituição, dentro e fora do âmbito do trabalho do assalariado, o que acarreta em condições materiais limitadas de sobrevivência (SOUZA, 2009, p. 463).

Parafraseando Jessé Souza (2009, p. 464), a construção de uma classificação socioeconômica traduz um esforço de conceituação e de mensuração da posição das pessoas dentro da estrutura social. Souza (2012, p. 47) aponta que é a partir de sinais visíveis como andar, vestir ou falar que é atribuído prestígio ou desprezo pelos grupos sociais. Também é pelo corpo — [...] campo de forças de uma hierarquia não expressa entre sexos, classes ou grupos de idade" — que se naturaliza ainda mais a desigualdade em todas as suas dimensões (SOUZA, 2012, p. 48).

Ou seja, o capitalismo representa não apenas um sistema social de produção, mas também um sistema de distribuição e de classificação; e, uma análise de classe mais ampla não deve perder de vista a desigualdade que [...] se espalha do mundo do trabalho, rendimentos de emprego e lucros de mercado para afetar o meio de vida de todos — aqueles fora deste mundo, nas suas margens, assim como dentro dele." (SOUZA, 2009, p. 464).

A impressão mais compulsivamente repetida por todos os jornais e por todo debate intelectual e político brasileiro contemporâneo é a de que todos os problemas sociais e políticos brasileiros já são conhecidos e que já foram devidamente —mapeados—. Que não se perceba nenhuma mudança efetiva no cotidiano de dezenas de milhões de brasileiros condenados a um dia a dia humilhante deve-se ao fato de que a desigualdade brasileira vem de —muitotempo" e que não se pode acabar de uma penada com coisa tão antiga. As duas teses não poderiam ser mais falsas. Elas também não poderiam estar mais relacionadas. Elas formam o núcleo mesmo da —violência simbólica" — aquele tipo de violência que não aparece" como violência —, que torna possível a naturalização de uma desigualdade social abissal como a brasileira. Na realidade, a —legitimação da desigualdade" no Brasil contemporâneo, que é o que permite a sua reprodução cotidiana indefinidamente, nada tem a ver com esse passado longínquo. Ela é reproduzida cotidianamente por meios —modernos", especificamente —simbólicos", muito diferentes do chicote do senhor de escravos ou do poder pessoal do dono de terra e gente, seja esta gente escrava ou livre, gente negra ou branca. Quando não se fala dessas formas —novas" e —modernas" de se legitimar a dominação cotidiana injusta e se apela a uma suposta e vaga continuidade com o passado distante é porque não se sabe do que se está falando, ainda que não se tenha coragem de admitir. (SOUZA, 2009, p. 15).

Souza, na citação acima, revela que a legitimação da desigualdade no Brasil é o que permite a sua reprodução cotidianamente. Deve-se evidenciar que é essa naturalização dos problemas sociais que faz com que eles não sejam resolvidos. A exclusão não é um fato natural, mas acaba se naturalizando, o que se pode chamar de "violência simbólica", — que existe, mas não aparece como violência —, e é isso que permite a sua reprodução.

Jessé aproxima sua tese com os escritos de Bourdieu em vários aspectos, como no excerto acima, em que fala da violência simbólica, além da utilização recorrente do termo *habitus*.

O conceito de *habitus* permite sair da prisão do realismo da estrutura na medida em que se apresenta como a forma pela qual a "necessidade" exterior pode ser introjetada, mais que isso, "encarnada" e "incorporada" pelos agentes. O *habitus* seria um sistema de estruturas cognitivas e motivadoras, ou seja, um sistema de disposições duráveis inculcadas desde a mais tenra infância que pré-molda possibilidades e impossibilidades, oportunidades e proibições, liberdades e limites de acordo com as condições objetivas. Nesse sentido, as disposições do *habitus* são em certa medida "pré-adaptadas às suas demandas." (SOUZA, 2012, p. 45).

O *habitus* seria uma "virtude feita necessidade", de acordo com uma dada condição econômica e social. Implica, portanto, ligação com experiências anteriores, até mesmo da infância, que se traduzem como um filtro para próximas experiências. Seria um —[...] esquema de conduta e comportamento que passa a gerar práticas individuais e coletivas. [...] O *habitus* é o passado tornado presente, a história tornada corpo e, portanto, 'naturalizada' e 'esquecida' de sua própria gênese." (SOUZA, 2012, p. 46). "É a teoria de Bourdieu acerca do *habitus* que permite ressignificar o esquecido e o naturalizado, também perceber dominação e desigualdade onde outros percebem harmonia e pacificação social." (SOUZA, 2012, p. 48).

Havendo apresentado informações sobre o *habitus*, a classificação socioeconômica e a naturalização da desigualdade, faz-se necessário discorrer sobre a dominação. Uma dominação que, por vezes, é simbólica, em tempos de um sistema capitalista que prega a "ideologia da igualdade de oportunidades". Ideologia que é desmascarada por Bourdieu.

Nesse desiderato, Bourdieu caminha praticamente sozinho, já que a imensa maioria das perspectivas — e eu me refiro aqui especialmente às perspectivas críticas e radicais — acerca da sociedade contemporânea partem do pressuposto da superação tendencial da luta de classes clássica do capitalismo. (SOUZA, 2012, p. 43).

Bourdieu acredita que toda sociedade constrói "mecanismos mascaradores das relações de dominação", operantes em todas as dimensões sociais. E essas relações de dominação ganham autonomia própria, pois se apresentam como naturais ou "indiscutíveis", ou seja, são constituídas e naturalizadas socialmente. O autor chama esse efeito encobridor e mascarador de "capital simbólico" (SOUZA, 2012, p. 49).

Capital simbólico seria a forma específica assumida em cada sociedade pelo mascaramento do efeito econômico, o qual, em sociedades pré-modernas, como a dos Kabyla que ele estudou na Argélia, assume a máscara de uma "ética da honra". (SOUZA, 2012, p. 49).

Capital simbólico é um capital negado e travestido, ele pressupõe —[...] mascaramento e opacidade com relação às suas origens e funcionamento prático." Ele —[...] só é percebido como legítimo quando desconhecido enquanto capital." (SOUZA, 2012, p. 50). "Quanto mais difícil for o exercício da dominação direta, mais e mais precisar-se-á de formas mascaradas de dominação." Ou seja, [...] é típico da sociedade capitalista, que se mascara com sentimentalidade na lógica de que de acordo com a generosidade do presente, cria-se uma obrigação do mesmo tamanho." (SOUZA, 2012, p. 51).

No que toca à especificidade da dominação no capitalismo avançado, Bourdieu acompanha a tese marxiana da "ideologia espontânea". O

capitalismo logra desenvolver e de certa maneira "secretar" uma forma de dominação que não apenas não se mostra enquanto tal, mas que também, ao mesmo tempo, exime os dominadores do custoso trabalho de reprodução das relações de dominação. A ideologia mais bem-sucedida é precisamente aquela que não precisa de palavras e que se mantém a partir do silêncio cúmplice de sistemas autorregulados que produzem, sob a máscara da igualdade formal e da ideologia do talento meritocrático, a "sociodiceia dos próprios privilégios" das classes dominantes. (SOUZA, 2012, p. 51-52).

É válido pontuar que o capitalismo cria uma visão de mundo em que reina a "ideologia meritocrática do individualismo". Ou seja, o indivíduo acredita que, mediante seu próprio esforço e mérito é que vai se classificar socialmente (SOUZA, 2012, p. 53). É uma visão distorcida de mundo, afirma Souza (2009, p. 17):

A crença fundamental do economicismo é a percepção da sociedade como sendo composta por um conjunto de *homo economicus*, ou seja, agentes racionais que calculam suas chances relativas na luta social por recursos escassos, com as mesmas disposições de comportamento e as mesmas capacidades de disciplina, autocontrole e autorresponsabilidade. Nessa visão distorcida do mundo, o marginalizado social é percebido como se fosse alguém com as mesmas capacidades e disposições de comportamento do indivíduo da classe média.

Essa ideologia da meritocracia anula completamente a questão da igualdade de oportunidades, pois há uma invisibilidade dos problemas sociais, uma linguagem que se tornou hegemônica de que com o esforço todos conseguem. É válido realçar que o problema maior não se resume ao mérito em si, mas sim na presença de uma profunda desigualdade de oportunidades.

É essa invisibilidade da sociedade e de seus conflitos — que é o principal produto do tipo de ciência social conservadora que se tornou dominante entre nós nas universidades, na grande imprensa e no debate público — que permite um tipo de economicismo, que, de tão hegemônico, transformou-se na única linguagem social compreensível por todos. É esse contexto desolador que explica que, mesmo nos setores não identificados com a manutenção indefinida dos privilégios de mercado de alguns poucos, nossos graves problemas sociais e políticos sejam todos superficialmente percebidos e amesquinados a questões de "gestão de recursos". Com isso, cria-se a falsa impressão de que conhecemos os nossos problemas sociais e que o que falta é apenas uma "gerência" eficiente — a crença fundamental de toda visão tecnocrática do mundo — quando, na verdade, sequer se sabe do que se está falando. (SOUZA, 2009, p. 17).

A questão brasileira dos problemas sociais, da invisibilidade da desigualdade e da dominação simbólica vai além de uma questão de gerência. É necessária uma mudança, uma transformação, mesmo que molecular; mas que permita o acesso pleno aos direitos sociais. Uma mudança que, mesmo fazendo diferenciações de acordo com as peculiaridades de cada grupo social, não inferiorize nenhum cidadão.

Na frase inicial do capítulo, Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 56), diz:

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença, nossa igualdade nos descaracterizam. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não nos inferiorize; e temos o direito a ser diferentes quando ela produz, alimenta ou reproduz as desigualdades.

Ou seja, como vimos anteriormente, —[...] se o *habitus* representa a incorporação nos sujeitos de esquemas avaliativos e disposições de comportamento a partir de uma situação estrutural", logo,

para que haja mudanças na estrutura econômico-social, são necessárias mudanças qualitativas —[...] no tipo de *habitus* para todas as classes sociais envolvidas de algum modo nessas mudanças." (SOUZA, 2012, p. 166).

Mas, enquanto isso, a causa da desigualdade, da marginalidade e das mazelas sociais, muitas vezes, é vista como algo alheio a si mesmo, é atribuída a culpa ao Estado, à corrupção. Quando se verifica a ausência de reflexão crítica, o discurso se torna válido e legítimo ainda mais a desigualdade, pois nada é feito para mudar esse cenário.

[...] todo o mecanismo de legitimação de privilégios injustos de todo tipo pode se reproduzir sem crítica na sociedade brasileira moderna, acostumada a se perceber pela identificação com o mercado virtuoso e pela contraposição às "elites" encasteladas no Estado. O "mal" já está localizado sempre num "outro" abstrato, lá longe em Brasília, acalmando a boa consciência dos habitantes de uma das sociedades mais desiguais e perversas do planeta. (SOUZA, 2012, p. 17).

O Estado também pode se configurar como parte do problema e responsável por buscar alternativas para solucioná-lo, mas ser problema dele não exclui que também é algo próximo a todos ou parte de todos. Há teorias que dizem, inclusive, que o cidadão também é parte do Estado e, se é parte, ele também é responsável pelas mudanças na sociedade.

Mais frágil ainda é a hipótese de que a vida simbólica de cada sociedade particular é produto único de uma "cultura nacional". Assim, apenas o sistema econômico do que se chama de capitalismo seria visível e tudo que sobrasse para além do econômico fosse "nacionalmente produzido". Aqui, como não poderia deixar de ser, são os respectivos "mitos nacionais" — esses "contos de fadas para adultos" que criam mitos de origem, visões para o futuro para fins pragmáticos de solidariedade social e política — que assumem o lugar do trabalho não feito pelos especialistas de se perceber também a dinâmica simbólica do capitalismo mundialmente produzida. O "culturalismo", seja na versão personalista, seja na sua versão pseudocrítica patrimonialista, reproduz sempre o "mito nacional" meramente travestido de conceitos pseudocientíficos. Caberia à "verdadeira ciência", no entanto, criticar todos os mitos e ilusões do senso comum. Como isso não é feito, somos presas fáceis de um debate pobre e conservador que tende a perpetuar consensos naturalizados que reproduzem e legitimam todo tipo de privilégio injusto. (SOUZA, 2012, p. 18).

Devem-se levar em consideração sim os aspectos culturais, porém de forma a utilizá-los a favor da real igualdade, de tratar de modo desigual os desiguais; afinal, —[...] esconder os fatores não econômicos da desigualdade é, na verdade, tornar invisível as duas questões que permitem efetivamente compreender o fenômeno da desigualdade social: a sua gênese e a sua reprodução no tempo." (SOUZA, 2009, p. 18).

Foram os interesses organicamente articulados à escravidão que permitiram a manutenção da unidade do vasto território brasileiro e foi também a escravidão, [...] que determinou, inclusive, o modo de vida peculiar do homem livre no Brasil. Não levar em conta a importância desta instituição na especificidade e na singularidade, *vis-à-vis* à metrópole portuguesa, do tipo de sociedade que aqui se constituiu, é imaginar que influências culturais se dão pelo mero transporte de indivíduos, sem levar em conta o contexto social e institucional onde os mesmos se inserem. (SOUZA, 2012, p. 102).

Há uma hierarquia por trás dos grupos dominantes, que insistem em fazer classificações de superior ou inferior, melhor ou pior, classes superiores e classes inferiores, brancos e negros. Enfim, que, em comparação com as sociedades mais e menos desenvolvidas, cabem a reflexão e o cálculo aos norte-americanos e europeus; e aos brasileiros, cabem os mundos sentimental, emotivo e sexual



(SOUZA, 2012, p. 16).

O mito da brasilidade, da cordialidade, tende a manipular —[...] enquanto mensagem positiva, aquilo que é reprimido no mundo moderno do cálculo racional: a emotividade vibrante, a suposta maior tolerância com o diferente, o calor humano." (SOUZA, 2012, p. 16). Mas,

[...] apesar do enorme avanço social das sociedades do bem-estar na superação dos conflitos sociais mais virulentos, não estou convencido de que os patamares de igualdade efetiva nessas sociedades sejam os desejáveis e creio também, como Pierre Bourdieu, que apenas a ação de mecanismos sutis e intransparentes de dominação conseguem legitimar a perpetuação de desigualdades iníquas também nestas sociedades. É a ação desses mesmos mecanismos, acredito, que permite naturalizar e conseqüentemente legitimar, também nas sociedades periféricas, níveis abismais de desigualdade e injustiça social. (SOUZA, 2012, p. 77).

Ou seja, o que legitima a desigualdade e a injustiça social são "mecanismos sutis e intransparentes de dominação", que, de acordo com o imaginário social das pessoas, faz com que elas pensem que esse é seu ambiente social e permite um —[...] senso compartilhado de legitimidade da ordem social." Cada situação é particular, e esse imaginário social não é —[...] situacional ou preso a contextos específicos", mas faz com que —[...] cada situação particular apareça precisamente daquela forma e não de outra qualquer." (SOUZA, 2012, p. 93).

O objetivo de Jessé, ao pesquisar sobre a periferia, é transpassar o conceito de cor como precondição para a marginalidade. É entender que a cor da pele é uma ferida adicional, mas —[...] o núcleo do problema é a combinação de abandono e inadaptação, destinos que atingiam ambos os grupos independentemente da cor." (SOUZA, 2012, p. 159).

[...] é precisamente o abandono secular do negro e do dependente de qualquer cor à própria sorte a "causa" óbvia de sua inadaptação. Foi esse abandono que criou condições perversas de eternização de um "*habitus* precário", que constrange esses grupos a uma vida marginal e humilhante à margem da sociedade incluída. (SOUZA, 2012, p. 160).

É preciso acrescentar que, de acordo com o posicionamento da pesquisadora que aqui escreve, a cor é também um fator agravante para as desigualdades sociais, o processo de discriminação é latente, e os dados referentes aos negros do Brasil mostram que eles ainda são os mais pobres.

Em 2013, nos 10% mais pobres, 75,0% eram pretos ou pardos e 23,9%, brancos. Em 2004, eram 72,8% de pretos ou pardos e 26,9% de brancos nesse grupo. Já no outro extremo da distribuição, quer dizer, no 1% com maiores rendimentos da população em 2013, 14,6% eram pretos ou pardos, contra 83,6% de Brancos. Em 2004, esse 1% era composto por ainda menos pretos ou pardos (12,5%). Ambas as distribuições destoam da proporção de pretos ou pardos no total da população, pois 52,9% foram classificados como tal em 2013. (IBGE, 2014a, p. 155).

Ou seja, é válido ressaltar que, para além dos conceitos de Jessé Souza, — que também é pertinente e relevante em considerar todos os grupos independentemente da cor —, a população pobre e negra carece de inúmeros direitos sociais; e não considerar isso seria tornar ainda mais invisíveis alguns problemas sociais e feridas históricas.

A luta é para que esses esquemas classificatórios não inferiorizem os grupos, e que haja a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos, independentemente de classificação. Infelizmente, esses grupos periféricos e marginalizados são tomados —[...] por uma cultura material e simbólica cujo dinamismo e vigor não deixaram muito espaço para compromisso ou reação." (SOUZA, 2012, p. 94). É como visto anteriormente, há uma dominação que legitima a desigualdade, pressupõe a existência de consensos meritocráticos e individualistas; e esses consensos adquirem materialidade na vida das pessoas —[...] enquanto signos sociais visíveis para todos." (SOUZA, 2012, p. 83).

Para adentrar o tema do processo de modernização periférica e constituição de uma "ralé

estrutural", é válido retomar o fato de que o Estado autoritário e modernizador iniciou por volta de 1808, mas foi a partir de 1930, com a sua consolidação, que ele foi elevado a outro nível. Foi a partir dele que o processo de modernização brasileiro foi comandado pela industrialização; e não mais pelo surto urbanizador e comercial.

A indústria passou a ser então "[...] o principal fator dinâmico do crescimento econômico" na política de substituição de importações. Houve uma profunda transformação econômica e a construção da infraestrutura para um crescimento capitalista em larga escala. Esse novo modelo assegurou —[...] taxas contínuas de crescimento econômico capazes de transformar um dos países mais atrasados do globo, em 1930, na oitava maior economia do mundo, ao final do processo, no limiar dos anos 1980", quando entrou em crise (SOUZA, 2012, p. 153).

Período de crise no final do período ditatorial brasileiro (1964-1985), visto que essa fase foi marcada por seu caráter desenvolvimentista, mas também restringiu a participação política dos cidadãos e, principalmente os direitos da classe trabalhadora, provocando uma decadência gradual, não sendo possível controlar a inflação crônica, além da pobreza de muitos e concentração de renda nas mãos de poucos.

No plano político, alarga-se a ínfima base participativa ainda existente, ainda que em bases democráticas, apenas a partir de 1946, de modo a incluir os setores médios urbanos, um dos maiores beneficiários do novo modelo de desenvolvimento, e os trabalhadores urbanos, ainda que sob bases corporativas, repressivas e desmobilizadoras. [...] embora alternando períodos de democracia formal plena e autoritarismo, a expansão dos horizontes da participação política teve precisamente na expressão autônoma dos trabalhadores, até o limiar dos anos 1980 com a entrada em cena do Partido dos Trabalhadores — hoje no poder —, seu limite e sua condição de existência. (SOUZA, 2012, p. 153-154).

Estava então formado e consolidado o modelo de capitalismo que possibilitou e possibilita toda a invisibilidade e as condições sociais da naturalização da desigualdade e dos conflitos sociais brasileiros, o —[...] mercado como reino de todas as virtudes." (SOUZA, 2012, p. 17).

Mas, quem é a ralé brasileira? Como ela se constituiu? Segundo Jessé Souza (2012), a ralé é uma classe sem conhecimento (capital cultural), nem dinheiro (capital econômico). São os despossuídos, os invisíveis para a sociedade, os oprimidos, os desclassificados sociais, uma classe que justifica sua existência na construção de sua "segunda natureza" social — que Bourdieu denomina de *habitus* de classe. "Essa 'segunda natureza' é construída socialmente por herança familiar e afetiva. Ainda que [...] possa ser modificada no decorrer da trajetória individual, ela também estabelece limites e possibilidades para essas mudanças possíveis." (SOUZA, 2009, p. 410).

A típica família da —ralé é muito diferente da família de classe média. Em grande medida, a família da "ralé" apresenta traços marcantes de —desestruturação familiar", [...]. Um primeiro traço marcante dessa desestruturação familiar é o fato de que as relações familiares na —ralé", em medida comparativamente muito maior que na classe média, são marcadas pelo domínio de —relações instrumentais" caracterizadas pelo abuso afetivo de todo tipo dos pais —fides" em relação aos filhos —fracs". Uma das formas mais assustadoramente frequentes de abuso [...] foi o abuso sexual dos pais em relação às filhas e até aos filhos, e dos pais —velhos" em geral em relação aos filhos —ovos". A —naturalização" desse tipo de comportamento na —ralé" inclui até mesmo a justificativa — embora a regra seja o silêncio conivente — desse tipo de comportamento por pais que dizem que não vão ser os —tols" que criam mulheres para que —ovos" homens possam se —proveitar". (SOUZA, 2009, p. 411).

Sobre o mérito pessoal que foi citado no começo do texto, Jessé dirá que essas pessoas possuem um "destino de classe" já condicionado pelos determinantes sociais e familiares, salvo as pequenas exceções. São condições materiais, emocionais e simbólicas que —[...] explicam como classes sociais inteiras são construídas e reproduzidas como bem-sucedidas ou como fracassadas desde o berço." (SOUZA, 2009, p. 412). E realmente são poucos os que conseguem ascender, mas

essa é uma realidade que pode ser modificada. O objetivo aqui não é ser determinista e dizer que pobre sempre vai ser pobre, e rico sempre vai ser rico; ao contrário, é buscar meios para que a classe menos favorecida possa sair dessa condição e ter acesso pleno aos direitos sociais, para que os sujeitos sejam autores de sua história. A finalidade é garantir o acesso a uma educação de qualidade em todos os níveis, inclusive nas universidades; é poder ter um bom trabalho, uma moradia digna, alimentação adequada, escola para as crianças, enfim, ter o acesso garantido às políticas públicas e sociais.

Dando continuidade ao pensamento de Jessé, o autor fala da crença da "igualdade de oportunidades" (SOUZA, 2009, p. 412), conforme veremos na citação a seguir.

Ao contrário do senso comum e das teorias baseadas no senso comum que imaginam que todas as pessoas possuem as mesmas precondições emocionais e sociais para a competição social, cada classe produz um tipo muito distinto de indivíduo o qual — salvo as exceções sempre existentes, mas sempre em pequeno número — cumpre, desde tenra idade, um destino de classe" inexorável. (SOUZA, 2009, p. 412).

"A miséria da ralé brasileira não é apenas econômica, social e política. Ela é, indissociavelmente, também, num sentido muito preciso como vimos acima, existencial e moral." As escolhas dos cidadãos pertencentes à ralé são fruto da fragilidade de sua posição social, além das adversidades e escolhas forçadas por circunstâncias incontroláveis. E, sem consciência de sua posição, nem sempre é possível agir em favor de mudanças, o que reproduz continuamente a própria miséria em todas as dimensões (SOUZA, 2009, p. 418).

Entre as mulheres da ralé, são as empregadas domésticas, faxineiras, lavadeiras ou prostitutas — a perfeita metáfora real de quem só tem o corpo e é obrigado a vendê-lo — que trabalham nas casas de classe média ou para a classe média. Essas mulheres permitem, a baixo preço, toda uma posição privilegiada às classes média e alta brasileira — em comparação inclusive com seus companheiros de classe europeus — que pode, assim, ser poupada de grande parte do cotidiano e custoso trabalho doméstico. É esse tempo de trabalho poupado por uma classe privilegiada que pode, então, ser reinvestido em atividades reconhecidas e lucrativas — fora de casa". Os homens da ralé, [...] estão envolvidos em atividades que exigem trabalho muscular e não qualificado, como ambulante, biscateiro, lavador de carros, vigia, transporte de carga pesada etc., e servem aos mesmos fins das mulheres. (SOUZA, 2009, p. 416).

Enfim, a ralé é uma classe desprezada e não reconhecida, e [...] não é por conta da maldade de uma elite perversa — embora isso também possa ser verdade — ou porque o Estado é comandado por demônios, e o mercado, por santos virtuosos — o que certamente não tem um grama sequer de verdade." A realidade é um processo de dominação social, em forma de "violência simbólica", são [...] mecanismos que obscurecem e suavizam a violência real e a tornam aceitável e até mesmo desejável inclusive para suas maiores vítimas." (SOUZA, 2009, p. 398).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jessé Souza (2009, p. 393) pontua que [...] nós, indivíduos 'modernos', somos obrigados a conviver com a ambiguidade e com a contradição como nosso traço histórico mais peculiar, seja na dimensão existencial seja na dimensão política". Para o autor, a modernidade periférica não se caracteriza em nenhum "jeitinho", "emotividade" ou ainda no senso comum do mito nacional, mas sim em um país cuja modernidade é [...] deficiente, seletiva e periférica porque jamais foi realizado [...] um esforço social e político dirigido e refletido de efetiva equalização de condições sociais das classes inferiores." Ao contrário, acreditou-se que [...] o mercado em expansão acabaria por incluir como que por mágica", ou ainda, que os esforços em envidar benefícios assistencialistas fossem resolver o problema da miséria no país — o que apenas amenizaria a situação, mas não proveria meios de superar a condição de desfavorecidos (SOUZA, 2009, p. 401).

Ainda mais,

[...] boa parte da ideologia meritocrática do individualismo como visão de mundo retira sua plausibilidade precisamente dessa possibilidade de o indivíduo se classificar socialmente mediante seu próprio esforço pela incorporação do saber e do conhecimento. (SOUZA, 2012, p. 53).

Ou seja, a sociedade atual apresenta fragilidades em muitos aspectos, entretanto, o aspecto social tem gritado absurdamente por políticas públicas emancipatórias que vislumbrem um cenário de oportunidades. Medidas paliativas de transferência de renda, como o próprio nome já diz, paliativas, não devem perdurar anos sem pensar paralelamente em uma política de emprego e renda. É preciso dar oportunidades, já que, o esforço é, sim, parte fundamental para alcançar os objetivos almejados, mas, se não há oportunidade, nem sempre o esforço levará a pessoa a atingir suas metas. Muitos nem se esforçam, mas têm oportunidades pela rede de contatos. Outros, a título de exemplo, conseguem entrar em uma universidade, mediante seu esforço, mas carecem de oportunidades depois de formados e ficam à mercê do desemprego.

É preciso pensar na —ralê é preciso ter espaço para se discutir e vislumbrar horizontes de oportunidades e políticas que contemplem essa classe. Bourdieu (2013, p. 4) deixa claro que uma classe social não é apenas um elemento que existiria em si mesmo, mas também uma parte determinada por sua integração em uma estrutura. Nesse sentido, em qual estrutura os mais pobres vivem? Quais oportunidades de ascender socialmente e economicamente eles têm? O que é possível de ser realizado, dada a concretude de uma estrutura de sociedade capitalista e meritocrática? Reflexões que findam um artigo, mas não a relevância da discussão e a construção de estratégias de enfrentamento da naturalização da desigualdade do tempo presente.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Campinas: Papirus, 2000.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

\_\_\_\_\_. **Escritos de educação**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2014a. (Estudos e pesquisas informação demográfica e socioeconômica, n. 34). Disponível em: . Acesso em: 30 jan 2017.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. Uma sociologia da produção do mundo cultural e escolar. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. IUPERJ, 2003.

\_\_\_\_\_. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

\_\_\_\_\_. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

***PAPEL DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO EM  
CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO***

*COMPLEMENTARY ACTIVITIES IN HIGHER EDUCATION: A STUDY IN GRADUATION COURSES  
IN LAW*

Área temática: Educação e desenvolvimento.

de Oliveira Santos, João Paulo  
Centro Universitário de Franca – Uni-Facef  
Mestrando em Desenvolvimento Regional  
Joaopaulooliveirasantos11@gmail.com  
de Tarso Oliveira, Paulo  
Docente do PPGDR-UNIFACEF Franca

**Resumo**

O trabalho tem como objetivo analisar as Atividades Complementares nos cursos de graduação em Direito, relatar a importância e seus reflexos nas comunidades pertencentes a nossa sociedade, e principalmente diagnosticar o papel destas atividades no ensino jurídico ou seja, mostrar a forma que a faculdade de Direito tem se encontrado com a sociedade em âmbito regional e Social.

**Palavras-chave:** Curso de Direito, Atividades Complementares, Desenvolvimento Regional e Social.

**Abstract**

The purpose of this study is to analyze the Complementary Activities in the undergraduate courses in Law, to report the importance and its reflexes in the communities belonging to our society, and mainly to diagnose the role of these activities in the legal education, is, to show the form that the Faculty of Law has met with society at a regional and social level.

**Keywords:** Law Course, Complementary Activities, Regional and Social Development.

**1 INTRODUÇÃO**

De acordo com o artigo 6º da Constituição Federal são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição.

Com a evolução da sociedade e primeiramente das faculdades de Direito, tivemos diversas mudanças com o passar dos anos, sendo assim dentro do curso de Direito temos as Atividades complementares que foram se transformando ao decorrer do tempo. Com isto o presente trabalho busca um estudo sobre as atividades complementares e seus reflexos sobre as comunidades e a sociedade em âmbito regional e social, uma investigação entre a faculdade de Direito ir ao encontro da sociedade.

Compreender os reflexos das atividades complementares desenvolvidas no ensino jurídico, e suas funções em um âmbito social, regional, buscando contribuir para o crescimento das preocupações com a formação da cidadania.

Sendo assim identificar atividades complementares desenvolvidas no ensino jurídico, descrevendo as opiniões de dirigentes das Instituições de Ensino Superior a respeito das atividades complementares no ensino jurídico e suas repercussões sociais, discutindo a realização de atividades complementares em tema de políticas públicas e da legislação vigente.

Sabe -se que a formação de Ensino Superior deve auxiliar na formação da cidadania, sendo assim, será verificado como funcionam na prática as atividades complementares para serem relevantes, não só aumentar a compreensão dessas atividades, mas também para subsidiar propostas para desempenho delas nas faculdades.

Os dirigentes que serão entrevistados são das cidades de Ituverava-SP, São Joaquim da Barra-SP, Barretos-SP, Franca-SP e Guaxupé-MG, sendo todas as faculdades de Direito. Pesquisa de Campo de caráter qualitativa e empírica com entrevistas e pesquisa documental sobre os projetos pedagógicos das instituições.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 1 DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE DIREITO

Quando falamos em direito temos o pensamento de que direito se resume em justiça, mas parando para raciocinar direito vai muito além da justiça, ou até mesmo da famosa frase de que quem, é “adepto ao direito tem sede de justiça”, mas isto vai além.

Sousa Junior (2011) relata em sua Obra; O Direito Achado na Rua, que o intento é atribuir propriamente Direito ao que emerge de sua fonte material “o povo” e de seu protagonismo a partir da rua evidente metáfora da esfera pública. O escopo presente é outro. É, inicialmente, dar conta de que o tema, seus fundamentos, sua concepção, já não são debatidos apenas na academia, entre intelectuais, mas ganharam dimensão pública interessando, incomodando, interpretando os meios ordinários, a opinião do senso comum e provocando manifestações e uma inusitada circulação de opiniões.

O direito tem interagindo na sociedade encorajando aqueles que antes estavam apenas fechados dentro de uma universidade e agora desejam ir para as ruas para a sociedade, interagir com as pessoas ajuda-las a se encontrarem com as leis e seus direitos.

Sendo assim dentro do curso de direito encontram-se suas diretrizes curriculares e dentro delas normas e pareceres que auxiliam na formação do estudante de Direito a interagir sua profissão com a sociedade.

Com isto discorreremos sobre as diretrizes e suas portarias vigentes nos últimos anos.

Começamos pela portaria ministerial n. 1886 de 30 de dezembro de 1994, em seu artigo 3º diz que o curso jurídico desenvolverá atividades de ensino, pesquisa e extensão, interligadas e obrigatórias, segundo a programação e distribuição aprovadas pela própria instituição de ensino superior, de forma a atender as necessidades de formação fundamental, sócio política, técnico-jurídica e prática do bacharel em direito.

Na Resolução 9/2004 em seu Art. 5º fala que o curso de Direito deverá contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua Organização Curricular, conteúdos e atividades que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

Em seu inciso II vem dizer que o eixo de formação profissional, abrangendo, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da ciência do direito e sua aplicação às mudanças sociais econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual.

Ressalta-se que o curso de Direito passou nos últimos anos a ser supervisionado pela Resolução N° 9 de 29 de setembro de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

Em seu artigo Art. 2º narra que a organização do Curso de Graduação em Direito, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais se expressa através de seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o trabalho de curso como componente curricular obrigatório do curso, o regime acadêmico de oferta, a duração do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

As diretrizes curriculares têm em mira fornecer as linhas gerais para os cursos jurídicos estruturarem seus projetos pedagógicos de forma autônoma e criativa, demandar atividades de caráter social, ajudando na formação do aluno de direito preparando-o intelectualmente e fortalecendo sua aptidão para o exercício técnico e profissional do Direito.

Junto a tudo isto que já foi explanado entra a LDB que é estabelecida na Lei n° 9394/96 que narra as diretrizes e bases da educação nacional, a LDB com suas inovações trouxe mudanças aos níveis de ensino, dando destaque as mudanças no Ensino Superior.

Na LDB em seu Art. N° 43 Inciso VI vem dizer que estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade. Frisando

também neste mesmo artigo inciso VII promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

## **2 ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

O curso de Direito passou nos últimos anos a ser supervisionado pela Resolução N° 9 de 29 de setembro de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

Em seu artigo Art. 2° narra que a organização do Curso de Graduação em Direito, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais se expressa através de seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o trabalho de curso como componente curricular obrigatório do curso, o regime acadêmico de oferta, a duração do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

As diretrizes curriculares têm em mira fornecer as linhas gerais para os cursos jurídicos estruturarem seus projetos pedagógicos de forma autônoma e criativa, demandar atividades de caráter social, ajudando na formação do aluno de direito preparando-o intelectualmente e fortalecendo sua aptidão para o exercício técnico e profissional do Direito.

Junto a tudo isto que já foi explanado entra a LDB que é estabelecida na Lei n° 9394/96 que narra as diretrizes e bases da educação nacional, a LDB com suas inovações trouxe mudanças aos níveis de ensino, dando destaque as mudanças no Ensino Superior.

Na LDB em seu Art. N° 43 Inciso VI vem dizer que estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade. Frisando também neste mesmo artigo inciso VII promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Segundo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), afirma que as instituições de ensino superior brasileiras vivem atualmente um momento de reorganização administrativa em torno de uma gestão socialmente responsável, em um movimento de aproximação da academia com a sociedade, rompendo assim, sua tradição assistencialista. Traz para a sala de aula e para os laboratórios a sociedade e suas demandas e, por outro lado, levando a academia à interação próxima com a comunidade, cria situações de aprendizado e de concepção de ideias, em um contexto democrático em que a educação ocorre contribuindo para a produção de capital humano, intelectual e tecnológico do país, direcionando para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Na Resolução n° 9/2004 em seu Art. N° 8° diz que as atividades complementares são componentes curriculares enriquecidos e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Lembrando que, não se pode confundir de maneira alguma as atividades complementares com o Trabalho de Conclusão de Curso ou até mesmo com o Estágio Supervisionado e conforme o Art. N° 12 vem dizer que as diretrizes curriculares nacionais desta resolução deverão ser implementadas pelas instituições de ensino superior, obrigatoriamente, no prazo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir desta publicação.

As atividades complementares, enquanto elemento curricular, aparecem então como canal de abertura para grandes descobertas. Desta forma, tais atividades são apresentadas como espaço de possibilidades. Tal processo se dá com bastante dinamismo e compartilhamento professor, aluno e a sociedade. Sendo assim com esta ferramenta os alunos de curso jurídico aplicariam na sociedade todo o conhecimento adquirido em sala de aula e assim o direito passou a ser interligado fora das instituições de ensino e adicionado dentro das comunidades pertencentes ao redor daquela instituição de ensino.

Podemos observar que no art. 3° da Resolução 9/2004, diz que o curso de graduação em direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade para análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação,

interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

Com tudo isto já em iniciação criou-se, um local próprio para que as atividades fossem elaboradas e supervisionadas de forma exclusiva, sendo assim germinaram os chamados núcleos de prática jurídica.

Sousa Junior (2011) explica que o núcleo de prática jurídica – NPJ, como é sabido, acabou recebendo o influxo da mobilização dos estudantes para imprimir à sua formação a dimensão de realidade que, num primeiro momento, motivada pela capacidade de intervenção dos antigos escritórios modelos de advocacia, logo se qualificou com a condição de política do processo de assessoria jurídica universitária vivenciado pelos serviços de assessoria jurídica que as organizações estudantis procuravam imprimir ao modelo de prática reivindicado curricularmente.

Assim, a assimilação teoria-prática deve identificar-se como ato crítico no qual se prova que a prática jurídica é necessária para o aperfeiçoamento de novos juristas e principalmente levar o aluno de encontro com a sociedade.

No parecer 5/6/2013 manifestou que fosse incrementado no Art. 7º da Resolução 9/2004 os parágrafos 3º e 4º onde incrementarão o seguinte texto, Parágrafo 3º para desempenho de suas funções, o núcleo de prática jurídica poderá manter convênios com outras entidades de ensino, instituições públicas ou privadas, além de escritórios de advocacia, de modo a viabilizar aos alunos a participação em atividades jurídicas práticas, tal como previstas no Projeto Pedagógico do curso.

Parágrafo 4º O núcleo de prática jurídica, com o objetivo de pleno atendimento às demais demandas acadêmicas do curso, poderá contemplar, dentre outras, as seguintes atividades:

I – Práticas simuladas; II – Visitas orientadas; III – Participação em atividades de arbitragem, conciliação e mediação; IV – Participação em atividades judiciais/jurídicas reais, mediante supervisão de profissionais orientadores vinculados à IES.

Mas em 2017 teve uma nova resolução a Resolução Nº 3 de julho de 2017, onde novamente alterou-se o Art. 7º, que passou a ter a seguinte redação:

Art. 7º Parágrafo 1º Inciso I o na própria instituição de educação superior, por meio de seu Núcleo de Prática Jurídica, que deverá estar estruturado e operacionalizado de acordo com a regulamentação própria, aprovada pelo seu órgão colegiado competente, podendo ser celebrado convênio com a Defensoria Pública para prestação de assistência jurídica suplementar;

Inciso II Em serviços de assistência jurídica de responsabilidade da instituição de educação superior por ela organizados, desenvolvidos e implantados;

Inciso III nos órgãos do poder judiciário, do ministério público, da defensoria pública e das procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais; Inciso IV em escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas.

Lembrando que as atividades complementares, previstas nas novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em direito, podem ser consideradas como uma inovação aos projetos dos cursos jurídicos, fornecendo um tom de vanguarda e atualidade aos mesmos, oportunidade de se construir as habilidades e competências do aluno adquiridas, e ajudando a sociedade.

Vale ressaltar que em outras instituições de ensino as atividades complementares, e com seus trabalhos desenvolvidos junto com outras entidades, públicas ou privadas, no sentido de se trazer, além de conhecimentos práticos os conhecimentos ou práticas determinadas ao auxílio da sociedade sendo palestras para estudantes, presos, e menores infratores, entre outros.

Além da ideia de que a realidade social, isto é, ao longe da captação de eventuais problemas que surgem na sociedade, pelo exercício das atividades complementares conjuntamente com as demais atividades de práticas de ensino jurídico, encontra-se a real possibilidade de se ter uma ação social eficaz para solucionar estes problemas.

Na CF em seu art. 6º A educação é um direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.



## 2.1 DIREITO E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Entendemos que como citado acima está nascendo um novo modelo de Direito, não apenas fixando entre universidade e aluno e sim para ir ao encontro da sociedade e as comunidades para elevar a transformação social.

No informe apresentado pela República Federativa da Alemanha à UNESCO vem confirmar que, um novo modelo ideal de jurista está em vias de nascer distingue-se do modelo anterior, antes de tudo, pelo fato de que o seu propósito está no trabalho crítico sobre o Direito e, com ele, na compreensão do político e do social, também na atitude de responsabilidade visando a determinar-lhe a imagem para o porvir.

O Direito nos últimos anos tem enfrentado dificuldades em se enquadrar nestas mudanças que estão por vir na sociedade, onde sua ineficiência se torna grotesca e vai muito além.

Monreal (1988), expõe que se o consideramos em sua relação com as sociedades concretas que, com bastante uniformidade, nos mostra a América Latina de hoje, é preciso admitir que o Direito aparece desvinculado, inclusive, das concepções econômicas e políticas dominantes e que não se ajusta aos “ projetos concretos da vida social” que afloram nos espíritos mais progressistas. Encontramo-nos, por isso, em presença de um direito absoluto, mesmo para as circunstâncias sociais vigentes, circunstâncias que o conservantismo dos juristas é incapaz de identificar e, muito menos, remover.

Quando falamos em Direito é válido relacionar o ensino do Direito com a reforma universitária junto aos desenvolvimentos sociais, diante disto o Direito tem enfrentado transformações sociais.

Souza Junior (2011), narra que uma novidade do projeto reforma universitária atualmente em tramitação no congresso nacional é o requisito de responsabilidade social atribuído as Instituições de Ensino Superior. Nos fundamentos do projeto este requisito está inscrito na disposição de fazer a educação superior interagir com a sociedade de tal forma que a qualidade acadêmica ganhe relevância social.

Machado (2009) narra que a mudança é algo que sempre oscilará entre a ideia de revolução social, que supõe toda uma transformação no modo de produção econômica e, conseqüentemente, no sistema político; e a ideia de reforma, em que as relações sociais assumem padrões diferentes dos padrões tradicionais, porém sem a radical transformação dos sistemas políticas e econômicas.

Sendo assim Sousa Junior (2011) diz que os ensaios e documentos editados pela comissão de ensino jurídico, nos livros que compõem a série OAB Ensino Jurídico, abre-se uma perspectiva de futuro acerca da função do Direito e do papel do jurista na sociedade. Pode dizer, com convicção, que os estudos da OAB descortinaram alternativas paradigmáticas para a construção desse futuro, o qual não pode prefigurar –se senão sobre a consciência da responsabilidade que tem o ensino jurídico para a criação de categorias novas apreendidas na leitura atenta da realidade social.

Desta forma os núcleos de práticas jurídicas possuem responsabilidade social dos estudantes de Direito pois, em um primeiro momento teve a motivação através de escritórios jurídicos já ativos, logo se instaurou a assessoria jurídica de caráter universitário sendo estes vividos pelos serviços de assistências jurídicas, com isto as instituições de Direito transformaram este modelo em pratica curricular. Boaventura vem dizer que nas faculdades de Direito esse processo surgiu dentro do movimento que procurava integrar, a extensão comunitária com a reivindicação de responsabilidade social para as universidades, com nuances diversas e intencionalidade, mas em cujo âmbito pode se aferir.

Sousa Junior (2011) fala que com efeito, as assessorias jurídicas dos movimentos sociais surgiram no Brasil a partir dos anos 1960, em parte como decorrência dos limites contidos num sistema político autoritário e, em parte, estiolante, que impedia a percepção do direito como estratégia de superação de uma realidade injusta e da exclusão social, fazendo do formalismo legal um obstáculo à emergência de novos direitos.

### **3 Políticas Públicas, Atividades Complementares e Diretrizes Curriculares**

Quando unimos atividades complementares e Diretrizes curriculares, atingimos um ápice natural que é as Políticas Públicas, ou seja, neste exato momento estamos adicionando ao nosso raciocínio uma Política Pública que é levar a sociedade a se encontrar com a Faculdade e o Curso de Direito e suas atividades complementares.

Mas a pergunta que fica é? O que vem a ser políticas públicas? Pereira (2012) vem dizer que não se pode falar em política pública fora da relação estado e sociedade, portanto, políticas públicas são ações públicas assumidas pelos governos, instituições públicas estatais com ou sem participação da sociedade que concretizam direitos humanos coletivos ou direitos sociais garantidos em lei. Tudo o que o Estado faz ou deixa de fazer está compreendido como metas das políticas públicas a serem cumpridas: o investimento, os seguimentos beneficiados ou excluídos pelos serviços. Dependendo de como as políticas públicas são elaboradas, elas podem oportunizar a melhoria da qualidade de vida da população, redistribuindo renda, ou podem privilegiar setores dominantes da sociedade, aumentando ainda mais a concentração de renda e da desigualdade social.

As políticas públicas formam um leque de oportunidades para a sociedade se integrar com o estudante de Direito pois, o ensino jurídico é rico em conhecimento e muitas vezes as comunidades sociais tem sede disto e principalmente sentem vontade de aprender. Por isto os núcleos de práticas jurídicas e as atividades complementares se tornam tão importantes para as comunidades.

Sendo assim para a sociedade que não possui acesso ou inteiração com ensino e conhecimento jurídico, passar a se agregar a estes novos moldes vencendo preconceitos e a desigualdade social. Dora (2002) narra que os negros, os pobres, os marginalizados pela raça, pelo sexo, por deficiências físicas ou psíquicas, por idade etc, continuam em estado de desalento jurídico em grande parte do mundo. Inobstante a garantia constitucional da dignidade humana igual para todos, da liberdade igual para todos, não são poucos os homens e mulheres que continuam sem ter acesso às iguais oportunidades mínimas de trabalho, de participação política, de cidadania criativa e comprometida, deixados que são à margem da convivência social, da experiência democrática na sociedade política.

Por isto é tão importante usar estas ferramentas como um novo modelo de políticas públicas, é necessário mudar e fazer com que a desigualdade social seja obstruída e fazer com que as grandes comunidades tenham acesso ao conhecimento entre núcleos de práticas jurídicas regidos pela faculdade de direito.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Trata-se de uma pesquisa empírica de caráter qualitativa sendo feito pesquisa documental sobre os projetos pedagógicos das Instituições de Ensino onde serão entrevistados seus dirigentes.

A pesquisa será realizada com as seguintes instituições de ensino de Direito: Faculdade Dr. Francisco Maeda – FAFRAM, Faculdade de Direito de Franca – FDF, Faculdade de Ciências Empresariais de São Joaquim Da Barra – FACESB, Universidade de Franca – UNIFRAM e Universidade de Guaxupé – Direito. Serão realizadas entrevistas com os dirigentes de cada faculdade especificamente o coordenador de cada curso de Direito.

Pretende-se realizar Análise de Conteúdo, como técnica para estudo dos depoimentos dos coordenadores.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Espera-se ao término da pesquisa ter o demonstrativo de sua contribuição com as informações disponibilizadas pelos Dirigentes das Faculdade sendo estes os coordenadores de cada Curso de Direito, podendo demonstrar os reflexos das atividades complementares para a Sociedade em geral.

### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tratando-se de uma pesquisa em andamento, a intenção deste trabalho é mostrar os reflexos das atividades complementares dos cursos de direito da região nas comunidades, identificar seus benefícios para o estudante de direito e para a sociedade e principalmente seu desenvolvimento social e regional desde que foram implementadas no meio acadêmico de Direito.

## REFERÊNCIAS

- PEREIRA, J.M. Curso de planejamento Governamental Foco Nas Políticas Públicas e Nos Indicadores Sociais. São Paulo: Atlas, 2012. 33p.
- MONREAL, E.N. O Direito Como Obstáculo à Transformação Social. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- JUNIOR, J.G.S. O Direito Como Liberdade O Direito Achado na Rua. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Ed., 2011.
- DORA, D.D. Direito e Mudança Social. Rio de Janeiro: Renovar: Fundação Ford, 2002.
- VIGOTSKI, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 194p. (Psicologia e Pedagogia)
- MACHADO, A.A. Ensino Jurídico e Mudança Social. 2.ed.: São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- Revista Jurídica UNIJUS/Universidade de Uberaba, Ministério Público do Estado de Minas Gerais. – Vol. 1, n.1 (1998) – Uberaba MG: UNIUBE, 1998.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.
- BRASIL: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).
- BRASIL: Portaria Ministerial nº 1886/94.
- BRASIL: Resolução nº 9 de Setembro de 2004
- BRASIL: Resolução nº 3, de 14 de Julho de 2017.
- BOAVENTURA, E.M. A educação brasileira e o direito. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.
- MOTTA, E. Direito educacional: educação no século XXI, Brasília: UNESCO, 1997.
- BOYADJIAN, G. H. V. Os núcleos de prática jurídica nas instituições privadas de ensino superior. Dissertação. Franca: Universidade de Franca, 2002

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR PARA OS DOCUMENTOS OFICIAIS**

**EDUCATIONAL POLICIES FOR CHILDHOOD EDUCATION: A LOOKING AT OFFICIAL DOCUMENTS**

Desenvolvimento Social e políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento

MALTA, Maísa  
FFCL- Ituverava, SEE- SP  
Doutoranda em Educação Escolar- UNESP- Araraquara  
maisamalta@yahoo.com.br

**Resumo**

Este artigo tem como objetivo compreender a atual realidade da educação infantil, por meio de análise das principais políticas educacionais desta etapa de ensino. O interesse em pesquisar o tema surgiu da prática docente e de questões referentes às políticas específicas para a infância, como o acesso e qualidade da educação infantil, que influenciam na dinâmica social e na formação das crianças que ficam privadas de um atendimento adequado. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica com base teórica em estudiosos que discutem o contexto histórico desta etapa de educação, percorrendo a mudança no conceito de criança e infância a partir do século XX. Além da pesquisa bibliográfica, realizamos análise documental de leis e documentos publicados pelo Ministério da Educação, a fim de compor o panorama das políticas atuais. Como resultado, verificamos o avanço na garantia do direito à educação básica e ampliação do acesso nas últimas décadas, e também a definição de objetivos, metas e princípios para a educação infantil. No entanto, a análise também revelou a distância entre as políticas estabelecidas e a realidade brasileira e os desafios ainda permanentes para a universalização do atendimento às crianças de 0 a 5 anos.

**Palavras-chave:** Políticas, educação, infância.

**Abstract**

This article aims to understand the current reality of the childhood education by analyzing the main educational policies of this stage of education. The interest in researching the theme arose from the teaching practice and issues related to specific policies for children, such as access and quality of the childhood education, which influence the social dynamics and the training of children who are deprived of adequate care. To do so, we carry out bibliographic research with theoretical basis in scholars who discuss the historical context of this stage of education, going through the change in the concept of children and childhood from the twentieth century. In addition to bibliographic research, we performed documentary analysis of laws and documents published by the Ministry of Education, in order to compose the panorama of current policies. As a result, we verified progress in guaranteeing the right to basic education and access expansion in the last decades, as well as the definition of aims, goals and principles for the childhood education. However, the analysis also revealed the distance between the established policies and the Brazilian reality and the still permanent challenges for the universalization of care for children from 0 to 5 years.

**Keywords:** Policies, education, childhood.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança, o que envolve diversos aspectos fundamentais, no entanto, para se garantir este desenvolvimento é necessário pensar no acesso a este nível de ensino e também na qualidade desta formação, questões diretamente relacionadas às políticas voltadas para a infância.

O interesse pelo tema se deu por questões e inquietações que surgiram de nossa própria atuação como professora da educação básica e ensino superior no curso de pedagogia, pois apesar de progressos significativos, a educação infantil ainda revela alguns entraves, entre eles: sua oferta insuficiente e seu currículo „indefinido” e muitas vezes „deficiente” no sentido de promover a formação integral proposta.

O objetivo desta pesquisa é compreender as principais políticas educacionais para creches e pré-escolas, por meio dos conceitos de infância e criança, dos princípios que fundamentam a educação infantil e do direito à educação previsto nas leis e documentos oficiais.

Para tanto, se faz necessário um rápido retrospecto de como a educação infantil tornou-se um direito e um dever, com leis e diretrizes próprias, avanços importantes conquistados nas últimas décadas, a começar pela mudança nos conceitos de infância e criança e no atendimento dado a esta, seguido de um estudo da atual realidade desta etapa de ensino da educação básica.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A partir do século XX houve uma considerável mudança nas discussões sobre a infância, o que é bastante recente, como nos coloca Costa (2000), a nova concepção de infância é aquela em que a criança é um sujeito social e histórico com diferenças e características próprias e não mais um projeto de adulto, ou um ser incompleto.

É relevante considerarmos, que toda concepção é construída a partir de contextos histórico e social em que estão inseridas e para Kramer (2007) o conceito da infância moderna foi difundido com base nas crianças da classe média, no entanto a autora ressalta que é necessário considerar a diversidade social, cultural, política ao analisarmos as ideias sobre a criança e a infância nos diferentes momentos, principalmente porque, a forma de olhar a criança de uma sociedade, determina o que será feito para garantir direitos e melhor atendimento a população infantil.

Conforme Costa (2000 p.15) “a criança é criadora de cultura, destiladora de contradições e com outro modo de ver a realidade”. Colaborando com esta ideia Silva, Raitz e Ferreira (2009 p.77) ao discutirem a infância enquanto estudo da sociologia, ressaltam que “o inventar das crianças, muitas vezes direciona a novas formas de sociabilidade, novas formas de expressões culturais que proliferam a cada dia”. É nesse sentido que as crianças são atores e capazes de construir sua identidade, não são passivas a espera que somente o adulto as eduque ou as ensine, elas interagem e participam do processo educativo, cultural e social em que estão inseridas.

Essa nova visão da infância, de acordo com Salles (2009) nos inquieta, pois ela se contrapõe ao que antes pensávamos sobre a infância, ou seja, aquela imagem ingênua inexperiente, a espera do adulto, a criança passiva que por tanto tempo permeou na história e também na nossa linguagem cotidiana, não mais se traduz na realidade, o que temos hoje é uma infância ativa, com características e singularidades próprias, tanto do ponto de vista da identidade de cada indivíduo, assim como da história social e cultural. Conforme Kramer (2007 p.15) a infância é mais que uma fase da vida, é categoria da história “existe uma história humana porque o homem tem infância”.

Considerando este conceito Kramer (2007) faz algumas colocações sobre o que é específico da infância, para a autora o poder de imaginação, a fantasia, a criação e a brincadeira são singularidades das crianças e pensar a infância é pensar em como o mundo é visto pelo olhar delas. Mas afinal quem é essa criança?

Assim como vimos no conceito de infância ao falarmos de criança a concepção também não se apresenta de forma única e homogênea, de acordo como Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998 p.21), “a concepção de criança é uma noção construída historicamente (...) vem mudando ao longo dos tempos”, conforme o documento, é possível que em uma mesma cidade nos deparemos com diferentes formas de olhar as crianças dependendo da classe social, da comunidade, do grupo étnico do qual fazem parte.

Conforme o RCNEI (1998), a criança possui um lugar na sociedade, portanto é um sujeito

social e histórico, o documento ressalta que as crianças possuem características peculiares que devem ser consideradas em seu processo de desenvolvimento, vejamos:

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, (...) revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos (RCNEI, 1998 p.21).

Corroborando com esta descrição do “ser criança”, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010 p.12) também ressaltam que a criança por meio das suas interações e de sua condição de sujeito histórico, “constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”.

Kramer (2007), traz uma colocação bastante interessante sobre considerar a criança como sujeito social, para a autora, muitos adultos no intuito de ver a criança como autora e sujeito de sua construção, se abdicam do papel de educar, não se posicionam, não colocam regras e essa ausência do verdadeiro sentido de autoridade provocam nas crianças o sentimento do „posso tudo”, ao mesmo tempo que não encontram os limites necessários para sua referência enquanto pessoa. Quem já não ouviu a expressão, „a criança pede limite”, isso resume a necessidade da autoridade com responsabilidade das famílias e dos profissionais que trabalham com as crianças.

Reconhecer a criança como ser pensante e atuante não se traduz em deixá-la alheia as regras e permitir que faça tudo como quiser, é considerá-la como criança que precisa de atenção, do diálogo e da presença de adultos que a respeite, mas que também a ensine, a eduque “a criança precisa aprender condutas, práticas e valores que só irão adquirir se forem iniciadas pelo adulto”(KRAMER, 2007, p.19).

Com relação ao conhecimento, o RCNEI (1998) enfatiza que as crianças utilizam diversas linguagens e constroem hipóteses sobre aquilo que estão aprendendo ou descobrindo, isso mostra a maneira como ela pensa e a partir de interações com as pessoas, com outras crianças e com o meio é que ela constrói seu conhecimento. Portanto é de grande importância compreender, conhecer e investigar o jeito que cada criança pensa, suas hipóteses e como se relaciona com o mundo, a fim de que possamos proporcionar boas situações de aprendizagem e de desenvolvimento, além de lhe garantir seus direitos de pessoa, e de cidadão.

O ser criança é antes de tudo ser pessoa com direitos e deveres, capaz de aprender e de construir suas experiências, com necessidades de quem vê o mundo de seu próprio jeito, e a infância mais que um estágio de vida, é uma representação social e histórica de um período muito marcante e importante não somente para o futuro adulto que se formará, mas pela própria criança, enquanto criança, agente e protagonista desta representação.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para realização deste estudo, utilizamos pesquisa bibliográfica, a fim de compreender os conceitos de infância e criança, assim como o contexto histórico, na medida em que, não se pode pensar qualquer realidade, neste caso a educacional, sem posicioná-la perante a situação histórica, cultural e social em que está inserida. Também realizamos análise de documentos oficiais que contemplam a educação infantil como direito de toda criança e como dever do Estado, com intuito de conhecer e analisar as políticas educacionais propostas para a infância.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 O contexto atual da educação infantil**

De acordo com Costa (2000) em 1959, através da Declaração Universal dos Direitos da Criança, a criança passou a ser considerada como ser humano legalmente, com suas necessidades próprias e seus direitos. Em nosso país a primeira lei que tratou especificamente dos direitos e

deveres da criança é de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (LEI8069/1990), olhando pelo ponto de vista histórico são leis atuais, no entanto, analisando a realidade, parece-nos que as leis já existem a tempo suficiente, para que as mudanças com relação ao atendimento as crianças verdadeiramente acontecessem.

Em 2009 o Ministério da Educação (MEC) publicou um documento elaborado a partir de discussões sobre as orientações curriculares para a educação infantil, com o objetivo de “problematizar, inspirar e aperfeiçoar as práticas cotidianas realizadas nos estabelecimentos de educação infantil” (BRASIL,2009 p.5). O documento que aqui denominaremos pela sigla PCEI-Práticas Cotidianas na Educação Infantil, contou com autoria coletiva de várias instâncias compromissadas com este nível de ensino.

Em 2017 foi homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) documento em discussão desde 2015, que possui caráter normativo e define as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica.

A educação Infantil para crianças de 4 e 5 anos tornou-se obrigatória por meio de Emenda Constitucional em 2009, e em 2013 essa obrigatoriedade foi incluída na LDBEN. A recente inclusão deste nível de ensino à educação básica, integrada ao sistema educacional brasileiro, ainda gera muitas contradições e contrapontos com relação a diferentes aspectos. Utilizaremos em nosso estudo alguns pontos interessantes do documento PCEI (2009) e também outras publicações do MEC, como a Política Nacional de Educação Infantil (PNEI) e a BNCC (2017), para subsidiar a discussão acerca da atual realidade da educação infantil no Brasil.

Conforme a Política Nacional de Educação Infantil (PNEI, 2006 p.7) “ a educação infantil, embora tenha mais de um século de história como cuidado e educação extradomiciliar, somente nos últimos anos foi reconhecida como direito da criança, das famílias, como dever do Estado e como primeira etapa da Educação Básica”.

O Ministério da Educação (MEC) tratou especificamente sobre educação de crianças de 4 a 5 anos em 1975, quando criou a Coordenação de Educação Pré – escolar, no entanto este programa vinculava-se a área de Assistência Social. Com a urbanização do país por volta da década de 80 houve também a expansão do atendimento as crianças de 0 a 3 anos.

Ao analisarmos o contexto histórico no qual a educação infantil está inserida, é importante ressaltar a expansão de atendimento e qualidade exigidos pelos movimentos sociais. Exigência que ocorre pela inserção da mulher no mercado de trabalho, assim como, pela conscientização da necessidade de uma educação de qualidade para a infância. É cada vez maior o número de pesquisas científicas que indicam a importância de um trabalho educacional nos anos iniciais da vida, tendo em vista o desenvolvimento humano, a aprendizagem, a formação do sujeito e a construção da inteligência.

#### **4.2 Bebê, criança bem pequena e criança pequena: especificações da educação infantil**

O documento PCEI (2009) e atualmente a BNCC (2017) classifica a faixa etária das crianças da educação infantil a fim de destacar as especificidades de cada fase considerando: bebê (criança de 0 a 18 meses), criança bem pequena (entre 19 meses e 3 anos e 11 meses); criança pequena (entre 4 anos e 5 anos e 11 meses).

Estudos e pesquisas educacionais referentes à educação de bebês e de crianças bem pequenas são recentes no país e poucos exploram a questão curricular. Quanto às crianças pequenas e aquelas que já integram o ensino fundamental (acima de seis anos) existem mais estudos.

As crianças pequenas necessitam de uma pedagogia focada nas relações e interações, nas práticas do dia a dia,na aprendizagem que ocorre no espaço coletivo, em que a diversidade e o lúdico sejam amplamente discutidos pelos profissionais dos estabelecimentos de ensino e também pela família e sociedade.

Nessa perspectiva o documento destaca três funções “indissociáveis” para a educação infantil e seus respectivos estabelecimentos (BRASIL 2009,p9):

**Função social-** diz respeito ao acolhimento da criança, por meio do educar e cuidar e compartilhamento com a família;

**Função política-** contribuir para que as crianças tenham garantidos seus direitos sociais e políticos , expressos em sua participação e formação cidadã;

**Função pedagógica-** lugar de construção e ampliação de saberes de diferentes naturezas.

Um projeto educacional é mais que uma escolha de um modelo de vida, é uma decisão

política, pois envolve um processo complexo de educação, segurança, saúde, necessidades, autonomia, ou seja de formação de uma sociedade.

A função da educação infantil nas sociedades contemporâneas é a de possibilitar a vivência em comunidade, aprendendo a respeitar, a acolher e a celebrar a diversidade dos demais, a sair da percepção exclusiva do seu universo pessoal, assim como a ver o mundo a partir do olhar do outro e da compreensão de outros mundos sociais (BRASIL, 2009, p.12)

Para tanto, é preciso que se pense na aprendizagem por meio de práticas sociais que são os conhecimentos e situações do mundo social, da cultura, e que fazem sentido pelo seu uso e sua presença em nossas vidas e na vida das crianças. Práticas que são vivenciadas também por meio de “histórias coletivas que, ao serem ouvidas, se encontram com as histórias pessoais, alargando os horizontes cognitivos e emocionais através do diálogo, das conversas, da participação e da vida democrática” (BRASIL, 2009 p.13) e nas ações do dia a dia, aquelas que realizamos junto com as crianças.

O documento PCEI (2009) ressalta a importância da socialização na escola, pois ao ingressar na educação infantil a criança passa a conviver com outros adultos e com outras crianças diferentes de seu ambiente familiar, o que a leva a descobrir outras formas de se relacionar, falar, brincar e agir.

Essa socialização é um ponto positivo para o desenvolvimento da identidade da criança e também para o sentimento de pertencimento a uma sociedade e cultura, pois conforme ressalta o documento: “as crianças, com experiências ampliadas, aprendem a viver e a conhecer um mundo permeado pela pluralidade desde muito cedo” (BRASIL, 2009 p.14)

Quanto a concepção de família a exemplo da infância, também sofreu mudanças ao longo da história. A família era vista como o grupo ligado por laços sanguíneos, geralmente representada por um homem, uma mulher e os filhos. O homem era o responsável pelo sustento e a mulher pela “reprodução e organização da vida familiar” (BRASIL, 2009 p.17). Dentre as instituições que influenciaram na mudança desse conceito ou estereótipo, estão às creches e as pré-escolas, pois por meio delas a mulher pode deixar os filhos para trabalhar e esse fato teve uma importância histórica, econômica e social muito grande, com relação a luta da mulher e ao surgimento da educação infantil.

Para Kramer (2007), as crianças não formam um grupo isolado, pelo contrário, elas fazem parte dos diversos grupos da sociedade e o principal deles é a família, primeira organização em que a criança é inserida, dela recebe valores, hábitos, ensinamentos que se tornam parâmetros. O RCNEI (1998) coloca que a “criança tem na família biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações que estabelece com outras instituições sociais” (p.21), como a escola e a creche sobre as quais falaremos de modo específico mais adiante.

As famílias constituem-se parte das instituições educativas, pois para que as crianças sintam-se acolhidas é necessário que família e escola estejam sintonizadas e que ambas cumpram o seu papel, “considerando a impossibilidade de regra única” (BRASIL, 2009 p.18). A falta de parceria entre as duas instituições ou a descaracterização de suas funções pode levar a escola a assumir tarefas que não são suas e a família tornar-se cada vez mais ausente do processo de formação da criança.

As creches e pré-escolas precisam mostrar seu trabalho para que as famílias e as próprias crianças dele participem, assim como precisam mostrá-lo a toda comunidade por meio de suas ações e estratégias para que sejam reconhecidas e respeitadas pela sociedade.

Essa parceria deve ocorrer também com outros setores, pois a educação infantil ao ser pensada na perspectiva da complementaridade e da continuidade precisa ser articulada a outros serviços essenciais como: saúde, segurança, nutrição, assistência social e psicológica. O documento PCEI (2009) denomina esse processo de intersetorialidade:

(...) articular o debate sobre o significado da educação das crianças pequenas em estabelecimentos educacionais e suas práticas para, assim, permitir que as ideias e as ações oriundas das diferentes secretarias possam colaborar e potencializar a educação infantil. A intersetorialidade é o caminho para garantir o bem estar de todos: famílias, crianças, professores e demais profissionais. (BRASIL, 2009, p.20)

A integração de diferentes setores é necessidade imprescindível e exige políticas públicas que visem e possibilitem essa articulação.



#### 4.3 Princípios da educação infantil

De acordo com as DCNEI (2010) as práticas pedagógicas na educação infantil devem seguir os princípios **éticos** que possibilitam a compreensão e construção de valores que remetem a solidariedade, a valorização da diversidade, identidade; **políticos** que tratam da percepção da criança como participante de uma comunidade, grupo e sociedade, dos direitos de cidadania, participação e democracia; e **estéticos** que estão associados à sensibilidade, criatividade, a apreciação de diferentes produções das culturas variadas, da ludicidade e liberdade de expressão.

Tais práticas se efetivam em metas educacionais previstas no projeto pedagógico de cada instituição, ou seja, as intenções e ações que se propõe a realizar para que o desenvolvimento integral seja alcançado, ou em sua proposta pedagógica que tem como objetivo garantir acesso e apropriação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens “assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.”( BRASIL, 2010 p.18)

##### 4.3.1 Diversidade e singularidade

No princípio da diversidade e singularidade deve-se considerar o respeito à diferença, a solidariedade, a inclusão o viver e conviver em grupo que possui hábitos costumes, pensamentos e crenças diferentes. Perceber o outro e a si mesmo como ser único e com peculiaridades, essa visão permite tanto o olhar para a diversidade quanto para o pertencimento, no sentido de se perceber como ser de uma espécie, de uma sociedade com determinados costumes e também pertencente de outros grupos sociais, religiosos, culturais.

As crianças, em suas diversidades, também manifestam lógicas de pertencimento. Em seus processos singulares de pertencimento social e cultural, elas precisam encontrar modos de favorecer suas características identitárias, como também procurar estabelecer as diferenças que as singularizam no seu grupo(BRASIL,2009 p.63)

Quanto mais se respeita as crianças em suas particularidades nos diversos aspectos, menos o preconceito e exclusão reproduzem-se. Conforme afirma Charlot (2005 p.136) “ escola para todos” é fazer valer “os princípios da diferença cultural e da identidade como ser humano, os princípios do direito à diferença e do direito a semelhança”.

##### 4.3.2 Sustentabilidade, democracia e participação

A gestão democrática promove todos os membros da instituição a participantes e esse fato muda as relações, a solução de conflitos e influencia também no processo pedagógico. Essa participação se estende as crianças e as famílias:

Considerar que as crianças podem participar com suas opiniões e escolhas no ambiente da escola é afirmar os direitos da criança, mas também é reconhecer que esses não são absolutos, pois são condicionados pelas experiências e processos de desenvolvimento da criança, pelos direitos e pelos deveres dos pais, pelas responsabilidades dos educadores, assim como pela lei nacional.(BRASIL,2009 p.66)

Com relação à participação da família é preciso que se rompa com a visão hierarquizada nas relações de poder entre família e escola, manifestada ou por parte dos professores que se colocam como detentores do saber, ou dos pais que consideram os professores apenas como “meros prestadores de serviços”(BRASIL,2009p.66) É necessário valorização e reconhecimento do papel essencial da família e da escola para a educação das crianças.

Quanto à sustentabilidade, ao garantir a participação e a democracia, a escola necessita também “ser ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa e culturalmente adequada” (BRASIL, 2009 p.66), pois educar um país para ser sustentável é uma questão mundial, humana e urgente.

Estes princípios devem fazer parte do cotidiano da escola e de todos os seus envolvidos, não apenas em algumas ações ou atividades.

#### **4.3.3 Educar e cuidar**

Faz parte do processo histórico da educação infantil a busca pela articulação entre o cuidar e o educar, principalmente quando se desvinculou da visão do assistencialista antes tão presente neste nível de ensino.

Para demarcar sua “identidade”, seu lugar nas políticas públicas e na Educação Básica brasileira, e para retirar a creche da assistência social e a pré-escola da “preparação para o ensino fundamental”, foi necessário sublinhar e insistir na indissociabilidade do educar/cuidar, enquanto estratégia política para aproximá-los, redimensionando a educação da infância. (BRASIL,2009p.68).

O cuidar está além da proteção, das necessidades físicas ou cuidados com o corpo, pois contempla também o saber agir no coletivo, aceitar a lógica das crianças e apoiá-las em suas conquistas e desafios.

O educar também se estende para além do que propõe a proposta curricular, especialmente quando pensamos em bebês e crianças bem pequenas, pois estas crianças também tem direito a educação.

Por muito tempo perpetuou-se a ideia de que para os bebês e crianças bem pequenas o foco principal era apenas os cuidados e às crianças pequenas cabiam situações educativas que antecipavam o ensino fundamental, estas propostas estiveram presentes nas pré-escolas.

Algumas propostas sugerem que o cuidar e o educar sejam tratados separadamente inclusive por profissionais diferentes o professor e o auxiliar, sendo que ao professor competem as ações do educar e ao auxiliar o cuidar.

Há ainda estudos que defendem o cuidar e o educar como inseparáveis, pois “processos educacionais sempre implicam a dimensão do cuidado”(BRASIL,2009p.70), inclusive alguns autores sugerem o uso da expressão “cuidados educacionais” para melhor explicar a articulação entre os dois aspectos.

#### **4.3.4 Ludicidade e brincadeira**

Uma das funções mais importantes da educação infantil é o respeito ao brincar e a brincadeira, entendido como expressão cultural do ser humano. “a brincadeira é a cultura da infância”(BRASIL,2009p.72)

Toda cultura é processo vivo de relações, interações e transformações. Isso significa que a experiência lúdica não é transferível, não pode ser simplesmente adquirida, fornecida através de modelos prévios. Tem que ser vivida, interpretada, co-constituída, por cada criança e cada grupo de crianças em um contexto cultural dado por suas tradições e sistemas de significações que tem que ser interpretados, resignificados, re-arranjados, re-criados, incorporados pelas crianças que nesse contexto chegam.(BRASIL,2009 p.72)

O brincar como linguagem da criança, é observada desde muito cedo quando ainda bebê e brinca antes mesmo de segurar objetos. De acordo com documento PCEI (BRASIL,2009), ao explorarem seus sentidos os bebês já estão brincando, por exemplo, ao abrir e fechar os olhos, num movimento que faz tudo aparecer e desaparecer.

Com relação aos espaços e condições do brincar, é importante oferecer às crianças diversos materiais e instrumentos assim como a disponibilidade de espaços e tempos para as brincadeiras.

Assim é necessária a presença de brinquedos, de objetos e materialidades que possam ser transformados, e também áreas externas destinadas a atividades, lugares desafiadores para o desenvolvimento de brincadeiras, bem como, de um modo geral, a preparação de um ambiente físico que convide ao lúdico, às descobertas e à diversidade, e que seja ao mesmo tempo seguro, limpo e

confortável, propiciando atividade e o descanso, o movimento e a exploração minuciosa.(BRASIL,2009p.73)

No entanto não basta a presença de espaços e materiais adequados, se não houver um professor atento, sensível e capaz de compreender a lúdico como princípio básico e inerente à educação infantil. É necessário a este profissional uma sólida formação sobre brincar e as brincadeiras e sua relevância na infância e no desenvolvimento da criança , bem como um amplo repertório de brincadeiras ou atividades lúdicas que possam ser compartilhadas com as crianças.

#### **4.3.5 Estética como experiência individual e coletiva**

Este princípio baseia-se na experiência da beleza, da sensibilidade e da alegria (BRASIL, 2009, p.74), na valorização das próprias produções e de outras crianças como parte do processo cultural da sociedade. É uma forma de conhecer por meio da criação e imaginação presentes principalmente nas artes, nas brincadeiras e nas práticas cotidianas. É importante ressaltar que esses momentos ocorrem individualmente, por exemplo, quando a criança está produzindo um desenho, e coletivamente, quando o grupo aprecia uma música, um quadro ou na hora da conversa.

#### **4.4 Acesso à educação infantil**

Com relação à oferta da educação infantil o documento PCEI, (2009) revela que os municípios têm ampliado suas redes com apoio dos estados e da União, no entanto estudos mostram que esta ampliação ainda não é suficiente, principalmente nas vagas em creches para bebês e crianças bem pequenas, além da quantidade de vagas é preciso que se pense na qualidade de educação que tem sido oferecida, visto que a educação infantil é um direito da criança e das famílias trabalhadoras.

Em 2001, com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu-se como meta para a educação infantil o atendimento até 2011 de 50% das crianças de 0 a 3 anos e de 80% das crianças de 4 a 5 anos.

Em 2014 o PNE foi revisto e apesar dos esforços e de um aumento no número das matrículas, a meta ainda não foi plenamente atingida, no que se refere ao atendimento às crianças de 0 a 3 anos, sendo assim para a nova década de 2014 a 2024,o plano nacional estabelece:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.( BRASIL,2014)

Observe que, o atendimento de 50% das crianças de 0 a 3 anos já era previsto até 2011, e que este percentual permanece na revisão do plano nacional, mas agora como o mínimo a ser atingido até 2024.

Além da questão do acesso e da oferta de vagas em creches e pré-escolas que atenda a demanda, a qualidade deste atendimento e da formação oferecida nas instituições de educação infantil, é também aspecto relevante e merecedor de pesquisas e profundas discussões. De acordo com Kishimoto (2016,p.1)

Durante a expansão da educação infantil, creches públicas continuam com baixa oferta, ampliando processos de terceirização desse serviço a cargo de entidades assistenciais, e jardins de infância transforma-se em pré-escola, adotando modelos similares ao do ensino fundamental, como antecipação da escolaridade ou alternativas espontaneístas, com práticas fragmentadas e brincadeiras de baixa qualidade.

Essa realidade, tanto do ponto de vista da falta de vagas , assim como da qualidade do atendimento, afeta a dinâmica social, prejudica as famílias que necessitam deixar os filhos e não dispõem de recursos para mantê-los em instituições particulares, além de prejudicar a própria criança privada de seu direito à educação e formação adequada. Para tanto, é preciso questionar em termos pedagógicos e de formação integral, a realidade nos municípios que são responsáveis pela oferta e

pela qualidade nas unidades escolares.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos com este estudo que a criança é um sujeito histórico e social, com características próprias e que a educação infantil como primeira etapa da educação básica, deve propiciar desenvolvimento integral por meio de princípios educativos articulados às vivências infantis.

Ao analisarmos as políticas educacionais para educação infantil, verificamos um importante avanço na garantia do direito fundamental à educação, mediante a obrigatoriedade de matrícula aos 4 anos, a inserção desta etapa como parte da educação básica, e a definição de diretrizes específicas para as instituições que atendem crianças pequenas. No entanto, mesmo com relação a estes aspectos em que avançamos, os desafios permanecem, no sentido que não há vagas suficientes para todas as crianças, principalmente para a demanda de crianças de 0 a 3 anos. De responsabilidade dos municípios a oferta de vagas em creches, não foi universalizada, e permanece como uma meta não alcançada no Plano Nacional de Educação, uma meta que não é de 100% mas de apenas 50%, ou seja, sequer a metade das crianças de 0 a 3 anos são atendidas pelas instituições.

Outro ponto que gostaríamos de destacar é com relação aos princípios da educação infantil, diretamente relacionados ao seu objetivo maior em promover o desenvolvimento integral da criança e a qualidade da educação oferecida. Estes princípios, presentes em todos os documentos, reforçam a relevância de se promover a educação infantil de qualidade, principalmente na articulação entre o cuidar e educar e na valorização da ludicidade. Para tanto são necessárias ações a fim de que políticas existentes se consolidem e outras sejam previstas como: valorização e formação dos profissionais e financiamento e gestão de recursos.

### SIGLAS

BNCC- Base Nacional Comum Curricular  
RCNEI-Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil  
DCNEI- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil  
PCEI- Práticas cotidianas na Educação Infantil  
PNEI- Política Nacional para Educação Infantil  
PNE- Plano Nacional de Educação

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC, 2017. p. 33-54.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC/ SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. BARBOSA, M.C.S. (Consultora) **Práticas cotidianas na educação infantil – bases para reflexão sobre as orientações curriculares**. Projeto de cooperação técnica MEC E UFRGS para construção de orientações curriculares para a educação infantil. MEC/SEB/COEDI: Brasília. DF. 2009a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Referenciais curriculares nacionais para a educação infantil**.v. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**: questões para a educação hoje. Porto Alegre; Artmed, 2005.

COSTA, Márcia Rosa da. **Infância, formas de conceber e tratar a criança**. In: COSTA, Márcia Rosa da. *Eu também quero falar: um estudo sobre infância, violência e educação*. Porto Alegre, 2000. 181p. Dissertação ( Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, UFRGS.

KISHIMOTO, Tizuko Mochida. **Currículo e conteúdos específicos da base nacional comum de educação infantil**. Portal do MEC. Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/relatorios-analiticos/pareceres/Tizuko\\_Morchida\\_Kishimoto.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/relatorios-analiticos/pareceres/Tizuko_Morchida_Kishimoto.pdf). Acesso em 17 out 2016

KRAMER, Sônia. **A infância e sua singularidade**. In: BRASIL, Ministério da Educação ( org). Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: MEC/ SEB, 2007.p 13-22.

SALLES, C,G,N,L de. **Infância e filosofia: um encontro possível? O que dizem as crianças**. . In 32ª Reunião Anual da ANPED, 2009, Caxambu. Sociedade cultura e educação: novas regulações. <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT07-5897--Int.pdf> Acesso em 04/06/2011.

SILVA, C,F da, RAITZ,T,R,FERREIRA,V,S. **Desafios da sociologia da infância: uma área emergente**. *Psicol. Soc.*, Abr 2009, vol.21, no.1, p.75-80. ISSN 0102-7182  
<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n1/09.pdf> Acesso em 22/03/2011

***POLÍTICAS PÚBLICAS EM ARQUIVOS: A IMPORTÂNCIA DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL***

***PUBLIC POLICIES ON ARCHIVES: THE IMPORTANCE OF MUNICIPAL LAW***

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas - Desenvolvimento Regional e Local

LEATI, Roberta Alcade  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP  
Administradora, graduanda em Arquivologia  
robertaalcade@hotmail.com

PAZIN-VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP  
Doutora em História Social  
marcia.pazin@unesp.br

**Resumo**

O presente artigo tem como tema a importância do arquivo público para os municípios e como a gestão de documentos representa um item indispensável para a eficiente gestão administrativa, no contexto do exercício da cidadania proposto pela legislação federal, em especial pela Lei de Acesso à Informação (LAI) e pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Para dar acesso à informação de maneira rápida e eficiente é necessário, entre outros fatores, a implantação de um arquivo municipal que mantenha tanto os documentos em fase corrente, como aqueles de valor histórico corresponde ao problema deste artigo. Neste contexto, o artigo tem como objetivo demonstrar como a legislação municipal influencia a efetivação tanto o acesso à informação, quanto a gestão documental do município. Como universo de pesquisa, estuda-se a situação do município de Marília, localizado no interior de São Paulo. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, visando identificar na literatura questões relativas aos temas abordados; e a pesquisa documental, utilizando a análise da legislação municipal de Marília, em comparação com a legislação federal. Como resultados, vimos que, ao lado da implantação de leis regulamentando o acesso ao cidadão, é necessário regulamentar a existência do arquivo municipal, e como o tempo decorrido entre a criação das leis e o processo de implantação das ações preconizadas por elas pode influenciar a gestão documental do município.

**Palavras-chave:** Políticas arquivísticas, Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei de Responsabilidade Fiscal 3

**Abstract**

This article has as its theme the importance of public archiving for municipalities and how records management is an indispensable item for efficient administrative management, in the context of the creation of public policies for the exercise of citizenship proposed by federal legislation, in particular, Law on Access to Information (LAI) and the Fiscal Responsibility Law (LRF). In order to give access to information quickly and efficiently, it is necessary, among other factors, the implementation of a municipal archive that keeps both documents in the current phase, and those of historical value corresponds to the problem of this article. In this context, the article aims to demonstrate how municipal legislation influences the effectiveness of the access to information and the documentary management of the municipality. As a research area, we study the situation of the municipality of Marília, located in the São Paulo state. The methodological procedures used were the bibliographical research, aiming to identify in the literature questions related to the topics addressed; and the documentary research, using the analysis of the municipal legislation of Marília, in comparison with the federal legislation. As a result, we have seen that, alongside the implementation of laws regulating access to citizens, it is necessary to regulate the existence of the municipal archive, and how the time elapsed between the creation of laws and the process of implementing the actions advocated by them

can influence the records management in the municipality.

**Keywords:** Archival policies, Access Information Law, Fiscal Responsibility Law

## 1 INTRODUÇÃO

Como política pública, a criação de arquivos pelos municípios é uma obrigação legal determinada pela Lei de Arquivos (BRASIL, 1991). Somente com a correta gestão documental dos documentos produzidos e acumulados pelo município e a preservação adequada e eficiente, com todas as ações do arquivo municipal junto aos documentos públicos, é possível que a administração cumpra seu papel de dar acesso à documentação e à informação contida nela. Ao lado do acesso à informação, também a responsabilidade fiscal dos municípios preconizada pela legislação é influenciada pela eficiente gestão documental e pela existência do arquivo municipal implantado, uma vez que os documentos devem ser preservados para fins de auditoria e fiscalização por períodos normalmente longos.

Como consequência da eficiência na gestão documental dentro dos arquivos municipais, os documentos correntes cumprem sua função e podem atingir a idade permanente, tornando-se parte da história do próprio município.

Lembramos também que os municípios têm como obrigação desenvolver ações culturais regionais, para fortalecer os laços sociais e culturais de sua população e podem também garantir a preservação de documentos que auxiliem nestas ações.

A existência de um sistema de arquivos que englobe a criação do arquivo público, a implantação dos instrumentos de gestão documental e a formação de um corpo técnico de profissionais arquivistas qualificados para desenvolver as atividades previstas resulta no cumprimento das obrigações legais relacionadas tanto à Lei de Arquivos (1991), quanto da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei 12.527, de 18/11/2011, a chamada Lei de Acesso à Informação (LAI).

Este conjunto de Leis veio responder ao determinado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), no artigo 5º, inciso 14, que garante a todos o acesso à informação em geral, e no inciso 33, que garante o acesso às informações públicas de interesse particular ou coletivo, como parte dos direitos e garantias fundamentais do cidadão.

Neste artigo apresentamos a situação do município de Marília, no interior do Estado de São Paulo, no que se refere à criação da Lei de Arquivos da cidade e as condições de sua implementação, e sua relação com a Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011) e com a Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), num contexto da ampliação do conceito de políticas públicas voltadas à gestão e ao acesso à informação.

Podemos definir políticas públicas como

[...] o conjunto de planos e programas de ação governamental voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição (SOUZA, 2006, p.3).

Vasquez (2005) utiliza o conceito de política arquivística para definir a política pública que formula diretrizes voltadas ao atendimento aos direitos e necessidades da sociedade no que se refere à preservação e acesso aos documentos de Arquivo. Para o autor, a política arquivística não é exclusiva do Estado. Toda instituição, seja ela pública ou privada, pode formular e aplicar uma política de manejo dos documentos e da informação contida neles.

No contexto de uma sociedade em que cada vez mais são necessárias políticas públicas para a preservação e o acesso aos documentos arquivísticos e à informação pública, o objetivo desse artigo é demonstrar como a legislação municipal influencia a efetivação tanto do acesso à informação, quanto da gestão documental do município. E também como a implantação da lei de arquivo é necessária para os municípios, sendo a instituição arquivística municipal a responsável pela preservação dos conjuntos de documentos acumulados por todos os órgãos dos poderes executivos e legislativo, no âmbito da administração municipal direta ou indireta.

No município de Marília houve um enorme lapso de tempo entre a criação da lei municipal e a mudança da configuração do arquivo municipal, com a contratação de profissionais arquivistas, capacitados para aplicar uma gestão documental eficiente, num novo contexto social de mudanças sociais. Entendemos que, a partir da criação da LAI, muda o comportamento do cidadão quanto à

percepção sobre a importância de exercer seus direitos de transparência, como também de poder utilizar os serviços oferecidos pelo poder público municipal.

Para isso, apresentamos a seguir o contexto social de mudança para o cidadão, proporcionado pela Lei de Acesso à Informação, as mudanças provocadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e sua relação com a legislação municipal de arquivos.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Para desenvolvimento da pesquisa e como subsídio à discussão proposta, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os temas Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei de Responsabilidade Fiscal e arquivos municipais, como

### **2.1 A Lei de Acesso à Informação**

Ao longo das últimas décadas, houve muitas mudanças no modo como as pessoas fiscalizam o dinheiro que pagam em seus impostos. Antigamente todo cidadão sabia que o imposto que ele paga para a união se reverte em serviços prestados para garantir seus direitos básicos, como saúde, educação, segurança, entres outros, mas não havia como chegar à informação e aos documentos, que podem provar seu uso, como notas fiscais, dados de empresas contratadas para realizar serviços para a população, ou qualquer outro registro das ações governamentais. Era um direito que o cidadão tinha, de saber como o dinheiro público estava sendo utilizado, porém, na prática, não havia divulgação desses gastos.

Com o surgimento da internet, a velocidade da informação se tornou instantânea e com ela surgiu um novo tipo de cidadão. Esse cidadão moderno exerce sua cidadania de maneira mais abrangente, ou seja, conhece seus direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos pela Constituição Federal (1988). Nos dias atuais esse cidadão exerce sua cidadania de um modo bem dinâmico e com muita eficácia com ajuda da Lei de Acesso à Informação.

A Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), também conhecida com Lei da Transparência, entrou em vigor em 16/05/2012, com a edição do Decreto 7.724/2012 (BRASIL, 2012), que a regulamentou em âmbito federal. Ao mesmo tempo, cada estado ou município deveria editar decretos voltados à regulamentação da Lei em âmbito estadual ou municipal, de modo a replicar as determinações da LAI na administração pública local.

O cidadão que antigamente só saberia de um desvio de verba pelos jornais, caso uma investigação viesse a público, a partir da promulgação da LAI pode investigar e descobrir como os recursos dos tributos cobrados da população estão sendo aplicados. Isso só é possível através do acesso que o cidadão tem às contas públicas com as ferramentas disponíveis na internet. Entende-se que, com as gerações futuras mais ligadas à internet e também com políticas de divulgação da lei de acesso à informação, a cidadania torna-se uma atitude dos cidadãos conscientes sobre as responsabilidades de como deve ser gasto o dinheiro público.

Neste contexto, uma das determinações da LAI foi justamente a criação do Serviço de Informação ao Cidadão (BRASIL, 2011, art. 9º), utilizando-se de ferramentas de tecnologia da informação, com as quais a população possa fiscalizar suas ações, denominados Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-Sic).

Além de regular o acesso à informação em geral e à informação pública, especificamente, como direitos fundamentais, previstos na Constituição Federal (BRASIL, 1988), a LAI foi responsável por regular também, no âmbito da atuação dos servidores públicos, a responsabilidade sobre a informação por quem a produz, alterando a Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos (BRASIL, 1990). A LAI teve grande relevância também para a consolidação da Lei 8.159/1991, a chamada Lei de Arquivos (BRASIL, 1991). Em sua origem, a Lei de Arquivos assegurava o direito ao acesso pleno aos documentos públicos, de maneira genérica. Com a LAI, a questão do acesso à informação e aos documentos foi unificada em uma lei mais abrangente e mais detalhada, que definiu procedimentos e restrições, critérios de classificação e desclassificação e o tratamento dado às informações pessoais.

Como a LAI abrange os três poderes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), todos os órgãos da administração pública direta ou indireta e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, e todas as “entidade sem fins lucrativos que recebam recursos públicos para realização de ações de interesse público, diretamente do orçamento ou mediante



subvenção social, contrato de gestão, termo de parceria, convênio, acordo ou ajustes” (BRASIL, 2011), se enquadram na transparência exigida pela LAI, que garante que qualquer pessoa possa solicitar informações sobre a gestão pública ou de recursos de origem pública.

A LAI representou mais um passo na criação de leis de transparência,

[...] reforçando ainda mais uma tendência crescente para que os Estados buscassem o estabelecimento de leis que garantissem ao cidadão o pleno conhecimento das ações do governo, da estrutura, missão e objetivos de seus órgãos, e sobre qual é o resultado final da equação representativa da aplicação de recursos públicos em confronto com os benefícios reais advindos à comunidade (MARTINS; PRESSER, 2015, p.138)

Uma das principais mudanças trazidas pela LAI foi a obrigatoriedade de criação de um serviço de informação ao cidadão, previsto no artigo 9º, que deu origem aos e-Sic, que permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação para órgãos ou entidades, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação, com a possibilidade de entrar com recursos e apresentar reclamações sem burocracia, por meio de sites e portais criado pelos governos federal, estaduais e municipais.

Gradativamente, todos os órgãos públicos têm implantado o serviço, aplicando o conceito de transparência ativa, quando a informação é divulgada extensivamente, no site do e-Sic para que o cidadão tenha total acesso às informações sobre as contas públicas; e também o conceito de transparência passiva, com a obrigatoriedade de resposta às solicitações realizadas pelos cidadãos.

O serviço deve estar estruturado para atender e orientar os cidadãos sobre pedidos de informações, informar sobre a tramitação de documentos e requerimentos de acesso, receber e registrar os pedidos de acesso e devolver as respostas aos solicitantes. O pedido poderá ser negado devido ao grau de sigilo no qual a informação se encontra. Esse grau pode variar entre 25 anos para informações ultrassecretas, 15 anos para informações secretas e cinco anos para informações reservadas. Caso o cidadão não concorde com a classificação de uma informação, acreditando que ela não se enquadra nas hipóteses de sigilo previstas na Lei de Acesso ou que ela deveria estar classificada em outra categoria, o cidadão pode entrar com pedido de desclassificação ou reavaliação da classificação para a autoridade classificadora, que terá 30 (trinta) dias para decidir. Se a autoridade classificadora indeferir o pedido, o cidadão poderá recorrer, no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão, ao Ministro de Estado ou equivalente, ou ao dirigente máximo das entidades da administração indireta, que terá 30 (trinta) dias para decidir. Caso a negativa permaneça, é possível recorrer, ainda, à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, também no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão. (BRASIL, 2018)

## 2.2 A Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000) nasceu no contexto de reforma do Estado, prevista pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), que determinava no art. 163 a criação de uma Lei Complementar que dispusesse sobre diversos aspectos da gestão das finanças públicas, incluindo dívida pública, concessão de garantias e fiscalização financeira da administração pública direta e indireta.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

[...] estabelece normas financeiras públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações que previnam riscos e corrijam os desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização, como premissas básicas (ALPI; GARCIA, 2008, p, 141)

A transparência da gestão fiscal é um ponto muito importante da LRF. No artigo 48, ela se refere aos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; além das versões simplificadas desse documento.

Segundo Marcuzzo e Freitas (2002, p. 188), a LRF “despertou nos administradores a necessidade de informações mais complexas, para a administração das finanças públicas.”

Segundo Khair (2000, p. 39), primeiramente, “para haver responsabilidade fiscal é necessário que haja responsabilidade, competência, participação e transparência em todas as fases do planejamento da ação do governo (Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual).” Portanto, a responsabilidade fiscal prevê a produção e o posterior arquivamento e divulgação de documentos que formalizem e comprovem as ações governamentais.

Com a Lei de Responsabilidade Fiscal houve uma mudança interna nas instituições públicas, aumentando a preocupação com o uso do dinheiro público. Segundo Alpi e Garcia (2008), a LRF passou a ser considerada como código de conduta para os gestores públicos em todas as instâncias administrativas, que devem obedecer aos princípios do equilíbrio das contas públicas, sob pena de sanções severas. E isso só é possível com uma gestão documental eficiente e com profissionais capacitados.

A LRF deu início a um processo que, com a obrigação de dar acesso ao cidadão, regulamentada pela LAI, levou as administrações públicas a começarem a dar importância à massa documental acumulada nos arquivos, dando origem à mudança de percepção sobre a necessidade da gestão documental com maior eficiência.

### **2.3 Arquivos municipais no contexto da informação pública**

A legislação citada anteriormente surge no contexto em que a informação vem se tornando cada vez mais instantânea, principalmente pelo ambiente digital em que circula. Assim como se preconiza que o cidadão tenha a informação como ferramenta para exigir e cobrar seus direitos fundamentais, para que essa informação esteja disponível, existe a necessidade que os documentos produzidos pelos órgãos públicos estejam acessíveis em seus arquivos e que estes constituam-se como instituições arquivísticas públicas. Isto fica bastante claro nos municípios.

Usa-se o termo município “para designar toda uma extensão territorial, constituída em divisão administrativa de um Estado Federado, colocada sob um regime de autonomia administrativa, para que se dirija e governe pela vontade de seus habitantes” (SILVA, 2010, p. 934). A representação dessa divisão administrativa nos âmbitos executivo e legislativo está representada pela Prefeitura Municipal e pela Câmara dos Vereadores, respectivamente. A autonomia administrativa determina, portanto, que a responsabilidade pela gestão de documentos e pela configuração de um arquivo é responsabilidade do poder público municipal.

Para Machado e Camargo (2000, p 13), “arquivo significa, antes de mais nada, o conjunto de documentos naturalmente acumulados por pessoa ou instituição, em razão das atividades que desenvolvem ao longo de sua existência ou funcionamento”, ou seja o município precisa possuir um arquivo, como órgão gestor dos fundos de arquivo compostos pelo executivo e pelo legislativo municipal, que esteja funcionando adequadamente para dar acesso ao cidadão da informação produzida.

Segundo o CONARQ (2014, p. 23),

O arquivo público municipal constitui um instrumento de vital importância para o planejamento, gestão e controle do Estado, pois é uma instituição de natureza multifacetada, a qual, além desempenhar um papel de agente de transformação no seu âmbito de competência, exerce, ainda, a função social de oferecer acesso a informação pública, recolher, tratar e preservar o patrimônio documental e cultural do município.

No contexto da Lei de Acesso à informação e da Lei de Responsabilidade Fiscal, os arquivos municipais aparecem como agentes de transformação, pois são responsáveis pela gestão dos documentos que possibilitam a aplicação das leis. No caso da LRF, que estabelece a obrigatoriedade de um conjunto de documentos, tanto de planejamento, como planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais; quanto de execução financeira, como o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal, entre outros, que deverão permanecer disponíveis para consulta e prestação de contas, é pelo arquivo que estes documentos devem ser gerenciados ao longo do tempo.

Por outro lado, ao estabelecer os conceitos de transparência ativa e transparência passiva, a LAI determinou tanto o conjunto de documentos que devem ser divulgados extensivamente (transparência ativa), quanto o arquivamento dos documentos que podem servir para atender a demandas dos cidadãos por informação (transparência passiva). E também associou a obrigatoriedade do acesso ao tratamento da informação, conceituado como o “conjunto de ações

referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação” (BRASIL, 2012, art. 4º). Estas atividades, de natureza arquivística, são influenciadas diretamente pela existência ou não de um arquivo regulamentado instalado no município.

Em cada município, a aplicação desses conceitos possibilitou (ou não) a ampliação do acesso à informação e do controle da atividade pública pelo conjunto dos cidadãos, como é o caso do Município de Marília, apresentado a seguir.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa em curso é caracterizada como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. Como método de pesquisa foi utilizado o estudo de caso, tendo como universo de pesquisa o município de Marília, localizado no interior do Estado de São Paulo.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, visando identificar na literatura questões relativas aos temas abordados, e a pesquisa documental, utilizando a análise da legislação municipal de Marília, em comparação com a legislação federal e com o referencial teórico de análise levantado anteriormente.

### **4 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL EM MARÍLIA: ARQUIVO, ACESSO À INFORMAÇÃO E RESPONSABILIDADE FISCAL**

Marília é um município de médio porte, localizado no interior do estado de São Paulo, na região Centro-Oeste paulista, que possui aproximadamente 235 mil habitantes.

A economia do Município é baseada na indústria e é destaque com a presença de grandes empresas que distribuem seus produtos para o mercado nacional e internacional e garantem mão de obra para toda uma microrregião. Marília é conhecida como Capital Nacional do Alimento, com um parque industrial composto por cerca de 1.100 empresas do setor alimentício, metalúrgico, construção, têxtil, gráfico e plástico, entre outras. (IBGE, 2018)

Atualmente, o município de Marília vive um momento de mudanças em suas políticas de gestão documental, tentando traçar uma integração entre o poder público e os cidadãos, de modo a viabilizar a transparência e melhorias em seus serviços governamentais.

Assim como a todos estados e municípios é concedida autonomia para legislar de forma complementar sobre os documentos públicos gerados na esfera de sua competência administrativa, desde que respeitadas as disposições previstas na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e na Lei de Arquivos (BRASIL, 1991), o município de Marília também deveria definir os critérios de organização e vinculação de seus arquivos, bem como a gestão e o acesso aos documentos, a partir da criação de uma lei municipal de arquivos.

Com base nessa realidade, foi promulgada a Lei que criou o Arquivo Público Municipal, sob nº 6.720 de 13 de março de 2008, que passava a ser o responsável por todo o gerenciamento dos documentos criados pelo âmbito do Poder Executivo Municipal, realizar o recolhimento de documentos de valor permanente e gerir a guarda definitiva, assegurando sua preservação e garantindo o acesso.

Além da gestão documental, o artigo 2º da lei define que o Arquivo Público Municipal poderá custodiar, numa linha de parceria, os documentos da Câmara de Vereadores, mediante manifestação formal de vontade dos Poderes Legislativo e Executivo municipais.

Prevendo a atuação do Arquivo Público como órgão gestor de grande abrangência, o artigo 4º determinou a estrutura administrativa interna do Arquivo Público Municipal, que seria composta pelo Gabinete do Diretor e Coordenação do Sistema Municipal de Arquivos, O Arquivo Histórico ou Permanente, o Arquivo Geral ou Intermediário; o Serviço de Ação Educativa e Cultural e o Serviço de apoio Administrativo. A divisão do Arquivo Público entre Arquivo Permanente e Arquivo Geral ou Intermediário demonstrou a percepção do legislador da necessidade de centralização do processo de gestão documental no âmbito da instituição arquivística, pois determina que o Arquivo Geral ou Intermediário será responsável pelo arquivamento temporário de documentos em final de vigência com longos prazos, competindo a ele: “receber, manter, atender as consultas, acondicionar os documentos, e gerenciar o espaço físico do arquivo” (MARÍLIA, 2008, art. 9º)

Ao mesmo tempo, a Lei do Arquivo também definiu a criação de uma Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo em todas as secretarias, autarquias, fundações municipais e empresas públicas, com a responsabilidade de “identificar os documentos atualmente produzidos pelos órgãos

a que estejam subordinados, para aplicar toda a gestão documental (MARÍLIA, 2008, art. 6º), para a elaboração de propostas de Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade setoriais.

Apesar de definir as atribuições do arquivo, as condições de sua operação ainda não estavam claras na época da promulgação da lei. Segundo o artigo 1º, o Arquivo seria criado “em nível de Coordenadoria ou órgão similar, subordinado diretamente ao Gabinete do Prefeito, ou órgão geral ou interdepartamental”. Isto ficou claro ao longo dos anos, pois mesmo após a regulamentação da Lei do Arquivo no município, a realidade de como se encontram os documentos administrativos gerados pela administração pública não condiz com a lei. Na estrutura administrativa municipal, a Divisão de Arquivo é um órgão subordinado à Secretaria de Administração, com as atribuições de

[...] manter o arquivo, guardando os processos, papéis e documentos que lhes forem encaminhados pelos órgãos municipais; enviar processos arquivados quando requisitados por outras unidades; proceder expurgo dos documentos após a análise mínima relacionada à vida, evolução administrativa e arquivamento; prestar informações aos órgãos da Prefeitura e ao público, sobre processos e demais documentos arquivados ou encaminhar para o setor competente para fornecimento do solicitado; expedir certidões requeridas dentro da legalidade e prazos, referentes a processos ou documentos arquivados (MARÍLIA, 2018c, não paginado).

Até o momento, o Arquivo reúne apenas os processos administrativos de obras municipais e os expedientes de solicitação dos munícipes. Passados dez anos da promulgação da Lei, os documentos administrativos do executivo municipal permanecem sob a guarda das respectivas secretarias e autarquias, não havendo nenhum tipo de articulação entre elas; nem houve a criação das Comissões de Avaliação de Documentos de Arquivo preconizadas pela Lei.

Outro aspecto relativo à implementação da Lei de Arquivos refere-se à inexistência de profissionais habilitados para a gestão documental e administração de arquivos, atribuição estas do Arquivista, na estrutura administrativa municipal. Somente após nove anos da criação da Lei do Arquivo, em 2017, a prefeitura regulamentou o cargo de arquivista, inexistente até então na administração municipal, e abriu concurso público para contratação de profissionais. Um novo desafio para esses arquivistas agora é conseguir um real diagnóstico da situação da documentação, tão desprezada e mal acondicionada pela administração pública nas gestões anteriores.

Por outro lado, em Marília, a LAI foi regulamentada pelo Decreto 11.515, de 12/05/2015. O acesso à informação foi implementado com a criação do Portal Transparência, um organizador de informações e documentos relativos à gestão municipal dentro do site da Prefeitura Municipal (MARÍLIA, 2018b). Como transparência ativa, contempla informações de arrecadação e despesas, relatórios de atividades de programas, projetos e obras, convênios, além da legislação pertinente a Planos Plurianuais, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Leis Orçamentárias Anuais entre outros documentos gerais de prestação de contas das diversas secretarias e autarquias municipais. O portal também dá acesso ao e-Sic e à Ouvidoria Municipal, ambos voltados à solução de questionamentos ligados à transparência passiva.

A documentação relacionada às obrigações da Lei de Responsabilidade Fiscal também é encontrada no mesmo ambiente e se configura como um conjunto de Demonstrativos e Relatórios, como o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, Demonstrativo de Apuração de Receita Corrente Líquida, Demonstrativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, Relatório de Resultado Nominal do Orçamento Municipal, Resultado Primário do Orçamento Municipal e Demonstrativo de Restos a Pagar (anual) (MARÍLIA, 2018a).

Por outro lado, tanto a transparência passiva, quanto os documentos base a partir dos quais são elaborados os documentos divulgados para atendimento a LRF, estão dispersos pelas diversas secretarias, autarquias e empresas municipais, sem tratamento arquivístico e sem acesso ao cidadão. Eventuais solicitações via e-SIC serão naturalmente prejudicadas pela ausência de gestão documental demonstrada anteriormente pela ausência de implantação efetiva da Lei de Arquivos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A sociedade brasileira vem se tornando cada vez mais exigente quanto à informação fornecida pelos governantes relativa à gestão pública. Esta mudança vem sendo possível graças à modernização da legislação e à criação de políticas públicas voltadas ao acesso à informação e à

responsabilidade dos gestores sobre os negócios públicos. Com a obrigação de dar acesso à informação ao cidadão, as administrações municipais começam a dar atenção à massa documental acumulada e tem ficado clara a necessidade de implantar a gestão documental eficiente.

Vimos no decorrer desse trabalho que a Lei de Acesso à Informação e a Lei de Responsabilidade Fiscal vieram fortalecer a cidadania, ligando o cidadão ao estado, defendendo a democracia.

Neste contexto, fica evidente a importância do estabelecimento de uma política pública arquivística, tendo o Arquivo Municipal como órgão gestor dos documentos do executivo municipal. Para que isto ocorra, as ações administrativas devem estar baseadas na criação e implantação de legislação municipal específica, que contemple sua formalização em todos os níveis administrativos, desde a regulamentação da legislação federal, com edição de decretos municipais, como ocorreu em Marília, tanto no caso da Lei de Acesso à Informação, com a criação do Portal da Transparência e do Serviço de Informação ao Cidadão; e com o provimento de profissionais capacitados para as atividades arquivísticas, como ocorreu com a criação do cargo de Arquivista na estrutura administrativa municipal de Marília.

Como ficou demonstrado, o descompasso entre a edição da legislação e a ação administrativa é um dos grandes impeditivos para a aplicação de políticas arquivísticas em nível municipal. É papel dos gestores públicos ampliar esta articulação e dos profissionais arquivistas de chamar a atenção para sua importância.

## REFERÊNCIAS

ALPI, C, GARCIA, O.M.C. Os arquivos municipais e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).. Ponto de Acesso, Salvador, v.2,n.2,p.138-157, ago/set. 2008. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1590> Acesso em:

BRASIL (Governo Federal). **Acesso à informação. Exceções**. Brasília: Governo Federal, 2018. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/pedidos/excecoes> Acesso em 10 jun. 2018.

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 05 out.1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em 10 jun. 2018.

BRASIL. Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Diário Oficial da União. Brasília/DF, 16 maio 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm) Acesso em: 10 jun. 2018

BRASIL. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 18 nov.2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm) Acesso em: 10 jun. 2018

BRASIL. Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 maio 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm) Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 28 jan.1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm) Acesso em 10 jun. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais**: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania/ Conselho

Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, 2014.

KHAIR, Amir Antônio. **As transgressões à Lei de Responsabilidade Fiscal e Correspondentes Punições Fiscais e Penais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. Disponível em:

[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2642/1/As%20Transgress%C3%B5es%20%C3%A0%20Lei%20de%20Responsabilidade%20Fiscal%20e%20Correspondentes%20Puni%C3%A7%C3%B5es\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2642/1/As%20Transgress%C3%B5es%20%C3%A0%20Lei%20de%20Responsabilidade%20Fiscal%20e%20Correspondentes%20Puni%C3%A7%C3%B5es_P.pdf) Acesso em 10 jun. 2018

MARÍLIA (Prefeitura Municipal) **Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Marília: Prefeitura Municipal de Marília, 2018a. Disponível em <http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/portal-de-transparencia/demonstrativos/> Acesso em 16 jun. 2018.

MARÍLIA (Prefeitura Municipal) **Transparência**. Marília: Prefeitura Municipal de Marília, 2018b. Disponível em: <http://transparencia.marilia.sp.gov.br:8080/> Acesso em 16 jun. 2018.

MARÍLIA (Município) **Lei Municipal nº 6720, de 13 março de 2008**. Cria o Arquivo Municipal e dá outras providências. Marília: Câmara Municipal, 2008. Disponível em: [https://sapl.camar.sp.gov.br/pysc/download\\_norma\\_pysc?cod\\_norma=6731&texto\\_original=1](https://sapl.camar.sp.gov.br/pysc/download_norma_pysc?cod_norma=6731&texto_original=1) Acesso em: 10 jun. 2018

MARÍLIA (Prefeitura Municipal). **Secretaria Municipal de Administração. Estrutura organizacional**. Marília, 2018c. Disponível em: <http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/secretaria-municipal-da-administracao/> Acesso em: 10 jun. 2018.

MARTINS, C.J.B.N; PRESSER, N.H. A promoção da cidadania por meio do acesso à informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**. João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 133-150, 2015. Disponível em <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/57383> Acesso em: 10 jun. 2018.

SILVA. D.P. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 2010.

SOUSA. R.T.B. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. **II Congresso Nacional de Arquivologia**, Porto Alegre/RS, julho de 2006. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1026/1/EVENTO\\_ArquivistaPoliticaPublicaArquivo.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1026/1/EVENTO_ArquivistaPoliticaPublicaArquivo.pdf) Acesso em: 10 jun. 2018.

VASQUEZ. M. **Hacia una política archivística**. São Paulo: ARQ-SP, 2005

***PREVENÇÃO AO SUICÍDIO: A Importância das Políticas Públicas e da Psicologia na Proteção ao Direito à Saúde***

*PREVENTION OF SUICIDE: The Importance Of Public Policies And Psychology In Protecting The Right To Health*

Área temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento.

GRACIOLI, Sofia Muniz Alves  
UNIFACEF

Doutoranda na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto - USP,  
Mestre pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP,  
Professora concursada no IMESB e UNIFACEF.  
E-mail: [sofiagracioli@yahoo.com.br](mailto:sofiagracioli@yahoo.com.br)

PALUMBO, Livia Pelli.  
IMESB

Doutoranda em Direito Constitucional - Faculdade de Direito de Bauru,  
Mestre em Direito Constitucional - Faculdade de Direito de Bauru,  
Professora concursada no IMESB (Instituto Municipal de Ensino Superior).  
E-mail: [livia.ppalumbo@gmail.com](mailto:livia.ppalumbo@gmail.com).

**RESUMO**

O direito à saúde é direito de todos e deve ser tutelado pelo Estado, por meio de políticas públicas, que devem analisar as necessidades da população. Em destaque, o estudo analisa a prevenção à prática do suicídio, por tratar-se de situação de saúde pública. O suicídio tem ganhado cada vez mais destaque nas discussões de políticas públicas, em razão da frequente incidência na sociedade ao longo dos tempos. Na maioria dos casos, o suicídio é consequência de distúrbios psicológicos, como a depressão. O objetivo do estudo é revisar as causas do suicídio, que é assunto de saúde pública, bem como a atuação do Estado perante a sociedade, a fim de prevenir a prática do suicídio. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica, em que se apresenta as causas, consequências e modo de agir dos suicidas, bem como as políticas públicas que devem ser efetivadas pelo Estado e a importância da atuação da psicologia para a proteção à saúde psíquica.

**Palavras-chave:** Suicídio, Políticas Públicas, Psicologia.

**ABSTRACT**

The right to health is the right of everyone and must be protected by the State, through public policies, which must analyze the needs of the population. In focus, the study analyzes the prevention of suicide, because it is a public health situation. Suicide has gained increasing prominence in the discussions of public policies, due to the frequent incidence in society throughout the ages. In most cases, suicide is a consequence of psychological disorders, such as depression. The purpose of the study is to review the causes of suicide, which is a matter of public health, as well as the state's action towards society in order to prevent the practice of suicide. In order to do so, a bibliographical research was carried out, in which the causes, consequences and manner of action of the suicides are presented, as well as the public policies that must be carried out by the State and the importance of the performance of psychology for the protection of the Psychic health.

**Keywords:** Suicide, Public policy, Psychology.

## 1 INTRODUÇÃO

O suicídio é uma patologia e não podemos iniciar uma pesquisa científica de forma diferente. O censo comum de que esta ação causa repúdio e que a sociedade costuma reagir como se fosse uma forma de a pessoa chamar a atenção só demonstra o quão doente está a nossa sociedade. O suicídio não é um tema novo como parece, pois já vem sendo discutido há alguns anos, mas sempre taxado como algo que não ocorre rotineiramente. Mas afinal, o que seria essa “doença”? Por que assusta tanto as pessoas? O que leva uma pessoa a cometer tal atrocidade? São perguntas que grande parte da sociedade faz, entretanto, não há grande preocupação na prática como combate de saúde pública.

Para melhor tratativa, na prática, de melhoria dessa doença, a psicanálise relaciona o suicídio a uma situação de desespero, angústia, dúvidas, tormentos e medos, porém, trata-se de um assunto complexo, por ser rodeado de vários mitos e preconceitos.

Assim, o objetivo deste artigo é revisar as causas do suicídio e qual a posição do Estado em relação às políticas públicas, a fim de contribuir com a prevenção desse ato, como proteção do direito à saúde e respeito à dignidade da pessoa humana e do Estado Democrático de Direito.

A psicologia ganhou amplo espaço nos últimos anos, em razão da preocupação com o estado mental, pois as doenças mentais (que levam a pessoa ao cometimento do suicídio) estão chamando a atenção da sociedade que espera uma resposta de atuação do Estado, por meio de políticas públicas. Sendo que este assunto exige cautela para tratar dos assuntos pessoais, daí a importância do profissional da área de psicologia, que deve agir com compromisso, ética e sigilo profissionais.

A metodologia do trabalho é de revisão bibliográfica crítica, com base em artigos científicos e livros das áreas de direito e de psicologia, sendo o artigo dividido em análise da prevenção ao suicídio nessas duas áreas do conhecimento científico.

### 2.1 Políticas Públicas e sua importância na Saúde Pública para efetivação do direito à saúde

O conceito de políticas públicas ainda está em formação, não obtendo uma clara e objetiva conceituação. Há muitos autores colocando seu posicionamento sobre tal fato, na busca de esclarecer para a população o que seria e qual sua função na atual sociedade. Para tanto, de imediato, pode-se dizer que, política pública é “um conjunto de ações, programas e atividades desenvolvidos pelo Estado”, com objetivo de assegurar os direitos estabelecidos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, quais sejam, os direitos sociais, sendo que, neste rol, está inserido o direito à saúde.

As políticas públicas surgiram como um subcampo da ciência política para que o governo conseguisse exercer melhor suas funções.

Assim, houve a divisão em outros campos para que o governo assegurasse os direitos constitucionais, inerentes aos cidadãos, como acontece com a saúde.

As políticas públicas de saúde no Brasil iniciaram-se no século XIX, onde foram criadas as CAPs (Caixas de Aposentadoria e Pensão) pela lei Eloy Chaves, em 1923, para garantir aos trabalhadores o direito a aposentadoria e saúde. De acordo com Sarreta (2009), essas CAPs eram organizações privadas formadas por setores privados onde reconhecia os direitos previdenciários trabalhistas dos trabalhadores. Mais adiante, o sistema público de previdência social expandiu as IAPs (Instituto de Aposentadoria e Pensão) abrangendo não só os aposentados como todas as categorias.

O primeiro IAPs foi criado em 1903 e os CAPs foram cautelosamente se extinguindo. Somente em 1930, o governo interfere e cria os Ministérios da Saúde Pública e da Educação, com o objetivo de dar mais atenção aos servidores e evitar as epidemias e endemias. Mas, não diferente da situação atual, as verbas da saúde eram desviadas para outros setores, e assim o atendimento não chegava a todos, causando o aumento de doenças.



Em 1937, a saúde juntamente com o Ministério da Educação, garantiu vários outros órgãos de saúde criados pelo Estado com a criação do Departamento Nacional de Saúde (SARRETA, 2011). Verifica-se que a saúde foi o momento onde vários órgãos governamentais participaram para que pudesse começar existir novos planos de assistência à saúde observando também, que os Ministérios da Saúde e órgãos assistenciais foram criados através de uma epidemia de doenças resultantes da era de industrialização e crescimento industrial no Brasil.

Em 1963, a 3ª Conferência de Assistência à Saúde, teve como objetivo a criação de sistema de saúde para todos. Carvalho (2013) aponta como solução um sistema de saúde para todos e a descentralização da responsabilidade a assistência a saúde, ou seja, além de obter um sistema de saúde para que todos tenham acesso a saúde, também tirar a responsabilidade do ente federal passando para os Municípios e Estados.

Apesar de tantos órgãos criados, a saúde brasileira persistia com os problemas, devido ser insuficiente, mal distribuído e ineficaz. Assim, os recursos existentes eram desviados e por tal fato começou o investimento nas áreas privadas, sem do assim o governo realizou a 8ª Conferência Nacional de Saúde, onde foi um grande marco que influenciou na implantação de um novo formato de sistema de saúde, juntamente com os princípios da Reforma Sanitária e na Constituição de 1988, chamado Sistema Único de Saúde (SUS).

Bravo (2011) observa que a 8ª Conferência foi de grande valia para a criação deste novo sistema separando a previdência da saúde e dando mais atenção aos assuntos inerentes a saúde. Além de propor a implantação do SUS, também ajudou na criação da Comissão Nacional de Reforma Sanitária com o dever de defender propostas junto a Assembleia Nacional Constituinte. Nesta discussão, ainda foi proposto que houvesse a separação da Previdência Social da saúde, criando assim um órgão federal específico com estas novas características.

Assim, até a institucionalização do SUS, houve vários programas de saúde onde quase todos não atendiam os objetivos do governo, cujo este era a assistência à saúde para todos os cidadãos.

De acordo com o artigo 4º da Lei Orgânica de Saúde nº 8080 (1990) o SUS é constituído pelo "conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por Órgãos e Instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público", cujo objetivo é acabar com a desigualdade na assistência à saúde, tornando obrigatório o atendimento público a qualquer cidadão, sendo vedadas cobranças pelo serviço, conforme artigo 196 da Constituição Federal de 1988, *in verbis*: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

A saúde deve, inevitavelmente, implicar aspectos individuais, sociais e de desenvolvimento.

Sueli Gandolfi Dallari e Vidal Serrano Nunes Júnior (2010) definem que a "saúde como bem fundamental que por meio da integração dinâmica de aspectos individuais, coletivos e de desenvolvimento visa assegurar ao indivíduo o estado de completo bem-estar físico, psíquico e social".

Segundo Dabashi (2011), o SUS é manuseado em parceria com os três órgãos federados, atuando em todo o território brasileiro com gestão única em cada posição do governo: no âmbito da União, o Ministério da Saúde; no âmbito dos Estados, as Secretarias Estaduais da Saúde e no âmbito dos Municípios, as Secretarias Municipais de Saúde.

Para a gestão desse sistema constituída uma Comissão Intergestores Tripartite, no qual a União é figurada pelo Ministério da Saúde, os Estados pelo CONASS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) e os Municípios pelo Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde). Dentre os três órgãos federados o CONASS é o mais importante e tem um papel muito importante na execução do SUS, pois é ele o direcionador técnico e político do sistema (DABASHI, 2011).

O autor acima explica o CONASS como um órgão de direito privado, que abrange princípios regidos pelo direito público e que interliga os Secretários de Estado da Saúde e seus substitutos legais, enquanto gestores oficiais das Secretarias de Saúde dos estados e do Distrito Federal, tendo como

algumas finalidades: prevalecer o interesse dos SUS nos estados, promover ações de responsabilidades nas secretarias de saúde, além de realizar pesquisas e estudos propondo soluções na área da saúde.

O SUS é tido como a política de maior inclusão social implementada no Brasil, onde é conduzida pelo CONASS e representa em termos constitucionais uma afirmação política do compromisso do Estado Brasileiro para com seus cidadãos. Seus avanços são significativos, mas persistem problemas a serem enfrentados para consolidá-lo como um sistema público universal e de igualdade para todos.

Analisa-se que a saúde brasileira passou por várias transformações, buscando sempre melhorar as condições da população, em atenção aos mais diversos problemas detectados na sociedade, entre os quais se destaca neste artigo a questão do suicídio, cada vez mais evidenciado pela saúde pública.

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS E PREVENÇÃO DA PRÁTICA DO SUICÍDIO**

A partir de 1990, houve um aumento crescente no índice de mortalidade por suicídio em diversos países, fazendo com que os mesmos procurassem a OMS (Organização Mundial de Saúde) e a NU (Nações Unidas), solicitando auxílio em projetos nacionais abrangentes para cuidar da questão (CHESTNOV, 2012).

O autor continua expondo que após esta solicitação foi criado pela NU, um documento nomeado “Prevenção de Suicídio: Diretrizes para a formulação e implantação de estratégias nacionais” que apresentava aos países medidas e estratégias de combate ao suicídio, bem como implantá-las e monitorá-las. No início desta iniciativa, apenas a Finlândia adotou, imediatamente, as medidas e programas de prevenção em seu governo sendo que, outros 25 países implementaram as ações em suas políticas apenas ao longo dos 15 anos seguintes.

Mesmo sendo considerado um dos países mais depressivo, o Brasil não obteve quaisquer medidas efetivas para enfrentamento do problema e, somente em 2001 houve o primeiro posicionamento referente ao suicídio, observando que as taxas de ocorrência ascenderam de forma alarmante, elevando-o ao patamar de ser considerado um problema de saúde pública. Porém em 2008, o suicídio foi colocado como prioridade nos Programas de Ação de Lacuna de Saúde Mental (mhGAP).

Chestnov (2012), comenta que o suicídio é evitável, portanto é necessário que os setores de saúde invistam em recursos para prevenir. Ressalta ainda que mesmo as organizações que não têm obrigação em relação a este assunto, trabalhem tanto na prevenção quanto na defesa dos suicídios, apontando assim que isto é um dos motivos de estratégias. Fala que esta prevenção não é somente do governo e profissionais da saúde, como de todos, até mesmo a mídia. Portanto, necessária a análise da posição do Estado em relação ao suicídio e aos programas de prevenção, a fim de combater esta prática.

#### **3.1 O Estado na proteção do direito à saúde e a prevenção da prática do suicídio**

A saúde é direito de todos e é dever do Estado fornecê-la, bem como promover políticas públicas para a prevenção e cuidado das patologias e, aqui, encaixa-se o suicídio, sendo seu combate matéria de saúde pública. Em especial, a adoção de ações de governo para atenção à saúde psíquica.

Ao observar-se os números apresentados pelo membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, e uma das pesquisas elaboradas por Carssola, vê-se que pelo menos 32 brasileiros cometem suicídios todos os dias, fato este que, por si só, diariamente, e por si só se faz fato alarmante, pois a cada 40 segundos uma pessoa se mata, entretanto, a cada consumação há pelo menos 20 tentativas frustradas (VELOSO, 2016), pode-se genericamente notar o potencial de prejuízos que a questão da autoquíria acarreta.

Assim, seria mais cômodo para o Estado, trabalhar na prevenção para que não haja tantos custos.

Segundo Chestnov (2012), a intervenção do Estado, por meio de estratégias nacionais de prevenção ao suicídio é extremamente necessária, por garantir um compromisso real e estruturado em tratar da questão; proporcionar capacitação e orientação adequada das pessoas-chaves, como psicólogos, enfermeiros, professores, psiquiatras, assistentes sociais, para lidar de forma correta e objetiva nos casos de tentativa e suicídio; criação de órgãos e programas eficientes para atender e apoiar as pessoas com distúrbios e seus familiares; recrutamento e agrupamento de diversos setores do governo importantes nas ações de prevenção e combate, como por exemplo, o Ministério da Educação, da Saúde e Bem Estar; estabelecer parcerias com organizações não governamentais (ONGs), organizações familiares, organizações na comunidade e voluntários; e campanhas juntamente com diversas mídias.

Dentre essas estratégias, destaca-se a necessidade da capacitação dos profissionais atuantes no atendimento dos indivíduos propensos ao suicídio, uma vez que, de acordo com o pesquisador Paulo Amarante, “é muito comum ouvir de profissionais de saúde que tentativas de suicídio são falsas ou simples manifestações histéricas. Essa pessoa vai parar numa emergência, é socorrida e acabou.” Comenta ainda, que ninguém orienta que a pessoa precisa de ajuda, de cuidados, pelo contrário, é motivo de zombaria, deboche. (Portal Fiocruz, 2014).

Humberto Correa da Silva Filho, psiquiatra, acrescenta que “o Brasil assinou um compromisso junto à OMS para estabelecer sua estratégia nacional e não cumpriu esse compromisso. A prevenção do suicídio é um trabalho para muitas mãos, o que significa que nós entendemos o suicídio do ponto de vista médico, psicológico, mas também social”. (Jovenpam, 2016).

Chestnov (2012) expõe que a falta de empenho do ente público estagna estratégias no papel, ou seja, esse comprometimento é vital para a implementação de programas de prevenção ao suicídio, abrangendo sua gestão, a correta destinação de recursos e atenção ao mesmo e a disseminação de uma cultura de conscientização sobre o tema.

### **3.2 Estado versus programas de prevenção**

Apesar do entendimento da relevância do Governo para o sucesso a profilaxia do suicídio, e a “disposição” do Brasil em participar do programa sugerido pelas Nações Unidas sobre o assunto desde a década de 1990, o que se observa é uma realidade distante do discurso. Antônio Geraldo da Silva, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, diz que “ainda faltam políticas públicas voltadas especialmente para o grupo, entre elas ambulatórios especializados e um serviço telefônico gratuito e nacional que funcione horas”.

Segundo o Ministério da Educação, a questão do suicídio está na pauta de atuação dos CAPs (Centros de Atendimento Psicossociais) e NAPs (Núcleos de Atendimento Psicossociais), que surgiram em 1987 de caráter público e com recursos federais. A criação destes órgãos teve como objetivo atender a demanda de atendimentos em relação à saúde mental.

De acordo com Moura (2011), em 1989 o Deputado Paulo Delgados propôs a regulamentação do direito à saúde mental. Depois dessa proposta, vários movimentos sociais foram inspirados a serem aceitos em novos estados. Moura relata ainda que a criação dos CAPs foi um grande alcance, porém, não diferente dos demais planos do Brasil, há problemas no processo de construção dos serviços: os modelos estão se tornando insuficientes pela grande demanda relacionada no cotidiano. Como medida de solução ele aponta como atender primeiramente os pacientes que estão com casos mais graves e posteriormente, buscar a ingressão de novos postos de assistenciais com profissionais capacitados.

Os NAPs/CAPs foram oficializados com a Portaria GM 224/92 que regulamentou o funcionamento de todos os serviços de saúde mental em acordo com as diretrizes de descentralização de hierarquização das leis orgânicas do SUS, sendo os Caps a melhor solução primária para começar buscar a prevenção. (Portal Fiocruz, 2016).

No entanto, dada à escassez de vagas e de pontos de atendimentos das unidades dos CAPs alinhado a ascensão dos casos de indivíduos que atentaram contra a própria vida, os entes

municipais e federais também iniciou a implantação de planos e programas para mitigar os casos.

A exemplo, temos o governo de Mato Grosso criou um núcleo de assistência ao suicídio, após a morte de uma adolescente, que teria sido incentivada pelos desafios do “jogo da baleia azul”. O núcleo será composto por setor inteligente da polícia civil e polícia militar, conforme falado pelo Secretário de Segurança Pública, Rogers Jarbas, que visa encontrar elementos que possam ser usados para facilitar aos casos em que há tentativa de suicídio (Portal G1, 2016).

Além de programas institucionalizados em municípios e regiões, a principal referência nacional sobre o tema, é o Centro de Valorização da Vida (CVV), criado em 1962, que é uma associação sem fins lucrativos, reconhecida como Utilidade Pública Federal em 1973, que tem como objetivo prestar serviços voluntário e gratuito de apoio às pessoas que tentam ou precisa conversar sobre o suicídio. Ele é associado ao *Befrienders Worldwide*, entidade que participou da força tarefa que elaborou a Política Nacional de Prevenção do Suicídio do Ministério da Saúde.

O primeiro CVV (site) surgiu em São Paulo no ano de 1973 e após 4 anos começou a expandir em outras cidades, estando presente em mais de 70 países com mais de 200 voluntários.

Em uma visão mais atual a respeito do compromisso do Estado contra o suicídio, destaca-se que apenas em 2013 o governo brasileiro se comprometeu com a OMS, por meio da assinatura de um Plano de Ações de Saúde, incluir em suas políticas públicas de saúde, estratégias de prevenção ao suicídio.

Ainda assim, o tema figurou em segundo plano nas políticas de saúde e somente depois de reiterada cobrança da OMS e pressão advindas de entidades filantrópicas de anticoncepção de autocídio, foi que se iniciou, de modo aparentemente mais eficaz, a implementação das medidas de prevenção do suicídio. Dentre as ações colocadas em prática pelo Governo, evidencia-se o recente estabelecimento da campanha Setembro Amarelo (em 2014), que segundo CVV, tem o objetivo de despertar na sociedade a conscientização da população sobre a prevenção ao suicídio apontando algumas formas de observar as pessoas e como não instigar a vontade, quebrando tabu ainda existente. A escolha do mês vai ao encontro para abranger o dia estabelecido pela OMS e a Associação Internacional para Prevenção do Suicídio (International Association for Suicide Prevention - IAPS) como o Dia Mundial para Prevenção do Suicídio, o dia 10 de setembro.

Em 2017, o Poder Público, atendendo a recomendação da OMS, divulgou um conjunto de ações com o intuito de atingir a meta de reduzir em 10% a mortalidade por suicídio até 2020 (Ministério da Saúde, 2017). O governo brasileiro demonstra, então, que vem desenvolvendo várias políticas de prevenção e combate ao suicídio no Brasil dado o preocupante crescimento de casos de tentativas e de consumação do ato, principalmente entre pessoas de 14 a 44 anos.

O tema prevenção de suicídio ganhou repercussão, tanto no âmbito nacional, como internacional, que embasou ferramentas para seu combate em grandes redes sociais. Porém, ressalta-se que apesar dessas ferramentas de ajuda, o pensamento suicida não deve ser subestimado, dito que é reconhecido como sintoma de distúrbio psicológico, fazendo-se necessário um acompanhamento por profissionais capacitados.

#### **4 A PSICOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO À PRÁTICA DO SUICÍDIO**

Da Antiguidade aos dias de hoje, o suicídio passou de objeto singular, raro e, por vezes, exemplar, a um fenômeno na sociedade de proporções consideráveis, constituindo-se em uma das três principais causas de óbito em determinadas faixas etárias de vários países e em várias regiões do mundo.

Mais recentemente, sobretudo graças aos esforços desenvolvidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ficou clara a magnitude do impacto que o suicídio representa para a Saúde Pública, bem como a importância que intervenções desenvolvidas a partir dessa perspectiva têm para sua prevenção – e, por fim, para reduzir a mortalidade e o sofrimento a ele associados (Bertolote, 2012).

Carssola (1991) diz que nos prontos-socorros, é comum pessoas chegarem com a tentativa de

suicídio frustrada, pelo fato de ter utilizado algum método com pouca eficácia. É frequente a equipe de saúde tratar esses pacientes com agressividade, pois se sentem afrontados questionando assim, sua vocação.

Uma pesquisa realizada por Botega, Reginato, Silva, Cais, Rapeli, Mauro, Cecconi e Stefanello (2005) juntamente com o núcleo de enfermagem do Hospital Geral da Universidade de Campinas, aplicou em 317 profissionais o Questionário sobre Atitude Frente ao Comportamento Suicida (composto por 21 componentes visuais que abordam suas reações, crenças e sentimentos perante pacientes suicidas), com o intuito de um maior entendimento a respeito das atitudes desses profissionais frente ao suicídio. Com essa investigação identificou-se que: consideram aptos ao atendimento de pessoas com tendências suicidas, apenas 17% dos entrevistados; sentem-se capazes de identificar quando um indivíduo apresenta tendência suicida, 36% dos respondentes; acreditam que o suicídio é um direito do ser, 12% dos enfermeiros e daqueles que divergem dessa opinião, 85% atribuem a vida como uma dádiva de Deus não cabendo ao homem o direito de interrompê-la.

Santos (2007) com o objetivo de investigar como os psicólogos percebem as dificuldades e necessidades nos atendimentos e acompanhamentos a pacientes com ideação suicida, conclui que o atendimento a pessoas que tentam ou cometem suicídio por um profissional de saúde o instiga a entrar em contato com seus próprios questionamentos, angústias e dúvidas, e a confrontar-se com seus limites. E quando se trata do papel do psicólogo, Bastos (2009) afirma que o atendimento a essas pessoas que demonstram ser propícias ao suicídio é mais acolhido e entendido verdadeiramente, principalmente quando o grau já está avançado, querendo assim, concretizar o ato, deve haver um trabalho multiprofissional e familiar pelo psicólogo.

Bastos (2009) salienta que o atendimento psicológico a paciente com tentativas de suicídio eleva questionamentos éticos, a princípio quando se trata de sigilo, visto que o profissional da psicologia requer muita ética, principalmente em relação a profissionais, sociedade e cliente. O sigilo profissional tem como propósito defender a pessoa atendida, visando sempre o melhor atendimento. Somente em casos excepcionais é que poderá haver a quebra do sigilo, com o objetivo de sempre resguardar e valorizar a vida.

Observa-se que muitos profissionais ainda têm dúvidas em atuar quando o assunto é uma tentativa ou realização de suicídio. Fukumitsu (2005) opina que, quando há possibilidade de suicídio, é importante não permitir que o paciente fique sozinho, o mesmo deve ser acompanhado em seu cotidiano. O trabalho do acompanhamento psicológico ou tratamento em instituições especializadas pode ser necessário a possíveis vítimas de suicídio, visto que é importante ampliar o sistema de apoio, buscando ajudar a família no entendimento de que a pessoa que tenta ou realiza suicídio pode não querer a morte, e sim viver de outra maneira. É difícil saber quando há o potencial de suicídio, fazendo assim, com que o psicólogo desenvolva importante estudo.

O psicólogo deve estar atento aos sintomas sutis, senão ele pode ser acusado de negligência ou má prática. Santos (2007) ressalta que o paciente deve estar seguro para poder confiar no profissional, alegando que o melhor para isso é o terapeuta. Para ele, o tratamento deve ser de forma franca, clara e honesta, assim facilita a comunicação sem interferências, promovendo o estabelecimento da confiança, de modo, que em momentos de crise, o paciente se sinta a vontade para entrar em contato com seus sentimentos e conflitos.

Portanto, o psicólogo tem um papel muito importante para os pacientes que queiram cometer suicídio, uma vez que, segundo a psicóloga Soraya Rigo, o melhor remédio é o *Talking cure* (Freud), ou seja, a cura através do diálogo, possibilitando “encontrar outras formas de expressar seu sofrimento, que não no ato suicida, dando um novo sentido à vida, uma vida onde exista lugar para o sonho.” (RIGO, 2016).

Mas tão importante quanto o reconhecimento da questão do suicídio como um objeto de estudo da psicologia é a conscientização da sociedade de sua presença.

#### 4.3 A psicologia e a efetivação de políticas públicas para combate da prática de suicídio

O suicídio apresenta-se como consequência de uma doença mental e, dessa forma, o acompanhamento por parte dos formados nas ciências correlatas a esta natureza patológica, como psiquiatras e psicólogos, mostra-se indispensável.

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2013), em sua obra “suicídio e os desafios para a psicologia”, o psicólogo tem um papel muito importante desde o primeiro contato com o suicida, uma vez que acolhe a dor, sofrimento, queixas, sem julgamentos e expectativas. Comenta ainda que é preciso que estes profissionais devam estar atentos e neutros, para que consiga atingir os objetivos, dando espaço para o suicida se abrir e contar tudo que lhe afronta.

Em 2005, o governo criou uma portaria para implantar uma estratégia nacional de prevenção ao suicídio. Juntamente com o governo, os psicólogos tem um papel fundamental nesta luta, começando pela criação de novos CAPs em capitais para atender os grandes centros, como falado no capítulo anterior. Outro exemplo de órgão criado para estes fins é o Núcleo de Estudo e Prevenção do Suicídio (Neps), criado pelo Centro Antiveneno da Bahia (Ciave), onde é disponibilizado acompanhamento psicológico, psiquiátrico e terapia ocupacional, além de promover reuniões e palestras para conscientizar os familiares e amigos, buscando alternativas para lidar com o suicídio e depressão.

Uma pesquisa realizada por Bertolote (2002) relata que quase todos os casos de suicídio, foram decorrentes de alguns transtornos mentais.

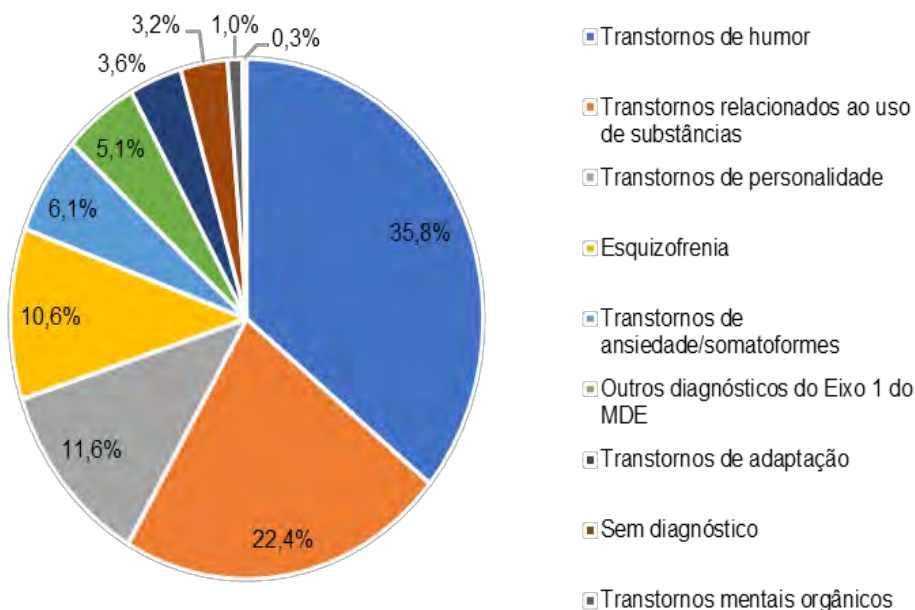


Gráfico 1: Suicídio e transtornos mentais: distribuição de diagnósticos em estudos com pacientes internados psiquiátricos<sup>1</sup>

É preciso ficar atento a alguns sinais que a pessoa apresenta, dentre os quais estão: cansaço, angústia, baixa estima, entre outros. Além dos desafios enfrentados com o enfermo, os profissionais da saúde também enfrentam com os familiares e toda sociedade, dado que o suicídio é um tabu e gera o maior dos desafios: o preconceito. Este preconceito é gerado pela falta de informação. Desta forma, o psicólogo pode ajudar nessas informações para que futuramente não venha agravar o estado do doente.

<sup>1</sup> Fonte: BERTOLOTE, J. M.; FLEISCHMANN, A. Suicide and psychiatric diagnosis: a worldwide perspective. World Psychiatry I (3), p. 181-185, 2002.

Portanto, analisa que a psicologia e o Estado, quando aliados, podem mover grande ação para que haja uma prevenção maior, além de acabar com o preconceito e tabu na sociedade, fazendo assim, que todos ajudem uns aos outros, não criticando e julgando sem saber o que está acontecendo.

Fica claro, que tanto a sociedade quanto profissionais da saúde não especializados, precisam de uma estrutura emocional para acolher estes pacientes, conseguindo assim, diminuir os índices que vem aumentando ao longo dos anos. Crepaldi (2012) “pontua que quem tenta suicídio e é atendido nos serviços de saúde em geral é recebido com revolta e agressividade por parte dos profissionais que prestam assistência”, sendo lamentável, já que segundo OMS o suicídio é uma obrigação do Estado. Assim, desde o porteiro até os médicos devem receber assistência e treinamentos, partindo da ideia de que dependendo a forma de tratamento recebido, pode agravar mais ainda a situação. Além de apontar os mesmos problemas elencados por Crepaldi (2012), Lima Junior e Esthér (2001), ressalta que apesar de obter a missão de salvar, as condições insalubres nos hospitais tornam-se difíceis de trabalhar.

Observando as ideias trazidas pelos autores, conclui-se que este pensamento vai ao encontro com a pesquisa realizada por Botega (2011), apresentada no item 2.2 do presente artigo que demonstra a percepção dos próprios profissionais da saúde, de sua inaptidão em lidar com pacientes suicidas, fato este que poderia ser mitigado por meio de uma melhor capacitação e profissionalização dos funcionários que tratam com os enfermos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a revisão bibliográfica, verificou-se a preocupação atual com a implementação e efetivação das políticas públicas, cuja origem se deu como um subcampo da ciência política, com objetivo de resolver os problemas advindos, possibilitando assim uma maior facilidade, principalmente nos assuntos relacionados à saúde. Entretanto, no se verifica na realidade da população brasileira, sendo necessário especial atenção do Estado, sociedade e profissionais (da psicologia e do direito) para a prevenção à prática d suicídio.

Diante deste panorama, verificou-se que os programas de prevenção do suicídio são ótimos na teoria, porém carecem de maior efetividade, sendo uma das soluções a divulgação do assunto à sociedade, possibilitando, assim, conhecimento para a busca de ajuda.

Destaca-se alguns programas estabelecidos pelo governo a fim de contribuir para os rins Como, por exemplo, “Setembro amarelo” e o “CVV”. Este último não é criação do governo, contudo é pioneiro neste assunto. Pesquisa realizada pela OMS dispõe que o Brasil é considerado o quarto país latino-americano que tem mais casos de suicídio. Este índice é muito preocupante, pois até mesmo uma criança de cinco anos está tirando a vida. Portanto, faz você saber que suicídio é uma questão de responsabilidade do Estado já que esta é uma consequência, na maioria das vezes, de uma doença mental. Assim, notou-se que, caso o Brasil tivesse tomado providências quando os indícios começaram a subir, hoje não haveria tantos casos e o assunto não seria algo tão difícil comunicar. Ao encontro das informações apresentadas, tem-se a pesquisa da OMS, relatando que cerca de 90% dos casos poderiam ser evitados caso houvesse uma prevenção eficiente. Para tanto se aponta além dos programas a invenção de novos CAPs e NAPs, além da capacitação de todos os funcionários visto que nem todos estão aptos a atender esse tipo de paciente.

O governo, para desenvolver um perfil de prevenção, tem que criar parcerias com outras organizações e, por consequência, estabelecer uma ampla rede de informações com o tema tão presente em nosso cotidiano, abrindo os olhos da população e ao mesmo tempo dar abertura para estas pessoas que sofrem de alguma doença que objetiva a morte. Atualmente este tema está ganhando grande destaque nas mídias, pelo fato da brincadeira virtual envolvendo os jovens e adolescentes, chamado “Baleia Azul”. Através deste fato observa-se que a mídia está preocupada em promover e não apresentar as informações de grande valia à população. Assim, diante das complexidades da saúde e suas políticas, o suicídio é uma consequência não sendo uma vontade do indivíduo, é uma forma de demonstrar que precisa de ajuda e que muitas das vezes é negada, sendo taxada como uma forma de chamar atenção. Em relação às políticas públicas, é necessária uma

maior participação já que hoje o suicídio é considerado uma questão de saúde pública. Através deste estudo observa-se que o Brasil precisa desenvolver mais seus planos de ação, isto é, tirar do papel e executá-los, exemplo, têm-se as elaborações de palestras e programas na prevenção do suicídio.

Conclui-se que este tema exige pesquisas e efetivação de políticas públicas para alcance de maior número de pessoas e, assim, obter melhores índices, pois não é esse o panorama da realidade brasileira, bem como em razão da meta da OMS que o Brasil deve atingir até 2020, em que devem atuar, conjuntamente, o Estado, a sociedade, a efetivação do direito à saúde, em especial, psíquica, e atuação dos profissionais da psicologia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, R. L. **Suicídios, psicologia e vínculos: uma leitura psicossocial.** Psicologia USP, São Paulo, v. 20, n. 1, janeiro/março, p. 67-92, 2009.

BERTOLETE, José Manoel. *In: O Suicídio e sua prevenção.* São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BOTEGA, N. J., REGINATO, D. G., SILVA, S. V., CAIS, C. F. S., RAPELI, C. B., MAURO, M. L. F., CECCONI, J. P. e STEFANELLO, S. ***Nursing personnel attitudes towards suicide: the development of a measure scale.*** Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v.27, n.4, p. 315-318, 2005.

BRASIL, Portal. **Cooperação garantirá ligações gratuitas em serviço de prevenção ao suicídio.** São Paulo. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2017/03/cooperacao-garantira-ligacoes-gratuitas-em-servico-de-prevencao-ao-suicidio>> Acesso em: 10 set. 2018.

CAIRUS; RIBEIRO JR. **Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença.** São Paulo. Disponível em:< <https://static.scielo.org/scielobooks/9n2wg/pdf/cairus-9788575413753.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

CASSORLA, R. M. S. **O impacto dos atos suicidas no médico e na equipe de saúde.** *In* \_\_\_\_\_. (coordenador). Do suicídio: estudos brasileiros. Campinas-SP: Papirus, 1991.

CVV. Centro de Valorização da Vida. São Paulo. Disponível em: <<http://www.cvv.org.br/cvv.php>>. Acesso em: 19 set. 2018.

CISA. **Dependência de álcool e risco de suicídio** 2017. Disponível em: <<http://www.cisa.org.br/artigo/654/dependencia-alcool-risco-suicidio.php>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. **Psicóloga fala da importância da escuta na prevenção de suicídio.** Bahia. Disponível em: <<http://www.crp03.org.br/psicologa-fala-da-importancia-da-escuta-na-prevencao-de-suicidio>>. Acesso em: 30 set. 2018.

DALLARI, Sueli Gandolfi; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. **Direito Sanitário.** São Paulo: Verbatim, 2010.

FIOCRUZ, Portal. **Suicídio deve ser tratado como questão de saúde pública, alertam pesquisadores.** São Paulo. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/suicidio-deve-ser-tratado-como-questao-de-saude-publica-alertam-pesquisadores>> Acesso em 07 jul. 2017.

FIOCRUZ, Portal. **Suicídio: pesquisadores comentam relatório da OMS, que apontou altos índices no mundo.** São Paulo. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/suicidio-brasil-e-80-pais-das-americas-com-maior-indice>> Acesso em 12 set 2017.

FUKUMITSU, K. **Suicídio e psicoterapia: uma visão gestáltica.** Campinas: Livro Pleno, 2005.

GAZETA, Povo do. **Uso de redes sociais está relacionado a risco de depressão e plataformas estão criando meios de prevenir a doença.** São Paulo. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/saude-e-bem-estar/saude/uso-de-redes-sociais-esta>>



relacionado-risco-de-depressao-e-plataformas-estao-criando-meios-de-prevenir-doenca/>. Acesso em 07 set. 2018.

GLOBO, Portal. **Governo cria núcleo de prevenção ao suicídio após morte por jogo online em MT.** Mato Grosso. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/governo-cria-nucleo-de-prevencao-ao-suicidio-apos-morte-por-jogo-online-em-mt.ghtml>> Acesso em 20 abr. 2018.

HYPOLITO, Monica D. **Setembro Amarelo: Suicídio e a Dependência Química.** Eu sem fronteiras 2016. Disponível em: <<https://www.eusemfronteiras.com.br/setembro-amarelo-suicidio-e-a-dependencia-quimica/>>. Acesso em 15 set. 2017.

KOVÁCS, M. J. **Comportamentos autodestrutivos e o suicídio.** In \_\_\_\_\_. (Org.). Morte e desenvolvimento humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 171-194, 1992. Acesso em 10 set. 2017.

LAGE, Iris Leticia. **Reflexões psicanalíticas sobre o suicídio.** Psicologado Artigos. Disponível em: <<https://psicologado.com/abordagens/psicanalise/reflexoes-psicanaliticas-sobre-o-suicidio>>. Acesso em 03 ago. 2017.

LEAL, Aline. **Suicídio poderia ser evitado se sinais fossem banalizados.** EBC Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/casos-de-suicidio-poderiam-ser-evitados-se-sinais-nao-fossem-banalizados>>. Acesso em 10 set 2017.

MELO, Kelly. **Campanha propõe quebrar tabu e debater o suicídio como questão de saúde pública.** Setembro Amarelo 2017. Disponível em: <http://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/campanha-setembro-amarelo-quebra-o-tabu-e-debate-o-suicidio-como-questao-de-saude-publica>>. Acesso em: 03 set 2018.

MENDES, Valéria. **Suicídio pode ser evitado e o primeiro passo é tocar no assunto.** Saúde Plena. Disponível em: <<http://www.uai.com.br/app/noticia/saude/2013/09/10/noticias-saude,193896/suicidio-pode-ser-evitado-e-o-primeiro-passo-e-tocar-no-assunto.shtml>>. Acesso em: 10 set. 2018.

NASCIMENTO, Vinícius. **Setembro Amarelo: Precisamos falar sobre o suicídio.** São Paulo. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br/opiniao/artigos/2017/09/setembro-amarelo-1014097115.html>> Acesso em: 07 set. 2018.

OMS. Manual OMS **Prevenção ao Suicídio 2002.** Disponível em: <[http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/67603/8/WHO\\_MNH\\_MBD\\_00.4\\_por.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/67603/8/WHO_MNH_MBD_00.4_por.pdf)>. Acesso em: 20 set 2018.

PAN, Jovem. **Governo não cumpre acordo com OMS sobre política de prevenção ao suicídio.** São Paulo. Disponível em: <<http://jovempan.uol.com.br/programas/governo-nao-cumpre-acordo-com-oms-sobre-politica-de-prevencao-ao-suicidio.html>> Acesso em 20 jun. 2017.

Portal Uniscatelo. **O profissional da Psicologia e o atendimento suicida.** São Paulo. Disponível em: <<http://unicastelo.br/portal/o-profissional-da-psicologia-e-o-atendimento-suicida-2/>>. Acesso em 03 ago. 2017.

Portal ZH Vida e Estilo. **Como trabalha os voluntários que atendem quem precisa desabafar.** Mato Grosso. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2014/11/como-trabalham-os-voluntarios-que-atendem-quem-precisa-desabafar-4648732.html>>. Acesso em 10 set. 2017.

ROSATI, Antonio Artuo. **Conheça o Centro de Valorização da Vida.** Movimento Natura 2014. Disponível em: <<http://blogconsultoria.natura.net/conheca-o-centro-de-valorizacao-da-vida>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

SANTOS, A. B. B. A primeira hora: as dificuldades e desafios dos profissionais de psicologia em tratar e compreender pacientes com ideação ou tentativa de suicídio. Tese (Mestrado em Psicologia) -

Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, 184 p.

SENADO. **CDH debate com especialista políticas públicas para prevenir casos de suicídio.** Brasília. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/11/05/cdh-debate-com-especialistas-politicas-publicas-para-prevenir-casos-de-suicidio>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SUAREZ, Joana. **Um dia para prevenir suicídios.** São Paulo. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/hotsites/precisamos-falar-sobre-suic%C3%ADdio>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

TEIXEIRA, P.R. Políticas públicas em aids. In: PARKER, R. (org.) **Políticas, instituições e AIDS.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ABIA, 1997..

TRIBUNA, A. Disponível em: <<http://www.atribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/cidades/todosnosestamosujeitosaoiscodesuicidioalertajornalista/?cHash=2b476711b9a3f55b08931af2cfb10958>>. Acesso em 04 set. 2018.

UNESP, Fundação. **Com saída.** São Paulo. Disponível em: <<https://www.unesp.br/aci/revista/ed13/com-saida>>. Acesso em 01 set 2018.

**PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: ANÁLISE DE CONTEÚDO EM ARTIGOS SOBRE "WEB SEMÂNTICA" NO GT2 DO ENANCIB**

*METHODOLOGICAL PROCEDURES IN THE KNOWLEDGE ORGANIZATION: ANALYSIS OF CONTENT ON ARTICLES ON "SEMANTIC WEB" IN ENANCIB GT2*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: outras áreas temáticas

MORAES, Isabela Santana de  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Marília  
Aluna do curso de Doutorado em Ciência da Informação do  
Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)  
E-mail: isabela.santanademoraes@hotmail.com

NOVAES, Fernanda Carolina Pegoraro  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Marília  
Aluna do curso de Mestrado em Ciência da Informação do  
Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)  
E-mail: fernanda\_pegoraro@outlook.com

MOREIRA, Walter  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Marília  
Doutor em Ciência da Informação e Livre Docente do  
Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)  
E-mail: walter.moreira@unesp.br

**Resumo**

Considerando-se a organização do conhecimento fundamental para a garantia de qualidade na recuperação, juntamente com a grande quantidade de disseminação do conhecimento na web, destaca-se a necessidade de estudos teóricos e metodológicos interdisciplinares que possibilitem compreender o tratamento da organização no meio digital. Assim o texto discorre sobre uma análise de quais são os procedimentos metodológicos utilizados em trabalhos que estudam web semântica na perspectiva da organização do conhecimento. Para isso foram recuperados trabalhos do GT2- Organização do Conhecimento do Enancib (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação) armazenados na BENANCIB, assim o corpus de análise contempla 129 trabalhos que apresentam os termos "web semântica" ou "semantic web" no texto completo. A metodologia utilizada é análise de conteúdo para identificar por intermédio das categorias de análise a posteriori, quais são os procedimentos metodológicos utilizados nesses artigos que trabalham com web semântica dentro da OC. Foram identificadas duas metodologia principais: análise de conteúdo e análise de domínio. Em análise de conteúdo exploram-se conceito a fim de estabelecer relações e compreender a representação a representação do conteúdo em web semântica. A partir disso, a utilização de instrumentos como mapa conceitual e tesouro. A análise de domínio é utilizada para mapear sub áreas da web semântica e terminologias para possibilitar a construção de ontologias e vocabulários controlados. Para tal, utiliza-se a revisão de literatura embasamento em teorias, como a Teoria Geral da Terminologia, Teoria do Conceito, Teoria da Classificação Facetada e Teorias de Organização e Recuperação da Informação.

**Palavras-chave:** Organização e Representação do Conhecimento, Web Semântica, Procedimentos Metodológicos.

**Abstract**

Considering the organization of the fundamental knowledge for quality assurance in the recovery, together with the great amount of dissemination of knowledge on the web, it is necessary to study interdisciplinary theoretical and methodological studies that make possible to understand the treatment of the organization in the digital environment. Thus the text discusses an analysis of what

are the methodological procedures used in works that study semantic web from the perspective of knowledge organization. In order to do so, we retrieved works from GT2 - Knowledge Organization of the Enancib (National Meeting of Research in Information Science) stored in BENANCIB, so the analysis corpus contemplates 129 papers that present the terms “semantic web” or “web semântica” in the full text. The methodology used is content analysis to identify through the categories of a posteriori analysis, what are the methodological procedures used in these articles that work with semantic web within the OC. Two main methodology were identified: content analysis and domain analysis. In content analysis we explore concept in order to establish relationships and to understand representation the representation of content in semantic web. From this, the use of instruments as conceptual map and thesaurus. Domain analysis is used to map sub-areas of the semantic web and terminologies to enable the construction of controlled ontologies and vocabularies. For this, the literature review is based on theories, such as General Theory of Terminology, Concept Theory, Theory of Classification Facetada and Theories of Organization and Information Retrieval.

**Keywords:** Knowledge Organization and Representation, Semantic Web, Methodological Procedures.

## 1 INTRODUÇÃO

Com a expansão da informação, o avanço tecnológico e grande disseminação da informação na web, entende-se que ainda faltam bases teóricas consistentes que propiciem uma compreensão mais objetiva da web semântica no âmbito da organização do conhecimento. Desse modo, é de fundamental importância investigações relativas ao aporte metodológico que está sendo utilizado dentro desse domínio para pesquisas que envolvem a web semântica.

O termo Web Semântica surgiu em 2001 através da publicação do artigo “The Semantic Web”. No texto de Berners-Lee, Hendler e Lassila (2001) propagava um novo tipo de Web, com estrutura significativa aos conteúdos das páginas web, criando um ambiente que transitando pelas páginas os agentes de software, poderão executar prontamente atividade propostas pelos usuários. Afirmaram-se assim que, a Web Semântica não é uma Web separada daquela já existente, mas sim uma extensão em que são atribuídos significados bem definidos às informações, permitindo que pessoas e computadores trabalhem de forma cooperativa.

Atualmente, grande parte das informações que farão parte da Web Semântica já estão disponíveis online, como textos em formatos proprietários, tabelas e planilhas, ou seja, em formatos que não são adequados. Logo é necessário que esses conteúdos passem por um tratamento informacional que os deixem preparados para serem integrados em uma perspectiva semântica. Discorre-se que, da mesma forma que hoje é possível publicar conteúdos desestruturados na Web, como as páginas HTML e fazer pesquisas utilizando esquemas de palavras-chave, também é possível publicar informações estruturadas e conectá-las a outras informações também estruturadas e publicadas por terceiros, ainda pode-se utilizar métodos de busca mais expressivos do que simples palavras-chave (AUER, 2014).

Informações publicadas de forma estruturada permitem uma recuperação mais precisa e sofisticada, sendo essa principal parte integrante da Web Semântica, conhecidos como Dados Interligados, para facilitar a recuperação da informação é essencial sua disponibilização na Web Semântica, consolidando assim de forma que seus conteúdos informacionais possam ser mais bem aproveitados, manipulados, utilizados e integrados a aplicações inteligentes (BAUER; KALTENBÖCK, 2012; BERNERS-LEE, 2006; BIZER; CYGANIAK; AUER, 2014; BIZER; HEATH; BERNES-LEE, 2009). Nesse âmbito, pode-se entender a proposta de Dados Interligados Abertos, sendo a conjuntura de interligação das informações disponíveis para domínio público.

A metodologia aplicada foi a análise de conteúdo, amparada por categorias de análise como propõe Bardin (1977), realizada a partir de uma leitura flutuante dos artigos recuperados. Desta forma, houve a descrição de categorias de análise a posteriori para a compreensão da abordagem de web semântica, a fim de definir os elementos conceituais presentes no corpus, elaborando uma análise mais fidedigna aos documentos analisados e identificando como o conceito está sendo pesquisado.

Tendo isto, esta pesquisa caracteriza-se bibliográfica e tem como objetivo geral analisar como se dá as investigações abrangendo a temática da web semântica na Ciência da Informação, especificamente no âmbito da Organização e Representação do Conhecimento (responsável pela representação e recuperação de documentos registrados). Para tal, o corpus de análise constituiu-se

de trabalhos científicos armazenados na BENANCIB que é a base de dados do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), no Grupo de Trabalho de Organização e Representação do Conhecimento (GT 2).

Desta forma, no presente trabalho aborda os procedimentos metodológicos utilizados em pesquisas sobre a Web semântica na Ciência da informação. Coloca-se como questionamento: quais áreas do conhecimento embasam a Web Semântica no âmbito da Organização e Representação do Conhecimento?

Logo, tem como objetivo específico realizar uma reflexão sobre organização e representação do conhecimento, a fim de contribuir para a Web Semântica.

Vale ressaltar a relevância deste trabalho, pois a temática Web Semântica na perspectiva da Organização e Representação do Conhecimento ainda é pouco desenvolvida e necessita de mais pesquisas para possibilitar estudos de caráter aplicado. Com isto, para melhor entendimento sobre a abordagem da web semântica na Organização e Representação do Conhecimento, destina-se a próxima seção para a descrição de tal.

## **2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E WEB SEMÂNTICA**

A informação tornou-se diferencial, tanto para as organizações, como também para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Esse aumento informacional pode ser observado em todos os segmentos e, por essa razão, é necessário estabelecer caminhos para que essas informações possam ser recuperadas, acessadas e reutilizadas de acordo com a necessidade informacional de cada indivíduo, seja este um indivíduo especializado ou de senso comum.

Sobre a produção e uso da informação, Narukawa (2011, p. 15-16) considera:

A necessidade de tornar a informação disponível e, mais do que isso, acessível e, de permitir o seu uso pelas pessoas, deve considerar todas as questões que perpassam os processos de produção, coleta, tratamento ou organização, recuperação, disseminação e uso da informação.

Nesse sentido, nessa pesquisa abordaremos a Organização do Conhecimento (OC), pois, na Ciência da Informação (CI), a OC relaciona-se de maneira direta com os aspectos epistemológicos como em relação aos aspectos práticos que envolvem o tratamento da informação.

A organização do conhecimento pode ser entendida como uma área interdisciplinar que objetiva estabelecer procedimentos que atuem em relação à organização da informação, de modo que essa organização permita que em um momento posterior, essa informação seja recuperada pelos usuários sempre que se fizer necessário. Kobashi (2016) contribui ao mencionar que a OC tem dialogado com as diversas áreas que se preocupam com a elaboração de artefatos sociais de compartilhamento de informações e conhecimentos.

Nhacuongue e Dutra (2017, p.1) corroboram ao mencionar que:

A área de organização do conhecimento é objeto de diferentes perspectivas, contextos e periodicidades de análise por campos análogos no concernente à finalidade do uso do conhecimento por domínios de aplicação das necessidades específicas.

As autoras Bräscher e Café (2010, p. 95) contribuem ao refletir que a organização do conhecimento é

[...] um processo de modelagem do conhecimento que visa a construção de representações do conhecimento. Esse processo tem por base a análise do conceito e de suas características, para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num determinado domínio, bem como das suas relações com os demais conceitos que compõem esse sistema nocional.

A organização do conhecimento permite que existam melhorias em relação às formas de representação, acesso e uso das informações. A melhoria em relação ao tratamento da informação contribui, por exemplo, no processo de comunicação entre usuários e sistemas, visando diminuir os ruídos de comunicação através de representações claras e precisas, pois, a organização do conhecimento contribui ao "melhorar a circulação da informação dentro e por meio de sistemas mediadores- os centros de seleção, armazenamento, recuperação e disseminação da informação"

(GARCIA MARCO, 1993, p.100, tradução nossa). Na perspectiva da ciência da informação, os processos de organização e representação do conhecimento só são válidos para o conhecimento socializado, ou seja aquele que é gerado, registrado e compartilhado para possível desenvolvimento de novos conhecimentos (DAHLBERG, 1992).

Dessa forma, nota-se que organizar a informação traz consigo a intenção de melhorar o tratamento dado a informação, de forma que essa seja analisada desde o momento da sua produção até a sua posterior recuperação, afinal, nós organizamos porque precisamos recuperar (TAYLOR; JOUDREY, 2004).

Ainda sobre a necessidade de organizar a informação, Souza e Albuquerque (2016, p. 2) pontuam que

Organizar informações é um grande desafio, assim como estabelecer mecanismos de representá-la prevendo meios para extraí-la na tentativa de favorecer o conhecimento e distribuição dos saberes, de forma que são necessários esforços teóricos e instrumentos especializados para este fim.

A partir da organização do conhecimento desenvolveram-se os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC's). Pretende-se que os SOC's sejam capazes de trabalhar com a perspectiva de representação e padronização das informações de forma que seja garantido o acesso as informações, pois, "a partir dessa organização do conhecimento criam-se ferramentas que apresentam a interpretação organizada e estruturada do objeto, chamados de sistemas de organização do conhecimento" (CARLAN; MEDEIROS, 2011, p.55).

Consideramos como SOC's os mais diversos tipos de instrumentos que podem ser usados tanto para a organização da informação, assim como para o gerenciamento dessa informação (HOGDE, 2000). Nesses instrumentos estão incluídos os esquemas de classificação, os cabeçalhos de assunto, os catálogos de autoridade, redes semânticas, tesouros, taxonomias e as ontologias (CARLAN, 2010). Nota-se, portanto, que as tecnologias digitais contribuíram de maneira decisiva para o desenvolvimento de novos instrumentos que possam ser utilizados tanto no ambiente analógico como no ambiente digital.

Em relação à necessidade do uso dos SOC's, Souza e Albuquerque salientam:

Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) cumprem o importante papel de padronizar termos e conceitos para promover a organização e recuperação das informações de um domínio do conhecimento. Ao delimitar os conceitos de um determinado domínio, os SOCs estabelecem as relações entre estes conceitos e termos que lhe são úteis (2016, p.4).

As autoras supracitadas voltam a contribuir ao mencionar que "os SOC's são estruturas utilizadas para organizar e promover o conhecimento através de linguagens especializadas, usadas para o tratamento e consulta da informação". (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2016, p.5)

Ainda segundo Bräscher et al. (2017, p.84) os SOC's

São utilizados na representação da informação, visivelmente nos processos de classificação e indexação. Cada SOC se estrutura em torno de tipos particulares de relações conceituais a fim de atender uma demanda específica. Nesse contexto, os SOC terão impacto direto não só na representação, mas também na recuperação da informação, na medida em que buscam resguardar a relação da representação do conhecimento que foi construída com sua efetiva legitimidade no domínio representado.

É, portanto, atribuição dos SOC's atuar de forma que possam representar de maneira mais fidedigna possível um determinado objeto informacional. Os SOC's são estruturas sistemáticas que visam à construção de modelos abstratos do mundo real, representando os conceitos de um domínio (CARLAN, 2010, p.29).

Nesse contexto, é necessário ressaltar os objetivos dos SOC's,

Realizar a tradução dos conteúdos dos documentos originais e completos, para um esquema estruturado sistematicamente, que representa esse conteúdo, com a finalidade principal de organizar a informação e o conhecimento e, conseqüentemente, facilitar a recuperação das informações contidas nos documentos. (BRASCHER; CARLAN, 2011,

p.55)

Torna-se necessário pontuar que os SOC's na organização e recuperação da informação, Cumprem o objetivo de padronização terminológica para facilitar e orientar a indexação e os usuários. Quanto à estrutura variam de um esquema simples até o multidimensional, enquanto que suas funções incluem a eliminação da ambigüidade, controle de sinônimos ou equivalentes e estabelecimento de relacionamentos semânticos entre conceitos (MEDEIROS; CARLAN, 2011, p. 54).

Uma das grandes vantagens dos SOC's estão relacionados a sua contribuição em relação aos aspectos de padronização e representação da informação. Os SOC's permitem que as informações sejam representadas de maneira precisa, sem ambigüidades o que proporciona melhores formas de acesso a informação. Somado a isso, a padronização da informação possibilita maior eficácia nos processos de organização e representação da informação.

Com a lei de oferta e procura e o desenvolvimento científico, emergiram novas ferramentas da *web* que permitiram não apenas aos especialistas em sistemas de informação desenvolverem conteúdo *online*, mas também aos usuários comuns, não peritos nestas questões. A elaboração do processo de construção evidenciou a linguagem direcionada para seres humanos, desfavorecendo as máquinas computáveis por não possuírem tratamento inerente do conteúdo formulado. O conteúdo demonstrado pelos computadores são linguagens de codificação (XML e HTML) nomeadas também como linguagens de marcação; pois codificam informações de *renderização* e *hiperlink* (BREITMAN, 2005).

Em se tratando dos dias atuais, séc. XXI, a internet (*web*) é salientada como sintática pelo fato da capacidade de interpretação da informação estar sob responsabilidade do indivíduo. Neste cenário, a máquina é responsável pelo que se refere à viabilização do processamento dos dados. A mesma possui conteúdo informacional próprio resultando em suas buscas pouca precisão (mesmo recuperadas várias páginas), adversidades terminológicas (conflito entre linguagem natural e vocabulário controlado) e ausência de organização geográfica a fim de prevenir páginas recuperadas individualmente de um mesmo site. Este problema estrutural deve-se à rápida, e não planejada disseminação da tecnologia utilizada, que ressalta a troca de documentos entre usuários ao invés de possuir a permuta de informação para permitir o processamento de dados (BREITMAN, 2005).

Para solucionar as questões citadas acima, há a necessidade de aplicar modelos semânticos à internet. A *web* semântica propõe a organização informacional do meio digital formalizando um padrão para auxiliar e simplificar o processo de acesso à informação. Para este método ser eficaz, é necessário que seja descentralizado, permitindo utilizar vários modelos de organização ao invés de um. Dentre tais modelos, destacam-se os temas: *metadados*, *ontologias*, *linguagens da web semântica*, *construção de modelos semânticos*, *web services*, *agentes* e *ferramentas* (BREITMAN, 2005).

Os *metadados*, de acordo com Breitman (2005, p.6), "são dados sobre dados"; desta forma, são utilizados para indexar conteúdos na *web* semântica a fim de promulgar comunicação entre os diversos computadores. O grande desafio dos metadados na *web* semântica é "catalogar um número exponencialmente maior de recursos, distribuídos no mundo todo, registrados em diversas línguas e por diferentes grupos" (BREITMAN, 2005, p.7). Já as *ontologias* são "especificações formais e explícitas de conceitualizações compartilhadas" (BREITMAN, 2005, p.7). Isto é, são responsáveis pela representação de um domínio em um domínio específico; através de um vocabulário estruturado, propõem garantia de univocidade conceitual para não haver conflitos de interpretação por meio de ambigüidades linguísticas. A partir disso, compreende-se a importância das *linguagens da web semântica*. Para as máquinas processarem os dados, há a intervenção humana para dispor os mesmos.

Deste modo, para que as ontologias processem automaticamente estes, é necessário haver uma linguagem de codificação eficiente para a viabilização do processo. Com isto, a *construção de modelos semânticos* são elaborados para permitirem uma estrutura anárquica e descentralizada na internet, de tal modo que as ontologias possam ser construídas por diferentes tipos de usuários (como pessoas, entidades e entre outros) (BREITMAN, 2005).

Os *web services* na visão do modelo semântico, obtém como proposta não apenas a disposição de informações na internet e a viabilização de oferta e procura de produtos, mas também a expansão de recursos como compra e venda de itens associados às agendas e interesses de

potenciais consumidores (BREITMAN, 2005).

Os programas de softwares responsáveis por executarem ações aos usuários, são conhecidos como *agentes*, que de acordo com Breitman (2005, p. 8) tem como tarefa “receber algumas tarefas e preferências de um usuário, procurar informação nos recursos disponibilizados pela Internet, se comunicar com outros agentes, e comparar informações relativas às tarefas que deve desempenhar, de modo a fornecer respostas adequadas ao usuário”. Isto não faz com que *agentes* substituam o papel humano, mas sim, que selecione e organize informações para o mesmo possibilite tomar decisões (BREITMAN, 2005). Deste modo, uma das grandes discussões que se tem no âmbito da web semântica, são as *ferramentas* a serem utilizadas para todo esse processo de estruturação, organização e disposição de dados.

A partir do pensamento acima, este presente estudo se justifica considerando a Biblioteconomia e a Ciência da Informação áreas interdisciplinares aplicadas, que desenvolvem e empregam instrumentos de representação e recuperação da informação em diversas áreas, permitindo assim, discutir e desenvolver ferramentas e tratamento de linguagem na web semântica.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se a análise dos artigos com base no método da análise de conteúdo, definido por Bardin (1997), que possibilita uma análise com base em interpretações e inferências nos conteúdos extraídos de documentos, ou seja uma análise a posteriori, com a inferência de variáveis ou indicadores, que proporciona maior flexibilidade ao analista, sem perder o foco da investigação, pois é um método que se dirige fundamentalmente ao conteúdo dos documentos, entende-se assim como mais adequado. A análise do conteúdo relaciona-se com a observação dos discursos especializados nas áreas do saber ou de atividade, por meio de análise de documentos registrados.

Escolheu como procedimento metodológico a análise de conteúdo, definido por Bardin (1997), justifica-se a opção por dois motivos principais: I) seus procedimentos possibilitam uma análise com base em interpretações e inferências nos conteúdos extraídos de documentos. A inferência, é por meio de variáveis ou indicadores, que proporciona maior flexibilidade ao analista, sem perder o foco da investigação; e II) por se tratar de uma análise documental, o emprego de um método que se dirige fundamentalmente ao conteúdo dos documentos, entende-se como mais adequado.

O método de análise de conteúdo é dividido em três fases: pré-análise; exploração do material e análise dos resultados, inferências e interpretações. A análise do conteúdo relaciona-se com a observação dos discursos especializados nas áreas do saber ou de atividade, por meio de análise de documentos registrados.

As categorias de análise foram escolhidas de acordo com a percepção, ocorrida durante todos os processos anteriores, sobretudo durante a leitura e fichamento dos conceitos encontrados na grande maioria dos documentos analisados. Tais elementos foram selecionados e considerados como categorias da análise a) Conceitualização b) Aplicação e c) Bases Teóricas.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados para a formação do corpus documental foi realizada a partir do repositório virtual BENANCIB, que dispõe documentos de trabalhos apresentados no ENANCIB (Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação); considerado um dos principais eventos da comunidade científica em Ciência da Informação e realizado pela ANCIB (Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ciência da Informação).

Como estratégia de investigação, a pesquisa foi elaborada a partir do ano 1994, cobrindo a primeira edição do evento até a data da última publicação do mesmo no portal (que foi 2016 na recuperação durante a realização da pesquisa). A partir da opção *busca avançada*, utilizou-se como *tipo de busca*, “texto completo” e buscar pelos os termos “web semântica” e “semantic web” (entre aspas para melhorar a precisão de recuperação) - sendo pesquisados separadamente. A proposta inicial do estudo, como já mencionado antes, é analisar a web semântica no âmbito da Organização e Representação do Conhecimento e devido a isto, realizou-se a busca no GT 2 de “Organização e Representação do Conhecimento”.

Após a coleta de dados, recuperaram-se 31 artigos relacionados ao termo “web semântica” e 124 com “semantic web”, totalizando em 155 trabalhos. Averiguados os resultados e eliminando os artigos duplicados através das duas terminologias, o corpus documental foi composto no total de 129



trabalhos abordando a temática. Observe, o quadro demonstrativo a seguir.

**Quadro 1 - Corpus documental**

Ano	Web Semântica	Semantic Web	Web Semântica / Semantic Web
2005	2	2	3
2006	2	4	4
2007	7	7	11
2008	3	7	7
2009	4	7	7
2010	0	10	10
2011	2	9	9
2012	2	15	15
2013	0	11	11
2014	1	16	16
2015	4	17	17
2016	4	19	19
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>124</b>	<b>129</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Ao verificar os resultados com a abordagem metodológica da análise de conteúdo, identificaram-se categorias propostas por Bardin (1977). O objetivo da análise do conteúdo, como já foi devidamente descrito, é apurar elementos teórico-conceituais que possibilitem a identificação de características sobre web semântica. Optou-se por trabalhar com hipóteses que se manifestaram no decorrer da análise, principalmente na exploração do material. Com isto, este estudo apresenta três categorias de análise:

a) *Conceitualização*: entende-se que nessa categoria encaixam-se textos que abordam definições conceituais do tema abordado. Os trabalhos discorreram que web semântica não é uma *web* separada e sim uma extensão da atual, em que a informação tem o significado definido, apresenta que a web semântica é a evolução da *web* atual rumo a uma Internet inteligente constituída de sistemas capazes de serem inteligíveis por máquinas e pessoas.

b) *Aplicação*: considera-se as formas como a web semântica pode ser utilizada. Seu uso por humanos ou máquinas, o uso para mediação entre documentos, máquinas e humanos, e/ou a aplicações para o desenvolvimento e manutenção de vocabulários, como representar e organizar. Com isso, essa categoria entende que a web semântica é utilizada para aumentar a capacidade da máquina para trabalhar em cooperação com as pessoas. Também, permite ser utilizada para representação, organização e descoberta da informação, com ontologias e esquemas de linguagens, utilizando padrões de metadados na organização da informação na *web* e com a utilização das tags, por exemplo, que são técnicas de otimização para mecanismos de busca automática.

c) *Base teórica*: essa categoria constitui-se dos textos que abordam as áreas dos saberes em que a web semântica pode ser utilizada. A ciência da computação foi o domínio que mais apareceu

como embasamento teórico nos artigos analisados, encontrou-se ainda nesta categoria, a terminologia e linguística para auxiliar na indexação, facilitando a organização e contribuindo com uma melhor recuperação da informação.

Estes foram os elementos da pesquisa que possibilitaram analisar os conteúdos sobre web semântica no presente corpus de análise seguindo a orientação do método de Bardin (1977); que afirma que a análise de conteúdo possibilita uma leitura não-aderente, em que o leitor tem a oportunidade de se distanciar dos textos analisados e captar informações suplementares, elencando categorias.

Foram identificadas duas metodologias principais no âmbito do embasamento teórico, sendo elas a análise de conteúdo e análise de domínio. Em análise de conteúdo exploram-se conceito a fim de estabelecer relações e compreender a representação a representação do conteúdo em web semântica. A partir disso, a utilização de instrumentos como mapa conceitual e tesouro. A análise de domínio é utilizada para mapear sub áreas da web semântica e terminologias para possibilitar a construção de ontologias e vocabulários controlados. Para tal, utiliza-se a revisão de literatura embasamento em teorias, como a Teoria Geral da Terminologia, Teoria do Conceito, Teoria da Classificação Facetada e Teorias de Organização e Recuperação da Informação.

Desta forma, no presente trabalho identificou que a Web semântica na Ciência da informação, mais precisamente na Organização e Representação do Conhecimento tem sua base com fortes contribuições da Linguística e da Ciência da Informação, para sustentar a Web Semântica e suas relações conceituais, atendendo tanto o usuário quanto a máquina.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teórico-reflexiva, de cunho exploratório, que visa entender quais áreas do conhecimento embasam a Web Semântica no âmbito da Organização e Representação do Conhecimento, foi realizada a partir dos termos “web semântica” e “semantic web”, e procurou entender os aspectos que influenciam esse processo.

Pode-se afirmar que a web semântica, é a web com definições semânticas bem estabelecidas, que são entendidos como redes semânticas e linguagens controladas, em que é possível realizar uma melhor execução do processo de organização e representação do conhecimento, ou pelo menos dispões de mais recursos para sua execução, assim como também é de sua responsabilidade desenvolver sistemas de buscas para facilitar o acesso da informação.

Através deste estudo, compreendeu-se que o aumento do consumo de informações via Internet, é um aspecto propulsor para o progresso dos serviços ofertados pela web semântica, pois há a necessidade de uma melhor organização para posterior recuperação e descoberta do conhecimento, entende-se que para isso necessite maior atenção ao processo de indexação desses conteúdos informacionais, sobretudo à contribuição que a indexação automática ou semiautomática, baseada em processos linguísticos.

Enfatiza-se a utilização de instrumentos semânticos, que se fundamentam na descrição de documentos e controle terminológico de termos semanticamente relacionados, como por exemplo as ontologias e esquemas de linguagens que podem formar a base para uma *web* inteligível por máquinas e pessoas concebendo um entendimento comum em um determinado assunto para facilitar a recuperação e uso da informação.

Conclui-se, que as metodologias identificadas neste estudo, investigam conceitos, tanto em nível de conhecimento terminológico, quanto em nível de abrangência do significado de conteúdo conceitual de web semântica. Ressalta-se ainda que, foram recuperados artigos com procedimentos metodológicos mal delimitados, o que sugere-se estudos maiores sobre aplicação de métodos no âmbito da Ciência da Informação. Assim, é necessário que a Organização e Representação do Conhecimento se envolva mais com as definições conceituais destes termos, principalmente pelo fato do objeto de estudo desta área ser a informação e que também assuma a responsabilidade de aplicação dessas tecnologias.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C.; SOUZA, A. P. O documento fotográfico na organização do conhecimento: elementos constitutivos no processo de classificação arquivística. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2016.

AUER, S. Introduction to LOD2. In: AUER, S. et. al. Linked Open Data – Creating Knowledge Out of Interlinked Data. Lecture Notes in Computer Science, Springer, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, F.; KALTENBÖCK, M. Linked Open Data: The Essentials. A quick start guide for decision makers. Viena: edition mono, 2012. Disponível em: <<http://www.semantic-web.at/LOD-TheEssentials.pdf>>. Acesso em: 13. jan. 2015.

BERNERS-LEE, T.; HENDLER, J; LASSILA, O. The semantic web. Scientific America, maio 2001. Disponível em: <<http://www.cs.umd.edu/~golbeck/LBSC690/SemanticWeb.html>>. Acesso em: 13. jan. 2015.

BERNERS-LEE, T. Linked data – design issues, 2006. Disponível em: <<http://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html>>. Acesso em: dez. 2014.

BERNERS-LEE, T.; HENDLER, J; LASSILA, O. The semantic web. Scientific America, maio 2001. Disponível em: <<http://www.cs.umd.edu/~golbeck/LBSC690/SemanticWeb.html>>. Acesso em: 13. jan. 2015.

BIZER, C.; CYGANIAK, R.; HEATH, T. How to publish linked data on the web. 2006. Disponível em: <<http://wifo503.informatik.unimannheim.de/bizer/pub/LinkedDataTutorial/#RDFlinks>>. Acesso em: 13. jan. 2015.

BREITMAN, K. K. **Web semântica: a internet do futuro**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

CARLAN, E.; MEDEIROS, M. B. **Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação**. 2011. Disponível em: [periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/download/6209/5102](http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/download/6209/5102). Acesso: 24 ago.2018.

CARLAN, E. **Sistemas de organização do conhecimento: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação**. 2010. Dissertação- Universidade de Brasília (UNB).

CAFÉ, L. M. A; et al. **Análise conceitual do termo organização do conhecimento em teses brasileiras**. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/409/593>. Acesso: 26 ago.2018.

MARCO, F. J. G. Paradigmas científico en representación y recuperación de la información. **ENCUENTRO DE ISKO**, v. 1, p. 99-112, 1993.

HODGE, G. **Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: Beyond Traditional Authority Files**. Digital Library Federation, Council on Library and Information Resources, 1755 Massachusetts Ave., NW, Suite 500, Washington, DC 20036, 2000. Disponível em: <http://www.clir.org/pubs/reports/pub91/contents.htm> .Acesso em: 25 ago 2018.

KOBASHI, N. Y. Organização da informação e do conhecimento: aspectos informacionais e comunicacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2016.

NARUKAWA, C. M. **Estudo de vocabulário controlado na indexação automática: aplicação o processo de indexação do sistema de indexação semiautomática (SISA)**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

NHACUONGUE, J. A; DUTRA, M. L. De Paul Otlet à Web Semântica: aportes teóricos sobre a organização do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2016.

TAYLOR, A. G.; JOUDREY, D. N. **The organization of the information**. 2. ed. Westport: Libraries Unlimited, 2004.

**PRODUTIVIDADE DO CNPQ NA ÁREA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, ATUANTES NAS TEMÁTICAS EM “DESIGN DE INFORMAÇÃO” E “CURADORIA DIGITAL”: UMA ANÁLISE CIENTOMÉTRICA NO PERÍODO DE (2012-2016)**

*PRODUCTIVITY OF THE CNPQ IN THE AREA OF INFORMATION SCIENCE, ACTING ON THE THEMES IN "INFORMATION DESIGN" AND "DIGITAL CURATION": A SCIENTOMETRIC ANALYSIS IN THE PERIOD OF (2012-2016)*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: outras áreas temáticas

MORAES, Isabela Santana de  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Marília  
Aluna do curso de Doutorado em Ciência da Informação do  
Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)  
E-mail: isabela.santanademoraes@hotmail.com

JESUS, Samantha Augusta dos Santos de  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Marília  
Aluna do curso de Graduação em Biblioteconomia  
E-mail: samanthaaugustasj@gmail.com

NOVAES, Fernanda Carolina Pegoraro  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Marília  
Aluna do curso de Mestrado em Ciência da Informação do  
Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)  
E-mail: fernanda\_pegoraro@outlook.com

MOREIRA, Walter  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Marília  
Doutor em Ciência da Informação e Livre Docente do  
Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)  
E-mail: walter.moreira@unesp.br

**Resumo**

O conhecimento científico, diferentemente do conhecimento popular, não se dá pela experiência e pelo conhecimento empírico, mas é desenvolvido por meio de objetivos, metodologias e resultados. Diante do cenário da comunidade científica, observa-se uma luta, não só pela difusão do conhecimento, mas pelo capital científico, ou seja, pelo reconhecimento na pesquisa. O CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – como agência de fomento à pesquisa científica brasileira, oferece bolsas para pesquisadores que possui produtividade significativa em sua área de pesquisa no país e no exterior, dando crédito e reconhecimento para tais pesquisadores. Assim esta pesquisa teve como objetivo identificar, por meio de levantamentos de dados e análise cientométrica, quais são os bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq na área da Ciência da Informação, que possui produção e que atua nas temáticas do Design da Informação e da Curadoria Digital, e assim verificar qual sua representatividade, suas contribuições e suas principais necessidades na pesquisa científica da área.

**Palavras-chave:** Ciência da Informação, Design da Informação, Curadoria Digital.

**Abstract**

Scientific knowledge, unlike popular knowledge, is not given by experience and empirical knowledge, but is developed through objectives, methodologies and results. Faced with the scenario of the scientific community, a struggle is observed, not only for the diffusion of knowledge, but for scientific capital, that is, for recognition in research. CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - as an agency for the promotion of Brazilian scientific research, offers scholarships for researchers who have significant productivity in their field of research in the country and abroad, giving credit and recognition to such researchers. Thus, this research aimed to identify, through data

surveys and scientometric analysis, which are the CNPq research productivity fellows in the area of Information Science, who has production and who works on the topics of Information Design and Digital Curation, and thus verify what their representativeness, their contributions and their main needs in the scientific research of the area.

**Keywords:** Information Science, Information Design, Digital Curation.

## 1 INTRODUÇÃO

Nenhum conhecimento surge antes da experiência e do estímulo dos sentidos, assim, todo conhecimento está susceptível ao empírico; porém, nem todo conhecimento é dado somente por meio dele (KANT, 1787).

O conhecimento pode ser dividido entre dois tipos: o conhecimento “*a priori*” e o conhecimento “*posteriori*”. O conhecimento *a priori* não é obtido diretamente da experiência, mas obtido por meio de outro conhecimento; sendo subdividido por dois tipos: *a priori puro*, que não necessita de nenhuma experiência, e *a priori impuro*, que é dado por meio de um conceito, sendo este formado pela experiência. E o conhecimento *posteriori*, diferentemente, é obtido por meio da experiência.

Neste contexto, o conhecimento científico se dá por meio do conhecimento *a priori*, pois não se baseia somente pelo empírico e estímulos de sentidos, mas se dá, enfaticamente, pelos conceitos já obtidos; em que se é produzido por meio de metodologias. Portanto, é a busca e a reunião de saberes anteriormente produzidos, que irá contribuir para a construção de um novo conhecimento (BARREIRA; SANTOS; SANTOS, 2013).

O conhecimento científico está intrinsecamente ligado à comunicação científica, que proporciona a troca de conhecimentos entre pesquisadores. Nessa comunicação, a pesquisa é sujeita ao julgamento pela comunidade científica, proporcionando a confiabilidade.

A ampla exposição dos resultados de pesquisa ao julgamento da comunidade científica e sua aprovação por ela propicia confiança nesses resultados. Por essa razão, todo trabalho intelectual de estudiosos e pesquisadores depende de um intrincado sistema de comunicação, que compreende canais formais e informais, os quais os cientistas utilizam tanto para comunicar os resultados que obtêm quanto para se informarem dos resultados alcançados por outros pesquisadores (CAMPELLO; CENDÓN; KREMER, 2000, p. 21-22).

Além da aceitação pela comunidade científica, a disseminação do conhecimento produzido trará novos conhecimentos ao pesquisador, para que se amplie conhecimento de uma área e suas interdisciplinaridades.

Não só na ampliação e difusão do conhecimento que a disseminação do conhecimento está preocupada, mas também é importante ressaltar a respeito do capital científico. Adiante, Bourdieu (1997, p. 26) explica:

O capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico (o número de *Citation Index* é um bom indicador).

Ou seja, “os capitalistas cientistas” estão não só preocupados com a disseminação do conhecimento, mas na disseminação do reconhecimento, sob suas pesquisas científicas; e mais ainda, observa-se uma disputa por este reconhecimento.

O CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) – agência de fomento à pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), com o principal objetivo de incentivo à pesquisa e à formação de pesquisadores – possui categorias aos seus bolsistas em produtividade de pesquisa (PQ), que possui destaque entre sua comunidade científica.

Os pesquisadores podem ser divididos entre a categoria 1 e 2, sendo que a primeira é

subdividida entre níveis A, B, C e D, e é destinada aos pesquisadores que tenham melhor qualidade em suas produções, inserção na área de seu campo de pesquisa nacionalmente e internacionalmente por meio de organização e participação em evento, revistas científicas, participação em proferir conferências, etc. Quanto maior a inserção, maior será o seu nível de destaque (PQ 1A); quanto menor for a inserção, menor o nível de destaque (PQ 1D, PQ 2) (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2016?). Assim, é observado que existe um reconhecimento dado por aqueles que mais tem produzido, e disseminado o seu conhecimento; e há uma grande preocupação entre pesquisadores estar inserido na elite científica de sua área.

O Design da Informação e a Curadoria Digital, como áreas interdisciplinares da Ciência da Informação, são ainda pouco exploradas, por se tratar de temáticas que se relacionam com o tratamento da informação em ambientes digitais. O objetivo deste presente estudo, será verificar quais pesquisadores que possuem bolsa em produtividade do CNPq, que tem abordado estas temáticas em suas produções; após, também será verificado o nível do bolsista, os periódicos que possui publicação, volume de produção e entre outras informações.

## **2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

A ciência da informação é a área de estudos voltada às atividades de organização, representação e todo tratamento para recuperação da informação física e digital. Esforça-se em compreender como representar o conhecimento, o que pode ser representado, se tudo pode ser representado e se as áreas do conhecimento são representadas da mesma maneira para um futuro acesso e gerar novos conhecimentos (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012).

Nesse âmbito, entende-se que para a informação ser transformada em conhecimento, o indivíduo dialoga com a sua cultura, valores, princípios, contexto em que está inserido, seu modo de ser e sua maneira de compreender o mundo. Assim considera-se o conhecimento como subjetivo e inerente ao sujeito, mas ao mesmo tempo social, pois o ser humano está inserido em um contexto, interagindo com o mundo que o envolve. O conhecimento está relacionado com os aspectos cognitivos que ocorrem na mente humana e os processos mentais de captação, assimilação, associação e também de construção, desconstrução e reconstrução de conceitos. Há ainda a importância do papel social do conhecimento, envolvendo o aspecto do conhecimento acumulado ao longo do tempo e da sua socialização (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012).

Na ciência da informação, o conhecimento tem significação no processo individual e social, ao pensar que o conhecimento é desenvolvido, documentado e socializado em uma área, uma ciência ou em um domínio da atividade humana (CAPURRO, 2003). Os processos de tratamento da informação, precisam compreender em qual aspecto e ambiente esse documento se encontra para considerar em que domínio, área ou campo do saber ele se aplica, para melhor tratá-lo.

O Design da informação e a Curadoria Digital fazem-se necessários com avanço tecnológica, disseminação da informação no ambiente da web, para garantir um possível acesso fazendo a preservação da informação e com o passar do tempo suas técnicas e procedimentos necessitam de aprimoramento para atender as atuais necessidades.

### **2.1 DESIGN DA INFORMAÇÃO E CURADORIA DIGITAL**

Com a gama e a explosão da informação que surgiu e tem surgido desde o período pós Segunda Guerra Mundial, observa-se muitos esforços por meio de pesquisas, congressos e reuniões para discussão tratado por pesquisadores e profissionais da informação acerca do tratamento da informação no contexto da web. Assim, neste presente estudo foi selecionado temas (Design da Informação e Curadoria Digital) relevantes à área de preservação e tratamento da informação neste contexto, e verificar se de fato há fortes preocupações acerca desses assuntos por bolsistas em produtividade do CNPq.

O Design da Informação, como campo interdisciplinar à Ciência da Informação, tem como função de transformar, estruturar e organizar uma informação sem tratamento, ou simplesmente um dado, criando uma semântica à informação. Segundo Jorente (2015), o Design da Informação estuda as faculdades cognitivas, tratando a comunicação informacional, por meio de sua representação, de seu mecanismo e de sua codificação, por meio de “ferramentas, estratégias de criação e interação de interfaces para a comunicação, o acesso, a usabilidade e a acessibilidade” (JORENTE, 2015, p. 11). E assim, permitindo um efetivo processo de aquisição da informação, independentemente do ambiente em que se situa, sendo ele digital ou analógico.

É muito atribuído ao termo Curadoria Digital ao ato de curar e preservar. Indo além desta definição, Curadoria Digital é todo conhecimento aplicado por meio de estratégias para a preservação

de recursos disponíveis em ambientes digitais. Desta forma, tem como incumbência assegurar que dados futuros tenham validade, contextualização, autenticidade e sejam viáveis para o seu uso, por meio de padrões de dados definidos pela curadoria; além de permitir e propiciar uma colaboração e o compartilhamento de dados. (SALES; SAYÃO, 2012).

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo se utilizou de uma análise quantitativa da produtividade de bolsistas do CNPq, tendo como objeto de estudo disciplinas, assuntos e áreas. Em que foi analisado aqueles que pesquisam a respeito das áreas do Design da Informação e da Curadoria Digital. Tendo como os seguintes objetivos específicos:

- a. Levantamento de dados dos bolsistas em produtividade do CNPq da área Ciências Sociais Aplicadas, especificamente em Ciência da Informação.
- b. Levantamento de dados na plataforma de currículo Lattes a respeito do nível de bolsa, instituição de ensino de vínculo, periódicos que estes bolsistas publicam, volume de produção, e a linha de pesquisa à qual pertence cada bolsista.
- c. Ainda na plataforma de currículo Lattes, será levantado dados dos bolsistas que pesquisam nas temáticas do “Design da Informação” e da “Curadoria Digital”.
- d. Conhecer sobre bolsistas em produtividade do CNPq que pesquisam nas temáticas apontadas, verificando o seu nível de bolsa, quais os principais periódicos que publicam, seu volume de produção e a linha de pesquisa a qual pertencem.

A pesquisa se utilizou de métodos quantitativos. Como ferramentas, utilizou-se da técnica de coleta de dados, sendo realizado levantamento de dados secundários por amostragem. A população da pesquisa baseou-se nos bolsistas em produtividade do CNPq da área de Ciência da Informação; e sua amostra, não-aleatória por conveniência, foram de bolsistas que produzem a respeito do Design da Informação e da Curadoria Digital. Analisou-se variáveis qualitativas nominais e também quantitativas discretas. E para análise dos dados, fez-se uso da cientometria, Macias-Chapula (1998, p. 134) a define como:

Estudo dos aspectos quantitativos da ciência enquanto uma disciplina ou atividade econômica. A cientometria é um segmento da sociologia da ciência, sendo aplicada no desenvolvimento de políticas científicas. Envolve estudos quantitativos das atividades científicas, incluindo a publicação e, portanto, sobrepondo-se à bibliometria.

Portanto é uma análise quantitativa da produtividade de pesquisa, tendo como objeto de estudo, assuntos, áreas e disciplinas, alunos, professores.

### 4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Primeiramente, no portal do CNPq foi verificado quais autores possuem Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), na grande área de Ciências Sociais Aplicadas, e mais especificamente na área da Ciência da Informação. No portal, é disponibilizado informações do bolsista, como nome completo, nível de bolsa (PQ-1 e PQ-2), qual a data de início e de término da vigência da bolsa, instituição que possui vínculo e situação. Foi selecionado as informações mais importantes para o estudo, como o nome, o nível da bolsa e sua instituição de vínculo.

Tabela 1 – Bolsistas em Produtividade do Conselho Nacional em Pesquisa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área de Ciência da Informação.



Bolsistas em produtividade de Ciência da Informação			Bolsistas em produtividade de Ciência da Informação		
Nome	Nível	Instituição	Nome	Nível	Instituição
André Porto Ancona Lopez	PQ-2	UnB	Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo	PQ-1D	USP
Carlos Cândido de Almeida	PQ-2	UNESP	Maria Luiza de Almeida Campos	PQ-2	UFF
Carlos Henrique Marcondes de Almeida	PQ-1D	UFF	Maria Nelida Gonzalez de Gomez	PQ-1A	UFF
Daniel Flores	PQ-2	UFSM	Mariângela Spotti Lopes Fujita	PQ-1C	UNESP
Edberto Femeda	PQ-2	UNESP	Marilda Lopes Ginez de Lara	PQ-1B	USP
Ely Francina Tannuri de Oliveira	PQ-2	UNESP	Marisa Brascher Basilio Medeiros	PQ-2	UFSC
Emir José Suaiden	PQ-1B	UnB	Marta Lígia Pomim Valentim	PQ-2	UNESP
Evelyn Goyannes Dill Onico	PQ-2	UNIRIO	Maurício Barcellos Almeida	PQ-2	UFMG
Georgete Medleg Rodrigues	PQ-2	UnB	Nair Yumiko Kobashi	PQ-1D	USP
Gilda Olinto de Oliveira	PQ-1C	IBICT	Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos	PQ-2	UNESP
Guilherme Ataíde Dias	PQ-2	UFPB	Raimundo Nonato Macedo dos Santos	PQ-1D	UFPE
Helen de Castro Silva Casarin	PQ-2	UNESP	Regina Maria Marteleto	PQ-1A	IBICT
Icleia Thiesen	PQ-1D	UNIRIO	Renato Rocha Souza	PQ-2	UFMG
Isa Maria Freire	PQ-2	UFPB	Ricardo Medeiros Pimenta	PQ-2	IBICT
João Batista Ernesto de Moraes	PQ-2	UNESP	Rosângela Schwarz Rodrigues	PQ-2	UFSC
José Augusto Chaves Guimarães	PQ-1B	UNESP	Samile Andréa de Souza Vanz	PQ-2	UFRGS
Jose Maria Jardim	PQ-1D	UNIRIO	Sarita Albagli	PQ-1C	IBICT
Leilah Santiago Bufrem	PQ-1D	UFPE	Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti	PQ-2	UNESP
Lena Vania Ribeiro Pinheiro	PQ-1B	IBICT	Silvana Drummond Monteiro	PQ-2	UEL
Lígia Maria Amuda Café	PQ-2	UFSC	Sonia Blisa Caregnato	PQ-2	UFRGS
Marco Antônio de Almeida	PQ-2	USP	Sueli Angelica do Amaral	PQ-1C	UnB
Maria Aparecida Moura	PQ-2	UFMG	Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei	PQ-2	UNIRIO
Maria Cláudia Cabrini Grácio	PQ-2	UNESP	Vinícius Medina Kem	PQ-2	UFSC
Maria Cristina Piombato Innocentini Hayashi	PQ-2	UFSCAR			

**Fonte:** Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (2017)

Após obter todos os nomes dos bolsistas em produtividade, foi buscado nome por nome na Plataforma de Currículo Lattes, a respeito de quais trabalham com as temáticas do Design da Informação (DI) e da Curadoria Digital (CD).

Feito este levantamento, foi obtido o seguinte resultado:

#### Gráfico 1

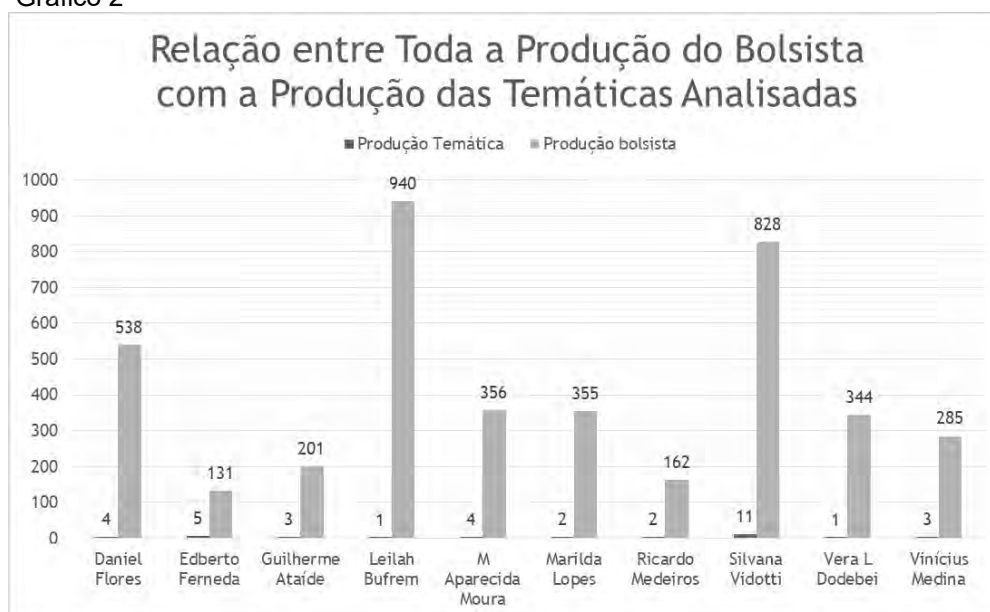


Fonte: Elaborado pelos autores

Ou seja, dos 47 bolsistas, apenas 10 bolsistas trabalham ou possui alguma publicação da área do DI e da CD, dos quais, Daniel Flores (CD), Edberto Ferneda (DI), Guilherme Ataíde (DI e CD), Leilah Bufrem (DI), Maria Aparecida Moura (DI), Marilda Lopes (CD), Ricardo Medeiros (DI e CD), Silvana Vidotti (DI e CD), Vera Lucia Dodebei (CD) e Vinícius Medina (DI e CD). Sendo observado um maior número de produção pela bolsista Silvana Vidotti na temática da Curadoria Digital e pelo bolsista Edberto Ferneda na temática do Design da Informação.

Dentre os que já produziram na temática entre os anos (2012 - 2016), se teve como hipótese, que poderia haver alguma relação entre a produção de cada bolsista, com a produção que eles produziram nas temáticas abordada. Observa-se que no Gráfico 2 que, quanto maior a produção de um bolsista, maior será a produção temática.

Gráfico 2



Fonte: Elaborado pelos autores

Ao analisar o gráfico, foi observado que a hipótese não era válida, pois não há uma relação entre o crescimento de toda a produção do bolsista com a produção temática produzida pelo bolsista.

Pode-se citar como exemplo as bolsistas Leilah Bufrem e Silvana Vidotti. Bufrem possui apenas um trabalho/ produção na temática e toda sua produção é de 940, enquanto Vidotti possui 11 trabalhos/ produção na temática e toda sua produção equivale a 828. As duas bolsistas possuem uma produção muito representável, mas Vidotti que possui mais produção nas temáticas do Design

da Informação e da Curadoria Digital.

Foi elaborado cálculos estatísticos para verificar a produção da temática com a média de sua produção.

Tabela 2 – Estatística da Produção Temática

	Produção Temática
Média	3,6
Mediana	3
Moda	4
Máximo	11
Mínimo	1
A.T.	10
Desvio Padrão (S)	2,9136
Coeficiente de Variação (CV)	80,932%

**Fonte:** Elaborado pelos autores

Conclui-se que a média não é representativa à produção, pois há uma variação em seu coeficiente de aproximadamente 81%. Enquanto alguns pesquisadores só possuem apenas 1 em representação nas temáticas, outros possuem 11, ou seja, o valor de sua amplitude total é 10.

Após, foi verificado do que se tratava cada produção de cada bolsista. Primeiramente, foi verificado aqueles que trabalham com o Design da Informação.

Tabela 3 – Produção em Design da Informação por Bolsista

BOLSISTA	DESIGN DE INFORMAÇÃO											TOTAL	%
	LIN PESQ	PROJ PESQ	TRAB PUBL ANAIS CONG	CAP LIVROS PUBLJ	PARTIC EVENTOS	BANC QUAL MESIR	BANC MESIR	ORIENT IC	POP RED SOC, WEB E BLOGS	PROD TÊC RED SOC, WEB E BLOGS			
Edberto	1	0	1	0	1	1	1	0	0	0	5	28	
Guilherme	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	11	
Leilah	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	6	
M Aparecida	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	4	22	
Ricardo	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	6	
Silvana	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	4	22	
Vinicius	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	6	
TOTAL	1	1	4	2	1	3	3	1	1	1	18	100	

**Fonte:** Elaborado pelos autores

O bolsista Edberto possui 1 linha de pesquisa, 1 trabalho completo publicado em anais de congresso, 1 participação em evento, 1 participação em banca de qualificação de mestrado, 1 participação de banca de mestrado; tendo 5 como um total de produção. O bolsista Guilherme participou em 1 banca de qualificação de mestrado e 1 de mestrado; sendo no total 2 produções.

A bolsista Leilah possui apenas 1 participação em banca de mestrado. A bolsista Maria Aparecida possui 1 projeto de pesquisa, 1 orientação em iniciação científica, 1 popularização e 1 produção técnica em redes sociais, websites e blogs; sendo no total de 4 produções.

O Ricardo possui apenas 1 participação em banca de qualificação de mestrado. A Silvana teve 2 trabalhos completos publicados em anais de congresso, 2 capítulos de livros publicados, tendo no total 4 publicações. E o Vinicius possui apenas 1 trabalho completo publicado em anais de congresso.

Percebeu-se que entre os bolsistas em produtividade da temática do Design da Informação há apenas 1 linha de pesquisa, 1 projeto de pesquisa, 4 trabalhos completos publicados em anais de congresso, 2 capítulos de livros publicados, 1 participação em evento, 3 participações em banca de qualificação de mestrado, 3 participações em banca de mestrado, 1 orientação em iniciação científica, 1 popularização em redes sociais, blogs e websites e 1 produção técnica em redes sociais, websites e blogs.

De toda a produção por estes bolsistas, 28% foi produzida pelo Edberto, 22% pela Maria Aparecida, outros 22% pela Silvana, 11% pelo Guilherme e 6% de cada para a Leilah, o Ricardo e o Vinicius.

Após a análise da temática do Design da Informação, foi realizado análise da Curadoria Digital.

Tabela 4 - Produção em Curadoria Digital por Bolsista

BOLSISTA	CURADORIA DIGITAL														
	ARTIG PUBLI PERIÓD	TRAB PUBLI ANAIS CONG	PARTIC	EVENTOS ORG	EVENTOS	APRES TRABALHO	BANC TCC	BANC QUAL MESIR	BANC MESIR	BANC QUAL DOUT	ORIENTIC	ORIENT TCC	ORIENT TESE DOUT	TOTAL	%
Daniel	0	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	4	22
Guilherme	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6
Marilda	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2	11
Ricardo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6
Silvana	1	1	1	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	7	39
Vera	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	6
Vinícius	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	2	11
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>18</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelos autores

O bolsista Daniel possui 1 participação em evento da área da Curadoria Digital, 1 organização de evento, 1 apresentação de trabalho e uma participação em banca de qualificação de mestrado, tendo no total 4 produções.

O bolsista Guilherme com 1 participação em evento. A bolsista Marilda com 1 participação em banca de qualificação de doutorado e uma orientação para tese de doutorado; totalizando 2 produções. O bolsista Ricardo, com apenas 1 artigo completo publicado em periódico.

A bolsista Silvana com 1 artigo completo publicado em periódico, 1 trabalho completo publicado em anais de congresso, 1 participação de evento, 1 apresentação de trabalho, 1 participação em banca de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação, 1 orientação em iniciação científica e 1 orientação em TCC. E o bolsista Vinícius possui 1 participação em banca de mestrado e 1 orientação de TCC.

Percebeu-se que no total de produção na temática pelos bolsistas em produtividade, há apenas 2 artigos publicados em periódicos, 1 trabalho completo publicado em anais de congresso, 3 participações em eventos e 1 organização de evento, 2 apresentações de trabalho, 1 participação em banca de TCC, 1 em qualificação de mestrado, 2 em mestrado e 1 em qualificação de doutorado. Há, também, 1 orientação em iniciação científica (IC), 2 de TCC e 1 para orientação para tese de doutorado.

Do total da produção da temática por estes bolsistas, 39% foi produzido pela Silvana, 22% pelo Daniel, 11% pela Marilda e outros 11% pelo Vinícius e 6% pelo Guilherme, outro 6% pelo Ricardo e, por último, outro 6% pela Vera.

A próxima hipótese apontada, foi se há uma relação entre pertencer a linha de pesquisa do Design da Informação e produzir a respeito de tal. Obteve-se o seguinte resultado, expresso no Gráfico 3.

Gráfico3



Fonte: Elaborado pelos autores

Daqueles que não possui linha de pesquisa em Design da Informação, não possui projeto de pesquisa, há apenas 1 publicação em anais de congresso, não há nenhum capítulo de livro

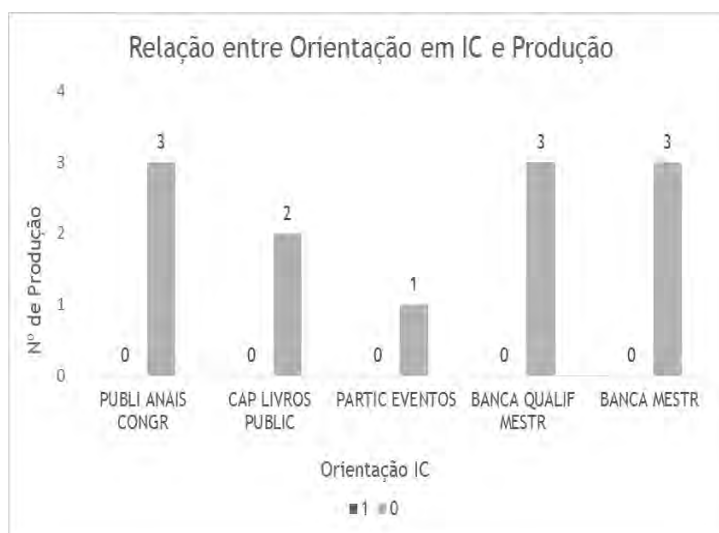
publicado, há 1 participação em evento, 1 participação em banca de qualificação de mestrado e 1 em mestrado, não nenhuma orientação em iniciação científica, nenhuma popularização em redes sociais, websites e blogs e nenhuma produção técnica em redes sociais, websites e blogs.

Daqueles que não possui linha de pesquisa em Design da Informação, possui 1 projeto de pesquisa, 3 publicações em anais de congresso, 2 capítulos de livros publicados, nenhuma participação em evento, 2 participações em banca de qualificação de mestrado, 2 participações em banca de mestrado, 1 orientação em iniciação científica, 1 popularização em redes sociais, websites e blogs e 1 produção técnica em redes sociais, websites e blogs.

Verificou-se que os que mais produzem na área, são aqueles que não pertencem a linha de pesquisa no Design da Informação, o que se conclui que não há uma relação em se produzir na área e pertencer à linha de pesquisa da área.

Outra hipótese apontada na temática do Design da Informação, foi se há uma relação em ter orientação em iniciação científica com a produção (publicação em anais de congresso, capítulo de livro publicado, participação em evento, participação em banca de mestrado e de qualificação de mestrado). No Gráfico 4 apresenta-se o resultado:

Gráfico 4



Fonte: Elaborado pelos autores

Daqueles que possui orientação em iniciação científica na temática, não há nenhuma publicação em anais de congresso, capítulo de livros publicados, participação em eventos, participação em banca de mestrado e de qualificação de mestrado.

E daqueles que não possui orientação em iniciação científica na temática, há 3 publicações em anais de congresso, 2 capítulos de livros publicados, 1 participação em evento, 3 participações em banca de mestrado e 3 em qualificação de mestrado.

Conclui-se que não há nenhuma relação em possuir orientação em iniciação científica com outros tipos de produção, especificamente, nos itens descritos no gráfico. Pois todos que tiveram ou tem orientação em IC, não possui nenhuma publicação dos itens descritos; e aqueles que não possui, tem presença em publicação dos itens descritos.

Posteriormente elaborou-se as relações nas temáticas da Curadoria Digital entre a participação em bancas de TCC com a participação em outras bancas de avaliação expresso no Gráfico 5.

Gráfico 5



Fonte: Elaborado pelos autores

Dentre aqueles que participam em bancas de TCC, nenhum participa em outros tipos de bancas que se fez a relação (mestrado, qualificação de mestrado e qualificação de doutorado). Enquanto aqueles que não participam em bancas de TCC, possui 1 participação em banca de qualificação de mestrado, 2 participações em bancas de mestrado e 1 participação em qualificação de doutorado. Portanto, não há uma relação em participar em bancas de TCC com a participação com bancas de outra natureza descrita nos itens do gráfico.

No gráfico 6, foi realizada a relação entre a orientação em iniciação científica com orientações de outra natureza (orientação em TCC de graduação e em tese de doutorado).

Gráfico 6



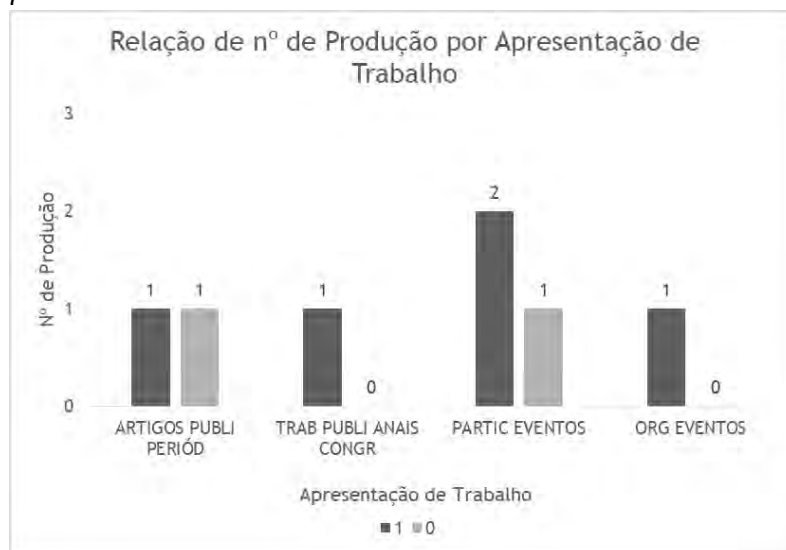
Fonte: Elaborado pelos autores

Dos que possui orientação para IC, possui 1 orientação em TCC de graduação e nenhuma orientação em tese de doutorado. Dos que não possui orientação em IC, possui 1 orientação em TCC de graduação e 1 em orientação em tese de doutorado.

Observou-se que não há uma relação direta entre possuir orientação em iniciação científica com orientações de outra natureza, pois não há uma homogeneidade nos dados, e não há nenhuma relação entre ter orientação em IC com orientação em tese de doutorado.

No gráfico 7, verificou se há relação entre apresentar trabalho com publicar artigo em periódico, publicar trabalho completo em anais de congresso, participar de eventos e organizar eventos.

Gráfico 7



Fonte: Elaborado pelos autores

Dos que apresentam trabalhos, há apenas 1 artigo publicado em periódicos, 1 trabalho publicado em anais de congresso, 2 participações em eventos e 1 organização de evento. Dos que não apresentam trabalho, há 1 artigo publicado em periódico, não há trabalho publicado em anais de congresso, há 1 participação em evento e nenhuma organização de evento. Ou seja, há uma relação direta entre apresentar trabalho e publicar artigo em periódico e trabalho em anais de congresso, participar e organizar eventos.

Foi verificado no gráfico 8, quais as principais revistas que estes bolsistas publicam nas temáticas do Design da Informação e da Curadoria Digital.

Gráfico 8



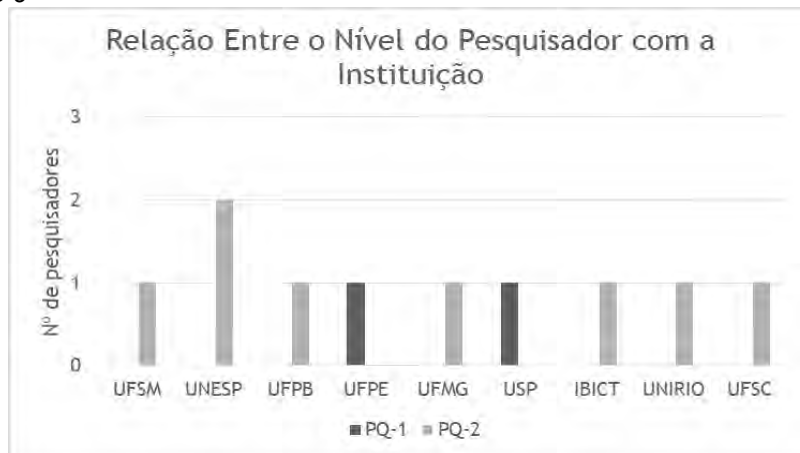
Fonte: Elaborado pelos autores

A revista que mais teve publicação nas temáticas foram a Datagramazero, com 8 publicações; a Encontros Bibli, a Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, Informação &

Sociedade e Informação & Informação, com 7 publicações. Enquanto a revista Scire (Zaragoza) com apenas 1 publicação, a RECIIS e a Biblos (Lima) com apenas 2 publicações.

No gráfico 9 foi realizada a análise, se há uma relação entre o nível do pesquisador com a sua instituição, e quantos pesquisadores há em cada instituição.

Gráfico 9



Fonte: Elaborado pelos autores

Majoritariamente os bolsistas possuem nível de bolsa em produtividade PQ-2, apenas os que pertencem à UFPE e a USP que possui nível PQ-1. Há apenas 1 representação de pesquisador por universidade, possuindo apenas 2 representações da UNESP. O que conclui-se que não há uma relação entre o nível do bolsista e a universidade à qual pertence.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Design da informação e a Curadoria Digital fazem-se necessários com avanço tecnológica, disseminação da informação no ambiente da web e com o passar do tempo suas técnicas e procedimentos necessitam de aprimoramento para atender as atuais necessidades.

Entende-se que houveram poucas relações entre as diferentes publicações. Uma das observações realizadas, pôde-se considerar, que o motivo que há essa pouca relação, é pelo motivo de que todos bolsistas, exceto Edberto Ferneda (Design de Informação), não pertencem ou já pertenceram às linhas de pesquisa do Design da Informação ou de Curadoria Digital.

Na área da tecnologia da informação que há maior quantidade de pesquisa, mesmo dentro da Ciência da Informação, portanto demanda que os pesquisadores produzam a respeito, que é o caso, por exemplo, da Silvana Vidotti, que possui um maior número de publicações. Ela pertence à área da tecnologia da informação e pertence à área correlata ao Design da Informação e à Curadoria Digital, – a Arquitetura da Informação – que possui abordagens acerca do Design e da Curadoria.

Ao final desta presente pesquisa, é possível afirmar ainda que, há poucas pesquisas nessas temáticas entre bolsistas em produtividade do CNPq, da área de Ciência da Informação.

Portanto, há uma emergência nessas temáticas, já que ambas, tratam a respeito da informação no ambiente web. Ainda, podendo se observar um forte aumento da informação no ambiente web, não só informal, mas no crescimento da informação científica. Além de que grande parte das revistas científicas, não só no formato físico, mas são também disponibilizados no ambiente digital, o que intensifica a necessidade de abordagens nos assuntos do Design da Informação e da Curadoria Digital na área da Ciência da Informação.

## REFERÊNCIAS

BARREIRA, Maria Isabel de Jesus Sousa; SANTOS, Jaires Oliveira; SANTOS, Bruno Almeida dos. Disseminação da produção científica em Ciência da Informação: análise do conhecimento gerado a partir das pesquisas realizadas pelos mestrados do PPGCI. In: Encontro Regional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da Informação, 15., 2013, Minas Gerais. **Anais eletrônicos...** Minas Gerais: MOCI, 2013. Não paginado. Disponível em:



<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2159>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. Tradução: Ana Maria Rezende Cabral, Eduardo Wense Dias, Isis Paim, Lígia Maria Moreira Dumont, Marta Pinheiro Aun e Mônica Erichsen Nassif Borges. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, UFMG, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **O CNPq**. [S.l.], [2016?]. Disponível em: <[http://cnpq.br/apresentacao\\_institucional/](http://cnpq.br/apresentacao_institucional/)>. Acesso em: 06 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Produtividade em pesquisa**. [S.l.], [201?]. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/5f43cefd-7a9a-4030-945e-4a0fa10a169a>>. Acesso em 06 ago. 2017.

JORENTE, Maria José Vicentini (Org.). **Tecnologia e Design da Informação**: interdisciplinaridades e novas perspectivas para a Ciência da Informação. Bauru: Canal 6, 2015.

KANT, Imanuel. **Crítica da razão pura**. [S.l.: s.n.], [1787]. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000016.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

MACIAS-CHAPULA, Cesar A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998.

SALES, Luana Farias; SAYÃO, Luíz Fernando. O impacto da Curadoria Digital dos dados de pesquisa na comunicação científica. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 118-135, 2012. Disponível em: <>. Acesso em: 08 ago. 2017.

SCHIESSL, M; SHINTAKU, M. Sistemas de Organização do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 editores. Capítulo 2, p. 49-118, 2012.

***Programa De Monitoria Acadêmica: Vivência E Visão De Estudantes Monitores Na Participação Ativa No Processo De Ensino E Aprendizagem – Relato De Experiência***

***ACADEMIC MONITORING PROGRAM: LIVING AND VISION OF MONITORS IN ACTIVE PARTICIPATION IN THE TEACHING AND LEARNING PROCESS - EXPERIENCE REPORT***

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas  
Área 1: 1.5 Educação e Desenvolvimento

OLIVEIRA, Naiara Borges de  
Universidade de Franca – UNIFRAN  
Graduanda em Fisioterapia.  
**E-mail:** [naiaraborges.alp@hotmail.com](mailto:naiaraborges.alp@hotmail.com)

BULGO, Danilo Cândido  
Universidade de Franca - UNIFRAN  
Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Graduação em Fisioterapia, Letras bacharelado: Tradutor e Intérprete, Licenciatura em letras com habilitação em Língua Inglesa, Portuguesa e suas respectivas literaturas e licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Franca.  
Pós-graduado em Saúde coletiva com ênfase no gerenciamento de serviços, Psicopedagogia, Educação especial com ênfase em deficiência intelectual, física e psicomotora, Tutoria e ambientes virtuais em educação a distância, Gestão Escolar e Gestão Empresarial. Docente do setor de Educação a Distância da Universidade de Franca.  
**E-mail:** [danielbulgo@gmail.com](mailto:danielbulgo@gmail.com)

JESUS, Fernanda Carla Oliveira de  
Universidade de Franca – UNIFRAN  
Graduanda em Fisioterapia.  
**E-mail:** [fefk123@gmail.com](mailto:fefk123@gmail.com)

SILVA, Matheus de Melo Amarante  
Universidade de Franca – UNIFRAN  
Graduando em Fisioterapia.  
**E-mail:** [matheuskelme@gmail.com](mailto:matheuskelme@gmail.com)

BACHUR, Cynthia Kallas  
Universidade de Franca – UNIFRAN  
Doutorando em Ciências no Programa de Pós-Graduação Enfermagem Fundamental na Universidade de São Paulo - USP - Ribeirão Preto - S.P. Graduação em Fisioterapia pela Universidade de Ribeirão Preto, Especialização em Fisiologia do Exercício e Mestre em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Membro do grupo de Pesquisa GIPHA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Hipertensão Arterial da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto / Universidade de São Paulo. Membro colaboradora do Blood Pressure Screening Programs Group - World Hypertension League (WHL). Membro colaboradora do Comitê Consultivo Brasileiro de Hipertensão. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Franca. Coordenadora científica da Liga de Cardiologia do curso de Medicina da Universidade de Franca. Possui linha de pesquisa em fatores de risco cardiovasculares e reabilitação cardiometabólica.  
**E-mail:** [kabachur@gmail.com](mailto:kabachur@gmail.com)

## Resumo

Novas metodologias de ensino e aprendizagem surgem nas universidades do país e uma das mais tradicionais nas cadeiras universitárias é a monitoria, na qual o estudante monitor auxilia o docente e principalmente os outros estudantes que frequentam as disciplinas, dando início à prática docente pedagógica com a oportunidade de ministrar aulas teóricas e práticas supervisionadas pelo docente responsável. Destaca-se a relevância da monitoria como estratégia para o desenvolvimento de habilidades e a oportunidade de estabelecer um contato mais proximal com a docência, além de rever os conteúdos anteriormente aprendidos. O presente trabalho baseou-se em um levantamento bibliográfico, no qual foram utilizados artigos relacionados à monitoria no âmbito acadêmico, bem disponíveis na base de dados da *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e da Biblioteca Virtual em Saúde, usando descritores: monitoria AND graduação, monitoria acadêmica AND ensino superior, e monitoria acadêmica AND estudante. Foi solicitado aos monitores descrever suas experiências vividas no período como monitor. Os resultados obtidos se mostraram positivos, mostrando a visão dos monitores frente a relevância da monitoria em sua trajetória acadêmica. Este trabalho teve por objetivo relatar as experiências sob o olhar de monitores acadêmicos após a aprovação, vivência e término de participação nas disciplinas de um curso da área da saúde em uma instituição privada do interior Paulista.

**Palavras-chave:** Monitoria Acadêmica, Monitores, Ensino Superior

## Abstract

The methodology of teaching and learning in the universities of the country and one of the frontiers in the university chairs is a monitoring, a program that helps to train and most of the other students who attend the disciplines, initiating the pedagogical teaching practice with an opportunity to teach theoretical and practical classes supervised by the responsible teacher. It highlights the date of monitoring as a strategy for the development of skills and an opportunity to contact in an approach of proximity to teaching, in addition to reviewing viewers seen as learned. The present work was based on a bibliographical survey, in which the results were not academic, in the database of the Scientific Electronic Library Online (Scielo) and the Virtual Health Library, using descriptors: monitoring and graduation, academic monitoring and higher education, and academic and student monitoring. The monitors were asked about their experiences during the period as a monitor. The results obtained are positive, showing a view of the monitors in front of a monitoring analysis in their academic trajectory. The objective of this study was to report the experiences of a health course, experience and participation in the disciplines of a health course in a private institution in the interior of São Paulo State

**Keywords:** Academic Monitoring, Monitors, Higher Education

## 1 INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo e extremamente competitivo, a universidade precisa se preocupar com o estudante universitário, provendo condições para o seu desenvolvimento integral, buscando desenvolver suas potencialidades ao máximo para que possa atingir seu nível de excelência pessoal e estar preparado para um papel atuante na sociedade (SANTOS, 2000).

Quando se fala em ensino superior, três pilares são essenciais para uma formação maximizada do estudante: o Ensino, Pesquisa e Extensão, que de acordo com a proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estas se tornaram componentes obrigatórios na formação de indivíduos nas universidades (BRASIL, 1996).

Com o avanços nas metodologias de ensino, a monitoria ganha destaque no cenário do ensino superior, sendo definida como uma modalidade de ensino e aprendizagem que corrobora para a formação do aluno nas atividades de ensino propostas para o plano de aula das disciplinas, na pesquisa e extensão dos cursos de graduação. Sua essência faz elo entre estudante e docentes para a melhoria do ensino em sala de aula, promovendo vivência como auxiliar docente e como atividades técnico-didáticas (UNIDERP, 2011).

Nessa perspectiva, as atividades de monitoria ganharam respaldo na Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968, que apontava em seu artigo 41, que as funções dos monitores estariam ligadas as atividades de caráter técnico-didático, dando as universidades que possuem programas de monitoria, autonomia no processo de seleção desses estudantes/monitores através de editais internos com especificações de cada instituição, bem como nortear as atividades desses monitores, envolvendo-os de modo a integrá-los em todas as etapas do processo de ensino e agregando-os aos eixos norteadores da formação superior (BRASIL, 1968).

Respalhada em lei, essa estratégia, prevista nos regimentos das instituições e nos projetos pedagógicos institucionais, pode ser um dispositivo que visa potencializar a melhoria do ensino de graduação, mediante a atuação de monitores em práticas e experiências pedagógicas, em disciplinas que permitam articulação entre teoria e prática e integração curricular acadêmico. Visa também oportunizar ao graduando atitudes autônomas perante o conhecimento, assumindo, com maior responsabilidade, o compromisso de investir em sua formação. A monitoria tende a ser representada como uma tarefa que solicita competências do monitor para atuar como mediador da aprendizagem dos colegas, contando, para sua consecução, com a dedicação, o interesse e a disponibilidade dos envolvidos (BATISTA & FRISON, 2009).

A monitoria, como procedimento pedagógico, tem demonstrado sua utilidade, à medida que atende às dimensões “política, técnica e humana da prática pedagógica” (CANDAU, 1986, p.12-22).

O aluno monitor é o estudante que, interessado em desenvolver competências e aperfeiçoar seu conhecimento, partilha o conteúdo com outros estudantes, aproximando de uma disciplina ou área de conhecimento e junto a ela realiza tarefas ou trabalhos, faz plantão para minimizar as dificuldades advindas das disciplinas (FRIEDLANDER, 1984).

O monitor tem como missão auxiliar o docente nas atividades didáticas, prepara e realização de trabalhos práticos voltadas para o aprimoramento ao ensino; deve auxiliar os estudantes com baixo aproveitamento ou com dúvidas no conteúdo da disciplina (SOUZA et al. 2008).

Segundo Schneider (2006), o trabalho da monitoria almeja contribuir com o desenvolvimento da competência pedagógica e auxiliar os acadêmicos na produção do conhecimento, sendo essa uma atividade formativa de ensino.

Já Verri et al. (2008) afirma:

“Atualmente as universidades buscam métodos e inovações no ensino para atender a falta de conhecimentos dos estudantes ingressantes, a busca de qualidade na formação de um profissional criativo e crítico é sempre a intenção. Os museus contemporâneos são espaços modernos destinados à difusão e popularização do conhecimento. Cada vez mais estes espaços se tornam lúdicos, interativos e exploram tópicos atuais de forma interdisciplinar” (VERRI et al, 2008).

O programa de monitoria é relevante para o processo de ensino, pois trabalha em conjunto com o docente. A monitoria estimula e capacita os monitores para a prática de iniciação à docência, proporcionando aos estudantes o aperfeiçoamento no aprendizado da disciplina, conseqüentemente na sua formação profissional (HAAG et al. 2007).

Para alcançar êxito durante a graduação acadêmica é interessante que o aluno desenvolva as suas competências intelectuais, acadêmicas e pessoais, tais como: o estabelecimento e a manutenção de relações interpessoais, o sentido de identidade e o processo de tomada de decisão acerca da carreira (UPCRAFT & GARDNER, 1989). Neste sentido, a universidade emerge como um contexto facilitador do desenvolvimento pessoal dos jovens, promovendo a integração e o ajustamento acadêmico, pessoal, social e afetivo do aluno (FERREIRA, ALMEIDA & SOARES, 2001).

De maneira global, os programas de monitoria visam proporcionar o estímulo e a participação de estudantes dos cursos de graduação na vida acadêmica, aumentando a qualidade de ensino e o desenvolvimento de competências relacionadas à formação pessoal e profissional do estudante monitor, vivenciar experiências do processo de ensino e aprendizagem, possibilitar acompanhamento individual e em grupos, visando ampliar seu aproveitamento de maneira global.

Frente o exposto evidencia-se a importância dos monitores nas disciplinas. Essa prática proporciona grandes benefícios que auxiliam na formação dos que vivenciam esta experiência

## 2 OBJETIVO

Relatar a experiência de estudantes de graduação na área da saúde sobre a função do monitor no âmbito acadêmico.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado a partir da vivência estudante de monitores de um curso Fisioterapia de uma instituição de ensino superior privada do interior Paulista. Tal experiência ocorreu no período de Janeiro a julho de 2018, correspondendo ao semestre 2018.1. O presente baseou-se em um levantamento bibliográfico, no qual foram utilizados artigos relacionados à monitoria no âmbito acadêmico, bem como artigos disponíveis na base de dados da *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e da Biblioteca Virtual em Saúde. Os descritores utilizados foram: monitoria AND graduação, monitoria acadêmica AND ensino superior, e monitoria acadêmica AND estudante. Foi solicitado aos monitores descrever sua experiência a partir de quatro perguntas norteadoras: deveres da monitoria, expectativa frente a esta atividade, relação entre ensino e aprendizado e se havia interesse em seguir a carreira acadêmica a partir destas experiências vividas.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram deste estudo 10 monitores, com idade média entre 20 a 28 anos, de ambos os sexos, aprovados no processo seletivo para a função de monitoria acadêmica de uma universidade particular localizada no interior do Estado de São Paulo, no primeiro semestre de 2018. De acordo com os relatos dos participantes, pode-se observar que:

*“Pude auxiliar nas aulas teóricas e práticas, plantão de monitorias, tirei dúvidas dos estudantes, auxiliei professores na elaboração atividades lúdicas e metodologias ativas. Participar da monitoria correspondeu as minhas expectativas, pois os objetivos propostos auxiliaram no meu aprendizado e memória. Tive a oportunidade de lembrar as matérias, ter maior capacidade de comunicação e melhorar minha oratória em público”.*

G.O.B, 21 anos

*“Na monitoria fico responsável em ajudar os estudantes que estão com dúvidas, auxiliando na revisão da matéria, as vezes em formato de aulas, outras com questões para os estudantes responderem. Nas aulas práticas mostro a eles como se faz as técnicas e explico como é no estágio, como são os atendimentos e o perfil dos pacientes. Atuar como monitora correspondeu as minhas expectativas, pois todas as aulas foram muito produtivas e didáticas; auxiliar os estudantes nas dúvidas e ajudar os professores com a turma foram momentos que me fizeram crescer pessoalmente e profissionalmente, A monitoria me deu oportunidade de lembrar toda a matéria já estudada, coisas que com o tempo acabam ficando esquecidas na memória; fiz novas amizades, aprendi coisas novas, tive a oportunidade de ajudar aos estudantes que tinham dificuldade, o que foi uma experiência maravilhosa, pois consegui enxergar o quanto evolui e amadureci com o passar dos anos, e poder acalmá-los também, tentar tirar a insegurança que eles sentem em relação ao 4º ano e com todas as responsabilidades do estágio”.*

I.L.C, 21 anos

*“Participar das aulas, compreender o assunto e auxiliar em aulas práticas ou tirar dúvidas dos estudantes. Dar continuidade no aprendizado e aprender a explicar os assuntos a um público diferente. Aprendi a lidar com pessoas e ter uma linguagem diferente para falar com cada uma delas, a conviver mais com o professor de forma a admirá-lo, criei laços com os estudantes e mais ainda com meus mestres”.*

L.A.S, 21 anos

As expectativas durante as aula foi algo bastante discutido durante a entrevista para o relato, pois os monitores sempre eram surpreendidos por perguntas de diferentes temáticas, necessitando de jogo de cintura para responder e não transparecer insegurança.

Corroborando com (Carvalho et al, 2010), o objetivo da monitoria visa trabalhar a promoção da melhoria da qualidade de ensino através do nivelamento dos estudantes monitorados, a partir do aprofundamento teórico e o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas à atividade docente do monitor.

*“O programa de monitoria é de grande relevância para o processo ensino aprendizado, pois proporciona grandes trocas de experiências e visa aprimorar o conhecimento já adquirido, também é um excelente espaço para aquele estudante que deseja seguir carreira docente, tendo grande contribuição para o processo de aprendizagem dos estudantes monitores e promove maiores relações sociais. A monitoria acadêmica oferece a oportunidade de aprimorar os seus conhecimentos, revisar os conteúdos, possibilita desenvolver um „visão docente“, Eu pretendo dar continuidade nos estudos, fazer um mestrado e doutorado e lecionar nos cursos de ensino superior”.*

M.M.A.S, 23 anos

*“Tirar dúvida dos estudantes, ajudar na resolução de casos clínico na lousa com correção e apresentei em slide ficha de anamnese explicando os tópicos. Eu esperava que os alunos não depositassem tanta confiança em nós monitores. Aprendi a ter mais facilidade de falar em público e sentir mais segurança em algumas situações”.*

F.S.V, 21 anos

A monitoria proporciona aperfeiçoamento de habilidades técnicas e incentivo a ética, a segurança, a capacidade de observação, conhecimento, estimula os estudantes ao manuseio de materiais/equipamentos de maior tecnologia que ainda não conheciam, melhora a assimilação dos conteúdos estudados e do conhecimento adquirido durante as aulas expositivas em sala de aula, correlacionando assim, a teoria com a prática (SCHMITT et al., 2013).

*“Como monitora eu esclareci dúvidas de alguns estudantes em relação ao conteúdo. Esperava maior participação durante as aulas dos mesmos, acho que eles ficam um tanto quando tímidos, meio receosos, talvez porque não me conhecer. Com o professor responsável pela aula eles participavam, prestavam muita atenção, mas acabam buscando mais o próprio professor do que a monitoria, isso me frustrou em alguns momentos. Aprendi que esclarecer as dúvidas é uma ótima maneira de fixar mais o conhecimento e aprender mais ainda. Por enquanto não penso em dar aulas, gosto de atender os pacientes”.*

N.C.D.L, 23 anos

*Através da experiência da monitoria foi possível ampliar a visão de novos horizontes, pelos deveres dos quais somos delegados na função de monitor, permitindo aprimorar os conhecimentos já adquiridos do conteúdo de afinidade, buscando interagir diretamente com os outros estudantes, em suas dúvidas o que cabe a ter mais responsabilidade e maturidade, o que vale ressaltar que por meio destes o interesse no âmbito acadêmico de buscar novos conhecimentos especialidade e inserir como docente no mercado. Outro ponto importante e não menos relevante é o fato do quão a monitoria pode somar em meio currículo acadêmico, sendo critérios importantes em questões de desempate em residências aprimoramentos mestrados. Com essa experiência gostaria de seguir carreira como docente, pretendo dar continuidade em meio programas de mestrado e doutorado”.*

N.B.D.O, 27 anos

*“Como monitora realizei atividades dentro e fora de sala de aula, auxiliei a professora responsável e os estudantes em situação de dúvidas da disciplina, ajudei repassar recados dados pela professora, auxiliei nas explicações dentro de sala. Diante da opção que escolhi para ser monitora atingi totalmente minhas expectativas, além de ser uma área que admiro muito foi além do que realmente esperava foi de grande aprendizado. Minha experiência foi incrível, além de poder fazer novas amizades, ajudar nos conhecimentos de um assunto que tem uma admiração é maravilhoso. Poder aprender junto e ensinar com o pouco que se sabe é simplesmente muito bom. Com a experiência pude ver como é importante a capacitação profissional e quem saber seguir a docência”.*

D.D.J.S.F, 22 anos

*“Pude participar das atividades pedagógicas teóricas e práticas, elaborar atividades com os estudantes, esclarecer dúvidas, estudar e aprofundar os conhecimentos da matéria monitorada. Colaborei com o professor em trabalhos e provas dadas para os alunos. Foi de suma importância a monitoria, pois é uma maneira de revermos a matéria que já foi dada em anos anteriores, criarmos vínculo com os professores e estudantes. Lembrando também da importância da atividade de monitoria em nosso currículo e também em horas complementares obrigatórias. Aprofundar os conhecimentos na matéria prestada, realizar atividades práticas novas visando*

*sempre o aperfeiçoamento no conhecimento, monitoria contribui para novos laços de amizade tanto estudante quanto professor, portanto crescer nosso círculo de amizade*

F.C.O.D.J, 28 anos

*Os deveres da monitoria não são somente cumprir presença ou apenas para ganhar certificado, mas sim tentar ajudar o próximo com os conhecimentos que foram obtidos ao decorrer dos anos em cada área ou matéria. Minha expectativa desde o momento era passar meu conhecimento e aprendizado para quem mais estava precisando, não só ganhei experiência na monitoria mas também desenvolvi uma certa facilidade em lidar com um público, desenvolvi habilidades que possivelmente gostaria de trabalhar como professora e com o tratamento de pacientes”.*

B.C, 22 anos

A monitoria acadêmica possui um ganho nos aspectos intelectuais dos estudantes monitores, pois a afinidade com as disciplinas, a troca de conhecimentos com outros estudantes, o contato mais proximal entre docentes e discentes corroboram para o aumento para o interesse em experimentar a experiência do trabalho docente, mesmo que de maneira amadora.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os monitores, passar em um programa de monitoria na fase de graduação facilita e amplia o aprendizado; além de proporcionar ao educando maior interesse pela disciplina na qual foi aprovado, subsidiando aos outros estudantes a oportunidade de sanar dúvidas a partir dos seus conhecimentos adquiridos na trajetória acadêmica. Para os monitores o ensino e aprendizagem contribuem para sua formação, pois na monitoria os estudantes conseguem despertar maior comprometimento, responsabilidade, novas perspectivas para a prática da docência, concentração, domínio do conteúdo abordado, relação com os demais colegas; pois desta maneira o aluno consegue ser o protagonista do conteúdo, tornando-se o agente ativo do contexto acadêmico junto com o docente que acompanha nas disciplinas. Ressalta ainda que os estudantes monitores não visam a remuneração, apenas o resultado final do aprendizado e experiência. Sugere-se que este conteúdo colabore com a cientificidade no meio acadêmico, bem como a continuidade deste tema para delinear pontos positivos e/negativos para o engrandecimento desta nobre atividade.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, F. et al. Programa de Monitoria Acadêmica: percepções de monitores e orientadores. Revista de Enfermagem da UERJ, v. 14, n. 3, p. 391-397, 2006
- Batista, J. B., & Frison, L. M. B. F. (2009). Monitoria e aprendizagem colaborativa e autorregulada. In D. Voos, & J. B. Batista (Orgs.), Sphaera: sobre o ensino de matemática e de ciências (pp. 232-247). Porto Alegre: Premier.
- Brasil. Ministério da Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.
- Brasil. Ministério da Saúde. Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e



funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1968.

CARVALHO, A.P.V., et al. Monitoria como agente motivador do processo ensinoaprendizagem. Revista Científica de Faminas, Muriaé/MG, v. 5, n. 3, p.127-139,7 set./dez. 2010. Disponível em: <<https://unifaminas.s3.amazonaws.com/upload/downloads/201105261729301736.pdf>>. Acesso em: 22 Set. 2018.

CANAU, V. M. F. A didática em questão e a formação de educadores-exaltação à negação: a busca da relevância. In: CANAU, V. M. F. (org). **A didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 12-22.

Ferreira, J.A., Almeida, L.S. & Soares, A.P. (2001). Adaptaçãoacadêmica em estudantes do 1º ano: diferenças degênero, situação de estudantes e cursos. Revista Psico-USF,6, 1-10.

FRIEDLANDER, M. R.; Alunos-monitores: uma experiência em Fundamentos de Enfermagem. Revista Esc. Enf. USP, 18(2): p.113- 120, 1984.

Haag GS, Kolling V, Silva E, Melo SCB, Pinheiro M. Contribuições da monitoria no processo ensino-aprendizagem em Enfermagem. Rev Bras Enferm. 2007; 61(2): 215-20.

Nascimento FB, Barletta JB. O olhar do docente sobre a monitoria como instrumento de preparação para a função de professor. Rev Cereus. 2011;5. Disponível em: <[www.ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/download/57/75](http://www.ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/download/57/75)> Acessado em 25 de set. de 2018.

SCHNEIDER, M.S.P.S. Monitoria: instrumento para trabalhar com a diversidade de conhecimento em sala de aula. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, v. Mensal, p.65, 2006.

Souza MT, Silva MD, Carvalho R. Revisão Integrativa: o que é e como fazer. Revista Einstein. 2008; 8(1): 102-8

UNIDERP. Regulamentação do programa de monitoria de ensino da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal. Disponível em: <<http://ww2.uniderp.br/uniderp/pdf/ManualAcademico20112.pdf>> Acesso em 18/09/2018.

Upcraft, M.L. & Gardner, J.N. (1989). A comprehensive approach to enhancing freshman success. Em M. L. Upcraft, J. N. Gardner and Associates (orgs.), *The freshman year experience: Helping students survive and succeed incollege*. San Francisco: Jossey-Bass.

VERRI, E. D.; DEIENNO, F. S.; SAMPAIO, M. G. E.; GOMES, O. A.. Análise comparativa da metodologia de estudo para o ensino e aprendizagem de anatomia entre ABP / tradicional. Ribeirão Preto: UNAERP, XXIII Congresso Brasileiro de Anatomia, Belém/PA: 2008

**PROJETO FAFAMI – FALAR DE FAMÍLIA É FAMILIAR: UMA ABORDAGEM SOCIAL E INTERVENTIVA**

*FAFAMI PROJECT - FAMILY SPEAKING IS FAMILY: A SOCIAL AND INTERVENTIONAL APPROACH*

Área temática: Educação e Desenvolvimento

ALMEIDA, Adriana Regina de  
Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social – UNESP/Franca  
Assistente Social da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social – UNESP/Franca. Supervisora de estágio em Serviço Social. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp – Franca. Integrante do Projeto FAFAMI – Falar de família é familiar.

SILVA, Daniela Aparecida da  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca  
Assistente Social, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp – Franca. Integrante do Projeto FAFAMI – Falar de família é familiar –, Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a dimensão educativa no trabalho social – GEDUCAS – e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas para Infância e Adolescência – GEPIA.

E-mail: daniela\_silvas@yahoo.com.br

JUNIOR, Euripedes da Silva Cintra  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca  
Graduando em Serviço Social pela UNESP/Franca. Estagiário da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social da UNESP/Franca. Integrante do Projeto FAFAMI – Falar de família é familiar –, do Grupo Caminhos da Justiça, e do Grupo Construindo a Cidadania.

E-mail: juninho.ec22@gmail.com

SOUZA, Gleyner Silva  
Universidade de Franca - Unifran  
Graduado em Teologia pela Faculdade São Bento do Rio de Janeiro. Graduando em Psicologia pela Universidade de Franca – Unifran. Integrante do Projeto FAFAMI – Falar de família é familiar

E-mail: irgleyner@yahoo.com.br

**Resumo**

O presente artigo visa explicar acerca da temática família discutida pelo projeto FAFAMI – Falar de família é familiar - vinculado à UNESP, campus de Franca, e à Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS). O intuito é socializar o trabalho socioeducativo e interdisciplinar desenvolvido pelo grupo com famílias de um Centro de Convivência Infantil (CCI) ao longo dos seis anos de existência, bem como refletir sobre as diferentes configurações familiares existentes na sociedade contemporânea, fazendo uma interlocução com o modo de produção capitalista e seus desdobramentos e impactos causados às famílias. Além disso, trará como resultado o mapeamento feito pelos integrantes do projeto com 128 prontuários disponibilizados pelo CCI onde a extensão é realizada, cujo principal intuito foi visualizar a realidade dessas famílias e construir o perfil delas. Ademais, o FAFAMI compreende a importância da discussão acerca da temática família em todos os espaços institucionais e acadêmicos, pois entende que é um tema que não se esgota e está intrínseco em todas as discussões, passando, constantemente, por transformações.

**Palavras-chave:** Projeto FAFAMI, famílias, configurações familiares.

### **Abstract**

This article aims to explain the family theme discussed by the FAFAMI project - Speaking of family is familiar - linked to UNESP, Franca campus, and to the Auxiliary Unit Centro Jurídico Social (UACJS). The aim is to socialize the socio-educational and interdisciplinary work developed by the group with families of a Child Coexistence Center (CCI) throughout the six years of existence, as well as to reflect on the different family configurations existing in contemporary society, making an interlocution with the mode of capitalist production and its unfolding and impacts on families. In addition, it will result in the mapping done by the members of the project with 128 charts made available by the CCI where the extension is carried out, whose main purpose was to visualize the reality of these families and build their profile. In addition, FAFAMI understands the importance of the discussion about the family theme in all institutional and academic spaces, since it understands that it is an issue that is not exhaustive and is intrinsic in all discussions, constantly passing through transformations.

**Keywords:** FAFAMI Project, families, family settings.

## **1 INTRODUÇÃO**

Compreendendo a Universidade como detentora do tripé-universitário constituído por: ensino, pesquisa e extensão, há que se refletir acerca do papel social que esta instituição desempenha para com a sociedade, tendo em vista que a partir da extensão universitária propicia aos estudantes um contato direto com uma realidade a ser trabalhada, articulando atividades que visem a participação dos cidadãos e, ao mesmo tempo, trabalhe a formação profissional dos/as alunos/as para além das salas de aula.

Sob essas bases que o Projeto FAFAMI – Falar de família é familiar – está implantado. O grupo desenvolve suas atividades administrativas como reuniões e planejamentos na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS) e conta com a participação de estagiários/as e funcionários/as da Unidade. Além desses participantes, o projeto possui como integrantes estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais e docentes de diferentes áreas do conhecimento, buscando realizar um trabalho interdisciplinar entre Serviço Social, Psicologia e Direito.

A ideia da implantação do projeto surgiu, segundo Liporoni, Piana e Oliveira (2015, p.15) a partir do desenvolvimento de uma pesquisa PIBIC onde foi possível constatar a ausência de assistentes sociais em inúmeros espaços sócio ocupacionais, dentre eles os Centros de Convivência Infantil (CCI) na cidade de Franca. Após inúmeras articulações entre a coordenadora do projeto e instituições, cria-se, no ano de 2012, o FAFAMI que desde então tem como principal objetivo realizar oficinas de temáticas variadas e de caráter socioeducativo com familiares que possuem crianças matriculadas no CCI.

Atualmente o grupo desenvolve suas atividades extensionistas numa instituição de educação infantil localizada no bairro Cambuí e conta com aproximadamente 17 membros efetivos no projeto. O FAFAMI visa trabalhar conforme as demandas trazidas pelos próprios familiares na reunião inicial de apresentação do grupo e, a partir dos itens demandados, os integrantes se reúnem e se organizam por áreas de afinidade. Neste ano de 2018 as solicitações familiares trazidas ao grupo foram as seguintes: tecnologia, saúde/higiene, primeira infância e desenvolvimento, educação especial, preconceito, divórcio/separação, dentre outras.

A partir das temáticas pontuadas, o grupo - seguindo a concepção Freiriana de educação - realiza discussões com as famílias no formato roda de conversa e propõe dinâmicas interativas que abordem o assunto a ser tratado. Além disso, as oficinas seguem o princípio de horizontalidade, onde não há superioridade entre quem transmite o conhecimento e quem recebe, pois compreende-se que existe a troca de conhecimentos entre integrantes e participantes das oficinas, neste sentido, reconhece-se a importância de dar visibilidade às histórias de vida trazidas pelos membros das famílias ali presentes, possibilitando, além disso, que os demais participantes se identifiquem com os elementos trazidos e gere o fortalecimento de vínculos entre as próprias famílias.

Outro ponto pelo qual o grupo preza, conforme pontuam Liporoni, Piana e Oliveira (2015, p. 22) é a formação profissional e continuada de seus integrantes, pois parte-se do preceito de que a realidade é dinâmica e sofre inúmeras mudanças conforme a conjuntura social, econômica, estrutural e política, deste modo, permite-se aos membros do projeto o contato direto com a realidade das famílias, verificando as expressões da questão social que mais as afetam, de que forma afetam, como a instituição familiar se organiza para superá-las, se estão inseridas em políticas públicas, em

suma, proporcionando aos estudantes e profissionais o contato com a realidade concreta e materializada nos sujeitos participantes.

Sob essas premissas, ao longo desses seis anos de trabalho, o FAFAMI tem o compromisso em socializar suas experiências, incentivar a escrita de artigos científicos acerca da temática família e suas perspectivas, tem também o comprometimento em discutir as diferentes configurações familiares existentes nesta sociedade, discutindo de forma aberta e ampla para combater antecipadamente juízos morais e provisórios acerca de temáticas que envolvam famílias, como: idealização da família nuclear, preconceito com famílias monoparentais e homoafetivas, o não reconhecimento dos diferentes tipos de família, enfim, itens que serão posteriormente trazidos ao longo deste trabalho e que fazem parte do cotidiano do projeto FAFAMI.

Além disso, este artigo trará a metodologia utilizada pelo grupo para o mapeamento dos dados dos familiares vinculados ao CCI - onde as oficinas são realizadas -, pois o projeto pensou que ao construir o perfil das famílias com as quais trabalha facilitaria o entendimento de suas realidades, bem como geraria elementos a serem trabalhados no decorrer das oficinas. O mapeamento gerou resultados acerca das famílias que serão apontados no decorrer deste artigo de forma crítica e fazendo uma análise da realidade social.

Em suma, a pesquisa discutirá sobre as configurações familiares existentes na sociedade capitalista, bem como as expressões da questão social que afetam diretamente as famílias, além disso, visa expor no formato de gráficos os dados obtidos após o mapeamento no CCI, analisá-los e construir o perfil das famílias com as quais o FAFAMI atua mensalmente.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Famílias e suas configurações**

No sistema capitalista vigente surgem várias configurações familiares, que por sinal são uma das instituições mais antigas da sociedade. Mas afinal, o que é essa instituição família? Segundo Marilena Chauí famílias são construções sociais, ou seja, foram criadas a partir de uma necessidade, de alguma demanda, negando a concepção de que famílias são instituições naturais.

[...] “família” é o nome dado à maneira como, em condições determinadas e diferenciadas, os seres humanos lidam com os dados da Natureza para instituir algo que não é posto pela própria Natureza (CHAUÍ, 2013, p. 21).

Outra autora escreve que:

[...] a família também é o espaço histórico e simbólico no qual e a partir do qual se desenvolve a divisão do trabalho, dos espaços, das competências, dos valores dos destinos de homens e mulheres, ainda que isso assuma formas diversas nas várias sociedades” (TEIXEIRA, 2016, p.31).

Com a formação do indivíduo na sociedade, tem-se então os grupos, comunidades e sociedades tendo a necessidade de se organizarem para manterem vivos, nessa relação de se manterem vivos surgem à divisão do trabalho por sexo. Tendo em vista que primeiro o homem imagina a ação (abstrato) e depois materializa a ação no mundo real (concreto pensado), sendo a primeira forma de trabalho não remunerado, mais garantido a reprodução da vida.

Essa divisão delegava funções do que era “trabalhos femininos” e “trabalhos masculinos” pelo fato das mulheres no contexto serem consideradas mais “frágeis”, e por serem aquelas que asseguravam a reprodução da vida e automaticamente dos seus descendentes.

Concepções de famílias diferentes de outros povos, por exemplo, na Grécia e Roma Antiga família era todos os parentes consanguíneos e os que não eram consanguíneos se estendendo a família, aos escravos, bens, imóveis, sendo uma propriedade econômica.

Famílias que têm como origem uma base nuclear tradicional, com ideologias fundadas no patriarcalismo, machismo e na divisão sexual do trabalho, sendo o sexo masculino o dominador, tendo em vista que as famílias não se constituíram dessa forma segundo Marilena Chauí são construções sociais, ou seja, se formam em um determinado contexto.

Que são as bases ideológicas na qual formam toda sociedade e respectivamente a forma que todas as famílias foram constituídas independentes da vontade humana. Segundo Marx, essa concepção de família tradicional nuclear sempre existiu, independente de novas configurações

familiares que se explica na categoria ontológica do ser social, que é um sistema que rege toda a sociedade.

Nessas condições a família se assenta no antagonismo de classe e no embate capital e trabalho, segundo Marx, refletindo objetivamente nas condições materiais/reais de vida das famílias, ou seja, a partir do trabalho como fonte de subsistência concreta as famílias conseguem se organizar como famílias, vivendo em sociedade, tendo em vista que anterior a família vem o trabalho que segundo Marx é por onde o ser humano se transforma e transforma o mundo.

Partindo do trabalho as famílias surgem juntamente com suas ideologias que foram introjetadas pela classe dominante, como modo de explorar, ter o domínio, não só da força de trabalho mais também das suas consciências reproduzindo inúmeros padrões, que foram naturalizados como normais.

Padrões este que acabam evidenciando que a família “perfeita” é a família nuclear e que nessa concepção de famílias surge a felicidade, os bons costumes e que as outras composições familiares são “aberrações”, ou não dão certo, e se der certo não são corretas, envolvendo até questões religiosas para se opor às diferentes configurações familiares.

As bases familiares fundadas nos bons costumes tradicionais da Igreja, (que sempre fizeram parte das famílias, desde os primórdios da sociedade tradicional) trazem consigo os seus dogmas tradicionais, simbologias, estigmas e juízos provisórios e principalmente um conservadorismo exacerbado que foram reproduzindo durante anos, para a manutenção do sistema, enriquecendo às Igrejas nos seus primórdios. No trato com as famílias, as Igrejas conservadoras tradicionais tratam com algum receio essas outras composições familiares.

Com o decorrer dos tempos essas bases ideológicas fundadas no patriarcado, machismo e a divisão sexual do trabalho que se enraizaram profundamente na sociedade e no cotidiano das famílias definindo vários padrões, profissões, símbolos, e até mesmo o jeito que as famílias devem se portar, vem se modificando gradativamente na contemporaneidade.

Quais seriam as respostas para essas novas configurações familiares? Sem sombra de dúvida as alterações no mundo do trabalho contribuíram para que ocorressem mudanças nas configurações familiares, como também o fim da ditadura, o divórcio, a igualdade entre homens e mulheres como direito concebido na Constituição Federal de 1988, tornando-se um marco sobre a família no contexto dos direitos individuais, representando também condições que possibilitaram certa “liberdade” para se pensar a diversidade no âmbito do conceito de família.

Nesse contexto encontramos famílias nucleares (pai, mãe e filhos), famílias monoparentais femininas (mãe e filhos), monoparentais masculinas (pai e filhos), famílias extensas (avô, avó, tios, tias etc.), famílias reconstituídas (pais divorciados com filhos de outros relacionamentos), famílias anaparentais (irmãos ou irmãs que vivem juntos), dentre inúmeras outras configurações familiares presentes na contemporaneidade.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para a realização desta pesquisa utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa descritiva, a qual tem como objetivo principal descrever características de determinada população ou fenômeno conforme apresenta GIL (1999).

Como método, realizou-se uma coleta de dados através do acesso a 128 prontuários de usuários da instituição CCI do Jardim Cambuí, Franca – SP, tendo sido autorizado pela mesma o acesso aos prontuários mantendo-se o sigilo ético.

A coleta dos dados foi realizada segundo os seguintes descritores: gênero das crianças, configurações familiares, estado civil dos/as responsáveis, faixa etária das mães e faixa etária dos pais/padrastos. Após a coleta dos dados, estes foram tabulados e transformados em gráficos para serem analisados individualmente.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

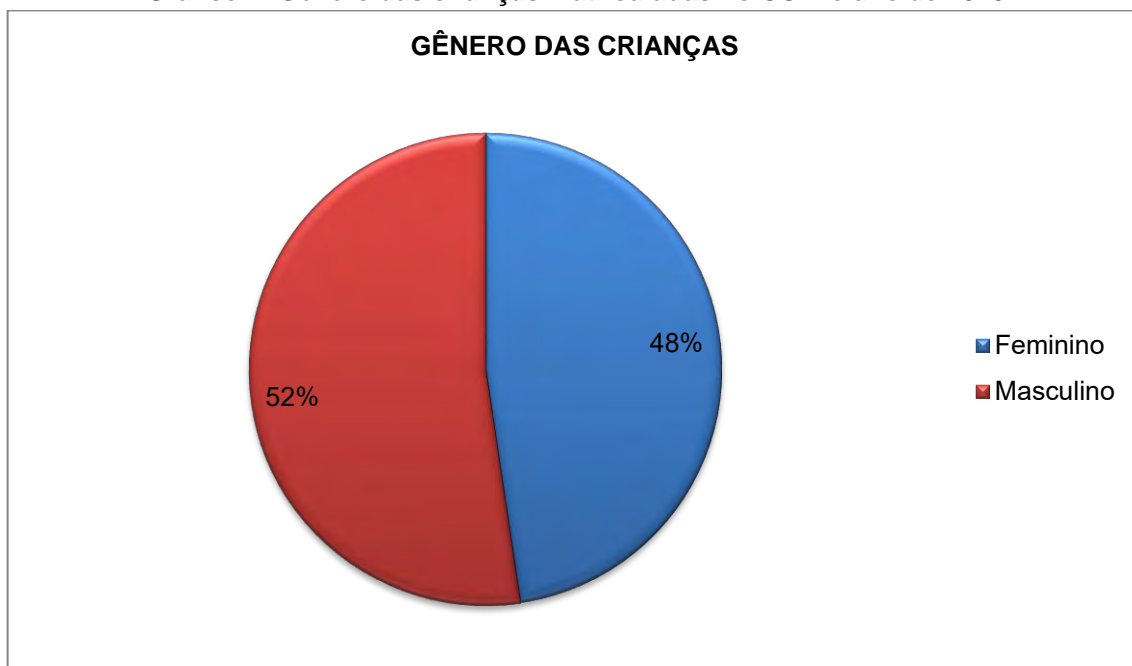
A partir do mapeamento realizado pelos/as integrantes do projeto FAFAMI, foi possível se deparar com alguns dados explicativos e comparativos acerca da vida familiar dos familiares que possuem crianças matriculadas no CCI estudado.

É importante explanar que em alguns gráficos aparece o item “não identificado”, item cujo significado demonstra que alguns prontuários não tinham a informação que estava sendo procurada

ou não estava preenchida corretamente, deste modo, o grupo como forma de relatar as informações coletadas veridicamente optou em informar aos leitores a inexistência de alguns dados nos prontuários visualizados.

O CCI pesquisado oferece educação infantil a crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade. Quanto ao gênero das 128 crianças matriculadas no CCI, os resultados apontam que 52% são do gênero masculino e 48% são do gênero feminino, conforme o gráfico a seguir:

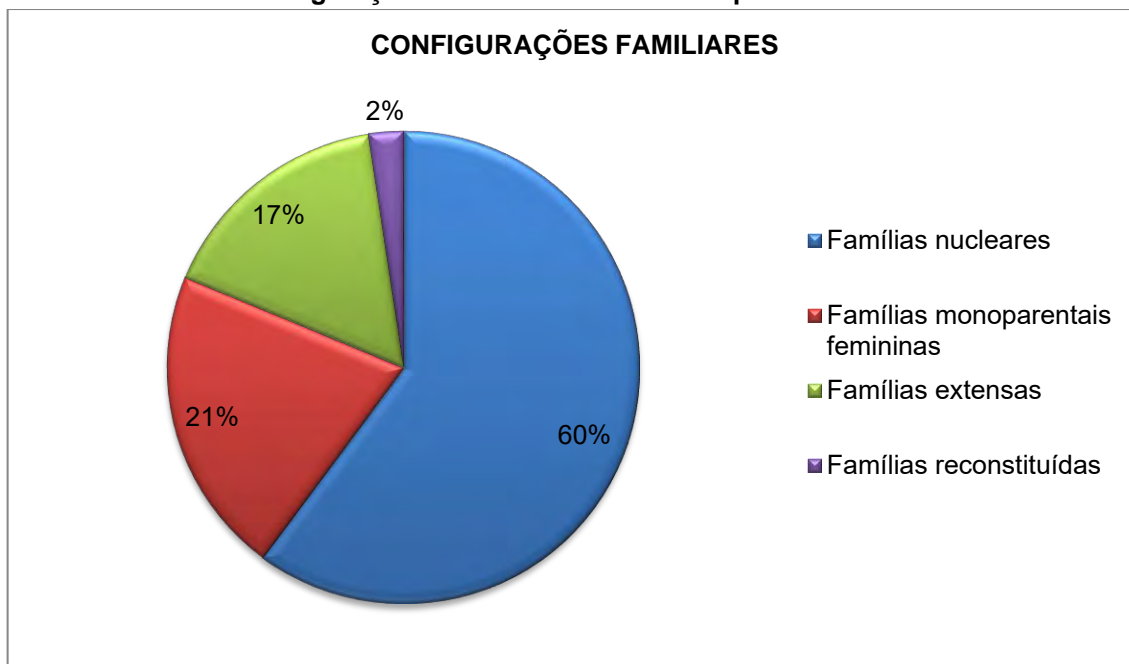
**Gráfico 1: Gênero das crianças matriculadas no CCI no ano de 2018**



**Fonte:** Elaborado por Daniela Aparecida da Silva, 2018.

Na sequência segue-se o gráfico na qual foram analisadas as configurações familiares, no intuito de conhecer o perfil das famílias atendidas na instituição.

**Gráfico 2: Configurações das famílias assistidas pelo CCI no ano de 2018**



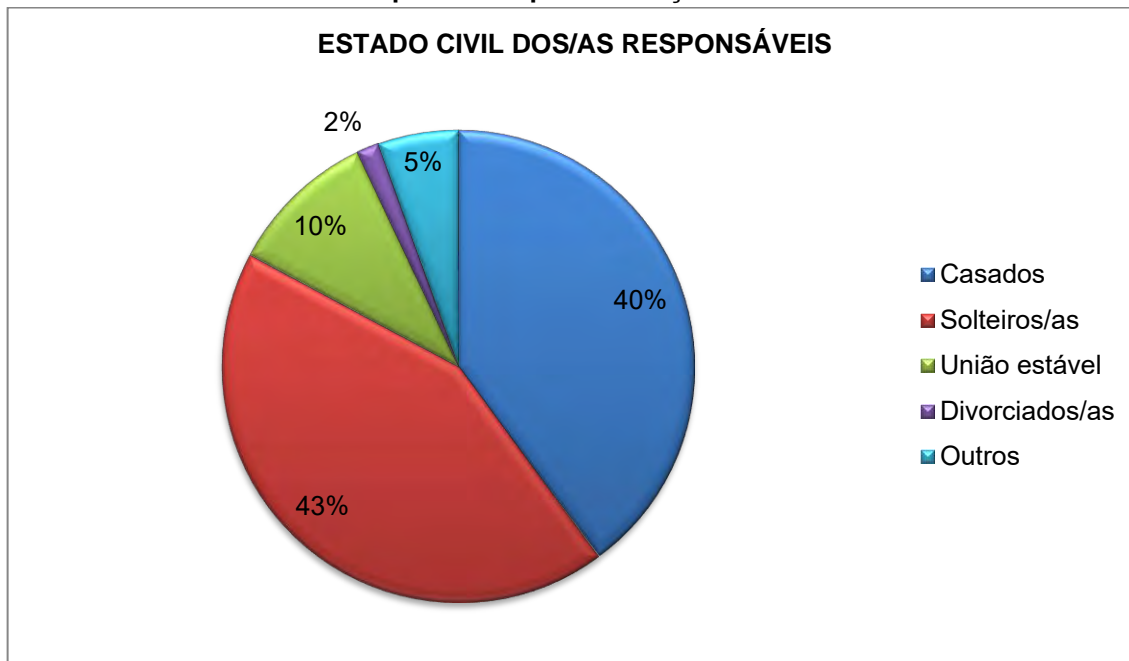
**Fonte:** Elaborado por Daniela Aparecida da Silva, 2018.

Analisando o gráfico percebemos fortemente a presença da família nuclear como base de todas as famílias, como o gráfico apresenta 60% dos prontuários pesquisados se consolidam nessas bases. Os outros 40% se distribuem em famílias monoparentais femininas, famílias extensas e famílias reconstituídas. A partir do gráfico nota-se que 21% das famílias são monoparentais femininas, 16% famílias são extensas, 3% famílias são reconstituídas.

Fica perceptível, deste modo, que a família nuclear - na realidade pesquisada do CCI – é a constituição familiar de maior presença, no entanto, não podemos deixar de observar as demais configurações familiares existentes que vem crescendo ao longo dos anos.

Com relação ao estado civil dos/as responsáveis (mães, pais e padrastos) o gráfico aponta para majoritariamente pessoas solteiras (43%) e casadas (40%), seguindo por união estável (10%), outros (5%) e divorciadas (2%).

**Gráfico 3: Estado civil dos/as responsáveis pelas crianças matriculadas no CCI no ano de 2018**



Fonte: Elaborado por Daniela Aparecida da Silva, 2018.

O estado civil pode ser compreendido, de acordo com o dicionário Aurélio (2005, p. 375), como a situação que uma pessoa está inserida com relação ao matrimônio e sua vida pública. Neste sentido, em termos jurídicos existem apenas 5 tipos de estados civis, sendo: solteiro/a, casado/a, separado/a, divorciado/a e viúvo.

Segundo o dicionário Michaelis (2018, online) a palavra solteiro significa “[...] a pessoa que não se casou. [...] Que não está mais casado; divorciado, separado”, deste modo, a pesquisa demonstra que 43% das famílias pesquisadas se declaram solteiras. Segundo Teixeira (2016, p.33):

[...] a família extrapola a residência [...] é constituída por laços conjugais, filiais e fraternos. Logo, pode estar composta por interações entre pessoas que ainda quando não estão relacionadas por parentesco, criam cotidianamente e de maneira conjunta, condições materiais e imateriais de existência, independentemente se compartilham ou não um mesmo domicílio.

A concepção da autora retrata família de uma forma mais ampla, indo além dos integrantes residirem em um mesmo domicílio, por este motivo é que as famílias, cujos responsáveis são solteiros, não deixam de se configurarem famílias.

Já a definição de casamento, segundo o artigo 1.511 do código civil, visa estabelecer uma comunhão pautada na igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges, além disso, o artigo 1.514 do mesmo código dispõe sobre a vontade entre o homem e a mulher estabelecerem vínculos conjugais. É importante frisar que o código civil - ao estabelecer união somente entre homem e mulher - não reconhece as famílias homoafetivas como possuidoras do mesmo direito de constituir vínculo conjugal por meio do casamento.

Nota-se que esta pesquisa trouxe um elemento a mais do que está juridicamente estipulado que é a união estável com 10% das famílias inseridas nesse estado familiar. A união estável não é um estado civil, mas é reconhecida pela Constituição Federal em seu Artigo 226, inciso 3, como entidade familiar. A união estável - diferente do casamento - é feita por meio de um cartório e possui como pré-requisitos ao casal: a união pública, contínua e duradoura.

Os/as divorciados representam 2% desta pesquisa e segundo a Lei nº 6.515/1977, artigo 2º, parágrafo IV e artigo 24º, o divórcio é uma das formas de término da sociedade conjugal, do casamento e dos efeitos civis advindos pelo matrimônio religioso.

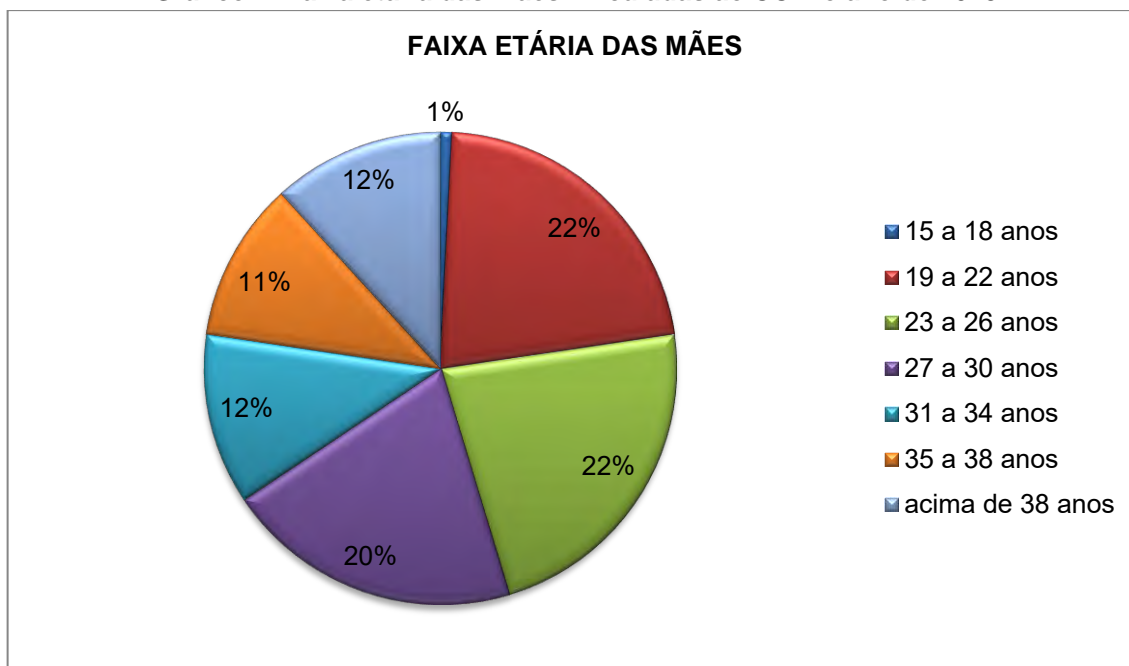
E por fim, a pesquisa aponta para 5% das famílias que se encaixam na modalidade familiar denominada “outros”, pois não se identificam com nenhum dos estados civis e familiares



anteriormente relatados.

É importante ressaltar que o projeto FAFAMI compreende as famílias sob uma perspectiva atual “que nos obriga a falar de famílias no plural” (GAMA, 2014, p. 63), deste modo, não visualiza as famílias como modelos únicos de organização, mas compreende que todas as configurações e estados civis são entidades familiares que merecem respeito e oportunidades iguais.

**Gráfico 4: Faixa etária das mães vinculadas ao CCI no ano de 2018**



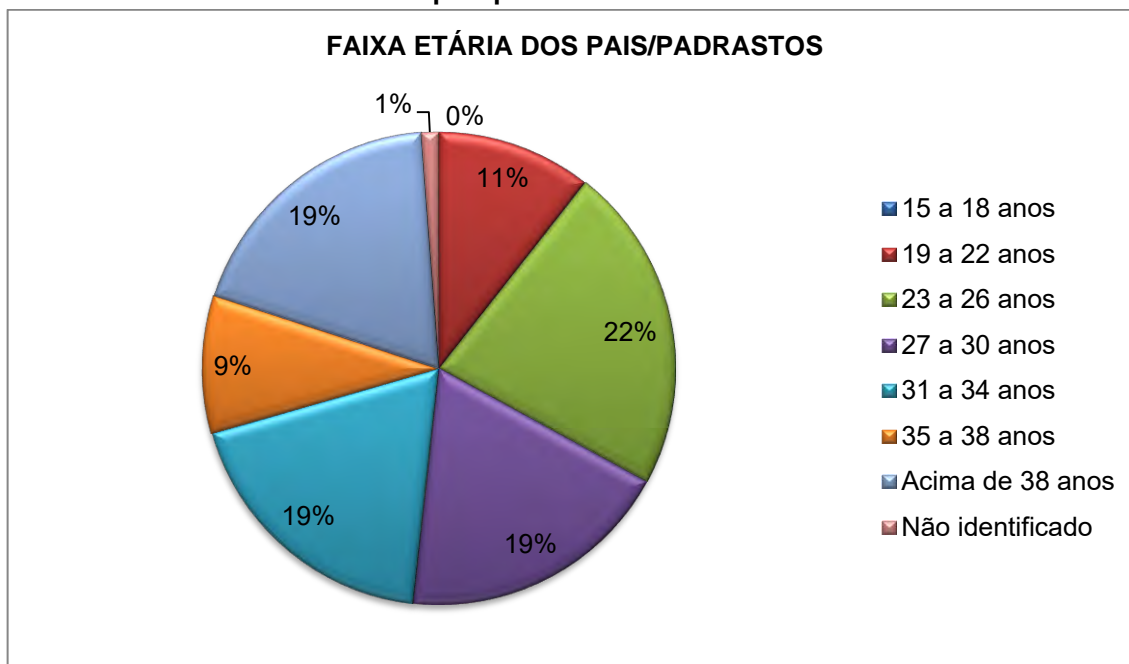
Fonte: Elaborado por Daniela Aparecida da Silva, 2018.

O gráfico descritor da idade das mães usuárias do CCI apresenta uma variação considerável que perpassa um arco de tempo que vai desde os 15 até os 38 anos, sendo ainda considerado uma população de 12% das mães com idade acima dos 38 anos.

As mães cuja idade varia entre 15 a 18 anos constituem apenas 1% das usuárias. Já as mães com idade entre 19 e 22 anos somam 22% do total, igualando-se em porcentagem ao grupo de mães com idade entre 23 e 26 anos. São estas duas variações que abarcam a maior parte das mães usuárias do CCI. As demais variações apresentaram os seguintes resultados: mães com idade entre 27 e 30 anos somam 20%; com idade entre 31 e 34 anos somam 12%; com idade entre 35 e 38 anos 11%.

Com base nos números apresentados podemos verificar que a maternidade constitui um elemento importante na constituição das respectivas famílias usuárias do CCI, dado que a maior parte das mães se encontram em uma faixa etária bem jovem que perpassa o intervalo dos 19 aos 26 anos. Faz-se necessário realizar uma compreensão mais profunda dos motivos para a maternidade precoce ou o seu adiamento, pois o seu embasamento não se assenta apenas em dados sobre condições econômicas, grau de escolaridade ou experiência indesejada (SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018).

**Gráfico 5: Faixa etária dos pais/padrastos vinculados ao CCI no ano de 2018**



**Fonte:** Elaborado por Daniela Aparecida da Silva, 2018.

O gráfico descritor da idade dos pais ou padrastos também possui uma variação expressiva, sendo que o maior número de pais possui a idade que varia dos 23 aos 26 anos, isto é, 22%. Os demais resultados apresentaram as seguintes porcentagens: de 15 aos 18 anos 0%; dos 19 aos 22 anos 11%; dos 27 aos 30 anos 19%; dos 31 aos 34 anos 19%; dos 35 aos 38 anos somasse 19% e 1% dos pais não foi possível identificar nos prontuários.

Estudos indicam que a chegada da paternidade constitui uma experiência irreversível, a qual implica em um compromisso permanente e integral com um outro ser que não cessa senão com a morte, conforme destacado por Costa e Katz (1992, *apud* KROB, PICCININI; SILVA, 2009). Essa experiência irreversível traz diversas mudanças na vida dos pais, que afetam diretamente o seu modo de viver tanto no âmbito individual como no relacionamento com a esposa e a família. Segundo afirma Bee (1997, *apud* KROB, PICCININI; SILVA, 2009), o desempenho do papel de pai traz uma grande satisfação, um senso maior de propósito e autovalia, juntamente com uma sensação de amadurecimento e uma alegria compartilhada entre marido e mulher.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o projeto FAFAMI em seu alinhamento com o tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão, o presente artigo apontou para possíveis reflexões oriundas do âmbito das famílias assistidas pelo CCI – Jardim Cambuí – Franca – SP no tocante as diversas configurações familiares obtidas através do mapeamento ali realizado, que conduziram a resultados que demonstram uma clara transformação nos modelos familiares, não obstante o prevalecimento da família nuclear com grande percentual. Aliado a essa constatação, associa-se o fato de que essas famílias nucleares na sua maioria não estão ligadas pelo vínculo civil matrimonial, permanecendo apenas como uma união estável.

A partir do mapeamento dos dados foi possível também constatar o gênero das crianças matriculadas no CCI, cuja predominância concentra-se no gênero masculino. Outro fato verificado na construção do perfil das famílias assistidas está relacionado a idade dos responsáveis, estes entendidos por mães, pais e padrastos, cuja vivência da parentalidade é mais presente na faixa etária que vai dos 23 aos 26 anos.

Cabe dizer ainda, que as reflexões trazidas a partir da análise dos dados obtidos por meio do mapeamento dos prontuários do CCI, não encerram as possibilidades de estudo, tendo em vista que este artigo apresenta um determinado recorte temático, permanecendo assim, abertas a novas oportunidades de pesquisas.

Em suma, este estudo colaborou com o projeto FAFAMI, para uma melhor compreensão acerca da realidade social e do perfil das famílias vinculadas ao CCI. Como compromisso de colaboração mútua, o grupo compromete-se em dar uma devolutiva tanto ao CCI quanto as famílias dos resultados alcançados através das pesquisas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa da Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977**. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6515.htm)>. Acesso em: 19 set. 2018.

CHAUI, M. **O ser humano é um ser social**: filosofia o prazer de pensar. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

GAMA, A. S. **Trabalho, família e gênero**: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KROB, A. D; PICCININI, C. A; SILVA, M. R. A transição para a paternidade: da gestação ao segundo mês de vida do bebê. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 269-291, jun. 2009. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-51772009000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51772009000200008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 21 set. 2018.

LIPORONI, A. A. R. C; PALUCCI, C. M. R; PIANA; M. C. OLIVEIRA, N. H. D. **Falar de família é familiar**: trabalho socioeducativo com famílias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raquel; SILVA, Fernanda Arantes e. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e170308, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151797022018000100430&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022018000100430&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 21 Set. 2018.

STRAZZI, A. **União estável e casamento**: semelhanças e diferenças (parte 2), 2013. Disponível em: <<https://alestrazzi.jusbrasil.com.br/artigos/112413853/uniao-estavel-e-casamento-semelhancas-e-diferencas-parte-2>>. Acesso em: 20 set. 2018.

TEIXEIRA, S. M. **A família na política de assistência social**: concepções e as tendências do trabalho social com famílias nos CRAS de Teresina. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2016.

**PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA “CAMINHOS DA JUSTIÇA”: Democratizando conhecimento e acesso à justiça**  
*UNIVERSITY EXTENSION PROJECT “WAYS OF JUSTICE”: Democratizing knowledge and access of justice*

Área temática: Área Temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

ARAÚJO, Gabriela Melo  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
gabrielameloaraujo@gmail.com  
Graduanda em Direito pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
BENEDICTO, Gabriela Losnak  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
gabrielalosnak@hotmail.com  
Graduanda em Direito pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
CANELA, Kelly Cristina  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
kellyccanela@gmail.com  
Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo, com habilitação em Direito Privado e Processo Civil, Mestre em Direito pela Univesità degli Studi di Roma Tor Vergata, Doutora pela Faculdade de Direito de São Paulo  
GUIDI, Vitoria Vieira  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
vivguidi@gmail.com  
Graduanda em Direito pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
MARTINS, Mariana Flausino  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
mariana\_flausino@hotmail.com  
Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e em Direito pela Faculdade de Direito de Franca, participante e bolsista do Programa de Educação tutorial (PET- MEC)

### **Resumo**

O presente trabalho objetiva demonstrar a necessidade de maior ampliação do acesso à justiça, a fim de que os direitos humanos possam ser plenamente alcançados, efetivando assim a dignidade da pessoa humana dos indivíduos que mais necessitam e que não raro, tem maiores demandas diante de todas as dificuldades e empecilhos encontrados para acioná-la. Dessa maneira, visa elencar a descentralização da justiça como solução para tal dificuldade, com especial destaque ao trabalho do Centro Jurídico Social (CJS) e seus projetos para a efetivação e acesso ao judiciário aos hipossuficientes.

**Palavras-chave: Acesso à justiça, Direitos Humanos, Centro Jurídico Social.**

### **Abstract**

The present paper aims demonstrate the necessity of upscaling the access of justice in order to ensure that human rights are fully achieved, reaching the dignity of the human person for the ones that most need it and that, usually, are the ones that face the greater difficulties to reach it. Hence, the focus is to list the decentralization of justice as a solution for these difficulties, with special emphasis to the work of the Social Juridical Center and its projects for the implementation of the access of justice for the disadvantaged.

**Keywords: Access of justice, Human Rights, Social Juridical Center.**

## 1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a tutela de um direito visto a partir de um viés mais coletivo é algo que foi conquistado a partir da evolução da sociedade e de seu entendimento enquanto tal. Durante os séculos XVIII e XIX perdurava a visão de um direito individualizado e não focado na pessoa enquanto parte de um corpo social.

Foi só a partir do início das discussões sobre a tutela dos Direitos Humanos e da defesa dos indivíduos que devem ser munidos destes para a efetivação de sua dignidade enquanto pessoa humana que a questão do pleno acesso à justiça passou a ser discutido.

O ordenamento jurídico nacional elenca estes direitos fundamentais em seu art. 5º artigo quinto, contudo, a efetivação destes é um constante desafio, seja pela morosidade da justiça ou pelos custos atinentes a ela.

Dessa maneira, a Administração Pública teve que se munir de instrumentos capazes de efetivar o pleno acesso à justiça, por meio da desconcentração ou da descentralização. Um exemplo deste último, é o papel fundamental exercido pela Defensoria Pública, a qual proporciona assistência judiciária às pessoas hipossuficientes.

Em especial, o recorte tratado elenca a importância imprescindível do Centro Jurídico Social, pertencente ao campus da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Este Centro objetiva prestar tratamento jurídico, social e também psicológico aos cidadãos da cidade de Franca e região.

Além disso, tem com finalidade a conscientização a partir de projetos como o “Caminhos da justiça” e de oficinas realizadas pelos estagiários com a supervisão de profissional competente, a fim de demonstrar a estas pessoas direitos os quais elas desconheciam sua titularidade, além de uma melhora na qualidade de vida a partir da obtenção de conhecimentos necessários aos cidadãos, como por exemplo, o direito das mulheres, concedendo a estas o direito a uma vida melhor e com maior empoderamento frente às dificuldades cotidianas.

## 2 A UNIDADE AUXILIAR CENTRO JURÍDICO SOCIAL: UM INSTRUMENTO NA BUSCA PELA EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

A Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS) foi criada em 1990 na UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Câmpus de Franca/SP. Inicialmente denominado “Setor Jurídico Social”, funcionava como um campo de estágio da Universidade para os alunos dos cursos de Direito e Serviço Social, fomentando a prática, sob a supervisão de professores designados de ambas as áreas.

Foi em 1992, com a Resolução n. 34, que o Setor foi transformado em Unidade Auxiliar, passando então a ser nomeada “Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social - UACJS”.

O Centro Jurídico Social funciona como espaço de formação profissional, sendo campo de estágio para os alunos de Direito e Serviço Social da instituição, visa, principalmente, atender as demandas jurídicas e sociais da população, que apresenta vulnerabilidade socioeconômica, da comarca de Franca/SP, tanto através de orientações jurídicas e sociais, informando acerca dos direitos que lhes são inerentes e muitas vezes desconhecidos; quanto da resolução de litígios através do processo em si.

Tem também a função de atender ao tripé da Universidade: Ensino-Pesquisa-Extensão. Quanto à pesquisa, a Unidade está envolvida em pesquisas concluídas e em andamento, tanto na Graduação (iniciações científicas, produção de artigos, apresentações em Congressos, Trabalhos de Conclusão de Curso) quanto na Pós Graduação, em nível de Mestrado e Doutorado. No que se refere à extensão, possui três grupos: Caminhos da Justiça, Construindo a Cidadania e FAFAMI (Falar de Família é Familiar), os quais visam à comunicação entre sociedade e universidade, almejando a construção de conhecimento de forma horizontal e conjunta.

Hodiernamente, o CJS conta com uma estrutura administrativa composta por supervisora, vice supervisora, duas advogadas, duas assistentes sociais, uma assessora administrativa, uma assistente administrativa e uma assistente operacional. Recebe e orienta, a cada ano, vinte e quatro estagiários, sendo 18 (dezoito) do Curso de Direito e 6 (seis) do Curso de Serviço Social.

A Unidade, com a sua atuação, garante o direito disposto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988: “LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”, almejando a efetivação do acesso à justiça, especialmente para a população mais necessitada.

## 2.1 Acesso à Justiça

Serão realizados breves histórico, conceituação e problematização acerca do acesso à justiça, utilizando como base a obra clássica: “Acesso à Justiça”, de Mauro Capelletti e Bryant Garth em comparação com a atuação da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS).

Nos séculos XVIII e XIX, o Direito possuía um viés essencialmente individualista, sendo o acesso à justiça sinônimo de direito formal, do indivíduo. Não era preocupação da justiça o combate às desigualdades sociais, de modo que só tinha acesso a ela quem possuía condições financeiras de arcar com seus custos. Tal visão permaneceu durante muito tempo, sendo percebida até os dias atuais em algumas situações em que se ignora a realidade socioeconômica da população, bem como suas preocupações.

Entretanto, os Direitos Humanos começaram a sofrer transformações profundas e tornaram-se parte essencial da legislação do Brasil e de inúmeros outros países e o acesso à justiça passou a ser considerado um direito fundamental, de importância extrema, sendo o alicerce de todo o sistema jurídico.

“O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos.” (CAPELLETTI, 1988, p. 12).

Os autores consideram a total efetividade do acesso à justiça uma utopia, porém concluem pela importância de se aproximar dela o máximo possível, medindo os custos, de modo a tornar o sistema de justiça acessível àqueles que dele mais necessitam. Assim, buscam apontar e analisar os que, para eles, são os principais problemas a serem enfrentados na busca pela efetivação de tal acesso. (CAPELLETTI, 1988, p. 15).

Apontam primeiramente, as custas judiciais, que são, genericamente, a soma das despesas decorrentes de um processo. Observam então, o alto custo dos processos, além dos gastos com a própria estrutura e aparo judiciário, há os gastos com os honorários advocatícios, os quais são enfatizados pelos escritores. Alegam que esse custo prejudica sobremaneira os processos que possuem baixo valor da causa, conhecidos como “pequenas causas”, visto que muitas das vezes o valor das despesas supera o da causa. Portanto, acaba por prejudicar mais uma vez, os menos favorecidos economicamente. (CAPELLETTI, 1988, p. 15-20).

Felizmente, nesse aspecto, os usuários da UACJS, por serem hipossuficientes não arcam com as custas do processo, como honorários advocatícios o que é extremamente relevante e necessário para que essa população tenha seus direitos assegurados constitucionalmente, garantidos. No entanto, para o Estado tais custos continuam sendo elevados.

Outro ponto destacado é o tempo, pois a Justiça é comumente conhecida por sua morosidade, apesar do princípio constitucional da duração razoável do processo, ou da celeridade. Logo, a lentidão é um grave obstáculo levando o Judiciário e mesmo a Justiça como um todo, ao descrédito, gerando justa revolta nos cidadãos.

Tal fato é observado no dia-a-dia do Centro Jurídico Social, visto que há uma quantidade relativamente grande de processos que se encontram parados há anos, além da demora usual nos atos processuais, que ocorre em todos os processos, gerando grande revolta e inconformismo dos usuários.

A obra enfatiza a importância das possibilidades das partes no que tange ao processo e seu resultado, abrangendo os recursos financeiros, a aptidão para reconhecer um direito e propor uma ação ou sua defesa. Nesses casos fica evidente a questão de classe, quanto mais favorecida social e economicamente, maiores as chances de vitória no processo, visto que possuem condições de suportar as delongas do litígio, que envolvem dinheiro e tempo, além de possuírem mais conhecimentos acerca de seus direitos e poderem arcar com os custos de advogados com melhores reputações e experiência. (CAPELLETTI, 1988, p. 21).

Aqui, claramente nota-se o papel essencial das assistências jurídicas gratuitas, como o CJS, porque apesar de não resolver completamente o problema, principalmente no quesito tempo, torna minimamente possível a pessoas carentes o acesso à justiça, através dos já citados atendimentos e orientações sociojurídicas.

Os autores comparam também os litigantes eventuais e habituais, demonstrando possuírem, os segundos, vantagens devido à experiência judicial mais extensa, possibilitando melhor planejamento, tentativas de estratégias, dentro outros. A exemplo de litigantes habituais têm-se as grandes empresas e mesmo autarquias. (CAPELLETTI, 1988, p. 25-26).

O público atendido na UACJS é de litigantes eventuais, logo, levam desvantagens frente ao INSS, por exemplo, um litigante usualmente presente nas ações previdenciárias do CJS.

O clássico passa então a análise dos problemas especiais dos interesses difusos (interesses fragmentados ou coletivos), são casos em que as demandas individuais podem ser ineficientes para o cumprimento da lei, assim sendo necessárias ações de grupo, contudo, por envolverem vários indivíduos são de difícil mobilização e organização. (CAPELLETTI, 1988, p. 26-28).

Desse modo, conclui-se que muitas das barreiras ao acesso à justiça estão inter-relacionadas, de maneira que é preciso observar tal relação ao buscarem-se alternativas.

Os autores apresentam em sequência as soluções práticas para os problemas de acesso à justiça que surgiram no Ocidente, sendo elas: a assistência judiciária para os pobres; a representação dos interesses difusos; e do acesso à representação em juízo a uma concepção mais ampla de acesso à justiça, um novo enfoque de acesso à justiça. (CAPELLETTI, 1988, p. 31).

Na assistência judiciária tem-se os serviços gratuitos às pessoas de baixa renda, possibilitando-lhes o acesso à justiça através de um advogado, que é o que ocorre no Centro Jurídico Social, no entanto, o trabalho deste não é apenas a assistência jurídica gratuita, mas um atendimento interdisciplinar que abarque as áreas do Direito e do Serviço Social e que oriente essas pessoas sobre seus direitos e meios de efetivá-los.

Apesar de extremamente importante, os autores concluem que a assistência não pode ser o único meio para se buscar um acesso efetivo à justiça. (CAPELLETTI, 1988, p. 47).

Discorrem também sobre a necessidade de simplificação das leis, para que se tornem mais acessíveis e compreensíveis para a população no geral, visto que de nada adianta o princípio da publicidade se as leis e atos processuais não são compreensíveis aos leigos, pois restringe demasiadamente e mesmo, elitiza o acesso à justiça. (CAPELLETTI, 1988, p. 156).

Por fim, a obra conclui por considerar extremamente necessária e positiva a preocupação quanto ao acesso à justiça que vem surgindo em tantos países, por notarem as necessidades daqueles que muitas vezes não têm possibilidade de reivindicar seus direitos e buscar meios de efetivá-los. Mas, os autores informam que ainda estamos no começo e precisamos de fato transformar essa preocupação em realidade, de modo que ela traga resultados reais e significativos. Enfatizam que os riscos e limitações dessas mudanças não podem ser ignorados, devem ser conhecidos e analisados de modo a buscar soluções completas. (CAPELLETTI, 1988, p. 161).

Existem perigos em introduzir ou mesmo propor as reformas necessárias à facilitação de acesso à justiça e estas devem ser pensadas caso a caso, não existindo fórmulas prontas. CAPELLETTI (1988, p. 165) ressalta que a finalidade não é fazer uma justiça “mais pobre”, mas torná-la mais acessível a todos, principalmente àqueles que mais precisam, os pobres.

Logo, notória a primordialidade da busca pela efetivação do acesso à justiça, bem como a atuação da UACJS, permitindo que a população marginalizada pela sociedade tenha minimamente conhecimento de seus direitos e tenha, de fato, a chance de lutar por eles e vê-los cumpridos.

### **3 A DESCENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

#### **3.1 Administração Pública**

Administração Pública é o meio através do qual o Estado defende e concretiza o interesse público, mediante os agentes, órgãos e serviços prestados, com o objetivo de gerir determinadas áreas da sociedade, também se incluem nessa definição as ações do ente público que compõem a função administrativa.

A administração pública pode ser direta, desempenhada pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal, que têm personalidade jurídica própria responsável pelas despesas relacionadas à prestação de serviços à comunidade, desde que estejam contempladas no orçamento público. A administração direta pode conter o fenômeno que se denomina “desconcentração”, que difere da “descentralização” de que trataremos mais adiante neste estudo.

A administração pública pode, também, ser indireta. Esse ramo é que mais interessa, pois nesse se inclui a “descentralização de serviços”. Nessa seara, há uma transferência da administração pelo ente público para outra pessoa jurídica, que pode ser uma fundação, empresa privada, empresa pública etc. Com essa transferência ocorre a descentralização dos serviços públicos, quando a tarefa que originalmente seria dever do Estado é realizada por outra pessoa jurídica.

#### **3.2 Formas de prestação de serviços públicos**

A prestação de serviços pode ser exercida pelo próprio Estado, que compreende todo um conjunto que lhe compõe, a saber, seus órgãos, entes e agentes. A isso a doutrina denomina forma

centralizada de prestação de serviço público. Nessa modalidade, a competência integral da atividade administrativa é do ente público, o que não impede que a federação distribua sua responsabilidade entre os próprios órgãos que a compõem, em razão da necessidade de distribuição de competências, o que se conhece como desconcentração, como leciona Marçal Justen Filho (2016, p. 286).

Em origem, a prestação de serviços públicos seria de responsabilidade exclusiva da União, estados e municípios. No entanto, com o decorrer do tempo e o aumento das demandas sociais, essa atribuição se tornou demasiado onerosa ao ente público, cuja única opção foi distribuir tais funções administrativas, não apenas entre seus próprios agentes – fenômeno da desconcentração – mas também a outras pessoas jurídicas, a fim de otimizar os serviços prestados aos seus cidadãos. Dessa forma, para proteger o interesse público e torná-lo mais eficaz e completo, o Estado transfere a responsabilidade de prestação e exercício da atividade administrativa às pessoas jurídicas auxiliares, que podem ser criadas por ele ou pessoas jurídicas de direito privado, mas que não fazem parte da formação original do ente público. Nessa situação, a forma de administração pública passa a ser indireta, em que o Estado atua como mero regulador da atividade, e não como o próprio executor das tarefas. A esse fenômeno a doutrina dá o nome de descentralização, em que os serviços públicos são realizados por empresa pública, sociedade de economia mista, fundações ou autarquias. Segundo, ainda, os ensinamentos de Marçal Justen Filho (2016, p. 287):

A diferença entre as duas figuras (desconcentração e descentralização) reside em que o mecanismo da descentralização produz a transferência de poderes e atribuições para um sujeito de direito distinto e autônomo. Portanto, a descentralização acarreta a existência de um número maior de sujeitos titulares dos poderes públicos. Já o processo de desconcentração mantém os poderes e atribuições na titularidade de um mesmo sujeito, gerando efeitos meramente internos, em virtude da partilha dos poderes e competências entre uma pluralidade de órgãos. (FILHO, 2016, p. 287).

Por conseguinte, não se confunde desconcentração e descentralização, vez que nesta última, o interesse público está nas mãos de entidades diversas do Estado, não há nenhum tipo de vínculo entre o ente público e o prestador de serviços, a não ser no que diz respeito à regulação da atividade, com o poder de controle e fiscalização.

### 3.3 Formas de descentralização administrativa

Antes de tratar sobre as formas de descentralização, cabe fazer um breve esclarecimento sobre os dois tipos existentes. Primeiramente existe a descentralização política, que ocorre quando as pessoas jurídicas de direito público, mediante previsão da Constituição Federal, distribuem as responsabilidades entre os entes públicos, pois adquire autonomia para legislar sobre tal demanda. Além desse primeiro sentido, existe a descentralização administrativa, interessante ao presente estudo, que ocorre quando as pessoas jurídicas auxiliares do Poder Público adquirem valor jurídico em razão da relação existente com o ente central e não pela Constituição Federal, se criam órgãos personalizados que se auto administram, porém com subordinação às regras do ente central.

Ensina Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2017, p. 438):

A descentralização administrativa ocorre quando as atribuições que os entes descentralizados exercem só têm o valor jurídico que lhes empresta o ente central; suas atribuições não decorrem, com força própria, da Constituição, mas do poder central. É o tipo de descentralização própria dos Estados unitários, em que há um centro único de poder, do qual se destacam, com relação de subordinação, os poderes das pessoas jurídicas locais. (DI PIETRO, 2017, p. 438).

Ensina Di Pietro (2017, p. 439), ainda, que esclarecida essa diferença, as modalidades de descentralização administrativa são três:

- a) geográfica ou territorial: se verifica quando uma entidade local delimitada geograficamente tem personalidade jurídica de direito público e capacidade genérica de administração;
- b) por serviços, técnica ou funcional: se verifica quando União, estados ou municípios criam uma pessoa jurídica de direito público ou privado e lhe atribui a titularidade e realização de um serviço público;
- c) por colaboração: se verifica através da transferência da execução de determinado serviço público a uma pessoa jurídica de direito privado já existente, porém com a titularidade deste serviço mantida pelo Poder Público. A transferência se realiza por meio de contrato ou ato administrativo.



### 3.4 A importância da descentralização de serviços para o acesso à justiça

De acordo com o ex-Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Nilson Naves (2003, p. 6): “Democratizar o acesso à Justiça significa adotar procedimentos que retirem, ou ao menos minimizem os obstáculos porventura antepostos à efetiva prestação jurisdicional”.

A preocupação com a prestação de assistência judiciária gratuita começou a emergir a partir da Constituição de 1934, que abrangia a possibilidade do maior acesso pelos necessitados, por meio da gratuidade de justiça e da isenta remuneração dos serviços prestados. José Carlos Barbosa Moreira (1992, p. 197), diz que o texto trazia duas providências a esse respeito, a primeira sobre a dispensa de emolumentos, custas e taxas judiciárias e a segunda sobre a criação de “órgãos especiais” para assistir aos indivíduos economicamente vulneráveis.

Note-se que, embora houvesse a previsão legal desse tipo de amparo jurídico, não havia ainda a criação efetiva de um ente para realização desse serviço. A Constituição de 1975 do Estado do Rio de Janeiro fez expressa previsão sobre a Defensoria Pública: “Art. 30. O Estado obriga-se, através da Defensoria Pública, a prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Mais tarde, a Constituição Federal de 1988 também fez essa garantia expressamente:

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados

A Defensoria Pública do Estado é um órgão público com autonomia administrativa, isto é, sem relação hierárquica com o Executivo. Sua responsabilidade é de orientação jurídica e defesa dos mais vulneráveis. É legítima para se fazer cumprir a garantia constitucional de acesso à justiça aos cidadãos necessitados e, para isso, deve haver pressuposto desta necessidade por pessoas merecedoras da assistência gratuita, como leciona Carvalho Filho (2017, p.1109).

Descentralização é o fenômeno através do qual o interesse público se concretiza por meio de entidades diversas do Estado, sem necessidade de um vínculo entre eles. A ideia por trás é justamente otimizar os serviços públicos. Dessa forma, a Constituição Federal prevê expressamente no Art. 5º, LXXIV, que é dever do Estado prestar assistência judiciária aos necessitados, entretanto, como esclarece Justen Filho (2016, p. 287) cria novos órgãos para exercitar essa competência.

### 3.5 Centro Jurídico Social

Um órgão local que pode ser mencionado como exemplo, para além da Defensoria Pública, é o Centro Jurídico Social, projeto que faz a fusão entre assistência judiciária gratuita e aquisição de conhecimento pelos estagiários que realizam o atendimento sob supervisão das profissionais. O atendimento é feito no próprio câmpus da Universidade, atribuindo maior acesso à justiça aos cidadãos menos favorecidos. Não obstante, como será mais esmiuçado adiante, o projeto também conta com uma unidade itinerante, que contribui ainda mais para o acesso à justiça, pois seu foco é alcançar os bairros periféricos, onde residem as pessoas mais vulneráveis que, por consequência, têm menos acesso à informação e menor possibilidade de se deslocarem até os bairros Centrais.

Aqui, é possível tratar de um novo sentido de descentralização, pois, além da descentralização de serviços, no sentido de o Estado delegar funções para entes auxiliares a fim de otimizar a prestação de serviços públicos e o acesso à justiça, como previsão constitucional, se enquadra nesse aspecto, também é cabível falar da descentralização literal. É sabido que a disponibilidade de serviços, de modo geral, está concentrada nos grandes centros, regiões periféricas localizadas perdem o acesso a diversas oportunidades em razão disso. Essa premissa se relaciona diretamente com a descentralização literal, em que o serviço sai do Centro em direção ao bairro afastado para fornecimento ao cidadão.

Haroldo da Gama Torres (2003, p. 98) trata bem sobre este tema em artigo que escreveu sobre a desigualdade na cidade de São Paulo:

Supunha-se que a configuração urbana geral fosse radial-concêntrica em sua geometria, com um pronunciado declínio do valor das terras, das atividades econômicas e das condições de vida a partir do centro em direção à periferia da cidade. Em outras palavras, seria possível argumentar que esse modo de entender a forma urbana seria "dual", contrastando fortemente o centro rico com as periferias muito pobres e com piores serviços públicos

Resta clara a importância da descentralização de serviços, tanto administrativa com a

concessão de serviços públicos pelo Estado, quanto literal, com a expansão do acesso, sobretudo à justiça de que se trata no presente estudo, àqueles que dela necessitam, porém não podem depender custas com o processo em si, nem muitas vezes, com o deslocamento até os centros onde se localizam os principais serviços.

#### **4 PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA CAMINHOS DA JUSTIÇA**

O projeto Caminhos da Justiça é desenvolvido pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da UNESP- campus Franca/SP. Seu principal objetivo é democratizar o saber acerca da justiça, dos direitos civis e sociais inerentes a todos os cidadãos para toda população da região de Franca. Além de proporcionar uma troca enriquecedora de conhecimentos entre a universidade e a comunidade presente nos locais de atendimento.

Desse modo, a ideia central do projeto é propiciar o acesso à justiça em seu sentido mais amplo, não se restringindo ao assessoramento jurídico apenas, e sim na formação e no empoderamento da população atendida.

Para ser possível descentralizar o serviço prestado, ouvindo às demandas sóciojurídicas fora do espaço universitário, o Caminhos da Justiça conta com uma unidade móvel, a qual se dirige à centros comunitários, Unidades Básicas de Saúde, Centros de Referência da Assistência Social, entre outras entidades, a fim de realizar oficinas com variados conteúdos sempre buscando problematizar e desconstruir o pensamento popular de que a justiça é algo distante, dispendioso e de difícil acesso.

O atendimento jurídico realizado não se dá na forma de prestação de serviços com o oferecimento de dados e serviços específicos e prontos à população, a qual tem a faculdade de aderir ou não. Ao contrário, a decisão do local em que irá ser realizadas as oficinas depende de provocação e acordo com centros comunitários e associações locais; posteriormente, são às próprias demandas que determinam o tema das pesquisas e estudos no grupo, aproximando a universidade da comunidade, socializando e democratizando o conhecimento acadêmico.

Desse modo, o projeto foi construído de modo participativo, por meio da escuta da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social; também conta com um trabalho interdisciplinar entre as áreas do direito, do serviço social e da psicologia para oferecer um atendimento e informações que viabilizem o acesso à justiça, às políticas públicas e o exercício da cidadania.

É importante destacar que a garantia, a efetivação e o acesso aos direitos sociais, políticos e civis foram consequência de muitas lutas. Para o exercício dessa cidadania, os indivíduos têm a faculdade de reivindicação via judicial, daí decorre a importância da assistência e assessoria jurídica como meio de inclusão da sociedade.

Como consequência o projeto ocasiona ganhos de conhecimento por todos os envolvidos, os quais articulam redes, replicam e questionam o senso comum. Também contribui para a formação de importantes agentes na universidade e na comunidade que atuarão de modo ativo no planejamento das atividades a serem desenvolvidas.

O projeto tem sua fundamentação teórica tanto em autores da área do Direito como do Serviço Social, possibilitando uma ampla integração de saberes sobre os direitos humanos e constitucionais, cidadania, políticas públicas e acesso à justiça. Portanto, a partir dos referenciais é possível desenvolver ações que contam com um espaço de debates e reflexões, além de contribuir para a formação profissional dos estudantes, para a interlocução da universidade com a comunidade e para o conhecimento e acesso aos direitos da população envolvida.

Nesse contexto, as atividades desenvolvidas pelo projeto e seus dados estão articuladas diretamente com a pesquisa, especialmente de natureza empírica, abrindo um leque de temas e campos a serem pesquisados, a partir dos dados, das demandas e do perfil das pessoas atendidas. Assim, é possível contribuir com a formação acadêmica dos extensionistas das três áreas, oportunizando a construção de saberes éticos, teóricos e práticos necessários para uma visão crítica e transformadora da realidade social.

Portanto, a importância do projeto de extensão Caminhos da Justiça se encontra principalmente na troca de conhecimento entre universidade e comunidade. Isso só se torna possível com a descentralização dos serviços e aproximação com a realidade social vivida; é preciso sair do campo acadêmico e teórico, buscando as demanda de fato.

#### **4.1 Preparação e Realização das Oficinas e Orientações Coletivas no ano de 2018**

Na fase de preparação das oficinas a serem realizadas no ano de 2018 foram contatadas várias instituições, principalmente por meio de visitas, para conhecer a realidade e levantar as demandas locais. Entre elas estão: a Secretaria de Ação Social de Franca, a UPA Jardim Aeroporto, o Centro Comunitário do Jardim Aeroporto III de Franca, o Centro de Referência de Assistência Social de Ribeirão Corrente, a Prefeitura de Cristais Paulista, entre outras.

Posteriormente, foram pensados conjuntamente com as instituições quais seriam os assuntos, as oficinas, as dinâmicas e as orientações a serem abordadas com base nas demandas coletivas apresentadas; atendendo a metodologia participativa proposta pelo projeto. Desse modo, às ações e pesquisas do grupo são orientadas pelas solicitações locais.

Antes da realização das atividades em si, são feitos estudos para o planejamento das mesmas. Também, há reunião do grupo para a elaboração de pesquisas e artigos científicos.

A primeira oficina efetuada pelo projeto ocorreu no dia 08 de março no Centro de Convivência do Idoso “Messias de Souza Medeiros” na cidade de Cristais Paulista com o tema “Direito das Mulheres”; contou com a presença de 60 pessoas. Essa oficina faz um resgate histórico dos direitos das mulheres ao longo do tempo, e mostra a Constituição Federal de 1988 como um marco histórico para a conquista da emancipação feminina, pois garante a igualdade entre os gêneros; após é falado sobre o direito das mulheres em situação prisional; a Lei Maria da Penha e às diversas formas de violência contra a mulher; o mercado de trabalho, a saúde, a habitação, a previdência e a assistência em relação às mulheres; o direito à creche e os direitos civis.

Em 06 de abril abordou-se o assunto de “Previdência Social” com o grupo de pais na UBS do Jardim Paulistano. Foi apresentado, em um primeiro momento, o Centro Jurídico Social, o conceito de seguridade social e previdência social pós CF/1988, os segurados e seus dependentes, as contribuições e carência, e por fim, rapidamente de todos os benefícios existente no INSS e o Benefício de Prestação Continuada.

Ambas as oficinas contaram com uma grande participação por parte dos ouvintes, que trouxeram suas experiências pessoais e muitos questionamentos. Por exemplo, alguns dos presentes no segundo dia trabalhavam informalmente e não possuíam dimensão sobre os benefícios e requisitos de contribuição da Previdência Social, assim suas dúvidas foram esclarecidas, democratizando o saber sobre o tema.

A partir daí, foi percebida pelo grupo a necessidade de retornar na UBS e conversar sobre os direitos dos presidiários e de sua família, haja vista que há muitos questionamentos relativos ao auxílio reclusão e outros direitos. Desse modo, a oficina se concretizou em 04 de maio de 2018.

Já no dia 09 e 10 de maio, efetuaram-se orientações sóciojurídicas e a apresentação do serviço oferecido pelo Centro Jurídico Social à população francana em dois locais distintos: em frente ao CRAS Norte e na Praça Nossa Senhora da Conceição. Isso ocasionou, ao todo, 30 atendimentos individuais e 66 abordagens; incluindo orientações acerca de cobrança de dívida, aposentadoria, exoneração de alimentos, regulamentação de visitas, retificação de nome, questões trabalhistas, entre outras. A mesma atividade foi desenvolvida novamente no dia 23 de maio em frente o CRAS Norte, entretanto voltada para os usuários que participavam do acolhimento na instituição, abarcando 26 novas pessoas.

Para fechar o 1º semestre do ano em 28 de junho, retomou-se a temática de “Previdência Social” com o grupo de hipertensão na UBS do Jardim Paulistano devido sua importância. Em 26 de junho ocorreu uma oficina para abordar o tema “Direito da Mulher” na Unidade Básica de Saúde do Jardim Paulistano, contou com cerca de 30 participantes do grupo de bordadeiras;

É importante ressaltar que houve muitos encaminhamentos dessas oficinas e orientações coletivas, e alguns também resultaram em processos judiciais atendidos no Centro Jurídico Social.

O projeto voltou suas atividades no segundo semestre com a oficina “Direito das Mulheres” na UBS do Jardim Paulistano, agora trazendo esse debate para o grupo dos pais. E também levou orientações sóciojurídicas no dia 09 de agosto no UPA do Jardim Aeroporto com a Unidade Móvel; já no dia 20 de agosto foi realizada uma oficina no Posto de Saúde de Franca, no ambulatório geriatria, trazendo temáticas acerca dos direitos dos idosos; interdição; Previdência Social e medicamentos.

De um modo geral, todo o trabalho do grupo no decorrer do ano de 2018 se mostrou muito proveitoso. Os alunos tentaram levar os assuntos de forma simples com apresentação de slides, entrega de cartilhas e com exemplos cotidianos para uma fácil assimilação pelos participantes; os quais se manifestaram frequentemente, tanto em coletivo como individualmente.

Por fim, fica evidente o ganho de saberes por parte dos integrantes do projeto, pois com a aproximação com a comunidade tem dimensão da realidade social vivida, que se mostra em muitos

aspectos incompatível com a teoria acadêmica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado a tutela dos Direitos Humanos ainda é algo em construção na sociedade hodierna. Contudo, é fundamental para que todos tenham acesso ao pleno direito imprescindível à tutela de direitos, sejam eles coletivos ou individuais.

A descentralização da justiça possui papel de extrema importância para que seja concedido à sociedade, de forma geral, seus direitos que são intrínsecos e indisponíveis, em especial a parcela carente de recursos financeiros, a qual muitas das vezes, desconhece a sua verdadeira titularidade e acaba por não provocar o judiciário diante das custas e da morosidade daquela.

Assim, o CJS, em especial, exerce função importante na sociedade a qual atua, haja vista a conscientização em relação a titularidade destes direitos, a concessão de informações por meio de seus respectivos projetos que possibilitam uma vida melhor e digna.

Em suma, o acesso à justiça é direito de todos, mesmo a parcela hipossuficiente, que é dotada da justiça gratuita. Apenas dessa maneira, os princípios elencados no artigo quinto da Carta Magna podem ser garantidos, como a igualdade de todos perante a lei, a liberdade, a segurança e todo o rol taxativo trazido pelo dispositivo supracitado, capaz de garantir a todos a dignidade enquanto pessoa humana e a proteção necessárias e tuteladas pelo ordenamento jurídico nacional.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CAPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. – 31.ed. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. – 30.ed. Rev., atual. E ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. – 4.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2016.
- MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. – 12.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O direito à assistência jurídica: evolução no ordenamento brasileiro de nosso tempo**. In: Revista de Processo. 1992. p. 197-211. Disponível em: <<http://www.ablj.org.br/revistas/revista3/revista3%20JOSE%20CARLOS%20BARBOSA%20MOREIRA%20O%20direito%20C3%A0%20Assist%3%Aancia%20Jur%3%Addica%20evolu%3%A7%C3%A3o%20no%20Ordenamento%20brasileiro%20de%20nosso%20tempo.pdf>>. Acesso em: 16. Set. 2018.
- NAVES, Nilson Vital. **Acesso à justiça**. Revista CEJ, v. 7, n. 22, p. 5-7, 2003. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/556/736>>. Acesso em: 15. Set. 2018.
- RIO DE JANEIRO. Constituição (1975). **Constituição do Estado do Rio de Janeiro**. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1975.
- TORRES, Haroldo da Gama. **Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo**. Estudos avançados, v. 17, n. 47, p. 97-128, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000100006&script=sci_arttext)>. Acesso em 15. Set. 2018.
- UNESP. **CJS**. Disponível em: <<https://www.franca.unesp.br/#!/administracao/unidade-auxiliar-centro-juridico-social/>>. Acesso em 03 de agosto de 2018.

**PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO**

*TEACHING PRACTICE IN HIGHER EDUCATION: THE IMPORTANCE OF PLANNING*

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas. 1.5 Educação e Desenvolvimento

OLIVEIRA, Anelise Martinelli Borges  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
Doutora em Educação UNESP/Marília-SP  
anelisemartinelli@hotmail.com

**Resumo**

A ação de planejar é inerente ao ser humano, pois está presente nas atividades cotidianas que se realiza bem como nos planos que se faz para que algo a ser concretizado. No âmbito da educação superior, o planejamento adquire relevância por ser um instrumento norteador da prática pedagógica. Nesse sentido, o presente trabalho traz contribuições acerca da importância do planejamento para a prática pedagógica universitária, no que diz respeito às metodologias a serem utilizadas. Para tanto, faz-se uso de pesquisa bibliográfica a partir de autores que tratam do tema (VASCONCELLOS, 2010; GANDIN, 2010, GIL, 2009, BORDENAVE; PEREIRA, 1988, dentre outros). Conclui-se que o exercício do planejamento em sala de aula é de extrema relevância para uma melhor organização da docência universitária na medida que tem um objeto de estudo bem definido e uma metodologia a ser seguida, o que facilita a elaboração e a execução do que foi previamente planejado.

**Palavras-Chave:** Planejamento, Ação docente, Ensino superior.

**Abstract**

The action of planning is inherent to the human being because it is present in the daily activities that is performed as well as in the plans that is made for something to be accomplished. In higher education, planning becomes relevant because it is an instrument that guides pedagogical practice. In this sense, the present work brings contributions about the importance of the planning for the university pedagogical practice, with respect to the methodologies to be used. To do so, we make use of bibliographic research from authors who deal with the theme (VASCONCELLOS, 2010; GANDIN, 2010, GIL, 2009, BORDENAVE; PEREIRA, 1988, among others). It is concluded that the exercise of planning in the classroom is extremely relevant for a better organization of university teaching in that it has a well defined study object and a methodology to be followed, which facilitates the elaboration and execution of what was previously planned.

**Keywords:** Planning, Teacher Action, Higher education.

**1 INTRODUÇÃO**

A atividade de planejar é tão antiga quanto o homem. No período da pré-história, por exemplo, mesmo que de forma inconsciente, o ser humano planejava a rotina do seu dia: durante os períodos da manhã e da tarde caçava animais para sobreviver e à noite descansava. A sistematização do planejamento se deu efetivamente com as 1ª e 2ª Revoluções Industriais (séculos XVIII e XIX) na Europa, onde a substituição do trabalho artesanal e manual dera lugar à mecanização do trabalho com o uso intensivo das máquinas, demandando economia de tempo e trabalho em série. O uso do petróleo e da energia elétrica como fontes de energia principais contribuíram para produções em larga escala.

O planejamento faz-se presente no dia a dia da sociedade humana, nas atividades que se realiza e nos planos que se faz para que algo seja concretizado, uma vez que planejar é uma “atitude

de traçar, projetar, programar, elaborar um roteiro” (OSTETTO, 2000, p. 177). Ele “visa a dar respostas a um problema, estabelecendo fins e meios que apontem para sua superação, de modo a atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro” (PADILHA, 2001, p. 63), ao se considerar, também, o momento atual vivido e as experiências do passado. Assim, a “organização, sistematização, previsão e decisão” ao longo do dia se faz fundamental para “garantir a eficiência e eficácia de uma ação, quer seja em um nível micro, quer seja no nível macro” (LEAL, 2005, p. 1).

Devido ao processo dinâmico da ação de planejar, Gandin (2010, p. 83) alerta ser dificultoso especificar todos os tipos de planejamento existentes, uma vez que “sendo a pessoa condenada, por sua racionalidade, a realizar algum tipo de planejamento, está sempre ensaiando processos de transformar suas ideias em realidade”.

Na área educacional, o planejamento adquire muita importância por ser um instrumento norteador da prática pedagógica. Em relação aos diferentes níveis de planejamento na educação, são considerados, em acordo com alguns estudiosos, (VASCONCELLOS, 2010, p. 95-96; GIL, 2009, p. 33-34) os seguintes: *Planejamento Educacional*: é o que se desenvolve em nível mais amplo. Prevê a estruturação e o funcionamento do sistema educacional como um todo. Está a cargo das autoridades educacionais, no âmbito do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação e dos órgãos estaduais e municipais que têm atribuições nesta área; *Planejamento Escolar*: está ligado ao Projeto Político Pedagógico (PPP), sendo o plano integral da instituição superior de ensino. Envolve as dimensões pedagógica, comunitária e administrativa da universidade; *Planejamento Curricular*: de natureza multidisciplinar, tem por função concretizar os planos do planejamento educacional, que definem os objetivos que a faculdade espera atingir, as estratégias a serem adotadas para favorecer o processo ensino-aprendizagem bem como o perfil do profissional que se pretende formar; *Planejamento de Ensino*: também chamado de Projeto de Ensino-Aprendizagem, diz respeito especificamente ao aspecto didático, sendo o planejamento mais próximo do professor e da sala de aula. Pode ser dividido em Plano de Curso e Plano de Aula; *Projeto de Trabalho*: é o planejamento da prática educativa ancorado no trabalho por projeto, que compõe projetos de aprendizagem desenvolvidos no ensino superior por um período determinado. É usualmente conhecido como Pedagogia de Projetos; *Planejamento Setorial*: compreende o plano de níveis intermediários (como cursos, departamentos e/ou áreas) ou dos serviços no interior do estabelecimento de ensino. Em termos institucionais, equivale ao Projeto de Ensino-aprendizagem.

Os níveis de abrangência dos planejamentos mostram que a ação de planejar ocorre não apenas nos variados âmbitos do campo da educação, sendo também parte de um processo que envolve toda a sociedade. Portanto, “conhecer, da forma mais precisa possível, o modo como se encontra estruturada a sociedade na qual se desenvolve a prática educativa” é condição necessária para uma atuação mais participativa e democrática na esfera educativa (SAVIANI, 2013, p. 23). Desse modo, a universidade deve proporcionar um desenvolvimento de capacidades para uma aprendizagem continuada ao longo da vida, pois “ela é a própria vida, um local de vivência da cidadania” (ALARCÃO, 2001, p. 18).

No âmbito da universidade, é importante que o que o professor estabeleça um diálogo entre a prática pedagógica e o sistema de ensino como um todo, o qual é composto pelo *Plano de Desenvolvimento Institucional* (também denominado Projeto Institucional) – norteia as ações da universidade, por apresentar a política pedagógica, a missão da mesma, as metas e estratégias para se atingir os objetivos propostos –, pelo *Projeto Pedagógico* do curso em questão – constitui a identidade do curso de graduação, por trazer os princípios filosóficos, políticos, pedagógicos, administrativos e técnicos que permeiam a formação do profissional –, pelo *Plano de Curso* (também chamado de Plano de Ensino) – apresenta a previsão de uma determinada disciplina, abrangendo, de modo geral, a ementa, objetivos, conteúdo programático, metodologia e avaliação. Tal documento é feito pelo professor da disciplina e deve ser disponibilizado para os alunos do curso no sentido de acompanharem o processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, o presente trabalho traz contribuições acerca da importância do planejamento para a prática pedagógica universitária, no que diz respeito às estratégias a serem utilizadas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A formação do docente universitário é um tema que ainda vem ganhando importância no âmbito das políticas públicas e das pesquisas acadêmico-científicas nos últimos anos. Com efeito, no que concerne às próprias legislações educacionais, tal assunto não é abordado em sua integralidade.

Conforme consta na LDB/1996, a formação de docentes universitários “far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”. Com relação à prática docente, não há informações no sentido de orientação, como mesmo evidencia Vasconcelos (2009, p. 86, grifo da autora), ao afirmar que existe “pouca preocupação com o tema formação pedagógica de mestres e doutores oriundos dos diversos cursos de pós-graduação do país. A graduação tem sido “alimentada” por docentes titulados, porém, sem a menor competência pedagógica”.

Um dos fatores que possivelmente incidem sobre tal competência é o planejamento, uma vez que o mesmo precisa ser um instrumento norteador da prática pedagógica.

Apesar de não existir uma legislação específica que contemple o âmbito universitário, a LDB/1996 pontua que o processo educativo deve ser construído de acordo com a proposta pedagógica da instituição de ensino, em que exista uma relação de parceria entre o corpo docente a partir da organização do planejamento com vistas a atender as necessidades do aluno. Desse modo, em relação à atividade de planejar, os estabelecimentos de ensino possuem a incumbência de “elaborar e administrar sua proposta pedagógica, [...] velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; [...] informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996, p. 4). Já os docentes, serão responsáveis por:

[...] participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; zelar pela aprendizagem dos alunos; [...] ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional [...]. (Idem).

Apesar de atualmente existirem uma série de práticas inerentes à ação do docente no cotidiano da universidade, o planejamento é feito muitas vezes de forma mecânica, como uma burocracia a ser cumprida, sendo circunscrito

[...] à atividade em que o professor preenche e entrega à secretaria [...] um formulário. Este é previamente padronizado e diagramado em colunas, onde o docente redige os seus "objetivos gerais", "objetivos específicos" "conteúdos", "estratégias" e “avaliação” (FUSARI, 1998, p. 45).

Neste aspecto, a crença no planejamento meramente como uma ação com vistas a “preencher planos” e elaborada “para os outros” (coordenação, secretaria, etc) estaria presente em todos os âmbitos da esfera educativa, acabando por reduzi-lo a uma prática destituída de sentido, tanto em termos de elaboração quanto de execução, onde o planejamento existe somente para “fazer constar” nos documentos do estabelecimento de ensino. Tal concepção considera o planejamento apenas em sua forma técnica e burocrática, desconsiderando “uma ação pedagógica crítica e transformadora que possibilitará ao professor maior segurança para lidar com a relação educativa que ocorre na sala de aula” (LOPES, 2004, p. 57).

Há que se atentar, no entanto, que o ato de planejar

[...] não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo, é, antes, a atividade consistente da previsão das ações político-pedagógicas, e tendo como referência permanente as situações didáticas concretas que envolvem a escola, os professores, os alunos, os pais, a comunidade que integram o processo de ensino (LIBÂNEO, 1994, p. 222).

É fundamental que a relação educativa esteja imbuída de uma concepção ampla da educação que “retrata e reproduz a sociedade; mas também projeta a sociedade que se quer” (PIMENTA, 2002, p. 17). Como fenômeno histórico, a educação hoje tem o desafio de responder a dois questionamentos: “o da sociedade da informação e sociedade do conhecimento” - em que se possa trabalhar as informações na perspectiva de transformá-las em conhecimento, realizando assim um trabalho de análise crítica; “o da sociedade do não-emprego e das novas configurações de trabalho” - em que as mudanças na empregabilidade coloque fim ao trabalho fragmentado com os conhecimentos e viabilize pensar a relação conhecimento-sociedade bem como a contribuição que os

saberes disciplinares podem oferecer às problemáticas sociais (Idem, p. 19).

Há que se considerar que uma ação pedagógica crítica e transformadora pressupõe liberdade para saber lidar com as singularidades do espaço universitário, ultrapassando a concepção de que o professor é um mero reprodutor de conteúdo, pois:

Sem liberdade de escolha, professores e [instituições de ensino] são simples executores de ordens e ficam despojados de uma responsabilidade ética pelo trabalho educativo. Nesse caso, professores e [instituições de ensino] seriam meros prestadores de serviços de ensino, de quem até se pode exigir e obter eficiência mas não que respondam eticamente pelos resultados de suas atividades (AZANHA, 2000, p. 19).

Pelo contrário, o professor precisa ser visto como sujeito capaz de

[...] pensar, de articular os saberes científicos, pedagógicos e da experiência na construção e na proposição das transformações necessárias às práticas escolares e às formas de organização dos espaços de ensinar e de aprender, comprometido com um ensino com resultados de qualidade social [...]. (PIMENTA; GHEDIN, 2006, p. 44).

Nessa perspectiva, é indispensável a elaboração de um planejamento articulado e integrado à instituição a qual pertence bem como aos anseios, valores, crenças e necessidades da sociedade. Ou seja, “implica, especialmente, em uma ação refletida: o professor elaborando uma reflexão permanente de sua prática educativa” (LEAL, 2005, p. 2).

Dentre os níveis de abrangência dos planejamentos existentes no ensino superior, o que se encontra mais próximo da prática docente é o plano de aula, por se referir à organização e à sistematização do trabalho do mesmo em sala de aula. Desse modo, o seu conceito está diretamente associado ao cotidiano universitário. Em geral, o plano de aula compreende: “[...] a tomada de decisões, a partir de análise de informações coletadas e/ou disponíveis, de forma a racionalizar uso de meios e recursos para atingir objetivos específicos pré-determinados, em situação de ensino/aprendizagem, controlando a marcha do processo instrucional” (GARCIA, 1984, p. 11). Para Barbosa (2011, p. 90), tal plano corresponde à “[...] previsão das ações e procedimentos que o professor vai realizar junto a seus alunos e a organização das atividades discentes e das experiências de aprendizagem, visando atingir os objetivos educacionais estabelecidos”.

Diante dessa perspectiva, é observado que o plano de aula contempla a tomada de decisão do educador a partir de ações integradas, sistematizadas e direcionadas, visando a determinado objetivo pedagógico. Para alcançá-lo há que se considerar uma série de competências e habilidades por parte do professor, como por exemplo, o apontamento de recursos que serão usados, a definição das metodologias de trabalho, a indicação dos conteúdos a serem discutidos e o constante diálogo entre ele, os demais professores, e os estudantes.

A construção do plano de aula tem suscitado muitos debates acerca da sua legitimidade não só enquanto ferramenta necessária para a melhoria da qualidade do trabalho docente, mas também para a organização do ensino superior como um espaço que se propõe participativo e democrático.

No entendimento de Garcia (1984, p. 11), o plano de aula compreende “[...] a tomada de decisões, a partir de análise de informações coletadas e/ou disponíveis, de forma a racionalizar uso de meios e recursos para atingir objetivos específicos pré-determinados, em situação de ensino/aprendizagem, controlando a marcha do processo instrucional”.

Luckesi (2001, p. 108) concebe o planejamento como um ato que ultrapassa as modalidades técnica e política:

O planejamento não será nem exclusivamente um ato político- filosófico, nem exclusivamente um ato técnico; será sim um ato ao mesmo tempo político-social, científico e técnico: político-social, na medida em que está comprometido com as finalidades sociais e políticas; científicas na medida em que não pode planejar sem um conhecimento da realidade; técnico, na medida em que o planejamento exige uma definição de meios eficientes para se obter resultados.



Neste ponto, cabe chamar atenção para o fato de que a universidade possui grandes desafios no que diz respeito ao seu papel de formação, sendo, de forma conjunta com a escola, “talvez a única instituição da sociedade capitalista cuja função e cujo fim sejam a crítica social aliada à ação social, a única instituição em que é possível viver plenamente a contradição entre crítica e ação, contradição que é o verdadeiro motor do progresso social” (SOARES, 1990, p. 22).

Partindo do pressuposto de que o planejamento das aulas no ensino superior é fundamental para um processo ensino-aprendizagem eficaz, o presente estudo traz, a seguir, algumas estratégias

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O plano de aula é um instrumento importante no processo ensino-aprendizagem na medida em que estabelece uma relação entre a teoria, proposta pela metodologia da pesquisa docente, e, a prática, vivenciada no cotidiano social do futuro profissional. A construção deste planejamento deve ser pautada nas diversas singularidades dos alunos, bem como na pluralidade cultural que norteia os sujeitos do espaço escolar. O conteúdo proposto no plano deve ser escolhido de modo que proporcione a reflexão da criança e permita o seu desenvolvimento social.

Para se compreender o processo de construção do plano de aula, pode-se partir das seguintes questões básicas: o que se quer alcançar?; a que distância se está daquilo que se quer alcançar?; o que poderá ser feito de forma concreta?

Apesar da construção do planejamento em sala de aula depender das concepções de homem e de sociedade que cada indivíduo/grupo possui, o esforço em responder a essas questões é muito importante na tarefa de planejar. Gandin (2010, p. 21-23) assim esclarece cada uma delas:

- *O que queremos alcançar?* Compreende a busca de um posicionamento (pronto e provisório) a respeito do homem e da sociedade. Mais especificamente, um duplo posicionamento: político (sentido de uma visão do ideal de sociedade e de homem) e pedagógico (sentido de uma definição sobre a ação educativa).
- *A que distancia estamos daquilo que queremos alcançar?* É o diagnóstico. Sabendo aonde quer chegar, deve-se perguntar se está longe ou perto. A resposta não precisa ser uma descrição da realidade, mas um juízo sobre essa realidade.
- *O que faremos concretamente?* É a programação, que inclui os objetivos (ações que se compromete a realizar para atingir os fins) e as políticas de ação (princípios que irão reger a ação). O que é necessário e possível para diminuir a distância entre o que se faz e o que se deveria fazer.

Quando criteriosamente elaborado e executado, o plano de aula oferece várias vantagens. Além de garantir melhor rendimento por parte dos educandos e maior segurança na prática pedagógica, ele permite prever a sequência do trabalho docente, assegurando sua eficácia. Um planejamento bem construído “prevê a formulação de objetivos claros e precisos; em conformidade com os objetivos propostos, a seleção e organização dos conteúdos, dos recursos materiais e dos procedimentos de ensino vêm garantir a consecução desses objetivos” (NICHOLLS, 2001, p. 59).

Aliada às questões norteadoras propostas por Gandin (2010), a elaboração do plano de aula enquanto instrumento consciente e intencional dá-se tendo como referência três dimensões da prática docente: Realidade, Finalidade e Plano de Mediação (VASCONCELLOS, 2010, p. 82-115). Estas três dimensões devem ser trabalhadas de modo a existir uma triangulação, no sentido de movimento ir/vir entre as mesmas, e assim comporem uma relação dialética, na medida em que uma complementa as demais.

A seguir, são apresentadas especificamente as três dimensões relativas à construção do plano de aula do professor universitário (VASCONCELLOS, 2010, p. 80-115):

- *Análise da realidade:* Esforço investigativo para captar/entender a realidade que se encontra no presente, buscando o *como é* (descrição) e o *por que é* (explicação). Almeja a tomada de consciência do que está ocorrendo e a apreensão de ir à raiz das coisas. Aponta os limites/possibilidades, ajuda a equacionar os problemas, a identificar as contradições e a localizar as necessidades. Esta dimensão determina que o professor tenha um autoconhecimento a despeito da sua própria definição profissional e conheça a realidade real do futuro profissional – sujeito que possui interesses, necessidades, nível de desenvolvimento, experiências anteriores, etc. Isso requer uma nova postura por parte do docente, uma vez que sua programação deve

partir de onde a turma/o estudante está, ou seja, de onde eles pararam o ano anterior e não de onde se acha que deveriam estar.

- *Projeção de finalidades*: Refere-se aos fins da educação, aos objetivos do ensino, aos valores, à visão de homem e de mundo. Expressa a intencionalidade e o desejo do grupo, a superação da situação atual (no que esta tem de negativo/contraditório). Desenvolve raciocínios e conteúdos que são necessários para uma postura diante do mundo, a favor da mudança social e com vistas à justiça. Existem vários níveis de objetivo, os quais compreendem desde os da instituição de ensino como um todo até um determinado conteúdo da disciplina, do curso ou da área. A formulação de objetivos ajuda na elaboração da estratégia para a prática, além de servir de critério para se saber em que aspectos foram alcançados (avaliação).
- *Elaboração de formas de mediação*: Refere-se ao processo de intervenção na realidade, ou seja, em como viabilizar as finalidades, a partir das condições existentes e orientar a reflexão para a prática. Auxilia a superar a postura intuitiva e o risco de fragmentação, pois fornece as diretrizes que irão orientar a ação pedagógica. Esta dimensão deve dar conta do relacionamento interpessoal (encontro de diversos sujeitos); da organização da coletividade (estruturação do trabalho em sala) e dos elementos fundamentais que organizam a ação didática docente.

Ao racionalizar as atividades do processo ensino-aprendizagem, o plano de aula constitui um roteiro para o professor, que pode sofrer interferência na medida em que é feito por pessoas e para pessoas. “Compete ao professor que o confeccionou, dar-lhe vida [...] no ato de sua execução, impregnando-o de sua personalidade dinâmica, sua vibração e seu entusiasmo, enriquecendo-o com sua habilidade e expressividade” (SANT’ANNA et al, 1995, p. 48).

Há que se atentar para o fato de que, como o plano de aula é uma atividade contínua, a prática docente universitária pode ser constantemente replanejada. Por exemplo, o educador pode ter contato com novas experiências educacionais, realizar novas leituras acerca do tema/disciplina, dialogar com outros docentes ou mesmo com os graduandos:

À medida que o professor vai desenvolvendo o seu curso, passa a ter condições de receber *feedback* de seus alunos. Como o planejamento, de modo geral, apresenta alguma flexibilidade, o professor pode, a partir desse *feedback*, proceder a alterações em seu curso. Assim, os alunos vão-se tornando, de certa forma, coparticipantes desse processo (GIL, 2009, p. 35).

Como qualquer atividade que busca transformação, o Planejamento de Ensino também possui desafios a serem superados para sua efetiva execução. O dogma “cumprir o programa” é um deles, pois existe a crença de que o professor se preocupa unicamente em “dar” os conteúdos prescritos, ou seja, em “cumprir o programa”.

Com efeito, muitas vezes o educador se encontra em um dilema no que tange à sua ação em sala de aula, uma vez que, apesar de acreditar em uma prática docente que seja transformadora e participativa, sabe que, se dedicar exclusivamente a isso, vai levar muito tempo de sua aula e assim atrasar o programa. Neste aspecto, a exigência em se cumprir o programa pesa mais devido às fontes de pressão existentes para que se cumpra o conteúdo pré-determinado. Pressão essa que pode vir da equipe universitária (coordenação, secretaria, etc.), de outros professores (que almejam “caminharem juntos” no curso/disciplina), do semestre/ano seguinte, de outras instituições de ensino, dos pais de alunos (os quais podem ter uma visão qualitativa dos resultados avaliativos), do livro/material didático, dos próprios alunos, ou mesmo do próprio professor, que assimilou essa cobrança e a vê como natural e necessária.

No entanto, é preciso que o docente tenha uma visão ampla dessa dinâmica, e compreender que “não é simplesmente cumprir um programa, mas pôr em prática um projeto educativo, uma proposta de educação”, que não se limite à sua ação pedagógica (VASCONCELLOS, 2010, p. 117-118). Para que isso ocorra, há que se levar em conta a questão da racionalização do tempo de trabalho, utilizando estratégias de gestão que possam aumentar a produtividade em sala de aula, com o uso de uma metodologia mais adequada (retirar elementos do programa que não são fundamentais, integrar matérias/disciplinas, planejar aulas, etc.), e a capacitação para pesquisa, auxiliando o estudante na reflexão. Desse modo, para um trabalho docente que realmente almeje mudança, faz-se primordial ultrapassar a visão de “passar” o conteúdo para que o graduando o utilize somente nas avaliações, esquecendo-o depois e buscar, além da troca de experiências, a formação contínua e o desejo que o graduando realmente adquira conhecimento. Assim,

[...] o segredo do bom ensino e o entusiasmo pessoal do professor, que vem de seu amor à Ciência e aos alunos e deve ser canalizado mediante planejamento e metodologia adequados, visando, sobretudo a incentivar o entusiasmo dos alunos para realizarem por iniciativa própria os esforços intelectuais e morais que a aprendizagem exige (BODERNAVE; PEREIRA, 1988, p. 255).

Ao se apropriar de uma ação cuja intervenção da realidade colabora para a mudança, o professor também será sujeito ativo na busca por uma universidade mais democrática e com vistas à superação das diferenças sociais. Em busca dessa democratização, o trabalho docente deve consistir em mediar os conflitos de maneira que possa entender o sentido de sua ação no espaço universitário, sem se limitar a seguir mecanicamente as pressões, diretrizes ou ordens externas.

No entendimento de Bodernave e Pereira (1988, p. 10), a universidade que se pretende democrática tem como característica a educação “problematizadora”, na qual se busca relacionar os temas trabalhos em sala de aula com a vida em sociedade. Tal metodologia pressupõe um diálogo constante e uma participação ativa entre o docente e os futuros profissionais. Nesta concepção, a aprendizagem representa uma resposta natural do graduando ao desafio de uma situação-problema.

Nesse sentido, o processo de construção de conhecimentos por parte do graduando se dá a partir de uma situação-problema que privilegia a realidade vivenciada. Almejando definir as fases nesse processo de problematização, os dois autores desenvolveram o Arco de Magueréz, construído em cinco etapas: *Observação da realidade* (levantamento do problema); *Pontos-chave*; *Teorização*; *Hipóteses de solução* e a *Aplicação à realidade* (prática):

**Imagem 1:** O Arco de Magueréz e suas etapas para a educação problematizadora.



Fonte: BODERNAVE; PEREIRA, 1988, p. 10.

O Arco de Magueréz foi proposto pelos estudiosos Bodernave e Pereira na década de 1970, sendo utilizado especialmente pelas áreas biológica e agrônoma. Já na década de 1990, quando as pesquisas sobre o ensino voltado para a construção do conhecimento a partir da percepção do aluno começaram a se desenvolver com mais intensidade, o Arco passa a ser usado na área da educação, quando é efetivamente aplicado por Berbel e colaboradores (COLOMBO; BERBEL, 2007, p. 123).

A partir do Arco, Berbel (1998, p. 142) propôs a Metodologia da Problematização “como metodologia de ensino, de estudo e de trabalho, para ser utilizada sempre que seja oportuno, em situações em que os temas estejam relacionados com a vida em sociedade”. Assim, este método de ensino/pesquisa pode ser aplicado no desenvolvimento de saberes inerentes à atuação docente ou de outras áreas. A pesquisadora Berbel (1998; 1999, 2006; 2007), explica as cinco etapas do Arco de Magueréz:

- *Observação da Realidade:* É tomada como ponto de partida e como ponto de chegada,

relacionando-se com o processo criativo de ação-reflexão sobre um determinado tema, presente numa disciplina ou curso. O professor orientará os alunos a observarem e registrarem o que perceberam a partir da realidade em que o tema está sendo vivido, tendo início “à problematização, enquanto método e também enquanto exercício intelectual, político e social”. Nesse processo, poderão ser identificados vários problemas, porém, apenas um será eleito, de acordo com critérios (urgência, prioridade, etc.). Podem surgir questões gerais que os auxiliem a não fugir do tema. A observação permitirá que se identifiquem as carências/dificuldades de várias ordens, as quais serão problematizadas e transformadas em problema. “As discussões entre os componentes do grupo e com o professor ajudarão na redação do problema, como uma síntese desta etapa e que passará a ser a referência para todas as outras etapas do estudo” (BERBEL, 1998, p. 142).

- *Pontos-Chave:* Nesta etapa busca-se identificar os pontos-chave do problema para compreendê-lo melhor. Os educandos são auxiliados a refletir sobre as possíveis causas da existência do problema: “quais os possíveis fatores com ele associados? Quais seus possíveis determinantes contextuais?” Isso sugere um estudo mais abrangente e crítico do problema, em busca de sua solução. Os pontos-chave podem ser expressos de várias formas, como por afirmações acerca dos aspectos do problema; questões básicas que se apresentam para o estudo; tópicos a serem investigados; dentre outros. A partir dessa análise reflexiva, os participantes são levados a elaborar “os pontos essenciais que deverão ser estudados sobre o problema, para compreendê-lo mais profundamente e encontrar formas de interferir na realidade para solucioná-lo ou desencadear passos nessa direção”, os quais serão investigados na etapa seguinte (BERBEL, 1999).

- *Teorização:* Etapa de estudo propriamente dita. Os educandos se organizam para buscar de forma sistematizada as informações acerca do problema, dentro de cada ponto-chave definido anteriormente. Nesta busca, “diferentes ângulos do problema são analisados e discutidos, a partir de informações colhidas em diferentes fontes, compondo assim a melhor forma possível de explicá-lo” (BERBEL, 1998, p. 4). A fase de teorização possibilita aos participantes uma comparação de seus conhecimentos e experiências anteriores com as informações atuais obtidas. Neste momento pode-se “reforçar posições existentes anteriormente, [...] aprofundando o entendimento sobre o objeto do estudo”, bem como “reformular as posições iniciais, a partir de diversas informações que provocam uma nova compreensão a respeito do problema”. Representa um contato/confronto direto com a realidade social, podendo surgir tomada de consciência, já que há um posicionamento a partir da assimilação de conhecimentos, com base no processo reflexivo.

- *Hipóteses de Solução:* A partir das informações obtidas pela investigação, toda a pesquisa realizada deverá fornecer elementos para os educandos elaborarem propostas de superação do problema com possíveis soluções: “O que precisa acontecer para que o problema seja solucionado? O que precisa ser providenciado? O que pode realmente ser feito?” (BERBEL, 1998, p. 144). Construídas após o estudo, as hipóteses resultam de uma reflexão profunda acerca do problema, onde “têm-se os possíveis fatores e os determinantes contextuais a ele associados inicialmente e todo o corpo de informações empíricas e científicas obtidas durante a teorização, para conjugar, relacionar, questionar etc.”. É uma etapa muito rica, pois, além de estimular, mais uma vez o potencial criativo/reflexivo dos alunos, inclui operações mentais de alto nível, as quais transcendem o armazenamento de informações pela memória.

- *Aplicação à Realidade:* Etapa que “implica num compromisso dos alunos com o seu meio. Do meio observaram os problemas e para o meio levarão uma resposta de seus estudos, visando transformá-lo em algum grau”. As possibilidades deverão ser registradas/analizadas em um novo momento reflexivo, com o objetivo de se escolher as soluções mais necessárias e realistas de serem levadas a efeito, podendo atingir mais diretamente o problema para resolvê-lo. As escolhas, condicionadas por fatores sociais e políticos, serão executadas ou encaminhadas. Esta etapa antecede uma ação concreta dos alunos, cidadãos que estão se preparando para uma atuação social mais consciente e crítica. Todo o trabalho se dá com vistas à “construção de uma sociedade cada vez mais justa e com condições de vida cada vez mais dignas para a maioria da população, seja por meio da educação, da saúde, da cultura, seja de outras instâncias sociais”.

É preciso salientar que todo esse processo se insere em um objetivo mais amplo do papel do professor, qual seja o de desenvolver as habilidades dos futuros profissionais levando em conta suas características específicas.

A Metodologia da Problematização proposta por Berbel (1999) a partir das cinco etapas do Arco de Maguerez, evidencia como auxiliar os educandos a exercitarem o círculo dialético ação-reflexão-ação (ou prática-teoria-prática), em que o ponto de partida e de chegada é a realidade social.

Ao aplicar essa metodologia “o professor encontra com certeza a solução e oferece isso para estimular também os alunos a encontrarem a solução. A aplicação à realidade ou a prática transformadora é o ponto culminante desta ação onde o homem é o sujeito” (BERBEL, 1999, p. 21).

A autora ainda esclarece que as etapas são cumpridas apenas se houver total comprometimento por parte dos sujeitos participantes, como também uma consciência social desenvolvida ao longo do percurso. A Metodologia da Problematização possibilita “a transformação do sujeito que dela participa, pelas inúmeras colaborações intelectuais que realiza, de forma associada à percepção social, política, ética etc. da realidade, dependendo do objeto de estudo” (BERBEL, 1999, p. 11). Assim, este recurso metodológico se configura como um elemento transformador dos próprios alunos, já que desde o início do processo de pesquisa/estudo – a observação da realidade – até a etapa final de atuação sobre essa mesma realidade, ocorre certa mobilização político-social, intelectual, afetiva, do aluno, cuja consequência incide sobre a prática efetiva da ação para a transformação do contexto social a que pertence.

Fica, portanto, claro como a Metodologia da Problematização pode auxiliar no processo de elaboração e execução do plano de aula, pois organiza e sistematiza a ação docente de modo que o encontro entre teoria e prática se torna indispensável.

A prática docente universitária representa um processo não só relacionado à resolução de problemas, como também à reflexão sobre os fins a serem alcançados. A reflexão na ação resulta em um novo olhar sobre o problema e a novos conflitos e questionamentos:

Um profissional que reflete-na-ação tende a questionar a definição de sua tarefa, as teorias-na-ação das quais ela parte e as medidas de cumprimento pelas quais é controlado. E, ao questionar essas coisas, também questiona elementos da estrutura do conhecimento organizacional na qual estão inseridas suas funções. [...] A reflexão-na-ação tende a fazer emergir não só os pressupostos e as técnicas, mas também os valores e propósitos presentes no conhecimento organizacional (SCHON, 1983, p. 338-339, apud CONTRERAS, 2002).

Tal perspectiva concebe o planejamento como um ato de cidadania, uma vez que viabiliza a participação da sociedade bem como a tomada de decisões. Como cidadão, o professor deve estar aberto ao que se passa na sociedade para além do espaço universitário, atentando para as mudanças. Ao compreender as novas descobertas, há que se estabelecer um diálogo com os estudantes sobre estes aspectos, na medida em que os novos valores irão afetar de alguma forma a formação deles, principalmente o futuro exercício profissional.

#### **4 ALGUNS APONTAMENTOS**

Discutir o planejamento no ensino superior consiste em um grande desafio, dado que as legislações educacionais ainda não abordam tal assunto de maneira integral. Assim, compreende-se que há muito de ser realizado no que diz respeito ao desenvolvimento profissional dos docentes universitários, levando-se em consideração algumas lacunas formativas nesse processo.

O desenvolvimento da autonomia intelectual e da formação para a cidadania, constitui-se como problemáticas das instituições de ensino em geral, atentando-se para o ensino superior, conforme evidenciado na Constituição de 1988: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade, entre ensino, pesquisa e extensão”. (BRASIL, 1988).

Foi verificada a importância do conhecimento de metodologias de ensino que possibilitem a previsão das atividades a serem realizadas bem como a efetivação de tais atividades pelo professor universitário.

Os resultados do presente trabalho apontam que o exercício do planejamento em sala de aula é de extrema relevância para uma melhor organização da docência universitária na medida em que tem um objeto de estudo bem definido e uma metodologia a ser seguida, o que facilita a elaboração e a execução do que foi previamente idealizado. A busca da sistematização das ações docentes cotidianas contribui para um melhor desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, por trazer reflexões acerca da realidade posta, de onde se pretende chegar, das estratégias e das metas a serem desenvolvidas, relacionando tais reflexões com as propostas do planejamento do sistema de ensino superior como um todo – Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto

Pedagógico do curso e Plano de Curso.

Nesse sentido, o planejamento pedagógico vem a facilitar a prática pedagógica do professor com relação à disciplina a ser ministrada, por ampliar as possibilidades do que será trabalhado

Conclui-se que tal discussão é necessária no sentido de se refletir sobre a qualidade do ensino que é oferecido no âmbito superior, atentando-se para a importância da relação dialógica entre teoria e prática, e pesquisa e extensão, componentes fundamentais na formação dos futuros profissionais.

## REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel (org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

AZANHA, José Mário Pires. Proposta pedagógica e autonomia da escola. **Revista A Escola de Cara Nova**, São Paulo, p. 18-24, 2000.

BARBOSA, Jane Rangel Alves. **Didática do ensino superior**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2011.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. A Metodologia da problematização no Ensino Superior e sua contribuição para o plano da *praxis*. **Semina: Ci. Soo/Hum.**, Londrina, v.17, Ed Especial, p.7-17, nov. 1996.

BERBEL, Neusi Aparecida. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? **Revista Interface**, p. 139-154, 1998.

BERBEL, \_\_\_\_ (org.). **Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações**. Londrina: Ed. UEL, 1999.

BERBEL, Neusi Aparecida. O exercício da práxis por meio da Metodologia da Problematização: uma contribuição para a formação de profissionais da educação. In: **VI Educere**, Curitiba, 2006.

BORDENAVE, Juan Díaz; PEREIRA, Adair Martins. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 10. ed. Petrópolis, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)

COLOMBO, Andréa Aparecida; BERBEL, Neusi Aparecida. A Metodologia da Problematização com o Arco de Maguerez e sua relação com os saberes de professores. **Revista Semina**, Londrina, v. 28, n. 2, p. 121-146, jul./dez. 2007

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

FUSARI, José Cerchi. **O planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas**. Publicação: Série Idéias, n. 8. São Paulo: FDE, 1998, p. 44-53.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 18.ed. Edições Loyola: São Paulo, 2010.

GARCIA, Consuelo. Planejamento de Ensino: fase de preparação. **Revista Educar**, Curitiba, 3 (1) :1, jan./jun, 1984.

GIL, Antonio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEAL, Regina Barros. Planejamento de ensino: peculiaridades significativas. **Revista Iberoamericana de Educación**, Buenos Aires, v. 37, n. 3, p.1-6, 2005.

Libâneo, José Carlos. **Didática**. São Paulo. Editora Cortez. 1994.

LOPES, Antonia Osima. Planejamento do ensino numa perspectiva crítica de educação. In: VEIGA, Ilma Passos (coord.). **Repensando a didática**. 21.ed. Campinas: Papyrus, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NICHOLLS, Susan Mary. **Aspectos pedagógicos e metodológicos do ensino de inglês**. Alagoas: Ed UFAL, 2001.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Planejamento na educação infantil: mais que a atividade, a criança em foco**. In OSTETTO, Luciana Esmeralda. (Org.) **Encontros e Encantamentos na Educação Infantil: partilhando experiências de estágios**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000.

PADILHA, Paulo Robert. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PIMENTA, Selma Garrido. Apresentação à edição brasileira. In: CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANT'ANNA, Flávia Maria; ENRICONE, Délcia; ANDRÉ, Lenir; TURRA, Clódia Maria. **Planejamento de ensino e avaliação**. 11.ed. Porto Alegre: Sagra, 1995.

SAVIANI, Demerval. A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar. **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 25-46, dez. 2013.

SOARES, Magda. **Metamemória-memória: travessia de uma educadora**. São Paulo: Cortez, 1990.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos**. 20.ed. São Paulo: Libertad, 2010.

VASCONCELOS, Maura Maria Morita. Contribuindo para a formação de professores universitários: relatos de experiências. In: MASETTO, Marcos Tarciso (Org.). **Docência universitária**. 10. ed. Campinas: Papyrus, 2009.

*Práticas Sociais e processos educativos: desenvolvimento e educação*

*Social practices and educational processes: development and education*

Área temática: Desenvolvimento e educação

Alves Farche, Renata  
Universidade Estadual de Minas Gerais  
Psicóloga, mestra em Ciências pela USP/Ribeirão Preto-SP, Docente de Psicologia pela UEMG  
renata.farche@hotmail.com

**Resumo**

O presente artigo apresenta relato resultante de experiência vivenciada na disciplina “Estudos em Práticas Sociais e Processos Educativos I” pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos. É organizado conforme diretrizes orientadoras disponibilizadas pela equipe de docentes que integram o processo de ensino aprendizagem desta linha de pesquisa. Possui como questão central, que há espaços não institucionalizados que possibilita aprender e ensinar, potencializando-se saberes construído. Justifica-se pela relevância em ocupar-se de processos educativos em espaços informais, devido ao potencial de fortalecimento comunitário. Objetiva fomentar os pressupostos teóricos de autonomia e libertação que sustentam como perspectiva filosófica, diálogos possíveis em prática social pelo desenvolvimento e a educação. Como procedimento metodológico e de aproximações, utilizou-se de conversas para a criação de vínculos em observação participante com registro/notas de campo. Traz como considerações finais, apontamentos que se esforçam para traduzir saberes feitos, humano, discente, profissional, coadjuvante, autor e coautor de descrições e reflexões possíveis por meio do método de diários fundamentalmente gerados pela construção coletiva de inferências e análises.

**Palavras-chave:** Saberes feitos. Educação. Desenvolvimento.

**Abstract**

This article presents a report from experience in the discipline "Studies in Social Practices and Educational Processes I" by the Post-Graduation Program of the Federal University of São Carlos. It is organized according to directives provided by the team of teachers that integrate the learning process of this line of research. It has as central question, that there are non-institutionalized spaces that makes it possible to learn and teach, potentializing built knowledge. It is justified by the relevance of dealing with educational processes in informal spaces, due to the potential for community strengthening. It aims to foster the theoretical assumptions of autonomy and liberation that support as a philosophical perspective, possible dialogues in social practice for development and education. As a methodological and approximation procedure, conversations were used to create links in participant observation, record / field notes. It brings as final considerations, notes that strive to translate knowledge made, human, student, professional, coadjuvant, author and coauthor of descriptions and possible reflections through the field diary method, and fundamentally by the collective construction of inferences and analyzes.

**Keywords:** You know, Education. Development.



## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de desfecho dado em experiência de estudo na disciplina “práticas sociais e processos educativos” do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFscar no período de março a julho de 2018, conforme cronograma estabelecido com um roteiro rico de orientações e conteúdo; dentre as quais, consta a previsão de encontros presenciais as terças-feiras, das 14hs as 18hs, intercaladas com agenda de inserções de campo enquanto uma das metodologias que sustentam a linha de pesquisa correspondente.

As aulas ministradas na referida disciplina se deram todas em círculo, com a participação de três a quatro docentes da mesma, o que enriqueceu sobremaneira o suporte para discussões teóricas de forma dialógica e reflexiva. De modo a conduzirem as fomentações de referenciais teóricos, indicou-se uma vasta bibliografia a ser estudada durante o percurso do processo de ensino aprendizagem proposto. Sobre esta introdução apresentada, Freire (2007, p.1), acrescenta: “Toda bibliografia deve refletir, uma intenção fundamental de quem a elabora, a de entender ou despertar o desejo de aprofundar conhecimentos naqueles ou naquelas a quem é proposta”.

Com relação às inserções de campo sucederam em quatro encontros, uma vez semanal com um grupo constituído por diversas faixas etárias, que se encontram todas as terças feiras, para desenvolverem conhecimentos conjuntos, sendo que no dia vinte e quatro do quatro de dois mil e dezoito, iniciou-se a atividade com o material feltro prolongada pelos consecutivos dias previstos para que expressaram processos de ensino aprendizagem.

Do referencial macro têm-se um “espaço” situado no sudoeste do Estado de Minas Gerais, em um simpático município batizado por Itaú de Minas-MG (me lembro de ensino de primeiras aulas \*Ita, de origem indígena, significa pedra e \*U, preta, extração de cal); com população estimada pelo IBGE em 2017, de 16.082 habitantes, onde se encontra a maior fábrica de cimento e cal da imensidão da América Latina que “[...] tem se destacado no cenário nacional, graças aos excelentes resultados recentemente alcançados em alguns importantes indicadores” (RIBEIRO; RIBEIRO, 2016)

Delimitando-se para situar para além dos contornos territoriais estendendo-se aos simbólicos, da escolhida prática social para ser “conhecida”, em seus processos educativos, insere-se de forma sintética o protagonismo de primórdios de sua existência. Dentre tantas obras deixadas por Monsenhor Ernesto existe a Escola Dom Inácio na qual aconteceram os encontros do grupo. Padre Ernesto também fundou as Obras Sociais São Domingos Sávio, um grande complexo de obras.

Para a consolidação de atividades realizadas com o “grupo”, conta-se com a parceria do Núcleo de Assistência a Saúde da Família (NASF) que faz parte das Políticas Públicas do município. O grupo é mediado, e/ou conduzido, pela atuação de uma profissional em terapia ocupacional, tendo como proposta, diferentes atividades manuais que se renovam a cada ciclo definido por um prazo com média de seis meses. Neste intervalo de tempo em que me inseri, os trabalhos em feltro, são os constructos mediadores de realizações das participantes.

Voltando-me a uma importante reflexão a do por que escolhi o espaço apresentado, percebo após o percurso decorrido, que fora pelo respeito e admiração pela construção ONG-Chame, por identificação com práticas relacionadas com famílias, bem como e, sobretudo pelo desejo de conhecimentos sobre os processos educativos ali viventes. Pondo-me a refletir, compreendia para explicitar o foco buscado ao escolher a prática social deste configurado.

Nela, na “prática” percebi uma riqueza de elementos que se relacionam. Não me ocuparei, de classificá-los ou historiá-los em suas transformações conceituais, mas sim, de acolher, o “representado” como tal e incluso em um programa social voltado para “famílias”. Por famílias, me vejo frente a uma colcha de retalhos multicores, multiformes. Desejos, visões, culturas, fazeres, saberes, olhares, sabores, conceitos, preconceitos, afetos, desilusões, paixões, amores, sonho, suores, esperança.

Ao rever na oportunidade de desenvolver um “relatório” produzido pelo escrever e descrever a experiência no contato com as leituras e no pensamento compartilhado sobre as mesmas; sentimentos positivos de entrega à proposta emergiram, vindo-me inundada pelo desejo de conhecer o mais profundo possível sobre a filosofia que ampara as perspectivas teóricas dos processos educativos em práticas sociais. Nesta linha de raciocínio, a leitura introdutória “considerações em torno do ato de estudar” orienta: “que o estudo de um tema específico exige do estudante que se ponha o tanto quanto possível a par da bibliografia que se refere ao tema ou ao objeto de sua inquietude” (FREIRE, 2007, p. 2).

Ocupar o espaço, ou voz, de narrativa do “vivenciado” é uma humilde e também disciplinada

tentativa de transpor em palavras (como um recorte do acontecido), aquilo visto pelos próprios olhos e interpretado com os sentidos singulares. Para tanto, retomar sobre o que fora experimentado até o momento, é expressão maior do que de um relatório acadêmico para fins de legitimação formal do que fora aprendido, apreendido. Bosi (2003, p.61), auxilia na compreensão sobre o ocorrido: “Teremos que transpor, às vezes, enorme distância temporal entre o fato narrado e o acontecido, experiência sempre difícil devido às transformações ocorridas, sobretudo nas mentalidades”.

Nesta direção, trilhar o caminho de construção em desconstruções concomitantes, é um trânsito em qual se acolheu diferentes pontos de vistas sócio-histórico ideológico, lançados dialogicamente e retroalimentados como em uma espiral de reflexões sobre “processos educativos em práticas sociais”. Assim a narrativa em objetivo deste, conta com subsídios que foram lidos e didaticamente fomentados para estreitar ou mesmo alargar a distância entre as transformações perceptivas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A construção da casa não começa com a compra de tijolos ou a contratação de um pedreiro. Ela começa com o ato de sonhar a casa que se deseja construir (Streck, Adams, 2014, p.28). Eis, um desafio! Ter coragem de sonhar. Acreditar no próprio tamanho de se fazer, fazendo. De escolher os seus afazeres. Uma pesquisa em educação, na linha “estudos em práticas sócias e processos educativos” sugere um significado de quem escolhe, e ao escolher contar o como pretende desafiar-se para alcançar seus objetivos. Para isso, primeiro delimitar o porquê da escolha.

Segundo enunciado de Streck e Adams (2014) supracitado sublinha-se o sonho de uma sociedade em que a prática dialógica represente não apenas simbolicamente uma ponte, mas que de fato, facilite a transposição de pensamentos e lugares de onde não caibam a autonomia e a emancipação. Um sonho de uma escola para a vida, em construção de formas, aquelas, que acolhem palavras, feitos e ideais. “Queremos um jardim?”. [...] As vozes do dissenso são necessárias para construir um chão para as atuais práticas educativas emancipatórias e enraizá-las neste chão [...]. Há de se conhecer o chão ao qual se pisa sobre o qual se faz a construção (STRECK; ADAMS, p.26-8).

Ao que se refere pensar a forma de ensino na linha de pesquisa que origina o relato que segue, opta-se por uma diretiva para diferenciações.

Em Freire (1996, p.85) ampara-se: “o mundo não é. O mundo está sendo”. Esta expressão, uma vez que não sei por outro nome nomear tamanha expressividade, remete a esperança de que sempre há outros nos outros, nos espaços, nas relações, nos olhares, crenças, valores, sentidos, significados, interpretações, no refletir e sentir o que pode brotar de melhor do humano e do espaço social em que vive. “[...] saberes de suas experiências feitos, saberes “molhados” de sentimentos, de emoção, de medo, de desejos” (FREIRE, 1993, p.17).

A educação, em seu sentido mais demoradamente humano, não gera habilidades e competência. Isto é coisa para a doma de cavalos ou a domesticação de cachorros (e mesmo aos seus direitos de animais devem ser resguardados). Bem mais além, ela cria conectividades, o que há de instrumental e utilitário entre a pesquisa e a educação é apenas a sua dimensão mais elementar. Um alicerce, um chão sobre o qual se pisa ao caminhar e acima do qual resta construir toda a casa do ser (BRANDÃO, 2014, p. 14).

A citação do autor permite uma visão ampliada para considerações da educação, e eleva o saber em que traduz sua missão de construções advindas, de uma essência, pautada em uma mentalidade filosófica libertadora e humanizada, dispondo-se assim, percursos que podem ser traçados por aqueles que se reconhecem como educadores de gente.

[...] Aponta-se aqui quatro características que parecem centrais para compreender a educação atual, especialmente com a sua relação com a transformação social. A primeira delas tem haver com os horizontes e os sentidos da educação como uma das práticas sociais através as quais a sociedade constrói as suas estratégias de sobrevivência e desenvolvimento. A segunda diz respeito às condições e as possibilidades dentro das quais se aprende e ensina. A terceira consiste em fazer da educação um espaço de humanização permanente. Por fim chamamos a atenção para a necessidade e aceitar e promover a convivência de temporalidades (STRECK; ADAMS, 2014, p.20)

Pode-se afirmar que por meio das conectividades estabelecidas, fluidas, gera-se compromisso, envolvimento e contribuições na elaboração do pensamento sobre as teorias e na organização da linguagem escrita e falada para expressar-se sobre pesquisa e educação com relação a processos educativos em práticas sociais. Brandão (2014) fez-se fortemente presente com sua doação sintetizada na pergunta “em que devemos acreditar para pesquisar?” O cerne desta questão é sem dúvida a motivação que não pode abster-se, pois sem motivo para a “ação” não se pode pensar em uma educação viva, pulsante. “Ninguém nasce feito. Fazemo-nos aos poucos na prática social em que tomamos parte” (FREIRE, 1993, p.40).

Para que haja, como houve a identificação com a lógica dos “conteúdos” estudados, educar pode tomar emprestado o sentido atribuído ao “humanizar”, adjetivado, dignificar, para dar roupagens a sua essência. Apreendeu-se: quem educa, humaniza, dignifica o outro e a si mesmo. E assim distingue-se um ensino puramente tecnicista da proposta inerente à disciplina “processos educativos em práticas sociais”. “[...] Não nasci professor ou marcado para sê-lo” (FREIRE, 1993, p.79).

Ao adentrar-me no prefácio em que Carlos Rodrigues Brandão, devidamente referenciado, contribui significativamente, sucedeu-se uma imersão em conceitos diferentemente de como postos em outras linhas referenciais. Socraticamente muitos e muitos pensamentos somavam-se em interdependência para viabilizar uma circularidade de reflexões.

Conceitos, portanto, fossilizados, diferem daqueles apreendidos. Práticas sociais, o que extrair? Insere-se: Práticas sociais decorrem de e geram interações entre os indivíduos e entre eles e os ambientes natural, social e cultural em que vivem. Desenvolvem-se no interior de grupos, de instituições, com o propósito de produzir bens, transmitir valores, significados, ensinar a viver e a controlar o viver; enfim manter a sobrevivência material e simbólica das sociedades humanas (OLIVEIRA et. al., 2014, p. 33).

Por dentre a complexidade em que se busca definir o que são práticas sociais, uma relação de objetivos contornam as diretrizes que moldam os seus princípios, os quais podem ser faróis em momentos mais obscuros de entendimento do seu real propósito. Em busca de alinhar a “essência” destas “práticas”, destaca-se que nas mesmas “promove-se formação para a vida na sociedade por meio dos processos educativos que estas desencadeiam” (OLIVEIRA, et. al., 2014, p. 35).

Da aproximação até o momento dada entre “conceitos”, estende-se uma vertente demarcada por este encontro de saberes: os processos educativos não escolares. E indaga-se: a partir de qual apropriação explora-se a perspectiva de aprendizagem revelada? Institucional? Pagã? Relacional? Individual? Interpretativa?

Apoia-se: “ao identificar e valorizar processos educativos em práticas sociais volta-se a um olhar crítico ao monopólio pedagógico que pretendem muitas vezes deter o único meio pedagógico capaz de educar” (OLIVEIRA, et. al., 2014, p. 38).

Olha-se em sinergia com as fundamentações, para aprendizagens que se dão em diferentes espaços, especialmente conforme pressupostos da linha, para aqueles que habitam a América Latina. Nos mais diversos, micros territórios comunitários ocupados, certamente, se respaldado por esta linha de pensamento, identificar-se-á o que aprendido. Desforma-se os padrões, e atenta-se a tudo aquilo que brota de “saberes feitos”, compreendidos como aqueles gestados pela experiência. Apreendido o valor do olhar para o que se experimenta, degusta, digere, assimila para nomear assim de interpretação o aprendido nos processos educativos em práticas sociais.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Mediante a apresentação do referencial metodológico escolhido, em função de sua pertinência para o tipo de pesquisa abordado, salienta-se que para Brandão (2003) para além de um método a vocação qualitativa é um olhar.

Minayo (1994, p.22), contribui:

Quando se busca compreender processos educativos, trabalha-se com metodologias qualitativas, pois estas atendem a questões situadas no universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

Como eixo de fomentação do trabalho, escolhe-se o pensamento e a vivência de Paulo Freire (1977), em sua perspectiva de educação como um processo de humanização e libertação.

Como procedimento metodológico e de aproximações, utilizou-se de registros para notas de campo. Com a finalidade de respaldar o percurso transcorrido cita-se:

Depois de voltar [...] de qualquer sessão de investigação, é típico que o investigador escreva. Ele ou ela dão uma descrição das pessoas, objetos, lugares, acontecimentos, atividades e conversas. Em adição e como parte dessas notas registrará ideias, estratégias, reflexões e palpites, bem como os padrões que emergem. Isso são as notas de campo: o relato escrito daquilo que o investigador, ouve, vê, experiência, e pensa no decurso da recolha e refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 150).

As notas de campo consistem em dois tipos de materiais. O primeiro é descritivo em que a preocupação é a de captar uma imagem por palavras do local, pessoas, ações e conversas observadas. O outro é reflexivo a parte que apreende mais o ponto de vista do observador, das suas ideias e preocupações. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 152).

O movimento de compreensão da realidade através do diário de campo [...] passa pela questão da realidade intersubjetiva entre o pesquisador e os sujeitos da realidade pesquisada. E por fim culmina, auxiliando a realização do processo interpretativo (ou análise) do pesquisador ou do grupo de pesquisa. (LOPES et. al., 2002, p. 134).

Os registros de notas de campo foram feitos, a cada um dos quatro encontros realizados, com variação de um dia em média para realizá-los. Escreveu-se de acordo com o assimilado com embasamento teórico para “diários de campo” revistos sistematicamente.

Segundo Chizzotti (2006), a pesquisa deve possibilitar generalizações e transposições a outros contextos em similaridades, de modo que permita uma leitura crítica a ser validade ou não por outras realidades. A respeito de formas para pesquisar-se André (2005, p.35-6), acrescenta ao descrever qualidades atribuíveis a este intento, como a contribuição potencial voltada para desafios da prática educacional, com foco em particularidades e relevando-se suas dimensões que podem representar subsídios para medidas de natureza prática e decisões políticas para com o todo da pesquisa.

Insera-se assim, que os meios possuem percursos metodológicos, que são descritos para o entendimento do como fazer para se superar desafios da pesquisa em educação, destinado em espaço para sua menção. Contudo, nestas linhas que se ocupam esclarecer a essência, acima de qualquer método, inspira-se a ideologia, a filosofia do feitio, e saberes que se anseia.

Contextualizar, portanto, é uma regra de ouro, de antemão neste desafio de inserções em uma cotidianidade singular, interdependente, frutífera, desafiante. Avistam-se diários descritivos e reflexivos que apontarão novos desafios, e não mais os poucos conscientes como: o exercício da ética, da empatia, da pesquisa, da ação, do rever-se, visitar e visitar memórias, o abrir-se para o desconhecido, o voltar-se para si mesmo, o olhar para o outro em sua mais total e legítima existência; aquela que só a ele cabe traduzir.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Práticas sociais, um olhar nasce para mim. E em quem me reportar para pensar sobre? Oliveira et. al., (2014, p. 4) oferecem: [...] produzir conhecimentos na perspectiva da América Latina exige nos libertarmos. A sobrevivência de nossas culturas, modos de ser e viver evidencia nossa humanidade, contrariamente ao que apregoaram e apregoam os colonizadores que nos “inventaram” sem alma. “[...] Um sonho fundamental que se deveria incorporar aos ensinamentos das cidades educativas é o do direito, de uma verdadeira democracia, de ser diferentes e, por isso mesmo que um direito, o seu alongamento ao direito de ser, respeitados na diferença”. (FREIRE, 1993, p. 25).

Por libertação entende-se como um processo de aprendizagem intrapessoal que toma forma à medida que se construíam percepções e se desconstruíam algumas imagens preconcebidas sobre seu lugar no mundo, quer delineava-se no ritmo em que minha memória permitia lembranças, como retratos recortes do vivido. Entre leituras do circundante, reflete-se ao reviver na memória parte da experiência de observação: [...] não há prática educativa sem conteúdo. O que indiscutivelmente

pode acontecer, de acordo com a posição ideológica do educador ou educadora, é, de um lado, a exacerbação da autoridade do educador que se alonga em autoritarismo, de outro, a anulação da autoridade do professor que mergulha, então num clima licencioso e numa prática igualmente licenciosa. As duas práticas implicam formas diferentes de tratar o conteúdo (FREIRE, 1992, p. 155).

Em última análise não é possível ao (a) educador (a), desconhecer, subestimar ou negar os “saberes de experiências feitos” com que os educandos chegam à escola (FREIRE, 1992, p. 82). Aprendendo com as interações os registros possíveis foram leais à identidade cultural do eu escritor, com a bagagem de crenças, valores, e de experiências intelectuais e sensoriais. Cada fala proferida, ou palavra ouvida, traziam consigo seus significados, bem como, e com valor agregado, a linguagem do corpo expressada.

Os diálogos entre eu e outros, e de outros com outros se deram em muitos momentos de interação, entre verbos e silêncios. E neste tempo planetário, “líquidos”, ampara-se: “o que importa, portanto, é que o sujeito se mantenha em movimento. Tal qual um patinador no gelo, a velocidade o protege da queda” (BAUMAN, 2014, p. 182). Para quê e para quem? Qual o sentido extraído deste caminhar de processos educativos em práticas sociais? [...] A convivência permite perceber o que cotidianamente aflige as pessoas repensando o trabalho coletivo e pensando políticas públicas mais condizentes com a concretude do cotidiano. E, aos poucos, conhecer e se fazer conhecer. (OLIVEIRA; STOTZ, 2004. p. 15)

Formar para a compreensão e educar para comunicar-se. Não comunicar para explorar e tirar proveito do outro, mas para compreendê-lo melhor [...] educar para a simplicidade e para a quietude. As vidas precisam ser guiadas por novos valores: simplicidade, austeridade, quietude, paz, saber escutar, saber viver juntos, compartilhar, descobrir e fazer juntos (GADOTTI, 2003, p. 61).

O saber feito na aventura da “convivência” transpõe ao traduzível, embora conduzido por lentes de aumento que iluminaram as indagações sobre o que aprendi e o que ensinei. Em inquietude, buscam-se novas perguntas do que respostas. Modifica-se e lapida-se pelos mais diversos traços de relações que a razão puramente objetiva não facilita o expressar. “[...] sensibilidade para as dinâmicas da comunidade, sensibilidade para ver [...] mas também enquanto desejo de entendê-la; um entendimento que vem ao longo do tempo, na convivência [...] A sensibilidade [...] é um processo de aprendizagem. É na convivência que se constrói esse processo, esse desejo de entender” (OLIVEIRA; STOTZ, 2004, p.8). Acrescenta-se:

” Paulo Freire representa uma referência para os movimentos que se identificam com uma proposta educacional emancipatória, na América Latina e também em outros continentes. Para ele, a utopia como inédito viável ou sonho possível tinha pelo menos três ingredientes: o primeiro, a compreensão da história como possibilidade e não como determinação; segundo, a ação humana como ação histórica, portanto condicionada pelas circunstâncias concretas da vida; terceiro, incompletude do ser humano como base para a sua permanente busca pelo ser mais (STRECK; ADAMS, 2014, p.21)

Streck e Adams (2014, p.29) iluminam:

Somos pós modernos porque compartilhamos a consciência dos limites desta mesma modernidade e seu ideal de progresso que aprofunda desigualdades e coloca em risco a continuação da vida ou porque temos condições de fabricar identidades no Second Life.

Os resultados são considerados experiência do despir institucional para a abertura do que se aprende na vivência o que se desperta o desejo do saber e conseqüentemente do aprender motivado, significado e transformado em sentido para o saber.

Conhecimentos que não se enquadram em avaliações de méritos, diferentemente se encontram com apreciações de realização para com o desempenho e o produto de conhecimento resultante do raciocínio e da emoção. Habilidades que representam sustentabilidade provida por desenvolvimento e educação, em uma interface contrária a mensura pelo capital, contudo por pressupostos subjetivos que fortalecem e sustentam a inteligência emocional e intelectual e promove

a realização pessoal bem como o fortalecimento coletivo. Aprender convivendo, dialogando, observando, elaborando com os próprios recursos cognitivos e mentais, aqueles que resguardam a subjetividade não amparada por um sistema de segregação, excludente. Olhar para o potencial de construções singulares que resultam em produtos tão mercadológicos quanto aqueles organizados por padrões de qualidade definidos por critérios com seus fins, é um ato de transcendência ao direito de pertencimento e sustentabilidade. Sobrevive-se pelo valor agregado e valorizado em sua competência delineada pela própria força de trabalho, criação, transformação.

Eis que práticas sociais e processos educativos apresentam-se como fonte, como ponte, para equacionar gente com riqueza, valor com resultado, sobrevivência com vivência.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao resgatar contribuições dos estudos na disciplina “práticas sociais e processos educativos” apercebo um caminho aberto para ressignificações do vivido, subjetivamente e sistematicamente (na tentativa de uso metodológico). Em campo, dispus meu desejo de aprendizagem sobre os “fenômenos” emergidos.

Enquanto educadora não me abstenho, agora, do pesquisar como uma tarefa que exige escolhas que visem o interesse comunitário tanto quanto o individual de emancipação e crescimento para o “ser mais”. Em formação. Aberta aos efeitos reflexos do apreendido. Aprendi com certeza mais do que ensinei. Pois se ensinei, precisaria incluir as palavras de quem aprendeu, para assim, humanizar esta prática, ao dignificar a palavra do “outro” como parte de qualquer discurso que o insere.

Apontam-se contribuições que se justificam pelo princípio, de que se a sociedade é dinâmica em seus elementos sócios históricos ideológicos em subsistemas sociais que são. Representam-se “lideranças” para as formações humanas e infere-se que a ciência reconhece seus próprios potenciais e méritos de desenvolvimento a partir do empírico. Uma relação em que se devolve o apresentado, e se beneficia do gesto de amorosidade na troca estabelecida.

A presente experiência de pesquisa focada em uma vertente humanizadora para o indivíduo, e dele em comunhão, é relevante para a área da educação por abordar elementos significativos, como paradigmas de processos ensino aprendizagem em uma perspectiva de conhecimento não escolares, em educação libertadora e emancipadora com seus referenciais para construção de saberes. Em sinergia com o pensamento Freiriano do “ser mais”, acredita-se naquilo que ainda não se conhece, mas que se sustentam pela curiosidade, interesse e sentimentos, em uma ideia de fé racional, no que pode surtir de valioso no encontro com os saberes feitos.

Gerou-se do gerado, uma inquietação para imergir em estudo de processos educativos impulsionado pela crença, que esta prática social oferece uma riqueza de saberes que podem ser sistematicamente organizados, refletidos e compartilhados. A proposta adequa-se à linha de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos, e eixo Educação e Humanização, dentro da lógica de uma pedagogia e filosofia da libertação.

O foco na riqueza subjetiva leva a uma compreensão mais elevada sobre os nós no outro, e do outro em nós. Ao buscar na convivência, inseridos em um recorte espacial de vidas, educação e desenvolvimento para todos, ensinar e talvez sem saber, mais aprender. Interagir com os outros, com o espaço, com a voz lá de cada dentro, em uma interação que não pode ser mensurada, ou interpretada limitadamente, devido à subjetividade e intersubjetividade latente. Fica em aberto às questões, o que ensino e o que aprendo, para serem revisitadas por todo corpo em relato

Olha-se em sinergia com as fundamentações, para aprendizagens que se dão em diferentes espaços, especialmente conforme pressupostos da linha, para aqueles que habitam a América Latina. Nos mais diversos, micros territórios comunitários ocupados, certamente, se respaldado por esta linha de pensamento, identificar-se-á o que aprendido. Desforma-se os padrões, e atenta-se a tudo aquilo que brota de “saberes feitos”, compreendidos como aqueles gestados pela experiência. Apreendido o valor do olhar para o que se experimenta, degusta, digere, assimila para nomear assim de interpretação o aprendido nos processos educativos em práticas sociais.

## REFERÊNCIAS

**ANDRÉ, M. E. D. A. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.**

**BAUMAN, Zigmunt. Amor em tempos de liquidez. In: BAUMAN, Zigmunt. Amor líquido. São Paulo: Zahar Editores, 2014.**

**BOGDAN, Roberto; BIKLEN, Sari. Notas de campo. In: BOGDAN, Roberto; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994, p.150-175.**

**BOSI, Ecléa. Sugestões para um jovem pesquisador. In: BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003. p. 59-67.**

**BRANDÃO, C. R. A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo: Cortez, 2003.**

**BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Prefácio. In: OLIVEIRA, Maria Waldenez; SOUSA, Fabiana Rodrigues (orgs.). Processos Educativos em Práticas Sociais: pesquisas em educação. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 11-18.**

**CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2006.**

**FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 13. Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.**

**FREIRE, Paulo. Política e Educação. São Paulo: Cortez Editora, 1993.**

**FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.**

**FREIRE, Paulo. Considerações em torno do ato de estudar. In: FREIRE, Paulo. Ação Cultural para a liberdade. Petrópolis RJ: Paz e Terra, 2007, p. 9 – 13.**

**LOPES, Dulcelaine Lucia; LIMA, Helton Souto; COSTA, Sidney Alves; RIBEIRO, Vanderlei. O Diário de Campo e a memória do pesquisador. In: WHITAKER, Dulce C. A. (org.). Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002. p. 131 – 134.**

**MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.**

**OLIVEIRA, Maria Waldenez; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; GONÇALVES JUNIOR, Luiz; MONTRONE, Aida Victória Garcia; JOLY, Ilza Zenker Leme. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: OLIVEIRA, Maria Waldenez; SOUSA, Fabiana Rodrigues (orgs.). Processos Educativos em Práticas Sociais: pesquisas em educação. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 29-46.**

**OLIVEIRA, Maria Waldenez de; STOTZ, Eduardo Navarro. Perspectivas de Diálogo no Encontro entre Organizações não Governamentais e Instituição Acadêmica: o convívio metodológico. ANPED. GT: Educação Popular, p. 1-17, n. 6, 2004.**

**RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes. IBEU municipal: Índice de bem-estar urbano dos municípios brasileiros. Observatório das Metrôpoles, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, IPPUR/UFRJ, 2016.**

**STRECK, D. R.; ADAMS, T. Pesquisa participativa, emancipação e (des)colonialidade. Curitiba: Editora CRV, 2014. 2014**



**QUANTO VALE, OU É POR QUILO? MULHERES NA BALADA  
E (FALTA DE) EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS**

**HOW MUCH IS IT OR IS IT BY THE POUND? WOMEN AT THE CLUBS AND (NO) MANNERS  
FOR HUMAN RIGHTS**

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Direito, Trabalho e Serviço Social

GENTIL, Plínio Antônio Britto  
Doutor em Direito (PUC-SP) e em Fundamentos da Educação (UFSCar).  
Professor universitário (PUC/UNIP) e Procurador de Justiça no Estado de S. Paulo  
pabgentil@puccsp.br

MORATO DE ANDRADE, Bruna Nogueira Machado  
Mestranda em Direito (FCHS/UNESP), especialista em Terapia e orientação sistêmica de famílias  
(FAMERP).  
Advogada.  
bruna.duco@gmail.com

ROCHA, William Albano  
Mestrando em Direito (FCHS/UNESP), especialista em Direito Constitucional (Complexo-CERS).  
Bolsista CAPES.  
williamtruce@hotmail.com

### Resumo

Por que mulheres pagam menos que homens em festas e casas noturnas? O Ministério da Justiça do Brasil condenou essa prática, mas uma decisão judicial permitiu em liminar, para o Estado de São Paulo, a cobrança diferenciada. O eixo da controvérsia parece estar na educação da sociedade para aceitar e naturalizar que mulheres paguem preço menor nas baladas e que, indiretamente, sejam objetificadas e tratadas como mercadoria sexual. Quanto vale a mulher, ou é vendida a quilo? Vê-se como coisa normal que explore sua atração para o homem, a que foi ensinada, às vezes por via transversa, por uma educação de base religiosa, que ressalta a virtude tanto quanto o pecado. Mostra-se clara a afronta ao direito fundamental à igualdade. Uma igualdade social entre os sexos, condição para a dignidade, só será possível com uma verdadeira educação para os direitos humanos.

**Palavras-chave:** mulher-objeto; preço diferente; baladas.

### Abstract

Why do women pay less than men at parties and nightclubs? The Brazilian Ministry of Justice condemned this practice, but a judicial decision allowed the State of São Paulo to finalize the differential charge. The axis of controversy seems to be in the education of society to accept and naturalize that women pay lower prices in ballads and that, indirectly, be objectified and treated as a sexual commodity. How much is a woman worth, or is it sold a kilo? It is seen as a normal thing to explore its attraction to man, which has been taught, sometimes transversally, by a religious-based education that emphasizes virtue as much as sin. The affront to the fundamental right to equality is clear. Social equality between the sexes, a condition for dignity, will only be possible with real education for human rights.

**Key words:** woman-object; different price; ballads.

## 1 INTRODUÇÃO

De início importa esclarecer que o título do trabalho é referência expressa ao filme „Quanto vale ou é por quilo?”<sup>1</sup>, de 2005, que retrata, dentre outras coisas, cenas do comércio de escravos no Brasil do século XVII. Algumas das falas do longa-metragem, que mescla diversos assuntos, reproduzem falas atuais, como por exemplo: “democracia é ter liberdade para consumir” e “a construção civil cresce com a expansão do sistema carcerário. Famílias que visitam os presidiários geram renda nas cidades, pois gastam com transporte, comida, hospedagem etc. A ampliação do sistema carcerário é agente aquecedor da economia do município, estado e do país”.

Desta forma, o título do artigo remete ao preço diferenciado – para menos – para a mulher como uma forma de sua própria exploração, sob ares de legalidade e, pior, de normalidade. Os autores deixam nítida sua posição contrária à diferenciação de preços, pois entendem – em coro com a decisão da juíza Caroline Santos Lima<sup>2</sup>, ratificada pela Secretaria Nacional do Consumidor<sup>3</sup> –, a mulher ser utilizada como mero objeto de satisfação do prazer masculino.

Trata-se, em parte, de análise de decisão que tem causado polêmica na sociedade: é justo o preço ser diferenciado para mulheres em casas noturnas, bares e restaurantes? As posições são diversas, havendo argumentos coerentes com o sistema vigente, que acha correta tal desigualdade, pois justamente por existir a diferenciação salarial entre homens e mulheres – ao invés de atacar isto – deve „beneficiar” a mulher e também os valores cobrados a ela serem distintos e, ao revés, opiniões – como a dos autores – que percebem ser esta prática apenas mais uma forma de tornar a mulher uma „presa” para o homem – superior e predador por natureza – que precisa de muitas delas para se satisfazer. Outra análise mereceriam os comentários das matérias jornalísticas que recebem os sítios que veiculam as notícias em questão<sup>4</sup>, a corroborar a visão da mulher-objeto.

Assim, caminha-se por um histórico na área da educação no Brasil colônia, com a influência direta da Igreja Católica e em momento paralelo aos antecessores da ascensão burguesa no mundo ocidental até sua efetiva consolidação, aqui se tomando por base a Revolução Francesa, que culminou na atualidade, com igualdades formais e aparentes aos montes, sem, contanto, serem efetivas em diversos setores, dentre eles o dos gêneros. Uma autêntica educação para os direitos humanos é uma lacuna a ser suprida. Lacuna compreensível. Ainda não se difundiu suficientemente uma cultura de direitos humanos e a insignificância, ou ausência do tema nos currículos escolares é disto um simples reflexo. As faculdades de direito, embora não o único palco deste ensino, mas um palco necessário, no mais das vezes exibem reduzida carga horária para a disciplina de Direitos Humanos, quando a contemplam. É recorrente que sejam ministradas por professores carentes de adequada formação e os conteúdos, em geral, limitam-se a textos de convenções e aos artigos 5º e 6º da Constituição, reduzindo a matéria a uma navegação superficial que privilegia o positivado nas leis, sem possibilitar a compreensão da dimensão histórica, concreta e dialética dos direitos humanos.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O levantamento de dados da pesquisa utilizado foi o bibliográfico. O método de análise crítica da realidade abordada, então, será feito com a pesquisa bibliográfica amparada em livros, doutrinas, legislação, artigos, bem como qualquer tipo de bibliografia pertinente para o trabalho. O raciocínio utilizado na pesquisa pauta-se no dedutivo. Isto é, partindo-se do geral, analisa-se o particular.

<sup>1</sup> Algumas informações em < [https://pt.wikipedia.org/wiki/Quanto\\_Vale\\_ou\\_%C3%89\\_por\\_Quilo%3F](https://pt.wikipedia.org/wiki/Quanto_Vale_ou_%C3%89_por_Quilo%3F) >. Acesso em: 03 set. 2018.

<sup>2</sup> Decisão interlocutória proferida pela mencionada juíza substituta, aos 06 de junho de 2017, em ação que versava sobre pedido de um homem ter o preço reduzido igual ao da mulher em determinado evento que havia diferenciação de preços. Disponível em: <[http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2015/12/3\\_TJDFT-Decision-interlocutoria-preco-diferenciado-de-ingresso-Infom-Junho-Consumidor.pdf](http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2015/12/3_TJDFT-Decision-interlocutoria-preco-diferenciado-de-ingresso-Infom-Junho-Consumidor.pdf)>. Acesso em: 03 set. 2018.

<sup>3</sup> Nota técnica emitida pela Secretaria Nacional do Consumidor, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, aos 30 de junho de 2017. Disponível em: <<http://justica.gov.br/noticias/diferenciacao-de-precos-em-funcao-de-genero-e-ilegal/nota-tecnica-2-2017.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2018.

<sup>4</sup> A título de exemplo, ver comentários aqui: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/justica-de-sp-autoriza-cobranca-de-precos-diferentes-para-homens-e-mulheres-nas-baladas.ghtml>>. Acesso em: 03 set. 2018.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 NA 'JUSTIÇA' SE DECIDE: A MULHER É MERCADORIA?

Trata-se de três as decisões que ora se analisam: a primeira, que iniciou a atual discussão, deu-se no Distrito Federal, a partir de demanda ajuizada por um homem que se viu injustiçado diante do valor diferenciado para um evento com base, exclusivamente, no gênero do consumidor. A juíza, em decisão interlocutória, demonstrou a ilegalidade da desigualdade praticada há muito pelo setor de entretenimento, restaurantes e afins. A segunda é uma nota técnica emitida pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), vinculada ao Ministério da Justiça, roborando a decisão judicial mencionada. Por sua vez, a terceira destoa das outras duas, sendo uma medida liminar concedida por juiz federal<sup>5</sup>, apenas para o estado de São Paulo, autorizando a cobrança de valores diferenciados em razão do gênero, pois isto não ofenderia o princípio da igualdade.

A magistrada do Juizado Especial Cível do Distrito Federal argumentou que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) estabelece a igualdade nas contratações como direito, e que os valores diferentes cobrados em razão do gênero ferem referida igualdade, sendo nulas quaisquer cláusulas discriminatórias. O seguinte trecho da decisão proferida ilustra o raciocínio da juíza:

Incontroverso que as pessoas são livres para contratarem, mas essa autonomia da vontade não pode servir de escudo para justificar práticas abusivas. Não se trata de um salvo conduto para o estabelecimento de quaisquer critérios para a diferenciação de preços.[...] Ocorre que no caso das mulheres a situação é ainda mais delicada, já que uma prática repetida há tanto tempo pode traduzir uma (falsa) aparência de regularidade, de conformidade. No entanto, felizmente, o tempo não tem o condão de convalidar nulidades de tal porte. Não é “*porque sempre foi assim*” que a prática discriminatória haverá de receber a chancela do Poder Judiciário, pois o *mau costume não é fonte do direito*. De forma alguma (grifos nossos) (p. 01).

Assim, diz ela que a mulher é utilizada como “*„insumo*” para a atividade econômica, servindo como *„isca*” para atrair clientes do sexo masculino para seu estabelecimento”. E, não havendo como não mencionar, finaliza com “essa intenção oculta, que pode travestir-se de *pseudo-homenagem*, prestígio ou privilégio, evidentemente, não se consubstancia em justa causa para o *discrímen*. Pelo contrário, ter-se-á ato ilícito” (grifos nossos).

O Ministério da Justiça, por meio de uma de suas secretarias (Senacon), menos de mês após a decisão já mencionada, lançou nota técnica ratificando-a, informando serem ilegais os preços diferenciados, pois atentam contra os princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana. Assim, não seria vista a mulher como sujeito de direito, mas sim como “objeto de marketing para atrair o sexo oposto aos eventos, shows, casas de festas e outros”. Nesta nota também consta que:

A igualdade entre homens e mulheres é a regra, sendo a distinção a exceção. O tratamento excepcional deve vir da própria norma constitucional ou, quando vier de norma hierarquicamente inferior, a discriminação tem que ter respaldo em valores constitucionalmente protegidos. Não existe norma legal a justificar a distinção de preços entre homens e mulheres nos bares, restaurantes e casas noturnas. Não existe diferença entre homens e mulheres, que procuram os serviços desses estabelecimentos em igualdade de condições, que justifique do ponto de vista lógico a distinção de preços que está sendo praticada por alguns nesse segmento do mercado (p. 04).

Já a decisão dissonante é trazida pelo juiz federal Paulo Cezar Duran (17ª Vara Federal Cível de São Paulo). Necessária análise mais detida, posto ser a posição aqui combatida. Após ação civil pública ajuizada pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Seccional de São Paulo contra

---

<sup>5</sup> Medida Liminar concedida pelo juiz federal Paulo Cezar Duran, da 17ª Vara Federal Cível de São Paulo. Disponível em: <<http://www.jfsp.jus.br/assets/Uploads/administrativo/NUCS/decisoes/2017/170801precobares.pdf>>. Acesso em 03 set. 2018.

a União Federal, que pleiteou a não aplicação de punições e autuações em razão da nota técnica acima referenciada, houve deferimento de medida liminar para que não fossem aplicadas as recomendações lá contidas no estado paulista para as empresas associadas. Alegou a parte autora que a mencionada decisão interfere de forma excessiva e desarrazoada na livre iniciativa, na liberdade econômica, na segurança jurídica dos comerciantes etc. Assim, se cerceada a prática diferenciada de preços em razão do gênero, ter-se-ia flagrante embaraço à atividade comercial. A não igualdade dos valores seria justamente para garantir o acesso dos dois sexos nos locais já citados, „beneficiando” a todos.

De início observa-se que o magistrado reverteu a discussão da igualdade e da dignidade da pessoa humana – até então em pauta – para análise de suposta violação da livre concorrência e da livre iniciativa, passando esta a ser o cerne da questão.

Segundo consta, a parte autora teria mencionado que :

A cobrança de um valor menor no ingresso, ou até a isenção do custo, está longe de ser estratégia de marketing, uma vez que visa *contribuir* para se obter um equilíbrio entre os sexos no estabelecimento, e assim *deixar as mulheres mais à vontade e sem medo de sair à noite para se divertir*. A lógica é a mesma de se destinar vagões de metrô especiais para mulheres, academias de ginásticas especializadas no público feminino, e até mesmo serviços de táxi e *uber* voltados especialmente para mulheres. Visa-se, com estes estímulos, criar um ambiente mais seguro e confortável para a frequência por parte das mulheres, incentivando-as a sair de casa e viver suas vidas livremente, *sem riscos de assédio* (grifos nossos) (p. 07).

Resumidamente, a diferenciação de preços não seria uma estratégia de marketing que atenta conta a dignidade da mulher, tampouco seria ilícita – já que permitida a prática de descontos no mercado em razão da livre concorrência, não devendo o Estado intervir nesta prática, posto limitada sua atuação pela própria Constituição Federal (Artigos 1º e 170, *caput*, ambos da CF/88).

Assevera o juiz Paulo Cezar que a Constituição Federal preza pelo equilíbrio entre os direitos econômicos, sociais e individuais (contidos, principalmente, nos artigos 1º, 5º e 170 da Carta Magna). Disse que apenas em “casos de abuso ou concorrência desleal, cuja intervenção estatal se faz necessária, consistente em medidas que positivam impedimentos à formação ilegal de cartéis ou a práticas comerciais abusivas ou de desrespeito às pessoas” (p. 13). Recorda, ainda, que os artigos 173 e 174 da Lei Maior objetiva apenas a repreensão estatal quando houver “abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário de lucros” (p. 14).

Passou deste modo, a justificar que o caso dos valores diferenciados cobrados a homens e mulheres não é de abuso por parte dos empreendedores. Anota que a nota técnica foi pautada em *presunções*, que viriam a impedir a livre concorrência e a livre iniciativa. Assim como a parte autora, ele não vislumbrou ser a corriqueira prática uma forma de desvalorização da mulher. Na mesma toada, disse que:

É sabido que em nossa sociedade, infelizmente, a mulher ainda encontra posição muitas vezes desigual em relação ao homem, a exemplo da remuneração salarial, jornada de trabalho e voz ativa na sociedade. Sem mencionar, inclusive, os casos de violência doméstica e abusos sofridos no cotidiano, seja por palavras, gestos ou atitudes diversas. Tal fato pode ser reforçado pelas inúmeras notícias que nos deparamos no dia a dia, tais como as de abuso sofridos em meios de transporte e até em locais de entretenimento (bares, restaurantes e casas noturnas). Nesta realidade social, a diferenciação de preços praticada pelos estabelecimentos pode ter como objetivo a possibilidade de participação maior das mulheres no meio social.

Acredito que a diferença de preços nos estabelecimentos – objeto de discussão nestes autos – de forma alguma torna a mulher inferior ou tem por intuito qualquer propósito de discriminação em seu sentido negativo – depreciativo – para o gênero feminino – e que leve o gênero masculino a suportar economicamente o desconto promovido para o sexo feminino (p. 18-19).

Igualmente interessante é observar a contra-argumentação quanto à decisão da magistrada do Distrito Federal, pois demonstra o raciocínio utilizado pelo juiz federal de São Paulo para embasar sua decisão; veja-se:

Admitir que a diferença de preços confira à mulher a conotação de „jsca” como meio de proporcionar uma situação que leve o local comercial a ser frequentado por muitos homens (gerando lucro ao estabelecimento) *conduz à ideia de que a mulher não tem capacidade de discernimento para escolher onde quer frequentar*, e ainda, traduz o conceito de que *não sabe se defender* ou, em termos mais populares que *não sabe ‘dizer não’ a eventuais situações de assédio de qualquer homem que dela se aproximar* (grifos nossos) (p. 19).

Entretanto, assume o juiz paulista que a alardeada questão também demonstra um caráter paternalista dos estabelecimentos em relação às mulheres, mas que isto não seria caso de abuso. Também informa que deve preponderar a vontade da mulher, e que ao fazer suas escolhas o Estado não intervenha diretamente – como acabou fazendo a nota técnica, no seu sentir. Em seu entender, o Estado tem intervindo amplamente na vida das pessoas, de modo a considerar as pessoas *hipossuficientes intelectuais* (p. 21). Assevera que os costumes são fontes de direito, e exemplifica com a „caixinha” dada aos prestadores de serviço em bares e restaurantes, finalizando com as práticas efetuadas quanto às mulheres, dentre elas os valores diferentes, bem como algumas *gentilezas* – tais quais: *abrir a porta do veículo, ceder o assento, carregar objeto pesado etc.* (p. 22).

Ao deferir o pedido da parte autora, o magistrado finaliza com

Por não existir abuso por parte dos estabelecimentos comerciais, a *liberdade econômica dos associados da entidade autora há de prevalecer sem qualquer restrição indevida do Estado por meio do ato administrativo regulamentar em espécie* (grifos nossos) (p. 25).

### 3.2 PARA SER UMA BOA MENINA: O INÍCIO DA EDUCAÇÃO FORMAL NO BRASIL

Ser uma boa menina é um aprendizado que começa com os primeiros lances de um processo educativo, imposto à criança assim que ela passa a ter noção de si própria. Cuida-se de um papel que reproduz valores plasmados historicamente, sujeitos, portanto a determinações que incidem de modo perene, no imaginário social. Esses valores e esse perfil são transmitidos por via de um aprendizado social, ou uma educação, cuja institucionalização e reprodução ficam a cargo de entes como família, círculo de relações de trabalho, igreja. Pois bem, é lícito dizer que a educação no Brasil principia, formal e informalmente, pela mão da Igreja Católica romana. Desde que se tornou hegemônica no Ocidente, a Igreja cristã sempre educou. Era preciso educar para converter. Converter significa aculturar os povos pagãos, adaptando-os aos valores, crenças e padrões de comportamento predominantes na civilização europeia. Como agência propagadora de um ideário, inspirado nas Escrituras, a Igreja educa segundo o eixo da sua teologia moral, espécie de guia de condutas, que identifica a virtude e o pecado, aponta as formas de se aproximar ou distanciar-se de Deus, discorre sobre graças e castigos, céu e inferno, impondo enfim um rito de atitudes válidas para o cotidiano. Também educa enquanto protagonista de um processo de instrução escolar, que forma um paradigma de instituições, muitas delas conduzidas por ordens religiosas. Dessa maneira, pelo conteúdo e pela forma, o cristianismo sedimenta sua presença nas mentes da sociedade ocidental, cuide-se de fiéis ou agnósticos.

“À parte os seminários para a formação do clero, o exemplo mais bem sucedido de novas escolas para leigos foi o das escolas dos jesuítas, líderes na luta da Igreja Católica contra o protestantismo”, lembra BITTAR (p. 34). De fato, o Brasil colônia é palco desse exemplo, aqui materializado na atuação de mais de dois séculos de presença dos padres jesuítas, cujos colégios eram as únicas escolas existentes, além de gratuitas, e para onde vieram, com Tomé de Souza, em 1549. A solidez do projeto dos jesuítas trouxe, no momento apropriado, o devido alento à Igreja Católica. Segundo apontamento de SCHMITZ (1994, p. 129), “nesta Companhia a Igreja de Roma, profundamente abalada pelo cisma aberto e desentendimentos latentes, irá encontrar uma inesperada força. Os jesuítas rapidamente iriam adquirir vasta influência pelo controle da educação”.

Foi assim que, com matriz católica romana, a educação na colônia se fez muito mais para formar o *cristão* que o *cidadão*. As irradiações do Iluminismo, as ideias de igualdade e cidadania e as

transformações mais tarde resultantes nas revoluções burguesas tardaram a chegar aqui, como também só tardia e parcialmente alcançaram a península ibérica, em que a florescente burguesia mantinha-se atrelada à Igreja e com pendores aristocráticos.

“Para os jesuítas”, afirma CORDEIRO, “a conversão era alcançada principalmente pela via da educação. Essa linha de raciocínio era tão importante que, em alguns casos, os colégios antecederam a formação das próprias cidades [...]. Foi o caso de São Paulo [...]”.

É, enfim, pela palavra do jesuíta que começa a doutrinação das almas no ideário cristão e que também principiam a existir, de modo sistemático, duradouro e geograficamente extenso, as instituições escolares em grande escala. A determinação dos integrantes da Companhia, sua disciplina quase militar, sua erudição e, naturalmente, o firme apoio da Coroa portuguesa, faz da presença dos jesuítas no Brasil uma ação de impacto profundo e persistente. Assim fala deles CORDEIRO (2016, p. 12), em fórmula que ajuda a explicar o incontestável sucesso da ação jesuíta na colônia:

Desde que surgiram, em 1534, os jesuítas eram diferentes. Nunca antes uma ordem conciliou tão bem a sólida formação religiosa e intelectual de seus membros com a disposição para participar de missões que exigiam resistência física, capacidade de articulação política e boas noções de administração e finanças. Por isso mesmo, rapidamente, os jesuítas se firmaram como a primeira ordem moderna do cristianismo, bem distante dos padrões medievais de comportamento. Seus membros se tornaram confessores de reis e líderes de expedições para qualquer lugar onde um navio europeu pudesse chegar. Assim, garantiram que a fé cristã deixasse o território do antigo Império Romano e alcançasse o resto do mundo, pela primeira vez desde o começo da Idade Média.

A visão cristã de mundo dessa época traz, especialmente para o que interessa a este trabalho, uma específica e bem nítida ideia no que toca ao papel das mulheres. Quem é essa mulher, entidade abstrata, esculpida pela educação cristã na colônia? É uma mulher que deve ser educada para ser santa, como Maria, e virtuosa como ela.

Para realçar a beleza dessa mulher santa, a pedagogia cristã traz ao palco o seu oposto: a mulher pecadora, desligada da religião e interessada nos prazeres mundanos. LESSA (2012) afirma que, na sociedade de classes, especialmente a capitalista, a mulher é preparada para ser esposa ou prostituta. Pois bem, a educação cristã faz a sua parte nisto. De tanto insistir no ensino do papel de mulher santa, põe em campo a mulher pecadora, cuja lascívia realça<sup>6</sup> e ao mesmo tempo condena. A mulher equipara-se ao *diabolo*, aquele que divide, um ser cuja satisfação é tentar o homem e levá-lo a só pensar nos atrativos da carne, esquecendo-se das coisas importantes. A pecadora é mostrada insistentemente ao lado de prazeres, convidando o homem ao vício e aos encantos do sexo estéril (GENTIL, 2014, p. 241). No extremo oposto está a mulher virtuosa, criada para ser esposa e mãe, cuja identificação com a Virgem Maria ressalta muito mais este segundo papel, ocultando o de mulher, que pode remeter ao espaço em que ela é também um ser sexuado. O ensino do bom comportamento, das boas maneiras, com a exaltação da virgindade, faz parte do *programa de curso* da educação cristã; espera-se que, desde menina, a mulher se desenvolva imbuída de princípios que a façam esquecer-se o mais possível de sua condição de fêmea. O sexo, se inevitável, estará reservado à procriação e o mérito dessa mulher consistirá mesmo no bom cuidado com a prole e na servidão ao marido.

Se o elogio da santa é feito para convencer do papel que se deseja para a mulher, por outro lado não pode deixar de chamar a atenção a imagem da pecadora, em geral apresentada em formas sensuais e atraentes, sedutora por natureza, inclinada à satisfação de seus desejos, que a virtuosa é ensinada a ignorar, mas que a ela estão disponíveis, já que perdida para a salvação da alma. Parece impossível que isto não desperte a curiosidade de qualquer mulher, fazendo-a lembrar-se de que é mulher-animal e que, afinal de contas, esses prazeres estão diante de si e que podem ser compensadores: assim, curiosamente, a educação religiosa também ensina, por via oblíqua, o papel da mulher pecadora.

<sup>6</sup> Ver GENTIL (2014) a propósito de pinturas fotografadas na Igreja de S. José, em Itajobi (SP), retratando grande quantidade de imagens de mulheres sensuais, ou seminuas, procurando atrair o homem para o pecado. Impressiona que tais imagens tenham sido pintadas no interior de um templo cristão, revelando a preocupação do pároco em evidenciar a figura da pecadora e sua identificação com o sexo feminino.

Por meio do jesuíta, essa educação cristã fez aqui o seu trabalho. Ele era disciplinado, culto e voltado à pregação e ao ensino. Antônio Vieira, com seus Sermões, torna-se exemplo dessas qualidades. Denunciando a preocupação com o ensinar, o púlpito da igreja emerge como peça fundamental do ambiente. Como destacado por MORAES (1979, p. 28),

As igrejas jesuíticas, ao contrário do goticismo dominante, não têm as naves obstruídas por um bosque de colunas, que prejudica a visualização do auditório. O púlpito é a peça essencial e o transeito sem profundidade [...]. É a igreja comicial. Domina-a [...] a mística, a palavra. É o verbo, o *Ratio Studiorum*, é Santo Inácio, S. Francisco Xavier, Anchieta e a Companhia de Jesus que vão dizer ao mundo a palavra reveladora, que se consubstancia em catequese, apostolado, cultura e espírito.

Com a veemência do pregador-educador, à escolha da mulher são colocados dois perfis, que a pedagogia religiosa cuida de apresentar como excludentes: o de santa e pecadora. Ou, conforme o dizer de LESSA, a esposa e a prostituta. Pois bem, essa mulher, assim educada, num processo que não a emancipa porque gira no eixo de categorias abstratas<sup>7</sup>, não compreende sua própria complexidade de ser dialético, em que estão necessariamente presentes elementos antagônicos: a santidade e o pecado. Ao contrário disso, a educação criou nela a dicotomia inconciliável entre a esposa e a prostituta. Quando não se sente capaz de ser santa – e não é fácil sê-lo –, a mulher admite, sem fazer crítica, o papel oposto, e assume ser servidora – uma entre tantas - do homem-macho.

Imbuída dessa crença e vestindo o figurino da fêmea-servidora, essa mulher naturaliza o fato de ser atraída para a festa e a balada por meio do preço reduzido do ingresso. Paga o que acha que vale, como comida vendida a quilo. Ela conhece o motivo dessa estratégia e a aceita. Porque de certa maneira aceitou, afinal, um dos papéis que lhe foram, alternativamente, ensinados: agora o de pecadora. Na sua mente não convivem dentro de si a santidade e o pecado; e aqui ela opta pelo pecado em oposição à virtude. Ainda que de modo inconsciente, sente-se mesmo assim. Assume a figura da prostituta de que LESSA fala. Como aprendeu a pensar que o prazer é necessariamente pecaminoso, exclui de si a santidade. Admitindo mesmo ser mercadoria e recusando fazer a menor crítica, vai à balada sem culpas aparentes, paga menos, ou nem paga, pronta a cumprir o papel que a sociedade de classes, naturalmente machista, lhe destinou. Não faz a si própria a pergunta *Quanto vale?* porque de antemão pensa que sabe a resposta.

### 3.3 EDUCAR PARA A IGUALDADE, SUBSTANTIVO FEMININO DE NOVE LETRAS

Entende-se que tudo que procura *melhorar* uma situação de desigualdade visa à *continuação da desigualdade*. Não que não devam ser procuradas formas de favorecer o que há muito é desfavorecido, mas se deve atentar a essa inicial ressalva. Assim, as análises mais críticas do presente artigo serão conscientemente detidas ao ambiente pautado pela sociedade de classes, em que deve haver *natural* desigualdade para que um prevaleça sobre o outro para que o sistema „funcione“, neste caso, o homem sobre a mulher. Tal desigualdade natural é experimentada pelas pessoas e ratificada por uma determinada matriz religiosa (*Deus quis assim*), mudando às vezes a aparência do mesmo teor, mas em essência permanecendo essa ideia.

É preciso, portanto, procurar desvelar, retirar o véu para encontrar a essência das coisas (*aletheia*, dos gregos). Ainda, não se pode fragmentar uma parte da realidade e pensar que ela o é inteiramente; seguirá sendo apenas uma parte dela, sendo prudente – e necessária – análise do todo.

Por conseguinte, com o até aqui analisado, vê-se que em razão do momento atual de acentuação do neoliberalismo, que coaduna com retorno de certas posições políticas, bem como destruição de direitos até então conquistados<sup>8</sup> e mudanças aprovadas inclusive na educação, com pagamento de *youtubers* pelo governo para tentar difundir uma suposta melhoria – esses „atores“

<sup>7</sup> *Mulher santa e mulher pecadora* são meras abstrações, que remetem a uma *essência das coisas*, própria da filosofia de Aristóteles e Tomás de Aquino, assumida pela educação cristã da Modernidade.

<sup>8</sup> Está na pauta do dia a reforma trabalhista, prevendo diversas alterações que há muito se conquistaram, inclusive para as mulheres, que têm sido alvo de desmontes sucessivos. Por exemplo: <http://g1.globo.com/economia/noticia/reforma-trabalhista-e-aprovada-no-senado-confira-o-que-mudana-lei.ghtml>. Acesso em: 05 set. 2018.

deixando marcas de preconceitos, contra mulheres, homossexuais, nordestinos etc.<sup>9</sup>, não pode causar espanto uma decisão que desvia o eixo de uma discussão, da dignidade da pessoa e da igualdade, para outra relativa à livre concorrência.

Não se pode, entretanto, mansamente aceitar como um debate correto aquele levantado pelo juiz paulista, dizendo se cuidar de questão, enfim, de livre concorrência – como se tentam naturalizar reformas trabalhistas, previdenciárias, dentre outras, como *imprescindíveis*, e não apenas mais um modo de aumentar carga tributária dos contribuintes mais pobres, que veem suas aposentadorias diminuídas, ou tendo que trabalhar muito mais sem sequer vislumbrá-la, para aumentar os lucros de outros, favorecer planos de previdência privada, as diferenças quedando-se cada vez mais abissais. Desvia-se o foco e são utilizados argumentos sobre regulação do mercado ou da livre concorrência, havendo – de fato – base para isto na Constituição Federal. No entanto, não pode ser este o objetivo final da Constituição ou qualquer outra norma, mas sim o ser humano – tendo assegurada sua dignidade sob todos os aspectos – inclusive o de não ser a mulher um objeto de decoração em algum espaço público para que em breve seja caçada.

Impressiona que a decisão do juiz de S. Paulo desloque o eixo da questão para o problema da liberdade do mercado, deixando num patamar inferior a discussão acerca da marca discriminatória que pode trazer a prática de cobrar menos das mulheres. O que parece faltar na decisão é o enfrentamento de um tema de direitos humanos em primeiro plano, a revelar valoração maior à livre concorrência e à abstenção do estado que a uma possível violação de direito humano fundamental à igualdade entre os sexos.

Investigar as razões de tal postura significa ir às profundezas de um processo de formação de identidade social, que atinge a maioria, nela incluídos os agentes políticos dotados de poder de decidir, como os juízes. Em outras palavras, ir ao fundo de um processo educativo. Este deita raízes nos primórdios da colonização do país e de lá traz, com o selo sacral da educação cristã da Modernidade, o traço indelével da desigualdade entre homem e mulher, esta com dois papéis opostos à sua escolha: santa ou pecadora.

Educar para emancipar, neste caso, significa desconstruir a “verdade” de uma desigualdade que afronta os textos de declarações e tratados de direitos humanos. E ainda colocar o eixo de questões como esta, ora em análise, em alinhamento com o direito humano mais relevante, que não pode ser outro que o da igualdade, quando em confronto com a prática da livre concorrência, mero princípio associado a um modelo que privilegia a iniciativa privada à procura do lucro. Uma tal visão, que situa o direito fundamental à igualdade em patamar elevado, não é ensinada à sociedade, nem ao agente público, que segue sua leitura social com base no senso comum. Aqui se observa, com gritante concretude, a trajetória do que antes é um postulado filosófico – a desigualdade “natural” entre os papéis masculino e feminino – para o *status* de um saber comum, universal, acrítico, legitimado pela repetição e pela crença vaga de sua correção; eis o senso comum.

Ainda que de modo coerente com o arranjo econômico vigente e com o próprio modelo de estado, a questão vai mais fundo. Ter que lutar para provar que é igual representa apenas uma faceta do que tem mais consistência – a luta efetivamente faz parte de qualquer mudança. É o olhar do todo que não se pode perder. *Ter que* provar que é igual, *ter que* explicar, *ter que* lutar por direitos porque se é ou se vê como mulher já é demonstração de que algo vai mal, que a igualdade é apenas uma palavra de nove letras. Ou se é igual ou não se é, não há meio termo.

Na balada a mulher nem sequer está física ou biologicamente diferente do homem, a menos que, por exemplo, esteja grávida. Tampouco com qualquer necessidade aquém das deles. Se elas têm menos dinheiro, não é esse o motivo que parece adequado para se cobrar menos: justo seria equiparar os salários – que já são díspares pela mesma razão que se cobra menos das mulheres nas noitadas ou restaurantes: são incapazes de governar a si mesmas. Os motivos para nisso se acreditar variam com o passar do tempo. Atualmente, são disfarçados, sendo a justificativa contida na própria decisão do magistrado de São Paulo. Do que se entende do édito, é importante notar que ele frisa haver uma certa dificuldade para que a mulher, “infelizmente desigual”, frequente o espaço público, que lhe aparece como perigoso, palco de possíveis abusos. Por isto a cobrança a menor com que se lhe facilita o acesso à diversão emerge como verdadeira benemerência, que visa compensar sua situação de desigualdade.

Trata-se a mulher, novamente, como incapaz, ainda que o disfarce tenha sido justamente o oposto (de dizer que a mulher realmente tem discernimento e pode escolher não ir a um lugar que

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/280996/YouTuber-pago-por-Temer-%C3%A9-not%C3%B3rio-por-misoginia-homofobia-e-j%C3%A1-fez-post-sobre-Dilma-de-quatro.htm>>. Acesso em: 05 set. 2018.



cobre preços diferenciados, por exemplo), e não é por mal, mas porque difundida a ideia que a magistrada do Distrito Federal bem ponderou: é um mau costume, mas que não pode ter o aval da justiça para se perpetrar.

O seguinte trecho ilustra a ideia:

Quantas semelhanças a entre o colonizado sob o jugo do colonizador e a categoria social mulheres sobre dominação-exploração da categoria social homens! No que tange a ambiguidade, as mulheres são socializadas para conduta ambígua. *Elas querem, mas não querem; elas sabem, mas não sabem; elas são fortes, mas são frágeis*, e assim por diante. E muitas mulheres sobrevivem graças às contradições presentes na ordem patriarcal de gênero, mesmo fora da situação colonial, mas também nela; outras vivenciam a impotência e, nesta, o fracasso; outras, ainda, soçobram.

Para a ordem patriarcal de gênero, é importante socializar as mulheres na ambiguidade. Como elas são, potencialmente, *todas presas*, e os homens, os *caçadores*, o jogo da conquista acaba por se tornar fundamental no seio do quero, mas não quero, do estou a fim, mas não estou, enfim, não sou tão fácil assim, exijo ser conquistada. Estudar as mulheres a *ilusão* de que escolhem seus parceiros, quando, na verdade, são muito mais escolhidas do que exercem seus desejos (VENTURI, RECAMÁN, OLIVEIRA, p. 48) (grifos nossos).

E SAFFIOTI magistralmente pode encerrar o assunto dizendo que:

Parece-me necessário insistir nesse nessas verdades óbvias, porque as mulheres têm sido isoladas, por assim dizer; e, enquanto elas têm sido despojadas das virtudes que deveriam cobrir a humanidade, têm sido *adornadas com graças artificiais* que eles possibilitam exercitar uma breve tirania. Com amor ocupando lugar de toda paixão mais nobre em seu coração, sua única ambição é ser bela para suscitar emoção, em vez de inspirar respeito; É esse desejo ignóbil, tal como o servilismo nas monarquias absolutistas, que destrói toda força de caráter. A liberdade é a mãe da virtude, e se as mulheres são, por sua própria constituição, escravos [...] elas devem continuar a definhar como planta exótica e a ser consideradas belas imperfeições da natureza. Lembremos também que elas são a *única* imperfeição (p. 59) (grifos nossos).

A emancipação, filha da liberdade, aparece com toda exuberância nesta reflexão, sinalizando o caminho para um almejado futuro de igualdade por meio de um processo educativo verdadeiramente emancipador.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se, diante do exposto, que existem mulheres que acham normal e assim incentivam a prática da diferenciação de preços em determinados locais, e que ainda agradecem tal discrepância, demonstrando que são mesmo exploradas; agradecem por assim o serem, sob aparência de que são *tão* prejudicadas nos salários aquém dos masculinos, que é justificável serem menos cobradas que eles. Os homens que com isto se alinham são tão explorados quanto elas. DUSSEL bem lembra que

La mujer no es la única oprimida, sino que hay muchos oprimidos, muchos varones oprimidos por estructuras totalizantes, por esto la liberación de la mujer no se va a dar sólo por la mujer, sino va a ser una liberación integral del hombre, donde también el varón se va a liberar, porque no deve creerse que está en mejor situación [...] él también está alienado (p. 23).

Por se tratar de assunto ainda aberto, resta apenas a opinião dos autores quanto ao explicitado após percorrer as decisões em análise, sendo indispensável considerar como se iniciou a educação a partir do Brasil colônia e criticar a alienação que explica a aceitação dos valores cobrados diferentemente em razão – exclusivamente – do gênero.

Desta forma, compreende-se que na sociedade de classes é importante reduzir as diferenças, mas o fundamental é eliminá-las, pela ruptura do arranjo que as legitima. Enquanto isso, as diferenças ficam maiores ou menores em razão do momento histórico. Quando maiores, impactam com mais intensidade a já precária efetivação dos direitos relativos à dignidade da pessoa e à igualdade. Quando o abismo social se agiganta, mais sentido fazem aquelas falas de *Quanto vale ou é por quilo?*, associando o comércio de escravos ao comércio da mercadoria mulher, ou equiparando a sensação de democracia à possibilidade de consumir.

Entretanto, acredita-se que a consciência das desigualdades e contradições de uma sociedade excludente e a luta por um equilíbrio fazem parte de um processo educativo que pode representar a gênese de uma ruptura, necessária e inevitável. A necessidade-fim é um mundo mais justo, mais livre e melhor. Mas a necessidade urgente é acabar com a exploração, sob qualquer aspecto<sup>10</sup>. O meio só pode ser uma educação - constante, profissionalizada, inserida nos currículos escolares, difundida nos espaços públicos da educação formal ou informal, nas faculdades de direito e nos cursos de adaptação para agentes públicos, como juízes, promotores, delegados, defensores e outros - comprometida com a cultura dos direitos humanos, que os coloque no elevado patamar que devem ocupar e que os identifique em sua dimensão concreta e cotidiana, histórica e política.

## REFERÊNCIAS

BITTAR, Marisa. **História da educação**: da Antiguidade à época contemporânea. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

CORDEIRO, Tiago. **A grande aventura dos jesuítas no Brasil**. São Paulo: Planeta, 2016.

DUSSEL, Enrique. **Liberacion de la mujer y erotica latinoamericana**. Bogotá: Editorial Nueva America, 1990.

GENTIL, Plínio. O pecado mora ao lado: a pedagogia do castigo na educação cristã. **Controlados pelas ameaças do inferno**: a repressão sexual na educação cristã e na formação dos seminaristas. São Carlos: Educar Direito, 2014.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica!**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

Medida Liminar concedida pelo juiz federal Paulo Cezar Duran, da 17ª Vara Federal Cível de São Paulo. Disponível em: <<http://www.jfsp.jus.br/assets/Uploads/administrativo/NUCS/decisooes/2017/170801precobares.pdf>>. Acesso em 03 set. 2018.

MORAES, Geraldo Dutra de. **A igreja e o colégio dos jesuítas de São Paulo**. São Paulo: Prefeitura do Município, 1979.

Nota técnica emitida pela Secretaria Nacional do Consumidor, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, aos 30 de junho de 2017. Disponível em: <<http://justica.gov.br/noticias/diferenciacao-de-precos-em-funcao-de-genero-e-ilegal/nota-tecnica-2-2017.pdf>>. Acesso em 03 set. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHMITZ, Egídio. **Os jesuítas e a educação**. São Leopoldo. Unisinos, 1994.

TJDFT – Processo nº 0718852-21.2017.8.07.0016; Decisão interlocutória. Decisão proferida pela mencionada juíza substituta, aos 06 de junho de 2017, em ação que versava sobre pedido de um homem ter o preço reduzido igual ao da mulher em determinado evento que havia diferenciação de

---

<sup>10</sup> Sendo os pesquisadores *confluências de vozes* (termo ouvido de David Sánchez Rubio), tem muito neste trabalho do falado por Ivo Tonet no II Congresso Internacional de Envelhecimento Ativo: luta e resistência diante dos ataques aos direitos conquistados, que ocorreu de 15 a 17 de agosto de 2017, na UNESP (Franca, SP).

preços. Procedimento do Juizado Especial Cível. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**: jurisprudência: pesquisa de jurisprudência. Disponível em: <[http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2015/12/3\\_TJDFT-Decisao-interlocutoria-preco-diferenciado-de-ingresso-Inform-Junho-Consumidor.pdf](http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2015/12/3_TJDFT-Decisao-interlocutoria-preco-diferenciado-de-ingresso-Inform-Junho-Consumidor.pdf)>. Acesso em 03 set. 2018.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

**REFLEXÃO SOBRE O ENVELHECIMENTO NO BRASIL: MARCOS HISTÓRICOS  
INTERNACIONAIS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS**

*REFLECTION ON AGING IN BRAZIL: INTERNATIONAL HISTORICAL FRAMES AND NATIONAL  
CONFERENCES*

Área temática: 1.4 Direito, Trabalho e Serviço Social

CINTRA, Soraia Veloso  
Universidade Federal de Uberlândia  
Doutora em Serviço Social  
soraia.veloso@ufu.br

SILVA, Edileusa.  
Universidade Federal de Uberlândia  
Doutora em Serviço Social  
edileusa@ufu.br

**Resumo**

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014) estima que 26,1 milhões de pessoas têm 60 anos e mais, apontando que o envelhecimento da população é reflexo da redução nas taxas de natalidade, além de melhorias na qualidade de vida que elevam a expectativa de vida dos(as) brasileiros(as). O Brasil tem, segundo projeções do IBGE, 201,5 milhões de habitantes. Com estas projeções é preciso pensar em políticas públicas e melhorias específicas para esta população. A preocupação vem de longe, desde a década de 1980, quando foi convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Primeira Assembleia Mundial sobre Envelhecimento. Em 1982, o encontro produziu o Plano de Ação Internacional de Viena sobre Envelhecimento. O Brasil, desde 2006 realiza conferências de direitos visando à participação dos idosos nas discussões dos seus direitos sociais.

**Palavras-chave:** Envelhecimento, participação social, marcos internacionais.

**Abstract**

The Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE, 2014) estimates that 26.1 million people are 60 years and older, pointing out that the aging of the population is a reflection of the reduction in birth rates, as well as improvements in the quality of life that increase the life expectancy of Brazilians. According to IBGE projections, Brazil has 201.5 million inhabitants. With these projections it is necessary to think about public policies and specific improvements for this population. The concern has come a long way since the 1980s when the First World Assembly on Aging was convened by the United Nations. In 1982, the meeting produced the Vienna International Plan of Action on Aging. Since 2006, Brazil has held rights conferences aimed at the participation of the elderly in discussions of their social rights.

**Keywords:** Aging, social participation, international milestones.

**1 INTRODUÇÃO**

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) estima que 30,2 milhões de pessoas têm entre 60 anos e mais, apontando que o envelhecimento da população é reflexo da redução nas taxas de natalidade e de melhorias na qualidade de vida que elevam a expectativa de vida dos(as) brasileiros(as). Em 2014, eram 26,1 milhões, e em 2012, 25,4 milhões. Em 2010, a população registrada nesta faixa foi de 18,2 milhões e, em 2000, em 14,5 milhões. O

Brasil tem, segundo projeções do IBGE, 201,5 milhões de habitantes. O crescimento impõe medidas importantes.

As mulheres idosas são maioria: em 2017, elas representavam 56% do total (16,9 milhões) e eles 44% (13,3 milhões). São dados interessantes que merecem atenção dos governantes na elaboração de políticas públicas, pois se trata de fenômeno intitulado „feminização da velhice“. As projeções futuras são revistas constantemente mas o IBGE divulgou no final de 2014 que em 20 anos, a população idosa no Brasil poderá ter uma representatividade na faixa de quase 40%, chegando a 88,6 milhões de pessoas.

A tendência de envelhecimento da população brasileira cristalizou-se mais uma vez na nova pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os idosos - pessoas com mais de 60 anos - somam 23,5 milhões dos brasileiros, mais que o dobro do registrado em 1991, quando a faixa etária contabilizava 10,7 milhões de pessoas. Na comparação entre 2009 (última pesquisa divulgada) e 2011, o grupo aumentou 7,6%, ou seja, mais 1,8 milhão de pessoas. Há dois anos, eram 21,7 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, o número de crianças de até quatro anos no país caiu de 16,3 milhões, em 2000, para 13,3 milhões, em 2011. (BRASIL, 2013, p.2).

Com estas mudanças, ou seja, com as projeções do envelhecimento populacional, os/as idosos/as passaram a ser alvos de preocupações em várias frentes como saúde, segurança, mobilidade, lazer, moradia, entre outros. Vários instrumentos legais foram discutidos visando à garantia dos direitos dos/as idosos/as.

A preocupação vem de longe, desde a década de 1980, quando foi convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Primeira Assembleia Mundial sobre Envelhecimento. Em 1982, o encontro produziu o Plano de Ação Internacional de Viena sobre Envelhecimento.

Esse Plano de Ação contém 62 recomendações, muitas das quais têm uma relevância direta para o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e é a base da política para a pessoa idosa, no plano internacional. Em 1991, a Assembleia Geral aprovou os Princípios das Nações Unidas em prol das Pessoas Idosas. (ONU, 2002, s/p).

Em 1991, as Nações Unidas elaboraram a Carta de Princípio para Pessoas Idosas que serve de orientação aos países signatários e destaca itens como independência, participação, assistência, realização pessoal e dignidade. Destaque para este último item. “Os idosos devem ser tratados de forma justa, independente da sua idade, gênero, origem racial ou étnica, deficiência ou outra condição e ser valorizados independentemente da sua contribuição econômica”. (ONU, 1991, s/p).

Em 1991, as Nações Unidas lançaram uma Carta de Princípios para as Pessoas Idosas, que inclui a independência, participação, assistência, autorrealização e dignidade das pessoas idosas. Ainda que esses instrumentos legais sejam construídos, divulgados e executados em diferentes níveis temporais e de intensidade, uma nova concepção do processo de envelhecimento vem sendo incorporada socialmente. (BRASIL, 2013, p.3).

Ainda no âmbito internacional, em 1992, a ONU realizou a Conferência Internacional sobre Envelhecimento e adotou um Plano de Ação para os anos seguintes, aprovando oito objetivos globais sobre o envelhecimento para que fossem alcançados até 2001. Para chamar a atenção de todos os

países com a questão, também ficou instituído 1999 seria o Ano Internacional do Idoso.

*Em 1992, a Assembleia Geral aprovou quatro objectivos globais sobre o envelhecimento para o ano 2001 e um guia para determinar os objectivos nacionais. Em 1992, [...] a Assembleia Geral aprovou a Declaração sobre o Envelhecimento em que pede encarecidamente o apoio de iniciativas nacionais relacionadas com o envelhecimento, de modo que as mulheres de idade avançada recebam o apoio adequado pela contribuição - ainda não reconhecida - que prestaram à sociedade e que se incentivem os homens de idade avançada a desenvolver aquelas capacidades sociais, culturais e emocionais que podem não ter potenciado durante os anos em que sustentaram a família. [...] Também declarou o ano de 1999 como Ano Internacional das Pessoas Idosas em reconhecimento da "longevidade" demográfica da humanidade. Os organismos especializados das Nações Unidas [...] prestaram também atenção ao problema do envelhecimento, nas suas respectivas esferas de competência. (UNRIC, 2002, p.6).*

Em 2002, foi realizada a Segunda Assembleia Mundial sobre o envelhecimento, na cidade de Madrid, Espanha.

Objetivando desenvolver uma política internacional para o envelhecimento para o século XXI, a Assembleia adotou uma Declaração Política e o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento de Madrid. O Plano de Ação pedia mudanças de atitudes, políticas e práticas em todos os níveis para satisfazer as enormes potencialidades do envelhecimento no século XXI. Suas recomendações específicas para ação dão prioridade às pessoas mais velhas e desenvolvimento, melhorando a saúde e o bem-estar na velhice, e assegurando habilitação e ambientes de apoio. (ONU, 2002, s/p).

## 2 AVANÇOS BRASILEIROS

Seguindo as tendências internacionais e a participação da sociedade por meio das conferências de direitos, o Brasil avançou muito nos princípios apontados pela Carta da ONU, antes mesmo de sua divulgação, tendo em vista que em 1988, o país promulgava a Constituição Federal, conhecida por "Constituição Cidadã" por causa dos direitos sociais garantidos no documento. O Brasil avançou com a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842 de 1994), com a criação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (2002), com a promulgação do Estatuto do Idoso (2003) e com a realização de quatro conferências nacionais.

[...] em relação ao estabelecimento de Políticas Públicas e Planos setoriais propostos de forma conjunta (governo e sociedade) destacam-se: a Política Nacional de Prevenção a Morbi-mortalidade por Acidentes e Violência (2001); o Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (2004); a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006); o II Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (2007). (BRASIL, 2013, p.3).

Os programas do Governo Federal também procuraram garantir o direito da pessoa idosa por meio da inclusão no Bolsa Família, no Brasil sem Miséria, no Minha Casa Minha Vida, no BPC (Benefício de Prestação Continuada). A Farmácia Popular com remédios gratuitos e/ou com descontos (osteoporose, glaucoma, asma, hipertensão, diabetes, *parkinson*, *alzheimer*) também é outro programa importante para a população idosa. (BRASIL, 2014). No combate a violência, foi criado o disque 100 para que os/as idosos/as possam registrar casos de violação de seus direitos. No

questo renda, o maior destaque vai para o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

É um benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. O BPC integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. O BPC foi instituído pela Constituição Federal de 1988, e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de 7/12/1993 e pelas Leis nº 12.435, de 06/07/2011 e nº 12.470, de 31/08/2011, que alteram dispositivos da LOAS e pelos Decretos nº 6.214/2007 e nº 6.564/2008. (BRASIL, 2013 a, p.5).

### 3 CONFERÊNCIAS NACIONAIS E O PROTAGONISMO SOCIAL

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a participação da sociedade civil vem sendo garantida por meio das Conferências. Estas por sua vez, são importantes meios para a elaboração de documentos que indicam aos governantes os melhores caminhos para a efetivação das políticas públicas destinadas a esta população específica.

No caso específico dos idosos, foram realizadas quatro conferências: 2006, 2008, 2011 e 2016. O tema da primeira conferência foi **Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (Renadi)** e contou com a presença de 500 delegados oriundos de todas as partes do país.

Suas discussões foram feitas com base no Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento proposto pela Organização das Nações Unidas, na Política Nacional do Idoso (Dec. N. 1.948/96), no Estatuto do Idoso e nas deliberações da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, além de outros instrumentos legais referentes à implementação da Política Nacional do Idoso a partir dos seguintes eixos temáticos: ações para efetivação dos direitos das pessoas idosas quanto à promoção, proteção e defesa; enfrentamento à violência contra a pessoa idosa; atenção à Saúde da pessoa idosa; Previdência Social; Assistência Social à pessoa idosa; financiamento e orçamento público das ações necessárias para a efetivação dos direitos das pessoas idosas; educação, Cultura, Esporte e Lazer para as pessoas idosas; Controle Social: o papel dos Conselhos. (DHNET, s/d, s/p, on line).

A segunda conferência em 2008 contou com a presença de aproximadamente de 800 pessoas entre delegados eleitos nas conferências municipais e estaduais e convidados. O tema foi **Avaliação da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa: avanços e desafios**, cujo objetivo principal está explicitado no próprio tema. A primeira conferência criou a RENADI e a segunda a avaliou.

A 2ª CNDPI contou com a participação de 508 delegados e delegadas eleitos nas etapas estaduais e distrital, além dos membros do CNDI, convidados e observadores. Ao todo, foram mais de 800 pessoas, com representação de todos os estados. Com caráter deliberativo, a 2ª Conferência foi um espaço privilegiado de interação democrática entre o Estado e a sociedade civil brasileira, onde foram identificados os avanços e desafios do processo de elaboração, implementação, avaliação e monitoramento das políticas públicas voltadas à efetivação dos Direitos Humanos da população idosa. E reiterados os compromissos assumidos pelo

Estado brasileiro, nos planos nacional e internacional, no que diz respeito à promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa, buscando estratégias para garantir o envelhecimento digno e saudável, bem como a valorização do idoso. (BRASIL, 2010, p. 8).

Na segunda Conferência, a discussão sobre a RENADI foi efetuada a partir dos nove eixos norteadores: ações para efetivação dos direitos da pessoa idosa quanto a promoção, proteção e defesa; enfrentamento à violência; atenção à saúde; previdência social; assistência social; educação, cultura, esporte e lazer; transportes, cidades e meio ambiente; gestão, participação e controle democrático; financiamento.

Três anos depois, nova conferência foi realizada. A de 2011 teve como objetivo central debater os avanços e os desafios da Política Nacional do Idoso. Seu tema **O compromisso de todos por um envelhecimento digno no Brasil** levou a Brasília cerca de 900 pessoas. O Jornal do Brasil noticiou o evento.

Cerca de 900 representantes de todos os estados do Brasil participam da 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Assuntos como o envelhecimento com qualidade de vida, os avanços e os próximos desafios da Política Nacional do Idoso estão sendo debatidos no encontro. Com o tema O Compromisso de Todos por um Envelhecimento Digno no Brasil a conferência reúne representantes regionais que respondem pelos 21 milhões de idosos em todo o país. [...] “O Brasil tem avançado muito nos problemas sociais e políticas públicas, não podemos ter nenhum retrocesso com relação ao tratamento dos idosos, quanto mais avançarmos, mais velha a nossa população ficará e é um direito envelhecer com dignidade”, disse a secretária nacional de Promoção dos Direitos Humanos, Nadini Borges. A secretária acrescentou ainda a importância da população idosa para os avanços registrados no país. “Temos muito agradecer”, disse. (JORNAL DO BRASIL, 2011, online).

A cada nova conferência é possível perceber a evolução das temáticas que “casam” bem com o momento vivenciado. A conferência de 2016 apontava este caminho ao apresentar o tema **Protagonismo e empoderamento da pessoa idosa - por um Brasil de todas as idades** quando as projeções futuras apontavam que, em 2050, 2 bilhões de pessoas terão 60 anos e mais, o que significa 22% da população global (Fundo das Populações das Nações Unidas).

Protagonista e protagonismo são palavras comumente utilizadas no campo da literatura, empregadas para se referir a personagens de uma história, responsáveis pelo desenrolar de um enredo (Justo et al., 2010). No campo das artes cênicas, mais especificamente nos romances da teledramaturgia, protagonista é o personagem principal de uma história, usualmente interpretado por artistas amplamente conhecidos. No campo das ciências sociais, estes termos têm sido utilizados como variantes do termo “sujeito” para designar grupos ou conjuntos de atores sociais que desencadeiam ações e se colocam ativamente na construção da história (Minayo, 2001). A própria expressão “atores sociais” está sendo amplamente aplicada no lugar do “sujeito”, em uma referência clara ao entendimento de que a sociedade se caracteriza como um cenário de acontecimentos parecidos com o das interpretações das artes cênicas. O emprego do termo protagonista e sua vinculação à literatura e dramaturgia não ocorrem por acaso. (ROZENDO, JUSTO, CORREA, 2010, p. 38).

Os autores explicam o significado de protagonista e ator social a partir da teledramaturgia para demonstrar como os termos foram transpostos para as ciências designando mais adequadamente os sujeitos sejam individuais ou em grupos. As expressões estavam bastante



adequadas em 2016, ano da última Conferência Nacional, pois o objetivo principal era sensibilizar não só as instituições e a sociedade de forma geral, mas principalmente os/as idosos/as para que fossem protagonistas da efetivação dos seus direitos. A Conferência recebeu cerca de 600 pessoas em Brasília.

No relatório final da 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa constam 20 propostas aclamadas na plenária final. Realizada na manhã de 27 de abril, último dia dos trabalhos, a plenária apresentou as propostas tiradas nos 10 grupos de trabalhos do dia anterior, com a presença de cerca de 600 pessoas. Os grupos de trabalho – com média de 58 pessoas em cada um - debateram 203 propostas que constavam no *Caderno de Propostas* distribuído para os 673 delegados presentes em Brasília. [...] No Eixo I – Gestão – foram debatidas 103 propostas, 25 encaminhadas para a plenária final e 10 aprovadas. [...] No Eixo II – Financiamento – 38 propostas foram debatidas, sendo que 10 foram encaminhadas à plenária e 4 escolhidas para o relatório final. No Eixo III – Participação – 33 propostas foram discutidas por dois grupos de trabalho, que enviaram 10 para a plenária, que aprovou quatro. No Eixo IV – Sistema Nacional de Direitos Humanos – um grupo de trabalho apreciou 29 propostas, encaminhou cinco, e a plenária aprovou duas. (BRANDÃO, 2016, s/p).

Entre as propostas, destaque para a que indicava mudanças nos critério do BPC, reduzindo a idade de 65 anos para 60 anos. Mas que não houve qualquer alteração por parte do Congresso. O assunto deve voltar a pauta na 5ª Conferência.

A 5ª Conferência, aliás, deverá ser realizada em 2019 e já está convocada. Até março de 2019, os municípios deverão realizar suas conferências e posteriormente participar das etapas regionais, estaduais e a nacional, prevista para novembro. O tema é **Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o Papel das Políticas Públicas**. Foram organizados quatro eixos para refletir e propor mudanças: 1. Direitos Fundamentais na construção/efetivação das Políticas Públicas (subeixos: saúde, assistência social, previdência social, moradia, transporte, cultura, esporte e lazer); 2. Educação: assegurando direitos e emancipação humana; 3. Enfrentamento da violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa; 4. Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta reflexões sobre o envelhecimento no Brasil, por meio de marcos históricos internacionais e das conferências nacionais dos direitos sociais. O artigo mostra que há tempos, os organismos internacionais estão preocupados com o envelhecimento da população e justamente por isso, o assunto não se esgota aqui.

De forma geral, é preciso levar em consideração todos os avanços que os idosos/as brasileiros/as alcançaram desde a Constituição de 1988. É notório que o desenvolvimento de políticas públicas específicas para os maiores de 60 anos trazem benefícios, garantindo mais qualidade de vida a este grupo no sentindo amplo da expressão em várias áreas diferentes como saúde, lazer, assistência social e outros.

Mas é preciso atenção e vigília. O fato de ter estes avanços não significa que não haja problemas. Um dos exemplos é voltar a atenção a 1995 quando em Pequim (China) foi realizada a Conferência pelos Direitos das Mulheres. Olhando atentamente o documento produzido no evento, é possível perceber que não há subitens sobre a questão geracional. Ali, se tratou dos direitos das meninas, mas não se tratou dos direitos das idosas. E isso se faz necessário tendo em vista que percentualmente há mais mulheres idosas do que homens, o que demanda políticas específicas para os dois grupos. A cobrança deve partir de todos(as).

A participação nos Conselhos de Direitos é muito importante, pois ali a população idosa se encontra representada. É dentro dos Conselhos que o assunto precisa ser amplamente debatido. É

também por meio deles e das Conferências que propostas devam ser encaminhadas aos governantes para que os mesmos transformem esses encaminhamentos em políticas públicas. O Brasil precisa pensar com seriedade no envelhecimento populacional visando garantir um futuro digno às mais de 30 milhões de pessoas com 60 anos e mais já contabilizadas pelo IBGE. O futuro é agora. Agora é hora de agir.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Hermínia. Conferência Nacional do Idoso termina com 20 propostas aprovadas. Disponível em <http://www.jornal3idade.com.br/?p=7214>

BRASIL, 2018. Conferências nacional, estaduais e municipais da pessoa idosa. Disponível em <http://angbrasil.com.br/index.php/2018/07/13/conferencias-nacional-estaduais-e-municipais-da-pessoa-idosa/>

BRASIL, 2014. Ministério da Saúde. Programa Farmácia Popular. Disponível em <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/346-sctie-raiz/daf-raiz/farmacia-popular/l1-farmacia-popular/9678-farmacia-popular-do-brasil>

BRASIL, 2013. Dados sobre o envelhecimento no Brasil. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenadoria Geral dos Direitos do Idoso. Disponível em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/dadosestatisticos/DadosobreoenvelhecimentoonoBrasil.pdf>

BRASIL, 2013 a. Benefício de Prestação Continuada. Ministério da Previdência Social. Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cartilhas/conheca-mais-sobre-o-bpc-2013-um-direito-garantido-pela-constituicao-federal/cartilha-bpc-2011.pdf/download>

BRASIL, 2010. Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Avaliação da rede nacional de proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa: avanços e desafios. Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

DHNET, s/a. Conselho dos direitos temáticos. As conferências dos direitos da pessoa idosa. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/3/idoso/conferencias.htm>

JORNAL DO BRASIL. Envelhecimento é tema debatido na 3ª Conferência dos Direitos da Pessoa Idosa. Disponível em <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2011/11/24/envelhecimento-e-tema-debatido-na-3a-conferencia-dos-direitos-da-pessoa-idosa/>

ONU, 1991. Carta de Princípios da Pessoa Idosa. Disponível em [http://direitoshumanos.gddc.pt/3\\_15/IIIPAG3\\_15\\_1.htm](http://direitoshumanos.gddc.pt/3_15/IIIPAG3_15_1.htm)

ONU, 2002. ONU e as pessoas idosas. Disponível em <http://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>

PEQUIM, 1995. Declaração e plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Disponível em [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao\\_pequim.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf)

ROZENDO, Adriano da Silva. JUSTO, José Sterza. CORREA, Mariele Rodrigues. Protagonismo político e social na velhice: cenários, potências e problemáticas. In: Revista Kairós Gerontologia, 13 (1), São Paulo, junho / 2010: 35-52.

UNRIC, 2002. Direitos humanos e pessoas idosas. Disponível em [https://www.unric.org/html/portuguese/ecosoc/ageing/D\\_H\\_Pessoas\\_Idosas.pdf](https://www.unric.org/html/portuguese/ecosoc/ageing/D_H_Pessoas_Idosas.pdf)

**REFLEXÕES SOBRE A COMPETÊNCIA DA INSTITUIÇÃO MILITAR PARA APURAÇÃO DE  
CRIMES CONTRA VIDA DE CIVIL**

*REFLECTIONS ON THE COMPETENCE OF THE MILITARY INSTITUTION TO ENCOURAGE  
CRIMES AGAINST CIVIL LIFE*

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

OLIVEIRA, Elisa  
Bacharel em Direito pela  
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) polo de Passos  
Pós Graduando em Direito Militar e Direitos Humanos e Ressocialização pela  
Rede Futura de Ensino Dom Alberto – Santa Cruz do Sul  
E-mail- elisa.oliveira.oliveira@hotmail.com.

PRADO, Marcos Luiz Viana  
Bacharel em Direito pela  
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) polo de Passos  
Bacharel em Ciências Biológicas pela FESP – Passos  
E-mail- mlvprado@hotmail.com.  
E-mail- elisa.oliveira.oliveira@hotmail.com.

OLIVEIRA, Zaíra Garcia  
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) polo de Passos  
Doutoranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela  
Universidade de Araraquara, Mestra em Desenvolvimento Regional /UNIFACEF  
E-mail- oliveiraadv.zaira@yahoo.com.br.

## Resumo

No presente artigo tem por intuito tratar sobre a competência da Polícia Judiciária Militar, em especial a Polícia Militar de Minas Gerais, para instauração e condução do Inquérito Policial Militar no caso de crimes dolosos contra a vida de civil praticado por militares estaduais em serviço ou atuando em razão da função, com objetivo de trazer ao conhecimento seu amparo legal, sua validade e esclarecer a não necessidade de instauração do Inquérito Policial por parte da Polícia Judiciária Civil, evitando assim a duplicidade de apuração, assegurando direitos e garantias fundamentais do investigado e evitando gastos ao Estado. Os argumentos apresentados para justificarem que não necessita submeter o militar a dois procedimentos administrativos (IPM e IP) para elucidação do mesmo fato serão embasados na legislação, na doutrina e na jurisprudência pátria. Visa também demonstrar que o IPM é um instrumento dotado de legalidade e imparcialidade que busca elucidar a autoria e a materialidade dos crimes, pois reúne todos os meios de provas legais e cabíveis que vão contribuir na formação do juízo do titular da ação penal. Neste trabalho foi utilizada como metodologia, a pesquisa bibliográfica.

**Palavras-chave:** Inquérito Policial Militar, Polícia Judiciária Militar, Homicídio Doloso Contra a Vida de Civil.

## Abstract

This article intends to deal with the competence of the Military Judicial Police, especially the Military Police of Minas Gerais, to establish and conduct the Military Police Inquiry in the case of intentional crimes against civilian life practiced by state military personnel in service or acting in order to bring to the attention its legal protection, its validity and clarify the need not to install the Police

Inquiry by the Civil Judicial Police, thus avoiding duplication of investigation, assuring fundamental rights and guarantees of the investigated and avoiding expenditures to the State. The arguments presented to justify that it does not need to subject the military to two administrative procedures (IPM and IP) to elucidate the same fact will be based on legislation, doctrine and jurisprudence. It also aims to demonstrate that the IPM is an instrument with legality and impartiality that seeks to elucidate the authorship and materiality of the crimes, since it assembles all means of legal and appropriate evidence that will contribute to the formation of the judgment of the holder of the criminal action. In this work the bibliographic research was used as methodology.

**Keywords:** Military Police Inquiry, Military Judicial Police, Dolicious Homicide Against Civilian Life.

## 1 INTRODUÇÃO

O artigo a seguir discorrerá sobre a competência da Polícia Judiciária Militar (PJM), em especial a Polícia Militar de Minas Gerais e a validade do Inquérito Policial Militar (IPM) para apuração de crimes dolosos contra a vida de civil praticado por militares em serviço ou operando em razão da função.

O tema do presente estudo é muito controverso entre Ministério Público, Poder Judiciário, Instituições Policiais e também entre operadores do direito.

A Constituição Federal de 1988, foi um divisor de águas entre o período do governo ditatorial militar para o período do governo civil e democrático, desde então as instituições militares são tidas por muitas pessoas como uma instituição opressora de direitos individuais e coletivos, consequência do período ditatorial, toda via não condiz com a realidade, visto que as ações policiais desde a formação profissional até as ações operacionais do dia a dia são pautadas nos Direitos Humanos e fiscalizadas por instituições independentes.

A Polícia Militar é a instituição que mais sofre esse preconceito, visto ser o único órgão de segurança pública presente em todos os municípios para lidar com as mais variadas demandas sociais, estabelecendo a ordem e proporcionando a paz social.

Alguns eventos que acabaram com morte em massa de civis, exemplos a casa de Detenção em São Paulo, em que 111 detentos morreram no ano de 1992, outros casos como Carandiru, Cidade de Deus, Favela Naval, Rota 66, entre outros, contribuíram para que a imagem das instituições militares e da Justiça Militar junto à opinião pública a qual é muito influenciada pela mídia e dos demais poderes constituídos.

A competência para processar e julgar os crimes militares estaduais dolosos contra a vida de civil, que até o ano de 1996 era das Instituições Militares, já que o foro competente era o militar, passou a ser da justiça comum/tribunal do júri. Com frequência ocorrem divergências entre operadores do Direito, policiais militares e policiais civis, Ministério Público, Poder Judiciário em todo Brasil em relação a qual das instituições compete apurar crime doloso contra a vida de civil praticado por militar em serviço ou atuando em razão dele.

As divergências em sua maioria se dão pelas edições da Lei 9.299 de 07 de Agosto de 1996, do Decreto lei número 1.001 de 21 de Outubro de 1969 do Código Penal Militar e o artigo 82, do Decreto lei número 1.002 de 21 de Outubro de 1969 do Código de Processo Penal Militar e pela EC 45 de 30 de Dezembro de 2004.

Até a edição das referidas leis os crimes militares envolvendo militares estaduais eram processados e julgados pela Justiça Militar Estadual, a problemática do presente estudo ocorre que devido às mudanças acima mencionadas, em muitos casos os militares respondem por dois processos. Sendo assim, a abertura de dois inquéritos não possui embasamento legal e sua conclusão pode ser totalmente diverso um do outro, bem como acarretar ao militar investigado uma série de transtornos, gerando desarmonia entre a instituição civil e militar, além de gerar gastos ao Estado com a dupla investigação para um mesmo fato.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Foram realizadas pesquisa em doutrinas que versam a respeito do direito militar, assim como na legislação correspondente e na parte histórica.

### 2.1 CRIME MILITAR DOLOSO CONTRA A VIDA

O crime doloso está previsto no art. 33, inciso I, do CPM com a seguinte redação: —Art33. Diz-se o crime: I - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo [...].”

Serão considerados crimes militares, as condutas praticadas por policiais militares que se enquadrarem nas circunstâncias previstas no art. 9º e 10º do COM.

O artigo 82, § 2º do CPPM, assim descreve: Artigo 82º, [...] § 2º —~~Os~~ crimes dolosos contra a vida, praticados contra civil, a Justiça Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à justiça comum”.

Como se vê, nos casos de infrações penais dolosas contra a vida de civil praticadas por militares, se fala em IPM, de competência da Polícia Judiciária Militar, e não em IP, de competência de delegados de polícia.

A Instrução número 05 da Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais, estabelece que crime militar no âmbito estadual é:

Art. 8º. Crime militar, na esfera estadual, é todo o fato típico, antijurídico e culpável, de natureza militar, praticado por militares em situações descritas no art. 9º do CPM combinado com o tipo de ilícito especificado na Parte Especial do mesmo diploma legal, que atenta contra o dever militar e os valores das Instituições Militares. (MINAS GERAIS, 2012, p. 7).

Corroborando com o pensamento apresentado, Gilmar Luciano Santos em sua obra intitulada Prática Forense para o Juiz Militar, este afirma que:

Quando o crime for militar (próprio ou impróprio), cabe à organização militar exercer a polícia judiciária, não a outro órgão civil.

O que ocorre é que os estudiosos do direito que não dominam a seara militar acabam confundindo a natureza jurídica do crime, a competência para o exercício da polícia judiciária e a competência jurisdicional para julgamento do ato delituoso. São situações jurídicas distintas.

Para exemplificar, mencionamos o caso do policial militar que, estando em serviço, atende uma ocorrência de assalto em que o criminoso reage à abordagem e dispara contra o policial, mas este, mais ágil e treinado, revida à agressão e mata o assaltante.

Nesse caso, o crime é militar impróprio (o inquérito policial deve ser feito pela Polícia Militar - §2º do Art.82 do CPPM), mas o julgamento é de competência do Tribunal do Júri, nos termos do art. 125, §4º, da CF/88.

Dessa forma, entendemos que o policial militar, estando em serviço, somente poderá cometer crime militar, nunca um crime comum. Assim, a incidência da norma penal militar estará sempre acompanhando as ações policiais militares. (SANTOS. 2013 p. 68)

O Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG) no artigo 15 define que o militar dever estar pronto para atuar em qualquer lugar a qualquer hora de acordo com as ordens dos superiores ou deveres impostos em normas regulamentares (MINAS GERAIS, 1969).

O mesmo diploma legal estabelece que o militar possui os mesmos deveres legais estando fardado ou não. O Regulamento Geral da Polícia Militar de Minas Gerais (RGPM) estabeleceu que o policial militar, inclusive de folga, deve estar pronto para atuar do ponto de vista policial em qualquer lugar que esteja; que a atuação nessa situação é entendida como ato de serviço.

Vale lembrar que os militares estão inseridos na sociedade e dela fazem parte, são pessoas idôneas, muitos com formação superior, devidamente aprovados em concurso público, não saem de suas casas e entram em serviço ou atuam em função da profissão que exercem com a intenção —~~matar~~ “alguém”, por isso, quando são autores de crimes dolosos contra a vida de civil, não seria razoável julgá-los da mesma forma que se julga o civil que pratica crime doloso contra a vida.

## 2.2 JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL EM MINAS GERAIS

A Justiça Militar de Minas Gerais foi criada pela Lei nº 226, de 9 de novembro de 1937, era composta por um Auditor e por Conselhos de Justiça, especiais ou permanentes. Inexistindo um órgão próprio de segundo grau, a jurisdição era exercida pela Câmara Criminal da Corte de Apelação,

hoje, Tribunal de Justiça.

Por meio da Constituição da República de 1946, a Justiça Militar Estadual foi colocada como órgão do Poder Judiciário dos Estados, posicionamento esse seguido pelas próximas Constituições, e previu a criação de órgãos de Segunda Instância, ou seja, os Tribunais Militares.

Com sede na Capital, foi criado pelo decreto-lei nº 1.630, de 15 de janeiro de 1946, o Tribunal Superior de Justiça Militar, que reestruturou a Justiça Militar, como órgão de segundo grau de jurisdição, composto de três juízes, sendo um civil e dois militares, nomeados pelo Governador do Estado. Continuou a existir uma só Auditoria com três espécies de Conselhos de Justiça: o Especial, o Permanente e o de Corpo.

Já em 22 de junho de 1954, através da Lei nº 1.098 Organização Judiciária, o número de juízes componentes do Tribunal de Justiça Militar subiu para cinco, fixando-os em três juízes militares e dois civis. Finalmente, em 8 de dezembro de 1975, o Tribunal de Justiça, por meio da Resolução nº 61 Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais, manteve-se em cinco o número de juízes do Tribunal de Justiça Militar, aumentando para três o número de Auditoria e permanecendo os Conselhos de Justiça.

A Constituição Federal de 1988 trata da competência da Justiça Militar e da criação dos Tribunais de Justiça Militar, os quais existem na atualidade em três Estados: Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Em 8 de dezembro de 2004, a Emenda Constitucional número 45 que trata da Reforma do Judiciário, trouxe alterações à Justiça Militar Estadual, mais precisamente no artigo 125, onde o Juiz Auditor passou a chamar Juiz de Direito do Juízo Militar, além de ampliar a competência desta justiça especializada para processar e julgar as ações judiciais contra atos disciplinares militares.

O Tribunal de Justiça Militar passou a ter sete juízes, sendo: quatro militares, nomeados pelo Governador do Estado dentre coronéis da ativa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, e três civis, sendo um deles promovido dentre os Juízes de Direito do Juízo Militar e os outros dois nomeados entre os representantes do quinto constitucional, advogados e membros do Ministério Público. As Auditorias também foram ampliadas, passando a contar com três juízes de direito do juízo militar titulares e três substitutos na sua composição

### **2.3 COMPETÊNCIA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR**

Quando falamos da competência da polícia judiciária militar, ela se encontra descrita no artigo 8º do Código de Processo Penal Militar, no que diz respeito à apuração dos crimes militares, prestação de informações necessárias à instrução e julgamento dos processos, cumprir mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar.

De acordo com o parágrafo o §4º do art. 125 da CF/88, com redação dada pela EC 45/04:

Art. 125, [...] § 4º: Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças. (BRASIL, 1988, CF).

O doutrinador Renato Brasileiro de Lima, em sua obra intitulada Legislação Criminal Especial Comentada, traz considerações a respeito das diversas funções exercidas por uma mesma polícia, vejamos:

Veja-se, então, que uma mesma Polícia pode exercer diversas funções. A título de exemplo, quando um policial militar anda fardado pelas ruas, age em exercício de funções de polícia administrativa, já que atua com objetivo de evitar a prática de delitos. Por sua vez, supondo a prática de um crime militar por um policial militar do Estado de São Paulo, as investigações do delito ficarão a cargo da própria Polícia Militar em questão, cujo encarregado do Inquérito Policial Militar agirá no exercício de função de polícia investigativa. Por último, segundo o art. 8º, -e" do CPPM, incumbe à polícia judiciária militar cumprir os mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar, atribuição esta inerente às funções de polícia judiciária

militar. (LIMA. 2016, p. 180).

A polícia judiciária militar possui competência para atuar na prevenção, investigação, dentre outras hipóteses elencadas no artigo acima, visando sempre o controle das ações praticadas pelos membros da instituição militar.

De acordo com o parágrafo o §4º do art. 125 da CF/88, com redação dada pela EC 45/04, é de competência da JME processar e julgar os militares estaduais, sendo a apuração do crime militar feita por meio do IPM através da PJM e não por agente de outra instituição.

## **2.4 INQUÉRITO POLICIAL MILITAR**

O Inquérito Policial Militar nada mais é que a apuração sumária nos termos legais, de um fato que infringiu a norma jurídica e configure crime militar bem como elucidar sua autoria, tendo caráter de instrução provisória com a principal finalidade de fornecer os elementos necessários à propositura da ação penal conforme o artigo 9º do CPPM:

Art. 9º - O inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal. (BRASIL. 1969, CPPM).

O IPM é instaurado pela autoridade militar tanto no âmbito das Forças Armadas quanto no âmbito das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares Estaduais e do Distrito Federal, que pode ser o Comandante Geral, o Chefe do Estado Maior, os Comandantes Regionais, e de Batalhões, atribuição que também poderá ser delegada a outro Oficial conforme previsto no artigo 7º do CPPM.

Como vimos, a finalidade do IPM é fornecer elementos à instauração da ação penal e o seu valor probante (CPPM, art. 9º) está na seriedade de sua elaboração com a realização de perícias, avaliações, que não mais se repetem em Juízo. Provas que são produzidas por peritos idôneos e com obediência às formalidades legais conforme art. 48. CPPM. Os peritos ou intérpretes serão nomeados de preferência dentre oficiais da ativa, atendida a especialidade.

O Ministério Público Militar apreciará todos os meios de provas contidos no IPM, podendo solicitar novas diligências a fim de complementar todos os meios de provas possíveis e necessários para que assim possa formar sua convicção e oferecer denúncia, (CPPM, art. 80).

Tendo por base no artigo acima, podemos concluir que o IPM deverá conter todos os meios de provas legais possíveis, não havendo espaço para parcialidade ou favorecimento ao investigado, tendo em vista que o Ministério Público poderá requisitar os documentos necessários para contribuir com a sua convicção.

## **2.5 VALIDADE DO IPM**

No caso de crime doloso contra a vida de civil praticado por militar estadual em serviço ou atuando em razão da função, a investigação do referido crime será feita pela PJME por meio do Inquérito Policial Militar (IPM), sendo os autos remetidos a Justiça Militar Estadual (JME).

Após análise dos autos, a JME arquivará os autos do IPM quando a ação for legítima, respaldada pelas excludentes de ilicitude, caso entenda que não, a JME remeterá os autos a Justiça Comum (JC) que pedirá o arquivamento ou oferecerá denúncia, que no caso de homicídio doloso o julgamento ficará a cargo do Tribunal do Júri.

De acordo com Roth, 2011, cabe à Polícia Judiciária Militar a investigação, por meio do IPM, daquelas condutas tipicamente descritas como crimes dolosos contra a vida de civis praticadas por militares estaduais em serviço.

O crime de homicídio doloso contra a vida de civil praticado por militar estadual em serviço ou atuando em razão dele, é crime militar e não crime comum, como reconheceu o Pleno do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo ao analisar a resolução SSP 110 de 19 de Julho de 2010 que dispunha que os crimes dolosos contra a vida praticados por militares estaduais contra civis, estando o militar em serviço ou de folga, os militares deveriam ser conduzidos a presença da PC para o delegado tomar as providências de PJ, decidindo unanimemente pela inconstitucionalidade da referida resolução:

POLÍCIA MILITAR – Conteúdo Normativo da Resolução SSP 110, de 19.07.10 reconhecido – Observância da reserva de plenário nos termos do art. 97, da Constituição Federal – A Lei 9.299/96 e a EC nº 45/04 apenas deslocaram a competência para o Júri, para processar e julgar crimes militares dolosos contra a vida, com vítimas civis – Manutenção da natureza de crime militar (art. 9º, CPM) impõe a aplicação do § 4º, do art. 144, do COM – Competência exclusiva da polícia judiciária militar para a condução da investigação – Inconstitucionalidade reconhecida da Resolução SSP 110, de 19.07.10 – Decisão unânime.

O doutrinado Roth assevera que:

A Emenda Constitucional (EC) nº 45/2004, ao alterar a redação do § 4º do art. 125 da Constituição Federal de 1988, constitucionalizou a regra de Lei nº 9.299/1996, ao estabelecer o deslocamento da competência do processo e do julgamento do crime militar para o Júri, porém, não desnaturou o crime militar, mas apenas definiu qual Órgão do Poder Judiciário é o Juiz natural nessa causa (ROTH, 2006, p. 454).

Podemos concluir que a EC 45/2004 e a Lei 9.299/1996 não retirou da Justiça Militar a competência pré-processual dos atos inerentes ao IPM, muito menos transformou o crime militar em crime comum, apenas definiu que restando configurado que se trata de crime doloso contra a vida de civil, se realize o processo e o julgamento perante o Tribunal do Júri.

## **2.6 LEI Nº 9.299/1996 – ALTERA DISPOSITIVOS DO CPM E CPPM**

A lei 9.299 editada em 07 de Agosto de 1996, altera dispositivos dos decretos-leis números 1.001 e 1.002 de 21 de Outubro de 1969, Código Penal Militar e Código Processo Penal Militar, respectivamente, é fruto de um projeto de lei confeccionado em 1995 pelo Deputado Federal Hélio Bicudo, criada com a finalidade de retirar da JME e transferir para a JC, notadamente o Tribunal do Júri o julgamento dos militares estaduais quando autores de crimes dolosos contra a vida de civil mesmo estando em serviço.

O autor da lei defendia que nos confrontos entre policiais e cidadãos em conflitos com as leis, estes sempre morriam e como a investigação ficava a cargo das próprias polícias militares e o julgamento era feito pela JM, os policiais se sentiam confortáveis para cometerem crimes, pois tal procedimento gerava uma sensação de impunidade.

A lei foi aprovada rapidamente e contou com grande apoio popular devido algumas ações das polícias militares em confronto com criminosos que acabaram mortos, contudo não houve preocupação em criar uma lei que agravasse a pena de quem fosse autor de crimes dolosos contra a vida de militares.

As alterações foram feitas no CPM e CPPM, a saber: Art. 1º O art. 9º do Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º

II – [...]

c) por militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou civil;

f) revogada.

Parágrafo único. Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum."

Art. 2º O caput do art. 82 do Decreto-lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido, ainda, o seguinte § 2º, passando o atual parágrafo único a § 1º:

"Art. 82. O foro militar é especial, e, exceto nos crimes dolosos contra a vida praticados contra civil, a ele estão sujeitos, em tempo de paz:

§ 1º [...]



§ 2º Nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra civil, a Justiça Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à justiça comum".

Diante de tais alterações, surgiram divergências entre as instituições e operadores do direito a respeito da competência para a investigação desses crimes, o que tem gerado desgastes institucionais, investigações paralelas, gastos desnecessários ao erário público e transtornos ao militar investigado.

As instituições militares estaduais entendem que a atribuição para a investigação de crimes dolosos contra a vida de civil praticados por militares estaduais durante o serviço ou em razão dele continua sendo da Polícia Judiciária Militar (PJM). As polícias civis entendem que a responsabilidade para a investigação foi transferida para a Polícia Judiciária Comum (PJC); membros do Ministério Público, Poder Judiciário e estudiosos do direito, erroneamente também compactuam como esse posicionamento.

Visto que: o disposto no art. 82, § 2º da mencionada lei, traz que —aJustiça Militar encaminhará os autos do IPM à Justiça Comum", não diz —encaminhará os autos do Inquérito Policial à Justiça Comum", portanto, IPM é de competência da PJM, enquanto que IP é de competência da PJC.

## 2.7 REFORMA DO JUDICIÁRIO EMENDA CONSTITUCIONAL (EC) Nº45/2004

A EC45 de 30 de Dezembro de 2004 alterou 25 artigos da CF/88 e deu outras providências, contudo não alterou o art. 124 da CF/88 que trata da competência da Justiça Militar, permanecendo com a seguinte redação:

Art. 124. [...] à Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.

Parágrafo único. A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar. (BRASIL. 1988, CF).

Como veremos a seguir o artigo 125 e seus parágrafos relativos à Justiça Militar Estadual. Na redação antiga do § 3º, era usado apenas o termo —Conselhos de Justiça" e usava também a expressão —efetivo da polícia militar":

[...] § 3º A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar Estadual, constituída, em primeiro grau, pelos Conselhos de Justiça, e, em segundo, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo da polícia militar seja superior a vinte mil integrantes. (BRASIL. 1988, CF).

Com a nova redação, acrescentou-se o termo —Juizes de Direito" bem como substituiu a expressão —efetivo da polícia militar" por —efetivo militar":

[...] § 3º A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar Estadual, constituída, em primeiro grau, pelos Juizes de Direito e Conselhos de Justiça, e, em segundo, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes. (BRASIL. 1988, CF).

Na redação antiga do § 4º, usava-se o a expressão —policiais militares e bombeiros militares":

[...] § 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares, definidos em lei, cabendo tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças. (BRASIL. 1988, CF).

Com a nova redação, usa-se a expressão —militares dos Estados", além de ter acrescentado ao artigo a frase "e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do

Tribunal do Júri quando a vítima for civil”:

[...] § 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do Tribunal do Júri quando a vítima for civil, cabendo tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

§ 5º. Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência do juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares. (BRASIL. 1988, CF).

As alterações feitas pela EC 45/2004, em relação ao § 3º foram pouco significativas, havendo a inclusão dos Juízes de Direito e adotou o termo militares dos Estados, o que incluir os policiais militares e os bombeiros militares.

As mudanças foram mais significativas em relação ao § 4º, onde a Justiça Militar passou a ter competência de natureza civil, pois incluíram a possibilidade de julgamento das ações judiciais contra atos disciplinares militares, com isso todas as ações ordinárias e o mandado de segurança a serem impetrados por militares estaduais, que visem atacar a legalidade de um ato disciplinar deverão ser na JM, aumentando assim o número de processos em tramitação.

A EC 45/2004 não permitiu o julgamento de civil que pratique crime militar estadual como ocorre na esfera da Justiça Militar Federal, bem como não trouxe alteração na esfera militar federal, ferindo assim o Princípio da Isonomia, tendo em vista os militares estaduais serem forças auxiliares das forças armadas conforme texto constitucional.

## **2.8 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS QUE FORTACELEM A VALIDADE DO APFD/IPM**

Alguns princípios constitucionais fortalecem a validade do APFD/IPM para apurar os crimes dolosos contra a vida de civil praticados por militares em serviço ou atuando em razão da função, afastando qualquer argumentação contrária que possa surgir a esse respeito.

Podemos citar múltiplos princípios constitucionais que devem ser levados em conta durante a realização do APFD/IPM como o princípio da Impessoalidade, Moralidade, Eficiência, Finalidade dentre outros.

Analisaremos a seguir, o princípio da vedação ao bis in idem, o princípio da economia processual, princípio da especialidade, princípio da lei nova revoga a norma anterior e o princípio da dignidade da pessoa humana, que corroboram em favor da validade do APFD/IPM.

### **2.8.1 VEDAÇÃO AO BIS IN IDEM**

O princípio da vedação ao “bis in idem” estabelece que pelo mesmo fato ninguém poderá ser processado e punido mais de uma vez. Tal princípio encontra-se positivado na Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, no artigo 8º, IV, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 678/92.

Nos casos de crimes dolosos contra a vida de civil praticados por militares em serviço, é comum o militar responder a um Inquérito Policial junto à Polícia Civil (ou Federal) e também a um Inquérito Policial Militar (IPM) perante a Corporação Militar, configurando assim o “bis in idem”, onde o militar é indiciado duas vezes, violando assim o Pacto de São José da Costa Rica.

A dupla investigação como citada no parágrafo anterior, também viola outros direitos fundamentais, como a igualdade e a isonomia, uma vez que o civil é submetido apenas a um inquérito e os militares a dois inquéritos, maculando assim o princípio da presunção de inocência.

Mesmo sendo um fato inerente à profissão e comum para os militares a abertura de um inquérito para apurar suas condutas, tal procedimento acaba gerando ao investigado, sérios transtornos, seja psicológico, seja em relação ao tempo que teria de folga, além de uma eventual condenação social, quanto mais a abertura de dois inquéritos para apuração do mesmo fato, dobra o desgaste do investigado.

### **2.8.2 PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL**

Qualquer que seja o processo, administrativo ou judicial, acarreta em gastos ao Estado, seja com papel e tinta para impressão, ou com pagamento do servidor responsável pelo andamento do procedimento, dentre outros. Assim, tal princípio busca a otimização dos recursos estatais, aumentando a eficiência e diminuindo os custos. Com base no princípio da economia processual, a abertura de dois inquéritos policiais, um pela Polícia Militar e outro pela Polícia Civil, para apurar o mesmo fato, não respeita o que prevê o citado princípio.

Os doutrinadores Antônio Carlos de Araújo Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido Rangel Dinamarco, aduzem que:

Se o processo é um instrumento, não se pode exigir um dispêndio exagerado com relação aos bens que estão em disputa. E mesmo quando se trata de bens materiais deve haver uma necessária proporção entre fins e meios, para equilíbrio do binômio custo-benefício. É o que recomenda o denominado princípio da economia, o qual preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais. (CINTRA, DINAMARCO E GRINOVER.2005, p. 74).

Já que a finalidade do inquérito é colher elementos informativos em relação a autoria e materialidade do delito a ser esclarecido, para que o titular da ação penal possa formar seu juízo, mas não é um procedimento indispensável, pois existindo provas suficientes, o Ministério Público pode ajuizar a ação sem a necessidade do inquérito.

Renato Brasileiro de Lima assevera que:

Entre duas alternativas igualmente válidas, deve se optar pela menos onerosa às partes e ao próprio Estado. Enfim, há de se buscar o máximo resultado na aplicação do direito objetivo por meio do processo com o mínimo possível de atos processuais, ou seja, o maior número possível de atos processuais deve ser praticado no menor espaço de tempo e de maneira menos onerosa para as partes e para o Estado. (LIMA. 2016, p. 198).

Desta forma, levando em conta o princípio da economia processual e a natureza jurídica do IPM, não seria razoável a abertura de dois inquéritos para apurar crimes praticados por militar em serviço, pois além de demandar tempo, acaba por onerar o Estado com o mesmo fato.

### **2.8.3 PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE**

De acordo com tal princípio, caso exista conflitos entre as normas jurídicas que serão aplicadas ao mesmo fato, a norma especial deve sobressair em relação a norma geral, sendo assim, o IPM é uma especialização do IP, portanto deve prevalecer a norma especial, ou seja, o IPM.

O crime de homicídio doloso praticado por militar em serviço contra civil possui especialidades que somente serão compreendidas e investigadas por integrantes da carreira militar, que são conhecedores do ambiente militar, conhecimentos esses que faltam aos civis.

Portanto, com base em tal princípio, o IPM é legalmente válido para apurar crimes dolosos contra a vida de civil praticados por militar em serviço, sendo que toda argumentação contrária não possui fundamento legal.

Por mais que surgem rumores de corporativismo na atividade elucidativa militar por meio do IPM, vale lembrar que tanto o inquérito civil ou militar está sujeito ao controle externo exercido pelo Ministério Público conforme previsto no artigo 129, VII e VIII da CF/88.

### **2.8.4 PRINCÍPIO DA LEI NOVA REVOGA A NORMA ANTERIOR**

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), instituída pelo Decreto-Lei nº 4.657 de 4 de setembro de 1942, em seu art. art. 2º, § 1º, a lei nova revoga a norma anterior naquilo que for incompatível, ou seja, é um critério cronológico.

Desta forma, o CPM instituído pelo Decreto-Lei nº 1.001/69 e o CPPM instituído pelo Decreto-Lei nº 1.002/69 são normas mais novas em relação ao Código Penal instituído pelo Decreto-Lei nº

2.848/40 e Código Processo Penal instituído pelo Decreto-Lei nº 3.689/41.

Assim, os códigos castrenses, ou diplomas militares surgiram após 29 anos da codificação comum, valendo-se do princípio em questão, deve prevalecer à normatização castrense, a qual é posterior ao CP e CPP.

## **2.8.5 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

A CF/88, visando assegurar a manutenção dos direitos sociais e individuais dos cidadãos como valores supremos a serem respeitados, dispõe em seu preâmbulo que:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (BRASIL. 1988, CF).

Nota-se que para assegurar os direitos sociais, a Constituição Federal, cuidou de alguns princípios fundamentais, dentre eles destacaremos descrito a seguir: —Art.1º, III - a dignidade da pessoa humana”.

Tal fundamento constitucional constitui-se no princípio máximo, do qual decorrem todos os demais direitos fundamentais, servindo como norteador do ordenamento jurídico para criação, interpretação, aplicação bem como para a existência do direito.

O direito à honra, à vida, à liberdade, à saúde, à moradia, à igualdade, à segurança, à propriedade, o acesso a justiça, etc., são todos direitos inerentes à dignidade da pessoa humana, ou seja, para que o ser humano possa viver com dignidade.

O dia a dia dos militares em serviço ou não os coloca em constantes situações de stress, os priva de muitas atividades que para o cidadão comum é rotineira, porém os militares devem permanecer sempre alertas devido aos riscos que são inerentes da profissão.

Ao submeter os militares autores de crimes dolosos contra a vida de civil estando no exercício da profissão ou atuando em razão dele a dois inquéritos, sendo um militar e outro comum, acaba por ferir princípios constitucionais, dentre eles o da dignidade da pessoa humana.

Todo o humano pelo simples fato de existir tem resguardado o direito de ser tratado igualmente perante a lei, que no contexto do estudo proposto, refere-se ao fato de não ser submetido a dois procedimentos investigatórios referente ao mesmo fato, o que não tem sido respeitado em alguns casos quando o investigado é militar estadual.

Sendo assim, concluímos que o princípio da dignidade da pessoa humana deve ser respeitado independente da profissão, dos fatos históricos que marcaram a profissão negativamente, pois o que deve prevalecer é a busca pela a essência do ser humano, contribuindo para uma sociedade justa e livre da desigualdade perante a lei.

## **2.9 APURAÇÃO DE CRIME DE HOMICÍDIO PRATICADO POR MEMBROS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**

Existem outras formas de investigação para apuração de crimes, portanto o IP e o IPM não são procedimentos indispensáveis, eles servem para que o titular da ação penal pública, conforme previsão legal do art. 127 da CF/88, forme sua convicção da autoria e da materialidade do delito.

De acordo com o artigo 4º do CPP e a lei nº 12.830/2013, o Inquérito Policial serve para investigar crimes comuns, sendo a autoridade policial responsável por conduzir o IP o Delegado de Polícia, enquanto que o IPM, de acordo com o artigo 9º do CPPM serve para apurar crimes militares e a autoridade policial responsável por conduzir o IPM é o Oficial Militar conforme previsto no artigo 15 do CPPM. A apuração do crime de homicídio doloso contra a vida de civil praticado por membros do Ministério Público, do Poder Judiciário e da Polícia Civil, fica a cargo dos próprios integrantes das respectivas instituições, não havendo nenhuma suspeita de favorecimento, corporativismo.

Mas quando se trata de policial militar, nas mesmas condições citadas acima, há quem diga

que a Lei 9.299/96 surgiu para combater o corporativismo na investigação por meio do (IPM), insinuam que a investigação é feita nas sombras dos quartéis, que a atuação policial militar é violenta, arbitrária, dentre outros inúmeros termos pejorativos, alegando que o policial homicida deve ser levado para a delegacia da polícia civil.

Tais expressões que insinuam corporativismo ou colocam os militares em condições de criminosos fardados, estão descritos no artigo publicado pelo delegado de polícia civil do Paraná-PR, Henrique Hoffmann Monteiro de Castro.

Destarte, todo e qualquer miliciano suspeito da prática de crime contra a vida de vítima civil deve ser imediatamente apresentado ao delegado de polícia do lugar mais próximo (artigos 304 e 308 do CPP). Eventual condução de PM homicida a destacamento militar pode acarretar a responsabilização — inclusive penal — do comparsa que pretender favorecer o suspeito. (CASTRO. 2016, p. 1)

Os artigos do CPP mencionados acima pelo delegado, não possuem a expressão “todo e qualquer miliciano suspeito da prática de crime contra a vida de vítima civil deve ser imediatamente apresentado ao delegado de polícia do lugar mais próximo”, referem-se a “preso” como um cidadão civil, e não a “miliciano” como quer o autor da citação em questão.

Destarte, o referido, faz a seguinte colocação referente à apuração feita pela Instituição Militar acerca dos crimes militares dolosos contra a vida de civil: “Nenhuma garantia constitucional é pequena demais para ser jogada no lixo. A escuridão da caserna não é lugar adequado para se apurar a retirada da vida de um civil por militar. (CASTRO. 2016, p. 1).”

Analisando a citação acima, ao que parece, somente a apuração feita por delegado de polícia em delegacia é dotada de legalidade, mas como aprendemos a respeito do inquérito, seja ele comum ou militar, trata-se de apenas um meio legal de conseguir provas para propositura da ação penal, e caso haja algum indício de favorecimento ou corporativismo, o promotor poderá solicitar novas diligências ou Ele mesmo poderá investigar conforme prevê a CF/88.

### **2.9.1 MINISTÉRIO PÚBLICO (MP)**

Ao tratarmos a respeito da competência para investigar, processar e julgar os membros do Ministério Público autores de crimes, citaremos o Art. 96, III da CF/88: “Art. 96. Compete privativamente. III- aos Tribunais de Justiça julgar os Juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral. (BRASIL. 1988, CF).

De acordo com a CF/88, compete aos Tribunais de Justiça julgar os membros do Ministério Público quando autores de crimes comum, excluindo apenas os crimes eleitorais que são de competência da Justiça Eleitoral.

Assim sendo, não há de se falar em corporativismo, parcialidade ou invalidade no processo e julgamento dos membros do MP autores de crimes, haja visto se tratar de uma previsão constitucional.

### **2.9.2 PODER JUDICIÁRIO (PJ)**

O julgamento de juízes autores de crimes comuns, ressalvados os de competência da Justiça Eleitoral, também será de competência dos Tribunais de Justiça, conforme positivado no art. 96, III da CF/88.

Desta forma concluímos que a competência dos Tribunais de Justiça para processar e julgar os juízes autores de crimes comuns, excluindo aqui os crimes eleitorais, possui fundamentação na CF/88, portanto, toda e qualquer argumentação de incompetência ou favorecimento no julgamento deve ser desconsiderada.

### **2.9.3 POLÍCIA CIVIL (PC)**

Em relação aos crimes cometidos por integrantes da polícia civil, esteja o agente de serviço ou não, a investigação em regra é feita pela própria Polícia Civil, salvo nos casos em que a atribuição é da Polícia Federal, contudo não se vê nenhuma alegação de beneficiamento ao investigado, não se

vê insinuação de que o IP é feito às sombras das Delegacias de Polícia, portanto as alegações acerca da invalidade do IPM são desprovidas de idoneidade.

A CF/88 traz a seguinte atribuição para as policias civis: \_Art. 144, § 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto a militares. (BRASIL. 1988, CF).“

Nota-se que o texto constitucional encarrega determinar a (incumbência, a atribuição) da polícia civil para apurar as infrações penais ressalvadas a competência da União e as infrações militares.

Assim sendo, é inadmissível que ainda existam delegados de polícia civil, pesquisadores e estudiosos de direito que queiram retirar a competência da Polícia Judiciária Militar Estadual para apurar os crimes militares, tendo em vista que a CF/88 excluiu da atribuição da polícia civil tal apuração.

Como veremos a seguir, a instituição Polícia Civil, por meio da Associação dos Delegados de Polícia ajuizou duas Ação Direta de Inconstitucionalidade em relação a validade do IPM para apurar os crimes dolosos contra a vida de civil praticado por militares.

Segundo alegam, a Polícia Judiciária é a única instituição detentora da competência penal investigatória, mas como podemos ver no ordenamento jurídico brasileiro, o Inquérito Policial é apenas mais um dos diversos instrumentos de investigação penal existentes.

## **2.10 ADIN Nº. 1494-3/DF**

Registra que o primeiro questionamento ocorreu em 1996, através da ação direta de inconstitucionalidade ADI 1494 DF, onde a ADEPOL, visando defender uma suposta inconstitucionalidade do artigo 82 §2º do CPPM, alterado pela lei número 9299/96, requereu a declaração de inconstitucionalidade.

Importante ressaltar que o parâmetro constitucional a época ainda não havia sido alterado pela Emenda Constitucional 45, alteração que deixou de forma ainda mais evidente a constitucionalidade das atribuições da polícia militar, e, mesmo antes da citada emenda, já era evidente a constitucionalidade da norma. Nestes termos segue ementa:

Trata-se de ação direta, que, ajuizada pela ADEPOL, objetiva questionar a validade jurídico-constitucional do § 2º do art. 82 do CPPM, na redação que lhe deu a Lei nº 9.299/96. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao indeferir o pedido de medida cautelar, por voto majoritário, proferiu decisão que restou consubstanciada em acórdão assim do (fls. 187): "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA, PRATICADOS CONTRA CIVIL, POR MILITARES E POLICIAIS MILITARES - CPPM, ART. 82, § 2º, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 9299/96 - INVESTIGAÇÃO PENAL EM SEDE DE I.P.M. - APARENTE VALIDADE CONSTITUCIONAL DA NORMA LEGAL - VOTOS VENCIDOS - MEDIDA LIMINAR INDEFERIDA. (Data de Julgamento: 17/08/2001, Data de Publicação: DJ 23/08/2001 P - 00003).

Conforme registrado, a referida ADI foi arquivada no ano de 2001. Salienta que já desde aquela época o pleno do STF, conforme ementa acima citada, ~~ent~~entendeu que a norma inscrita no art. 82, § 2º, do CPPM, na redação dada pela Lei nº 9299/96, reveste-se de aparente validade constitucional”.

## **2.11 ADIN Nº. 4164/DF**

Se já não bastasse uma primeira análise por parte do pleno do STF, a ADEPOL, cujo órgão já foi declarado ilegítimo para a propositura de ações de controle concentrado de constitucionalidade, visto não fazer parte do rol taxativo do artigo 103 da Constituição Federal. O mesmo órgão de associação, no ano de 2008, reitera novamente o pedido da ADI 1494, contudo agora sob a roupagem da ADI 4164, que ainda aguarda julgamento do mérito da Ação pela Suprema Corte.

Chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) Ação Direta de

Inconstitucionalidade (ADI 4164) ajuizada pela Associação dos Delegados de Polícia Civil (Adepol) contra a Lei 9.299/96. A norma alterou dispositivos do Código Penal Militar. A entidade quer evitar que, a partir de interpretação da norma, os membros das Polícias Militares dos estados e do Distrito Federal, em tempos de paz, sejam considerados militares para efeitos penais. E que se considere as Polícias Federal e Civil dos estados competentes para a instauração de inquérito policial. A Adepol sustenta que a norma questionada, que alterou dispositivos do Decreto-Lei 1.001/69 - Código Penal Militar -, —enta flagrantemente contra o inciso IV do parágrafo 1º e parágrafo 4º, ambos do artigo 144 da Carta da República”. Isso porque nos crimes militares dolosos contra a vida, a investigação da polícia tem no inquérito policial, e não no IPM, o instrumento de sua formalização, argumenta a associação. No entender da associação, o inquérito policial seria a peça constitucionalmente adequada para a investigação dos crimes militares dolosos contra a vida, em tempos de paz. Seus elementos instrutórios permitem, depois de instruída a competente ação penal pública, o devido julgamento pelo Tribunal do Júri, conclui a Adepol. O relator da ação é o ministro Cezar Peluso. (STF. 2008).

Registra que por força constitucional artigo 103 §3º, o Advogado Geral será citado para defender o ato impugnado. Neste sentido, o AGU reiterando os fundamentos da ADI 1494, através do parecer informativo 176/2010/AFC/AGU, defende de pleno a Constitucionalidade da lei 9.299/96 que altera o Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar, emitindo o parecer pela improcedência da Ação.

Ademais, o AGU deixa claro a ilegitimidade da ADEPOL para propositura da ação, reitera que não há pertinência temática, visto que a norma em análise não trata de nenhum assunto que seja pertinente aos delegados de polícia, fato este que por si só já ensejaria a denegação da ADI.

Contudo, muito mais que análises procedimentais, o AGU adentra ao mérito propriamente dito e reafirma que a norma é constitucional estando em total consonância com ordem constitucional deve ser mantida, sob pena de aí sim, ocorrer uma inconstitucionalidade.

Verifica-se, portanto, que as atribuições atinentes a polícia militar, quando da realização do inquérito policial militar em crimes dolosos contra a vida de civil, praticados por militares, encontra-se em plena consonância com a ordem constitucional. Ademais, nota-se que a incansável luta da ADEPOL para tirar da Polícia Judiciária Militar uma competência que se encontra respaldada na CF/88, não apresentou o resultado por ela esperado com o julgamento da primeira ADIN, continuando a atribuição a cargo da instituição militar, que ao analisarmos a luz do ordenamento jurídico, a segunda ADIN também terá a mesma conclusão.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para a consecução dos objetivos propostos foi utilizado o processo lógico dedutivo, e as técnicas de pesquisa constituíram de pesquisa documental, sendo elas em normas constitucionais e legais.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O objetivo do presente artigo era expor que mesmo com a lei 9.299/96 e a EC 45/2004 o Inquérito Policial Militar continuou sendo válido para apurar crimes militares estaduais, não iremos entrar no mérito da constitucionalidade da lei e da EC acima, que ao nosso ver retirou a competência constitucional da Justiça Militar Estadual para processar e julgar os militares estaduais autores de crimes dolosos contra a vida de civil e o civil que pratique crime militar estadual conforme ocorre na esfera Federal e transferiu para a Justiça Comum para atender interesses políticos, populares, ignorando as peculiaridades militares.

### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final do presente artigo podemos ver com base no que foi apresentado, conclui-se que a

Polícia Judiciária Militar Estadual continua sendo a autoridade competente para apuração dos crimes contra a vida de civil praticados por militares estaduais em serviço ou atuando em razão da função, haja visto que a lei 9.299/96 alterou a competência para processar e julgar e não para apurar tais crimes, notadamente o Tribunal do Júri, o que foi mantido pela EC 45/2004.

Desta forma, entendemos que quem tem “competência” para processar e julgar é a Justiça, seja ela Federal, Estadual, Eleitoral, Militar, enquanto que quem tem “cumbência” para apurar infrações penais é a polícia, que nos casos de crimes comuns é o delegado e nos casos de crimes militares é os militares, pois o fato dos crimes dolosos contra a vida de civil praticado por militares estaduais, apesar da competência para processar e julgar ter sido transferida para a justiça comum, a natureza dos crimes não foi alterada, continua sendo crimes militares.

Portanto, toda argumentação contrária em relação ao IPM, seja ela de qualquer natureza, independente de quem ou qual instituição que possa vir, é desprovida de amparo legal, de idoneidade e não merece crédito, devendo o IPM continuar sendo o meio legal para apurar os crimes militares, e não o IP.

Dessa forma, a submissão dos militares a dupla investigação (IPM e IP) pelo mesmo fato, além de gerar diversos transtornos ao investigado, acarretar gastos desnecessários ao Estado, dentre outros, constitui-se em grave violação ao ordenamento jurídico pátrio e a Tratados Internacionais de Direitos Humanos, que proíbem tal prática.

A instituição Policial Militar está alicerçada nos princípios da hierarquia e da disciplina, obedecendo aos princípios da administração pública, dos direitos humanos, dentre outros, o que a torna uma instituição com credibilidade, transparência, além de se fazer presente em todos os municípios de Minas Gerais 24 horas por dia há mais de 240 anos, portanto, merece ser vista com seriedade, não podendo ter sua história manchada por fatos isolados que ocorreram no passado com algumas instituições militares.

Desta forma, se os membros das instituições que compõem o sistema de defesa social, cumprirem com suas funções legais, buscassem corrigir os próprios erros, parassem de julgar outras instituições e trabalhassem em conjunto em prol da sociedade, teríamos um sistema fortalecido no combate a criminalidade, pois para fiscalizar já existem as corregedorias, a mídia, a sociedade, a comissão de direitos humanos, dentre outras.

Enquanto alguns Delegados de Polícia Civil ficam tentando chamar para si a responsabilidade de conduzir o IP nos casos que envolvam crimes militares dolosos contra a vida de civil usando o pretexto de ser competência da justiça comum, deixam de fiscalizar melhor os integrantes da instituição que fazem parte e de cumprirem a atribuição que lhes competem, evitando que inúmeros inquéritos fiquem engavetados e crimes sem elucidação de autoria.

Pois ao que se parece, na visão de alguns integrantes das instituições Ministério Público, Poder Judiciário e Polícia Civil, apenas a investigação feita por esses órgãos é que tem valor legal para apurar a conduta de seus membros, não se falam em corporativismo, mas quando envolve militar, usam dos mais variados termos pejorativos para tentarem denegrir a imagem de uma das mais antigas e respeitadas instituições, a Polícia Militar de Minas Gerais.

Enfim, partindo do pressuposto constitucional de que todos são iguais perante a lei, a lei deve ser igual para todos, não podemos admitir que os militares sejam submetidos a dois procedimentos investigatórios ou julgados por quem não conhece bem das suas atividades, pois é muito fácil julgar estando em situações confortáveis e dispondo de vasto material jurídico para consultas, ao passo que os militares têm quem tomar suas decisões em fração de segundos e sob situações de alto risco.

Concluimos que para acabar com toda e qualquer controvérsia entre integrantes das instituições que compõem o Sistema de Defesa Social, Doutrinadores e estudiosos de direito, a apuração deve permanecer a cargo da Polícia Judiciária Militar por meio do IPM conforme descrito no ordenamento jurídico brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, Jorge César de. **Comentários ao código penal militar**. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2004.
- ASSIS, Jorge César de. **Direito Militar: Aspectos Penais, Processuais Penais e Administrativos**. Vol. 1. 2. ed. rev. e atua. Curitiba: Juruá, 2011.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). > Acesso em: 18 mar. 2017 às 21:17:00.
- BRASIL. Lei nº 9.299/96. **LEI Nº 9.299, DE 7 DE AGOSTO DE 1996**. Disponível em



- <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9299.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9299.htm)> Acesso em 09 abril 2017 às 10:26.  
BRASIL. Lei nº 5301/69. **LEI Nº 5301, DE 16 DE AGOSTO DE 1969. Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais.** Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completanovamin.html?tipo=LEI&num=5301&ano=1969>> Acesso 03 fev. 2017.
- CASTRO, Henrique Hoffmann Monteiro de. **PM homicida deve ser investigado pela polícia judiciária.** Revista Consultor Jurídico Jan. 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-jan-05/academia-policia-pm-homicida-investigado-policia-judiciaria>> Acesso em: 03.mai.2017 às 10:40.
- CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo.** 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.
- BRASIL. Código Penal Militar. **Decreto lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del1001.htm>.> Acesso em: 18mar 2017 às 22:40.
- BRASIL. Código de Processo Penal Militar. **Decreto lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del1002.htm>.> Acesso em: 18 mar. 2017 às 23:35:00.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 45. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm)> Acesso em 09 abril 2017 às 10:22.
- FILOCRE, Laurentino de Andrade. Tributo a uma instituição. In: ASSIS, Jorge Cesar de. **Comentários ao código penal militar: comentários, doutrina, jurisprudência dos tribunais militares e tribunais superiores.** 7ª ed. Curitiba: Juruá, 2010.
- GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal. Parte Especial.** Volume 2. 13ª Edição. Editora Ímpetus. Rio de Janeiro. 2016.
- JESUS, Damásio. **Curso de Direito Penal. Parte Especial.** Vol.2. 35ª Edição. Editora Saraiva. São Paulo. 2015.
- Jusbrasil. **STJ - CONFLITO DE COMPETENCIA : CC 131899 SP 2013/0414268-0 - Rel. e Voto.** Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25094403/conflito-de-competencia-cc-131899-sp-2013-0414268-0-stj/relatorio-e-voto-25094405>> Acesso em 09 mai. 2017.
- Jusbrasil. **STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA : AgRg no CC 133875 SP 2014/0115118-1.** Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25251027/agravo-regimental-no-conflito-de-competencia-agrg-no-cc-133875-sp-2014-0115118-1-stj>> Acesso em 09 mai. 2017.
- LIMA, Renato Brasileiro de. **Legislação Criminal Especial Comentada.** Volume único. 4ª Edição. Editora JusPodivm. Bahia. 2016.
- LOPES JÚNIOR, Aury. Direito ao processo penal ao prazo razoável. **Revista Brasileira de Ciências Criminais,** São Paulo, Brasil, v.15, n.65, p. 209-250, mar./abr. 2008.
- MINAS GERAIS. **Polícia Militar. Instrução de Corregedoria n. 05/2012-CPM: Estabelece Medidas Administrativas Aplicáveis em Face de Infrações Penais Praticadas por Militares Estaduais da PMMG.** Belo Horizonte: Polícia Militar de Minas Gerais, 21 fev. 2017.
- Poder judiciário. Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.tjm.mg.gov.br/institucional/historico>> Acesso em 17 mar. 2017.
- ROTH, Ronaldo João. **A natureza jurídica da decisão do arquivamento do inquérito policial militar.** Temas de Direito Militar. São Paulo: Suprema Cultura, 2004.
- ROTH, Ronaldo João. **Primeiros comentários sobre a reforma constitucional da Justiça Militar estadual, e seus efeitos e a reforma que depende agora dos operadores do Direito.** Revista dos Tribunais, São Paulo, n.853, 2006.
- ROTH, Ronaldo João. **Crime militar versus crime comum: identificação e conflito aparente de normas.** In: RAMOS, Dircêo Torrecillas; ROTH, Ronaldo João; COSTA, Ilton Garcia (Coord.). Direito penal militar: doutrina e aplicações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- Supremo Tribunal Federal. **A depol questiona lei que aplica norma militar para PMs.** Out. 2008. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=98102>>. Acesso em 03 mai. 2017.
- Supremo Tribunal Federal. **Acompanhamento Processual.** ADI 1494 - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=1494&classe=ADI&codigoClasse=0&origem=JUR&recurso=0&tipoJulgamento=M>> Acesso em 03 mai. 2017
- TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil.** Volume Único. 3. ed. São Paulo: Método, 2013.

**REFLEXÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

**REFLECTIONS ON THE POSSIBILITY OF RECOGNITION OF THE SOCIO AFFECTIVE PATERNITY OF CHILDREN AND ADOLESCENTS**

Área 1. Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: 1.4 Direito, Trabalho e Serviço Social

BARINI, Cristiane Rodrigues da Cunha  
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF  
Mestranda do P. P. G. stricto sensu em Desenvolvimento Regional Pela Uni-FACEF  
Tabeliã  
cr\_cunha@yahoo.com.br

BORDINI, Carlos Antônio Caran  
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF  
Mestrando do P. P. G. stricto sensu em Desenvolvimento Regional Pela Uni-FACEF  
Tabelião  
carlos.caran.bordini@gmail.com

**Resumo**

O Reconhecimento da paternidade socioafetiva no Brasil passou a ser tema de grande relevância, pois se constitui fonte de aquisição de paternidade/filiação, e, com a edição da Resolução nº 63, do Conselho Nacional de Justiça, o procedimento desse reconhecimento tornou-se bastante simplificado, podendo ser realizado diretamente perante os Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, sem qualquer intervenção do órgão do Ministério Público, acompanhamento de equipe psicossocial ou decisão judicial. O presente artigo busca refletir sobre o reconhecimento da paternidade socioafetiva quando envolve crianças e adolescentes, para os quais não foi prevista nenhuma exigência protetiva adicional, e as consequências jurídicas positivas e negativas decorrentes, a fim de, por meio de reflexões críticas, sugerir medidas que atendam, de maneira mais cautelosa e segura, aos interesses desses menores. Para tanto, o artigo baseia-se em pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, fundamentada exclusivamente em dados secundários. Como resultados, pôde ser verificado que, se de um lado, em determinados casos, o procedimento apenas formaliza uma situação de fato já sedimentada, conferindo os devidos efeitos jurídicos, por outro, especialmente quando abrange menores de 18 anos, não há como se averiguar, com grau de certeza, se o interesse do reconhecimento da paternidade, realmente, atende aos princípios da proteção integral, do melhor interesse da criança e da prioridade absoluta, inseridos no artigo 227 da Constituição Federal. E, assim, tendo em vista o objetivo proposto, sugere-se a via judicial, com envolvimento de equipe multiprofissional, quando esse reconhecimento se dirigir aos menores.

**Palavras-chave:** Filiação, paternidade socioafetiva, crianças e adolescentes.

**Abstract**

Recognition of socio-affective paternity in Brazil became a subject of great relevance, since it constitutes a source of acquisition of paternity / filiation, and, with the edition of Resolution No. 63, of the National Council of Justice, the procedure of this recognition became quite simplified, and can be carried out directly before the Officials of Civil Registry of Natural Persons, without any intervention of the public prosecutor's office, monitoring of psychosocial staff or judicial decision. This article seeks to reflect on the recognition of socio-affective paternity when it involves children and adolescents, for

whom no additional protective requirements were foreseen, and the positive and negative legal consequences of this, in order to, through critical reflections, suggest measures that more cautious and secure, to the interests of these minors. For this, the article is based on exploratory research, of qualitative approach, based exclusively on secondary data. As a result, it can be verified that if, on the one hand, in certain cases, the procedure only formalizes a situation that has already been settled, giving it due legal effects, on the other hand, especially when it covers children under 18 years, there is no way to find out, with a certain degree of certainty, if the interest of the recognition of paternity really complies with the principles of integral protection, the best interest of the child and absolute priority, inserted in Article 227 of the Federal Constitution. Thus, in view of the proposed objective, it is suggested the judicial route, with the involvement of a multiprofessional team, when this recognition is addressed to minors.

**Keywords:** Affiliation, socio-affective parenting, children and adolescents.

## 1 INTRODUÇÃO

A família é o primeiro e mais importante núcleo social do ser humano, constituindo a base da sociedade, para a qual, inclusive, foi conferida especial proteção do Estado pela Constituição Federal<sup>1</sup>.

E, respondendo aos anseios de uma sociedade totalmente transformada ao longo do tempo e diversificada, o texto constitucional ampliou o próprio conceito de família<sup>2</sup> e de filiação<sup>3</sup> e privilegiou, em detrimento de laços biológicos, as uniões formadas e constituídas sob a égide do amor e do afeto, elementos corolários à dignidade da pessoa humana, fundamento primeiro do desenvolvimento humano e social.

E, nesse contexto, passou-se a admitir a afetividade como forma de aquisição de paternidade/filiação. A paternidade socioafetiva era tida, antes de pleiteado judicialmente seu reconhecimento, apenas como uma situação de fato, sem produção de efeitos jurídicos.

O Código Civil, em vigor desde 2002, na tentativa de introduzir no ordenamento jurídico a afetividade como forma de legitimar a filiação, tratou do assunto de forma tímida e implícita, prevendo a possibilidade de —outra origem” ser fonte de parentesco<sup>4</sup>, diferente do parentesco biológico, do oriundo de processo de adoção, ou do decorrente de fertilização.

Para dirimir questões fáticas, os diversos Tribunais Estaduais passaram a proferir sentenças reconhecendo a paternidade socioafetiva, e, dessa forma, garantindo todos os seus efeitos e consequência jurídicas, gerando eficácia somente *inter partes*, isto é, apenas entre as partes diretamente envolvidas no caso concreto, que haviam acionado o Poder Judiciário.

A verdade é que o tempo passava e aumentava, Brasil a fora, o número de situações de fato como a descrita, de pais que tinham pessoas criadas como se filho fosse, mas sem o devido *status* e sem os direitos decorrentes da filiação.

Vários Tribunais Estaduais passaram a admitir o reconhecimento da paternidade socioafetiva dentro de suas circunscrições, e regulamentaram o procedimento desse reconhecimento pela via administrativa, diretamente nos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais.

E, com esta diretriz, em 14 de novembro de 2017, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 63, que normatiza e regulamenta o reconhecimento da paternidade socioafetiva de pessoas, inclusive crianças e adolescentes, realizada diretamente perante os Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, sem qualquer intervenção do órgão do Ministério Público, acompanhamento de equipe psicossocial, ou decisão judicial, unificando a matéria e o rito em todo território nacional.

<sup>1</sup> A Constituição Federal, artigo 226, assim dispõe: —Família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”.

<sup>2</sup> A Constituição Federal, em caráter meramente exemplificativo, reconhece como legítimos modelos de família independentes do casamento, como a união estável (artigo 226, § 3º) e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, cognominada —família monoparental” (art. 226, § 4º).

<sup>3</sup> O artigo 227, § 6º, da Constituição da República alargou o conceito de filhos, tornando —legítimos” aqueles —havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção” e igualou os —direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”.

<sup>4</sup> Código Civil, artigo 15.93. O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consangüinidade ou outra origem.

Essa possibilidade gera grande preocupação quando envolve a tutela de direitos e interesses de menores, tendo em vista tratar de um procedimento administrativo bastante singelo e simplificado, para o qual não é exigida nenhuma cautela mais específica ou medida mais segura e técnica, a exemplo da atuação de equipe psicossocial e do Ministério Público.

Assim, o presente artigo busca refletir sobre o reconhecimento da paternidade socioafetiva quando envolve crianças e adolescentes, para os quais não foi prevista nenhuma exigência adicional, e as consequências jurídicas positivas e negativas decorrentes, a fim de, por meio de reflexões críticas, sugerir medidas que atendam, de maneira mais cautelosa e segura, os interesses dos menores de 18 anos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição da República, promulgada em 1988, respondendo aos anseios da sociedade, e atentando-se à realidade social, revolucionou o direito de família, na medida em que se impôs como eixo central orientador da interpretação dos institutos que o regem, ampliou o próprio conceito de família<sup>5</sup> e de filiação<sup>6</sup> e privilegiou, em detrimento de laços biológicos, as uniões formadas e constituídas sob a égide do amor e do afeto, elementos corolários à dignidade da pessoa humana.

Assim, na lição de Maria Berenice Dias:

A família, apesar do que muitos dizem, não está em decadência. Ao contrário, é o resultado das transformações sociais. Houve a repersonalização das relações familiares na busca do atendimento aos interesses mais valiosos das pessoas humanas: afeto, solidariedade, lealdade, confiança, respeito e amor. Ao Estado, inclusive nas suas funções legislativas e jurisdicionais, foi imposto o dever jurídico constitucional de implementar medidas necessárias e indispensáveis para a constituição e desenvolvimento das famílias. (DIAS, 2010, p. 33)

E, corroborando com a nova diretriz constitucional, o Código Civil, em vigor desde 2002, previu, de forma implícita, em seu artigo 1.593, a afetividade como forma de legitimar a filiação: —o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem”. É nesse último termo - —outra origem” - que vislumbrou a possibilidade de se acolher a afetividade como meio de legitimar a paternidade/filiação.

Sílvio de Sávio Venosa explica os novos contornos adotados pelo diploma legal mencionado:

Na noção contemporânea, o conceito transfere-se totalmente para o princípio de mútua compreensão, a proteção dos menores e os deveres inerentes, irrenunciáveis e inafastáveis da paternidade e maternidade. O pátrio poder, poder familiar ou pátrio dever, nesse sentido, tem em vista primordialmente a proteção dos filhos menores, a convivência de todos os membros do grupo familiar, e deve ser lastreado não em supremacia, mas em diálogo, compreensão e entendimento”. (VENOSA, 2002, p. 341)

Coube, então, a órgãos jurisdicionais e administrativos, juristas e doutrinadores darem efeito mais explícito a essa possibilidade. Portanto, nesses termos, o Enunciado n. 256, do Conselho da Justiça Federal<sup>7</sup>, aprovado na III Jornada de Direito Civil, estabeleceu que —posse do estado de filho (parentalidade socioafetiva) constitui modalidade de parentesco civil” (CNJ, site oficial, online).

Em defesa da paternidade socioafetiva, Rolf Hanssen Madaleno, antes mesmo da vigência do Código Civil, já defendia esse elo entre pais e filhos oriundos da afetividade:

<sup>5</sup> A Constituição Federal, em caráter meramente exemplificativo, reconhece como legítimos modelos de família independentes do casamento, como a união estável (artigo 226, § 3º) e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, cognominada —família monoparental” (art. 226, § 4º).

<sup>6</sup> O artigo 227, § 6º, da Constituição da República alargou o conceito de filhos, tornando —legítimos” aqueles —havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção” e igualou os —direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”.

<sup>7</sup> O Conselho da Justiça Federal é o órgão central das atividades sistêmicas da Justiça Federal, cabendo-lhe a supervisão administrativa e orçamentária, com poderes correccionais, cujas decisões possuem caráter vinculante, ou seja, são de observância obrigatória por todas as unidades da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, conforme estabelece o art. 105, parágrafo único, inc. II, da Constituição Federal e no art. 3º da Lei n. 11.798/2008. Disponível em <http://www.cjf.jus.br/cjf/conheca-o-cjf/>. Acesso em 21 março 2018.

A paternidade tem um significado mais profundo do que a verdade biológica, onde o zelo, o amor paterno e a natural dedicação ao filho revelam uma verdade afetiva, uma paternidade que vai sendo construída pelo livre desejo de atuar em interação paterno-filial, formando verdadeiros laços de afeto que nem sempre estão presentes na filiação biológica, até porque, a paternidade real não é biológica, e sim cultural, fruto dos vínculos e das relações de sentimento que vão sendo cultivados durante a convivência com a criança. (MADALENO, 2000, p. 40)

A filiação socioafetiva exige a posse do estado de filho, que significa, segundo José Bernardo Ramos Boeira —uma relação afetiva, íntima e duradoura, caracterizada pela reputação frente a terceiros como se filho fosse, e pelo tratamento existente na relação paterno-filial, em que há o chamamento de filho e a aceitação do chamamento de pai”. (BOEIRA, 1999, p.60).

A posse de estado de filho está caracterizada desde que estejam presente três elementos: *tractatus, nomen e reputatio*. (FACHIN, 1999)

Maria Helena Diniz traduz a *tractatus*” quando a pessoa recebe o tratamento de filho (ou filha) pela família; o *nomen*” quando se usa o nome do pai ou mãe; e *reputatio*” é a fama, o reconhecimento do filho ou da filha pelos presumidos pais, pela família e pela sociedade. (DINIZ, 2002)

Todo esse avanço na seara normativa teve por fundamento básico e precípua a dignidade da pessoa humana, princípio máximo norteador de todos os direitos humanos, individuais e coletivos, e liberdades fundamentais, acolhido integralmente pela Constituição da República de 1988. Tão grande sua relevância que a dignidade da pessoa humana foi elencada no artigo primeiro da Carta Magna como um fundamento do Estado Democrático de Direito<sup>8</sup>.

Ingo Wolfgang Sarlet assevera que:

Justamente pelo fato de que a dignidade vem sendo considerada (pelo menos para muitos e mesmo que não exclusivamente) qualidade intrínseca e indissociável de todo e qualquer ser humano e certos de que a destruição de um implicaria a destruição do outro, é que o respeito e a proteção da pessoa (de cada uma e de todas as pessoas) constituem-se (ou, ao menos, assim o deveriam) em meta permanente da humanidade, do Estado e do Direito. (SARLET, 2010, p. 29)

Ainda que a dignidade não tenha sido repetidamente expressa em todos os outros dispositivos normativos citados, ela encontra-se latente e pressuposta nos textos de lei e em tudo o que se diz com a essência do ser humano.

Sarlet, assim, alerta:

A dignidade da pessoa humana, na condição de valor fundamental atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais, exige e pressupõe o reconhecimento e proteção dos direitos fundamentais de todas as dimensões. Assim, sem que se reconheçam à pessoa humana os direitos fundamentais que lhes são inerentes, em verdade estar-se-á negando-lhe a própria dignidade. (SARLET, 2008, p.88/89)

E, assim, novas organizações e núcleos familiares informais, baseadas no afeto, no amor e no interesse do menor, foram se tornando mais frequentes, e na mesma proporção, cresciam os anseios por um regramento que lhes desse efetividade e concretude.

Os diversos Tribunais Estaduais eram, frequentemente, acionados para conhecer e julgar a possibilidade desse reconhecimento no caso concreto, e proferiam sentenças reconhecendo a paternidade socioafetiva, garantindo seus efeitos e consequências jurídicas, gerando eficácia apenas *inter partes*, isto é, apenas entre as partes diretamente envolvidas no caso concreto.

Apoiados, então, no entendimento de juristas e de órgãos administrativos e judiciais e na jurisprudência, alguns Tribunais Estaduais, através de Provimentos, passaram a admitir o reconhecimento da paternidade/maternidade socioafetiva, e a regulamentar o respectivo procedimento, pela via administrativa, diretamente perante os Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, sem a participação de equipe psicossocial, e dos órgãos do Ministério Público e do Poder

<sup>8</sup>Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

III - a dignidade da pessoa humana;

(...)

Judicial. Como exemplo, os Tribunais dos Estados do Ceará<sup>9</sup>, de Pernambuco<sup>10</sup> e do Maranhão<sup>11</sup> regulamentaram a questão em 2013; os Tribunais de Santa Catarina<sup>12</sup> e do Amazonas<sup>13</sup>, em 2014; os do Acre<sup>14</sup>, em 2016; e o tribunal do Mato Grosso do Sul<sup>15</sup>, em 2017.

No ano de 2016, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o Recurso Extraordinário nº 898.060/SC, por maioria, firmou tese a respeito da paternidade socioafetiva, nos seguintes termos: —A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios” (STF, site oficial, online). A decisão da Corte acompanhou a jurisprudência firmada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, podendo ser mencionados, dentre outros, os seguintes precedentes: Recurso Especial nº 1.000.356 / SP<sup>16</sup>, julgado em 25/05/2010; Recurso Especial nº 1.087.163/RJ<sup>17</sup>, julgado em 18 de agosto de 2011, e Recurso Especial nº 1.059.214/RS<sup>18</sup>, julgado em 16/02/2012 (STJ, site oficial, online).

E, para legitimar relações erigidas da paternidade socioafetiva e unificar o procedimento em nível nacional, o Conselho Nacional de Justiça, em 14 de novembro de 2017, publicou o Provimento de número 63<sup>19</sup>, que trata, de forma expressa, do reconhecimento voluntário da paternidade e maternidade socioafetiva, seu respectivo rito, e a resultante averbação pelo Oficial de Registro do Registro Civil das Pessoas Naturais à margem do assento de nascimento, dispensando a necessidade de manifestação do órgão do Ministério Público, de equipe psicossocial ou decisão judicial.

O procedimento administrativo de reconhecimento da paternidade socioafetiva, estabelecido pela Resolução n. 63, CNJ, é o seguinte, *in verbis*

Art. 10. O reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva de pessoa de qualquer idade será autorizado perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais.

§ 1º O reconhecimento voluntário da paternidade ou maternidade será irrevogável, somente podendo ser desconstituído pela via judicial, nas hipóteses de vício de vontade, fraude ou simulação.

<sup>9</sup> TJCE: Provimento nº 15/2013. Disponível em <http://corregedoria.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2013/12/Prov-n-15-2013-Reconhecimento-voluntario-de-paternidade-uniao-socioafetiva.pdf> Acesso em 27 de setembro de 2018.

<sup>10</sup> TJPE: Provimento nº 9/2013. Disponível em <http://www.tjpe.jus.br/documents/10180/149195/PROVIMENTO+09-2013.doc+02.12.2013.pdf/a1415bce-2b42-4ca1-8529-9d4540dbc9db> Acesso em 27 de setembro de 2018.

<sup>11</sup> TJMA: Provimento nº 21/2013. Disponível em [http://gerenciador.tjma.jus.br/app/webroot/files/publicacao/404284/anexo\\_948144\\_online\\_html\\_19122\\_013\\_1038.pdf](http://gerenciador.tjma.jus.br/app/webroot/files/publicacao/404284/anexo_948144_online_html_19122_013_1038.pdf) Acesso em 27 de setembro de 2018.

<sup>12</sup> TJSC: Provimento nº 11/2014. Disponível em [http://www.anoreg.org.br/images/arquivos/Provimento\\_11.pdf](http://www.anoreg.org.br/images/arquivos/Provimento_11.pdf) Acesso em 27 de setembro de 2018.

<sup>13</sup> TJAM: Provimento nº 234/2014. Disponível em [http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=11760&Itemid=17](http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11760&Itemid=17) Acesso em 27 de setembro de 2018.

<sup>14</sup> TJAC: Provimento nº 10/2016. Disponível em [https://www.tjac.jus.br/wp-content/uploads/2016/03/Provimento\\_COGER\\_TJAC\\_10\\_2016.pdf](https://www.tjac.jus.br/wp-content/uploads/2016/03/Provimento_COGER_TJAC_10_2016.pdf) Acesso em 27 de setembro de 2018. p. 184-185

<sup>15</sup> TJMS: Provimento nº 149/2017. Disponível em <https://www.tjms.jus.br/legislacao/visualizar.php?lei=31456&original=1>. Acesso em 27 de setembro de 2018.

<sup>16</sup> STJ. Disponível em <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14318607/recurso-especial-resp-1000356-sp-2007-0252697-5/inteiro-teor-14318608> Acesso em 27 de setembro de 2018.

<sup>17</sup> STJ. Disponível em <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21086464/recurso-especial-resp-1087163-rj-2008-0189743-0-stj/inteiro-teor-21086465> Acesso em 27 de setembro de 2018.

<sup>18</sup> STJ. Disponível em <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21399240/recurso-especial-resp-1059214-rs-2008-0111832-2-stj/inteiro-teor-21399241> Acesso em 27 de setembro de 2018.

<sup>19</sup> Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos órgãos de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro —Ae sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida.

§ 2º Poderão requerer o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva de filho os maiores de dezoito anos de idade, independentemente do estado civil.

§ 3º Não poderão reconhecer a paternidade ou maternidade socioafetiva os irmãos entre si nem os ascendentes.

§ 4º O pretense pai ou mãe será pelo menos dezesseis anos mais velho que o filho a ser reconhecido.

Art. 11. O reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva será processado perante o oficial de registro civil das pessoas naturais, ainda que diverso daquele em que foi lavrado o assento, mediante a exibição de documento oficial de identificação com foto do requerente e da certidão de nascimento do filho, ambos em original e cópia, sem constar do traslado menção à origem da filiação.

§ 1º O registrador deverá proceder à minuciosa verificação da identidade do requerente, mediante coleta, em termo próprio, por escrito particular, conforme modelo constante do Anexo VI, de sua qualificação e assinatura, além de proceder à rigorosa conferência dos documentos pessoais.

§ 2º O registrador, ao conferir o original, manterá em arquivo cópia de documento de identificação do requerente, juntamente com o termo assinado.

3º Constarão do termo, além dos dados do requerente, os dados do campo FILIAÇÃO e do filho que constam no registro, devendo o registrador colher a assinatura do pai e da mãe do reconhecido, caso este seja menor.

§ 4º Se o filho for maior de doze anos, o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva exigirá seu consentimento.

§ 5º A coleta da anuência tanto do pai quanto da mãe e do filho maior de doze anos deverá ser feita pessoalmente perante o oficial de registro civil das pessoas naturais ou escrevente autorizado.

§ 6º Na falta da mãe ou do pai do menor, na impossibilidade de manifestação válida destes ou do filho, quando exigido, o caso será apresentado ao juiz competente nos termos da legislação local.

§ 7º Serão observadas as regras da tomada de decisão apoiada quando o procedimento envolver a participação de pessoa com deficiência (Capítulo III do Título IV do Livro IV do Código Civil).

§ 8º O reconhecimento da paternidade ou da maternidade socioafetiva poderá ocorrer por meio de documento público ou particular de disposição de última vontade, desde que seguidos os demais trâmites previstos neste provimento.

Art. 12. Suspeitando de fraude, falsidade, má-fé, vício de vontade, simulação ou dúvida sobre a configuração do estado de posse de filho, o registrador fundamentará a recusa, não praticará o ato e encaminhará o pedido ao juiz competente nos termos da legislação local.

Art. 13. A discussão judicial sobre o reconhecimento da paternidade ou de procedimento de adoção obstará o reconhecimento da filiação pela sistemática estabelecida neste provimento.

Parágrafo único. O requerente deverá declarar o desconhecimento da existência de processo judicial em que se discuta a filiação do reconhecendo, sob pena de incorrer em ilícito civil e penal.

Art. 14. O reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva somente poderá ser realizado de forma unilateral e não implicará o registro de mais de dois pais ou de duas mães no campo FILIAÇÃO no assento de nascimento.

Art. 15. O reconhecimento espontâneo da paternidade ou maternidade socioafetiva não obstaculizará a discussão judicial sobre a verdade biológica. (BRASIL, 2017)

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de pesquisa aplicada, de natureza exploratória, norteada pela abordagem qualitativa, com análise bibliográfica e documental, baseada exclusivamente em dados secundários.

Tem natureza exploratória, nos termos apresentados por GIL:

—Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002, p. 41)

A pesquisa desenvolvida pela abordagem qualitativa trabalha —onível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressa pela linguagem comum e na vida cotidiana — o objeto da abordagem qualitativa”. (MINAYO E SANCHES, 1993, p. 245)

MINAYO E SANCHES explicam que:

Por trabalhar em nível de intensidade das relações sociais (para se utilizar uma expressão kantiana), a abordagem qualitativa só pode ser empregada para a compreensão de fenômenos específicos e delimitáveis mais pelo seu grau de complexidade interna do que pela sua expressão quantitativa. (MINAYO E SANCHES, 1993, p. 245)

E, assim, a abordagem qualitativa não parte de teorias ou sistemas estanques e rígidos, e sim da observação dos fenômenos, da relação dos sujeitos e deste com o espaço e objetos, da complexidade das relações humanas e de suas variações e dos contextos que interferem em tais relações.

Para compor a presente pesquisa qualitativa, foi adotada a técnica de análise de conteúdo, que pode ser definida como um instrumento que se pauta na análise de documentos, podendo se constituir de textos escritos ou de qualquer comunicação (visual, oral, gestual) que foi reduzida a texto ou a documento. —Decodificação de um documento pode utilizar-se e diferentes procedimentos para alcançar o significado profundo das comunicações nele cifradas. A escolha do procedimento mais adequado depende do material a ser analisado”. (CHIZZOTTI, 2000, p. 98)

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que se refere ao objeto dessa pesquisa, observa-se que, o reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva de pessoa de qualquer idade, inclusive crianças e adolescentes, processa-se de maneira bastante simplificada, perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais, sem acompanhamento de equipe psicossocial, do Ministério Público ou do Poder Judiciário (como exige o processo de adoção), requisitando apenas o consentimento expresso do menor, quando o filho for maior de doze anos.

O ato normativo emanado do CNJ colocou a figura do delegatário como a única autoridade necessária a verificar a presença dos elementos essenciais para a constituição da posse do estado de filho, bem como a analisar a conveniência do reconhecimento para os menores de 18 anos, em detrimento da análise aprofundada sobre os meios de se efetivar o direito fundamental à convivência familiar da criança e do adolescente, estabelecido para o processo de adoção. Atribuiu ao registrador civil o exercício de um juízo de valor sobre a situação de fato, sem que ele possua todos os elementos, informações, qualificações, capacitações e conhecimento da real situação vivida pela família, fatores necessários para garantir a segurança e os interesses dos menores, frente a todos os casos concretos postos sob sua análise e decisão.

O Ministério Público do Rio Grande do Norte, por intermédio da 12ª Promotoria de Justiça de Mossoró, com atribuição para a defesa dos direitos da infância e adolescência, entendendo que esse procedimento pode levar a adoções irregulares, recomendou<sup>20</sup> aos Oficiais da Comarca que não realizem esse reconhecimento de crianças e adolescentes. Essa intervenção ministerial se deu em razão do inquérito civil de nº 06.2018.00000711-9, instaurado para averiguar se o processamento pela via administrativa não estava sendo utilizado para burlar o rigoroso sistema previsto para a adoção, porque, apenas 15 dias após a publicação da Resolução, já havia sido processado

na cidade três casos do reconhecimento socioafetivo de paternidade ou maternidade de crianças, sendo todas elas de tenra idade, e, em dois desses feitos administrativos, os petizes tinham menos de um ano de idade. Outro detalhe é que o reconhecimento se deu por pretendentes oriundos da

<sup>20</sup> Disponível em <<http://www.mprn.mp.br/portal/inicio/noticias/8955-mossoro-mprn-recomenda-que-cartorios-nao-realizem-reconhecimento-de-paternidade-ou-maternidade-socioafetiva>> Acesso em 28 de setembro de 2018.



região Sudeste do país, que se deslocaram até Mossoró para realizar o referido ato jurídico.”(MPRN, 2017)

Em razão da inexistência de medidas protetivas dos direitos infanto-juvenis, conforme publicidade dada em 20/03/2018, o Ministério Público do Estado de Goiás inferiu contra as permissões trazidas pela Resolução em análise, quando envolve interesses de menores de 18 anos, por considerar que promove uma violação aos princípios da proteção integral, do melhor interesse da criança e da prioridade absoluta, inseridos no artigo 227 da Constituição Federal<sup>21</sup> (MPGO, site oficial, online). Neste sentido, o MP de Goiás encaminhou representação<sup>22</sup> à Procuradoria Geral da República, arguindo a inconstitucionalidade do Provimento nº 63/2017, do CNJ, apontando que foi expedido em flagrante extrapolação às atribuições do órgão e com afronta a dispositivos constitucionais mencionando expressamente que ~~trata~~ trata de forma indevidamente simplificada da condição da criança e do adolescente, não aplicando o rigor necessário que a matéria requer, ferindo a concepção de sujeitos titulares de direitos especiais, resultante de uma condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (MPGO, site oficial, online)<sup>23</sup>.

A representação ministerial reforça que o procedimento hábil e indispensável ao reconhecimento de paternidade ou maternidade socioafetiva de menores deve ser sempre uma ação judicial de jurisdição voluntária ou contenciosa, com a imprescindível intervenção do Ministério Público, nos termos do artigo 127, *caput*, da Constituição Federal<sup>24</sup> e artigo 698 do Código de Processo Civil<sup>25</sup>.

—A ausência de atuação do Ministério Público em procedimentos de reconhecimento voluntário de paternidade socioafetiva infanto-juvenil e reconhecimento de vínculo de adoção sem observância às normas cabíveis demonstra-se flagrantemente inconstitucional, diante da indispensabilidade da intervenção ministerial, colocando em risco atos tão significativos que envolvem pessoas expostas à vulnerabilidade, as quais merecem dedicação e atenção singular”. (MPGO, site oficial, online)

Outro aspecto pontuado no documento é o fato de o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecer, nos artigos 46 e 47, que o vínculo de adoção deve ser constituído por sentença judicial, pressupondo ainda estágio de convivência e atuação de equipe multiprofissional, para a realização de estudo social, para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo.

O artigo 46, §4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente determina que estágio de convivência seja acompanhado pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política de garantia do direito à convivência familiar, que apresentarão relatório minucioso acerca da conveniência do deferimento da medida.

Desse modo, a sentença judicial pressupõe a atuação de equipe interprofissional, responsável por —~~forne~~ fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e

<sup>21</sup> Constituição Federal, artigo 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

<sup>22</sup> O ofício do MP-GO foi assinado em conjunto pelo procurador-geral de Justiça de Goiás, Benedito Torres Neto, e pelo coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, Publius Lentulus da Rocha, e contém um estudo indicando as violações presentes no provimento.

<sup>23</sup> Disponível em <http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/filiacao-socioafetiva-mp-go-pede-questionamento-de-provimento-da-corregedoria-nacional-de-justica#.W6I7-mjMOM8>. Acesso em 24/09/2018, às 21:07, site oficial do Ministério Público de Goiás).

<sup>23</sup> Constituição Federal, artigo 127, *caput*. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

<sup>24</sup> Constituição Federal, artigo 127, *caput*. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

<sup>25</sup> Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, artigo 698. Nas ações de família, o Ministério Público somente intervirá quando houver interesse de incapaz e deverá ser ouvido previamente à homologação de acordo.

outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico”<sup>26</sup>. (BRASIL, 1990)

A respeito do sucesso da adoção, SILVA (et al.) aponta que —preparação dos pretendentes e da criança, a aproximação gradativa de ambas as partes e o acompanhamento da equipe durante todo o processo é fundamental para alcançar um desfecho positivo”. (SILVA et al., 2017, p. 617)

Na ocasião do Fórum Nacional de Membros do Ministério Público da Infância (Proinfância), ocorrido no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, de 12 a 14 de abril de 2018, foi aprovado pela reunião plenária do V Congresso do *Proinfância*, na data de 14/04/2018, o Enunciado n° 7, segundo o qual —reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva regulado pelos arts. 10 a 15 do Provimento n° 63/2017 da Corregedoria Nacional de Justiça é inconstitucional por violar o art. 1°, parágrafo único, o art. 2°, o art. 22, I, o art. 103-B, § 4°, I, e § 5°, o art. 127, —aput”, e o art. 227, —capitū e §§ 5° e 6°, da Constituição Federal”<sup>27</sup>.

Resultado das deliberações ocorridas nesse evento, também foi protocolizada representação junto a Procuradoria-Geral da República, pleiteando o controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, por considerar que —o Provimento 63/17 da Corregedoria Nacional de Justiça introduziu uma hipótese de adoção extrajudicial em manifesta violação às previsões legais sobre a garantia da convivência familiar e reserva jurisdicional para fins de adoção”, e ainda, —que a falta de intervenção ministerial na resolução de questões jurídicas que envolvam crianças e adolescentes é causa de nulidade”<sup>28</sup>.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou refletir sobre o reconhecimento da paternidade socioafetiva quando envolve crianças e adolescentes, para os quais não foi prevista nenhuma exigência adicional, e as consequências jurídicas positivas e negativas decorrentes, a fim de, por meio de reflexões críticas, sugerir medidas que atendam, de maneira mais cautelosa e segura, os interesses dos menores de 18 anos.

Observou-se, nesse contexto, que, ao se tratar do reconhecimento da paternidade socioafetiva de pessoas maiores e capazes de manifestar seu consentimento, o procedimento administrativo refletiu um grande avanço normativo, já que permite, de forma rápida, acessível e desjudicializada, a formalização de uma situação de fato já sedimentada, permitindo que a relação jurídica estabelecida e regularizada produza seus devidos efeitos jurídicos.

Também verificou-se que, quando abrange situações em que haja, em um dos pólos, crianças e adolescentes, pela via administrativa firmada pela Resolução n. 63, não há como se averiguar, com certo grau de conhecimento e certeza, se o reconhecimento da paternidade, realmente, atende aos princípios da proteção integral, do melhor interesse da criança e da prioridade absoluta, inseridos no artigo 227 da Constituição Federal.

E, assim, tendo em vista o objetivo proposto, sugere-se a não aplicação da Resolução n. 63, CNJ, quando os sujeitos do reconhecimento forem menores de 18 anos, tomando, nestes casos, indispensavelmente, a via judicial, com envolvimento de equipe multiprofissional, da mesma forma exigida para os casos de adoção.

Em termos de limitações, entende-se que este estudo tratou de um regramento relativamente novo, para o qual não se tem ainda dados muito concretos de sua aplicação e resultados nos casos concretos. Estudos futuros, que possam abarcar com mais precisão os efeitos, positivos e negativos, do novo regramento, bem como a triangulação dos dados através de depoimentos de famílias envolvidas e de operadores do direito, possivelmente permita o aprofundamento da discussão. Embora com alguns limites, o estudo se mostra relevante no sentido de atentar para a relevância de órgão e entidades, leis e condutas que assegurem os princípios e leis direcionadas à garantia do desenvolvimento humano e social do menor.

<sup>26</sup> Artigo 151, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

<sup>27</sup> <https://www.proinfancia.net/enunciados>

<sup>28</sup> Fórum dos Membros do Ministério Público da Infância e Adolescência. **Ata do V Congresso Nacional do Proinfância.** Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1\\_XkODvSxWOUlZ\\_YNjdTivVNIowaIP7uY/view](https://drive.google.com/file/d/1_XkODvSxWOUlZ_YNjdTivVNIowaIP7uY/view)>. Acesso em 25/09/2018.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em 09 de março de 2018.
- \_\_\_\_\_. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)> Acesso em 09 de março de 2018.
- \_\_\_\_\_. **Lei 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm)> Acesso em 09 de março de 2018.
- \_\_\_\_\_. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Institui o Estatuto da Criança e Adolescente. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>
- \_\_\_\_\_. **Provimento nº 63**, do Conselho Nacional de Justiça, de 14 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3380>> Acesso em: 09 mar. 2018.
- \_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.000.356/SP Disponível em <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14318607/recurso-especial-resp-1000356-sp-2007-0252697-5/inteiro-teor-14318608>> Acesso em 27 de setembro de 2018.
- \_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.059.214/RS. Disponível em <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21399240/recurso-especial-resp-1059214-rs-2008-0111832-2-stj/inteiro-teor-21399241>> Acesso em 27 de setembro de 2018.
- \_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.087.163/RJ. Disponível em <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21086464/recurso-especial-resp-1087163-rj-2008-0189743-0-stj/inteiro-teor-21086465>> Acesso em 27 de setembro de 2018.
- \_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 898.060,SC, RELATOR: MIN. LUIZ FUX. Disponível em:<<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE898060.pdf>> acesso em 14 de março de 2018.
- \_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça de Pernambuco. Provimento nº 9/2013. Disponível em <<http://www.tjpe.jus.br/documents/10180/149195/PROVIMENTO+09-2013.doc+02.12.2013.pdf/a1415bce-2b42-4ca1-8529-9d4540dbc9db>> Acesso em 27 de setembro de 2018.
- \_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Provimento nº 11/2014. Disponível em <[http://www.anoreg.org.br/images/arquivos/Provimento\\_11.pdf](http://www.anoreg.org.br/images/arquivos/Provimento_11.pdf)> Acesso em 27 de setembro de 2018.
- \_\_\_\_\_. Tribunal De Justiça do Amazonas. Provimento nº 234/2014. Disponível em <[http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=11760&Itemid=17](http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11760&Itemid=17)> Acesso em 27 de setembro de 2018.
- \_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Ceará. Provimento nº 15/2013. Disponível em <<http://corregedoria.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2013/12/Prov-n-15-2013-Reconhecimento-voluntario-de-paternidade-uniao-socioafetiva.pdf>> Acesso em 27 de setembro de 2018.
- \_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Maranhão. Provimento nº 21/2013. Disponível em <[http://gerenciador.tjma.jus.br/app/webroot/files/publicacao/404284/anexo\\_948144\\_online\\_html\\_1912\\_2013\\_1038.pdf](http://gerenciador.tjma.jus.br/app/webroot/files/publicacao/404284/anexo_948144_online_html_1912_2013_1038.pdf)> Acesso em 27 de setembro de 2018.
- \_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. Provimento nº 149/2017. Disponível em <<https://www.tjms.jus.br/legislacao/visualizar.php?lei=31456&original=1>>. Acesso em 27 de setembro de 2018.

BOEIRA, José Bernardo Ramos. **Investigação de paternidade: posse de estado de filho -**

**paternidade socioafetiva.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Acre. Provimento nº 10/2016. Disponível em <[https://www.tjac.jus.br/wp-content/uploads/2016/03/Provimento\\_COGER\\_TJAC\\_10\\_2016.pdf](https://www.tjac.jus.br/wp-content/uploads/2016/03/Provimento_COGER_TJAC_10_2016.pdf)> Acesso em 27 de setembro de 2018. p. 184-185.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CONSELHO DE JUSTIÇA FEDERAL. **Jornadas de direito civil I, III, IV e V: enunciados aprovados.** Coordenador científico Ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior. – Brasília : Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012. Disponível em <<http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/enunciados-aprovados-da-i-iii-iv-e-v-jornada-de-direito-civil/compilacaoenunciadosaprovados-1-3-4jornadadircivilnum.pdf/view>>. Acesso em 21 março 2018.

DIAS, Maria Berenice, OPPERMANN, Marta Cauduro. **Multiparentalidade: uma realidade que a Justiça começou a admitir.** Disponível em <[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2\\_13075\)MULTIPARENTALIDADE\\_Berenice\\_e\\_Marta.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_13075)MULTIPARENTALIDADE_Berenice_e_Marta.pdf)> Acesso em 19 março de 2018.

DIAS, Maria Berenice. **2017: um ano cheio de avanços!** Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2\\_13079\)2017\\_um\\_ano\\_cheio\\_de\\_avancos.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_13079)2017_um_ano_cheio_de_avancos.pdf)> Acesso em: 19 de março de 2018.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro – direito de família.** 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FACHIN, Luiz Edson Fachin. **Elementos críticos do direito de família: curso de direito civil.** Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos De Pesquisa.** 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MADALENO, Rolf Hanssen. **Novas Perspectivas no Direito de Família.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity?** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1993000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300002)> Acesso em 21 de setembro de 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS. Disponível em <<http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/filiacao-socioafetiva-mp-go-pede-questionamento-de-provimento-da-corregedoria-nacional-de-justica#.W6I7-mjMOM8>> Acesso em 24/09/2018, às 21:07.

PROINFÂNCIA - FÓRUM NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. **Enunciados.** Disponível em <<https://www.proinfancia.net/enunciados>> Acesso em 25 de setembro de 2018.

PROINFÂNCIA - FÓRUM NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: **Ata do V Congresso Nacional do Proinfância.** Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/1\\_XkODvSxWouIZ\\_YNJdTivVNlowalP7uY/view](https://drive.google.com/file/d/1_XkODvSxWouIZ_YNJdTivVNlowalP7uY/view)>. Acesso em 25 de setembro de 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988.** 8. ed. rev. atual. e ampl. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988.** 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SILVA, P. S., CASSARINO-PEREZ, L., SARRIERA, J. C., & FRIZZO, G. B. **A equipe psicossocial**

**na colocação da criança nos processos de adoção.** Psicologia: Ciência e Profissão, 37(3), 608-623. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000382016>. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n3/1982-3703-pcp-37-3-0608.pdf>> Acesso em 27 de setembro de 2018.

VENOSA, Sílvio de Salvo Venosa. Direito de Família. 2ª Ed. São Paulo: Atlas 2002.

**REGIMES DE GUARDA E O ECA**  
**CUSTODY REGIMES AND THE ECA**  
Área Temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

*ALVES*, Bruna de Oliveira Rodrigues  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Graduanda em Direito  
bruu.alves2@gmail.com  
*CANELA*, Kelly Cristina  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo,  
com habilitação em Direito Privado e Processo Civil,  
Mestre em Direito pela Univesità degli Studi di Roma Tor  
Vergata,  
Doutora pela Faculdade de Direito de São Paulo  
kellyccanela@gmail.com  
*CORDIOLI*, Hiago Andrioti  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Graduando em Direito  
hiagocordioli@hotmail.com  
*D’OLIVO*, Lygia Carniel  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Graduanda em Direito  
lygiacdolivo@gmail.com  
*LARA*, Jade Soares  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Graduanda em Direito  
jade-lara2@hotmail.com

**Resumo**

O presente trabalho tem por objetivo analisar os regimes de guarda no contexto brasileiro e contextualizá-los em relação ao compromisso que o Centro Jurídico Social possui ao atender gratuitamente os usuários e reivindicá-los perante a justiça. O Centro Jurídico Social realiza trabalho multidisciplinar entre os cursos de Direito e Serviço Social, e uma das demandas mais recorrentes consiste na determinação litigiosa da guarda dos filhos menores. É salutar a análise teórica de pontos principais para possível aplicação prática, sendo estes: a contextualização dos regimes de guarda, como as mudanças surgiram ao passar do tempo, o funcionamento atual das guardas unilateral e compartilhada, as latentes situações de dano afetivo e alienação parental, os obstáculos a serem galgados para que seja aplicado o Estatuto da Criança e do Adolescente, além dos problemas surgidos a partir de casamento com estrangeiro. O tema escolhido busca contemplar tanto questões como o conceito e as consequências dos tipos de guarda, quanto a relação com a alienação parental e o genitor alienante; demonstra-se de suma importância analisá-lo, já que não corresponde a mera decisão judiciária, e sim a vidas que serão completamente atingidas, ou seja, crianças e adolescentes que se espelham na família para crescer e se desenvolver como ser humano.

**Palavras-chave:** regimes de guarda, ECA, menor de idade.

**Abstract**

The purpose of this paper is to analyze custody regimes in the brazilian context and to contextualize them in relation to the commitment that the Social Legal Center has in providing free services to users and claiming them before the courts. The Social Legal Center executes multidisciplinary work between Law and Social Work courses, and one of the most recurrent demands is the litigious determination of custody of minor children. The present paper also aims at saluting the theoretical analysis of main points for possible practical application, such as: the contextualization of custody regimes, as the changes have appeared over time, the current working of the unilateral and shared guards, the latent situations of affective damage and parental alienation, the obstacles to be applied for the application of the Statute of the Child and Adolescent, in addition to the problems arising from marriage with foreigners. The chosen theme seeks to address both issues as the concept and consequences of types of custody, as well as the relationship with parental alienation and the alienating parent; it is extremely important to analyze it, since it does not correspond to simple judicial

decisions, but to lives that will be completely affected, children and teenagers who mirror themselves in the family to grow and develop as a human being.

**Keywords:** custody regimes, ECA, underage.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe abordar, com o auxílio de análises jurisprudenciais e artigos de lei, os dispositivos sobre aos regimes de guarda. Identifica-se, no Centro Jurídico Social, núcleo auxiliar da Unesp Franca, uma demanda significativa quanto ao tema apresentado. Uma análise passageira sobre as responsabilidades da extensão e sua relação com os regimes de guarda sucederá a priori.

Após, no sentido de análise, percebe-se que, em relação ao conceito familiar, inúmeras foram as mudanças ao longo dos anos, sendo a primeira codificação brasileira instaurada por meio do Código Civil de 1916. A partir da Lei nº 6.515/77, uma quantidade maior de disposições acerca do tema passam a ser reguladas, principalmente no que concerne aos filhos. A guarda desses, por exemplo, conforme os artigos 9º e 10, dependia do acordo entre cônjuges, ficando a guarda dos filhos menores com o responsável que não houvesse dado causa à separação judicial. No Código Civil de 2002, a situação muda, priorizando a guarda ao cônjuge que revelar melhores condições para exercê-la, ou seja, deve-se atender melhor ao interesse da criança, continuando a exigir também acordo sobre a guarda.

Nesse intuito, será apresentado o desenvolvimento histórico quanto ao estudo dos regimes de guarda, bem como sobre a Lei nº 11.698, que trouxe nova redação acerca da guarda dos filhos expressa nos artigos 1.583 e 1.584 do Código Civil. Houve a introdução, assim, da guarda compartilhada, além da mais recente Lei nº 13.058, a qual sancionou a guarda compartilhada como regra geral, ou seja, é dever do juiz conceder a guarda compartilhada mesmo nos casos em que não haja concordância entre os pais, exceto nos casos em que um dos genitores declarar não desejar a guarda do filho.

É consolidado pelos princípios da dignidade da pessoa humana que todos possuem o direito de gerar filhos e constituir uma família, possuindo, assim, a obrigação de zelar por eles, com absoluta prioridade, em união ao Estado e à sociedade, para que todos possuam direito à vida, à saúde, à educação, ao carinho e afeto, dentre outros. Dessa maneira, em relação ao dano afetivo e à alienação parental, o trabalho também apresenta a figura do agente e suas características frente às consequências, vez que se tratam de diversas situações geradas pelo genitor alienante, na tentativa de excluir o outro genitor da vida dos filhos: interferir em suas visitas, atacar o relacionamento parental e denegrir a sua imagem.

Por fim, são apresentados os problemas gerados a partir do casamento com estrangeiros, seja nos casos de domicílio no Brasil, seja no de domicílio no exterior, além da breve relação à Convenção de Haia de 1980 e a subtração de menores, além do posicionamento do STJ frente aos regimes de guarda com estrangeiros.

## 1 O CENTRO JURÍDICO SOCIAL

O Centro Jurídico Social é uma unidade auxiliar da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Franca, na forma de extensão universitária que visa o atendimento sócio jurídico gratuito à população economicamente necessitada, ou seja, àqueles que não possuem condições financeiras de suportar as despesas de procedimentos judiciais, residentes na Comarca de Franca, no estado de São Paulo. Portanto, trata-se de uma unidade de assistência judicial e social formada por profissionais da área e estagiários do curso de Direito e Serviço Social da UNESP Franca, além de estagiários de Psicologia de outras instituições de ensino, criando assim um espaço para formação profissional que abrange o tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão.

A respectiva unidade tem como objetivos a formação técnica, ética e profissional dos estagiários, o incentivo a construção do conhecimento nas suas áreas abrangidas, a informação a comunidade sobre os seus direitos e deveres e a prestação de serviços sociojurídicos à população carente. Portante, seu foco vai além de ser uma simples assistência jurídica, pois além de promover o acesso à defesa e reivindicação de direitos aos usuários, também colabora para a formação ético-profissional dos estudantes que exercem ali a função de estagiários.

Assim, são promovidos também diversos projetos e pesquisas sobre áreas relacionados ao Direito e à Assistência Social, que visam essa abordagem, incentivando conhecimento nas respectivas áreas e prestando serviços à própria população. Um desses projetos é o “Caminhos da Justiça - Carreta”, que com uma unidade móvel - popularmente conhecida como carreta - vai a centros comunitários, entidades e locais de fácil acesso pela população, realizar oficinas sobre temas

relacionadas a direitos da população e também promover orientações sociojurídicas. Tal projeto busca tornar acessível a todos o conhecimento ao redor da justiça, que visa não só o simples atendimento jurídico que tira dúvidas da população sobre casos jurídicos, mas também promove o acesso ao saber jurídico a ela, fazendo assim se tornar mais claro os seus direitos.

Tanto o Centro Jurídico Social, quanto seus projetos existentes, trabalham em torno de duas áreas principais: o Direito Civil, essencialmente em questões ligadas à família - como divórcio, alimentos, interdição e etc -, e o Direito Previdenciário, em questões de aposentadorias e auxílios em geral. Um dos temas com demanda mais recorrente, tanto na unidade auxiliar como na unidade móvel, é o relacionado à guarda. De acordo com pesquisa interna realizada pelo próprio Centro Jurídico Social, entre 2016 e 2017, 25 das aproximadamente 500 ações por ele ajuizadas se relacionavam à guarda. Portanto, devido à alta demanda por ações desse viés, torna-se importante a discussão e aprofundamento sobre o tema de regimes de guarda.

## **2 OS REGIMES DE GUARDA NO CONTEXTO BRASILEIRO**

A discussão de regimes de guarda de filhos possui como pressuposto a não convivência dos cônjuges sob o mesmo teto. No entanto, isso não pode afetar a convivência entre a prole e ambos os pais. A dissolução dos vínculos afetivos não deve afetar direitos e deveres para com os filhos, cuja unidade familiar se perpetua, apesar da separação física entre os cônjuges.

Provavelmente uma das áreas mais sensíveis e humanas do direito de família é a parte dos regimes de guarda. Ainda que possua seu lado patrimonial, com o pagamento de alimentos e mesmo outros tipos de indenização (por abandono afetivo, por exemplo), pensar no futuro familiar do filho não é somente valorizar e aplicar o disposto no artigo 227 da Constituição Federal - a prioridade absoluta da criança e do adolescente - mas também tentar estabelecer o melhor ambiente possível para a criança para esta ter seu desenvolvimento no ambiente o mais salutar possível a sua disposição.

### **2.1 Regimes de guarda pré-Constituição de 1988**

No Código Civil de 1916, em seu artigo 326 e parágrafos, os filhos menores ficavam com o cônjuge inocente em caso de desquite conjugal. As filhas ficariam com as mães enquanto, os filhos maiores de seis anos, com o pai. Na Lei n. 6.515/1977, a Lei do Divórcio, em seu artigo 10, os filhos menores eram situados com o cônjuge que não desse causa à separação judicial, podendo o juiz dispor diferentemente observado o caso, conforme artigo 13.

No caso do Código de 1916, o regime de guarda era estabelecido pela lei e não se preocupava com o melhor interesse da criança e do adolescente, destacando, por outro lado, o pátrio poder. Podiam os cônjuges dispor sobre a guarda dos filhos, mas, em caso dessa impossibilidade, a lei regulariza sobre a guarda. Observa-se, então, a inexistência, à época, do princípio da prioridade absoluta e do melhor interesse à criança. Já a partir Lei do Divórcio, permitiu-se uma maior flexibilidade quanto à aplicação da guarda pelo juiz.

### **2.2 Regimes de guarda pós-Constituição de 1988**

Com a Constituição de 1988, houve importantes alterações quanto ao ordenamento jurídico e aos seus princípios norteadores, com enfoque mais social e garantista de direitos. Por exemplo, estabeleceu-se a igualdade de gênero (artigo 5º, I, CF) e a igualdade dos direitos e deveres da sociedade conjugal entre os cônjuges (artigo 226, 5º, CF, esta última cancelada pela Lei de igualdade parental - Lei n. 13.058/2014); e o princípio mais importante para a alteração dos regimes de guarda: a prioridade absoluta da criança e do adolescente, guardado pela Constituição em seu artigo 227, *caput*. Inclusive, é esse princípio o que rege toda a estruturação do ECA, de fundamental importância para consolidar e legitimar também o conceito de guarda compartilhada.

É importante salientar que tais mudanças acarretaram numa mentalidade diferenciada do Código Civil de 2002 em relação ao de 1916. A própria palavra “guarda” é substituída por “convivência familiar”, visto que a primeira demonstra verdadeira coisificação do filho, e o coloca como objeto da relação, e não como sujeito de direitos. Assim, também não se fala mais em “perder a guarda” do filho, visto que é uma expressão de cunho punitivo pelo fim do relacionamento, que atribui culpa a um dos cônjuges. Ainda, não mais se fala em pátrio poder, mas sim em poder familiar, visto que a antiga nomenclatura privilegiava uma forma patriarcal de família.

Todavia, a lei, como resquício dos regimes anteriores, ainda trata de formas distintas os filhos havidos fora do casamento, nos artigos 1611 e 1612, CC, bem como a proteção dos filhos havidos no casamento, dos artigos 1583 a 1590, CC.



Ainda, o Estatuto da Criança e do Adolescente acrescenta direitos fundamentais do menor, reafirmando princípios constitucionais e instruindo o papel da sociedade e dos genitores na educação dos filhos. A exemplo, no seu artigo 4º, complementa a ideia principal do artigo 227, CF, de primazia absoluta do menor. Em seu artigo 22, estabelece o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, devendo, ainda, cumprir determinações judiciais. E, em seu artigo 33, complementa que a guarda deve ocorrer de forma a prestar assistência material, moral e educacional à criança e ao adolescente.

### **2.2.1 Convivência unilateral**

Trata-se do regime estipulado no artigo 1583, §1º, do Código Civil, sendo aquele em que a guarda é atribuída a apenas um dos genitores, ou ainda, a terceiro que o substitua. Ela decorre do consenso dos cônjuges ou da falta de consenso quanto a convivência compartilhada.

No entanto, ainda que separados, de acordo com o artigo 1632, CC, ambos os genitores possuem o pleno exercício do poder familiar. Assim, para exercê-lo, o não guardião tem o dever de supervisionar o interesse do filho, e tem legitimidade para solicitar informações e prestação de contas, além de fiscalizar a manutenção da educação. Vale ressaltar que o filho que é reconhecido por apenas um dos genitores fica sob regime de convivência unilateral, decorrente de família monoparental.

O sujeito do direito de convivência é, por óbvio, o filho. Logo, tem ele o direito de conviver com ambos os genitores, em consequência ao princípio da proteção integral do menor, já que não é possível proteção com exclusão do outro genitor. Não mais se fala, portanto, em “direito de visita”, pois enseja uma relação mecânica, uma tarefa a ser cumprida, afastando a afetividade das relações familiares. Logo, é direito de personalidade do filho, na condição de direito de liberdade, na qual o indivíduo exerce a liberalidade de receber pessoas com quem quer conviver, pela necessidade de cultivar afeto.

O juiz, ao estabelecer o regime de convivência deve recorrer a profissionais de outras áreas (artigo 1584, §3º, CC) a fim de analisar o caso com maior amplitude de conhecimento da situação do menor. A mediação é uma das formas mais adequadas para o conflito, já que a solução é encontrada pelos próprios pais ou litigantes, que irão assumir suas responsabilidades. Esta previsão já se encontra no Novo Código de Processo Civil, no artigo 694. O ECA, em seu artigo 28, §1º, recomenda que sempre que possível, a criança deve ser ouvida. Em caso de adoção, se for maior de 12 anos, é necessário ainda, o consentimento do adotando. Em ambos os casos, em acordo com a estipulação do artigo 121, da Convenção Sobre os Direitos da Criança, a opinião é sempre levada em conta considerando a idade e maturidade, mas não pode ser o único elemento definidor da convivência. É necessário, para tanto, o colhimento de depoimento especial, uma técnica moderna com profissionais especializados capazes de auxiliar a forma de expressão da criança.

Não é obrigado a seguir a convivência unilateral quando o magistrado determinar que ambos os pais são aptos a exercer o poder familiar, podendo, portanto, estabelecer a convivência compartilhada, de acordo com o artigo 1584, §2º, CC. Sempre que se fizer necessário, deve haver estipulação de intervenção de equipe interdisciplinar, inclusive podendo impor à criança, aos genitores ou a terceiros integrantes da relação familiar o acompanhamento psicológico ou psiquiátrico (artigo 129, III e IV, ECA).

A execução do regime de convivência, por ser direito do filho, é obrigação dos pais. Deve, portanto, o não guardião, cumprir horários de visitação, sendo infração administrativa sujeita a multa de 3 a 20 salários mínimos, de acordo com o artigo 249, ECA. O não cumprimento continuado caracteriza o abandono, justificando a destituição do poder familiar. É caracterizado por Maria Berenice Dias (2015, p. 539) como obrigação de fazer infungível, personalíssima, que deve ser cumprida pessoalmente, cabendo astreinte sem finalidade sancionatória ou inibitória, pois funciona como instrumento de coerção indireto.

Em geral, a multa já é estipulada na sentença, e o seu descumprimento (descumprimento reiterado e injustificado ou simples descumprimento?) evidencia a alienação parental, bem como é ato atentatório à dignidade da justiça. Deve ser um valor significativamente alto, por ter natureza inibitória.

No caso do não guardião não trazer o filho de volta após o horário estipulado, é possível acionar a justiça através de tutela de urgência antecipada. Segundo o artigos 139, IV, e 536, § 1º, do Novo Código de Processo Civil, é recomendável o uso de multa, por cada dia que não ocorrer a entrega do filho, visto inclusive que é uma obrigação de fazer, e que o uso de força policial pode impressionar o menor, afetando sua visão do genitor.

O ECA ainda estabelece, nos artigos 83 a 85, a necessidade de autorização de viagens. No

caso de viagens nacionais, não é necessário a autorização de ambos os pais, apenas de um deles. Se for viagem com terceiro, apenas a autorização de um dos pais ou decisão judicial. Já em caso de viagens internacionais, deve haver autorização de ambos os pais, e se for com terceiro, a autorização deve ser concedida por escritura pública ou documento particular com firma reconhecida. No caso de ambos os pais estarem na viagem, dispensa-se a autorização.

### 2.2.2 Convivência compartilhada

A convivência compartilhada é prescrita no artigo 1583, §1º, do Código Civil. Ela é priorizada em relação a convivência unilateral, pois assegura maior aproximação física e imediata dos filhos com ambos os genitores, garantindo a corresponsabilidade parental, pluralizando-as. É, acima de tudo, uma postura, reflexo de uma mentalidade de superação, segundo a qual pai e mãe são igualmente importantes na formação do filho.

De acordo com o artigo 1584, ela pode ser imposta pelo juiz independente da vontade dos genitores, logo, pode ser fixada por consenso ou por determinação judicial. É interessante, ainda, que o magistrado fixe atribuições de cada um dos genitores de forma equilibrada, em igualdade com a Lei nº 13.058/14, ou Lei da Igualdade Parental.

Segundo o artigo 2º desta lei, é determinado que o tempo de convívio deve ser dividido de forma equilibrada, tendo em vista as condições fáticas e o interesse dos filhos. Segundo Wanderlei José do Reis (2015, online) ela estimula, portanto, a constituição de famílias multinucleares, nas quais os filhos desfrutam de dois lares, em harmonia, visando a manutenção dos vínculos afetivos e de responsabilidades, que são primordiais à saúde biopsíquica do menor. Há certa discussão acerca de tal intromissão do Estado nas decisões das famílias, que pode vir a confundir ainda mais o menor, visto que conviverá sob orientação de dois lares diferentes, com valores e princípios que por vezes podem vir a ser antagônico. No entanto, é perceptível que o Código visa a boa convivência dos cônjuges, bem como a boa-fé, para que saibam lidar com situações que possam vir a ser problemáticas.

Assim explica Carlos Roberto Gonçalves (2016, p.497):

As Leis n. 11.698/2008 e 13.058/2014 chegaram em boa hora, assegurando „a ambos os genitores responsabilidade conjunta, conferindo-lhes, de forma igualitária, o exercício dos direitos e deveres concernentes à autoridade parental. Não mais se limita o não guardião a fiscalizar a manutenção e educação do filho quando na guarda do outro (CC, artigo 1.589). Ambos os pais persistem como todo o complexo de ônus que decorrem do poder familiar, sujeitando-se à pena de multa se agirem dolosa ou culposamente (ECA, artigo 249).

Existe uma modalidade de convivência que, além de perfeita harmonia, requer um certo padrão econômico para torná-la viável. Recebe o nome de *aninhamento*, que segundo Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (apud TARTUCE, 2016, p. 877), é quando o filho permanece na mesma residência enquanto os genitores se revezam na companhia do filho. No entanto, como visto, requer a manutenção de três residências, além de óbvios obstáculos sociais para formação de novas famílias. É, portanto, quase inviável sua ocorrência, em especial nos moldes das famílias brasileiras.

O ECA estabelece que, sempre que possível, a opinião do menor deve ser devidamente considerada, respeitando-se o estágio de desenvolvimento e grau de compreensão do mesmo (artigos 2º; 15; 16, incisos I e II; 28, §1º e §2º; e 83).

Ainda que os pais tenham definido o regime de convivência unilateral, é possível a qualquer um deles, a qualquer momento, pleitear a alteração para a convivência compartilhada. Nesta demanda, se ficar comprovado que ambos os pais têm condições, deve-se determinar o deferimento do pedido e encaminhar os pais, se necessário, a acompanhamento psicológico ou psiquiátrico (artigo 129, III, ECA).

É diferente da guarda alternada, na medida em que esta representa a divisão de um período com o pai e outro com a mãe, de forma alternada, enquanto na compartilhada há um referencial de casa principal, na qual vive com um dos genitores, e fica a critério dos pais a divisão do tempo, exceto quando não acordarem entre si. Neste caso, haverá decisão judicial detalhada acerca deste assunto, e, ainda, o dever de guarda é dado de fato a ambos os genitores, e não a cada um deles alternadamente.

Vale ressaltar que de acordo com o §4º, do artigo 1.584, CC, o descumprimento imotivado da cláusula do regime de convivência, seja ele qual for, poderá implicar em redução de prerrogativas que são atribuídas a seu detentor.

Sempre importante frisar, como fica esclarecido na seguinte julgado, que seja guarda

compartilhada, ou unilateral, os interesses do menor devem sempre vir em primeiro lugar, de forma a decidir por aquela que seja mais benéfica para ele.

EMENTA CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. GUARDA COMPARTILHADA. CONSENSO. NECESSIDADE. ALTERNÂNCIA DE RESIDÊNCIA DO MENOR. POSSIBILIDADE. **1. A guarda compartilhada busca a plena proteção do melhor interesse dos filhos, pois reflete, com muito mais acuidade, a realidade da organização social atual que caminha para o fim das rígidas divisões de papéis sociais definidas pelo gênero dos pais.** 2. A guarda compartilhada é o ideal a ser buscado no exercício do Poder Familiar entre pais separados, mesmo que demandem deles reestruturações, concessões e adequações diversas, para que seus filhos possam usufruir, durante sua formação, do ideal psicológico de duplo referencial. 3. Apesar de a separação ou do divórcio usualmente coincidirem com o ápice do distanciamento do antigo casal e com a maior evidenciação das diferenças existentes, **o melhor interesse do menor, ainda assim, dita a aplicação da guarda compartilhada como regra, mesmo na hipótese de ausência de consenso.** 4. A inviabilidade da guarda compartilhada, por ausência de consenso, faria prevalecer o exercício de uma potestade inexistente por um dos pais. E diz-se inexistente, porque contrária ao escopo do Poder Familiar que existe para a proteção da prole. 5. A imposição judicial das atribuições de cada um dos pais, e o período de convivência da criança sob guarda compartilhada, quando não houver consenso, é medida extrema, porém necessária à implementação dessa nova visão, para que não se faça do texto legal, letra morta. 6. A guarda compartilhada deve ser tida como regra, e a custódia física conjunta - sempre que possível - como sua efetiva expressão. 7. Recurso especial provido. (STJ - REsp: 1428596 RS 2013/0376172-9, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 03/06/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/06/2014)

### 2.2.3 Dano Afetivo e Alienação Parental

O artigo 1634, CC, estabelece os deveres do poder familiar. No entanto, a falta de convívio pode gerar danos, comprovadamente, que venham a comprometer o desenvolvimento pleno e saudável do menor, com a consequente indenização. É o caso de negligência que justifique até mesmo a perda de tal poder presente no taxativo rol do artigo 1638, CC, em seu inciso II. Isto porque a ausência de cuidados e o abandono moral violam a integridade psicofísica do menor, bem como o princípio da solidariedade familiar.

O dano visa cobrir despesas necessárias para amenizar as sequelas psicológicas do abandono, e ocorre independente de pagamento de pensão alimentícia. É evidente que aqui, a afetividade é um dever jurídico, que é indiferente a existência real do afeto. É compreensível também que a pena de prejuízo financeiro não seja a mais satisfatória para estabelecer o vínculo afetivo, mas ainda assim é melhor que o sentimento de abandono.

A primeira pessoa a levar o tema à justiça foi Rodrigo da Cunha Pereira e, segundo ele, é preciso entender o abandono parental como uma lesão extrapatrimonial a um interesse jurídico tutelado, e ela é causada por omissão do pai ou da mãe no cumprimento do exercício do poder familiar - segundo o artigo 1.634 do Código Civil - o que configura um ilícito: fato gerador de obrigação indenizatória para as funções parentais. (DIAS, 2015, p. 536)

Tal ação é de competência da vara da família e conta com prazo prescricional de 3 anos, de acordo com o artigo 206, §3º, V do Código Civil que trata da prescrição para a reparação civil, a contar da maioridade do filho. A decisão do STJ no Recurso Especial nº 1.159.242 – SP (3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, p. 24/04/2012), atribui valor jurídico ao cuidado, e identifica o abandono afetivo como ilícito civil, logo, enseja o dever de indenizar.

EMENTA CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. **ABANDONO AFETIVO. COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL.** POSSIBILIDADE. **1. Inexistem restrições legais à aplicação das regras concernentes à responsabilidade civil e o consequente dever de indenizar/compensar no Direito de Família.** 2. O cuidado como valor jurídico objetivo está

incorporado no ordenamento jurídico brasileiro não com essa expressão, mas **com locuções e termos que manifestam suas diversas desinências, como se observa do artigo 227 da CF/88**. 3. Comprovar que a imposição legal de cuidar da prole foi descumprida implica em se reconhecer a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão. Isso porque o non facere, que atinge um bem juridicamente tutelado, leia-se, **o necessário dever de criação, educação e companhia – de cuidado – importa em vulneração da imposição legal, exurgindo, daí a possibilidade de se pleitear compensação por danos morais por abandono psicológico**. 4. Apesar das inúmeras hipóteses que minimizam a possibilidade de pleno cuidado de um dos genitores em relação à sua prole, existe um **núcleo mínimo de cuidados parentais que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à afetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social**. 5. A caracterização do abandono afetivo, a existência de excludentes ou, ainda, fatores atenuantes – por demandarem revolvimento de matéria fática – não podem ser objeto de reavaliação na estreita via do recurso especial. 6. A alteração do valor fixado a título de compensação por danos morais é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada. 7. Recurso especial parcialmente provido. (Grifo nosso)

A Síndrome da Alienação Parental, por outro lado, está prevista na Lei 12.318/2010, que visa coibir a denominada alienação parental, que, segundo Carlos Roberto Gonçalves (2016, p. 503), foi utilizada por Richard Gardner pela primeira vez no ano de 1985, ao falar de ações de guarda em que se constatava que um dos genitores induzia a criança a romper laços afetivos com o outro. Seria uma espécie de “lavagem cerebral” que compromete a imagem que o filho tem do outro genitor, devido a narração de fatos enganosos, ou simplesmente de um ponto de vista diferente.

Isso induz no menor uma contradição de sentimentos que destrói o vínculo paterno-filial, pois é verdadeira campanha de desmoralização dos pais. Há casos em que há, inclusive, falsa denúncia de abuso sexual, na tentativa de suspender as visitas. Sua definição exata está no artigo 2º desta referida lei, que assim discorre:

Artigo 2º: Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância, para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este. (BRASIL, 2010)

Nestes casos, pode ser requerida tutela de urgência de acordo com o artigo 300, CPC, desde que evidenciada a probabilidade do direito e o perigo de dano. Para tanto, será efetuada perícia psicológica ou biopsicossocial, no qual o laudo será apresentado em 90 dias. Se comprovada, o juiz poderá tomar medidas que estabeleçam a ampliação do regime de convivência familiar, estipulação de multa, mudança para guarda compartilhada ou sua inversão, e até mesmo suspender a autoridade parental, de acordo com as sanções taxadas no artigo 6º, também da mesma lei.

### **3 PROBLEMAS DOS REGIMES DE GUARDA EM CASAMENTOS COM ESTRANGEIROS**

O mundo e seus países encontram-se ao alcance dos indivíduos e isso potencializa a formação de novos relacionamentos, em escalas e quantidades nunca antes vista. E isso, obviamente, leva à formação de novos problemas, muitas vezes envolvendo legislações de diferentes Estados, normas hermenêuticas de aplicação das leis, aplicação de tratados e a utilização de diversos outros mecanismos para a solução desses conflitos. A complexidade e a interdependência de mercado trazida pela globalização ganha novos contornos e proporções que atingem inclusive esferas fora do âmbito econômico-mercado e afeta diretamente a vida do nacional, da pessoa, do indivíduo *per si*.

Dentro desse contexto, é visível o aumento no número de casamentos entre nacionais e estrangeiros. E o aumento de casamentos desse tipo também leva ao aumento de separações e divórcios envolvendo dois indivíduos de nacionalidades diferentes. Uma série de nuances deve ser levada em consideração quando se envolve dois Estados diferentes, entre eles a aplicação de normas hermenêuticas do ordenamento jurídico (no caso brasileiro, elas se encontram na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro); os ordenamentos jurídicos aos quais os cônjuges se

submetem; e tratados internacionais ratificados em que o Brasil faça parte sobre direito de família.

### **3.1 O regime de guarda quando do domicílio no Brasil**

De suma importância é observar que a aplicação de leis do casamento no espaço se assemelham com relação à aplicação do regime de guarda dos filhos. A Lei de Introdução ao Código Civil estabelece que a legislação do país em que está domiciliada a pessoa determina as regras gerais sobre o direito de família (DIAS, 2015, p. 162). O casamento costuma ter suas normas interpretadas conforme indicações normativas do domicílio dos cônjuges, além de seus costumes. Assim, ocorrido casamento entre nacional brasileiro(a) com estrangeiro(a) no Brasil, o casamento possui a jurisdição brasileira como competente para julgar casos referentes a si, com competência na comarca onde possuam domicílio. Logo, os problemas referentes à guarda dos filhos serão julgados conforme dispõe a legislação pátria, que institui a aplicação da lei do domicílio dos filhos para solução do conflito. Se a lei brasileira for a aplicada, nada difere-se do disposto no capítulo anterior.

### **3.2 O regime de guarda quando do domicílio no exterior**

É este o principal tópico de disputas quando relacionados a brasileiros e casamento no estrangeiro. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro estabelece em seu artigo 7º que devem ser aplicadas as leis concernentes ao direito de família do domicílio da pessoa. Assim, esse dispositivo encontra-se em consonância com a Convenção de Haia de 1980 sobre Sequestro Internacional de Crianças, cuja regulamentação no artigo 8º dispõe que em caso de subtração internacional de criança, deve a autoridade do Estado onde ela se encontra devolver o filho para seu domicílio habitual para então se proceder à decisão sobre a guarda do mesmo. Também se alinha com o disposto no artigo 147, §1º, com relação à competência da autoridade do Juiz da Infância e da Juventude que será o do domicílio dos pais ou responsável e, no caso de falta dos mesmos, onde se encontre a criança ou adolescente.

Todas essas indicações semelhantes possuem motivo, sejam no plano interno, seja no plano externo ao Direito Brasileiro. Conforme ensina o professor Gustavo Ferraz de Campos Monaco (2013, online) a proximidade da questão de regime de guarda com o filho deve-se à maior facilidade de acesso às provas. Na demonstração de quem possui o melhor exercício da guarda, a prova torna-se mais fácil quando próxima do núcleo de convivência da família, por assim dizer, os vizinhos, o médico responsável pela criança, os professores, mesmos os amigos. Isso só pode ser encontrado onde resida o filho.

Facilitar o encontro dessas provas mostra uma preocupação inerente ao princípio do melhor interesse à criança e ao adolescente, um dos princípios regente do ECA. A produção de provas no domicílio da criança, mais do que simplesmente facilitar o estabelecimento do regime de guarda que recaia sobre ela, pode auxiliar no encontro de indícios relacionados a outros problemas envolvendo a família, como violência doméstica, abuso de menores, alienação parental entre diversos outros que são atinentes às relações familiares e suas implicações. Por isso a manutenção desse direito é fundamental para a tentativa de solução desses tipos de conflitos, com o princípio da prioridade absoluta da criança e do adolescente em mente.

#### **3.2.1 A subtração internacional de menores: a Convenção de Haia de 1980**

A Convenção de Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças foi assinada pelo Brasil em 25 de outubro de 1980, com promulgação em território nacional somente pelo Decreto n. 3.413, de 14 de abril de 2000. Possui quarenta e cinco artigos que regulam os procedimentos a serem tomados em caso de subtração da criança do país de domicílio habitual sem autorização prévia dos pais.

O portal consular brasileiro, no começo de 2016, produziu uma cartilha com orientações para agentes consulares e multiplicadores e outra para os pais com melhores instruções para o caso de sequestro internacional de crianças, de como agir quando confrontados com realidades conflituosas em que a guarda dos filhos encontra-se em disputa. A cartilha, além de trazer informações sobre conceitos jurídicos de direito de família, explica também os problemas decorrentes de subtração dos filhos. (ITAMARATY, 2016, online)

Segundo a cartilha citada, a subtração (também referida como sequestro) internacional de crianças é o ato cometido por um genitor (pai ou mãe) de transferir ilicitamente um filho menor de idade de seu país de residência habitual para outro país, sem o consentimento do outro genitor. Devido à existência da paridade de poder familiar exercido tanto pelo pai quanto pela mãe, a autorização para viajar com somente um dos genitores, ou mudança de domicílio deve ser por ambos

autorizadas, caso contrário poderá se configurar sequestro internacional de criança e a mesma deverá retornar ao seu domicílio. No Brasil, não existe punição aplicável quando a subtração de criança seja realizada por pessoa que possua poder parental sobre o filho. (ITAMARATY, 2016, p.39)

No entanto, ainda que não exista punição no ordenamento jurídico brasileiro, isso pode dificultar a obtenção da guarda da criança quando do julgamento no foro do domicílio desta. E assim, um ato cometido no desespero para escapar de um relacionamento conflituoso pode tornar esse relacionamento ainda mais complexo e desgastante quando divergente do disposto na legislação do país onde habitam.

Apesar do zelo com relação à regra do domicílio da criança para aplicação da lei, há exceções para o disposto no artigo 8º da Convenção de Haia de 1980. O artigo 12 da mesma Convenção estipula que independentemente do tempo da transferência ilícita da criança, deve a mesma retornar ao seu antigo domicílio habitual. Entretanto, se passado um ano e a criança encontrar-se integrada em sua nova realidade, deve assim permanecer como está. E nos casos em que o juiz do Estado para onde a criança foi levada crer que há razões para esse traslado, pode o mesmo suspender ou rejeitar o pedido de retorno. A primeira exceção trabalha com a ideia de que uma vez estabelecida a vida novamente, o melhor é deixar os filhos na nova situação para evitar rupturas durante sua infância. A segunda, com a hipótese de que a nova situação, impede, evita ou mesma cessa conjunturas de conflitos familiares que lhe fossem prejudiciais. Essas duas exceções deixam claro a prioridade absoluta da criança e do adolescente em consonância com a Constituição Federal e com o preâmbulo da Convenção, refletindo sempre o melhor interesse à criança.

### **3.3 Posicionamento Superior Tribunal de Justiça frente a regimes de guarda com estrangeiros**

O STJ possui alguns entendimentos consolidados em relação aos regimes de guarda dos filhos. Primeiramente, importante a demonstração de estabilidade quanto à aplicação do foro do domicílio da criança (mais comumente o foro do detentor, por morarem juntos) para casos de guarda dos filhos. Observa-se a Súmula 383, do STJ, além do disposto no ECA e na Convenção de Haia de 1980 a convergência nesse ponto específico.

Além disso, a observação da homologabilidade de norma estrangeira dentro do plano nacional é posta em questão quando já houver sentença prolatada por autoridade judiciária brasileira. O STJ, na Sentença Estrangeira Contestada n. 5302, a requerente pedia a homologação de sentença da Justiça estadunidense que possuía competência para estabelecer o divórcio, por ser domicílio da família, além de questões conexas ao mesmo, como a partilha de bens e a guarda dos filhos. No entanto, por já existir sentença prolatada por magistrado brasileiro versando sobre o mesmo litígio, o STJ considera a homologação desta sentença estrangeira uma ofensa à soberania, violando o artigo 6º da Resolução n. 9/2005 do mesmo tribunal. Foi dado provimento parcial ao pedido da requerente, no que concerne ao divórcio e à partilha de bens (excluído o imóvel no Brasil). Observa-se então uma relativização da aplicação de competência, em defesa, no caso, da soberania nacional, em possível detrimento do princípio do melhor interesse dos filhos.

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA Nº 5.302 - US (2010/0069865-9) RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI REQUERENTE : T A M M ADVOGADO : DANILO DE ARAÚJO CARNEIRO E OUTRO (S) REQUERIDO : A F S M ADVOGADO : GILBERTO MARTINS FILHO E OUTRO (S) DESPACHO Oficie-se a Vara de Família de Vitória para que preste informações sobre o andamento da Ação nº 024.080.369.473, especialmente acerca da concessão de liminar ou prolação de sentença. Brasília (DF), 25 de novembro de 2010. MINISTRA NANCY ANDRIGHI Relatora. (STJ - SEC: 5302, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Publicação: DJ 29/11/2010)

Para complementar o julgado acima, a Sentença Estrangeira Contestada n. 4830, julgada pelo STJ aplica a mesma lógica de proteção à soberania nacional em detrimento do foro de domicílio da criança, com um adendo: mesmo que o trânsito em julgado da decisão no Brasil ocorra depois do trânsito em julgado da sentença que se deseja homologar.

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA. ACORDO DE DIVÓRCIO E GUARDA DOS FILHOS MENORES. SENTENÇA PROFERIDA PELA JUSTIÇA BRASILEIRA EM RELAÇÃO À GUARDA. IMPOSSIBILIDADE DE HOMOLOGAÇÃO NESSE PONTO. PEDIDO DEFERIDO EM PARTE. 1. De acordo com o art. 35 do ECA, a guarda poderá ser revogada a qualquer tempo por meio de decisão judicial fundamentada, ouvido o Ministério Público. 2. A existência de sentença da Justiça brasileira sobre a guarda

dos filhos menores impossibilita a homologação do provimento judicial estrangeiro que lhe contrarie, mesmo que seja prolatada após o trânsito em julgado da decisão a qual se pretende homologar. Nesses casos, deve-se preservar a soberania nacional. Precedentes. 3. Devidamente apresentada a documentação exigida e inexistindo óbices na ordem jurídica interna, é possível a homologação da sentença estrangeira apenas quanto à dissolução da sociedade conjugal. 4. Pedido de homologação de sentença estrangeira deferido em parte. (STJ - SEC: 4830 EX 2011/0037363-4, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 16/09/2013, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 03/10/2013)

Importante ressaltar que esse entendimento do STJ não contraria o Novo Código de Processo Civil, visto que em seu artigo 24 dispõe que não há litispendência se uma mesma ação é proposta a um tribunal brasileiro e estrangeiro, salvo disposição contrária em tratados. No parágrafo único do mesmo artigo, ressalta-se que a sentença judicial estrangeira deve ser homologada antes do trânsito em julgado da mesma ação na justiça brasileira, caso contrário a sentença estrangeira pode ser indeferida total ou parcialmente sob alegação de ofensa à soberania.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Relacionada à guarda dos filhos, o Código Civil especifica a existência da guarda unilateral e da compartilhada, defendendo a segunda quando possível, com o pressuposto de que a convivência familiar com ambos os pais para um melhor desenvolvimento da criança. Levando sempre em consideração o melhor interesse da criança, observa a inaplicabilidade de direito adquirido ou coisa julgada referente à guarda. O ECA dispõe em seu artigo 35 que pode ser revogada a guarda a qualquer tempo, conferindo assim mutabilidade e o atendimento ao melhor interesse da criança, de acordo com sua realidade fática. Inclusive a depender do descumprimento das obrigações que existem na guarda, podem ser aplicadas as medidas listadas no artigo 129 do mesmo dispositivo legal.

No que concerne ao regime de guarda quando do casamento com estrangeiro, fica claro alguns problemas existentes quando o domicílio da família se encontra no exterior. Ainda que seja considerado competente o foro de residência habitual da criança/família, por motivos inúmeros, inclusive de provas, o Judiciário brasileiro relativiza o dispositivo da Convenção de Haia de 1980 e do ECA quando já houver trânsito em julgado de mesma ação proposta em justiça brasileira, sob alegação de ofensa à ordem pública e à soberania.

Litígios envolvendo direito de família são complexos e trazem diversos pedidos dentro de apenas uma petição inicial: divórcio, partilha de bens, guarda dos filhos, alimentos. Muitas vezes, as decisões das partes ocorrem em momento de desequilíbrio emocional, que turva a capacidade de escolha razoável e dificulta o encontro de uma solução consensual e adequada à situação. Logo é de extrema importância o reforço do artigo 694, do NCPC, que confirma a necessidade de se chegar a uma solução consensual dos problemas, inclusive com participação profissional interdisciplinar para mediação e conciliação, podendo o processo ser suspenso quantas vezes forem necessárias para que isso ocorra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 21 mar. 2017.

BRASIL. *Decreto n. 3.413 de 14 de abril de 2000*. Promulga a Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3413.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3413.htm)> Acesso em: 22 mar. 2017.

BRASIL. *Lei n. 3.071 de 1º de janeiro de 1916*. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)> Acesso em: 21 mar. 2017.

BRASIL. *Lei n. 6.515 de 26 de dezembro de 1977*. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6515.htm)>. Acesso em: 21 mar. 2017.

BRASIL. *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)> Acesso em: 21 mar. 2017.

BRASIL. *Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 21 mar. 2017.

BRASIL. *Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015*. Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)> Acesso em: 21 mar. 2017.

CURY, Munir (coord.). *Estatuto da criança e do adolescente comentado*. 10. ed., atualizada de acordo com a Lei 12.010, de 03/08/2009. São Paulo: Malheiros, 2010.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 10. ed. rev., atual., e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Esquemático*. Coordenador: Pedro Lenza. - 3ª Ed. - São Paulo: Saraiva, 2016.

ITAMARATY. *Cartilha sobre guarda e subtração internacional de menores*. Disponível em: <<http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/cartilhas/cartilha-sobre-guarda-e-subtracao-internacional-de-menores>> Acesso em: 27 set. 2018.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. *Guarda Internacional de Crianças*. Entrevista concedida à Carta Forense. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/entrevistas/guarda-internacional-de-criancas/10805>> Acesso em: 22 mar. 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Disputa de Guarda e subtração internacional de menores: orientação para agentes e multiplicadores*. Disponível em: <[http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/images/cartilhas/cartilhas\\_menores/Cartilha\\_Geral\\_Multiplicadores\\_OK.pdf](http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/images/cartilhas/cartilhas_menores/Cartilha_Geral_Multiplicadores_OK.pdf)> Acesso em: 22 mar. 2017.

REIS, Wanderlei José dos. *Guarda compartilhada: regra ou exceção?*. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 21, n. 4752,5 jul. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/41620>>. Acesso em: 27 set. 2018.

STJ - SEC: 4830 EX 2011/0037363-4, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 16/09/2013, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 03/10/2013.

STJ - SEC: 5302 EX 2010/0069865-9, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 12/05/2011, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 07/06/2011.

STJ - REsp: 1428596 RS 2013/0376172-9, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento:



03/06/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/06/2014.

STJ – SEC: 5327 REsp: EX 2009/0193701-9, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 24/04/2012, T3 – TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 10/05/2012.

TARTUCE, Flávio. *Manual de direito civil*: volume único. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2016.

**RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP: CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR E PROMOÇÃO DA SAÚDE**

*EXPERIENCE REPORTS OF STAGE IN A PUBLIC SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF FRANCA/ SP: CONTRIBUTION OF SCHOOL PSYCHOLOGY AND HEALTH PROMOTION*

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas  
1.3 Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

OLIVEIRA, Letícia Natália  
Universidade de Franca – UNIFRAN  
Graduanda em Psicologia  
**E-mail:** [nataliaoliveiraleticia@gmail.com](mailto:nataliaoliveiraleticia@gmail.com)

BULGO, Danilo Cândido  
Universidade de Franca - UNIFRAN  
Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Possui graduação em Fisioterapia, Letras bacharelado: Tradutor e Intérprete, licenciatura em letras com habilitação em Língua Inglesa, Portuguesa e suas respectivas literaturas e licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Franca.  
Pós-graduado em Saúde coletiva com ênfase no gerenciamento de serviços, Psicopedagogia, Educação especial com ênfase em deficiência intelectual, física e psicomotora, Tutoria e ambientes virtuais em educação a distância, Gestão Escolar e Gestão Empresarial. Docente do setor de Educação à Distância da Universidade de Franca.  
**E-mail:** [danielbulgo@gmail.com](mailto:danielbulgo@gmail.com)

ALMEIDA JR, Silvio de  
Universidade De Franca - UNIFRAN/ Euro Anglo  
Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da Universidade de Franca. Docente/Pesquisador pela Euro Anglo Cursos Profissionalizantes, atuando na divisão de cursos profissionalizantes nas áreas de Saúde e Bem-Estar. Biomédico habilitado em Patologia Clínica e Microbiologia.  
**E-mail:** [silvioalmeidajr@yahoo.com.br](mailto:silvioalmeidajr@yahoo.com.br)

ANDRADE, G  
Doutoranda em Promoção de Saúde, Mestre em ciências pela Universidade de Franca. Graduada em Biomedicina pela mesma instituição de ensino.  
**E-mail:** [gessicaandrade16123@gmail.com](mailto:gessicaandrade16123@gmail.com)

BORGES, Ana Paula Oliveira  
Doutora em Ciências Médicas pelo departamento de Neurologia da Universidade de São Paulo (USP/Ribeirão Preto). Mestre em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca (UNIFRAN) Graduação em Fisioterapia, especialização em Fisioterapia Neurológica, residência em Fisioterapia Neurológica. É docente da UNIFRAN.  
**E-mail:** [ana.oliveira@unifran.edu.br](mailto:ana.oliveira@unifran.edu.br)

## Resumo

A promoção da saúde no ambiente escolar requer estratégias integradas para facilitar o enfrentamento aos problemas de saúde e proporcionar maior emponderamento ao aluno acerca de sua vida e da comunidade que está inserido. Uma gama de profissionais são fundamentais para compor a equipe multidisciplinar que trabalha a fim de proporcionar melhores condições nos aspectos escolares. Neste contexto surge o psicólogo, que traz no seu embasamento profissional a psicologia escolar. O presente trabalho aborda através de um relato de experiência a importância da psicologia e a relevância da promoção da saúde como estratégia facilitadora em uma escola pública da cidade de Franca/SP. A metodologia utilizada foram encontros com alunos do sexto ano do ensino fundamental e alunos do primeiro ano do ensino médio, sendo realizadas atividades temáticas enfatizando os aspectos biopsicossociais dos educandos. Os resultados mostraram-se relevantes favorecendo a compreensão dos alunos sobre o papel que ocupam na sociedade sendo vivenciadas por experiências durante sua permanência no ambiente escolar, porém a efetividade da promoção da saúde na escola moderna ainda é um desafio, porém ações estratégicas voltadas para às realidades existentes nesse contexto escolar podem facilitar a mudança deste cenário.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar, Promoção da Saúde, Equipe Multidisciplinar

## Abstract

The health promotion in the school environment requires integrated strategies to facilitate coping with health problems and to provide greater empathy for the student about his or her life and the community that is involved. A range of professionals are fundamental to compose the multidisciplinary team that works in order to provide better conditions in the school aspects. In this context comes the psychologist, who brings in his professional background school psychology. The present work approaches through an experience report the importance of psychology and the relevance of health promotion as a facilitative strategy in a public school in the city of Franca / SP. The methodology used was meetings with students from the sixth year of primary education and students from the first year of high school, with thematic activities being carried out emphasizing the biopsychosocial aspects of the students. The results were relevant to students' understanding of the role they play in society, being experienced during their stay in the school environment, but the effectiveness of health promotion in the modern school is still a challenge, but strategic actions aimed at existing realities in this school context can facilitate the change in this scenario.

**Keywords:** School Psychology, Health Promotion, Multidisciplinary Team

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo relatar atividades baseadas no ambiente escolar amparada na atuação da Psicologia, relacionando esse profissional no contexto escolar, a fim de promover novas percepções e pertencimentos acerca do aluno consigo mesmo, aluno em relação à escola e aluno-comunidade, abordando questões relacionadas à promoção da saúde e prevenção na escola, por meio da parceria entre a secretaria de saúde e educação da cidade de Franca/SP.

O ambiente escolar representa espaços importantes nos pilares sociais utilizados para vivências e práticas educacionais e também para a promoção da saúde. O espaço escolar tem sido utilizado para promover ações e corroborar com soluções de fatores determinantes das condições de saúde e doença, essencialmente quanto ao controle e prevenção de situações de risco e agravos à saúde (SILVA, BODSTEIN, 2016).

Em relação a profissão do psicólogo, a portaria 272, referente ao Decreto-Lei 9092, de 1946, estabeleceu, no cenário brasileiro, a formação profissional (SOARES, 1979). No início do decreto, o psicólogo foi respaldado perante a lei que deveria frequentar os três primeiros anos das cadeias das áreas de filosofia, biologia, fisiologia, antropologia ou estatística e fazer então os cursos especializados de psicologia. Assim, iniciou-se oficialmente o exercício da profissão (NETTO, 2004).

Neste contexto foram levantadas questões relevantes acerca do sentimento de pertencimento dos alunos à escola e do respeito consigo próprio e com o próximo, de acordo com as necessidades e especificidades suscitadas pela escola, onde trouxe à tona assuntos indispensáveis para a formação de novas perspectivas de forma flexível para todas as faixas etárias dos jovens que foi trabalhado.

A psicologia escolar e educacional tem se constituído historicamente como importante campo de atuação da Psicologia, onde os profissionais podem atuar em instituições escolares e educativas, bem como se dedicam ao ensino e às pesquisas na interface Psicologia e Educação.

O intuito de criação da Psicologia Escolar se deu com o objetivo de conservar a estrutura tradicional da escola, mas, também com a oportunidade de abrir novas possibilidades a serem construídas, possibilitando a reflexão crítica de todos os envolvidos no aspecto social e estrutural desta, visando obter a humanização, a socialização do conhecimento e a formação ética e política dos sujeitos.

A partir da afirmação de Reger (1989) pode-se refletir que, além de um profissional:

(...) o psicólogo escolar é um cientista, um engenheiro educacional ou projetista de planos educacionais que usa das mais modernas metodologias e técnicas. À medida que busca utilizar o sistema educacional tão efetivamente quanto possível para cada criança ou grupos de crianças, têm muito em comum com o administrador educacional e com o professor. Assim como os outros educadores, ele daria mais ênfase ao crescimento e desenvolvimento da criança do que à 'patologia'. Mas diferencia-se do administrador e do professor conforme visa à aplicação mais consistente do método científico na resolução e problemas educacionais e psicológicos (REGER, 1989, p. 14).

Pensando na saúde em sua forma maximizada, a promoção da saúde traz em sua essência, o fortalecimento da ideia de autonomia dos indivíduos e da sociedade em sua totalidade, e ao mesmo tempo, perspectivas progressistas, ressaltando a elaboração de políticas públicas, voltadas à melhoria da qualidade de vida das populações e das comunidades que estão inseridos (CZERSNIA, 1999).

O Ministério da Saúde (2002) compreende a relevância do período escolar na promoção de saúde, com ações que atinjam os alunos, visando prevenção de doenças e para o fortalecimento dos fatores de proteção dentre outros elementos fundamentais para a manutenção da saúde. Assim, a escola se torna uma forte aliada importante na concretização de ações de promoção da saúde, ao fortalecer as capacidades dos indivíduos, em um espaço saudável que promova a qualidade de vida e o respeito aos indivíduos na constituição de uma nova cultura da saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Os programas de promoção da saúde escolares impactam positivamente para uma melhor qualidade de vida de educandos em idade escolar, tendo sido impulsionadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma estratégia para promover saúde, compreendida como o amplo

desenvolvimento ao longo da vida do indivíduo (RUÍZ, 2014).

Desta maneira promover a saúde podem desenvolver habilidades importantes na construção humana como: autoconhecimento, comunicação, tomada de decisão, pensamento criativo e crítico, entendimento de emoções e sentimentos, empatia, melhor relação humana, habilidades para resolver situações problemáticas e conflituosas (RUÍZ, 2014).

A temática promoção da saúde, como inclusão nos parâmetros educacionais no Brasil, deu-se no ano de 1996, após a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, com questões voltadas à saúde, ao meio ambiente, sexualidade, à ética, a diversidade étnico e cultural dentre outros temas relevantes da sociedade (CAVALCANTE et al. 2015).

Nessa concepção, diversos profissionais podem ser incluídos no ambiente escolar, formando uma equipe multidisciplinar pedagógica ampla, atendendo o aluno na sua totalidade, visando os aspectos biopsicossociais e espirituais. Para que as escolas sejam reconhecidas como Escola Promotora da Saúde deve-se oferecer um espaço saudável, com relações humanas e construtivas, tendo como objetivo o despertar para habilidades e atitudes que voltem para situações do cotidiano, inclusive no paradigma da saúde dos alunos, sociedade em torno da escola e suas famílias, promovendo a criatividade, a participação e a autonomia (MONT'ALVERNE, CATRIB, 2013).

Assim, o artigo visa relatar a importância do psicólogo no contexto escolar, tendo como porta de entrada para a saúde as escolas, usando práticas pedagógicas e, a partir daí, integrar estratégias na perspectiva dos conceitos da promoção da saúde.

## 2 OBJETIVO

Apresentar um relato de experiência do estágio em Psicologia Institucional no âmbito escolar em uma escola pública no município de Franca/SP.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram realizados 16 encontros com os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental e o do 1º ano do Ensino Médio, no qual foram realizadas atividades lúdicas em sala de aula. Optou-se por trabalhar os mesmos temas com as duas turmas, mesmo havendo uma diferença relevante na faixa etária dos alunos, justamente para se observar a diferença de absorção dos temas e atividades propostas entre as duas turmas. Cada encontro foi abordado um tema específico, como autoimagem, autoestima, percepção e convívio com o outro, as motivações intrínsecas e extrínsecas, com o intuito de promover uma reflexão capaz de gerar mudanças comportamentais e psicossociais em todos os envolvidos, tornando-os coautores do desenvolvimento positivo dentro e fora do ambiente escolar.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os temas desenvolvidos envolveram primeiramente o autoconhecimento, visando o respeito e autoestima, possibilitando um melhor desenvolvimento de sua identidade como aluno e ser humano dentro da sociedade em que vive. Através destas experiências vivenciadas no ambiente escolar, os jovens puderam desenvolver maiores laços afetivos com a comunidade e com os integrantes da equipe multidisciplinar pedagógica. Ao participar dessas vivências e estabelecer relações pessoais, os alunos se sentiram pertencentes ao ambiente, passando também a partilhar memórias e percepções e com outros integrantes do meio escolar.

Através de múltiplas atividades sensibilizadoras e rodas de conversa, buscou-se promover reflexões a respeito de temas pertinentes ao dia a dia dos alunos, como a elaboração e expansão dos conceitos acerca da autoestima, respeito consigo próprio e com o outro, diversidade, seja ela cultural, social, racial, *bullying*, religiosa e/ou de orientação sexual. Desenvolver diálogos como ações preventivas de reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, com o intuito de despertar um novo olhar para si mesmo, para o outro e para o ambiente escolar. Também possibilitar aos estagiários maior aprendizado nesta ampla área de atuação da psicologia.

O ambiente escolar foi o instrumento no qual houve a oportunidade de se trabalhar buscando aspectos da sua própria vivência bem como formas de promover uma melhor condução no mundo, oferecendo assim uma nova percepção e responsabilidade de seu autodesenvolvimento e

conhecimento perante as adversidades e possíveis conflitos em suas vidas. Neste contexto, por meio das intervenções realizadas, nos possibilitou um conhecimento teórico-prático-vivencial da realidade do trabalho desenvolvido pela Psicologia Escolar, onde pode-se perceber a carência e necessidade dos alunos que ali se encontram.

Nesse sentido foram propostas experiências lúdicas e pedagógicas que pudessem repensar os conflitos acerca da construção da moralidade infantil e a aquisição e internalização de normas, limites, problematizando alguns valores e virtudes no sentido de contribuir para a construção da identidade das crianças, resgatando o sentimento de pertencimento, de modo a estimular o aluno para que este se reconheça capaz de lidar com as questões escolares, esteja apto a compartilhar seu conhecimento em seu cotidiano e a trazer para a escola as suas experiências.

Através destas experiências vivenciadas no ambiente escolar, com o auxílio dos encontro, os alunos poderão desenvolver maiores laços afetivos com a comunidade e com os integrantes da escola. Ao participar dessas vivências e estabelecer relações pessoais, eles se sentem pertencentes ao ambiente, passando também a partilhar memórias e percepções e com outros integrantes do meio escolar. Observou-se que o sentimento de pertencimento está relacionado com as experiências e vivências do jovem no ambiente em que está inserido.

Realizar este trabalho exigiu a busca de informações e materiais que enquadrasse cada ser individual no todo, pois a cada tema trazido tinha como objetivo proporcionar uma nova visão, reflexão e atitudes futuras, para que mais tarde, possam modelar suas possibilidades de subjetividade diante do contexto social e cultural em que vivem. Os temas desenvolvidos envolveram primeiramente um autoconhecimento visando o respeito e autoestima, possibilitando um melhor desenvolvimento de sua identidade como aluno e ser humano dentro da sociedade em que vive. Ao final dos encontros podemos observar que cada aluno, encarou e absorveu de uma forma individual os temas, o que acredita-se que o possibilitará a buscar munções para as suas futuras atitudes e escolhas (APENDICES ANEXO).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados obtidos foram positivos, ficando evidenciado o quanto os alunos absorveram em relação aos temas abordados, demonstrando entusiasmo e comprometimento para colocar em prática e entender a importância desses aspectos em seu dia a dia, tanto no ambiente escolar quanto fora. Assim, a experiência foi muito gratificante e de extremo aprendizado, pois mostrou o quão fundamental é o papel do psicólogo nas instituições escolares e na formação da equipe multidisciplinar pedagógica. Estratégias pensadas a fim de favorecer as temáticas que acercam o ambiente escolar podem ser muito significativas para trazer melhorias na rotina e desenvolvimento de cada aluno que ocupa esse espaço de formação de indivíduos dentro da sociedade, assim ações que estejam relacionadas com a promoção da saúde visam estabelecer novas percepções que corroborem para melhor justiça e equidade sendo necessário que haja comprometimento de todos que compõem esse ambiente, proporcionando o empoderamento dos alunos, professores, funcionários e comunidade ao redor da escola. A efetividade da promoção da saúde no ambiente escolar na contemporaneidade ainda é um grande desafio, porém ações voltadas para às realidades existentes nesse contexto podem ser facilitadoras para mudança neste cenário.

## REFERÊNCIAS

Cavalcanti PB; Lucena CMF; Lucena PLC. Programa Saúde na Escola: interpelações sobre ações de educação e saúde no Brasil. *Textos & Contextos* 2015;14(2):387-402. doi: 10.15448/1677-9509.2015.2.21728.

Czersnia D. O Conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. *Cadernos de Saúde Pública* 1999;15(4),701-10. doi: 10.1590/S0102-311X1999000400004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. A promoção da saúde no contexto escolar. *Rev. Saúde Pública, São Paulo*, v. 36, n. 4, ago. 2002 . Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102002000400022&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102002000400022&lng=pt&nrm=iso)> . Acesso em 22 set. 2018.

Mont'Alverne DGB, Catrib AMF. Promoção da saúde e as escolas: como avançar. *Rev Bras Promoc Saude* 2013,26(3): 307-308. doi:10.5020/2924

Netto, S. P. A. (2004). *Psicologia no Brasil*. Em M. A. M. Antunes (Org.), *História da psicologia no Brasil – Primeiros ensaios*. (pp. 139-174). Rio de Janeiro: EdUERJ.

Reger, R. Psicólogo escolar: educador ou clínico? Em: M. H. Souza Patto (Org.). *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo. T. A. Queiroz. 1989. 14 p.

RUÍZ, V. M. Habilidades para la vida: una propuesta de formación humana. *Itinerario Educativo*, n.63, p. 61-89. 2014

Silva CS, Bodstein RCA. Referencial teórico sobre práticas intersetoriais em Promoção da Saúde na Escola. *Ciência & Saúde Coletiva* 2016;21(6):1777-88. doi: 10.1590/1413- 81232015216.08522016

Soares, A. R. A psicologia no Brasil. (1979). Em: Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia ciência e profissão*. (Edição especial), n.0, 09-59.

APÊNDICE 1

Todo esse tempo aprendemos a se conhecer, conhecer  
pessoas, a se aceitar, aceitar as pessoas. Aprendemos também sobre  
o pré-conceito e a sexualidade. Eu gastei muito das aulas das  
psicólogas a cerâmica e o letício eu gastei muito delas  
e tenho que agradecer elas por eu ter aprendido muito

Maria Eduarda.



APÊNDICE 2

Nome: Ana Laura Alves 1ªA

Fizeti bastante desses encontros, me ajudaram  
a pensar de uma nova forma, me ajudaram  
a me valorizar mais. Comecei a pensar mais  
em minha auto-estima, a valorizá-la. E penso  
mais nos outros pessoas, o que eu não quero  
que façam comigo eu não faço com as outras  
pessoas.

É daqui pra frente não terá mais encontros,  
mas lembrarei delas e pensarei em tudo que foi  
falado. E tentarei fazer um futuro melhor para  
todos.



APÊNDICE 3

Se eu não quero uma coisa, mas  
tenho que fazer pra ele não me largar.  
Eu faço ou não?

APÊNDICE 4

O primeiro encontro foi sobre sonhos, tínhamos que pegar elos e nos apresentar e falar nossos sonhos: Eu não era de ter muitos sonhos mas com a atividade me fez pensar no futuro e nos conquistas que eu queria para mim, eu chorei e entre pânico porque todos me eloiaram e eu pensei que aqueles eloiarios era de critica e julgamento, mas eu segui em frente com o apoio da Verônica, ela desde de começo foi gentil e atenciosa com a gente, a Letícia é mais quieta mas pelos eloiarios e sorrisos me sentia bem, as duas eram ligadas. Tive sobre respeito ao próximo que é muito importante, todos sabem o que plantar e não devemos fazer com o próximo o que não queremos pra gente. Auto-estima foi o que mexeu comigo, não tenho muito mas aprendi que devo me amar do jeito que sou, me permitir a ser feliz e eu tenho que pensar mais em mim e não ligar para as criticas, tudo eu tenho que me permitir e permitir que façam comigo, tendo que aprender a dizer "fora". O último tema sexualidade, minha opção, meu jeito de ser é claro respeito a dos outros, formar minha personalidade e me permitir a viver bem. Eu só tenho o agradecer a vocês por tudo, as meninas que deixaram minha semana feliz e me faziam refletir sobre tudo, espero q tenham gostado de nós, (não tenho medo de falar de mim mais)  
PS: sou a menina que chora mas agora não chora mais!!

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O SEU  
COMPROMETIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL LOCAL**

**CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY: A CASE STUDY ON ITS COMMITMENT TO LOCAL  
SOCIAL DEVELOPMENT**

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Desenvolvimento Regional e Local.

QUEIROZ, Adriana de Souza Lima  
UNESP

Doutoranda em Serviço Social  
adri\_souzalima@yahoo.com.br

PIMENTEL, Rosalinda Chedian  
UNESP

Pós-doc em Planejamento Urbano e Regional  
rchedian@gmail.com

**Resumo**

Este trabalho discute a responsabilidade social empresarial com o objetivo de conhecer as ações de responsabilidade social realizadas em empresa de grande porte do setor elétrico no Brasil, para compreender o comprometimento com a sua política de responsabilidade social e o desenvolvimento local. Discutir de forma crítica a responsabilidade social é um desafio necessário frente a ampliação dessa ação e, como resultado, esperamos contribuir com reflexões, que ultrapasse a simples seleção e identificação de dados, buscando articulá-los através da interpretação teórica com o objetivo de construir conhecimento que atenda tanto aos interesses da empresa como os da sociedade. A investigação foi realizada por meio de um estudo de caso com revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo, na intenção de conhecer o processo histórico da responsabilidade social e seu movimento, que proporciona legitimidade de suas ações, além de identificar os protagonistas de sua história, como o Estado, a iniciativa privada e a sociedade civil. Por fim, também foram elencadas algumas categorias comportamentais da responsabilidade social. Para a sistematização das ações de responsabilidade social utilizou-se dados de domínio público, como: o balanço social (modelo IBASE); o relatório de sustentabilidade social divulgado pela empresa; e, entrevistas realizadas com as pessoas envolvidas na área da empresa. Em resultado buscou-se a integração de reflexões que articulassem interpretação teórica com o conhecimento construído na investigação, entendendo que possuir programas de responsabilidade social ou, política de responsabilidade social não significa, de fato, que a empresa está comprometida com efetivas práticas sociais.

**Palavras-chave:** responsabilidade social, indicadores sociais, desenvolvimento social.

**Abstract**

This paper discusses corporate social responsibility with the objective of knowing about the social responsibility actions carried out in a large company of the electric sector in Brazil, in order to understand the commitment with its social responsibility policy and local development. Critically discussing social responsibility is a necessary challenge in the face of this action and, as a result, we hope to contribute with reflections that go beyond simple selection and identification of data, seeking to articulate them through theoretical interpretation with the goal of building knowledge which serves both the interests of the company and those of society. The investigation was carried out through a case study with bibliographical review, documentary analysis and field research, with the intention of knowing the historical process of social responsibility and its movement, which provides legitimacy of its actions, besides identifying the protagonists of its history, such as the state, private initiative and civil society. Finally, some behavioral categories of social responsibility were also listed. For the systematization of social responsibility actions, public domain data were used, such as: the social

report (IBASE model); the social sustainability report released by the company; and, interviews with the people involved in the area of the company. As a result, we sought the integration of reflections that articulated theoretical interpretation with the knowledge built in the investigation, understanding that having social responsibility programs or, social responsibility policy does not mean, in fact, that the company is committed to effective social practices.

**Keywords:** social responsibility, social indicators, social development.

## 1 INTRODUÇÃO

O tema tratado nesta pesquisa é a Responsabilidade Social, assunto que emerge no século XIX, discutido por várias áreas do conhecimento, embasado por teóricos e estudiosos e embalado pelo movimento econômico, político, social e ambiental, que direciona a humanidade.

Esse tema teve suas origens na filantropia com ações de cunho paternalista, buscando consolidar suas relações com a comunidade onde está inserida, possuindo como principal fator motivador dessas ações, a obtenção de algum retorno aos investidores.

No decorrer do movimento da responsabilidade social, percebe-se que são vários os conceitos desenvolvidos em torno do tema englobando diversas vertentes, cita-se: responsabilidade social corporativa, empresa cidadã, responsabilidade social comunitária, comportamento ético empresarial da empresa, gestão social, responsabilidade social interna, responsabilidade social externa, ação social empresarial, cidadania empresarial e participação social ou comunitária da empresa. Esse fato colabora para a inexistência de um conceito único e para a proliferação de diversos vieses.

A pretensão desta pesquisa é conhecer a política de responsabilidade social realizada em empresa de grande porte do setor elétrico no Brasil, localizada no interior de Minas Gerais, para compreender o seu comprometimento com o desenvolvimento local. Optou-se pela realização de um estudo de caso devido a representatividade que essa empresa possui para o desenvolvimento econômico do país e da região, onde está instalada.

Realizar um estudo crítico sobre a Política de Responsabilidade Social Empresarial é ter a possibilidade de desmistificar questões que sustentam essa ação, caracterizada como um fenômeno mundial, que abarca um número significativo de organizações e empresas. Esse debate é relevante, haja vista sua vinculação com as expressões da questões social e com o modo de produção capitalista.

Como resultado espera-se contribuir com reflexões, que ultrapassem a simples seleção e identificação de dados, buscando articulá-los através da interpretação teórica, com o objetivo de construir conhecimento que atenda tanto aos interesses da empresa como os da sociedade.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a construção da pesquisa utilizou-se de dados de domínio público, tais como: o balanço social Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), os relatórios de sustentabilidade social divulgado pela empresa e de entrevistas realizadas com as pessoas envolvidas com a responsabilidade social da empresa.

O desenvolvimento do estudo divide-se em duas partes: a primeira resume-se à construção do referencial teórico e a segunda, na construção da pesquisa.

Na primeira parte utilizou-se da pesquisa bibliográfica, documental e descritiva, visando a apreender os eixos teóricos relativos ao tema abordado. O aporte teórico possibilitou conhecer o movimento da responsabilidade social no mundo e no Brasil; os processos que a legitimaram. A elaboração deste conhecimento parte do ato de reconstruir o que já está construído sobre o assunto por diversos teóricos e estudiosos. Este ato se faz na intenção de conhecer o assunto e no desafio de renová-lo mediante os objetivos propostos nesta pesquisa.

A segunda parte se destina à construção da pesquisa, e como o intuito é conhecer a responsabilidade social para então compreender o comprometimento da empresa com a sua política

de responsabilidade social, estruturou-a em três blocos distintos partindo-se, num primeiro momento, para a identificação dos investimentos realizados pela empresa na área de responsabilidade social; logo após, para o mapeamento dos programas, projetos e ações realizadas no entorno da empresa; e, por fim, para a caracterização das pessoas que atuam na responsabilidade social da empresa, bem como na dinâmica deste processo.

O estabelecimento dos parâmetros fora decisivo para estruturar a pesquisa e para posterior desenvolvimento do estudo, com base em dados preexistentes e, em dados obtidos por meio da pesquisa de campo.

A consulta aos dados de domínio público no *site* do IBASE, possibilitou o acesso a informações como o percentual investido pela empresa nas ações de responsabilidade social, tanto interna quanto externamente, no período que de 1998 a 2011.

No segundo momento, analisou-se os relatórios sociais publicados pela empresa, com a intenção de identificar os programas, projetos e ações de responsabilidade social desenvolvidos. Foram consultados os relatórios publicados no interregno de 2003 a 2011, e a partir desses dados pôde-se conhecer a dinâmica da atuação da empresa nas ações de responsabilidade social.

O terceiro e último momento da pesquisa foi destinado à pesquisa de campo, quando foram realizadas entrevistas junto a três tipos de sujeitos distintos: coordenador, mobilizador e voluntário, com a intenção de caracterizar as pessoas envolvidas com a política de responsabilidade social da empresa e obter informações sobre a dinâmica desse processo.

De posse desses dados aconteceu análise dos resultados com a finalidade de sintetizá-los para, então, compreendê-los e, assim, chegar à conclusão. Utilizou-se como técnica de análise a abordagem quantitativa e qualitativa, na intenção de descrever e interpretar os conteúdos analisados nos questionários e nas entrevistas, por meio de gráficos, quadros e tabelas, bem como ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, para reinterpretar as mensagens e atingir uma compreensão de seus significados.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

A abordagem histórica da responsabilidade social no mundo remonta ao ano de 1899, quando o fundador do conglomerado *U.S. Steel Corporation*, Andrew Carnegie, publicou o livro intitulado “O Evangelho da Riqueza”. Carnegie baseava-se nos princípios da caridade e da custódia, onde o primeiro exigia que os membros mais afortunados da sociedade ajudassem os menos afortunados, e o segundo, derivado da Bíblia, prescrevia que as empresas e os ricos se enxergassem como guardiães, ou zeladores, mantendo suas propriedades em custódia para benefício da sociedade como um todo (STONER; FREEMAN, 1985 apud INSTITUTO ETHOS, 2005, p. 72).

No meio acadêmico, a história da responsabilidade social empresarial tem registros a partir dos trabalhos de Charles Eliot (1906), Arthur Hakley (1907) e John Clarck (1916). Mas, somente em 1953, nos Estados Unidos, com o livro *Social responsibilities of the businessman*, de Howard Bowen, é que o tema recebeu atenção.

Para Bowen (1957), apesar de ser uma época econômica de concorrência, uma regra moral preestabelecida preconizava a responsabilidade social empresarial, quando postulava que os homens de negócios eram responsáveis pela conduta dos seus empreendimentos na proteção da integridade física dos trabalhadores e do público em geral.

Contudo, é em meio às crises provocadas pelos modelos estadistas de governo<sup>1</sup> que o setor privado reforçou seu controle no papel do desenvolvimento econômico e social, o que despertou expectativas sobre a responsabilidade social que passa a ser apresentada como um elemento “salvacionista”, diante das mazelas do Estado.

Neste contexto surgem também discussões sobre o tema que induzem a concepção de correntes que se tornam contra e a favor da responsabilidade social corporativa. Para indicar estas correntes, vale-se dos entendimentos da professora Rosalinda Chedian Pimentel<sup>2</sup>, que se refere a Chamberlain, Bowen, Mason e Galbraith como a favor da permanência e reconhecimento da responsabilidade social não como tendência, mas algo que veio para ficar. E, Ashley (2005, p. 48) cita os trabalhos de Carroll, Donaldson e Dunfee, Frederick e Wood também corroborando com a opinião de Pimentel. Ambas autoras enfatizam que as correntes que se encontram a favor da responsabilidade social corporativa enquadram os argumentos em duas linhas básicas, a ética e a instrumental. Os argumentos éticos derivam dos princípios morais e religiosos, determinantes do

<sup>1</sup> Soviético, bem-estar social e o desenvolvimentista.

<sup>2</sup> Material utilizado em sala de aula.

comportamento socialmente responsável. Já a linha instrumental considera como comportamento socialmente responsável o desempenho econômico como uma relação positiva e geradora de oportunidades para a empresa.

Logo, os argumentos que se posicionam contra a responsabilidade social baseiam-se nas teorias de Friedman e Leavitt. Para as autoras, essas duas teorias se voltam apenas para a maximização do lucro, ou seja, agir diferente é violar as obrigações morais, legais e institucionais da corporação. As atividades sociais, para aqueles acadêmicos, são de responsabilidade de outras instituições como governo, igrejas, sindicatos e organizações sem fins lucrativos.

Essa movimentação em torno do tema sinaliza a atuação dos setores da economia na tentativa de minimizar os problemas de ordem social, que são caracterizados pela *pseudo* ineficiência do Estado. Partindo desta ideia, Cesar (2008, p. 295) conclui que o surgimento de uma suposta ação social iniciada pelo empresariado deve ser analisada, como parte de um processo de mudança marcada pela reorganização do modo de produção capitalista, sob uma conjuntura política diferenciada, baseada na busca pelo consenso e em novas alianças de classes.

Outro fator favorável ao crescente movimento do tema, com abrangência mundial, é a globalização<sup>3</sup> que, cada vez mais, vem definindo a dinâmica social, econômica e política. Como afirma Rico (2004, p. 75), a responsabilidade social empresarial passa pela compreensão do modelo político-econômico instaurado a partir do processo de globalização, pelos problemas sociais estruturais decorrentes, pela necessidade de reforma do Estado e pelas frequentes pressões da sociedade.

O conceito de responsabilidade social nas empresas se amplia em decorrência dos problemas sociais que afligem o país, e vem atrelado ao entendimento de que as empresas, para sobreviverem no mercado globalizado, além de objetivarem a maximização do lucro e outros requisitos gerenciais para tal fim, necessitam também incorporar novas variáveis que as legitimem perante a sociedade.

Segundo Ashley (2005, p. 69), o que possibilitou um avanço na consciência do empresariado brasileiro em relação às suas responsabilidades sociais foi o valor social, aqui entendido como valor que representa o compromisso social da empresa. Nessa perspectiva a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADC/SP), criada em 1961<sup>4</sup>, foi a pioneira em promover atividades de responsabilidade social das empresas no Brasil.

Já no ano de 1982, foi instituído no Brasil, o Prêmio ECO-Empresa<sup>5</sup> e Comunidade pela Câmara Americana de Comércio de São Paulo, com o objetivo de reconhecer e divulgar esforços realizados por empresas que desenvolvessem projetos sociais para a promoção da cidadania ligados a cultura, educação, participação comunitária, educação ambiental e saúde. E, em 1986, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES)<sup>6</sup>, envolvida na elaboração de ferramentas de gestão voltadas para a responsabilidade social das empresas.

A partir da década de 1980, diversos grupos e instituições começam a debater e trocar experiências na área de desenvolvimento de projetos sociais. Nesse período, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), chegou a elaborar um modelo de divulgação das atividades sociais. Porém, só a partir do início dos anos de 1990, é que poucas empresas passaram a levar a sério essa questão e a divulgar sistematicamente esses balaços e relatórios sociais. (TREVISAN, 2002).

Um fato curioso sobre o primeiro balanço social publicado no Brasil, no ano de 1984, é que foi apresentado em estilo de literatura de cordel, pela empresa *Nitrofértil* (incorporada pela PETROBRAS, como coligada), localizada na Bahia.

Até a década de 1980, o empresariado brasileiro priorizava seus serviços sociais aos seus próprios empregados, não se sentindo responsabilizado pelos “problemas sociais” do país. A partir de então, o empresariado começa a expandir suas ações e intervenções sociais para a sociedade, com o cuidado de se resguardar no enfrentamento das questões ligadas a distribuição da riqueza e à redução da desigualdade.

<sup>3</sup> Segundo Ianni (1995, p.47) “[...] a globalização intensificou e generalizou o processo de dispersão geográfica da produção ou das forças produtivas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o planejamento e o mercado.”

<sup>4</sup> Expandida para outros Estados no ano de 1977, tornando-se a ADCE-Brasil. (ADCE, [2014], online).

<sup>5</sup> CÂMARA AMERICANA DE COMÉRCIO PARA O BRASIL, 2014, online.

<sup>6</sup> LOUETTE, 2007, online.

É no decorrer nos anos 1990, que a responsabilidade social ganha consistência no meio empresarial brasileiro, e passa a fazer parte de um conjunto de ações sociais que a empresa desenvolve para atender, internamente, às necessidades dos seus empregados, o que levou a compor a ideia de “Responsabilidade Social Corporativa”. Já as ações sociais desenvolvidas externamente focalizam o seu atendimento ao público mais necessitado, vulnerabilizado, ou em risco social. São nessas ações que a ideia de apoio ao poder público, dado pelas empresas, se deve ao fato destas reconhecerem a incapacidade do Estado em enfrentar as questões sociais, que afligem o país.

Contudo, é pelo surgimento de entidades como: o Instituto Ethos; o Instituto de Cidadania Empresarial (ICE); o Conselho de Cidadania Empresarial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); o Núcleo de Ação Social (NAS) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e a Associação de Empresários pela Cidadania (CIVES); o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP) a já mencionada ADCE – Brasil e a FIDES, que o movimento da responsabilidade social no Brasil é reforçado (ASHLEY, 2005, p. 72).

A evolução do tema é também difundido pelas várias modalidades de premiações existentes no Brasil: Selo Empresa Cidadã (Câmara Municipal de São Paulo); Top Social Associação dos Dirigentes de Vendas e *Marketing* do Brasil (ADVB); Prêmio ECO (Câmara Americana de Comércio); Prêmio Balanço Social (Fides, IBASE, Instituto Ethos, Serasa e Bolsa de Valores de São Paulo); Selo Empresa Amiga da Criança (Fundação Abrinq); entre outras, tanto nacionais como regionais (ASHELY, 2005, p. 72).

Uma progressiva repercussão do tema responsabilidade social ocorre no Brasil por meio do trabalho do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)<sup>7</sup>, na promoção e publicação do Balanço Social das empresas. Um de seus fundadores, o sociólogo Hebert de Souza, o Betinho, lança no ano de 1993, junto ao IBASE a “Campanha Nacional da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, com o apoio do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Essa campanha aproximou, ainda mais, os empresários com as ações sociais. Deste modo, observa-se que a disseminação da responsabilidade social no Brasil ocorre de forma lenta e carrega a tradição histórica de filantropia aliada à suposta ineficiência do Estado.

O movimento da dita responsabilidade social, tanto no Brasil como no mundo, fica atrelado a episódios sociais, econômicos, políticos e ambientais, que procedem de várias circunstâncias, influenciando de forma positiva e negativa a sociedade. Um fato mais recente nesse contexto histórico é atribuído às várias leis e normas que passam a legitimar o processo de implantação da responsabilidade social nas empresas.

Lewis (2012) acrescenta que as políticas públicas, exemplos de conduta socioeconômica e ambientalmente são orientadas pela Lei: Lei Rouanet; Programa Nacional de Apoio à Cultura; Programas de Atividade Audiovisual; Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente; Benefícios para o Trabalhador; Doações a Entidades sem Fins Lucrativos; Imunidade Tributária das Instituições sem Fins Lucrativos; Programas Governamentais de Responsabilidade Social com participação do Setor Privado – Parcerias; Projetos Sociais; Incentivos à Pesquisa; Incentivos aos Programas de Educação; Incentivos aos Programas de Meio Ambiente; Incentivos aos Programas de Assistência Social; Incentivos à Pesquisa Tecnológica; Programas de Inclusão Digital.

Fica explícito que o entendimento sobre a responsabilidade social decorre da lei, sendo que no Brasil há inúmeras que orientam as empresas nas suas atuações sociais, econômicas e ambientais. Outro ponto que reforça a aplicação desses diplomas legais, e é endossado por Rico (2004) ao reconhecer que as empresas socialmente responsáveis têm como objetivo contribuir com a implementação das políticas públicas e “[...] ao mesmo tempo uma possibilidade de representação cívica nas esferas pública e privada.”

Percebe-se, assim, que o termo responsabilidade social, vem sendo desenvolvido e legitimado pelas inúmeras legislações que vêm sendo editadas. Contudo, outro fator preponderante para este movimento é expresso, nas também inúmeras certificações, normas e indicadores que foram criados junto ao processo de expansão da responsabilidade social. Elas são apresentadas como instrumentos de planejamento, gestão e avaliação de ações da responsabilidade social nas empresas, como demonstra o quadro 1 abaixo.

---

<sup>7</sup> Trata-se de um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre os investimentos feitos pela empresa aos seus funcionários e dependentes, para o meio ambiente que a circunda e para a comunidade em geral.

**QUADRO 1: Certificações, Normas e Indicadores da Responsabilidade Social**

CARACTERIZAÇÃO	COMPOSIÇÃO
Balanço Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>No Brasil as primeiras publicações das empresas se deram na década de 1980.</li> <li>Caracteriza-se por ser um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores acionistas e à comunidade.</li> <li>Esse instrumento evidencia a responsabilidade social em valores monetários direcionados às ações sociais, ou seja, apresenta os montantes investidos.</li> <li>A divulgação do balanço social ganhou visibilidade nacional quando o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, lançou em 1997 uma campanha pela divulgação voluntária do balanço social.</li> <li>Em 1998 o IBASE lançou o Selo Balanço Social IBASE/Betinho.</li> </ul>
<i>Social AccountAbility</i> – SA 8000	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lançada em 1997 pela CEPAA (<i>Council Economic Prioritcs Accreditation Agency</i>) é uma certificação internacional de responsabilidade social;</li> <li>Objetivo principal garantir os direitos dos trabalhadores;</li> <li>É composta por nove requisitos baseados nas declarações internacionais de direitos humanos, na defesa dos direitos da criança e nas convenções da OIT (Organização Internacional do trabalho):             <ol style="list-style-type: none"> <li>Trabalho infantil: não é permitido;</li> <li>Trabalho forçado: não é permitido;</li> <li>Saúde e segurança: devem ser asseguradas;</li> <li>Liberdade de associação e negociação coletiva: devem ser garantidas;</li> <li>Discriminação: não é permitida;</li> <li>Práticas disciplinares: não são permitidas;</li> <li>Horário de trabalho: não deve ultrapassar 48 horas por semana ou 12 horas extras;</li> <li>Remuneração: deve ser suficiente para prover as necessidades básicas do trabalhador;</li> <li>Sistemas de gestão: deve garantir o efetivo cumprimento de todos os requisitos.</li> </ol> </li> <li>O certificado da AS 8000 é obtido por meio de auditoria, com validade por 3 anos, havendo uma avaliação de aderência a cada 6 meses.</li> <li>Essa norma assegura que aos clientes das empresas certificadas, que seus produtos /bens ou serviços – são produzidos e/ou comercializados sob condições de trabalho baseadas no respeito humano e na dignidade.</li> <li>Para a empresa obter e manter a certificação AS 8000 é preciso, inclusive, o engajamento dos funcionários por meio do voluntariado ou da participação em ONGs.</li> </ul>
CARACTERIZAÇÃO	COMPOSIÇÃO
GRI – <i>Global Reporting Initiative</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Surgiu em 1997, de uma parceria entre a CERES (<i>Coalition for Environmentally Responsible Economies</i>) e o Programa Ambiental das Nações Unidas.</li> <li>Tem como objetivo desenvolver diretrizes de relato que possam ser utilizadas e comparadas por organizações em todo o mundo; e definir e melhorar continuamente as diretrizes de relatórios, refletindo as três dimensões de sustentabilidade: econômica, ambiental e social.</li> <li>Baseia-se em 11 princípios: transparência, inclusividade, auditabilidade, completude, relevância, contexto de sustentabilidade, exatidão, neutralidade, comparabilidade, clareza e conveniência.</li> <li>Sua principal proposta é desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade.</li> <li>Não prevê a verificação externa como meio de avaliação da consistência dos resultados produzidos, e não garante a credibilidade das informações dos relatórios das empresas. (SIMÕES, 2008, p. 139).</li> </ul>

<p>Indicadores Ethos de Responsabilidade Social</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundado em 1998, por iniciativa de um grupo de empresários.</li> <li>• Tem como objetivo auxiliar as empresas a compreender e incorporar o conceito de responsabilidade social no cotidiano de sua gestão.</li> <li>• Os indicadores Ethos constituem uma ferramenta de diagnóstico organizacional que avalia as práticas de responsabilidade social nas empresas, facilitando a visualização de sua performance e identificando as ações mais urgentes que devem ser trabalhadas.</li> <li>• Possui um questionário dividido em sete grandes temas: valores, transparência, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores e clientes, comunidade, governo e sociedade.</li> <li>• Não se constitui como uma entidade certificadora, seu trabalho é de orientação as empresas de forma voluntária.</li> </ul>
<p>AccountAbility – AA 1000</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançada em 1999 pelo ISEA (Institute of Social and Ethical Accountability) é uma certificação internacional, composta por padrões de processo focados no engajamento com as partes interessadas.</li> <li>• Objetivo principal é definir as melhores práticas para prestação de contas a fim de assegurar a qualidade da contabilidade, auditoria e relato social ético de todos os tipos de organizações.</li> <li>• A norma é certificável, porém não define padrões de certificação ou desempenho real, mas especifica o processo a ser seguido na construção do relatório de desempenho e não os níveis de desempenho desejados. Assim, a norma não atesta comportamento ético e socialmente responsável para uma organização, mas garante que ela aja conforme a sua missão e valores e cumpra as metas definidas a partir do diálogo com <i>stakeholders</i>.</li> <li>• A norma contempla 11 princípios de qualidade que devem ser seguidos pela organização, podendo ser usada isoladamente ou em conjunto com outros padrões de prestação de contas, como a <i>Global Report Initiative</i> (GRI) e as normas ISO e AS 8000.</li> </ul>
<p><b>CARACTERIZAÇÃO</b></p>	<p><b>COMPOSIÇÃO</b></p>
<p>Global Compact (pacto Global)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançado oficialmente em 2000 pela ONU, é uma plataforma baseada em valores que objetiva promover o aprendizado institucional e propor a utilização do diálogo e transparência em todos os atos da gestão, mediante adoção de princípios relacionados a questões de direitos humanos, de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.</li> <li>• Esta é a maior iniciativa de responsabilidade corporativa voluntária do mundo, com a intenção de promover o desenvolvimento de um mercado global mais inclusivo e sustentável com a ideia de dar uma dimensão social à globalização.</li> <li>• A adesão é voluntária por meio do preenchimento de um formulário e uma contribuição anual que é administrada pela Fundação Pacto Global.</li> </ul>



ABNT NBR 16001	<ul style="list-style-type: none"> <li>Publicada em 2004 e sua segunda versão em 2012, baseada na diretriz internacional ISO 26000, é uma norma brasileira específica de responsabilidade social.</li> <li>É uma norma de sistema de gestão, passível de auditoria, estruturada em requisitos verificáveis, permitindo que a organização busque certificação por uma terceira parte.</li> <li>Também é aplicável a todos os tipos e portes de organizações.</li> <li>É uma norma de sistema de gestão (conjunto de elementos inter-relacionados ou interativos, voltados para estabelecer políticas e objetivos, bem como para atingi-los), que deve estar integrado em toda a organização. Adota a estrutura do PDCA ( Plan-Do- Check-Act ou planejar – fazer – verificar – agir)</li> <li>Permite às organizações formularem e adotarem políticas e objetivos que considerem os requisitos legais e valores ligados à promoção da cidadania, do desenvolvimento sustentável e do “<i>accountability</i>”, que significa transparência de gestão com prestação de contas.</li> <li>O atendimento aos requisitos da Norma não significa que a organização seja socialmente responsável, mas sim que possui um sistema de gestão da responsabilidade social. As comunicações da organização, tanto internas quanto externas, devem respeitar este preceito.</li> <li>As principais definições contidas na norma são: Responsabilidade social; Organização; Sistema de gestão em responsabilidade social; Ação social; Desenvolvimento sustentável; Aspectos da responsabilidade social; Objetivos da responsabilidade social; Metas da responsabilidade social; Partes interessadas; Diretrizes; Governança; Avaliação de impactos.</li> </ul>
<b>CARACTERIZAÇÃO</b>	<b>COMPOSIÇÃO</b>
ISO 26000	<ul style="list-style-type: none"> <li>Publicada em 2010, é uma norma internacional, criada com a intenção de substituir todos os outros instrumentos em vigor, busca a integração total dos critérios e interesses.</li> <li>É a terceira geração de normas ISO, uma vez que já vigoram os sistemas de gestão da qualidade (ISO 9000) e o de gestão ambiental (ISO 14000).</li> <li>A ISO 26000 não visa fins de certificações e é aplicada a todos os tipos de organizações – pequenas, médias e grades e de todos os setores – governos, ONGs e empresas privadas.</li> <li>Sua intenção é definir parâmetros para a sociedade avaliar a atuação socioambiental das empresas, um dos principais objetivos da norma é o de estabelecer um entendimento comum sobre o significado da “responsabilidade social”, de modo que as iniciativas duvidosas neste campo possam ser banidas.</li> <li>A norma contempla 7 princípios:             <ol style="list-style-type: none"> <li><i>Accountability</i></li> <li>Transparência</li> <li>Comportamento ético</li> <li>Respeito pelos interesses das partes interessadas (<i>Stakeholders</i>)</li> <li><i>Respeito pelo estado de direito</i></li> <li><b>Respeito pelas Normas Internacionais de Comportamento</b></li> <li><b>Direito aos humanos</b></li> </ol> </li> </ul>

Fonte: Adaptado por Queiroz (2014, p. 33 - 36).

Hoje, mensurar as ações de responsabilidade social tornou-se atribuição imprescindível nas empresas, e o balanço social configura-se como um documento publicado anualmente, e é por meio dele que a empresa mostra o que fez pelos empregados e seus dependentes e pela população. É “[...] um instrumento pelo qual a empresa divulga o investimento em projetos e/ou ações sob a ótica da responsabilidade social para o desenvolvimento social local.” (MENEGASSO, 2002, p. 8 apud RICO, 2004, p. 76).

#### 4 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Abordar a análise de dados configura-se neste estudo, numa fase importante para a investigação, uma vez que a tentativa de conhecer e identificar as especificidades da responsabilidade social pode significar melhores condições para realização de novos estudos, com base numa compreensão mais abrangente e conceitual do processo.

Pedro Demo (2008), em seu livro “Metodologia para quem quer aprender”, menciona que toda construção é reconstrução, pois não parte do nada, mas do que já está posto. Diante desse conceito, a intenção foi a de maximizar e sistematizar a quantidade de dados obtidos a partir de informações já elaboradas e publicadas pela empresa na área da responsabilidade social, e adquirir outros subsídios, por meio da entrevista.

Assim, obteve-se um conjunto de dados que possibilitou entender os investimentos sociais realizados pela empresa de forma crítica, conhecer os programas, projetos e ações de responsabilidade social realizados no seu entorno, e compreender o envolvimento dos empregados nas respectivas ações de responsabilidade social.

O processo de descrever, organizar, estruturar e analisar os dados permitiu a construção de um conhecimento sobre a responsabilidade social da empresa. Porém, não é desejado nesse estudo criar afirmações que possam encerrar o assunto, mas sim, deixá-las em aberto para questionamentos de forma que outras pesquisas possam ser reconstruídas. Já que toda interpretação será também interpretada (DEMO, 2008). A pretensão aqui é pensar algumas questões sobre a responsabilidade social para poder conhecê-la e assim compreendê-la de modo a superar interpretações fechadas ou reprodutivas.

Para análise dos dados, foram sistematizados na parte quantitativa, informações que possibilitaram mensurar os investimentos sociais internos e externos realizados pela empresa, tendo em vista o repertório de dados selecionados no modelo IBASE a partir do ano de 1998 até 2011. A partir desses dados, identificou-se num primeiro momento, a média de **6,67% em investimentos nos indicadores sociais internos sobre a Receita Líquida da empresa e 9,70% em investimentos nos indicadores sociais externos sobre a Receita líquida da empresa**. Esses valores demonstram a predominância nos investimentos sociais externos. No entanto, no segundo momento, quando se decompõe esses indicadores sociais internos e externos, percebe-se que **38% dos indicadores internos são direcionados aos encargos sociais compulsórios, e 91% dos indicadores externos são direcionados aos tributos**. Evidencia-se assim que nos **indicadores internos 62% é investido nas ações sociais e nos indicadores externos apenas 9%**. Estes dados, quando analisados de forma detalhada, evidenciam o oposto do que foi encontrado no primeiro momento, ou seja, os valores investidos pela empresa nas ações sociais internas são mais expressivos em relação as ações sociais externas.

Quanto aos relatórios de sustentabilidade, analisaram-se os que foram publicados pela empresa de 2003 até 2011. Neles, pode-se identificar o número de municípios atendidos pela responsabilidade social no entorno, a caracterização dos programas, projetos e ações realizadas nestes municípios e as parcerias realizadas para o desenvolvimento das ações de responsabilidade social. Neste período observou-se diferença significativa na quantidade de municípios contemplados a cada ano, sendo que no ano de 2006 não foram especificados os municípios contemplados e nos anos de 2003 e 2011 houve um número expressivo de municípios contemplados. Nota-se que foram em anos que antecederam as eleições municipais de 2004 e 2012.

Sobre os beneficiários, entende-se que a empresa não elege um público alvo para as suas ações de responsabilidade social, sendo atendidos crianças, idoso, jovens e mulheres. Percebe-se também que são contemplados nas ações de responsabilidade social algumas instituições filantrópicas, escolas, igrejas, comunidades, delegacia, associações e alguns departamentos municipais. Deste modo, além de não privilegiar um público alvo, a empresa também não foca em um segmento específico para as suas ações. Fato este comprovado na caracterização das suas ações que se voltam para doações, campanhas, capacitação, apoio cultural, organização de serviços sociais para o atendimento a comunidades entre outros. Já as parcerias, não são efetivadas ano a ano, e geralmente são realizadas com ONGs, associações e entidades públicas e privadas.

Os dados qualitativos, selecionados por meio das entrevistas realizadas com as pessoas envolvidas com a responsabilidade social da empresa possibilitou aprofundar as questões que envolvem a responsabilidade social. Observa-se que predomina no quadro de empregados da empresa funcionários do gênero masculino, porém é o gênero feminino que aparece de forma expressiva no envolvimento com as ações de responsabilidade social desenvolvidas pela empresa.

É perceptível também que, dentre as pessoas responsáveis pela mobilização das ações de responsabilidade social, predomina as que possuem formação em Serviço Social. Outro dado interessante é referente à escolarização, sendo que a maioria dos entrevistados possui curso superior, porém nem todos atuam na empresa em cargos de nível superior. Dentre os

mobilizadores o tempo de atuação na empresa ficou entre 7 a 30 anos, e o tempo de atuação na responsabilidade social entre 7 a 15 anos. Já com os voluntários prevalece o tempo de atuação na empresa entre 3 a 15 anos, e de 7 a 15 anos na responsabilidade social. Percebe-se então que a maioria das pessoas que se inscrevem como voluntários são os funcionários mais jovens, essa informação é reforçada pela faixa etária dos funcionários voluntários que prevalece entre 30 a 39 anos.

Com relação às falas dos sujeitos, compreende-se que as respostas do sujeito envolvido com a coordenação estão atreladas com a política de responsabilidade social da empresa. É enfatizado que as práticas de responsabilidade social da empresa são orientadas pelos documentos que constam os Oito Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e pelos Princípios do Pacto Global das Nações Unidas.

Já as ações estratégicas utilizadas pela empresa para realização da responsabilidade social se voltam para ações pontuais caracterizadas pelas: doações, ações de gênero e de voluntariado, promoção e realização de eventos, apoio a ações e projetos sociais, patrocínios e repasses de verba.

Para a implantação da responsabilidade social, foi exposto pela coordenação que os critérios adotados são norteados pela política de responsabilidade social adotada pela empresa, compreendendo: planejamento, monitoramento e avaliação de resultados; estar relacionado aos empreendimentos e ações da empresa com prioridade para as comunidades que estão no seu entorno; estar alinhado aos interesses da sociedade expressos na legislação, nas políticas públicas e em compromissos formais; estar coerente com os princípios da empresa e estar fundamentado em decisões tomadas com base em critérios e parâmetros claros e conhecidos pelos parceiros e interessados.

Também foi afirmado pela coordenação que a empresa realiza visitas técnicas e análises de relatórios enviados pelas instituições como forma de monitorar e avaliar as ações de responsabilidade social desenvolvidas. Quanto aos motivos que levam a empresa a implantar as ações de responsabilidade social, fica claro o interesse no bom relacionamento da empresa com a comunidade e com a sociedade para a sua reputação empresarial, ou seja, o marketing social é definido como um motivador para as ações de responsabilidade social.

Para a realização das ações de responsabilidade social a empresa conta com as gerências de cada departamento da empresa, e com os colaboradores que são os funcionários voluntários que envolvem também seus familiares. Quando questionada sobre a tomada de decisões em relação a definição dos projetos na área de responsabilidade social que são implementados no entorno, ficou explícito que isso é feito por meio de editais divulgados pela empresa e a escolha dos projetos é feita por técnicos do Departamento.

Porém, não ficaram esclarecidos quais os níveis que decidem e quais os que operacionalizam os projetos realizados se são atendidas as orientações da empresa quanto aos procedimentos. Para o desenvolvimento das ações de responsabilidade social, a coordenadora cita as parcerias que são realizadas com algumas entidades, como movimentos sociais, outras empresas, com o poder público e a sociedade civil.

É reforçado pela coordenação que a empresa não possui um público alvo específico para as suas ações, atendendo as comunidades impactadas diretamente e indiretamente pelos seus empreendimentos. Não ficou claro, a finalidade das ações de responsabilidade social, pois foi abordado pela coordenação apenas o estímulo a atuação voluntária para beneficiar as comunidades de baixa renda.

Para finalizar, questionou-se os pontos fortes e os pontos fracos nas ações de responsabilidade social desenvolvidas pela empresa, ficando como ponto forte o fortalecimento das políticas públicas, do compromisso social, a imagem institucional, a melhoria na qualidade de vida das comunidades, a promoção da cidadania, a qualificação de jovens e adultos para o mercado de trabalho e a contribuição para o aumento da renda familiar por meio dos programas.

Já nos pontos fracos foi mencionada a falta de indicadores claros de resultados, a redução da equipe na área social, a dificuldade de contratação de consultorias, o envolvimento da força de trabalho como voluntários e a continuidade de patrocínios nos projetos sociais. Esta fala reforça o entendimento que a responsabilidade social empresarial se volta para a demonstração de uma imagem responsável e não para o agir com responsabilidade nas suas ações sociais.

Nas entrevistas realizadas com os sujeitos mobilizadores, observou-se que são várias as atividades desenvolvidas por eles e, a maioria é desenvolvida de forma diferenciada, não existindo um procedimento de atuação como mobilizador. Prevalece apenas o entendimento em relação a

coordenação e elaboração, ou seja, nas atividades centrais. Quanto à participação dos mobilizadores nas ações sociais de responsabilidade social desenvolvidas, percebe-se que não há uma sintonia entre eles, pois cada mobilizador cita a sua participação em projetos diferenciados, como se as ações fossem desenvolvidas em nível de departamento, com envolvimento individualizado e finalidades distintas.

Com relação à importância dada pelos mobilizadores em relação a essas ações de responsabilidade social para a empresa e para a comunidade, percebe-se mais uma vez a referência e valorização que cada um faz em relação ao que participou, não havendo a sinergia entre os projetos. Contudo, percebe-se que há sintonia nas respostas em relação aos fatores que influenciam ou motivam a implementação das ações de responsabilidade social, pois a maioria entende que a “questão social” manifestada nas desigualdades sociais e na falta de políticas públicas locais é que motivam ou influenciam as ações de responsabilidade social.

Também é comum as respostas em relação às mudanças proporcionadas às comunidades no entorno da empresa, quando são citadas a mudança cultural, social, melhoria na qualidade de vida, igualdade social e na educação com o programa de alfabetização. Uma entrevistada deixa claro nessa questão que “os programas não são contínuos”. Essa mostrou-se uma das fragilidades nas ações. E, classifica-os como um incentivo para que as pessoas se sintam valorizadas. Dentre as ações citadas pelos mobilizadores, ficou confirmado que não há um segmento em relação ao público alvo a ser atendido, e é privilegiada a população carente.

Nota-se mediante as respostas, que os mobilizadores fazem referências apenas aos projetos locais, os que acontecem nas cidades próximas a empresa. Já as ações de responsabilidade social, citadas no relatório de sustentabilidade social, que abrangem outros municípios que ficam distantes da empresa, não são mencionadas pelos mobilizadores. Deste modo, percebe-se que o envolvimento dos funcionários da empresa nas ações de responsabilidade social é restrito aos projetos locais e pontuais não existindo uma identificação desses funcionários com as ações destinadas aos outros municípios que se encontram distantes da Usina.

Com os funcionários que atuam como voluntários a intenção foi conhecer os motivos que os levaram a se inscreverem como voluntários e em quais ações de responsabilidade social eles participaram. As respostas foram unânimes no sentido de “querer ajudar o próximo” ou de ser solidário, contudo também teve respostas atreladas ao intuito de auxiliar a empresa. Os sujeitos voluntários não mencionam em suas falas algum tipo de incentivo por parte da empresa para as pessoas que manifestam o interesse em atuar como voluntários. Ressalta-se que um voluntário optou por sair do projeto a partir do momento que estava ficando político. Já a participação nas ações de responsabilidade social a maioria menciona a “Aldeia da Cidadania” e as “Campanhas de Arrecadação e Doações”, estes parecem ter mais visibilidade junto aos voluntários. A menção realizada na participação ao “PROCEL, Bombeiro Mirim e Contador de História” se destacou em relação aos projetos que foram identificados nos relatórios de sustentabilidade.

As falas dos sujeitos imprimem fragilidade no processo de responsabilidade social da empresa, o que traduz pouca valorização dada à responsabilidade social dentro da empresa. Esse fato colabora para um desgaste da marca da empresa perante a sociedade regional e seus empregados e proporciona a falta de identidade na responsabilidade social da empresa.

É nítido o compromisso dos sujeitos pesquisados com o uso local dos projetos e a ausência de sintonia nas atividades com participações individualizadas e finalidades distintas nas ações. Esses aspectos reforçam a necessidade de se criar uma identidade para responsabilidade social, e não de associá-la a interesses locais e regionais.

Outro fato que merece ser destacado é que as ações de responsabilidade social são organizadas via departamentos e por funcionários da empresa que se dispõe a acumular funções. Isso revela o vago interesse da empresa em se comprometer efetivamente com a responsabilidade social.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A responsabilidade social surge para suprir necessidades históricas e possui determinações sociais, econômicas, políticas e ambientais. Diante deste contexto é necessário indagar sobre o seu significado, o que ela está produzindo, os reflexos de suas ações para o desenvolvimento social da sociedade no sentido de se ter clareza dos reais significados da responsabilidade social e das ações desenvolvidas pelas empresas.

Entende-se que a empresa por meio da responsabilidade social avizinhou-se da questão social sem, entretanto, formulá-la conscientemente. Assim, a responsabilidade social empresarial se apresenta sem condições de superar o imediatismo e a espontaneidade das suas ações, ficando apenas na forma aparente, na simples reprodução de ações, o que se converte num aparente fetiche.

A responsabilidade social vem se reproduzindo nas lacunas do Estado e na ampliação do capitalismo. E, é nesse sistema capitalista que se movimenta a responsabilidade social, modelando as suas ações e os seus resultados. Entretanto, é preciso conhecer o movimento da responsabilidade social, estudá-lo e pesquisá-lo para entender as relações que engendram esse processo dentro do contexto histórico para que de fato possa contribuir com o desenvolvimento social local e não apenas para a divulgação de sua marca e o recebimento de isenção de impostos.

Conclui-se que delegar as responsabilidades das ações de responsabilidade social para funcionários atuarem movidos pelo “sentimento de solidariedade” e de “querer ajudar o próximo”, acumulando funções evidencia a falta de comprometimento da empresa com as suas ações de responsabilidade social no entorno da empresa. Engajar os empregados motivando-os a participar em algumas de suas ações de responsabilidade social é diferente de delegar-lhes as responsabilidades para tal função gerando um acúmulo de função aos funcionários.

Talvez essa conduta se destaque pelo fato das empresas se preocuparem mais com as suas atividades fins, ou com a sua função social de gerar lucros. Tendo em vista que no Brasil é recente a prática de responsabilidade social nas empresas e, na maioria das vezes, é feita na intenção de obter um *marketing* na sua imagem institucional.

Feita a análise desses três blocos distintos: identificação de investimentos por meio dos balanços sociais, mapeamento das ações de responsabilidade social desenvolvidas pelas empresas e caracterização das pessoas, que atuam na responsabilidade social; e, a dinâmica desse processo e com base no referencial teórico construído, conclui-se que a pesquisa atingiu os objetivos propostos de conhecer a responsabilidade social em uma empresa de grande porte do setor elétrico, para compreender o comprometimento da empresa com sua política de responsabilidade social.

Diante dos resultados da pesquisa entende-se que possuir programas de responsabilidade social ou uma política de responsabilidade social não quer dizer que de fato a empresa está comprometida com as práticas de responsabilidade social e nem mesmo com o desenvolvimento social local. É preciso cumprir o dever de pensar as ações de responsabilidade social, construindo reflexões profundas quanto as atuais estratégias de atuação, para não cair na pura reprodução imediatista e espontânea das atividades e, até mesmo, para que não virem práticas de subordinação tanto das pessoas, dos programas governamentais e das entidades, que necessitam de suas doações para sobreviver.

Identifica-se a necessidade de novos estudos a respeito, ao mesmo tempo, atenção especial para os pontos que foram destacados. Os dados analisados e, sobretudo, sua importância e, os desafios não foram esgotados nessa pesquisa. Espera-se, contudo, que tenha contribuído para o entendimento sobre o tema e oferecido subsídios para outros estudos.

## REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patrícia. **Ética e responsabilidade nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva. 2005.

\_\_\_\_\_.; COUTINHO, Renata Buarque Goulart; TOMEI, Patrícia Amélia. Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 24., 2000, Florianópolis. **Anais eletrônico**... Florianópolis: EnANPAD, 2000. Disponível em: <<http://agenda21empresarial.com.br/arquivo/1260083712.375-arquivo.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

BOWEN, Howard R. **Responsabilidade social dos homens de negócios**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

CESAR, Mônica de Jesus. **Empresa cidadã: uma estratégia de hegemonia**. São Paulo: Cortez, 2008.

DEMO, Pedro. **Metodologia para quem quer aprender**. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Solidariedade como efeito de poder.** São Paulo: Cortez, 2002. (Prospectiva, v. 6).

GHON, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Questões da nossa época, v. 123).

GIFE. **Investimento social privado: como iniciar um programa na sua empresa.** São Paulo: Takano, 2002.

GRI. **Portal.** Disponível em:

<<https://www.globalreporting.org/languages/Portuguesebrazil/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 8 jul.2014.

IANNI, Octávio. **A internacionalização do capital: teorias da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IBASE. **Os balanços sociais: consulta aos balanços sociais da empresa FURNAS.** 2006. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>> Acesso em: 5 ago. 2014.

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades.** São Paulo: Editora Peirópolis, 2005. v. 4.

\_\_\_\_\_. **Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis.** São Paulo: Instituto Ethos, 2013. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/08/IndicadoresEthosv10.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

LEWIS, Sandra Aparecida Lopes Barbon. **A responsabilidade social da empresa como atitude positiva orientada pela lei.** 2012. Disponível em:

<[http://www.lewis.adv.br/download/artigo\\_a\\_responsabilidade\\_social\\_da\\_empresa\\_como\\_atitude\\_p.pdf](http://www.lewis.adv.br/download/artigo_a_responsabilidade_social_da_empresa_como_atitude_p.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2014.

PIMENTEL, Rosalinda Chedian. **Trinômio social: estado, empresas e sociedade.** Ribeirão Preto: Gráfica Viena, 2006.

\_\_\_\_\_. **Estado, economia, trabalho e sociedade: o mosaico de uma nação.** Franca: Ed. UNIFRAN, 2010.

\_\_\_\_\_.; MARASEA, Daniela Carnio Costa. **Responsabilidade social: gestão empreendedora.** Ribeirão Preto: Legis Summa, 2004.

QUEIROZ, Adriana de Souza Lima. **A política de responsabilidade social na empresa Furnas – São José da Barra.** 2014. 161 f. Dissertação (Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

RICO, Elizabeth de Melo. A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n.4, p. 73-82, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n4/a09v18n4.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

TREVISAN, Fernando Augusto. Balanço social como instrumento de marketing. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-12, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a17.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e método.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

**REVISITANDO O CLÁSSICO FRANKENSTEIN: A REPERCUSSÃO DA OBRA SOBRE A CIÊNCIA MODERNA**

REVISITING THE CLASSIC FRANKENSTEIN: THE REPERCUSSION OF THE WORK ON MODERN SCIENCE

Área temática: Outras áreas temáticas

PAULA, Ana Cristina Alves de  
Unesp (campus de Franca/SP)  
Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Graduanda em Letras pelo Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas.  
E-mail: a.cris.direito@gmail.com

PRADO, Bruno Mantovani Gea do  
Unesp (campus de São José do Rio Preto/SP)  
Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade de São Paulo e Licenciado em Letras pelo Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas.  
E-mail: bmgprado@gmail.com

**Resumo**

Surgido após um período grande avanço das ciências, o movimento romântico foi em boa parte uma reação à ideia do Universo concebido como máquina. *Frankenstein* foi a mais contundente crítica a esse novo cientificismo, que tudo desejava explicar e dominar. A estratégia dos românticos foi redirecionar o foco para a alma individual. Se Byron fez isso da maneira mais exacerbada, Mary Shelley criou uma obra que questiona a moralidade e a responsabilidade da ciência. Ícone do horror moderno, *Frankenstein* foi idealizado no verão de 1816 por uma jovem de apenas 19 anos. Mary Shelley inspirou-se em um médico maluco, Erasmus Darwin, e no mito de Prometeu para criar a fera – não por acaso o livro se chama *Frankenstein ou o Moderno Prometeu*. Na mitologia grega, Prometeu rouba o segredo do fogo, reservado aos deuses, para revela-lo à humanidade. Numa época de profundas transformações, ela criou a história de um médico, Victor Frankenstein, que tenta dar vida à sua criação a partir de membros de cadáveres, burlando a lei divina. Isso resulta em um novo ser humano que talvez não tenha espaço em nosso mundo. O presente trabalho objetiva analisar, por meio do método dedutivo com técnica de pesquisa bibliográfica, a repercussão deste clássico, que neste ano completa 200 anos, sobre a ciência moderna. Conclui-se que Mary Shelley criou uma obra-prima do terror, que até hoje apavora os leitores e influencia não apenas novos autores, como também a medicina, as ciências biológicas, a filosofia e o direito.

**Palavras-chave:** Frankenstein, Mary Shelley, limites para avanços científicos.

**Abstract**

Appearing after a great advance of the sciences, the romantic movement was largely a reaction to the idea of the universe conceived as a machine. Frankenstein was the most forceful criticism of this new scientism, which he wanted to explain and dominate. The strategy of the romantics was to redirect the focus to the individual soul. If Byron did this in the most exaggerated way, Mary Shelley created a work that questions the morality and responsibility of science. Icon of modern horror, Frankenstein was devised in the summer of 1816 by a young woman of only 19 years. Mary Shelley was inspired by a mad doctor, Erasmus Darwin, and the myth of Prometheus to create the beast - not by chance the book is called Frankenstein or the Modern Prometheus. In Greek mythology, Prometheus steals the secret of fire, reserved for the gods, to reveal it to mankind. In a time of profound transformation, she created the story of a physician, Victor Frankenstein, who attempts to bring his creation to life from limb bodies, bypassing the divine law. This results in a new human being who may not have space in our world. The present work aims to analyze, through the deductive method with bibliographical research technique, the repercussion of this classic, which in this year completes 200 years, on modern science. It is concluded that Mary Shelley created a masterpiece of terror, which until today scares readers and influences not only new authors, but also

medicine, biological sciences, philosophy and law.

**Keywords:** Frankenstein, Mary Shelley, limits for scientific advances.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2018, o mundo celebra o bicentenário de uma das obras precursoras da ficção científica. São 200 anos de incontáveis edições e releituras do clássico *Frankenstein*, romance de Mary Shelley (1797-1851), que em pleno século 21, ressalta o debate sobre os limites da ciência.

O livro, marco do romance gótico, verdadeiro ícone do terror e influência fundamental para o surgimento da ficção científica, narra a história de um cientista, o doutor Victor Frankenstein, que resolve bancar Deus e criar vida a partir de membros de cadáveres. Isso resulta em um novo ser humano que talvez não tenha espaço em nosso mundo. Mais complexo do que o cinema costuma mostrar, o livro não traz apenas uma trama cativante, mas também uma discussão sobre o papel da ciência na sociedade. Por isso, a obra de Mary Shelley pode ser vista, portanto, como uma das primeiras histórias da literatura que tratam dos problemas da inteligência artificial, ou seja, de “vida” criada a partir da ciência e do conhecimento humano.

A criatura de Frankenstein é considerada o primeiro mito dos tempos modernos. Sua característica mítica transcende a narrativa e fala ao coração do leitor e à sua humanidade e caminha de mãos dadas com a tragicidade da história que versa sobre o mistério da vida e a perversão do conhecimento; sobre o orgulho cego e a curiosidade desmedida; sobre consequências de escolhas, sobre amor, amizade, sacrifício e caridade... enfim, sobre características demasiado humanas e dramas pelos quais todos passam em suas vidas. A obra não ultrapassa o tempo e o espaço ao expressar um conteúdo mais profundo e expor verdades e princípios fundamentais.

Mais complexa do que o cinema costuma mostrar, não traz apenas uma trama cativante, mas também uma discussão sobre o papel da ciência na sociedade. Para analisá-la, utilizar-se-á o método dedutivo, ao aplicar conceitos gerais para explicar fatos singulares, por meio de análise doutrinária e literatura especializada, mediante aplicação de técnica de pesquisa bibliográfica, com utilização de referências físicas e eletrônicas.

## 2 MARY SHELLEY: vida e obra

Antes de iniciar a análise proposta, é importante discorrer um pouco sobre a trajetória da autora da obra *Frankenstein*, uma vez que sua biografia certamente tem alguma influência na forma como a história de um criador que enfrenta sua criatura é contada.

Mary Wollstonecraft Shelley nasceu em Somers Town, Londres, em 30 de agosto de 1797. Filha de William Godwin, precursor do movimento anarquista, e Mary Wollstonecraft, uma das pioneiras do movimento feminista, recebeu uma educação pouco comum para uma mulher de sua época, vez que sua mãe morreu de forma trágica onze dias depois de dar à luz e, sob a tutela consciente e especializada de Godwin, Mary teve uma infância intelectualmente estimulante, embora emocionalmente carente. Em 1814, aos 16 anos, foi apresentada ao então desconhecido Percy Bysshe Shelley, um dos seguidores políticos de seu pai, que era casado, e, em julho daquele ano os dois fugiram para a França. Godwin era completamente contrário ao envolvimento dos dois (GRUPO COMPANHIA DAS LETRAS, s/d).

Em dezembro de 1816, Mary e Percy se casam, depois da primeira esposa de Percy, Harriet, ser encontrada morta em um lago, com suspeitas de suicídio (as causas nunca foram devidamente esclarecidas). O casamento oportunizou à Mary a convivência com grandes escritores e intelectuais da sociedade britânica, entre eles o também poeta Lord Byron – que se tornaria seu grande amigo (GRUPO COMPANHIA DAS LETRAS, s/d).

Mary concebeu o célebre romance de terror, *Frankenstein ou o Prometeu moderno*, no verão de 1816, quando tinha apenas 19 anos. Ela e seu futuro marido foram passar o verão à beira do Lago Léman, na Suíça, onde também se encontrava o amigo Lord Byron. Forçados a permanecer confinados por vários dias em um ambiente fechado diante das hostis tempestades, anormais para a época e o local, os três e mais outro hóspede da casa na villa Diodatti, o também escritor e médico pessoal de Lord Byron, John William Polidori, passavam o tempo lendo uns para os outros histórias de horror, principalmente histórias de fantasmas alemãs traduzidas para o francês (GRUPO COMPANHIA DAS LETRAS, s/d).

Lord Byron então propôs que os quatro escrevessem, cada um, uma história de fantasmas. Byron produziu “Um fragmento”, o qual mais tarde inspirou John Polidori a escrever *O Vampiro*, que



seria a primeira história ocidental contendo o vampiro como conhecemos hoje, e que décadas depois inspiraria Bram Stoker em *Drácula*. Porém, passados vários dias, Mary, que ainda não conseguira criar uma história, ao ouvir uma conversa entre Percy e Byron acerca de teorias sobre correntes elétricas e corpos que poderiam voltar a ser animados muito após a morte, conjecturou a possibilidade da existência de uma criatura, cujos membros vindos de diversas pessoas, pudesse voltar a respirar e levar uma vida como a de um ser humano gerado no ventre. E esta mesma curiosidade passa da vida real ao papel, para Victor Frankenstein, a criatura primordial de Shelley (FERNANDES, 2017).

Mesmo competindo com grandes gênios da literatura universal, Mary redigiu uma das mais impressionantes histórias de horror de todos os tempos. A história do Dr. Victor Frankenstein e da monstruosa criatura por ele concebida vem fascinando gerações desde que foi publicada há mais de duzentos anos. Brilhante história de horror, escrita com fervor quase alucinatório, *Frankenstein* representa um dos mais estranhos florescimentos da imaginação romântica (L&PM EDITORES, s/d).

A primeira edição da obra foi publicada em 1818 e não continha o nome da autora, somente um prefácio escrito por Percy Bysshe Shelley, seu noivo, e uma dedicatória a William Godwin, seu pai. Os críticos não receberam muito bem a obra. A publicação *The Quarterly Review* descreveu a obra como “um retalho de absurdos horríveis e repugnantes”. Apesar das críticas desfavoráveis, a edição teve um sucesso de público quase imediato. Ficou bastante conhecida, principalmente depois que foi adaptada para o teatro, e a obra foi traduzida para o francês (OCEANO DE LETRAS, 2008).

Acredita-se que a autora, ao desenvolver a relação tensa e conflituosa entre criador e criatura, na verdade, fazia uma metáfora sobre sua própria vida. Em *Frankenstein*, o nascimento é ambigualmente criativo e destrutivo. O monstro incorpora o desejo de glória de Victor e a corrupção perpetrada pelo cientista para alcançar seu objetivo. Esses traços dos personagens principais seriam, então, uma metáfora para a vida de Shelley, que nasceu da morte e encontrou dificuldade em alcançar um de seus desejos: gestar e gerar vida (MOREIRA, 2017).

Seis anos após se casarem, Percy morreu afogado no naufrágio de seu barco Ariel numa tempestade na Itália, onde viveram entre 1818 e 1822. Mary voltou com Percy Florence, único dos quatro filhos do casal que sobreviveu, para Londres, onde continuou a viver como escritora profissional até sua morte, em razão de um câncer cerebral, em 1º de fevereiro de 1851, em Chester Square, com 53 anos (GRUPO COMPANHIA DAS LETRAS, s/d).

Ela escreveu mais de 20 livros em sua vida, entre os quais se destacam *Matilda* (1819), *Valperga* (1823), *The Last Man* (1826), *The Fortunes of Perkin Warbeck* (1830), e as novelas *Lodore* (1835) e *Falkner* (1837), além de várias colaborações, com contos e ensaios. Também publicou obras póstumas de seu marido e a primeira edição coligida da sua poética, mas nenhuma publicação alcançou o mesmo sucesso de sua obra de estreia. Ela criou uma obra-prima do terror, que até hoje apavora os leitores e influencia novos autores (GRUPO COMPANHIA DAS LETRAS, s/d).

### 3 O ROMANCE *FRANKENSTEIN*

Numa época de profundas transformações, Mary cria a história de um médico, Victor Frankenstein, que tenta dar vida à sua criação, burlando a lei divina. O livro, finalizado em 1817, foi publicado em 1º de janeiro de 1818 por uma pequena editora de Londres, a Lackington, Hughes, Harding, Mavor & Jones, após ter sido rejeitada por duas outras editoras.

O romance é narrado através de cartas escritas pelo capitão Robert Walton para sua irmã enquanto ele está ao comando de uma expedição náutica que busca achar uma passagem para o Polo Norte. O navio comandado por ele fica preso quando o mar se congela, e a tripulação avista a criatura de Victor Frankenstein viajando em um trenó puxado por cães. Quando o mar se agita, liberando o navio, a tripulação avista e resgata o moribundo Doutor Victor Frankenstein. Ao ser recolhido, o médico passa a narrar sua história ao capitão Walton, que a reproduz nas cartas à irmã. A história do capitão Walton é chamada de narrativa moldura, técnica narrativa que se refere ao processo de inserir, dentro de uma história inicial, uma outra história.

Victor inicia a narrativa descrevendo sua infância e vida familiar, dando destaque ao seu prematuro interesse pelas ciências naturais e ocultas, como a alquimia e a necromancia. Aos 17 anos de idade vai estudar na Universidade de Ingolstadt, na Alemanha. Empenhado em descobrir os mistérios da criação, Victor estuda febrilmente e acaba descobrindo o segredo da geração da vida – como dar vida a corpos inanimados –, o qual se recusa a detalhar ao seu interlocutor.

Sacrificando o contato com a família e a própria saúde, Victor se dedica a criar um ser humano perfeito, de estatura gigantesca, a partir de membros de cadáveres, e após dois anos, obtém sucesso. Assim que alcança sua meta, é tomado por um sentimento de horror; ele se enoja com sua

criação e acaba abandonando-a, fugindo. Todavia, o reencontro entre criador e criatura é inevitável.

Frankenstein passa a se sentir culpado por ter criado o monstro, e o segredo e a culpa passaram a lhe torturar. Lutando contra o desespero, ele decide escalar o Monte Branco e, durante a subida, é encontrado por sua criatura, que é surpreendentemente articulada e eloquente.

O monstro conta sua história, narrando como fugiu do laboratório de Frankenstein para uma floresta próxima, onde aprendeu a comer frutas e vegetais, e a manipular o fogo. Porém, ao encontrar seres humanos, fora escorraçado e agredido, decidindo se esconder no depósito de lenha anexo a uma cabana, na qual vivia uma pobre família, composta por um pai cego e um casal de irmãos, com a qual se afeiçoa. Das frestas na parede a criatura observa a vida deles e aprende a língua e a escrita e passa a entender os sentimentos humanos. Quando finalmente toma coragem para se apresentar a família, a criatura consegue conversar com o pai cego, mas quando os filhos a veem, escorraçam-na e fogem para sempre da cabana.

A criatura se torna amargurada e decide procurar seu criador, matando uma pessoa do círculo familiar de Victor. Ao encontrá-lo e terminar sua história, o monstro exige a promessa de que o doutor construa uma companheira para ele, prometendo por sua vez deixar a humanidade em paz e ir viver com a sua noiva nas selvas sul-americanas. Caso o cientista se recusasse, o monstro promete fazê-lo passar por tormentos inimagináveis. Extremamente contrariado, Victor concorda. Ele começa a nova criação, mas muda de ideia, temendo criar uma raça de monstros que pudesse se virar não só contra ele, mas contra toda a raça humana. Após fazer várias considerações, Frankenstein decide que ele tem que sofrer as consequências por seus atos e não a humanidade, destruindo a criatura incompleta. O monstro acompanha o ato, e jura se vingar, assassinando seu amigo e sua noiva. Buscando retaliação, o criador passa a perseguir a criatura, que o leva através de uma longa caçada em direção ao norte, prosseguindo pelos mares congelados, onde eventualmente são avistados pelo capitão Walton e sua tripulação.

Victor, já bastante doente, acaba morrendo. O capitão Walton então surpreende a criatura na cabine, no leito de morte do doutor, pranteando seu criador. Ela diz para Walton que não havia mais o que temer, pois seus crimes terminaram com a morte de Frankenstein, prometendo ir ao extremo Norte e lá ela cometer suicídio, trazendo paz aos humanos.

Embora a cultura popular tenha associado o nome Frankenstein à criatura, esta não é nomeada por Mary Shelley. Ela é referida por seu criador como “desgraçado”, “demônio”, “monstro” e “criatura”. Somente após o lançamento da série cinematográfica *Frankenstein* pela Universal Studios na década de 30 é que o público passou a assim nomear a criatura, interpretada por Boris Karloff, que deu um rosto definitivo à criatura no imaginário popular.

A sinopse dessa obra de horror que ultrapassou gerações e rendeu diversos outros produtos culturais além dos filmes, como livros, séries e até desenhos, servindo de inspiração para a imaginação de artistas como Tim Burton, nos filmes *Edward Mãos de Tesoura* e *Frankenweenie*; os monstros da Universal Studios e da Hammer Films; a comédia musical de horror *The Rocky Horror Picture Show*; a coleção *The Frankenstein Monster*, publicada pela editora Marvel; a série *Penny Dreadful*; e desenhos clássicos como *A Família Addams* e *Scooby-Doo*, entre outros.

Mary Shelley se inspirou nas macabras experiências do médico Erasmus Darwin, que tentara, no século anterior, reanimar mortos usando eletricidade. O cientista real foi uma das fontes de inspiração para a criação do assustador Doutor Frankenstein, que deu vida a um ser monstruoso a partir de pedaços de defuntos.

A narrativa é influenciada pelo mito grego de Prometeu, semideus, um dos Titãs, e irmão de Atlas. É ele considerado o criador da humanidade, a qual teria modelado com água e terra. Segundo a mitologia, Prometeu roubou o segredo do fogo, reservado aos deuses, para revelá-lo à humanidade, ensinando aos homens várias artes úteis; por essa razão, foi punido por Zeus. Atado a uma rocha, ficou exposto aos ataques de uma águia, que lhe devorava continuamente o fígado. Depois de 30 anos ou 30 séculos, foi libertado por Hércules. O tema apareceu pela primeira vez na *Teogonia*, poema épico do grego Hesíodo, e inspirou Ésquilo na belíssima tragédia *Prometeu acorrentado*.

Victor Frankenstein é o Prometeu moderno de Mary Shelley, uma vez que faz uso da ciência para roubar da natureza o poder sobre a vida e a morte. A punição para o seu ato de desafio a Deus é ser perseguido pelo monstro e pelas desgraças que ele tanto se empenha em provocar na vida do seu criador.

Mary Shelley também se inspirou na obra *Paraíso Perdido*, uma versão da história cristã da “queda do homem”, de autoria do poeta inglês John Milton, que aborda a criação do homem e sua subsequente queda. A influência é explícita tanto através da epígrafe que cita três versos do poema,

quanto na menção pela criatura de ter sido um dos livros por ela lidos. A queda, ou a ruína, está na destruição física e moral de Victor Frankenstein.

O livro deu origem a toda uma linha da literatura de horror e de ficção científica e continua a ser uma das obras mais lidas de seu tempo, além de ter sido adaptada várias vezes para o cinema. De acordo com uma citação do jornal BBC Brasil de Patricia MacCormack, professora de Filosofia da Universidade Anglia Ruskin, no Reino Unido, e autora de estudos sobre obras de terror,

As boas versões cinematográficas trazem a mesma visão crítica sobre a vida, a nossa busca por propósito e os papéis que desempenhamos. O monstro não escolheu existir e questiona sua própria existência: 'Como me torno uma boa pessoa? (BBC BRASIL, 2018).

Todavia, a maior parte dos filmes estabeleceram a ideia de Frankenstein como a história de um monstro assassino e irracional criado pelo homem. Mas a criação de Shelley era bem diferente, como acima desenvolvido.

De qualquer forma, mais uma adaptação deve chegar em breve: em 2017, mais de um século depois da primeira versão cinematográfica – que é de 1910 (de Searle Dawley), quando o protagonista ainda nem tinha seus característicos parafusos no corpo e a pele esverdeada –, a Universal anunciou nova produção inspirada em *Frankenstein*, com previsão de lançamento em 2019.

Coaduna-se neste trabalho com o pensamento de Sorcha Ni Fhlainn, palestrante de Estudos de Cinema da Universidade Metropolitana de Manchester, no Reino Unido, e integrante do Centro de Estudos Góticos de Manchester, citada pelo jornal BBC Brasil, para quem o livro "nos fascina porque fala da relação entre vida e morte". De fato, "a morte é absoluta. Então, a ideia de que você pode reanimar a carne é ao mesmo tempo chocante e arrebatadora" (BBC BRASIL, 2018).

### **3.1 Temas abordados ao longo do romance e impacto na comunidade científica**

Surgido após um período grande avanço das ciências, o movimento romântico foi em boa parte uma reação à ideia do universo concebido como máquina e ao advento da Revolução Industrial, com suas máquinas e poluições, que tornavam a sociedade cada dia mais distante da felicidade dos campos e do modo de vida artesanal. O contexto histórico do sentimento de descrença, que ficou conhecido como "mal do século", observado no início do século 19, promoveu grande pessimismo e introspecção na literatura. *Frankenstein* foi a mais contundente crítica a esse novo cientificismo, que tudo desejava explicar e dominar, prestando-se a múltiplas interpretações e leituras.

A melancolia, a dor existencial e o isolamento que pairam por toda a obra e o resgate aos temas naturais são referências claras à primeira fase do romantismo inglês. As diretrizes do estilo combinadas com o clima tenso e soturno culminam no sofrimento e na morte dos personagens do clássico de Mary Shelley.

A estratégia dos românticos foi redirecionar o foco para a alma individual. Se Lord Byron fez isso da maneira mais exacerbada, Mary Shelley criou uma obra que questiona a moralidade e a responsabilidade da ciência. A falha de caráter do cientista, que o corrompe e o leva à criação do monstro, também está associada à escola literária da qual o livro faz parte (MOREIRA, 2017).

O poder exercido pela humanidade sobre a natureza através da ciência e da tecnologia, a inevitabilidade do destino e a relação de criatura e criador são outros temas principais da obra, que se encaixam no espírito da época.

## **4 PARALELO ENTRE *FRANKENSTEIN* E A MODERNIDADE – HÁ UM LIMITE PARA AVANÇOS CIENTÍFICOS?**

Uma análise detida do romance reforça a ideia de *Frankenstein* ser uma história moral. De acordo com Márcia Xavier de Brito, a ambição desordenada, o desejo não contido pelo conhecimento a qualquer preço, um senso de cumprimento de destino e o perigo de isolar-se do amor e da amizade ameaçam transformar qualquer homem em monstro. Essa monstruosidade tem sido uma constante na atualidade.

Vivemos uma cultura de morte, de subjetivismo, de louvor à técnica e à ciência sem limites. Victor Frankenstein é um contraexemplo e nos faz ficar vigilantes para os elementos monstruosos de egoísmo, orgulho e autossuficiência que trazemos dentro de nós (CASTRO, 2017).

Se o romance for lido como uma fábula moderna, adverte também para os riscos do orgulho

intelectual desmedido, visto que a ideia da possibilidade de descobrir o mistério da vida pela ciência povoava o imaginário do início do século XIX (CASTRO, 2017).

O Jornal do Brasil explana que, uma década após o lançamento, em 1828, surgiu a primeira referência científica de *Frankenstein* em um artigo sobre a formação de embriões. Escreveu em um artigo o então obstetra James Blundell, primeiro médico a realizar uma transfusão sanguínea:

Imitamos muitas ações da natureza, mas podemos esperar algum dia imitar esta também? E aqui, me abstenho de continuar, preocupado de que entre as cabeças de vocês esteja a ideia de que eu quero tornar real a extravagante obra e levar Frankenstein para a realidade (JORNAL DO BRASIL, 2018).

Ainda de acordo com o jornal, a revista *Science* recordou as inspirações do romance de Shelley para a invenção do marcapasso eletrônico, criado por Earl Bakken. No entanto, sem mencionar as referências ao livro, a ciência está a ponto de recriar um "monstro moderno". Desde o primeiro órgão transplantado – um rim em 1950 – os estudos médicos avançaram muito, tanto é que agora é possível transplantar pele e cartilagem, além de existir casos de transplante de rosto. Alguns cientistas afirmam que até o "transplante de cabeça" seria possível. Além disso, há a criação de órgãos artificiais – alguns criados por impressoras 3D – e membros mecânicos cada vez mais realistas conectados ao cérebro (JORNAL DO BRASIL, 2018).

O conhecimento científico é o resultado de uma construção progressiva. São formas de entendimento que se sucedem no tempo e que se aperfeiçoam, realizada principalmente a partir dos esforços da cultura do século XVI. O apelo da racionalidade científica e do paradigma científico dominante, um sistema de conhecimentos tido como objetivo, universal e determinista, traduz-se nessa confiança quase absoluta que se tem na capacidade de previsão da ciência. Apesar do seu aparente sucesso, que se evidencia pelos fantásticos avanços tecnológicos vividos nas últimas décadas, este paradigma parece estar hoje vivendo seus últimos momentos (KANSO, 2012).

Em 1929 o filósofo e educador John Dewey, criador da Educação Progressiva e um dos pais da Filosofia do Pragmatismo nos Estados Unidos, cunhou a seguinte frase, contextualizada pela revista *Veja*: "Todo grande avanço da ciência surge de uma audácia da imaginação" (VEJA, 2016). Basta citar a polêmica em torno das experiências em clonagem e das pesquisas com células-tronco, que se destacam como possibilidades inspiradas pelo livro de Mary Shelley, e que vieram a reacender a velha discussão sobre os limites da ciência. O projeto Genoma Humano, iniciado na década de 1990, também foi duramente criticado. Na época, dizia-se que os cientistas tentavam "brincar de Deus". O tempo mostrou, no entanto, que a liberdade da ciência em escolher o estudo dos genes estava certa, vez que a técnica da clonagem é de amplo uso comercial na melhoria de rebanhos, as terapias gênicas já curaram em cobaias doenças como daltonismo, distrofia muscular e cardiomiopatia e as pesquisas com células-tronco evoluíram muito (VEJA, 2016).

De tempos em tempos, e cada vez mais frequentemente, a divulgação de novos avanços científicos e tecnológicos causam impactos na opinião pública e reacendem a polêmica sobre as precauções que se fazem desejáveis no ordenamento e no balizamento dos limites que a sociedade deseja impor à capacidade humana em avançar no desconhecido e a velocidade com que se deve incorporar as novas técnicas daí resultantes (MARQUES, s/d).

Neste contexto surgiu o Biodireito, conceituado por Maria Gabriela Damião de Negreiros como o conjunto de regras jurídicas já positivadas e voltadas a impor – ou proibir – uma conduta médico-científica e que sujeitem seus infratores às sanções por elas previstas. Para o Biodireito, a vida não pode ser vista apenas como mera sobrevivência física. Por isso, o respeito à dignidade da vida humana, bem como aos direitos humanos e fundamentais, deve estar sempre presente no ordenamento jurídico de todas as sociedades (NEGREIROS, 2018).

Preservar a liberdade científica não significa, obviamente, que o trabalho dos cientistas não esteja sob constante avaliação. Depois que experimentos realizados em cobaias humanos durante a Segunda Guerra Mundial vieram à tona e chocaram o mundo, comitês e comissões de ética criados pela sociedade científica procuram nortear a pesquisa (VEJA, 2016).

Muitos pesquisadores afirmam que o limite da ciência está, justamente, em quando ela deixar de buscar o benefício e o progresso da humanidade. Fato é que as restrições do que deve ou não ser estudado podem impedir o avanço da ciência e a transmissão de conhecimento. Assim, cabe à sociedade como um todo discutir o enquadramento ético na ciência, principalmente das manipulações biológicas decorrentes da engenharia genética, sem cerceamento da liberdade científica, discutindo

ampla e democraticamente todos os aspectos que lhe são inerentes. É necessário, portanto, ser favorável aos estudos realizados com o fim único de trazer benefícios à humanidade, desde que avaliados por comissões que garantam sua realização dentro de preceitos éticos, pois a liberdade de conhecimento é e deve permanecer um bem inexorável.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Filha de um filósofo e de uma professora, Mary Shelley cresceu cercada de livros. Ao se casar com o poeta Percy Shelley, passou a conviver com grandes escritores e intelectuais da sociedade britânica, entre eles o gótico Lord Byron – que se tornaria seu grande amigo. Nas rodas de conversa, discutia-se de tudo. Num desses papos, Mary e os amigos falavam sobre as macabras experiências do médico Erasmus Darwin, que tentara, no século anterior, reanimar mortos usando eletricidade. O cientista real foi uma das fontes de inspiração para a criação do assustador doutor Frankenstein, que deu vida a um ser monstruoso a partir de pedaços de defuntos.

A trama, influenciada também pelo mito grego de Prometeu, nasceu como um conto, mas, de tão elogiada, virou um romance. A autora escreveu mais de 20 livros em sua vida, embora nenhum tenha alcançado o mesmo sucesso de sua obra de estreia. Ela apresentou uma fantástica filosofia em forma de romance. *Frankenstein* é sem dúvida o maior clássico de terror de todos os tempos. É também um ensaio sobre a prepotência humana e a solidão em sociedade. Cego em seu propósito de dar vida à matéria inanimada, o cientista Victor Frankenstein constrói um ser monstruoso a partir de restos humanos – mas, quando enfim alcança o resultado pretendido, foge de sua própria criação. Abandonada e fadada ao desterro e à rejeição, a criatura passa a perseguir o cientista e, depois, a buscar vingança.

A obra também é um triunfo da imaginação, pondo em derrocada o preconceito contra a mulher enquanto ser criativo e participativo, posto se tratar de um romance com teor filosófico existencial.

O romance atravessou dois séculos sem perder a capacidade de arrepiar o leitor e advertir para os perigos da ciência e da busca desmedida por conhecer o mistério da vida. É por isso que sua criação tem ainda hoje um significado importante, visto que as descobertas da ciência moderna para prolongar, modificar ou criar vida evocam as mesmas questões sobre o que é a vida e o que é o ser humano.

Como ocorre em toda inovação científica, vem à tona o imbróglio acerca dos limites da ciência; até onde suas pesquisas podem adentrar para a melhoria da qualidade de vida sem que isso interfira na vida de alguns indivíduos; o livre arbítrio do ser humano; e o princípio da dignidade da pessoa humana. Deve-se assegurar a todas as ciências, independente do seu objeto, o direito ao estudo de qualquer tema, seja ele complexo ou não, pois, somente assim uma nação consegue progredir, por meio da ciência e das soluções dela emanadas. Todavia, a pesquisa tem de estar regulamentada e embasada na legislação. Afinal, os cientistas, diante das inúmeras possibilidades de ocorrência de erros durante os procedimentos, sabem que podem dar lugar a algo "monstruoso", como aconteceu com Frankenstein.

Faz-se necessário ter uma visão interativa e contextualizada das relações entre ciência, tecnologia, e sociedade, o que implica um nível de responsabilidade individual e coletiva muito mais acentuado que o dos tempos anteriores. O reconhecimento do homem como centro do ordenamento jurídico acarreta a necessidade obrigatória da preservação de sua autonomia e dignidade, pois, acima dos interesses da ciência e da sociedade, deverá estar o ser humano.

## REFERÊNCIAS

BBC BRASIL. **O que explica nosso fascínio com Frankenstein, 200 anos após sua criação?** Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/geral-42537245>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

CASTRO, Eliana de. **Márcia Xavier de Brito**: “Frankenstein adverte para o orgulho intelectual desmedido”. Disponível em: <<http://faustomag.com/marcia-xavier-de-brito-frankenstein-adverte-para-o-orgulho-intelectual-desmedido/>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

FERNANDES, Laís. **Frankenstein**: o monstro do machismo na vida e na obra de Mary Shelley (resenha). Disponível em: <<http://deliriumnerd.com/2017/03/08/frankenstein-mary-shelley/>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

GRUPO COMPANHIA DAS LETRAS. **Mary Shelley**. Disponível em: <<https://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=00470>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

JORNAL DO BRASIL. **Após 200 anos, Frankenstein ainda 'assusta' a ciência**. Disponível em:

<<http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2018/01/29/apos-200-anos-frankenstein-ainda-assusta-a-ciencia/>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

KANSO, Mustafá Ali. **Os limites da ciência**. Disponível em: <<https://hypescience.com/os-limites-da-ciencia/>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

L&PM EDITORES. **Mary Shelley**. Disponível em: <[http://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecaoID=0&Templ ate=../livros/layout\\_autor.asp&AutorID=906271](http://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecaoID=0&Templ ate=../livros/layout_autor.asp&AutorID=906271)>. Acesso em: 01 fev. 2018.

MARQUES, Edmundo Kanan. **Bioética**: a necessidade da bioética no limiar do novo milênio. Disponível em: <<http://www.ciee.org.br/portal/estudantes/pdf/BIOETICA1.PDF> >. Acesso em: 01 fev. 2018.

MOREIRA, Matheus. **'Frankenstein' está no imaginário das pessoas. Mas você conhece de fato a obra?**. Disponível em:

<<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/10/%E2%80%98Frankenstein%E2%80%99-est%C3%A1-no-imagin%C3%A1rio-das-pessoas.-Mas-voc%C3%AA-conhece-de-fato-a-obra>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

NEGREIROS, Maria Gabriela Damião de. **Bioética, biodireito e meio ambiente**. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/%3Fn\\_link%3Drevista\\_artigos\\_leitura%26artigo\\_id%3D12071%26revista\\_a\\_n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=10399&revista\\_caderno=6](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/%3Fn_link%3Drevista_artigos_leitura%26artigo_id%3D12071%26revista_a_n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10399&revista_caderno=6) >. Acesso em: 01 fev. 2018.

OCEANO DE LETRAS. **Mary Shelley** (Frankenstein). Disponível em: <<https://nuhtaradahab.wordpress.com/2008/04/13/mary-shelley-frankenstein/>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein**. Trad. Bruno Gambarotto. São Paulo: Hedra, 2013.

VEJA. **Existe limite para a pesquisa científica?** Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/ciencia/existe-limite-para-a-pesquisa-cientifica/>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

**SESI: UMA REDE CRIATIVA COMO MODELO DINAMIZADOR  
DA CULTURA**

*SESI: A CREATIVE NETWORK AS A DYNAMIZING MODEL  
OF CULTURE*

Área temática: 1.5 Educação e Desenvolvimento.

ALVES, Jeniffer Vitorino da Silva.  
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-Facef  
Graduação em Pedagogia, Matemática.  
jeny\_vitorino20@hotmail.com

CAMARA, Naiá Sadi.  
Centro Universitário Municipal de Franca- Uni- Facef  
Formação Professora Doutora.  
naiasadi@gmail.com

**Resumo**

Rede criativa, segundo Câmara (2018) refere-se a modelos de instituições que geram conteúdos imateriais que são importantes para geração de renda e mudança na economia de uma cidade. Para que rede criativa se torne possibilidade de mudança em um município se faz importante também compreender o conceito de cidades criativas e *smart peoples* abordados neste trabalho, pois é a partir do desenvolvimento desses conceitos que uma cidade e até mesmo uma população cria condições de superar crises. O presente trabalho tem por objetivo realizar um estudo de caso da rede criativa SESI, localizado na cidade de Franca, a fim de identificarmos seu papel no processo de desenvolvimento regional. Consideramos por rede criativa como fundadora de mudanças que ocorrem por meio das conexões da arte, educação e cultura, dimensões fundadoras de inovações já que desenvolve capacidades criativas relevantes para a solução dos problemas do cotidiano em resposta aos novos desafios que a sociedade enfrenta. É por esse prisma que adotamos o desenvolvimento da cultural da sociedade como um fator potencializador de mudanças e desenvolvimento social.

**Palavras-chave:** smart people, cultura, desenvolvimento.

**Abstract**

Creative network refers to models of institutions that generate immaterial content that are important for income generation and change in a city's economy. In order for a creative network to become a possibility of change in a municipality, it is also important to understand the concept of creative cities and smart peoples addressed in this work, since it is from the development of these concepts that a city and even a population create conditions to overcome crises. The objective of this work is to carry out a case study of the Sesi creative network, located in the city of Franca, in order to identify its role in the regional development process. We consider creative networks as the founding factors for changes that occur through the connections of art, education, and culture. In which it develops a creative capacity relevant to the solution of daily problems in response to the new challenges that society faces. It is from this point of view that we adopt the cultural development of society as a potential factor for change and social development.

**Keywords:** smart people, culture, development.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as cidades se revelam por meio de estratégias ligadas a vários desafios, tais como o crescimento populacional, o grande aumento da urbanização que faz com que apareçam diversos problemas de cunho social, econômico, ambiental, organizacional e educacional. Além de toda problemática urbana, é nas cidades que encontramos um maior número de pessoas com formações em diferentes áreas, criatividade, que pensam de maneira empreendedora, concentrando então em um único espaço o conhecimento.

Diante de todo crescimento, os gestores de uma cidade juntamente com profissionais devem aplicar projetos de gestão urbana de maneira que solucionem as questões dos municípios de forma mais criativa e atrativa, levando a comunidade local a superar problemas por meio de suas habilidades para um crescimento sustentável.

Diante da mudança de paradigma civilizacional, observamos a transição da Sociedade Industrial baseada nos bens de consumo para Sociedade da Informação baseada no conhecimento, educação, comunicação e arte numa produção de bens simbólicos imateriais fomentando uma economia mais criativa a partir de um empreendedorismo cultural.

Tendo em vista esse novo conceito, a sociedade vai se redefinindo e reestruturando-se na medida em que surgem novas demandas de consumo, dinâmicas territoriais e formação de um novo sujeito. E nessa valorização dos bens imateriais observamos que as manifestações culturais ganham maior visibilidade saindo da marginalidade, experiências e exemplos que fundamentam o trabalho da Rede SESI, que coloca em prática a valorização da cultura, arte, educação, esporte, saúde e lazer objetivando a qualidade de vida de seus usuários.

Compreendemos que o trabalho dessa Rede é de valorizar a cultura por meio da diversidade local, não tendo um fim em si mesmo, pois por meio dos eventos e projetos desenvolvidos pela instituição, oferece-se às pessoas oportunidades de desfrutar de espaços culturais e educativos que materializam o direito de cidadão.

A reflexão deste artigo é sobre os programas e projetos desenvolvidos pela Rede SESI e sobre a importância da cultura para o desenvolvimento de *smart people*<sup>1</sup> que corroboram com o conceito de rede criativa e *smart citys*<sup>2</sup>. Tendo em vista o crescimento sustentável das cidades, tem se pensando cada vez mais em soluções de base tecnológica e no aumento da escolaridade do cidadão. Os três fatores principais que causam grandes impactos no município são: ambiental, econômico e social. É sobre esses fatores que os gestores devem planejar cidades que tragam soluções mais «*smart*», «*intelligent*» ou «*creative*». Apesar da Rede SESI já colocar em prática há anos em sua missão esse conceito de forma sistematizada, ainda é bastante novo, e a tendência e necessidade das novas formas de gestão públicas deve considerar os aspectos já desenvolvidos pela rede, que por meio das áreas sociais nas quais atua para auxiliar na formação de um cidadão consciente de sua responsabilidade com a sociedade.

## 2 METODOLOGIA

Assim, o objetivo central deste estudo foi apontar elementos para a validação da Rede SESI como uma rede criativa. Para este estudo utilizamos o método exploratório com abordagem qualitativa no qual foram empregados os métodos bibliográfico e documental. Os dados bibliográficos foram obtidos por meio de pesquisas em periódicos científicos a partir das palavras chave rede criativa- cidade criativa-cultura-desenvolvimento. Na base acadêmica B-on e Scielo, obtivemos um resultado de 1487, dos quais 1416 eram revistas acadêmicas, 18 revistas, 12 dissertações/teses, 10 relatórios e 9 materiais de conferência. A primeira seleção foi por meio de leitura do título e resumo, após esse filtro ficaram 50 arquivos nos quais ainda aplicamos os filtros sobre: temática – educação e pesquisa educacional e ano de publicação, ao final restaram 27 arquivos para serem lidos na integra dos quais apenas 10 foram utilizados, pois se tratavam de leituras contemporâneas sobre cultura, educação, criatividade, competitividade e desenvolvimento de cidades.

Os dados documentais foram fundamentados a partir de relatórios técnicos disponíveis na internet e do referencial educacional da Rede SESI e de documentos nacional e internacional como a

---

<sup>1</sup> Smart peoples: Sujeitos desenvolvidos a partir do conceito de Smart Citys, que produz economia criativa e empreendedorismo cultural a partir da arte, da criatividade, inovação e desenvolvimento.

<sup>2</sup> Smart Citys : é o conceito que discute como as artes e a cultura podem se integrar no processo de planejamento e desenvolvimento da cidade. Charles Landry in Reis 2011.



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Ministérios da Cultura e educação (MINC e MEC), Secretário de educação, Secretária de desenvolvimento do município de Franca SP e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Os dados obtidos foram preliminarmente submetidos aos seguintes procedimentos: estabelecimento de categorias; comparação, sua interpretação efetuará mediante a análise qualitativa composta pela revisão bibliográfica e da literatura.

### 3 OBJETIVO

Pretende-se com o presente artigo analisar o modelo de gestão institucional criativa, e o seu impacto nas atividades culturais da cidade de Franca. De forma a apresentar eficazmente essas alterações, elegemos a análise de um modelo central, designadamente a rede SESI, de modo a demonstrar, como um projeto local tem capacidade de desenvolver uma rede criativa e inovadora no município de Franca-SP e como os serviços prestados a comunidade impacta no crescimento da cultura.

### 4 DESENVOLVIMENTO

#### 4.1 Cidades Criativas / *Smart Peoples*

A ideia de cidades criativas surge a partir do conceito de cidade mais dinâmica, resiliente, tolerantes, interativas, atraentes e que busque valorizar sua história e a cultura da sua população Segundo Aieta (2016, p.18), Observar esses aspectos em uma cidade ou até mesmo fomentar para que se criem estes conceitos é muito importante, pois, são colocadas como questão de sobrevivência.

O desenvolvimento de um município necessita de planejamento e estratégias que promovam a qualidade de vida de seus habitantes, como um dos indicadores que visam atingir as metas propostas nas Declarações e documentos mundiais que discutem o desenvolvimento, proteção e melhoria do planeta.

De acordo com Landry (2011,p.14), para que haja tal desenvolvimento existe a necessidade de repensar a função das cidades, seus recursos e o funcionamento de seu planejamento na medida em que se instala a crise. O alerta que o autor faz é sobre a contemplação dos recursos culturais e criativos de maneira contextualizados e a singularidade do local. O autor ainda ressalta que o modo como o sujeito participa da cidade e ao incentivar a criatividade e legitimar o uso da imaginação amplia-se o conjunto de soluções e ideias para qualquer problema ou crise que a cidade e consequentemente seus cidadãos venham sofrer.

Podemos perceber então quão importante é o engajamento para planejar e construir uma cidade inteligente, no entanto, atualmente, o que presenciamos é o quase esgotamento dos recursos naturais, desequilíbrio da natureza, grandes problemas globais e catástrofes, gerando prejuízos econômicos e humanos significativos.

Nesse contexto observamos que uma cidade e uma sociedade resilientes são aquelas que buscam ações e gerenciamentos diante das crises, que podem acontecer em maior ou menor grau. O que irá definir seu impacto é o nível de vulnerabilidade social, econômica e cultural da sociedade que muda na medida da formação, informação e percepção dos riscos que essa comunidade tem de si.

A constituição das cidades inteligentes se dá por meio das inovações e busca pelo conhecimento humano e pelo fomento da criatividade que vem sendo percebida também como elemento dinamizador da economia e da qualidade de vida nos centros urbanos. É nesse sentido que compreendemos as cidades criativas pela construção de seus valores, características e estética buscando implantar comunidades resilientes que saibam se sobressair às crises. Uma cidade inteligente deve prover comunicação, gestão urbana e participação cidadã. A União Europeia define Smart Cities/ cidades inteligentes como “sistemas de pessoas interagindo e usando energia, materiais, serviços e financiamento para catalisar o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida” (FGV PROJETOS, s.d, n.p).

Para Landry uma cidade criativa,

[...] Parte-se do pressuposto de que devem ser criadas condições para que as pessoas pensem, planejem e ajam com imaginação para aproveitar oportunidades ou resolver problemas urbanos aparentemente intratáveis. Estes podem variar de respostas à questão dos desabrigados, à geração de riqueza ou à melhoria do ambiente visual. Isso significa que cidades grandes e pequenas podem ser criativas. Cidade criativa é, portanto, um

conceito positivo. O pressuposto é que pessoas comuns podem fazer coisas extraordinárias acontecerem se tiverem uma oportunidade (apud REIS, 2012, p. 55).

Em contrapartida ao projeto de cidade criativa, temos na maioria das cidades brasileiras características de cidades tradicionais resultantes a ciclos inerentes a produção industrial, porém o que podemos perceber é que ao longo dos anos mediante as transformações demográficas, econômicas, políticas, sociais e culturais houve uma transformação de sociedade industrial (a que produz apenas bens de consumo) para uma sociedade da Informação, da economia e do conhecimento provocando impactos significativos e colocando as cidades em níveis competitivos de desenvolvimento. Essas mudanças se tornam significativas no modo de vida das pessoas, em suas formas de vida: alteração de comportamento de hábitos de consumo.

É a partir desse modelo que em 1994 na Austrália surge um novo setor de desenvolvimento, o das indústrias criativas, que 1997 conquistou visibilidade no Reino Unido. Tomando por base a criatividade humana, as indústrias criativas se desenvolvem a partir da arte, do artesanato, das indústrias culturais e dos ramos econômicos que consomem criatividade e cultura para conceder funcionalidade, como por exemplo, a moda, o design, a arquitetura, a publicidade, o software, entre outros (Reis, 2009b, p.238). Em suma, esse modelo de desenvolvimento criativo e cultural é compreendido como fator de coesão social e territorial, bem como a mola propulsora da criatividade e inovação, gerando efeitos positivos sobre a economia e a sociedade como um todo.

Para que esse modelo de cidade seja desenvolvido, são necessários cidadãos operantes sobre essa causa. Temos então as *smart peoples*, que nada mais é que a capacitação da comunidade local por meio de novos recursos e competências profissionais e humanas, pois sujeitos criativos geram inovações. O que tínhamos até então era uma educação técnica para o trabalho que necessitava apenas de repetição com o objetivo apenas de subsidiar o interesse industrial.

É neste contexto que nas décadas de 50 surge o Serviço Social da Indústria- SESI- em que a ideia inicial é desenvolver educação e formação de cidadãos para atender aos interesses industriais. Observando o desenvolvimento e mudanças sociais o Sistema S passa a ampliar seu objetivo educacional adotando como missão o desenvolvimento da qualidade de vida, educação, saúde e cultura estimulando uma gestão socialmente responsável e reflexiva sobre o meio em que vive. Com o objetivo de melhor conhecer e compreender o trabalho do SESI, propomos considera-lo como uma rede criativa analisada nas seguintes dimensões: modelo de negócio (gestão, curadorias, financiamentos; consumo); estrutura organizacional (Nacional, regional, local, regulamenta; forma cultural (serviços e conteúdos). Neste artigo, apresentamos nossas análises iniciais.

#### **4.2 Descrição de Franca-SP**

O município de Franca SP passa a ter importância econômica a partir do início do século XIX, onde passa a receber um fluxo populacional de grandes proporções. São os mineiros que vêm das Gerais, principalmente do Sul de Minas e os goianos, que vinham criar o gado e plantar suas lavouras devido à decadência da mineração. De acordo com o IBGE no Censo de 2010 Franca aparece com 318.640 habitantes, e um PIB per capita de R\$ 24.679,09 ocupando a colocação de 268º de 645 municípios do estado de São Paulo.

De acordo com Câmara (2018, p. 3.) a Região Administrativa de Franca (RAF), se constitui a partir da agroindústria, e do setor coureiro-calçadista, no qual se destaca como o segundo maior polo calçadista do país e o primeiro produtor de calçados masculinos, segmento este em que é especializada. Franca se insere no mercado internacional como referência na produção de calçados masculinos, entretanto não exige mão de obra complexa em sua produção o que para ocupações em seus postos de serviço a exigência de especialização e escolaridade é baixa.

Analisando os indicadores do IDH Índice de desenvolvimento humano IBGE (2010) a taxa de escolarização da população entre 6 e 14 anos foi de 98,2, isso posicionava o município na posição de 31º dentre as cidades do estado. E em relação ao salário mensal da população era de 2.1 salários mínimos. Numa proporção em relação ao total populacional era de 29.7%. Em comparação com os outros municípios do estado, Franca ocupa as posições 369 de 645 e 144 de 645, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 27.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 122º dentre as cidades do estado.

Apesar de toda mudança dos últimos anos nos quais passaram os modelos produtivos impulsionados pela globalização e novas tecnologias, consideramos Franca um município que

necessita de investimentos e desenvolvimento, tendo em vista a baixa diversidade econômica, poucas oportunidades de emprego e a pouca exigência de escolaridade e qualificação, observamos a necessidade de desenvolvimento da cidade e das pessoas, levando em consideração os conceitos ainda a pouco discutido sobre *smart peoples* e *smart citys*.

É neste contexto que o município deve se empenhar diferenciando-se a partir de suas particularidades, fomentando a promoção de suas potencialidades e singularidades, por meio da ideologia das cidades criativas, com o intuito de impulsionar ideias criativas e inovadoras, a partir de estratégias de desenvolvimento local, ou de ações de desenvolvimento regional centradas em sectores inovadores, geradoras de riqueza econômica, cultural e social.

A geração de econômica criativa busca não apenas o fomento de inovações, mas também agregar valores aos produtos e serviços convencionais do município tornando-se mais dinâmica e competitiva. Para que isso ocorra é de extrema importância que o município repense na formação de seus sujeitos, desenvolvendo as habilidades necessárias para que permitam os profissionais atuarem em novas demandas tecnológicas e de inovação. Tendo em vista a necessidade de mudança quanto à escolarização e formação dos cidadãos francanos na busca da melhoria econômica da cidade, nota-se uma grande necessidade de desenvolvimento do processo criativo das pessoas. A criatividade surge como um diferencial estratégico na produção de serviços e produtos não apenas como uma nova proposta, mas também como um estímulo a novas aptidões da cidade.

De acordo com Bradford (2004, p. 1) “As cidades criativas são locais dinâmicos de experimentação e inovação, onde novas ideias florescem e pessoas de todos os tipos e esferas da sociedade estão juntas para tornar suas comunidades um lugar melhor para viver, trabalhar [...] são lugares que encorajam diferentes tipos de conhecimento, e encorajam uma ampla participação pública para lidar criativamente com questões complexas [...] apenas nas cidades criativas colaboram para resolver os problemas urbanos que são perenes, como congestionamentos, moradia, inclusão [...]”.

Para Florida (2011), as cidades criativas são caracterizadas como cidades que atraem e retêm uma classe de profissionais talentosos e criativos. Elas podem ser reconhecidas pela presença de um ou mais determinantes de crescimento econômico que a autora define como: talento – número de pessoas com formação em cursos de nível superior; tecnologia – existência de conhecimentos aplicados que geram (ou possuem potencial de gerar) riquezas e empregos por meio da exploração da propriedade intelectual; tolerância – abertura para com a diversidade e a atitude favorável a inclusão.

Diante da realidade do município de Franca SP, que revela<sup>3</sup> de acordo com Câmara (2018) a pouca escolaridade que a população detém o pouco fomento de eventos que promovam a cultura e o conhecimento, contextos que salientam o quão importante é o desenvolvimento de uma cidade criativa para o município de Franca, o que se apresenta no presente trabalho é uma proposta de análise acerca da promoção da cultura, escolarização e desenvolvimento com base no conceito de redes criativas.

Segundo Câmara (2018, p.3), “partimos do pressuposto de que as redes criativas são as conexões que movem o mundo; é a mola propulsora das mudanças das formas de vida e das cadeias produtivas locais e globais, uma vez que veiculam arte, entretenimento e educação – três pilares que devem sustentar o devir dos sujeitos e consequentemente das sociedades”.

Buscando uma maior compreensão desse segmento fizemos uma análise da Rede SESI de ensino presente na cidade de Franca.

#### **4.3 Descrição da rede SESI**

Serviço Social da Indústria (SESI) é uma entidade privada, estruturada em base federativa para prestar assistência social aos trabalhadores industriais e de atividades assemelhadas em todo o País. Está presente em 112 municípios por uma rede formada por 160 escolas. O primeiro projeto educacional do SESI-SP foi implementado em 1947 e atendia a jovens e adultos, para que eles desenvolvessem aptidões necessárias ao desempenho de atividades profissionais. Já na época, a preocupação não era apenas superar as altas taxas de analfabetismo da população entre 15 e 45 anos, contextualizando o momento, o Brasil passava por uma grande transformação e êxodo rural por conta da industrialização que ocorria no país.

Nos anos de 1959 a 1964, houve significativo crescimento do SESI-SP, ampliando-se o atendimento de 1,6 mil estudantes para quase 77 mil (SESI-SP, 1965, p. 53-57). À época, passou-se

---

<sup>3</sup> CÂMARA, Naiá Sadi. Os impactos das práticas de comunicação das redes criativas nos processos de desenvolvimento regional.

também a atender crianças no então chamado nível primário 2, em salas de aula localizadas em paróquias e vilas industriais. Em 20 de dezembro de 1961, promulgou-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nos 4.024), que reforçava a liberdade da iniciativa particular para ministrar o ensino em todos os níveis<sup>3</sup>, bem como a obrigação de as empresas industriais oferecerem “ensino primário” aos seus servidores e dependentes. A Lei no 4.440/1964, por sua vez, instituiu o salário-educação, efetivando a contribuição patronal como suplemento aos recursos públicos destinados ao ensino. As empresas que oferecessem ensino primário aos seus empregados ou disponibilizassem bolsas de estudos estavam isentas dessa contribuição. Dessa forma surge a Rede Sesi de ensino com a missão de promover a educação para o desenvolvimento econômico e social, contribuindo para elevação da competitividade da indústria e melhoria dos padrões de vida do beneficiário da indústria e seus dependentes.

Com a visão de ser líder na promoção do desenvolvimento social que apoia a competitividade da indústria e o crescimento sustentável da economia, a entidade acredita que educar era “proporcionar condições favoráveis ao desenvolvimento natural do ser humano, objetivando torná-lo útil a si mesmo, à família, à sociedade, ao país a que pertence e aos ideais de compreensão e solidariedade universal” (SESI-SP, 1965, p. 16).

#### 4.4 Caracterização

Consideramos o Sesi como uma rede criativa voltada para o setor da educação formal, que produz e promove o conhecimento, educação, cultura, esporte e lazer que devem impactar a geração de riquezas e empregos por meio da exploração das propriedades intelectuais tais como:

[...] publicidade; cinema e vídeo; arquitetura; música; mercados de arte e de antiguidades; artes performativas (teatro, ópera, dança música ao vivo, mímica e circo); jogos de computador e de vídeo; publicações; artesanato; software; design; televisão e rádio; e design de moda.

A rede criativa Sesi se caracteriza pela promoção da qualidade de vida da classe operária, e estabelece uma relação de comunicação e interação com seus usuários por meio de (dar exemplos: e-mails, chats, redes sociais, etc), em linguagem mais próxima do coloquial, gerando conteúdo cultural, ofertando cursos que possibilitam geração de renda, propaganda de eventos como peças teatrais, shows, feiras entre outros.

Em todo estado de São Paulo, encontram-se unidades com estrutura e instalações para a prática de atividades físicas, esportivas e recreativas, exposições, incentivo a leitura- Feira do livro, atividades culturais como shows com músicas populares e eruditas. O Sesi oferece vários atendimentos como:

**EDUCAÇÃO:** Escolas, Laboratórios de Informática, Laboratórios de Informática Móveis, Laboratórios de Ciência e Tecnologia, Fab Lab, Quadras, Salas de Leitura, Bibliotecas e Gibiteca.

**QUALIDADE DE VIDA:** Cozinhas Didáticas, Unidades Odontológicas, Centros de Reabilitação.

**UNIDADE MÓVEL:** Curso Alimente-se Bem e Sabor na Medida Certa, Odontologia, Unidade Móvel de Mamografia, Cultura, Ciência e Tecnologia.

**CULTURA:** Teatros, Galeria de Arte e Espaços Expositivos, Caixas de Cultura, Indústria do Conhecimento.

**ESPORTE E LAZER:** Ginásios, Quadras, Campos de Futebol, Piscinas (aquecidas).

É também parceiro das indústrias, fornecendo apoio ativo na implantação e desenvolvimento de projetos de benefícios sociais para funcionários da indústria e em alguns projetos expandindo a comunidade.

Sua interatividade e comercialização se dão por meio da divulgação da arte através de exposições fotográficas, teatro, música, cultura, educação e esporte por meio da imprensa local, redes sociais e exposições publicitárias, tendo como meio de interatividade as vias de acesso do *facebook*, canal de fale conosco no site da instituição e telefones e reuniões diretamente com os responsáveis. Observa-se que a estrutura organizacional bastante hierarquizada, de maneira vertical, pois as ações e designações vêm da sede em São Paulo, onde é organizado o método de ensino que a educação irá adotar os esportes que cada unidade irá oferecer, as peças teatrais e shows que serão enviados a cada cidade, as normas e o regimento desenvolvidos pelas instituições por todo estado.

#### 4.5 Que espaço transnacional a rede ocupa

Considerando os diversos serviços e produtos oferecidos pela Rede SESI de ensino, colocamos em discussão a formação individual e coletiva do sujeito e as relações entre identidade e singularidade que segundo Landowski (2002, p. 32) se estabelecem por diferentes estratégias, nas relações intersubjetivas, pois essas categorizações não surgem de uma necessidade objetiva, surgem da força do uso que “naturaliza os recortes e as significações a elas associadas, criando assim os nós de referência”.

Observam-se as interconexões entre o local e o global que permeiam a formação individual e do grupo, que o SESI promove por meio dos assuntos tratados nos eventos, palestras, teatros, tipo de música apresentados em eventos, tecnologias e projetos desenvolvidos. À medida que realizamos uma análise da rede, é importante associar os **aspectos locais aos aspectos globais**, pois as condições que exercem influência sobre as atividades locais inserem-se, simultaneamente, em processos mais abrangentes, pelo que, as mutações que as cidades vão sofrendo, espelham em grande medida, as mudanças que vão ocorrendo em nível internacional (Cruz e Pinto, 2008, p. 8).

Cursos como do “Alimente-se bem”, que discute sobre comida saudável e consumo sustentável, o programa “SESI Chef” com o objetivo de premiar o cozinheiro mais consciente, sustentável e criativo do Estado de São Paulo. Essas ações disseminaram à sociedade informações sobre o aproveitamento total dos alimentos e o valor de uma alimentação equilibrada. As 64 melhores receitas elaboradas pelos participantes da primeira fase do concurso foram reunidas em um livro.

Outro destaque é o ensino de ciência e tecnologia. Nesse contexto, a robótica é uma das estratégias adotadas para estimular o desenvolvimento de atitudes e raciocínio científicos necessários para entender a natureza e os avanços da tecnologia. A robótica e a automação são áreas estratégicas para o país no caminho para o seu desenvolvimento. Trata-se de uma iniciativa suportada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Ministério da Educação em parceria com a Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC). Tendo em vista uma maneira de estimular a formação de uma cultura associada ao tema tecnológico, proporcionando a formação de um cidadão que se relacione melhor com a tecnologia e também a formação de um mercado consumidor consciente, e, portanto, exigente para produtos tecnológicos, no país, auxiliando também na discussão de projetos que debatam questões mundiais e locais como, por exemplo, enchentes.

A glocalização<sup>4</sup> está presente em muitos projetos da rede, como podemos constatar em participações de competições como a *First Lego League*, ou Olimpíadas Brasileiras de robótica, de matemática e até mesmo com atletas para olimpíadas esportivas, na participação do SESI em plataformas educacionais como *Dragonlearn*, plataforma criada para desenvolver o interesse pela disciplina de matemática em alunos dos países participantes do bloco econômico BRICS, que vem apresentando déficit de aprendizagem em resultados insatisfatórios segundo a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE).

Com o objetivo de potencializar o pensamento criativo nas crianças participantes, o formato *online* da plataforma busca facilitar o aprendizado dando oportunidade a cada criança de se desenvolver independente do seu nível social, de conhecimento ou de sua localização geográfica.

O trabalho do SESI visa um atendimento social amplo e colabora com o crescimento sustentável da economia. Portanto diversos programas são voltados às indústrias em benefício do trabalhador, que vão desde a responsabilidade socioambiental, a educação corporativa e a segurança e saúde no trabalho.

Tendo em vista que rede criativa são clusters, apIs, hubs que promovem o desenvolvimento criativo e inovador de uma região, e que indústrias criativas, de acordo com o *Department for Culture, Media and Sport* (DCMS), do Reino Unido, “caracterizam-se por terem origem na criatividade, competência e talento individuais e o potencial para criarem riqueza, gerando emprego e explorando a propriedade intelectual” (Agência INOVA/CultDigest, 2008, pp.4-5) podemos afirmar que ao analisar, ainda de modo mais global a Rede SESI percebemos que a missão da instituição é de oferecer qualidade de vida ao trabalhador da indústria e que para desenvolver tal missão acaba promovendo cultura, inclusão social, criação de emprego, interação tecnológica, esportiva e desenvolvimento de uma educação de qualidade, que nesse caso a caracteriza como rede e indústria de desenvolvimento da educação, cultura, saúde e lazer.

<sup>4</sup> Glocalização: “[...] onde o global está localizado e o local está globalizado”, de acordo com ROBERTSON (2003) in CÂMARA, Naiá Sadi. Os impactos das práticas de comunicação das redes criativas nos processos de desenvolvimento regional.

## 5 CONCLUSÃO

O investimento na cultura gera conhecimento e uma educação de qualidade forma os sujeitos capacitando-os profissionalmente, mudando as formas de vida gerando uma cadeia produtiva. Após essa primeira análise da rede criativa SESI, verificamos que os impactos das ações da instituição no município de Franca ainda são tímidos, pois seus eventos despertam pouco interesse da comunidade, limitando-se aos trabalhadores das indústrias conveniadas e da comunidade no entorno do CAT (centro de atividades).

Do ponto de vista do conceito de redes criativas, esta análise preliminar aponta para a necessidade de o SESI expandir suas ações de modo a não ficarem restritas sobretudo àqueles usuários no momento da ação, já que, como produtora do intangível, do imaterial, de conhecimento, essa rede pode atuar de modo mais expressivo no desenvolvimento de *smart people* para então contribuir para a transformação de Franca em cidade inteligente.

Neste trabalho, identificamos as características gerais relacionadas aos produtos e serviços do SESI. Na próxima etapa deste trabalho, faremos uma análise do SESI como: tecnologia (infraestrutura, dispositivo, acesso); forma cultural (serviços e conteúdos); práticas comunicativas ou discursivas se preferirem (relação entre conteúdo e expressão - design, formatos, gêneros, linguagens, regimes de interações e interatividade).

Acreditamos que após as análises dessas outras categorias e o aprofundamento das formas culturais possamos medir o impacto dessa rede nas práticas de inovação e desenvolvimento da cidade e da região de Franca.

## 6 REFERÊNCIAS

- AIETA, Vania Siciliano. Cidades inteligentes: uma proposta de inclusão dos cidadãos rumo à ideia de “cidade humana”. Revista de Direito da Cidade, vol. 08, nº 4. Ano 2016 pp. 1622-1643.
- BRADFORD, N. (2004, Março 12). Creative cities structured policy dialogue backgrounder. Ottawa
- CÂMARA, Naiá Sadi. Os impactos das práticas de comunicação das redes criativas nos processos de desenvolvimento regional. XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Belo Horizonte - MG – 7 a 9/6/2018.
- CRUZ, A. e PINTO, H., 2008. A Cidade e o Turismo: O Urbano como Produto Turístico. Huelva, X Seminário hispano-luso de Economia Empresarial.
- DANTAS, Vera. Dossier de economia criativa. CULTDIGEST. Agência Inova: Lisboa, 2008.
- DCMS, 2008. Grã Bretanha Criativa - Novos talentos para a nova economia, s.l.:s.n.
- FGV PROJETOS. O que é uma cidade inteligente. Disponível em: <http://fgvprojetos.fgv.br/noticias/o-que-e-uma-cidade-inteligente>. Acessado em: 24 set. 2018.
- FLORIDA, R. (2011). A Ascensão da Classe Criativa: e seu papel na transformação do trabalho, lazer, comunidade e cotidiano. Porto Alegre, RS: L&PM.
- INDICADORES sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html>. Acesso em: 25 set. 2018.
- INDICADORES, Municipais densidade demográfica 2015. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/noticias/educacao>. Acesso em: 25 set. 2018.
- LANDOWISK, E. Presenças do Outro. Trad. Mary Amazonas de Barros; rev. Ana Claudia de Oliveira e Eric Landowski. Coleção Estudos, p. 183, 2002.
- LANDRY, Charles. Prefácio. In: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter (Orgs.). Cidades Criativas – Perspectivas. São Paulo: Garimpo de Soluções & Creative Cities Productions. 2011. p. 115.
- REIS, A. C. F. Cidades criativas. São Paulo: SESI-SP, 2012.
- REIS, A.C. F; KAGEYAMA, P. Creative City Perspectives. São Paulo: Garimpo de Soluções e Creative City Productions, 2009.160p. Disponível em: <http://www.garimpodesolucoes.com.br>. Acessado em: 25 set. 2018.
- SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI-SP) Referencial Curricular: Ensino Fundamental / Serviço Social da Indústria (SESI-SP). -- 1.ed. -- São Paulo : SESI-SP Editora, 2015.

***TRABALHO INFANTIL: uma análise legislativa e a política pública do PETI (programa de erradicação do trabalho infantil)***

*CHILD LABOR: a legislative analysis and public policy of the PETI (child labor eradication program)*

Área temática: 1.4 Direito. Trabalho e Serviço Social

BEZERRA, Camila Museti  
Uni-FACEF  
Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Uni-FACEF  
[contatocamilaadvocacia@gmail.com](mailto:contatocamilaadvocacia@gmail.com)  
FIGUEIREDO, Daniela Ribeiro de  
Uni-FACEF  
Professora Doutora do Uni-FACEF  
[danifiribeiro@yahoo.com.br](mailto:danifiribeiro@yahoo.com.br)

## Resumo

O trabalho infantil no Brasil encontra-se em grande evidência face à se vivenciar, em todas as regiões do país, várias situações de descumprimento dos preceitos normativos a este grupo de atores especiais e dependentes de uma legislação específica e protetiva. Por isso buscar-se analisar o trabalho infantil e suas faces lícitas e ilícitas, através das principais legislações sobre a temática, aos quais são, a Constituição Federal de 1988, a Consolidação das Leis do Trabalho e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Com tal análise pretende-se apontar, conceitos, a forma como ocorre o trabalho infantil ilícito à luz da legislação e a possível retirada de direitos, principalmente de cunho social e humano, que este tipo de trabalho promove às crianças e/ou adolescentes, bem como, demonstrar que é possível a existência do trabalho infantil digno e lícito, em virtude, justamente, do cumprimento da legislação pertinente. Após será abordada a uma política pública específica sobre o tema, considerada por muitos na literatura, como a mais importante, ou seja, o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Reforça-se que é através de um esforço conjunto do sistema normativo juntamente com o Estado, com a sociedade e a família, que a questão do trabalho infantil terá condições de não mais ser vista como um problema público que assola a sociedade. Para tanto utilizou-se uma abordagem qualitativa, onde a análise de conteúdo se deu através de análise bibliográfica e documental.

**Palavras-chave:** trabalho infantil; legislação, direitos humanos e sociais, política pública.

## Abstract

Child labor in Brazil is in great evidence in view of the fact that in all regions of the country there are several situations of non-compliance with the normative precepts of this group of special actors and dependent on specific and protective legislation. That is why we seek to analyze child labor and its legal and illicit aspects, through the main legislation on the subject, which are the Federal Constitution of 1988, the Consolidation of Labor Laws and the Statute of Children and Adolescents. The purpose of this analysis is to identify the way illicit child labor takes place in the light of legislation and the possible withdrawal of social and human rights, which this kind of work promotes children and / or adolescents, and how to demonstrate that decent and lawful child labor is possible, precisely because of compliance with the relevant legislation. Afterwards, a specific public policy on the topic, considered by many in the literature, will be considered as the most important, ie the PETI (Child Labor Eradication Program). It is reinforced that it is through a joint effort of the normative system, together with the State, with society and the family, that the issue of child labor will be able to no longer be seen as a public problem that plagues society. For this purpose a qualitative approach was used, where content analysis was done through bibliographical and documentary analysis.

**Keywords:** child labor; legislation, human and social rights, public policy.

## 1 INTRODUÇÃO

No presente artigo abordar-se-á a temática do trabalho infantil sob o prisma legislativo da Constituição Federal, da Consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na análise desses sistemas normativos, discutir-se-á o trabalho infantil, abordando o espírito que cada legislação ora tratada trouxe acerca da temática, demonstrando que para elas, o critério escolhido para a classificação do trabalho como infantil, lícito ou ilícito, foi o cronológico, as limitações impostas e as aberturas legais dadas à situação. Com isso poderá ser percebido que os três blocos normativos atuam em um verdadeiro diálogo de fontes, onde não se excluem, mas sim se completam e se fortalecem para a proteção desse grupo especial de atores sociais.

É sabido que trabalho e a infância são direitos sociais, elencados no artigo 6º, *caput*, da Constituição Federal de 1.988 (CF/88), porém onde um não precisa ser sacrificado em detrimento do outro. A legislação protetiva ao trabalho infantil pensou de forma coerente como promover o trabalho dos menores de forma lícita e digna, trazendo até alternativas como a Lei da Aprendizagem (10.097/2000)

Portanto quando o Estado, a sociedade e a família, atuam de forma conjunta e com absoluta prioridade no combate, erradicação e prevenção do trabalho infantil ilegal, é dado às crianças e aos adolescentes o que prega o artigo 227, da CF/88, ou seja, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e estarão preservados os direitos sociais, fundamentais e humanos, bem como o princípio basilar da CF/88, o princípio da dignidade da pessoa humana.

Assim, no presente artigo será feito um estudo sobre esta legislação protetiva às crianças e adolescentes, elencando como as mais importantes, a Constituição Federal de 1.988, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), associando-os ao tema e traçando os paralelos que o tema pressupõe e a legislação define e norteia, bem como será abordada a questão da necessidade e importância das políticas públicas, trazendo à lume, a política pública do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho infantil), considerada por muitos na literatura, como a mais importante ou de maior relevância acerca do tema do trabalho infantil

## 1 AS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES SOBRE O TRABALHO INFANTIL: principais aspectos

### 1.1 A Constituição Federal de 1988

A Constituição de 1988 veio como uma esperança de novos tempos aos cidadãos brasileiros. É uma Constituição considerada como garantista e programática, sendo chamada de “Constituição Cidadã”.

Cunha Junior afirma que “é esta a Constituição que temos; a melhor que tivemos na história política do país e, certamente, a melhor que teremos” (2015, p. 422).

A Constituição de 1988 traz em seu bojo os chamados direitos fundamentais e inaugura, pelo menos em tese, a fase de respeito a eles, como base do Estado Democrático de Direito, bem como a garantia de sua efetividade e eficácia imediata. Sob esta ótica, alçou o ser humano como um “fim” do Estado, sendo este considerado um instrumento colocado como forma de alcançar as necessidades do seu ator principal.

Outra inovação foi dar aos direitos sociais um capítulo próprio, colocando-os como verdadeiros direitos fundamentais. Os direitos sociais surgiram para tentar colocar fim a um cenário de profunda desigualdade social experimentada mundo afora após a Segunda Guerra Mundial.

Baseados no Princípio da Solidariedade Humana, os direitos sociais foram “alçados a categoria jurídica concretizadora dos postulados da justiça social”. (CUNHA JUNIOR, 2015, p. 604)

Porém, os direitos sociais são de total dependência das Políticas Públicas para a sua concretude, bem como, para garantir amparo e proteção social necessários aos mais pobres e vulneráveis.

Os direitos sociais são aqueles que dão ao indivíduo o poder de exigir do Estado uma postura ativa, no sentido de que este se coloque à disposição daquele, para que realize prestações de



natureza material ou jurídica, consideradas necessárias à implementação de condições fáticas que permitam o efetivo exercício das liberdades individuais e que possibilitem o alcance da igualdade de situações sociais desiguais, melhorando as condições de vida a estes sujeitos desprovidos dos recursos materiais necessários.

“Trata-se de desdobramento da perspectiva de um Estado Social de Direito, tendo como documentos marcantes a Constituição mexicana de 1917, a de Weimar, na Alemanha, de 1919, e, no Brasil, a de 1934”. (LENZA, 2010. p. 837)

Na CF/88, os direitos sociais estão elencados no artigo 6º, que diz:

Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade à infância, assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Assim, percebe-se que a CF/88, coloca a proteção à infância como um direito social e sendo direito social deve o Estado voltar seus esforços para este sujeito de direitos em questão, tendo uma postura ativa e buscando por meio de suas Políticas Públicas, mediante ações afirmativas ou até mesmo negativas, para que a criança e o adolescente possam exercer suas liberdades individuais de modo pleno e saudável bem como ter seus direitos humanos e fundamentais respeitados e afirmados.

## 1.2 A CLT e suas normas sobre o trabalho do menor

A CLT data de antes da Constituição de 1988 e com a promulgação desta teve que se adaptar para que suas normas dialogassem com as novas normas constitucionais e pela nova Constituição fossem recepcionadas.

Dentro da CLT encontra-se o título III, que recebe o nome de “Das Normas Especiais de Tutela do Trabalho”, em que no capítulo IV, estão as normas referentes à proteção do trabalho do menor. Nestas normas celetistas uma série de direitos protetivos aos menores estão garantidos, pois além de os considerar trabalhadores especiais, mais vulneráveis, entende-se ali, que necessitam de proteção especial como normas de saúde e segurança do trabalhador, ou seja, normas com caráter de ordem pública e observância obrigatória.

Para o art. 402 da CLT “considera-se menor para os efeitos desta Consolidação, o trabalhador de quatorze até dezoito anos.”<sup>1</sup>

O art. 403 da CLT reforça a ideia contida no art. 7º, XXXIII, da CF/88, dizendo que “é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos”<sup>2</sup>

Com a redação destes artigos percebe-se o quanto eles se coadunam com os ditames da CF/88. Esta em seu art. 7º, estabelece:

Art. 7º: São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIII: a proibição do trabalho noturno perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze. (BRASIL, 1988)

Neste diapasão, o que se pode ver é que CLT e Constituição Federal de 1988 estão unidas normativamente no que diz respeito ao trabalho do menor. Deixam claro que é proibido o trabalho a menores de 16 (anos), salvo se na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Portanto, resta claro que tais diplomas normativos criaram uma espécie de baliza protetiva com o intuito de frenagem do trabalho infantil. Criam justamente porque as crianças e os adolescentes representam um grupo de atores considerados vulneráveis e com isso torna-se mais fácil que os seus direitos, principalmente, direitos de cunho humanos e sociais sejam violados.

<sup>1</sup>BRASIL. Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 1943. *Consolidação das leis do trabalho*. 47 ed. São Paulo: Ltr, 2017

<sup>2</sup>*Idem*

### 1.3 O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) surgiu com o advento da Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990, como uma expressão ampla de consagração do art. 227, da CF/88. O ECA, no direito pátrio, reflete os avanços obtidos na ordem nacional e internacional em favor das crianças e adolescentes.

O ECA alçou a infância e a juventude a uma Doutrina de Proteção Integral, com uma série de instrumentos normativos, advindos da ideia contida no art. 227, da CF/88, com o escopo de se garantir a este grupo de sujeitos especiais, toda uma gama de proteção especial.

O Estatuto da Criança e do Adolescente pressupõe tratamento especial, prioritário a estes sujeitos especiais de direito, e, para garanti-los, obriga em conjunto a política, a economia e a organização social a operarem um reordenamento; a revisarem prioridades políticas e de investimentos; a colocarem em avaliação o modelo de desenvolvimento e o respectivo projeto da sociedade, excludente e perverso, que desconhece, na prática, estes sujeitos: a criança e o adolescente.<sup>3</sup>

O ECA, em seu art. 2º, diferencia a criança do adolescente, através do critério das diferenças de idade apresentadas entre um e outro, senão vejamos:

Art. 2º: Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa com até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990).

Como nos dois diplomas normativos anteriores, o ECA também sinaliza, em seu art. 60, que:

Art. 60: É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz (BRASIL, 1990).

O ECA possui uma série de dispositivos que visam à proteção integral desses sujeitos especiais de direitos, estabelecendo uma chamado, Sistema de Garantia de Direitos, presente no art. 86, onde deixa-se claro que para uma política de atendimento dos direitos e interesses das crianças e dos adolescentes é necessário uma atuação conjunta articulada de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.<sup>4</sup>

Assim, com a análise sistemática e teleológica, percebe-se a que o ECA também se encontra em exata correspondência com os demais sistemas normativos tratados, que buscam dar à criança e/ou adolescente um tratamento especial e prioritário, resgatando-os como seres humanos, sujeitos de direitos, em virtude de sua peculiar condição pessoal de desenvolvimento.

## 2 O TRABALHO INFANTIL

Para Karl Marx, em o *Capital*, o trabalho é visto como “a utilização da força de trabalho pelo próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela.” (Marx, 1988. p.142)

Para Marshall “é possível definir trabalho como qualquer esforço da mente ou do corpo, condicionado, em parte ou no todo a algum benefício distinto do prazer que dele próprio se possa originar diretamente”. (MARSHALL, 1985. p.74)

O trabalho infantil, na ordem capitalista, surge como um meio de obtenção de lucros, pois fomenta uma mão-de-obra mais barata e vulnerável, mais fácil de manipulação do que um trabalhador comum. Possui diversas formas de ocorrência, sendo que o Tribunal Superior do

<sup>3</sup>PORTAL EDUCAÇÃO. *A origem do estatuto da criança e do adolescente*. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/a-origem-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente/43773>. Acesso em: 16 de outubro de 2017.

<sup>4</sup>Intrepretação literal e sistemática realizada no art. 86, do ECA.

Trabalho as elenca como: a-) Trabalho Infantil Doméstico; b-) Trabalho Infantil no Campo; c-) Trabalho Infantil nas Ruas; d-) trabalho Infantil Sexual; e-) Trabalho Infantil Perigoso.<sup>5</sup>

Já a Convenção 182 da OIT elenca as piores formas de trabalho infantil, sendo elas:

Artigo 3- Para efeitos da presente Convenção, a expressão "as piores formas de trabalho infantil" abrange:

- a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, tais como a venda e tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a condição de servo, e o trabalho forçado ou obrigatório, inclusive o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
- b) a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas;
- c) a utilização, recrutamento ou a oferta de crianças para a realização para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes, tais com definidos nos tratados internacionais pertinentes; e,
- d) o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças. (BRASIL, 2000)

O trabalho infantil ilícito se insurge quando ocorre contratações de menores de 14 anos, que sequer são contratados através do programa do menor aprendiz. São contratações em completo descompasso com o que prega a legislação pertinente.

Porém, não se quer dizer que nenhum tipo de trabalho infantil pode ocorrer. Vê-se que as legislações abriram espaços para que o trabalho infantil possa ocorrer, de forma legal, lícita e digna, sem que se afronte direitos sociais, humanos, fundamentais, etc. Basta que as contratações ocorram de forma a obedecer aos critérios de idade impostos pela Lei. Um menor pode ser contratado quando tiver seus 16 (anos) completos ou senão, promover a contratação de aprendizes, através da Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000)

O trabalho infantil proibido é aquele que não respeita o ordenamento jurídico específico para o tema e nem diplomas ou convenções ratificadas pelo Brasil, afrontando direitos fundamentais e sociais e princípios da CF/88, sendo o mais importante, o princípio da dignidade da pessoa humana.

Convenções como a Convenção dos Direitos das Crianças afirmam que:

Artigo 2:

1. Os Estados Partes respeitarão os direitos enunciados na presente Convenção e assegurarão sua aplicação a cada criança sujeita à sua jurisdição, sem distinção alguma, independentemente de raça, cor, sexo, idioma, crença, opinião política ou de outra índole, origem nacional, étnica ou social, posição econômica, deficiências físicas, nascimento ou qualquer outra condição da criança, de seus pais ou de seus representantes legais.
2. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar a proteção da criança contra toda forma de discriminação ou castigo por causa da condição, das atividades, das opiniões manifestadas ou das crenças de seus pais, representantes legais ou familiares (BRASIL, 1990).

Quando as normas legais são plenamente observadas nada há que se dizer que exista algo ilícito ou o trabalho infantil nas suas piores formas e demais desdobramentos, pois se configurou a relação do modo imaginado pela Lei, para que a criança possa conjugar o trabalho com sua formação humana, social e cidadã. E o Estado é responsável direto na observância e no cumprimento dessas leis protetivas. Ainda conforme a Convenção dos Direitos das Crianças:

---

<sup>5</sup>Disponível em: [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br). Acesso em: 17 de setembro de 2018.

Artigo 3:

2. Os Estados Partes se comprometem a assegurar à criança a proteção e o cuidado que sejam necessários para seu bem-estar, levando em consideração os direitos e deveres de seus pais, tutores ou outras pessoas responsáveis por ela perante a lei e, com essa finalidade, tomarão todas as medidas legislativas e administrativas adequadas. (BRASL, 1990)

O trabalho infantil ilegal é uma triste realidade no Brasil e demonstra a face perversa do empregador capitalista, explorando uma mão-de-obra vulnerável e bem menos capaz de lutar em pé de igualdade por seus direitos e de ter voz ativa se comparado a qualquer outro trabalhador. Sendo assim, o Estado deve agir de forma eficaz, com a implantação de políticas públicas pertinentes, bem como na fiscalização e prevenção do fenômeno.

É inegável que existem meios de conciliar dois direitos sociais, ou seja, trabalho e infância, sem que haja o sacrifício um em detrimento do outro quando se respeita as legislações pertinentes, promovendo contratações dentro dos padrões impostos para a proteção de crianças e adolescentes.

Não se pode negligenciar que qualquer tipo de trabalho infantil é proibido, porque pela própria observação das principais normas legislativas, vê-se as balizas que estruturam e diferenciam o trabalho infantil ilícito daquele considerado lícito. Portanto não se pode generalizar, pois o critério cronológico estabelecido nos diplomas normativos ora tratados e as legislações específicas, demonstram a preocupação com o trabalho infantil e para que ele, ao ocorrer, ocorra dentro dos padrões permissivos, sem sacrificar direitos fundamentais, humanos e sociais, garantindo a formação cidadã digna de crianças e adolescentes.

A não contratação de menores de 16 (anos) ou se houver, que seja pelo programa do menor aprendiz, já demonstraria o quanto àquela sociedade mudou seus padrões e passou à condição de agente, para combater essa forma perversa de trabalho, que exclui, explora e é capaz de influenciar a formação cidadã dos atores sociais aqui retratados.

A tomada de consciência e a conscientização efetiva sobre o problema é que propulsionarão as mudanças de atitudes no tocante à temática e quebrarão os padrões tão enrustidos no meio social.

### **3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**

#### **3.1 Conceitos e o desenvolvimento das políticas públicas**

Convém esclarecer desde já que será adotado aqui as lições e abordagens de Leonardo Secchi nos livros Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos e Análise de políticas públicas: diagnósticos de problemas, recomendação de soluções para se poder explicar e delinear o tema de políticas públicas.

Conceituar políticas públicas não é algo fácil, principalmente em países latino-americanos que possuem grande dificuldade em distinguir temas relacionados às ciências políticas (SECCHI, 2017).

Secchi (2016) afirma que para entender o campo da política pública dois conceitos são fundamentais: o de problema público e a política pública. *“O primeiro trata do fim ou da intenção de resolução. O segundo trata do meio ou do mecanismo para levar a cabo tal intenção”* (SECCHI, 2016, p. 5).

Conforme SECCHI:

O problema público é usualmente definido como a distância entre o *status quo* e uma situação ideal possível para a realidade pública. O problema público é um conceito intersubjetivo, ou seja, ele só existe se incomoda uma quantidade ou qualidade considerável de atores. Uma política pública é um conceito abstrato que se materializa com instrumentos concretos como, por exemplo, leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviços, subsídios, impostos, taxas, decisões judiciais, entre muitos outros (SECCHI, 2016, p. 5).

Assim pode-se definir as políticas públicas como sendo “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2017).

Mesmo assim, o autor sempre reforça que conceituar políticas públicas não é tarefa fácil ante as inúmeras abordagens, pensamentos e divergências entre os próprios autores, reforçando uma série de dificuldades enfrentadas nessa conceituação que ele chama de “nós conceituais”, o que não será objeto de abordagem, face à filiação às ideias do citado autor (SECCHI, 2017).

Dois termos se insurgem neste contexto, sendo eles, *politics* e *policy*, com o intuito, cada um a seu modo, de expressar o que é política.

*Politics* é a atividade humana ligada à obtenção e manutenção de recursos ligados às necessidades do exercício do poder sobre o homem. Termo este muito ligado à política em si (SECCHI, 2017).

*Policy* é um termo de maior e mais concreta amplitude, possuindo relação com orientações para a decisão e a ação (SECCHI, 2017).

As políticas públicas acabam tendo maior relação com o termo *policy*, pois aqui, política terá uma relação com orientações para decisões e ações. O termo “políticas públicas” referem-se a um conteúdo concreto e simbólico de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões (SECCHI, 2017, p. 1).

No campo das políticas públicas cabe ressaltar que ora se adota a chamada abordagem multicêntrica ou policêntrica ao invés da estatista ou estadocêntrica.

Na abordagem multicêntrica são considerados “as organizações não governamentais, organizações privadas, organismos multilaterais, rede de políticas públicas (*policy networks*), em conjunto com os atores estatais” (SECCHI, 2017, p. 3).

Portanto, através da abordagem multicêntrica, o Estado não detém o monopólio das políticas públicas, como propõe a abordagem estatista ou estadocêntrica, estando também presentes outros atores, não estatais, para a identificação de um problema e a realização de uma política pública para solução de tal problema. Mas deve-se ressaltar que mesmo com essa pluralidade de agentes, o Estado ainda se destaca quando o assunto são políticas públicas.

As políticas públicas possuem uma abrangência em vários níveis, ou seja, nacional, estadual, estadual e municipal. Não se deve pensar em restringir as políticas públicas apenas ao nível nacional, pois é perfeitamente possível, a implementação delas em um nível local.

Secchi aponta que:

As políticas públicas tomam forma de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação de ações de uma rede de atores, gasto público direto, contratos formais e informais com *stakeholders*, entre outros (SECCHI, 2017, p. 11).

Ainda deve-se dizer que as políticas públicas se implementam através de orientações persuasivas, ou seja, dizendo-se o que fazer e também dissuasivas, proibindo ações.

Secchi ensina que:

Os destinatários das políticas públicas são os indivíduos, grupos e organizações para os quais a política pública foi elaborada. Também conhecidos como *policytakers*, os destinatários geralmente são rotulados como uma categoria passiva de atores, ou seja, uma categoria que mais recebe influenciado que provoca no processo de elaboração de políticas públicas (SECCHI, 2017, p. 115).

Portanto como pode ser percebido, no campo do trabalho infantil, os destinatários das políticas públicas, são crianças e adolescentes inseridos neste cenário

Sendo assim, políticas públicas e a atuação conjunta de todos os entes, estatais e não

estatais, tornam-se de suma importância, e nesta seara temática podem ser realizadas através de orientações persuasivas e dissuasivas, conforme acima relatado.

A questão do trabalho infantil é uma questão de ordem pública que persiste e assola o país e pelos números apresentados por órgãos como IBGE e PNAD, sendo alçado a uma categoria de problema público e, portanto, que necessita da implementação ou fortalecimento de políticas públicas para sua fiscalização, prevenção, erradicação bem como ao fomento ao trabalho infantil dentro dos padrões legais para a não evasão escolar e construção do desenvolvimento como fator de liberdade.

Passar-se-á agora à análise de algumas políticas públicas ou programas específicos sobre o trabalho infantil no Brasil.

### **3.2 PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI): considerações iniciais**

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é um programa ligado ao Ministério do Desenvolvimento e à Secretaria Nacional de Assistência Social e por muitos, considerado a política pública mais importante sobre o trabalho infantil, merecendo o destaque pertinente.

As ideias trazidas são retiradas do site Ministério do Desenvolvimento, que é aonde se encontram a maior gama de informações acerca desse programa social que faz parte da política pública que visa o combate e erradicação do trabalho infantil fora dos padrões legais.

Insta salientar que o Brasil é referência na comunidade internacional no que se refere aos esforços para a prevenção e eliminação do trabalho infantil. O Brasil esteve entre os seis primeiros países a receber em 1992 o Programa para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da OIT e em 2000 ratificou a Convenção 182 da OIT que trata do tema.<sup>6</sup>

Desde então, o escritório da OIT no Brasil vem implementando, por meio do IPEC, uma série de projetos e iniciativas para apoiar o país na prevenção e eliminação do trabalho infantil.<sup>7</sup>

#### **3.2.1 O PETI**

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) teve início, em 1996, como ação do Governo Federal, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para combater o trabalho de crianças em carvoarias da região de Três Lagoas (MS). Sua cobertura foi, em seguida, ampliada para alcançar progressivamente todo o país num esforço do Estado Brasileiro para implantação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento do trabalho infantil, atendendo as demandas da sociedade, articuladas pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI).<sup>8</sup>

No ano de 2005, o PETI passa a ser integrado ao Programa Bolsa, permitindo uma melhor gestão e transferência de renda, criando a distribuição de bolsas mensais à família, para cada filho retirado da situação ilegal de trabalho.

Já em 2011, o PETI foi instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) como um programa de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que compreende: transferências de renda; trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontram em situação de trabalho.<sup>9</sup>

Em 2013, iniciou-se a discussão sobre o Redesenho do PETI, considerando os avanços obtidos na estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na política de prevenção e erradicação do trabalho infantil, além da nova configuração do trabalho infantil no Brasil, revelada pelo Censo do IBGE de 2010.

---

<sup>6</sup>A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO criou ou fomentou diversos programas que tiveram como temática o trabalho infantil no Brasil, sendo que o país ganhou destaque no cenário mundial por conta de tais projetos de prevenção ou tentativa de erradicação. Disponível em: <http://www.bsb.ilo.org/simtd/>.

<sup>7</sup>A OIT (Organização Internacional do Trabalho) vem combatendo o trabalho infantil ilegal, implantando medidas de cunho regional e mundial para a erradicação e prevenção do trabalho infantil ilícito. Disponível em <http://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-infantil/lang-pt/index.htm>.

<sup>8</sup>Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/servicos-e-programas/peti>. Acesso em: 05 de dezembro de 2017.

<sup>9</sup>*idem*

O novo cenário do programa possui como objetivo acelerar as ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil de acordo com o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador juntamente com a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O PETI possui como objetivo principal retirar crianças e adolescentes de situação de trabalho infantil fora dos padrões legais impostos. Ou seja, os menores de 16 (anos) que estejam trabalhando, até aqueles fora das condições que a Lei da Aprendizagem permite, ou seja, aos a partir dos 14 (quatorze) anos.

Para o PETI o fomento ao trabalho infantil lícito e digno, e em contrapartida o combate e erradicação do trabalho infantil ilícito, proporciona à criança e/ou adolescente, a garantia de direitos, como sociais e fundamentais e não influencia ou interfere na formação escolar desse grupo de sujeitos de direito.

O PETI possui um viés socioeducacional de cooperação de atores estatais e não estatais, da família e de toda sociedade, e vislumbra que o trabalho não seja um entrave a à formação humanística de crianças e adolescentes. Se a ocorrência do trabalho infantil for verificada, que seja, nos moldes estabelecidos pela Constituição Federal de 1.988, pela CLT e pelo ECA.

#### **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

No presente artigo utilizou-se uma abordagem qualitativa, onde a análise de conteúdo se deu através de pesquisa bibliográfica e documental.

#### **5 CONCLUSÃO**

No que diz respeito ao trabalho infantil, a cooperação entre Estado, sociedade e família, conforme prega o art. 227, da CF/88, quanto ao combate e erradicação, bem como quanto a prevenção, são de fundamental importância, tanto que foram inseridos dentro do título VIII, da CF/88, de denominação “Da Ordem Social”, em que uma série de questões sobre os “cuidados” com a sociedade como um todo ali se inseriram, e não se deixou de lado a preocupação com as crianças e adolescentes, que são um grupo de minorias, vulnerável e que necessitam de proteção especial, proteção esta, que não se ateve somente à Constituição Federal, mas foi além e alcançou diversos outros diplomas normativos que dialogam entre si.

Por isso é necessário voltar os olhos a esta realidade e buscar com as políticas públicas, de forma cooperativa entre Estado, sociedade e família, criação novas políticas públicas e o fomento das políticas públicas existentes, para que se combata firmemente o trabalho infantil, buscando a conscientização de toda a sociedade de que esta forma de trabalho possui meios especiais para sua ocorrência, que existem regras a serem observadas, para que não se sacrifiquem os direitos, principalmente de cunho sociais e humanos de crianças e adolescentes.

O trabalho dos menores ao ocorrer dentro dos ditames legais é capaz de promover um engrandecimento pessoal desses atores sociais, pois os prepara dignamente e de forma consciente ao mercado de trabalho preservando a dignidade da pessoa humana.

#### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 1943. *Consolidação das leis do trabalho*. 47 ed. São Paulo: Ltr, 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.597 de 12 de setembro de 2000. *Convenção 182 e Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação*. Brasília: Presidência da República. 2000.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 99.710 de 21 de novembro de 1990. *Convenção sobre os direitos das crianças*. Brasília: Presidência da República, 1990

\_\_\_\_\_. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Senado, 1990.

\_\_\_\_\_. *Vade mecum saraiva*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisas em ciências humanas e sociais*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CUNHA JUNIOR, Dirley. *Curso de direito constitucional*. 9.ed. Salvador: JusPodvim, 2015.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 15.ed. São Paulo: Ltr, 2015.

FERREIRA, Pinto. *Princípios gerais do direito constitucional moderno*. Tomo I. 5.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1971.

LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado*. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/servicos-e-programas/peti>. Acesso em: 05 de dezembro de 2017.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

\_\_\_\_\_, Leonardo. *Análise de políticas públicas: diagnósticos de problemas, recomendação de soluções*. São Paulo: Cengage Learning, 2016.



**TRATAMENTO PARA DEPENDÊNCIA DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS E DIREITOS HUMANOS**

*TREATMENT FOR DEPENDENCE ON ALCOHOL AND OTHER DRUGS AND HUMAN RIGHTS*

Ana Carolina Zanin Sacoman Kurihara<sup>1</sup>  
Thiago Alves Hungaro<sup>1</sup>  
Donaldo de Assis Borges<sup>2</sup>

**RESUMO**

O objetivo deste artigo é revisar as diretrizes do Ministério da Saúde para o tratamento da dependência de álcool e outras drogas, e relacionar o tratamento da dependência com o respeito aos direitos humanos. Para tanto, o procedimento metodológico empregado é a revisão bibliográfica de artigos e legislações sobre o tema. Por meio desta revisão, destaca-se a estratégia da redução de danos como prioridade no tratamento, a importância da permanência do usuário no ambiente familiar e comunitário, a violação dos direitos humanos e a falta de eficácia comprovada nas internações compulsórias e involuntárias.

**Palavras-chave:** dependência de álcool e outras drogas; Direitos humanos; Redução de danos; Internação compulsória; Internação involuntária.

**ABSTRACT**

The purpose of this article is to review the guidelines of the Ministry of Health for the treatment of alcohol dependence and other drugs, and to relate dependency treatment with respect for human rights. Therefore, the methodological procedure used is the bibliographic review of articles and legislation on the subject. This review highlights the harm reduction strategy as a priority in treatment, the importance of the user's permanence in the family and community environment, the violation of human rights and the lack of proven effectiveness in compulsory and involuntary hospitalizations.

**Keywords:** dependence on alcohol and other drugs; Human rights; Harm reduction; Compulsory hospitalization; Involuntary hospitalization.

**INTRODUÇÃO**

O uso de álcool e outras drogas sempre ocorreu e continuará ocorrendo no mundo todo. Ações proibitivas e tratamentos que visam a abstinência total não costumam ser resolutivos. O usuário, muitas vezes, é discriminado e excluído da sociedade e do convívio familiar. Este fato dificulta muito o tratamento.

Existem várias leis e portarias regulamentando o tratamento aos dependentes de álcool e outras drogas. Essas diretrizes orientam o tratamento ambulatorial, realizado nos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), unidades de ESF (Estratégia de Saúde da Família), consultórios de rua, etc, com o usuário inserido na comunidade. O tratamento dos dependentes não deve envolver somente a área da saúde, mas ser integrado a uma rede de atenção que envolva a educação, serviço social e equipamentos da comunidade.

Na ânsia de ter o problema resolvido rapidamente, a sociedade e a própria família buscam, muitas vezes, outras formas de tratamento, como internações involuntárias em comunidades terapêuticas e hospitais especializados. Esse tipo de tratamento viola os direitos humanos, priva o

<sup>1</sup> Aluno regularmente matriculado no Mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF.

<sup>2</sup> Docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF.

usuário de participar das decisões sobre seu tratamento, o que na maioria das vezes, torna o tratamento ineficaz.

O usuário deve ter sua vontade e seus direitos respeitados. Para tal, a estratégia de tratamento mais utilizada na atualidade é a redução de danos. Nesta estratégia a abstinência deve ser buscada, mas não obrigatoriamente alcançada. Tenta-se a redução do consumo ou substituição por outras drogas menos nocivas, no intuito de reduzir os danos causados pela dependência, tanto para o usuário, como para seus familiares e para a sociedade.

O presente artigo pretende, revisar as diretrizes do Ministério da Saúde para o tratamento da dependência de álcool e outras drogas, e relacionar o tratamento da dependência com o respeito aos direitos humanos. Para tanto, o procedimento metodológico empregado é a revisão bibliográfica de artigos e legislações sobre o tema. Por meio desta revisão, destacar a estratégia da redução de danos como prioridade no tratamento, a importância da permanência do usuário no ambiente familiar e comunitário; assim como, a violação dos direitos humanos e a falta de eficácia comprovada que ocorre nas internações compulsórias e involuntárias.

## 1 PANORAMA DO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NO BRASIL

A dependência de álcool e outras drogas é uma dos principais problemas de saúde pública no Brasil e no mundo.

Utilizadas muitas vezes por razões religiosas, culturais, recreativas, como forma de enfrentamento de problemas pessoais e sociais, para transgredir ou transcender, enfim, o ser humano sempre usou substâncias psicoativas e sempre usará. Porém, essa relação do indivíduo com a droga pode, dependendo do contexto, ser inofensiva ou apresentar poucos riscos, como também pode trazer prejuízos biológicos, psicológicos e sociais (NOVAES, 2014, p.343).

De acordo com levantamento realizado pelo SENAD/CEBRID, BRASIL (2009), com exceção de álcool e tabaco, as drogas com maior uso na vida em 2001 são: maconha (6,9%), solventes (5,8%), orexígenos (4,3%), benzodiazepínicos (3,3%) e cocaína (2,3%); em 2005, são: maconha (8,8%), solventes (6,1%), benzodiazepínicos (5,6%), orexígenos (4,1%) e estimulantes (3,2%). De 2001 para 2005, houve aumento nas estimativas de uso na vida de álcool, tabaco, maconha, solventes, benzodiazepínicos, cocaína, estimulantes, barbitúricos, esteroides, alucinógenos e crack e diminuição nas de orexígenos, xaropes, opiáceos e anticolinérgicos. Essa diferença foi estatisticamente significativa somente para os estimulantes. Um dos aspectos dessa última informação é que ela se refere ao consumo indevido de medicamentos para emagrecer, mais frequente entre as mulheres. Em 2001 e 2005 respectivamente, a estimativa de dependentes de álcool é de 11,2% e 12,3%; e a de tabaco de 9,0% e 10,1%. Exceto álcool e tabaco, as drogas com maior dependência são: maconha (1,0% e 1,2%), benzodiazepínicos (1,1% e 0,5%), solventes (0,8% e 0,2%) e estimulantes (0,4% e 0,2%).

O consumo de substâncias psicoativas está relacionado a riscos e danos de grande magnitude social: exposição a situações de violência, como acidentes de trânsito, conflitos interpessoais e familiares, traumatismos, homicídios, suicídios, envolvimento com o tráfico e outras atividades delituosas, práticas sexuais desprotegidas, compartilhamento de seringas e agulhas, além de exposição a infecções de transmissão sexual e parenteral, a exemplo do HIV, hepatites B e C, HTLV e sífilis, comorbidades ou agravamento de condições clínicas e psiquiátricas, intoxicação aguda por uso de drogas (overdose); uso abusivo e dependência, entre outros. Em relação ao álcool, admite-se que o seu consumo constitua importante causa de adoecimento, mortalidade precoce e incapacidade, sendo apontado como fator determinante de mais de 10% do total dos problemas de saúde do país (ALVES, 2013, p.12-13).

Os números mostram a evolução do número de dependentes, todavia o impacto social do uso

de álcool e outras drogas vai muito além da pessoa e da família do dependente. Afeta a produtividade econômica, pois aumenta o absenteísmo no trabalho, com consequente elevação do custo para o empregador, muitas vezes levando a demissões. Aumenta a criminalidade e os recursos gastos pela justiça criminal, sem contar os gastos que traz para o sistema de saúde e outras instituições sociais.

## **2 LEGISLAÇÃO SOBRE O TRATAMENTO PARA DEPENDÊNCIA DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NO BRASIL**

O uso de álcool e outras drogas não é um problema individual, mas sim coletivo, envolve o usuário, sua família e a sociedade como um todo. Dada esta importância, o Estado formulou e implementou diversas políticas públicas versando sobre o tema.

O modelo de tratamento brasileiro foi construído durante a Reforma Psiquiátrica, segundo ele, o tratamento deve estar apoiado no Projeto Terapêutico Singular (PTS), incluindo não apenas aspectos médicos (biológicos), mas priorizando abordagens psicoterapêuticas e psicossociais em tratamento ambulatorial, visando a reinserção social do usuário. A internação, só será necessária, em casos em que não há suporte familiar ou o usuário apresente problemas psíquicos graves. A indicação de internação deve seguir os preceitos da OMS e Tratados Internacionais de Direitos Humanos, ou seja, por curtos períodos de tempo, em caso de surtos ou para desintoxicação, se possível de forma voluntária, utilizando a técnica de motivação (NOVAES, 2014).

No ano de 2001 foi promulgada a Lei nº 10.216/01, positivando os direitos humanos para os portadores de transtornos mentais. No mesmo ano realizou-se o Seminário Nacional sobre Atendimento aos Usuários de Álcool e outras Drogas na rede do SUS, que antecedeu a III Conferência Nacional de Saúde Mental (III CNSM). Este evento promoveu a discussão sobre a configuração de uma rede de atenção a usuários de álcool e outras drogas, com ênfase na reabilitação e reinserção social, no âmbito do SUS. Dentre as recomendações pactuadas destaca-se:

O estabelecimento de uma rede de assistência que tenha como núcleo um dispositivo estratégico centrado na comunidade e que possa acionar diversos outros serviços, como a rede básica de saúde (unidades básicas de saúde e Programa de Saúde da Família), unidades especializadas, hospitais clínicos e psiquiátricos.

A rede seria também articulada à rede de serviços sociais não diretamente ligados à assistência à saúde (como instituições de defesa de direitos, serviços de ensino profissionalizante e outros) que promovam o exercício da cidadania, a reinserção social e reintegração na rede de suporte social. A rede não distinguiria ações voltadas para prevenção, tratamento e estudos, todas incluídas em cada unidade.

É fundamental que a rede de assistência a usuários de substâncias psicoativas tenha o sentido da comunicabilidade. Este inclui que cada participante da rede tenha informações atualizadas sobre os serviços disponíveis nos demais meios de comunicação direta e de encaminhamento. Inclui, também, a divulgação para a comunidade sobre os serviços oferecidos.

O modelo de assistência indicado é fundamentalmente ambulatorial. As internações são recursos de uso para determinados casos específicos, devendo ser de curta duração. As indicações de internação são os quadros de emergência que incluem risco de auto ou heteroagressão, quadros graves de intoxicação e abstinência. Internações voluntárias de curta duração, até 15 dias, podem ser indicadas em situações em que pacientes apresentam uso compulsivo e dificuldade de aderirem ao tratamento (ALVES, 2013, p.16).

Em 2002, foram editadas as Portarias GM nº 336/02, SAS nº 305/02, SAS nº 189/02 e GM nº 817/02, que regulamentaram o CAPSad e os mecanismos de financiamento do SUS para a atenção aos

usuários de álcool e outras drogas.

Ainda em 2002, o Ministério da Saúde instituiu, no âmbito do SUS, o Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada a Usuários de Álcool e outras Drogas, com o objetivo de constituir uma rede estratégica de serviços extra-hospitalares, centrados na atenção comunitária e articulados com outras redes de serviços sociais e de saúde para a assistência integral a usuários e seus familiares, com ênfase na promoção da inclusão social. Em cada um desses passos, consubstanciados em regulamentações específicas, foi sendo gradativamente articulada a compreensão do alcance da estratégia de redução de danos, assim como a necessidade de integrar os usuários com os recursos familiares e comunitários, potencializando as suas redes sociais (ALVES, 2013, p.17).

Em 2005, a Secretária Nacional Antidrogas publicou a Política Nacional sobre Drogas. Destaca-se entre os objetivos dessa política: a conscientização da sociedade sobre os prejuízos e implicações negativas e consequências do uso indevido de drogas; educação, capacitação e formação de pessoas em todos os seguimentos sociais para a ação efetiva e eficaz de redução da demanda, da oferta e de danos, baseada em conhecimentos científicos e experiências bem sucedidas; implantar e implementar rede de assistência integrada, pública e privada, para pessoas com transtornos decorrentes do consumo de substâncias psicoativas, integrando os esforços desenvolvidos no tratamento (BRASIL, 2011).

Em 2006 foi promulgada a Lei n. 11343/2006 que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) que tem como objetivos: contribuir para a inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas, seu tráfico ilícito e outros comportamentos correlacionados; promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no país; promover a integração entre as políticas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao tráfico ilícito e as políticas públicas setoriais dos órgãos do Poder Executivo da União, Distrito Federal, Estados e Municípios (BRASIL, 2011).

No que se refere ao tratamento essa lei apresenta como principais diretrizes: respeito ao usuário e ao dependente de drogas, independentemente de quaisquer condições, observados os direitos fundamentais da pessoa humana, os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Assistência Social; a adoção de estratégias diferenciadas de atenção e reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares que considerem as suas peculiaridades socioculturais; definição de projeto terapêutico individualizado, orientado para a inclusão social e para a redução de riscos e de danos sociais e à saúde; atenção ao usuário ou dependente de drogas e aos respectivos familiares, sempre que possível, de forma multidisciplinar e por equipes multiprofissionais (BRASIL, 2011).

A Portaria n. 3088, de 23 de dezembro de 2011, instituiu a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do SUS. De acordo com esta portaria, a rede de atenção psicossocial é formada pela (i) Atenção Básica em Saúde; (ii) Atenção Psicossocial Especializada; (iii) Atenção de Urgência e Emergência; (iv) Atenção Residencial de Caráter Transitório; (v) Atenção Hospitalar; (vi) Estratégias de Desinstitucionalização; (vii) Reabilitação Psicossocial (NOVAES, 2014, p. 345-347).

Essas leis reforçam a necessidade do tratamento do usuário ser feito ambulatorialmente, na comunidade em que vive, respeitando seus direitos individuais e incentivando sua reinserção na comunidade. A internação será utilizada em raras exceções sendo preferencialmente feita de forma voluntária.

### **3 O TRATAMENTO DA DEPENDÊNCIA DE ÁLCOOL E OUTRAS SUBSTÂNCIAS E A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Segundo a Política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas, as ações a serem implementadas na atenção aos usuários devem seguir os seguintes objetivos:

- 1) alocar a questão do uso de álcool e outras drogas como problema de saúde pública;
- 2) Indicar o paradigma da redução de danos – estratégia de saúde pública que visa reduzir os danos causados pelo abuso de drogas lícitas e ilícitas, resgatando o usuário em seu papel autorregulador, sem a preconização imediata da abstinência e incentivando-o à mobilização social – nas ações de prevenção e de tratamento, como um método clínico-político de ação territorial inserido na perspectiva da clínica ampliada;
- 3) Formular políticas que possam desconstruir o senso comum de que todo usuário de droga é um doente que requer internação, prisão ou absolvição;
- 4) Mobilizar a sociedade civil, oferecendo à mesma condições de exercer seu controle, participar das práticas preventivas, terapêuticas e reabilitadoras, bem como estabelecer parcerias locais para o fortalecimento das políticas municipais e estaduais (BRASIL, 2003, p.27).

Baseado nesses objetivos, o tratamento para dependência de álcool e outras substâncias deve ser focado na redução de danos, e se possível, na abstinência.

A abordagem de redução de danos não se contrapõe à abstinência como uma meta terapêutica almejada, uma vez que a intervenção de redução de danos se constitui na centralidade conferida ao usuário no planejamento do projeto terapêutico e no delineamento de metas intermediárias para alcance de seus objetivos, que podem ou não contemplar a abstinência. Configura-se, nessa centralidade, o respeito à construção subjetiva na perspectiva da sua dignidade. Respeita-se o usuário de drogas e fortalece-se a sua autonomia, enquanto se preserva a corresponsabilidade nas intervenções de saúde. Para além do objeto das práticas de saúde, afirma-se, mediante a abordagem de redução de danos, a sua condição de sujeito de direitos e seu exercício de cidadania, entendido como o consumo responsável de substâncias psicoativas, comprometido com a redução dos danos relacionados a este consumo, seja para a sua saúde e integridade física, mas, sobretudo, seja para a sociedade (ALVES, 2013, p. 26-27).

Na redução de danos o tratamento foca a redução do consumo, e às vezes, a substituição de uma droga por outra, mesmo que ilícita, buscando uma diminuição dos efeitos prejudiciais do uso, sem deixar de lado a possibilidade do usuário deixar de consumir drogas definitivamente. Infelizmente criou-se um clima de pânico em torno do crack, e a redução de danos perdeu espaço para outros tipos de ações imediatistas, como internações em hospitais especializados e comunidades terapêuticas. Essas internações ocorrem por tempo prolongado, indo contra a declaração de várias agências da ONU, em 10 de março de 2012, que orientaram aos Estados participantes fecharem os centros de detenção e reabilitação para tratamento de dependentes químicos e estimularam a implantação de serviços de cuidados à saúde comunitários e de maneira voluntária, respeitando os direitos humanos. Essa declaração, também destaca, que não há comprovação que os tratamentos involuntários sejam eficazes, e que essas internações violam os direitos humanos e muitas vezes são realizadas sem o devido processo legal. Portanto, de acordo com os Tratados Internacionais e a Portaria 3088 do Ministério da Saúde, a única possibilidade de internação em unidades de acolhimento, comunidades terapêuticas ou hospitais especializados seria de forma voluntária. Isso encontra-se expresso no artigo 2º, §1º, da Portaria n. 121/ GM, segundo o qual a “Unidade de Acolhimento tem como objetivo oferecer acolhimento voluntário e cuidados contínuos para pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, em situação de vulnerabilidade social e familiar e que demandem acompanhamento terapêutico e protetivo”. O tratamento oferecido pelo SUS deve ser baseado na reinserção social,

realizado na comunidade, na lógica do CAPS, a internação só deverá ser utilizada em último caso, por curtos períodos e apenas para desintoxicação (NOVAES, 2014).

A estratégia de redução de danos busca, segundo Alves (2013, p. 10-11), “incentivar a escolha pessoal do dependente, fortalecendo o respeito à sua dignidade e o direito a usufruir de um nível de saúde que constitui um direito em si, conquistado ao longo de um processo histórico, político e social capaz de imprimir a perspectiva de direitos humanos nos sistemas de saúde”.

## CONCLUSÃO

O usuário de álcool e outras drogas deve ser considerado um cidadão comum, e como tal, ter seus direitos respeitados. O tratamento deve ser baseado na redução de danos e no atendimento ambulatorial (CAPSad, ESF), o usuário deve ser empoderado, fazer parte do seu tratamento, deve ter sua vontade levada em conta.

Não há comprovação que atendimentos involuntários sejam eficazes, além de violarem os direitos humanos, portanto devem ser evitados. As internações devem ser realizadas somente em casos extremos, com risco de auto e heteroagressão, intoxicações e abstinências graves, e devem ser por curto período de tempo.

A família, sempre que possível, deve fazer parte do tratamento, dando apoio e contribuindo para uma melhor inserção do usuário na comunidade.

O consumo de álcool e outras drogas não ocorre de forma uniforme em todo o território. É importante o engajamento da população nas políticas públicas relacionadas ao tema, para que as mesmas sejam mais condizentes com a realidade local, e portanto, mais eficazes.

## REFERÊNCIAS

ALVES, V. S; LIMA, I. M. S. O. **Atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas no Brasil: convergência entre a saúde pública e os direitos humanos.** *Revista de Direito Sanitário*, São Paulo, v. 13, n. 3, p.9-32, nov. 2012/ fev. 2013. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/56241/59451>. Acesso em 18 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Legislação e políticas públicas sobre drogas no Brasil.** Brasília, 2011. Disponível em: < <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/politicas-sobre-drogas/cartilhas-politicas-sobre-drogas/2011legislacaopoliticaspublicas.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Relatório brasileiro sobre drogas.** Brasília: SENAD, 2009. Disponível em: <[http://conselheiros6.nute.ufsc.br/ebook/medias/pdf/Relat%C3%B3rio%20brasileiro%20sobre%20drogas\\_compressed.pdf](http://conselheiros6.nute.ufsc.br/ebook/medias/pdf/Relat%C3%B3rio%20brasileiro%20sobre%20drogas_compressed.pdf)>. Acesso em 18 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **A política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas.** Brasília, DF, 2003. Disponível em: < [http://bvsmms.saude.gov.br/bvms/publicacoes/pns\\_alcool\\_drogas.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvms/publicacoes/pns_alcool_drogas.pdf)>. Acesso em 18 jul. 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 121, de 25 de janeiro de 2012.** Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvms/saudelegis/gm/2012/prt0121\\_25\\_01\\_2012.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvms/saudelegis/gm/2012/prt0121_25_01_2012.html)>. Acesso em 18 jul. 2018.

NOVAES, P. S. **O tratamento da dependência química e o ordenamento jurídico brasileiro.** *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v.17, n. 2, p. 342-356, jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v17n2/1415-4714-rlpf-17-02-00342.pdf>. Acesso em 18 jul. 2018.

***Turismo como aporte para o desenvolvimento regional e local***

***TOURISM AS A CONTRIBUTION TO REGIONAL AND LOCAL DEVELOPMENT***

**Desenvolvimento Regional e Local**

BARBOSA, Everaldo Henrique dos Santos Barbosa  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília  
Mestrando em Ciência da Informação  
contato.pitu@hotmail.com

PRAXEDES, Márcia Cristina  
Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha (UNIVEM)  
Especialista em Direito Educacional  
Marciapraxedes2@gmail.com

**Resumo**

Atualmente, o turismo está presente em diversas pautas relacionadas ao desenvolvimento econômico do Brasil, sendo uma ação legítima em relação ao desemprego no país. O turismo está além de passeios e viagens, onde a economia e a diversidade cultural são fatores que compõem este cenário. Logo, o problema de pesquisa está vinculado à questão de como o turismo pode contribuir para o desenvolvimento regional e local? A pesquisa aborda fatores relevantes para os profissionais do setor turístico voltado as estratégias e atuações que visem o fortalecimento da economia, diversificação de ofertas e culturas. O objetivo é analisar os fatores relevantes do turismo como aporte ao desenvolvimento regional e local. Assim, o presente estudo visa contribuir para os profissionais da área e diversas regiões que pretendem fomentar e desenvolver ações para o setor turístico. Portanto, foi possível levantar discussões com profissionais e responsáveis do setor turístico de uma cidade do Interior do Estado de São Paulo. A pesquisa se designa em qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. Para a metodologia de análise da congruência entre a extração de dados e construção de representações conceituais utilizou-se o Estudo de Caso Único Yin (2010) e a Análise de conteúdo Bardin (2009). Os resultados da pesquisa demonstraram fatores potenciais do turismo para a região estuda, levando em consideração as fragilidades que podem ser trabalhadas para o aprimoramento e melhor aplicação de estratégias voltadas ao turismo. Trata-se de uma perspectiva de contribuição social, política e organizacional.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Local, Turismo.

**Abstract**

Currently, tourism is present in several guidelines related to the economic development of Brazil, being a legitimate action in relation to unemployment in the country. Tourism is beyond tours and travel, where the economy and cultural diversity are factors that make up this scenario. So the research problem is linked to the question of how tourism can contribute to regional and local development? The research addresses factors relevant to professionals in the tourism sector focused on strategies and actions aimed at strengthening the economy, diversification of offers and cultures. The objective is to analyze the relevant factors of tourism as a contribution to regional and local development. Thus, the present study aims to contribute to the professionals of the area and several regions that intend to foment and develop actions for the tourism sector. Therefore, it was possible to raise discussions with professionals and heads of the tourism sector of a city in the Interior of the State of São Paulo. The research is described in qualitative, descriptive and exploratory. For the methodology of analysis of the congruence between the extraction of data and construction of conceptual representations, the Yin Single Case Study (2010) and the Bardin Content Analysis (2009) were used. The research results showed potential tourism factors for the region studied, taking into account the weaknesses that can be worked towards the improvement and better implementation of strategies geared to tourism. It is a perspective of social, political and organizational contribution.

**Keywords:** Local Development, Regional Development, Tourism.

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o turismo está presente em diversas pautas relacionadas ao desenvolvimento econômico do Brasil, sendo uma ação legítima em relação ao desemprego no país. A crescente busca pelos turistas em realizar passeios e viagens têm despertado o olhar econômico tanto dos setores públicos como privados. O turismo está além de passeios e viagens, onde a economia e a diversidade cultural são fatores que compõem este cenário (BARBOSA, 2005, BRANQUINHO; MACHADO NETO, 2016).

A sociedade está cada vez mais adepta de viagens a lazer e com esse crescimento os benefícios sociais e econômicos ficam extremamente evidentes. “O turismo é um importante transformador de economias e sociedades, promove inclusão social, gera oportunidades de emprego e renda” (PASSOS, 2016, p. 1). Deste modo, o turismo pode refletir de maneira significativa para o desenvolvimento regional e local pela forte injeção econômica que pode resultar desse movimento (FAGUNDES; ASHTON, 2010).

O turismo promove a diversificação de culturas e oferece vantagens de lazer e bem estar à sociedade. No entanto, os benefícios estão além desse panorama, a economia local e regional pode, significativamente, aquecer e gerar oportunidades sociais, como novas oportunidades de empregos, aquecimento do comércio local, aumentos do recolhimento de impostos, entre outros fatores que favorecem o desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento econômico é um fenômeno presente na sociedade brasileira que fomenta o capitalismo desde os princípios revolucionários da história do país. Tal processo sistematiza o progresso e evolução econômica que com o passar dos anos têm apresentado inovações e uma incessante busca pelo aumento da produtividade e capitalismo social. Deste modo, a geração de renda aumenta, salários ficam mais distribuídos e o consumo fica evidente, acentuando as capacidades e exigências das pessoas de uma determinada sociedade (BRANQUINHO; MACHADO NETO, 2016).

Para Barbosa (2004, p. 108) “O turismo é uma força econômica das mais importantes do mundo. Nele ocorrem fenômenos de consumo, originam-se rendas, criam-se mercados nos quais a oferta e a procura encontram-se. [...] esta atividade será incluída na programação da política econômica de todos os países, regiões e municípios”. Para tanto, é importante destacar a importância do município, região ou Estado-nação estarem preparados para comportarem o sistema, de modo que tanto os setores públicos ou privados estejam conscientes das mudanças significativas que estarão sendo proporcionadas, assim como as pessoas moradoras compreenderem da importância e como lidarem com o turismo no local.

Diante de tais reflexões, os objetivos do presente estudo consistiram em analisar e identificar os fatores relevantes do turismo e responder a seguinte questão: como o turismo pode contribuir para o desenvolvimento de Garça (SP) e região?

A presente pesquisa aborda fatores relevantes para os profissionais do setor turístico voltado as estratégias e atuações que visem fomentar o desenvolvimento econômico regional e local, quanto ao fortalecimento do setor turístico, diversificação de ofertas e culturas.

## 2 ARCABOUÇO TEÓRICO CONCEITUAL

### 2.1 Turismo: conceitos e reflexões

O turismo originou-se pelo deslocamento do homem em busca de benefícios à longa distância. Em tempos remotos, viajar para buscar entretenimento, remédios, alimentos, encontros religiosos e comercialização de produtos eram o início de uma Era turística o qual desenvolveu-se e está presente em potencial, inclusive, nos dias de hoje (BRANQUINHO; MACHADO NETO, 2016).

Para Barbosa (2005, p. 107) “O turismo está relacionado com as viagens, porém não são todas as viagens que são consideradas como turismo. O conceito de turismo implica a existência de recursos naturais e/ou culturais e infraestrutura”.

Deste modo, é importante ressaltar que para constituir um ambiente turístico é preciso estabelecer uma infraestrutura local com capacidade para atender a demanda de turistas, levando em consideração o ramo hoteleiro, o setor gastronômico e o patrimônio cultural relevante para ser explorado pelos turistas, como também ter condições para atender o público em escala maior nas unidades de pronto atendimento de saúde (BARBOSA, 2005).

A autora corrobora com a seguinte explanação sobre o conceito de turismo e sua



representação econômica:

O turismo é uma força econômica das mais importantes do mundo. Nele ocorrem fenômenos de consumo, originam-se rendas, criam-se mercados nos quais a oferta e a procura encontram-se. Os resultados do movimento financeiro decorrentes do turismo são por demais expressivos e justificam que esta atividade será incluída na programação da política econômica de todos os países, regiões e municípios (BARBOSA, 2005, p. 108).

Nesse viés, pode-se dizer que o turismo é uma miscigenação de culturas, gostos e costumes, promovidos por uma diversificação de interesses comuns. Deste modo, convertendo a prática em um dos setores econômicos mais potentes do mundo. Tais perspectivas, relativamente, enaltecem os movimentos voltados para a construção e desenvolvimento de estratégias para instigar novas formas de se oferecer e fazer turismo, onde se vive em uma sociedade que busca cada vez mais formas diferentes e inovadoras de entretenimento e buscas por interesses.

## 2.2 Desenvolvimento Regional e Local: fatores econômicos

O turismo no Brasil tem demonstrado considerável crescimento desde a criação do Ministério do Turismo e do Conselho Nacional do Turismo em 2003 (BRANQUINHO; MACHADO NETO, 2016).

Para Barbosa (2005) o desenvolvimento econômico originado pelo turismo gera benefícios tanto para o setor privado como também para o setor público. Pois, o aquecimento econômico gira em torno de receitas geradas pelos turistas, consumidores em potencial que contribuem para a geração de empregos, rendas, consumo e mais contribuição de impostos para os órgãos públicos que acabam, conseqüentemente, proporcionando melhorias no próprio ambiente turístico.

O turismo tem efeito direto e indireto na economia de uma localidade ou região. Os efeitos diretos são os resultados das despesas realizadas pelos turistas dentro dos próprios equipamentos e de apoio, pelos quais o turista pagou diretamente. Os efeitos indiretos do turismo são resultantes da despesa efetuada pelos equipamentos e prestadores de serviços turísticos na compra de bens e serviços de outro tipo. Trata-se de um dinheiro que foi trazido pelo turista, mas que será gasto por outrem que o recebera do turista em primeira mão (BARBOSA, 2005, p. 110).

Nesse panorama, pode-se dizer que o turismo é um elemento pertencente e propício a política econômica, sendo uma saída para o crescimento da economia. Pois, o turismo é uma questão de desejo do ser humano e oferece potencialidades que podem representar soluções políticas, sociais e organizacionais.

Para melhor representação do turismo no Brasil, logo, na figura 1 é possível identificar como o turismo está sendo evidenciado nos últimos anos.

Figura 1 – Raio X do Turismo Brasileiro



Fonte: Ministério do Turismo, 2015.

A representação do turismo no Brasil é muito importante para a economia do país e crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), produzido no país. Deste modo, torna-se evidente que o investimento nesse setor é uma ação legítima do desemprego visto no Brasil nos últimos tempos, pois o turismo oferece alto potencial de desenvolvimento, não apenas em quesito regional e local, mas sim em escala nacional e internacional. A geração de emprego e renda é um fator extremamente significativo para que incentivos sejam aplicados.

Para Fagundes; Ashton (2010) o turismo é uma potencial mundial e oferece desenvolvimento socioeconômico pelo dinamismo presente nos gostos e costumes das pessoas.

O dinamismo da sociedade atual exige mudanças de comportamentos na prestação de serviços e na produção dos produtos. O cliente mudou e as empresas prestadoras de serviços, cada vez mais, devem atender as necessidades de um consumidor exigente, bem informado e seguro das suas opções de consumo (FAGUNDES; ASHTON, 2010, p. 4).

Assim, torna-se evidentes diante dos conceitos supracitados a importância do turismo para o desenvolvimento social, econômico, tanto regional quanto local. Dessa maneira, o investimento no turismo pode ser uma ação consistente para fomentar o avanço da economia no Brasil.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa se designa em qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. Para a metodologia de análise da congruência entre a extração de dados e construção de representações conceituais utilizou-se o Estudo de Caso Único Yin (2010) e a Análise de conteúdo Bardin (2009).

A técnica utilizada para a captação de dados e informação para a construção do material foi a aplicação do questionário, a entrevista, a observação. Por fim, a análise do conteúdo adquirido (MARCONI; LAKATOS, 2013, GIL, 2012).

Para Lakatos e Marconi (2005), o objetivo da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato retilíneo com todo o material e seu conteúdo determinado. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica abrange trabalhos de pesquisadores de modo geral e, principalmente, livros e artigos científicos de eixo relevante para o desenvolvimento da pesquisa.

A análise de conteúdo consiste em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2009, p. 44).

Logo, o problema de pesquisa está vinculado a seguinte questão: como o turismo pode contribuir para o desenvolvimento regional e local? A pesquisa aborda fatores relevantes para os profissionais do setor turístico voltado as estratégias e atuações que visem o fortalecimento da economia, diversificação de ofertas e culturas.

Para o universo da pesquisa, selecionou-se o município da cidade de Garça, localizada no interior do Estado de São Paulo. Deste modo, o objetivo foi analisar os fatores relevantes do turismo como aporte ao desenvolvimento regional e local.

Assim, o presente estudo pretende contribuir para os profissionais da área e diversas regiões que almejam fomentar e desenvolver ações para o setor turístico. Trata-se de uma perspectiva de contribuição social, política e organizacional.

Portanto, foi possível realizar no quadro 1 a demonstração das vantagens do turismo para o desenvolvimento regional e local do município de Garça (SP), posteriormente, explanando as reflexões referentes as potencialidades do turismo para a geração de emprego para o ambiente pesquisado.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No quadro 1 apresenta-se as vertentes que o turismo pode proporcionar para a economia regional e local, enfatizando os elementos que compõem este cenário e seus reflexos na sociedade. O quadro representativo oferece potencialidade de aplicação por profissionais da área de diversas regiões e localidades, possibilitando um norte e direcionamento diante de ações voltadas ao desenvolvimento turístico e econômico.

**Quadro 1 – Vantagens do turismo para o desenvolvimento regional e local**

Características do Turismo	Vantagens do turismo para o desenvolvimento regional e local
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades promovidas para viajantes, estudantes, profissionais, entre outros.</li> <li>• Ação ou efeito de indivíduos em viajar para promover a busca de lazer, construção de conhecimento, diversão, etc.</li> <li>• Deslocamento nacional ou internacional pelo indivíduo que busca entretenimento ou compromissos construtivos.</li> <li>• Profissionais que desenvolvem estratégias para a atração de pessoas de outros lugares, a fim de instigar a economia local ou regional.</li> <li>• Viagens realizadas por a realização de compras, encontros religiosos, encontros culturais, encontros rurais, e encontros ecológicos, etc.</li> <li>• Mistura complexa de elementos materiais, culturais, etnias, entre outros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorização do patrimônio natural e construído.</li> <li>• Reconhecimento das potencialidades do local e da região.</li> <li>• Aumento da infraestrutura (Vias, aeroportos, saneamento básico, entre outros).</li> <li>• Aquecimento financeiro, devido ao consumo de alimentos, hospedagens, consumo, atividades diversas, etc.</li> <li>• Geração de emprego, devido a oportunidades e necessidades de atender a demanda de turistas.</li> <li>• Promove o desenvolvimento de atividades de lazer, melhoria nos transportes, melhorias no comércio, bancos, etc.</li> <li>• Ajuda a promover os produtos locais e regionais, divulga tradições festivas, culturas diversas, gastronomia, etc.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores

#### 4.1 Pesquisa de Campo no município de Garça (SP)

Diante de tais perceptivas supracitadas e com o levantamento investigativo de informações do município de Garça (SP e região, foi possível identificar que o município possui varias atrações de potencial turístico, prova disso, recentemente a cidade foi contemplada com a classificação do MIT – Município de Interesse Turístico. Nos apontamentos considerados como potencial o município possui vários elementos que singularizam diferentes segmentos que vão da importância do pé de café, o café e a xícara do café até modernidade da tecnologia. Garça se resume em um encontro de diversas culturas a serem exploradas na questão turística que irão fomentar o desenvolvimento econômico local. Dentre as opções levantadas nessa pesquisa, consideram-se os elementos de destaque da cidade, como encontro de culturas, ou seja, o encontro da cidade com a natureza são 80 cachoeiras catalogadas que precisam ser exploradas de forma guiada. Possui, também, dentro da área urbana uma reserva da Mata Atlântica, local apto para observação de Aves, educação e conscientização ambiental. O município é dotado de um lago artificial, concha acústica local onde acontece o Cerejeiras Festival, principal atração e o maior evento realizado no município, com seu belo jardim oriental; o encontro da cidade com a história do relógio da rodoviária, a locomotiva, o encontro da cidade com o tecnologia de circuitos eletroeletrônicos. Trata-se de um município que se destaca desde as porteiças das fazendas até as cancelas eletrônicas reconhecidas Internacionalmente.

#### 4.2 O Café e sua importância para a economia regional e local

O café, também, está presente na história do município de Garça (SP), desde sua fundação até os dias atuais. Os primeiros registros do início da produção cafeeira na região são datados de 1926. A tecnologia aplicada na lavoura está presente em grandes e pequenas propriedades, não somente para garantir a produtividade, mas também para dar mais qualidade ao produto, algumas propriedades selecionam os grãos e produzem cafés especiais.

Está aumentando o número de produtores que plantam, colhem, secam, moem e embalam o seu próprio café na região, que sai da propriedade pronta para chegar à casa do consumidor, com aroma de qualidade e toda uma bagagem histórica que acompanha a cidade de Garça e agrega valor ao principal produto agrícola do município. Garça está localizada na região de Marília e Bauru (SP), fica no ponto mais alto do planalto ocidental do estado de São Paulo, com altitude média de 663,2 metros, o que torna o clima na região agradável e propício para a produção de café. Em 17 de abril de 2018, aconteceu o lançamento do “Café com RG - Fazendas da Região do Garça” na Feira Biental Alimentaria em Barcelona, na Espanha, um momento histórico para cafeicultura Garcense e de toda a região.

Diante deste cenário tem-se por finalidade valorizar toda a cadeia produtiva do café, respeitando e reconhecendo a sua história, incentivando as ações voltadas para o mercado interno e externo, para o consumo, o conhecimento e as inovações no setor, por meio de ações planejadas para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Utilizar esse diferencial para turismo de negocio, turismo da bebida do bom café e café com qualidade é um fator muito importante para o a exploração do turismo na região. Trata-se de um gosto bastante presente na cultura brasileira.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi analisar os fatores relevantes do turismo como aporte ao desenvolvimento regional e local. Assim, contribuindo para os profissionais da área e diversas regiões que almejam fomentar e desenvolver ações para o setor turístico.

Assim, foi possível levantar uma investigação para a obtenção de respostas e resultados satisfatórios, por meio de uma ação investigativa com profissionais em potencial do município de Garça e região para obtenção de melhores resultados. Deste modo, os objetivos foram atingidos, foi possível demonstrar fatores potenciais do turismo para a região, levando em consideração as fragilidades que podem ser trabalhadas para o aprimoramento e melhor aplicação de estratégias.

É importante destacar a relevância de parcerias entre os setores público e privado, a fim de promover reflexões e discussões voltadas as vertentes principais para um eficiente planejamento e execução de projetos que visem o desenvolvimento do setor turístico na região de Garça (SP).

Diante do questionário e entrevistas realizadas com profissionais do município, foi possível identificar limitações de conhecimento de informações que poderiam contribuir com a construção de estratégias voltadas a exploração turística. Deste modo, destacar a necessidade de mais estudos e aprofundamento sobre a importância do desbravamento do turismo no município e na região.

No entanto, se observa que alguns profissionais que estão diretamente ligados ao departamento de turismo do município de Garça apresentam uma visão, consideravelmente, positiva e otimista. A cidade possui diversos produtores de cafés de qualidade, empresas consolidadas no setor de tecnologia da segurança; reserva de mata atlântica, lagos e cachoeiras, e também, possui o palco da tradicional festa das cerejeiras que chegou a sua octogésima festa, de nominada como Cerejeiras Festival. Essa realidade desperta interesse e já demonstra em ações potenciais para a geração de emprego e renda, porém, ainda é necessário que investimentos sejam aplicados estrategicamente para que o objetivo de fomentar o turismo na região seja alcançado.

O planejamento é o principal aspecto para colocar em prática os conceitos levantados, principalmente, para a proteção do meio ambiente rico em diversidade presente na região pesquisada. Nesse sentido, pode-se afirmar que o turismo promove a valorização dos recursos naturais e construído, cabendo aos profissionais da área e o setor políticos agirem de maneira estratégica para apoiar a expansão econômica regional.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Fábila Fonseca. **O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ ou regional. Caminhos de Geografia** 10(14)107-114, Fev, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15380/8679>>. Acesso em: 27 set. 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRANQUINHO, R. A.; MACHADO NETO, A. J. . Turismo, uma via para o desenvolvimento regional: prospecção de cenários para o setor turístico de Franca e região, 2016/2020. In: Daniel Facciolo Pires e Bárbara Fadel. (Org.). VIII Seminário de Pesquisa do Uni-FACEF. 1. ed. Franca: Editora Uni-FACEF, 2016, v. 1, p. 68-77.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

Ministério do Turismo. 2015. Turismo movimento 492 milhões no Brasil. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/957-Turismo-movimenta-r-492-bilhoes-no-brasil.html>>.

Acesso em: 30 set. 2018.

FAGUNDES, Camila; ASHTON, Mary Sandra Guerra. **Desenvolvimento regional através do turismo**: geração de emprego e renda. I Encontro Smintur Jr. Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <[https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/desen\\_regional.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/desen_regional.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2013.

PASSOS, Raquel Simeia Lopes dos. **A importância do turismo**. Turismo: 2016. Disponível em: <<http://www.turismo.ms.gov.br/importancia-do-turismo-para-a-economia-dos-municipios-foi-destacada-durante-palestra/>>. Acesso em: 29 set. 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

**UM MUNDO COLORIDO: ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

*A COLORFUL WORLD: ART IN CHILD EDUCATION*

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas - Educação e Desenvolvimento

MIZIARA, Maíra Nunes  
Faculdade Pestalozzi de Franca – FAPESF  
Graduanda do curso de Pedagogia  
[mamizi.fisio@gmail.com](mailto:mamizi.fisio@gmail.com)

SANTOS, Aline Cintra dos  
Faculdade Pestalozzi de Franca – FAPESF  
Graduanda do curso de Pedagogia  
[alinecintra390@outlook.com](mailto:alinecintra390@outlook.com)

SILVA, Daiane Maísa Menezes  
Faculdade Pestalozzi de Franca – FAPESF  
Graduanda do curso de Pedagogia  
[daymaisa@gmail.com](mailto:daymaisa@gmail.com)

SILVEIRA, Cláudia Alexandra Bolela  
Faculdade Pestalozzi de Franca – FAPESF  
Professora Doutora em Promoção de Saúde orientadora do curso de Pedagogia  
[claudiabolela@hotmail.com](mailto:claudiabolela@hotmail.com)

**Resumo**

A arte constitui uma linguagem muito explorada na Educação Infantil, uma vez que envolve vários aspectos do desenvolvimento da criança favorecendo a aprendizagem. O artigo apresenta a Arte como uma ciência, hoje vista como uma disciplina curricular da Educação Infantil ao Ensino Médio. Assim como, um breve histórico da Arte na Educação e suas contribuições ao desenvolvimento infantil. O objetivo deste trabalho foi levantar os benefícios que as atividades com Arte na Educação Infantil favorecem ao desenvolvimento integral da criança. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica e documental descritiva, por meio da qual foi realizado um levantamento bibliográfico dos autores que escreveram sobre a Arte na Educação Infantil, como BARBOSA e COUTINHO (2011), FONSECA (2006) e sobre o desenvolvimento humano entre 4 e 5 anos de idade. Também foi realizado um levantamento sobre o tema nos documentos oficiais do Ministério da Educação verificando a proposta curricular de Artes para a Educação Infantil. A análise dos dados levantados foi realizada a partir dos conteúdos apresentados pelos autores e os documentos oficiais do governo relacionando a teoria do desenvolvimento infantil, o ensino de Artes e o currículo de Artes na Educação Infantil. Foi possível verificar, em termos de resultados, que a Arte é indispensável na vida de uma criança, evidenciando benefícios como a coordenação motora grossa e fina, habilidades cognitivas, uso da criatividade, pois a criança se encontra em fase de exploração de mundo.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Desenvolvimento Infantil; Benefícios da Arte.

**Abstract**

Art constitutes a language very explored in Child Education, since it involves many aspects of child development facilitating learning. The article presents Art as science, today seen as curricular discipline of Child Education to High School. As well as a brief history of Art Education and its contributions to child development. The aim of this work was to raise the benefits that the activities with Art in early Childhood Education promote to the integral development of the child. The methodology was a bibliographical and documental descriptive research, through which we conducted a bibliographic survey of the authors who wrote about Art in Child Education, such as BARBOSA e COUTINHO (2011), FONSECA (2006) and about human development between 4 and 5 years of age. Was also conducted a survey on the topic in the official documents of the Ministry of Education to verify the Arts curriculum proposal for early Childhood Education. The analysis of the data collected was performed from the content displayed by the authors and the official government documents relating the theory of childhood development, Art education e the Arts curriculum in early Childhood Education. It was possible to verify, in terms of results, that Art is essential in the life of a child,

showing benefits such as thick and fine motor skills, cognitive skills, use of creativity, because the child is in the exploration phase.

**Keywords:** Early Childhood Education; Child Development; Art Benefits.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade levantar os benefícios que as atividades com Arte na Educação Infantil oferecem para favorecer ao desenvolvimento integral da criança, demonstrando assim, a importância da Arte no espaço educativo em todas as fases da educação. As abordagens aqui mencionadas têm como suporte teórico pesquisas e produções na área, para a discussão do ensino de Arte na Educação Infantil. Utilizamos os estudos e reflexões de FONSECA (2006), BARBOSA (1975), BARBOSA e COUTINHO (2011), entre vários autores que tanto contribuíram para a Arte. Além disso, foi utilizado suporte teórico de Noêmia Varela, uma das mulheres que mais contribuiu ao ensino de Artes no Brasil. Para nos informar das orientações pedagógicas foi utilizado o RCNEI - Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (BRASIL, 1998).

O ensino da Arte está presente no espaço educativo desde a vinda dos portugueses ao Brasil, de modo informal, porém, apenas após 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases e muita luta dos arte-educadores brasileiros, é que se tornou obrigatório para a educação básica. Constitui uma ferramenta necessária e essencial desde a Educação Infantil, uma vez que, o cotidiano deste é rodeado de cores, texturas e formas diferentes, fazendo com que a criança se desenvolva diariamente com o que há em sua volta (BARBOSA, 2011).

Ao pesquisar a história da educação da Arte no Brasil, vê-se que na maioria das vezes, a Arte nas escolas foi posta de lado e colocada apenas como passatempo ou restrito ao desenho geométrico. A menos de 20 anos que esta área passou a ser obrigatória nas escolas, e mesmo assim, ainda é visto como algo supérfluo, sem o devido valor como fator contribuinte para o desenvolvimento humano.

Um importante educador que defendeu o uso do brinquedo e da atividade lúdica, como parte inerente à Arte na Educação Infantil foi o pedagogo alemão Friedrich Fröbel (1782- 1852), considerado o “pai” do jardim de infância. Além dele, muitos outros educadores e pensadores enfatizaram a importância sobre a Arte nesse processo como Moreira (1993 apud NASCIMENTO e TAVARES, 2009, p.180): “Entende-se por desenho o traço que a criança faz no papel ou em qualquer superfície, (...) tornando-se uma possibilidade de conhecer a criança através de outra linguagem: o desenho de seu espaço lúdico”.

Nascimento e Tavares (2009) citam os pensadores Ferraz e Fusari (1999) explicando suas ideias da seguinte forma:

(...) dentro do processo de formação do conhecimento da Arte pela criança o educador deve compreender o significado de seu mundo expressivo e procurar saber porque e como ela o faz, quando a criança desenha, pinta, dança e canta, o faz com vivacidade e emoção. A expressão infantil é constituída de elementos cognitivos e afetivos, sendo assim desde pequenas, as crianças desenvolvem linguagem própria com signos e símbolos carregados de significação subjetiva e social (...) (NASCIMENTO e TAVARES, 2009, p.181).

Ou seja, a criança cria por meio de seu imaginário ao interagir com objetos, por exemplo: um simples cabo de vassoura torna-se uma espada, um cavalo, etc (NASCIMENTO e TAVARES, 1993).

Ainda, SILVA et al (2010), baseando-se em Piaget (1993), afirmam: “o desenho é uma das manifestações semióticas, isto é, uma das formas as quais a função de atribuição da significação se expressa e se constrói. Desenvolve-se concomitantemente às outras manifestações, entre as quais o brinquedo e a linguagem verbal”. Isto é Arte na Educação Infantil, mesmo a criança não sabendo desenhar completamente, ela constrói e expressa seus sentimentos através do desenho.

A partir desses estudos, é possível discutir a importância de ser trabalhada a Arte na Educação Infantil, evidenciando os benefícios do professor ao reconhecer o termo correto de Arte, no espaço educativo e com o entendimento correto faz com que o educador tenha outro olhar perante ela, ao desenvolver suas atividades e propiciar momentos lúdicos e de conhecimentos diversos às crianças. Também analisamos, por meio da esfera artística, a influência nos desenvolvimentos cognitivos, afetivos e psicomotores, etapas essenciais na vida de uma criança, desenvolvendo projetos para estimular o desenvolvimento da criança nos diferentes aspectos que a Arte possibilita, dentre eles o sentir, o pensar e o expressar.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A arte como área do conhecimento no Brasil

A educação formal no Brasil se inicia com a vinda dos portugueses, a partir de 1549. Os professores eram os jesuítas que vieram ensinar religião e educar os índios à maneira europeia, com seus valores, hábitos e atitudes, para que pudessem trabalhar conforme os portugueses desejassem. O trabalho dos jesuítas envolvia duas partes: o trabalho manual e a retórica. Com esta última, inicia-se a educação da arte no Brasil (OLIVEIRA, 2005). Os jesuítas utilizaram ainda em seu sistema de educação o teatro, a música e a dança, além de oferecer aos índios oficinas para ensinar a manufatura de instrumentos musicais, adornos, esculturas em madeira e pedra, influenciando e introduzindo no Brasil, a Arte Barroca (FONSECA, 2006) (BARBOSA e COUTINHO, 2011).

Após a expulsão dos jesuítas, em 1760, houve uma reforma na educação chamada de Reforma Pombalina, que trazia princípios e ideais iluministas. Ao extinguir os colégios jesuítas, o Marquês de Pombal, responsável pela Reforma, substituiu as disciplinas oferecidas nesses colégios por aulas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, únicas fontes de arte educação presentes na época (SECO e AMARAL, 2006).

D. João VI, rei de Portugal e da então Brasil Colônia, presente no Brasil com sua família desde 1808, criou as primeiras escolas técnicas e científicas. Entre essas escolas estão as de desenho técnico, um meio de ensinar arte para o treinamento de trabalhadores manuais, como fizeram Alemanha e Áustria, mas que não fizeram muito sucesso por aqui. Contudo, sua maior contribuição foi trazer a "Missão Francesa", em 1816, um grupo francês de modelo neoclássico, que introduziu uma invasão cultural de modelos estrangeiros da época, com um cunho elitista (BARBOSA e COUTINHO, 2011).

Entre 1816 e 1826, a "Missão Francesa" realizou muitas das produções artísticas com gravuras, pinturas e obras arquitetônicas. Assim, o ensino da Arte inicia-se oficialmente em 1826, com a inauguração da Academia Imperial de Belas Artes por esse grupo francês. A ideia da Academia era criar uma escola de Ciências, Artes e Ofícios, ensinando o desenho industrial, para preparar para o trabalho aqueles que tinham aspirações à aristocracia e promover um equilíbrio entre educação burguesa e educação popular (BARBOSA e COUTINHO, 2011).

No entanto, o que se viu à época do início de seu funcionamento, foi o foco na elite do país, para que se movimentasse a corte, e a consequente dificuldade de acesso das camadas populares à Academia. Esse foco contribuiu não só para o início do preconceito contra o ensino de Artes, pois era considerada um luxo que interessava a poucos, como para a contraposição existente até a atualidade da educação brasileira, isto é, educação de elite versus a educação popular (BARBOSA e COUTINHO, 2011) (BARBOSA E PIMENTEL, 2011). Por isso, apesar de ter contribuído para o desligamento da Arte à religião, a Academia de Belas Artes não conseguiu democratizá-la. De acordo com BARBOSA (1975), "os aristocratas eram incumbidos de apenas apreciar e comprar, deixando aos artistas estrangeiros o monopólio da criação e a conquista do artista nativo".

A Independência do Brasil foi proclamada em 1822, a primeira Constituição foi outorgada em 1824 instituindo educação primária gratuita para todos, e em 1827 foi aprovada a primeira lei sobre educação pública (NASCIMENTO, 2006). Nesta época, a Arte era exclusiva do artista e a educação no Brasil não teve a influência do romantismo alemão como ocorreu no exterior, que colocava a Arte como base moral da educação como um todo (BARBOSA, 1975).

As décadas entre 1870 e 1890 foram de grandes mudanças, desde a Abolição da escravatura e a Proclamação da República (1888), até reformas no ensino em geral e para a Arte nas escolas. Nessa época, houve a primeira industrialização brasileira, com a introdução da indústria do ferro batido e da construção civil. Passa-se a concretizar a necessidade do ensino do desenho industrial ou design, como é conhecido hoje. Então, liberais passam a lutar pela ideia de que a Arte é fundamental para a educação voltada para o trabalho e fazem campanha para tornar o desenho, principalmente o industrial, obrigatório nas escolas de ensino primário e secundário. Rui Barbosa foi o principal defensor dessa campanha, e foi sua a primeira tentativa de se fazer uma lei relacionada a essa necessidade na Câmara dos Deputados, com um projeto de referência até os dias atuais (BARBOSA e COUTINHO, 2011) (BARBOSA E PIMENTEL, 2011).

Entre 1890 e 1920, as crianças ainda eram submetidas ao ensino de Artes por meio de cópias e desenho geométrico (BARBOSA, 1975). Mas, ainda no final do século XIX, foi publicado o livro Geometria prática popular, do educador Abílio César Pereira Borges, uma espécie de tradução livre de um manual de desenho de Walter Smith (arte-educador americano). Este livro foi introduzido nas escolas de educação primária e secundária, principalmente após a reforma educacional de 1901,



e permaneceu sendo utilizado até pelo menos 1959. Seu conteúdo propunha o início da educação em artes, o qual era chamado de alfabeto do desenho, com linhas de diversas maneiras, seguindo-se de ângulos e formas geométricas, sequenciando uma gradação até chegar em elementos arquitetônicos (BARBOSA e COUTINHO, 2011).

A Semana de 22 foi um marco na história devido à sua intensidade. Esta semana foi realizada de 11 a 18 de fevereiro de 1922 em São Paulo, no Teatro Municipal. Destacaram-se como artistas modernistas: Di Cavalcanti, Vicente do Rêgo, Anita Malfatti, Lasar Segall, Tarsila do Amaral e Ismael Nery. Por meio desta, o Brasil ingressou no Modernismo, porém não trouxe repercussões imediatas no ensino da Arte. O Modernismo tinha como grande preocupação o meio social do país. Por função da modernização educacional, em 1927, discussões sobre o ensino da Arte voltam a ser assunto central (AMARAL, 2012).

Em 1948, Augusto Rodrigues criou as Escolinhas de Arte, um fenômeno bem ativo, que resultou no Movimento Escolinhas de Arte (MEA), cuja função era disseminar o desenvolvimento da auto expressão de crianças e adolescentes por meio do ensino da Arte. Este movimento teve como iniciativa proporcionar por meio da prática, com diversos materiais, o entendimento do conceito de Arte, onde o aluno experimentaria diversos tipos de materiais, e por meio deles, explorar a Arte (BARBOSA, 1989).

Através do MEA, apregoou-se pelo país o total de 32 Escolinhas, que se constituíram nas primeiras instituições modernas de ensino de Artes. Eram em grande parte escolas particulares, e seu ensino era compreendido como informal. Este movimento incluiu muitas mulheres arte-educadoras, incluindo Noêmia Varela, um dos nomes mais respeitados na arte-educação do Brasil. O nome „Escolinhas” era usado carinhosamente com base nas crianças pequenas (BARBOSA, 1989).

Noêmia Varela, fundadora da Escolinha de Arte em Recife e sucessivamente diretora técnica da Escolinha de Arte do Brasil, organizou no Rio de Janeiro cursos intensivos de Arte Educação. Sua atuação influenciou o ensino da Arte Educação em direção ao andamento da criatividade, que caracterizou o Modernismo em Arte Educação. Com a sua sabedoria e atuação dedicada à arte-educação, nos faz refletir sobre os grandes benefícios quando incluída nas instituições de ensino (BARBOSA e COUTINHO, 2011). Para Varela (2001), os vários contextos de escolas são:

Escola com ou sem criatividade. Escola e anti-escola. Ou nada ainda, Escola de Humanos e Escolas de Robôs. E por que não a Escola do Homem Criativo para a redenção do robô? Imagens não inspiradas na ficção científica, mas na filosofia da educação pela Arte, vinda de Herbert Read. Resumem também a imagem que temos da escola onde sempre encontramos o Homem - em seu poder de expressão simbólica, em sua dimensão criativa, „o homem”, que na visão poética de L. Pawels, „para estar presente precisa transformar-se em contemporâneo do futuro”. Ora, a formação do professor em processo criativo não seria tema mais globalizador se concentrasse nossos interesses comuns? (VARELA, 2001, p. 181).

Em 1971, novas leis ditavam que as crianças menores de 7 anos deveriam receber educação em jardins de infância e propostas de trabalho foram elaboradas para atender as crianças de baixa renda. Neste mesmo ano, inicia-se o uso nas escolas brasileiras da expressão "o ensino da Arte", pois antes era chamado de "o ensino do desenho". Havia um curso preparatório para o ensino de artes chamado de professorado de desenho. Ainda em 1971, a Lei nº. 5.692/71 tornou o ensino de Artes obrigatório nas instituições de ensino. Em 1976, criou-se um curso para professores de educação artística, tradução literal do americano "art education". Tem-se o entendimento da Arte como „design”, utilidade da vida doméstica, porém, o cotidiano da Arte nas instituições de ensino é trabalhado de outra maneira (BARBOSA, 1989).

O ensino da Arte percorre por um período de livre expressão, com técnicas e materiais variados (giz de cera, nanquim, vela, etc.) supondo-se que se os alunos sabem utilizar esses materiais, eles sabem se expressar no mundo da Arte. Desta forma, a arte-educação foi colocada como extremamente tecnicista, incluindo o desenho geométrico. No entanto, por outro lado, influenciado pela psicologia e pelas ideias construtivistas, surgiram oportunidades para a criança se expressar livremente, sem modelos prontos, incentivando sua criatividade (BARBOSA, 1975).

“Desde a virada do século manteve-se a crença de que as crianças possuem impulsos internos profundamente enraizados, os quais devem ser apenas estimulados para um glorioso desdobramento criativo” (WILSON E WILSON, 2008, p.59).

Este foi um momento histórico de aproximação do que se fazia na escola de Artes visuais e

na escola básica, devido à questão da livre expressão. Porém, enquanto os artistas estudavam para chegar nessa fase, na escola era incentivado o fazer o fazer livre. Durante o Modernismo, o Expressionismo era o movimento artístico utilizado, que objetivava a expressão da interioridade do ser humano, sem preocupação com a reprodução do real, do mundo ao seu redor. O receio da cópia tentava evitar a imagem da Arte dentro das salas de aula, para que as crianças não tentassem copiar e se contaminassem pela ideia da Arte já pronta, sendo que esta vem de dentro (BARBOSA, 1975).

Já no início do século XXI, o que se tem como base é a abordagem triangular, estabelecida por Ana Mae Barbosa. Consiste em uma sistematização que permeia todos os caminhos metodológicos que se possa criar para ensinar Artes, principalmente as visuais. A abordagem triangular iniciou-se pela insatisfação dos estudantes, que apesar de ter presenciado muitas aulas de artes durante sua vida escolar, ainda não sentiam segurança de entrar em um museu e compreender o assunto ali exposto, o que os impedia de usufruir da arte. A abordagem triangular consiste em ver, fazer e contextualizar a Arte, podendo começar por qualquer um deles, não existindo hierarquia (GUERSON, 2010).

(...) Não podemos dispensar a estética de dar uma definição geral da Arte, nem mesmo se tomarmos por base a suposição de que toda definição geral é absolutização de uma concepção particular e acaba por prescindir da experiência. A filosofia tem precisamente a tarefa de chegar a conclusões teóricas universais, extraindo os seus dados da experiência, (...). A universalidade do resultado não fica em nada comprometida pela inexaurível infinidade da experiência e pela historicidade do âmbito de experiência que cada filósofo dispõe, embora se torne infinitamente mais árdua pela necessária consciência crítica que daí provém. À abertura e à historicidade da experiência fazem face a abertura e a historicidade da filosofia (PAREYSON, 2001, p.5-6).

Por meio dessa reflexão, podemos nos conscientizar das contribuições filosóficas, como a de Guerson (2010, p.12) que explica: „(..) o trabalho na área da Estética exige o lidar com a „consciência crítica“, ante as contínuas „abertura“ e „historicidade“ da experiência, enquanto Barbosa destaca o vínculo do desenvolvimento da capacidade criadora em prol da modificação da realidade social“. Barbosa (2007) esclarece esse vínculo com as palavras: “Se pretendemos uma educação não apenas intelectual, mas principalmente humanizadora, a necessidade da Arte é ainda mais crucial para desenvolver a percepção e a imaginação, para captar a realidade circundante e desenvolver a capacidade criadora necessária à modificação desta realidade” (BARBOSA, 2007 apud GUERSON, 2010, p.12).

Na Arte Contemporânea, ainda se vê a maioria das pessoas não sabendo usufruir da Arte do mesmo modo como acontece hoje. As pessoas ainda têm dificuldade de entender a Arte, em parte pela formação dos professores, dos pais e das pessoas de maneira geral, e grande parte por não se ter uma efervescência cultural na vida das pessoas. Se houver a predominância que aconteça o conhecimento da Arte apenas por meio das instituições de ensino, a demora será um pouco maior, embora seja papel da escola transmitir seu conhecimento. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1996 inicialmente não incluía a obrigatoriedade do ensino de Artes, o que levou a luta da classe dos arte-educadores para que essa obrigatoriedade permanecesse (BARBOSA, 2011).

## **2.2 Educação Infantil: direitos da criança e deveres do governo**

Educação Infantil é um direito da criança, e isto implica em deveres do governo, isto é amparado por lei, na própria Constituição Federal: a Educação Infantil em creches e pré-escolas passou a ser um dever do Estado e um direito da criança (BRASIL, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, ou ECA (BRASIL, 1990) destaca o direito da criança ao atendimento em creches e pré-escolas; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394, promulgada em dezembro de 1996, estabelece de forma incisiva o vínculo entre o atendimento às crianças de zero a seis anos e a educação (BRASIL, 1996).

Uma vez que a Educação Infantil é amparada por lei, a LDB especifica com muita precisão a forma de atendimento às crianças neste período de Educação Infantil:

Título III, do direito à Educação e do Dever de Educar, art. 4º, IV: “O • dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade.”; título V, capítulo II, seção II, art. 29: A educação infantil é considerada • a

primeira etapa da educação básica tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade.; título IX, Das Disposições Transitórias, art. 89: "As creches e pré-escolas • existentes ou que venha a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino."; título IV, art.11, V: "Os Municípios incumbir-se-ão de: (...) oferecer a • educação infantil em creches e pré-escolas e, em prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino."; art. 9º, IV: "A União incumbir-se-á de (...) estabelecer, em colaboração, com os Estados, O Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil (...) que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum (BRASIL, 1996, p.2-5, 11, 27).

Ainda de acordo com a LDB, no parágrafo segundo do artigo 26: "O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação infantil e do ensino fundamental, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos" (BRASIL, 1996, p.9). Por meio desta lei as crianças podem expressar suas emoções, imaginações, sentimentos, suas aprendizagens de forma artística (BRASIL, 1996).

Em 1996 foi realizada uma pesquisa no Brasil, a respeito da Educação Infantil que estabeleceu um documento designado Proposta Curricular Pedagógica, em diversas regiões no Brasil. Por meio desta pesquisa, ocorreu o surgimento do documento Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil, ou RCNEI (BRASIL, 1998).

O RCNEI é um documento governamental e está ligado à orientação quanto ao procedimento na educação infantil: "Nesta perspectiva o uso deste documento só tem sentido se traduzir a vontade dos sujeitos envolvidos com a educação das crianças sejam pais, professores, técnicos e funcionários, de incorporá-los no projeto educativo da instituição à qual estão ligados" (BRASIL, 1998, p.14).

### **2.3 A arte na Educação Infantil como unidade curricular**

O Governo elaborou um guia de orientação pedagógico para os professores, o RCNEI (Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil), como apoio da elaboração de aulas e projetos na Educação Infantil. O RCNEI contém três volumes:

O volume I relata orientação sobre creches e pré-escolas, analisando o ponto de vista das crianças, da educação, da instituição e do profissional, além de definir a organização de documentação agrupando neste volume denominado de Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo. O volume II comenta sobre a formação pessoal e social, e trabalha a construção da Identidade e Autonomia das crianças. O volume III contém o conhecimento de mundo e há seis documentos orientando a construção da Linguagem Oral e Escrita, Música, Movimento, Artes Visuais, Natureza e Sociedade e Matemática (BRASIL, 1998).

O volume III do RCNEI, cujo âmbito é a experiência e conhecimento de mundo, traz o eixo de trabalho das Artes Visuais, o de maior importância para o presente trabalho (BRASIL, 1998).

A Educação Infantil, por meio das Artes Visuais, faz parte do cotidiano infantil no quesito educação, em vários aspectos: higienizar as mãos, limpeza dos dentes, respeito ao próximo, trânsito, datas comemorativas do ano, aprendizado numérico, alfabeto e cores, a música é seguida de acompanhamento gestual e expressado pelas crianças. A Arte está representada no cotidiano das crianças no desenhar, nas garatujas, nas brincadeiras, nos objetos encontrados (areia, pedras, flores, embalagens, gravetos, carvões, etc.) e na música. O RCNEI ainda coloca objetivos a serem desenvolvidos de acordo com a idade de cada criança:

Para as crianças de zero a três anos, a sua aprendizagem inclui manusear os objetos que estão ao seu redor, lidando com as formas e expressões da arte. Lidando com materiais artísticos como lápis, pincéis, tintas, giz de cera, etc.; utilizando texturas: areia, terra, argila, carvão, etc. O trabalho de artes com as crianças desta fase é ampliar possibilidades de expressões e comunicações (BRASIL, 1998).

As crianças de quatro a seis anos são criativas, gostam de inventar histórias, falar, conversar e brincar de faz de conta, inclusive começam a demonstrar que têm opinião e vontade. Portanto, o RCNEI traz como objetivo o incentivo para que a criança seja capaz de se aprofundar e se estender no interesse de suas próprias produções e das produções das outras crianças, e conhecer diversas obras artísticas. Produzir trabalhos artísticos como desenhos, modelagens, colagens, pinturas,

desenvolvendo o gosto, a produção e a apreciação do fazer artístico (BRASIL, 1998).

Inclui-se aqui a idade de seis anos, pois este documento foi elaborado antes das alterações realizadas em 2005 no Ensino Fundamental, da ampliação para nove anos de acordo com a lei nº 11.114 (BRASIL, 2005).

#### **2.4 O desenvolvimento infantil: aspectos físicos, cognitivos, emocionais, sociais e psicomotores**

Entre as várias definições de desenvolvimento humano, uma delas é o progresso das capacidades humanas, sendo este o sentido do desenvolvimento (ABIB, 2001). O desenvolvimento humano é dependente de sua história e de seu contexto, pois é influenciado por um conjunto de circunstâncias presente em dado momento, ao mesmo tempo em que influencia este mesmo conjunto. É flexível, pois possui capacidade de modificação que permite o aperfeiçoamento de habilidades. É vitalício, pois perpassa por todo o ciclo de vida humano. Além disso, o desenvolvimento é multidimensional, ou seja, em diferentes aspectos da vida, e multidirecional, buscando um equilíbrio entre o crescimento e o declínio (PAPALIA e FELDMAN, 2013).

O desenvolvimento infantil trata-se do desenvolvimento da criança entre zero e seis anos de idade, englobando aspectos físicos, emocionais, sociais, cognitivos e psicomotores, de maneira ordenada e relativamente duradoura. Focaremos este estudo nos aspectos do desenvolvimento de crianças de 4 e 5 anos de idade (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2005).

**Desenvolvimento físico:** o aspecto físico dessas crianças assume uma aparência delgada e atlética, porém, ainda sem distinção de sexo quando vistas de costas. Necessitam de menos horas de sono que a criança menor e aperfeiçoam capacidades previamente adquiridas como correr, saltar e desenhar. Iniciam a preferência para ser destro ou canhoto (PAPALIA e FELDMAN, 2013).

**Desenvolvimento cognitivo:** é o desenvolvimento do pensamento. De acordo com Bruner (1966 apud BEE, 1977), esse é o estágio icônico, em que a criança desenvolve a habilidade de representar objetos e eventos simbolicamente, mas nem sempre esse símbolo tem o mesmo significado para ela e para a sociedade. Já Piaget (1952 apud BEE, 1977) classifica como estágio pré-operacional, em que a criança possui o raciocínio transdutor, ou seja, uma relação causal entre duas coisas que acontecem ao mesmo momento. Ainda, a criança é basicamente egocêntrica, estando centrada em seu próprio ponto de vista, sem ter consciência disso (BEE, 1977).

**Desenvolvimento emocional:** neste período, a criança desenvolve a regulação emocional, que consiste no controle de suas emoções e dos relativos comportamentos. Também desenvolve a empatia, ou seja, a capacidade de identificar-se com o estado emocional do outro (BEE e BOYD, 2011).

**Desenvolvimento social:** esta fase caracteriza-se pela ampliação da exposição às influências sociais, e a tendência à autonomia, ajudando em tarefas da casa e se envolvendo mais com atividades da escola. Faz uso intenso da brincadeira de faz-de-conta e da fantasia, além de iniciar a participação em jogos competitivos (BEE, 1984).

**Desenvolvimento motor:** na segunda infância, há grandes avanços nas habilidades motoras grossa, como descer escadas alternando os pés e controle de lateralidade, e fina que envolvem coordenação entre olhar e mãos, como abotoar camisas, utilizar talheres e servir-se de água (PAPALIA e FELDMAN, 2013).

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica e documental descritiva, por meio da qual foi realizado um levantamento bibliográfico dos principais autores que escreveram sobre a Arte na Educação Infantil e o desenvolvimento humano na faixa etária entre 4 e 5 anos, como Amaral (2012), Barbosa e Pimentel (2011), Bee e Boyd (2011), Barbosa e Coutinho (2011), Papalia e Feldman (2013). Assim também, foi realizado um levantamento sobre o tema nos documentos oficiais do Ministério da Educação como o RCNEI e o Parecer do Conselho Nacional de Educação.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas (FONSECA, 2002, p. 32).

O presente trabalho visa uma reflexão dos estudos do problema e bibliografia ocorrendo de maneira teórica, por meio de diversos materiais utilizados em busca de estudo do tema pesquisado. A bibliografia se refere a uma trajetória de documentos teóricos consultados para adquirir mais

aprofundamento sobre o tema.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Segundo Fonseca (2002), a pesquisa documental também se relaciona e segue os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, por muitas vezes sendo difícil de diferenciar.

A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc (FONSECA, 2002, p. 32).

Ao desenvolver uma pesquisa, pode se utilizar tanto os dados quantitativos como qualitativos, aproveitando de cada um os dados que tem a oferecer, porém nosso objetivo foi desenvolver um estudo qualitativo.

Os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem. Embora difiram a forma e à ênfase, os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos. Pode-se distinguir o enfoque qualitativo do quantitativo, mas não será correto afirmar guardem relação de oposição (POPE e MAYS, 1995, p.42).

O presente artigo tem como objetivo geral compreender e explicitar a importância da Arte na Educação Infantil. Os objetivos específicos são abordar sistematicamente a história da Arte do início até a atualidade, ressaltar as informações sobre a Arte, os benefícios para o desenvolvimento das crianças em uma das fases de aprendizagem mais importantes.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 A arte e o desenvolvimento infantil**

A infância é uma das fases a ser mais explorada e de muita aprendizagem. Psicólogos e educadores, a partir de estudos, explicam que a hereditariedade influencia na parte cognitiva da criança, porém, também parte do desenvolvimento do intelecto depende de estímulos visuais apresentando cores e objetos, de estímulos táteis como texturas, formas e tamanhos diferentes, de estímulos auditivos com diversos tipos de sons, e motor, fazendo com que a criança desenvolva a psicomotricidade. A estimulação precoce desses processos desde o início da vida do ser humano se reflete na vida adulta (BARROS, 2008).

As Artes são elementos presentes em todas as sociedades e culturas, essenciais para o conhecimento, e fundamentais para o desenvolvimento psicossocial dos indivíduos. São uma linguagem, sendo uma importante forma de expressão e comunicação humana, justificando sua presença na Educação Infantil. No entanto, ainda é visto como um elemento externo ao sistema educativo, ao invés de parte integrante do currículo (GRUMAN, 2012).

O ensino da Arte possibilita o acesso à Arte, oportunizando o conhecimento e a linguagem expressiva, sendo este fundamental na educação de um país em desenvolvimento. Arte não é um enfeite, Arte é uma profissão, uma cognição. É uma forma diferente de interpretar e esclarecer o mundo, a imaginação, a realidade e o „eu“ interior. De acordo com o Parâmetro Curricular Nacional, a Arte é um progresso no pensamento artístico e uma concepção estética que identificam o próprio modo de ordenar e dar sentido às experiências humanas. O aluno desenvolve diferentes culturas ao produzir sua sensibilidade, imaginação, percepção, ao apreciar e conhecer formas artísticas (PALMEIRA, 2014).

Desenvolver atividades artísticas no processo educativo é fundamental para que aconteça a

internalização de regras, valores e cultura, assim como as representações sociais que fazem parte da formação da criança, seja corporal, social, psicológica e cultural, sendo estes alguns dos principais objetivos da educação. Um ponto importante a ser incentivado é a observação do mundo ao redor, como o meio ambiente e a sociedade em que a criança se insere, e da vida das pessoas, para que ela possa internalizar aspectos físicos e sociais do que a rodeia. Além disso, propiciar o contato com a arte favorece o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, social e emocional da criança, levando a aprendizagens significativas (COSTA e TEIXEIRA, 2009).

Para que a criança desenvolva todos os benefícios oferecidos pela Arte, é necessária uma grande e vigilante atenção nas peculiaridades de cada um, em todas as faixas etárias, visando neste momento, principalmente, o favorecimento da capacidade criativa. Sendo importante, assim, ressaltar que a presença da Arte na educação infantil é indispensável, já que a partir da produção de desenhos a criança desenvolve seu aspecto psicomotor, preparando-se para a escrita. A Arte está presente em todos os momentos do nosso cotidiano e as crianças a vivenciam naturalmente, conhecendo texturas ao passar a mão em tudo que vê, no rabisco feito na parede, brincando no quintal de casa. (COLETO, 2010).

Os conhecimentos e maneiras de aprender variam de cada criança, dependendo do ambiente em que vive, sua cultura, seu tempo, estímulos que recebe entre tantos outros acontecimentos. A cada dia vivido, a criança manifesta seus conhecimentos adquiridos em seus diversos momentos lúdicos. A prática da Arte na Educação Infantil tem um papel importante para a construção do indivíduo, já que quando trabalhada e estimulada desde os anos iniciais, a tendência é formar adultos que desenvolvam um maior senso crítico, criatividade, sensibilidade, valores, sentimentos, emoções, além de mostrar à criança a leitura de mundo e de si própria (COLETO, 2010).

A expressão plástica tem como principal objetivo expor as emoções e sentimentos, sendo que na Educação Infantil, o que importa é o ato de criar e de se expressar, é o desenvolvimento das capacidades e necessidades, e não o que foi criado. Portanto, a Arte deve ser experimentada de acordo com a necessidade das crianças, e assim realizando uma verdadeira educação artística. "(...) as Artes Plásticas que estão ao serviço da criança e não esta que está ao serviço das Artes Plásticas" (SOUSA, 2003 apud GUERREIRO, SOUSA e LUDOVICO, 2012, p.38).

Estudos revelaram que as crianças expostas à música e ao treino musical, possuem habilidades cognitivas mais desenvolvidas do que aqueles que não foram expostos. Além disso, as aulas de música, que estimulam a percepção dos elementos sonoros, desenvolvem habilidades linguísticas e motoras, e até mesmo favorecem o desenvolvimento da inteligência, elevando o Q.I. (Quociente de Inteligência) (EUGÊNIO, ESCALDA e LEMOS, 2011). A dança é uma das mais antigas formas de expressão da Arte, refletida pela linguagem corporal. Associada ao lúdico, foi utilizada como método para estimular o desenvolvimento psicomotor, social e emocional, de forma prazerosa e significativa (CAMPOS, TEIXEIRA e GOELZER, 2014).

Explorando diferentes materiais a criança desenvolve a motricidade fina e grossa, e ao ser oferecida a possibilidade de escolha do tipo de atividade que a criança deseja realizar, de forma espontânea e sem influência do adulto, as habilidades sociais, a criatividade e a autonomia também são desenvolvidas. A criança que pinta é orientada por suas emoções e seus sentimentos, não sendo controlada por pensamentos racionais. Associando a Arte a atividades e jogos lúdicos, tem-se o desenvolvimento cognitivo e emocional, pois o jogo permite a interpretação de mundo e de si própria pela criança, utilizando a imaginação e a exploração. (GUERREIRO, SOUSA e LUDOVICO, 2012).

Guerreiro, Sousa e Ludovico (2012), através de seus estudos, chegaram à conclusão que a Arte permite à criança desenvolver-se como um todo, em seus diferentes aspectos, expressada nas seguintes palavras:

A criança ao desenhar está a exercitar os movimentos da mão, do braço e dos dedos. Desenvolvendo as suas capacidades de coordenação visuoneuromotora, desenvolve também, as suas capacidades cognitivas, através do uso da sua criatividade e raciocínio lógico. Expande ainda o seu desenvolvimento emocional e sentimental, ao expressar-se plasticamente, e o sócio-cultural através das relações que estabelece com os materiais e com os que a rodeiam (GUERREIRO, SOUSA e LUDOVICO, 2012, p.44).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Arte permite ao indivíduo explorar seu pensamento crítico, desenvolvendo processos fundamentais na vida humana. O presente artigo teve como objetivo fazer uma reflexão sobre o conceito da Arte como disciplina na Educação Infantil e os benefícios que favorecem ao

desenvolvimento da criança. Na infância as descobertas são constantes, a imaginação é instigada e a cada momento são vivenciados os primeiros acontecimentos, gerando as experiências da vida adulta, fazendo com que o cognitivo, psicomotor, social e emocional da criança se desenvolvam constantemente.

Sabendo da importância da Arte no desenvolvimento dos processos mentais, a partir da análise de estudos, foi possível refletir sobre suas contribuições a respeito do tema. Ao trabalhar as cores, texturas, desenhos, por meio das expressões e muitas outras oportunidades proporcionadas, compreende-se a necessidade de reconhecer a Arte como disciplina, pois o que ela transmite está muito além do papel e da tinta, é a expressividade dos sentimentos e emoções.

Perante tantas informações e estudos de um tema tão amplo, que pode ser abrangido em diversos assuntos e tanto contribui para nossa aprendizagem, este artigo abre a possibilidade de se trabalhar o tema de forma prática. Deste modo, a pesquisa necessita de mais aprofundamento. No entanto, este artigo não tem a pretensão de esgotar o tema, e sim abrir a possibilidade para a realização de uma prática na Educação Infantil por meio de um Projeto de Arte, que constituirá a próxima etapa desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ABIB, J.A.D. Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.14, p.107-117, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/prc/v14n1/5211.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

AMARAL, A. O modernismo brasileiro e o contexto cultural dos anos 20. **Revista USP**, São Paulo, n.94, p.9-18, jun./jul./ago., 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/45021/48633>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

BARBOSA, A.M. **A imagem no ensino da arte**. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. Arte-Educação no Brasil: realidade hoje e expectativas futuras. **Estudos avançados**, São Paulo, v.3, n.7, set./dez., 1989.

\_\_\_\_\_. **Teoria e prática da educação artística**. São Paulo: Cultix, 1975. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/103218488/Barbosa-Ana-Mae-Teoria-e-Pratica-da-Educacao-Artistica>>. Acesso em: 4 nov. 2016.

BARBOSA, A.M.; COUTINHO, R.G. **Ensino da arte no Brasil: aspectos históricos e metodológicos**. São Paulo: UNESP/REDEFOR, 2011. Disponível em: <[http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40427/3/2ed\\_art\\_m1d2.pdf](http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40427/3/2ed_art_m1d2.pdf)> Acesso em: 8 nov. 2016.

BARBOSA, A.M., PIMENTEL, L.G. **História do ensino da arte no Brasil**. Direção: Filipe Chaves. Produção: Edgar Paiva, Filipe Chaves, Gabriela Gontijo. Local: Belo Horizonte, 2011. 20'27". Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=KyjPjAM784o](http://www.youtube.com/watch?v=KyjPjAM784o)>. Acesso em: 29 out. 2016.

BARROS, C.S.G. **Pontos de psicologia do Desenvolvimento**. São Paulo: Ática, 2008.

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1977.

\_\_\_\_\_. **A pessoa em desenvolvimento**. São Paulo: Harbra, 1984.

BEE, H.; BOYD, D. **A criança em desenvolvimento**. 12.ed. São Paulo: Artmed, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado, Brasília - DF, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providência**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1990.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

Diário Oficial da União. Brasília - DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 11.114/2005, de 16 de maio de 2005. **Tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade.** Diário Oficial da União. Brasília - DF, 16 maio 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, J.; TEIXEIRA, E.F.; GOELZER, M.M. Arte, infância e formação de professores. 2014. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/Arte.-inf%C3%A2ncia-e-forma%C3%A7%C3%A3o-de-professores.aspx>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

COLETO, D.C. A importância da arte para a formação da criança. **Revista Conteúdo.** Capivari, v.1, n.3, jan./jul., 2010. Disponível em: <<http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/viewFile/35/34>>. Acesso em 15 nov. 2016.

COSTA, H.M.; TEIXEIRA, C.B. A arte na educação infantil: possibilidade real de lúdico e desenvolvimento. In: **Revista da Católica.** Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 169-186, 2009. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n2/14-PEDAGOGIA-03.pdf>> Acesso em 13 nov. 2016.

EUGÊNIO, M.L.; ESCALDA, J.; LEMOS, S.M.A. Desenvolvimento cognitivo, auditivo e linguístico em crianças expostas à música: produção de conhecimento nacional e internacional. **Revista CEFAC.** São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcefac/2012nahead/124-11.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

FONSECA, S.M. **A hegemonia jesuítica (1549-1759).** Campinas: UNICAMP/Faculdade de Educação, 2006. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo\\_pombalino\\_intro.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html)> Acesso em: 08 nov. 2016.

GRUMAN, M. Caminhos da cidadania cultural: o ensino de artes no Brasil. **Educar em Revista.** Curitiba, n.45, p.199-211, jul/set., 2012. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/17455/19414>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

GUERREIRO, M.F.; SOUSA, C.M.S.F.; LUDOVICO, O.M.A. **A influência das artes plásticas no desenvolvimento da expressão plástica nas crianças de 5/6 anos.** 2012. 147 f. Tese (Mestrado em Educação Pré-escolar) - Escola Superior de Educação e Comunicação, Universidade do Algarve, Faro. 2012.

GUERSON, M.; SPOLAOR, L.V. BARBOSA, A. M. e PAREYSON, L. Um diálogo em prol de “re-significações” sobre ensino/aprendizagem de artes visuais. In: **Revista Eletrônica Existência e Arte,** São João Del-Rei, a.V, n.V, jan./dez., 2010. Disponível em: <[http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/existenciaearte/Edicoes/5 Edicao/ana mae brasosa e luigi pareyson milena guerson.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/existenciaearte/Edicoes/5%20Edicao/ana%20mae%20brasosa%20e%20luigi%20pareyson%20milena%20guerson.pdf)>. Acesso em: 2 nov. 2016.

MACEDO, K.; KARLA, G. **A importância das artes na educação infantil.** Disponível em: <<http://www.tribunamt.com.br/2013/11/a-importancia-das-artes-na-educacao-infantil/comment-page-1/>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

NASCIMENTO, E.S.P.; TAVARES, H.M. As artes visuais na educação infantil: possibilidade real de lúdico e desenvolvimento. **Revista da Católica,** Uberlândia, v.1, n.2, p.169-186, 2009.

NASCIMENTO, M.I.M. **O império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889).** Campinas: UNICAMP/Faculdade de Educação, 2006. Disponível em:



<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo\\_pombalino\\_intro.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html)> Acesso em: 08 nov. 2016.

OLIVEIRA, Z.R. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Manual para vigilância do desenvolvimento infantil no contexto da AIDPI**. Washington: OPAS, 2005. Disponível em: <<http://dms.ufpel.edu.br/ares/bitstream/handle/123456789/65/vigilancia.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

PALMEIRA, T.S. **A arte na educação infantil: olhares que entrecruzam-se**. 2014. 20 f. Tese (Graduação em Pedagogia) - Departamento de Graduação e Pós-graduação, Faculdade Padrão, Goiás. 2014.

PAPALIA, D.E.; FELDMAN, R.D. **Desenvolvimento humano**. 12.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PAREYSON, L. **Os problemas da estética**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PIAGET, J. **Estudos sociológicos**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

POPE, C.; MAYS, N. Reaching the parts other methods cannot reach: an introduction to qualitative methods in health and health service research. **British Medical Journal**, n.311, p.42-45, 1995.

SECO, A.P.; AMARAL, T.C.I. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira**. Campinas: UNICAMP/Faculdade de Educação, 2006. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo\\_pombalino\\_intro.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html)> Acesso em: 08 nov. 2016.

SILVA, E.A. et al. Fazendo arte para aprender: a importância das artes visuais no ato educativo. **Pedagogia em ação**, v.2, n.2, p.1-117, nov. 2010.

VARELA, N. A formação do arte-educador no Brasil, In: BARBOSA, A.M. **História da Arte-educação: a experiência de Brasília**. São Paulo: Max Limonad, 1986.

\_\_\_\_\_. Movimento Escolinhas de Arte: imagens e ideias. In: FRANGE, L.B. **Noêmia Varela e a arte**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WILSON, B.; WILSON, M. Uma visão iconoclasta das fontes de imagem nos desenhos das crianças. In: BARBOSA, A.M. (org.). **Arte-educação: leitura no subsolo**. 7ed. São Paulo: Cortez, 2008.

**UM OLHAR SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO E O DIREITO DO CONSUMIDOR**

*A LOOK AT THE HISTORICAL CONTEXT OF CONSUMER RELATIONS AND CONSUMER LAW*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Direito, Trabalho e Serviço Social.

COELHO, Ana Paula de Fátima  
UEMG

Professora Doutora em Direito Civil /Pesquisadora  
apcoelho13@hotmail.com

MADEIRA, Lauriane Rezende  
UEMG

Acadêmica do Curso de Direito da UEMG/Passos  
laurianemadeira@gmail.com

**RESUMO:**

O consumo é inerente a todo indivíduo que compõe a sociedade, contemporânea ou antiga, em todas as épocas e em qualquer localidade diversificadas relações sociais consumeristas acompanham o ser humano ao longo de sua evolução, consumir é necessário à subsistência pessoal e social. A “sociedade de consumo”, fomentada pela massificação e diversificação do consumo é colocada como referência dentro do mundo econômico consumerista moderno. Como a sociedade possui relações de consumo desde sempre, se mostra necessário perfazer o caminho evolutivo de tais relações sociais para entendermos a importância de existir um Direito que as regule. A história nos trás grandes tesouros do passado e neles estão guardadas as soluções para a compreensão da evolução humana. Dessa forma é mister salientar que no Direito do Consumidor não poderia ser diferente, tornando essa busca por rastros históricos consumeristas instigante. É a partir do conhecimento que se obtém o progresso, possuímos hoje o CDC (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), norma micro sistêmica que regula e equilibra as relações de consumo, lei especial sintética e completa. Porém só tê-lo não é suficiente é preciso reconhecê-lo, através de suas entrelinhas, interpretando-o através da história que o trouxe até a contemporaneidade. Esse breve estudo faz com que percebamos que existe todo um percurso para a normatização consumerista se estabelecer, o consumo percorreu um longo caminho até a sua normatização. Assim, nesta explanação pretende-se reconhecer o percurso histórico evolutivo das relações consumeristas até o momento em que esses tratos ser firmaram como Direito do Consumidor.

**PALAVRAS-CHAVES:** Consumo, Direito do Consumidor, Relações de Consumo.

**ABSTRACT:**

Consumption is inherent in every individual that composes society, contemporary or ancient, in every age and in any locality diversified consumer social relations accompany the human being throughout its evolution, consuming is necessary for personal and social subsistence. The "consumer society", fostered by the massification and diversification of consumption is placed as a reference within the modern consumer economic world. As society has always had consumer relations, it is necessary to complete the evolutionary path of such social relations in order to understand the importance of having a Law that regulates them. History brings us great treasures of the past and in them are stored the solutions to the understanding of human evolution. In this way it is necessary to emphasize that in the Right of the Consumer could not be different, making this search for historical traces consumerist instigating. It is from knowledge that progress is achieved, today we have the CDC (Code of Protection and Consumer Protection), a microsystemic norm that regulates and balances consumer relations, synthetic and complete special law. But just to have it is not enough, it is necessary to recognize it, through its lines, interpreting it through the history that has brought it up to the present time. This brief study makes us realize that there is a whole path for consumer regulation to establish itself, consumption has come a long way until its normalization. Thus, in this explanation it is intended to recognize the evolutionary history of consumer relations until such

time as these deals have been signed as Consumer Law.

KEYWORDS: Consumption, Consumer Law, Consumer Relations.

## 1 INTRODUÇÃO

O estabelecimento das relações de consumo caminha atrelado à evolução humana e suas constantes mudanças. A sociedade mundial e suas multidiversificadas relações mudaram muito ao longo da história humana. O mesmo aconteceu com as relações de consumo.

No que tange aos aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais, tecnológicos, consumeristas mudou muito, sobretudo, ao longo dos séculos XX e o recém inaugurado século XXI, se acentuando principalmente nas últimas décadas.

Toda essa evolução repercutiu na vida das pessoas nas diversas comunidades, logo repercutiu de igual modo nas relações de consumo, também alcançando as mais distintas localidades.

No curso da evolução humana os homens sempre buscaram sobrevivência, perpetuação e desenvolvimento da espécie; para que esses intentos se concretizassem, o consumo em diversas escalas e apresentações sempre os acompanhou.

Não há como falar em sobrevivência, perpetuação e desenvolvimento, humano ou social, sem a efetivação de diferentes formas de consumo.

Equivocadamente existem ainda aqueles que atrelam o consumo ao exercício do capitalismo exacerbado e inconsequente. Esquecem que consumir é uma necessidade orgânica, consumir é uma condição de manutenção da vida humana e, por que não, da sociedade.

A experiência nos mostra que quanto mais desenvolvida é uma sociedade, mais desenvolvidas são as suas relações de consumo.

E para que esses intentos fossem alcançados, a saúde e o bem estar das pessoas começaram a ter cada vez mais destaque, principalmente quando da efetivação das vitais formas de consumo.

Paulatinamente foi despertando, individual e socialmente, a consciência que não adianta consumir por consumir, se a saúde, se a qualidade de vida e o bem estar das pessoas não se apresentarem. Portanto, a saúde, a qualidade e o bem estar, particular e social, assim como o consumo, são essenciais a cada pessoa, e a sociedade como coletividade de pessoas, interesses e necessidades.

Falamos constantemente de consumo, consumir, consumidores, mas sabemos realmente o que significam esses termos e quais são suas relações, contradições e consequências?<sup>1</sup>

Podemos crer que cada sociedade, em todas as épocas, buscou desenvolver diversificadas atividades ligadas ao consumo. E visando concretizar o anseio pela concretização do bem comum da sociedade os homens que a compõem buscam a qualidade de vida, sempre que possível corroborada pelo Estado.

E essa preocupação com a qualidade de vida, seja por parte dos particulares ou do Estado, alcança igualmente as relações de consumo.

A **qualidade de vida** é certamente o que almejam todos os seres humanos, razão pela qual o *bem comum*, como já visto, fim último da existência do próprio Estado, como sociedade política, confunde-se com essa própria busca, já que não existe mercado sem consumidor, sendo a recíproca rigorosamente também verdadeira.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> GHERSI, Carlos Alberto. **A sociedade de consumo como processo sócio-econômico**. Revista TRF 3ª Região. São Paul. Vol. 77, maio/junho 2006. p. 2.

<sup>2</sup> FILOMENO, José Geraldo Brito. **Curso fundamental de direito do consumidor**. 2. ed. São Paulo, 2008, p. 8.

As relações de consumo, efetivas ou presumidas, são a marca registrada da sociedade moderna, comumente denominada de sociedade de consumo. Estamos cercados por diversificadas relações de consumo no cotidiano de nossas vidas.

Embora o consumo tenha sempre acompanhado o ser humano ao longo de sua evolução e desenvolvimento, as relações de consumo ganharam novos contornos e reflexos nos últimos séculos pelo acompanhar de leis cada vez mais específicas e contextualizadamente elaboradas.

Estas relações tornaram-se cada vez mais ocorrentes em virtude do crescimento da indústria, do aprimoramento do comércio, da implementação de novas técnicas de produção e comercialização, do desenvolvimento dos meios de comunicação e informação, da liberação de créditos e políticas estatais de incentivo ao consumo, da diversificação da prestação de serviços, da publicidade indutora dentre inúmeras outras ocorrências cotidianas.

As incontáveis e diversificadas relações sociais vividas pelas pessoas ao longo de suas existências quando repercutem no Direito tornam-se relações jurídicas.

A relação jurídica corresponde ao vínculo que une duas ou mais pessoas em torno de objetos e objetivos que interessam ao Direito, caracterizando uma como sujeito ativo e a outra como sujeito passivo da relação, ambas com direitos e obrigações.

Na relação jurídica se uma das partes se enquadrar no conceito de consumidor e, a outra, no conceito de fornecedor, conforme as definições jurídicas e entre elas existir nexos de causalidade capaz de obrigar uma a entregar a outra um produto ou a prestação de um serviço estaremos diante de uma relação jurídica de consumo, logo, estaremos diante da aplicação do Código de Defesa do Consumidor com todos os seus reflexos .

A relação jurídica é um vínculo que une duas ou mais pessoas caracterizando-se uma como o sujeito ativo e outra como passivo da relação. Este vínculo decorre da lei ou do contrato e, em consequência, o primeiro pode exigir do segundo o cumprimento de uma prestação do tipo dar, fazer, ou não fazer. Se houver incidência do Código de Defesa do Consumidor na relação, isto é, se uma das partes se enquadrar no conceito de consumidor e a outra no de fornecedor e entre elas houver nexos de causalidade capaz de obrigar uma a entregar a outra uma prestação, estaremos diante de uma relação de consumo.<sup>3</sup>

Daí surge a necessidade de se estabelecer e conceituar de forma mais aprofundada pelo Direito, e pela sociedade, os personagens das relações de consumo, ou seja, o consumidor e o fornecedor. Conhecer os elos essenciais de toda e qualquer relação de consumo é fundamental.

É essencial conhecer os artifícios da relação de consumo para melhor informá-los e adequadamente conscientizá-los quanto a utilização e aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Para a aplicação do CDC é necessário a identificação da relação jurídica de consumo.

Assim, consumidor segundo a legislação consumerista brasileira é toda pessoa, o sujeito de Direito em nosso ordenamento jurídico, não importando se natural ou jurídica, que adquire ou contrata o fornecimento de produto ou a prestação de serviço para a sua própria utilização como destinatário final, ou seja, sem ter o interesse de repassar este produto ou serviço a terceiros<sup>4</sup> ou de auferir lucros; consumidor corresponde ainda a coletividade de pessoas que haja intervindo na relação de consumo – art. 2º, CDC.

Compondo a relação de consumo, o fornecedor é o agente ofertante de bens e serviços, pessoas físicas ou jurídicas, microempresas, firmas individuais ou sociedades comerciais ou civis que atuam no mercado de consumo. É aquele que oferece produtos e serviços no mercado de consumo, pessoa natural ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira – art. 3º, CDC.

<sup>3</sup> MARTINS, Plínio Lacerda. **O conceito de consumidor no direito comparado**. Jus Navigandi, Teresina, ano 5, n. 49, fev. 2001. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=691>>. Acesso em: 10/07/2018. p.11.

<sup>4</sup> Caso o produto ou o serviço adquirido ou contratado for empregado como insumo, componente, valor agregado a outros produtos ou serviços da linha de produção ou comercialização descaracterizada estará a figura de consumidor.

Consumidor e fornecedor formam assim, atrelados a oferta de um produto ou a prestação de serviços, os personagens vetores da legislação de proteção e defesa do consumo<sup>5</sup>.

As relações de consumo (relações jurídicas entre fornecedor e consumidor tendo como objeto o produto ou o serviço) estavam desequilibradas no mercado, estando o consumidor sem recursos legais hábeis a torná-lo tão forte quanto o fornecedor. O Código veio para regulamentar essa relação, criando mecanismos para que se torne equilibrada, evitando a prevalência de um em detrimento do outro sujeito da relação de consumo. Em suma, o Código não veio para punir o empresário, mas para dotar o consumidor de maior poder de negociação quando da patologia da relação de consumo.<sup>6</sup>

Na falta de qualquer um desses personagens da relação jurídica de consumo, ou na desvirtuação de suas práticas descaracterizada estará a relação de consumo, comprometida estará a aplicação do CDC.

Em que pese a possibilidade da aplicação de outras normas para as relações negociais e contratuais que não se apresentarem como de consumo, o CDC incidirá quando da concretização da relação de consumo com todos os seus contornos e características.

Ambos os personagens consumeristas apregoados pelo CDC, consumidor e fornecedor, são cidadãos, isto é, vivem em sociedade, e como tal é fundamental que estejam conscientizados quanto aos seus direitos e deveres nas práticas de consumo nas relações que atuam. Do contrário, sem a conscientização dos cidadãos consumidores, pouco eficaz será a legislação consumerista.

## 2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

Delimitar com exatidão o momento em que o consumo surge não é possível, ao mesmo passo que classificar em si o que é consumo se torna também complexo. É pertinente fazer um realce nesse momento, existe a distinção entre se findar o consumo e o mesmo ser reconhecido como Direito.

A troca, conhecida historicamente como “toma lá, dá cá” é um ato praticado desde os primórdios e tem direta relação com o consumo, que pode ser caracterizada como uma importante inicial relação de consumo.

JORGE, BRASIL & FERREIRA (2013) enfatizam que os fenícios – povos de origem semita a 3000 a.C. ficaram marcados por praticar o escambo, uma forma de comercialização, onde há comércio, isto é onde se efetiva o consumo. Assim nota-se como a relação de consumo não é nada recente e nem mesmo moderna já que povos há milhares de anos a praticavam. O que é novo é dar tratamento especial à relação fornecedor e consumidor.

VIEIRA (2012) alerta para o fato de que no Código de Hamurabi (2800 a.C.) é possível identificar fortes traços da preocupação do legislador em proteger tudo que se referia a segurança, à saúde e a qualidade de serviços prestados. Vide algumas Leis do mencionado Código:

Lei 233. Se um construtor construir uma casa para outrém, e mesmo a casa não estando completa, as paredes estiveram em falso, o construtor deverá às suas próprias custas fazer as paredes da casa sólidas e resistentes.

Lei 235. Se um armador (construtor de navios) construir um barco para outrem, e não fizer um bom serviço, se durante o mesmo ano aquele barco ficar à deriva ou for seriamente danificado, o armador deverá consertar o barco às suas próprias custas. O barco consertado deve ser restituído ao dono intacto.

<sup>5</sup> Elementos subjetivos (as partes do consumo, consumidor/fornecedor) e elementos objetivos (objetos do consumo) formam as relações de consumo, assim como o elemento teleológico, ou seja, a finalidade da aquisição do produto ou do serviço para o consumo.

<sup>6</sup> SANTIAGO, Luciano Sotero. O Código de Defesa do Consumidor como Lei Principlológica. Material da 1ª aula da Disciplina Teoria Geral dos Direitos do Consumidor, ministrada no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu TeleVirtual em Direito do Consumidor - Anhanguera - UNIDERP|REDE LFG. p. 2.

Dentre os trechos citados notam-se várias ligações com as normas consumeristas da atualidade, tomemos como exemplo o acima apresentado art. 233 que possui total ligação com o que hoje é tratado em nosso código consumerista como vício redibitório.

É possível identificar também que desde sempre existia a disparidade entre fornecedor e consumidor era reconhecida, assim como era reconhecido a vulnerabilidade do consumidor que necessitava ser protegido, pois nos artigos analisados é perceptível a acolhida da pretensão do consumidor em relação aos prestadores de serviços que não cumpriam com suas obrigações de forma coerente.

Segundo CARVALHO NETO (2010, apud SIMÕES 2009) é pertinente destacar que na Índia antiga o Código de Manu também resguardava os consumidores, penalizando os vendedores que por motivos indevidos adulterassem os alimentos destinados para o comércio, poderia ser sancionado com multa, punição e também ressarcimento de danos quem porventura viesse a falsear produtos de gêneros alimentícios ou até mesmo se entregasse a mercadoria diferente do que tivesse sido acertado entre as partes.

CARVALHO NETO (2010), ressalta ainda que tais normas presentes no Código de Manu são totalmente atuais, pois afirmam o artigo 7º da Lei n. 8.137/90 e também pelo próprio CDC, onde também são reprimidos tais atos.

Art. 7º Constitui crime contra as relações de consumo:

I - favorecer ou preferir, sem justa causa, comprador ou freguês, ressalvados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores;

II - vender ou expor à venda mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso ou composição esteja em desacordo com as prescrições legais, ou que não corresponda à respectiva classificação oficial;

III - misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, para vendê-los ou expô-los à venda como puros; misturar gêneros e mercadorias de qualidades desiguais para vendê-los ou expô-los à venda por preço estabelecido para os demais mais alto custo;

IV - fraudar preços por meio de:

a) alteração, sem modificação essencial ou de qualidade, de elementos tais como denominação, sinal externo, marca, embalagem, especificação técnica, descrição, volume, peso, pintura ou acabamento de bem ou serviço;

b) divisão em partes de bem ou serviço, habitualmente oferecido à venda em conjunto;

c) junção de bens ou serviços, comumente oferecidos à venda em separado;

d) aviso de inclusão de insumo não empregado na produção do bem ou na prestação dos serviços;

V - elevar o valor cobrado nas vendas a prazo de bens ou serviços, mediante a exigência de comissão ou de taxa de juros ilegais;

VI - sonegar insumos ou bens, recusando-se a vendê-los a quem pretenda comprá-los nas condições publicamente ofertadas, ou retê-los para o fim de especulação;

VII - induzir o consumidor ou usuário a erro, por via de indicação ou afirmação falsa ou enganosa sobre a natureza, qualidade do bem ou serviço, utilizando-se de qualquer meio, inclusive a veiculação ou divulgação publicitária;

VIII - destruir, inutilizar ou danificar matéria-prima ou mercadoria, com o fim de provocar alta de preço, em proveito próprio ou de terceiros;

IX - vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo;

Pena - detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, ou multa.

Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II, III e IX pune-se a modalidade

culposa, reduzindo-se a pena e a detenção de 1/3 (um terço) ou a de multa à quinta parte. (BRASIL, 1990)

É pertinente como cada civilização possui uma forma particular de dar tratamento as coisas, mas dentro das relações consumerista é possível encontrar uma forma linear de pensamento, o que nos aproxima da contextualidade.

CARVALHO NETO (2010) esmiúça a História do Direito para detectar formas de tratamento que podem ser pareadas com as relações de consumo da contemporaneidade, e encontra na Lei das XII Tábuas romanas que o fornecedor somente respondia pelos defeitos que conhecia, pois o negócio era findado com o produto no estado que se encontrava.

PEDRON & CAFFATARE (s.d.) mostram que no período Justiniano mesmo que o vendedor não tivesse conhecimento do vício do produto (defeito) ele era responsabilizado, “as ações redibitórias e *quanti minoris* eram instrumentos, que amparadas à Boa-Fé do consumidor, ressarciam este em casos de vícios ocultos na coisa vendida. Se o vendedor tivesse ciência do vício, deveria, então, devolver o que recebeu em dobro” (PEDRON & CAFFATARE, s.d.).

É interessante analisar que houve uma evolução entre os períodos supracitados, o que comprova mais uma vez que a evolução consumerista é constante.

O consumo é algo que se perpetuou, as pesquisas de como era tratado esse ato há tempos ainda são muito escassas, mas o pouco que se tem possui grande peso e influência na forma como conhecemos o Direito do Consumidor nos dias atuais.

PEDRON & CAFFATARE fazem menção que há estudos que apontam que há depoimentos de Cícero (Século I a.C.) onde dava segurança sobre vícios ocultos na mercadoria a ser vendida, caso o vendedor mentisse sobre alguns características do produto a ser comercializado. Os autores sem acompanhar uma linha de tempo mostram peculiaridades de épocas que valem a pena serem destacadas: como na França de Luiz XI(1481), onde era punidos severamente com banho escaldante aquele que vendesse manteiga com pedra no fundo para aumentar o peso do produto.

Nota-se como o consumo é um tema antigo e atual, no qual a tendência é sempre aumentar, os tipos de relações e as formas de tratá-las com certeza mudaram de acordo com a sociedade, tendo vários fatores influenciando, como a cultura, a tradição, a tecnologia. Mas o que é tido como certeza é que as relações de consumo sempre estarão presentes.

### 3 RECONHECIMENTO DO CONSUMO COMO DIREITO NO BRASIL

Refletir os atos em sociedade é papel do Direito, na medida em que a sociedade necessita de tal regulamentação o Direito abarca nesse trabalho para então exercer sua função. No caso do Direito do Consumidor como vemos acima é uma relação que existe a milhares de anos, mas que chegou um momento mesmo que tardio, que foi inevitável sua normatização. O que antes era englobado dentro do Direito Civil foi reconhecido com um Direito próprio e autônomo dotado de características únicas.

O período pós-Revolução Industrial, com maiores demandas devido o crescimento populacional, gerou a chamada produção em série (*standartização*), com objetivo de aumentar a oferta de cada vez mais produtos e serviços para a população.

NUNES (2009) coloca que a partir dessa produção em série houve uma diminuição drástica no preço para se tornar possível o consumo e essa produção veio dando certo e se intensificou a partir da Segunda Guerra Mundial, tendo como resultado a “sociedade de consumo”.

SAAD (2006,p 35), destaca que “com a Revolução Industrial e a produção em massa, as situações em que o consumidor precisava ser amparado tornaram-se mais numerosas e mais complexas, o que motivou a transformação do regramento legal específico”.

NUNES (2009) ressalta que nesse modelo de produção, a sociedade capitalista se colocava de forma unilateral na produção e no fornecimento, o que implica na elaboração de um modelo contratual para toda a produção, um contrato em massa. Hoje identificamos melhor essa temática como contrato de adesão.

Mas até 1991, no Brasil o Código Civil regulava todas essas questões afetas as “relações de consumo”, o que causava grandes problemas entorno das relações sociais de consumo. “Passamos a interpretar as relações jurídicas de consumo e os contratos com base na lei civil, inadequada para tanto e, como isso se deu durante quase todo o século XX, ainda temos dificuldades em entender o CDC em todos seus aspectos.” (NUNES, 2009, p.5)

Na esfera Constitucional somente foi reconhecido a defesa ao Direito do Consumidor na década de oitenta com a Constituição Federal, diante do exposto em seu art. 5º, inciso XXXII. Dentro do ADCT no art. 48 também foi estabelecido “O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação da Constituição, elaborará Código de defesa do consumidor.” Marcando assim o início de uma nova concepção legislativa ao que concerne o tratamento das relações de consumo.

Mas, mesmo a Constituição brasileira abrindo precedentes para a normatização consumerista, o CDC somente foi sancionado em setembro de 1990.

SPREA (s.d, p.15) elucida, que o CDC “revelando-se um sistema moderno, desde o início, sendo comparada com legislações de países desenvolvidos, tal lei passou a ser um “divisor de águas” entre os problemas inerentes da padronização das relações de consumo e a possível resolução destes, para toda a sociedade”.

## CONCLUSÃO

A sociedade contemporânea vem passando por constante interação em suas multifacetadas relações e por profundas modificações, reflexos das ocorrências da modernidade, a revolução tecnológica, a facilidade de comunicação entre os povos, a abertura dos mercados e do comércio, a concretização de programas sociais, as políticas integracionistas propostas pelos Governos em diferentes níveis são alguns exemplos de ocorrências que fomentam estas mudanças.

Dentre as multifacetadas relações sociais vivencias na modernidade destacam-se as relações de consumo pelos efeitos que geram, tanto na vida das pessoas, como no desenvolvimento da própria sociedade.

Visando atender ao fim a que se destina, o Direito como norma social reguladora do comportamento humano, objetivando a realização da justiça e a consolidação do bem comum, vivemos a necessidade de transformações e de adequações de nossas leis, conseqüentemente a necessidade de acompanhamento e aparelhamento de nosso Sistema Jurídico, bem como da participação ativa e concreta de toda a nossa sociedade.

Recentes leis foram promulgadas atendendo as clamantes necessidades modernas da população, nesse cenário se apresenta a sociedade brasileira a Lei nº 8.078/90, o Código de Defesa e Proteção do Consumidor.

Mas no que tange as relações de consumo, entendemos que precisamos de maiores análises e esclarecimentos não apenas das leis existentes, ou das que ainda estão por vir, mas necessitamos de maior interação das ocorrências práticas visando o devido regular das relações da modernidade; logo, mais que entender das leis vigentes devemos nos conscientizar da realidade que nos cerca.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial [da] República, Brasília, DF. 05 out. 1988. Promulga a Constituição de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%EA7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%EA7ao.htm)>. Acesso em: 15/08/2017.

CARVALHO NETO, Wolney Maciel de Carvalho. **Considerações sobre a evolução histórica dos direitos do consumidor**. Disponível em: <[http://www.conteudojuridico.com.br/artigo\\_consideracoes\\_sobre\\_a\\_evolucao\\_historica\\_dos\\_direitos\\_do\\_consumidor\\_29444.html](http://www.conteudojuridico.com.br/artigo_consideracoes_sobre_a_evolucao_historica_dos_direitos_do_consumidor_29444.html)>. Acesso em: 28/08/2017.



GHERSI, Carlos Alberto. **A sociedade de consumo como processo sócio-econômico**. Revista TRF 3ª Região. São Paul. Vol. 77, maio/junho 2006. p. 2.  
FILOMENO, José Geraldo Brito. **Curso fundamental de direito do consumidor**. 2. ed. São Paulo, 2008.

**LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm)>. Acesso em: 28/08/2017.

MARTINS, Plínio Lacerda. **O conceito de consumidor no direito comparado**. Jus Navigandi, Teresina, ano 5, n. 49, fev. 2001. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=691>>. Acesso em: 10/07/2018. p.11.

NUNES, Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

**O CÓDIGO DE HAMURABI**. (cerca de 1780 ANTES DA NOSSA ERA). Disponível em: <<https://historiablog.files.wordpress.com/2013/02/cc3b3digo-de-hamurabi.pdf>>. Acesso em: 28/08/2017.

PEDRON, Flávio Quinaud; CAFFARATE, Viviane Machado. **DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO CONSUMIDOR**. Disponível em: <[http://www.fmd.pucminas.br/Publicacoes/Publicacoes\\_Discente/DA%20EVOLU%C7%C3O%20HIST%D3RICA%20DO%20DIREITO%20DO%20CONSUMIDOR.htm](http://www.fmd.pucminas.br/Publicacoes/Publicacoes_Discente/DA%20EVOLU%C7%C3O%20HIST%D3RICA%20DO%20DIREITO%20DO%20CONSUMIDOR.htm)>. Acesso em: 28/08/2017.

SAAD, Eduardo Gabriel; SAAD, Osé Eduardo Duarte; BRANCO, Ana Maria Saad C.. **Código de defesa do consumidor comentado**. 6. ed. São Paulo: Ltr, 2006

SANTIAGO, Luciano Sotero. O Código de Defesa do Consumidor como Lei Principlológica. Material da 1ª aula da Disciplina Teoria Geral dos Direitos do Consumidor, ministrada no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu TeleVirtual em Direito do Consumidor - Anhanguera - UNIDERP|REDE LFG. p. 2.

**UMA REFLEXÃO TEÓRICA DA IMPORTÂNCIA DO TERCEIRO SETOR NO FOMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL**

*A REFLECTION OF THE IMPORTANCE OF THE THIRD SECTOR IN THE PROMOTION OF PUBLIC POLICIES FOR LOCAL AND REGIONAL DEVELOPMENT*

**Desenvolvimento Social e Políticas Públicas**

CARVALHO, Leandro Tonin de  
UNIFACEF - Centro Universitário Municipal de Franca  
Mestrando em Desenvolvimento Regional (2018); Graduado em Sistemas de Informação - UNIFRAN - (2006); Pós-Graduado em Gestão Estratégica de Negócios com ênfase em Marketing e Vendas - UNIFRAN (2007); Pós-Graduado em Administração de Empresas - FGV (2013); cursando MBA em Coaching para liderança e gestão de pessoas - Faculdade de Negócios Metropolitana (2018)  
[leandrotonin@yahoo.com.br](mailto:leandrotonin@yahoo.com.br)

BANDOS, Melissa Franchini Cavalcanti  
UNIFACEF - Centro Universitário Municipal de Franca  
Doutora em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo - FEA (2008);  
Prof.<sup>a</sup>. Titular no Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF.  
[melissafcb@gmail.com](mailto:melissafcb@gmail.com)

GUERRA, José Alfredo de Pádua Guerra  
UNIFACEF - Centro Universitário Municipal de Franca  
Doutor em Serviço Social pela UNESP  
Prof.. Titular no Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF.  
[josealfredo@facef.br](mailto:josealfredo@facef.br)

**RESUMO**

Destaca-se como objetivo desta pesquisa analisar o papel do Terceiro Setor nas políticas Públicas e sua influência para a promoção da qualidade de vida e o desenvolvimento local/regional. Para tanto, é necessário compreender, conhecer e delinear a relação dos protagonistas do poder público, social e privado como principais integrantes potenciais na promoção do desenvolvimento de suas localidades. Diante da conjuntura atual, marcada por grandes desafios, como a desigualdade social, desemprego, educação, saúde, moradia, transporte, e entre outros, se faz necessário compreender a realidade atual e o papel de cada dirigente na implementação de Políticas Públicas. Desta forma, a luz da compreensão desta gama de práticas e relações se faz necessário para visualizar as políticas agregadas e as relações estratégicas de sustentabilidade adotadas por esses setores (Estado, empresas e terceiro setor). Para o levantamento de dados, optou-se por pesquisas exploratórias com o levantamento bibliográfico, documental e dados secundários. Considerando-se os resultados obtidos dessa pesquisa, como fonte de aplicação, embasamento e regulamentação de gestores de órgãos públicos e privados. A partir dos resultados desta pesquisa, espera-se dar maior visibilidade e estimular a importância das ações de forma integrada e o papel da sociedade para alavancar o desenvolvimento em suas localidades (bairros/cidades/ regiões/ estados).

**Palavras-chave:** Terceiro Setor, Políticas Públicas, desenvolvimento local/regional.

## ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the role of the Third Sector in Public policies and their influence for the promotion of quality of life and local / regional development. Therefore, it is necessary to understand, to know and to delineate the relation of the protagonists of the public, social and private power as main potential members in the promotion of the development of their localities. Given the current situation, marked by major challenges, such as social inequality, unemployment, education, health, housing, transportation, and among others, it is necessary to understand the current reality and the role of each leader in the implementation of Public Policies. In this way, the light of the understanding of this range of practices and relations is necessary to visualize the aggregate policies and the strategic relations of sustainability adopted by these sectors (State, companies and third sector). For the data collection, we opted for exploratory research with bibliographical, documentary and secondary data collection. Considering the results obtained from this research, as source of application, foundation and regulation of managers of public and private agencies. Based on the results of this research, it is hoped to give greater visibility and stimulate the importance of actions in an integrated way and the role of society to leverage development in their localities (neighborhoods / cities / regions / states).

**Keywords:** Third Sector, Public Policies, local / regional development.

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, na conjuntura socioeconômica, nitidamente marcada por profundas desigualdades, o cenário atual do Brasil, país em desenvolvimento, representa com exímio este movimento global de segregação. Por um lado, nos últimos cem anos, avanços extraordinários nas áreas de ciência e tecnologia têm sido alcançados.

Contudo, paralelamente a estes avanços, questões capitais como pobreza, exclusão e desigualdade social continuam sem respostas satisfatórias para a sua complexidade. Concomitante a esta realidade social, os países e seus governantes reforçam seus discursos em torno do desenvolvimento enquanto estratégia para o crescimento econômico, avanço tecnológico e aprimoramento social.

Neste sentido, diante de grandes mudanças e transformações na conjuntura atual observa-se o crescimento do Terceiro Setor no âmbito mundial que se inicia no final dos anos 80 e início dos anos 90, é o fruto de diversas mudanças políticas, econômicas, sociais e tecnológicas que ocorreram no mundo ao longo das três décadas anteriores 60, 70 e 80.

Tal fato pode ser comprovado pelos resultados obtidos no ano de 2017 com a pesquisa intitulada pela ABCR - Associação Brasileira de Captadores de Recursos. Segundo o novo estudo realizado pelo IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, instituição ligada ao Governo Federal, o Brasil fechou o ano de 2017 com 820 mil ONGs existentes - ou organizações da sociedade civil, o nome formalmente utilizado. Esse número representa um crescimento considerável do último número então disponível, de cerca de 400 organizações. Das 820 mil, 709 mil (86%) são associações civis sem fins lucrativos, 99 mil (12%) são organizações religiosas e 12 mil (2%) são fundações privadas. A presença regional das organizações segue a distribuição da população: a região Sudeste tem 40% das organizações, seguida por Nordeste (25%), Sul (19%), Centro-Oeste (8%) e a região Norte (8%).

Frente à estes dados obtidos pelo IPEA, o presente artigo tem como objetivo propor uma reflexão teórica do papel do Terceiro Setor - ONG's<sup>1</sup> e sua influência na implementação nas Políticas Públicas e a sua contribuição ao desenvolvimento local/regional.

Diante deste complexo cenário, a estrutura da pesquisa propõe responder: Qual o papel do Terceiro Setor? E definir uma breve concepção das Políticas Públicas e sua integração ao Terceiro Setor e o desenvolvimento local/regional.

---

<sup>1</sup> ONG's - Organização não Governamental

Visando atingir os objetivos propostos, a metodologia de pesquisa foi desenvolvida a partir de uma pesquisa exploratória bibliográfica de forma atualizada e com autores de alto valor científico, com a intenção de estruturá-la conforme explica Gil (2008), “desenvolver, esclarecer, e modificar conceitos e ideias, visando a formulação de problemas mais precisos para futuras pesquisas”.

Para melhor compreensão e coerência dos fatos, a pesquisa se desenvolve em seis seções. A primeira seção é composta pela introdução, onde constará o objetivo evidente, e a composição estruturada da pesquisa. A segunda seção como fundamentação teórica, é apresentado os principais conceitos que retratam a existência do Terceiro Setor e sua relevância para a atualidade. Na terceira seção, apresentam-se o papel das Políticas Públicas e suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico. Na quarta seção, é abordado o conceito de desenvolvimento advindas do Terceiro Setor amarrado às Políticas Públicas. Na quinta seção são apresentados os procedimentos metodológicos. Por fim, na sexta seção, as considerações finais e sua possível contribuição para a área estudada.

## **2 O TERCEIRO SETOR: PRINCIPAIS CONCEITOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O MUNDO CONTEMPORÂNEO.**

Para Gohn (2000), nos anos 80, os movimentos sociais e organizações, representando a sociedade civil brasileira, lutaram pelos direitos de vários segmentos sociais - mulheres, negros, índios, idosos, crianças, homossexuais, entre outros. Suas reivindicações transformaram-se em leis, garantindo os direitos desses e criando canais de interlocução com o estado, como é caso do conselho de gestores. Nos anos 90, esses canais de participação foram ocupados por vários representantes da sociedade civil como organizações não governamentais (ONG'S), associações comunitárias, fundações, entidades filantrópicas, empresas cidadãs, entre outros. Estes representantes, compõem o Terceiro Setor (TS).

De acordo com Amaral (2013), a expressão Terceiro Setor começa a ser usada de forma mais frequente no final dos anos 80 e início dos anos 90, tendo como um de seus principais divulgadores o pesquisador norte-americano Lester Salamon, que naquele momento, coordenava uma pesquisa internacional da Johns Hopkins University sobre as instituições sem fins lucrativos. A pesquisa estava sendo realizada em 36 países, inclusive no Brasil, envolvendo 150 pesquisadores.

Salamon (2000, p.5), argumenta, que nesse período vivenciava-se “uma revolução associativa global”, com a proliferação de organização não governamentais e sem fins lucrativos em todo o mundo. Ainda o autor, várias causas contribuíram para esta situação.

O crescimento do terceiro setor decorre de várias pressões, demandas e necessidades advindas das pessoas, como cidadãos, das instituições e até mesmo dos próprios governos. Ele reflete um conjunto nítido de mudanças sociais e acerca do conceito e dos meios para se conquistar o desenvolvimento (SALAMON,1998, p.5).

Para Fernandes (2000) os termos utilizados para referir-se ao terceiro setor retratam a origem das diversas organizações que compõem, conforme mostra o Quadro 1, a seguir.

Segundo o IBGE (2012), as organizações sem fins lucrativos que compõem o terceiro setor brasileiro apresentam as seguintes características: (a) privadas, não integrantes, portanto do aparelho de Estado; (b) sem fins lucrativos, ou seja, organizações que não foram criadas com a finalidade de obter lucros, mas podem obtê-lo, desde que ele seja reinvestido na missão da organização e não distribuído entre os integrantes; (c) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas; (d) auto administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e (e) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas.

**Quadro 1** - Termos utilizados para designar o terceiro setor.

ORIGEM	EXPRESSÃO	SIGNIFICADO
ESTADOS UNIDOS	Organizações sem fins lucrativos. ( <i>non profit organizations</i> )	Instituições cujos benefícios financeiros não podem ser distribuídos entre seus diretores e associados.
	Organizações voluntárias. ( <i>Volunteer organizations</i> )	Instituições criadas a partir de um ato de vontade de seus fundadores.
INGLATERRA	Caridades ( <i>charities</i> )	Remete à memória religiosa medieval e enfatiza o aspecto de doação.
	Filantropia	Contraponto moderno e humanista à caridade religiosa.
	Mecenato	Remete a renascença e o prestígio derivado do apoio generoso às artes e ciências
EUROPA CONTINENTAL	Organizações não-governamentais (ONGs)	Designação conferida pela Organização das Nações Unidas (ONU) às organizações que não representavam governos, mas estavam representadas na ONU.
AMÉRICA LATINA	Sociedade Civil ou Organizações da Sociedade Civil (OSC)	Um espaço própria, que se distingue do Estado e do mercado, e está voltado para os interesses coletivos

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de Fernandes (2000).

No Brasil, um dos fatores que fez com que o terceiro setor ganhasse mais força além da democratização política após Ditadura militar (1964-1985), foi a crise brasileira no final da década de 1970 e 1980, onde se pode constatar:

A crise brasileira no final da década de 70 e 80 foi também uma crise do Estado. Nesta perspectiva, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar a presença no setor produtivo, o que levou ao agravamento da crise fiscal. Além disso, o Estado é caracterizado como lento e ineficiente para a magnitude e a complexidade dos desafios que o país passou a enfrentar diante da globalização econômica (PDRAE, 1995 apud, BABILÔNIA, 2012, p.10).

Na década de 90 teve início a abertura da economia brasileira que, mais tarde, culminou na reforma administrativa do estado, mediante a instituição de administração gerencial. Esta reforma ocorreu, precipuamente, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, sob o argumento da ineficiência e incapacidade do estado em prestar os serviços que o cidadão necessita de forma satisfatória, bem como na escassez de recursos públicos. A partir de então ocorreu uma alteração na relação entre estado e organizações da sociedade civil, tendo em vista que o tema Terceiro Setor tornou-se politicamente relevante. Em linhas gerais, é possível afirmar que o discurso pró-reforma do estado fundamentou-se na tese de que este não consegue, sozinho, solucionar e atender satisfatoriamente as demandas sociais, sendo indispensável a participação da sociedade civil, na convicção de que esta possui mais capacidade gestora e de resolução dos problemas advindos da sociedade (THIESENA, 2009, p.111).

Diante do problema exposto, neste período, frente a grandes mudanças vertiginosas e inevitáveis nos cenários socioeconômicos, ambiental, cultural, etc., geradas pelo impacto da globalização, conclui-se que o estado estava cada vez mais enxugado e impotente frente as novas exigências básicas da sociedade. Corroborando neste sentido, para a promoção da democratização e cidadania plena constatou-se que era preciso:

[...] de um programa de publicização, transfere-se para o setor público não-estatal, o denominado terceiro setor a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre estado e sociedade para seu financiamento e controle. Desse modo, o Estado abandona o papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e

provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais, como educação e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento, na medida em que envolvem investimento em capital humano. Como promotor desses serviços o Estado continuará a subsidiá-lo, buscando, ao mesmo tempo o controle social direto e a participação da sociedade (SANTOS, 2000, p. 109 apud THIESENA, 2009, p.112).

De acordo com a análise de Austin (2001, p. 23 apud Ghanem, 2007, p.221), a complexidade da dinâmica social vem requerendo cada vez mais a multiplicidade de intervenções sob o manto da parceria, como indica James Austin sobre o papel do terceiro setor:

A magnitude e a complexidade de nossos problemas sociais e econômicos estão aumentando, e esses problemas estão agora sobrepujando as capacidades institucionais e econômicas das organizações com e sem fins lucrativos de, isoladamente, lidar com esses problemas. A medida que a massa do povo torna-se mais complicada e a identidade dos responsáveis menos clara, a cooperação emerge como o novo mandato (AUSTIN, 2001, p. 23 apud GHANEM, 2007, p.221).

Tendo em vista os aspectos observados, os principais objetivos do Terceiro Setor são sociais e não econômicos, são organizações sem fins lucrativos que visam a melhorar a qualidade de vida das pessoas em torno de valorizar o bem comum e a justiça social. Neste sentido, faz-se necessário a participação ativa da sociedade exigindo os seus direitos para a implementação de Políticas Públicas nos diversos setores, criando um elo frutuoso e saudável entre Estado e a sociedade para a promoção da equidade social, cidadania plena e o desenvolvimento local e regional.

### **3 A INFLUÊNCIA DO TERCEIRO SETOR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: PRINCIPAIS CONCEITOS**

A discussão sobre a resolução das questões sociais brasileiras implementadas sobre bases sustentáveis, tem se destacado a corresponsabilidade e a complementaridade operacional entre os diversos atores atuantes no campo social. A troca de conhecimento sobre as experiências de cada agente na implementação de políticas públicas “proporciona maior racionalidade, qualidade e eficácia às ações desenvolvidas e evita superposições de recursos e competências” (MATTOS; DRUMMOND, 2005, p. 177).

O estudo sobre Política Pública quanto área de conhecimento e disciplina acadêmica teve início nos EUA com ênfase nas ações e produções dos governos, e na Europa como desdobramento de pesquisas sobre o papel do Estado como produtor de Políticas Públicas (SOUZA, 2006).

Ainda Souza (2006), quatro pesquisadores foram responsáveis pelo desenvolvimento da área de políticas públicas: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom, e D. Easton.

Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional, [...] a racionalidade, segundo Simon, pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios.

Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes teses do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio.

Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos e interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. (SOUZA, 2006, p. 23).

De acordo com a análise de Secchi (2010, p.2), “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”, ou seja, uma intenção pública para tratar de um problema também público. A finalidade da política pública é dar tratamento ou solução para uma questão que seja relevante para a coletividade. Em sua visão multicêntrica, Secchi (2010) acredita que uma política pública pode ser protagonizada por uma diversidade enorme de atores e não apenas pelos atores estatais, apesar desses últimos se destacarem no estabelecimento de políticas públicas no Estado moderno. Secchi (2010) acredita também que, mesmo quando estabelecida ou liderada por um único ator, a política pública recebe influência de diversos atores ao logo do *policy cycle*<sup>2</sup>.

Diante da ótica do autor, em sua análise multicêntrica, fica evidente de que uma política pública não tem sua origem apenas estatal, como também são advindas de empresas e do terceiro setor, e dentro deste processo, deve-se considerar a comprometimento da participação ativa da sociedade para a formulação e implantação de novas políticas públicas.

Na esfera atual, diversos mecanismos de participação e controle social ganharam corpo e formato ao longo dos anos. De acordo com Avritzer (2014), entre os mecanismos de participação estão os conselhos de gestores de políticas públicas, o orçamento participativo, o plano diretor municipal, as conferências nacionais, e entre outros.

Através da participação da sociedade em suas municipalidades, define-se quais são seus anseios e suas prioridades, a partir do consenso em comum, deve-se elaborar e construir uma política pública, seja da iniciativa do estado, das empresas, do terceiro setor ou pela formação de parcerias de cunho colaborativo entre os tres setores (estado, empresa e terceiro setor).

Dentro deste ciclo, para elaborar um políticas pública deve-se definir *quem* decide o *quê*, *quando* com que *consequências* e *para quem*. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Neste sentido, cabe distinguir, de “políticas públicas” de “políticas governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem públicas, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público (TEIXEIRA, 2002).

Para o SEBRAE<sup>3</sup> (2005), o processo de formação de políticas públicas, é um processo cíclico que se desenvolve em cinco fases: 1º formação da agenda; 2º formulação de políticas; 3º processo de tomada de decisão; 4º implementação; e 5º Avaliação.

No Brasil, foi somente a partir da Constituição Federal de 1988, que a assistência social se consolidou enquanto Política Pública. Conforme a Constituição em seu Art. 6º “são direitos sociais, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988). Com base na constituição de 1988, todos homens e mulheres tem o direito a cidadania de forma justa e igualitária.

Diante deste contexto, Marshall (1967), argumenta que todo cidadão tem direito a cidadania, e que, atualmente no Brasil, este processo de redemocratização se encontra em construção e caminha de forma lenta. Ainda Marshall (1967), apresenta a cidadania em três elementos: o civil, o político e o social. O elemento civil é composto pelos direitos relacionados a liberdade individual, ou aos direitos civis. O elemento político diz respeito ao direito de participar do exercício do poder político como governante ou como seu eleitor, portanto, refere-se aos direitos públicos. E o elemento

---

<sup>2</sup> *policy cycle*, também conhecido como *policy marking*, é o processo de elaboração das políticas públicas

<sup>3</sup> SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Social, refere-se ao direito de ter no mínimo de bem-estar econômico e de levar uma vida digna e condizente com os padrões estabelecidos pela sociedade, ou seja, refere-se aos direitos sociais.

Segundo Carvalho (2015, p.15), pontua que os direitos civis “são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei” e que “são eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo”. Para o autor, os direitos políticos se referem “a participação do cidadão” no governo da sociedade, e suas instituições, os partidos políticos e o parlamento, conferem legitimidade a organização política da sociedade”.

Com base na análise de Marshall e Carvalho, é crucial que todos os cidadãos exijam seus direitos de cidadania de forma efetiva para o alcance da qualidade de vida em suas municipalidades. A partir daí, as políticas públicas após desenhadas e formuladas, concretizam-se, [...] “em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisa. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação” (SOUZA, 2006, p. 26)

Em virtude dos fatos mencionados, fica evidente o papel das políticas públicas e seus protagonistas (Estado, empresas e terceiro setor) para a promoção do desenvolvimento local/regional. Dado o exposto em determinado território, e a identificação do problema e conflitos sociais, para que haja o desdobramento e o alcance dos resultados e objetivos, a sociedade deve estar sempre ativa exigindo seus direitos de cidadania e melhoria contínua de forma justa e igualitária. Sendo assim, as políticas públicas advindas do terceiro setor juntamente em parceria com o estado ou do setor privado devem trabalhar de forma harmônica e em sintonia para a não cristalização dos planos de governo e agendas em andamento, tendo como principal objetivo, de acelerar as ações estratégicas de forma assertiva e tomadas de decisão com mais eficiência e eficácia na implementação, normalização, fiscalização, controle e surgimento de novas políticas públicas.

#### **4 TERCEIRO SETOR E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ELO PARA O ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL**

Muitos são as discussões sobre um tema tão amplo quanto ao desenvolvimento, tema este que começou a ganhar importância após a segunda grande guerra.

Diante de tantas definições, Gatto; Calafange; Anjos (2003, p.9), “ a noção de desenvolvimento revela-se de um reducionismo que necessita ser melhor elaborado para singularizá-lo diante da confusão que se estabelece entre os termos desenvolvimento e crescimento”.

O conceito de desenvolvimento possui uma longa história de construção, sendo ainda tema de debates e controvérsias. Entre o final da segunda guerra mundial e meados dos anos sessenta, não se fazia distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. No entanto, as condições de vida de muitas populações não melhoravam, e até pioravam, mesmo quando os seus países haviam alcançados elevadas taxas de crescimento. Estes fatos provocam uma grande insatisfação com essa visão de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. (DENARDI *et. al.*, EMATER *apud* GATTO; CALAFANGE; ANJOS, 2003, p.29).

Na concepção de Souza (1999, p.21), “[...] desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população”. Na ótica de Gonçalves (2014, p.16) o desenvolvimento:

Deve ser visto sob vários aspectos: econômico, humano, social, cultural,



dentre outros. O econômico, ou seja, aumento de renda, crescimento econômico, entre outros; o humano, o crescimento humano, aumento de qualidade de vida das pessoas; o social, condições de vida dignas para as pessoas; e cultural, liberdade para que as pessoas decidam o que querem aprender e fazer, decidam como querem viver (GONÇALVES, 2014, p.16).

Para os autores Mascarenhas e Sen, consideram o desenvolvimento no sentido de liberdade do ser humano em meio a sociedade e não apenas no sentido de crescimento econômico.

Segundo Mascarenhas (2010, p.67), “o enfoque nas liberdades humanas traz novos elementos para se pensar o desenvolvimento”. Gonçalves (2014, p.17) acrescenta que “a liberdade é de relevante importância para o desenvolvimento em razão da avaliação e da eficácia [...]. A posição de eficácia se refere à eficácia individual e social da liberdade, no sentido de melhorar o potencial das pessoas para cuidarem de si mesmas e para influenciarem o mundo”.

Segundo Sen (2000, p.31), “pessoas sem liberdade políticas ou direitos civis, elas são privadas de liberdades importantes para conduzir suas vidas, sendo-lhes negada a oportunidade de participar de decisões cruciais concernentes a assuntos públicos”.

De acordo com a visão de Martinez; Oliveira (2013, p.303), “a participação da comunidade na formulação e implementação do desenvolvimento local e regional, ressalta a relevância do seu papel no processo de formação e consolidação das identidades regionais, facilitando a construção de conceitos essenciais para o desenvolvimento”.

Furtado (1964, p. 64) considera que “o desenvolvimento não depende apenas da acumulação, mas também da força dinâmica que surge nas sociedades, sob a forma de impulso para a melhoria das condições de vida”.

De acordo com Braga Filho (2011, p.160), argumenta que, “[...] para compreender e promover o desenvolvimento do território significa romper com o pensamento hegemônico e a visão unilateral e, ceder espaço para o pensamento e a visão articulada (a interdisciplinaridade) [...]”. Corroborando neste sentido, “pensar a questão do desenvolvimento é também pensar a complexidade de tudo que o cerca”. [...] esse é o maior desafio do pensamento contemporâneo, que necessita de uma reforma no nosso modo de pensar” (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p.199).

Por todos esses aspectos, é notório que para o desenvolvimento local e regional, os atores de poder público e a comunidade civil e privada (Estado e Terceiro setor), seja em nível federal, estadual e municipal, tornam-se os principais responsáveis pelas estratégias de crescimento e desenvolvimento de todos os setores que abrangem a sociedade. Sendo mister a participação ativa da sociedade em conselhos, conferências, reuniões, audiências de suas municipalidades para o alcance de metas, objetivos e criação de novas políticas públicas.

## **5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Segundo Minayo (2001), a pesquisa pode ser formada por um motivo pessoal, quando a escolha do estudo é considerada de suma importância no trajeto profissional do pesquisador, e pode ser também pela instrução acadêmica de argumentos estudados, pela formação acumulada do conteúdo e nível de conhecimento específico do assunto, apontando algumas lacunas, com isso criando possibilidades de explorar e aprofundar o conhecimento, com o intuito de progresso metodológico e a relevância do problema.

Ainda Minayo (2010), entende que a metodologia direciona um pensamento como consequência para a forma prática de se aproximar da realidade. Neste cenário, a metodologia possui um papel importante na teoria e no que se refere a elas, e alinhando com a existência do problema pesquisado.

Portanto, para melhor compreensão dos fatos pesquisados, o estudo se baseia em uma abordagem descritiva e exploratória, com o uso de referencial bibliográfico e levantamento teórico. Sendo utilizado, dados secundários, artigos recentes, dissertações de mestrado e teses de doutorado

no que dizer a respeito do tema abordado. Para melhor coerência e coesão dos fatos, o objetivo geral do artigo visar trazer a luz do papel do terceiro setor de forma clara e objetiva, e sua conexão com as políticas públicas para o alcance da qualidade de vida e o desenvolvimento local/ regional.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o atual cenário de desenvolvimento local do Brasil, nota-se o grande desafio para os gestores de políticas públicas e o processo de avaliação dessas políticas.

Na procura de melhorar a qualidade de vida da sociedade, as pessoas precisam ter a liberdade de lutarem e exigirem os seus direitos. É preciso que as mesmas participem de forma ativa da formulação das Políticas Públicas e estimular a cidadania de forma democrática. Percebe-se a grande necessidade de planejar Políticas Públicas.

Diante destes aspectos que assolam a humanidade no séc. XXI, o grande mérito desse artigo é propor um instrumento conceitual no prisma que aborda o Terceiro Setor como influenciador das políticas públicas e seu elo para o desenvolvimento local/Regional. Tendo como alicerce principal, esclarecer suas principais nuances aos futuros pesquisadores e interessados em compreender como é pujante as ações do Terceiro Setor na conjuntura atual para a promoção da qualidade de vida e o desenvolvimento humano da sociedade a qual está inserida. Ficando claramente descrito no corpo da pesquisa.

A compreensão do que vem a ser o terceiro setor, suas características, desafios e forma de gestão se constitui em um desafio primordial para todos aqueles que desejam atuar nesse contexto. As transformações políticas, sociais, econômicas e legais, ocorridas ao longo dos últimos vinte anos, determinaram novas diretrizes que trouxeram a necessidade de reordenamento da estrutura funcional e organizacional dessas instituições.

Em virtude do que foi mencionado, espera-se com o resultado desta pesquisa, contribuir para futuros trabalhos acadêmicos, futuros discentes, profissionais do setor de gestão pública, como também, à leigos interessados em aprofundar seu conhecimento sobre o papel do Terceiro Setor como influenciador das Políticas Públicas e seu elo impulsor ao desenvolvimento local/regional.

Enfim, pode-se concluir, que o tema de estudo é atual, abrangente, multidisciplinar e a cada questão identificada e pesquisada, novas oportunidades são geradas para o atingimento de uma sociedade cada vez mais justa e igualitária. Sendo pertinente classificar as iniciativas do Terceiro Setor e seu protagonismo para o desenvolvimento socioeconômico em prol da sociedade.

## 7 REFERÊNCIAS

AMARAL, Roberto Galassi. **Terceiro Setor: a gestão do pensar, sentir e agir**. 2013. 306f. (tese em serviço social) Universidade Estadual Paulista Faculdade de ciências Humanas e Sociais, Franca, 2013.

ABCR. **Associação Brasileira de Captadores de Recursos**.

<https://captadores.org.br/2018/07/13/brasil-tem-820-mil-ongs/>. Postado em 13 de Jul. de 2018. Acesso em 25 de set. de 2018.

AVRITZER, Leonardo. **A participação no brasil democrático e seu desenho institucional**. In: PALHARES, Joaquim Ernesto (Org.) *Participação Social e Democracia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014, p. 171-186.

BABILÔNIA, Lara Luísa Marques. **Terceiro Setor e Publicização: Nova Dinâmica de Formulação e implementação de Políticas Públicas em Uberlândia – MG**. 2012. Disponível em: [https://iiseminarioppgsufscar.files.wordpress.com/2012/04/babilc3b4nia\\_lara.pdf](https://iiseminarioppgsufscar.files.wordpress.com/2012/04/babilc3b4nia_lara.pdf) Acesso 08 set. 2018.

BRAGA FILHO, Hélio. **Indústria e Desenvolvimento Local: dilemas da indústria calçadista de Franca e iniciativas locais.** In: Oliveira, Paulo de Tarso (Org.). Demanda Social, Interdisciplinaridade e desenvolvimento. Marília (SP): Fundepe, Franca (SP): Uni-FACEF, 2011, p. 153-213.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil de 1988.** Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 06 set. 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 19ªed. Civilização brasileira: Rio de Janeiro, 2015.

FERNANDES, Rubem César. **O que é o terceiro setor?.** In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. 2.ed. São Paulo: GIFE, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.25-33.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** Paz e Terra. 3ªed. 1974.

GATTO, Lúcia; CALAFANGE, Péricles Luiz Pimentel; ANJOS; Maria Lúcia Curvelo. **Crescimento Econômico e desenvolvimento social.** Anatomia de um projeto de extensão. EdUfal. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, Jun. de 2003. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=\[...\]](https://books.google.com.br/books?id=[...]) Acesso em 29 de ago. 2018

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GHANEM, Elie (Org). **Influir em Políticas Públicas e provocar mudanças sociais: experiências a partir da sociedade civil brasileira.** São Paulo: Ashoka: Avina: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2007.

IBGE. **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010.** Estudos e Pesquisas de informação Econômica, Rio de Janeiro, n.20, 2012. Disponível:  
<http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/25/FASFIL%202010.pdf>. Acesso em 08 set. 2018.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor.** Revista Mediações, Londrina, v.5, n. 1, p.11-40, jan./jun. 2000. Disponível em:  
<http://www.uel.br/revistas/wrevojs246/index.php/mediacoes/article/view/9194>. Acesso em 08 set. 2018.

GONÇALVES, Paula Teixeira. **O Percurso de vida de ex-presidiários: Reflexões sobre prisão e desenvolvimento humano e social.** Dissertação Mestrado. Unifacef. Franca. 2015.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINEZ, Renata de Souza; OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e. **Desenvolvimento Regional e local fomentado pela participação e articulação de atores sócias.** Revista Facef Pesquisa e Desenvolvimento e Gestão, 2013.

MASCARENHAS, Thais Da Silva. **O caráter educativo da economia solidária: o caminho do desenvolvimento como liberdade a partir da experiência da Cooperafis.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. São Paulo. Disponível em:  
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-23062010-111951/pt-br.php>  
Acesso em 28 de ago. 2018.

MATTOS; Solange Maria da Silva Nunes; DRUMMOND. José Augusto. **O Terceiro Setor como Executor de Políticas Públicas: Ong's Ambientalistas Na Baía De Guanabara (1990-2001)**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 24, p. 177-192, jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n24/a12n24.pdf>. Acesso em 07 set. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A Inteligência da complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

SALAMON, Lester. **Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor**. In: IOSCHPE, Evelyn Berg. (Org.). 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. 2. Ed. São Paulo: GIFE; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, 89-111.

SEBRAE. **Políticas Públicas municipais de apoio às micro e pequenas empresas**. Organização Ricardo W. Caldas e Silvério Crestana. 1.ed. São Paulo. Sebrae. 2005.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas, análises, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**: tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes – São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias. Porto Alegre. Ano 8, n.16 (Jul/Dez de 2006), p. 20-45.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, Celina. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas**. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; Marques, Eduardo (Org.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007, p. 65-85.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Cadernos da AATR BH p. 1-7, 2002. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf). Acesso em 06 set. 2018.

THIESENA, Rafaela Dalabilia. **A Evolução do Terceiro Setor Brasileiro e sua relação com o estado**. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/644>. Acesso em 07 set. 2018.

**VALOR DA INFORMAÇÃO: EM FOCO A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO PARA COMPETITIVIDADE ORGANIZACIONAL.**

*INFORMATION VALUE: FOCUSING INFORMATION AND KNOWLEDGE MANAGEMENT FOR ORGANIZATIONAL COMPETITIVENESS.*

Área temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

SANTOS, Juliana Cardoso dos  
Universidade Estadual de Londrina (Uel)  
Doutoranda da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (Unesp)  
[julimath@uel.br](mailto:julimath@uel.br)

VALENTIM, Marta Lúgia Pomim  
Universidade Estadual Paulista (Unesp),  
Doutora em Ciência da Informação  
[marta.valentim@unesp.br](mailto:marta.valentim@unesp.br)

### **Resumo**

A informação pode reduzir ou amenizar incertezas, com essa abordagem a presente pesquisa tem como objetivo evidenciar através da literatura o valor da informação em ambientes organizacionais, com foco na gestão da informação e do conhecimento para potencializar a competitividade organizacional, sendo que através do processo de obter e gerenciar as informações coerentes à empresa é possível subsidiar a tomada de decisão, oferecendo informações com valor agregado e de forma antecipada, potencializando a eficiência e eficácia organizacional e, para tanto, realizou-se um ensaio de cunho teórico e do tipo descritivo exploratório destacando a gestão da informação e do conhecimento e suas contribuições para a geração de diferenciais competitivos.

**Palavras-chave:** Valor da informação, Gestão da informação, Gestão do conhecimento.

### **Abstract**

The information can reduce or mitigate uncertainties, with this approach the present research aims to evidence through the literature the value of information in organizational environments, focusing on information and knowledge management to enhance organizational competitiveness, and through the process of obtain and manage the information coherent to the company it is possible to subsidize the decision making, offering information with added-value and in advance, potentiating the efficiency and organizational effectiveness and, for that, a theoretical and exploratory descriptive study was carried out highlighting the information and knowledge management and their contributions to the generation of competitive differentials.

**Keywords:** Value of information, Information management, Knowledge management.

## **1 INTRODUÇÃO**

A informação e o conhecimento são essenciais para o desenvolvimento da sociedade, podendo reduzir ou amenizar incertezas, portanto quando passam a ser compreendidos como elementos estratégicos para organização, necessitam de gerenciamento (CIANCONI, 1999).

A informação e, conseqüentemente, o conhecimento são elos, pois gerenciar informação, bem como contextualizá-la para facilitar os fluxos e processos organizacionais, se constituem em ações informacionais que contribuem significativamente para que as organizações atuem com segurança no mercado global (SANTOS; VALENTIM, 2015).

Messias (2005, p. 19) evidencia que

Nas últimas décadas, o estudo acerca dos fenômenos da informação tem se intensificado, motivado principalmente pela inserção e utilização maciça das tecnologias e das informações nas atividades produtivas do homem, o que

impulsionou um rápido desenvolvimento científico e tecnológico e despertou a atenção de estudiosos e pesquisadores de diversos campos do saber, com vistas a investigar as relações entre a sociedade, a informação e o conhecimento humano em toda a sua complexidade.

Com o advento das tecnologias houve mudanças na forma de comunicação o que exige mudanças constantes no fazer profissional, pois a informação passou a ser matéria prima nas relações humanas, sociais, globais e empresariais.

A informação é um componente intrínseco de quase tudo que uma organização faz. Sem uma clara compreensão dos processos organizacionais e humanos pelos quais a informação se transforma em percepção, conhecimento e ação, as empresas não são capazes de perceber a importância de suas fontes e tecnologias de informação (CHOO, 2006, p.27).

Atualmente, a informação está mais acessível e as organizações precisam estar atentas as constantes mudanças de cenários para executar seus planejamentos estratégicos e se manterem competitivas no mercado de trabalho. Uma vez que segundo reforça o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (2018)

Ser competitivos, oferecer produtos com alto índice de qualidade e bons preços, são objetivos do empresário moderno, porém com um mercado cada vez mais aberto e com produtos semelhantes ao seu, negócio, faz se necessário que o empresário se mantenha antenado as mudanças de comportamento e as necessidades, dos consumidores, que mudam conforme as tendências do mercado.

Conforme supracitado, os empresários buscam informações que os auxiliem a conhecer e contextualizar o mercado de trabalho, novas tendências, identificando novos nichos de atuação. Para conseguir alcançar essas metas, muitas empresas buscam conhecer não só o ambiente externo como também o ambiente interno da organização.

Sun Tzu (2007) em sua obra “A arte da guerra” enfatiza que conhecendo o inimigo e a nos mesmos o risco de derrota é mínimo, ao ignorar o inimigo e conhecer a si mesmo suas chances se igualam, porém se você não conhece o inimigo ou a si mesmo está fadado ao fracasso.

O volume informacional hoje é vertiginoso e exige-se cada vez mais das organizações o domínio deste bem, que pode ser considerado poder e oferece diferencial competitivo. Conforme afirma Wurman (1991, p. 36) “[...] para sobreviver no mercado de trabalho e para atuar na sociedade em geral, somos forçados a assimilar um corpo de conhecimentos que se amplia a cada minuto”, logo, atividades que se dedicam a organizar e a tratar a informação são fundamentais no contexto organizacional.

Visto que o objetivo deste ensaio teórico foi evidenciar através da literatura o valor da informação dentro de ambientes organizacionais com foco na gestão da informação e do conhecimento para potencializar a competitividade organizacional é indiscutível e justifica-se a relevância desta reflexão aqui proposta, uma vez que, a informação está em todos os lugares portanto, ter clareza do valor da informação para a competitividade do ambiente organizacional é fundamental para competitividade das organizações.

O trabalho está estruturado em quatro seções onde nos propomos a apresentar as considerações iniciais do estudo, os procedimentos metodológicos, além de abordar as temáticas: valor da informação e gestão do conhecimento e da informação e na última seção são expostas algumas considerações finais.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este ensaio teórico configura-se como descritivo exploratório, por tentar descrever características dos fenômenos estudados com o objetivo de evidenciar através da literatura o valor da informação em ambientes organizacionais, enfocando a gestão da informação e do conhecimento para potencializar a competitividade organizacional.

Segundo Triviños (1990) estudos descritivos exploratórios visam aprofundar o conhecimento sobre determinada realidade, portanto, objetivou-se desenvolver uma revisão bibliográfica sobre as temáticas que sustentam a discussão aqui proposta com o intuito de aprofundar o conhecimento com base em um contexto complexo. Este ensaio não finda os esforços em compreender as questões

abordadas, mas sim realiza diálogos com base na literatura consultada almejando reflexões visando uma melhor compreensão do objeto e fenômenos investigados.

### **3 VALOR DA INFORMAÇÃO**

Com a competitividade acirrada as organizações vem buscando se adaptar e reagir rapidamente, visando a melhoria contínua e diferencial competitivo.

No que tange à agregação de valor, autores como Tarapanoff, Araújo Júnior e Cormier (2000) discorrem às ideias de Taylor (1986), e demonstram que agregar valor a um produto ou serviço significa atribuir uma diferenciação para estes, para torná-los mais atrativos ao consumidor, em termos de qualidade, rapidez, durabilidade, assistência ou preço. Fernandes (1991) explica que existe um conjunto que pode agregar ou diminuir o valor de um serviço, no qual o valor possui “[...] três características próprias: é subjetivo; varia com o tempo e pode ser positivo ou negativo. Manifestações positivas de valor são chamadas „benefícios” e negativas são „perdas” ou „danos”” (FERNANDES, 1991, p.167).

Após abordar sobre os conceitos de agregação de valor, percebe-se que estes conceitos podem ser empregados em diversas áreas. O conceito de valor, na opinião de Fernandes (1991), pode ser definido como um atributo - não existe independentemente, que pode ser empregado a quase tudo. Porém, o autor revela que o termo valor algumas vezes pode ser confundido com preço e custo, e explica que preço se refere a uma quantia em dinheiro determinada para um bem ou serviço, e custo seria a quantia, também em dinheiro, gasto para a produção ou execução de um bem ou serviço.

Apresentados os conceitos de valor e agregação de valores e a compreensão destes, prosseguiremos com a seção, que tratará do valor da informação dentro de uma unidade de informação.

Gorz (2005, p. 9) defende que “[...] a informatização revalorizou as formas de saber que não são substituíveis, que não são formalizáveis: o saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação [...]”, processo este que enfatiza a economia do saber, do saber pensar, fazer e agir.

A informação possibilita a redução de incertezas e aumenta a probabilidade de sucesso organizacional pois contribuem para propiciar mais flexibilidade para a organização, aprender mais rápido, reagir às mudanças do mercado e ter a capacidade de inovar constantemente (SANTOS, 2009).

Para esta pesquisa compreende-se informação e conhecimento como diferencial competitivo uma vez que na sociedade contemporânea o modelo econômico voltado a competitividade é real, e tem causado significativas mudanças na estrutura das organizações, visando a tomada de decisão rápida e eficaz.

Valorar a informação não é tarefa fácil, e nem é consenso que a informação possua um valor monetário, pois ela é um bem intangível. No entanto entender que dentro do ambiente organizacional a informação é fundamental e imprescindível para tomada de decisão eficiente [...]. (SANTOS et al., 2017, p.569)

A informação como negócio, com valor, pode ser entendida como a capacidade que o negócio tem de formular estratégias concorrenciais, para se estabelecer e ser reconhecida como competitiva. McGee e Prusak (1998, p. 23) “[...] consideram que a informação representa uma classe particular entre os ativos da organização, sendo sua administração sujeita a desafios específicos. É fácil perceber que a informação possui características que a torna diferente de outros ativos organizacionais [...]”

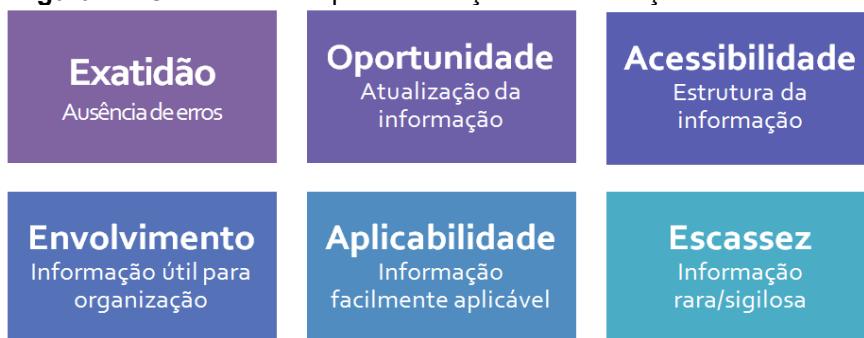
A informação pode ser compartilhada e difusa; seu valor aumenta à medida que são usadas e sofrem associações; a informação é perecível, portanto, a antecipação é fundamental; o valor da informação aumenta com a precisão da mesma, pois quanto mais precisa, mais útil e valiosa; o valor aumenta quando existem combinações, pois quanto mais integrada maior a visão sistêmica; quantidade não quer dizer qualidade, o ideal é a informação filtrada, relevante, pois, o excesso quando não bem gerido pode ser prejudicial; a informação se multiplica é auto regenerativa (BEAL, 2012).

Para que uma informação seja significativa e valiosa para uma organização, e propicie o desenvolvimento das estratégias para tomada de decisão é imprescindível que ela seja submetida a um processamento que leve em

consideração fatores cognitivos e emocionais. Trata-se de um processo de análise da informação recebida, para transformá-la em informação estrategicamente útil. De modo que facilite sua apropriação e aprendizagem por todos os atores envolvidos, bem como uma interpretação coerente e concisa dos objetivos da organização (SANTOS *et al.*, 2017, p.570)

A competitividade é dinâmica e exige atividades sistematizadas, visto que, a competitividade está diretamente relacionada à capacidade de atender continuamente aos desejos e expectativas dos clientes e surpreendê-los. Davenport (1998) lista seis características inter-relacionadas que contribuem para determinar o valor da informação (Figura 1).

**Figura 1** – Características para Valoração da Informação



**Fonte:** SANTOS *et al.*, (2017, p.571)

E são estas inter-relações que segundo Davenport (1998) contribuem para valoração da informação, pois a **Exatidão** – pressupõe que a informação seja precisa; **Oportunidade** - demanda que a informação esteja constantemente atualizada; **Acessibilidade** – envolve estruturação para que possa ser extraído o que realmente é interessante de forma rápida; **Envolvimento** – informação relevante para todos os atores do processo; **Aplicabilidade** – apta a solucionar problemas e auxiliar a tomada de decisão; **Escassez** – raridade, restrição e sigilo. Sendo assim, é possível inferir que o valor da informação se dá mediante os significados que lhe são atribuídos.

As organizações devem basear suas estratégias na melhoria contínua, devem transpor a nostalgia e construir o futuro (SANTOS, 2009). A tríade dados, informação e conhecimento relacionada ao negócio organizacional, é fundamental para gerar diferencial competitivo.

A competitividade é a mola propulsora para o desenvolvimento das organizações, cujo papel da informação – considerada matéria prima para o desenvolvimento do negócio organizacional é fundamental para se estabelecer a comunicação ágil. O acesso a várias culturas e ambientes e o aumento da capacidade competitiva desafia a organização a lidar com as incertezas, turbulências e instabilidades do mundo em transformação, cujo diferencial é antecipar-se às mudanças, enxergar as oportunidades e as ameaças. Para tanto, é essencial realizar o monitoramento dos fluxos internos e externos à organização interagindo com os atores desse processo (GOMES; BRAGA, 2004, p.18-19).

Como mencionado anteriormente, a informação é considerada um recurso valioso, e que pode ser o diferencial na competitividade de qualquer organização, atualmente a informação “[...] passou a ser considerada um capital precioso, equiparando-se aos recursos de produção, materiais e financeiros” (MORESI, 2000, p.14). Ainda, segundo o mesmo autor, a ideia de que a informação é de extrema relevância para uma organização é universalmente aceita, uma vez que a informação e sua boa gestão e aproveitamento estão diretamente relacionados com os propósitos e o sucesso almejados por uma empresa. A informação ainda é considerada e utilizada como um fator estruturante e um instrumento de gestão pelas organizações.

## 4 GESTÃO DO CONHECIMENTO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

### 4.1 Gestão do Conhecimento



Em ambientes cada vez mais complexos a gestão do conhecimento é fundamental, uma vez que a geração de conhecimento se constitui em um elemento estratégico para organizações competitivas. A GC fomenta o aprendizado e o compartilhamento eficiente de conhecimentos que subsidiem as tomadas de decisão, reduzindo custos, riscos e aumentando o valor da organização.

A importância do conhecimento no ambiente organizacional não é mais novidade, o importante é usá-lo adequadamente para se manter competitivo no mercado. Segundo Mattera (2014, p.202) “[...] as organizações sempre foram ambientes nos quais a informação e o conhecimento são constantemente adquiridos, produzidos, compartilhados, registrados e utilizados [...]”. O que muda atualmente é que estes são vistos como bens reutilizáveis, cujo valor é determinado pelo usuário.

O conhecimento pode ser considerado individual, cognitivo e subjetivo no qual se somam informações e experiências, é um processo ininterrupto, sistêmico e complexo de transformação e agregação de valor. Davenport e Prusak (2003, p.11) explicam que “[...] conhecimento não é uma estrutura rígida que exclui aquilo que não se encaixa; ele pode lidar com a complexidade de uma maneira complexa. Esta é uma das fontes essenciais do seu valor”.

A GC quando considerada na sua totalidade, envolve contextos sociais, culturais e cognitivos. Valentim e Gelinski (2005, p.115) definem conhecimento como “[...] aquele gerado pelo sujeito cognoscente, é único, dependente de estruturas teóricas e práticas que possibilitarão sua construção.” Davenport e Prusak (1998, p.18) entendem o termo „conhecimento” como “[...] informação valiosa da mente humana, que inclui reflexão, síntese e contexto, é de difícil estruturação, transferência e captura em máquinas, bem como é frequentemente tácito”.

A geração de conhecimento pode ser promovida e estimulada, e o indivíduo deve se sentir pertencente ao meio, para estar apto a estabelecer conexões. É possível gerenciar as condições, ou seja, criar circunstâncias em que ocorra a externalização do saber individual para o coletivo.

Segundo Drucker (2002, p.29) “[...] conhecimento formal é visto tanto como recurso pessoal fundamental quanto econômico. De fato, o conhecimento é o único recurso significativo hoje [...]”. O conhecimento como fator de produção é mola propulsora da nova economia e o uso eficiente da GC possibilita a identificação, retenção, disseminação, criação, desenvolvimento e aplicação de conhecimentos.

Barbosa (2008, p.11) afirma que “Administrar ou gerenciar conhecimento não implica exercer controle [...]. Significa, sim, o planejamento e controle do contexto [...] situações nas quais esse conhecimento possa ser reproduzido, registrado, organizado, compartilhado, disseminado e utilizado [...]”, ou seja, a GC é sistemática e intencional, e visa potencializar a tomada de decisão, facilitar a inovação e a criatividade, tendo o capital intelectual como insumo para a solução de problemas.

Valentim (2008) afirma que a informação é insumo para a geração do conhecimento, e o conhecimento só é de fato um conhecimento quando explicitado ao outro. Essa discussão é importante, uma vez que as organizações são complexas e exigem sinergia entre informação e conhecimento para que possam gerar diferenciais competitivos no mercado em que se inserem.

Os conhecimentos gerenciáveis podem ser divididos em conhecimento tácito e explícito que, segundo Nonaka e Takeuchi (1997), possibilitam uma maior compreensão em relação ao processo de construção de conhecimento. O conhecimento tácito é pessoal, de difícil transmissão, na maioria das vezes advém de experiências vivenciadas, por outro lado o conhecimento explícito é facilmente comunicado e pode ser codificado e armazenado (CHOO, 2006).

Para Cianconi (2003) a GC tenta facilitar a comunicação entre os indivíduos, bem como o compartilhamento de experiências, de modo a promover o aprendizado contínuo nas organizações, cujo enfoque é atingir os objetivos estratégicos organizacionais.

A conversão do conhecimento se refere a um ciclo contínuo de interação entre os conhecimentos tácitos e explícitos, com a participação ativa do sujeito cognoscente. A partir dos estudos de Nonaka e Takeuchi (1997) que definiram o Processo SECI [abreviatura das palavras socialização, externalização, combinação e internalização], é possível observar as fases de conversão:

- Socialização: converte o conhecimento tácito em conhecimento tácito, a socialização possibilita que o processo pelo qual se adquire conhecimento tácito, seja realizado por meio do compartilhamento de experiências.
- Exteriorização: converte o conhecimento tácito em conhecimento explícito, cujo processo traduz o conhecimento tácito em conceitos explícitos, por meio da utilização de metáforas, analogias e modelos.
- Combinação: converte conhecimento explícito em conhecimento explícito, cujo processo

reúne conhecimentos explícitos provenientes de várias fontes de informação.

- **Internalização:** converte conhecimento explícito em conhecimento tácito, cujas experiências adquiridas em outros modos de construção de conhecimento são internalizadas pelos indivíduos, consolidando os modelos mentais ou rotinas de trabalho comuns (NONAKA; TAKEUCHI, 1997).

Assim, a socialização se refere a troca de conhecimentos tácitos que ocorre entre os indivíduos/compartilhamento de experiências e vivências; a externalização se relaciona a conversão de conhecimentos tácitos em signos e símbolos, ou seja, em conhecimento explícito; a combinação se refere ao agrupamento de conhecimentos explícitos; e a internalização se relaciona à conversão do conhecimento explícito em tácito, resultante de interpretações do sujeito cognoscente.

**Figura 1: Processo SECI de Nonaka e Takeuchi.**



**Fonte: Nonaka e Takeuchi – 1997.**

A informação se transforma em conhecimento, quando é percebida e compreendida, e a partir disso o conhecimento é construído de acordo com o contexto em que o sujeito cognoscente está inserido, e uma vez estruturado poderá ser compartilhado ou disseminado aos outros, propiciando um ciclo gerador de novos conhecimentos, se caracterizando como um processo cíclico.

Segundo Stollenwerk (1999, p.13) a GC é “[...] um conjunto de técnicas e ferramentas que permitem identificar, analisar e administrar, de forma estratégica e sistêmica, o ativo intelectual da empresa [...]”, cujo desafio está na conexão dos sujeitos organizacionais envolvidos no processo, uma vez que é necessário um ambiente flexível que estimule o compartilhamento de conhecimento.

A GC deve ser planejada de maneira a retroalimentar os sistemas organizacionais, cujo primeiro passo deve estar voltado ao mapeamento dos conhecimentos que os sujeitos organizacionais possuem, portanto, trabalhar a MO é fundamental, uma vez que é por meio da externalização dos conhecimentos individuais que é possível estabelecer mecanismos de gestão do conhecimento, ou seja, transformar o conhecimento tácito (processos informais) em conhecimento explícito (processos formais), de modo que a organização possa conhecer e acessar o que foi gerado no ambiente organizacional. Davenport e Prusak (2003, p.83) afirmam: para que o conhecimento seja útil, este deve sofrer um processo de codificação, para torná-lo inteligível e organizado apoiando a organização de maneira holística.

As organizações devem estar aptas a atuar de forma competitiva, e a GC tem como enfoque identificar o ativo intelectual presente no ambiente organizacional, visando ampliar as possibilidades de apropriação e uso, ou seja, propiciando que o conhecimento gerado individualmente seja coletivizado, favorecendo o aprendizado individual e coletivo e incorporando-os aos processos, produtos e serviços existentes.

As organizações são complexas e as informações e os conhecimentos são fundamentais, uma vez que todas as atividades são apoiadas em informação e conhecimento, dessa maneira apoiar-se na GC e na GI como insumo para potencializar o valor da informação, pode propiciar valor agregado à organização.

#### **4.2 Gestão da Informação**

Atualmente, a informação é imprescindível para qualquer organização, influência da revolução informacional, cujas características marcantes são a velocidade e a competitividade. Dessa

maneira, os ambientes empresariais dependem de distintos tipos de recursos informacionais, como também dependem de recursos materiais e humanos e, portanto, necessitam que esses recursos sejam geridos eficientemente para auxiliar as organizações na melhoria da qualidade e da produtividade. A informação deve ser trabalhada, construída e reconstruída (SANTOS; VALENTIM, 2015). Sendo assim, se faz necessária a discussão sobre a informação e o conhecimento como elementos básicos, cujo enfoque se volta para o valor da informação, uma vez que pode ser um insumo imprescindível à obtenção de competitividade.

Davenport e Prusak (1998) afirmam que o ambiente de informação leva em conta os valores e as crenças organizacionais sobre a informação, visto que a gestão é uma atividade que envolve planejamento, direção, organização e controle, isto é, a gestão estabelece princípios, políticas, planos, funções e atividades visando à eficiência para atingir os objetivos organizacionais.

O mercado atual exige que as organizações se transformem de tal maneira, que elas possam ser capazes de produzir bens e serviços de informação atendendo a diferentes necessidades da sociedade.

Compreende-se a GI como:

[...] um conjunto de estratégias que visa identificar as necessidades informacionais, mapear os fluxos formais de informação nos diferentes ambientes da organização, assim como sua coleta, filtragem, análise, organização, armazenamento e disseminação, objetivando apoiar o desenvolvimento das atividades cotidianas e a tomada de decisão no ambiente corporativo (VALENTIM, 2004, p.1).

Complementando a compreensão anterior sobre a GI vale destacar que para Tarapanoff (2001) citado por Santos (2009, p. 24)

[...] o principal objetivo da GI é potencializar os recursos informacionais existentes, de maneira a apoiar e subsidiar as atividades desenvolvidas no dia-a-dia, apoiar o processo decisório, bem como ampliar a capacidade e aprendizagem organizacional, de modo que a organização se adapte as mudanças que ocorrem no ambiente.

A agilidade informacional no contexto globalizado é determinante para potencializar ações estratégicas, o que a torna insumo para competitividade, pois lida com o conhecimento explícito e formal, informação registrada porém algumas organizações ainda desconhecem suas próprias necessidades informacionais (VALENTIM, 2004)

Identificar as necessidades informacionais e monitorar as fontes de informação é fundamental no contexto organizacional. “Gerir informação é decidir o que fazer com base em informação, e decidir o que fazer sobre a informação. [...], é perceber qual a estratégia que interessa para a organização” (BRAGA, 2000 *apud* SANTOS, 2009, p.25). Davenport e Prusak (1998, p.173) definem a GI como

[...] um conjunto estruturado de atividades que incluem o modo como as empresas obtém, distribuem e usam a informação e o conhecimento [...] identificar todos os passos de um processo informacional – todas as fontes envolvidas, todas as pessoas que afetam cada passo, todos os problemas que surgem – pode indicar o caminho para mudanças que realmente fazem diferença.

A gestão estratégica da informação não é algo que possui linearidade, ela exige dinamicidade e olhar atento ao contexto organizacional e aos fluxos e necessidades informacionais. A GI é um processo gerencial, visto que

[...] obter informações é realmente uma atividade ininterrupta, não algo que possa ser finalizado [...]. Portanto, o processo mais eficaz é aquele que incorpora um sistema de aquisição contínua. Esse passo consiste em várias atividades – exploração do ambiente informacional; classificação da informação em uma estrutura pertinente; formatação e estruturação das informações [...] (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p.181).

Nessa perspectiva, possuir informação sobre o mercado potencializa a competitividade de uma determinada organização. Pereira (2003, p.311) afirma que os “[...] gestores de informação tem

de estar constantemente atentos a utilização de métodos, metodologias, técnicas e ferramentas modernas, para gerenciar suas atividades, tendo como objetivo facilitar a geração de informação oportunas para a tomada de decisão”.

Beuren (2007, p.59) afirma que o tripé que sustenta a produção de informação é a decisão, mensuração e informação, pois quando “[...] a empresa reconhece o papel positivo que a informação pode representar, cabe a ela refletir sobre questões primordiais relativas à criação de processos eficazes de gestão da informação [...]”.

O gerenciamento da informação é extremamente relevante no mundo dos negócios e é considerado uma das responsáveis pelo sucesso das organizações seja em nível de sobrevivência ou no estabelecimento de maior competitividade (BEUREN, 2007). A informação é um recurso estratégico que subsidia a tomada de decisão, seu gerenciamento permite aos gestores planejar-se estrategicamente apoiando assim as decisões estratégicas da organização.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação é um ativo valioso para o ambiente organizacional, que deve ser gerido de forma eficaz, pois alimenta e alicerça o processo de tomada de decisão através da prospecção, seleção, filtragem, tratamento, organização, armazenamento, disseminação e uso da informação.

A competitividade faz parte do fazer organizacional, portanto, informações estruturadas e com valor agregado, oportunizam diferencial competitivo e são suportes a tomada de decisão.

Quando aborda-se a GI e a GC, estamos falando de eficiência e eficácia e é muito importante a sistematização da informação e do conhecimento, pois é eles dão o apoio e suporte nas funções de planejamento da empresa, fornecendo valor ao fazer organizacional.

Ser eficiente atende as necessidades da empresa e ser eficaz é conseguir atingir os objetivos propostos, pois quanto mais bem gerenciada, organizada e tratada a informação, mais rapidamente a organização poderá tornar-se competitiva, mas cabe destacar que a informação é cíclica e reutilizável.

O ensaio teórico proposto teve como objetivo evidenciar através da literatura o valor da informação dentro de ambientes organizacionais com foco na gestão da informação e do conhecimento para potencializar a competitividade organizacional e é evidente na literatura que o valor da informação está na informação como ferramenta decisória onde a competitividade através de ações de informação e conhecimento passou a ter um valor imensurável, desde que bem gerida.

Este ensaio não finda os esforços em compreender as questões abordadas, mas sim propôs diálogos com base na literatura consultada, almejando reflexões, visando uma melhor compreensão do objeto e fenômenos investigados e visa instigar novos pesquisadores a dialogar sobre as temáticas abordadas.

## 5 REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. R. Gestão da informação e gestão do conhecimento: origens, polemicas e perspectivas. *Informação & Informação*, Londrina (PR), v.13, N. Especial, p.1-25, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1843/1556>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

BEAL, A. *Gestão estratégica da informação: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2012.

BEUREN, I. M. *Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial*. São Paulo: Atlas, 2007.

CHOO, C. W. *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Editora SENAC, 2006. 425p.

CIANCONI, R. de B. *Gestão do conhecimento: visões de indivíduos e organizações no Brasil*. 2003. 287f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/675/1/cianconigestao.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2018.

- CIANCONI, R. *Gestão da informação na sociedade do conhecimento*. Brasília: SENAI/DN, 1999.
- DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. *Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam seu capital intelectual*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 237p.
- DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. *Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação*. São Paulo: Futura, 1998. 316p.
- DRUCKER, P. F. *O melhor de Peter Drucker: o homem, a administração, a sociedade*. São Paulo: Nobel, 2002. 570p.
- FERNANDES, P. O. Economia da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 20, n. 2, p. 165-168, jul./dez. 1991. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1251/891>>. Acesso em: 05 set. 2018.
- GOMES, E.; BRAGA, F. *Inteligência competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- MATTERA, T. C. Gestão do conhecimento na prática. In: SOUTO, L. F. (Org.). *Gestão da informação e do conhecimento: práticas e reflexões*. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. p.199-220.
- MCGEE, J; PRUSAK, L. *Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica*. 7.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- MESSIAS, L. C. S. *Informação: um estudo exploratório do conceito em periódicos científicos brasileiros da área de Ciência da Informação*. 2005. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005. Disponível em: <[bdtd.ibict.br/vufind/.../UNSP\\_3ae4752d52f4142f0b966c17fe5f93cd](http://bdtd.ibict.br/vufind/.../UNSP_3ae4752d52f4142f0b966c17fe5f93cd)>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- MORESI, E. A. D. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 14-24, jan./abr. 2000.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *Criação do conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 358p.
- PEREIRA, E. C. Metodologia para gestão da informação. *Transinformação*, Campinas, v.15, n.3, p.303-318, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1467/1441>>. Acesso em: 11 set. 2018.
- SANTOS, Juliana Cardoso dos. *Gestão da informação em ambiente web: aplicação da inteligência competitiva para o setor industrial de confecções da região de Londrina/PR*. Marília: UNESP, 2009. 140f. Dissertação de Mestrado (Mestrado – Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/Marília.
- SANTOS, J. C.; VALENTIM, M. L. Gestão da informação em ambientes organizacionais: em foco o setor têxtil e vestuário. *Informação e Profissões*. Londrina, v.4, n.6, p. 56-81. jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/infoprof/>>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. A competitividade. Disponível em: <[www.sebraesp.com.br](http://www.sebraesp.com.br)>. Acesso em: 01 set. 2018.
- STOLLENWERK, M. F. L. Gestão do conhecimento, inteligência competitiva e estratégica empresarial: em busca de uma abordagem integrada. In: WORKSHOP BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA E GESTÃO DO CONHECIMENTO, 1., 1999. *Anais...* Rio de Janeiro, 1999. 21p. Disponível em:

<[http://conhecimentoeinovacao2010.wikispaces.com/file/view/Gestao\\_Artigo\\_12\\_Inteligencia\\_Competitiva\\_e\\_Estrategia\\_Empresarial.pdf](http://conhecimentoeinovacao2010.wikispaces.com/file/view/Gestao_Artigo_12_Inteligencia_Competitiva_e_Estrategia_Empresarial.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2018.

TARAPANOFF, K.; ARAÚJO JÚNIOR, R. H.; CORMIER, P. M. J. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 3, p. 91-100, set./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a09v29n3.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1990.

TZU, S. *A arte da guerra*. 3. ed. São Paulo: Madras. 2007. 124 p.

VALENTIM, M. L. P. *Em busca da vantagem competitiva*. Londrina: InfoHome, 2004. Disponível em: <[http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=87](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=87)>. Acesso em: 13 ago. 2008.

VALENTIM, M. L. P. Gestão da informação e gestão do conhecimento em ambientes organizacionais: conceitos e compreensões. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v.1, n.1, p.1-16, 2008. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/110/151>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

VALENTIM, M. L. P.; GELINSKI, J. V. V. Gestão do conhecimento como parte do processo de inteligência competitiva organizacional. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.15, n.2, p.41-59, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000003603&dd1=4087e>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

WURMAN, R. S. *Ansiedade de informação*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1991. 380 p.

**VENDAS: UM ESTUDO DOS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS VENDEDORES DE PRODUTOS BANCÁRIOS NA ERA DIGITAL\***

*SALES: A STUDY OF THE CHALLENGES FACED BY THE SELLERS OF BANKING PRODUCTS IN THE DIGITAL ERA*

PUPIN, Jhonatan  
UNIFUNEC,  
Graduando em Administração  
jhonatan.colombo@gmail.com

TIOSSI, Fabiano Martin  
UNIFUNEC  
Mestre e Docente  
fmartintiozzi@yahoo.com.br

**Resumo**

Em meio ao crescente avanço da tecnologia da informação, todos os setores comerciais passaram por grandes transformações com a chegada da era digital, e no meio bancário não foi diferente. Estas mudanças podem ser caracterizadas com o crescente número de terminais eletrônicos, disponibilidade de realizar transações bancárias via internet banking, aplicativos instalados em celular para maior praticidade, privacidade e comodidade. Devido a isso, este estudo apresenta como objetivo identificar os desafios enfrentados pelos vendedores em agências bancárias com o intuito de atingir metas estabelecidas de vendas, mediante este cenário. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura sobre o tema e uma pesquisa de campo em algumas agências bancárias do Santander, Bradesco e Banco do Brasil. Foi aplicado um questionário para os vendedores que trabalham em tais agências bancárias. A pesquisa foi enviada para 100 vendedores e destes 43% responderam o questionário. Após a aplicação os dados obtidos foram tabulados e apresentados em forma de gráficos, concluindo-se que o fato das tecnologias estarem avançando rapidamente pode ser uma ameaça para algumas profissões, porém o capital humano é um potencial que deve ser explorado e ser uma diferenciação perante a tecnologia.

**Palavras-chave:** Vendas, atendimento, era digital.

**Abstract**

In the midst of the growing advance of information technology, all the commercial sectors underwent great transformations with the arrival of the digital age, and in the banking sector it was not different. These changes can be characterized by the growing number of electronic terminals, the availability of banking transactions by internet banking, applications installed in mobile phones for convenience, privacy and convenience. Because of this, this study aims to identify the challenges faced by sellers in bank branches in order to achieve established sales targets, through this scenario. For this purpose, a literature review was conducted on the topic of sales leadership, marketing and relationship marketing, and a field survey at some Santander, Bradesco and Banco do Brasil branches. A questionnaire was applied to sellers working in such bank branches. The universe in which the research was carried out consists of approximately 100 vendors, of which 50% were selected randomly, which will be respondents of the survey, that is, 43 vendors. After the application the data obtained were tabulated and presented in graph form, concluding that the fact that the technologies are advancing rapidly can be a threat for some professions, but human capital is a potential that must be explored and be a differentiation before the technology.

**Keywords:** Sales, attendance, digital age.

## 1 INTRODUÇÃO

O profissional de vendas, para sobreviver ante as constantes mudanças no mundo, deve ter visão de empresário e agir como tal. É preciso entender a evolução e saber lidar com ela, e compreender, principalmente o perfil dos clientes, que no atual conjunto do mercado não buscam apenas produtos, buscam soluções. Quando se trata de vendas, duas coisas mudaram drasticamente em comparação aos tempos passados: as pessoas tendem a ser mais prudentes ao gastarem seu dinheiro e há uma grande oferta de bens e serviços disponíveis, marketing arrojado e diferentes canais de propaganda e divulgação. Em meio ao crescente avanço da tecnologia da informação, todos os setores comerciais passaram por grandes transformações com a chegada da era digital, e no meio bancário não foi diferente, os bancos tiveram que se adaptar a esta nova realidade tecnológica. Estas mudanças podem ser caracterizadas com o crescente número de terminais eletrônicos, ou também conhecidas, caixas eletrônicos, não só instalados nas agências bancárias, como também em outros locais de grande circulação de pessoas, disponibilidade de realizar transações bancárias via internet banking que podem ser acessados de qualquer local com um equipamento conectado à internet, aplicativos instalados em celular para maior praticidade, privacidade e comodidade.

O papel do vendedor que surgiu na antiguidade através das relações de escambo (troca), ainda se encontra ativo em muitas empresas e tem um papel fundamental, mas com sinais de uma possível substituição pelas tecnologias, que não estão muito longe no mundo contemporâneo, assim como outras profissões foram substituídas pela automatização.

No meio bancário, esse vendedor que no passado foi personagem coadjuvante, atualmente tem sua importância ofuscada pela disponibilidade de outros recursos. A inovação e tecnologia se tornam mais expressivas a cada dia e também representa ser um investimento que gera redução de despesas com folha de pagamento.

Segundo Cobra (2000), perante a face crescente da globalização da economia, é necessário reposicionar as empresas financeiras a fim de tornarem-se competitivas, seja agregando valor aos seus produtos ou serviços, ou ainda impulsionando a qualidade no atendimento aos clientes.

Para comprar produtos bancários e esclarecer dúvidas o cliente encontra com maior praticidade e comodidade nas páginas virtuais, onde pode pesquisar com calma, ler atentamente os detalhes, refletir e adquirir com maior comodidade através de „clicks“.

Em meio a tantos empecilhos, esses vendedores ainda se desafiam dia após dia e com seu network conseguem desempenhar um papel ainda relevante e apresentar números expressivos nos resultados das agências. Atingir metas dia após dia pode ser uma maneira, ou talvez a única forma que estes profissionais encontram para conseguir zelar e manter por seu cargo.

Vender é muito mais que entregar um produto e receber em troca. Envolve um conhecimento profundo do produto para que haja diferenciação de um atendimento eletrônico. Entre o vendedor que representa a empresa é preciso desenvolver relacionamentos duradouros com os clientes e gerar satisfação, além de uma postura ética e profissional.

Sendo assim, este estudo tem como objetivo identificar os desafios enfrentados pelos vendedores em agências bancárias com o intuito de atingir metas estabelecidas de vendas, mediante este cenário. Para sua realização, utilizamos a pesquisa de campo e como instrumento um questionário. A pesquisa está estruturada em três etapas. Na primeira etapa foi realizada uma revisão bibliográfica de autores conceituados sobre o tema, posteriormente, na segunda etapa foi desenvolvida a pesquisa de campo que se iniciou com a aplicação de um teste piloto com a finalidade de apurar a viabilidade do questionário que foi aplicado em seguida, o questionário foi disponibilizado para vendedores de agências bancárias da região, por fim, na quarta etapa realizada a tabulação de dados, interpretação e a apresentação da discussão e resultado, bem como a conclusão do estudo.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O TEMA

### 2.1 Marketing nas agências bancárias

O setor bancário tem como característica a prestação de serviço. É um setor de vital importância, tendo em vista o seu desempenho na economia nacional. Mas somente pouco tempo atrás os bancos brasileiros colocaram os clientes como centro das atenções na demarcação do foco



de seus produtos e serviços (POLIDORO, 2006). Com a concorrência direta, os bancos enxergaram como um diferencial, dar apoio e atenção ao seu cliente, onde o mesmo satisfeito pode vir a gerar muito lucro e ficando fiel a instituição.

O marketing bancário, também entrou como um diferencial, onde as estratégias aplicadas poderiam cada dia mais chamar a atenção em conjunto ao atendimento personalizado ao cliente, criando-se a expectativa de fidelização à instituição. Para tanto, deve-se descobrir as necessidades e desejos não satisfeitos dos clientes, para desenvolver novos produtos e serviços personalizados. É preciso que, realizando as transações bancárias, seguros, aplicações, transferências, pagamentos de contas, depósitos, entre outras, os clientes sintam como se estivessem a realizar seus desejos e sonhos.

Ainda segundo Kotler (1998) com o passar dos tempos os bancos viram que atrair pessoas para as suas agências era simples; difícil era convertê-los em clientes leais. Então eles passaram desenvolver programas para afagar os clientes e o interior das agências foi redesenhado para adequar um ambiente afável. Em seguida, todos os bancos estavam com um ambiente acolhedor, e este atrativo deixou de ser fator determinante na escolha de uma agência. Neste contexto, o marketing é imprescindível e uma atmosfera aprazível.

Kaplan e Norton (2004) defendem a ideia de que os objetivos nas quatro perspectivas são conectados uns com os outros por relação de causa e efeito. Também afirmam que os resultados financeiros são alcançados com a satisfação dos clientes-alvo. As quatro perspectivas são: perspectiva financeira; perspectiva do cliente; perspectiva dos processos internos e; perspectiva de aprendizado e crescimento. Segundo os autores, a perspectiva do cliente define a proposição de valor para os clientes-alvo. A grande contribuição desses autores é a preocupação com o mapeamento de como fazer a estratégia. Eles apontam o alinhamento entre as perspectivas como umas das principais causas de sucesso de estratégias.

## **2.2 Marketing na era digital**

O marketing consiste em lidar com um mercado em constante mudança e que, para entender o marketing devemos entender como o mercado vem evoluindo nos últimos anos.

Marketing Digital são atividades que promovem a comunicação de uma empresa, utilizando para tanto a internet, telefonia celular, entre outros dispositivos e meios digitais, para a comercialização de seus produtos e divulgação de serviços de maneira que possa conquistar novos clientes, dando a possibilidade de uma interação mais acessível de comunicação com o seu público.

As tendências demonstram uma nova espécie de consumidor, aquela que será a maioria no futuro próximo, está emergindo globalmente, o consumidor jovem, urbano e de classe média, com facilidade de mobilidade e conectividade fortes. Enquanto os mercados maduros estão lidando com uma população que envelhece, o mercado emergente está desfrutando do dividendo demográfico de uma população mais jovem e mais produtiva. Além de serem jovens, esses consumidores também estão migrando muito rapidamente para áreas urbanas e assim adotando o estilo de vida da cidade grande. A maioria pertence à classe média e dispõe de uma renda para gastar. Eles aspiram a realizar grandes feitos, experimentar produtos mais sofisticados e imitar comportamentos de classes superiores (KOTLER, 2017).

Mas o fator que distingue esse novo tipo de consumidor de outros mercados que vimos antes é sua mobilidade, eles deslocam muito, com frequência trabalham longe de casa e vivem em ritmo acelerado. Tudo deve ser muito rápido e poupar tempo, pois o tempo disponível é muito pequeno. Sendo nativos da era digital, podem tomar decisões de compra em qualquer lugar e a qualquer momento, envolvendo uma grande variedade de dispositivos (KOTLER, 2017).

Segundo Limeira (2003), Com a evolução da tecnologia da informação e da comunicação, especialmente com a expansão da internet e sua disponibilidade de acesso fácil, o marketing evoluiu, assim o marketing digital expressa o conjunto de ações intermediado por canais eletrônicos.

Uma interação que combina com essa nova tendência de consumidores é o marketing 4.0, na economia digital, a interação sozinha digital não é suficiente e este marketing também mescla estilo

com substância. Alavanca a conectividade máquina a máquina e a inteligência artificial a fim de melhorar a produtividade do marketing, enquanto impulsiona a conectividade pessoa a pessoa com o intuito de fortalecer o engajamento do cliente (KOTLER, 2017).

O foco do Marketing Digital é desenvolver estratégias de marketing através da internet, em que organizações e consumidores buscam interatividade total nos seus relacionamentos, proporcionando uma troca de informações rápida, personalizada e dinâmica. (PINHO, 2000).

O marketing digital não pretende substituir o tradicional, ambos devem coexistir com papéis permutáveis. O papel mais importante do marketing digital é promover a ação e a defesa da marca, seu foco é promover resultados (KOTLER, 2017).

### **2.3 Marketing de relacionamentos**

Para uma empresa inserir o plano de marketing de relacionamento, se faz necessário primeiramente implantar a cultura de fidelização dos clientes junto aos seus colaboradores, pois a relação entre a empresa e o cliente inicia-se no primeiro contato. Para tanto, é preciso que tenha um sistema de atendimento que cativa e conquiste seu cliente, de forma que esta relação seja concretizada com a venda do produto ou serviço e se estenda para futuras vendas. O êxito deste plano de marketing se dá quando os clientes satisfeitos falem dos produtos e serviços adquiridos de maneira positiva para outras pessoas. Desta forma, os clientes vão se tornando uma de suas ferramentas de propagando, estimulando na geração de novos clientes.

O Marketing de relacionamento é de suma importância para estas instituições, é o processo de proporcionar satisfação contínua aos clientes, devem demonstrar uma imagem de solidez, ética e compromisso, a partir dessa percepção o cliente desenvolve confiança e decide se devem adquirir os serviços da empresa. Outras estratégias de marketing também são utilizadas, como também conceitos de liderança, vendas e atendimento.

A visão de Kotler, Ian Gordon (1998), define o marketing de relacionamento como: “[...] o processo contínuo de criação e compartilhamento de valores com os clientes que a empresa escolhe para atender” (GORDON, 1998, p. 16). Ele ainda reconhece a importância de aprender com clientes a criar o valor que cada um deseja, admitindo que esses valores não sejam exclusivos para eles.

Para que uma empresa crie e implante de forma efetiva um marketing de relacionamento positivo e que gere bons resultados é importante que tenha todas as ações voltadas para seus clientes, fazendo com que eles se sintam a peça mais importante dessa relação comercial, pois clientes são a Fonte de receitas que mantêm a empresa. Os colaboradores devem estar cientes e preparados para o desenvolvimento da estratégia, sabendo que o bom atendimento ao cliente é essencial não apenas no momento da venda, como no pós venda.

O cliente, da mesma forma que um parceiro em uma união amorosa, deseja sentir-se como “o mais importante fator na vida de um vendedor”. Sem isso, ele pode deixar a fidelidade de lado e partir para outros representantes de vendas. O problema em questão, assim como em uma união conjugal, passa a ser que, em muitas oportunidades, como evitar a infidelidade do cliente. A demonstração de amor deve ser constante, por meio de palavras, gestos e mais que isso, fazendo sempre que o cliente sinta-se importante. Portanto, um bom relacionamento só se constrói com base em uma gama de bons serviços ao cliente, um serviço que saia a expectativa (COBRA, 2000).

Algumas estratégias mais utilizadas são: atendimento de boa qualidade, programas de fidelidade, interações em redes sociais, lembrancinhas de aniversário, informações e ofertas de produtos, entre outras.

O marketing de relacionamentos é um conjunto de estratégias para a construção e disseminação de marca e fidelização de clientes, além de fazer com que estes clientes se tornem defensores e divulgadores. Não é uma estratégia que age apenas em curto prazo, pelo contrário, seu objetivo é criar uma relação contínua e progressiva. Além disso, quando um cliente passa por uma experiência positiva em uma empresa é muito provável que queira permanecer fiel e divulgar sua experiência (COBRA, 2000).

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa de campo é um método científico de pesquisa que corresponde à observação, coleta, análise e interpretação de dados. Esta é uma etapa muito importante da pesquisa, pois é responsável por extrair dados e informações diretamente da realidade do objeto de estudo.

Na pesquisa de campo, para a coleta de dados podem ser utilizados questionários, entrevistas, formulários, entre outras formas.

Para Oliveira (1997), a escolha do método e técnica utilizada, depende do objetivo da pesquisa, dos recursos financeiros disponíveis, da equipe e elementos no campo da investigação.

O objetivo deste estudo é identificar os desafios enfrentados por vendedores de agências bancárias, com o intuito de atingir metas estabelecidas de vendas. Para isso foi realizada uma revisão de literatura sobre os temas marketing, marketing bancário e marketing de relacionamentos, um teste piloto e por fim, a pesquisa de campo.

O teste piloto foi aplicado nos dias 30 e 31 de Julho de 2018, com o intuito de verificar a viabilidade de utilização do questionário elaborado. Após a aplicação deste pré-teste, foram analisadas as respostas e também o que poderia ser modificado para melhor compreensão daqueles que iriam responder. Por fim questionário foi adequado para então ser aplicado oficialmente.

A redação das questões foi de maneira cautelosa, para que dúvidas quanto a interpretação das questões não pudessem interferir nos resultados apresentados, para tanto, foi utilizada uma linguagem clara e de fácil compreensão, e antes que fosse respondido, o respondente foi informado quanto ao motivo da aplicação de tal questionário, como também de seu objetivo e utilização. Em nenhum momento foram reveladas as identidades daqueles que responderam. Na ordem das questões o primeiro critério abordado foi identificar a atuação do profissional entrevistado para depois, na sequência, responder aos demais questionamentos.

O critério de inclusão foi delimitado pela exigência simples do colaborador ser funcionário de agência bancária, o objeto de estudo e considerou-se como um possível risco a esse colaborador a coerção (informal) por parte dos líderes no momento da aplicação da pesquisa, causando desconforto dos respondentes, estes tiveram direito ao anonimato. As técnicas utilizadas para a coleta de dados para alcançar os objetivos e achar as possíveis respostas nas agências bancárias, foi utilizado o método da entrevista padronizado (estruturadas), ou seja, são perguntas onde as questões são fechadas e o entrevistador não pode criar novas questões ou alterá-las e também algumas perguntas despadronizadas (não estruturadas), ou seja, questões abertas para que o entrevistado possa expor sua própria opinião.

A pesquisa de campo foi realizada em algumas agências bancárias do Santander, Bradesco e Banco do Brasil, sendo: No Banco Santander o questionário foi aplicado em agências das cidades de Santa Fé do Sul, Palmeira do Oeste, Aparecida do Oeste e Jales, no Banco do Brasil em agências de Santa Fé do Sul e Palmeira do Oeste e do Banco Bradesco na agência de Santa Fé do Sul e Palmeira Oeste.

De maneira que o questionário foi aplicado aos funcionários em tais agências bancárias nos dias 1, 2, 3, 6, 7 e 8 de Agosto de 2018. A pesquisa abrangeu um universo de aproximadamente 100 pessoas, somando todos os funcionários das agências citadas, porém apenas 43 vendedores responderam ao questionário. Pode-se considerar que o número de pessoas que responderam ao questionário foi baixo devido ao fato de a pesquisa ter sido aplicada em dias de muito movimento nas agências, ou seja, dessa forma dificultando para que os vendedores conseguissem responder,

A aplicação do instrumento de pesquisa foi realizada na própria agência, conforme disponibilidade do respondente. Cada vendedor recebeu seu questionário e teve de 10 a 15 minutos para respondê-lo. Após o término os questionários foram colocados em um envelope que foi lacrado

para não permitir a identificação do respondente. Após esta aplicação os dados foram tabulados e analisados possibilitando demonstração gráfica do resultado.

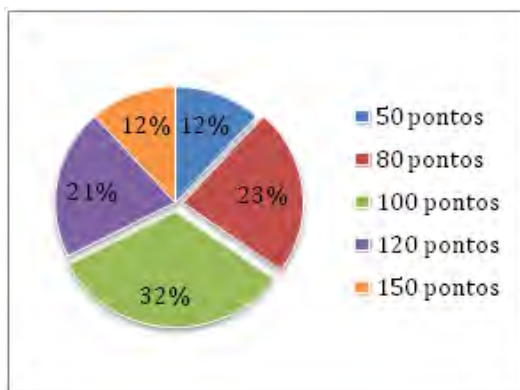
Os resultados são apresentados a seguir.

#### 4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a coleta os questionários foram analisados qualitativamente, na sequência os dados obtidos transformaram-se em gráficos que permitiram uma melhor análise dos resultados para se permear as considerações finais desta pesquisa.

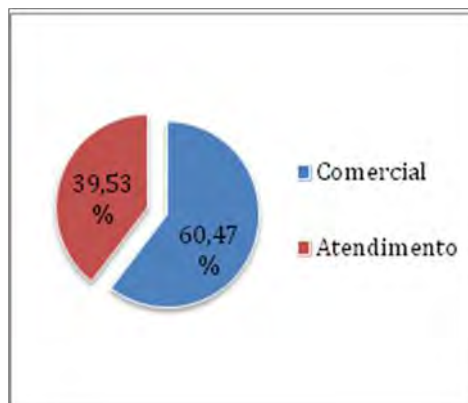
Por questões éticas, foi dado ao pesquisado direito ao anonimato, sendo apresentado neste estudo apenas o perfil dos mesmos.

Gráfico 1 – Área de Atuação mensal



Fonte: Dos próprios autores

Gráfico 2 – Média de pontuação de vendas



Fonte: Dos próprios autores

No gráfico 1, podemos observar que a quantidade maior de entrevistados trabalha na área comercial. Este dado demonstra que estes entrevistados têm uma vivência prática do que esta sendo questionado no estudo, pois aqueles que trabalham na área de atendimento.

Cada vendedor de agência bancária deve responder por uma meta de vendas que é estabelecida a partir da pontuação mensal. As vendas mensais não tem um mínimo e nem um teto máximo estipulado, porém são cobrados de acordo com o cargo ocupado. De acordo com a classificação são determinados quadrantes, são eles: A, B, C e D, onde D é o quadrante mínimo, considerado negativo, e A é a melhor classificação. Quando um vendedor atinge a pontuação de 50 pontos estará no quadrante D e acima de 150 pontos, classificado no quadrante A. A pontuação pode chegar a 300 pontos.

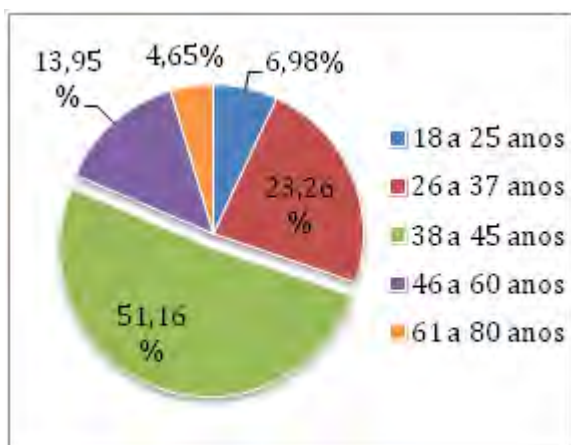
No gráfico 2, pode-se observar que a média de venda está em maior parte nos 100 pontos, indicando que o maior número dos entrevistados atingi o exigido, ou seja, os 100 pontos que representa 32,56% atingem a meta a qual são cobradas.

Contudo, podemos dizer que mais de 33 % dos entrevistados ficaram abaixo da meta exigida, podendo assim implicar em resultados e exposições negativas ao funcionário. A partir deste dado,

surge a sugestão de aprofundar os estudos para identificar o que faz com que essa quantidade de pessoas não consigam atingir as meta estabelecidas, podendo elencar questionamentos a respeito de fatores motivacionais, excesso de cobrança, pressão, concorrência interna entre os funcionários e outros fatores que são comuns no meio bancário.

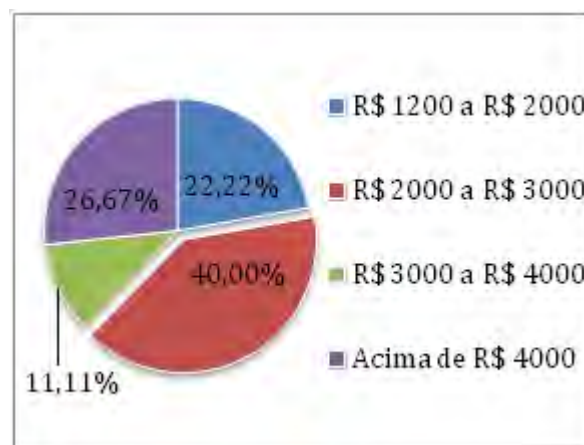
Para toda e qualquer promoção, são avaliados estes ritmos de vendas, ficando assim impedido de subir de cargo aquele que não possuir um histórico de metas classificado em quadrante A, de acordo com o gráfico apresentado, apenas 12%.

Gráfico 3 – Idade média do público alvo



Fonte: Dos próprios autores

Gráfico 4 – Perfil financeiro dos clientes

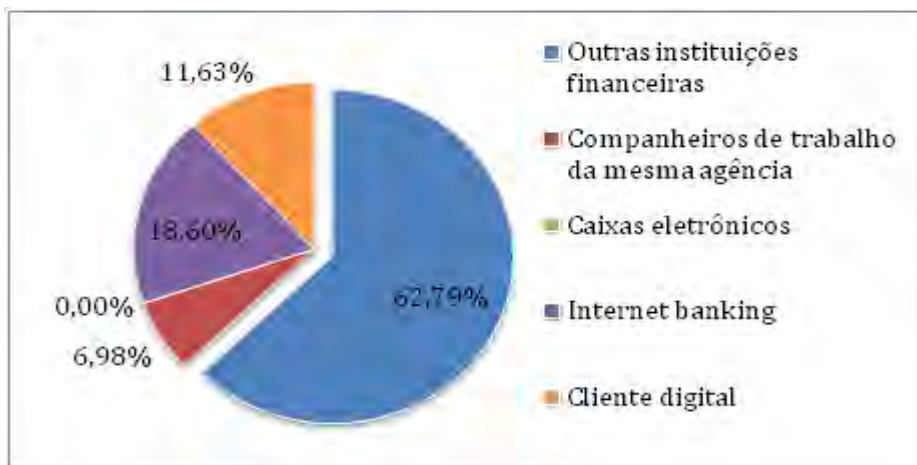


Fonte: Dos próprios autores

No terceiro gráfico podemos notar que a idade média dos clientes que frequentam as agências esta entre os 38 a 45 anos. O que pode representar que as pessoas desta idade ainda tem a cultura de realizar suas atividades bancárias pessoalmente, o motivo pode ser cultural e motivado pela insegurança proveniente do medo de fraudes e a sistemática por meios digitais.

Já no gráfico 4, podemos afirmar que a média salarial dos clientes atendidos tanto na área comercial quanto na área de atendimentos está entre os R\$ 2.000,00 e os R\$ 3.000,00, fato esse que pode estar diretamente ligado à grande parte da faixa etária dos públicos que frequentam a agência, dessa forma não tendo conhecimento e habilidades com as tecnologias se sentem inseguros em fazer suas transações, então ainda preferem as agências para realizar suas atividades financeiras.

Gráfico 5 – Principal desafio financeiro do vendedor bancário



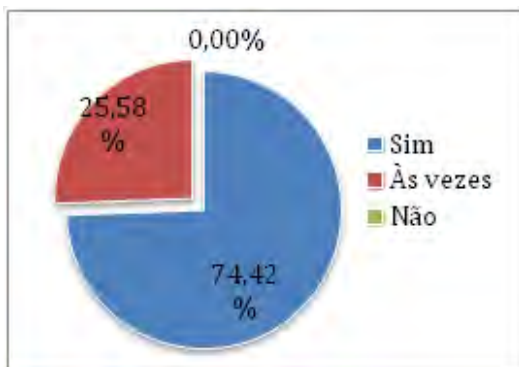
Fonte: Dos próprios autores

Através dos dados observados no gráfico acima, foi possível obter as seguintes informações: 62,79% do público pesquisado acredita que o principal concorrente que lhe oferece perigo e dificuldades são outras instituições financeiras, onde pode-se dizer que há uma certa rivalidade pelo crescimento através do declínio do concorrente.

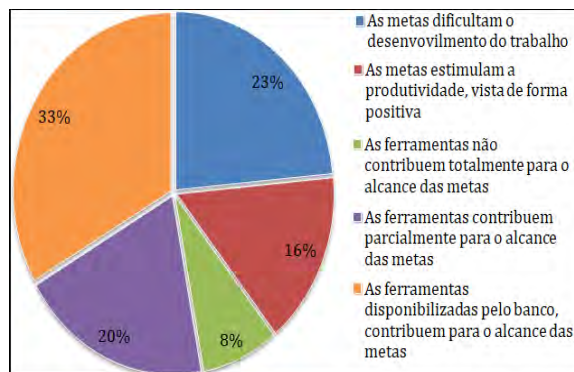
Em segundo lugar com 18,60% dos entrevistados, vemos que os meios digitais que são disponibilizados e incentivados pelas instituições faz com que o cliente deixe de ir à agência bancária e isso reduz as vendas que poderiam ser realizadas pelo gerente ou atendente das agências.

A questão também disponibilizou a opção para que o entrevistado pudesse justificar sua escolha anterior, e a maioria das respostas foi justificada, segundo que para eles, a concorrência utiliza-se de modos desleais para atingirem seus resultados fazendo com que venham a perder alguns clientes, o que acontece na prática é que as instituições financeiras acabam denegrindo a imagem de sua concorrente de forma antiética com a finalidade de subtrair os clientes, criando um ambiente hostil e dificuldades de relacionamento entre os colaboradores, fato que também dificulta o processo de fidelização, pois se aproveitando da situação de disputa as pessoas aguardam melhores propostas para migrar de uma instituição financeira a qual tenha realizado suas transações para outra que lhe oferecer melhor benefício no momento.

Gráfico 6 – Clareza do planejamento e das metas      Gráfico 7 – Análise do ambiente de trabalhos



Fonte: Dos próprios autores



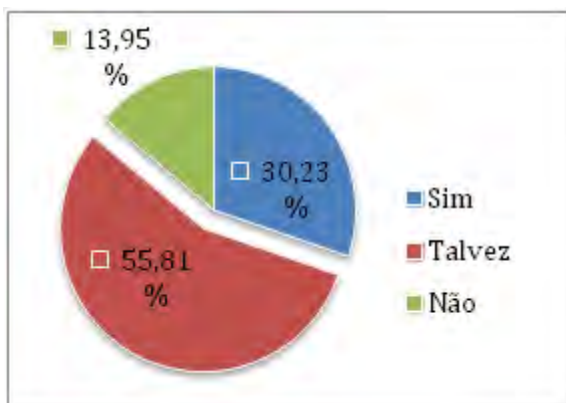
Fonte: Dos próprios autores

No gráfico 6, observamos que 74,42 % dos pesquisados reconhecem que a empresa oferece um planejamento e as metas claras, o vem por facilitar o desempenho das atividades do colaborador para que no fim do exercício tenham resultados significativos.

No sétimo gráfico, podemos concluir também que 33% dos pesquisados avaliam que as ferramentas disponibilizadas pelas instituições contribuem para o alcance das metas, dentre estas ferramentas podemos citar os sistemas integrados e interligados de cada agência, o qual oferece informações como o perfil do cliente e automaticamente faz uma análise deste perfil para sugerir a oferta de determinados produtos.

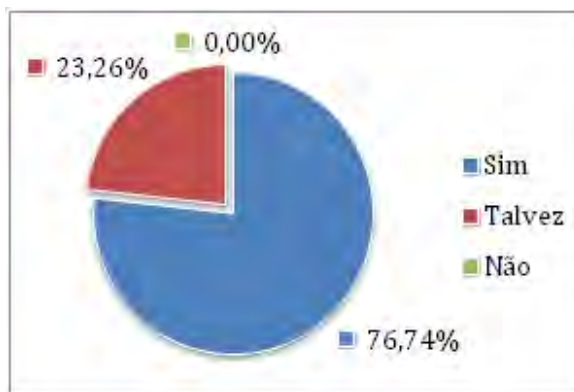
Por fim, pode-se concluir que os dois gráficos tem ligação direta, pois se uma empresa obtém clareza em seu planejamento e planos de ação e oferecem ferramentas de trabalhos que contribuem para o desempenho da função do colaborador, essa instituição está no caminho certo para chegar atingindo os seus resultados prospectados.

Gráfico 8 – A influência do estresse no ritmo das vendas



Fonte: Dos próprios autores

Gráfico 9 – O vendedor bancário poderá desaparecer



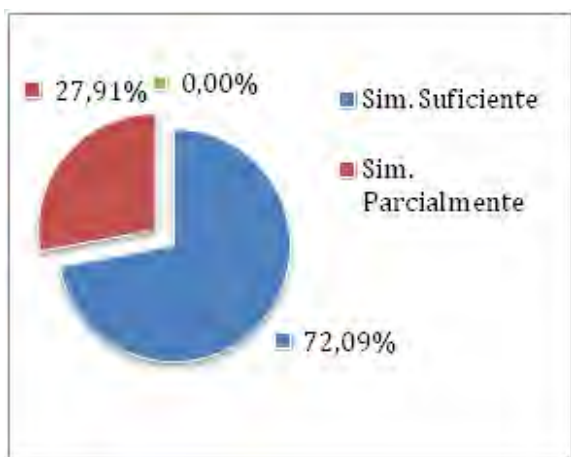
Fonte: Dos próprios autores

No gráfico 8 é perceptível que o excesso de tarefas, sejam elas burocráticas ou operacionais, podem acarretar em estresse e assim influenciar diretamente nas vendas. Demonstrando que 55,81% dos entrevistados julgam não estar desempenhando e aumentando seus resultados de vendas por estarem se desgastando em atividades que exigem certo esforço mental e desgaste emocional.

Já no gráfico de número 9 vemos que 76,74 % dos entrevistados sentiram dúvidas se o vendedor poderá ou não vir a desaparecer perante as novas tecnologias que vem surgindo no mercado. Por outro lado 23,26% afirmam com total certeza que a função do vendedor poderá se tornar escassa, com a grande facilidade perante a tecnologia, se torna mais viável, estimulante e econômico realizar suas transações nas mídias digitais, enquanto os mesmo serviços são oferecidos por um preço x nas agências físicas, na digital estão disponíveis por um valor, muitas vezes, menor. Nesta questão também foi disponibilizado de forma aberta que os respondentes justificassem sua resposta, e foi constatado pela interpretação de suas justificativas que, a maior parte deles acredita que considerando o nível cultural dos clientes e uma fatia de mercado composta por clientes com idade mais avançadas, levará um tempo considerável para serem atingidos pelos efeitos dessa modernização, mas acreditam que, em um futuro distante, a imagem do vendedor irá se extinguir.

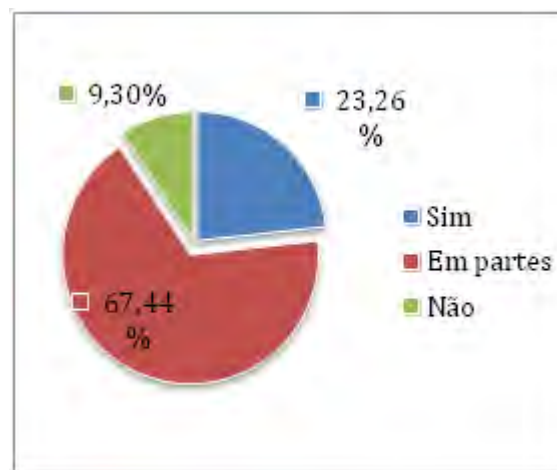
Assim, é possível relacionar que a falta de motivação pode estar relacionada à preocupação dos colaboradores, ou seja, esses colaboradores sentem-se ameaçados pelas estratégias digitais e presos aos processos burocráticos. Isso faz com que o desenvolver de seu trabalho se torne ainda mais penoso.

Gráfico 10 – O sistema interno de apoio é suficiente para respaldo



Fonte: Dos próprios autores

Gráfico 11 – A instituição oferece estímulo para os clientes optarem por canais online



Fonte: Dos próprios autores

No gráfico de número 10, podemos concluir que 72,09% dos pesquisados veem os sistemas interligados internos como suficiente para respaldo e apoio, e outros 27,91% acreditam que parcialmente suficientes, assim pode-se afirmar que as instituições contribuem diretamente para o desempenho das funções de seus colaboradores.

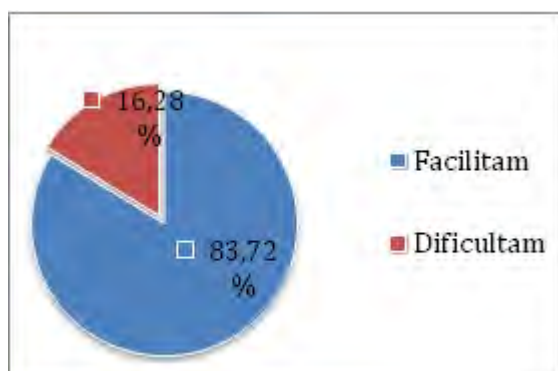
No gráfico 11, podemos notar que com os incentivos das mídias digitais através de taxas reduzidas para serviços contratados pelo meio digital, estão estimulando aos clientes há não



utilizarem os serviços presenciais nas agências. Entretanto, 67,44% julga que em partes essa prática influencia nas vendas juntamente com outros 23,26 % que afirmam com certeza essa questão.

Neste contexto podemos concluir que, apesar de oferecer ferramentas de qualidade, ainda sim não é suficiente para superar aos desafios que esse vendedor enfrenta no seu dia a dia para não ser prejudicado pela evolução da tecnologia.

Gráfico 12 – As Implicações das ferramentas digitais nas soluções de problemas



Fonte: Dos próprios autores

Gráfico 13 – Opinião perante experiência profissional



Fonte: Dos próprios autores

No gráfico de número 12, podemos ver que 83,72% dos pesquisados veem que as ferramentas digitais são meios mais ágeis e que facilitam na solução de problemas operacionais e agilidade no processo, assim podendo aumentar sua produtividade.

No gráfico 13 nota-se que, perante tantos estímulos para o meio digital, ainda sim 44% dos pesquisados acredita que existe receio ao uso das ferramentas digitais por medo de fraudes e também outros 21% acreditam que o nível cultural do cliente influencia na forma de realizar suas operações, ou seja, para um cliente que não é familiarizado à tecnologia existe muita resistência à mudança. Também foi levantado por meio da forma de justificativa da escolha da opção, onde a maioria desses entrevistados afirmaram destinar partes burocráticas as centrais de relacionamento e ferramentas digitais, pois se torna um processo mais ágil ao cliente e ao atendente.

Para finalizar o questionário, foi proposto aos entrevistados dar sugestões para facilitar e melhorar o desempenho das atividades operacionais sem que deixem de atingir as metas estabelecidas pela instituição. A questão foi destinada aos respondentes com o intuito de levantar sugestões que contribuíssem para o melhor desempenho de certas atividades em conjunto e na maioria das repostas foi possível identificar que acreditam que um melhor planejamento e divisão do trabalho poderia oferecer melhores resultados para a equipe, para que assim possam destinar mais tempo para dedicar atenção e foco às vendas e deixar as atividades operacionais para horários em que a agência esteja fechada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O profissional de vendas, para sobreviver ante as constantes mudanças no mundo, deve ter visão de empresário e agir como tal. É preciso entender a evolução e saber lidar com ela, e compreender, principalmente o perfil dos clientes, que não buscam apenas produtos, buscam soluções. Quando se trata de vendas, duas coisas mudaram drasticamente em comparação aos tempos passados: as pessoas tendem a ser mais prudentes ao gastarem seu dinheiro e há uma grande oferta de bens e serviços disponíveis, marketing arrojado e diferentes canais de propaganda e divulgação.

Desta forma o objetivo deste trabalho identificar os desafios enfrentados pelos vendedores em agências bancárias com o intuito de atingir metas estabelecidas de vendas, mediante este cenário, e assim pode constatar que entre os desafios enfrentados, o principal apontado seria proveniente da alta concorrência e ofertas de serviços de outras instituições bancárias. Como também, foi destacado pelos vendedores em agências bancárias que em meio a tantos desafios, a preocupação em ter que constantemente atingir as metas estabelecidas pela empresa dificulta o desenvolvimento e desempenho de um bom trabalho, e que esta sobrecarga de trabalho influencia o ritmo de vendas.

Segundo este estudo os vendedores se mantêm empenhados na elaboração de seu trabalho, buscando incessantemente atingir as metas estabelecidas pela empresa e cativar seus clientes, entretanto pode-se perceber a insegurança perante a futura existência da função que desempenham na agência.

Dessa forma, conclui-se que, as agências oferecendo meios e condições de trabalho favoráveis para que o vendedor crie um vínculo com o cliente, realizando um atendimento onde ele possa compreender e satisfazer suas necessidades, de forma com que este cliente sinta-se uma peça importante e possa ser fiel a empresa e propague sua experiência negativa. A cultura e as ações desenvolvidas devem ser voltadas para o cliente, para tanto é necessário reduzir a cobrança excessiva de metas e a obrigatoriedade de vender determinados produtos aos clientes e sim o que verdadeiramente eles necessitam no momento.

Pensando nos estudos da motivação humana, conseguimos identificar que existem algumas formas de motivar os funcionários no ambiente organizacional. Pois, um funcionário motivado desenvolve suas tarefas de forma mais eficiente e eficaz. Devem ser utilizadas também, técnicas para otimizar o relacionamento entre os servidores e o trabalho em equipe.

Podemos concluir a partir dos dados obtidos na pesquisa que, o vendedor bancário necessita aperfeiçoar, inovar e reinventar seu modo de agir, para que seu modo de agir não interfira em seus resultados ocasionando um déficit em suas metas e pontuação.

As ferramentas tecnológicas se desenvolvem para melhorar o desempenho das atividades profissionais e não deveriam ser assimiladas como um concorrente direto ao trabalho humano.

O fato das tecnologias estarem avançando rapidamente pode ser uma ameaça para algumas profissões, porém o capital humano é um potencial que deve ser explorado e ser uma diferenciação perante a tecnologia.

## REFERÊNCIAS

- COBRA, Marcos. **Marketing de Serviço Financeiro**. São Paulo: Cobra, 2000.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4. ed., 13. reimpr., São Paulo: Atlas, 2009.
- GORDON, Ian. **Marketing de relacionamento: estratégias, técnicas e tecnologias para conquistar clientes e mantê-los para sempre**. São Paulo: Futura, 1998.
- KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **Mapas estratégicos: balancedscorecard: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. 5ed. São Paulo, SP: Atlas, 1998.
- KOTLER, Philip. **Administração de marketing: a edição do novo milênio**. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- LACERDA, RT de Oliveira, L Ensslin, SR Ensslin - **Gestão & Produção**, 2012.
- LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. S.. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. Rio de Janeiro, Campus, 2002.
- MOWEN, J. C.; MINOR, M. S. **Comportamento do consumidor**. São Paulo: Pretice Hall, 2003.
- LIMEIRA, Tania Maria Vidigal. **E-Marketing: O Marketing na internet com casos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- MUNHOZ, Dércio Garcia. **Economia aplicada: técnicas de pesquisa e analise econômica**. Brasília: UNB, 1989.
- OGDEN, James. R. **Comunicação Integrada de Marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- OLIVEIRA, Fátima Baymade. **Tecnologia da informação e da comunicação: desafios e propostas estratégicas para o desenvolvimento dos negócios**. São Paulo: Pearson Prentice Hall: FundaçãoGetulio Vargas ,2006.
- PEQUENO, Álvaro. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.
- POLIDORO, M Di Francesco S. - **Adiantamentos em equações diferenciais**, 2006.
- PORTER, Michael E. **Competição – OnCompetition: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- PINHO, José Benedito. **Publicidade e Vendas na Internet: Técnicas e Estratégias**. São Paulo: Summus Editorial, 2000.
- STANTON, J William; WALKER, Bruce J.; ETZEL, Michael. **Marketing**. São Paulo: Makron Books Ltda, 2001.



[eventos.unifacef.com.br/encpesq/2018/](https://eventos.unifacef.com.br/encpesq/2018/)